00100.163354/2019-54

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 170, SÁBADO, 2 DE NOVEMBRO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)
1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)
2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)
2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)
3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)
2º - Senador Weverton (PDT-MA)
3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)
4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de agosto de 2019 8

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 e 4 de setembro de 2019 9

Ata da 34ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2019 18

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 71

Ata da 36ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2019 121

Ata da 37ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º e 2 de outubro de 2019 175

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2019 213

Ata da 39ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2019 214

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 265

1.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2019 266

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2019 286

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 287

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2019 320

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 351

1.2.1 – Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de setembro de 2019 (realizada em conjunto com a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência) **(vide item 1.2.2)**

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2019 363

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2019 396

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

1.2.2 – Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência

Ata da 1ª Reunião, Conjunta, realizada em 3 de setembro de 2019 (realizada em conjunto com a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras) 398

1.3 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ata da 56ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de setembro de 2019 431

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2019 471

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 483

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2019 585

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2019 661

Ata da 61ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2019 708

Ata da 62ª Reunião, Ordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 780

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 46ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 828

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 852

Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de setembro de 2019 854

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2019 878

Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2019 926

1.5 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 973

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2019 984

Ata da 35ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de outubro de 2019 1025

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de outubro de 2019 1040

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1096

1.6 – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de agosto de 2019 1105

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2019 1107

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2019 1109

Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de agosto de 2019 1111

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2019 1113

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de agosto de 2019 1115

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2019 1177
Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019 1179
Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 2019 1181
Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de agosto de 2019 1183

1.7 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de agosto de 2019 1306
Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2019 1349
Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de agosto de 2019 1357
Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2019 1387
Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de agosto de 2019 1441
Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de setembro de 2019 1474
Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de setembro de 2019 1510
Ata da 48ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de setembro de 2019 1534
Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2019 1585
Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2019 1609

1.8 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 1611
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2019 1629
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 1631
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2019 1633
Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2019 1635
Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de outubro de 2019 1643
Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 1668
Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1688

1.9 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 1690
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2019 1737
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 1756
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1774

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

1.9.1 – Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de setembro de 2019 1786

1.10 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de setembro de 2019 1793

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de setembro de 2019 1813

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2019 1815

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 1841

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de outubro de 2019 1872

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2019 1881

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 1883

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de outubro de 2019 1909

1.11 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2019 1917

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de setembro de 2019 1945

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de outubro de 2019 1946

Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de outubro de 2019 1947

1.12 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO

Ata da 9ª Reunião, realizada em 28 de agosto de 2019 1948

1.13 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de agosto de 2019 1950

Ata da 40ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2019 1995

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de setembro de 2019 1999

Ata da 42ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de setembro de 2019 2000

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de setembro de 2019 2001

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de outubro de 2019 2036

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de outubro de 2019 2037

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de outubro de 2019 2039

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de outubro de 2019 2096

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de outubro de 2019 2098

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de outubro de 2019 2104

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e sete de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Elmano Férrer e Oriovisto Guimarães, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Cid Gomes, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma, Marcos do Val, Paulo Rocha e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 91/2019 - CAE, de autoria Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Finalidade:** Discutir as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária; bem como prestar informações sobre as Politicas de Juros e Crédito no Brasil. **Participante:** Roberto Campos Neto, Presidente do Banco Central do Brasil. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 3 E 4 DE SETEMBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e dois minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, está reaberta a reunião, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Zenaide Maia, Marcos do Val, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Alvaro Dias, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Carlos Viana, Irajá e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Às onze horas e cinquenta e seis minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia quatro de setembro de dois mil e dezenove. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 45, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Rogério Carvalho e Alessandro Viera. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 7). **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 94, de 2019** que: "Requer realização de Audiência Pública para debater as operações de swaps cambiais, operações compromissadas e consequências da aprovação do PL 9248 de 2017, que dispõe sobre depósitos voluntários à vista ou a prazo." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** A comissão aprova o requerimento nº 94/2019-CAE. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 65, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a necessidade da realização do censo 2020 sem cortes, para nortear o planejamento de políticas públicas para o Brasil em seus diversos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

âmbitos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 65/2019-CAE. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 81, de 2019** que: "Acrescenta três convidados na audiência pública solicitada pelo REQ 71/2019." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 81/2019-CAE. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 97, de 2019** que: "Requer debater o impacto socioeconômico da proposta de reforma da previdência (PEC nº 6, de 2019) " **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº97/2019-CAE. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 100, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública para debater a perspectiva econômica para o setor audiovisual brasileiro." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 100/2019-CAE. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 101, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 45 de 2019, que "propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 75,200,000.00 (setenta e cinco milhões e duzentos mil de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Aracajú, no Estado de Sergipe e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Requalificação Urbana da Região Oeste de Aracaju - Construindo para o Futuro"." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 101/2019-CAE. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 46, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiente no Estado do Mato Grosso"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. Usaram da palavra os Senadores Angelo Coronel e Jayme Campos. **Relatório:** Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. **Resultado:** A comissão aprova o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado Federal apresentado. Aprovada também a urgência para a matéria (item 9). **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 103, de 2019** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiente no Estado do Mato Grosso"." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 103/2019-CAE. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 93/2019 - CAE, de autoria Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Finalidade:** Apresentar as diretrizes da Caixa Econômica Federal para a concessão de empréstimos para os estados e municípios brasileiros, bem como a denúncia, grave se for confirmada, que a Caixa Econômica reduziu a concessão de novos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empréstimos para os estados e município do Nordeste neste ano por motivação política. **Participante:** Tatiana Thome de Oliveira, Vice-presidente de Governo da Caixa Econômica Federal. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro reaberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 46, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Mato Grosso e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao "Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiente no Estado do Mato Grosso".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Rodrigues Pacheco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, meus cumprimentos. Saúdo a todos os Senadores e Senadoras presentes na Comissão. Faço um registro de agradecimento a V. Exa. pela confiança na designação para a relatoria dessa matéria, muito importante para o Estado do Mato Grosso.

Faço também um registro elogioso a dois grandes Senadores da República que integram conosco o Senado Federal nesta Legislatura, o Senador Jayme Campos, que se encontra aqui conosco, Líder de fato do Democratas, meu correligionário, e que desde ontem vem envidando esforços para que se tornasse realidade a aprovação na Comissão e, logo na sequência, no Plenário, desta mensagem, deste propósito de empréstimo para o Estado do Mato Grosso. Senador Jayme Campos revelando aquilo que é mais próprio da sua personalidade, que é a defesa intransigente do seu Estado de Mato Grosso.

E um outro registro é em relação ao Senador Wellington Fagundes, que, mesmo estando ausente de Brasília nesta semana, me telefonou por diversas vezes pedindo que agilizasse este aparecer, inclusive sugerindo inicialmente que eu fosse Relator desta matéria aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, o Mato Grosso está muito bem servido dos dois Senadores, Senador Jayme Campos e Senador Wellington Fagundes, na defesa de seus propósitos. Feliz do Estado que tem esses Senadores ajudando o governador, que também está aqui conosco, Governador Mauro Mendes, do meu partido, Democratas, que pleiteia de maneira muito legítima a aprovação desta matéria nesta data.

Passo à leitura do meu relatório, Presidente Senador Omar Aziz.

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Mato Grosso que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Os recursos dessa operação de crédito compreendem o Empréstimo de Política de Desenvolvimento com Sustentabilidade Fiscal e Ambiental no Estado de Mato Grosso, destinado à liquidação da dívida do Estado com o *Bank of America*, no âmbito do contrato firmado em 12 de setembro de 2012.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TA842806. Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros LIBOR de 1 mês para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de margem variável aplicável para empréstimos do capital ordinário do banco, ajustada pela diferença entre LIBOR de 6 meses *versus* LIBOR de 1 mês.

Análise.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa a verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal n^{os} 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito no âmbito dos três níveis de governo.

Constata-se que a atual situação de endividamento do Estado de Mato Grosso é compatível com a assunção das obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 228, de 20 de maio de 2019, da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado de Mato Grosso atende as condições e limites definidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001. Em particular, cumpre os limites estipulados nos incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do comprometimento máximo da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e também do teto da dívida consolidada dos Estados.

Com efeito, a rigor, por se tratar de uma operação de reestruturação de dívida, inclusive já garantida pela União, estaria ela dispensada do cumprimento desses limites conforme determinação contida no § 7º, do art. 7º, da referida Resolução nº 43, de 2001.

Por outro lado, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entende que o Estado do Mato do Grosso apresenta suficiência de contragarantias oferecidas para fazer frente a esse endividamento.

Assim, embasada em estudos sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das coberturas advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Ofício SEI nº 74, de 28 de junho de 2019, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado, conforme os termos da Lei Estadual nº 10.862, de 4 de abril de 2019, autorizativa da presente operação de crédito e da concessão de contragarantias pelo Estado. Nos termos dessa lei, é autorizada a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formalização de contrato entre o Estado de Mato Grosso e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 159 e 157, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se também que, relativamente às garantias já concedidas, o Estado se encontra adimplente.

Informa a Secretaria do Tesouro Nacional, com base no inciso III, do art. XII, da Portaria MF nº 501, de 24 de novembro de 2017, que a operação de crédito pretendida é elegível à concessão de garantia da União, por se destinar à reestruturação e recomposição de principal de dívida.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no processado que o Estado de Mato Grosso não possui pendências com a União, relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

Quanto à verificação de sua adimplência financeira em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da RSF nº 41, de 2009, deverá ela ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

No que se refere às demais condições e exigências estipuladas pelas RSF nº 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas também atendidas pelo Estado do Mato Grosso, por força de decisão judicial. Conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem, verifica-se o não cumprimento de suas despesas com pessoal quando apuradas nos termos da metodologia constante da LRF adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional e possível afronta ao art. 45, da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois se verificou que a Companhia de Saneamento do Estado do Mato Grosso, empresa estatal dependente do Estado, firmara termo de parcelamento de dívidas com o Município de Pedra Preta, no Mato Grosso, o que poderia configurar a realização de uma operação de crédito irregular. Entretanto, amparados em decisão judicial, esses requisitos prévios à contratação da operação de crédito são considerados observados.

Portanto, Sr. Presidente, o pleito encaminhado pelo Estado do Mato Grosso encontra-se de acordo com o que preceituam a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre essa matéria, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do Projeto de Resolução do Senado de 2019, que passo a considerar – vou me abster de ler, mas é considerado no meu voto.

Esse é, portanto, o meu parecer, Sr. Presidente, com o registro do apoio e do significativo empenho dos Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes para que essa matéria fosse aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel, e a patente não é... O nome dele mesmo é Coronel, Angelo Coronel; porque, se fosse por patente, no mínimo ele seria um general quatro estrelas e, se nós estivéssemos em guerra, não tenha dúvida que seria um marechal de campo.

Com a palavra o Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Omar Aziz, pela bondade dos seus elogios.

Mas eu queria aqui parabenizar o Governador Mauro por ter uma bancada atuante aqui no Senado que lutou... O Jayme fiscalizava a gente aqui, em todos os cantos e corredores, para aprovar essa matéria. Então, você tem um Senador, realmente, atuante. Hoje pela manhã, Wellington liga: "Você é da Comissão. Não deixe de ir lá aprovar o empréstimo". Eu falei: "Rapaz, eu já vi que lá é paz, que são de partidos diferentes, mas já vi que a paz reina nesse Estado". E temos aqui também o Carlos, e o que eu tenho notado é que ele está andando pelos corredores para aprender o que é ser Senador, eu tenho notado isso. Quem sabe um dia ele não consiga chegar a esse intento.

Então, eu quero parabenizar o Relator, Senador Rodrigo Pacheco, e dizer que estou aqui para cumprir a minha missão de votar, atendendo o pedido dos colegas Senadores, porque um bom militar *fake* não pode deixar de estar aqui para poder apoiar um empreendimento de tamanha magnitude.

Parabéns, Governador, e boa sorte com esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jayme Campos, por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero agradecer a presteza de V. Exa. quando, ontem, o Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, ligou para V. Exa. pedindo essa reunião extraordinária, e V. Exa., como sempre eficiente e, sobretudo, bom homem público, fez questão absoluta de suspender a sessão, largar o painel aberto, para que nós pudéssemos no dia de hoje votar aqui essa matéria, que é de extrema importância para o Mato Grosso, que é esse empréstimo de R$250 milhões.

Por outro lado, eu quero aqui agradecer as palavras generosas e bondosas do eminente amigo, companheiro do DEM, Rodrigo Pacheco, que ressaltou aqui as nossas qualidades – não só da minha pessoa, mas também, certamente, do ilustre e eminente Senador Wellington Fagundes, que, por motivo de compromissos assumidos anteriormente, não pôde comparecer a esta reunião aqui.

Todavia, esforçou-se ao máximo possível para que pudéssemos realizar, neste exato momento, esta reunião para aprovar a matéria na Comissão. E, daqui a pouco, ela será encaminhada à Mesa para que esta possa recepcioná-la e, se possível, que também a coloque em votação no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui agradecer, de forma carinhosa, as palavras generosas desse que, hoje, já não é mais coronel, já foi promovido a general de divisão, o cargo mais importante das Forças Armadas brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, quero aqui registrar a presença do nosso ilustre Governador Mauro Mendes, do nosso ilustre Secretário de Fazenda, Dr. Gallo, que também está muito preocupado com o que está acontecendo. Quero ainda registrar a presença do meu suplente de Senador, Dr. Fábio Garcia, que foi Deputado Federal.

Aliás, nesses próximos dias – já disse a ele –, o senhor não coloque o meu nome na boca do sapo, porque vai assumir aqui pelo menos por quatro, cinco meses. Não me leve para o terreiro de congá lá para me levar a óbito antes da hora – não é, Coronel? (*Risos.*)

Quero registrar a presença do Carlos Fávaro e agradecer também ao Veneziano, que disse: "Jayme, às 13h estarei lá também". Mas, se não chegou às 13h, chegou umas 13h e um pouquinho. Agradeço também a V. Exa., Senador Veneziano, pela sua presença aqui nesta reunião.

E quero dizer ainda da importância, Senador Omar Aziz, que já foi Governador do seu Estado, o Amazonas, um brilhante e honrado governador, porque Mato Grosso vinha de uma quadra muito ruim, e o Governador Mauro Mendes tem feito um esforço sobrenatural para tentar fazer os ajustes fiscais, colocar as finanças do Estado em dia. E, com muita luta, com muita firmeza, está colocando o Mato Grosso no seu devido lugar, sobretudo com a perspectiva para o ano que vem, que é das melhores possíveis, pelo fato de o governador ter feito alguns enfrentamentos, principalmente contra aqueles que sonegavam muito em Mato Grosso, que não pagavam. Contra alguns segmentos, como os próprios servidores públicos, por exemplo, ele foi obrigado a fazer esse enfrentamento para ajustar as contas. Assim, hoje, inicia-se um novo momento.

Temos a perspectivas já de assinar esse contrato no dia de amanhã. Nesses próximos dias, estamos torcendo para sair o FEX, que é um compromisso do Governo Federal, sobretudo do Ministro Paulo Guedes. Espero que ele cumpra com a sua palavra. Temos aí a cessão onerosa também, que vai, se possível, transferir pelo menos R$200 milhões, R$220 milhões para o Estado do Mato Grosso, isso tudo aliado a outras medidas que o governador tomou lá. Com isso, nós estaremos viabilizando o Mato Grosso, na certeza absoluta de que este evento aqui, patrocinado pela Comissão de Assuntos Econômicos, é de muita relevância e importância.

Portanto, quero agradecer a V. Exa., em nome do povo do Mato Grosso, pela sua presteza, pela sua gentileza e, sobretudo, pelo grande homem público que é neste País.

Muito obrigado. Sucesso!

Quero dizer ainda ao senhor que já encaminhei para ser recepcionado por V. Exa. o meu requerimento, que o senhor terá oportunidade de ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Pacheco.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Em votação o requerimento do Senado Jayme Campos, de urgência, para que seja votado ainda hoje no Plenário, visto que há um prazo limite para que vença esse contrato, caso não seja votado o mais rápido possível.

Em votação o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, Governador! Boa sorte lá no seu Estado. Mande um abraço carinhoso ao povo de Mato Grosso.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que é de tamanha importância esse empréstimo. Deveríamos encerrar a discussão da reforma da previdência e, na hora em que começar a Ordem do Dia, votar primeiramente o empréstimo do nosso Governador. Depois a gente volta para a previdência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 30 minutos e suspensa às 11 horas e 55 minutos do dia 3/09/2019, a reunião é reaberta às 13 horas e 42 minutos e encerrada às 13 horas e 58 minutos do dia 4/09/2019.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Tasso Jereissati, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Leila Barros, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Paulo Paim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Carlos Viana, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Juíza Selma, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Alvaro Dias, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Irajá, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião, que é aprovada. Comunico ainda o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento: Tribunal de Contas da União: Ofício 81/2019, de 29 de agosto, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.853/2019, proferido nos autos do Processo TCU-009306/2019, que trata de acompanhamento relativo ao terceiro quadrimestre de 2018, em cumprimento às determinações previstas em dispositivos legais que dispõem sobre os relatórios da gestão fiscal. Ofício nº 78, de 17 de agosto de 2018, do Governador do Estado do Tocantins, solicitando que a União assegure procedimento de operações de crédito da ordem de 12% da receita corrente líquida para a consecução do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3517, de 2019 (Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2008) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** Favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável à Emenda nº1-CCJ-CDR (Substitutivo),com as Subemendas nºs 1 a 7-CDR e uma subemenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº8-CDR. Após lido o relatório, usaram da palavra os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senadores Esperidião Amin, Jean Paul Prates e Carlos Viana. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o vice-presidente da comissão, no exercício da presidência, senador Plínio Valério, concede vista da matéria ao senador Esperidião Amin. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 247, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir informações pormenorizadas nos meios eletrônicos de acesso público, acerca dos gastos públicos, especificando e detalhando o valor unitário efetivamente pago por cada produto adquirido ou serviço prestado à Administração Pública." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 425, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários." **Autoria:** CPI da Previdência. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 59, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para suprimir exceções à vedação de operações de crédito entre entes da Federação." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é adiada, em virtude da aprovação do REQ nº 104/2019-CAE, que requer a realização de audiência pública para instrução da matéria. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 97, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1280, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece condições especiais de financiamento para a aquisição de veículo utilitário por profissional de ciências agrárias." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Após a leitura do relatório, usaram da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze e Esperidião Amin; o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Fernando Bezerra Coelho. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 222, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Esperidião Amin, Jean Paul Prates, Kátia Abreu e Carlos Viana. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria ao senador Jean Paul Prates. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3526, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Esperidião Amin e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaques Wagner. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais. **ITEM 10 - Projeto de Lei Complementar n° 137, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Carlos Viana e Kátia Abreu. **Resultado:** Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista da matéria à senadora Kátia Abreu. É aprovado também o REQ nº 104/2019-CAE, que requer a realização de audiência pública, de forma a instruir a matéria. **ITEM 11 - Ofício "S" n° 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Ministério da Fazenda. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que “Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências”, para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

substitutivo apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei n° 1766, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 156, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. **Relatório:** Pelo arquivamento do projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 104, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS 59/2018 e o PLP 137/2019." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Resultado:** A comissão aprova o REQ nº 104/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 86, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 52/2017." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** A comissão aprova o REQ nº 86/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia!

Declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Comunico ainda o recebimento dos seguintes documentos para conhecimento:

Tribunal de Contas da União: Ofício 81/2019, de 29 de agosto, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.853/2019, proferido nos autos do Processo TCU-009306/2019, que trata de acompanhamento relativo ao terceiro quadrimestre de 2018, em cumprimento às determinações previstas em dispositivos legais que dispõem sobre os relatórios da gestão fiscal.

Ofício nº 78, de 17 de agosto de 2018, do Governador do Estado do Tocantins, solicitando que a União assegure procedimento de operações de crédito da ordem de 12% da receita corrente líquida para a consecução do Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3517, DE 2019 (SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2008)

- Não terminativo -

Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Gerson Camata (MDB/ES)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais e pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Projeto de inestimável valor para milhares de jovens que estão nas escolas. É uma coisa que os Estados, os Municípios já deveriam ter feito há muito tempo. Alguns fizeram, outros não. É muito importante esse projeto.

Senador Confúcio, por favor, com a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse é um projeto que vem à Comissão com o nº 3.517, de 2019, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, representado pela sigla TDAH, ou outro transtorno de aprendizagem.

Vou saltando algumas partes.

O projeto em exame corresponde a um substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 402, de 2008 – portanto, praticamente 11 anos –, aprovado, em decisão terminativa, em 2 de março de 2010, na Comissão de Educação.

Inicialmente, cabe aqui prestar homenagem ao propositor inicial da matéria, saudoso Senador Gerson Camata, do MDB do Espírito Santo, brutalmente assassinado no início deste ano e que sempre se mostrou extremamente sensível às questões sociais.

Ressalte-se que não existem óbices constitucionais ou legais à análise do substitutivo em comento. Ademais, tal substitutivo encontra-se no âmbito das atribuições deste Colegiado, conforme destaca o Regimento Interno de seus artigos.

Vamos saltar.

Ademais, o presente substitutivo da Câmara dos Deputados obedece ao princípio da boa técnica legislativa, sendo que tramitará nesta Comissão de Assuntos Econômicos, além das Comissões de Assuntos Sociais e de Educação.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O art. 1º estabelece que o Poder Público deve desenvolver e manter programa de acompanhamento integral para educandos com dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade ou outro transtorno de aprendizagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º determina que as escolas públicas ou privadas garantirão o cuidado e a proteção ao educando com as situações referidas no artigo anterior.

O art. 3º assegura aos educandos com dificuldades que repercutam na aprendizagem o acompanhamento específico direcionado à sua dificuldade pelos seus educadores, contando com o apoio e orientação das áreas de saúde, assistência social e de outras políticas públicas existentes no território.

Já o art. 4º define que as necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com os profissionais da rede de saúde.

No art. 5º, fica determinado que, no âmbito do programa estabelecido no âmbito do art. 1º, os sistemas de ensino devem garantir aos professores de educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos possíveis para atendimento multissetorial, a formação continuada para capacitá-los à identificação precoce dos sinais relacionados aos transtornos de aprendizagem.

O art. 6º estabelece a cláusula de vigência.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Eu salto, depois da exposição feita, e o ponto de vista é pela aprovação do nosso relatório.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação da matéria em análise.

Esse é o relatório. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não há quórum, mas eu queria discutir o relatório do Senador Confúcio. Não discutir, mas, primeiramente, parabenizar o Senador Confúcio pela sensibilidade. Como gestor, ele sabe dessas dificuldades.

Nós passamos por um processo hoje de conhecimento de alguns e de falta de conhecimento de outros. Muitas vezes, uma família, por falta de informações, tem, dentro de sua residência, um jovem, uma criança com hiperatividade, com dislexia ou com outro tipo de... Eu não diria uma doença, mas uma forma que essa pessoa tem. E o que que acontece hoje? Vamos deixar isto bem claro: essas crianças que vão para as escolas muitas vezes viram vítimas de *bullying*, e o Estado – quando falo Estado, eu falo de um modo geral, Estado, prefeituras, governos – faz de conta que aquele problema não existe.

A professora ou os professores, muitas vezes, numa sala com 40, 50 crianças... Já é difícil a gente criar os nossos filhos em casa. Quando a gente tem mais de um ou dois filhos, é difícil. Imagine uma professora, numa sala com 40 crianças, cada uma pensando de uma forma, e, entre elas, uma criança que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem dislexia, tem hiperatividade, tem um outro tipo de comportamento. Essa criança não pode ser tratada dentro da escola. Não tem que colocar uma salinha ali, com psicólogo, com assistente social. Nós é que temos que ir à residência dessa pessoa, para orientar os pais como devemos fazer para contribuir com essa criança, que, além de sofrer o *bullying* diário... Sofre e, muitas vezes, é por infantilidade das crianças; não é por maldade. Todos nós já fomos crianças e já passamos por isso ou já fizemos isso. Não adianta aqui dizer: "Não, eu tive uma vida perfeita". O negro era desrespeitado, o japonês que havia dentro da sala de aula era desrespeitado. E nós estamos falando um português muito claro. Não dá para a gente fugir de uma realidade que nós vivemos. E, muitas vezes, o pai não tem nem conhecimento do que o filho faz na sala de aula. Fica até surpreso quando chega uma reclamação.

Então, esse projeto, Senador Confúcio, é de uma importância muito grande para crianças especiais, crianças que têm esse tipo de dislexia, de hiperatividade.

Aqui mesmo deve haver muita gente que foi hiperativa quando era criança. A hiperatividade é o comportamento que você tem. Às vezes você se antecipa: você não espera nem uma pessoa concluir uma pergunta e você já está querendo responder. Isso é uma hiperatividade. Às vezes você se irrita porque você não consegue aprender um negócio, e isso é ser hiperativo. E há muitas crianças em salas de aula hoje que são hiperativas e sofrem *bullying*.

Aqui mesmo há pais... Nós somos pais e sabemos desse tipo de problema que essas crianças podem passar.

Então, eu tive a oportunidade, como Governador – e eu falo isso por experiência própria –, de utilizar psicólogos e assistentes sociais para irem à residência dessas pessoas. E mais: além disso, com respeito a alguns, que tinham déficit de atenção, que é muito normal a pessoa tem dificuldade com aprendizado, nós fazíamos, nos turnos em que eles não tinham aulas, aulas particulares, bancadas pelo Estado. Então, nós tínhamos professores particulares para pessoas pobres, porque só quem tem direito a professor particular é quem tem dinheiro para pagar um professor particular para o filho. Então, nos contraturnos, principalmente na área de Matemática, Português, Ciências, que são a maior dificuldade que os jovens têm, nós fazíamos esse reforço escolar, bancado pelo Estado. Eu tive a oportunidade de acompanhar alguns casos.

Então eu vejo que hoje essa preocupação nossa, aqui do Senado, em votar esse projeto para déficit de atenção, dislexia, hiperatividade é importantíssima, mas o mais importante é a forma como nós vamos tratar essa criança. Você imagine, em um colégio, uma criança ter que ir para uma sala em que está escrito "psicólogo", e todos os coleguinhas ficarem sabendo que ela foi para lá. Vira chacota, vão fazer *bullying*. Então o importante é o Estado ou Município dispor de estrutura, por zonas, para ir à casa dessa pessoa, ir lá conhecer a família, poder ajudar, orientar a fazer um tratamento digno, porque essa criança vai ser... Muitas vezes essa hiperatividade é de uma inteligência fora do comum, ouviu, pessoal? É uma inteligência fora do comum. Isso quer dizer que essa pessoa tem uma inteligência acima da média, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deixa de passar constrangimento com os colegas. E não dá aqui para a gente criticar A ou B. Eu acho que o Estado tem que agir, talvez através desse projeto que V. Exa. acabou de relatar. Eu fico muito feliz em estar presidindo esta reunião, com V. Exa. relatando esse projeto para que possamos contribuir para dar uma qualidade de vida e uma convivência normal para uma criança que é normal. Não é uma criança anormal; é uma criança normal, mas que muitas vezes é tratada, por falta de conhecimento às vezes até de adultos, de uma forma anormal, o que não é correto com essa criança.

Por isso, Senador Confúcio, com a experiência que V. Exa. teve como Governador e com a relação que V. Exa. teve na gestão direta com vários outros problemas que o Estado tem, mas principalmente cuidando do ser humano, olhando o ser humano quando ele é diferenciado, eu tenho certeza de que a sua sensibilidade fez com que V. Exa. fizesse esse relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, só complementando, eu acho que, quando o Gerson Camata propôs esse projeto de lei, estava se iniciando no Brasil esse debate, há 11 anos; ainda estava muito incipiente, com muita dúvida. Inclusive esses meninos eram tratados por psiquiatras, tomavam remédios. Eu, como médico do passado, nunca tive coragem de receitar: chama-se ritalina. Então, o déficit de atenção virou uma coisa, assim, que parecia que o menino era esquizofrênico mesmo, era doido. Com o passar dos anos, foi-se vendo que não; que realmente esse era um fator gravíssimo nas escolas, inclusive de evasão escolar. De tanto *bullying*, tanta ofensa, tanta discriminação, o menino ficava com medo de ir para a escola, não queria ir, e os pais terminavam retirando-o da escola. Era uma causa grande.

Hoje em dia, com o conhecimento, os psicólogos muito ativos, eles passam a encarar esse distúrbio, esse transtorno como algo que vai passar. Vai passar! É uma fase, depois o menino se acomoda, se acalma e vai para frente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente.

Então, acho que esta é uma homenagem aqui hoje ao autor original, que é o Gerson Camata. É simplesmente um ato de homenageá-lo também. Como ele já é falecido e deixou essa proposta aí para trás, chegou o momento, assim, importante hoje de a gente apreciar com grandes olhos esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma pena que tenha demorado tanto tempo para se votar esse projeto aqui, uma pena, uma pena! Eu acho que nós poderíamos ter contribuído, o Senado, o Congresso, de uma forma geral, poderia ter feito essa contribuição lá atrás.

O déficit de atenção e a hiperatividade não querem dizer que a criança, com uma certa idade, não vá ter uma vida normal e muitas vezes bem qualificada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não temos quórum ainda, precisamos de 14 para votar o projeto. Eu vou passar para o Senador Plínio Valério, para ler o relatório...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Só para fazer um pequeno registro. Nós vamos manifestar o nosso apoiamento para que essa matéria possa ser tramitada, mas coloco aqui que o Ministério da Educação, juntamente com o Conselho Nacional de Educação, está desenvolvendo estudos detalhados e reuniões técnicas voltadas ao processo de atualização da Política Nacional de Educação Especial e a sua respectiva normatização. Como essa matéria ainda vai tramitar na Comissão de Assuntos Sociais e também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, essa nota, essa manifestação do Ministério da Educação chegará a tempo de subsidiar os debates nas demais Comissões em que o projeto será analisado.

Mas aqui eu queria corroborar as palavras de V. Exa. e o correto relatório do Senador Confúcio Moura sobre essa matéria tão importante para as crianças brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito importante, até porque nós temos graus diferentes de hiperatividade, de outros tipos de transtornos. E isso requer realmente conhecimento técnico para se avaliar.

Nós já temos quórum. Eu vou colocar em votação do relatório do Senador Confúcio.

Aqueles Senadores e Senadoras que aprovam, que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE favorável ao substitutivo da Câmara dos Deputados.

Item...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone.*) – Poderia... Não sei cabe... Nós temos visto o entendimento de V. Exa. com o Senador Esperidião Amin, que é o Relator...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para retirar, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É para retirar de pauta e votar o requerimento pela audiência com o Secretário do Tesouro, Mansueto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS 59/2018, que altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para suprimir exceções à vedação de operações de crédito entre entes da Federação.
Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado:
1. Mansueto Facundo de Almeida Junior - Secretário do Tesouro Nacional
Em discussão esse requerimento. (*Pausa.*)

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 104, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS 59/2018 e o PLP 137/2019.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós marcaremos uma data para audiência.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 247, DE 2015 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o inciso I do art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para incluir informações pormenorizadas nos meios eletrônicos de acesso público, acerca dos gastos públicos, especificando e detalhando o valor unitário efetivamente pago por cada produto adquirido ou serviço prestado à Administração Pública.

Autoria: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

Vocês querem dar trabalho. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Presidente, acho que, como sempre, o relatório tem que se ater à Comissão, é assunto técnico aqui.

Eu até adianto que o parecer é favorável, mas eu passo a ler aqui o relatório, dispensando aqueles preâmbulos de que vem à Comissão, de que temos legitimidade, de que está enquadrado de forma constitucional. Eu vou à análise, já que não foi apresentada nenhuma emenda.

Nos termos do art. 99 do Risf, compete à CAE opinar, entre outros assuntos, sobre os aspectos econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida, em especial sobre finanças públicas e orçamento.

Preliminarmente, cabe observar que a matéria preenche os requisitos de constitucionalidade e juridicidade, pois trata de tema de competência legislativa da União, está incluída entre as atribuições do Congresso Nacional e não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa da Presidência da República – portanto, nós estamos aptos a analisá-la.

Quanto à técnica também está legal e, no que diz respeito ao mérito, julgamos a proposição bem-vinda, pois vai no sentido de aumentar a transparência dos gastos públicos.

Como bem frisa o autor, o Senador Reguffe, ao longo dos anos, o arcabouço normativo vem progressivamente incorporando uma série de dispositivos nesse sentido, o que denota uma crescente maturidade de nossa democracia, em particular no que se refere às finanças públicas. Nada obstante, isso não significa que inexiste espaço para novos aperfeiçoamentos, ao contrário.

Ao incluir os valores pagos por cada bem fornecido ou serviço prestado, inclusive seus valores unitários, no rol das informações sobre a despesa dos entes governamentais que deverão ter publicidade garantida nos meios eletrônicos de acesso público... Acreditamos que, com sua aprovação, os gastos de todos os Poderes e em todos os entes da Federação poderão ser fiscalizados e controlados com maior eficácia – é o objetivo de todos nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do PLS nº 247, de 2015 – Complementar, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CAE (de redação)
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2015 – Complementar, a seguinte redação:
> Art. 1º O art. 48-A da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do §1º do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:
> I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, aos valores pagos por cada bem fornecido ou serviço prestado, detalhando-se ainda seus valores unitários, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado.

Este é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o relatório do Senador Plínio Valério referente ao projeto de lei do Senador Reguffe. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador, já está aprovado. Agora eu vou aqui falar uma coisa por experiência.

Em uma licitação de arroz, por exemplo, de tipo 1 ou tipo 2, o preço varia em centavos de um para o outro. Muitas vezes passa despercebido aos olhos das pessoas o valor de centavo num quilo, não representa muita coisa. Mas, na quantidade que é comprada, às vezes representa muito. Talvez a gente possa ter uma fiscalização melhor com esse projeto aprovado agora na CAE.

O relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

A palavra ao Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 425, DE 2017 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários.

Autoria: CPI da Previdência

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada, e contrário à Emenda nº 1.

Com a palavra o Relator Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Senador Omar Aziz, primeiro cumprimento V. Exa. por ter colocado este projeto em votação nestes meses de setembro e outubro, quando o debate é a reforma da previdência.

Quero dizer também, Presidente – rendendo minhas homenagens a V. Exa. – que ele é fundamental.

Conforme matéria publicada em 26 de fevereiro de 2019 pelo UOL, o Governo Federal perdoou quase 50 bilhões de dívidas de empresas no ano passado, concedendo a maior anistia fiscal dos últimos dez anos. A CNI fez contato com a minha assessoria e também o Governo. Mediante esse contato, Sr. Presidente, eu faria questão – se V. Exa. permitir – de resumir o relatório. Já conversei com o Líder Bezerra. Ele pede vista porque eles têm algumas contribuições que até eu entendo que vão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também queria ter uma contribuição no seu projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois eu conversaria com você, Fernando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há só uma questãozinha ali. Quando V. Exa. coloca "calamidade pública", recessão para mim é calamidade pública, mas não é tida como calamidade pública. Você está me entendendo? Com um detalhe talvez a gente prejudique bons pagadores que porventura não estejam...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que não é a intenção. V. Exa. tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Preocupa-me muito a gente fazer uma coisa literal. Só sobre essa preocupação que eu queria conversar com V. Exa. depois para a gente ver um arranjo.

Mas sou favorável ao projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Percebi também que de parte do Governo, o Senador Bezerra disse tem interesse em aprovar o projeto com pequenos ajustes.

Eu faria a leitura quase que simbólica, Senador, mediante entendimento com este Relator que presidia a CPI, votaríamos semana que vem, mediante o entendimento.

Vou bem rápido aqui.

Encontra-se nesta Comissão, para análise, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 425, de 2017 – Complementar, fruto do trabalho desenvolvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal destinada a investigar a contabilidade da Previdência Social.

Segundo sua justificação, a finalidade da proposição é estabelecer regras para concessão de futuros programas especiais de regularização tributária, os conhecidos Refis, que envolvem anistia, remissão, transação, abatimento de juros de mora e parcelamentos especiais dos créditos tributários. Isso para evitar que sonegadores e fraudadores se utilizem de tais benefícios para deixar de cumprir suas obrigações tributárias.

Com essa leitura da introdução, vou à análise. Também lerei somente parte, pois o objetivo é esse.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno, opinar sobre proposições relativas a tributos, finanças públicas e normas gerais de direito financeiro.

A matéria objeto da proposição versa sobre normas gerais de Direito Tributário, sua disciplina é condizente com a competência legislativa da União, conforme a Constituição, e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional, também conforme a Constituição Federal, não havendo impedimentos constitucionais formais a essa matéria.

Enfim, vamos em frente, Sr. Presidente.

Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

O PLS está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

único do art. 59 da Constituição Federal. São necessários apenas ajustes redacionais na proposição, que são realizados por meio da emenda abaixo.

Mediante o entendimento, Sr. Presidente... Há toda uma argumentação aqui que leva três, quatro páginas, mas como há acordo, entendo eu, da possibilidade de, mediante pedido de vista acordado entre esta relatoria, a Liderança do Governo e também o registro da CNI, eu apenas vou para a declaração do voto, aguardando a possibilidade da votação a semana que vem.

Em face do explanado acima, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2017 – Complementar, rejeitada a Emenda nº 1–CAE, com a seguinte emenda que está nas mãos dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras.

Como a matéria não será votada hoje, esse é o parecer, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Pedido de vista, Sr. Presidente, pelas razões já expostas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, só a questão da calamidade pública que eu queria que V. Exa., em interlocução com o Governo, analisasse bem. Vamos definir essa calamidade pública por recessão também.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu irei lhe apresentar a proposta que nós vamos encaminhar ao Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque tem gente que não é mau pagador não, mas que realmente quebrou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendo. Entendo e concordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e não tem como. E aí ele, amanhã, pode retornar à atividade econômica, gerar emprego, e a gente não...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não pode usar o Refis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não pode usar o Refis, entendeu?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Entendo V. Exa. e só peço que seja coletivo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. É coletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o pedido de vista.

O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou pedindo aqui, coletivamente, o pedido de vista. E a semana que vem a gente retorna com o projeto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Jorginho Mello tem dois projetos, são os itens nº 7 e nº 10.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – O item 5 saiu da pauta, e o item 6 é um projeto que dispõe sobre a regra de ouro, sobre o que estamos em tratativas avançadas também na Câmara. É um projeto do Senador José Serra, e eu pediria a V. Exa., se houver a concordância dos demais Senadores, que tendo em vista as tratativas em curso para a inclusão de outros dispositivos nesse projeto a pedido do Governo, que a gente também pudesse retirar o item 6 da pauta. Aí V. Exa. poderia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já retirei o item... Não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Não. O item 6. O senhor tirou o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah sim, sim.

E o Senador Angelo Coronel não se encontra. Seria retirado automaticamente, sem a presença do Relator.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas está retirado o item 6, projeto de autoria do Senador José Serra, cujo Relator é o Senador Angelo Coronel.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 97, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Regra de Ouro, prevista no art. 167, inciso III, da Constituição.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.)

Senador Jorginho Mello, item nº 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1280, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece condições especiais de financiamento para a aquisição de veículo utilitário por profissional de ciências agrárias.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa.

Senador Jorginho com a palavra, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Muito bem. Muito bom dia a todos os companheiros.

Peço permissão, Sr. Presidente, para ir direto à análise da matéria.

A CAE tem competência para opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida, bem como sobre tema relativo à política de crédito e a finanças públicas, nos termos dos incisos I, III e IV do art. 99 do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei nº 1.280, de 2019, é meritório. O Governo Federal, como ressaltado pelo autor, tem disponibilizado linhas de financiamento vantajosas a determinados profissionais para a aquisição de meios de transporte utilizados como instrumento de trabalho.

A meu ver, não estender o mesmo tratamento aos profissionais de ciências agrárias é uma injustiça, dada a valiosa contribuição desempenhada por profissionais de diversas carreiras de níveis superior e técnico para a expansão da produção agropecuária do País. Por seu turno, esta se reflete, por exemplo, na relativa estabilidade do nível de preços e no superávit da balança comercial, que influenciam diretamente na manutenção da taxa básica de juros em patamar baixo e na sustentabilidade das contas externas.

De fato, os taxistas... Sr. Presidente, só para que os nobres pares acompanhem: o Senador Luis Carlos Heinze quer que profissionais agrícolas possam comprar um automóvel utilitário, um veículo utilitário para desempenhar o seu trabalho, já que os órgãos públicos estão esvaziados e o técnico, o engenheiro agrônomo, o veterinário que tenham que ir para o interior e precisam de um carro mais possante... Ele quer que mais ou menos – ele está chegando aqui – tenham as mesmas condições do taxista. Só para conseguirmos pegar o fio da meada.

De fato, os taxistas contam com o acesso à linha de crédito específica denominada FAT Taxista, que financia a aquisição de automóveis com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por intermédio do Banco do Brasil, sob as seguintes condições: financiamento de até 90% do valor do bem, obedecido o limite de R$ 60 mil; prazo de pagamento de até 60 meses, com três meses de carência; e taxas de juros de 4% ao ano em adição à Taxa de Longo Prazo.

Por sua vez, os transportadores autônomos de carga têm acesso à linha de financiamento também, através do BNDES.

Ademais, a indústria automotiva nacional não tinha se aproximado até o ano passado do número recorde de vendas internas observado em 2013, de pouco mais de 3 milhões de autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus). Em 2018, o número de veículos nacionais licenciados foi de cerca de 2,3 milhões. Esse número é pouco superior ao quantitativo verificado em 2015, de aproximadamente 2,2 milhões de autoveículos nacionais vendidos internamente.

Não se pode esquecer que 2015 corresponde ao primeiro ano da aguda recessão econômica, em que o Produto Interno Bruto decresceu, em termos reais, 3,55%, sendo que, em 2016, a retração ficou em 3,31%. Assim, é indispensável que o Governo Federal adote medidas de estímulo à demanda por autoveículos.

O PL nº 1.280, de 2019, contribuirá para que a indústria automobilística nacional reduza os seus estoques e elimine a atual capacidade de produção ociosa, impulsionando a demanda em outros segmentos industriais, como o siderúrgico, e, consequentemente, fortalecendo a recuperação econômica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, as eventuais despesas com equalização de juros decorrentes da lei resultante da aprovação do PL nº 1.280, de 2019, são de natureza primária. De acordo com o art. 5º da proposição, é possível interpretar que o autor considera que essas novas despesas não impactarão as metas de resultado primário nem os limites de despesas primárias trazidos pelo novo regime fiscal, pois o Poder Executivo Federal poderá compatibilizar as novas subvenções econômicas com as dotações orçamentárias para a concessão de subvenções nas operações de crédito rural de que trata a Lei nº 8.427, de 1992.

Voto.

Diante do exposto, apresento voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.280, de 2019, que é de autoria do Senador Luis Carlos Heinze.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o projeto do Senador Luis Carlos Heinze, com a relatoria do Senador Jorginho, que, como explicado pelo Senador Jorginho, é um projeto que coloca no mesmo patamar o financiamento feito para taxistas em relação ao setor primário, a pessoas que trabalham na área de desenvolvimento agrícola, técnicos, agrônomos e uma série de profissionais dessa área.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, apesar da iniciativa meritória do prezado Senador Luis Carlos Heinze e do adequado e correto relatório do Senador Jorginho Mello, eu queria chamar atenção da Comissão para o fato de que a proposta de lei orçamentária para o próximo ano indica apenas 19 bilhões para investimento, de um orçamento cuja receita é estimada em mais de 1,5 trilhão.

O esforço desta Casa é revisitar toda renúncia tributária. A renúncia tributária da União ultrapassa 300 bilhões. A renúncia tributária dos Estados ultrapassa 200 bilhões.

A proposta pretende oferecer o mesmo tratamento, do ponto de vista de subsídio e de incentivo, que se destina à compra de táxis, de veículos que vão operar na área do transporte público, na área do transporte individual, do transporte de passageiros. Parece-me que não é o momento adequado de nós darmos um passo nesse sentido. Isso vai significar mais renúncia.

Eu lamento informar que, no relatório apresentado, não há o impacto dessa medida do ponto de vista do volume de renúncia que este projeto vai implicar, inclusive contrariando até dispositivo aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesta CAE no sentido de que nenhum projeto poderia ser examinado sem o devido impacto fiscal da matéria.

Então, eu vou solicitar vista. A assessoria da Liderança do Governo está realizando os estudos de impacto para apresentar ao Senador Heinze, para apresentar ao Senador Jorginho Mello, no sentido de a gente tentar deixar esta matéria para um momento mais adequado, porque não é neste ambiente de forte restrição orçamentária e fiscal que a gente deve conceder novos incentivos, implicando novas renúncias de receitas tributárias por parte da União.

Portanto, solicito pedido de vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O pedido de vista do Senador Fernando Bezerra será concedido.

O Senador Luis Carlos Heinze, que é o autor do projeto... Apesar de ele já ter pedido vista, com a palavra o Senador, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço por ter colocado a matéria na pauta. Quero agradecer também o Senador Jorginho Mello pelo relatório.

Senador Bezerra, só para colocar, eu acho que a gente tinha que fazer um esforço, porque hoje nós temos milhares de técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, zootecnistas, veterinários, todos que trabalham na área rural, e, hoje, o carro-chefe da nossa economia é o agronegócio. Então, se a gente puder estimular... A Senadora Kátia conhece isto muito bem: nós éramos importadores de alimento na década de 70, hoje já somos grandes exportadores, e seremos o maior *player* mundial. E nós precisamos desses técnicos.

Então, um incentivo que a gente pudesse dar, seria interessante, Senador Bezerra, que a gente pudesse estudar uma forma, que a gente pudesse ajudar esses profissionais, que são profissionais liberais que trabalham no Brasil inteiro, de norte a sul do Brasil. Lá há um técnico agrícola, lá há um engenheiro agrônomo que está hoje prestando assistência técnica para os produtores rurais. Esse pessoal é muito carente e precisa dessa assistência técnica, que possam transmitir o que as universidades, o que a Embrapa e os órgãos de pesquisa estão fazendo nas estações de pesquisa, que possam levar ao meio rural. Portanto, seria importante nós usarmos esses profissionais e estimulá-los também, dessa forma, para que possam ter um carro mais barato, mais em conta.

Senador Bezerra, então, eu o convido para, com a gente, estudar com o Governo essa possibilidade, agora, enquanto há vista dessa matéria, alguma forma de podermos beneficiar esses milhares de profissionais do ramo da Agronomia e da Veterinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O projeto de V. Exa. é muito sensível a uma realidade que nós vivemos no Brasil, não tenha dúvida nenhuma.

O Senador Fernando Bezerra pediu vista, e a gente espera poder chegar a um denominador, para que a gente possa...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu tenho mais uma matéria. Posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

Então, vista concedida ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só gostaria de recapitular o 59...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O seu era o item 6 e, a pedido do Líder Fernando Bezerra, foi retirado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero dizer que eu concordo com a solicitação, que já foi atendida, mas gostaria de estabelecer pelo menos um prazo ou para a manifestação, ou, quem sabe, para a vinda do Secretário do Tesouro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu concordo. Acho que, em matéria que envolva favor fiscal, incentivo, renúncia fiscal, nós não temos como vacilar, temos que ter a responsabilidade de ouvir. Neste caso, é um projeto sofisticado e correto, a meu ver. Eu acho que a manifestação do Ministério da Economia, através da Secretaria do Tesouro, é imprescindível, só que eu gostaria de deixar consignado que eu pedi um prazo para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que o Líder do Governo e o Relator do...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que ficasse consignado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim...

Há pouco o Alexandre me consultava: "Senador, quando eu marco?". Eu acho que seria bom marcar a primeira data disponível, sem problema nenhum. Eu acho que ele virá... E não demorará muito também. É uma audiência pública em que ele vai debater tecnicamente, especificamente essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai orientar até sobre questões análogas.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos nós aqui que fomos gestores já passamos pela STN. Eu já passei, e V. Exa. como Governador já deve ter passado também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um calvário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um calvário, então veja bem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de 1, 2, 3 ou 14 estações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O melhor é escapar da crucificação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, então, veja bem, nós já passamos pela STN. Parece que a gente fica se humilhando diariamente para que o processo ande, seja analisado, para que na reunião próxima o seu projeto conste lá. Aí, depois, é aprovado pela Secretaria do Tesouro, o Presidente encaminha para o Presidente do Senado, o Presidente do Senado encaminha para a CAE, aí chega aqui faltando dois dias para vencer o processo, como foi o de Mato Grosso há poucos dias, quando a boa colaboração dos Senadores e Senadoras proporcionou ao Mato Grosso a aprovação do projeto do Governador aqui, em Plenário, senão ele teria perdido isso. Então, não é tão simples a Secretaria do Tesouro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E ainda passa na Casa Civil, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que é também um país ignoto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, o próximo PL... Depois eu volto ao Senador Jaques Wagner, que também é Relator de um projeto.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. V. Exa. vai ler o relatório hoje ou quer retirá-lo de pauta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, V. Exa. é o próximo.

Senador Jorginho.

ITEM 10

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 137, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, só para deixar os Srs. Senadores centrados no que a matéria versa, é um projeto de autoria do Senador Flávio Arns que altera o art. 46 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, o Estatuto da Microempresa, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial.

O microempresário vende para alguém... Deve o setor público, está devendo, e ele pode, o próprio setor público pode transformar o seu crédito numa cédula de crédito, que ele poderá comercializar depois de 30 dias vencido. É para ajudar o microempresário a não ficar com uma pendência para receber sem prazo para terminar. A matéria é mais ou menos nesse assunto.

Eu peço permissão para ir direto à análise, Sr. Presidente.

A matéria objeto da proposição versa sobre direito comercial, sua disciplina é condizente com a competência legislativa privativa da União (art. 22, inciso I, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal), não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais a sua análise.

Nesse ponto, não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da Constituição Federal, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à regimentalidade, compete à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado, opinar sobre aspecto econômico e financeiro das matérias que lhe são submetidas.

No tocante à juridicidade, a proposição afigura-se correta. O meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado, pois, com esteio no art. 146, inciso III, "d", da Constituição Federal, cabe à lei complementar a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte. A matéria nela tratada inova o ordenamento jurídico. O projeto também possui o atributo da generalidade, aplicando-se a todas as situações de fato que se insiram na hipótese legal, e revela-se compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

Acerca da técnica legislativa, os projetos observam as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Não há inclusão de matéria diversa do tema tratado nas proposições, e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, o projeto merece prosperar, porque solidifica a cédula de crédito microempresarial ao prever sua emissão pela Administração Pública, a qual, em última análise, é a principal devedora do título.

Essa é a razão, aliás, para que seja apresentada uma emenda a fim de se definir o mecanismo de direitos e deveres da cédula de crédito microempresarial.

Por sua vez, também é meritória a possibilidade de cessão dos direitos de crédito em favor de instituição financeira, a fim de facilitar a liquidez do título e, por consequência, a obtenção, pelo empresário, de recursos financeiros de maneira mais imediata.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2019, com a apresentação da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAE

Dê-se ao artigo 1º do PLP nº 137, de 2019, a seguinte redação:

> Art. 1º O art. 46. da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:
> Art. 46. A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Municípios não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação, receberão da administração pública devedora, cédula de crédito microempresarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º A Cédula de Crédito Microempresarial é título de crédito emitido por ente da Administração Pública, em favor de microempresa ou de empresa de pequeno porte, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de empenhos liquidados e não pagos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de liquidação.
§2º Passados quinze dias da emissão da cédula de crédito microempresarial, e não efetuado o pagamento pela administração pública, fica autorizado às microempresas e às empresas de pequeno porte a negociarem o título em instituições financeiras conveniadas, por meio de endosso do título'. (NR)"

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a atenção dos membros da Comissão para esse projeto, que é um projeto, como bem disse o Senador Jorginho Mello, que apresenta uma proposta inovadora do ponto de vista da criação de cédula de crédito microempresarial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje, já existe carta de crédito, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... que será emitida contra os entes públicos, Municípios, Estados e a União.

De novo, aqui, a gente precisa ter muito cuidado ao deliberar sobre uma matéria tão inovadora e tão complexa como essa, porque hoje não se permite a Estados e aos Municípios brasileiros a emissão de título de dívida.

Aqui, por vias indiretas, é o mesmo que estar autorizando a emissão de títulos de dívida, porque se está dizendo que a Administração Pública municipal, estadual ou federal que não pagar o microempresário – e aí a proposta é meritória no sentido de defender os interesses do microempreendedor, do pequeno empreendedor – poderá emitir um título, e esse título terá que ser liquidado em 15 dias, senão ele será negociado no mercado. Eu assisti ao que foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas a proposta não é negociar no mercado, é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É transformar em título de crédito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, porque o que eu entendi da proposta... Veja bem, eu, a princípio, sou contra, mas eu vou explicar as minhas razões aqui.

O que eu entendi foi o seguinte: a prefeitura está com dificuldade ou o governo está com dificuldade. O empresário tem um dinheiro para receber e, aí, a prefeitura ou o governo emite uma carta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de crédito para o banco que trabalha com a prefeitura ou com o governo, não é para outro banco... Veja bem, só tem um problema. Você está fazendo uma obra de R$300 mil – um exemplo –, BDI de 15% a 20%, que seria o ganho do empresário. Aí essa obra atrasa. Chega a prefeitura, que está sem dinheiro, e emite essa carta. Só de juros, o que o empresário vai pagar para o banco, quebra o empresário. Quer dizer, é um negócio "engana trouxa", como se diz. Você vai ter o dinheiro, mas você não vai ter lucro e vai pagar o juro. É que quem vai pagar o juro não é o ente público, é o ente privado. É a pequena e a microempresa que vão pagar o juro. O banco não vai adiantar um dinheiro para o empresário por 30, 60, 90 ou 120 dias se não cobrar juros de mercado. E quem é o garantidor? É aquela carta que a prefeitura ou o governo emite.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Portanto, é uma emissão de título de dívida...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antes que a Senadora Kátia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi isso que eu entendi do projeto do Senador...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É uma emissão de título de dívida!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu queria pedir...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na verdade, isso fere...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só queria pedir um aparte ao Senador Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que não. É um título de garantia...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um título de dívida!

Eu gostaria de fazer uma proposta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu posso ser chamado a pagar, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu gostaria de...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só me permita, Senador Fernando...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... fazer uma sugestão, se V. Exa. concordasse.

Eu sugiro que, na audiência para a qual está vindo o Secretário de Tesouro, a gente também pudesse ouvi-lo sobre essa sugestão, porque isso significa ampliar os limites de endividamento do setor público. Então, vamos ouvir a manifestação do Tesouro e, depois, nós traríamos para a deliberação da Comissão.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu não tenho nenhum tipo de dificuldade, até porque o Senador autor não se encontra para fazer a defesa, mas eu, como sempre defendi a micro e a pequena empresa, acho que isso é uma forma de facilitar o atraso indeterminado. Então, para o pequeno, para aquele que não tem dinheiro para capital de giro, para comprar matéria-prima, que pega uma pequena obra. Ele quebra se não receber. Então, nós não estamos aumentando dívida, nada, nós estamos querendo que ele tenha condições de pegar o crédito que ele tem para receber da prefeitura ou do Estado numa carta e negociá-la no mercado, para ele ficar vivo. É para que o Município ou o Estado não fique sendo picareta, não pagando, não pagando. Não é para aumentar a dívida pública nada, é o dinheirinho dele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Jorginho...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, eu faço um apelo para que a gente pudesse dar uma atenção a isso, até porque a Constituição nos garante, no art. 179, que o microempresário tem tratamento diferenciado em tudo.

É uma forma inovadora, é verdade, Senador Fernando Bezerra, que força o Município, o Estado e a União a, quando contratarem um serviço, pagarem, não ficarem inventando moda, deixando amarelar o crédito do pequenininho. Uma empresa grande aguenta; o pequeno quebra. Então, por isso que ele tem essa oportunidade de negociar o crédito dele através de uma carta emitida pelo órgão devedor. Esse é meu apelo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia. Depois o Senador Carlos Viana. A Senadora Kátia havia pedido.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A minha dúvida é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mesmo que não tivesse pedido, Carlos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mesmo que não tivesse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ser ela primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Naturalmente, tem a preferência.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada.

Eu gostaria de tirar algumas dúvidas.

Há um argumento de que vai aumentar o endividamento, mas quando eu contrato uma obra, ela já está prevista no meu orçamento, na LOA, tudo mais, e tenho que ter o dinheiro ou eu não posso nem licitar. Então, não estou entendendo por que isso amplia endividamento. Isso faz é prefeito criar vergonha e pagar empresário.

A segunda coisa é o seguinte – o senhor comentou agora mesmo, Presidente –: por que tem que ser descontado no banco da prefeitura? Por que não pode ser no banco do próprio empresário ou em qualquer banco que ele quiser descontar? Eu acho que não se deveria vincular ao banco da prefeitura, porque aí V. Exa. tem razão, o empresário vai morrer no juro que aquele banco quiser. É igualzinho ao cartão de crédito, que o Banco Central não regulamenta por pressão dos bancos a central de recebíveis do cartão de crédito. É um crédito meu, é um débito meu e eu quero estar com todos os bancos à disposição para, caso o lojista seja eu, descontar no menor juro da praça.

Então, não vejo como endividamento, vejo como irresponsabilidade fiscal. Porque um atraso médio a gente conhece como funciona no Brasil, agora, uns viram *ad aeternum* e de fato quebram as micro e pequenas empresas dos Estados.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso aqui dar uma explicação técnica de como funciona hoje? Como funciona hoje? Vários empresários têm dinheiro para receber da prefeitura, isso acontece diariamente. Chega o final do ano – aí que vão para o banco –, chega o final do ano, o prefeito ou o governador cancela o empenho. Por que ele cancela o empenho? Porque ele precisa de financeiro para virar o ano e ter superávit primário. Então, o que ele faz? Ele pede para... O empresário está no final do ano, tem que pagar décimo terceiro e tal. Ele pega uma carta, um documento do prefeito, da prefeitura, vai ao banco em que a prefeitura trabalha, chega lá e pega, vamos supor, R$100 mil, vai pagar juro de R$100 mil. Quem paga esse juro de R$100 mil? O empresário, já é descontado. Então, ele não recebe os R$100 mil, ele recebe os R$100 mil já descontados os juros, aí que está o problema. Hoje já é feito desta forma, Senador Jorginho, eu lhe asseguro que é feito assim, é feito isso em Manaus, no Amazonas, e em outros Estados também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas qual é o problema? É o seguinte, o cara tem o financeiro e o orçamentário. Só que, no final do ano, ele precisa ter o financeiro para ter superávit

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

primário. Então, ele prefere cancelar o empenho, fazer essa manobra. E quem é que perde? Por isso, Senador Fernando, que discordo de V. Exa. A prefeitura e o Governo não vão se endividar mais do que já devem, a Senadora Kátia tem razão; quem vai ter o prejuízo, Senador Jorginho, é o empresário, porque se ele se tiver 10% ou 15% de lucro nessa obra, vai pagar isso de juros para receber um dinheiro que é de direito dele!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas é melhor –, viu, Presidente? –, se V. Exa. me permite, é melhor ele pagar um jurinho para o banco, receber e ficar vivo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não é...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas é uma opção que ele tem! É uma opção que ele tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está tudo bem!

Senador, eu não vou nem entrar... Eu só estou querendo explicar como funciona hoje.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu queria pedir vista, Sr. Presidente, do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Carlos Viana. Depois...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Primeiro, bom dia aos Srs. Senadores.

Eu gostaria de contribuir, na ampliação deste debate aqui, pela importância do tema, Senador Jorginho. Primeiro, porque ele pode corrigir uma das principais falhas na relação da Administração Pública com a contratação de empresas, como V. Exa. colocou. Os prefeitos, em final de ano, chegam no caixa, pela questão do 13º, e o que eles fazem? O fluxo, para manter o superávit, é cancelado e deixam o empresário na mão.

O segundo ponto, Senador Jorginho, Senador Bezerra, é que essa é inclusive uma das principais justificações para que as obras públicas se tornem muito mais caras, porque os empresários, quando vão fazer todo o cálculo, já levam em consideração o atraso e o juro que terão de pagar, caso contrário, irão quebrar. Isso torna a eficiência na obra pública comprometida, pela questão de prazo e principalmente pela questão do valor que o contribuinte terá de pagar.

Num debate mais amplo, nós estamos debatendo nesta Casa – recentemente estivemos com o Ministro Paulo Guedes – a questão da securitização das dívidas em nosso País, que é de interesse dos Estados e dos Municípios. O que é isso? Para aquele que vai se relacionar com o Estado poder ter a tranquilidade de que terá o dinheiro, ainda que com juros, mesmo que sejam de mercado, mas ele terá a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia de recebimento daquela dívida de alguma maneira, para que a gente possa fazer com que as coisas andem. Nós precisamos discutir com mais amplitude.

Acho que o pedido de vista da Senadora Kátia é interessante para a gente poder contribuir. Mas o tema é relevante para reduzir preço das obras públicas e para garantir estabilidade e segurança jurídica na relação com prefeituras e até com governo de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E retira, na securitização, a previdência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se mantiver, na securitização, a previdência, nós vamos quebrar mais a previdência ainda, porque todos os Estados brasileiros e Municípios brasileiros têm dinheiro a receber da Previdência. Lá atrás, o cara descontava na Previdência, depois foi para o Estado, passou no concurso público, ele passou cinco, seis anos contribuindo e esse recurso não foi aportado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Averbou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É averbado, mas o recurso não chega ao Estado. Se colocar na securitização a previdência, aí não tem reforma da previdência que vá dar jeito, porque...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas é hora de nós encararmos a realidade. Não vamos poder ficar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Só o Estado do Amazonas deve ter 600 milhões para receber da Previdência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E vai ficar mantendo esses esqueletos no armário?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, eu acho que, face às manifestações da Senadora Kátia e do Senador Carlos Viana, que corroboram até a minha sugestão de a gente ouvir, durante a audiência do Secretário do Tesouro, uma palavra sobre se isso vai numa direção ou em outra, para que a gente possa votar com segurança, porque o objetivo é oferecer instrumentos de liquidação da dívida de Municípios e de Estados, com o que todos nós estamos de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Kátia está pedindo vista. A gente aproveita e coloca já no seu requerimento também, porque aí trata do mesmo assunto. Nós vamos chamar o mais rápido possível o Secretário do Tesouro Nacional aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para ouvir sobre os dois temas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Para os dois.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Chama para os dois temas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. Para os dois temas. Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Senador Omar Aziz, a gente pode fazer a matéria sobre brizoleta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Brizoleta?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019.

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, com o objetivo de instruir o PLS 59/2018, e o Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2019.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Jaques Wagner, item 2. Depois, Senador Otto Alencar.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 137, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Paulo Teixeira (PT/)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Favorável à Emenda nº1-CCJ-CDR (Substitutivo),com as Subemendas nºs 1 a 7-CDR e uma subemenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº8-CDR.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda n°1-CCJ/CDR(Substitutivo) e as Subemendas nºs 1 a 8-CDR.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Submete-se ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (Projeto de Lei nº 4.685, de 2012, na Casa de origem), dos Deputados Paulo Teixeira e outros. O projeto dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Na Câmara, a proposição foi aprovada pelas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Finanças e Tributação; de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, ela foi encaminhada, inicialmente, à Comissão de Constituição e Justiça, onde se aprovou relatório da Senadora Ana Amélia com voto favorável ao projeto nos termos do substitutivo, que promoveu diversas alterações no projeto original com objetivo principal de eliminar vícios de constitucionalidade e juridicidade.

Em que pese o mérito do substitutivo, a CDR entendeu serem necessários ajustes adicionais, na forma das subemendas que foram apresentadas àquela Comissão.

A Comissão de Assuntos Econômicos é a última a examinar a matéria.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Vou direto ao ponto.

O PLC nº 137, de 2017, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 99, do Regimento Interno, segundo o qual compete à CAE opinar sobre aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, dado que a análise de constitucionalidade já foi realizada pela CCJ, me concentrarei na análise do mérito da proposição, tal como fiz quando Relator da matéria na CDR.

É importante destacar que a economia solidária ocorre no mundo todo e diz respeito à produção, consumo e distribuição da riqueza produzida na sociedade. Sua base são os empreendimentos coletivos: associações, cooperativas, grupo informal e sociedade mercantil.

A economia solidária compreende diferentes tipos de empresas, associações voluntárias com o fim de proporcionar a seus associados benefícios econômicos. A mais importante dessas carências é a pobreza, que, *grosso modo*, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social e econômico.

No Brasil, a economia solidária foi introduzida na década de 80, num contexto similar ao vivido hoje, de crise econômica e desemprego. O movimento logo se expandiu e hoje se estima que projetos ligados à economia solidária sejam responsáveis por movimentar na economia brasileira cerca de 3% do PIB, contando com mais de 30 mil empreendimentos solidários em diversos setores, com destaque para a agricultura familiar, gerando renda para mais de 2 milhões de pessoas.

Segundo a Agenda Institucional do Cooperativismo, a economia solidária nesse segmento movimenta anualmente em torno de R$12 bilhões por meio de quase 7 mil cooperativas e gera cerca de 400 mil empregos. No setor agroecológico brasileiro, em 2016 faturou 3 bilhões e, em 2017, subiu para uma receita de R$3,5 bilhões, de acordo com dados do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável.

É nesse contexto que a economia solidária se apresenta como uma alternativa para geração de trabalho e renda, trazendo novas possibilidades de produção, vendas, trocas e distribuição. É a partir das fragilidades do atual modelo que se constrói um ambiente favorável à luta contra as desigualdades sociais e o desemprego.

O II Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, que ocorreu em fins de 2009 e início de 2013, gerou uma nova base de dados para compor o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Apresenta que, em média, são 73 associados por Empreendimentos de Economia Solidária, embora esse número varie muito entre as regiões (de 37, na Região Sudeste, até 117, na Região Sul). Além disso, a maioria dos Empreendimentos de Economia Solidária é composta por menos de 20 sócios, 41,7%; e outros 32,6% possuem entre 21 e 50 sócios.

O banco de dados do Sies permite ainda fazer uma classificação dos Empreendimentos de Economia Solidária mapeados com relação aos registros da Classificação Nacional de Atividades Econômicas. São elas: indústrias de transformação (30,6%); agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (27,0%); comércio (17,3%); e outras atividades e serviços (13,4%). Não foi a intensão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deste trabalho explorar com profundidade essas informações para os Empreendimentos de Economia Solidária.

Como se constata, a economia solidária abarca um conjunto variado de empreendimentos econômicos e sociais. Há, contudo, uma série de práticas que os unem. Entre elas, destaco: a existência de um mecanismo de gestão democrático; a garantia de adesão livre e voluntária; a cooperação entre empreendimentos; a precificação conforme os princípios do comércio justo e solidário; a justa distribuição dos resultados; e a transparência e publicidade na gestão dos recursos.

Como já observei quando relatei o presente projeto de lei na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, trata-se de um setor da economia que já vem prosperando, apesar da omissão do Estado brasileiro em reconhecer sua existência e em criar políticas públicas destinadas a apoiá-lo. Este PLC nº 137, de 2017, vem preencher essa lacuna.

Há apenas uma reparação de ordem formal: a última subemenda da CDR determina a adição de um artigo ao Capítulo V do Substitutivo. No entanto, não há esse Capítulo no Substitutivo, mas sim o Capítulo IV (Disposições Finais). Assim, a subemenda deveria ter estabelecido a adição de um artigo ao Capítulo IV da Emenda nº 01 – CCJ ao PLC nº 137, de 2017. Para sanar esse equívoco, apresento nova subemenda ao Substitutivo da CCJ, restando prejudicada a subemenda 08 - CDR.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017, na forma da Emenda nº 01 – CCJ/CDR, das subemendas 01 a 07 – CDR, da prejudicialidade da subemenda 08 – CDR, conforme apresentado no relatório.

Sr. Presidente, na verdade, eu tenho orgulho de dizer que, quando Ministro do Trabalho, convidei o eminente economista Paul Singer, que já não está entre nós, para coordenar a Superintendência de Economia Solidária. Ele lá se manteve durante vários anos trabalhando em algo que hoje é uma alternativa da geração de inclusão produtiva, como eu gosto de chamar.

O emprego, como todos nós sabemos, no sentido clássico, cada vez é – eu diria – menor, e são muitos os empreendimentos individuais ou empreendimentos solidários, as cooperativas que hoje conseguem agregar um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras em uma forma de inclusão produtiva.

E, realmente, havia essa omissão. Esse projeto começou a ser produzido ainda nos anos de 2003 e de 2004, na Câmara dos Deputados, e chega a este Senado não na tentativa de regulamentar, mas na tentativa de reconhecer e estabelecer todo um sistema no qual as pessoas possam se enxergar dentro do processo da economia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaques Wagner. Como sempre, fez um relatório, além de conclusivo, bem didático e técnico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aberta a discussão.

O primeiro Senador a ter a palavra para discutir é o Senador Espiridião Amin.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Plínio, também estou aqui atrás: Jean Paul.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Primeiro, eu gostaria de manifestar aqui duas questões circunstanciais.

Se hoje à tarde não houver sessão deliberativa, nós teremos a oportunidade de deliberar sobre um projeto que eu reapresentei na Câmara – ele já tinha sido apresentado em 2007, e eu o reapresentei em 2011 – e que versa sobre o foco específico dessa grande questão da economia solidária, que é a institucionalização da sociedade de garantia solidária, ou seja, é uma espécie de mútuo, de crédito, de garantia baseada em sócios, sejam eles pessoas físicas... E o Banco Central, depois de 12 anos de tramitação desse projeto, concordou em que associações possam se associar à sociedade de garantia solidária. Assim, uma pequena empresa ou um grupo de pequenas empresas ou uma associação de empresas desta ou daquela natureza pode ser cotista da sociedade de garantia solidária, empoderando a capacidade de garantir crédito para essa sociedade.

Como disse, eu reapresentei o projeto em 2011, depois de ele ter sido apresentado por dois catarinenses: o Deputado Fernando Coruja e o Deputado Eni Voltolini.

Então, quero dizer que me fascina esse assunto, porque a primeira escola política à qual me filiei foi o solidarismo cristão. Impregnado por jesuítas, por Teilhard de Chardin. A minha primeira juventude – a segunda, eu a estou vivendo agora – foi impregnada disso aí.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu pensei que era a terceira juventude. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A terceira é a dos que têm cabelo branco, como é o seu caso. E a terceira com estrelinha é a do sujeito que quer ostentar o cabelo branco, que, em tudo que puder, bota cabelo branco. Alguns o colocam moderadamente; outros, absolutamente. Então, essa é a terceira. E, se pudesse, eu pintaria o cabelo, até para dar mais respeitabilidade, para poder ser mais bem atendido e para poder furar a fila. A minha dificuldade no aeroporto é provar que eu tenho mais de 60 anos.

Mas, voltando ao assunto, esse é um tema fascinante. E, se nós analisássemos, já ficou comprovado que, no Brasil, como nós não vamos ter novos bancos privados tão cedo... Pelo contrário, eles estão saindo do Brasil; os bancos de varejo, no Brasil, estão saindo, não estão entrando aqui. Nós vamos continuar tendo estes cinco varejistas no Brasil: Caixa, Banco do Brasil e três privados. E vai ser muito difícil aparecer o sexto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então a nossa saída para termos juros razoáveis no Brasil são os sistemas associativos, e o primeiro é a cooperativa. Quando o crédito cooperativo ultrapassar 25% das operações ativas – e no Brasil ainda não ultrapassaram; poucos Estados ultrapassaram 20%... Enquanto isso não houver, o juro vai ser escorchante, como já assim denominava o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, que usou esta expressão: juros escorchantes.

Então eu considero, sem ter lido o projeto – e vou pedir vista por isso –, que esse projeto pode ser considerado um marco legal – e por isso eu gostaria de lê-lo – do Sistema Nacional de Economia Solidária, como está aqui anunciado, e ser o grande guarda-chuva, o protetor de todos os esforços que são feitos, por exemplo, pelo Senador Jorginho Mello, que preside a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, que vai precisar crescentemente de mecanismos de crédito como esse que foi discutido há pouco, esse de autoria do Senador Flávio Arns, para o qual houve pedido de vista.

Então eu peço vista não no sentido de questionar, mas no sentido de que, já que somos a última Comissão que vai apreciar... Confere? Acho que ele será terminativo. Confere, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – É não terminativo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é, mas, em termos de Comissões, é a última. Não vai passar pela Comissão de Justiça ou que tal.

Então eu peço vista, mas gostaria de dizer ao Senador Jaques Wagner que o faço não para protelar, mas para dar o mais entusiástico apoio, porque, sendo ele guarda-chuva ou guarda-sol, como se queira chamar, nós teremos vários derivados dele, inclusive este que nós apreciaremos hoje, que é uma face apenas do apoio, do suporte que deve ser dado para a economia solidária. E é nesse sentido que eu peço vista, como falei.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – A vista é concedida.

Pergunto, Senador Jean Paul: quer dar a sua opinião, mesmo assim?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Quero porque, na verdade, não é um comentário, uma discussão, é mais um registro para parabenizar, felicitar o Senador Jaques Wagner, nosso colega de Bancada do Partido Trabalhadores, pela iniciativa.

Quero ratificar, porque talvez eu não esteja na próxima reunião para comentar isso, a importância desse projeto para dar segurança jurídica às relações do setor da economia solidária, inclusive para a destinação de emendas da nossa parte e da parte dos Deputados Estaduais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero registrar a presença entre nós do nosso Deputado Estadual, no Rio Grande do Norte, Francisco do PT – ele tem PT no nome –, que está aqui fazendo um magnífico trabalho em sucessão aos Deputados Estaduais do nosso Partido, Senador Jaques, que já participaram da Assembleia Legislativa do Estado, entre eles o Deputado Fernando Mineiro, que foi o autor de uma das primeiras leis de economia solidária do País, a terceira. Se não me engano, o Estado do Rio Grande do Norte foi o terceiro Estado a ter uma lei especificamente destinada a montar uma política estadual de fomento à economia popular solidária no Estado. E neste ano foi reinstituído pela Governadora Fátima Bezerra o conselho estadual que lida com esse assunto.

Então, há o reconhecimento das certificações dos empreendimentos, produtos e serviços; criação de salvaguardas, para que essa atividade não seja manipulada ou apropriada indevidamente por pessoas que não praticam os valores e princípios da economia solidária; enfim, mecanismos de controle. Esta lei federal vem ajudar justamente também na criação de instrumentos de crédito especial, para, enfim, dar segurança a esse setor tão importante, como o Senador Jaques Wagner bem relatou aqui.

Então, parabéns ao Senador e parabéns a todos que fazem, trabalham, legislam e constroem o setor da economia solidária no Brasil!

Obrigado, Presidente Plínio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jean Paul.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, eu queria só dialogar com o Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Em primeiro lugar, eu queria lhe dizer que eu dialogava aqui com o Senador Tasso Jereissati...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Há direito de resposta?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não, ao contrário, há o direito de solidariedade.

E combinei com o Senador Tasso, em função da sua dificuldade na fila do aeroporto, que nós vamos nos solidarizar e comprar eventualmente uma peruca com cabelos brancos para que V. Exa. não tenha essa... (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, eu prefiro isso a me submeter ao médico baiano que o Senador Tasso Jereissati costuma injuriar. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cada vez que encontra alguém com dificuldade de locomoção, diz que foi paciente do Senador Otto Alencar. A peruca, eu a aceito.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, mas ele não trabalha com implante!

Mas, fora a brincadeira, repare: esse projeto, como eu lhe disse, já é bem antigo. Evidentemente, acho que a vista sempre tende a valorizar o projeto. Eu lhe perguntaria se V. Exa. tem uma dimensão temporal de quando poderia trazer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Duas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Mas há o prazo regimental de cinco dias, não é? É de cinco dias.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sim, é que se pudesse apressar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Há um prazo regimental de cinco dias. Na próxima reunião, já deve estar aqui, cumprindo o prazo regimental. Será na próxima reunião.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.! É que há uma ansiedade, mas, evidentemente, eu acho que isso é importante. Inclusive, fiz uma proposta de PEC, para que se coloque, no capítulo da economia, na Constituição, a figura da economia solidária, que não consta sequer lá. Não é para regulamentar nada, nem para enrijecer, mas não existe sequer a figura da economia. E hoje são muitos os empreendimentos. Eu diria que, na área das cidades, o mais notável é o dos catadores. Os catadores de lixo são todos eles...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Os recicladores.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ou recicladores, é verdade. Eles são todos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas eu, então, acolho isso, evidentemente; não há como negar. E aguardo o retorno da vista.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Obrigado.

Vamos ao item...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Há uma questão de ordem aqui, Sr. Presidente. É uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Dentro dos pedidos de vista, eu gostaria que V. Exa. verificasse com a Mesa se, no caso do Projeto de Lei 137, foi dada vista coletiva ou se apenas há o pedido da Senadora Kátia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Foi acatado o pedido de vista, e foi aprovado um requerimento para audiência pública.

Usando a prerrogativa, Senador Otto, de presidir aqui, só quero colocar, a bem da verdade, que eu conheço o Senador Jaques Wagner e conheço o Senador Tasso. Essa proposta da peruca surgiu do Senador Tasso, com certeza. É só para botar as coisas no lugar. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Assim como detratou o Senador Otto Alencar, o outro califa, ele quer detratar a mim.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, o Senador Tasso é que gosta disso. Eu o conheço bem, Senador.

Com a palavra o Senador Otto.

Deixe-me só ler a ementa aqui.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 222, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu acho que o Senador Jaques Wagner fez uma boa proposta: se o Senador Esperidião Amin adotar a peruca, vai melhorar muito, vai ficar bem melhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer me tirar os votos de qualquer maneira, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Já tem oito votos aqui.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Esse projeto é de autoria do Senador Jader Barbalho.

Vem ao nosso exame o projeto de lei que pretende alterar a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conhecida como Lei Geral de Telecomunicações (LGT) – ela está, inclusive, para ser alterada com a relatoria da Senadora Daniella Ribeiro –, para possibilitar a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na massificação de serviços prestados.

O projeto tem cinco artigos.

O art. 1º indica o objeto da proposição.

O art. 2º acrescenta o art. 81-A à LGT para possibilitar a aplicação de recursos do Fust para cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços prestados em regime privado.

O art. 3º acrescenta o §2º ao art. 135 da LGT para condicionar a outorga de novas autorizações para a prestação de serviços de telecomunicações móveis à obrigação de cobertura, dentro da área de atuação da empresa, de todos os distritos com população superior a mil habitantes.

O art. 4º obriga as atuais operadoras de serviços móveis de telecomunicações a ampliarem sua cobertura de forma a atender todos os distritos com população superior a mil habitantes, nos termos da regulamentação específica.

O art. 5º prevê o prazo de 180 dias para o início da vigência das novas determinações legais.

Não foram apresentadas emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Casa avaliar.

Eu louvo a iniciativa do Senador Jader Barbalho para aprimorar a expansão dos serviços de telefonia móvel em todo o Brasil, que hoje são muito restritos nos menores Municípios do País; só as sedes municipais os têm, sem extensão para os distritos, ou seja, há áreas de sombra ainda em todo o nosso País.

Reconheço que a adoção dessas metas é utilizada para estabelecer a obrigação de atendimento em distritos sem atratividade econômica.

Esses recursos do Fust são recursos arrecadados do próprio usuário dos serviços, estão incluídos nas tarifas. Eu já até apresentei um projeto nesse sentido, que já está tramitando aqui no Senado Federal, mas este, de alguma forma, amplia e especifica melhor.

Não foram apresentadas emendas.

Nosso voto é pela aprovação, mas, com emenda de relatoria, nós modificamos aqui o art. 2º e o art. 81-A dessa lei.

EMENDA Nº -CAE
Dê-se a seguinte redação ao art. 81-A a ser acrescido à Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2017:
"Art. 2º .....
'Art. 81-A. Os recursos do fundo constituído nos termos do inciso II do art. 81 poderão ser destinados a cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços de interesse coletivo prestados em regime privado, inclusive para a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis.'"
EMENDA Nº -CAE
Dê-se a seguinte redação ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2017:
"Art. 3º O art. 135 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§2º, 3º e 4º, designando- se o atual parágrafo único como §1º:
'Art. 135. .....
§1º.....
§2º A autorização para a prestação de serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo será condicionada à obrigação de cobertura de todos os distritos com população superior a mil habitantes situados dentro de sua área de operação.
§3º Para as autorizações em vigor, a obrigação de cobertura de que trata o §2º será objeto de compromisso complementar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º Os custos decorrentes das obrigações de cobertura previstas nos §§2º e 3º que não possam ser recuperados com a exploração eficiente do serviço serão cobertos com recursos do fundo constituído nos termos do inciso II do art. 81.'" (NR)

EMENDA Nº -CAE
Dê-se a seguinte redação ao art. 4º do Projeto de Lei do Senado nº 222, de 2017:
"Art. 4º O art. 1º da Lei nº 9.998, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:
'Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a:
I – cobrir custos decorrentes do cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações prestados em regime público que não possam ser recuperados com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no art. 81, inciso II, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;
II – cobrir custos que não possam ser recuperados com a exploração eficiente de serviços de interesse coletivo prestados em regime privado, nos termos do art. 81-A da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.'" (NR)

É a Lei Geral de Telecomunicações.

Na verdade, nós apresentamos aqui antes que esses recursos que vão para o Fust, que, hoje, são da ordem de mais de R$30 bilhões, são pouco aplicados, servem exclusivamente para se colocar no caixa do Governo para fazer superávit.

O Ministro Paulo Guedes esteve recentemente na Presidência do Senado com vários Senadores e com o Presidente Davi Alcolumbre e disse que iria sugerir mandar para o Senado Federal um projeto de lei para acabar com esses fundos que recolhem os recursos e não são aplicados. Ele citou, inclusive, o Fundo da Marinha Mercante. Disse até que o Ministro Tarcísio estava precisando de R$65 milhões para construir uma estrada e que o Fundo da Marinha Mercante tinha exatamente mais de R$5 bilhões que não eram utilizados. Este caso aqui difere um pouco disso. Esse caso do Fust é de recursos provenientes dos próprios usuários do sistema de telefonia móvel que não voltam para beneficiar os usuários. Por exemplo, uma cidade tem dez mil habitantes na sede, e, distante dela, há um distrito com 1,5 mil pessoas. Esse distrito não é beneficiado com a telefonia móvel, porque esses recursos do Fust não são aplicados.

Portanto, eu louvo aqui a iniciativa do Senador Jader Barbalho. Que possamos aprovar isso, para que essa lei seja sancionada, obrigando que os recursos do Fust sejam aplicados em benefício dos usuários do sistema de telefonia móvel no Brasil. É uma coisa que vem se arrastando há muito tempo, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional não toma uma decisão para obrigar a aplicação desses recursos em benefício dos usuários do sistema de telefonia móvel.

Portanto, o meu voto é pela aprovação, com as emendas de relatoria que aqui li, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia Abreu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, só quero complementar aqui o relatório do Senador Otto Alencar.

Nós temos R$20,5 bilhões neste fundo. De 2001 a 2016, de R$20 bilhões nós só usamos R$345 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Exatamente. Mas me parece que já há um valor maior.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, é uma coisa impressionante.

Com relação à proposta, eu estive com o Ministro dos Transportes. Lá há três fundos. Então, nós estamos trabalhando na Comissão de Infraestrutura para criar o fundo único de infraestrutura, através de um projeto de lei, com algumas permissões, ampliando as permissões do uso desse recurso. Em vez de ficar congelado, ele será da infraestrutura e será usado onde mais precisar.

Mas eu estou levantando, no meu gabinete, todos os fundos existentes, todos os saldos, Senador Omar, e sugiro que, assim como nós faremos desse projeto um projeto da Comissão de Infraestrutura do Senado, nós tenhamos um projeto da CAE para organizar esses fundos todos espalhados.

Uma das coisas importantes é a desvinculação, porque está tudo no superávit. Então, para não tirar o dinheiro de uma vez e achar que querem prejudicar o Governo, ou que nós queremos, nós precisamos fazer uma tabela progressiva de desvinculação para os próximos dez anos. A promessa do Governo Federal é a de que, em dez anos, o País é outro. E eu acredito que sim, torço para que isso aconteça. Então, vamos liberando os fundos.

Só na aviação civil, nós temos mais R$20 bilhões, que é resultado da venda de todos os aeroportos, e colocaram no orçamento R$120 milhões para a SAC, que é a Secretaria de Aviação Civil. E os aeroportos regionais... Nós não temos aviação regional porque não temos aeroportos. Para ter aviação regional e para virem essas novas empresas *low cost*, de que tanto o Governo como a Agência Nacional de Aviação Civil falam, é preciso haver lugar para descer. Então, deve haver aeroportos.

Então, sugiro que, na Comissão, na CAE, nós possamos fazer um trabalho em conjunto, assinado pela Comissão, para se chegar o máximo possível à concordância, para fazermos uma proposta para o Governo em nome de todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Kátia, em relação aos aeroportos – e V. Exa. entende bem disso –, o filé foi entregue, e o coxão duro ficou, e, no coxão duro, não será feito investimento público. Antigamente, a Infraero tinha a obrigação de cuidar de algumas... Na minha região mesmo, essa é uma preocupação, porque o Aeroporto Eduardo Gomes, que é o aeroporto internacional, é superavitário, não dá prejuízo, mas os outros aeroportos do interior que são necessários para a aviação regional não são superavitários e, então, eram financiados pela Infraero. A partir do momento em que se privatiza, essas pessoas não têm compromisso. Aí a senhora diz: privatizou por R$20 bilhões, e se colocaram R$120 milhões. Então, o caos ainda está vindo e vai chegar aos poucos.

Agora, otimista... O Senador Otto colocou agora a questão do... Eu nem vou falar do Ministro Paulo Guedes, mas o Ministro Paulo Guedes, todo dia, tem um número diferente para cada situação que ele coloca.

Sobre a questão do Fundo da Marinha Mercante, Senador Otto, ele não libera dinheiro porque eles estão segurando, não é por falta de projeto, não. Na minha região, há muitos projetos na Marinha Mercante, principalmente para o transporte de passageiros, para os quais eles não estão liberando os recursos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles usam isso para pagar juros. Esse dinheiro já foi!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem: há esse negócio de dizer que há R$50 bilhões. O dinheiro não é liberado porque o Governo realmente está segurando absolutamente tudo.

Senador Carlos Viana, por favor...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente – este é só um aparte, Senador –, o orçamento do Ministério da Infraestrutura para o ano que vem é de R$6 bilhões. Só no Fundo da Aviação Civil, há R$20 bilhões. Aqui no Fust, há mais R$20 bilhões. E o Ministro tem R$6 bilhões. Eu não sei realmente o que ele vai fazer com R$6 bilhões, que eu acho que não dá para manter a máquina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Bem, já que os senhores estão falando tanto de aviação, que é um tema que me agrada muito, eu quero dar os parabéns aqui, pelo relatório e pela proposta, ao Senador Jader Barbalho, fazendo uma analogia: o Brasil, Senadores, é como um Boeing 747, uma das máquinas mais maravilhosas, para quem gosta da pilotagem e da aviação, e não é só porque ele é dividido, como o Brasil – primeira classe, classe executiva, classe econômica –, não é isso. É que quem vai pilotar um Boeing 747 tem que obedecer a uma série de critérios – temperatura, tamanho da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pista, peso do avião – para que ele possa realizar as manobras com toda a segurança. Na terra de V. Exa., por exemplo, os voos ali entre 11h30 e 14h são quase proibitivos pelo calor. A possibilidade de um acidente com ar quente é muito grande. Então, no Boeing 747, Senador Amin, se o piloto decidir fazer uma manobra de caça, o piloto automático tira o comando do comandante. Por quê? Porque, se ele fizer isso, ele quebra o avião em vários pedaços. Ele tem que obedecer à rota, o pouso dele tem a velocidade certa, há todo um cálculo que precisa ser feito. É uma máquina maravilhosa, como o Brasil, mas que precisa ser trabalhada também dentro de uma responsabilidade para não partir esse avião.

Do que eu estou falando aqui? Nós temos, no âmbito da CCT, um projeto que fala sobre o acesso ao serviço condicionado de TV e internet, que é uma grande discussão que interessa à AT&T, à Warner, que são as TVs de assinatura do Brasil, às empresas produtoras de conteúdo e de distribuição pela internet. É um debate que está no âmbito internacional hoje, mas, quando a gente olha a parte final do 747 brasileiro, a gente observa que Estados, em sua maioria... Em Minas Gerais, com 853 Municípios, nós ainda temos quase 35% da população sem acesso direto à internet. Por quê? Porque a construção das torres que podem levar tanto a telefonia móvel como também o acesso à internet mais rápida, seja via cabo, seja via antena ou satélite, torna-se proibitiva para a maioria dos distritos, prefeituras e Estados.

Essa proposta vem corrigir pelo menos esse ponto, trazendo a possibilidade de que a gente democratize o acesso às informações, especialmente o acesso, como primeiro passo, à telefonia móvel, que já não deveria ser um problema no País, mas ainda o é. Segundo, isso possibilita que futuramente nós tenhamos 100% do Território nacional cobertos pelo sistema de internet.

Isso bate um pouco com o que o Senador Jean Paul Prates e eu conversamos outro dia aqui, não sei se nesta Comissão ou em outra, sobre o papel que o Estado brasileiro ainda tem. Nós estamos num patamar de desenvolvimento em que boa parte, como o senhor disse, do filé é entregue, mas nós ainda temos um coxão duro que precisa ser trabalhado.

E nós estamos falando de distritos, vários deles, às vezes, a 250 quilômetros da nossa capital, Belo Horizonte, que não têm um serviço de telefonia móvel. Por quê? Não interessa a nenhuma das empresas a construção de uma antena para retransmissão. Aí nós vamos ao Governo do Estado, ao departamento que cuida disso, e o Governo não tem dinheiro. Nós temos que ficar lá – é aquela coisa toda – pedindo uma antena de celular!

E aqui, Senador Otto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Fustel deve ter uns R$40 bilhões teoricamente em caixa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Caminhamos para isto, para o acesso, para a possibilidade de que esse dinheiro seja utilizado para que a gente possa corrigir essas diferenças em nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o meu posicionamento, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jean Paul, por favor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, de acordo até com o próprio Relator, eu queria pedir vista do projeto, mais uma vez pegando uma carona com o Senador Amin, por 15 dias, porque, na semana que vem, talvez eu não possa estar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E há precedente, não é, Presidente? Eu já pedi os 15 dias e faço coro com o Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem peruca e sem cabelo branco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por uma questão de tolerância...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Eu vou justificar por quê. Conversei com o Relator a respeito disso.

Temos vários projetos. Agora está em voga esse assunto das telecons. Temos o PL 79 também, mas, em relação ao Fust, temos dois paralelos: eles alteram a Lei do Fust e a lei das teles. Há um projeto de autoria do próprio Senador Otto que descontingencia os recursos.

Então, Senadora Kátia, é importante saber que nós temos os recursos no fundo, mas não podemos usá-los porque o teto de gastos não permite. Então, não adianta nada. O próprio projeto aqui ficaria deficiente nesse sentido. Haveria uma nova destinação, mas não se poderia destinar o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, como o projeto que eu estou relatando, que é da autoria do Senador Otto, faz isso, eu gostaria de ver e ter um tempo – 15 dias, provavelmente –, para que a gente pudesse juntar ou fazer, de alguma forma, um trabalho de consistência entre esses dois projetos, já que eles alteram as mesmas leis no mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu fui Relator na CCT desse projeto do Senador Otto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O pedido de vista está concedido por cinco dias, até a semana que vem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na semana que vem, talvez eu não esteja aqui. Por isso é que... Mas vamos ver...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu concordo plenamente com o Senador Jean Paul, porque ele é Relator do meu projeto, e, com esse projeto do Senador Jader Barbalho, ele pode estudar e talvez fazer um projeto único para votar e dar seguimento a esse projeto de lei.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o item 9.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 3.526, DE 2019

- Não terminativo -

Estabelece a obrigatoriedade da prestação de cirurgia plástica reconstrutiva de lábio leporino ou fenda palatina pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD/RS)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: favorável ao projeto.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – O item 9 é um projeto que vem da Câmara dos Deputados e que torna obrigatório que o SUS faça as cirurgias de lábio leporino e de fenda palatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu tenho 47 anos de formado em Medicina e sou ortopedista. Eu trabalhei em um hospital...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por sinal, eu quero aqui dizer que nós Senadores ficamos muito tranquilos com o atendimento que V. Exa. deu ao Cid Gomes...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há algumas preocupações levantadas pela Senadora Kátia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A Senadora Kátia está brincando com uma coisa séria. Eu fui dar um atendimento de urgência, de emergência ao Senador Cid Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas a Senadora Kátia correu ao meu encontro e disse: "Omar, se, Deus nos livre, acontecer alguma coisa aqui...".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu disse: "Por favor, não se preocupe".

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O Senador Cid Gomes é portador, como ele falou, da síndrome vasovagal, que é uma vasodilatação da área mesentérica do abdômen até os membros inferiores. Com isso, o sangue desce todo, quando se passa muito tempo em pé, e dá uma diminuição do fluxo de sangue no cérebro.

Quando ele teve o problema, eu, que trabalhei muito tempo em atendimento de urgência, em pronto-atendimento, percebi, vi que ele estava com sudorese. Eu o deitei em posição horizontal, e fizemos a posição de Trendelenburg, levantando as duas pernas, para que o sangue dos membros inferiores voltasse para a cabeça. Ele se recuperou. É uma coisa simples. Isso pode dar até problema para as pessoas que passam muito tempo com essa perda de sangue no cérebro.

Mas, quanto a este caso aqui, Sr. Presidente, o que eu queria falar é que hoje existem especialidades para todo tipo de enfermidade, de lesões. Na minha família, nós somos oito ortopedistas, em Salvador. Então, há o que faz cirurgia de quadril, o que faz a de ombro, o que faz a de joelho. Na minha época, éramos obrigados a fazer todo tipo de cirurgia. E eu trabalhei num hospital, que era o Hospital da Irmã Dulce, e lá nós tínhamos que estudar as coisas para fazer cirurgias que não eram da nossa especialidade, porque não havia médico. Por exemplo, no caso de lábio leporino, que é uma fenda no lábio superior, e de fenda palatina, que é uma fenda no palato, eu, várias vezes, botei na sala e operei. Eu estudava muito a técnica cirúrgica para fazer essa cirurgia plástica. E, normalmente, essa é uma lesão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma má-formação que acontece em grande quantidade no Brasil, e as pessoas economicamente mais fracas não têm condições de pagar um cirurgião plástico, que cobra muito alto por isso.

Portanto, a iniciativa aqui do Deputado é uma iniciativa correta, por tornar obrigatório que o Sistema Único de Saúde possa oferecer esse serviço a essas pessoas que não podem pagar um bom cirurgião plástico, a fim de que possam ter esse acesso e fazer a cirurgia.

Portanto, é meritório, e o meu voto é pela aprovação do projeto de lei, para que o Sistema Único de Saúde possa oferecer esse serviço.

Não é uma cirurgia plástica. Às vezes, a pessoa pensa que a cirurgia de lábio leporino ou de fenda palatina é só uma cirurgia plástica, mas não o é. Dificulta a alimentação, causa uma série de problemas para as pessoas que são portadoras. Portanto, é uma necessidade do paciente fazer essa cirurgia.

Em qualquer lugar que houver um caso desse e em que alguém me chamar, eu ainda vou me arriscar. Eu operei as mãos, estou bem agora. Dá para eu operar tranquilamente um lábio leporino e deixar o cidadão sem nenhum problema. Aliás, entre tantas cirurgias que fiz... Recentemente, eu fui a uma cidade do interior da Bahia para uma inauguração, e um cidadão de 40 ou 50 anos me procurou e disse: "Olhe, o senhor operou o meu lábio leporino". Eu olhei, e estava razoável. "Está bem?" "Está bem." "Então, espalhe que fui eu." Quando está bem, o médico pede que espalhe; quando fica complicado, o médico pede para voltar, para fazer a revisão cirúrgica.

Portanto, o meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só tenho uma pergunta: quem foi a vítima?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aprovado o projeto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem foi o beneficiado?

E vou dizer mais: a Senadora Kátia estava aqui levantando essa questão do atendimento.

Senadora Kátia, eu quero só avisar a V. Exa. – e não desejo isso –, quero avisar ao nosso califa, o Senador Espiridião Amin, e aos outros Senadores presentes que eu trago aqui, na minha carteirinha, Isordil sublingual, para caso de infarte, e Adalat sublingual, para o caso de a pressão subir. É só me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar, que eu atendo, resolvo na hora e ainda o faço pelo SUS. Não vou cobrar pelo seguro aqui do Senado, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa última informação é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é importante. Tomara que a gente não precise disso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Principalmente na colônia árabe, isso vai dar uma grande receptividade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já está aprovado o projeto.

Eu quero aqui só fazer uma referência a alguns médicos abnegados que fazem esse tipo de mutirão Brasil afora, principalmente no meu Estado. A única contribuição que eles pediam era que a gente desse a estrutura para eles fazerem esse tipo de cirurgia.

Nós temos no Brasil um centro de excelência, que fica em Bauru, no interior de São Paulo, que trata desses assuntos, e muitos já foram ao meu Estado fazer isso, de forma generosa por parte deles, porque realmente, como V. Exa. colocou, Senador Otto, há muitas pessoas com esse tipo de problema. Muitas vezes, a mãe está desinformada, o pai está desinformado, sem condições financeiras, e a criança vai crescer com aquilo. Eram apelidadas, na minha época...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Sofriam *bullying*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sofriam *bullying*. Apelidava-se a pessoa como fanho etc. Isso todos nós já vivemos. E a gente pode corrigir isso quando a pessoa ainda é criancinha, com certa idade. Eu tive um amigo, tenho ainda um amigo cujo filho nasceu sem a parte de cima...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – O palato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. E o filho fez algo em torno de 30 a 40 cirurgias para isso ser corrigido. Graças a Deus, hoje já é um adulto, e ele teve essa condição. E tudo foi feito em Bauru, no interior de São Paulo.

Há um requerimento do Senador Otto, que é a última... Aliás, é do Senador Jaques Wagner. É que sempre eu falo no Otto, mas vamos falar aqui no Senador Jaques Wagner, grande baiano.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A confusão só me agrada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não! V. Exa. está...

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 86, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 52/2017.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

O PLS nº 52, de 2017, almeja regulamentar a concessão de créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), durante cinco exercícios financeiros, de modo a estimular o incremento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb).

A realização da pretendida audiência mostra-se justificável a esta Comissão, posto que os reflexos do PLS suplantam os limites da saúde pública.

Diante da importância do tema, bem como de seus reflexos diretos na vida cotidiana e saúde do cidadão comum, há de trazer, ao citado projeto, o olhar externo dos especialistas.

Agora, o senhor pede isso, Senador, mas não sugere nomes.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que, depois que eu recebi a relatoria, houve várias entidades interessadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Elas o pediram...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É. Então, eu estou pedindo a marcação e, evidentemente, eu lhe mandarei os nomes. O Senador José Serra também quer indicar alguns.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor pode fazer isso, porque eu preciso pelo menos confirmar a presença.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu confirmo até hoje à tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Outro dia, nós fizemos uma audiência, e eu convidei um grande amigo meu – foi uma amizade que fiz no Senado –, o Senador pelo Ceará, que foi Ministro da Previdência, o Senador Pimentel, e ele não pôde vir. E seria uma contribuição muito grande a do Pimentel, que tinha de estar aqui com a gente, debatendo esses assuntos, porque é um profundo conhecedor disso. Infelizmente, ele não veio. Veio o Ricardo Berzoini, mas o Pimentel não pôde vir.

Então, nós precisamos saber quem são os convidados. Precisamos saber se eles poderão estar aqui presentes ou não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A única coisa que eu pergunto é se nós podemos aprovar. Eu, evidentemente, aponto os nomes...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – No máximo hoje à tarde, eu lhe envio os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E fale aqui com o Alexandre, por favor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.! Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Vanderlan Cardoso, Tasso Jereissati, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Acir Gurgacz, Paulo Paim, Jaques Wagner, Carlos Viana, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Jorginho Mello e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, José Serra, Plínio Valério, Rose de Freitas, Alvaro Dias, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Irajá e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de iniciar os trabalhos, a presidência propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 54, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora LENISA RODRIGUES PRADO, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Fernando Bezerra Coelho e Marcos Rogério. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 55, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Após lido o relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 56, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor SÉRGIO COSTA RAVAGNANI, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Após a leitura do relatório pelo senador Marcos Rogério, o presidente da comissão, senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 57, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana e Otto Alencar. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 58, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor LUIS HENRIQUE BERTOLINO BRAIDO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Após lido o relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 59, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. **Resultado:** Após lido o relatório, o presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3975, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015) - Não Terminativo -** que: "“Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei”" **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Marcos Rogério e Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação apresentada. **Resultado:** O presidente da comissão, senador Omar Aziz, concede vista coletiva da matéria, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Favorável à Emenda nº1-CCJ-CDR (Substitutivo),com as Subemendas nºs 1 a 7-CDR e uma subemenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº8-CDR. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ-CDR-CAE (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1 a 7-CDR-CAE e a Subemenda nº9-CAE, e pela prejudicialidade da Subemenda nº8-CDR. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** Adiada. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 222, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 425, de 2017 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para estabelecer regras de anistia, remissão, transação e parcelamento dos créditos tributários." **Autoria:** CPI da Previdência. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas, e contrário à Emenda nº 1. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 486, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a associação de Municípios." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Daniella Ribeiro, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Otto Alencar e Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Observação:** A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1280, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece condições especiais de financiamento para a aquisição de veículo utilitário por profissional de ciências agrárias." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 14 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 15 - Projeto de Resolução do Senado n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma Paul Singer." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Adiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16 - Ofício "S" n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Ministério da Fazenda. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Adiada. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado. **Resultado:** A comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), por 14 (quatorze) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300, XVI, do RISF. **Observação:** De acordo com o art. 282 do RISF, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com uma subemenda apresentada. **Resultado:** Adiada. **ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiada. **ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiada. **ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** Adiada. **ITEM 22 - Projeto de Lei n° 1766, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiada. **ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 24 - Projeto de Lei n° 3384, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.214, de 27 de março de 2001, que dispõe sobre a atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB); e a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do SPB, para alterar o nome do SPB para Sistema Brasileiro de Movimentações Financeiras." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 105, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 57/2018, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 105/2019 – CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom dia.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2019

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora LENISA RODRIGUES PRADO, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Não apresentado.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão.

Hoje nós temos o relatório de seis nomes indicados para o Cade.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga para que possa proceder à leitura do seu relatório sobre a indicação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir relatório.) – Presidente, primeiro agradeço a V. Exa., que me designou para relatar a indicação da eminente Sra. Lenisa Rodrigues Prado para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Essa referida lei

> estrutura o Sistema de Defesa da Concorrência – SBDC e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Segundo o disposto no art. 6º, o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do Cade, é formado por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.
> § 1º O mandato do Presidente e dos Conselheiros é de 4 (quatro) anos, não coincidentes, vedada a recondução.

Lenisa Rodrigues Prado é cidadã brasileira, graduada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília em 2004, especialista em Direito Público em 2007 e mestre em Direito Constitucional em 2018 pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Ao longo de sua carreira foi assessora do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Conselheira representante dos contribuintes por indicação da Confederação Nacional do Comércio no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, assessora no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e assessora do Consultor Jurídico no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Além disso, atuou em diversos escritórios de advocacia, tais como Soares e Cardoso Advogados Associados, Salomão e Matthes Advogados Associados, Advocacia Dias de Souza, entre outros. Atualmente é advogada associada no escritório Rodrigo Prado Advogados Associados e professora no Instituto Brasileiro de Direito Público.

Adicionalmente, em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada apresentou, além do *curriculum vitae*, os seguintes documentos, que foram entregues à Comissão dentro do prazo previsto:

- declaração de que não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional;

- declaração de que, atualmente, não participa, como sócia proprietária ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais – quanto à sua participação em qualquer tempo como sócio proprietário ou gerente de empresa ou entidades não governamentais, declarou que, em 2006, foi sócia do escritório Salomon & Matos Advogados Associados S/S EPP, sociedade que está inativa e devidamente baixada perante a Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, conforme informa na declaração e em comprovante anexo;

- declaração de regularidade fiscal no âmbito federal e distrital, acompanhada de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal e de Certidão Negativa de Débitos relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;

- declaração de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte nas Justiças Federal e Distrital; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- declaração de que atuou, nos últimos cinco anos, contados retroativamente de 2019, como Conselheira Julgadora, integrante da 2ª Turma da 3ª Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), no período compreendido entre dezembro de 2015 e dezembro de 2017, e de que nunca participou de conselhos de administração ou de cargos de direção de agências reguladoras.

Em declaração assinada e datada de 26 de agosto de 2019, destinada a atender o previsto no art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno do Senado Federal, a Sra. Lenisa Rodrigues Padro declara que possui experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para o qual foi indicada pela Mensagem nº 54, de 2019.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação da Sra. Lenisa Rodrigues Prado para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Pela idade, não pelo cargo ou pela importância, porque todos são iguais perante o Senado, o Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É que você é *ad hoc* e vai fazer um grande papel aqui hoje, Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Por esse critério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a idade, rapaz! Você é muito novo ainda. Quando você chegar à idade dele...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra, é o item 5.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 58, DE 2019

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor LUIS HENRIQUE BERTOLINO BRAIDO, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatório: a Comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para proferir relatório.) – Muito obrigado.

Quero agradecer ao Senador Marcos Rogério e ao Senador Veneziano, para que eu possa fazer a leitura do nosso relatório.

O Presidente da República, por meio da Mensagem nº 58, de 2019, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luis Henrique Bertolino Braido para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, consoante disposto no art. 52, inciso III, alínea "f" da Constituição Federal, e no art. 6º da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011.

Compete ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, em arguição pública e voto secreto, os conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em seu art. 6º, a Lei 12.259, de 2011, disciplina que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos dentre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada. O mandato dos Conselheiros é de quatro anos, sendo vedada a recondução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luis Henrique Bertolino Braido é cidadão brasileiro, graduado em Economia pela Universidade de São Paulo, em 1993, com mestrado em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, em 1998, e doutorado em Economia pela Universidade de Chicago (2002).

Em sua vida profissional, o indicado foi professor dos Programas de Graduação, Mestrado e Doutorado da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, desde 2002. Também foi professor do Programa de Graduação da Universidade de Chicago. Foi Diretor de Graduação de Pesquisa de Ensino da Fundação Getúlio Vargas. Também participou de comitês científicos e pareceristas de revistas cientificas importantes. Coordenou projetos de consultoria desenvolvidos para distintas instituições.

O currículo do indicado evidencia uma formação acadêmica e um histórico profissional como professor e pesquisador de excelência. O indicado tem todas as credenciais necessárias para o desempenho das atividades de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

As informações em seu currículo demonstram que já publicou trabalhos em revistas internacionais de relevo na área de economia e concorrência e leciona economia há quase 20 anos em escola de grande prestígio – a EPGE da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Conforme o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou seu currículo, bem como os documentos listados abaixo, dentro do prazo esperado:

- Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas vinculadas ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica;

- Declaração de que está em plena regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal e certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, certidão de regularidade fiscal;

- Declaração de que nada consta referente a processo, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte no âmbito da Justiça Federal, e certidão do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, certidão de antecedentes criminais, certidão de quitação com a Justiça eleitoral, certidão negativa de débitos trabalhistas;

- Declaração de que não atuou nos últimos cinco anos, contados retroativamente a 2019, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras federais;

- Declaração de que não atuou, em qualquer tempo, como sócio administrador ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais. Informou ser sócio – mas não administrador – da empresa FI Consultoria Econômica Ltda., da qual irá se desassociar antes de tomar posse no cargo de Conselheiro do Cade, caso este Senado aprove a sua indicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em declaração assinada e datada de 2 de setembro do corrente ano, afirma que possui qualificação técnica e experiência profissional, bem como afinidade intelectual e moral, para o pleno exercício da função de Conselheiro do Cade.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras que integram esta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Luis Henrique Bertolino Braido para exercer o cargo de Conselheiro do Cade.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Agora é a Senadora Daniella.

Quer discutir o nome do...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois é você. E depois é o Senador Marcos Rogério, que está substituindo o Senador Rodrigo Pacheco.

Senadora Daniella Ribeiro, é o item 2?

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2019

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro para que proceda à leitura do seu relatório sobre a indicação.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

Mediante a Mensagem nº 55, de 2019 (nº 378, de 2019, na origem), o Presidente da República submete, em conformidade com o art.52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12, §1º, da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, e com o art. 5º, Anexo I, do Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de dois anos.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo possui graduação em Economia pelo Centro Universitário de Brasília (2001) e em Direito pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (2006), pós-graduação em Processo Administrativo Disciplinar pela Universidade de Brasília (2008) e mestrado em Constituição e Sociedade pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (2014). Atualmente é doutorando em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais.

O indicado é servidor público desde 2004, tendo sido Técnico Judiciário do Superior Tribunal de Justiça de 2004 a 2006.

Desde 2006, ocupa o cargo de Analista de Finanças e Controle do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Nessa condição, o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo foi instrutor de Processo Administrativo Disciplinar (2007-2012),Assessor do Corregedor-Geral da União (2009-2010) e Chefe de Gabinete do Corregedor-Geral da União (2010-2012). Foi ainda Secretário-Executivo do Ministério das Cidades (2012-2013).

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Daniella Ribeiro, só um minutinho por favor.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir um pouquinho de silêncio, para que a Senadora possa fazer o seu relatório e a gente possa prestar atenção.

Por favor, Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Na seara acadêmica, o Sr. Alexandre Cordeiro Macedo é professor de Direito Econômico e de Análise Econômica do Direito do Instituto Brasiliense de Direito Público desde 2015.

É também professor visitante da Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos) desde 2014, tendo lecionado as disciplinas Lei Anticorrupção e Direito Concorrencial. É também professor visitante da Antonin Scalia Law School da George Mason University, nos EUA. Além disso, segundo seu Currículo Lattes, vê-se que o indicado publicou diversos artigos acadêmicos em periódicos sobre questões envolvendo o campo do Direito Econômico.

Atualmente, o indicado é Superintendente Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo que sua recondução ao posto, conforme mensagem do Presidente da República, será objeto de deliberação do Senado Federal.

O Sr. Alexandre Cordeiro Macedo, portanto, tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Administrativo e em Direito Econômico, temas afeitos à área de atuação do Cade.

Em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes documentos foram entregues à Comissão dentro do prazo exigido:

– Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional;

– Declaração de que participa como sócio cotista da empresa JK Global Partners, não sendo, no entanto, gerente ou administrador da referida sociedade;

– Declaração de que, nos últimos cinco anos, não atuou em juízos e tribunais, em conselhos de empresas estatais ou em cargos de direção em agências reguladoras, ressalvados os cargos de Conselheiro e Superintendente-Geral do Cade, cargo que ocupa atualmente;

– Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos emitida pelo Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; e

– Declaração da existência, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dos processos cíveis nºs:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- 0036468-66.2015.8.07.0001 (Res. 65 – CNJ) (2015.01.1.125521-7);

- 0001549-51.2015.8.07.0001 (Res. 65 – CNJ) (2015.01.1.005661-8);

- 0714362-30.2019.8.07.0001 (Res. 65 – CNJ);

- 0739437-26.2019.8.07.0016 (Res. 65 – CNJ);

-– e que não possui outras ações judiciais nas quais figure como autor ou réu.

Informa, por fim, em declaração assinada e datada de 29 de agosto de 2019, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade objeto de sua indicação.

Há nos documentos entregues pelo Sr. Alexandre Cordeiro Macedo uma certidão positiva de débitos de valores relativos a IPTU e TLP. Entendemos que esses débitos decorrem de uma disputa judicial na esfera cível entre o indicado (coautor) e as empresas Empreendimentos Imobiliários Monte Brasília SPE Ltda. e Rapha Construtora Ltda. (corrés) relativo à rescisão do contrato de compra e venda de um imóvel. A sentença proferida em primeira instância decretou a rescisão do referido contrato de compra e venda. Como ainda cabe a análise do recurso da decisão, o imóvel objeto da lide continua em nome do autor sendo as guias referentes ao IPTU e à TLP emitidas em seu nome. Confirmada a decisão da primeira instância, a dívida será das corrés, não do indicado.

Ante o exposto, submetemos aos membros desta Comissão de Assuntos Econômicos tais informações e elementos disponíveis para deliberação sobre a indicação do nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Sala da Comissão.

Sr. Presidente, é esse o relatório. Lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa., bom dia à Sra. Senadora Daniella Ribeiro, aos demais companheiros que nesta manhã presentes estão neste Colegiado.

Quero, primeiro, agradecer a V. Exa. a distinção que teve conosco identificando que um dos indicados, no caso o jurista advogado Walter Agra Júnior, é um conterrâneo paraibano. E eu tenho uma alegria extrema... Além de ser paraibano, ele é da nossa amada Campina, conterrâneo meu e da Senadora Daniella Ribeiro, e nós nos sentimos muito felizes com a possibilidade de ver seu nome indicado à recondução à Procuradoria do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, cujas atribuições importantíssimas foram mencionadas no relatório primeiro, feito pelo Senador Eduardo Braga, em relação a um dos conselheiros.

Então, eu faço a leitura do nosso relatório.

Mediante a Mensagem nº 59, de 2019, o Presidente da República submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º, Anexo I, do Decreto no 9.011, de 23 de março de 2017, o nome do Sr. Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com mandato de dois anos.

O Sr. Walter de Agra possui graduação em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba e mestrado em Direito Processual pela Universidade Católica de Pernambuco. Foi Conselheiro Seccional na Paraíba da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselheiro Federal da OAB e Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público entre os anos de 2013 a 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi ainda Professor Titular da Faculdade de Ensino Superior da Paraíba (Fesp), Professor Assistente I da Universidade Federal da Paraíba, Professor de Direito Processual Civil no Centro Universitário João Pessoa, nossa capital, e na Faculdade de Ensino Superior da Paraíba, e Professor de Direito Administrativo na Universidade Estadual da Paraíba, *campus* Guarabira.

Além de ser o atual Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, conforme o *curriculum vitae* que acompanha a mensagem, o Sr. Walter de Agra Júnior também atua como advogado no Solon Belevides e Walter Agra Advogados Associados, sendo o endereço desse escritório que consta no referido currículo do indicado.

O Sr. Walter de Agra tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, atuando principalmente nos campos do direito privado, direito eleitoral e direito administrativo.

Em atendimento ao art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado apresentou, além do *curriculum vitae*, os seguintes documentos, que foram entregues na Comissão dentro do prazo exigido: declaração de que não possui cônjuge, companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas ao Cade; declarou que não participa ou participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas públicas ou entidades não governamentais; declarou a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual, distrital e municipal, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; também declarou que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte das Justiças Federal e Estadual.

Também declarou que não atuou, nos últimos cinco anos, contados retroativamente a partir do ano de 2019, em quaisquer juízos e tribunais, conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de confiança ou em cargos de direção de agências reguladoras federais, à exceção do cargo que ocupa atualmente, de Procurador, para o qual está sendo indicado por S. Exa. o Presidente da República para recondução por um mandato de dois anos.

Informa, por fim, Sr. Presidente, companheiros e companheiras Senadoras, em declaração assinada e datada de 3 de setembro de 2019, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade objeto de sua indicação.

Ante o exposto, pensamos e temos a plena convicção de que os membros da Comissão de Assuntos Econômicos dispõem de todas as informações exigidas e critérios definidos para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública por um mandato de dois anos.

Eis o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma, em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 56, DE 2019

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor SÉRGIO COSTA RAVAGNANI, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da Comissão.

Senador Marcos Rogério. O item 3, de que seria Relator o Senador Rodrigo Pacheco, passou para o Senador Marcos Rogério. Por favor, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Omar Aziz, Presidente da CAE, a designação para relatar a matéria, obviamente, subscrevendo integralmente o voto apresentado pelo Senador Rodrigo Pacheco, meu Líder do Democratas, neste Senado Federal, e que elaborou um voto substancioso e muito coerente, o que é próprio do estilo do Senador Rodrigo Pacheco, sempre muito cuidadoso.

O Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, por meio da Mensagem nº 56, de 2019 (nº 376, de 2019, na origem), em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei no 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Sr. Sérgio Costa Ravagnani para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Segundo os dispositivos constitucionais acima referidos, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a lei determinar. Por sua vez, a Lei nº 12.529, de 2011, que estrutura o Sistema de Defesa da Concorrência, dispõe, em seu art. 6º, que o Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros um Presidente e seis Conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de trinta anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal. O mandato do Presidente e dos Conselheiros é de quatro anos, não coincidentes, vedada a recondução.

Nesse contexto, cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 99, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, também por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

Registra-se que, neste particular, o indicado apresentou documentação que atendeu todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 2, de 2011 – CAE.

Ademais, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, a CAE deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre o candidato. Nesse sentido, o *curriculum vitae* anexo à Mensagem em análise relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Sérgio Costa Ravagnani. Adicionalmente, o indicado apresentou os seguintes documentos à Comissão:

– Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a

sua atividade profissional;

– Declaração de que teve participações acionárias minoritárias nas empresas Ambev, Eco Rodovias, Via Varejo e Azul Linhas Aéreas em 2019 e que, atualmente, possui participação minoritária nas empresas Banco Bradesco, B2W Digital, AES Tietê e Vale. Quanto às participações acionárias, o indicado destaca que foram fruto de poupança pessoal aplicada em investimentos de renda variável e que liquidará todas suas posições antes da posse no cargo, caso seu nome seja aprovado pelo Senado Federal;

– Declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e distrital, acompanhada da Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa junto ao Governo do Distrito Federal, e da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. O indicado destaca que o fato de serem certidões positivas com efeito de negativas se deve ao recolhimento parcelado de Imposto de Renda, IPVA e IPTU;

– Declaração de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte das Justiças Federal e Distrital;

– Declaração de que, nos últimos cinco anos, não teve atuação em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras. Por outro lado, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indicado destaca que é conselheiro de administração, desde setembro de 2017, da empresa Brasil Dental S.A., coligada do Banco do Brasil e que conta com participação indireta da União no seu capital social. Caso seja aprovado pelo Senado Federal, o Sr. Sérgio Ravagnani afirma que renunciará ao mandato de membro do conselho da Brasil Dental S.A; e

– Argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado afirma ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

Quanto à sua formação acadêmica, saliente-se que o Sr. Sérgio Ravagnani é formado em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) e pós-graduado em Gestão e Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Além disso, realizou curso de curta duração intitulado "Tax Avoidance and the Law", na London School of Economics and Political Science (LSE), na Inglaterra.

Nesse sentido, cumpre-nos destacar, ainda, que o autor publicou os seguintes artigos: "Da violação ao direito de propriedade e à justa indenização na desapropriação de imóvel rural por interesse social para fins de reforma agrária: uma análise prática" e "Possibilidade de restituição do imposto de renda retido na fonte na falência: análise conceitual e na jurisprudência".

Por fim, no tocante à sua experiência profissional, vale ressaltar que o indicado foi assessor do Vice-Procurador-Geral Eleitoral de 2006 a 2008 e é Procurador da Fazenda desde 2008. É Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, responsável pela subchefia adjunta de políticas econômicas desde 2016, além de ser Conselheiro de Administração na empresa "Brasildental Operadora de Planos Odontológicos – BB Dental" desde 2017.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação que resultará de voto secreto, limitamo-nos a este relatório, acreditando termos fornecido às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes da CAE elementos suficientes para decidir sobre a indicação do Sr. Sérgio Ravagnani para o cargo de Conselheiro do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica do Cade.

É o relatório, Sr. Presidente, apresentado pelo eminente Senador Rodrigo Pacheco, Relator designado, e por mim integralmente subscrito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal, concedo vista coletiva da presente matéria.

Há mais uma matéria que trata dos conselheiros para ser lida pelo Senador Carlos Viana, mas vamos ter que votar algumas matérias terminativas hoje, que eu vou, então, colocar depois. A gente vem protelando há muito tempo essas matérias terminativas e há algumas importantes, que têm que ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votadas imediatamente. A gente não tem votado por falta de quórum. Vou aproveitar o quórum aqui para podermos votar essas matérias terminativas que estão aí já faz alguns meses.

Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para pedir a V. Exa.: está como item 7 da pauta um relatório de um projeto que já foi aprovado pelo Senado, foi à Câmara, recebeu uma emenda e, como determina o Regimento, veio a esta Comissão apenas para que seja dado parecer sobre essa emenda e que se faça uma correção de um equívoco material sobre um anexo que deveria ser Anexo 2, Anexo 1. Se V. Exa. me permitisse eu faria um sucinto relatório para que V. Exa. pudesse despachar esse item 7 da pauta e fazer as deliberativas, como deseja V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Carlos Viana, para ler o relatório do último Conselheiro do Cade, depois o Senador Eduardo Braga.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 57, DE 2019

- Não terminativo -

Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão.

Senador Carlos Viana, por favor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Meu bom-dia, Sr. Presidente Omar, meu abraço a V. Exa. e a todos os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com muita satisfação leio aqui o parecer.

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 57, de 2019, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, em conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional.

A Lei nº 12.529, de 2011, estrutura o Sistema de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. Segundo disposto no art. 6º, o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem a estrutura organizacional do Cade, é formado por um Presidente e seis Conselheiros, escolhidos entre cidadãos com mais de 30 anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal. O mandato do Presidente e dos Conselheiros é de quatro anos, não coincidentes, vedada a recondução.

O indicado a Conselheiro é cidadão brasileiro, graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003), especialista em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006), doutor em Direito Civil pela Universidade de Camerino, Itália, uma das mais antigas em solo europeu, e pela Universidade de São Paulo (2015).

O indicado é advogado e professor. Além disso, é membro do Comitê de Jovens Empreendedores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), desde 2009, e Diretor do mesmo Comitê, desde 2015. Também atua como Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, desde 2016. Foi Diretor do Departamento Jurídico da Fiesp, de 2011 a 2014, e atuou como Coordenador e Presidente de Comitê no Instituto de Advogados de São Paulo. Possui diversos artigos publicados em livros.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 57, de 2019, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para o qual foi indicado pelo Senhor Presidente da República.

Adicionalmente, em atendimento ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, os seguintes documentos foram entregues à Comissão dentro do prazo previsto:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional junto ao Cade;

- declaração de que possui ou possuiu participação nas seguintes empresas: Almeida Prado e Hoffmann Advogados Associados, de abril de 2006 à presente data; Bravor Consultoria, Empreendimentos e Participações Ltda., de janeiro de 2008 a junho de 2018; Aph Administração e Participações Ltda., desde março de 2019; e High Incorporadora e Construtora Ltda., desde novembro de 2013;

- declaração de regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, acompanhada das respectivas certidões;

- declaração de que nada consta referente a processos, ações e execuções cíveis e criminais em que seja parte nas Justiças Federal e Estadual; e

- declaração de que não atuou em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Informa, ademais, em declaração assinada e datada de 27 de agosto do corrente ano, que possui experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do Cade.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da mesma forma como fiz com os outros, vou conceder vista coletiva.

Vamos estabelecer uma regra para ouvir os Conselheiros?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu achava que nós deveríamos ouvir o Presidente e o Procurador em um dia. É Presidente, não é? Procurador e Superintendente?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Superintendente-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Superintendente-Geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ouviríamos por duas horas ou uma hora os dois e, depois, nós ouviríamos ou outros quatro por duas horas e mataríamos logo isso de uma vez.

Vocês acham isso adequado?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. *Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, na próxima terça-feira, nós ouviremos por uma hora, de 10h às 11h, o Superintendente e o Relator...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Procurador. E, depois, nós ouviremos os outros quatro conselheiros... Até porque o Cade se encontra, neste momento, sem número suficiente para fazer reuniões. Então, nós ouviríamos todo mundo na terça-feira que vem, o.k.?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Major Olímpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o senhor está falando de ouvirmos os dois em uma hora?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tiver que ser um pouco mais, não há problema, mas nós vamos ouvir todo mundo na terça-feira que vem, independentemente do tempo...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sim, Sr. Presidente.

Eu até ponderaria com V. Exa., tendo em vista a importância que tem o Cade, muito embora esteja só com três conselheiros – faltam quatro –, e isso já é um absurdo por si só. Eu creio que nós devemos nos ater e nos aprofundar na sabatina com os indicados. Há duas situações aqui que são reconduções, mas nós temos quatro conselheiros... Eu estava olhando os relatórios e me preocupa não ter visto nos currículos dos quatro um trabalho mais amiúde nessa área de Direito Concorrencial, de Lei Antitruste.

Eu gostaria de lembrar à esta Comissão a importância que tem o Cade, os volumes que ali acabam sendo colocados em jogo e em votação. Até já houve uma menção de um douto do Direito Concorrencial dizendo que, perto do Cade, o Supremo Tribunal Federal é para administrar pequenas causas.

Então, eu pretendo, sim, me aprofundar no debate com cada uma das pessoas que estão indicadas para analisar com profundidade. Não entendo que deva ser uma coisa *pro forma*, não. Já ficou sem até agora, mas não pode ficar com quem não tenha condição de lá estar. Eu digo isso principalmente em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação a quatro conselheiros. Diante do que eu vi dos relatórios, preocupa-me, e eu gostaria de me aprofundar com essas pessoas sobre o conhecimento e o domínio sobre o que faz o Cade, como vota, como se posiciona ali, porque isso é vital e de interesse para o País.

Por isso, eu pondero com V. Exa. se nós faremos os seis no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olímpio, primeiro, vamos esclarecer aqui que esses nomes foram encaminhados pela Presidência da República – primeiro ponto.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Não, eu não estou entrando nesse mérito. A minha preocupação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, em princípio, o Presidente tem a obrigação de, antes de encaminhar um nome, fazer todo um estudo... Eles encaminham um nome, e nós vamos aqui fazer a sabatina sem problema nenhum.

Eu concordo com V. Exa. Só estou querendo ajudar aqui, mas acho também pouco tempo.

Então, vamos fazer o seguinte: vamos ouvir, a cada terça-feira... Nós podemos fazer duas, três terças-feiras, e ouvir... Se não, faríamos em uma terça ou quarta-feira, se os Senadores e as Senadoras concordarem em estar aqui para analisamos isso, sem problema nenhum, por mim.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o horário é o de menos. O Senador Major Olimpio coloca com razão: são quatro conselheiros novos que ele, como todos nós, temos obrigação de sabatinar. Não adianta a gente querer aqui também não fazer isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Mas pela ordem aqui: Major, se fosse identificado, no meu caso, do relatório, que a pessoa indicada não tem as condições para cumprir uma função tão importante no Cade, dessa maneira, o relatório seria negativo.

A titulação do meu caso, aqui... Só para exemplificar e fazer um recorte específico: a titulação dele, na Itália, é uma das universidades mais respeitadas no mundo na questão da concorrência e da Lei Antitruste, de acordo com a Constituição de cada país. Isso está muito... Acredito que os outros Senadores também, que apresentaram relatórios... Se as titulações não fossem pelo menos suficientes, os relatórios seriam negativos. Há uma responsabilidade grande da nossa parte...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, e eu não creio que o Governo encaminharia qualquer...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu não estou falando sobre o relatório de nenhum dos Srs. Senadores; eu estou falando do que eu vi no currículo dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foram apresentados. Causa-me preocupação do conhecimento do dia a dia dos processos que ali estão colocados no Cade. Entendo até que nós deveríamos avançar, não em relação aos que seriam reconduzidos, mas, como está com um conselheiro a menos, não pode deliberar. Então, que nós fôssemos fazendo os conselheiros...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – É verdade: nós estamos sem um órgão antitruste no Brasil neste momento.

Então, como nós temos quatro conselheiros, se fosse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Podemos fazer da seguinte forma: a gente ouve os quatro conselheiros na terça-feira que vem e, na próxima terça-feira, a gente ouve o superintendente e o procurador. Pode ser?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode ser assim?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então nós faremos a sabatina dos quatro conselheiros terça-feira que vem e, na outra terça-feira, nós ouviremos o superintendente e o procurador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou querendo ouvir os senhores e senhoras aqui. Vejam bem: eu não estou decidindo sozinho as coisas aqui não. Eu quero a opinião de vocês aí, para a gente não...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – ... eu ouvi aqui as ponderações do nobre Senador Major Olimpio e as suas preocupações. No entanto, creio que, no nosso Colegiado, qualquer Senador que tome a responsabilidade de fazer uma verificação do currículo e um relatório a respeito de um indicado para o Cade o fará de forma muita correta, com toda a precisão, olhando as condições técnicas, o currículo, a história e a compatibilidade com o cargo.

Devo dizer a V. Exa. e aos Srs. Senadores e Senadoras que o Cade, há muito tempo, está sem apreciar muitos dos processos que lhe são encaminhados, porque não tem o número legal, e isso tem causado muita dificuldade para o nosso País, num momento em que até se exigem decisões compatíveis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com aquilo que é preestatuído na legislação, que é uma legislação muito clara, mas uma legislação que precisa ser cumprida, para o bem do desenvolvimento econômico do País.

Portanto, eu, que conheço de perto a seriedade, a compostura e o compromisso com este País do Senador Carlos Viana, devo dizer que ele tem fé pública para relatar e opinar a respeito do assunto que eu considero que seja apreciado aqui dentro do Regimento Interno do Senado Federal. Alterar o Regimento quando nunca antes se alterou – estou aqui há cinco anos e nove meses e nunca houve essa possibilidade de alteração da tramitação –, acho que assim V. Exa. vai abrir uma possibilidade de acontecer o mesmo em outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou... Primeiro, Senador, só para esclarecer, eu não estou passando por cima do Regimento, não. Só estou querendo aqui... Como são seis nomes, é impossível ouvir os seis em um dia só. Se a gente colocar seis conselheiros aqui para ouvi-los, nós não vamos... O Senador vai fazer, para seis diferentes conselheiros, seis perguntas diferentes. Então, a minha proposta é que...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone*.) – Pode colocar três e três.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. A minha proposta é quatro. Seriam os quatro conselheiros novos e os que estão sendo reconduzidos nós ouviríamos depois, porque já teríamos condições de ter quórum no Cade, para funcionamento do Cade.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí eu concordo com V. Exa. Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom? Pode ser?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Até porque, do Conselho Nacional de Justiça, se apreciam aqui três, quatro, quando são indicados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, vamos ouvir os quatro conselheiros na terça-feira que vem...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aí daremos o prazo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, na próxima terça-feira, o superintendente e o procurador. O.k.?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Positivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga.

Eu pediria aos Senadores para mantermos o quórum de 14, 15 Senadores, porque a gente tem algumas matérias terminativas importantes aqui, inclusive a da Embrapa, um projeto do Senador Davi Alcolumbre que fala sobre comidas típicas. São projetos terminativos que nós precisamos votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Há um projeto do Senador Jader Barbalho, que eu relatei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim,

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... para apreciação. Há pouco o assessor dele, em nome do Senador, me procurou. Pediu que se pudesse V. Exa. colocar em votação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Item 10.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Favorável, com três emendas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente. Já relatei o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bem.

O Senador Eduardo Braga disse que tem só uma mudança rápida.

Item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3975, DE 2019 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2015)

- Não terminativo -

"Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei"

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação apresentada.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, exatamente atendendo à colocação de V. Exa., vamos, então, à mudança.

O projeto já foi aprovado no Senado, já passou nas comissões temáticas desta Casa, foi à Câmara dos Deputados e recebeu uma única emenda que trata do seguinte: faz com que o recurso do regime de partilha de produção passe para 30% ao Fundo Social; 20% ao Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento; 20% à União, destinados à educação e à saúde; e 30% ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, conforme critérios de distribuição estabelecidos no art. 159.

A análise, portanto, já é do conhecimento de todos os Senadores.

Vamos, então, à emenda.

Por fim, a Emenda aprovada na Câmara dos Deputados aperfeiçoa o PLS nº 209, de 2015, na medida em que impede a redução dos recursos destinados às áreas de saúde e educação oriundos da receita com a comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União. Ademais, determina que a parcela destinada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios também seja aplicada nessas áreas.

Por essas razões, entendemos que o PL nº 3.975, de 2019, com a emenda da Câmara e com a correção do erro material, quando o correto, nos termos da emenda aprovada pelo Plenário, é inciso II, e estava... Aliás, é inciso I e estava como inciso II por erro material da Secretaria-Geral do Senado.

Portanto, com essas modificações e diante do exposto, votamos pela aprovação da matéria, Sr. Presidente.

Esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, embora reconhecendo que o campo de discussão da matéria, no âmbito desta Comissão e do Senado Federal, seja estritamente relativo à emenda que foi apresentada na Câmara dos Deputados – portanto, a Câmara foi revisora nessa matéria e o Senado agora apenas revisa a introdução feita pela Câmara dos Deputados, como já sinalizado, relatado pelo nobre Senador, Líder, Eduardo Braga, que é um conhecedor profundo pela relação que teve com o tema na condição de Ministro de Estado de Minas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Energia também –, eu particularmente, Senador Eduardo Braga, tenho feito algumas reflexões em relação a essa matéria e tenho algumas ponderações a serem feitas aqui, apenas para reflexão nossa, até que a matéria vá ao Plenário. E já adianto que solicitei informações ao Ministério de Minas e Energia em relação ao que passo a observar agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está pedindo para ir direto para o Plenário?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não. Não é isso. O alerta que vou fazer é até para que a gente de repente segure um pouco antes que vá ao Plenário, porque nós temos aqui... Essa matéria trata do risco hidrológico, e nós temos ações na Justiça e temos esse projeto que tramita hoje no Senado Federal como revisão à emenda feita na Câmara. A depender da decisão judicial, pode ficar caracterizado que o consumidor pagou indevidamente o risco hidrológico, lá atrás, em razão de liminares que foram concedidas, porque isso já foi pago. Nesse caso, as geradoras teriam que devolver os valores que foram pagos, em tese indevidamente, ou, caso confirmadas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – V. Exa. me permite apenas um esclarecimento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Permito. Eu só queria concluir o raciocínio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – É absolutamente pertinente. As liminares a que V. Exa. se refere são liminares dentro do mercado regulado. O mercado regulado já pacificou a questão do GSF em 2016.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O problema é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O mercado livre é que está sendo, da mesma forma com que foi tratado o mercado regulado... Trata-se aqui é do GSF do mercado livre; não se trata de GSF de mercado regulado – apenas para que fique claro para todos que acompanham a CAE neste momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – V. Exa. tem absoluta razão, e é justamente essa a minha preocupação.

Eu vou fazer uma analogia desse caso com o caso do seguro. É como se alguém tivesse pago seguro a vida toda para garantir-se no caso de sinistro do seu veículo, e depois, lá na frente, alguém que não pagou o seguro, diante de uma situação de sinistro, chegasse e dissesse: "Não, mas eu quero fazer um seguro agora para garantir o passado". Eu entendo exatamente do que é que nós estamos tratando. A minha preocupação aqui não é nem em relação a esse ponto, que podemos discutir mais à frente; é o impacto da decisão judicial e o impacto do projeto na questão do risco hidrológico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no caso das liminares, caso sejam negadas no julgamento de mérito, eles terão que devolver aquilo que foi indevidamente pago. Caso confirmadas as liminares, consolida-se o que já ocorreu: o pagamento já foi feito, não há alterações nos contratos. No caso das liminares, parece-me que o risco hidrológico estaria precificado hoje na casa de R$4,4 bilhões. Essa é a dúvida que tenho, e estou questionando. Agora, aprovando o projeto, qual a consequência jurídica? As empresas teriam que desistir das ações? Em desistindo das ações, elas teriam que devolver o valor. Bom, aí qual é a vantagem? O que nós estamos fazendo, em tese, teria que oferecer uma condição muito mais favorável para as empresas.

Portanto, qual é o impacto para o consumidor do projeto que nós estamos a deliberar? Porque me parece que o cálculo feito, apresentada inicialmente, como disse, na esfera judicial, estaria na casa de 4,4 bilhões. E, no caso que nós estamos aqui a apresentar, a aprovar, estaria em patamares superiores aos R$15 bilhões.

Nesse ponto, eu queria fazer aqui o alerta à Comissão, eu não vou votar inicialmente contra a matéria, estou apenas fazendo um alerta, para colocar no radar algumas preocupações que tenho em relação ao risco hidrológico, porque isso vai impactar lá na frente, no alongamento de contrato, outorga. E é preciso a gente ter bastante cuidado nos reflexos do que nós estamos aprovando, embora, repito, a fase de discussão do mérito total do projeto já tenha esgotado, porque já passou por aqui, já passou pela Câmara. O que nós estamos aprovando agora é apenas a emenda feita na Câmara dos Deputados, mas me surgiu dúvida substancial em relação ao impacto do projeto e por isso é que eu estou fazendo aqui essa ponderação em tom de indagação. E solicitei ao Ministério de Minas e Energia que me esclareça qual o impacto das ações judiciais e qual o impacto efetivo real do projeto que trata do risco hidrológico.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente, para esclarecer as ações indagações do eminente Senador Marcos Rogério, eu gostaria de primeiramente dizer que as liminares de que trata o Senador não são com relação ao GSF, e, sim, com relação ao PLD, que é a liquidação de curto prazo.

Como funciona o mercado livre, Sr. Presidente? O mercado livre funciona exatamente sem regulação. Todos os dias, há uma bolsa de valores em que se oferece energia livre e há a compra dessa energia pelos consumidores livres. Portanto, isso não impacta os consumidores do mercado regulado, que são milhões e milhões de brasileiros. O mercado livre representa 25% dos grandes consumidores, porque apenas quem consome acima de 500kWh é que pode comprar no mercado livre. Primeira resposta.

Segunda resposta. Ao contrário do que diz o eminente Senador, o que se busca fazer aqui é reequilibrar financeiramente o sistema, sem prejuízo dos consumidores do mercado livre, que são as indústrias, que são aqueles que geram emprego, renda, e que não podem ser mais penalizados pela estiagem e pelo ritmo hidrológico negativo. A garantia física que foi dada a essas empresas do mercado livre estabeleceu um determinado volume de contratação que eles não tiveram como entregar. Portanto, há uma diferença e um déficit financeiro e este déficit financeiro, ao contrário de ser transferido para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidores de alta tensão, seria, portanto, acrescentado num prazo de outorga, sem nenhum ônus para o consumidor, garantindo, portanto, a disputa todos os dias pelos contratos no mercado livre, onde se estabelecem contratos que vão de 2 anos, 5 anos, até aqueles que compram dia a dia energia – há consumidores que preferem ter um percentual de energia comprado dia a dia.

Portanto, é apenas para deixar claro que nós estamos tratando aqui exclusivamente da emenda que veio da Câmara, como disse o eminente Senador, e tratando do mercado livre com relação às questões de liquidação de curto prazo, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, apenas para fazer aqui um contraponto ao que disse o Senador Eduardo, por quem tenho o maior respeito e, como disse, é uma autoridade por todos nós respeitada no campo da energia. É que essas dúvidas que trago aqui foram suscitadas justamente no âmbito do debate que faço na Comissão de Infraestrutura em relação ao 232 – fiz lá diversas audiências públicas.

Então, considerando essa situação, vou solicitar vista da matéria para que o Ministério de Minas e Energia me apresente esses dados. Eu não estou duvidando da palavra do Senador Eduardo Braga, porque é um conhecedor da matéria, mas me parece que nós estamos tratando aqui quem está no mercado regulado de uma forma e, agora, tentando estabelecer um benefício para quem está no mercado livre. E olha que eu defendo o mercado livre, defendo, inclusive, a expansão do mercado livre, mas tenho dúvidas substanciais e gostaria do esclarecimento delas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Para a gente continuar: eu acho que os dois Senadores têm conhecimento e, lógico, o Senador Eduardo Braga, como Ministro que tratou da regulamentação dessa questão da energia de mercado livre, agora está preocupado porque estão querendo não financiar mais energia solar. Há uma série de coisas que vêm por aí. O mercado livre trabalha em cima disso. O BNDES e o Basa só financiam um valor muito pequeno também. Então, essas coisas todas, é lógico, é importante a gente debater, mas eu acho que o pedido de vista...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É porque há 2 bilhões de liminares para o mercado livre...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode discutir, Eduardo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, não há nenhum problema. Só não pode, Sr. Presidente, é ficar aqui no ar uma colocação que eu reputo séria, grave, até porque o Senador Marcos Rogério é o atual Presidente da Comissão de Infraestrutura desta Casa, fórum, inclusive, para se debater questões estruturais da área do setor elétrico. Agora, por favor, eu quero dizer à população brasileira que nos acompanha: esta matéria não trata de impacto ao consumidor;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ao contrário, trata-se do mercado livre, que é exclusivo dos grandes consumidores, que estão sendo penalizados pela falta de liquidação de curto prazo. Isso leva à falência do mercado livre no Brasil, cujo grande prejudicado é o grande consumidor, que precisa de uma energia mais barata e mais competitiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está concedida vista ao Senador Marcos Rogério.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vista coletiva, Senador Eduardo Braga.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu sei que já foi concedida vista para o Senador Eduardo Braga e outros Senadores, mas é porque parte desse projeto trata do fundo social, e uma parte dele foi destinada, na emenda do Senador Otto Alencar, para a expansão de gasoduto, outra parte vai para o FPM. Eu só estou querendo chamar atenção para o fato de que a gente tem votado... Votando essa matéria, nós votamos uma matéria que tem efeito inócuo, porque, com o teto de gastos, você bota dinheiro novo, mas fica limitado pelo teto de gastos.

Eu estou dizendo isso porque, para o bônus de assinatura, nós tivemos que fazer uma PEC para que esse dinheiro pudesse entrar e ser gasto. Eu só estou querendo sugerir – e aí poderíamos fazer isso coletivamente – que se "haverá", como se diz, e há, um dinheiro novo, era necessário fazer essa expansão ou um extrateto, porque senão a gente vai falar, vai parecer que vai dinheiro novo e não vai.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nós estamos criando um fundo... Ainda tem gente que acredita em fundo no Brasil? (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é sério mesmo, porque todos são contingenciados, então a gente cria fundo, fundo... Temos 300 fundos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, mas é que esse está precontingenciado, Presidente. (*Risos.*)

Pelo teto ele já nasce contingenciado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas contribuindo à colocação do eminente Senador Jaques Wagner, para fazermos a exceção ao teto de gastos, teríamos que fazer através de uma PEC, e aí...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não estou dizendo que seja nessa matéria, não, eu estou dizendo que a matéria empurraria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E eu concordo que nós precisamos fazer alguma excepcionalidade, como fizemos na cessão onerosa, em que criamos a excepcionalidade na PEC para atender a transferência de recursos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senão o pessoal vai ficar sonhando com o inatingível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguns estão dizendo que não precisa, há órgãos, autarquias... Uma autarquia no meu Estado pediu para cortar o orçamento porque não precisava daquele valor. Então...

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 137, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Paulo Teixeira (PT/)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Favorável à Emenda nº1-CCJ-CDR (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1 a 7-CDR e uma subemenda de sua autoria, e pela prejudicialidade da Subemenda nº8-CDR.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com parecer favorável ao projeto, nos termos da Emenda n°1-CCJ/CDR(Substitutivo) e as Subemendas nºs 1 a 8-CDR.

3. Em 10/09/2019, foi concedida vista ao senador Esperidião Amin.

Senador Jaques Wagner, V. Exa. já leu o relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já li, é só a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só a votação. Pergunto ao Relator, Senador Jaques Wagner, se deseja fazer uso da palavra ainda.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Apenas lembro, Sr. Presidente, que eu também tenho um projeto, que seria relatado pelo eminente Senador Mecias de Jesus, que pediu adiamento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi retirado de pauta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Foi retirado. Trata do prêmio Paul Singer, que tem conexão com essa matéria, mas provavelmente será votado semana que vem, quando o Relator estiver presente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Jaques Wagner.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda n°1-CCJ/CDR/CAE (Substitutivo) com as Subemendas nºs 1 a 7 e a Subemenda nº 9 da CAE e pela prejudicialidade da Subemenda nº 8-CDR.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 39, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

Observações:

1. Em 06/08/2019, foi lido o relatório pelo senador Tasso Jereissati e concedida vista ao senador Rogério Carvalho (Art. 132 RISF).

A Senadora Kátia Abreu foi a Relatora.

Vamos colocar em votação o projeto, nos termos do parecer da Senadora Kátia Abreu, pela aprovação do projeto, nos termos da emenda que apresenta (Substitutivo).

Está aberta a votação.

As Senadoras e os Senadores já podem iniciar a votação pelos computadores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, posso fazer um apelo a V. Exa. enquanto os Senadores votam?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu tenho um requerimento de uma audiência pública que trata do PL 57. É uma audiência pública, e eu gostaria de colocar o requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos colocá-lo em votação já, já, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero aproveitar para fazer um apelo aos Srs. Senadores que estão em outras Comissões neste momento e que registraram presença na CAE para que compareçam à CAE neste momento, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos em processo de votação nominal de matérias terminativas que V. Exa. vem tentando votar já há algum tempo. Nós não conseguimos fazê-lo em função do quórum. E sei que vários Senadores... Ainda há pouco, havia 19 Senadores aqui, no plenário. Eu gostaria de convidar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estão na Casa para que viessem à CAE, para que pudéssemos alcançar o número da votação terminativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto Alencar...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Oriovisto Guimarães, por favor, peço para votar. (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – SIM, 14; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

A Comissão aprova a Emenda nº 1 da CAE, ficando prejudicado o projeto, nos termos do art. 300.

De acordo com o art. 286, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

Item 10... É votação simbólica.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 222, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para prever a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo e possibilitar a utilização dos recursos Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações na massificação de serviços prestados em regime privado.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, com três emendas apresentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

2. Em 10/09/2019, é concedida vista ao Senador Jean Paul Prates.

Pergunto ao Relator, Senador Otto Alencar, se deseja fazer uso da palavra.

Foi feito o relatório já e foi pedido vista...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Eu já tinha lido o relatório. Então, eu peço a V. Exa. que coloque em votação, até porque o nobre Senador Jader Barbalho me ligou há pouco, pedindo que a matéria fosse apreciada, matéria de interesse da região dele lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Otto Alencar.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 3 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Do item 12, o Senador Lasier é o Relator.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 486, DE 2017

- Não terminativo -

Dispõe sobre a associação de Municípios.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se de um projeto importantíssimo para os Municípios, porque regula as associações municipais de todo o Brasil.

E quero registrar desde logo a presença aqui neste Plenário do Sr. Paulo Ziulkoski, que foi o grande Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, e, junto com a sua diretoria, veio acompanhar este nosso relatório.

Projeto de autoria do Senador Antonio Anastasia, com nosso substitutivo.

Vou ler, Sr. Presidente, os arts. 1º e 2º e, depois, sucintamente, a análise, para ganhar tempo.

O art. 1º identifica o objeto da futura lei: a associação de Municípios para a realização de objetivos de interesse comum de caráter político-representativo, técnico, científico, educacional, cultural e social.

O art. 2º enumera os requisitos que devem ser atendidos pelos Municípios de um mesmo Estado, para que possam organizar-se em associação civil. A associação será constituída como pessoa jurídica de direito privado, admitindo-se como associados apenas Municípios. Os fins da entidade deverão ser os de defesa, desenvolvimento e cultivo de questões de interesse municipal, entre as quais a representação dos Municípios perante instâncias públicas judiciais ou extrajudiciais e o desenvolvimento de projetos relacionados a competências municipais.

O presidente da associação deverá ser o Chefe do Poder Executivo de quaisquer dos Municípios filiados, sem direito a remuneração pelo exercício da função. Agentes públicos dos Municípios filiados não poderão ser contratados, com remuneração, pela associação, admitindo-se lhes apenas o pagamento de verbas indenizatórias.

Relatórios financeiros e o valor das contribuições pagas deverão ser publicados anualmente no *site* de cada associação e em seus órgãos oficiais. Também a associação deverá publicar suas receitas e despesas em sítio da internet, além de editar regulamento próprio e simplificado de licitações e regulamento de contratação de pessoal, mediante procedimento simplificado, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). As contas da associação estarão sujeitas a julgamento pelo tribunal de contas competente. Por fim, o reajuste, para além da correção monetária, do valor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição de cada Município estará condicionado a ato de ratificação do Prefeito, amparado em autorização legal específica.

Esse é o artigo mais importante.

Dito isso, passo a uma síntese da análise.

O projeto vem em boa hora para solucionar diversas questões que geram insegurança jurídica no direito brasileiro. Isso porque há uma prática já difundida de os Municípios se unirem em associação civil sem fins lucrativos para o compartilhamento de experiências e a defesa de assuntos de interesse comum. O exemplo mais conhecido é a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), fundada em 1980, que congrega entidades associativas estaduais de Municípios e tem ampla atuação em âmbito nacional.

Ocorre que há grandes dúvidas sobre o marco jurídico incidente sobre essas entidades, uma vez que têm Municípios – pessoas jurídicas de direito público – entre seus associados e são custeadas basicamente por recursos públicos.

Não se trata aqui de uma simples alteração da Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005), uma vez que essas entidades da Administração Pública são constituídas, principalmente, para a gestão associada de serviços públicos, nos termos do art. 241 da Constituição Federal. Já as associações de Municípios são entidades para defesa de interesses comuns e compartilhamento de experiências de gestão. A Lei dos Consórcios Públicos, portanto, permanece sem maiores alterações.

Um dos principais entraves hoje existente para o funcionamento seguro das associações de Municípios é a falta de previsão legal expressa sobre suas características jurídicas. Destacam-se julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, não obstante reconheçam a possibilidade da existência dessas entidades, apontam para limitações de seus poderes, como a representação judicial e extrajudicial dos Municípios. E aí há a referência de vários acórdãos.

Há, contudo, aperfeiçoamentos que devem ser feitos para que o projeto alcance seus objetivos. Por essa razão, é apresentada abaixo emenda substitutiva. Destacam-se as seguintes inovações propostas: propõe-se a possibilidade de criação de associações de nível nacional, estadual e microrregional. Além disso, propõe-se uma ampliação das possibilidades de associados de associações nacionais para Municípios e associações estaduais.

Desse modo, as associações nacionais terão composição mais plural e diversificada, de modo que os Municípios poderão diretamente atuar como associados nessas entidades. Propomos também estender o prazo para adaptação das entidades existentes para dois anos após a publicação da referida lei.

É estabelecida expressamente a proibição de que as associações realizem a gestão associada de serviços públicos. Essa previsão é importante para se afastarem quaisquer dúvidas quanto ao âmbito de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação das associações de Municípios em comparação aos consórcios públicos, como já mencionado. Também é estabelecida a proibição de atuação político-partidária e religiosa dessas associações.

Retira-se a previsão original da impossibilidade de doação de imóveis pelos Municípios, uma vez que se trata de matéria de competência legislativa exclusiva do Município, não podendo o legislador federal estabelecer normas a respeito, conforme já pacificado pelo Supremo Tribunal Federal.

Entendemos importante deixar expresso no texto legal que, por não se tratarem de entidades jurisdicionadas diretamente pelos Tribunais de Contas, as associações estarão submetidas ao controle externo desses órgãos de forma indireta, por ocasião da apreciação das contas dos Municípios associados.

De igual modo, deve prevalecer a possibilidade de realização de seleção de pessoal e contratação de bens e serviços com base em procedimentos próprios que respeitem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência.

Com esses aperfeiçoamentos, acreditamos que haverá grandes ganhos de segurança jurídica e de eficiência na atuação dos Municípios, que disporão de um regime jurídico claro para cooperação e coordenação de suas atividades.

Voto.

Diante do exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 486, de 2017, nos termos das emendas substitutivas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Senador Lasier Martins pelo relatório e dizer, Senador, que há uma expectativa muito grande por parte dos Prefeitos e Prefeitas em todo o Brasil – especificamente aqui eu quero relatar a expectativa do meu Estado, dos Prefeitos e Prefeitas do Estado da Paraíba, que acompanham neste momento atentamente a leitura do relatório –, que é a expectativa da aprovação desse projeto, de tamanha importância para os Municípios do nosso Estado – do nosso País e, especificamente, como falo agora, especifico, do nosso Estado.

Estou também ansiosa para votar, para dar o meu voto daqui a pouco, parabenizando o Relator pelo seu trabalho.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Wellington Fagundes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero parabenizar o projeto em si, de autoria do Senador Anastasia, e o relatório também, do Senador Lasier. Eu tenho apenas uma dúvida e gostaria de ouvir aqui a opinião do Relator.

O relatório diz o seguinte: "O presidente da associação deverá ser o Chefe do Poder Executivo de quaisquer dos Municípios filiados, sem direito a remuneração pelo exercício da função". Isso implica dizer... Para mim, está claro que deverá ser o presidente da associação o Chefe de um dos Municípios. E no caso daqueles que já não são mais Prefeitos, são ex-Prefeitos? Porque hoje nós temos essa realidade no Brasil. Inclusive, é o caso do Presidente da confederação – eu encontrei aqui o Paulo Ziulkoski, que conhece bem a matéria. Hoje tem sido muito comum ex-Prefeitos serem os presidentes, até porque passam a ter tempo integral de dedicação à Administração.

No caso do Mato Grosso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pois é. Então, é isso que eu gostaria que ficasse bem claro.

No Mato Grosso, hoje, nós mudamos o estatuto. O atual Presidente da Associação Mato-Grossense de Municípios é um ex-Prefeito, já pelo segundo mandato e com um resultado muito positivo, porque o Prefeito passa a ter dedicação exclusiva.

E também há outro aspecto: ele não vai cuidar apenas do seu Município no interesse da associação. O fato de ele ser um ex-Prefeito dá mais liberdade e mais condições para que ele se dedique à causa de todos. Então...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente.

Eu gostaria de saber se – isso é muito claro – os ex-Prefeitos podem ser presidentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O meu ponto de vista é o seguinte: se se chama Associação dos Municípios e ela é composta por prefeituras, só quem pode ser presidente... É a mesma coisa que pegar aqui e ir buscar um ex-Senador para ser Presidente do Senado. Você tem que ser Prefeito de uma cidade para ser presidente da associação dos Municípios. A confederação, eu acho, é outra questão...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Mas é uma entidade privada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é privada não, não é privada não, porque a Associação dos Municípios do Amazonas recebe repasses dos Prefeitos. Os Prefeitos contribuem, e não é recurso do bolso deles, é recurso do Município. A associação dos Municípios recebe recursos dos Municípios, é pago um valor para ela se sustentar. O Estado repassa, os Municípios repassam. Como é que ela se sustenta?

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Mas cada associação estabelece o seu estatuto, as suas condições...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas tem recursos públicos, tem recursos públicos!

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Mas veja que escapa ao controle dos tribunais de contas. Poderão, em última instância... Porque há um conselho que fiscaliza o exercício e...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não sou contra a gente regulamentar, Senador, eu sou favorável ao seu relatório. Eu só estou aqui querendo explicar que, se é associação de Municípios, isso é composto por quem? Pelos Prefeitos de Municípios. Se não há prefeitura, se não existe o Município, ele não faz parte. É associação de Municípios. Se for uma associação de Prefeitos e ex-Prefeitos, é outra conversa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Não, mas ele pode contratar, Presidente... Eu acredito que alguns contratam o secretário executivo, porque aí pode ser um ex-Prefeito ou quem quer que seja, mas não o presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O presidente não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas o secretário executivo pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, aí é outra coisa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... um ex-Prefeito também, é isso mesmo...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Paulo Ziulkoski, que está aqui, é ex-Prefeito e administrou a confederação por muitos anos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, eu conheço o Paulo. Eu estou colocando para V. Exa. que a gente não pode dizer que a associação não tem recursos públicos. Tem, porque existe uma contribuição dos Municípios, não é do Prefeito em exercício – primeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo: se é associação de Municípios, é lógico que alguém está representando aquele Município. Como é que uma pessoa pode ser presidente de uma associação de Municípios não sendo representante de Município nenhum? É isso que eu quero entender...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Não, o estatuto estabelece quem pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu sei, eu sei, eu sei.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – ... e, quando o Prefeito entrega uma verba para a associação, ele remete um comprovante para o tribunal de contas, que toma conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, são prestadas contas, Senador Lasier...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – É feito um empenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Lasier, quando a gente fala que não tem recursos públicos... Não, tem.

Segundo, quando a gente fala em associação de Municípios, está falando de Municípios constituídos que têm um representante. Você não pode ser presidente se você não representa ninguém naquele momento. O cara que é ex-Prefeito não representa o Município naquele momento.

A confederação é diferente. Quando o Paulo foi presidente da confederação... É outra coisa. Eu estou falando no âmbito do Estado. O cara vai ser presidente da associação dos municípios... É isso que eu quero entender. Se houver consenso de que ex-Prefeito... Eu não tenho nada contra isso...

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Essa é a situação, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tenho nada, não tenho nada.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Senador Aziz, é que são os Prefeitos que escolhem. Agora, se os Prefeitos reconhecem que há lá um determinado Prefeito que fez uma brilhante gestão num certo Município, ele é o adequado para presidir a associação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Outra coisa: o cara é votado, mas não pode votar. É outra questão, porque se o cara não for Prefeito ele não tem direito a voto. Ele é votado, mas não tem direito a voto. A gente tem que analisar essas coisas. Não dá para a gente pegar, porque o ex-Prefeito tem uma articulação e tal, tal, tal... O cara que chega a Prefeito já tem a sua qualidade, agora, o cara como presidente de associação não pode votar, mas é votado. Eu nunca vi isso. É tipo a gente se eleger Senador... A gente não pode votar, mas é votado. Quem não é votado não pode nem ser candidato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Meu prezado Presidente, cada associação vai estabelecer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As suas regras.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – As suas regras. Então, se V. Exa. está alertando para uma eventual deficiência, isso vai ser corrigido lá adiante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu já li seu relatório, Senador, eu sou favorável.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós estamos aqui só discutindo algumas questões que têm que ser levantadas. Ou a gente levanta ou não. Eu acho que são questões...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o seguinte: se alguém é votado, ele tem que votar. É a primeira questão. Segunda: a associação é dos Municípios, não é associação de Prefeitos e ex-Prefeitos. Não é. Pode haver associação de ex-Prefeitos, como existe de ex-Deputados. Existe associação de ex-Deputados, de ex-Vereadores, e pode haver, não há problema, ninguém é contra. Agora, esses recursos que são repassados à associação são recursos oriundos de um pagamento mensal que é feito pelos Municípios para manter a associação.

Por exemplo, no meu Estado, do que mais a gente carece? De técnicos no interior do Estado para orientar os Prefeitos na prestação de contas. Qual é o grande problema hoje de 90% dos Prefeitos? A maioria não consegue aprovar as contas no Tribunal de Contas por falta de assistência técnica. Às vezes o Prefeito vem atrás da gente aqui, Senador, vai atrás do senhor e pede um recurso. Ele não tem o projeto, ele não tem recurso para fazer aquele projeto, demora uma eternidade. A associação dos Municípios poderia dar essa assistência técnica, contábil, assistência técnica na elaboração de um projeto. Em tudo isso a associação é muito importante. É muito importante nesse aspecto.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Aí é ilegal, porque aí é consórcio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, consórcio ou não, eu acho que hoje nós somos carentes disso no interior. Vamos ser sinceros. Se você fizer um levantamento nos quase 6 mil Municípios, vai ver um percentual muito grande de Prefeitos ou ex-Prefeitos, todos eles com dificuldades de prestação de contas, por falta... Eu não estou dizendo que o cara foi maldoso, não. Eu não estou acusando-os. Eu acho que faltou foi uma assistência técnica, é carência de técnicos para ajudar a elaborar uma prestação de contas, V. Exa. está entendendo? É isso que eu estou colocando para V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Ilustre Presidente, se tiver que fazer algum ajuste, nós ainda temos tempo na CCJ. E aí eu pergunto: V. Exa. gostou do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, positivo. Gostei.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Como Relator.) – Maravilha.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu suscitei aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou contra o seu relatório, eu só estou colocando isso aqui até porque eu quero contribuir para a discussão. Só isso. Não sou contra, até porque conheço bem a dificuldade que os Prefeitos têm de ter um representante. Eu sei como funciona isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, como eu suscitei, e fui bem esclarecido, o objetivo aqui é aprovar um projeto que dê uma normatização nacional, e cada entidade então vai ter, de acordo com seu regulamento interno, a decisão. Então, eu me sinto extremamente bem atendido. Acho que o relatório contempla essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Com a palavra o Senador Veneziano, por favor. Depois, falará o Senador Otto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, primeiro...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, é o Senador Veneziano e, depois, o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode ser, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, como V. Exa. é médico... Quem vai brigar com um médico aqui?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sou ortopedista.

Eu ouvi com atenção o relatório do Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Bahia, nós temos a União das Prefeituras da Bahia (UPB), que já funciona há mais de 30 anos, que é mais ou menos igual ao que pretende a Associação dos Municípios. Cada Município filiado à União das Prefeituras da Bahia contribui com um valor mensal para manter a União das Prefeituras da Bahia, que dá assessoria em várias atividades aos Municípios, como assessoria jurídica. Lá são realizados projetos para a área de saúde, de infraestrutura, de educação. Há um corpo de engenheiros que fazem isso lá há muito tempo. E funciona muito bem. Isso foi criado há muito tempo.

Isso depende muito da vontade dos Municípios. Eu acho que os Municípios têm três autonomias, administrativa, financeira e política, para tomar decisões ou não na composição de uma associação ou de uma união, como foi o caso da Bahia lá atrás, sem precisar de lei federal. Não é preciso lei federal para isso, não! Depende da decisão dos Municípios, como aconteceu na Bahia. Na Bahia, há 417 Municípios, e a maioria é participante da UPB (União das Prefeituras da Bahia).

Além disso, no meu Estado, há os consórcios municipais. Esses consórcios municipais trabalham e fazem, por região administrativa, que nós chamamos de distritos administrativos ou territórios administrativos... Como foi feito no Estado do Ceará, eles têm a participação do Governo do Estado. Por exemplo, nas policlínicas de atendimento à saúde na Bahia, 60% do custo operacional são pagos pelo consórcio municipal, e 40% são pagos pelo Estado, e elas funcionam muito bem. Nós temos lá hoje 12 policlínicas que fazem, em posição de alto nível, todos os exames necessários da área de radiografia, exames complexos, como tomografia, ressonância magnética, ultrassonografia, em várias regiões, em vários territórios regionais. Os Municípios participam com 60% do custo operacional dessas policlínicas, e o Governo do Estado entra com 40%. Agora, o investimento foi feito pelo Governo do Estado. Cada policlínica custa R$22 milhões, não só a estrutura física, como os equipamentos que são colocados dentro dessas policlínicas.

Portanto, é uma decisão dos Municípios de fazerem o consórcio ou não. A associação, não! Há Município, por exemplo, que não deseja participar do consórcio, que fica excluído, até porque, vou repetir aqui – ninguém conhece mais a legislação aqui do que o Senador Anastasia, e o Senador Lasier fez um relatório, um parecer compatível com o que pretende o Senador Anastasia –, ninguém pode ferir a autonomia administrativa, financeira e política dos Municípios. Se um Município não quiser participar, não participa! Da União das Prefeituras da Bahia, há alguns Municípios que não querem participar. Agora, aqueles que participam colocam recursos, comunicam ao Tribunal de Contas do Estado ou do Município essa contribuição, que será apreciada pelos senhores conselheiros de acordo com o que estabelece a lei, de acordo com o que está estatuído na lei.

Então, eu, por exemplo, votarei a favor, mas tenho absoluta certeza de que, se os Municípios desejarem fazer, farão, como foi feito na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Veneziano, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Presidente, muito rapidamente, até porque fica visível e constatável nas palavras dos companheiros que há um sentimento de acolhida ao projeto do Senador Antonio Anastasia, com um relatório muito percuciente do Senador Lasier Martins, sem desconhecer as suas ponderações que são completamente compreensíveis, mas já tendo sido feita a devida ressalva para que, caso haja sentimento para pequenas retificações em momento oportuno – no caso da CCJ –, assim o faça, sem desconhecer a legitimidade que todos os filiados, associados, têm, a meu ver, de fazer a escolha sobre aquele que possa presidir, até mesmo tendo sido ex-gestor, conquanto conhecedor profundo das realidades municipalistas. Eu digo isso porque tive essa experiência na condição de Prefeito de Campina Grande.

Quero aqui saudar a presença de uma figura muito estimada que tem participação nas grandes vitórias conseguidas pelo municipalismo, o ex-Presidente da nossa Confederação Nacional dos Municípios, querido Paulo Ziulkoski, e registrar isso.

Como bem o fez a Senadora Daniella Ribeiro, esse é um sentimento e uma expectativa de companheiros prefeitos, dentre os quais aquele que nos representa, Presidente do Município de Sobrado, George Coelho, que está em Brasília, e fazia visitas aos nossos gabinetes para dizer da importância, porque um dos pontos que eu reputo, principalmente, que deve ser destacado é a condição de tornar a associação postulante em feitos levados a juízos.

A gente sabe que, em meio a esses cenários, em que recaem os maiores problemas, as maiores vicissitudes, sobre a realidade municipal, estabelecidas aqui as regências diferenciadas em consórcios públicos que têm legislação própria a esta que nós estamos produzindo, organizar-se coletivamente para fazer frente às demandas que os Municípios têm deve ser visto por todos nós como extremamente apropriado e oportuno.

Principalmente por essa razão, nós aqui nos colocamos favoravelmente ao voto apresentado pelo Senador Lasier Martins, reforçando e reiterando a sensibilidade à autoria do Senador Antonio Anastasia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, apesar de Brasília ser o único Município do Estado, nós temos a região do entorno, a REED, que tem, inclusive, consórcios com a participação dos Municípios de Goiás, Brasília e Minas Gerais.

Quando eu fui Secretário de Ciência e Tecnologia, eu fui também Presidente – e depois Vice-Presidente – do Conset (Conselho de Secretários). Havia, então, uma contribuição das secretarias. E fomos questionados pelo Tribunal de Contas.

Então, eu acho que esse projeto vem... Como dizem – como rábula que sou –, o que abunda não prejudica, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é importante até porque poderá... Eu quero parabenizar o Senador Lasier – não é obrigatório, evidentemente – pelo relatório, e acho que será um instrumento muito importante para aqueles Municípios que ainda não conhecem, inclusive, esses mecanismos.

Nós temos muito trabalho hoje em termos regionais e não só municipais.

Então, parabenizo V. Exa., e vamos para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Izalci.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Lasier Martins.

As Senadoras e os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado e passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº 1 da CAE.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

Quero parabenizar o Senador Lasier, que, com a sensibilidade que tem em relação aos Municípios do Rio Grande do Sul, coloca, nesse parecer dele, para todos os Municípios do Brasil. E parabenizo o Paulo, desejando que ele continue aí trabalhando bastante, porque realmente a organização dos Municípios é muito importante. Eu sei o quanto o ex-Prefeito sofre, depois que sai da Prefeitura, para arranjar um documento para se defender. Não tem, não acha, e se for adversário político ou for inimigo, escondem, não dão o documento, e o cara fica louco atrás de um documento para poder se defender, e isso representa a vida dele.

Então, em relação a essas coisas, a associação serve muito para isso. Falei em ex-Prefeitos porque, principalmente para os ex-Prefeitos, se não tiverem acesso a documentos hoje, poderiam recorrer à associação dos Municípios, Senador Lasier. É muito importante isso.

Parabéns pelo relatório, Senador!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero votar aqui um requerimento do Senador Izalci Lucas.

EXTRAPAUTA

ITEM 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 105, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 57/2018, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Parece que existe também um pedido do Senador Major Olimpio sobre isso, mas não é para instruir essa matéria; é outra questão, não é? É para a gente ver o número de empregos gerados, a importância econômica da indústria cinematográfica no Brasil.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu pediria o apoio de todos os Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero concluir aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Fernando Magalhães (Claro/NET);
2. Marcos Bitelli (Associação de Programadores Internacionais - TAP);
3. José Maurício Fittipaldi (Motion Picture Association - MPA);
4. Fábio Lima (Sofá Digital);
5. Alex Braga - representante da ANCINE;
6. Ricardo Rihan (Secretário do Audiovisual do Ministério da Cidadania);
7. Secretário César Mattos (Ministério da Economia);
8. Paula Pinha (Netflix);
9. Representante ABERT.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, essa matéria é de suma importância para o País, tendo em vista que nós aprovamos o Projeto de Lei 79, das telecomunicações, e estamos votando na Comissão de Ciência e Tecnologia o de nº 3.832, onde não se chegou a um consenso. Mas é uma matéria muito importante para questão das telecomunicações e para a questão do audiovisual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou Relator do PLS 57, que vai tratar, inclusive, da forma de tributação e do procedimento que nós vamos adotar em relação a esses grandes investimentos que estão vindo para o Brasil na área cinematográfica. Então, é de suma importância a realização de uma audiência para a gente ver realmente quais são os pontos de vista de cada entidade. Então, eu pediria o apoio dos pares para que a gente possa aprovar.

E gostaria de pedir a V. Exa. que desse maior urgência, no sentido de a gente marcar essa audiência, de preferência bem rapidamente, numa reunião na terça ou quarta-feira.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Izalci.

Eu queria, Senador Izalci, que a sua assessoria entrasse em contato aqui com a Comissão para a gente marcar uma data e ver a disponibilidade, porque, como são vários convidados, é muito difícil a gente conseguir uma data em que todos possam estar presentes aqui. Como não são convocados, são convidados...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Nesse caso, todos têm interesse. Eles já foram convidados, estão só aguardando a data.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a nossa reunião.

Convocamos as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, quando teremos sabatina aqui.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Lasier Martins, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Leila Barros, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Jayme Campos, Marcos do Val, Zenaide Maia e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, José Serra, Alvaro Dias, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Carlos Viana e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 39, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PV/PR). **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Aplicável somente se forem apresentadas emendas. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o Substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 65, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 17.250,000.00 (dezessete milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 13). **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 66, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade das Redes de Atenção em Saúde em Belo Horizonte - Melhor Saúde BH"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 10). **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 67, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 82,500,000.00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Governo e do Orçamento Participativo"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 11). **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 68, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Contagem, Estado de Minas Gerais e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Sistema Integrado de Mobilidade de Contagem"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para a matéria (item 12). **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 69, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 70, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 71, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2015, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para dispor sobre a incidência do Imposto de Renda relativamente aos lucros ou dividendos distribuídos pela pessoa jurídica." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com três emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 108, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 66 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade das Redes de Atenção em Saúde em Belo Horizonte - Melhor Saúde BH"." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 108/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 109, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 67 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 82,500,000.00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Governo e do Orçamento Participativo"." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 109/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 110, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 68 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Contagem, Estado de Minas Gerais e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Sistema Integrado de Mobilidade de Contagem"." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 110/2019 – CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 111, de 2019** que: "Nos termos regimentais, requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 65 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 17.250,000.00

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(dezessete milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma"." **Autoria:** Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 111/2019 – CAE. **2ª Parte -** Indicação de autoridade. O presidente da comissão convida os indicados para o CADE a comporem a mesa e, antes de passar a palavra ao primeiro sabatinado, abre o processo de votação. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 54, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome da Senhora LENISA RODRIGUES PRADO, para exercer o cargo de Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olímpio, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome da senhora Lenisa Rodrigues Prado para exercer o cargo de conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 17 (dezessete) votos favoráveis, 4 (quatro) votos contrários e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 56, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor SÉRGIO COSTA RAVAGNANI, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olímpio, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Eduardo Braga, Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Sérgio Costa Ravagnani para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 20 (vinte) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 57, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olímpio, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Eduardo Braga, Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 19 (dezenove) votos favoráveis, 2 (dois) votos contrários e nenhuma abstenção. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 58, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor LUIS HENRIQUE BERTOLINO BRAIDO,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olímpio, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Rogério Carvalho, Eduardo Braga, Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Após a realização da sabatina, a comissão aprova o nome do senhor Luis Henrique Bertolino Braido para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por 20 (vinte) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 35ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

1ª PARTE

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 39, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Terminativo -

Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos cultivares protegidos, dos serviços e dos direitos de uso da marca.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PV/PR)

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Aplicável somente se forem apresentadas emendas.

Observações:

1. Em 17/9/2019, a comissão aprova a Emenda nº 1-CAE (Substitutivo).

2. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será submetida a turno suplementar, por ter sido aprovado substitutivo integral ao projeto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal.

Realizaremos agora a sabatina com os senhores indicados para cargo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "c", do Regimento Interno, os cidadãos poderão encaminhar informações sobre os indicados e dirigir a eles perguntas pelo portal www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo Alô Senado pelo telefone 0800–612211.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria conduza ao Plenário o Sr. Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann, Luis Henrique Bertolino Braido. (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Sr. Sérgio Costa Ravagnani para que faça uma breve exposição.

O SR. SÉRGIO COSTA RAVAGNANI – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, no nome de quem cumprimento todos os Senadores...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para solicitar ao Presidente uma inversão da ordem, tendo em vista que o Presidente está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informado de que nós temos uma agenda com o Presidente do Senado e Supremo Tribunal Federal. Então, pediria ao eminente Presidente que a gente pudesse fazer uma inversão na ordem para poder participar, para abrir a votação, inclusive, Sr. Presidente, porque o dia hoje está muito demandado dos Senadores e eu tenho consciência do quórum que precisamos alcançar na votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, com essa inversão da votação, a sabatina perde o sentido. Daí não tem razão de ser a sabatina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não estou ouvindo V. Exa., Senador.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – A inversão para abrir a votação, mesmo reconhecendo a necessidade por toda a extensão da pauta do dia, faz perder o sentido, se for feita a inversão, iniciar a votação sem se fazer a sabatina. É só isso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente, entendendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – ... entendendo a legítima disposição do Senador Major Olimpio, penso eu, claro, salvo juízo de V. Exa. e dos demais outros pares, que aquele ou aqueles Senadores que não se sentirem convenientemente convencidos em relação a um ou demais outros indicados...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aguardem.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... aguardem o momento desse convencimento. Eu penso que abrir-se-ia oportunidade para aqueles que já estão completamente e plenamente satisfeitos com as exposições e formação dos indicados.

Desculpe-me questionar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero colocar uma coisa aos Srs. Senadores. O Presidente do Cade me comunicou que tem mais de 80 processos parados, inclusive processos internacionais que têm que ser decididos, e a falta de quórum faz com que você não tome decisões dentro do Conselho do Cade. Então, foi por isso que eu me propus a fazer a sabatina das pessoas ao mesmo tempo e sempre com uma regra: acho que, hoje em dia, não dá para você esconder absolutamente nada de ninguém. Foi feito o relatório de todos os nomes, foi lido esse relatório aqui e nós marcamos a sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo a preocupação do Major Olimpio. Até, na semana passada, o Major Olimpio colocou esta preocupação dele aqui: nós queríamos fazer tudo no mesmo dia e ele sugeriu que a gente fizesse em duas datas diferenciadas. Você se lembra de que eu queria fazer de 10h ao meio-dia um grupo; e, de meio-dia em diante, outro grupo. E V. Exa. ponderou para nós, na hora: "É importante a gente ouvir os indicados". E eu concordei com V. Exa.

Agora, eu vou abrir o painel, e aqueles Senadores que se acharem já com bastante conhecimento para poder votar votem. Senão aqui eles esperam até terminar tudo e votam depois, sem problema nenhum. Eu acho que isto não vai mudar a posição dos Senadores, essa simples sabatina. É isso que eu penso, mas eu vou fazer aquilo que for melhor para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu costumo aproveitar a oportunidade da visita de cada um, além de ler o currículo, para conversar e já sentir a vontade de votar ou não, porque, como disse o Presidente do Cade, são quase meio trilhão de reais, numa economia estagnada, precisando girar. Os processos que estão lá somam quase que meio trilhão de reais, são R$500 bilhões.

Eu me sinto à vontade para votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Major.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu continuo insistindo com V. Exas. que perde a razão de ser realização de sabatina se o que for dito ou o que não for dito não tiver importância nenhuma dentro do processo de votação. Só isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Todos nós temos acesso aos currículos dos sabatinados, e, portanto, a sabatina é só um complemento do processo de votação. Portanto, eu queria de pedir a V. Exa. que abrisse a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Eu acho que a maioria pensa da forma como o Senador Eduardo Braga encaminhou.

Eu vou passar a palavra ao Sérgio, e o processo está aberto.

O SR. SÉRGIO COSTA RAVAGNANI – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia, Srs. Senadores. Bom dia, ilustres visitantes que hoje acompanham esta sabatina.

É com muita honra que submeto o meu currículo ao escrutínio do Senado Federal e às perguntas feitas por V. Exas. Eu sou brasiliense, tenho 38 anos de idade. Sou bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, sou graduado em Direito Público pela PUC do Rio Grande do Sul, sou pós-graduado em Gestão e Administração Pública e, como formação complementar, eu tive estudo, no ano passado, na The London School of Economics and Political Science e atualmente sou aluno especial do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Profissionalmente, sou servidor público de carreira, concursado, ao longo de toda minha trajetória profissional. Fui servidor efetivo do Ministério Público Federal e, há 11 anos, sou advogado público federal, procurador da Fazenda Nacional de carreira. Neste cargo, tive a honra de exercer e de coordenar as funções de Procurador-Chefe da Divisão de Acompanhamento Especial da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 1ª Região, onde inclusive eu era procurado por instituições de defesa da concorrência como instituto ético, de forma a, nas ações de interesse da Fazenda Nacional, proporcionar um ambiente concorrencial justo.

Desde maio de 2016, estou requisitado pela Presidência da República, onde exerço o cargo de Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pelo Núcleo de Política Econômica. Neste núcleo, sou responsável, junto com uma equipe, pelo parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, sobre a legalidade dos atos normativos de competência do Senhor Presidente da República referentes à política econômica.

Nesse sentido, examinei diversos atos normativos que conversam tanto com a regulação quanto com a concorrência, destacando, por exemplo, a Medida Provisória da Liberdade Econômica e a nova lei que rege o processo administrativo sancionador da CVM e do Banco Central do Brasil.

Feitas essas breves considerações iniciais, é com muita honra que me coloco à disposição das perguntas de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra à Sra. Lenisa Rodrigues Prado.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Bom dia!

Gostaria de cumprimentar o Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, e o Senador Plínio Valério, Vice-Presidente desta Comissão, em nome de quem eu cumprimento os demais Senadores e Senadoras e todos aqui presentes.

Sou brasiliense, formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, especialista em Direito Público e mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasiliense de Direito Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fui assessora de ministro que integra o Superior Tribunal de Justiça; fui Conselheira do Carf no período de 2015 a 2017, indicada pela Confederação Nacional do Comércio; assessorei os consultores jurídicos do Dnit, do Ministério da Infraestrutura.

Sou advogada, sou professora no curso de pós-graduação do IDP.

Apesar de criar um péssimo precedentes para as mulheres, tenho 39 anos. Vou divulgar aqui a minha idade, porque eu vi que foi palco de comentários.

Excelências, eu não vou adentrar às minúcias do meu currículo profissional, porque os senhores já tiveram acesso, entreguei a todos pessoalmente, mas os meus diplomas comprovam que eu tenho os conhecimentos técnicos indispensáveis para atuar como Conselheira do Cade.

Já o meu histórico profissional atesta que sempre estive dedicada a trabalhar pelo desenvolvimento do meu País, seja prestando auxílio a um dos mais notáveis membros do Superior Tribunal de Justiça, seja exercendo as funções de Conselheira no Carf.

No entanto, a característica mais importante que ouso reconhecer que tenho não está registrada em diploma algum, em currículo algum, é o indiscutível propósito de exercer as funções de julgadora do Carf com empenho, dedicação e respeito. Digo isso porque sei que hoje a formidável reputação do Cade, no mercado interno e no mercado externo, é fruto da dedicação de todos aqueles que passaram pela instituição e daqueles que ainda se encontram lá.

Pretendo, caso seja aprovada por esta Comissão, trabalhar para continuar mantendo o nível de excelência da autarquia e para garantir o bom desempenho como Conselheira daquele tribunal.

Agradeço aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Major Olimpio, V. Exa. queria fazer as perguntas a cada um ou aos quatro?

Eles estão apresentando os currículos. Depois, fica aberto para V. Exa. fazer as perguntas à vontade. Eu não tenho pressa nenhuma.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sem problema. Depois eu vou arguir um a um.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai arguir. O senhor é o primeiro inscrito, inclusive.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Perfeito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu, como Relator, quero apenas exercer os meus direitos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza, V. Exa. tem prioridade, não só V. Exa. como o Senador Rodrigo Pacheco, o Senador Carlos Viana e o Senador Fernando Bezerra Coelho. Isso será, com certeza, breve.

Com a palavra o Dr. Luiz Augusto Azevedo Hoffmann.

O SR. LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN – Bom dia a todos!

Cumprimento o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Exmo. Senador Omar Aziz, bem como o Vice-Presidente, o Exmo. Senador Plínio Valério, nas pessoas de quem cumprimento os demais Senadores e Senadoras aqui presentes e as demais pessoas.

Agradeço a recepção e a oportunidade.

Agradeço ao Exmo. Senador Carlos Viana, Relator do meu caso.

Estou honrado em me submeter ao crivo de V. Exas. nesta sabatina para prestigiosa e honrosa eventual participação como Conselheiro do Cade, sendo que, se aprovado por V. Exas., prestarei tal atividade com espírito de contribuição ao País e também de serviço.

Sou paulistano, tendo me formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e me especializado em Direito Tributário pela PUC de São Paulo, bem como cumprido o doutorado em Direito perante a Universidade de Camerino, a segunda faculdade italiana mais antiga, fundada em 1336. O meu doutorado foi também realizado perante a Universidade de São Paulo. A aludida instituição de ensino italiana é referência na área do Direito Civil-Constitucional, linha essa que determina que as relações privadas devem ser interpretadas à luz da Constituição Federal de cada país, garantindo os direitos fundamentais a todos os cidadãos, como é o caso, por exemplo, da livre iniciativa e da proteção aos consumidores.

A minha tese diz respeito à comparação entre os sistemas jurídicos europeu, italiano e brasileiro, quando pude estudar a constante harmonização das leis europeias com as leis dos países-membros da União Europeia, a qual é pautada sob o princípio da livre concorrência, exatamente a área de atuação que o Cade visa preservar na ordem econômica brasileira, além de abordar toda a evolução dos diplomas constitucionais brasileiros, em especial as formas de contratação realizadas pelo Poder Público, bem como a existência e análise das agências reguladoras em âmbito europeu.

Possuo artigos acadêmicos de Direito Público e Constitucional publicados em livros, conforme consta de meu currículo, tendo como destaque organizado obra a respeito da comemoração dos 20 anos da Constituição Federal, denominada *Atual Panorama da Constituição Federal*, obra premiada em terceiro lugar no Prêmio Jabuti de 2009.

Atuo também, desde o ano de 2016, estando em meu segundo mandato, como Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tive a oportunidade de lecionar Direito do Consumidor na Universidade de São Caetano, possuindo aproximadamente 20 anos de experiência na advocacia, tendo atuado em diversas áreas e também na área do Direito Antitruste.

É importante ressaltar que a importância e o reconhecimento do Cade transbordam as fronteiras nacionais, sendo um orgulho para o Brasil.

A Global Competition Review elegeu o Cade pela quarta vez como a melhor agência antitruste das Américas, além de ser uma das dez agências mais eficientes do mundo, dentre outros reconhecimentos internacionais.

Também merece destaque a participação do Brasil no Comitê de Concorrência da OCDE, que foi objeto de revisão por pares no último ano.

O Cade, como guardião da livre concorrência, ante as suas funções preventiva, repressiva e pedagógica, possui papel indispensável em nossa economia dentro de suas atribuições no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Além disso, dialoga e articula a sua atuação com diversas outras instituições, como são os casos de cooperação, exemplificativamente com o TCU, a CGU e o Ministério Público, sendo de grande realce seu ato normativo conjunto realizado recentemente com o Banco Central, além de outras inúmeras entidades e agências reguladoras.

O Cade deve continuar a combater os cartéis, como tem realizado, e analisar brevemente os atos de concentração dentro de sua competência, além de objetivar a eficiência e o avanço em todas as demais questões que lhe são submetidas, analisando também novas questões que a tecnologia traz à sociedade, como as figuras de *big data*, *blockchain*, mercados digitais, entre tantos outros.

A minha atuação, caso seja aprovado por V. Exas., dar-se-á de modo a defender a concorrência e a buscar a efetividade do Cade na sociedade.

Desse modo, agradeço a atenção de V. Exas., Senadoras e Senadores, ficando à disposição para perguntas e esclarecimentos que se façam necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra ao Sr. Luis Henrique Bertolino Braido.

O SR. LUIS HENRIQUE BERTOLINO BRAIDO – Bom dia!

Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa e os demais membros, os Exmos. Senadores e Senadoras, as demais autoridades e pessoas aqui presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O meu nome é Luis Henrique Bertolino Braido, sou casado, tenho 44 anos, sou natural da cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.

É com sentimento de dever e respeito que me submeto ao escrutínio de V. Exas.

Tenho mais de 20 anos de experiência como economista. Eu me graduei pela Universidade de São Paulo em 1995 e realizei mestrado em Economia na Fundação Getúlio Vargas, concluído em 1998, de onde parti para realizar o PHD em Economia na Universidade de Chicago, que foi concluído em 2002. Desde 2002, eu regressei dos Estados Unidos e fui contratado pela Fundação Getúlio Vargas, onde atuo como professor em tempo integral nos programas de graduação, mestrado e doutorado em Economia, na unidade do Rio de Janeiro.

Eu também lecionei na Universidade de Chicago, entre 2001 e 2003, para o programa de graduação em Economia. Atuei como pesquisador visitante em diversas universidades no mundo e cito algumas: London School of Economics, na Inglaterra; Universidade de Toulouse, na França; Universidade de Viena, na Áustria; Universidade Pompeu Fabra, na Espanha; e Instituto Europeu, na Itália.

Ao longo desses 20 anos de atuação, tive oportunidade de pesquisar sobre diversos temas ligados à defesa da concorrência e, devido à limitação de tempo, vou citar apenas duas contribuições recentes.

Um tema que eu pesquisei recentemente é sobre a dinâmica de competição de preços em mercados em que o consumidor tem custo para trocar de fornecedor. Esse é um fenômeno cada vez mais presente na economia devido à customização de produtos. Exemplos que a gente tem são celulares e computadores que usam diferentes sistemas operacionais – migrar de um para o outro quase sempre gera um custo de aprendizado para o consumidor – e lojas *on-line*, que tendem a manter o seu cadastro, o seu histórico de compras, o que, consequentemente, facilita muito a sua compra, tornando custoso migrar para outro *site*, e daí por diante. Então, esse é um fenômeno recente, pouco estudado ainda em Economia.

Nessa agenda de pesquisa, nós temos uma contribuição teórica sobre o tema e uma aplicação empírica para o mercado de seguro de automóveis, mais especificamente para a questão da cobrança de taxa de corretagem no seguro de automóveis, que é, novamente, um serviço que tem relacionamento e que tem custos para você trocar de fornecedor.

Eu menciono esse trabalho porque ele é um trabalho de organização industrial. Foi publicado no *Rand Journal of Economics*, que é o principal período científico em Economia na área de organização industrial, que é a área na qual a defesa da concorrência se insere. O trabalho foi escrito em coautoria com um ex-aluno de doutorado, Bruno Aurichio Ledo, hoje professor da USP de Ribeirão Preto.

Para finalizar, vou citar uma segunda agenda de pesquisa na qual trabalhei recentemente e que versa sobre "O Papel da Imprevisibilidade de Promoções de Preços e Lançamentos de Novos Produtos como Forma de Inibir Competição". Em geral, produtos novos e promoções são vistos como coisas boas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o consumidor. Correto? O que a gente bota nesse artigo, nessa agenda de pesquisa, na verdade, é uma consideração sobre o papel que isso pode ter – o papel da imprevisibilidade sobre lançamentos e da imprevisibilidade sobre o preço – no sentido de inibir a entrada de novas firmas, na medida em que o entrante não tem conhecimento prévio de que tipo de produto e com que preço ele vai se deparar na hora de competir no mercado.

Então, é um alerta que a gente coloca, numa sequência de dois artigos. Um deles é meu, de autoria solo, publicado no *Journal of Mathematical Economics,* e o outro, em coautoria com um ex-aluno de mestrado, hoje professor da USP, Felipe Shalders, foi publicado no *Economics Letters*.

Eu encerro aqui minha menção à minha experiência acadêmica e à minha agenda de pesquisa. Vou falar rapidamente da minha experiência administrativa e, com isso, eu encerro minha introdução.

Dentro da FGV, eu participei de praticamente todos os cargos administrativos que existem numa escola, fui diretor de ensino, diretor de pesquisa, coordenador de graduação, coordenador do programa de mestrado e doutorado. Além disso, eu atuo há 17 anos como consultor econômico. Já estive em inúmeras empresas e órgãos públicos. Já estive em vários órgãos públicos federais, em empresas de economia mista, em fundos de pensão e em empresas privadas.

Então, eu acho que o resumo do que estou querendo passar para os senhores, para V. Exas., é que eu tenho grande experiência acadêmica no tema de defesa da concorrência e tenho 17 anos de experiência de mercado também, atuando dentro de empresas. E, com isso, quero convencê-los de que estou qualificado e estou muito motivado para atuar como Conselheiro do Cade.

Sem mais delongas, coloco-me à disposição para questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve um amigo meu que me procurou, nesse final de semana, quando soube que nós iríamos fazer a sabatina dos indicados para o Cade. Ele disse: "Senador, peça para o pessoal que, se houver a junção entre a Nestlé e a empresa de chocolates Garoto, só não acabem com o Chokito". (*Risos.*)

É amigo teu também.

E é amigo teu, Plínio.

Senador Eduardo Braga, V. Exa. está com a palavra.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sr. Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, eu vou falar. Vou falar.

Senador Omar Aziz, eu quero, primeiro, começar agradecendo a V. Exa. por ter me distinguido com a condição de Relator da mensagem referente à Dra. Lenisa Rodrigues Prado, que eu tive a oportunidade de conhecer. Pude me debruçar sobre o seu currículo. E, como já dito pela própria Dra. Lenisa, ela está apta, do ponto de vista acadêmico e do ponto de vista profissional, para exercer as funções do Cade.

Quero cumprimentar os demais indicados, que aqui já se manifestaram.

Sr. Presidente, eu tenho para mim que o brasileiro que está nos assistindo do outro lado e acompanhando esta sabatina está perguntando o que é o Cade, o que o Cade significa na vida do cotidiano de cada um deles. E V. Exa., de uma forma humorada, acaba de dar um exemplo sobre a hipotética fusão entre duas empresas em que um produto pode desaparecer. Eu daria outra opção para que o brasileiro que nos acompanha possa compreender: o escândalo dos preços das passagens aéreas. O Brasil vive um monopólio nessa área, com praticamente um cartel de três ou quatro empresas, onde políticas públicas em cima de políticas públicas são feitas com o argumento de que os preços vão cair, mas o IBGE publica os resultados – e não publica no *The Economist*, mas publica na *Folha de S.Paulo*, publica no *Estadão, O Estado de S. Paulo*, publica nos jornais brasileiros – de que os brasileiros estão pagando uma das passagens mais caras do mundo. No entanto, com todo o respeito ao Cade, o Cade precisa atuar efetivamente nessa direção. Esse é um exemplo.

Outro exemplo é a questão do *spread* bancário. O que o Cade tem a ver com o *spread* bancário? Ora, o Brasil vive novamente uma situação de concentração no sistema financeiro, Senador Major Olimpio: três bancos privados e dois bancos públicos exercem 90% da carteira de crédito brasileiro. O brasileiro que está lá na outra ponta acaba de assistir ao Brasil mais uma vez reduzir a taxa de juros Selic, mas, se ele for ao banco no dia seguinte à busca de um crédito, lamentavelmente o que ele vê, não na imprensa internacional, mas na imprensa brasileira, é que aqueles números não batem com a realidade deles.

O Cade, portanto, não pode ser apenas algo desconectado com a sociedade, com o povo, com o consumidor, com a economia popular. O Cade tem que ser, portanto, um conselho que estará atento a estas questões. A formação acadêmica é importante para que você possa ter substância, possa ter conteúdo, mas os senhores e as senhoras, esperamos nós Senadores, que estamos dando esse voto de confiança...

Por que que o legislador quis mesmo que nós, diante da indicação do Governo, tivéssemos que votar para que os senhores tivessem mandato? Era para que os senhores pudessem ter uma conexão com a democracia direta. Todos nós chegamos aqui pelo voto direto, a população votou em nós, e nós estamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por delegação dos nossos eleitores, votando em V. Sas. Portanto, V. Sas. irão representar o nosso mandato junto ao Cade, não de quem os indicou, mas de quem está elegendo e dando mandato para os senhores. Esta é uma consciência que os senhores precisam ter.

Eu tenho visto o Cade se imiscuir em questão de bagagem, Sr. Presidente, e se há um escândalo... Eu toco nisso porque hoje vamos votar no Congresso a derrubada – se depender do meu apoio e da minha posição – da questão das bagagens aéreas. Por quê? Porque o argumento era o de que nós iríamos acabar com a concorrência sobre franquia de bagagem para reduzir o preço de passagem aérea.

De lá para cá, o que aconteceu é que, para sentar, você tem que pagar; para comer, você tem que pagar; para beber, você tem que pagar. E não é para beber bebida alcoólica, não, mas para beber qualquer coisa, você tem que pagar, ou seja, o consumidor... Em última análise, V. Sas. estão lá não apenas para estabelecer a livre concorrência, mas para exercer a livre concorrência com o intuito de fortalecer a macroeconomia e de fortalecer os direitos dos brasileiros de poderem ter um produto competitivamente colocado, para que eles possam consumir.

Não vou me alongar, Sr. Presidente.

Tendo feito, portanto, essas colocações com relação ao sistema bancário, à aviação civil etc., quero dizer que, portanto, a atuação de V. Sas. tem a ver com o dia a dia das pessoas, tem a ver com os preços de produtos nas gôndolas de supermercados, tem a ver com a questão de decisões até mesmo de compra de companhias que exercem no Brasil funções de segmentos econômicos cartelizados – o Brasil ainda tem vários setores da nossa economia atuando nesse sentido.

Portanto, eu quero fazer só duas perguntas e encerro a minha participação, dizendo da responsabilidade que V. Sas. passam a ter a partir da eleição que acontecerá nesta Comissão e em Plenário, para que V. Sas. tenham mandato dado, portanto, por aqueles que são representantes do voto direto, e, por isso, o legislador nos colocou para sermos os eleitores de V. Sas.

O Cade tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável no âmbito do Poder Executivo não só por investigar e decidir em última instância sobre a matéria concorrencial, como também por fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência. Entre as funções do Cade, está a educacional ou pedagógica, que visa a instruir o público em geral sobre as diversas condutas que possam prejudicar a livre concorrência e a incentivar e estimular estudos e pesquisas acadêmicas sobre o tema. Dessa forma, atualmente, qual está sendo a atuação do Cade para cumprir essa função educacional? Como a entidade pode melhorar? E como a senhora e os senhores pretendem atuar para ampliar a cultura em prol da livre concorrência em nosso País?

Para finalizar, com certeza, os senhores têm conhecimento de que algumas das atribuições do Cade são similares às de agências reguladoras, tais como as dos setores de telecomunicações e financeiro. Há conflito de competência nessas áreas, já que o setor financeiro, via de regra, é acionista das empresas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicações? Há conflito de competência nessas áreas, como já dito? Como pode ou deve ser administrada essa situação? Por exemplo, é possível que a elevação do grau de concentração possa servir para a redução do risco sistêmico do sistema financeiro? Qual o papel do Cade nesses casos?

Faço apenas uma observação: nós temos, como já dito, um sistema bancário no qual cinco bancos no Brasil respondem por 90% dos depósitos à vista e dos serviços prestados à população.

Sr. Presidente, eram essas as nossas indagações, agradecendo a V. Exa. não só pela designação, mas também pela atenção em promover este debate da forma mais objetiva e cartesiana possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra à Sra. Lenisa Rodrigues Prado.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Excelência, agradeço muito a oportunidade que o senhor está nos dando aqui de colocar a nossa opinião ou as informações de que dispomos em relação a esses temas que são extremamente importantes para todos, para nós aqui e para a população que nos assiste de casa.

O Cade é o tribunal que integra o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência econômica. Ele tem uma função primordial, que é a de, efetivamente, zelar para que se reduza o número de infrações, promovendo, assim, também, o que é mais importante, que é a disseminação de suas decisões, para que elas passem a ter também um caráter pedagógico, a publicidade que tanto se espera de qualquer tipo de decisão, seja ela administrativa ou judicial.

O senhor tocou em dois pontos que para mim são muito relevantes. Qual é o papel do Cade ao regular determinados setores que fazem parte do dia a dia de qualquer brasileiro? Eu, honestamente, como dona de casa e mãe, agradeço muito ao Cade, por exemplo, por ter atuado de forma enfática e certeira no caso da Sadia e da Perdigão. Hoje nós temos a Seara, que é uma grande competidora, e isso foi de bastante responsabilidade e fruto dos esforços do Cade em analisar um mercado muito competitivo e no qual é muito difícil identificar qual o mercado relevante na operação.

Excelência, eu vou tratar, primeiro, da questão das passagens aéreas, porque é importante que... Aqui nós dissemos, por exemplo, que o Poder Judiciário já reconhece a importância do Cade e o fortalece quando convoca o Cade a participar da apuração de informações a respeito da liminar que suspendeu o leilão das sete unidades produtivas isoladas da Avianca. Isso foi um pedido da empresa Swissport, que é uma empresa aeroportuária credora da Avianca, hoje em processo de recuperação judicial. Do despacho do desembargador que proferiu essa decisão consta expressamente que a participação do órgão irá contribuir democraticamente para aprofundar questões que envolvem infrações contra a ordem econômica. Agora, em que pesem as passagens aéreas, o valor e a questão da bagagem, nós temos aqui uma limitação de competências, porque o órgão regulatório desse setor é a Anac, e o Cade é responsável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por analisar as infrações econômicas. Não pode ele imiscuir-se na área da Anac, assim como a Anac não pode avocar as prerrogativas do Cade. Essa divisão de competências é algo que estamos trabalhando aqui no Brasil para tornar cada vez mais claras as linhas, para torná-las cada vez mais claras e determinadas.

Isso leva a outro ponto, que é a questão das instituições bancárias. Esse é um tema que já vem em discussão há bastante tempo. Hoje pende de apreciação pelo Ministro Celso de Mello o Recurso Extraordinário 664.189, que foi interposto pela Procuradoria do Cade contra uma decisão do STJ que decidiu que a fiscalização dos atos de concentração, aquisição ou fusão das instituições financeiras é atribuição exclusiva do Bacen. Olha, essa decisão do STJ foi amparada no fato de que há um parecer da AGU subscrito, apoiado pelo Presidente da República que assim determina. Acertadamente, a Procuradoria do Cade alega que esse parecer não pode vincular a Administração Pública Federal nessa extensão, porque assim ele estaria adentrando uma questão legislativa.

Cabe aqui aos senhores e aos Congressistas em geral fazer essa determinação mais assertiva. E, para isso, existe aqui, está tramitando neste Congresso o PLS 350, de 2015, agora identificado como PLP 499, de 2018, que é um projeto de autoria do Senador Anastasia que coloca uma perspectiva de uma participação compartilhada entre o Cade e o Bacen nos processos de fusão e aquisição, sobretudo quando não implicar risco sistêmico para o Sistema Financeiro Nacional. Nessa proposição, até se elimina a exigência do decreto presidencial para autorizar o ingresso de novas instituições financeiras no Brasil.

Então, Excelência, nesse ponto, o que eu posso dizer é que o Cade também, em relação às instituições financeiras, tem tido uma atuação até bastante significativa. Por exemplo, existe... Desculpa, eu acabei tendo que fazer várias anotações. O Cade, recentemente, arquivou seis processos administrativos que apuravam condutas anticompetitivas por parte dos grandes bancos nacionais no que se refere ao mercado do empréstimo consignado. Essas seis investigações se deram porque o Banco do Brasil firmou um Termo de Cessação de Conduta com o Cade, porque havia identificado que havia uma utilização indevida da sua posição no mercado, nesse mercado específico. E aí o BB, nessa oportunidade, identificou outros bancos que praticavam condutas semelhantes. Após a análise do caso, a Superintendência-Geral recomendou o arquivamento dos processos, e esse posicionamento foi alinhado com a Procuradoria do Cade. Somente o Ministério Público Federal recomendou a condenação dos investigados. Mas por que se chegou a esse entendimento? Não foi um entendimento político, muito antes pelo contrário. Durante as investigações, por exemplo, notou-se que a dominância desse mercado era irrisória. Por exemplo, um dos investigados era o Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Esse banco detinha menos que 3% de concentração nesse mercado de crédito consignado.

Então, eu posso dizer seguramente que o Cade vem trabalhando, cada dia mais, com esforço, com uma tecnicidade exemplar, na atuação dessas repressões, nessas concentrações de mercado que envolvem o dia a dia do brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite fazer uma complementação para a Dra. Lenisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Dra. Lenisa, hoje existe o Google.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Quando a gente digita "Cade franquia de bagagens", a primeira coisa que a gente encontra é a Agência Brasil, que é uma agência de notícias do Governo. E a Agência Brasil diz: "Cade: retorno de franquia de bagagem pode prejudicar setor aéreo". A segunda coisa é o que diz o Conjur: "Cade pede que Bolsonaro vete franquia mínima de bagagens". "O Cade recomenda que Bolsonaro vete franquia de bagagem em voos", dizem o *Valor Econômico e O Globo.*

Parece-me que o Cade intercedeu, sim, e atuou, sim, na questão de bagagem, diferentemente do que V. Sa. falou ainda há pouco. Digo isso apenas para que fique clara a informação que está disponível a todos.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Desculpa, Excelência! Se eu não me fiz compreender, peço desculpa!

Estou dizendo que o Cade sempre respeitou esses limites da atuação da Anac e do Banco Central. Ele sempre atuou de forma incisiva dentro da sua competência. E a competência do Cade, na questão das bagagens aéreas, era exatamente esta: fazer essas recomendações que fez diante da análise dos mercados, como foi feito. Ela não pode mudar a legislação, ela não pode mudar a competência da Anac em relação a isso. Mas eu compreendo, Excelência, o senhor está correto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, V. Sa., se estivesse no Cade, também teria votado pelo veto? É isso que V. Exa. está dizendo?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Não! Muito antes, pelo contrário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não me faça mudar o meu voto, porque eu ainda vou votar no Plenário.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Não, Excelência. O que eu quero dizer é que há um respeito. O Cade como instituição respeita a sua competência, respeita a competência das outras autarquias e atua, dentro dos seus limites, de forma exemplar. É esse o meu ponto de vista. E me perdoa se eu não me fiz compreender.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Qual seria a recomendação de V. Sa. no caso?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Excelência, tendo em vista – aí eu vou falar um pouco das informações que eu tenho fora dos autos, sem analisar o mercado, porque eu não tive acesso a essas informações –, mas tendo em vista que a cobrança da bagagem tinha uma justificativa que não se comprovou, porque a expectativa era que houvesse algum tipo de redução no preço das passagens, eu acredito, sim, que não é viável se manter a cobrança por um serviço que já está embutido dentro do preço da passagem aérea e que não repercute em desconto, em benefícios para o brasileiro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Parabéns.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Desculpa, gente. Perdoem-me.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem usa o avião é uma parcela da população. O pior é o que está acontecendo nas empresas que ganharam licitações para fornecer energia no Brasil afora, porque o sistema nunca esteve tão ruim como está hoje, e a energia aumentando...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – É tem cartel

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E é cartel. E cada vez mais a energia crescendo.

E nisso, Alexandre – que está aqui –, V. Sa. tem obrigação de fazer um esforço muito grande com o Presidente do Cade, juntamente com os novos conselheiros, com o novo espírito desses conselheiros, porque nós não podemos permitir que isto aconteça: a energia sobe, o povo paga mais, mas a qualidade caiu e caiu bastante. E a perspectiva é nós termos que procurar agora dinheiro para fazer investimento. Quando se ganhou essa licitação, Senador Major Olimpio, participaram da licitação, eles não falavam que tinham que pegar dinheiro subsidiado do Governo – está certo? – para poder fazer os investimentos necessários para que funcionasse direito.

Então, eu acho que isso é uma pauta que nós temos que trazer futuramente para debater aqui. Não é o momento. Eu só estou querendo colocar aqui que a passagem aérea é para uma parcela da população, mas a energia é para 100% da população, que precisa dela para utilizar, e isso também...

Se for por essa questão que o Cade não interfere nas decisões da Anac, que o Cade não interfere nas discussões da Aneel... Não; acho que tem que intervir, sim, tem que discutir, sim, até porque o Cade tem obrigação de participar dessa discussão, senão nós vamos esperar aí somente grandes empresas quererem se fundir para o Cade atuar. Eu acho que o Cade tem que atuar diretamente no consumidor, lá na atividade-fim do consumidor. Ele precisa atuar e ter uma posição mais firme sobre essa questão. Então, era só para reforçar o que o Senador colocou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Eu entendo que o Cade é o grande farol da economia nacional, pois é a partir dele que as grandes operações são aprovadas ou rejeitadas, o mercado se torna mais concentrado ou mais livre, os monopólios são formados ou destruídos, a economia floresce ou resseca.

Eu tive a preocupação, diante da importância do Cade – e o Cade está paralisado neste momento e precisa ter seus novos conselheiros –, diante da especificidade da atividade eu vi que os quatro candidatos têm currículos exemplares, foram avaliados por quatro Senadores que tiveram toda a preocupação de fazer o melhor relatório possível. Eu vou fazer alguns questionamentos justamente para analisar, para poder fazer o meu voto influenciar outros, seja aqui, seja no Plenário, diante dessa necessidade do conhecimento técnico específico, tanto do ponto de vista acadêmico como prático, das matérias associadas à defesa da concorrência, o antitruste. Até me permiti fazer uma comparação: não dá para indicar um ortopedista para fazer cirurgia cardíaca ou vice-versa.

Eu iniciaria perguntando na sequência em que expuseram.

Dr. Sérgio Ravagnani, analisando o seu currículo, o seu contato com defesa da concorrência no âmbito profissional acadêmico resumiu-se à disciplina Política de Defesa da Concorrência: temas e debates contemporâneos II, cursado ou, salvo melhor juízo, que o senhor ainda está cursando como aluno especial do programa de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade de São Paulo, conforme narrado na sua argumentação escrita, constante no relatório do Rodrigo Pacheco.

Diante dessa pouca experiência acadêmica ou prática na área da defesa da concorrência, gostaria de entender qual seria a sua contribuição para o aprimoramento de política antitruste brasileira e o aperfeiçoamento e melhoria das decisões do Cade e da área no País. Em outros termos, em que a sua experiência pretérita em outros ramos do Direito poderia auxiliar na análise de casos trazidos para avaliação e julgamento do Cade?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai fazer uma pergunta só?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Mais outra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas todas para ele? Não?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sim, mas vou fazer para os outros também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode fazer, porque aí eu abro já para responderem uma por uma. Senão vai ficar um debate paralelo, só você...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Mas não é um debate paralelo. Por isso que eu perguntei a V. Exa. como é que seria o critério disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O critério, V. Exa...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – É uma pergunta só?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não; V. Exa. pode fazer quantas quiser. Aí ele vai responder, o senhor terá direito à réplica, e acabou.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Não posso apresentar mais nenhum questionamento?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por que eu estou abrindo para V. Exa. falar, fazer outros questionamentos. Pode fazer quantos quiser.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Então, vamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. pode fazer todas as perguntas que quiser, e aí...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Então, eu vou fazer...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode fazer para os quatro. Eles vão responder para V. Exa., e depois V. Exa. terá o direito também de falar...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Eu gostaria que o Dr. Sérgio Costa também falasse da sua visão de quando o Cade deveria aceitar a celebração de um termo de cessação de conduta, em uma investigação de cartel ou em uma conduta de monopólio, e quando deveria rejeitar tal pedido. São essas duas questões a V. Sa.

Para a Dra. Lenisa. Analisando também o seu currículo, verifiquei o seu contato com questões envolvendo direito da concorrência e Cade no início da sua carreira, ainda como estagiária, e mais recentemente, a partir de janeiro de 2019, quando ingressou como advogada no escritório Rodrigues Prado Advogados Associados. Durante essas duas fases, poderia por gentileza citar com quais os diferentes temas complexos associados à prática antitruste a senhora deparou e quais as teses defendidas em cada um dos principais temas? Não é necessário citar, logicamente, o nome das empresas, apenas os temas e a sua posição em relação a eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma segunda questão para V. Sa.: com relação à metodologia de cálculo de multas, na sua opinião, como deveria proceder o Cade?

Para o Dr. Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann. Analisando também o seu currículo e a declaração que é exigida pelo art. 381 do Regimento Interno do Senado, embora tenha experiência acadêmica e prática nos ramos do Direito Constitucional, Civil, Tributário, até o momento o seu contato com matéria de defesa da concorrência, seja no âmbito profissional, seja no âmbito acadêmico, eu não vi manifesto. Diante dessa pouca experiência acadêmica ou prática na defesa da concorrência, eu gostaria de entender qual seria a sua contribuição para o aprimoramento da política antitruste brasileira e o aperfeiçoamento e melhoria das decisões do Cade e da concorrência e livre iniciativa no País. Em outros termos, a sua experiência pretérita em outros ramos do Direito poderia auxiliar na análise de casos trazidos para avaliação e julgamento do Cade?

Gostaria, se V. Sa. pudesse comentar... No plano institucional, o relatório da OCDE apontou que a separação entre o Tribunal (o órgão decisório) e a Superintendência-Geral (SG, a autoridade investigadora) deve ser reforçada, a fim de garantir que o Tribunal não cumpra a função de segundo órgão de investigação. Qual a opinião de V. Sa. e os comentários a respeito disso?

Dr. Luis Henrique Braido, analisando o seu currículo também e o relatório, verifica-se profundidade e capacidade de V. Sa. no conhecimento notadamente de ações necessárias ao exercício da atividade de Conselheiro do Cade. Eu gostaria de saber e entender a sua avaliação sobre a ação do Cade junto a práticas exclusionárias exercidas por empresas monopolistas ou com grande poder de mercado.

Um segundo questionamento. Qual a sua opinião sobre os chamados contratos associativos? Poderia, por gentileza, nos explicar o que seriam esses contratos associativos e quais os impactos que têm para a nossa economia?

São essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu passarei ao Dr. Sérgio para que responda ao Senador Major Olimpio e assim por diante, depois, os outros.

O SR. SÉRGIO COSTA RAVAGNANI – Senador, eu agradeço a oportunidade que me é concedida de demonstrar outras habilidades acadêmicas e profissionais ao longo da minha carreira.

Eu acompanho o direito da concorrência desde muito tempo, antes inclusive de ser bacharel em Direito. Eu já fiz minutas de peças dirigidas ao Cade sob a supervisão de renomados advogados e acompanhei a vivência do tribunal por dois anos. Após ser bacharel em Direito, optei pela advocacia pública, por seguir carreira no setor público e nunca me afastei do tema do direito da concorrência, eis que são atividades muito afetas ao cargo de Procurador da Fazenda Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu pude mencionar, no tempo em que estive à frente da Divisão de Acompanhamento Especial da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional, aqui em Brasília, por diversas vezes fui procurado pelo instituto ético de defesa da concorrência, que queria fornecer subsídios à aplicação genérica das leis tributárias, para que não houvesse condutas anticompetitivas e que empresas não ganhassem poder de mercado mediante práticas de devedores contumazes. Inclusive essa é uma das penalidades, prevista no art. 37 da Lei Antitruste, em que a autoridade antitruste pode determinar que não se concedam benefícios, isenções ou parcelamentos tributários a empresas que assim agem.

Além disso, Senador, do ponto de vista acadêmico, como está mencionado no meu currículo, eu fui palestrante na Fiesp, a convite da Advocacia-Geral da União e a convite da Fiesp, para honrosamente compor um painel sobre a Medida Provisória 881 e concorrência, na qual tive a honra e a oportunidade de dividir a Mesa com o Presidente do Cade, Dr. Barreto, que aqui nos assiste, e também com a Conselheira Paula – a Mesa foi presidida pelo Prof. Campilongo –, e isso antes mesmo de as vagas para as quais nós todos aqui somos indicados estarem abertas.

Também, conforme está no meu currículo, Excelência, eu estudei no ano passado na London School of Economics and Political Science. Lá me debrucei sobre o tema "Base Erosion and Profit Shifting", um tema bastante atual que diz respeito a grandes empresas multinacionais na sua alocação de recursos, a escolha de jurisdições tributárias mais favoráveis e o impacto disso na concorrência. E não por outra razão também, mas porque, antes de se cogitar a indicação do meu nome ao cargo do Cade, busquei o meu ingresso na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde curso a disciplina, como aluno especial, do programa de pós-graduação *stricto sensu*, sobre o tema: "Debates contemporâneos da política da concorrência, especialmente mercados digitais", porque são coisas que conversam e que se coadunam.

Excelência, procurador da Fazenda Nacional não é carreira da advocacia pública de lotação original no Cade, mas isso de forma alguma quer dizer que nós não estejamos aptos a manejar diversos ramos do Direito Público: o econômico, o financeiro, o tributário, que se interligam. Lembro aqui, com muita honra, que, se aprovado for por esta Comissão para assumir a vaga de conselheiro do Cade, não serei o primeiro procurador da Fazenda Nacional a ser conselheiro do Cade. Antes de mim já esteve Ricardo Villas Bôas Cueva, Procurador da Fazenda Nacional, que foi um brilhante Conselheiro do Cade e hoje é Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, Excelência, também tenho bastante prática em regulação e economia, pois que, na análise dos atos normativos encaminhados ao senhor pela Presidência da República, desde 2016, tive intensa troca de contato com os órgãos setoriais formadores de políticas públicas econômicas, como a Seprac, a secretaria de advocacia da defesa da concorrência, analisando, como disse em minha apresentação, a medida provisória da liberdade econômica, o processo administrativo sancionador no âmbito do BC e da CVM e também tenho bastante prática em processo administrativo sancionador, eis que um procurador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazenda Nacional também é responsável por, em processo administrativo, fazer arrolamento de bens, monitorar o comportamento de empresas que podem estar sujeitas à exclusão de regimes tributários específicos.

Isso também conversa com a minha pós-graduação em Direito Público, o que também está no meu currículo, na Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul.

Também muito antes da abertura dessas vagas, como consta do meu currículo, a convite, fui palestrante do I Fórum de Direito e Economia, do UniCeub, aqui em Brasília.

Portanto, eu me sinto completamente apto a exercer as atribuições do cargo, se tiver a honra de ter meu nome aprovado, eis que imagino seja uma atribuição naturalmente decorrente da minha trajetória profissional no serviço público.

Em relação à sua segunda pergunta, Senador, sobre eventual postura em termos de cartéis, se eles devem ser punidos por meio de TCCs ou por meio da aplicação das penas dispostas no art. 37, tenho a dizer que, de fato, das infrações à ordem econômica, a de cartel é aquela mais gravosa, aquela sobre a qual devemos nos debruçar. É difícil reunir o conjunto probatório em relação a elas. As penas têm que ser realmente amplas para que o Cade disponha de um *enforcement* suficiente para coibir essas práticas, e isso ele dispõe nos termos do art. 37 da Lei 12.529. Porém, de acordo com as práticas internacionais, de acordo com a experiência nacional e de acordo com o direito, em primeiro lugar, na aplicação de todo e qualquer pena, devemos levar em conta, como julgador, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Então, uma vez constatada a materialidade, a autoria do fato e o fato sendo típico, como típico de cartel, as empresas estão sujeitas a essas penas, que serão pautadas por esses princípios.

Agora, a experiência internacional e também a nacional internalizada há muito tempo nos dizem que a colaboração dos supostos infratores é fundamental. É por isso que temos, desde 2000, um programa de leniência no Cade que antecede as leis de programa de leniência do Ministério Público, da CGU, da AGU, e que é um caso de êxito, é um caso de sucesso. Também os termos de compromisso de cessação de conduta são extremamente importantes porque, dentro dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que a missão do Cade é garantir a existência da concorrência, nós também não devemos fechar empresas apenas por fechar; nós precisamos dessa colaboração. Cada caso concreto será analisado, se eu tiver a honra de ser aprovado por esta Comissão, por este Senado, à luz desses princípios.

Mais uma vez, eu agradeço pela pergunta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo a palavra à Sra. Lenisa Rodrigues Prado.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Senador Major Olimpio, muito obrigada pela sua pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esclarecendo aqui – eu espero que agora de uma forma mais tranquila, menos exacerbada do que na última resposta –, a minha experiência vem principalmente dos estudos e da minha atuação como Conselheira julgadora no Carf. O direito sancionatório hoje é uma linha de pesquisa, uma linha de atuação que engloba imposição de multas, o direito penal, o direito tributário, enfim, todos os mecanismos que o Estado detém para coibir determinadas ações, para repudiar determinados resultados praticados pelo particular.

Excelência, trabalhando na esfera tributária, nós temos muito menos transparência e vetores preestabelecidos para guiar a dosimetria das multas. O Cade, por outro lado, é regido por uma lei que é fantasticamente detalhista em elementos que ajudam os conselheiros a dosar a multa imposta. Para todos que estamos aqui é fácil perceber que a aplicação de multas é um exercício um pouco difícil, porque a diferença entre o veneno e o remédio é a própria dosagem. Em relação ao Cade, os requisitos estão previstos nos arts. 37 e 45 da Lei 12.529, de 2011, e também no §1º do art. 111 do Regimento Interno. Então, existem elementos suficientes para guiar a atuação do conselheiro julgador.

Olhe, mesmo com todo esse aparato, com esse substrato legal que auxilia os conselheiros, sempre há margem para melhoria em estabelecer esses critérios, para primar pelo princípio da isonomia, da igualdade, da transparência. Tanto é assim que está tramitando aqui nesta Casa o PL 9.238, de 2017, de autoria do Deputado Hugo Leal, que até propõe uma nova redação ao art. 37, em que ele pretende impor penalidades que fossem calculadas de acordo com a vantagem auferida pelo infrator, multiplicada pelos índices de detecção, a serem definidos por condutas que representam a probabilidade de ele ser pego e condenado. Não é um texto ideal, existem alguns problemas nessa proposta legislativa, mas eu percebo que o Congresso está, sim, no intuito de fortalecer o caráter sancionatório do Cade, porque isso imprime eficiência e eficácias às suas decisões.

Veja, o Cade... Isso é um fator muito importante para a gente destacar aqui, porque o Cade, por exemplo, em 2017, arrecadou mais de R$950 milhões a título de multa e contribuições pecuniárias. Por outro lado, veja, Excelência, faz mais de quatro anos que Receita não divulga, com essa transparência, qual o valor que foi arrecadado a título de multas. Nos últimos relatórios, a Receita vem colocando as multas dentro da rubrica dos próprios tributos.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Então, a senhora está dizendo que há uma metodologia de cálculo?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Não, existem critérios para guiar a atuação dos conselheiros quando calcularem a dosimetria da multa no Cade. Não existe uma fórmula preestabelecida...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Uma metodologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Isso. Existem critérios a serem observados, critérios esses previstos nos arts. 37 e 35 e no §1º do art. 111 do Regimento Interno.

Então, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nesse caso, são bastante subjetivos esses critérios.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – São bastante subjetivos, e é por isso que eu estou falando que esta Casa vem trabalhando para torná-los cada vez mais objetivos, como, por exemplo, o projeto que eu citei.

Excelência, eu posso garantir ao senhor que a minha experiência no Carf foi fundamental para eu aceitar esse desafio, que é exercer as funções como Conselheira do Cade.

Espero que eu tenha respondido a pergunta do senhor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – A senhora trabalhou no Cade em que período?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – No Carf.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Ah, no Carf.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Conselho de contribuintes.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Em relação ao que eu questionei à senhora, quanto aos temas associados à prática antitruste, o que deparou e quais as teses defendidas, a senhora não teve nenhum?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Não, posso sim.

Excelência, eu fui consultora de várias empresas, especialmente quando se trata da verificação da adequação das penalidades que lhes foram impostas. Por uma questão de segredo profissional, eu não posso apresentar o nome dos meus clientes.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – E eu até disse que não era necessário citar as empresas.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Exatamente. A minha questão é sempre voltada ao enfoque da penalidade aplicada, legalidade, razoabilidade e proporção dentro dos critérios legais do Cade, que o Cade observa.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Luiz Augusto.

O SR. LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN – Exmo. Senador Major Olimpio, muito obrigado pela pergunta, uma excelente oportunidade para poder esclarecer as dúvidas que V. Exa. nos trouxe.

Na realidade, a minha experiência acadêmica está ligada intrinsecamente a todos os valores e princípios constitucionais que o Cade visa preservar.

Na realidade, no meu doutorado, que foi feito na Universidade de Camerino, a segunda universidade mais antiga da Itália, eu fiz uma comparação do sistema jurídico italiano, europeu, com o sistema brasileiro. E essa faculdade é conhecida, na realidade, pela linha do direito civil constitucional, no qual as relações privadas devem ser observadas à luz dos princípios constitucionais, que é exatamente o caso do Cade, com a questão da livre iniciativa, que deve ser analisada sob os princípios da proteção do direito dos consumidores, da livre iniciativa, da repressão ao abuso do poder econômico, e assim por diante. Então, em termos acadêmicos, Exmo. Senador, eu acredito que eu tenha, em meu doutorado, explorado e analisado intrinsecamente a questão da livre iniciativa, que é um dos valores do Cade.

Em um segundo momento, eu estou atualmente em meu segundo biênio como Juiz no Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo, no qual eu tenho a oportunidade de analisar casos realmente muito altos, de enorme complexidade, e que possuem a mesma natureza sancionadora dos processos que visam reprimir o abuso do poder econômico no Cade. Então, entendo que a metodologia do direito civil constitucional aliada com o caráter do processo sancionador que eu enfrento diariamente em dois mandatos no tribunal me permitem também assim analisar.

Além disso, eu também sou professor de Direito do Consumidor analisando os impactos nas relações das empresas em relação aos consumidores de modo a protegê-los, sendo também um dos princípios ligados ao próprio Cade.

E, por sua vez, na minha trajetória como advogado, há inúmeros pareceres que eu fiz, estudos que eu fiz para clientes, mais notadamente em relação aos atos de concentração, especialmente de modo a poder analisar o mercado relevante, a participação do poder de mercado de algumas empresas, a possibilidade do exercício dessa questão, além das eficiências que podem ser levadas aos mercados. Então, eu acabei dando consultoria – e é uma questão em prol dos clientes nesse sentido – a fim de evitar também que se pudesse, em alguns casos, caracterizar a figura do *gun jumping*, que é quando existe a consolidação, ou seja, a operação entre as empresas é realizada antes mesmo que o tribunal ou a Superintendência-Geral possam analisar esses casos também. Tive a oportunidade de estudar também alguns casos de *sham litigation*, no qual existe o efetivo abuso do poder do direito de petição, tanto na esfera administrativa como na esfera judiciária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acredito que a minha experiência na advocacia aliada à metodologia do doutorado que estudei, ao processo sancionador e ao meu exercício como professor de Direito do Consumidor me credenciam a exercer a função de conselheiro do Cade, função essa que, se aprovado por V. Exas., eu desempenharei com muito afinco e com espírito de serviço ao nosso País.

Acredito que, em relação à pergunta de V. Exa. – qual seria a minha contribuição? –, seria usar também a experiência de colegiado no tribunal, toda essa questão que acabei de explicar para poder contribuir e ajudar a auxiliar o nosso Cade, que é motivo de muito orgulho para todos nós do País.

Em relação à segunda pergunta de V. Exa., sobre a recomendação que a OCDE fez em relação à separação entre a superintendência-geral e ao tribunal, eu só gostaria de ressaltar que o Cade tem participado da OCDE desde 1998. Começou como observador, depois atingiu o grau de participante, e hoje, com muito orgulho, o Cade é um membro associado da OCDE, o que muito nos enobrece, sendo reconhecido como uma das melhores agências antitruste do mundo: está entre as dez mais importantes e a melhor agência das Américas.

Eu acho que essa recomendação tem que ser analisada com um espírito muito harmonioso inicialmente. Por quê? Quando a OCDE fez essa recomendação, ela a fez no sentido de que a Superintendência-Geral tivesse uma maior efetividade, e o tribunal também, pois algumas condutas investigatórias podem ocorrer tanto dentro da Superintendência-Geral como dentro do próprio tribunal, quando da requisição de informações ou da realização de diligências e assim por diante. Eu acredito que deve haver um diálogo melhor da Superintendência-Geral com o tribunal. Tanto é, Excelência, que existe hoje uma separação chamada até pelo próprio relatório da OCDE de *chinese walls*, que são as muralhas chinesas – digamos assim –, as quais fazem com que, se uma investigação é feita pela Superintendência-Geral, o tribunal só tenha conhecimento dela após o seu efetivo encerramento.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – E o senhor defende a independência?

O SR. LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN – Eu defendo a independência e entendo que deve haver um diálogo. Eu acho que essa independência também é até uma oportunidade de o tribunal rever e revisar as próprias condutas da Superintendência-Geral.

A Lei 12.529/2011, quando instituiu o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, possibilitou inclusive essa questão de que o tribunal, em uma série... Tanto nas condutas de cartéis como nos atos de concentração, existe essa questão da revisão das decisões, da análise, quando da apresentação de recursos ou mesmo quando da avocação – um conselheiro, de modo justificado, pode também chamar para sua análise essa questão. E até mesmo, Exmo. Senador, essa é uma oportunidade também, quando você tem a possibilidade de investigação dentro do próprio tribunal, de serem celebrados também, como disse um outro conselheiro, nos termos de compromisso de cessação de condutas também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa distinção, toda essa análise, acho que é salutar, é importante, deve ser mantida, mas eu acho que não é assim 100%... Não que eu não concorde; eu concordo com a diretiva, mas eu acho que tem que ser analisado caso a caso, e isso tem que ser muito estudado pelo Cade, junto com todos os seus departamentos, com todas as questões, porque elas já existem de fato, Excelência.

Essa é minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. *Fora do microfone*.) – Muito bem.

Está presente no Plenário o Senador Izalci Lucas.

Concedo a palavra ao Dr. Luis Henrique Bertolino.

O SR. LUIS HENRIQUE BERTOLINO BRAIDO – Obrigado, Presidente.

Exmo. Senador Major Olimpio, queria agradecer as perguntas, agradecer suas gentis palavras sobre o meu histórico acadêmico e profissional e dizer que as perguntas estão muito adequadas ao que virá a ser a pauta do Cade no próximo ano, no próximo período. E de certa forma as perguntas também se ligam à pergunta colocada inicialmente pelo Senador Eduardo Braga. Então, eu vou tentar explicar essa associação.

O senhor me perguntou sobre práticas exclusionárias e contratos associativos. Vamos começar com contratos associativos.

A Lei de Defesa da Concorrência exige, respeitado o critério de faturamento, que as empresas comuniquem ao Cade contratos associativos, *joint venture* e coisas dessa natureza. Então, o Cade vai fazer uma análise prévia à efetivação de qualquer tipo de contrato dessa natureza. E o Cade tem um guia de análise de atos de concentração, que é bastante preciso e bem definido a respeito de quais são os passos para uma análise dessa natureza. Então, começa com definição de mercado relevante, análise de concentração – o cômputo dos índices de concentração vão ser necessários para isso –, a probabilidade de exercício do poder de mercado, questões de eficiência alocativa e interesse da coletividade. E eu acho que aí mora a grande dicotomia que nós, os eventuais conselheiros, caso aprovados por V. Exas., teremos, que é: com frequência, existe ganho de eficiência num contrato associativo – não é por outro motivo que as empresas estão tentando fazer –, e também com frequência isso reduz competição e tem potencial de não ser do interesse geral da coletividade, não ser do interesse do consumidor. E a missão do Cade é defender a livre concorrência e defender o consumidor brasileiro contra abuso de poder econômico. Então, essa é a grande dicotomia que a gente vai ter em frente.

O Cade não pode ser contra qualquer tipo de contrato associativo; do contrário, algumas oportunidades importantes vão se perder. Eu vou mencionar o caso que está na imprensa, entre Boeing e Embraer. Correto? Isso deve ser objeto de apreciação do Cade muito em breve, creio eu. E, obviamente, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que eu estou falando aqui é em tese; se vier a ser aprovado por este Senado, vou tomar ciência dos fatos e tomar uma decisão a respeito disso. Esse é um tipo de associação que, a princípio, será analisado seguindo esses cinco passos. Ver se há potencial de conflito e, onde houver potencial de aumento de concentração, aplicar remédios. Tudo bem? Essa é a minha opinião sobre contratos associativos.

O segundo ponto que V. Exa. mencionou é a ação do Cade quanto a práticas exclusionárias, que também é um tema super moderno. Há na pauta do Cade um conjunto de processos para serem analisados a respeito das mais diversas práticas exclusionárias, dentre elas, várias do setor financeiro, e isso vai me remeter à questão do Senador Eduardo Braga. É claro que a postura de qualquer membro do Cade tem que ser contrária às práticas exclusionárias. O Cade tem que investigar e punir essas práticas.

Deixem-me mencionar rapidamente a questão do sistema bancário. O sistema bancário brasileiro é concentrado, como bem colocou o Senador Eduardo Braga, e não é por acaso. Nós tivemos inúmeras crises econômicas nas décadas de 80 e 90 que levaram a um processo de consolidação bancária, parte fruto de uma preocupação excessiva do País, na minha opinião, com relação à segurança sistêmica. Esta sempre foi a preocupação do Banco Central: ter bancos sólidos, bancos fortes e, consequentemente, um setor mais concentrado.

Eu acho que a gente depara agora um momento muito único no País que é o surgimento de novas tecnologias financeiras: as *fintechs,* os bancos digitais, corretoras digitais, operadoras de cartão de crédito, e por aí vai. Ocorre que há um conjunto de processos já em andamento no Cade sobre dificuldades, práticas exclusionárias que os bancos comerciais praticam contra as *fintechs*. Então, é um tema de extrema relevância. Se a gente quiser resolver a questão do setor financeiro, a gente precisa estimular competição nesse setor, e isso vai passar, sim, pela análise dessas práticas dentro do setor financeiro.

Não sei se com isso eu respondo às suas perguntas, Senador. Fico à disposição.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permitir, seria só para tirar mais uma dúvida com a Dra. Lenisa. A senhora atuava no Carf, e não no Cade?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO (*Fora do microfone*.) – Carf.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – No Carf. Porque, no currículo de V. Exa. está: "(...) na seara administrativa, atuação perante o Conselho de Recursos Fiscais (Carf) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade)".

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Excelência, no Carf, (*Fora do microfone.*)

... eu fui Conselheira julgadora e, no Cade, eu fui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Não, mas o currículo de V. Exa. está dizendo que atuava no Cade.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Excelência, no Cade, eu atuei em alguns assuntos como consultora em processos pelas empresas.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sem citar a empresa, a senhora poderia citar um caso?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Excelência, é difícil, porque são empresas que, se eu citar o resultado, você acaba sabendo. Como consultora para a análise de cabimento de teses; como diminuir a provável aplicação de multa...

São questões jurídicas, que chegavam a mim no âmbito do Direito Sancionador, quase como uma precaução das próprias empresas. No Carf eu fui conselheira julgadora, Excelência.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – E, no Cade, V. Exa. está dizendo... Então, o seu currículo aqui está...

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Na iniciativa privada...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – ... Não foi o que V. Exa. disse, que atuava só no Carf. Atua no Cade também.

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO – Não, não, Excelência. No Carf, como conselheira julgadora.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

Eu gostaria de passar a palavra, pela ordem de inscritos aqui, ao Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra, Excelência.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente Zequinha.

Eu já ia dizer que eu iria embora sem falar e, sem falar, não votaria.

Eu queria, em primeiro lugar, parabenizá-los pelos currículos e pela disponibilidade de se colocarem à disposição do serviço público, o que, hoje em dia, é um ato quase de heroísmo. Então, parabéns a vocês, de qualquer forma, por apenas estarem candidatos aqui perante nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou necessariamente fazer perguntas. Vou fazer duas perguntas aqui ao final, específicas, sobre um processo, mas queria, antes, fazer... Porque a sabatina serve para fazer perguntas e serve também para que nós alertemos ou façamos algumas colocações que seriam importantes para vocês levarem na memória.

Eu já estive nessa posição e eu sei exatamente como é o momento prévio a essa aprovação de nomes, e tudo que nós falarmos aqui, Senadores e Senadoras, será certamente levado em conta nas suas carreiras, nas suas vidas, nos mandatos que vão desempenhar.

Não vou repetir tudo que o Senador Eduardo Braga colocou, porque ele colocou muito bem a questão do mandato, a importância deste momento, da nossa aprovação, mas eu quero reenfatizar isso: lembrem-se de quem os indicou, mas lembrem-se, sobretudo, do mandato muito mais amplo... Este momento inicial é importante, a indicação é importante, vocês sempre serão gratos a quem os indicou, mas, daqui para frente, vocês são do Brasil. Como nós. Todos os que estão aqui obtiveram votos, e nem sempre foram todos os votos dos seus Estados, mas nós temos que desempenhar o nosso mandato para todos do Estado, não podemos fazer diferença.

Eu sou um aliado histórico, defensor, e até me sinto parte da criação das agências reguladoras no Brasil. Lá – conto sempre essa história aqui – nos idos dos anos 90, trabalhando com as equipes lá de governo e de fora de governo, criamos várias dessas agências, e eu mesmo rascunhei as casinhas, os organogramas da própria Agência Nacional do Petróleo.

Então... Claro, o Cade não é uma agência reguladora, tenho perfeita consciência disso. Mas interage e age, às vezes, até como segunda ou primeira instância em relação às agências, e esse é um problema que eu gostaria que a gente pudesse atacar juntos, depois que vocês estiverem nos seus respectivos postos.

Contem com o Senado, particularmente contem comigo, para discutir o normal conflito de competências dessas entidades.

O Cade é uma autoridade de defesa da concorrência – vinculado ao Ministério da Justiça, etc. –, mas age às vezes como agência reguladora, às vezes em complemento, às vezes em suplemento, e temos aqui alguns casos que foram mencionados. O caso do preço das passagens é um deles, e esse é muito emblemático, por um lado. O outro é o oposto. Vou explicar.

Quando nós fomos à Anac – e vários de nós, nos nossos Estados, estamos preocupados com os preços das passagens –, eu mesmo fui com a delegação, toda a bancada do Rio Grande do Norte reunida, à Anac. Primeiro à Anac, porque é o órgão regulador da aviação civil. E perguntamos: O que é que está acontecendo? Por que as passagens têm esses preços aparentemente tão altos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles alegavam que não eram altos porque havia estudos internos, etc. Por que esses estudos não vêm a público? Por que não se explica o critério disso? Como funciona aquele algoritmo pelo qual a gente vai comprando a passagem e vai subindo de preço, vai diminuindo, vai se dirigindo a necessidade e explorando a necessidade circunstancial do usuário ou das agências de viagem ou de quem compra em bloco, etc., etc.? Como funciona isso? Vocês sabem?

A resposta inicial que nós tivemos foi espantosa para mim, que trabalho com agência há tanto tempo: "Eu não posso interferir em preço, eu não controlo preço". E quando a gente fala em controle, a palavra, o verbo "controlar" preço, na minha concepção, não significa determinar preço, significa saber o que está acontecendo, monitorar e, caso haja alguma coisa histriônica, que chame a atenção, inclusive dos próprios consumidores, a ponto de uma delegação de Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, etc., irem reclamar à agência, que se tome alguma providência em relação a pelo menos saber o que está acontecendo.

Bom, como nada disso aconteceu, ou pelo menos não surtiu efeito a contento, foi-se ao Cade. Nós mesmos... Eu tenho lá um pedido de investigação tarifária, não sei como é o nome, mas, enfim, está lá. A Senadora Kátia tem outro, e outros Senadores, o Senador Jaques Wagner em relação à Bahia, os Estados mais remotos, distantes, também. E volto a salientar que nós estamos fazendo isso inclusive em prol do bom uso do dinheiro público, porque as nossas passagens são reembolsadas, mas principalmente e muito mais pelo fato de hoje reconhecermos que avião não é mais coisa de luxo, não é mais uma coisa que se usa para viajar para se divertir. Hoje o Brasil se move, como o país continental que é, também com a aviação, principalmente com a aviação – e a aviação regional faz muita falta, aliás, em relação a isso. Mas, enfim, nesse caso, a Anac meio que lava as mãos, diz que não controla preço, e nós temos que ir ao Cade.

No caso contrário, no caso dos bancos, que também foi mencionado pelo Senador Eduardo, pegando os casos mais agudos que hoje nos assolam, do *spread* bancário, dos custos bancários, etc., o que se coloca é que há um princípio de prevalência do Banco Central sobre o Cade. Parece-me que é aquele jogo do quando interessa é uma coisa, quando não interessa é outra. Isso é uma coisa que eu gostaria que vocês talvez comentassem ou pelo menos levassem, se não houver tempo para comentar, porque eu sei que é um assunto complexo: como é essa lida que vocês terão que ter com todas as agências reguladoras? Porque todas, ou pelo menos a maior parte delas, vinculam-se a preços ao consumidor e afetam as nossas vidas, umas mais, outras menos. Claro que no caso de combustíveis, energia, como o próprio Presidente Omar Aziz colocou anteriormente... Enfim, toda a nossa vida está afetada por essa atuação das agências reguladoras, e parece a alguns, ou à maior parte, que o Cade meio que funciona como uma segunda instância nesse processo.

Muito bem. Quero falar um pouco da questão de uso político ou de uso em cima de teses governamentais. Essa é a mais grave das recomendações que eu tenho a fazer aos senhores e à senhora:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

não aceitar de forma alguma ingerência política nesse sentido de o Cade ser instrumento para justificar políticas de Governo. Há outras entidades governamentais que podem ser usadas para isso perfeitamente dentro do sistema democrático e da Constituição. O Cade não. E aí me refiro a isso porque nós tivemos agora recentemente esse caso dos termos de compromisso de cessação com a Petrobras.

Quer-se privatizar a Petrobras? Corajosamente, coloque a tese lá, e nós vamos ver aqui se a gente aceita privatizar a Petrobras ou não, mas não usar o Cade para fazer venda de ativos não autorizados pelo Congresso, inclusive usando uma tese que eu acho duvidosa, do próprio Supremo, que não autorizaria, autorizaria a venda de subsidiárias, e mandando imolar, por exemplo, oito refinarias.

E, para nomear, só para que isso bata forte nos Estados, estamos falando da refinaria de Pernambuco; da refinaria de xisto, da Unidade de Xisto do Paraná, que encerra também um conhecimento tecnológico, patentes; procedimento de propriedade intelectual e industrial que foi desenvolvido pela Petrobras está sendo vendida junto; a refinaria do Paraná, a própria Getúlio Vargas também; Landulfo Alves, na Bahia; Gabriel Passos, em Minas; Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, refinaria de Canoas; a Isaac Sabbá, que é a Reman, de Manaus; e a fábrica de lubrificantes do Ceará, a Lubnor.

Então, isso tiraria a Petrobras de todos esses outros mercados, fazendo com que ela virasse uma empresa independente, especificamente voltada ao Sudeste. Atenção para o risco disso com que vocês estão colaborando, para fazer com um termo que não chegou nem ao seu final! Quer dizer, não houve o final do processo da acusação de prática antieconômica ou anticoncorrencial por parte do Cade. Houve um parecer e o mando foi a própria Petrobras que foi lá e ofereceu a venda das refinarias: um milhão e cem barris por dia de capacidade, metade da capacidade de refino da Petrobras colocada à venda por alegada prática não concorrencial.

O outro caso bem conhecido era o das redes de gás, as malhas de gás, tanto do Sudeste quanto do Nordeste. Onde que eu quero chegar com isso? O Estado brasileiro mandar vender ativos, quebrar monopólios ou quebrar empresas, quebrar no sentido de particionar empresas, a meu ver, é uma sentença final, terminal, é a última das sentenças que pode haver num processo concorrencial. Até lá você tem que esgotar todas as outras, porque senão é o próprio paradigma, dilema do capitalismo. Eu sou bem-sucedido, aumento meus investimentos, coloco refinaria no Brasil todo, vou ascendendo, vou colocando, dominando mercado, conquistando mercado, e, um belo dia, do nada, antes que qualquer outra tratativa fosse feita, alguém vem e me corta em três pedaços, em quatro pedaços, em oito pedaços, e manda vender as minhas refinarias.

Se isso fosse numa empresa privada, talvez fosse assim? Ou isso é uma diretriz de Governo e o Cade está participando do processo? É isso que eu condeno. Pode-se fazer, mas que o Governo tenha a coragem de dizer: "Eu quero vender mesmo a Petrobras em pedaços". Não é usar, se esconder atrás do Cade, usar a defesa da concorrência supostamente, sem ter esgotadas as instâncias anteriores a isso para levar a essa venda. Então, esta basicamente é a minha questão: como é que fica esse tipo de processo e se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso vai virar moda, se vai acontecer, porque já aconteceu com a malha de gás, se vai acontecer também com refinarias e outros ativos brasileiros.

E principalmente há uma coisa que apareceu até hoje para mim que eu não tinha reparado, que é o seguinte: a venda de ativos da Petrobras não poderia ter sido imposta pelo Cade, por meio de termo de compromisso de cessação de prática, porque o art. 3º da Lei 9.491 determina que as atividades de competência exclusiva da União – e o monopólio do petróleo ainda existe como sendo monopólio da União, art. 177 da Constituição – estão excluídas da alienação ou transferência de ativos previstos no Programa Nacional de Desestatização. Então, um ato administrativo não pode prevalecer sobre uma lei, e esse foi o caso de uma explícita violação do disposto na Constituição e na legislação. Então, queria saber o que vocês acham disso.

E, com isso, encerro aqui a minha participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

Eu acho que o Senador Jean Paul está colocando o pensamento dele em relação a...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas saber deles, rapidamente, talvez um minuto para cada um, se esse processo vai continuar; o processo do Cade respaldar esse tipo de venda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o melhor de tudo, Senador, é que a gente pega um patrimônio brasileiro, entrega para uma empresa privada, e depois essa empresa privada vem aos bancos públicos pegar dinheiro subsidiado. Isso é que é bacana, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – No caso da malha de gás, houve a transferência de um monopólio da Petrobras para um monopólio privado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Amazonas Energia é assim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, aí a pessoa ganha uma concorrência para fazer... Uma empresa particular ganha uma concorrência para fazer obras. Aí ela pega e vai no BNDES, no Basa, para pegar recurso subsidiado. Por que o Governo não faz isso, então?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não entrega o patrimônio que nós estamos entregando aí... E não é o patrimônio...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E recebe os dividendos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E recebe os dividendos e aplica socialmente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí, para eles você tem uma conta que – entre aspas – "seria justa", da conta de energia, para empresa privada; já para empresa pública não. A empresa pública não tem direito de fazer isso porque a questão é política, então... Eu acho que é falta de gerenciamento mesmo e uma interferência direta nisso...

Quando a gente coloca aqui... E é a oportunidade que estamos tendo aqui, com esses Conselheiros do Cade, de colocar que há de haver, além da questão técnica, para os senhores novos Conselheiros, a sensibilidade também, porque sem a sensibilidade não se governa. Se você for baseado, em todas as atitudes que você tomar como Governo, na questão central de lucro ou não, mantenha a sensibilidade! A sensibilidade é necessária em qualquer coisa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Omar, é porque se criou uma mentalidade, que é falsa e terrivelmente desvirtuada, de que as empresas públicas no Brasil, essas empresas que chamam de empresas mistas, têm por objetivo dar lucro aos seus acionistas acima de qualquer outra coisa, e não é verdade! Para isso servem as empresas privadas. Para fazer isso, você vende a empresa para o mercado e ela fica 100% respondendo aos seus acionistas.

Empresa mista tem a captação no mercado de ações como adicional ao seu papel de empresa estatal. Qual o papel de uma empresa estatal? Dar resultado à política pública de desenvolvimento daquele setor. Se ela não tem mais sentido – é isso que eu digo –, que o Governo tenha coragem de trazer para a mesa e dizer que não quer mais usar a Petrobras como uma empresa *longa manus* para política setorial. O.k.! Vamos julgar se isso é verdade ou não. Agora, enganar as pessoas tratando a Petrobras como se fosse uma S.A. qualquer... Ela não é! Os dividendos dela... Quem compra ação da Petrobras, compra ação sabendo que vai ser sócio do Governo. Isso tem ônus e bônus. Bônus: não quebra, tem hegemonia de uma série de coisas, tem uma série de facilidades. Ônus: de vez em quando o Governo interfere na sua gestão, para, por exemplo, como agora, nesse momento...

Ninguém está falando nisso. Dilma fazia isso, Lula fez isso, Fernando Henrique fez isso, criticaram. Temer abriu o mercado, ficou tudo internacional, em tempo real o preço de combustível no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil. Agora, nesse momento, a Petrobras está segurando o preço internacional, porque lá fora estourou o preço, por conta da história da Arábia Saudita, e a Petrobras está fazendo o seu papel; mas ninguém está dizendo que está prejudicando o acionista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com o discurso que o Presidente acabou de fazer na ONU, um discurso separatista... A ONU foi criada para unir as nações, os povos.

A ONU foi criada para unir as nações, os povos. Eu acho que o discurso do Presidente causará sérios problemas à economia brasileira, se já não está causando a esta altura do campeonato. Mas essa é uma outra coisa. Só estou aqui colocando isso. O Presidente é ele. Ele tem a procuração do povo brasileiro, dada pelo voto, para falar o que acha que tem que falar. E nós temos o direito também, como representantes do povo, de questionar algumas coisas que o Presidente fala. Não é nada pessoal, não, mas eu acho que a nossa política externa caminha por um caminho sem volta. Se houvesse o estreitamento de discurso...

Potencializou-se a queima da Amazônia. Isso é sazonal. Todo ano nós temos esse tipo de problema lá. Eu moro no Amazonas e sei muito bem que os caras contam como foco até o que faz um caboclo que, em um hectare em que ele vai plantar mandioca para fazer a farinha, junta, capina com a mão, porque ele não tem o equipamento para mecanizar aquela terra, ele vai com a mão, ele e a família dele, junta tudo num lugar, toca fogo naquele negócio e usa a cinza para espalhar. E aquilo é contado como foco de incêndio. Vejam bem, quem mora na nossa região sabe que aquilo não é foco de incêndio. Mas colocam dois mil, três mil, 50 mil, 100 mil, e passam para o mundo como se nós tivéssemos... Mas por que isso? Foi um discurso que o Governo adotou no início...

Eu mesmo alertei o Presidente, numa reunião da bancada, quanto à questão waimiri atroari, do linhão que levaria de Manaus a Boa Vista. Ontem a Funai se colocou contra fazer o linhão que liga a energia. Eu acho um absurdo não fazer o linhão para o povo de Roraima. Tem que fazer. Agora, é necessário sentar com a comunidade indígena e discutir, como já foi feito outras vezes, para chegar a um denominador comum. Na marra não faz. Na marra é difícil. No discurso não se faz, mas se faz na negociação política. Eu acho que está faltando essa interlocução com alguns segmentos da sociedade para que nós possamos fazer.

Por isso também o Cade... E aí eu digo para você, Dr. Sérgio, Dra. Lenisa, Dr. Luiz Augusto, Dr. Luis Henrique, que o nosso papel aqui é sabatinar. Eu não questiono nomes indicados pelo Presidente da República. Volto a repetir: posso discordar, mas ele tem a procuração, pelo voto direto, de indicar quem ele quiser. Nós temos o direito de criticar, depois, se a pessoa fizer alguma coisa que não deve ser feita. Mas eu acho que ele tem esse direito adquirido pelo voto.

Quando o Presidente se elege, ele tem o ônus e o bônus do cargo. O ônus de todo mundo que já passou pelo poder é ter aquelas pessoas no entorno colocando você como um deus. Presidente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governador e Prefeito quando contam uma piada ruim, todo mundo ri. Todo mundo ri da piada do Presidente, do Governador, todo mundo acha bonito, o pessoal que está no entorno. Mas é muito mais do que isso. Governar é muito mais do que isso.

Então, essa preocupação que esta Comissão tem em relação a essa questão econômica... E olha que nós estamos fazendo aqui o máximo possível.

Para vocês terem uma ideia, foram lidos, semana passada, os nomes, pelo Presidente do Senado, que foram encaminhados pelo Presidente da República; na terça-feira passada nós lemos o relatório, eu já marquei para fazermos a sabatina hoje, tudo no sentido de demonstrar claramente que nós não temos interesse nenhum em prejudicar as reuniões do Cade, que são importantes. Não temos interesse nenhum em barganhar ou fazer qualquer tipo de coisa. Eu recebi um telefonema após ter marcado a sabatina do Presidente do Cade me agradecendo – ele estava na China, o Dr. Alexandre –, e eu disse: é uma prática que nós temos tido. Só não fiz dos seis hoje porque o Líder do partido do Presidente não deixou. Não foi o Líder do PT, não foi o Líder de nenhum partido de oposição ao Governo, não. Foi o Líder do partido do Presidente que questionou fazermos sabatina dos seis hoje, senão faríamos de todos hoje, e já estaria com a composição necessária. Então, não é...

Quando se veem nas redes sociais, Senador João, Senador Wellington, companheiros que estão aqui, os ataques que nós sofremos porque fazemos uma criticazinha ao Governo Federal, isso é desproporcional à nossa tentativa de ajudar. Não há aqui uma... Esse pessoal que está sentado aqui vai fazer, a partir do momento em que o Plenário do Senado aprovar, parte do Governo do Presidente Bolsonaro. Eles não serão parte do Governo do Presidente Lula, Dilma, Fernando Henrique, Temer, não. Então vejam bem isso. E aí a gente fica pasmo, porque de um lado a gente quer contribuir, dar celeridade, e por outro a gente vê o próprio Governo tropeçando nas suas próprias pernas.

Vou passar a palavra ao Senador Wellington, que também fará as perguntas, e aí a senhora e os senhores responderão aos dois Senadores.

Por favor, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador Omar Aziz, eu queria cumprimentá-lo em nome de toda a Comissão, também ao Senador Jean e ao meu amigo Sandro Mabel, Deputado, meu líder, que vem aqui nos fazer uma visita. Ele fez tão boa indicação da Lenisa que quase a colocou como deusa, mas, claro, mostrando sua competência e principalmente o seu currículo.

Eu até me perguntava aqui, Sr. Presidente, antes, conversando com o Senador Jean Paul, porque parece que as coisas estão invertidas: ele, que é do PT, está defendendo aquilo que é de interesse do próprio Governo, estando aqui presente e votando, enquanto, como V. Exa. colocou, o Líder do Governo pede para não votar ainda, para não completar a diretoria, os conselheiros. Isso sempre foi uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preocupação nossa porque uma agência, um órgão como o Cade não ter sua diretoria funcionando é muito ruim para o Brasil.

Por isso, eu quero parabenizá-lo, Presidente, pela celeridade e quero aproveitar inclusive para agradecer, não tive oportunidade antes, em nome do Estado de Mato Grosso, porque naquela semana eu estava viajando, quando foi votado aqui aquele endividamento, o empréstimo ao Estado de Mato Grosso, que era extremamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas o seu nome foi citado várias vezes aqui, Senador Wellington, como uma das pessoas que tinha pedido, o Governador estava presente aqui, e nós entendemos... Os juros que eles estavam pagando era prejudicial ao povo de Mato Grosso, então nós fizemos a troca em um novo empréstimo com juros menores para podermos ajudar Mato Grosso a ter um saldo nos seus recursos para investimentos no Estado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E aí, com certeza, V. Exa., por ter sido Governador, compreende esse papel e essa necessidade. Eu fui candidato a Governador em Mato Grosso nessa eleição, portanto, fui adversário do atual Governador Mauro nas eleições, mas, claro, não somos adversários de Mato Grosso.

Eu quero, inclusive, agradecer a V. Exa. pela indicação, como Relator, do nosso companheiro Senador Rodrigo Pacheco, como eu tinha pedido à Comissão; ele, que é atuante, Líder do DEM e também membro do nosso Bloco, do qual eu tenho a oportunidade de ser Líder, o Bloco Vanguarda. Então, fica registrado aqui o agradecimento, em nome de toda a população de Mato Grosso – e quando eu falo de toda, é da situação, da oposição e de todos aqueles que querem o desenvolvimento do Estado. Então, V. Exa. foi diligente, da mesma forma como está sendo aqui.

Quero cumprimentar o Conselheiro Luis Henrique, Luiz Augusto e Sérgio, jovem. E quero, inclusive, registrar que, quando encontrei com ele, esta semana, ele veio pedir voto, falei: "Olha, você fique tranquilo, porque a gente conhece as pessoas exatamente quando cada um está no seu posto, exercendo...". Eu tive a oportunidade de ir lá na Vice-Presidência, e ele, como advogado, fez o atendimento, uma pessoa prestimosa, competente. Eu tenho certeza de que isso representa também a força da juventude brasileira.

Lenisa, eu quero dizer também da alegria de vê-la aqui, tanto pelas recomendações do nosso companheiro Sandro, como também pela sensibilidade feminina que um órgão desse precisa ter. Você vai ser a única lá, dentro da Diretoria. É isso mesmo?

A SRA. LENISA RODRIGUES PRADO (*Fora do microfone*.) – Há a Conselheira Paula.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Há mais uma? Que bom, não é? Então, mais uma ainda para somar essa força da sensibilidade feminina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês estão em um órgão extremamente importante para o Brasil, ainda mais, como disse aqui o Presidente, neste momento que vamos viver, como disse aqui o Senador Jean Paul, porque o Governo é um governo liberal. Eu também pertenço ao Partido Liberal, mas a gente tem preocupação com o ultraliberal, com o excesso de concentração em áreas, porque, de repente, pode ser prejudicial ao País. Temos muitas áreas estratégicas para o País, principalmente no nosso caso, por ser o Mato Grosso um Estado de produção agropecuária. Então, essa questão, principalmente da produção dos fertilizantes de forma muito concentrada, nos causa uma preocupação.

Agora, a Petrobras, por exemplo, colocou à venda as duas únicas fábricas de ureia pecuária do Brasil, está colocando à venda, e isso é estratégico para o País. Está sendo construída uma indústria lá em Três Lagoas que conseguirá produzir apenas 30%, ou seja, a ureia hoje, toda ela é importada. Nós temos duas fábricas da Petrobras paradas, sendo que temos necessidade disso para desenvolver a nossa produção, principalmente de carne, proteína nobre, e nós temos que importar toda essa produção. Isso é muito temerário, porque o País é um grande produtor agropecuário, mas, quanto aos insumos, temos que importar tudo, e importar de quem quiser nos vender, ao preço que quiser. Isso é a estratégia do País. E tudo isso estará na responsabilidade de vocês, não é?

Então, eu quero aqui trazer não só o voto – já votamos, por isso eu os estou chamando de Conselheiros e Conselheira, não é? –, porque acreditamos que... Até, aqui muito se questiona, Presidente: "Ah! Mas as Comissões são homologatórias". Não, nós não somos homologatórios. Já houve casos em que as Comissões rejeitaram, mas é que, para chegar a uma indicação, como a de V. Sas., que estão aqui, é porque tem currículo, tem confiança, há toda uma análise para chegar a este momento. Então, dificilmente caberá a nós aqui rejeitar uma indicação, a não ser que haja algo grave.

Agora, queremos aqui também ser cúmplices dessa indicação. É importante que V. Sas. entendam que, ao votarmos aqui, nós estamos também depositando um voto de confiança em cada um de vocês para que vocês estejam lá exatamente trabalhando pelo Brasil com a sensibilidade, acima de tudo, de ouvir a sociedade. Por isso eu sempre digo: às vezes, quando vem gente aqui pedir o voto, todo mundo fica muito acessível; aí, depois que assume o cargo, tem toda a dificuldade inclusive de receber um Parlamentar numa audiência, sendo que todos vão lá, exatamente, quando procuram, porque somos aqui representantes da população. No entanto, eu tenho certeza de que isso não acontecerá com V. Sas.

Eu tenho duas perguntas aqui. Uma é relacionada às *fintechs*, que têm o potencial de aumentar a concorrência no mercado de crédito no Brasil. Como avaliar a compra de uma *fintech* por um grande banco tradicional?

Segunda pergunta: qual a experiência que possuem V. Sas. na análise de atos de concentração, de modo a garantir que exista concorrência nos mercados sob análise? As fusões e aquisições que são analisadas pelo Cade envolvem muitas vezes bilhões de reais. Como se sentem para analisar essas operações e tomar decisões desse porte?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São perguntas, inclusive, orientadas também pela assessoria, mas, claro, concluindo aqui, Presidente e todos vocês, principalmente para trazer aqui a responsabilidade – nós que estamos voltando, e o Brasil que está assistindo –, a confiança que a gente tem de que o Cade neste momento possa realmente arbitrar em favor de que tenhamos, realmente, uma concorrência saudável.

Eu tive a oportunidade de ir ao Canadá, muitos anos atrás, e a gente percebeu ali a concorrência do Canadá com os Estados Unidos, um país estratégico do comércio mundial. E, no Canadá, qual é a grande visão do país? É a proteção das empresas canadenses para não serem engolidas pelas empresas americanas. Então, nós temos a preocupação de não sermos engolidos por apenas um ou dois ou três comandos mundiais, que hoje têm força de chegar e comprar. Estamos discutindo isso, inclusive, na Comissão de Ciência e Tecnologia, na área de comunicação. Uma empresa só, americana – o Governo americano está forçando a barra aqui –, representa praticamente o PIB brasileiro. Só uma empresa americana! Isso é para se ver a força que representa às vezes chegar aqui uma empresa dessas e tomar conta de um setor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra ao Dr. Sérgio.

O SR. SÉRGIO COSTA RAVAGNANI – Presidente, obrigado pela palavra.

Senador Jean Paul Prates, muito obrigado pela sua pergunta.

Senador Wellington Fagundes, muito obrigado também pela sua pergunta, pelas suas palavras.

Eu pretendo endereçá-las de uma forma conglobante e enaltecendo uma coisa que muito nos orgulha, que é o caráter técnico do Cade. Isso serve para endereçar à última pergunta feita pelo Senador Jean Prates e também pelo Senador Wellington Fagundes sobre: primeiro, uso político eventual, quando se tratar de desconcentração de mercados regulados, em que há uma forte participação do Estado na economia; e também, na experiência dos atos de concentração, como nós nos sentiríamos julgando esses atos que representam bilhões de reais em termos de fusões e de aquisições.

Para nós é com muita satisfação e com muita tranquilidade que o Cade tem um corpo técnico renomado, tem um departamento de estudos econômicos renomado, e eu tenho certeza de que nós, pautados pela técnica, tomaremos as melhores decisões.

Portanto, não se trata de ter um viés em uma determinada decisão ou não, trata-se, por exemplo, de seguir a Resolução nº 2, de 2012, que dá as cinco etapas para você analisar se há um saldo positivo ou negativo entre os custos econômicos e as eficiências econômicas geradas por aquela operação, para o bem-estar da sociedade.

Sobre essa questão da legalidade, mas também do bom senso que deve permear todo e qualquer julgador administrativo ou judicial, agora eu gostaria de endereçar às primeiras perguntas feitas pelo Senador Jean Prates e pelo Senador Wellington Fagundes. O nosso ordenamento jurídico não comporta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

interpretações divergentes, não comporta antinomias. Então, tudo se trata de um eventual conflito aparente de normas. E isso porque, quando nós estamos analisando os bancos ou quando nós estamos analisando o mercado das passagens aéreas, nós temos um tripé. Primeiro, é a lei emanada do Poder Legislativo, em conjunto com o Poder Executivo, que diz quais as competências das agências reguladoras, quais as competências do Cade, quais são as penas. E por vezes há necessidade de solucionar algum eventual conflito aparente entre essas normas. Isso eu digo para endereçar justamente à questão do sistema financeiro nacional.

Há um protocolo de entendimentos que funciona muito bem entre o Banco Central e o Cade, e há também em relação a outras agências reguladoras, porque, Senador Wellington Fagundes, não se trata de o Banco Central atropelar o Cade, ou não se trata de o Cade atropelar o Banco Central. Por vezes essas sobreposições são até intencionais, para que o legislador veja como esses órgãos ou agências vão conformar as suas competências, que às vezes também necessitam de uma maior reflexão, aprimoramento, um refinamento.

Então, nos termos desse protocolo ou desse memorando, que inclusive é reproduzido em um projeto de lei que tramita nesta Casa, sempre quando houver um risco sistêmico – e risco sistêmico eu digo que é quando houver algum risco de falta de liquidez ou algum risco para o Sistema Financeiro Nacional, porque é um bem jurídico muito importante e muito tutelado –, o Banco Central tem a prerrogativa, por esse memorando, de aprovar o ato unilateralmente. Não se trata, na verdade, de atravessar o Cade.

Como o Braido muito bem colocou – e ele, de formação, é um economista que fará sempre um excelente contraponto aos juristas lá no Cade, tenho muita satisfação em dizer isso –, a nossa opção jurídica e política pode fazer uma concentração no mercado bancário, de forma que as crises econômicas que aconteceram nos anos de 80 e 90 não se repitam. Então, havendo um risco sistêmico, e o Banco Central preza por essa liquidez, ele, com base nesse bem jurídico tutelado, tem esse poder.

Agora, em relação às *fintechs* – porque isso é competência do Cade para primar pela concorrência, e nisso também já endereço à questão das passagens, porque primeiro vem a norma jurídica –, então, quando nós falamos, por exemplo, aos agentes econômicos que é proibido ou é vedado ter capital estrangeiro em companhia aérea, que é proibido ou vedado cobrar por bagagens, sem absolutamente entrar no mérito do que está sendo tutelado nessas normas, porque são opções políticas, mede-se o tamanho da barreira regulatória, porque pode ser alta ou baixa a entrada desses agentes econômicos. Depois há as normas editadas com base nas competências legais das agências reguladoras. E, por fim, há o Cade, sem nenhuma antinomia em relação a eles, para preservar a concorrência com base em todos esses elementos e dados. Para o Cade, a concorrência é boa. Então, quanto mais houver entrantes, quanto mais houver competidores, quanto mais houver rivalidade, quanto menores as barreiras à entrada de todas as formas, maior competitividade haverá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as *fintechs*, um fenômeno extremamente interessante que o mundo inteiro está se debruçando sobre ele e também o mercado digital, essas aquisições pelos bancos, pelas instituições financeiras e a própria consolidação das *fintechs*, quais vão sobreviver no mercado ou não, as fusões e as aquisições, são questões extremamente interessantes. E é de ser analisada, conduta a conduta, a racionalidade econômica desses movimentos de aquisições. É claro que não pode ser, por exemplo, a compra de alguém que possa ser um potencial concorrente lá na frente. Agora, ninguém tem bola de cristal: é muito difícil tomar uma decisão com previsões. Portanto, o Cade, seguindo também a prática das jurisdições internacionais, prima pelo constante aprimoramento das suas análises técnicas.

Com isso eu espero ter endereçado às perguntas dos Srs. Senadores.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Algum dos Conselheiros ainda quer responder às questões?

O SR. LUIZ AUGUSTO AZEVEDO DE ALMEIDA HOFFMANN – Exmo. Senador, eu acredito que o nosso colega Sérgio tenha esgotado os assuntos aqui. Acho que todos nós concordamos, pactuamos da mesma opinião dele aqui. Se houver alguma outra dúvida que a gente possa esclarecer, a gente fica à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Está encerrada a discussão.

Eu vou esperar o Senador Jean Paul votar.

A discussão está encerrada. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto, vote, por favor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Esse é o voto da vitória. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada a votação.

Eu peço que seja aberto o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os nomes dos conselheiros foram aprovados, por maioria.

Os nomes todos foram aprovados e serão encaminhados ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada esta reunião e vou passar a palavra ao Senador...

Está encerrada a palestra, aliás, a sabatina.

Eu vou passar ao Senador Plínio, porque tem uns empréstimos a serem lidos, e ao Senador Oriovisto, que também tem empréstimos a serem lidos.

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 66, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 56,000,000.00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade das Redes de Atenção em Saúde em Belo Horizonte - Melhor Saúde BH".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Com a palavra o Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar os conselheiros pela aprovação e desejar boa sorte. O Brasil precisa, nessa transição histórica, de todos nós. Sejamos jovens, sejamos mais experientes, sejamos Senadores, sejamos técnicos, o Brasil precisa de todos nós.

Presidente, eu vou aproveitar o quórum para ler. Mesmo que não dê para votar, a gente já adianta. Dá para votar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Beleza, então.

São três relatórios, Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 66, de 2019, da Presidência da República (nº 421, de 12 de setembro de 2019, na origem), a qual solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$56 milhões, entre o Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização e Melhoria da Qualidade das Redes de Atenção em Saúde em Belo Horizonte – Programa Melhor Saúde BH.

Eu me poupo, Presidente, de alguns dados técnicos, Senador Oriovisto, aqueles que nós sabemos, que são de praxe, falando da mensagem do Senado. Eu só vou falar do programa.

Ele objetiva aumentar a expectativa de vida e melhorar as condições de saúde da parcela da população dependente do Sistema Único de Saúde. Para tanto, são previstos gastos em ações de: um, fortalecimento das redes de atenção primária e vigilância em saúde; dois, consolidação e integração de serviços especializados, hospitalares e de emergência; e, três, melhoria da gestão, qualidade e eficiência das redes integradas de saúde.

Esse é o objetivo do programa, o objetivo do empréstimo.

Na análise, a gente vê se é constitucional, se está tudo nos conformes, pegando os pareceres dos órgãos competentes.

A Copem (Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios) declara que o Município de Belo Horizonte atende à regra de ouro das finanças públicas. A gente procura sempre se basear. E, ainda de acordo com a Copem, existe declaração do chefe do Poder Executivo do Município de Belo Horizonte, no Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios, comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual.

A gente passa os dados técnicos, Presidente, sempre baseado na Copem.

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Município de Belo Horizonte oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela municipal da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

A seu tempo, por meio de nota técnica, também fica total a garantia. A Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional também garante que está tudo conforme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Presidente, diante do exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem do Senado Federal nº 66, de 2019, nos termos do seguinte – porque temos o projeto do Senado:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019
> Autoriza o Município de Belo Horizonte, situado no Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares [...]

E aí a gente elenca aqui, Presidente, os arts. 1º, 2º, a operação, deixando tudo regrado, tudo conforme como deve ser um projeto dessa natureza.

Então, diante do exposto, o voto é favorável, com projeto de resolução do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação....

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Plínio Valério.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o empréstimo ao Município de Belo Horizonte.

Quero aqui dizer, Senador Plínio, que o Prefeito de Belo Horizonte faz um belíssimo trabalho lá, uma pessoa que tem feito um trabalho muito bom, e tenho certeza de que esta Casa estará contribuindo para que o Prefeito possa ajudar na atenção básica de saúde do Município de Belo Horizonte.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Nós procuramos, Sr. Presidente... Realmente é um relatório técnico bem grande, ele é bem extenso. Aliás, a gente só resumiu, com a garantia de atenção, e também na garantia dos três Senadores de Minas, que ocupam cadeira neste Senado.

Posso ler o segundo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode. Eu só vou pedir que aprovemos o pedido de urgência – não desse, mas depois vamos fazer um pedido de todos...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – De todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para que possamos votar já na próxima sessão do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 67, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 82.500.000,00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Governo e do Orçamento Participativo".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Senador Plínio, por favor.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – A exemplo do primeiro, eu vou me ater às coisas, aos pontos mais importantes considerados por este Relator. Mas é importante que se leia a ementa.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 67, de 2019, da Presidência da República (nº 422, de 2019, na origem), que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até, este, US$82,5 milhões, de principal, entre o Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Governo e do Orçamento Participativo.

O relatório envolve todos os termos técnicos, e só falo aqui que a operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no sistema. Será contratado na taxa de juros Libor semestral (acrescida do *spread*).

A análise.

Está tudo em conformidade. Resultado fundamentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Município, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União.

De acordo com o Corem, também está tudo em conformidade.

Em suma, satisfeitas as condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame. Como já mencionado, a operação de crédito atende às exigências previstas nos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução nº 43, de 2001, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos.

Voto.

O pleito encaminhado pelo Município de Belo Horizonte encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte.

Vou ler só a ementa, Presidente – e vêm os artigos, que eu dispenso de ler:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2019
> Autoriza o Município de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$82.500.000,00 (oitenta e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

E vem aqui todo o projeto, Presidente, pormenorizando em seus artigos.

Esse é o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o empréstimo para o Município de Belo Horizonte.

E há mais um de Contagem, do Estado também de Minas Gerais, que é de V. Exa.

1ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 68, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 42,000,000.00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Contagem, Estado de Minas Gerais e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Sistema Integrado de Mobilidade de Contagem".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Quero aqui registrar, Senador Plínio, Senador Oriovisto, o empenho do Senador Anastasia, do Senador Carlos Viana e do Senador Rodrigo Pacheco, que pediram que a gente pudesse dar agilidade. São três Senadores que representam – e representam muito bem – o Estado de Minas Gerais aqui no Senado Federal. Eu quero registrar o empenho deles três, tanto do Senador Carlos Viana, como do Senador Anastasia, quanto do Senador Rodrigo Pacheco, para que a gente desse agilidade para poder ajudar os Municípios de Minas Gerais.

Município de Contagem, Senador.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Eu posso dar testemunho disso, Presidente. Os três estiveram conosco sempre ajudando a colher os documentos que nos deixassem tranquilos para emitir o parecer.

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 68, de 2019, da Presidência da República (nº 423, de 2019, na origem), que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$42 milhões, de principal, entre o Município de Contagem, no Estado de Minas Gerais, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Sistema Integrado de Mobilidade de Contagem.

O relatório, Presidente, é aquele relatório de praxe, dizendo que é submetido a este Plenário. Fala como os recursos empregados. Na nossa análise, nós constatamos que a atual situação de endividamento do Município de Contagem é compatível com a assunção das obrigações financeiras advindas da contratação desse novo empréstimo.

Vêm todos os relatórios, todas as garantias dos órgãos competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só cito aqui, por fim, quanto às exigências de adimplência, que fica destacado no processado que o Município de Contagem não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos.

Quanto à verificação de adimplência financeira do Município em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Eu vou direto ao voto, Presidente.

O pleito encaminhado pelo Município de Contagem encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

> PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº de 2019
> Autoriza o Município de Contagem (MG) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).
> O Senado Federal resolve [...]

Vem aqui o projeto com vários artigos amarrando bem a autorização do empréstimo.

Presidente, é o nosso voto, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Está aprovado o empréstimo para o Município de Contagem.

O Senador Plínio também pediu urgência.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Exatamente. Eu quero pedir regime de urgência nos três projetos que eu relatei, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o pedido de urgência do Senador Plínio para as três matérias.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Irá para a próxima sessão do Senado Federal.

Senador Oriovisto, Mensagem 65.

A pedido do Senador Amin e também dos outros Senadores de Santa Catarina V. Exa. foi agraciado em ser Relator do Estado vizinho, que é o Estado de Santa Catarina, que tem muito a ver ali com o Estado que V. Exa. representa tão bem aqui no Senado Federal.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 65, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 17.250,000.00 (dezessete milhões e duzentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Criciúma, no Estado de Santa Catarina e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Transporte e Mobilidade Urbana de Criciúma".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Senador Oriovisto, por favor.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O parecer trata de um empréstimo para o Município de Criciúma, Santa Catarina, no valor de até US$17,250 milhões a ser contratado com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), cujos recursos destinam-se a financiamento parcial do projeto de transporte e mobilidade urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os recursos dessa operação de crédito externo têm as suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil (Bacen), sob o número TA808466.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor de seis meses, acrescida de *spread*, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 5,22% ao ano, superior ao custo para emissões da União, que se situa em 4,88% ao ano, considerada a mesma *duration* de 8,32 anos.

Na análise, Sr. Presidente, rapidamente vamos constatar que a atual situação de endividamento do Município de Criciúma comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 214 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 23 de maio de 2019, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Município de Criciúma, Santa Catarina, atende os limites definidos nas Resoluções nº 40 e nº 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Municípios.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Município de Criciúma, Santa Catarina, apresenta suficiência de contragarantias oferecidas e apresenta capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento, além do custo favorável que a operação de crédito apresenta. Como já afirmado, seu custo efetivo, de 5,22% ao ano, é inferior ao custo máximo aceitável para empréstimos com garantia da União vigente, estimado em 6,73% ao ano.

Indo direto ao voto, Sr. Presidente, o voto é: o pleito encaminhado pelo Município de Criciúma encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos seguintes...

Aí há um projeto de resolução, que segue toda a formalidade, estabelece o valor, estabelece o prazo, a amortização, estabelece igualmente os juros, e é esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o parecer do Senador Oriovisto. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado.

Senador Oriovisto com a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Só para pedir também urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação o pedido de urgência do Senador Oriovisto.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai para a próxima reunião, que deverá ser amanhã, Senador, porque hoje nós teremos sessão do Congresso Nacional, e o Senado não se reunirá. Então...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Eu só pedi porque, senão, o Amin, o Dário Berger e o Jorginho Mello iriam me pegar aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O Dário e o Jorginho são duas pessoas das quais você pode até dizer que não têm pressa, mas o Senador Amin... Com certeza, o senhor iria ficar ouvindo horas e horas aí. (*Risos.*)

Senador, a nossa reunião está encerrada.

Convoco os Srs. Senadores para a próxima terça-feira, no mesmo horário regimental.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 01 E 02 DE OUTUBRO DE 2019, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz, Plínio Valério e Carlos Viana, é reaberta a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Major Olimpio, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Jaques Wagner, Irajá, Otto Alencar, Lucas Barreto, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, José Serra, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. – Declaro reaberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Às doze horas e trinta e sete minutos, a reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia dois de outubro de dois mil e dezenove. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 69, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 70, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. Ad Hoc Senador Otto Alencar. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Eduardo Braga e Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 11). **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 71, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa"." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 74, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 296,000,000.00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro – Sistema Monotrilho – Trecho 1." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Major Olimpio. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 12). **ITEM 5 - Mensagem (SF) n° 75, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II - SP." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. Após lido o relatório, usou da palavra o senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 13). **ITEM 6 - Mensagem (SF) n° 76, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí, SP (PRODUS)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 14). **ITEM 7 - Mensagem (SF) n° 77, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e o Banco Interamericano de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 15). **ITEM 8 - Mensagem (SF) n° 78, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Após lido o relatório, usaram da palavra os senadores Major Olímpio, Jorge Kajuru e Ciro Nogueira **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência para a matéria. (item 16). **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 107, de 2019** que: "Requer o aditamento do REQ 105, de 2019, da CAE, que objetiva instruir o PLS 57, de 2018." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento n° 107/2019 - CAE. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 113, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Resultado:** A Comissão aprova o requerimento n° 113/2019 - CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 114, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 70 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II"." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 114/2019– CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 116, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 74 de 2019, que “Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 296,000,000.00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao financiamento parcial do Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro – Sistema Monotrilho – Trecho 1." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 116/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 117, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 75 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II - SP." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 117/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 118, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 76 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí, SP (PRODUS)." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 118/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 119, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 77 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 119/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 120, de 2019** que: "Requer urgência para a Mensagem do Senado Federal nº 78 de 2019, que "Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 120/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 106, de 2019** que: "Requer aditamento de convidados a audiência pública requerida pelo REQ 105/2019." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 106/2019-CAE. **2ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 55, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO, para ser reconduzido ao cargo de Superintendente-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. Realizada a sabatina, usaram da palavra os senadores Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A comissão aprova o nome do Sr. Alexandre Cordeiro Macedo para exercer o cargo de superintendente-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 20 (vinte) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 59, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, o nome do Senhor WALTER DE AGRA JÚNIOR, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. Realizada a sabatina, usaram da palavra os senadores Daniella Ribeiro, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes e Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** A comissão aprova o nome do Sr. Walter de Agra Júnior para exercer o cargo de procurador-chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, por 20 (vinte) votos favoráveis, 1 (um) voto contrário e nenhuma abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro reaberta a 37ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O item 1 autoriza a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República, no valor de até US$600 milhões... Esse item 1 eu mandei retirar de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Banco do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao "Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura Pública para a Eficiência Municipal (Programa de Eficiência Municipal)".

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei, mas está retirado de pauta.

Vou passar a palavra ao Senador Otto Alencar para relatar *ad hoc* um projeto cujo Relator é o Senador Carlos Viana.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 70, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 35,000,000.00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Aparecida de Goiânia, no Estado de Goiás e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

Do Senador Carlos Viana.

Relator *ad hoc* Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa., Senador Omar Aziz.

Passo a relatar a Mensagem nº 70, de 2019, da Presidência da República, sob análise na Comissão de Assuntos Econômicos, que contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

O programa tem como objetivo apoiar e promover o desenvolvimento socioeconômico do Município de Aparecida de Goiânia e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, por meio da execução de obras de infraestrutura e serviços relativos à implantação e pavimentação de vias estruturais e locais, à realização de estudos sobre o planejamento urbano da cidade e à implantação de pontes, canalização de córregos e sinalização de trânsito.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), na forma da Resolução nº 01/0132, de 28 de setembro de 2018. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras TA844332 em 29 de junho de 2019.

Análise.

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal confere ao Senado e a esta Comissão a análise de empréstimos dessa natureza para Municípios, Estados e Distrito Federal. Cabe a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações.

Nesse sentido, a STN do Ministério da Economia presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes...

A Copem declara que o Município de Aparecida de Goiânia atende à regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2018 e 2019, nos termos dos incisos I e II do §1º do art. 6º da RSF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a Copem atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Sr. Presidente, diante do exposto, vamos ao voto, porque, de acordo com a legislação, estão cumpridos todos os pré-requisitos que estão pré-estatuídos na legislação para o empréstimo que nós estamos relatando para o Município de Aparecida de Goiás.

Diante do exposto, vamos entrar no projeto de resolução do Senado Federal.

Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019

Autoriza o Município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Reestruturação Viária Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia II".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Aparecida de Goiânia (Goiás);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US$ 3.812.750,00 (três milhões, oitocentos e doze mil e setecentos e cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$ 12.128.375,00 (doze milhões, cento e vinte e oito mil e trezentos e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US$ 13.861.000,00 [...] em 2021 e US$ 5.197.875,00 [...] em 2022;

VIII – amortização: 22 (vinte e duas) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira em até 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa Libor para empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,80% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito aos 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% (dois por cento) ao ano acrescidos aos juros descritos no inciso IX [...];

XI – comissão de compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) [...];

XIII – gastos de avaliação: US$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 10 (dez) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX, reduzindo, neste período, a margem para 1,70% (um inteiro e sete décimos por cento) ao ano.

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Aparecida de Goiânia, situado no Estado de Goiás [...].

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Aparecida de Goiânia e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sr. Presidente, ao cumprimentar V. Exa. e os colegas Senadores, em especial o nosso Líder, Senador Otto, pelo relatório proferido, quero cumprimentar aqui o nosso Deputado Federal Sidney Leite, que nos visita.

Sendo a CAE a Comissão de Assuntos Econômicos, Sr. Presidente, eu queria abordar o tema de forma complementar à votação que aconteceu no dia de ontem no Plenário desta Casa sobre a reforma da previdência, até porque ela não foi concluída e será retomada daqui a pouco no Plenário do Senado com a votação dos destaques, em separado, que não foi concluída na noite de ontem.

Sr. Presidente, a questão fiscal brasileira é uma questão que vem sendo discutida não de hoje, vem sendo discutida há muitos anos. Tanto é assim que o Governo Fernando Henrique tentou uma reforma da previdência e fez aprovar algumas mudanças na previdência brasileira. O Governo Lula, de igual modo, fez propostas de reforma na previdência e algumas mudanças aconteceram em seu governo. De igual modo, a Presidente Dilma fez algumas propostas de mudança na previdência e essas algumas reformas foram aprovadas. O Presidente Michel Temer apresentou, em março de 2017, uma proposta de reforma da previdência encaminhada pelo Ministro Meirelles que fazia um ajuste fiscal de R$500 bilhões, Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Omar Aziz. Por razões que o Brasil inteiro sabe, quando a versão 3.0 dessa reforma da previdência estava pronta para ser votada no Plenário da Câmara, com um resultado de economia fiscal da ordem de R$280 bilhões, foi inviabilizada a votação da reforma da previdência, por questões alheias às da previdência, por razões políticas.

Pois bem, vem a eleição, o Presidente Bolsonaro ganha a eleição, toma posse e, em fevereiro de 2019, traz à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional a proposta, encaminhada pelo Governo Bolsonaro, que não era mais de R$500 bilhões, não era mais de R$280 bilhões, mas, sim, uma proposta de reforma da previdência de R$1,2 trilhão, um ajuste dos mais profundos na previdência. E o discurso inicial era: "Vamos fazer uma reforma da previdência na qual os privilégios serão combatidos e os privilegiados serão aqueles que terão que pagar mais no ajuste da reforma da previdência." Ora, nada mais justo do que ser assim, no entanto, quando essa matéria chegou ao Senado, em agosto de 2019, Sr. Presidente...

Portanto a Câmara dos Deputados, desde 2017, vem discutindo uma proposta, apresentada pelo Ministro Meirelles, modificada nas suas comissões especiais e com todos os seus Deputados debatendo isso na base na eleição de 2018. Não sei se por isso, não sei se em razão disso ou de outras questões que envolveram combate à corrupção, Lava Jato etc., a Câmara dos Deputados Federais teve uma profunda renovação, assim como o Senado: nos 2/3 que foram às urnas, também teve uma profunda renovação, tanto é que, do meu partido, apenas 3 Senadores voltaram, Senador Jader, Senador Renan e Senador Eduardo Braga.

Todos os outros, lamentavelmente, por circunstâncias umas ou outras, acabaram não retornado.

Mas, Sr. Presidente, por que eu faço esse histórico? Porque a reforma que nós estamos terminando de votar em primeiro turno não é uma reforma que nos dá prazer, alegria, satisfação. Não! Esta reforma que nós estamos votando é em função do que o Brasil precisa, de um ajuste fiscal, tendo em vista que, se nós olharmos o Orçamento Geral da União, na forma de uma *pizza*, 52% do recurso hoje do Orçamento Geral da União é destinado à previdência. Algo como 20%... E olhe que a taxa Selic está em 5%. Algo como 20% é para pagamento de dívidas e de serviço da dívida. E aí, Sr. Presidente, para pagar o custeio, para fazer os investimentos e manter a máquina pública, é algo como 18%.

Aí, a gente pode compreender como falta dinheiro para saúde, para educação, para segurança pública, para termos investimentos públicos. E aí qual foi o entendimento que o Governo construiu com esta Casa? De que, *pari passu* ao andamento da PEC da previdência – e eu chamo o testemunho do Senador Otto Alencar –, o pacto federativo iria caminhar na mesma proporção e na mesma velocidade.

E aquele brasileiro que me escuta está perguntando: "Que negócio é esse de pacto federativo?". Eu queria poder aqui na CAS explicar aos brasileiros o que é isso. Pacto federativo é quando Município, onde as pessoas vivem, Estado, onde as pessoas convivem, e União, que é a somatória dos entes federados, formando um pacto federativo que cria a República Federativa brasileira, se juntam para que nós tenhamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um sistema representativo no modelo democrático do voto direto no Brasil. Ou seja, isso significa mais recursos para os Municípios; isso significa mais recursos para os Estados; isso significa que a previdência dos Estados, que está praticamente inviabilizada...

O Estado do Amazonas é uma exceção, porque nós tomamos a decisão em 2003 de enfrentarmos... Naquela época, V. Exa., como meu Vice-Governador, eu como o Governador, implantamos o fundo de previdência do Estado do Amazonas, que hoje tem mais de R$6 bilhões em caixa e, portanto, tem um déficit atuarial decrescente. O nosso problema não é o futuro; o nosso problema é o presente em função do passado, em que não se fez a previdência como deveria ser. Só que isso, no caso do Amazonas, representa perto de R$700 milhões por ano. Em outros Estados, a cifra chega a R$2 bilhões, R$3 bilhões. Não é à toa que, na PEC paralela, está lá Estados e Municípios que pode gerar um adicional para o benefício fiscal da reforma da previdência de R$350 bilhões a preços de hoje.

E, ontem, Sr. Presidente, muito corretamente, depois de termos construído, com o Senador Tasso, inúmeras melhorias no texto da previdência que veio da Câmara, como o BPC, quando desconstitucionalizamos o BPC, quando asseguramos que a aposentadoria rural efetivamente não mais seria modificada, preservando, por exemplo, quem mora em Maués e trabalha com o guaraná de Maués. Deputado Sidney Leite, se nós não tivéssemos feito essas mudanças, os agricultores de Maués seriam penalizados depois de anos e anos e anos e anos de labuta, em sol e chuva, na Amazônia, com o guaraná, com a mandioca.

Ora, Srs. Senadores, nós conseguimos essa vitória para o nosso povo, Senador Rogério. E conseguimos na disputa política.

Na pensão por morte, nós conseguimos fazer uma modificação importantíssima, porque preservamos, para o aposentado e para aquele que se foi, uma pensão de morte no mínimo de um salário mínimo àquele cônjuge que permaneceu e sobreviveu ao acaso da vida, porque entendemos que isso é o mínimo da rede de proteção social dentro da seguridade social da previdência brasileira.

Ontem, no Plenário, votamos um destaque que restabelece outra questão absolutamente justa, Senador Omar. Imagine que durante anos, décadas, o povo brasileiro de baixa renda passou a ter o direito de ter um salário mínimo de abono salarial desde que a renda fosse igual ou inferior a dois salários mínimos. Aí alguém estabelece um determinado valor – R$1.364 e alguns centavos – e diz quem ganhar acima disso não terá direito ao abono salarial.

Senador, isso significa que quem ganha R$1.400 não tem direito ao abono, como se isso fosse uma fortuna, como se isso fosse um pecado, quando isso, na realidade, permite que muitos brasileiros de baixa renda possam manter as suas famílias, comprar no mercadinho, comprar roupa, comprar um sapato, comprar um remédio, consumir minimamente na base da pirâmide econômica brasileira. Isso implica geração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

emprego e renda no arranjo produtivo brasileiro, da agricultura aos serviços de transporte, da taberna à indústria que produz o bem.

Portanto, ontem, o Senado tomou uma decisão que eu reputo correta. Por quê? Porque nós restabelecemos que quem ganha até dois salários mínimos terá o abono, que não é pago pelo empresariado, é pago com recursos do FAT, Fundo de Amparo ao Trabalhador. E por que o FAT, que tem bilhões hoje em caixa não poderia suportar isso? Por que pegar os recursos do FAT e passar para o BNDES para o BNDES operar e apresentar lucro no final do ano, operando com recursos do Fundo do Trabalhador? E o trabalhador, por causa de R$10, R$20, R$30, perderia o abono salarial.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta não é uma matéria cuja votação nos dá alegria, volto a repetir. O Brasil precisa. E não precisa só disso. O Brasil precisa disso, precisa do pacto federativo, precisa da cessão onerosa, precisa retomar a capacidade de investimento público e privado. Não adianta pedir ao povo brasileiro mais sacrifício na reforma da previdência se a taxa de juros não cair na ponta, se o microcrédito não acontecer. Como nós vamos pegar o Fundo de Amparo ao Trabalhador e repassar para o BNDES, Senadores Rogério e Otto, e, ao mesmo tempo, termos um compulsório de quase R$500 bilhões parado na mão do Banco Central, e a economia estagnada, sem crescimento econômico, sem oferta de microcrédito, sem haver aumento de consumo no País e sem haver investimentos para que nós possamos voltar a gerar uma base econômica.

Portanto, Presidente, eu acho que a CAE, como uma Comissão de Assuntos Econômicos... Por ser uma PEC, não tramitou aqui a reforma da previdência. Quando amanheceu, hoje, eu fiquei pensando e disse: "Eu acho que é importante propor esse debate na CAE. Logo após estaremos votando as questões dos destaques no Plenário do Senado, mas para dizer ao povo brasileiro que o Governo precisa dar passos complementares". E como disse na reunião de Líderes, e na presença de V. Exa., Senador Omar, do Otto, e do Senador Rogério, o passo sobre o primeiro turno nós daremos, porque o Brasil precisa entender o que estamos fazendo. Mas para que o segundo turno possa acontecer é preciso os passos necessários para que medidas concretas aconteçam no mundo real, onde as pessoas vivem, de retomada do investimento, retomada do crescimento brasileiro, retomada de políticas públicas, queda de juros na ponta para o microcrédito, para o consumidor, para o médio, para o grande empresário. Isso é imperioso. E dessa forma nós teríamos condições de dar um passo extremamente importante e necessário.

O Brasil vive a mais longa e mais profunda crise econômica de toda a sua história. Nós estamos entrando lamentavelmente... Desde 2008, o Brasil entrou numa crise e nós estamos em 2019; portanto, há 11 anos vivendo esse processo. É óbvio que desses 11 anos, 5 anos foram de crise profunda. E o Brasil perdeu, Senador Omar, nos últimos 3 anos, 15% da sua capacidade de produção industrial. A Zona Franca está hoje com o parque instalado ocioso. E o Brasil está com parques instalados ociosos. A forma de isso ser revertido é estabelecendo de volta a capacidade de consumo e a capacidade de financiamento da nossa economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Rogério Carvalho e depois o Senador Otto Alencar, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Senador Omar, Presidente, há um requerimento meu sobre a mesa. O senhor quer apreciá-lo agora ou depois?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vou só terminar essa votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está bem.

Então, sobre o tema, eu acho que o Senador Eduardo Braga lembra bem que nós temos R$500 bilhões de créditos depositados compulsoriamente no Banco Central. E o Governo paga juros, Otto, sobre esse dinheiro que está parado fazendo colchão e que poderia, num momento de recessão, num momento de baixa atividade econômica, ser colocado na economia.

Na verdade, a gente está vendo que não existe nenhuma medida anticíclica para aumentar a capacidade de produção, de consumo, de aquecimento da economia. Eu não vejo como um País sair da crise se ele não aumenta ou estimula o aumento da atividade econômica. Tudo que tem sido feito é no sentido contrário. Inclusive eu apelidei, não sei se você se lembra daquele filme Eduardo Mãos de Tesoura, o "Guedes Mão de Tesoura", porque é só corte.

Numa economia em crise, em qualquer lugar do mundo, o que se busca com eficiência, e é o que sempre deu resultado, é o Governo, que é a parte que pode mobilizar recursos, que pode mobilizar investimentos públicos de qualquer natureza, seja com políticas redistributivas, seja sob a forma de investimento, seja pelo caminho que for, mas são os Governos quem busca, através do gasto público, o aquecimento e a retomada da economia.

Então nós não resolvemos a questão do crédito, nós pagamos juros sobre um dinheiro que fica parado, nós não temos uma política de investimento público, nós temos uma aberração chamada Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, que impede que qualquer recurso que o Estado possa economizar possa ser colocado na economia. Porque é uma falácia esse debate de que nós vamos fazer um ajuste fiscal e de que nós vamos ter recursos para fazer investimento, aplicar na juventude, aplicar na criança, na educação e nos vários setores. Conversa, porque a Emenda Constitucional do Teto congelou o gasto público.

Portanto, esse dinheiro vai para o superávit. Esse dinheiro vai para o serviço da dívida e para o abatimento da dívida, num momento em que o País precisa de política anticíclica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, apesar de ter todo respeito, considerar que em todo e qualquer Governo, e em qualquer tempo, é preciso estar atento à previdência, ao sistema previdenciário de qualquer país, mas poderíamos ter feito uma reforma de outra natureza e um conjunto de outras reformas mais impactantes, a começar pelo fim da PEC do Teto dos Gastos, pela redefinição desse recurso compulsório que está depositado, porque o País paga todo dia juros sobre essa montanha de dinheiro que faz parte do serviço da dívida. Poderia estar fazendo investimento público, com empréstimo internacional. Poderíamos estar fazendo uma série...

Nós temos reservas, nós temos um ativo enorme que poderia ser transformado em garantias. Nós temos aeroportos, ferrovias, rodovias. Tudo isso poderia se transformar em ativo para poder levantar fundos. Há uma série de possibilidades que nós poderíamos estar fazendo se houvesse iniciativa de fato e foco voltado para o País, voltado para o desenvolvimento.

Nós não teríamos deixado destruir a nossa indústria da construção civil pesada. Hoje a gente não tem capacidade de fazer obra nenhuma. Se vai fazer uma hidrelétrica, se for para fazer uma grande rodovia, se for para fazer uma represa, o que a gente quiser fazer, a gente tem que importar serviços e a indústria de engenharia pesada, porque nós destruímos...

Em nome do combate à corrupção, nós estamos vendo hoje o representante da Polícia Federal que ficava responsável pelo inquérito, não sei se vocês viram hoje, objeto de ação da Polícia Federal por se utilizar de métodos escusos para levantar dados sobre vida das pessoas da Receita Federal. Ou seja, é isso o que nós vimos no nosso País, um desmonte total, absoluto de um Estado que já tinha dificuldade de funcionar e que passou a ter a sua função desviada.

Eu nunca vi combate à corrupção se transformar em política. Eu nunca vi um Estado ser dirigido por juízes e promotores. Eu nunca vi isso dar certo, e é impossível que isso dê certo. Só dá certo o Estado que tem governo, o Estado que tem política, o Estado que tem projeto, porque, na hora em que o senhor, Senador Omar Aziz, vai para as eleições, o senhor apresenta um projeto de governo. O Eduardo Braga, quando foi candidato, apresentou um projeto de governo. Quando você se candidatou a Senador, você apresentou uma proposta, o que você pensava para o Brasil, e é isso que faz a diferença.

Quando o camarada passa num concurso para ser promotor, ele está ali para ser guardião da lei, fazer cumprir a lei dentro da lei. Quando ele passa para ser juiz, ele está ali para fazer arbitrar aquilo que está ou fazer justiça a partir da letra da lei e não, militar, fazer política, que foi o que a gente viu sendo feito no nosso País.

E quem viu o documentário sobre o Edward Snowden, feito pelo Oliver Stone, e quem viu Privacidade Hackeada sabe exatamente o que fizeram com o Brasil. A Petrobras ficou lá sob observação dos americanos da NSA, eles mapearam tudo que era da Petrobras, mapearam o entorno da Petrobras, todas as empresas da Petrobras. A Petrobras era um dos maiores *players* do mundo do ponto de vista econômico, porque ela não era sozinha; ela era um conjunto de empresas no seu entorno e todas essas empresas foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o saco. E está lá, para todo mundo que quiser ver, no documentário do Oliver Stone, que foi o próprio Glenn que produziu junto com ele, vai ver o dano que causaram ao nosso País, à nossa economia.

Portanto, se a gente chega a essa situação fiscal, não é do nada. É da irresponsabilidade, do desamor e da incapacidade de quem dirigiu esse País de garantir que o País pudesse estar vivendo um outro momento, um momento oportuno em que o governo americano entra numa guerra comercial com a China, momento oportuno em que o mundo precisa de grandes jogadores com clareza do multilateralismo. E aí a gente vê um Governo que faz política externa raivosa, ideológica, que não consegue aproveitar o momento que a gente vive – não consegue aproveitar o momento que a gente vive!

Este momento seria o momento de estar ampliando o comércio, ampliando a atividade econômica, exportando, e a gente ideologizando o debate, que é um debate pragmático, que deve ser conduzido com a nossa diplomacia, que tem capacidade para isso.

Por isso, Presidente, eu, apesar de não me ter submetido à votação do texto principal da reforma da previdência, concordo que a gente precisa tomar iniciativas de grande profundidade, porque a reforma da previdência não vai resolver sem retirarmos Emenda Constitucional 95, sem botarmos o dinheiro que está parado para circular, sem haver política, sem haver projeto de país, sem haver projeto de sociedade, porque o projeto que existe é de vender as nossas estatais para alguns fundos.

E nós vamos saber no futuro de quem são esses fundos. Há suspeitas de que esses fundos têm dono do próprio Governo. Eu estou fazendo aqui uma denúncia grave. Há suspeitas de que parte dessas privatizações tem fundos controlados por gente grande do Governo. Eu não posso afirmar, porque seria uma leviandade falar nomes, mas é importante que as pessoas já comecem a pensar no futuro, quando a gente vir quem ficou bilionário a partir deste momento, como ficaram na época das privatizações lá da década de 90. Podem olhar que os ricos de hoje eram os defensores das privatizações da década de 90, que foram os grandes arrematadores, por debaixo do pano, com participações acionárias em alguns fundos. Vejam se quem são os ricos de hoje não foram os que participaram dos processos de privatizações, com participações desse tamanhinho que viraram maiores participações, e hoje são controladores dessas empresas. Vejam, no futuro, se nós não vamos ter algo semelhante, se os ricos do futuro não são os defensores de um modelo de privatização e de intervenção do interesse econômico no Estado brasileiro.

É um desabafo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, já que já foi encerrada a votação do empréstimo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não foi não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estava em discussão. Eu quero encerrar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Encerrada a discussão.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminho a V. Exa. um requerimento de urgência para que a matéria possa ser apreciada ainda hoje na sessão do Senado Federal marcada para hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em apreciação o requerimento de urgência do Senador Otto Alencar.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Irá ao Plenário, com urgência, a pedido do Senador Otto Alencar.

O item nº 3 está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

1ª PARTE

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 71, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII , da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de até US$ 195,000,000.00 (cento e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - ProDefesa".

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Não apresentado.)

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 296,000,000.00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo – Implantação da Linha 17 – Ouro – Sistema Monotrilho – Trecho 1.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado

Senador Otto Alencar, Relator da matéria, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Agradeço a V. Exa.

Passo ao relatório, Sr. Presidente, Senador Omar Aziz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No ambiente aqui da Comissão de Assuntos Econômicos, o Colegiado para a apreciação desta matéria, esses recursos serão destinados à operação de crédito para o Projeto Rede Metroferroviária do Estado de São Paulo - Implantação da Linha 17 - Ouro - Sistema Monotrilho - Trecho 1.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil, sob o nº TA838033.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros Libor semestral, acrescida de *spread*, a ser definido na data de assinatura do contrato, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,62% ao ano, inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 5,13% ao ano, para a mesma duração de 9,69 anos.

Análise.

A análise da presente operação de credito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa verificar o cumprimento das determinações das Resoluções do Senado Federal de nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive a concessão de garantia, no âmbito dos três níveis de Governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado de São Paulo comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo. Isso em decorrência da Portaria 658, da Secretaria do Tesouro Nacional, que abriu espaço de endividamento de 2% para 4%, no caso para o Estado de São Paulo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 394 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de 10 de julho de 2019, anexo à mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado de São Paulo atende, de acordo com essa portaria, aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros.

Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado de São Paulo apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, afirma que há disponibilidades financeiras para a cobertura das obrigações advindas do empréstimo, pois as margens disponíveis apuradas são suficientes para tal empréstimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com a análise feita, encaminhamos que o pedido de empréstimo do Estado de São Paulo preenche todos os requisitos técnicos e de legislação para que nós possamos, S. Presidente, através do voto, dizer que o pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo se encontra de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte projeto de resolução do Senado Federal.

> Projeto de Resolução do Senado nº, de 2019
> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil [...], no valor de até US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu sei. Estou no primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Por isso mesmo. Acho que o preâmbulo de todos os empréstimos é o mesmo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As condições....

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou ler agora o projeto de resolução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, estou vendo, Senador Otto. É que V. Exa. tem um serviço a fazer, uma tarefa, daqui a pouco. Estou preocupado com a tarefa, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – O senhor é do Amazonas, e eu sou da Bahia. E eu costumo dizer que ando devagar porque nunca tive pressa e trago esse sorriso porque já chorei demais. V. Exa. me interrompeu, e eu estou no meu processo de análise do empréstimo do Estado de São Paulo.

Chegou agora o nosso Senador Major Olimpio dizendo, positivamente, que é a favor do nosso Estado do São Paulo. O Brasil tem vários Estados, gosto de todos, mas para com a capital do Estado de São Paulo eu tenho um dever muito grande, porque foi lá que fiz a minha residência médica. Talvez seja o segundo Estado da minha vida o Estado de São Paulo. Nunca falei isso, mas eu gosto muito do Estado de São Paulo.

Posso seguir em frente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, se eu tivesse alguma coisa contra São Paulo, não estaria fazendo uma reunião extraordinária...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Então, eu posso ir tocando em frente ou quer que eu cante a música Tocando em Frente? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., como político, é um péssimo cantor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Não é o que falam os meus amigos que me ouvem cantar. (*Risos.*)

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de São Paulo autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil [...] no valor de até US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto Rede Metroferroviária de São Paulo - Implantação da Linha 17 - Ouro - Sistema Monotrilho - Trecho 1".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado de São Paulo - SP;

II – Credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma [...] [de] empréstimos de 6 (seis) meses para o dólar dos Estados Unidos da América com uma margem de 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, que pode ser alterada em função da data de assinatura do contrato, de acordo com as políticas de gestão da CAF;

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais, acima dos juros a serem estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US$112.551.140,00 (cento e doze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil e cento e quarenta dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$128 milhões [...] [para] 2020, US$28 milhões [...] [para] 2021 e US$26 milhões [...] [e fração para] 2022;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) anual, aplicado sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

IX – Comissão de Financiamento: 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, pago, no mais tardar, na data do primeiro desembolso, em parcela única;

X – Gastos de Avaliação: no valor de US$50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que deverão ser pagos até a data em que ocorrer o primeiro desembolso do empréstimo;

XI – Prazo de Amortização: 186 (cento e oitenta e seis) meses, após carência de até 54 (cinquenta e quatro) meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato de empréstimo, o credor se obriga a financiar 10 (dez) pontos básicos da margem de que trata o inciso V, reduzindo, neste período, a margem para 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

§3º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus [...] previstos [...].

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia [de empréstimo] ao Estado de São Paulo [...].

§1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Economia verificará e atestará a adimplência do Estado de São Paulo quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Tinha sido solicitado que votássemos algumas primeiro e, depois, fizéssemos a manifestação. V. Exa. está abrindo para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho melhor votarmos todos, depois o senhor se manifestaria, para a gente dar agilidade, porque nós temos que votar a previdência ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Além desse, o Senador Otto tem mais quatro relatórios. Eu pediria ao Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria propor a V. Exa. que eu pudesse ler os quatro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Leia os quatro, e a gente vota em conjunto os quatro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Votaria em conjunto?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só eu lhe pediria...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E depois da conclusão da votação, encaminharia o requerimento de urgência, em globo, para aprovar a urgência e encaminhar ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só pediria a V. Exa. que não seria necessário, na sua leitura, que o senhor elencasse todo o projeto de resolução. Não é necessário ser lido isso, por favor. Eu peço isso a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos determina, e quem é o Relator cumpre, eu vou cumprir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem um compromisso agora.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem tem compromisso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Você! (*Risos.*)

1ª PARTE

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO II - SP.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao projeto, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Ah, sim!

Sr. Presidente, então, vamos ao item 5.

O item 5 versa também sobre empréstimo para o Estado de São Paulo.

Sobre a Mensagem nº 75, de 2019, nº 453, de 2019, da Presidência da República, que propõe nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 87,120,000.00 (oitenta e sete milhões cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil (Profisco).

O projeto e a mensagem preenchem todos os pré-requisitos da lei. No nosso relatório e na análise também, de acordo com o que prescreve e autoriza à Comissão de Assuntos Econômicos analisar, esse é o fórum determinado a isso.

E o voto, Sr. Presidente, do pleito encaminhado pelo Estado de São Paulo encontra-se de acordo com o que preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal e as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para contratação de operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte projeto de resolução.

> Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019
> Autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 87.120.000,00 (oitenta e sete milhões e cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos da América).
> O Senado Federal resolve:

E no projeto de resolução também consta a obediência à lei em todos os seus itens. O devedor é o Estado de São Paulo, o credor é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o garantidor, a República Federativa do Brasil. Obedece a todo o cronograma estimativo de desembolso, comissão de compromisso, recurso de inspeção de supervisão, prazo e amortização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, de acordo com o que está pré-estabelecido aqui, o nosso parecer é favorável ao empréstimo pretendido pelo Estado de São Paulo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai para o item 6, mas antes o Senador Kajuru pediu um minutinho, porque V. Exa. relatou *ad hoc* um empréstimo para um Município de Goiás, do Estado dele, e ele queria só...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Exatamente. O Senador Kajuru não estava aqui, eu fui designado *ad hoc*. Eu sei que ele tem um compromisso muito grande com o Estado de Goiás, sobretudo com Aparecida de Goiás. É um empréstimo para investimentos na área de infraestrutura. E eu fico muito feliz com a presença do nobre Senador Jorge Kajuru, que engradece muito aqui o Colegiado do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorge Kajuru com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente e amigo, estimado Omar Aziz, é o seguinte: peço desculpas inicialmente, como falei aqui com o também amigo e estimado Senador Eduardo Braga – e é do conhecimento de vocês todos, dos senhores, o Dr. Hilton Medeiros –, porque eu estava lá colocando a prótese aqui no olho direito, daí o atraso; mas eu queria chegar correndo em função da felicidade que estou como representante do Estado de Goiás.

E aqui fico tranquilo, porque estou diante de pessoas das quais eu gosto, porque às vezes estou em ambientes com pessoas das quais não gosto. Essa é a realidade. Aqui, exceto o Major Olimpio, que eu não suporto, porque quem o suporta é o Datena – brincadeiras à parte...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho graça e alegria e um pouquinho de medo de quando V. Exa. se aborrece comigo. Portanto, eu fico muito feliz de... (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Então, é Otto, é Rogério, é Eduardo, é Ciro, é Major...

Então, eu quero aqui manifestar, em nome do Estado de Goiás, o agradecimento pela compreensão desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo apoio à Mensagem nº 70, de 2019, da Presidência da República, com o pleito para que seja autorizada a operação de crédito externo, com a garantia da União, ao Município de Aparecida, próximo a Goiânia, junto à Corporação Andina de Fomento. Trata-se da obtenção de recursos externos para o financiamento parcial do Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão Santo Antônio de Aparecida de Goiânia.

Orgulho maior eu tenho de ser o único Senador do Estado de Goiás aqui presente neste momento, porque devo gratidão à cidade de Aparecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na verdade, os recursos lá irão viabilizar a segunda etapa do ambicioso programa, Presidente Omar. Na primeira, foram contemplados fatos importantes, como obras viárias erguidas ao longo do Eixo Norte-Sul de Aparecida de Goiânia. E agora o dinheiro será usado nas obras do Eixo Leste-Oeste, criando passagens e ligações viárias que vão facilitar a locomoção entre duas áreas geográficas vitais do segundo Município do Estado de Goiás. Mais do que isso, trata-se de obra que, por extensão, vai melhorar a qualidade de vida dos quase 600 mil moradores de Aparecida, assim como também trazer benefícios a toda a Região Metropolitana de Goiânia, com quase 2,5 milhões de habitantes.

Vale ressaltar que vivemos um momento em que a maioria dos Municípios brasileiros se recente, Senador Eduardo Braga, entre outras carências, da falta de investimentos em infraestrutura. E, nesse contexto, como Parlamentar eleito por Goiás, a quem devo gratidão eterna, não posso deixar de manifestar apoio a essa decisão favorável da CAE do Senado, exigida por atribuição inscrita na Constituição Federal, a uma operação credenciada pelo Banco Central do Brasil e com garantia da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (Copem), da Secretaria do Tesouro Nacional.

Concluo dizendo que fico imensamente satisfeito em participar de um ato de importância, Senador Otto Alencar, Relator, transcendental para os moradores de Aparecida e de toda a nossa querida Goiânia.

A cidade de Aparecida cresceu de forma desorganizada, como, aliás, Senador Rogério, é a regra no processo brasileiro de organização. Porém, Aparecida de Goiânia soube se reinventar, Senador Major Olimpio, e, graças à implantação de eixos estruturantes, está se modernizando e vai colher ainda muito mais os benefícios das ligações adequadas entre os diversos bairros, com a maximização de sua mobilidade urbana, Senador Ciro.

Então, aqui é só para agradecer de coração este momento especial, em que a sofrida cidade de Aparecida dez anos atrás e hoje exemplo do Estado de Goiás, como a segunda maior cidade do Estado, tem essa notícia, tem esse direito. E evidentemente eu não poderia estar aqui ausente.

Faço questão de ser o único Senador do Estado de Goiás a fazer este registro e este agradecimento à Comissão de Assuntos Econômicos, tão bem presidida pelo equilibrado Senador Omar Aziz, e com o Relator, Otto Alencar, de quem evidentemente eu só esperava essa posição, como também dos demais Senadores, compreensíveis com a situação dos Municípios brasileiros.

Agradecidíssimo de coração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Kajuru, na sua ausência, explicada aqui ao povo de Goiás, o Senador Otto pediu urgência para a gente votar em Plenário hoje. A urgência já foi aprovada aqui.

Eu espero que a cidade de Aparecida, do seu querido Estado de Goiás, tão próxima aqui de Brasília, mas com dificuldade de um Estado do Centro-Oeste – um Estado como outro, com muitas dificuldades...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente espera que esses recursos possam melhorar a infraestrutura do Município, e V. Exa. possa nos convidar futuramente para a inauguração dessa obra. É importante.

Senador Otto com a palavra. Item 7. Item 6.

1ª PARTE

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 76, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí, SP (PRODUS).

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Item 6, Sr. Presidente.

Eu agradeço as palavras do nobre Senador Kajuru. Vou ao assunto, porque sou responsável pela Relatoria.

É a Mensagem nº 76, de 2019 (nº 450, de 2019, da origem na Presidência da República), que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Jacareí, no Estado de São Paulo, e a Corporação Andina de Fomento (CAF), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Urbano e Social do Município de Jacareí (Produs).

O projeto preenche todos os pré-requisitos pré-estatuídos na legislação do Senado Federal e também na República Federativa do Brasil para que seja analisada e votada aqui no Senado Federal.

Diante disso, o nosso voto, diante do exposto, é favorável à matéria, nos termos do projeto resolução do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Resolução do Senado nº , de 2019
Autoriza o Município de Jacareí, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Desde o art. 1º até a conclusão, o projeto de resolução obedece a toda a legislação. O credor é a Corporação Andina de Fomento; o devedor, o Município Jacareí; o garantidor, República Federativa do Brasil.

As liberações previstas estão de acordo com o prazo estabelecido no contrato, que logo entrará em vigor, e demais encargos, em comissões, da mesma forma, Sr. Presidente.

Portanto, nosso parecer é favorável ao projeto de empréstimo para o Município de Jacareí, de acordo com o relatório que está aqui na nossa mão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 7.

1ª PARTE

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 77, DE 2019

- Não terminativo -

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Item 7 é também empréstimo para o Estado de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É sobre a Mensagem nº 77, de 2019 (450, de 2019), da Presidência da República, que propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$300 milhões, entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Despoluição do Rio Tietê – Etapa IV.

Eu acredito que este é um empréstimo muito importante. V. Exa. sabe da minha luta e de que eu defendo o meio ambiente, e a despoluição de um rio tão importante como esse do Estado de São Paulo é fundamental para a saúde pública, sobretudo para inibir as doenças veiculadas pela água e que podem comprometer a saúde dos paulistanos.

Portanto, o projeto preenche todos os pré-requisitos de lei.

A nossa análise foi feita obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante disso, Sr. Presidente, o nosso voto é favorável ao empréstimo, de acordo com o que está previsto na legislação.

O projeto de resolução autoriza a concessão de garantia pela República Federativa do Brasil ao crédito externo a ser contratado pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de US$300 milhões.

Portanto, os artigos todos estão dentro da legislação. O devedor é a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, o credor é o Banco Interamericano, e o garantidor é a República Federativa do Brasil, com prazo de carência de 72 meses e prazo de amortização de 222 meses, com o prazo total de 294 meses. O sistema de amortização é de acordo com a lei e também com toda a legislação, condizente com o que está preestabelecido.

O nosso voto, portanto, diante do projeto de resolução, é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Item 8, Senador Otto Alencar.

1ª PARTE

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 250,000,000.00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos se destinam ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – O item 8, de igual forma, é uma mensagem, a Mensagem do Senado Federal nº 78, de 2019 (nº 459 na origem), da Presidência da República, que solicita também a autorização do Senado Federal para que seja concedida garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US$250 milhões, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Sustentabilidade e Inclusão aos Serviços de Saneamento e Preservação da Água para Abastecimento Público na Região Metropolitana de São Paulo.

No nosso relatório, a análise é de que está de acordo com a legislação e também obedece àquilo que está preestabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. Obedece a todos os pré-requisitos legais. Portanto, nós temos toda a condição de dar o voto favorável a esse empréstimo e ao projeto de resolução que autoriza a concessão de garantia da República Federativa do Brasil à operação de crédito externo a ser contratada pela Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US$250 milhões.

O projeto de resolução obedece a todos os pré-requisitos do Senado Federal: a contratação é através da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo; o credor é o Bird; o garantidor é a República Federativa do Brasil; o valor é US$ 250 milhões; o prazo final para desembolso encerrar-se-á em 16 de junho de 2025, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após a anuência do Ministério da Economia.

Portanto, o projeto de resolução, de igual forma, obedece a toda a legislação para o empréstimo para o Estado de São Paulo, para a Companhia de Saneamento.

O nosso voto é pela aprovação, Sr. Presidente Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Otto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão.

Senador Major Olimpio, representante do Estado de São Paulo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores desta Comissão de Assuntos Econômicos, em primeiro lugar eu quero agradecer ao Senador Omar Aziz porque acabou sendo V. Exa. e a assessoria desta Comissão que me avisaram dessa votação de empréstimo; agradecer ao Senador Otto a presteza de prover essas relatorias de forma tão célere.

Obrigado, Otto.

Eu estou dizendo isso, Sr. Presidente, porque sou Senador por São Paulo, faço questão de estar aqui – fui avisado por V. Exa. e pelo Raul, da minha assessoria –, porque o Governo de São Paulo, eu diria, de forma irresponsável, desconsiderou-me e esqueceu, ou fez questão de esquecer, que eu sou membro desta Comissão. Então a questão político-partidária, possivelmente, para o Governador, para os seus secretários e para a sua assessoria aqui, acaba tendo maior relevância do que o interesse público, mas eu tenho mais preocupação com o interesse público do que com essa falta de postura de quem diz que é gestor público. Eu poderia pedir vista, eu poderia fazer obstrução a isso, mas eu faria uma obstrução e vista ao povo de São Paulo. Aqui nós temos um US$1,053 bilhão, que é fundamental, sim, e, por incompetência administrativa, se não é a celeridade de V. Exa., do Otto, a presteza desta Comissão e do Presidente da Casa, poderíamos perder os prazos já na segunda-feira. Então, quem se diz bom gestor não pode ter esses gestos de incompetência para acabar no afogadilho, e, mais ainda, desconsiderando quem pode ser ajuda. Eu sou 100% ajuda à população de São Paulo, tive mais de nove milhões de votos para estar aqui justamente para isso, não é apesar de Governador nem de nenhuma circunstância.

Vejo como mais do que fundamental a retomada de obras dessa Linha 17 do monotrilho, que, produto de corrupção e incompetência da gestão Alckmin, acabou virando algo que simplesmente está no meio da cidade como obras inacabadas. São US$296 milhões; os 87 bilhões para o Profisco, mais que fundamentais para essa integração dos fiscos do Brasil; também US$60 milhões para o Município de Jacareí, para o seu programa de desenvolvimento urbano e social. É fundamental. Nós já estamos nessa luta desde 1990, falando em despoluição do Rio Tietê. E agora também US$300 milhões para ver se nós conseguimos, segundo a perspectiva do Governador, tê-lo limpo até 2026. Repito: em 1990 já se iniciou o programa de despoluição do Tietê. Viraram tantos escândalos de corrupção que não se chegou a nada ainda; como Pinheiros também tem um projeto para estar despoluído em 2022. E US$250 milhões para a questão da água para a Região Metropolitana de São Paulo. Já tivemos aí crises em 2013 e 2014 que levaram extrema preocupação à Grande São Paulo, com mais de 20 milhões de habitantes e correndo o risco de não ter abastecimento de água.

Então, Sr. Presidente, logicamente não vou fazer o pedido de vista, faço questão de deixar claro que não é atendendo ao Governo de São Paulo, que não fez a menor questão de fazer a menor gestão para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu sequer tomasse conhecimento disso. Graças a Deus, V. Exa. conduz com maestria esta Comissão, com Senadores competentes, e a assessoria do PSL também falou: Major, dê uma olhada nisso que pode ser do interesse de São Paulo. E é US$1 bilhão, fundamental para o interesse de São Paulo e que no decorrer do tempo poderá ser, e será, fatalmente, muito importante para o Estado.

Faço questão de fazer este registro e vou fazê-lo de novo no Plenário, porque ainda dependemos do esforço de todos os Líderes e do Presidente Davi Alcolumbre para esta matéria ser votada ainda hoje, pelo interesse de São Paulo, e apesar do descaso do Governo de São Paulo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Pela ordem.) – Presidente Omar Aziz, eu apenas quero aqui fazer publicamente um cumprimento a esse ato grandioso, raro na política nos dias de ontem e de hoje, do Senador Major Olimpio, sem aquele meio politiqueiro de revanchismo, pensando em São Paulo, como paulista que é e apaixonado por São Paulo como é.

Esse projeto tão bem relatado, de forma exímia, pelo histórico Senador Otto Alencar... Apenas, Senador Major Olimpio, se me permite, como amigo seu, e como temos um amigo em comum, que é o nosso querido Datenão, eu vou não lhe ensinar – jamais –, eu vou lembrar ao senhor uma frase de Churchill neste momento em que o senhor destaca aqui o descaso do Governo de São Paulo. Vamos dar nome. O Governo de São Paulo tem nome, e o nome dele é João Dória. Fique tranquilo, o senhor está neste momento por Deus abençoado, porque pássaros e porcos não se sentam na mesma mesa, perfeito? E o senhor é pássaro, o senhor está voando. O outro o senhor já sabe o que é. Então, graças a Deus ele não está ao seu lado nessa história, mas São Paulo está com o senhor.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão.

Nós estamos aprovando aqui cinco empréstimos para o Estado de São Paulo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Sr. Otto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui fazer justiça ao Senador Major Olimpio, sempre preocupado com o Estado de São Paulo, com o espírito público elevado, sabe o esforço que nós fizemos hoje. Senador, veja bem, ninguém tem um eleitor em São Paulo, nenhum de nós aqui tem eleitores em São Paulo, mas eu sei do esforço que um governo faz – de São Paulo, ou do Amazonas, ou do Piauí, do meu amigo Ciro, ou de Goiás, ou de Sergipe, ou da Bahia – para passar por todos os trâmites para chegar a este momento de a gente aprovar o empréstimo. É muito complicado. E, se a gente perde o prazo, além de a gente atrapalhar a obra...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma correção. Eu tenho muito eleitor lá, porque o que há de piauiense em São Paulo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim, com certeza! (*Risos.*)

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Pelo amor de Deus! E eu estou aqui para aprovar em nome desses piauienses que moram em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu estou dizendo... V. Exa., com certeza, tem muitos eleitores lá, assim como há muitos baianos, sergipanos – acho que todo o Brasil está lá em São Paulo –, mas nós não somos candidatos por São Paulo, nós temos o compromisso...

Então, sabendo da dificuldade que é para chegar a este momento de aprovar, foi que nós fizemos um esforço. Eu, pessoalmente, tenho que fazer justiça a uma pessoa que foi a primeira a me ligar. Tanto é que o Otto é Relator dessa matéria porque o Presidente do nosso partido, que é lá de São Paulo, o ex-Prefeito e Presidente do meu partido, o Kassab, ligou-me pedindo que eu fizesse um esforço para a gente fazer essa reunião extraordinária hoje. E o Senador Otto da mesma forma.

Então, eu quero aqui fazer justiça – se houver alguém de São Paulo nos ouvindo neste momento – ao esforço que o Major Olimpio faz para estar presente nas discussões que interessam ao Estado de São Paulo e para defender o Estado de São Paulo, como tem feito muito bem. Da mesma forma, eu acho que o Senador Serra e a Senadora Mara Gabrilli também não estão aqui porque talvez não tenham sido informados ou por outra razão.

Quero dizer, Major Olimpio, que, sem dúvida nenhuma, V. Exa. é um excelente Senador pelo Estado de São Paulo, tenha certeza disso. É um excelente Senador!

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, já que a matéria foi votada e aprovada, eu quero encaminhar a V. Exa. um requerimento em globo para que esses empréstimos possam tramitar em regime de urgência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

Em discussão...

Senador Reguffe, seja bem-vindo. V. Exa. sabe do carinho especial que eu tenho por V. Exa. e, com certeza, vai contribuir muito para essa discussão aqui na CAE. Soube hoje que V. Exa. aqui está substituindo um grande Senador, que é o Senador Alvaro Dias, e não tenha dúvida nenhuma de que vai enriquecer muito a discussão. E V. Exa. é uma pessoa muito presente, juntamente com o Kajuru, que é seu fã – vocês dois são muito amigos.

Em discussão o requerimento de urgência do Senador Otto Alencar.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam ...

São os requerimentos, são cinco requerimentos em globo.

Os que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu tenho aqui um requerimento do Senador Jean Paul...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, me dê um momento, por favor.

Eu gostaria, inclusive, de agradecer a V. Exa., agradecer também ao Senador Kajuru, e de me referir ao Senador Major Olimpio, que está sempre presente, é um Senador atuante e se coloca numa posição muito clara com suas ideias.

Eu vejo que uma aprovação dessa natureza para o Estado de São Paulo é muito importante, até porque a Dra. Pricilla Santana, da Secretaria do Tesouro Nacional, publicou uma portaria, a 658, abrindo espaço fiscal para que o Estado de São Paulo pudesse tomar esse empréstimo, passando de 2% da receita corrente líquida para 4%.

Eu até, ontem, fiz uma gestão junto ao Presidente Davi e quis, hoje à tarde, às 2h, conversar com o Ministro da Economia para que ele possa abrir esse espaço fiscal para os Estados do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste na mesma direção, até porque um investimento dessa natureza, de mais de US$1 bilhão, vai, sem dúvida nenhuma, absorver muita mão de obra; toda essa atividade que será implementada em São Paulo terá intensiva absorção de mão de obra.

E eu quero também me referir ao Presidente do nosso Partido, o Presidente Gilberto Kassab, que nos telefonou na busca de que pudesse tramitar em regime de urgência. Ontem à tarde, de forma muito educada, o Governador Dória me ligou, e ligou para V. Exa. também, pedindo que se pudesse fazer em regime de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

urgência essa aprovação, como foi agora aprovado. E ao Major Olimpio e ao Senador Omar Aziz eu quero dizer que também, tanto quanto o Senador Ciro Nogueira, em São Paulo nós temos vários amigos eleitores. São Paulo é um Estado, e a capital de São Paulo abraça todos os brasileiros de forma muito cordial. Portanto, eu fico muito feliz em poder hoje ter relatado e aprovado esses empréstimos para o Estado de São Paulo. Há pouco recebi aqui um telefonema de um baiano, o meu prezado amigo Deputado Federal Antonio Imbassahy, que hoje também serve ao Estado de São Paulo.

Portanto, todos nós, juntos, devemos sempre tomar essa decisão: aquilo que é do interesse do povo não deve ter nenhuma discordância, até porque, quando a obra chega, não interessa por quem chega, porque chega para o povo, não para aquele que autoriza a licitação, homologa essa licitação para que a obra possa seguir. Então, é aquela história que eu sempre digo: o povo sonha, Deus abençoa, e a obra nasce em benefício do povo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho, eu tenho um requerimento aqui do Jean Paul, que V. Exa. também subscreveu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – É um requerimento simples, é um requerimento de aditamento a uma audiência pública para incluir representantes dos cineastas e representantes dos produtores nacionais a uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na segunda-feira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso. É só para pedir o aditamento. Eu encaminho os nomes.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 106, DE 2019

- Não terminativo -

Requer aditamento de convidados a audiência pública requerida pelo REQ 105/2019.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN) e outros

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 105/2019 [...], para instruir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> o PLS 57/2018, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento [...]

Parece que há um requerimento com esse mesmo teor do Major Olimpio – ouviu, Major Olimpio? –, sobre a questão do audiovisual. Lembra que V. Exa... Dê uma olhada nesse requerimento aqui, porque V. Exa. também estava discutindo essa questão.

Depois dê uma conversada com o Major Olimpio. É o mesmo tema nos dois, a mesma preocupação em relação à geração...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Major Olimpio estava preocupado com a quantidade de empregos diretos e indiretos que são gerados pela indústria audiovisual e me colocou isso para a gente fazer um debate aqui. Então eu queria, já que estamos aprovando esse requerimento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que vocês se entendessem, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ele fique à vontade para apresentar os nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Prossigo:

> [...] sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE e dá outras providências, a adição de convidados.
> Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:
> 1. André Klotzel, representante da [...] Associação Paulista de Cineastas;
> 2. Mauro Garcia, representante da [...] Brasil Audiovisual Independente;
> 3. Leonardo Edde, representante do [...] Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual;
> 4. Paulo Schmidt, representante da [...] Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais;
> 5. Márcio Fraccaroli, [...] Associação das Distribuidoras Brasileiras;
> 6. Manoel Rangel, consultor na área do audiovisual;
> 7. Marina Pita, representante do Intervozes;
> 8. Cícero Aragon, representante da Box Brasil;
> 9. Alex Jucius, representante da NeoTV.

Esse é o requerimento do Senador Jean Paul, subscrito pelo Senador Rogério Carvalho.

Em discussão o requerimento do Senador Rogério Carvalho e Senador Jean Paul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria, antes de o Senador Major Olimpio se retirar, eu queria só registrar, assim como fez o Kajuru, como fez o Otto Alencar, que V. Exa. tem sido um excelente Parlamentar, tem cumprido o seu papel com muita competência aqui, tem defendido suas posições e, acima de tudo, tem construído uma relação de respeito com os seus pares, o que é fundamental num Parlamento que debate ideias. Num Parlamento de alto nível, é fundamental o respeito, a cordialidade e essa capacidade de às vezes se colocar no lugar do seu colega e entender uma posição que é diferente da sua. Isso demonstra maturidade, generosidade e capacidade de ser um grande Parlamentar. Eu queria dar esse testemunho, porque em vários momentos V. Exa. demonstrou essa capacidade de se posicionar, de se colocar no lugar do outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Reguffe, por favor.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero falar da minha satisfação de voltar a ser titular desta Comissão, a qual eu pertenci no início do meu mandato, no primeiro ano e na metade do segundo ano do meu mandato. Infelizmente, por causa de um absurdo no Regimento do Senado Federal, um Parlamentar sem partido fica proibido de participar de Comissões, ao contrário da Câmara dos Deputados, que no seu Regimento garante que o Parlamentar tenha direito à participação nas Comissões.

Então, eu fico orgulhoso de participar a esta Comissão, que é tão importante para o País, não só para o Senado Federal, e que discute algo que é importante: a economia do nosso País, as medidas e as consequências dessas medidas para a população brasileira. Então, fico feliz de estar aqui.

Penso que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Então, nós temos que ter muita preocupação com as decisões tomadas. Temos que fazer isso com equilíbrio, com responsabilidade, sempre pensando na população e medindo cada ato e as consequências dele.

Então, quero falar aqui da minha satisfação de voltar a esta Comissão e também de ser presidido por V. Exa., que é uma pessoa pela qual tenho muito respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Muito obrigado, Senador Reguffe. Seja muito bem-vindo. Há várias tarefas, já vou encaminhar alguns relatórios para V. Exa. já ter trabalho aqui na Comissão.

Alexandre, converse com o Senador Reguffe e veja que matérias ele tem interesse em relatar aqui. Será um prazer repassá-las para S. Exa.

Senador Otto, vou encerrar a sessão convocando V. Exa...

Dra. Tuca, parabéns pelo seu trabalho aqui representando o Estado de São Paulo.

Está encerrada a reunião, convidando V. Exa. a ir a Plenário, porque o Presidente já está em Plenário, para a gente votar a reforma da previdência.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e dezoito minutos do dia sete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Rose de Freitas, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Omar Aziz, Carlos Viana, Irajá, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 105/2019 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), REQ 106/2019 - CAE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), REQ 107/2019 - CAE, de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), e PLS 57/2018, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE). **Finalidade:** Instruir o PLS 57/2018, que dispõe sobre a comunicação audiovisual sob demanda, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine e dá outras providências. **Participantes:** Marcelo de Matos Ramos, Subsecretário de Competitividade, Concorrência, Inovação e Serviços do Ministério da Economia.; Fábio Lima, Fundador da Sofá Digital; Fernando Magalhães, Diretor de Conteúdo da Claro Brasil; José Maurício Fittipaldi, Motion Picture Association of America (MPA); Ricardo Rihan, Secretário do Audiovisual Secretaria Especial da Cultura Ministério da Cidadania; Cristiano Lobato Flores, Diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); Paula Pinha, Diretora de Relações Governamentais e Políticas Públicas da Netflix; Marcos Bitelli, Advogado da Associação Brasileira de Programadoras de TV por assinatura (ABPTA); Hiran Silveira, Diretor da Associação Brasileira de Rádio e Televisão - ABRATEL; Alex Jucius, Diretor-geral da Neotv; Luana Maira Rufino Alves da Silva, Secretária-executiva da Agência Nacional do Cinema - ANCINE. Rojer Garrido de Madruga, Diretor da Associação de Produtoras Brasileiras de Audiovisual do Centro Oeste /APBA-CO e Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema - CBC. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Izalci Lucas
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Izalci Lucas, Veneziano Vital do Rêgo, Leila Barros, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Daniella Ribeiro, José Serra, Rose de Freitas, Jorge Kajuru, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Carlos Viana, Irajá, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 37ª e 38ª Reunião, que são aprovadas. Informo que está aberto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2020 e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. As emendas serão recebidas na Secretaria da Comissão a partir de hoje, dia 8, até as 18h do dia 17 de outubro, quinta-feira da próxima semana. A reunião para deliberação das emendas será no dia 22 de outubro. Do Ministério da Economia, Ofício nº 2.449, de 2019, de 30 de setembro de 2019, encaminhando demonstrativo das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia, em agosto de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 79, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição, o nome do Senhor FÁBIO KANCZUK para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** A comissão se encontra em condições de deliberar sobre a indicação. Usaram da palavra os senadores Plínio Valério e Flávio Bolsonaro. **Resultado:** Reunida a comissão nesta data, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais (art. 383, II, b). **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 3975, de 2019 (Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2015) - Não Terminativo -** que: "“Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei"" **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. Usaram da palavra os senadores Jean Paul Prates, Rodrigo Pacheco, Eduardo Braga, Esperidião Amin e Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda de redação apresentada. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 888, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Wellington Fagundes. Após a leitura do relatório pelo senador Rogério Carvalho, relator ad hoc, usaram da palavra os senadores Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Otto Alencar e Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria, e pela rejeição da emenda nº 1 apresentada. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2-CAE, e contrário à Emenda nº 1. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência do Senador Rogério Carvalho para a matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2015 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas com convênios nas condições que especifica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para vedar a incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação nos casos de transferência de mercadoria entre estabelecimentos do mesmo contribuinte." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 527, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 para deixar claro que cada Poder responde, de forma individualizada, por seus limites de gastos com pessoal, eximindo o Poder Executivo de sanções nos casos em que o descumprimento dos limites esteja restrito aos demais poderes e seus respectivos órgãos." **Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao projeto, com duas emendas apresentadas. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 7 - Projeto de Lei Complementar n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 156 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever expressamente a dação em pagamento de bens móveis entre as modalidades de extinção do crédito tributário." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Favorável ao projeto, com uma emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui, no âmbito do Senado Federal, o Diploma Paul Singer." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 9 - Ofício "S" n° 1, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Encaminha proposta de intralimite anual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios." **Autoria:** Ministério da Fazenda. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. **Resultado:** A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprovada, também, a apresentação de requerimento de urgência do Senador Flávio Bolsonaro para a matéria. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 379, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que "Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências", para inserir a gastronomia como beneficiária do Programa." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo) e uma subemenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 400, de 2016 - Terminativo -** que: "Determina o prazo limite de 20 dias para o repasse para os estabelecimentos comerciais dos valores relativos às vendas pagas com cartão de crédito." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 139, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, para instituir a correção monetária dos repasses da União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PP/GO). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 130, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para estabelecer que as guias de pagamento do seguro obrigatório devem ser disponibilizadas conjuntamente com as guias de recolhimento do IPVA em um mesmo documento, físico ou eletrônico." **Autoria:** Senador Paulo Bauer (PSDB/SC). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com um emenda apresentada. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. Os senadores Reguffe e Plínio Valério solicitaram a inversão de pauta. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1766, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico." **Autoria:** Senador Reguffe (S/Partido/DF). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. Usaram da palavra os senadores Flávio Bolsonaro, Reguffe, Esperidião Amin e Jean Paulo Prates. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A comissão aprova o projeto, por 9 (nove) votos favoráveis, 4 (quatro) votos contrários e nenhuma abstenção. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 428, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, para estipular que os recursos aplicados no âmbito do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR e do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC sejam prioritariamente destinados à região da Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Jorge Viana (PT/AC). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda nº 1-CI/CDR (Substitutivo). **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 28, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para estender a todas as pessoas com deficiência a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incidente sobre a aquisição de automóveis." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 145, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, para simplificar e facilitar os procedimentos para abertura e fechamento de empresas por meio de sistema criado e mantido na rede mundial de computadores, pelo Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador José Agripino (DEM/RN). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** A apreciação da matéria é adiada. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 2618, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a política de valorização de longo prazo do salário mínimo, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** A matéria é retirada de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 121, de 2019** que: "Requer urgência para o Projeto de Lei nº 888 de 2019, que "Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)."." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 121/2019. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 122, de 2019** que: "Requer urgência para o Ofício "S" nº 1 de 2019, que "encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios"." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Usaram da palavra os Senadores Esperidião Amin e Rogério Carvalho. **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 122/2019. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 123, de 2019** que: "Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia e o Presidente da Petróleo Brasileiro - Petrobras, Ministro Bento Costa Lima Leite e Presidente Roberto Castello Branco, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestarem informações sobre sobre o fechamento e desmonte da Petrobras no Nordeste (NE)." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 123/2019-CAE. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos n° 124, de 2019** que: "Prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Comissão de Assuntos Econômicos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Resultado:** A comissão aprova o Requerimento nº 124/2019-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/08

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aprovação da ata.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 37ª e da 38ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que está aberto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) 2020 e ao Plano Plurianual (PPA) 2020-2023. As emendas serão recebidas na Secretaria da Comissão a partir de hoje, dia 8, até as 18h do dia 17 de outubro, quinta-feira da próxima semana.

A reunião para deliberação das emendas será no dia 22 de outubro.

Do Ministério da Economia, Ofício nº 2.449, de 2019, de 30 de setembro de 2019, encaminhando demonstrativo das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Economia, em agosto de 2019, bem como as tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 79, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d, da Constituição, o nome do Senhor FÁBIO KANCZUK para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Não apresentado.

Observações:

1. De acordo com o art. 383, II, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, após a leitura do relatório, será concedida, automaticamente, vista coletiva aos membros da comissão.

Relator, Senador Otto Alencar, com a palavra para o relatório do Sr. Fábio Kanczuk. Difícil esse nome, hein?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não tem nada de difícil: Fábio Kanczuk. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está vendo? Você errou. É Kanczuk.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Deve ser libanês.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. É polonês.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pensei que fosse libanês. Seria parente de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu sou filho de palestino.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele é polonês. Então, tudo bem.

Agora há pouco eu conversava com V. Exa. – o Senador Flávio estava próximo – e eu perguntei se V. Exa. tinha lido o Alcorão. V. Exa. disse que não, embora seja libanês. Mas eu li o Alcorão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parabéns!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Li o Alcorão inteiro, e há algumas regras do Alcorão que V. Exa., pelo menos, deverá seguir. Se quiser, eu lhe mando dez. Não existem os dez mandamentos na Bíblia? Vou lhe mandar os dez mandamentos do Alcorão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está o.k. (*Risos.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Mas antes de ler aqui essa indicação que foi feita pelo Presidente da República para composição do Banco Central, eu queria, Senador Omar Aziz, dizer que dia 4 de outubro foi aniversário de descobrimento do Rio São Francisco.

O Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral, que chegou lá em Porto Seguro, em Cabrália. Mas o Rei de Portugal, D. Manuel, informado de que existiam essas terras aqui no Ocidente, que Cabral descobriu, contratou o italiano Américo Vespúcio, que também era um grande conhecedor da navegação, descobriu a América, e pediu que ele fosse conhecer as terras do país descoberto por Cabral.

E foi Américo Vespúcio, italiano, que chegou pela primeira vez à foz do Rio São Francisco. Portanto, foi ele que identificou o Rio São Francisco lá, na foz do rio, onde é hoje Alagoas e Sergipe. E como 4 de outubro, Sr. Presidente, é a data também do nascimento de São Francisco de Assis, foi dado o nome a essa riqueza do Nordeste de Rio São Francisco.

Por uma ironia do destino, foi exatamente São Francisco de Assis que disse que é dando que se recebe, e, ao longo desses 518 anos, o Rio São Francisco deu ao Brasil tudo: deu a energia da Barragem de Três Marias para a Chesf, Eletrobras, claro; deu água para irrigação, para consumo humano, para consumo animal, para consumo industrial, para geração de energia; e às suas hidrelétricas todas também: Paulo Afonso I, II e III, Sobradinho, Itaparica, Xingó, Moxotó... Ou seja: ao longo desses 518 anos, o Rio São Francisco deu tudo ao Brasil e, por ironia do destino, porque São Francisco de Assis disse que é dando que se recebe, o Velho Chico deu e não recebeu nada em volta para continuar vivo, para sua revitalização. Isso é uma coisa de uma gravidade com que só eu, que o conheço de ponta a ponta, posso estar preocupado, com as futuras gerações e, inclusive, com os R$14 bilhões que estão botando na transposição.

Pelos nossos levantamentos, nos estudos que nós fizemos, pode ser que, em 2035, não chegue gota d'água na Barragem de Sobradinho, e, se não vai chegar água a Sobradinho, não vai chegar água aos Estados receptores, ao Agreste de Pernambucano, de Alagoas, ao Estado do Ceará, ao Estado da Paraíba, que é o Estado mais necessitado das águas do Rio São Francisco... Um ser humano precisa, Sr. Presidente, minimamente de 600m^3 de água por ano para viver, para fazer um café, para cozinhar, para beber, para tomar um banho, e a Paraíba tem metade disso.

Eu, no dia 4 e no dia 5, fui ao Município de Remanso, que fica na margem esquerda do Rio São Francisco, e lá identifiquei quase 2km de distância do cais para as águas do Lago de Sobradinho, mostrando o que estou dizendo, embora não comova, como não comoveu, nenhum Presidente da República: nem a Presidente Dilma, nem o Michel Temer...

Estive recentemente, levado pelo Senador Flávio Bolsonaro, com o Presidente da República e vejo que não haverá projeto para revitalizar o rio. Consequentemente, alguém, lá na frente – não sei qual vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser o Presidente –, ao contrário de botar a placa "Rio revitalizado", vai botar lá um epitáfio: "Aqui jaz o Rio São Francisco".

Isso é uma coisa dolorosa para mim, que o conheci virgem, nas suas margens, rico, como são os rios da Amazônia, mas que vão caminhar também para isso. Se continuar com desmatamento e queimada, os rios da Amazônia vão caminhar para isso. Há muitos rios lá que já estão tendo diminuição de vazão por desmatamento das matas ciliares dos rios amazônicos.

Portanto, eu queria fazer esse preâmbulo. Agradeço a V. Exa. por ter suportado essa minha paixão pelo Rio São Francisco, mas, quando se tem paixão, leva-se até o fim; quando se tem amor, nada detém o nosso trabalhar, pelo amor que a gente devota a um ente que Deus fez.

Um engenheiro não dava para fazer, porque é o único rio do Brasil que corre ao contrário: corre do sul para o nordeste. O único. Não há nenhum outro no Brasil que corra ao contrário. Só o Rio São Francisco. Ou seja: lá atrás, quando foi feito o Brasil, Ele disse: "Olha, vou botar um rio correndo ao contrário, porque eu sei que vai faltar água na Paraíba, no Agreste de Pernambuco, no Ceará, no Agreste de Alagoas, nesses Estados todos, receptores dessas águas abençoadas do Rio São Francisco".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde fica a nascente do Rio São Francisco?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A nascente do Rio São Francisco fica na Serra da Canastra, no Município de São Roque de Minas.

Quando ele nasce, ele já nasce dando aquela beleza natural de um rio. Depois de 4km, acontece a primeira queda d'água dele, a primeira cachoeira, chamada de Casca d'Anta, porque há uma árvore chamada Anta, na qual realmente as antas se encostavam, para se recuperar das feridas das onças que as mordiam lá.

Depois desce e, aí, encontra o primeiro grande afluente, que é o Rio Paracatu, que nutre a Barragem de Três Marias, na cidade de São Gonçalo do Abaeté. E Abaeté é um rio também, na margem esquerda do Rio São Francisco.

Se V. Exa. quiser, eu vou até o final do dia, contando, dizendo todos os afluentes que tem o Rio São Francisco, todo o curso d'água, a ponte que Juscelino Kubitschek fez lá em Pirapora, que fica à margem direita. Do lado esquerdo fica a cidade de Buritizeiro, que hoje não precisa mais da ponte, o cara atravessa andando, porque a água dá no joelho. Não há mais água para fazer alguém nadar.

Pois não, Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Pela ordem.) – Senador Otto, eu ouvi o seu discurso sobre o Rio São Francisco, sobre o Velho Chico, fiquei impressionado com o seu conhecimento – ia até elogiá-lo da tribuna. Quero fazê-lo aqui, agora – e, ao mesmo tempo, não há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como, Senador Otto, eu evitar fazer um comentário em relação ao Velho Chico, que é tão importante para o Brasil. Talvez não seja tanto quanto, mas é extremamente importante para o Brasil, como a Amazônia, e o senhor está pregando no deserto.

É uma coisa impressionante...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – ... como o Velho Chico, que é fundamental, que é primordial para o País, não merece um destaquezinho – um destaquezinho –, e eu vou aqui dizer dessas organizações não governamentais que querem ajudar.

O Velho Chico é a sobrevivência daquele povo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Do Nordeste?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Sim, e a gente não vê o senhor sendo ajudado.

Eu quero lhe dizer, Senador Otto, que, se o senhor precisar de uma voz, mínima que seja, aqui no Senado, na Amazônia, no Brasil, conte comigo, porque o Velho Chico é tudo isso que o senhor diz e conhece e muito mais: ele é primordial, ele é fundamental para o Nordeste e, sendo para o Nordeste, é para o Brasil.

Eu quero ser um soldado ao seu lado, nessa campanha em que estou vendo o senhor muito só.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, Senador Plínio. Eu agradeço.

Eu não consegui sensibilizar nenhum dos Presidentes da República com quem conversei até hoje, e vou dizer a V. Exa. mais ainda: a migração, no mundo, é uma coisa que vem de antes e de depois de Cristo, mas a migração se dá pela fome e pela sede, pela falta d'água. E eu digo a V. Exa. que, quando faltar água no Nordeste, a migração vai ser para o norte do País: vai ser para o Maranhão, vai ser para o Pará, vai ser para o Amazonas... E, quando chegar lá, chega de forma desenfreada, porque não vai haver legislação para conter o desmatamento nas margens dos rios, nos afluentes, e isso termina levando o Brasil a esta situação que nós estamos vivendo hoje, de descontrole.

Não há crime maior que possam fazer ao País do que desmatar na beira da nascente, na beira de um afluente, na beira da calha principal de um rio. Tudo bem, desmatamento em áreas que não têm nascente pode ser feito, mas na beira de rio, beira de nascente, de rio tributário e de calha principal deveria ser crime.

Eu fiz um projeto e o aprovei aqui, no Senado Federal – está na Câmara –, para que qualquer ribeirinho, qualquer proprietário de terras próximas ao Rio São Francisco tenha a isenção do ITR, desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele replante as matas ciliares que alguém, no passado, desmatou. E é muito fácil revitalizar: é só chegar e me procurar, na Bahia, que eu vou mostrar quantas nascentes foram limpas com a retroescavadeira. Nós a cercamos, plantamos as matas e depois que a mata bate 2 ou 3m de altura, brota água de novo. Por que que brota água de novo? Porque são as raízes das árvores que dão a porosidade do solo para, quando a chuva bater, entrar, chegar até lá embaixo, no talvegue. Depois do talvegue, que é o braço subterrâneo da nascente, você encontra a rocha, depois da rocha não dá para descer mais a água, aumenta a pressão e ela brota de novo. É assim que se recupera uma nascente.

Qualquer nascente – eu desafio – que me derem para recuperar, basta me darem uma retroescavadeira, arame para fazer a cerca e as árvores nativas, que nascem rapidamente naquela região, que eu as planto e, depois de três, quatro anos, brota água de novo.

Então, esse crime não é contra...

Eu tenho 72 anos, não estou muito preocupado com a água para mim, mas pelos meus netos, os meus filhos, pelas gerações futuras do Nordeste, eu me preocupo muito com isso. Não é nenhum ato meu de ordem pessoal não, porque, na minha vida, nunca transformei interesse coletivo em interesse pessoal, de grupo ou setorial. É preocupação com a vida das pessoas do Nordeste. E, se algum dia, algum Presidente da República... Só Juscelino fez isso. Só Juscelino fez os grandes açudes até hoje do Nordeste: Orós foi ele que construiu... Ele fez a Sudene. Ele que levou a Sudene para o Nordeste.

Se algum Presidente da República tiver a lucidez de dizer: "Eu vou tomar uma decisão [e só há uma para tomar]: decretar estado de situação de emergência na Bacia do Rio São Francisco"... A Bacia do Rio São Francisco é do tamanho da França: tem 641 mil quilômetros quadrados – é muita área. A extensão do Rio São Francisco é 2.820km, da Serra da Canastra, Senador Flávio, até chegar ao Atlântico. E dizer assim: "Vou publicar o estado de situação de emergência, vou pegar dois batalhões de engenharia do Exército, vou botar dinheiro...". O Exército tem a maior *expertise* na revitalização do Rio São Francisco...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – V. Exa. me concede um aparte, por favor, Senador?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou dar um aparte sim, Senador.

O Exército brasileiro, Senador Omar, é quem tem mais *expertise* na revitalização do Rio São Francisco: é quem sabe fazer a dragagem da área assoreada; é quem sabe fazer e trabalhar o talvegue, para fazer a inclinação dele; é quem sabe botar a manta de plantas que podem crescer rapidamente; é quem conhece as árvores que crescem rapidamente na beira dos rios; é quem pode trabalhar... Quem tem estrutura é o Exército. O 4º BEC, na Bahia, já tem essa estrutura, tem essa *expertise*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive agora, Senador Flávio, na Assembleia Legislativa da Bahia, onde fui fazer uma sessão sobre o Rio São Francisco. Estava lá o Cel. Bastos, que já conhece isso. O 4º BEC tem essa *expertise*, o 7º BEC, no Estado do Rio Grande do Norte, também tem.

É pegar o dinheiro e entregar ao Exército, para o Exército revitalizar o Rio São Francisco, com um decreto de situação de emergência, para não ficar Ibama, não ficarem esses órgãos todos, que atrapalham a revitalização, não permitindo que se faça, pelo menos, a dragagem da areia que entra no Rio São Francisco.

V. Exa. sabe quanto é que entra, por ano, de sedimento na Bacia do Rio São Francisco? São 28 milhões de toneladas: argila, areia e barro.

Portanto, ou se toma essa decisão, ou então o Nordeste vai chorar a falta das águas do Rio São Francisco.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Sr. Presidente, rapidamente, antes de entrarmos na pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu terminei mudando o assunto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra ao Senador Flávio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ninguém pense, do Banco Central, que eu sou louco não, que eu vou sair do Banco Central para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou retirando de pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou relatar aqui o indicado do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não: V. Exa. já ocupou o espaço todo, falando sobre o Rio São Francisco, e nós vamos retirar de pauta o nome...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não: eu vou relatar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Não faça isso, Presidente.

Rapidamente: o Governo Bolsonaro é altamente sensível a essa causa, tem toda a preocupação com o Nordeste, e, como o Senador Otto colocou, nós estivemos junto com o Presidente Bolsonaro em uma oportunidade, e ele também...

Quem não fica surpreendido positivamente com o vasto conhecimento do Senador sobre o assunto do São Francisco? A gente sabe que é estratégico para todo o Brasil, em especial para o Nordeste, e com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que eu posso me comprometer, Senador, é a voltar – realmente a pauta ficou um pouco de lado, em paralelo – junto ao comandante do Exército, em um primeiro momento, para que a gente possa, primeiro, reforçar o quadro dramático e preocupante que V. Exa. relata; em segundo, reforçar os batalhões de engenharia que, como V. Exa. colocou, têm o conhecimento de como fazer as reparações necessárias nos afluentes e em toda a Bacia do São Francisco, e a gente pode levar, a partir daí, se houver um entendimento, essa proposta que V. Exa. coloca para o Presidente da República, sobre esse tipo de intervenção.

Eu confesso que não sou um profundo conhecedor do tema, mas obviamente é uma causa altamente sensível para o Governo Bolsonaro. Então, eu me comprometo com V. Exa. de buscar mais uma vez o comandante do Exército e levá-lo até lá, para que possa fazer essa explanação...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou com prazer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – ... e ver qual a dificuldade de recursos para esses batalhões, para que eles sejam munidos de todo o material – inclusive o recurso humano – necessário para fazer as intervenções. E, a partir daí, a gente vê o que que pode ser feito com relação ao que o senhor colocou.

Quando a gente quer fazer a coisa de uma forma célere e correta, não faltam aqueles órgãos que gostam de criar uma burocracia... Os órgãos não, vamos corrigir porque não são os órgãos: são algumas pessoas, dentro dos órgãos, que não têm essa mesma visão global do problema, a visão estratégica da situação.

E, se for necessária uma medida mais drástica, o Presidente Bolsonaro avalia, mas tenha em mim um aliado nessa causa e o profundo respeito que tenho por V. Exa., em especial quanto a esse assunto. Pode contar com o Governo para isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, complementando o Senador Flávio Bolsonaro, eu tive a preocupação de colocar no PPA a proposta de revitalização da bacia do rio e hoje assinei, na LDO, R$1,2 bilhão para quatro anos, para investimentos na Bacia do Rio São Francisco, valor que certamente será, na Lei Orçamentária Anual, dividido em quatro anos, R$300 milhões por ano, para revitalizar o rio. Isso dá, pelo menos, para desassorear as calhas principais do rio.

Senador Flávio, de novembro do ano passado até março deste ano, abril, nunca choveu tanto na calha do Rio São Francisco, na Bacia do Rio, como agora. Para V. Exa. ter noção, se os canais estivessem desobstruídos, Sobradinho estaria com 70% de volume útil. Está em torno de 38%. Ou seja, a metade chegou lá. Sabe por quê? Porque não há como chegar água a uma barragem com os canais obstruídos, porque diminui o calado e – o nosso amigo Senador aqui, Rogério, está dizendo – a água se espalha, faz aquelas lagoas, e não chega mais lá. Então, não adianta chover com o canal obstruído.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou dar só uma visão a V. Exa., que é muito clara e que eu falo sempre: digamos que o coração seja a bacia e que as coronárias estejam entupidas. Adianta fazer transfusão de sangue? Não adianta! É a mesma coisa: calha de rio entupida, não chega água em barragem.

Então, a coisa imediata seria fazer a dragagem nas áreas críticas, para poder manter a transposição e os Estados receptores receberem as águas do Rio São Francisco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Otto, eu acho que esse debate...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, eu vou agora ao tema...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Amin... O senhor pediu a palavra, Senador Amin?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou agora ao tema ainda. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou devolver a palavra, mas acho que o tema que foi introduzido pelo Senador Otto Alencar foi da maior validade. E, respeitada a peculiaridade do assunto, eu vou me abster de relatar qualquer experiência que tenha havido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só discordo, Senador Otto, de que o Rio São Francisco não siga a regra de São Francisco, que é...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É dando que se recebe. Ele deu e nunca recebeu nada de volta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele deu água e recebeu a bondade do povo baiano ao seu largo, a vida toda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E V. Exa. não pode dizer que não, porque só a Bahia, aquele Estado maravilhoso de que V. Exa. vem, estar ao largo do São Francisco já é uma dádiva para o São Francisco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, o que eu falei foi o contrário: São Francisco de Assis dizia que é dando que se recebe. O rio deu tudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele deu; ele deu água e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... e não recebeu para a sua revitalização.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... não recebeu os baianos?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Destruíram o rio, derrubaram as árvores... V. Exa. me perdoe, mas fez uma comparação um pouco equivocada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei. Deixe-me dizer uma coisa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu vou ao tema agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu estou ao lado aqui do Francisco... do Plínio Valério, que é devoto de São Francisco...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – E meu nome é Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O nome dele é Francisco, em homenagem a São Francisco... Então você...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para você ver como tem um aliado forte. E tem até o nome do São Francisco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é. Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ler o relatório, senão acabo retirando-o de pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Vamos ler.

Vem ao Senado Federal a indicação, pelo Presidente da República, do nome do Sr. Fábio Kanczuk, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central, em conformidade com o art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "d", da Constituição Federal.

O Presidente da República possui competência privativa para indicar o presidente e os diretores do Banco Central do Brasil. O Senado Federal, por sua vez, é responsável pela aprovação prévia, por voto secreto e após arguição pública.

Cabe à CAE manifestar sua opinião sobre a escolha de diretor do Banco Central do Brasil, conforme art. 99, V, do Regimento Interno do Senado Federal. O art. 383 do Risf afirma que a CAE deve arguir o candidato e avaliar o seu currículo profissional e acadêmico. Deve verificar, assim, se este tem as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

credenciais técnicas e profissionais que permitam o desempenho de uma função tão relevante, que é a de pertencer ao importante colegiado do Banco Central.

Em atendimento à Lei 6.045, de 1974, os diretores do Banco Central do Brasil, bem como seu presidente, serão escolhidos entre brasileiros de ilibada reputação e notória capacidade em assuntos econômico-financeiros.

A mensagem presidencial traz como anexo o currículo do Sr. Fábio Kanczuk, relatando tanto sua formação acadêmica como sua experiência profissional.

O Sr. Fábio Kanczuk nasceu em 1969, no Estado de São Paulo.

Graduou-se como Engenheiro Eletrônico, *magna cum laude*, no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em 1991.

Também concluiu mestrado e doutorado em Economia, pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, nos anos de 1995 e 1998, respectivamente.

Possui uma vasta experiência profissional, com passagens pelo setor público e privado.

A partir de novembro de 2018, foi o Diretor Executivo para o Brasil e outros oito países junto ao Banco Mundial, tendo sido o Secretário de Política Econômica no período de outubro de 2016 a setembro de 2018.

Atuou como professor da Universidade de São Paulo, no Departamento de Economia, a partir de 1999, tendo chegado a professor titular em 2012.

Além disso, tem experiência no setor privado, tendo atuado como economista e estrategista chefe.

Atuou como consultor independente na Syllabus Engenharia Econômica, durante o período de maio de 2014 a 2016, como sócio e economista chefe na Brazil Warrant Gestão de investimentos, no período de julho de 2012 a 2014, e como sócio e economista de outros tantos bancos privados.

Tem grande número de publicações internacionais que versam sobre política monetária, fiscal e outros temas de interesse do Banco Central.

Tem publicações em várias revistas nacionais e internacionais.

A mensagem contém, conforme art. 383, I, "b", no caso dos indicados na forma do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, declaração do indicado que afirma que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional.

Declarou que é sócio da microempresa Syllabus Engenharia Ltda., que é gerida por seu pai, que se encontra em fase de encerramento de atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apresentou certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal. Também não figura como autor ou réu de nenhuma ação judicial.

Declara que nos últimos cinco anos não atuou em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

O currículo do indicado se encontra à disposição dos eminentes integrantes desta Comissão. Este revela o alto nível de qualificação profissional, bem como sua formação acadêmica e técnica.

A CAE fica, desta forma, em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Fábio Kanczuk para ser conduzido ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

Sr. Presidente, esse é o relatório.

Sr. Presidente... Concluída a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em atendimento ao art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado, concedo vista coletiva da presente matéria e marco para a reunião do dia 15 de outubro a realização da sabatina do Sr. Fábio Kanczuk, indicado ao cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E a retroescavadeira do nosso Senador não vai ser concedida?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como é que é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A retroescavadeira que ele pediu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não... Depois eu converso com o Otto. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Reguffe.

Eu quero aqui comunicar aos Senadores que o Senador Reguffe agora faz parte da Comissão, engrandecendo o debate.

Antes de V. Exa. usar a palavra, quero fazer um comunicado aos Parlamentares que estão aqui sobre o prazo de apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2020 e ao Plano Plurianual 2020-2023: as emendas serão recebidas na Secretaria da Comissão, a partir de hoje, até as 18h do dia 17 de outubro, quinta-feira próxima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião para deliberação das emendas será no dia 22 de outubro.

Senador Reguffe, por favor.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria solicitar uma inversão de pauta, para que fosse votado o item 14, que é um item terminativo, já que as reuniões das Comissões tendem a, da metade para o final, se esvaziarem. Então, se puder começar pelo item 14, que é um item terminativo, que é um projeto de minha autoria, cujo Relator está presente, o Senador Plínio Valério...

É um projeto importante e que tem tempo, porque ele tem que ser aprovado na Câmara, até o final do ano, para poder valer para o ano que vem.

É um projeto que prorroga por mais cinco anos a dedução no Imposto de Renda pela contribuição dos empregadores domésticos para a Previdência Social. É um projeto muito importante. Nós precisamos reduzir a carga tributária neste País, nunca aumentá-la.

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Então, é um projeto que, na medida em que tira essa dedução do Imposto de Renda, aumenta a carga tributária para os contribuintes.

É um projeto que incentiva a geração de empregos, incentiva as pessoas a empregarem e, mais do que isso, incentiva também a formalização desses empregos.

Então, o meu pedido é um pedido responsável, no sentido de prorrogar, por mais cinco anos, o direito a essa dedução no Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Plínio, V. Exa. é o Relator do projeto do Senador Reguffe?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Como Relator.) – Isso.

Presidente, já foi lido. Está faltando só a votação. É aquele de que o Senador Flávio pediu vista e depois devolveu.

O parecer é favorável. Só está faltando a votação. Já foi lido aqui em plenário.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Por isso que eu queria solicitar ao Presidente, se puder ser feita, a inversão da pauta. Já que é terminativo, e a Comissão está cheia, se puder ser votado no início, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou abrir o processo de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto nós estivermos votando esse projeto do Senador Reguffe, vamos continuar com a nossa pauta aqui.

É o item 14, e foi pedido vista pelo Senador Flávio.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 1766, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe sobre a prorrogação por mais cinco anos da possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico.

Autoria: Senador Reguffe (S/Partido/DF)

Relatoria: Senador Plínio Valério

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

1. Em 06/08/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

Senador Flávio com a palavra.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, só uma rápida orientação.

É um projeto que trata de renúncia fiscal. No momento em que o País está passando, de grandes dificuldades orçamentárias, de receita, prorrogar por mais cinco anos a contribuição patronal... O Governo tem posição contrária ao projeto. Há todo um esforço, inclusive, para mudar a forma de cobrança, a questão da tributação.

A gente faz um esforço enorme, mas analisando como um todo um conjunto de impostos e contribuições, porque é uma balança, Senador Reguffe: se a gente quer desonerar a folha de pagamento, tem que mudar a base de arrecadação, para que não se perca tanta arrecadação e, ao mesmo tempo, se incentive a formalidade, a contratação e o empreendedorismo.

Então, neste momento, Presidente, como foi colocado que a votação do projeto já foi adiada várias vezes e como V. Exa. o coloca em votação, invertendo a pauta, é só para fazer a orientação do Governo, que é contrário ao projeto, em que pese a brilhante e respeitosa autoria do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Reguffe sabe do respeito que tenho por S. Exa., mas é um momento em que o Governo tem que olhar com ainda mais atenção e mais responsabilidade para assuntos de renúncia fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os Senadores já podem votar.

Quem vota com o relatório vota "sim", quem vota contra o relatório vota "não".

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também respeitosamente ao que disse o Senador Flávio, apenas quero dizer o seguinte: essa é uma dedução que já existe no Imposto de Renda. Ela já existe há cinco anos. O que nós estamos querendo é apenas prorrogá-la por mais um período.

Eu não estou criando uma coisa nova; eu estou só prorrogando uma coisa que já existe e que, se não for feita, aumenta a carga tributária para o contribuinte.

Além disso, é algo justo, porque, se não for feita, vai causar desemprego, vai aumentar o desemprego, e nós já temos um desemprego extremamente elevado no nosso País.

E eu sou uma pessoa extremamente... Tento ser responsável aqui: acho que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Inclusive, votei favoravelmente à reforma da previdência, porque considero que é um déficit que é real, não é fictício. Agora, nesse caso, há uma dedução que já existe e que, sendo retirada, vai prejudicar o contribuinte, fazendo-o pagar mais impostos.

Então, eu considero justa a proposição e, se puder pedir o voto dos pares, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se for alterada a regra, o que vai acontecer é que vai aumentar o número de empregos domésticos informais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Enquanto a votação está acontecendo, eu vou passar para o item 2.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, enquanto não terminar esta votação...

Já está aberto o... Eu pediria para os Senadores votarem.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, enquanto está correndo o processo, posso dar uma palavrinha aqui? Vou aproveitar que o Senador Izalci está saindo aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Nós tivemos aí uma audiência, ontem, que é sobre o Projeto de Lei do Senado 57, de 2018, de autoria do Senador Humberto Costa. Eu tenho o Requerimento 106, de minha autoria, para contribuir com a instrução desse PLS, e esse PLS... O Senador Izalci até voltou.

Obrigado, amigo.

Nesse PLS está "comunicação audiovisual sob demanda, contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica".

Houve a primeira audiência – não é isso? – ontem, correu bem, e nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente: eu queria justamente pedir para marcar logo essa segunda, nos próximos 15 dias, uma vez que nós temos aquela dificuldade usual, Presidente, de solicitar passagens, as pessoas têm que se programar, para a gente diminuir ao máximo o custo com a vinda desses convidados.

Então, os que têm que se programar para vir às próprias expensas devem ter uma certa antecedência para comprar as passagens. Eu queria então pedir, Presidente Omar, que a gente marcasse, o quanto antes – o Senador Izalci também –, já na semana que vem ou na próxima – em 15 dias, no máximo –, a segunda audiência, que é a segunda parte desse assunto. O.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Major Olimpio está discutindo isso com V. Exa. também, não é? Não é a mesma situação?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Também está.

A questão é só para marcar com antecedência, para que as pessoas possam vir comprar as suas passagens com antecedência, já que os preços sobem muito se a gente marcar de uma semana para outra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

V. Exa. pode pedir para a sua assessoria entrar em contato aqui com a Secretaria, para a gente emitir os convites.

Senador Izalci, V. Exa. já votou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria para V. Exa. votar.

Senador Mecias de Jesus. (*Pausa.*)

Senador Jean Paul. (*Pausa.*)

Senador Tasso Jereissati: por favor, o seu voto. Não está ali ainda. (*Pausa.*)

Eu tenho que chamar Senador para votar. (*Pausa.*)

Tasso, 13... Falta só um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, 13. Ele não votou ainda. (*Pausa.*)

O Tasso que não está conseguindo votar.

Só há esta terminativa, não é? (*Pausa.*)

O 16 é do Romário, de que o Senador Esperidião Amin é o Relator.

Não foi lido ainda. Ainda tem que ser lido e... (*Pausa.*)

Senador, eu vou passar para o item 9, de que o Relator...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – Chegou!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Chegou!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já não vou passar mais. (*Pausa.*)

A votação está encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aprovado.

SIM, 09; NÃO, 04.

O projeto vai ao Plenário.

Item 2.

Esse já foi lido e discutido, só falta votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 3975, DE 2019 (EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 209, DE 2015)

- Não terminativo -

"Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para estabelecer multa a ser paga aos usuários do serviço de energia elétrica, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, para estabelecer novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, para criar o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto), a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para dispor sobre a destinação da receita advinda da comercialização do petróleo, do gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos destinados à União, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, para reduzir o prazo para solicitação de prorrogação de concessões de que trata essa Lei"

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda de redação apresentada.

Observações:

1. Em 17/09/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

Foi concedido vista coletiva a esse projeto.

A matéria está em discussão.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Alguns comentários sobre esse projeto de lei.

Em primeiro lugar, eu tenho me espantado mais uma vez, ainda como novato – acho que ainda posso brandir essa alcunha –, com a quantidade diversa de temas tratados por alguns projetos de lei.

Esse projeto de lei, Sr. Presidente, de que V. Exa. acabou de ler a ementa, trata de energia elétrica, multa de energia elétrica, etc., etc. Quando você vai ver o texto, ele simplesmente coloca a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

redistribuição da receita de comercialização de óleo do pré-sal e a formação de um fundo, inclusive, para gasoduto de transporte de escoamento. Tudo isso é meritório, mas quando a pessoa lê só a ementa... Quando vai ver, é uma coisa de energia elétrica que está lá dentro, pré-sal, está lá dentro duto, está lá tudo. Então, eu acho que a gente tem que ter um pouco mais de cuidado, não sei...

Aqui, ao tratar desses projetos, nós temos que ser um pouco mais específicos, porque senão fica difícil: a gente pode estar contra uma parte, a favor de duas outras, e acaba passando o boi ali... Vocês chamam de jabuti, mas eu prefiro chamar de enxertos, porque é mais bonitinho, como se fosse uma orquídea hospedada numa árvore maior. Às vezes é até uma coisa meritória e boa, mas a maior parte das vezes é alguma coisa que passa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É. Transgênico. Enxerto. Pois é.

Mas, de toda forma, esse é o primeiro comentário genérico.

Agora, o comentário específico é o seguinte: esse PLS foi aprovado no Senado e na Câmara, restando aqui apenas a apreciação da emenda aprovada na Câmara. Essa emenda, como eu disse, entre outras coisas, redistribui a receita de comercialização do óleo do pré-sal, excedente em óleo, atualmente alocada no fundo social. Nessa versão atual, o PLS prevê a seguinte distribuição... Atenção! A seguinte distribuição: 30% para o fundo social, que por sua vez vai a 50% para a educação e o resto para outros fins. Fundo social: 30%. E 20% para o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e de Escoamento da Produção (Brasduto) – se não me engano, uma iniciativa do Senador Otto, que é discutível, porém meritória. A meu ver, mais meritória do que discutível, mas podemos comentar mais tarde. Isso vai representar cerca de R$300 bilhões, em 25 anos, para a indústria ou para a construção e expansão da malha de dutos no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Entendi.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dutos, 20%; 20% à União – aí, sim, foi a mudança da Câmara –, destinados à educação e à saúde – ela especificou educação e saúde para o uso da União –; e 30%, item 4, ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios, destinados também, ou seja, rotulados como sendo para educação e saúde. Projeto de Lei 3.975, de 2019.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É o que está aí. Nós o estamos discutindo agora: 3.975.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que a emenda, digamos assim, completa aí... Pelo menos a primeira parte, o *lead* da emenda, fala de repactuação do risco hidrológico na geração de energia elétrica. Aí, embaixo, aparece o Fundo Expansão de Gasodutos e até, justamente, a destinação advinda da comercialização do petróleo, que é o que eu estou tratando aqui agora.

Muito bem, essa foi a destinação que a Câmara deu. Ocorre que esses recursos, essa destinação é simplesmente inócua – inócua, Srs. Senadores, Sras. Senadoras –, se nós não fizermos alguma ação adicional para retirar esses recursos do teto de gastos. E por que vale a pena? Não é comum aqui se ficar falando em tirar tudo do teto de gastos. Não é lugar comum. Nesse caso, pessoal, trata-se de receita extraordinária, receita do setor de petróleo; licitação de bloco e receitas que não estavam previstas. Elas não fazem parte normalmente do regular Orçamento da União.

Então, é perfeitamente compreensível que a gente se junte num acordo – e é isso que eu estou propondo aqui –, para fazer uma PEC que retire do teto de gastos esses recursos dos Estados e Municípios, em primeiro lugar – o Senador Bolsonaro já foi –, ajudando o Governo também. Os 20% de educação e saúde também serão inócuos, porque também estarão submetidos a teto e a piso.

Então, essa é a ideia que a gente está tentando propor, e eu posso tomar a iniciativa, mas queria o acordo de todos, aqui, em favor de uma PEC para retirar o recurso do piso e do teto no caso da União e, no caso dos Estados e Municípios, do teto de gastos. E a justificativa é simples: essa receita é extraordinária; ela depende da atratividade do potencial petrolífero do País e, portanto, não compromete em nada a questão da austeridade fiscal.

Era isso que eu queria propor.

Vou fazer a PEC e gostaria de contar aqui com o apoio de todos, governistas e não governistas, para que a gente possa liberar esse recurso. Do contrário, esse PLS simplesmente é letra morta ou, pelo menos, letra aposentada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. levanta uma questão... V. Exa. não é contra o relatório?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Absolutamente; pelo contrário. Apenas precisa ser complementado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A sua preocupação é que seja inócuo a gente aprovar esses recursos se existe o teto de gastos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, pode haver um valor, e, se exceder o teto de gastos, esse valor vai para o fundo da União, e não para os locais determinados.

Eu vou passar primeiro a palavra ao Relator da matéria e, depois, para V. Exa., Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador, se apenas me permitir uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... também dirigida ao Senador Eduardo Braga, aqui cumprindo a missão de Líder do Democratas no Senado e em razão de um pedido de um correligionário nosso, o Senador Marcos Rogério, que está a presidir a Comissão de Infraestrutura e não pôde aqui estar para debater esse PL 3.975, de 2019.

Pede S. Exa., o Senador Marcos Rogério, que eu transmita aos colegas, especialmente ao Senador Eduardo Braga, que, se eventualmente não houvesse algum inconveniente, esse projeto tivesse deliberada sua aprovação ou não na reunião seguinte – obviamente, se não gerar nenhum tipo de inconveniente –, haja vista que ele gostaria de participar e, como Presidente da Comissão de Infraestrutura, trazer subsídios e elementos que eventualmente possam ser úteis à apreciação do eminente Relator.

Então, apenas cumprindo essa missão de transmitir esse pleito de um colega nosso Senador em relação a esse projeto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sabedor, evidentemente, que já foi feito pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por ele, inclusive.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi ele que fez o pedido de vista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E era um pedido de vista coletivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não: eu estendi para coletivo. Mas a iniciativa do pedido de vista foi do Senador Marcos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É um pedido de vista coletivo, portanto já era para ter sido deliberado na semana passada. Em função dos fatos todos que atropelaram a semana passada, acabamos não deliberando...

E, Sr. Presidente, além das questões levantadas aqui pelo eminente Senador Jean Paul, nós temos uma outra questão, que é a questão do GSF – e do GSF do mercado livre –, questão essa, Sr. Presidente, que vem causando graves e sérios problemas na liquidação de curto prazo do setor elétrico.

Como nós sabemos, hoje o mercado livre representa algo como 30% a 32% do mercado brasileiro, e é crescente! Ora, continuarmos com uma situação de inadimplência na liquidação de curto prazo da ordem de 8 a R$10 bilhões, num momento em que o Brasil tem dificuldades de liquidez e de...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. sentou-se no lugar em que o Flávio estava sentado. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ah, é? Senador Flávio, peço perdão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Peço perdão.

Apenas estou fazendo essa colocação, Sr. Presidente, porque essa matéria já foi votada na Comissão de Infraestrutura, já foi votada na Comissão de Constituição e Justiça, já foi votada no Plenário do Senado, já foi à Câmara, sofreu uma única emenda, voltou a esta Comissão, e nós já estamos nesta Comissão, seguramente, há algum tempo com esta matéria para deliberar.

Eu faço essa colocação, mas, óbvio, a decisão sempre é soberana de V. Exa. e do Plenário, mas creio que esta é uma matéria que nós precisamos... E ele pode fazer todas as contribuições que queira no Plenário, até porque, nesta fase, Senador Rodrigo, nós estamos tratando só da emenda que foi feita na Câmara, o mérito já foi deliberado. Nós não estamos tratando com relação ao resto do projeto; nós estamos tratando única e exclusivamente da emenda que foi aprovada na Câmara e que voltou a esta Comissão. Mas eu me submeto à vontade de V. Exa. e do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rodrigo Pacheco com a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu compreendo, Presidente Omar Aziz, as razões do Senador Eduardo Braga e com elas concordo. Há uma necessidade de apreciação desse projeto, especialmente porque nós estamos a deliberar sobre uma emenda que veio da Câmara.

Esse projeto já passou por diversas Comissões aqui no Senado e tem ainda a fase de Plenário, mas me incumbo dessa obrigação de, como Líder do partido, transmitir essa ponderação do Senador Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério, que fez o pedido de vista de fato e que gostaria de participar – e só não está em razão da coincidência, nesta semana, de horários: ele está presidindo a Comissão de Infraestrutura do Senado.

Então, eu insisto apenas nesta ponderação: se não houver prejuízo e houver o entendimento do Plenário, majoritariamente, que a deliberação seja feita na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou consultar o Plenário.

Quem concorda com a proposta do Senador Rogério Pacheco, de que a gente adie...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpe-me. Rodrigo Pacheco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu faço uma ponderação.

Eu acho que, como é um pedido a termo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É muito deselegante eu dizer não para um colega Senador que tem até uma justificativa para não estar aqui.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Como é um pedido a termo, ou seja, não é para examinar, é para votar na semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a minha relação com esse pessoal de gás não é lá essa Coca-Cola toda não, principalmente com os cabras que estão lá no Estado do Amazonas, que cobram um gás altíssimo lá e não há benefício nenhum para o povo do Amazonas. Eu tenho até que ver esse negócio, se ele vale a pena...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... porque estou vendo aqui muito dinheiro para fazer investimento para empresário ganhar dinheiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Diante do risco, estou revendo a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É tipo o gasoduto que foi construído Coari-Manaus, em que se gastou uma fortuna para ter um empresário lá, operando lá: tem compromisso, e o Estado não está cobrando os compromissos de ampliação, não cobra, mas ele recebe todo mês uma fortuna, e o benefício – porque era para chegar, realmente, uma energia mais barata para a população – não está acontecendo. Pelo contrário: a empresa que se instalou lá, no Estado do Amazonas, agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumentou já e está cortando a energia de todo mundo, está fazendo um verdadeiro terrorismo no Estado do Amazonas, tanto na capital como no interior.

E mais: eu estive em um Município do interior duas semanas atrás, e estava faltando energia. Enquanto estive lá, faltou energia seis vezes em poucas horas. Por quê? Porque, como eles estão fazendo uma nova planta, eles não estão dando manutenção na antiga planta. E a justificativa é: "Não, espere um pouco, que nós estamos fazendo uma nova obra aqui, para estabelecer..."

Então, há muita coisa que está acontecendo no interior do Brasil, com essas empresas que compraram a preços irrisórios ou ficaram proprietárias da distribuição de gás Brasil afora por benefícios que Governo lá atrás deram, e nós estamos passivos diante de tudo isso e não tomamos uma providência. Temos que rever isso! Temos que rever!

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o Governo do Presidente Lula...

Quando o Eduardo era Governador, o que aumentou o valor da empresa Sigás do Amazonas, com a construção do...

Eles compraram aquela empresa por R$3 milhões – o pessoal da Bahia. Por R$3 milhões somente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Apenas para deixar claro que não foi no meu Governo que eles compraram.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Foi antes. Estou falando que foi antes, Senador Eduardo. Eu era seu Vice.

Quando nós chegamos ao Governo, a empresa tinha um valor irrisório: compraram por R$3 milhões. Depois da construção do gasoduto que o Presidente Lula fez, de trezentos e poucos quilômetros, que ligava Urucu a Manaus, a empresa vale hoje mais de 1 bilhão, sem o cara botar um prego! Está entendendo? E é isso que o Brasil está fazendo com as suas riquezas, que são riquezas terminativas: terminam um dia, não são eternas. O gás é finito!

E é isso que nós estamos votando aqui. Sabem o que que estamos votando? Dando alguns bilhões para fazer investimento na rede, para pessoas como esse tipo de gente ficarem mais ricas. É isso que nós estamos fazendo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, perdoe-me: eu preciso fazer aqui umas colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, quero esclarecer que sempre fui contra a privatização das empresas de energia no Norte do Brasil. Aliás, votei contra a privatização, trabalhei contra... No Governo Temer, eu fui contra a privatização das distribuidoras da Região Norte do País, e está se comprovando – e está se comprovando – que essas empresas não tinham como ser privatizadas. O número de judicialização que está acontecendo, inclusive por uma série de irregularidades, é muito grande.

Agora, o que V. Exa. aborda, com relação à questão do gás no Amazonas, tem que ser dividido em duas etapas: primeiro, há um monopólio do Estado com relação à Cigás, e o Estado do Amazonas – lá atrás, não no nosso Governo – resolveu vender participação acionária na Cigás.

Agora, há uma nova empresa, chamada Eneva, que entrou no Amazonas e acabou de conseguir um incentivo fiscal, da pequena bagatela de R$800 milhões, para gerar emprego, renda e energia em Roraima! Isso nós não estamos discutindo aqui na CAE, até porque são impostos estaduais. Agora, o que nós estamos tratando neste processo aqui é de infraestrutura de gás para que o Brasil possa ganhar uma nova matriz energética e para que a petroquímica da Bahia não fique, hoje, arrestada pela Nafta, como está arrestada, e indo à falência, porque não tem matriz energética, e o Brasil continue usando térmica a óleo combustível e térmica a óleo diesel, pagando R$1,3 mil pelo CVU, como nós estamos pagando – são os brasileiros que pagam.

Portanto, ter infraestrutura do gás é algo importante para a nova matriz energética do Brasil, e, sem *funding* para financiar a nova matriz energética do Brasil, nós vamos ficar sujeitos a *pipelines* de empresas privadas. E, aí, eu tenho que concordar: aí nós estaríamos sim, de novo, com um monopólio natural, incentivando exclusivamente o capital privado, porque o que acabou de acontecer com a BR Distribuidora e o que acabou de acontecer com as empresas de gasoduto da Petrobras foi sair do monopólio natural do Estado para ir ao monopólio natural privado.

O que nós estamos tentando fazer aqui, Senador, é exatamente o contrário: quebrar essa engenharia de monopólios privados na infraestrutura do gás, para que nós possamos ter concorrência e minimizar.

Outra informação importante: o preço da molécula de gás do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus é de R$1. É a mais barata que existe. O problema não está na molécula de gás; o problema está no custo de transporte assinado e no contrato *take or pay* que a Aneel não quis mais reconhecer, a partir de 2013, depois de assinado. E isso criou um problema de fluxo de caixa na Amazonas Energia.

Portanto, é apenas para dar conhecimento aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras do que nós estamos tratando aqui. São duas questões distintas. Uma: infraestrutura de gás, para que nós possamos ter uma nova matriz energética. Isso é fundamental para o Brasil. Dois: resolver uma questão de GSF com relação ao mercado privado, que é o mercado que está crescendo e que é competitivo; no entanto, ele não suporta continuar com este financiamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E algo que não foi dito aqui e que precisa ser dito: este entendimento que foi construído com o Governo gera zero de ônus para a tarifa de energia elétrica. Não há um centavo desta lei que vai impactar a tarifa de energia elétrica – um centavo! Por quê? Porque é exatamente o aumento de outorga naquilo que não move o MRE que está sendo aprovado nesse projeto.

Portanto, é apenas para deixar informado, submetendo-me, obviamente, à decisão do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Braga, deixe-me só colocar uma coisa aqui.

Nós concordamos em muitas coisas, em relação a essa questão, em gênero, número e grau. Um exemplo agora: eu sou informado de que, hoje, a Aneel se reúne e vai tornar a tarifa do Estado do Amazonas a maior tarifa do Brasil – hoje há uma reunião, e eu fui informado agora pelo Deputado Marcelo Ramos, que tem uma matéria da Câmara aqui e está acompanhando a votação daqui a pouco –, baseados, segundo eles, na substituição tributária – também por causa da substituição tributária.

Nós temos que, hoje, o metro cúbico do gás cobrado não é o mais barato do Brasil.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Se V. Exa. comparar o nosso preço com a Gasball, é muito mais barato. E o Brasil não tem outro gás. O Brasil tem o gás da Gasball ou o gás que é produzido em terra no Brasil. O outro gás que nós temos é gás importado. Portanto, gás com molécula de gás nacional, o nosso... Eu estou falando de molécula de gás; eu não estou de transporte. Eu estou falando de molécula de gás. Não estou falando de transporte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Apenas para salientar mais uma vez, meus amigos Senadores, como é ruim o tal do jabuti, porque vejam: temos três complexos temas aqui, polêmicos cada um em si mesmo. Nós estamos tratando aqui da questão do setor elétrico, estamos tratando da questão de um fundo para dutos e estamos tratando aqui de redistribuição da receita da partilha do pré-sal. Olhem só a conexão de uma coisa com a outra!

Eu fico sempre espantado – de novo, como novato aqui –, como é que a gente consegue tratar de três temas ao mesmo tempo num projeto e não consegue divergir num e aprovar outros dois e vice-versa. Chegamos a essa situação aqui.

Como eu disse, não sou contra o relatório, mas queria esclarecer um segundo ponto aqui, Senadores do Amazonas.

Eu conheço um pouco a questão, apesar de não ser do Estado, porque convivi com ela lá atrás, nos meus tempos de consultoria. Andei lá por Coari, por Manaus, e até em Juruá eu desci de helicóptero, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

trabalhar num projeto específico, que era justamente o gasoduto que resolveria o problema tanto para Manaus quanto para Porto Velho. Havia uma proposta de fazer um gasoduto em T, que chegasse até a rodovia que liga as duas capitais, e uma outra proposta, que era um gasoduto em V, que ligaria exclusivamente Manaus à origem do gás, e outro para Porto Velho, também dedicado exclusivamente.

Acabou-se optando pela pior opção naquela época, que foi o gasoduto em V, fazendo com que as duas capitais dependessem exclusivamente da mesma fonte de gás, sem que pudesse uma compensar a outra, como no caso do percurso em T, que aproveitaria inclusive o leito da rodovia, que já era um direito de passagem.

Enfim, isso é passado. O que acontece é o seguinte: nesse caso do Brasduto...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, só para concluir a questão do Amazonas: desde aquela época eu defendo que esse gasoduto não é de distribuição, portanto, não estaria na Sigás...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Mas ele não é da Sigás.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele estaria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Ele não é da Sigás.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não importa... Mas não é distribuição. Não é distribuição, não é? Ele é Petrobras e é Transpetro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele é Transpetro.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois é. Então, ele está submetido...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora não é mais, agora é da Engie.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, agora é da Engie. Mas por quê?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só que a Cigás valorizou por causa do gasoduto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, porque ela passou a ter gás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem botar dez centavos, a Cigás ficou...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Porque antes era uma companhia de papel, que não tinha gás, e passou a ser...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que não é do Estado. O cara fala que é do Estado. Não: o Estado tem um percentual de 16% só.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É.

Mas é justamente o que eu queria, tranquilizar V. Exa. um pouco em relação, pelo menos, à parte regulatória, Senador Omar, porque a gente faz as regras, mas, às vezes, elas são utilizadas de forma oportunista ou, às vezes, até diversa do que a regra queria. Nesse caso, foi o que aconteceu.

É evidente que a empresa local iria ganhar, porque ela não tinha gás, era um gás que a gente chama de *stranded gas*, um gás isolado, lá no meio da selva, não tinha como chegar à capital... A Cigás era uma empresa de papel, que não tinha gás para vender. A partir do momento que chegou o gás à capital, por um gasoduto de transporte – e esse é o meu ponto –, esse gasoduto está sujeito às regras antimonopólio natural, que não são de quebra do monopólio...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Da ANP. Portarias da ANP, que regem monopólio natural.

O fato de vender ou não vender monopólio natural não resolve o monopólio, se a ANP não atuar. Tanto faz ser da Petrobras, da Transpetro, quanto da Engie ou de qualquer outra empresa, porque, se a ANP não quiser exercer o seu dever – a meu ver – de combater qualquer prática anticompetitiva decorrente do monopólio natural – que não é quebrável. Não é quebrável... É o único monopólio, como eu digo sempre aqui, a protesto de alguns mais religiosos, que nem Deus quebra. O monopólio natural existe por si só. Passou um duto na selva e só existe um, é um monopólio natural e acabo! Não adianta dizer que não vai quebrar, que vai quebrar...

"O Ministro Paulo Guedes vai quebrar os monopólios". Não vai quebrar monopólio nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não. Não vai.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esses monopólios existem naturalmente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do gasoduto não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e por isso são chamados monopólios naturais.

Monopólio natural se administra, não se quebra. Rege-se, regula-se... E qual é a regulação? Você regula até a taxa de retorno do investimento. Por quê? Porque, obviamente...

Vamos comparar com uma coisa mais próxima: um metrô. Uma linha de metrô é um monopólio natural. De um ponto "a" a um ponto "b". Se você deixar, o cara vai cobrar o preço que ele quiser e vai fazer o que ele quiser. Então, é altamente regulado – nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália... –, em qualquer lugar, até com tradição muito mais liberal que a nossa, no sentido dos negócios.

Então, monopólio natural, esse, no meio da selva, obviamente teria que ser altamente regulado o tempo todo, até o limite do próprio retorno do investimento da Transpetro.

Então, vender ou não vender, a essa altura, Senador Flávio – eu também tenho dito isso a vocês –, não faz a menor diferença se não for regulado depois.

Outra coisa: a venda foi feita sem previsão de expansão. Esse pessoal comprou... Não tenho nada contra a empresa. Conheço a empresa, é uma empresa de altíssima qualidade: Engie, uma empresa francesa, ótima. Está beleza. Aproveitou uma oportunidade de alguém que resolveu vender uma coisa errado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas as agências reguladoras foram feitas para isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não fazem o papel delas.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos chegar lá. Algumas vezes não fazem, outras vezes fazem bem. Mas dessa vez... Desde 1997 eu digo... Desde 1998, aliás: existem as portarias do livre acesso e do concurso aberto para dutos de transporte. Desde 1998! Ajudei a fazer umas delas. Enfim... Isso tem que ser retornado, e Coari-Manaus é um caso.

O que eu quero dizer... O meu ponto é: o Brasduto – e eu entendo a iniciativa do Senador Otto – nasceu, se não me engano – e o Senador Otto pode me corrigir, porque é o autor da iniciativa –, daquela necessidade... Uma vez surgidas grandes reservas novas do pré-sal e outras, havia uma preocupação, lá atrás, de não haver infraestrutura de escoamento. Então, o gás e o óleo ficariam lá, esperando algum investidor privado... E, aí, essa é a questão. Meu ponto aqui é: mesmo as pessoas da direita, mesmo pessoas do Governo, Flávio e outros, internalizem o fato de que o Brasil precisa, sim, às vezes, de fundos públicos, para abrir caminhos, para trilhar o primeiro caminho, mesmo que, depois, você queira privatizar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou fazer alguma coisa. Mas, no início, você precisa ter essa iniciativa. Não é só o fundo, a verba; é a iniciativa e a gestão disso aí.

Então, nós não podemos... E é por isso que eu sou contra essa questão de se estar vendendo a subsidiária da Petrobras, entende? Porque elas são um instrumento disso. Eu nem sou contra um governo que foi eleito legitimamente, até que se prove o contrário, fazer o que ele quiser com o ativo em si, mas acho que, no caso de venda da subsidiária, você perde um instrumento que está ali – no caso a Transpetro, por exemplo. A Transpetro é um instrumento para se fazer esse tipo de investimento. Se você vai fazer através de empresa privada, ótimo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu vou adiar, a pedido...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu nem estou pedindo... Veja, eu nem estou falando do adiamento. Meu ponto inicial era outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu vou tomar a decisão aqui: nós vamos retirar de pauta, adiamos por uma semana e trazemos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas uma semana marcado, não é?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu agradeço V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... essa solicitação aí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu só queria complementar, Presidente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É com data marcada.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, só um minutinho...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Fica para a próxima reunião, para deliberar na próxima reunião.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa. e agradeço ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu preciso só complementar, para reiterar aqui o pedido a todos, que foi um pedido inicial...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu acho que aqui... Veja bem: há algumas pessoas que têm um conhecimento um pouco maior sobre essa questão. O Senador Eduardo Braga, até pela formação, tem um conhecimento técnico sobre isso, foi até Ministro de Minas e Energia, conhece bem e estudou essa matéria. V. Exa. também é um técnico. Os outros Senadores, como eu, nós temos algumas coisas... Somos limitados. Então, é importante a gente se aprofundar sobre a matéria, porque aqui ninguém é obrigado a saber de tudo não! A gente sabe um pouco de tudo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu só queria reiterar duas coisas aqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu queria reiterar, por favor – com licença –, apenas o seguinte...

Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, perdoe-me, mas não há limitação para entender que o Brasil, tendo reserva de gás, não precisa de gasoduto para levar, a custo módico, para o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A nossa ideia foi exatamente essa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu não estou falando sobre isso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de apresentar esse projeto do gasoduto, para que o Governo pudesse tomar a iniciativa. O Senador Jean Paul falou corretamente: ou o Estado faz isso ou vamos ficar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há um outro Senador que também...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... trazendo gás lá da Bolívia o resto da vida.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu só queria reiterar que...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu só quero lembrar ao Jean Paul e a todos os Srs. Senadores que nós estamos discutindo a emenda que foi apresentada na Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Eu não tenho nenhum problema com isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Pelo que eu estou ouvindo aqui do libelo que o nosso Jean Paul está fazendo sobre...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas é um libelo a favor.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – A favor. É que nós estamos aqui tratando exclusivamente da emenda apresentada, porque aqui na CAE nós já discutimos, na Legislatura passada, nós já discutimos na CI, nós já discutimos na CCJ, no Plenário, já votamos o mérito. Agora, nós estamos tratando exclusivamente da emenda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, agradeço a V. Exa., agradeço ao Senador Eduardo Braga pela compreensão e a todo o Plenário, em nome também do Senador Marcos Rogério.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para o Senador Rogério Carvalho...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ler, como *ad hoc*, o item 3, por favor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho duas matérias que já foram lidas. Apenas esperam deliberação. Acho que é o item 11 e o item 12.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só vou ler o item 3 e, depois, eu passo para os seus itens, Senador.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 888, DE 2019

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Marcelo Ramos (PL/)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria, e pela rejeição da emenda nº 1 apresentada.

Observações:

1. Em 8/5/2019, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do senador Angelo Coronel.

2. Em 11/6/2019, foi concedida vista coletiva da matéria.

3. Em 07/10/2019, o relator senador Wellington Fagundes, apresentou relatório reformulado Favorável ao projeto com uma emenda de sua autoria, e pela rejeição da emenda nº 1 apresentada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olhe, elas estão esperando votação há mais de quatro ou cinco reuniões da Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O que é agora, Presidente?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente...

É o item 3, Presidente? (*Pausa.*)

Presidente, só uma questão de ordem, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Pela ordem.) – É sobre o item 3, de autoria do nosso Deputado Marcelo.

Conversávamos aqui, agora há pouco, para chegar a um entendimento, Presidente, porque o Governo é a favor do projeto no seu mérito. Há apenas uma questão de divergência, que é sobre a questão do RET 1, que estaria criando um novo incentivo para as construtoras. E fizemos aqui uma combinação, Presidente Omar, e é importante V. Exa. ouvir também, porque é uma construção para viabilizar, inclusive, a aprovação do projeto agora.

Repito: é um projeto meritório – parabéns ao seu autor –, mas o Governo estava colocando uma posição contrária, pedindo inclusive o adiamento da votação por uma questão única, que é referente à criação de um novo incentivo para as construtoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi ponderado aqui a importância de se aprovar logo esse projeto, a questão da grande dificuldade por que passa a Faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, que tem que ter uma nova modulação, e o combinado, Presidente, o acordado foi o seguinte: em havendo veto, por parte da Presidência, desse item, exclusivamente, que eu estou colocando aqui, dessa criação do RET 1, do novo incentivo às construtoras, se manteria o veto aqui nesta Casa. Então, nós aprovamos o projeto, que é importante, e a questão, aí, da tributação do Minha Casa, Minha Vida, ficaria num projeto de lei à parte – dependendo, talvez, até da autoria de V. Exa. e do Deputado Marcelo, também.

Então, é só para deixar esse registro público aqui, Presidente, de que, se porventura ocorrer o veto, em sendo apreciado por esta Casa, há já o entendimento das partes – do Governo e da autoria do projeto – de se manter especificamente sobre esse assunto que eu relatei aqui.

Então, fazendo essas considerações, a gente pede o voto favorável ao projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mas não cabe supressão, então, hoje?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Porque se houver modificação aqui, o projeto volta para a Câmara. É só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A emenda que foi feita estende: sai só das incorporadoras, para ir também para construtoras, no valor de 4% ou 1%...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – Passa para 6%... Para 4%...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passa para 4%.

E nós teríamos... 2019 acabou. Isso valeria a partir de 2020 só; em 2019 não teria mais valor... Esse projeto está aqui há alguns meses já.

Principalmente as incorporadoras que têm Minha Casa, Minha Vida estão tendo problema por causa desse valor. Essa isenção que havia no Imposto de Renda não está sendo cumprida, porque acabou o prazo, e nós já estamos tentando votar há algum tempo isso aqui.

Então, se é um acordo em que será vetado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, a minha pergunta é muito singela, só que eu não sei se o Relator poderia esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator não está aqui, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se coubesse supressão, não voltaria para a Câmara. Só que eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tecnicamente, eu não saberia...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tecnicamente, em princípio, é isso: quando há supressão, não volta para a Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Suprimir a questão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não volta nem PEC...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... das construtoras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, quando há somente supressão, não volta para a Câmara.

Agora, eu não tenho o conhecimento do projeto em si. Em abstrato, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E nós podemos fazer isso no Plenário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu, de minha parte, concordo com o que o Senador Flávio Bolsonaro falou, só que, repito: se couber supressão...

O Senador Tasso Jereissati, agora, é o maior especialista no Congresso brasileiro sobre isso: quando é supressão, nem PEC volta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas cada supressão do Tasso são 80 bilhões, não sei quantos bilhões aí... (*Risos.*)

Nós temos que ir devagar com essas supressões aí.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu falei: é o maior especialista em supressão do Congresso brasileiro em todos os tempos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos deliberar a matéria, Senador Espiridião, e caso... Vamos conversar com os técnicos se a gente apresenta isso em Plenário, correto? A gente pode apresentar em Plenário. Mas acho importante a gente aprovar, porque está havendo problema no Programa Minha Casa, Minha Vida, por causa desse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se o senhor pudesse colocar em votação o projeto... Já está aí. E resolver lá no...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele só vai ler o relatório, Otto. Vamos votar, e a gente, lá no Plenário, decide.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é terminativo, vai ao Plenário...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Senador Rogério, por favor, está com a palavra.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – O item 3 é sobre o Projeto de Lei nº 888, de 2019, do Deputado Marcelo Ramos, que altera as Leis nos 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado a receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Relator é o Senador Wellington Fagundes, e eu vou direto à análise do projeto.

Nos termos do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre proposições pertinentes a tributos e sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria.

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre sistema tributário e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos dos arts. 48, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Além disso, o projeto atende à exigência de lei específica para a concessão de benefício fiscal, nos termos do §6º do art. 150 da Constituição.

Em relação ao mérito, a proposição merece parecer pela aprovação desta Comissão.

O PL nº 888, de 2019, restabelece o Regime Especial de Tributação (RET), aplicável a incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos de habitação residencial no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida. O RET, para esses casos, se encerrou, no tocante às obras do referido Programa, em 31 de dezembro de 2018, nos termos do §6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004, e do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O regime especial consistia em reduzir a carga tributária relativa a tributos federais devidos pelas incorporadoras e construtoras que desenvolvem esses projetos. Em caso de opção pelo RET, o recolhimento do IPRJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins era unificado por meio da incidência da alíquota de 1% sobre a receita mensal específica obtida.

Com o fim do mencionado RET, em 31 de dezembro de 2018, as incorporadoras e construtoras que desenvolvem projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida devem voltar ao regime comum, com elevação, portanto, da carga tributária, o que onera os empreendimentos.

O que o projeto propõe é a extensão do regime para os empreendimentos que tenham sido, no caso de incorporadoras, até 31 de dezembro de 2018, registrados no Registro de Imóveis competente ou que tenham tido os contratos de construção assinados até a referida data. É o que dispõe a nova redação que o art. 1º do PL confere ao §6º do art. 4º da Lei nº 10.931, de 2004.

O regime especial apenas deixará de ser aplicado, no caso de incorporações, após o recebimento integral das vendas de todas as unidades que compõem o memorial de incorporação, conforme disciplinado pelo art. 11-A, a ser inserido na Lei nº 10.931, de 2004, pelo art. 2º do PL.

Em relação às construtoras, a proposição exige, para fruição do RET, nos termos da alteração do art. 2º da Lei nº 12.024, de 2009, promovida pelo art. 3º do PL, que tenha havido a contratação ou o início das obras de construção das unidades habitacionais até 31 de dezembro de 2018.

Cumpridos os requisitos, mesmo que ultrapassado o ano de 2018, a empresa contribuinte poderá continuar a usufruir do RET até a extinção do respectivo contrato celebrado e, no caso de comercialização da unidade, até a quitação plena do preço do imóvel.

É evidente que essa previsão permite, com mais segurança, a manutenção dos empreendimentos iniciados em 2018, pois deixa de ocorrer a mudança do regime tributário em razão apenas da passagem de um exercício financeiro para outro. Impede-se, com a aprovação da proposição, o agravamento imediato da carga tributária incidente sobre as incorporações e construções inseridas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, e, portanto, evitam-se possíveis prejuízos aos projetos em curso.

Em relação a novos projetos, iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, propõe-se, no art. 4º do PL, a inserção do art. 2º-A na Lei 12.024, de 2009. O dispositivo regula novo RET, que incentivará a construção de unidades habitacionais de valor até R$124 mil (cento e vinte e quatro mil reais) no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A receita mensal decorrente do contrato de construção passa a poder ser submetida à alíquota de 4% (quatro por cento), cujo montante a ser recolhido representará o pagamento unificado de IRPJ, CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins. Esse novo regime vigorará, de acordo com o §8º do art. 2º-A, a ser inserido na Lei nº 12.024, de 2009, até o recebimento integral do valor do respectivo contrato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O novo regime tributário, criado com semelhança ao vigente até 31 de dezembro de 2018, embora com carga tributária mais elevada, é importante para auxiliar a redução do déficit habitacional no País.

Segundo dados do IBGE, divulgados no estudo *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018*, um conjunto de 13% da população brasileira residia, em 2017, em domicílios com ao menos uma importante inadequação domiciliar, como ausência de banheiros de uso exclusivo dos moradores, utilização de materiais não duráveis nas paredes externas do domicílio, adensamento domiciliar excessivo e importante ônus com despesas de aluguel. Isso representa o equivalente a 27 milhões de pessoas e a 7,8 milhões de domicílios.

Essa conjuntura brasileira evidencia a necessidade de manter o fomento à participação das construtoras nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Trata-se de unidades habitacionais de valor reduzido, cuja construção e posterior aquisição pelas pessoas concretiza, de modo substancial, o direito à moradia, previsto como direito social no art. 6º da Constituição Federal.

O momento exige, no entanto, que o incentivo passe a vigorar a partir de 2020, tendo em vista que já ultrapassado o primeiro semestre de 2019. Prever que o regime tenha aplicação desde o início deste ano poderá criar embaraços relacionados à retroatividade da norma e prejuízo às contas públicas. Por isso, apresenta-se emenda de redação para ajustar o início de produção de efeitos do novo RET.

Reitera-se, diante do exposto, que a única manifestação possível em relação à proposição é pela sua aprovação, com a máxima celeridade possível.

Quanto à Emenda nº 1, embora louvável o objetivo nela inserido, a matéria é estranha ao PL, razão pela qual merece análise em projeto autônomo, de sorte a permitir a efetiva análise de seu conteúdo, efeitos e repercussão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 888, de 2019, e, no mérito, pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada nesta Comissão e pela aprovação do projeto, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº – CAE (DE REDAÇÃO)
> Substitua-se, no *caput* do art. 2º-A da Lei nº 12.024, de 27 de agosto de 2009, na forma do art. 4º do Projeto de Lei nº 888, de 2019, o termo "2019"por "2020".

Para que ele passe a vigorar somente a partir do ano que vem.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Wellington Fagundes lido *ad hoc* pelo Senador Rogério Carvalho.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 2, e contrário à Emenda nº 1.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Pediria para que a gente votasse em regime de urgência esta matéria, ainda hoje em Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Solicito que seja aprovado o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 121, DE 2019

- Não terminativo -

Requer urgência para o Projeto de Lei nº 888 de 2019, que "Altera as Leis nºs 10.931, de 2 de agosto de 2004, que dispõe sobre o patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, que dispõe sobre o tratamento tributário a ser dado às receitas mensais auferidas pelas empresas construtoras nos contratos de construção de moradias firmados no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).".

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão o pedido de urgência. (*Pausa.*)

Em votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – A certeza tem que ser obtida até a hora da votação em Plenário...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Bandeira disse que, em se tratando de projeto de lei, a supressão tem que voltar para a Câmara.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mesmo com supressão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Segundo o nosso assessor de Plenário, que V. Exa. conhece. Eu pedi, a assessoria ligou para ele. Em se tratando de projeto, se a gente fizer supressão... Mas é uma discussão que nós travaremos hoje à tarde. O.k.?

Só peço que seja colocado em pauta.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Só para ratificar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E há o acordo feito com o Governo caso...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Só para ratificar esse acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Caso não haja, nós vamos manter o veto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – E, só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo? O Senado irá manter o veto. Nós já fizemos esse acordo e acabou. O.k.?

Em votação o requerimento do Senador Rogério para o pedido de urgência.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu passo ao Senador Flávio Bolsonaro.

ITEM 9

OFÍCIO "S" Nº 1, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Autoria: Ministério da Fazenda e outros

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Qual o item?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o item 9. Trata de estabelecer uma meta de valores para empréstimos que nós precisemos aprovar, senão eles não podem fazer empréstimos com garantia da União.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, só para um esclarecimento. Isso aqui é uma questão até protocolar, não tem muito como discutir o mérito e valores.

Então, queria perguntar a V. Exa. se posso dar o relatório e a análise como lidos da forma apresentada a todos os Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a V. Exa., para ser bem objetivo, que só lesse o voto.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Para proferir relatório.) – O voto.

Em decorrência do exposto, somos pela aprovação do valor do intralimite proposto pelo Ministro de Estado da Fazenda, nos termos do seguinte:

> Art. 1º É fixado o valor de R$ 22.500.000.000,00 (vinte e dois bilhões e quinhentos milhões de reais), a viger no exercício financeiro de 2019, para o montante total de garantias da União a ser concedido às operações de credito interno e externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
> *Parágrafo único*. A concessão das garantias de que trata o *caput* sujeitam-se às Resoluções do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007, em conformidade com as normas do Ministério da Economia.
> Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do projeto de resolução do Senado apresentado.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Senador Flávio, V. Exa. quer pedir urgência nesse projeto?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Por favor, Presidente. Peço urgência, para que V. Exa. coloque em votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS Nº 122, DE 2019

- Não terminativo -

Requer urgência para o Ofício "S" nº 1 de 2019, que "encaminha proposta de intralimite anual de concessão de garantias pela União às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque é urgente mesmo, até porque estabelece limites. É urgente.

Em discussão o pedido de urgência do Senador Flávio Bolsonaro. (*Pausa.*)

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Senador Bolsonaro, o Rogério diz que tem que ser registrado antes de ir.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o do Rogério já aprovamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não! Urgência para os dois!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles estão trabalhando...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão e em votação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, é uma parelha nova.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os dois com certeza querem servir ao Brasil e fazer o melhor pelo Brasil, não tenho dúvida nenhuma.

As divergências mínimas ideológicas... Porque, se você for ver, são mínimas.

Está aprovado.

Essas viagens para a China, não é? Essas viagens para a China aí, isso aí...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós vamos aferir agora, no requerimento que eu estou fazendo, essa proximidade. Eu quero ver se conto com o apoio do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria que o senhor colocasse que está sobre a mesa o requerimento extrapauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, Deus cria, o diabo esparrama e eles por si se juntam.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) –

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 124, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Requeiro, nos termos dos art. 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Comissão de Assuntos Econômicos, destinada a aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativas e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam o requerimento do Senador Rogério Carvalho permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Eu vou pedir ao Senador Rogério Carvalho que faça... Peça para a sua assessoria, Senador, que faça um pequeno resumo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Já há, mando trazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para mandar para os membros da Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para que a gente possa saber... Acompanhar mesmo de longe o andamento da subcomissão. Por favor, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k. Combinado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O segundo requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Outro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58 §2º da Constituição Federal...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Estou lendo o requerimento aqui.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS N° 123, DE 2019

- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia e o Presidente da Petróleo Brasileiro - Petrobras, Ministro Bento Costa Lima Leite e Presidente Roberto Castello Branco, a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de prestarem informações sobre o fechamento e desmonte da Petrobras no Nordeste (NE).

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Presidente, já quer aprovar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Lógico. Nós temos que saber.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então vamos aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aprovado.

Senador Amin, é terminativo o número 16. Então, eu pediria que – seria o primeiro item com quórum – V. Exa. lesse, como fizemos hoje com o Senador Reguffe. Pode ser?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Perfeito.

Eu só queria acrescentar o seguinte, eu tomo a liberdade de pedir para que ele avance na pauta, pelo menos. Sei que é quórum qualificado. Porque houve uma modificação de posição do Governo, e eu fui informado. Como se trata de uma extensão a um tipo de deficiente, quer dizer, ele não cria, ele estende ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficiente auditivo o que os outros deficientes já têm, e o Governo já mudou de posição, então eu gostaria de priorizar para a próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será priorizado não só pela importância do fato, mas pela importância de V. Exa. aqui nesta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bem-aventurados os que como ouvem, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu darei como lido o seu relatório, viu, Senador?

Mais alguma coisa a tratar?

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria só reforçar... Já que foi aprovado o requerimento, eu queria aqui, na presença dos Senadores Flávio Bolsonaro e Esperidião Amin, reforçar o que nós estamos vivendo na Região Nordeste. Todos sabem que na produção de petróleo, na Bahia, em Sergipe, no Rio Grande do Norte, esses foram os primeiros campos a ter exploração de petróleo no Brasil antes do pré-sal. Depois, a Bacia de Campos ganhou importância, relevância, mas, para esses Estados, a atividade de produção e até de refino, como no caso da Bahia, trouxe um grande desenvolvimento para esses Estados e para toda a Região Nordeste. E nós estamos tendo um entendimento sobre o futuro da Petrobras em que ela deixa de ser uma empresa que participa de todos os setores da cadeia – transporte, refino, distribuição, exploração; todos os campos da cadeia – e...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Exatamente. E ela diminui. Ela começa a vender ativos, perdendo importância, e deixa de ser uma empresa global, deixa de ser uma empresa nacional e passa a ser uma empresa regional, com foco no Rio, no Espírito Santo e em São Paulo. E isso tem um efeito, que é o fechamento do escritório da Petrobras na Bahia, em Sergipe, no Rio Grande do Norte e a desmobilização das atividades da Petrobras nesses Estados.

Os nossos poços de petróleo em terra estão praticamente todos inativos, e a Petrobras já poderia ter ou transferido para terceiros que têm interesse – existe óleo que pode ser extraído... Nós temos, no Estado de Sergipe, uma reserva com potencial de produção de 300 mil barris de petróleo ao dia, uma das maiores reservas de gás natural do Brasil, e a gente não tem perspectiva nenhuma, a não ser o desalento do fechamento e da redução drástica da atividade da Petrobras. Então, fechou a Fafen e está diminuindo a prospecção, a exploração e a atividade gerencial da Petrobras no Estado, o que gera uma diminuição da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividade econômica, com repercussões gerais para a economia do Estado de Sergipe, da Bahia, de Pernambuco, de todos os Estados da Região Nordeste.

Por isso a ideia do requerimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem mais nada a tratar, eu encerro esta reunião e convoco V. Exa. para a próxima terça-feira, no mesmo horário regimental.

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e 24 minutos do dia vinte e dois de outubro do ano de dois mil e dezenove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do senador Omar Aziz, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos(as) senadores(as) Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerrra Coelho, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Dário Berger, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Kátia Abreu, Weverton, Jean Paul Prates, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Omar Aziz, Irajá, Otto Alencar, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os(as) demais Senadores(as). A presidência declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 41ª Reunião, que é aprovada. Em seguida, inicia a apreciação da **primeira parte da pauta**, destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 21/2019-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, senador Eduardo Braga para leitura do relatório. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas ao PLN nº 21/2019-CN: Emenda nº 60050001, Ementa 9 - CAE PPA - Promover a inovação nas empresas com estímulo à P&D e a qualificação profissional. Emenda nº 60050002, Ementa 17 - CAE - Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf; Emenda nº 60050003, Ementa 12 - CAE - Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato; e Emenda nº 60050004, Referência Corpo da Lei, Cap I, Art 3, Inciso XIII, Tipo Aditiva; Inicia-se, em seguida, a **segunda parte da pauta**, destinada a discussão e votação das emendas desta comissão ao PLN nº 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020, a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. A presidência concede a palavra ao relator das emendas, senador Eduardo Braga para leitura do relatório. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas ao PLN nº 22/2019-CN: Emendas de apropriação de despesa: Emenda nº 60050001, UO 25101, Ação Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato – Nacional, Acréscimo R$ 100.000.000; Emenda nº 60050002, UO 25101, Ação Promoção do Desenvolvimento Industrial – Nacional, Acréscimo R$ 100.000.000; Emenda nº 60050003, UO 25915, Ação Fomento à Inclusão Produtiva – Nacional, Acréscimo R$ 100.000.000; e Emenda nº 60050004, UO 53101, Ação Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR – Nacional, Acréscimo R$ 600.000.000. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, a presente ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador OMAR AZIZ
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e quatro minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Flávio Arns, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Cunha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 425, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a continuidade do pagamento aos dependentes habilitados do valor da aposentadoria ou auxílio-doença devido pelo Regime Geral de Previdência Social, até que seja deferida a pensão por morte." **Autoria:** Senador José Pimentel (PT/CE). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo - que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4034, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 2951, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 181, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 3-PLEN e 4-PLEN. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário às Emendas nº 3-PLEN e 4-PLEN. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3470, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 98, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater sobre as consequências à segurança do trânsito que a suspensão da fiscalização de excesso de velocidade através de radares portáteis e estáticos pode causar nas rodovias federais, conforme o despacho do presidente Jair Bolsonaro, publicado no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2019." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído no rol de convidados, durante a discussão, nome de representante do Ministério da Infraestrutura. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 107, de 2019**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutira proposta de criação de uma instância de participação e controle social, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover seu aperfeiçoamento." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído no rol dos convidados, durante a discussão, representante da Aliança de Mães e Famílias Raras - Amar. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 109, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o processo de concessão de patentes, particularmente do segmento de saúde, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 2969, de 2019, que altera a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para conferir prioridade ao exame dos pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, bem como equipamentos e materiais relacionados à saúde pública"." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 110, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 116, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/18

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos! Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 17.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 2951, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Observações:

1 - A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 11/09/2019;

2 - Em 11/09/2019, a Senadora Eliziane Gama apresentou a Emenda nº 1;

3 - Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A Relatoria é da Senadora Mara Gabrilli e vai assinar *ad hoc* o Senador Flávio Arns.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Como foi colocado, que institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é a Senadora Mara Gabrilli e eu passo a ler o artigo do PL: declara criado o Fundo de Compensação Social com natureza contábil-financeira, voltado à execução de ações relativas a cultura, educação, desenvolvimento, empreendedorismo, habitação, infraestrutura, meio ambiente e saúde em prol das populações das comunidades quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu e das demais típicas do Estado do Maranhão. Esse fundo poderá custear ações de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico dessa unidade da Federação.

O art. 2º define que constituirão recursos do fundo: i) as dotações consignadas na lei orçamentária anual e seus créditos adicionais; ii) as doações de pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; iii) os rendimentos decorrentes da aplicação do seu patrimônio; e iv) 3% das receitas pertencentes à administração direta ou indireta federal oriundas da utilização, por terceiros, das instalações do Centro de Lançamento de Alcântara.

Essa última fonte de recursos será distribuída da seguinte forma: dois terços para atender as ações que beneficiem as populações das comunidades quilombolas, de quebradeiras de coco babaçu e das demais típicas do Estado do Maranhão em estado de vulnerabilidade social, com rateio que destine recursos a essas populações na razão direta do índice de vulnerabilidade social apurado pelo Poder Executivo; e um terço para a cobertura de ações de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico no Maranhão.

A seu tempo, o art. 3º da proposição estabelece que os recursos serão descentralizados pela União em prol do Estado do Maranhão, dos Municípios maranhenses e das entidades privadas sem fins lucrativos para execução das ações de desenvolvimento econômico e social referidas no art. 1º. Ademais, esses entes e entidades deverão prestar contas dos recursos recebidos, inclusive em meio eletrônico de acesso público, com a divulgação de informações, no mínimo, sobre os programas executados, o público-alvo atendido e o grau de cumprimento das metas propostas.

Por sua vez, o art. 4º estipula que os saldos do fundo não utilizados até o final do exercício financeiro corrente serão apurados no balanço anual e transferidos como crédito do mesmo fundo para o próximo exercício financeiro.

Na justificação, o autor expõe que o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas firmado pela República Federativa do Brasil com o Governo dos Estados Unidos da América é uma condição imprescindível para que o País se insira no mercado aeroespacial comercial, dado o fato de que cerca de 80% dos equipamentos espaciais lançados no mundo contêm algum componente norte-americano. Prossegue o autor que, nos últimos 20 anos, sem o AST, o Brasil deixou de arrecadar R$15 bilhões e, de modo conservador, continuaria perdendo mais R$600 milhões ao ano.

O autor acrescenta ainda que o AST representa uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de todo o programa espacial brasileiro, para o resgate da dívida social brasileira com as comunidades tradicionais maranhenses e para a preservação do patrimônio histórico, cultural e artístico estadual. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proponente da matéria também argumenta que a destinação de recursos às áreas sociais não interferirá no arranjo de exploração das instalações do CLA.

Destaque-se que o rateio dos recursos decorrentes da exploração comercial de Alcântara em prol das diversas comunidades tradicionais maranhenses seguirá o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Consoante o autor, esse índice, que vai além da insuficiência de recursos como elemento caracterizador da pobreza, demonstra que cerca de 95,4% dos Municípios do Estado do Maranhão se encontram nas faixas de maior vulnerabilidade social. Mais ainda, entre os 217 Municípios maranhenses, 78,8% deles enquadram-se na faixa da muito alta vulnerabilidade social.

Então, o projeto foi apresentado, foi distribuído à CAS, também irá para a Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à CAE a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental. Em 29 de maio último, coube à Senadora Mara Gabrilli a honra de relatar a matéria na CAS.

Em 11 de setembro de 2019, a Senadora Eliziane Gama apresentou a Emenda nº 1 – CAS, que altera o parágrafo único do art. 2º da proposição, para determinar que o rateio dos recursos, além de obedecer a critério decrescente de vulnerabilidade social, priorizará as populações típicas do Estado do Maranhão localizadas no entorno de Alcântara.

Então, o projeto segue a legislação em vigor. Nesse sentido, acerca da constitucionalidade da proposição que institui fundo a ser gerido, o relatório aprovado na CCJ, transformado no Parecer nº 2, de 2019, da citada Comissão, elaborado em resposta à Consulta nº 1, de 2017, da CAE, oferece, entre outras, a seguinte conclusão: um, são inconstitucionais, por vício de iniciativa, quaisquer projetos de lei de autoria parlamentar que instituam fundos orçamentários cujos recursos são geridos e empregados pelos órgãos dos Poderes Executivo ou Judiciário, pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público da União ou pela Defensoria Pública da União.

Caso a interpretação da primeira conclusão desse parecer ocorra de forma literal, poderia ser argumentado que padece de inconstitucionalidade projeto de lei que visa a criar fundo a ser situado em poder diferente daquele que propõe a sua instituição. A seção do citado parecer relativa à análise, todavia, abre uma exceção, a depender do modo de emprego dos recursos do fundo a ser criado em outro poder. Eis o teor de trecho dessa análise:

> À luz do exposto, poder-se-ia questionar se uma lei que trate do fundo partidário ou do recém-criado Fundo Especial de Financiamento de Campanha não seria de iniciativa privativa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A resposta, a nosso ver, deve ser negativa. Tais fundos não são propriamente constituídos de recursos a serem utilizados pelos órgãos da Justiça Eleitoral no desempenho de suas funções, mas pelos partidos políticos e candidatos. A consignação orçamentária ao TSE se dá apenas para que a Corte faça a distribuição dos recursos aos partidos, não para financiar as atividades da Justiça Eleitoral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o fundo de autoria parlamentar for gerido por outro poder, o vício de iniciativa em projeto de lei caracterizar-se-ia quando os recursos do fundo fossem empregados pelo seu órgão gestor na modalidade de aplicação direta, mesmo que parcialmente, isto é, somente na hipótese de o órgão gestor utilizar-se de algum montante do fundo para a cobertura de despesas relativas ao desempenho de suas atribuições.

Em outras palavras – essa parte a gente tem que ler porque é uma discussão constitucional –, seria constitucional do ponto de vista da iniciativa projeto de lei proposto por Parlamentar que crie fundo a ser localizado, por exemplo, no Poder Executivo, se os recursos forem totalmente transferidos a outras esferas de governo ou entidades privadas.

Frise-se que o mencionado trecho da análise não se opõe à criação de fundos que funcionem exclusivamente como "fundos de transferências de recursos".

Então, o projeto de lei, de acordo com a Senadora Mara Gabrilli, enquadra-se na exceção contida no Parecer CCJ nº 2, de 2019, visto que o art. 3º dessa proposição deixa expresso que os recursos do fundo serão unicamente descentralizados, sem que o órgão do Poder Executivo que o gerir, conforme regulamentação desse poder, tenha a possibilidade de utilizar os recursos do fundo para financiar as suas atividades.

Adicionalmente, não se vislumbra no parágrafo único do art. 2º da proposição a criação de nova competência a órgão do Poder Executivo Federal quanto à instituição, cálculo e divulgação de novo índice relativo à vulnerabilidade social no Brasil. A propósito, como afirmado na justificação, o Ipea já publica o IVS, que é um índice composto pela média aritmética de três subíndices que captam uma entre as três seguintes dimensões: infraestrutura urbana, renda e trabalho e capital humano.

Quanto ao mérito, a Senadora Gabrilli concorda integralmente com a tese do nobre autor de que é necessário desenvolver o setor aeroespacial nacional concomitantemente ao resgate da dívida social do País com as comunidades típicas maranhenses e à proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico do Estado do Maranhão.

Diz a Relatora que é adequada a instituição de mecanismos que promovam o desenvolvimento socioeconômico maranhense, daí a importância do fundo. A bem da verdade, o fundo sozinho será incapaz de convergir a renda domiciliar *per capita* maranhense de R$605 à média nacional de R$1.373, conforme dados do IBGE.

Por outro lado, é plenamente justificável a intenção da proposição de incrementar os recursos disponíveis à proteção do patrimônio material maranhense que se associa, em algum grau, à história das próprias populações tradicionais.

Por fim, a Senadora concorda com o mérito da Emenda nº 1 – CAS, de autoria da nobre Senadora Eliziane Gama. Com efeito, a distribuição de parte dos recursos do fundo deve buscar a elevação da infraestrutura, da renda e do capital humano das comunidades típicas maranhenses, priorizando aquelas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situadas em localidades próximas ao centro de Alcântara, por serem as populações mais afetadas pela utilização das instalações aeroespaciais.

Diante do exposto, a Senadora Mara Gabrilli apresenta o voto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 2.951, de 2019, acrescido da emenda nº 1/CAS.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu queria só cumprimentar a iniciativa do Senador Roberto Rocha, do PSDB, também o relatório da Senadora Mara Gabrilli e o Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns, meus cumprimentos, devido à importância desse fundo, e cumprimentar também, Sr. Presidente, a nobre Deputada, Senadora Eliziane Gama – ela foi Deputada – pela iniciativa da Emenda nº 1, que ela, na verdade, com esse leque do próprio fundo do centro de lançamento de Alcântara, protege as comunidades quilombolas que estão próximas a esse centro. Então, a emenda foi acatada também, e acho que é de suma importância, porque com aqueles setores mais vulneráveis é o que esta Comissão, no meu entendimento, mais se preocupa.

Então, eu cumprimento a iniciativa, repito, do Senador Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Flávio Arns e a nossa querida Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Vista concedida. Vista coletiva concedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vista coletiva também.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 12: Emendas nºs 3 e 4 de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 181, DE 2016

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lasier Martins (PDT/RS)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Contrário às Emendas nº 3-PLEN e 4-PLEN.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

São submetidas à deliberação da CAS as Emendas nºs 3 e 4 de Plenário, de autoria do Senador Izalci Lucas, ao PLS nº 181, de 2016, do Senador Lasier Martins, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

No Plenário, o Senador Izalci apresentou as emendas. A matéria foi distribuída novamente a esta Comissão e à CCT para apreciação das emendas.

A Emenda nº 3 altera a redação do inciso I do §4º do art. 47 da citada lei, conforme redação final do parecer desta CAS, de modo a destinar 40% para projetos de pesquisa científica e tecnológica aprovados pelas agências de fomento às atividades científica, tecnológica e de inovação do Governo Federal. Ademais, acrescenta o inciso III para destinar 20% para projetos da Marinha do Brasil relacionados à ciência e tecnologia.

A Emenda nº 4 altera a redação do inciso I de modo a destinar 50% para projetos de pesquisa científica e tecnológica aprovados pelas agências de fomento às atividades científica, tecnológica e de inovação do Governo Federal.

Segundo o autor das emendas, é relevante considerar que o Governo Federal mantém diversas agências de fomento às atividades científicas, tecnológicas e de inovação além do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Adicionalmente, após a recente audiência pública realizada na Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, ficou patente a necessidade de maiores investimentos na área de Ciência e Tecnologia a cargo da Marinha do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Em relação ao mérito das emendas, somos contrários. Entendemos a preocupação do ilustre Senador ao querer destinar parte dos rendimentos do Fundo Social para projetos de pesquisa científica e tecnológica aprovados pelas agências de fomento às atividades científica, tecnológica e de inovação do Governo Federal, e não apenas os aprovados pelo CNPq. Ocorre que o CNPq é a agência cujo objetivo fim é essencialmente fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros. Sendo assim, todos os pesquisadores têm como pleitear bolsas de pesquisa, de produtividade e de pós-graduação nesse órgão. O CNPq financia também a aquisição de equipamentos de pesquisa, livros e outros materiais necessários para a realização de pesquisas científicas e tecnológicas.

Reconhecemos a importância das instituições citadas pelo autor das emendas, como a Capes, a Finep e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Entretanto, como os recursos são provenientes do Fundo Social, acreditamos que o CNPq seja a agência que financia diretamente os pesquisadores com maior capacidade de gerar resultados a serem apropriados por toda a sociedade. A Capes é subordinada ao Ministério da Educação, área já contemplada com recursos do Fundo Social. Ademais, não seria razoável pulverizar os recursos para todas as agências de fomento. Além de reduzir a capacidade de aporte financeiro a projetos relevantes, seria criada uma complexidade administrativa e uma rivalidade para se determinar o percentual destinado para cada agência.

Por fim, também reconhecemos a necessidade de maiores investimentos na área de ciência e tecnologia a cargo da Marinha. Sabemos que todas as instituições nacionais voltadas às atividades de P&D estão sofrendo cortes orçamentários graves que comprometem o futuro da pesquisa no País. Entretanto, acreditamos que o objetivo original do PLS deva ser preservado, qual seja, o de proporcionar uma nova fonte de orçamento especificamente para projetos de pesquisa científica aprovados pelo CNPq e para o financiamento de projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa.

Voto.

Por essas razões, manifestamo-nos pela rejeição das Emendas nºs 3 e 4 de Plenário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório contrário às emendas queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário às Emendas 3 e 4 de Plenário.

A matéria vai à CCT.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 3470, DE 2019

- Não terminativo -

Insere o art. 433-A na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir, às microempresas e às empresas de pequeno porte que admitirem aprendizes, prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Presidente, primeiro, cumprimento o Senador Jayme Campos pela iniciativa. Num momento de tanto desemprego, principalmente da juventude, é fundamental o ensino técnico para que eles possam se habilitar no mercado de trabalho. E aqui é apenas um incentivo que eles teriam em matéria de financiamento, de juro nos bancos, se o objetivo for atingido, ou seja, colocar jovens nas escolas técnicas.

No Rio Grande do Sul tem muito, a Marcopolo tem, a Massey Ferguson também tem escolas técnicas dentro da própria empresa. E aqui, principalmente agora, estou me referindo às pequenas e médias, que teriam esse incentivo.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 3.470, de 2019, do Senador Jayme Campos. O projeto acresce o art. 433-A à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Nos termos do artigo proposto, as microempresas – que mais geram emprego – e as empresas de pequeno porte que matricularem nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizes equivalente a 5%, no mínimo, e 15%, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, receberão prioridade, condições facilitadas e taxas de juros diferenciadas na obtenção de empréstimos de instituições financeiras integrantes das administrações públicas dos entes federados.

Argumenta o autor que o projeto busca simplesmente ampliar a oferta de formação profissional a aprendizes, valendo-se, para isso, de garantir tratamento especial às pequenas e microempresas, em observância ao art. 170, IX da Constituição.

A proposição foi destinada à análise da CAS e da Comissão de Assuntos Econômicos; uma vez aprovado aqui, lá será decidido de forma terminativa. Não recebeu qualquer emenda até o presente momento.

Análise.

A proposição se encontra no escopo desta Comissão, a teor do disposto no art. 100, I e IV, do Regimento Interno desta Casa. Além disso, a matéria – regulamentação de relações de trabalho, em sentido amplo – pertence ao domínio de competência da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal.

Ademais, não há invasão da competência de iniciativa reservada a outro dos Poderes da União, sendo o tema de competência plena do Congresso Nacional, tanto no tocante à sua iniciativa – que compete a qualquer Parlamentar – quanto à sua análise.

No mérito, consideramos útil e oportuna essa apresentação. Um dos principais entraves à empregabilidade do trabalhador brasileiro diz respeito a seu treinamento profissional deficiente. Essa questão é frequentemente ventilada nesta Casa, tanto em virtude de projetos apresentados quanto mesmo em grande número de audiências públicas e manifestações da população.

Nesse sentido, vamos ter, esse mês, uma grande sessão de homenagem às escolas técnicas, institutos e Sistema S, no Plenário do Senado, de nossa autoria.

A medida instaura, em boa hora, um mecanismo adicional de incentivo – ninguém é obrigado, é de incentivo – à educação profissional, estabelecendo regras de financiamento diferenciado para pequenas e microempresas que fornecerem a seus aprendizes cursos dos serviços nacionais de aprendizagem. Trata-se de procedimento não invasivo de incremento educacional que, se não deve gerar uma explosão de novas vagas de estudo – dadas as limitações financeiras daquelas empresas – não deixa de ser, assim mesmo, uma ajuda para solucionar o grave problema indicado e, ademais, em consonância com a Constituição.

Este é o voto, Sr. Presidente: diante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto do nobre Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Matéria em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 107, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutira proposta de criação de uma instância de participação e controle social, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover seu aperfeiçoamento.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Subscrito pelo Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Arns para a leitura do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É um requerimento de autoria da Senadora Mara Gabrilli, que eu também estou subscrevendo porque ela, por motivos ainda de recuperação da saúde, não pôde estar aqui presente. Ela, como todos sabemos, preside a Subcomissão Permanente de Doenças Raras e sempre tem dado uma contribuição enorme para essa Subcomissão, para a Subcomissão da Pessoa com Deficiência e também para a Submissão do Idoso, além de ser uma Senadora com uma atuação importantíssima aqui, no Senado Federal.

Mas a Senadora Mara Gabrilli apresenta o requerimento e eu então, como eu disse, estou subscrevendo também no seguinte sentido: requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a proposta de criação de uma instância de participação e controle social, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover o seu aperfeiçoamento.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Representante do Ministério da Saúde;

2. Representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;

3. Representante da Federação Brasileira das Associações de Doenças Raras;

4. Representante da Associação Amigos Múltiplos pela Esclerose;

5. Dr. Tiago Farina Matos, do Instituto Oncoguia.

Eu subscrevo também mais um nome, um representante da Aliança das Mães e Famílias Raras, Amar.

Então, seria audiência pública, e eu quero só dizer que tivemos, numa ocasião, aqui, no Plenário, uma cerimônia muito bonita – o nosso Presidente Romário estava presente –, com vários Senadores e Senadoras, para o lançamento, a divulgação da medicação para a AME, Atrofia Muscular Espinhal. Inclusive, o Ministro da Saúde nos informou, em outro momento, que nós agora já temos uma técnica genética para a cura da doença. Quer dizer, é um avanço muito importante.

Mas o que as famílias no Plenário indicaram é que elas precisavam ter uma instância de acompanhamento para saber quando o processo está começando, como está indo, se há dificuldades ou não, porque muitas vezes acontece, na Administração Pública, de uma ideia ser lançada e as pessoas não saberem depois se a ideia está tendo o desenvolvimento adequado para atender às necessidades das pessoas.

Então, a audiência pública tem por objetivo – eu acho muito interessante em termos de doenças raras – um debate para ver como fazer uma instância nossa aqui inclusive de acompanhamento dos processos todos relacionados a essa área de doenças raras.

Quero, assim, enaltecer a iniciativa da Senadora Mara Gabrilli, muito importante, e eu penso até que na outra Subcomissão a gente poderia fazer algo parecido, porque eu presido a Subcomissão da Pessoa com Deficiência, mas poderíamos falar com o Eduardo Gomes para ver se a gente não faz alguma coisa parecida inclusive em relação ao idoso também.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, na mesma linha, há também um requerimento da nobre Senadora Mara Gabrilli, que não está aqui por motivo de força maior, que eu entendo, Sr. Presidente, que vem num grande momento. Ela quer debater – inúmeros Senadores assinam o requerimento – a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil.

Como está aumentando muito essa questão, eu sei que é extrapauta... Mesmo lá na minha Comissão, se V. Exa. me permite, só como exemplo, que seria uma audiência conjunta, inclusive, das duas Comissões... Eu só aceito extrapauta quando eu vejo que, efetivamente, é uma matéria relevante e que não pode atrasar.

Então, faço um apelo a V. Exa., se concordar, para que a gente aprove esse requerimento extrapauta da Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 116, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Paim. (*Pausa.*)

A palavra já foi dada pelo Senador Paim.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 116, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de debater a realidade das pessoas em situação de rua no Brasil.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se me permitir, eu quero só destacar as pessoas que estarão presentes, mostrando que é um movimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suprapartidário, de oposição e situação. Só como exemplo, Sr. Presidente, se V. Exa. quiser ler o nome dos autores...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso ler?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Está convidado o Sr. Osmar Terra, Ministro da Cidadania; a Sra. Damares Alves, Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; a Sra. Ana Paula Mourão, Segunda-Dama do Brasil; Sra. Maralice dos Santos, Coordenadora do Movimento Nacional da População de Rua; a Sra. Susana Cordeiro Guerra, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Dr. Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes, Coordenador do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo; Diácono Paulo Roberto de Sousa, da Pastoral do Povo de Rua da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); representante da instituição filantrópica Amparo Maternal; e representante do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social.

Só com os nomes, a gente já mostra a importância desse debate.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

ITEM 16

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 109, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o processo de concessão de patentes, particularmente do segmento de saúde, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 2969, de 2019, que altera a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para conferir prioridade ao exame dos pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, bem como equipamentos e materiais relacionados à saúde pública".

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Subscrito pelo Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – É o item 16, da Senadora Mara Gabrilli.

> Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Economia, Paulo Guedes, informações sobre o processo de concessão de patentes, particularmente do segmento de saúde, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), com objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 2969, de 2019, que altera a Lei no 9.279, de 14 de maio de 1996, que "regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial", para conferir prioridade ao exame dos pedidos de patentes de produtos e processos farmacêuticos, bem como equipamentos e materiais relacionados à saúde pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 110, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Subscrito pelo Senador Flávio Arns.

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É o Requerimento nº 110.

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 277/2016, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para fixar em cinquenta empregados o limite mínimo para as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas preencherem seus cargos com pessoas com deficiência e com beneficiários reabilitados da Previdência Social, na proporção que especifica.
Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia;
2. Representante do Ministério Público do Trabalho;
3. Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/SP;
4. Representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI;
5. Dr. Ricardo Tadeu da Fonseca - Desembargador do TRT da 9ª Região (Paraná);
6. Dr. José Carlos do Carmo - Auditor e médico do trabalho, Coordenador do Projeto de Inclusão de Pessoas com Deficiência da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo e da Câmara Paulista de Inclusão.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, há o item 14, que é do Humberto Costa. Se eu puder também assinar junto, aqui eu faria a leitura em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Item 14:

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 98, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater sobre as consequências à segurança do trânsito que a suspensão da fiscalização de excesso de velocidade através de radares portáteis e estáticos pode causar nas rodovias federais, conforme o despacho do presidente Jair Bolsonaro, publicado no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2019.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Requerimento subscrito pelo Senador Paulo Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente, Sr. Presidente.

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater sobre as consequências à segurança do trânsito que a suspensão da fiscalização de excesso de velocidade através de radares portáteis e estáticos pode causar nas rodovias federais [...]

Senador Humberto Costa e Senador Paulo Paim.

Esse é o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Senador, eu só gostaria que se acrescentasse um representante do Ministério da Infraestrutura neste requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Pode ser?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Acho importante ouvir o Executivo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Será acrescentado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Está bom.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Lembro que, agora, na sequência, teremos reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre a automutilação e o suicídio.

Antes, porém, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas de reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Nelsinho Trad, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Marcelo Castro, Juíza Selma, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Carlos Viana, Soraya Thronicke, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Rocha, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Mara Gabrilli, Weverton, Renan Calheiros, Maria do Carmo Alves, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 47/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), REQ 53/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), REQ 56/2019 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), e REQ 114/2019 - CAS, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Debater sobre a automutilação e o suicídio. **Participantes:** Hugo José Lucena de Mendonça, Promotor de Justiça do Estado do Ceará; Fábio Gomes de Matos, Professor da Universidade Federal do Ceará; Juliana Cunha, Representante da Safernet Brasil; Daniel Gonçalves, Médico psiquiatra da Associação Médico Espírita do Planalto - Ame Planalto; Sandra Paula Peu da Silva, Assessora Científica da Presidência da Associação dos Psiquiatras da América Latina - APAL; João Leal, Presidente do Ação Brasil Sem Dor; Alessandra Xavier, Professora da Universidade Estadual do Ceará. Antônio Rafael da Silva Filho, Coordenador-Geral de Enfrentamento à Violência nas Famílias, Abandono, Pedofilia e Pornografia da Secretaria Nacional da Família - MMFDH. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Leila Barros, Jayme Campos, Rogério Carvalho, Maria do Carmo Alves, Irajá, Styvenson Valentim, Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns, Marcelo Castro, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Marcos do Val, Angelo Coronel, Major Olimpio, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2178, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para instituir a regulação do reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos coletivos e dos individuais e familiares pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 175, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3071, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação -ABBR no destino da arrecadação das loterias." **Autoria:** Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4034, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 2951, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 4815, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que "disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012", para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** 1- Durante a discussão, a Senadora Eliziane Gama reformula o Relatório, acatando sugestões do Senador Flávio Arns e apresentando mais uma emenda. 2- Aprovada a apresentação ao Plenário do Senado Federal de requerimento, de autoria da Senadora Eliziane Gama, de urgência para a matéria. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 115, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial a partir de equipe multidisciplinar." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 117, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4569/2019, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais", e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a relação de trabalho e emprego em regime de teletrabalho." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 118, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 127/2012, que modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 119, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 115/2019 seja incluída como expositora a Senhora Izabel Maior, que é professora de medicina na UFRJ, foi a primeira pessoa com deficiência a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e é liderança há mais de trinta anos do Movimento das Pessoas com Deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 120, de 2019 que: "Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4815/2019, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que "disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012", para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para registrar nossa saudação em virtude da comemoração do Dia Nacional do Surdo, que ocorrerá amanhã, dia 26 de setembro, e desejar que nessa importante data possamos continuar a estimular e a produzir as reflexões necessárias à inclusão desses cidadãos na nossa sociedade.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 19.

Item 17.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 115, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os entraves para a regulamentação da avaliação biopsicossocial a partir de equipe multidisciplinar.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Ministro da Saúde; Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; representante da Casa Civil; representante da Subsecretaria da Perícia Médica; representante do Ministério Público do Trabalho; representante do Conade; representante do Comitê Brasileiro de Organizações Representativas das Pessoas com Deficiência; representante da UnB que responde pela criação e validação dos instrumentos de avaliação; e representante da Rede Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Votaremos em seguida esse requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sim, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – É só porque eu quero também dizer para a Comissão e para as pessoas que nos acompanham que, semana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passada, fizemos uma reunião administrativa com os gabinetes dos Senadores que fazem parte das Subcomissões Permanentes sobre Doenças Raras e da Pessoa com Deficiência e, inclusive, colocamos nas duas Comissões que a prioridade neste ano, em termos de audiência, seria a avaliação biopsicossocial, que já foi definida como política pública desta Comissão inclusive. E, numa das outras audiências que vão ser propostas, a gente vai estudar os dois modelos que estão sendo elaborados – um pela Secretaria da Pessoa com Deficiência e o outro pelos médicos peritos do INSS –, para que a partir daí, junto com a Senadora Soraya Thronicke, que está abordando essa área, a gente possa se aprofundar nesse tema. É importante que se diga isso, porque a gente quer, até o final do ano, conforme V. Exa. propôs, que seja política pública.

Mas eu só quero aproveitar para, em função do que foi lido antes, sobre o Dia Nacional dos Surdos, cumprimentar os profissionais e as profissionais que atuam aqui na Comissão, que fazem um trabalho tão bom, e que a gente continue ainda na busca para permitir que a imagem delas possa aparecer também na TV Senado – como já foi discutido em outras ocasiões. Talvez, o apelo nesse dia nacional possa ser no sentido de que as pessoas que estão nos acompanhando pelo Brasil possam ter a mesma transmissão do conteúdo da comunicação que nós estamos tendo aqui na sala.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador. Essa é uma luta nossa já de alguns anos: tentar fazer com que esses brilhantes profissionais de Libras possam aparecer também naquela telinha ali, para que as pessoas com problemas de surdez possam entender e acompanhar 100% do que acontece aqui – não só nesta Comissão, como nesta Casa em geral.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento que foi lido, item 17, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 117, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4569/2019, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais", e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a relação de trabalho e emprego em regime de teletrabalho.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Romário; Senador Flávio Arns, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4.569/2019, que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais", e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a relação de trabalho e emprego em regime de teletrabalho.

Aí eu proponho uma série de entidades: representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; da Anamatra; da ANPT; do Sinait; e do Cesit.

Essas são as indicações e esse é o requerimento, Sr. Presidente. Teletrabalho é o debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 118, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 127/2012, que modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Com a palavra, por favor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pública, para instruir o PLS 127/2012, que modifica o inciso XI do art. 10 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, para incluir todas as atividades bancárias no rol de serviços ou atividades essenciais.

Aqui, Sr. Presidente, há boa intenção, entendo eu, do autor, mas é um debate sobre o direito de greve, e no projeto, da forma como está – eu sou Relator –, não se vai permitir que o setor bancário tenha o direito a se manifestar em momento de desencontro entre empregado e empregador quanto ao direito de greve. Como é um tema polêmico, eu cuidei aqui de convidar setores de ambos os lados:

1. Representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho;

2. Representante do Ministério Público do Trabalho (MPT);

3. Representante da Federação Nacional de Bancos (Febraban);

4. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT);

5. Representante do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região;

6. Representante de uma central, que seria a Intersindical; e

7. Representante do Sindicatos dos Bancários de Brasília.

Para discutir direito de greve.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 119/2019-CAS, apresentado por mim. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 119, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 115/2019 seja incluída como expositora a Senhora Izabel Maior, que é professora de medicina na UFRJ, foi a primeira pessoa com deficiência a comandar a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e é liderança há mais de trinta anos do Movimento das Pessoas com Deficiência.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ).

A professora recebeu da Organização dos Estados Americanos (OEA) prêmio pela sua "contribuição ao desenvolvimento de um continente mais inclusivo", em 2010.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns, meu amigo! Parabéns, Senador Girão! Muita paz, felicidade e saúde!

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) –

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2178, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para instituir a regulação do reajuste das contraprestações pecuniárias dos planos coletivos e dos individuais e familiares pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Vai ser retirado de pauta, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Será retirado de pauta; a Mara Gabrilli pediu que fosse retirado para que se fizesse uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O.k.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu tenho um projeto, que é da Mara Gabrilli. Ela não está presente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Podemos fazer *ad hoc*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se o Flávio Arns puder fazer *ad hoc*... Somos todos do mesmo bloco, eu diria. É o item 4, se eu não me engano... Item 8. O item 4 é do Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Ele é terminativo, só vai ser feita a leitura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só faremos a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) –

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2017

- Terminativo -

Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns, Relator *ad hoc*, para fazer a leitura.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – A Relatora é a Senadora Mara Gabrilli.

Além do que já foi lido, o dispositivo referido prevê a cessação do benefício de auxílio-doença, após 120 dias, contados da data da concessão ou de reativação, caso não haja um prazo estimado para a duração dele no ato inicial de concessão ou de reativação, previsto no §11 do mesmo artigo.

Na sua justificativa, o Senador Paulo Paim argumenta que houve uma inversão, na prática, tendo em vista que a legislação transferiu para o beneficiário o ônus decorrente da ausência de um prazo fixado no ato administrativo ou na sentença judicial. Ou seja, se não há previsões razoáveis sobre a duração da enfermidade, não é o convalescente ou ainda doente que deveria procurar a prorrogação. É a administração previdenciária que deve verificar se o segurado está em condições de retornar ao trabalho ou se precisa de mais tempo de recuperação.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

Compete à CAS dar parecer terminativo sobre o projeto de lei em análise, nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A regulamentação da matéria objeto desta proposição – concessão de auxílio-doença – enquadra-se no inciso XXIII do art. 22 da Carta Magna, que atribui competência privativa à União para legislar sobre a seguridade social.

O projeto está de acordo também com a legislação pertinente à sua tramitação.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto. A concessão de auxílio-doença não pode causar insegurança na vida da pessoa adoentada ou incapacitada. É fundamental que o ato que concede esse benefício tenha prazos estabelecidos, inclusive, se for o caso, com o agendamento de uma nova perícia.

As pessoas não podem ser, simplesmente, mandadas para casa e depois serem surpreendidas pela suspensão do pagamento de seus benefícios, sem uma avaliação criteriosa de suas condições de saúde. O ônus de procurar a reativação, com novos agendamentos, não pode ser transferido aos interessados.

Ademais, a maior parte dos beneficiários da seguridade não têm condições de conhecer prazos legais, muito menos conhecer o complexo sistema de contagem desses prazos. Isso é responsabilidade da administração.

No caso de benefícios concedidos por decisão judicial, além disso, é de se imaginar que o juiz, ao não fixar um prazo limite, espera que a Previdência traga dados atualizados sobre as condições de saúde do beneficiário para, eventualmente, revogar a sua decisão. Se o benefício for suspenso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativamente, em 120 dias, é possível que o interessado tenha que recorrer novamente ao Poder Judiciário para fazer valer os seus direitos, sujeitando-se a atrasos e retardamentos.

A redação do dispositivo, entretanto, refere-se ao §12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, quando o conteúdo do referido parágrafo encontra-se, atualmente, no §9º – e não no 12 – do mesmo artigo. São cabíveis, portanto, duas emendas de redação para corrigir essa impropriedade.

Em face do exposto, votamos, conforme a Senadora Mara Gabrilli coloca, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 175, de 2017, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº 1 - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2017, a seguinte redação:
"Revoga o § 9º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências."
EMENDA Nº 2 - CAS
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 1º Fica revogado o § 9º do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991."

É o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador, muito obrigado.

O relatório é dado como lido e ficam adiadas a discussão e a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, V. Exa. me permite um comentário de um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Por favor, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Eu considero esse projeto muito importante, Sr. Presidente, porque não é o computador que vai dizer quando quem está em auxílio-doença ou por acidente deve ter alta. Depois de 120 dias, automaticamente o computador diz que ele pode trabalhar. Ora, se o perito entender que quer dar para ele três meses, um mês ou um ano, o perito volta e consequentemente vai dar alta ou não. Não pode ser um sistema de computador. É como diz Charles Chaplin: "Não sois máquina! Homens é que sois!". Não pode uma máquina dizer se eu estou ou não preparado, sem sequer a máquina me examinar, porque poderia ser um aparelho que examinasse, mas a máquina simplesmente diz que depois de 120 dias ele está apto a trabalhar. Por isso entendo que a lei deve ser revogada, e, claro, a discussão e a votação far-se-ão no momento adequado.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 3071, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei 13.756 de 2018 para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação - ABBR no destino da arrecadação das loterias.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1 - A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 11/09/2019;

2 - Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Irajá para leitura do relatório.

Senador Irajá, bem-vindo! Bom dia!

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Análise. Cabe a esta Comissão de Assuntos Sociais, conforme o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde.

Apesar de, neste momento, termos de fazer a análise do mérito do PLS nº 3.071, de 2019, valemo-nos da oportunidade, também, para fazer o exame dos aspectos formais: constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e redação.

É extremamente louvável a inclusão da ABBR entre as beneficiadas com a renda líquida de um concurso anual da loteria de prognósticos esportivos (Loteca). Atualmente, a legislação concede esse benefício a outras três entidades de grande relevância nacional: a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes); a Cruz Vermelha Brasileira; e a Federação Nacional das Associações Pestalozzi (Fenapestalozzi). A última acrescida com a Lei nº 13.756, de 2018.

A ABBR foi fundada em 1954, no Rio de Janeiro, com o objetivo de possibilitar que vítimas de poliomielite e pessoas com sequelas motoras tivessem acesso a um tratamento especializado e fossem reintegradas à sociedade. Em setembro de 1957, o Presidente Juscelino Kubitscheck inaugurou o Centro de Reabilitação da ABBR, o primeiro do Brasil, dentro da concepção moderna da reabilitação como um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo integrado. Presentemente, atende 1,2 mil pacientes por dia, sendo 70% de baixa renda, conforme dados de seu sítio eletrônico.

Segundo a Caixa Econômica Federal, entre 2011 e 2018, os valores destinados pela Loteca à Cruz Vermelha e à Fenapaes oscilaram de cerca de R$200 mil a quase R$1 milhão.

Ainda que os recursos variem de acordo com o número de apostas realizadas no concurso escolhido pela entidade, cabe salientar que eles contribuem sobremaneira para que essas instituições se mantenham em funcionamento.

Assim, a proposição poderá amparar a ABBR, sem retirar recursos expressivos advindos das modalidades lotéricas, nem da Caixa, nem dos demais beneficiados.

Não observamos óbices quanto à constitucionalidade.

A Constituição Federal de 1988 determina que compete à União legislar sobre sistemas de consórcios e sorteios. Também, é competência comum dos entes federados cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência. E, ainda, cabe à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, assim como sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência.

Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre as matérias de competência da União.

Destaca-se que os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea, não há vício de iniciativa e observam os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Quanto à sua juridicidade, observamos que o PL nº 3.071, de 2019, obedece aos princípios de imperatividade, coercibilidade, organicidade, generalidade, abstratividade e inovação. Também, é coerente com os princípios gerais do Direito. Por fim, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, qual seja, a normatização via edição de lei é o adequado.

Tampouco, a proposição fere as regras de regimentalidade.

No que diz respeito à boa técnica legislativa e à redação, é necessária uma emenda para tornar mais clara e concisa a ementa do projeto.

Voto.

Em razão do exposto, o parecer é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 3.071, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguintes emenda:

A ementa do Projeto de Lei nº 3.071, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR) entre as entidades da sociedade civil beneficiadas com a renda líquida de um concurso anual da loteria de prognósticos esportivos.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 4034, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Observações:

1- A matéria consta da Pauta desde a Reunião de 11/09/2019;

2 - Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Irajá para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à assistência social. Logo, é regimental a análise do projeto por esta Comissão.

No mérito, manifestamos nosso apoio incondicional à proposição.

No início deste ano de 2019, todos assistimos estarrecidos a mais um gravíssimo desastre social e ambiental associado à mineração, o rompimento da barragem de rejeitos do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, que estava sob a responsabilidade da empresa Vale. O volume de rejeitos e lama inundou o entorno, devastando tudo que estava em seu caminho.

Para além dos impactos ambientais de proporções ainda incalculáveis, a tragédia humanitária provocou a morte de mais de 200 pessoas e transformou a vida dos sobreviventes. Muitos deles têm de lidar até hoje com um doloroso sentimento de perda de seus familiares, amplificado pela destruição de suas casas, assoladas pela lama.

Desde então, a Vale acertou o pagamento de indenizações a algumas vítimas do desastre. Além disso, com a edição da Medida Provisória 875, de 2019, a União instituiu o Auxílio Emergencial Pecuniário, no valor de R$600, pago em parcela única às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada e da Renda Mensal Vitalícia, residentes em Brumadinho, atingidas pelo colapso de barragens no referido Município.

Em nossa opinião, que vem a coincidir com a do autor do projeto, mostra-se incoerente a ação do Poder Público que, de um lado, reconhece a situação de desespero das vítimas da tragédia de Brumadinho e, de outro, considera incremento de renda os valores recebidos a título de indenização, para fim de excluí-las de programas assistenciais.

Não apenas incoerente, trata-se de uma avaliação injusta, desumana e contrária ao conceito jurídico de "indenização". Aquele que indeniza outrem oferece uma reparação, uma compensação por um dano material ou moral causado. A intenção maior é restabelecer, tanto quanto possível, a situação anterior, eliminando os efeitos do ato ilícito. Cumpre salientar que o dano, como regra, não pode ser sequer estimado, a exemplo da morte de um ente querido, que não cabe num valor definido.

Dessa forma, a vítima não está a adquirir um ganho financeiro que justifique ser alijada de programas sociais, como se houvesse logrado uma mobilidade social ascendente e deixado a condição de baixa renda. Ao contrário, as pessoas indenizadas viram destruídos seus lares, seus pertences pessoais, documentos, objetos de valor afetivo, e contarão com o valor pago pela Vale para reconstruir suas vidas.

Idêntico raciocínio aplica-se ao Auxílio Emergencial Pecuniário instituído pela MPV 875, de 2019, cuja denominação emergencial já é autoexplicativa, e foi destinado justamente às famílias atingidas já beneficiárias do PBF, BPC e RMV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, não podemos deixar de registrar a nossa desaprovação à atuação do Poder Público que, ao mesmo tempo em que se omite na fiscalização da atividade que provocou a tragédia, vem impor a mais dura pena às suas vítimas, qual seja, a privação de benefícios assistenciais, importantes (senão únicas) fontes de subsistência das famílias atingidas.

Portanto, opinamos pela aprovação de um projeto tão meritório. Sugerimos, contudo, alguns reparos à matéria, sob a forma de um substitutivo, que tem por objetivo tornar o texto compatível com as normas de técnica legislativa, bem como explicitar a exclusão das verbas indenizatórias do conceito de renda para fins de percepção do PBF.

Voto.

Em razão do exposto, concluímos pela aprovação do projeto de lei do Senado Federal, na forma do seguinte substitutivo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não precisa. Não quer ler?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Por isso consultei, se regimentalmente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não é obrigatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Então eu dispenso, Sr. Presidente, a leitura na íntegra, já que é público e de conhecimento de todos os Senadores presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Queria cumprimentar a iniciativa do Senador Antonio Anastasia. Todas as suas iniciativas... É difícil a gente votar contra um projeto desse Senador. Na mesma linha, cumprimento a relatoria do Senador Irajá, até porque um projeto na mesma linha de procedimento – histórico, eu diria –, nós defendemos e esta Comissão aprovou por unanimidade. Era diferente, claro, aquele foi correto, e esse vai na mesma linha, mas amplia; naquele caso nós garantimos que as pessoas vítimas desses incidentes, ou melhor, assassinatos acontecidos em matéria de fatos como aqui lembrado nesse caso... Eu lembro que aprovamos que os empresários que responderem por aquele ato acontecido, pela forma como conduziram aquele empreendimento, serão responsáveis pelo pagamento do benefício, e não somente o Governo. Isso já foi aprovado. Esse aqui amplia ainda mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, Sr. Presidente, só posso cumprimentar a ambos, e me permita, Presidente, cumprimentar ainda a Mara Gabrilli pelo relatório, também o Senador Flávio Arns, no projeto anterior, que trata da alta programada. Cumprimento os quatro Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, nos termos da Emenda nº1-CAS (Substitutivo).

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Só quero pedir para retirar da pauta o item 6 e que a gente faça o relatório na próxima semana. Apresentaremos o relatório na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Retirado de pauta o item 6, Senadora Leila.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1399, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) –

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 2951, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Fundo de Compensação Social para o Estado do Maranhão.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1.

Observações:

1- Em 18/09/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Coloco a matéria em discussão. Consulto se algum Senador tem alguma manifestação decorrente do pedido de vista. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 4815, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que "disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012", para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para leitura do relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, antes de tudo, eu queria cumprimentar a Senadora Mara Gabrilli pelo relatório que trata da instituição do Fundo de Compensação Social para o desenvolvimento do Maranhão. Nós apresentamos uma emenda, que foi acatada pela querida Senadora. Os meus cumprimentos! Na nossa emenda nós pedimos o direcionamento de forma preferencial para os Municípios do entorno da base de lançamento de Alcântara.

Nós temos feito inúmeras reuniões e conversas com os moradores, mais precisamente de Alcântara, referentes aos possíveis impactos após a efetividade do acordo Brasil-Estados Unidos, relativo à utilização do centro de lançamento. Entendemos que em qualquer investimento que vá para o nosso Estado – e aí todos são bem-vindos e estaremos lutando de forma muito intensa em relação a isso – devem ser atendidos de forma preferencial os Municípios do entorno, exatamente porque são os mais impactados. Isso ocorre quando da implantação, por exemplo, das grandes hidrelétricas, dos grandes investimentos, em que geralmente se faz uma ação compensatória para os Municípios e para a região do entorno que recebe, de fato, esse impacto.

Então, cumprimentos à Senadora Mara pelo projeto e por ter admitido nossa emenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, Presidente, o projeto agora que estamos a discutir trata de uma alteração no Susp, que é o sistema nacional de segurança pública e defesa nacional, que, no meu entendimento, foi um divisor de águas na política de segurança pública nacional.

Eu, como Deputada Federal, inclusive, participei de forma muito intensa desse debate na Câmara dos Deputados, e um dos pontos fundamentais é a garantia orçamentária e, portanto, investimento de forma muito mais sincronizada para todos os programas de segurança pública no Brasil. E dentre esses vários programas – eu já leio o meu relatório – nós temos aí o que institui o Pró-Vida, que é o que está em questão aqui, em que o Senador Alessandro Vieira, com muita inteligência, faz essa alteração.

Vejam que é um projeto importante porque nós temos de uma forma muito frequente, por exemplo, a preocupação apresentada referente à questão do assassinato de policiais ou de assassinato de civis por policiais. Esse é o debate que nós temos à tona diariamente na sociedade brasileira e que é, no nosso entendimento, muito revoltante, porque não se pode matar policiais nem matar civis. Nós temos que ter muito cuidado em relação à proteção da vida. Agora, em meio a tudo isso, nós temos o suicídio do policial.

Eu fiquei impressionada com os números, Senador Romário: o número de policial que se suicida é maior do que o número de policial que é assassinado, ou seja, se a gente não tiver uma preocupação... E aí nós estamos no Setembro Amarelo, e eu vou inclusive pedir urgência desse projeto para o Plenário. Se a gente não tiver uma preocupação com esses programas, o suicídio, que em geral é a culminância de uma depressão, vai infelizmente aumentar. Nós vamos ter um problema que vai recrudescer, exatamente por se considerar este o mal do século. Os problemas emocionais hoje nós não podemos entender como problema de besteira, de frescurite, como se diz no Nordeste brasileiro. Não. Esse é um problema sério, e nós realmente precisamos enfrentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Inclusive, Senadora, tivemos semana passada, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, uma audiência pública sobre o suicídio bem interessante e bem importante. Realmente é um mal que está no momento do nosso País, e a gente realmente tem que fazer alguma coisa. Perfeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Impressionante, Senador Girão, ver as pessoas, os fatos, e os nomes das pessoas que estão com depressão. O programa da TV Globo, inclusive, está fazendo essa apresentação, e você fica impressionado porque você olha e diz: "Meu Deus, essa pessoa não poderia estar deprimida, essa pessoa é bonita, é rica, tem muito dinheiro, é famosa, tem tudo para ser muito feliz". Mas na verdade a felicidade não é isso.

A depressão é um problema que está em todas as faixas etárias, em todas as classes sociais, todas as classes econômicas também, que realmente precisa ser enfrentado com muita inteligência e com atenção do Poder Público. É um problema. Nós não temos hoje profissionais na rede pública para esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento. Vejo que nós precisamos – e V. Exa. está estudando bem o tema – inclusive examinar a questão da legislação dos planos de saúde, porque há uma restrição ainda em relação a isso. Precisamos ter mais psicanalistas, mais psicólogos, mais profissionais que têm conhecimento na área para atender essas famílias, porque infelizmente o acesso a esses profissionais ainda é muito pequeno.

Mas vamos aqui ao relatório, Presidente.

Vem para análise da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei 4.815, de 2019, do Senador Alessandro Vieira, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do §7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social.

O art. 1º do projeto acrescenta três parágrafos ao art. 42 da Lei nº 13.675, de 2018, para determinar que o Pró-Vida – programa de atenção psicossocial e de saúde no trabalho destinado aos profissionais de segurança pública e defesa social – desenvolverá ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e de defesa social (§1º) e publicará, anualmente, dados sobre suicídio desses profissionais (§2º). O §3º dispõe que as ações previstas no §1º serão implementadas de forma pactuada entre a União e os demais entes federados.

O art. 2º, cláusula de vigência, determina que a lei dele resultante passe a vigorar na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor afirma que, pelas características inerentes ao seu trabalho, os policiais correm risco aumentado de cometerem suicídio. Na sua opinião, apesar de a Lei nº 13.675, de 2018, ter criado o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida), a assistência à saúde mental desses profissionais ainda não é prioridade dos gestores públicos. Por isso, ele apresenta projeto de lei com objetivo de prever a realização de ações de prevenção ao suicídio no âmbito do Pró-Vida.

O PL nº 4.815, de 2019, foi encaminhado para análise da CAS e, em caráter terminativo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Não foram apresentadas emendas.

Compete à CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde.

Neste relatório, abordarmos os aspectos atinentes à área de saúde. Deixaremos que a análise aprofundada sobre a constitucionalidade do projeto em comento seja realizada pela CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em relação ao seu mérito, o projeto sob análise pretende instituir uma política de prevenção ao suicídio no âmbito do Pró-Vida, programa criado para oferecer atenção psicossocial e de saúde no trabalho aos profissionais de segurança pública e defesa social.

O tema é bastante relevante, haja vista que evidências epidemiológicas sugerem haver, de fato, elevados índices de suicídio entre profissionais de segurança pública.

Com efeito uma meta-análise realizada nos Estados Unidos da América apontou que a incidência de autoextermínio em policiais é maior que na população em geral.

Aventa-se que essa tendência seja decorrente de uma interação complexa de fatores como, por exemplo, vulnerabilidades pessoais, situações de estresse no trabalho, depressão, síndrome de Burnout e estresse pós-traumático.

No Brasil, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 – publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – apontou que houve, em 2018, 104 suicídios de policias civis e militares. Segundo a publicação, esse número indica que, houve mais policiais vítimas de suicídio que de assassinatos.

Sr. Presidente, eu queria só pedir um pouco de silêncio aos presentes aqui.

Desse modo, resta claro que o projeto sob análise é bastante pertinente.

Efetivamente, reconhecemos o avanço promovido pela promulgação da Lei nº 13.675, de 2018, que criou o Pró-Vida para oferecer atenção psicossocial aos profissionais de segurança pública e defesa social.

Todavia, concordamos com a visão do autor do projeto de que, diante de dados epidemiológicos alarmantes, deve-se explicitar, em lei, a necessidade das ações de prevenção ao suicídio desses profissionais.

Por fim, cumpre registrar que há um equívoco de técnica legislativa. O *caput* do art. 1º anuncia o acréscimo de dois parágrafos ao art. 42 da Lei nº 13.675, de 2018, ao passo que, na verdade, o projeto acrescenta três parágrafos ao referido dispositivo. Por esse motivo, apresento uma emenda de redação.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.815, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CAS
> Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto de Lei nº 4815, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 42 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:"

Portanto, esse é o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imediatamente, peço urgência, para que o projeto siga ao Plenário.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sr. Presidente Romário...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Coloco a matéria em discussão.

Com a palavra o Senador Girão, por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Posso falar, primeiro?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pode falar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Eu gostaria, neste momento, de parabenizar tanto o Senador Alessandro, autor do projeto, como a Senadora Eliziane, que o relatou, pela extrema sensibilidade. É um assunto urgente. Uma pandemia está acontecendo hoje no mundo.

Inclusive, amanhã, nós teremos na CDH... Na semana passada, tivemos uma reunião aqui na CAS. Amanhã, a partir de um requerimento da Senadora Leila, aqui presente, nós teremos uma audiência pública sobre esse assunto. Quanto mais audiências públicas a gente faz, há mais gente esclarecida, há mais luz no fim do túnel.

A gente ouviu aqui muitos especialistas. Inclusive, chegamos à conclusão – o Senador Flávio Arns também estava presente – de que a inteligência artificial – a Senadora Eliziane colocou essa expressão no relatório dela – pode poupar muitas vidas, identificando, nas redes sociais, certos termos que estão sendo colocados, certos desejos, compartilhamentos que estão sendo feitos. Então, com isso, a gente pode, de alguma forma, criar uma política pública. Inclusive, estavam representados aqui o Ministério da Cidadania e o Ministério da Família também – faltou só Ministério da Saúde –, para a gente tentar interligar isso aí, porque eu acho que dá para se obter uma grande conquista para preservar vidas.

Com relação à questão dos profissionais de segurança pública, eu tive a oportunidade, na minha vida, de dirigir empresas de segurança durante mais de 15 anos. Eu senti na pele que o acesso fácil à arma de fogo, Senadora Eliziane, para uma pessoa que tem uma propensão e que está num momento de fragilidade emocional, faz com que ela, naquele impulso, use a arma. Então, a gente tem de redobrar a atenção em torno do profissional de segurança, para identificar os problemas por que ele está passando e para tentar se antecipar ao fato.

Você pode pegar aí os índices que dizem que, com o acesso fácil à arma para os profissionais de segurança, eles têm uma taxa muito maior de suicídio, justamente devido a esse acesso fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria celebrar esse projeto. Espero que, como a Senadora Eliziane colocou aqui, ele seja rápido, que a gente assine o requerimento de urgência para que ele vá logo para o Plenário.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero concordar com todo o relatório, com a iniciativa do projeto de lei, com as palavras do Senador Eduardo Girão, aproveitando também para novamente lhe dar os parabéns pelo aniversário no dia de hoje.

Mas eu gostaria de sugerir, Senadora Eliziane, que a gente pudesse – isto está de acordo com a ideia do Senador Alessandro – colocar uma pequena expressão, porque o suicídio é consequência, e é preciso haver políticas preventivas também. Eu colocaria assim: "O Pró-Vida desenvolverá, durante todo o ano, ações voltadas para a promoção da saúde mental e prevenção do suicídio". Eu colocaria as expressões "promoção da saúde mental" e "prevenção do suicídio". E, no §2º, eu colocaria: "O Pró-Vida publicará, anualmente, dados sobre doenças mentais e suicídio". Assim, você pode associar a depressão ao suicídio, a ansiedade ao suicídio. Você, inclusive – permita-me chamá-la de você –, colocou um parágrafo. Todavia, a gente tem de se lembrar das medidas preventivas. Eu acho que, com essas duas expressões, a gente abordaria a área inteira da saúde mental, porque suicídio é um problema de saúde mental.

Então, eu sugeriria que só se colocasse, no §1º, a expressão "ações voltadas para a promoção da saúde mental e prevenção do suicídio" e, no §2º, a expressão "dados sobre transtornos mentais e suicídio", para destacar o suicídio também. A gente poderia incluir o suicídio no transtorno mental, mas é bom chamar a atenção para o suicídio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Transtorno mental e emocional?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, só mental. Seriam transtornos mentais, porque o transtorno emocional entraria no transtorno mental também. Seriam transtornos mentais e suicídio.

Senadora Eliziane, seria só um pequeno acréscimo na redação, que dá uma abrangência muito maior, porque aí podemos olhar, na Polícia, quantos casos de suicídio existem, se eles foram tratados anteriormente, se foram identificados, como fazer uma política pública melhor para prevenir o suicídio.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Presidente, quero só registrar a admissão da proposta do Senador Flávio Arns, porque nós precisamos já acrescentá-la agora, por conta do Plenário. Em Plenário, já não se admitem alterações.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É um pequeno acréscimo de uma expressão.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – E é muito importante, Senador. V. Exa. fez uma colocação importante.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E está de acordo com o projeto de lei, com a justificativa e com o relatório, inclusive, porque há um parágrafo bem claro lá sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Já pedimos a urgência, Presidente, para o Plenário. Fizemos um pedido de urgência para a matéria ir ao Plenário. Nós estamos no Setembro Amarelo e queríamos ver se aprovávamos essa pauta ainda neste mês.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem!

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 120, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, nos termos dos arts. 336, II, e 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL 4.815/2019, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que "disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do §7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, e a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012", para dispor sobre a implementação de ações de prevenção ao suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA).

Coloco em votação o requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 4.815, de 2019, apresentado pela Senadora Eliziane Gama.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será feita a apresentação ao Plenário do Senado Federal.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 3.966, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações: *será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.*

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para fazer a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero aproveitar para parabenizar o Senador Girão pelo aniversário.

Saúde, amigo, e lucidez!

Vamos ao relatório!

Está em análise nesta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 3.966, de 2019, do Senador Confúcio Moura, que acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos de idade possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.

A proposição, em síntese, permite que o responsável por menor de 18 (dezoito) anos de idade possa se ausentar de seu posto de trabalho, por 3 (três) dias a cada 6 (seis meses), para acompanhar a criança ou adolescente em competições desportivas.

A justificação da proposta reside, em síntese, na necessidade de se estimular a prática desportiva, tida como instrumento educacional relevante para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

O PL nº 3.966, de 2019, foi distribuído, em caráter terminativo, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica, constitucional ou regimental na proposição.

Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto ao mérito, não há reparos a fazer.

O art. 5º, XXIII, da Constituição Federal atribui à propriedade função social. Além disso, o art. 227 do Texto Magno incumbe à sociedade o dever de prover crianças e adolescentes dos meios indispensáveis ao seu integral desenvolvimento.

Nesse sentido, o estímulo à prática de competições desportivas, mediante dispensa dos responsáveis pelo menor de 18 (dezoito) do comparecimento ao trabalho, colabora para que crianças e adolescentes adotem estilo de vida saudável, tanto sob o aspecto físico quanto intelectual. Além disso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concretiza a função social da empresa, por colocar os interesses da sociedade acima dos lucros empresariais.

É sabido, também, que o esporte colabora para a socialização dos jovens e atua como fator apto a construir o senso de disciplina de crianças e adolescentes.

Todos os benefícios acima descritos são coroados com a presença do responsável pelo jovem, no momento da competição desportiva. A referida presença é fator que confere suporte emocional a esse menor, no momento que ele põe em prova as habilidades treinadas durante o processo de preparação para o evento desportivo.

O PL nº 3.966, deve ser, portanto, louvado por este Parlamento, por colaborar com o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Entretanto, recomendam-se dois aprimoramentos à proposição.

O primeiro consiste em retificar, na ementa, o inciso inserido na CLT pela proposição. Ao contrário do que consta na ementa, o inciso a ser acrescentado no texto consolidado é o XIII, e não o XII.

Além disso, sabe-se que adolescentes maiores de 16 (dezesseis) anos de idade já ostentam maturidade suficiente para participar em competições sem a presença do genitor. Nesse caso, o responsável pelo adolescente pode ser o técnico ou outro adulto designado na delegação.

Em face disso, é necessária a apresentação de emenda, para que a dispensa prevista no inciso XIII que se busca incluir no art. 473 da CLT seja devida aos responsáveis por menores de 16 (dezesseis) anos de idade. Deve-se modificar, também, a ementa da proposição.

Voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.966, de 2019, com duas emendas.

Eu vou ler as duas emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 3.966, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta o inciso XIII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 16 (dezesseis) anos de idade possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica."
EMENDA Nº - CAS
Dê-se ao inciso XIII do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.966, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 1º
.....
'Art.
473.....
XIII - por até 3 (três) dias, a cada seis meses, para acompanhar menor de 16 (dezesseis) anos de idade em competições esportivas, quando responsável por ele, na forma do regulamento.'(NR)"

É só na CLT, porque se está falando de servidores públicos, e é vício de iniciativa. Só o Presidente da República, como todos sabem, pode propor projetos que geram despesas e que mexem com a Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senadora!

O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2017

- Terminativo -

Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista.

Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR)

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: pela rejeição do Projeto.

Observações: *a matéria consta da Pauta desde a Reunião de 11/09/2019.*

Concedo a palavra ao Senador Irajá para fazer a leitura do relatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, discutir e votar projetos de lei que versem sobre condições para o exercício de profissões.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional nos dispositivos que versam sobre o exercício da profissão de terapeuta naturista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

O presente projeto de lei abrange uma vasta gama de modalidades de terapia física, psicológica ou espiritual não regulamentadas e outras que pertencem à competência de conselhos profissionais.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, inciso XIII, estabelece que é totalmente livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas exigências estabelecidas em lei. Consagra-se, dessa forma, a absoluta autonomia individual para o desempenho de quaisquer atividades profissionais.

A criação de exigências para que um cidadão qualquer possa exercer um dado ofício, portanto, deve ser, portanto, interpretada restritivamente, à luz da liberdade consagrada na Constituição.

Uma vez que é totalmente livre a escolha da profissão que se quer praticar, qualquer restrição somente pode ser aplicada quanto às condições de exercício da profissão, ou seja, quanto aos predicados necessários àquele exercício (usualmente obtidos por aprendizado escolar ou prático específico). Ora, se a escolha de ofício deve ser livre, tem-se que a imposição de limitações a essa escolha somente pode se justificar em função de premente interesse público.

Por premente interesse público, entenda-se razões de segurança ou saúde pública e de profissões cujo exercício seja particularmente vinculado à segurança jurídica ou econômica da população.

Assim, temos que a imposição de restrições ao exercício do trabalho deve ser excepcional, aplicável apenas a algumas profissões que se caracterizam por seu campo de atuação particularmente sensível. Em contraponto, no que toca à maioria das atividades profissionais, deve reinar ampla liberdade.

Ainda que, de fato, a atuação dos profissionais agrupados sob a rubrica geral de "terapeuta" seja, inegavelmente, relacionada à questão mais ampla da saúde pública, é de se indagar se, a criação de uma tal categoria – com delimitação tão ampla e imprecisa – poderia efetivamente representar uma garantia de segurança à população.

Além disso, devemos ressaltar que a esmagadora maioria das disciplinas abarcadas pela proposição não dispõe de cursos de formação regular cujo currículo e diretrizes sejam dirigidos e fiscalizados pelo Poder Público. Efetivamente, boa parte delas se encontra dentro do campo das terapias ditas alternativas, em relação às quais entendeu o Estado não ser cabível a sua atuação.

A proliferação da regulamentação profissional deve ser analisada, reiteramos, de forma reservada. A adoção de tais normas pode escamotear tão somente o intuito de criar uma reserva de mercado, que proteja profissionais com alguma formação específica, em detrimento da sociedade e da eficiência econômica do mercado de trabalho, ou ainda a tentativa de legitimar, por meio de lei, o exercício de profissão cuja eficácia ou base teórica não seja inequivocamente reconhecida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, podemos verificar que, em relação a algumas das terapias arroladas, pode emergir conflito de competência com entidade de fiscalização profissional já reconhecida por lei e em pleno funcionamento.

A Homeopatia, por exemplo, constitui especialidade médica e farmacêutica reconhecida pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Conselho Federal de Farmácia e, como tal, somente exercível, dentro das respectivas especialidades, pelo médico registrado em Conselho Regional de Medicina – isto põe a proposição em conflito com a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que regulamenta esses órgãos – e pelo farmacêutico registrado nos Conselhos Regionais de Farmácia, ocasionando contrariedade com a Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960.

A Psicanálise, a Psicoterapia, a Terapia Transpessoal e a Terapia Reichiana são usualmente praticadas por profissionais habilitados em Psicologia, sendo sua fiscalização, portanto, de competência dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, estabelecidos pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Além disso, algumas dessas terapias, como a Psicopedagogia e suas modalidades e a Terapia de Constelação Familiar se aproximam consideravelmente das áreas de atuação profissional da Psicologia.

A quiropraxia, a osteopatia e a acupuntura são técnicas fisioterapêuticas reconhecidas pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, motivo pelo qual pode emergir conflito com esse órgão, regulamentado pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975.

A biodança, a técnica de Alexandre, as técnicas Rolfing, a cinesioterapia e a artetrapia são igualmente assemelhadas a práticas profissionais da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, podendo gerar, igualmente, conflito legal com os profissionais dessa área.

Outras atividades como as modalidades de medicina oriental e de medicina ayurvédica possuem longa tradição e reconhecimento nos seus respectivos âmbitos culturais, mas nunca foram incluídas inteiramente no âmbito das disciplinas de saúde em culturas alheias a esse âmbito cultural.

O *coaching* e o *mentoring* não podem ser considerados mesmo como terapias, tratando-se antes de técnicas de consultoria e aconselhamento pessoal e profissional. Nesse sentido, podem apresentar conflitos, também, com outras profissões já regulamentadas. Apesar disso, apresentam confluência ainda mais difícil com as demais terapias arroladas no projeto, dado que não se inserem, absolutamente, no rótulo de "alternativo", que pode ser reclamado pelas outras categorias.

Além desses problemas, devemos alertar que algumas das modalidades indicadas no projeto possuem natureza polêmica e cientificidade contestável, como a astrologia, a kirliangrafia (a chamada fotografia da aura como meio de diagnóstico), a iridologia (mapeamento e diagnóstico pelo exame da íris dos olhos), a apometria ("conjunto de práticas com objetivo de cura, normalização corporal e conscientização do envolvimento energético no qual os seres humanos estão imersos"), a cristaloterapia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a morfologia do sangue vivo (relacionada à oligoterapia, que ofereceria a cura de tumores pela modificação dos padrões alimentares do paciente).

O projeto, representa uma tentativa de validação legislativa, em linhas gerais, de duas situações não necessariamente relacionadas:

. a validação de técnicas não reconhecidas cientificamente ou de aplicabilidade marginal no campo em que estão inseridas; ou

. a validação de profissionais que não possuem a formação legalmente exigida ou indicada, no caso de disciplinas que possuem inserção em um campo profissional (como, por exemplo, os terapeutas transpessoais que não possuam formação em psicologia).

Por fim, não é demais ressaltar que a fixação das terapias em questão por meio de lei representaria um engessamento permanente de um campo que é muito dinâmico. Efetivamente, diversas dessas terapias possuem picos de popularidade, após o que são parcialmente abandonadas e substituídas por outras terapias alternativas em evidência. Esse dinamismo é inerente a esse tipo de atividade e seria estiolado pelo congelamento excessivo imposto pela lei.

Voto.

Pelo exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2017.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

O relatório é dado como lido e fica adiada a discussão.

Lembro que amanhã, dia 26 de setembro, às 10h, teremos reunião extraordinária da Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, em formato de audiência pública, destinada a debater a gerontecnologia, as mais recentes conquistas tecnológicas funcionais para a pessoa idosa, o problema do acesso da cidadania carente, as tecnologias de alto custo e o advento das tecnologias baratas e alternativas. Essa audiência pública será presidida pelo Senador Eduardo Gomes.

Convoco para o dia 2 de outubro, quarta-feira, às 9h30, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 01 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinco minutos do dia nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Leila Barros, Maria do Carmo Alves, Rogério Carvalho, Irajá, Otto Alencar, Flávio Arns, Zenaide Maia, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Mecias de Jesus, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Wellington Fagundes e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Romário, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze e Nelsinho Trad. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 692, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(MDB/RO). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 175, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 2967, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4198, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. **Observação:** 1- Durante a discussão, o Relator, Senador Paulo Paim, apresentou relatório reformulado, favorável ao Projeto, com duas emendas. 2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 4399, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 16 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 6, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da Relatora. **ITEM 17 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 180, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 121, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 118/2011, que acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a Reunião, a autora, Senadora Zenaide Maia, incluiu o Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, como convidado para a Audiência Pública. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 122, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 539/2018, seja incluído como convidado um Representante do Ministério da Economia." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 123, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, com o objetivo de debater questões relacionadas às glicogenoses. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Representante do Conselho Federal de Medicina; 3. Representante da Associação Brasileira de Glicogenoses Hepáticas e Musculares; 4. Representante da Coordenação Geral das Pessoas com Doenças Raras, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Diretos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos; 5. Dr. ª Carolina Fischinger Moura de Souza – Médica Geneticista; e 6. Representante das pessoas com Glicogenoses Hepáticas e Musculares." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 127, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos do vírus Zika no cérebro de adultos infectados e demência em pessoas com até 60 anos." **Autoria:** Senador Luiz do Carmo (MDB/GO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Durante a Reunião, o autor, Senador Luiz do Carmo, incluiu um representante do Instituto Evandro Chagas, como convidado para a Audiência Pública. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 126, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de debater o tema "Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência", em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), contextualizando os seguintes aspectos: o processo de construção e validação do modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme previsto na referida lei, bem como a organização e constituição final do modelo de avaliação biopsicossocial, incluindo as ferramentas que serão utilizadas e órgão responsável pelo processo de avaliação e encaminhamentos." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 124, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonuria." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 125, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 115/2019, seja incluída a seguinte convidada: Michele Bolsonaro - Primeira Dama e defensora de causas sociais relacionadas a pessoas com deficiência, com visibilidade em doenças raras, intérprete em LIBRAS nas escolas e outros projetos sociais." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Styvenson Valentim

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/09

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico aos Srs. e às Sras. Senadoras o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 777, de 2019, da Assembleia Legislativa da Bahia, o qual sugere a criação de lei que determine a inclusão, nos currículos de formação dos profissionais da saúde, a capacitação na língua brasileira de sinais (Libras) e sugere alterações na Lei 8.560, de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento; Ofício nº 8, de 2019, Câmara Municipal de Bicas, Minas Gerais, com considerações relativas à reposição salarial dos aposentados e pensionistas.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de quinze dias para a manifestação dos Senadores ou Senadoras, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestações, os documentos serão arquivados no final do prazo.

Informo que foi retirado de pauta o item 1, PL 692, de 2019, a pedido do Relator, Senador Nelsinho Trad, bem como o item 7, PLS 175, de 2017, e o item 16, SCD 6, de 2018, ambos a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 692, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

1- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2- A matéria recebeu Parecer favorável da Comissão de Meio Ambiente em 08/05/2019.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 175, DE 2017

- Terminativo -

Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

1- Em 25/09/2019, foi lido o Relatório, e adiada a discussão e votação.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ITEM 16

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 6, DE 2018, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 1996

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Casildo Maldaner (MDB/SC)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica.)

Informo que a presente reunião destina-se a deliberar os itens 2 a 21.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O item 16 saiu de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Isso, o 16 saiu. Sim, sim.

Vou ler o 13 agora, Senador Paulo Paim.

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 2967, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente Senador Styvenson Valentim, eu vou fazer a leitura do relatório, mas faço um comentário preliminar.

O fundo de garantia é uma poupança do trabalhador, mas virou uma festa neste País ultimamente. Como virou uma festa, a partir da reforma trabalhista que fizeram, porque ali já dizem que desde que o empregador concorde, mesmo que ele esteja saindo da empresa, ele pode retirar 80% do fundo. E já passou por tudo quanto é setor a liberação do fundo, que surgiu com o objetivo da compra da casa própria. E como virou uma festa, eu analisei friamente o projeto aqui e resolvi dar o parecer favorável. Era para o primeiro imóvel.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa, o Projeto de Lei (PL) nº 2.967, de 2019, do Senador Irajá, que altera a Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel.

Quando o Governo começou a abrir, a história do primeiro imóvel desaparece e a possibilidade do segundo também agora surge.

A proposição, em síntese, permite ao empregado sacar os valores de sua conta vinculada para a aquisição de um segundo imóvel, ainda que, anteriormente, tenha movimentado a referida conta para comprar a sua primeira moradia.

A justificação no projeto reside na necessidade de se conferir maior autonomia ao trabalhador na movimentação dos valores depositados no FGTS, como está sendo hoje. Agora mesmo, está sendo permitido que os trabalhadores retirem uma quantia, conforme o limite exposto pelo Governo. Mas cada um pode retirar para nenhum motivo definido.

A proposição foi distribuída à CAS, a quem cabe proferir decisão terminativa sobre a matéria.

Análise.

Conforme os arts. 90, I, 91, I, e também 100, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão se manifestar, terminativamente, sobre temas afeitos às relações de trabalho.

Não verificamos a existência, além disso, de qualquer impedimento de ordem formal e mesmo constitucional para o processamento da matéria, dado que a iniciativa para o tema pode ser exercida por qualquer Parlamentar, conforme os arts. 22, I, 48 e 61 da Constituição. Não se verifica, tampouco, reserva de iniciativa de outros poderes ou órgãos da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, não se trata de questão que demanda a edição de lei complementar para a sua disciplina, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento adequado para inseri-la no ordenamento jurídico nacional.

Por fim, inexistem óbices jurídicos ou regimentais para a aprovação do PL nº 2.967, de 2019.

No mérito, é louvável a iniciativa do Senador Irajá, no sentido de conferir maior autonomia aos trabalhadores na movimentação de sua conta vinculada do FGTS.

Se o obreiro julga que a melhor aplicação de seu dinheiro é a aquisição de um segundo imóvel, não pode o Estado impedir que ele utilize da parte do seu salário – como eu disse, é uma poupança – depositada no referido fundo para tal finalidade, ainda mais considerando o baixo retorno financeiro que o FGTS confere aos valores nele depositados. E rende muito menos do que a poupança.

Além disso, na linha da justificação do projeto, a medida ora examinada contribui para a injeção de recursos financeiros na construção civil, auxiliando, portanto, o reaquecimento deste ramo da atividade econômica que emprega milhares e milhares de trabalhadores brasileiros.

A proposição, assim, contribui para o bem-estar dos trabalhadores, tanto sob o prisma individual daquele que movimenta a conta do FGTS nesse sentido, bem como sob o enfoque coletivo, levando-se em conta a geração de empregos no ramo da construção civil.

Merece, por isso, a chancela deste Parlamento.

Calha, entretanto, apresentar apenas uma emenda redacional ao PL nº 2.967, de 2019. Considerando que já existe um §23 na Lei nº 8.036, de 1990, nela inserido pela Medida Provisória nº 889, de 2019, a permissão de saque ora examinada deve ser alocada no §26 do art. 20 do referido diploma legal.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.967, de 2019, com a seguinte emenda:

> Emenda
> Suprima-se, no art. 1º do PL nº 2.967, de 2019, o termo "com", e renumere-se, na alteração do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, o § 23 como § 26.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Está O.k.

Dado o relatório como lido, Senador Paulo Paim, ficam adiadas a discussão e a votação. Já passo para o item 14, do qual o senhor também é o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, antes disso queria fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Está O.k.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Eu acho que o Senador Paulo Paim foi muito preciso em vários pontos do relatório. O primeiro deles é a gente dizer que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um patrimônio do trabalhador, é um Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Então, é um patrimônio do trabalhador.

A segunda coisa que ele apontou no relatório é que os rendimentos desse Fundo de Garantia do Tempo de Serviço são inferiores àquilo que a poupança oferece para o poupador. Ou seja, em outras palavras, eu até diria que existe uma apropriação indevida do Poder Público em relação ao patrimônio do trabalhador. Se a inflação, se a poupança, que acompanha a inflação, tem um determinado percentual e você remunera o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço de maneira inferior à poupança – não é, Paulo Paim? –, acho que é uma apropriação indébita. Nós deveríamos nos deter nesse projeto, se o Paulo Paim concordar, e também acrescentar alguns parágrafos e artigos para corrigir as distorções.

Ao mesmo tempo, nós temos debatido muito nesta Comissão de Assuntos Sociais, a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para causas socialmente importantes como, por exemplo, o pagamento de mensalidades universitárias. Quer dizer, a pessoa vai lá, fazer uma cirurgia, ou a família tem uma doença rara, um filho nasce com uma doença rara, e isso vai demandar remédios, consultas, isso e aquilo, ou a família tem um filho com deficiência, e é o patrimônio dele que está rendendo menos do que deveria estar rendendo, quer dizer, nessas situações... Ou, como nós já discutimos outro dia, alguém que tenha câncer, alguma coisa maligna, e que vai, assim, beneficiar-se disso em estado terminal. Acho que tem que se beneficiar do patrimônio, até para ter uma vida melhor, enquanto existe vida.

Então, tudo isso é fundamental, ter a remuneração adequada, é um patrimônio, há inúmeras situações que vêm sendo objetos de debate nesta Comissão e, vamos dizer, até eu diria, o segundo imóvel até poderia ser mais para a frente um pouco nessa situação. O primeiro imóvel é essencial. Você precisa ter casa, moradia, um direito humano previsto na Constituição. Agora, o segundo imóvel penso assim que até também, é o patrimônio, é dele, pode ser, porém eu penso que nós deveríamos talvez, já que o projeto está em tramitação, dar... Não é, Paulo Paim?

Eu me proponho a colaborar também. Eu sei que V. Exa. compartilha disso tudo, a gente já debateu tanto aqui na Comissão de Assuntos Sociais, de dizer: "Olha, eu acho que o mais importante de tudo é remunerar de uma maneira adequada". E a gente fazer uma verdadeira cruzada para dizer: "Olhe, no mínimo, é a poupança". No mínimo, é a poupança. "Ah, não dá porque isso financia a construção". A gente sabe que financia, mas está financiando com o dinheiro do João, do Pedro, da Maria, e esse João, Pedro ou Maria está dizendo: "Eu quero financiar a construção civil, porém, quando eu precisar do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dinheiro, que ele tenha rendido aquilo que minimamente se acha decente aqui na sociedade", porque remunerar menos que a poupança é indecente, é apropriação indébita e não poderia acontecer.

Então, apesar de não ser o foco do projeto, a gente poderia aproveitá-lo e falar com Senador Irajá, que é uma pessoa que convive bastante com a gente aqui, para mudarmos, fazermos um substitutivo a esse projeto para, se ele concordar, Senador Paulo Paim – a consultoria pode ajudar –, pelo menos apontarmos para a sociedade que nós não estamos satisfeitos com as coisas como vêm acontecendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Muito bem, Senador Flávio Arns.

Permita-me, Presidente, que eu diga que a concordância é total e por isso fiz o comentário que não rende sequer o que a poupança paga para qualquer cidadão que faça uma aplicação. Poderemos – vou conversar com o Senador Irajá – botar nem que fosse mais um artigo, que é exatamente a correção de acordo com a inflação, de acordo com a poupança.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tenho de relatar em outra Comissão um projeto nosso, mas eu solicitei uma audiência pública nesta Comissão para nós discutirmos o efeito do vírus da zika no cérebro do adulto e demência em pessoa até 60 anos.

Vocês sabem que aqueles pesquisadores da Faculdade do Rio de Janeiro fizeram um trabalho brilhante onde viram que a zika prejudica as pessoas adultas também. E eu convidei aqui, se assim a Comissão me apoiar, o Dr. Luiz Henrique Mandetta, Ministro de Estado da Saúde; o Dr. Jaderson Costa da Costa, neurocientista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; a Dra. Cláudia Pinto Figueiredo, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade do Rio de Janeiro – foi uma das pesquisadoras –; Dra. Celina Maria, médica e cientista também, especialista em epidemiologia das doenças infecciosas, do Rio de Janeiro; Dr. Sérgio Teixeira Ferreira, professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Dr. Amilcar, Doutor em Ciências Biológicas, também do Rio de Janeiro; Dr. Leonardo Caixeta, professor titular da Universidade de Goiás, Doutor e Mestre pela USP, pesquisador e também formado em neurologia na Inglaterra; Dra. Fernanda Aragão, que é outra pesquisadora do Rio de Janeiro.

Eu estou solicitando essa audiência porque realmente a demência em pessoas até 60 anos aumentou muito. É o caso da minha esposa que, com 50 anos, tem uma demência frontotemporal. Então eu gostaria que esta Comissão fizesse essa audiência e discutisse a respeito disso, porque é muito difícil, para as pessoas que não têm condições, tratar uma pessoa com demência. Eu sinto na pele e eu sei como é que é isso. Então eu acho que esta Comissão precisa se reunir e fazer alguma coisa para ajudar as pessoas e tratar desse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Só para introduzir os nomes que o senhor citou, incluindo o Ministro da Saúde, falta um para o quórum para a gente votar. Temos dez, falta um só, e a gente coloca em votação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só pedir ao colega, os maiores virologistas do mundo ficam no Instituto Evandro Chagas, lá do Pará.

Então tudo que existe sobre o zika vírus, de estudo, foi feito por eles.

Eu queria ver se a gente acrescentava um cientista desse...

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Vamos acrescentar. Passa o nome, que nós vamos acrescentar para o debate, viu?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou pegar uns, mas assim, eu acho que do Instituto Evandro Chagas tinha que ter, porque foi o que mais pesquisou, foi o que descobriu esse trofismo pelo cérebro, independente da idade, e é muito salutar isso aí.

Mas eu quero ver o nome de um, eu não tenho o nome aqui agora, mas sei que os melhores, quem mais... Tudo o que existe sobre o zika vírus é do Brasil, a maioria. O Brasil avançou. E o Instituto Evandro Chagas está nisso aí. Eu quero só um prazo para eu pegar o nome de algum e colocar, porque aí fica completo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Então não coloca em votação, porque vai ser incluído?

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Pode colocar e depois a senhora inclui.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Posso passar para o Item 14, Senador Paulo Paim?

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 4198, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, a partir do mês em que o contribuinte completar sessenta anos.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Só, antes do Paulo Paim começar, eu me lembrei, falando aqui, do FGTS que é remunerado abaixo da poupança, quando a gente remunera os bancos de 3% a 4% pela taxa Selic. Então só dizer que o trabalhador merece a mesma coisa que a remuneração dos bancos, senão isso, no mínimo, deveria ser igual. Por que uma taxa para um e a outra para outro? Mas que seja da poupança.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E a poupança já não é isso tudo.

Se você tiver uma poupança e depois tomar emprestado do mesmo banco, o mesmo valor, você paga até 300% ao ano. Isso aí nada mais é do que justo. Foi bom lembrar isso aí.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Todos os argumentos valorizam a proposta de emenda do Senador Flávio Arns, que esse Relator vai acatar, garantindo, pelo menos, a correção pela poupança.

Vamos ao relatório.

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei nº 4.198, de 2019, do Senador Jorge Kajuru, que altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas os rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS), a partir do mês em que o contribuinte completar 60 anos de idade.

Eu só registro, lembrando um pouco da história, que nós já aprovamos nesta Comissão projeto, que deve estar na Câmara dos Deputados, tanto meu, como da Senadora Ana Amélia, lembro, dizendo que esse critério não deveria ser aplicado para os homens e mulheres com mais de 60 anos de idade. Como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse vai na mesma linha e não prejudica, vamos também, no meu entendimento, aprová-lo, porque esta Casa já fez isso.

A proposição, em síntese, determina que os rendimentos de pensões e aposentadorias do Regime Geral da Previdência Social estarão isentos do imposto de renda quando o contribuinte atingir 60 anos de idade.

A justificação da proposta reside na necessidade de se recompor o poder aquisitivo das pensões e aposentadorias superiores a um salário mínimo.

O PL nº 4.198, de 2019, foi distribuído à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última proferir parecer terminativo sobre a matéria.

Até o momento, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno desta Casa, compete à CAS, em caráter terminativo, discutir e votar projetos de lei afetos à seguridade social.

Considerando, portanto, a atribuição regimental desta Comissão, a análise do PL nº 4.198, de 2019, será limitada, neste momento, aos seus impactos sobre a vida dos segurados e dependentes do Regime Geral da Previdência Social, cabendo à CAE opinar sobre os aspectos econômicos da matéria.

Sob esse prisma, a proposição merece ser aprovada.

Consoante esposado na justificação da proposição, é necessário recuperar o poder aquisitivo dos benefícios previdenciários daqueles que contribuíram, durante toda a sua vida laboral, com valores acima do salário mínimo de contribuição.

Não se afigura justo, sob o prisma da justiça social, que aquele que contribua sobre um determinado número de salário mínimo tenha, no momento de usufruir da inatividade remunerada, a sua pretensão de perceber valores condizentes com a sua contribuição frustrada em decorrência da perda de poder aquisitivo dos benefícios acima do patamar mínimo do RGPS.

A valorização do salário mínimo ocorrida até 2016, aliada à baixa correção monetária dos benefícios que ultrapassem o mencionado marco inferior, acarretou a quase equiparação entre segurados que, durante a sua vida laboral, verteram diferentes quantias aos cofres públicos.

É razoável, sob o prisma previdenciário, que aquele que contribuiu mais tenha maiores benefícios no momento de sua aposentadoria ou quando deixar pensão aos seus dependentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, entendo eu que é possível de aprovação por esta Casa o projeto de lei, com relatório feito por mim, do nobre Senador Jorge Kajuru.

Voto.

Por essas razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.198, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Matéria colocada em discussão.

Algum Senador ou Senadora?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu acho salutar. Eles dão assim: só vai ter esse benefício quem tem pensão paga pelo Regime Geral da Previdência Social, então, já há um teto, porque, se fosse de qualquer pensão, com certeza, era mais difícil a gente aprovar, mas, como é para quem ganha só até o limite do Regime Geral, há um teto. Quando completa 60 anos, adoece mais e vai precisar de mais recursos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, se V. Exa. permitir, eu faria uma emenda, refletindo junto aqui, do Relator, porque muita gente trabalha no serviço público e não é do Regime Geral e ganha o correspondente a dois, três salários mínimos. Poderíamos fazer uma emenda adaptando, dizendo que aqueles que não recebam acima do valor correspondente ao teto do Regime Geral, seja do Regime Próprio, seja do Regime Geral, terão direito a esse benefício.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidente, vai ser uma emenda do Relator, então, estendendo a todos aqueles aposentados e pensionistas dos dois regimes que não ganhem acima do teto do Regime Geral da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Claro, está tratado.

Mais algum Senador quer discutir? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos com a emenda agora sugerida pelo Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, eu entregarei por escrito à Mesa, nos moldes que aqui defendi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O.k., Emenda nº 1 da CAS.

Requerimento extrapauta.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Luiz do Carmo, que já o leu.

EXTRAPAUTA

ITEM 22

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 127, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os efeitos do vírus Zika no cérebro de adultos infectados e demência em pessoas com até 60 anos.

Autoria: Senador Luiz do Carmo (MDB/GO) (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador, que também já leu, não está mais aqui.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 121, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 118/2011, que acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o caput do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN).

Passo a palavra à Senadora Zenaide Maia para leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 118/2011, que acrescenta o art. 431-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e altera o *caput* do art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência.

Proponho para a audiência – é um pedido de audiência pública que estou fazendo – a presença dos seguintes convidados: representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT); representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra); representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; representante do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD); e representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae Brasil).

É esse o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 123, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência e da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, com o objetivo de debater questões relacionadas às glicogenoses. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Saúde; 2. Representante do Conselho Federal de Medicina; 3. Representante da Associação Brasileira de Glicogenoses Hepáticas e Musculares; 4. Representante da Coordenação Geral das Pessoas com Doenças Raras, da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Diretos Humanos; 5. Dr.ª Carolina Fischinger Moura de Souza – Médica Geneticista; e 6. Representante das pessoas com Glicogenoses Hepáticas e Musculares.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR).

Passo a palavra ao Senador Flávio Arns para leitura do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência desta Comissão e da Subcomissão Temporária de Doenças Raras, com o objetivo de debater questões relacionadas às glicogenoses hepáticas ou musculares. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde; representante do Conselho Federal de Medicina; representante da Associação Brasileira de Glicogenoses Hepáticas e Musculares; representante da Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério da Mulher, da Família e dos Diretos Humanos; Dra. Carolina Fischinger Moura de Souza, médica geneticista, que acompanha muito de perto essa área; e representante das pessoas com glicogenoses hepáticas e musculares.

Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que é uma doença rara que pode ser identificada precocemente. Sendo identificada precocemente, pode ter um tratamento à base de alimentação adequada – isso vai ser bem explicado –, só que existe a necessidade do diagnóstico precoce, que, se não acontecer, muito provavelmente levará à morte do paciente.

No mês de novembro, eu até já faço uma divulgação, vai acontecer em Porto Alegre o congresso nacional dessa área. Então, seria interessante nós fazermos essa audiência pública antes do congresso, até para divulgarmos o congresso, para que os profissionais e as pessoas possam debater o assunto. São as pessoas com glicogenoses, eventualmente, não é um grupo grande, doenças raras são grupos pequenos, porém, são muitas doenças raras, o que leva a milhões de pessoas, a família, a medicina, o Conselho Federal de Medicina é muito importante, e os ministérios responsáveis pelas políticas públicas nessa área.

Então, esse é o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a pedido do Ministério do Trabalho, eu queria incluir o nome do Procurador-Geral do Trabalho nesse meu requerimento do item 19: Alberto Bastos Balazeiro. É o Procurador-Geral do Trabalho, porque ele tem essa área que trabalha com as pessoas com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O.k., mais essa inclusão.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada essa nova inclusão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de – se possível – eu acho que está sobre a mesa –, que votássemos um requerimento extrapauta sobre avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 126, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Flávio Arns agora. (*Pausa.*)

Não havendo óbice...

O senhor quer ler?

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 126, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com a participação da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de debater o tema "Avaliação Biopsicossocial da Pessoa com Deficiência", em cumprimento à Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015), contextualizando os seguintes aspectos: o processo de construção e validação do modelo de avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme previsto na referida lei, bem como a organização e constituição final do modelo de avaliação biopsicossocial, incluindo as ferramentas que serão utilizadas e órgão responsável pelo processo de avaliação e encaminhamentos.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Eu leio, então.

Eu só quero dizer que a avaliação biopsicossocial da pessoa com deficiência está prevista na Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que inclusive é conhecida também como Estatuto da pessoa com Deficiência, de autoria do Senador Paulo Paim, ainda na Câmara, depois no Senado. Aí foi para a Câmara, voltou para o Senado e se transformou na Lei Brasileira de Inclusão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Diga-se que V. Exa. foi um dos principais relatores da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E lá se prevê a avaliação biopsicossocial. Inclusive, esta Comissão de Assuntos Sociais estabeleceu, como política pública para o ano, a avaliação biopsicossocial para a pessoa com deficiência. A Senadora Soraya Thronicke é a Relatora dessa política pública e o Senador Romário inclusive pediu para que eu também colaborasse com isso.

E nós temos três Subcomissões: a do Idoso, presidida pelo Senador Eduardo Gomes, temos também a Subcomissão da Pessoa com Deficiência – fizemos, num outro dia, uma reunião muito boa da parte administrativa da Subcomissão da Pessoa com Deficiência – e a de Doenças Raras, e chegamos à conclusão de que essa Subcomissão deveria se deter, neste ano, também, inclusive para auxiliar a Senadora Soraya, na avaliação biopsicossocial.

E existem duas linhas antagônicas, diga-se de passagem, para essa avaliação: uma é a dos médicos peritos do INSS, que dizem que eles devem fazer a avaliação; e outra linha, que é da Secretaria da Pessoa com Deficiência, que pensa na avaliação biopsicossocial, quer dizer, é médica, é psicológica, é social, com assistente social e assim por diante. E as duas linhas têm propostas para isso. Então, nós dissemos: vamos escutar as duas linhas, por isso nós estamos chamando o representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, lá do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e também o representante da Subsecretaria de Perícia Médica Federal, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia. E, para completar, depois de tomarmos conhecimento de qual é o projeto de um, qual é o projeto do outro, a gente poderá chamar outros profissionais para debater as propostas que os dois apresentarem – não nesse momento, mas depois. E acrescentamos aqui o representante do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), porque é o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas, para que o conselho, inclusive, se manifeste sobre as duas pretensões.

O que nós queremos é ter uma avaliação biopsicossocial boa, adequada, que reflita o que as pessoas com deficiência precisam, de vários pontos de vista. Por exemplo, uma família tem dois filhos com deficiência, três filhos com deficiência, então não é só uma questão médica; é uma questão social, psicológica. "Ah, você tem uma criança, um filho com síndrome de Down", claro que sempre o médico tem que estar presente, mas também o psicológico, o assistente social. Da mesma forma para o cego, o surdo... Espectro autista: também você vai de um lado até o outro. E você tem que pensar na inclusão social, inclusão educacional, no mundo do trabalho... E do ponto de vista médico. Sempre eu digo: médico está presente em tudo, mas não é só o médico; é o médico e uma equipe qualificada, boa, multidisciplinar, para a gente dizer: "Olhe, é ou não é alguma coisa".

Então, a essa ideia de equipe multidisciplinar algumas pessoas mais antigas, vamos dizer, ainda têm uma resistência muito grande. E eu falo aqui ao lado de uma médica. Então, médico é importantíssimo, mas o médico não é o senhor ou a senhora do conhecimento de todas as áreas. Ele tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que se socorrer, e não só se socorrer, mas trabalhar em equipe, trabalhar em rede. E vamos chegar a essa conclusão. E queremos fazer esse debate para que a pessoa com deficiência no Brasil e sua família sejam bem avaliadas e tenham acesso aos direitos previstos na legislação.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Olhe, foi bom falar sobre esse assunto, primeiro porque, independente de ser só um filho, a primeira coisa que você observa nas mães – eu digo mães, porque a maioria que toma conta são as mães e os pais –, nas pessoas que têm filho com deficiência é que são pessoas que têm medo de morrer, porque com quem vão deixá-los? Então, esse medo é constante: você não quer perder seu filho, mas também tem medo de morrer antes e deixá-lo.

Mas me chamou a atenção, porque eu estive, já por dois finais de semana, andando no interior do Rio Grande do Norte, que, para muitas pessoas com deficiência, com a MP 871, a chamada pente-fino, eles dão prazo de dez dias para as pessoas com deficiências que têm o BPC, e eles não conseguem marcar as juntas médicas porque não existem suficientes. Então, eles estão cortando o benefício – a pessoa já descobre, porque está cortado –, e esse pessoal está ficando só com uma renda. Eu acho que não é só no meu Estado.

Ou então, por exemplo, eles vão para a junta, e lá dizem: "Eu quero uma avaliação de um neurologista". Gente, um neurologista pelo SUS é de seis meses a um ano. E ele não pode pagar particular, porque – por exemplo, tem previdência que aceita sem ser do SUS – é R$400 uma consulta e, mesmo assim, com dois meses.

Eu estou chamando a atenção porque isso é real. Sem falar que a quantidade de gente neurológica que está mandando trabalhar sem ter condições, com aqueles que têm uma evolução, que os médicos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Justamente, só têm uma equipe. É interessante isso, porque um tetraplégico, um paraplégico, bastava a assistente social ir lá *in loco* e ver, como já foi durante muitos anos.

Para esse, eles exigem essa avaliação só do médico e, para alguns, eles estão tirando, primeiro, porque não dão prazo. Eu acho que não deveriam tirar o salário mínimo. Há famílias desesperadas.

Eu andei o Estado todo e acho difícil que isso não esteja acontecendo no resto do Brasil, porque a gente sabe que não há banca médica suficiente para se dar um prazo de dez, vinte dias para uma pessoa conseguir um neuro, um ortopedista. Não existe isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi bom, porque chamou a atenção dessa equipe multidisciplinar que já resolveria um bocado de gente, porque, se você tem um tetraplégico, um paraplégico e mesmo alguns pacientes neurológicos que só de olhar você já dá o diagnóstico, obrigatoriamente não teria que ser com um neurologista. Isso está deixando esse pessoal... Com certeza, se essa avaliação psicológica for hoje, vai dar um índice de preocupação muito acima do normal.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Ainda sobre o requerimento extrapauta do Senador Flávio Arns, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 4399, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a fibromialgia no rol das doenças que asseguram a seus portadores a dispensa do cumprimento de período de carência para usufruir dos benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senador Irajá

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Irajá para a leitura do seu relatório.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, compete à CAS dar parecer sobre o projeto de lei em análise, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

A regulamentação da matéria objeto desta proposição – dispensa do cumprimento de prazos de carência para concessão de benefícios aos segurados com fibromialgia – enquadra-se no inciso XXIII do art. 22 da Carta Magna, que atribui competência privativa à União para legislar sobre a seguridade social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional legislar sobre o assunto, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

Não se trata de matéria cuja iniciativa seja reservada ao Presidente da República, ao Procurador-Geral da República ou aos tribunais superiores. Tampouco se exige lei complementar para regulamentar o tema. Portanto, no que se refere à constitucionalidade, à regimentalidade, à juridicidade e à técnica legislativa, não há vícios que prejudiquem o andamento da proposta em apreciação.

No mérito, somos favoráveis à aprovação do projeto. Esta Comissão já realizou audiência pública sobre a fibromialgia e alguns consensos já foram obtidos, conforme se deduz do minucioso parecer elaborado pelo Senador Flávio Arns, na CDH.

A Sugestão nº 24, de 2019, analisada à luz da legislação vigente, apresenta demandas que já estão previstas na legislação, como o acesso a medicamentos e terapias gratuitas e a definição da fibromialgia como doença crônica, e outras que são inviáveis juridicamente, como a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, em decorrência do mero diagnóstico da doença, sem uma avaliação pericial das condições individuais do segurado.

A CDH buscou uma forma de atender, ao menos parcialmente, a demanda e optou pela adoção da inexigibilidade de prazos de carência para os segurados com fibromialgia, incluindo essa doença, entre diversas outras previstas no art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, todas beneficiadas com a ausência de um prazo de carência para a eventual concessão de benefícios.

Em nosso entendimento, trata-se de uma medida justa. A fibromialgia é uma doença crônica e a sua cura definitiva pode demorar, dada a evolução dos estudos nesse sentido. Nenhum segurado da Previdência Social, diante do diagnóstico desfavorável, pode ficar sem cobertura previdenciária, simplesmente porque não cumpriu um prazo de carência de 12 meses.

No caso de auxílio-doença, o segurado pode simplesmente ser obrigado a trabalhar, sem as mínimas condições e sob fortes dores, eis que a ausência de cobertura o deixaria sem a renda do trabalho, ou seja, sem a sua subsistência. Quanto à aposentadoria por invalidez, via de regra, não há concessão em curto prazo, dadas as avaliações sequenciais a que se submetem os doentes e a necessária cautela na análise do quadro evolutivo.

Finalmente, considerando-se que se trata de uma doença crônica e a responsabilidade pelos danos que ela causa não pode ser atribuída, de forma alguma, aos pacientes, a exigência de um prazo de carência de 12 meses é de uma crueldade exagerada. Em última instância, se poderia dizer que essa regra atenta contra o objetivo previsto no inciso I do art. 194, da Constituição, que aponta no sentido de uma seguridade social com universalidade da cobertura e do atendimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Por essas razões, nosso voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei 4.399, de 2019, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Coloco a matéria em discussão.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero enaltecer o relatório do Senador Irajá e destacar novamente que essa matéria veio da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual o Senador Paulo Paim é Presidente, fazendo um belo trabalho. E veio de lá através de uma sugestão legislativa – isso é importante que se destaque para a sociedade –, não foi iniciativa de um Senador.

Eu tive a alegria de relatar o projeto lá – quer dizer, a sugestão –, transformá-lo num projeto de lei, que está vindo agora para cá para a relatoria, como foi relatado pelo Senador Irajá, colocando a fibromialgia no caso de doenças que podem ter acesso a benefícios, como foi colocado.

Eu quero dizer que isso é muito importante. Eu sempre cito o exemplo de uma pessoa pedagoga, muito amiga minha, que tem fibromialgia e disse: "Olhe, se eu fosse do interior e não tivesse acesso aos cuidados médicos que eu tenho aqui numa condição melhor, eu pensaria em suicídio". Imaginem, suicídio, de tão devastador que, no caso dela, é o problema. Por enquanto, porque a medicina vem também evoluindo e Deus queira que soluções possam ser encontradas para essa e para outras situações. Então, para as pessoas que têm fibromialgia no Brasil eu diria, Senador Irajá, que esse é um avanço muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir. *Fora do microfone*.) – Presidente, eu só queria, em nome da CDH, cumprimentar os dois Relatores, o Senador Irajá e o Senador Flávio Arns, que fizeram um trabalho brilhante. E, ao mesmo tempo, quero cumprimentar a iniciativa popular. Como disseram muito bem os Relatores, é um projeto que veio da sociedade, foi acatado lá e será acatado aqui.

Meus cumprimentos aqui ao Senador Irajá e ao Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Parabéns, Senador Irajá e Senador Flávio Arns, por terem mantido o projeto como veio da opinião pública, da vontade popular; diferentemente de outros, como as dez medidas anticorrupção, que foi totalmente devastado por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não havendo mais quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Não, não é terminativo.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Item 6. Agora é terminativo, Leila.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3966, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 03/10/2019, a Senadora Soraya Thronicke apresentou a Emenda nº 1.

2- Em 08/10/2019, a Relatora apresentou relatório reformulado.

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente, amigos Senadores e Senadora Zenaide.

Em análise na CAS, em caráter terminativo, o Projeto de Lei (PL) nº 3.966, de 2019, do Senador Confúcio Moura, que acrescenta o inciso XII ao art. 473 da CLT, para permitir que o responsável por menor de 18 anos de idade possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica.

A proposição permite que o responsável por menor de 18 anos de idade possa se ausentar de seu posto de trabalho, por três dias a cada seis meses, para acompanhar a criança ou adolescente em competições desportivas.

A justificação reside na necessidade de se estimular a prática desportiva, tida como instrumento educacional relevante para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

O PL foi distribuído, em caráter terminativo, à CAS.

Em 3 de outubro foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, que restringe o acompanhamento dos responsáveis aos atletas menores de 16 anos e às competições em Município diverso do que reside.

Análise.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica, constitucional ou regimental na proposição.

Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Quanto ao mérito não há reparos a fazer.

A Constituição Federal atribui à propriedade função social. Além disso, incumbe à sociedade o dever de prover crianças e adolescentes dos meios indispensáveis ao seu integral desenvolvimento.

Nesse sentido, o estímulo à prática de competições desportivas, mediante dispensa dos responsáveis pelo menor de 18 anos do comparecimento ao trabalho, colabora para que crianças e adolescentes adotem estilo de vida saudável, tanto sob o aspecto físico quanto intelectual. Além disso, concretiza a função social da empresa, por colocar os interesses da sociedade acima dos lucros empresariais.

É sabido, também, que o esporte colabora para a socialização dos jovens e atua como fator apto a construir o senso de disciplina de crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os benefícios acima descritos são coroados com a presença do responsável pelo jovem, no momento da competição. A presença confere suporte emocional a esse menor, no momento em que ele põe em prova as habilidades treinadas durante o processo de preparação para o evento.

O PL deve ser louvado por colaborar com o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Entretanto, recomendam-se dois aprimoramentos à proposição.

O primeiro consiste em retificar, na ementa, o inciso inserido na CLT. O inciso a ser acrescentado no texto consolidado é o XIII, e não o XII.

Além disso, sabe-se que adolescentes maiores de 16 anos já ostentam maturidade suficiente para participar em competições sem a presença do genitor. Nesse caso, o responsável pode ser o técnico ou outro adulto designado.

Neste sentido, acatamos a Emenda nº 1, para que a dispensa seja devida aos responsáveis por menores de 16 anos e para que tal situação seja restrita às competições em Município diverso daquele em que reside o atleta.

Com o acatamento da Emenda nº 1, deve-se modificar, também, a ementa da proposição.

O voto.

Por essas razões, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.966, de 2019, e da Emenda nº 1 – CAS, e com a emenda de redação.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Senadora Leila, só temos cinco Senadores aqui e precisamos de onze para essa votação terminativa.

Com a palavra o Senador Irajá, que pediu para fazer um comentário.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, eu queria apenas ressaltar a importância da relatoria da Senadora Leila.

É uma iniciativa importante porque, em muitos casos, alguns atletas ficam até impedidos de participar de competição pura e simplesmente em função desse descompasso da idade entre os 16 e os 18 anos. Se hoje um jovem de 16 anos é capaz de eleger os seus representantes, escolher democraticamente quem o vai representar, por que ele não pode participar de competições esportivas, se é uma atividade saudável, benéfica a esse jovem?

Portanto, acho a iniciativa desse projeto de lei de relatoria da Senadora Leila motivo de aplauso por todos e apoio de todos nós. Por isso, queria apenas destacar a importância da sua iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu gostaria também de fazer aqui apenas uma sugestão. Eu percebo que nós temos na pauta outros projetos, além desse projeto relatado pela Senadora Leila, que é terminativo, aqui, na Comissão.

Há um meu, que é o item 8, que também é terminativo e trata da regulamentação do exercício da profissão de terapeuta naturista. Há também um outro projeto, que é de minha autoria, relatado pelo Senador Paulo Paim, que autoriza o uso do FGTS para compra de um segundo imóvel, que é o item 13.

Então, a minha sugestão, Presidente, seria que a gente pudesse aqui abrir o debate para que outros Parlamentares pudessem vir votar, até porque nós estamos aqui já num quórum de seis Senadores. São necessários onze votos. Eu acho que é perfeitamente possível e compatível nós conseguirmos que outros cinco Senadores, nesse meio tempo, possam vir e votar, e assim a gente consegue ter uma reunião produtiva, aprovando projetos importante e que são, repito, terminativos aqui, nesta Comissão.

Então, é essa a contribuição e o pedido que eu faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Vou dando continuidade, Senador Irajá. Aí a gente espera esses cinco Senadores se apresentarem aqui.

O seu item 8 foi lido na semana passada, um item que até comentamos e elogiamos, sobre as práticas integrativas, as práticas de acupuntura, ioga. Eu achei esse projeto muito bacana.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O projeto da Leila também vai ficar aguardando. Assim que chegarem os cinco Senadores, que tivermos o número de onze, colocaremos todos para votar em bloco.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Isso, ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Fica fácil?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Ótimo! E eu queria pedir também, Presidente, que as assessorias pudessem entrar em contato com os gabinetes e solicitar aos Senadores que pudessem comparecer aqui, à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Começa por aqui. Já seguramos a Senadora Zenaide! (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu acho que um dos problemas é que vai ter sessão do Congresso hoje. Eu acho que muitos Senadores estão indo para lá.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu tenho todo o interesse, sou Relator de dois projetos, e há um de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Eu estou acelerando.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu só tenho que ir à CCJ, por causa de um requerimento, que é um adendo a um debate sobre a reforma da previdência, de um convidado meu que não vai poder vir. Eu vou indicar outro.

Eu não sei...

Senador Irajá, eu estou solidário: vou lá e volto se for preciso. Vou ali e volto rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – Ótimo!

Só sobre o item 6, que a Leila acabou de falar, esse relatório fica como lido, e é adiada a discussão, como no 8, de V. Exa., Senador Irajá.

Eu vou antecipando aqui os outros requerimentos das Comissões. O item 20, cuja autora é a Senadora Soraya Thronicke, subscrito pela Senadora Leila, faremos a leitura desse requerimento. A senhora tem o requerimento?

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 122, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 539/2018, seja incluído como convidado um Representante do Ministério da Economia.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS) e outros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para encaminhar.) – Eu vou ler aqui. É o item 20, não é?

> Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 93/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 539/2018, seja incluído como convidado um Representante do Ministério da Economia.
> Justificação.
> O projeto estabelece critérios claros de razoabilidade, proporcionalidade, irretroatividade, segurança jurídica, além da apresentação de estudos de impacto socioeconômico, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acidentalidade e de sinistralidade para imposição de obrigações em matéria de segurança e saúde no trabalho.
Foi apresentado requerimento de Audiência Pública para instrução dessa matéria com representantes das entidades patronais e dos trabalhadores, porém o Governo não foi incluído neste rol de convidados.
Visto que a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho está vinculada ao Ministério da Economia, consideramos importante garantir voz para este órgão do Governo Federal.

Era o que estava escrito aqui, Sr. Presidente.

Então, subscrevo, segundo a solicitação da Senadora Soraya Thronicke. Esse era o requerimento dela.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. PODEMOS - RN) – O.k.

Então, os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Faltam só dois requerimentos – eu leio. Como já abriu a sessão do Congresso, só estes dois aqui para encerrar.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. e as Sras. Senadoras sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 124, de 2019, CAS, de autoria do Presidente da Comissão, Senador Romário, o qual eu subscrevo.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 124, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema: os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonuria.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ) e outros.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
1. Representante do Ministério da Saúde - MS;
2. Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde - Conass;
3. Representante da ANVISA - área responsável pela fórmula;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Sra. Simone Arede - Representante da Associação das Mães Metabólicas (RJ);
5. Sra. Monique Pouble - Nutricionista;
6. Sr. André Pessoa - Médico Neurologista;
7. Sra. Leandra Paroneto - Defensora Pública e vice-presidente do movimento das Mães Metabólicas.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam da forma que estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto os Srs. e as Sras. Para inclusão extrapauta do Requerimento nº 125, de 2019, da CAS, de autoria do Presidente da Comissão, Senador Romário, o qual eu subscrevo.

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 125, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 115/2019, seja incluída a seguinte convidada: Michele Bolsonaro - Primeira Dama e defensora de causas sociais relacionadas a pessoas com deficiência, com visibilidade em doenças raras, intérprete em LIBRAS nas escolas e outros projetos sociais.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ) e outros.

Os Srs. Senadoras e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata de reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Convoco, para o dia 16 de outubro, quarta-feira, às 9h30, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dois minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Eliziane Gama, Luiz do Carmo, Paulo Paim, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Leila Barros, Weverton, Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3709, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Destinar 1% (um por cento) da arrecadação das modalidades lotéricas às secretarias de saúde dos Estados e do Distrito Federal, alterando os arts. 15 a 18 e 20 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus (PRB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 107, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que trata do planejamento familiar, com o objetivo de facilitar o acesso a procedimentos laqueaduras e vasectomias." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 202, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para autorizar laboratórios públicos e privados habilitados a realizar análise de alimentos." **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 50, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício das profissões de transcritor e de revisor de textos em braille." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 510, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar a exibição de advertência sobre a presença de substâncias cancerígenas ou potencialmente cancerígenas em produtos colocados no mercado de consumo." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3966, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o inciso XII ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanha-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, da Emenda nº 1, e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 175, de 2017 - Terminativo -** que: "Revoga o § 12 do art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 174, de 2017 - Terminativo -** que: "Regulamenta o exercício da profissão de terapeuta naturista." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PTB/RR). **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2967, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1399, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir medidas de combate ao assédio de mulheres no ambiente de trabalho." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 299, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para proibir reutilização de produtos para a saúde não passíveis de reprocessamento." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 31, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera as Leis nos 6.360, de 23 de setembro de 1976, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para regular o registro e a importação de medicamentos órfãos." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 661, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento, e dá outras providências, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos de forma gratuita ou subsidiada pelo Poder Público." **Autoria:** Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 4573, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e votação. **ITEM 15 - Projeto de Lei da Câmara n° 138, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 723, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Obriga inclusão de advertência na divulgação de informações sobre saúde na rede mundial de computadores." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Substitutivo da Câmara dos Deputados n° 6, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1996 - Não Terminativo -** que: "Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica. **Resultado:** Adiado. **ITEM 18 - Projeto de Lei n° 2830, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 180, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação do Portal da Transparência da Saúde." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 128, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 124/2019, seja incluído o expositor Sr. Carlos Eduardo Gouvêa, Diretor da Associação Brasileira de Alimentos para fins Especiais, que terá como objetivo, discutir sobre os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonuria." **Autoria:** Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 129, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 89/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 396/2018, que altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), seja incluído o seguinte convidado: João Sanzovo, Presidente da Associação Brasileira de Supermercado - ABRAS." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 19.

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 4573, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a celebração de termo de compromisso com a finalidade de promover correções e ajustes às exigências da legislação sanitária.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: voto nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para a leitura do relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Agradeço, Sr. Presidente, demais Senadores aqui presentes.

Eu vou direto ler o meu relatório, Sr. Presidente, até porque o projeto é muito interessante e, sobretudo, muito longo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Projeto de Lei 4.573, de 2019, de autoria do Senador José Serra, é composto por dois artigos e tem o objetivo de explicitar em lei a possibilidade de formalização de termo de compromisso para ajuste de irregularidades sanitárias.

Para isso, seu art. 1º insere o art. 30-A na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas e dá outras providências, cujo *caput* autoriza os órgãos de controle e fiscalização integrantes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária a celebrar termo de compromisso com os infratores da legislação sanitária, na forma do regulamento.

O §1º desse novo artigo define o conteúdo mínimo do termo de compromisso, que deve explicitar o nome, a qualificação e o endereço das partes compromissadas, seu prazo de vigência, a descrição de seu objeto, multas que podem ser aplicadas, os casos de rescisão em decorrência de descumprimento do termo de compromisso e o foro para dirimir litígios.

O §2º suspende a aplicação de sanções administrativas, durante a vigência do termo de compromisso e somente em relação aos fatos que deram causa à sua celebração, a partir da apresentação do requerimento escrito e protocolizado junto aos órgãos competentes do SNVS.

O §3º ressalva que a celebração do termo de compromisso não impede a execução de multas anteriores a ele, enquanto o §4º define que esse instrumento será considerado rescindido se qualquer de suas cláusulas for descumprida.

Segundo os §§5º a 7º, o termo de compromisso será firmado em até 90 dias – e terá extrato de seus termos publicado no órgão competente – contados da protocolização do requerimento, que deverá conter as informações necessárias à verificação da sua viabilidade técnica e jurídica.

O art. 2º do PL – cláusula de vigência – determina que a lei gerada por sua eventual aprovação vigorará a partir da data de sua publicação.

O autor argumenta, Sr. Presidente, que o termo de ajustamento de conduta é um instrumento que tem a função de impedir a continuidade de uma situação de ilegalidade, buscando repará-la, em vez de meramente punir a infração. Ele explica que esse instrumento já é, às vezes, utilizado no âmbito da vigilância sanitária, mas que não existe previsão legal para essa utilização, razão pela qual é necessário alterar a lei, para dar mais segurança jurídica à fiscalização sanitária.

A matéria, que não recebeu emendas, foi distribuída para a apreciação exclusiva da Comissão de Assuntos Sociais, que sobre ela decidirá em caráter terminativo.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete a esta Comissão (CAS) opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e à defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe a este Colegiado examinar também a sua constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

A nosso ver, não há qualquer vício de inconstitucionalidade, material ou formal na proposta. Quanto à competência legislativa, de acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, a União, os Estados e o Distrito Federal podem legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Além disso, segundo o art. 61 da Carta Magna, a proposição em tela não é privativa do Presidente da República, sendo, portanto, permitida a Parlamentar.

Também não detectamos falhas relacionadas à juridicidade e à técnica legislativa da propositura, de maneira que agora resta analisar seu mérito.

Sr. Presidente, esse projeto se encontra já aqui na Comissão, disponibilizado a todas as Sras. e Srs. Senadores. Eu tenho certeza absoluta de que, de forma zelosa e preocupada, os demais já leram este projeto de lei. Se me permitem, eu gostaria de já entrar na fase final do relatório, porque este relatório estava à disposição desta Comissão. Senadores Paulo Paim e Senador Flávio Arns, permitam-me, porque eu quero ir à fase final, para que possamos dar celeridade a esta leitura.

A principal finalidade do sistema de vigilância sanitária não é punir eventuais irregularidades, mas sim impedir que os bens e serviços de interesse para a saúde ofereçam riscos à integridade física de seus consumidores.

Assim, mais importante que punir é encorajar os setores regulados a repararem as situações de irregularidade, evitando danos à saúde da população e também reduzindo a necessidade de adoção de medidas administrativas mais drásticas ou intervenções judiciais. Esse é o escopo principal da proposta em análise.

Diante dessas razões, Sr. Presidente, compreendemos que a aprovação do PL 4.573, de 2019, é importante para dar flexibilidade administrativa e segurança jurídica à vigilância sanitária.

Voto.

Em vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei 4.573, de 2019.

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Por falta de quórum, o relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a Presidência ao Senador Jayme Campos, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Projeto...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Deixe-me só registrar a presença, Sr. Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) –

ITEM 15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 138, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a profissão de disc jockey (DJ) profissional; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Vicentinho (PT)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Romário, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2018, do Deputado Vicentinho, que dispõe sobre a regulamentação do trabalho de *disc jockey* (DJ) profissional, alterando também dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Na sua justificativa, o eminente autor informa que pretende trazer novamente à discussão esse tema, tendo em vista que considera equivocado o veto presidencial aposto ao Projeto de Lei nº 322 (nº 3.265 na Câmara), que dispunha sobre essa regulamentação. Na visão dele, os DJs compõem uma nova e pujante profissão, mas trabalham, na maioria das vezes, de forma autônoma ou expostos a contratos de trabalho sem as proteções legais previstas na legislação trabalhista. Destaca, finalmente, o diálogo mantido com segmentos que representam a categoria profissional e asseguram a necessidade de tal regulamentação.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre o presente projeto. Após sua aprovação no Colegiado, a matéria deverá seguir para o Plenário.

A proposta concede tratamento isonômico aos DJs em relação aos artistas que já têm sua profissão regulamentada, até para assegurar-lhes direitos que são comuns a todos os trabalhadores. A existência de uma regulamentação profissional irá ampliar a formalização dos contratos, assegurar jornadas de trabalho dignas e permitir que a categoria se organize, trocando experiências, melhorando a qualidade de trabalho e de vida.

Finalmente, é preciso registrar que não se trata de uma regulamentação minuciosa demais, que venha a impedir ou entravar o "livre exercício da profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (inciso XIII do art. 5º da Constituição Federal). A qualificação em cursos de educação profissional técnica de nível médio pode, além de fornecer conhecimento sobre equipamentos e técnicas, preparar o profissional em relação à sua segurança e saúde no trabalho.

Em suma, trata-se de uma matéria justa, atual e contemporânea, já que foi minuciosamente discutida nesta Casa e na Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada reiteradamente.

Esperamos que o Poder Executivo se mostre sensível a esses argumentos e conceda o justo direito pleiteado pelos DJs.

O voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2018, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Senador Romário.

Coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para discutir, o Senador Paulo Paim – ou para encaminhar parecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Eu quero cumprimentar o Senador Romário e o Deputado Vicentinho também.

Nós estamos em outros tempos, novos empregos surgem todo dia, e a regulamentação dessa profissão vai abraçar um potencial enorme que esses trabalhadores têm. Eles atuam nessa área e ficam sem saber para onde correr, porque não têm direito a nada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, neste momento também, fazer uma homenagem não só ao Senador Romário e ao Deputado Vicentinho, mas também ao ex-Senador Sérgio Zambiasi, que tinha essa mesma visão. Eu fui Relator, na época, e aprovamos aqui e lá. Infelizmente, foi vetado. Então, vem numa boa hora esse projeto, que pode recuperar o que perdemos naquela oportunidade.

Então, meus cumprimentos ao Deputado Vicentinho e também ao nosso querido Senador Romário, pelo relatório preciso, claro, fortalecendo essa profissão de *disc jockey*.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Na verdade, quando se fala de DJ, a gente sempre se lembra daqueles mais conhecidos, mas é uma demanda muito interessante, porque muitos desses DJs tiveram contato comigo, tanto aqui de Brasília como do Rio de Janeiro, e eu, na verdade, fiquei bastante sensibilizado com o pedido desses profissionais e não poderia ser diferente de dar oportunidade a eles de trabalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Concluindo, eu não poderia deixar também de me manifestar. Acho que é um projeto meritório. É louvável a iniciativa do ilustre Deputado Vicentinho e, sobretudo, de relatoria aqui do Senador Romário, na medida em que isso aqui vai causar o quê? Estabilidade de alguns milhares de DJs deste imenso País aqui, que lamentavelmente não tinham uma profissão regulamentada. Isso dá tranquilidade até para o futuro: amanhã ou depois poderão se aposentar e receber um pouco ou bastante da aposentadoria.

Parabéns, tanto a V. Exa., Senador Romário, pela sensibilidade, e, sobretudo, ao autor do projeto, o Deputado Vicentinho.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai para o Plenário.

Ilustre Presidente, devolvo a V. Exa. a Presidência dos trabalhos da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado, Senador. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 128, de 2019, da CAS, apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento:

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 92, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do RQS 127, de 2019, seja incluído o expositor Sr. Carlos Eduardo Gouvêa, Diretor da Associação Brasileira de Alimentos para fins Especiais, que terá como objetivo discutir sobre os desafios no acolhimento e tratamento da fenilcetonúria.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 128, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 124/2019, seja incluído o expositor Sr. Carlos Eduardo Gouvêa, Diretor da Associação Brasileira de Alimentos para fins Especiais, que terá como objetivo, discutir sobre os desafios no acolhimento e tratamento da Fenilcetonuria.

Autoria: Senador Romário (PODEMOS/RJ)

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 129, de 2019, da CAS, apresentado pelo Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Paulo Paim para a leitura do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente, por tê-lo colocado extrapauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É só um complemento. É um outro nome, para incluir numa audiência pública já aprovada, a pedido do Senador Lasier Martins.

Nós estamos propondo que, na audiência pública que aprovamos, que vai discutir a Lei 8.177, de 1º de março de 1991, que vai acabar discutindo leis do trabalho baseado na forma indenizatória – estou lendo aqui e lembrando já – do projeto de que sou Relator, haja toda uma avaliação de qual índice tem que ser usado para o cálculo da indenização que o trabalhador tem direito numa ação na Justiça. Já o índice adotado normalmente hoje pela Justiça é um índice muito positivo, e o que o Senador Lasier apresentou também é positivo.

Eu tinha dado de pronto parecer favorável, mas, depois, uma série de setores da sociedade pediram para ampliar a discussão. Eu não criei nenhum obstáculo, o Senador Lasier também não criou, e nós já aprovamos aqui para realizar essa audiência pública.

Nesse momento, o Senador Lasier me pediu – e eu assinei e encaminhei – que seja incluído do Sr. João Sanzovo, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Esse é o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 129, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 89/2019 - CAS, com o objetivo de instruir o PLS 396/2018, que altera o caput e o § 2º do art. 39 da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e os arts. 879, § 7º, e 899, § 4º, ambos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para determinar que os débitos trabalhistas serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), seja incluído o seguinte convidado: João Sanzovo, Presidente da Associação Brasileira de Supermercado - ABRAS.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, na próxima terça-feira, dia 22 de outubro, teremos reunião extraordinária da Comissão Temporária sobre Doenças Raras, em forma de audiência pública, destinada a debater a proposta de criação de uma instância de participação e controle social, no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, com o objetivo de fiscalizar as ações promovidas pelo Poder Público e promover o seu aperfeiçoamento.

Convoco para o dia 23 de setembro, quarta-feira, às 9h30min, reunião extraordinária desta Comissão, destinada à deliberação das emendas deste Colegiado ao Projeto de Lei nº 21/2019-CN, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, e ao Projeto de Lei nº 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020; e, logo em seguida, reunião extraordinária destinada à deliberação de proposições.

Convoco ainda para o dia 23 setembro, quarta-feira, às 11h, reunião extraordinária, em forma de audiência pública, destinada a debater a importância de se estabelecer a data de 24 de maio como sendo o Dia Nacional de Conscientização sobre a Esquizofrenia.

Nada mais havendo a declarar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos os presentes e participantes.

(*Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 19 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e dois minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Romário, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Dário Berger, Leila Barros, Paulo Paim, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira e Sérgio Petecão. Deixa de comparecer a Senadora Mara Gabrilli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 95/2019 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Finalidade:** Debater a revisão das Diretrizes Curriculares em cursos de nível superior e profissional na área de saúde, para inclusão das disciplinas sobre doenças raras, aconselhamento genético e genética clínica. **Participantes:** Débora Gusmão Melo, Representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica; Natan Monsores de Sá, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília; Nildo Alves Batista, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica. Regina Célia Mingroni Netto, Representante da Sociedade Brasileira de Genética. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/11

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 95, de 2019, da CAS, de minha autoria e também da Senadora Mara Gabrilli, para a realização de audiência pública destinada a debater a revisão das Diretrizes Curriculares em cursos de nível superior e profissional na área de saúde, para inclusão das disciplinas sobre doenças raras, aconselhamento genético e genética clínica.

Dando início à reunião, solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa: Sra. Débora Gusmão Melo, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica; Sr. Natan Monsores de Sá, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília, Sr. Nildo Alves Batista, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica; Sra. Regina Célia Mingroni Netto, representante da Sociedade Brasileira de Genética.

Sejam todos bem-vindos!

Tomem seus assentos.

Muito obrigado a todos pela presença. (*Pausa.*)

Quero pedir desculpas aos senhores que vão participar desta audiência pública, porque nós acabamos nos atrasando por 42 minutos, estávamos numa reunião deliberativa aqui da Comissão.

Muito obrigado, mais uma vez, pela presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente, de praxe, passa a presidência da audiência pública para a autora principal do requerimento, mas, na ausência da Senadora Mara Gabrilli, que se encontra doente, eu vou aqui dar sequência, como Presidente, a esta audiência.

Informo que a audiência contará com o serviço de interatividade com o cidadão, o Alô Senado, através do telefone 0800-612211 e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Passo a palavra para a primeira expositora, Sra. Débora Gusmão Melo, representante da Sociedade Brasileira de Genética Médica.

Por favor, Sra. Débora, a senhora tem dez minutos.

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer o convite dos Senadores e, em especial, da Senadora Mara e do Senador Romário, para estar aqui nesta oportunidade.

Meu nome é Débora. Eu sou médica geneticista, sou professora na Universidade Federal de São Carlos e estou aqui hoje representando a Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica, que é a associação médica que congrega os médicos geneticistas do Brasil. Estou aqui fazendo esta representação porque eu sou a 2ª Secretária da SBGM, mas, particularmente, porque eu sou a Coordenadora de Ensino da Sociedade. Então, uma vez que a temática é uma temática relacionada à educação e ao ensino, cá estou eu.

Nós preparamos uma apresentação audiovisual para tentar contextualizar a situação do ponto de vista da Sociedade Brasileira de Genética Médica, que é a sociedade que eu represento.

Eu acho que a primeira coisa que é importante considerarmos e que gostaríamos de colocar aqui para os senhores é o mote, a razão, o porquê de a gente entender, inclusive, que é muito importante que, nesta Comissão, nesta Casa, esta discussão seja feita. Estamos muito felizes com isso. Por que a genética, por que o conhecimento a respeito da genética hoje em dia é importante, é fundamental para o profissional da área da saúde?

Eu apresento para os senhores um gráfico que mostra a mortalidade infantil no nosso País entre 1992 e 2012. É um gráfico que mostra, longitudinalmente, o comportamento da mortalidade infantil, da mortalidade entre menores de 1 ano de idade no País, durante 20 anos. As fontes desses dados são o Ministério da Saúde, o DATASUS. Eu queria chamar particular atenção aqui para essa curva em vermelho, que corresponde ao Capítulo XIII da Classificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacional de Doenças, que é, portanto, o capítulo que representa a maior parte das doenças genéticas e dos defeitos congênitos.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, em 1992, as doenças genéticas eram responsáveis pela quinta causa de mortalidade infantil no País. Ao longo de 20 anos, em particular em torno dos anos 2000, a gente teve o que a gente chama de virada epidemiológica. De repente, as doenças genéticas e os defeitos congênitos passaram a assumir a segunda causa de mortalidade infantil no nosso País. Aparentemente, pode parecer uma coisa ruim quando a gente diz que a segunda causa de mortalidade infantil no País é a doença genética, mas, quando a gente olha para esse gráfico do ponto de vista de saúde pública, percebe que esse gráfico mostra bons indicadores de saúde pública para a gente. Ele mostra o quê? Mostra que doenças que têm um componente ambiental muito forte na sua causa, na sua etiologia, doenças infecciosas, doenças que são transmissíveis, doenças associadas à vulnerabilidade social, à falta de esgoto e à falta de água filtrada estão sendo prevenidas. E, na hora em que a gente previne as doenças que são prioritariamente relacionadas a condições ambientais, a gente vê o impacto das doenças genéticas, a relevância epidemiológica das doenças genéticas, sobretudo na mortalidade infantil e sobretudo no perfil de pacientes na faixa etária pediátrica, que é onde se concentram os pacientes com doenças genéticas.

Então, a partir da constatação de que doença genética, principalmente a partir dos anos 2000, é um problema de saúde pública relevante e representa a segunda causa de mortalidade infantil no nosso País, começou-se a pensar em políticas públicas relacionadas à genética. A primeira política pública que a gente tem de âmbito nacional relacionada à genética é a política de inserção da genética clínica no SUS, que é de 2009. Por um conjunto de razões, ela não foi efetivamente implantada, até que, em 2014, surge a Política de Doenças Raras.

Essa política foi, em grande medida, fomentada por associações de pacientes, pela organização civil do nosso País. Essa política não é uma política de doença genética, é uma política de doença rara. Mas por que os geneticistas, as pessoas que trabalham com genética e os próprios pacientes que têm doença genética se enxergam nessa política? Porque a gente sabe que 80% das doenças raras, na verdade, têm etiologia genética. Então, há uma coincidência muito grande entre doença rara e doença genética porque 80% do que é uma doença rara têm causa, têm etiologia genética.

O conceito de doença rara pode variar de acordo com o referencial teórico adotado. De modo geral, a Organização Mundial de Saúde faz um corte epidemiológico, definindo doença rara como aquela que acomete pelo menos uma em duas mil pessoas. Então, é um corte relacionado à frequência. A portaria de doenças raras, essa que eu apresentei aqui para os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhores, a de 2014, faz esse corte em 65 por cem mil pessoas. Então, ela considera uma doença rara aquela que acomete 1,3 pessoa a cada duas mil pessoas.

O universo do que a gente entende por doença rara é um universo imenso. Existem cerca de sete mil a oito mil doenças raras. Então, é um universo muito heterogêneo, com muitos tipos de doenças diferentes. Isso confere uma complexidade adicional ao assunto do ponto de vista biológico. Mas a gente sabe que 80% das doenças raras são doenças genéticas, e daí há essa interseção, daí há o fato de que a gente entende a portaria de doenças raras como uma portaria de atenção às pessoas que têm doenças genéticas raras.

A portaria segue as premissas do SUS de integralidade, de universalidade e de equidade, segue os princípios doutrinários do SUS, e não poderia ser diferente. Ela prevê, portanto, que a atenção em relação aos pacientes com doenças genéticas raras deve se dar em todos os cenários do Sistema Único de Saúde. Então, há espaço para a atenção em relação à doença genética na atenção primária, há espaço na média complexidade, há espaço na alta complexidade. Quando a gente pensa no SUS como um sistema que pressupõe integralidade, esses pacientes com doenças raras e com doenças genéticas raras precisam ser acolhidos nos diversos cenários do SUS, contemplando todas as suas complexidades e as suas particularidades.

Inevitavelmente, isso termina explicitando um problema que a gente tem para a implantação da política de doenças raras no nosso País, que é o baixíssimo número de médicos geneticistas que existem no País. Esses resultados são resultados da pesquisa Demografia Médica, do Conselho Federal de Medicina, do ano passado, de 2018. Então, são resultados bastante atuais. O que a gente tem no País inteiro são 305 médicos geneticistas, com uma distribuição no Território nacional bastante desigual, com alta concentração nas Regiões Sudeste e Sul.

Então, a gente pensa assim: como você implanta uma política de doenças raras num país como o Brasil, que tem uma dimensão continental e em que a força de trabalho para a implantação dessa política de doenças raras é composta prioritariamente de 305 profissionais? Isso é inviável, isso é infactível. Não há como a gente pensar em uma política de doenças raras centralizada exclusivamente em 305 pessoas num país do tamanho do Brasil.

Desde que a Sociedade Brasileira de Genética Médica percebeu isso, percebeu essa dificuldade, a gente tem pensado que precisa instrumentalizar o colega, o profissional de saúde que não é especialista em genética em relação à genética, porque, ainda que essa pessoa não seja especialista, é essa pessoa que está na atenção primária, é essa pessoa que vai ser a porta de entrada e o primeiro contato do paciente com doença rara com o Sistema Único de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje em dia, é inadmissível você pensar em um profissional da área de saúde – e eu falo do profissional *lato sensu*, o médico, o enfermeiro, o fisioterapeuta, o dentista – que não tenha um conhecimento mínimo relacionado à doença genética, porque doença genética é prevalente e tem impacto na mortalidade infantil. E a gente tem uma política de doenças raras que não vai, em curto e médio prazo, se sustentar no País se os profissionais não especialistas em genética não tiverem minimamente uma formação relacionada à área.

Isto aqui que eu trago para os senhores é a única parte da Diretriz Curricular Nacional do curso de Medicina – a última Diretriz Curricular do curso de Medicina são as diretrizes de 2014 –, é o único momento na Diretriz Curricular dos cursos de Medicina em que a genética é apontada de alguma forma. É neste ponto, no art. 12, inciso IV, que se fala da competência do egresso, quer dizer, do médico recém-formado que não é especialista. Ele deveria ser competente o suficiente para promover a investigação diagnóstica e, inclusive, para indicar as situações de aconselhamento genético.

Então, é só isso que a Diretriz Curricular de Medicina...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – ... fala sobre genética.

Desde que essa Diretriz Curricular de Medicina foi publicada, a Sociedade Brasileira de Genética Médica tem se preocupado com esse assunto, em como formar não especialistas em genética, mas em como dar um fundamento sobre genética para as pessoas que não são especialistas no assunto.

Em 2017, uma revista importante na área de saúde coletiva, a *Interface*, publicou um volume específico sobre provimento de recursos humanos para o SUS. E, naquela época, nós da Sociedade Brasileira de Genética Médica escrevemos um artigo discutindo essa problemática e considerando que, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais, a gente tinha que ter uma matriz de competência mínima em genética para instrumentalizar não só os cursos de graduação, mas a capacitação dos profissionais já formados e que estão inseridos no Sistema Único de Saúde. Esse artigo está publicado, está disponível. A gente não tem aqui tempo para detalhar muitas coisas, mas ele é passível de ser baixado na internet facilmente.

De modo geral, essas são as quatro competências que a Sociedade Brasileira de Genética Médica entende que todo profissional de saúde deveria ter em relação à genética, porque são competências muito gerais. Um profissional deveria ser capaz de reconhecer a sua necessidade de educação continuada, porque a genética e, particularmente, a genômica estão avançando diariamente. A incorporação de tecnologia genômica no cuidado à saúde é uma realidade, e os profissionais precisam lidar com essa tecnologia no seu dia a dia clínico. Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

profissional que não é especialista em genética deveria ser capaz de identificar as pessoas que têm ou que possivelmente têm uma doença genética ou que estão sob risco para desenvolver essa doença genética, de forma que ele consiga fazer uma regulação para um especialista de forma adequada. Um profissional que não é especialista em genética, mas que está na atenção primária deveria ser capaz de manejar um paciente com doença genética já diagnosticada mediante diretrizes específicas para aquela doença que foi diagnosticada. No Sistema Único de Saúde, a gente chama esse movimento de movimento de contrarreferência: o paciente vai para o especialista, recebe um diagnóstico e tem que voltar para a atenção primária, onde ele deveria fazer o seu seguimento longitudinal. E, por fim, um profissional que é da área de saúde, hoje em dia, deveria ser capaz de promover práticas clínicas no sentido de prevenção de defeito congênito, de prevenção de deficiência intelectual.

Para chegar a essas competências, a Sociedade Brasileira de Genética Médica estabeleceu um conjunto de conhecimentos teóricos, um conjunto de habilidades que diz respeito a como eu coloco esse conhecimento teórico na prática clínica, a como eu ensino esse conhecimento teórico na prática clínica, e um conjunto de atitudes que diz respeito a como eu faço essa inserção do conhecimento teórico na prática clínica de forma correta inclusive do ponto de vista ético.

Nós, na Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica, acabamos de estabelecer na literatura um perfil de competência mínima em relação à genética no que diz respeito a conhecimento, habilidades e atitudes, que será publicado no próximo volume da *Revista Brasileira de Educação Médica*. É um trabalho que já foi aceito.

É claro que vai ser impossível aqui a gente comentar sobre os 21 conhecimentos teóricos que a gente pressupõe que são importantes, sobre as seis habilidades que a gente reconhece que são importantes, sobre as cinco atitudes que a gente reconhece que são importantes. A gente não tem tempo, pelo menos nesta minha breve apresentação, para detalhar isso com mais cuidado, mas eu queria ressaltar que nós, da Sociedade Brasileira de Genética Médica e Genômica, temos clareza sobre o que precisa ser ensinado nos cursos de saúde. Não nos falta clareza em relação ao que precisa ser ensinado, mas, apesar de a gente ter essa clareza, a gente tem dificuldade de colocar isso em prática.

A Sociedade Brasileira de Genética Médica, com o apoio do Conselho Federal de Medicina, tem instituído algumas medidas de educação em relação à genética, novamente pensando não só no estudante, mas também no profissional já formado que está inserido no mercado trabalho e, sobretudo, no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu queria ressaltar que a gente tem um conjunto de videoaulas que estão disponíveis na rede. Essas videoaulas foram pensadas exatamente no formato da Portaria de Doenças Raras e, então, têm uma correspondência direta com a Portaria de Doenças Raras no que diz respeito ao seu formato. O CFM editou um material teórico de apoio a essas videoaulas, cujo título é "Genética médica para não especialistas" – é um material teórico também passível de *download* a partir do *site* do CFM –, sempre com o objetivo de instrumentalizar o colega que não é geneticista no reconhecimento das doenças genéticas.

Por fim, inclusive porque o meu horário já está se esgotando, eu queria novamente reforçar que a gente sabe o que precisa ser ensinado, mas a gente tem dificuldade de incorporar esse perfil de competência mínimo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – ... nos cursos de graduação da área da saúde e, em particular, nos cursos de Medicina, em alguma medida porque há escassez de recursos humanos na área e, em grande medida também, em função das diferenças de estruturas dos cursos de modo geral no nosso País.

Era isso. Eu me coloco à disposição dos senhores para o debate que deve acontecer em seguida.

Eu gostaria novamente de agradecer, em nome da Sociedade Brasileira de Genética Médica, a oportunidade de estar aqui representada e a oportunidade de fazer esta discussão, que a gente entende ser prioritária para o avanço da Portaria de Doenças Raras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sra. Débora!

Passo a palavra agora ao Sr. Natan Monsores de Sá, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da Universidade de Brasília.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer ao Senador Romário e à Senadora Mara pelo convite.

Quero aproveitar para lhe agradecer, em público, Senador, porque, no ano passado, o senhor e sua equipe destinaram uma emenda para a Universidade de Brasília para reequipar o nosso laboratório de genética e o nosso observatório, garantindo o atendimento da população do DF, com muita maestria, por parte do conjunto de estudantes, do conjunto pesquisadores que a gente tem formado lá. Então, eu queria lhe agradecer em público, porque, sem esse tipo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de apoio à ciência, à pesquisa e à educação no Brasil, a gente não consegue avançar. Muito obrigado.

Eu vou falar de uma perspectiva um pouquinho diferente daquela adotada pela Dra. Débora. Vou falar um pouquinho das competências atitudinais relacionadas à formação em genética no Brasil.

Então, para além dos conteúdos programáticos, eu, que sou professor de Bioética e Saúde Pública, tenho que lembrar que há uma dimensão que costuma ser esquecida na discussão, que é a dimensão do usuário dos serviços de saúde, a dimensão do paciente, para o qual precisa ser estabelecido um contraponto. Então, quando a gente pensa em formação, a gente sempre pensa no lugar do profissional, no lugar da formação tecnológica, no lugar da formação acadêmica, e a gente se esquece do nosso principal cliente, que é o paciente, aquele que vai estar do outro lado nos nossos serviços de atendimento ou até nas nossas pesquisas. Então, eu vou falar um pouquinho da dimensão atitudinal desse processo.

Como eu trabalho com saúde baseada em evidências, eu fui buscar algumas evidências desse processo de formação atitudinal em termos de habilidades e competências. Já há uma literatura estruturada, há revisões sistemáticas, há revisões integrativas já sendo feitas por todo mundo no sentido de apontar quais são as iniciativas, as características, a estrutura. Como foi bem apontado aqui pela Dra. Débora, o próprio Brasil, as próprias sociedades de genética médica e de genética começam a se organizar no sentido de apresentar uma estrutura curricular mínima para tentar atender aos quesitos técnicos que essa inserção profissional na genética e na biologia molecular requer por parte do profissional. Então, já há um conjunto de trabalhos estabelecidos na literatura, mas nos parece que há uma ênfase excessiva em tecnologias educacionais ativas não no bom sentido, mas no mau sentido. Às vezes, há uma confiança extremada de que uma formação tecnológica do estudante em conhecer equipamentos e técnicas seria suficiente para garantir uma formação médica completa, uma formação de pesquisador completa. Então, há que se cuidar também... O artigo que eu apresentei há pouco – eu só mostrei o título – acaba tratando, de alguma forma, parte dessa formação na área de genética e na área de biologia molecular como uma panaceia. Então, apresenta conteúdos, mas não resolve parte da prática necessária no atendimento e no cuidado das pessoas com doenças raras.

A gente tem que lembrar que boa parte desses processos de formação, ou de estruturação de currículos, se baseia em algumas premissas. Há um conjunto de conhecimentos que são objetivantes, nos quais você consegue elencar um conjunto de características de determinada doença e traçar um perfil. E se espera que o profissional de saúde, o médico, o enfermeiro ou fisioterapeuta, parta desse conhecimento objetivante, chegue

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

à subjetividade do paciente e crie um perfil de individualidade, um perfil de atendimento e cuidado para esse paciente. Isso passa por uma série de conceitos da área educacional, que acho que são comuns para quem acaba estudando o tema, como a questão da *expertise*, a questão da suscetibilidade, o mecanismo de avaliação de susceptibilidade de pacientes, estratégias para mensuração de risco, entre outras características.

Retomando essa perspectiva do usuário, do paciente, daquele que vai ser cuidado e que vai receber a atenção por parte do profissional, acho que a primeira pergunta que cabe, quando a gente pensa em currículos de formação de profissionais de saúde ou de profissionais da área biomédica, é a seguinte: generalistas ou especialistas?

A gente quer formar profissionais, como a Dra. Débora já destacou aqui, capazes de colocar esses pacientes dentro do fluxo de atendimento, dentro dos nossos sistemas de referência ou contrarreferência, ou a nossa preocupação é exclusivamente conferir algum tipo de estratégia farmacêutica ou medicamentosa para atender esses pacientes? Então, a gente precisa ter um cuidado também para tentar estabelecer esses limites. Como é que o paciente aqui no Brasil... Como é que o profissional de saúde que está sendo formado deve pensar a dinâmica de atendimento das pessoas que procuram o serviço e que tenham suspeita de doenças raras?

A gente tem que lembrar, como já foi apresentado aqui, que há um conjunto de características para essas doenças que não são características que podem ser alcançadas exclusivamente pelo conhecimento do geneticista médico. A gente sabe que essas doenças afetam predominantemente crianças e afetam aspectos fundamentais do desenvolvimento dessas crianças. São doenças que vão estar envolvidas com mecanismos de *polyhandicap*, de múltipla deficiência. Vão apresentar por vezes fenomas, quer dizer, características, sinais e sintomas, que são rastreáveis – há honrosas exceções – mesmo sem lançar mão de mecanismos genéticos muito sofisticados ou de aparato de biologia molecular caro ou complexo. E a maioria desses pacientes, quando procuram o serviço, são pacientes poliqueixosos. Apesar de esse termo ser um pouquinho pejorativo, ele se refere à mãe ou ao pai ou ao cuidador que procura o serviço de saúde porque o filho apresenta um atraso cognitivo, uma deficiência motora, alguma alteração que pode ser resgatada mesmo sem o aporte de um aparato tecnológico muito extenso. E quem diz isso não sou eu, é a literatura da área.

Então, qual seria o fluxo ideal, ou desejado, para a gente pensar na formação e em incutir na cabeça dos nossos profissionais de saúde a informação? Por exemplo, eu trouxe aqui um fluxo simplificado. O pediatra ou médico de família ou o enfermeiro de família, algum profissional que esteja dedicado a cuidados na ponta, quer dizer, na atenção primária, pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito bem ser a porta de entrada para toda a *expertise* diagnóstica que o sistema possui, porque esse profissional, como já foi dito aqui, obviamente, pela formação generalista que recebe, é capaz de identificar que alguma coisa está errada com esse paciente, que alguma doença está em curso e precisa ser investigada com um pouquinho mais de cuidado. Ora, havendo a necessidade de confirmação, aí sim entra o perfil do especialista, o geneticista ou médicos de outras especialidades, ou fisioterapeutas de outras especialidades, ou dentistas – a gente pode falar de múltiplas profissões de saúde aqui –, que podem entrar para aportar seus conhecimentos nesse fluxo no sentido de tentar fechar um diagnóstico para o paciente.

A gente tem que lembrar que esses itinerários terapêuticos, quer dizer, o trajeto que o paciente leva entre a atenção básica, entre uma suspeita e a consecução do fechamento, a confirmação do diagnóstico, costumam ser longos. A literatura oscila entre três anos e – alguns falam – cinco, seis anos. Talvez, se a gente começar a formar profissionais no sentido de que eles pensem o fluxo de atendimento dentro das redes que a gente já tem constituídas dentro do Sistema Único de Saúde, as famosas RAS, eu acho que a gente consegue amenizar, por exemplo, parte da ansiedade dos geneticistas, que são 305 no Brasil inteiro. Então, a gente consegue até apoiar esses colegas no sentido tentar garantir um fluxo de atendimento adequado para essas pessoas, sem que os consultórios desses profissionais fiquem lotados ou se tornem incapazes de atender a demanda, como a gente tem ouvido aí pelo Brasil inteiro.

No ano passado, eu estive em Uberlândia e ouvi do geneticista responsável lá pelo serviço da universidade federal que ele é o único na cidade e não dá conta dessa demanda. Por quê? Porque os pacientes batem o tempo inteiro na porta desse serviço e não procuram as outras especialidades, até por falta de conhecimento do gestor ou falta de conhecimento das equipes que estão engajadas nos serviços de atendimento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Então, a segunda pergunta que a gente pode fazer é: como reduzir o itinerário?

Esse itinerário pode ser reduzido de algumas formas interessantes e simples. No processo de formação dos profissionais de saúde, boa parte deles vai ter cadeiras de Semiologia e Semiotécnica, quer dizer, eles vão aprender a fazer o diagnóstico e a lançar mão de uma série de aparatos, tecnológicos ou não, para poder apoiar o seu diagnóstico. De modo geral, qualquer processo de consulta conduzido por um profissional de saúde obedece a uma lógica semiotécnica, de acolher uma queixa, de realizar uma anamnese, de proceder a um exame físico, de solicitar exames complementares e de pensar quais são os exames, qual é a propedêutica, quais vão ser as condutas realizadas a partir dessas primeiras observações. Porém, do ponto de vista do paciente, a gente precisa lembrar que nem sempre o prontuário

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

consegue representar a totalidade das queixas ou a totalidade das vivências que esse paciente tem, até porque a gente está falando de sistemas de informação ou, em algumas unidades de saúde do País, de papel mesmo, e o papel de fato não vai representar aquilo que a pessoa é. Então, a gente precisa pensar em como melhorar esse processo.

Melhorar esse processo significa fazer com que o nosso estudante da área de saúde consiga entender que o processo de anamnese e de exame do paciente é uma troca de *expertises*, é um diálogo em que o paciente vai trazer o seu conjunto de vivências, a sua inserção comunitária, a sua inserção social, e o médico ou o fisioterapeuta ou o enfermeiro, o profissional de saúde vai aportar os seus conhecimentos técnicos e tecnológicos nesse processo. Então, há uma série de encontros possíveis nesse meio termo que podem garantir que a identificação de uma doença rara aconteça com um pouquinho mais de celeridade, com um pouquinho mais de rapidez.

Porém, aí a gente esbarra em um outro processo, que é o processo de violência institucional. Na maioria das unidades de saúde, o profissional de saúde vai ter entre 10 e 15 minutos para proceder à consulta de um paciente que está vindo com essas poliqueixas. Em 10 minutos, em 15 minutos, ele dificilmente vai conseguir alcançar todas as dimensões necessárias para tentar ou para conseguir identificar a natureza ou as características dessa doença rara. Já é difícil para uma doença prevalente em 15 minutos estabelecer-se um diagnóstico, imaginem, então, em um período de 15 minutos, estabelecer-se um conjunto de informações extremamente complexas para identificar uma doença rara.

Então, não existe fórmula mágica. Isto aqui não é uma fórmula mágica, mas nos confere uma base para pensar até as nossas dinâmicas de atenção dentro da rede. Ora, se eu devolvo para rede, se eu estou dizendo aqui que a atenção básica deveria ser a porta de entrada, há que se pensar também nas condições para que o profissional de saúde que está na atenção básica consiga realizar todo esse processo de avaliação do paciente com calma, com tranquilidade, a fim de aportar informações para poder fechar um diagnóstico.

E aí, em função dessa dimensão violenta às vezes da estrutura que a gente tem, dessa celeridade no atendimento – "próximo", "próximo"; em 15 minutos, "próximo"; em 15 minutos, "próximo" –, a gente começa a esbarrar em problemas, e esses problemas vão ter que ser pensados também em termos de formação que a gente dá dentro das nossas universidades. Então, será que os nossos alunos conseguem lidar com as incertezas diagnósticas, com certas concepções de suscetibilidade, ou será que eles acreditam que os exames contam tudo?

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Será que não existe também por parte das famílias e dos profissionais uma certa ideação de que o diagnóstico correto deve ser obtido a todo custo? E às vezes a gente sacrifica a família ou o paciente, na busca por um diagnóstico, omitindo por exemplo determinadas vertentes de tratamento. Ora, eu posso não fechar um diagnóstico genético, mas isso não significa que eu não possa dar ao paciente um tratamento fisioterápico, uma atenção nutricional, um outro tipo de orientação clínica para tentar garantir um mínimo de qualidade de vida para essa pessoa.

Então, há uma série – eu não vou esgotar aqui; o eslaide vai ficar à disposição de todos – de vazios e incertezas que vêm dessa estrutura de formação, dessa estrutura de inserção do estudante de saúde no nosso sistema de saúde, seja público, seja privado. Uma série de problemas começa a acontecer em função das dinâmicas às vezes perversas que se estabelecem, e isso gera uma série de paradoxos que a gente vai ter que começar a pensar quando discute a formação desses profissionais.

Como eu havia falado, a gente tem um encontro de *expertises*, a gente tem um encontro de vivências. E, se a gente começa a adotar, na formação do nosso estudante, uma perspectiva não centrada no exame ou não centrada no aspecto meramente formal, tecnicista do exame ou do diagnóstico, e o olhar passar a ser centrado no indivíduo ou na família, talvez a gente consiga conferir um certo grau de mudança nesse processo diagnóstico.

Alguns artigos publicados por geneticistas e por equipes que fazem a atenção pediátrica e em genética começam a apontar esse tipo de necessidade. As dinâmicas de relação entre instituições, profissionais, pacientes, associações de pacientes, indústria farmacêutica precisam ser compreendidas com um pouquinho mais de profundidade a fim de que a gente garanta que essas incertezas ou que essas violências institucionalizadas fiquem fora do escopo dessa relação profissional-paciente. Eu não vou entrar em detalhes, vou deixar à disposição dos senhores, mas essa discussão já tem acontecido há algum tempo na literatura.

Tem acontecido também uma discussão a respeito dos vieses de formação dos nossos profissionais de saúde. Que vieses são esses? Por exemplo, a maioria dos protocolos de atendimento tem participação mínima de pacientes. O paciente dificilmente é ouvido quando, por exemplo, a Conitec, aqui no Brasil, estabelece um protocolo clínico, uma diretriz terapêutica. Há uma...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Dr. Natan, o senhor tem mais um minuto.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um sobrepeso da experiência anedótica também nessa relação do profissional com o seu paciente. Assim, há uma série de assimetrias que começam a acontecer pelos *gaps*, pelas lacunas de formação, e que a gente precisa pensar.

Isso gera uma distorção importante, que é esta aqui: os profissionais começam a tratar o resultado do exame e não a pessoa. A formação técnica é toda centrada nesses aspectos tecnológicos, e a gente esquece que há uma pessoa por trás. E aí começa a aparecer uma série de conflitos de interesse importantes nesse cenário, que a gente vai ter que trazer para o âmbito da formação do profissional, a gente vai ter que trazer para a cadeira da universidade, para discutir o interesse da indústria farmacêutica, o interesse do Governo, o interesse dos profissionais. Essa discussão a gente não pode se furtar de fazer.

Nesse sentido, começam a aparecer também vislumbres do que é possível alcançar. Por exemplo, precisamos começar a discutir com os nossos alunos as obrigações morais do cuidado que a gente estende ao paciente: a obrigação moral de resgatar o paciente, de garantir cuidados, de não abandonar, de paliar, de evitar que esse paciente sofra, entre tantas outras condições.

Eu deixo para os senhores também – não vou ler todas aqui... Há uma professora que é muito importante no cenário de uso de evidências no cuidado em saúde, que é a Profa. Trisha Greenhalgh, uma professora aposentada de Oxford. Lidando com essa coisa, com essa ânsia dos pacientes em garantir um acesso ao cuidado de saúde adequado, ela dá dez dicas na formação do profissional de saúde, que eu vou deixar para os senhores lerem depois, para a gente discutir.

Quero só chamar a atenção para esse último eslaide. Entre genes e pessoas, os nossos profissionais têm que enxergar primeiro as pessoas.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado, Dr. Natan.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Nildo Alves Batista, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica.

O SR. NILDO ALVES BATISTA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Em nome da Associação Brasileira de Educação Médica, eu queria aproveitar a oportunidade de estar nesta audiência discutindo uma temática de tamanha importância.

Nós que hoje estamos conduzindo a Associação Brasileira de Educação Médica congregamos, no dia de hoje, um total de 337 escolas médicas, que iniciaram seu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

funcionamento no Brasil, com a oferta de cerca de 35 mil vagas, ou seja, 35 mil alunos estão iniciando os seus estudos para concluir a sua formação médica no Brasil. Dentro de poucos anos, teremos então uma população de 200 mil cidadãos nos cursos de Medicina no Brasil para se formarem médicos. É motivo de extrema preocupação nossa, da Associação Brasileira de Educação Médica, discutir os rumos da educação médica no Brasil, discutir os rumos da qualidade do profissional que está sendo formado, discutir os rumos e buscar caminhos que aprimorem esse processo formativo.

Ao mesmo tempo, entendemos, como Associação Brasileira de Educação Médica, que precisamos pensar, na melhoria do processo de assistência, no contexto de uma equipe de saúde, no contexto de um trabalho conjunto que garanta ou que propicie a prática do cuidado à pessoa, como foi dito anteriormente pelo colega Natan. Ao mesmo tempo, nós nos deparamos com todas as aflições que a Profa. Débora traz a partir de uma das sociedades. Como é que nós podemos estar pensando, em seis anos de formação, que é o tempo da graduação, em contemplar o mínimo necessário para que o médico formado não incorra em negligência, não incorra em falta de diagnóstico ou, pelo menos, não incorra em falta de suspeita diagnóstica e, consequentemente, de um encaminhamento adequado em tempo oportuno. Então, esse é o primeiro grande desafio hoje da educação médica no Brasil.

A gente sempre relata um trabalho feito anos atrás numa das universidades públicas nossas, em que se fez uma enquete com as várias especialidades que compõem hoje o exercício profissional do médico. A pergunta era: "Qual é o tempo mínimo que você acha que a sua especialidade precisa para formar o médico na graduação?". Perguntou-se isso para cada especialidade, e a somatória deu algo próximo de 24 anos. Então, esse é o primeiro grande problema. Cada especialidade precisaria, sim, de um tempo; cada especialidade precisaria ter um espaço, e nós temos primeiro uma questão temporal nas diretrizes curriculares.

Segundo, é preciso entender: diretrizes curriculares são um processo que demanda contínuo, constante olhar e atualização. Na Medicina, temos as Diretrizes Curriculares de 2001, e agora, em 2014, a adequação do documento. Esse documento contempla os desafios da formação médica no Brasil? Não. Esse documento precisa ser olhado novamente? Precisa. Ele precisa apontar e trazer alguns aspectos que ainda possam ser melhorados na graduação? Precisa. Então, nesse sentido, primeiro ponto: como Associação Brasileira de Educação Médica, nós nos colocamos totalmente com essa frente que chama para a discussão de como nós podemos melhorar, nas diretrizes curriculares, uma chamada específica, que é formar profissionais para o atendimento às doenças raras.

O segundo ponto é: a que a graduação se propõe? O Natan também trouxe isso. É formar especialista? Com certeza, não. É impossível. Graduação não é para formar especialista. É para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

formar o generalista? Nós atualmente também estamos em discussão, porque formar um generalista tem toda uma complicação por trás, já é uma nova especialidade, já é formar o médico de família e comunidade, que precisa ter uma formação para além da graduação; só a graduação não dá conta. Então, para que cabe a graduação? Por isso, a nossa proposta é trocar o nome: não é formar o generalista, mas dar uma formação geral ao médico que lhe possibilite, lá na atenção básica, primeiro, dar conta dos 80% do que vem na atenção básica, que é de resolutividade mais fácil, que é de demanda de que o egresso do curso de Medicina deveria dar conta. Isso, com certeza. Quanto aos outros 10% a 20%, que ele tenha a condição de suspeitar, de ver que é preciso algo além daquele atendimento, que é preciso um encaminhamento; que ele tenha, então, a suspeita diagnóstica, como foi falado. Nós precisamos avançar, esse é um ponto importante – isso, vendo na graduação.

Concordo que olhemos de novo, que vejamos especificamente como está a genética, como estão as doenças raras, é importante, para aprimorar. Mas precisamos continuar vendo, no processo de formação do médico, para além da graduação. E, aí, especificamente para a questão que estamos discutindo aqui, das doenças raras, vemos a importância daquele colega que está na porta de entrada. Como foi falado, a importância de formar melhor o pediatra neste País, porque ele é a porta de entrada, é lá que chega a doença rara. E do médico de família. Chega, primeiro, no médico de família. Frequentemente, essas doenças, do médico de família, devem ir para o pediatra. E, aí, como está a formação desses dois colegas, para além da formação na graduação? Vamos olhar.

Eu tive, recentemente, a oportunidade de desenvolver uma orientação de mestrado que era exatamente sobre o ensino do erro inato de metabolismo na formação do pediatra geral, considerando os dois anos de residência do pediatra. Encontramos dados extremamente preocupantes na residência, extremamente preocupantes de falta de formação já nos dois anos de especialização para um dos capítulos importantes das doenças raras, que são os erros inatos do metabolismo. Então, precisamos avançar.

Na pediatria, há uma proposta, que avança nesse sentido, que é sair de uma residência de dois para três anos. E, na residência de três anos, que é a que está começando agora, eu acho que, especialmente, no segundo e no terceiro anos, isso deve melhorar bastante, deve avançar bastante nos programas. Já no programa de residência de formação do pediatra de três anos, isso já é contemplado de uma maneira bem mais efetiva.

A mesma coisa deve ser vista com relação ao médico de família e comunidade.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NILDO ALVES BATISTA – Precisamos olhar para a formação desse médico de família e comunidade para depois da graduação e trazer essa discussão de uma maneira um pouco mais direta, levando, primeiro, esse panorama que estamos trazendo aqui. Que as residências conheçam o que a Profa. Débora colocou em tempo tão curto, para mostrar o quanto nós precisamos trabalhar nesse sentido.

Então, entendemos o desafio, assumimos que precisamos estar atentos, precisamos avançar, precisamos encontrar juntos formas de melhoria da formação do profissional de saúde no Brasil, mas olhar para além da graduação, olhar também, especialmente, para a formação do pediatra e do médico de família no Brasil.

Eu acho que esses seriam pontos que vão ao encontro de uma melhor assistência dessa população que, neste momento, tanto necessita.

Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Sr. Nildo.

Eu gostaria de agradecer a presença do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na pessoa do Coordenador-Geral Raphael Correia e do Diretor do Departamento de Política Temática dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Sr. Paulo Vieira. Muito obrigado pela presença!

Passo a palavra, agora, à Sra. Regina Célia Mingroni Netto, representando a Associação Brasileira de Genética.

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada ao Senador Romário e à Senadora Mara Gabrilli pelo convite. É um prazer estar aqui representando a Sociedade Brasileira de Genética.

Acho que não preciso nem dizer, representando a Sociedade Brasileira de Genética, que a sociedade, sem dúvida, tem interesse e reitera a importância do ensino, do bom ensino, de qualidade, da Genética para todas as profissões de saúde e que esse ensino seja feito por profissionais bem qualificados.

Eu sou bióloga de formação, tenho mestrado em Genética Humana no Instituto de Biociências da USP, tenho um doutorado voltado para Genética Humana no Instituto de Biociências da USP. Hoje eu sou cientista e professora no mesmo departamento, faço parte da equipe do Centro de Pesquisa sobre o Genoma Humano e Células-Tronco e gostaria de dizer, com orgulho, que fui coordenadora – hoje sou vice-coordenadora – do primeiro curso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mestrado profissional em aconselhamento genético do País, uma iniciativa que partiu dos pesquisadores e professores do centro de pesquisa sobre genoma humano.

Essa apresentação é a que eu coloquei? (*Pausa.*)

Não. A questão é que eu acho que tem uma versão e outra versão, mas tudo bem.

Muito bem, eu vou fazer o relato de uma professora. Eu tenho só que agradecer os colegas que me antecederam, porque fizeram uma revisão dos conceitos básicos sobre as doenças raras, sobre a importância do ensino, e eu vou contar a história de um instituto sobre ensino de Genética Humana.

Muito bem, eu trabalho no Instituto de Biociências da USP, lá em São Paulo. Ele foi criado em 1969, com uma reorganização da Universidade de São Paulo que se chamou Reforma Universitária.

Curiosamente, nesse momento, a Faculdade de Medicina da USP considerou a Genética uma ciência básica, não devia ficar entre as disciplinas clínicas, e transferiu ao Instituto de Biociências a tarefa de ensinar e fazer pesquisa em Genética. Então, os poucos geneticistas humanos da época, professores pioneiros como o Prof. Oswaldo Frota-Pessoa e o Prof. Pedro Saldanha foram deslocados. Na verdade, ficaram concentrados em uma faculdade que fazia pesquisa em teoria em Biologia.

Muito bem, desde então, coube a esse instituto, que hoje se chama Departamento de Genética e Biologia... Ele ministra todas as disciplinas de Genética, principalmente a humana, e Evolução para todos os cursos da USP, além do próprio curso de Ciências Biológicas, que forma biólogos na instituição.

Então, o cenário atual é o de que a gente ministra a disciplina de Genética Humana e Médica para Medicina, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional e, mais recentemente, para Ciências Biomédicas.

Dos professores que ministraram e ministram essas disciplinas, parte são biólogos, parte são médicos que trabalharam em colaboração desde a década de 60, em formação de grupos muito dedicados ao aconselhamento genético de famílias com doenças hereditárias. Então, isso é muito antigo, essa tarefa de fazer aconselhamento genético começou nesse instituto aproximadamente em 1967.

Esses mesmos professores e pesquisadores foram responsáveis pela fundação, sob a coordenação da Dra. Mayana Zatz, de um centro de pesquisa sobre doenças genéticas, que recebe o financiamento da Fapesp, que é a fundação que ampara a pesquisa no Estado de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo. A maior parte dos docentes que ministram essas disciplinas hoje de Genética Humana e Médica são pesquisadores em Genética Humana, professores que estão vinculados direta ou indiretamente e que têm experiência no sentido de ver pacientes, estão envolvidos com a atividade de aconselhamento genético e muitos são responsáveis por prestação de serviço de exames genéticos a pacientes, sob a forma de uma série de atendimentos ambulatórios que acontecem nesse centro.

Muito bem, a gente trabalha com uma instalação física muito boa, com salas de espera, médicos, e a maior parte... Médicos e biólogos trabalham em harmonia na constituição de equipes que fazem aconselhamento genético, com um suporte laboratorial de boa qualidade.

Eu não estou dizendo aqui que haver disciplinas de Genética ou haver conteúdos de Genética seja sinônimo de haver qualidade no ensino de Genética, mas eu estou defendendo aqui que é uma sementinha, que haver ao menos uma disciplina Genética Humana e Médica nos cursos de saúde é uma sementinha para despertar o interesse desse jovem fisioterapeuta, do jovem fonoaudiólogo, do jovem e futuro odontólogo, dentista, criar uma sensibilidade, um conhecimento inicial para a presença das doenças genéticas e da sua importância e criar algumas coisas, algumas atitudes que eu acho que, quando eles forem atuar como profissionais em equipes de saúde, possam facilitar o caminho tão árduo do paciente com doença rara por tantas equipes, diagnósticos e exames por que eles passam até chegar ao diagnóstico correto. Não que disciplina seja sinônimo de qualidade, mas a gente defende que é a primeira sementinha e que, de preferência, eles sejam ensinados por professores que tiveram vivência com atendimento e contato direto com o paciente com doença genética.

Muito bem, qual é o objetivo geral dessas disciplinas? É óbvio que elas têm ajustes, diferenças. Então a ideia é tornar o profissional de saúde familiarizado com os principais grupos de afecções genéticas e os seus mecanismos de herança. Que eles conheçam basicamente os principais grupos: o que é uma doença causada por uma alteração cromossômica, o que é um erro inato de metabolismo. Acho que essas grandes classes de doenças eles têm que vivenciar, passar por isso.

Reconhecer a importância da coleta da história familial de um paciente que se suspeite ser genética ou não. Nós sabemos que a coleta da história familial não é ainda um hábito generalizado para todos os profissionais de saúde. Que esse profissional de saúde, pode ser um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta, se ele está atuando numa equipe, consiga reconhecer pelo menos quais são os pacientes e famílias que devem ser encaminhados ao serviço especializado de genética e aconselhamento genético, ainda que ele não vá lidar com o diagnóstico, não vá fazer diagnóstico de doença genética, e talvez não faça isso ele mesmo, mas, no mínimo, que tenha a percepção de quem deve ser encaminhado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma experiência muito feliz com fonoaudiólogas e fonoaudiólogos. Eu trabalho com surdez hereditária, e nós temos uma quantidade enorme de fonoaudiólogos que, porque conversam com a gente, porque tiveram o curso, sabem direitinho a que tipo de família devem sugerir que procurem um serviço de genética. A mesma coisa pode acontecer com o fisioterapeuta e os enfermeiros. Esses profissionais têm muita intimidade com o paciente, pois são profissionais que criam vínculos prolongados. Um fonoaudiólogo atende uma criança por meses, anos, e também um fisioterapeuta. Então, se essa pessoa tiver a sensibilidade de pelo menos aferir se o paciente foi encaminhado para um serviço correto, está fazendo a trajetória correta para conseguir ter aconselhamento genético, isso é de suma importância.

Um dado que a gente também ensina para farmacêuticos, biomédicos e biólogos: a gente acha importante que eles conheçam os principais tipos de exames genéticos, suas principais indicações e quais são os princípios básicos da detecção da alteração genética.

Então esses são objetivos que estão por baixo de todas essas grades e ementas que a gente tem planejado.

Conheço, na prática, porque dei aulas de algumas dessas disciplinas, sei que o professor procura achar exemplos práticos dos mecanismos de herança e das doenças que interessam ao profissional. É óbvio que o psicólogo vai estar muito mais interessado na genética psiquiátrica, em deficiência intelectual, e que a fonoaudióloga vai querer saber mais sobre surdez hereditária. Então, os professores tentam usar os exemplos mais ajustados à profissão, no caso, dos alunos de graduação.

Eu trouxe uma ementa. Está bom! A ementa não é tudo, mas é um exemplo que diz, dentro desses objetivos, o que é o mínimo que a gente tem de ministrar a esses jovens. Está aqui. As doenças raras permeiam praticamente todas as categorias que nós estamos colocando aqui. Então, é um exemplo de ementa que a gente tem. Eu peguei isso do Portal da USP para essa disciplina. É só um dos exemplos.

Muito bem. Conversei com colegas... Bom, essa apresentação não é a final. Eu conversei com colegas da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto e tive um relato muito interessante. A Faculdade de Medicina também tem uma experiência muito feliz.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Ministra-se ali uma disciplina básica de Genética. A formação do médico requer uma prática adicional, que é vivenciar os ambulatórios, saber reconhecer e identificar a doença, e a Faculdade de Medicina de Ribeiro Preto inclui a Genética de novo num ciclo mais avançado, que inclui vivências em internato em clínica de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genética na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Há aqui uma pessoa que é testemunha disso.

Conversei com colegas da UnB, que também estão relacionados com o ensino médico da Genética, que fazem relatos semelhantes, ou seja, de que existe uma disciplina de Genética Básica e de que também existe uma inserção desses jovens que vão se formar, durante o internato, em uma série de clínicas que são a pediatria, a endocrinologia, e, nessas clínicas, eles têm contato com pacientes com doenças raras, com a doença genética.

Então, eu acho que as boas faculdades do Brasil já têm uma preocupação com esse ensino, que ele seja de qualidade, que seja ministrado por profissionais muito bem formados.

Eu estou vindo de reuniões na Capes de coordenadores de programas de pós-graduação. A Capes e o CNPq, por meio dos programas de pós-graduação, só na área em que eu estou, que é a de Biologia Molecular e Genética, mantêm 65 programas de pós-graduação no País, dos quais metade forma pessoas com mestrado e doutorado voltados para Genética Humana e Médica. É enorme o número de jovens que a Capes e o CNPq ajudaram a formar com especialização e conhecimento para serem os professores de Genética dos cursos de saúde.

Então, se se explicitar em diretrizes curriculares a importância desse ensino de Genética de boa qualidade, o meu sonho para daqui a alguns anos – pode-se chamar de sonho – é ver as faculdades da área da saúde contratando jovens geneticistas com pós-graduação para que veiculem esse contato, esse ensino de genética e que a gente tenha um profissional de saúde mais sensibilizado para a presença da doença rara, mais sensibilizado para a presença da doença genética na sua prática profissional.

Eu acho que deu certo o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem. Muito obrigado, Doutora.

Recebemos aqui, de alguns internautas, algumas mensagens.

Marcelo Cendon, do Mato Grosso do Sul, pergunta – e vou passar para o Natan responder: "Haverá incentivos para a criação de alguma especialização médica somente voltada às doenças raras?"

Você acha que...

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Então, já foi dado o exemplo aqui pela colega de que já existem cursos de especialização no Brasil voltados para essa formação. O problema não está na existência de cursos; está na concentração de profissionais, como foi mostrado aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe uma dinâmica de formação, mas o problema é que boa parte desses profissionais estão ficando concentrados, às vezes, em Regiões como o Sul e o Sudeste e não alcançam Regiões como o Norte ou o próprio Centro-Oeste, que têm uma carência de profissionais.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem.

Átila Santos, da Bahia, faz a segunda pergunta: Como o CRISPR poderia ajudar na cura de doenças raras e no tratamento da anemia falciforme? Universidades chinesas e americanas podem ajudar?

Essa é para a Dra. Débora.

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – Nem sou especialista em CRISPR, mas CRISPR é uma tecnologia de biologia molecular que tem potencial de ajudar no tratamento e no manejo de muitas doenças genéticas, não só na anemia falciforme, que eu não posso deixar de apontar que é uma doença genética que não é rara. É a doença genética mais comum na nossa população e está muito acima daquele corte epidemiológico de 1 para 2000. Então, claro, o CRISPR tem potencial. Agora, não vejo esse potencial sendo exercido neste momento no País, mas tem potencial.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Aqui também tem a Ana Karine, do Distrito Federal: "Meu filho tem uma falha no gene DEAF1 [...], só aparece no Exoma". Como incluir nos currículos de saúde o Exoma, o CRISPR e as células-tronco?

A senhora poderia responder, Dra. Regina?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Posso sim. Olha, às pessoas, por exemplo, aos nossos alunos de Medicina e aos nossos alunos a quem a gente está dando aula na área da saúde já está sendo apresentada a técnica do sequenciamento de nova geração do Exoma, quais são as aplicações e as cautelas para interpretação. O CRISPR menos, eu acho que não é uma prioridade, porque ele vai virar uma terapia daqui a alguns anos. Mas o sequenciamento massivo paralelo, o Exoma já está sendo ensinado nos cursos de graduação, a gente já está explicando para os alunos o que é isso. Então, a gente espera que esses novos profissionais de saúde saibam como recomendá-lo bem. A dificuldade é que o sequenciamento massivo paralelo ainda é um exame caro, está difícil, quase impossível, cobri-lo pelo SUS, há reticência por parte dos planos de saúde, é preciso muita justificativa. Então, realmente é uma pena, porque ele vai demorar um pouco para ter um alcance para a população geral. É um exame ainda muito caro. É nosso sonho vê-lo ficar mais barato e ser mais bem amparado nos procedimentos do SUS num futuro próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Hoje você não consegue esse exame através do SUS?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Então, pelo que eu li na Portaria das Doenças Raras, a Dra. Débora deve saber melhor que eu, de verdade, aquilo que pode ser despendido por um único paciente hoje não cobriria...

Pode responder. Explique melhor essa questão.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Tem uma portaria recente, inclusive, da Conitec, que incorporou o Exoma nas práticas do SUS. Mas o problema não está na incorporação, não está no papel assinado. O problema está em que os centros que podem aportar essa tecnologia não têm recursos, pessoal ou equipamento para fazer. Então está autorizado no papel, mas a gente não tem condições, na prática, de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – No caso, o senhor pode dizer aqui qual é o Estado, por exemplo, que tem esse recurso, que tem essa probabilidade de fazer esse exame? Ou não existe nenhum no Brasil?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Talvez o Ministério da Saúde tenha o levantamento dessa capacidade instalada. São Paulo faz, alguns centros no Rio de Janeiro fazem...

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – É possível... Clínicas de Porto Alegre já estão conseguindo?

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Porto Alegre já faz, mas não são todas as capitais que têm não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Janille Vitoria, do Espírito Santo, afirma: "Acho ótimo isso. Levei cinco anos de dor para ter o diagnóstico de fibromialgia, que é uma doença pouco conhecida pelos médicos".

Ana Cristina, de São Paulo, diz: "Os médicos, de um modo geral, mal sabem das doenças comuns. Primeiro, deve-se investir nas universidades, com bons professores, e na reforma hospitalar".

Foi o que o senhor acabou de falar aqui, mais ou menos.

Eu gostaria de passar a palavra para os Senadores presentes, se tiverem interesse de participar aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Sim, Senador Romário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, eu queria parabenizar V. Exa. pela condução dessa Mesa; todos os palestrantes, que fizeram aqui as suas colocações, as suas abordagens; e a Senadora Mara Gabrilli, que foi a proponente.

Eu teria duas perguntas a fazer a quem se sentir à vontade para responder, uma delas voltada mais à prática: como está hoje o Brasil, na visão de vocês, nessa questão de importação de medicamentos para doenças raras? Como isso está hoje? Existe muita burocracia? O custo está muito alto? Eu queria entender isso.

O segundo aspecto é que, na sua apresentação, Regina Célia, eu observei a questão de células-tronco. Houve uma grande polêmica, se eu não me engano, em 2008, aqui no Brasil – a questão foi até para o Supremo Tribunal Federal –, sobre a questão de células-tronco embrionárias, de células-tronco adultas. E, na época, o Supremo definiu que poderiam fazer pesquisas em células-tronco embrionárias, embora alguns cientistas mostrassem, dissessem que não havia futuro com relação a isso, que ainda não existia no mundo nenhuma consistência. E, hoje, 11 anos depois, conseguiu-se, finalmente, encontrar curas através de células-tronco embrionárias, ou apenas as adultas continuam dando resultados?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Eu vou tentar responder, e a Dra. Débora me ajuda. São poucos protocolos em andamento de estudos clínicos usando célula-tronco embrionária como terapia. Os resultados disso são preliminares, não são conclusivos. Então, é longe de ser uma rotina pensar que a gente vai ter muitos tratamentos para muitas doenças com base em célula-tronco embrionária. Também há muita coisa em andamento sobre célula-tronco do adulto, uma série de protocolos mostrando seus primeiros resultados.

O tempo que decorreu para se obterem resultados concretos aplicados em clínica foi grande, mas eu acho que a história da ciência tem sido assim. O tempo para você trazer uma coisa que vem de uma pesquisa básica até um protocolo que vai para o paciente é longo. Então, 11 anos não são uma surpresa para mim.

Agora o que eu queria deixar claro aqui, na minha visão de cientista, é que, independentemente de se trabalhar com célula-tronco do adulto, com célula-tronco embrionária humana ou com células reprogramadas (iPS), é indescritível o avanço que as pesquisas com essas células estão oferecendo para a compreensão do mecanismo de origem de uma doença. Então, quando um cientista manipula uma célula-tronco embrionária, independentemente se ele vai injetar célula-tronco embrionária ou a do adulto ou a reprogramada no paciente, o fato de poder manipular essas células em laboratório revela os segredos químicos da célula, os segredos da biologia de uma doença rara ou não, o que pode evidenciar qual é o caminho para a terapia, ainda que a terapia não seja feita diretamente com a célula-tronco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então as pesquisas, tanto as com célula-tronco embrionária, quanto aquelas com a do adulto e com as reprogramadas, as pluripotentes do adulto, que são uma ferramenta valiosa para o laboratório de pesquisa, estão contando o segredo sobre a origem da doença e estão revelando caminhos para a sua cura ainda que elas mesmas não venham a resultar em protocolos clínicos de injetar a célula diretamente no paciente, embora isso também esteja sendo conduzido. Deu para entender? Ainda que eu não vá injetar a célula embrionária, mas o fato de eu estudá-la no laboratório vai me revelar caminhos que podem direta ou indiretamente me revelar terapias. Espero ter sido clara.

A Dra. Débora quer complementar?

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – Com relação às células-tronco, eu não teria o que acrescentar, Regina. Com relação à primeira pergunta do Senador sobre as medicações, a incorporação de tecnologia em saúde, seja a tecnologia diagnóstica, como, por exemplo, um exoma, seja a tecnologia terapêutica, como um remédio, é feita pela Conitec. Então, quanto a essa facilitação ou não para você importar ou para você ter acesso a um diagnóstico de alto custo ou a um tratamento de alto custo que eventualmente não é feito no Brasil, mas que é importado, ele é mais facilitado ou menos facilitado de acordo com as diretrizes da Conitec. Se essa medicação está no fluxograma, no protocolo de diretrizes e tratamento clínico da Conitec, ela tem um fluxo que segue mais ou menos a sua rotina; pode haver intempéries relacionadas à importação e tal, mas ela tem um fluxo. O dificultador é quando há uma medicação que está em discussão na Conitec ou que não está em discussão ou quando a Conitec negou a incorporação, e o paciente procura, por via de judicialização, o acesso a esse remédio. Então, este é um ponto nevrálgico, a questão da judicialização, porque o tempo da Conitec e o tempo da existência das medicações não necessariamente são os mesmos. Há uma divergência de *time* entre essas coisas.

O SR. NATAN MONSORES DE SÁ – Senador, se o senhor me permite, eu posso complementar também.

Então, em relação à importação, a Anvisa, recentemente, por pressão popular, por conversas com a sociedade brasileira, criou um sistema de *fast track,* quer dizer, ela acelerou o processo de registro para permitir a entrada de medicamentos para doenças raras aqui no Brasil. Então, do ponto de vista regulatório – e aí, de fato, eu faço uma defesa da Anvisa –, avançou-se muito nos últimos anos no sentido de tentar propiciar para os pacientes que requerem um medicamento em curto tempo que esse medicamento chegue ao Brasil. É claro que isso depende de uma iniciativa por parte das empresas farmacêuticas no sentido de registrar os medicamentos na Anvisa. Então, às vezes, há um ruído na comunicação, em que a empresa não registra, o paciente demanda o medicamento, e fica uma acusação de partes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo: "Ah é difícil importar!". É difícil importar porque o medicamento não foi registrado na Anvisa, logo ele passa por outros trâmites para chegar ao Território nacional. Então, há uma diferença.

Outra confusão que acontece, principalmente no imaginário dos pacientes, é a confusão entre o que é pesquisa clínica e o que é medicamento consagrado. Então, muitos pacientes, às vezes, pressionam a Anvisa ou a própria Conitec no sentido de trazer para o Brasil tecnologias que ainda não estão maduras ou prontas para o mercado. Então, o medicamento que está em pesquisa não é medicamento para uso ou comercialização, ele segue outra lógica. Então, convém desfazer essa confusão na cabeça das pessoas.

O medicamento que já está em fase de mercado requer o registro e pode ou não passar pelo crivo da Conitec para ser incorporado ao SUS. Mas, mesmo que ele não esteja incorporado ao SUS, o fato de ter registro permite que ele seja importado e comprado aqui Brasil. Agora, o que é pesquisa clínica vai passar pelo crivo de outros órgãos, como é o caso da Conep, que são os comitês de ética, o Sistema CEP-Conep, e aí envolve pensar em risco, envolve pensar numa série de critérios de segurança para o paciente, uma vez que isso não é medicamento, é uma droga experimental.

Então, essa confusão convém desfazer. Trazer drogas experimentais para cá é difícil, porque responde a uma dinâmica de acordo entre cientistas, centros de pesquisa, financiamento. Trazer medicamento já em fase de mercado implica uma iniciativa por parte da empresa para registrar e todo um trâmite no sentido de garantir que o medicamento seja acessível no SUS ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Esta pergunta agora é feita para o Sr. Nildo Alves: como o senhor observa essa inserção de outros profissionais na temática das doenças raras?

O SR. NILDO ALVES BATISTA – Hoje um dos grandes desafios que temos na assistência médica é sair de um paradigma de assistir doença para cuidar da pessoa que está doente. E hoje esse cuidado implica um olhar interprofissional. Então, é essencial realmente, na atenção à doença rara, o olhar de uma equipe de saúde. A formação profissional com vistas à melhoria da atenção às doenças raras implica, como foi falado, olhar para as várias profissões de saúde e, principalmente, preparar os profissionais de saúde para saberem trabalhar juntos, trabalhar em equipe, para que o avanço obtido em cada profissão da área da saúde possa ser utilizado, não isoladamente fragmentando o cuidado. Então, acho que é essencial isto ao se pensar nas diretrizes curriculares da doença rara: formar também na perspectiva de um cuidado de equipe. São coisas que ainda nós estamos fazendo pouco na graduação de forma geral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Sra. Regina, como bióloga, como foi o despertar para as doenças raras?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Eu tive o prazer de fazer minha graduação em Biologia no Instituto de Biociências, onde estavam os grandes mestres da genética humana do Brasil, como o Prof. Oswaldo Frota-Pessoa e o Prof. Saldanha. Então, desde a graduação, nas disciplinas que eu fiz na graduação, como a de Genética Humana, eu me apaixonei pelo assunto e decidi fazer o mestrado na instituição sob a orientação de pessoas que já eram pesquisadores de renome na área de genética humana e médica. E eu, como bióloga, gostei muito do aspecto do retorno relativamente rápido que você tem quando você faz pesquisa sobre doenças hereditárias, no sentido de saber que aquilo que você está fazendo, como o seu trabalho de mestrado ou o seu trabalho de pesquisa, quase automaticamente e simultaneamente, está sendo transferido para o paciente na forma de resultados e aconselhamento genético. Então, como bióloga, foi isso que me fez apaixonar pela genética humana e pelo aconselhamento genético. Atribuo isso a mestres, a pessoas brilhantes que ainda estão por lá – o Prof. Frota-Pessoa é falecido –, como o Prof. Paulo Otto e a Profa. Angela Morgante, que foram pessoas cruciais na formação de pessoal para fazer genética médica, para fazer genética humana e aconselhamento genético no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Faço mais uma pergunta: por que há só 305 geneticistas no País?

A SRA. REGINA CÉLIA MINGRONI NETTO – Esses são os geneticistas médicos. A gente tem que pensar também que existem algumas centenas de geneticistas como eu, não médicos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Mas não existe muito interesse na formação dos médicos geneticistas?

A SRA. DÉBORA GUSMÃO MELO – A genética, dentro da Medicina, quando comparada com outras especialidades médicas, como, por exemplo, cardiologia e neurologia, aparentemente, é pouco atrativa para o estudante de Medicina. É multifatorial, existem várias razões para isso. A primeira razão é que, às vezes, ele não é suficientemente introduzido no assunto na graduação. Se você tem uma grade curricular muito enxuta e se o assunto não é abordado na graduação, é difícil despertar o interesse de um aluno por uma coisa que ele não viu.

Outra razão também é que, para o aluno da área da saúde – e aí eu vou até extrapolar a área da Medicina e vou colocar os enfermeiros, fisioterapeutas, odontólogos –, é mais fácil se apaixonar por aquilo que ele vê no seu exercício clínico. Então, a gente observa que faculdades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Medicina que têm a genética incluída no seu ciclo clínico, que não têm só uma disciplina teórica, mas que têm uma disciplina clínica, que atendem o paciente, que fazem aconselhamento genético, despertam mais o interesse dos alunos do que uma faculdade de Medicina em que a genética é ensinada no primeiro ano, exclusivamente teórica, sem nenhum contato clínico com a assistência. Então, esse é outro ponto.

Daí também eu queria ressaltar a importância de a gente valorizar a Portaria de Doenças Raras e valorizar a necessidade de credenciar serviços, porque o cenário para o estudante aprender a genética clínica tem que ser um cenário de assistência, de cuidado do paciente. Se esse cenário não existe, se a gente não credencia os serviços, inclusive os serviços que já existem no Brasil e que estão tendo dificuldade de se credenciarem na política das áreas, se a gente não credencia esses serviços, a gente também não organiza os cenários de educação. Aí há um bocado de estudantes de Medicina que poderiam aprender na clínica, atuando junto ao paciente, sob supervisão, é claro, mas não há esse cenário clínico organizado.

Outra coisa que a gente precisa lembrar também é que, quando vai fazer particularmente Medicina, o jovem de 18 anos ou 19 anos tem aquele ideário de que ele quer tratar, e, às vezes, a genética é uma especialidade em que nem sempre a terapêutica curativa existe, e isso pode ser frustrante para alguns profissionais da área da saúde. A pessoa já vai para a área da saúde porque ela quer curar, e aí essa opção por uma especialidade em que se trabalha com prevenção e em que se trabalha com aconselhamento genético – às vezes, trabalha-se com aspectos curativos, mas não necessariamente se trabalha com aspectos curativos – pode ser desanimadora para alguns alunos.

Mas eu imputo principalmente a falta de interesse dos estudantes de Medicina na área ao fato de eles serem pouco expostos à disciplina durante a graduação e de muitas vezes serem expostos à disciplina de maneira equivocada, exclusivamente teórica, sem o contato clínico, o que empobrece a relação ensino-aprendizagem.

O SR. NILDO ALVES BATISTA – No primeiro e segundo ano.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Eu tenho uma filha que nasceu com síndrome de Down, e, após o seu nascimento, eu comecei a tentar entender algumas coisas. Eu tive muita relação com dois geneticistas, pelo menos para mim, bem conhecidos: um deles é o Dr. Zan Mustacchi, de São Paulo, e o outro é do Rio, o Dr. Juan Llerena.

Alguém aqui quer participar diretamente?

A SRA. MARLENE MARIA VIEIRA (*Fora do microfone.*) – Meu nome é Marlene.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Bem-vinda, Sra. Marlene!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARLENE MARIA VIEIRA – Eu represento a Fedrann, que é a Federação de Doenças Raras do Norte e do Nordeste. A minha formação é em assistência social, mas eu estou dando voz ao pessoal que não pode estar aqui.

Eu quero fazer, primeiro, dois grandes pedidos. O primeiro é que, com esse conhecimento de genética bem simples, seja feito algum trabalho, como uma cartilha ou alguma coisa, para os profissionais de saúde, interiorizando esse conhecimento, porque o modelo do Dr. Natan, no Nordeste e no Norte, não se aplica porque até ao pediatra é difícil ter acesso, porque ele não existe lá. E o médico que conhece esses pacientes é o médico de saúde da família, é o enfermeiro de saúde da família, é o fisioterapeuta do hospital. E esse conhecimento não chega lá. Eu digo pra vocês porque eu sou cearense, trabalho no interior do Ceará, no interior do Piauí, e a gente tem a sorte de diagnosticar esses pacientes porque existiu um profissional que teve o interesse e foi atrás e descobriu, por um paciente, o resto todo da família que tinha a doença. Assim funciona no interior do Norte e do Nordeste.

No Ceará, existem duas grandes geneticistas como referência: a Dra. Maria de Fatima Azevedo, da UFC, que é formadora de novos profissionais, que está abrindo o olhar dos estudantes para isso – no Ceará, há duas grandes faculdades de Medicina, e ela está levando essa mensagem –, e a Dra. Erlane, do Sabin. Mas, até chegar a elas, muitas crianças morrem, muitas crianças deixam de ter atendimento. E, se a interiorização desse conhecimento, partindo do Conselho Federal de Medicina, partindo das próprias universidades, chegar, a gente vai ter acesso a muito mais crianças.

A segunda coisa – eu disse que eram duas, mas são três – é a ampliação do teste do pezinho. Hoje em dia, na realidade do brasileiro do Norte e do Nordeste, a maioria das crianças nem o faz. A gente só descobre que essa criança tem uma doença genética quando ela vai para capital com um problema que o médico lá do interior não conseguiu enxergar.

E a terceira questão é que existam centros de referência pelo menos em cada capital do País. Hoje, no Brasil inteiro, nós temos só cinco. Desses cinco, três estão passando dificuldades financeiras, como o de Brasília. Está um caos. Os médicos aqui de Brasília estão sofrendo para conseguir atender seus pacientes. E, se houvesse em cada capital um centro de referência de atendimento, a coisa melhoraria. No Norte e Nordeste, só há um, em Salvador. No Ceará, a situação não está tão ruim. Por quê? Porque há essas geneticistas e duas associações fortes que lutam – a Associação Cearense de Doenças Genéticas (ACDG) e a Associação Cearense de Distrofias Musculares (ACDM) –, que se uniram e estão tentando desenvolver conhecimento, estão buscando, estão apoiando essas famílias. Elas interiorizam esse conhecimento, elas vão para o interior passar a mensagem, buscar essas crianças. E o mundo ideal era que, se cada capital tivesse um centro de referência, a demanda era um pouco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais fácil: cada médico do interior mandava para a capital, e essa criança iria ter uma condição de diagnóstico.

Então, realmente, é aquela história: vamos fazer o básico para dar acesso a essas pessoas. Não adianta só o medicamento, não adiantam só as normas da Conitec, se a gente não está tendo o feijão com o arroz. Aquele médico do interior do Ceará, de Ipu, não conhece doença genética, e o paciente dele morre porque ele não conhece. Estou clamando.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Obrigado pela presença da senhora.

Mais alguém quer participar?

O SR. RAPHAEL CORREIA – Bom dia a todos!

Quero agradecer aqui mais uma vez e parabenizar a Senadora Mara Gabrilli por ter feito essa proposição de uma Mesa tão repleta, com tantos profissionais, que estão falando a mesma coisa. Isso é impressionante.

Quero parabenizar o Senador Romário, que está presidindo esta Mesa e que é sempre atuante, debatendo as doenças raras; o Senador Girão; o Senador Styvenson Valentim.

É impressionante! No mês passado, aconteceu o fórum sobre doenças raras no Conselho Federal de Medicina, e o importante é que a classe médica também está vigilante, entendendo que a capacitação dos profissionais precisa ser melhorada, precisa ser ampliada.

Eu gostaria apenas de parabenizar e agradecer por todos esses esclarecimentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Na verdade, faço só uma correção: os profissionais precisam ser capacitados.

O SR. RAPHAEL CORREIA – Isso! Os profissionais precisam ser capacitados.

Nos cursos de Medicina, a gente sabe que realmente são de sete mil a oito mil doenças raras e que não é possível haver uma disciplina para cada doença. Mas, se você capacitar o profissional para que ele consiga entender os sinais e realmente encaminhe para um médico especialista, isso já seria um grande alívio não só para as pessoas que têm doenças raras, mas principalmente para suas famílias, para suas mães, para seus pais, que geralmente sofrem até muito mais do que o próprio paciente.

Então, eu gostaria de parabenizar e de agradecer aqui, mais uma vez, o convite, por estar aqui participando. Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Senador Styvenson...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Será um uso bem rápido da palavra. Eu peguei essa discussão já no final. Não tive a oportunidade de ouvi-los, mas se trata de doenças raras.

Preciso dizer para o senhor, na prática, que eu fui a um hospital em Natal, no Rio Grande do Norte, devido àquela demanda que estávamos discutindo aqui. Nós não temos números, é um fato, nós não sabemos onde estão e quem são essas pessoas. Na verdade, a gente trabalha no escuro. Esse é o grande problema.

A gente está discutindo o quê? Eu tive que ir, *in loco*, a Januário Cicco, hospital referência da Universidade do Rio Grande do Norte, e R$1 milhão é o que ele ganha por mês para manter o que eu vi. É um absurdo! Já que se está falando de diagnóstico, e não há o cariótipo, o cariótipo é pago com esse próprio dinheiro que vem do SUS, que não é para aquele destino, mas eles estão pagando. E não estou tratando de pessoas ricas nem de classe média. São pessoas humildes, pobres.

Por ser um hospital de referência em partes complexas, em má-formação do feto, os médicos desenvolveram a capacidade observatória. Eles veem os dedinhos tortos e pensam: "Ah, pode ser a síndrome tal!". Se o queixo está para dentro... Eles foram me dizendo, e eu aprendi praticamente no olho com eles.

Esse é um hospital referência, é um hospital universitário, um hospital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É um hospital, Senador Romário, onde está uma criança que talvez não saia daquelas condições e tenha que ficar entubada, tenha que ficar naquela UTI pequenininha por muito tempo, enquanto se procura um remédio, uma solução, uma busca. Então, fui lá *in loco* ver.

A gente, às vezes, discute, fala, conversa, mas não sabe de quem a gente está falando, não sabe onde achar. Até hoje a gente procura aqui... A gente teve que colocar, empurrar no censo o autismo. A gente tem que empurrar no censo os portadores da síndrome de Down. Por quê? Porque ninguém se interessa em saber, mas lá está o número; não há uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – O autismo foi aceito; infelizmente, a síndrome de Down, ainda não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Mas tem que ser assim, empurrando, à força, na lei, para podermos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – A nossa briga é para isso.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... saber quem são essas pessoas. Como é que a gente vai poder fazer qualquer tipo de política pública, se a gente não sabe quantos são, qual é o gasto, onde estão, quem são essas pessoas, quais as pessoas que estão precisando de uma UTI móvel para ficar na residência com balão de oxigênio? Não sabemos disso, mas elas estão ocupando o hospital, estão ocupando o leito de mais um que vai nascer com a mesma dificuldade de vida ou com a mesma anomalia ou com a mesma dificuldade genética – não sei tratar disso com a palavra perfeita, porque tudo que se usa parece que ofende –, que nasceu com a...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Deficiência. Hoje em dia, fala-se deficiência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... deficiência.

É, Romário, tem que ter cuidado porque...

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Isso é verdade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – ... há um melindre para se tratar de uma coisa que é muito pior para quem está naquela ponta, que não tem resposta nenhuma.

Então, eu gosto dessas discussões? Gosto, mas, se a gente estivesse realmente partindo para a prática, como o Senador Romário já fez... Conseguimos colocar o autista. Estamos lutando para colocar o portador da síndrome de Down, e nem precisava disso, Romário, porque estão lá todos eles. Dá para identificá-los, só não dá para ter a certeza porque não há um exame simples, o cariótipo – só isso –, para saber qual é justamente a deficiência dele, qual é a doença rara dele.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem, Senador!

O SR. RAPHAEL CORREIA – Só complementando aqui o que o Senador Styvenson falou, a Coordenação-Geral das Pessoas com Doenças Raras já vem discutindo essa identificação das pessoas com doenças raras. A gente entende que isso é importante. Inclusive, nós temos conversado muito com o pessoal da UnB através do Prof. Natan, que terá uma conversa comigo amanhã, já agendada para as 10h.

Então, a gente também entende que é extremamente necessário e importante identificarmos onde estão essas pessoas, principalmente para que as políticas públicas sejam criadas e tenham efetividade na ponta. Somos um País gigantesco em que muitas doenças, inclusive, têm prevalência em alguns Estados e até em algumas regiões. Então, na hora em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você cria uma política pública de abrangência nacional e em que você identifica e sabe onde estão as pessoas que têm determinadas doenças, você consegue dar um direcionamento mais efetivo principalmente do recurso, porque existem doenças que têm prevalência no Norte e das quais há zero caso no Sul. Então, na hora em que se cria uma política pública, você dá efetividade, fazendo um direcionamento maior para essa política criada.

Nós estamos diligentes. É realmente uma ideia que nós tentaremos a todo custo colocar em prática, que é identificar essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. PODEMOS - RJ) – Muito bem!

Mais uma vez, Dra. Débora, Dra. Regina, Dr. Natan, Prof. Nildo, obrigado pela presença.

Como não poderia ser diferente, foi de grande importância, de grande relevância esta audiência pública para que as pessoas entendessem um pouco sobre esse tema que é tão complexo, que é o das doenças raras.

Muito obrigado pela presença de vocês.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Soraya Thronicke, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 96/2019 - CAS, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Finalidade:** Debater a ampliação da Triagem Neonatal e a proposta de realizar notificação compulsória do diagnóstico de doenças raras, a fim de superar o déficit de informações para a produção de políticas públicas ao segmento. **Participantes:** Camila Carloni Gaspar, Chefe da Assessoria de Redes de Atenção à Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Flávia Piazzon, Médica Geneticista Consultora de Erros Inatos do Metabolismo da Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de São Paulo; Helena Pimentel, Presidente da União dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal; Verônica Stasiak, Presidente do "Unidos pela Vida" - Instituto Brasileiro de Atenção à Fibrose Cística (representante de: Instituto Vidas Raras). Fabiano Romanholo Ferreira, Coordenador-Geral Substituto de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores e desta reunião, que são aprovadas Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Flávio Arns

Presidente Eventual da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (1ª REUNIÃO) E PELA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS (1ª REUNIÃO), EM 03 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia três de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúnem-se a Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência e a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras com a presença dos Senadores Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Leila Barros, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Paulo Paim, Eliziane Gama e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes e Romário. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 72/2019 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Romário (PODEMOS/RJ), e REQ 97/2019 - CAS, de autoria Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Romário (PODEMOS/RJ). **Finalidade:** Debater questões relacionadas à Síndrome de Tourette. **Participantes:** Aníbal Moreira Júnior, Membro da Comissão das Pessoas com Síndrome de Tourette; Ana Gabriela Hounie, Médica Especialista na Síndrome de Tourette; Larissa Miranda, Presidente da Associação Solidária do TOC e Síndrome de Tourette; Alexandro Cardoso, Portador da Síndrome de Tourette; Regina Aparecida da Silva Amorim, Portadora da Síndrome de Tourette. Jaqueline Silva Misael, Servidora do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, conjunta com a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 72 e 97, de 2019, desta CAS (Comissão de Assuntos Sociais), de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater questões relacionadas à síndrome de Tourette.

Dando início à reunião, eu gostaria de apresentar os convidados para esta audiência pública.

À minha direita, Aníbal Moreira Júnior, membro da Comissão das Pessoas com Síndrome de Tourette; também à direita, Ana Gabriela Hounie, médica especialista na síndrome de Tourette; Larissa Miranda, que está aqui à minha esquerda, no meio, Presidente da Associação Solidária do TOC e Síndrome de Tourette; Alexandro Cardoso, aqui à minha esquerda, portador da síndrome de Tourette; Regina Aparecida da Silva Amorim, à minha extrema direita – que bom! –, portadora da síndrome de Tourette; e Jaqueline Silva Misael, servidora do Departamento de Atenção Especializada do Ministério da Saúde.

Eu quero dizer a vocês que estão participando desta Mesa que sejam bem-vindos, bem-vindas; que esta audiência sirva como uma iniciativa importante para debater encaminhamentos, atendimentos, diagnósticos, celebração inclusive de um dia especial para a conscientização da síndrome de Tourette; e que todos os desafios que vocês enfrentam nessa área sejam colocados, para que a Comissão de Assuntos Sociais e as Subcomissões de Doenças Raras e de Pessoas com Deficiência possam agir em função daquilo que for colocado nesta audiência pública.

Gostaria de combinar com vocês um tempo para a fala, se já não tiver sido combinado. Dez minutos está bom? A gente dará uma prorrogação, caso seja necessário. Mas em torno disso estaria bem? Tranquilo?

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE (*Fora do microfone*.) – Eu preciso de um pouco mais, para falar da parte médica, das medicações...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso. Então, na parte médica até a gente pode destinar um tempo um pouco maior.

Podemos seguir a mesma ordem que eu mencionei agora há pouco?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Posso? Tudo bem? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está bom.

Eu quero, além disso, dizer que esta audiência pública contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania – tudo junto –, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores, via internet. Inclusive, estimulamos bastante para que as pessoas façam comentários, façam perguntas, que serão endereçados, todos eles, perguntas e comentários, para os expositores.

Muito bem.

Então, em primeiro lugar, eu passo a palavra ao Aníbal Moreira Júnior, membro da Comissão das Pessoas com Síndrome de Tourette.

O SR. ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador.

Nós, no início do ano, criamos uma comissão representativa dos portadores da síndrome de Tourette, para poder tentar atingir alguns objetivos de melhoria na qualidade de vida dessas pessoas. Então, eu tenho que deixar alguns agradecimentos, porque são muitos, e não posso deixar de fazê-los, não é?

Eu queria agradecer especialmente ao Senador Flávio Arns e à magnífica equipe que nos atendeu. O Senador, desde o primeiro momento, foi um Parlamentar que abriu as portas para essa discussão desse tema tão importante e tão negligenciado. Então, Senador, na sua pessoa eu agradeço a toda a sua equipe pelo apoio que tem nos dado – a Ivanilde, o Aires, o Flávio e toda a sua equipe –, sem querer nos esquecer de ninguém, todos eles. E também gostaria de cumprimentar, na sua pessoa, os demais Senadores que são membros da CAS e que estão envolvidos na discussão desses problemas sociais que tanto afetam a nossa sociedade.

Também eu preciso agradecer ao Reitor da Universidade Federal de Lavras, que é o Prof. José Roberto Soares Scolforo, que teve importante participação na minha presença aqui. Além dele, à Dra. Joziana Muniz de Paiva, que também é da Reitoria da Universidade Federal de Lavras, que está sempre comigo, sempre me dando apoio, não só aqui, no nível nacional, mas também no nível local, e sempre me acompanhando nessa tarefa de divulgar a síndrome de Tourette e buscar melhoria da qualidade de vida dos portadores. Além também do Dr. Thales Augusto Barçante, que é Chefe de Departamento de Ciências da Saúde na UFLA, e vocês vão entender que nós estamos com alguns projetos na área de síndrome de Tourette muito importantes na UFLA, graças ao apoio dessas três pessoas.

Também gostaria de agradecer aos demais presentes e palestrantes que estão aqui na nossa Mesa e presentes na nossa comissão, porque vocês é que viabilizaram todo esse trabalho. Eu, sozinho, não teria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguido mobilizar o Brasil inteiro como o nosso grupo, na forma da comissão representativa, conseguiu mobilizar.

Muito obrigado, Senador! Sem o senhor, nada disso estaria acontecendo.

Esses são os membros da nossa comissão representativa. Essa comissão está sempre crescendo, está sempre entrando gente nova.

Aí nós temos algumas pessoas que são portadores da síndrome; outras pessoas que são advogados; outros que são pais; outros que são pais e advogados. E temos também o apoio da Dra. Ana Hounie, que vem, ao meu lado aqui, que tem dado todo o apoio técnico para essa comissão também, e a Associação Solidária do TOC e ST, representada aqui pela Larissa Miranda, que também tem nos orientados muito, inclusive produzindo muito conteúdo para escolas e para terapia das pessoas que têm Tourette.

O que que nós buscamos, Senador? Nós buscamos melhorar a vida das pessoas portadoras de síndrome de Tourette, que é uma causa justa e humana. Nós precisamos que essa síndrome seja mais divulgada e conhecida no Brasil, porque os nossos portadores têm uma prevalência bastante significativa. Existem várias estimativas, que variam de 1% a 2,9% da população, e são pessoas que estão sendo vítimas de *bullying*, vítimas de maus-tratos, vítimas de ignorância sobre o tema síndrome de Tourette.

Qual a dificuldade que essas pessoas vivem? Eu costumo dizer que, se a vida é um oceano que a gente tem que atravessar... (*Pausa.*)

... os portadores de Tourette têm que fazer essa travessia a nado com um peso nas costas. É muito mais difícil para eles!

Nós também buscamos, Senador, o reconhecimento dos direitos que os portadores de síndrome de Tourette têm e são negligenciados pelo Estado e pela sociedade também: o direito e o respeito.

Num País onde se prega o Estado liberal, o que importa na verdade são as pessoas, não são as empresas, os bancos, não são os laboratórios; essas entidades têm condição de se sustentar e criar a sua própria riqueza, mas as pessoas não têm essa possibilidade. Há muita dificuldade de se conseguir as coisas no Brasil, e abandonados ainda é muito pior.

Essa definição eu vou deixar para Dra. Ana Hounie fazer.

Esse vídeo também não vou passar, porque a Dra. Hounie tem outros casos para apresentar.

A síndrome de Tourette é como se fosse um *iceberg*: você tem a parte de cima, que são as coisas que você consegue observar visualmente, que são os tiques motores e os tiques vocais, mas vem associadas a várias outras morbidades, como déficit de atenção, transtorno obsessivo compulsivo, sintoma obsessivo-compulsivo, muita ansiedade, depressão, fobia social... Tudo isso vem associado ao paciente, e normalmente as pessoas não sabem o que acontece dentro da família que tem um portador de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

síndrome de Tourette, porque a família é um alicerce para essas pessoas e, sem ela, realmente não seria possível... Sem a família dando suporte, não seria possível suportar essa dificuldade toda. E nós vemos que existem portadores que são completamente negligenciados, inclusive na própria família.

Nós temos aí uma estatística do CDC dos Estados Unidos que diz que 86% dos portadores de síndrome de Tourette possuem algum problema mental, comportamental ou de desenvolvimento; 63% possuem Transtorno de Déficit de Atenção; 49% dos portadores, ansiedade; e um terço dos portadores possuem Transtorno Obsessivo-Compulsivo.

O nosso trabalho, da comissão, é atuar na área legislativa, na área médica, educacional, na área de conscientização, na área de assistência social e junto ao Poder Executivo, e é muito difícil chegar ao Poder Executivo. Se a gente não tiver um apoio parlamentar, é muito difícil conseguir algum avanço nessa área.

Na área legislativa, Senador, a nossa busca é fazer uma alteração no art. 2º da Lei 13.146, de 2015, uma lei que o senhor já conhece bem, porque o senhor acabou de relatar um projeto para alterar esse art. 2º, colocando aí, onde está escrito "motor e fônica", a palavra "comunicação", para atender aos gagos.

E por que que nós estamos fazendo isso? A tabela de classificação internacional de funcionalidades e incapacidades, que é da OMS, já inclui todos os sintomas de síndrome de Tourette que nós temos aqui. Todos os tiques vocálicos, os tiques motores, a ecolalia, a coprolalia, está tudo definido nessa tabela. E nesses itens, no capítulo 7 dessa tabela, nós temos todas as definições da síndrome de Tourette da tabela da Organização Mundial da Saúde, que enquadra as deficiências físicas.

Então, a síndrome de Tourette, por estar nessa tabela reconhecida mundialmente, ainda está fora da proteção da nossa legislação. A gente acredita que, colocando duas palavras nesse artigo, a gente pode incluir todos os portadores de Tourette nas proteções que os deficientes físicos já possuem no Brasil.

Então, o artigo, Senador, ficaria redigido da seguinte forma:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento, de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual [e aí as novas palavras], motora e fônica ou sensorial [que já é antiga], o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Assim, a gente conseguiria ter cotas nas empresas, a gente poderia ter uma proteção na educação, atendimento personalizado na educação, garantia desse atendimento, a gente poderia ter vagas para servidores públicos em concursos públicos reservadas... E hoje, Senador, o paciente de Tourette não é visto como deficiente físico. Então, se ele participar de um concurso, ele vai concorrer contra todo mundo, e não somente com os que têm deficiência. Eles não são reconhecidos hoje como deficiente na nossa legislação e na nossa infrarregulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também nós procuramos o reconhecimento ao direito à aposentadoria. Não vou me alongar muito nesse tema, porque a reforma da previdência está em discussão aqui no Senado, e isso aí é um tema que vai gastar muito tempo e está sendo devidamente discutido aí. O que for para os deficientes físicos tem que ser aplicado também aos portadores de síndrome de Tourette. Essa é a nossa luta também.

Também nós buscamos criar o mês e o dia de conscientização sobre a síndrome de Tourette no Brasil.

No mundo inteiro, o dia internacional é o dia 7 de junho, e o período do dia 15 de maio ao dia 15 de junho é o Mês internacional de Conscientização sobre a Síndrome de Tourette.

Nós queremos, Senador, com o seu apoio, apresentar um projeto de lei para fazer a criação desse mesmo dia de consciência da síndrome de Tourette no Brasil. Por que isso? Porque isso daria a possibilidade de a gente começar a criar políticas públicas, em nível nacional, para os portadores de síndrome de Tourette – ou seja, um atendimento especificado – e também ajudaria muito na divulgação dessa síndrome. Assim como a síndrome de Down, o autismo, que ganharam uma relevância muito mais importante na nossa sociedade, muito mais reconhecimento, muito mais paciência, a síndrome de Tourette também precisa receber esse tratamento, e, com esse dia e mês da consciência, a gente vai conseguir isso.

As cidades de Recife e Lavras já aprovaram leis nas suas Câmaras municipais. Estão aguardando agora a sanção dos Prefeitos. São as primeiras cidades no Brasil a instituir o Dia Municipal de Conscientização da Síndrome de Tourette, em 7 de junho, que é o Dia internacional da Síndrome de Tourette.

Também nós buscamos, Senador, reconhecer a síndrome de Tourette como doença rara. Por que é que eu digo que é doença rara? Porque ninguém pode provar o contrário. Nós não temos estudos, não temos estatísticas, não temos estudos epidemiológicos, não temos notificações de casos pelo Ministério da Saúde ou ao Ministério da Saúde... Não temos nenhuma informação sobre os possíveis e os confirmados casos de síndrome de Tourette em nível nacional. Então, ninguém pode dizer para nós que nós temos 1%, 2% ou se nós temos 65 portadores por 100 mil habitantes, que é o limite para doenças raras.

Então, nós gostaríamos, Senador, de trabalhar para reconhecer a síndrome de Tourette como doença rara e, aí sim, fazer os estudos que nós precisamos.

Também, Senador, muito sério isto daí: garantia do fornecimento permanente de medicamentos pelo Ministério da Saúde.

Nós não temos muitos medicamentos e, no caso da síndrome de Tourette, às vezes o medicamento serve para uma pessoa, mas não serve para outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR – Acabou já?

Nós precisamos debater, no âmbito nacional, a síndrome de Tourette, precisamos de promover mais eventos e precisamos que o Ministério da Saúde, no cumprimento da sua missão, elabore políticas públicas para os portadores de síndrome de Tourette, garanta o atendimento multidisciplinar nos centros de apoio psicossocial e nas PSEs e comece a fazer estudos estatísticos e censitários para sabermos quantos pacientes de síndrome de Tourette nós temos no Brasil.

Também... Isso aí eu vou ter que pular, porque isso aí é uma mensagem sobre o Orap.

Nós temos o problema do Orap, que é o melhor remédio para o controle dos tiques, e que foi descontinuado pelo laboratório Janssen – não está mais sendo produzido no Brasil. Não temos nenhum outro laboratório produzindo aqui, e o motivo foi comercial, foi o motivo de volume de vendas. Então, nós não aceitamos isso. A Anvisa não podia ter autorizado o encerramento dessa produção. E a gente pede, Senador, que isso seja revisto, que talvez seja revogada a autorização pra cancelamento da produção, mas nós precisamos sentar à mesa com o laboratório Janssen, para poder voltar a produção do Orap em escala comercial e, se possível, inclui-lo nos remédios que são fornecidos pelo SUS.

Nós precisamos entrar na pesquisa científica também: o Ministério pode apoiar as universidades públicas brasileiras para desenvolver pesquisa sobre a causa, sobre os tratamentos, sobre os ambulatórios, sobre os marcadores biológicos que podem determinar a adequação de um remédio ou de outro.

Nós temos em andamento a elaboração de um convênio entre a Universidade Federal de Lavras e a Universidade da Flórida para isso, para esse fim, inclusive com a possibilidade de fazermos um ambulatório aqui no Brasil, com a tecnologia estrangeira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR – Precisamos também que, nos protocolos médicos, inclua-se, na anamnese dos profissionais de Pediatria, Psiquiatria, Neurologia e Neuropediatria, a anamnese sobre a síndrome de Tourette, ou seja, quando você analisar um paciente, verificar se ele tem aqueles sinais.

Eu tenho muita coisa para falar, mas eu tenho que abrir mão.

Eu também gostaria de pedir ao Conselho Federal de Medicina que se envolvesse mais no assunto da síndrome de Tourette e que pudesse divulgar mais, nos seus simpósios, nos seus congressos, a síndrome de Tourette, para que os profissionais de Medicina, daquelas áreas que eu falei, possam reconhecer um paciente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Aníbal Moreira Júnior.

Essa apresentação já está disponível para todos do Brasil e para nós também.

É claro que é importante estar documentado o que é necessário para a área, porque isso será objeto, depois, de desdobramentos e discussões.

Passo então a palavra à medica especialista na síndrome de Tourette, Ana Gabriela Hounie.

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Eu vou tentar acelerar, porque eu também tenho vários eslaides.

Esse é Gilles de la Tourette, que foi o neurologista francês que descreveu os oito primeiros casos da síndrome no final do século XIX.

A síndrome de Tourette está classificada no DSM-5, que é a classificação americana de doenças, dentro dos transtornos do neurodesenvolvimento, porque é um problema de desenvolvimento do sistema neurológico.

Esse é o primeiro artigo.

A gente diagnostica Tourette quando há presença de tiques motores e vocais por pelo menos um ano, que causem prejuízo nas atividades da vida cotidiana. Tiques são movimentos rápidos, súbitos e, em geral, incontroláveis ou controláveis por pouco período de tempo e que causam estresse, interrompem a pessoa, e eles podem ser simples ou complexos.

Eu vou priorizar mostrar... Como é que eu faço aqui para tocar o...

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Isso aqui é um tique vocal...

Acho que está sem som a apresentação. Seria bom colocar o som na apresentação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Mas não deu para ouvir, não é?

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Então, isso é um tique vocal, é um tique simples, porque ele parece tossir, mas pode ser fungar, pigarrear, e a gente tem os tiques complexos.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Então, esse é um vocal simples, mas, em seguida, vocês vão ver que ele tem problema com o caminhar, tem várias contrações musculares no corpo inteiro.

Esses casos que eu estou mostrando são de pacientes do meu consultório que me deram autorização para mostrar aqui para vocês.

Podem ser bastantes graves, ao ponto de atrapalhar até o caminhar de um paciente.

Eu tenho pacientes que ficam totalmente incapacitados, e, quando eles são extremamente graves e não respondem a nenhuma das terapêuticas disponíveis, a gente chama esses casos de refratários.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Aqui a gente tem um tique vocal complexo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Aí são todas as palavras, frases, que ele fala de maneira involuntária.

Ele repete a frase: "Alguma coisa assim, alguma coisa assim, alguma coisa assim...". Então, isso, numa sala de aula, pode ser extremamente perturbador. Pode prejudicar o aprendizado tanto da própria pessoa como o dos colegas que estão junto com ele. E esse caso, especificamente, foi um caso que não respondeu às medicações tradicionais, mas respondeu muito bem à *Cannabis* medicinal.

A síndrome de Tourette é relativamente rara. Se você considerar os casos mais leves que estão presentes na população sem diagnóstico, por exemplo, numa escola aleatória, você vai encontrar 1%. Se você vai para os ambulatórios especializados, você vai ter uma prevalência maior. E os casos mais graves, os refratários, são em torno de 1 a cada 4 ou 5 mil ou até 1 para 10 mil, nos casos mais graves.

As comorbidades são frequentes, como o Aníbal já falou.

Começa na infância, em geral aos seis, sete anos de idade, mas pode acontecer de a criança no berço, com meses de idade, já apresentar tiques. Costuma piorar na adolescência.

Um terço remite na idade adulta, um terço tem uma melhora parcial e um terço permanece com os sintomas na vida adulta. É de 1 para 10 mil esses casos refratários.

Existem várias teorias para explicar sua origem: genéticas, ambientais, estresse, há teorias imunológicas... Então, existem vários tipos de Tourette, com várias causas diferentes. Por isso que o tratamento é único e individualizado: tem que ser avaliado caso a caso.

Aqui são os gânglios da base, que são essas áreas do sistema nervoso central que controlam os movimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O apontador não está conseguindo mostrar muito bem.

E, em relação ao tratamento, a gente indica tratar: aqueles tiques dolorosos, os que podem causar automutilação – existem pacientes que têm tique, por exemplo, de enfiar o dedo no olho e acabam perdendo o olho, ficando cegos –; quando você tem interferência no aprendizado, na concentração; quando você tem uma perturbação muito grande por conta de tiques vocais; quando os tiques são socialmente inaceitáveis, como a coprolalia ou a copropraxia, que é falar palavrões de maneira involuntária ou fazer gestos obscenos de maneira involuntária, que são situações que levam à depressão do paciente, à estigmatização, por conta dos colegas, e muitas vezes ao *bullying*.

A psicoeducação é fundamental. A Larissa vai falar mais sobre isso.

E, em relação ao tratamento farmacológico, ele é extremamente difícil, porque envolve todos os nossos sistemas de neurotransmissores, desde os mais conhecidos, como a adrenalina, a serotonina e a dopamina, mas também as vias do glutamato, do gaba, da histamina e do sistema endocanabinoide.

Então, a gente tem no mercado uma série de medicações que podem ajudar no tratamento. Os mais eficazes são os antipsicóticos, que são os típicos e os atípicos, e existem também os depletores de dopamina, que a gente não tem no Brasil, como a tetrabenazina, a deutetrabenazina e a valbenazina. Entre os típicos, eles são os mais eficazes, mas, por outro lado, eles têm o risco de causar discinesia tardia em até 20% dos casos.

Esse é um caso de discinesia tardia.

As crianças são as mais vulneráveis, assim como os idosos, e é uma síndrome potencialmente reversível. Então, uma parte da minha luta tem sido ensinar aos médicos a tentar tratamentos alternativos, para evitar dar antipsicóticos para criança, para evitar que ela, depois, tenha uma síndrome neurológica, que é muito pior do que o tique em si.

Os antipsicóticos típicos, então, que são os mais eficazes e são baratos, estão atualmente de difícil acesso. No SUS, a gente tem o Haldol, que pode ser encontrado em comprimidos e em gotas, mas, por exemplo, o Orap saiu do mercado. Ele não estava no SUS, mas era uma medicação barata.

Da flufenazina, a gente tem o Anatensol, mas que é muito difícil de se achar, assim como a trifluoperazina, que é o Stelazine. A sulpirida também saiu do SUS e é difícil de se achar. A tiaprida saiu do mercado, a amissulprida é cara, o penfluridol, que era o Semap, saiu do mercado, o piportil saiu do mercado e o zuclopentixol não tem no SUS. Então, entre as medicações que são eficazes e baratas, só temos uma atualmente no SUS.

Os antipsicóticos típicos que existem no SUS mas não servem para Tourette são a clorpromazina e a tioridazina, sendo que não há a tioridazina no SUS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre os atípicos, que têm um perfil mais benéfico de efeitos colaterais, ou seja, são menos prejudiciais, embora eles causem maior risco de síndrome metabólica, que é aumento de peso, desenvolvimento de diabetes, aumento de colesterol, eles são preferíveis, mas são extremamente caros. Eles estão disponíveis no SUS apenas no Alto Custo e apenas para esquizofrenia e transtorno bipolar. Então, se um paciente não respondeu ao Haldol, e eu quero tentar, por exemplo, a olanzapina ou o aripripazol, eu não posso, porque, com o diagnóstico de Tourette, ele não tem direito a receber a medicação. E são medicações caras. Então, são de difícil acesso. Apenas uma parcela da população tem condição de comprar esse tipo de medicação.

Aqui a gente tem disponível a risperidona, que está no SUS, mas é uma medicação que tem muitos efeitos colaterais, dá ganho de peso, prejudica o raciocínio. Então, mais uma vez, os pacientes carentes do SUS têm acesso às piores opções de tratamento.

O aripripazol, que é uma medicação muito eficaz e que tem um bom perfil, não está disponível no SUS. Ele já esteve no Alto Custo, em São Paulo, mas agora também já saiu do Alto Custo.

Há outras medicações que mexem com outras vias de neurotransmissores, como o topiramato, mas o topiramato só se encontra no Alto Custo e é só para epilepsia. E a gabapentina também é só para epilepsia ou dor crônica e só no Alto Custo.

Das que mexem com o sistema da noradrenalina, a gente tem a clonidina, que há no SUS, mas se o paciente não tolera clonidina, por muita sonolência, a guanfacina, que seria uma boa opção, não está disponível no Brasil. A empresa Shire, que agora é a Takeda – porque a Takeda comprou a Shire –, está tentando, há vários anos, trazer a guanfacina, mas a Anvisa não tem liberado, porque eles querem colocar a receita amarela, que é a mesma que se usa para Ritalina, que são os estimulantes, mas a guanfacina, por ser um anti-hipertensivo, da mesma maneira que o atenolol, não deveria precisar de receita, não é? O atenolol, o propranolol são de venda livre. Então, a guanfacina não deveria ser também regulada, porque ela não é um estimulante. Então, eles ficam nessa disputa de que tipo de receita vai ser usada, e estamos já há cinco ou seis anos nessa luta, sem conseguir que a guanfacina chegue ao Brasil.

A gente tem as medicações que atuam no sistema endocanabinóide, que são relegadas atualmente para os casos refratários, que são a *Cannabis* medicinal... No Brasil, a gente tem o Mevatyl, que está disponível nas farmácias, que é uma combinação de THC e CBD. A gente tem o canabidiol puro ou com pequenas doses de THC, que são os produtos importados, e temos os óleos artesanais da Abrace Esperança, que tem uma autorização judicial para o cultivo, a extração e a comercialização. Esses produtos têm sido extremamente eficazes naqueles casos refratários e com muito menos efeitos colaterais do que todas as medicações que a gente tem em conjunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A toxina botulínica é indicada também para tiques únicos e graves. O problema é que também é uma terapia muito cara, que dura pouco tempo, e é necessário um especialista que entenda muito bem de neuroanatomia para poder fazer as aplicações com segurança.

Então, para resumir, a gente tem diversos problemas em relação ao tratamento da síndrome de Tourette. Um deles é que a Anvisa dificulta a liberação de determinadas medicações; outro é o alto custo dos remédios, prejudicando a população carente; o tabelamento de preços, que faz com que a indústria não possa baixar o preço para facilitar a concorrência, e eles acabam saindo do mercado; as licitações das instituições, que privilegiam o baixo custo, em vez da qualidade das medicações. Então, temos, muitas vezes, medicações genéricas que são compradas pelo SUS, mas, por serem de laboratórios de péssima qualidade, elas não funcionam, e você acaba ou desistindo da medicação ou tendo que usar doses muito altas.

Há uma falha no sistema de controle dos genéricos. Os genéricos podem, dentro da lei, ter 20% de diferença em relação ao original. Isso leva a uma diferença significativa dos níveis plasmáticos da medicação. Então, a gente tem também dificuldade porque precisamos de doses maiores quando você tem uma diminuição na dose em comparação com o produto de referência.

Os médicos têm falta de liberdade na prescrição de medicação, porque a gente tem que prescrever de acordo com o que está sendo liberado pelo Governo. Então, eu não tenho liberdade de prescrever a olanzapina para um paciente com Tourette, porque ela só é fornecida para um paciente bipolar ou com esquizofrenia.

E as medicações de alto custo têm regulações estaduais. Então, você vai ter uma política em cada Estado e aí você não tem uma padronização do tratamento para Tourette ao longo do Brasil. Em cada Estado vai funcionar de uma maneira.

Isto aqui é um fluxograma mostrando como é que se faz um tratamento na Europa e nos Estados Unidos. Não vou entrar em detalhes nisto aqui.

A estimulação cerebral profunda é uma cirurgia que é feita para casos refratários. Atualmente, a gente tem uma pesquisa em curso na USP. Estamos operando pacientes com Tourette refratário. É implantado um eletrodo no cérebro, e esse marca-passo, que fica abaixo do tórax, emite ondas e regula os movimentos.

Das psicoterapias eu vou deixar para a Larissa falar com mais propriedade.

E, como mensagem final, eu queria deixar, então, que nós, médicos, quando fazemos o nosso juramento hipocrático, levamos em conta que o nosso papel é primeiro não fazer o mal, sempre buscar o melhor para o paciente. Então, para os casos que são leves, tentar evitar os antipsicóticos. Se a gente for usar um antipsicótico, usar os atípicos nas menores doses possíveis, e estabelecer sempre uma lista de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioridades em relação ao que deve ser tratado. A gente tem que enfrentar uma questão moral, que é muito grave, porque a nossa conduta no SUS acaba sendo uma conduta totalmente diferente da conduta a ser feita no consultório, porque a gente não tem acesso a todas as possibilidades de tratamento.

E falar também que a equipe de tratamento de uma criança, um adolescente com Tourette pode ser uma equipe extremamente dispendiosa. Muitas vezes, você precisa, além do psiquiatra, do psicólogo, do psicomotricista, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, fonoaudiólogo... E no SUS a gente não tem como fornecer isso. Não existem essas equipes formadas e é extremamente difícil, então, oferecer o tratamento integral para a população carente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Para concluir, a síndrome de Tourette é uma doença neuropsiquiátrica extremamente complexa, com sintomas motores e comportamentais, de etiologia ainda desconhecida. A fisiologia envolve vários circuitos de neurotransmissores. O tratamento eficaz depende da correta detecção desses mecanismos que estão envolvidos, daí precisamos de pesquisas na área. Há muito desconhecimento e muito preconceito em relação a esses pacientes e eles têm muita dificuldade de acesso a tratamento.

Esse é o meu livro, que eu deixo aí para vocês terem a lembrança do livro. A associação de que a Larissa vai falar...

Queria agradecer a todos e espero que essa iniciativa faça com que a gente consiga estabelecer o dia nacional da síndrome de Tourette e que inaugure uma nova era no estudo dessa síndrome e na facilitação de tratamento desses pacientes no Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero agradecer à Dra. Ana Gabriela, médica especialista na síndrome de Tourette.

E, na sequência, eu passo a palavra à Larissa Miranda, que é Presidente da Associação Solidária do TOC e Síndrome de Tourette.

A SRA. LARISSA MIRANDA (Para exposição de convidado.) – Oi, boa tarde. Para passar o vídeo é aqui?

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

Na verdade, eu quis trazer esse vídeo porque eu acho que aí há um pouco de vários tipos de casos de Tourette: tiques complexos, tiques vocálicos, tiques motores. Infelizmente, eu não consegui baixar o vídeo com a legenda, mas as crianças estão falando das dificuldades por que elas passam, das pessoas que pedem para que elas parem de fazer os tiques, de o quanto algumas pessoas se incomodam com os tiques.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar rápido isso, porque a Dra. Ana já falou: 1% da população tem Tourette. Então, uma a cada dez pessoas tem Tourette e existe uma incidência maior em meninos. A Tourette piora nos momentos de maior ansiedade e maior estresse.

Dos tiques simples e complexos a Dra. Ana já falou, os vocais, e também eu acredito que no filme vocês puderam ver um pouquinho. Existe um tique que é a coprolalia, que é o uso de palavras involuntárias e, muitas vezes, palavras com sentidos obscenos. Então, você imagina a pessoa começar a falar involuntariamente palavras, inclusive palavras obscenas. Ou então, existem também... Eu já atendi um pai que tinha um filho que fazia gestos obscenos, e aí ele relatou para mim que ele havia apanhado na rua porque uma outra pessoa falou para ele assim: "Seu filho está fazendo gestos obscenos para mim." Aí, ele falou: "Mas o meu filho tem Tourette". E aí o outro senhor falou para ele: "Ah, que Tourette! O seu filho é mal-educado!" E aí ele partiu para cima do pai do menino.

Existe a ecolalia também, que é quando a pessoa com Tourette repete a última palavra que ela ou a outra pessoa com quem ela está conversando falou, ou repete a frase dela ou da outra pessoa com quem ela está conversando.

Eu hoje presido a Astoc, que foi fundada em 1996 por quatro mães com filhos com TOC e síndrome de Tourette. O objetivo da Astoc: ela foi fundada para difundir informação. Então, essas mães se deram conta de que não havia informação sobre TOC e Tourette, e aí elas resolveram se unir e fundar a Astoc, para promover encontros educacionais, para difundir informação, para que as pessoas tivessem acesso ao que é o Tourette, às formas de tratamento de Tourette.

Em 2014, tornou-se Astoc ST, e eu passei a dirigir a Astoc. Hoje na Astoc nós temos sete grupos de apoio tanto para as pessoas com TOC e Tourette como para os seus familiares. Também promovemos, duas vezes por ano, encontros educacionais, respondemos a *e-mails* e WhatsApp de todo o Brasil, e a gente faz uma coisa que, para mim, é o mais interessante de tudo, que é a entrevista de orientação e triagem, que é aí onde eu recebo essas mães com os seus filhos com Tourette e é onde a gente vê o quanto falta informação sobre síndrome de Tourette: não existe informação sobre Tourette no SUS, nas escolas, as crianças sofrem muito preconceito. Nessas entrevistas, a gente acolhe, orienta, passa uma psicoeducação... E uma coisa também que é muito interessante é que essas crianças chegam para a gente com um sentimento de serem únicas. O que elas relatam é: "Eu nunca vi ninguém fazendo tiques como eu" ou "Eu nunca vi ninguém parecido comigo". E lá na Astoc elas têm a oportunidade de pertencer a um grupo em que existem outras pessoas com o mesmo problema que elas. E isso é fantástico – o Alexandre vai falar um pouquinho mais, a Regina vai falar um pouquinho mais –, pois poder estar com outras pessoas com o mesmo problema que você é muito bom.

Crianças com síndrome de Tourette – principalmente crianças, mas adultos também – geralmente sofrem *bullying*. *Bullying* são todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas. A autoestima das crianças é formada no ambiente em que elas vivem, e os ambientes principais da criança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são o ambiente familiar e o ambiente escolar. A escola e o ambiente familiar para a criança são muito importantes. Hoje é muito comum a gente perceber lá na Astoc que as escolas não estão preparadas para receber essas crianças com síndrome de Tourette. Uma criança com síndrome de Tourette precisa de atenção especial, precisa que o professor conscientize toda a classe do que ela tem, por que é que ela emite esses sons; ela precisa de cuidados especiais para fazer prova – muitas dessas crianças não conseguem fazer prova junto com uma turma, até porque elas podem atrapalhar a turma com os tiques, ou elas, muitas vezes, não conseguem terminar em tempo hábil. Então, é preciso dar mais tempo para essa criança. Muitas vezes, essa criança, devido aos tiques, não consegue copiar a lição. Então, também a gente sugere aos professores que permitam que esses alunos gravem a aula, ou que eles tenham um ajudante, ou que a escola forneça esse ajudante ou alguém da família para que copie a lição para essas crianças, pela dificuldade de copiar.

Outra coisa que a gente também frisa para os professores é: algumas crianças com síndrome de Tourette conseguem suprimir os tiques por algum tempo. Só que, em algum momento, elas vão precisar sair da sala para colocar todos esses tiques para fora. Então, que a criança tenha um acordo com esse professor para que ela tenha um lugar, seja na sala da coordenação ou uma sala especial, para que, quando ela precisar sair para fazer os tiques, ela saia sem alarde. É muito importante a informação. Infelizmente, por falta de informação, as pessoas com Tourette sofrem discriminação, inclusive, dentro de casa. É comum também a gente atender lá na Astoc familiares que relatam para a gente: "Ah, várias vezes eu já pedi para o meu filho parar. Ele fica fazendo esses barulhos o tempo inteiro em casa". Cabe a nós, psicólogas, que conhecemos o assunto, orientar: "Olha, ele não faz os tiques porque ele quer. Os tiques são involuntários. Ele não consegue não fazê-los. Quanto mais você pedir para ele parar, mais ele vai fazer, mais ansioso ele vai ficar e mais ele vai fazer os tiques". Em muitos colégios, os professores... Acredito que na maioria dos colégios, os professores, os coordenadores não conhecem a síndrome de Tourette.

Eu venho aqui hoje pedir, eu gostaria muito de solicitar a emissão de cartilhas informativas com o intuito de esclarecer e informar professores e coordenadores sobre a síndrome de Tourette, sobre como conduzir um aluno com síndrome de Tourette na escola. Isso é muito importante. A gente tem o Alexandre e a Regina aqui que vão falar um pouquinho da experiência deles, e é terrível o quanto essas crianças do Tourette sofrem preconceito na escola. Eu já atendi a um menininho que foi convidado a se retirar da escola porque fazia tiques.

Saúde pública: outro problema que a gente encontra lá na Astoc. Como eu falei, a gente responde e-mails, WhatsApp do Brasil inteiro. E é muito frequente chegarem mães, famílias dizendo que não encontram profissionais especializados em saúde, especializados em Tourette, é muito difícil mesmo. E eu sempre costumo dizer que, se você quer um tratamento de ponta, excelente, você tem que ir para São Paulo. Isso é muito triste, porque poucas cidades têm profissionais da saúde que conhecem a síndrome de Tourette. Então, se a gente pudesse também proporcionar, pelo menos para a rede pública, cartilhas com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informativos, explicando o que é Tourette, por que acontece, formas de tratamento, maior disponibilidade e diversidade de medicação nos postos de saúde, talvez um maior acesso a tratamentos psicológicos... A psicologia pode ajudar. Quando a gente atende a uma criança com síndrome de Tourette, a gente tenta entender quais são os motivos que o deixam ansioso, quando ele tem maior frequência de tiques e menor frequência, por que isso ocorre, e também a gente tenta ensiná-lo a colocar comportamentos concorrentes no lugar do tique. Por exemplo, se ele faz um tique de jogar o braço para o lado... Algumas pessoas com síndrome de Tourette sentem esquentar, uma quentura antes de emitir o tique. Então, a gente consegue em alguns momentos colocar... Se você vai esticar o braço e você percebe, você pode tentar parar no meio e colocar no bolso, colocando comportamentos que concorrem com o tique.

Outra coisa que seria muito interessante seria um projeto para incluir pessoas com síndrome de Tourette no mercado de trabalho, porque isso também é muito complicado. Eu tenho uma paciente que tem Tourette, ela trabalha numa empresa grande, hoje está num cargo bom e tem diversos apelidos por emitir os tiques, tanto vocálicos quanto motores.

Solicitamos também uma data e/ou uma semana de conscientização da síndrome de Tourette para que a gente consiga divulgar a informação, para que as pessoas da área de saúde – eu vou bater muito nisso – e as escolas tenham informação sobre a síndrome de Tourette. Acontece de crianças não quererem frequentar a escola por estarem sofrendo *bullying* por terem tiques. E isso é muito triste.

Na Astoc, como eu falei, as crianças chegam e, na primeira entrevista de orientação e triagem, são só as psicólogas. É muito comum as crianças chegarem com os pais e se frustrarem, porque ela acham que lá elas vão encontrar um monte de outras crianças com Tourette. E a gente fala: "Não, elas não estão aqui. Há um dia específico em que você vai ter essas dinâmicas para encontrar outras crianças". A gente já está no terceiro encontro de vivências e confraternizações de jovens com tiques e síndrome de Tourette e desde então tem sido um sucesso. Todo mês a gente também tem grupos de apoio para pessoas com Tourette.

Segue o *site* da Astoc. No ícone de Tourette a gente tem, rolando até lá embaixo, o Guia do Professor, com todas as informações de como proceder com um aluno com síndrome de Tourette. Há o meu *e-mail* também, se alguém quiser escrever para mim.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço também, Larissa, e quero dizer das boas explicações que estão sendo dadas para sensibilizar e conscientizar o Congresso Nacional e ao mesmo tempo a sociedade que nos acompanha pelos meios de comunicação. É impressionante mesmo! Quem não está no dia a dia, no cotidiano, se impressiona muito com a descrição que está sendo feita. Obviamente impressiona muito, mas exige atitudes na áreas da saúde, da educação, do trabalho, da legislação, como vem sendo sugerido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra ao Alexandro, eu só quero dizer que a Yasmim da Silva, de Pernambuco, mandou também uma mensagem: "Qual é o plano para facilitar o convívio social da pessoa que possui a síndrome de Tourette?" É o que está sendo falado. "Há meios de prevenção? E o impacto econômico?" – que também foi abordado.

O Lázaro Gomes, do Espírito Santo: "Quais as medidas atuais dos governos nesse quesito?"

A gente estimula que mais pessoas também possam mandar as observações.

Passo a palavra, então, ao nosso amigo, Alexandro Cardoso, com quem a gente já conversou várias vezes aqui no Senado.

Com a palavra, Alexandro.

O SR. ALEXANDRO CARDOSO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Sr. Presidente, e todos aqui presentes, a Comissão representativa, todos os Parlamentares.

Eu estou aqui em nome de todos dos portadores e também de todas as famílias que sofrem desse mal tão sério e que precisa realmente de muita atenção do Governo e das escolas, como a nossa amiga falou.

Meu nome é Alexandro Cardoso, tenho 38 anos, sou divorciado, tenho uma filha de 7 anos de idade. Hoje eu sou estudante de Psicopedagogia lá na minha cidade. Por que eu escolhi esse curso? Porque lá na minha infância, quando eu comecei os tiques, os sintomas, não tive professor, não tive orientador, não tive gente que fosse profissional na área e que me ajudasse a controlar as minhas emoções na escola e em casa. Então, hoje, o meu papel como estudante de Psicoeducação para futuramente atuar nessa área é justamente fazer aquilo que eu não tive no passado. Eu quero ser esse apoio para jovens e crianças que hoje iniciam com Tourette, os tiques, e não têm esse apoio nas escolas. Então, é muito sério, e eu quero muito deixar aqui claro que o Governo, as escolas precisam realmente sabe o que é a síndrome de Tourette. O Governo precisa investir dinheiro, investir também em ações públicas. As escolas precisam realmente entender como agir diante de uma criança com síndrome de Tourette. A Larissa falou muito bem. Lá na Astoc, no final do *site*, há o Guia para Professores. É importante que nós, psicoeducadores, possamos realmente ler esse tema.

Os meus tiques começaram com oito anos de idade. Começou com um piscar de olhos, face, abrir boca, levantar os ombros, começou também a minha gagueira. Então, hoje, vocês vão me ver um pouco gago também devido talvez a um pouco de nervosismo, o que é normal, não é? Junto com os tiques motores e vocais, também começaram o TOC e o déficit de atenção com hiperatividade.

Eu lembro que lá na minha infância, quando eu estava no meu 2º, 3º, 4º ano do ensino fundamental, os meus pais pediram para uma tia minha ir à escola e ficar me vigiando para ver se eu fazia ou não bagunça, se eu era hiperativo, se eu incomodava os colegas de escola. As próprias professoras –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembro até hoje –, todas elas, cobravam-me muito. Eu ficava de castigo no canto, naquele canto da parede. Eu ficava ali meia hora só porque incomodava os colegas. Tudo isso aconteceu comigo no passado. Em casa, também fui castigado pelo pai, pela mãe. Por quê? Porque não havia conscientização, não havia conhecimento sobre o caso em casa, na escola.

Então, hoje, o que eu digo? Eu não condeno meus professores, não condeno os meus pais, porque não havia conhecimento. Eu jamais posso condenar alguém por fazer algo que não sabe que é errado. Isso é justo.

Eu fui muito discriminado na família, na escola. Comecei o tratamento mesmo aos 14 anos, quando eu cheguei em casa depois de um curso, chorando, chorando muito. E os meus pais viram que aquilo que eu tinha era algo sério, não era nada de cacoetes normais ou que era vergonhoso ou que era coisa da minha cabeça. Muitos pais acham que os filhos tiram coisas da cabeça, que inventam coisa. Não é isso, não. Realmente, é uma doença, é uma doença que se agrava com o passar do tempo. Então, houve muita discriminação em toda a minha vida.

Aos 14 anos, comecei o tratamento com o Tofranil; depois, passei para o Haloperidol. E ai foram outros medicamentos até eu chegar no Orap. Eu fui um dos usuários do Orap. Gente, eu usei por 15 anos o Orap, 15 anos! O meu primeiro médico que me orientou a usar Orap foi assim bem verdadeiro. Ele falou assim: "Esse vai funcionar". E, realmente, funcionou. Tomei Orap com a Fluoxetina na época. Depois, futuramente, troquei pelo Escitalopram.

O Orap, no ano passado, como sabemos, foi descontinuado pelo laboratório e, no ano passado, até este ano ainda, em fevereiro, janeiro, dezembro, eu passei muito aflito, fiquei muito aflito e desesperado. Por que o medicamento que é tão bom para mim, faz bem para saúde, me faz viver bem foi cancelado? Por quê? Não há motivo.

Então, eu cheguei à consulta com o doutor lá, o meu psiquiatra, e disse assim: "Doutor, não pode isso. Como eu vou viver sem o Orap?" Eu tive que cortar bruscamente o Orap, cortar em questão de dois, três dias. Acabou a caixa e tive que já trocar para o outro. Ele me receitou o Respiridona e esse Respiridona, em mim, me levou para o hospital. Gente, é sério, me levou para o hospital. Eu fiquei com uma sensação de nódulo na garganta – estava escrito na bula, acontece isso mesmo –, fiquei com falta de ar, muita falta de ar. Eu fui para o hospital e aí, no dia seguinte, eu fui encaminhado novamente a uma consulta. Consegui, graças a Deus, uma consulta de emergência com o meu psiquiatra. Ele falou assim: "Não, então, agora, você vai tomar o Aripiprazol". Umas três, quatro caixas ele me deu de graça, ele tinha lá no consultório dele. Hoje, eu tenho que comprar com o meu dinheiro, e é caro, é muito caro.

Então, o Orap, para mim, faz muita falta, muito falta mesmo. Se hoje o laboratório, graças a Deus, tomara que consiga, que tenha essa visão de voltar para o mercado, eu vou voltar a tomar o Orap, porque faz muito bem e muitos portadores que eu conheço, do Brasil inteiro, usam Orap. O meu próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

psiquiatra disse para mim que só ele tratava quatro, cinco pacientes com o Orap. Então, é muito, muito sério mesmo.

Aí, eu pergunto assim: quantos pais hoje agem da mesma maneira que meus pais agiam, de cobrar o filho pelos tiques que estão fazendo? Não é culpa do filho. É culpa da doença. Então, é muito importante essa conscientização. Nós estamos aí brigando pelo Dia Nacional, o dia 7 de junho. É importantíssimo, porque esse dia vai ser de referência nacional, como é referência mundial também.

Lá em Santa Catarina, eu já conversei com um Deputado Estadual na Alesc e já está sendo providenciado o dia também e o mês em Santa Catarina. Na minha cidade, em Joinville, eu também fui à Câmara de Vereadores, já está sendo criado também o projeto e está em tramitação. Então, é importante que esse dia seja realmente aprovado. Realmente, é muito importante, gente.

Outra coisa: quantos professores castigam os seus alunos pelo simples fato de o aluno fazer barulho na sala? É um barulho vocal, é involuntário, não é culpa do aluno. É aquilo que a Larissa falou: é preciso que o professor saiba o que o aluno tem e o encaminhe para uma sala especial, às vezes, um atendimento especial, com psicopedagogo, um atendimento realmente de qualidade para aquele paciente, para aquela criança. É importante. Eu não tive isso e, agora, daqui para frente, eu vou começar a fazer isso como psicopedagogo.

Então, na minha cidade hoje, eu já criei um grupo no WhatsApp de portadores do Estado. Eu estou assim movimentando os portadores do meu Estado para a gente estar trabalhando nisso também nas escolas. Eu, pessoalmente, fui para a Alesc conversar com a Secretaria de Educação do Estado, eu pedi autorização, pessoalmente, junto com o Deputado, para a Secretaria de Educação, e eu fui autorizado por ela a ir nas escolas falar sobre o tema. Então, eu estou indo, eu estou realmente indo e fazendo a minha parte.

Outra coisa... Aqui já falei, beleza, tudo bem. Eu tenho hoje tiques no pescoço também, tanto tique vocal, a gagueira, tiques no pescoço, que é contrair a musculatura, tenho no ombro, abdômen, joelho. Já fiz tratamento para joelho por causa das dores, já fiz tratamento para o ombro por causa das dores. Hoje eu estou com duas hérnias de disco na minha cervical e as dores são diárias, não para a dor.

Então, eu estou em processo de ficar pelo INSS fora do trabalho, normal, por causa das dores. E o que acontece? Os tiques fazem doer o pescoço, uma dor crônica, realmente crônica, a dor e a ansiedade fazem aumentar os tiques. Então, é um ciclo de dor que não para, realmente não para. E agora estou assim, semana que vem, vou para o neurologista para ver o que se pode fazer em cima dessa dor.

Então, gente, é preciso que o Governo e todo o Poder Público se conscientizem sobre a gente. Eu, como portador, peço e peço humildemente mesmo. Eu me sinto, às vezes, excluído um pouco da sociedade, porque, às vezes, lá na minha cidade eu não consigo participar, talvez, de um cinema ou ir a uma escola. Na minha escola mesmo, quando faço prova, prova escrita, discursiva, eu tenho aquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade de escrever, a disgrafia também tenho, um pouco de dificuldade. Então, às vezes, eu posso ser prejudicado na escola por causa disso, mas existem crianças também nas escolas públicas que também têm o mesmo problema, que não têm esse auxílio dos professores.

Então, já falei sobre essa questão e agora eu vou resumir, terminar aqui a minha fala, dizendo o seguinte: nós estamos aqui como portadores, portadores, profissionais de saúde, psicólogas, então, nós precisamos nos unir, Governo Federal, Municipal, Estadual, associações, eu, como portador também, estou junto com isso, porque existem famílias de renda baixa, existem famílias com dificuldade de até mesmo conseguirem a própria alimentação diária e existem portadores nessa família. Eu conheço um jovem daqui de Brasília que, desde os 12 anos de idade, 12 anos, não frequenta a escola, porque lá, com 12 anos, sofreu *bullying*, só um *bullying* e saiu do contexto social. Hoje ele vive dentro de casa.

Eu estive, no ano passado, em maio, visitando ele. Ele foi me receber na porta da casa dele. Só que, quando eu fui me despedir, esse jovem não foi no portão, porque ele não vai nem no portão de medo. Aquela fobia é tão forte, que ele tem, não vai nem no portão, porque tem medo que alguém veja ele com tique. Então, isso é muito grave, gente. É muito grave mesmo.

Não podemos aceitar que uma sociedade tenha esse poder de oprimir as pessoas. Temos que ter realmente liberdade de nós, portadores, sermos dignos: dignidade de viver na escola, dignidade de participar de um concurso, dignidade de fazer uma faculdade, de ter um emprego. Há portadores no Brasil que não conseguem emprego. Eu, graças a Deus, trabalho há 20 anos numa empresa particular, na verdade, privada. Então, eu já sou profissional na área, na área de mecânica, ferramentaria e usinagem. Então, eu sou referência nessa empresa naquilo que eu faço, só que eu, infelizmente, preciso me afastar, porque as dores tiram a minha atenção, as dores e os tiques tiram a minha qualidade de fazer o serviço bem feito e realmente preciso de auxílio do Governo, tanto que o INSS não deferiu os meus pedidos de encosto – a gente fala assim –, de afastamento e eu entrei com dois processos em cima do INSS, porque eu preciso ficar fora. Então, nós precisamos ter essa ajuda do Governo.

Então, para terminar, eu gostaria de agradecer ao Senador e a todos da Mesa. Agradeço também ao Senador Romário e à Mara Gabrilli pela oportunidade e a todos que estão aqui presentes, que tiraram seu tempo para nos escutar.

Eu gostaria de lançar aqui somente uma pergunta: quantas pessoas com as mesmas características minhas e da nossa amiga Regina hoje não podem ir nem à padaria comprar pão, porque se sentem excluídas da sociedade? Eu falo em nome delas. Eu, a Regina e todos estamos aqui falamos em nome dessas pessoas. Então, eu preciso estar aqui como voz dessas pessoas e, então, peço a Deus que realmente nos ilumine. Deus está aí iluminando todo mundo.

Obrigado e tudo de bom. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Eu agradeço ao Alexandro Cardoso. Eu sempre digo: nada mais válido e mais importante do que as próprias pessoas, as suas famílias falarem sobre do que precisam, do que necessitam, o que é importante; é a autodefensoria, autoadvocacia. Eu acho que, Alexandro, isso é muito importante, com o apoio dos profissionais que atuam nessa área. Então, aí fica um círculo completo para que isto sensibilize os órgãos públicos, a sociedade e a comunidade sobre os desafios que vocês enfrentam. Muito bem.

Eu passo, em seguida, a palavra para Regina Aparecida da Silva Amorim, que também já conheço.

A SRA. REGINA APARECIDA DA SILVA AMORIM (Para exposição de convidado.) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos os portadores de Tourette que estão aqui presentes, aos familiares e amigos.

Meu nome é Regina Aparecida da Silva Amorim, sou natural do Espírito Santo, tenho 48 anos, mas há 44 anos que eu já resido em Brasília.

Eu quero começar diferente. Eu quero relatar três situações que aconteceram na minha vida, situações que me deixaram assim muito humilhada. Eu na época tinha um namorado que morava em Salvador e eu estava indo passar umas férias de Carnaval em 2008. A minha viagem foi supertranquila para Salvador, mas, na volta, eu tive muito tique, muita ecolalia, coprolalia – é porque há uns três – e gritava muito no aeroporto. E, nisso, eu cheguei a entrar até no avião. O piloto achou estranho e pediu que a aeromoça fosse falar comigo para saber o que é que estava acontecendo. E eu falei que eu tinha uma síndrome, que eu era portadora da síndrome de Tourette, estava tendo uma crise de ansiedade e não sabia por que aquelas palavras estavam vindo na minha boca. Eu gritava: "Socorro, o avião vai cair!".

Aí, imagina, você, dentro do avião em si, já fica nervoso, e uma pessoa desse jeito, gritando que o avião vai cair, que... Aí, todo mundo: "Gente, essa mulher está com problema! Eu estou com medo, eu não quero mais embarcar nesse avião". Aí me tiraram da poltrona e me levaram para a cabine do piloto. O piloto conversou comigo e foi muito educado. Perguntou o que eu tinha, o que era aquela síndrome. Eu fui explicar direitinho o que era que estava acontecendo, e ele falou que eu não iria embarcar naquele voo, porque iria haver conexão. E que eles iriam me colocar no próximo voo que vinha direto para Brasília.

Aí, quando eu saí da cabine, havia uma médica dentro do avião. Ela pediu que ela me acompanhasse, que ela trocaria de lugar comigo. O pai dela viria no meu lugar e eu, no lugar dele. E eles não deixaram. Aí mentiram, dizendo que eu iria embarcar no próximo voo: me levaram para uma sala e me deixaram três horas nessa sala.

Nisso, ligaram para o meu namorado. Ele foi me buscar. Chegou lá e percebeu que eu estava muito humilhada, de cabeça baixa, em cima da mala, chorando muito – até me emociono. E eles falaram que eu não ia poder embarcar, me tiraram de lá e me mandaram embora. Eu estou muito nervosa!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, nisso, eu voltei para a casa dele e tentei várias viagens de volta: de madrugada, uma da manhã, duas da manhã, três da manhã e nada. Isso foi na Gol, na Webjet e na Latam. E nenhuma dessas empresas aéreas me aceitou. Voltei, procurei um médico especialista, um neurologista, que me fez uma consulta – na época, foi muito cara essa consulta que paguei. Passou a medicação, tomei a medicação bastante forte – eu nem me lembro qual era essa medicação; eu sei que eu não podia tomar. E voltei de ônibus. O que eu iria gastar em duas horas de voo gastei 26 horas de ônibus.

Então, vim numa viagem praticamente dopada, sem saber quem era eu ou o que eu estava fazendo. Meu namorado, na época, era fotógrafo, tinha compromisso e teve que pedir a alguém que fotografasse para ele. Ele me acompanhou até Brasília. Eu vim praticamente sem saber de nada: ele me acordava para comer, me dava água. Cheguei em Brasília e minha irmã já estava me esperando na rodoviária.

Então, me levou para casa, eu não consegui tomar banho sozinha, tudo por ajuda. E, na época, eu trabalhava no Ministério das Comunicações. Eu trabalhava na consultoria jurídica, com uma advogada. E eu relatei tudo o que aconteceu, os acontecimentos a ela, e ela pediu que eu protocolasse todo aquele documento, porque daria um processo ganho. E foi isso que eu fiz. Aí, de 2008, durou nove anos! Eu consegui ganhar. Ganhei na Justiça. Eu briguei muito para ter meus direitos e consegui.

Hoje... Eu passei cinco anos sem conseguir entrar dentro de um avião. Hoje eu já quebrei o trauma, superei meu trauma, mas, se eu precisar hoje viajar, na hora em que entro lá no *check-in*, na entrada, já é tudo passado. Já sabem o que é a síndrome de Tourette. Alguns ainda não sabem, mas muito já conhecem.

E a segunda foi dentro de um ônibus. Eu, saindo do meu trabalho, peguei um ônibus na Rodoviária do Plano, aqui de Brasília. Quem conhece a Rodoviária sabe que lá não é um lugar agradável das 18h até as 20h. Eu comecei a ter crise de ansiedade de novo, porque a síndrome de Tourette se manifesta muito rápido. Você está bem e, de repente, você começa a gritar, vêm pensamentos que você não sabe por que vêm. Pensamentos suicidas eu nunca tive, mas pensamentos e palavras esquisitas, xingar nomes feios... Vou até citar os nomes, palavrões, nome do diabo, satanás. Quem me vê desse jeito pensa: "Essa mulher é maluca, é doida. Ela tem algum problema espiritual".

Nisso, eu entrei no ônibus, sentei na frente, porque eu sempre gostei de sentar na frente, e já comecei a gritar outra vez, falando que iria ter um assalto no ônibus, que eu estava passando muito mal. Fiquei gritando, gritando, e as pessoas começaram a ficar apavoradas. O motorista me perguntou se eu estava bem, e eu falei que não, que eu estava tendo crise de ansiedade. Uma moça se levantou, perguntou se eu queria me sentar no lugar dela, porque o ônibus estava muito cheio, e ela foi conversando comigo. Ao conversar, eu fui me distraindo e consegui chegar até a minha casa.

Quando eu desci do ônibus, me acabei, desabei, chorei muito. Eu me senti a pior pessoa do mundo, porque... Eu não tive coragem de atravessar a roleta, eu tive de descer pela frente, porque todo mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava me olhando. Então, eu me senti péssima. Eu pedi que o motorista abrisse a porta da frente para eu descer, e ele foi bem compreensivo; abriu, eu desci. Eu parei no primeiro lugar que eu encontrei, encostei e chorei bastante mesmo, para tirar tudo aquilo que estava dentro de mim e fiquei dois dias sem ir ao meu trabalho com medo de andar de ônibus de novo.

Eu sempre tive medo de ônibus, não por causa do ônibus; por causa das pessoas que você tem de enfrentar, por causa do preconceito, por causa da discriminação. As pessoas não compreendem, não sabem o que é. Muitas me veem e me perguntam: "Moça, o que você tem? Você está bem?". Aí eu vou explicar: "Eu tenho síndrome de Tourette. Você conhece?". "Ah, eu já assisti a um filme". E eu começo a explicar para a pessoa. Muitas se comovem e dizem que vão começar a escrever e a divulgar.

A terceira situação foi no trabalho. Eu tinha feito um processo seletivo para trabalhar em um Ministério. Não vou nem citar o nome do Ministério. Eu passei nesse processo. Foi praticamente um dia todo de prova, e eu consegui passar na prova. Iria começar dois dias depois.

Comecei a trabalhar e, em menos de uma hora e meia, eu fui retirada três vezes da sala de trabalho, eu ia passando de uma sala para outra, por causa do barulho. Eles falavam que estava atrapalhando, que estava tirando a concentração, que não havia como trabalhar com pessoas que gritavam o tempo todo, que não falava coisa com coisa. A moça que fez o contrato me chamou e falou que iria me levar para outro órgão.

Chegando ao outro órgão, a mesma coisa aconteceu. Aí, eu falei que eu não queria mais, que que queria ir embora. Eu pedi e saí sala e, mais uma vez transtornada, sem saber o que se passava comigo. Chorava bastante, ansiosa, nervosa.

Porque a síndrome, quanto mais ansiedade, mais nervosismo, mais ela vem, mais ela ataca. Então, quando se está em período mais tranquilo, mais feliz, a gente costuma ficar tranquilo. Mas, se estiver passando por problemas, por dificuldades, se alguma coisa estiver te atrapalhando, a tendência é ficar pior, cada vez mais pior.

Tudo começou aos meus nove anos de idade. Eu comecei a ter muitos tiques. Na época, eu não tinha ecolalia nem coprolalia; eu tinha muitos tiques motores. Eu tinha necessidade de tocar nas coisas. Se houvesse uma poça de água no chão, eu tinha de bater a mão naquela água.

Na escola eu tinha apelido de quá-quá, de grilo falante, de maluca. Professores já chegaram, porque eu gostava de sentar na frente, a me colocar no fundo, porque eu estaria tirando a atenção das crianças, e elas não iriam aprender. Nessa época até de macaca essa professora me chamou. Então, para eu conseguir terminar o ensino fundamental foi bem difícil. Quando chegou o ensino médio, foi outro sacrifício; eu não queria mais estudar. De tanto sofrimento que eu passava em sala de aula, eu não queria mais estudar. Até que um belo dia eu resolvi: "Hoje eu vou estudar, eu vou enfrentar, porque, se eu não enfrentar, o que vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser na vida um dia?". Aí me matriculei no Sesi de Taguatinga e consegui terminar meu ensino médio. Fui muito bem recebida pelos professores.

Como a Larissa falou, para um portador de Tourette estudar, tem que fazer prova separada. Eu comecei assim: eu pedia para fazer prova na sala dos professores, porque eu sabia que iria atrapalhar o meu amigo e acabava atrapalhando a mim também, porque tirava a minha atenção. Eu ficava tão nervosa que eu não conseguia me concentrar, porque estava preocupada com o outro. Eu ia para as outras salas e fazia a prova. Em concurso é a mesma coisa. Eu faço concurso separada, tanto que, quando me ligam para saber por que eu quero sala reservada, acham que eu tenho alguma doença contagiante. Mas eu digo: "Não. Eu tenho síndrome de Tourette." E tenho de explicar o que é para eles, para entenderem por que eu necessito da sala só para mim.

Quanto à família, no começo dos meus nove anos, eu não tenho o que culpar os meus pais nem minha família. Eu venho de uma família do Espírito Santo. Meus pais não sabiam praticamente ler e eles vieram para Brasília para a gente estudar. Então, na época... Imaginem o final da década de 70, em 1979! Se hoje a gente já sofre esse preconceito, essa discriminação, essa palavra feia, imaginem em 1979 o que sofria um portador da síndrome de Tourette. Então, eu não culpo meus pais, eu não culpo ninguém que esteve comigo.

A minha mãe foi uma guerreira, me ajudou demais. Ela me acompanhou o tempo todo nos hospitais até descobrir. Mas, quando vim a descobrir a síndrome de Tourette, eu já estava com 24 anos e foi no Hospital das Clínicas, em São Paulo. Eu rodei esta Brasília toda, tantos os hospitais particulares como os hospitais públicos. Havia uma clínica na Asa Norte chamada Frei Albino – foram até uns parentes que pagaram para mim –, onde se fazia ioga, massoterapia para dar uma relaxada. Na época, eu conheci uma enfermeira no HRAN que estava em estágio final de câncer e ela pediu que a minha mãe a deixasse ir com ela para São Paulo que ela iria marcar uma consulta e ainda iria conseguir a passagem pelo SUS, porque eu não tinha condições uma passagem aérea. Eu fui com ela até o Hospital das Clínicas. Chegando lá, os médicos fizeram todos os exames e pediram que eu voltasse no hospital cinco dias depois. Aí, fui diagnosticada com a síndrome de Tourette.

Então, era para ser o dia mais feliz, porque eu descobri o que eu tinha, porque eu tinha aquelas manifestações que me deixavam triste. Eu me sentia, às vezes, como se fosse um bichinho de outro planeta, ninguém tinha aquilo que eu tinha. Era tudo diferente. Eu não gostei da resposta do médico, porque ele falou que eu não iria morrer pela síndrome de Tourette, mas eu iria morrer com ela. Parece que um buraco abriu no chão, e eu fiquei dentro sem saber o que fazer. Eu chorava muito. Eu falei que não queria ficar daquele jeito, que eu não queria chegar à velhice daquele jeito, que eu tinha muita coisa para fazer na vida, e ele pediu que a enfermeira entrasse para fazer a medicação, porque eu fiquei transtornada. Ele me disse para ter calma, que ele iria explicar direitinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estou querendo dizer para todos, em meu nome e em nome dos meus amigos com Tourette, que a luta não é pequena, é uma luta grande. Quem sofre com isso não somos só nós, mas também as pessoas que estão ao nosso lado, quem nos ama. Que tenhamos força, nós vamos vencer. Com esta oportunidade que vocês deram para a gente, esta oportunidade maravilhosa de chegar até aqui, as portas vão se abrir, sim, a gente confia muito nisso.

Agradeço também a todos os médicos, que nos ajudaram bastante. Eu tive muitos médicos bons aqui em Brasília: Dr. Nasser Allam, neurologista do Hospital de Base que me acompanhou durante 15 anos; um Psiquiatra, Dr. Danilo Costa, que me dá todas as minhas medicações, como o Aristab, que custa muito caro – ele me dá, não me cobra nada; até das minhas medicações eu faço doação quando elas não me servem mais. Tive psicólogas também. É que eu estava trabalhando, mas a empresa estava passando por um momento muito difícil no ano passado e mandou muita gente embora e eu acabei indo junto.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. REGINA APARECIDA DA SILVA AMORIM (Para exposição de convidado.) – Devido a esse período, eu fiz várias e várias entrevistas, mas até hoje não consegui nada. Mas eu não vou desistir, a gente está aqui para lutar!

Agradeço a todos vocês.

Posso falar só mais uma coisinha?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. REGINA APARECIDA DA SILVA AMORIM – É sobre uma conquista. Para vocês aqui é uma coisa bem simples a conquista que vou mencionar, mas para mim foi importante: eu estive num cinema, consegui assistir a um filme de três horas de duração sem gritar, sem que ninguém mandasse eu sair da sala, sem ninguém falar comigo. Para mim foi uma grande superação ter assistido a um filme de três horas de duração. Para mim foi uma das maiores realizações que eu já tive. Eu queria assistir ao filme. Tive medo, mas encarei e consegui assistir.

Quero agradecer também a todos os presentes por terem vindo de longe, alguns vieram de São Paulo, a minha família, aos meus amigos e ao Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço à Regina também. Vamos trabalhar juntos agora para ver como encaminhar os assuntos.

Eu só quero destacar que a gente recebeu vários depoimentos aqui: da Kesia, mãe do Davi Chaves, de dez anos; da Keoma Cardoso, que também tem... Da Edilena, lá do Ceará, que tem um filho com oito anos de idade; da Ilane Siviero, que é mãe do Maurício. São depoimentos importantes. Do Bruno, que está com 34 anos, um depoimento importante, assim como foram os depoimentos do Alexandre e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regina. Acho que tudo isso vai nos ajudar a pensar sobre o assunto, e com vocês, juntos, vamos construir em conjunto.

Eu passo a palavra agora para Jaqueline Silva Misael, que é do Ministério da Saúde, do Departamento de Atenção Especializada.

Eu já antecipo, Jaqueline, que, depois da audiência, nos próximos dias, a gente pode se encontrar com calma, olhar o que foi projetado e o que foi escrito e conversar com o apoio da Ivanilde, que está aqui, do Aires também, dos demais Senadores destas subcomissões, para a gente pensar no caminho a ser percorrido. Está bem?

Então, Jaqueline, você está com a palavra.

A SRA. JAQUELINE SILVA MISAEL (Para exposição de convidado.) – Primeiramente, boa tarde a todos.

Senador Flávio, muito obrigada pela oportunidade. Agradeço o convite em nome do Ministro, em nome do nosso Secretário e do nosso Diretor, que não puderam estar presentes, mas fizeram questão de que o Ministério da Saúde estivesse nesta Mesa.

Eu já participei de várias outras audiências, e eu sempre digo que é uma oportunidade para nós, do Ministério da Saúde, poder discutir temas de tamanha relevância, conhecer os problemas que os pacientes enfrentam, escutá-los, entender seu dia a dia e o sofrimento pelo qual as famílias passam. Então, para nós, é uma oportunidade imensa. Muito obrigada, mais uma vez, pelo convite.

Eu me chamo Jaqueline. Eu sou servidora, trabalho numa coordenação que se chama Coordenação-Geral de Atenção Especializada. É uma coordenação que é responsável por diversas políticas públicas, políticas públicas de cardiologia, oncologia, traumato-ortopedia, doenças raras, enfim, várias especialidades que estão presentes no meio da saúde.

O nosso Sistema Único de Saúde é permeado por diversas políticas públicas. É um sistema muito complexo e um dos maiores do mundo. Dentro do nosso sistema, nós temos ações desde uma vacinação até procedimentos muito complexos, como, por exemplo, transplantes, cirurgias cardíacas e assim sucessivamente. Todos esses procedimentos são realizados por uma equipe multidisciplinar, isto é, médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, psicólogos, farmacêuticos, enfim, diversos profissionais de saúde que, de maneira conjunta, visam trabalhar para garantir o melhor atendimento para aquela população.

Uma das coisas que eu mais escutei aqui, de todas as pessoas que puderam falar um pouquinho sobre o tema, tanto os pacientes como os especialistas, foi o desconhecimento a respeito da doença na sociedade de forma geral. Isso não acontece apenas com essa síndrome, acontece também com outras doenças, com outras síndromes e outras situações que acometem os pacientes. Isso é muito comum, porque os profissionais lidam de uma forma geral com as doenças que são mais corriqueiras. Cabe a nós,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao setor público, e também a organizações sociais e empresas privadas, tentar desmistificar isso e passar conhecimento para a população a respeito das diversas doenças, proporcionar conhecimento para a população.

Eu ia justamente propor isso, Senador. Coloco-me à disposição, coloco à disposição a nossa Coordenação-Geral para que a gente possa pensar na melhor forma de atender os pleitos relacionados à Síndrome de Tourette, que foram expostos hoje aqui. Eu fiz anotação de uma forma geral dos pleitos, coloco a nossa Coordenação à disposição. E digo que a luta é uma luta conjunta. Eu e meus colegas de trabalho não só da minha Coordenação, mas o Ministério da Saúde como um todo – falo especificamente da saúde, que é o órgão onde trabalho –, nós trabalhamos diariamente com o compromisso de levar as ações necessárias, os tratamentos necessários, o acompanhamento necessário e em tempo oportuno para as famílias, para as pessoas que sofrem de determinada doença e para os seus familiares, para que essa peregrinação, esse estigma que essas pessoas sofrem seja, de certa forma, minimizado na sociedade como um todo.

Então, mais uma vez, obrigada. Eu acho que a gente pode evoluir nessa agenda conjunta para poder pensar nas melhores formas de atender.

Obrigada, Senador. Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, agradeço à Jaqueline, que também representa aqui, nesta audiência, o Ministério da Saúde.

E quero dizer que sempre falo em conjunto, porque nós deveríamos, eu penso, junto com a Dra. Ana Gabriela, junto com o Aníbal, junto com os portadores, sem dúvida alguma, também ter uma espécie de cronograma de atividades, Larissa, olhar o que foi apresentado nesta audiência pública. Algumas coisas são mais imediatas. A apresentação de um projeto de lei para termos o dia nacional ou a semana nacional, isso é feito de imediato, então, não haveria problema. O acesso a questões como, por exemplo, estar incluído lá na definição a gente pode já estudar e ver o que é necessário. Quanto ao acesso a medicamentos, nisso a Dra. Ana Gabriela pode nos ajudar até para a gente ir lá – não é, Jaqueline? – no setor de tecnologia para ver a questão dos medicamentos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como? Do Orap, que foi interrompido, mas a partir de uma orientação da Dra. Ana Gabriela.

Foi bastante levantada a questão da falta de conhecimento que leva a dificuldades na área da educação. Então, a área da educação, que não está aqui presente hoje também pelo fato de a gente não ter se lembrado de convidá-la, mas, de qualquer forma, na sequência, tem que ser convidada a participar desses encaminhamentos por causa das crianças, adolescentes, adultos. E a área do trabalho, que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionada na pelo Alexandro – eu o chamei de Alexandre, mas é Alexandro –, para fazemos um cronograma com os objetivos principais, datas, tudo, para dizer que valeu a pena.

Senão a gente discute uma coisa sobre medicamentos, por exemplo, e os portadores e as famílias podem perguntar: "Mas quando isso vai ser resolvido? Será que vai demorar um ano, dois anos, cinco anos?". Então, para ter lá o que é necessário, discutir com a saúde, para ver se a saúde concorda ou não concorda, enfim, para chegarmos a um denominador comum e estabelecermos uma data para que haja tranquilidade, para que a pessoa seja bem atendida.

Eu me surpreendi positivamente em relação aos casos mais refratários ao saber que medicamentos decorrentes da *Cannabis* vêm tendo um efeito bastante positivo, porque acabamos de apresentar um projeto sobre produção, pesquisa, prescrição, acompanhamento da *Cannabis* no Brasil. O projeto de lei está em tramitação também para tornar o tratamento, entre outras coisas, mais acessível, menos burocrático, mais barato inclusive. Às vezes, diminui em três, quatro, cinco vezes o custo atual. E que sirva também como elemento de pesquisa para as instituições nossas de ensino superior. Enfim, vamos pensar juntos.

Por isso eu digo à Larissa, ao Alexandro, à Jaqueline, ao Aníbal, à Ana Gabriela que nós nos sentamos aqui e, pelos meios de comunicação a gente vai... Talvez a Ana Gabriela tenha que, na sequência, falar um pouco mais, porque, afinal, essa área de medicamento é bem específica, também, por toda a experiência que já tem nessa área. E os outros, inclusive a Regina, que levantou aqui, de Brasília mesmo, também podem ajudar.

Estaria bem assim? Vocês acham que foi bom? Alguém gostaria de dizer mais alguma coisa? Porque nós temos uma dificuldade de horário. Às 16h começa a sessão do Plenário no Senado Federal.

Alguém gostaria de complementar? Está livre. Caso alguém queira falar...

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE – Se eu puder falar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) **–** Ana Gabriela com a palavra.

A SRA. ANA GABRIELA HOUNIE (Para exposição de convidado.) **–** Eu agradeço a oportunidade para falar mais um pouco.

Eu tenho participado também da luta a favor da *Cannabis* medicinal, porque eu tenho já uma experiência de quatro anos de tratamento de várias patologias. Tenho um caso de reversão de paralisia supranuclear progressiva, uma doença que não tem tratamento. Tenho vários pacientes com demência de Alzheimer, demência frontotemporal, que já tinham perdido habilidade da fala, da deglutição e estão voltando a falar e a deglutir. Então, as doenças neurodegenerativas têm uma resposta fantástica à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cannabis medicinal. Ao canabidiol puro, não. Tem que ser a *Cannabis* completa, com o THC e todos os outros componentes.

Então, acho que é muito importante que a Casa escute as pessoas que trabalham com essas patologias e esses produtos para tentar desmistificar um pouco do que se trata a *Cannabis*. Porque se faz muito auê, se fala muito mal, como se tivesse só malefício, mas não. É uma planta que tem propriedades muito interessantes, é muito segura, embora tenha, claro, efeitos colaterais. Até água em excesso tem efeito colateral. A gente está administrando para nossas crianças e adolescentes medicações que também têm muitos efeitos colaterais, como a Ritalina, os antipsicóticos. Isso ninguém questiona, já está no hábito, prescreve-se sem problema, sem ponderação. Mas, quando se fala em *Cannabis*, todo mundo fica apavorado.

Então, se eu tiver oportunidade de voltar aqui para poder falar da *Cannabis*, eu vou ficar muito grata.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k.!

Alexandro.

O SR. ALEXANDRO CARDOSO (Para exposição de convidado.) – Quero dar só mais um recadinho para o Ministério da Educação.

Existem bastantes professores e médicos sendo formados, e não há, no currículo do curso, uma ênfase mais profunda em cima do tema. Eu sei de alunos de Medicina, que eu conheço, que participaram apenas de duas palestras durante todo o curso.

Então, é preciso realmente fazer um trabalho na educação dos profissionais da saúde, em que realmente se inclua esse tema com mais propriedade nos cursos de Pedagogia, de Medicina, de Psicologia. É preciso haver um conjunto total desse tema na saúde, na educação, em tudo.

Então, beleza! Até mais!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

O SR. ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR (*Fora do microfone*.) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Aníbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANÍBAL MOREIRA JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Falando de forma reduzida, eu gostaria também de solicitar o empenho do Governo Federal no sentido de desenvolver políticas públicas para o atendimento desse tipo de portador de síndrome de Tourette.

Nós precisamos que as universidades se envolvam nos estudos, nas pesquisas, na criação de ambulatórios. Nós precisamos muito de identificar quantas pessoas com síndrome de Tourette existem no Brasil. Precisamos que o Ministério da Saúde dê início ao desenvolvimento de um sistema para receber notificações de casos tanto pelos médicos como pelos postos de atendimento de saúde familiar, para que as UPAs, as escolas, todas as pessoas possam informar ao Estado a situação de pessoas, crianças, adolescentes e adultos, que têm a síndrome de Tourette, seja ela confirmada ou suspeita.

Nós precisamos que o Estado passe a agir proativamente em relação à síndrome de Tourette, porque já está muito atrasado. Nós estamos muito defasados, somos muito negligenciados. Nós precisamos recuperar o tempo e precisamos investir nas universidades federais, para elas nos ajudarem com esses estudos epidemiológicos e com pesquisa científica sobre o tratamento, o controle e o atendimento nos ambulatórios. Normalmente, as universidades têm convênios com as prefeituras municipais, e elas podem usar os recursos dos Municípios para o atendimento nos postos de saúde e nas escolas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

Agradeço...

A SRA. LARISSA MIRANDA – Eu posso só falar uma última coisa?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, Larissa.

A SRA. LARISSA MIRANDA (Para exposição de convidado.) – Na AstocSt, há um banco de dados de pessoas com Tourette. A gente tem todo o registro deles. Só que não temos condições de abranger o Brasil inteiro, até porque essas pessoas não conseguem chegar até nós. A nossa sede fica em São Paulo. Então, a gente acolhe São Paulo e proximidades que ficam a uma hora de São Paulo, de onde as pessoas vêm. O Alexandro chegou até a gente. Então, temos até um banco de dados, mas, para ampliarmos isso, nós precisamos de ajuda também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero destacar a presença da Presidente da Subcomissão de Doenças Raras, a nossa Senadora por São Paulo Mara Gabrilli.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer à Mara que as pessoas aqui presentes estão representando o Ministério da Saúde, a associação nacional dessa área, os portadores da síndrome de Tourette. Também aqui está uma comissão de pessoas com a síndrome e a Dra. Ana Gabriela, que é médica, que expuseram seus pontos de vista, destacaram alguns fatos importantes, como a proposta de haver um dia nacional ou uma semana nacional de sensibilização, o acesso a tratamentos e diagnóstico.

A Jaqueline, do Ministério da Saúde, destacou muito bem aquela que é uma fala recorrente, no sentido de se difundir o que é a síndrome, os tratamentos, a identificação. Há falta de conhecimento sobre isso.

Nós, inclusive, propusemos à Jaqueline... Vamos chamar também o Ministério da Educação, porque foi falado muito das dificuldades que crianças e adolescentes encontram em termos do processo educacional por causa dos tiques, dos comportamentos, das falas, atrapalhando, de acordo com o conceito que se tem pela falta de conhecimento.

Então, é preciso fazermos um trabalho integrado, colocarmos no papel uma agenda com um cronograma, para que possamos acompanhar a associação, as pessoas, os profissionais.

De maneira muito interessante, a Dra. Ana Gabriela colocou, de maneira clara, os efeitos bastante positivos, não só nesta área, mas em outras, na área da doença mental, do uso da *Cannabis* medicinal. Então, isso é importante.

Eu gostaria... V. Exa. deveria estar aqui, na verdade.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Não, imagine, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Mas se pudesse também dar uma mensagem para o pessoal...

Então, com a palavra Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para discursar.) – Eu queria cumprimentá-los.

Quero parabenizar o senhor, Senador, e cumprimentar a todos.

A Deusilene estava me alimentando com informação. Desculpem-me por eu não ter conseguido chegar aqui antes.

Curiosamente, muito antes de eu pensar em entrar para a política, veio parar na minha mão um livro de Oliver Sacks. Não lembro se era *Um Antropólogo em Marte* ou *O Homem que Confundiu Sua Mulher com um Chapéu*. Acho que ele próprio, o próprio Oliver Sacks tinha a síndrome de Tourette. Ouvi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar que ele tinha a síndrome. Inclusive, ele foi visto em um hotel em São Paulo. Eu lembro que, na época, eu fiquei muito curiosa. Senador, eu não conhecia a síndrome praticamente, porque eu não trabalhava nessa área, mas eu lembro que isso me chamou muito a atenção.

Então, estou muito feliz por estar aqui e por saber que há todo um movimento. Estou mais feliz ainda por saber que existem caminhos pela *Cannabis* medicinal. E, como a gente tem encontrado muitos, eu até aproveito, Senador... Eu já vi que o senhor protocolou o Projeto 4.776, de 2019. Eu me coloco à disposição, se precisar de Relatora, porque eu sou usuária de *Cannabis* medicinal. Então, quero contribuir muito com essa área. Acho que a gente está com um movimento, o próprio Ministério está com um movimento, o mundo está com um movimento importante nessa área. Então, quanto mais... É muito oportuno o seu projeto de lei. Então, contem comigo naquilo em que eu puder ajudar.

Eu sei o quanto uma doença rara impacta a família inteira, não só aquela pessoa que tem a doença rara. E, além de todo o impacto na família, porque a gente sabe que o primeiro passo é a saúde, mas há todo o trabalho que a gente busca a fazer, e o próprio Senador, como Presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, aqui da CAS. A gente tem que trabalhar todo o entorno, tem que trabalhar a acessibilidade, tem que trabalhar a calçada, tem que trabalhar a educação, tem que trabalhar outras dimensões da vida das pessoas, porque podemos ter a síndrome que for, todos nós temos que viver apesar disso, e com qualidade. Então a gente tem que ter esse olhar do todo, de tudo o que diz respeito. E aqui, acho que, no caso, saúde e educação são muito importantes.

E está aqui, reassumo aqui meu compromisso com os brasileiros que, tendo alguma síndrome ou não, se encontram em caminhos muito mais vulneráveis, porque, quando a gente não tem uma cura específica de determinadas questões, a gente tem que ir na busca. Então contem com o meu trabalho aqui e o da minha equipe para a gente ir construindo política juntos. Não se esqueça de mim, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Lembro que esta audiência pública está sendo realizada aqui na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), cujo Presidente é o Senador Romário, através das duas Subcomissões: a Subcomissão Temporária sobre Doenças Raras, que é presidida pela Senadora Mara Gabrilli; e a Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência, que é presidida por mim. Então, quando a gente fala nessa agenda e no cronograma, que se conte com o apoio das duas Subcomissões e da própria Comissão e dos Senadores. Eu acho que é um tema que sensibiliza todo mundo, independentemente de Comissão inclusive.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Com o Senador Romário, nós conquistamos três Subcomissões dentro da CAS, de que ele é Presidente. Então ele está por trás de todas elas. A terceira é a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa, que também está ligada à CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, estamos todos nós aqui, soldados, trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Eu agradeço bastante a vocês: Regina, Ana Gabriela, Aníbal, Alexandro – agora estou acertando o nome; antes o chamava de Alexandre –, Larissa e Jaqueline. Agradeço a todos e todas que estão aqui presentes, à Senadora Mara Gabrilli, a outros que estão em outras Comissões também e a todos que estão participando aqui com a gente e que estão nos acompanhando pelos meios de comunicação do Senado.

Vamos em frente, porque a gente tem que transformar a vontade, o desejo em ações. Temos que ser pessoas de fé, que acreditamos, e de obras, porque a fé sem obras é morta em si mesma. Então temos que acreditar, ter fé no sentido acreditar, vamos fazer e vamos trabalhar. O povo costuma dizer que o inferno está cheio de gente de boas intenções – não é verdade? –, que não transforma as boas intenções. E nós não queremos ir para o inferno, não é, Alexandro? Então vamos trabalhar para mudarmos a realidade junto com todo mundo.

Agradeço a presença de todos, e nada mais havendo a tratar...

Quer falar alguma coisa? Não? Se quiser pode falar também. (*Pausa.*)

Não? Quer falar? (*Pausa.*)

Não? Pode falar. (*Pausa.*)

Não? É só um "alô". Diga, então, "acabou a reunião".

O SR. MATHEUS SANTOS DE OLIVEIRA SILVA (*Fora do microfone.*) – Acabou a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pronto, obrigado! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 56ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e seis minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Roberto Rocha, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Rose de Freitas, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 54ª e 55ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Irajá (PSD/TO), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODEMOS/RJ), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Favorável à Proposta, pelo acatamento parcial das emendas nºs 5, 7, 18, 22, 23 e 24, e contrário às demais emendas nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 53, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1o, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2015 que: "Altera os arts. 52 e 153 da Constituição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, para estabelecer condições para o exercício da faculdade do Poder Executivo de alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados." Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e outros.. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Parcialmente favorável à Emenda nº 1-PLEN, conforme texto consolidado. Resultado: Retirado de pauta, para reexame do Relatório. ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 36, de 2019 - Não Terminativo - que: "Estabelece regras gerais sobre a participação do cidadão nas proposições legislativas em trâmite no Senado Federal." Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 5-CCJ. ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2011, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir que recursos de planos de previdência complementar aberta sejam oferecidos em garantia de operações de crédito; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de previdência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privada." Autoria: Senador Alvaro Dias (PODE/PR). Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. Observação: Durante a discussão, o Senador Oriovisto Guimarães reformula o Relatório. ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 44, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 170, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo." Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei do Senado n° 7, de 2016 (Complementar) que: "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social." Autoria: Senador Lasier Martins (PDT/RS). Relatoria: Senador Marcio Bittar. Relatório: Contrário à Emenda nº 5-PLEN. Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 5-PLEN. Observação: Aprovado Requerimento nº 133, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 226, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências." Autoria: Senador Jorge Viana (PT/AC). Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CCT (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 241, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP." Autoria: CPI do Assassinato de Jovens. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CTG (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 456, de 2016 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares." Autoria: CPI do Futebol – 2015. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 – Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2018 (Complementar) – Não Terminativo – que: "Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 – Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2018 (Complementar) – Não Terminativo – que: "Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 15 – Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2016 – Não Terminativo – que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e outros.. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 16 – Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2019 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 132 da Constituição Federal, para incluir as procuradorias municipais." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei do Senado n° 423, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres." Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado n° 410, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 152, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests)." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 144, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado n° 120, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei do Senado n° 444, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei do Senado n° 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 133, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016 (COMPLEMENTAR)." Autoria: Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 54ª e 55ª Reuniões, Extraordinárias.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência informa ainda que houve o recebimento do Parecer nº 02, de 2019, no qual o Observatório da Mulher contra a Violência, órgão da Secretaria de Transparência do Senado Federal, envia resposta à solicitação feita por esta Comissão por ocasião da 54ª Reunião, Extraordinária, referente aos dados existentes sobre atos de violência contra a mulher nos últimos anos.

Eu gostaria de lembrar que essa solicitação foi fruto de um debate que nós tivemos aqui quando da aprovação de um projeto, relacionado a este tema, relatado pelo Senador Otto Alencar.

O referido documento encontra-se disponível na Secretaria da Comissão para consulta e será enviado em meio eletrônico aos gabinetes dos membros desta Comissão

Esta reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 26.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos deliberativos, eu gostaria de agradecer imensamente ao Observatório da Mulher contra a Violência, porque, lembro, não faz uma semana que foi solicitado esse estudo, que – eu dei uma olhada – está bem amplo, foi trabalhado pela equipe durante toda a semana e entregue em tempo muito mais do que razoável. Então, faço os agradecimentos a toda a equipe do Observatório.

Item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e", e 128, §1º, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação da escolha de autoridade nesta Comissão será feito em duas etapas: neste momento será lido o relatório, que será apresentado pelo Relator, com as recomendações, se for o caso; e, após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida vista coletiva automática.

Concedo a palavra neste momento ao Senador Eduardo Braga para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir relatório.) – Presidente, Simone Tebet, primeiro, agradeço a V. Exa. pela distinção em relatar uma importante matéria, que trata exatamente da indicação do Dr. Augusto Brandão de Aras para exercer o cargo de Procurador-Geral da República na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Raquel Elias Ferreira Dodge.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, por intermédio da Mensagem nº 53, de 2019, e nos termos dos arts. 52, inciso III, alínea "e", e 128, §1º (CF), submete-se à consideração do Senado da República o nome do Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato da Sra. Raquel Elias Ferreira Dodge.

O referido art. 128, §1º, da Constituição Federal estabelece que o Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República entre integrantes da carreira, maiores de 35 anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para dois anos de mandato, permitida a sua recondução.

Por sua vez, o art. 52, inciso III, alínea "e", da Lei Maior atribui a esta Casa competência privativa para aprovar, por voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha do Chefe do *Parquet*.

O art. 101, inciso II, alínea "i", do Regimento Interno do Senado Federal, de sua parte confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, neste Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado nasceu na cidade de Salvador, Bahia, no dia 4 de dezembro de 1958. Na trajetória acadêmica, Sua Excelência se tornou Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Salvador, em 1981; Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2000, com a dissertação "A causa e os contratos"; e Doutor em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), em 2005, com a tese "Fidelidade partidária: a perda do mandato parlamentar".

Destaca-se que as teses defendidas pelo indicado em seu doutoramento, sobre a adoção do Mandato Representativo Partidário e sobre a questão da fidelidade partidária, foram acolhidas posteriormente pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em *leading cases* sobre esses temas (MS 26.603/DF e MS 30.380/DF).

O indicado conta com quase 30 anos de docência acadêmica.

Foi admitido por concurso público como professor da Faculdade de Direito da UFBA, onde lecionou por 18 anos e foi Coordenador do curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral e Vice-Diretor. Atualmente, é professor da Universidade de Brasília (UnB), onde leciona as disciplinas de Direito Eleitoral e Direito Empresarial, e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU).

Como docente, foi, também, Coordenador Acadêmico de diversos cursos de Pós-Graduação na Fundação César Montes (Fundacem), de 2009 a 2012.

Conferencista e palestrante, foi expositor em diversos eventos e é autor de inúmeros artigos jurídicos publicados tanto em periódicos científicos como na imprensa.

No campo da mídia, S. Exa. também apresenta significativa presença em entrevistas, mesas redondas, programas e comentários no rádio e na televisão.

Ademais, em sua longa e intensa vida acadêmica, foi orientador de vários trabalhos e participou de numerosas bancas examinadoras.

O indicado é doutrinador e autor das obras: *Fidelidade partidária*: *a perda do mandato parlamentar*; *Fidelidade e ditadura (intra) partidárias*; *Fidelidade partidária: efetividade e aplicabilidade*; e *As candidaturas avulsas à luz da Carta de 1988*.

Quanto à experiência profissional, o indicado ingressou no Ministério Público Federal (MPF) mediante concurso público, tendo tomado posse em 1987, no cargo de Procurador da República. Em 1993, foi promovido a Procurador Regional da República e, desde 2011, é Subprocurador-Geral da República.

No MPF, exerceu a função de Procurador Regional Eleitoral na Bahia de 1991 a 1993; Membro da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão em matéria Constitucional e Infraconstitucional, de 1993 a 1995;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subprocurador-Geral da República substituto, em 2006 e 2008; Representante junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), de 2008 a 2010; Coordenador do Grupo de Trabalho de Enfrentamento de Crimes Econômicos, em 2011; Membro suplente da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão em matéria de Direito do Consumidor, Ordem Econômica e Economia Popular, de 2008 a 2013; Membro do Conselho Institucional, de 2012 a 2013; Ouvidor-Geral, de 2013 a 2014; Membro do Conselho Superior, de 2012 a 2016; e, desde 2014, é Subprocurador-Geral na Procuradoria-Geral Eleitoral.

Ainda no âmbito de sua atividade profissional, foi Procurador do antigo Instituto Nacional de Previdência Social, Procurador da Fazenda Nacional e Auditor Jurídico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Não se tem nenhuma informação, atual ou relativa ao histórico de atuação do indicado, seja como profissional, seja como cidadão, desabonador de sua conduta.

Ao contrário, registre-se que o Dr. Augusto Aras foi agraciado com inúmeras comendas e honrarias que demonstram reconhecimento público por sua contribuição, seja como jurista, acadêmico ou membro do Ministério Público, sendo elas: (i) Título de Amigo da Polícia Militar, da PMBA (2018); (ii) Ata Distinção, do Superior Tribunal Militar; (iii) Ordem de Mérito Aeronáutico, do Ministério da Aeronáutica (2016); (iv) Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Ministério do Exército (2016); (v) Medalha Thomé de Souza, da Câmara Municipal da Cidade de Salvador (2015); (vi) Honra ao Mérito na Ouvidoria, do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (2015); (vii) Comenda do Mérito, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (2011); (viii) Diploma de Mérito Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (2011); (ix) Medalha de Honra ao Mérito em Direito Eleitoral, da Fundação César Montes (2010); (x) Patrono do I Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral (2008); (xi) Moção de Honra ao Mérito, da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa da Bahia (1997); (xii) Moção de Honra ao Mérito nº 1270/93, da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (1993); (xiii) Comenda do Mérito, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (1992; e (xiv) Diploma de Mérito Eleitoral, do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (1992).

Entre as várias manifestações que recebi, Sra. Presidente, após ter sido designado Relator, por V. Exa., desta indicação, destaco e peço juntada aos autos das seguintes manifestações: apoio da Associação Comercial da Bahia, que é a entidade empresarial – entidade de classe, portanto – mais antiga das Américas, tendo sido fundada em 1811, que enviou por escrito um extenso testemunho a favor do indicado.

Recebemos também apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que registra, por meio de seu Presidente, plena confiança de que o Senado Federal saberá reconhecer as qualidades do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Mensagem do Senado Federal nº 53, de 2019, veio acompanhada dos documentos e declarações previstas no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelas quais S. Exa. prestou declarações.

1. Quanto à existência de parentes seus que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos, declarou que sua esposa, Dra. Maria das Mercês de Castro Gordilho Aras, exerce o cargo de Subprocuradora-Geral da República, bem como que tem parente de 4º grau (primo), Dr. Vladimir Aras, que exerce o cargo de Procurador Regional da República, 1ª Região.

2. Quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais, declarou que participa como sócio da Sociedade Aras e Advogados Associados S/S, com respaldo no art. 29, §3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), tendo em vista que adentrou na carreira do Ministério Público antes de 1988.

Entretanto, Sra. Presidente, faço leitura de uma carta encaminhada a mim pelo eminente indicado após ter assumido o compromisso perante o Colégio de Líderes desta Casa, V. Exa. e o Presidente Davi Alcolumbre.

Leio agora a carta que reafirma o compromisso.

> A S. Exa., Senador Eduardo Braga, Relator da indicação ao cargo de Procurador-Geral da República.
> Sr. Senador, para instruir o processo destinado à avaliação da indicação do signatário pelo Sr. Presidente da República ao cargo de Procurador-Geral da República, ratifico, para os devidos fins, as declarações apresentadas ao Colégio de Líderes no sentido de que, se for honrado com a aprovação desta Alta Casa Legislativa, devolverei minha carteira de advogado à Ordem dos Advogados do Brasil, assim como retirar-me-ei da sociedade Aras e Advogados Associados, com sede em Salvador, Bahia, certo ainda de que jamais exerci advocacia contra a União, suas autarquias e fundações federais, observando sempre os impedimentos legais previstos na Lei 8.906, de 1994.
> No ensejo, renovo protestos de consideração e apreço.
> Augusto Aras, Subprocurador-Geral da República.

3. De regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, declarou estar em situação regular perante o fisco, nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital, tendo apresentado as respectivas certidões negativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4. Quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual, S. Exa. apresentou relação com os oito processos em trâmite no Judiciário, nos quais figura como parte autora:

a) em quatro processos, figura como exequente e credor do Município de Feira de Santana e do Município de Salvador pela cobrança indevida de valores a título de IPTU;

b) um processo no qual se sagrou vencedor contra o Município de Salvador em ação de repetição de indébitos de INSS; c) um processo com sentença transitada em julgado em 1996 movida pelo indicado contra a Leofarma Distribuidora de Medicamentos Ltda.;

d) um processo do indicado contra a Fundação Universidade de Brasília, em razão de remoção *ex lege* não efetivada pela da ausência de "código de vagas" e progressões funcionais, com sentença de procedência em favor do indicado; e

e) uma requisição de pequeno valor perante o TJDF.

5. Quanto à sua atuação, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras, S. Exa. declarou que atuou perante o Superior Tribunal de Justiça, no exercício das atribuições do cargo de Subprocurador-Geral da República.

Ressalte-se que, entre esses documentos, o indicado declarou ser sócio do escritório de advocacia Aras e Advogados Associados S.S. Tal fato é permitido pelo Direito brasileiro, em virtude de S. Exa. ter ingressado no MPF antes da promulgação da Carta de 1988. É alcançado, portanto, pelo permissivo do §3º do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual "poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta". Atinge-o, assim, apenas o impedimento, Sra. Presidente, impedimento este já explicitado, inclusive, em carta do próprio indicado – aplicável a todo e qualquer servidor público federal –, de advogar contra a União, nos termos do inciso I do art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil). Aliás, nos termos do mesmo Estatuto, entendemos que S. Exa., se confirmado para ocupar o cargo de Procurador-Geral da República, deverá, durante o período da investidura, licenciar-se do exercício da advocacia e da sociedade citada (art. 29) – essa sugestão já foi acatada pelo indicado, conforme carta já lida –, uma vez que passará de impedido a incompatível (temporariamente) ao exercício da advocacia, aplicando-se-lhe o §2º do art. 16 do mesmo diploma legal, segundo o qual "o licenciamento do sócio para exercer atividade incompatível com a advocacia em caráter temporário deve ser averbado no registro da sociedade, não alterando sua constituição". Ora, S. Exa. o indicado foi além, quando assume compromisso, conforme carta já lida nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente às declarações previstas regimentalmente, S. Exa., mediante o Ofício nº 10/2019-GB-AAA/PGR, ratificou as declarações apresentadas ao Colégio de Líderes, no sentido de que, se tiver seu nome aprovado por esta Casa Legislativa, devolverá sua carteira de advogado à Ordem dos Advogados do Brasil, assim como se retirará da Sociedade Aras Advogados Associados, com sede em Salvador-BA, tendo esclarecido nunca ter exercido advocacia contra a União, suas autarquias e fundações federais, observando sempre os impedimentos legais previstos na Lei nº 8.906, de 1994. Diante do exposto, Sra. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Antônio Augusto Aras.

Esse é o relatório.

Sala das Comissões.

E agradeço mais uma vez à Sra. Presidente pela distinção de relatar importante indicação para a Procuradoria-Geral da República.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Eduardo Braga, por ter aceitado essa relatoria tão importante, ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exa. pelo relatório. Não só seguiu, e eu fiz aqui questão de acompanhar, o rito processual nos termos regimentais, mas o fez com maestria, indo a fundo nos detalhes, não deixando nenhuma lacuna, esclarecendo todos os pontos necessários, para que as Sras. e os Srs. Senadores possam fazer seu juízo de valor.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência vai conceder vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima quarta-feira... Vamos antecipar para as 9h, em função de Plenário. Nós começaremos ouvindo o Procurador, hoje Subprocurador, e em seguida iremos à sabatina. Portanto, excepcionalmente, semana que vem começaremos a reunião da Comissão de Constituição e Justiça às 9h da manhã, porque teremos um longo dia de sabatina, e, se houver interesse desta Comissão, poderemos levar no mesmo dia para Plenário.

Concedida vista coletiva automática, ficando para o próximo dia 25, às 9h da manhã, a sabatina. Item exclusivo. Sabatina de Procurador-Geral e Ministros de tribunais tem que ser num dia exclusivo, de acordo com o Regimento. A não ser que convoquemos uma reunião extraordinária para uma outra pauta. Isso dependerá obviamente de Líderes, ou, se houver algum projeto em regime de urgência, poderemos obviamente rever...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Critério de inscrição e abertura das inscrições?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que eu chegar, como fiz da outra vez, para evitar problema – às 9h da manhã estarei aqui –, na hora em que eu chegar eu entrego a lista para os que tiverem chegado primeiro.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Só vale a partir das 9h?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só vale a partir do momento em que eu chegar com a lista, e aí, obviamente, eu verei quem foi o colega que chegou primeiro para assinar, como fizemos na semana retrasada e na última reunião, e não houve problema nenhum em relação a isso.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com isso eu reparo a minha falha inicial, porque na primeira reunião – e V. Exa. tem razão – houve um lapso da Secretaria.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 110, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Favorável à Proposta, pelo acatamento parcial das emendas nºs 5, 7, 18, 22, 23 e 24, e contrário às demais emendas nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 16/7/2019, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Lasier Martins;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 16/8/2019, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Major Olímpio;

- Em 28/8/2019, foram recebidas as Emendas nºs 3 e 4, de autoria do Senador Marcos Rogério;

- Em 5/9/2019, foi recebida a Emenda nº 5, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho;

- Em 10/9/2019, foi recebida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Angelo Coronel;

- Em 11/9/2019, foram recebidas as Emendas nºs 7 a 9, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze;

- Em 12/9/2019, foram recebidas as Emendas nº 10 a 12, de autoria do Senador Acir Gurgacz;

- Em 12/9/2019, foi recebida a Emenda substitutiva nº 13, de autoria do Senador Weverton;

- Em 12/9/2019, foi recebida a Emenda nº 14, de autoria do Senador Marcelo Castro;

- Foram realizadas cinco Audiências Públicas destinadas à instrução da Proposta.

Foram recebidas 24 emendas à proposta até o momento.

Repetindo: este é o dia da leitura do relatório do Senador Roberto Rocha, lembrando que nós temos até agora 24 emendas e que foram realizadas neste tempo, desde a entrada desta PEC nesta Comissão, cinco audiências públicas.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Rocha para proferir seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Pedindo desculpas ao Senador Roberto, já que vamos ter, na próxima semana, item exclusivo a fim de promovermos a sabatina do indicado à Procuradoria-Geral, queria pedir a V. Exa. que pusséssemos, portanto, ato contínuo, na quarta subsequente, o Projeto de nº 4.489, que dispõe sobre a natureza singular e notória dos serviços de advogados de profissionais de contabilidade, que estava previsto para hoje, e não foi posto; para a outra semana, em razão da sabatina... Queria pedir a especial mercê da Presidência de fazê-lo já para a quarta subsequente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Colocarei.

E lembro os colegas que, em relação a todos os projetos que estamos pautando, nós dependemos, para colocar novos projetos na pauta de reunião, do andamento e da aprovação dos projetos que já estão em pauta. Acredito que hoje será uma reunião produtiva. Saindo projetos, nesta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reunião, de pauta, automaticamente vou incluindo novos. E o primeiro será o do Senador Otto; em seguida, o de V. Exa. Então, os dois já estarão pautados para daqui a 15 dias.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inicialmente eu quero, de igual modo, agradecer a confiança de V. Exa. e do Presidente Davi em me dar para relatar esta importante matéria, que é a reforma do sistema tributário nacional. Pretendemos fazer muito além de uma reforma tributária clássica, fazer uma verdadeira revolução digital, aproveitando as tecnologias existentes hoje no mundo e também aqui no Brasil.

É submetida a esta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110, de 2019. Seu objetivo é proceder a uma ampla revisão do sistema tributário nacional. É importante informar, desde logo, que a PEC nº 110, de 2019, recupera o texto da PEC nº 293, de 2004, encaminhada pelo Poder Executivo, e que, desde então, sob a relatoria do ex-Deputado Federal Luiz Carlos Hauly – presente nesta reunião, a quem agradecemos –, foi bastante aprimorada e chegou a ser aprovada, no final do ano passado, na Comissão Especial criada para esse fim. É esse texto já bastante debatido que foi apresentado agora perante o Senado Federal por seu Presidente e mais 66 Sras. e Srs. Senadores.

A proposta tem como eixo principal a criação do chamado Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), que terá as características de um imposto sobre valor agregado, valor adicionado (IVA). O IBS será uma fusão de tributos federais, estaduais e municipais. No âmbito federal, serão incorporados pelo IBS: o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), inclusive a Cofins-Importação; as contribuições para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep); o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); e o salário-educação. Da competência dos Estados e do Distrito Federal, será agregado ao novo tributo o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Finalmente, completa o conjunto de nove tributos conjugados no IBS o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), hoje cobrado pelos Municípios e pelo Distrito Federal. Com a finalidade de manter a seletividade do sistema atual de tributação indireta, institui o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre energia, telecomunicações, veículos e derivados do petróleo e do tabaco.

A forma de cobrança e arrecadação, e isso é importante ressaltar, será feita de maneira automatizada, direto nas contas bancárias, mediante o controle individualizado de cada operação de circulação de mercadorias e prestação de serviços. A tecnologia atualmente disponível já permite que o controle das operações seja feito pelo fluxo de recursos entrando e saindo das contas bancárias. Esse elemento é central para o sucesso da reforma, reduzindo custos e permitindo o acompanhamento em tempo real das perdas e ganhos dos entes federados, com a devida compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No plano da tributação sobre a renda, prevê que o Imposto de Renda incorporará a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Quanto aos tributos sobre a propriedade, estende o alcance do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) a embarcações e aviões, por razões de equidade, e transfere o produto de sua arrecadação aos Municípios. Em relação ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), propõe-se sua federalização, com o produto da arrecadação sendo revertido aos Municípios.

O objetivo, entre outros, é simplificar o sistema tributário nacional, mantendo a mesma carga tributária e a mesma participação atual para a divisão dos tributos entre União, Estados e Municípios (exceto pelas alterações no IPVA e no ITCMD).

A proposição é composta por 17 artigos, sendo que o art. 1º cria ou altera 22 artigos da Constituição Federal. De maneira mais detalhada, eis o que propõe a PEC nº 110, de 2019.

Transfere-se ao Congresso Nacional a competência para disciplinar o IBS. No entanto, a iniciativa dos projetos de lei complementar caberá a Governadores, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores; bancadas estaduais de Deputados Federais ou Senadores; ou de comissão mista de Deputados Federais e Senadores instituída para esse fim. Nos projetos apresentados deverão estar representadas todas as regiões e uma parte da população pré-definida.

A competência jurisdicional para resolver conflitos em relação ao IBS, quando houver divergência em relação a sua aplicação, será do Superior Tribunal de Justiça.

Fica mantido o tratamento tributário privilegiado para as micro e pequenas empresas.

O IS que será criado terá as seguintes características: incidirá também nas importações, a qualquer título; poderá ter alíquotas diferenciadas, nos termos da lei; não incidirá na exportação de bens e serviços, estabelecendo a lei a forma de devolução do imposto que os onerar; não poderá ter alíquota superior à do IBS, exceto no caso de cigarros e outros produtos do fumo e de bebidas alcoólicas; será monofásico, na forma da lei; não integrará sua própria base de cálculo ou a do IBS.

O IBS, por sua vez, incorpora várias características do atual ICMS, ressalvados, além de incluir todos os serviços em sua base de incidência: a) vedação à adoção de norma estadual autônoma, exceto nas hipóteses previstas em lei complementar; b) alíquota padrão, assim entendida a aplicável a todas as hipóteses não sujeitas a outro enquadramento; c) não incidência sobre a mera movimentação ou transmissão financeiras, nem nas prestação de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita; d) o produto da arrecadação pertencerá ao estado de destino da operação; e) tributação favorecida para uma lista restrita de produtos e serviços (alimentos, medicamentos e educação, entre outros).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também é mantida a Zona Franca de Manaus, cujo benefício fiscal consistirá num crédito presumido que cubra as diferenças de custo de logística e transporte dos empreendimentos ali mantidos.

Em relação aos impostos sobre a propriedade territorial e urbana (IPTU) e sobre a transmissão de bens imóveis e sobre direitos a ele relativos (ITBI), a proposta permite que as prefeituras sejam obrigadas a efetuarem reajustes mínimos da base de cálculo, a fim de evitar sua subvaloração.

A repartição das receitas tributárias é mantida tal como hoje. A única diferença, como já informado, é que os Municípios passarão a contar com o total das receitas do IPVA e do ITCMD. Os coeficientes de repartição apresentados na PEC foram escolhidos de forma a reproduzir a distribuição observada em 2016.

Prevê-se a criação de fundos para reduzir a disparidade da receita *per capita*, devendo ser criado um fundo para os Estados e outro para os Municípios.

São incorporadas à Constituição várias normas dispondo sobre administração tributária e o funcionamento de seus órgãos e agentes, ampliando sua autonomia orçamentária e regulando o regime jurídico de seus quadros funcionais.

A proposta prevê a possibilidade de desoneração da folha salarial, oferecendo alíquota adicional para substituir a chamada "contribuição patronal".

Ao lado do propósito de simplificação e racionalização, seus autores sustentam, na justificação...

É importante dizer, Sra. Presidente, Srs. Senadores, que eu estou ainda fazendo referência ao texto base apresentado nesta Casa e que o nosso relatório vem em seguida.

Ao lado do propósito de simplificação e racionalização, seus autores sustentam, na justificação, o objetivo de tornar o sistema tributário menos regressivo, reduzindo o ônus fiscal sobre os mais pobres, bem como o de aperfeiçoar o sistema de cobrança e arrecadação, com menos burocracia. Enfim, sem aumento da carga tributária, "espera-se conseguir menor custo de produção; aumento da competitividade; menor custo de contratação; mais empregos; maior poder de consumo; volta do círculo virtuoso e crescimento importante da economia".

Ao longo do processo de tramitação no Senado, foi realizado um intenso ciclo de audiências públicas, a fim de examinar, sob os mais diversos aspectos, a proposta atual, bem como as demais alternativas existentes para tratar do nosso principal obstáculo ao desenvolvimento, qual seja, uma matriz tributária regressiva, que pune o investimento e demanda altíssimos custos administrativos dos contribuintes e da própria estrutura de administração tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ocorreram inúmeras audiências públicas no âmbito da CCJ, frutos da aprovação dos Requerimentos CCJ nos 68, 69 e 71. Eu vou dispensar a leitura dos convidados a essas audiências, mas ao total foram realizadas cinco audiências públicas, com mais de 30 participantes dos mais diferentes setores, somando mais de 200 horas de audiência pública nesta sala.

Foram apresentadas 24 emendas pelas Sras. e Srs. Senadores, todas com importantes sugestões de aperfeiçoamento e que serão descritas mais à frente, no momento de sua análise.

Apresentada em 9 de julho último, a matéria será examinada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo a mim relatá-la.

Da análise.

Cabe a esta Comissão, nos termos do *caput* do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre Propostas de Emenda à Constituição.

A PEC nº 110, de 2019, atende aos requisitos de constitucionalidade previstos no art. 60, inciso I, da Constituição Federal. Com efeito, ela foi assinada por número suficiente de Senadores e não incide nas limitações materiais que constam do §4º do recém-citado dispositivo, ou seja, não tenta abolir as chamadas cláusulas pétreas.

Do ponto de vista da sua admissibilidade, nada há a objetar, pois a proposta observa a regra constitucional que (i) veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; (ii) tenda a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais; ou (iii) trate de matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada na atual sessão legislativa. Tampouco incorre na proibição prevista no art. 371 do Regimento Interno, visto que a proposta não visa à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

A proposta também atende, em linhas gerais, aos requisitos regimentais e de técnica legislativa, em especial, a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001. Essas normas disciplinam a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal. Eventuais ajustes constarão de emendas apresentadas ao final, devidamente justificadas.

Em relação ao mérito, observamos que esta proposta é a mais ousada, abrangente e profunda tentativa de atacar os principais defeitos da matriz tributária brasileira.

Por razões jurídicas, econômicas, sociais e culturais, nosso sistema tributário evoluiu muito mal, sobrecarregando a base de consumo com vários e onerosos tributos, muitos deles cumulativos, com regras legais e infralegais extremamente complexas. Além disso, criou-se uma equivocada repartição de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competências tributárias, levando a um sistema de repartição de receitas igualmente falho para compensar, deixando Estados e Municípios dependentes da União para recebê-los. A Constituição de 1988 trouxe bons princípios e alguma racionalidade, mas que foi se perdendo ao longo desses 35 anos, seja pelo crescimento das contribuições sociais sobre a base de tributação, seja pelos diversos e complexos regimes especiais criados pelos Estados e Municípios para acomodar seus interesses e facilitar o trabalho de fiscalização. Some-se a isso uma infinidade de incentivos fiscais criados, com ou sem base legal e constitucional, levando ao que se convencionou chamar de "guerra fiscal".

A PEC nº 110, de 2019, tem o mérito de olhar o sistema inteiro e não somente parte dele, bem como ataca o conjunto dos seus defeitos. Implementado em sua integralidade, teremos uma tributação sobre o consumo mais simples e verdadeiramente não-cumulativa, em que o consumidor saberá exatamente quanto está pagando, tornando-se consciente de que financia verdadeiramente o Estado brasileiro. Sentindo o peso dos impostos indiretos no seu consumo, cobrará que a renda e o patrimônio sejam igualmente tributados, repartindo de maneira mais progressiva o peso da carga tributária sobre a sociedade brasileira. Exercendo sua cidadania, verá que o fim dos benefícios fiscais tornará o sistema mais justo e permitirá direcionar recursos para as ações que verdadeiramente ampliem o bem-estar social, seja na forma de investimentos, seja na forma de gastos sociais.

A transição para esse novo sistema, contudo, gera temor e insegurança em relação a eventuais perdas de receitas, bem como de desinvestimentos em regiões que não disponham da mesma infraestrutura que os grandes centros industriais do País. Para isso a PEC também apresenta uma boa solução. Ao longo de dez anos, as diferenças eventualmente apuradas no novo sistema serão ajustadas para equalizar as receitas atualmente recebidas pelos entes federativos das três esferas. Assim, do ponto de vista da arrecadação, o sistema somente vigerá integralmente quando os benefícios para os contribuintes e o setor produtivo já estejam produzindo os frutos esperados. Esse ajuste se fará por meio de um fundo de equalização de receitas.

Reconhecemos, todavia, que a proposta concentra ainda mais, no âmbito da União, a concepção e a formulação do sistema tributário nacional. Ainda que a lei complementar que venha a tratar do IBS seja de iniciativa restrita, reservando boa participação aos Estados e Municípios, e que sua aprovação dependa da chancela do Senado, que representa a Federação, é inegável que estaremos tirando daqueles entes a competência para tratar, com autonomia, dos seus principais instrumentos de arrecadação.

Preocupados com essa questão, avançamos ao longo das últimas semanas em conversas com representantes dos Estados e do próprio Governo Federal para bipartir o Imposto sobre Bens e Serviços. Fundiríamos os cinco impostos e contribuições sociais de competência da União em um IBS; e o ICMS e o ISS em outro IBS. Este último ainda com alíquotas fixadas por lei complementar, mas com a gestão e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administração a cargo de um conselho composto por membros indicados por esses entes, inclusive com representantes dos contribuintes.

Essa dualidade do IBS seria invisível ao contribuinte, que continuaria recolhendo para duas fontes, mas segundo a mesma sistemática (mesma base de incidência e mesmo princípios referentes à não cumulatividade). Cremos, com isso, que compatibilizamos a necessidade de uniformização da tributação, mas com garantia de manter a autonomia dos entes federados.

Com a distinção entre os dois regimes, um conduzido pela União, por meio da Receita Federal do Brasil, outro conduzido pelo Conselho e Fiscos estaduais e municipais, consideramos que não precisaremos mais tratar, na proposta, da forma de organização e funcionamento das administrações tributárias. Temos muito apreço pela atividade de arrecadação, fiscalização e cobrança de tributos, mas a constitucionalização do regime jurídico dessas categorias não é compatível com o nível de autonomia dos entes federados. Além disso, vai no caminho do engessamento orçamentário, ao deferir parte fixa da arrecadação para o financiamento desses órgãos.

A vantagem desse regime dual, ademais, é também dispensar que o imposto seletivo tenha finalidade arrecadatória. Com a divisão equitativa das alíquotas dos dois tributos, pode-se manter a renda dos três níveis da Federação, sem a instituição de um novo tributo. O imposto seletivo, portanto, voltar-se-á a desincentivar o consumo de alguns produtos que geram externalidades negativas (fumo, bebidas alcoólicas, etc.).

Também consideramos essencial que a proposta contemple, ao lado do fundo de equalização de receitas, um fundo de desenvolvimento, com recursos suficientes para fazer frente aos grandes desafios estruturais da economia brasileira. Esse fundo elegeria, periodicamente, metas e objetivos a serem alcançados em determinado horizonte temporal, como, por exemplo, universalizar o acesso ao saneamento no Brasil.

Eu, que fui Relator do marco jurídico do saneamento básico nesta Casa, pontuei, na época, que temos de ter um plano para os Municípios menores, pouco atrativos aos investimentos nessa área. Disso sabe muito bem este Relator daquela matéria, bem como o Senador Tasso Jereissati, que também relatou uma medida provisória de igual teor. Assim, direcionaríamos os recursos do fundo, por exemplo, para obras de saneamento de modo a resolver, de uma vez por todas, essa chaga que assola a saúde pública e o bem-estar dos brasileiros. Cumprido esse objetivo, o fundo seria direcionado para outro fim. Os recursos adviriam do próprio IBS e de outras fontes que identifiquemos. É sabido que atualmente há centenas de fundos contábeis, cujos recursos estão parados e sem utilização, que poderiam ser destinados a gerar renda e investimento para a sociedade.

A propósito, há outros aperfeiçoamentos que encontram, no bojo dessa discussão, oportunidade ideal para serem definitivamente solucionados. Todos eles dizem respeito ao iníquo tratamento que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema dá a certas situações que, por razões naturais, geográficas e econômicas, merecem ser mais bem abordadas pelo sistema tributário.

Um deles, primeiramente, refere-se à minha querida cidade de São Luís. Como muitos aqui sabem, a ilha que abriga a capital do Maranhão, São Luís, tem características geográficas únicas. O Porto de Itaqui tem um calado natural que permite receber os maiores navios do mundo. Ao mesmo tempo, a ilha tem uma única ponte ligando-a ao continente e duas linhas férreas para transporte de mercadorias e insumos. Dessa maneira, é um pedaço do território voltado mais para o mercado internacional que para o mercado interno. Todas as características naturais e de infraestrutura a colocam como o local perfeito para uma zona especial de processamento de exportações. Nesse sistema, já amplamente debatido no Senado Federal, os insumos entrariam pelo Porto de Itaqui sem o recolhimento de impostos, seriam processados na própria ilha e seriam exportados, também sem a cobrança de impostos. O Brasil ganharia no saldo da balança comercial, e o Maranhão, com as indústrias e mão de obra qualificada que passariam a se instalar ali. Propomos, assim, emenda que preveja – é um comando constitucional apenas – a implantação da zona de exportação do Maranhão com essas características.

Importante ressaltar também, Sra. Presidente, que o Brasil tem apenas 11% da participação do PIB nas exportações, contra 27% da média mundial. E a ilha de São Luís é uma porta, talvez a melhor do Brasil, para aumentar a participação do Brasil nas exportações e, sendo uma ilha costeira, sofre, adicionalmente, com os custos de transação decorrentes da cobrança de foros, laudêmios e taxas de ocupação por parte da União. Desta forma, a nossa proposta também busca equalizar e resolver esse problema.

Outra característica única do Estado do Maranhão é a base espacial de Alcântara, que, por sua localização em relação ao Equador, sua posição 2 graus abaixo da Linha do Equador, bem como por suas características climáticas bem definidas e solo geologicamente estável, favorece o lançamento de foguetes com menor custo. Esse privilégio tem atraído a atenção do mundo desenvolvido e especialmente dos Estados Unidos, de tal modo que, por isso, a gente propõe a criação de um fundo que possa fazer compensação justa ao Estado do Maranhão.

Outro ponto que salientamos diz respeito à Amazônia Legal. Assistimos agora, recentemente, ao imenso desafio que temos para conservar esses nove Estados da Amazônia Legal, que estão permanentemente sob ameaça de incêndio.

Outra questão salientada também diz respeito à última fronteira agrícola do mundo, que é a região do Matopiba, um recorte importante que envolve quatro Estados importantes da Federação.

Análise das emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Lasier propõe a Emenda nº 1, para incluir a Região Sul entre as áreas contempladas pelos fundos constitucionais de financiamento e ampliar para 4% a participação desses fundos na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI.

Ocorre que a ideia dos fundos regionais é capitanear recursos para os setores produtivos das regiões menos favorecidas. Embora a Região Sul esteja passando por problemas conjunturais, assim como todo o País, ainda é a região que apresenta os melhores índices de desenvolvimento econômico e social do País.

A Emenda nº 2, do Senador Major Olimpio, obriga as plataformas de intermediação de mão de obra, como aplicativos de transporte ou de entrega de refeições, a fazer o equivalente a um desconto na fonte da contribuição previdenciária dos trabalhadores que utilizam tais plataformas para oferecer seus serviços. Consideramos que a mudança da tributação dos serviços digitais já aproximará o setor dos níveis de tributação válidos para as demais atividades econômicas. Quanto à inclusão desses trabalhadores no sistema previdenciário, pensamos que deve ser discutida no âmbito da reforma da previdência.

A Emenda nº 3, do Senador Marcos Rogério, estende a imunidade tributária garantida aos templos de qualquer culto às instituições e organizações religiosas, inclusive às entidades beneficentes por estas instituídas e mantidas e às remessas de recursos para o exterior; e amplia a cesta de tributos objeto da imunidade, incluindo a contribuição para a seguridade social. O objetivo central da PEC é redistribuir a carga tributária sem aumentá-la, a fim de preservar a saúde do setor produtivo, mas também sem reduzi-la, em razão do risco para as contas públicas.

A Emenda nº 4, do mesmo Senador, veda a incidência de contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico e a instituição de tributos sobre igrejas, instituições e organizações religiosas e templos de qualquer culto, bem como suas organizações assistenciais e beneficentes. Em relação a esta emenda, valem os mesmos argumentos da anterior. Optamos por preservar as imunidades existentes, mas sem ampliar ou estender seu alcance.

A Emenda nº 5, do Senador Fernando Bezerra, dispõe sobre o seguinte: adoção do conceito de crédito financeiro no momento da aquisição de bens e serviços; devolução de eventuais saldos credores do IBS; aplicação do cálculo "por fora" e não inclusão do IBS e do IS na base de cálculo de outros tributos, bem como de outros tributos nas suas bases; devolução dos saldos credores dos tributos federais e estaduais; devolução dos resíduos tributários e previdenciários vinculados à exportação; garantia, em relação ao IBS, de manutenção dos regimes aduaneiros; autorização para que o IBS tribute diferentemente alguns bens, serviços e setores econômicos ou em razão de utilização de novas tecnologias; preservação dos regimes tributários vigentes com prazo certo e determinado; ampliação para dez anos do período de transição; não incidência do IS sobre insumos da cadeia produtiva; não tratamento do IS como monofásico no caso das importações; discriminação por lei complementar dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

itens tributados pelo IS; vigência da contribuição sobre bens e serviços (CBS) a partir da publicação de lei complementar específica; compensação, no caso CBS, do valor devido no lugar do pago e restituição após o fim da sua exigência, corrigida pela Selic; e substituição eventual da contribuição patronal.

Esta emenda propõe vários aperfeiçoamentos no texto. Iremos acolher, na forma do substitutivo.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, este relatório, com o respectivo substitutivo, está publicado. E eu consulto V. Exa. e os senhores se há necessidade de ler todas as emendas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há necessidade. Gostaria, inclusive, de esclarecer a V. Exa. que é desnecessária a leitura do substitutivo, inclusive, porque, além de constar no sistema, acabamos de receber mais seis emendas. Então, daqui a 15 dias, V. Exa. vai ter que também dar parecer em relação às seis emendas, fora as demais, que estarão entrando através da Secretaria desta Comissão até a data final da leitura do relatório complementar.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Isso.

Como já havia várias emendas, sei que chegaram outras e muitas outras chegarão, acho que é mais produtivo a gente ir direto ao voto, dispensar a leitura do substitutivo, porque está publicado. O prazo de vista será longo. E a gente, então, terá oportunidade de debater cada uma dessas emendas com muito mais tempo.

Então, indo direto ao voto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em face do exposto, opinamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 110, de 2019, pelo acatamento parcial das emendas citadas e publicadas e pela rejeição das demais, tudo na forma do substitutivo já publicado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Roberto Rocha, já parabenizando V. Exa. pelo relatório e pelo tempo dispensado nesta Comissão. Foram horas de debate, discussão, pelo menos cinco audiências públicas.

Automaticamente, esta Presidência concede vista coletiva, lembrando que nós teremos pelo menos 15 dias para ler o relatório, compreender os termos do substitutivo. Ainda estamos abertos a recebimento de emendas. Portanto, nós estamos já jogando para a próxima reunião deliberativa a discussão do relatório.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 55, DE 2015

- Não terminativo -

Altera os arts. 52 e 153 da Constituição Federal, para estabelecer condições para o exercício da faculdade do Poder Executivo de alterar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Parcialmente favorável à Emenda nº 1-PLEN, conforme texto consolidado

Observações:

Em 21/05/2019, foi recebida, na Secretaria Geral da Mesa, a Emenda nº 1-PLEN, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Lembro que se trata de uma PEC de 2015.

Com a palavra ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu gostaria, se não houvesse obstáculo, de retirar de pauta tendo em vista que a matéria é tributária. Aproveito para parabenizar o meu Líder, Senador Roberto Rocha, pelo trabalho – como V. Exa. disse – ciclópico que realizou à frente dessa reforma tributária que vai ser objeto ainda de desdobramentos. Então, peço a retirada já que a matéria tem essa natureza.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Item 4.

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 36, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estabelece regras gerais sobre a participação do cidadão nas proposições legislativas em trâmite no Senado Federal.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto, com cinco emendas que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra neste instante ao Relator, Senador Antonio Anastasia, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu apresentarei agora a síntese do relatório, mais singela.

Esta CCJ recebe para análise o sobre o PRS 36, de 2019, de autoria do Senador Jorge Kajuru, que "estabelece regras gerais sobre a participação do cidadão nas proposições legislativas em trâmite no Senado Federal".

Na justificação, o Senador Jorge Kajuru registra que a pretensão de sua proposta é aumentar a credibilidade do Portal e-Cidadania do Senado Federal, por meio da certificação de identidade do cidadão que deseja manifestar opinião sobre proposições em trâmite.

A matéria foi despachada a esta CCJ e à Comissão Diretora para exame.

O projeto não recebeu emendas no prazo regimental.

Análise.

Não visualizamos nenhum óbice formal sobre a matéria.

No mérito, o PRS nos parece conveniente e oportuno. Entretanto, identificamos algumas possibilidades de aperfeiçoamento na proposição que iremos apresentar como emendas do Relator.

Atualmente, o Portal e-Cidadania permite o recebimento de manifestação favorável ou contrária às proposições que tramitam no Senado. Nessa forma de participação, os cidadãos não conseguem registrar comentários sobre as proposições. A manifestação é binária: favorável ou contrária.

Uma participação mais intensa é hoje permitida nos eventos interativos criados no portal. Esses eventos permitem o recebimento de comentários durante audiências públicas e sabatinas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta do Senador Kajuru amplia a forma de participação do cidadão no processo legislativo. No entanto, a área técnica do Senado destacou alguns pontos de difícil implementação, a saber: a possibilidade de todas as proposições receberem comentários de usuários; a divulgação de comentários sem moderação; e a necessidade de certificação da identidade do participante.

Assim, diante das considerações técnicas do Prodasen e dos gestores do e-Cidadania, estamos apresentando cinco emendas com o intuito de aperfeiçoar o texto, preservando a sua essência.

As emendas são as seguintes.

A primeira permitir a inserção de comentários sobre proposições objeto de audiência pública ou de solicitação específica do Senador interessado. Estamos afastando a possibilidade de inserção de comentários sobre todas as proposições.

A segunda emenda determina que comentários com conteúdo ofensivo não serão publicados. Estamos adotando mecanismo de moderação prévio à publicação dos comentários.

A terceira emenda suprime o art. 3º, porquanto a regra nele prevista já é satisfatoriamente cumprida.

A quarta emenda mantém a necessidade de cadastro prévio para o cidadão participar do e-Cidadania. Todavia, esse cadastro deve corresponder ao que já é hoje exigido.

E a quinta emenda amplia a *vacatio legis* de 120 para 180 dias.

Voto.

Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PRS 36, de 2019, e, no mérito, pela sua aprovação, com as emendas constantes do relatório.

É o relatório, Sra. Presidente, em síntese.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, lembrando que, como 1º Vice-Presidente desta Casa, o Senador Antonio Anastasia trata, e está ultimando as revisões, alterações e aperfeiçoamento do nosso Regimento Interno e, consequentemente, de todos os projetos de resolução que tratam de matéria *interna corporis*, portanto matéria desta Casa.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto com as Emendas de nºs 1 a 5.

A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA) e outros.

Relatoria: Senador Alessandro Vieira.

Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Relator para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta é, ao mesmo tempo, singela e de alto efeito para a segurança pública brasileira. É subscrita, como V. Exa. disse, dentre outros Senadores, pela Senadora Eliziane Gama, nossa colega do Cidadania do Maranhão, que encabeça a proposta.

A PEC nº 19, de 2019, altera o art. 144 da Constituição Federal brasileira, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública.

É composta apenas por dois artigos.

Na sua justificação, seus autores destacam que a sociedade brasileira clama por mais segurança e paz. Citam dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que atestam o grau alarmante de violência alcançado, em especial, o número de 63 mil mortes violentas intencionais registradas no ano de 2017, o que corresponde, aproximadamente, a 175 mortos por dia. Consignam, ainda, os autores, que, na última década, esses dados indicam a ocorrência de 550 mil mortes. Apontam que, nesse cenário, avulta o papel da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), importante instrumento de preservação da ordem pública que, todavia, por ser um programa de cooperação entre a União, os Estados e o Distrito Federal, não dispõe de estrutura própria e depende, para seu funcionamento, que policiais sejam cedidos pelos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados e pelo Distrito Federal. Sublinham, ao final, que esta Proposta de Emenda à Constituição objetiva a perenização dessa iniciativa transformando-a em órgão dotado de quadro de pessoal próprio, sem prejuízo do aporte das forças policiais estaduais e do Distrito Federal, para que a violência seja adequadamente enfrentada.

Análise.

Não existe nenhum tipo de objeção sob o ponto de vista regimental ou formal. A constitucionalidade é evidente.

Com efeito, a nossa Constituição Federal – já adentrando a análise – estabelece no *caput* de seu art. 144, que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos e é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, e elenca, em seus incisos, os órgãos através dos quais o dever do Estado será exercido. Não consta desse rol originário a Força Nacional de Segurança Pública pelo fato de, como bem apontado na justificação da PEC, não se tratar de órgão, mas de um programa de cooperação federativa para auxiliar nos esforços da área de segurança pública, previsto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que criou a Força e foi posteriormente alterada por outras legislações.

Assim, como o objetivo da PEC é criar um novo órgão de segurança pública – de caráter permanente, dotado de quadro de pessoal próprio, é necessária sua previsão expressa, mediante acréscimo de inciso VI ao *caput* do art. 144, o que fazemos através desta PEC 19.

Fazemos um breve reparo sobre a necessidade de o texto da PEC prever expressamente, na parte permanente da Constituição, a instituição de quadro próprio da Força Nacional de Segurança Pública, com cargos providos por concurso público de provas ou de provas e títulos em suas classes iniciais, sem prejuízo da eventual realização de convênios entre a União, os Estados e o Distrito Federal, para complementar a força de trabalho policial, nos termos da lei.

Entendemos necessária, também, a estipulação de prazo para que essa providência seja adotada, assim como de regras de funcionamento no período de transição.

No mérito, manifestamos nossa concordância com a proposição, visto que deseja criar condições orgânicas, de pessoal e logísticas necessárias ao aprimoramento do combate à violência em nosso País.

Em face do exposto, votamos pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 19, de 2019, com emendas que seguem abaixo indicadas.

Resumindo para os colegas, o que a gente faz na PEC é trazer para o Texto Constitucional esse órgão de segurança que hoje se impõe como uma realidade fática há mais de uma década e com efeitos bem reais, efetivos, na segurança pública dos Estados, e dar para ele, agora, a condição da criação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um quadro próprio, com uniformidade de doutrina, com treinamento uníssono, sem canibalizar mais as forças policiais estaduais, estabelecendo uma regra de transição para que isso aconteça na medida da disponibilidade orçamentária da União.

É o que segue, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa.

Para discutir, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – A Senadora Simone está célere como o General Lépido, que governava as legiões romanas, e daí veio o nome lépido.

Eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador. Acho que eu ainda estou um pouco pilhada pela sessão de ontem.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito bem, muito bem.

Desculpando a brincadeira, eminente Presidente, eu quero cumprimentar o relatório do Senador Alessandro, como sempre com muita precisão. É matéria de alta relevância, mas como é a criação de uma carreira, eu pediria a ele a licença de solicitar vista por uma semana, exatamente para discutir como seria possível nós conciliarmos isso com as reformas administrativas necessárias, mas já com toda simpatia à criação e à constitucionalização da Força Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida vista.

Item 6.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, V. Exa. concedeu vista?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso. Foi concedida vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não posso discutir, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Discutir, não. Está adiada a discussão, Senadora. Mas V. Exa. é autora e rapidamente se quiser fazer alguma consideração, não vou...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria só fazer aqui uma rápida consideração para destacar a importância desse projeto, Presidente, e dizer que sobretudo foi uma apresentação respondendo a um anseio da população brasileira e dos principais agentes de segurança do Brasil.

A Força Nacional já existe na prática, mas ao mesmo tempo ela não existe na sua formatação, há um empréstimo de servidores...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... dos vários Estados brasileiros para agir em situações extremas, ou seja, em casos onde há, por exemplo, um desequilíbrio, às vezes alguma ação de omissão das ações de segurança dos determinados Estados, e então a Força Nacional acaba chegando.

Essa alteração será muito importante. Na próxima reunião, portanto, faremos aí um debate mais aprofundado acerca do mérito desse projeto. E quero parabenizar o Senador Alessandro pelo relatório que apresentou.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço à autora da proposição, já de antemão também parabenizando V. Exa. pela iniciativa.

Item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 2011, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para permitir que recursos de planos de previdência complementar aberta sejam oferecidos em garantia de operações de crédito; e altera a Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, para dispor sobre a impenhorabilidade de quantia depositada em fundo de previdência privada.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto Guimarães para proferir o seu relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, colegas Senadores, este projeto é tão simples quanto importante.

Eu me lembro que há pouco tempo nós aprovamos aqui o Cadastro Positivo na esperança de que os juros para os tomadores diminuíssem. E na ocasião, eu me revelava um pouco incrédulo que isso de fato fosse acontecer.

Esse projeto é bem menos polêmico, muito mais simples e esse projeto eu acredito que vai se refletir numa diminuição sensível dos juros cobrados no Brasil para aqueles que necessitam de crédito.

O projeto se constitui de três artigos muito simples.

O art. 1º permite que os valores aplicados em planos de previdência complementar possam ser dados em garantia de operações de crédito. Para tanto, altera os arts. 84 e 85 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

O art. 2º inclui as aplicações em fundos de investimentos na primeira...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpas a V. Exa. em nome daqueles que estão conversando, de forma desrespeitosa, não entendendo que esta é uma Comissão de Constituição e Justiça, portanto, que analisa não só o mérito, mas principalmente a viabilidade de um projeto que vai ao Plenário. Peço desculpas a V. Exa., em nome dessas pessoas que estão conversando.

Quero dizer aqui que nesta semana, inclusive, ontem, principalmente, percebendo que o alarido se dava principalmente pelas laterais, já comuniquei ao Presidente desta Casa que, se na próxima reunião continuasse o mesmo barulho, em desrespeito total àqueles que estão usando a tribuna, eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedir pessoalmente, como Senadora – não como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – que se redistribuam os crachás entregues ao Plenário. Que não tenhamos mais dois ou três assessores, mas apenas um. Porque foi impossível a reunião de ontem. Nós percebemos aqui também – desculpem-me o desabafo – que a conversa se dá pelas laterais.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (PODEMOS - PR) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como Senador, conte com meu apoio. Acho que é uma medida necessária.

Como eu dizia:

O art. 2º inclui as aplicações em fundos de investimentos na primeira posição na ordem de preferência para a penhora judicial, mediante alteração do inciso I do art. 835 do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

O art. 3º determina a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

Na análise, Sra. Presidente, vou-me permitir passar rapidamente pelos dois tópicos: exame da constitucionalidade e da juridicidade. Ela preenche os requisitos, tanto da constitucionalidade como da juridicidade.

Na questão do mérito, a proposição merece aplausos.

Resumidamente, em vez de ler duas páginas aqui escritas, vou citar apenas alguns dados.

O primeiro dado que eu gostaria de citar é que, conforme os dados do Banco Central, em abril de 2019, as taxas de juros médias no crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) eram de 23,4% ao ano. No crédito para aquisição de veículos, a taxa de juros média era de 21,3% ao ano. Então, taxas ao redor de 22% e 23% ao ano. Já no crédito pessoal não consignado (sem garantia real), essa taxa de juros pula para 127,1% ao ano. Essa é a justificativa maior desse projeto.

Nós imaginamos que, com essa nova garantia real, que é esse fundo de pensão, que é de propriedade daquele que toma o empréstimo, as taxas de juros também cairão significativamente.

Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em abril de 2019, havia R$843,5 bilhões aplicados em fundos de previdência complementar. Em dezembro de 2011, esses fundos tinham patrimônio líquido de R$230,9 bilhões. Dessa forma, o valor neles investido cresceu 265,3%, em pouco mais de sete anos, o equivalente a 19,3% ao ano, em média.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O crescimento desse tipo de poupança de longo prazo tende a continuar nos próximos anos, principalmente se considerarmos as dificuldades enfrentadas pela previdência pública e a possível aprovação da atual proposta de reforma da previdência.

Isso mostra claramente, Sra. Presidente, que nós teremos aí a possibilidade de injeção de até R$850 bilhões a juros baixos, que viriam para a economia real.

Entendemos que a proposta é meritória, pois cria mais uma possibilidade de boa garantia a ser oferecida a instituições financeiras, ajudando a reduzir o risco de inadimplência e, consequentemente, as taxas de juros cobradas nas operações de crédito.

Por fim, também é bem-vinda a mudança feita no inciso I do art. 835 do Código de Processo Civil, para deixar claro que as aplicações em fundos de investimento devem ser igualmente tratadas como aplicações em instituições financeiras, para efeito de penhora de bens. Afinal, todas essas aplicações são formas de investir dinheiro. Cabe apenas um ajuste redacional: colocar a vírgula antes do segundo "ou", pois, em princípio, aplicação financeira não é necessariamente dinheiro, mas pode ser uma quota de fundo de investimento ou algum outro valor mobiliário.

Voto.

Pelos motivos expostos, somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei (PLS) nº 2.011, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº - CCJ
> O art. 835 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), na forma do art. 2º do PL nº 2.011, de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:
> "Art. 2º .....
> 'Art. 835. .....
> I – dinheiro, em espécie ou em depósito, ou aplicação em instituição financeira ou em fundo de investimento;
> .....'" (NR)

Sra. Presidente, minha assessoria me alerta para o fato de que, na ementa acima, onde está escrito "impenhorabilidade", na penúltima linha, deve ser escrito "penhorabilidade" e de que, onde se fala em fundo de previdência, é fundo de investimento. São só duas correções.

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Oriovisto Guimarães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria ainda vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 9: Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016 (Complementar), não terminativo. Há uma emenda de Plenário a esse projeto apenas.

ITEM 9

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 7, DE 2016 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Ementa do projeto*: Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.*

Autoria do Projeto: Senador Lasier Martins (PDT/RS)

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Marcio Bittar

Relatório: contrário à Emenda nº 5-PLEN.

Observações: *em 13/12/2016, foi apresentada a Emenda nº 5-PLEN, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.*

Concedo a palavra, neste momento, ao Senador Marcio Bittar para proferir seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, é uma relatoria simples, porque a emenda do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, que fez parte desta Casa, com brilhante atuação, já se encontrava atendida no texto, por isso a emenda de Plenário fica prejudicada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora a relatoria seja simples, o mérito do projeto é de extrema importância. É uma contribuição do Senado absolutamente significativa no sentido de transformar aqueles financiamentos que são feitos com dinheiro público, porque feitos pelo BNDES. De acordo com o texto que a gente vai ler agora, não pode haver sigilo. Não tem o menor cabimento misturar o sigilo fiscal das pessoas físicas com o BNDES, que pega dinheiro do Brasil, e isso precisa estar disponibilizado.

Portanto, o mérito do projeto é muito importante.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda nº 5 – PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Relatório.

Em Plenário, foi apresentada a Emenda nº 5 ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES.

O PLS nº 7, de 2016 – Complementar, do Senador Lasier Martins, obteve parecer favorável desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como Relator o Senador Ataídes Oliveira, nos termos do Substitutivo (Emenda nº 4 – CCJ), para vedar o sigilo bancário nas operações com recursos públicos que envolvam subvenções ou subsídios e tenham pessoas jurídicas ou entes públicos nacionais ou estrangeiros como beneficiários. Dessa forma, não apenas as operações do BNDES terão a transparência e a publicização desejadas.

A Emenda nº 5 – PLEN, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, visa a resguardar o sigilo bancário das informações sobre os beneficiários da operação de crédito relativas às estratégias comerciais, financeiras e industriais, incluindo classificação de risco, adimplência e situação cadastral.

Para tanto, estabelece um §1º ao art. 10-A proposto pelo PLS nº 7, de 2016 – Complementar.

Análise.

A Emenda nº 5 – PLEN ao PLS nº 7, de 2016 – Complementar, é plena de mérito. Todavia, não foi apresentada em momento adequado, pois o parecer aprovado nesta CCJ já incluiu a proposta de redação da emenda em análise. Dessa forma, declaramos a sua prejudicialidade.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 5 – PLEN ao Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2016 – Complementar, aprovado nos termos da Emenda nº 4, desta CCJ.

Era o relatório, Sra. Presidente, que tinha a apresentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Para discutir.) – Essa matéria, Sra. Presidente. e Srs. Senadores, tornou-se controvertida sem nenhum cabimento, pelo clamor público, há tantos anos, dos brasileiros que querem a transparência, a vedação do sigilo. Então, esse projeto tramita sinuosamente há quatro anos, enfrentando curvas, anda e para, e agora parece que vai, porque nós chegamos a um ponto de consenso: precisa haver completa transparência, porque é dinheiro público.

Então, eu louvo o parecer do Senador Bittar e apelo aos nobres companheiros que se defina de uma vez por todas que, daqui para adiante, o que o BNDES empresta, que é dinheiro público, seja transparente. Já houve perdas demasiadas ao longo desse tempo, e o Brasil inteiro sabe de que modo isso aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao autor.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, que é favorável ao projeto e contrário à Emenda nº 5, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

Esta Presidência informa que não há mais relatores presentes para que possamos deliberar e comunica, lembra esta Comissão de que amanhã, às 10h da manhã, se dará a leitura do relatório do Senador Tasso Jereissati em relação às emendas apresentadas em Plenário à reforma da previdência. Apenas leitura, sem possibilidade de discussão. Será deixada a discussão para terça-feira. Teremos uma reunião extraordinária, de acordo com o calendário formulado pelos Líderes e aprovado pelos Senadores. Na terça-feira, às 10h da manhã, começaremos a discussão final nesta Comissão sobre as emendas apresentadas ao projeto de reforma da previdência.

Nada mais havendo a tratar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir urgência para Plenário da matéria do BNDES.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência coloca em discussão o pedido de urgência do Senador. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, urgência deferida.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai encerrar a presente reunião.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 57ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Paulo Rocha e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 que: "Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Contrário às Emendas nºs 503 a 539-PLEN e 541 a 580-PLEN; favorável à Emenda 540-PLEN e com uma emenda de redação que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 374-CCJ. Resultado: A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à leitura do relatório sobre as emendas de Plenário apresentadas à PEC nº 6, de 2019, lembrando, que, por acordo, esta é uma reunião extraordinária em que nós apenas estaremos dando ao Relator o tempo necessário para a leitura do relatório de emendas apresentadas em Plenário da reforma da previdência e daremos vista coletiva automática, sem oportunidade, neste momento, de abrirmos a discussão.

A discussão fica marcada para terça-feira da semana que vem, às 10h da manhã, conforme calendário devidamente acordado com os líderes e, portanto, homologado, para que possamos discutir, votar nesta Comissão na terça-feira que vem e levarmos imediatamente para o Plenário.

Item único.

Emendas de Plenário oferecidas à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 6, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Presidência da República

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Contrário às Emendas nºs 503 a 539-PLEN e 541 a 580-PLEN; favorável à Emenda 540-PLEN e com uma emenda de redação que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 374-CCJ.

Observações:

- Foram apresentadas em Plenário as Emendas nº 503 a 580;

- Em 12/09/2019 foi retirada a Emenda nº 535, por não se referir à matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra neste momento ao Senador Tasso Jereissati para proferir o seu relatório sobre as emendas apresentadas em Plenário.

V. Exa. tem a palavra, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Para proferir relatório.) – Presidente Simone Tebet, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vêm ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania as Emendas nºs 503 a 580 – PLEN, à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019, de autoria do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Tratam de temas afetos aos servidores públicos as Emendas nºs 504; 505; 506; 507; 509; 528; 529; 530; 533; 534; 536; 537; 539; 540; 541; 542; 547; 549; 550; 553; 557; 558; 559; 563; 564; 565; 573; 575; 578; 579 e 580.

Já a questão das pensões foi objeto das Emendas nºs 503, 510, 511, 517, 527, 531, 532, 548, 571 e 577.

Por sua vez, as Emendas nºs 518, 521, 526, 551, 560, 566, 567 e 574 tratam do cálculo das aposentadorias. As Emendas nºs 545, 552 e 568 tratam da regra de transição no âmbito do Regime Geral. A idade mínima foi objeto das Emendas nºs 516 e 554. O tempo mínimo foi objeto das Emendas nºs 508 e 572.

A aposentadoria especial foi tema das Emendas nºs 520 e 522, e o abono salarial, das Emendas nºs 519, 524, 555, 561, 562 e 576.

Por fim, trataram de outros temas, incluindo regras especiais para grupos específicos, as Emendas nºs 512, 513, 514, 515, 523, 525, 535, 538, 543, 544, 545, 546, 556, 569 e 570.

Análise.

Esta Comissão, no desempenho da competência estabelecida no art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou anteriormente parecer favorável à PEC às Emendas nºs 52, da CCJ; 82, da CCJ; 197, nos termos da Subemenda nº 1, da CCJ; 326-CCJ; 374-CCJ; 483-CCJ e 493-CCJ, com as Emendas de Relator nºs 494-CCJ a 502-CCJ, e contrário às demais emendas. Aprovou também, por unanimidade, a sugestão de proposta de emenda à Constituição anexa ao relatório, que se tornou a PEC nº 133, de 2019 – a chamada PEC paralela.

Em detida análise das emendas apresentadas em Plenário, não identificamos novos temas em relação ao deliberado anteriormente na CCJ e em relação às conclusões de seu parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua a preocupação com a grave situação fiscal do Estado brasileiro. A IFI projeta que os superávits primários interrompidos em 2014 só voltariam em 2026, mesmo com a aprovação da reforma da previdência.

De fato, mesmo com a aprovação da PEC, por conta das regras de transição pactuadas em respeito às expectativas dos trabalhadores, a despesa previdenciária ainda crescerá em R$40 bilhões em 2020, como anunciou recentemente o Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. Isto é, somente a variação desta despesa é mais que o dobro de todo o nível do investimento na proposta orçamentária, de R$ 19 bilhões.

Sem a reforma da Previdência, as despesas com benefícios de natureza previdenciária que hoje são da ordem de 60% do orçamento primário chegariam a quase 80% em 2026. Haveria um evidente sufocamento do resto de nosso orçamento, diante do espetacular processo de transição demográfica de nossa sociedade.

Foi neste sentido a fala do Presidente Davi Alcolumbre na reunião desta CCJ, em 4 de setembro, na sequência da aprovação do parecer:

> O Brasil e os brasileiros aguardam a votação de uma matéria que vai poder fazer o ajuste nas contas de um Estado que não tem capacidade de investimento. Está aí o Orçamento que o Governo Federal mandou para o Congresso Nacional. Não é possível um Orçamento de R$1,5 trilhão do Estado brasileiro o Governo central ter R$19 bilhões para investir. Essa conta está errada. É uma conta [absolutamente] injusta.
> [...] O Senado Federal hoje também cumpre com sua obrigação, de maneira altiva, respeitando os contrários, mas sabendo que, infelizmente, se essa conta não fechar, nós estaremos prejudicando as futuras gerações, e seremos cobrados por isso.

Pelos motivos elencados, e pelos exaustivamente expostos no parecer aprovado, não podemos acolher as emendas referentes aos servidores públicos. A maior parte delas trata das contribuições: entendemos que a PEC apresenta remédios para déficits que hoje são, além de injustos, ofensivos à Constituição e sua prescrição de equilíbrio financeiro e atuarial. Ademais, as regras dos servidores federais serão espelho para as regras dos servidores estaduais, distritais e municipais, em que o desequilíbrio é sentido ainda de forma mais pronunciada.

A exceção é a Emenda nº 540, do Senador Rodrigo Pacheco, supressiva, que acolho em decorrência da inclusão na PEC paralela de dispositivo que substitui o texto suprimido. Preferimos a redação original da PEC 6 no então inciso II do §10 do art. 3º, em relação ao texto da atual versão que consta do inciso II do §8º do art. 4º. O primeiro foi transplantado para a PEC paralela, em seu art. 15, e o segundo em decorrência deve ser suprimido. O impacto é virtualmente nulo para União, pois trata do cálculo da integralidade na presença de vantagens variáveis vinculadas a indicadores de desempenho ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade, incomuns em âmbito federal. Entretanto, a medida é relevante para servidores estaduais ou municipais nesta condição que estavam tendo tratamento não isonômico em relação a carreiras remuneradas por subsídio.

Quanto às pensões, a CCJ já aprovou emendas do Senador Eduardo Braga alterando o cálculo para boa parte dos segurados, se não a maioria, já que mantêm a vinculação dos benefícios com o salário mínimo. Na PEC paralela, também apresentamos proposta de cálculo mais generoso para famílias com crianças e adolescentes. Reiteramos a preocupação com o elevado custo fiscal da pensão, maior que o orçamento da saúde ou da educação, não havendo espaço para acolher as emendas descritas.

Reafirmamos também nossa convicção de que a alteração na fórmula de cálculo das aposentadorias beneficiaria os mais bem posicionados na distribuição de renda, visto que a PEC mantém o mecanismo constitucional que vincula o piso previdenciário e o piso de mercado de trabalho. Por esta razão, a maior parte dos trabalhadores terá 100% ou mais de sua média salarial como aposentadoria mesmo com o tempo mínimo de contribuição, de 15 anos. Assim, não vislumbramos mérito nas emendas por mudança.

A preocupação com a progressividade também nos move no tema da idade mínima e das transições do regime geral. Os trabalhadores mais pobres do Brasil já se aposentam com idade mínima, diante do elevado desemprego e informalidade, não nos parecendo justo alterar a PEC para beneficiar àqueles que conseguiram mais tempo de carteira assinada. Foi oportuna a fala do Senador Ciro Nogueira em nossa última reunião para debater a matéria, em que disse não conhecer, em nosso País, alguém que se aposentou com menos de 55 anos de idade que receba um salário mínimo.

Não à toa, a chamada "economia" da reforma da previdência está centrada nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Ao preservarmos de mudanças a previdência rural e o BPC, e ao garantirmos a vinculação ao salário mínimo, bem como o tempo mínimo em 15 anos para os que estão no mercado de trabalho, a proposta ficou mais progressiva.

Em nossa estimativa, somente cerca de 15% da economia se dará no Norte e no Nordeste, enquanto o Estado de São Paulo sozinho, por ser o mais rico, de mais alta renda *per capita*, concentrará um terço do esforço. Este resultado é intuitivo, já que é nas regiões mais industrializadas onde mais se concede a aposentadoria por tempo de contribuição, por ser este exatamente um benefício característico de um mercado de trabalho formal mais forte.

Passemos a analisar o caso do abono salarial. Colocamos mais uma vez nossa convicção de que a alteração da PEC não prejudica as famílias mais mal inseridas no mercado de trabalho. Ao contrário, a mudança abre espaço fiscal para políticas que as contemplem, como de fato é feito na PEC paralela no âmbito da chamada seguridade social da criança, conforme proposta do Senador Alessandro Vieira. É

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bom ressaltar que essa é uma proposta do Senador Alessandro Vieira inspirada em uma proposta já feita na Câmara pela dupla de Deputados Tabata e Rigoni.

Mais recentemente, o ex-Ministro da Fazenda Nelson Barbosa argumentou no mesmo sentido. Ele foi um dos participantes de nossa audiência principal, e, em texto publicado em abril pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ponderou que a mudança no abono salarial está na direção certa, mas seria inclusive insuficiente. Afirmou o ex-Ministro: o abono salarial é um programa criado há quase 50 anos que precisa ser repensado. Devemos manter o programa, mas o adaptar às necessidades e à realidade do Brasil de hoje.

É evidente, porém, que não há consenso hoje na Casa sobre esta mudança, mas reitero meu anseio para que o Senado possa nos próximos meses discutir uma nova política social, mais bem focalizada, a partir também dos recursos liberados com a reforma do abono. Afinal, há convergência entre diferentes correntes políticas no diagnóstico de que nossa política social pode ser mais eficiente. De nossa parte, já há, como dito, proposta no âmbito da PEC paralela.

Quanto à aposentadoria especial, a CCJ já aprovou emenda que propus para suprimir a elevação dos pontos da transição.

Por isso, rejeito as Emendas nºs 503 a 539 e 541 a 580.

Contudo, aproveito a oportunidade para fazer um ajuste em relação à Emenda nº 374, de redação, aprovada na CCJ. Diante de controvérsia de que a emenda possa eventualmente não ser considerada de redação, comprometendo o conjunto da proposta, apresento emenda fazendo adequações. Nesta versão, o termo "os que se encontram em situação de informalidade" passa a estar contido no grupo "trabalhadores de baixa renda", não cabendo mais a interpretação de que seja um grupo adicional. Quanto ao termo "instituirá", não vislumbramos mudança de comando, principalmente porque o sistema especial de inclusão previdenciária já é regulado por lei.

Desta maneira, o voto, Sra. Presidente, é pela rejeição das Emendas nºs 503 a 539 e 541 a 580 à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6, de 2019; pela aprovação da Emenda nº 540; e pela aprovação da seguinte emenda de redação, ficando prejudicada a Emenda nº 374 – CCJ.

> EMENDA Nº – CCJ (DE REDAÇÃO)
> Promova-se, no art. 201 da Constituição, na forma do art. 1º da PEC nº 6, de 2019, a seguinte alteração:
> "Art. 201. .....
> .....
> §12. Lei instituirá sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda. ....." (NR)

É esse, portanto, o nosso voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço mais uma vez ao Senador Tasso Jereissati pela leitura do relatório, ao mesmo tempo em que reforço aqui a minha admiração, o meu respeito pela forma como V. Exa., juntamente com toda a sua equipe, conduziu os trabalhos.

Além das horas exaustivas, teve a capacidade de ouvir todas as categorias e agora, com o recebimento de praticamente quase cem novas emendas de Plenário, analisou uma a uma, acatando a Emenda 540 e transformando uma emenda em emenda de redação, e deixou muito claro no seu relatório que qualquer mudança de mérito irá para a PEC paralela.

Esta Presidência, antes de conceder a palavra ao Vice-Presidente para fazer sua consideração, gostaria apenas de informar a V. Exa. que está designando, conforme já havia anunciado... Acabo de receber a chamada PEC paralela, a Proposta de Emenda à Constituição nº 133, de 2019, que começa a partir de agora a ter um calendário diferenciado da PEC principal, e estou designando novamente V. Exa. Relator e informo ao Plenário e às Sras. e Srs. Senadores que nós já temos, para análise de V. Exa., 189 emendas de Plenário em relação à PEC paralela, que, como V. Exa. mesmo anunciou, irá analisar com a devida atenção, no tempo devido. Estabeleceremos junto com os Líderes um calendário especial para a continuidade da tramitação da PEC paralela.

Esta Presidência concede vista coletiva automática da PEC principal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, ficando para terça-feira, dia 24 de setembro, às 10h da manhã, a discussão e votação da matéria.

Com a palavra nosso Vice-Presidente Jorginho Mello

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero, na esteira da fala de V. Exa., cumprimentar o Senador Tasso, pela mansidão, pelo respeito com que tratou a todos. Eu próprio me reuni com ele, defendendo emendas, e pela gentileza, pela grandeza, pelo homem público que é, quero lhe cumprimentar.

Eu não tenho dúvida de que V. Exa. construiu com a equipe técnica um dos melhores relatórios, com responsabilidade e olhando para o Brasil. Quero lhe cumprimentar e dizer que, das 189 emendas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há três minhas, e eu espero que V. Exa. abrande o coração, pela sua grandeza, e acate pelo menos parte de alguma emenda, e eu tenho certeza absoluta de que nós estaremos fazendo justiça.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Jorginho.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sra. Presidenta; meu caro Relator, parabéns pela forma como conduz um tema tão importante, mas complicado e cheio de divergências políticas profundas, inclusive de concepção, etc. V. Exa. tem tratado isso com muita cortesia, inclusive aqueles que polarizam a posição em relação a essa questão. Não é fácil esse papel, a gente sabe disso. O senhor já passou por momentos de conflitos aqui, principalmente no período em que o senhor presidia a Comissão de Assuntos Econômicos – inclusive, nós estávamos em uma posição de conflito que às vezes se acirrava. Mas, neste momento aqui, o senhor conduziu com muita maestria e com muita cortesia esse processo aí.

Nós continuamos – vamos continuar – com a nossa posição em relação à visão geral da reforma. Antes nós tínhamos uma posição mais forte, para não chamar de radical, quando da proposta inicial – que era a da capitalização. Felizmente, lá no debate da Câmara, mudou isso e manteve-se a previdência pública, com proteção social, etc.

A gente busca da Constituição, inclusive chamada de Cidadã, exatamente porque acho que, naquele momento, houve um pacto muito forte da sociedade brasileira. Nós vínhamos, lógico, de um processo autoritário, e ali se encontraram na Constituinte os grandes interesses, quer seja dos grandes, quer seja dos pequenos, quer seja dos médios, porque ali se consolidava um processo democrático. A Constituição deu resposta a isso. O Estado de direito foi recuperado, e também a possibilidade de construir a democracia no País. Consolidamos mesmo a democracia a partir dos interesses do povo lá de baixo. Acho que se criou essa condição, tanto é que, depois, se processaram governos, porque fomos adquirindo isso. Eu próprio me considero um produto desse processo da democracia: sou um operário e de repente me encontro aqui com pessoas ilustres, inclusive grandes empresários. Acho que isso foi o bonito do processo da democracia que nós construímos.

Infelizmente, volta a polarizar de novo no País essa situação que está prejudicando, inclusive, o nosso País, a nossa democracia e principalmente a nossa economia, não é? Então, nós divergimos muito, Senador Tasso – você sabe disso –, na questão de como resolver o problema do nosso desenvolvimento, do nosso crescimento: só em cima dos pequenos, como sempre. Eu acho que nós tínhamos condições de fazer o tal do ajuste fiscal e resolver o problema do déficit público do nosso País buscando outras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saídas que não fossem, de novo, em cima do salário, do trabalhador, da pequena renda, etc. etc. Então, essa é a nossa diferença central no processo.

E, na reforma da previdência, eu acho que alguns ajustes têm que ser feitos, essa questão do ajuste atuarial ao longo do tempo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tanto é que nós mesmos, quando chegamos ao Governo, fizemos alguns ajustes na própria previdência, não é?

Então, nós queríamos anunciar que nós vamos continuar, inclusive no Plenário e através da discussão das emendas, nessa questão.

Queríamos agradecer a forma gentil e amigável como V. Exa. trata essa questão da nossa divergência estabelecida, inclusive o que envolve posições passadas em relação ao abono salarial. O abono salarial foi criado naquele período da promulgação da Constituição exatamente para proteger aqueles que não tinham renda, aqueles que tinham uma renda mais baixa, os mais pobres etc. Ao longo do tempo – e V. Exa. faz um comentário em relação ao Ministro Barbosa –, realmente, o abono teria que ter esse resultado, porque cumpriu o seu papel. Com políticas públicas que socorreram os de baixa renda, como os programas Minha Casa, Minha Vida, Luz Para Todos, Bolsa Família, Mais Médicos etc. e até com a valorização do salário mínimo, o abono salarial acaba tendo outro papel, que é o de realmente proteger aquele que não tem acesso a nenhuma renda ou que tem um subemprego.

Então, a questão do abono, como V. Exa. próprio reconhece no relatório, suscita debate. Vamos continuar debatendo com o senhor, no plenário do Congresso, essa questão do abono salarial. Mas a gente agradece a forma respeitosa com que V. Exa. estabeleceu essa divergência com a gente na questão do abono salarial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o nosso Reator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Senador Paulo, eu gostaria de agradecer suas palavras e de dizer que o bonito da democracia é isto: nós aceitarmos as divergências e com elas convivermos sem que essas divergências levem a qualquer tipo de distanciamento pessoal ou moral em relação a todas essas diferenças. Graças a Deus, isso é o que a gente mais aprende no Parlamento. A gente, aqui, no Parlamento, aprende que a principal razão até da existência desta Casa é essa convivência civilizada e, eu diria, até amigável entre os diversos pontos de opinião. Esta é uma Casa basicamente plural, e é dentro dessa pluralidade que está o bonito da democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria pedir a V. Exa. que prestasse atenção a uma emenda que nós acatamos para a PEC paralela de autoria do Senador Alessandro Vieira e que veio já da Câmara. Ele se inspirou em uma emenda da Câmara, uma emenda da Deputada Tabata e do Deputado Rigoni, em que se estabelece uma política mais focada do que é a do abono salarial, da parte superior do abono salarial, em cima do mais pobre, principalmente da questão da criança pobre do nosso País. Eu diria que, quando nós aceitamos essa proposta, entendemos que os recursos da segunda metade para cima do abono salarial, dos que receberiam esse abono, poderiam ser mais eficientes se nós focássemos em um programa exclusivo de proteção à criança que nasce no meio pobre, a criança de baixa renda.

Pediria a V. Exa. somente isto: que lesse, prestasse atenção e observasse a relevância e a contrapartida entre um e outro.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidenta!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Uma indagação em relação à PEC paralela, até para não suscitar questionamento e não expor o Senador Tasso Jereissati: ele não é considerado, no caso da PEC paralela, o autor?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Porque se...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Até para que ele pudesse ser...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu pergunto exatamente porque a autoridade...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. foi muito feliz com a observação e é para esclarecimento.

Na realidade, essa PEC saiu com a unanimidade da Comissão, então ela saiu como uma PEC da Comissão de Constituição e Justiça. Se houver a necessidade de ter um autor, seria a Presidente da Comissão, o que seria apenas para efeito de tramitação. Como esse foi um acordo e um consenso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegiados, nós estamos chamando de PEC da CCJ para que não fique carimbada como uma PEC desta Presidente, porque na realidade não é. Então, embora esteja eu como primeira signatária, na realidade nós a estamos chamando de PEC da Comissão de Constituição e Justiça, exatamente para que ele pudesse ficar prevento como Relator.

Eu agradeço, inclusive, a questão de ordem formulada por V. Exa., porque é uma forma de esclarecer. Ao mesmo tempo, temos que devolver, na pessoa de V. Exa., elogios à bancada dos trabalhadores, Senador Paulo Rocha. O que nós presenciamos aqui foi um bom debate. A todo momento sabíamos das divergências de posicionamento de mérito em relação à reforma da previdência, mas em nenhum momento houve aqui procrastinação regimental, o debate foi feito em alto nível até numa discussão – acho que foi um grande avanço desta Casa, e nós devemos muito à bancada do Partido dos Trabalhadores –, num amplo debate, no sentido de que aqui não há lado, a favor ou contra o País, a favor ou contra o povo brasileiro. Não houve, em nenhum momento aqui, por parte da oposição, a seguinte colocação: quem é a favor da reforma está contra o povo brasileiro e quem é a contra a reforma está a favor do povo brasileiro. Muito pelo contrário: aqui as ideias todas foram desenvolvidas, foram manifestados os posicionamentos diferentes, mas ficou muito claro que todos nós, a favor ou contra a reforma, estamos buscando uma saída saudável para o País, para o desenvolvimento do País, e devemos, sim, à oposição, após amplo debate e consenso, avanços na reforma, principalmente à bancada da Câmara dos Deputados.

A reforma, nós precisamos reconhecer, chegou profana – ela não chegou só profunda, ela chegou profana – quando queria mexer no Benefício de Prestação Continuada, no trabalhador da zona rural, querendo diminuir ainda mais a idade mínima da mulher em 60 anos – ficou 62 – e uma série de outros itens que foram aparados pela Câmara dos Deputados. E mais ainda: foi fundamental a manifestação, também do Senado Federal naquele momento, contra uma capitalização que nós não conhecíamos, não sabíamos o que era, não sabíamos se estaríamos dando um tiro certeiro no coração do trabalhador brasileiro e dos aposentados com algo que nós não conhecíamos. Foi fundamental, portanto, o papel do Congresso Nacional para que pudéssemos chegar hoje a um texto que, se não é o ideal, é o possível para apresentarmos à sociedade.

Vamos levar a voto na terça-feira, vamos levar a voto no Plenário. Ela é profunda, mas com certeza está muito mais justa – graças ao trabalho de todos os Congressistas, Câmara e Senado – do que da maneira como ela veio.

Eu finalizo até dizendo, Senador Tasso Jereissati, que o Congresso fez a sua parte quando optou por gente no lugar de números, porque ela, na regra de transição, conforme o relatório de V. Exa., continua gerando um déficit fiscal, ano que vem, de R$40 bilhões *versus* o quanto queria o Governo; *versus* os apenas 19 bilhões de investimentos que teremos para a LOA de 2020. Mas com este déficit nós todos temos que arcar, sob pena de causar uma injustiça para aquele menos favorecido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu parabenizo, por enquanto, todos. Teremos um bom debate, um bom embate, um bom enfrentamento a favor do País, da população brasileira, na terça-feira, às 10 horas da manhã.

Fazendo essas considerações, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 58ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Major Olimpio, Roberto Rocha, José Serra, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Humberto Costa, Fernando Collor, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Jaques Wagner, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues e Izalci Lucas. Deixa de comparecer o Senador Jader Barbalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Indicação de autoridade. ITEM 1 - Mensagem (SF) nº 53, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1o, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

23(vinte e três) votos favoráveis, 3 (três) votos contrários e 1 (um) voto em branco. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à deliberação da Mensagem nº 53, de 2019, item único.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 53, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea "e", e 128, § 1o, da Constituição, o nome do Senhor ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS, para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Raquel Elias Ferreira Dodge.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Em 18/09/2019, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Agora, neste momento, na presente reunião, procederemos à arguição do indicado e à votação do relatório referente à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.

Esta sabatina – é importante lembrar – será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas poderão fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, eu peço a gentileza do Senador Otto Alencar, para fazer adentrar este recinto o nosso convidado, Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras.

Peço a gentileza do Senador Otto Alencar neste momento. (*Pausa.*)

Ao dar as boas-vindas ao nosso convidado, Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, o sabatinado do dia de hoje, eu quero lembrar que esta é uma das sabatinas mais importantes que acontecem na Comissão de Constituição e Justiça. Afinal, nós estamos falando de um indicado para um dos cargos mais relevantes da República do Brasil, o de Procurador-Chefe do Ministério Público, essa instituição que hoje é, pela nossa Constituição, fundamental à Justiça e guardiã, nos termos da Constituição, da democracia, do Estado de direito, da cidadania, dos direitos fundamentais indisponíveis, como o direito à vida e a liberdade.

É muito comum se falar muito da atribuição do Ministério Público na esfera criminal, mas não podemos nos esquecer do papel fundamental que o Ministério Público tem como guardião mesmo da cidadania, do Estado de direito e de questões outras como patrimônio público, patrimônio social e mesmo o meio ambiente.

Então, é com muita honra... Os direitos difusos, aqui bem lembrado pelo nosso querido mestre, de todos nós, nosso Senador Antonio Anastasia.

Então, dando as boas-vindas ao nosso indicado, eu o faço em nome da sua esposa, a Sra. Maria das Mercês de Castro Gordilho Aras, doutora, Subprocuradora-Geral da República. Em seu nome, cumprimento todos os membros representantes do Ministério Público que se fazem aqui presentes.

Em nome do Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB, Luiz Viana Filho, cumprimento todas as demais autoridades presentes: sejam muito bem-vindos.

Esta Presidência vai começar, neste momento, a sabatina, concedendo a palavra ao Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras para a exposição inicial.

Combinamos, e ele disse que, num primeiro momento, precisaria de não mais do que dez minutos, mas vou deixar 15 minutos disponíveis para a sua apresentação inicial.

Com a palavra V.Exa.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Bom dia a todos.

Exma. Sra. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senadora Simone Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello; Exmo. Sr. Relator, Senador Eduardo Braga; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; eminentes colegas; autoridades; minha esposa, Subprocuradora-Geral da República, Maria das Mercês de Castro Gordilho Aras; servidores e servidoras; senhores jornalistas; amigos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presentes; minhas senhoras e meus senhores, há 32 anos, tomei posse no cargo de Procurador da República, passando a integrar, pouco tempo depois, a pujante instituição que hoje é o Ministério Público.

Abracei a vida acadêmica, lecionando na Faculdade de Direito da UFBa e, nos últimos 13 anos, ministro aulas na consagrada Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Aprofundei-me, assim, no estudo das questões nacionais, principalmente no âmbito constitucional e econômico.

Sempre fui um entusiasta da instituição que o Constituinte legou ao nosso povo. O Ministério Público de 1988, como se sabe, é um órgão independente e funcional, fiador do Estado democrático de direito, defensor intransigente da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis e do princípio da igualdade, independentemente de quaisquer preconceitos, e, no campo econômico, é garantidor de um sistema de livre mercado que ofereça oportunidade para todos.

Em meu labor junto ao egrégio Superior Tribunal de Justiça, contribuí, nos últimos três anos, com cerca de 19 mil arrazoados, sendo 8 mil pareceres. E, acumulando meu trabalho com o comando da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, especializada em matéria da ordem econômica e do Direito do Consumidor, no período de pouco mais de um ano participei de mais de 120 reuniões com representantes das classes produtoras e consumidoras do País, buscando encontrar as melhores soluções jurídicas para os problemas que se lhes apresentavam, não sendo necessário ajuizar nenhuma demanda em razão dessa atuação preventiva que fizemos.

Nesta oportunidade, Sra. Presidente, cumprindo um compromisso moral com esta egrégia Casa Alta, eu passo a V. Exa. a prova de que não só me retirei da Sociedade de Advogados com sede na Bahia, como também devolvi à Ordem dos Advogados do Brasil os meus documentos de identificação como advogado.

Registro a V. Exa. e aos Srs. Senadores e Senadoras que todos os Procuradores-Gerais da República optaram pela carreira jurídica e também pela atividade político-partidária. Todos advogaram antes de ocuparem o cargo de Procurador-Geral da República, e todos advogaram depois. Durante o exercício do cargo de Procurador-Geral da República, não se tem conhecimento de nenhum que tenha deixado de cumprir com seus deveres e seus impedimentos legais.

Permita-me, Sra. Presidente, passar a V. Exa. prova de que já me desincumbi disso preventivamente – embora não devesse fazê-lo do ponto de vista legal, eu o faço do ponto de vista moral e de compromisso com esta Casa e com a sugestão do eminente Senador Eduardo Braga.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência solicita à Secretaria desta Comissão que possa juntar o documento ora apresentado aos autos, ao processado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. pode continuar.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Hoje, profundamente honrado com a indicação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, apresento-me perante V. Exas. para me submeter ao escrutínio desta egrégia Casa Alta, lembrando-me de Rui e de sua conclamação imorredoura: "Mãos à obra de reconciliarmos a vida nacional com as instituições nacionais". Foi o que disse Rui na sua Oração aos Moços.

Vivemos novos e decisivos tempos para nós e por isso este é o momento de a Procuradoria-Geral da República fortalecer o diálogo respeitoso institucional com os Poderes e a sociedade, especialmente com esta egrégia Casa Legislativa, a guardiã por excelência da unidade nacional e que tem a jurisdição, agora e depois, do Procurador-Geral da República.

O Ministério Público, Sra. Senadora Presidente, tem funções importantíssimas a cumprir, como todos sabem. Suas atribuições vão do enfrentamento da criminalidade, particularmente da corrupção, à defesa dos interesses coletivos individuais, da garantia de nossos valores morais e culturais ao respaldo da livre iniciativa econômica para a consecução de uma Nação soberana e pacífica e para o bem-estar de todos os brasileiros.

Unidade, indivisibilidade e independência são características singulares desta carreira. Para sua plena funcionalidade, o Ministério Público Federal, no particular, e também os estaduais contam com suas Câmaras de Coordenação e Revisão, conta com sete Câmaras de Coordenação e Revisão que zelam pela unidade e estabelecem prioridades em linhas de atuação que objetivam coordenar, integrar e revisar o exercício funcional dos membros da instituição, contando ainda com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Quando o Procurador do Ministério Público exerce suas funções com independência, o faz com o dever de fundamentação e de observância estrita dos ditames da lei, extraindo dessa fonte a sua legitimação material. O órgão se aperfeiçoa com a adoção de medidas de *compliance*, governança e prestação de contas à sociedade e se fortalece com a atuação harmônica e transparente de modo a estimular uma cultura ministerial realmente republicana, tendo os olhos voltados permanentemente para a Constituição e para a realidade do povo brasileiro.

Dentro de suas competências e atribuições, talvez a sua principal tarefa seja o enfrentamento do crime organizado, de colarinho branco ou sem colarinho, que se constitui no maior entrave à consecução do pacto social. Quando saqueia os cofres públicos e priva a população de serviços essenciais ou quando disputa o domínio do tráfico de drogas ou de armas, constrói um Estado paralelo e obriga o Ministério Público a manter o constante enfrentamento, a ação rápida e eficaz junto à Justiça e aos organismos externos, cumprindo sua destinação constitucional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse contexto, a chamada Operação Lava Jato representou importante marco no combate à corrupção. As boas práticas ali desenvolvidas devem ser estendidas a todo o Ministério Público e a todos os níveis da esfera política, aprimorando-se métodos e sistemas, sempre dentro da ordem jurídica, da mesma forma que estão sendo ou foram conseguidos resultados promissores nas denominadas investigações Zelotes, Greenfield, Postalis, entre outras.

O mérito individual dos procuradores deverá ser sempre reconhecido, mas a confiança da sociedade deve sempre se voltar para as instituições, em homenagem ao princípio da impessoalidade. Com uma unidade nacional de apoio à atuação dos membros e pessoal especializado no enfrentamento à macrocriminalidade, é possível dar uma resposta institucional estruturada a uma marginalidade também estruturada.

É certo que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos fundamentais, havendo de se reconhecer a existência de obstáculos fáticos à satisfação desses direitos. Em outro campo se faz presente o Ministério Público e é o da garantia da concretização dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho e à segurança, possibilitando condições de vida digna que, sabemos, não só previne a criminalidade, mas também concretiza o ideal a ser alcançado de uma sociedade livre, justa e solidária.

Mas, como ocorre com os Poderes, o Ministério Público enfrenta tempos de austeridade orçamentária. As instituições são instadas à modernização de procedimentos e estruturas, exigindo economicidade e eficiência a fim de otimizar recursos. Urge buscar soluções para os novos tempos.

O Ministério Público precisa contar com o suporte permanente, eficiente e acessível a todos os seus membros, permitindo atuação estruturada, financeiramente otimizada e de eficácia mensurável. A par disto, seus servidores devem ser valorizados e estimulados a caminharem passo a passo com os procuradores na busca da devida, adequada e completa prestação ministerial.

Os avanços sociais e a solução das questões relativas à eficiência dos serviços públicos dependem do desenvolvimento econômico, que, por sua vez, determinará a qualidade do avanço social e esse desenvolvimento faz-se segundo as balizas do art. 170 da Constituição, com obediência à soberania nacional, ao respeito à propriedade, ao incentivo à livre iniciativa e à liberdade de concorrência, reduzindo-se desigualdades, defendendo o consumidor e o meio ambiente.

Em matéria de Direito Ambiental, desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, o mundo despertou para o desafio de compatibilizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental. Neste campo, o Estado brasileiro tem legislação moderna, pois abraçou o conceito de desenvolvimento sustentável com a preservação do acervo natural, assim também de proteção aos bens imateriais.

Sob tais premissas, faz-se necessária a compreensão de um Ministério Público moderno, que, diante dos problemas que se apresentam aos seus membros e do desafio de compatibilizar normas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, busque sempre as múltiplas respostas corretas, aquelas que mais potencializam a concretização dessas normas com os interesses nacionais, sem abrir mão do que for mais relevante.

Esse Ministério Público moderno e desenvolvimentista deve atuar de forma interdisciplinar e com respaldo dos meios técnicos adequados, afastando-se de caprichos pessoais que caracterizam o arbítrio e a ilegalidade.

As pessoas têm valores, convicções e ideias próprias, mas a atuação institucional do Ministério Público reclama sua submissão aos valores e à única ideologia do Estado brasileiro, que é a democracia participativa, a revelar-se pelo consenso social e que não se encontra estagnada, mas em contínuo avanço sob a égide do Congresso Nacional e o protagonismo do pluralismo político e do multiculturalismo e um País continental.

Exmos. Srs. Senadores e Senadoras, Sra. Senadora Simone Tebet, encerro este breve pronunciamento reafirmando o compromisso de atuação firme, mas equilibrada, imparcial, independente e comprometida com a Constituição Federal e com a defesa dos direitos fundamentais.

Reitero meu agradecimento ao Presidente Jair Bolsonaro, ao Presidente Davi Alcolumbre e à Presidente Senadora Simone Tebet, ao seu Relator, Senador Eduardo Braga e a todos os Srs. Senadores e Senadoras pela atenção e consideração com que me receberam em audiências ao longo dos últimos dias, em diálogos sobre a Procuradoria-Geral da República e a Constituição. Todos eles demonstrando invejável patriotismo.

Coloco-me à disposição de V. Exas. para os esclarecimentos que entenderem relevantes e necessários.

Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo as considerações iniciais do Dr. Aras, reafirmando que esta é uma sabatina fundamental e relevante para esta Casa e para o País, repito, porque estamos diante da indicação para um dos cargos mais importantes da República, quero aqui parabenizar V. Exa. pela indicação. O fato de estar aqui e de ter sido indicado pelo Sr. Presidente da República já a princípio o torna um vencedor, um vencedor não só por sua carreira acadêmica junto à Ordem, mas também pela sua atuação na Procuradoria.

Nós estaremos agora iniciando a fase de arguição para a inquirição do candidato. Cada Senador terá um tempo de até dez minutos para a fala. Começaremos obviamente com o Relator, Senador Eduardo Braga, e depois seguiremos a lista. Conforme o combinado, a cada cinco questionamentos, passaremos a palavra ao nosso convidado, para que possa fazer os esclarecimentos, sem prejuízo obviamente de uma possível réplica ou tréplica por parte dos Senadores ou, se houver necessidade, por parte do sabatinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos, então, neste momento, a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Senadora Simone Tebet, eu não poderia iniciar senão agradecendo a V. Exa. por me distinguir com a relatoria do eminente indicado Dr. Augusto Aras. E gostaria aqui de fazê-lo publicamente dizendo da forma como V. Exa. tem conduzido os trabalhos aqui na CCJ. Portanto, muito obrigado pela distinção de poder relatar o eminente indicado Augusto Aras.

Eu queria, Dr. Augusto Aras, iniciar cumprimentando a presença da sua Senhora, Subprocuradora de Justiça Federal, Maria das Mercês Brandão de Aras, e, em nome dela, cumprimentar todos os que aqui se fazem presentes, prestigiando a sabatina de V. Exa. no dia de hoje.

Em segundo ponto, quero aqui reconhecer a presteza de V. Exa. quando, ao ser indicado, criou um novo paradigma no trabalho que o indicado faz junto ao Senado da República. V. Exa. não só conversou com vários dos Senadores individualmente, mas esteve numa reunião na Presidência desta Casa com diversos Senadores, diversos Líderes, diversos Presidentes de diversas Comissões e, durante 3h30, o eminente Subprocurador procurou debater ideias, colocar as suas posições, esclarecer questões que porventura não estavam claras e, por livre e espontânea vontade, fez um depoimento com relação à questão do seu trabalho como advogado, já que ingressou no Ministério Público antes da Constituinte, portanto, amparado durante todo esse tempo para advogar, apenas com os impedimentos inerentes à função de Procurador, obviamente contra a União e aqueles previstos em lei. E V. Exa., aqui, antes de iniciar a sua sabatina, entrega à eminente Presidente Senadora Simone Tebet não apenas a alteração contratual da empresa da qual V. Exa. fazia parte até o dia de ontem, mas também o comprovante de que entregou ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados a carteira de advogado numa demonstração importante a esta Comissão de que V. Exa. não só cumpre com a tradição e com a lei, como todos os Procuradores o fizeram, mas cumpre com a palavra que assumiu com os diversos Senadores.

Eu queria, Senadora Simone, antes mesmo de fazer as minhas perguntas, como eu sempre tenho feito quando sou Relator, de fazer as perguntas que o povo brasileiro nos encaminha através do e-Cidadania.

Gabriel Modanesi, de São Paulo, pergunta: "Até que ponto a população pode acreditar que não haverá interferência na PGR por parte dos outros Poderes ou até mesmo por investigados?"

Danilo Camargo, do Paraná: "Como a PGR atuará para garantir a consolidação dos avanços proporcionados pela Lava Jato?"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antonio Rocha, do Distrito Federal: "Qual será a postura da PGR, em seu comando, sobre os inúmeros casos de ativismo judicial promovidos pelo STF e outras instâncias, inclusive o próprio Ministério Público?"

Thaiane Assumpção, de São Paulo: "Qual seria sua postura quanto à questão da preservação do meio ambiente envolvendo a Amazônia, mas também outros biomas?"

Guilherme Bonfim, de São Paulo: "Qual a sua opinião sobre a possível indicação do filho de Bolsonaro para a embaixada americana? Configuraria nepotismo?"

Gabriela Ribeiro, de Minas Gerais: "Qual a sua opinião sobre o projeto de abuso de autoridade?"

Essa pergunta é pertinente, Presidente, até porque no dia de ontem o Congresso Nacional derrubou 18 vetos apostados pelo Senhor Presidente à lei de abuso de autoridades.

Luiz Fernando, do Paraná: "Como o senhor vê essas divulgações da vaza jato envolvendo procuradores e juízes?"

Alvanir Gomes, de Pernambuco: "Excelência, como o senhor se manifesta em relação ao grande número de privilégios em que membros dos Três Poderes são beneficiários?"

Do Mato Grosso do Sul: "Qual a sua opinião referente à execução provisória da pena após condenação em 2ª instância?"

Anamarilia Conceição, da Bahia: "De que forma o senhor se posiciona sobre a necessidade de limitação dos poderes dos Ministros do Supremo Tribunal Federal?"

Celso Filho, do Rio de Janeiro – e é a última pergunta em nome do e-Cidadania, Sra. Presidente –: "Qual garantia o cidadão pode ter de que não haverá alinhamento político e ideológico com o Executivo e que será respeitada a independência do Ministério Público Federal?"

Essas são as perguntas apresentadas pelo e-Cidadania, feitas portanto pelo povo, representam um resumo muito claro e objetivo de muitas das perguntas que eu gostaria de fazer ao senhor indicado, mas eu formularei apenas duas das seis perguntas, para me restringir ao tempo e, se couber, eu farei mais uma pergunta.

Na qualidade de membro do Ministério Público Federal desde 1987, V. Exa. assistiu, em posição privilegiada, ao processo de transformação pelo qual a instituição passou em razão do novo desenho dado pela Constituição brasileira, desenho esse construído pelos Constituintes de 1988, portanto, pela política. A política construiu o empoderamento da instituição Ministério Público para a sociedade brasileira; políticos eleitos pelo povo que foram sensíveis à necessidade de dar à instituição a força, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

independência e a autonomia necessária para cumprir sua nobre missão de defender as leis, combater a corrupção e as iniquidades, e trabalhar pelo bem do País.

Qual é o balanço que faz desse processo? Quais foram os acertos e erros, e o que ainda é necessário para aperfeiçoar o Ministério Público? Como V. Exa. vê a questão do ativismo judicial e da partidarização praticados por alguns poucos do Ministério Público, inclusive ávidos por criminalizar indistintamente a classe política, a mesma classe política que, pelo bem do País, pelo bem do Brasil, empoderou o Ministério Público na Constituição de 1988?

Outra questão que me parece muito importante é a questão do meio ambiente que V. Exa. acabou de abordar na fala ainda há pouco. Acho que o bom senso é central na questão do meio ambiente. Como V. Exa. bem disse na entrevista publicada no dia de hoje na *Folha de S.Paulo*, mais de 35 mil obras estão paralisadas neste País, muitas delas simplesmente por não haver uma decisão por parte do Ministério Público de estabelecer quais são os parâmetros, quais são as condicionantes para que nós possamos finalmente destravar essas obras. É óbvio que o meio ambiente não é um santuário, mas, por outro lado, o meio ambiente não pode ser destruído sem que nós tenhamos racionalidade, inteligência e bom senso para implementar o desenvolvimento, seja na Amazônia, seja nos outros biomas.

Portanto, ao cumprimentar V. Exa., desejo a V. Exa. muito sucesso no cumprimento da sua missão, caso aprovado por esta Comissão e pelo Plenário.

Mais uma vez, reafirmo a minha esperança de que V. Exa. construa um novo momento de pacificação entre os Poderes no Brasil, mantendo a independência, a harmonia e, acima de tudo, a vontade de fazermos os enfrentamentos no combate à criminalidade, no combate à corrupção, respeitando os limites legais e respeitando a democracia, que é pilar central do nosso sistema republicano.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu resguardo o direito de usar o tempo na réplica e na tréplica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Esta Presidência vai passar a palavra agora ao indicado, porque foram muitas as perguntas. Ele fez uma solicitação mais do que justa de que pudesse, antes de abrir a cada cinco Senadores, responder à população que, através do Portal e-Cidadania, fez os seus questionamentos, e também ao Relator.

Com a palavra V. Exa. por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Obrigado, Sra. Presidente, obrigado Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores.

Em primeiro lugar, quero dizer que V. Exas., Constituintes, ordinários e derivados, entregaram ao Ministério Público de 1988 garantias constitucionais que são institucionais, para que um membro possa ter não somente a sua independência funcional, mas possa também ter a sua autonomia administrativa e financeira. Dessa forma, não há alinhamento, no sentido de submissão, a nenhum dos Poderes, mas há, evidentemente, o respeito que deve reger as relações entre os Poderes e suas instituições.

O Ministério Público defende a separação dos Poderes e defende que, no universo da sua independência e harmonia, devam sim as respectivas instituições tratarem a harmonia, no sentido de que o sagrado interesse público prevaleça, de que o propósito da República, que é o bem comum, seja sempre levado em conta, porque a independência, por si só, excluída a harmonia, pode gerar conflitos, e um Estado conflituoso não soma, não ganha.

Um Estado de harmonia é aquele em que, com respeito à independência, Poderes e instituições podem conversar, podem dialogar, como é da natureza do Estado democrático de direito.

Então, eu asseguro a V. Exas. que não faltará independência a este modesto indicado, porque as garantias constitucionais nos asseguram o respeito a todas as opiniões. E a tolerância no ambiente democrático e, especialmente, o respeito à minoria integram o nosso modelo político adotado em 1988.

Na continuidade, a pergunta sobre a consolidação dos avanços da Lava Jato, é importante registrar que nós falamos desde sempre: a Lava Jato é um marco; traz boas referências em torno de investigações, tecnologias, modelos e sistemas, mas é preciso que nós percebamos que toda e qualquer experiência nova traz também dificuldades.

O Ministério Público, na minha pessoa... Eu sempre apontei os excessos, mas sempre defendi a Lava Jato, porque a Lava Jato não existe *per se*. A Lava Jato é o resultado de experiências anteriores, que não foram bem-sucedidas na via judiciária.

A Satiagraha, a Castelo de Areia, o Banestado, a Sundow, são todas as operações que antecedem a Lava Jato, e esse conjunto de experiências gerou um novo modelo, modelo esse passível de correções, e essas correções eu espero que possamos fazer juntos, não somente no plano interno do Ministério Público, mas com a contribuição de V. Exas., Senadores e Senadoras, porque é fundamental que nós aprimoremos o combate, o enfrentamento à macrocriminalidade, não só no plano do MPU, do Ministério Público Federal, mas levemos... Porque esta é a nossa intenção: levar toda a experiência da Lava Jato para os Estados e Municípios como um padrão de excelência a ser seguido. Mas repito, Sras. Senadoras, Srs. Senadores: sempre com o respeito à Constituição e às leis do País.

Também o ativismo judicial. O que falar sobre o ativismo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma Constituição que define competências. Não só reparte competências tributárias, mas, mais que isso, firma as competências de cada Poder e das instituições que merecem relevo, à luz do Constituinte de 1988, como o Ministério Público.

O que nós precisamos é respeitar a Carta do Dr. Ulysses, a Carta desta Casa, que é esta Constituição, que também é a Carta do Ministério Público.

Não há outro livro mais importante para o Ministério Público senão este. É este que há de representar o espírito do povo brasileiro; é este que precisa ser atualizado cotidianamente, mas à luz do pensamento da sociedade brasileira. E, numa sociedade complexa, exige-se uma Constituição aberta. Mas essa abertura, Sra. Presidente, exige que os intérpretes da Constituição, que são V. Exas, assim como qualquer um do povo – e V. Exas. são qualificados como intérpretes –, estejam atentos para que o Poder Judiciário ou qualquer outro Poder não se arvore a invocar ou a usurpar a competência de V. Exas.

Somos contra o ativismo judiciário, mas não podemos deixar de registrar que é preciso também que o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional se desincumba satisfatoriamente, a contento, dos seus deveres constitucionais de legislar e fiscalizar os demais Poderes. Evidentemente, há matérias, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, creio eu, antecipando, que não poderiam ser objeto de ativismo judicial, entre as quais o aborto, a descriminalização da maconha, que são temas caros, relevantes, que devem merecer a apreciação do Congresso Nacional e não devem ser objeto de ativismo judicial. Mas devo também reconhecer, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, que o Supremo Tribunal Federal tem dois instrumentos dinâmicos para fazer com que a realidade constitucional, que é aquela factual, possa se adaptar à Carta jurídica, que é este livro, que é a hermenêutica constitucional e também a mutação constitucional. Então, a cada *hard case*, a cada caso duro, como o aborto, a questão da criminalização da homofobia, a questão do casamento homossexual e da união estável homoafetiva, a questão da descriminalização da maconha, é preciso saber em que nível está operando o Supremo, se está no nível da interpretação, se está no nível da mutação ou se está usurpando as competências do Senado e da Câmara Federal. Esse é o grande desafio.

Então, eu já me coloco à disposição para dizer que, para que tenhamos a independência e a harmonia dos Poderes, postas no art. 2º da Constituição... É preciso tanto a independência quanto a harmonia, porque não constituímos o Estado para viver em beligerância de natureza nem externa e também nem interna. Mas a atenção permanente é da natureza democrática, e devemos respeitá-la.

Dando continuidade, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, manifestando-me sobre um assunto que já foi objeto de vários debates – eu não posso me manifestar concretamente porque não devo e porque o Deputado Eduardo Bolsonaro ainda vai ser objeto de sabatina nesta Casa –, posso dizer, com tranquilidade, que a súmula que disciplina o nepotismo não o estende a agentes políticos. Em todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados e Municípios, há filhos e parentes de primeiro e segundo grau ocupando cargos em Secretarias de Estado ou em Secretarias de Município, sem que isso atinja nenhum valor constitucional. Evidentemente, esta Casa é soberana e poderá decidir o que pensa acerca desse tema e merecerá o meu respeito, porque o meu pensamento é exatamente que nós somos o que devemos ser no Estado, seguindo esta Carta constitucional.

Ainda no desenvolvimento dos temas feitos pela população, há o abuso de autoridade. Quanto ao projeto de abuso autoridade, ontem esta Casa reduziu, derrubou metade dos vetos, reduzindo a 18 vetos.

E com isso eu creio, acredito que temos no Brasil, hoje, uma lei de abuso de autoridade que pode alcançar sim a finalidade social a que se dirigia a norma e pode sim produzir um bom efeito, porque é preciso que quem trate com a coisa pública tenha o respeito devido ao cidadão.

A história revela que há um conflito permanente e eterno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Dois minutos.

Um conflito permanente e eterno entre a sociedade e o Estado, entre o indivíduo e o Estado. Para esse conflito nós não temos solução possível. Quando se diz que Churchill disse que a democracia é o pior dos regimes, com a exceção de todos os demais, só a maturidade pode nos revelar a profundidade dessa declaração política, porque só assim nós podemos entender que a *res publica*, a coisa pública é responsabilidade de todos e todos têm o direito de participar dos destinos do País e dos seus próprios destinos.

Sra. Presidente, eu não sei como é que...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu pediria apenas que V. Exa. pudesse responder aos questionamentos do Relator. E esta Secretaria vai encaminhar à assessoria de V. Exa. os endereços eletrônicos dos demais cidadãos que o inquiriram para que V. Exa. pudesse responderam um a um. Faltaram seis ou sete questionamentos. V. Exa. pode, nos últimos três minutos, responder às indagações do Relator.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Sra. Presidente, Sr. Senador Relator, respondendo às perguntas de V. Exa., os acertos do Ministério Público pós 1988. Eu diria que é uma missão imensa. A sociedade brasileira recebeu do Constituinte de 1988 um grande defensor, um grande advogado. O Ministério Público tem condições de atuar em todas as fases da vida nacional, desde o café da manhã ao pãozinho, ao açúcar, ao combustível até à criminalidade, seja a criminalidade dita do colarinho azul, seja a do colarinho branco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos todas as condições de exercer essas tarefas, as missões com o resultado adequado. Ocorre que tivemos dentro do Ministério Público uma posição política institucional à qual eu me resignei desde uns dez anos, que é a adoção de um corporativismo. Eu entendi que o corporativismo é incompatível com as instituições contramajoritárias. O Ministério Público não pode ser atomizado. Nós não podemos ter 1.154 membros e ter 1.154 Ministérios Públicos. Nós temos que ter unidade institucional.

Assim, afirmo a V. Exa., Sr. Relator, e aos Srs. Senadores e Senadoras que as nossas ideias-forças, se merecer a confiança de V. Exas., são a unidade institucional, o que não é segredo nenhum, porque senão cada um vai fazer o que quiser, como se houvesse a propriedade privada, como se cada ofício ou órgão ocupado por um procurador ou procuradora seja a titularidade, seja algo para além da *res publica*. Além disso, esses desacertos podem ser corrigidos, podem ser evitados, retomando-se a cultura da unidade institucional e, a par dessa ideia-força da unidade institucional, que é aquela que põe ordem ao caos, nós temos também um outro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – ... um outro enfrentamento, que é o enfrentamento à criminalidade e o destravamento da economia.

Creio que, com essas respostas, atendi a V. Exa. e poderei, evidentemente, levar adiante.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, apenas...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator para sua réplica.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agradecendo ao eminente Subprocurador, com a decisão – se assim Deus e a vontade dos Senadores permitirem – o novo Procurador-Geral, apenas a pergunta sobre a questão do meio ambiente, porque creio que é um tema extremamente pertinente, em função até do discurso do Presidente no dia de ontem na ONU.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Sra. Presidente... Obrigado, Sr. Senador.

Nós temos que imaginar que a Conferência de Estocolmo nos legou a ideia de desenvolvimento sustentável. O que é isso? É necessário compreender que isto não é salsaparrilha, nós temos que compreender certas linguagens, inclusive da Física, da termodinâmica, de que eu não vou aqui me aventurar a fazer explicações.

Mas vou lembrar os senhores que podemos imaginar três círculos concêntricos, que se encontrem uns nos outros, em que o primeiro seja o crescimento econômico, o segundo seja a proteção ao meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ambiente e o terceiro seja o direito à repartição igualitária de todos os cidadãos sobre os recursos naturais. Desenvolvimento sustentável é tudo que desejamos na contemporaneidade em todo o Planeta Terra e o desenvolvimento sustentável é aquele espaço entre aqueles círculos concêntricos que sobra, mas eles tendem a se aproximar. Quando uma sociedade aproxima cada dia mais os ciclos, aumentando a zona comum daquele crescimento econômico com proteção ambiental e mais o direito igualitário de repartição desses recursos naturais, nós temos, aí sim, desenvolvimento sustentável, temos a proteção ao meio ambiente e temos, enfim, não um discurso vazio ou desnecessário, mas temos um discurso científico, didático e técnico.

Eu poderia avançar mais adiante, Sra. Presidente, nesse tema, até abordando as questões da termodinâmica no meio ambiente.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos.

Antes de passar à lista de oradores inscritos, esta Presidência gostaria de registrar as honrosas presenças nesta reunião do Exmo. Ministro Mauro Campbell Marques, do Superior Tribunal de Justiça, nós agradecemos e nos sentimos honrados com a presença de V. Exa., bem como do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa; Dr. Antônio Pereira Duarte, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar; Dr. Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral da Justiça Militar; Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto, Procuradora-Geral de Justiça do DF e Territórios; Dr. Luciano Nunes Maia, que também já foi nosso sabatinado, hoje Conselheiro Nacional do Ministério Público; também Dr. Otavio Rodrigues, no mesmo sentido; Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Procurador Regional da República; Dr. Carlos Alberto Vilhena, Subprocurador-Geral da República e Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral da República; Dr. Alberto Bastos Balazeiro, Procurador-Geral do Trabalho; Dr. Márcio Amazonas Cabral de Andrade, Procurador do Trabalho, Secretário de Relações Institucionais da Procuradoria-Geral do Trabalho e Dr. Bruno Guimarães Godinho, Conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Sejam todos muito bem-vindos.

Pela ordem de inscrição, com a palavra Senador Esperidião Amin.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Otto Alencar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Só para registrar aqui a presença do Conselheiro Francisco de Andrade Neto, Presidente do Tribunal de Contas da Bahia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seja muito bem-vindo. Nós agradecemos, em seu nome, a todas as autoridades que não foram nominadas e não se apresentaram aqui. Sejam muito bem-vindos.

Com a palavra Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, quero saudar todas as autoridades já nominadas, cumprimentar nosso ilustre inquirido, indicado à Procuradoria-Geral da República, saudar todas as entidades representativas aqui presentes, especialmente aquelas diretamente vinculadas ao Ministério Público.

E quero centrar as minhas indagações sobre três aspectos. Primeiro, vou recolher uma de suas frases iniciais, quando citou Ruy Barbosa. Eu acho que V. Exa. terá uma tarefa grandiosa de criar as condições para a unidade do Ministério Público, tanto federal, quanto aos seus vinculados, estaduais. Essa unidade, que significa a valorização da instituição, eu entendo, e tive a oportunidade rapidamente de dizer, é o grande desafio que nós brasileiros e V. Exa. pessoalmente enfrentaremos, incluindo o Ministério Público, até pelo seu destacado papel, tão bem realçado pela nossa Presidente Simone Tebet.

Portanto, eu, que associo a sua indicação – e associo no sentido encomiástico – a um momento de destruição criativa ou de criação destrutiva, como ensina o Economista e Filósofo austríaco Joseph Schumpeter. O Senador Eduardo Braga usou a expressão paradigma. Sempre que você tem um paradigma, como é que são escolhidos os Procuradores-Gerais da República? De 1998 para cá, prevaleceu um paradigma, sequer institucionalizado, mas prevaleceu. V. Exa. está aqui escrevendo junto conosco, com o Presidente da República, que tomou a iniciativa, um novo paradigma. E esse paradigma vai, entre outros desafios, enfrentar este que eu mencionei. Por isso, eu gostaria que a minha primeira pergunta fosse a respeito deste aspecto.

A segunda. Também recolho com muita satisfação as expressões que V. Exa. utilizou: impessoalidade e voluntarismo, que não é apanágio do Ministério Público. Eu não vou ler todo o texto, mas recomendo a leitura das pp. 334 a 337 – vou fazer aqui uma propaganda gratuita – do livro *Os onze: o STF, seus bastidores e suas crises*, de Felipe Recondo e Luiz Weber, especialmente nos tópicos referentes a voluntarismos, que não acontecem só no Supremo, e o ativismo, que também não é só o ativismo judicial; é o ativismo individual, que se contrapõe àquilo que significa a instituição. Uma das críticas que constam deste livro, este parágrafo eu vou ler, com a licença de todos, mencionando o Supremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A jurisprudência do Supremo, nestas mais de três décadas de julgamentos, desde 1988, que ajudaria a reforçar e interpretar o pacto que nos une, ou seja, a estabilidade nas decisões e a impessoalidade nas iniciativas, é trocada por voluntarismos, como se a cada dia, a cada processo importante, a cada composição, o Tribunal buscasse reescrever sua compreensão do Direito, da Constituição [que V. Exa. humilde e sensatamente brande diante de todos nós] e das leis, como se o já construído fosse descartável.

Essa é uma crítica não a este, ao Supremo, ou a esta instituição, é uma crítica, à construção equivocada da democracia e do Estado de direito, que eu quero sublinhar.

E, finalmente, sem mencionar causa concreta, mas mencionando uma, até pela oportunidade e pela conexão com outra, está previsto, no âmbito do STF, o julgamento da ADI 4917, que trata da nova lei de distribuição de *royalties* do pré-sal. Isso está previsto para dia 20 de novembro. Claro que essa não é uma data pétrea.

A respeito desse assunto, a Procuradoria-Geral da República elaborou duas alentadas manifestações à Relatora, Sra. Ministra Cármen Lúcia, a favor da constitucionalidade dessa lei, muito embora ela esteja há muito tempo por ser julgada pelo Supremo. E foi trazido ao processo um conjunto de estudos feito pela Procuradoria, que evidencia que a concentração de recursos nos ditos Municípios e Estados produtores não tem refletido em melhor ou maior IDH, ou seja, mais dinheiro não tem significado sucesso.

Não por acaso, olharam-me, os meus queridos Senadores do Rio de Janeiro aqui, com uma certa perplexidade. Não por acaso.

Assim, a minha pergunta vai no sentido de que assumindo a Procuradoria, como é meu prognóstico, e não sou único nisso, V. Exa. dedicará certamente a esse assunto uma atenção pessoal, já que será V. Exa. que estará lá no dia 20 de novembro, quando isso for debatido.

Eu considero importante que haja resolução desse assunto, que já vai há tempo, até porque associado a ele tem um do meu Estado que trata de limites territoriais marítimos. E eu faço questão de dizer que se trata de uma Ação Cível Originária nº 444, que é de 4 de outubro de 1991. Vou repetir. Vinte e oito anos!

Há 28 anos, uma ação eminentemente de natureza federativa aguarda uma deliberação da Suprema Corte brasileira! Há 28 anos! Vai dar o dobro de outra ação que também envolveu Santa Catarina, que foi a ação dos limites do Contestado. Essa, no começo do século XX, levou 13 anos. Aliás, um dos advogados do Estado do Paraná foi Rui Barbosa, aqui já citado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha indagação é sobre o recobrimento que V. Exa. dará, na condição de Procurador-Geral da República, a essa questão igualmente momentosa, de interesse nacional e especialmente do Senado, por...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... se tratar de matéria federativa.

Por enquanto, são as minhas indagações. Eu poderei, eventualmente, voltar na repescagem, mas sempre sob as bênçãos de São Tomé.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Não é todo dia que nós temos aqui a Bahia presente. Estão aqui presentes o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Jatahy Fonseca, e o Desembargador Federal César Jatahy Fonseca. É a Bahia presente hoje nesta sabatina.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sejam muito bem-vindos, conterrâneos do nosso sabatinado, do Senador Otto Alencar e do Senador Angelo Coronel, que se fazem aqui presentes. Sejam muito bem-vindos.

Pela ordem de inscrição, Senador Major Olímpio. Só estou aguardando o ofício. Senador Rogério, e, em seguida, V. Exa. É só para o ofício chegar oficialmente à Mesa.

Senador Rogério Carvalho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente Senadora Simone Tebet, só para anunciar a presença de convidados: Sra. Maria Cristina, Conselheira Nacional de Justiça; Dra. Elizeta Ramos, Subprocuradora-Geral da República; Dra. Maria Caetano, Subprocuradora-Geral da República; Dr. Maurício Andreioulo, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sou eu que agradeço.

Sejam bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria dar bom dia a todos, cumprimentar a Presidente Simone Tebet, que sempre vai muito bem na condução dos trabalhos desta Comissão, e cumprimentar o nosso sabatinado, Dr. Aras.

Eu tomei por liberdade pegar a Constituição que o senhor mostrou. Três incisos referentes às funções do Ministério Público: primeiro: "promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio [...], do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;". Eu vejo que o Ministério Público perdeu, nos últimos tempos, a capacidade de cuidar dos interesses da sociedade, aqueles que guardam relação com o direito que materializa a nossa cidadania. Uma sociedade que procura ou que busca a civilidade precisa ter garantidos os seus direitos. O Ministério Público é o instrumento mais relevante na garantia desses direitos difusos que, na verdade, são a materialidade de o que significa a cidadania.

Outra questão que eu queria também trazer aqui é: "defender juridicamente os direitos e interesses das populações indígenas;".

Nós temos visto, nos últimos tempos, que os povos originais do Brasil e da Amazônia e das diversas regiões do País estão sob ataque e sob o intenso cerco do agronegócio, o cerco de governos que não têm a menor compreensão do papel e do que significam esses povos originais e o que eles representam para a nossa história. Portanto, é um papel, é uma função explícita, inscrita na Constituição.

Um terceiro item é exercer o controle externo da atividade policial na forma da lei complementar, no artigo anterior.

Ou seja: nós temos, diante disso, algumas perguntas a fazer a V. Exa.

Qual a compreensão do indicado em relação ao papel do Ministério Público no controle das políticas públicas, no caso de emissão e implementação dos direitos?

Como o indicado vê a proteção jurídica especial conferida aos grupos vulneráveis? Nesses casos, qual a concepção do candidato em relação à promoção de ações afirmativas pelo Estado, no que diz respeito à saúde, no que diz respeito à educação, no que diz respeito àquilo que a Constituição definiu como direitos fundamentais, que materializam a cidadania?

Como avalia o papel do Ministério Público e do Poder Judiciário na garantia do direito de liberdade de expressão, reunião e manifestação por diferentes grupos?

Veja: não há civilidade sem liberdades individuais, como não há civilidade sem diminuição das diferenças entre ricos e pobres. Não há civilidade se nós não defendermos o multilateralismo, a cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da paz, da não violência, da autoafirmação dos povos. Não há civilidade se não defendermos a democracia, não há civilidade se não defendermos essas questões que me parecem ser fundamentais e objeto precípuo do Ministério Público.

Qual a compreensão do candidato sobre o papel do Ministério Público na garantia da laicidade do Estado, especialmente no que concerne aos temas "combate à discriminação", "violência religiosa" e "o racismo religioso", que é um problema que tem se agravado no Brasil e que mostra uma agressão às liberdades individuais, que precisam ser, para se garantir o processo civilizatório, protegidas? E o Ministério Público tem esse papel.

Qual o posicionamento de V. Exa. sobre a política de encarceramento e estímulo à violência policial, que tem resultado – no Rio de Janeiro, por exemplo – na morte de pelo menos cinco pessoas por dia por policiais?

Em seu mandato, o MPF estará comprometido com a ação de reduzir a letalidade policial no Brasil, conforme recomendado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos? Que medidas pretende implementar nesse campo?

O que nós vimos, nesta semana, nos últimos dias, é um Governador que patrocina o assassinato, que está por trás de assassinatos que precisam ser investigados como tal, porque é sob o comando dele que age a Polícia. Portanto, cabe ao Ministério Público observar essas questões.

Qual a posição de V. Exa. acerca do anúncio do Governo sobre a redução das áreas das terras indígenas? A defesa é uma função exclusiva praticamente do Ministério Público – é o que está lá expresso.

Qual o papel... O candidato afirma seu compromisso com os princípios do Estado de direito, da liberdade constitucional, da ampla defesa. Enquanto a PGR quer medidas... Que medidas pretende adotar para coibir situações de abuso de poder de procuradores, violadoras do devido processo legal e do direito à ampla defesa?

E, para concluir, quero dizer que, ontem, me chamou a atenção o discurso do Presidente da República na Assembleia Geral da ONU quando ele disse que o Moro, um agente público, um juiz, foi responsável por evitar o socialismo no Brasil, por evitar que o socialismo tomasse conta do País, ou seja, o Presidente denunciou o Ministro Sergio Moro de ter assumido uma posição política e eleitoral de forma explícita no que diz respeito a impedir o que ele chama de socialismo, de marxismo cultural, de comunismo, numa visão completamente ultrapassada pós-Guerra Fria. Quando a gente discute quais são os marcos civilizatórios que vão conduzir a humanidade para a gente fugir da barbárie, da incivilidade, e há gente retomando questões que são ultrapassadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para concluir, sem gastar todo o tempo, eu espero e rogo que V. Exa. possa ajudar esta Casa, a Câmara e todas as instituições a construírem um caminho civilizatório para o Brasil. É função do Ministério Público a preservação, a garantia desses direitos difusos universais, que estão na nossa Constituição, que o senhor muito bem referenciou ao fazer a sua apresentação inicial.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Aras.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que lhe agradecemos.

Pela ordem de inscrição, fala o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento, de modo especial, o Procurador-Geral da República, se assim decidir o Plenário desta Comissão e o Plenário do Senado Federal, Dr. Augusto Aras, sobretudo por sua manifestação inicial nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Dos diálogos que tivemos mesmo antes desta sabatina nas reuniões de que participamos, vi em V. Exa. uma pessoa equilibrada, sensata e firme. Acho que é o perfil de alguém que preenche os requisitos, com a trajetória de V. Exa. e com perfil de V. Exa., que o Ministério Público precisa exatamente neste momento.

O Ministério Público tem um papel fundamental: é o guardião da lei. Mas não só isso: guardião, defensor da democracia, da cidadania, da legalidade. O papel do Ministério Público é um papel fundamental. Sobretudo no momento em que o País é desafiado por uma crise institucional grave e sistêmica, é importante ver V. Exa. sinalizar para esta Comissão e para o Brasil o compromisso que tem sobretudo com o livro da capa verde que V. Exa. levantou várias vezes, porque é justamente a Constituição Federal que nos iguala, que nos baliza.

O limite de todos os Poderes é a Constituição Federal. Quando alguém se acha acima da Constituição Federal acontece exatamente o que está acontecendo no Brasil hoje.

Eu não sou adepto do neoconstitucionalismo, sou um crítico dele. Não sou adepto dessa onda que tomou conta não só do Brasil, mas, no mundo, se pratica, de uma interpretação que vai além da literalidade do texto para reescrever o próprio texto. Letra constitucional não se reescreve por decisão jurisdicional, respeitosamente.

O Brasil está vivendo um momento em que a Constituição Federal é desafiada todo tempo e alguém não entende por que estamos vivendo a crise que estamos vivendo e por que a sociedade, na rua, clama inclusive por medidas duras, e em alguma medida até, nos expondo a uma situação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constrangimento, porque o instrumento, o remédio que muitas vezes querem usar para colocar ordem naquilo que acham estar fora de ordem não é o mais adequado do ponto de vista constitucional.

Então, quando eu vejo V. Exa. fazendo todos esses gestos, toda essa sinalização, demonstrando todo esse compromisso sobretudo com a defesa e o cumprimento da Constituição Federal, isso me sinaliza algo muito positivo, algo de que o Brasil precisa.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou esse movimento do neoconstitucionalismo, ele se espalhou pelo mundo e o Brasil adotou isso aqui já há muito tempo. Hoje não se faz mais a interpretação conforme apenas a via complementar ordinária, se faz a interpretação conforme o texto da própria Constituição para reescrever a Constituição. Onde é que alguém atribuiu ao Poder Judiciário a competência para reescrever texto constitucional? E o que preocupa é que quem tem o dever de fiscalizar e de fazer o contraponto, de exercer esse papel de freio não o exerce. E quando os Poderes se acham acima da Constituição, é o caos. Vou usar uma frase recentemente usada: é a balbúrdia, é a barbárie.

Então, o apelo, mais do que questionamentos a V. Exa. – não vou questioná-lo –, vou apenas fazer aqui, chamar V. Exa. a essa reflexão. E das conversas e dos diálogos que tive com V. Exa., é justamente isto que identifico em V. Exa.: o compromisso de zelar pelo cumprimento da Constituição Federal. Só ela pode salvar a democracia, os Poderes republicanos. E essa superação de vínculos não acontece só na via do Judiciário, não, não é uma crítica direcionada apenas ao Judiciário, é uma crítica aos Poderes e às instituições que também se acham acima da Constituição.

Então, o meu desejo é que V. Exa. tenha uma atuação lá exitosa, para o bem do Brasil, para o bem da democracia. Só vamos ter saúde democrática com respeito à Constituição. Ninguém está acima da Constituição, nem mesmo o Supremo Tribunal Federal – sobretudo o Supremo Tribunal Federal –, que é quem deve dar o exemplo no cumprimento e na exigência de que se cumpra a Constituição Federal e não o contrário. Com todo o respeito, criar tipo penal com expressa determinação constitucional de que isso só é possível por lei, isso é uma aberração, com todo respeito. Avançar para temas que escapam à competência do Judiciário, usurpando competência legítima do Poder Legislativo ao argumento de omissão. Se for pelo argumento de omissão, nós temos filas de processos parados no Supremo Tribunal Federal, negativa de jurisdição. Mas, no Parlamento, muitas das vezes o que chamam de omissão é decisão política, é escolha política. Todos precisam entender qual o papel que têm e a quem prestam contas. O poder emana do povo e não o contrário.

Então, quero concluir a minha fala apenas, mais uma vez, ressaltando justamente estas qualidades, essas virtudes que identifiquei em V. Exa. ao longo dos dias em que passou aqui visitando os gabinetes, visitando os blocos partidários: equilíbrio, maturidade e firmeza. V. Exa. vai precisar muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso na condução da nossa Procuradoria-Geral da República, que cumpre um papel fundamental para o Brasil. Precisa respeitar limites, mas cumprir a sua função sem temer qualquer tipo de ameaça.

Sucesso a V. Exa.!

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição...

Eu gostaria antes, obviamente, de cumprimentar as autoridades que acabaram de chegar, em nome do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Humberto Martins. Seja muito bem-vindo. Em seu nome, eu cumprimento as demais autoridades que acabam de adentrar este recinto.

Pela ordem de inscrição, esta Presidência comunica que o Senador Major Olimpio passou a ser titular desta Comissão.

Então, pela ordem de inscrição, ele estava como segundo inscrito...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu gostaria de requerer, se todos concordarem, que fosse aberta a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O painel? Esta Presidência consulta as Sras. e Srs. Senadores se podemos abrir o painel de votação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, esta Presidência solicita a Secretaria que abra o painel para que as Sras. e Srs. Senadores que já tenham formado seu juízo de valor possam exercer o direito a voto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sra. Presidente desta Comissão, Simone Tebet; todos os Senadores; autoridades de outros Poderes que visitam esta CCJ, neste momento; Dr. Augusto Aras, que está sendo sabatinado para assumir a chefia da Procuradoria-Geral da República; em primeiro lugar, digo da admiração e respeito que tenho pela figura do *custos legis*, do fiscal da lei, mais do que fundamental, ainda numa terra em que há arremedos de cumprimento da lei. Daí o papel da Procuradoria-Geral da República ser tão fundamental – fundamental e quanto mais isento e independente.

Faço questão de fazer essa manifestação, porque, a cada dia, vejo menos a isenção e a independência entre os Poderes. E, ao contrário até de algumas falas, eu não vejo, na figura do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público, o mediador de irresponsabilidades eventualmente da prática de crimes entre os Poderes, e, sim, aquele que, independentemente de qual seja o conflito de qualquer natureza, esteja escudado na Constituição, como V. Exa. fez o simbolismo de mostrá-la antes de tudo.

Temos a indicação protocolar e fundamental insculpida na Constituição, a indicação do Presidente e a sabatina nesta Casa. Mas digo que, a partir da indicação e da aprovação, V. Exa. passa a ser agradecido à sua história de vida e ao seu currículo; jamais àquele que fez indicação ou qualquer um de nós que fez menção à sua aprovação. E que a sua biografia, a sua história de vida possa ser o norte para todas as atitudes!

Já vi, lamentavelmente e merecidamente, Procurador-Geral da República ser intitulado como arquivador-geral da República. Também se deve ter o equilíbrio para que não se possa, no exercício da atividade, partir para o excesso ou para o abuso.

Ontem, a sociedade brasileira perdeu demais. Como eu disse, foi festa na quebrada. Quando a população brasileira diz: "Pelo amor de Deus, mais segurança, mais justiça!", o Congresso veio com a resposta: "Cadeia para juiz, promotor, policial e auditor". É lamentável, sob todos os aspectos. Defendi, com mais 35 Senadores, que o Presidente vetasse tudo. Não vetou. E ontem, o Congresso brasileiro ainda entendeu de derrubar mais da metade dos vetos. Só vejo favorecimento para o crime e para o criminoso.

Gostaria de manifestar também a minha preocupação em relação ao Ministério Público Federal, à sua essência. Semana passada, esta Casa, o Senado, rejeitou dois Procuradores da República candidatos ao Conselho Nacional do Ministério Público, uma manobra que ficou muito triste para a história desta Casa, e os bastidores, a verdade ou a meia verdade indicando que estavam sendo rejeitados porque, no exercício da atividade como membros do Conselho Nacional do Ministério Público, ousaram aplicar o conteúdo da Constituição que V. Exa. estava brandindo e arquivaram o procedimento contra um Procurador da Lava Jato. Um escárnio para a população brasileira! Uma preocupação para V. Exa. e para o País. E mais, esses Procuradores nos avisaram: "Vão fazer isso com a gente porque nós estamos praticando o que é justo, legal, cumprindo a Constituição".

Mas há alguns que não gostam da atitude praticada por Dallagnol e alguns procuradores na Lava Jato. Quais seriam esses? Devo dizer que no papel que V. Exa. exercerá, como deve ser o papel... Eu sempre, como humilde policial, disse, na minha vida: ladrão é ladrão! Ladrão não tem partido, ladrão não tem ideologia, ladrão não tem *status* e deve ser tratado como ladrão!

Então, devo dizer do sentimento e da tristeza por esta Casa rejeitar dois Procuradores com uma história de vida, com um currículo como o de V. Exa., simplesmente porque estavam praticando conteúdo da Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria que V. Exa. pudesse abordar... Até já fiz essa pergunta quando conheci V. Exa. no Colégio de Líderes; mas se pudesse transmitir aos demais Senadores e à população, é sobre essa situação de V. Exa. ter advogado, a pertinência legal, e se não há conflito ético e moral em relação a isso, muito embora V. Exa. já tenha deixado claro, por aconselhamento do próprio Relator, já ter encerrado as suas atividades e entregado a sua carteira da Ordem.

Gostaria que V. Exa. também pudesse se manifestar, porque existem preocupações hoje de que venha um novo Procurador para enterrar a Lava Jato, diminuir as suas atividades, ou será alguém que vai até procurar expandir essa atividade? Porque ladrão, Excelência, não tem só em relação a Curitiba não. A Lava Jato em São Paulo ainda vai colocar tanta gente na cadeia, se ela perseverar!

Eu era Deputado Estadual e falava de safados criminosos que desviavam dinheiro no Metrô, na CPTM, nas obras do Rodoanel; alguns ainda posando de próceres da sociedade e com título de excelência. É importante aprofundar a Lava Jato em todos os Estados. Gostaria de saber a consideração de V. Exa.

E uma coisa também questionada e...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – ... mais do que importante neste momento é a questão de não figurar em lista tríplice. Se V. Exa. pudesse discorrer sobre a forma com que são feitas as listas tríplices... Eu sei e nós sabemos que a Constituição assegura ao Senhor Presidente da República fazer a indicação exatamente sob os seus critérios de escolha e não necessariamente em relação à lista. Mas acho que a população brasileira, neste momento acompanhando, quer saber.

E quero dizer que me surpreendeu até o desempenho de V. Exa.: oito mil pareceres em três anos!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Muitas vezes, as pessoas com meias verdades tentam inibir biografias dizendo que têm atuação pífia! Então, quem tem oito mil pareceres em três anos é alguém que está se debruçando realmente dentro da sua área, dentro do seu mister.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Gostaria de dizer, Excelência, finalmente, para suas considerações sobre esses itens que eu fiz, que, hoje à tarde, a população brasileira – aqueles que podem, muito embora em um dia de trabalho – está aqui. Senadores do movimento chamado Muda Senado, Muda Brasil – porque precisa mudar mesmo, precisa sair desse ciclo vicioso – estarão aqui na Praça dos Três Poderes para dizer, olhando para os palácios e para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso: "Tomem atitude, cada um na sua área de responsabilidade, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário." E por que não a extensão – muito embora não esteja na Praça dos Três Poderes? Que possa o Ministério Público brandir a Constituição, como V. Exa. o fez, como um marco novo para a história do nosso País. A população não vai sair das ruas e ainda será vencedora nesse processo.

Aproveito para chamar as pessoas: se estiverem em Brasília ou perto de Brasília, ocupem a Praça dos Três Poderes hoje!

Muda Senado, Muda Brasil!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, há muitos inscritos, e, pelo andar da carruagem, eu acho que nós vamos demorar no mínimo umas três horas, e a sessão está marcada para as 14 horas, convocada pelo Presidente.

Eu gostaria de sugerir e vou fazer da mesma forma: abro mão da minha inscrição e vou entregar apenas duas perguntas. Mas seria importante que V. Exa. – àqueles que o fizerem da mesma forma – pudesse registrar e ler essas perguntas em um momento oportuno, assim como os internautas o fazem pelo e-Cidadania. Eu acho que... Se alguns entenderem de abrir, eu acho que daria mais celeridade.

Então, assim eu o faço.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa., e, na ordem de inscrição de V. Exa., esta Presidência formulará as questões de forma bem objetiva, acatando a sugestão de V. Exa., que, preocupado com o tempo, de uma forma até solidária com esta Presidência, entrega por escrito seus questionamentos.

Pela ordem de inscrição, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Presidente. Bom dia a todos.

Quero saudar o Subprocurador Augusto Aras e vou tentar ser bem objetivo nas minhas colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com o processo de redemocratização, de 1984 a 1988, o Brasil teve uma grande conquista, porque foi instituído ali o Estado democrático de direito, com o respeito às instituições. E o papel do Ministério Público, como guardião da espinha dorsal no Estado democrático de direito, com a função dúplice de *dominus litis*, dono da ação penal – a teor do que determina o art. 129, I, da Constituição Federal –, e *custos legis*, fiscal da lei, exerce um papel de extrema relevância, tanto como guardião de direitos difusos e coletivos, assim como das minorias.

Tem sido observado, Sr. Procurador, um cumprimento rigoroso e um acatamento dos Presidentes à listra tríplice. E, aí, eu quero lembrar que no art. 128, da Constituição Federal, o Procurador do Ministério Público do Trabalho é, por determinação, eleito e escolhido por lista tríplice; o Ministério Público Militar também. Os dos ministérios públicos dos Estados e do Distrito Federal, da mesma forma.

O senhor esteve no meu gabinete, e eu fui claro com o senhor e transparente, falando que eu sou um defensor da lista tríplice, porque eu acredito nos integrantes da instituição. Eu não quero acreditar na criminalização de *lobby* de determinada associação ou entidade, porque, para o pior criminoso, a presunção é de inocência. A toda e qualquer pessoa que responde a qualquer procedimento. Isso é expresso na Constituição. Está escrito que a todos os litigantes, em processo judicial administrativo, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, e não se pode, simplesmente por um "achômetro", deduzir que lista tríplice está sendo feita contaminada por interesses escusos.

Nesse sentido, eu quero... E, aí, eu trago até o livro de V. Exa., que eu fiz questão de ler: *Fidelidade e Ditadura (Intra) Partidárias*. E, aí, na p. 43, está registrado o seguinte: "Característica marcante da democracia (intra) partidária está na formação da vontade do partido. Ela deve ser tomada em verticalidade ascendente, jamais o inverso. Os órgãos executivos devem obrigatoriamente submeter-se às convenções e assembleias partidárias". Olhem: ele tem que atender às convenções...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... ele tem que atender à base.

E continua: "Dentre os direitos que devem prevalecer no interior da organização partidária, destaco os seguintes: "participação dos membros, de forma direta, por seus representantes nas convenções e nos órgãos de organização".

Neste livro, de que eu gostei – por sinal, eu quero parabenizá-lo. Gostei muito –, está claro que o senhor defende que a base partidária... Por isto que estou fazendo um paralelo: o senhor fala na fidelidade partidária e ditadura (intra) partidária, com o "intra" entre parênteses, mas eu defendo que deve ser, sim, acatado... Não desmerecendo o senhor, pelo contrário: aqui eu estou em estrita obediência ao princípio da impessoalidade, expresso no art. 37, e aqui eu propus a PEC 52, para que o Presidente seja obrigado a cumprir a lista tríplice.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pergunto: nesse cenário, quais motivos levaram o Presidente da República a escolher V. Exa.? Qual a importância da Procuradoria-Geral da República para o Governo?

Agora, eu quero fazer uma outra retrospectiva aqui.

Nós temos que entender que nós estamos em pleno século XXI, e as relações interpessoais, a relação familiar, ela é mutante. Olha, eu me assusto, porque nós estamos vivendo, parece, na época medieval!

Nós estamos com pautas fundamentalistas, nós estamos com violação de direitos fundamentais, nós estamos com violação de tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Todas as conquistas da população LGBTI não se deram por esta Casa. Isso é uma vergonha para nós! Todas as conquistas, eu as pontuo. Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia, com a Resolução 1, diz que – aspas – "a homossexualidade não constitui doença nem distúrbio nem perversão". Em 2000, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul requereu judicialmente que o INSS reconhecesse direitos previdenciários de companheiros homossexuais. Essa decisão foi mantida à unanimidade até o STF. Em 2004, o Rio Grande do Sul foi o pioneiro no reconhecimento oficial em cartório de uniões estáveis homoafetivas, através do parecer do Corregedor-Geral Aristides de Albuquerque Neto. Em 2006, a Lei Maria da Penha, ao dispor sobre violência doméstica e familiar, no art. 5º, estendeu-a a famílias de convívio afetivo. Em 2010, a Receita Federal passou a incluir pessoa do mesmo sexo como dependente para fins de apresentação de declaração em conjunto de Imposto de Renda. Em 2011, com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277, o STF reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Nessa esteira, o CNJ assim também já se manifestou. Houve tudo isso. Mais recente, o Decreto 8.727, de 2016, passou a admitir que transexuais e transgêneros usem seu nome social perante a Administração Pública Federal. Agora, recentemente, criminalizou-se a homofobia.

Talvez, todos possam se perguntar por que eu estou fazendo essa abordagem. O motivo é simples, Sr. Procurador. O motivo é que foi veiculado na imprensa que a Associação Nacional de Juristas Evangélicos tornou pública sua Carta de Teses e Princípios, em que foram apresentadas diretrizes fundamentais defendidas pela entidade, a qual V. Exa. assinou. O item 7.1 da Carta de Teses e Princípios da Anajure diz expressamente: "A instituição familiar deve ser preservada como heterossexual e monogâmica".

Eu sou Delegado de Polícia há 27 anos, eu sou professor de Direito há 20 anos e estou como Senador da República. Eu tenho muito orgulho da minha família. Eu tenho um filho. O senhor não reconhece a minha família como família? Eu tenho subfamília? Essa carta diz isso, Sr. Procurador. E diz mais, estabelece a cura *gay*. Eu sou doente, Sr. Procurador? Não!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vivemos numa democracia, e o art. 5º da Constituição Federal é claro ao dizer que todos somos iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, sem distinção de raça, cor, etnia, religião, origem, gênero, pessoa com deficiência.

Digo mais: fico triste quando eu vejo que tudo que está na Constituição... O art. 1º é claro:

> Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamento:
> [...]
> III - a dignidade da pessoa humana; [...].

Enquanto o mundo discute pautas importantíssimas, nós estamos com um comportamento retrógrado! Reconhecer que, no Brasil, família só é formada por relação heterossexual?

Não. Eu não posso me calar diante dessa violência. Porque existe a *vis corporalis*, que é a violência corporal, existe a *vis compulsiva*, que é a grave ameaça, mas existe a violência simbólica, que dói tanto quanto ou mais do que uma violência real. O próprio art. 3º da Constituição diz: "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Todos somos iguais perante a lei, Sr. Procurador.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu sonho com o dia em que eu chegarei a esta Comissão ou à tribuna e vou dizer que eu tenho orgulho de dizer que eu vivo num verdadeiro Estado democrático de direito, que ninguém vai ser julgado pela cor da pele ou por sua orientação sexual, que ninguém vai ser julgado por ser idoso ou jovem, que ninguém vai ser julgado por ser mulher, que ninguém vai ser julgado por ser índio, porque todos somos brasileiros. Eu quero muito que esse dia chegue logo, mas, no momento, não é isso que eu vejo.

E eu quero sim que o senhor me responda se eu tenho família. Eu quero sim que o senhor me responda se eu estou doente. São essas as duas... E me perdoe o desabafo, mas é esse o meu questionamento a V. Exa. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou pedir desculpa ao Senador Lasier e vou passar a palavra ao nosso sabatinado.

V. Exa., como primeiro suplente inscrito, vai ser o próximo. Vou começar o próximo bloco a partir de V. Exa., seguido pelo Senador Antonio Anastasia. Então, nós vamos antecipar um pouquinho, a pedido do nosso sabatinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra V. Exa., para responder aos questionamentos das Sras. e dos Srs. Senadores.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Obrigado, Sra. Senadora, começo pelo Senador Esperidião Amin, agradecendo a S. Exa. pelas abordagens, por trazer a lição de Schumpeter acerca da criação destruidora, da destruidora criação ou da nossa disruptura, que aqui trazemos no plano não só do Ministério Público, mas permanentemente no campo das ideias, onde a transformação se faz necessária.

Senador Esperidião Amin, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o paradigma de 1988, Senador Esperidião, vai de 1988 a 2003. Nesse período, nós tivemos o Ministro Sepúlveda Pertence, tivemos o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga, depois tivemos por oito anos o Dr. Geraldo Brindeiro como Procuradores-Gerais escolhidos diretamente pelo Presidente e sabatinados por esta Casa, como manda a nossa Constituição. A partir de 2003, houve uma mudança de paradigma com o novo regime de governo, ou melhor, o novo sistema, que foi o sistema da eleição corporativa do Ministério Público Federal.

Nossa presença nesta Casa hoje se faz exatamente no ambiente em que, após 16 anos de experiência da lista tríplice para Procurador-Geral da República, nós constatamos a existência de graves defeitos no sistema. Mas para explicar a inaplicabilidade ou a incompatibilidade da lista tríplice com instituição contramajoritária, é preciso ser um pouquinho mais prolixo no sentido de dizer que instituições como o Executivo e o Legislativo convivem com o princípio da majoritariedade porque têm o dever de ouvir a voz das ruas, têm o dever de ouvir o clamor do povo.

O Ministério Público e a magistratura – e vou falar só do Ministério Público – têm o dever de respeito à Constituição, às leis do País, que são feitas por V. Exas., Parlamentares, e que impõem como intérpretes qualificados do espírito da alma do brasileiro as formas de regrar a vida em sociedade. É o estado de civilidade que nos impõe o respeito à Constituição e às leis do País.

De maneira que – Senador Esperidião, em particular – o paradigma que nós combatemos é o paradigma corporativista, não o paradigma da unidade institucional que nós buscamos aqui rever, resgatar e voltar a aplicar. E respondo a essa pergunta de V. Exa. com a seguinte colocação. Se houve queixas entre 1988 e 2003 em relação a algum PGR, essas queixas não avançaram para o corporativismo, avançaram para a eventual postura pessoal do Procurador-Geral da época, mas não por falta da unidade institucional. Eu fui – eu diria –, à época, um irresignado com um determinado colega que passou oito anos na Procuradoria-Geral da República, mas jamais eu e os meus colegas deixamos de pensar na instituição como unidade, sempre nos comportamos nesse sentido, sem a noção do corporativismo.

Então, o corporativismo que a lista tríplice trouxe a partir de 2003 é exatamente aquele que atomiza, que faz com que cada membro do Ministério Público seja um Ministério Público, que cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

membro do Ministério Público caia na armadilha que V. Exa. não disse assim, mas colocou, não do ativismo, que é uma expressão mais voltada para o Judiciário, mas, quem sabe, do voluntarismo ou de uma verdadeira atividade caprichosa de alguns membros do Ministério Público.

Nós temos, nos Ministérios Públicos, conselhos superiores que velam por questões éticas e temos as nossas corregedorias, inclusive a Nacional do Ministério Público. E, evidentemente, a maioria dessas punições – o CNMP tem punido mais do que o CNJ – revela exatamente não a atuação institucionalizada, mas eu diria uma atuação em que cada membro se sente tão independente funcionalmente que não compreende que o seu paradigma é a Constituição, são as leis do País e que o seu dever não é levar para a vida pública os seus caprichos pessoais, não é levar para a vida pública os seus humores, não é levar para a vida pública as suas vontades, porque isso se faz no campo privado de cada um, de cada cidadão brasileiro.

Em relação ao ativismo judicial, eu já disse anteriormente que sou veementemente contra porque, se eu quero respeitar esta Constituição, eu preciso respeitar as competências constitucionais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Quando o Judiciário promove ativismo judicial, o Judiciário pode estar usurpando competência de um dos Poderes. Quando o Supremo promove ativismo judicial, pode estar remando contra a sociedade brasileira porque os intérpretes qualificados da Constituição são V. Exas., são V. Exas. que devem refletir a vontade popular. Quem se submeteu à vontade do povo são V. Exas., Senadores e Deputados. Quanto, Senador Esperidião Amin, à questão dos royalties, lastimavelmente nós vimos que a centenária questão da divisa do Brasil, no Acre, demorou mais de cem anos. O Supremo julgou, há pouco mais de dez anos uma causa iniciada já no início do século XX. E nós lamentamos que a morosidade do sistema de justiça reflita um caráter do brasileiro que é aquele de beligerância, que parece contraditório com o homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, mas o brasileiro tem, nós temos hoje 110 milhões de ações ajuizadas para 210 milhões de habitantes. Significa dizer que, a cada dois cidadãos, cada um tem uma ação, representa uma ação. Essa prática da conflituosidade precisa ser dirimida com juizados de conciliação, mediação e arbitragem. Esta Casa já entregou a legislação adequada; precisa tão somente de políticas públicas para acostumar o povo brasileiro a dirimir conflitos fora da via judicial, descarregando a grande pletora que lá se encontra.

Em relação à lei dos *royalties*, se merecer a aprovação desta egrégia Casa Alta, eu espero cuidar do assunto com a cautela e os cuidados devidos. A minha experiência de 40 anos de carreira jurídica, 32 como Procurador, 30 de faculdade, modéstia à parte, me confere uma sensibilidade de enxergar não somente a folha do papel, mas ir além, buscar enxergar a natureza humana, o espírito do povo, o espírito do tempo para que nós possamos nos manifestar oportunamente, se assim ocorrer.

Eu espero ter respondido a V. Exa., com um tempo infelizmente limitado, mas queria agora continuar respondendo ao Senador Rogério Carvalho, para dizer a S. Exa. que realmente nós temos um passivo hoje dos direitos difusos e coletivos no Brasil pelo Ministério Público; nós temos uma falta, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lacuna. O Ministério Público precisa, sim, voltar a atuar não somente nos holofotes do combate à macrocriminalidade, mas também atuar efetivamente na defesa das minorias e de outros valores consagrados, ora como direitos difusos, ora como direitos coletivos, ora como direitos individuais indisponíveis.

E, nesse aspecto, Senador Rogério Carvalho, é preciso que se diga que as populações indígenas são evidentemente pessoas dotadas de dignidade, dignidade humana. Existem situações peculiares, entre as comunidades indígenas que são os povos isolados. A Índia tem povos isolados; a Indonésia tem povos isolados; talvez outros povos, outros continentes não os tenham mais; mas temos povos isolados no Brasil, na Índia, na Indonésia, e, na Ásia, ainda temos etnias existentes, que se mantêm isoladas, por respeito a este *modus vivendi*, esse modo especial de estar no mundo.

Mas quem quer que estude Viveiros de Castro, no seu perspectivismo, vai compreender a riqueza da necessidade de preservar os costumes, as tradições, o *modus vivendi* de cada comunidade nativa originária. Nós sabemos que a compreensão de como pensa o outro nos enriquece profundamente, porque nós deixamos de ter uma certa hegemonia do pensamento racional de matriz ocidental, para compreender que o indígena enxerga a sucuri como elo entre o céu e a terra.

E se ele for comido pela sucuri, ele também é a sucuri e a sucuri também é ele. E essa importante visão perspectivista que é preciso compreender. Não é fácil para nós de pensamento racional, ocidental, mas é preciso compreender o perspectivismo dentro da Antropologia.

Mas também é preciso compreender que o índio, na sua dignidade de ser humano, também quer vida boa, também quer vida compatível com suas necessidades. O índio não quer também pedir esmola, o índio não quer viver ao lado de quem produz no agronegócio, e ele tem cem mil hectares de terra disponível e não pode produzir porque é tratado como índio que tem o dever de continuar vivendo como caçador e coletor. É preciso que o índio também tenha oportunidade de usar suas próprias terras para, dentro do universo da legalidade, do respeito a todas as regras, produzir os grãos ou produzir pecuária, ou produzir aquilo que possa ser permitido ao índio, porque nós sabemos que existe, aqui no Centro-Oeste, comunidade indígena produzindo grãos e enriquecendo, como qualquer pessoa ou cidadão, e existe índio ao lado que está passando fome, sem nenhum recurso, porque não tem o direito de usar suas próprias terras para cultivar o que quiser e sobreviver com dignidade.

Nessa toada, o Senador Rogério Carvalho nos aborda quanto à questão do controle externo da atividade policial. Senador, nós temos a 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, que é dirigida ao controle da atividade policial. O Ministério Público, com as dificuldades naturais, especialmente orçamentárias, tem feito o que é possível para manter essa atividade; mas nós temos um projeto que eu adianto, que está dentro da pergunta de V. Exa. e diz respeito à saúde e à educação. Nosso projeto, se merecermos a confiança de V. Exas. e chegarmos a tomar posse, é transformar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

câmara, que hoje é dedicada ao controle da atividade policial, na Câmara da Educação e da Saúde, porque a 2ª Câmara nossa, que é um órgão superior e trata da matéria criminal, tem condições de receber essa atividade porque os crimes ambientais, por exemplo, hoje são das atribuições da 4ª Câmara, que é a Câmara do Meio ambiente. Então, cada câmara... Houve uma especialização em matéria criminal e a 2ª Câmara passou a distribuir temas para outras câmaras. Então, a nossa ideia é transformar a matéria do controle externo para a Câmara Criminal, que é mais afeita, e a 7ª Câmara se converter na Câmara da Educação e da Saúde, para que nós não tenhamos as dificuldades de atender às demandas dos direitos difusos e coletivos acerca da saúde e da educação.

Quero dizer a V. Exas. também, agora, ainda que tardiamente respondendo aos senhores, que a demora do Judiciário, e eu diria menos do Ministério Público, é compreensível ante essa grande quantidade de processos que são 110 milhões. Quero dizer também aqui, especialmente ao Major Olimpio: Senador Major Olimpio, imagine V. Exa. que eu sou um Procurador que frequento a Procuradoria de manhã e de tarde, exceto às segundas e quartas, quando dou aula de 8h às 12h, na UnB. Imagine como eu poderia fazer 8 mil pareceres, 19 mil manifestações, 120 reuniões com segmentos produtivos e do consumidor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Então, eu queria dizer apenas o seguinte: neste primeiro momento – Senadora, um minutinho, por gentileza, para concluir –, nós temos muito a fazer, mas podemos fazer mais desde que tenhamos um Ministério Público dotado da unicidade. Essa unicidade faz também com que as pessoas se motivem a trabalhar e alcançar o grau mínimo necessário de atendimento dessas atividades dos interesses difusos coletivos.

Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Pode continuar respondendo.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Posso continuar respondendo?

Pois então... Ainda na busca de tentar responder a tantas perguntas importantes e relevantes para a vida pública nacional e para cada cidadão brasileiro, a questão da laicidade do Estado... O Estado é laico, mas todos nós temos o direito de ter religião. O princípio da liberdade de religião nos assegura que o Estado não intervenha na nossa religião, que o Estado não proíba a nossa religião.

Eu sou de uma geração em que, mesmo sob a égide da Carta de 1967-1969, determinadas culturas afrodescendentes ainda eram fechadas porque eram proibidas não pela lei, pela Constituição, mas pelas autoridades que estavam ali àquela época, ainda num contexto peculiar. Então, a laicidade se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reflete, sim, na proibição de o Estado intervir na religiosidade, mas cada cidadão tem o direito sagrado, como garantia da liberdade de religião, de escolher aquele ramo que assim entender da sua afeição.

Em relação à liberdade de expressão, Senador Rogério Carvalho, é fundamental a liberdade de expressão. Não há democracia sem liberdade de expressão. Eu digo, nas obras que escrevi, que o pré-requisito da democracia é a liberdade de expressão, porque é através dela que o Parlamentar ou o chefe do Executivo pode dizer o que é, o que quer, e o que foi. E é através da liberdade de expressão que se pode conhecer a capacidade, a habilitação ou, inversamente, a não capacidade ou inabilitação para as atividades públicas. Sem liberdade de expressão, não há democracia. Por isso que, tendo sido eu nessa campanha de disruptura tão muitas vezes injustamente atacado com tantas palavras postas na minha boca, e eu merecedor... Provavelmente o Senador Contarato não sabe que eu não fiz as declarações que o Senador, com justa razão, coloca. Mas eu prefiro ter o direito de resposta a ver a censura prévia; eu prefiro responder a todas as supostas falas minhas a ver a censura prévia. Então, liberdade de expressão sempre! É a nossa garantia maior, porque, quando falham os Poderes, quando falham as instituições, literalmente resta a voz das ruas, porque é essa que faz a democracia pujante, é essa tensão permanente das diversas correntes de opinião que faz com que esta Casa se revitalize e o próprio sistema de Justiça possa aplicar a lei. Então, eu não posso senão reafirmar a V. Exa. a liberdade expressão e a laicidade do Estado. Ai de nós se o Jean Bodin não tivesse criado a laicidade do Estado e a soberania nacional! A França seria hoje a do Norte e a do Sul, e cada um de nós estaria em uma situação extremamente delicada.

Ainda nas perguntas do Senador Rogério Carvalho, a questão da política de encarceramento, a política da redução da letalidade policial.

Essa é uma questão social grave e relevante. Não é deste Governo nem dos Governos anteriores: essa é uma questão nacional, a ser tratada. Também é o lado da população carente, vítima da bala perdida.

Vítima de toda a miséria social, há também o policial, porque neste ano, salvo engano... Felizmente, só morreram 46 neste ano. Mas, nos anos anteriores...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Só no Rio de Janeiro.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Só no Rio de Janeiro. Mas, nos anos anteriores, morreram quase 365 num ano.

Então, essa é uma questão grave, mas é uma questão que nós, do Ministério Público, queremos tratar. Mas não tratar politicamente, porque isso é assunto de V. Exas.; nós queremos tratar juridicamente, no CNMP, integrando o Ministério Público Federal, o Ministério Público da União, os MPs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais, com programas, Senadora Tebet, que possam levar toda a experiência da Lava Jato e das demais operações para o combate à macrocriminalidade que ocupa, hoje, o interior do Brasil.

O Brasil tem 13% da população no campo. Hoje, as organizações criminosas estão elegendo Prefeitos, Vereadores, Deputados. Nós precisamos unir as nossas expertises para trabalhar por um Brasil que possa, minimamente, enfrentar a macrocriminalidade, e isso se faz no CNMP, através de diversos ramos do Ministério Público brasileiro, e não somente federal.

Acerca do abuso de poder, o Conselho Nacional do Ministério Público tem a sua corregedoria. O Conselho Superior do Ministério Público tem a sua corregedoria.

Eu não diria que nós somos corporativistas. Eu até vou no sentido da punição. Eu diria até algo que pode chocar V. Exas.: o Ministério Público é, talvez, a única instituição que, no aspecto punitivo, não seja corporativista, ou seja, não defende os seus membros. Falo com os meus 32 anos de Ministério Público: ai do membro do Ministério Público que cair na sua corregedoria e, mais ainda, de um processo administrativo disciplinar. (*Fora do microfone.*)

Major Olimpio, em relação à questão do *custos legis*, quanto à imparcialidade e independência, creio ter respondido antes.

Em relação ao número de processos, quero dizer a V. Exa. que recebo da minha colega, se merecer a confiança de V. Exas., 5.473 processos. Ou seja: o que eu receberia em dois anos, se tivesse zerado a conta, eu vou receber da colega, se merecer a confiança de V. Exas. Espero ter a assessoria para me ajudar a compor esse quadro.

Em relação à segurança pública, acabei de dizer sobre a integração, via CNMP, dos MPs brasileiros.

E, no que toca à questão da rejeição por esta Casa dos dois colegas honrados, Dermeval e Lauro Nogueira, quero dizer que esse é um juízo político; esse não é um juízo jurídico, sobre o qual possa me manifestar.

Respeito a manifestação da Casa e respeito também a irresignação dos colegas e a independência funcional desses mesmos colegas que votaram como as suas consciências determinaram; mas, como homem da *civitas*, homem da civilidade, eu tenho que respeitar as regras do jogo. As regras do jogo impõem que: esta Casa tem o poder de aprovar ou de rejeitar. E sobre isso podemos até nos sentir insatisfeitos, em razão de motivos de convencimento, mas não emitir juízo jurídico, porque o juízo aqui é político, e eu devo respeitar, acima de tudo, esta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Casa tem a jurisdição, agora, sobre a escolha do Procurador-Geral da República, como tem a jurisdição, depois, sobre a conduta do Procurador-Geral da República, assim como a tem também em relação aos Ministros do Supremo e à própria Corte do Supremo.

Então, eu espero ter respondido a V. Exa., Major Olimpio. Desculpe pelo tempo. É difícil, mas essa é outra observação.

Senador Marcos Rogério, apenas quero agradecer a V. Exa. pelas palavras generosas e dizer que eu espero corresponder à expectativa de V. Exa. e de todos os Senadores, se merecer essa confiança de todos.

Eu creio que, aqui, Sra. Senadora, só me resta agora responder ao nosso Senador Contarato.

Senador Contarato, estive com V. Exa. Para mim, foi um contato honroso. Quero dizer a V. Exa. que, sim, fui contactado pela Anajure, e a Anajure me levou uma pauta. Confesso a V. Exa. que, imediatamente, eu não li aquela pauta inteira. Depois, fui ler; cobrado, fui ler. E vi que apenas o item 7, que é o item com o qual V. Exa. se indigna, realmente, tem um enfoque que está superado pelas decisões do Supremo Tribunal Federal.

Não quero jamais dizer a V. Exa. nem a ninguém que não tenha família. Isso não passa pela minha cabeça. Eu sou um cidadão deste tempo, que é o tempo de V. Exa., e sou um cidadão que estudo culturas. Eu não posso deixar de compreender todos os fenômenos sociais, todos os fenômenos humanos que possam ser apreensíveis cognitivamente. E posso dizer a V. Exa.: respeito muito V. Exa. Tenho amigos e amigas que têm casamento homoafetivo. E o casamento é como um contrato. Na contemporaneidade, ele é assim entendido; na minha geração, era uma instituição. Como contrato, hoje ele é assim entendido na via jurídica e no próprio Direito Canônico. O casamento, como contrato, pode merecer toda a proteção.

E devo dizer mais a V. Exa.: o Direito Previdenciário foi um direito mais avançado que o Direito Civil. Quando, ainda sob a égide do Código de 1916, o casamento era exclusivamente entre homem e mulher, já havia o reconhecimento da união homoafetiva. E já há, mais recentemente, como V. Exa. lembra, a questão do Imposto de Renda.

Então, quero dizer a V. Exa. que a minha única ressalva é de ordem formal. Eu me sentiria muito mais confortável, por mim e pelos meus amigos e amigas que têm casamento em todos os sentidos com pessoas do mesmo sexo, com uma legislação, com uma norma constitucional em que eu não lesse, nessa Constituição, "homem" e "mulher", mas em que eu lesse "pessoa", "cidadão" ou "cidadã", porque a Constituição disciplina a matéria de uma forma não contemporânea. V. Exa. pode, então, recorrer à hermenêutica, para que o Supremo faça a atualização dos fatos. Apenas a nossa dificuldade aqui é meramente formal, exclusivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – No mais, os meus respeitos a V. Exa., à vossa família, aos vossos filhos, que são tão iguais quanto os meus.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Eu sou doente, então?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Em hipótese alguma!

Nem acredito em cura *gay* também, permita-me complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Passamos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para a réplica... Pergunto, antes, na ordem de inscrição, se há alguma réplica. (*Pausa.*)

Então, com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Então, se o senhor, como Procurador-Geral da República, chegar... O Supremo já se manifestou sobre isso, o CNJ também. Agora, então, o senhor vai se curvar ao entendimento do Supremo. Isso é óbvio, não é?

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – *Roma locuta, causa finita*.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com relação ao conceito de família, que o senhor cita, na Constituição Federal a interpretação é muito mais extensiva, tanto é que o Supremo assim entendeu.

Ela invoca o art. 1º, o art. 3º, o art. 5º para entender, porque o direito não é estático, ele é dinâmico. Eu não preciso ser um positivista napoleônico convicto para chegar, com todo o respeito, a essa conclusão.

Agora, eu quero invocar mais um ponto aqui, Sra. Presidente, da Carta da Anajure, porque também tem o item 5. O senhor falou que não acredita na cura *gay*, mas, no item VII, ponto 5, diz: "Desde que seja uma decisão de consciência livre, deve ser facultado a qualquer pessoa tornar-se paciente" – paciente – "em tratamento de reversão sexual"...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... "por motivos religiosos ou não". E o senhor acaba de falar que o único ponto de que o senhor discorda efetivamente seria com relação ao conceito de família. O senhor é a favor da cura *gay?*

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Eu sou... Eu não entendo essa dinâmica intitulada cura *gay* como algo científico. Eu entendo que a Medicina já busca, em várias áreas, compreender a identidade de gênero não só a partir de homem e mulher, mas compreender o direito sagrado de cada cidadão escolher, na idade adequada e sem influência de quem quer seja, fazer a sua opção de gênero. Então cura *gay* é uma dessas artificialidades para a qual eu não tenho nenhuma consideração de ordem científica, porque reconheço duas coisas: na Medicina, o gênero homem e mulher; na questão da opção de gênero, que cada um, na Idade adequada, faça sua escolha e seja respeitado como tal.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Só para complementar, só quero corrigir V. Exa., com toda humildade, que não é uma opção. Ninguém me deu um cardápio para eu escolher o que eu quero ser ou não. Isso é condição.

E aqui eu só quero fazer mais uma ressalva: que o senhor já começou a montar a própria equipe. Escolheu o Subprocurador aposentado Eitel Santiago Pereira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... para o cargo de Secretário-Geral da PGR, o qual já afirmou que, aspas: "Com base em documentos da época e testemunhos de pessoas que participavam ativamente da vida pública naquela quadra da vida nacional, considero mais correto o posicionamento dos que sustentam que houve uma revolução em 1964".

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ou seja, nega a ditadura.

O senhor também nega que houve a ditadura?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Fabiano...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa. Já houve o pedido de réplica e, agora, houve a tréplica, mas eu gostaria, agora, até por ter impedido V. Exa. de fazer sua última pergunta, não como Presidente desta Comissão, mas como Senadora da República, dizer que a doença não está na cor da pele, não está na opção sexual ou de credo religioso. A doença está na questão de se ter ou não caráter. Então, eu quero dizer que V. Exa., como todos os Senadores aqui, foi uma grata surpresa na renovação desta Casa, pelo seu espírito público, pela sua capacidade, pela sua integridade, mas principalmente porque V. Exa. representa as boas almas de que a política precisa e que merece.

Eu passo a palavra, neste momento, como orador inscrito, como suplente, ao Senador Lasier Martins, na ordem de inscrição. Em seguida, o Senador Anastasia, Otto Alencar, Alessandro Vieira e Wellington... Não, Senador Weverton. Eu confundi aqui Wellington com Weverton, o Senador Weverton.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente Simone Tebet.

Srs. Senadores, Senadoras, eminente Procurador Antônio Augusto Aras, eu me dispenso de maiores reverências à sua história, porque já se recapitulou bastante seu histórico, seu currículo.

Eu tenho apenas quatro perguntas e vou começar dizendo que é importante ouvir V. Exa. falar aqui de seus compromissos como candidato à chefia do Ministério Público Federal no combate ao crime organizado e à corrupção, da sua preocupação com a comunidade indígena e da sua preocupação com a questão ambiental, com os direitos difusos, enfim, V. Exa. já falou bastante sobre o que pensa e o que pode fazer.

Mas eu quero voltar um pouquinho mais, Dr. Aras, à questão mais estrepitosa do Brasil nesses últimos anos, pelo conceito que alcançou, pela finalidade, pela repercussão, que é a Lava Jato. V. Exa. falou um pouco de passagem, e eu precisava ouvir mais, até porque tenho recebido muitos pedidos de insistência com relação ao seu pensamento e ao seu projeto.

V. Exa. falou na sua fala de apresentação que há necessidade de correções...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Pois não.

V. Exa. falou na sua fala de apresentação da necessidade de correções na Operação Lava Jato. Gostaria de saber que correções seriam essas, se é possível decliná-las.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de saber também se V. Exa. pensa manter a força-tarefa e se será com a mesma composição atual. V. Exa. disse que pretende expandir a Lava Jato para os Estados, mas isso poderia significar uma transferência de prioridade ou, na sua ordem de importância, a Lava Jato continuará ocupando um lugar de destaque?

Quando de sua visita, que muito meu honrou, ao gabinete, ouvi V. Exa. dizendo que quem sabe lá poderia haver mudança de nome, embora não caiba ao Ministério Público denominar se a operação deva ter este ou aquele nome.

Mas, enfim, eu gostaria de ouvir mais sobre a manutenção da Lava Jato, porque se tornou uma verdadeira instituição, uma instituição de fato no combate àquilo que marcou demasiadamente a vida nacional, uma verdadeira endemia: a corrupção, que ainda permanece, quem sabe lá em menor volume, mas perdura. E é finalidade do órgão protetor, defensor da Constituição, fazer esse combate.

Então, gostaria de ouvir um pouquinho mais sobre o que V. Exa. pretende com relação à Lava Jato.

Uma segunda pergunta: qual é a sua intenção com relação ao Procurador Deltan Dallagnol? Vai ocupar algum lugar de destaque na sua equipe? Será mantido na chefia da Operação Lava Jato?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza, nós temos um orador fazendo os questionamentos.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Eu não gostaria de receber...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem a palavra, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – ... restrições...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – ... ainda mais da parte de quem é adversário da Operação Lava Jato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem a palavra, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Pois não, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma terceira pergunta, Sr. Procurador Aras, o Secretário de Governo Federal, Dr. Jorge Oliveira, fez uma declaração, logo que o seu nome foi indicado, que chegou à imprensa, segundo a qual uma das razões da sua escolha é porque V. Exa. apresentou ao Governo um programa de alinhamento ao que pensa o Governo Federal. V. Exa. já falou de passagem, lá no início, mas para mim não ficou muito claro: é evidente que um Procurador-Geral da República não pode ficar condicionado a vontades do Poder Executivo. E me parece que V. Exa. apenas vai confirmar isso.

E uma última pergunta: V. Exa. falou há pouco, em resposta ao Senador Olimpio, que V. Exa. recebe mais de 5 mil processos; é uma atividade desumana para dar conta. Mas V. Exa. recebeu também, na derradeira semana da sua antecessora, Dra. Raquel Dodge, centenas de portarias, pelo que tomamos conhecimento, portarias para ações investigatórias e diligências em processos contra autoridades indiciadas na Operação Lava Jato. A impressão que se passa dessa notícia é de que essa providência deveria ter sido tomada há muito tempo e que é transferida agora para V. Exa.

Então, quanto a essas atividades investigatórias, que atitude haverá V. Exa., porque nós sabemos, Procurador, que o foro privilegiado tem sido benéfico para muita gente, porque não tem havido avanço nas conclusões de investigações por parte da Polícia Federal e principalmente não tem havido avanço no oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal. E isso agora competirá a V. Exa.

E aí eu queria saber, ilustre Procurador, que providências V. Exa. tomará e em que prazo – em que prazo! – V. Exa. adotará essas medidas de encaminhamento de tantos e tantos processos pendentes que envolvem gente famosa, mas cujos processos estão estagnados, alguns até por alguns anos.

São essas as minhas perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Lasier Martins, inclusive pelo tempo.

Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente; Sr. Vice-Presidente, Senador Jorginho; Eminente Dr. Antônio Augusto Aras... Permita-me chamá-lo de Antônio Augusto, em razão do nosso comum nome relativamente raro nos dias de hoje. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Dr. Aras, primeiro eu quero cumprimentar V. Exa., não posso deixar de fazê-lo, pela carreira e pela trajetória, especialmente pela trajetória acadêmica, que muito me apraz, inclusive sendo V. Exa. Professor da prestigiada UnB, também me dá uma certa satisfação, sabendo que o futuro Procurador da República é um professor universitário superior, do ensino superior gratuito da nossa União federal, que hoje atravessa muitas dificuldades. Então, tenho certeza de que V. Exa. conhece bem o tema. E eu também o sou. Então, fico muito feliz com essa sua trajetória e sua carreira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria dizer, eminente Dr. Aras, que eu tenho dedicado aqui o meu mandato, no Senado, desde o primeiro mês, a uma questão que muito me alenta, que é tentar aprimorar um pouco a legislação brasileira para melhorar e aprimorar a gestão pública no Brasil. Eu acredito piamente que os vícios, os defeitos, as mazelas da gestão pública no Brasil são responsáveis por várias deficiências que temos na prestação dos serviços públicos de saúde, educação, segurança, não só restrição orçamentária e financeira, mas também deficiências nessa gestão. E por isso mesmo tenho me esforçado, juntamente com os pares, na tentativa de apresentar projetos nesse sentido, ajudando a governabilidade, inclusive, em todos os seus segmentos.

Todavia, a par dessas deficiências que são já históricas e por décadas da nossa gestão pública brasileira, que infelizmente nunca foi prioritária, somaram-se a elas, nos últimos anos, infelizmente, como eu disse e reitero, um sentimento de que qualquer legislação no Brasil que venha a ser apresentada para aprimorar a gestão e melhorar a governabilidade é para afrouxar o controle sobre a administração.

Eu tive um caso concreto, até muito triste, quando apresentei, no primeiro semestre de meu mandato, um projeto de lei da segurança jurídica, a favor da administração pública, que se transformou parcialmente, agora é uma lei, a Lei 13.655, cuja Relatora foi a eminente Presidente, Senadora Simone Tebet, que tramitou no Senado e na Câmara por quase durante quatro anos, objeto de audiências públicas, de livreto publicado. E só para dar esse exemplo, eminente Dr. Aras, o Ministério Público Federal chegou a publicar favoravelmente ao projeto, no seu *site*, dizendo que era um projeto que favorecia a governabilidade. E, quando veio o momento da sua sanção, pasmemos nós todos, o próprio Ministério Público pediu o seu veto total, sob o argumento de que nós estaríamos tentando proteger gestores inescrupulosos. Isso jamais ocorre!

Na realidade, o que nós temos de proteger, Dr. Aras, é o gestor bem-intencionado, correto e que, por ser humano, pode errar. Nós temos de distinguir, na legislação brasileira, o que é o dolo, a má-fé, a corrupção – e puni-los de maneira severa – do erro humano, do equívoco, da falha; porque só não erra quem não quer. O resultado disso, desse clima e desse ambiente que nós criamos no Brasil, em razão disso, que lamentavelmente está espraiado em todos os segmentos, é o que o Professor José Roberto Dromi, do Direito Administrativo argentino, criou: o famoso código do fracasso, que eu vou tomar a liberdade – V. Exa. o conhecem bem – de repetir aqui: "Artigo primeiro: não pode; artigo segundo: em caso de dúvida, abstenha-se; artigo terceiro: se é urgente, espere; e artigo quarto: sempre é mais prudente não fazer nada". Então, é o apagão das canetas.

O bom gestor está apavorado, Dr. Aras! Então, eu queria contar, se for possível – e a minha indagação primeira é nesse sentido – com a participação da Procuradoria da República, na gestão de V. Exa., para nós fazermos uma revisão verdadeira e uma revisão plena; e que não haja nenhuma caça às bruxas de quem propõe essa revisão, por exemplo, da lei de improbidade, porque nós sabemos que há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um exagero total, por desrespeitar princípio. O que é desrespeitar um princípio no caso concreto? O que acontece com milhares de Prefeitos no interior, gestores municipais, que muitas vezes até por desconhecimento total acabam sendo processados. Existem casos aqui, às mãos cheias, que têm uma ruína completa em razão exatamente de dúvidas colocadas em razão de princípios e de erros humanos e normais.

Então, fico muito feliz de ouvir V. Exa. falar de unidade, em um conceito mais amplo do Ministério Público, que vai possibilitar com certeza que essa legislação avance em temas como responsabilidade civil, a própria improbidade, e que nós possamos dar segurança a esses gestores, com a participação do Ministério Público e dos órgãos de controle, do Tribunal de Contas, porque, do contrário, nós teremos de fato no Brasil um abandono completo das funções administrativas. Ninguém terá coragem de assumir funções administrativas, porque sabe que, em pouco tempo, será processado e será punido por um erro humano, porque só não erra quem não faz. Então, ó o primeiro apelo que lhe faria.

O segundo é uma indagação já de uma ordem que não é a minha especialidade, que é o Direito Penal. Eu li esses dias um artigo publicado por seu antigo colega e eminente jurista, o Prof. Lenio Streck, em que sugere – e me pareceu muito criativa a sua sugestão, que, aliás, me foi encaminhada por um amigo em comum, o Prof. João Batista de Oliveira, nosso Procurador também, aposentado e professor da Faculdade de Minas – inserir no ordenamento jurídico brasileiro, de maneira mais explícita do que já está, o art. 54 do Tratado de Roma. O Estatuto de Roma, do Tribunal Penal Internacional, tem o seguinte texto, Presidente:

> A fim de estabelecer a verdade dos fatos, alargar o inquérito a todos os fatos e provas pertinentes para a determinação da responsabilidade criminal, em conformidade com o presente Estatuto e, para esse efeito, investigar, de igual modo, as circunstâncias que interessam quer à acusação, quer à defesa.

O Estatuto de Roma já está incorporado ao nosso ordenamento jurídico, já é mencionado em diversos acórdãos dos tribunais regionais, do Supremo Tribunal, do Superior Tribunal de Justiça, mas, aparentemente, se o dispositivo viesse a ser incorporado de maneira expressa no Código de Processo Penal, como, aliás, já o é no Código de Processo Penal alemão, como cita o Prof. Lenio em seu artigo, eu acho que daria mais uma garantia exatamente a essa unidade que V. Exa. cita. Então, eu queria indagar de V. Exa., de maneira muito singela e muito objetiva, se há simpatia de V. Exa. por incorporação desse dispositivo.

E, por fim, ainda dentro do meu tempo, Presidente, de maneira muito rápida, porque as perguntas são simples de serem respondidas, eu concordo 100% com as afirmativas de V. Exa., que são matemáticas e estatísticas. V. Exa. exarou 19 mil peças, funcionou em dezenas e centenas e até milhares de processos: ninguém suporta isso mais no Brasil; não há condições de fazê-lo; temos de investir na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autocomposição. E o Ministério Público tem um papel fundamental, inclusive, aí na seara onde eu atuo com mais afinco, na Administração Pública. Portanto, o Ministério Público colaborando com a arbitragem, mediação, *dispute board*, ter todas as figuras inovadoras do Direito para autocomposição, certamente isso vai aliviar e permitir que a Justiça seja cada vez mais eficiente e que não permita esse atraso jurisdicional que V. Exa. tão bem abordou.

Desse modo, Sra. Presidente, economizando 2 minutos e 20 segundos, eu agradeço e parabenizo o Dr. Augusto Aras mais uma vez pela bela exposição que realizou.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos as intervenções sempre objetivas e certeiras de V. Exa.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senadora Simone Tebet, Presidente, e ao Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente.

Queria fazer alguns questionamentos ao nosso Procurador, Dr. Augusto Aras.

Primeiro, queria perguntar, porque é uma coisa que nós, aqui no Senado Federal – e acho que a população brasileira como um todo –, não temos conhecimento, sobre os atos da Procuradoria-Geral da República no que compete ao item Corregedoria-Geral da República.

Eu pediria ao Senador Randolfe Rodrigues que se afastasse um pouquinho para que eu pudesse visualizar ali o nosso Procurador.

Então, a Corregedoria tem essa finalidade de observar, fiscalizar os atos de todos os procuradores.

Pergunto a V. Exa., nesse período que V. Exa. conhece, e é atual procurador, ou com outros procuradores: quais foram os casos que foram levados em consideração para análise de algum procurador ou outro procurador que, descumprindo a lei, foi julgado ou foi analisado? Digamos que, em alguns casos, como é o caso simbólico na época do ex-Procurador Marcelo Miller, que hoje está fora da Procuradoria, mas foi constatada a relação promíscua dele com empresas que ele passou, inclusive, a defender...

Outro assunto que gostaria de perguntar a V. Exa., e este é pontual, até porque eu sempre defendi e defendo a Operação Lava Jato, mas, dentro da Operação Lava Jato, foram constatados casos em que se ultrapassou o limite da lei, e a lei existe para limitar o poder, para circunscrever o poder, para se obedecer a Constituição Federal. E foi constatado isso, ao ponto de a elevação do poder chegar à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constatação de que o determinado Procurador, o Dr. Deltan Dallagnol, querer criar um fundo de R$2 bilhões para atividades que ele poderia controlar.

Está muito claro aí, pelo Intercept, do diálogo que aconteceu, que uma das procuradoras considerou o diálogo legal, porque foi quando se dirigiu à questão do ex-Presidente Lula, até fazendo pouco caso do sofrimento do ex-Presidente Lula quando perdeu um dos seus entes, e ela constatou que o diálogo era verdadeiro. Portanto, não há como não se considerar verdadeiro o que foi publicado pela Intercept, não há a menor condição de se negar isso.

Vários partidos políticos, Dr. Augusto Aras, entraram no Conselho Nacional do Ministério Público pedindo que se abrisse um processo contra o Dr. Deltan Dallagnol, e isso foi arquivado, mostrando claramente o corporativismo. Eu quero repetir que a Operação Lava Jato foi altamente positiva para o Brasil, fazendo uma assepsia geral em vários órgãos da República que estavam contaminados pela corrupção. Quero repetir isso, porque, às vezes, quando se faz um questionamento de quem ultrapassou a lei, seja ele quem for, Presidente da República, um procurador, um ministro, qualquer um seja, um Senador, e nós já analisamos aqui casos dessa natureza... Então, eu queria perguntar se há essa clareza de que aconteceu um corporativismo dentro do Conselho Nacional do Ministério Público, de não querer sequer analisar esses encaminhamentos pelo Partido dos Trabalhadores, pelo PSOL, pelo PCdoB, vários partidos que têm representação política no Senado Federal. Se o corporativismo deve ou não deve ser combatido, se alguém pode, porque é procurador ou promotor público, estar acima da lei. Eu acho que não. Portanto, é essa a pergunta, e eu queria que pontuasse quais são os casos de que V. Exa. tem conhecimento que foram analisados pelos corregedores do Ministério Público.

Eu falo isso com muita tranquilidade, até porque eu nunca pedi ou procurei uma audiência com nenhum procurador, nem com o Janot, nem com a Raquel Dodge, e também não vou, de maneira nenhuma, procurar V. Exa., embora seja um baiano que eu respeito muito pela sua qualidade de jurista, de professor, por ser de uma família respeitabilíssima na Bahia, por ter tido um pai, Roque Aras, que lutou contra o golpe militar, fundador do MDB, do MDB de Ulysses Guimarães, de Waldir Pires. O pai de V. Exa. é muito respeitado na Bahia, sua família inteira é de fibra, de coragem, de decisão, e sei que V. Exa. não vai fraquejar, em momento nenhum, sob pressão de quem quer que seja, muito menos do Presidente da República. V. Exa. vai cumprir a lei, porque é um legalista.

É essa a pergunta que eu faço, porque às vezes querem generalizar as ações que são desenvolvidas por um ou outro Senador que discorda em 1% ou 2% da Operação Lava Jato. Eu vejo isso com muita tranquilidade, porque eu exerci todos os cargos políticos no meu Estado, do Executivo: três vezes Secretário, Governador; tomei conta de bilhões e bilhões de reais; nunca foi denunciado no Ministério Público; não tenho nenhuma ação contra a minha pessoa na Justiça, nunca respondi por isso. E todos nós sabemos que é muito fácil se colocar o emblema de honesto quando se toma conta de cofres vazios. Então, para testar se o homem público é honesto, é preciso que ele tome conta de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento, de bilhões de reais, e entre e saia pela porta da frente da instituição que você comanda. Isso era o que eu queria perguntar a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Otto Alencar.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Subprocurador Augusto Aras, inicio reiterando aquilo que disse a V. Exa. na sua visita ao meu gabinete. O senhor tem o currículo compatível, uma história de vida compatível com o cargo para o qual o senhor foi indicado. A sua indicação está dentro das possibilidades legais para que seja feita. Não há como deixar de enaltecer isso e enaltecer também a opinião dos Senadores da bancada da Bahia, que reiteram essa conduta, como agora o colega Otto acabou de afirmar.

Também faço questão de fazer, como já tinha dito a V. Exa., um registro de que, naquela mesma visita, recebemos uma equipe de uma emissora de TV, e a conduta deles foi antiética ao fazer captação de áudio em um momento em que só deveriam fazer captação de imagens, como foi expressamente afirmado pela produção e pelos profissionais. Então, faço esse registro. Não causou nenhum tipo de dissabor, mas poderia, fora de contexto, ter lhe causado algum constrangimento.

Entrando no questionamento, o senhor faz – e não é a primeira vez – afirmações bastante intensas com relação à formação da lista tríplice. Agora, V. Exa. afirmou que existem graves problemas na formação da lista tríplice, apontando que seus colegas, salvo engano acima da casa do milhar, poderiam, na sua escolha, ser induzidos ou induzir o Presidente da República a erro.

V. Exa. foi conduzido à presença do Presidente da República por um então condenado pela Justiça. O senhor não acha que essa forma de acesso – ser conduzido por um condenado pela Justiça – é pior do que a lista tríplice? Registrada essa colocação.

Eu gostaria que V. Exa. também fizesse um pequeno esclarecimento, apenas para registro, se o senhor tem ou teve associação com o hoje Advogado-Geral do Senado, Fernando Cesar de Souza Cunha, autor do parecer pela viabilidade da indicação do filho do Senhor Presidente Eduardo Bolsonaro para o cargo de Embaixador em Washington, parecer esse expedido dois dias antes da indicação de V. Exa. Eu gostaria apenas da confirmação, se existe esse vínculo profissional ou se existia.

Eu gostaria de colher de V. Exa. a sua opinião com relação ao chamado inquérito das *fake news*, instaurado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Dias Toffoli, sobre o qual a sua antecessora – provável antecessora – no cargo de Procurador-Geral da República já se manifestou no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido da absoluta ilegalidade, arbitrariedade, reiterando o pedido de arquivamento do procedimento. Qual é a opinião e qual será o posicionamento de V. Exa. neste ponto.

Gostaria de ter de V. Exa. um esclarecimento um pouco mais amiudado da sua atuação – até porque V. Exa. possivelmente ocupará função relevante na República e mais ainda na categoria – como advogado, reitero, absolutamente dentro da legalidade, na medida em que o senhor ingressou na carreira antes da Constituição. Que o senhor explicasse um pouco mais com relação ao mandado de segurança que V. Exa. impetrou, solicitando a possibilidade de advogar livremente, sem as restrições impostas pela Resolução 8, de 2006, do CNMP, mandado de segurança esse que não teve sucesso, tendo sido cassado e, enfim, negado seguimento em 2015. Que, nesse ponto, o senhor explicasse a sua atuação em causas posteriores à decisão do Ministro Fux, especificamente a Reclamação 37.349, agravos em RE, e por aí vai.

V. Exa. tem se manifestado e reiterou aqui nesta sabatina a defesa do que chama de unicidade, uniformidade de atuação do Ministério Público. De fato, é previsão constitucional a unidade do Ministério Público, mas, da mesma forma, é previsão constitucional a independência funcional dos membros do Ministério Público. Então, questiono V. Exa. com relação a de que forma se dará essa atuação no sentido da busca da unidade, unicidade de atuação do Ministério Público, se vai interferir diretamente na atribuição e no juízo de valor jurídico dos procuradores de primeira instância, procuradores de primeira instância que notoriamente foram os responsáveis pela mudança de toda a configuração pública do Ministério Público, seu grande trabalho e grandes marcos.

Questiono V. Exa. especificamente com relação à manutenção e à forma de atuação da força-tarefa Amazônia, que tem atuação significativa no combate aos crimes ambientais, mais particularmente a questão das queimadas, que tão gravemente alarmou o mundo e precisa de um posicionamento de V. Exa.

Questiono V. Exa., pedindo desculpas pelo alongado, mas é pela gravidade do momento e pela importância da função para a qual o senhor foi indicado, quanto à defesa de uma atuação desenvolvimentista do Ministério Público. V. Exa. reiteradamente diz e repetiu aqui nesta sabatina a percepção que tem de que o Ministério Público deve ser um parceiro do desenvolvimento econômico, da atuação do Estado nas políticas públicas vinculadas ao desenvolvimento. Eu questiono V. Exa. de que forma se dará isso, se dará através de uma estruturação e acompanhamento dos programas públicos, das políticas públicas, se dará através de intervenção direta na atuação dos procuradores de primeira instância? Como será feita essa atuação?

E, no mais, eu reservo o meu tempo, ainda com 4 minutos e 3, para a réplica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos mais dois oradores inscritos antes de fechar o bloco: Senador Weverton; em seguida, Senador Humberto Costa.

Senador Weverton, com a palavra.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Cumprimento aqui o Subprocurador-Geral, Dr. Augusto Aras; a Presidente Simone Tebet; todos os nossos pares; a imprensa; e os telespectadores que estão assistindo a esta importante sabatina e tirando todos os tipos de dúvidas do próximo Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras.

Dr. Aras, a Constituição define o Ministério Público como parte ou fiscal da lei. Na prática, o que tem se visto no Ministério Público de hoje, com raríssimas exceções, é a sua transformação em um órgão eminentemente acusador. Mesmo quando funciona como *custos legis* nos tribunais, instado a se manifestar, a imensa maioria dos seus pareceres – os pareceres que são manifestados, apresentados – são sempre no sentido de confirmar a tese acusatória das instâncias inferiores. Pedir absolvição quando não há provas para condenar, jamais. Isso está em extinção. O que se vê, nos dias de hoje, é que o Ministério Público, volto a dizer, raríssimas exceções, tem pela condenação, pela prisão, a mesma referência que um atleta tem por um troféu.

Portanto, precisamos de um Ministério Público que atue sem punitivismo interesseiro, sem sanha persecutória; que seja atuante e firme em casos em que há transgressão da lei, mas que forme suas convicções e use seu poder de acusar com base no conteúdo probatório dos autos e não no nome da figura que está na capa dos processos. E, se se convencer após a investigação de que o investigado ou acusado é inocente, que se peça o arquivamento ou absolvição.

Nos dias de hoje, basta uma acusação infundada para uma condenação perpétua perante a opinião pública. O Ministério Público não pode ser uma instituição cujos membros a utilizem para a concessão de um projeto de poder. A arena para resolver esse ativismo e exercê-lo é esta em que V. Exa. se encontra hoje: o Parlamento. É muito fácil hoje ver um procurador da República, por exemplo, praticar ativismos, incitando a opinião pública a protestar contra a classe política, mas o fazendo com todo um escudo que o Ministério Público de hoje se tornou para esses ativistas travestidos de procuradores. Ocorre, Dr. Aras, que nós Parlamentares temos total legitimidade para exercermos esse ativismo. Todos nós tivemos aqui que nos submeter a uma eleição, ouvir a população, ser eleitos, para, somente assim, podermos representar no Parlamento.

Eu acredito na instituição Ministério Público. Eu acredito que é chegado o momento de pensarmos na institucionalidade, no bom funcionamento de todas as instituições, nas consequências deletérias que uma ação inconsequente causa na vida das pessoas, das instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, Dr. Aras, lhe desejar boa sorte nessa missão e lhe dizer que, nesse momento difícil, tivemos a oportunidade de ouvi-lo, muito esclarecedora, com outros colegas Senadores presentes. E V. Exa. ouviu, assim como todos os candidatos ao Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público, todos ouviram, de nós essa linha que tem sido a nossa opinião coerente de achar que é hora de nós chamarmos os de juízo nessa Pátria, os de juízo na nossa República, para começar a colocar as coisas nos seus lugares: os políticos fazendo política, os magistrados fazendo o que a Constituição lhes confere, os membros do MP, a mesma coisa. E, assim, nós chamarmos, darmos uma luz para a sociedade no meio desse túnel escuro, sem perspectiva para milhões de jovens que estão hoje aí já começando a sua vida sem nenhum tipo de expectativa. O Neiva Moreira, maranhense, foi congressista e rodou o mundo, um dos editores da *Cadernos do Terceiro Mundo*, já dizia que era mais fácil tratar com o jovem de 60 anos do que com um velho de 20, porque muitos jovens de 60 estão cheios de esperanças, querendo construir ainda um novo mundo e um novo Brasil, e infelizmente muitos jovens agora de 20 anos não querem sonhar ou desistem já fácil de qualquer tipo de luta que lhes é imposta.

Portanto, a nossa convicção – e aqui a reflexão que eu faço neste momento ao novo Subprocurador da República e a esta Casa e a toda a sociedade – é de que há espaço, sim, para os diferentes, há espaço para discutirmos de maneira civilizada como é feito aqui nesta Casa, como é feito na Casa ao lado, na Câmara dos Deputados, mas que é preciso que a partir de agora tente-se criar justamente esse ambiente, para que, quem queira ser político abandone a sua carreira e venha fazer.

Eu vou lhe dar o exemplo: o Governador do meu Estado, o Flávio Dino, era magistrado e apaixonado por política desde o movimento estudantil. Chegou um momento em que ele disse: "Eu não vou mais ficar na magistratura, eu vou enfrentar as urnas", e foi ser Deputado Federal, foi para outras eleições e perdeu, hoje é o Governador reeleito do Estado. Witzel, lá no Rio de Janeiro, era juiz federal e fez a mesma coisa. Nós temos vários casos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não, não tem nem comparação, estou dizendo que ele...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... era magistrado e de opiniões diferentes – de opiniões diferentes. O programa ideológico, político, a carta que o Flávio Dino defende no Maranhão é totalmente diferente da de Witzel, mas os dois vieram da magistratura; ou seja, vão vir para a política disputar as suas ideias, as suas convicções. O que nós não podemos achar que é normal é que, atrás ainda de capas, haja ativistas que estão na verdade fazendo o que deveria se fazer aqui dentro – política. E nisso é preciso que nós tenhamos essa tranquilidade e clareza, sem nenhum

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipo de crítica à instituição e, sim, a pessoas que às vezes são minoria e que acabam manchando tudo, todos que constroem o dia a dia delas.

Então, fica aí o exemplo claro do Intercept. O próprio Dallagnol disse que não vai confirmar, ele não confirma o que está aí na rua já, o que já veio à tona. Mas claro que a sua própria colega pediu desculpas em público naquele caso lá do Lula, do enterro do neto dele; ou seja, ele não confirma, mas uma colega dele da força-tarefa pede desculpas em público por um caso daquele ali, em que não se está falando de política, está se falando de humanismo, está se falando ali de gente, está se falando ali de sentimento, coisa que nós, cada vez mais, estamos estimulando que as pessoas não tenham mais.

Eu encerro as minhas palavras. Eu não vou deixar pergunta, e, sim, reflexão, porque o momento agora é de desejar não só sorte aos atos que V. Exa. vai ter a oportunidade de proferir, mas também desejar que tenhamos todos bastante consciência e juízo para ajudar no bom funcionamento da instituição e do nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador.

Como não houve pergunta, eu vou incluir mais um orador para, provavelmente, com isso, conseguirmos ter pelo menos mais um bloco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, V. Exa. me permite? É só um questionamento rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas são cinco com o suplente. Nós estamos finalizando o titular Humberto Costa; como suplente, o Telmário. E ele vai fazer os esclarecimentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E nós temos mais quantos em seguida?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós provavelmente conseguiremos fazer apenas mais um bloco, porque a lista está grande, mas a maioria dos colegas está em outras dependências. Eu acredito que não venham mais.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente! Presidente, o Dr. Augusto poderia responder a esse questionamento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas eu estou aqui controlando...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vai ser muita coisa para responder a tantos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em todas as sabatinas, nós colocamos cinco titulares com suplente. Eu estou atenta ao fato de que alguns Senadores não fazem perguntas, como foi o caso do Senador Weverton. Então faltam, para este bloco, Senador Humberto e Senador Telmário. E aí abriremos aos questionamentos.

Com a palavra V. Exa., Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Dr. Augusto Aras, seus familiares, seus colegas aqui presentes, eu tenho muita esperança de que V. Exa. venha a ser um ator importante para que nós possamos preservar e consolidar a nossa democracia.

Quando o Dr. Janot esteve aqui pela primeira vez, eu disse a ele que ele tinha o cargo mais importante da República, e eu repito a mesma coisa para V. Exa. E V. Exa. mais ainda, porque chega um momento em que nós temos um processo de crise institucional muito grave, que já atingiu – não de morte, mas já atingiu fortemente – a democracia, e eu espero que V. Exa. tenha consciência da responsabilidade que V. Exa. tem hoje. Eu espero, como esperei de outros, que V. Exa. não me decepcione, como outros decepcionaram. Quero acreditar que não vai.

Essa é a primeira observação que quero fazer. Já vimos gente que esteve aqui, que fez mil... Não só membros do Ministério Público, mas Ministros do Supremo, que aqui fizeram juras de amor à democracia, à justiça, à liberdade, ao direito e à garantia individual e, infelizmente, ao colocarem aquela toga, parece que as coisas mudam. Espero que V. Exa. seja diferente. A julgar pelo que disseram alguns colegas que o conhecem, eu quero crer que será.

Eu quero começar pelo CNMP. V. Exa. aborda muito a ideia de que o Ministério Público não pode ser corporativo, embora tenha dito, há poucos minutos, que não é. Mas eu acho que é, e o CNMP é o maior exemplo. Foi criado, assim como o CNJ, para ser instrumento do controle externo, do controle da sociedade sobre essas instituições que têm as suas autonomias, e é importante que tenham, mas eu creio que também se tornaram instrumentos corporativos. Por exemplo, o CNMP, até para colocar em pauta diversas demandas da sociedade, do Parlamento, de partidos, da OAB, enfim, não o faz.

Minha primeira pergunta é se V. Exa., como Presidente do CNMP, que o será, tem a disposição de colocar em pauta todas essas questões que lá chegam em relação à conduta de vários integrantes do CNMP.

Segundo, qual é a sua opinião sobre a postura de procuradores que utilizam redes sociais, Facebook, WhatsApp, para debater e comentar temas relativos ou externar opiniões sobre temas relativos a inquéritos que eles acompanham ou até mesmo sobre a temática política do País? Isso é papel de integrante do Ministério Público?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, terceiro, a Constituição garante aos integrantes do Poder Judiciário a possibilidade de, além de terem a responsabilidade pelo exercício da sua função, poderem exercer a atividade acadêmica. V. Exa. é professor da UnB, professor da Escola Nacional do Ministério Público. No entanto, o CNMP já tomou decisão de que atividade acadêmica é aquela que se faz em sala de aula, dentro de uma universidade, e vários integrantes do Ministério Público, usufruindo inclusive da fama que conseguiram em processos que são momentosos, criaram empresas para administrar a realização de palestras, palestras inclusive patrocinadas por empresas que têm interesse no próprio processo que ali acontece, eventos que são feitos por integrantes do Ministério Público patrocinados por empresas que têm interesse. Qual é a opinião de V. Exa. sobre tudo isso? Vamos continuar vendo procurador arrecadar R$400 mil por mês de palestras que ele realiza; colocar sua mulher, seu filho, seu irmão para ser laranja de empresa de organização de palestra? Eu gostaria de saber a opinião de V. Exa. sobre esses temas.

Quarto, sobre as delações premiadas, nós votamos aqui, quase por unanimidade, a Lei da Orcrim, a questão da prolação da ideia da delação premiada como um instrumento auxiliar de investigação, de esclarecimento dentro dos processos. No entanto, o próprio Supremo já foi obrigado a dizer que delação premiada sozinha não é fator para a condenação de quem quer que seja. Apesar disso, a prática que nós vimos ao longo do tempo é que as delações premiadas quase se tornaram vulgares, há uma vulgarização da delação. Eu pergunto: V. Exa. concorda que se faça delação com alguém que está preso? É a mesma coisa? É a mesma espontaneidade de alguém que não está? Por quê, nos acordos de delação premiada e nos acordos que são feitos – e têm a participação do Ministério Público – com as empresas, diferentemente de outros países, onde se tenta agravar contra a pessoa física, contra o gestor, contra o executivo, contra o proprietário, no Brasil se agrava contra a empresa? Quebraram a Odebrecht, quebraram a OAS, destruíram centenas de milhares de empregos nos acordos de leniência que foram realizados. Qual a visão de V. Exa. sobre essa maneira de tratar esse tema? Mais, como encarar o fato de que vários delatores – alguns deles cabeças de organizações criminosas – estão livres e usufruindo de parte daquilo de que se apropriaram? Eu gostaria de saber, se V. Exa. pudesse me dar, sua opinião sobre isso.

A outra questão que foi indiretamente abordada pelo Dr. Contarato é o controle da atividade policial. Essa política de tiro na cabecinha, que é bancada pelo Governador do Rio de Janeiro, não está matando só criminosos nem pessoas inocentes; está matando a polícia também.

A quantidade de policiais mortos este ano cresceu violentamente. Eu gostaria de saber qual é a opinião de V. Exa. sobre essas políticas, o que acha dessas propostas legislativas que conferem autorização para matar – como existem aqui dentro do Congresso Nacional essas proposições – e como V. Exa. pretende orientar o Ministério Público para o exercício desse controle externo da atividade policial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto é sobre as prisões preventivas. Eu sei que são muitos pontos, Dr. Procurador, mas acho que são relevantes para todos nós aqui e para a sociedade brasileira. No Brasil, 40% dos presos são provisórios. Isso é um caso extremamente grave. A duração das prisões preventivas, especialmente nos chamados processos momentosos... No caso, por exemplo, da Lava Jato, a média de tempo de prisão preventiva foi de 281 dias – nove meses. Isso está dentro do razoável ou não? Prisões preventivas eram decretadas, revogadas, e imediatamente decretada uma outra, às vezes até antes que o TRF ou que o STJ ou que o Supremo viesse a determinar a suspensão daquela prisão preventiva anterior. Na minha opinião, isso é de uma gravidade enorme. Eu gostaria de saber o que V. Exa. pensa sobre o que seriam prazos e duração razoáveis de prisões preventivas.

Por último, além de me associar inteiramente aos temas que foram trazidos pelo Senador Contarato – realmente uma das grandes revelações desta Casa, por quem eu tenho muito respeito –, nesse mesmo documento,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... que, eu compreendo, V. Exa. assinou – além de temas como estes, de cura *gay*, família, enfim, há um outro –, que é a questão da inviolabilidade do direito à vida. Aqui, inclusive, tramitam propostas que querem determinar, até mesmo naqueles casos que hoje estão na legislação, como estupro, como gestação de feto anencefálico e como de risco de morte da mãe, que se proíba o aborto. Eu gostaria de saber, na sua gestão, como a PGR vai se posicionar sobre esse tema, porque hoje, no Brasil, são centenas de milhares de mulheres que morrem em condições de aborto precárias. A lei já é muito restrita no que garante, como eu disse, em casos de estupro, risco à vida da mãe e feto anencefálico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa., como Procurador, vai orientar para que o Ministério Público continue a defender o que a lei prevê hoje ou vai ser favorável a essas tentativas de mudanças que são profundamente negativas, do meu ponto de vista, às mulheres?

Muito obrigado.

Desculpe o número de perguntas, mas eu acho que são muito relevantes para todos nós aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço. Nós daremos o tempo necessário para que o nosso Procurador possa responder.

O último orador do bloco, porque assim acho que teremos só mais um bloco, como suplente, Senador Telmário Mota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro eu quero parabenizar o Dr. Augusto Aras por essa oportunidade que ele está tendo de ocupar um dos cargos mais importantes da República.

Eu já tive duas oportunidades de ouvir o Dr. Aras – uma no Colegiado de Líderes e outra no meu próprio gabinete –, e muitas das perguntas aqui, Presidente, já nos contemplam.

Eu tenho visto, nas redes sociais, muitas pressões até mesmo de membros da Procuradoria-Geral, muito focados, usando muito a Operação Lava Jato como um pano de fundo para tentar até questionar a indicação do Dr. Augusto Aras. Então, minhas perguntas vão ser muito mais nesse foco até para que V. Exa. possa levar uma exposição para aqueles que têm qualquer dúvida.

Primeira. Sr. Augusto Aras, nos últimos anos, a democracia brasileira vem sendo testada diariamente. Tivemos a Operação Lava Jato, *impeachment,* CPI, vazamento de mensagens etc. Esses acontecimentos envolvem as mais altas autoridades da República e, em alguns casos, colocaram nossas instituições em rota de colisão. Como o senhor avalia a relação entre os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo na atual conjuntura? O senhor acredita que a nossa democracia está em risco ou está consolidada? Primeira pergunta.

Segunda. Recentemente, muita gente tem especulado a respeito do futuro da Operação Lava Jato. Os jornais afirmam que existe um grande acordo nacional entre Executivo, Judiciário e Legislativo para acabar com a Operação Lava Jato. Como o senhor se posiciona diante dessas especulações? Quais os planos de V. Exa. não só para a Operação Lava Jato, mas para outras operações que possam preservar a coisa pública?

Por último, a última pergunta. Nos últimos anos, o Ministério Público Federal, em parceria com o Supremo Tribunal Federal, tem expandido suas atuações para além do limite definido na Constituição Federal, muitas vezes invadindo a competência reservada para os Poderes Executivo e Legislativo. O senhor vê com bons olhos a atuação ativista dos nossos órgãos de Justiça? O senhor acredita que a PGR deve ter uma atuação ativista ou de autocontenção?

São as minhas três perguntas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos pela objetividade.

Com a palavra o nosso sabatinado para responder aos questionamentos.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Sra. Presidente, Sras. Senadoras Srs. Senadores, respondendo primeiro à indagação do Senador Lasier Martins. Lava Jato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Lasier Martins, a Lava Jato é este marco importante e é o resultado de muitas experiências que a antecederam. Nós precisamos tratar a Lava Jato como toda e qualquer operação, com todos os seus princípios e valores, exatamente porque um dos grandes desafios nossos – aqui já bem exposto por V. Exas – é a questão da quebra do dever da impessoalidade. É fundamental que os agentes públicos, especialmente e no particular, do Ministério Público e da magistratura se manifestem nos autos, se manifestem especialmente, como recomendam as doutrinas americana e alemã, somente na fase da ação penal. As investigações, quando são precedidas e mesmo sucedidas de opiniões, importam condenações prévias de todos aqueles que são mencionados. Nós precisamos compreender a Lava Jato como a soma das boas experiências, das boas práticas que ali se encontram, e é nesse aspecto que eu defendo que esta boa Lava Jato seja incorporada a todo o Ministério Público, não somente na matéria penal, mas também em todas as demais áreas.

E essas boas práticas, Senadora, são relevantes, porque elas motivam o membro; elas motivam os servidores; elas têm uma importância de fazer todos se sentirem iguais. Uma instituição em que existem pessoas mais iguais que outras repudia a própria natureza da República.

Uma das falas mais duras que tenho é a retomada do conteúdo República para o título que encima o cargo que ocupamos: Procuradores da República. Precisamos ter essa isonomia.

Então, a impessoalidade – que está prevista no art. 37, *caput*, e mais ainda no §1º do art. 37, que proíbe a promoção pessoal –, mais que nunca, deve ser velada no âmbito do Ministério Público, porque, quando nós emitimos uma opinião prévia, antes da elucidação dos fatos, antes da formação da culpa, da compreensão de todas as provas produzidas, nós estamos nos comprometendo, até por uma natural vaidade funcional, com um resultado que muitas vezes é injusto. Então, o que nós pretendemos que seja reposto na Lava Jato é a ideia da impessoalidade.

Mas, por outro lado, nós podemos imaginar que a Lava Jato pode ser aprimorada e muito, Senador Lasier. E, assim, esse aprimoramento depende talvez de algo que aqui, no Congresso Nacional, começou-se a falar daquele da cabeça branca e daquele da cabeça preta. Talvez tenha faltado, nessa Lava Jato, a cabeça preta – a cabeça branca, desculpem-me! A cabeça branca para dizer que há certas coisas que podemos, mas há muitas outras que nós não podemos fazer.

Os Ministros do Supremo, o Procurador-Geral da República e o Presidente da República podem muito, mas não podem tudo, porque o tudo está limitado, está na Constituição limitado. Nós precisamos disso, dessa compreensão.

O nosso pacto social recomenda que nós sejamos escravos da lei para não sermos escravos dos homens. Eu não vim aqui ser bondoso nem generoso com V. Exas., que não precisam disso. Eu vim aqui dizer a V. Exas. que a minha formação cristã é de alguém que acredita que a virtude está no meio e que a Constituição, quando bem tratada, quando bem estudada, quando bem aplicada, apresenta as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soluções adequadas para os graves problemas nacionais e também dos cidadãos. E isso se faz, no plano da hermenêutica constitucional, com a ponderação de valores.

Vamos ponderar qual é o valor mais importante: se é a liberdade de expressão, que é pré-requisito para a democracia, ou se é a censura prévia, que protege a privacidade. O Supremo já declarou: a liberdade de expressão tem primazia. A privacidade pode ser reparada no direito de resposta, pode ser reparada civilmente e pode ser reparada até penalmente.

Então, a compreensão desse dever nosso, de respeito à Constituição, é um ônus do processo civilizatório, que exige, dentre outras coisas, um devido processo legal, um devido processo legal que tem regras próprias, para que esse Estado não estrangule o indivíduo ou grupos de indivíduos ou a sociedade.

Essa é uma questão do Estado moderno. A ideia do Ministério Público afinado, aí sim, com a Constituição Federal, e não com qualquer Poder ou com qualquer governante, reside exatamente na compreensão do que esse mesmo legislador Constituinte disse a toda a Nação brasileira: o Procurador-Geral tem garantias, o membro tem garantias, e essas garantias precisam ser respeitadas.

No plano da Lava Jato – que é o que o senhor tem como um dado relevante –, a mim compete, como cidadão, mesmo antes de postular este momento aqui, ao lado do Senador Jorginho Mello, exatamente fazer com que dessa Lava Jato possa ser extraído o melhor, o melhor para incorporar, o melhor para expandir, para levar aos Estados e aos Municípios através dos Ministérios Públicos Estaduais, pela via do Conselho Nacional do Ministério Público. Então, essa Lava Jato não é uma Lava Jato para ser mudada de nome ou não ser mudada de nome. O que nós precisamos mais é compilar, é compartilhar todas essas informações, todas essas experiências, e fazê-las comuns a todo o Ministério Público, e não simplesmente formarmos pequenos grupos de ação quando nós temos uma instituição que tem, ao todo, no Brasil, 18 mil membros. Temos no MPU 3 mil membros. O que nós queremos é que as boas experiências possam ser multiplicadas.

Gostaríamos também de julgar a Lava Jato pelos resultados, mas gostaríamos também de lembrar que todo homem público é julgado também pelos meios. Os meios precisam ser considerados. Maquiavel não disse se os fins justificavam os meios ou não, e Frederico da Prússia tentou dizer que isso não se justificava. Mas nós sabemos que era muito mais fácil nós evitarmos as dificuldades que tivemos com a Lava Jato se nós tivéssemos tido certos cuidados, cuidados da lei.

Prisões provisórias – estou respondendo ao Senador Humberto Costa –, 281 dias de prisão provisória não é razoável, atenta contra o código processual, contra a lei processual penal. Mas isso poderia ser feito em menos tempo? Poderia ser feito em menos tempo. Então, é preciso que nós compreendamos que o processo civilizatório exige o devido processo legal, e nós podemos fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiantando um pouco sobre esse tema, Senador Lasier – sei que o tempo é curto, e estou com dificuldade porque as questões são complexas, e eu gostaria de responder a todas –, eu gostaria de dizer que, em relação ao colega Deltan, não há de se desconhecer o grande trabalho que ele fez em busca dos resultados que foram apresentados. Mas, talvez, se houvesse lá alguma cabeça branca que dissesse para ele e para os colegas jovens como ele, que nós poderíamos ter feito tudo como ele fez, mas com menos holofote, com menos ribalta, com menos curso, posto de outra forma, nós poderíamos ter feito tudo do mesmo jeito.

Nós vimos o Supremo agora anular o processo do Bendine, porque não foi dada vista ao delatado. Senador Lasier, a cabeça branca dizia o seguinte: não custa nada dar três dias ao delatado. Mas eu não estou dizendo que esse processo é válido ou inválido, porque, se eu merecer a confiança de V. Exas., eu vou me manifestar sobre ele. Mas se eu tiver que me manifestar, eu vou ter que recorrer à doutrina, eu vou ter que procurar se há prejuízo, se o fato de ele não ter falado por último, como determina a ordem jurídico-constitucional... Finalmente, houve prejuízo?

Porque, se não houve prejuízo, não houve nulidade, nós sabemos, quem é da regra jurídica sabe. Então, no fundo, no fundo, do que nós estamos tratando aqui quando cuidamos de Lava Jato? Vamos tirar o que é bom da Lava Jato e também não vamos perseguir o colega por eventuais excessos. Vamos procurar tratar o colega dentro da lei. O colega também merece o devido processo legal da acusação e da defesa. Se os eventuais interessados na punição do colega têm o direito de buscar essa reparação, o colega tem o direito de defesa.

Agora, nós não vamos imaginar que nenhum de nós, pelo menos do Ministério Público, está acima da lei. Todos nós estamos sob o pálio da lei. E isso que eu defendo é algo tão elementar que me custa crer que há quem pense que há um Ministério Público acima da lei. Isso é inadmissível!

Então, eu sei do tempo aqui de todos e vou passar adiante.

V. Exa. também fala com razão, porque a imprensa fala de um certo acordão em termos de Brasília e dos Poderes constituídos. Eu quero dizer a V. Exa. que, como homem já maduro também, a gente compreende muitas pautas, existem muitas pautas que a imprensa antevê. Acordão pode ser uma pauta que a imprensa antevê. E 90% do que dizem que eu disse durante esses últimos meses eu não disse. E eu não tive nem o direito de responder. Eu nem tive o direito de responder porque, se eu respondesse, seria pior a resposta. Então falar de acordão é algo que está no universo do diálogo político institucional do plano da honestidade, das relações públicas, das regras republicanas. O acordão ganha uma conotação pejorativa quando isso remete a uma situação antirrepublicana, de viés de ilicitude.

Mas eu posso reafirmar a V. Exa. que eu não tenho nenhum programa de alinhamento nem com o Senhor Presidente da República, nem com nenhuma autoridade, nem com nenhuma instituição. O meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dever é a Constituição. E digo isso a V. Exas. mais uma vez porque eu entendo que o nosso processo civilizatório me colocou numa carreira por concurso público, que ao longo do tempo cheguei no último estágio da carreira, e, mais que nunca, eu não posso legislar, porque quem legisla são V. Exas.; eu não posso gerir a coisa pública, porque quem gere é o Executivo, mas eu tenho o dever de participar, dar e contribuir de forma técnica, como me garante a Constituição e a lei complementar, com os processos todos da vida, do ambiente democrático.

Então, em relação a essa questão de alinhamento, eu diria o seguinte: é evidente que o Senhor Presidente da República pode admitir e exonerar quem quer que seja. Mas o Ministério Público que V. Exas. legaram em 1988 à Nação tem garantias. Se o Procurador-Geral da República – desculpe-me, eu não estou me referindo a ninguém – é fraco, não tem autonomia, não tem independência pessoal, se submete, eu não posso falar pelos outros. Eu posso falar pelo meu histórico de vida, porque assumi e assumo todas as responsabilidades pelo que fiz, faço e farei. E me submeto também a ser transparente, a dar publicidade dos meus atos e a responder pelos meus atos perante V. Exas.

Eu creio que nenhum indicado até hoje a Procurador-Geral da República foi tão escrutinado quanto eu. E eu me submeti de uma forma até consciensiosa a esse escrutínio em razão de compreender que há uma ruptura com a lista – do que eu gostaria de falar mais – e, por isso, aceito a discussão e o debate, não fujo dele – não fujo dele.

Em relação às portarias, Senador Lasier, as portarias não são propriamente de abertura de inquérito contra autoridades. Aquele montante de portarias é de portarias administrativas, muitas delas simplesmente exoneraram a elite da PGR, esvaziando a PGR. Mantiveram nos cargos aquelas pessoas que eram – digamos – da confiança da ex-PGR, distribuíram as pessoas mais amigas da PGR por órgãos que mantivessem o poder da PGR bem definido, outras portarias limitaram os poderes do futuro PGR, outras portarias administrativas proveram cargos para serem ocupados na gestão do futuro PGR... Ou seja, inovou-se de tal forma que a ex-PGR queria simplesmente que o futuro PGR não gerisse nada, simplesmente ele recebesse um título e a gestão se fizesse nos termos da vontade de S. Exa., que é uma pessoa a quem eu tenho respeito pelos 32 anos de convivência profissional, do mesmo concurso. Mas, dentre essas portarias há uma muito interessante, eu fico – desculpem-me – envergonhado de dizer.

Foi fundada a Ordem das Camélias, sob a presidência de um colega promovido na frente de 50 outros colegas para ser o Presidente da Ordem das Camélias. E foi atribuída a primeira outorga a uma pessoa de alto relevo nacional e de respeito. E eu me pergunto até que ponto o Ministério Público Federal pode criar uma Ordem das Camélias. A que título? Com que finalidade pública? Com que intenção? São coisas que acontecem na nossa instituição e isso faz parte do corporativismo que eu vim aqui combater. É a lista tríplice que faz com que se alimente essa conduta de promover o clientelismo, promover o fisiologismo, promover o toma lá, dá cá em uma instituição que não pode agir assim. É uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição que deve ser regida pelo mérito da carreira, que deve ser regida pela observância da Constituição e das leis do País.

Então, quanto às portarias – o senhor me permita, eu creio ter esclarecido V. Exa. –, digo a V. Exa. que, sem nenhum preconceito, eu vou analisar, se V. Exas. me permitirem, as portarias, manterei aquelas necessárias e revogarei as que não forem necessárias, porque eu me sinto aparelhado, maduro para saber que meus cabelos brancos e minha barba branca têm algum significado na vida pública que eu acolhi há 40 anos.

Passando agora ao Senador Anastasia, permita-me, Prof. Anastasia, dizer a V. Exa. que o Ministério Público como um todo precisa adotar modernas tecnologias da administração. Regras de *compliance*, governança, transparência, publicidade e prestação de contas são princípios, são técnicas que, se eu merecer a confiança de V. Exas., pretendo implantar.

Nós temos hoje uma instituição com muitos sigilos, com muitos segredos.

Eu sou aquele que vem aqui para abrir esta caixa de sigilos e eu pretendo fazê-lo, doa em quem doer, lá na minha casa, na minha instituição, porque eu não posso admitir que a corporação tenha tomado conta, para não falar outro adjetivo, de uma instituição em detrimento de 95% do restante dos membros. Eu não admito que um pequeno grupo corporativo, por 16 anos, tenha estabelecido quem pode ter poder, exercer poder e gozar dos poderes. Eu acho que a República é igual para todos, porque essa é a função da *res publica*. Certamente que isso há de desagradar a alguns poucos, porque 95% da instituição é representada por quadros altamente qualificados de muita dignidade e que certamente não concordam com a discriminação de que essa maioria vem sendo vítima.

Ainda na sequência do Senador Anastasia... Senador Anastasia, nós pretendemos promover a autocomposição, porque o Ministério Público passou a ser aquele que os advogados adoram, porque, sem esse Ministério Público atuante, os advogados não ganham dinheiro, porque ele não pergunta, o Ministério Público não chama primeiro para dialogar; não chama o primeiro para dizer: "Olha, vamos reparar esses danos ambientais; vamos encontrar soluções". Então, a autocomposição faz parte de uma das nossas bandeiras.

O Congresso Nacional já entregou ao povo brasileiro uma legislação muito moderna; nós temos uma legislação moderna, seja a do meio ambiente, seja a da autocomposição através do juízo de conciliação, mediação e arbitragem. Nós precisamos é de políticas públicas capazes de trazer o povo a confiar nesses meios de soluções judiciais de conflitos, precisamos disso!

Então, acreditamos que a prevenção dos conflitos também se faça, Senador Anastasia, usando das câmaras de coordenação e revisão, que são órgãos superiores responsáveis por velar pela unidade da instituição, não para coarctar a independência funcional, mas para estabelecer linhas e prioridades de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutas de ação do Ministério Público; para determinar que certos assuntos, sem prejuízo de outros tantos que cada membro tenha como relevante, possam se comportar, sob pena de nós termos um Ministério Público atomizado, fracionário, em que cada um joga de um jeito muitas vezes contraditório, em prejuízo do próprio cidadão.

Temos casos, e casos, e casos. Um deles talvez eu tenha apontado ao Senador Alessandro Vieira, o caso dos colegas do Rio de Janeiro, em que um colega dizia à Polícia Rodoviária Federal: "O senhor não pode receber 0,1% do pedágio". Aí a outra colega muito combativa e muito conhecida desta Casa disse: "Vocês podem receber 0,1% para aparelhar as viaturas com blindagem, equipamentos".

Me chega o inspetor da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro: "Doutor, eu vou cumprir essa ou vou cumprir essa?". E eu tomei um susto, porque um conflito entre colegas é o resultado de alguma perda da unidade. E eu disse: "O senhor espera o que de mim?". "Que o senhor, como Coordenador da Câmara que deve velar pela unidade, diga se eu vou cumprir essa ou essa". E ele me disse, e aí é a parte mais triste: "É, Doutor, o senhor preciso fazer isso rápido, porque já morreram quatro policiais rodoviários federais por falta de equipamentos blindados, por falta de coletes blindados, por falta de...". E eu fiquei constrangido, porque aqueles colegas poderiam simplesmente ter dialogado entre si; poderiam ter encontrado um consenso, e só remotamente a questão chegaria à Terceira Câmara, em grau revisional.

Mas a minha proposta são as câmaras agindo na coordenação, que é uma ação preventiva. Ação preventiva não que compila os Poderes ou os órgãos públicos a se submeterem a ela, mas que faça como vínhamos fazendo em diversos setores econômicos. Quando nós sabemos que o Governo está lançando um projeto de ferrovia, nós estudamos o projeto antes, juntamente com o TCU, com a CGU, com a AGU. Cada um faz o seu trabalho! E reunimos essas compreensões ou pré-compreensões e encontramos uma solução comum para que a obra não seja parada no meio do caminho, a obra não seja suspensa, não haja perda de dinheiro público.

São 14 mil obras federais paradas, mais 20 nos Estados, e nós precisamos ter o Ministério Público contributivo, não de parceria com o Governo Federal ou o estadual, ou o municipal, mas um Ministério Público capaz de dar sua contribuição preventiva para que nós não tenhamos mais prejuízo para o erário. Então, esta é a proposta: o destravamento da economia agindo preventivamente. E o mais importante, Senador Anastasia, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é o diálogo permanente. Quantos problemas nós podemos resolver só com o diálogo. Eu tenho certeza de que embora o Senador Otto diga que não vai entrar em contato comigo, eu quero dizer ao Senador Otto e a todos que se eu merecer essa confiança desta Casa, por favor, nós poderemos resolver problemas simplesmente com um telefonema. Por quê? Porque a coordenação é da natureza do Procurador-Geral da República, não a submissão dos membros na sua independência funcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O membro pode dizer: "Eu não aceito essa postura"; e pode dizer: "Eu não vou fazer". Mas se o órgão superior, que é composto por Subprocuradores-Gerais da República, que é um colegiado do qual fazem parte, como suplentes, até membros da 2ª Instância, se esse órgão define prioridades e linhas de atuação, nós não podemos deixar acontecer o que aconteceu e o que está acontecendo com a união de Roraima. Não podemos deixar! São 580 mil pessoas sem luz, pessoas morrendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero registrar a presença do nosso Presidente Davi.

Convido V. Exa. para que tome assento à mesa.

Dr. Aras, V. Exa. continua com a palavra.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu já repus o tempo de vinte minutos, porque a conversa está muito boa. Depois, nós temos mais...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... dois titulares,...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... a Senadora Rose e o Senador Cid. Depois nós vamos para os suplentes, porque tem uma lista considerável.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, o doutor...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Logo, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espero a minha resposta aqui, do questionamento.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Eu posso responder ao Senador Otto, rapidinho?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com certeza. Pode responder.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Senador Otto, eu peço desculpa por não concluir, mas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – A conversa está boa. Como assim? A conversa está boa.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – A minha preocupação é que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A conversa está boa e eu estou no comando aqui. O senhor fique tranquilo.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Muito obrigado, Senador Jorginho. Muito obrigado.

Então, nós não podemos ter um Ministério Público atomizado, em que cada um faz uma coisa de acordo com seus humores, com seus caprichos, com seu arbítrio. Temos que ter uma unidade institucional. Eu, quando entrei na nossa instituição, não tive cursinho para ser Procurador da República. Eu já sabia o que eu podia e o que eu não podia fazer. E eu sabia o que eu podia e não podia fazer porque eu conhecia a Constituição – àquela época, a Constituição de 1969, 1967-1969.

Mas me permita agora o Senador Otto. Senador Otto, V. Exa. pergunta basicamente sobre as questões corporativas. Eu quero deixar claro para V. Exa. que eu digo que o Ministério Público, do ponto vista disciplinar, não tem corporativismo. E tenho visto... Fui membro do Conselho Superior por dois mandatos e eu via a tentativa talvez corporativista de punir os adversários e de não punir aqueles que eram acólitos do corporativismo. Nesse aspecto, eu posso dizer que realmente V. Exa. tem razão. Mas o CNMP tem um índice de punições muito maior do que o CNJ. O CNMP pune mais do que o CNJ. Embora as regras sejam praticamente as mesmas – as regras ético-disciplinares de juízes e membros do Ministério Público –, é muito maior a condenação do CNMP do que do CNJ. Não que isso atinja o meu amigo Corregedor Nacional de Justiça, Humberto Martins, que estava aqui há pouco conosco, não que a punição seja um diploma de eficiência. Não há punição desejável. O desejável é que não seja preciso punir. A punição é uma necessidade do sistema legal.

Então, nesse aspecto, eu quero dizer a V. Exa. que tanto o Dr. Deltan Dallagnol está sendo objeto de processo disciplinar no CNMP, quanto o ex-Procurador Marcello Miller também, inclusive na esfera penal, e outros colegas estão submetidos à jurisdição administrativa e penal.

Posso dizer a V. Exa., ainda no plano da unidade institucional, que jamais, não fosse o corporativismo, teríamos a pretensão de membros do Ministério Público de criar uma fundação particular para gerir R$2,5 bilhões de dinheiro público cujo Presidente – dessa associação, ou fundação – seria o ex-Procurador-Geral da República e cujo Vice seria o próprio Deltan. Isso seria impensável. Esse tipo de conduta não é necessariamente... Eu não posso acusar aqui de má-fé ninguém. É só uma disfuncionalidade grave do sistema, porque quem gere fundos é o Poder Executivo de regra. É o Ministério da Justiça que tem um Fundo de Direitos Difusos e coletivos, tem um Fundo Penitenciário. Quer dizer, essa não é uma atividade típica do Ministério Público. Então, a unidade institucional revela a necessidade em respeito às regras do jogo. Então, eu gostaria de fazer essas declarações para V. Exa.

V. Exa. me permite continuar com o Senador Alessandro Vieira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Preciso.

Senador Alessandro, em primeiro lugar, quero dizer a V. Exa. que, em termos de advocacia, eu e todos aqueles que colaram grau em Direito até 1994, todos nós nascemos advogados. Apenas depois de 1994 é que a Ordem foi criada, o exame nacional da Ordem dos Advogados. Então, todos nós nascemos advogados.

Como advogado eu exerci a advocacia por uma grande parte da minha vida, uma parte. E, como membro do Ministério Público, jamais alguém ousou, vivendo eu entre colegas, colegas que não me pouparam neste processo de indicação que eu estou em sabatina, jamais nenhum deles ousou dizer que eu cometi qualquer tipo de violação aos meus impedimentos legais – nenhum deles –, por mais que não gostem de mim, por motivos alheios à minha compreensão, nunca mereci um reproche, nenhuma insinuação de advogar de forma contrária à lei ou mesmo por motivos éticos. Eu não advogo na área penal porque tenho assento numa câmara criminal, numa turma criminal. Também nunca advoguei criminalmente.

Em relação ao Mandado de Segurança 26.153, cuja cópia eu trouxe aqui, trata-se de MS coletivo, desculpe, preventivo, em que eu e outros colegas subprocuradores-gerais, cada um *per se*, e cada um com advogado constituído, não em nome próprio, como de forma inverídica foi narrado por um determinado veículo de comunicação, contratamos advogados cada um de nós, fizemos o mandado de segurança preventivo para que nós, que temos garantia na Constituição, no art. 29, § 3º, do ADCT, temos garantia na Lei Complementar 7.593, art. 281, temos garantia na Lei da Advocacia, Lei 8.906/1994... Eu particularmente tenho a garantia do meu Conselho Superior do Ministério Público Federal para advogar. Apenas aquela resolução é que, na nossa visão... Preventivamente, não somente eu, mas outros colegas também assim o fizerem e obtiveram liminares; fomos ao Supremo pedir a garantia daquilo que já estava previsto na Constituição.

Foram deferidas as liminares e depois os julgadores entenderam que não havia necessidade, era preventivo. Como não havia um ato concreto, não caberia mandado de segurança para uma lesão que apenas era uma suposição; a lesão nunca ocorreu, logo nunca nasceu uma violação ao nosso direito. Então, o MS não foi extinto por julgamento do mérito; o MS foi extinto sem julgamento de mérito, à compreensão de que a nossa imputação era genérica e abstrata; nós não tínhamos do que nos queixar porque não havia uma medida contra nós. Então, essa foi a decisão não só para mim, mas para outros colegas, em outros mandados de segurança, em que o meu foi um desses. E, a partir dali, eu não tinha razão nenhuma para duvidar da minha legalidade na atividade.

Quero dizer também a V. Exa., Senador Alessandro e a todos os Senadores, que, a par da convicção da legalidade da minha atuação, eu deixei de advogar, eu deixei de ter militância, exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque passei a ser vítima desses colegas corporativistas, que, não tendo o que imputar a mim, usaram a advocacia como uma forma de dizer que eu cometeria algum tipo de ilicitude ou até conduta antiética. Mas eu sempre estive aberto, e é provável, deixei declaração expressa, há muitos anos, na própria Corregedoria do Ministério Público Federal de quebra do meu sigilo no Tribunal de Contas da União. Eu fiz isso voluntariamente, muito antes de ser compelido como agente público a fazê-lo. Para quê? Para que as pessoas pudessem me escrutinar.

Então, vir hoje a esta Casa, ser escrutinado, para mim é tranquilo. Conversar com V. Exa. também me dá a certeza de sua credibilidade, porque falo em V. Exa., mas falo a todos os Senadores e a todo o Brasil que nos escuta: a advocacia é uma carreira muito honrosa. Através dela, durante os anos que fiz advocacia – e não faço porque não posso trabalhar mais do que trabalho –, fiz 19 mil manifestações em 3 anos, 8 mil pareceres em três anos, dando aula na UnB segunda e quarta de 8h às 12h, 120 reuniões com segmentos produtores e consumidores. Eu seria, realmente, um super-homem se eu conseguisse também advogar, e não o faço. Queria lhe responder.

Quero também esclarecer a V. Exa. que o Dr. Fernando Cunha não advoga já há muito tempo, por uma razão muito simples: ele tem impedimentos legais. Foi meu sócio, mas não advoga, tem impedimento e deixou de advogar. A advocacia dele é pública, aqui nesta Casa, e creio que esta Casa tem um dos seus melhores profissionais. Mas quero dizer a V. Exa. algo mais estreito: o Dr. Fernando assinou o parecer a que V. Exa. se refere juntamente com mais seis advogados da União. Ele apenas, como coordenador do grupo, assina como coordenador. Mas aquela peça, cujo conteúdo eu desconheço, é de autoria de seis advogados da União e ele, como coordenador, simplesmente assina.

Além dessas explicações a V. Exa... (*Pausa.*)

Está bem, quatro minutos.

Eu quero dizer a V. Exa. também que a força-tarefa Amazônia Protege é um grande passo para o combate às queimadas na Amazônia. Nós temos um *kit* ação. A cada vez que o Inpe detectava uma queimada na Amazônia, imediatamente a quarta câmara, que tem um outro coordenador, colega nosso, Procurador-Geral da República, encaminhava para o procurador da área um *kit* ação para ajuizar com todos os dados. Os dados eram técnicos, eram aqueles fornecidos pelo Inpe. Recentemente, V. Exa. sabe que houve uma discussão sobre a qualidade dessas informações fornecidas pelo Inpe, e o resto é público e notório.

Mas quero dizer a V. Exa. da minha preocupação técnica com essas 3 mil ações ajuizadas proibindo as queimadas. A minha preocupação é jurídica. Por que jurídica? Porque as ações civis públicas que visam impedir essas queimadas produzem um efeito: efeito da coisa julgada material. Cada sentença dada e transitada em julgado que porventura tenha julgado improcedente – no mérito, claro – a ação, significa um atestado de autorização para queimada. Isso me preocupa sobremodo. São os meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabelos brancos que me preocupam, porque no Brasil não existe a técnica americana dos efeitos da coisa julgada, própria para ACP, que é aquela que só faz a coisa julgada material para aquele caso quando está provado aquele caso. Então, a técnica do direito americano é uma técnica que o Brasil não adota. Isso põe em risco essas ações, ou seja, cada ação proposta como mero procedimento padrão pode gerar um grave problema para todos.

Senador Alessandro, a unidade... Em relação ao MP desenvolvimentista, eu acho que já expliquei como seria feito através.

E, quanto à lista tríplice, eu creio que posso falar para outros Senadores. Ao Humberto Costa eu falei sobre algumas coisas. Eu não sei, Senadora, como está meu tempo. Fico à disposição de V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Ainda tenho dois minutos.

Senador Humberto Costa, um Procurador-Geral se submete a um sistema de freios e contrapesos peculiar. Ele tem dois anos somente no cargo. Se ele errar, ele só vai errar dois anos, não vai errar mais do que dois anos. Então, ele tem garantias e também têm garantias a sociedade e o Estado, porque, se ele errar, só pode errar por dois anos.

Agora, controle externo feito pelo CNMP haverá de ser feito pelo colegiado. O colegiado tem 14 membros, tem o PGR, um representante do MPF, um representante do MPU... Bom, tem 14 membros, membros indicados pelo Senado, indicados pela Câmara Federal. Todos os segmentos estão lá representados. Então, a autoridade, a soberania do colegiado do CNMP vai dizer se os colegas Deltan e outros tantos são ou não são culpados. Mas o colegiado o fará, não o Presidente, que só votará em determinadas circunstâncias. É o colegiado que tem a autoridade.

Então, eu quero dar essa informação para não adentrar temas outros.

Quanto às redes sociais, a questão das redes sociais é grave por quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Porque o membro do Ministério Público é um cidadão com liberdade de expressão, mas ele tem que usar dessa liberdade de expressão com recato, com zelo, com urbanidade, e isso se faz nos termos da doutrina clássica, que vale tanto para o Ministério Público quanto para a magistratura.

Ocorre que hoje já existe um sistema da Corregedoria do Ministério Público Federal para fazer literalmente uma verificação das redes sociais, em que o membro do Ministério Público que contrariar esse dever de zelo e urbanidade vai responder perante a Corregedoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpe-me, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Foram muitos os questionamentos. Nós demos o tempo estendido para que V. Exa. pudesse...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, a questão da tréplica.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem direito à réplica, Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Só para dois registros muito singelos.

Salvo engano, a Ordem da Camélias, a que o senhor se referiu de forma relativamente jocosa, é uma homenagem àqueles que trabalham contra o trabalho escravo. Parece-me que é apenas isso. Só para deixar registrado para que não confunda quem nos acompanha.

O segundo ponto é reiterar aquilo que eu disse no início da minha fala. V. Exa. apresenta currículo compatível e a indicação se deu nos moldes da lei. Então, não apoiar ou não dar suporte à sua assunção ao cargo significaria repetir o erro cometido na semana passada, quando dois indivíduos, cujo currículo era compatível, cuja indicação se deu na forma legal, foram rejeitados para se mandar recado político. A ocupação de cargos públicos dessa natureza, cujo preenchimento é um ato complexo, não serve para dar recado político, serve para garantir publicidade plena, densidade de informação.

É isso que fizemos aqui e agradeço pela sua disponibilidade.

E, também para não deixar sem registro, diante do seu elogio reiterado aos cabelos brancos e à experiência, posso falar tranquilamente pelos cabelos brancos que já tenho: concordo com V. Exa. da importância da experiência, mas não posso deixar de resgatar uma lembrança, um alerta do patrono desta Casa, Ruy Barbosa, que dizia que não se deve deixar-se enganar pelos cabelos, pois os canalhas também envelhecem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Pela ordem de inscrição, no último bloco, a princípio, pela ordem dos Senadores inscritos e presentes – repito, presentes –, se não chegarem os Senadores até serem apregoados os seus nomes, nós temos a seguinte ordem: neste momento, Senadora Rose de Freitas; em seguida, Senador Cid Gomes, como titulares.

E, assim, se não chegarem até serem apregoados os demais nomes, está encerrada a lista de inscrição dos titulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem seguinte, se não chegar até ser chamado, temos aqui, como Senadores suplentes: Senador Luís Carlos Heinze; Senador Renan Calheiros; e, para encerrar, Senador Randolfe Rodrigues, que está ali. Então, a princípio, temos cinco Senadores inscritos.

Com a palavra, V. Exa., Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Muito obrigada, Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Queria saudar o Presidente Davi, que se encontra nesta Comissão.

Sra. Presidente, Dr. Aras, vou ser bem objetiva. Muito obrigada pela concessão da palavra.

Eu já tive a oportunidade de estar com V. Exa. numa reunião na sala do Senador Romário, acompanhada dos Senadores Elmano Férrer e Alvaro Dias.

Gostaria de dizer a V. Sa. que tive a grata satisfação de ouvir parte da explanação das suas ideias. Eu vou ser muito objetiva, Presidente, porque novamente o tema que encabeça a nossa luta traz o tema da violência contra a mulher, infelizmente, a marca do desrespeito deste País contra as mulheres. As estatísticas estão presentes em dados espalhados pelo mundo, e as ONGs relativas às mulheres que foram registradas em todo o País mostram mais de 821 registros de violência doméstica, Dr. Aras, dos quais 129 resultaram em mortes. Por todos os dias tocar nesse assunto, eu gostaria de saber uma posição de V. Sa. em relação a essa grave realidade.

Mas queria também falar de outro assunto em que tocamos na reunião um pouco mais explicitamente: uma auditoria operacional sobre obras paralisadas do Tribunal de Contas da União (TCU) levantou mais de 38 mil contratos referentes a obras públicas do Governo Federal, e esse estudo mostra uma estatística que revela que, das 30 mil obras analisadas, 30% delas foram consideradas paralisadas, inacabadas. E as consequências, Dr. Aras, são graves, muito graves para a população. Mais de 10 bilhões em sangria dos cofres públicos foram gastos sem nenhum retorno para a sociedade brasileira, sem benefício, sem geração de empregos, sem renda.

Então, é esse verdadeiro desperdício que nós citamos toda vez que vamos ao Plenário e falamos das obras paralisadas. Essa paralisação, essa descontinuidade tem consequências graves para o futuro deste País, para a educação sobretudo, porque, se eu me detiver no dado específico da questão da educação, eu vou abordar o que abordei com V. Sa: a paralisação das creches. Nós mulheres nos ressentimos da falta de estrutura para que a mulher vá ao trabalho para acolher o sentimento social da família de ser amparada por um dos direitos mais elementares que é garantido pela nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma audiência pública da Comissão de Transparência, Controle, Defesa e Fiscalização, aqui da Casa, revelou que obras paralisadas no Brasil impediram mais de 1 milhão de vagas em creches. Colocando em efeito tudo aquilo que nós conversamos na sala do Senador Romário, o senhor sabe e eu sei, como Senadora, a importância que há em estruturar políticas públicas que, primeiro, invalidem de forma total o procedimento de haver obras inacabadas neste País todos os dias.

Quando nós estamos falando aqui, há algum Prefeito dando ordem de serviço em algum lugar e, amanhã, quando ele conta com o calendário do desembolso, para, efetivamente, construir essa obra, com certeza não vai encontrar. Falta do planejamento, da fiscalização e por aí afora.

Então, eu pergunto a V. Sa., porque esse assunto, sobretudo, move a minha luta política neste País, quais serão as medidas de V. Sa., na chefia da Procuradoria-Geral da República, para destravar...

Eu vi que o senhor é muito objetivo, fala com muita propriedade... Desculpe as palavras que ouvi há pouco, sobre ter cabelo branco ou preto. Um homem é como é, como ele estiver. Eu, por exemplo, tenho um cabelo bem preto. Pinto um pouquinho da raiz, porque a tribo indígena... (*Risos.*)

Eu sou descendente de índia. Então, conservo os pretos aqui, não porque eles são de experiência ou não, mas eu tenho certeza de que, com preto ou branco, eu tenho o respeito dos meus colegas desta Casa, e V. Sa. conquistou o respeito mais ainda, pelas suas posições aqui adotadas.

Qualquer coisa que tenha melindrado aqui, eu pedirei desculpa, em nome... Porque eu acho que a sua história, o seu conhecimento, sua disposição e, sobretudo, a veracidade das palavras aqui colocadas nos dão um acalento nessa hora de escolha. Eu queria conhecer as suas ações para destravar esses impasses que constantemente prejudicam o futuro deste País.

Era o que eu queria dizer.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose.

Se V. Exa. Me permitir, antes de passar a palavra ao Senador Cid Gomes... Apenas se V. Exa. me permitir, Senadora Rose, quero dizer que os seus questionamentos, especialmente em relação à questão feminina, da mulher, como nossa Procuradora da Mulher nesta Casa, nada mais são do que o sentimento e as indagações feitas por toda a bancada feminina ao sabatinado.

Com a palavra, na ordem de inscrição, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Pensei que fosse falar dos cabelos brancos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não ouso, porque tenho certeza de que eu tenho mais brancos que ela. Então, é melhor deixar esse assunto para depois.

Com a palavra V. Exa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Minha cara Presidente desta Comissão, Senadora Simone Tebet; quero cumprimentar, saudar aqui a presença do nosso Presidente, Davi Alcolumbre, cumprimentar o Dr. Augusto Aras...

Quero dizer, Sra. Presidente, que serei extremamente breve. Procurarei ser o mais breve possível e usar menos do que metade do tempo reservado, até mesmo porque já manifestei formalmente o meu posicionamento, como assim já o fez a integralidade dos que compõem esta Comissão: 27 já votaram.

A razão da minha manifestação é a partir do currículo do Dr. Augusto Aras e a partir de depoimentos muito respeitosos, positivos, em relação à sua conduta ao longo desses anos todos de prestação de serviço ao Ministério Público brasileiro.

Eu ouvi muitas expressões, Dr. Augusto, com as quais me identifico: maniqueísmo, a virtude está no centro, ou ser contrário ao maniqueísmo, buscar o centro, onde acreditamos esteja o bom senso.

Sempre dentro dessa linha, eu tenho procurado aqui exercer o meu mandato de Senador apresentando alguns projetos. Esta é a nossa principal responsabilidade: procurar aprimorar a legislação brasileira. E o Poder Judiciário e o Ministério Público têm sido objeto de muita reflexão nos dias atuais no nosso País. Eu já apresentei... Aproveito estes momentos de sabatina para ouvir opiniões, buscando o equilíbrio. Eu tenho minha posição, mas não quero fazer dela algo imutável. Quero ouvir, quero aprimorá-la. Dentro dessa linha, eu já apresentei aqui um projeto, que tramita nesta Comissão, que institui o juiz das garantias. Isso quer dizer na prática que o juiz que preside um processo durante a sua fase de instrução, de inquérito e de investigação não será o mesmo juiz que julgará a questão.

Eu converso com muita gente. Apesar de não ter tantos cabelos brancos, já tenho alguns anos de praia, 16 anos de Executivo, 7 anos de Parlamento e alguns anos no serviço público, sem mandato. Ouvi aqui do Senador Anastasia a frase – acho que o senhor também fez menção a isto – de que só não erra quem não atua.

Um dia desses, ouvi o depoimento de um jovem – não vou citar o nome, para não expô-lo ainda mais – que ocupou, durante três anos, uma função pública e que, no exercício dessa função pública, foi acusado de conluio. A sua casa foi invadida às 6h da manhã, na frente dos seus filhos, que estavam se arrumando para ir para o colégio. Ele ficou preso por alguns dias. Isso aconteceu há cerca de sete ou oito anos. E recentemente... Ele me disse que, além desse constrangimento pessoal em relação à sua honra e à sua imagem, ele gastou no processo judicial o equivalente, para ficar fácil montar o valor, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma Hilux, um Corolla e um Fiat Uno. E, alguns dias atrás, ele foi absolvido pela Justiça das acusações de que tinha sido vítima.

Isso, para mim, fez recrudescer um desejo que tenho: o de imaginar formas de impedir que o Ministério Público entre de forma inconsequente com ações criminais e com ações cíveis, muitas vezes, sem que haja, caso não vingue, caso não seja verdadeira a acusação, nenhuma... Nem digo represália! Mas nada acontece com alguém que entra com uma denúncia que não tem base nenhuma. Isso é reconhecido pela Justiça.

Então, eu tenho imaginado formas de coibir essa postura. E estou na linha de que a gente possa se aproveitar de uma boa experiência recente: se falava que as ações na Justiça do Trabalho, as demandas na Justiça do Trabalho eram feitas muitas vezes de forma irresponsável, exagerada, e, através de uma simples medida, que foi imputar o ônus da sucumbência à parte autora do projeto, isso pôs fim – ou reduziu drasticamente – às demandas na Justiça do Trabalho. Eu fico imaginando se não seria algo semelhante a isso o que a gente poderia apresentar para impedir, para inibir, coibir os exageros de iniciativas, de ações por parte do Ministério Público.

Queria ouvir a vossa opinião sobre isso, deixando muito claro que só entrarei com o projeto assim que tiver, apenas quando tiver uma média de um pensamento, porque eu não quero, jamais, ser confundido com alguém que é conivente ou relativista à corrupção. Corrupção é algo terrível, tem que ser combatido de forma exemplar, porque, quando isso não acontece, desmoraliza a política. E a única forma de a gente promover mudanças num País tão desigual quanto é o nosso é através da política.

Portanto, é essa – perdoem-me, acabei me estendendo – a minha pergunta ao Sr. Augusto Aras.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos. V. Exa. ainda tinha mais dois minutos.

Nós encerramos aqui a lista de Senadores titulares.

Aqui, agora, entrando na lista de suplentes: Senador Luis Carlos Heinze; Eliziane Gama, que está dando uma entrevista aqui; Senador Renan Calheiros; e, encerrando, o Senador Randolfe.

Deixaremos o Senador Jaques Wagner, como representante da Bahia, para fazer suas considerações finais depois, aqui, em nome de todos os Senadores.

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sra. Presidente; Sr. Presidente da Casa, Davi Alcolumbre; Sr. Procurador, apenas algumas colocações rápidas, não vou usar todo o tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa preocupação, e eu já lhe falei desse assunto, é no que diz respeito às questões, vamos dizer assim, até ideológicas do processo, de alguns dos seus colegas no que diz respeito à questão indígena, por exemplo. A Constituição de 1988, art. 231, é clara. A Senadora Simone trabalhou nesse assunto com o Senador Moka, em cima da interpretação do art. 231, que é bem claro: "ocupam", os índios que ocupam as terras em 5 de outubro de 1988. Existe interpretação de colegas seus que aí extrapolam e esses processos se arrastam. Não. Eles não "ocupam", e é atemporal, porque um dia alguém, no ano de 1940... Qual é o ano? Acaba que eles não estão mais em cima das terras nessa ocasião. Portanto é importante que essa interpretação não seja ideológica. É uma lei, e a lei tem que ter uma interpretação, apenas essa. Então ali, para nós, o termo é "ocupam", quem estava em cima da terra em 5 de outubro de 1988. Pronto. Aí começam a dar várias interpretações nesse caso.

Nós temos também, e o Brasil precisa andar para a frente... Eu pegava hoje de manhã, no DNIT, um caso lá do Estado do Amazonas. O custo da rodovia do seu Estado, Senador, da BR-317, é de R$30 milhões.

Agora, o programa, o Plano Básico Ambiental Indígena diz que eles têm que pagar – e aí, o Ministério Público está junto nesse processo – 80 milhões, é um acordo que vão fazer. Pelo amor de Deus, quase três vezes o que custa a rodovia! Não têm dinheiro para fazer a rodovia, agora, para indenizar os índios, fazer o plano ambiental e indigenista que pediram lá... E o Ministério Público está junto nesse processo. Eu estou falando de um caso, deve ter centenas, milhares de casos no Brasil inteiro. E o Brasil precisa andar para frente.

Então, são essas duas colocações que queria fazer a V. Exa. Não se pode ter ideologia nesse processo. Temos que fazer essas coisas avançarem.

O Senador Cid foi Governador. Imagino no seu Estado quantos problemas V. Exa. teve, quanto entrave em cima de processos quaisquer, parar fazer qualquer tipo de obra. Estou falando especificamente da BR-317 do seu Estado.

Então, nessas questões não se pode ter esse tipo de ideologia, este Brasil tem que andar para frente e nós temos aqui para fazer isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Luis Carlos.

Pela ordem de inscrição, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria inicialmente cumprimentar o Dr. Aras, desejar-lhe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente um resultado importante na vida. Portanto, aqui, na CCJ, hoje, nesta sabatina, chegando aqui e já pegando a intervenção...

Eu queria, Procurador, antes de tudo colocar a importância hoje da questão ambiental brasileira. A gente fez um debate histórico nesta Casa e na nossa atuação quanto à questão ambiental. E a nossa defesa no Brasil, assim como aqui, dentro do Congresso Nacional, é exatamente na defesa da vida, na defesa das questões ambientais, na defesa das minorias do Brasil.

Quando a gente fala das minorias, a gente fala não apenas da questão dos índios, por exemplo, não apenas da questão dos quilombolas, por exemplo, mas em relação a todas as minorias, em relação ao acesso a direitos, ao acesso à sua proteção, inclusive das mulheres. Porque nós temos hoje uma maioria no Brasil que é de mulheres, mas, do ponto de acesso a políticas públicas, nós somos minoria para ter esse acesso. Aí a gente busca cotas, aí a gente busca ampliação através de uma legislação mais apurada, de um espaço em que a gente possa, na verdade, fazer com que as nossas lutas históricas possam ser asseguradas.

E aí me preocupou muito quando nós tivermos lá atrás uma fala do Presidente da República, quando ele disse o seguinte: "Olha, nós não queremos, dentro da PGR, alguém que seja xiita com as questões ambientais e com a questão das minorias". E o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da República historicamente foi muito importante nessas lutas, desde a ação do Congresso Nacional e da gente aqui, às vezes, na tentativa de fazer com que a Constituição Federal possa ser assegurada. E o Ministério Público, assim como a magistratura, também é o guardião da nossa Constituição. Quando a gente fala, por exemplo, da defesa das comunidades indígenas, a gente fala a partir da perspectiva do que é a Constituição Federal, a gente fala da perspectiva daquilo que já está lá constando no que se refere à Constituição.

Eu acho que o senhor acabou tendo aqui, dentro do Congresso – eu percebo isso – uma aceitação significativa, não vejo inclusive dificuldade na aprovação do seu nome aqui em relação à Procuradoria-Geral da República. Mas eu queria que o senhor deixasse para nós exatamente essa sua preocupação em relação às minorias, em relação à questão ambiental. E por que eu fiz questão de fazer esse destaque, Procurador? Exatamente porque me preocupa muito hoje como o atual Governo tem tratado a questão ambiental, como o atual Governo tem tratado a política ambiental brasileira. Inclusive, lá atrás, ele até chegou a colocar sobre a não existência do Ministério do Meio Ambiente, ou seja, quando a pessoa diz que pode não existir meio ambiente, a gente não sabe o que poderá vir depois disso. E, mesmo hoje, com o Ministério do Meio Ambiente existente, a gente percebeu que ele se tornou meio que, digamos assim, um departamento – eu não estou exagerando –, um departamento do Ministério da Agricultura, porque várias de suas prerrogativas foram redirecionadas, várias de suas ações foram redirecionadas e desmembradas até. A gente, inclusive, conseguiu vencer algumas delas aqui na reforma administrativa e avançar na Comissão Especial quanto à manutenção dessas lutas históricas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui dentro do Congresso Nacional a partir de não deixar passar, mas, na prática, isso está muito preocupante. A gente vê, eu poderia destacar aqui vários desses pontos: a preocupação com a questão da demarcação em terras indígenas, a preocupação com a garantia do acesso à terra, enfim, e vários outros pontos.

Então, eu queria deixar aqui os meus cumprimentos ao senhor, dizer do meu respeito pelo senhor e da minha quase que certeza de que, quanto à sua aprovação aqui no Congresso Nacional, não haverá nenhuma dificuldade, mas, em meio a tudo isso, eu queria também que o senhor nos trouxesse a tranquilidade quanto às questões ambientais e também de minorias.

Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Eu queria pedir a V. Exa., de forma respeitosa, até pelo adiantado da hora, para encerrar as inscrições; quem se inscreveu se inscreveu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos aqui os oradores inscritos, ainda temos alguns Senadores para falar.

Consulto as Sras. e Srs. Senadores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só dizer que...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. é o próximo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... da minha parte não há...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, V. Exa. é o próximo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nenhuma rejeição ao fato de ficar para o final.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, V. Exa. já é o próximo. V. Exa. já é o próximo inscrito. O questionamento do Senador Jorginho Mello é se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos declarar encerradas as ordens de inscrição. Ainda temos Senadores inscritos e vamos correr com a lista.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam... (*Pausa.*)

Não havendo objeção, portanto, damos por encerrada a lista de inscrição.

Pela ordem dos inscritos, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sra. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Sr. Procurador Augusto Aras, sabatinado para a Procuradoria-Geral da República; eu aproveito a oportunidade para cumprimentar o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, que ontem proporcionou ao Congresso Nacional talvez um dos seus maiores momentos ao rejeitar 18 vetos colocados pelo Presidente da República à Lei de Abuso de Autoridade. Eu falo isso assim com muita ênfase, porque, como sabe V. Exa. e os Senadores também, eu sou um dos modestos autores da Lei de Abuso de Autoridade e por ela batalhei eternamente. E fiquei muito feliz com o que aconteceu ontem.

De modo que V. Exa. tem sempre a minha solidariedade. E que eu não concordo com o que aqui, por alguns membros desta Comissão, inclusive pela Presidente, ontem se reverberou, em detrimento da Presidência do Senado Federal, por ter marcado para outra data a apreciação da reforma da previdência.

V. Exa. fez certíssimo. V. Exa. representa um Poder e V. Exa. tem que falar sempre com essa grandeza, para que esse Poder não se diminua na prática.

Como alguém que já foi Presidente do Senado Federal, eu mais uma vez quero cumprimentá-lo e dizer que V. Exa. tem o meu apoio. V. Exa. fez muito bem ao adiar a apreciação da reforma da previdência, pela necessidade de o Congresso Nacional rejeitar os vetos do Presidente da República.

Eu queria, Sra. Presidente, nestas pouquíssimas palavras, dizer que eu sou oposição, integro esse campo com muita satisfação, sou um crítico do Governo, mas tenho isenção suficiente para reconhecer que, de todos os atos do Presidente Jair Bolsonaro, talvez o mais acertado e significativo seja o da indicação do Dr. Augusto Aras para exercer esse honroso cargo de chefe do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República. Por que digo isso? Porque convivi com os últimos Procuradores, com todos. Alguns engrandeceram a Procuradoria, outros não. Muitos sequer reconheceram – o que o Dr. Augusto acabou de fazer – que foi este Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, que disponibilizou as leis mais eficientes e insubstituíveis no combate à corrupção.

Eu tenho muito orgulho disto: muito orgulho de ter proporcionado ao Brasil, como Presidente do Congresso, os maiores avanços institucionais no enfrentamento da corrupção, inclusive do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fortalecimento do Ministério Público. Eu fui Constituinte e, na Constituinte, tiramos o Ministério Público do papel, aparelhamos suficientemente o Ministério Público e depois, aqui, como Senador... Eu fui Constituinte como Deputado Federal e depois aqui, como Senador, nós inclusive dotamos o Ministério Público para que ele pudesse efetivamente cumprir o seu papel na defesa dos direitos individuais indisponíveis, coletivos, difusos, para que chegasse a ser o Ministério Público desse tamanho.

Mas por que eu faço essa defesa, antes de fazer as perguntas ao Dr. Augusto Aras? Porque eu sei que pela probidade, pela honradez, pela competência com que exerceu o seu papel sempre como Procurador – eu já disse a ele pessoalmente –, ele foi sempre, talvez de todos os Procuradores – que eu não sei quantos são nem me interesso muito por saber –, o mais competente para exercer esse cargo. De modo que eu estou participando aqui desta sabatina com muito orgulho, com muita disposição.

E quero dizer também, respondendo a uma pergunta, a uma indagação que aqui foi feita pelo Senador Otto Alencar, que o Conselho Nacional do Ministério Público, sim, tem evoluído no sentido de disciplinarmente punir os membros do Ministério Público que transgridem. Ontem mesmo, o Conselho Nacional do Ministério Público compôs uma maioria referendando um parecer do Corregedor para investigar o Procurador Deltan Dallagnol.

Eu sempre, Senador Cid Gomes, a exemplo de V. Exa., defendi a Lava Jato, todas as investigações. Quando estive no Ministério da Justiça, eu defendi a adoção no Brasil da delação premiada porque eu considero, sim, que a delação premiada é um importante meio para o combate do desvio do dinheiro público, para o enfrentamento, que tem, sim, que ser permanente. E não sou contra a Lava Jato, como insinuou aqui o Senador Lasier, que até já saiu; muito pelo contrário, eu sempre defendi a operação. E acho que a Lava Jato deixará avanços civilizatórios significativos, o que não significa dizer que, apesar dos avanços que deixará, ela pode exorbitar do seu papel, o que a Lava Jato fez desde o seu primórdio. Porque o Congresso Nacional, o Senado, especificamente, lá atrás chegou a rejeitar três nomes para o Ministério Público. E o Rodrigo Janot, propositalmente, colocou esses três nomes – não quero citá-los – para integrar a primeira composição da Lava Jato, o que ensejou, Senador Davi Alcolumbre, uma caça aos Senadores em função da decisão que tinham adotado anteriormente. A imprensa não fala sobre isso. Eu não estou criticando a imprensa por não falar sobre esses fatos.

Eu queria, Procurador, e por isto fiquei aqui, cumprimentar V. Exa. e dizer que o Ministério Público, sim, tem que combater a corrupção, mas tem também que cumprir o seu papel constitucional. E acho um avanço considerável quando o senhor defende que um dos papeis a serem cumpridos – e a Rose colocou aqui –, não apenas com relação aos investimentos públicos, não – eu acho que eles são insubstituíveis –, é o de ajudar efetivamente a destravar a economia, a, na forma da Constituição, garantir aos brasileiros da mesma forma – e isso é papel do Ministério Público – o acesso igual ao desenvolvimento econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer algumas perguntas. Eu até preparei algumas, outras já foram respondidas pelo senhor. Eu gostaria rapidamente de conhecer a opinião do senhor sobre o pacote anticrime, particularmente com relação a três pontos: o excludente de ilicitude, confundido mais agora, depois do que aconteceu no Rio de Janeiro, com uma ordem para matar, um estímulo ao confronto, à violência, à criminalidade, uma licença para matar. Eu queria saber o que V. Exa. pensa da prisão em segunda instância e também do *plea bargain*, que também já foram retirados do pacote pela Câmara dos Deputados, sem falar em outras coisas que foram retiradas anteriormente, como a validação de provas ilegais e como até o fim do *habeas corpus*, como o Ministério Público Federal propôs naquelas dez medidas, que, em todos os momentos, foram defendidas pelos procuradores de então – não estou me referindo à Dra. Raquel. Em relação a outros itens do mesmo pacote, eu gostaria de conhecer rapidamente, Dr. Augusto, a opinião do senhor quanto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... à mudança do Código Penal para ampliação do conceito de legítima defesa para proteger militares e policiais.

Uma outra pergunta, Presidente. Eu esperei para tentar fazê-la.

O senhor é favorável ao leilão de bens sequestrados feito na execução provisória da pena ou apenas após o trânsito em julgado?

Por que falo isso? Quando aqui esteve o ex-Juiz Sergio Moro, eu perguntei como, por que ele havia homologado delação premiada antes de o Congresso votar a lei. Mas não é delação premiada naquilo que se torna razoável, que é a confissão do desvio do dinheiro público; é pior, é a delação premiada beneficiando o delator, com o patrimônio desviado, prendendo pessoas ilegalmente. Se nem a lei estava em prática, como é que ele poderia antecipá-la, fazendo tudo isso?

Outra coisa que eu queria saber rapidamente, ainda no mesmo pacote: o senhor acha que é razoável o chamado informante remunerado profissional, que poderá receber até 5% dos recursos apreendidos?

Uma outra pergunta, Dr. Augusto, é: qual a opinião do senhor sobre a presunção de inocência? Seria um valor absoluto, imutável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... ou relativo?

Estou concluindo já.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta: a disputa para estar entre os três mais votados, na opinião do senhor, na chamada lista tríplice, guarda alguma similitude com campanhas políticas? Eu queria só lembrar um fato: na reeleição do Gurgel, de uma só vez, ao seu eleitorado, ele pagou de penduricalhos acumulados R$275 milhões. E olha que naquela época R$275 milhões... Hoje já é muito dinheiro, imagina naqueles anos passados!

O senhor avalia que seja saudável para a democracia a hipertrofia de algum dos Poderes eleitos pelo voto direto? Faço na presença do Presidente do Senado Federal. Qual a opinião do senhor em relação ao fato de que integrantes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... umbilicalmente ligados à Lava Jato tenham aceitado cargos no Governo – cargos no Governo? Quer dizer, não foi um, vários integrantes da Lava Jato aceitaram cargos do Governo, em diferentes posições. O senhor considera isso um procedimento saudável para a democracia?

Qual o critério que o senhor adotará para promoções no Ministério Público?

Uma outra pergunta – já estou concluindo: qual a opinião do senhor sobre os constantes fluxos de vazamento, que constrangem investigados, nivelam culpados com inocentes em muitos casos – em muitos casos?

O senhor disse recentemente, discorrendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sobre a carreira do Ministério Público, que o Ministério Público e o Poder Judiciário não eram para enriquecimento pessoal. O senhor falou em tese ou se referiu a supersalários e penduricalhos todos que os procuradores alguns recebem?

O senhor acha que pertence ao escopo, à natureza do Ministério Público algum tipo de atividade político-partidária? Eu faço isso porque – aí é caso concreto – eu já entrei com várias representações, inclusive algumas aceitas no Conselho Nacional do Ministério Público. E das imputações que me fez o Ministério Público Federal, 15 já foram absolvidas pelo Supremo Tribunal Federal – 15, o que denota, por si só, um impiedoso processo de perseguição contra o qual eu tive que abrir os braços para sobreviver.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Encerrando, Senadora Simone Tebet, o senhor tem alguma proposta concreta para o Conselho Nacional do Ministério Público, para que ele possa ser mais ágil? Ou mesmo do ponto de vista da sua composição, talvez seja necessário fazer alguma mudança com relação à amplitude do Conselho, objetivando torná-lo menos corporativo.

Nós estamos diante de um caso concreto, e eu sei o que significa, em sabatinas, responder casos concretos, portanto essa o senhor pode responder ou não, mas o que dizer, Dr. Augusto Aras, diante de diálogos tão escabrosos que lemos periodicamente, registrando ilegalidades indefensáveis de procuradores? O que fazer com esse material, já que muitos citados já confirmaram o teor e veracidade dos mesmos? Vamos fingir que eles inexistem?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ontem mesmo, por causa de um telefonema, o Parlamento norte-americano abriu um processo de *impeachment* contra o seu Presidente. E aqui? Nós vamos esperar desculpas do Dallagnol, do Janot, do Marcelo Miller, do Gurgel? Voltaire dizia que os homens erram, mas os grandes homens pedem desculpas. Eu não espero isso nem do Gurgel, nem do Janot, nem do Miller, nem do Dallagnol, por isso acho que seja insubstituível o papel do Conselho Nacional do Ministério Público, para, com todo o respeito, punir essa gente. Na condição de Procurador-Geral, como o senhor pretende tratar os casos de politização e partidarização comprovadas do Ministério Público? No meu caso, por exemplo, ontem aceito pelo Conselho Nacional do Ministério Público, não é verdade que o Dallagnol participou apenas com *posts*, com Twitter, com retuítes da campanha para Presidente do Senado, não; ele participou em todos os momentos da minha atividade política, inclusive na campanha em Alagoas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ...com a publicação de vídeos e com uma mobilização pessoal para que os alagoanos viessem...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para concluir, Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou concluindo, minha Presidente querida.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois é, nós já passamos... V. Exa. foi o único, até como ex-Presidente desta Casa, que já teve quase o dobro do tempo. Eu fui rigorosa em relação aos demais. Por favor, eu pediria só...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu me portei aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou dar mais um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senadora Simone, eu me portei aqui como suplente, que V. Exa. Faz questão, a cada momento, de destacar: a relação dos titulares, a relação dos suplentes...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Porque há um acordo deste Colegiado de nós darmos preferência para os titulares.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A relação dos titulares, a relação dos suplentes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato. Por favor, conclua, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu tenho, com a humildade que devo ter, por isso a espero de V. Exa. também...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conclua, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por fim, Procurador, nestes dias, há uma polêmica eloquente com relação à questão da Floresta Amazônica. Qual o enfoque que o senhor dará no encaminhamento do tema do meio ambiente?

E, na última pergunta – o Lasier acabou de sair –, já que V. Exa. falou na impessoalidade – infelizmente ele saiu –, eu queria saber se o Ministério Público, de acordo com o seu enfoque, considera que, nesse enfrentamento à violência contra a mulher – e nós já chegamos até a caracterizar o crime, a cominar o crime de feminicídio... O senhor acha que a Lei Maria da Penha, da qual também eu tenho muito orgulho, tem cumprido o seu papel ou alguma coisa do ponto de vista processual precisa ser feita ainda para o Ministério Público colaborar com esse combate à violência contra as mulheres, inclusive da parte de autoridades?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Nós temos mais três oradores inscritos.

Eu apenas gostaria, em nome da verdade, de fazer aqui, em público, um esclarecimento, até pela colocação que me foi imputada em relação à minha manifestação de ontem. Foi dito que reverberei aqui a minha oposição a uma possível convocação do Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero deixar muito claro que eu tive uma conversa com o Presidente da Casa um dia antes e havia um compromisso desta Presidência ontem de abrirmos a reunião desta Comissão para discussão da reforma da Previdência e votação e nós iríamos encerrar até o momento da convocação do Congresso Nacional. E tenho consciência de quem é o Presidente do Senado Federal, que cabe a ele estabelecer prazo, dia e hora para convocação do Congresso Nacional – e tem o meu total apoio sempre que o fizer.

Apenas repito: nós teríamos tempo hábil para fazer a votação da reforma da Previdência ontem. Repito e repito que as minhas divergências pequenas com o Presidente desta Casa jamais vão abalar a nossa amizade e o nosso apoio às suas decisões, mas, como Senadora da República, é óbvio que tenho o direito de questionar, como qualquer Senador. Mais ainda: o faço até na condição de quem votou, apoiou o Presidente Davi Alcolumbre, mesmo contrariando a orientação do meu partido.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Meus cumprimentos ao Dr. Augusto Aras, candidato à Procuradoria-Geral da República.

Meus cumprimentos também – e, até pela ordem, deveria ter sido primeiro – ao Presidente Davi Alcolumbre, Presidente desta Casa, Senador Jorginho.

Dr. Aras, até para balizar os votos das Sras. e Srs. Senadores e deixar claros alguns questionamentos que já foram feitos anteriormente, eu queria, em algumas perguntas, reiterá-las para ter clara a sua posição, seu posicionamento, em outras, para entender qual é a percepção de V. Exa. sobre o papel que o Ministério Público Federal deve cumprir na nossa ordem constitucional.

A primeira é uma questão bem simples, que me parece que foi suscitada nesta sabatina: gostaria muito de saber como V. Exa. define o golpe de Estado de 1964 e o regime que sucedeu o golpe de 1964.

Ainda nós temos conhecimento, de maneira pública e legítima, de que a Frente Parlamentar da Agropecuária enviou um convite a vários Parlamentares desta Casa para uma reunião com V. Exa. no último dia 18 de setembro, que foi a data posterior à sua indicação para o cargo de Procurador-Geral. Essa reunião teria ocorrido ou ocorreu às 18h30 no restaurante dos Senadores.

Segundo consta do chamamento dessa reunião, a pauta seria o Projeto de Lei 168, de 2018, que flexibiliza regras de licenciamento ambiental, e o Projeto de Lei 312, de 2015, que trata do pagamento por serviços ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, de acordo com a faculdade de V. Exa., gostaríamos de saber se houve algum compromisso de V. Exa. em relação a esses temas que foram pautados e qual teria sido o teor desse encontro.

Eu sei que se trata de uma matéria da imprensa, mas é necessário, no meu entender, um esclarecimento sobre este tema já que é de interesse público, e é nossa tarefa, como servidores públicos, ao sabatinar V. Exa. e ao votar, ter claros os seus posicionamentos. O jornal *O Globo* do dia 23 de setembro, ou seja, dois dias atrás, dá conta de que o senhor – é notícia do jornal *O Globo*, reitero – pretende rever ações da sua antecessora, a Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Dodge. Até então, tudo bem, mas a matéria dá conta de que V. Exa. pretende rever as ações e medidas da Dra. Raquel que entraram em conflito com os interesses do Governo do Presidente Jair Bolsonaro. Entre as últimas ações propostas ao Supremo Tribunal Federal pela Dra. Raquel Dodge, inclui-se uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental em relação à chamada Escola sem Partido; a redução de participação popular em conselhos, que também foi objeto de uma ação no Supremo Tribunal Federal; a demarcação de terras indígenas, que também foi objeto de uma ação no Supremo Tribunal Federal. O que procede e o que não procede especificamente em relação a essas medidas? V. Exa., obviamente, como um sucessor na PGR, tem toda a prerrogativa de modificar quaisquer atos de sua antecessora. Para nós – e permita-me, para nós, em especial, da oposição –, é particularmente caro saber se essas medidas terão a intenção de V. Exa. em revogação pelo fato de elas se contraporem aos interesses do atual Presidente da República.

Algumas perguntas de ordem institucional sobre o funcionamento do Ministério Público e sobre a autonomia da instituição, que consideramos central. A primeira é em relação a que V. Exa. tem dito – e nesta mesma sabatina reiterou algumas vezes – que é necessário que o Ministério Público tenha unidade institucional – palavras de V. Exa.

Entretanto, Dr. Aras, está esculpido na Constituição, no art. 127, §1º, como V. Exa. sabe, que um dos princípios da atuação dos membros do Ministério Público é a independência funcional. Qual é a compatibilização que V. Exa. pretende, já que está esculpido esse princípio da atuação dos membros do Ministério Público? Pode ser... Já me antecipo... Como teremos algumas razões para debatermos na réplica, eu vou antecipar um tema já da réplica para facilitar. Pode ser que V. Exa. diga que pretenderá responder a essas questões e tratá-las nas câmaras.

Entretanto, parece-me que às câmaras, na estrutura funcional de atuação do Ministério Público, cabe orientar, e não uniformizar, a atuação dos membros do Ministério Público. Então, é importante compreender qual o respeito de V. Exa. a esse princípio constitucional consoante com o art. 127, §1º.

Um tema que tive o prazer de tratar com V. Exa., na honrosa visita que recebi de V. Exa. em meu gabinete, e que é de particular interesse para mim e para o Brasil, e é de particular interesse porque se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata da minha região, da nossa região, minha e do Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre, e está no centro de vários debates... Inclusive tratada ontem, na Assembleia Geral das Nações Unidas. Então, para nós, é de particular atenção saber como V. Exa. pretende tratar a questão da defesa do meio ambiente na minha região, na Amazônia.

Eu quero trazer um dado que V. Exa. deve conhecer muito bem: só no Estado do Rio de Janeiro, nós temos 90 procuradores da República atuando. Isso, salvo engano, é mais do que toda a Região Amazônica.

No nosso Estado do Amapá, nós temos oito procuradores da República, salvo engano, mas eu vou citar um outro caso: no Município de Altamira e arredores... Altamira é um Município que é maior do que a Holanda. É o maior Município do Planeta. Tem um procurador da República, em uma região que foi o objeto do chamado "Círculo do Fogo"... Aliás, "Dia do Fogo", que ocorreu recentemente. Tem um procurador da República.

Então, para nós, e em especial pelo papel do Ministério Público, interessa saber como é que vai ser a atuação do Ministério Público nessa região.

Notadamente, a atuação dos membros do Ministério Público, nessa região, tem sido fundamental na denúncia daqueles que praticam crimes contra o meio ambiente, contra a região, e a minha região, a nossa região, está aí, particularmente, sob ataque.

Os índices de desmatamento, de agosto do ano passado para agosto deste ano – e são dados do Inpe –, apontam um crescimento de 233%, que está diretamente relacionado ao rastro de fogo que tomou conta da Região Amazônica no último período.

Eu pergunto se uma boa ferramenta para isso não seria colocar em prática, na região, grupos de itinerância que já foram aprovados pelo Conselho Superior. Ou seja: ou o aumento do número de membros que atuam, ou uma atuação mais coordenada do número de membros.

Mas há dois temas que, particularmente, são preocupantes para nós: a questão da Amazônia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já concluo, Sra. Presidente.

A questão da Amazônia, a questão do meio ambiente e a questão dos povos indígenas. Estes, em particular, têm tido claro e frontal ataque sobre os seus interesses.

O que o senhor pensa sobre a utilização dos relatórios de inteligência financeira ou de investigação criminal utilizados pela Receita Federal? Aliás, o que pensa sobre os relatórios de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência financeira utilizados pelo Coaf agora na medida provisória do Governo, denominado de Unidade Fiscal Independente?

Em relação aos auditores da Receita Federal, na compreensão de V. Exa. eles têm ou não a obrigação de comunicar crimes ao MP? Ou devem permanecer em silêncio quando isso ocorrer?

Já foi dito aqui, Dr. Aras...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluo, de fato. Faço só duas perguntas, Excelência.

Já foi dito aqui, mas não custa reiterar, o que V. Exa. pensa sobre os vencimentos de membros do Ministério Público. Há uma adequação e um esforço de toda a sociedade para a atualização em relação ao teto de gastos. O que é que V. Exa. pretende fazer ou pretende cortar para lidar com os limites impostos pelo novo regime fiscal ao Ministério Público?

E, por fim, faço a última pergunta mesmo, Presidente.

V. Exa. já procurou esclarecer, mas, para isso ficar de fato esclarecido, considero central, considero fundamental uma resposta de V. Exa. à questão que foi aqui levantada em alguns momentos da sabatina, que já foi questionada, por diversas vezes, inclusive na imprensa, sobre a sua atuação na advocacia. Eu queria um esclarecimento definitivo de V. Exa., se não for pedir demais, em relação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a este tema, sobre se V. Exa. exerceu algum ato típico em relação à advocacia após a decisão de súmula do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, decisão essa, inclusive, em provocação feita por V. Exa., que foi de 30 de junho de 2015. É necessária essa última informação, que considero importante para todas as Sras. e Srs. colegas Senadores.

Obrigado, Presidente, em especial pela tolerância.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Quero cumprimentar, inicialmente, o Presidente do Senado Federal, o Senador Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Presidente da CCJ, a Senadora Simone Tebet, que, em todas as ocasiões, se comporta de forma absolutamente republicana, mas, acima de tudo, mantendo sua autoridade no seu papel de bem exercer a Presidência desta tão importante Comissão.

Cumprimento o Senador Jorginho Mello, Vice-Presidente, e, obviamente, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, que hoje está sendo submetido a esta sabatina para exercer o cargo de Procurador-Geral da República e que se tem havido de forma excepcional, inclusive, diante de uma bateria impiedosa de perguntas, todas elas dirigidas no sentido de fazer com que a capacidade de S. Exa... Esse belo e exemplar currículo que carrega consigo mostra nitidamente a capacidade que terá de bem exercer esse tão relevante cargo de Procurador-Geral da República.

Obviamente, vendo tantas questões aqui já apresentadas, eu gostaria de me deter basicamente no meu Estado de Roraima, que tem vivido a calamitosa situação de imigrantes venezuelanos que fogem da ditadura de Nicolás Maduro pelo menos desde 2017. Alguns membros do Ministério Público Federal têm, inclusive, ajuizado ações em face da União a fim de obrigá-lo a arcar, ainda que parcialmente, com os custos do abrigo a todos esses imigrantes.

Nesse contexto, qual a opinião de V. Exa. sobre a atuação do Ministério Público neste tema? A VI Câmara de Coordenação e Revisão do MPF poderia ter alguma participação em uma possível estratégia de atuação?

A segunda pergunta: outro problema constante em Roraima é a questão indígena, que, obviamente, transcende o nosso Estado para, principalmente, a Amazônia, cada vez mais grave depois da decisão do Supremo Tribunal Federal no caso da Raposa Serra do Sol. Percebe-se claramente que alguns membros do MPF veem no agronegócio um inimigo a ser combatido, como se a defesa constitucional das populações indígenas precisasse de um antagonista para ser efetiva. V. Exa. já concedeu diversas entrevistas falando sobre a necessidade de uma releitura da atuação do Ministério Público em relação à temática. Quais propostas V. Exa. tem, então, especificamente para esse problema?

E uma última questão. V. Exa. conhece, sei do conhecimento que tem também, inclusive, da realidade amazônica, V. Exa. sabe que no nosso Estado nós temos uma questão recorrente há mais de 30 anos, onde num trecho da BR-174, na reserva dos waimiris atroaris, ali, é praticado praticamente um *apartheid* para os brasileiros, porque fecham a estrada na entrada da reserva indígena às 18 horas e só abrem às 6 horas da manhã, impedindo o livre direito constitucional de ir e vir dos cidadãos brasileiros. Várias ações já têm sido desenvolvidas pelos governos do Estado e pelos Parlamentares, e em nenhum momento nós conseguimos ainda uma definição para esse caso, que é tão fácil, porque não existe uma lei, uma norma determinando o fechamento dessa rodovia. Então, eu gostaria de saber se V. Exa. tem realmente uma visão mais definitiva em relação a esse problema para que nós possamos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definitivamente, dar esse direito livre de ir e vir à população do nosso Estado e, obviamente, da Amazônia.

Muito obrigado, Dr. Augusto Aras.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Chico.

Com a palavra, para falar em nome de todos os Senadores que não tiveram oportunidade de se pronunciar, em nome não só da Bahia, mas de todos os Senadores desta Comissão e dos demais Senadores inscritos, mas que tiveram que ir a outras Comissões, o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu cumprimento a Senadora Simone Tebet, que me transferiu uma responsabilidade muito grande; o Senador Jorginho Mello; nosso querido Presidente, Senador Davi Alcolumbre; e o Dr. Augusto Aras, Subprocurador-Geral da República a caminho de assumir o honroso posto de Procurador-Geral da República.

Senadora, eu não vou colocar nenhuma questão porque já me dei por satisfeito no encontro que tivemos no Colégio de Líderes e, depois, na bancada do meu partido com o Dr. Augusto Aras. Eu apenas vou extrair do discurso do decano do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Celso de Mello, o que eu considero um mantra para o Ministério Público no discurso que ele fez na despedida da Procuradora-Geral, Dra. Dodge.

Disse o Ministro Celso de Mello o que eu imagino que possa ser um mantra para V. Exa., já antecipando o resultado: O Ministério Público é:

> o guardião independente da integridade da Constituição e das leis, [o Ministério Público] não serve a governos, [o Ministério Público não serve] [...] a pessoas, [o Ministério Público não serve] [...] a grupos ideológicos, [o Ministério Público] não se subordina a partidos políticos, [o Ministério Público] não se curva à onipotência do poder ou aos desejos [dos] [...] que o exercem, não importando a elevadíssima posição que tais autoridades possam ostentar na hierarquia da República [...]

Eu encerraria só repetindo o que lhe disse dentro da Bancada do PT: aos membros do Ministério Público não é dado o direito de ter fígado. Eu entendo que quem assume um papel dessa relevância tem que conseguir ter a isenção e a impessoalidade no trato das coisas.

No mais, eu criar desejar que Deus lhe dê muita sabedoria, muita tranquilidade e serenidade para conduzir o Ministério Público ao leito natural e que ele possa contribuir para que a gente encontre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caminhos para que o Brasil se entenda entre os diferentes e que a gente possa dar ao povo brasileiro aquilo que ele merece: prosperidade e tranquilidade.

Boa sorte!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Jaques Wagner.

Neste momento, damos por encerrada a arguição e passamos a palavra para o sabatinado para, no tempo de 15, no máximo 20 minutos, fazer os esclarecimentos devidos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, sem embargo de uma eventual réplica, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida nenhuma. Eu estou apenas dando o prazo inicial de, no máximo, 20 minutos, porque nós estamos apenas preocupados. O Presidente da Casa quer, se houver acatamento de pedido de urgência, ainda levar, no período da tarde, à votação, antes da convocação do Congresso Nacional. Apenas por isso estamos estabelecendo um tempo de 15 minutos iniciais.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Já quero adiantar, Presidente, que vou pedir a urgência para que a gente vote ainda hoje no Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estaremos, assim que apurarmos o resultado, colocando o requerimento de V. Exa. à votação.

Com a palavra, V. Exa.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Obrigado, Presidente; Sr. Presidente do Senado; Sr. Vice-presidente da Comissão, Jorginho.

Em relação aos questionamentos da Senadora Rose de Freitas, eu diria que o Ministério Público tem todo interesse em contribuir para fortalecer o enfrentamento à violência contra as mulheres, e assim o tem feito através da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Caso emblemático foi aquele daquela garota encarcerada lá no Pará juntamente com a população masculina.

Da nossa parte, o fortalecimento do enfrentamento à violência contra a mulher se fará muito mais através do CNMP, porque lá estão os representantes do Ministério Público dos Estados e as políticas públicas que podemos desenvolver lá atingem todo o Brasil. Porque o Ministério Público Federal tem uma vocação e afora a PFDC, no que toca à defesa das mulheres, tem maior espectro de atuação, está no Ministério Público dos Estados e essa é a nossa vocação, caminhar em direção ao MP

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual através de CNMP para atingir o maior número de mulheres possível vítimas de violência. Então, essa seria...

Em relação às creches não acabadas, são milhares no Brasil todo, nós entendemos que o Ministério Público Federal pode instar seus membros a fazerem a fiscalização, não somente das obras inacabadas, mas também das próprias creches, como uma prioridade, prioridade absolutamente necessária para as mães, para as mulheres e para as famílias que precisam trabalhar e produzir a própria subsistência da família.

Em relação ao Senador Weverton Rocha, sobre a questão do fiscal da lei. O Ministério Público não pode ter projeto de poder político. O Ministério Público que tem projeto de poder político precisa renunciar ao cargo e se candidatar a Senador, a Deputado ou a qualquer outro cargo político. É preciso, Senador Weverton, que nós lembremos que o Ministério Público deve se guiar pela Constituição, e a Constituição proíbe atividade político-partidária, salvo para aqueles que ingressaram antes de 1988. Eu garanto a V. Exa. que quem ingressou antes de 1988, todos, ainda em atividade, optaram não só pela atividade político-partidária, como optaram pela advocacia – todos, sem exceção!

Também em resposta ao Senador Weverton, quanto à questão do Ministério Público acusador. O Prof. Lenio Streck fez um belo artigo no Conjur, falando que a verdade dos fatos, a verdade real não interessa se beneficia ou não o acusado; ela deve ser o objeto de trabalho do Ministério Público. E isso decorre de um fato muito claro, é a questão do Estado de direito. O Estado de direito não é só o estado da segurança jurídica, mas é o estado de verdade, é o estado de memória e é a submissão de todos os homens à lei, e não a outros homens. Então, o Ministério Público não deve ter atividade para condenar por condenar; não é uma atividade meramente de perseguir quem quer que seja, mas de buscar a verdade dos fatos. E esta verdade é inerente à segurança jurídica, ao estado de direito.

No que toca às minorias, o Ministério Público tem o dever de zelar pelas minorias, mas não só pelas minorias, pelas maiorias que são tratadas como minorias, porque são sub-representadas, como as mulheres, os afrodescendentes, que compõem a maioria do povo brasileiro, e não são representados, como maiorias que são. Então, o Ministério Público tem o dever não somente de cuidar das minorias, sejam quilombolas, sejam indígenas, mas também das maiorias, no particular, as mulheres e os afrodescendentes.

O Senador Cid Gomes fez algum questionamento?

Senador Renan... O Senador Renan está ali?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Está aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Renan fez vários questionamentos. Em primeiro lugar, Senador, a excludente de ilicitude já está prevista no nosso Código Penal e me parece que não haveria maior necessidade de um novo regramento, mas o juízo político de V. Exas. há de prevalecer. Se o Congresso Nacional acredita que é preciso reforçar a ideia dessa excludente, é uma questão eminentemente política.

A outra questão é a prisão em segunda instância. Eu acredito que deva haver prisão em segunda instância, sim, porque o nosso processo civilizatório exige, mas, sobre essa prisão em segunda instância, eu faço um reparo, ela não deve suprimir o direito aos recursos e mais ainda ao *habeas corpus*. O *habeas corpus* é o único remédio processo até o dia de hoje que funciona neste País, porque funciona *per saltum*.

E ainda hoje nós vemos a discussão da doutrina clássica, se cabe o *habeas corpus* deve ou não ser admitido com limitações. Isso para mim é um retrocesso à doutrina da defesa das liberdades. O *habeas corpus* é o melhor, e único, e efetivo remédio neste País que funciona na Justiça; é rápido. No próprio regime militar, aqueles que fizeram parte de militâncias de esquerda diziam que só se sentiam seguros quando tinham *habeas corpus* impetrado, seja no Superior Tribunal Militar, seja Supremo Tribunal Federal.

Então, a condenação e o cumprimento da pena já em 2ª instância me parece necessário. Mas é necessário também assegurarem-se os remédios para a 3ª instância, que é o STJ, e mesmo o *habeas corpus* em todos os níveis, sem os atuais entraves à sua impetração.

O *plea bargain.* O *plea bargain* exige, na sua origem, uma motivação moral do Ministério Público. Não se admite o *plea bargain* que não seja aquele em que o Ministério Público abre a gaveta e diz: "Olha, eu tenho isso, isso, isso e isso contra o cidadão ou a cidadã". E o cidadão ou cidadã, diante das provas reveladas previamente, de forma espontânea e voluntária, admite ou não fazer parte daquele processo de negociação. Então, acima de tudo, o Ministério Público se revela, no *plea bargain*, com essa motivação ética que é abrir as provas que tem, para não blefar – desculpe o termo – não blefar, mas sim fazer a busca da verdade real, independentemente da *persecutio criminis* resultar ou não proveitosa.

A questão do leilão dos bens cautelarmente apreendidos. No fundo, no fundo, essa deveria ser uma decisão do réu, porque os bens se desgastam. Uma aeronave parada, uma lancha parada ou mesmo qualquer outro bem que seja passível de obsolescência ou de desgaste ao tempo, ninguém melhor para decidir sobre a alienação prevista na lei própria do que o próprio réu, porque a demora vai reduzir o valor. E assim parece-me razoável que isso devesse acontecer.

O informante remunerado profissional, Senador Renan, assemelha-se ao agente infiltrado. A diferença é que o agente infiltrado age autorizado por lei e pelos seus chefes, pelas autoridades hierárquicas que assim permitem. O informante remunerado profissional, no fundo no fundo é o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

velho x-9, que termina morto quando já não interessa mais ao sistema punitivo e ao próprio sistema interno do delito.

Em relação à lista tríplice e à campanha partidária. É exatamente o que eu combato. Eu combato a lista tríplice, no plano da indicação para a PGR, exatamente porque o Procurador-Geral da República tem representação interna no que toca a ser o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público. O Procurador-Geral preside, Sra. Presidente Simone Tebet, o pacto federativo no plano do Ministério Público. E no plano externo, participa da cooperação jurídica internacional representando o Estado brasileiro juntamente com o Ministério da Justiça. E muitas vezes é a autoridade máxima no que toca a certas questões, especialmente com países como Canadá, em que essa relação é direta. Então, o Brasil pode estender a sua relação de cooperação internacional com outros países, com isso facilitando o intercâmbio de informações pertinentes inclusive ao combate, ao enfrentamento da macrocriminalidade.

A hipertrofia entre Poderes. Evidentemente não é confortável hipertrofia alguma, porque os Poderes são independentes e harmônicos. A separação de Poderes não permite que haja um Poder mais importante que outro. Quando todos estão nos seus lindes, nas suas fronteiras, nós temos a garantia de que o cidadão estará bem protegido. Toda vez que alguém sai desses lindes, alguma coisa vai mal para a República e precisamos corrigir.

A questão dos vazamentos. Nós precisamos efetivamente atentar para o fato de que vazamento viola a privacidade, a dignidade da pessoa humana e viola o art. 22 do Código de Processo Penal, que estabelece que os inquéritos são sigilosos. Essa é uma norma, Senadora, pouco lembrada. O art. 22 do Código de Processo Penal diz que o inquérito é sigiloso, mas no Brasil nós tornamos o inquérito público e transparente, para todo o conhecimento. Mas esse sigilo não é para esconder alguém; esse sigilo é para preservar exatamente a dignidade do investigado.

Eu creio que para o Senador... Salvo melhor juízo, o Senador Renan fala do teto constitucional. Senador, a grande maioria dos membros do Ministério Público já estão no teto constitucional. Então, nós temos muitas gratificações. Queremos, evidentemente, que todos ganhem muito bem, mas certamente o serviço público, de um modo geral, não é lugar de ninguém se enriquecer. Então, evidentemente, vamos disputar e vamos pedir a V. Exas., Senadores, e ao Congresso Nacional verbas quando forem necessárias, mas buscaremos otimizar as verbas de que dispomos, seja poupando recursos em questões de aluguéis, porque pagamos hoje altíssimos aluguéis e precisamos otimizar esses recursos, seja na aquisição de sistemas modernos que possam reduzir as despesas.

Amazônia e meio ambiente. A Amazônia, como nós falamos aqui no início dessa sabatina, precisa fazer o desenvolvimento sustentável. Eu creio que esse é o ideal a ser atingido. Quanto maior aproximação daqueles círculos concêntricos de crescimento econômico, mais desenvolvimento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proteção ambiental, mais igualdade da entrega dos recursos naturais, maior área de desenvolvimento sustentável. Quer dizer, é o bem a ser atingido, é o valor a ser protegido desde a Convenção de Estocolmo, em 1972.

A missão do CNMP, Senador Renan, estritamente falando, é de fiscalização orçamentária, administrativa e ético-disciplinar. Mas o CNMP vai mais além: tem comissões para cuidar das políticas do Ministério Público no que toca a todo o Brasil. Então, políticas de enfrentamento à corrupção lá existem; políticas de enfrentamento a questões de pedofilia, defesa do menor, do adolescente, do idoso... Todas essas áreas podem ser feitas no CNMP.

Senador Cid Gomes falava no maniqueísmo e da virtude que está no meio. Pois é, Senador, o que nós queremos é uma Constituição em que as diversas normas, valores, princípios sejam ponderados. Toda vez que a gente pondera valores, a gente escolhe o valor que melhor preenche o conteúdo da necessidade em cada caso concreto.

Ainda nesse diapasão, lembro para os senhores que a imprensa disse muito que eu falei a linguagem de cada Senador. Na verdade, eu me sinto muito à vontade para dizer que eu falei a linguagem da Constituição. Cada Senador com quem eu estive conversou comigo sobre Ministério Público e sobre Constituição. Eu fiquei muito à vontade de conversar com cada Senador as conversas mais republicanas possíveis, todas republicanas, em torno de Constituição e Ministério Público. E, se nós todos nos entendemos, é porque todos nós sabemos ler a Constituição, sabemos interpretar a Constituição e sabemos que radicalismos não levam a nada. E sabemos que a ideologização natural à Casa Legislativa deve operar dentro de um limite, que é o limite do Estado democrático de direito. Por isso é que provavelmente nós falamos a mesma linguagem. E eu gostaria muito de falar a mesma linguagem que os senhores durante dois anos se V. Exas. me permitirem.

Então, me sinto muito honrado em que estejamos aí, sim, afinados com a Constituição Federal sempre, sempre e sempre.

Finalmente, Senador Cid Gomes, o juízo de instrução ou o juízo das garantias é muito importante. O Brasil tem uma iniciativa que não é legal, e eu sugiro até que quem sabe V. Exa. ou algum Senador ou Senadora se disponha a fazer. O CNMP baixou uma resolução criando o acordo de não persecução penal para os crimes com pena mínima de quatro anos. Com esse acordo de não persecução penal para os crimes punidos com reclusão de até quatro anos não se faz denúncia. Essa é uma iniciativa pioneira do CNMP. Ela já existe em outros países. Ela se aproxima do *plea bargain.* Mas ela precisa de positivação em termo de lei. Então, seria uma grande solução e que talvez alcançasse também o pensamento de V. Exa., tendo em vista que eu acho vantajoso o juízo de garantia, o juízo instrutor porque preserva mais ainda o princípio de um juiz natural, que importa em dois valores, competência e imparcialidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto mais imparcialidade do julgador e do Ministério Público melhor. E quanto maior neutralidade na academia melhor ainda – não é –, para nós fazermos as coisas como devem ser feitas.

Já respondi ao Senador Renan.

Vamos agora ao Senador Randolfe Rodrigues. Senador, em primeiro lugar, eu não fujo à discussão da Ciência Política, e não fujo porque me dediquei, nos últimos 20 anos, a cuidar de outras áreas do conhecimento extrajurídicas. Embora o dever do Procurador-Geral deva, prioritariamente, conhecer o Direito, especialmente o...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – ... Direito Constitucional...

Posso falar mais um pouquinho?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Devo dizer a V. Exa. que o movimento de 1964 teve apoio da família brasileira, teve o apoio da igreja católica brasileira. Ele foi gestado dentro do Congresso Nacional. Tudo aconteceu como V. Exa. sabe, no contexto de uma madrugada, através do Presidente, que deu posse, através de certos movimentos dentro do próprio Congresso Nacional. Então, discutirmos nesse ponto se houve golpe de Estado ou se houve revolução, talvez não me pareça adequado neste momento, porque a história conta como ocorreu aquele célebre 31 de março, que não foi propriamente 31 de março. Elio Gaspari conta muito bem essa historinha e a gente tem que compreender que naquele momento não se falava propriamente de uma revolução, mas se falava, sim, de um movimento em que houve uma mudança,

E, se houve revolução, podemos dizer que foi uma revolução civil, porque ela foi protagonizada pela sociedade civil e por membros do Congresso Nacional; Presidente da Câmara e Presidente do Senado, que deu posse. Inclusive houve a declaração de vacância do cargo de um Presidente que estava voando para o Rio Grande do Sul, não fugindo do Brasil como dito na época. Então, essa é uma questão nebulosa, pelo menos para quem duvida do assunto.

Do ponto de vista de um verdadeiro golpe, talvez V. Exa. tenha de convir que em 1968, sim, houve um endurecimento, houve o AI-5, houve o cerceamento das liberdades públicas. O Congresso sofreu liberdades. Foram cassados Senadores, Deputados, Ministros do Supremo. Houve, sim, cerceamento de liberdades. Talvez, em 1968, sim. Se nós fôssemos falar em termos de doutrina jurídica, à luz da doutrina kelseniana, a norma hipotética fundamental da Carta de 1988 infelizmente é o AI-5, e não a Carta de 1988, e não vou discutir isso aqui com V. Exa., que é matéria de filosofia do Direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na pressa, que é meu dever aqui, em respeito ao Sr. Presidente, à Sra. Presidente e aos senhores, a questão da reunião com a Frente Parlamentar da Agropecuária. Não discutimos nenhum desses temas. Simplesmente eu tive o prazer de conviver com Senadores que fazem parte desse movimento interno e trocarmos ideias, sem nenhum contato relativamente à pauta dos PLs.

Em relação à matéria de *O Globo*, de revelações da Dra. Raquel Dodge, em primeiro lugar, eu disse aqui que faria a revisão das portarias administrativas, e não me referi, em nenhum momento, a eventuais inquéritos, eventuais ações penais, ou qualquer resposta da colega Raquel Dodge. Evidentemente, a imprensa precisa ter um pano de fundo e vai construindo as narrativas que entende que deve, e muitas vezes nós, homens públicos, não temos nem como nos defender, mas certamente o que eu disse foi que as portarias administrativas seriam revistas, sim.

Quero dizer também que usei a metáfora dos cabelos brancos e pretos porque essa é uma metáfora da Casa; talvez não desta Casa, mas da Câmara Federal. Não é que não compreenda que, por exemplo, no oriente não existe cabelo branco. Xi Jinping não tem cabelo branco; nem Hu Jintao tem cabelo branco; nem Deng Xiaoping tinha cabelo branco; nem Mao Tsé-Tung tinha cabelo branco, porque culturalmente a ideia do cabelo branco e do cabelo preto é algo, digamos assim, nesse particular dessa metáfora, bem nosso, bem da Câmara Federal. Então, perdoem-me, não foi uma crítica a quem tem cabelo branco ou preto, pelo contrário. O meu está branco porque eu não tenho coragem de pintar. Mas se eu fosse chinês, certamente estaria pintando meus cabelos de branco. Então, perdoem-me esse esclarecimento, que acho que se faz necessário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Segundo, a unidade institucional, independência funcional, Senador Randolfe. Nós não queremos alterar o livre pensar, o livre proceder, a consciência profissional jurídica de nenhum colega, em absoluto. O que nós queremos preservar é a unidade institucional a partir de critérios legais, normativos, positivados, e isso pode ser feito, sim, porque antes era feito assim. No art. 28 do CPP está lá dito: quando o Promotor pedir o arquivamento do inquérito, o juiz irresignado pode remeter ao Procurador-Geral – hoje leia-se à Câmara Criminal – para homologar ou não o arquivamento. Quando o Procurador-Geral – na contemporaneidade, a Câmara Criminal – manda fazer a denúncia, a Câmara Criminal pode fazer duas coisas: ou devolve para o mesmo promotor, promotora, procurador ou procuradora fazer a denúncia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – ... ou deixa para que outro colega que não se sinta arrostado na sua independência funcional promova essa denúncia. Então, não há nenhuma novidade no que eu prego, que é a orientação das câmaras de coordenação e revisão, que inclusive, Senador, têm enunciados balizando essa conduta. Inclusive, o poder revisional das câmaras de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coordenação e revisão, embora feitos *a posteriori*, revela exatamente o princípio da unidade institucional, posto na Lei Complementar nº 75, de 1993, que é a nossa Lei Orgânica, que estrutura e organiza a carreira.

Bom, para acabar, defesa do meio ambiente e da Amazônia.

Eu acredito, Senador, que o corporativismo fez mal ao Norte e ao Nordeste no que toca ao número de membros. Se V. Exa. pegar o número de membros de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, o senhor vai ver a disparidade do número de membros que há nas Regiões Sudeste e Sul, em relação ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. São praticamente dois terços contra um terço. Então, o corporativismo promove mais vagas para o Sul e o Sudeste, porque ali se encontra o maior PIB do Brasil, ali se encontram evidentemente interesses concentrados, e o Norte e o Nordeste, com suas dificuldades de IDH, recebem um número menor de procuradores. Então, me perdoe o Senador Jorginho Mello, que é da região do nosso PIB privilegiado do Brasil, que constrói e produz riquezas, mas a relação entre Norte e Nordeste em número de procuradores é de um terço para dois terços. De Minas para o Rio Grande do Sul, há dois terços de toda a carreira. É um dado da realidade, é por conta do voto. Senador Renan, isso é voto. Então, o voto gera o corporativismo, o que gera uma preferência para uma região.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Relatório de inteligência do Coaf.

Todos sabem que o servidor público *lato sensu* tem o dever de comunicar o conhecimento da prática de qualquer ilícito e que a pessoa privada pode comunicar ou não a existência de um ilícito. Logo, quando nós evocamos lições dos clássicos, é porque os clássicos são atemporais, estão provados pela ação do tempo. Quando alguém fala da tradição da lista tríplice de 16 anos, eu me pergunto: o que um chinês iria pensar de 16 anos na história daquele grande país do norte, mas não norte-americano, norte de lá, Pequim mesmo, que fica no norte.

Então, como é que nós vamos ignorar a doutrina clássica? Nós temos o dever de denunciar, de comunicar os ilícitos porventura existentes. Os auditores fiscais por isso estariam no dever de comunicar as eventuais irregularidades.

Como nós vamos economizar, Senador, para o Ministério Público? Economizar com os aluguéis. Nós temos prédios que têm R$7 milhões por ano de aluguel. Nós temos prédios vazios, nós temos sistemas que funcionam, nós temos uma instituição carente de *compliance*, governança, prestação de contas, transparência, publicidade. É o que nós precisamos fazer.

Bom, em relação ao Senador Randolfe, há ainda a pergunta... Vou deixar para o Senador fazer a réplica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chico Rodrigues fala da Venezuela. Senador Chico Rodrigues, meu conhecido de mais de vinte e tantos anos, é um prazer, Senador, responder ao senhor. A 6ª Câmara é a câmara do índio. Na verdade, ela não tem atribuições sobre a questão da migração venezuelana, mas certamente cuida dos índios e deve cuidar especialmente da Raposa Serra do Sol. Nosso grande problema nessa Região Amazônia, em que nós temos praticamente as terras raras, os minérios estratégicos, todos dentro das empresas, dentro das reservas indígenas, e o nosso grande problema é buscar o caminho do meio. Esse é o desafio, porque a própria Constituição garante que os índios possam explorar a mineração e valores naturais e extrativistas e possam ser remunerados por isso, inclusive através de companhias. Está na Constituição escrito, não é invenção minha, não. Índio também pode ser rico, como o é nos Estados Unidos da América.

As etnias chinesas – e eu estou falando chinesas porque há muitos Senadores que estiveram na China, como V. Exa. – também estão ricas, há etnias ricas. A maior é a Han, mas há lá mais 49 etnias.

Então, não se quer condenar índio aqui à morte, de fome ou de inanição. Temos tantas riquezas! Se são dos índios, que os índios possam gozar dessas riquezas, evidentemente respeitando os povos isolados, respeitando as suas características e o seu *modus vivendi*.

Finalmente, agradeço ao nosso Senador Jaques Wagner, que esteve aqui e já saiu, mas agradeci a ele pessoalmente por ser um baiano que muito honra a Bahia, assim como todos os outros que aqui estiveram e estão, como o Senador Angelo Coronel e o Senador Otto Alencar. A Bahia se sente hoje muito responsável, e eu me sinto muito responsável pela Bahia para representar a Bahia muito bem, se V. Exas. me derem a confiança de poder estar dois anos à frente da PGR. E dizer a V. Exas.: vamos fazer diferente! É possível fazer diferente! Com unidade institucional, enfrentamento à macrocriminalidade e destravamento da economia, podemos fazer muito pelo País.

Obrigado, Sra. Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Na ordem de inscrição, eu pergunto se há réplica.

Senadora Rose, Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Eu não.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, se há réplica. Estou na ordem aqui.

Senadora Rose, Senador Cid, Senador Luis Carlos, Senador Renan, Senador Randolfe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para réplica, por três minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Serei breve, Presidente.

Primeiro, concordo com V. Exa. em...

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP) – Senador Randolfe, permita-me? Eu estou presidindo a MP do Coaf...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador Serra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Pela ordem.) – Eu creio que o indicado, Dr. Augusto Aras, reúne as três condições que nós consideramos indispensáveis para a função tão crítica para o nosso sistema democrático que ele virá a ocupar: experiência, preparo e equilíbrio. Creio que ele reúne esses três atributos, e isso é o que me leva a dar esse apoio. Queria manifestar isso com toda a clareza, com toda a ênfase.

Houve uma menção aqui, como tem havido nesses dias, a respeito das questões de 1964. Devo dizer que, no Senado, eu sou o último – digamos – Senador, o único que foi punido em 1964. Isso me custou 14 anos de exílio. Eu tinha 21 anos e era Presidente da UNE.

E gostaria um dia, Senadora Simone, que a gente pudesse aprofundar a respeito da natureza e das condições do golpe e do segundo golpe em 1968. Não tem a ver com o objeto da reunião de hoje, mas, como foi mencionado, eu não queria deixar de fazer essa referência.

Dou meus parabéns ao futuro Procurador e a garantia do nosso apoio nessa missão para a qual, eu insisto, ele reúne as melhores condições: equilíbrio, preparo e experiência. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador José Serra e em especial pelo esclarecimento. V. Exa. não só foi uma testemunha ocular, mas presencial, e viveu aquele momento. Acho fundamental, nesse tempo em que muitos querem reescrever a história, que V. Exa. possa apresentar – obviamente não a sua versão, mas os fatos, como eles são, no momento em que V. Exa. os viveu.

Com a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Primeiro, Presidente, eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... o Senador Randolfe Rodrigues, com três minutos para as suas considerações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Primeiro, eu queria destacar aqui ser secundado, quando se fala sobre o tema, por aquele que foi contemporâneo dos dramáticos acontecimentos de 1964.

E, para não perder o fio da meada deste tema, porque eu acho que tem a ver com esse tema, que tem a ver com suas atribuições e as nossas também, vamos ao seguinte cenário hipotético, Senador Jorginho Mello: no dia de hoje, o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, se desloca até o Rio de Janeiro. Uma quartelada de Juiz de Fora desce, insurgindo-se contra o Presidente da República.

Ato contínuo, repetidamente, um dos comandos do Exército – o primeiro deles, o Comando Militar do Leste – diz que o Presidente da República não mais governa; não reconhece mais a autoridade do Presidente da República dentro da ordem do Estado de direito.

Ato contínuo, vários comandos militares se levantam contra o Presidente da República e contra a Constituição de 1946.

Na sequência desses atos, o Presidente do Congresso Nacional... Eu tenho certeza de que o Presidente Davi Alcolumbre não faria isso, mas o Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, convoca, na madrugada do dia seguinte – na madrugada de hoje para amanhã –, o Congresso Nacional para uma reunião.

A reunião não atinge o quórum para deliberação: há 127 Sras. Deputadas e Srs. Senadores.

O Líder do Governo, Bolsonaro, faz uma questão de ordem ao Presidente do Congresso Nacional e diz o seguinte: "Não há quórum, e é ilegítima esta reunião". O Presidente do Congresso Nacional, a despeito disso, de uma quartelada ilegítima, que usurpa a Constituição...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a despeito de uma questão de ordem que dizia que o Regimento do Congresso estava, naquele momento, sendo ferido, declara vaga a Presidência da República.

Em qualquer ciência política e teoria do Estado, o nome disso é golpe de Estado. Não tem outra denominação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isso, porque é bom nos recordarmos: o personagem não é Jair Messias Bolsonaro; o personagem foi João Goulart. O Presidente – e com o compromisso democrático de V. Exa. – nunca seria o Sr. Senador Davi Alcolumbre. O Presidente do Congresso Nacional foi Auro de Moura Andrade.

Os acontecimentos foram esses. Não há outro nome, não há eufemismo para isso. E é bom isso ficar... A história não se reescreve.

O que que isso tem a ver com esta sabatina? Porque é necessário a todos nós termos compromisso com isso aqui, para que isso aqui não seja mais desrespeitado; para que isso não aconteça; nem contra Jair Messias Bolsonaro, nem contra qualquer outro Presidente da República. E vejam: está falando aqui um Líder da oposição ao Governo de Jair Messias Bolsonaro.

Então, só esse reparo eu considerava ser necessário, porque tem a ver com a Constituição.

Eu concordo com V. Exa., quando destaca sobre um certo corporativismo na lotação. Eu acho que, realmente, regiões como a nossa precisam ter mais atuação do Ministério Público.

Por fim, Dr. Augusto Aras, V. Exa. também deixou para aqui na réplica dialogarmos sobre a atuação de V. Exa. na advocacia. Como já foi destacado aqui, a súmula do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Luiz Fux, é de 2013.

Existe uma procuração em um processo no Superior Tribunal de Justiça para uma ação judicial em espécie, outorgada a V. Exa., de 22 de agosto de 2018. E existiu depois um substabelecimento, subscrito por V. Exa., de 21 de novembro de 2018. Não lhe parece que isso é um ato processual após a súmula do Supremo Tribunal Federal?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que essa é uma questão... Permita-me o esclarecimento dessa questão porque é de particular interesse para dirimir as dúvidas que me foram trazidas e obviamente para o voto que quero depositar em V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedo a palavra ao Dr. Aras para a réplica.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, é para a tréplica.

O SR. ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS – Sra. Presidente, só quero esclarecer que a carreira jurídica nos ensina que o ato de outorga de mandato é um direito potestativo. A renúncia a esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ato é outro direito potestativo. O meu nome, o nome de qualquer bacharel em Direito com a carteira da OAB pode figurar em qualquer procuração sem que o destinatário possa dizer que não o tem.

No particular, a menção ao meu nome no mandato foi o resultado de uma amizade trintenária com militares, que resolveram me homenagear. Não pratiquei nenhum ato oficial, mas, como posso advogar no caso concreto, substabeleci imediatamente, reservando-me para que, quem sabe... Se ele já tem 30 anos nessa causa e se eu tiver mais 20 anos de vida, talvez, daqui a 20 anos, fora do serviço público, eu possa, quem sabe, até corresponder aos herdeiros dele na confiança que esses senhores octogenários doentes ou portadores de doenças difíceis em mim tiveram ao se lembrarem do meu nome.

Então, o meu substabelecimento não importa em nenhum ato processual, a não ser ao dizer: "Eu não aceito neste momento esse mandato". Mas nada me impede que, não estando impedido nem hoje... Poderei estar impedido hoje sim, porque hoje já não sou mais advogado. Hoje, já não sou mais advogado, mas, quando eu voltar a ser advogado, se eu puder contribuir para esses homens – e não sei se receberão seus direitos daqui a 10, 15 ou 20 anos nem se eu estarei vivo –, talvez eu possa ajudá-los. A justiça é um bem a ser perseguido, e eu, como cidadão, clamo por justiça.

Obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao sabatinado, vamos declarar encerrada a sabatina.

Peço à Secretaria da Mesa que apure o resultado, lembrando que teremos a fala final, em nome do Senado Federal, do nosso Presidente Davi Alcolumbre.

Peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos proclamar o resultado.

Votaram SIM 23 Sras. e Srs. Senadores. Houve 3 votos NÃO.

Portanto, a escolha do Sr. Antônio Augusto Brandão de Aras foi aprovada por esta Comissão.

A matéria vai ao Plenário.

Esta Presidência coloca em votação o requerimento do Senador Weverton, com o apoiamento do Relator, Senador Chico...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo que eu estou vendo, já estão todos aqui. Senador Flávio, há maioria. Acho que nem vou colocar em votação. Já está automaticamente aprovado o regime de urgência.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Está aprovado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra neste momento o Presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre, que falará em nome de todos.

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Obrigado.

Rapidamente, ouvindo as manifestações de todos os Senadores que nos antecederam, fiz questão de participar desta quadra final da sabatina do Dr. Augusto Aras.

Eu gostaria, Dr. Augusto Aras, de cumprimentar V. Exa. Sei que V. Exa. chegou muito cedo aqui.

Já estamos, às 15h32, em reunião nesta Comissão de Constituição e Justiça, proclamado o resultado com a aprovação da indicação de V. Exa. pela Comissão de Constituição e Justiça com 23 votos favoráveis, 3 contrários e 1 voto em branco – pelo que percebo ali, acho que não foi anunciado –, para referendar o papel institucional do Senado da República na condução desse processo e de todos os outros feitos por indicação do Presidente da República.

Quero cumprimentar e parabenizar V. Exa. porque, ao longo desses últimos dias, teve a consciência, a humildade necessária, como agente público, agente político, feita a indicação para Procurador da República, de visitar os gabinetes dos Senadores e das Senadoras da República. Agradecer pela, praticamente, sabatina informal feita no gabinete da Presidência por 29 Senadores que participaram de um encontro que V. Exa. solicitou a esta Presidência. Não tenho dúvida de que foi naquele encontro que V. Exa. apresentou o currículo, a biografia, a história e o desejo, como servidor, de servir o Brasil nesse honroso cargo.

Como Presidente do Senado, fiz questão de aguardar o encerramento da votação, questão de cumprimentá-lo pela andança que foi feita a partir da indicação pelo Presidente da República do nome de V. Exa., que tem legitimidade, sim, para ocupar esse espaço, porque é Subprocurador de carreira, cumpre os requisitos necessários e, com a indicação do Presidente da República, passa agora o Senado Federal a ser o responsável pela convalidação dessa indicação.

Eu vejo, pelo placar na CCJ, que V. Exa. reúne, com certeza, todas as condições de, logo mais, no Plenário do Senado Federal, ser aprovado e cumprir essa missão pelo próximo biênio, que será conferida pelo Congresso Nacional, pelo Senado da República a partir da indicação do Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns a todos os Líderes! Parabéns a todos os Senadores que participaram da sabatina!

Cumprimento V. Exa. Desejo muito sucesso, muita serenidade, tranquilidade.

Com certeza – sem dúvida nenhuma –, o papel do Procurador-Geral da República, neste momento da história nacional, será fundamental para a harmonia, para o equilíbrio, para a independência, para a autonomia e para que os Poderes harmônicos e independentes possam ajudar o Brasil e ajudar os brasileiros, que aguardam de todos nós as respostas.

Cabe a nós, homens públicos e mulheres, dar a resposta que a sociedade brasileira aguarda. Sem dúvida nenhuma, V. Exa. tem capacidade de nos ajudar nessa construção desse Brasil que todos queremos.

Parabéns! Muito sucesso!

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, eu queria fazer um apelo a V. Exa. aqui, com certeza, em nome de todos os que estão desde cedo aqui na Casa. Nós não almoçamos ainda também. Daqui a pouquinho vai haver sessão do Congresso. A gente gostaria de fazer um apelo a V. Exa. para que já deixasse aberto o painel de votação no Plenário...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu gostaria, eu gostaria...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... para que a gente já pudesse votar...

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – ... de convidar os Senadores e Senadoras para que a gente pudesse ir agora diretamente ao Plenário, que tem como único item da pauta de hoje a votação do Procurador-Geral da República. Em seguida, sessão do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai declarar encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 59ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e quarenta e quatro minutos do dia hum de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Major Olimpio, Roberto Rocha, Lasier Martins, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Leila Barros, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Jaques Wagner, Paulo Paim, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Flávio Arns, Paulo Rocha e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Cid Gomes, Humberto Costa e Fernando Collor. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019 que: "Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Contrário às Emendas de Plenário, com duas emendas de redação que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 374-CCJ. Resultado: Aprovado o Parecer contrário às Emendas de Plenário, com as Emendas de redação nºs 581-CCJ e 582-CCJ, restando prejudicada a Emenda nº 374-CCJ. Observação: Durante a discussão, o Senador Rodrigo Pacheco retira a Emenda 540-PLEN e o relator modifica o seu relatório, apresentando nova emenda de redação. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 135, de 2019 que: "Requeiro, em nome da liderança do PT, nos termos do art. 312, II, e parágrafo único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da Emenda nº 521-PLEN à PEC 6/2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências." Autoria: Líder do PT Rogério Carvalho (PT/SE). Resultado: Não deliberado, nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF (destaque de bancada). ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 136, de 2019 que: "Requeremos, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, o Destaque de Bancada para Votação em Separado, da Emenda nº 522-PLEN, de autoria do Senador Paulo Paim, apresentada à PEC 6/2019 - Reforma da Previdência." Autoria: Líder do PROS Telmário Mota (PROS/RR). Resultado: Não deliberado, nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF (destaque de bancada). ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 137, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 312, parágrafo único do Regimento Interno do Senado Federal, o Destaque de Bancada para Votação em Separado, da Emenda nº 555-PLEN, à PEC 6/2019 - Reforma da Previdência." Autoria: Líder do PDT Weverton (PDT/MA). Resultado: Não deliberado, nos termos do art. 312, parágrafo único do RISF (destaque de bancada). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 59ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Convido o Relator da reforma da previdência, Senador Tasso Jereissati, para poder sentar à mesa.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas de Plenário apresentadas à PEC nº 6, de 2019. Item único:

ITEM 1

EMENDA(S) DE PLENÁRIO À

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 6, DE 2019

- Não terminativo -

Ementa da Proposta: Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Autoria da Proposta: Câmara dos Deputados

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Tasso Jereissati

Relatório: Contrário às Emendas nºs 503 a 539-PLEN e 541 a 580-PLEN; favorável à Emenda 540-PLEN e com uma emenda de redação que apresenta, restando prejudicada a Emenda nº 374-CCJ

Observações:

- Foram apresentadas em Plenário as Emendas nº 503 a 580;

- Em 12/09/2019, foi retirada a Emenda nº 535-PLEN, por não se referir à matéria;

- Em 19/09/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais;

- Em 30/09/2019, foi recebido voto em separado do Senador Paulo Paim favorável às Emendas de Plenário nºs 503, 505, 506, 510, 511, 520, 522, 523, 526, 530, 534, 538, 540, 544, 547, 554, 556, 562, 568 e 572, e contrário às Emendas de Plenário nºs 504, 507, 508, 509, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 521, 524, 525, 527, 528, 529, 531, 532, 533, 536, 537, 539, 541, 542, 543, 545, 546, 548, 549, 550,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

551, 552, 553, 555, 557, 558, 559, 560, 561, 563, 564, 565, 566, 567, 569, 570, 571, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579 e 580.

Esta Presidência comunica aos colegas que temos apenas um voto em separado e, pelo princípio da paridade das armas, foi acordado que o mesmo tempo que teve o Relator terá o Senador Paulo Paim, num prazo de, a princípio, 20 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu voto em separado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para voto em separado.) – Exma. Sra. Presidente Simone Tebet, Exmo. Sr. Senador Relator Tasso Jereissati, passo à leitura do relatório.

Senhores e senhoras, participei de todos os debates desta proposta de emenda à Constituição, aqui na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e no Plenário. Realizei também, na Comissão de Direitos Humanos dezenas e dezenas de audiências públicas para debater o tema. Foram mais de cinquenta audiências.

Estou convencido da necessidade de o Senado Federal ajustar a proposta que veio da Câmara dos Deputados. Por isso, persisto por meio desse voto em separado, para que meus nobres pares acatem emendas de Plenário que, pelo menos, corrijam parte das graves injustiças que serão impostas a nossa gente, ao nosso povo, principalmente aos mais pobres.

Abro aspas: “Toda a sociedade que pretende assegurar a liberdade aos homens deve começar por garantir-lhes a existência”. Léon Blum.

Não tenho dúvida, a seguridade social é o nosso melhor instrumento para garantir ao nosso povo liberdade e, consequentemente, qualidade de vida. Este é um dos capítulos mais humanitários da nossa Constituição Cidadã, que tive o prazer de ajudar a construir. Eu fui Constituinte, eu estava lá!

Sra. Presidenta, vou direto para a análise, já deixando algumas folhas de lado.

Análise.

Das aposentadorias especiais.

A PEC n. 6/2019 praticamente está acabando com a proteção previdenciária por meio das aposentadorias especiais – por "especiais" leia-se aqueles trabalhadores, sejam da iniciativa privada ou pública, que exerçam seu ofício expostos a agentes penosos, insalubres e periculosos.

O novo texto constitucional extingue totalmente a proteção da periculosidade por meio da aposentadoria especial sem, contudo, apresentar nenhum novo caminho para a proteção desses trabalhadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O texto é longo. Eu vou simplificar.

O que faz o texto da Câmara dos Deputados? Eles proíbem que as pessoas se aposentem pela periculosidade. Significa que, por exemplo, trabalhadores vigilantes, que são mais de 4 milhões, não terão direito mais a se aposentar. Se for promulgada em outubro, em novembro, em vez de 25 anos de contribuição, serão 40 anos de contribuição e 65 de idade. Peguei o caso do vigilante, mas poderia pegar o do guarda de trânsito, poderia pegar o do guarda municipal, poderia pegar o dos eletricitários, poderia pegar o daqueles que atuam em áreas chamadas de alto risco de vida. É gravíssima essa questão.

Não há nenhuma regra de transição, Senador Tasso Jereissati, veio da Câmara assim. É inacreditável que o cidadão que se programou para se aposentar em novembro com 25 anos de contribuição, ficou exposto a alto risco, no outro dia da promulgação: "Não, você não tem direito a nada, não pode nem fazer a reversão, daqui para a frente você está na regra, já, dos 40 anos e 65 de idade".

A aposentadoria especial não exige que haja incapacidade para o trabalho em razão do exercício da atividade especial, mas sim a sujeição do segurado aos agentes nocivos, que prejudicam a saúde do cidadão.

Sra. Presidente, eu simplifiquei a questão da periculosidade.

Vou tratar aqui, de forma simplificada também – porque, como conheço o texto, não vou sequer me debruçar sobre o que está escrito – da aposentadoria especial. Hoje já foi dito aqui, mas vou repetir, que o mineiro se aposenta com 15 anos de contribuição. Na Câmara dos Deputados, eles vincularam à questão de 55 anos de idade. Ora, se começar a trabalhar com 21, com mais 15, dão 36; para 55, 19 anos. Eu sei que foi feita uma pequena mudança, que não serão 19 anos, mas, no mínimo, sete anos e meio. Estou colocando apenas no geral.

Vamos pegar o caso do metalúrgico agora. Eu fui metalúrgico. Eu sei o que é trabalhar numa boca de forno, eu sei o que é trabalhar numa fundição, eu sei o que é trabalhar numa forjaria. O cidadão se aposenta, devido a isso, com 25 anos de contribuição. Daqui para a frente, ele só vai poder se aposentar vinculado à idade de 60 anos. Começou a trabalhar com 20; com mais 25, 45; para 60, faltam 15 anos.

Poderíamos dar outros exemplos, conforme o destaque trazido pela OAB/RS e o Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP): o prejuízo ao direito adquirido, ferindo de morte o inciso XXXVI do art. 5° da Constituição Federal.

A proposta do §2° do art. 25 retroage os efeitos da vedação à conversão do tempo às atividades exercidas sob sujeição à periculosidade. A “brecha” deixada por esse dispositivo é extremamente perigosa – consegue a lei retroagir para prejudicar, quando o princípio do Direito, embora eu não seja advogado, diz que a lei não pode retroagir para prejudicar, principalmente a parte mais fraca. Com isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já falei da periculosidade e, indo além, das aposentadorias especiais. Não vou ler todo o texto, muito bem escrito pelos assessores que me ajudaram na sua formulação.

Vamos pegar a pensão por morte inferior ao salário mínimo para o RPPS.

Durante a tramitação desta proposta nesta Comissão, restou confirmado por todos que "nenhuma pensão deve ser abaixo de um salário mínimo", sendo essa a máxima da Emenda 483 do Senador Eduardo Braga, acatada pelo Relator Senador Tasso Jereissati em sua complementação de voto.

Ocorre que ambos os nobres pares não perceberam que tal benefício fora garantido apenas aos pensionistas de trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social, deixando de fora desta regra, de forma injusta, os dependentes de servidores públicos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Quando a gente fala em servidor, muita gente só lembra o teto, mas é bom lembrar que muitos servidores ganham dois, três, ou até um salário mínimo em alguns casos. Eles serão também os grandes prejudicados.

O conceito de integralidade. Estou indo rápido pelo meu tempo, eu gostaria de ler detalhadamente todo o voto em separado, mas vou seguir a orientação da Presidenta.

O inciso II do §8° do art. 4° desta proposta de emenda à Constituição altera o conceito de "integralidade" da remuneração dos servidores públicos, situação que gera bastante desconforto àqueles servidores que exerceram, por algum momento, atividades com remuneração variável.

O próprio Relator, Senador Tasso Jereissati, acatou a Emenda 540 em seu parecer às emendas apresentadas em Plenário, suprimindo tal dispositivo e arguindo, com razão, que o impacto financeiro será virtualmente nulo. Adotando suas razões, também acato a Emenda 540, de autoria do Senador Rodrigo Pacheco.

Cota da pensão por morte.

Aqui é onde está minha preocupação quanto à não reversão. Quando morre um homem ou uma mulher e os filhos são menores, ele tem uma cota. Acontece que, no momento em que o filho ou a filha assume a maioridade, a cota não reverte para o homem viúvo ou a mulher viúva. Acho também que nesse aspecto há emendas que corrigem o texto, e por isso eu acatei.

Anulação de aposentadorias concedidas com tempo sem contribuição.

É o que eu digo: a PEC consegue prejudicar o passado, o presente e o futuro. Esse é o caso típico. Então, vou ler aqui o que diz em relação à anulação de aposentadorias já concedidas com tempo sem contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra anomalia da PEC que veio da Câmara é a proposta ao §3° do art. 25 da PEC, que estabelece a anulação de aposentadorias concedidas pelos Regime Próprio de Previdência Social mediante o cômputo de tempo de serviço sem o recolhimento da respectiva contribuição ou da correspondente indenização.

A lei só pode retroagir para beneficiar o segurado, e não para prejudicá-lo.

Essa proposta fere o direito adquirido e, possivelmente, a coisa julgada, afrontando o inciso XXXVI do art. 5° da Constituição, estando abertamente eivada de inconstitucionalidade, porque, afinal, a maioria das aposentadorias concedidas nesta condição vieram de decisão administrativa ou judicial que avaliou o direito e, provavelmente, encontra-se na linha do transitado em julgado.

Sr. Presidente, vamos avançando também em relação a este tema: vou para vedação parcial da cumulação de benefícios previdenciários.

Outro ponto de extremo desconforto é a proibição parcial de cumulação de benefícios previdenciários. Pela proposta, aposentadoria e pensão somente poderão ser recebidas de forma acumulada se o segundo benefício, de menor valor, for pago de forma proporcional e progressiva.

Ao relativizar o valor dos benefícios, a proposta da PEC padece de inconstitucionalidade por violar diretamente o direito adquirido (inciso XXXVI do art. 5°) e a lógica do sistema previdenciário contributivo, na forma do *caput* do art. 40 e do art. 201. Ao estabelecerem que a proteção previdenciária é de caráter contributivo, qualquer vedação à cumulação se afigura indevido confisco por afetar o direito constitucional de propriedade previsto no inciso XXII do art. 5°.

Sr. Presidente, há mais argumentações, mas estou avançando porque estou de olho no relógio.

Do cálculo dos benefícios previdenciários – eu vou tentar simplificar também.

Como é hoje? O cálculo do benefício é feito com 80% das contribuições, de 1994 para cá, e mantém o princípio da integralidade. Como vai ser no dia 1º de novembro ou no dia 2 de novembro? Uma vez promulgada a PEC, será promulgado o cálculo ao longo de toda vida do homem e da mulher. Então, quem estava projetando ganhar R$4 mil, R$3 mil ou R$2 mil ao se aposentar pode saber que, a partir de agora, como é o critério de toda vida – reconheço o corte que foi dado lá atrás, de 1994 para cá –, poderá, conforme o caso, ter prejuízo de 10%, de 20% e até de 40% do seu benefício.

Ganhei algumas páginas aqui, já atendendo ao apelo de alguns colegas. Vamos em frente!

Salário de contribuição inferior ao salário mínimo é outro ponto que me preocupa e que já vou misturar com o trabalho intermitente. Fizeram a reforma trabalhista, que, contra o meu voto, foi aprovada. Temos ali o salário chamado por tempo intermitente. Trabalho intermitente é aquele que o empregador te dá o número de horas que ele bem entender para você trabalhar. Em resumo, se no fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do mês você, ao invés de ter o número suficiente para garantir um salário mínimo, se você conseguiu trabalhar só a metade do mês, a outra metade, para pagar a previdência você vai ter de pagar a contribuição do empregado e também do empregador. Ora, o camarada não conseguiu ganhar um salário mínimo durante o mês e ainda vai ter de pagar as duas partes, a do empregado e do empregador? Isso também, no meu entendimento, é preciso que se modifique.

O recebimento do abono também vou simplificar, Presidente e Relator, porque esse tema todo eu já fiz de improviso 500 vezes no Plenário – 500 vezes, acho que sem exagerar.

Hoje, é garantido o abono para quem ganha até dois salários mínimos.

Pelo corte dado na Câmara, ficou em 1.386, enfim, não chegou a R$1,4 mil. O que que vai acontecer? Cerca de 13 milhões de pessoas – estamos falando de pessoas que ganham até dois salários mínimos – perderão o direito a esse um salário mínimo, que, como eu digo, serviria, quem sabe, para uma ceia de Natal, o primeiro dia do ano, comprar os livros para as crianças... Estou falando de quem ganha até dois salários mínimos no ano que se inicia. E nós estamos tirando exatamente dessa gente o direito a um salário mínimo uma vez por ano. Essa também, Sr. Presidente, não dá para aceitar.

Vamos em frente, Sr. Presidente. Só vou pegar aqui alguns títulos principais.

Do tempo de contribuição mínimo, Sr. Presidente. É outra preocupação muito grande, porque entra aquela história dos 15, 20 anos.

Eu acho que tinha que ser 15 anos para todo mundo. Inclusive, foi fruto de debate nesta Comissão. Tempo mínimo! Veja bem! Porque, às vezes, as pessoas confundem. Tempo mínimo é uma coisa, tempo máximo é outra.

Tempo de 15 anos, e a contribuição seria o mínimo, como é hoje, e tempo máximo – hoje é 35 –, pela PEC, vai para 40.

Estou olhando ali meu tempo, Sr. Presidente.

Da abertura das previdências complementares fechadas ao mercado financeiro.

Eu tenho dito que essa aqui, Sr. Presidente, vai na linha de abrir espaços...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sra. Presidenta e Sr. Relator...

É que o Tasso Jereissati, aqui na minha frente, todo o tempo firme aqui... (*Risos.*)

Ele chama a atenção, e, naturalmente, eu tenho a mania de falar para o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, também acho que isso merece um carinho especial e, por isso, no conjunto do meu relatório, eu peço a aprovação de uma emenda que resolve essa questão.

Em frente, Sr. Presidente.

Do aumento da idade mínima das mulheres.

De forma resumida também, eu sempre digo que, nesta reforma, as grandes prejudicadas são as mulheres. Por isso que eu queria garantir sempre, em todas as situações, tanto no presente como no futuro, o tempo mínimo de contribuição para as mulheres.

Regra de transição, Sr. Presidente.

As regras de transição também deixam muito a desejar. Por esta forma que está aqui, somente 20% do conjunto daqueles que estão na área pública e na área privada é que terão direito às regras de transição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Indo em frente, Sra. Presidenta – de olho no relógio, conforme orientação de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas, conforme o acordado com V. Exa., não houve, até agora, nenhum voto em separado. Eu falei que, se não houvesse, V. Exa. teria pelo menos mais cinco minutos.

Fique tranquilo: V. Exa. Terá os cinco minutos adicionais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então vamos lá.

Então, eu vou direto, agora, só aos pontos e, se eu repetir alguns, é de forma proposital, viu? Esse é o objetivo.

Carência... Repito: tempo mínimo de contribuição – mínimo – deveria ser de 15 anos para todos, e não 20 anos para os que entrarem no sistema a partir da PEC nº 6.

Aposentadoria especial: as emendas que eu acato vão na linha de não permitir que ela seja vinculada à idade.

Valor da aposentadoria por incapacidade permanente.

Essa, eu considero gravíssima. Ela tem até, eu diria, um misto de crueldade – estou me referindo ao que veio da Câmara. Sei da posição do Relator aqui. Essa preocupa muito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O cidadão, no fim de semana... Tem lá dez, 15, 20 anos de trabalho permanente já e, no fim de semana, ele teve um acidente: ficou inválido. Ele ganhava R$2 mil, tem dois filhos, só ele trabalhava. Ele vai ficar inválido, e o salário dele vai ser reduzido para em torno de R$1 mil. Por quê? Porque ele só tem direito a 60%, e a média dos 60% é a média reduzida que a gente fala, que é a média de toda a vida e não mais somente das 80 maiores contribuições.

Essa é gravíssima. Teve um AVC numa noite dessas, teve um infarto, ficou inválido.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é que faz? Como é que ele vai viver com 60% e em muitos casos com 50%? E, se o acidente for no dia posterior à promulgação, corta-se praticamente pela metade o benefício. Se for num dia anterior, que não há transição para isso, ele vai se aposentar com o princípio da integralidade.

Cálculo do benefício, Sra. Presidenta, de novo, repito, em vez de ser 80% das maiores contribuições, como é hoje, todos, todos que estão nos ouvindo neste momento podem saber que, se vocês se aposentarem um dia depois, rezem, rezem para vocês conseguirem se aposentar um dia antes, porque, se vocês se aposentarem um dia antes, vai ser 80% das maiores contribuições de 1994 para cá, a média, tirem-se as 20 piores. Em resumo, mais fácil de explicar, tirem-se as 20 piores, ficam as 80 maiores de 1994 para cá. Se forem se aposentar no dia posterior, é a média de todas e consequentemente o benefício vai cair.

Contribuição dos servidores inativos a partir de um salário mínimo. Servidor inativo, se no regime geral ele já não paga até o teto, por que o servidor vai ter um adicional maior, quando for o caso, aqueles que ficam de um a cinco salários mínimos? É o teto a que eu me refiro, vai dar cinco, oitocentos e pouco. Enfim, eu entendo que tanto o regime geral como o do servidor, aqueles que ficam dentro do regime de até 1 a 5,8 mil deveriam continuar como estão hoje.

Alíquota extraordinária, RPPS, quando houver déficit atuarial. Então, quem está num condomínio aí, no seu condomínio deu problema de caixa lá, você vai ter uma cota extra a pagar. Eu mesmo pago, e tenho que pagar, e acho normal, tenho mais é que pagar mesmo. Mas aqui, toda vez, porque não importa se é este ou aquele Governo. Quando o Governo disser que deu problema atuarial, ele vai chamá-lo para uma contribuição extra e tem que pagar, o que também preocupa.

Eu já falei do abono, repito, nos últimos minutos. O abono salarial, 13 milhões de pessoas vão perder um salário mínimo, já que passam a ser não mais dois salários mínimos, mas R$1.380.

Contrato de trabalho intermitente, já destaquei aqui com bastante força.

Privatização dos benefícios não programados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Auxílio-doença poderá, poderá ficar na mão da área privada.

Auxílio-acidente poderá ficar na mão da área privada.

Pensão. Poderá a aposentadoria por incapacidade e até o auxílio à maternidade.

Privatização da previdência complementar, eu entendo que esses movimentos aqui abrem espaço para, ali na frente, termos de novo a velha discussão da capitalização; não este ano, porque não pode, mas já abre espaço para que, no ano que vem, volte esse debate.

Item 12, são só 15 itens, conversão do tempo especial em comum. Por exemplo, o cidadão não conseguiu se aposentar pela especial, porque não conseguiu a idade. Pelo menos, a lei hoje garante a cada dez anos você tem 40% a mais. Então, tinha dez, você vai ter 14, para chegar lá aos 40 anos de contribuição ou, pelo menos, aos 20, que permite ali, ou 15, conforme o caso, homem ou mulher, não será mais permitido. Como eu digo, a lei retroage para prejudicar um direito já adquirido que está assegurado hoje. Se eu parar de trabalhar hoje e tiver 10 anos na especial, eu levo 14 para a comum.

A PEC 6, repito, acaba com a aposentadoria na área da chamada periculosidade. Nisso eu já fui bem incisivo e já falei que vai atingir 20 milhões de pessoas. O texto é grave, o que veio da Câmara. Ele proíbe a aposentadoria na área dos serviços chamados periculosos. Pega gente da segurança, mas pega também outros trabalhadores, como no caso a que me referi aqui, dos eletricitários e dos próprios vigilantes. Nenhum desses tem estabilidade no emprego. Calculem como é que um cidadão vai conseguir... Um vigilante, que se aposentaria – só como exemplo – com 25 anos de contribuição; como é que ele vai conseguir 40 de contribuição? Ele não tem estabilidade no emprego. A média de emprego no Brasil é de 6 meses em 12. Isso significa que ele vai ter que trabalhar 80 anos para conseguir 40 de contribuição, porque não dá para confundir tempo de contribuição com a atividade que ele está disputando no mercado de trabalho. Se começou a trabalhar com 20, sabem com quantos ele vai se aposentar? Com 100 anos de idade.

Vamos para o finalmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Na mesma linha do argumento, 40 anos de contribuição, 65 de idade. Isso cabe para o vigilante, mas cabe para todos os outros trabalhadores que não têm estabilidade no emprego.

Termino, Sra. Presidenta, dizendo somente que a retirada de muitos artigos da Constituição, de direitos que nós colocamos lá... Eu me lembro de que eu era Constituinte e muitos me diziam na época...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa lagrimazinha aqui, não pensem que é choro, não. É que eu tenho um probleminha na vista, e toda manhã caem aqui do lado algumas lágrimas, e não é choro. A vontade é de chorar, mas eu não vou forçar choro aqui, não. Estou fazendo a defesa, como continuarei fazendo aqui no Plenário, sem chorar. Não que eu ache que homem não deva chorar. Já chorei muitas vezes e não me arrependo de nenhum motivo de ter chorado.

A retirada da Constituição de direitos, repito, abre o espaço para a capitalização. A partir dessa reforma, senhoras e senhores – e já estão os jornais comentando isso –, a previdência vai arrecadar muito menos, não tenho nenhuma dúvida. A partir da reforma trabalhista e da reforma da previdência, ela vai arrecadar menos como fonte contributiva, porque, quando aumenta o número de trabalhos informais, aumenta a carteira assinada mas com o intermitente, o empregador vai pagar muito menos, porque ele paga 20% sobre a folha, e o trabalhador também não vai pagar os 8% ou 9% ou 10%, conforme o caso.

Hoje os jornais já estão dizendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que a arrecadação, com essas duas reformas, vai cair muito. Quem mantém a previdência viva é a própria produção; é nós atendermos a demanda da própria sociedade. E para atender a demanda tem que haver emprego, tem que haver salário, tem que haver contribuições no campo da previdência.

Por fim, Sra. Presidenta, eu queria que V. Exa. considerasse este documento, que eu recebi de todas as centrais sindicais, mostrando as suas preocupações com essa reforma; que fosse anexado ao meu relatório este documento. E também, ao mesmo tempo, eles lembram aqui os dados divulgados pela revista *Capital*, produzidos pela Unicamp, que mostram a enorme controvérsia de números por parte do Governo e dos especialistas da Unicamp.

Nesse sentido, Sra. Presidenta, eu encaminhei a V. Exa. dois requerimentos para que a gente convide para uma audiência pública, que falamos que é possível, os representantes da Unicamp que fizeram esse estudo e também representantes do Governo para checar os dados, para que não fique aquela história: uns dizendo da farsa da Previdência e outros dizendo – cada um com seus argumentos naturalmente – que não é verdade, discordando dos números que são colocados dessa forma contundente por parte daqueles que, como eu, atuamos na CPI da Previdência.

Então, mais uma vez, porque penso que isso tudo entra para a história, eu solicito a V. Exa. que fique anexado a este meu relatório esse documento da Unicamp assinado por todas as centrais e, ao mesmo tempo, o relatório da CPI da Previdência. Entendo que, no relatório da CPI da Previdência, nós apontamos caminhos que resolveriam essa questão – entre aspas – do suposto "déficit".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É contraditório, claro, há duas versões de dados e pensamentos. Não sou daqueles que dizem que todo mundo está mentindo, mas é importante checar os números, porque ali nós, por exemplo, mostramos que a sonegação no Brasil é de 600 bi por ano; que a dívida junto à União – não vou pegar só a previdência – já passa de R$1,5 trilhão; que a apropriação indébita é de R$30 bi por ano; e que a dívida dos grandes devedores, claro, já ultrapassou os 700 bi – se arrecadássemos 300 bi, já seria um caminho que arrecadaria muito mais do que a suposta arrecadação que diz o Governo que terá com essa reforma em 10 anos, arrecadaríamos muito mais antes dos 10 anos –; e, naturalmente, que é recomendação da CPI acabar com a história dos Refis, principalmente para aqueles que são reincidentes, que recebem o perdão, pagam dois meses, não pagam mais e, dali a dois anos, há um novo Refis, pagam dois meses e depois não pagam mais.

Presidenta, fiquei, acho, no combinado, nos 30 minutos – a senhora disse "no máximo 30, Paim!" Peço que considere, então, o meu pronunciamento na íntegra e digo também que não só a Bancada do PT, mas outros Senadores também assinaram esse documento do voto em separado.

E aqui eu agradeço – vai ficar nos *Anais* da Casa – a todos aqueles que me ajudaram a construir esse voto: advogados e especialistas em previdência, inclusive do Senado, do Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Paulo Paim.

Esta Presidência solicita à Secretaria que proceda ao apensamento do documento ora apresentado pelo Senador Paulo Paim no seu voto em separado.

Também esta Presidência considera prejudicado o primeiro requerimento, da audiência em relação à PEC principal, mas já se compromete com V. Exa. no sentido de que, no momento oportuno, colocará em votação o requerimento para uma audiência pública para a discussão da PEC paralela com os convidados que V. Exa. propõe em relação à instrução da PEC 133, de 2019.

Não há mais votos em separado.

Nós colocamos agora a matéria em discussão.

Pela ordem de inscrição, Senador Jorge Kajuru, Senador Esperidião Amin, Senador Paulo Paim e Senador Eduardo Braga.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para discutir.) – Sra. Presidente, admirável Senadora Simone Tebet, Sr. Relator, uma das referências desta Casa, amigo Senador Tasso Jereissati, antes eu queria acusar aqui – acusar no bom sentido – a presença do Secretário Rogério Marinho.

Ele está aqui ou não? É que eu não enxergo bem, só 3%...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Então, queria agradecer porque, em uma audiência pública que o Senador Paim estava presente comigo, ao apresentar esta emenda, entre as 11 que fiz questão de entregar, ele considerou – o Rogério Marinho – pertinente esta minha emenda.

E aqui trago novidades. Eu aproveito a votação da reforma da previdência, nesta Comissão de Constituição e Justiça, para lembrar informação reveladora de uma das chagas que justificam, embora infelicitam o nosso País, os privilégios que beneficiam alguns poucos neste Brasil de milhões de abandonados pela sorte.

Primeiro, louvo a iniciativa da pesquisa feita pela Liderança do Partido Novo, na Câmara dos Deputados; depois, lamento que ela concluiu que 65% dos magistrados do Brasil estão recebendo, neste ano de 2019, acima do teto do funcionalismo. No plano federal, o teto é o valor do vencimento dos ministros do STF: R$39,2 mil. Foram analisados mais de 200 mil contracheques, inclusive de juízes estaduais, e, segundo a pesquisa, o percentual de quem extrapola o teto salarial dos Estados é maior, chega a 77%. Esse absurdo tem a ver com os famosos penduricalhos – anomalia típica da Administração Pública do Brasil.

Em uma das reportagens sobre o assunto, publicada pela imprensa, o economista Daniel Couri, Diretor da Instituição Fiscal Independente deste Senado, destacou uma característica destes penduricalhos: para criá-los é preciso uma lei, mas a decisão sobre os seus valores é administrativa, ou seja, os próprios Poderes podem escolher se merecem ou não um aumento. Como aconteceu, há três semanas, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou o auxílio-saúde para os magistrados. O dinheiro poderá ser usado para pagar médicos, hospitais, planos de saúde, dentista, psicólogo e até remédios. Livre do teto remuneratório, o auxílio será mais um penduricalho a turbinar salários dos servidores e magistrados – despesa criada pelo Judiciário para beneficiar o próprio Judiciário, cabendo a cada tribunal regulamentar o pagamento do benefício. Uma vergonha! Um desrespeito ao País do salário mínimo de R$992! E, de penduricalho em penduricalho, vão se criando, no serviço público, remunerações que permitem a alguns poucos privilegiados amealhar pequenas fortunas e depois ainda se aposentar com valores que ferem exigência constitucional.

Foi por essa razão que apresentei emenda à reforma da previdência para definir que os proventos de aposentadoria concedidos ao servidor público e as pensões por morte devidas aos seus dependentes não podem superar os valores definidos como teto salarial no art. 37 da Constituição Federal. E o fiz baseado em premissa – toda ela alardeada pelo Governo – de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, teria o objetivo de acabar com os privilégios. Por isso, ficou longe de minha compreensão o motivo de rejeição da emenda, que somente acresceria uma redação clara para definir que seja barrado um privilégio totalmente descabido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo, com todo o respeito e carinho – ele muito sabe disso – que o Senador Tasso Jereissati, Relator, sabe que tenho por ele. Eu espero que tal emenda possa vir a fazer parte da chamada PEC paralela. Espero sinceramente, Presidente.

Encerro só lembrando aqui ao Senador Antonio Anastasia, ao Pacheco, de Minas, que está ali também: vocês viram? Alguém viu, Senadora Daniella? Alguém viu o vídeo do famoso integrante do Judiciário mineiro tratado como miserê? Alguém ouviu um áudio de um promotor de justiça, que foi uma agressão a este País, indignou o País o inteiro, revoltou o Brasil inteiro?

É só isso que eu gostaria de deixar bem claro e bem posicionado à Pátria amada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Jorge Kajuru.

Pela ordem de inscrição, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, eu vou me abster de fazer qualquer comentário antes que cada tópico venha a ser colocado em votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador.

Com a palavra, pela ordem de discussão, numa inversão, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Isso foi uma pegadinha do Senador Amin, para me pegar de surpresa na hora de falar, mas tudo bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não foi com esse propósito, mas fico contente se surtiu efeito. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não surtiu, não.

Eu queria agradecer à Presidente.

Primeiro, eu quero dizer que a gente vive aqui, durante a semana, pelo menos, 72 horas de convivência permanente com colegas Senadores, Senadoras, e a gente vai criando uma relação de afeto, de respeito. E, num momento como este, a gente tem que se posicionar, buscando, a partir de toda essa construção, o convencimento dos colegas, porque o que está em debate não é uma questão menor, é uma questão que vai mexer com a vida de todos os brasileiros. E não são só brasileiros mais velhos ou idosos, vai mexer com os brasileiros de uma maneira geral, porque imagine um aposentado hoje que ganha R$2 mil, esse mesmo aposentado, quando passar a ganhar R$1.080, não vai poder mais dar o que daria ao seu neto, ao seu filho, aos membros da sua família, ou seja, nós estaremos, ao longo dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

próximos anos, retirando a capacidade que as famílias têm de produzir dignidade para a maioria dos seus membros.

A aposentadoria no Brasil é uma das políticas redistributivas de maior importância e de maior impacto para a economia da Região Norte, da Região Nordeste, do País inteiro. Portanto, ao retirarmos da previdência ou ao retirarmos da economia esses 900 bilhões, nós não estaremos somente retirando das famílias, nós estaremos retirando esse recurso da economia. Nós vamos diminuir a demanda por alimentos, a demanda por roupa, a demanda por tudo o que é consumo. Nós vamos retirar efetivamente R$900 bilhões, em 10 anos, do consumo. Esse dinheiro não vai para a poupança, esse dinheiro não vai para enriquecimento e não significa privilégio da maioria dos brasileiros que têm o benefício previdenciário. Esse recurso é um recurso que alimenta, que veste, que ajuda a educar, é um recurso que traz e dá dignidade a milhões de famílias de brasileiros e brasileiras.

E eu quero fazer um apelo a todos os colegas, porque não é possível que num país como o nosso, com tanto sofrimento, com tanta miséria, com tanta pobreza, com tantas desigualdades, nós – esta Casa – penalizemos aqueles que já ganham menos, aqueles que são os menos privilegiados.

Veja, não há privilégio em quem ganha dois salários mínimos, três salários mínimos, quatro salários mínimos. Isso não é privilégio, isso é justiça. Além disso, veja como o tempo de contribuição mínima que nós estamos propondo não dialoga com o discurso da austeridade fiscal. Por que é que eu tenho que exigir 15 anos, 20 anos de contribuição se, para aqueles que vão entrar, haverá contribuição e benefício só daqui a 30 anos, 35 anos? Então, não é uma questão fiscal, é uma questão de fundo mais ideológico. Não faz sentido nós exigirmos que quem está entrando agora tenha que contribuir com no mínimo 20 anos se isso não tem impacto nenhum do ponto de vista fiscal. Nenhum! Absolutamente!

Então, quando a gente pega o bojo da reforma, ela tem um aspecto, como disse o Senador Paulo Paim, de grande crueldade com a população mais pobre, mais carente do nosso País. Sem contar, Sras. e Srs. Senadores e todos que estão nos vendo neste momento, que essa reforma abre espaço para que o sistema financeiro privado administre 40% do recurso da previdência, que são os benefícios não previsíveis. Tudo isso vai para o setor privado. Ótimo, eles vão ter uma quantidade enorme de recursos que é parte da nossa poupança. E não ficará mais ao critério dos governos investir a nossa poupança; ficará nas mãos dos rentistas o que fazer para aumentar a rentabilidade deles. Sem contar que essa reforma permite que os fundos de previdência complementar também vão para as mãos do setor financeiro privado e sejam administrados diretamente por eles. Outro crime, porque nós estaremos transferindo para o setor privado, para o rentismo, a nossa maior riqueza, que é a nossa poupança, retirando do Estado a possibilidade de interferir e utilizar esse recurso para fazer grandes investimentos, investimentos em infraestrutura, investimento em várias áreas de interesse do Governo.

Não existe sociedade equilibrada... Não é com o Estado presente na economia ou produzindo ações e serviços, mas com um Estado forte. E nós estamos enfraquecendo o nosso Estado e nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfraquecendo as condições de a nossa sociedade construir equilíbrio e construir desenvolvimento sustentável e desenvolvimento no futuro.

Portanto, eu queria aproveitar esse tempo para fazer um apelo – que não é o último, teremos vários momentos para fazer este tipo de apelo –: como vai ficar a economia da minha cidade de Lagarto, onde o benefício da previdência equivale – junta-se o BPC, junta-se a aposentadoria, junta-se tudo que previdência representa – a mais de 400% do que representa o FPM da minha cidade, de 100 mil habitantes? O que entra em Aracaju, o recurso da previdência que entra na capital do Estado de Sergipe é seis vezes o Fundo de Participação dos Municípios que a cidade de Aracaju recebe. Como vai ficar a economia? E eu estou falando de Aracaju, mas eu sei que é o mesmo para Maceió, é o mesmo para Recife, é o mesmo para a maioria das cidades das Regiões Norte e Nordeste e é o mesmo para a maioria das cidades do Estado de Minas Gerais, Senador Anastasia. E nós estamos retirando essa riqueza de circulação, do consumo.

Vejam, com a PEC do teto, com a emenda constitucional do teto, essa economia não vai para a educação, como dizem; não vai para a infraestrutura, como dizem; não vai para a saúde, como dizem; não vai para as crianças, como dizem; porque a única coisa que está fora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... desse teto – para concluir – é pagamento de juros, renegociação da dívida.

Portanto, nós estamos tirando dos mais pobres, da população que não vive de benefício, que nem tem barco de luxo, nem avião, nem carro de luxo, que mal tem uma casa para morar e o dinheiro para comer e se vestir, recursos para colocar no sistema financeiro – porque não há outro destino por conta da Emenda Constitucional 95, que impede que esse recurso tenha outro tipo de aplicação.

Portanto, deixo aqui o meu apelo às Sras. e Srs. Senadores para que a gente faça justiça a um povo já carente e bastante necessitado, que é o povo brasileiro.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Rogério.

Pela ordem de inscrição, Líder Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Sra. Presidente Simone Tebet, eminente Relator Senador Tasso Jereissati, Sras. e Srs. Senadores, nós estávamos aqui, eu e o Senador Fernando Bezerra, fazendo um retrospecto dessa questão da reforma da previdência, reforma que não dá prazer, tenho certeza, a nenhum de nós em estarmos votando no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia de hoje na CCJ. Por que não dá prazer? Porque são medidas amargas, medidas que vão efetivamente alcançar o povo brasileiro, seja da iniciativa privada, seja do setor público. E por que então nós estamos votando isso? Porque a situação fiscal brasileira, lamentavelmente, não suporta mais este modelo atual de previdência.

Mas isso não começou de agora, Senador Tasso. Senador, o Presidente Fernando Henrique tentou fazer uma reforma da previdência, mandou ao Congresso, aprovou uma reforma da previdência possível àquela época. O Presidente Lula, da mesma forma. A Presidenta Dilma, da mesma forma. O Presidente Temer encaminhou, em 2017, Senadora Simone, através do Ministro Meirelles, uma reforma de previdência, que, àquela altura, muito debatida pela mídia – e a mídia àquela altura não defendia na sua totalidade a reforma da previdência –, acabou fazendo com que o povo brasileiro fosse terminantemente contra aquela reforma, aquela reforma que, no início, o seu encaminhamento à Casa significava uma economia fiscal, em dez anos, de R$500 bilhões, e que muitos, sejam analistas econômicos, sejam analistas do sistema fiscal brasileiro, sejam analistas de risco, de *rating* de risco do País, todos diziam que aquela era a grande solução fiscal para o País – que só não foi votada pelos episódios que nós todos sabemos e o povo brasileiro sabe o que aconteceu. Só que ela seria votada por uma versão, reformulada pela Câmara, que reduzia o seu impacto de 500 para quase a metade, algo como R$280 bilhões, que não foi votado. Finalmente, o Presidente Bolsonaro encaminha este ano uma reforma não de 500 bilhões, mas de um número cabalístico de R$1 trilhão para os próximos dez anos.

Ora, esta é uma questão que vem, portanto, se comportando geometricamente no déficit fiscal brasileiro, prejudicando diversos investimentos. Mas nós estamos agora encaminhando a discussão sobre o relatório do Senador Tasso, que trata de fazer modificações para melhorar o texto que veio da Câmara e faz inclusive dividindo aquilo que é possível melhorar, sem que se mexa no mérito, e que se possa votar, pela PEC 06 no Senado da República, para que possa ir à promulgação a emenda constitucional, e cria uma nova PEC, denominada de PEC paralela, para que os temas que, aí sim, são de mérito, sejam tramitados de forma separada da PEC 06.

Quero voltar ao que disse no início. Esta não é uma matéria que dá prazer, não é uma matéria que dá alegria a nenhum de nós de estarmos votando. E nós aqui buscamos repor parte da justiça social e entendemos que é dever do Brasil fazer esforços em outras áreas para que isso seja preservado. Entre outras questões, há a questão, por exemplo, da pensão por morte, que nós entendemos que deve ser no mínimo de um salário mínimo, independentemente de qual a posição da aposentadoria remanescente do cônjuge que permaneceu vivo.

Esse foi um avanço que conseguimos. Existem outras questões que estarão em destaque. Existe uma questão que está num destaque para a qual eu chamo atenção e gostaria que quando o Relator fosse se manifestar... Porque é uma dúvida que permanece. É a questão das contribuições extraordinárias nos regimes em que está prevista a sua regra na atual Constituição brasileira, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelece que contribuições em regime específico, próprio, devem estar acima, portanto, do teto de cinco salários mínimos. Ao estabelecermos como está no texto... E é preciso que o Relator daqui a pouco explique, porque esta será uma das matérias em destaque e que terão obviamente um amplo debate nesta Casa. E será importantíssima, Senador, a informação que V. Exa. dará, para dirimir toda e qualquer dúvida com relação ao relatório apresentado.

Quero dizer que V. Exa. fez um esforço enorme para tentar construir, em redação, aquilo que era intenção dos legisladores nesta CCJ, Presidente Simone Tebet, de avanços, como por exemplo a questão da obrigatoriedade de o Governo estabelecer políticas para contribuição daqueles trabalhadores de menor renda familiar ou salarial, para que eles possam ter um sistema de contribuição para a previdência e assim ter um acesso à previdência. Quero, portanto, reconhecer o esforço do Senador Tasso e dizer que nós do MDB estamos de acordo com o que foi acertado com a nossa bancada, em apoiamento ao relatório de V. Exa., ressalvadas, obviamente, algumas questões que V. Exa. haverá de tratar no dia de hoje.

Mais uma vez enfatizando que esta não é uma matéria que fazemos com alegria, que a façamos com responsabilidade. E fazemos com responsabilidade. Por quê? Porque esperamos que o Brasil adote, além desta reforma da previdência, outras medidas que são tão importantes quanto ela: pacto federativo, cessão onerosa, e tantas outras matérias que nós estamos discutindo e tratando com o Governo, que não deve entender que a reforma da previdência é o capítulo final de um programa de retomada de geração de emprego e renda neste País, e não pode exigir de nós, Senadores, um relacionamento unilateral, como se tudo se resumisse à PEC da previdência, porque o povo brasileiro não pensa assim.

O povo brasileiro precisa de mais recursos na área da saúde, mais recursos na área da educação, mais recursos na área de segurança, mais recursos em investimento e em geração de emprego e renda. E esses programas devem ser em adicional à questão da reforma da previdência.

Portanto, não fazemos isso com nenhuma alegria, mas com a responsabilidade de quem sabe do que o Brasil precisa e com a responsabilidade de quem sabe que o Governo não pode se resumir à reforma da previdência.

Portanto, nós vamos cumprir o compromisso com relação ao relatório de V. Exa., com as modificações que V. Exa. fez tanto na CCJ quanto no Plenário, obviamente, ressalvadas questões pontuais que haveremos de debater – como disse o Senador Esperidião Amin – ponto a ponto, cumprimentando o trabalho e o esforço de V. Exa. para construir um relatório que seja seguro para o Brasil e que mantenha minimamente a responsabilidade social necessária para a composição de justiça para com o trabalhador brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga.

Na ordem de inscrição, nós temos ainda, por enquanto, quatro oradores inscritos: Senador Weverton; em seguida, Senador Paulo Paim; Senador Fabiano Contarato e Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra V. Exa., Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para discutir.) – Seis de maio de 2019, no *Estadão*: "País voltará a crescer a partir de julho, diz Guedes". *El País*, 30 de maio, Paulo Guedes: "O crescimento já deve começar a ser positivo no segundo [...] [semestre]". Dia 12 de agosto – tudo deste ano: "Nos dê um ano ou dois", diz Guedes sobre indicadores. Treze de setembro, Paulo Guedes: "Nunca falei que a economia iria crescer este ano". Dezessete de setembro: "Guedes diz que economia vai decolar no terceiro ano do Governo Bolsonaro".

Meus amigos, não dá para acreditar num negócio desse.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a escola de Chicago, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não dá para acreditar. Desculpem-me, caros colegas, mas foi criada, sim, expectativa no povo brasileiro, principalmente nas pessoas com pouca informação, de que a reforma da previdência ia resolver todo problema do Brasil. Casais que estão separados acham que no outro dia vai ter perdão, porque tudo está resolvido no outro dia, e não é verdade.

Portanto, nós temos que conversar honestamente com a sociedade. Esse debate eu francamente fiz aqui, logo no início da discussão, na CCJ, quando apresentamos, naquele momento, nosso voto em separado. Hoje vamos nos somar ao voto do nobre colega, Senador Paulo Paim, e dizer, Sra. Presidente, Sr. Relator e colegas Senadores, que esta reforma, da forma como está sendo colocada para a sociedade, além de não ser honesta, ela não é para retirar privilégios, como foi falado. Eu quero saber onde existe privilégio, por exemplo, para um trabalhador do regime próprio. Você que está em casa, para compreender, um trabalhador do regime próprio tem um teto de até R$4,9 mil, a maioria absoluta está entre R$1,2 mil a R$2 mil. Onde o trabalhador, meu colega, Senador Olimpio, de R$1,2 mil é um privilegiado no País? O trabalhador de R$1,2 mil a R$2 mil está aqui, por exemplo, nessa reforma, perdendo seu direito ao PIS/Pasep, no momento em que ele mais precisa! É aquele dinheirinho em que ele trabalhou às vezes quatro meses, cinco meses no mercado informal, porque ele não tem estabilidade no emprego, é o ajudante do pedreiro, é o construtor civil, é o eletricista, é o cobrador do ônibus, é o motorista... Esse trabalhador, quando está desempregado, no outro ano, ele tem ali proporcionalmente o seu salário novamente colocado em circulação na rua para que ele possa, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mínimo, comprar comida para dentro de casa até conseguir um emprego novamente. E é esse que está sendo chamado de privilegiado.

Então, nós podemos dizer aqui, de forma muito clara, que esse projeto não retira direitos, como falaram que vão retirar. Nós não temos aqui só o exemplo do PIS/Pasep. Às pessoas que têm casa, é importante o Governo ter essa franqueza de dizer: "Olha, o regime da previdência trata de regime próprio, a legislação, tem o regime geral e tem o que trata os servidores militares". Então, é importante falar que o dos militares, além de não ter tido reforma, tem, na verdade, uma política de incentivo de carreira, além de melhora de salários, o que é muito bom, todo trabalhador tem que ter, mas não houve, em nenhum momento, um convite para o trabalhador militar, Major Olimpio, pagar a conta. Isso é tranquilo. Agora, não é justo jogar para regime próprio e para o regime geral, como foi feito.

Então, é preciso que a gente deixe claro aqui, principalmente para os trabalhadores de baixa renda, que eles estão, sim, sendo atingidos nessa reforma.

E outra crítica que nós do PDT temos muito clara é justamente essa história de dizer toda vez: "Ah, nós concordamos com a crítica de vocês e vamos colocar lá na outra PEC". Muitos se chateiam quando eu a chamo de balela, só que todos estão vendo o que está acontecendo lá na Câmara. Agora mesmo não conseguiram resolver um assunto pacificado aqui do Senado Federal que é a questão da cessão onerosa, pacificado, unânime entre todos os partidos. Nós conseguimos votar, e a Câmara não conseguiu instalar a Comissão para analisar um ponto rápido, que em um mês se resolveria. Aí, o que se fez? Foi promulgada a PEC em parte, fatiada, resolvendo só um pedaço dela porque a Câmara não conseguiu fazer andar um assunto que é pacificado e em que há acordo com todos. Imaginem uma pauta em que não há acordo de todas as forças?

É claro que essa outra PEC, que acaba sendo mais simpática, para dizer que o Senado fez sua parte, lá na Câmara, chegará prejudicada e dificilmente será votada.

Portanto, nós temos essa crítica muito forte, dura. Essa reforma, do jeito que está, Sr. Relator, nós não temos como acompanhá-la. E o cidadão que está em casa, que ainda não compreendeu, um dia vai compreender. Espero que não seja na dor, com a PEC aprovada. Caso seja, a história vai contar que nós fizemos essa denúncia, nós alertamos desde cedo que essa reforma atinge, sim, a viúva, atinge, sim, o trabalhador pequeno, da ponta, que ganha menos de R$3 mil. E esse, do nosso ponto de vista, não é privilegiado.

Encerro aqui minhas palavras, até para ajudar no tempo, dizendo aos senhores e às senhoras que essa questão da previdência não poderia ter esse açodamento que foi dado na Casa, no Senado Federal, porque se nós conseguíssemos ajustar tudo em uma PEC só e devolver à Câmara, ela teria tempo suficiente, até o final do ano, para resolver o problema e, daí, para os próximos dez anos, a gente ter uma política de resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembremos que o atual Presidente da República passou, nesta Casa, 18 anos; 17, 18 anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Vinte e oito anos. E durante os 28 anos ele não teve essa pressa toda que o Senado está tendo. Toda vez que havia votação no Plenário da Câmara, ele votava contra por ainda não estar amadurecido, ainda achar que precisava melhorar o texto. Então, se em 28 anos o Presidente atual não estava convencido de que a reforma ideal estava pronta para ser votada, não é possível que nós aqui, em menos de oito ou nove meses de mandato, ache que já está maduro e pronto o suficiente para poder mudar a vida das pessoas e, sinceramente, diminuir o poder de circulação da renda lá no cantinho do Brasil.

Caso os senhores não lembrem, na maioria ou em grande parte dos Estados do Norte, do Nordeste e também do Centro-Oeste e em outras regiões grandes, nessas cidades, depois do FPM, o principal recurso que circula é justamente o dinheiro dos aposentados. Eles não guardam esse dinheiro debaixo do colchão, não colocam em aplicação de fundos e muito menos em poupança. Esse dinheiro é colocado lá no mercado, é colocado lá na cidade, ajuda na sustentação das famílias que esses aposentados muitas vezes têm dentro de casa, e ele é o único que tem segurança para ajudar a dar as condições de sobrevivência dignas para essas famílias, que dependem desse dinheirinho que circula todo mês. E essa reforma aqui inibe, vai enxugar... Repito: não é economizar um trilhão. Uma grande parte desse recurso deixa de circular, grande parte da fonte de economia dita pelo Governo na verdade é uma retirada de circulação de renda lá na ponta, nas cidades que mais precisam do dinheiro dos nossos aposentados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Weverton.

Por inversão, Senador Randolfe. Em seguida, Senador Fabiano Contarato.

Com a palavra V. Exa., Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero iniciar cumprimentando o Relator, Senador Tasso Jereissati, e quero saudá-lo por todos os esforços que S. Exa. tem feito para melhorar esse texto, para melhorá-lo e torná-lo, por mais difícil – e eu diria impossível – que seja, palatável, principalmente para os mais pobres.

O Senador Weverton, que me antecedeu, falou em perspectiva do quanto o Ministro da Economia mentiu sobre o crescimento da nossa economia. Não tem outra palavra. Ele dizia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, ele dizia mais, Weverton: ele dizia que no primeiro ano nós iríamos ter zerado o déficit e, ao mesmo tempo, teríamos a retomada do crescimento. Nem uma coisa nem outra conseguiu.

O problema é que estamos numa sequência, Sra. Presidente, que é a seguinte: dezembro de 2015... Dezembro de 2016: é aprovado o teto dos gastos, a Emenda Constitucional 95, Senador Fabiano Contarato, que reduz e inibe a capacidade de investimento do Estado brasileiro. Qual era a promessa, Wagner, com o teto dos gastos? O Brasil vai voltar a crescer. Voltou? Não voltou.

Mas em seguida havia uma outra promessa: reforma trabalhista. Vamos aprovar a reforma trabalhista, agora se resolve. Vai gerar emprego. Estamos com 12 milhões de desempregados, e a maior tragédia deste País, Senador Kajuru: quase 30 milhões no subemprego, segundo o último IBGE. Nós precarizamos a relação de trabalho no Brasil. Ter 30, 40 milhões – corrigindo-me aqui – no subemprego é uma tragédia social que não tem paralelo na América Latina. Chegamos a isso.

Aí agora vem esta. Esta é a seguinte: agora vai! Agora vai dar certo, é a reforma da previdência.

Vejam a sequência: congelamos a capacidade de investimento do Estado brasileiro, na sequência disso precarizamos as relações de trabalho e mantivemos mais de 12 milhões de brasileiros na condição de desempregados – desempregados, o desemprego no Brasil já está numa situação de desemprego crônico, situação anômala na economia mundial –, aí agora há uma outra reforma da previdência, em que o primeiro alvo do Sr. Guedes é o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), são os mais pobres deste País.

Na verdade, nós temos que fazer as seguintes perguntas aqui ao votar essa dita reforma: em um país que está com desemprego em níveis estruturais, o que significará, por exemplo, a perda do abono salarial para 12 milhões de trabalhadores? É isso! Essa é uma das propostas.

Em relação à exigência de 40 anos de contribuição para os trabalhadores terem acesso a benefício integral, é um privilégio receber aquilo com que o trabalhador brasileiro contribuiu durante 35 anos? É privilégio? Por 35 anos, o cidadão trabalha de sol a sol, e agora estão dizendo que por esses 35 anos de trabalho é um privilégio ele receber!

Quantos trabalhadores vão ter que se aposentar com o tempo mínimo de contribuição de 20 anos? Essa é outra pergunta a ser feita, e nós temos de respondê-las antes para termos, de fato, responsabilidade antes de votar alguma coisa.

Um país com o grau de desigualdade como o nosso, o mais desigual da América Latina... Só o Haiti ganhava de nós. Equilibramos, estamos pau a pau, há empate técnico com o Haiti em desigualdade. É um dos mais desiguais do mundo, e nós vamos cortar pensão por morte em 50% em um país desigual como o nosso? Vamos aprofundar mais isso? Chega a ser trágico! Chega a ser, perdão, uma maldade atroz!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a principal razão do Governo qual é, meu querido Senador Kajuru, para a reforma da previdência? É diminuir o déficit, mas o Governo está negociando isenções previdenciárias de 80 bilhões para o setor ruralista – 80 bilhões! E o déficit só diminui com a pensão por morte! O déficit só diminui aumentando a idade da aposentadoria! O déficit só diminui ampliando a desigualdade e tirando abono salarial! Quer dizer, para os ruralistas, não! Para os pobrezinhos do setor ruralista brasileiro, pode-se conceder uma isenção previdenciária de 80 bilhões! Onde está a lógica de redução de déficit que o Governo de Jair Bolsonaro está, de fato, atacando?

Além disso, Sra. Presidente, vou a uma questão de mérito, que nós debateremos. Há um destaque apresentado pela Bancada da Rede sobre o tempo de contribuição. Esse destaque vamos sustentar no momento que ela chegar. Eu advogo que não se chegue, nesta sessão de hoje, ao momento de deliberar e digo por quê. Porque, para minimizar todos os efeitos, o Governo começou a falar da chamada PEC paralela, não é isso, Senador Weverton? PEC da...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – PEC da balela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, é menos paralela e mais da balela.

Esta semana, Senador Anastasia, eu fiquei mais convencido de que ela é mais balela do que paralela. Veja só, foi feito um acordo: "Não vamos votar a reforma da previdência", mas a Federação está se diluindo, a Federação brasileira está desmanchando, Estados estão falindo, Estados precisam recuperar a sua capacidade de investimento. "Não, vamos fazer um acerto, um acordo. Vamos votar a partilha dos recursos do pré-sal, a chamada cessão onerosa".

O Senador Cid foi designado o Relator. Até passar mal no dia da apresentação do relatório passou, mas sustentou a apresentação até o momento.

Celebramos! Sobreviveu, sob o auxílio de Otto Alencar. Otto Alencar que manteve Cid em pé, para podermos fazer a apresentação do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pelo contrário: não só não sustentou de pé, como tomou os dois pés e os botou sobre seus ombros, numa foto escandalosa, diga-se de passagem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Randolfe tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O fato é o seguinte, Presidente: com todos esses esforços, celebrados no Plenário, votamos a cessão onerosa. Governadores vieram aqui, agradecer a todos nós, em êxtase, efusivamente! O Governador do meu Estado ficou com um sorriso daqui até aqui. Os Governadores de todos os Estados e Prefeitos alegres ficaram.

Qual não é a sorte de todas as Sras. e Srs. Senadores, porque, durante a semana, é promulgada a tal PEC da cessão onerosa em parte, sem a parte que interessa aos Municípios e aos Estados! É promulgada essa proposta de emenda constitucional, e eu não sei onde foi acertado isso. Não sei onde foi acertado.

O Colégio de Líderes, parece-me, já foi dissolvido. Então, não houve Colégio de Líderes para decidir sobre isso. Então, parece-me...

Eu não sei se o Presidente... O Presidente do Senado, eu imagino, deve ter participado, porque ele que promulgou. O Presidente da Câmara talvez também. O Presidente da República, o Ministro da Economia... Quatro promulgaram uma PEC que não foi debatida com o conjunto dos Senadores e que não foi o acertado!

O acertado aqui, Sras. e Srs. Senadores, era a promulgação de um texto concreto, com o vindo da Câmara. Todo. O que foi que foi feito? O que foi feito, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, foi uma traição a esta Casa, uma traição à Federação brasileira: promulgaram uma proposta de emenda constitucional ao contrário daquilo que foi acordado, acertado e votado aqui pelo Plenário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aí o Governo me vem dizer que, no dia de hoje, temos que votar a reforma da previdência, para tirar direitos dos mais pobres, enquanto foram tirados, na semana passada, na caradura, na mão grande, Senador Olimpio, os recursos que pertenciam a Estados e Municípios, sem ninguém ter sido consultado! Retiraram a capacidade de investimento de Estados e Municípios, e ainda querem aprovar uma PEC esta semana?!

Olhem, Sra. Presidente, Srs. Senadores: eu não me sinto à vontade de votar qualquer coisa... Não é nem o mérito. O mérito é terrível! É trágico! É contra o pobre. É contra o trabalhador. Eu já votaria contra. Mas eu não me sinto à vontade para votar qualquer coisa aqui, com o que aconteceu da semana passada para cá. Como?

Aí, a gente diz o seguinte: eu tenho pena dos que vão votar favoravelmente, porque, quando cobrados na rua, como serão, dirão o seguinte: "Não, mas espera lá: há uma PEC paralela!". Um cidadão mais atento, que está me assistindo agora na TV Senado, vai dizer: "A paralela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... é igual àquela cessão onerosa, em que vocês receberam um 'balão' e em que eles nem participaram? É assim? É essa que é a PEC paralela?".

Então, o Presidente tem uma questão prévia, preliminar: antes de votar essa proposta terrível contra os trabalhadores mais pobres, a questão é: qual a credibilidade que tem de fazer uma proposta alternativa e ela ser aprovada?

A outra questão é a seguinte, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Para concluir, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Concluindo, Presidente.

A outra questão é a seguinte: como é que nós vamos votar qualquer coisa esta semana, aqui, depois de, na última quinta-feira, quarta ou quinta-feira, os nossos Estados terem recebido – me desculpem o termo, mas não tenho outro – um golpe, um golpe, terem recebido um golpe; depois de única coisa que havia de capacidade de investimento para Estados e Municípios ter sido retirada?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com qual disposição, como nós vamos chegar aos nossos Estados...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe, peço desculpa. Houve um acordo de sermos rigorosos no tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Falo isso Presidente, de fato, para concluir. A questão antes do mérito é uma questão da forma como tem sido conduzido o conjunto dos debates aqui, da semana passada para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Pela ordem de inscrição, Senador Fabiano Contarato.

Eu sigo aqui a ordem, o Senador Paulo Paim pode falar na hora em que quiser, porque ele está cedendo o tempo aos colegas. Então, vou deixar V. Exa. que se manifeste no momento em que achar oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou à ordem de inscrição: Senador Fabiano Contarato, Senador Flávio Arns, Senador Rodrigo Pacheco, Senador Major Olimpio e Senadora Eliziane Gama.

Senador Fabiano, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente. Quero parabenizá-la pela condução do trabalho.

Senador Tasso Jereissati, Sras. e Srs. Senadores, eu começo afirmando que nada é tão ruim que não possa piorar. Piorou! Essa reforma perversa surge como pano de fundo para combater privilégios, mas privilégios não está combatendo em hipótese alguma. Essa reforma tem um destinatário: é aquele regido; é você, trabalhador; é você, aí, caixa de supermercado, motorista de ônibus; é você, pedreiro; é você que, com muita dificuldade, consegue entrar no mercado formal de trabalho com carteira de trabalho assinada. Essa reforma não contempla todos os funcionários públicos federais. Essa reforma não contempla todos os funcionários públicos estaduais. Essa reforma não contempla os funcionários públicos municipais, mas ela contempla aquele que mais tem os seus direitos violados; aquele que não tem acesso à saúde, que está morrendo nos corredores dos hospitais públicos; aquele que não tem acesso à educação pública de qualidade. E nós, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vamos colocar nossa digital nessa perversidade.

Eu não era político, nunca fui, quando eu presenciei, em 2017, o mesmo canto da sereia: "Vamos alavancar a economia, vamos gerar emprego e renda, vamos fazer a reforma trabalhista". Foi ali que foi instituído o trabalho intermitente. O empregador hoje não precisa contratar; ele paga por hora. Foi ali que foi estabelecido que mulheres grávidas e lactantes trabalhem em ambiente insalubre e que, se não fosse o Supremo, nós estaríamos hoje permitindo que as mulheres assim o fizessem. Foi ali que foi estabelecido que a homologação por rescisão de contrato de trabalho não seja mais passada pela Delegacia Regional do Trabalho nem tampouco pelo sindicato, mas fosse feita pelo empregador. Foi ali que foi estabelecida a terceirização de atividade-fim.

Tudo com discurso de combater privilégio. Privilégio de quem? Brasileiros e brasileiras. Você que vive, 15 milhões de desempregados, subutilizados; você que, no mercado da CLT, não fica por um ano com carteira assinada, é de cinco a sete meses, para você conseguir trabalhar; 40 anos contribuindo, você não vai conseguir aposentadoria. Eu fico triste quando eu vejo pobre defendendo a reforma da previdência, porque essa reforma só tem um destinatário: tirar direito daquele que menos ganha. E só há três beneficiários essa reforma da previdência: os empresários, os banqueiros e o Governo Federal.

Dinheiro há, minha gente. Só 50 empresas do agronegócio devem 200 bilhões de tributos à União. Só de incentivos fiscais, 376 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhora pensionista que está nos assistindo – porque 86% da pensão por morte é atribuída a mulheres... Não basta a Constituição, no art. 5º, I, falar que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", porque isso é outra mentira! Há uma discriminação com relação ao trabalho da mulher. Ela ganha menos. E isso quando tem a oportunidade de trabalhar. Você ouve do Presidente a fala de que a mulher tem que ganhar menos porque engravida, e por aí você vê qual é o tratamento que o Presidente dá às mulheres. Aí vem com o discurso de que na Europa todos os países são assim. Claro! Na Europa, a segurança pública é direito de todos e é dever do Estado, como está na nossa Constituição, no art. 144, mas aqui o Poder Público transfere isso para população, armando a população. Na Europa, você tem direito a saúde. As pessoas não morrem nos corredores dos hospitais públicos, e os médicos não ficam escolhendo quem vive e quem morre. Na Europa, o transporte público funciona; eu não preciso nem de carro. Aqui a população brasileira, de pobres, desdentados, desvalidos, sem vez, sem voz, sem dignidade, sem trabalho e com elevada carga tributária... Esse é que vai pagar essa conta sob o pretexto de que estamos combatendo privilégio. Não, eu não posso admitir isso.

Só este ano o Governo Federal cortou a fabricação de 19 medicamentos, o que vai impactar 30 milhões de brasileiros; medicação distribuída gratuitamente no Sistema Único de Saúde. Câncer, diabetes, transplantados... Cortou verba da educação pública, o que não vai impactar só as universidades federais e institutos federais, vai impactar a educação básica.

Minha gente, por que esta Casa não dá um recado? Tenhamos vergonha na cara – com toda a humildade eu falo isso. Esta Casa... Todo poder emana pelo povo, mas essa reforma é perversa: ela não está cortando privilégios; ela está sendo direcionada para aquele que mais sofre, aquele que menos ganha e aquele que tem mais seus direitos elementares violados. Será que as Sras. e os Srs. Senadores dormirão com suas consciências tranquilas com relação a isso? Não. Passou da hora. O simples fato de haver uma PEC paralela já é um motivo para ver que essa PEC é perversa. Ela é perversa! Oitenta e seis por cento das pensionistas são mulheres. Ela renuncia à vida para cuidar do marido, da casa, dos filhos, e hoje recebe 100%. Atenção, pensionista! Você, mulher, vai passar a receber 60%. Você que for acometido por uma doença grave, que tiver um AVC... Ah, você não vai ter mais o seu direito! Você que ficou trabalhando, no aspecto formal, e que ganha até dois salários mínimos... Agora isso vai atingir 15 milhões de brasileiros, porque se está reduzindo para quem ganha mil, trezentos e poucos reais.

Eu queria que este Senado fosse mais corajoso e pedisse para efetivar o que está expresso no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, que diz que a União deve instituir um salário mínimo digno, capaz de suprir as suas necessidades e as da família, com saúde, educação, habitação, moradia, lazer, vestuário, higiene. Nós temos esse mísero salário de R$998, quando o Dieese fala claramente que esse salário tinha que ser R$4.143,55.

Eu queria que nós estivéssemos aqui com o mesmo espírito, imbuídos da ideia de fazer valer, de dar vida ao disposto no art. 145, §1º, quando diz que a União tem que instituir impostos de acordo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a capacidade tributária do contribuinte. Passou da hora de instituir um imposto sobre grandes fortunas, e nós estamos aqui botando na conta de quem menos ganha, de quem mais sofre, de quem morre... Pobre da família, e você, brasileiro e brasileira... Eu sei porque eu venho daí, da população carente cujo filho sonha em entrar num curso de Medicina numa universidade federal, mas, se não for no sistema de cotas, ele não vai entrar nunca!

E agora, sob esse discurso, sob mais esse canto de sereia, "nós vamos combater privilégios..." Que se comece cortando os nossos benefícios, os benefícios daqueles que mais ganham, de Ministros, daqueles que têm os supersalários. Por que começar cortando justamente do pobre?

Sras. e Srs. Senadores, eu participei de várias audiências públicas, fiz questão, Senadora Simone Tebet, de buscar... Foram 48 audiências públicas, e eu não vi a participação de todos os Senadores, imbuídos ali. E, aí, eu saúdo meu nobre companheiro Senador Paim, entre outros, o Senador Kajuru, entre tantos, mas a participação tinha que ser mais efetivada.

Eu quero, para concluir, porque sou rigoroso com o tempo, só chamá-los à reflexão sobre um ponto: mais uma vez nós estamos numa Casa composta por homens brancos, ricos, decidindo a vida daqueles que não estão tendo vez nem voz. Eu queria que entrassem por essa porta agora um representante da população negra, um representante dos sindicatos, um representante das pessoas com deficiência, um representante das mulheres, um representante dos pobres, dos mais de 500 milhões de brasileiros pobres que vão ser violados no seu direito. Eu queria, sim, que eles estivessem aqui, que eles fizessem parte desta discussão, porque é muito cômodo engravatados empresários, homens brancos e ricos, decidirem a vida, o destino de 220 milhões de brasileiros que sofrem e clamam por um verdadeiro Estado democrático de direito para, quem sabe um dia, todos terem o direito de ter uma vida digna até o final, na velhice, morrer com dignidade. Hoje esse sonho está distante, esse sonho é quase sonhar um sonho impossível.

Para finalizar, eu faço um apelo às senhoras e aos senhores Senadores: não sejamos meros carimbadores, chanceladores, não coloquemos nossa digital em cima de uma reforma tão perversa, tão aviltante! Eu tenho vergonha de falar nessa reforma da previdência! Mas minha digital não estará nessa famigerada reforma da previdência; estará, sim – e sou a favor –, numa reforma da previdência que corrija, que seja igualitária para todos, afinal de contas todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Senador Fabiano.

Pela ordem de inscrição, o Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Agradeço, Sra. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, já fiz isso em outras ocasiões, enaltecer novamente o Senador Tasso Jereissati como Senador, como homem público, como pessoa que escuta, que dialoga, e já incorporou no texto, no relatório apresentado, algumas iniciativas importantes como, por exemplo, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) para pessoas com deficiência, idosos, porque, na verdade, não havia razão alguma para que algo da assistência social estivesse presente na lei da previdência social. Então, eu quero enaltecê-lo, e vou fazer isso o tempo todo em relação ao amigo, já trabalhamos juntos, Senador Tasso Jereissati.

Ao mesmo tempo, eu quero dizer que hoje é o Dia do Idoso, o Dia do Idoso. E nós estamos dando um presente de grego, um cavalo de Troia, para os idosos do Brasil. Por um lado, nós temos que pensar que a reforma da previdência é importante, é necessária, as contas têm que ser fechadas, não há dúvida nisso, sempre me manifestei nesse sentido, não por culpa do Senador Tasso Jereissati, mas por todo o processo que aconteceu. Esta é uma reforma da previdência que, na verdade, está prejudicando e muito, neste Dia do Idoso, a pessoa idosa.

Se nós pensarmos, por exemplo, na aposentadoria de uma pessoa com seus 65, 70 anos, essa pessoa se organizou na vida 20 anos atrás, 30 anos atrás. Começou a trabalhar dizendo: "Olha, se eu me aposentar, eu tenho que ter certeza do valor da minha aposentadoria e daquilo que eu vou deixar para a família". Então, nós termos uma regra em que uma pessoa que ganha R$2 mil, e que não vai mais contar os 80% dos melhores salários e, sim, os 100%, porque a média salarial não vai ser de 90, vai ser de 60, e que vai se aposentar daqui a dois meses, três meses. Hoje essa pessoa ganharia R$2 mil na aposentadoria, por exemplo; daqui a dois meses, vai receber R$1 mil. Então, é uma diminuição violenta, um empobrecimento do idoso, um empobrecimento da população, dos Municípios, de muitos do Brasil. E isto foi dito nas audiências públicas – porque acompanhei todas, apesar de não ser aqui membro titular da CCJ: o empobrecimento dos Municípios. Então, é um presente que nós estamos dando para o idoso que ninguém gostaria de receber. Qualquer pessoa se organiza na vida de uma determinada maneira, e nós não podemos fazer isso. Hoje a pessoa se aposenta e ganha R$2 mil; daqui a três meses, vai se aposentar e ganhar R$1 mil. Como é que isso pode acontecer? Deveria haver uma regra de transição. Não, não existe regra de transição para um sistema novo.

A pessoa deveria saber: "Não, se eu me aposentar daqui a dez anos, vinte anos, vai ser esse valor". Pessoas que organizaram a sua vida em função de outras emendas constitucionais... E nós tivemos emendas constitucionais importantes, necessárias. As pessoas se organizaram e ainda estão na vigência dessas emendas constitucionais. Apesar de elas terem se organizado na vida em função dessas emendas, agora há outra emenda constitucional e não vale mais aquela emenda constitucional anterior, o que é um absurdo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pessoa se organiza dizendo: "Se acontecer alguma coisa comigo, se eu tiver um acidente, um derrame, um acidente vascular, um infarte, se eu for atropelado, morrer num acidente, tenho garantido para minha família um determinado valor". Todo mundo pensa nisso – pelo menos, as pessoas sérias do Brasil pensam nisso. Ah, mas agora, se você morrer atropelado no trabalho, é uma coisa; se você morrer atropelado fora do trabalho, é outra coisa; se você tiver um derrame no trabalho, é um caminho; se você tiver um derrame fora do trabalho, é outro caminho.

Como é que isso pode ser uma coisa que esteja combatendo privilégios? Não são privilégios, é a organização da vida do povo brasileiro. Nessa organização, o idoso – e hoje é o Dia do Idoso – ou a pessoa chega e diz: "Olhe, eu me programei para minha vida ser desse jeito. Agora estou a seis meses e não vai mais ser". A pessoa não tem nem tempo mais de vida para poder se reorganizar.

Então, a gente diz que a reforma da previdência é necessária – e eu acho que é necessária –, é importante e tem que combater privilégios, mas os privilégios que estão sendo combatidos são os privilégios de quem ganha R$2 mil, R$3 mil e que vai passar a ganhar R$1 mil, R$1,2 mil. A viúva do trabalhador que ganhava R$1,6 mil, R$1,7 mil, daqui a um mês, se o marido morrer, vai receber o salário mínimo. O povo brasileiro tem que saber disto: vai receber o salário mínimo. Não vai mais receber R$1,6 mil, R$1,7 mil, dependendo da situação do marido. E isso vai acontecer com todas as pessoas. Quer dizer, é um absurdo absoluto, resguardando aquilo que o Senador Tasso Jereissati já conseguiu melhorar e aprimorar.

A reforma da previdência é importante para o Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... ter o dinheiro para que se desenvolva. É interessante que em nenhum momento ainda foi tratado das desonerações, das renúncias fiscais, que, muitas vezes, são necessárias. Mas existe gente no Brasil que ganha mais do que R$350 mil por mês de lucros e dividendos e não paga R$0,01 de Imposto de Renda – R$0,01! Lucros e dividendos da pessoa física gerariam R$120 bilhões por ano – por ano! – para o Brasil. Isso salvaria da penúria Estados, Municípios e seria dinheiro suficiente para que o Brasil entrasse numa rota de desenvolvimento.

Eu vejo o Ministério da Economia na Comissão Mista de Orçamento dizendo: "Não, nós precisamos ter dinheiro para investimento". Só que estão apontando a arma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... para o local inadequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outras coisas em que eu fico pensando: por que não lidar com esses poderosos – 20 mil no Brasil – que não pagam Imposto de Renda, ganhando 350 mil ou mais por mês? Nada se faz em relação a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, eu só quero dizer que, infelizmente, é um presente inadequado para o idoso ou para quem vai ficar idoso. Hoje é o Dia do Idoso, e nós vamos dar um presente horrível.

Agora, nós precisamos da reforma da previdência, mas de uma reforma que estabeleça critérios, justiça, direitos, diálogo, que não penalize o mais empobrecido e o mais vulnerável. Infelizmente esta é uma reforma importante, necessária, como eu disse. Graças a Deus temos o Senador Tasso Jereissati, que já arrumou muita coisa, porém a ideia originária do Governo para mexer com a vida de 200 milhões de pessoas em seis meses, sete meses, é um crime contra o cidadão brasileiro que se organizou e acreditou que a previdência seria o grande seguro social da sua vida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Puxa-se seu tapete e, na verdade, não se coloca a garantia que o cidadão, principalmente o mais empobrecido, deveria ter.

Lamento, infelizmente, que isso esteja acontecendo. Darmos esse presente inadequado para essa parcela da população é um momento triste para o Dia do Idoso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem de inscrição, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente Simone Tebet, antes de mais nada, quero cumprimentar V. Exa., parabenizá-la pela condução dos trabalhos, desde sempre, na tratativa dessa reforma da previdência; cumprimentar, de maneira muito especial, o Senador Tasso Jereissati pela Relatoria e também, sobretudo, o Senador Tasso Jereissati por ter acolhido uma emenda: a Emenda 540, de minha autoria, que visa uma supressão no texto para corrigir uma distorção e uma injustiça estabelecida àqueles servidores que não recebem sob o regime de subsídio, mas, sim, por remuneração variável por bônus de desempenho.

Evidentemente que a reforma previdenciária é fundamental para o Brasil. Não é a única opção que nós temos de solução da crise, mas ela é necessária, como um *start,* para que a partir dela outras reformas, outros ajustes sejam feitos no Brasil, à guisa de sistema tributário, de privatizações, de concessões públicas, de priorização do municipalismo e das pautas que definem ou redefinem o pacto federativo nacional. Então, a reforma da previdência acaba sendo um sinal. Depois de 20 anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativas de se aprovar a reforma, sob a condução de V. Exa. aqui no Senado, Senador Tasso Jereissati, teremos a realidade de uma reforma aprovada e, a partir dela, outras reformas importantes para o País

Em relação à minha emenda, eu quero pedir uma especial atenção do Plenário, porque propõe o encaminhamento, Senador Tasso Jereissati, de modo a conciliar os interesses envolvidos em relação a este tema. Primeiro, quero justificar que a emenda visa à supressão do art. 4º, §8º, inciso II, que diz – aspas –:

> II – se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis, por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor destas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, estabelecido pela média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para a aposentadoria ou ao tempo total de instituição da vantagem, que será aplicada sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis.

Em suma e de maneira muito simplista, Senador Tasso Jereissati, a proposta do Governo foi uma, que impactava, evidentemente, mas impactava dentro de uma razoabilidade: estabelecia um prazo de dez anos como uma média aritmética para se definir aposentadoria a partir desses bônus de desempenho variáveis. A Câmara dos Deputados alterou essa regra e, ao invés de colocar dez anos, colocou 35 anos para homens e 30 anos para as mulheres.

Qual foi a razão de ser da minha emenda e da proposta que fiz e que foi acolhida por V. Exa. no seu relatório? Suprimir a regra estabelecida pela Câmara, que definia e agravava muito a situação, passando para 35 anos para homens e 30 para mulheres, e repristinar a ideia original do Governo na PEC paralela. Fazia-se, então, ou se fez a supressão desta regra na PEC principal e, na PEC paralela, incluiu-se a regra original da proposta do Governo, desconsiderando a ideia original da Câmara, que foi um equívoco em relação a esses servidores.

V. Exa. acolheu. Veio, então, a ponderação do Ministério da Economia em relação a esse tema: que seria possível conciliar os interesses da reforma da previdência hígida com os interesses desses servidores. Eu, então, pedi que viessem a Brasília os servidores que me sugeriram a apresentação dessa emenda lá atrás: o Sr. Marco Antônio Couto dos Santos, Presidente do Sindifisco, e o Dr. Ivan Luduvice, Presidente da Associação dos Procuradores do Estado de Minas Gerais. Eles voltaram à Brasília, se reuniram com os servidores do Ministério da Economia. O Secretário Rogério Marinho participou não necessariamente da reunião, mas de toda definição dessa linha. E a ideia que surgiu foi de, ao invés de suprimir o texto, fazer uma emenda de redação ao texto que veio da Câmara para deixar claro que não há essa injustiça, essa necessidade dos 35 e dos 30 anos para fins da aposentadoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma ideia com a qual eu também estou de acordo, até porque quem idealizou a emenda original também está de acordo, até para evitar que se possa ter uma discussão no Plenário em que se perca tudo, em que seja derrotada a tese e a ideia que nós estabelecemos.

Então, a proposta que faço a V. Exa., contando com a compreensão do Plenário e com o apoio do Plenário neste sentido, é que possamos, então, substituir a emenda supressiva, a partir de uma retirada com a qual eu concordaria, desde que V. Exa. apresente uma emenda de redação que seja uma emenda de redação sugerida e proposta pelo Ministério da Economia em acordo com essas entidades que me sugeriram. E qual seria a sua redação – e peço atenção de V. Exa.? Seria a seguinte a redação do inciso II:

> II - se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor dessas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo mediante a aplicação sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação ao tempo total exigido para aposentadoria, ou, se inferior, ao tempo total de percepção da vantagem.

Então, uma alteração redacional, com essas duas expressões, estabeleceria o sentido efetivo da norma, evitaria injustiça e evitaria supressão de todo o inciso.

Então, o que proponho a V. Exa. e ao Plenário da CCJ, em relação a esta única emenda acolhida, que foi a 540, para convergir os interesses do Governo, dos servidores que são atingidos pela manutenção e pela supressão desse dispositivo, é que se faça essa alteração redacional. Havendo essa concordância da alteração redacional, evidentemente de um acordo de Plenário, sem vista em relação a esse tema, eu concordo, então, com a retirada da emenda – mas evidentemente sou obrigado a condicionar a esse acordo com o Plenário da Comissão de Constituição e Justiça e com o Relator da matéria para evitar o mal maior em relação aos servidores.

Caso eventualmente não seja possível o acordo, que se mantenha o relatório de V. Exa. com a supressão que foi sugerida na emenda e que se discuta num destaque eventualmente apresentado pelo Governo no Plenário do Senado qual o caminho que se deve ter em relação a esse dispositivo.

Então, é esta a proposta que faço, Senador Tasso, e quero crer que a maioria do Plenário possa concordar, que V. Exa., eu retirando a emenda, V. Exa. faça essa alteração redacional e votamos com essa alteração redacional, que, repito, converge os dois interesses. E estão de acordo também as entidades que me sugeriram este tema.

Então, havendo o acordo, eu acho que converge para os servidores, converge para o Governo, e nós evitaríamos o alongamento dessa discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Weverton: quer um aparte, Senador?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela Liderança.) – É só para logo dar a nossa posição, para o Relator poder formar a opinião dele. Pelo menos do PDT, claro que o Líder nosso maior, Randolfe, vai falar por último, mas é claro que não vai comprometer o mérito, porque o nosso objetivo hoje é, do jeito que ela está, derrotar toda a matéria, todo o projeto; mas, caso passe, claro que nós jamais iríamos prejudicar os servidores, e se melhora e ajuda nós não iríamos ser motivo de atrapalhá-los.

Então, da nossa parte, pelo menos do PDT, não há problema nenhum.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Só para colaborar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – O MDB também não tem nada contra e não formularia nenhum pedido de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência deixará o Relator para se pronunciar por último, inclusive em relação a essa solicitação.

Eu, antes de passar a palavra aos demais oradores, consulto às Sras. e Srs. Líderes se há acordo no sentido de não haver pedido de vista em função da supressão desta emenda solicitada pelo próprio autor com uma emenda de redação ou subemenda apresentada pelo Relator.

Então, havendo acordo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – A Rede concorda, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... havendo acordo, esta Presidência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela Liderança.) – Cidadania concorda, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... vai continuar com a relação dos oradores inscritos e, em seguida, passo a palavra ao Relator para suas considerações finais e acatamento ou não da solicitação apresentada pelo Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem de inscrição, Senador Major Olimpio. (*Pausa.*)

Antes, porém, Senador Major Olimpio, com a palavra, pela ordem, o Relator, Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Já que houve, parece-me, um acordo de todos os Líderes aqui... Ainda não ouvi o Major Olimpio... Major Olimpio concorda?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Relator, o Republicanos concorda.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eliziane concorda?

Então, acato a sugestão do Senador Rodrigo.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Tasso Jereissati... Presidente, permite-me?

Então, apenas para ficar claro, para que não haja dúvidas,...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – ... em alguns momentos, em relação a esse tema também, eu infelizmente tive algumas surpresas e tive que contar com a compreensão do Senador Tasso para garantir que fosse corrigida essa distorção.

Então, corrige-se essa distorção desse inciso com a retirada da emenda supressiva, que eu vou assinar e propor agora, e V. Exa. então concorda com a seguinte emenda de redação, qual seja – peço atenção da assessoria também –: O inciso II, que diz: "Se as vantagens pecuniárias permanentes forem variáveis por estarem vinculadas a indicadores de desempenho, produtividade ou situação similar, o valor destas vantagens integrará o cálculo da remuneração do servidor público no cargo efetivo, mediante a aplicação, sobre o valor atual de referência das vantagens pecuniárias permanentes variáveis, da média aritmética simples do indicador, proporcional ao número de anos completos de recebimento e de respectiva contribuição, contínuos ou intercalados, em relação – aí peço atenção – ao tempo total exigido para aposentadoria ou se inferior...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... ao tempo total de percepção da vantagem. Então, essa é a emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há outro compromisso do Governo, que eu quero deixar claro e público, que é em relação à PEC paralela, de se colocar o texto que foi proposto originalmente pelo Governo Federal na reforma da previdência. Então, são duas questões: a emenda de redação acolhida pelo Senador Tasso Jereissati, que eu acabei de ler, que foi acordada entre o Ministério da Economia, o Dr. Marco Antônio, o Dr. Ivan Luduvice e as pessoas envolvidas nisso, as entidades envolvidas nisso; e o compromisso também, na PEC paralela, de se repristinar o que era ideia original do Governo como proposta em relação a esse tema.

Então, feito esse acordo, fico contente e agradeço imensamente aos membros da Comissão de Constituição e Justiça e à Presidente Simone Tebet, porque estabelecemos aqui uma forma de conciliação, de convergência que atende o Governo, atende a sociedade brasileira e atende os servidores aqui atingidos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço as considerações e os esclarecimentos do Senador Rodrigo Pacheco.

Esta Presidência gostaria de informar aos colegas que nós temos apenas mais três oradores inscritos. Portanto, esta Presidência gostaria de convidar as Sras. e os Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa. Inclusive a CAE, que é uma Comissão muito importante desta Casa, está em funcionamento neste momento, com sabatina. Eu convido as Sras. e os Srs. Senadores membros titulares e suplentes da CCJ para que, no máximo em 15 minutos, possam estar aqui, porque começaremos a votar os destaques de bancada que estão sobre a mesa.

Aproveito a oportunidade para esclarecer que ainda não estamos com todos os requerimentos de destaques acordados pelos Líderes. Eu peço aos Líderes que entrem num entendimento, para que possamos, dos sete requerimentos que constam, escolherem os seis que serão votados nominalmente.

Pela ordem de inscrição, na inversão, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Sra. Presidente, inicialmente queria cumprimentar o Major Olimpio, agradecer pela disposição de fazer essa troca de tempo aqui para, portanto, temos o direito de fala agora.

Presidente, na verdade, eu não utilizaria esse tempo aqui na CCJ, mas, depois de ter informação de algumas movimentações tanto aqui, na CCJ, como talvez, posteriormente, no Plenário do Senado Federal, eu vim aqui na verdade fazer um apelo, fazer um apelo aos membros que estão aqui representando o Governo Federal, ao nobríssimo Senador Tasso Jereissati, que fez um grande trabalho como Relator desta PEC, inclusive admitindo algumas de nossas emendas.

E digo isso porque tão logo após admitida pelo Relator a alteração referente ao BPC, nós tivemos algumas conversas com representantes do Governo, inclusive com a Senadora Mara Gabrilli, que é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência nessa luta em relação à pessoa com deficiência, do desejo da representação do Governo de retornar, através de emendas e de destaques, a questão do BPC.

Ora, Presidente, nós avançamos em alguns pontos e aí vem, por exemplo, o BPC, a questão da pensão por morte, em que tivemos um avanço não permitido por exemplo o pagamento de pensão abaixo de um salário mínimo... Estamos agora numa luta aqui, na CCJ, com o PDT e outros colegas mais referente ao abono salarial, que estabelece aí um benefício importante para quem ganha até dois salários mínimos. Não é privilégio, porque quem ganha até dois salários mínimos não está numa situação de privilégio no Brasil. Nós sabemos que inicialmente, quando essa PEC veio para cá, veio inclusive desmembrada: a PEC em relação aos servidores e uma outra em relação ao Exército Brasileiro, às Forças Armadas.

Entendemos, num primeiro momento, logo *a priori*, que não havia, por exemplo, um esforço isonômico no Brasil para que houvesse de fato um esforço conjunto de toda a população brasileira em relação a esta previdência. Quando eu falo também de esforço conjunto, é bom que a gente reafirme o que já foi dito aqui, nesta Comissão. Não é a reforma da previdência no meu entendimento, que vai resolver todos os problemas do Brasil. Nós estamos enfrentando problemas sérios nos Estados brasileiros e o Governo já se manifestou lá atrás, através de um pacto federativo, para auxiliar esses Estados. Nós poderíamos destacar aqui vários desses pontos, ao todo são sete pontos entre projetos de lei e também PEC, passando, por exemplo, pela questão da Lei Kandir, passando pelo Plano Mansueto, pela securitização e por vários outros pontos, dentre eles a cessão onerosa. Nós tivemos um esforço aqui no Senado Federal de trazer um elemento importante, que foi a questão da partilha a partir da referência do FPM e do FPE. Nós tivemos um auxílio a partir desse ponto específico que foi colocado pelo Senador Cid Gomes de auxiliar os Estados que estão numa situação de vulnerabilidade, sobretudo Estados do Nordeste. E agora nós somos pegos de surpresa com a não promulgação de um dos pontos fundamentais, que, aliás, faz parte do acordo do pacto federativo, é bom que se coloque aqui. Isso não é ruim, não é nada imoral, não é nada escuro, ao contrário, nós precisamos fazer um esforço pactuado, no qual o próprio Governo Federal também auxilie os Estados.

Porque não vai adiantar a gente fazer, por exemplo, uma reforma da previdência em que nós temos o trabalhador fazendo esforço, quem ganha um salário mínimo e quem ganha até dois salários mínimos, e vários outros pontos se o Governo Federal não estender a mão para esses Estados hoje no Brasil.

O cidadão brasileiro mora na cidade. O cidadão brasileiro mora no Estado. Nessa reforma da previdência, agora, por exemplo, nós temos a constitucionalização em relação ao equilíbrio fiscal. A gente não sabe o que vai acontecer com os Municípios brasileiros porque, se deixamos de considerar apenas a Lei de Responsabilidade Fiscal e colocamos na Constituição, nós poderemos ter uma quebradeira geral no Brasil, porque a maioria esmagadora dos Municípios brasileiros hoje tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problemas fiscais. Alguns Estados brasileiros conseguiram na Justiça, a exemplo de Brasília e outros mais, que repasses como, por exemplo, o do FPE fossem assegurados. Se a gente constitucionaliza isso, a gente não sabe ao certo o que pode acontecer.

Eu quero colocar aqui que o nosso partido, o Cidadania, é um partido reformista, é um partido que defende as reformas no Brasil. O nosso Senador Alessandro já mostrou aqui a sua disposição, votando favorável na primeira rodada aqui na Comissão de Constituição e Justiça, mas nós precisamos aprimorar ainda mais esse texto. Precisamos aprimorar com os destaques e precisamos aprimorar ainda ali no Plenário.

Portanto, Presidente, eu queria deixar aqui o meu apelo aos representantes do Governo, aos colegas desta Comissão e, obviamente, a todos os Senadores: que nós não venhamos a retroceder em muitos avanços que já tivemos a partir do relatório do queridíssimo Senador Tasso Jereissati. E mais uma vez eu quero destacar aqui o seu importante trabalho na construção desse relatório.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Eliziane.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, muito rapidamente, eu quero agradecer aos componentes da CCJ pela sensibilidade pública. Hoje, a partir de uma iniciativa da Presidente, reunindo líderes, reunindo Senadores da CCJ para a deliberação do rito do que nós estamos vivendo neste momento e, se Deus quiser, no Plenário mais à noite, houve um entendimento pelo Brasil. Por que eu digo entendimento pelo Brasil? Porque nós tivemos momentos que não foram proporcionados pela maioria dos Senadores...

Aliás, a esmagadora maioria dos Senadores, na semana passada, num grande gesto pelo País, votaram a PEC da cessão onerosa do pré-sal, com apenas um artigo para se retornar para a Câmara, e ontem fomos surpreendidos pelas manifestações da imprensa em relação a eventuais modificações dos valores ou da forma dessa partilha. O Senado fez uma coisa maravilhosa: 15% para os Estados, 15% para os Municípios e ainda 3% para os Estados produtores, como é o caso do Rio de Janeiro.

Logicamente isso causou extremo mal-estar a todos os Senadores, mas nós estamos num grande entendimento neste momento na votação – não é por causa de, é apesar de. Eu agradeço demais.

O Líder Fernando Bezerra tem se desdobrado 24 horas por dia com o Marinho, Secretário Nacional de Previdência aqui presente, e o Bruno, para destravar as questões – e eu quero dizer e dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um testemunho – mais do que republicanas das bancadas dos Estados. Há uma grande preocupação e uma maturidade imensa dos Senadores. Nós vamos para uma discussão dolorosa como é a da previdência, e a cada Senador que se manifesta a gente aprende, e aprende muito e coisa muito importante para a vida, mas temos que tomar uma decisão que possa ser impactante para o País.

Então, o meu gesto é de agradecimento e de expectativa. Os Senadores e as bancadas... Os ruídos de comunicação com os órgãos de Governo, se Deus quiser, se desfarão nos próximos momentos, nas próximas horas, nos próximos dias, pelo País. Nós temos absoluta certeza de que isso se concretizará.

Repetindo: tanto o Líder do Governo, Fernando Bezerra, quanto o Secretário Nacional, Marinho, e o Bruno estão o tempo todo fazendo gestões pelo País, pelos Estados e, logicamente, pela representação dos Senadores em relação aos seus anseios, que devem legitimamente defender nesta Casa. Mas tenho certeza de que, ao final do dia de hoje, com a votação do primeiro turno, nós estaremos dando um grande passo para a melhoria das condições para o nosso País.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Esta Presidência indaga se vai haver perguntas. O Senador Paulo Paim quer falar ao final.

Só temos a Senadora Zenaide e V. Exa.

Eu gostaria de indagar às Sras. e aos Srs. Senadores se podemos considerar encerrada a lista de inscrição. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, está encerrada a lista de inscrição.

Repito àqueles que estão nos assistindo em outras dependências da Casa e nas Comissões: sabemos que temos Comissões permanentes em andamento, mas esta Presidência comunica que, em 15 minutos, estaremos iniciando o processo de votação dos requerimentos de destaque e do relatório do Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra, por gentileza do Senador Paim, a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Obrigada, Sra. Presidente, Sr. Relator.

Eu queria dizer aqui que essa reforma, essa PEC tem muita coisa para a gente ver, mas tem algo que eu acho que passou despercebido sobre as aposentadorias especiais. Eu não estou falando só dos trabalhadores que trabalham em ambientes insalubres ou em periculosidade, como são os eletricitários, os mineiros. Eu queria falar de uma população que não é pequena, Jorginho, que são as pessoas com deficiência, que romperam todas as barreiras oferecidas pela sociedade, mas conseguiram trabalho, Esperidião Amin. E esse pessoal... A gente sabe que um tetraplégico, um paraplégico ou um paciente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que tem um problema neurológico não tem o tempo de vida de um cidadão que não tem nenhuma deficiência.

E eles estão dentro, ou seja, deveria ser... Porque não sou eu que estou dizendo. A ciência prova que as pessoas com deficiência física ou intelectual, em sua grande maioria, vivem menos, gente, porque adoecem mais. Então, é essa uma preocupação minha, porque eu acho que só se lembrou das pessoas com deficiência que dependem do benefício de prestação continuada. Na verdade, a gente tem milhares de mulheres e homens neste País que, como eu disse, ultrapassaram todas as barreiras para conseguir um trabalho para viver com dignidade, ter o mínimo de independência, e aqui nós estamos desconsiderando isso com essa reforma, Senador Fernando. Se isso for consultado, são milhares. Acho até que não perceberam isso, porque não era para estarem no mesmo lugar. Não é! Pergunte a um tetraplégico, pergunte a um paraplégico, pergunte a pessoas com algumas doenças neurológicas que estão vivendo, trabalhando. Mas eles não vão viver, eles não podem contribuir o mesmo tempo nem podem ter a mesma idade mínima.

Então, chamo à atenção porque eu acho que não houve esse olhar não só para quem trabalha em ambiente insalubre, mas para as mulheres e homens deste País... E nós temos vários aqui cadeirantes, temos pessoas que andam com dificuldade e que não viver o tempo suficiente, se permanecerem com esse mesmo tempo de contribuição e a idade mínima que está proposta nesta PEC.

Eu queria chamar a atenção dos colegas, porque, por mais que haja os motivos mostrados aí para se fazer essa reforma, Simone, não podemos dizer a essas pessoas: "Vocês vão ter que contribuir mais, mesmo que não vão viver mais, para fazer economia para a previdência". Isso é cruel.

Obrigada, Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos à Senadora Zenaide.

O último orador inscrito é o Senador Paulo Paim.

Em no máximo dez minutos, estaremos começando a votação do relatório do Senador Tasso Jereissati nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidenta Simone Tebet, Senador Relator, Tasso Jereissati, agradeço a V. Exa.

Eu fui o primeiro a falar com o voto em separado, e V. Exa. me deixou para o encerramento, onde eu quero fazer o destaque de alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como disse a Senadora Zenaide, ela se debruçou sobre as pessoas com deficiência, e eu vou insistir, nesta última fala, nas aposentadorias daqueles que atuam em área insalubre, penosa e periculosa. São milhões de trabalhadores em todo o País.

Quando a Câmara reconhece que eles não podem ficar expostos a áreas em condições de trabalho que prejudicam a sua saúde, sejam 15, 20 ou 25 anos, não há como vincular a idade. Como é que se explica para quem está nos assistindo neste momento – repito, são milhões de pessoas no Brasil – que só se pode ficar, no caso do metalúrgico, por 25 anos em área insalubre ou penosa e que só pode se aposentar com 60 anos de idade?

Não cola. Não fecha. É uma conta que não tem sentido. Eu dou até como exemplo: começou a ser metalúrgico com 20 anos; com mais 25, 45. Ele só pode se aposentar com 60! Não dá certo essa conta.

Vamos pegar os próprios professores, dos quais não falei aqui também, que é algo semelhante: no caso do professor, vão faltar dez anos!

Por isso que a emenda que inúmeros Parlamentares apresentaram desvincula, quando é área insalubre, penosa e periculosa, da idade. Daí, sim, reconhece-se que, se ficar um período "x", como diz a lei, em áreas de alto risco, ele não pode... Atinge uma coisa ou atinge a outra: ou ele atinge o tempo de contribuição, ou atinge a idade. A idade ele não vai atingir, porque vai morrer antes.

Por isso, Presidenta, que eu quero refletir mais sobre esse tema. Por isso que eu entendo que nós não temos que ter pressa, muita pressa, pressa, pressa... Não sou contra que a reforma tenha que sair, mas quanto a alguns detalhes, como esse, que não são só detalhes, pois estamos falando da vida de milhões de pessoas, é preciso aprofundar o debate.

O Senador Flávio Arns falou muito bem da aposentadoria por incapacidade permanente. O que é a seguridade social? É um seguro que eu faço. Eu não programo o dia e a hora em que eu vou ter um tipo de acidente, seja com carro ou seja, como aqui foi dito e eu repito, por um AVC, por um infarto. Eu não posso programar. Como eu não posso programar...

E esse segundo diz: se, nesse período, você tiver esse tipo de acidente, você se aposentará com salário integral. A nova reforma diz, vinda da Câmara, que, uma vez promulgada, você vai se aposentar somente com 60%.

Eu me referi aqui: pode ter cinco anos, pode ter dez anos, pode ter 15 anos, pode ter 20 anos de contribuição, só vai ser 60%, e da média rebaixada, que pode resultar na metade. Nesse caso, o viúvo ou a viúva que iria receber 4 mil vai receber 2 mil. Agora em novembro. Agora em novembro!

Sra. Presidenta, eu estou muito, muito preocupado com alguns pontos, que estou destacando aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma linha é que, hoje, tanto o trabalhador da área privada como o servidor público se aposentam, com as 80 maiores contribuições. São 80% das maiores. Ali em novembro, ou, se quiser, ainda em outubro, se ela for promulgada em outubro, acabou: vai ser a média de toda a vida laboral, de 1994 para cá. O que que significa? Poderá ter um prejuízo, só que de 10%, de 20%, de 30% e de 40%. Tudo depende de como é que foram os primeiros salários dele.

Eu, por exemplo, comecei a minha vida laboral com o Senai. Naquele tempo, comecei com meio salário mínimo. Claro que naquela época. Depois, passei para um salário mínimo. Depois, já como metalúrgico, eu ganhava acima de cinco salários mínimos. Então, calculem!

E, claro, hoje, se eu fosse olhar para esses trabalhadores, eles teriam, numa situação semelhante à minha, uma redução enorme no seu salário. O que eu acho que teríamos que ter seria, no mínimo, uma regra de transição para não permitir que aquele que está apto a se aposentar, agora em novembro – faltam dois; fala-se muito em dois anos; falta um ano, falta um mês, falta um dia –, ele pega a regra geral, a chamada média rebaixada.

Ainda, Sra. Presidenta, vou ficar no tempo que eu tenho, eu quero insistir, sim, com o abono salarial, porque inúmeros Senadores falaram, e quero falar outra vez, é em torno de 13 milhões de pessoas pobres que ficam na faixa de R$1,4 mil – eu vou arredondar aqui – a R$ 2 mil que não terão direito mais a esse abono. O que é esse abono? Por que se criou esse abono? Criou-se esse abono de um salário mínimo para que as pessoas mais pobres tivessem pelo menos o correspondente a um salário mínimo, durante o ano, para melhorar, eu diria, como eu disse antes, a sua qualidade de vida. Aí não é nem qualidade de vida; é uma janta na noite de Natal, ou no primeiro do ano, ou, como a gente fala, para comprar alguns brinquedos para as crianças ou mesmo os livros para o colégio.

Enfatizei e repito: não é justo que quem ganha menos que um salário mínimo, porque entrou na história da reforma trabalhista, que é o contrato intermitente, tenha que pagar a sua parte e a parte do empregador, se ele, no fim desse período de um mês, não tenha assegurado o vencimento dele de um salário mínimo. Se ele recebeu meio salário mínimo, que é bem provável, ele vai ter direito – vai ter direito, não –, vai ter o dever, se quiser manter a previdência, de pagar o percentual do emprego e do empregador.

Por fim, Sra. Presidenta, a conversão do tempo especial em comum. Isso que eu digo: essa reforma prejudica o passado, o presente e o futuro. Como é que nós vamos explicar para os senhores e senhoras como o povo da Argentina não conseguiu explicar com a reforma que fizeram lá e por isso estão perdendo as eleições? É como se fosse primeiro e segundo turno. Simbolicamente já perderam, o Macri já perdeu e vai perder uma diferença maior no segundo turno. Não conseguem explicar como é que, com um direito assegurado por lei, você faz uma lei agora para dizer: "Não, aqueles 40% a que você tinha direito, porque já tem 10, 15, 20 anos na especial, que poderia se for 10, 14, 20, 28 anos, desaparecem". Ele perde os 8 anos e não vai poder se aposentar com certeza absoluta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu nem estou falando aqui, neste momento, especificamente da periculosidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Essa é mais cruel ainda. Eles proíbem quem trabalha em linha de alto risco – vou repetir, vigilante, guarda de trânsito, guarda municipal, eletricitário, quem trabalha com explosivo ou produtos químicos –, nessa área da periculosidade, não vai ter direito mais a nada.

O camarada se projetou – 20 milhões de pessoas; eu venho dessa área –, ele se projetou para se aposentar no fim do ano. Vai chegar ao fim do ano agora, vai se aposentar? Não vai. Só quando completar 40 anos de contribuição, se ele quiser manter o princípio da integralidade, e que não será integralidade, que não serão os 80% maiores; será a média de toda a vida laboral. Nunca vai conseguir receber o correspondente àquilo que ele teria assegurado pela lei atual. E não é só vigilante, é eletricista, são inúmeros os setores que estão prejudicados.

Então, a gente faz uma emenda supressiva, só garantindo que ali onde está escrito que é proibido – estou resumindo aqui – se aposentar em área periculosa, de periculosidade, baseado nos 25 anos, voltará a ficar como a lei atual. Presidente, esse é o apelo que eu faço.

Termino aqui nesse um minuto apenas dizendo que eu estou há muito tempo nesta Casa. Eu entrei aqui na Constituinte, há 33 anos. Agradeço muito ao povo gaúcho e ao povo brasileiro que me manteve aqui. Não sou mais candidato a nada, a nada! Estou dedicando a minha vida, nesses últimos oito anos, a defender causas em que eu acredito. E essas aqui, que listei aqui, e tantas outras eu realmente acredito que são uma enorme injustiça da forma em que estão. É inexplicável! Não há como explicar, depois que essa reforma acontecer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e as pessoas forem procurar o seu benefício e perceberem que, em vez de 2 mil, terão 1,2 mil. E nós sabemos, porque eu vim de lá. Eu vim de lá, como muitos aqui vieram também. Eu sei que muitos aqui ganharam um, dois salários mínimos. Eu não tenho vergonha de dizer que, quando era menino, eu recolhia banana e laranja para comer. Eu não tenho vergonha de dizer, não! E meu pai e minha mãe trabalhavam e ganhavam salário mínimo. Havia um amigo nosso que tinha uma pequena feira livre, e aquilo que ele botava fora nós aproveitávamos.

Por que eu dou esse exemplo? Calculem o que significam R$800 na vida de quem ganhava dois... No nosso caso, era pai e mãe que ganhavam salário mínimo, e nós éramos em dez. Se tirassem dali R$800, correspondente ao exemplo que estou dando, isso significava a metade do vencimento. E aí, como é que se vive? Como é que se paga luz, como é que se paga água? Como é que se mantêm as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crianças no colégio? Colégio público, naturalmente, mas como é que se compra livro? Como é que se compra o chinelo de dedo? Eu sou do tempo do tamanco. Como é que se compra? Não há como!

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como é que se compra um lanche para ir para a aula? É isso que está em jogo neste momento.

Eu sei que as emendas supressivas, Senador Tasso Jereissati, não fazem a matéria voltar. Por isso, eu vi que a maioria das emendas, entre uma PEC e outra – e uma depende da outra –, foram quase 700 emendas. Houve quase 700 emendas apresentadas, mostrando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que é uma vontade dos Senadores e Senadoras alterá-la. Não é nem de voltar para a Câmara. Sinto que a ampla maioria apostou em emendas supressivas.

Eu ainda peço e faço um apelo a todos os senhores e às senhoras para que se debrucem sobre as emendas supressivas aqui e no Plenário. Eu sei que agora vamos entrar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... no tempo dos destaques.

Eu estou usando o tempo e vou concluir – em um minuto eu termino, ou nem em um minuto – porque eu sei que no destaque outros Senadores defenderão.

Eu aproveitei este momento para defender os destaques que, tenho certeza, serão votados aqui e no Plenário. Eu sei que não vão mudar todos os destaques que que levantei e defendi, sei que há possibilidade de alguns destaques serem aprovados pelo Senado da República.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senador Paulo Paim.

Declaro encerrada a discussão.

Antes de colocarmos em votação, passo a palavra ao Relator para suas considerações finais, esclarecimentos e respostas a requerimentos verbais e escritos que chegaram a esta Mesa.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati para suas considerações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu vou tentar ser breve porque sei que nós vamos – e espero – ter uma discussão longa ainda no Plenário desta Casa hoje à tarde, mas eu gostaria de passar a limpo – vamos dizer assim – alguns dos pontos rapidamente colocados aqui.

Eu queria falar sobre a reforma da previdência e o princípio de que ela vai resolver todos os problemas. Não é essa a nossa visão, nem, como disse o Senador Eduardo Braga, aqui estamos com a final resolução dos problemas. Este é apenas o início de uma caminhada, de uma série de medidas que têm de ser tomadas para retomar o crescimento e retomar o emprego neste País. Isto é muito claro, e eu queria deixar claro também ao espectador que esteja nos assistindo: não existe nenhuma expectativa de que isto aqui seja uma panaceia e resolva todos os problemas. Não vai, mas vai abrir a porta para que nós possamos começar a caminhar.

Há um ponto que foi levantado aqui em torno do qual acho que há uma certa confusão. É que esse dinheiro economizado, esse falado 1 trilhão que vai ser economizado da previdência, significaria um recuo da economia, porque esse dinheiro sairia de circulação. Isso não é bem assim. Por quê? Esse dinheiro economizado da população, em não sendo economizado em dez anos, significa que nós teríamos que vir com mais impostos para pagar as despesas. Isso é um déficit, o déficit tem de ser pago em algum lugar por alguma pessoa, e a única maneira seria cortando mais gastos em outros lugares ou criando mais impostos, que, de qualquer maneira, seriam tirados de circulação. E esse dinheiro não está em circulação. Para ser bem claro: ele não existe, ele não está em circulação.

A reforma da previdência, do jeito que o déficit da previdência caminha... Caminha em passos gigantescos – alguém aqui levantou esses dados –, e eu só queria lembrar que, em alguns anos, nós não vamos ter dinheiro para investimento, todos os recursos do orçamento federal seriam para pagar as despesas obrigatórias, dentre elas, a mais importante e a que mais cresce, a da previdência.

Portanto, aquilo de que nós precisamos para a educação... Algo que é unânime aqui entre todos os Senadores, de todos os partidos, de todas as tendências é que educação é fundamental para que a gente possa transformar o trabalhador brasileiro com acesso realmente ao emprego moderno. Nós não teríamos dinheiro para a educação... E o pior: o grande gerador de emprego imediato...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – ... provado e comprovado ao longo dos últimos anos e até da nossa experiência como administradores públicos, é o investimento público. Já no ano que vem, o investimento público vai ser ridículo, praticamente perto de zero. Se nós continuarmos com esse déficit da previdência, nós não vamos ter investimento público nos próximos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria lembrar, quando se fala aqui no abono salarial, que nós substituímos – parte do recurso daqueles trabalhadores que ganham até R$1,3 mil, que continuam recebendo o abono; dos que ganham acima, evidentemente, que o intuito, Senador Paim, desses recursos é para a pobreza – por uma excelente proposta feita pelo Senador Alessandro Vieira, que está aqui, com inspiração de projeto já feito na Câmara Federal, que é uma proposta de um sistema de proteção à criança pobre, focado justamente – nós falamos lá e falamos aqui – em idosos, que é uma preocupação sempre constante do nosso querido Senador Flávio Arns; e nós entendemos e admiramos sua obsessão, não só com os pobres quanto com os deficientes, mas nós não estamos falando da criança. E esse projeto visa a colocar justamente esses recursos focados na criança pobre brasileira, e está à disposição dos senhores que queiram apreciar.

Eu gostaria aqui... Uma questão que foi bastante levantada aqui é a questão de que os mais pobres são aqueles que vão pagar a conta. Não é isso que mostram os números. Os números não demonstram isso, demonstram justamente o contrário. Eu tenho aqui alguns dados – já li, ao ler a minha proposta – de que os números demonstram justamente o contrário. O impacto por segurado da previdência – vejam bem, esse número é importante – é sete vezes maior para os servidores públicos do que para os trabalhadores do INSS. Com isso, eu quero dizer que a grande maioria dos empregados de salário mínimo são os trabalhadores de INSS. Na conta... Esse é um número calculado pelo pesquisador Carlos Góes, da Universidade da Califórnia, em San Diego. O impacto é zero para os mais pobres, o esforço é nulo para os que usufruem da aposentadoria rural. Lembrando que aposentadoria rural, Senador Maranhão, Senadores do Nordeste aqui, Senador Weverton, é o grande volume de aposentadoria em nossos Estados.

Para o Funrural e para o BPC, é zero o impacto. E nós estamos falando justamente da faixa de renda mais baixa da população. Eu enfatizei e volto a enfatizar que toda a nossa preocupação, durante todos esses estudos que nós fizemos, foi em livrar, ao máximo possível, aqueles que fazem parte da faixa de renda mais baixa da população.

Estamos fazendo até, em alguns momentos, uma proposta de troca na PEC paralela. E sei que alguns Senadores aqui – o Senador Weverton em particular – não acreditam na PEC paralela. Eu queria dizer o seguinte: a PEC paralela só depende de nós, de mais ninguém. Quem vai votar ou não a PEC paralela somos nós. Se nós estamos dizendo que não acreditamos na PEC paralela, é porque nós não acreditamos em nós mesmos e, assim, a nossa autoestima está muito em baixa realmente. Nós precisamos levantar a nossa autoestima aqui nesta Casa.

Finalmente, eu tenho muitos números para dar. Um número importante aqui... E quero ressaltar que sei que tem relação com população e renda também, mas só para mostrar o seguinte: os Estados mais ricos serão os mais impactados. O primeiro Estado mais impactado é São Paulo; o segundo Estado mais impactado é Rio de Janeiro; o terceiro Estado mais impactado é Rio Grande do Sul; o quarto Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais impactado é Paraná; o quinto Estado mais impactado é Santa Catarina; depois vem Bahia. Por exemplo, o Amazonas, do nosso querido Senador Eduardo Braga, tem uma participação apenas, no impacto da reforma, de 0,5%; o Maranhão, de 0,7%; o Ceará, de 2,1%. Vou reler aqui. Estou comparando São Paulo, 33%; Rio de Janeiro, 12%; Minas, 11%; Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina... É proporcional ao PIB; portanto, é proporcional aos Estados mais ricos.

Então, é essa demonstração... Não é verdadeira essa afirmação de que ela impacta sobre os mais pobres. Ela impacta diretamente sobre os mais ricos. Não existe nenhuma faixa de população, quando pegam as mais pobres, que é o BPC, que é o pobre do pobre, porque esse é aquele que não tem sindicato, não contribuiu para o INSS, não contribuiu para nenhum tipo de previdência...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Serviço público *versus* iniciativa privada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Serviço público *versus*... Eu vou lhe dar um número aqui *per capita*: o impacto do segurado da previdência do regime próprio é sete vezes maior do que o segurado do INSS – sete vezes maior. Então, é preciso que a gente tenha muito cuidado ao falar sobre pobreza, sobre riqueza, sem a gente atentar, com muito cuidado, com muito zelo, para os números que estão aí. E o nosso propósito no nosso projeto foi este: evitar qualquer impacto maior sobre os mais pobres, transferindo para aqueles que seriam de uma faixa maior de renda – não digo nem ricos, mas de faixa maior de renda da população.

Era isso que eu queria colocar. Estou tentando resumir os grandes pontos que foram discutidos, já que nós teremos oportunidade hoje à tarde, espero, no Plenário, para continuar essa discussão.

Muito obrigado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Tasso Jereissati.

Com a palavra pela ordem o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Como nós vamos partir para a votação e, em seguida, os destaques, a senhora poderia só nos dar qual é a sequência para votação deles?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou fazer o encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Para a gente poder organizar as bancadas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro!

Esta Presidência informa aos colegas, Sras. e Srs. Senadores, que há sobre a mesa seis requerimentos de bancada, nos termos regimentais. Não há necessidade de votar, eles estão todos prontos para serem deliberados neste momento.

Da Bancada do Podemos, para votação em separado, as Emendas 505 e 536; da Bancada do PT, para votação em separado, a Emenda 521; da Bancada do PROS, para votação em separado, a Emenda 522; do PDT, para votação em separado, a Emenda 555; e da Bancada da Rede, para votação em separado, a Emenda 560.

Esta Presidência esclarece, nos termos do art. 300, inciso XVII, que só podemos colocar em votação os requerimentos cujos Líderes ou Vice-Líderes se fazem aqui presentes. Neste momento, a Presidência vai colocar em votação o relatório, ressalvadas as emendas destacadas, que foram esses seis requerimentos ou essas seis emendas de bancada.

Vou iniciar agora a votação, que é simbólica, porque não houve acordo em nenhum outro sentido. Obviamente é possível pedir verificação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório, ressalvadas as emendas destacadas, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Verificação, Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Verificação, Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Verificação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou primeiro contar aqui os votos.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado o Relatório, ressalvados...

Eu vou pedir já para abrir o painel, porque já houve pedido de verificação, com apoiamento, pelo que eu vi, de mais de três Sras. e Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta Presidência solicita à Secretaria da Mesa que abra o painel de votação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Quem vota com o Relator vota "sim", não é, Sra. Presidente?

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Quem vota com o trabalhador vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que estamos votando o relatório do Senador Tasso Jereissati, que é favorável à PEC nº 6. Portanto, as Sras. e os Srs. Senadores que quiserem votar favoravelmente à PEC, acompanhando o relatório do Senador Tasso Jereissati, votarão "sim". Aqueles que são contrários à PEC e, consequentemente, ao relatório do Senador Tasso Jereissati, votarão "não".

O painel já está aberto, já temos 14, 16, 17 Sras. e Srs. Senadores que já votaram.

Continua em votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Rede encaminha o voto "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rede encaminha voto "não".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – PDT, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PDT, "não".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – PT, "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Progressistas, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Progressistas, "sim".

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Republicanos, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Republicanos, "sim".

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – PT, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PT, "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – PSDB, "sim".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sra. Presidente, o PSB...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSDB, "sim".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – PSB, "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSB, "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – MDB, "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – MDB, "sim".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – PSL, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSL, "sim".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Governo, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Governo, "sim".

Estamos aguardando apenas um...

Aí! Vinte e cinco Sras. e Srs. Senadores já votaram.

Falta um do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil; PSD, faltando um voto; do Bloco Parlamentar Vanguarda aguardamos mais dois votos. (*Pausa.*)

Estamos aguardando apenas a votação da Bancada do PSD, aguardando apenas dois votos. (*Pausa.*)

Aguardando apenas... Não; encerrado, porque, como Presidente, eu não voto.

Esta Presidência consulta... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ah, é que o Senador Angelo Coronel, como titular, poderá votar e substituir o voto do Senador Sérgio Petecão. Vamos aguardar o voto do Senador Angelo Coronel para encerrarmos a votação. (*Pausa.*)

Eu solicito ao Senador Angelo Coronel que possa mudar de computador para que possamos declarar encerrada a votação.

Aguardando... (*Pausa.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Flávio, lembre-se de que o seu pai passou 28 anos votando "não". Não vá fazer o contrário! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil completo; Bloco Parlamentar Senado Independente, da mesma forma; PSD; Bloco Parlamentar da Resistência...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Encerrado. Concluímos com 27 Sras. e Srs. Senadores.

Esta Presidência declara encerrada a votação e pede a Secretaria que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 17 Senhoras e Senhores Senadores; NÃO, 09.

Nenhuma abstenção.

Portanto, o relatório está aprovado, ressalvadas as emendas destacadas por 17 votos SIM, 09 votos NÃO.

Passemos agora à votação nominal, por acordo de Líderes, de seis emendas destacadas.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que, nos termos regimentais, é necessária a presença do Líder. Excepcionalmente nesta reunião, aceitaremos a assinatura do requerimento de Vice-Líder, conforme combinado com a Bancada dos Trabalhadores, mas esclarece ainda que, também por acordo, será encaminhamento um a favor e um contra por três minutos. Nós temos seis destaques e quatro com presença de Líderes ou Vice-Líderes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passemos agora à votação da Emenda 521, destacada pela Bancada do PT, que é votação nominal.

Para encaminhar favorável esta Presidência consulta a Bancada quem fará o encaminhamento por três minutos favorável à emenda.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Rogério.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É porque na ordem eu não quero prejudicar o requerimento do Podemos. Se eu proclamar aqui e não houver Líder, as emendas ficam prejudicadas. Vou deixar por último. Então, na sequência, nós temos que colocar a votação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. pode declinar só a sequência?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A sequência eu disse antes: é a votação da Emenda 521, do PT; 522, do PROS, 555, do PDT; 560, da Rede.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho para encaminhamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para encaminhar.) – Primeiro, eu queria cumprimentar o Senador Tasso Jereissati e cumprimentar V. Exa., a Presidente da Comissão.

Esta emenda, Presidente, visa corrigir a injustiça com aquele que, por desventura na vida, por algum tipo de acidente ou por alguma condição que não é da vontade da pessoa, fica inválido.

E essa pessoa, no dia seguinte, após a promulgação da reforma da previdência, passa a receber 60% do... Se tiver até 20 anos de contribuição o homem e 15 anos a mulher, passa a receber 60% do benefício. Então, uma pessoa que está numa condição de saúde pior, uma pessoa que terá dependência, terá um recebimento menor do que uma pessoa numa condição melhor.

Hoje, essa pessoa receberia 25% a mais, além do valor que recebe da pensão quando acontece um evento dessa natureza, para auxiliar essa pessoa a se cuidar e a se manter. Portanto, a proposta da emenda é de que a gente diminua o dano a essas pessoas que mais precisam do Estado, que mais precisam da solidariedade. E num sistema de seguridade onde a base deveria ser a solidariedade, nós deveríamos trabalhar a ideia de acolher essa emenda, porque ela está focada no sentido da solidariedade àqueles que mais precisam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, fica aqui a nossa defesa. Então, uma pessoa que receberia R$2 mil, se tem 15 anos de contribuição, vai receber R$1.080,00 após a promulgação. Então, isso é uma redução de quase 50% do vencimento dessa pessoa, que passa a ter uma condição muito pior para tocar sua vida: sem autonomia, com menos recursos e mais dependente.

Portanto, fica aqui o apelo aos Srs. e às Sras. Senadoras para que a gente possa restabelecer essa condição mínima de melhorar um pouco a autonomia para alguém que, por alguma razão, a vida não foi favorável. A gente piorar essa situação eu acho que é muito cruel.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Obrigado, Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Rogério Carvalho.

Para encaminhar, contrário à Emenda 521, Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Sr. Senador Tasso Jereissati, eu quero cumprimentar ambos pelo trabalho desenvolvido.

Solicito, Sra. Presidente, antes de formular aqui os meus argumentos, que se abra o painel de votação, para que pudéssemos ter celeridade nessa apreciação dos destaques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente. Com toda permissão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Senão eu vou concluir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pediu a abertura?

Esta Presidência consulta as Sras. e os Srs. Senadores se abriríamos o painel enquanto houver o encaminhamento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente. Com toda consideração e respeito ao Líder...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Três minutos. Três minutos, Senador Fernando Bezerra.

Não houve acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Reponha o meu tempo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Será reposto.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – O Brasil gasta 14% do seu PIB com previdência e parte da assistência e continua se mantendo como um dos países com elevada e inaceitável desigualdade exatamente porque a sua principal transferência de renda tem componentes regressivos.

Atualmente 47% da renda previdenciária no Brasil é recebida por 15% dos mais ricos da população.

O déficit crescente da previdência social é financiado por recursos oriundos dos impostos pagos pela população, que recai sobretudo sobre o consumo dos mais pobres.

Esse destaque, Sra. Presidente, determina que o percentual de cálculo da aposentadoria por incapacidade seja de 100% em todos os casos. Hoje, a aposentadoria por invalidez já é proporcional ao tempo de contribuição para os servidores. Na maioria dos países, o benefício não é integral. Nos casos de acidente de trabalho, a PEC já garante 100%; a PEC paralela garante um adicional de 10% para acidentes de qualquer natureza; a lei hoje já garante um adicional de 25% para o aposentado por invalidez grave que precisar de cuidador e isso está sendo mantido pela PEC.

Nesse sentido é que o Governo encaminha o voto contrário ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço e vou colocar em votação a Emenda nº 521 da Bancada do PT. Vou esclarecer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Questão de esclarecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos esclarecer...

Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – O Senador Fernando Bezerra disse que estão mantidos os 25%, mas a lei fica abaixo, a PEC é...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – A lei já garante o adicional de 25%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas a PEC muda.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – A lei já garante isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A PEC reduz, Fernando.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Por invalidez grave já há um adicional de 25%.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência vai colocar em votação a Emenda destacada nº 521, da Bancada do PT. Vamos esclarecer. Quem vota favorável à emenda da Bancada do PT, contrária ao relatório, vota "sim". Quem vota contrário à emenda e a favor do relatório vota "não".

As Sras. e os Srs. Senadores já podem... Eu peço à Secretaria que abra o painel.

Isso, vamos abrir o painel e pedir aos Líderes que orientem as suas bancadas.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – Sra. Presidente, a Rede vota "sim" para assegurar minimamente esse direito aos trabalhadores. A Rede apoiando...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Rede encaminha voto "sim"?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Encaminha o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Governo, "não".

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – PSL, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSL, "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – MDB, "não", Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – MDB, "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Progressista, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Progressista, "não".

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Republicanos, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Republicanos, "não".

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Para orientar a bancada.) – PSDB, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSDB, "não".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – PSC, "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSC, "não".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – PDT vota a favor dos trabalhadores, vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PDT, "sim".

Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para orientar a bancada.) – PSD vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSD, "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSB, "sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Depende dos colegas, Senador Paim. Vamos torcer para que V. Exa. tenha o seu voto computado. (*Pausa.*)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil completo.

Bloco Parlamentar Senado Independente completo.

PSD completo.

Aguardando um voto do Bloco Parlamentar PSDB e aguardando um voto do Bloco Parlamentar Vanguarda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Completo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Completo.

É que o Senador Roberto Rocha estava tentando votar, e não conseguiu.

Faltando um.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Como a Oposição tem compromisso com a sessão, nós queremos ser os mais rápidos possível, então, celeridade. A senhora pode encerrar, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência, então, consulta às Sras. e aos Srs. Senadores titulares se todos já votaram, porque temos alguns votos de suplente. Se já votaram, dou por encerrada a votação.

Peço à Secretaria que abra o painel para proclamarmos o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram NÃO, 15 Sras. e Srs. Senadores; votaram SIM 10 Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, está rejeitada a Emenda nº 521.

Votação da Emenda nº 522, destacada pela Bancada do PROS.

Esta Presidência consulta o líder para saber quem irá encaminhar favorável à emenda.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A Vice-Líder aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Zenaide Maia com a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, todos os colegas que estão presenciando, vocês todos, quero dizer o seguinte: na verdade, essa PEC acaba com as aposentadorias especiais, como eu venho dizendo. Quem descobriu insalubridade para trabalhador foi a ciência. É provado que as pessoas, os seres humanos, em ambientes insalubres, como quem trabalha em minas, como quem trabalha na saúde, exposto a bactérias, vírus, muitas vezes, como cientistas... A ironia disso tudo é que eles estão lá tentando descobrir uma nova vacina, um novo antibiótico para prolongar a vida da gente e dos nossos descendentes. E aí, periculosidade, gente, como os vigilantes...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a atenção, por favor, dos colegas. A Senadora Zenaide está encaminhando o voto favorável à emenda destacada.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Periculosidade: isso não somos nós que estamos criando aqui, isso aqui não é inventar a roda. A ciência prova que as pessoas que trabalham em ambiente com periculosidade, como vigilantes, mineiros, eletricistas de alta tensão, pessoas que trabalham em ambientes insalubres – essa palavra "insalubre" é como se fosse uma novidade aqui –, é provado que essas pessoas precisam se aposentar com menor tempo de trabalho, e a idade mínima não é para haver, na grande maioria.

O que essa PEC está fazendo é acabando com a aposentadoria especial, que foi descoberta ao longo dos anos. Não estou querendo que ninguém acredite em Zenaide. Acreditem na ciência.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Porque foi a ciência que comprovou que quem trabalha em ambiente insalubre ou com periculosidade tem que se aposentar antes. Por isso a orientação é a favor da Emenda 522.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Zenaide.

Esta Presidência solicita do Líder esclarecimento sobre quem vai encaminhar contrariamente à emenda. É V. Exa.? V. Exa. tem a palavra, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse destaque 522 do PROS trata da conversão de tempo especial em comum. Pretende suprimir o §2º do art. 25 da PEC, garantia de conversão de tempo especial em comum, mesmo após a PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC está acabando com a contagem de tempo ficto. A aposentadoria especial visa a proteger a saúde do trabalhador. Se ele não ficou tempo suficiente na atividade, não faz sentido ter aposentadoria especial. A contagem de tempo ficto contribui para o desequilíbrio da previdência e para a judicialização. Precisamos de um sistema previdenciário sustentável, com regras claras e objetivas para todos.

Queria lembrar, Sra. Presidente, que toda votação aqui é muito importante, porque com qualquer decisão que seja tomada nesses destaques, a matéria será remetida ou poderá ser remetida à apreciação da Câmara.

No caso específico, eu quero lembrar que, neste mês de agosto, a dívida pública brasileira atingiu seu patamar recorde: quase 80%, e isso é porque o déficit previdenciário vem num crescente. Aqui muito se justificou e muito se falou sobre a necessidade de proteger as camadas mais vulneráveis, e nós concordamos com isso, mas nós precisamos proteger a sustentabilidade da previdência brasileira.

Nós assistimos à situação colocada em outros países como a Grécia, como Portugal, que, tendo em vista os déficits crescentes, a dívida pública crescente, terminaram mergulhando num caos social. Acho que o Senado da República está tomando uma atitude responsável para que a gente possa corrigir os desequilíbrios da previdência.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Nós não vamos zerar o déficit da previdência. A previdência continuará produzindo déficits. O que nós vamos dar é uma sustentabilidade à previdência e abrir espaço para a retomada do crescimento econômico. Portanto, o Governo recomenda o voto "não" a esse destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência solicita à Secretaria que abra o painel de votação e vai esclarecer: quem quiser votar favoravelmente à emenda destacada, contrariamente ao relatório, vota "sim". Aqueles que queiram rejeitar a emenda e acompanhar o relatório do Senador Tasso Jereissati votam "não".

Esta Presidência solicita aos Líderes que encaminhem a votação.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – O PSL vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSL "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede vota "sim", Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rede "sim".

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para orientar a bancada.) – Democratas "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Democratas "não".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para orientar a bancada.) – PT vota "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PT "sim".

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para orientar a bancada.) – Republicanos "não". **A SRA. SIMONE TEBET** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Republicanos "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para orientar a bancada.) – Progressistas "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Progressistas "não".

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA. Para orientar a bancada.) – PSDB "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSDB "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – O MDB "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – MDB "não".

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para orientar a bancada.) – PSC "não".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSC "não".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para orientar a bancada. *Fora do microfone*.) – PSB "sim", Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSB "sim".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – PDT "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PDT "sim".

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidente consulta se... Nós já temos quórum absoluto. Esta Presidência consulta os titulares se todos já votaram...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, se todos já votaram para não haver voto...

Então, esta Presidência vai declarar encerrada a votação. Vamos proclamar o resultado. Vamos proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram NÃO 15 Sras. e Srs. Senadores; 11 Sras. e Srs. Senadores votaram SIM.

Portanto, está rejeitada a Emenda nº 522, destacada pela Bancada do PROS.

Votação da Emenda 555, destacada pela Bancada do PDT.

Para encaminhar, favorável à emenda destacada, o Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para encaminhar.) – Sra.. Presidente, o...

Sra. Presidente, eu gostaria que me fosse assegurado o direito de falar.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa., Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para encaminhar.) – Atualmente o abono salarial é assegurado aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos. A PEC 6 mudou esse recebimento para aqueles trabalhadores considerados de baixa renda que percebem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como remuneração salário até R$1.364. Para o Governo, aqueles que ganham entre R$1,3 mil e R$2 mil... Vejam bem, Sras. e Srs. Senadores, os que ganham de R$1,3 mil a R$2 mil são considerados privilegiados pelo Governo, são os ricos. Treze milhões de trabalhadores deixarão de ter acesso a esse benefício, e isso tem um nome, Senador Flávio Bolsonaro: é desumanidade.

Hoje nós temos 23 milhões de trabalhadores no Brasil...

Não é possível, não é possível!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Weverton, V. Exa. pode parar de falar a qualquer momento em que se sentir prejudicado, e eu vou retornar o seu tempo.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para encaminhar.) – Eu vou parar, porque não é possível que nem os colegas Senadores e muito menos os assessores compreendam o que nós estamos discutindo aqui. Talvez...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então pedindo aos colegas Senadores, porque talvez ninguém aqui vá precisar do abono de R$2 mil no ano que vem – o abono salarial –, mas milhões vão precisar: são 13 milhões que aqui, se a gente não aprovar essa emenda, vão ser prejudicados.

Treze milhões de trabalhadores, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras. Nós não estamos falando aqui de cinco, de dez privilegiados de R$20 mil. Estamos falando é do trabalhador do salário mínimo, lá da ponta; é daquele que ganha R$1,5 mil; desse que, amanhã, quando estiver desempregado, se ele trabalhou só quatro meses no ano, terá, proporcionalmente, o seu recurso, o seu direito adquirido. Detalhe: isto aqui não era nem para ser matéria previdenciária; não era nem para estar nesta PEC esta tratativa. Isto aqui é ajuste fiscal.

Então, nós estamos aqui fazendo um apelo às Sras. e aos Srs. Senadores... No primeiro debate, nós empatamos aqui. Infelizmente, foi desempatado pela Presidência da Comissão, em nosso desfavor. Mas, desta vez, alguns colegas Senadores refletiram e já anunciaram para nós que vão nos acompanhar. O que eu gostaria de pedir a todos vocês, a todas as Sras. e aos Srs. Senadores, é que deem essa oportunidade a esses 13 milhões de trabalhadores que irão precisar desse abono. Isso é distribuição de renda, isso é justiça, isso é dignidade à classe trabalhadora.

Major Olimpio, no Estado de São Paulo, só no ano passado, cerca de 70% dos trabalhadores recorreram a esse benefício. Quatro milhões de trabalhadores, e eu sei que V. Exa. não irá negá-los agora. Quatro milhões em São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá, em Santa Catarina, nós estamos falando de um grupo grande também. São 72% dos atuais trabalhadores que são beneficiários desse programa. Nós estamos falando lá também de um número expressivo de trabalhadoras e trabalhadores.

Meu colega Líder, Roberto Rocha: no Maranhão, são 400 mil trabalhadores, 400 mil maranhenses que recebem abaixo de R$2 mil reais e que, lá, vão fazer rodar o dinheirinho lá em Balsas, lá em Vitória do Mearim, lá em Arari, lá naqueles Municípios pobres, que eles estão chamando de rico e privilegiado.

O que eu queria aqui pedir a todos os colegas Senadores é justamente essa participação. E o colega Senador que não puder acompanhar a nossa emenda, então, pelo menos se abstenha, pelo menos vote de forma neutra, mas não bote o dedo, a sua digital, contra esses 13 milhões de trabalhadores que precisam desse benefício.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço.

Para encaminhar, contrário à emenda, Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse destaque apresentado pelo Partido dos Trabalhadores, o Destaque 576, que trata do abono salarial, poderá ensejar uma perda, na potência fiscal da reforma previdenciária, de mais de R$76,4 bilhões. Portanto, eu chamo a atenção dos membros da Comissão de Constituição e Justiça para a importante votação que nós iremos realizar.

É importante também aqui afirmar que 59%, quase 60% dos potenciais beneficiários do abono não estão entre os 50% mais pobres do País. Um jovem de classe média com emprego formal de dois salários mínimos hoje recebe o abono, e ele pode ser filho de um pai que tem uma renda acima de R$10 mil. A PEC garante o abono a quem recebe até R$1.364, que é o conceito de baixa renda.

De 1994 para 2018, a despesa com o abono saltou de R$328 milhões para quase R$17 bilhões. É importante recuperar a razão do abono. É quando nós tínhamos uma inflação galopante e não corrigíamos o valor do salário mínimo pela inflação. Por isso que o abono foi implantado, introduzido na legislação brasileira. O fato é que a fonte de pagamento do abono está deficitária e sem recursos para qualificação e incentivo à contratação de jovens e de quem está fora do mercado há muito tempo.

Os mais pobres, que...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... é o que esta Casa procura preservar, estão desempregados, são 12,6 milhões de brasileiros ou, então, estão na informalidade, que é quase 41%. A proposta visa focar melhor os recursos do FAT para quem precisa de emprego.

Portanto, Sra. Presidente, o Governo solicita o apoio para o voto "não" ao destaque.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para encaminhar, pela Rede... Abriu o painel já.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é possível encaminhamento, é um a favor, outro contra.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, não; para orientar, sim.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só um minuto, só um minuto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas um esclarecimento por parte do Relator.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Como Relator.) – Só gostaria de deixar um esclarecimento aqui. Não é fato que a maioria dos trabalhadores mais pobres irão deixar de receber o abono. A maioria dos trabalhadores hoje, no Brasil, são informais – não a maioria; 40%, e está crescendo – e, portanto, não recebem o abono, e 12% são desempregados. Então, não é verdade.

Eu fiz como objetivo aqui, no sentido justamente de focar na população mais pobre a emenda do Senador Alessandro que cria uma prestação – a criança é o título da sua emenda –, prestação à criança vivendo em situação de pobreza. É um serviço no sentido de usar esses recursos, focando naquelas crianças mais pobres, filhos de desempregados, filhos de trabalhadores informais e, inclusive no campo, os trabalhadores do Funrural. Só um esclarecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência abre o painel...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente... Presidente, eu fui citado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... de votação...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Não, pela ordem, eu fui citado; eu preciso fazer aqui a réplica, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não foi citado, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Fui, fui! Ele me corrigiu.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas V. Exa...

Eu vou dar 30 segundos para V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Trinta segundos, ele me corrigiu.

(*Tumulto no recinto.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa. por 30 segundos, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu quero agradecer...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou apenas abrir o painel de votação para que os Senadores que já se sintam confortáveis, possam fazer o uso do seu direito ao voto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E já peço, depois da fala do Senador Weverton, que os Líderes já orientem suas bancadas.

Com a palavra V. Exa.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu sou membro. (*Risos.*)

Eu sou membro, Major.

Eu quero agradecer ao nosso Relator, porque ele está me ajudando aqui no argumento.

O trabalhador informal, Senador Jereissati, o desempregado já não recebe nada. É esse mesmo que precisa, porque ele trabalhou um pedacinho anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aqui dar a sugestão para as próximas, que são pautas, matérias que são realmente difíceis de defender: é melhor o Governo orientar logo um "não", porque a explicação de vocês, o "não" de vocês faz é piorar. É claro que piora!

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – É uma matéria desumana.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Oriente a sua bancada, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – A nossa orientação é "sim" à nossa emenda. E eu peço o voto dos colegas Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PDT orienta o voto "sim".

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu só queria esclarecer...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Senador Tasso, o senhor pode fazer justiça com os trabalhadores. Vote "sim", e a gente vai fazer uma correção enorme nesse relatório...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só um esclarecimento.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... dando direito ao abono aos trabalhadores brasileiros.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – O trabalhador informal e o desempregado não recebem abono.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – O Democratas orienta "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Orientação de voto.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Democratas, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Democratas, "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente... Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rede.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rapidamente. O Líder Fernando Bezerra fez um malabarismo na pirâmide rentária brasileira.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele vai precisar trazer para nós quem é esse filho de trabalhador que recebe R$30 mil e recebe abono salarial também.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como orienta a Rede, Senador Randolfe?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Democratas orienta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, obviamente, para manter a pirâmide rentária brasileira, em que esse a que o Senador Fernando Bezerra se referiu é o 1% mais rico, é quem está ganhando aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Para orientar a bancada, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e, para defender os demais, que são os 99%, a Rede encaminha o voto "sim", apesar do malabarismo na pirâmide rentária do Líder Fernando Bezerra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rede encaminha o voto "sim".

Democratas como encaminha?

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Democratas orienta "não". Houve um engano da minha parte, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Democratas orienta "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Progressista, "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Progressista, "não".

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu não estou conseguindo identificar a voz...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe, Senador Otto. Eu não estava conseguindo...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O MDB libera, Sra. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O PSD encaminha o voto "não", porque estão garantidos os R$1.364 do abono salarial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O PSD encaminha voto "não".

Alguma bancada ainda quer orientar?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PSDB, "não".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Quem vota com os trabalhadores, "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Veneziano.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O PT...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O PT encaminha voto "sim", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza dos colegas. Neste momento, eu não estou conseguindo ligar a voz à pessoa, porque muitos Senadores estão atrás e estão sendo prejudicados no levantamento da mão e no pedido de questão de ordem.

Senador Mecias, por favor, com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente, eu quero falar que o Republicanos tem acompanhado, em todos os votos aqui, a Liderança do Governo, mas eu quero pedir vênia ao Líder Fernando Bezerra para acompanhar, neste momento, o Líder Weverton. (*Palmas.*)

Vou votar com ele porque...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Sem manifestação, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – ... porque, Sra. Presidente, essa emenda prejudica 30% da população do meu Estado, 14 milhões de brasileiros. Eu não posso... Isso não será prejuízo para o Governo, mas será sim um prejuízo enorme para a população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Voto "sim", portanto.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – São pais de família que recebem até dois salários mínimos, meus colegas Senadores!

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – São 14 milhões de brasileiros, 30% da população de Roraima.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em votação. Faltam apenas dois votos para encerrarmos a votação.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sra. Presidente, o PSB vota "sim" e, nesta oportunidade, até para um registro...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O PSB orienta "sim".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Permita-me, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, claro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Nós queremos agradecer aqui o reconhecimento do Senador Eduardo Braga e do Senador Mecias de Jesus e as sensibilidades que ambos demonstraram.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa.

Continua em votação, aguardando apenas a votação de um Parlamentar; o cômputo da votação de um.

Já alcançamos? Pergunto se todos os Líderes... Desculpe. Pergunto se todos os titulares votaram.

Temos 26 e aguardamos um voto da bancada...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, houve uma ausência.

Podemos encerrar?

Declaro encerrada a votação e peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram NÃO 15 Sras. e Srs. Senadores; 10 votos SIM.

Portanto, está rejeitada a Emenda nº 555.

Votação da Emenda 560, destacada pela Bancada da Rede.

Para encaminhar a votação da Emenda 560, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, veja, primeiro, o seguinte.

Nós estamos questionando no debate aqui a vulnerabilização dos mais pobres, a mudança de direitos como estes que foram destacados e debatidos aqui ainda há pouco pelo Senador Weverton. Abono salarial...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu peço desculpa a V. Exa., vou repor todo o seu tempo.

Peço às Sras. e aos Srs. Senadores... Este é o último destaque com votação nominal. Nós já estamos na votação da Emenda 560, os outros dois destaques não têm Líder nem Vice-Líder presentes nem são membros desta Comissão. Portanto, não é possível pelo Regimento.

Emenda 560, destaque da Bancada da Rede. Para encaminhar, retornando os três minutos a que V. Exa. tem direito, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

O que eu ia dizendo, Presidente, é que, desses destaques todos que acabamos de apreciar, nenhum deles se refere ao topo do funcionalismo, por exemplo, ou se refere ao 1% mais rico. Todos esses destaques se referem àquela parcela mais pobre da população. Sim, nos referimos ainda há pouco, por exemplo, ao abono salarial, àqueles 12 milhões de desempregados, que já não têm emprego. Estamos nos referindo ao que se chama Regime Geral da Previdência Social.

Isso aqui é uma falácia, Sra. Presidente, dita pelo Governo! O Governo reza como se a previdência fosse uma só. Há três regimes: a previdência pública, a previdência privada – essa aí não tem profundas alterações – e o Regime Geral da Previdência Social. E foram estes destaques que foram derrotados agora: o abono salarial, destaque como este que nós, da Bancada da Rede, estamos apresentando, sobre o cálculo do valor do benefício.

Veja, Sra. Presidente, nós já estamos aqui, nesta PEC, lamentavelmente, ampliando a idade da aposentadoria; já estamos condenando os trabalhadores a, mesmo depois de contribuírem por 40 anos para sua aposentadoria, cinco anos a mais... Estamos colocando cinco anos a mais de contribuição do que estabelece a legislação atual, e a reforma alterará também o cálculo médio da massa salarial que esse trabalhador vai vir a receber.

Segundo dados do Dieese, o valor médio que os trabalhadores vão passar a receber a menos com o que nós vamos aprovar... Se este destaque não for aprovado, será de 30%, Sra. Presidente! Nós estamos condenando os trabalhadores brasileiros a trabalharem mais tempo para se aposentar e a receberem menos de benefício, é isso na prática. É por isso, Sra. Presidente, que estamos pedindo a atenção das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores a esse destaque que a minha bancada da Rede Sustentabilidade – que eu tenho muita honra em compartilhar com o Senador Fabiano Contarato, com o Senador Flávio Arns – estamos pedindo. Vejam, nenhum desses destaques apresentados pela oposição agora se referia a nenhum privilégio. Não estamos falando de todos. Ao contrário até do que o meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido, meu caro Líder Senador Fernando destacou ainda há pouco. Ele vai ter que trazer, Senador Weverton, Senador Fernando, para nós alguém que recebe abono salarial com mais de R$30 mil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... ou o filho de alguém que recebe abono salarial de mais de R$30 mil. Senador Fernando, esse caso específico vai ter...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que ser trazido para nós aqui para conhecermos. É um estudo de caso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é a isso que nós estamos nos referindo. Eu falo isso para concluir, Sra. Presidente. Nós estamos nos referindo a todas essas: a do abono, que acabou de ser derrotada, e essa que fala do valor médio do benefício salarial para aqueles que menos têm, são desses que nós estamos tirando, desses, não são dos grandes, não é do topo da cadeia alimentar, não é um centavo do 1% mais rico deste Brasil. Nós estamos aprofundando a desigualdade e tirando mais daqueles que menos têm.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Para uma questão de ordem, até para a gente ser orientado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por isso, peço o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Líder Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para questão de ordem.) – Sra. Presidente, eu estou aqui com a redação da Emenda 560, e surgiu uma dúvida de caráter técnico na elaboração da emenda, Senador Randolfe.

Pelo o que nós estamos entendendo no texto da emenda que está aqui, V. Exa. está propondo a supressão do caput e do §1º, portanto, a emenda que V. Exa. escreve transforma o §2º em caput, mas o texto é o seguinte: "O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a sessenta por cento da média aritmética definida na forma prevista no caput [que foi suprimido] e no §1º [...] [que foi suprimido].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão de ordem que faço a V. Exa. é se não há um erro na formatação da emenda, o que prejudicará a apreciação do destaque. Portanto, eu indago a V. Exa., porque nós estamos suprimindo o caput e o §1º, e transformando, numa emenda de redação, o §2º em caput de um artigo inexistente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, salvo melhor juízo, há precedente de apreciação dessa natureza, ainda nesta Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de ver o texto, mas, a princípio, se for uma emenda de redação posterior apenas colocando o parágrafo como *caput*, tirando a palavra *caput*, então, não haveria dificuldade na votação dessa emenda.

> Art. 26 O valor do benefício de aposentadoria corresponderá a sessenta por cento da média aritmética definida na forma prevista no caput e no §1º, com acréscimo de dois por cento para cada ano de contribuição que exceder o tempo de vinte anos de contribuição no caso: [...].

Esta Presidência indaga a V. Exa. se consegue agora, neste momento, fazer de pronto uma emenda de redação adaptando, sob pena de realmente prejudicar a votação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Além dessa questão, Sra. Presidente, o §3º vira o §1º suprimindo, portanto, os incisos do §2º. Portanto, há uma questão formal na redação da emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Randolfe, eu indago a V. Exa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para fazer oralmente a correção da redação, retirando o trecho: "definida na forma prevista no *caput* e no §1º".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E como é...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, Senador Randolfe, é que há uma outra questão. Além de ficar, salvo melhor juízo, sem...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O §3º...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... vinculação, o §3º é transformado no §1º, mas os incisos do §2º foram suprimidos também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com todo o respeito a V. Exa. – e V. Exa. sabe o quanto eu o respeito –, há um erro formal na elaboração da emenda, o que, na minha opinião, vai fazer com que a gente vote um destaque de forma prejudicada. Portanto, a questão de ordem ainda permanece.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que, em relação ao *caput* do art. 26, vejo que não haveria dificuldade.

Eu gostaria apenas de indagar a V. Exa. como é que ficaria, nessa sua reformulação oral, o §3º, sob pena realmente de ficar prejudicado o requerimento de destaque – ou apresentaria em Plenário com uma nova formulação. Não vejo dificuldade numa reformulação. Aí eu já não sei se pelo Regimento... Eu não posso falar pela apresentação de emendas destacadas no Plenário, apenas nesta Comissão.

Em relação ao *caput*, eu não veria problema, mas, em relação ao §3º, eu vejo aqui, a princípio, um vício insanável...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós vamos reapresentar em Plenário, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... Senador Randolfe, lembrando que eu não posso falar pelo Plenário se vai haver o acatamento ou não.

Portanto, está retirada a última emenda destacada.

Esta Presidência deixa de submeter à votação em destaque das Emendas 505 e 536, nos termos do art. 300, inciso XVII do Regimento Interno.

Vamos agora proclamar o resultado.

Agradecendo a todos e parabenizando os membros desta Comissão, agradecendo ao Relator, Senador Tasso Jereissati, esta Presidência declara aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário às emendas de Plenário, com as Emendas de Redação nºs 581 e 582, restando prejudicada a Emenda 374, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência vai declarar encerrada a presente reunião.

Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 60ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e quatro minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, José Maranhão, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Major Olimpio, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Leila Barros, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Izalci Lucas, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Marcos do Val, Rose de Freitas, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 60ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 2019 - Não Terminativo - que: "Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Jarbas Vasconcelos (MDB/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta nos termos da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 2 - Ofício "S" nº 38, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista concedida automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 3 - Ofício "S" nº 39, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Juíza do Trabalho FLÁVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA, para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ." Autoria: Tribunal Superior do Trabalho. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista concedida automaticamente, nos termos regimentais. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2018 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo." Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências." Autoria: Senador Jorge Viana (PT/AC). Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CCT (Substitutivo), com duas subemendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 189, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Proposta de Emenda à Constituição nº 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e outros.. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista concedida ao Senador Major Olímpio, nos termos regimentais. ITEM 10 - Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei n° 4489, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza singular e notória dos serviços de advogados e de profissionais de contabilidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Proposta com duas emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para aguardar a realização de Audiência Pública, em data oportuna. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 423, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres." Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests)." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei nº 4034, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei nº 1768, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva, no caso de reiterada prática de crimes contra o patrimônio." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei do Senado nº 534, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Tasso Jereissati e Fabiano Contarato, nos termos regimentais. ITEM 25 - Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2016 - Não Terminativo - que: "Autoriza o controle populacional de espécies exóticas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 26 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei n° 1553, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação." Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 28 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição n° 6, de 2018 que: "Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Hélio José (PROS/DF), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Airton Sandoval (PMDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Zeze Perrella (PMDB/MG), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável à Emenda nº 2-PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Adiado. ITEM 29 - Proposta de Emenda à Constituição n° 44, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal" Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC) e outros.. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta na forma da Emenda Substitutiva apresentada. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 30 - Proposta de Emenda à Constituição n° 58, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o § 9º do art. 37 da Constituição Federal, para submeter a remuneração paga por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias aos limites constitucionais impostos à Administração Pública direta." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Deca (PSDB/PB), Senador Edison Lobão (PMDB/MA), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Virginio de Carvalho (PSC/SE), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta na forma da Emenda Substitutiva apresentada. Resultado: Adiado. ITEM 31 - Projeto de Lei do Senado n° 157, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, com a Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 32 - Projeto de Lei da Câmara n° 180, de 2017 - Não Terminativo - que: "Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 33 - Projeto de Lei da Câmara n° 23, de 2018 - Não Terminativo - que: "Cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito (Cifet) e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. ITEM 34 - Projeto de Lei do Senado n° 241, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP." Autoria: CPI do Assassinato de Jovens. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CTG (Substitutivo). Resultado: Vista concedida ao Senador Major Olímpio, nos termos regimentais. ITEM 35 - Projeto de Lei do Senado n° 456, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares." Autoria: CPI do Futebol - 2015. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 36 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 138, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 133/2019, que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representantes da Secretária de Previdência Social da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; 2. Pedro Paulo, Professor Doutor em Economia pela Unicamp e Professor visitante da Universidade da Califórnia – Berkeley; 3. Henrique Sá Earp, Doutor em Economia pelo Imperial College de Londres e Professor da Unicamp. 4. Virgina de Angelis Oliveira de Paula, Diretora de Fiscalização da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU. 5. Leonardo Rolim, Secretário de Previdência do Ministério da Economia." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 37 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 139, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 19/2019, que altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública; 2. Representante do Ministério da Defesa; 3. Representante do CNCG - Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; 4. Representante do CONCPC - Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil; 5. Representante do CNGM - Conselho Nacional das Guardas Municipais; 6. Representante da FENEME - Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais; 7. Representante da FenaPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; 8. Representante da FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais; 9. Representante da ANERMB - Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares; 10. Representante da Adepol do Brasil - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 60ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 56ª Reunião, Ordinária, da 57ª Reunião, Extraordinária, da 58ª Reunião, Ordinária, e da 59ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Esta Presidência comunica o recebimento do Ofício 2.427, de 2019, do STF, da Sra. Ministra Rosa Weber, que encaminha cópia da decisão proferida nos autos do Mandado de Injunção 6.252-DF, impetrado contra alegada ausência de norma regulamentadora dos direitos dos servidores públicos à aposentadoria especial, assegurado pela Constituição Federal.

O documento encontra-se na Secretaria desta Comissão para consulta dos seus membros.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de nº 1 a 35.

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 38, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Desembargadora TÂNIA REGINA SILVA RECKZIEGEL, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho e outros

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos regimentais, é importante lembrar que esta Comissão fará essa arguição em duas etapas. Nesse primeiro momento, se dará a leitura do relatório pelo douto Relator e, em seguida, daremos vista coletiva automática.

Com a palavra V. Exa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, eu quero agradecer inicialmente à Senadora Maria do Carmo, que me cedeu o espaço – ela era a primeira – em função de uma audiência. Muito obrigado, Senadora Maria do Carmo.

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 38, de 2019 (OF. SEGJUD nº 595/2019), do Tribunal Superior do Trabalho, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VIII, da Constituição Federal, a indicação da Sra. Tânia Regina Silva Reckziegel, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho.

O Exmo. Sr. João Batista Brito Pereira, Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), submete à apreciação do Senado Federal, por intermédio do Ofício "S" nº 38, de 2019, o nome de S. Exa. a Sra. Tânia Regina Silva Reckziegel, Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul), para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nos termos do inciso VIII do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e da Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005.

Cabe a esta CCJ, de acordo com a citada Resolução, proceder à sabatina da indicada.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, a seguir brevemente relatado.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro, graduou-se em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1994), obteve o grau de especialista (pós-graduação *lato sensu*) em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007-2009) e o grau de mestre (pós-graduação *stricto sensu*) em Direitos Sociais e Políticas Públicas pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2009-2011). É doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidad del Museo Social Argentino, em Buenos Aires (2019).

É Desembargadora Federal do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, desde outubro de 2012, na vaga destinada à advocacia (quinto constitucional), consoante o que estabelece o Art. 115, inciso I, da Constituição Federal. Foi eleita membro do Órgão Especial do TRT da 4ª Região em 2013. Foi Vice-Presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e do Ministério Público do Trabalho, no biênio 2017/2018, e foi eleita presidente desse instituto para o biênio 2018/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de ingressar na magistratura trabalhista, S. Exa. exerceu a advocacia na área do Direito do Trabalho, de 1994 a 2012. Exerceu diversos cargos na OAB/RS, entre os quais destacamos o de Secretária-Geral Adjunta da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Canoas (2001/2003) e o de Vice–Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB/RS (2004/2006). Registramos, por oportuno, que, no âmbito estadual, S. Exa. atuou como Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul (2005/2007).

No âmbito nacional, merece registro sua atuação como membro efetivo da Comissão da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB (2005/2007) e como Diretora da Escola Nacional da OAB (2007/2009). É traço característico, tanto da formação acadêmica da indicada como de sua formação profissional, a atuação na defesa dos direitos das mulheres.

A indicada traz ainda, em seu currículo, registro de diversos artigos de sua autoria publicados em periódicos especializados no âmbito do Direito, capítulos de livros jurídicos, artigos publicados em jornais e revistas, trabalhos completos publicados em anais de congressos, além de palestras proferidas em congressos, conferências e seminários jurídicos, circunstância que demonstra seu comprometimento com a produção e a disseminação do conhecimento jurídico.

S. Exa. já recebeu diversas condecorações, títulos e medalhas, destacando-se a Medalha da Ordem ao Mérito Judiciário do Trabalho pelo Tribunal Superior do Trabalho, no grau de Comendador, em 2015.

Conforme disposto no art. 383, inciso I, alínea "Brasil", a indicada declarou seus parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com a discriminação dos referidos períodos para cada um deles.

Também esclareceu, com base no art. 383, inciso I, alínea "Brasil", item 2 e §2º, não ter ocupado, em qualquer tempo, cargo ou atividade como sócia, proprietária ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Foram apresentadas, nos termos regimentais, as certidões de regularidade fiscal nos âmbitos federal, estadual e municipal, não havendo quaisquer pendências.

A indicada também informa inexistirem ações judiciais em que figure como parte, em qualquer grau de jurisdição, bem como em procedimento administrativo-disciplinar.

Comunica ainda a indicada não haver atuado, nos últimos cinco anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

S. Exa. noticia que não é membro do Poder Legislativo Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, assim como não possui cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, membro desses Poderes.

Em argumentação escrita exigida pelo Regimento Interno do Senado Federal, demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de Conselheira no Conselho Nacional de Justiça. Sublinhamos, nessa argumentação, o trecho em que a indicada destaca o orgulho por sua indicação, especialmente em face do que estabelece a Resolução nº 255, de 2018, do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.

Cremos ter fornecido os elementos suficientes para que as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão formem sua convicção sobre a indicação da Senhora Tânia Regina Silva Reckziegel para o cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço ao Senador Luis Carlos Heinze e coloco em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição e sabatina da candidata.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 95, DE 2019

- Não terminativo -

Prorroga o prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios previsto no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP) e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta nos termos da emenda substitutiva que apresenta

Concedo a palavra ao ilustre Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sra. Presidente, trata-se de uma proposta de iniciativa do eminente Senador José Serra referente à modificação do texto constitucional relativo aos precatórios.

Eu gostaria aqui, de início, de reiterar que nós já tivemos seis emendas constitucionais em 1998, 2000, 2002, 2009, 2016 e 2017, modificando o sistema de precatórios brasileiros. Então, esta seria a sétima modificação.

Evidentemente é o dispositivo ou o instituto jurídico mais modificado desde a promulgação da Constituição e assim o é, infelizmente, pelo fato de que os Estados e Municípios estão com dificuldades financeiras já históricas para fazer pagamento desse recurso.

Todas as modificações, algumas delas inclusive submetidas ao exame do Supremo Tribunal Federal, tiveram por objetivo dar mais condições para que Estados e Municípios tivessem recursos suficientes para fazer face a esses pagamentos que evidentemente integram o patrimônio de várias pessoas físicas e jurídicas.

Então, sob esse ponto de vista, a proposta do Senador Serra é meritória. Por que motivo? Porque basicamente a proposta do Senador Serra pretende, almeja, dois objetivos. O primeiro deles é levantar alguns obstáculos colocados a Estados e Municípios na chamada legislação do teto de gasto dos Estados, que é uma legislação recente, de 2016, e que acabou, eminente Senador Veneziano, engessando esses valores. E, nesse meio tempo, entre essas seis modificações, foi criada a autorização de uma linha de crédito especial também para empréstimos para Estados e Municípios pagarem precatórios – aí começou a dúvida se esses valores estariam no limite de despesa ou não – e também o uso dos depósitos judiciais, que já foi autorizado inclusive na própria norma constitucional, nós aqui aprovamos também, de autoria do Senador José Serra.

Então essas dúvidas surgiram com o objetivo de tentar, vamos dizer assim, superar as dificuldades encontradas e deixar explícito que esses limites não se aplicariam a esses recursos para precatórios, como se os recursos para precatórios fossem à margem dessas limitações de modo a facilitar e tornar mais efetivo esse pagamento e que o dinheiro de fato chegue ao credor, quer pessoa física, quer pessoa jurídica.

Então não há dúvida que é meritório e muito positivo.

A outra proposta apresentada pelo Senador Serra foi no sentido de, mais uma vez, apresentar a ideia de uma prorrogação do prazo dos precatórios – haviam sido prorrogados num grande acordo, que foi de 15 anos, até 2024, e a sua proposta levaria a 2028.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse caso, as ponderações que nós tivemos em conversa com vários colegas aqui no Senado são no sentido de que, basicamente, existem dois tipos de precatórios, como nós sabemos: os precatórios destinados às pessoas físicas, normalmente de natureza alimentar, ou os precatórios das pessoas jurídicas, das empresas. Então, nos parecia uma solução salomônica à nossa proposta, Sra. Presidente, no sentido de manter o prazo atual para as pessoas físicas... Aliás, neste meio tempo, eu faço questão de dizer que fui procurado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que, de maneira sempre muito diligente, adequada e com procedência nos seus argumentos, ponderou as dificuldades dessa prorrogação, em geral, mostrando, aliás, dificuldades jurídicas – eu continuo em contato com eles – sob o ponto de vista até de ações já havidas no Supremo, anteriormente, sobre a matéria, enquanto, nas pessoas físicas, representa um volume maior.

Então, a proposta que fizemos no nosso voto, Sra. Presidente, é no sentido de que nós caminhamos para a aprovação, tirando essas peias, rédeas e amarras colocadas nesses créditos destinados ao pagamento de precatórios, que não vão mais ser inseridos do teto, ou seja, dinheiro para precatório é um dinheiro, digamos, quase líquido, quer vindo do empréstimo, quer do depósito judicial, que facilita o pagamento. E a prorrogação seria destinada tão somente às pessoas jurídicas. As pessoas físicas permanecem no prazo de 2024, que são a parte mais sensível: alimentares, pequenas desapropriações, etc.

Então, o voto, Sra. Presidente, é, portanto, pela regimentalidade, constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação da proposta, na forma do substitutivo que já consta da nossa proposta e está apresentado. Como é uma PEC, a matéria ainda será discutida e desdobrada. Portanto, o nosso voto é pela aprovação, louvando o Senador Serra, mais uma vez, pela iniciativa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1-CCJ, substitutivo.

A matéria vai ao Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria, antes de passar para o item 3 da pauta, de fazer aqui um esclarecimento e um agradecimento. Primeiro, dizer que houve uma conversa com, praticamente, 90% dos Líderes, porque não sei se encontramos todos os Líderes, e, a pedido do Presidente da Casa, nós entramos nessa tratativa de o mais rapidamente possível podermos encaminhar para a Câmara dos Deputados todos os projetos relacionados ao pacto federativo – dentre eles, esta PEC nº 95, do Senador José Serra. Se houver pedido de urgência, esta PEC vai ser encaminhada à Mesa Diretora ainda hoje, e é possível quebrar todos os interstícios se for da vontade, da unanimidade dos Líderes desta Casa. Essa é uma decisão que o Presidente da Casa irá tomar junto com os Líderes entre hoje e amanhã.

Mas, de qualquer forma, quero parabenizar o Senador Anastasia pela diligência, rapidez e presteza com que atendeu ao chamado dos Líderes e do Presidente da Casa. Eu fui testemunha de que, desde o momento em que foi comunicado, na semana passada, se debruçou sobre esse assunto e fez o relatório. E quero parabenizar pela saída que teve. Da mesma forma que prorroga o prazo de pagamento dos precatórios, teve dois cuidados: primeiro, de tirar as amarras, facilitar o pagamento desses precatórios ao tirar do limite do teto de gastos e, segundo, ao ter a sensibilidade de atender com justiça as pessoas físicas, que são, normalmente, as que mais precisam, aquelas que precisam receber as suas indenizações, que, muitas vezes, já estão no final da vida, aguardando o recebimento desse valor para terem aí uma velhice digna ou muitas vezes sanar, inclusive, compromissos já cumpridos.

Portanto, acredito que V. Exa., dentro do possível, chegou a um texto. É óbvio que a Ordem dos Advogados tem os seus questionamentos, os próprios bancos ficam questionando porque hoje podem fazer empréstimos para os próprios Estados e para que os Estados honrem esses compromissos. Mas nada mais importante do que a Casa da Federação, representante que é dos Estados brasileiros, poder estar ao lado dos Estados e Municípios neste momento de dificuldade, de crise fiscal.

Então, parabenizo, mais uma vez, o Relator, a Comissão, os Líderes, pela sensibilidade, agora com a Mesa Diretora, que poderá estar junto com os Líderes, repito, levando esta PEC ainda amanhã para votação no Plenário, a depender da vontade dos nossos Líderes.

Com a palavra, pela ordem, Senador Veneziano do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – Presidente, meus cumprimentos. Bom dia a V. Exa. e aos outros companheiros. Obviamente, já passado o momento para o debate, não faço uso da palavra para esse intento. É apenas para fazer o registro, em cumprimento à sua iniciativa, desde a semana passada e desde o instante delicado, vivido por todos nós, que fomos surpreendidos com o fato do descumprimento ao que tivera sido estabelecido entre a Câmara, o Senado e o Governo Federal no tocante ao bônus pela assinatura do leilão, que provavelmente ocorrerá no dia 6.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Antonio Anastasia, na semana passada, nós fomos, de fato, pegos de surpresa. E todos nós que estávamos a advogar, como continuamos a advogar, o pacto federativo para criar melhores condições a Estados e Municípios, estávamos e estamos diante dessa situação.

A senhora, de forma muito diligente, compreendendo e tendo essa sensibilidade, inclusive rogando e apelando em seu gabinete para que não deixássemos de fazer o debate, de acordo com as posições de cada um de nós, a respeito da reforma da previdência, mas sem perdas à incômoda situação na qual nós nos encontramos. Ou seja, o Senado precisa disso. E, ao contrário do que alguns setores estão a querer apresentar, nós não estamos fazendo condicionantes; nós estamos lutando e exigindo aquilo que é cabível e que foi definido, em acordo, para Estados e Municípios

E um desses pontos – a mim me parece que foram sete os pontos apresentados pelos Governadores –, consoante com uma reunião que nos envolveu praticamente à unanimidade recentemente, isso precisa ser levado adiante. E V. Exa., na semana passada, discorria sobre a sua preocupação e trouxe... E não haveria, com todo o respeito aos demais outros membros, mãos e mente melhores do que as do Senador Antonio Anastasia para, de forma muito equilibrada, muito percuciente, propor uma saída que nos permita atender aos Estados sem prejuízos, principalmente e especialmente os credores desses precatórios. Ponto um.

Ponto dois. Observe a senhora que uma medida tomada a toque de caixa – o teto estabelecido há três anos –, quantas já não foram as motivações que nos trouxeram aqui na CCJ, como na Câmara Federal, para tentar evitar essas limitações e essas peias que foram aqui mencionadas. Em quase todas elas e na própria cessão onerosa, nós também tivemos que a aludir em outros itens. Ou seja, o Governo quando faz, toma uma medida e se aferra a ela, não tem a compreensão do que estar por vir.

É apenas um adendo para que nós nos preocupemos em relação a situações como esta, na certeza de que V. Exa. junto ao Presidente Alcolumbre, não sei se ele ou o Senador Antonio Anastasia – parece-me que a reunião convocada para os Líderes será presidida pelo Senador Anastasia –, para que amanhã nós toquemos adiante essa iniciativa, que foi felicissimamente proposta pelo Senador Serra, relatada pelo Senador Anastasia e que teve sob sua Presidência a definição, pelo menos nesse primeiro momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Veneziano pelas palavras gentis a mim dirigidas e pelas sábias palavras dirigidas ao nobre Relator Senador Antonio Anastasia.

Item 3 da pauta.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFÍCIO "S" N° 39, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VIII e IX, da Constituição Federal, o nome da Juíza do Trabalho FLÁVIA MOREIRA GUIMARÃES PESSOA, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho e outros

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pronto para deliberação

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica aos Srs. e Sras. Senadoras que o processo de apreciação será também feito em duas etapas: neste momento, teremos a leitura do relatório com as recomendações, se for o caso, e, em seguida, no momento oportuno, estaremos marcando data para a sabatina.

Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para proferir o seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, com a proximidade do encerramento de mandato de membro do Conselho Nacional de Justiça indicado pelo egrégio Tribunal Superior do Trabalho e representativo da magistratura do Trabalho de Primeiro Grau, esse Tribunal Superior encaminha a esta Casa a indicação da Juíza do Trabalho Flávia Moreira Guimarães Pessoa para a vaga.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, a indicada encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, a seguir brevemente relatado.

A magistrada do Trabalho apresenta expressiva referência de formação técnico-jurídica, na qual se destacam Pós-Doutorado em Direito pela Universidade Federal da Bahia, concluído em 2016, e Pós-Doutorado em Direito pelo UniCEUB, em andamento.

Na magistratura do Trabalho, atuou como Juíza do Trabalho Substituta na 20ª Região, entre 1998 e 2009, e atualmente titulariza a Vara do Trabalho de Aracaju, desde dezembro de 2009. Exerceu também os cargos de Coordenadora da Escola Judicial da Magistratura do Trabalho da 20ª Região e de Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da referida região.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, atuou como Juíza Auxiliar da Presidência desde setembro de 2018, além de ter sido membro de grupos de trabalho desse órgão de controle interno do Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Escola Nacional da Magistratura do Trabalho atuou como membro de Comissões, tutora e professora. Também exerce docência universitária na área jurídica na Universidade Federal de Sergipe e na Universidade Tiradentes.

É autora de oito obras técnico-jurídicas na área do Direito do Trabalho e de 62 capítulos em outras obras nesse mesmo campo jurídico, além de 188 artigos publicados.

Em argumentação escrita exigida pelo Regimento Interno do Senado Federal, demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade de conselheira no Conselho Nacional de Justiça.

O acervo documental exigido pelo Senado Federal como necessário à habilitação de candidato ao Conselho Nacional de Justiça está devidamente acostado e não revela impropriedades, falhas ou omissões.

É esse o Relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora Maria do Carmo Alves e coloco em discussão o Relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência concede vista automática coletiva, ficando para uma reunião futura o processo de arguição da candidata e votação.

Antes de passar ao item 4 da pauta, esta Presidência gostaria de agradecer a presença de dois irmãos do meu querido Estado de Mato Grosso do Sul, os jovens Pedro e Arthur Vasques, que são estudantes acadêmicos da Universidade Católica Dom Bosco. Arthur é o Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito. Registro essa presença com muita honra, porque tive o privilégio de ser professora titular da cadeira de Direito Administrativo por 12 anos nessa instituição. Sejam muito bem-vindos.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 44, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Deputado Covatti Filho (PP/)

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra ao Senador Major Olímpio para proferir o seu Relatório, que é favorável ao projeto.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Para proferir relatório.) – Vem para a análise deste Colegiado o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de autoria do Deputado Covatti Filho, que dispõe sobre a destinação de recursos provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para a área de segurança pública dos Estados e do DF.

Na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu pareceres favoráveis, tendo sido remetida ao Senado para aprovação.

No Senado a matéria foi distribuída exclusivamente a esta Comissão (CCJ).

O projeto objetiva alterar a redação do §2º do art. 328 da Lei nº 9.503, de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a destinação de recursos remanescentes provenientes da venda de veículos apreendidos em leilões para os órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

A modificação operada pelo PLC faz com que, depois do leilão do bem, desde que quitados os débitos, o saldo remanescente seja depositado em conta específica do órgão responsável pela realização do leilão, ficando à disposição do antigo proprietário, que deverá ser notificado do fato em, no máximo, 30 dias da realização da hasta pública, de forma a que levante esse valor, cujo prazo de levantamento será de cinco anos.

Caso sejam transcorridos os cinco anos sem que o antigo proprietário levante o valor remanescente, este será repassado:

a) nos leilões realizados pelos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito, para as Secretarias de Estado de Segurança Pública, ou órgãos equivalentes nos Estados e no Distrito Federal, vedada a sua aplicação em despesas de pessoal;

b) nos leilões realizados pelos órgãos e entidades executivos ou rodoviários da União e dos Municípios, para o fundo nacional destinado à segurança e educação de trânsito, nos termos do §1º do art. 320 da Lei 9.503, que é o Código de Trânsito.

Por fim, esclareço que não foram apresentadas emendas até este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise do projeto.

Esta Comissão tem que se manifestar sobre constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, podendo ainda se pronunciar sobre o mérito da proposição. Considerando que a CCJ será o único Colegiado fracionado a se manifestar, consideramos necessário que o mérito seja analisado.

Não há óbices de natureza formal ao projeto de lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente, relacionadas no art. 61 da Constituição, e nem daqueles assuntos de competência privativa do Chefe da Nação inseridos no art. 84.

No tocante ao aspecto material, a matéria também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não fere cláusulas pétreas e nem apresenta incongruência com princípios gerais estabelecidos na Lei Maior e relacionados com o tema objeto da proposição.

Igualmente, a tramitação no Senado seguiu as regras regimentais, e o projeto está vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, julgamos justa, oportuna e conveniente a proposição. Inclusive, parabenizamos o Deputado Covatti pela iniciativa e a Câmara dos Deputados pela aprovação.

A destinação dos valores resultantes de leilões de venda de veículos não levantados no prazo legalmente definido pelos antigos proprietários para a área de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal é uma saída elogiável. Urge buscar fontes de recursos para a segurança pública, e é inadmissível que valores fiquem parados pela inércia de um indivíduo e não possam ser empregados em prol da sociedade. Socorremo-nos do brocardo jurídico latino "o direito não socorre aos que dormem" para reforçar nosso entendimento. Cinco anos é tempo mais do que suficiente para que os valores sejam levantados.

Finalmente, o voto.

Em decorrência do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do PLC 44, de 2018, e, no mérito, pela sua aprovação.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, Senador Major Olimpio, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai ao Plenário.

Lembro, inclusive, que temos uma medida provisória tratando desse assunto que está pautada para deliberação hoje ou, se não houver sessão por conta do Congresso Nacional, amanhã. É uma medida provisória extremamente extensa que abarca, entre outras questões, essa questão. Nesse diapasão, foi oportuna a aprovação desse relatório nesta manhã, o que comprova exatamente o compromisso desta Comissão e do Senado Federal com a pauta da segurança pública.

ITEM 9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 54, DE 2016

- Não terminativo -

Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e outros

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador José Maranhão, nosso eterno Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, para proferir o seu relatório.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, inclusive por ponderação da própria Presidência, nós vamos resumir o parecer, a leitura do parecer – o parecer está proferido, já por escrito. Vamos omitir o relatório e vamos direto à análise do projeto em foco.

Compete à CCJ, nos termos regimentais indicados, a análise quanto à admissibilidade e ao mérito da proposição.

No que concerne à admissibilidade da PEC nº 54, de 2016, cumpre salientar que a proposição observa o número mínimo de subscritores de que trata o inciso I do art. 60 da Constituição Federal.

Não inclui, no caso sob análise, as limitações circunstanciais que obstam o emendamento do Texto Constitucional previstas no §1º do art. 60, visto que o País não se encontra na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda no âmbito do juízo da admissibilidade formal da matéria, há que se saudar a escolha de proposta de emenda à Constituição como espécie legislativa adequada a enfrentar o tema, eis que compete aos Srs. Senadores a observância, desde a posse, além daquelas já elencadas nas alíneas do inciso II do art. 54 da Constituição Federal... Somente a alteração do Texto Constitucional é capaz de tornar efetiva a pretensão dos autores.

Por fim, a proposição não contém dispositivos que tendam a abolir alguma das cláusulas pétreas de nossa Constituição, relacionadas nos quatro incisos do §4º de seu art. 60.

Entendemos inexistir qualquer reparo no que tange à constitucionalidade material e mérito da proposição.

É que a Constituição Federal, como bem aponta na justificação, impõe a filiação partidária como condição de elegibilidade (art. 14, §3º, inciso V). Assim, para que qualquer pessoa venha a se registrar como candidato a qualquer cargo eletivo em nosso País, ela tem que estar filiada a partido político.

Nosso ordenamento jurídico-constitucional não admite candidaturas avulsas e o faz por entender que a representação política não pode ser pulverizada e atomizada dessa forma, sem graves prejuízos à governabilidade e à segurança jurídica.

As concepções de Estado e de sociedade a serem defendidas hão de estar condensadas em programas partidários, elaborados por aqueles que se reúnem com o objetivo de disseminar suas ideias e de vê-las acolhidas pelos eleitores com o objetivo de ascender ao poder, seja no âmbito do Poder Executivo, seja no do Poder Legislativo, em todos os níveis da nossa Federação, para pôr em prática suas proposições. Esse é o desenho dos partidos políticos numa democracia.

O partido político possui contornos *sui generis* em nosso País. É pessoa jurídica de direito privado que, ao se submeter ao embate democrático das eleições, transita no âmbito do direito público, como sustenta pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal; e ocupa papel de destaque em nossa Constituição quando trata do exercício de direito político fundamental em sua dimensão passiva, ou seja, da capacidade do cidadão de ser votado e eleito.

A PEC nº 54, de 2016, ao propor acréscimo de alínea "e" ao inciso II do art. 54 da Constituição Federal, para estabelecer que os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, permanecer mais de 90 dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato à luz do que estabelece o inciso I do art. 55 da Constituição, promove importante ajuste do funcionamento das Casas do Congresso Nacional no texto da Lei Maior.

Não é razoável supor ser possível o exercício de mandatos avulsos de Deputado Federal e de Senador quando o Texto Constitucional veda a candidatura avulsa. Não se trata, como vimos, de exigência artificial ou mero pretexto cartorial em benefício dos partidos políticos. Trata-se, isso, sim, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mecanismo adotado por nosso Constituinte originário com o objetivo de valorizar o princípio da soberania popular previsto no parágrafo único do art. 1º e no *caput* do art. 15 da Constituição, de conferir transparência ao sistema eleitoral e de tornar razoável o fundamento das Casas Legislativas.

O eleitor deve saber quais são as diretrizes e propostas partidárias defendidas pelo candidato e, no caso de ser eleito, pelo Parlamentar, para que possa ser adequadamente fiscalizado e cobrado.

Consignamos que a relevância da filiação a partido para ingresso e permanência na arena política foi reforçada por sucessivas decisões do Supremo Tribunal Federal que discutiram a questão da infidelidade partidária dos Parlamentares que saíram dos partidos pelos quais tinham sido eleitos – Mandado de Segurança (MS) nº 26.604, Relatora Ministra Cármen Lúcia; Mandado de Segurança nº 26.602, Relator Ministro Eros Grau; Mandado de Segurança nº 26.603, Relator Ministro Celso de Mello; Mandado de Segurança nº 27.938, relator Ministro Joaquim Barbosa; Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.081, Relator Ministro Roberto Barroso; ADI nº 3.999 e ADI nº 4.086, Relator Ministro Joaquim Barbosa; e ADI nº 1.817, Relator Ministro Dias Toffoli –. Todavia, essas decisões não equacionaram todos os problemas conexos, como o dos Parlamentares que permanecem sem filiação partidária.

No caso do Senado Federal, a situação se agrava em face do entendimento do STF de que a saída do partido pelo qual o Senador foi eleito – em eleição majoritária – não enseja a perda de mandato por infidelidade partidária, o que, em algumas hipóteses, leva à situação de o Senador permanecer por prazo indefinido sem filiação partidária – veja-se nesse sentido o que foi decidido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.081, relator Ministro Roberto Barroso).

Avaliamos, também, que a proposição trata adequadamente do tema em sua dimensão federativa – extensão da obrigação de filiação a partido político aos membros do Poder Legislativo estadual, distrital e municipal – em face das determinações constitucionais que expressamente aplicam a Deputados Estaduais (art. 27, §1º), Distritais (art. 32, §3º) e Vereadores (art. 29, IX) as vedações e hipóteses de perda de mandato, situações impactadas pela presente proposição.

É importante sublinhar, por oportuno, que a filiação dos Deputados e Senadores a partidos políticos é essencial à aferição da proporcionalidade partidária na direção das Casas Legislativas e de suas Comissões (art. 58, §1º da Constituição Federal), assegurando-lhes um razoável funcionamento.

Entendemos, por fim, que a regra de transição proposta pelo art. 3º é prudente por albergar o princípio da proporcionalidade, dimensão substantiva do princípio do devido processo legal (art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal), e por afastar qualquer crítica quanto à eventual inconstitucionalidade da PEC na imposição de restrições políticas aos atuais detentores de mandato.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, opinamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 54, de 2016, e, no mérito, votamos pela sua aprovação.

É o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao nosso Presidente, Senador José Maranhão, pelo relatório proferido, e coloco em discussão a matéria.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Eu vou pedir vista, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Major Olimpio.

Eu gostaria de, antes de passar ao item 11, esclarecer que a pedido do Presidente em exercício, Senador Antonio Anastasia, esta Presidência vai encerrar a reunião da CCJ às 12h30, porque teremos uma reunião de Líderes. Lembro que o Senador Davi Alcolumbre, Presidente desta Casa, está em uma data das mais importantes do calendário judaico, uma data sagrada, que é considerada o Dia do Perdão, e, consequentemente, ele não pode ter contato externo, portanto, estamos aqui com o nosso Presidente em exercício, Senador Antonio Anastasia.

Mas de qualquer forma já convoco extraordinariamente para amanhã, que já é a data mesmo na nossa reunião da Comissão, a partir das 9h30, com possibilidade de começarmos um pouquinho mais tarde, a reunião para a pauta remanescente daqueles itens que não conseguirmos concluir até às 12h30 da data de hoje. Isso se não tivermos, obviamente, reunião deliberativa do Plenário do Senado para votar a reforma da previdência.

Neste momento, até então, não há acordo para a votação – lembrando – da reforma da previdência, mas se houver essa possibilidade, obviamente, em havendo deliberativa no Plenário, nós não poderemos marcar reuniões na Comissão. Já fica, desde agora, convocada extraordinariamente reunião desta Comissão a partir das 10h – vou colocar esse horário, porque é o horário que esta Comissão já delibera.

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 4489, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza singular e notória dos serviços de advogados e de profissionais de contabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Efraim Filho (DEM/)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda de redação que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Presidente, os meus cumprimentos mais uma vez. Obrigado pela atenção em ter deferido a oportunidade de relatar essa proposta proveniente da Câmara dos Deputados, que teve autoria do conterrâneo Deputado Efraim Morais Filho, e com uma emenda também de um conterrâneo, Deputado Hugo Mota.

Já que V. Exa. antecipou-se em fazer a leitura da ementa para dar conhecimento aos demais integrantes do Colegiado, perguntaria se V. Exa. me permitiria, ouvindo os demais companheiros, ir direto à análise.

Análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea "g", do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União, notadamente, neste caso, sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como para as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PL nº 4.489, de 2019, tendo em vista que: compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação administrativas, a teor do disposto no art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (art. 48, *caput*); os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

Quanto a sua juridicidade, o PL 4.489, deste ano, se afigura escorreito, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos – normatização via edição de lei – é o adequado; o projeto possui o atributo da generalidade; é consentâneo com os princípios gerais do Direito; se afigura dotado de potencial coercitividade; e tende a inovar o ordenamento jurídico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao mérito, mais que louvável – a Sra. Presidente bem o sabe –, é bastante oportuna a controvérsia que o PL 4.489, de 2019, pretende extinguir, muito bem explicitada, a propósito, na petição inicial da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 45, proposta pelo Conselho Federal da nossa Ordem – Ordem dos Advogados do Brasil – perante o Supremo Tribunal Federal e destacada pelo proponente na exposição de motivos do projeto de lei ora sob exame.

Com efeito, por não ter sido ainda pacificada a discussão sobre a inerência da singularidade aos serviços advocatícios, muitos profissionais estão sendo condenados pela pretensa prática de atos de improbidade administrativa – imaginem – depois de terem celebrado contrato com entes públicos para o simples desempenho de atividades que lhes são próprias e em hipóteses em que a licitação se afigura, por via de regra, patentemente inexigível, com fundamento na Lei 8.666 (Lei de Licitações), art. 25, inciso II e §2º, combinado com o art. 13, inciso V, Sra. Presidente.

A fim de solucionar esse imbróglio, o proponente, com argúcia, vincula, em uma relação lógica de causa e efeito, os atributos de tecnicidade, de singularidade e de notória especialização, já discriminados na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o que deve fazer com que, doravante, a comprovação do último implique necessariamente o reconhecimento dos primeiros.

Além disso, como bem demonstrado pelo Deputado Hugo Motta, concordamos com que essa prerrogativa se deva estender aos profissionais da contabilidade, cujas funções, com efeito, sob muitos aspectos, se assemelham às exercidas pelos causídicos.

Quanto à técnica legislativa empregada na elaboração do PL já citado, detectamos uma única impropriedade. Não se atendeu adequadamente ao comando do art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 – a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona –, visto que a ementa do projeto não traduz de modo apropriado a lógica que se depreende do texto dispositivo da proposição, motivo por que propomos uma simples emenda de redação.

Ante o exposto, companheiros e Sra. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.489, de 2019, com a seguinte emenda de redação: Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei nº 4.489, de 2019:

> Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza técnica e singular dos serviços prestados por advogados e por profissionais de contabilidade, e sobre a notória especialização desses profissionais.

Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Senador Anastasia, que hoje é Presidente do Senado, e já nesses dois dias...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em exercício, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas a gente já nota a presença do seu talento dentro do ambiente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, um minuto só, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou colocar em discussão a matéria, não sem antes parabenizar o Senador pela relatoria, mas vou me permitir antes...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, um minuto. Sra. Presidente, só um minuto! Eu queria...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vai que V. Exa. diz exatamente o que eu vou dizer. Eu quero me antecipar – permita-me, Senador Otto – e dizer que, sabedora que sou da importância do cargo e do conhecimento do Senador Anastasia, eu fui a primeira aqui, Senador Tasso, a fazer essa deferência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é, mas eu queria só acrescentar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e toda vez que me dirigi hoje ao Senador Anastasia me dirigi como Presidente em exercício.

Com palavra, pela ordem, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Quero acrescentar que ele já convocou uma reunião de Líderes às 12h30 dizendo que os interesses do Brasil estão muito acima dos jantares, do almoço de meio-dia nos restaurantes. Vamos ficar em jejum para resolver o Brasil. E me disse mais: "Olhe e observe, Otto: o Senado já é outro". (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Usando uma expressão que é o sinônimo do que todos nós queremos em todas as religiões dizer, usando uma expressão da Bahia, fazendo uma deferência muito carinhosa a todos os credos religiosos, oxalá nós possamos hoje, dessa reunião de Líderes, ter bons frutos e, na mesma linha do que me assegurou o Senador Relator da reforma da previdência, Senador Tasso Jereissati, consigamos sair de hoje dessa reunião com um consenso da importância e da urgência de se votar amanhã a reforma da previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que V. Exa. Tenha todas as bênçãos, neste momento, para que o Senado possa ter um consenso daquilo que precisa ser feito.

Continua em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Para discutir.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Eu vou pedir vista porque essa inexigibilidade que vai mexer exatamente na possibilidade da contratação direta sem licitação... A terminologia ali está abrindo justamente a possibilidade de advogados e contadores para a área pública terem essa inexigibilidade de licitação. Então eu quero pedir vista porque me preocupou bastante esse texto.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Como Relator.) – Ela já é prevista, Presidente. A lei das licitações já prevê. Nós estamos apenas aqui dirimindo algumas dúvidas.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Mas nós estamos enquadrando os advogados e contadores, dispensando a licitação. É perigosíssimo isso.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Então modifiquemos a partir da própria Lei nº 8.666, que já as prevê. Não há nada de novo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve um pedido de vista do Senador Major Olimpio. Peço vênia ao Senador Anastasia mas, com o pedido de vista, nós temos que suspender a discussão da matéria.

Vista concedida ao Senador Major Olímpio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva solicitada. Vista coletiva concedida, ficando não para amanhã, porque é extraordinária, mas para a semana seguinte, até para que o Senador Major Olimpio possa fazer o seu juízo de valor em relação à matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Presidente em exercício Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Eu ia discutir, mas, claro, discutirei na semana que vem, é um tema do meu agrado especial. Eu queria, ao discutir, aproveitar para agradecer as palavras sempre amáveis do Senador Otto Alencar, e lembrando aquela frase conhecida: perde-se o amigo, mas não se perde a piada. Então, muito obrigado.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que nesse caso não.

ITEM 29

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 44, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal, para disciplinar a composição da Mesa do Senado Federal

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC) e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável à Proposta na forma da Emenda Substitutiva apresentada.

Só faltam mais dois itens na pauta para encerrarmos a reunião de hoje.

O Relator está com todos os projetos relacionados à alteração do Regimento Interno desta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Anastasia para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Na realidade, trata-se de uma proposta de emenda à Constituição de autoria do Senador Dário Berger que pretende inserir no Texto Constitucional uma determinação para que haja uma presença proporcional das regiões do País na Mesa Diretora. Por se tratar de uma PEC, essa matéria evidentemente não é objeto do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo bem objetivo – porque é uma PEC muito interessante, mas singela –, nos seus aspectos jurídicos e formais, ela cumpre todas as formalidades, portanto, atende aos requisitos da constitucionalidade, da sua admissibilidade e legitimidade. E ela pretende, de fato, determinar que haja, como eu disse há pouco, um Senador de cada região dentro da Mesa Diretora.

No levantamento que fizemos, Sra. Presidente, é interessante observar que, nos últimos anos, todas as Mesas tiveram um representante das regiões, salvo a Mesa de 2015 a 2017. Mas nos parece, submetendo aqui à opinião e, é claro, sempre ao crivo dos nossos pares, que colocar um Texto Constitucional determinando um de cada região poderia limitar um pouco a composição partidária, a vontade dos partidos e da própria composição plena do Senado Federal. Então, a proposta que apresento como substitutiva, mantendo a ideia, que é positiva, do Senador Dário, é colocar uma regra em que nós teríamos a palavra "preferencialmente". Então, nós teríamos o comando de, como já na prática vem ocorrendo, um Senador de cada região na Mesa, mas não como uma obrigação, como um sinal, digamos assim, como uma recomendação de ordem moral no "preferencialmente". Aliás, repito, já tem sido assim – salvo na Mesa de 2015 a 2017. Então, parece-me que atenderia ao Senador Dário no comando e não causaria uma camisa de força no âmbito do Senado, porque pode acontecer numa determinada Mesa, que isso, por ventura, não ocorra no futuro – Deus queira que não ocorra. Mas colocar uma regra muito rígida dessa natureza não me pareceria oportuno. Então, a sugestão é colocar a palavra "preferencialmente".

É o relatório, portanto, favorável, com a alteração que apresento, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Anastasia.

Lembro que o Senador é o Relator designado para fazer as alterações no Regimento Interno, e deve estar hoje no mínimo com quase uma centena de projetos de demanda dos Parlamentares, de autoria dos Parlamentares, solicitando alteração do Regimento Interno.

Eu coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável à proposta, nos termos da Emenda nº 1, da CCJ, substitutiva. A matéria vai ao Plenário.

Antes de continuarmos com a pauta, nós temos um requerimento sobre a mesa. Eu peço a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, em comum acordo com alguns Parlamentares e o Relator da PEC paralela, Senador Tasso Jereissati, estaremos colocando agora, neste momento, em votação, um requerimento. Nós teremos apenas uma audiência pública, que será provavelmente na semana que vem, na quarta-feira, para tratarmos da PEC considerada PEC paralela, e temos requerimento do Senador Paim, nos termos regimentais, em que solicita a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 133, de 2019, que nós chamamos de PEC paralela.

Para isso, propõe a presença de três convidados: do representante da Secretaria de Previdência Social da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; do Sr. Pedro Paulo, Professor Doutor em Economia pela Unicamp e Professor Visitante da Universidade da Califórnia; e do Sr. Henrique Sá Earp, Doutor em Economia pela Imperial College de Londres e Professor da Unicamp.

Acrescento, ainda, que o Relator estará apresentando mais dois nomes no momento oportuno. Eu peço vênia para votarmos o requerimento com esses dois nomes em aberto.

Se não houver objeção – obviamente que qualquer um pode, no momento oportuno, fazer alguma impugnação, mas não acredito que será o caso –, eu coloco em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(É a seguinte a matéria aprovada:

EXTRAPAUTA

ITEM 36

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 138, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 133/2019, que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representantes da Secretária de Previdência Social da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Pedro Paulo, Professor Doutor em Economia pela Unicamp e Professor visitante da Universidade da Califórnia – Berkeley;

3. Henrique Sá Earp, Doutor em Economia pelo Imperial College de Londres e Professor da Unicamp.

4. Virgina de Angelis Oliveira de Paula, Diretora de Fiscalização da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU.

5. Leonardo Rolim, Secretário de Previdência do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).)

Esta Presidência já comunica que estaremos marcando para quarta-feira da semana que vem, às 14h, esta que será a única audiência pública, conforme acordo até então com os Líderes – óbvio que, a qualquer momento, os Líderes poderão deliberar de forma diferente –, para que nós possamos dar seguimento ao andamento desta PEC que alguns chamam de PEC paralela, outros dão outro nome. Eu prefiro chamá-la de PEC da bondade.

Obrigada, Senador Paim, que está presidindo outra Comissão.

Item 24, projeto de lei do Senado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Prefiro fingir que não escutei, Senador Amin.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 534, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Senador Cristovam Buarque (CIDADANIA/DF)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Eu gostaria de lembrar aos Senadores, alguns estavam em outras Comissões, que, às 12h30, nós estaremos encerrando esta reunião para a reunião de Líderes. Nós temos apenas mais três itens na pauta com Relatores presentes: este item 24 e mais dois itens que estão sobre a mesa.

Portanto, passo a palavra neste momento ao Relator, Senador Alessandro Vieira, para proferir o seu relatório ao item 24.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Resumidamente, eu vou diretamente à análise.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 534, de 2018, de autoria do Senador Cristovam Buarque, estabelece como instrumento de cooperação federativa a transferência à União de competências educacionais dos entes subnacionais, mediante lei específica do ente subnacional, com o fito de assegurar o acesso dos estudantes à educação básica de qualidade independentemente do local de residência ou classe social.

O projeto prevê, ainda, que a União dará o aceite da transferência de competência educacional aos entes federados em situação crítica de desempenho, entendida como desempenho dos estudantes da rede pública abaixo da média nacional, conforme as avaliações da educação básica conduzidas pela esfera federal; bem como o não alcance do Padrão Nacional Mínimo de Qualidade da Educação Básica. Feito o aceite, a União realizará todas as ações necessárias para que o sistema de ensino pelo qual passou a ser responsável alcance o que o projeto intitula Padrão Nacional Mínimo de Qualidade da Educação Básica. Esse padrão mínimo, nos termos do PLS, considerará três aspectos: a estrutura física, os equipamentos escolares e a adoção de tecnologias da informação e do conhecimento nas práticas pedagógicas escolares; as condições relacionadas ao plano de carreira, remuneração condigna e formação inicial e continuada do corpo docente; e a adoção de regime de tempo integral nas escolas.

O que se objetiva, de forma extremamente sintética, é materializar o potencial de cooperação entre União, Estados e Municípios em matéria educacional, permitindo que esse ente central, a União, assuma como um todo a gestão do sistema de ensino dos Estados, do DF e dos Municípios mediante solicitação deles e dentro dos requisitos da lei.

Para remediar esse problema de autonomia constitucional, nós apresentamos um substitutivo que disciplina a celebração de convênios pela União com Estados, DF e Municípios, tendo como objeto a construção e manutenção de infraestruturas, a assistência técnica e financeira e a cessão de servidores federais da carreira de Magistério para os entes cujo sistema de ensino se encontre em situação crítica de desempenho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso Senador Cristovam apresentou uma proposta muito mais extensiva, mas que poderia apresentar, na nossa avaliação e na da consultoria, risco para a questão da autonomia entre os entes federados. Nós reduzimos isso para a possibilidade de formalização de convênios para que a gestão do sistema de educação possa ser absorvida pela União mediante solicitação de Estados, Municípios e do DF.

Parece-nos uma proposta absolutamente compatível com a demanda nacional que temos hoje. A educação é, efetivamente, a única porta de saída que temos para a desigualdade gritante do Brasil.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação na forma do substitutivo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, Senador Alessandro Vieira, coloco em discussão a matéria.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Sra. Presidente, gostaria de pedir vista, não negando o mérito da questão – pelo contrário, elogiando. Mas como ele é de uma importância muito grande, eu gostaria de ter um tempo apenas para dar uma aprofundada no assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida. Lembro que todos os projetos hoje relatados que tiveram solicitação de vista não serão incluídos amanhã, mas na próxima semana, para que os autores do pedido possam fazer a sua análise de mérito.

Item 32.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida, a pedido do Senador Fabiano Contarato.

ITEM 32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 180, DE 2017

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Décio Lima (PT/)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos; e será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais

Concedo a palavra neste instante ao ilustre Relator, Senador Otto Alencar, para proferir o seu relatório.

Item 32 da pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos aguardar e peço à Secretaria que auxilie, porque um dos equipamentos parece que se encontra com defeito.

Item 32 da pauta. Temos ainda o item 33, de relatoria do Senador Fabiano Contarato, e o item 34. Mais dois itens com a presença dos Relatores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, agradeço a V. Exa.

Vem à análise à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 180, de 2017, de autoria do Deputado Décio Lima, que acrescenta inciso ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para considerar perigosas as atividades desempenhadas pelos agentes das autoridades de trânsito.

A proposição se compõe de dois artigos. O art. 1º altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata das atividades consideradas perigosas, para acrescer a hipótese de exposição permanente do trabalhador a colisões, atropelamentos ou outras espécies de acidentes ou violências nas atividades profissionais dos agentes das autoridades de trânsito. O art. 2º estabelece a cláusula de vigência imediata.

O PLC recebeu parecer pela rejeição na Comissão de Assuntos Econômicos, em razão de aspectos financeiros, como a ausência de demonstração da origem dos recursos para o seu custeio. Após a análise desta Comissão, a matéria seguirá ao exame da Comissão de Assuntos Sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram oferecidas emendas.

Análise, Sra. Presidente.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 180.

No que toca à constitucionalidade da proposição, não vemos qualquer empecilho. Do ponto de vista formal, a iniciativa se estriba no art. 22, I, da Carta, que atribui competência privativa à União para legislar sobre Direito do Trabalho. Não há, ademais, reserva de iniciativa, de modo que a proposição pode ser, como foi, apresentada por Parlamentar. Quanto à constitucionalidade material, igualmente, não nos parece que o projeto contenha absolutamente vício algum.

A tramitação seguiu os ritos do Risf, motivo pelo qual se pode afirmar a sua regimentalidade. Do mesmo modo, tem-se norma com potencial de inovar o ordenamento jurídico, sendo dotada, assim, de juridicidade.

Em relação à técnica legislativa, não há reparos a fazer, uma vez que atendidos todos os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, concordamos com o reconhecimento da periculosidade das atividades dos agentes de trânsito. Trata-se de profissionais constantemente expostos a riscos de atropelamentos e outras espécies de acidentes, o que resulta em uma média de 15 mortes por ano, número proporcionalmente superior ao das vítimas das Forças Armadas e da Polícia Militar. Nada mais justo, assim, do que reconhecer a periculosidade dessa atividade, com a concessão do correspondente adicional de 30% sobre o salário dos agentes, nos termos do §1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Portanto, por todos esses motivos expostos, o nosso voto é pela admissibilidade do projeto, por ser ele dotado de constitucionalidade formal e material, juridicidade, regimentalidade e atender à boa técnica legislativa. No mérito, votamos por sua aprovação.

Sra. Presidente, V. Exa. sabe, como todos os meus colegas sabem, que eu trabalhei muitos anos em pronto-socorro atendendo vítimas de acidentes de trânsito. Esses profissionais, às vezes, arriscam a própria vida para salvar vidas no trânsito, nos atropelos, nos acidentes, e são, por muitas vezes, atropelados.

Quantas e quantas vezes, eu tive que operar não só aquele que sofreu acidente, como o agente de trânsito que foi defender e foi salvar a vida do acidentado, nos prontos-socorros lá da Bahia, no Hospital Geral do Estado, no Hospital Getúlio Vargas, nas clínicas, nos hospitais. Várias e várias vezes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casos, inclusive, de lesões gravíssimas que aconteceram. Portanto, nada mais justo do que reconhecer esse projeto para dar essa condição àqueles que trabalham com trânsito, tanto nas rodovias federais, estaduais, como também nas áreas urbanas das cidades, onde acontecem a maioria desses acidentes.

Eu dou esse testemunho, porque trabalhei muito tempo com isso. Quantas e tantas fraturas, luxações, comprometimento da coluna vertebral, fratura da bacia, do colo do fêmur, do fêmur foram cometidos na tentativa de salvar. Com o vigor que têm essas pessoas de tentar fazer, também são atropeladas.

Portanto, o meu voto é pela aprovação, e eu espero que este projeto seja aprovado no Senado Federal e possa ser sancionada essa lei, para dar atenção a esses que salvam permanentemente a vida das pessoas no trânsito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Otto Alencar pela leitura do seu relatório, pelo testemunho que acaba de dar e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu gostaria, Sra. Presidente, de me congratular com o autor da proposta, nosso coestaduano, o ex-Deputado Décio Lima, que foi o Prefeito de Blumenau durante oito anos. E Blumenau é uma das cidades pioneiras no Brasil em matéria da antiga Inspetoria de Veículos e Trânsito Público, que hoje foi recepcionada para a condição, como regra, de guardas municipais.

Então, o Prefeito de uma cidade que deu vários exemplos ao Brasil, inclusive nessa questão de apoio ao trânsito, foi o autor desse projeto e quero me congratular.

E quero me solidarizar, em todos os aspectos, com os servidores, os agentes, as autoridades de trânsito, particularmente aqueles que tiveram o testemunho e a competência do nosso querido traumatologista, que só assustou uma pessoa na sua vida, o Senador Cid Gomes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente. Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu quero também aqui deixar meu depoimento como delegado titular da delegacia de trânsito. Eu pude presenciar como esses servidores, esses agentes de trânsito fazem um trabalho aguerrido, sendo vítimas não só de acidente, digo até mais: a população não sabe distinguir as funções das instituições. Então, por vezes, eles são abordados por quem foi vítima de roubo com emprego de arma. E quantas vezes já presenciei guardas municipais colocando a vítima, e indo atrás, e dando voz de prisão, porque qualquer do povo pode, mas a autoridade policial e seus agentes devem.

Então, muito mais justo que recebam essa periculosidade em todos os aspectos, não só por ser vítima em acidente de trânsito, mas também por suprir, às vezes, uma ineficiência de outras instituições que, constitucionalmente, a teor do que determina o art. 144, teriam competência para apurar as infrações penais, seja crime, seja contravenção. Eles estão ali suprindo. Nada mais justo que eles recebam essa periculosidade.

Eu quero louvar aqui o Relator, Senador Otto Alencar, e parabenizá-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Bem rápido, Sra. Presidente, porque já nos aproximamos de 12h30. O tempo urge, aprazado para que nos reunamos com os demais Líderes.

Mas quando o Senador Esperidião Amin menciona o nosso companheiro, Deputado que foi, Décio Lima, como ex-Prefeito de Blumenau, particularmente eu também tive a gratíssima honra de poder, em sendo Prefeito de Campina Grande, por igual período de oito anos, conviver diretamente com os nossos agentes de trânsito, integrantes da Superintendência de Trânsito e Transportes do nosso Município, e saber exatamente daquilo que foi detalhado pelo nosso Senador Otto, daquilo que foi reiterado pelo Senador Esperidião Amin, daquilo que foi com percuciência dito pelo Senador Fabiano Contarato. Eu tive, Senador Amin, a satisfação de, cumprindo o meu dever, além desse reconhecimento a toda aquela categoria, ter sido o Prefeito que implementou o 1º Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes de Trânsito de Campina Grande.

Por essa razão e por entender a plenitude do propósito do ex-Deputado Décio Lima, ex-Prefeito sabedor exatamente dessas funções que são tão delicadas, tão sensíveis e muitas das vezes não compreendidas, é que não poderia ter comportamento e postura senão de acompanhar o voto do nosso companheiro Senador Otto Alencar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 33, penúltimo item da pauta.

ITEM 33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 23, DE 2018

- Não terminativo -

Cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito (Cifet) e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Lázaro Botelho (PP/)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta.

Com a palavra V. Exa., Senador Fabiano Contarato, para proferir o seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu vou passar direto para a análise, tendo em vista o adiantado da hora.

Cabe à CCJ analisar os aspectos formais do projeto, isto é, a constitucionalidade, a juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa. Por ser a única Comissão a examinar a matéria, trataremos também do seu mérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao analisarmos a constitucionalidade, nenhum óbice é encontrado, tendo em vista que conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é competência privativa da União legislar sobre trânsito e transporte (art. 22, inciso XI), e não há vício de iniciativa (arts. 61 e 84).

Quanto à sua juridicidade, é impecável, pois a matéria apresenta os atributos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade, coercibilidade, razoabilidade e proporcionalidade.

Entendemos que a tramitação não infringiu nenhum dispositivo do Regimento Interno do Senado Federal. A técnica legislativa atende os ditames da Lei Complementar 95, de 1998.

No mérito, a proposta de coaduna com o princípio constitucional da transparência das informações do Poder Público. Embora seja possível obter as informações solicitadas por meio de *Diário Oficial* e da Lei de Acesso à Informação, seria necessário consultar a União, todos os Estados e ainda parte dos mais de 5,5 mil Municípios que compõem a Federação, visto que cada esfera tem jurisdição sobre determinados tipos de via.

Discordamos apenas no disposto no parágrafo único do art. 5º, visto que não se pode prejudicar a segurança de todos no trânsito, suspendendo a operação de radares em função de procedimentos burocráticos. Já existem formas de responsabilizar os gestores públicos que não cumprem as determinações legais, dispostas em seus estatutos e em leis que tratam de processos administrativos. Assim, apresentamos emenda para exclusão desse parágrafo, sem prejuízo do restante do texto.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLC nº 23, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº
Suprima-se o parágrafo único do art. 5º do PLC nº 23, de 2018.

Esse é o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Fabiano Contarato.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Sobre a mesa requerimento, nos termos regimentais, de autoria do Senador Major Olímpio. Já foi, inclusive, conversado com o Relator do projeto, Senador Alessandro Vieira.

É um requerimento solicitando a realização de audiência pública para instruir a PEC 19/2019, que altera o art. 144 da Constituição Federal para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança.

Propõe, para tanto, a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça; da Defesa; do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; do Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil; também das Guardas Municipais; Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais e também Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais; Federação Nacional dos Policiais Federais; representante da Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares; e representante da Adepol, Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.

EXTRAPAUTA

ITEM 37

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 139, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 19/2019, que altera o art. 144 da Constituição Federal, para incluir a Força Nacional de Segurança Pública dentre os órgãos de segurança pública. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

2. Representante do Ministério da Defesa;

3. Representante do CNCG - Conselho Nacional de Comandantes-Gerais de Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;

4. Representante do CONCPC - Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5. Representante do CNGM - Conselho Nacional das Guardas Municipais;

6. Representante da FENEME - Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais;

7. Representante da FenaPRF - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais;

8. Representante da FENAPEF - Federação Nacional dos Policiais Federais;

9. Representante da ANERMB - Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares;

10. Representante da Adepol do Brasil - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP).

Coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento. No momento oportuno, estaremos conversando com o autor do requerimento para estabelecermos dia a hora para a realização dessa audiência.

Último item da pauta.

ITEM 34

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 241, DE 2016

- Não terminativo -

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública.

Autoria: CPI do Assassinato de Jovens

Relatoria: Senador José Maranhão, que é favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1(Substitutivo).

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Transparência e Governança Pública.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSÉ MARANHÃO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Para proferir relatório.) – Srs. Senadores, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2016, da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos de Segurança Pública da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública.

Levando em conta o adiantado da hora, vamos direto à análise.

De acordo com o art. 101, I, e II, "c", do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias de competência da União, entre elas, segurança pública.

Não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa no projeto.

No mérito, concordamos com o projeto, que é, na verdade, idêntico ao Projeto de Lei nº 4.894, de 2016, do Deputado Reginaldo Lopes. A CPI do Assassinato de Jovens, reconhecendo sua importância, decidiu apresentá-lo ao Senado.

O objetivo do projeto é estabelecer, na área de segurança pública, a transparência, isto é, a prestação responsável de contas do Poder Público diante da sociedade.

A população tem o direito de saber que ações o Estado realiza na prevenção e no combate à criminalidade, bem como seus resultados, a fim de exercer o controle social e, eventualmente, exigir mudanças.

No mais, o substitutivo da CTFC fez os seguintes aperfeiçoamentos no projeto, com os quais concordamos:

a) suprimiu da ementa o apelido da lei;

b) acrescentou à ementa o fundamento do projeto, que é o §7º do art. 144 da Constituição Federal, segundo o qual "a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades";

c) suprimiu os incisos V e VI do art. 5º, porque pesquisas realizadas por empresas especializadas não são de responsabilidade das instituições públicas e órgãos de segurança pública;

d) suprimiu o §1º do art. 5º, que trata do nível de desagregação dos dados, porque o §3º é mais detalhado;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e) esclareceu, no art. 8º, que o prazo de 180 dias para que a União apresente relatório consolidado deve ser contado a partir da entrega dos relatórios dos entes federativos;

f) suprimiu o art. 9º, que trata da retificação de relatórios, porque isso é matéria de regulamento e não de lei;

g) suprimiu o art. 10, porque não há necessidade de se dispor que a inobservância da lei é ato de improbidade administrativa; e

h) fixou prazo de 90 dias para que a lei entre em vigor.

Voto.

Com base no exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 241, de 2016, na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

É o parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador José Maranhão pelo relatório e coloco em discussão a matéria.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP) – Parabenizando o nosso Relator, mas existem algumas áreas complexas sobre as quais eu quero dar uma analisada mais profunda. Então, vou pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Major Olimpio.

Está suspensa a discussão.

A pauta de hoje foi concluída dentro do tempo estabelecido e solicitado pela Presidência desta Casa.

Nós vamos, portanto, agora, declarar encerrada a presente reunião, lembrando da reunião, extraordinária, amanhã, se não houver votação no período da manhã no Plenário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente reunião.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 61ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Oriovisto Guimarães, José Serra, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Leila Barros, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Izalci Lucas e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Rose de Freitas, Major Olimpio, Cid Gomes, Weverton, Humberto Costa, Fernando Collor e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo." Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências." Autoria: Senador Jorge Viana (PT/AC). Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 - CCT (Substitutivo), com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas subemendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 189, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar n° 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida aos Senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin, nos termos regimentais. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 347, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista concedida aos Senadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esperidião Amin e Otto Alencar, nos termos regimentais. ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 423, de 2018 - Terminativo - que: "Altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres." Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 410, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 152, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests)." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos regimentais. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 144, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CDH. Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH-CCJ. ITEM 10 - Projeto de Lei n° 4034, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo). Resultado: Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CAS-CCJ), que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 11 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição da Emenda nº 2-S. Resultado: Substitutivo aprovado com rejeição da emenda apresentada em turno suplementar. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado nº 444, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 2, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado nº 161, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade." Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CDH-CCJ a 3-CDH-CCJ. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2016 - Não Terminativo - que: "Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Projeto de Lei n° 1553, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação." Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Relatoria: Senador Mecias de Jesus. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta para aguardar realização de audiência pública, em data oportuna. ITEM 19 - Emenda(s) de Plenário à Proposta de Emenda à Constituição n° 6, de 2018 que: "Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senadora Simone Tebet (PMDB/MS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Hélio José (PROS/DF), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Fernando Bezerra Coelho (PMDB/PE), Senador Raimundo Lira (PMDB/PB), Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), Senador Airton Sandoval (PMDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Benedito de Lira (PP/AL), Senador Zeze Perrella (PMDB/MG), Senador João Capiberibe (PSB/AP), Senadora Fátima Bezerra (PT/RN), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Wilder Morais (PP/GO), Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável à Emenda nº 2-PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, com a Subemenda que apresenta. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares." Autoria: CPI do Futebol - 2015. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritível o crime de feminicídio." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Proposta de Emenda à Constituição nº 76, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rol dos órgãos de segurança pública." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei n° 2832, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro- PROESP, com fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que “Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”, para dispor sobre a gestão das entidades desportivas." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e com três subemendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com acolhimento parcial da Emenda nº 1-T, nos termos da Emenda nº 2 - CAE/CCJ (Substitutivo), com as Subemendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. ITEM 25 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). ITEM 26 - Projeto de Lei da Câmara n° 104, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proibir a venda de produtos fumígenos, cachimbo, narguilé, piteira e papel para enrolar cigarro a crianças e adolescentes." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 28 - Projeto de Lei nº 3915, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem." Autoria: CPI de Brumadinho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Fabiano Contarato e Antonio Anastasia, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 29 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 140, de 2019 que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1553/2019, que altera a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, ex-presidente da Funai, ex-Procurador Geral do Estado do Paraná e professor titular de Direito Agrário e de Direito Socioambiental do Programa de Mestrado e Doutorado da PUCPR; 2. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, professor universitário brasileiro e ministro do Superior Tribunal de Justiça. 3. Theodoro Hugney Irigaray, procurador do Estado do MT, professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). 4. Leandro Mitidieri Figueiredo, procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF (4CCR) 5. João Paulo Ribeiro Capobianco - ex-secretário Executivo do MMA, Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 61ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 60ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 28.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Líder Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Primeiro, para mais uma vez cumprimentar V. Exa., porque no Brasil, ultimamente, a gente tem tido muito pouco o hábito de comemorar grandes conquistas.

Em que pese eu já tenha declarado inúmeras vezes que a reforma da previdência não é uma emenda constitucional que tenha nos dado alegria ou satisfação ou prazer em fazer, mas o Brasil precisa de uma reforma da previdência, e esta Comissão de Constituição e Justiça, presidida por V. Exa., conduziu, em tempo recorde, com a relatoria do Senador Tasso Jereissati, que chega aqui, a reforma da previdência, que já foi votada em primeiro turno pelo Plenário desta Casa, e uma reforma que garante uma revisão fiscal de R$800 bilhões para o Brasil. Essa é a maior reforma e a mais extensa reforma da previdência já realizada.

Portanto, acho que a gente precisa, com a ponderação, com o cuidado necessário, cumprimentar a Comissão de Constituição e Justiça, porque isso foi feito num prazo muito, mas muito curto – está certo? –, muito curto. Não apenas os três dias, Sra. Presidente, mas aqui foram feitas longas audiências públicas, com todo o espaço para todas as correntes do pensamento se posicionarem, amplo debate, e o Brasil está às vésperas, porque no dia 22 nós esperamos ter condições de votar.

Mas é importante dizer para o brasileiro que está nos acompanhando, aqui na CCJ, Sra. Presidente, que a reforma da previdência não é a reforma que todos nós gostaríamos, mas é a reforma que o Brasil precisa. E ela, sozinha, não vai voltar a gerar emprego. Se o Brasil não disponibilizar recurso novo para financiamento, com taxa de juros menor; se não abrir linha de crédito para a micro e pequena empresa; se o Brasil não apresentar uma série de reformas no pacto federativo e no próprio Governo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós não conseguiremos voltar a crescer e a gerar emprego e renda. E, aí, é aquilo que disse na tribuna do Senado e quero repetir: nós não temos mais espaço para voltar ao povo brasileiro e dizer: precisamos de mais sacrifícios ainda.

Portanto, acho que é preciso reconhecer, parabenizar o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, e dizer a todos os colegas Senadores e Senadoras que, agora, a nossa missão é exatamente não permitir que fiquemos apenas na discussão da votação do segundo turno.

Ontem, esta Comissão aprovou o parecer do Senador Anastasia, de Minas Gerais, sobre a questão dos precatórios, que é uma outra questão importantíssima. Por quê? Porque dará capacidade aos Estados, ao cumprirem os 2% da receita corrente líquida, de ir ao mercado financeiro financiar este parcelamento do precatório, fazer a liquidação desse precatório e reinjetar dinheiro na economia dos Estados, na economia nacional, para que nós possamos voltar a crescer.

E, ao mesmo tempo – e olhe como é importante quando se faz as coisas de forma planejada, Sra. Presidente –, o texto do acordo que foi construído ontem, que nós esperamos ver votado hoje na Câmara, estabelece a prioridade de pagamento de precatórios individuais, pessoa física, de natureza alimentícia, o que também, de certa forma, garantirá que parte do recurso da cessão onerosa fará não apenas a justiça social, mas reinjetará novos recursos na capacidade de consumo do País. Ou seja: seja pela securitização, seja pela questão dos precatórios, seja pela cessão onerosa, seja pela decisão do Governo, que não pode mais tardar com relação à questão dos compulsórios, o Brasil, neste momento, tem 500 bilhões de reais sendo remunerados no compulsório bancário, enquanto falta recursos para crédito no Brasil.

Esse recurso não é inflacionário. Ao contrário: ele fará com que o Brasil possa voltar a crescer.

Eu queria fazer essas ponderações, cumprimentar V. Exa. e pedir a V. Exa., se for possível, ouvido obviamente o douto Plenário, a inversão de pauta.

Sou Relator dos itens 23 e 24 da pauta. Se o Plenário concordar e V. Exa., eu pediria a inversão de pauta, porque temos o desafio de garantir quórum no Congresso Nacional para votação do PLN 18, que faz parte de todo este nosso esforço.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Eduardo Braga...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Desculpe-me, Presidente: são o 20 e o 24.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em função exatamente da excepcionalidade do dia de hoje, porque temos convocação do Congresso, já coloquei na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordem da presença dos Senadores. Nós temos apenas dois projetos antes dos de V. Exa., dois do Senador Rodrigo Pacheco. Em seguida, serão os itens 20 e 24, na ordem dos que já estão.

Quanto aos Senadores que chegarem, nós estaremos colocando os projetos para serem relatados posteriormente.

Antes de passar à pauta, Senador Eduardo Braga, eu gostaria de parabenizar a fala de V. Exa., até para que nós possamos fazer justiça a esta Comissão e ao Senado Federal.

Na segunda-feira eu ocupei a tribuna do Senado, exatamente para defender esta Casa.

Eu ouvi, desde quinta-feira – e passamos o final de semana ouvindo, através de pronunciamentos e de comentários feitos por cientistas políticos, pela mídia, pela imprensa, pelas redes sociais –, que esta Casa estaria procrastinando a aprovação da reforma da previdência, e, mais do que isso, que nós teríamos, Senador Tasso, desidratado a reforma da previdência.

Eu ocupei a tribuna do Senado fazendo três observações, que repito aqui, de forma muito incisiva e enfática.

Primeiro, o Senado Federal recebeu esta reforma, que é uma das mais profundas que tivemos que fazer, de todas as reformas até hoje apresentadas ao Congresso Nacional, seja previdenciária ou não, em apenas 60 dias. Essa reforma da previdência chegou no dia 8 de agosto no Senado Federal. Nós temos rito processual, nós temos rito regimental, nós temos forma, o que, no Direito, é tão importante quanto o mérito, quanto o conteúdo. Nós não tínhamos tempo... Dentro do que nos foi permitido, não tínhamos condições de entregar uma reforma com essa profundidade em menos tempo.

Portanto, nós estamos dentro dos tempos e do prazo regimental. A Câmara teve 180 dias, seis meses, e é natural, porque são 513 Parlamentares e duas comissões de mérito; nós temos apenas uma.

Segundo ponto que foi colocado: esta Casa é mera carimbadora ou seria mera carimbadora da Câmara dos Deputados. O relatório preciso, primoroso, do Senador Tasso Jereissati mostrou que isso não é verdade: houve mudanças de mérito no relatório. Nós mudamos questões de fundo em relação à reforma da previdência, com emendas supressivas. Apenas não fizemos novas alterações, porque requereria o retorno da reforma da previdência para a Câmara. Então, não, não somos meros carimbadores.

E, por fim, Senador Eduardo Braga, fiz uma defesa enfática, até num voto que V. Exa. deu, dizendo que o fato de o Senado ter derrubado a proposta do Governo, em relação ao abono salarial, em alterar o abono salarial, não desidratava, como não desidratou, a reforma da previdência.

Abono salarial vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que é o FAT. É um recurso que não vem de aporte do Tesouro, embora, quando haja déficit, isso seja possível. E hoje nós temos um déficit de 9

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bilhões, mas esse déficit não é fruto da falta de recurso que vem, patronal; é porque também o FAT patrocina e patrocinou – muitas vezes de forma indevida, no sentido da sua extensão – recursos do BNDES. Então, nós temos um déficit temporário de 9 bilhões, mas ele não é cumulativo.

Consequentemente, o abono salarial não desidratou a reforma, nem vem do Tesouro, nem vem para ampliar um possível déficit previdenciário.

Esses 76 bilhões, divididos em dez anos, que dá algo em torno de 7 a 8 bilhões por ano, que vem do Fundo do Amparo ao Trabalhador, nós não podemos esquecer, para encerrar a minha fala, que é aquele dinheiro que todo ano aquece a economia no final do ano. E, repetindo o Governo Temer, o atual Governo tem liberado recursos do FGTS, justamente para aquecer a economia, algo em torno, este ano, de R$16 bilhões. Isso seria, repetindo, dar com uma mão e retirar com a outra. Num momento de crise, acho que fez bem. Embora eu tenha tido um posicionamento diferente – eu, particularmente –, fez bem o Senado Federal em manter o abono salarial até dois salários mínimos num momento de crise como esta.

É uma observação apenas – não estou nem entrando no mérito – para contraditar o posicionamento feito contra o Senado Federal, de que nós estaríamos desidratando a reforma da previdência em relação ao abono salarial. Apenas uma observação na linha do Senador Eduardo Braga, mais uma vez parabenizando a Comissão de Constituição e Justiça, o Senador Tasso Jereissati pelo relatório e, obviamente, o Senado Federal, porque, dentro do prazo, estaremos entregando, até o dia 22 de outubro, a reforma da previdência para o País.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Pedi a palavra, Sra. Presidente, porque, já que se faz um balanço, eu quero me solidarizar integralmente. Subscrevo tudo que a senhora falou. E subscrevo mais ainda o elogio ao Senador Tasso Jereissati – que não está aqui nem para me policiar, nem para me induzir, mas sim para me gratificar com a sua companhia –, que fez um trabalho de tecelão, tecelão daqueles antigos, com fuso, roca, tear manual, na melhor expressão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu diria de bordadeira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Como as bordadeiras do Ceará. (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como as bordadeiras do Ceará, que também temos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Também têm?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, renda de bilros.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – É açoriano.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Renda de bilros é açoriano. Temos lá também.

Então, esse elogio, eu acho, resume a parte altamente positiva, principalmente comandada por V. Exa., na Comissão de Justiça.

Como a senhora mencionou a questão do abono, antes que o Eduardo Braga fale, porque certamente falaria – ou deveria falar –, eu só quero fazer um reparo ao que foi veiculado na imprensa.

Eu não sei se o Ministro Paulo Guedes disse ou não disse, mas foi propalado – eu votei – que nós teríamos traído o Governo. Isso que foi veiculado em todos os jornais de circulação nacional. E, aí, eu quero dizer o seguinte: o Eduardo Braga menos do que eu! E eu também não trai. E nem acredito que os votos dos que votamos a favor da reforma da previdência foram um insulto, que esses votos foram um insulto ao Relator ou ao Governo.

A senhora disse muito bem: o abono não é da Previdência; o FAT pode aplicar em outras... Pode haver outras destinações, e estas destinações podem ser preferíveis para o Governo ao abono salarial, mas não vai faltar dinheiro para o abono salarial, nem sairá da reforma da previdência.

E, além do mais, se se economizasse isso, faria o que com o dinheiro? Pagar juros?

Então, o assunto está encerrado, mas, como ficou esse amargozinho lá, no ar, eu queria dizer o seguinte: V. Exa. conduziu de maneira primorosa; o Senador Tasso Jereissati se excedeu na qualidade de seu trabalho... Quem votou a favor e quem votou contra exerceu seu mandato e arca com as suas consequências; e eu, que voltei a favor em tudo... Divergi apenas na questão dos mineiros de subsolo, que o Senador Tasso Jereissati tratou fraternalmente. E eu não ouvi uma voz de objeção – nenhuma – naquela emocionante exposição que foi feita aqui.

E, nesse caso, eu acho que tendo sido autor, não tendo sido autor, mas não havendo desmentido, eu quero dizer aqui: Eu não traí ninguém e votaria de novo, por considerar que esse assunto, do ponto de vista da origem do dinheiro, não faz parte da reforma da previdência.

Então, eu queria fazer esse registro, já que veio à baila.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu fui citado e quero só fazer aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agradecendo ao Senador Esperidião Amin e agradecendo também a V. Exa., eu quero mais uma vez parabenizar o esforço do Senador Tasso e dizer exatamente isto: Sra. Presidente, quando foi da primeira votação do relatório do nosso Tasso Jereissati, o único item que votei de forma diferente do Senador Tasso foi com relação a abono, inclusive gerando um empate nesta comissão, que V. Exa. desempatou, a favor do texto; quando da votação do segundo turno da PEC, quando ela retornou com as emendas aqui, para a Comissão de Constituição e Justiça, também votei da mesma forma; e, finalmente, no Plenário, também mantendo a coerência, votei.

Agora, Presidente, o engraçado é que, quando é para tirar dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador, quando é para tirar dinheiro do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), o Governo não tem problema.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Agora, quando é para tirar dinheiro do compulsório bancário que está depositado – do nosso dinheiro – nos bancos, que é remunerado....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Da remuneração da nossa reserva.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque o dinheiro é remunerado: os bancos ganham sem aplicar – é engraçado que não consigam ter a mesma coragem e a mesma valentia. Ser valente e corajoso contra os humildes, contra os pobres, me parece que tem sido um mal costume de algumas pessoas, inclusive dizer que vai retaliar o Congresso Nacional, que cada bilhão vai tirar daqui, vai tirar de lá...

Lá na minha terra, Senadora Simone Tebet, há uma expressão que eu sempre aprendi na minha vida, "o pau que dá em Chico dá em Francisco", e o que nós queremos é que o dinheiro do compulsório, que não tem nenhuma justificativa econômica, que não tem nenhuma justificativa do ponto de vista da solidez do sistema financeiro, possa ter R$200 bilhões... Que R$200 bilhões, desses 500, possam voltar para o setor financeiro, para ser emprestado para a micro e pequena empresa, para o médio empresário, para grandes investimentos, e o Brasil voltar a crescer e gerar emprego e renda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só se justifica o que nós conseguimos fazer na reforma da previdência se o Brasil voltar a crescer, voltar a gerar emprego, voltar a dar expectativa e perspectiva de vida melhores para o povo brasileiro, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Na ordem de inscrição, nós temos alguns oradores. Eu vou pedir só o cumprimento do horário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria me inscrever, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane, em seguida Senador Rogério e Senador Tasso, para que nós possamos começar a ordem da pauta. Inclusive o Senador Rodrigo Pacheco, que é o primeiro, está com um compromisso.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente, eu queria, mais uma vez, como sempre tenho feito questão de destacar todas as vezes que trato da reforma da previdência, destacar a sensibilidade do Senador Tasso em relação ao relatório da previdência.

Em seguida, nós tivemos algumas ações e lutas no sentido sempre de proteção da população minoritária, da população mais vulnerável. Agora há pouco, acompanhando a fala de V. Exa., V.Exa., sempre com muita precisão e sabedoria, coloca exatamente a importância do que é o abono salarial para essa população: nós temos, hoje, um impacto em torno de 13 milhões de trabalhadores no Brasil.

E quanto àquele argumento, que às vezes se coloca, "Olha, houve uma desidratação da reforma da previdência", o que nós temos de fato, como V. Exa. coloca, é uma garantia de um recurso que também vai movimentar a economia e, aliás, de uma população pobre do Brasil, porque quem ganha até dois salários mínimos, gente, não é privilegiado; ao contrário: é uma pessoa que está lutando para sobreviver com esse recurso. E ter, por exemplo, um salário a mais significa garantir um poder de compra para essa família, garantir a comida na mesa dessa família. Nós temos, por exemplo, um impacto em mais de 2 milhões de trabalhadores da Região Nordeste, que continuarão a ter assegurado, de fato, esse recurso.

Outra coisa... Alguém diz: "Olha, é uma pessoa muito jovem, que está entrando agora no mercado de trabalho...". Não! Tem acesso a esse recurso quem está há cinco anos. Ou seja, há uma série, na verdade, de critérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra argumentação que alguém faz: "Olha, o FAT lá já tinha um desfalque". Sim, e isso não é culpa do trabalhador brasileiro. Se é culpa de alguém, é do gestor que não soube gerenciar esse recurso: passa para o BNDES e não dá o rendimento que deveria acontecer à altura.

O que nós temos hoje é a certeza de que nós temos um trabalhador brasileiro que ganha até dois salários mínimos e que continuará a ter, de fato, o acesso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... a um benefício que, como todos já falaram, não é previdenciário; é um benefício trabalhista, vem do Fundo de Amparo ao Trabalhador, e foi uma conquista histórica para o trabalhador brasileiro.

Eu me senti muito honrada de fazer parte dessa história, por ter apresentado o destaque – nós do Cidadania – no Plenário do Senado. Eu acho que foi uma resposta... Aliás, Presidente, eu acho que foi uma resposta, inclusive, para o Senado. O Senado tem que ter o seu protagonismo. Eu acho que a gente tem marcado isso quando tem assumido, por exemplo, a agenda do pacto federativo. Quando a gente faz outros debates e faz alterações – aliás, sem trazer prejuízos para a promulgação da PEC, porque será ela promulgada –, nós estamos mostrando que o Senado pode protagonizar sem prejudicar e, ainda mais, protagonizar beneficiando a população mais pobre do Brasil.

Mais uma vez, Presidente, parabéns a V. Exa. pela sensibilidade e sabedoria na condução de pautas importantes como essas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabéns a V. Exa. e ao Cidadania por terem apresentado o destaque, Senadora Eliziane.

Eu tenho mais dois oradores inscritos e vou pedir o tempo de três minutos.

O Senador Rodrigo, realmente, é o Relator dos dois próximos projetos e tem uma audiência em um ministério.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria, primeiro, concordar com todos os que me antecederam, que teceram comentários sobre o desempenho do Senador Tasso Jereissati. Não é fácil você pegar um projeto ou uma propositura que vem com um determinado conteúdo e uma determinada forma, uma determinada finalidade e, ao longo do processo, tentar inclusive mudar a natureza daquela propositura. E o Senador Tasso Jereissati, ao fazer as suas emendas, com todas as suas restrições, porque não poderia alterar o texto, conseguiu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive melhorar a natureza da propositura que veio da Câmara e que foi apresentada. Isso é de quem tem experiência, vivência, de quem consegue bordar. Porque é um bordado: você vai buscando, vai... É um tecelão, mas eu diria que o bordado é mais refinado, é mais sofisticado, é mais delicado para poder conseguir, com uma miríade tão grande de posições e de divergências, encontrar um eixo e um caminho menos danosos, mitigar os diversos danos que uma proposta feita sem as devidas separações necessárias traria – quanto a regime geral, regimes próprios, regime das Forças Armadas –, que eu acho que deveria ser o caminho para poder a gente fazer um debate mais profundo, mais profícuo e até com mais apoio de outros setores que votaram contra.

Mas, parabéns, Senador Tasso Jereissati, e meus agradecimentos por acatar uma série de emendas, não só minhas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... mas de vários Parlamentares e Senadores que apresentaram emendas.

E, por fim, eu quero dizer que o Ministro Guedes precisa começar a se ocupar com o futuro, porque aquilo que ele tem demandado das duas Casas, para o bem ou para o mal, as Casas Parlamentares e Legislativas têm dado o respaldo, têm dado conta e têm entregue. É preciso saber se ele vai ser capaz de apresentar um plano que faça ou que represente uma ação anticíclica, para promover o crescimento e o desenvolvimento econômico. E que ele consiga ter, nas suas ações, mais transparência, antes de cobrar de nós – Parlamentares, Congresso – qualquer coisa, porque a privatização da BR não foi transparente... A tentativa de vender as ações excedentes dos 51% do Banco do Brasil, se não fosse denúncia ...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... seria feita à revelia da publicidade necessária.

Eu acho que ele precisa se justificar com a sociedade brasileira, por que não está sendo transparente como deve ser o processo de venda e de comercialização. Se esse que é o objetivo do Governo, que o faça dentro da lei, dentro da transparência, e dentro da possibilidade de a gente ter melhor ganho com os ativos do nosso País e da sociedade brasileira.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Com a palavra o Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Primeiro, eu queria agradecer aos meus colegas Senadores as palavras ultragenerosas que fizeram a meu respeito, devido, principalmente, a essa linha de amizade e de companheirismo que existe aqui dentro, sem ser corporativo, e dizer uma palavra a V. Exa., Presidente, do excepcional trabalho que V. Exa. fez à frente desta Comissão, durante a discussão do projeto. Sem a sua determinação e firmeza, com certeza nós não teríamos chegado aonde chegamos, num tempo tão acelerado.

E faço a seguinte observação, em cima das coisas que nós temos visto: a meu ver, existe hoje, a partir do Executivo, não só do Presidente, mas também dos seus ministros, uma enorme incompreensão sobre o processo democrático legislativo.

A falta de entendimento de como se processa, na vida real, todas as deliberações, todas as iniciativas do Executivo, que não podem se dar por causa somente de um voluntarismo de cada um dos seus ministros ou de cada um do próprio Presidente, essa falta de compreensão do que é esse sistema de pesos e contrapesos, Poderes diferentes, opinião pública, sensibilidade, faz com que haja ruídos completamente desnecessários entre esta Casa e o Poder Executivo. A questão da previdência, por exemplo: os Senadores que estão aqui sabem que, em qualquer parte do mundo, essa é uma questão delicadíssima de se tocar e de se discutir. Nós vimos agora, se não me engano há duas semanas, na França, a principal avenida de Paris sendo tomada e vitrines quebradas por causa da reforma da previdência de um setor só – de um setor só. Vimos a revolta, o tumulto e o clamor social que houve. Ninguém quer perder direitos – não é privilégio –, ninguém quer perder as suas vantagens, e tem medo das mudanças.

Aqui no Brasil, para minha surpresa, Senador Amin, Senador Eduardo, Senador Rogério, eu esperava fazer uma votação no Plenário, do primeiro turno, com barulho lá fora, com gente gritando, pessoas aqui, segurança atrás de nós...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu andei sozinho por todos os lugares, cheguei sozinho, não ouvi falar de uma baderna, num clima de inteira disputa válida, em que as minhas propostas, em determinado ponto, foram perdidas... Não me senti ofendido. Faz parte da democracia. Pelo contrário: não me senti derrotado. Senti-me, sim, diante de um processo legislativo democrático, extremamente rico e vitorioso, por termos conseguido chegar aonde chegamos dentro desse clima.

Portanto, eu pediria que começasse a haver, no Executivo, naqueles que fazem o Executivo brasileiro de hoje, um entendimento maior do funcionamento da democracia e do processo entre Executivo, Legislativo e Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Tasso Jereissati, encerrando essa questão e passando para a pauta, não podemos aqui deixar de novamente reforçar: V. Exa. foi o artífice de toda essa harmonia que reinou, esse equilíbrio que reinou na Casa. Foi graças ao trabalho, à tranquilidade e à sensatez de V. Exa. que nós tivemos a tranquilidade para levar adiante essa questão tão polêmica.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 189, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito.

Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável ao Projeto.

Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco, para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet.

Apenas um registro: cancelei a minha reunião no Ministério, em homenagem ao Senador Eduardo Braga, e daqui, da CCJ, eu vou caminhar com S. Exa. para a sessão do Congresso, para que possamos dar quórum e votar o PLN ainda hoje.

Eu peço a V. Exa. para ir direto à análise do parecer.

Cumpre-nos, nos termos do Regimento Interno, apreciar tanto os aspectos relacionados à admissibilidade quanto ao mérito dessa proposição legislativa.

O PLS nº 189, de 2019, de autoria do ilustre Senador Lasier Martins, é plenamente compatível com a Constituição Federal, pois está, ao dispor sobre os direitos políticos, seu exercício e suas restrições, no §9º de seu art. 14, que diz que "lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, a normalidade e legitimidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta".

Nessa norma constitucional, se acha o fundamento constitucional de validade da Lei Complementar nº 64, de 1990, a chamada Lei de Inelegibilidade, que a proposição sob exame pretende alterar. Concluo, dessa maneira, que a matéria que ora se examina é materialmente compatível com a Constituição.

No plano da juridicidade, cabe notar que a norma legal proposta é genérica, abstrata, impessoal, coerente com o sistema jurídico em que se insere e também inovadora. Cumpre, assim, esse requisito regimental.

No plano da adequação regimental, não há, na iniciativa, algo que possa obstar o exame de seu mérito: é uma proposição de iniciativa individual de Senador, assim subscrita, e sua tramitação ocorre nos termos regimentalmente exigidos, nos quais ressaltam o exame por esta Comissão e a subsequente apreciação pelo Plenário do Senado.

No que respeita ao mérito, entendo que a iniciativa é merecedora de aprovação por esta Comissão e esta Casa: é tempestiva, uma vez que enfrenta um problema que causou espécie, em nosso País, durante o último processo eleitoral, no ano passado, e é adequada, razoável e pertinente, pois lhe dá solução que preserva os valores jurídicos pretendidos pela Lei de Inelegibilidade, pois não afeta a normalidade e a legitimidade das eleições, além de trazer a possibilidade de redução de custos e contribuir ao normal funcionamento das instituições.

Em face do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental do Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2018, Complementar, e voto, quanto ao mérito, por sua aprovação.

A proposta propõe que seja acrescido ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990, o seguinte parágrafo: "§6º Não se aplicam os §§1º e 2º aos substitutos do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos Municipais que os hajam substituído por até 15 dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito".

Esse é o meu voto, Sra. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em discussão.

Para discutir, Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Na realidade, efetivamente eu gostaria de discutir, mas eu entendo que hoje nós estamos com uma agenda apertada. Então, eu peço vista a V. Exa., para que, na próxima reunião...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida a pedido do Senador Esperidião Amin também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, peço vista com viés de negativa. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 19.

Aqui, na realidade, é uma emenda de Plenário a essa PEC nº 6, de 2018, que já foi votada nesta Comissão.

ITEM 19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 6, DE 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 12 da Constituição Federal, para suprimir a perda de nacionalidade brasileira em razão da mera naturalização, incluir a exceção para situações de apatridia, e acrescentar a possibilidade de a pessoa requerer a perda da própria nacionalidade.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) e outros

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável à Emenda nº 2-PLEN

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodrigo Pacheco, para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu passo também direto à análise do meu parecer.

A PEC nº 6, de 2018, pretende alterar a normativa constitucional sobre a perda da nacionalidade originária brasileira, em razão de recente orientação do Supremo Tribunal Federal.

A Emenda nº 2, de Plenário, propugna duas alterações em relação à ideia original.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira alteração (art. 12, §4º, inciso I, da Constituição Federal) rege o tema da perda de nacionalidade por parte de quem era naturalizado, ou seja, um estrangeiro que se naturaliza pode perder a nacionalidade brasileira, sempre por sentença judicial, quando fraudar o processo de naturalização ou atentar contra a ordem constitucional e o Estado democrático. Nesse sentido, a emenda detalha o conceito de fraude posto na proposição, aperfeiçoando o texto. Em seguida, propõe a supressão da ressalva à situação da apatridia, argumentando que seria exagerado proteger apátridas de forma absoluta, inclusive em hipóteses de fraude na naturalização, sobretudo porque protegemos direitos dos apátridas.

Parece razoável a postura. Além disso, segundo o parágrafo único do art. 75 da Lei de Migração, o juiz considerará o risco de geração de situação de apatridia antes da efetivação da perda da nacionalidade.

A Emenda em análise não modifica o art. 12, §4º, II, da Constituição, conforme definido em nosso relatório, já aprovado na CCJ.

A segunda alteração proposta, referente ao §5º do art. 12, contudo, tem reflexos significativos. Em síntese, trata da situação de quem era brasileiro nato, renunciou a nacionalidade brasileira e pretende readquirir a nacionalidade brasileira. Nesse caso, ele pode ter sua naturalização facilitada, conforme relatório aprovado, ou pode ter viabilizada a reaquisição de sua condição de brasileiro nato, segundo a Emenda nº 2, de Plenário, ora em análise.

A proposição original e a de nosso relatório foi a de que, uma vez renunciada a condição de brasileiro nato, o renunciante teria sua naturalização facilitada. Distintamente, a Emenda nº 2, de Plenário, propõe que a pessoa que renunciou a nacionalidade brasileira, de livre e espontânea vontade, se pretender readquiri-la, voltará a ser brasileiro nato, ou seja, ter sua nacionalidade brasileira originária.

O brasileiro nato que renunciar a nacionalidade brasileira livremente deve ser beneficiado, em caso de fim da causa de sua renúncia a readquirir a nacionalidade brasileira. Contudo, ele renunciou à sua condição, gerando dúvidas se deve ser beneficiado com os cargos e funções típicos do §3º, do art. 12, da Constituição Federal, nomeadamente: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; VI - de oficial das Forças Armadas; VII - de Ministro de Estado da Defesa. Tampouco há segurança se deve ser amparado pela regra extradicional do inciso LI do art. 5º da Constituição Federal, que determina que o naturalizado pode ser extraditado pelos crimes praticados antes da naturalização (no caso, no período posterior à renúncia até a reaquisição da nacionalidade brasileira) ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, outra consequência, mais branda, está posta no art. 222 da Constituição Federal, que determina que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.

A doutrina se divide nesse assunto, uns adotando a tese de que o indivíduo deve manter o *status* da nacionalidade que tinha antes de perdê-la, e outros afirmando que, após a perda, os vínculos entre o cidadão e o Estado não voltariam ao mesmo patamar anterior à perda. Evidentemente, esse debate deve ser atualizado para os termos dessa proposta de emenda à Constituição, que limita, e muito, a hipótese de perda de nacionalidade, reduzindo-a a uma situação expressa de renúncia.

Contudo, é plausível defender que a nacionalidade originária deve ser protegida ao máximo, pois deriva de um fator relacionado ao nascimento da pessoa. Em síntese, ou a pessoa nasceu no Brasil, ou é filha de brasileiro ou brasileira. Ademais, os fatores que causaram a renúncia da nacionalidade brasileira em geral estão relacionados à formação de família no exterior ou de carreira profissional, não implicando necessariamente um distanciamento das origens brasileiras.

O ponto mais controverso no assunto em análise é ligado à extradição. Entretanto, isso foi resolvido pelo art. 100 e seguintes da Lei de Migração, com a possibilidade de transferência da execução da pena, ou seja, a sentença condenatória estrangeira de caráter penal pode ser homologada e executada no Brasil. Assim, se a intenção em readquirir a nacionalidade brasileira for para escapar de extradição, em razão de crime cometido no exterior, haverá frustração, pois atualmente ele poderá cumprir essa pena no Brasil. Portanto, não haverá impunidade.

Desse modo, entendemos que a emenda proposta deve prosperar.

Por essa razão, Sra. Presidente, Srs. Senadores, o nosso voto é pela aprovação da Emenda nº 2, de Plenário, de autoria do Líder do Governo, Senador Fernando Bezerra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Rodrigo Pacheco, coloco em discussão a matéria.

Para discutir, o autor da proposição, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Agradeço mais uma vez ao eminente Senador Rodrigo Pacheco pela relatoria, dizendo que essa emenda foi apresentada pelo Líder do Governo, foi discutida com o Relator e conosco, e estamos totalmente de acordo. Ela aprimora o texto que já havia sido aprovado aqui. Só quero manifestar, portanto, a nossa aquiescência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao autor, com a palavra...

Não há mais quem queira discutir.

Encerro a discussão e coloco em votação relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam, que aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à Emenda nº 2, de Plenário.

A matéria vai ao Plenário.

ITEM 20

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 157, DE 2015

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante.

Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, com a Subemenda que apresenta

Observações:

- Em 1/04/2015, foi recebida a Emenda n° 1-T, de autoria do Senador Tasso Jereissati;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Eduardo Braga, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição é composta de três artigos. O primeiro delimita seu âmbito de aplicação. Já o segundo promove alteração na Lei Geral de Telecomunicações, para inserir um art. 73-A, com a finalidade de obrigar as empresas do setor a prestar gratuitamente assistência aos órgãos públicos em caso de calamidade pública, emergência e perigo público iminente, bem como para a defesa nacional, a defesa civil e a segurança pública. O terceiro estabelece a cláusula de vigência, prevista para 90 dias após sua publicação.

No prazo regimental, foi apresentada apenas a Emenda nº 1, do Senador Tasso Jereissati, que visa a incluir disposição para que as operadoras de serviços de telefonia sejam obrigas a, gratuitamente, enviar mensagens de SMS aos usuários, para alertar sobre calamidades públicas ou emergências.

Da análise, Sra. Presidente.

Cabe a esta CCJ, no caso em espécie, debruçar-se apenas sobre a admissibilidade do PLS (constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa), nos termos do inciso I do art. 101 do RISF, uma vez que competirá à CCT a apreciação sobre o mérito.

Em relação à constitucionalidade formal, verifica-se que não há vício de iniciativa nem de competência legislativa. A matéria refere-se a telecomunicações, contratos administrativos, requisição civil, defesa civil e defesa nacional – todos esses temas em que não incide a reserva de iniciativa de qualquer autoridade –, podendo, assim, ser apresentada por proposta de Senador (Constituição Federal – CF, art. 61). Inclui-se, ademais, na competência legislativa privativa da União, nos termos dos incisos III, IV e XXVIII do art. 22 da Constituição Federal.

Sob o prisma da constitucionalidade material, também não verificamos qualquer problema. As empresas concessionárias de serviços públicos sujeitam-se, por previsão constitucional, a um regime jurídico-contratual especial (CF, art. 175, parágrafo único, inciso I), que as faz serem obrigadas a suportar uma série de ônus inerentes ao serviço público que prestam. Compatibiliza-se com essa normatização o fato – previsto no PLS – de obrigá-las a prestar auxílio em casos de calamidade pública e situações assemelhadas.

Aliás, ainda que se tratasse de empresas exploradoras de atividade econômica inteiramente privada, poderiam também ser obrigadas a suportar tais ônus, em virtude das limitações administrativas ao direito de propriedade. É o caso, apenas a título de exemplo, da obrigação de passagem e utilização prevista no art. 7º da Lei de Portos – da qual tive a honra de ser Relator – e de diversas outras disposições normativas infraconstitucionais.

No caso do PLS ora em debate, em se tratando de concessionárias de serviços públicos, mais ainda se justifica a obrigatoriedade de prestação desse auxílio, de forma gratuita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à regimentalidade, o PLS seguiu, até aqui, os ditames do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto à juridicidade, verifica-se que a norma que se pretende instituir tem potencial de inovação da ordem jurídica, além de ser veiculada pelo instrumento adequado (projeto de lei ordinária).

Em relação à técnica legislativa, também não há reparos a fazer, uma vez que a proposição segue as normas de Legística ditadas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Apenas, em relação à Emenda nº 1-T, verifica-se uma pequena incorreção, do ponto de vista redacional, uma vez que se incluem dois comandos normativos no mesmo parágrafo, o que contraria as alíneas "b" e "c" do inciso III do art. 11 da citada lei complementar.

Para corrigir essa pequena imperfeição, estamos propondo o mérito e o conteúdo numa subemenda de redação, nos termos da alínea "c" do inciso V do art. 133 do RISF, e do art. 231, do mesmo diploma.

Voto.

Por todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PLS nº 157, de 2015, na forma de seguinte subemenda à Emenda nº 1-T:

> Subemenda (de redação) à Emenda nº 1-T
> Dê-se nova redação ao §2º e acrescente-se o §3º ao art. 73-A da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nos termos da Emenda nº 1-T, ao art. 2º do PLS nº 157, de 2015:
> Art. 2º
> .....
> .....
> Art. 73-A.
> .....
> .....
> .....
> .....
> §2º Nos casos de calamidades públicas, emergências e casos de perigo público iminente, todas as operadoras que prestem serviços na modalidade de Serviço Móvel Pessoal (SMP) na região afetada deverão enviar mensagens de texto via *Short Message Service* (SMS) ou serviços equivalentes, que atendam ao mesmo objetivo, a todos os usuários de serviço móvel pessoal na área ou Municípios afetados, com informações e orientações repassadas pelos órgãos de defesa civil, segurança pública ou defesa nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º A disponibilização das mensagens de que trata o §2º será gratuita e durante o período necessário para normalização da ordem pública nas áreas afetadas, cabendo ao órgão regulador de telecomunicações disciplinar o respectivo procedimento.
Sala das Comissões.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Antes de colocar a matéria, esta Presidência quer comunicar aos colegas que já temos quórum para deliberar projetos terminativos.

Existem dois projetos terminativos que já foram lidos e que tiveram terminada a discussão. Então, em seguida à discussão e ao encerramento desse item 20, nós abriremos o painel para duas votações nominais, cujos relatórios já foram lidos e cujas discussões já foram encerradas.

Com a palavra, para discutir o item 20, o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, peço a atenção, especialmente ao Relator, Senador Eduardo Braga...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra, Presidente, V. Exa. se refere ao Item 6, não é? Já podemos votar então, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Eu estou terminando o item 20, que está no meio da discussão, e, em seguida, vão ser o item 6, terminativo, e o item 8.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já foi lido e pode ser votado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já foi lido e já foi discutido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Peço especial atenção...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos agora discutindo o item 20.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Espiridião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu peço especial atenção ao Senador Eduardo Braga, pelo seguinte fato: ontem, dia 8 de outubro, foi sancionado o novo Marco Legal das Telecomunicações.

O projeto foi relatado pela Senadora Daniella Ribeiro, do meu partido, e, tendo entrado em vigor no dia de ontem, quanto à emenda, ao projeto do Senador Tasso Jereissati, eu sou absolutamente favorável. Tenho dúvida se cabe a nós ou à Comissão de Ciência e Tecnologia fazer a adequação do a que se refere.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Só estamos tratando da parte regimental e constitucional. Eles é que vão tratar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é. Daí vem a minha indagação: nós estamos dizendo: "Insira-se, no art. 73...".

Ora, nós temos uma nova lei a partir de ontem. Se essa adequação, que é legal, deve ser feita por nós ou pela Comissão de Ciências e Tecnologia, é uma dúvida que eu tenho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Do ponto de vista legal, nós temos que fazer aqui. Quanto ao mérito, eles fazem lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois é. Quanto ao mérito. Mas eu repito...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu daria uma sugestão: pedido de vista por uma semana, para que se pudesse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o senhor escreveu: "Dê-se nova redação ao §2º e acrescente-se o §3º no art. 73-A da Lei 9.472".

Nós temos uma nova lei a partir de ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista, para que se possa fazer a adequação. Acho que é mais oportuno.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu queria votar a favor e deixar para a Comissão de Ciência e Tecnologia, mas como se trata de uma matéria legislativa...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quer fazer a adequação agora, Relator?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que ele pode ter mais de uma semana...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador pode ou adequar agora, ou, em uma semana, fazer por escrito.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Melhor deixar para a semana que vem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O melhor é deixar para a semana que vem, na minha opinião.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, nós estaríamos dando vista coletiva e colocando, imediatamente, o item 6.

Pedindo à Secretaria que abra o painel, eu vou apenas anunciar e, enquanto votam, eu concedo a palavra a V. Exa., pela ordem.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 423, DE 2018

- Terminativo -

Altera os arts. 20 e 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar que a revogação da prisão, em casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, somente possa ocorrer após a elaboração de laudo psicológico que verifique o grau de probabilidade de o agressor reincidir contra esta ou outras mulheres.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações: - *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

- Em 11/09/2019, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Portanto, eu peço à Secretaria que abra o painel, para que as Sras. e os Srs. Senadores já possam votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto os Senadores exercem o seu direito de voto, eu concedo a palavra ao Relator, apenas para os esclarecimentos devidos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Eu louvo a iniciativa da Senadora Kátia Abreu com esse projeto, Sra. Presidente, até porque a agressão contra a mulher é uma coisa absurda, é o que considero, e a covardia sempre vem com recidiva, voltam a reincidir no mesmo erro.

Então, para inibir esse ato covarde de agredir as mulheres, nada melhor do que fazer um laudo psicológico, para verificar o grau de probabilidade do agressor de voltar a cometer esses atos, que são atos que devem ser punidos com o rigor da lei.

Portanto, ao projeto da Senadora Kátia Abreu dei parecer favorável e peço aos Srs. Senadores e Senadoras que possam votar, para que aprovemos esse projeto hoje, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Otto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu sou o autor do projeto de lei que consta, na pauta, do item 9.

Esse projeto de lei já está na pauta há alguns meses, já recebeu o parecer favorável, já recebeu pedido de vista, e altera apenas a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.

Portanto, ele já foi amplamente discutido aqui, está apto também a ser deliberado, e eu queria pedir a V. Exa. que o incluísse também no rol dos terminativos, para a sua aprovação.

Se V. Exa. me permitir, eu ainda posso fazer um breve histórico – bem brevíssimo mesmo – desse projeto de lei que, na minha opinião, acho extremamente importante para os pais e, sobretudo, para as nossas crianças de todo o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu informo ao autor, Senador Dário Berger, que a Relatora não está presente.

Nós precisaríamos da presença da Relatora, mas, como a reunião não acabou, eu vou deixar como terceiro item terminativo, porque é o tempo de a Relatora comparecer.

Em não estando, eu vou consultar os colegas. Não havendo objeção, nós colocaríamos em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acredito que dê tempo de ela chegar nesse tempo, porque nós temos um item antes deste terminativo. Se ela chegar, está resolvido o problema. Se não, consulto rapidamente os colegas, não havendo objeção, nós abriremos o painel.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, só para fazer uma comunicação: eu estou sendo informado pela Secretaria da Mesa de que nós precisamos registrar a presença no Congresso, sob pena de a sessão cair, e estão faltando 12 Senadores.

Portanto, é importante, e eu faço questão de comunicar aos Senadores, que possam registrar a presença e voltar à CCJ, para a gente poder...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Assim que terminarmos essa votação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Paim fica aqui, cuidando do Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... continuaremos a reunião com os não terminativos, enquanto os colegas vão, votam, e depois voltam.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente ou Senador Eduardo Braga, só há um..

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós precisamos ainda...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É só votar o meu, nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, nós temos outros. (*Fora do microfone.*)

Nós estaremos votando os não terminativos.

Nós não suspenderemos a sessão, porque nós temos que lembrar que, no Congresso... Nós teremos pelo menos mais uma hora aqui, porque não vai abrir; vai começar normalmente com pronunciamentos, apenas para a presença.

Eu estou aguardando apenas mais um voto, que eu não sei nem se...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger, só para que V. Exa. possa votar.

Nós vamos ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas se houver quórum, Senador Dário, nós vamos colocar todos os projetos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. me perdoe: eu também sou Presidente de Comissão, e é a primeira vez que eu vejo, depois de termos discutido um projeto várias vezes, de terem sido concedidas vistas, e porque a Relatora não está presente, nós não podermos apreciar o projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Dário, fique tranquilo. Jamais – jamais – iria preterir um projeto de V. Exa.

Nós vamos abrir ainda em discussão, o seu projeto ainda vai abrir para discussão. Nós estaremos abrindo o projeto de V. Exa. para discussão. Só temos uma ordem aqui que precisamos cumprir.

Eu peço a V. Exa. apenas que vote.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em consideração a V. Exa. eu vou votar, mas sob protesto, porque o meu projeto não entrou...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O projeto de V. Exa. está na ordem da pauta. Só que, antes dele, ainda temos o item 8, do Senador Fabiano. E aí – o Senador Alessandro também chegou – vai haver quórum suficiente para votar o projeto de V. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

Nós vamos passar agora, enquanto aguardamos os Senadores votarem, o projeto de V. Exa., não terminativo. V. Exa. pode ir direto à análise e, aí, nós votaremos. Está na ordem.

Apenas vamos aguardar o voto do Senador Alessandro Vieira, para encerrar a votação do item 6. (*Pausa.*)

Vamos encerrar essa votação.

Está encerrada a votação.

Peço à Secretaria que apure o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 14 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado, por unanimidade, o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa, para as providências cabíveis.

Agora vamos voltar aos não terminativos por falta de quórum temporário.

ITEM 24

PROJETO DE LEI N° 2832, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro - PROESP, com o fim de aumentar a governança e transparência nas entidades esportivas, e altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que "Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências", para dispor sobre a gestão das entidades desportivas.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Favorável ao Projeto na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo), com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e com três subemendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela CAE, e será apreciada pela CE, em decisão terminativa.

Em 22 de maio deste ano, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Weverton.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Eduardo Braga, para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Sra. Presidente, tendo em vista que é um relatório que está publicado, eu peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

Trata-se, como V. Exa. já anunciou, da propositura do Proesp, que é composta por quatro capítulos, contendo 25 artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à análise.

Nos termos do inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão, a CCJ, opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, caso do projeto em análise.

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, a quem compete legislar sobre direito tributário e desporto (art. 24, I e IX, da Constituição Federal).

Além disso, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa parlamentar, conforme o disposto nos arts. 48 e 61 da Lei Maior. A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Igualmente, no que concerne à regimentalidade, não encontramos óbices à aprovação do PL nº 2.832, de 2019.

No que diz respeito à juridicidade, após os aperfeiçoamentos propostos pela Emenda nº 2, da CAE, entendemos que o projeto está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, especialmente com as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Com relação ao mérito, consideramos louvável a iniciativa de conceder às entidades desportivas a oportunidade de refinanciarem seus débitos com a União.

Passados os grandes eventos esportivos dos quais o Brasil foi sede nos últimos anos, diversas entidades, que investiram sobremaneira na preparação de atletas, não conseguiram equilibrar suas contas. Acreditamos ser justo dar a elas a oportunidade de regularizarem sua situação fiscal, tornando-as adimplentes com a União e aptas a receber repasses de recursos públicos.

Todavia, esse refinanciamento não pode ser concedido sem que haja contrapartida por parte das entidades beneficiadas. A contrapartida proposta pelo PL nº 2.832, de 2019, é o enquadramento das entidades esportivas em regras de boa gestão e governança. Em tempos de grave crise fiscal, como a que que vivenciamos, é inconcebível que recursos públicos sejam direcionados a entidades que não adotem rigorosos mecanismos de controle e transparência. Assim, consideramos meritório o Programa de Modernização da Gestão do Esporte Brasileiro.

Destacamos, ainda, que o Profut (Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015), apesar de formalmente ter oportunizado às entidades nacionais de administração do desporto regularizar suas pendências com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a União, nesse sentido foi absolutamente inócuo, pois tais entidades, diferentemente do futebol, não geram receitas para quitar tais obrigações. O grande diferencial da ideia lançada no projeto de lei em análise é a possibilidade de quitar tais obrigações com recursos recebidos das loterias. Sem essa possibilidade, devidamente prevista em lei, a iniciativa seria inócua.

Por essa razão, consideramos o projeto, nos termos da Emenda nº 2-CAE, altamente meritório. O texto merece, no entanto, alguns aperfeiçoamentos colhidos junto às entidades e comunidade esportiva, a saber: aperfeiçoamento dos mecanismos de controle para desvinculá-los da atual estrutura da Apfut, adequação da sistemática proposta ao mecanismo de análise dos convênios com a Administração Pública e ajuste de redação.

Entendemos importante estabelecer para a fiscalização do programa mecanismos distintos dos da Autoridade Pública de Governança do Futebol. Portanto, elaboramos subemenda determinando que cabe ao próprio Ministério estruturar os mecanismos de controle necessários para o bom andamento do programa.

Considerando a frequente lentidão na análise da prestação de contas de convênios, que por vezes demora vários anos, acreditamos importante apresentar subemenda para estabelecer a previsão de abertura de prazo para parcelamento de possíveis débitos oriundos de convênios que ainda não tenham sido analisados pelos órgãos repassadores competentes.

Por fim, apresentamos outra subemenda para fazer constar no projeto o título do Capítulo II, que foi suprimido no texto da Emenda nº 2-CAE, corrigindo, portanto, a sua redação.

Esse é o relatório.

O voto, Sra. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019 – cumprimentando, inclusive, a Senadora Leila pela oportunidade e pela importância que esse projeto terá na fluência de recursos e de transparência e governança num setor tão importante como o esporte de alto rendimento no País –, pelo acolhimento, portanto, na forma da Emenda nº 2-CAE, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-T e com as subemendas que apresentamos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Peço, por favor, que nós possamos respeitar o orador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Subemenda da CCJ:

Submenda nº - CCJ
(À Emenda nº 2-CAE ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2019)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescente-se o § 2º ao art. 9º do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE:
"Art. 9º
.....
§ 2º No caso de convênios cuja prestação de contas for encaminhada em data anterior a publicação desta Lei, o prazo previsto no *caput* é contado a partir da notificação da glosa, se houver."
Submenda nº - CCJ
(À Emenda nº 2-CAE ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2019)
Acrescente-se a seguinte expressão antes do art. 18 do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE:
Capítulo II
Da gestão temerária nas entidades desportivas
Subemenda Nº - CCJ
(À Emenda nº 2-CAE ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2019)
Dê-se nova redação ao art.17 do Projeto de Lei nº 2.832, de 2019, na forma da Emenda nº 2-CAE, exclua-se o art. 21 e renumerem-se os demais:
"Art. 17. O Poder Executivo, nos termos do regulamento, deve fiscalizar as obrigações previstas nos arts. 4º e 5º desta Lei, assim como apurar o eventual descumprimento, para fins de exclusão do Proesp."

Eu agradeço a V. Exa. e faço apenas um registro.

É com prazer que apresento este relatório, mas é um desafio fazer um relatório com o Plenário ao telefone, assessores e companhias falando alto e não permitindo que seja conhecido o relatório que nós acabamos de ler, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço desculpas, Eduardo Braga, porque não estou conseguindo hoje presidir esta Comissão de forma a poder ter a atenção dos colegas e dos assessores aqui presentes.

Para discutir, a autora da proposição, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Sra. Presidente, primeiro quero agradecer o brilhante relatório do Senador Eduardo Braga, agradecer em nome de toda a comunidade esportiva.

Aqui nesta Casa a gente sempre... A modalidade futebol sempre foi ouvida, sempre teve voz aqui dentro, e agora, com a minha presença e a de outros Parlamentares na Câmara Federal, outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares vão ser ouvidas também algumas das angústias que o esporte olímpico do Brasil tem e sente no dia a dia, no cotidiano.

Hoje o esporte olímpico do Brasil está endividado, está falido e, se nós não tomarmos providências sérias e também exigirmos o endurecimento na gestão, na transparência, na forma de fazer o esporte, fazer uma gestão realmente participativa, com a participação de todos os atores, até dos próprios atletas, nós não vamos conseguir melhorar o esporte brasileiro.

E eu digo para vocês: muitas dessas instituições recebem recursos da loteria. E nós estamos, dentro desse projeto, aceitando que até 20% desses recursos sejam oferecidos para esses parcelamentos. Então, assim, nós estamos dando oportunidade para que se façam esses pagamentos e, como contrapartida, esperando que essas instituições realmente promovam a governança, a transparência e uma melhor gestão dessas modalidades, dessas instituições.

Por quê? Se nós não fizermos isso, primeiro: não vai haver pagamento, não vai existir pagamento. Eu quero dizer para vocês: não há de onde saírem recursos. Se não existir esse parcelamento, o esporte olímpico brasileiro estará fadado à falência, a acabar mesmo, e quem vai sofrer isso serão os atletas, será a educação, será o futuro do esporte no País, porque acaba que o esporte olímpico...

As pessoas falam: "Ah, mas por que a Leila defende tanto o esporte de alto rendimento?" Eu não defendo o esporte de alto rendimento, mas acaba que o esporte de alto rendimento é um espelho para as futuras gerações. Nós não podemos esquecer o alto rendimento, porque é ele que promove os sonhos daqueles que estão na TV, daqueles que estão na escola, daqueles que estão sonhando em um dia se tornarem, quem sabe, uma Ketleyn Quadros, que ganhou o Grand Slam aqui, querendo ser um Guga, querendo ser um Romário, enfim, querendo ser tantos outros atletas que representam com tanta dignidade...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois é. Então, eu peço encarecidamente que vocês olhem, porque isso foi feito a várias mãos, conversado. Quero agradecer à sua assessoria que, junto com a minha assessoria, trabalhou junto. É com muita responsabilidade, é com muito pé no chão, entendendo a realidade do País...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... que nós fizemos esse projeto, entendendo que, para o esporte olímpico no Brasil, na iminência de uma Olimpíada, este Congresso precisa também dar uma resposta ao esporte olímpico do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço encarecidamente a todos os pares que ajudem o esporte olímpico do Brasil, porque nós precisamos.

Obrigada. Obrigada, Senador Eduardo Braga, obrigada a todos aqui. Presidente, obrigada por pautar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senadora Simone Tebet...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Apenas, antes de passar a palavra ao Senador Otto, esclarecer que o quórum foi restabelecido. Nós temos dois terminativos que não têm mais leitura nem discussão.

Com a palavra para discutir, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Quero concordar com a Senadora Leila Barros, parabenizar o Relator e apenas dizer que outra Leila Barros, outro Romário, vai ser difícil. Uma é única e o outro é único. Portanto, só esse reparo que eu quero fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto, com acolhimento parcial da Emenda 1, nos termos da Emenda nº 2-CAE/CCJ e Substitutivo, com as Subemendas nºs 1 a 3 da CCJ.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esportes em decisão terminativa.

Passemos ao item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 152, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).

Autoria: Senador Elmano Férrer (MDB/PI)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta

Observações:

- Em 23/05/2017, foi recebida a Emenda nº 1-T, de autoria do Senador Elmano Férrer;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Em 11/09/2019, foi lido o relatório e encerrada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Eu peço à Secretaria que abra o painel para que as Sras. e os Srs. Senadores possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Enquanto se vota, eu não quis pedir antes a palavra para facilitar o processo, eu não podia deixar de registrar aqui meus cumprimentos à Senadora Leila pelo depoimento emotivo e profundo que ela acaba de fazer, e ao Senador Eduardo Braga, pelo brilhante relatório.

Eu quero testemunhar, minha cara Leila, que, em todos os projetos que realizei no Governo de Minas Gerais envolvendo esporte, o êxito foi total: melhoria de indicadores na educação, no comportamento, na prevenção criminal, sem exceção. É verdade, V. Exa. tem razão. Nós nos preocupamos muito com futebol, que tem economia, que acaba movimentando muita gente, etc., mas o esporte precisa visar a coluna vertebral daquela frase latina: *mens sana in corpore sano.* Então, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamental. O seu apelo vai ter aqui um grande repto favorável. Parabéns ao Senador Eduardo e a nós todos e parabéns a V. Exa. pela iniciativa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, Presidente, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, o item 28 é sobre um projeto que surgiu em função da CPI de Brumadinho. Ele não é terminativo.

E isso vem muito ao encontro de todos aqueles que participaram da CPI de Brumadinho, que atingiu o coração do povo mineiro. Presidente, eu sei que isso sensibiliza muito o nosso Presidente do Senado hoje, o Senador Antonio Anastasia, o breve, porque vai ficar dois dias só. Eu gostaria de poder relatar, porque não é terminativo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, é...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E o nosso Presidente, Antonio Anastasia, o breve, pede e acho que ele está de acordo que eu possa relatar agora esse projeto do item 28.

Obrigado, meu prezado, querido Presidente, Antonio Anastasia, que ontem me confessou intramuros que o Senado é outro com a Presidência dele.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos apenas dois não terminativos antes do item de V. Exa., Senador Otto Alencar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. está na frente.

Esta Presidência gostaria de esclarecer como está se dando o andamento dos trabalhos hoje, excepcionalmente. Nós, sempre que temos quórum, os terminativos têm preferência. Nós temos mais dois terminativos ainda, faltando apenas a leitura do projeto da Senadora Leila. Em seguida, nós passaremos para os não terminativos, na ordem estabelecida aqui. O item 28 é o quarto não terminativo a ser lido, Senador Otto.

Pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só quero fazer um breve comentário sobre este projeto que nós estamos votando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço à Secretaria que encerre e apure os resultados, para que nós possamos proclamar o resultado da votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou apenas proclamar o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi aprovado por unanimidade: 16 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Portanto, está aprovado o substitutivo, que será submetido a turno suplementar, nos termos regimentais.

Fica prejudicada a Emenda nº 1.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – O Senador Elmano Férrer, com este projeto, atualiza minimamente o conceito de segurança no Brasil. É o mínimo que se pode fazer atender o preceito que ele recomenda.

Qual é o texto do projeto? Só pode vender o que for minimamente seguro. E só queria, homenageando o Senador Elmano Férrer, lembrar que, nos Estados Unidos, a primeira grande revolução moderna do automóvel foi promovida por um homem chamado Ralph Nader, que chegou a ser candidato independente a Presidente da República, que fez os primeiros testes que desmoralizaram inclusive o Rolls-Royce, por falta de segurança no teste da batida, ou seja, no *crash*.

Parabéns a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Fabiano Contarato.

Eu peço desculpas, Senador, mas, se não pedir no microfone... Eu realmente não consegui enxergar o pedido de V. Exa. Quando isso acontecer, por favor, usem o microfone e peçam a palavra pela ordem ou por inscrição, porque eu não consegui realmente ouvir V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. é, inclusive, o Relator do item 8.

Com a palavra V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu vou ser bem breve, objetivo. Quero agradecer aos colegas Sras. e Srs. Senadores pela sensibilidade, esclarecendo que o valor da vida humana é incomensurável. Eu passei anos à frente da delegacia de trânsito, liberando vítimas fatais, e isso é o mínimo que nós temos que garantir para cada vez mais preservar o principal bem jurídico que é a vida humana, o respeito à integridade física.

Eu quero parabenizar o Senador Elmano Férrer pela iniciativa, pela autoria do projeto. E sempre, Senador Elmano, me coloco à disposição para estarmos juntos aqui, nesta Comissão, lutando para preservar a vida, porque o Brasil hoje ostenta a quarta colocação em nível mundial, com 50 mil pessoas morrendo no trânsito, mais de 400 mil mutiladas. E isso vai impactar, Senador Tasso, o Sistema Único de Saúde, porque 80% dos leitos estão sendo ocupados por vítimas de acidentes de trânsito; a previdência, que está sobrecarregada com pensão por morte, por invalidez, auxílio-doença. Quer dizer, nós temos um custo de R$50 bilhões só nas rodovias federais em decorrência de acidentes de trânsito.

Acho que passou da hora de nós termos medidas mais proativas. O Poder Público está falhando na fiscalização, o Poder Público está falhando na educação para o trânsito, porque o art. 76 do Código de Trânsito é claro quando diz que a educação para o trânsito será promovida nas escolas de ensino fundamental, médio e superior, e até hoje a letra da lei está deitada eternamente em berço esplêndido.

E o Poder Público falha, através desta Casa, no sistema legislativo, porque nós temos 11 crimes de trânsito. O pior é o homicídio: mesmo se o motorista estiver embriagado, a pena é de até oito anos de reclusão e, por força do art. 44 do Código Penal, todos os juízes têm que substituir a pena de prisão por restritiva de direito, ou seja, não é nem a sensação, mas a certeza da impunidade, infelizmente. O único condenado no Brasil em matéria de trânsito é a família da vítima, que sofre pela dor da perda e pela certeza da impunidade.

Parabéns, Senador Elmano Férrer. Parabéns a todos os Senadores da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pedindo mais uma vez desculpa ao Relator, com a palavra o autor, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Pela ordem.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é só para agradecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós sabemos que, pelos dados estatísticos, anualmente morrem no Brasil em trânsito mais de 42 mil pessoas. E uma das causas, dentre várias outras, é o impacto quando dois carros se chocam. E já está constatado por dados oficiais, inclusive de instituições não governamentais que atuam no mundo inteiro, que uma parte desses acidentes é causada por falta desse teste de impacto, que chamamos de *crash test*.

Então, eu queria agradecer a todas as Sras. e os Srs. Senadores pela aprovação unânime. Todos estão concorrendo para isso, dando a sua contribuição para a redução de mortes em trânsito aqui no nosso País.

Obrigado a todas e a todos os Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos e parabenizamos V. Exa.

Último item terminativo. O relatório é muito sucinto, de apenas uma página, da Senadora Leila Barros.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 207, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.

Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e rejeição da Emenda nº 2-S.

Observações:

- Em 14/08/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 207, de 2017, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Em 10/09/2019, foi recebida a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Humberto Costa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Votação nominal.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, é porque o item 15 é terminativo. E eu sou o Relator dessa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, colocaremos aqui na ordem, em seguida.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É que dos demais todos os Relatores não estavam presentes. Agora temos mais este com a presença de V. Exa.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para proferir o relatório sobre a emenda, apenas sobre a Emenda nº 2.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Eu vou partir direto da análise, Sra. Presidente.

Preliminarmente, parece-nos que a intenção do autor da emenda não é simplesmente suprimir os §§1º e 2º do art. 146-C da Lei de Execução Penal, pois isso acarretaria a revogação inadvertida do atual parágrafo único desse artigo, que diz respeito às sanções de violação dos deveres relativos à monitoração eletrônica.

A rigor, a emenda busca esvaziar a modificação legislativa promovida pelo substitutivo, mantendo a redação em vigor.

Apesar de compreendermos as preocupações do autor, entendemos que a emenda não merece prosperar.

Cabe observar que, nos termos do substitutivo, apenas configurará falta grave a violação comprovada e intencional dos deveres inerentes ao uso da tornozeleira eletrônica. A saída temporária do preso ou a sua prisão domiciliar são benefícios preciosos, e o custo que por isso se cobra é módico: manter o equipamento funcionando e obedecer ao perímetro de inclusão. Justamente pelo contraste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entre a modicidade dos deveres e o valor do benefício concedido é que a violação intencional dos primeiros deve ser tida como falta grave.

O voto.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição da Emenda nº 2-S ao substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017.

Era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo à Relatora, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Eu consulto as Sras. e os Srs. Senadores se poderemos realizar votação única para o substitutivo e a emenda nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Portanto, eu peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, exatamente. O parecer da Senadora Leila, que é favorável ao projeto, rejeitando a emenda.

Peço à Secretaria que abra o painel.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós temos aqui mais um item terminativo. O Senador Mecias de Jesus é o Relator e está presente. Também é um relatório sucinto. E eu peço a gentileza, pois nós estamos exatamente com o número necessário para votação nominal: temos exatamente 14 Sras. e Srs. Senadores presentes.

E não sairemos daqui sem votar o relatório do Senador Otto Alencar sobre a CPI de Brumadinho.

Senador Serra, Senador Fabiano, ainda temos quatro projetos não terminativos, mas nós temos tempo hábil, conseguiremos cumprir a pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não encerrou a discussão, Senador Esperidião Amin, por isso não é possível a votação. Não está encerrada a discussão.

Agora, a Senadora pode estar presente a qualquer momento; se chegar, nós colocaremos em votação. Só preciso que a Relatora esteja presente.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Permita-me fazer um esclarecimento aos Srs. Senadores. Esse projeto, de minha autoria, prevê, apenas e exclusivamente, a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental. Vou repetir: prevê apenas a utilização da mediação, que é um instrumento moderno da legislação brasileira.

Esse projeto foi relatado pela Senadora Juíza Selma – não poderia ter uma Relatora melhor para esse tipo de projeto – e foi aprovado com uma emenda que apresentou. Essa matéria foi apreciada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e foi aprovada também. E, no dia 14 de agosto de 2019, esta Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores Marcos Rogério e Fabiano Contarato, que devolveram o projeto. Certamente não há nenhuma correção a fazer, porque, se houvesse correção a fazer, eles teriam proposto a devida correção.

A alienação parental, Sra. Presidente, é caracterizada pela tentativa de rompimento dos laços afetivos do filho com relação ao pai ou à mãe, por um dos cônjuges, em meio a uma separação. Isso é muito grave e é muito importante ser apreciado e se criar mais essa alternativa de mediação preliminar para que o processo não precise ir para a Justiça propriamente dita, como V. Exa., que é advogada, conhece.

Esse projeto, como eu já falei, muito bem relatado pela Senadora Juíza Selma, pretende inserir, na Lei nº 12.318, de 2010, que regulamenta essa questão, dispositivo admitindo a mediação em disputas entre os responsáveis pela guarda dos filhos, única e exclusivamente a mediação. Vale lembrar que a utilização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... da mediação nesses casos constava do texto da Lei nº 12.318, de 2010, enviada à sanção à Presidente da República, mas, naquela ocasião, ela foi vetada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, o projeto de minha autoria quer dar novamente aos cônjuges em conflito pela guarda dos seus filhos a chance de recorrerem à mediação antes e durante o processo judicial.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu responderei à questão de ordem de V. Exa. assim que apurar o resultado. Eu acho que teremos uma saída salomônica se houver aqui o acordo e a aquiescência dos demais Srs. Senadores.

Eu peço à Secretaria que apure o resultado.

Está declarada encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi aprovado por unanimidade. Votaram SIM 15 Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, está aprovado o substitutivo, em turno suplementar, e rejeitada a Emenda nº 2.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Nós entramos em contato com a Senadora Juíza Selma, que autorizou a possibilidade de um Relator *ad hoc.* Em havendo aqui a concordância, eu, de pronto, nomeio *ad hoc* o Senador Antonio Anastasia.

No momento oportuno, em seguida ao item 15, colocaremos em votação – trata-se antes de discussão – o item 9, a pedido do Senador Dário Berger.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 161, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos) e a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para facultar ao interessado indígena a inserção da sua origem e a etnia nos registros públicos e na Carteira de Identidade.

Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1-CDH a 3-CDH

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

Também estamos diante de um relatório que ainda não foi lido, mas, como já combinado com o Senador Mecias, é um relatório breve.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Mecias de Jesus, para proferir o seu relatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, como já bem explicado por V. Exa., vou fazer uma análise rápida para a compreensão dos Srs. Senadores.

Com certeza absoluta, é uma medida simples para conceder e assegurar aos indígenas interessados a inserção na sua carteira de identidade da sua condição indígena.

No que concerne à juridicidade, Sra. Presidente, o projeto afigura-se escorreito, pois, primeiro, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, normatização via edição de lei, é o adequado; segundo, possui o atributo da generalidade; terceiro, é consentâneo com os princípios gerais do Direito; quarto, afigura-se dotado de potencial coercitividade; e, quinto, a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico.

Em relação ao mérito, a proposta merece aprovação, pois representa um avanço no reconhecimento e prestígio aos costumes e tradições das comunidades indígenas. A possibilidade de inserção das referências à origem e à etnia das pessoas indígenas nos assentos de nascimento, casamento e óbito, bem como na carteira de identidade, tem um papel fundamental na afirmação cultural dos povos indígenas perante os mecanismos formais de reconhecimento e exercício da cidadania brasileira.

A menção à origem indígena e à etnia nos registros públicos poderá ser feita mediante afirmação do declarante acerca da condição de indígena, independentemente da apresentação do registro administrativo lavrado pela Fundação Nacional do Índio, previsto no art. 13 da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Estatuto do Índio.

A autodeclaração como meio hábil ao reconhecimento da identidade indígena encontra-se em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada integralmente no Brasil pelo Decreto 5.051, de 2004, que prevê a consciência de sua identidade indígena ou tribal como critério fundamental para determinar os grupos a que se aplicam as disposições – Convenção, art. 2º, item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, reiteremos a necessidade aprovar as Emendas adotadas no parecer da CDH: primeiro, para a substituição da expressão “origem indígena”, que muitos não índios também têm, pela “condição indígena”, mais adequada aos objetivos da norma; segundo, que permite constar também a informação sobre a aldeia de origem, além da condição de indígena e a etnia; e, terceiro, outras adequações redacionais.

À guisa de fecho, Sra. Presidente, não vemos que seria preciso sugerir novos ajustes ao texto proposto pelo Projeto de Lei 161, de 2015, bem como não há lapsos de técnica legislativa que pudessem ser corrigidos. Assim, deixamos de apresentar nesta Comissão emendas à proposição, com o aproveitamento das emendas já sugeridas.

Pelo exposto, sugerimos a aprovação do Projeto de Lei 161, com as emendas propostas e aprovadas já na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Mecias de Jesus.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se poderemos realizar votação única para o projeto e para as emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para que as Sras. e os Srs. Senadores possam exercer o seu direito de voto.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de esclarecer que nós temos apenas mais um terminativo, cujo relatório já foi lido. Então, finalizando esta votação, já abrimos o painel para o último projeto terminativo, um pedido e uma deferência desta Comissão ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeça aos colegas, Senador, é o primeiro projeto dos últimos... Desde que eu estou nesta Comissão e no Senado, é a primeira vez que colocamos um Relator *ad hoc* num item terminativo. Então, V. Exa. com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prestígio de sempre e tendo aí a gentileza do Senador Antonio Anastasia, que aceitou essa missão; aliás uma missão mais do que justa, porque se trata de um projeto meritório.

Continua com o painel aberto para votação, aguardando apenas o voto do Senador... Aguardando apenas mais dois Senadores para votar.

Com isso encerramos os terminativos de hoje.

Apenas mais um voto... Aguardando...

Declaro encerrada a votação e peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado por unanimidade.

Votaram SIM 14 Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, está aprovado o projeto e as Emendas de nºs 1-CDH-CCJ a 3-CDH-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 9, último projeto terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 144, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da emenda nº 1-CDH

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 14/08/2019, a Presidência concedeu vista coletiva aos Senadores Marcos Rogério e Fabiano Contarato, nos termos regimentais;

- Votação nominal.

O Senador Antonio Anastasia é Relator *ad hoc.*

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira...

Para discutir, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu faço uso da palavra neste momento porque não faço pedido de vista aleatoriamente. Sempre que o faço, é porque tenho preocupações com relação à matéria.

Essa matéria trata de alienação parental. É um tema sensível, é um tema complexo e é uma matéria que mexe com o direito especialmente da criança, e um direito indisponível. Aliás, esse argumento foi usado de forma errônea, equivocada para mim, a meu juízo, quando do veto dessa mesma matéria no âmbito de uma legislação anteriormente aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional. Portanto, a presente proposição propõe claramente a utilização da mediação nos litígios, nos processos, nas disputas envolvendo alienação parental.

A Lei 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, trazia importantes disposições sobre isso no art. 9º, que permitiam a utilização pelas partes da mediação antes ou no curso do processo judicial para a solução de litígio que envolvesse alienação parental. A mediação poderia ser utilizada pelas partes, por iniciativa própria ou por sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.

O dispositivo foi vetado pelo Presidente da República sob o argumento de que o direito da criança e do adolescente à convivência familiar é indisponível, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, não cabendo sua apreciação por mecanismos extrajudiciais de solução de conflitos.

O veto à época foi duramente criticado por especialistas, por juristas. Claro, não se pode afirmar que o uso da mediação importará em qualquer renúncia ao direito da criança e do adolescente à convivência familiar. Aliás, esse é o objetivo da mediação.

É preciso salientar que o procedimento, tal qual novamente se propõe, ocorrerá sempre por vontade das partes – e este foi o ponto que me chamou a atenção quando posteriormente à análise da matéria –, sempre por vontade das partes. Mesmo que haja sugestão da autoridade judiciária, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, a mediação só poderá ocorrer se, e somente se, for essa a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vontade das partes, as partes concordarem, porque, senão, não há sentido fazer-se a mediação num ambiente tão controverso e tão delicado, porque a alienação é um crime contra a criança, é um dano contra a formação psíquica e social da criança.

Desde a publicação da Lei da Alienação Parental, em 2010, Sra. Presidente – concluo aqui –, muito se evoluiu o ordenamento regulador da mediação. E, diante do novo arcabouço jurídico, é fundamental que sejam harmonizados os diplomas legais no sentido de reincluir a possibilidade de adoção da mediação em lides que envolvam acusação de alienação parental.

Por isso, julgo demasiadamente importante que esse projeto seja aprovado por esta Comissão e pelas duas Casas do Congresso Nacional.

Parabéns ao nobre Senador Dário Berger, por nos dar a oportunidade de reintroduzir esse tema no ordenamento jurídico nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se podemos proceder à votação única do projeto e da emenda, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, votação única. Peço à Secretaria que abra o painel para que as Sras. e os Srs. Senadores possam votar.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. O painel está aberto.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência informa ainda que o Senador Rodrigo Pacheco veio correndo do Congresso, cancelou uma audiência no Ministério e tem mais um item terminativo, que é o dele, cujo relatório é extremamente sucinto.

Então, nós vamos aproveitar o quórum, pedir a paciência das Sras. e dos Srs. Senadores, para apenas mais este terminativo. E eu me comprometo, a partir de agora, a encerrar os projetos terminativos, independentemente da vinda de demais Sras. e Srs. Relatores presentes, para que possamos proceder à votação dos não terminativos na ordem aqui estabelecida.

Consulto se todos os Senadores já votaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – V. Exa. está a nos enganar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os Senadores Relatores estão a me enganarem como Presidente desta Comissão. (*Risos.*)

Estou apenas aguardando o voto do Senador Marcos Rogério para podermos encerrar a votação.

Encerrada a votação, vamos à apuração do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado por unanimidade.

Votaram SIM 15 Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, está aprovado o projeto e a Emenda nº 1-CDH-CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Último item terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 4034, DE 2019

- Terminativo -

Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo)

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

Está vendo a importância do projeto, Senador Rogério Carvalho.

Antes de abrir a palavra ao Relator, lembro que, logo em seguida, votaremos também a respeito dessa questão da CPI de Brumadinho, o relatório do Senador Otto Alencar.

Portanto, esse projeto tem pertinência a um projeto posterior que votaremos nesta manhã.

Com a palavra V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco, para proferir o seu breve relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Vou direto à análise, com a permissão de V. Exa.

Mais um projeto de iniciativa do competente Senador Antonio Anastasia.

Nos termos do art. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, deve esta Comissão se manifestar sobre a constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, ainda, pronunciar-se sobre o mérito da proposição.

Não há óbices de natureza formal ao Projeto de Lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal, nem daqueles assuntos de competência privativa do Chefe da Nação inseridos no art. 84 do Estatuto.

No tocante ao aspecto material, a medida também não afronta qualquer dispositivo constitucional, pois não fere cláusulas pétreas e nem apresenta incongruência com princípios gerais estabelecidos na Lei Maior e relacionados com o tema objeto da proposição sob estudo.

Igualmente, a tramitação no Senado seguiu as regras regimentais, e o Projeto está vazado em boa técnica legislativa, não obstante vejamos oportunidades pontuais de aprimoramento do texto, sem alterar a ideia original dos comandos aperfeiçoados, nos moldes da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que tem por objetivo aperfeiçoar a técnica legislativa, bem como explicitar a exclusão das verbas indenizatórias do conceito de renda para fins de percepção do Programa Bolsa Família.

Quanto ao mérito, julgamos a proposição justa, necessária, oportuna e conveniente. Concordamos absolutamente com o ilustre Senador Antonio Anastasia em seus nobres objetivos. É realmente necessário garantir que o recebimento dos auxílios e indenizações em razão da ruptura da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barragem do Córrego do Feijão, no Município de Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, não obste que o recebedor se mantenha elegível aos programas sociais ofertados atualmente pelo Poder Público.

Como bem salientou o Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Irajá, os valores recebidos pelas famílias afetadas pela tragédia não geram acréscimo patrimonial algum, mas se limitam a tentar restabelecer o chamado *status quo ante*. Não há razão jurídica, pois, para considerá-los renda, muito menos se isso implicar exclusão de programas sociais ou perda do direito ao benefício de prestação continuada.

Na mesma linha, também concordamos com os ajustes propostos pela CAS ao projeto, uma vez que aprimoram a técnica legislativa e preservam a intenção original de seu autor.

Diante do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.034, de 2019, e, no mérito, votamos pela sua aprovação na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

É como voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Rodrigo Pacheco, coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, e vamos à votação.

Em votação o substitutivo oferecido ao projeto.

Peço à Secretaria que abra o painel para que as Sras. e Srs. Senadores já possam votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o autor da proposição, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – Muito obrigado.

Enquanto da votação, eu queria agradecer muito ao Senador Rodrigo Pacheco e também ao Senador Irajá as relatorias e reiterar que é um critério de justiça, porque, imagina: a pessoa é prejudicada e ainda perde o benefício. Então, é uma questão de recomposição.

Agradeço muito o apoio dos pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Lembro, Sra. Presidente, que esse projeto, quero crer que foi um dos que nasceram numa visita feita pelo Senador Antonio Anastasia ao Município de Brumadinho, que eu tive a honra de acompanhar, junto ao Prefeito Neném da Asa, que nos recebeu lá, junto com seus secretários, e nos expuseram uma série de reivindicações. Uma delas é essa que foi objeto desse projeto de lei de autoria do Senador Antonio Anastasia, que eu tive a honra e a satisfação de agora relatar, esperando o apoio de todos os pares.

Parabéns, Senador Antonio Anastasia.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram. (*Pausa.*)

Em sendo "sim", faltando apenas um voto, indago se o Senador vai votar.

Vamos aguardar apenas a votação, para que possamos encerrá-la.

Aproveito para parabenizar o Senador Anastasia pela iniciativa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu também queria...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. é no terceiro item.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... parabenizar a iniciativa do *nobilissimus* e *spectabilis*, Presidente em Exercício, Antonio Anastasia, pelo projeto de lei apresentado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Insuperável.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não, eu fui mais longe. Eu fui buscar em Roma os termos que eram usados para definir os imperadores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Augusto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, ele já é "Antonio Augusto, Augusto de Roma".

Então, Sra. Presidente, eu me dirigi ao Senador Antonio Anastasia como *nobilissimus* e *spectabilis* Presidente em exercício do Senado Federal.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Faço coro a V. Exa., Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pelo projeto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Faço coro a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que ele apresentou.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – O Senador Otto hoje está inspiradíssimo. Eu não sei o que aconteceu, mas a inspiração dele supera a de ontem muito! Então, quero cumprimentá-lo pela genialidade novamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. sabe que eu sei também que V. Exa. gosta muito da história de Roma. Eu adoro a história de Roma, sempre discuto os grandes imperadores. V. Exa. foi até um pouquinho mais longe do que eu. E eu me lembrei desses dois termos que eram usados para definir o Augusto de Roma. Depois de Júlio César, o sobrinho dele se tornou Augusto. De nome Caio Otávio Taurino, denominou-se Augusto de Roma. Como o Augusto de Roma era chamado do *nobilissimus* e *spectabilis*, e ele, sendo o Presidente em exercício, eu resolvi homenageá-lo com esses dois nomes que eram dados aos Augustos de Roma.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é só Roma que tem um Augusto como imperador; nós, no Senado Federal, também temos um, não é, Senador Otto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou encerrar a votação e peço à Secretaria que apure o resultado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essa gente preferia mesmo *morituri te salutant*.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi aprovado o projeto por unanimidade.

Tivemos 15 votos SIM.

Portanto, o substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar nos termos regimentais.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Agora vamos aos não terminativos na ordem: Senador Fabiano Contarato, Senador José Serra, Senador Otto Alencar e novamente Senador Serra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 70, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Roberto de Lucena (PV/)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Com a palavra V. Exa., Senador Fabiano Contarato, para proferir o seu relatório.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Vou direto à análise.

Como se trata de distribuição exclusiva a esta Comissão, compete-lhe a análise do mérito e de seus aspectos formais, como constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa do projeto.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, consideramos que estão atendidos. Em conformidade com disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Constituição Federal, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, §1º, da CF). Assim, não se vislumbra óbice quanto à constitucionalidade da medida proposta.

A despeito da proposição ora em análise não conflitar com nenhuma outra legislação vigente e apresentar os atributos de inovação, generalidade, abstratividade, imperatividade, coercibilidade, razoabilidade e proporcionalidade, escorreito seria que a norma pretendida seja disciplinada pela Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Digo isso motivado pelo fato de que a imputação das infrações de trânsito tem seu rito rigorosamente definido pelo Código de Trânsito Brasileiro, não cabendo autuação do infrator baseada em denúncia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por seu turno, a Lei nº 12.587, de 2012, prevê que, com o fito de possibilitar a participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, sejam disponibilizadas ouvidorias nas instituições responsáveis pela gestão do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana ou nos órgãos com atribuições análogas. De acordo com essa lei, aos órgãos gestores dos entes federativos incumbidos respectivamente do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana cabe avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade.

Tendo em vista o exposto, proponho emenda no sentido de que a proposta em análise seja veiculada pela Lei nº 12.587, de 2012.

Voto.

Somos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo:

> Emenda nº - CCJ (Substitutivo)
> Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte público coletivo.
> O Congresso Nacional decreta:
> Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, para obrigar a divulgação de número de telefone para denúncia de irregularidades, na parte traseira dos veículos de transporte público coletivo.
> Art. 2º O art. 15 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:
> “Art. 15 .....
> .....
> Parágrafo único. Os veículos de transporte público coletivo deverão divulgar ostensivamente, na sua parte traseira, número de telefone da ouvidoria a que se refere o inciso II para denúncia de irregularidades na prestação do serviço, inclusive infrações de trânsito cometidas pelo condutor, conforme modelo definido pela autoridade competente.”
> Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Esse é o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Ouvidoria, na forma da Lei 12.587. Não estudei o projeto, mas, como ele está escrito, é apenas o número do telefone. Convenhamos, não vale nada. Qual é o registro que fica para o reclamante do telefonema que ele fez pelo texto original?

Quando ele submete à ouvidoria, aí há o rito do protocolo. Só telefonar e reclamar não quer dizer nada, mas, se eu entro no rito da ouvidoria que V. Exa. incluiu, eu passo a ter o número do protocolo da minha reclamação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator.) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Portanto é uma melhoria, uma modificação saudável, necessária, eficaz, mas que muda o método e obriga o projeto voltar à origem. E eu sou favorável a isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator.) – Na verdade, ele estabelece um modelo a ser estabelecido pela autoridade competente. Então, não vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Mas o modelo de ouvidoria já existe.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator.) – É, mas para regulamentar esse tipo de denúncia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Por exemplo, se eu telefono para uma empresa prestadora de serviço público de água e esgoto, por exemplo, eu recebo a informação de que o meu telefonema está sendo gravado e que o protocolo da minha reclamação é x. Se nada for providenciado, se não houver nenhuma eficácia, eu tenho como reclamar da negligência diante da notificação. É assim que eu entendi.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência gostaria apenas de esclarecer, no questionamento do Senador Esperidião Amin, quero confirmar pelos termos regimentais, que aprovado na forma do substitutivo, houve alteração de mérito, obviamente, o projeto retorna para a Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – E eu concordo com isso, porque ele passa a ser eficaz. A eficácia de um telefonema sem consequência pode ser que dê certo, agora...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Este é o papel desta Comissão e desta Casa: aperfeiçoar o projeto quando achar que necessário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu sou favorável a isso. Estou enaltecendo a emenda, porque ela tornou o projeto efetivo e eficaz, porque, só com o número do telefone, é apenas um informativo. Então, eu queria me assegurar de que, quando o senhor menciona ouvidoria, o senhor menciona o protocolo, o rito que exige protocolo, identificação e me permite cobrar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E não só... Se permitir, até no mesmo sentido: ao se colocar o telefone da ouvidoria, não é qualquer telefone da concessionária ou da...

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável, ao projeto, nos termos da Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário.

Item 5.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) e outros

Relatoria: Senador José Serra

Relatório: Favorável à Proposta.

Concedo a palavra, neste momento, ao ilustre Senador José Serra para proferir o seu relatório, Obviamente poderá fazê-lo lendo ou explicando para os demais pares, conforme critério de V. Exa.

O SR. JOSÉ SERRA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, vou, em função das questões de tempo, abreviar a minha apresentação e entregar por escrito argumentos que não apresentarei oralmente.

Os dois artigos da PEC do Senador Anastasia estabelecem que, no caso de o Estado não entregar aos respectivos Municípios as parcelas de 50% de IPVA e de 25% do ICMS, a União reterá então as cotas-parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal devidas ao Governo estadual, depositando os valores correspondentes aos montantes não entregues diretamente aos Municípios. Como se vê é uma emenda bastante oportuna. A ausência de repasse será comprovada mediante certidão expedida pelo tribunal de contas competente.

O terceiro e último artigo da PEC contém a cláusula de vigência e estipula que a norma resultante entrará em vigor na data da sua publicação.

Em face do exposto e de considerações que encaminharei por escrito, opino pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, coloco em discussão a matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que o assunto é muito oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Se eu fosse de Minas Gerais, depois do que eu escutei no ano passado a respeito de retenção de tributos que de direito eram de Município, eu também tomaria essa iniciativa, mas eu tenho dúvidas sobre o remédio que está sendo aplicado. Por isso, peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quanto ao mérito, não, mas o remédio... Eu tenho um pouco de preocupação em favorecer arrestos, sequestros, ou seja, interdição de liberação de recursos de uma forma um pouco difusa.

Por isso, sem criticar essa forma, eu peço vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. se formou em qual escola de medicina para ficar falando em remédio?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu fiz traumatologia na Bahia, mas não consegui produzir nenhum rengo ainda.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vista coletiva para o nosso Dr. Esperidião Amin.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida a pedido do Senador Otto Alencar.

ITEM 28

PROJETO DE LEI N° 3915, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.

Autoria: CPI de Brumadinho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Otto Alencar, para proferir o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Eu agradeço a V. Exa.

Esse projeto surgiu exatamente da CPI de Brumadinho. O Senador Antonio Anastasia contribuiu muito para isso, alterando a Lei de Crimes Ambientais, que é a Lei 9.605, de 1998. Essa CPI foi destinada a apurar os crimes ambientais na barragem de Brumadinho, que atingiu o Córrego do Feijão, que é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos afluentes do Rio Paraopeba, que hoje está marcado para morrer. É um rio em que, em 15 anos, não haverá nenhuma condição de recuperação para a vida ou para os peixes daquele rio. O Senador Anastasia conhece bem a importância do Rio Paraopeba. Não atingiu a Barragem de Três Marias e a calha do Rio São Francisco – uma coisa importante – acho que por uma barragem anterior que há ali no Paraopeba, em Retiro Baixo, que conteve esses danos todos que foram levados a isso.

Esse projeto de lei oriundo da CPI traz:

a) a previsão de figura qualificada para o crime de poluição com pena de reclusão, de dois a oitos anos, e multa, para quando der causa a desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública. Há previsão de tipo culposo para o crime e aumento de pena quando dele resultar lesão corporal grave e morte de ser humano;

b) criação do crime de dar causa a rompimento de barragem por inobservância de norma técnica, administrativa e de práticas reconhecidas pela comunidade científica, com pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa. Há previsão de tipo culposo e figura qualificada, com pena de três a oito anos, quando do crime resultar inviabilização de área para ocupação humana, mortandade de fauna e flora, entre outras consequências. Há ainda aumento de pena quando do crime resultar lesão corporal grave e morte de ser humano.

Nesse caso, Sra. Presidente, da mortandade de fauna e flora, eu quero deixar claro aqui que o rio, para dar condição de ter fauna e flora com saúde, tem que ter, no mínimo, de 8mg a 14mg de oxigênio dissolvido por litro. O Rio Paraopeba está com 0% de oxigênio dissolvido por litro d'água. Então, é uma coisa gravíssima o que aconteceu lá na contaminação do Córrego do Feijão e do Rio Paraopeba.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Neste momento, está morto?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Morto, completamente morto.

c) aumento dos valores mínimo e máximo para a multa administrativa, que passam a ser, respectivamente, de R$2 mil a R$1 bilhão – atualmente tais valores são de R$50 e R$50 milhões.

Os integrantes da CPI de Brumadinho argumentam que a investigação da tragédia evidenciou lacunas importantes na Lei de Crimes Ambientais e deficiência de punição.

Até o momento não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Direito Penal é matéria de competência privativa da União e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput*, da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade, regimentalidade ou de inconstitucionalidade no projeto.

A CPI de Brumadinho investigou as causas do rompimento da Barragem B1, em Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019, e, após quatro meses de trabalho, propôs projetos de lei para o aperfeiçoamento da legislação e o indiciamento de 14 pessoas e de 2 empresas.

Uma das constatações da investigação parlamentar foi a de que a nossa Lei de Crimes Ambientais não é muito sensível punitivamente a eventos de larga escala. Os intervalos penais são estreitos e as penas mínimas são baixas. A lei ainda carece de previsão de figuras culposas para muitos crimes. Muitas vezes, a caracterização do dolo é complexa, o que beneficia os agentes que provocam danos graves ao meio ambiente.

Isso posto, o PL prevê maior sensibilidade para eventos de grandes proporções, com aumento de intervalos penais, penas mínimas, e do valor da multa administrativa, e propõe um novo tipo penal, inexistente em nossa legislação, qual seja, o de dar causa a rompimento de barragem por falta de observância de normas técnicas, administrativas e de boas práticas científicas.

Com a previsão de aumento de pena para os resultados de lesão corporal e morte, o novo crime facilita o enquadramento legal, hoje hesitante entre vários tipos diferentes, como inundação (art. 254 do Código Penal), desmoronamento (art. 256 do Código Penal), homicídio (art. 121 do Código Penal) ou lesão corporal (art. 129 do Código Penal), além dos possíveis crimes ambientais.

A nossa contribuição à proposição, por meio de emenda que altera o art. 1º da Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605, de 1998, é no sentido de condicionar a tipificação penal à inobservância de leis e normas.

Trata-se de proposta importante que inegavelmente aperfeiçoa nossa legislação penal.

Diante do exposto, o meu voto é de que somos favoráveis à aprovação do PL nº 3.915, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº -CCJ

Altere-se o art. 1º do Projeto de Lei nº 3.915, de 2019, para modificar o art. 54 da Lei nº 9.605, de 1998, com a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 54.
.....
.....
.....
.....
§ 4º Se o crime previsto no *caput* der causa a desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública devido à inobservância da legislação:
Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa.
§ 5º Se o crime previsto no § 4º é culposo:
Pena – detenção, de um a dois anos, e multa.

Essa é a alteração à emenda que nós fizemos.

Eu quero registrar aqui que nós temos que destacar e louvar a atuação do nobre Relator, o Senador por Minas Gerais Carlos Viana, que se dedicou de corpo e alma a essa causa que mexe muito com o sentimento de todos os mineiros, de todos os brasileiros, comigo também. Não há coisa pior do que a falta de responsabilidade com a vida humana – e eu falo isso como médico. Muitas vezes salvei muitas pessoas em pronto-socorro com minha ação médica, mas ainda há crimes ambientais por falta de responsabilidade – e aqui ficou muito claro o que aconteceu no rompimento da barragem de Sobradinho.

Esse é o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Otto, ao tempo em que parabenizo S. Exa. pela brilhante relatoria. Lembro que esse PL é fruto de um trabalho da CPI de Brumadinho. Em tempo também, reconheço e parabenizo o trabalho de todos os integrantes da CPI, na pessoa do Senador Carlos Viana.

Eu passo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Antonio Anastasia. Em seguida, a V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Perfeito. Eu vou tomar a liberdade de pedir vista desse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Encerrada a discussão, então. Há uma solicitação de pedido de vista. Nós vamos suspender a discussão. Acho que também é importante que todos os demais membros estejam presentes.

Acho que foi um belíssimo trabalho do Senador Otto, capitaneado pelo Senador Carlos Viana.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

Só temos um requerimento para colocar em votação.

Requerimento do Senador Fabiano Contarato.

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 140, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1553/2019, que altera a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação. Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Carlos Frederico Marés de Souza Filho, ex-presidente da Funai, ex-Procurador Geral do Estado do Paraná e professor titular de Direito Agrário e de Direito Socioambiental do Programa de Mestrado e Doutorado da PUCPR;

2. Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, professor universitário brasileiro e ministro do Superior Tribunal de Justiça.

3. Theodoro Hugney Irigaray, procurador do Estado do MT, professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

4. Leandro Mitidieri Figueiredo, procurador da República e coordenador do Grupo de Trabalho de Unidades de Conservação da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do MPF (4CCR)

5. João Paulo Ribeiro Capobianco - ex-secretário Executivo do MMA, Diretor do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros

Trata-se de requerimento assinado pelo Senador Randolfe e pelo Senador Fabiano.

Coloco em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo oposição, está aprovado o requerimento.

Marcaremos a audiência o mais rapidamente possível.

Não há mais itens na pauta.

Agradeço imensamente a contribuição. Hoje foi um sucesso, graças à participação de todos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pessoal, eu queria, aproveitando o Fabiano aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço mais uma vez desculpa pelo tumulto, porque não vi nem ouvi aqui pedidos de palavras de pela ordem ou de ordem de inscrição.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu queria aproveitar a presença dos Senadores Fabiano, Anastasia e Carlos Viana. Acabo de receber aqui uma notícia que eu considero muito triste para o Rio São Francisco.

V. Exa. sabe, como todos sabem, que o primeiro sinal da morte de um grande rio é quando ele perde a força de entrar no mar. O Oceano Atlântico já entrou 13km dentro do Rio São Francisco, chegou já à cidade de Propriá, em Sergipe, do lado esquerdo, Penedo. Agora recebo aqui a notícia de que aquele asfalto do navio que caiu no mar foi levado para dentro do Rio São Francisco...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O petróleo derramado cuja origem está sendo investigada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Desse petróleo derramado. Um navio deixou o petróleo derramar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já atingiu toda costa do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que pegou toda a costa do Nordeste.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já adentrou o Rio São Francisco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Aquele óleo, pela falta de força do rio e pela predominância do mar, foi levado – esse asfalto todo, esse petróleo todo – para dentro do Rio São Francisco. Quer dizer, já atingiu agora o manancial para suprimento de consumo humano, consumo animal, de toda essa... Quer dizer, é uma situação...

Quando eu vejo uma notícia dessa sobre o Rio São Francisco... E eu falo já há cinco anos ali, naquele plenário, e não sensibilizo – eu agora vou falar com muita verdade – nenhum Senador do Nordeste, inclusive os que estão recebendo água, os Estados receptores: Paraíba é receptor; o Agreste de Pernambuco é receptor; Alagoas, com seu Agreste, também é receptor; o Estado do Ceará é receptor das águas do São Francisco; Rio Grande do Norte... E eu não vejo o Nordeste formar uma corrente de Senadores para defender um elemento que a natureza deu ao Brasil, o único rio do Brasil que corre do Sul para Norte, isso me corta o coração.

Podem ter certeza absoluta... Porque eu conheço, o Anastasia conhece, o Carlos conhece: está morrendo, e eu não vejo ação nenhuma de Governo. Não há Governo no Brasil, há muito tempo não há um Presidente da República que tenha responsabilidade com as águas deste País. Já faltou água aqui em Brasília, já faltou água em Cantareira, no Estado de São Paulo. Essa questão da água é uma coisa para as futuras gerações.

Às vezes fico ali falando no Senado e me lembro da frase de um cantor de quem eu gosto muito, Alceu Valença. Numa das suas músicas, ele disse: "Eu falei, e parecia que era um conde falando para os passarinhos". Ou seja, nenhum passarinho vai dar a voz de um conde nem vai prestar atenção na voz de um conde.

Mas seria importante que Minas Gerais e todos os Estados do Nordeste se unissem para dizer o seguinte: ou se toma uma decisão para revitalizar o Rio São Francisco, ou então nós aqui, dos cabelos brancos, seremos todos responsáveis pela falta de água que vai acontecer nesses Estados receptores, em Minas e, em breve, na Bahia também, porque aumenta o consumo e diminui a produção de água.

Eu estou falando agora com V. Exa., Sra. Presidente, e deve estar morrendo uma nascente na Bacia do Rio São Francisco, nesse intervalo aqui de cinco minutos, pelo desmatamento, pelo assoreamento, pela contaminação com esgoto. Então, não há país no mundo mais irresponsável com o meio ambiente do que o Brasil. Olha só essa coisa da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, que foi destruída... E vai acontecer no Estado de V. Exa., Mato Grosso do Sul. Já estão acontecendo queimadas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em Bonito, no Pantanal, nós tivemos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E sem controle, sabe por quê? Porque o capital selvagem, na hora de ganhar dinheiro, não pensa em meio ambiente, na vida das pessoas, em absolutamente nada.

Esta é a notícia mais triste que eu recebi na minha vida: esse asfalto todo dentro do Rio São Francisco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fazendo coro com V. Exa., eu gostaria de aproveitar, Senador Otto, que sempre é o nosso porta-voz nessas questões – desde a época em que eu era companheira de V. Exa. na CAE, na Comissão de Assuntos Econômicos, V. Exa. sempre trazia o viés ambiental para todas as questões, inclusive econômicas –, para fazer uma sugestão, até aproveitando o nosso Vice-Presidente do Senado Federal aqui: que nós possamos falar com o Presidente Davi Alcolumbre para criar uma comissão especial, que é normalmente uma comissão temporária, de 30 dias, para acompanharmos esse acidente ambiental junto aos órgãos de controle e fiscalização, não só Ministério Público e Tribunais, mas também junto ao Poder Executivo.

É uma questão da mais alta relevância. Estamos aqui com o Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e aproveito para dizer a V. Exa. que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, que detém dois terços de todo o Pantanal brasileiro, cuja bacia é conhecida mundialmente, teve neste ano um aumento de 337% de queimadas. Fala-se muito na queimada da Amazônia, mas o nosso Estado queimou com um acréscimo de 337%. Então, esta realmente é uma questão de todos nós.

Acredito que, com uma comissão especial de 30 dias, poderíamos acompanhar essa questão do dano ambiental desse petroleiro que, de alguma forma acidental ou criminosa, lesou o patrimônio ambiental da humanidade – porque meio ambiente é de todos nós; não é só do Brasil, é da humanidade – e que ele possa ser identificado o mais rapidamente possível.

Nós não estamos falando aqui em indenização, porque esse é o menor dos nossos problemas, mas de que forma estaríamos recuperando a flora e a fauna e impedindo que no futuro questões como essas possam acontecer.

Com a palavra V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Eu andei tentando uma audiência com a ex-Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge – e ela nunca me concedeu audiência – para tratar desse tema. E ontem eu tive a oportunidade de ser recebido pelo Procurador-Geral da República, Dr. Augusto Aras, e fui tratar desse tema. Levei a ele que a promotoria pública, a Procuradoria-Geral da República, precisa entrar nesse tema, porque é o Rio da Integração Nacional, e a responsabilidade é do Governo Federal, e o Presidente da República tem de tomar conhecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A ação da Procuradoria é fundamental para conter desmatamento em nascente e em margem de rio tributário e em rio afluente para se tomar uma decisão; para que a capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, não continue a jogar mais ou menos 30% de esgoto *in natura* no afluente mais caudaloso do Rio São Francisco à margem direita, que é o Rio das Velhas – ainda joga 30% de esgoto *in natura* –; e que também tome providências contra o desmatamento desenfreado e as queimadas criminosas que acontecem no Brasil.

É uma situação de menor esforço. Em vez de tratar as áreas que são de produção de soja ou de algodão ou de criação de gado com outras técnicas, não; fica-se com o menor esforço. É acender com um isqueiro ou riscar um fósforo ali e queimar, porque, ao queimar tudo, limpa tudo, e o custo é baixíssimo. Mas essas queimadas atingem várias áreas de preservação ambiental, não só do Cerrado aqui, como também da pré-amazônica. E, entrando na pré-amazônica, já entrou também na Floresta Amazônica, até porque não se nota o criminoso derrubando a floresta, porque o criminoso é profissional; ele desmata exatamente a parte mais baixa da floresta e nem se sente que estão desmatando. Se desmatou em janeiro, fevereiro, março e abril, em maio, quando começa o período não chuvoso, essa área toda baixa que ele desmatou vira o que eles chamam na Bahia de bacero ou coivara. Ele toca fogo embaixo e queima toda a floresta, compromete toda a floresta.

Essa é uma coisa que a Procuradoria da República precisava punir, mas punir mesmo. É preciso botar na cadeia quem faz isso, seja barão, seja estrangeiro, seja o que for. Se não se fizer isso, podem ter certeza de que vai acontecer com a Floresta Amazônica o que aconteceu com a Mata Atlântica. Agora, muitos dos baianos, conscientes disso, começam a fazer o reflorestamento dessas áreas.

Fazendo justiça aqui: quem levantou essa bandeira foi um dos maiores empresários da Bahia, o Dr. Norberto Odebrecht, com quem eu tive condições de conviver. Ele fez um projeto chamado Fábrica de Florestas. Ele começou a vida como madeireiro, desmatou muito, depois voltou e plantou tudo que ele desmatou no baixo sul da Bahia, já conhecendo esse crime ambiental que não deve continuar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que acabou se ser aberto o painel de votação do Congresso Nacional pelo Senado. Portanto, esta Comissão é obrigada a encerrar a reunião.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 62ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Dário Berger, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Weverton, Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Jean Paul Prates, Zenaide Maia, Paulo Rocha e Styvenson Valentim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Marcos do Val, Major Olimpio, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei nº 4034, de 2019 - Terminativo - que: "Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 2 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests)." Autoria: Senador Elmano Férrer (PMDB/PI). Relatoria: Senador Fabiano Contarato. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 189, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal para autorizar a União a reter recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e transferi-los aos Municípios na hipótese de ausência de repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (PPS/SE), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Marcos do Val (PPS/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Selma Arruda (PSL/MT), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para obrigar as prestadoras de serviços de telecomunicações a disponibilizar recursos para atendimento a situações de perigo público iminente e de interesse público relevante." Autoria: Senador Ciro Nogueira (PP/PI). Relatoria: Senador Eduardo Braga. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, com a Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3915, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem." Autoria: CPI de Brumadinho. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ. Observação: Durante a Reunião, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato, acolhidas pelo Relator. ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 54, de 2016 - Não Terminativo - que: "Modifica o art. 54 da Constituição Federal, para vedar aos Deputados e Senadores permanecer mais de noventa dias sem filiação partidária, sob pena de perda do mandato." Autoria: Senadora Rose de Freitas (MDB/ES) e outros. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4489, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza singular e notória dos serviços de advogados e de profissionais de contabilidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 534, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre instrumento de cooperação federativa para transferência à União de competências educacionais de Estados, Distrito Federal e Municípios." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 241, de 2016 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelo órgãos de Segurança Pública da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a sua transparência e prestação de contas e cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública -LAISP." Autoria: CPI do Assassinato de Jovens. Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CTG (Substitutivo). Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 170, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União para estabelecer quarentena para o Ministro do Tribunal que deixar o cargo." Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 347, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo - que: "Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Rodrigo Pacheco, nos termos regimentais. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 201, de 2016 - Não Terminativo - que: "Autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras nocivas, estabelece condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais e dá outras providências." Autoria: Senador Wellington Fagundes (PR/MT). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2017 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre normas de seguro privado; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Retirado de pauta para reexame do Relatório. ITEM 15 - Proposta de Emenda à Constituição n° 58, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera o § 9º do art. 37 da Constituição Federal, para submeter a remuneração paga por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias aos limites constitucionais impostos à Administração Pública direta." Autoria: Senador Dário Berger (PMDB/SC), Senador Alvaro Dias (PV/PR), Senadora Ângela Portela (PT/RR), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Deca (PSDB/PB), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Edison Lobão (PMDB/MA), Senador Elmano Férrer (PTB/PI), Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN), Senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PSD/MT), Senador Lasier Martins (PDT/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senador Magno Malta (PR/ES), Senador Paulo Bauer (PSDB/SC), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senador Romário (PSB/RJ), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Telmário Mota (PDT/RR), Senador Valdir Raupp (PMDB/RO), Senador Virginio de Carvalho (PSC/SE), Senador Waldemir Moka (PMDB/MS). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável à Proposta, na forma da Emenda Substitutiva apresentada. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 456, de 2016 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para prever que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas as pessoas físicas e jurídicas que tenham como atividade a promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de atletas ou artistas, assim como de direitos e serviços relativos a feiras, exposições, competições esportivas ou eventos similares." Autoria: CPI do Futebol - 2015. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Proposta de Emenda à Constituição n° 75, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o inciso XLII do art. 5º da Constituição Federal, para tornar imprescritível o crime de feminicídio." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Romário (PODE/RJ), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PROS/RN), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 18 - Proposta de Emenda à Constituição n° 76, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei da Câmara n° 104, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para proibir a venda de produtos fumígenos, cachimbo, narguilé, piteira e papel para enrolar cigarro a crianças e adolescentes." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador José Serra. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), com a Subemenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 298, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o parágrafo único do art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispensa de licença prévia a adoção de jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Favorável ao Projeto e contrário às Emendas nºs 1-CAE e 2-CAE. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Projeto de Lei do Senado n° 410, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para dispensar da arrecadação de direitos autorais a veiculação de músicas pelas prestadoras do serviço de radiodifusão comunitária." Autoria: Senador Hélio José

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PROS/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei do Senado n° 322, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 23 - Projeto de Lei n° 1768, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, para prever a possibilidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva, no caso de reiterada prática de crimes contra o patrimônio." Autoria: Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ). Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 24 - Projeto de Lei do Senado n° 120, de 2016 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para obrigar o uso de equipamento de monitoração eletrônica nas hipóteses previstas, bem como autorizar ao juiz da execução a fixação de calendário anual de saídas temporárias." Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 25 - Projeto de Lei do Senado n° 206, de 2018 - Terminativo - que: "Regulamenta a instalação de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas em contratos administrativos continuados celebrados pela União." Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 1 e 3, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Observação: - Em 16/10/2019, foi recebida a emenda nº 4 de autoria do Senador Rodrigo Pacheco (dependendo de relatório). ITEM 26 - Projeto de Lei do Senado n° 444, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para impedir a cobrança de multas nos casos que especifica." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). Relatoria: Senador José Maranhão. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 27 - Projeto de Lei do Senado n° 669, de 2015 - Terminativo - que: "Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade." Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Fabiano Contarato e Tasso Jereissati, nos termos regimentais. ITEM 28 - Projeto de Lei do Senado n° 301, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para vedar o nepotismo nos contratos de terceirização de atividades da Administração Pública e exigir a transparência nessas contratações e a qualificação dos empregados utilizados na execução dos contratos." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 29 - Projeto de Lei n° 553, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental." Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 30 - Projeto de Lei do Senado n° 443, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar, ou em situação de evadido do sistema prisional." Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Fabiano Contarato e Rose de Freitas, nos termos regimentais. ITEM 31 - Projeto de Lei do Senado n° 179, de 2018 - Terminativo - que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso." Autoria: Senador Elmano Férrer (PODE/PI). Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de pauta para aguardar realização de audiência pública. ITEM 32 - Projeto de Lei n° 3228, de 2019 - Terminativo - que: "Altera o inciso IV do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1993, para vincular o assentamento de trabalhadores rurais a seu domicílio eleitoral." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 33 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 141, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 133/2019, que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); 2. Conlutas - Central Sindical e Popular (CSP); 3. União Geral dos Trabalhadores (UGT); 4. Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); 5. Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); 6. Central da Classe Trabalhadora - Intersindical; 7. Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB); 8. Central Única dos Trabalhadores (CUT); 9. Força Sindical; 10. Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (COBAP) e 11. Deputado Distrital Chico Vigilante." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 34 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 142, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir a PEC 133/2019, que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Charles Johnson da Silva Alcântara - Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital - FENAFISCO 2. Décio Bruno Lopes - Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP 3. Rudinei Marques - Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE 4. Célio Fernando de Souza Silva - Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais - FENAFIM 5. Mauro Silva - Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - Associação Nacional -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

UNAFISCO 6. Carlos Silva – Presidente do Sindicato dos Auditores do Trabalho – SINAIT 7. Achiles Linhares de Campos Frias – Diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazendo Nacional 8. José Pinto – Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social – SBPS 9. Luís Alberto – Consultor Legislativo do Senado Federal 10. Diego Cherulli – Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP 11. Thaís Ridel – Instituto Brasiliense de Direito Previdenciário – IBDPrev" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 35 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 143, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 179/2018, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM); 2. Representante da Pastoral Carcerária da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil CNBB 3. Representante do Conselho Nacional de Psicologia – CNP 4. Deise Benedito – Advogada e ex integrante do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura 5. Representante da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia – ABJD 6. Representante de Juízes para a Democracia – AJD" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 36 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 144, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4489/2019, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza singular e notória dos serviços de advogados e de profissionais de contabilidade. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério da Justiça; 2. Representante do Ministério da Economia; 3. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE); 4. Felipe Santa Cruz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); 5. Paulo Maia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB); 6. Fábio George Cruz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Nóbrega, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República." Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da Ata da 61ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 32.

ITEM 1

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO

PROJETO DE LEI N° 4034, DE 2019

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Dispõe que os valores recebidos a título de Auxílio Emergencial Pecuniário e de recomposição por danos materiais ou morais sofridos em decorrência do rompimento e colapso de barragens não serão considerados como renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, bem como no cálculo da renda para fins do Benefício de Prestação Continuada.*

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo.

Observações:

- Em 09/10/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PL n° 4034, de 2019, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Portanto, proclamo já o resultado.

Não havendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação nos termos regimentais.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal.*

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Apenas e tão somente para agradecer a V. Exa. a oportunidade de ter sido Relator desse projeto, o PL 4.034, de 2019, que acabamos de aprovar na Comissão de Constituição e Justiça, e agradecer, igualmente, aos pares que o aprovaram.

A autoria do projeto foi do meu colega de bancada, o professor e Senador Antonio Anastasia. Quero dizer que esse projeto nasceu de uma visita minha e do Senador Anastasia, em uma manhã de sábado, ao Município de Brumadinho, afetado gravemente pelo rompimento da barragem que vitimou tantas pessoas. Lá, em conversa com o Prefeito e com os Secretários, houve a demonstração da necessidade de se garantir que se preservassem esses programas sociais, não obstante as reparações dos danos causados pelo rompimento da barragem. Então, é um projeto muito meritório, de autoria inteligente do Senador Anastasia e de que tive a satisfação de ser o Relator.

Muito obrigado a todos os membros da Comissão de Constituição, Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Relator, eu faço coro na homenagem ao autor e aproveito para parabenizar V. Exa. pela relatoria.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu quero apenas me somar aos cumprimentos a ambos, tanto ao Senador Rodrigo Pacheco quanto ao Senador Anastasia, e dizer que, como eu tenho um pouquinho de experiência de tragédias ambientais, climáticas, desde a enchente de 1983, eu fico admirado como eles inventaram ainda alguma coisa para reduzir a dor. Computar como renda a reparação parcial dos danos de uma tragédia é o mínimo que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve. Então, quero me congratular com a iniciativa, lamentar que eu nunca tenha pensado nisso – mas os mineiros são realmente especiais – e cumprimentar o Relator.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 189, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para dispor que os substitutos dos chefes do Poder Executivo não ficarão inelegíveis para outros cargos em caso de substituição por até quinze dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito.

Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- Em 09/10/19, a Presidência concedeu vista aos Senadores Eduardo Braga e Esperidião Amin, nos termos regimentais.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco-a em votação.

Os Srs. Senadores...

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu vou votar contra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vou fazer então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E vou fazer todo o possível para que haja votação nominal. Vou fazer o que for possível para medir os votos, porque eu acho que isso é uma exceção, com todo respeito ao meu amigo Senador Lasier, cujos efeitos não foram simulados.

Mas eu vou aqui repetir o exemplo que eu produzi quando criei o primeiro caso. O Prefeito ou o Governador não está no exercício, pode ser candidato a outra coisa. O Vice-Prefeito ou o Vice-Governador é candidato a Deputado e poderá assumir, sem prejuízo da sua candidatura, o cargo de Governador ou de Prefeito nos últimos 15 dias do período eleitoral sendo candidato a Deputado Federal.

Acho que isso é a criação da oportunidade do desequilíbrio. O esforço do Congresso tem sido para reduzir as possibilidades de desequilíbrio, às vezes até de maneira exagerada. Nesse caso, é de uma maneira não controlada, e o exemplo que eu dei mostra: nós todos somos candidatos a Deputado, mas, nos últimos 15 dias, eu assumo a Prefeitura ou o Governo do Estado e continuo candidato a Deputado. Isso é ou não é um desequilíbrio que este texto vai produzir, entre muitos outros, mas este é o mais óbvio?

É por causa desse desequilíbrio que, no mérito da questão, eu votarei contra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Relator, apenas de fazer uma observação, porque eu presenciei esse caso. Eu acredito que esse projeto surgiu, Senador Esperidião Amin – e não divirjo, não estou divergindo da posição de V. Exa., apenas esclarecendo –, em função daquele episódio, em 2018, quando o Vice-Presidente, já Presidente empossado, Michel Temer, tinha que se ausentar no período eleitoral e, na ordem de sucessão, todos os Presidentes, inclusive das Casas, acabaram também tendo que, com dinheiro público, se ausentar para não ficarem inelegíveis nas suas reeleições.

Ocorre que, e aí eu faço uma observação ao Relator, o projeto não faz referência apenas ao Chefe do Poder Executivo Federal, faz referência a Governadores e Prefeitos. Não sei se seria o caso de uma análise apenas, se isso atenderia ou satisfaria também, ou é o momento de se observar, no caso do Presidente da República, obviamente, que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem querer polemizar, mas nós já tivemos até o Presidente do Supremo exercendo o cargo de Presidente. José Linhares foi Presidente da República...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi o que aconteceu em 2018 também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... depois que o Getúlio Vargas foi apeado do poder. Aliás, produziu uma lei muito importante que todos os Prefeitos já usaram, a Lei da Mais Valia. Quando se constrói o imóvel cujo efeito não é prejudicial aos seus vizinhos, paga-se a mais-valia. Eu apliquei essa lei para regularizar uma construção do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Então, tem quem substitua. Não fica acéfalo, mesmo nesse caso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, eu ouvi as ponderações do Senador Esperidião Amin, sempre muito apropriadas. Aliás, a cultura do Senador Esperidião Amin, eu comentava com o Senador Flávio Bolsonaro, é algo impressionante, para não dizer invejável. Desde a época da Câmara dos Deputados, eu, presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, e ele, muito assíduo lá, me ensinava o tempo inteiro cultura, história, fatos, enfim.

A ponderação dele, obviamente, tem sua pertinência. Nós podemos, eventualmente, avaliar. Seria bom que o Senador Lasier Martins participasse dessa construção que V. Exa. sugere.

Apenas lembro ao Plenário o que é o dispositivo que se pretende seja acrescido ao art. 1º da Lei Complementar 64, que diz: "Não se aplicam os §§1º e 2º aos substitutos do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos Municipais que os hajam substituído por até 15 dias nos últimos seis meses anteriores ao pleito".

A razão de ser disso, evidentemente, é se evitar aquela sistemática de o Presidente viajar, o Vice também tem que viajar, e assim sucessivamente, gerando gastos públicos. Isso fica até um pouco difícil de se explicar para a sociedade.

Mas as ponderações do Senador Esperidião Amin também têm alguma pertinência. E os últimos 15 dias antes do pleito eleitoral? Isso precisa, de fato, ser avaliado.

Eu não me oponho, se V. Exa. assim permitir e considerar, a que nós possamos retirar a matéria, para que, em diálogo com o Senador Esperidião Amin e com o Senador Lasier Martins, autor do projeto, se possa chegar a um consenso na redação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está retirado de pauta, a pedido do Relator, até decisão colegiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 152, DE 2017

- Terminativo -

Ementa do Projeto: *Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para determinar que somente poderão ser comercializados os modelos de veículos que tenham alcançado resultados mínimos em testes de impacto (crash tests).*

Autoria: Senador Elmano Férrer (MDB/PI)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: pela aprovação do Substitutivo.

Observações:

- em 09/10/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 152, de 2017, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral.

Coloco em discussão a matéria, esclarecendo que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Portanto, vamos ao resultado.

Não havendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos regimentais.

Será comunicada a decisão desta Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 347, DE 2018 (COMPLEMENTAR)

- Não terminativo -

Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Flávio Bolsonaro, para proferir o seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – Bom dia a todos!

Presidente, o voto é um pouquinho extenso, são quase quatro páginas. Pergunto a V. Exa. se haveria problema em eu ler apenas o voto e fazer a leitura dos artigos com a redação final, que ficaram após as emendas. (*Pausa.*)

Então, passo direto ao voto aqui, Presidente.

Somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 347, de 2018, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> Emenda nº (Substitutiva)
> Regulamenta o inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, para definir as áreas de atuação das fundações estatais constituídas como pessoa jurídica de direito privado.
> [...]
> Art. 1° A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, na forma do art. 45 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e após autorização em lei específica, fundações com personalidade jurídica de direito privado, integrantes da administração pública indireta, para atuar em atividades e serviços de relevante interesse público.
> *Parágrafo único*. A instituição de fundação pública a que se refere o *caput* será admitida para atividades atribuídas ao Estado na forma do Título VIII da Constituição Federal.
> Art. 2° Ficam revogados o inciso IV e o §3° do art. 5° do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.
> Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Essa é a redação final do projeto de autoria do Senador Fernando Bezerra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Tenho só uma dúvida, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, tem a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, eu peço vista, por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Há uma regra geral...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou apenas, como é uma dúvida, como não é uma discussão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – É uma dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve um pedido de vista, mas eu gostaria apenas de dar a palavra ao Senador Esperidião Amin, até porque essa dúvida pode ser a de V. Exa. também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – É uma dúvida: como é que fica... Não sei se o Relator chegou a analisar isso.

Quanto à criação, em princípio, eu concordo com o projeto, mas as regras de extinção... Porque as regras de extinção de fundações... O nosso Rodrigo Pacheco deve saber sobre isso muito mais do que eu, mas talvez não fale – vocês sabem que o advogado só fala quando provocado ou quando avençado... (*Risos.*)

Mas as regras de extinção de fundação submetem, inclusive, ao Ministério Público a tutela das condições dessa extinção, destinação dos seus ativos, espólio, patrimônio, dependendo das regras da sua criação. Por exemplo, a fundação de um partido político. Com a extinção do partido político... Há regras que até antecedem a Revolução de 30. Nós temos, no Museu Municipal de Florianópolis, escrito lá em cima: "PRC, Partido Republicano Catarinense". Quer dizer, o prédio era a sede do Partido Republicano Catarinense e, com todas as coisas da Revolução de 30 e seus sucedâneos, passou a ser patrimônio do Município de Florianópolis. As fundações criadas por governo, por lei, por iniciativa privada têm a tutela do Ministério Público no seu funcionamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha única dúvida é essa. Pergunto ao Relator, que não tem a responsabilidade da autoria, se ele levou em conta, ou se foi levada em conta, a regra de extinção ou qualquer outro motivo da sua inexistência.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – Senador Esperidião, na verdade, na iniciativa do Senador Fernando Bezerra, ele não entra em detalhes sobre criação e extinção. Ele estabelece aqui a possibilidade de que sejam instituídas essas fundações após autorização em lei especifica. Acho que nesse momento é que se vão discutir os critérios de criação ou de extinção. Ele cria aqui, na verdade, o gênero, e a espécie vai ser discutida na legislação infraconstitucional. Então não está nem entrando nesse mérito aqui ainda.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Como houve pedido de vista, vou conceder vista ao Senador Fabiano e indago se a vista é coletiva ou se podemos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Coletiva.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 3915, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de desastre ecológico de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, bem como a conduta do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.

Autoria: CPI de Brumadinho

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 09/10/19, a Presidência concedeu vista aos Senadores Fabiano Contarato e Antonio Anastasia, nos termos regimentais.

Em 16 de outubro foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de iniciativa do Senador Fabiano Contarato, que estão dependendo de relatório. Então, concedo a palavra neste momento ao Senador Otto Alencar para proferir relatório apenas sobre as Emendas nºs 1 e 2.

Com a palavra V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa., Sra. Presidente.

Na verdade, eu tinha aqui proferido o meu voto. O nobre Senador Fabiano Contarato pediu vista e apresentou duas emendas ao meu relatório.

V. Exa., assim como os Senadores e Senadoras, conhece o fato que aconteceu lá em Brumadinho. O Senador Carlos Viana foi o Relator da CPI de Brumadinho e fez um trabalho dedicado às causas dessas questões todas que temos no Estado de Minas Gerais em torno de barragens de rejeito, também pelo Brasil afora. Sempre é uma tensão muito grande.

O nosso relatório foi um relatório estudado em cima daquilo que aconteceu, que levou àquela situação toda que comoveu o Brasil, muito mais para alertar e definir uma legislação clara, que pudesse penalizar os responsáveis por crimes ambientais e contra a vida também, como foi o caso de lá de Brumadinho, em Minas Gerais.

O nobre Senador Fabiano apresenta duas emendas ao art. 55-A:

> Art. 55-A. .....
> .....
> §1º .....
> .....
> §2º .....
> .....
> Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa.
> §3º Se do crime doloso ou culposo resulta lesão corporal, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte humana, é aplicada em dobro.

Ele justifica aqui. Eu acolho a justificação do nobre Senador.

Também há outra emenda ao art. 54:

> Art. 54. .....
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º .....
Pena – reclusão, de quatro a doze anos, e multa.
§5º .....
Pena – detenção, de um a três anos, e multa.
§6º Se do crime doloso ou culposo referidos nos §§ 4º e 5º deste artigo resulta lesão corporal, a pena privativa de liberdade é aumentada de metade; se resulta morte humana, é aplicada em dobro.

A justificação também me convence.

Portanto, eu acolho as duas emendas propostas pelo Senador Fabiano Contarato para incluir no meu relatório para que V. Exa. possa colocar em apreciação, discussão e votação aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para discutir a matéria, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nos termos do relatório do Senador Otto Alencar, que acata as duas emendas do Senador Fabiano Contarato.

Para discutir, V. Exa., Senador Viana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Obrigado, muito agradecido.

Em primeiro lugar, meu bom dia, Presidente, Senadora Simone Tebet, e a todos os Senadores que estão aqui.

Quero dizer da minha satisfação em mais uma vez levantar essa questão da CPI de Brumadinho. Tive o apoio irrestrito, desde o primeiro momento, do nosso Líder Otto Alencar, na luta dele, incansável, pela defesa do meio ambiente, do São Francisco e, naturalmente, das bacias que nós temos em Minas Gerais, que hoje correm grande risco, não só pelo desmatamento, assoreamento, descaso das autoridades, mas principalmente pela questão minerária. Tenho sido muito claro aqui, entre os Srs. Senadores, que Minas Gerais, desde antes da Segunda Guerra Mundial, vem sendo ponto fundamental no Brasil na exportação de *commodities* do minério. E hoje nós estamos sentindo os efeitos dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração ao longo dos anos de uma forma irresponsável e muitas vezes sem a devida reparação ambiental.

Quero – permitam-me também os Srs. Senadores – lembrar aqui o absurdo que é a cobrança de uma contribuição federal mínima por conta exatamente dos desastres que temos e dos danos que são causados ao País. É uma riqueza, senhoras e senhores, que vai embora, não volta e deixa para trás um rastro muito profundo nas comunidades de desamparo, de problemas de violência, de educação, de demandas e por aí vai.

Para os nossos espectadores, aqueles que nos assistem e nos acompanham pela Rádio Senado, é de 3,5% hoje, depois de muita briga. Um dos projetos que nós temos aqui, Srs. Senadores, é inclusive de revisão dessa Cfem, porque nós queremos que o cascalheiro e que o areeiro, que também são mineradores, não sejam penalizados, que aquele que tem um pequeno negócio de mineração não seja penalizado. Mas, por exemplo, hoje, que aquelas empresas do Pará, do Amapá, do Mato Grosso, onde a riqueza do minério chega a quase 70%, paguem mais, que a Cfem seja maior até para que os Estados hoje, que são a nova fronteira da mineração, não sintam os efeitos, ao longo das décadas, que Minas Gerais está sentindo com o absurdo da subcobrança, como temos hoje, com a subtributação em relação ao minério.

E nesse caso aqui quero também agradecer e dar os parabéns ao Senador Fabiano Contarato, que se tem mostrado aguerrido, um homem ético, correto na defesa do meio ambiente, o que passa claramente pela revisão das questões da mineração. Obrigado pela contribuição. Em nome da CPI de Brumadinho, nós queremos deixar aqui o nosso tributo a V. Exa.

Senador Otto Alencar, obrigado pelo relatório.

Peço aos pares a aprovação. Estamos aqui, senhores, dando clareza à questão da tipificação dos crimes ambientais que não podem estar restritos apenas à questão das multas ambientais. Essas já existem e estão sendo ampliadas. Nós temos que definir que uma pessoa jurídica, Senador Esperidião Amin, não toma decisões sozinha. Ela não existe em uma forma de decidir as ações; quem decide são aqueles que representam a pessoa jurídica. Esses também têm de ser responsabilizados, na forma da lei, pelos seus atos, naturalmente de acordo com a sua culpa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Portanto, meu muito obrigado.

Para encerrar, quero dizer da minha satisfação por esse projeto estar em andamento aqui em nome de todos os mineiros da nossa Minas Gerais.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu agradeço, parabenizando o Relator da CPI de Brumadinho e a Presidente, Senadora Rose de Freitas. Nós temos o hábito de ver CPIs sendo instaladas no Senado Federal, e, dificilmente, têm a rapidez ímpar que essa Comissão teve. Normalmente se pedem prorrogações, e, muitas vezes, se prorroga e não se chega a conclusões. V. Exas., em trabalho primoroso, não só colocaram no relatório o indicativo de indiciamento de várias autoridades envolvidas, como também apresentaram três belíssimos projetos de lei. Este é um dos projetos dos três, frutos, repito, da conclusão do relatório da CPI de Brumadinho.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – A propósito das palavras proferidas há pouco pelo Senador Carlos Viana, quero dizer que ele lembra uma circunstância muito relevante e apropriada: a empresas não é ré. A empresa responde por obrigações comerciais no campo civil, tributário e no ressarcimento a danos, mas os gestores, individualmente, pelo grau específico de responsabilidade, respondem, além desses primeiros, pelas questões penais. Ninguém prende a empresa, agora, o gestor, o indivíduo ou os indivíduos que participaram de uma decisão, como é o caso, têm que responder sob o ponto de vista penal também.

É essa complementação de responsabilidades, que V. Exa. mencionou, que eu quero enfatizar neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, o Vice-Presidente da Comissão, Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Eu só quero cumprimentar a Senadora Rose de Freitas e o Carlos Viana pelo trabalho, pelo relatório. Porque geralmente para CPI muita gente torce o olho. "Ah, CPI é mais um amontoado de papel com pouco resultado." Então, quero cumprimentá-los, porque dessa CPI estão surgindo projetos como esse do Senador Otto, que vem ao encontro de efetivamente punir não o CNPJ, mas o CPF.

Eu tenho mais um projeto também que está nas mãos do Senador Marcos Rogério em que se responsabiliza toda a diretoria, o presidente e todos os diretores. "Ah, é diretor de *marketing*, não tem nada a ver com barragem". Será responsabilizado também porque é a diretoria colegiada que decide, o seu CPF. "Ah, e quem assinou o laudo?". E quem assinou o laudo também, fazendo com que as penas sejam mais severas, para que aí eles passam a ter o entendimento de que não dá mais para brincar com vidas humanas, com exploração, com isso e com aquilo.

Então, eu cumprimento V. Exa. pelo projeto. Não tenho dúvida de que vai ajudar, e muito, a evitar novos desastres no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Presidente da CPI de Brumadinho, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Para discutir.) – Primeiro, Presidente, eu gostaria de parabenizar todos aqueles que participaram e deram condições à CPI de ir à frente. Não foi fácil ter quórum na CPI. Parabenizar o Relator pelo trabalho que fez, parabenizar o autor, Senador Otto, e dizer que a lei para definição da figura do dolo ainda é muito incipiente. Nós temos muita dificuldade de constatar em CPI... Por maior seriedade que se tenha, falta sensibilidade punitiva para que a gente possa, num caso grave como esse, que todos assistiram Brasil afora e se sensibilizaram.... O trabalho executado não foi para acabar com a Vale do Rio Doce. Ao contrário, foi para que episódios como esse não se repitam nunca mais. E o Relator teve dificuldades, eu quero dizer isso. Houve ajuda do Ministério Público, da Polícia Federal, várias pessoas contribuíram tecnicamente. Fizemos projeto de lei que V. Exa. colocou em votação sobre a questão da segurança das barragens, o 1.452, o 549, sobre os rejeitos, que foi aprovado no Plenário, mas será que isso é o suficiente? Será que é o suficiente?

Até o próximo episódio, nós vamos estar falando aqui que as leis são incipientes, que os relatórios estão prontos, que a culpa está praticamente desenhada ali, que o Ministério Público está apurando isso, mas é doloroso também constatar que, a despeito de toda seriedade do Relator, a despeito das presenças de pessoas como o Wellington Fagundes, que lá esteve, o Otto, o Anastasia e outros, a pressão que se exerceu sobre esta Casa, Sra. Presidente, nunca foi vista nos meus 32 anos de Parlamento.

Foi uma pressão em que parecia que nós todos estávamos querendo destruir o patrimônio nacional e acabar com os empregos da Vale. Escuta, morreram pessoas! Houve falha? Não! Houve culpa, desleixo, omissão, irresponsabilidade, abuso das pessoas que tinham relatórios nas mãos para passar adiante, para se tomarem as medidas cabíveis, não preventivamente mais, mas para, naquele momento, pararem tudo, tirarem as pessoas dali! Não tinha como prevenir o erro, que é cúmplice do poder que se exerce numa hora como essa. Ninguém depois quer ser culpado, mas todos o foram na medida em que tinham verdadeiras auditorias nas suas mãos. E, quando a auditoria não servia, mudava-se o auditor. O que importam as vidas? Da minha cabeça, não sai o telefonema do marido que ligou para a mulher, e ela falou: "Meu bem, eu só liguei para falar com você. Estou indo almoçar". Ele falou: "Bom trabalho!". E, nesse momento, a lama cobriu a vida dela e acabou com aquela família e com várias famílias, acabou com a vida de todos eles!

Por que eu digo isto aqui agora? Porque, Senador Carlos Viana, nós não queremos acabar com a Vale, mas pode haver um procedimento mais digno para quem construiu um patrimônio enorme, essa riqueza toda, tentando esse acordo. Eu não acredito! Até hoje, recebo comissões perguntando: "O que vai acontecer com a CPI de Brumadinho?". O que vai acontecer é que não dá! Não vou escrever isso na minha história, o Carlos Viana não vai escrever isso na história dele, o Otto não vai escrever isso na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

história dele, o Contarato não vai escrever isso, o Fagundes não vai escrever isto, que nós fingimos que não ouvimos, fingimos que não vimos e fingimos que fizemos. Nós vimos, ouvimos e fizemos.

O relatório apresentado nesta Casa é um relatório concludente. Se pudéssemos, estenderíamos mais, não para acabar com a Vale, mas para que ela tivesse vergonha na cara de se postar como uma empresa que recebeu apoio por anos e anos, até na Constituinte! Que ela trate o ser humano, com a qualidade dos seus investimentos e dos seus interesses, que ela trate a vida humana e o ambiente como eles merecem ser tratados em um País que luta por esses valores! E quem mais luta é o povo brasileiro, não acredito que seja o Parlamento, mas, sim, o povo brasileiro. O que nós fizemos foi um pedacinho – não é isso, Senador Otto? – do que foi possível fazer com dignidade. Quero, ao sair desta Casa um dia, que lá esteja escrito que nós não mentimos e, sobretudo, não nos omitimos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabéns a V. Exa. duplamente, pela Presidência e pelo belíssimo depoimento que acaba de dar!

Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Vou ser bem breve.

Eu quero parabenizar o Senador Otto e também estender minha fala ao Carlos Viana, que esteve comigo. Nós fomos a Barão de Cocais.

Eu acho que passou da hora de este Parlamento literalmente derrubar os muros, interagir diretamente com os problemas sociais, visitar a população indígena, as comunidades quilombolas.

Esse projeto é de extrema importância. O que eu fiz foi apenas adequar o sistema de penalidade e expliquei isso ao Relator. É uma simples correção, singela.

Eu quero aqui, inclusive, Senador Amin, esclarecer para o senhor, de forma muito positiva, que a Constituição Federal, no art. 225, §3º, prevê até a responsabilidade penal da pessoa jurídica. Isso foi uma inovação do Estado democrático brasileiro. Isso está escrito no art. 3º, que fala que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".

E digo mais: na própria lei ambiental, Lei nº 9.605, de 1998, o art. 3º vem corroborando isso, falando: "As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente [...]". Então, passou da hora. É o momento de a gente ter essa sobriedade emocional, principalmente agora: nove

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados da Federação no Nordeste estão sendo atingidos. Esse projeto vem coibir justamente isso, porque, se essa lei estiver em vigor, quando for descoberto quem, por ação ou omissão, deu causa a esse crime ambiental que está causando o derramamento de óleo lá nos nove Estados do Nordeste será responsabilizado civil, administrativa e criminalmente. Então, eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar a Senadora Rose de Freitas, com quem a cada dia aprendo mais. Todos vocês...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Quando eu vejo aqui o Tasso Jereissati, o Paulo Paim, o Amin, o Oriovisto, eu falo: "Meu Deus, que bom que eu estou aqui!". Eu estou aprendendo, eu sou um eterno aprendiz numa Casa que a cada dia me passa mais sobriedade, serenidade e equilíbrio emocional.

E nós estamos aqui dando uma demonstração de que este Parlamento está atento, atento à dor. Nós não podemos pagar o valor de uma vida humana. Como mensurar o valor da dor causada por um telefonema desse que a Senadora recebe, ou de um pai que deixou a filha e não a teve de volta? Mas nós temos, sim, que ser atentos e tratar igualmente os iguais na medida em que eles se desigualem.

Muito obrigado.

Parabéns ao Senador Otto Alencar! Parabéns a todo este Senado!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só quero aproveitar para esclarecer...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um posicionamento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em discussão.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Já que fui citado, só quero agradecer ao Senador Fabiano Contarato por ter ajudado a deixar clara a minha afirmação e o texto que deriva da Constituição. A empresa não pode é ser presa, mas responde pelo crime ambiental que perpetrou, até porque, se nós fôssemos depender de uma indenização, de uma reparação por parte da pessoa física, isso seria inócuo. O que ela não pode é ser presa, mas arca, evidentemente, com seu patrimônio, com seus haveres, com a sua marca, fundo de comércio – antigamente se chamava assim – para que haja o ressarcimento. E os exemplos que derivaram lá dos casos do petróleo no Alasca e no Golfo do México estão aí para confirmar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Excelência, só um instante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – O Senador Fabiano – estivemos em Barão de Cocais acompanhando mais de perto o impacto, Senadora Rose e Senador Otto – estava junto comigo lá quando fizeram um manifesto contra a CPI de Brumadinho, de desconfiança. Refiro-me ao Movimento dos Atingidos por Barragens, que é um movimento muito aguerrido, um movimento muito radical. Senadores, para que os senhores tenham uma ideia: eles nos fizeram uma visita aqui para apresentar um pedido de desculpas, trouxeram um elogio ao relatório; segundo eles, que são isentos na crítica, nunca haviam acompanhado um relatório que desse clareza e perfeitamente a culpabilidade no caso de um crime como o de Brumadinho. Então, aquela situação que nós vivemos juntos lá hoje se transformou num voto de elogio e de confiança daquele movimento ao nosso trabalho, comandado pela Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 a 3 da CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Item 30: Projeto de Lei do Senado 443, de 2017, terminativo: apenas para a leitura de relatório.

ITEM 30

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 443, DE 2017

- Terminativo -

Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para agravar a pena quando o crime é cometido durante saída temporária, liberdade condicional ou prisão domiciliar, ou em situação de evadido do sistema prisional.

Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

Lembro que se trata de uma votação nominal e, portanto, apenas daremos a leitura do relatório.

Com a palavra V. Exa. para proferir o seu relatório, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – Presidente, tomo a liberdade de começar já pela análise, para ganharmos um pouco de tempo.

Diz o seguinte.

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal.

Não identificamos no projeto vício de natureza constitucional, regimental ou de juridicidade.

O PLS n° 443, de 2017, é meritório, embora seja necessário ajustá-lo, na forma das emendas apresentadas ao final.

A criação de novos tipos penais e o aumento das penas dos crimes já existentes, decorre de uma opção de política criminal, em que os legisladores, atentos às dificuldades e aos problemas enfrentados pela sociedade, buscam, por meio da elaboração ou da modificação das leis, a solução que melhor atenda à população.

O projeto de lei em exame insere-se exatamente nesse contexto. O povo brasileiro não aguenta mais assistir a inúmeros casos de pessoas condenadas que, aproveitando-se de um benefício concedido durante o cumprimento da pena, como a saída temporária, voltam a cometer crimes. Com efeito, tais criminosos deveriam procurar se ressocializar, sobretudo porque já sabem das consequências que resultam do cometimento de infrações penais. Entretanto, não o fazem porque optam pelo caminho mais fácil, o da criminalidade.

Dessa forma, vem em boa hora a criação de uma agravante genérica para os casos de delitos cometidos durante a saída temporária, a liberdade condicional ou prisão domiciliar, ou em situação de evadido do sistema prisional. O referido agravamento de pena, ao mesmo tempo em que punirá de forma diferenciada os respectivos infratores, desestimulará os condenados que estejam fora da prisão, em razão de benefício, fuga, etc., a cometer novos delitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A par da previsão de uma nova agravante genérica, a proposição acrescenta, ainda, ao art. 61 do Código Penal, um parágrafo único que prevê que "no caso na alínea *m* do inciso II, se o crime for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, a pena será aumentada de um terço até a metade". Ocorre que, a nosso sentir, essa nova causa geral de aumento de pena esbarra no princípio da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (*ne bis in idem*).

Importante observar que quando há uso de violência ou grave ameaça, essa circunstância, na maioria dos casos, já integra o tipo penal, isso quando não constitui crime mais grave ou o qualifica.

Dessa forma, deverá ser mantida a agravante genérica da alínea "m", no inciso II, e suprimido o parágrafo único que foi incluído no art. 61.

Não obstante o mérito da matéria, o projeto deixou de prever a cláusula de vigência, restando desatendido o disposto no art. 3º, inciso III, da Lei Complementar nº 95, de 1998. Assim, estamos apresentando emenda para fazer esse pequeno ajuste de técnica legislativa.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ
Suprima-se do Projeto de Lei do Senado nº 443/2017 o *parágrafo único* incluído no art. 61.
EMENDA Nº – CCJ
Acrescente-se ao Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2017, o seguinte art. 2º:
“Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

É o voto, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, coloco em discussão a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Eu só queria fazer um esclarecimento, Senador Flávio, a título de colaboração, por gentileza.

Quando nós estamos estabelecendo aqui uma circunstância agravante nas hipóteses de saída temporária, eu acho extremamente positivo, mas quando você está estabelecendo, por exemplo, na hipótese de liberdade condicional, quer dizer que ele está praticando uma conduta grave após uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condenação anterior. E isso já é uma circunstância agravante, que é o instituto da reincidência, previsto no art. 61, I, que diz que, entre as circunstâncias que agravam a pena, uma é ser agente reincidente. Então, eu acho que aí também seria *bis in idem.*

Então, a minha sugestão... E vou pedir vista para isso. Só estou explicando para V. Exa. que eu estaria suprimindo liberdade condicional, porque, senão, haveria *bis in idem* em duas circunstâncias: o juiz teria de condenar por essa circunstância agravante mais pela circunstância agravante da reincidência, conforme determina o art. 61, I. Então, vou pedir vista nesse sentido.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa. Acho que isso aprimora o projeto...

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Vista coletiva.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – E até porque é o que está na legislação... É uma punição mais grave, inclusive. Se ele cometer, inclusive ele volta a cumprir aquele tempo de pena que ele tinha tido em benefício do livramento. Então, concordo com V. Exa. e agradeço pelo aprimoramento do projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Mesmo porque, em caso de evasão, é falta grave prevista na Lei 7.210, que é a Lei de Execução Penal. Então, agora está inserida uma circunstância agravante específica. Parabéns pela iniciativa. O intuito é aprimorar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – A iniciativa é do Senador Lasier.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Parabéns pela relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência suspende a discussão porque houve o pedido de vista do Senador Fabiano.

Vista coletiva, com o pedido da Senadora Rose de Freitas.

Item 27.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 669, DE 2015

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o inciso I do art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.

Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação nominal.

A matéria é terminativa. Trata-se de uma votação nominal, portanto, teremos neste momento apenas a leitura e discussão da matéria.

Concedo a palavra à nobre Relatora, Senadora Rose de Freitas, para proferir o seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Como Relatora.) – Sra. Presidente...

(*Interrupção do som.*)

Peço ao Contarato que faça essa leitura, porque eu estou limitada agora, por favor. Seria só das duas emendas e o voto, por favor. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Como Relator.) – Passo direto ao voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, com as seguintes emendas.

Emenda nº – CCJ
Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, a seguinte redação:
Altera o art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para possibilitar a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito para condenadas gestantes ou que possuam filho até 6 (seis) anos de idade.
Emenda nº – CCJ
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 669, de 2015, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 2º O art. 44 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a viger com a seguinte redação:
'Art. 44. .....
.....
I-A – aplicada pena privativa de liberdade não superior a oito anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa e, na data da decretação da prisão preventiva ou da sentença, a condenada for gestante ou possuir filho até 6 (seis) anos de idade;
.....' (NR)"

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Fabiano e coloco em discussão a matéria.

Lembro que falta apenas um Senador para termos quórum nominal. Temos 13 Senadores presentes.

Continua em discussão a matéria.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Presidente, para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Para discutir.) – Quero colocar minha posição, contrária a esse projeto de lei.

É um tema amplamente debatido na sociedade hoje. É um benefício que é dado a uma mulher condenada porque cometeu um crime. Por mais que se faça ressalva aqui de que não é um crime grave, não é um hediondo, ela vai ter um benefício somente em função de ter um filho ou de estar gestante. Acho que ela tinha de pensar nisso antes de cometer o crime. Essa é minha posição bem clara, bem transparente.

O fato de ter filho não pode ser um subterfúgio para que haja o abrandamento da legislação ou se atenue, de alguma forma, porque subentende-se aqui que há uma dependência da mãe com o filho. E o caso do benefício se ele depender do pai? A gente vai estender o benefício ao pai também, por mais que ele não possa, obviamente, por questões biológicas, Senador Jorginho, ter uma gravidez? O filho pode ter dependência do pai, pode ser abandonado pela mãe. Aí, por essa relação de dependência do pai pelo filho, vai se aplicar também ao pai o mesmo benefício? Acho que é uma questão que...

Eu discordo e vou encaminhar o voto contrário ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Excelência, só para complementar aqui o voto, Senador Flávio...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Senador Flávio, na verdade, pelo que eu entendi aqui, ele não se aplica a qualquer crime, não. É apenas para os crimes com pena de até oito anos praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa. Então, regra geral, isso não vai atingir roubo, não vai atingir extorsão, não vai atingir absolutamente nenhum crime nesse sentido. Pelo que estou lendo nesse projeto, é apenas aplicada pena privativa de liberdade não superior a oito anos se o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Isto já está até previsto como causa de diminuição de pena no art. 15 do Código Penal, que nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, o juiz diminui a pena de metade.

Então, eu só estou complementando aqui a leitura, só para esclarecimento do nobre Senador.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Presidente. Para discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a Relatora. Em seguida, o Senador Carlos Viana.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES. Como Relatora.) – Eu acho que se faz necessário estabelecer algumas diferenças.

Não vou falar apenas como mulher, nem da condição muito natural de uma mulher gestar uma criança. A maternidade é diferente, Senador. Tem garantias constitucionais, inclusive básicas, como o direito à vida, à geração da vida com dignidade. O senhor pode até argumentar que uma mulher que comete crime está numa condição indigna, mas o senhor tem que sublimar a questão da gestação. E não pode comparar, em hipótese nenhuma, me permita, a situação gestacional, que só a mulher pode ter, com a situação de um pai.

Ninguém quer suprimir direito de pai, disso ou daquilo. Mas nós estamos falando, já está estabelecido que tipo de crime é, que condição, o tamanho da pena. Eu acho que é a questão agora de o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor se colocar como cidadão brasileiro, sair da posição conservadora. Isso não é direita, não é esquerda, não é liberalidade ou conservadorismo, isso é questão de Direito Constitucional, apenas previsto na situação tipificada no relatório.

Nós estamos atenuando porque achamos que a criança não tem responsabilidade sobre o fato. Portanto, a mãe e tudo... E aí só nós mulheres podemos falar, que a situação gestacional, toda ela, na discussão, na bebida, na violência, tudo implica a vida dessa criança.

Então, nós não queremos dar perdão, não. Nós queremos apenas colocá-la numa situação em que haja um mínimo de humanidade nessa hora, ainda que ela cumpra sua sentença como deve, como está escrito no relatório.

Desculpe-me não estar falando muito. Eu peço a vocês... Eu gostaria de falar uma hora na cabeça do Senador Flávio, mas eu não estou em condições... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Eu posso falar mais 20 segundos na cabeça da senhora?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faria muito bem a ele.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PODEMOS - ES) – Se o senhor falar mais 20, eu vou falar mais 30. Me desculpe aí, por favor.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas quero lembrar que há uma ordem de inscrição.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cabe ainda o pedido de vista, se o projeto não estiver maduro para ser votado.

Eu passo a palavra, então, na ordem de inscrição, ao Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Tenho pela Senadora Rose um carinho enorme, como já colocamos aqui, mas quero trazer aos Srs. Senadores a minha experiência, durante 23 anos, lidando, como jornalista, com essas questões do crime e da violência.

No Brasil, nos últimos anos, nós criamos aqui o conceito de que os criminosos são vítimas da sociedade, de que a sociedade não deu a eles a chance para que eles não se tornassem criminosos. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

é o conceito que ora vige quando nós falamos em leis, cadeias, reclusão, penas. Isso não é verdade! O ser humano é dotado da vontade e da capacidade de tomar decisões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É o livre-arbítrio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o livre-arbítrio! E é a sociedade que tem que dizer para ele se o livre-arbítrio dele cabe ou não cabe no comportamento social.

Então, a meu ver, nós estamos devendo, no Parlamento aqui, uma revisão completa não só do Código Penal como do Código de Processo Penal, para que possamos apresentar à sociedade as demandas.

Eu trago nos meus votos, trago da maior parte de Minas Gerais um desabafo: nós não estamos punindo os criminosos no Brasil como eles deveriam por conta, infelizmente, de uma visão errada – aqui é o meu posicionamento – sobre a questão da violência. Nós temos inúmeros casos a estudar da experiência internacional sobre países que tratam a questão da mesma maneira que o Brasil, como a França, por exemplo, e a Inglaterra, o Direito inglês. Vamos olhar os índices de segurança da Inglaterra, inclusive com relação às células terroristas, e vamos olhar o que aconteceu na França! São dois conceitos, são dois tipos de direito diferentes que o Brasil vem aplicando. A maioria dos nossos doutores é formada na Sorbonne 1, na Sorbonne 2, na Sorbonne 3, na Sorbonne 4, que é uma grande universidade, mas que tem uma visão muito própria sobre a questão da violência, que não tem feito com que a França enfrente corretamente esse problema. Nós, aqui no Brasil, temos que começar a repensar isso.

Então, esse é meu posicionamento. Sou contrário à matéria. Entendo que nós, é claro, naturalmente, precisamos...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... que as penas tragam a dignidade correta, mas nós precisamos deixar um recado claro, como sociedade, de que nós não aceitamos mais a violência ou o crime.

Vamos citar o exemplo recente daquela moça em São Paulo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, só para adiantar, quero dizer que vou pedir vista, mas quero só fazer um contraponto. Vou ser breve.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Estou com a palavra, Presidente, ou não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço-lhe um minuto, Senador, apenas para que o Senador Carlos Viana conclua. Em seguida, passo a palavra a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos observar o que aconteceu com aquela garota em São Paulo: o criminoso, no benefício, furou o pneu do carro e a convidou, dizendo que ia ajudar, e a matou de forma covarde. Sabe o que acontece? A família é que fica com a dor, porque depois o processo dele se transforma só em papel e em estatística. Aí chega aqui para nós legisladores o drama das cadeias. Opa! E o drama das famílias, o drama daquelas mães que perderam os filhos e filhas, o drama daqueles pais que tiveram que enterrar a menina, que foi morta de forma covarde?

Então, hoje, não estou dizendo que nós temos que transformar penitenciárias em masmorras. Não é isso! Nós temos que seguir as regras e dar as oportunidades, mas nós temos que começar a entender que crime passa pelo livre-arbítrio, pela escolha. E, como sociedade, nós temos que dizer que escolhas têm consequências.

Eu encaminho meu voto contra o projeto.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente, eu vou pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu vou pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve o pedido de vista. Então, está encerrada...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Mas eu só quero complementar aqui, contrapondo ao que disse o Senador, com todo o respeito: eu fui utilizado pelo Estado, por 27 anos, como delegado, apenas para agir contra pobre, afrodescendente e semianalfabeto.

Se nós traçarmos o perfil socioeconômico de quem está preso, veremos que é esse ali, sendo que os crimes de maior prejuízo são praticados por políticos, são crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária, crimes de sonegação fiscal. Eu convido os colegas, com todo respeito, a fazerem uma boa leitura: *L´Uomo Delinquente.* Para Lombroso, o criminoso é nato. O Estado criminaliza a pobreza. Eu não vejo a polícia dando geral em *playboys* em bairros ricos, mas eu a vejo fazendo isso diuturnamente em bairros carentes, como se o pré-requisito para ser criminoso fosse ser pobre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Então, eu discordo da postura do nobre Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, só uma frase, só uma frase.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Houve pedido de vista...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais uma frase só!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... consequentemente está encerrada a discussão.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Santo Agostinho dizia que deve ser punido o pecado. O Código Penal é para punir o crime, e não o pecador. O pecador pode ser perdoado, pode ser relevado. Quem disse isso não fui eu, mas um dos santos – e dos antigos, hein? Puna-se o pecado, não pecador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve pedido de vista, vista coletiva.

Acredito que esse projeto pode, nesse período, ser amadurecido, outras questões podem ser levantadas. Eu faço até uma consideração à Senadora Rose de Freitas: talvez incluir aí a primariedade, desde que seja primária, porque aí evita também, talvez, estar colocando na rua pessoas reincidentes, ainda que mulheres gestantes ou com filhos de até seis anos de idade.

Falo isso, inclusive, com um pouquinho de conhecimento de causa, porque no ano passado tive a grata satisfação de ter tido um projeto de lei meu sancionado pelo então Presidente Michel Temer, um projeto relacionado a mulheres gestantes, só que de outra forma. Na realidade, tratava de transformar a prisão preventiva – ou seja, ela não havia sido condenada ainda – em prisão domiciliar quando ela estava gestante ou era mãe até seis anos. Vai para casa, fica aguardando a sentença em casa, cuidando do filho ou mesmo levando adiante a sua gestação. E é importante dizer isto: não pensando na mulher neste caso específico, mas nos filhos, que não podem pagar pelo crime de seus pais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 29

PROJETO DE LEI N° 553, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para prever critérios objetivos para a aplicação da pena à pessoa jurídica condenada por crime ambiental.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- *Votação nominal*

Esse projeto está relacionado à matéria de que estávamos tratando agora há pouco no relatório da CPI de Brumadinho.

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir seu relatório.

Trata-se de votação nominal porque é projeto terminativo.

Com a palavra V. Exa., Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Como Relator.) – Senadora Presidente, como eu recebi a sua orientação para ser o mais breve possível, tenho que indagar-lhe, como também aos companheiros, se posso ir direto à análise.

Sra. Presidente, a ementa foi lida por V. Exa. Vou à análise.

Não vislumbramos no projeto de lei vício de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbice de natureza regimental.

A matéria versa sobre Direito Penal, que se insere no campo da competência legislativa da União, sem reserva de iniciativa presidencial.

No mérito, consideramos a proposição conveniente e oportuna.

Se a análise dos antecedentes, da conduta social e da personalidade do réu pessoa física é regra consagrada no Direito Penal para se estabelecer a pena-base (art. 59, *caput*, do Código Penal), nada obsta que se estabeleçam regras semelhantes para aplicação de pena à pessoa jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, critérios que dizem respeito à correção e ao compromisso da entidade infratora com regras de governança, de *accountability* e de *compliance* devem orientar o juiz para adotar a pena mais adequada na sentença condenatória, se for o caso. No caso, os critérios escolhidos pelo projeto de lei afiguram-se adequados para essa finalidade.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 553, de 2019, Sra. Presidenta, atendendo a sua orientação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

O Senador Randolfe está aqui dando uma entrevista, então, nós temos quórum, 14.

Enquanto ele adentra, se V. Exa. pudesse ler o dispositivo que está logo no início do projeto, o art. 21, parágrafo único, que explica totalmente o projeto e aquilo que vamos votar. É o tempo de o Senador Randolfe adentrar.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – O Projeto de Lei (PL) nº 553, de 2019, acrescenta parágrafo único ao art. 21 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Crimes Ambientais –, para prescrever que, na aplicação da pena, o juiz levará em consideração os antecedentes da pessoa jurídica em relação a:

I – punição interna de funcionários envolvidos em infrações ambientais;

II – cumprimento de métodos e medidas de controle interno, bem como as sugeridas por auditorias internas e externas;

III – boas práticas de gestão;

IV – observância de procedimentos legais previstos na sua área de atuação;

V – realização de auditorias periódicas.

Na justificação, o autor do PL, Senador Styvenson Valentim, defende o estabelecimento de critérios para aplicação de penas às pessoas jurídicas, relacionados com valores de governança e de *accountability*. Assim, além da gravidade do crime, suas circunstâncias e consequências para o meio ambiente, o magistrado, ao sentenciar, deverá observar também os antecedentes da pessoa jurídica infratora.

Não foram apresentadas emendas.

Eis o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação nominal.

Peço à Secretaria da Mesa que abra o painel para a votação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Presidente, apenas para discutir enquanto está aberta a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Eu louvo o projeto porque, na verdade, ele só vem complementar o art. 59 do Código Penal: "Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade [...]" ao comportamento da vítima... Aí, ele especifica, no caso da responsabilidade penal de pessoa jurídica, critérios de natureza objetiva para fazer essa individualização da pena.

Parabenizo o autor e o Relator pelo voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O painel já está aberto. As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em seguida, será o item 31 da pauta.

Esta Presidência gostaria de aproveitar o momento, enquanto as Sras. e os Srs. Senadores exercem o direito de voto, para informar que hoje, às 14h, nós teremos a primeira audiência pública da PEC 133, a chamada PEC paralela. A segunda audiência pública se dará, se houver aprovação do requerimento que vou colocar aqui em votação, amanhã. Com isso, encerraríamos – ou encerraremos – as audiências públicas referentes à PEC paralela, cujo relatório o Senador Tasso Jereissati se comprometeu a apresentar a esta Comissão até quarta-feira da semana que vem para ser lido. Estamos falando da PEC paralela, que trata da inclusão de Estados e Municípios, entre outras alterações e aperfeiçoamentos da reforma da previdência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Já sabe quantas são as outras?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acho que o Senador Tasso está guardando a sete chaves, segredo de Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não se trata de harém, mas eu quero saber quantas são as outras.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – São 500.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em votação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Seguindo a nossa tradição levantina, são 500. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Já temos quórum.

Pergunto se as Sras. e os Srs. Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Em caso positivo, declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria que apure o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aprovado por unanimidade, com 13 votos SIM.

Portanto, está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Item 31.

ITEM 31

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 179, DE 2018

- Terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- *Votação nominal*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu entendo a boa iniciativa...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa a V. Exa. para perguntar-lhe: V. Exa. vai discutir o item 31?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou falar sobre ele. É preliminar ao relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa. Desculpe-me.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Reconhecendo a boa intenção do nobre Senador Elmano Férrer e também do Relator, Sra. Presidente, chamo atenção para o fato de que esse é um tema muito polêmico. E, por ser muito polêmico, eu vou ler aqui a introdução:

> [...] Lei de Execução Penal, para condicionar o livramento condicional, a progressão de regime, a saída temporária, a substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos e a suspensão condicional da pena à coleta de material biológico para obtenção do perfil genético do preso.

Como é um tema muito polêmico – sei da boa intenção –, eu faço um apelo ao Relator e ao autor do projeto para que a gente faça uma audiência pública – para mim, não é para atrasar o processo, não; pode ser até na semana que vem, estou à disposição – para que a gente aprofunde esse debate. Nesse sentido, encaminhei um requerimento à Mesa.

Não tenho nada contra o Relator ler, mas queria que essa preliminar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acaba de chegar às minhas mãos, e eu sou obrigada, preliminarmente, se não houver acordo, a colocar o requerimento em votação.

Pergunto ao Senador Flávio se colocamos o requerimento em votação ou se poderemos realizar uma audiência pública até a semana que vem, conforme solicitado pelo Senador Paulo Paim.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ. Como Relator.) – Presidente, eu acredito na sinceridade do Senador Paulo Paim.

É um tema polêmico realmente, mas eu acho que todo mundo tem uma posição já bem definida sobre isso. Não é uma semana ou duas que vão prejudicar a discussão desse assunto. Não tenho nada a opor com relação à audiência pública, mas esclareço que já há casos de 15 anos atrás que são esclarecidos exatamente pelo material genético, fazendo justiça, em especial, às vítimas dos criminosos. Então, não me oponho à realização de audiência pública, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um requerimento sobre a mesa. Vou dispensar a leitura e apenas colocarei aqui os nomes das autoridades convidadas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – De pronto, quero agradecer ao Senador Elmano e ao Senador Flávio Bolsonaro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A solicitação do Senador Paim, entre outros representantes... Normalmente se coloca uma série de autoridades porque muitos não conseguem comparecer.

Então, aqui há representantes da CNBB, do CNP, da ABJD... Vou até ler: representante da Associação Brasileira de Juristas para Democracia; representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; a CNBB todos conhecem; e representante do Conselho Nacional de Psicologia; e Deise Benedito, advogada e ex-integrante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Portanto, são seis autoridades convidadas.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Isso não será um debate. Isso será um massacre contra o projeto! (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A intenção é das melhores.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - RJ) – Todos, sem exceção, são contra o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Podemos deixar em aberto...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vamos deixar em aberto, claro. Concordo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para que V. Exa., como Relator, possa indicar mais autoridades se não houver oposição do Plenário desta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser semana que vem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não havendo oposição, eu declaro aprovado o requerimento.

Os dois Senadores poderão, de comum acordo, estabelecer quais serão as autoridades.

Lembro apenas que, semana que vem, nós temos uma dificuldade na terça e na quarta-feira, porque estaremos tratando, semana que vem, da reforma da previdência e nada pode contaminar esse calendário. Mas, no máximo em 15 dias, acredito que essa questão possa estar resolvida.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí, nesse caso, é bom aguardar a audiência pública. De repente, V. Exa. pode fazer um aditamento ao seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu agradeço ao Relator e ao autor, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece que há dois requerimentos sobre a Mesa em relação à audiência pública da PEC 133, chamada de PEC paralela, de autoria do Senador Paulo Paim, já acordada com o Relator, Senador Tasso Jereissati, para uma audiência pública amanhã, às 9 horas.

Eu coloco em votação os dois requerimentos, que solicitam a presença de uma série de entidades, mas, na realidade, apenas como um guarda-chuva, porque é óbvio que até amanhã nem todas essas autoridades conseguirão comparecer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exatamente, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São 11 autoridades aqui.

Peço permissão para declinar da leitura, uma vez não sabemos quais são as autoridades e já houve a anuência do Senador Tasso Jereissati, bem como, no segundo requerimento, aí sim, citar, porque são federações: Fenafisco, Anfip, Fonacate, Fenafim, Unafisco, Sinait, Sindicato de Procuradores da Fazenda Nacional, Presidente da Sociedade Brasileira da Previdência Social, Consultor Legislativo desta Casa, Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário. Portanto, são 22 autoridades, lembrando, obviamente, que essas autoridades...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já posso assegurar que será a metade dos indicados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, porque não teremos tempo hábil de fazer os convites e essas autoridades conseguirem confirmar a presença.

Então, encerrando essa questão, audiência pública hoje, às 14 horas, e, amanhã, às 9 horas da manhã, as duas únicas audiências públicas para tratar da PEC paralela, cujo relatório será apresentado na quarta-feira da semana que vem.

Requerimento sobre a mesa:

Nos termos regimentais, solicita o Senador Flávio Bolsonaro audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.489, de 2019, para dispor sobre a natureza singular e notória de serviços de advogados e de profissionais de contabilidade. Para isso requer a audiência com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério da Justiça, do Ministério da Economia, da Ajufe, da OAB, da OAB da Paraíba e Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Coloco em votação o requerimento apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 36

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 144, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4489/2019, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, e o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, para dispor sobre a natureza singular e notória dos serviços de advogados e de profissionais de contabilidade. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério da Justiça;

2. Representante do Ministério da Economia;

3. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE);

4. Felipe Santa Cruz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

5. Paulo Maia, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba (OAB-PB);

6. Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ))

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente, em rápidos segundos, entendendo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa., Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... e de pronto atendendo ao pleito do Major Olimpio, que foi atenciosamente subscrito pelo Senador Flávio Bolsonaro, o que eu pediria a V. Exa. e aos nossos diligentes companheiros que ladeiam a nossa secretaria da CCJ é que não deixássemos para muito distante, até por força de ser uma matéria que já teve relatório lido, houve pedido de vista, é importantíssimo e essa demanda vem, a senhora bem o sabe, das entidades...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Marcaremos a audiência com a maior brevidade possível, lembrando apenas que a semana que vem será uma semana da reforma da previdência.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Tudo bem, mas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A partir de então,...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... na primeira de novembro...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... conversaremos com ambos para que possamos chegar a um acordo em torno de uma data que esteja o mais próxima possível.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há mais Relatores presentes para que possamos cumprir o total da pauta.

Portanto, nada mais havendo a tratar, esta Presidência agradece a todos e declara encerrada a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Irajá, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3942, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o direito à liberdade de expressão, de opinião e de pensamento nos estabelecimentos públicos de educação básica e nas instituições públicas de educação superior." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com quatro emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 40, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional do Uso Consciente da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 126, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Virgílio José Carneiro o trecho rodoviário da BR-359 entre os Municípios de Coxim e Alcinópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 406, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Eleva o Rodeio Crioulo, bem como suas expressões artístico-culturais e campeiras, à condição de manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2342, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 278, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1747, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 549, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3700, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 210, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Oeiras (PI) o título de Capital Nacional dos Bandolins." **Autoria:** Senadora Regina Sousa (PT/PI). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Projeto de Lei n° 5027, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional da Sukyo Mahikari." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovada também a apresentação de requerimento de urgência para o Plenário (REQ 94/2019-CE). **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 94, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL nº 5027, de 2019." **Autoria:** Comissão de Educação, Cultura e Esporte. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Esta Presidência comunica que recebeu, na noite de ontem, o Ofício nº 3.303, de 2019, da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação, em resposta ao Ofício nº 77 desta Comissão, que trata de agendamento de reunião com S. Exa. o Ministro Abraham Weintraub para discutir a situação das universidades federais cujas criações já foram aprovadas, mas ainda não foram implementadas.

A referida reunião ocorrerá amanhã, dia 18, às 10h30, e as Sras. e os Srs. Senadores que tiverem interesse de participar podem entrar em contato com a Secretaria desta Comissão.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens 1 a 13 da pauta.

Fica retirado de pauta o item 7, a pedido do Relator, para reexame.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. Em 04/06/2019, foi lido o relatório;

2. Em 11/04/2018, foi aprovado parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável ao projeto;

3. A matéria constou da pauta da reunião de 28/05, 04/06, 11/06, 25/06, 02/07, 03/09 e 10/09/2019.

)

Com a palavra a Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Thronicke.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu requeri ao Thiago para que invertesse, Senador, a pauta para eu poder relatar o item 4 neste momento, se for possível, porque eu estou com um compromisso lá no Palácio do Planalto, mas gostaria de relatar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2018

- Não terminativo -

Denomina Rodovia Virgílio José Carneiro o trecho rodoviário da BR-359 entre os Municípios de Coxim e Alcinópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Dagoberto Nogueira

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 10/09/2019.

Concedo a palavra a S. Exa. para a leitura do relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2018, de autoria do Deputado Dagoberto Nogueira, que propõe seja denominado Rodovia Virgílio José Carneiro o trecho da BR-359 situado entre os Municípios de Coxim e Alcinópolis, no Estado de Mato Grosso do Sul.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º estabelece a referida homenagem, e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria destaca que o homenageado foi um cidadão muito influente em algumas cidades do Centro-Oeste brasileiro.

No Senado Federal, o PLC nº 126, de 2018, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Caso aprovado, segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas.

Como bem destaca o autor da matéria, o Sr. Virgílio José Carneiro foi figura influente em algumas cidades do Centro-Oeste brasileiro.

Tendo migrado, ainda jovem, do Estado de Goiás para o de Mato Grosso, onde casou e constituiu família, Virgílio logo percebeu as dificuldades de infraestrutura para escoamento da produção agrícola da região.

Diante disso, decidiu organizar e liderar um grupo para construir uma estrada que ligasse o Estado de Mato Grosso a Goiás e, para superar a precariedade das ferramentas disponíveis e tornar possível a construção, ele mesmo construiu uma niveladora artesanal.

A nova estrada, que passa pela cidade de Coxim, no Mato Grosso do Sul, permitiu levar o desenvolvimento a diversos Municípios importantes do Centro-Oeste brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para além disso, o autor da matéria anexou Moção de Apoio da Câmara de Vereadores do Município de Coxim à homenagem proposta.

Diante disso, é pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa ora em análise.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

A presente iniciativa é amparada pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias, obras de arte e estações terminais no Plano Nacional de Viação. Além disso, a matéria está em consonância com as exigências impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que regulamenta a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Da mesma forma, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), não se constatou outra denominação para o trecho rodoviário em questão.

Dessa forma, o projeto de lei em análise atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2018, de autoria do Deputado Federal Dagoberto Nogueira.

Só queria acrescentar, Presidente, que nós conversamos com o sobrinho do Sr. Virgílio, que se chama Alcino Carneiro e estaria aqui na data de hoje, mas, por problemas de saúde não foi possível. Ele nos contou que o Sr. Virgílio José Carneiro teve treze filhos, dos quais doze ainda estão vivos e morando no meu Estado de Mato Grosso do Sul. Contou também que o Sr. Virgílio foi para o MS com seus quatro irmãos em carro de boi e que fizeram a primeira estrada em 1951 com enxada e machado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu considero meritória a matéria. É uma honra para nós termos desbravadores. Os meus avós foram desbravadores no Mato Grosso do Sul, mas vieram do Rio Grande do Sul. E todas essas pessoas, esses pioneiros, foram extremamente importantes para o desenvolvimento do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Por isso, o voto e o parecer são favoráveis.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Submeto à votação a matéria.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer da Senadora Soraya Thronicke permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário. (*Pausa.*)

Vou colocar em deliberação o item 1 da pauta.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – Desculpe. Eu já tinha sido chamado?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não.

Vou assim proceder, então.

Item 1 da pauta, pode ser?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. *Fora do microfone.*) – O som não está funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois é. O som... O pessoal está reclamando do som. Dá para ampliar um pouquinho o som, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O pessoal da cabine está tentando resolver o problema.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Alô, alô. Aqui está funcionando. Alô, alô. Acho que está dando interferência.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nossa! Agora fiquei com uma voz mais impoluta.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3942, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o direito à liberdade de expressão, de opinião e de pensamento nos estabelecimentos públicos de educação básica e nas instituições públicas de educação superior.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação, com quatro emendas que apresenta.

Observações:

1. Em 10/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria;

2. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Passamos à discussão da matéria.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Eu fiz o relatório do projeto, de autoria de V. Exa., e, como foi dito, foi concedida vista coletiva na reunião da semana passada, e o Senador aqui ao meu lado, amigo Styvenson Valentim, apresentou um voto em separado.

A minha ideia, Sr. Presidente, é retirar o projeto de pauta para poder dialogar com o Senador Styvenson, e faço isso com o maior prazer, e com V. Exa. também. Ao final, se pudermos chegar a um denominador comum, seria bastante interessante.

Eu só indago de V. Exa. se, regimentalmente, ele precisa ler o voto ou se podemos...? Porque eu vou pedir para retirar de pauta. Acho que antecede a leitura do voto, não é? Ou não?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não é necessário. Inclusive, seria, de certa forma, incoerente, porque, se nós vamos retirar para buscar um entendimento com o Senador...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... significa que certamente nós poderemos...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então eu peço para... Eu vou retirar de pauta, e voltará em breve também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está retirado de pauta.

Vamos para o item 3, então.

O item 3 é da minha relatoria, Senador Flávio Arns. Então, preciso solicitar seus préstimos aqui para que...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Passamos ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 40, DE 2017

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Institui a Semana Nacional do Uso Consciente da Água.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Luciano Ducci (PSB/PR)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 10/09/2019.

Concedo, então, a palavra ao Senador Presidente desta Comissão, o Senador Dário Berger, para a leitura do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns.

Como V. Exa. enunciou – ou, melhor dizendo, como está no enunciado –, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Luciano Ducci, que propõe seja instituída a "Semana Nacional do Uso Consciente da Água", e ela deverá ser celebrada, anualmente, na semana que compreender o dia 22 de março, data em que se comemora o Dia Mundial da Água.

A proposição consta de quatro dispositivos: o art. 1º, como já é de conhecimento de V. Exas., institui a referida efeméride; o art. 2º estabelece a semana e sugere relatórios e discussões e palestras e debates e seminários referentes ao tema; o art. 3º, por sua vez, determina que a semana conste do calendário escolar anual das escolas públicas e privadas, desde a educação infantil até o ensino médio; por fim, no art. 4º consta a vigência e que entrará em vigor na data de sua publicação.

A análise, Sr. Presidente Flávio Arns.

Certamente, não se pode negar o mérito da implementação de iniciativas que alertem sobre a conscientização da importância da economia e do uso racional da água.

De acordo com o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Água 2015 (Água para um Mundo Sustentável), até 2030 o Planeta enfrentará um déficit de água de 40%, a menos que seja melhorada drasticamente a gestão desse precioso recurso. O relatório enfatiza a necessidade urgente de mudar a forma como nós usamos e gerenciamos esse recurso vital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, apesar de possuir 12% de disponibilidade da água mundial, apresenta uma distribuição espacial bastante desigual do recurso. Além disso, há a questão da qualidade dessas águas, principalmente das que servem às metrópoles brasileiras, onde está concentrada a maior parte da população.

Em recente levantamento, efetuado pela ONG SOS Mata Atlântica, foi constatado que mais de 23% da água de rios, córregos e lagos têm qualidade considerada péssima ou ruim em seis Estados brasileiros e no Distrito Federal.

Nesse contexto, é imperativo que a disseminação de informações e a conscientização da população sobre o problema façam parte da política de gestão dos recursos hídricos. Se a sociedade não estiver engajada, por meio de debates, elegendo o uso racional da água como prioridade, será muito difícil para o País enfrentar e superar as crises presentes e as que estão por vir e que ameaçam ser cada vez mais graves.

Nos últimos anos, Santa Catarina tem investido em obras para dar mais segurança ao sistema de abastecimento de águas do Estado. Foi implementada uma estratégia onde o planejamento é minucioso, os investimentos são vultosos e a gestão é moderna. De acordo com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, já foram investidos R$30 milhões em 34 estações de tratamento, e mais R$21 milhões estão projetados para serem investidos em 20 novas unidades. As obras estão em andamento e têm atendido desde Municípios como Florianópolis a pequenos Municípios como Palma Sola e Major Vieira. Os reservatórios estão se espalhando por todo o Estado, zelando pela sua qualidade e também zerando problemas históricos de armazenamento. A abertura de poços não cessa nas regiões onde o aquífero favorece. E os investimentos nas redes urbanas são permanentes.

Todavia, em que pese a importância das políticas de gestão em relação aos recursos hídricos, se a população não estiver engajada, se o assunto não for debatido com a sociedade, se verdadeiramente a economia e o uso racional da água não estiverem como prioridade nas agendas de todos, em breve o País enfrentará crises cada vez mais sérias e graves.

Diante disso, é oportuna, justa e meritória a iniciativa proposta em tela.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição, além do mérito da matéria, cabe à Comissão de Educação apreciar os aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais. Trata-se de matéria pertinente à competência legislativa da União e às atribuições normativas do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas.

Por fim, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

É importante observar, no entanto, que a pretensão de incluir a nova efeméride no calendário escolar, prevista no art. 3º da proposição, pode trazer algumas implicações legais. Com efeito, além de interferir nas diversas esferas da Federação – federal, estadual e municipal –, tal iniciativa afrontaria norma constitucional caso a sua implementação implique custos. Além disso, essa medida interferiria na rotina e no currículo escolares, exigindo, portanto, o envolvimento do setor educacional na sua discussão e maior cautela para a sua adoção.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2017, com emenda que apresento:

> EMENDA Nº. CE
> Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2017, renumerando-se os subsequentes.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão, então, o relatório.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o Relator.

Dar visibilidade à importância da água, botando no currículo escolar – as crianças é que vão aprender e que vão dar o tom em casa – é muito importante. Excelente o projeto! Se a gente não começar a educar desde criança... A educação é a base de tudo, não é, Senador Flávio Arns? Se a gente botar no currículo, não tenha dúvida de que vamos ver crianças e jovens cobrando em casa torneira que está vazando água, ou o desperdício de água ao se escovar os dentes com a torneira aberta.

Parabéns, Senador! Muito importante isso.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Como Relator.) – O mérito é do paranaense amigo do Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Deputado Luciano Ducci.

De fato, a autoria do projeto de lei é do Deputado Federal do Paraná Luciano Ducci. Como eu mencionei agora há pouco, ele já foi Prefeito de Curitiba; uma pessoa extremamente atuante e sensível.

Eu só quero também, apesar de estar presidindo, destacar a importância do projeto de lei, com o relatório do Senador Dário Berger, inclusive até dando esses exemplos que a Senadora Zenaide Maia colocou: a educação, o currículo, atingir a criança e o adolescente. "Vamos tomar banho de chuveiro". "Por que deixaram aberta a torneira com a água caindo o tempo todo?". "Vamos escovar os dentes, por que não fechar a torneira?". E há outras iniciativas. Lembro-me de que, lá no Paraná, as escolas também na feira de ciências pensando "vamos captar a água da chuva", é uma coisa. Como reutilizar a água da pia do banheiro nas escolas para os banheiros das escolas, e uma série de coisas que podem ir sendo feitas. O grupo escoteiro que eu acompanhei também fez um esforço e despoluiu um pequeno córrego que passava nos fundos do grupo de escoteiro. Isso está justamente de acordo com o percentual da ONG SOS Mata Atlântica, que apontou que 23% dos rios e córregos estão em situação ruim ou péssima. Então, nesse sentido considero também um projeto muito importante.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar e discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto e à Emenda nº 1, da Comissão de Educação.

A matéria vai ao Plenário.

Agradeço.

Retorno a Presidência ao Senador do querido Estado de Santa Catarina, também um Senador que honra muito aquele Estado tão querido para todos nós – meus pais vieram de Santa Catarina também. Então, parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Exa. e acrescento que V. Exa., Senador Flávio Arns, é o quarto Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Santa Catarina, pelas suas origens, pela sua história e pelo carinho que tem com o povo catarinense. (*Pausa.*)

Senador Flávio Arns, o item 10 da pauta é terminativo, porém, a relatoria é de V. Exa. Eu consulto o eminente Senador Flávio Arns, o Relator da matéria, se pretende fazer a leitura do relatório, mesmo sendo terminativo, para que posteriormente...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Eu penso, Sr. Presidente, que é interessante já fazer a leitura. É um projeto que, parece-me, as pessoas de uma maneira geral concordam com ele, de autoria da Senadora Leila Barros. Então, se V. Exa. permitir, eu faria a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 549, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH.

Observações:

Em 25/04/2019, foi aprovado parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, favorável ao projeto com a emenda nº1-CDH.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns para apresentação do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – É um projeto de autoria da Senadora Leila Barros, que tem toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competência, conhecimento e determinação para apresentar também um projeto de lei dessa natureza, que pretende alterar o Estatuto de Defesa do Torcedor para: i) assegurar às torcedoras proteção contra qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause risco de morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico ou dano moral ou patrimonial; e ii) estabelecer como condição para acesso e permanência do torcedor nos estádios a abstenção de entoar cânticos e de ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com teor misógino, bem como não incitar ou praticar quaisquer atos de violência ou qualquer forma de assédio contra as mulheres.

Na justificação, a autora afirma que, apesar dos avanços conquistados com a publicação do Estatuto de Defesa do Torcedor, os ambientes de prática esportiva ainda estão longe de serem considerados ideais para as torcedoras, permanecendo frequentes os relatos de assédio e de atos violentos.

A matéria foi distribuída para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e para esta Comissão, que se manifesta em decisão terminativa.

Na CDH (Comissão de Direitos Humanos), foi aprovado parecer favorável ao projeto, com uma emenda de redação, para corrigir erro de concordância.

À exceção da emenda aprovada pela CDH, não foram propostas modificações no texto da proposição.

O projeto está de acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e, ao mesmo tempo, por ser a última Comissão a se manifestar sobre a matéria, cabe a esta Comissão a análise dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto a esses aspectos, nada há que se opor ao PL nº 549, de 2019.

Nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, a participação de mulheres como competidoras era proibida. A proibição se repetiu nos primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, iniciados em 1896. No ano de 1900, a participação das mulheres nos jogos foi permitida, mas de forma extraoficial, já que não concorriam, naquela época, a medalhas.

Foi somente no ano de 1936 que elas foram oficialmente incluídas como atletas olímpicas. Desse modo, demonstraram sua grande capacidade esportiva, superando diversos desafios, sendo o preconceito, talvez, o maior deles.

Atualmente, todos sabemos que as mulheres competem em altíssimo nível em modalidades antes consideradas tipicamente masculinas, como as artes marciais e o futebol. O sucesso da última edição da Copa do Mundo de Futebol Feminino – aliás, excelente, todos nós acompanhamos –, realizada pela Federação Internacional de Futebol, corrobora esse fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma como as mulheres ganharam destaque dentro das arenas, sua presença como expectadoras de eventos esportivos também cresceu nas últimas décadas. A mentalidade de alguns torcedores, entretanto, não evoluiu à mesma medida. Infelizmente, não é incomum relatos de torcedoras que sofrem com o assédio dentro de estádios. Aparentemente, permanece ainda a mentalidade retrógrada de que ali não é lugar de mulher.

É exatamente esse mau pensamento que a proposição visa a combater. Ao estabelecer como condição de permanência nos estádios o respeito às mulheres, a autora do projeto, Senadora Leila Barros, esportista vencedora dentro e fora das quadras, afirma com propriedade: lugar de mulher é onde ela quiser que seja. Assim deve ser no esporte, na política e na sociedade.

Concordamos, pois, com o mérito da proposição – a Senadora Leila Barros está aqui também –, bem como com a correção de redação oferecida pela CDH.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 549, bem como da Emenda nº 1 da CDH.

Então, eu peço apoio da Senadora Zenaide Maia, que sempre está voltada para essas questões, do Senador Jorginho Mello, da Senadora Leila Barros, que está aqui também e que pode ainda complementar o que foi escrito no relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar a colega Leila. Esse projeto vem da vivência, não é, Leila? E o Relator teve a sensibilidade de ver que, com a maior participação das mulheres, com as mulheres na concorrência, nos jogos de todas as modalidades praticamente, como a gente vê, claro, aumentou o número de mulheres participando dessa competência em Olimpíadas, em tudo. Os estádios ficam lotados de mulheres.

Essa questão do assédio moral é muito séria, tanto que a gente vê e faz a gente pensar. Essa pergunta não quer calar: por quê? Só pelo fato de ser mulher e estar ali não tem o direito de estar? É uma coisa que não tem explicação.

Então, o projeto de lei vai dar visibilidade a esse problema, vai dar visibilidade para a sociedade, porque a maioria acha e considera que, se não for muito grave, é até normal. Chateia-se por ali, mas fica... E aqui, com a lei dizendo que realmente não pode, nós vamos ter sucesso.

Parabéns, Leila!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Parabéns, Flávio!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente e demais amigos aqui da Comissão.

Quero agradecer o relatório brilhante do Senador Flávio Arns. Está virando uma rotina, Senador, o senhor sempre fazer os relatórios dos meus projetos. É uma honra ter o senhor sempre analisando, com toda a sua *expertise*, alguns temas que eu trago para a Casa.

Sobre essa questão da participação da mulher, quero dizer que os ambientes esportivos são tradicionalmente masculinos, e neles é muito pouco destacada a presença da mulher, fora quando ela está competindo como atleta. Mas ali dentro existem jornalistas, existem fisioterapeutas, existem árbitras, bandeirinhas, torcedoras – hoje a mulher cada vez mais participa desses ambientes esportivos –, e muitas vezes elas são vítimas, sim, de muito assédio. Nós já tivemos, acho que há um ou dois anos, casos de jornalistas que estavam no ar, ao vivo, e o torcedor passar, beijá-las, apalpá-las... São muito comuns nesses ambientes cartazes com conteúdo misógino, agressivo com a atleta, com a mulher. A ideia é mitigar justamente esse assédio, essa intromissão, principalmente com aquelas que também estão trabalhando ali e que muitas vezes... Por exemplo, a bandeirinha: eu já vi situações de bandeirinha estar saindo do jogo e jogarem um copo d'água na cabeça dela, jogarem... Quer dizer, esquecem-se ali de que é mulher e de que se tem que ter respeito. Ou, se estão saindo do jogo, puxarem o cabelo... Comigo já aconteceu de eu estar saindo de um jogo, no túnel, a torcida em cima, e puxarem meu cabelo, quase arrancarem. Então, acontecem muito esses atos de agressividade, e a ideia é esta: coibir, colocar penas mais duras, restringir essa questão do assédio também, que é muito grande. A gente escuta muito palavras de baixo calão, principalmente para as competidoras, mas árbitras também sofrem com isso. Então, é uma forma de coibir e fazer com que esse ambiente não seja só saudável para os homens, que tipicamente são os que mais frequentam, mas que seja também saudável, e acima de tudo respeitoso, para as mulheres, porque a mulher tem o direito de frequentar, de torcer, de trabalhar, de estar nesses ambientes tanto quanto os homens.

E a ideia desse projeto é justamente pela minha experiência, porque eu já vivi isto, de estar em posição de passe, o rapaz da torcida, atrás, falando absurdos, e você não ter como tirar essa pessoa daquele ambiente e ser vítima a partida inteira de palavras horrorosas, de palavrões, enfim. É realmente um absurdo, dependendo do ambiente onde a mulher está, ela não ter proteção nenhuma legal nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ideia é aprimorar esse Estatuto do Torcedor, pensando na mulher torcedora, na mulher trabalhadora, na mulher que frequenta esses ambientes.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como é terminativo...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E outra coisa que eu estava falando aqui. Eles me perguntaram se eu já havia dado mãozada em algum. Bom, pelo meu tamanho, é mais tranquilo empurrar e encarar, mas a maioria das mulheres não tem a estatura de uma atleta, de uma jogadora de vôlei. A maioria é frágil, *mignon* e se submete muito para não ser agredida ali naquele ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Fico aguardando, então, o quórum para deliberação.

O Senador Jorginho Mello solicita a esta Comissão a inclusão de um projeto que institui o Dia Nacional da Sukyo Mahikari. Como é japonês, vocês me perdoem. Eu acho que é um projeto singelo, que certamente vai merecer a aprovação unânime das Sras. e dos Srs. Senadores.

Eu não vi óbice em colocar extrapauta este projeto de lei, de autoria da Câmara dos Deputados, de iniciativa da Deputada Federal Leandre, do PV, do Paraná, em homenagem também ao Senador Flávio Arns.

A relatoria é do Senador Jorginho Mello. O relatório é pela aprovação.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 5027, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Dia Nacional da Sukyo Mahikari.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Deputada Leandre (PV/PR)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação.

Passo a palavra ao Senador Jorginho Mello, para apresentação do seu relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Presidente Dário Berger, eu agradeço a V. Exa. e agradeço a compreensão aos membros desta Comissão.

Eu recebi um pedido do Deputado Federal Luiz Nishimori, que é o Presidente da Frente Parlamentar Brasil Japão. Ele estará viajando para o Japão nos próximos dias e queria levar este projeto para entregar lá ao Primeiro Ministro, às autoridades com quem ele vai se encontrar, ao Príncipe, enfim.

Então, é um projeto de autoria da Deputada Leandre e um apelo do Deputado Federal Luiz Nishimori, que também é do Paraná, que é o Presidente dessa Frente. Eu disse a eles que eu iria pedir a V. Exa. e quero agradecer esta oportunidade.

Este projeto fala sobre uma religião. Não chega a ser bem uma religião.

A justificativa de proposição alega que

> A Sukyo Mahikari não é uma religião, embora, em alguns países seja registrada como organização religiosa sem fins lucrativos. Os seus ensinamentos são comuns à maioria das religiões e têm por base o respeito a princípios universais, a busca pela purificação espiritual, pela harmonia com a natureza e com o próximo, e por atitudes que possibilitem a aproximação com Deus no dia a dia. A prática desses ensinamentos em pequenas ações rotineiras contribui para a saúde, equilíbrio e prosperidade dos indivíduos, levando-os a uma felicidade profunda e indestrutível.

No Brasil, a autora ressalta que já estão presentes em sete Estados da Região Nordeste, em quatro da Região Centro-Oeste, em quatro da Região Sudeste e em três da Região Sul.

Sobre a análise, compete à Comissão opinar sobre proposição que versem sobre datas comemorativas, art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sukyo Mahikari é um movimento religioso moderno, por muitos também considerado uma arte espiritualista ecumênica e sem dogmas, fundada em 1959 por Okada, na cidade de Tóquio, no Japão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem como objetivo a renovação espiritual e a qualidade de vida elevada da humanidade, como a luz divina, uma vida centrada em Deus, independentemente da religião.

Possui sede em 75 países, cerca de um milhão de membros ativos. O país com o maior número dessas sedes é o Japão, onde constam mais de mil sedes espalhadas por toda sua extensão territorial. Segundo a autora do projeto, no Brasil está presente em sete regiões, como já relatei.

O dia 27 de fevereiro foi escolhido por ser a data natalícia do fundador do Mahikari, o japonês Kotama Okada, que propôs princípios para uma civilização mundial fraterna, harmônica, próspera e espiritualmente iluminada.

Quanto à sua adequação às normas e princípios jurídicos, deve ser observado que os projetos de lei que estabelecem datas comemorativas devem atender ao critério disposto no art. 1º da Lei 12.345, de 2010, as quais devem ser revestidas de alta significação para os diferentes segmentos da sociedade.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O voto é pela aprovação da matéria, do Projeto de Lei 5.027, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão. (*Pausa.*)

O relatório é tão bem feito que não suscita nem discussão, Senador Jorginho.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação. O projeto é não-terminativo.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Jorginho Mello permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – E quero pedir a V. Exa. o regime de urgência, que ele possa tramitar, que V. Exa. também submeta à votação.

EXTRAPAUTA

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 94, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 336, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PL nº 5027, de 2019.

Autoria: Comissão de Educação, Cultura e Esporte

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então submeto à votação também o requerimento de urgência solicitado pelo Senador Jorginho Mello.

Os Senadores que concordam com a urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável ao projeto, e a matéria vai ao Plenário.

Não havendo mais matéria a deliberar, declaro...

V. Exa. quer falar, Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria de relatar para a Comissão que hoje de manhã ainda, antes da reunião da Comissão, nós fizemos um novo debate de trabalho com a Consultoria do Senado, a assessoria do gabinete, enfim, com as pessoas, sobre o Fundeb, que é o Fundo de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Então é importante que se diga para toda a sociedade brasileira que os debates continuam.

É o pacto, como V. Exa. colocou semana passada, nós temos que ter um pacto a favor da educação. E o pacto significa, na educação básica, Fundeb, não é?

Então já chamamos a Undime, que são os secretários municipais, Consed, secretários estaduais, Confederação Nacional dos Municípios, Fórum de Governadores, MEC, enfim, entidades sociais, e todos vêm participando ativamente disso.

Então, nós temos feito um trabalho articulado com a Câmara dos Deputados, onde a Deputada Dorinha Seabra relata lá a PEC também sobre o mesmo assunto, para que a gente possa, nesse sentido, convergir para um pensamento comum, para que não haja falta de sintonia entre o Senado e a Câmara, dada a importância da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundeb, que, como vocês sabem, vai até o ano que vem, até o final do ano de 2020, está nas Disposições Transitórias, e queremos trazer para o texto da Constituição para que seja permanente, em primeiro lugar; para que haja mais recursos para essa área, um aporte maior da União, tranquilizando Estados e Municípios no sentido de que a cesta de impostos atualmente utilizada continuará a mesma; e que haja um critério de distribuição que seja mais justo, no sentido de que Municípios mais pobres, mesmo dentro de Estados ricos, sejam beneficiados. E, às vezes, também pelos aspectos socioeconômicos, pelo aspecto... Dar mecanismos para que o próprio Município possa valorizar mais a escola pobre do que a escola que tem mais condições – não vamos chamar de rica, mas a que tem mais condições – de fazer o seu trabalho.

Então, aprovando o Fundeb... E é impensável não se aprovar, porque, hoje em dia, os Estados e os Municípios já colocam R$150 bilhões por ano nessa cesta básica de impostos. A União complementa com 10%, ou seja, R$14 bilhões a R$15 bilhões. Se a atividade econômica melhorar no Brasil, obviamente esse montante de R$150 bilhões aumentam também, porque haverá mais impostos sendo levados, já que Estados e Municípios têm de usar 25% do seu orçamento em educação. Então, se houver mais recursos, o valor nominal aumenta também.

Então, nesse sentido, só para dizer a todos que nos acompanham para começar a falar bastante do Fundeb. Quer dizer, é a educação básica: a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, enfim, tudo aquilo que vem antes da faculdade. Então, ter os recursos para que essa área funcione bem, ter o que a gente chama de um custo aluno-qualidade.

O que é necessário uma escola ter? Tem que ter banheiro, tem que ter biblioteca, hoje em dia tem que ter refeitório, salas de aula, enfim, uma quadra de esportes. Quer dizer, a gente tem que chegar a um denominador comum sobre o que a gente tem de enxergar dentro de uma escola para ter um padrão mínimo de qualidade. E, ainda, valorizar o profissional da educação, ou seja, valorizar o professor, a professora, ter plano de carreira, piso salarial, para as pessoas se interessarem em ser professores. Quer dizer, as pessoas gostam, mas têm de ter uma vida digna, com salários justos. E também os profissionais que estão na escola, como o secretário – a secretaria da escola tem que ter um profissional, também a biblioteca, são agentes educacionais necessários dentro da escola também.

Então, todo esse debate está acontecendo para que a gente tenha critérios de qualidade, critérios de acompanhamento, critérios de arrecadação e que a gente tenha um Fundeb, um novo Fundeb muito mais forte no Brasil.

Então, vamos, a gente está animado, mas a gente pede que todo mundo, o Senador Jorginho Mello, a Leila, o nosso Presidente, eu, todos que estavam aqui, que a gente comece a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar bastante do Fundeb para o povo dizer: "Olha, se a gente quer um Brasil novo, é pela educação e, particularmente, pela educação básica", porque se a educação básica melhora, a faculdade também vai avançar, porque mais gente vai querer ir para um curso de Educação Física, de Pedagogia, de Medicina, de Engenharia, porque terão o ensino médio, terão uma educação profissional, que precisa ser aprimorada, e vamos em frente daí.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O Senador Flávio artes é um *show* aqui nesta Comissão, não é? Nosso professor, nosso secretário de educação, nosso Relator do Fundeb. Acho que eu posso afirmar aqui que o Fundeb é a maior política pública educacional no Brasil, praticamente de todos os tempos. Ela é fundamental, ela é primordial, ela é vital para o futuro da educação e a sua aprovação definitiva é um compromisso que todos nós temos que ter.

Eu estou bastante tranquilo, porque temos na relatoria dessa matéria nada mais, nada menos do que o Senador Flávio Arns, profundo conhecedor da matéria, um dos Senadores mais brilhantes que nós temos no Senado Federal, retornou a esta Casa, faz um excelente trabalho e, acima de tudo, é o quarto Senador de Santa Catarina, Senador Jorginho Mello, para nossa honra e para o nosso orgulho, suas origens são lá em Forquilhinha, lá no sul do Estado, e isso muito dignifica e honra os catarinenses.

Portanto, não havendo mais matéria a deliberar, declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Marcos do Val e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Irajá, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 84/2019 - CE, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), REQ 92/2019 - CE, de autoria Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Flávio Arns (REDE/PR), e REQ 93/2019 - CE, de autoria Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Finalidade:** Debater o programa 'Future-se' do Ministério da Educação, relativo a novas formas de financiamento das universidades federais, em especial o incentivo à participação de recursos privados como parte das receitas disponíveis as instituições, bem como debater as suas consequências, como eventuais paralisações e contingenciamento de recursos. **Participantes:** Fernando Peregrino, Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (CONFIES); Wanda Aparecida Machado Hoffmann, Reitora da Universidade Federal de São Carlos(UFSCar); Marcelo Augusto Santos Turine, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Márcia Abrahão Moura, Reitora da Universidade de Brasília (UnB); Rui Oppermann, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Soraya Soubhi Smaili, Reitora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Sandra Regina Goulart Almeida, Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Thompson Mariz, Ex- reitor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Roberto Salles, Ex-reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Denise Pires de Carvalho, Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Lasier Martins, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Marcos do Val, Esperidião Amin e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3971, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para dispor sobre prioridade na construção de estabelecimentos de educação infantil com apoio financeiro federal." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 406, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Eleva o Rodeio Crioulo, bem como suas expressões artístico-culturais e campeiras, à condição de manifestação da cultura nacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 398, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no calendário turístico oficial do País o Cerejeiras Festival, evento realizado no Município de Garça, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2342, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1747, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 549, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 3700, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 95, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a PEC 133 de 2019, a chamada "PEC paralela", no tocante a redação criada pelo relator Tasso Jereissati que permite a cobrança das contribuições previdenciárias para as entidades educacionais filantrópicas. Esta audiência pública tem como objetivo ouvir as mais diversas entidades educacionais filantrópicas para debater sobre os gravosos impactos que a nova redação do §7º do art. 195 da CF trará para o ensino filantrópico brasileiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. João Otávio Bastos Junqueira - Presidente da ABRUC 2. Claudio Jacoski - Presidente da ACAFE 3. Carmen Lúcia de Lima Helfer - Presidente do Comung 4. Dom Walmor Oliveira de Azevedo - Presidente da CNBB 5. Silvio Young - Presidente da ABIEE 6. Custódio Pereira - Presidente do FONIF 7. Ir. Paulo Fossati - Presidente da ANEC 8. Senador Tasso Jereissati - Relator da PEC paralela 9. Rogério Marinho - Secretário Especial da Previdência Social." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado, com aditamento de convidado (ANUP) e com a subscrição do Senador Zequinha Marinho. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 96, de 2019** que: "Requer, nos termos do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 472/2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a remuneração dos profissionais da educação e o desempenho dos estudantes na educação básica pública. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Professor Doutor Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave, da Universidade de São Paulo; 2. Professor Doutor Fábio Domingues Waltenberg, da Universidade Federal Fluminense; 3. Mariza Abreu, Consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios; 4. Representante da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; 5. Representante da Secretaria da Educação do Estado do Ceará." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 97, de 2019** que: "Requer, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte seja o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Resultado:** Aprovado com a subscrição dos Senadores Zenaide Maia, Zequinha Marinho, Jorginho Mello e Izalci Lucas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas nºs 46 e 47.

Solicitada a dispensa pelo Senador Jorginho, os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nós vamos deliberar, inicialmente, o item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 398, DE 2019

- Não terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País o Cerejeiras Festival, evento realizado no Município de Garça, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Herculano Passos (PSD)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: pela aprovação.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Izalci Lucas, para a apresentação do relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Peço a V. Exa. para ir direto à análise e ao voto.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias relativas a normas gerais sobre cultura, caso do projeto de lei em análise.

De fato, não se pode negar a tradição, a importância e a grandeza do Cerejeiras Festival, realizado anualmente no Município de Garças, no Estado de São Paulo.

Como bem enfatiza o autor da matéria, o festival já vem sendo realizado há mais de 30 anos e atrai milhares de pessoas de todo o País: "A festa tem como objetivo principal resgatar a cultura e a tradição japonesas e, ao mesmo tempo, promover a confraternização entre os povos, mostrando traços de uma cultura rica e milenar".

Além disso, o autor da matéria destaca que o festival já está incluído no calendário estadual de eventos desde 1992. Sem fins lucrativos, "a festa é uma ferramenta de ação social, caracterizando-se como uma oportunidade para incentivar ações voluntárias, além de divulgar o nome do Município de Garças em nível internacional".

Por essas razões, o Cerejeiras Festival possui todos os méritos para ser incluído no calendário turístico oficial do País.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 398, de 2019.

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o voto do relatório do Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e o submeto à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 3.971, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012, para dispor sobre prioridade na construção de estabelecimentos de educação infantil com apoio financeiro federal.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: pela aprovação.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Flávio Arns, para a apresentação do relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Agradeço, Sr. Presidente.

É um projeto de lei do Senador Jayme Campos.

Para justificar a iniciativa – já lida por V. Exa. –, o autor explica que a intenção é estimular a conclusão das obras inacabadas, para evitar o acúmulo de desperdício de recursos públicos, bem como para promover novos avanços no atendimento da educação infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a análise em caráter terminativo. Não foram apresentadas emendas.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que tratem de questões ligadas à educação. Portanto, o projeto de lei se enquadra nas atribuições desta Comissão.

Passando à análise do mérito, a educação infantil atende crianças de zero a três anos na creche e de quatro e cinco anos na pré-escola. O Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, estabelece como primeira meta a universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de quatro a cinco anos de idade e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até 2024. Cabe frisar que a estratégia 1.5 para alcance dessa meta consiste em:

> manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2017 havia no Brasil 3,3 milhões de crianças matriculadas em creches e 4,9 milhões de crianças matriculadas na pré-escola, o que representava 32,7% e 91,7% do total de crianças de até três anos e de quatro e cinco anos, respectivamente.

Entre os projetos educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), destacam-se o Programa de Ações Articuladas (PAR) e o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), com a finalidade de ampliar a oferta de vagas na educação infantil pública, por meio do apoio ao Distrito Federal e aos Municípios para a construção de creches e escolas de educação infantil e aquisição de equipamentos e mobiliário. Contudo, os programas deixaram inconclusas diversas obras.

Segundo levantamento feito pela Organização não Governamental Transparência Brasil, com dados do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), do MEC, de 2007 a novembro de 2018, foram concluídas 6.418 obras de creches e pré-escolas no Brasil e canceladas 2.582 obras (18% das 14 mil obras pactuadas). Do total das obras, 38% ainda estavam pendentes (5.466), sendo que 59% delas apresentavam evidência de um ou mais problemas (801 atrasadas, 1,7 mil paralisadas, 623 não iniciadas e 1,7 mil em execução, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com endereço incompleto no sistema do Governo Federal). Entre as razões para o atraso das obras, o levantamento apontou os seguintes fatores: empresas contratadas não possuem condições financeiras para concluir as obras; falhas no planejamento das contratações pelos governos locais; deficiências na fiscalização contratual; e atrasos nos repasses de recursos federais.

Assim, entendemos ser bastante meritória a proposta do Senador Jayme Campos em análise, que busca conferir prioridade, nas transferências da União aos Municípios e ao Distrito Federal das verbas destinadas à construção de estabelecimentos de educação infantil, a obras já iniciadas com apoio financeiro federal. A medida, além de atender o interesse das crianças que não têm acesso à educação infantil, também busca racionalizar a aplicação de recursos públicos.

Por isso, Sr. Presidente, caros Senadores colegas desta Comissão, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei, do Senador Jayme Campos, nº 3.971, de 2019.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero apenas ressaltar a importância desse projeto e, ao mesmo tempo, esclarecer, porque muitas pessoas questionam essa questão das obras. Hoje, tanto na área de saúde quanto na de educação, a coisa mais fácil que há é construir. Você construir uma creche não significa muita coisa para o Governo, nem hospital; o problema é o custeio. Você constrói uma creche – e o Governo Federal tem programas para isso e oferece aos Estados e Municípios a construção da creche –, só que, depois, quem tem que manter a creche, o custeio, é o Município ou o Estado. E aí vem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Normalmente, um hospital consome de custeio quase que 50% do valor da obra anualmente.

O mérito do projeto é priorizar, de fato, as obras inacabadas. Há milhares de obras no Brasil inacabadas, e a gente tem que ter a responsabilidade de concluí-las, porque o dinheiro é público. O próprio espírito mesmo das emendas de bancada, quando nós definimos para aprovar, foi exatamente de que os projetos têm que ter início, meio e fim, ou seja, que qualquer projeto estruturante que fosse patrocinado pelos Parlamentares tivesse a garantia de que, no ano seguinte, teria que ter o complemento para completar a obra. Não dá para ficar como se está hoje no Brasil, com milhares e milhares de obras paradas; muitas até com 90%, 95% já da obra, faltando pouco para concluir, muitas vezes são deixadas de lado.

Então, parabenizo. E, evidentemente, vou votar favoravelmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu quero concordar inteiramente com que o Senador Izalci Lucas colocou e dizer da importância de a gente concluir as obras, porque existe uma questão burocrática, administrativa, em que, se você iniciar uma obra com recursos federais, você tem que concluir aquela obra com recursos federais; não é possível, com recursos municipais, concluir-se a obra. Então, a obra está inacabada, não podendo ser utilizada, e a população esperando que isso aconteça. Agora, o custeio é, de fato, a questão essencial, porque, a cada ano que passa, como o Senador Izalci colocou, é praticamente metade da obra, dependendo...

Por isso, nós estamos discutindo o Fundeb. O Fundeb é justamente isto: valorização dos profissionais da educação, ter os recursos, e manutenção e desenvolvimento da educação básica. Educação básica é creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional.

Inclusive, na semana passada, a Deputada Dorinha Seabra, que relata também uma PEC na Câmara dos Deputados, apresentou um relatório preliminar – preliminar –, porque os Estados e Municípios hoje já vêm aportando para a cesta do Fundeb 150 bilhões por ano. Dos 25%, 20% de uma série de impostos têm que ir para essa cesta. Então, são 150 bilhões por ano. A União complementa com 10%, cerca de 14 bilhões por ano. Mas isso significa que uma criança no Brasil está recebendo R$3,2 mil por ano; não pode receber menos do que R$3.240 por ano. Se a gente pensar, muitas escolas particulares cobram isso por mês – por mês! E nós estamos dizendo R$3.240 por ano. Com o aporte sugerido pelo Fórum de Governadores, pela Consed, Undime de 40% do Governo Federal, esse valor iria para R$6 mil, o que ajudaria Estados e Municípios a concretizarem as metas do Plano Nacional de Educação.

Não deixar a obra inacabada e, ao mesmo tempo, terminar a obra, concluir a obra e ter os recursos necessários para o custeio – carteira, mesa, armário, professor, secretário, manutenção, desenvolvimento – é o Fundeb. Então, eu quero dizer que o Fundeb é tudo no Brasil. Educação básica, desde a creche até o ensino médio, é a preparação para uma nova universidade, inclusive, porque mais gente irá para a universidade.

Então, eu só quero agradecer ao Senador Izalci Lucas, dizer que com ele concordo e alertar as pessoas todas sobre a importância do Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a inversão de pauta para apreciarmos o Projeto de Lei nº 26, de 2018, constante do item 10 da pauta de hoje. Por favor, esse é o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O.k.

Com a palavra o Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discutir.) – Sobre a matéria que nós estamos discutindo – concordo com a inversão solicitada pelo Senador Zequinha –, Presidente, Srs. Senadores, eu concordo integralmente com o que foi falado aqui.

Hoje a Caixa Econômica Federal presta um desserviço ao Brasil. Em muitas obras paralisadas, no Brasil, o culpado é a Caixa Econômica Federal. Se o Município tem qualquer tipo de problema, não com a obra – uma certidão lá, no caso da luz, no caso de alguma outra coisa, um precatório –, eles suspendem o repasse de recurso.

Então, além de cobrar os 11% que estão cobrando de todas as nossas emendas que vão para lá, as nossas verbas, eles não estão pensando no término, na conclusão daquela obra. Simplesmente deixam de medir, o empreiteiro não recebe mais e abandona a obra. Então, muitas obras paralisadas hoje, no Brasil, têm um culpado, que é a Caixa Econômica Federal.

Outra coisa: uma creche. Hoje você oferece uma creche para um Prefeito, ele olha para o lado, para ver se não há ninguém que esteja ouvindo, e diz que não quer. Diz baixinho para você: "Não quero, Senador. Eu quero outra fonte". Porque ele não tem condições de mantê-la, porque tem que ter os profissionais, tem que ter isso tudo que o senhor acabou de falar. Então, nós estamos numa encruzilhada muito difícil, muito complicada e nós precisamos nos atentar para isso.

Com a aprovação do Fundeb, nós todos precisamos nos preocupar seriamente com uma escola com R$3 mil, quando há escola privada, como o senhor disse, que cobra mais do que R$3 mil mensalmente. Então, não existe comparativo nenhum para que esse aluno... Como é que ele vai ser preparado? Então, está um caos exatamente nisso. Nós precisamos ficar atentos e cuidar, com a aprovação do Fundeb, que é uma responsabilidade de todos nós.

Hoje creche é algo que os Prefeitos não querem mais. E isso é um desastre. Dá condições à mãe de deixar seu filho lá com segurança, para ir trabalhar, enfim, com conforto, com alimentação, com cuidados, mas ele não quer mais, porque a folha de pagamento dele já extrapolou os 50%, o Governo Federal só dá obra oca e depois vira as costas. Aí a Caixa Econômica embarga a obra, porque a luz de uma repartição pública não foi paga ou se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esqueceram de pagar. Não tem nada a ver com aquela obra, mas suspendem a obra. Enfim, uma coisa puxa a outra.

É algo sério, sobre o qual nós precisamos nos debruçar, com a aprovação do Fundeb.

Eu estou 150% a favor do que V. Exa. manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa máxima do Senador Jorginho de 150%, lembrou-me de um Prefeito de uma cidade do interior de Santa Catarina que é cortada pela BR-101. Ele mencionava, nos seus discursos, que 60% da cidade estava de um lado da BR. Os outros 60% estavam no outro lado da BR. Quer dizer, foi tão bom que acrescentou 50% aos 100%.

Mas eu queria só acrescentar aqui que, como administrador público, acompanhei, durante muitos anos, essa questão da burocracia, da ineficiência dos órgãos públicos, notadamente, nesse caso, da Caixa Econômica Federal, que realmente me parece que, além de abocanhar agora cerca de 11% dos recursos que são destinados através de emendas parlamentares, mantém o mesmo espírito burocrático de exigência, dificultando sobremaneira a conclusão das obras. Quando não muito, também o Governo Federal participa diretamente dessa questão. As obras ficam inacabadas, o Governo Federal não repassa o restante dos recursos e a situação tende a se agravar.

Na minha opinião, nada é pior para a Administração Pública do que um projeto que começa e não termina. Quer dizer, é uma situação dramática, inclusive para o administrador público que responde por isso. Muitas vezes o administrador público é o que menos tem culpa disso tudo, mas é o único que responde por isso.

Essa realidade, Senador Jorginho, tem que se alterar, não é possível! Há muitos, há inúmeros Prefeitos que nos procuram – agora, nesse instante, certamente nesta semana – solicitando apoio para a liberação de recursos junto aos órgãos federais para obras que estão para ser concluídas, para não dizer que foram começadas, que estão para ser concluídas e que estão paradas porque a empreiteira parou por falta de repasse de recursos. Esses recursos são de quem? Do Governo Federal.

E muitas vezes eu pergunto se o Município não tem condições de bancar a continuidade das obras, mas há também a questão da burocracia e dos aspectos legais, de que não é possível... Enfim, as obras param, custa muito dinheiro, e a insatisfação se generaliza.

Eu me lembro... Inclusive vou solicitar ao Thiago, que é o coordenador geral da nossa Comissão, que providencie um requerimento, e queria obter a assinatura dos demais Senadores que compõem esta Comissão, para que nós possamos fazer uma audiência pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para discutir as creches paradas em todo o País. Certamente é uma questão: já está passando praticamente um ano de Governo, certamente o Governo tem conhecimento dessa realidade e vai ter que dar uma resposta para isso. O que nós não podemos deixar acontecer é manter essas obras paradas, um esqueleto, é dinheiro que se está perdendo, é a autoestima da comunidade, que não entra no jogo e, lamentavelmente, coloca a classe política para baixo em função dessas questões.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Presidente, eu peço um aparte a V. Exa.

Acho que, pela importância do assunto, nós podíamos deliberar já uma proposição sua no sentido de fazer essa audiência pública e daí a assessoria já marca data. Acho que isso tem a aprovação de todos. Se estivessem todos os membros, nós teríamos essa aprovação. Isso vai fazer bem para o Brasil. É uma proposição sua, como Presidente da Comissão, que tem autoridade para isso e conta com o nosso apoio total. Acho que já se podia deixar aprovado aqui. Mesmo não estando na pauta, que se apresentasse extrapauta essa sua sugestão, para que a gente faça uma audiência pública para tratar das obras paradas relativas à educação no Brasil, das creches...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem!

Presidente, eu sugiro que o TCU também seja chamado, porque muita coisa a Caixa vai jogar para cima do tribunal. É importante que os dois estejam aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu cheguei depois, mas esse é um assunto que eu presenciei muito, esse assunto do Proinfância, essas casas de valor grande. Fazem aquele curso fora do País mostrando cientificamente que, se você não estimular as crianças logo cedo, há uma perda grande de conhecimento e de estímulo.

Quero dizer que essa questão de creches paradas e de outras obras paradas neste País por falta de investimento começa... E digo o seguinte: para a maioria dos Prefeitos, dos gestores, a contrapartida já é o terreno. O Governo Federal – e acho que isto é correto – só deixa construir se souber de quem é o terreno de forma legalizada, porque se construiu muita coisa, anos atrás, neste País, e depois se descobriu que o terreno não era público. E há muitas creches paradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenho a certeza de que o TCU, a Caixa Econômica... O senhor lembra que a gente fez uma audiência pública em que estavam os Governadores e em que eles falaram sobre o número de obras paradas em cada Estado? Era um número imenso de obras. E o pior é que todos esses construtores vão à falência, porque, como falta o recurso para terminar a obra, eles não conseguem ter recurso suficiente para terminar a obra e para receber depois futuramente. Aí, quando entra outro, quando é preciso licitar de novo, já não é o mesmo valor. Aí já não é o mesmo valor. Isso ocorre em obras que ainda são recentes. Mas há as que a chuva e o sol já conseguiram acabar e as que já foram dilapidadas pelas pessoas, e aí é que é difícil.

Parabenizo o Senado. Lembro que, quando a gente transformou as emendas de bancada em emendas impositivas, uma das exigências – e a matéria teve de voltar para a Câmara – era de que, quando uma bancada botasse recurso para uma obra, ela teria de continuar botando recurso até a obra terminar, para evitar isso. Então, essa foi uma coisa muito boa. Alguém teve a ideia de se lembrar disso. Você começa uma obra, muda a legislatura, e aí já não se bota recurso no próximo ano. Com isso, fica um cemitério de obra, e o gestor que está na ponta é que paga um preço caro.

Quero parabenizar o Flávio. Parabenizo o Jayme Campos pela ideia e o Flávio Arns pela relatoria.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Acho que posso encerrar a discussão, então, do Projeto de Lei 3.971, de 2019, do Senador Jayme Campos, da relatoria do Senador Flávio Arns, cujo relatório é pela aprovação.

Então, eu o submeto à votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Por solicitação do Senador Zequinha Marinho, vamos apreciar, então, o Projeto de Lei nº 26, de 2018, que é terminativo.

ITEM 10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2018

- Terminativo -

Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: pela aprovação.

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 09/07, 10/09 e 17/09/2019.

Ofereço a palavra a V. Exa., Senador Zequinha Marinho, para a apresentação do relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de ler o relatório e o voto, eu gostaria de registrar a presença aqui do Prof. Marcel do Nascimento Botelho, Reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia, um grande profissional da educação, que é nosso amigo e nos prestigia neste momento.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2018, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, o qual propõe seja conferido ao Município de Belém do Pará o título de "Capital Nacional do Açaí".

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere a referida homenagem e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da matéria argumenta que a iniciativa busca homenagear a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, para cuja população "o açaí tem um imenso significado alimentício, econômico e cultural".

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da CE.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Da análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

De acordo com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), o Pará é o maior exportador nacional de açaí e detém 90% da produção mundial. São mais de cem agroindústrias beneficiando o fruto e exportando para os mercados internos e externos. Movimenta cerca de R$2 bilhões a cada ano e envolve mais de 300 mil pessoas ao longo da sua cadeia produtiva, entre plantadores, transportadores, batedores, manipuladores e exportadores.

Devido à sua grande importância econômica, social e ambiental para a cadeia produtiva da região, o Estado do Pará tem desenvolvido diversas ações de manejo e enriquecimento dos açaizais. Além disso, em parceria com órgãos federais e entidades privadas, também foram desenvolvidos programas de controle de qualidade e de combate a doenças do fruto, bem como iniciativas e metas sustentáveis com o intuito de promover o fomento da cadeia do açaí no Estado, entre elas, a atração de indústrias para verticalização, certificação, pesquisa e desenvolvimento e incentivo ao plantio irrigado.

A Adepará prevê que, entre as metas sustentáveis, estão: uma estimativa de crescimento de 4% a 6% ao ano até 2030; aumento do volume de açaí para indústrias dentro do Estado e para outros Estados e países; além do aumento do valor de mercado com selos de qualidade e certificação de origem.

Por essas razões, é sem dúvida pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de conferir a Belém do Pará o título de "Capital Nacional do Açaí".

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe igualmente a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. Da mesma forma, no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 26, de 2018.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Discussão da matéria.

Como o projeto é terminativo, aguarda-se oportunamente o quórum necessário para a sua deliberação definitiva.

Temos o item 11 da pauta. A relatoria é do Senador Jorginho Mello, é terminativo também. Consulto V. Exa. se faria a leitura.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 75, DE 2016

- Terminativo -

Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observação: será realizada uma única votação nominal para o projeto com as emendas, nos termos do relatório apresentado.

Concedo a palavra ao Senador Jorginho Mello para leitura do relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Muito bem, Sr. Presidente.

Essa matéria é a Lei nº 75, de 2016, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira do Brasil com a Bolívia, no Estado de Mato Grosso.

Benedito Canellas, natural de São Manuel, no Estado de São Paulo, transferiu-se no início da juventude para o oeste do Estado do Mato Grosso, onde foi um desbravador e um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico dedicado à agricultura e pecuária. Dotado de inegável carisma, foi eleito sucessivamente, e sempre com votações expressivas, Vereador em Cáceres, no ano de 1965; Deputado Estadual em 1970; e Deputado Federal em 1974. Após a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, foi o primeiro Senador eleito pelo Estado do Mato Grosso, exercendo seu mandato de 1979 até 1987.

Após exercer esse último mandato, Canellas preferiu sair do primeiro plano das lides políticas, atuando informalmente na orientação de outros Parlamentares, principalmente na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, até seu falecimento, no primeiro dia de 2016.

A minha manifestação é pela aprovação, Sr. Presidente, acrescido o meu voto...

Consoante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2016, com as seguintes emendas:

> EMENDA Nº -CE
> Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 75, de 2016:
> "Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o rodoanel da cidade de Cuiabá e a fronteira entre Brasil e Bolívia, no Estado de Mato Grosso".
> A segunda emenda:
> "Art. 1º Fica denominado Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o rodoanel da cidade de Cuiabá e a fronteira entre Brasil e Bolívia, no Estado de Mato Grosso".

Este é o parecer, e é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O.k.

Em discussão.

Senador Wellington Fagundes, autor da proposição.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de justificar a importância da aprovação, principalmente pela relevância do que foi o Benedito Canellas para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil.

Ele saiu de São Paulo foi para cidade de Cáceres, na divisa com a Bolívia, e lá ele era um vendedor, uma pessoa extremamente competente. Como candidato a Vereador, teve mais voto que o Prefeito eleito. Depois foi o candidato a Deputado Estadual mais votado do Estado, o Deputado Federal mais votado do Estado, e o Senador da República também mais votado em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas vagas. E assim ele fez toda a sua carreira. Eu tive oportunidade, inclusive na minha primeira campanha, de tê-lo como o meu orientador, e por isso estou aqui, depois de seis mandatos como Deputado Federal, e agora como Senador. Foi uma figura extremamente carismática e que ajudou muito no desenvolvimento daquela região fronteiriça com a Bolívia. Então, é uma figura extremamente reconhecida pelo seu papel. Aqui, como Senador da República, também sempre foi extremamente atencioso, competente e grande companheiro, um grande amigo dos seus amigos.

Por isso, Mato Grosso entende – e todos os Deputados Estaduais, quando fizemos essa indicação aqui com grande apoio – pela aprovação deste projeto.

Por isso, eu peço aqui o apoio a todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Como é terminativo, vamos aguardar quórum adequado para sua deliberação definitiva.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 95, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a PEC 133 de 2019, a chamada "PEC paralela", no tocante a redação criada pelo relator Tasso Jereissati que permite a cobrança das contribuições previdenciárias para as entidades educacionais filantrópicas. Esta audiência pública tem como objetivo ouvir as mais diversas entidades educacionais filantrópicas para debater sobre os gravosos impactos que a nova redação do §7º do art. 195 da CF trará para o ensino filantrópico brasileiro. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. João Otávio Bastos Junqueira - Presidente da ABRUC 2. Claudio Jacoski - Presidente da ACAFE 3. Carmen Lúcia de Lima Helfer - Presidente do Comung 4. Dom Walmor Oliveira de Azevedo - Presidente da CNBB 5. Silvio Young - Presidente da ABIEE 6. Custódio Pereira - Presidente do FONIF 7. Ir. Paulo Fossati - Presidente da ANEC 8. Senador Tasso Jereissati - Relator da PEC paralela 9. Rogério Marinho - Secretário Especial da Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC) e outros

Bem, concedo a palavra ao Senador Jorginho Mello para apresentação do seu requerimento.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu estou propondo esta audiência pública – já conversei com o Senador Tasso Jereissati – para o dia 1º de outubro, às 14h, convidando personalidades e autoridades para debatermos essa modificação, essa nova formatação sobre a filantropia das entidades educacionais. Vai haver a participação do João Otávio Bastos Junqueira, que é o Presidente da Abruc; Claudio Jacoski, que é o Presidente da Acafe, em Santa Catarina;

Carmen Lúcia de Lima Helfer, Presidente do Comung, do Rio Grande do Sul; Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB; Silvio Young, Presidente da ABIEE; Custódio Pereira, Presidente do Fonif; Irmão Paulo Fossati, da Anec. Por solicitação do Senador Nelsinho Trad, foi acrescido o oitavo convidado, que é da Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares), para que a gente pudesse debater sobre o que ocorrerá com as universidades comunitárias com a inclusão delas no Relatório 133 da previdência.

Então, é para que a gente faça uma discussão de alto nível com todas essas pessoas que já dedicaram a sua vida, muitos deles, em favor das universidades comunitárias, que hoje são reconhecidas por lei – há a pública, a privada e a comunitária.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Submeto à votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento subscrito pelo Senador Jorginho Mello.

Agora, no âmbito desta Presidência, eu queria esclarecer que é sempre comum, natural e obrigatório toda comissão, no âmbito da sua legislatura, apresentar um amplo estudo sobre uma política pública a ser avaliada pela respectiva comissão. Nós aqui, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ainda não tínhamos definido qual política pública seria debatida. Entretanto, surgiu para nós a expectativa de colocar como política pública a ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debatida, já que nós estamos discutindo essa questão de maneira muito peculiar, da qual o Senador Flávio Arns é Relator, o Fundeb, aqui no Senado, submeter à apreciação e aprovação dos Srs. Parlamentares, Senadores e Senadoras, que a política pública cuja avaliação nós faríamos estaria relacionada fundamentalmente ao Fundeb, uma vez que me parece que essa é a maior política pública da educação – se não de todos os tempos, mas, dos tempos mais recentes para cá, acho que posso afirmar isso com convicção. Assim, eu queria apresentar um requerimento meu também subscrito pelo Senador Flávio Arns e, se pudéssemos ter a aquiescência de subscrever o requerimento...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu ficaria extremamente feliz, porque me parece que essa é uma atitude bastante importante e louvável desta comissão.

Apresento o requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 97, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte seja o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC) e outros

Sala das Comissões.

Subscrevem, então, o requerimento o Senador Flávio Arns, o Senador Dário Berger e também a Senadora Zenaide Maia. E solicito ao Senador Jorginho Mello que faça a subscrição em nome de Santa Catarina e ao Senador Zequinha Marinho que nos dê a honra também de subscrever o requerimento. Eu acho que nós estamos todos de pleno acordo com essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra questão que eu queria...

Então, eu vou submetê-lo à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica estabelecido o Fundeb como a política pública a ser avaliada no âmbito desta Comissão.

E o Senador Flávio Arns, evidentemente, que já é o Relator do Fundeb, da PEC que vem sendo discutida pelo Senado, já será também o Relator dessa política pública.

Outra questão que nós levantamos aqui foi a questão das creches inacabadas. Eu já tinha subscrito aqui e já tinha aprovado um requerimento, no âmbito desta Comissão, em abril, mas nós acabamos não realizando a audiência pública. Subscreveu também o requerimento o Senador Flávio Arns. E o requerimento, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, estabelecia a realização de audiência pública para debater sobre a situação de obras inacabadas no âmbito do Ministério da Educação e também das creches paralisadas e das pré-escolas em todo o País. Eu havia feito aqui a sugestão de alguns convidados, entretanto, como nós já estamos em setembro e a sugestão foi em abril, eu vou deixar em aberto aqui, atendendo à solicitação e sugestão do Senador Zequinha Marinho de convidar o TCU, mas também aqui estavam convidados: a Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação; o Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o responsável, cuja participação seria essencial; o Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); também a Secretária de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do TCU; e também o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, o Prefeito Glademir Aroldi – não me lembro agora de onde ele é Prefeito, mas é o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Se eu não me engano, foi uma solicitação da Confederação Nacional dos Municípios, porque as creches inacabadas estão espalhadas por todo o Território nacional, envolvendo praticamente todos os cinco mil quinhentos e tantos Municípios da Federação. Seria, na minha opinião, interessante nós ouvirmos também o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios. Está previsto aqui também um representante do TCU, do Controle Externo, que atende o Senador Zequinha Marinho.

Vou deixar em aberto ainda até esta semana, caso os Senadores tenham uma sugestão para incluirmos aqui, na nossa audiência pública. Assim o faremos com imenso prazer.

O requerimento está aprovado, e só estou dando ciência a V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais matéria a tratar, permitam-me, Sras. e Srs. Senadores, porque – depois de tantas reuniões chamando atenção de V. Exas. e do Ministério da Educação para os problemas que atingem a educação, o desporto e a cultura – quero hoje tratar de alguns fatos positivos que ocorreram recentemente.

Na semana passada, foi anunciado que, até a próxima sexta-feira agora, o Governo Federal emitirá um decreto tratando do descontingenciamento de cerca de R$8,3 bilhões do Orçamento. Deste valor, R$1,9 bilhão será destinado ao Ministério da Educação. Essa medida era muito esperada por estudantes, professores, técnicos das universidades e de institutos federais que agora podem ter mais tranquilidade quanto à manutenção das atividades das suas instituições até o final do ano.

Da mesma forma, Prefeitos e Governadores que estavam com recursos contingenciados em programas de educação básica também podem respirar mais aliviados diante dessa boa notícia.

Além dessa excelente notícia, nós que tanto defendemos a educação pública de qualidade recebemos com alegria também a informação do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, que homologou, na última terça-feira, dia 17, os termos do acordo entre a Procuradoria-Geral da República, Governo Federal, Senado e Câmara dos Deputados sobre a destinação de parte dos recursos da Operação Lava Jato.

Os recursos foram destinados da seguinte forma: R$1 bilhão para o Ministério da Educação; R$250 milhões para o Ministério da Cidadania; R$250 milhões para o Ministério de Ciência e Tecnologia; R$100 milhões para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos; e R$1 bilhão para as ações de preservação da Amazônia Legal.

Tanto o descontingenciamento quanto a homologação chegaram, Srs. Senadores, em boa hora. Ao todo, serão quase R$3 bilhões injetados na educação brasileira. E, como já mencionei aqui várias vezes, a educação precisa ser a principal área de investimento do Governo Federal.

Sabemos que o Brasil se encontra com dificuldade financeira, numa crise sem precedentes na sua história, que não é de hoje, mas a única solução para darmos uma guinada rumo ao desenvolvimento é aquela que conseguiremos fazer através do investimento na educação.

Portanto, fica este registro, que, na minha opinião, trazia muita angústia não só para nós que somos membros desta Comissão, mas também para universidades federais, institutos federais, professores, alunos e também para os Prefeitos e para os Governadores que estavam com os seus recursos contingenciados. Finalmente, depois de muitas controvérsias, foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberados os recursos, e queira, Deus, que a gente possa agora concluir o ano letivo sem nenhuma consequência maior por falta de recursos que foram agora descontingenciados pelo Governo Federal.

Pergunto aos Srs. Senadores se existe mais algum Senador que gostaria de usar a palavra.

Senador Flávio Arns?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Só quero me associar a V. Exa. em relação ao que foi colocado – de recursos para a área de educação e de ciência e tecnologia também. São áreas essenciais para o País e também para a Amazônia, porque isso está dentro do conceito que a gente tem de preservação, de todas as maneiras possíveis, da sustentabilidade, da preservação do meio ambiente, do desenvolvimento social, econômico, mas preservando o meio ambiente. Então, só quero também compartilhar do pensamento de V. Exa.

Quero destacar também que hoje eu recebi uma revista muito interessante que me foi entregue aqui, antes da reunião, e que tem origem no Sinesp (Sindicato dos Especialistas em Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo), o *Retrato da Rede 2019*. É a mesma revista que... Não sei se os outros Senadores também receberam. Mas eu só quero parabenizar o Sinesp, que é o sindicato dos especialistas da rede pública de São Paulo, pela revista. Há coisas muito interessantes, claro, de uma maneira sintética também, mas particularmente há uma questão muito atual, que é o cuidado que se deve ter com a saúde ocupacional de professores, funcionários, profissionais da educação. Há um retrato da questão do adoecimento, que a gente sabe que acontece muito, em todas as categorias, mas que acontece bastante na questão da saúde, como: fadiga, cansaço, ansiedade, sintomas de transtornos mentais. E hoje a gente vê, inclusive, que, do número de profissionais que requerem licença de serviço, 20% se referem a questões de saúde mental. Então, é um índice grande, mas que está muito relacionado à questão de cuidarmos bastante da ocupação, da saúde ocupacional. Então, eu quero enaltecê-la, porque é uma publicação bonita, agradável, bem distribuída, e dar os parabéns para o Sinesp.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só para também manifestar a minha não digo alegria – porque, na prática, ainda não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são os 100% – em relação aos recursos para o CNPq, esses R$250 milhões da Ciência e Tecnologia, que são exatamente para pagar a bolsa do CNPq.

Lembro que são R$330 milhões; o Governo remanejou R$82 milhões de fomento, e a gente continua brigando para que seja reposto isso. Quero pedir aos membros da Comissão aqui para a gente participar um pouco mais da Comissão Mista do Orçamento agora, àqueles que são da Comissão e são integrantes da Comissão Mista, para nos ajudarem.

Eu acabei ficando como Relator da área de educação, então precisamos conversar muito para podermos ajustar esse orçamento para melhorar um pouquinho a questão da educação, que teve um corte muito grande em relação ao que foi encaminhado para cá. Nós temos que ser muito criativos para podermos realmente melhorar esse orçamento, porque da forma como está é quase que inviável tocar 2020. A gente vai precisar muito de apoio. Não sei quais membros da Comissão de Educação também são da Comissão Mista, mas seria muito bom a gente reforçar o pedido para que eles participem e nos ajudem a melhorar o orçamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo mais matéria a deliberar, declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia um de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Lasier Martins, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Antonio Anastasia, Leila Barros, Flávio Arns, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Flávio Bolsonaro, Lucas Barreto e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Confúcio Moura, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Irajá e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 95/2019 - CE, de autoria Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Finalidade:** Audiência Pública interativa com o objetivo de discutir a PEC 133, de 2019, a chamada "PEC PARALELA", no tocante a redação criada pelo relator Tasso Jereissati, que permite a cobrança das contribuições previdenciárias para as entidades educacionais filantrópicas. **Participantes:** Senador Tasso Jereissati, Relator da PEC 133/2019; Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF; Sílvio Iung, Presidente da Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - ABIEE; Larissa Martino, Diretora Executiva da ANUP (representante de: Elizabeth Guedes, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares - ANUP); Claudio Alcides Jacoski, Presidente da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE; Ir. Paulo Fossatti, Presidente da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - ANEC; João Otávio Bastos Junqueira, Presidente da Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ABRUC; Lia Maria Herzer Quintana, Vice-presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas-COMUNG (representante de: Carmen Lúcia de Lima Helfer - Presidente do COMUNG); Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (representante de: Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB). Leonardo Alves Rangel, Diretor de Programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorginho Mello

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente audiência pública tem por objetivo discutir a PEC 133, de 2019, a chamada "PEC Paralela", no tocante à redação criada pelo Relator, Senador Tasso Jereissati, que permite a cobrança das contribuições previdenciárias para as entidades educacionais filantrópicas.

Em andamento ao Requerimento nº 95, de 2019, de autoria dos Senadores Jorginho Mello e Zequinha Marinho, a Comissão de Educação solicitou uma audiência pública, que será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania ou pelo número de telefone 0800-612211.

Nós vamos proceder de forma diferenciada. Eu vou convidar a autoridade para que venha à mesa. Eu gostaria de pedir a ajuda da assessoria para trazer o nome. Assim, fica melhor.

Então, eu quero convidar o primeiro a fazer uso da palavra, o Prof. João Otávio Bastos Junqueira, Presidente da Abruc (Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior). O senhor tem dez minutos depois que começar a falar.

O SR. JOÃO OTÁVIO BASTOS JUNQUEIRA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Antes de mais nada, eu queria agradecer enormemente a iniciativa do Senador Jorginho Mello em propor esta audiência pública, que é um tema tão caro para a gente, que nos aflige e nos causa bastante preocupação.

Acho que nós estamos aqui hoje num público bastante qualificado e talvez estejamos, neste momento, pregando para convertidos, digamos assim, mas eu acho muito importante esta audiência, acho muito importante a participação. Permita-me citar o Presidente do Fonif, que está aqui; o da Abiee; o da Acafe; Dom Mol, da CNBB; a representante da Anup; o da Anec; e a da Comung. Todos eles vão ocupar esta Mesa para falar um pouquinho, mas é importante ressaltar a unidade dessas entidades que se uniram e estão aqui em defesa de algo que é muito caro para o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses meus dez minutos, que já são nove, eu vou me propor a falar um pouco, em geral, sobre essa proposta, que acho que é um tema recorrente, é como se uma espada estivesse na nossa cabeça permanentemente.

Vira e mexe alguém propõe algo, seja na reforma tributária ou na reforma previdenciária; de vez em quando vem alguém e também sugere isso, revelando um profundo desconhecimento da nossa causa, da nossa ação.

Quero já rechaçar uma questão de componente mercadológico disso. Acho que é por pura ignorância mesmo, porque vê os números e acha que esse é o caminho mais fácil para tentar algo, esquecendo-se das consequências que um ato desse pode gerar no sistema nosso de ensino, de saúde, de assistência social, tão frágil no Brasil, em que o Estado é muitas vezes ausente e a gente precisa criar ferramentas de amparo, principalmente aos mais necessitados.

Nesse contexto, eu, como Presidente da Abruc, vou me permitir falar um pouco mais sobre a questão do ensino superior. Evidentemente que isso tem desdobramentos não só no ensino superior, mas também na educação básica – várias das nossas mantenedoras possuem ensino básico –, como também aflige os hospitais universitários, que também prestam um relevante serviço para a saúde do Brasil.

Eu vou dividir – vício de professor – em três grandes grupos: um, em que eu trato de alguns temas políticos; outro, econômicos, e, por fim, pincelar algo jurídico – embora muitos dos meus colegas que vão me suceder nesse microfone terão muito mais números e capacidade de elencar com mais profundidade cada um desses temas.

Nos aspectos políticos é bom ressaltar que a Abruc tem uma associação que congrega associações regionais, como por exemplo a Acafe, de Santa Catarina, ou a Comung, do Rio Grande do Sul, assim como também duas importantes associações de cunho religioso, de cunho confessional: a Abiee (Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas) e Anec (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil).

Além disso, existem outras tantas fundações espalhadas por esse Brasil todo. Hoje somos cerca de 70 instituições comunitárias e estamos falando em um milhão, em números redondos, de estudantes no ensino superior. Isso nos dá a legitimidade para vir aqui e dizer dessa enorme preocupação que a gente tem com as consequências, volto a frisar, dessa ação de interferir fortemente na saúde financeira dessas instituições.

Nós estamos hoje, como eu costumo dizer, numa tempestade perfeita para os alunos de ensino superior. Houve um corte nos orçamentos das instituições federais, houve uma completa desmobilização e corte do Fies (Programa de Financiamento Estudantil) e agora nós estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na iminência de ter um profundo corte no ProUni, que é a contrapartida do que essas instituições de ensino fazem. Então, uma geração inteira corre o risco de ficar fora dos bancos universitários por absoluta incapacidade de acesso.

Essa questão política é uma política de Estado. Como o Estado, ao retirar essa sua responsabilidade, vai colocar algo no lugar? E a ideia é de que não vai colocar algo no lugar; esse pessoal vai ficar simplesmente fora dessas oportunidades. E se o fizesse, teria enorme dificuldade para fazer com a eficiência, com a eficácia e com o custo que a gente faz, porque um aluno hoje, numa instituição pública, estatal, de ensino, custa algumas vezes mais do que um aluno nas instituições comunitárias. E a ideia aqui não é fazer uma opção entre privada, entre comunitária ou entre pública. A gente está numa situação em que a gente precisa de todo sistema. Não é "ou", é "e". Num país que tem 17% de taxa de matrícula, a gente não pode falar que há oferta demasiada de educação.

A gente está falando que há pouca oferta. O que talvez falte muito – e certamente falta – é acesso. E um dos grandes pilares de acesso está sendo fortemente ameaçado com o Pró-Uni.

Nos aspectos econômico, o Dr. Custódio vai falar bastante dos números, mas é absolutamente relevante, para cada R$1 que o Estado deixa de arrecadar na previdência, o quanto essas instituições comunitárias e filantrópicas de saúde, assistência e educação devolvem para a sociedade, como eu disse, com uma eficiência, com uma eficácia muito maior.

Também queria dizer que existe hoje uma discussão a respeito dessa questão previdenciária e toda essa contribuição com que essas instituições de ensino, de educação e de assistência vão, possivelmente, contribuir, caso essa PEC prospere no Senado e na Câmara, o que eu acho que seria temerário para o País. Nós estamos falando de uma arrecadação de em torno de 2,5% do todo montante do rombo previdenciário assim proclamado. Isso é absolutamente irrelevante, *peanut*, como diriam os economistas, visto a contrapartida que essas instituições dão para a sociedade.

Não vai se resolver o problema; vai se criar um outro enorme, desencadear, como se fosse uma pecinha de dominó. A gente vai ter problema na assistência social, na saúde e na educação. E volto a insistir: neste Brasil tão desigual, onde filho de rico estuda na educação básica privada e vai estudar depois de graça no ensino superior, o filho do pobre tem que pagar a instituição superior de ensino. Normalmente, nessas instituições comunitárias que têm uma enormidade de bolsas, muitas delas do Pró-Uni e muitas outras que a gente dá além do que a contrapartida legal existe, nós vamos simplesmente desaparecer. É muito ruim para o sistema educacional do Brasil. Essa diversidade, essa pluralidade corre o risco sério de acabar se a gente não ficar atento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou aproveitar a presença de nomes religiosos aqui: a gente tem que orar, mas tem que vigiar também. Então, orai e vigiai. E a gente está fazendo isso aqui, de plantão, com todas essas autoridades educacionais, de saúde, para dizer que a gente repudia isso, para dizer que isso é um retrocesso. É um desserviço para a saúde e para a educação brasileira desmontar essa rede que há mais de um século está sendo construída no Brasil. E a gente corre o risco por causa de 2,5%, que poderia vir de outros lugares. Nunca ninguém aqui ouviu falar... A gente pode falar de várias outras chances de arrecadação. Não se fala aqui em grandes fortunas, não se fala aqui em dividendos. A gente fica malhando onde é o mais fácil, que normalmente é a corda do mais fraco.

Então, nessa questão econômica, para mim, é absolutamente justificável que a gente continue nesse sistema.

Por fim, mas não menos importante, também digo que vai ter possivelmente uma batalha jurídica nisso, porque existem entendimentos já, principalmente no caso do Supremo, de que pode ser uma cláusula pétrea em que a gente está mexendo e pode ser também algo que vai em desacordo com uma decisão pela Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.029. Possivelmente, quem me suceder pode entrar um pouco mais em detalhes sobre isso, mas aqui a gente tem uma grande disputa e uma batalha jurídica que vai causar enorme insegurança jurídica para as instituições, essas que já foram certificadas, já têm o Cebas, são comunitárias.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO OTÁVIO BASTOS JUNQUEIRA – O que a gente vai fazer com elas? E os alunos que têm bolsa garantida pelos próximos três, quatro, cinco ou seis anos, dependendo da duração do curso? Como será a vida deles? Quer dizer, vai criar uma instabilidade jurídica tão grande que, eu volto a dizer, é um desserviço para esse sistema educacional, de saúde e de assistência social no Brasil.

Faço votos para que esta nossa audiência possa repercutir nos demais Senadores, que o Senador Jorginho Mello seja o porta-voz dessa mobilização que criamos aqui ao nos deslocarmos dos nossos Estados, das nossas cidades, deixando nossos afazeres para vir aqui falar nesta audiência pública. Espero de fato que isso repercuta e que traga uma reflexão muito grande a respeito do que a gente está fazendo com o setor comunitário e filantrópico do Brasil, sob o risco de desmontá-lo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – V. Exa. foi cirúrgico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Dr. Prof. João Otávio Bastos Junqueira, Presidente da Abruc.

Eu queria agradecer a presença aqui da Senadora Daniella Ribeiro e do Senador Eduardo Gomes. Obrigado pela presença prestigiando a nossa audiência pública.

Para quem não sabe, mas acho que todos já sabem, a Lei 13.868/2019 teve aprovação do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara, com apoio dos Senadores que aqui estão, que deu a carteira de identidade ao sistema comunitário.

O SR. JOÃO OTÁVIO BASTOS JUNQUEIRA – Posso fazer uma observação, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro.

O SR. JOÃO OTÁVIO BASTOS JUNQUEIRA – Desculpe a minha indelicadeza de não comentar no início uma lei absolutamente relevante para a gente, que insere na LDB o termo "comunitário", então, oficialmente, caracteriza na LDB a distinção entre o que é privado, público e comunitário. Uma lei que teve iniciativa na Câmara dos Deputados, com o então Deputado Jorginho Mello, e depois foi concluído sob relatoria do já Senador Jorginho Mello, por quem somos muito gratos pela sensibilidade em acolher a nossa causa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Que bom.

Agora D. Joaquim Giovani Mol Guimarães, Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), representando neste momento D. Walmor Oliveira de Azevedo, Presidente da CNBB.

O SR. DOM JOAQUIM GIOVANI MOL GUIMARÃES (Para exposição de convidado.) – Tenho a alegria verdadeira de fazer uso da palavra, palavra como instrumento fundamental não só de entendimento entre as pessoas mas particularmente na busca de solução verdadeira para os verdadeiros problemas que nós temos, nesta audiência pública presidida pelo Senador Jorginho Mello, que é não só parceiro teórico e abstrato da educação mas alguém comprometido de fato com o caminho da educação no nosso País.

Uma alegria também representar neste momento a pessoa do Presidente da CNBB, D. Walmor Oliveira de Azevedo, que aliás também é um acadêmico com doutorado, foi professor durante muitos e muitos anos e hoje serve à CNBB como Presidente.

Falo também na condição de professor e educador, reitor de uma universidade em Minas Gerais, membro da Abruc, da Anec, que é uma instituição, Associação Nacional de Educação Católica, em parceria com as diversas outras associações. São várias. Felizmente, são várias espalhadas Brasil afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho impressão – na realidade, esta impressão se configura mesmo já como uma convicção – de que nós estamos trabalhando sobre um equívoco, um equívoco, um equívoco grave que é este apresentado na PEC 133, como todos sabemos, já conhecida como PEC paralela, na busca de solução, especialmente na tentativa de arrumar recursos para sanar os problemas da previdência no País. E se nós estamos tratando de um equívoco, penso que, sob o ponto de vista ético e moral, deveríamos caminhar a passos largos para tentarmos de fato sanar o problema, de modo que não fiquem prejudicadas, eu não falo de milhares, mas falo de milhões de pessoas. Eu repito com convicção: são milhões de pessoas no campo da educação, no campo da saúde.

Nós somos parte, como educadores, de um País profundamente desigual. O Prof. João Otávio, Reitor, Presidente da Abruc, acaba de dizer isso. Há uma teoria, mais do que teoria, o resultado da análise de um grande pesquisador dos Camarões, um homem muito respeitado, que fala do fim do humanismo. Estamos chegando ao fim do humanismo, porque, no fundo, muitas outras coisas valem mais do que o ser humano na sociedade atual, espalhada no mundo inteiro. E o Papa Francisco tem insistido em que nós criemos, então, um novo humanismo, e um novo humanismo contempla a diferença entre as pessoas, que se concretiza na diferença entre as instituições que prestam serviços às pessoas. E é isto exatamente que a PEC 133, no que diz respeito às instituições filantrópicas, está fazendo: está cortando a diferença existente na realidade, pois a realidade é mais importante do que a ideia, a realidade é o fato que está a nossa frente.

Nós lidamos com milhões de pessoas, e agora como que até com certo ar – para não usar uma palavra imprópria – de como se fôssemos devedores da previdência. Essas instituições são imunes, há uma imunidade garantida pela Constituição Federal. É bem verdade que frequentemente... Isso também já foi dito, esse assunto vem sendo discutido, mas retirar a educação da assistência social é um grande problema, um grande equívoco e, sobretudo, passar a cobrar aquilo que não devemos, que é a cota patronal – e não devemos por causa da força da imunidade. É como se esse dinheiro existisse, estivesse em algum lugar, e, a partir de agora, ele tenha que contribuir com a solução dos problemas da previdência. Aqui está o grande equívoco, porque, em nenhum momento, essas instituições se sentiram devedoras nas suas obrigações, ao contrário, são instituições profundamente e, eu diria assim, bravamente fiscalizadas.

Se há algum problema em algumas dessas instituições, o Governo tem várias ferramentas, vários instrumentos em instituições para fazer a necessária fiscalização e punir quem não está agindo corretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós não podemos admitir é que, por exemplo, numa cidade, o único hospital que existe, inclusive para atender todo o entorno, feche as suas portas porque não poderá mais atender toda aquela população. Aliás, esse hospital está ali, naquela região, suprindo exatamente uma obrigação que é a obrigação do Estado.

Da mesma forma, é como se nós estivéssemos cometendo agora um crime, como se a gente estivesse fazendo uma apropriação indevida de coisas que nós deveríamos pagar e não estamos pagando.

Então, no campo da educação a mesma coisa. Se as instituições filantrópicas do campo da educação recolherem os seus trabalhos e forem impedidas de exercer as suas funções, certamente nós teremos um País não só empobrecido economicamente, mas empobrecido também na sua capacidade de pensar, de inteligir; na sua inteligência, no pensamento da realidade, o que aliás tem sido uma marca complicada dos dias de hoje, tamanhos os disparates que a gente vê em tantos setores da nossa sociedade.

Portanto, nós não podemos permitir que esse equívoco siga adiante. Os problemas da previdência não serão resolvidos com a cota patronal da folha salarial. Aliás, também é importante esclarecer para aqueles que não têm essa informação, que se tivermos que assim fazer, nós daremos uma contribuição como instituições filantrópicas menor do que aquela que estamos dando hoje, exatamente porque a cota é sobre a folha salarial, e hoje nós fazemos as bolsas, por exemplo, das escolas, sobre a receita das instituições. Então, nós passaremos a contribuir menos, efetivamente menos. Não há cabimento, não há como entender essa lógica que nos coloca numa situação como essa.

É por isso, então, que gostaria de solicitar, às mentes e aos corações que aqui estão formando a unidade de cada pessoa, que possa valer o bom senso, que possa valer a determinação de cada um no impedimento de que isso possa ser levado adiante, sob pena de nós termos um grande problema sem solução, que é o problema de milhares, e milhares, e milhares de pessoas beneficiadas que estarão sendo colocadas mais uma vez à margem do seu desenvolvimento como pessoa e como cidadão neste nosso País.

Senador Jorginho, em nome de quem cumprimento todos os outros Senadores, nós estamos muito confiantes. Temos razões muitas para não estarmos confiantes – coisas que ouvimos, situações que acontecem –, mas, mesmo assim, bravamente, porque nunca nada foi fácil para nós, das instituições que prestam esse serviço, nós estamos confiantes;...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOM JOAQUIM GIOVANI MOL GUIMARÃES – ... confiantes de que, com a participação dos senadores, com a lucidez de cada um, todos poderão se empenhar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preferência previamente, para que essa matéria de fato seja, por alguma emenda – aliás, já há várias emendas supressivas –, retirada desse conjunto, desse bloco. É isso que nós desejamos.

E ainda, nesses 30 segundos, gostaria de dizer que retirar essa matéria da PEC 133 não é um favor que se faz às instituições filantrópicas, mas é o cumprimento de uma obrigação moral para que seja garantida a continuidade do benefício a essas pessoas pobres do nosso País.

Muito obrigado pela atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Dom Joaquim.

Só para informar, nós estamos gravando, e com a taquigrafia, nós vamos entregar todas as notas, todas as falas para o Senador Tasso Jereissati. Conversei com ele agora há pouco, mais uma vez, sobre o assunto. Ajudei a oferecer a ele também uma alternativa de uma emenda. Eu fiz emendas para suprimir as comunitárias, pelo compromisso que tenho. O João Otávio sabe disso, através da Abruc, mas eu também me adiantei e ofereci, além da supressão, uma outra emenda minha, como Presidente da frente em defesa das comunitárias, dizendo que hoje, até que o Supremo Tribunal não decida sobre a prisão em segunda instância, as pessoas estão sendo presas em segunda instância, foram condenadas. Eu apresentei uma emenda dando a ele a possibilidade de que, quando alguém está devendo na previdência e for condenado em segunda instância, que o Governo possa alienar aquele bem, pegar aquele depósito e colocar na previdência, porque, se uma pessoa pode ser presa, se se pode tirar a liberdade de alguém na segunda instância, muito mais fácil seria um dinheiro que está depositado sob um questionamento. Se, lá no futuro, houver ganho de causa, o Estado, o Governo faz um precatório e paga a pessoa, sem problema nenhum.

Isso representa R$364 milhões. Era uma graninha muito boa. Então, quando a gente pede, eu me preocupo muito em dar alternativa para dizer: "Eu estou pedindo, mas também estou ajudando nesta parte, estou lembrando sobre isto aqui". Essas emendas estão tramitando nas mãos do Senador Tasso, que está se dedicando à reforma da previdência.

O Senador Eduardo Gomes me pediu a palavra, e V. Exa. a tem.

Já quero chamar aqui o nosso Presidente da Acafe, Claudio Alcides Jacoski, para ser o próximo a usar o tempo regimental.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Senador Jorginho Mello, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Flávio Arns; a todas as instituições presentes nesta audiência pública os meus cumprimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero, Sr. Presidente, aproveitar que hoje é um dia bem movimentado na Casa, afinal de contas, temos hoje a votação da reforma da previdência em Plenário e uma série de outras matérias importantes também. Deixo aqui registradas algumas considerações, afinal de contas também apresentei emenda, a Emenda nº 142, ao relatório do Senador Tasso Jereissati, por quem guardo aqui meu respeito e minha admiração, e até considerando boa parte da sua tarefa cumprida pela aprovação hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, do relatório da parte principal da reforma da previdência.

E faço meus cumprimentos também ao Sr. Valdemar Martins, à Patrícia Andreazzi, ao Cepas (Conselho de Entidades de Promoção e Assistência Social), que reúne 107 instituições, 20.880 crianças atendidas, seis mil empregos diretos, para fazer algumas considerações breves.

Primeiro, por entender que o Congresso Nacional – e eu repito isso há muitos anos de mandato, eu aprendi – é muito importante e muito forte quando aprova boas leis, e por vezes é muito mais importante e muito mais forte quando deixa de aprovar leis ruins ou leis ainda com certo enfoque equivocado.

Mas eu queria, Sr. Presidente, dar uma visão diferente do que eu ouvi até agora e do que eu tenho ouvido, nos corredores do Senado, nos gabinetes, acerca das instituições filantrópicas comunitárias, até pela experiência que tenho de uma grande parceria, já de mais de 12 anos, com a Fazenda da Esperança, que é uma comunidade terapêutica que tem 98 fazendas pelo mundo inteiro e faz um trabalho maravilhoso em relação à questão da dependência química, do combate à dependência química, e pelos trabalhos que acompanho aqui de instituições como Ampare, no apoio à síndrome de Down, a doenças raras, e das instituições de ensino que considero também de importância fundamental para o nosso País.

Eu queria dar um enfoque positivo; positivo porque é um ambiente ainda tenso, tendo em vista as discussões sobre as emendas que V. Exa. apresentou, que a Senadora apresentou, que o Senador Flávio Arns apresentou, que todos apresentamos, para um debate que pretende e pode ser sadio e que pode avançar também em outras direções, já que nós vivemos num país cuja última proposta de emenda à Constituição que chegou à porta da sua votação, ainda no Governo Temer, era de um valor de R$480 bilhões.

Na tarde de hoje, nós encaminhamos ao Plenário uma reforma da previdência com o número de R$933 bilhões, e a PEC paralela, que ainda vai ser depurada. Portanto, eu acho que é evidente, porque as nossas emendas vão no sentido de retirar a contribuição patronal das instituições, mas quem sabe, já que não foi uma iniciativa do Governo, não seria o ambiente adequado para a gente avançar também em outras experiências que se pretendem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

implementar no Governo Federal, sobretudo na área de educação, sobretudo na área de participação, se é convocado o setor privado, as doações, um novo perfil de educação.

Então, eu queria, primeiro, deixar aqui o meu compromisso com todas as instituições de lutar para que o ambiente seja mantido, um ambiente de assistência direta, e que também, assim como no Senado, assim como no Congresso Nacional, que a gente tenha também a humildade e o reconhecimento para as correções que precisam ser feitas, sobretudo na comunicação. Foi muito rápido saber, a partir de uma emenda que está sendo discutida aqui, que tem a sua discussão no enfoque do equívoco, que a comunicação não era suficientemente boa para que os 81 Senadores tivessem as informações que nos chegaram nessas últimas duas semanas.

Eu ainda luto por um país que tenha uma política pura, sem ser a política do *post* nosso de cada dia, na qual cada um pensa uma coisa sem o devido cuidado e leva para um debate em que a gente não constrói nada.

Então, gostaria de aproveitar não só para deixar aqui o meu compromisso com essas causas, mas deixar também claro que é preciso manter esse relacionamento das instituições com o Senado para que a gente avance e, quem sabe, consiga tornar um ambiente mais amplo.

A distância entre o que motiva uma emenda dessa e a realidade que é colhida nas instituições, a realidade do cidadão que precisa de uma universidade, do cidadão que precisa do atendimento, é muito grande. A nossa função é juntar essas visões para que a gente consiga o melhor serviço e o melhor ambiente.

Por isso, eu quero parabenizar o Senador Jorginho por essa audiência pública e deixar o meu compromisso aqui na mudança de *status*, mas deixar um alerta, a gente já pode aproveitar esse ambiente, já pode aproveitar essa discussão e avançar numa comunicação melhor e numa base ampliada de serviços para a população brasileira que pode vir a partir daí; a partir dessa verdade, de repente, num Governo que já se mostrou preocupado também com a questão social, podemos aproveitar esse momento para construir novas pontes e um ambiente muito melhor.

Então, contem comigo, tenho certeza de que o Senador Tasso Jereissati e todos nós aqui teremos condições de discutir com ele a mudança desse artigo, estabelecendo o direito adquirido, mas melhorando o ambiente a partir da nossa melhor comunicação.

Encerro dizendo que o Congresso cresce muito quando não aprova o que atrapalha, mas quando cria um ambiente para a gente aprovar novos instrumentos de atendimento à população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Senador.

Professor Claudio, o senhor tem a palavra.

O SR. CLAUDIO ALCIDES JACOSKI (Para exposição de convidado.) – Muito boa tarde a todos.

Eu cumprimento aqui o Senador Jorginho Mello e digo da nossa satisfação de estarmos aqui fazendo essa defesa, discutindo esse tema. O Senador Jorginho é batalhador, é Presidente da frente Parlamentar das instituições comunitárias, um batalhador da educação; então, fica aqui o registro desse reconhecimento nosso ao Senador.

Cumprimento os demais Senadores presentes e também os colegas de associações para dizer que estamos aqui neste momento tão difícil que traz para nós mais um momento de dificuldade dentre tantos outros que a gente vem enfrentando na gestão da educação superior do País.

Eu queria colocar aqui, como exemplo, que eu represento aqui o sistema Acafe (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), de mantenedoras das entidades de educação superior de Santa Catarina. Esse sistema Acafe representa uma caminhada bastante efetiva e de resultados no desenvolvimento do nosso Estado.

Isso é importante porque eu acredito que com exemplos a gente poderia explicitar e deixar muito mais claro para os Senadores e para todos que aqui estão quais seriam as implicações que nós teríamos no caso de nós termos esse procedimento da cobrança e das isenções tributárias que a gente tem colocado na PEC paralela

O nosso Estado de Santa Catarina... E eu vou falar do Estado para tentar exemplificar um pouco e usar como modelo de exemplo, porque os dados vão aparecer no conjunto, mas, se nós olharmos para Santa Catarina, a gente vai observar que nós temos um Estado totalmente diferente, um Estado com regiões bem desenvolvidas e todas elas desenvolvidas a partir da presença efetiva de instituições comunitárias.

Faço aqui a defesa dessas instituições, que são um modelo diferente para o País. Um modelo que recentemente conseguiu, como foi dito anteriormente pelo Senador Jorginho, seu espaço na LDB para a constituição dessa comunitária. Em 2013, conseguiu efetivar a Lei 12.881, a Lei das Comunitárias, que estabeleceu a condição de instituições comunitárias que durante mais de cinco décadas propiciaram um desenvolvimento muito efetivo das regiões do Estado de Santa Catarina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso está em risco, eu gostaria de dizer, porque, de certa forma, se esse modelo de desenvolvimento não tiver o aporte de bolsas de estudo, se ele não tiver possibilidades de ter um diferencial, como é o diferencial a partir da isenção tributária que a gente tem a partir da previdência, corre um sério risco de a gente vê-lo desaparecer. De certa forma, isso já vem acontecendo. A pressão de instituições privadas com capital estrangeiro já vem assediando instituições do nosso Estado. E a gente teme pelo futuro que a gente pode ter em relação ao nosso Estado e eu o reproduziria então em relação ao nosso País.

Nosso presidente da Abruc, João Otávio, comentou anteriormente das nossas instituições. Eu diria que 20% das instituições do Brasil comunitárias estão no Estado Santa Catarina. Então, os números que eu apresentar aqui podem ser multiplicados para a gente compreender. Isso aqui é 20% do que a gente tem no País em relação às instituições comunitárias.

Então, a Acafe é esse sistema que já comentei e alguns números que a gente gostaria de mostrar. Essa capilaridade que o País não tem. A capilaridade que nós conseguimos dar em Santa Catarina a partir da educação superior espalhada pelo Estado todo, com mais de 140 mil alunos, com mais de um milhão de pessoas assistidas em atividades também envolvendo assistência social, com um histórico de assistência social muito efetivo, de participação muito próxima da sociedade e da comunidade. E aqui com mais de 50 mil alunos beneficiados com bolsas de estudo.

Ressalto aqui que não são somente bolsas ligadas ao processo de filantropia ou do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social, mas também das bolsas de estudos do art. 170, que a Constituição estadual prevê, dando essa condição para os nossos estudantes, aqueles estudantes que trabalham durante o dia e estudam à noite, que não são aqueles estudantes de instituições públicas, são estudantes que necessitam obrigatoriamente de bolsa de estudo. Sem isso, eles não teriam condições de permanecer na educação superior.

De certa forma, a gente cobre 70% do Estado com a atuação das nossas instituições, que são 16 instituições comunitárias, 14 delas criadas por lei pública municipal e de direito privado. Isso faz toda a diferença porque ao serem criadas por uma lei pública municipal, são instituições públicas de certa forma. Por outro lado, por estar atuando com o direito privado, disputam o mercado com uma condição extremamente agressiva que a gente vive no mercado do ensino superior atualmente.

Aqui alguns dados que, como eu disse, a gente pode reproduzir para todo o País a partir de Santa Catarina, mas nós temos 53 cidades atendidas, mais de 140 mil alunos. E aqui nós temos 22 mil alunos beneficiados com bolsas de estudos do que a gente está discutindo aqui, do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social. Então, esses alunos teriam dificuldade de permanecer... Quer dizer, não teriam como permanecer porque são todos alunos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com carência, alunos carentes que não têm condições econômicas de se manter na educação superior.

Vejam o drama que vivem nossas instituições já há um bom tempo. A gente citou aqui que o nosso Presidente João Otávio comentou a respeito do Fies. Nossas instituições praticamente não têm o apoio do Fies. Então, o financiamento não existe para as instituições comunitárias. Essas instituições, há bem pouco tempo, perderam a possibilidade de se apropriar do Imposto de Renda por serem uma fundação pública, reduzindo a sua possibilidade de investimento.

E temos mais esse momento que a gente vive agora em relação à questão das bolsas ligadas à filantropia. Isso realmente vai colocar em cheque o funcionamento e a existência dessas instituições. Esses 22 mil alunos estariam fora desse contexto.

Não somente isso, mas nós teríamos que recuperar a receita que a gente retira. Porque 20% da nossa receita está colocada como bolsa e 20% da nossa folha de pagamento é dada como isenção patronal. Nós teríamos que recuperar esse valor para repassar. Então, vejam a dificuldade de gestão de você colocar um valor aí em torno de 20% da folha de pagamento. Nossas instituições têm, a maioria delas, cerca de 70% ou 80% da sua condição de gasto da folha...Representa, da receita, cerca de 70 ou 80% da folha de pagamento. Então, seria uma condição extremamente adversa que colocaria em cheque o funcionamento dessas instituições. Aqui estão os números ligados, efetivamente, a essa condição. Nós temos, aí no sistema estadual, em 2018, 22 mil alunos atendidos. Em 2017, 22 mil; em 2016, 20 mil alunos.

Aqui os serviços que são prestados à comunidade. Essa é a grande diferença que as instituições comunitárias possuem. Elas têm uma relação muito efetiva com a sociedade, prestando em uma condição diferenciada e fazendo o papel público, usando recursos de filantropia, mas fazendo o papel público onde o Estado não tem condições de ofertar, seja na área da saúde, seja na área da psicologia, na área do Direito. Enfim, há uma trabalho muito efetivo e uma dependência das regiões onde essas instituições estão colocadas, Senador Jorginho, pela necessidade da presença das universidades. Esse modelo que a gente está discutindo aqui retiraria essa condição para a gente poder participar mais efetivamente dessa relação.

Aqui eu gostaria de colocar essa dificuldade das instituições comunitárias, que são as que coloco. Sei que teremos outros debatedores que apontarão outros itens, como as questões ligadas à saúde principalmente. Esse modelo que nós temos de instituições comunitárias nos permite substituir, nos espaços onde o poder público também não conseguiu estar presente, com educação superior, com a presença das nossas instituições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria chamar a atenção sobre essa possibilidade de oferecermos um ensino de qualidade por cerca de um quarto do valor empregado em educação superior pública. Isso é bastante importante porque essas instituições são totalmente enxutas e o custo com que elas atuam geralmente é custo limitante. A gente não tem um ganho, um superávit vamos dizer assim, nessas instituições. Todo o resultado que elas têm pela prestação de serviços na educação superior é reinvestido na própria instituição. Isso faz com que essas instituições tenham uma qualidade de ensino totalmente diversificada.

As avaliações realizadas recentemente pelo Ministério da Educação nas instituições catarinenses que migraram para o sistema federal demonstram a qualificação dessas instituições. Como é no Rio Grande do Sul, com o Comung, com as instituições do Rio Grande do Sul, como é em todo o Brasil com as instituições comunitárias que têm um resultado muito efetivo, pois há uma aplicação do recurso em pesquisa, em extensão e na produção de soluções para a sua comunidade regional.

Esse é um grande diferencial porque, de certa forma, os olhares das instituições comunitárias, com o uso dessas bolsas, se dão diretamente para apoio àquelas famílias mais carentes da região. Se nós formos pelo caminho de eliminarmos essa possibilidade da isenção tributária, nós estaremos simplesmente retirando da possibilidade de educação superior uma faixa que hoje é a faixa que menos pode fazer, que menos pode pagar a sua mensalidade. E a gente sabe que o crescimento da educação privada no Brasil é bastante grande e que temos aí o risco de incorrermos na dificuldade do funcionamento das nossas instituições de ensino superior comunitárias.

Essa é uma luta que não é de hoje. A gente nota que esse tema é recorrente, é um tema que volta. A gente acredita, inclusive, que a ação direta de inconstitucionalidade já discuta em relação à imunidade é algo que a gente precisa trazer novamente à tona, porque me parece que a gente pode estar trazendo um tema, debatendo algo, que não vai ter sucesso, que não vai seguir adiante. Então, trago essa preocupação porque, de certa forma, temos essa discussão nas nossas instituições, já realizadas, que apontam para essa condição diferencial que a gente tem em relação ao tema.

Bem, aqui as universidades comunitárias poderiam, de certa forma também, ter uma atuação mais efetiva na área da filantropia. O que foi alterado pela LOAS? A gente teve uma migração. Quando aprovada, em 2005, a Lei 11.096, que criou o Programa Universidade para Todos, levou as instituições comunitárias a, de certa forma, se retirarem das comunidades...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLAUDIO ALCIDES JACOSKI – ....e a aplicarem os seus recursos efetivamente em bolsas de estudo. Isso propiciou que a gente pudesse aumentar o conjunto de estudantes presentes nessas universidades a partir das bolsas. Isso também propiciou que as nossas universidades, cada vez mais, tivessem menos recursos de mensalidades do setor privado e muito mais recursos públicos a partir da isenção, por exemplo, da previdência, da isenção tributária que a gente está citando.

Enfim, era um pouco do que eu gostaria de colocar. Usei como exemplo o Acafe como forma de a gente entender esse conjunto de instituições comunitárias que precisam, de certa forma, desse olhar e desse entendimento. Seria muito ruim para essas regiões em que a gente está atuando ver o fim das instituições comunitárias. Como eu disse, a cada momento, a cada tempo que passa, os reitores dessas instituições – e aqui temos muitos deles presentes – sofrem, sentem essa dificuldade. Sentimos cada vez mais o risco iminente de perdermos a condição de instituições que fizeram, por mais de cinco décadas, no Estado de Santa Catarina, uma verdadeira transformação no Estado, a partir da presença efetiva na comunidade. Acho que isso é muito relevante para a gente ignorar e pensar em perder essa condição que o País tem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, professor Cláudio. Muito obrigado por sua participação.

Convido a Sra. Lia Maria Herzer Quintana, Vice-Presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, representando a Sra. Carmen Lúcia de Lima Helfer, Presidente do Comung.

Lia, por favor.

A SRA. LIA MARIA HERZER QUINTANA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos! Quero agradecer, mais uma vez, o Senador Jorginho, que é um defensor e um parceiro das nossas instituições.

João Otávio comentou que estamos falando para a gente mesmo, mas é muito importante ressaltar. Nós somos o Comung. O Comung, a exemplo de Santa Catarina, é o maior segmento das instituições comunitárias. Nós somos em torno de quinze instituições comunitárias do Rio Grande do Sul que são distribuídas por todo o Estado.

Quando o Governo não conseguiu levar para o interior o ensino superior, as comunidades se reuniram e organizaram o ensino. Quando o Reitor Cláudio fala em 50 anos, as instituições mais novas do Rio Grande do Sul têm 50 anos. Nós temos instituições centenárias aí desta forma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso segmento, e aqui vou colocar os números, nós temos hoje em torno de 180 mil estudantes e por compromisso e pelo que já foi falado pelos colegas, temos que dar 20% de contribuição. Isso permeia algo em torno de 40 mil alunos que estudam conosco com bolsas.

Em atendimentos, nós temos praticamente três milhões de atendimentos prestados à comunidade nas áreas de saúde, arte, cultura, educação, esporte, assistência jurídica e assistência social também.

Quando se fala que somos todos do terceiro setor, nós cumprimos lá no interior das nossas regiões, no interior do nosso Estado, o papel que o Estado não conseguia e não consegue alcançar. No Rio Grande do Sul, Senador Jorginho, 80% do serviço de saúde são também através das instituições beneficentes e filantrópicas.

Então, nós temos esse montante e vemos em muitos locais do nosso País o sistema da saúde muito ruim. No Estado do Rio Grande do Sul, a gente consegue mantê-lo em mais de 80% dos atendimentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LIA MARIA HERZER QUINTANA – Então, nós temos, como já falei, em torno de 1,5 mil cursos, 75 cursos de doutorado, 135 cursos de mestrado, oito mil professores, 10 mil funcionários. Em algum momento, 122 alunos estudando através de incentivos e bolsas; 3,6 mil laboratórios, 7.222 salas de aula, nove parques tecnológicos, três incubadoras... Desculpem, cinco incubadoras sociais, 12 agências de inovação e tecnologia e, pela característica nossa, que veio da comunidade, que veio da região, todas as nossas regiões têm o viés do desenvolvimento regional, como o Cláudio falou, de regiões desenvolvidas.

Óbvio que nós temos regiões deprimidas também, mas se essas instituições não estivessem lá, pior ficaria a nossa situação. Então, mais uma vez, e eu concordo com Dom Joaquim, é um equívoco o que está acontecendo.

Talvez neste momento a gente precise esclarecer a todos os Senadores o benefício que vai ser... Se passar, o que que vai acontecer, com esse segmento, com essas instituições, principalmente num País que tem uma taxa baixa, o que vai acontecer com esses alunos que não conseguem estudar sem algum auxílio.

Nós todos fornecemos também os programas do Governo. Temos o Pibid, muitos alunos trabalham no Pibid. Fornecemos bolsas também para iniciação científica que ajudam esses alunos. Então isso para nós é muito relevante.

Quero agradecer mais uma vez ao Senador Jorginho pela sua sensibilidade e conhecimento da causa e dizer... Exatamente colocar mais uma vez, porque a minha área é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das exatas, que nenhuma das nossas instituições... 20% da folha seria maior que 20% da arrecadação.

Então, essa conta não fecha, essa conta de que a gente não tem a contribuição previdenciária dos 20%, a cota patronal... Essa nossa conta é maior, e principalmente ela é devolvida à comunidade num dos resgates mais importantes, que é através da educação e da formação do nosso povo.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem. Obrigado, Lia.

Eu quero registrar a presença do Senador Flávio Arns e do Senador Zequinha Marinho. Obrigado pelas suas presenças.

Solicito que fiquem aqui, como está ficando, cordial e gentilmente, a Senadora Daniella.

Eu queria convidar agora, para a gente fazer um contraponto por solicitação aqui, o Leonardo Alves Rangel. Ele é Diretor da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, que está assessorando o Senador Tasso Jereissati no seu relatório.

Então, eu vou conceder...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... Por favor, Leonardo.

Vou conceder os mesmos 10 minutos para que ele possa falar sobre o assunto que nós estamos tratando aqui e que ele conhece bem.

O SR. LEONARDO ALVES RANGEL (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos e a todas.

Agradeço o convite, em o nome da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Hoje é um dia, como já foi colocado aqui, bastante relevante para a gente, que tem trabalhado já há mais de dois anos na proposta de reforma da previdência, que começou lá no Governo Michel Temer e continuou agora com... Tivemos uma outra roupagem agora, no início do ano, com o Presidente Bolsonaro, e o texto seguiu hoje da CCJ para votação no Plenário do Senado, inclusive, está prevista para daqui a pouco a apreciação da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu estou falando da PEC 06 e não especificamente na PEC 133, porque exatamente a PEC 133 faz parte de um grande esforço do Senador Tasso Jereissati de tentar tornar um pouco mais célere a matéria, tão cara ao Brasil. Ela faz parte da necessidade de ajuste de uma série de reformas estruturais pelas quais o Brasil precisa passar.

O Senado Federal entendeu isso, e o Relator, o Senador Tasso, colocou todas as questões que eram um tanto quanto controversas ou que fariam de alguma forma o texto ter que regressar à Câmara nessa PEC paralela, para discussão posterior e uma discussão mais específica, mais qualificada com a sociedade.

É isso o que a gente está fazendo aqui, especificamente no ponto em que há proposição de reoneração da contribuição das filantrópicas, especificamente das filantrópicas de educação.

Dito isso, é preciso entender também o esforço do Senador Tasso Jereissati em tentar recompor algumas receitas previdenciárias para que o equilíbrio, para que a reforma da previdência seja um *mix* um pouco mais balanceado entre elevação de receitas e redução de despesas. Se, por um lado, algumas alterações no relatório da PEC 06 foram feitas de forma a suavizar uma transição ou alterar uma regra de pensão por morte; por outro lado, ele pensou numa forma de aumentar a receita no longo prazo – período de dez anos, a gente viu as estimativas –, que estão consubstanciadas na PEC 133, a chamada PEC paralela. Por que eu estou dizendo isso? Porque, além da oneração das filantrópicas de educação especificamente falando, tem também a ideia de reonerar também as contribuições substitutivas na folha relacionadas à exportação. Então, foram duas medidas de elevação de receita que foram colocadas no texto da PEC paralela que vão ser discutidas pelo Senado, vão ser discutidas pela Câmara dos Deputados e vão ser discutidas pela sociedade.

No âmbito da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, nós não nos debruçamos ainda, vamos dizer assim, oficialmente sobre o texto da PEC 133, mas, evidentemente, nós conversamos já bastante sobre ela, mas nada muito aprofundado, até porque o nosso objetivo, como os senhores e senhoras devem saber, é a aprovação da PEC 06, matéria que está sendo discutida e vai ser discutida hoje no Plenário do Senado.

Um outro ponto que é preciso destacar é que essa questão das desonerações como um todo, não apenas na discussão das desonerações do gasto tributário como um todo no Brasil, não é apenas matéria da PEC 133. Têm ocorrido alguns estudos, algumas discussões no âmbito da proposta de reforma tributária. Essas reuniões têm ocorrido no Ministério da Economia. Do conjunto de mais de R$300 bilhões de gasto tributário previsto no Orçamento de 2019, a gente pode destacar R$12 bilhões relativos à contribuição previdenciária das entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

filantrópicas como um todo e, especificamente de educação, relativa a Imposto de Renda, CSLL e Cofins, R$4,2 bilhões, especificamente para educação e nesses tributos aqui apenas.

O que eu estou querendo dizer de fato? Eu vejo aqui o Dr. Custódio Pereira. Ele provavelmente vai lembrar de mim de várias reuniões que a gente teve na Casa Civil até o final do ano passado. Eu trabalhava com Bruno Bianco, que é um defensor das filantrópicas. Ele entende o papel relevante que as filantrópicas exercem aqui no Brasil, mas, se no âmbito do Governo a gente vai propor algumas medidas de revisão da política de desoneração, nada mais justo, nada mais natural que também coloquemos uma lupa sobre esse setor, dado que envolve de certa forma grande volume de recurso público. Não estou querendo dizer aqui que há fraude para tudo quanto é lado, que o gasto é ruim, muito pelo contrário. A Fonif apresentou uma série de estudos para a gente, quando eu trabalhava lá na Casa Civil, que demonstravam que há um grande retorno para a sociedade de cada real investido pelo Governo na forma de desoneração ou isenção, há um grande retorno para a sociedade na forma de serviços e outras prestações que as instituições podem oferecer.

O que talvez, e inclusive já foi até falado aqui, o que provavelmente vai ser feito – e essa proposta que foi colocada pelo Senador Tasso na PEC 133 já tem o mérito de trazer, de adiantar esta discussão – é que a gente vai passar a ter mais debates sobre o papel da filantropia, sobre o volume de recursos que é gasto e se a gente consegue fazer uma forma mais eficiente de uso desses recursos. O que eu estou querendo dizer com isso é: ainda que a escolha seja não reduzir o volume das desonerações, vamos tentar aumentar a oferta de serviços com as mesmas desonerações. É quase uma provocação ao setor.

Eu entendo, nós lá na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho entendemos a altíssima relevância que as entidades filantrópicas têm aqui no nosso País. São várias localidades, deste País de mais de 5.500 Municípios, aonde há realmente dificuldade de o Poder Público chegar. E, se não fosse, em várias cidades do País, o papel das entidades filantrópicas, com certeza a população estaria em condição muito pior do que ela se encontra hoje.

Deixe-me ver se há mais algum ponto aqui que eu ia destacar.

Bem, por fim, o debate sobre o uso de recurso público é um debate que é constante no Ministério da Economia, agora com o Ministro Paulo Guedes, e eu convido a todos para participar, inclusive a Fonif, para tornar cada vez mais públicos os resultados, porque a gente, sempre que debate esse tema – e isto a gente conversou bastante na época em que eu trabalhava na Casa Civil – , entende perfeitamente qual é a importância, o público atingido; quais são as políticas que o Estado nas suas diferentes instâncias – Governos Federal,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estadual e municipal – não consegue atingir. E as filantrópicas conseguem atingir esse público. Então, dado que existe uma série de instituições filantrópicas e existem mais de R$20 bilhões de renúncia por ano, faz todo o sentido a gente debater se esse dinheiro está sendo bem gasto, se esse dinheiro, inclusive, pode ser melhor gasto e, com isso, a gente trazer ainda luz para o papel que as filantrópicas exercem no País.

Um dos caminhos que eu volto a citar é o estudo que a Fonif apresenta sobre o retorno social para cada real de gasto tributário investido. Outros estudos que podem ser feitos para mostrar para a população e para os gestores de política que estão debatendo a revisão das desonerações são estudos que podem vir a mostrar o retorno na educação, na qualidade da educação de determinados Municípios, de determinados grupos de alunos e na área de saúde também.

Bem, com isso, eu encerro aqui. Eu agradeço muitíssimo o convite. Parabenizo esta Comissão pela importância do debate, pela importância desse tema que veio ser tema de discussão hoje.

E vou ter que dizer que infelizmente não vou conseguir ficar até o final para a parte de debates, mas a gente lá na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho se coloca totalmente à disposição, inclusive para receber o setor, para ouvir sugestões e críticas, porque a gente entende que assim que uma boa política é feita, com a gente ouvindo todos os atores envolvidos direta ou indiretamente nela, inclusive a população atendida.

Muito boa tarde a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Jorginho, só antes de o Dr. Leonardo sair...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pois não.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para interpelar convidado.) – Eu só gostaria de enfatizar que eu acho que o argumento deve ser mudado. Dizer-se que "se o dinheiro está sendo bem gasto ou que pode ser melhor gasto", eu acho que é desconsiderar o trabalho que as entidades filantrópicas comunitárias fazem no Brasil, porque elas já fazem milagres com aquilo que recebem. (*Palmas.*)

Eu diria o seguinte: na área da assistência, idoso, criança, menino de rua, dependente químico, doenças raras, se não fossem as entidades filantrópicas, eu diria que inexistiria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atendimento no Brasil – inexistiria! Não haveria. Se nós olharmos a área da saúde, as santas-casas e demais hospitais filantrópicos de denominações religiosas diferentes, elas estão endividadas totalmente por causa do Poder Público, que não repassa o recurso. Então elas estão sustentando, de uma determinada maneira, a saúde no Brasil.

Então, quer dizer, "vamos olhar para ver se pode ser melhor gasto..." Eu acho que o Governo Federal é que tem que gastar melhor e olhar as entidades na área da saúde. (*Palmas.*)

E, se olhar a área da educação, como foi levantado também, a mesma coisa. Se você olhar as entidades comunitárias, confessionais...

Agora, isso quer dizer que nós não vamos discutir? Não. Nós temos que discutir o tempo todo. Mas eu acho que essa expressão de "vamos olhar melhor se o dinheiro..." é uma depreciação indevida do trabalho que a sociedade faz.

O Poder Público deveria dar graças a Deus por existir o terceiro setor, como países desenvolvidos fazem também. Uma das maiores riquezas nossas é o terceiro setor. Vamos cuidar bem do terceiro setor, porque, se não existisse o terceiro setor, não existiriam muitos dos serviços para a comunidade mais vulnerável, mais marginalizada.

Então, o argumento tem que mudar. Eu acho que o argumento é negativo, o argumento é depreciativo, o argumento não deve ser por aí. Vamos discutir, tudo tem que ser discutido na vida, o tempo todo, para se aprimorar, obviamente, mas eu diria o seguinte: olhe, se são R$12 bilhões, se não fossem as entidades filantrópicas nessas áreas todas, eu acho que estaria em R$100 bilhões mais ou menos.

Eu cito a Pastoral da Criança, por exemplo. Na Pastoral da Criança, eram R$0,50 por mês para acompanhamento de uma criança – R$0,50 por mês. Vá o Poder Público fazer isso. Quantos reais custa o acompanhamento de um idoso na Pastoral da Pessoa Idosa, na Pastoral da Criança e assim por diante. Então, vai chegar o dia ainda em que o Poder Público vai dizer: "Que bom que existem as entidades filantrópicas. Quero ajudar, quero estar ao seu lado, regulamentar". Lógico, tem sempre que melhorar, não tenho dúvida disso. Fui Presidente Nacional das Apaes, por exemplo. São 2,2 mil Municípios que têm Apaes, quer dizer, todos voluntários, trabalhando – dezenas de milhares. Na Pastoral da Criança são 200 mil voluntários no Brasil.

Então, a gente tem que reconhecer essa riqueza, valorizar essa riqueza e parar assim de pensar, não é? A gente tem que dar alguns bilhões para os hospitais, para dizer: "Olha, você está gastando cem com um procedimento, e eu estou passando dez, vinte. E cadê o resto?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Poder Público tem que dizer: "Olha, a culpa é minha, não das entidades filantrópicas".

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quer falar? (*Pausa.*)

Pode falar.

O SR. LEONARDO ALVES RANGEL – Eu agradeço muitíssimo as críticas feitas pelo Senador...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só para...

Eu poderia fazer um esclarecimento aqui ao Senador Flávio Arns?

As entidades assistenciais estão fora dessa ideia, as santas-casas estão fora. O que se propõe à discussão são aquelas entidades que são chamadas de filantrópicas, mas são todas as ONGs – aquelas que não têm objetivo de lucro – que têm superávit e atendem à parte mais alta da sociedade – e têm superávit porque cobram valores bem relevantes em função da realidade brasileira.

Entidades assistenciais, entidades gratuitas, entidades... As ONGs são fundamentais não só aqui. Em qualquer parte do mundo o papel das ONGs... As ONGs são absolutamente fundamentais. A discussão é outra, que eu não vou discutir agora, porque só queria deixar isso bem claro, pois já fui cobrado disso no meu próprio Estado. Nós temos uma associação que é belíssima, faz um trabalho belíssimo no Estado do Ceará, chamada Iprede: "Vocês querem acabar com as entidades filantrópicas?" De jeito nenhum! Pelo contrário, nós queremos fortalecê-las.

Agora, determinadas entidades que não têm finalidade lucrativa, no entanto, atendem pessoas de altíssima renda e cobram um preço que dá a elas superávit. A discussão é se elas devem ou não – não é perder a imunidade fiscal também – contribuir para a previdência dos seus funcionários. É essa a discussão. Apenas essas entidades e apenas este tipo de contribuição. Não sei se ficou claro.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pode falar...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só para acrescentar também, antes de o Dr. Leonardo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Tasso, pela pessoa, por escutar, dialogar e conversar. Então, eu até digo, que é um assunto que deve ser discutido, na minha opinião. Eu acho que todo assunto na vida tem que ser aprimorado. Contudo o meu receio é de que isso seja feito na PEC. Eu acho que seria um bom debate para termos na lei ordinária, lei complementar ou coisa semelhante, mas na PEC eu acho que nós vamos entrar naquilo que o pessoal de Santa Catarina colocou no debate, sobre imunidade ou isenção, e a imunidade já é um assunto tratado inclusive no STF também. Então, é só nesse sentido. Acho que nós temos...

Eu mencionei saúde e assistência, porque eu entendi, na fala do Dr. Leonardo, que havia uma renúncia fiscal de R$12 bilhões na área das filantrópicas em geral, posso estar enganado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, de renúncia pela isenção na área previdenciária, nas três áreas. Eu digo: "Olha, nem sempre isso é despesa", quer dizer, foi nesse sentido que foi mencionado.

Agora, a gente tem que discutir, porque a característica realmente é: não pode haver divisão de lucro – uma delas –, tem que haver o resultado financeiro positivo, eventualmente, e tem que ser totalmente investido na instituição. Tem que haver a gratuidade, porque se não houver a gratuidade já prevista na legislação, não estaria cumprindo os preceitos legais. Por último, se um dia a entidade deixar desistir, todo o patrimônio tem que ir para uma entidade congênere ou do Poder Público, isso tem que estar no estatuto.

Então, eu acho que é um debate que tem que ser feito. Parece-me, Senador Tasso, só se nesse sentido de não estar na PEC, de estar num debate... Recentemente, por exemplo, houve toda uma lei nova das organizações sociais, que traz muitas dificuldades. A gente teria até que repensar muitos aspectos da legislação para ser adequada e boa em relação à situação atual.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Leonardo.

O SR. LEONARDO ALVES RANGEL – De novo eu agradeço muitíssimo a fala do Senador Flávio Arns, as críticas que foram feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para deixar claro; eu jamais, em momento algum, tive intenção na minha fala de denegrir a atuação dessa ou daquela entidade, muito menos do conjunto das entidades filantrópicas. Eu apenas disse que, dado o contexto de avaliação e tentativa de melhora da eficiência do gasto público, como já foi colocado aqui, inclusive pelo próprio Senador Flávio Arns – às vezes o próprio Governo gasta mal, de forma ineficiente –, vale a pena a gente revisitar esse tema das isenções e imunidades de algumas entidades filantrópicas. Foi apenas isso que eu quis dizer. Como Governo, a gente reconhece as imensas qualidades das entidades filantrópicas e o papel altamente relevante que elas exercem aqui, de maneira nacional.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Eu passo a palavra agora à Senadora Daniella Ribeiro, porque ela foi a primeira a chegar. Eu passo para ela, porque ela tem um compromisso. Depois o Senador Tasso vai continuar aqui conosco, e a Senadora vai sair.

Depois, o próximo a fazer a apresentação é o Sílvio Iung.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para interpelar convidado.) – Uma boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Senador Jorginho Mello, cumprimentar todos aqueles que representam as entidades filantrópicas, quero cumprimentar o Senador Tasso. Ao cumprimentar o Senador, cumprimento todos os colegas Senadores que aqui estão presentes e aqueles que passaram por aqui.

Eu diria que o meu conterrâneo, que já não está mais conosco, Ariano Suassuna, em uma das brincadeiras, da forma humorada como sempre se retratava, ele dizia que a melhor coisa era falar por trás das pessoas, que era mais interessante. E aí o nosso colega, Leonardo, se retirou daqui na hora em que eu queria falar na frente dele; eu vou ter que falar pelas costas, não é, Senador? Não tenho o que fazer. É mais prazeroso, mas, como somos cristãos, eu preferiria falar pela frente mesmo. Mas dá para ouvir, ele vai ouvir. Ah, ele ficou ali.

Leonardo, uma das coisas com que eu mais me preocupei aqui, na realidade da sua fala... E olha que coisa boa, você terminou ficando. Viva Ariano Suassuna! Foi uma frase que você disse, que nós não debruçamos de forma aprofundada na PEC 133. No entanto, nós aqui estamos, discutindo esse tema, justamente pela preocupação. E aqui eu diria que você estava mais nervoso do que todos nós aqui. E aqui me referindo àqueles que estão à frente das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades, àqueles que estão à frente no dia a dia dessa luta, que são as entidades filantrópicas e que são verdadeiros heróis, que lidam mesmo com pouco recurso, mas que afetam de forma primorosa e de forma dedicada a vida de pessoas que, constantemente, tratam, desenvolvem ajuda e fazem com que essas pessoas possam ter oportunidade neste mundo tão desigual, que é o nosso País ainda, infelizmente.

Isso me preocupou porque, já que estamos aqui discutindo, e esse nervosismo que, embora aparentemente você tenha demonstrado, na realidade, de fato, quem, neste momento mais preocupado está aqui são essas pessoas. E não só aqui estão; muitos que passaram pelo meu gabinete, no entanto, não puderam estar aqui no dia de hoje, estão apreensivos.

E aqui eu entendo, Senador Tasso, que não foi fácil. Parabenizo V. Exa. pelo trabalho que realizou até o dia de hoje. Eu tenho certeza de que não tem sido fácil conseguir conjugar ou agregar interesses diversos dentro de tantas propostas que têm vindo, que imagino que tenham recebido, e tantos outros dos 81 Senadores, recebendo tantas pessoas ao longo de, acredito, mais de um mês, durante esse período de discussão da nossa previdência, aqui, dentro desta Casa. Imagino V. Exa. nessa peregrinação, tanto chegando ao seu Estado quanto aqui, no Senado Federal.

Então, não é brincadeira. E aqui, mais uma vez, ressalto a importância do trabalho de V. Exa. e também da Senadora Simone Tebet, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, presidindo. E a gente aqui não pode deixar de reconhecer isso de forma alguma. Muito pelo contrário, mas também a gente sabe que, durante esse processo – e aqui eu quero deixar essa reflexão –, na hora em que a gente diz que não nos debruçamos de forma aprofundada na PEC 133, no entanto, esse artigo chega já de forma antecipada, porque não foi hoje, não foi semana passada – foi semana retrasada –, mas ele já é uma realidade dentro dessa PEC, que afeta a vida das pessoas e afeta uma realidade hoje, dentro dessas instituições. Eu já me pergunto, desde já.

Então, a articulação já tem que ser nossa. E aqui, Senador Jorginho, compreendendo que já existe um pensamento, que eu não sei por que a gente também... Muitas vezes, eu entendo também que há uma flexibilidade e sensibilidade do Senador Tasso, de que não tenho dúvida alguma.

E aqui eu já vou apelar, como Líder do meu Partido, já compreendendo também o entendimento e vários, a sensibilidade de cada um de nós, porque no trabalho eu sou daquelas que têm fé. Já entrei aqui, dentro desta sala com a minha fé posta de verdade, de que a gente precisa fazer um trabalho de entendimento, como colocou bem o Senador Flávio Arns. A comunicação, o diálogo da importância de se fazer entender que isso afeta e que o que foi mostrado são números, são dados. Foi mostrado que uma conta não fecha. Na hora em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você mostra, que se faz uma economia por um lado e, por outro, se perde, você não está fazendo economia. Então, é necessário que seja dito e que seja colocado.

Aí, dentro dessa reflexão, de que não houve – perdoe-me, Senador, isso não foi dito pelo senhor, mas foi dito pelo representante do Governo aqui, nesse instante, aqui, nessa cadeira em que ele estava sentado – aprofundamento. Eu ouvi bem? Todo mundo ouviu comigo? Está aqui, eu escrevi. Não houve esse aprofundamento.

Então, concluindo, não nos debruçamos de forma aprofundada. No entanto, já dou um entendimento do tema, já trago esse entendimento e repasso para o meu colega Senador essa preocupação. Eu trago o que para mim só reforça do entendimento que eu tenho – e aqui trago para vocês – desse trabalho que a gente precisa fazer junto aos outros Senadores. Muitos já têm esse entendimento de que é um grande equívoco.

E aqui eu me despeço, porque eu estou indo para uma reunião da bancada do meu Estado, acerca de outros temas, mas reforço mais uma vez o meu compromisso. Podem ter certeza de que este aqui ficou respeitando o entendimento de outros, que o possam ter diferente, mas o meu compromisso, Senador Jorginho, é com a educação – sou pedagoga – e com o papel que essas entidades fazem no que diz respeito àquilo que o Estado, infelizmente, ainda não pôde fazer, mas que vocês fazem com muita primazia.

Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*)

Parabéns ao Senador Jorginho, pelo seu trabalho, que é primoroso, e eu tenho toda a certeza de que precisa da nossa ajuda para continuar sendo feito.

Muito obrigada.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu vou pedir, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Pois não?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Claro, o senhor fala sempre.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu vou pedir à Senadora Daniella que fique só cinco minutos, porque há algumas explicações que eu preciso dar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De novo, colocando, nenhuma das pessoas que participaram dessas discussões são contra as filantrópicas. Não existe isso. As entidades sociais são fundamentais na assistência social de todas as áreas no nosso País. No meu Estado, então, se não fossem as entidades de caráter religioso, da sociedade civil... Elas fazem um papel de segurança e de conteúdo social fantástico, o que o Governo não pode e nem tem condições de fazer. Não é que não pode; não tem condições de fazer bem feito.

Eu estou vendo algumas irmãs ali. O papel das irmãs, em alguns hospitais que eu conheço, por exemplo, hospitais que são filantrópicos, é fundamental, o carinho e o cuidado que elas dão é completamente diferente do carinho e do cuidado de um hospital público.

Senador Flávio Arns, as Apaes nem pensar, só se eu fosse absolutamente louco, tentando de alguma maneira – ou alguns dos nossos colaboradores que estão discutindo isso – pensar nessa hipótese. Eu vou restringir...

E, às vezes, a gente, para ficar claro, tem que citar alguns nomes sem subestimar ou desvalorizar alguns deles. Nós estamos falando... Não estamos falando de nenhuma entidade filantrópica que atenda a pessoas de baixa renda, em nenhuma hipótese. Não existe isso, está claro.

Não quer dizer que o texto esteja perfeito. Esse texto pode ser modificado, pode ir para a lei, por exemplo, sair da Constituição e ser modificado. Nenhuma entidade que atenda a pessoas de baixa renda evidentemente, gratuitamente muito menos, está dentro.

O que se focou, diante de um fato, é o seguinte: por exemplo, nós tínhamos a questão do BPC dentro da PEC que veio da Câmara, da PEC 6. Tiramos o BPC, acertamos algumas outras coisas, como pensão por morte, etc. E existe algum lugar onde se possa... Existe algum vazio que não está sendo devidamente estudado? E chegamos à conclusão de que existe espaço para discussão.

Eu vou dar o exemplo aqui de que esteve comigo, na semana passada, uma instituição de que eu já precisei muitas vezes, e espero não precisar tão cedo, que é o Hospital Albert Einstein – meus filhos nasceram lá. É uma instituição fantástica, que presta um serviço à sociedade brasileira de primeiríssima linha e de altíssima qualidade. No entanto, é uma instituição que cobra bem caro dos seus beneficiados, dos seus pacientes. Ela é a instituição talvez que receba... É uma das instituições, não é a instituição, porque há o Sírio-Libanês. Eu estou citando como exemplo, o Hospital Oswaldo Cruz em São Paulo. São instituições que são superavitárias e que atendem à faixa mais alta da nossa sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que se faz é a seguinte... Pelo trabalho que eles desenvolvem, estudos, pesquisas, etc., eles merecem continuar isentos fiscalmente. A pergunta que permanece é a seguinte: e a contribuição previdenciária? É justo que eles não contribuam enquanto a limpadora aqui do lado contribui? Lembro que essa instituição atende à mais alta faixa. Não estamos falando de mais pobres, de carentes, nem de vulneráveis.

Vou dar um exemplo aqui. Eu tenho o maior respeito, sou católico, estudei em colégio católico, estudei no Santo Inácio, jesuíta, mas a PUC do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma universidade excepcional e tradicional, que presta serviço há anos à sociedade brasileira e à educação no Brasil. Agora, os alunos da PUC são da mais alta elite do Rio de Janeiro. Eu acho que a PUC tem que continuar isenta de impostos. Agora, contribuição previdenciária é a pergunta.

Só porque, Senadora, é o seguinte: quando eu estou citando dois nomes... Desculpe, espero que não seja mal interpretado ao citar esses que eu estou dando como isentas, como referências. Se não paga, se não contribui para a previdência, a previdência só fecha quando tem a contribuição do beneficiário e a contribuição patronal. Se essa aqui não paga, alguém vai pagar por ela. Então, alguém está pagando por essa.

Aí você tem várias alternativas aqui para começar, não hoje porque nós temos que ir já para o Plenário – nós todos temos que ir já para o Plenário. Há várias alternativas. Uma é que elas façam a contribuição também previdenciária; outra é, por exemplo, o Governo dizer que, muito bem, não têm contribuição previdenciária, mas colocar no orçamento alguma coisa que substitua esse gasto tributário, por exemplo. Então, tudo bem. Outra questão que já foi colocada: vamos fazer uma quantificação, que tudo aquilo que elas recebem – eu já sei algumas respostas –, que elas têm de imposto, de uma maneira geral, seja dado em serviços gratuitos. Quer dizer, existem várias alternativas para serem colocadas.

Agora, nós temos um fato que é verdadeiro e não há como negar: alguém, principalmente mais pobre, está pagando por essa elite que é atendida por...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – O senhor me permite, aproveitando...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Claro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Os dois hospitais que V. Exa. citou, Sírio-Libanês e...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, espere aí. Eu citei porque...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Não, então, o Sírio-Libanês e o Albert Einstein hoje têm recursos justamente por conta dessa isenção. Quem tem recurso do Ministério da Saúde não tem, mas hoje é quem tem recursos para serem investidos em projetos dentro de universidades. E está lá dinheiro à vontade. Infelizmente, lamentavelmente, a gente não está vendo isso acontecer.

E aí cabe... Aí há o outro lado, porque essa é uma discussão bem ampla. Mas eu não estou vendo ninguém aqui nem do Sírio-Libanês, já que V. Exa. entrou nos nomes... Estou querendo dizer o seguinte: nessa discussão aqui – é porque V. Exa. não estava –, várias instituições foram trazidas aqui, inclusive números. Eu assisti...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – É que a gente já chegou ao final.

Foram vários números e trouxeram, inclusive, planilhas, que agora a gente... Mas foram trazidas planilhas.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O assunto que nós...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Então, foram trazidos dois exemplos daqueles que são os exemplos maiores do País, mas, na realidade, a conta veio para os que estão fora desse grande exemplo do País.

Então, eu acredito que essa seja a discussão. Por isto é que vale uma discussão mais profunda: porque talvez os pequenos ou os menores vão pagar, então, justamente, por uma conta de um exemplo que V. Exa. citou.

E aqui eu não estou entrando... Também não sou contra A, B, ou C. Nessa discussão, não cabem nomes. Acho que talvez não seria interessante essa discussão ser trazida em termos de nomes. Eu acho que seria algo muito mais profundo, que é justamente a discussão de quem é que vai pagar por quem, ou como é que isso vai funcionar. Eu acho que seria nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Com relação – permita-me só para concluir, Senador Jorginho – a essas questões daquilo que é investido, essas outras filantrópicas que recebem, que têm essa isenção, realmente têm que ser cobradas, porque hoje recursos se tem muito para investimentos em pesquisa, em projetos. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito! É o que hoje o Ministério da Saúde não tem, mas as instituições têm. Isso é fato. A gente aguarda que realmente isso socorra, porque hoje as universidades precisam.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado, Senadora.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Só queria deixar claro que citei esses dois nomes porque são os mais conhecidos, não é nenhum tipo de prevenção, nem demérito. Pelo contrário, sou admirador de todas essas instituições. Mas, como são as mais conhecidas, as mais... Queria mostrar e fazer a diferença que existe entre uma Apae e uma instituição como essa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Prof. Sílvio Iung, o senhor tem a palavra.

O SR. SÍLVIO IUNG (Para exposição de convidado.) – Muito boa tarde! Gostaria de saudar, inicialmente, o Senador Jorginho Mello e também o Senador Zequinha, que já saiu. Quero saudar o Presidente da Comissão, o Senador Dário Berger, lá do meu Estado, Santa Catarina, o Vice-Presidente, Senador Flávio Arns. Não sei se ele vai se lembrar de mim, mas nós já estamos juntos há muitos anos, Senador, desde o seu mandato anterior, também já nessa mesma causa há muito tempo. Quero saudar o Senador Tasso, que tão gentilmente nos recebeu, dias atrás, no gabinete, sempre muito atencioso. É realmente um tratamento diferenciado. Obviamente, quero ainda saudar a Senadora Daniella, que está saindo. Obrigado pela presença. Quero saudar todos os demais colegas aqui.

Represento a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas – ABIEE. Nós reunimos, mais ou menos, 900 instituições no País, que reúnem em torno de 500 mil alunos. Pouco mais de 500 alunos é a média dessas instituições, ou seja, em um média, somos instituições pequenas. Em um outro evento, o Senador citou uma grande instituição, que também está conosco aqui.

É importante a gente ter algumas informações a mais porque, talvez, Senador Tasso, o que esteja preocupando é que, justamente, por a matéria ter sido trazida na PEC paralela e chegar às instituições, talvez, de uma forma aparentemente um pouco vaga, porque fala-se lá em instituições de saúde e de educação – acho que está no texto, o senhor citou, acho que é isso mesmo -, fala das instituições mais ricas, esse foi o termo que foi usado... Nós sabemos quanto custou, Senador Flávio Arns, a discussão da Lei 12.101. Foram dois anos de intensa discussão porque o tema e a abrangência que a matéria possui são muito complexos. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por isso, talvez, esse temor porque uma descrição vaga, em um texto, gera uma espécie de quase ameaça às instituições. Uma discussão mais ampla é fundamental, algo que as instituições, de forma alguma, se negam a fazer. É importante que se faça. As instituições são as maiores interessadas numa regulamentação que as deixe tranquilas para trabalhar.

Por exemplo, nós vivemos hoje com uma insegurança jurídica que retrocede ao ano de 1999, século passado, sobre algo que está pendente de decisão no Supremo Tribunal Federal a respeito do que é imunidade, sobre o que é imunidade. Seriam as instituições imunes ou não? Até agora, todas as decisões do Supremo confirmam essa decisão, mas falta a última chancela num recurso extraordinário que foi votado mês passado e em que foi pedida vista de novo.

Então, a segurança jurídica das instituições é a grande busca que elas fazem. Mas uma questão bastante importante é que a Lei 12.101, que foi discutida, regula o setor. Diferentemente do que foi citado, por exemplo, com exportações ou com o setor agrícola, este setor desonerado oferece contrapartida à sociedade sob a forma de serviço. Nas entidades, eu vou ficar nas entidades de educação, que é o tema maior aqui, as entidades de educação devem, por conta desta contraprestação prevista no art. 195, oferecer 20% dos seus serviços de forma gratuita. Isto é o que prevê a lei.

Então, ela não é simplesmente uma desoneração, não são as entidades que não pagam o valor. Elas deixam de recolher, mas devem oferecer 20%. Para cada cinco alunos que estudam, pagantes, e aí, Senador, independentemente de ser a PUC no Rio ou ser o Mackenzie em São Paulo, que o senhor citou num outro momento, estas oferecem bolsa de estudo para alunos de até um e meio salário mínimo. Ou seja, para cada cinco que pagam, independentemente do que pagam, oferecem o mesmo tipo de serviço, inclusive os cursos de Medicina na proporção um para cinco. Ou seja, um para cada cinco lá estuda nas mesmas condições daqueles mais abastados que pagam as mensalidades. Isto é na instituição, na região mais nobre de São Paulo, no Rio, ou no interior do Amazonas, ou no interior de Santa Catarina, de onde eu venho.

Então, esta compreensão e a discussão de quais são as condições para a manutenção disso são extremamente importantes para que a gente faça um amadurecimento da discussão dessa matéria. E o tema aqui, e o Senador Jorginho disse: "mas o que são mesmo as comunitárias?". As comunitárias, essas instituições filantrópicas, que já se apresentaram aqui antes, são as chamadas instituições públicas não estatais, justamente porque elas têm uma regulação e um controle e um acompanhamento tão amplo, como o Senador Flávio Arns citou antes, por exemplo, de terem que distribuir, distribuir não, de terem que reverter o seu patrimônio em caso de cessamento de atividade para uma outra entidade desta natureza ou ao Poder Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, elas são entidades com uma característica muito própria, muitas vezes até de difícil compreensão e as pessoas que atuam nessas entidades e que são genuinamente dessas entidades, por exemplo, têm um tremendo incômodo quando a estas é atribuída a condição de empresa, porque elas não são empresas na acepção literal da palavra. Elas são compreendidas mesmo como um trabalho público, ainda que pela natureza da relação com a Receita Federal, com o Estado, elas sejam tachadas muitas vezes como privadas, mas com lei própria – não é, Senador Jorginho? – lá, de 2013.

Então, importante isto: a bolsa é do aluno, ela não é da entidade. O aluno é o beneficiário desse serviço e o nosso entendimento, Senador Tasso, é aquilo que é a leitura que a gente faz do texto lá do art. 195, na forma proposta: não são devidas contribuições para a seguridade por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar percentuais de serviço... Desculpem. A PEC propõe: não são devidas contribuições para a seguridade por entidades beneficentes certificadas pela União que prestem, na forma da lei complementar, percentual de serviços nas áreas de assistência social e saúde sem exigência de contraprestação de serviço. Ou seja, ao deixar a educação fora, todas elas, de alguma forma, poderiam ser atingidas. Essa é a preocupação. Por isso a necessidade de uma discussão maior.

Enfatizo sempre: quem são os beneficiários dessas instituições de educação? Aquelas pessoas que têm até 1,5 salário mínimo de renda *per capita*. Portanto, são os pobres. Foi uma discussão ampla para dizer que, enfim, era um corte de renda que poderia ser modificado.

O Dr. Leonardo falou antes que poderia ser um salário mínimo, que poderiam ser dois. Isso não é uma discussão de que se deva fugir. Podemos entender que quem ganha até R$1,5 mil de renda *per capita* não esteja na categoria de merecedores de bolsa de estudo, mas isso é uma discussão que se faria de maneira ampla na sociedade. Talvez represente algum perigo se ela for feita dentro desta discussão na PEC paralela. Essa é a compreensão que possuímos.

De maneira mais ampla, a nossa compreensão como entidade é a de que sobretaxar a educação, em qualquer momento, de que retirar a possibilidade de alguém acessar – este é o receio, obviamente, e por isso a fala – é ir na contramão do percurso que qualquer país faz para tentar se tornar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÍLVIO IUNG – ... mais competitivo, mais desenvolvido.

Então, maior acesso à educação deve ser a nossa busca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a grande dificuldade é: se retirarmos esses recursos que hoje são aplicados em bolsa, como mesmo eles voltariam? Essa é a pergunta. Se precisamos reorganizar o sistema, e talvez seja uma necessidade, temos que garantir que o todo não se desorganize e se fragilize.

Eu queria, para fechar os últimos 30 segundos, dizer que, no nosso caso – eu esqueci de dizer isto no início –, nós não representamos só universidades. Nós representamos também escolas, ensino básico, creches País afora, que hoje são grandes parceiros, por exemplo, dos Municípios, dos Estados na prestação do serviço. E também é um receio de que Municípios e Estados tenham de fazer serviços que hoje são prestados pelas instituições filantrópicas.

Então, muito obrigado pela oportunidade. Estou à disposição para qualquer outra contribuição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só um pouquinho. Eu só gostaria de conceder a palavra ao Ir. Paulo Fossatti e queria permitir a benevolência do Senador Tasso de ouvi-lo. Depois, eu sei que ele tem de sair, assim como eu.

Por favor, Ir. Paulo Fossatti, Presidente da Associação Nacional de Educação Católica no Brasil.

O SR. PAULO FOSSATTI (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Jorginho Mello. Obrigado a todos por esta oportunidade. Obrigado, Jereissati, por nos ouvir e estar atento aos nossos argumentos.

Eu cheguei aqui muito nervoso, muito preocupado com a nossa querida filantropia. E eu fui me acalmando durante a reunião à medida em que fomos ampliando o debate, buscando argumentos e vendo que esta discussão não para nessas quatro paredes.

Nós estamos falando para o Brasil. Nós estamos falando para os Senadores. Nós estamos consolidando um sobrenome comum para o Brasil, que é filantropia, e é uma filantropia que, sim, Senador Jereissati, ela é braço direito, braço esquerdo de um Governo que não chega em todos os cantos do Brasil, que não chega no interior do Brasil, de um Governo que não dá conta e pode aprender, sim, com as filantrópicas. Por que eu me animo? Aqui já saiu o conceito de que se a gestão do Estado não é eficiente, se nós, com dados do Fonif, provamos e, com dados do Governo, não nossos, dados fornecidos pelo Governo, que nós retornamos para cada real, 7,39 vezes. Só por aí o Governo deveria dizer: "Vamos ser humildes como Governo e vamos aprender com as filantrópicas a valorizar os impostos de cada brasileiro". Só na educação, para cada real, nós devolvemos 4,67, Srs. Senadores, e nós só temos 8 milhões de jovens na educação superior, só para citar a fatia educação superior. O Plano Nacional nos pede para passar dos 14% para 30% dessa juventude para que ela deixe de ser os nem-nem. Olhem quanto dinheiro nós iríamos economizar do bolso de cada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contribuinte. Vamos resumir os números: para cada um que o Governo forma, nós formamos quatro. Para cada mil alunos que o Governo forma, nas estatais, nós formamos quatro. Isso diz que nós colocamos o correspondente a três vezes mais para dentro do sistema de ensino para inclusão com a gestão das filantrópicas.

Mas eu estou dizendo aqui das católicas. As católicas chegam ao Brasil muito antes que o Governo. Nós, como educação católica, estamos aqui não há dez, vinte, trinta, cinquenta. Nós estamos há quinhentos anos fazendo filantropia, muito antes de o Governo nos pedir filantropia. E fazemos muito mais do que o Governo nos pede, porque as nossas instituições não têm dono, não mandam dinheiro para paraísos fiscais. Mas as nossas instituições têm a comunidade como alguém que cuida, que ama, que protege. A Anec tem, Jereissati, 1.100 escolas, 91 universidades, e uma delas é a PUC do Rio, que o senhor citou.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Desculpe-me citar...

O SR. PAULO FOSSATTI – Sim, mas eu me vejo no direito, porque a PUC é uma minha e a PUC, para cada cinco alunos, ela bota um pobre lá dentro. A PUC do Dom Mol, para cada cinco alunos, ela bota um pobre lá dentro e um que tenha a renda *per capita* de 1,5 salário mínimo.

Então, nós precisamos entender que para fazer gestão para pagar folha, para quem entende um mínimo de administração, sim, nós precisamos cobrar para poder educar e educar bem e acolher esse pobre em todas as suas condições – em todas as suas condições.

Dos 725 mil alunos, falando em educação, porque a proposta do Senador Jereissati mexe com a educação, mas não é só educação, é efeito cascata, porque nós não paramos na educação, a nossa educação faz assistência social. A nossa educação – a Anec tem 18 hospitais, inúmeras clínicas – mexe direto na saúde. Então, nós, da fatia dos 725 mil alunos que têm bolsa integral neste País atendidos pelas filantrópicas – vamos arredondar números –, 300 mil são das católicas.

E a pergunta é: já estamos hoje em 1º de outubro, muita escola do Governo este ano ainda não teve um professor de Matemática, um professor de Física ou Química, o Governo tem condição, tem um plano para, a partir do próximo ano, se perdermos a filantropia, absorver esses 725 mil alunos com a mesma qualidade que nós damos para o aluno classe B, classe C, para o aluno pagante? A exemplo da PUC do Rio, como na minha, há pagante, mas também há o pobre lá dentro; para cada cinco, há um pobre e atendido nas mesmas condições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minha gente, é um assunto que muito nos preocupa, muito nos interessa. Nós sensibilizamos o Senadores. Dos 81, 61 assinaram e disseram sim para a Anec e para as filantrópicas e estão a favor da retirada daquilo que seria um grande prejuízo não para nós, eu sobrevivo, o pobre não sobrevive, o povo brasileiro não sobrevive sem as filantrópicas.

Aproveito os últimos três minutos para ouvir três beneficiados: um da assistência social, um da educação básica e um da educação superior. Um minuto cada depoimento, para eu não queimar o meu tempo.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PAULO FOSSATTI – Gente, esse erro técnico de a imagem estar na horizontal é muito simbólico. Se nós tirarmos a filantropia, ela não permanece na horizontal, nós vamos ficar de cabeça para baixo neste País, de cabeça para baixo. (*Palmas.*)

Eu quero concluir agradecendo profundamente aos Senadores. Durante o mês de setembro, visitamos todos, inclusive agradecer ao Jereissati, que, pela terceira vez, dialoga conosco. Ele poderia muito bem só dialogar uma vez e nos dispensar; é a terceira vez que está dialogando conosco. Agradeço aos 61 Senadores que disseram "sim, é um equívoco, nós precisamos das filantrópicas para dar um salto neste País". Creio que, nos próximos 15 dias, onde vai se desencadear esse processo, nós vamos sensibilizar os 81 Senadores, inclusive vamos aprofundar o diálogo com o nosso Senador Jereissati.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Obrigado, Irmão.

Senador Tasso, há mais duas pessoas a serem ouvidas.

Consulto o nosso Senador Dário, que é o Presidente da Comissão de Educação: se V. Exa. quiser assumir o comando, eu só estou eventualmente aqui; V. Exa. é o titular e tem toda a autoridade para me desalojar daqui.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – V. Exa. está com a postura de permanente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Permanente. Eu lhe agradeço e agradeço a presença de V. Exa. aqui.

Senador Tasso, há mais dois oradores. Eu sei que o senhor quer sair. Eu deixo a sua...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – É porque nós temos a votação da PEC agora. Era para começar às 16h. E, como eu sou o Relator, eu preciso estar lá antes.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Precisa dar explicação lá.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - CE) – Até porque não vai começar.

Mas eu queria só deixar ratificado aqui ao nosso Paulo Fossatti, que falou aqui, de novo, porque nós não somos contra as filantrópicas. Nós não queremos acabar com a filantropia, muito menos com a assistência social; queria que isso ficasse bem claro.

A dúvida que nós temos que colocar – não só nós aqui, como os senhores também – é se as filantrópicas que cobram, cobram relativamente, as que cobram um preço relevante para a vida do seu usuário... E também não estamos discutindo o fim das imunidades tributárias, apenas contribuição previdenciária dos seus funcionários. É essa a discussão. Como é que nós vamos resolver este problema? Vou repetir, porque eu tenho visto que é uma coisa realmente que se repete e as pessoas não conseguem porque se propaga e fica: nós não somos contra as filantrópicas, queremos manter as filantrópicas.

Agora, existem filantrópicas que têm condições de absorver, mesmo colocando uma pequena parcela a mais no preço que cobra. Já que cobra, que coloque no seu custo uma pequena parcela a mais, porque também está fazendo um bem aos pobres. Esta parcela aqui não está sendo paga? Está sendo paga por alguém. Normalmente... Aqui, os Senadores que entendem o imposto melhor do que eu sabem que essa parcela vai ser paga lá no ICMS, no IPI, porque é no consumo que se paga essa parcela. É essa a discussão.

Eu quero deixar bem claro que, de novo, estou aberto à discussão. E já disse aqui, a princípio, que nós temos várias alternativas para discutir, e, se já 61 Senadores votaram contra, tudo bem. O que que eu posso fazer? Aqui é democracia. Agora, eu vou até o fim considerando que existe uma injustiça qualquer em um aluno de uma universidade rica ou de uma escola... Eu estudei no Santo Inácio, do Rio. Não sei se conhecem o Santo Inácio. Todos os meus colegas tinham condição de pagar 2%, 3% a mais para a contribuição. E alguém está pagando por esses alunos. Então, é essa a questão que eu devo... porque a gente também tem que olhar o outro lado, o dos pobres, também.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estou aberto ao diálogo, sempre com este sentimento de que não sou contra as filantrópicas – pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Convido agora o Dr. Custódio Pereira, Presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, para fazer uso da palavra.

E, depois, Larissa Martino.

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu, já no avançado do tempo, sendo um dos últimos, espero, de alguma maneira, contribuir ou agregar valor àquilo que foi falado.

Quero agradecer ao Senador Jorginho Mello por esta disponibilidade; quero agradecer ao nosso querido Senador Arns, que muito bem se colocou sobre o tema e demonstrou conhecimento; e agradeço também ao Senador Dário Berger.

Eu gostaria de, rapidamente, apresentar alguns eslaides, porque a gente fala de números, e isso pode gerar algum tipo de confusão, e eu acho que com os eslaides fica mais claro.

Nós falamos várias coisas aqui – sobre a PEC, sobre cláusula pétrea –, e tudo isso são questões complexas de um setor que é mal compreendido e é mal conhecido.

Eu aprendi, por trabalhar em instituições centenárias, que nós construímos a história todos os dias nas nossas vidas. E aqui, neste momento, nessas audiências, neste trabalho, nós estamos construindo uma história que nós esperamos que não seja um grande desastre e, querendo se fazer o melhor, destruirmos o pouco que nós temos, especialmente na educação.

Eu vou mostrar dados. São dados científicos.

Eu queria passar o primeiro eslaide – acho que está comigo mesmo.

Bom, primeiro, a filantropia, como disse o Irmão Paulo Fossatti, existe desde o Descobrimento do Brasil, e naquele tempo já se fazia filantropia com a mesma intensidade, sem ter normas, sem ter ministérios, sem ter regras e sem ter necessidade de estar explicando ou demonstrando aquilo que é brutalmente conhecido por aqueles que mais são necessitados.

Esses dois exemplos que foram passados aqui, de bolsistas, são exemplos de milhares de alunos que se beneficiam de educação de qualidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Pateo do Collegio é uma instituição filantrópica de jesuítas que está aqui desde o descobrimento do Brasil. Inclusive, São Paulo começou no Pateo do Collegio, uma instituição filantrópica. O Mackenzie, tão citado aqui – fala-se muito de "instituições de vidro", etc. e tal –, é uma instituição de 150 anos, que há 150 anos recebeu seu patrimônio de pastores americanos, que o doaram ao Brasil – não compraram os terrenos –, e, durante 150 anos, não distribui resultado e aplica todos os seus recursos nos melhores laboratórios, nos melhores cursos, nos melhores indicadores de qualidade. Então, nós estamos falando de instituições que são exemplos de história.

O Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas reúne todas as principais instituições da área de saúde, todas as instituições da área de educação e do menor aprendiz. Então, nós estamos aqui representando mais de 11 mil instituições filantrópicas no Brasil. Eu diria, com muita franqueza: nós deveríamos estar aqui esperando que dissessem: "Olha, nós vamos dar mais apoio para vocês. Aquilo que nós estamos dando de imunidade nós vamos dar em outros incentivos, porque vocês fazem educação de qualidade, vocês atendem onde nós não podemos estar, e vocês estão aqui fazendo isso com um custo muito menor do que o Estado ou o Governo pode fazer". Todos nós sabemos disso.

Foi citado aí, por exemplo, eventual injustiça social. Eu acho, por exemplo, que nas escolas públicas é onde há a maior injustiça social. Estudam lá os ricos, e não os pobres, porque os pobres, se quiserem uma instituição de qualidade, têm que procurar uma instituição filantrópica.

Bem, foi falado aqui, algumas vezes – o próprio Senador Arns mencionou o número, o Leonardo, que esteve aqui, também falou –, que a arrecadação total da receita previdenciária é de R$375 bilhões, e as filantrópicas representam uma imunidade – não é uma desoneração, não é um gasto, não é uma isenção, mas uma imunidade – que já foi reconhecida pelo Supremo. Inclusive, quero dizer: existem dois pareceres, um do Dr. Ives Gandra e um do Dr. Carrazza, que dizem que a imunidade das filantrópicas é uma cláusula pétrea. Isto é, ela só pode ser mudada para melhor. E nós queremos evitar, novamente, uma briga, uma discussão de anos, jurídica, que só vai prejudicar aqueles que mais precisam.

Então, para uma imunidade de R$12 bilhões, nós retornamos R$88 bilhões em serviços medidos, de uma maneira tangível e também intangível, só que o tangível é expressivamente mais significativo. Quando nós falamos assim: "Ah, um dos responsáveis pelo rombo da previdência são as filantrópicas"... As filantrópicas representam menos de 3% da arrecadação da previdência social, está certo? Então, se há alguém que não é responsável e, pelo contrário, contribui são as filantrópicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Irmão Paulo já citou: para cada R$1 de imunidade, nós retornamos 7,37. O que eu quero dizer é o seguinte: quem dera nós pudéssemos ter indicadores de gestão para todos os recursos e todas as isenções e todas as desonerações. Nós sabemos que existem setores da economia que têm desonerações, que têm isenções, e não sei que indicadores têm. Nós estamos apresentando indicadores científicos. Esses números vieram dos três Ministérios e da Receita Federal; não são números inventados por nós. Esses números foram trabalhados de forma a gerar uma síntese. Então, são números do Governo e que demonstram claramente.

Na área da saúde, 53% de todos os atendimentos SUS no País, e especialmente com cirurgias de alta complexidade... Atinge 60%. E quando se fala em saúde, fala-se em hospitais universitários que não estão aqui. Você fala em instituições... Eu trabalho numa instituição em que nós atendemos 88% SUS, num hospital que não é santa-casa. Se nós ficarmos só com as santas-casas... Eu ajudo no conselho de uma outra congregação, em que nós atendemos 75. O que significa isso? E não é uma santa-casa...

Na educação, as filantrópicas representam... Em termos de bolsas que nós concedemos, 30% dos nossos alunos são bolsistas. Quer dizer, em 2,4 milhões de alunos, 725 mil bolsas, que representam 30% de bolsas. E, na assistência social, nós representamos 62,7 de todas as vagas socioassistenciais.

Os números são gigantescos. O Estado não tem a menor condição – a menor condição – de atender a esse volume, quanto mais nos mesmos custos com que as filantrópicas atendem.

Nós geramos 2,3 milhões de empregos diretos. Nós somos um dos setores que mais emprega no Brasil. E olhem: nós estamos tentando calcular, resgatar o valor do trabalho voluntário, que não está em lugar nenhum. Aqui temos irmãs e irmãos que não têm salários. É contabilizado como um trabalho voluntário. Não está aqui dentro.

Bem, no setor da saúde, nós retornamos 8,26; no setor de educação, 4,67; no setor da assistência social, 12,02 – para cada R$1. Não existe melhor investimento social do que o investimento feito nas filantrópicas.

E, finalmente, eu gostaria de citar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CUSTÓDIO PEREIRA – ... que, em 906 Municípios, só existe um hospital filantrópico. Se tirar... E esse hospital filantrópico, muitas vezes, é ligado a universidades, à educação de qualidade... E foi citado também: em 49 Municípios de extrema pobreza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que, quando se fala, por exemplo... Bom, só quero, rapidamente... São 4,66 na educação; nas imunidades recebidas são 4 milhões. O setor retorna 18 milhões em serviços de qualidade.

Acho que meu tempo já esgotou.

Quero dizer também que, na qualidade, com base nos dados do Enem, as nossas escolas são 17% melhores na qualidade do que as instituições privadas e públicas.

Na educação superior, nós somos 7% melhores que as instituições privadas e públicas e nós damos uma bolsa de altíssima qualidade.

E quero dizer, para encerrar: nós, por exemplo, temos um curso de Medicina em que nós cobramos um valor altíssimo, mas esse valor, esses laboratórios, esses professores... Nós temos alunos da favela de Itaquera, que estudam, só que nós damos roupa, porque eles não têm jaleco, não podem comprar, nós damos alimento e nós damos transporte, porque eles não têm a menor condição, e esses dados adicionais não constam na filantropia.

E eu quero dizer, para concluir, que nós não estamos tendo a dimensão do desastre, porque Municípios e Governos não terão a menor condição de atender, e, se tivessem, seria um custo dez vezes, cem vezes maior, sem a mesma eficiência que nós.

Então, concluindo: nós estamos construindo a história. Espero que nós não estejamos aqui prestes a um desastre cujas consequências são inimagináveis.

Quero agradecer a oportunidade e me desculpar pelos segundos a mais que eu passei do meu tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem, Professor.

Agora convido a Sra. Larissa Martino, Diretora da Associação Nacional das Universidades Particulares, representando a Sra. Elizabeth Guedes, Presidente da Anup.

A SRA. LARISSA MARTINO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Senadores e Presidentes das nossas entidades parceiras.

Como o Senador falou, eu estou aqui representando a Profa. Elisabeth Guedes, que, por um problema de saúde, não pôde estar aqui hoje. Então, eu vou pedir licença aos senhores e vou ler uma carta que ela fez, encaminhada ao Senadores, para que fique claro o apoio da Anup às entidades filantrópicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Associação Nacional das Universidades Particulares, que congrega, além de universidades, centros universitários e faculdades, representando cerca de 4 milhões de alunos em todo o País, vem a esta audiência pública, de forma honrosa e agradecida, dar seu testemunho sobre a importância crucial do setor filantrópico na área da educação no Brasil.

Não é surpresa nem novidade a vergonhosa taxa de penetração do ensino superior no Brasil: quase a metade da média da OCDE, segundo o Censo da Educação Superior de 2018.

Nossos resultados no PISA, também vergonhosos, atestam nossa dificuldade em implantar escolas de ensino fundamental e médio de qualidade, fazendo frente aos desafios do crescimento econômico, que requer capital humano qualificado e formado como cidadão.

A proposta da PEC em tramitação nessa Casa, que pretende retirar a imunidade constitucional das escolas filantrópicas em todos os níveis, desenha futuro sombrio para a educação e trabalha na direção do seu empobrecimento. Nosso raquitismo não nos deveria permitir sequer pensar em algo semelhante. Para surpresa e estupefação de todos, não só pensou-se, como este absurdo foi escrito e está em tramitação.

Devemos louvar as ações do Fórum das Entidades Filantrópicas (Fonif), que, junto com as associações representativas do setor, veio ao Senado mostrar as dimensões, a força e a qualidade de seu trabalho em todo o País.

Estamos falando de 22.429 instituições filantrópicas da área de educação básica e superior, que possuem a imunidade constitucional sobre o pagamento da cota patronal da contribuição social, no montante em 2016 de cerca de 4 bilhões, 2,7 deles sobre a folha da educação superior.

Estamos falando de 2,5 milhões de alunos em todo o País que se beneficiam da qualidade acadêmica, do rigor ético e da formação cidadã dessas escolas.

São 725 mil bolsas de estudos fornecidas a crianças, jovens e adultos de todo o País, que, de outra forma, estariam excluídos do círculo virtuoso do desenvolvimento social.

Se consideramos necessária a manutenção da imunidade para partidos políticos, igrejas e insumos para imprensa, em razão da defesa da liberdade e da democracia, que há de mais democrático e libertador do que educação? A liberdade de pensamento e de crescimento pessoal sendo levada aos mais distantes rincões, onde, como diz nosso Presidente da Associação Nacional da Educação Católica, Irmão Paulo Fossatti, o Estado e a iniciativa privada não chegam.

Estamos falando, senhores, de R$133,33 por mês para cada aluno do sistema filantrópico de educação. Como é possível que o Estado altere o modelo de negócio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de milhares de empresas, sem planejamento prévio, para arrecadar recursos? Num período de encolhimento de empregos e de fontes de financiamento estudantil, teremos, neste momento, mais cortes? Como arrecadar, com cidadãos malformados, subempregados e na informalidade?

É sabido que a conclusão do ensino superior no Brasil produz uma enorme alavanca de aumento de renda *per capita*. Esse progresso acarreta recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, que mais do que muito pagam o valor que o Estado quer agora retirar.

Não estaremos retirando imunidade; estaremos jogando, na rua, o futuro de 15,1% dos alunos atuais matriculados no ensino superior e de 2,4% de todos os alunos matriculados na educação básica.

Os resultados do Enem e do Enade atestam o que todos já sabem: vamos retribuir a enorme qualidade acadêmica com abandono do setor filantrópico, que constrói o Brasil desde sempre.

Nós, do setor de educação privado, queremos continuar a concorrer com as escolas filantrópicas; queremos continuar a ser instigados por elas a melhorar nossa qualidade, a lutar por melhores professores e melhores alunos.

Agradecemos a todos essa oportunidade e nos colocamos à disposição para essa empreitada. Declaramos que trabalharemos fortemente pela aprovação das emendas supressivas que trarão novamente paz e segurança jurídica para todos nós. Afinal, se numa canetada se altera uma cláusula pétrea de nossa Constituição, de forma inexplicável e com prejuízo de todos, que segurança temos nós de empreender em um País assim?

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Eu quero agradecer à Sra. Larissa e desejar recuperação à Sra. Elizabeth Guedes, que é irmã do Ministro Guedes.

Ela podia nos ajudar bastante lá. (*Risos.*)

Espero que ela tenha saúde – e vai ter, se Deus quiser – e digo que ela será uma grande aliada nossa, se ela puder dizer ao Ministro Guedes para dar uma aliviada no setor educacional e filantrópico.

Obrigado, querida.

Quero...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É.

Eu quero saber se algum Senador ainda deseja fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

O Senador Dário e o Senador Izalci.

Eu tenho aqui participações do e-Cidadania feitas pelo *site* do Senado e pelo 0800-612211.

Patrícia Andreazzi, do Distrito Federal: "O que será das 20.880 crianças atendidas 100% gratuitamente e dos 6 mil empregos diretos no Distrito Federal, com a perda da isenção da cota patronal?".

É uma preocupação dela, e é por isso que nós estamos fazendo esse debate aqui, viu, Patrícia?

Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Como definir se uma entidade é filantrópica ou se apenas usa o termo filantropia como fachada?".

Em todos os segmentos, sempre há gente da melhor qualidade e gente que, talvez, não merece toda a confiança para fazer filantropia, mas nós estamos tratando aqui de todas as entidades sérias, que têm demonstrado, ao longo da vida, da existência, um atendimento focado no mais carente, no menos favorecido, inclusão... Claro que a gente sempre precisa ter olhos para isso.

Carlos Alberto Yeda, de São Paulo: "Com certeza as entidades filantrópicas devem efetuar recolhimentos à Previdência Social, pois seus empregados usufruem do benefício". É a posição do Carlos Alberto Yeda, de que ninguém pode deixar de pagar.

Luiz Fernando, do Paraná: "Não se pode cobrar dessas instituições".

Muito obrigado aos participantes.

A palavra está com o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero cumprimentar o Senador Jorginho Mello e o Senador Izalci Lucas e cumprimentar todas as entidades que aqui se fazem representar e que aqui debateram esse assunto.

Na minha opinião, acredito ser da mais alta e profunda importância este debate, sobretudo ouvindo os diversos pontos de vista, para elaborar uma saída que não comprometa o regime fiscal imposto por essa reforma, mas que traga os benefícios necessários ou que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

traga os malefícios que, porventura, nós já estamos antevendo: malefícios sociais e educacionais para um número significativo de brasileiros.

A filantropia, Presidente Jorginho, complementa os serviços sociais essenciais, primordiais – eu diria que até vitais – para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento social do Brasil.

As entidades filantrópicas vão ou estão onde o Poder Público não está. Então, a filantropia, na verdade, não é um braço; ela é cabeça, tronco e membro, porque ela é um agente real, sem a qual a saúde viraria um caos, a educação viraria um caos, e nós não podemos prejudicar aquelas políticas sociais que vêm dando certo.

Nós temos, Senador Izalci, essa mania de reformar aquilo que está dando bons resultados e de nos esquecer daquilo que não está dando bons resultados. Com isso, nós vamos criando as políticas sociais e vamos suprimindo também outras políticas sociais que deram sempre muito certo.

Eu acho que posso afirmar aqui que uma das políticas sociais que deu certo no Brasil é a própria filantropia, no sentido mais amplo, mas, no público propriamente dito, o SUS é uma das políticas sociais mais expressivas que nós temos, juntamente com o Fundeb, que está sendo discutido aqui nas Casas.

Portanto, os dados que eu pude observar aqui dão conta de que 53% do serviço de saúde que é fornecido nos hospitais pelo SUS são de entidades filantrópicas. Quer dizer, os números falam por si só. A Matemática é real: ela demonstra exatamente o que isso significa. Da mesma forma, há um número extremamente expressivo na educação. E, na assistência social, praticamente dois terços de tudo que é feito no Brasil é feito pelas instituições filantrópicas. Portanto, vem aqui o meu reconhecimento.

Acho que assinei aquele destaque de V. Exa. de que estão falando. O Senador Flávio Arns estava preocupado porque ele não tinha assinado. Eu disse: "Não, V. Exa. assinou. Certamente é o destaque proposto pelo Senador Jorginho Mello que nós assinamos".

De maneira que fica aqui, evidentemente, a minha preocupação com o futuro da reforma. Nós não podemos reformar aquilo que vem dando certo, e me dá a impressão de que as filantrópicas são uma das poucas políticas sociais e ações sociais que vêm dando certo no Brasil do presente.

Presidente, já há Ordem do Dia lá, já há votação nominal... Nós temos que encerrar o mais brevemente possível, para não perdermos a sessão do Senado, porque a Ordem do Dia já foi aberta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

Obrigado, Senador Dário.

V. Exa., que faz um trabalho belíssimo na condução da Comissão de Educação, como Presidente, orgulhando Santa Catarina e o Brasil.

Senador Izalci, V. Exa. tem a palavra.

Que não seja por muito tempo. Não que a gente não tenha prazer em ouvi-lo, mas pelo que o Senador Dário nos advertiu.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Mas eu quero, Jorginho, primeiro esclarecer algumas coisas.

Primeiro, eu assinei essa emenda de sua autoria, porque conheço o segmento há muitos anos. Eu fui presidente do sindicato das escolas. Na minha época, inclusive, 60% das escolas eram filantrópicas. Então, conheço bem a realidade, conheço realmente a prestação de serviço que é feita, e acho que é justo o pleito. V. Exa. está de parabéns com a emenda de apoio que nós assinamos aqui.

No último minuto da apresentação das emendas, eu fui procurado também pela questão das creches comunitárias, que haviam ficado fora do processo.

Há várias creches que são subsidiadas pelo Governo. O Governo compra as vagas e o Governo é quem indica, inclusive, os alunos. Aqui em Brasília há muitas – não sei se no Brasil todo –, e elas não cobram. Realmente é isso. Mas tinham ficado fora também. Como o artigo que trata disso também é o 195, §7º, apresentei uma emenda. Não que essa emenda fosse substituir essa do Jorginho ou outra qualquer; é simplesmente para que o Relator – e ele tem essa competência – pegue não só essa, como a do Jorginho e outras, e faça a emenda de redação do projeto.

Então, eu quero dizer que sou totalmente favorável e conheço bem essa realidade da filantropia no Brasil. Contem comigo. Vocês sabem que sempre apoiamos.

Mas, só para... Porque alguém me disse: "Pô, Izalci, o pessoal ficou sabendo que você apresentou uma emenda que prejudica todo mundo...". Não foi bem isso. É que as creches comunitárias ficaram fora da reforma também, e, aí, eu apresentei rapidamente... Não foi nem eu: pedi para fazer correndo, porque era o último minuto. Pedi para fazer uma emenda, para pegar a assinatura correndo, porque elas tinham ficado também com essa tributação, o que é absurdo. O Governo já paga uma mixaria por aluno; é quase inviável tocar a creche.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só para dizer isso.

Contem comigo, estamos juntos, e parabéns pela iniciativa desta audiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quero agradecer a presença de cada uma e de cada um dos senhores, com o firme propósito de demovermos e conseguirmos colocar no texto final da PEC 133, na PEC paralela, junto ao Senador Tasso Jereissati, retirando a educação e mantendo a filantropia. É esse o nosso grande desejo.

Eu agradeço. Foi uma demonstração de união, uma demonstração de forma de todos os senhores, de forma muito respeitosa.

Infeliz foi o representante do Governo, que o Senador Flávio corrigiu – e depois ele se justificou também.

Só quem conhece um pouquinho sabe a importância que tem a filantropia e a educação para esses 750 mil alunos no Brasil que só estão nos bancos escolares graças a bolsas de estudos, senão não estariam. Então, é nisso que precisamos prestar atenção. Não dá para desarrumar o que está bem arrumado. Então, é com esse sentido que nós vamos continuar lutando e contando com o apoio dos senhores.

Contem conosco! Um grande abraço! Muito obrigado! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e dezessete minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Leila Barros, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Luis Carlos Heinze, Major Olimpio, Alvaro Dias, Jayme Campos e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Fernando Collor, Angelo Coronel, Irajá, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 49ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 861, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4674, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Confere ao Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Atiradores." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 92, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 193, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Trabalhador em Locação." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2342, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, para dispor sobre o letramento em programação computacional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 355, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para denominá-la Lei Ruth Brilhante." **Autoria:** Senadora Fátima Bezerra (PT/RN). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1747, de 2019 - Terminativo -** que: "Inscreve o nome do Cacique Serigy no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 549, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências, para ampliar a proteção às torcedoras contra atos de violência em ambientes de prática esportiva." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 26, de 2018 - Terminativo -** que: "Confere a Belém do Pará o título de Capital Nacional do Açaí." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 75, de 2016 - Terminativo -** que: "Denomina Rodovia Senador Benedito Canellas o trecho da rodovia BR-070 compreendido entre o Município de Cuiabá e a fronteira Brasil/Bolívia, no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3700, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação." **Autoria:** Senador Cid Gomes (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3135, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional dos Rodeios Crioulos." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 508, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 3011, de 2019 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Governador Orleir Cameli” o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre." **Autoria:** Senadora Mailza Gomes (PP/AC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 16 - Projeto de Lei n° 4641, de 2019 - Terminativo - que: "Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da Renda Irlandesa." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 96, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 472/2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a remuneração dos profissionais da educação e o desempenho dos estudantes na educação básica pública. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Professor Doutor Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave, da Universidade de São Paulo; 2. Professor Doutor Fábio Domingues Waltenberg, da Universidade Federal Fluminense; 3. Mariza Abreu, Consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios; 4. Representante da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; 5. Representante da Secretaria da Educação do Estado do Ceará." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 98, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 83/2019 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Cláudio Jorge Pinto Alves - Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA; 2. General de Brigada Armando Morado Ferreira – Reitor do Instituto Militar de Engenharia." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 99, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4478/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a prática do jiu-jitsu nos currículos do ensino fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Álvaro Cláudio de Mello Barreto, Presidente do Conselho de Mestres da Confederação Brasileira de Jiu-jitsu Desportivo, faixa vermelha, nono grau; 2. João Alberto Barreto, Presidente Emérito da Confederação Brasileira de Jiu-jitsu Desportivo, faixa vermelha, nono grau; 3. José Henrique Leão Teixeira Filho, Diretor da Escola Leão Teixeira, Escola de Jiu-jítsu, faixa coral, sétimo grau; 4. Fabio Gabriel Freitas, Professor líder da Escola Barreto de Jiu-jitsu, faixa preta, terceiro grau; 5. Osvaldo Alves de Albuquerque, diretor de graus da IBJJF (Federação Internacional de Jiu-Jitsu), presidente da FJJAM (Federação de Jiu-Jitsu do Amazonas) e Presidente do Instituto Mundial Osvaldo Alves de Brazilian Jiu-Jitsu, faixa vermelha, nono grau; 6. Kyra Gracie, Professora Líder da Graice Kore jiu-jítsu - Defesa Pessoal, faixa preta, terceiro grau; 7. Gustavo Mendonça Nunes de Oliveira, Médico Ortopedista, Presidente da Clínica do Treino, especialista em medicina esportiva." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a subscrição do Senador Nelsinho Trad. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 100, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 222, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Apoio às Entidades Filantrópicas brasileiras, pelos relevantes serviços prestados à educação, à saúde e à assistência social no país. Requer, ainda, por ocasião da aprovação desta proposição, que sejam encaminhadas cópias deste Voto de Apoio às seguintes autoridades: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro da Educação; Ministério da Economia." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado o requerimento, com a subscrição do Senador Flávio Arns. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 49ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A Presidência comunica que, em virtude da aprovação do Requerimento nº 97 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que definiu a política pública a ser avaliada no ano de 2019, ficam prejudicados os Requerimentos nºs 5, 22, 25, 27, 28, 32, 33 e 35, todos de 2019.

Informo ainda que a presente reunião se destina à deliberação dos itens de nºs 1 a 20 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 861, DE 2019

- Não terminativo -

Isenta do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no território nacional, os estudantes brasileiros que comprovadamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

requeiram esses documentos com o objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O relatório é pela aprovação, com a emenda que o Senador Styvenson Valentim apresentou.

Portanto, ofereço a palavra ao Senador Styvenson Valentim para a leitura do seu relatório.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos os Senadores e Senadoras aqui ao meu lado.

Sr. Presidente, o projeto do Senador Veneziano é importantíssimo. Essa promoção da educação, esse intercâmbio com outros países, eu acho muito bacana.

Eu posso partir para a análise? (*Pausa.*)

Está bom.

O Estado tem o dever constitucional de promover o acesso à educação. Entre as oportunidades educacionais que se pode apresentar aos cidadãos, encontra-se o estudo em outros países. O intercâmbio de conhecimentos e de experiências acadêmicas é bastante saudável, tanto para o indivíduo, quanto para as instituições de ensino e para os países envolvidos no processo. Dessa forma, procede a tese de que o Poder Público deve criar ações que favoreçam vivências acadêmicas internacionais aos estudantes brasileiros.

Não por outra razão o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, incluiu, em sua Meta 12, voltada para a expansão do acesso à educação superior, a estratégia que prevê a consolidação e a ampliação de "programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, no que concerne à ampliação de mestres e doutores no Brasil, a Meta 13 do PNE estabeleceu as estratégias de "consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa"; e de "promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão". Dessa forma, incentiva-se também a mobilidade internacional de estudantes, professores e pesquisadores brasileiros.

Cabe assinalar que, por meio do programa Ciência sem Fronteiras, houve, no início da presente década, significativo crescimento da presença de estudantes brasileiros em universidades estrangeiras, incluindo aquelas de maior reputação. Infelizmente, restrições orçamentárias limitaram bastante o alcance do programa, mas a ideia de fortalecimento da mobilidade internacional de estudantes, professores e pesquisadores brasileiros, observados os devidos critérios de seleção e de supervisão acadêmica, precisa ser retomada, pois ela constitui uma garantia de fortalecimento da ciência em nosso País.

Decerto, essa mobilidade é igualmente bem-vinda no intercâmbio em outras etapas e modalidades educacionais e mesmo em cursos livres, mediante iniciativas geralmente financiadas com recursos privados.

Assim, constitui medida que merece acolhimento a isenção do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem em favor de brasileiros que buscam viajar ao exterior com o fim de aprimorar suas experiências acadêmicas.

Contudo, ressalvamos que não nos parece razoável que a coletividade arque com os custos da emissão de passaportes e de outros documentos de viagem dos respectivos requerentes que tenham condições financeiras para pagar os encargos pertinentes, mesmo que sob motivação de viagem de natureza acadêmica. Dessa forma, apresentamos uma emenda para limitar o benefício aos estudantes comprovadamente carentes, nos termos de regulamento.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 861, de 2019, acolhida a emenda apresentada:

> Dê-se ao art. 1º do Projeto nº 861, de 2019, a seguinte redação.
> Art. 1º Ficam isentos do pagamento de taxas ou emolumentos pela emissão de passaportes e demais documentos de viagem, no Território nacional, os estudantes brasileiros comprovadamente carentes e que requeiram esses documentos com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo de realizar atividade de ensino, pesquisa ou extensão no exterior, na forma de regulamento.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Bom dia, Sr. Presidente! Bom dia a todos!

Antes de entrar na discussão do projeto de lei relatado pelo Senador Styvenson, eu gostaria de pedir uma inversão aqui só para a leitura desse requerimento, o próximo, porque eu tenho uma reunião com o Ministro Paulo Guedes agora lá no Ministério. Se for possível, eu gostaria. É bem curtinho!

E, em relação à relatoria, quero parabenizar tanto o Senador Veneziano Vital do Rêgo, quanto o Senador Styvenson, pela relatoria e pela responsabilidade do Senador Styvenson de lembrar... É sempre importante lembrar que o Brasil está numa situação econômica muito difícil, muito difícil. Nós recebemos o legado de um país quebrado, infelizmente – foi atingido aí por corrupção e má gestão. Parabéns, Senador Styvenson, por entender que tem realmente que ser limitado o benefício apenas para aqueles que não têm condições.

Nós temos um instituto lá em Campo Grande que ajuda jovens carentes a irem para o exterior, pelo Rotary, mas sempre temos que desembolsar a passagem e o custo com o passaporte. E isso dificulta bastante, porque é caro para as pessoas que não têm condições.

Então parabéns, Senador Styvenson Valentim, por essa limitação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Continua em discussão.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Só lembrando, Senadora Soraya Thronicke, que, dentro do universo dos nossos estudantes de escolas públicas, a renda *per capita* de cada um, no caso de 64% desses alunos – essa foi uma pesquisa feita pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Estudantis, Senador Dário –, é de até um salário mínimo, ou abaixo disso – 64%! De um salário a três salários, vai diminuindo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

21%. Então, existe uma pequena parcela que ganha muito acima de muitos salários mínimos, e eu visei justamente isto, Senadora Soraya: que quem tenha condições pague por isso. São R$264, que fazem diferença para quem ganha um salário mínimo, que é a massa maior, 64%, mas, para aquela pequena parcela que pode pagar, que não tenha o mesmo benefício, porque não seria justo com o contribuinte tudo isso. Eu avaliei dessa forma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – Se me permite um aparte, Senador: fora o visto. Há países que exigem visto e, aí, você ainda tem que pagar o visto, não é só a emissão do passaporte.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sem dúvida. Vamos cumprimentar o Senador Vital do Rêgo e cumprimentar também o Senador Styvenson Valentim pelo relatório. Acho que o projeto é singelo, mas tem um alcance social importante e interessante, que beneficia os estudantes de baixa renda. Portanto, na minha opinião também, merece prosperar.

Continua em discussão.

Senador Nelsinho Trad.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo mais quem queira...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós estamos discutindo aqui, Presidente, e resolvemos dar uma aperfeiçoada, até por sugestão do próprio Relator.

Por esse motivo, eu gostaria de pedir vista.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Concedida vista, então, à Senadora Soraya Thronicke.

Vista coletiva ou vista...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Coletiva.

Vamos ao item...

Senador Nelsinho Trad, V. Exa. só me permita deliberar o requerimento da Senadora Soraya, que pediu para inverter a pauta em função de compromissos inadiáveis que ela tem, inclusive com o nosso Ministro Paulo Guedes – aí tem preferência. Aliás, diga ao Ministro que nós estamos muito ansiosos pela retomada do crescimento econômico e que o Congresso está fazendo a sua parte. Estamos aprovando as reformas na expectativa de que as reformas sejam essenciais para a retomada do crescimento do País.

Quero colocar em deliberação o Item 18 da pauta.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 98, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 83/2019 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Cláudio Jorge Pinto Alves - Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA; 2. General de Brigada Armando Morado Ferreira – Reitor do Instituto Militar de Engenharia.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Passo a palavra a V. Exa., Senadora Soraya Thronicke, para a apresentação do seu requerimento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para encaminhar.) – Obrigada, Senador.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 83/2019 desta Comissão, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Cláudio Jorge Pinto Alves, Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. General de Brigada Armando Morado Ferreira, Reitor do Instituto Militar de Engenharia (IME).

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o requerimento.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero aproveitar o fato de que a Senadora Soraya Thronicke terá audiência com o Ministro Paulo Guedes para dizer, Senadora, que hoje de manhã tivemos a reunião com o Fórum de Governadores. Não é que tenhamos tido reunião, constou da pauta o item Fundeb, o novo Fundeb, na pauta de Governadores. Aí, a Deputada Dorinha Seabra apresentou o relatório, que vai ser votado no final do mês, e eu falei um pouco também sobre o relatório dela, que a gente tem debatido, e sobre as duas PECs que estão em tramitação no Senado, que é a PEC nº 65, do Davi Alcolumbre, e a 33, que é a do Kajuru, do Senador Kajuru. E nós destacamos lá que a bandeira nossa é a da educação. Tem que ser, o Brasil tem que ter educação básica.

Num outro dia discutimos construção de creche, num projeto do Jayme Campos de educação infantil. E todo mundo levantou a dificuldade de se ter a manutenção depois da creche, porque a cada dois anos é uma... E isso significa Fundeb, você ter os valores do Fundeb para pagar o professor, ter luz, ter água, biblioteca e tal.

E até, caso o Ministro comente... Em 10 anos, você vai ter três eleições presidenciais até que o Fundeb esteja implantado. São três eleições! Então, nós estamos apontando lá para o futuro, gradativamente, assim como para Governadores.

Então é só a gente ir dizendo assim... O pleito que a gente fez com os Governadores é dizer: "Vamos levantar, vamos dizer que a nossa bandeira é educação". Bandeira do Brasil: educação. Coreia, Japão, não sei quem mais, Alemanha, esses países só se tornaram desenvolvidos pela educação, e a educação básica, que é a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, a educação profissional, a de jovens e adultos, a de quilombolas. Quer dizer, é tudo a educação básica; antes da faculdade, tudo é educação básica.

Então, menciono isso para o caso de haver algum aspecto assim que seja discutido, e eu sei que V. Exa. defende isso, assim como defende outros tantos projetos bons para o Brasil.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou só tecer um comentário aqui.

No último descontingenciamento, o Ministro Paulo Guedes descontingenciou 8,3 bilhões que estavam bloqueados e 2,6 bi do fundo da Petrobras. E, para a educação – deixem eu ver se consigo abrir aqui –, foi a maior destinação. Inclusive, para a educação básica, o que tem sido infelizmente muito criticado... Porque a ideia deste Governo, na verdade, é investir mais na educação básica até do que na educação... Não que vá deixar de investir na educação do ensino superior, mas é importante lembrar...

Aqui, olhem: o Ministério da Educação foi o primeiro, 1,90... Quase 2 bilhões. Foi o primeiro lugar.

Eu fiz até um apelo ao Ministro Paulo Guedes na semana passada, porque o MCtic ficou com uma parcela muito pequena – foram 80 milhões só –, e ele precisa por conta do CNPq. O MCtic, a gente não pode esquecer, também abarca uma boa parte da educação.

Então, o nosso Governo está trabalhando nisso, principalmente porque no ensino superior nós gastamos muito. Nossos alunos, dependendo de certas universidades públicas, gastam mais do que um aluno de Harvard. Isso tem acontecido muito porque são poucas vagas. É o caso da USP. O próprio curso de Direito, a São Francisco, é assim: é um curso para poucos, é caro, e passam infelizmente aqueles que têm melhores condições de estarem em um cursinho melhor e, geralmente, esses bons cursinhos são caros.

Então, pode ficar tranquilo. Eu entendo que o Governo está realmente preocupado – até tem sido criticado por isso –, quando descontingenciou, o primeiro que recebeu foi o Ministério da Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Até para destacar, Senadora Soraya, que, no caso do Fundeb, naquela cesta de impostos, 150 bilhões vêm de Estados e Municípios, e 15 bilhões vêm do Governo Federal, 10%. Então, é só para ele ter conhecimento de que o grosso dos recursos, o maior montante de recursos vem de Estados e Municípios, R$155 bilhões mais ou menos neste ano, e 15 bilhões, 10%, para 9 Estados, 7 do Nordeste e 2 do Norte, que não conseguem atingir o patamar mínimo. Então sempre pensar... Não existem recursos contingenciados no caso do Fundeb, mas existe a necessidade de aportarmos mais recursos, porque o valor é 3 mil.

Só para dar um dado também das instituições de ensino superior federais do Brasil: atualmente, com todo o critério que foi desenvolvido nos últimos anos, de cotas, dois terços dos alunos das federais tem a renda *per capita* familiar de um salário mínimo e meio. Então, houve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma inversão, e a gente sabe disso, conversando com as pessoas: dois terços dos alunos têm uma renda *per capita* familiar inferior a 1,5 salário mínimo. Então a pessoa menos aquinhoada, menos beneficiada economicamente, já vem tendo acesso ao ensino superior. Quer dizer, trata-se de ter o acesso e a permanência, onde os programas de assistência estudantil, bolsas, alimentação, restaurante e tal têm que correr juntos para que a pessoa com poucos recursos econômicos possa permanecer. Mas esse é um debate interessante que a gente deve fazer aqui na Comissão também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pelo que percebo, não há mais inscritos para discutir.

Encerro a discussão e submeto a matéria a votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o requerimento apresentado pela Senadora Soraya permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento da Senadora Soraya Thronicke.

Vamos agora ao item 3 da pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 92, DE 2017

- Não terminativo -

Institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional na data de 11 de abril.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Marinaldo Rosendo (PSB/)

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Ofereço a palavra, então, ao Senador Nelsinho Trad para a apresentação do seu relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para proferir relatório.) – Ex-Prefeito, atual Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, V. Exa. gostou tanto de ser Prefeito que acabou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo de duas cidades distintas, São José e Florianópolis, fato raro e que é muito importante ser mencionado diante do que V. Exa. representa, com certeza, para o seu Estado.

Quero saudar os Senadores que aqui se encontram, a Senadora Soraya, Styvenson e os demais Senadores, Senador Flávio, Senadora Maria do Carmo Alves, e pedir para V. Exa. também, no momento oportuno, registrar a presença do Vereador Otávio Trad, Vereador da capital, que aqui assiste à sessão junto conosco.

Sr. Presidente, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2017 (Lei 5.012/2016 na origem), do Deputado Marinalvo Rosendo, que institui o Dia do Prefeito, a ser comemorado anualmente em todo o Território nacional na data de 11 de abril.

A proposição consta de dois artigos, dos quais o primeiro institui a referida data comemorativa, a ser celebrada anualmente no dia 11 de abril, enquanto o segundo e último artigo determina a entrada em vigor da lei na data da publicação.

Na justificação, o autor ressalta a relevância democrática do cargo de Prefeito, trazendo o contexto histórico em que surgiu e, paralelamente, a evolução dos instrumentos legais que exerceram a função de positivá-lo.

A proposição foi apresentada na Câmara dos Deputados e designada, em regime de tramitação conclusiva, às Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Chegando ao Senado, para revisão, a proposição foi despachada exclusivamente à Comissão de Educação. Caso aprovada, deverá seguir ao Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, muito bem presidida por V. Exa., opinar sobre proposições que versem sobre datas comemorativas, a exemplo do projeto de lei em análise.

O cargo de Prefeito foi criado, segundo o autor do projeto, por meio da Lei nº 18, de 11 de abril de 1835, pela Assembleia Provincial Paulista em reação aos amplos poderes conferidos pelo Código de Processo Criminal de 1832 às câmaras municipais.

Destaca que, segundo o constitucionalista José Afonso da Silva, em sua obra *O Prefeito e o Município*, adotou-se o mesmo procedimento para as demais províncias do País, durante a regência de Feijó, por meio do Decreto de 9 de dezembro de 1835.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, os Prefeitos exercem um papel essencial na administração dos 5.570 Municípios brasileiros. São eles que vivem e conhecem a realidade dos cidadãos, ouvem seus problemas e encaminham as suas solicitações. Trata-se de uma personalidade ímpar, imprescindível ao exercício da política e para o desenvolvimento nacional.

Consideramos, portanto, mais que justo homenagear todos os Prefeitos brasileiros com a instituição do Dia do Prefeito.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à Comissão de Educação analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

A matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Não há reserva de iniciativa, a sua redação é adequada, atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Por fim, não vislumbramos demais óbices de ordem legal.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2017.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado, Senador Nelsinho.

Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Nelsinho Trad. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto a votação.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, eu estou aqui com um requerimento, de uma folha só, que o Senador Chico Rodrigues pediu para subscrever. Está no item 19. Eu pediria a V. Exa., aproveitando que já estou com a palavra, que eu possa lê-lo para concluir os meus trabalhos nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Penso que não há objeção à solicitação de V. Exa.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 99, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4478/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a prática do jiu-jitsu nos currículos do ensino fundamental. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Álvaro Cláudio de Mello Barreto, Presidente do Conselho de Mestres da Confederação Brasileira de Jiu-jitsu Desportivo, faixa vermelha, nono grau; 2. João Alberto Barreto, Presidente Emérito da Confederação Brasileira de Jiu-jitsu Desportivo, faixa vermelha, nono grau; 3. José Henrique Leão Teixeira Filho, Diretor da Escola Leão Teixeira, Escola de Jiu-jítsu, faixa coral, sétimo grau; 4. Fabio Gabriel Freitas, Professor líder da Escola Barreto de Jiu-jitsu, faixa preta, terceiro grau; 5. Osvaldo Alves de Albuquerque, diretor de graus da IBJJF (Federação Internacional de Jiu-Jitsu), presidente da FJJAM (Federação de JiuJitsu do Amazonas) e Presidente do Instituto Mundial Osvaldo Alves de Brazilian Jiu-Jitsu, faixa vermelha, nono grau; 6. Kyra Gracie, Professora Líder da Graice Kore jiu-jítsu - Defesa Pessoal, faixa preta, terceiro grau;

7. Gustavo Mendonça Nunes de Oliveira, Médico Ortopedista, Presidente da Clínica do Treino, especialista em medicina esportiva.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Passo a palavra a V. Exa. para a apresentação do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para proferir relatório.) – Agradeço aos pares e a V. Exa. por esta deferência.

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4.478/2019, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a prática do jiu-jitsu nos currículos do ensino fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: Álvaro Cláudio de Mello Barreto, Presidente do Conselho de Mestres da Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Desportivo, faixa vermelha, nono grau; João Alberto Barreto, Presidente emérito da Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu Desportivo, faixa vermelha, nono grau; José Henrique Leão Teixeira Filho, Diretor da Escola Leão Teixeira, faixa coral, sétimo grau; Fabio Gabriel Freitas, faixa preta, terceiro grau; Osvaldo Alves de Albuquerque, Diretor de Graus da Federação Internacional, Presidente da Federação de Jiu-Jitsu do Amazonas e Presidente do Instituto Mundial Osvaldo Alves de Brazilian Jiu-Jitsu, faixa vermelha, nono grau; Kyra Gracie, Professora líder da Gracie Kore Jiu-Jitsu, faixa preta, terceiro grau; e Gustavo Mendonça Nunes de Oliveira, Médico Ortopedista, Presidente da Clínica do Treino, especialista em medicina esportiva.

Era esse o requerimento, Sr. Presidente.

Acabou de chegar o autor, mas eu acabei de ler. V. Exa. pode pôr em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Submeto a discussão o requerimento do Senador Chico Rodrigues, subscrito pelo Senador Nelsinho Trad, que já fez a leitura e a defesa do relatório, poupando V. Exa., Senador Chico Rodrigues, de fazê-lo.

No entanto, evidentemente, passo a palavra a V. Exa. como autor do requerimento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Presidente, quero agradecer V. Exa. pela oportunidade ao me passar a palavra e agradecer ao nobre Senador Nelsinho Trad, nosso amigo, que fez a relatoria.

Também gostaria de pedir desculpa pelo meu atraso. É que estava numa reunião com os servidores dos ex-Territórios de Roraima, Amazonas e Amapá, tratando de questão de enquadramento de servidores no Ministério da Economia. Então, atrasei, mas fui socorrido aqui pelo Senador Nelsinho.

Na verdade, essa audiência pública é interessante. Vocês verificam que aqui há nomes expressivos do jiu-jitsu nacional apresentados na Comissão de Educação. A gente percebe que o jiu-jitsu hoje é um instrumento, inclusive, de pacificação, de aproximação, de envolvimento dessa juventude, que precisa de uma ocupação que lhe dê, na verdade, ânimo e mude até a sua conduta e a sua personalidade, pela disciplina e, acima de tudo, pelas práticas que são realizadas com absoluto rigor.

Eu diria que hoje, no mundo inteiro – e, obviamente, o Brasil é a gênese, praticamente, desse esporte... Nós vemos que a participação desses nomes expressivos do jiu-jitsu nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e internacional fará com que nós possamos, numa discussão bem interessante, ouvir deles a importância de nós irradiarmos na juventude brasileira essa atividade "esportiva" – entre aspas –, que transcende o envolvimento esportivo, porque há o envolvimento cognitivo, com a participação, inclusive, lúdica também nesse esporte. Eles vão fazer com que nós estejamos preparados para que, aprovando esse projeto, possamos, na verdade, dar esse novo sentimento aos jovens brasileiros.

Então, era basicamente esse o comentário que eu gostaria de fazer ao registrar também que foi muito fácil nós convidarmos todos esses membros para virem aqui, pessoas que têm, inclusive, um histórico fantástico nessa atividade no Brasil.

Então, quero agradecer a V. Exa. e dizer que vamos participar ativamente desse debate, dessa audiência pública. E gostaria de convidar todos os meus colegas Senadores para estarem aqui presentes para verem a importância e os ensinamentos que nós herdaremos dessa audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero, bem rapidamente...

V. Exa. estava mencionando e relatando os benefícios que as artes marciais trazem para a disciplina dos nossos jovens e para a definição de objetivos e de carreira. Eu me lembro de que, quando era Prefeito, Senador Nelsinho Trad, lá em São José, há quase 30 anos, havia uma escola do interior muito problemática. Tinha um pouco mais de meia dúzia de alunos muito rebeldes e era difícil a atuação para buscar neles uma tolerância adequada ao ensino propriamente dito. Naquela época, eu tinha uma disposição bem maior do que a que tenho hoje e tentava cuidar de perto dessas questões emergenciais, como o Prefeito Nelsinho Trad também o fez quando foi Prefeito, com muita propriedade, o que o trouxe, inclusive, para o Senado Federal. Naquela oportunidade, uma mãe me pediu que implantasse naquela escola um projeto de artes marciais, especificamente o caratê. E assim o fizemos.

A repercussão foi tão grande, a recuperação desses meninos, desses jovens, foi tão acentuada que, depois, fazendo uma avaliação desse projeto, uma das mães, inclusive em outra oportunidade em que fui à escola, me abraçou meio desesperadamente, agradecendo-me muito porque o filho tinha se recuperado totalmente, tinha observado os limites da disciplina, do bom senso, da convivência humana, do respeito aos amiguinhos da escola. Ela estava muito satisfeita e muito feliz.

Então, me lembrei do jiu-jitsu aqui, que também deve ter uma participação muito importante no desenvolvimento das nossas crianças e dos nossos jovens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu quero parabenizá-lo e dizer – parece que a data já está marcada – que, evidentemente, vai ter todo o nosso apoio para a sua realização.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Confúcio, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Perfeito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nada contra o requerimento, especificamente para discutir e trazer grandes especialistas para esclarecimento dos membros desta Comissão e também de todos os telespectadores interessados no assunto.

Depois dessa audiência pública, é lógico, poderão surgir projetos específicos de introdução em currículo. Nós temos um detalhe importante: ano que vem entra em ação a Base Nacional Comum Curricular, quando serão oferecidas aos alunos, obrigatoriamente, duas ou três disciplinas-eixo, e as demais disciplinas serão alternativas e opcionais, e os alunos ou as direções de escolas poderão escolher atividades para os seus alunos. Então, fica muito aberto, especificamente para esse tema, para muitas escolas brasileiras virem a incorporar o jiu-jitsu, como aqui preconiza o requerimento do ilustre Senador Chico Rodrigues.

Então, louvo a ideia, mas ela vai entrar na categoria das opcionais. Matemática, Língua Portuguesa e Ciências, que agora se fala Ciências da Natureza, serão obrigatórias. Depois virão as alternativas curriculares, que são oferecidas numa cesta de oportunidades às direções e aos Municípios brasileiros.

Então, é oportuno o oferecimento do Senador Chico Rodrigues para que a população desperte para as artes marciais.

Nós vamos votar favoravelmente.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O Senador Confúcio é um especialista nessa área de educação. Na verdade, sempre recorremos a ele para nos socorrer relativamente a esse tema. E a ideia é, fundamentalmente, esta: entrar com essa opção, que tenho certeza de que é uma opção extremamente importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Disciplinadora.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Exatamente, disciplinadora.

O exemplo do Senador Dário Berger é muito interessante, é outro colega que viveu esse momento como Prefeito, como nós temos vivido nos Estados, inclusive da Região Norte, que é o meu caso especificamente. Quando é introduzida essa atividade na escola, os professores dizem que muda de forma visível o comportamento dos alunos. Eles estão apressados, eles querem iniciar logo as atividades do jiu-jitsu etc. Eles dizem que é como se fosse mágico, porque eles começam a fazer daquilo, sei lá, uma profissão de fé. Eles querem queimar logo a etapa do ensino clássico – Português, Matemática etc. – para irem para a quadra praticar essas atividades.

Então, a ideia é esta, Senador: você me socorre mais uma vez.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu passo a palavra ao faixa preta Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora, estou muito feliz por ter sido designado para fazer a relatoria desse tema.

Eu queria, primeiro, concordar com todos os Senadores que falaram aqui anteriormente, mas ainda adicionar duas coisas importantes.

Na sessão de hoje nós votamos uma matéria importante, relativa à designação da Seleção Brasileira como patrimônio cultural. Mas o Senador Chico Rodrigues também foi muito feliz, porque traz a esta Comissão uma matéria em que o Brasil tem absoluta excelência no mundo, com os Gracie.

Além da questão de comportamento, porque ajuda nisso, é um esporte com um caráter educacional muito importante e que eleva o nome do País, como poucas modalidades na história do nosso esporte.

Sr. Presidente, fico imaginando – V. Exa. foi Prefeito por várias vezes e o Senador Nelsinho Trad também –, se o País colocasse à disposição do sistema educacional o amparo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o apoio para essas atividades: eu tenho certeza de que o resultado seria muito melhor do que o resultado de investimento que o País fez para as Olimpíadas e para os Jogos Pan-americanos.

Então, além de ter o caráter educacional, tem o caráter de ser uma formação de base num esporte em que o País tem excelência.

Então, fico muito feliz em ser Relator dessa matéria e em participar dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Parece que posso encerrar a discussão e submeter a votação.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, como faixa preta, eu cheguei a apanhar umas três vezes de amigos ligados ao jiu-jítsu, mas todos são meus eleitores hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas sobreviveu e está bem!

Encerrando, então, a discussão, submeto a votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Cumprimentos ao Senador Chico Rodrigues.

Qual é o próximo item? (*Pausa.*)

Vamos ao item 5 da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2018

- Não terminativo -

Altera dispositivos da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para determinar que os Estados, os Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para operação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação com duas emendas de redação que apresenta.

Ofereço a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves para apresentar seu relatório.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE. Para proferir relatório.) – O PLC nº 90, de 2018, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame desta Comissão.

Não há reparos a fazer quanto à constitucionalidade ou à juridicidade da proposição.

Sob o ponto de vista educacional, a proposição é bastante oportuna, ao aperfeiçoar a Lei nº 11.947, de 2009, a fim de tornar mais transparente e criterioso o uso de recursos públicos aplicados na alimentação escolar dos alunos da rede pública de educação básica, por meio do fortalecimento dos CAE e da obrigatoriedade da adoção de normas complementares de funcionamento do Pnae em cada realidade.

A relevância da proposição se justifica na medida em que o fenômeno educativo é bastante complexo e nele intervêm inúmeros fatores. A nutrição é um deles e, no Brasil, esse aspecto alcança dimensão dramática, sobretudo quando se considera a realidade das populações mais desassistidas.

O reconhecimento dessa necessidade de atuar, nos ambientes públicos escolares, também em dimensões complementares, que interferem na aprendizagem, tem *status* constitucional: o art. 208, inciso VII, da Carta Magna determina que a educação deverá se efetivar mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No que concerne à alimentação, tais diretrizes são concretizadas pelo Pnae, que tem como objetivo "contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O programa atende, por meio da transferência de recursos financeiros do FNDE para os entes federados, os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas, bem como em entidades comunitárias conveniadas.

A transferência é feita em dez parcelas mensais, a partir do mês de fevereiro, para a cobertura de duzentos dias letivos, e leva em conta o Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por sua vez, devem complementar esses recursos, na esfera de sua atuação.

O controle social do Pnae é exercido por meio do CAE, bem como pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério Público.

O CAE, aliás, é tão importante que sua existência e funcionamento é condição para o recebimento dos recursos financeiros repassados pela União.

Entretanto, há notícias de que, em localidades espalhadas por todo o País, os Conselhos enfrentam enormes dificuldades para atuar, ligadas principalmente à falta de condições materiais e à ausência de normatização específica para a realidade em que se inserem.

Segundo informações coletadas em jornais de circulação regional, em 2015 o Município de Santana, no Amapá, por exemplo, não oferecia nem computadores nem internet para o trabalho dos conselheiros. Mais que isso, esses profissionais dividiam espaço com ventiladores de teto jogados no chão e com mesas quebradas. Na ocasião, faltava até mesmo material de limpeza.

Trata-se de situação complicada, que se reproduz pelo País e coloca em risco o trabalho dos CAEs. Afinal, sem estrutura, recursos ou diretrizes complementares para a realização do trabalho, como atuar de forma efetiva?

Quando se comparam relatos desse tipo, bastante comuns, com recente relatório de fiscalização realizado pelo TCU no Pnae, torna-se evidente a importância de resgatar e valorizar o papel desses Conselhos, que atuam lá na ponta do processo de transferência de recursos.

De acordo com o relatório, nos Estados do Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rondônia não houve justificação para a não utilização do percentual mínimo dos recursos repassados na aquisição de gêneros alimentícios mediante chamada pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para superar esse tipo de situação, um CAE fortalecido e uma legislação complementar, adequada às especificidades de cada ente federado, contribuiriam de forma bastante consistente, mediante a boa aplicação dos recursos públicos direcionados à alimentação escolar.

Assim, optamos pela aprovação do PLC nº 90, de 2018, com duas emendas de redação, a fim de simplificar a ementa e ajustá-la, juntamente com a cláusula de vigência, às diretrizes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A permanecer a redação atual da cláusula de vigência, que concede prazo de três anos após a publicação da lei apenas para o art. 20, inciso IV, o início da vigência dos outros dispositivos ocorreria em 45 dias, conforme art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657, de setembro de 1942, prazo que julgamos insuficiente para a incorporação de todas as alterações trazidas pela proposição.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2018, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CE
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2018:
> Altera a Lei nº 11.947, de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, para tratar do financiamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e da elaboração de normas complementares do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.
> EMENDA Nº - CE
> Dê-se a seguinte redação ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2018:
> Art. 2º Esta Lei entra em vigor decorridos três anos da data de sua publicação."

Era o que tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Esse foi o relatório apresentado pela Senadora Maria do Carmo Alves.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discutir.) – Presidente, estou lendo aqui. Estou tendo esse cuidado, Exma. Senadora Maria do Carmo, porque estou precisando só entender algo.

O projeto original vindo da Câmara altera o dispositivo da Lei nº 11.947, de 16 de julho de 2009, para determinar que os Estados, Municípios e o Distrito Federal forneçam recursos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e, dentro das normas, também aprovem normas complementares para a operação.

Estou lendo aqui os artigos e os incisos e eu queria que se esclarecesse se, dentro dessa estrutura de modificação, esse recurso seria para o pagamento desses conselheiros ou se criariam esse cargo, que já existe, remunerado. É uma coisa que estou tentando localizar aqui. Teria, então, remuneração para o que hoje é voluntário, para o cargo que já existe?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sra. Relatora, o Senador Styvenson faz um questionamento quanto à criação de um cargo. É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já existe.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É o cargo dos conselheiros. Teria alguma remuneração? Ele não seria remunerado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, não, não seria remunerado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Não seria remunerado?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Bom, estou procurando aqui e realmente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Enquanto V. Exa. procura, passo a palavra ao Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, é o seguinte. O projeto, sendo de autoria da Dorinha, da Deputada Dorinha, só por isso, já merece um respeito extraordinário, porque a Deputada Dorinha é a maior especialista, junto com o Senador Flávio Arns, em todas discussões educacionais que tramitam na Câmara e no Senado. Então, por certo, devido à imensa responsabilidade, o zelo e o cuidado que ela tem com a educação brasileira, na defesa intransigente do Fundeb e de todas as demais leis que ela está trabalhando exaustivamente e lidera, tanto no Senado quando na Câmara, eu, assim, de pronto, acolho, porque ela não faria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada que não fosse realmente fundamental para a melhoria da qualidade da educação, inclusive da alimentação nas escolas e nos Estados.

Ela cobra o desempenho, o desempenho efetivo, ou seja, que os conselhos passem a ser mais interessados e que discutam ativamente as políticas da área da alimentação, consequentemente da merenda escolar, que é indispensável para as populações mais necessitadas do nosso País.

Pelo respeito que eu tenho à Deputada Dorinha, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem!

Senador, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho.

Eu vou pedir vista, Senador.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Presidente, eu gostaria de retirar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – A preocupação é sobre a remuneração, Senadora. É a única preocupação.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - SE) – Sim. Eu gostaria de retirar esse relatório para a gente analisar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para discutir.) – A única dúvida é a possibilidade de esse recurso ser utilizado para o pagamento de pessoal, porque daí dá para colocar apenas, Senadora, que fica ressalvado que o recurso não seja destinado à remuneração de conselheiros ou à criação de cargos, se puder. É só nesse sentido a minha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso me parece ser intrínseco ao projeto, porque, para você remunerar, você passa por uma outra liturgia, precisa de autorização, precisa da criação de cargos. Essa preocupação, eu não teria, com relação à remuneração dos conselheiros. O que me parece ser a intenção da Professora Dorinha é criar um mínimo de estrutura necessária para que o conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efetivamente possa funcionar e apresentar os resultados que todos nós desejamos: uma alimentação saudável e sadia, melhor alimentação.

A minha experiência como administrador público já demonstra que a destinação de recursos para a remuneração de conselheiro é impraticável, é impossível, não existe, não está no mapa. Essa preocupação, se é essa a preocupação... Eu garanto para V. Exas. que esses conselheiros não serão remunerados, mas terão um mínimo de recursos para que possam efetivamente exercer as suas atividades.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, poderia então colocar apenas *numerus clausus*, para o que é, não deixar aberto? É para fechar: para isso, isso, isso e isso. Limitar seria possível?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas uma sugestão: eu acho que pode ser colocada uma emenda de redação dizendo "exceto pagamento de pessoal". É um pouco redundante, uma vez que a gente sabe a intenção do projeto da Deputada Dorinha, Relatora do Fundeb na Câmara dos Deputados, especialista na área e nos orgulha muito ser representante do nosso Estado, mas, se for possível com a Relatora estudar uma emenda... Fica um pouco redundante, fora do contexto, mas dá segurança. Eu não vejo como pagar jetom com esse recurso, acho impossível isso. Pode-se colocar "exceto para pagamento de pessoal".

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Um aparte, Senador.

O art. 17, inciso VI, fala em "fornecer instalações físicas, recursos humanos e recursos financeiros que possibilitem o pleno funcionamento do CAE, facilitando o acesso da população". Então, há a expressão "recursos humanos" ali. Então, fica muito aberto o termo. Eu acho que seria importante discutir que tipo de recursos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Mas certamente não seria a remuneração dos conselheiros...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas, então, poderíamos colocar...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... mas, sim, talvez, um servidor à disposição, na medida em que fosse necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas nós estamos no "talvez". É bom que... Eu acho que gera uma insegurança e uma possibilidade. Se ninguém fiscalizar, pode gerar.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu só diria, Senador... A Senadora Maria do Carmo Alves, inclusive, propôs a retirada de pauta da matéria para deixar isso claro. Eu tenho também absoluta convicção de que a Deputada Dorinha, ao apresentar o projeto de lei, estava preocupada com esse controle social de uma boa merenda, agricultura familiar, as crianças e jovens sendo bem atendidos. Para isso, tem que haver um Conselho de Alimentação Escolar. Isso é bom que aconteça para todo mundo ver o que vem do próprio Município...

Eu me lembro de que, quando eu fiquei Secretário de Educação no Paraná, as escolas estavam com quantidades imensas de latas de comida: feijão em lata, carne em lata, batata em lata, não sei o que em lata. Eu digo: "Olha, eu nunca comi na vida feijão em lata". Não existe isso, não é? É bom? Não é? Mas eram adquiridas. Acabamos obviamente com a lataria, porque era uma reclamação unânime, e transformamos isso em agricultura familiar, produtos frescos. E os diretores dizendo: "Olha, agora até está faltando merenda porque a gurizada está comendo".

Agora, o Conselho de Alimentação Escolar tem que ter autoridade para ficar vigiando isso e tem que ter um local para se encontrar.

Eu acho que a Senadora Maria do Carmo pode ajustar esses itens também para ficar algo pacato, tranquilo, bom e a favor – eu diria – da boa merenda, da boa alimentação escolar. Há muito aluno que ainda vai para a escola porque precisa comer, e isso é uma situação que tem que ser muito bem atendida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então o projeto fica retirado para as adequações propostas pela Relatora.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – É o item, Sr. Presidente, do projeto de lei do Senador Alvaro Dias – para aproveitar o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Do Alvaro Dias? Item 14?

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Item 14. V. Exa. pode inverter a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Qual é o item do Senador Confúcio?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Décimo segundo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Décimo segundo?

Eu vou pedir a V. Exa. para seguir a pauta, porque o Senador Confúcio já estava aguardando: item 12. Em seguida, delibero o projeto de V. Exa.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Eu ia cobrar dele, Presidente, porque eu votei nele no domingo para Vice-Presidente do MDB, mas pode sim!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se ele abrir mão... Mas, pelo que eu vejo, ele é muito intransigente. O Senador Confúcio é um homem muito intransigente, não é, Senador Confúcio?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone*.) – Pode ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Brincadeira, viu?

Item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 3700, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Sobral, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional da Educação.

Autoria: Senador Cid Gomes (PDT/CE)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

A matéria constou da pauta da reunião de 17/09 e 24/09/2019.

Ofereço a palavra, então, ao Senador Confúcio para a apresentação do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, o senhor já fez a introdução. É um projeto louvável, de autoria do Senador Cid Gomes.

O Município de Sobral, Sr. Presidente, já vem seguidamente, há 23 anos, através de todos os seus Prefeitos, dando seguimento prioritário à educação básica. Nunca nenhum Prefeito arredou pé da continuidade da excelência e da busca da excelência na educação. Isso foi introduzido pelo atualmente Senador Cid Gomes, que iniciou, e hoje o atual Prefeito de Sobral é irmão do Cid Gomes, chama-se Ivo Gomes.

Sobral hoje é uma referência nacional. A nota Ideb dele hoje é em torno de 9,2 e destaca-se no cenário nacional hoje como um centro de excelência em qualidade, demonstrando claramente que a educação é uma vontade política. A vontade política dos Prefeitos daquela cidade e de outros tantos Prefeitos do Estado do Ceará faz com que o Estado do Ceará seja notável na qualidade da educação no Brasil. Das 100 melhores escolas brasileiras, 80 estão no Ceará – de 100!

Como Sobral puxa essa linha, o Cid resolveu homenagear a cidade, destacar essa cidade que já é notável. Sobral já é uma referência para o Brasil inteiro. Hoje é uma romaria de Prefeitos, de Governadores e de secretários, e eles nem têm condição de receber e atender a todos. Hoje eles oferecem seminários para que Prefeitos, Vereadores e secretários possam coletivamente entender a dinâmica da busca da qualidade no Estado do Ceará, como um exemplo que pode ser copiado pelos inúmeros Estados e Municípios brasileiros. Não precisa ir à Finlândia, não. Não precisa ir à Bélgica, não. Não precisa ir à Coreia, não. Basta ir a Sobral. Basta ir a outras cidades. Basta ir a Pernambuco. Basta ir ao Espírito Santo. Basta ir a Goiás. São Estados esforçados nessa qualidade da educação.

Então, Sr. Presidente, eu não vou ler o texto todo porque eu já fiz essa introdução.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já está mais do que explicado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já está mais do que explicado, não é?

O meu voto é favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu solicito a esta Comissão, por medida de justiça, que a gente homenageie Sobral como o Município brasileiro referência, a Capital Nacional da Educação Básica do Brasil. Nada mais justo. Isso é simplesmente maravilhoso, é uma referência. Isso é estimulante para os demais Municípios brasileiros.

Meu voto: favorável.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria.

Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Até por ser cearense, eu acho que eu tenho que meter a minha colher aí nessa história, não é, Senador Confúcio?

Parabéns pela Vice-Presidência do MDB. O senhor é uma pessoa que inspira na gente sentimentos e valores importantes.

E, por falar em valores, eu tenho que fazer uma... Obviamente que voto pela aprovação em respeito à dedicação do Senador Cid Gomes e de outras autoridades, como Prefeitos, mas eu não posso deixar de colocar uma realidade. A verdade, a gente tem que entregar, não é? Realmente é um local que é uma referência, é uma referência pela educação formal que lá existe, a educação que a gente conhece, uma educação que segue aquele currículo e tudo. Agora, particularmente, a cada dia que passa, eu estou mais convencido de que você pode colocar o dinheiro que for na educação, mas, se você não aplicar um programa de valores humanos, acontece como no Estado do Ceará.

O Estado do Ceará é uma referência, hoje Sobral é uma referência, é verdade. Senadora Maria do Carmo, dentro do que a gente conhece por educação, é uma referência; agora vá lá, vá morar no Estado do Ceará para você ver como é que está a violência no Estado do Ceará. Não tem a ver com educação? Sim, existe uma relação muito próxima, é uma linha muito forte entre educação e segurança. Infelizmente, nós não tivemos um resultado no nosso Estado: a relação entre uma boa educação e um índice de segurança satisfatório. O Estado do Ceará hoje está entre os três Estados mais violentos do Brasil, está entre os mais violentos do Brasil o Estado do Ceará.

Então, eu estava conversando agora com o Senador Eduardo Gomes sobre a importância... E esta Comissão aqui, em que eu tenho orgulho de estar presente, tem pessoas que têm uma trajetória nessa área da educação, como o Senador Confúcio, Relator dessa matéria, e o Senador Flávio Arns também, cuja história conheço. Eu acho que a gente tem que dar um passo, Senador Dário Berger, Presidente desta Comissão, mais firme visando uma nova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação no Brasil, uma educação que trabalhe caráter, que procure trabalhar valores como a paz, o amor, a não violência, a retidão e a verdade. E já existem modelos desses no Brasil: lá, no próprio Estado do Ceará, Caucaia e Eusébio.

Eu tive a oportunidade de visitar a escola do Senador Styvenson, no Rio Grande do Norte, que é uma escola que eu acho... A gente não pode fechar os olhos, não pode fechar os olhos, a gente tem que ter firmeza. Esse programa do Governo de escolas cívico-militares eu acho uma iniciativa brilhante. Por que não? Por que não? Olhem para o nosso Brasil! Olhem como é que a gente está hoje: papocando violência em tudo que é lugar. Por que a gente não pode pegar a expertise e a disciplina dos militares e juntar com o pedagogo e fazer um compartilhado? A gente não pode negar isso.

E há alguns Estados, inclusive o meu Estado do Ceará, que estão titubeando com relação a aderir. "Ah mas não é bem assim; aderiu, mas não é bem assim, a gente só quer o dinheiro". Que história é essa? Que história é essa? Parece que a gente está vivendo no mundo de Alice. Não, é a realidade! A gente tem que buscar outras alternativas. Escolas cívico-militares são uma alternativa, escola em valores humanos é uma alternativa importante.

A gente tem que acordar para isso para dar um rumo diferente para a Nação brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Styvenson.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para discutir.) – Sr. Presidente, só complementando o que o Senador Girão falou.

O meu Estado também está com a mesma situação. Foi oportunizado o projeto de escola cívico-militar. Primeiro passou pelo Governo, mas o Governo recusou, por motivos que eu não quero entender – na verdade, eu não quero entender. Mas eu preciso mostrar o Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, Da Educação, art. 206 da Constituição Federal, que fala:

> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira (...)

Mas eu vou me ater ao inciso II do art. 206, que é a liberdade de aprender, e o pluralismo de ideias, no inciso III. Se nós vivemos em liberdade, por que não uma escola militar? Por que não uma escola cívico-militar? Isso não é liberdade? Não é democracia? Por que, então, a restrição e essa imposição por parte de alguns governos em não aceitar? Acho que as pessoas têm que escolher, porque, se têm a liberdade de ensino, de aprender, essa liberdade tem certo limite, uma certa barreira de restrição, que seria a própria lei, a própria Constituição e o próprio projeto de ensino das escolas, o próprio projeto de ensino de cada unidade escolar.

Se a unidade escolar cívico-militar oferece aquele projeto de ensino, que os pais possam decidir pelos filhos, porque quem decide é o pai, não é o filho, não é a criança. O pai é quem decide qual é a melhor educação, qual a melhor escola, qual o modelo de escola em que ele quer colocar. Se vai para uma escola católica, se vai para uma escola militar, se vai para evangélica, é o pai quem tem que escolher. Então, essa liberdade, quando foi citada aqui...

Eu espero que os pais sejam consultados, porque entre a liberdade de aprender... Entre o aluno e o professor, há um pai no meio, um pai que tem de saber onde colocar, até onde vai o limite da liberdade, sobre o qual a Constituição mesma fala. Então, somos responsáveis aqui, sim.

Eu acho, Senador Girão – acho, não, tenho certeza –, que a escola cívico-militar é mais uma opção democrática e livre para a população brasileira escolher qual ensino que o pai quer para o seu filho. Então, é uma forma de liberdade, sim.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Percebo que posso encerrar a discussão e submeter à votação.

Como projeto é terminativo, vamos ficar no aguardo para que, quando tivermos o quórum adequado, submetamos à votação.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu falei com o Senador Eduardo Gomes – para não ser mal-educado, porque já havia sido anunciado que o item seguinte seria o dele –, eu pedi vênia para ele para ver se eu poderia ler o requerimento do Senador Izalci Lucas, que não está presente e pediu para eu subscrevê-lo. É o item 20, uma coisa bem rápida e importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a concordância do Senador Eduardo Gomes...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ele concordou, como um grande amigo e Senador também. Então, se V. Exa. permitir, só o item 20 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra.

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 100, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Apoio às Entidades Filantrópicas brasileiras, pelos relevantes serviços prestados à educação, à saúde e à assistência social no país. Requer, ainda, por ocasião da aprovação desta proposição, que sejam encaminhadas cópias deste Voto de Apoio às seguintes autoridades: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro da Educação; Ministério da Economia.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF) e outros

É o Requerimento nº 100, de 2019, do Senador Izalci Lucas, que não pôde estar presente – eu o subscrevo –, que requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de apoio às entidades filantrópicas brasileiras, pelos relevantes serviços prestados à educação, à saúde e à assistência social no País. Requer, ainda, por ocasião da aprovação desta proposição, que sejam encaminhadas cópias deste voto de apoio às seguintes autoridades: Presidente da República; Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro da Educação; Ministério da Economia.

Então, esse é o requerimento. Nada mais importante do que valorizar e destacar que foi realizada uma audiência pública muito importante também, aqui nesta Comissão, uma ou duas semanas atrás – eu acho que duas semanas já. Então, esse voto de apoio é uma iniciativa das mais interessantes e importantes.

É o requerimento, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto à votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, para declarar a seleção brasileira de futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Ofereço a palavra para V. Exa. para apresentação do relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2018, de autoria do Senador Alvaro Dias, que declara a Seleção Brasileira de Futebol como integrante do patrimônio cultural brasileiro.

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º estabelece a referida alteração e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta que o futebol é o esporte mais popular de nosso País, sendo também um dos elementos culturais mais marcantes da identidade nacional.

A matéria foi distribuída para apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais sobre cultura. Iniciativas que tenham por escopo reconhecer determinado bem como manifestação da cultura nacional cumprem o papel de contribuir para legitimar o caráter cultural de determinadas manifestações.

Como enfatiza o autor da matéria, a Seleção Brasileira de Futebol, há muito, é conhecida por tratar o esporte como se fosse uma atividade artística, encantando espectadores em todo o mundo e enchendo de orgulho milhões de brasileiros.

Nesse contexto, alerta o autor que, diante das denúncias de corrupção que têm envolvido os dirigentes da entidade que administra a Seleção Brasileira, não se pode conceber que a arte do futebol brasileiro seja influenciada por interesses econômicos ou políticos em detrimento de sua capacidade técnica.

Assim, a proposição em tela objetiva que o Ministério Público da União possa atuar na defesa desse patrimônio, para que nosso povo sinta novamente orgulho da seleção de futebol mais encantadora do planeta.

Diante disso, a iniciativa ora proposta é pertinente, oportuna, justa e meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando o mesmo de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 508, de 2018.

Esse é o Relatório, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria.

Senador Alvaro Dias, honra-nos a presença de V. Exa. aqui na nossa Comissão. **O SR. ALVARO DIAS** (PODEMOS - PR. Para discutir.) – É uma honra, Presidente, estar aqui com V. Exa., sendo presidido por V. Exa.

Venho para agradecer o competente relatório do Senador Eduardo Gomes e também para apresentar a justificativa que cabe em razão da apresentação desse projeto.

O Senado tem trabalhado no aprimoramento da legislação do desporto nacional, especialmente a partir de 2001, quando presidimos aqui uma comissão, uma CPI do Futebol que, além de propor o indiciamento de cartolas corruptos, muitos deles foram afastados do futebol, outros respondem até hoje a ações criminais, acima de tudo, fez a legislação avançar. Teve origem naquela CPI o Estatuto do Torcedor, hoje tão discutido, tão comentado e tão oportuno, e também a legislação do desporto nacional surgiu exatamente em função daquela comissão parlamentar inquérito.

Segundo o jornalista da BBC de Londres Andrew Gilligan, a derrubada da direção da FIFA começou naquela CPI, quando nós, investigando, descobrimos uma conta de nome Sanud, num paraíso fiscal, que era utilizada para as transações do futebol, inclusive a partir da direção da FIFA, a entidade maior do futebol mundial.

O que me cabe dizer aqui é que o futebol é uma atividade essencialmente econômica, geradora de emprego, de salário, de renda, de receita pública – mobiliza bilhões. Naquela época, eu me lembro: o futebol mundial mobilizava mais de US$250 milhões por ano, e nós não podemos desperdiçar potencialidade econômica dessa natureza, que pode ser uma contribuição importante no processo de desenvolvimento econômico do nosso País. Por isso a preocupação com a legislação.

Mas por que denominar a Seleção Nacional de Futebol de patrimônio cultural do povo brasileiro? O Relator, de forma competente, já expôs razões, mas nós vamos além dessas razões de conteúdo. Nós entendemos que a CBF é uma entidade constantemente acusada de desvios, e não há uma fiscalização. O Tribunal de Contas da União deveria assumir a responsabilidade da fiscalização da CBF. Por quê? Porque direta ou indiretamente ela mobiliza recursos públicos, portanto é uma espécie de paraestatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando da CPI do Futebol, nós discutimos. O Supremo Tribunal Federal nos deu guarida à época para que pudéssemos investigar a CBF como uma espécie de paraestatal, exatamente por mobilizar recursos públicos, direta ou indiretamente.

Nós estamos apresentando essa proposta exatamente para que não reste dúvidas sobre a utilização de recursos públicos. Se a seleção é um patrimônio cultural do povo brasileiro e ela é a sustentação financeira e econômica da CBF, não há dúvida de que a CBF tem que ser fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União. Paralelamente a esse projeto, nós temos um outro, que é complementação, que legisla sobre a administração da CBF, instituindo normas rigorosas que proporão transparência de gestão e fiscalização por parte do Tribunal de Contas da União. O outro projeto que tramita também – se não me falha a memória, deve estar aguardando votação na Comissão de Constituição e Justiça – será a complementação deste. Nós entendemos que já é hora, sim, de a Seleção Nacional ser considerada um patrimônio cultural do povo brasileiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discutir.) – Senador Dario Berger, só para fazer uma complementação. Queria parabenizar tanto o Senador Eduardo Gomes pelo relatório como o Senador Alvaro Dias pela autoria.

Desde pequeno, eu sempre gostei muito de futebol, paixão nacional, o esporte do brasileiro, que tem se expandido pelo mundo inteiro. O futebol feminino hoje, nos Estados Unidos, Senador Alvaro Dias, é uma febre. Se você anda em qualquer lugar lá, vê as meninas jogando. Dentro de pouco tempo eles... Eles já estão na liderança do futebol feminino há algum tempo, e o masculino está caminhando para isso também.

Essa preocupação do Senador Alvaro Dias – eu não tinha captado qual era a ideia – achei que ficou muito clara com essa explanação dele aqui e com o relatório do Senador Eduardo Gomes. É uma estratégia muito interessante também, porque faz a justiça, uma referência, porque a Seleção Brasileira de Futebol é amada pela população. É impressionante o amor que as pessoas têm. Eu vou falar só de um exemplo que eu participei: campanha do desarmamento, campanha por doação de sangue, recolhimento de benefícios para instituições que precisam, quando a Seleção Brasileira entra na jogada, são um megassucesso. Então, ela é verdadeiramente adorada, o povo brasileiro tem um respeito muito grande.

Mas o Senador Alvaro Dias e o Senador Eduardo Gomes vão além, ou seja, se a gente conseguir aprovar – porque nós vamos aprovar aqui – que a Seleção de Brasileira de Futebol seja patrimônio cultural do povo brasileiro, isso abrirá uma porta interessante para abrir essa caixa-preta da CBF – não é isso, Senador Alvaro Dias? O Senador Kajuru tentou abrir agora, há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois meses, recolheu assinaturas de dezenas de Senadores, nem precisava de tantas assinaturas, bastavam 27, porque é um direito da minoria a CPI da CBF, do futebol brasileiro, e até agora não foi aberta também. É outra CPI que está aí. A população quer saber, e não teve retorno. Ele até tentou no Supremo Tribunal Federal, e ainda não teve retorno acerca da liminar sobre isso. Mas precisa ser aberta. São muitas denúncias de corrupção.

Eu fui presidente de um clube de futebol, o Fortaleza. Foi uma passagem muito rápida, não pude conhecer bem, mas, pelo que os colegas colocam, relatam, muita coisa precisa ser normatizada. E essa ideia de o TCU poder fazer a fiscalização das contas é fantástica, porque realmente, direta ou indiretamente, há dinheiro do Governo envolvido.

Então, parabéns pela iniciativa, meu xará, Senador Eduardo Gomes, pelo relatório. E parabéns ao Senador Alvaro Dias, que é torcedor... Ele pede que eu não diga isso... Posso falar?

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. *Fora do microfone.*) – Pode.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Ele não pediu, não. Torcedor do Corinthians! Torcedor fervoroso! E dos times do Estado dele também, que ele...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Do Athletico Paranaense.

Eu vou concluir aqui, Senador Eduardo Gomes.

Como a matéria é terminativa, Senador Alvaro Dias, e como nós não temos quórum, eu vou deixar sobrestada, para que, na primeira oportunidade, nós possamos fazer a votação desse projeto de lei.

Mais uma vez, cumprimento V. Exa., destacado Senador da República, um dileto amigo, um grande companheiro que traz um relevo todo especial à nossa bancada hoje da Comissão de Educação.

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – Apenas para contar com a compreensão dos colegas para, aproveitando que não concluímos a votação, fazer a leitura do Item 17, um requerimento, para contribuir aqui com o projeto do Senador José Serra. É o requerimento do item 17, se V. Exa. assim permitir.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Requerimento. Item 17.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 96, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 472/2018, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a remuneração dos profissionais da educação e o desempenho dos estudantes na educação básica pública. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Professor Doutor Luiz Guilherme Dácar da Silva Scorzafave, da Universidade de São Paulo; 2. Professor Doutor Fábio Domingues Waltenberg, da Universidade Federal Fluminense; 3. Mariza Abreu, Consultora em Educação da Confederação Nacional dos Municípios; 4. Representante da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; 5. Representante da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO)

Passo a palavra a V. Exa. para a defesa do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2018, que dispõe sobre a remuneração dos profissionais da educação e o desempenho dos estudantes da educação básica pública.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Prof. Dr. Luiz Guilherme Dácar da Silva, da Universidade de São Paulo; Prof. Dr. Fábio Domingues, da Universidade Federal Fluminense; Mariza Abreu, consultora em educação da Confederação Nacional dos Municípios; representante da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; e representante da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

Justificação.

O Projeto de Lei nº 472, de 2018, trata de tema controverso: propõe o vínculo entre as metas de rendimento discente e adicional de remuneração dos profissionais da educação, com a regulamentação a cargo dos entes federados.

Segundo parte dos analistas, a medida tende a estimular um maior engajamento dos profissionais da educação em suas atividades, com resultados positivos no desempenho dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alunos. Para outros, contudo, a medida tem efeitos inconclusivos, eventualmente com potencial de gerar consequências indesejáveis, como incentivar fraudes nos sistemas de avaliação e favorecer a abordagem desproporcional de conteúdos curriculares mais facilmente mensuráveis.

Existem experiências nacionais e internacionais sobre a criação desse vínculo entre avaliação discente e a remuneração docente. Dessa forma, seria bastante instrutivo para a apreciação do PLS nº 472, de 2018, a realização de audiência pública com a participação dos eminentes pesquisadores e gestores.

Esse é o requerimento, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e submeto a votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será marcada, oportunamente, a audiência pública, de acordo com a agenda de V. Exa. e dos convidados.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Item 15 da pauta, de relatoria do Senador Styvenson Valentim.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 3011, DE 2019

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Governador Orleir Cameli" o trecho da Rodovia BR-364 compreendido entre os municípios de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

Autoria: Senadora Mailza Gomes (PP/AC)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para proferir relatório.) – Antecipando, Sr. Presidente, porque está dentro da juridicidade, da técnica legislativa e da constitucionalidade todo o pedido da Senadora Mailza, eu posso só ler aqui os dois parágrafos que falam justamente sobre Orleir Messias Cameli.

Ele nasceu no Seringal Belo Horizonte, no Município acriano de Cruzeiro do Sul, no dia 16 de março de 1949. Após uma carreira empresarial de muito sucesso, atuou como Presidente do Sindicato dos Seringalistas de Cruzeiro do Sul, até que, em 1992, ingressou na carreira política – foi no mesmo ano em que eu fui para Natal, Rio Grande do Norte, em 1992...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Coincidência...

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Você é do Acre, não é?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Sou do Acre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Você é acriano.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu sou acriano, sou de Rio Branco.

Isso culminou na sua eleição, apenas dois anos depois, como Governador do Estado do Acre – predestinado.

Entendemos, portanto, como apropriada a concessão do nome do ex-Governador Orleir Cameli ao trecho da rodovia BR-364 compreendido entre os Municípios de Rio Branco, que é a minha capital do Estado do Acre, e Cruzeiro do Sul, já outro extremo, ambas no Estado do Acre. Trata-se de justa láurea ao homem que lutou intensamente pela ampliação e asfaltamento das estradas do Acre, com destaque para trechos importantes das rodovias federais BR-317 e BR-364.

Por sua história pública, bem como pelo legado à população do Estado do Acre, a homenagem aqui feita, com esse apreço todo a ele, é medida de justiça à história desse acriano notável.

Eu preciso lembrar outros acrianos notáveis, Senador Girão, Senador Wellington: Enéas, Chico Mendes, a própria candidata à Presidente Marina – também tenho certa admiração por ela – e agora eu, acriano também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu voto pela aprovação, claro, do projeto de lei da Senadora Mailza.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e coloco em votação... Como é terminativo, nós vamos também deixar no arquivo do "aguarde-se" para deliberação oportuna.

Senador Wellington, o senhor quer a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há um projeto de minha autoria, mas vou deixar para a próxima. É um projeto que confere ao Município de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Atiradores. Não por acaso, Jaraguá do Sul foi considerada a cidade mais segura do Brasil. Inclusive, foi matéria do Fantástico. Ela tem um índice de desenvolvimento econômico e social realmente muito alto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O IDH eu não lembro, mas é bem alto, e é a cidade mais segura Jaraguá do Sul, Santa Catarina.

E como V. Exa. é um Capitão, Senador Styvenson Valentim, saiba que lá é a capital nacional dos atiradores. É a proposta do Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, que deliberarei na próxima sessão. Agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É alto, é alto, é alto. Santa Catarina, Jaraguá do Sul, Joinville e região têm um padrão de desenvolvimento bastante significativo.

Consulto V. Exas. se posso encerrar a nossa reunião.

Concedo, antes, a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, já que aqui estamos na Comissão de Educação, mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma vez, a minha luta pela implantação da universidade federal da minha cidade natal, Rondonópolis.

Esta semana, nós estivemos lá, em Rondonópolis, para a inauguração de um prédio, dentro da universidade, que vai abrigar ainda muito mais o funcionamento dos cursos da área médica – curso de Enfermagem, curso de Medicina. E, juntamente com a inauguração, a pró-reitoria da universidade fez um trabalho, um convite a todos os alunos da rede básica para estarem presentes na universidade, porque, como sempre tenho dito e repetido, queremos uma universidade desenvolvimentista, uma universidade que participe, no seu papel de ser uma universidade de ensino, de pesquisa e de extensão, ou seja, uma universidade aberta a toda a comunidade.

Dentro desse *campus*, alguns anos atrás, conseguimos implantar o primeiro curso da terceira idade, exatamente na linha da extensão. Lá as pessoas de terceira idade tinham aulas de reforço, de economia familiar, recreação, e isso foi um grande sucesso dentro dessa universidade. Portanto, já há um grande trabalho feito pela universidade no envolvimento da comunidade.

Também lá fizemos um compromisso de trabalhar junto ao Orçamento da União, porque temos outro bloco – esse específico do curso de Medicina. Este ano, Sr. Presidente, forma-se a primeira turma de Medicina na Universidade Federal de Rondonópolis, ainda no *campus* da Universidade Federal, porque lá está criada, mas ainda falta a implantação. Para a conclusão desse grande bloco, faltam aproximadamente três milhões, mas já está 70% da obra pronta. Esse bloco é fundamental para o desempenho dos alunos.

Na semana passada, estiveram lá, em Rondonópolis, os avaliadores do MEC. E que bom: os avaliadores lá estiveram e saíram muito bem impressionados por, mesmo com alguma carência física, o curso de Medicina estar concluindo sua primeira turma. Com certeza, teremos a aprovação, o reconhecimento desses profissionais por parte do MEC. Claro que é importante, porque o profissional forma e tem que ter o seu curso reconhecido para exercer também a sua profissão. Por isso, o nosso empenho.

Quero parabenizar aqui todos os professores, inclusive alguns voluntários da universidade federal que ajudaram muito na formação desses alunos, desses jovens, que hoje já são médicos, já podem se considerar médicos – eu tenho certeza de que o reconhecimento acontecerá – e parabenizar também os alunos pelo esforço de estar suplantando essas dificuldades.

O Ministério da Educação já tem inclusive a rubrica no orçamento para o ano que vem para um grande programa, que é exatamente o envolvimento do Ministério da Educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

através da Ebserh, para que aquelas cidades que não têm hospital universitário, como é o caso de Rondonópolis – 50 Municípios no Brasil não têm hospital universitário, mas nós temos unidades, como é o caso da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis e do hospital regional, que estão servindo de base. Nós queremos fazer com que essas unidades sejam transformadas em verdadeiros hospitais-escola. Para isso o MEC, então, estará repassando recursos de acordo com o número de alunos para que estes também tenham condições de comprar material, luvas, enfim, equipamentos e ajudar esses hospitais filantrópicos no seu funcionamento.

O que nós decidimos lá... Inclusive, a Santa Casa de Misericórdia passa por um momento de dificuldade, mas toda a bancada do Mato Grosso, eu quero registrar, liderada pelo ex-Senador e hoje Deputado José Medeiros, que colocou grande parte da sua emenda individual, aportou o restante para completar o recurso da ordem de R$20 milhões para sanar todas as dívidas. A Santa Casa tem um prédio muito grande, novo, construído, que está na fase final de acabamento também. E também há a transformação, cada dia mais, da Santa Casa num hospital-escola. Queremos construir dentro da universidade também o centro de diagnóstico, um trabalho que estamos fazendo em conjunto.

Por isso, eu quero fazer, primeiro, o meu agradecimento ao MEC, à nossa Comissão, a V. Exa. como Presidente, a todos aqui que me ajudaram no compromisso. Inclusive, o Ministro já deve estar definindo as vagas, fazendo um remanejamento para a criação das vagas para nomear os reitores *pro tempore* das nossas novíssimas universidades. São duas em Goiás, uma em Pernambuco, uma no Piauí, uma em Mato Grosso e mais uma criada também pelo próprio Presidente Bolsonaro no Estado de Tocantins, então, são seis novíssimas universidades. E o Ministro, então, deverá nomear esses reitores acredito que, no máximo, até o final do ano, porque agora já está se discutindo também a questão do orçamento do ano que vem. E, claro, no ano passado, conseguimos colocar essas universidades já no orçamento, já há dotação orçamentária própria no trabalho que fizemos aqui conjuntamente na Comissão de Educação atendendo todas essas universidades.

Então, eu quero aqui trazer o meu entusiasmo, a minha felicidade de poder ver, cada dia mais, se concretizando a Universidade Federal de Rondonópolis. E eu o compartilho também com toda a comissão organizadora pró Universidade Federal de Rondonópolis, com a imprensa da minha cidade e os Prefeitos de toda a região, porque vai compreender toda a região sudeste, são 19 Municípios, e também o Consórcio Regional de Saúde, através do Prefeito de Poxoréu. Nós tivemos essa semana lá a inauguração da sede do consórcio, e houve esse convênio, ou seja, a ativação ainda mais do reconhecimento e da importância do trabalho para o fortalecimento dos cursos na área médica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, nós tivemos, no sábado, um evento na minha cidade também, um jantar de comemoração dos 50 anos do Conselho Regional de Medicina Veterinária. Eu fui homenageado. Estou fazendo 40 anos, este ano, de formatura na Medicina Veterinária. E nós também vamos trabalhar, já combinamos, já definimos isso, para acertar o primeiro curso a ser criado, que é o curso de Medicina Veterinária na nova universidade, porque Rondonópolis é uma cidade que é um laboratório. Em qualquer direção a que você vá desde o centro da cidade, estará em fazendas.

Inclusive, ao lado da universidade federal, nós estrategicamente construímos o parque de exposições, ano passado. É uma área que foi doada pela Prefeitura, uma área muito grande, de 50 hectares. É o parque mais moderno do Brasil em termos de projeto.

O que nós fizemos? O sindicato rural contratou um arquiteto, esse arquiteto visitou todos os parques de exposição do Brasil, olhando, claro, as virtudes e os defeitos para construir um parque moderno. O parque de exposição de Rondonópolis, que se chama Wilmar Peres de Farias, que foi o ex-governador do Estado, é um parque muito moderno.

Nós queremos fazer com que esse parque seja também um *campus* da universidade na área de Ciências Agrárias. Nós já temos lá o curso de Zootecnia, então, queremos implantar Veterinária e depois também outros cursos da área. Lá há um espaço muito grande. Como são poucos os dias em que funcionam as exposições, então, há toda uma estrutura disponível, com salões de eventos que podem servir de salas de aula para aulas práticas. Com isso, nós estamos buscando também o envolvimento da sociedade para transformar a Universidade Federal de Rondonópolis numa universidade que já vai nascer forte, com a participação de toda a sociedade e, principalmente, de todos os Municípios que envolvem a região.

Mais uma vez, eu agradeço aqui a Comissão de Educação do Senado da República, na pessoa do nosso Presidente, Senador Dário Berger, que tem nos ajudado muito nisso. Claro, a interiorização da universidade sempre é um compromisso de todos nós. V. Exa. foi Prefeito e sabe a importância que representa, principalmente para o Mato Grosso, um Estado que está se desenvolvendo muito ainda, e nós temos vocação agropecuária. Sem dúvida nenhuma, a universidade vai poder trabalhar no sentido de verticalizar essa nossa economia.

Eu vi há poucos dias uma matéria na grande imprensa informando que o Brasil tem 500 mil vagas na área de tecnologia de trabalho, e não temos os profissionais capacitados. Então, é um grande desafio. Um país que tem o número de desemprego muito grande, precisa de gente para trabalhar, mas infelizmente não tem, às vezes, pessoa qualificada. Como V. Exa. foi Prefeito, sabe, principalmente no interior, para o Prefeito conseguir um médico, a dificuldade que é. Por isso, quando a gente luta para implantação de cursos de Medicina no interior, é com esse objetivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa meta agora é implantação do curso de Medicina na cidade de Barra do Garças, que é uma cidade polo do Araguaia, que compreende o Mato Grosso, Goiás e Tocantins, então, uma grande região que necessita muito da implantação do curso de Medicina. É esse o trabalho que estamos fazendo.

Eu agradeço, mais uma vez, a V. Exa., inclusive pela tolerância neste momento, porque já está tarde, mas aqui estamos cada um cumprindo o nosso papel.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu que cumprimento V. Exa.

Na verdade, essa foi uma luta permanente, Senador Wellington Fagundes. V. Exa. travou uma luta em defesa da implantação das novas universidades, mais notadamente a Universidade Federal de Rondonópolis, no Mato Grosso, uma conquista de V. Exa., uma vitória, e que carrega, de maneira inequívoca, o DNA do Senador Wellington Fagundes. Eu sou testemunha disto, nos primeiros quatro anos que nós estivemos aqui e mais este ano que está se completando, da sua obstinação, da sua luta, da sua determinação, da sua garra, da sua insistência para que efetivamente essas universidades saíssem do papel e entrassem na prática propriamente dita.

Quero louvar a sua iniciativa, a sua insistência, porque no setor público, Senador Girão, as coisas só acontecem se, muitas vezes, a gente empurrar a porta, ou tocar o pé na porta, porque senão a gente é vencido pela burocracia. Um dos grandes problemas que nós enfrentamos hoje é o excesso de leis, de normas, de decretos, de portarias, de instruções normativas. Tudo é difícil para a sua implementação.

Quero cumprimentar também o Ministro da Educação, que foi sensível a essa reivindicação e está implementando todos os complementos necessários para sua implantação definitiva.

De maneira que eu quero cumprimentar mais uma vez V. Exa. por essa obstinação, pela luta, pela garra e pela vitória que foi conquistada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrado a nossa presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Major Olimpio, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Acir Gurgacz, Zenaide Maia, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Ofício "S" n° 51, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao art. 23, § 2°, da Lei n° 13.303/2016, e nos termos do artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, as conclusões e a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab." **Autoria:** Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício, para que a Comissão informe à Conab do conteúdo desse parecer, e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigação de advertência dos riscos relacionados ao uso excessivo de telefones portáteis tipo smartphone." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 669, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas e uma subemenda à emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 905, de 2019 - Terminativo -** que: "Adiciona ao art. 1º da Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, parágrafo único para exigir que as empresas que ofereçam comércio online tenham, em sua página de vendas eletrônicas, endereço de fácil visualização para a versão oficial do Código de Defesa do Consumidor e para o aplicativo de solução de conflitos relacionados aos direitos do consumidor do Ministério da Justiça." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 990, de 2019 - Terminativo -** que: "Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1272, de 2019 - Terminativo -** que: "Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3256, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre reparações imediatas previstas no § 3º do art. 18." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 33ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado.*

Passarei agora à leitura dos avisos, ofícios e demais documentos recebidos por esta Comissão.

Comunico o recebimento da Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 2019, que solicita ao Tribunal de Contas da União auditoria operacional nos programas de prevenção e combate à violência contra a mulher e feminicídio, de autoria da Senadora Leila Barros.

A matéria será autuada e distribuída para relatoria prévia, nos termos do art. 102-B, inciso II, do Regimento Interno.

Também comunico aos senhores o recebimento de um *e-mail* encaminhado pela Assessoria Especial do Ministro do Turismo, cuja leitura passo a fazer.

> Prezado senhor, de ordem do Exmo. Sr. Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, solicitamos o adiamento de sua presença-convite junto à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor desse Senado Federal, que se daria na data de 3 de setembro de 2019, em virtude de caso fortuito e de força maior de âmbito do pessoal que o impedirão de comparecer.
> Certo de sua acolhida, reiteramos votos de elevada estima e distinta consideração e sugerimos a data de 1º de outubro de 2019 para o comparecimento espontâneo do Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio.

Essa data já foi acatada por esta Comissão. Então, em princípio, há uma confirmação da presença do Ministro no dia 1º de outubro.

Passamos, então, à pauta, diretamente ao item de relatoria do Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, que se multiplica de segunda a sexta, no mínimo internamente, aqui dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado, em várias Comissões, com presença marcante no Plenário, e já é uma um líder reconhecido nacionalmente por sua postura forte, ética e vencedora.

Passamos agora à leitura do item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 669, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos.

Autoria: Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Eduardo Girão

Relatório: Pela aprovação com três emendas e uma subemenda à emenda nº 1-CAE

Observações:

- Matéria apreciada pela CAE com parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CAE.

A Relatoria é do Senador Eduardo Girão, a quem eu passo a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para proferir relatório.) – Meu nobre Presidente Senador Rodrigo Cunha, eu que agradeço a possibilidade de estar sendo presidido por V. Exa., que eu reputo ser um jovem obstinado, dedicado, cumpridor das suas tarefas e que muito honra seu povo – nossos vizinhos ali praticamente – de Alagoas.

Eu peço a permissão do senhor para ir diretamente à análise desse projeto, que nós consideramos meritório.

Nos termos do art. 102-A, inciso II, "c", e III, "b", do Regimento Interno do Senado Federal, deve esta Comissão opinar sobre a prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos e sobre o aperfeiçoamento dos instrumentos legislativos reguladores, contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e dos fornecedores.

Compete à União legislar privativamente sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades – onde se inserem as normas gerais de concessões –, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Municípios. Igualmente compete à União legislar concorrentemente com Estados e Distrito Federal sobre as relações de consumo.

Não há óbices de natureza formal à tramitação do projeto de lei sob estudo, pois seu tema não faz parte das matérias legislativas reservadas à iniciativa exclusiva do Presidente da República, relacionadas no art. 61 da Constituição Federal, e nem daqueles assuntos de competência privativa do chefe do Executivo inseridos no art. 84 do Estatuto Magno.

A tramitação do projeto seguiu as regras regimentais.

Quanto à técnica legislativa, a proposição merece ajustes para se adequar fielmente aos ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que "dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis", conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. O art. 7º da Lei Complementar determina que o primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação. Apresentamos emenda nesse sentido.

Outrossim, a lei não deve trazer comandos inócuos, que não acrescentem conteúdo ao ordenamento jurídico. Nesse sentido, opinamos pela aprovação da Emenda nº 1-CAE, nos termos de subemenda que oferecemos, de forma a retirar do texto proposto para o atual art. 1º – que deixará de sê-lo – o trecho, abro aspas, "em especial nos serviços de distribuição de energia elétrica, distribuição e abastecimento de água" – fecho aspas. Ora, se o comando legal define que a regra posta se aplica "em qualquer hipótese", são desnecessários adendos ou explicações encabeçadas por – entre aspas – "em especial", "notadamente" ou "inclusive". Tais acréscimos não aumentam a clareza do texto ou o complementam. Antes, dão azo a dúvidas interpretativas, algumas legítimas outras de má-fé. O mais indicado é escoimar o texto legal desse tipo de acréscimo.

No mérito, como já restou claro ao acatarmos a Emenda nº 1-CAE, com pequenos ajustes, consideramos a proposição absolutamente relevante, justa e oportuna. A defesa do consumidor – de que V. Exa. aqui é uma referência nacional, Senador Rodrigo Cunha – é mais do que um princípio; trata-se de um direito fundamental que deve ser garantido e promovido pelo Estado.

Ao tempo em que damos relevo, anuímos com o argumento constante da justificação do nobre Senador Weverton de que há um comportamento abusivo por parte das concessionárias ao cobrarem taxas de religação. O consumidor inadimplente é penalizado de forma tripla, enquanto a concessionária aufere lucros: o serviço é cortado, cobra-se multa e juros moratórios e ainda taxa de religação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se está aqui defendendo a inadimplência, nem o fez o autor do projeto, mas é preciso haver justiça, equanimidade, modicidade e zelo no trato com o consumidor, que, como todos somos e estamos sujeitos a contratempos, pode ver-se eventualmente impedido de quitar seus débitos na data devida. Essa realidade é mais dolorosa e impactante exatamente entre a camada mais sofrida e pobre da população, que se vê tolhida de meios eficazes para se defender desses abusos.

Cabe ainda observar que, se aprovada a proposição conforme proposta, e mesmo com o emendamento feito pela CAE, uma parcela de consumidores ficaria desassistida. A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre concessão e permissão de serviços públicos, não trata dos serviços públicos prestados pela Administração Pública, diretamente ou por meio de outorga a entidades da administração indireta. O diploma que trata da proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados pela Administração Pública é a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que não foi objeto do PL sob análise.

Para que todos os consumidores de serviços públicos sejam contemplados, estamos propondo emenda com vistas a incluir na Lei nº 13.460, de 2017, comando que confira proteção equivalente à que se está garantindo apenas aos consumidores de serviços públicos prestados sob regime de concessão e permissão.

Por fim, observamos que o projeto tem cláusula de vigência imediata e não faz qualquer modulação quanto à eficácia de seus comandos. Todavia, pelo art. 5º da Constituição Federal, a lei não pode prejudicar o ato jurídico perfeito – no caso, os contratos de concessão e permissão já firmados, que regem direitos e obrigações entre as partes. Com base em nossa ordem constitucional, sendo sancionada a lei, suas disposições, não contempladas nos contratos atuais, somente poderão alcançar contratos firmados posteriormente à sua vigência, ainda que isso não esteja expressamente consignado no diploma legal que advier do projeto.

Não só é vedado à lei alterar regras contratualmente estabelecidas previamente à sua edição, mas também não é permitido o desajuste dos equilíbrios econômico-financeiros das avenças vigentes. Em última instância, com fulcro no inciso XXI do art. 37 da Carta Magna, certamente, concessionários e permissionários atuais buscariam o reequilíbrio da equação econômico-financeira dos respectivos contratos.

Com vistas a impedir imbróglios judiciais desnecessários, havemos por bem incluir, via emenda, comando que deixa patente a incidência das novas regras para contratos de concessão e de permissão assinados posteriormente à vigência da lei.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em decorrência do exposto, votamos pela aprovação do PL nº 669, de 2019, com as seguintes emendas e subemenda à Emenda nº 1-CAE:

EMENDA Nº – CTFC
Acrescente-se o seguinte art. 1º do PL nº 669, de 2019, renumerando-se os demais:
"Art. 1º Esta Lei aplica-se aos serviços públicos prestados pelas administrações diretas e indiretas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como aos serviços públicos concedidos ou permitidos por estes entes da Federação, vedando a cobrança de taxa destinada à religação ou restabelecimento do serviço e determina que, em qualquer hipótese, a religação ou o restabelecimento ocorra no prazo de doze horas, contado a partir do pedido do consumidor ou da quitação de eventual débito."

Outra emenda nossa:

EMENDA Nº – CTFC
Insira-se o seguinte art. 2º no PL nº 669, de 2019, renumerando-se os demais:
"Art. 2º O art. 6º da Lei no 13.460, de 26 de junho de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:
'Art. 6º .....
.....
.....
VII – isenção de taxa, tarifa ou outra modalidade de contraprestação pela religação ou restabelecimento de serviço, cujo prazo máximo de realização será, em qualquer hipótese, de doze horas, contadas a partir do pedido do consumidor ou da quitação de eventual débito.' (NR)"

Nossa outra emenda:

EMENDA Nº – CTFC
Dê-se a seguinte redação ao atual art. 2º no PL nº 669, de 2019, a ser renumerado:
"Art. 2º .....
Parágrafo único. Em relação a serviços públicos prestados em regime de concessão ou permissão, esta Lei somente se aplica a contratos posteriores à sua vigência. (NR)"

E a subemenda:

SUBEMENDA Nº – CTFC À EMENDA Nº 1-CAE
Dê-se a seguinte redação ao art. 13-A da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na forma da Emenda nº 1-CAE ao PL nº 669, de 2019:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 13-A. É vedada a cobrança de taxa, tarifa ou outra modalidade de contraprestação pela religação ou restabelecimento do serviço, cujo prazo máximo de realização será, em qualquer hipótese, de doze horas, contadas a partir do pedido do consumidor ou da quitação de eventual débito."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o voto e o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Girão, eu acompanhei atentamente a leitura do relatório de V. Exa., um relatório bastante completo, no qual aprimorou um projeto inicial e absorveu algumas emendas.

Esse fato específico me remete a uma situação que passamos no meu Estado e no Brasil inteiro. O consumidor, principalmente de energia elétrica, não paga a sua fatura no dia e, no outro dia, já está no cadastro negativo – no SPC e no Serasa –, uma realidade que não se tinha antes. E a lei diz isso, que não há um prazo para você inserir o devedor no cadastro negativo. Quando uma pessoa de baixa renda já tem dificuldade para conseguir pagar sua conta de energia, isso quer dizer que ela tem grande dificuldade de conseguir um empréstimo também por seu nome estar no SPC e no Serasa. Então, houve uma mudança de cultura em que, por mais que a legislação permita, a situação real, prática inviabiliza muitas vezes um bem-estar da família. E nós estamos falando aqui de um serviço público que tem que ser contínuo, ininterrupto e que é essencial, como é esse caso aqui, mas esse caso vem de uma maneira positiva.

Do meu ponto de vista, ao permitir – e V. Exa. disse isso muito bem – esta fórmula de criar um lapso temporal para fazer com que aquelas pessoas que não pagaram o seu débito não sejam cobradas também pela religação em curto espaço de tempo, tendo em vista que isso pode acontecer não apenas com quem é de baixa renda, mas com qualquer outra pessoa por vários motivos, encontrou-se uma solução viável. E também há a necessidade de que essas cobranças passem a ter um controle sobre esse custo. Então, qual a alternativa que nós vamos buscar para que isso seja cobrado? Qual o custo, de fato, que isso leva para o consumidor? Então, não é goela abaixo, com alguém sentado em seu gabinete, que se vai decidir isso. É preciso se basear em dados, que hoje não é o que nós temos.

Então, parabenizo V. Exa. pela leitura desse relatório.

Nós não temos aqui quórum presente, mas já demos um passo importante agora, para que, na próxima reunião, coloquemos a matéria em votação.

Então, dessa forma, parabenizo V. Exa., deixando a discussão para a próxima etapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, agora, à leitura do item 2.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor.

Autoria: Senadora Kátia Abreu (MDB/TO)

Relatoria: Senador Renan Calheiros

Relatório: pela aprovação.

Observações: - *a matéria constou na pauta das reuniões de 20/08/2019, 27/08/2019 e 10/09/2019.*

Passo a Relatoria *ad hoc* ao Senador Paulo Rocha, que está aqui presente, para que possa fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, trata-se de um projeto simples, mas muito importante, que diz respeito à questão da proteção ao consumidor. Na verdade, ele "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor".

O projeto é de autoria de uma Senadora diligente e experiente. E o Relator titular também é um Senador com grande experiência legislativa. Portanto, é um projeto de fácil análise, que contém apenas dois artigos.

O art. 1º acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.

O art. 2º é a cláusula de vigência, segundo a qual a lei decorrente da proposição, caso aprovada, entrará em vigor na data de sua publicação.

Na sua justificativa, a autora argumenta que o consumidor deve ter o direito de pagar a fatura emitida pelo meio que lhe for mais conveniente. Para a autora, o consumidor deve poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pagar a fatura não só no estabelecimento do fornecedor, mas também no banco, na loja lotérica ou por qualquer outra modalidade de pagamento.

A análise do projeto, como eu já disse, é fácil por causa da experiência tanto da autora quanto do Relator.

Cumpre-se a Constituição, cumprem-se as técnicas legislativas, e também se cumpre o Regimento da Casa. Portanto, não há de se fazer reparo ao projeto em análise quanto à técnica legislativa, à constitucionalidade e à juridicidade.

No mérito, entendemos que a proposição protege o consumidor e demonstra ser ponderada. Longe de imputar obrigações excessivas ao fornecedor, apenas proíbe cláusula que impõe uma obrigação descabida ao consumidor, que não está adequada ao mundo moderno.

Trata-se de proposição branda e equilibrada, que não prejudicará a atividade econômica. O mínimo que deve ser exigido do fornecedor é não dificultar a vida do consumidor. A proposição, ressalte-se, não está impondo qualquer medida desproporcional ou de difícil cumprimento.

No que se refere à cláusula de vigência, dada a pequena repercussão da matéria, entendemos que não há problema em se estabelecer que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O voto, Sr. Presidente, é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto da Senadora, de nº 374, de 2017.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Paulo Rocha, esse projeto, como V. Exa. disse, é um projeto simples, mas que tem, sim, um efeito social importantíssimo. Eu digo isso porque esse fato de obrigar ao pagamento da fatura da compra dentro do próprio estabelecimento é uma estratégia agressiva, muitas vezes utilizada de má-fé por alguns fornecedores, que fazem com que, por exemplo, quem tenha o cartão de uma grande loja só possa efetuar esse pagamento dentro daquela loja. Isso faz com que se libere o limite e, naturalmente, você está ali com o cartão de crédito liberado, dentro de uma loja, e a chance de consumir é muito grande. Isso obrigava o consumidor a ir até aquele estabelecimento e era muitas vezes utilizado como um chamariz, como uma maneira de tentar, naquele momento, conquistar o cliente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode parecer simples, mas é uma briga constante que os órgãos de defesa do consumidor, os PROCONs do Brasil inteiro enfrentam, tendo em vista que esses fatos não se têm muitas vezes por escrito, mas já era o posicionamento dado por muitos desses PROCONs.

Agora, esse relatório que V. Exa. apresenta unifica esse entendimento, e passamos a legislar sobre um assunto que não é tratado pela nossa legislação. Parabenizo V. Exa. pelo relatório, o qual declaro lido. Passaremos à próxima etapa quando tivermos o quórum necessário de Senadores presentes. Agradeço a V. Exa. pela leitura.

Em sendo assim, declaro encerrada a reunião desta Comissão, que se reunirá novamente na próxima terça-feira, às 11h30.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Paulo Rocha, Paulo Paim, Antonio Anastasia e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes e Reguffe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 50/2019 - CTFC, de autoria Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Finalidade:** Discutir com o poder público, representantes de institutos e sociedade organizada sobre as perspectivas e desafios dos negócios de impacto social. **Participantes:** Eric Sawyer, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS; Fábio Deboni, Membro do Conselho de Governança do Grupo de Institutos Fundações e Empresas - GIFE; Gilberto Ribeiro de Oliveira Filho, Sócio da Vox Capital; Lucas Maciel, Coordenador da Estratégia Nacional de Investimentos de Impacto do Ministério da Economia; João Manoel de Lima Júnior, Professor - Centro de Pesquisa em Direito e Economia da Fundação Getúlio Vargas - FGV; Daniela Arantes Alves Lima, Chefe do Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; Carlos Roberto Scretas, Consultor do Instituto de Cidadania Empresarial - ICE. Alexandre de Oliveira Ambrosini, Coordenador do Núcleo de Sustentabilidade da Unidade de Acesso à Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade do SEBRAE. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/03

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos!

Declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade discutir com o Poder Público, representantes de institutos e sociedade organizada as perspectivas e desafios dos negócios de impacto social, em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2019, de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com possibilidade da participação popular. Sempre abrimos os canais, através da internet, inclusive com antecedência, para que as pessoas saibam que iremos tratar do assunto em todo o País, para que as pessoas possam fazer seus questionamentos e participar. Além disso, abrimos o canal através do telefone 0800-612211, que é o Alô Senado.

Para dar início, já convido para fazer parte desta Mesa... Eu quero dizer aos senhores que temos hoje oito convidados para expor sua visão sobre o assunto, e, como a mesa não é tão grande, iremos dividir em dois blocos de quatro convidados.

Dando início, já convido para fazer parte da Mesa o Sr. Eric Sawyer, Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS). Eric, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também o Fábio Deboni, membro do Conselho de Governança do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). Por favor, pode se sentar.

Convido também Gilberto Ribeiro de Oliveira Filho, sócio da Vox Capital, e o Sr. Lucas Maciel, Coordenador da Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto do Ministério da Economia.

Sejam bem-vindos!

Senhores, antes de passar a palavra, vou fazer uma manifestação sobre esse assunto extremamente inovador, que é necessário ser debatido no ambiente do Senado Federal e do Congresso Nacional, tendo em vista a necessidade de se dar publicidade cada vez maior a um tema que pode, sim, ajudar a transformar a nossa realidade. Preparei, com a minha equipe, um discurso não tão longo, mas com alguns apontamentos sobre o que acredito que possa ser o dia de hoje.

Como sabemos, nos últimos anos, o Brasil vem sendo tomado por uma onda de empreendedorismo com foco nos problemas sociais que aos poucos se entranha em todos os ambientes e começa a mudar a nossa cultura e o nosso comportamento.

Fala-se em crise, e não há dúvida de que ela existe. É séria e profunda. Não se pode negar a necessidade de adoção de mudanças estruturais em nossa sociedade e de reformar setores essenciais da atuação do Estado. É sem dúvida por onde devemos começar.

Entretanto, apesar de todos esses problemas, há um Brasil que cada vez mais olha para um futuro com otimismo e motivação e que também busca no espírito solidário do nosso povo a energia para transformar a sociedade, valorizando a cidadania e a participação. São empresários, empreendedores com espírito de inovação que não veem a atividade econômica pelo prisma exclusivo do enriquecimento. Preocupam-se igualmente em fazer o bem e em encontrar soluções para questões ambientais e para problemas que afligem a população de baixa renda. Nesse contexto, destacam-se os chamados negócios de impacto social.

De acordo com Muhammad Yunus, economista criador do microcrédito e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2006, o conceito de negócio social tem, em sua essência, o desafio de suprir lacunas e resolver problemas sociais e ambientais com sustentabilidade financeira e eficiência.

Nesse contexto já surge a primeira questão a ser esclarecida: qual é a nomenclatura mais adequada para ser utilizada?

São, portanto, ações voltadas para a transformação da realidade da população menos favorecida com soluções inovadoras e muitas vezes geridas no interior dessas comunidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse modelo de negócio está ganhando cada vez mais relevância, indicando que pode ser uma alternativa para empreendedores que almejam fazer mudanças significativas em suas comunidades, integrando a busca do lucro com o enfrentamento do problema social.

Carecemos, portanto, de uma política pública com maior abrangência que promova, de forma sinérgica, a convergência dos esforços de organizações não governamentais, de empresários e de órgãos do Poder Público para promover a inclusão produtiva com base em uma economia mais solidária.

Fortalecer os negócios de impacto é uma dessas medidas. É necessário construir, com a participação dos diversos atores envolvidos, uma política pública que se incentive e estimule o surgimento de novos negócios que tenham como missão a transformação da sociedade, além da melhoria do ambiente empresarial.

A perspectiva adotada no campo dos negócios sociais busca a revisão do modelo que, tradicionalmente, faz a contraposição entre o Estado e a sociedade. Tal concepção geralmente atribui, de forma unilateral, ao Governo as responsabilidades pelas decisões estruturantes e pela definição das regras que orientam o ambiente de negócios. A ideia do empreendedorismo social parte de várias premissas. Uma delas é que da base da sociedade devem surgir as soluções para os problemas que enfrentam em sua vida cotidiana.

As políticas públicas são essenciais, porém, quando se trata de empreendedorismo social, o seu papel é o de permitir a criação de valor social e incentivar o protagonismo e o empoderamento das comunidades. É necessário, portanto, entre muitas outras medidas, criar condições para a difusão da cultura de sustentabilidade, promover qualificação técnica e profissional, incentivar a cultura de inovação, difundir e aprender com as melhores práticas e promover parcerias e incentivar as cadeias produtivas locais.

Peter Drucker, pai da Administração moderna, afirmava: "Não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo". No caso brasileiro, os desafios são gigantescos. O tema do empreendedorismo social e do setor 2.5 já estão na dinâmica da sociedade brasileira. É preciso incluí-lo, de fato, na agenda governamental. Dessa forma, é urgente envidar todos os esforços para reduzir as barreiras burocráticas, facilitar o crédito para esses empreendedores e investir de forma intensiva no apoio técnico para todos aqueles que decidem se dedicar ao empreendedorismo de impacto social.

Nosso propósito com esta audiência que estamos iniciando agora é justamente construir as pontes necessárias entre o esforço empreendido pela sociedade, por meio de suas organizações, e os órgãos de Estado, estruturando, assim, o marco legal para os negócios de impacto. Então, senhores, junto com todos que daqui fazem parte, eu tenho certeza absoluta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que, organizando em rede, podemos dar início, sim, a um amplo debate e a um esforço conjunto para difundir, viabilizar e potencializar os negócios de impacto social e ambiental em nosso País.

De início, era essa a apresentação que eu gostaria de falar, até para que os senhores entendam o motivo de terem sido convidados, o motivo de os senhores estarem aqui falando não apenas para este Plenário, mas para o País, pois estamos sendo transmitidos pela TV Senado.

Posteriormente, irei também me manifestar no Plenário e em outras oportunidades nesta Comissão com os demais Senadores sobre a importância de tratar desse assunto. No mínimo agora, com a nova Legislatura, identificar quais são os Senadores que têm sensibilidade com a causa, para que possamos fortalecer essa atuação, esse assunto com que o Governo também começa a trabalhar de maneira formal através de regulamentações desde 2017, no Governo anterior, mas agora também no atual Governo, para que possamos ficar alinhados com o resto do Planeta. É um negócio que já existe, é um negócio extremamente produtivo.

Estive conversando com o Lucas e disse-lhe que o meu objetivo como Parlamentar é justamente buscar inovar, buscar fazer algo que não foi feito durante muito tempo no meu Estado, porque, se eu repetir sempre os mesmos atos, necessariamente eu terei os mesmos resultados. Eu vivo hoje no Estado de Alagoas, que tem os piores indicadores sociais do País. Então, a minha função é identificar o que se pode fazer de diferente. E eu tenho certeza de que estou diante de um novo modelo de negócio que age diferente e que pode ter um resultado diferente.

Então, espero aprender muito com os senhores hoje, espero fortalecer uma rede que já se comunica e que pode ser potencializada pelo poder que está no Senado Federal. Sendo assim, quero muito ouvi-los.

Já convido para fazer a primeira explanação o Sr. Eric.

Sr. Eric, V. Sa. tem o prazo de dez minutos para explicar um pouco sobre a atuação do IABS.

O SR. ERIC SAWYER (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão e demais autoridades e colegas presentes.

Eu sou do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade, que é uma Oscip que tem escritórios tanto aqui em Brasília como em Maceió e em Recife.

Nós temos diversos projetos implementados com comunidades, em muitos casos promovendo a produção de base comunitária de produtos. Nós acreditamos que muitas vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as comunidades que estão nos locais onde as riquezas são geradas não compartilham desses benefícios. Então, o nosso trabalho vem muito no sentido de tentar equalizar essa situação.

Dentro do IABS, temos três programas principais de desenvolvimento rural, de cidades inclusivas e de inserção socioprodutiva, que é justamente isso que venho falando: colocar essa produção de base comunitária e garantir que os benefícios das atividades econômicas permeiem para as regiões onde as riquezas são geradas.

Nesses projetos, nesses incentivos que a gente dá para produção de base comunitária muitas vezes a gente se depara com uma lacuna entre o que é produzido e o mercado. E a gente tem visto nos negócios de impacto social um potencial muito grande para trazer algumas soluções, algumas respostas para essas nossas inquietações.

Falando um pouco de um olhar diferente, nós não somos um ator convencional, como eu vinha falando para o Lucas, no ecossistema que vem discutindo o marco regulatório para os negócios de impacto; nós temos o olhar mais da base, e acho que isso pode trazer algum insumo para esta discussão.

Foi feliz a oportunidade de ser o primeiro a falar, porque muito do que eu vou dizer acho que já é muito básico, mas serve como alinhamento para as discussões que virão adiante.

Como o Senador bem disse, os negócios de impacto, além de terem um objetivo econômico de gerar resultados financeiros, também vão ter um objetivo social e algumas vezes ambiental, ou seja, o objetivo não é único, ele é duplo e, às vezes, triplo. O que em inglês eles falam que é *bottom line:* muitas vezes a gente tem duas vezes ou três vezes esse desafio que as empresas já têm para conseguir cumprir com o objetivo principal delas. Então, isso gera um desequilíbrio, sobre o que vou falar mais adiante, e que seria interessante a gente buscar formas de equalizar.

Na questão econômica, como venho dizendo, devemos nos preocupar com as questões sociais e ambientais além do resultado econômico. Na questão ambiental, são vários desafios que a gente percebe desde o ponto de vista da ponta, da implementação, por exemplo, a rigidez locacional.

Nós temos um projeto que trabalha com depuração de ostras ao longo de todo o litoral de Alagoas. Essas ostras são produzidas tradicionalmente por comunidades e geravam alguns problemas de sanidade – muitas vezes os turistas que consumiam essas ostras passavam mal. Com o objetivo de trazer mais sanidade para esse produto, mas com o objetivo principal de gerar trabalho e renda para essas comunidades que já vivem disso, a gente fez a implementação de uma depuradora, criamos uma marca, trabalhamos com os chefes de cozinha e com outros estabelecimentos para viabilizar esse negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para ilustrar um pouco um desafio a mais que uma empresa dessa, que o negócio irá ter: nós queremos trabalhar com todas as comunidades que estão ao longo do litoral, e isso faz com que o nosso custo logístico seja mais alto, porque a gente vai trabalhar onde está o recurso natural. Nós não podemos fazer uma criação intensiva ao lado da nossa estrutura de beneficiamento das ostras, que faria muito mais sentido do ponto de vista econômico, porque nós deixaríamos de trazer o benefício para essas comunidades com que a gente quer trabalhar.

Temos outras questões, como se vamos trabalhar com produtos que ocorrem naturalmente nos ecossistemas onde a gente trabalha, sazonalidade e alguns outros que a gente pode até aprofundar mais adiante.

A legislação também é um desafio muito grande. Muitas vezes as leis são feitas pelas ou para as grandes empresas e se tornam obstáculos quase intransponíveis para esses negócios, para essas comunidades que querem inserir a produção delas nas cadeias de valores tradicionais. Então, é importante ver como as regras podem ser acessíveis para quem está ali na base, para quem não tem toda estrutura capaz de atender a uma legislação mais rígida.

Nós vemos alguns avanços, como o Selo Arte, que vem sendo trabalhado para isso, apesar de ainda estar em estágio inicial. Mas acho que há muito trabalho a ser feito ainda para se tentar conhecer melhor a realidade que a gente propõe transformar.

A questão de escalabilidade: a gente vê muito a primazia disso, quando se fala de impacto social, de impacto ambiental, a busca de números grandes, significativos, e a gente vê um risco nisso. Isso acaba ocasionando uma limitação tanto temática como regional. A tendência é preferir lugares com densidade populacional mais alta e temas como educação e saúde, porque isso vai gerar indicadores bastante significativos que vão chamar a atenção, mas que não necessariamente vão trazer tanta transformação na vida dos beneficiários como uma coisa de menor escala. É um ponto de atenção que tem de ser levado em conta também.

Outra confusão que se vê muito nas discussões que a gente tem acompanhado sobre os negócios de impacto é a diferenciação entre resultado e impacto. A renda muitas vezes é considerada como impacto; para nós, isso é um resultado. Trazer uma renda desproporcional para quem não está preparado pode ter um impacto negativo também; pode-se desestruturar um negócio que está iniciando, que está indo bem com um fluxo de renda que não está bem planejado aqui. Então, a gente quer tentar diferenciar bastante o que é resultado do que é impacto.

Sobre a própria medição de impacto, tenho certeza de que os demais colegas vão falar das dificuldades que nós temos nessa medição. A nossa inquietação está muito no sentido do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu falei: buscar escalabilidade, o que é impacto e como ele pode ser medido. Já existem inovações que a gente vê, como lindeiras e outros nomes técnicos em que não vou adentrar agora, para tentar resolver essa dificuldade, esse desafio. Afinal, se a gente quer priorizar os negócios de impacto, quer reequilibrar a condição de concorrência deles, claro que é importante que a gente saiba como medir isso.

Falando um pouco desse reequilíbrio para assegurar uma plena concorrência no mercado onde existem outras empresas que não têm esse duplo ou triplo desafio, a gente vê alguns exemplos surgindo no Rio Grande do Norte, na apresentação está colocado um projeto de lei no Rio de Janeiro, mas parece que já foi aprovado – soube hoje pelo Lucas que só está aguardando a sanção do Governador; diversos outros Estados e até Municípios têm demonstrado que existe essa preocupação, apesar de certamente ainda existirem muitas dúvidas a serem sanadas sobre como operacionalizar isso.

Então, pode ser por parte da tributação, como é o caso das Oscips, que gozam de algumas isenções de impostos. Podemos colocar prioridade nas compras públicas para negócios que buscam esses outros objetivos – também são oportunidades...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERIC SAWYER – E alguma forma de se remunerar esse impacto gerado.

Se a gente consegue uma forma apropriada de se mensurar isso, pode ser gradual, como a gente vê nos casos de títulos de impacto social – aqui no Brasil acho que são contratos de impacto social que vêm sendo trabalhados. Ou a gente pode trabalhar – por que não, se as empresas têm o lucro realizado e o lucro presumido – o impacto realizado e o impacto presumido.

Acho que meu tempo já está terminando.

Vou falar um pouco de uma sugestão de mecanismo para a gente fazer esse acompanhamento, essa verificação. Por ser Oscip, a gente conhece o mecanismo das Oscips, que têm essa isenção, porém, a cada ano, têm de apresentar uma prestação de contas para terem o título de Oscips renovado e continuarem gozando das isenções. Então, um mecanismo dessa forma acho que seria bastante interessante.

Vou parar por aqui. Sei que a gente vai continuar o debate depois. Estamos à disposição para seguir a conversa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eric, parabenizo-o pela sua apresentação.

Já tive a oportunidade de conhecer pessoalmente o trabalho do IABS. Conheci a sua sede aqui em Brasília. É um ambiente de trabalho extremamente agradável. A gente percebe as pessoas querendo contribuir com o País, não só a turma jovem, mas também a turma experiente, que conhece muito sobre esse tema, o que acontece no mundo, e tenta transportar para a nossa realidade.

Eu fico feliz em saber que o IABS tem uma atenção diferenciada ou especial, vamos dizer assim, por Alagoas, tendo em vista outros trabalhos que já foram feitos no Sertão alagoano. Aqui, quando a gente tem desigualdade regional, quando a gente fala em indicadores sociais e em possibilidade de transformação de uma comunidade, de uma localidade, sinceramente, pela forma demográfica de Alagoas, pelo fato de o Estado ser extremamente populoso também, é uma grande experiência, um grande laboratório para todos que estão aqui.

Fico muito feliz por um momento como este porque tenho certeza absoluta de que todos que aqui estão têm o mesmo objetivo: transformar a realidade que se encontra hoje em várias localidades do País. Vamos chegar lá, sem dúvida nenhuma, e a colaboração do IABS é importantíssima, pela vanguarda e também pelo resultado e pela eficiência que têm os seus trabalhos. Muito obrigado pela apresentação.

Já convido o Dr. Lucas Maciel para fazer sua apresentação, também inicialmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. LUCAS MACIEL (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Eu queria, antes de mais nada, parabenizar a iniciativa do Senador. A escolha do tema foi muito feliz, os negócios de impacto são um tema quente no mundo inteiro e acho que é extremamente relevante trazer isso para esta Casa e fazer esse debate de uma forma mais aprofundada e qualificada, como está sendo proposto aqui.

Eu queria também me dirigir às pessoas que nos assistem agora pela televisão. A gente está falando de um assunto muito importante. Quando a gente fala muitas vezes que empresas podem resolver problemas sociais também, fica meio abstrato, as pessoas não entendem do que a gente está falando. Então eu queria dar alguns exemplos concretos para ficar mais claro do que se está falando.

O primeiro exemplo que eu queria dar para começar é a história do Matheus Cardoso. O Matheus é um jovem da periferia de São Paulo, pobre, negro, filho de empregada doméstica. Por um acaso, o Matheus conseguiu acessar a universidade. Ele se formou em Engenharia Civil e resolveu que iria resolver um problema do local de onde ele vem, na Zona Leste de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, um lugar chamado Jardim Paulista, sujeito à inundação todo ano, muitos barracos, favelas, enfim, problemas. E ele criou uma empresa chamada Moradigna, cujo propósito é reformar barracos de favela. E aí vem o primeiro problema: morador da favela não tem dinheiro para reformar seus barracos. Então ele criou um modelo de negócio. Como é esse modelo de negócio dele? Ele faz parcerias com os bancos – taxas de juros mais acessíveis, que as populações conseguem pagar no boleto –, parcerias com as lojas fornecedoras de materiais de construção – materiais mais baratos –, ele tem projetos pré-prontos de reformas dos barracos – então ele ganha em escala, não precisa ficar personalizando – e usa, quando possível, mão de obra local, da própria população, na reforma de seus barracos. Resultado: ele já reformou mais de 500 barracos, a ordem de milhares de pessoas foi beneficiada. Não tem apoio do Estado isso, é uma iniciativa empreendedora, é uma empresa resolvendo um problema social.

Eu quero dar um segundo exemplo, que conheci esta semana, de uma empreendedora cujo nome é Michele. O QI dela é 185, ela é gênio. Ela tem 38 anos, é do Paraná, e ela criou uma mão biônica que acopla em pessoas que tiveram a mão amputada, e um sensor consegue captar os sinais neurais que o cérebro manda para o toco e mexe a mão biônica. Ela está decidida a levar esse produto para a população do Norte, população de baixa renda, indígenas, quilombolas. Ela está vendendo essa mão a R$5 mil. Esse é o propósito dela. Já há um monte de investidores interessados em comprar a patente dela, o produto dela, mas ela já deixou bem claro que o propósito dela é resolver problemas sociais, não é só ganhar dinheiro.

Isso é uma tendência mundial. Quando a gente vê a Greta, por exemplo, ir à ONU e falar o que ela falou, por exemplo, para as lideranças mundiais, ela está dando uma mensagem das novas gerações.

E essa moçada nova está muito interessada em resolver os problemas que não estão sendo resolvidos pela atual geração e que foram agravados pelas gerações anteriores, e os negócios de impacto parecem ser uma forma de resolver isso. Quer dizer, essa moçada está interessada, sim, em ganhar dinheiro, está interessada, sim, em empreender, mas tem que ter propósito, ela quer deixar sua marca de contribuição para o Planeta.

Pensando nisso, o então Ministério da Indústria, hoje Ministério da Economia, começou um processo de articulação de diversos órgãos, e a gente fez uma consulta pública à sociedade civil que resultou num documento-base. Esse documento-base tem uma série de ações – são 70 ações – que devem ser feitas até 2027, e isso virou um decreto presidencial, instituindo o que a gente chamou de Estratégia Nacional de Investimentos e Negócios de Impacto (Enimpacto). O propósito da Enimpacto é implementar essas ações de forma a fomentar, criar condições para que mais negócios como o do Matheus, mais negócios como o da Michele surjam no País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está atuando em quatro frentes. A gente tem uma frente de aumento de oferta de capital, todas as ações referentes a fundos – o Gilberto vai falar aqui de alguns fundos. A gente tem ação conjunta com BNDES, Banco do Brasil, Caixa, para aumentar o capital disponível para esse setor.

Um segundo eixo é de aumento do número de negócios de impacto, ações de capacitação. O Sebrae está aqui também, um grande parceiro nosso nesse processo. A gente tem programas no ministério, como o InovAtiva de Impacto, que tem acelerado... Por exemplo, a Michele, essa que eu mencionei, está sendo acelerada pelo nosso programa agora, o InovAtiva de Impacto.

O terceiro eixo é de fortalecimento das organizações intermediárias, principalmente ações com os institutos e fundações. O Fábio vai falar disso; a Sheila que está ali, da Anprotec, também é uma grande parceira neste processo. É impossível a gente pensar em ações num país de dimensões continentais como o Brasil sem pensar em estratégias de capilarização, e nisso as aceleradoras e incubadoras, as universidades têm papel fundamental nesse processo.

E um quarto eixo, Senador, que é o que eu acho que diz mais respeito à atuação no Senado: a gente tem todo um conjunto de ações voltadas à melhoria do ambiente normativo, regulatório e institucional dos negócios de impacto. Aqui eu estou falando de leis, normas, decretos. Por exemplo, eu vou citar um caso em que a gente tem, em articulação com o gabinete do Senador Tasso Jereissati, um projeto de lei que está em tramitação na Casa agora que cria o contrato de impacto social. O contrato de impacto social é uma forma inovadora de o Governo adquirir serviços e pagar pelo resultado. É uma forma que contribui muito para alavancar esse setor. Esse modelo foi criado no Reino Unido e já foi expandido para outros países: Estados Unidos e Canadá têm seus *social impact bonds*, como são conhecidos internacionalmente, Portugal tem feito isso, Itália, enfim, isso está se expandido no mundo, e o Brasil não pode ficar para trás.

E aí eu quero fazer uma menção aqui: o Brasil chegou relativamente tarde nessa agenda. Esse assunto surgiu no ano 2000 no Reino Unido, e o Brasil começou a tatear esse assunto em 2014, mas a gente tem conseguido grandes avanços rapidamente, e a Enimpacto é uma das coisas que tem potencializado isso. Uma prova do que a gente tem feito são alguns elementos que eu queria trazer aqui para o plenário.

A gente ficou muito feliz porque o Fórum Econômico Mundial e o Governo britânico assinaram um artigo onde eles reconhecem a Enimpacto como uma iniciativa inovadora para a promoção desse setor. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), os países que fazem parte dessa organização também publicaram um artigo reconhecendo a Enimpacto como uma coisa interessante para o setor. Mais importante: em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

articulação com o Itamaraty – e aqui eu quero deixar registrado o papel do Itamaraty nesse processo – a gente conseguiu, junto com o fórum de líderes do G20 – o G20 são os ministros da economia das 20 maiores economias do mundo – fazer uma declaração reconhecendo a importância dos investimentos de impacto para a superação dos desafios sociais e ambientais no mundo.

Isso é muito importante porque dá orientação para as políticas que vão ser executadas em cada um desses países.

E aí, para não ficar só no âmbito internacional, nacionalmente, Governos locais olharam para o que a gente estava fazendo em nível da União, em nível federal e resolveram replicar essas estruturas em suas respectivas instâncias locais. Refiro-me aqui ao Governo do Rio Grande do Norte, que instituiu a estratégia estadual de investimento e negócios de impacto, da Governadora Fátima Bezerra, e ao Governo do Rio de Janeiro, que aprovou, há dez dias, uma estratégia estadual de investimentos e negócios de impacto também, está só aguardando a sanção do Governador Witzel. Então esse é um tema quente e precisa, sim, de muito apoio.

Para finalizar nesses últimos minutos que tenho aqui: o que o Senado pode fazer, Senador? A primeira coisa eu acho que é continuar fazendo o que está sendo feito: há projetos de lei, como o de contrato de impacto social, que precisam avançar. Eu acho que pode contribuir muito no processo de dar conhecimento, publicidade para isso fazer audiências como essa nos locais, nos Estados; é muito importante mobilizar isso, porque a realidade acontece lá na ponta, mas existem muitas coisas que são quentes e que podem ser feitas.

Eu, por exemplo, tive oportunidade de conversar com o Kieron Boyle. Esse cara era assessor do Gordon Brown, e foi onde tudo começou lá. Eu perguntei para ele algumas coisas que mudaram o jogo. Eles ficaram patinando muito tempo no Reino Unido até esse assunto deslanchar também. Então, por exemplo, algumas coisas que fizeram o jogo mudar e a quantidade de negócios de empresas sociais deslancharem no Reino Unido...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUCAS MACIEL – Hoje são 470 mil negócios sociais no Reino Unido. Primeiro exemplo: a utilização de contas dormentes. Aqui a gente tem contas que estão inativas, de pessoas que morreram, faleceram há muito tempo, e não são usadas. Aprovou-se uma lei no Reino Unido que autorizou a utilização de uma parte desses recursos para criar um banco cujo objetivo é fomentar empreendimentos como esse. Lá é o Big Society Capital, para quem tiver interesse de conhecer. Recomendo conhecer um pouco essa experiência, é uma coisa que poderia ser utilizada aqui também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro exemplo: lá existe uma lei aprovada que é a Social Investment Tax Relief, a lei de liberação de tributos para o investimento social. Foi possível mobilizar muitos investimentos no setor depois da aprovação de uma lei como essa.

Acho que seria muito importante a gente ter uma lei que qualificasse os negócios de impacto no País, que a gente tivesse uma orientação do que é um negócio de impacto. Isso é importante porque a gente insere no ordenamento jurídico, é importante porque dá base para que uma série de políticas públicas possam ser executadas a partir de uma definição legal do que seja – eu me refiro a políticas de financiamento, políticas de crédito, políticas de editais específicos de fomento, etc. Dá para fazer isso de uma forma simples, sem burocracia e que contribua muito para o País.

Mais uma vez quero parabenizar a iniciativa, colocar o ministério à disposição para aprofundar esse debate e desejar todo sucesso no aprofundamento dessa agenda.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Lucas pela apresentação. O Lucas é o Coordenador da Estratégia Nacional de Investimentos de Impacto do Ministério da Economia e demonstrou ser um grande conhecedor da causa, e já há um bom tempo, desde o início, quando começou a ser tratado esse tema pelo Governo Federal.

Também pela experiência que já teve mundo afora e que traz, tenho certeza de que pode contribuir bastante com o momento que estamos vivendo e que iremos viver. Certamente será muito acionado, não só por mim, mas pelo nosso gabinete e por esta Comissão, para buscarmos um marco regulatório que delimite essa inovação no nosso sistema jurídico também, sem dúvida alguma.

Obrigado, Lucas, por sua contribuição.

Dando sequência, convido o Sr. Gilberto Ribeiro de Oliveira Filho, sócio da Vox Capital, para fazer sua apresentação, também pelo prazo de dez minutos.

O SR. GILBERTO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Para expor.) – Um bom dia! Agradeço ao Senador e à Comissão pelo convite.

A Vox Capital é uma gestora de recursos cuja missão é tornar os fluxos de capital mais inclusivos, abundantes e transformadores para a sociedade.

Então, como o Lucas estava comentando, a oferta de capital para esse setor é um desafio e uma necessidade para que esses negócios continuem existindo, e a nossa missão na Vox é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentar juntar o dinheiro das pessoas com o seu propósito e permitir que esse dinheiro seja investido em negócios com impacto social ou ambiental.

A Vox existe há dez anos, a gente completou dez anos este ano. A gente tem dois fundos sob gestão, são fundos de investimento em participação, um veículo que é registrado na CVM. A gente fez 25 investimentos ao longo destes últimos dez anos, são quase R$140 milhões sob gestão e 30 milhões de pessoas servidas pelas empresas do nosso portfólio, majoritariamente nos setores de saúde, educação e serviços financeiros. A Vox foi a primeira gestora desse tipo, a primeira empresa de investimentos de impacto brasileira. Para além de investir, a gente também trabalha para desenvolver todo um ecossistema de investimentos no País. A gente está envolvido em todas as principais redes de articulação e *advocacy* do campo, a gente contribui com a maior parte das escolas de negócio para avançar o conhecimento nesse tema, e também isso acaba sendo reconhecido nacional e internacionalmente como uma iniciativa de relevância.

Para dar um pouquinho de conceito, definir o que são os investimentos de impacto, eu trago a definição mais amplamente aceita hoje, que é a definição do Global Impact Investing Network. Essa rede, Giin, define investimentos de impacto como aqueles investimentos feitos com a intenção de, para além de retorno financeiro, também gerar impacto social ou ambiental através do *core business*, através da atividade principal. Esse investimento pode ser feito diretamente em organizações, pode ser feito através de iniciativas corporativas, mas desde que essa intenção exista, de ter, como o Eric mencionou, mais de uma *bottom line:* ou um retorno financeiro associado a um impacto ambiental ou um retorno financeiro associado a um impacto social.

Se a gente fosse pensar num *continuum*, num espectro de capital, num extremo você tem o dinheiro que está buscando só o retorno social, só o impacto, então de um lado aqui, do lado direito do quadro, a gente estaria falando das iniciativas filantrópicas, da caridade, e do outro lado do extremo a gente teria o mercado de capitais tradicional, que está buscando simplesmente o melhor retorno ajustado ao risco no qual está sendo alocado aquele recurso. Os investimentos de impacto estão nesse miolo.

Se a gente descer, a gente tem iniciativas que buscam retorno financeiro competitivo ao longo desse espectro; tem iniciativas de investimento que estão olhando para a agenda de meio ambiente, impacto social e governança de um ponto de vista de mitigação de riscos – como é que eu reduzo o risco do meu investimento de ter um evento adverso em uma dessas três dimensões –; há investimentos que buscam, por meio destas dimensões, ambiente social e governança, oportunidades específicas de investimento – são as *best in class*, diz respeito aos fundos que estão buscando ações que são responsáveis, de empresas que têm uma melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

performance por conta dessas políticas; e há fundos – e aí começamos a entrar um pouco no campo em que eu atuo – que buscam soluções que são mensuráveis de impacto: empresas cujo *core business*, cujo negócio principal esteja contribuindo para melhorar a vida das pessoas ou do Planeta, e fazendo isso ou buscando retorno financeiro competitivo ou, em alguns casos, quando necessário – se você está criando um novo mercado, se você está desenvolvendo uma iniciativa que ainda é inexistente –, pode-se também abrir mão de parte desse retorno financeiro para garantir que essas coisas ocorram. Então, o perfil de investimento é dos mais diversos, vai desde fundos que estão olhando só para mitigação de risco até institutos, fundações que estão buscando maximizar o impacto que o seu dinheiro faz.

O escopo de investimentos de impacto é esse do meio, são investimentos que estão buscando, sim, o retorno financeiro, seja ele abaixo ou acima da média, e focando em negócios cujo *core business* entrega isso. E o nosso foco na Vox é tentar associar retorno financeiro competitivo com impacto social.

Se a gente olhar para o mundo – e acredito que meus colegas vão aprofundar um pouco mais esses dados quando eles forem comentar – essa é uma indústria que vem crescendo numa velocidade bastante acelerada. Hoje, o censo da indústria feito pelo Giin calcula cerca de US$500 bilhões em ativos sob gestão. Cerca de um quarto disso são dívidas privadas. A maior parte disso está em mercados desenvolvidos ainda. São já mais de 11 mil transações de investimentos, e é uma indústria que tem o seu marco de nascimento em 2007: a primeira vez que alguém usou o termo "investimentos de impacto" aconteceu em 2007 em uma conferência na Rockefeller Foundation, e desde então o setor vem crescendo.

Quando a gente olha para o Brasil, o ecossistema brasileiro empreendedor também está amadurecendo. A gente teve, na contagem aqui da Pipe.Social e da ABStartups, mais de 13 mil empresas se declarando *startups*, ou seja, empresas inovadoras, geralmente empresas de base tecnológica que são inovadoras, de crescimento acelerado e que estão buscando, através de seus negócios, mudar alguma dinâmica de mercado.

A gente estima, por conta dos dados dessa organização que se chama Pipe.Social, que cerca de 10% dessas empresas têm alguma missão social ou ambiental. E, se a gente olhar para a indústria de capital de risco, que é a indústria na qual a Vox se insere – o termo em inglês é *venture capital* –, isso também é uma indústria crescente: ano passado foram R$16,6 bilhões de investimentos em capital de risco. Provavelmente todo mundo aqui usa algum aplicativo de alguma empresa que foi beneficiada por esse tipo de investimento. Quem pegou o 99Taxis para chegar aqui até a Comissão fez parte desse tipo de indústria, assim como quem já pediu comida no Rappi, quem usa o cartão do Nubank.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil virou um destino para capital empreendedor, e um destino relevante na América Latina, e o que a gente tem acompanhado é que isso ainda não mobilizou o capital de impacto. Já é uma indústria relevante sim: no Brasil são US$343 milhões, de acordo com os dados da ANDE e da associação latino-americana de *venture capital*, mas isso ainda representa uma fração dos ativos sob gestão globais. Enquanto a gente olha para *private equity* e *venture capital* brasileiros representando pouco mais de 3% do *share* global de ativos sob gestão, investimentos de impacto no Brasil ainda representam só 0,15% desse capital total. Então ainda há muito espaço para crescer, ainda há bastante oportunidade. A gente já é um dos destinos mais relevantes da indústria global de investimentos, falta pouco para isso se tornar realidade também em investimentos de impacto.

E por que Brasil? Para quem não é de São Paulo, infelizmente essa foto não é uma montagem. Essa é uma foto do Bairro do Morumbi. É um bairro que faz fronteira com uma comunidade de urbanização já avançada que se chama Paraisópolis. Esse muro corta um dos bairros de mais alta renda de São Paulo e uma das comunidades que sofrem das maiores carências de infraestrutura que existem na Zona Sul do Município. Esse tipo de figura infelizmente é representativo do Brasil. A gente ao mesmo tempo é uma das principais economias do planeta, uma das dez maiores economias do planeta, mas também uma das mais desiguais. A gente tem seis pessoas no Brasil que concentram hoje o equivalente à riqueza de 50% da população mais pobre. A gente coexiste dentro do nosso País com o IDH de Zurique e da Zâmbia, às vezes num espaço de menos de 1km. Então, existe muita oportunidade para empreendedores que queiram se inserir uma economia vibrante. A gente tem empresas privadas superfortes, tem um mercado de capitais bastante ativo, tem movimentação de fusões e aquisições bastante frequentes todo o ano, mas ao mesmo tempo tem problemas sociais bastantes sérios para resolver em vários campos.

Você tem uma boa parte da população que hoje vive abaixo da linha da pobreza americana, mais de 30% – dependendo da conta, entre 30% e 40% – da população não têm acesso a contas bancárias, estão excluídas do mercado financeiro, não conseguem poupar, não conseguem guardar dinheiro, não conseguem proteger seus fluxos financeiros. Você tem 92% dos alunos que terminam o ensino médio sem o nível básico de matemática e leitura em português. A gente tem uma série de indicadores que podem, sim, ser mobilizados, e os negócios de impacto não são a solução; eles são, sim, mais uma forma de fazer isso. Esse tipo de problema que a gente tem, para resolver, precisa de uma série de ferramentas, precisa de política pública, precisa do terceiro setor, precisa do setor privado, e essa é uma contribuição possível dos negócios de impacto.

O Lucas terminou falando sobre como o Governo pode se engajar, como essa pauta pode ser avançada pelo Executivo, pelo Legislativo. O perfil dos nossos negócios, dessas 25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas em que a Vox investiu, é de empresas de base tecnológica, são empresas geralmente que começam pequenas, mas crescem em uma velocidade acelerada, e a gente se beneficia toda vez que o ambiente de negócios é mais estável e mais favorável ao empreendedorismo. Então as reformas tributárias, a simplificação do ambiente de negócios, tudo isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GILBERTO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO – ... ajuda essa pauta a se desenvolver, fortalece e aumenta a possibilidade de esses negócios continuarem existindo, de reduzir a mortalidade e reduzir a dificuldade que esses negócios têm para se desenvolver.

Bom, era isso que eu tinha para falar.

Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço o Gilberto por sua apresentação, que demonstra cada vez mais a importância de o Legislativo também estar acompanhando essa alteração social.

Nós estamos aqui diante da tramitação da reforma tributária. Então, é um momento também em que pode haver uma interferência direta com o seu trabalho, com a sua atuação, com o trabalho que a Vox realiza, sem dúvida nenhuma, que impacta também esse modelo de negócios sobre o qual estamos conversando.

Temos também em tramitação alterações na Lei de Licitações. Então, é importante também buscar um olhar diferenciado, observar qual será o andamento da legislação aprovada no Rio Grande do Norte, como será que o Executivo irá tratar de fato as empresas que possuem impacto social, sendo tratado de maneira diferenciada em um Estado específico.

Então, é interessante observar essas experiências. Com certeza, momentos como este, para mim, são enriquecedores e, tenho certeza, para todos aqui também. Quem não conhece passa a conhecer o trabalho realizado pela Vox e, com certeza também, estimula novos empreendimentos.

Sendo assim, para fechar este primeiro bloco, esta Mesa, convido o Sr. Fábio Deboni, que representa o Gife, que é o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que tem também uma grande função social.

Fábio tem dez minutos inicialmente para fazer a sua apresentação.

O SR. FÁBIO DEBONI (Para expor.) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todos e todas!

Obrigado, Senador, pelo convite. É uma honra estar aqui representando o Gife.

Eu sou gestor do Instituto Sabin, que é um associado do Gife. O Gife é uma associação de institutos, fundações e empresas que atuam nessa fronteira do investimento social privado. Vou explorar um pouquinho mais o tema.

Duas curiosidades. Uma é dizer que há negócios de impacto no Brasil inteiro já e, para citar um exemplo reconhecido, premiado, de Alagoas: é a Hand Talk, que é um negócio superpremiado já, está no mundo todo. Está sendo criado agora também, no Nordeste, um portal de informações de conteúdo sobre o tema, que se chama Impacta Nordeste. Então, é outro canal. Ainda não está no ar, mas estará no ar em breve. É uma articulação de pessoas da região tentando alavancar o tema. Isso é só para dar dois exemplos de como o tema regionalmente vem crescendo no Brasil. Então, acho que ilustram bem a agenda.

Vamos lá.

O Gife é uma associação que nasce no processo de redemocratização do Brasil. Formalmente criado em 1995, hoje tem por volta de 155 associados. Vamos dizer que os maiores *players*, fundações e institutos, estão no Gife, se encontram ali. Então, é uma rede de conhecimento, de relacionamento, de produção de conteúdo sobre esse tema e que investe, por ano, por volta de R$3 bilhões nessa frente chamada investimento social privado, globalmente conhecida como filantropia.

O que é o tal do investimento social privado aqui? De maneira mais simples, é o seguinte: recursos privados para o bem comum. Então, aqui nós não estamos falando de recursos de multa ou de compensação, nós estamos falando de empresas que voluntariamente assumem que querem fazer algum trabalho social, ambiental, querem jogar esse jogo para valer.

E, aí, elas o fazem – conforme aquele outro gráfico – em diferentes áreas temáticas. Educação é, disparado, o tema mais quente, mas há um conjunto de temas que estão colocados na agenda do investimento social privado no Brasil há décadas já.

Então, acho que, para começar a relação dessa agenda da filantropia com o tema de negócios de impacto, há alguns pontos, algumas premissas de que a gente já vem tratando no setor.

Primeiro: não é uma evolução... Então, dizer agora... Fazer negócio de impacto, atuar com investimento de impacto, não é uma evolução da filantropia, mas quer dizer que a filantropia coexiste com outras formas de endereçar questões socioambientais. Então, não se trata de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que é melhor ou pior do que o que já era feito, mas há novas ferramentas para você endereçar essas questões, e a filantropia tem o seu papel nessa agenda também.

A gente passa a encarar o ecossistema como um todo e não só os negócios de impacto. A gente brinca dizendo que há outras formas de vida nesse ecossistema. Você tem incubadoras, aceleradoras, vários atores-chave nessa agenda que a gente vai explorar um pouquinho mais.

Há diversidade de tipos de negócio. O Lucas citou aqui a Moradigna, eu citei a Hand Talk. Há um monte de outros tipos de negócio. Há ONGs com braço de negócio, há cooperativas fazendo negócios de impacto, há negócios de impacto na periferia. Então, há uma série de arranjos possíveis que trazem um olhar bem diverso para a realidade brasileira, o que é muito bom.

Há barreiras no setor. No caso de institutos e fundações: quando uma fundação faz um investimento que visa ao retorno financeiro, esse tema ainda não está resolvido do ponto de vista de jurisprudência, mas já há várias fundações fazendo. Então, as barreiras são transponíveis; do ponto de vista legal, há formas de se fazer.

Há iniciativas coletivas que são muito potentes: *pool* de fundações se reunindo e fazendo trabalho em rede – V. Exa. citou no início, não foi, Senador? Então, isso também está acontecendo nesse setor e é muito rico. Um exemplo é o Finpe, que é um grupo de 20 fundações e institutos que estão aprendendo a fazer investimento de impacto de forma coletiva. Então, é um trabalho muito bacana, e a gente faz parte dessa iniciativa.

Por fim, ali: não existe uma bala de prata. Quer dizer, não há um curso, não há uma porta de entrada para esse tema. O tema é complexo, está em construção, e há múltiplas formas de você interagir com essa agenda – isso é importante ressaltar.

Essa é uma visão do ecossistema. Imagino que os outros colegas vão explorar mais a fundo, mas, basicamente lá em cima a gente tem os *players* que ofertam capital, seja a Vox aqui, seja o Governo, sejam fundações. Enfim, você tem uma série de atores que têm recursos e podem alocá-los.

Lá embaixo, na base, você tem uma série de tipos de negócios de impacto que necessitam desse capital, e eles o fazem, eles o acessam por meio dos intermediários.

Eu destaco, lá em cima, as fundações como um desses *players* e, ali no canto, os intermediários, ou seja, esses vários tipos de organizações que fazem o meio de campo entre quem precisa desse capital, os negócios de impacto, e quem disponibiliza esse recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se a gente for dar um zoom nesses tipos de intermediários, a gente vai ter quatro tipos – aí é um estudo da Aliança lançado em 2015, o *link* está ali embaixo, na referência. Basicamente, a gente tem uma primeira categoria, que são intermediários que fazem gestão e acessam investidores, vulgo aceleradoras e incubadoras.

Você tem uma segunda categoria, que são aqueles que se especializam em recursos e operações mais financeiras. Hoje, se um negócio de impacto precisar captar recursos, ele tem dificuldade, no grande banco tradicional, em acessar um capital numa condição adequada. Então, você tem atores nesse campo que começam a oferecer produtos financeiros mais acessíveis.

Você tem outra categoria, que é de monitoramento e avaliação. Basicamente, o negócio de impacto precisa provar, ou mostrar, que está gerando impacto positivo. Então, é preciso um conjunto de métricas e, aí, você tem atores especializados nisso.

E você tem uma categoria de conhecimento e formação. Eu citei aqui o portal Impacta Nordeste, mas há um monte de atores produzindo conhecimento sobre esse campo.

Então, basicamente, a gente tem ali, no acesso a investidores, algumas logos. Não esgota, está longe, mas há a Artemísia, Quintessa, Dinamo, enfim, há aí uma série de aceleradoras que estão construindo um repertório interessante nesse campo.

Você tem, do outro lado ali, vários atores com essa linha mais financeira, ou desenvolvendo instrumentos financeiros, testando coisas novas. A Vox apresentou, mas há vários ali, e diferentes tipos de instrumento.

Você tem um outro lado, de monitoramento e avaliação. Você tem a Move, por exemplo, que faz teoria de mudança, apoia os negócios na área de métrica deles. Então, há outros *players* ali – já foi citado o Giin.

Enfim, você tem do lado, por fim, conhecimento, formação: academias e universidades são parceiros-chave aí, mas há vários atores produzindo conteúdo, desde portais de informação, desde articulação com a academia. O ICE tem um projeto com a academia muito forte.

Você tem um braço de suporte jurídico a esses negócios.

Então, você tem um conjunto de atores atuando aí. Em geral, quando a gente fala de negócio de impacto e não fala do ecossistema, a gente não visualiza esse conjunto de atores que estão aí e, em geral, grande parte deles são organizações sem fins lucrativos e que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

portanto, necessitam do suporte de institutos, fundações, de recurso não reembolsável para eles manterem a sua atuação.

Então, qual é a direção que os institutos e fundações podem seguir? É claro que é uma fotografia deste momento em que a gente está – o tema também está em evolução –, mas, de momento, a gente visualiza esses possíveis caminhos.

De um lado, da ponta de lá para cá, fortalecimento desse ecossistema, como institutos e fundações podem apoiar financeiramente e não financeiramente esses intermediários. Podemos apoiar organizações que estão trabalhando métrica e avaliação de impacto, podemos levantar bandeiras específicas. Por exemplo, uma fundação que tenha uma agenda mais ambiental pode colocar energia nesse tema.

Você tem uma agenda de formação e informação. Foi citado aqui, por exemplo, o mapa da Pipe. É um estudo que tenta identificar os negócios de impacto e é uma iniciativa que depende de capital não reembolsável. Então, é fundamental para o campo.

Você tem espaço de testagem de novos instrumentos. Como é que, para além das doações que institutos e fundações manejam há tempos, você começa a experimentar outros instrumentos? Exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO DEBONI – Ha dois instrumentos na mesa aqui: empréstimo coletivo e o CrowdEquity. Trata-se de trazer pessoas físicas para colocarem recursos nessa agenda, fazer apoio indireto a negócios, abrir portas, conectar com cadeias de valor, fazer apoio direto a esses negócios no fortalecimento institucional, contratando serviços que eles ofereçam e, por fim, investimento – dialoga um pouco com o que a Vox trouxe. Enfim, há um espectro muito mais amplo de possibilidades para interagir com esse tema.

Para fechar, eu gosto muito dessa passagem mineira – não sou mineiro, mas gosto muito –, que é o "Doncovim, oncotô, proncovô", que é de onde a gente vem, onde a gente está nesse tema e em que direção a gente está indo.

Eu vou me prender mais aqui ao para onde a gente pode ir, dialogando um pouco aqui com o Legislativo, com a Casa.

Basicamente, o que a gente tem visto em estudos e referências de outros países é que o Estado tem três possíveis papeis nessa agenda e um não anula o outro, seja um papel regulatório, seja um papel facilitador, seja um papel de *player* direto, atuando diretamente na agenda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, qual é a provocação que deixo aqui, a contribuição?

De um lado, aspectos regulatórios. Já foi citado o PLS 338, de Contrato de Impacto Social, que está aqui no Senado. Então, é um papel-chave que o Senado pode cumprir regulamentando essa agenda nova. Com ela abre-se muito terreno para crescer esse tipo de modalidade, de pagamento por resultado.

Um segundo é: ajudando essa frente de produção e disseminação de conhecimento. Tanto o Senado como a Câmara têm áreas de produção de conhecimento, centros de estudos, enfim, pode jogar energia, produzir mais seminários, mais debates, capilarizar com as assembleias estaduais, enfim, gerar um amplo debate sobre esse tema fundamental.

Um terceiro é como se engajar mais, assumir um papel mais ativo nessa agenda. Imagino que o Senador já tocou, deu o pontapé inicial nesse sentido, que é: será que cabe uma frente parlamentar mista de investimento nesse negócio de impacto? É só um pensamento alto aqui, mas trata-se de como engajar outros Parlamentares do Senado e da Câmara para construir uma frente ampla e suprapartidária para fazer avançar mais essa agenda.

Então, eu deixo essa contribuição aqui e encerro a minha participação agradecendo mais uma vez pelo convite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Fábio, a sua presença aqui é muito importante. Sua apresentação foi bem pontual, chegou até em Alagoas, falou do Hand Talk, que eu também acompanho desde o surgimento da empresa em si, mas principalmente pelo alcance que teve no mundo, pela forma como é reconhecido o trabalho feito.

Eu menciono o Ronaldo, que fica à frente, mas todos que fazem a Hand Talk. É algo transformador, mudou a realidade de muitas pessoas, não apenas das pessoas surdas, mas principalmente daquelas que convivem com as pessoas surdas. É muito delicado e, às vezes, é complicado falar sobre isso. Nós temos também a categoria dos intérpretes e há, de fato, uma diferença entre uma comunicação e outra, sem dúvida nenhuma, mas também imagino situações reais de alguns surdos, que contam como era constrangedor às vezes ir a um médico e ter que levar um intérprete e, às vezes, numa situação mais sensível, terem que dar conhecimento a uma outra pessoa de algo que não queriam.

O Hand Talk resolve essa situação. E você imagine: foi uma ideia... Aqui nós estamos falando do Hand Talk, que é um aplicativo que faz a tradução para Libras da comunicação de quem é surdo com quem quer se comunicar com ele, e consegue, através de um mascote, um boneco chamado Hugo, se comunicar com quem não teria aquele contato não fosse esse mecanismo de interligação, a não ser que fosse um intérprete. Então, mudou muito a vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas pessoas, e para melhor. A emoção de quem não entendia o que o colega da sala falava... Hoje é outra realidade. Inclusive, estou também aprofundando nossos estudos no sentido de potencializar ainda mais, no setor público, ferramentas como essa, sem dúvida nenhuma.

Você trata do papel ativo que este Parlamento pode ter. É o que faz sentido para mim hoje. Então, sendo bem realista: tivemos uma grande mudança no Senado Federal.

Acho que foram 49 Senadores novos de 54 que disputaram. Então, foi uma mudança gigantesca, mudança de idade também, e de postura, sem dúvida nenhuma. Sou um dos mais novos aqui, com 38 anos.

Todos que aqui chegam trazem um turbilhão de informações. Então, nós temos que escolher as prioridades, principalmente neste início de mandato. Então, quando estou diante de um projeto como este, um projeto inovador, o que eu busco também é demonstrar que se tem eficiência, para que se possa convencer essa nova geração que é necessário e importante gastar energia com esse tema. Por isso, os senhores serão essenciais para que a gente possa criar uma frente fortalecida, sem dúvida nenhuma.

Mas frente é o que mais se cria aqui. Precisamos mostrar a importância de se transformar uma realidade sendo a ligação do poder público, digamos assim, não atrapalhando, estimulando, potencializando algo que pode caminhar com as próprias pernas. Essa é a função do Senado.

Podem ter certeza de que me estimula muito tratar de assuntos inovadores, mas é necessário que a gente converse mais, que a gente consiga demonstrar onde deu certo, quais são os *cases* que deram certo. Aqui nós mencionamos quatro ou cinco. Então, trata-se de potencializar isso, chamar essas pessoas para cá, pegar números, acompanhar não só no mundo, mas aqui na América do Sul. Isso dá certo em algum lugar?

Com os senhores: há alguma legislação que seja interessante ter como base hoje? Muitas vezes até atrapalha quando você legisla. Em outras situações, se eu sentar no gabinete e buscar apenas na internet, vou encontrar muita coisa, mas, se não tiver esse olhar real de quem está na ponta... Pode atrapalhar, sim.

Então, nosso objetivo aqui é: diante dessa mudança que houve no Senado, quando estamos a oito meses de um mandato e acabamos de votar a reforma da previdência, algo que o País esperava havia muito tempo e, então, todo mundo estava voltado para esse tema...

Fora isso, cada um tem temas específicos. Então é um assunto novo e, para esse assunto novo ser prioridade, vamos precisar demonstrar que ele é efetivo, que ele traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultados. Eu já estou acreditando nisso e quero que outras pessoas acreditem também. Então, vamos juntos pensar se são audiências públicas regionalizadas...

Você também mencionou, Fábio, uma atividade específica no Nordeste. Então, às vezes, pegar Senadores por regiões e tentar potencializar e aumentar para o resto do País pode ser um caminho, ou buscar a realidade de um bairro, de uma favela no Rio de Janeiro, como era e como é hoje.

Então, é importante que a gente converse, e aqui eu quero, de fato, tirar esses muros e construir as pontes necessárias nessa relação para que possa não ser apenas um Senador, mas, sim, o Senado Federal e outros Senadores. Inclusive, conversei com a Diretora do Senado, a Ilana, agora há pouco, que demonstrou total sensibilidade diante do assunto, e conhecimento também, e representa o Senado numa cadeira no Comitê da Enimpacto, do Governo Federal – houve uma primeira reunião, da qual participou agora, então, é algo recentíssimo. Trata-se de puxar isso para a nossa realidade e dizer: "Essa é uma forma alternativa diante da dificuldade de gestão nos Municípios..." A gente está falando aqui do Governo Federal, mas é preciso olhar para os Municípios. Pode, sim, ser uma solução.

Então, a todos aqui que contribuíram neste primeiro momento, meu muito obrigado. Será um prazer se permanecerem por aqui também para observarem a apresentação dos próximos quatro convidados. Muito obrigado por este primeiro momento de muitos que teremos. (*Palmas.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Olhem só: nós estamos aqui, como eu falei, interagindo com o País inteiro.

Nós temos aqui Adriana dos Santos, de São Paulo, a Daniele Siqueira Lima, do Paraná, e a Juliane, também de São Paulo, acompanhando pela TV Senado e dizendo da importância de se tratar desse assunto e debater cada vez mais esse tema. Sendo assim, senhores, quero dar início ao segundo bloco.

Convido o Sr. João Manoel de Lima Júnior, Professor da FGV, Fundação Getúlio Vargas.

Convido também a Sra. Daniela Arantes Alves Lima, Chefe do Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Convido também o Sr. Carlos Roberto Scretas, Consultor do Instituto de Cidadania Empresarial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, convido o Sr. Alexandre de Oliveira Ambrosini, Coordenador do Núcleo de Sustentabilidade da Unidade de Acesso à Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae.

Senhores, agradeço a presença.

V. Sas. acompanharam, com certeza, atentamente as primeiras explanações. Como falei, dividi em dois blocos devido ao tamanho da Mesa, mas não à importância – longe disso! É um tema inovador, é um tema que mexe com as nossas expectativas e, com certeza, os senhores também têm muito a contribuir.

Dessa forma, gostaria inicialmente, Prof. João Manoel, de ouvir a apresentação de V. Sa. pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOÃO MANOEL DE LIMA JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador, pelo convite. É uma honra estar nesta Casa discutindo este assunto tão importante.

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar meus colegas de Mesa e parabenizar os palestrantes que nos precederam.

Como professor de Direito Econômico e Empresarial, eu tinha preparado uma apresentação toda teórica e tal, mas, vendo aqui a composição para a nossa audiência, eu pensei que seria pregação para convertidos. Então, eu resolvi começar de trás para frente e ir direto para as propostas porque o tempo é bastante curto.

Em primeiro lugar, eu acho que é muito importante a gente estar discutindo esse assunto. Discutir o capitalismo na base da pirâmide do Brasil, um país extremamente desigual como o nosso, é algo muito importante e muito urgente. É importante que esse tema esteja na pauta das discussões, mas também que as pessoas que estão na base da economia e da pirâmide social brasileira sejam incluídas também como sujeitos, participando do debate.

Eu digo isso por quê? A gente está aqui falando de capitalismo da base da pirâmide. Por exemplo, no Estado em que eu moro, o Rio de Janeiro, há estudos que mostram que a base da pirâmide empreendedora do Brasil é composta por mulheres negras na casa dos 40 ou 50 anos e que são chefes de família. E aí vendo, na minha opinião, a baixa representação feminina e a quase total ausência de pessoas negras aqui nesta sala mostra quão distante a gente está da base da pirâmide. Então, é importante não só incluir o assunto, mas também trazer as pessoas para o debate. Isso é importante.

Acho que o primeiro entrave, o primeiro desafio para os negócios de impacto social são os entraves tributários. A gente está às vésperas de entrar numa discussão mais intensa da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reforma tributária, por quê? É muito difícil um negócio no Brasil crescer. Crescer no Brasil é um problema. A gente tem vários mecanismos, várias caixinhas tributárias: o regime do microempreendedor individual, o Simples Nacional, o lucro presumido, o lucro real. E à medida que o negócio cresce e passa de um regime para o outro, a vida do empreendedor fica altamente cara e complexa. Estudos mostram, por exemplo, que a carga tributária, quando o empreendedor sai do MEI, deixa de ser um microempreendedor individual para entrar no Simples Nacional, aumenta 300%, sem contar o contador que ele deverá ter e toda a burocracia que ele terá de administrar.

Então, criar um ambiente tributário em que os empreendedores possam crescer, e aí cito uma palavra que já foi falada aqui: "escalabilidade"... Porque é muito interessante a gente pensar na escalabilidade do 99 *taxi*, mas a gente tem que pensar na escalabilidade daquela senhora que está lá na favela, negra, de 50 anos, com três filhos. Ela também tem de poder gerar renda e crescer. Ninguém quer ficar pobre o resto da vida. Vamos lá! Acho que esse é o primeiro passo.

O segundo passo, e aí já chegando à minha área, que é direito empresarial, é que a gente tem que tirar alguns entraves societários à criação de negócios sociais no Brasil. Isso é muito importante, porque está em tramitação neste momento na comissão para reanálise o PLS 487, de 2013, que é o projeto do Novo Código Comercial. Foi instalada acho que no dia 25 do mês passado para ser reanalisado. E essa discussão sobre a criação de mecanismos societários que permitam o desenvolvimento de negócios que tenham como objetivo desenvolver atividade econômica organizada, ou seja, buscar o lucro e também fomentar objetivos socialmente relevantes, impacto social e econômico precisa ser aliada, incluída naquela discussão, na minha visão.

Por que é importante dizer isso? Na minha visão, essa é uma das principais lacunas daquele debate. Existe já no mundo um tipo societário específico para acomodar esses dois interesses dentro da mesma entidade jurídica, as *B Corporations*, que são empresas que têm um regime próprio de regulamentação, por exemplo, têm um regime próprio de responsabilidades de administradores, podem não distribuir lucro ou não distribuir todo o lucro, elas têm um relatório de impacto social e ambiental anual que devem fazer e que já é previsto, existe em 35 Estados americanos e também em alguns países da União Europeia. E esse tipo societário novo não foi incluído lá no projeto de Novo Código Comercial. Como esse projeto é importante e vai criar um novo marco para sociedades empresárias no Brasil, acho que é muito importante pegar essa discussão que a gente está tendo aqui e levar para lá também. Acho que o *timing* é ideal.

Agora fiquei feliz, já que comecei de trás para a frente, porque estou na metade do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como funciona esse tipo societário das *B Corporations*? Primeiro explico o nome. Por que é *B*, empresa *B Corporation*? Porque é uma empresa beneficente. Ela é uma contraposição à *C Corporations*, que são as empresas que pensam exclusivamente no seu âmbito interno, no próprio âmbito da corporação. Essas são empresas que buscam atividades econômicas e também buscam gerar benefícios para fora. É uma forma de a gente acomodar uma atenção muito antiga já na discussão de direito econômico e direito empresarial, que é qual a primazia de interesses relacionados ao exercício, à atividade empresária, se é buscar maximizar o lucro para os sócios ou gerar benefícios sociais, aquela ideia famosa dos *stakeholders*.

Então, algumas características desse tipo: a atividade econômica dela pode ser limitada se ela exercer atividade socialmente relevante. Isso é algo muito importante, porque vai ter impacto necessariamente no lucro que será distribuído e, no regime jurídico atual, uma sociedade empresária não pode deixar de distribuir lucros, o lucro é um direito essencial do acionista, está no art. 109 da Lei das S.A. e no art. 1.008 do Código Civil. Ela não pode deixar de distribuir lucros para, por exemplo, pegar dinheiro e investir em uma atividade, por mais benéfica e socialmente relevante que seja, porque aquilo está tirando dinheiro da atividade principal para um ato de liberalidade que não gera diretamente lucro, não está diretamente relacionado ao objeto social da empresa.

Esse tipo societário, *B Corporation*, admite isso, por isso que há um regime próprio de responsabilidade para o administrador, porque diz: "Administrador, se você tirar o dinheiro da atividade principal e, por exemplo, investir numa creche, isso não vai gerar responsabilidade, você não estará cometendo nenhuma infração".

Uma outra característica importante desse tipo societário é que as sociedades que escolherem ser *B Corporations* têm que obrigatoriamente produzir um relatório anual ou semestral de impacto social. Alguém falou aqui mais cedo sobre impacto presumido e impacto real. Achei muito interessante, porque esse relatório periódico de impacto, que tem que ser público, ou seja, se é uma corporação beneficente, se é uma empresa beneficente, tem que estar aberta ao escrutínio público, fica disponível. Assim a sociedade tem mecanismos para verificar o eventual cumprimento de *greenwashing*, que é o *marketing* verde, o que, aliás, é muito comum, porque a empresa tem um conflito de interesse. De repente, ela tem um PL gigante, usa 1% do lucro para fazer alguma atividade social e faz um *marketing* enorme porque aquilo está valorizando a marca, é um bem intangível, e tudo o mais. Então, para a sociedade, esse tipo de negócio não ajuda. Ajuda a empresa. Ajuda a sociedade se ela estiver assumindo compromissos públicos socialmente relevantes e, de fato, estiver cumprindo e dando mecanismos para que as pessoas possam avaliar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, resumindo minhas propostas, acho que a gente deveria criar, no Direito brasileiro, as sociedades limitadas e as sociedades anônimas beneficentes. Até me arvorei ao direito de propor um nome. A gente tem as sociedades limitadas, LTDAs., e deveria criar as LTDBs, as S.As e S.Bs, que são sociedades anônimas beneficentes. Para isso até fiz meu dever de casa: identifiquei quais artigos da Lei das S.A. e do Código Civil precisariam ser alterados para a gente conseguir incluir isso nas discussões.

Era isso.

Senador, muito obrigado pelo convite.

E parabéns pela audiência!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Prof. João Manoel, em dez minutos, em nove minutos o senhor conseguiu dar uma aula, de fato.

Dentre todos os assuntos que foram mencionados, aqui quero me colocar à disposição para ouvi-lo e receber sugestões sobre essa alteração no Código Comercial que está em tramitação aqui no Senado. Estamos buscando também uma interferência direta do nosso gabinete. Então, podem ter certeza de que, no que tiver objetivamente que ser tratado não única e exclusivamente sobre esse assunto, mas sobre tudo que se relacione com essa operação, será muito bem-vinda toda sugestão. Então vamos interagir, porque esta é a nossa função: tentar colocar o nosso momento evolutivo de acordo com a nossa legislação.

Parabéns pela apresentação, pelas sugestões de inovações, LTDBs, S.A., S.B. É dessa forma que se inova. Parabéns pelo entusiasmo. Saiba que terá, com certeza, uma porta aberta no nosso gabinete para receber todas essas sugestões. Não iremos acabar por aqui. Num momento como este, quem entende do assunto é muito bem-vindo.

Obrigado pela apresentação.

Logo em seguida, passo a palavra para a Sra. Daniela Arantes Alves Lima, Chefe do Departamento de Gestão Pública de Municípios e Inclusão Produtiva do BNDES. Obrigado pela presença. A senhora tem dez minutos para fazer sua apresentação.

A SRA. DANIELA ARANTES ALVES LIMA (Para expor.) – Está ótimo.

Bom dia a todas e todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer, em nome do banco, o convite. Para mim, é uma honra estar aqui representando a instituição nesta Comissão, nesta Casa, num tema que tanto prezo e que acompanho de perto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A minha fala eu vou dividir em dois momentos. Iria falar um pouquinho do Enimpacto, mas isso já foi falado pelo Lucas, então não vou ser repetitiva, por isso os primeiros eslaides eu vou passar direto. E vou falar um pouquinho de um estudo que foi contratado pelo Ministério da Economia sobre alguns países na Europa que se destacam no tema. Então, vou falar um pouquinho da experiência do Reino Unido, um pouquinho da experiência de Portugal e Itália, que são os três principais atores na Europa, e falar um pouquinho também da França e da Alemanha. E concluo minha apresentação falando sobre como o BNDES tem atuado nessa temática.

Como eu falei, os primeiros eslaides eu vou passar direto, porque o Lucas já se debruçou sobre isso.

Vou pegar esse eslaide para iniciar a minha fala. O Lucas já falou, mas, repetindo, para a gente se situar, contextualizar, negócio de impacto surgiu, no mundo, no Reino Unido nos anos 2000 e só dez anos após foi surgir em outros países, que foram Canadá e Estados Unidos. No Brasil, ele chegou em 2014. O Beto, que está aqui na Mesa, teve um papel importante na criação da força-tarefa brasileira, uma força-tarefa formada só por organizações do setor privado, foram 70 organizações na época e, em 2017, houve a criação da Enimpacto, uma política pública que tem a duração de dez anos e um papel fundamental para a gente movimentar essa agenda no País.

O estudo contratado pelo Ministério da Economia mostra esses cinco casos europeus. E o interessante é, como já foi falado e vou repetir só para reforçar, o que é o papel fundamental do Governo lá e o que deveria ser aqui também, que é a questão do Governo trabalhando como um facilitador, trabalhando com seu chapéu de investidor e também com seu papel de regulador. Regulador já foi bem explorado aqui. Facilitador e investidor um pouquinho menos. E sempre com a preocupação de que o Governo sozinho não é capaz de movimentar esse ecossistema e sempre tendo lá fora e aqui também uma preocupação muito grande em atrair recurso do setor privado. Então, o casamento de recursos é que, sim, é capaz de mobilizar esse ecossistema. E o Governo também tem o papel importante de atrair o privado para essa temática.

Aí é só um apanhado geral de como o Governo tem atuado nesses países: Reino Unido, Portugal, Itália, França e Alemanha.

Falando um pouquinho do Reino Unido, o Lucas trouxe no final da sua fala algumas experiências e eu vou pontuar algumas. Pincelei só algumas desse estudo, aquelas que eu julgo que são mais importantes, mais impactantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira delas foi a criação, em 2012, do Big Society Capital. O Lucas já falou que foi o primeiro banco de investimentos sociais do mundo. Foi um banco criado com 400 milhões de libras, fruto dessas contas dormentes, ou seja, das contas não reclamadas, que estavam lá paradas. Serviram para serem usadas para a criação desse banco junto também com 200 milhões de libras oriundos dos quatro principais bancos do Reino Unido. Daí surgiu o Big Society Capital, que tem como objetivo não só financiar organizações do setor social, mas também conscientizar investidores para combinar retorno com impacto. Então, ele tem um papel fundamental nessa agenda.

O Social Impact Bonds, que a gente tem chamado aqui no Brasil de contrato de impactos sociais – em Portugal é chamado de títulos de impacto social –, o primeiro deles também, no Reino Unido, em 2010, teve como objetivo... Aí só resgatando o que é o Social Impact Bonds, já foi falado, mas, repetindo: é um instrumento em que o privado assume uma determinada ação que seria do setor público, e o setor público paga ao privado se ele atingir determinados indicadores de *performance*. Então, é um instrumento muito interessante, que já foi falado aqui algumas vezes. No Reino Unido, ele surgiu com o objetivo de reduzir a reincidência de presos ao sistema penitenciário.

O terceiro é uma regulamentação diferenciada também, que lá eles chamam de Community Interest Company, CICs, que é um pouco também do que tenho falado aqui, que é a gente ter alguma personalidade jurídica diferente para os negócios de impacto. É um pouquinho disso, uma experiência que foi trabalhada lá no Reino Unido.

A terceira, Social Act Value, é bem interessante. É uma iniciativa que coloca para as compras públicas a dimensão do impacto. Salvo engano, é a única que existe no mundo, acho que não existe outra iniciativa parecida. E permite, inclusive, que o gestor público pague um pouco a mais pela prestação do serviço – é muito voltada para a prestação de serviço e não para a aquisição de bem – se aquele que está ofertando o serviço colocar a dimensão do impacto na sua atuação.

Por último, um incentivo fiscal que é concedido para organizações de propósito social.

A experiência de Portugal é uma experiência recente. Em Portugal foi criada a política pública Portugal Inovação Social em 2014. Foi criada com 150 milhões de euros fruto do Fundo Social Europeu. Então, é interessante Portugal, porque, por ser um país de dimensões pequenas, comparado com outros países da Europa, é visto como um piloto para várias iniciativas que se desenvolvem no mercado europeu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa política surgiu com esse recurso e ela tem esses eixos de atuação. E é interessante também nessa política que ela consegue entender os negócios de impacto com seus diferentes níveis de maturidade.

Então, num primeiro nível, tem o apoio à capacitação com recurso não reembolsável para aqueles negócios de impacto que estão num estágio mais inicial; depois, o investimento nos negócios em si, causando uma parceria público-privada: o público entra com 70% e o privado com 30% dos recursos necessários, os títulos de impacto social, como já foi falado, e um fundo que foi criado para permitir acesso a crédito aos empreendedores de impacto lá em Portugal. Então, esse fundo tem muito mais um viés de fundo garantidor do que de fundo de investimento, apesar de ter um volume de recurso também voltado para investimento, mas o principal dele é ser um fundo garantidor para garantir acesso dessas empresas ao mercado financeiro.

Aí, Itália, França e Alemanha.

A Itália tem uma atuação um pouquinho maior do que as outras duas, mas França e Alemanha ainda têm uma atuação muito tímida. A Itália, especificamente, criou esse primeiro enquadramento regulatório para empresas sociais, o que é um passo importante para facilitar o acesso dessas empresas à legislação de *crowdfunding*, ao título de solidariedade, aos benefícios fiscais. Ela criou esse *Società Benefit*, e é também o primeiro país europeu a estabelecer um novo estatuto para empresas dessa categoria. E, em 2017, ela lançou um fundo de financiamento para resultados.

Na França, há essa promoção de fundos 90/10; 90 porque 90% dos recursos desse fundo são investidos em empresas com governança, que possuem uma governança social; e 10% em investimento de impacto.

A atuação da Alemanha foi colocada aí. É uma atuação muito tímida. Realmente o que a Alemanha tem de atuação foi só a criação do *National Advisory Board*.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA ARANTES ALVES LIMA – Por último, aí é só uma síntese, vou pular esse eslaide e falar um pouquinho do BNDES nesse meu minuto final.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELA ARANTES ALVES LIMA – Muito obrigada.

O BNDES vem atuando nessa temática há algum tempo. Num primeiro momento, sem saber que estava apoiando negócio de impacto. A partir do momento que soube que era um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

negócio de impacto, falou: "Opa, acho que a gente já está nessa agenda há um tempinho". Então, com recursos não reembolsáveis, principalmente pelo Fundo Social do BNDES, que é um fundo que tem como recurso uma parte do lucro da instituição.

O Fundo Cultural também é outro fundo estatutário, que tem também como recurso uma parte do lucro, e, aí, no Fundo Social, muito mais voltado a um foco que foi definido desde 2008 para a geração de trabalho e renda, para a parte de inclusão produtiva. O Fundo Cultural é uma iniciativa recente do *matchfunding* de cultura, apoio aos patrimônios históricos.

Com recursos reembolsáveis, a gente tem uma linha de investimento social de empresa que também apoia os negócios de impacto, são empresas tomando crédito no BNDES para apoiar essa temática.

Microcrédito. A gente já atua com esse tema desde 1997. Então, o BNDES tem um papel muito importante, atuando por meio dos seus agentes repassadores.

E na BNDESPAR, na nossa área de mercado de capitais, a gente tem os fundos de *venture capital* e os fundos de *venture debt*, a Vox já falou um pouquinho disso. O interessante é que, desde o ano passado, a primeira atuação do banco no mercado de capitais com essa temática foi em 2015, mas desde o ano passado o BNDES colocou como um dos critérios classificatórios para a seleção do fundo a metodologia de acompanhamento dos investimentos desse fundo, sendo desejável a inclusão de critérios de mensuração de impacto social e ambiental das atividades das sociedades investidas. Então, esse foi um passo diferente.

O que a gente tem de desafios para intensificar o apoio ao desenvolvimento do impacto social no Brasil na nossa visão?

Primeiro, a gente tem o desafio realmente de aumentar o número de fundos de investimento voltados para impacto socioambiental – isso já foi falado e eu estou até sendo repetitiva.

Estruturar novos produtos, e acho que temos espaço para isso. E quando a gente fala de fundo rotativo com recursos do BNDES Fundo Social, está falando de um fundo de natureza contábil. Não é um fundo regulado na CVM, que poderia ser um instrumento interessante, com o BNDES entrando, num primeiro momento, com recurso não reembolsável para que um gestor selecionado no mercado faça financiamento a empreendedores de impacto na ponta. Então, ao fazer financiamento, o recurso retorna para esse fundo e o gestor pode investir em novos empreendedores de impacto...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA ARANTES ALVES LIMA – ... por isso é chamado de fundo rotativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente tem debêntures sociais, *blended finance*, *endowments*.

Temos também como desafio atrair mais investidores, principalmente privados, para negócios de impacto. Acho que o BNDES tem um papel importante nesse sentido, um papel de articulador.

E promover a cultura da mensuração de impacto. Isso é muito recente no Brasil, acho que é algo que precisa ainda ser muito desenvolvido e há um espaço grande para essa atuação.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço à Sra. Daniela pela apresentação.

De fato, o BNDES tem uma função importantíssima para atrair novos investimentos, novos investidores, sem dúvida nenhuma. Demonstrou aqui que já realizava esse tipo de investimento antes mesmo de saber que estava fazendo. Então, imaginem agora, com a potencialidade que temos nos próximos anos, tornar isso mais público e também sensibilizar não apenas a senhora, mas também todos os que fazem parte do BNDES e todos aqueles que podem interferir de alguma maneira positiva para estimular essa inovação de que nós estamos tratando hoje! Então, é algo novo, e tudo que é novo gera atrito, principalmente se não tiver conteúdo. V. Sa. aqui demonstrou, a exemplo do que acontece no mundo, que a tendência é essa. Então, é tendência também do País evoluir cada vez mais nesse tipo de investimento.

Fico muito feliz em saber que dentro do BNDES está em boas mãos essa pasta, digamos assim, dos negócios de impacto social.

Parabéns pela apresentação.

Logo em seguida, passo a palavra para o Sr. Carlos Roberto Scretas, Consultor do Instituto de Cidadania Empresarial.

O SR. CARLOS ROBERTO SCRETAS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Senador, é um privilégio estar aqui. Muito obrigado por abrir este espaço para a gente. Acho que é um momento histórico. Eu vou tentar, rapidamente, no meu tempo, cobrir várias coisas.

O ICE é uma associação de lá de São Paulo formada por empresários, investidores que, há cerca de oito anos, atuam nesse tema. Esse tema não é tão velho assim. Ele tem cerca de 20 anos. Nasce do diagnóstico de que o dinheiro disponível para financiar soluções para problemas sociais e ambientais, que vinha basicamente da atuação de Governo e filantropia,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não era suficiente. Daí nasce a ideia de por que não atrair capital privado para financiar soluções para problemas sociais e ambientais através de modelos de negócios oferecendo algum tipo de retorno para quem está fazendo aquele investimento? Esse é o contexto em que nasce a ideia de investimento de impacto cerca de 20 anos atrás.

O conceito já foi falado aqui: são negócios que buscam resolver questões sociais e ambientais e gerar retorno financeiro. É o mundo do "e", não do "ou". Até hoje a gente viveu o mundo do "ou": ou a gente faz impacto social, através de filantropia e governo, ou ganha dinheiro. A ideia aqui é o mundo do "e": ganhar dinheiro e solucionar questões sociais e ambientais prementes no mundo e no Brasil. A ideia aqui é a gente repensar a forma como a gente resolve o problema social, repensar a forma como a gente está fazendo negócio.

Bem, aqui o Giba já falou, mas basicamente a gente está falando do mundo do século XXI, onde, quando a gente vai tomar a decisão de investir o nosso dinheiro como pessoa física, o nosso dinheiro como pessoa jurídica, seja ele qual for, a partir deste século XXI a gente tem um elemento adicional na tomada decisão: é o *chip* do impacto. Até o século passado, quando a gente tomava essa decisão, a gente falava: quanto eu vou ganhar de dinheiro e que risco eu estou correndo? A partir do século XXI, há um *chip* a mais, um ingrediente a mais, que na maioria das pessoas mais jovens já vem de fábrica, que é: o que essa minha decisão de investimento vai causar de benefício ou malefício para o Planeta e para a sociedade? É um mundo onde a gente tem agora um trinômio quando vai tomar a decisão sobre o que fazer com os nossos recursos, como pessoa física ou como pessoa jurídica.

Como o Giba já falou, esse é um mundo que está crescendo muito rapidamente. O universo hoje de investimento de impacto chega a meio trilhão de dólares. Isso aqui, para dar uma dimensão, é a metade do dinheiro investido em fundos aqui no Brasil; é 0,5% do dinheiro investido globalmente. Ainda é pequenininho, mas, como o Giba mostrou, como o Gilberto mostrou – eu o chamo muito de Giba –, cresceu, vem crescendo, vem dobrando a cada ano. Ainda bancos multilaterais, como o BNDES, são participantes importantes, mas o setor privado ganha cada vez mais espaço.

Também já foi citado aqui hoje quem são os negócios de impacto no Brasil. Existe uma organização chamada Pipe, que faz um mapeamento. Este é o último retrato, a fotografia de 2018. Hoje eles mapearam cerca de mil negócios atuando nesses setores que estão aí na tela. Hoje na base da Pipe já são quase 3 mil negócios. É um setor crescente. Gente buscando empreender para ganhar dinheiro e resolver alguma questão da sociedade e do Planeta.

É um setor que nasceu há pouco tempo. Qualquer coisa que nasceu há muito pouco tempo carece de duas coisas: disseminação do que a gente está falando, com produção de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento para que as pessoas tomem ciência do que a gente está falando; e articular o que já existe e o que deveria existir para esse negócio avançar. Pensando nisso, o ICE, para o qual eu trabalho, engendrou há cerca de cinco anos um movimento, o qual nós chamamos de Aliança pelos Investimentos e Negócios de Impacto. É um movimento de *advocacy* que tenta fazer estas duas atividades: articulação; e produção e disseminação de conhecimento.

Ele tem um conselho com algumas figuras importantes – várias pessoas aqui talvez vocês conheçam: há um representante no Ministério da Economia, o Caio Megale, assessor especial do Ministro Paulo Guedes; a Neca Setubal, que lidera o Gife, organização do Fábio, e que é uma figura emblemática no mundo da filantropia brasileira; o Pedro Villares, que trabalha com o Guilherme Leal, um dos acionistas da Natura; o Daniel Izzo, sócio do Giba na Vox. Enfim, são pessoas que, basicamente, dão a diretriz para o nosso trabalho, que é feito pelo ICE, o trabalho executivo, e abrem as portas para que a gente possa estar em alguns eventos, acessar alguns lugares que a gente não conseguiria acessar sozinhos. Eles têm esse trabalho de abre alas para o nosso trabalho. Quem financia esse projeto hoje são quatro financiadores: o próprio ICE, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o Banco Itaú e o British Council.

Nós fazemos parte, desde 2015, de uma organização global chamada GSG. Nós brincamos que somos a ONU, as "Nações Unidas pelo Impacto". Hoje são 23 países, mais a comissão europeia. Essa organização foi engendrada, nasceu, teve como início uma força-tarefa dos países do G7, no âmbito da discussão do G7, e em 2015 virou uma organização e passou a integrar outros países. O Brasil faz parte desde o início dessa organização. No princípio, eram 13 países, hoje são 23, e devemos chegar a 30 até o final do ano.

Bem, o que a gente faz? Como falei, a gente dissemina e produz conhecimento. Desde 2014, já são quase 20 relatórios que a gente distribuiu, publicou, basicamente, com diversos temas: como é que uma instituição financeira e por que deveria estar no tema; por que governos estaduais, municipais e federal deverão estar no tema; por que indivíduos de alta renda deveriam se interessar pelo tema. Enfim, foram 20 publicações até hoje realizadas.

E há todo o trabalho de articulação. Aqui eu vou falar da Enimpacto, que nasceu exatamente de uma parceria da ex-Secretaria de Inovação do Mdic, em 2016 – o Lucas está lá desde o início –, com a Aliança. Nasceu uma articulação; dessa articulação nasceu um grupo de trabalho; desse grupo de trabalho nasceu a ideia de ir para as cabeças e fazer um decreto presidencial criando uma política nacional para o tema; e ela nasceu. Nasceu há quase dois anos.

Este aqui é o comitê que está responsável pela implementação dessa política nacional, que é uma política de Estado, porque atravessa governos. E – o Lucas acho que não chegou a mencionar isto – o Brasil, entre aqueles 23 países, é o único que tem uma política de Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

voltado para esse setor. O único! Mesmo a Inglaterra, que é pioneira nisso, não tem. E o Brasil, sempre, no fórum de que eu participo junto GSG, é visto como um *best case*, um caso a ser seguido como exemplo.

E hoje são 16 órgãos de governo – eu esqueci de colocar aqui os dois novos, que são a Mesa Diretora do Senado e a Mesa Diretora da Câmara – fazendo parte desse comitê e 10 membros da sociedade civil. Isso aqui é muito poderoso. É um canhão que a gente tem para avançar nesse tema e contribuir de forma muito importante para a solução de problemas sociais e ambientais no Brasil. A colaboração entre esses 26 órgãos é muito poderosa. Nesses dois anos, já fizemos grandes avanços, mas, nos próximos oito que a gente tem pela frente, a avenida está aberta para gente realizar coisas bem legais aqui no Brasil.

Bem, rapidamente, para dar uma dimensão, esse é um tema que já está no Brasil todo através de alguns programas. Eu vou citar basicamente dois, que são programas que foram incubados lá no ICE e feitos com parceria.

O primeiro aqui é a formação de uma rede de professores. O objetivo dessa rede é produção conhecimento, é as pessoas saberem do que a gente está falando e o mais importante: formar talentos para trabalhar nesse setor – empreendedor de impacto, investidor de impacto, Deputado de impacto, Senador de impacto – pensando em trazer soluções para o Brasil. Hoje são quase 100 professores, mais de 50 instituições de ensino superior, nas cinco Regiões do Brasil, em cinco Estados. Do Amapá até o Rio Grande do Sul existe professor dentro da sala de aula falando desse tema de empreendedorismo de impacto aqui no Brasil.

E a outra é uma parceria com a Sheila, que está aqui e é Diretora Executiva da Anprotec, que é uma associação nacional de incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos. É uma parceria para levar esse tema para dentro desses ambientes de inovação, porque as empresas de impacto são empresas que carecem ainda de muita capacitação. Grande parte delas, dois terços, ainda está na sua fase nascente. A gente precisa incentivá-las a sobreviver, a crescer e a gerar impacto em escala.

Esse é um projeto que tem como objetivo, então, a gente ter mais, melhores e com potencial de escala...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ROBERTO SCRETAS – ... negócios no Brasil.

Hoje cerca de quase 20% da base da Anprotec – são 400 membros – já passaram por programas de capacitação, o que é feito em conjunto pelo ICE, Anprotec e com apoio do Sebrae, e nos 19 Estados brasileiros. Então, hoje existe desde a incubadora do interior do Rio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grande do Sul até a incubadora de Parintins, no Amazonas, que já sabem do que a gente está falando e estão buscando, identificando e engajando negócios de impacto nos seus mais variados tipos, desde negócios pequenininhos até negócios com potenciais de escala; desde negócios que são feitos por empreendedores de alta renda até os feitos por empreendedores da periferia.

Aqui, sobre os institutos e fundações, o Fábio já falou.

E eu termino, nos últimos 15 segundos, fazendo aqui um chamamento, Senador. Nesse tema, que é um tema novo, a gente sempre tenta achar um campeão. Um campeão no Banco Itaú é o cara que vai abraçar a causa e vai levar esse tema para dentro do Banco Itaú; um campeão lá, no Estado de São Paulo, que vai abraçar essa causa e vai levantar essa bandeira. E isso tem sido fundamental. Foi assim, achando esses campeões, lá no Mdic, no Itaú, entre famílias de alta renda, que a coisa está avançando cada vez mais. E o convite é que você – posso chamá-lo de você? –, V. Exa. seja o campeão aqui no Senado e leve essa bandeira aqui dentro. E a gente vai sempre estar junto com você para ajudá-lo nessa jornada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Carlos Alberto, é uma responsabilidade enorme. Pode ter certeza de que eu quero, sim, ser um ator ativo nesse tema. Um momento como este não é por acaso. De fato, eu saio daqui hoje muito mais motivado a trabalhar nesse tema. É um tema em que você demonstrou aqui, na sua apresentação, muitas empresas sólidas, sérias que investem de fato e querem uma transformação social, uma transformação regional, sem dúvida nenhuma. E esse é o meu grande objetivo. Então eu quero, sim, ser um jogador e, quem sabe, ser o campeão. Um jogador com certeza eu já sou. E quero, sim, buscar ser o campeão, sem dúvida nenhuma.

O que me chama a atenção aqui é que você, na sua apresentação, demonstrou que já jogou várias sementes pelo País inteiro. E esta é a maior contribuição que alguém pode fazer ou que uma instituição também pode fazer: é deixar um legado, é transmitir para outras pessoas mensagens que possam ser multiplicadas. Então, quando você fala em professores separados em 20 Estados... São sementes que se multiplicam diariamente ali. E é nisso que eu acredito, no poder da transformação, no poder do trabalho em rede, no poder de um trabalho no longo prazo, quando se está estruturado é questão de tempo para se conseguir cada vez melhores resultados.

Então, fiquei encantado pela apresentação. Tirei algumas fotos inclusive aqui. Sei que a apresentação fica disponível no *site* do Senado, inclusive, mas já quero pontuar com a minha equipe também alguns pontos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela apresentação! É muito importante a sua presença aqui para todos nós.

Muito obrigado.

Por fim, senhores, convido também o Alexandre de Oliveira para fazer sua apresentação, representando o Sebrae, que também é um braço importantíssimo, um instrumento essencial para se chegar à ponta em tudo isso que nós falamos hoje. Então, quero muito ouvi-lo aqui por, no mínimo, dez minutos.

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA AMBROSINI (Para expor.) – Farei o esforço.

Primeiro, o Sebrae agradece o convite. É uma honra estar aqui com os senhores e com as senhoras.

Tenho um desafio duplo de estar aqui junto com vocês e também de estar representando a nossa colega Valéria Barros, que de fato coordena essa agenda. Ela, por motivo de saúde, não pôde estar aqui presente, mas a gente vai tentar representá-la à altura e à altura dos colegas estão aqui conosco.

Negócios de impacto. A intenção aqui não é trazer o conceito, que eu acho que todos já dominam, mas simplesmente colocar que o Sebrae atua junto a negócios de impacto com um conceito similar ao do mercado, ao da Enimpacto, que todos adotam. Então, é trabalhar com empresas com ofertas de produtos e serviços para atendimento às necessidades das classes mais carentes, mas também com a oferta de produtos e serviços para que se melhore a produtividade de empreendedores dessas classes.

Eu acho importante também a gente ter um olhar sobre onde estão os negócios de impacto no Brasil. Um trabalho feito, liderado pelo Pnud, pela ONU, mas em parceria com o Sebrae, trouxe um retrato em 2017. Foram mapeadas 837 iniciativas no Brasil, que traz uma efervescência nesse campo de negócios.

Eles estão na Região Sudeste, grande concentração no Sudeste, 55%; seguida pela Região Sul, 16%; Nordeste, 15%; Centro-Oeste, 9%; e Região Norte, 4%. Portanto, a gente pode perceber aí que há um grande espaço para incentivarmos negócios de impacto nas outras Regiões brasileiras, além da Sudeste.

Muitos deles ainda estão nas fases iniciais. Na fase de expansão em escala, 15%; lançamento no mercado e operação, 30%. Portanto, 45% desse universo estão de fato já atuando, empreendendo e transformando a vida das pessoas. No entanto, há um grande potencial de jovens empreendedores, com 55% na fase de ação e validação, e o Sebrae tem forte atuação também nessa fase também de ideação, através de programas que incentivam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquele que está com a ideia a transformar aquilo, de fato, em negócio – a gente tem diversos programas para isso –, e não somente aqueles que já estão atuando.

Há uma predominância de liderança no sexo masculino, no entanto não fica tão à frente do sexo feminino: 54% homens, 45% mulheres.

Geralmente um negócio é B2C, 51%, e B2B, 31%. No entanto, 70% são focados em serviços; 13%, em comércio; indústria, 10%; e agropecuária, 7%.

A proposta de valor é resolver um conjunto de problemas bastante distintos dessas empresas pesquisadas, com problemas centrais ligados a dilemas sociais – não vou ficar repetindo –, o que é o principal, questões sociais, mas também não ficam para trás as questões ambientais, principalmente resíduos e água. No entanto, há um uso intensivo de tecnologias com importância para plataformas e aplicativos. Esses empreendedores também estão conectados com a economia digital.

O Sebrae tem diversas iniciativas. Tem uma parceria especial com o Pnud, mas também a gente se sente orgulhoso de ser membro da Enimpacto. Isso pauta muitas das nossas ações. É uma parceria superestratégica, com o Ministério da Economia, através da sua diretriz maior como liderança no Brasil.

Nós temos essa estratégia desde 2014, que está baseada nesse triângulo: incrementar produtividade nas cadeias de valor; desenvolvimento das comunidades de entorno, com melhores condições socioambientais; e desenvolver modelos inovadores que possam atender a sociedade de forma mais abrangente e sustentável. Em suma, produtividade, mercado e desenvolvimento local.

Essa aqui é a atuação em 2018, junto aos SEBRAEs estaduais. Eu sou do Sebrae nacional, que fica aqui em Brasília. Como todos sabem, nós temos 27 unidades, um Sebrae em cada Estado e no Distrito Federal, e este aqui é o número: 11 mil negócios contabilizados no atendimento em 2018.

Dentro de oportunidades, como eu disse, nós nos pautamos muito na parceria com o Ministério, o Mdic, no âmbito da Enimpacto, no Subgrupo 2, que visa ampliar o número de negócios de impacto no Brasil. Então aqui a gente traz uma série de oportunidades nesse sentido.

Explorar oportunidades para a criação de negócios de impacto desenvolvidos com foco em raça para atender problemas da sociedade – eu costumo ser bem rápido, acho que vou ser o mais rápido aqui da Mesa, mas vamos lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda é alto o nível de desconhecimento sobre o que são negócios de impacto social, sendo necessário explorar a disseminação dos conceitos e experiências, como casos práticos; disseminar esses casos.

Há necessidade de o empreendedor conhecer melhor o mercado da base da pirâmide, além de hábitos de consumo, para entender sobre nichos que podem ser explorados.

Há necessidade de se ampliarem as ações iniciais de sensibilização e capacitação para que empreendedores e potenciais empreendedores possam desenvolver os modelos de negócios inovadores.

Ampliar os eventos de pré-aceleração e acesso a capital para esses modelos de negócios é fundamental. Eventos de sensibilização em territórios em integração com outros segmentos produtivos e comunidades de periferias e favelas podem representar grande oportunidade para despertar o empreendedorismo social.

Alguns segmentos potenciais, como alimentos e bebidas, cidades inteligentes, saúde e bem-estar, cidadania, acessibilidade, economia verde e energia, foram destacados como oportunidades para empreender.

Além disso, trabalhar a formalização e os ganhos de escala para parcerias com cadeias globais de valor e governo, por exemplo, onde há lacunas que podem ser preenchidas por esses negócios inovadores; trabalhar, por exemplo, com encadeamento produtivo, etc.

E também capital semente, investimento-anjo e linhas de acesso a crédito são, entre outros, mecanismos essenciais para os modelos de negócios decolarem e melhor operarem nos mercados. As plataformas de *crowdfunding* também são um grande modelo nessa fase.

Resumindo, o que a gente coloca é: "Conheça melhor os hábitos e formas de consumo das pessoas de menor renda e de comunidades que estão ao seu redor, porque é junto delas que poderá nascer um grande modelo de negócio social – lucrativo, escalável e acessível". Isso é o que nos coloca, o que nos orienta para, junto aos pequenos negócios, conhecer o mercado e, a partir daí, propor melhorias ao seu negócio, nas fases iniciais, e quiçá redirecionar algumas estratégias daqueles negócios que já são estabelecidos.

Eu agradeço. Acho que cumpri com o tempo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Alexandre, eu agradeço a sua apresentação. Com certeza, pela ramificação que o Sebrae tem pelo País, saindo de uma diretriz nacional, e como – eu observo – já há essa intenção de falar sobre os negócios de impacto social, rapidamente teremos também outros multiplicadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante analisar – eu percebo isso, não sei se o Lucas também pode confirmar – que, no início do atual Governo, houve o questionamento e até afirmações de que se iriam retirar grandes recursos Sistema S e toda essa situação, mas eu observei que houve uma reciclagem nesse pensamento...

O SR. ALEXANDRE DE OLIVEIRA AMBROSINI (*Fora do microfone.*) – Sim

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – ... para que de fato se invista em outras situações. Então o Sebrae, pela grande experiência que tem em capacitação, em conhecer esse mercado como poucos, pode, sim, sensibilizar para que esses recursos de fato sejam investidos em algo que impacte nisso que nós estamos falando da sociedade. Então, pode ter certeza de que vamos interagir bastante.

Com a sua fala, eu finalizo esta Mesa, agradecendo muito a todos aqui que contribuíram para este momento, que contribuíram com as informações técnicas, mas principalmente por demonstrarem que este é um assunto, como foi falado pelo Lucas, quente, é um assunto do momento, é um assunto que o mundo já trata de maneira profissional e que pode, de fato, transformar a nossa realidade. Então, muito obrigado por este primeiro momento de muitos que teremos.

A todos, boa tarde. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Major Olimpio, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Rodrigo Pacheco, Reguffe, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 41, de 2019** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a prisão pela Polícia Federal de seu assessor especial do Ministério do Turismo, de membro do PSL de MG e de ex-assessor, em razão de denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Ofício "S" n° 51, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Encaminha, em cumprimento ao art. 23, § 2°, da Lei n° 13.303/2016, e nos termos do artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, as conclusões e a análise de atendimento das metas e resultados na execução do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab." **Autoria:** Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pelo conhecimento do Ofício, para que a Comissão informe à Conab do conteúdo desse parecer, e seu posterior arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 374, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigação de advertência dos riscos relacionados ao uso excessivo de telefones portáteis tipo smartphone." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Angelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 669, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para vedar a cobrança de taxa de religação de serviços públicos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas e uma subemenda à emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 905, de 2019 - Terminativo -** que: "Adiciona ao art. 1º da Lei nº 12.291, de 20 de julho de 2010, que torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, parágrafo único para exigir que as empresas que ofereçam comércio online tenham, em sua página de vendas eletrônicas, endereço de fácil visualização para a versão oficial do Código de Defesa do Consumidor e para o aplicativo de solução de conflitos relacionados aos direitos do consumidor do Ministério da Justiça." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 990, de 2019 - Terminativo -** que: "Inclui parágrafo único no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor que a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem incluir o seu preço sem o valor do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e dos demais tributos sobre eles incidentes." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1272, de 2019 - Terminativo -** que: "Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1750, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Paulo Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3256, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre reparações imediatas previstas no § 3º do art. 18." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 52, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a regulamentação de criptoativos. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Um representante do Banco Central; 2. Um representante da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN; 3. Um representante da Unidade de Inteligência Financeira - UIF; 4. Um representante da Ministério da Economia; 5. Um representante da Secretaria Nacional do Consumidor; 6. Um representante da Receita Federal; 7. Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain - ABCB; 8. Um representante do IDEC; 9. Dr. Danilo Doneda - especialista em direito digital; 10. Um especialista em Direito Digital, Direito das Startups e em Blockhain; e 11. Deputado Federal João Henrique Caldas." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/08

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia, Srs. Senadores. Bom dia a todos.

Declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 33ª e 34ª Reuniões. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passarei agora à leitura dos avisos e ofícios recebidos por esta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Concedida a palavra, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, me permita e me desculpa se já constar da Ordem do Dia, mas só um rápido relato para expor a solicitação que iremos requerer.

Por diversas vezes, desde abril, ou melhor, abril e maio deste ano, nós requisitamos nesta Comissão a presença do Sr. Álvaro Antônio, Ministro do Turismo do atual Governo.

Por diversas vezes, houve a boa vontade deste requerente e muito mais boa vontade ainda de V. Exa. e desta Comissão para converter esta convocação originalmente em convite. Assim o foi pela primeira vez em que foi aprovado aqui, salvo melhor juízo, entre abril e maio; assim o foi na segunda vez em que foi reapresentado, quando foi dito que o Ministro viria espontaneamente aqui após o período de recesso.

Ocorre, Excelência, que nós aprovamos pela primeira vez o convite; aprovamos uma segunda vez, que já poderia ter sido a convocação, novamente em formato de convite, a pedido daquele que nós estávamos solicitando que estivesse aqui, também a pedido da Liderança do Governo.

Ocorre que o Sr. Álvaro Antônio não veio no primeiro convite, não veio depois do recesso, e os acontecimentos se avolumam e tornam cada vez mais grave a situação do atual Ministro do Turismo. Os atuais acontecimentos chegam ao nível atual de indiciamento dele por parte da Polícia Federal em relação ao caso que está respondendo.

Diante disso, Excelência, me parece que não resta a esta Comissão outra alternativa, em virtude das reiteradas ausências do Sr. Ministro do Turismo nesta Comissão – além disso, das reiteradas ausências, eu não tenho outro termo – e do desrespeito do Ministro para com esta Comissão, porque, mesmo se dispondo a vir à Comissão como convidado, por diferentes vezes, deixou de vir, mesmo acertando com esta Presidência e com os membros desta Comissão.

Por isso, Excelência, eu estou reapresentando o convite, aliás, reapresentando o requerimento, que, na verdade, já se encontra nesta Comissão, só que, desta feita, na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma original, tal como tinha apresentado, transformando em convocação para o Ministro do Turismo, para a data que esta Comissão entender mais adequada para a presença.

Torna-se urgente a presença do atual Ministro, aliás, aí é no meu sentir – obviamente não é no sentir dos membros da Comissão – que os notórios acontecimentos dariam conta de que, em nenhum outro governo, ele poderia continuar como Ministro do Turismo, mas aí é escolha pessoal do Presidente da República. Mas, quanto às explicações sobre os procedimentos dele nos acontecimentos na campanha eleitoral do PSL em Minas Gerais, sobre a atividade dele no Ministério do Turismo, isso, sim, dá conta, e é dos interesses da Nação, e é obrigação desta Comissão pedir os esclarecimentos necessários.

Então, eu sei que V. Exa. muito bem adotou o procedimento aqui nesta Comissão de que requerimento de caráter de convocação tenha uma apresentação prévia, para que as senhoras e os senhores membros tomassem conhecimento, mas este é um requerimento que já é de conhecimento da Comissão há muito tempo – diria, desde abril, desde maio é de conhecimento. E, na verdade, quem tem faltado para com esta Comissão é o Ministro do Turismo.

Então, peço, requeiro oralmente a V. Exa. a conversão do então convite – porque, até agora, não ocorreu o comparecimento do Sr. Ministro do Turismo – em convocação para a presença do Sr. Álvaro Antônio nesta Comissão de Transparência e Fiscalização do Senado Federal.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Só um segundo, Senador Reguffe.

Senador Randolfe, esse requerimento inclusive entrou na pauta como item 1, devido ao contato de V. Exa. e devido ao que V. Exa. também relatou aqui. Não é um fato novo. Pelo contrário, já foi e voltou várias vezes. Então, farei rapidamente aqui o nosso protocolo, a leitura dos comunicados – são poucos –, e passaremos já à discussão e apreciação dos demais Senadores.

Só um segundo, porque o Senador Reguffe... Também quero aqui registrar a importância – e como vai ser proveitosa, tenho certeza absoluta –, nas próximas reuniões, da presença constante do Senador que foi indicado pelo partido Podemos para contribuir com a sua experiência, com a sua visão de mundo para esta Comissão. Então, já dou as boas-vindas ao Senador Reguffe, é um prazer enorme tê-lo nesta Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me fazer sua saudação também a deste Senador a este querido companheiro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação política aqui, que, por sua trajetória política, eu tenho certeza, tem as características desta Comissão de Transparência.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É uma grande conquista para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Concordamos.

Então, deixe-me passar aqui para dar início às deliberações.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Ofício nº 13, de 2019, da Petrobras; correspondência da transportadora brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.; Aviso 580, do Tribunal de Contas da União; Aviso 24, de 2019, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, do Estado de Santa Catarina; Ofício 132, de 2019, do Banco do Nordeste; Aviso 602, do Tribunal de Contas da União; Aviso 606, também do Tribunal de Contas da União; e Mensagem 434, do Senado Federal.

Então, todos esses documentos que foram lidos ficam disponíveis da página da Comissão.

Todos os senhores recebem o *link* no prazo de 15 dias para que possam também se manifestar, se assim desejarem.

Sendo assim, passaremos, então, à nossa pauta, que é justamente o item 1, que foi já exemplificado.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 41, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a prisão pela Polícia Federal de seu assessor especial do Ministério do Turismo, de membro do PSL de MG e de ex-assessor, em razão de denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

Aqui eu faço também um relato mencionando que é um tema que vem sendo tratado por esta Comissão de uma maneira extremamente tolerante, extremamente democrática e paciente.

Então, desde abril – o primeiro registro que eu tenho é do início de abril, 8 de abril –, se fala da necessidade de se ter o Ministro do Turismo sentado aqui nesta Comissão para prestar informações.

Então, assim foi feito, de uma maneira cordial, o convite. Não houve o comparecimento. Depois, um pedido, um requerimento para que se transformasse em uma convocação, que depois voltou a ser um convite, que, por quatro vezes, foi adiado, sendo que a última foi uma convocação transformada num convite para que comparecesse no dia 1º de outubro deste mês. E, um dia antes, recebemos um *e-mail* da assessoria do Ministério do Turismo informando a impossibilidade da presença do Ministro Álvaro Antônio e solicitando a data do dia 22 de outubro.

Essa data de 22 de outubro ainda não aconteceu e hoje recebi uma ligação do Líder do Governo reforçando essa data, de que esse dia 22 de outubro seria data cabal para a presença do Ministro aqui na Comissão. E nós estamos diante de uma conversão do convite para uma convocação, e assim irá permanecer o requerimento para ser deliberado agora pelos pares.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra, o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero dizer da minha alegria de fazer parte agora desta Comissão – é uma Comissão muito importante para o nosso Senado Federal – e dizer, Sr. Presidente, que eu vou apresentar alguns requerimentos de audiência pública que eu considero que seja importante fazer aqui na área de defesa do consumidor.

Agora, com relação a esse item 1 da pauta, esse requerimento de convocação apresentado pelo Senador Randolfe, eu o considero de suma importância, aliás, nós precisamos resgatar, no nosso País, o papel do Poder Legislativo. O Poder Legislativo é um poder de fiscalização, ele não é só um poder de legislar, de fazer leis, até porque vai chegar um momento em que já vai haver lei demais neste País. O que vai precisar é que as que existem sejam cumpridas. Então, nós temos que resgatar o papel de fiscalização do Poder Legislativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Poder Legislativo no Brasil, ao contrário de outros países, às vezes, é tão subserviente ao Poder Executivo que, aqui mesmo, quando se tem que chamar alguém para vir ao Poder Legislativo, cria-se uma coisa assim: "Não, vamos fazer um convite, é um convite". Eu não tenho nada contra ser convite ou convocação, mas o correto era convocação. Então, se quer fazer um convite, para ficar mais delicado, o.k., não há problema, mas o correto é convocar, o Poder Legislativo mostrar o seu papel. Se algo precisa ser explicado, há, sim, que se convocar um Ministro de Estado, neste e em qualquer governo. Esse é um papel do Poder Legislativo. Essa não é uma questão de governo e oposição, essa não é uma questão de coloração partidária. Esse é um papel de respeito a uma atribuição que o Poder Legislativo tem e uma responsabilidade que o Poder Legislativo tem com a sociedade brasileira.

Então, meu voto é favorável a esse requerimento do Senador Randolfe de convocação e considero que esses requerimentos de convocação não podem ser uma celeuma. Se há algo a ser explicado, a pessoa tem que vir ao Parlamento e explicar. Esse é o papel do Parlamento.

Então, meu voto é favorável e considero as denúncias extremamente graves com relação ao Ministro. E o Ministro já deveria ter vindo antes, mas antes tarde do que nunca. Meu voto é favorável e considero de suma importância a vinda do Ministro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Continuamos em discussão.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Isso que o Senador Reguffe está colocando é fundamental não só os Parlamentares compreenderem, mas também a sociedade brasileira. O segundo braço mais importante do Parlamento é a fiscalização. Como nós estamos em um momento muito difícil do País na questão da democracia, nós, que já temos experiência aqui no Parlamento, e exatamente porque nós viemos de um processo bem democrático, tratamos essas questões da relação com o Executivo de uma forma democrática. Então, a figura do requerimento de convite... Sempre, quando a gente convocava, nos momentos mais difíceis dessa visão mais autoritária – digamos assim –, de autoridade porque está em um cargo A, B ou C do Executivo... Então, no processo de estabelecer o diálogo, foi inventado o convite, porque sempre quando a gente faz um requerimento desse, vem alguma assessoria parlamentar do Executivo: "Não, eu me comprometo em trazer o Ministro, vamos transformar em convite para ele não sentir que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sob vara", etc. O Senador Randolfe, um Parlamentar já experimentado aqui, tem também esse sentimento, de que é melhor resolver no diálogo, etc. O problema é que, do outro lado, as figuras não entendem assim.

Então, acho que a firmeza da decisão de convocação é fundamental, até para um cidadão como esse já vir sob as condições de convocação para que ele se explique, uma vez que as figuras que têm essa visão de autoridade, porque chegam a um cargo dessa forma, acham que não deve explicar para ninguém, etc. Então, temos que aprovar imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito, Senador Paulo Rocha. Concordo com V. Exa. Fiscalização para mim é um dos principais braços que nós temos, como Senadores, e nós vamos, com certeza, atuar cada vez mais nesse sentido. O Senador Reguffe trouxe muito bem esse assunto. Vamos tratar aqui de um tema, que é falar sobre recursos públicos, sobre financiamento de campanha, porque o financiamento de campanha hoje é público. Então, precisam, sim, ser dadas explicações, e acredito que isso será feito nessa data que foi determinada, no dia 22. Sendo assim, o autor gostaria de mais alguma ponderação?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dia 22?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Dia 22 de outubro.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria chamar a atenção porque parece que o Colégio de Líderes está organizando que o segundo turno da previdência vai ser dia 22. Não sei se tem prejudicialidade essa data.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas a princípio o que eu tenho aqui é uma data passada pelo Ministro. A sugestão foi essa. Não necessariamente temos que acatar, tendo em vista que houve uma alteração.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, não, estou dizendo aos companheiros aqui que...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Mas a princípio acho que é um bom início de diálogo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tudo bem, mas eu estou dizendo que vai ser também um dia muito importante para nós, no Plenário, a questão do segundo turno da previdência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Se estiver confirmado, realmente, que vai ser essa data...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu acho que vai ser resolvido hoje no Colégio de Líderes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Com base no alerta feito pelo Senador Paulo Rocha, eu lhe pergunto, Presidente... É algo central a votação da reforma da previdência e eu temo que o tempo que nós vamos destinar à indagação e ao questionamento ao Ministro adentre o início da Ordem do Dia, que com certeza deverá, no dia 22, ser antecipada. Diante disso, talvez, porventura, fosse adequado antecipar a vinda do Ministro para a próxima terça-feira, se não me engano dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, o requerimento é de V. Exa. Pelo regimento – até peço orientação –, acredito que o prazo máximo seja de 30 dias, mas é possível determinar essa data. Se determinar uma data, necessariamente ele tem que comparecer nessa data ou há esse período de 30 dias para que ele compareça à Comissão? (*Pausa.*)

A informação que eu tenho é de que, a partir do momento em que é comunicado, há um prazo de 30 dias para que ele compareça para prestar esses esclarecimentos. Então, não seria uma data cabal a ser estipulada hoje. Essa é a informação que a assessoria passou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, diante disso, estabelecemos dia 22 e, conforme for o calendário, a agenda da votação da reforma da previdência no dia 22, nós podemos, se V. Exa. concordar, iniciar a Comissão um pouco mais cedo para ter o tempo necessário para as indagações ao Sr. Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Perfeito. Ou então até alterar o dia da reunião da Comissão, colocar 23 ou 24.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, posso fazer uma sugestão? Eu acho que nós poderíamos encaminhar a data do dia 15, que é a próxima terça-feira. As denúncias são gravíssimas. O Ministro tem que dar explicações não só ao Parlamento, mas à sociedade brasileira. Então, acho que nós poderíamos encaminhar a data do dia 15. Ele tem o direito aos 30 dias. Se ele quiser vir depois, vem depois, mas a gente marca dia 15. Se ele pedir depois uma outra data, ele tem esse direito e nós passamos para a frente. Mas vamos, a princípio, marcar para o dia 15, porque eu considero isso de suma importância. Precisa haver uma resposta imediata. Sete dias é mais do que tempo inclusive para o próprio Ministro se preparar. Se ele decidir vir mais para frente, não tem problema. Ele tem esse direito de fazer em 30 dias, mas a gente já tenta deixar a data do dia 15 reservada para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Reguffe, como bem mencionou o Senador Paulo Rocha, a assessoria do Ministro, que também está aqui presente, informou que, durante a próxima semana, ele estará no exterior. Essa é a informação que acaba de me chegar. Então, a princípio, Senador, acredito que dia 22 pode ser um prazo razoável, tendo em vista também o prazo legal estipulado pela Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – De minha parte, mesmo porque nós não teríamos como fazer... Como a tolerância desta Comissão possibilitou – a tolerância de todos nós, no bom sentido...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – É um aprendizado aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a tolerância nossa, mas a tolerância no bom sentido. Não vou utilizar outro termo. Quem agiu de má-fé foi o Ministro... (*Fora do microfone.*), ao se dispor várias vezes a vir e não vir. Eu acho que ninguém que tem boa-fé pode ser responsabilizado por isso. Então, eu e V. Exa. ficamos com a consciência tranquila porque agimos, neste caso, de boa-fé. Apesar da boa-fé, obviamente, o direito e a Constituição o favorecem neste caso. O espaço de 30 dias existe para a convocação ser aceita ou não, ser estabelecida ou não. Essa é a tolerância que a Constituição estabelece para essa situação. Então acabaria não sendo de bom proveito se nós determinássemos a data mas ocorresse, tendo o direito da parte do Ministro em não fazer o exercício da data por aqui determinada. Acabaria sendo um desgaste, no meu entender, desnecessário para esta Comissão. Então, aquiesço a data, embora reconheça a ponderação do meu querido Reguffe, embora reconheça a necessidade de urgência. Aquiesço pelos notórios acontecimentos, pela impossibilidade, inclusive, da presença do Ministro no Território nacional, o que torna impraticável. No caso específico da aprovação da convocação, o direito o favorece, dando o prazo de 30 dias. Então, aquiesço a proposta apresentada pela Mesa, do dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Randolfe, parabenizo V. Exa., que vem tratando esse tema com extrema tolerância, de fato. Acho que é dessa forma que se deve proceder. Concordo também com essa data estipulada e, se houver alguma confirmação da votação da previdência e isso atrapalhar essa reunião, ou tentamos começar pela manhã ou fazemos em uma data mais próxima.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Acho que a ideia é começar tipo 9h. Até 14h ou 15h é suficiente para a gente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Vamos avançar durante a semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não vamos nem pedir para o Presidente da Comissão providenciar almoço... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sendo assim, coloco em votação o Requerimento nº 41, de 2019. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora ao item...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, com a aquiescência dos colegas, fazer uma inversão de pauta. Eu sou o Relator do item 8, que é um projeto de autoria do Senador Rogério Carvalho. Sei que não vai ter quórum, porque é terminativo, mas além de tornar público o meu relatório, que já está publicado, eu queria já dar como lido aqui para poder ficar em pauta para a discussão e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Paulo Rocha, atendo a solicitação de V. Exa. Passaremos então à leitura do item 8, que passou a ser 9 com a inclusão de pauta que foi feita do requerimento do Senador Randolfe.

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 1750, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Paulo Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo;

Senador Paulo Rocha, passo a palavra a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para proferir relatório.) – Presidente, como já anunciado, a decisão é terminativa sobre o Projeto de Lei nº 1.750, de 2019, do Senador Rogério Carvalho, que altera a Lei nº 8.078, de setembro de 1990, para determinar que, no caso de fornecimento de produto durável, o início da contagem do prazo decadencial para reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, será dado após o término do período de garantia contratual.

O projeto é submetido a esta Comissão de mérito. Trata-se, portanto, de interesse do consumidor reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação na aquisição do produto. O projeto é um projeto simples, estruturado em dois artigos.

O art. 1° dá nova redação ao §1° do art. 26 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor (CDC) para estabelecer a contagem do prazo decadencial para reclamar de vício aparente ou de fácil constatação, nas hipóteses de produtos duráveis, apenas após o término do período de garantia contratual.

O art. 2° trata da vigência, como todo projeto de lei.

Na justificação do projeto, Presidente, o autor afirma existir conflito entre os comerciantes, os consumidores e os órgãos de proteção ao consumidor acerca da melhor interpretação do dispositivo: enquanto os consumidores reivindicam a substituição ou conserto de um produto em até 90 dias após o término da garantia contratual, diversas empresas argumentam que o referido prazo deve ser computado a partir da data de entrega do produto.

Eu analiso o projeto, na forma do Regimento Interno, em sua constitucionalidade e na técnica legislativa. O projeto vem de um Parlamentar experiente, que sabe tratar dessas questões tanto regimentais quanto de constitucionalidade e técnica legislativa. Não há vícios, portanto, a tratar.

Analiso também as várias condições do processo civil, que dá autoridade à mudança no Código do Consumidor.

Diante do exposto, Presidente, entendemos que a proposta merece ser aprovada na medida em que confere maior clareza ao texto do CDC (Código de Defesa do Consumidor), eliminando a possibilidade de interpretações desfavoráveis ao consumidor, com potencial redução de conflitos entre fornecedores e consumidores, assegurando a estes últimos claramente o direito de ter o prazo de garantia legal computado apenas após o esgotamento da garantia contratual.

Sugerimos, portanto, a aprovação, com uma emenda de redação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o relatório de aprovação ao projeto do Senador Rogério Carvalho, que dá ao art. 26 do Código do Consumidor maior clareza na solução desses conflitos entre consumidores, produtores e comerciantes.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Parabenizo o Senador Paulo Rocha pelo parecer e também o autor do projeto, Senador Rogério Carvalho.

Aqui estamos tratando de um assunto que pode parecer um simples detalhe, mas que faz muita diferença no dia a dia do consumidor, tornar claro, quando aparece um problema, se o prazo decadencial se dá quando se compra o produto, ou seja, na data que está na nota fiscal, ou quando acaba a garantia contratual. E aqui o Senador Rogério vem deixar muito claro esse ponto, porque há grande divergência no meio jurídico e nem sempre se decide por aquilo que o código diz, que é, na dúvida, sempre prevalecer o que for favorável ao consumidor. Então, isso aqui deixa claro e com certeza evita mais discussões não só no Procon, mas também na Justiça.

Parabenizo V. Exa. e coloco em discussão o projeto. (*Pausa.*)

Infelizmente, não podemos colocar em votação, tendo em vista ser um projeto terminativo, mas assim já foi lido o Projeto de Lei nº 1.750.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Quero que o senhor me libere, porque tenho outras tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço a presença de V. Exa.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que é um projeto meritório, importante e, quando colocado em votação, meu voto será favorável.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Está registrado, Senador.

Mais um requerimento.

Requerimento de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 52, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a regulamentação de criptoativos. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Um representante do Banco Central; 2. Um representante da Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN; 3. Um representante da Unidade de Inteligência Financeira - UIF; 4. Um representante da Ministério da Economia; 5. Um representante da Secretaria Nacional do Consumidor; 6. Um representante da Receita Federal; 7. Um representante da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain - ABCB; 8. Um representante do IDEC; 9. Dr. Danilo Doneda - especialista em direito digital; 10. Um especialista em Direito Digital, Direito das Startups e em Blockchain; e 11. Deputado Federal João Henrique Caldas.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL).

O Deputado João Henrique Caldas é Relator do projeto que trata desse assunto na Câmara Federal.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, senhores, agradeço a presença dos Srs. Senadores e de todos que acompanharam.

Até a próxima semana.

Declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Weverton, Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Telmário Mota, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Reguffe, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Irajá, Luis Carlos Heinze, Eduardo Gomes e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Roberto Rocha, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Otto Alencar e Rodrigo Pacheco. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro**, atendendo ao requerimento REQ 41/2019 - CTFC, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Finalidade:** Comparecimento do Ministro de Estado do Turismo a fim de prestar informações sobre a prisão pela Polícia Federal de seu assessor especial do Ministério do Turismo, de membro do PSL de MG e de ex-assessor, em razão de denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvio de recursos eleitorais. **Participante:** Marcelo Álvaro Antônio, Ministro de Estado do Turismo. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/22

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bom dia, senhores e senhoras.

Declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização, Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Ministro de Estado do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, a fim de prestar informações sobre denúncias de uso de candidaturas laranjas para desvios de recursos eleitorais, em atendimento ao Requerimento nº 41, de 2019, desta Comissão, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O ministro terá 30 minutos para fazer sua exposição, à qual se seguirá a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 398 do Regimento Interno.

Inicialmente, como Presidente desta Comissão, devemos registrar que a presente audiência pública se insere no âmbito da competência desta Comissão para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos da União e adotar medidas para prevenir a corrupção. Tal competência encontra fundamento legal no art. 70 e nos que lhe seguem, da Constituição Federal, bem como no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

A propósito, cabe recordar que boa parte dos recursos financeiros das campanhas eleitorais tem sua origem no Fundo Especial de Financiamento

parte dos recursos financeiros das campanhas eleitorais tem sua origem no Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) com verbas do Orçamento da União, igualmente o fundo partidário também é composto por verbas federais.

Devemos também registrar que o que mais importa é o esclarecimento dos fatos para que a verdade prevaleça e nesse contexto realizaremos esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sendo assim, quero aqui registrar que esta Comissão, desde abril deste ano, teve por objetivo ouvir o Ministro do Turismo. O Ministro, em algumas situações, chegou a prestar informações de que compareceria a esta audiência, mas por outros motivos não compareceu. E chegamos à data de hoje em comum acordo com os Senadores para que o Ministro possa esclarecer algo que já é notório no País inteiro devido às notícias que são veiculadas desde aquela época sobre um assunto que ainda permanece sem as informações suficientes para os Senadores que aqui estão presentes e que também solicitaram e aprovaram esse requerimento.

De imediato já quero agradecer a presença do Ministro Marcelo Álvaro Antônio, que está aqui para prestar esclarecimentos, ao passo que eu já lhe concedo a palavra pelo prazo máximo de 30 minutos.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Rodrigo Cunha, Senador, amigo, Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Quero cumprimentar também o Senador Randolfe Rodrigues. É um prazer, Senador, estar aqui, uma oportunidade de a gente estar esclarecendo muitos pontos que eu acredito que o Brasil realmente precisa saber.

Quero cumprimentar o Senador Angelo Coronel, que estava aqui agora.

Quero cumprimentar o Senador Weverton, o Senador Izalci, o Senador Luis Carlos Heinze, nosso amigo, e também o Senador Fabiano Contarato.

Cumprimento também a todos os assessores da Comissão, a todos os amigos aqui presentes, a imprensa também que faz parte da composição deste momento, deste evento desta Comissão.

Bom, Senadores, primeiro, eu gostaria de esclarecer a minha agenda, que realmente foi e está sendo uma agenda que exige muito esforço para que o desenvolvimento do setor do turismo possa realmente acontecer de forma efetiva no Brasil.

Cumprimento o nosso amigo Senador Eduardo Gomes, que chega neste momento à Comissão também.

Quero agradecer ao Senador Randolfe por algumas vezes ter formalizado o convite para eu estar aqui presente. Senador, realmente, nas vezes em que eu não vim, eu tentei repactuar um novo prazo, entendo a posição do senhor da convocação e vou estar aqui hoje com esse objetivo de esclarecer todos os pontos que o senhor e os Senadores também acharem necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui com um respeito enorme por esta Casa, pelo Parlamento. Estou Ministro e estou Deputado Federal licenciado para exercer o cargo de Ministro, então, o Parlamento realmente faz parte da minha vida. Estou aqui à disposição para todos os esclarecimentos.

Mas é bom eu introduzir aqui a minha fala, dizendo já, inicialmente, que o PSL, em Minas Gerais, no ano de 2018, não teve candidaturas laranjas.

Foram 179 candidatos naquela ocasião. Nós temos um Estado com 853 Municípios. São 53 Deputados Federais. E todos os candidatos – isto eu posso afirmar categoricamente – e candidatas foram candidatos verdadeiramente, fizeram campanhas políticas, inclusive as quatro denunciadas, e isso me parece que ficou claro no âmbito do inquérito. Realmente o PSL, em Minas Gerais, não teve essa prática de candidaturas laranjas.

Eu gostaria de lembrar aqui que foi um inquérito longo, uma investigação de nove meses. Eu fui investigado durante nove meses pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pela *Folha de S.Paulo*, que deve estar aqui, por alguns órgãos de imprensa, por todos os meus adversários políticos do Estado de Minas Gerais, durante 9 meses. Esse inquérito não só perdurou durante nove meses, mas houve buscas e apreensões no âmbito do Partido PSL, em Minas Gerais, em celulares, mais de 80 pessoas ouvidas no âmbito do inquérito. Fazendo aqui uma comparação com aquela tragédia que aconteceu no Rio de Janeiro da menina Ágata, foram ouvidas, Senador Eduardo Gomes, 11 pessoas; em Minas Gerais, mais de 80 pessoas foram ouvidas no âmbito do inquérito da apuração do caso das laranjas de Minas Gerais, das supostas laranjas.

Eu digo aqui, Senador Randolfe, que durante esses nove meses, nessa investigação aprofundada, detalhada, no âmbito do inquérito, não existe uma pessoa sequer que tenha citado meu nome, me atribuindo qualquer procedimento inadequado. Não existe uma materialidade sequer nesse inquérito nas buscas e apreensões feitas no partido ou em HDs, em telefones celulares, não existe uma materialidade sequer – uma sequer – me atribuindo qualquer procedimento inadequado.

Então, ao final do inquérito, eu fui indiciado e logo após, num prazo recorde de 30 minutos, eu estava sendo já denunciado num inquérito de 6,6 mil páginas. E eu fui indiciado pela teoria do domínio do fato, ou seja, por ser Presidente do partido: a autoridade policial entendeu que havia indícios – indícios – de que alguns membros do partido tiveram algum procedimento inadequado, e eu, como Presidente do partido, fui indiciado pela teoria do domínio do fato. E acredito que de forma errônea. Por que de forma errônea? Porque a teoria do domínio do fato se aplica quando há comprovação no âmbito do inquérito de que a pessoa teve ciência dos fatos ocorridos. E isso não existe em momento nenhum no âmbito do inquérito. Não há nenhuma comprovação de que eu tivesse envolvimento ou sequer ciência do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava ocorrendo no partido no qual, segundo a autoridade policial, há indícios de algumas irregularidades. Portanto, eu fui indiciado pela teoria do domínio do fato e, como disse aqui, me sinto injustiçado

pela teoria do domínio do fato. Como disse aqui: "Sinto-me injustiçado nesse indiciamento, mas continuo confiando no trabalho da Polícia Federal, do Ministério Público, continuo confiando na Justiça, que vai ser o melhor âmbito para provar a minha total inocência nesse caso".

Eu quis fazer essa introdução aqui já para posicionar aos senhores e às senhoras como esse inquérito transcorreu. É bom lembrar aqui que nós tivemos três prisões, uma delas em relação ao meu assessor, que é meu assessor até hoje. É importante esclarecer, Senador Randolfe, que o embasamento do pedido das prisões foi não combinarem depoimentos – não combinarem depoimentos. Não existiu um fato direcionado que foi pego, uma irregularidade ou uma... Não, prenderam três pessoas para não combinarem depoimentos.

Foi um fato que, inclusive, está aqui na base da minha convocação, a questão do assessor. É uma pessoa que nunca teve um processo na vida – nunca teve um processo. Eu digo qualquer processo; não é no âmbito político, não. Foi preso para não combinarem depoimentos.

Então, existem algumas situações no inquérito... E um detalhe: o inquérito, depois de seis meses aberto e rolando, prenderam os três assessores para não combinarem depoimento. Eu acho que se fosse para combinar, Senador Angelo Coronel, já tinha dado tempo para combinar – seis meses de inquérito aberto. Eu acho que era tempo suficiente para combinar qualquer depoimento.

Mas estou aqui, à disposição dos Senadores, das Senadores, do Presidente Rodrigo Cunha e de todos vocês, para que a gente possa realmente trazer luz à verdade nesse caso. E quero reiterar aqui a minha total consciência tranquila em relação aos fatos e ao meu procedimento à frente do PSL, na ocasião das eleições de 2018.

Muito obrigado pela atenção e estou à disposição dos Srs. Senadores e Presidente Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Ministro, repito mais uma vez: nós estamos na Comissão de Transparência e Fiscalização, que serve justamente para prestar informações, esclarecimentos. Então, V. Exa. tem aqui, de fato, oportunidade de falar não apenas para os Senadores, mas para o País, sobre a sua versão dos fatos. Então, é um momento importantíssimo para esta Casa e para esta Comissão, sem dúvida nenhuma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iremos dar início agora à segunda fase, justamente a fase de arguições, na qual eu já aqui registro a importante postura que o Senador Randolfe Rodrigues teve ao iniciar essas tratativas em busca dessas informações, de uma maneira extremamente cordial, buscando o convite, que se transformou numa convocação, que depois se transformou em outro convite e, por fim, em mais uma convocação. Então, V. Exa., Senador Randolfe, é um Senador de oposição, sem dúvida nenhuma, mas que também tem posição e responsabilidade com o País. Então, demostrou, durante todo esse período, que o que busca, de fato, são informações.

Sendo assim, V. Exa. também vai iniciar agora a fase de debates com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Agradeço, Presidente. Ministro, meus cumprimentos, colegas aqui presentes.

Sr. Ministro, em relação aos contratos firmados entre candidatos do seu partido, o PSL, com empresas de propriedade de seus assessores, o senhor pode nos responder qual teria sido o motivo

responder qual teria sido o motivo de a empresa de serviços e internet do Sr. Mateus Von Rondon, que foi seu assessor especial no Ministério e foi preso em julho, em operação da Polícia Federal, a principal prestadora de serviço às candidaturas femininas suspeitas.

Eu queria, a essa pergunta, Ministro, acrescentar que essa empresa foi aberta em 2013. O senhor sempre foi, pelas informações que temos, o maior cliente desde o início do funcionamento dela até o dia 21 de janeiro de 2019, quando o Sr. Mateus encerrou as atividades junto à Receita Federal e se tornou, dois dias depois, em 23 de janeiro, assessor especial do Ministério do Turismo.

Eu lhe pergunto se essa sua relação com o Sr. Mateus e as razões... Primeiro, se essa relação com o Sr. Mateus não é estranha e quais as razões o senhor acredita que levaram à sua nomeação. Essa é a primeira pergunta.

O senhor fique à vontade, por favor – o senhor fique à vontade.

Na segunda pergunta, o senhor pode nos dizer a respeito das acusações feitas contra o senhor pela candidata Zuleide Oliveira, que afirma – a Dona Zuleide – que o senhor pediu diretamente a ela que devolvesse ao partido parte do dinheiro público do Fundo Eleitoral. Em igual denúncia, uma outra candidata, a Deputada Estadual pelo PSL, afirmou, em depoimento ao Ministério Público, que foi coagida por dois de seus assessores a devolver R$50 mil dos R$60 mil de verba pública recebidos de campanha direcionada à legenda. Pergunto-lhe qual seria o interesse dessas candidatas atribuírem ao senhor esse crime, que teoricamente são pessoas do seu partido, a quem o senhor teria ajudado a se elegerem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Perdão, Senador, essa última, que o senhor disse que dois assessores a coagiram, qual o nome dela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma candidata a Deputada estadual. A primeira é a Sra. Zuleide. Uma outra candidata a Deputada estadual...

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim, a Zuleide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... em depoimento, cujo nome não temos aqui.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Está bom.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São as duas informações que temos.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – O.k. Está bom, Senador. O senhor deve estar falando da Adriana Borges.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Terceira pergunta, Sr. Ministro. A Deputada Federal Alê Silva, como é do seu conhecimento, reiteradamente, apontou ter recebido ameaças de V. Exa. Isso ficou claro quando prestou, espontaneamente, depoimento à Polícia Federal, no dia 10 de abril de 2019. Segundo a Deputada, as ameaças contra ela ocorreram durante uma reunião entre o senhor e colegas de partido, no final de março, em Belo Horizonte. Pergunto-lhe, sobre essas ameaças, o que o senhor teria a dizer.

Durante sessão realizada em 15 de outubro, no Plenário da Câmara, Ministro, a Deputada Federal Dra. Soraya Manato, do PSL, se dirigiu aos demais Parlamentares, admitindo o uso de laranjas pelo partido. Em suas palavras, nas palavras da Deputada Soraya*:*

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – "Só para avivar a memória aqui da esquerda. Provados candidatos laranjas na eleição de 2018: PSL, 15%; PT 12%, MDB

na eleição de 2018. PSL, 15%; PT, 12%; MDB, 14%; PSDB, 2%. A própria Deputada do partido do senhor admite uso de laranjas. E da forma como fala deixa claro ser prática ilegal, comum e de conhecimento de todos entre alguns partidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor entende que a Deputada Soraya está mentindo? Ela também teria motivos escusos para comprometer o senhor ou o partido? O senhor continua acreditando que essa prática inexiste no partido?

E, por fim, duas últimas perguntas, Sr. Presidente e Sr. Ministro. Sabemos que dados oficiais mostram que a prática do emprego de candidaturas laranjas femininas lamentavelmente é real. O Tribunal Superior Eleitoral, em sua página, mostra que 16.131 candidatos às eleições de 2016 não receberam sequer um voto. Em todo o Brasil, 14.417 mulheres se candidataram, mas não receberam votos. Já os homens somam 1.714 nessa situação.

Parece-me que fica claro, Sr. Presidente, que há algo errado aqui. Todavia, mais interessante é o resultado de uma pesquisa sobre o assunto, feita pela Prof. Malu Gatto, da Universidade College London e Kristin Wyllie, da James Madison University, que constatou que de fato as candidaturas laranjas femininas só têm aumentado e que o caso do PSL é particularmente significativo, visto que houve 24 vezes mais aparentes candidaturas laranjas de mulheres, pois receberam menos de 317 votos, do que de homens para a Câmara dos Deputados em 2018. Nenhum outro partido tem número próprio, o que é indicativo de um padrão.

A que o senhor atribui essa disparidade? O senhor também entende que as pesquisadoras estão mentindo ou seria algum tipo de perseguição? O senhor ainda acredita desconhecer que essa prática existe no seu partido?

Por fim, eu acho que há uma pergunta que me parece ser a principal para o esclarecimento para todos. No início do ano, o Presidente da República, por uma série de denúncias, demitiu um de seus ministros mais próximos, que é o Ministro Gustavo Bebianno. Recentemente, o Presidente da República, em uma declaração pública a um apoiador, disse, abre aspas: "Não fala do Bivar, que é o Presidente do seu partido, o Luciano Bivar, porque ele está queimado" Uma semana depois, coincidência ou não, e há necessidade de um esclarecimento por parte da Presidência da República, pois uma semana antes o Presidente da República fala que o presidente do seu partido está queimado, e, na semana seguinte, o mesmo personagem, o presidente do partido do Presidente da República, por mais paradoxal que seja, qualquer estrangeiro que venha ao Brasil não entenderia essa circunstância, é objeto de uma operação da Polícia Federal, o que desencadeia uma luta fratricida pelo controle do seu partido. No caso específico, ou o Presidente da República utilizou a Polícia Federal e o aparelho do Estado para uma ação contra

e o aparelho do Estado para uma ação contra um aliado seu, ou um ex-aliado seu, ou, ainda igualmente grave, o Presidente da República tinha conhecimento prévio de uma operação da Polícia Federal envolvendo membros do seu partido, o que também é igualmente grave,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque se trata de informação privilegiada utilizada pelo mais alto mandatário da Nação. Mas o que vem ao caso é que nessas duas situações o Presidente parece-me ser implacável, pois demite um primeiro, um assessor mais próximo seu e, em relação ao segundo, o presidente do partido, claramente, abro aspas; "joga-o aos leões".

No seu caso, em que pese todas as circunstâncias, em que pese, inclusive, o indiciamento feito pela Polícia Federal, o Presidente não tem se manifestado. V. Exa. não acredita que há dois pesos e duas medidas? E não seria mais adequado, pelas circunstâncias aqui colocadas, V. Exa., no mínimo, pedir afastamento do Ministério até a conclusão dessas investigações?

Eram essas as perguntas que tinha preliminarmente sem embargo da réplica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Randolfe Rodrigues, destacando que o tempo foi estendido devido a V. Exa. ser autor desse requerimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – ... para esta audiência pública.

Então, passo a palavra para o Ministro para que possa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa e o Ministro me permitem, eu não sei se seria pertinente, – é uma prática geralmente nas Comissões –, ir por bloco de perguntas, obviamente se for com a aquiescência do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu considero a melhor forma também. Então, aqui eu tenho as inscrições: em seguida, do Senador Angelo Coronel; depois, do Senador Fabiano; depois, do Senador Weverton.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Inscreva-me, Sr. Presidente.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Inscreva-me também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Já dando início, vamos fazer esse bloco de perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra para o Senador Angelo Coronel.

O prazo é de cinco minutos. Esse prazo será respeitado, eu tenho certeza, pelos senhores.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Então, meu nobre Presidente, comece a contar a partir de agora.

Eu quero cumprimentar o Ministro Marcelo; cumprimentar o nosso Presidente, grande liderança do Estado de Alagoas, o Cunha; e dizer que esse tema já foi fruto de um projeto de lei que apresentei, no início do meu mandato, a respeito da cota de sexo, que, infelizmente, naquela oportunidade, não foi aprovado pelos nossos pares. E encontra-se o mesmo projeto na Câmara dos Deputados, patrocinado pela Deputada Renata Abreu, do Podemos, para que se desobrigue de haver a cota de sexo nas próximas eleições. Esse problema de cota de sexo gera, já gerou problemas, Ministro, meu caro Cunha, meus caros colegas Senadores, não é dessa eleição. Se V. Exa. fizerem um balanço, um apanhado das últimas eleições para cá, das três últimas eleições, essa prática de mulheres terem votos praticamente insignificantes já é uma prática do nosso Brasil, de um sistema eleitoral que eu acho falido e que precisa ser revisto o mais rápido possível.

No próximo ano, teremos eleições para prefeitos e vereadores pela lei que está vigente, pela lei atual, segundo a qual 30% é a obrigação de cota

está vigente pela lei atual, na qual 30% é obrigação de quota de sexo ou então a chapa pode não ir a registro. Ou seja, é uma imposição. O que caberia, numa eleição proporcional? Se deixa lá a quota de sexo, se não preencher, não vai ser preenchido pelo sexo oposto, fica lá a reserva para aquele sexo. Tem Municípios, por aí afora, que terão dificuldades para preencher essa chapa. Vocês verão isso logo após o final das eleições do próximo ano. E vão ver pelo meu projeto – que aqui apresentei e foi rejeitado – que eu tinha razão.

Com relação à situação de Minas Gerais. Acho que essa situação de Minas Gerais, essas acusações, devem ter ocorrido Brasil afora. Acho que poucos Municípios não tiveram acusações por parte de adversários dessa natureza, adversários insatisfeitos. Não estou aqui querendo defender o Ministro Marcelo nem defender o Governo, porque não faço parte do bloco do Governo Bolsonaro. Sou, aqui na Casa, tido como um Senador do bloco independente. Mas não posso ficar aqui omisso e calado quando vejo uma pessoa ser sacrificada em um processo em que acho que essa pessoa é inocente, no caso o Ministro Marcelo Álvaro Antônio. Acho isso, desculpem-me a expressão, uma verdadeira "sacanagem" de pessoas que não se sentiram satisfeitas com as eleições passadas em Minas Gerais e que, talvez, queiram jogar lama no caráter, na conduta, na postura do Deputado Marcelo Álvaro Antônio, hoje no cargo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro. Principalmente por fatos ocorridos antes das eleições. Esse fato ocorrido nas eleições deveria ser tratado no Tribuna Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais. Depois de todas as instâncias, de todas as defesas e acusações, viesse para o Tribunal Superior Eleitoral. Virou um caso de polícia, um caso de sensacionalismo para, simplesmente, crucificar um membro do PSL.

Estou aqui, confesso, repito, e não tenho nenhuma procuração para defender o PSL, muito pelo contrário, foi um partido adversário do nosso, no meu Estado. Estou aqui para defender e ser solidário à figura do Deputado licenciado Marcelo Álvaro Antônio que, na minha ótica, está sendo sacrificado para se atingir um outro alvo e o escolheram, talvez, por ser mais franzino, por ter uma caricatura assim mais fraca, para dizer que esse será o cristo do PSL. Então, fica aqui o meu repúdio. O cristo do PSL não terá o apoio de Angelo Coronel. Se quiserem pegar outro alvo, ataquem o seu alvo, e não pegando uma pessoa que sei de sua conduta, que conheço não é de hoje, tampouco da época em que assumiu o Ministério.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sei muito bem que o seu caráter, que a sua conduta, são sérias, probas, e que não merece o que está acontecendo com o seu nome.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, feito o registro pelo Senador Angelo Coronel, passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço o comparecimento do Ministro.

Diferentemente do nobre colega, penso em uma outra linha de raciocínio. O Código Penal é claro, no art 29, quando diz que quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade. Ele está falando aqui que foi diferenciado na prática delituosa, no Brasil. O que se chama autor, pela teoria restritiva, é quem pratica o verbo da tipo, a ação nuclear; coautor é quando se tem mais de uma pessoa praticando o verbo do tipo. Existe a figura do partícipe moral, na forma de induzimento, quando você dá a ideia, ou instigação, quando você reforça a ideia já existente, e do partícipe material, na forma de auxílio, auxílio material. Quem, de qualquer forma, concorre – ou seja, é autor, coautor, ou partícipe – para um crime, incide nas mesmas penas a este cominadas. É a teoria unitária humanista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor, em um vídeo em que foi se defender, Sr. Ministro, disse o seguinte: "A teoria do domínio do

domínio do fato é a melhor maneira de condenar alguém sem provas." Olha, na verdade não é isso. Essa teoria do domínio do fato tem muito valor na legislação brasileira, é uma teoria também chamada de teoria do domínio da organização. O que é isso? O mentor intelectual é *longa manus* daquele que vai lá botar a mão na massa. Em alguns casos, ele tem que ser penalizado até de forma mais severa. É o mentor intelectual, nessa circunstância. Ela foi consagrada aqui na Ação Penal 470, intitulada de Mensalão. Foi ali que nasceu, foi um grande combate à corrupção no Brasil. Foi ali. O senhor acha, então, que...E lá foi utilizada, foi lá que nasceu a teoria do domínio do fato. Lá no Mensalão, na Ação Penal 470. E foi ali que teve o seu respaldo jurídico. Então, agora, nós vamos destituir a teoria do domínio do fato numa suposição? Não.

Nós somos responsáveis, tanto no aspecto administrativo, civil, criminal, não só por um comportamento positivo, mas também por um comportamento negativo, por uma ação. Isso está expresso no art. 13, §2º, alínea "a", que diz que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha, por lei, a obrigação de proteção, vigilância, cuidado. Então, nós não podemos nos esquivar disso. Porque o assessor do senhor, em depoimento obtido pela imprensa, diz que parte dos valores depositados para as campanhas femininas, na verdade, foi usada para pagar material da campanha do senhor e do Presidente da República.

Outro ponto que eu acho importante e queria saber do senhor é: o Ministro da Justiça, quando era Juiz, disse que o crime de caixa 2 era tão grave quanto o da corrupção. Depois que ele virou Ministro falou: "Não, caixa 2 já não é mais tão grave assim. É grave, mas não tão grave quanto corrupção." O senhor concorda com o Ministro ou com o Juiz?

Há uma leniência, também, desse Governo com o caixa 2. Sabemos que o Ministro da Casa Civil já admitiu ter recebido R$100 mil da JBS sem declarar à Justiça Eleitoral para pagar despesa de campanha. Ele fez até uma tatuagem em homenagem: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". É o que está expresso no Evangelho de João 8:32. Ou seja, ele tatuou para que nunca se esqueça de que errou e de que o erro tem consequências.

O Ministro da Justiça afirmou que admira o Lorenzoni e que, quanto aos seus erros, disse: "Ele admitiu e tomou providências para repará-los." Aqui eu não tenho como me calar. Admitir um erro e reparar, no Direito Penal brasileiro, funciona – art. 65, inciso III, alínea "d" – como circunstância atenuante. São circunstâncias que sempre atenuam a pena: "Ter o agente confessado espontaneamente o crime."

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já foi concluir, Sr. Presidente.

E o art. 16 prevê que "nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça, reparado o dano, restituída a coisa por ato voluntário do agente, até o recebimento da denúncia ou queixa" o juiz diminua pena. Então, não é o fato de você reconhecer um erro ou reparar o dano que vai excluir a prática criminosa. Quem fez que pague pelo seu comportamento. Então, acho que o fato é grave.

Nós não podemos justificar as campanhas intituladas laranjas, com atribuição para as mulheres. Aqui fico triste quando falam das mulheres. Falar que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações só está no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal, porque na prática não é isso. A mulher só teve direito ao voto em 1932. Hoje, 84% da pensões por morte são atribuídas à mulher porque ela renuncia à sua capacidade laborativa para cuidar dos filhos, em casa. Agora estão fulminando o direito das mulheres. Olha, dos Três Poderes o único que nunca foi presidido por uma mulher é o Legislativo

Olha, dos três Poderes, o único que nunca foi presidido por uma mulher foi o Legislativo. Uma Casa de engravatados, homens machistas, preconceituosos e que não estão dando espaço efetivamente para a mulher ter aqui, o que vai fazer com brilhantismo, como já estão se destacando aí no Supremo, no Ministério Público Federal, em todas as instituições.

Agora, falar que nós não temos e que vamos banalizar isso? Não, nós não podemos admitir campanhas laranjas destinadas às mulheres para justificar desvios porque caixa dois é crime previsto no art. 312 do Código Penal, com pena de reclusão de 2 a 12 anos. Digo mais, para mim, na minha humilde opinião, deveria ser considerado crime hediondo.

Então, eu queria muito saber qual é a posição dos senhores? Só para finalizar, porque eu queria puxar lá para o Nordeste.

O Plano Nacional do Turismo diz que o Ministério do senhor pretende aumentar a entrada de turismo aqui no Brasil de 6,5 a 12 milhões de pessoas. Eu queria saber de onde o Governo vai tirar essa cartola mágica? Porque nove Estados da Federação do Nordeste, num período crítico como é o atual, estão sofrendo com o crime ambiental cujo atrativo é isso. Nós não temos turismo no Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... turistas internacionais, só a cidade de Miami tem mais do que o Brasil. A visitação do Louvre tem mais do que o Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como que o senhor, à frente desse Ministério, vê esse crime ambiental, esse crime contra a humanidade que está permeando ali? E como o senhor vai multiplicar, passar de 6,5, a entrada de turistas estrangeiros no Brasil, para 12 milhões?

Agradeço a compreensão de V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Nós temos aqui a inscrição do Senador Weverton, do Senador Izalci, do Senador Heinze, do Senador Reguffe e do Senador Eduardo Gomes.

Então, a minha sugestão é fazer um bloco com cinco perguntas com cinco Senadores, V. Exa. responde e dá sequência aos demais. Até para não ficar tão espaçado o tempo entre a pergunta e a resposta.

Passo a palavra, agora, ao Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente Rodrigo, não vai ser o primeiro que errou o meu nome não, muitos me chamam de Weverton, é Weverton.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Não erro mais.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, Senadoras, Sr. Ministro, Deputado Marcelo Álvaro, eu, na verdade, vou dispensar aqui as perguntas que a minha assessoria preparou.

Vou pedir aqui a compreensão dos colegas Senadores, até porque por todos aqui eu tenho o maior carinho, me conhecem, sabem realmente da nossa postura e da nossa posição, mas, hoje, eu venho acompanhando, na verdade, de perto essa situação do Ministro Marcelo Álvaro, até porque nós convivemos juntos lá na Câmara dos Deputados e mesmo não estando no mesmo campo político sempre os bons combates foram de forma franca, leal e tenho a maior admiração e respeito pela postura que V. Exa. sempre teve, não só como Deputado Federal, mas como pessoa, como pai de família. Eu tenho certeza de que este momento que V. Exa. está vivendo, muitos sabem e imaginam o que deve se discutir, o que deve se fazer ou imaginam de verdade como a gente deveria refazer ou reconstruir vários caminhos para a gente, de verdade, colocar a política no eixo.

Eu sempre costumo, Ministro, falar que nós, aqui no Brasil, adoramos o direito comparado. Nós, assim, não eu, eu nunca gostei dessa tese de sempre ficar comparando com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os outros, mas é impressionante como nós só nos comparamos no que, porventura, não esteja dando certo aqui no Brasil, porque o que dá certo lá fora dificilmente a gente consegue copiar e principalmente no que se trata a democracia.

Hoje, nós percebemos que a nossa democracia está fragilizada, primeiro, porque um objetivo grande do mundo externo está concretizado, que foi criminalizar a nossa política aqui no País, não são os partidos, eu estou falando da política.

A oposição, à época, e que hoje é o Governo, foi o partido de V. Exa., na época não estava nem ainda instituído porque no PSL não existia ali no início do debate, não existia no tamanho que é hoje, não existia naquela confusão que foi armada, naquele golpe que tirou de forma covarde a Presidente Dilma do processo.

Eu falava, naquela época, para o pessoal de oposição: "Olha, pessoal, político ruim ou governo ruim se tira no voto, golpe não dá certo. Nisso daqui, vocês vão abrir uma brecha na qual, amanhã, nós iremos ter problemas sérios na política".

E quem apontava o dedo para ele na época, o Líder aqui no Senado, era o Senador Aécio. O cara que era a expectativa para ser o próximo Presidente da República e apontou tanto o dedo que esqueceu de se olhar no espelho e a gente viu a confusão que deu com ele. Não foi só com ele, foi com todos os outros que achavam que eram os moralistas, que eram os corretos e só o PT ou só a Dilma, naquele momento, estava errada.

Ali era única e exclusivamente uma briga de poder. Queriam derrubá-la para chegar ao poder mais rápido, foi isso o que aconteceu e não esperaram a eleição para respeitar e perguntar a opinião do povo.

Pois bem, por que eu estou dizendo isso hoje? Chega-se o momento. Há nove meses V. Exa. vem sendo massacrado, a gente conhece as emissoras que fazem isso, e, para mim, é um massacre porque, vejam só, eu faço sempre essa pergunta de papel do advogado do outro lado. Se concretamente tivesse alguma coisa na vida pessoal, em toda a trajetória política do investigado, qualquer coisa que viesse desabonar de verdade a sua conduta, será que numa hora dessas já não estaria estampado depois de mais de 90 depoimentos colhidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... depois de investigação a torto e a direito, uma exposição de não sei quantas horas? Dá até para fazer novela da Globo com todas as horas que ele teve de exposição em jornais de altas audiências no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um sangramento desproporcional para o tamanho do problema que nós sabemos que acontece e nós já denunciamos aqui que é preciso não é apenas criminalizar, mas é preciso procurar melhorar nossa legislação porque todos sabem, eu sou dirigente partidário e converso com outros dirigentes, todo ano de eleição partidos recebem notificação do tribunal porque não estão completas as suas chapas e precisa ser retirado algum candidato para que elas possam continuar, sob o risco de cair toda a chapa. E começa aquele desespero para você achar uma militante ali para que ela possa virar candidata, senão aquela chapa pode ser derrubada.

Isso é um problema que não foi o Marcelo Álvaro, nem vai ser o João ou a Maria que criou, é um problema que a política criou e que nós precisamos resolver.

Eu falo isso com tranquilidade, primeiro, porque eu sou de um partido que institucionalizou a política da mulher. Nós defendemos não só a cota, mas a participação efetiva dela, aqui a gente não discute política de sexo e, sim, a participação de gênero e que elas tenham total liberdade, tenham total acesso e que amanhã não seja mais por cota, já acontece isso em vários lugares.

Eu tenho um Município lá no Estado, Senador La Rocque, em que lá a gente brinca que a maioria da Câmara é de mulheres. Lá eu brinco: "Olha, aqui nós vamos ter cota de homem. Eu vou brigar aqui para que a gente passe a cota de que tenha que ter Vereador homem na cidade". Por quê? Porque graças a Deus elas avançaram. Isso um dia vai acontecer no Brasil, mas enquanto isso não acontece, a minha principal questão, neste caso, é: Houve dolo ou não? Erro eu não estou discutindo porque eu não sou advogado e não sou muito menos o juiz. A questão é: Houve dolo? Ele é um bandido? Ele é um criminoso? Ele utilizou da atividade partidária e política dele para roubar o dinheiro do fundo eleitoral, comprar fazenda e fazer riqueza...

roubar o dinheiro do fundo eleitoral, comprar fazenda e fazer riqueza...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... ou qualquer tipo de aquisição de bem não declarado e tudo.

Então, ele precisa responder e não tenho dúvida de que eu vou ser o primeiro aqui a não só pedir a sua saída do Ministério, como a sua renúncia ou a sua cassação. Agora, se não houve dolo, e aí houve erro na condução da montagem da sua chapa, é preciso que a gente discuta de forma aberta isso na política, porque hoje o problema está lá com o PSL, mas amanhã pode ser aqui com o PDT, pode ser com o PSDB, com qualquer outro partido. E aí essa minha coerência e experiência que eu já tenho, da vida partidária, como oposição e como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

situação, eu sei o que é ser pedra e o que é ser vidraça e, meu amigo, não queira ser vidraça, como você está sendo hoje, porque é muito fácil apontar o dedo, mas, na hora de se construir, são poucos que ajudam. E do que eu estou falando aqui é de construção da boa política.

Aqui eu poderia usar esse espaço agora para fazer oposição ao Sr. Presidente, que não é o meu – eu tenho restrições totais à política e à forma como ele a trata –, mas eu não vou fazê-lo, até porque o seu próprio partido já está fazendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muito bem, Senador.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu não preciso fazer oposição – para concluir –, eu não preciso fazer, nós estamos de férias, porque o PSL está tomando conta de fazer esse trabalho de implodir o próprio Governo.

Então, é um problema deles, que eles vão resolver entre eles. Agora, no que trata ao assunto para que V. Exa. foi convocado, eu queria aqui lhe dar total solidariedade, primeiro, porque eu sei que não há dolo da sua parte. Eu conheço a sua atuação como Parlamentar, é um Deputado que tem a sua combativa atuação no seu Estado e não tenha dúvida de que nós iremos acompanhar de perto e somos solidários a todo o massacre que você teve.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – O registro do Senador Weverton.

Para fechar esse bloco com o quinto Senador, passo a palavra para o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu não poderia deixar de passar aqui para me manifestar, tendo em vista que também sou Presidente de partido aqui no Distrito Federal, sou contador, conheço essa área de prestação de contas em justiça eleitoral e, por incrível que pareça, sofri as mesmas acusações nessa eleição agora, e sequer havia um centavo do fundo, porque era tudo feito pela nacional. Mas tive muitas denúncias como se eu tivesse promovido laranjas e distribuído recursos, essas acusações que normalmente fazem.

Nós já temos dificuldade hoje no Brasil de ter gestor público. Ninguém mais quer ser ordenador de despesa no Brasil, porque aquelas pessoas que querem fazer alguma coisa respondem a essas acusações sempre e nós políticos já somos condenados, imediatamente. Saiu na imprensa, como o Ministro Marcelo foi vítima nesses últimos meses, já foi condenado. As pessoas veem a imagem, depois não sabem nem o que é que passou na televisão, mas está lá a acusação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, daqui a pouco, ninguém vai querer ser também presidente de partido e principalmente dos Estados. Aqui, se a gente tivesse que fazer o que nós estamos fazendo aqui com o Marcelo, nós teríamos que chamar aqui todos os Presidentes de partidos de todos os partidos de todos os Estados, porque esse procedimento, no sentido de acusar, a questão de laranjas, foi em todo o Brasil, e, infelizmente, as acusações são frágeis, basta ver há quanto tempo se está discutindo isso.

Agora, o que se está acusando muito nesse processo de laranjas é que as mulheres recebem recurso e não têm voto. A maioria delas recebem e, realmente, não têm. Não é por falta de recurso. Utilizou a gráfica, não sei o quê, em benefício do Deputado Federal, do Presidente da República, do Governador, isso é normal.

em benefício do Deputado Federal, do Presidente da República, do Governador, isso é normal. Em todos os santinhos, os impressos que são feitos da campanha vem a figura do candidato a Vereador, ou do Deputado Distrital, ou Deputado Estadual, e vem junto qual é o seu Governador, qual é o seu Presidente.

Então, as pessoas fazem uma confusão danada numa coisa simples. A prestação de contas já é uma dificuldade imensa. Essa legislação precisa ser reformulada. Eu mesmo vi muitos candidatos lançando combustível. Aí o tribunal, porque não tinha um contrato de aluguel do veículo, porque, às vezes, a pessoa pega o carro dele, recebe o combustível e, na hora de prestar contas, o cara quer o contrato do veículo que não está na prestação de contas e simplesmente ignora a prestação de contas. Existem vários candidatos que não foram eleitos e que ficam inelegíveis exatamente por isso.

Então, nós temos uma legislação frágil. Essa questão aqui da cota das mulheres, e o PSDB foi o primeiro, 30% das cotas foi para as mulheres, e foi administrado pela nacional, e, mesmo assim. Não peguei um centavo, não distribuí um centavo, foi tudo pela nacional. Não sei se com V. Exa. lá em Alagoas foi a mesma coisa, mas aqui foi. E existem vários depoimentos, várias acusações, várias denúncias que ocorreram contra o PSDB local, que sequer movimentou um centavo da cota das mulheres, que foi feita pela nacional.

Então, Ministro Marcelo, eu estou aqui, quero ser solidário a isso. Realmente, o que estão fazendo com V. Exa. é uma covardia, porque todo dia no Jornal Nacional, todo dia na mídia e agora a convocação. Eu me senti aqui como se aqui fosse um tribunal de julgamento aqui, popular. Eu acho assim: a polícia já está apurando, a Polícia Federal não está acompanhando, a Justiça não está acompanhando? Bem, se houver coisas mais consistentes, vamos chamar. Agora, vamos ter que chamar aqui todos os Presidentes de todos os partidos de todos os Estados...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... porque isso é muito comum e a gente que está na política sabe do que os suplentes, V. Exa. sabe disso, do que os suplentes são capazes, do que os seus adversários são capazes para tomarem o mandato e etc.

Então, eu estou aqui solidário a V. Exa., porque eu tive o privilégio também de trabalhar contigo na Câmara Federal e sei do comportamento de V. Exa.

Então, parabéns e conte comigo, porque, realmente, essa é uma coisa muito comum no Brasil. Temos que melhorar, como disse aqui o nosso querido Weverton aqui, temos que mudar a legislação e é necessário e urgente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, finalizando esse bloco, Ministro Marcelo Álvaro, será dado o prazo inicial de 15 minutos para que V. Exa. responda, na medida do possível, o que foi demonstrado pelos Senadores.

Faltam quatro. Faltam mais quatro Senadores.

Rapidamente, V. Exa. faz esses posicionamentos e, logo em seguida, retornaremos aos demais Senadores.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Tá bom, vamos aqui, primeiro, agradecer aos Senadores e começar, obviamente, pelo Senador Randolfe.

Senador, a primeira indagação ou pergunta em relação ao Mateus e à empresa que prestou serviços. O Mateus tem, aliás, tinha uma empresa de prestação de serviços na área de *marketing* político, trabalhava com essa atividade. Ele prestou serviço para o meu mandato de Deputado Federal, que foi de 2015 até 2019, e prestava um serviço de muita qualidade.

Na ocasião da campanha de 2018, o Mateus me procurou e perguntou se ele poderia frequentar o ambiente do partido para captar clientes para a sua empresa, para fornecer aquilo que ele sabia fazer, que é a questão do

para sua empresa, para fornecer aquilo que ele sabia fazer, que é a questão do *marketing* político. Eu autorizei o Mateus a frequentar o ambiente do partido para que ele pudesse angariar clientes, vamos dizer assim, e foi isso que aconteceu.

Então, absolutamente com toda a transparência. Na ocasião, ele prestou serviços para alguns candidatos e algumas candidatas, inclusive outros partidos também, não foi só do PSL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a contratação da empresa dele foi nesse sentido. Foi contratada por algumas candidatas do PSL e candidatos de outros partidos também.

Em relação à Zuleide, a Zuleide me faz a seguinte acusação. Ela disse num depoimento ao Ministério Público que eu pessoalmente disse a ela que o partido daria a ela R$60 mil do fundo eleitoral feminino, mas que ela teria que devolver R$45 mil ao partido e que o partido daria a ela R$80 mil de material. Só por aí, já é uma denúncia extremamente confusa, essa conta não fecha. O partido te dá R$60 mil, você devolve R$45 mil e o partido depois te dá R$80 mil. Está lá no depoimento dela no Ministério Público.

O segundo ponto é que ela disse que esteve no dia 11 de setembro de 2018 na sede do partido e fez uma reunião comigo. E foi nessa ocasião que eu fiz a ela essa proposta. Quando nós fomos buscar lá nas câmeras as gravações, a Dona Zuleide realmente esteve na sede do partido no dia 11 de setembro. Às 11:15 da manhã, se eu não me engano, foi o registro da entrada dela no prédio. Só que eu estava a 350km, na cidade de Caxambu, e dormi na cidade de Paraguaçu, no sul de Minas. Eu não fiz nenhuma hora de voos de helicóptero ou de avião. Eu fiz toda a minha campanha política de carro.

E eu comprovei que eu não estava no dia e na hora que ela disse que eu estava em Belo Horizonte com *check-in* de hotel, com cartões de créditos passados no sul de Minas. E a autoridade policial no âmbito do inquérito reconheceu que as minhas provas de que eu não estava e não estive com ela na data e na hora que ela disse eram válidas. Então, a única acusação que eu tive direta à minha pessoa eu consegui comprovar que era uma acusação completamente falsa e leviana.

Adriana Borges. Foi a segunda pessoa que V. Exa. citou, que fez uma acusação de que os assessores fizeram uma pressão para que ela... O senhor está dizendo que era para ela devolver o fundo. Foi isso? Não, não, desculpa. Então, não foi a Adriana Borges. Foi a Sra. Cleuzenir Barbosa.

A Sra. Cleuzenir Barbosa foi candidata a Deputada Estadual, me parece que ela teve em torno de 1.800 votos para Deputada Estadual. Ao final do pleito, ela começou numa campanha insistente para conseguir emprego ou cargo para o marido dela ou para o filho dela ou para algum familiar dela. E eu tenho todas essas comprovações em áudios, em mensagens. E ela começou insistentemente a pedir cargos no partido ou no Governo ou onde quer que eu pudesse arrumar

cargos no partido ou no Governo ou onde quer que eu pudesse arrumar um cargo para ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante da negativa, ou seja, do pleito dela não atendido, ela muda. Inclusive, ela me elogiava nas redes sociais. Inclusive até no dia 28 de novembro, em que o Presidente Jair Bolsonaro indica Marcelo Álvaro Antônio para ministro do Turismo, ela posta nas minhas redes sociais um elogio. Ministro Marcelo, tenho certeza de que fará um belíssimo trabalho.

Estranhamente ou curiosamente, isso no dia 28 novembro, no dia 29 de novembro, após o elogio, ela vai a uma delegacia da Polícia Civil registrar um boletim de ocorrência. Aliás, de dentro da delegacia ou da porta da delegacia, ela faz a última ligação para o partido, que está gravada e está também no âmbito do inquérito, dizendo o seguinte: olha, avisa para o ministro que eu estou na delegacia, ele ainda tem chance de evitar o que eu vou fazer aqui, o que eu vou fazer eu vou causar um estrago. Ou seja, ela ainda fez a última tentativa para ver se tinha o pleito dela do emprego ou para o marido ou para o filho ou para alguém atendido.

A resposta não foi, eu não retornei e ela entrou na delegacia e faz um boletim de ocorrência dizendo que dois ex-assessores que compõem o partido tentaram induzi-la a destinar parte da verba para uma determinada gráfica. Então, estranhamente, ela fez esse boletim de ocorrência. Ela vai até a *Folha de S.Paulo* para fazer essa denúncia e tinha me elogiado dois dias antes. Vai para a *Folha de S.Paulo* para fazer essa denúncia.

Orientaram que ela fosse ao Ministério Público e registrasse uma denúncia no Ministério Público. Ela vai ao Ministério Público, registra uma denúncia e acrescenta que foi ameaçada com arma. Esse foi o depoimento dela no Ministério Público, que um dos assessores a ameaçou com arma. Não sei se colocou uma arma em cima da mesa, o que é que foi. Mas no ambiente da delegacia ela esqueceu o fato? Será que é um fato tão irrelevante assim uma arma, que ela esqueceu de dizer no boletim de ocorrência que teve arma?

Então, Senador, eu acho que é importante aqui até esclarecer que existe sim uma gestão de algumas pessoas, adversários políticos, com interesse próprio até na questão do próprio PSL, que começou a fazer gestão de pessoas e organizar, orquestrar ataques contra mim. Como uma pessoa vai à delegacia, faz um depoimento no Ministério Público. Dois dias depois, uma pessoa simples, humilde, porque eu a conheço, vai com a família inteira para Portugal e está lá até hoje. Essa é a pergunta que eu faço. Como ela ou quem ou alguém bancou a ida dessa senhora para Portugal e ela está lá até hoje com a família inteira. Pessoa simples, de origem humilde e que eu respeito muito.

Então, isso aí foi até uma indagação que eu fiz ao delegado. Quem está sustentando essa senhora lá? Fizeram grupos de WhatsApp no Estado de Minas Gerais porque uma ala do PSL queria lançar candidato a Governador e a Senador e, no meu entendimento, na época, como presidente do partido, não deveríamos lançar nem candidato a Governador nem a Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa ala se revoltou, se uniu e começou a orquestrar e fazer gestão de pessoas contra a minha pessoa, inclusive pessoas para fazer ataques contra mim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor acha que isso tem relação? Desculpe-me, mas o senhor acha que isso tem relação com essa disputa interna no PSL?

Desculpe-me, mas o senhor acha que isso tem relação com essa disputa interna no PSL?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador, no caso de Minas Gerais, eu vou dar um exemplo para o senhor. Eu, Marcelo Álvaro Antônio, viro Ministro de Estado. Meu suplente, quem assume minha cadeira ou minha vaga na Câmara Federal é o Deputado Enéias Reis, da cidade de Coronel Fabriciano. É a mesma cidade da Deputada que diz que eu a ameacei de morte. O Enéias Reis é o principal adversário político dela na cidade de Coronel Fabriciano e em toda a região do Vale do Aço, em Minas Gerais. O Enéias assume a cadeira de Deputado.

Nós fizemos três reuniões no ambiente do partido, e são 12 Deputados, porque são seis federais e seis estaduais. A Deputada não foi a nenhuma das três reuniões. Convidada para todas, ela não foi a nenhuma delas. Foi decidido no âmbito da reunião, com todos os Deputados presentes e a Executiva Estadual do partido, que o suplente teria as mesmas prerrogativas de indicar as comissões provisórias do partido nos Municípios como qualquer Deputado eleito. Isso foi decidido. A Deputada – eu tenho aqui no meu celular – me enviou áudios extremamente irritada, áudios ameaçadores, porque, quando o Enéias assume a cadeira de Deputado Federal, ele também assume várias comissões, inclusive a da cidade dela, porque ele teve mais voto lá, o que era o critério do partido, é o critério do partido para indicar comissão, é o majoritário na cidade. Então, o Enéias indica não só a comissão da cidade em que ela mora, da cidade dela, como mais 19 comissões no entorno, na região. Ela me manda áudios aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está falando da Deputada Alê?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Exatamente, da Deputada Alê.

Então, quando o senhor falou aí sobre essa questão do PSL... Ela é PSL. Então, ela viu ali...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe-me, mas só para contribuir, se o Presidente me permite, não sei se o senhor sabe da informação que acaba de ser veiculada pela imprensa de que o Diretório Nacional do PSL acabou de intervir no PSL de Minas, que me parece está sob vosso controle.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Não, não sabia. Estou sabendo agora, pelo senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone*.) – Isso é normal.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Isso é normal, é natural.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Daqui a pouco o novo Líder já deve estar resolvendo lá. (*Risos.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Mas, então, Senador, quando ela vê seus objetivos políticos e pessoais atingidos, ela passa, então, a fazer uma série de denúncias anônimas, através... Anônimas, não, mas através de uma associação que ela comandava na cidade dela do Vale do Aço.

Então, essa associação vai lá, pega quatro candidatos e começa a fazer denúncias, insistentes denúncias, no Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Bom, eu estou dizendo aqui porque é importante nós sabermos também qual foi a motivação do início de toda essa história. Por isso que eu disse que a questão realmente interna, pela disputa de território partidário no Estado de Minas Gerais, é que gerou todas essas denúncias falsas. Foi comprovado no ambiente do inquérito. Eu tenho certeza de que todas as quatro candidatas... Parece que uma teve 800 votos, a outra teve 1.200... A que teve menos teve 196 votos e teve seu pai acometido de uma enfermidade no início da campanha, e ele faleceu após a campanha. Ela teve 196 votos. Então, por isso que eu estou afirmando aqui que não existiram candidaturas "laranjas"

Então, por isso que eu estou afirmando aqui que não existiram candidaturas "laranjas" no Estado de Minas Gerais.

E aí, Senador, para fechar esta parte, a senhora Cleuzenir Barbosa, que está em Portugal, depois de não ter seu pleito atendido, passa a dizer que dois assessores começaram a querer induzi-la ou a amaçá-la a destinar verba.

Então, está aí a explicação, e eu tenho as comprovações dos pedidos de emprego e de tudo.

Alê Silva.

Estão aqui as ameaças feitas à Deputada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, a Deputada procurou a Polícia Federal e disse que ouviu dizer que eu a ameacei. No âmbito de uma reunião no partido, ela ouviu dizer que eu a ameacei. Ouviu dizer que eu a ameacei? Senador, eu acredito que todas as pessoas que me conhecem, que convivem comigo sabem que eu nunca, eu jamais tive qualquer perfil agressivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sempre fui uma pessoa pacífica, do diálogo, e jamais faria qualquer tipo de ameaça à Deputada ou a qualquer outra pessoa. Então, isso aí...

Ah, e tem um detalhe importante, Senador. Se eu não me engano, quatro dias antes, ela enviou uma mensagem para um dos assessores do partido, um dos dirigentes do partido dizendo o seguinte... Essa mensagem, inclusive, está no âmbito do inquérito da Polícia Federal. Ela diz o seguinte: "olha, a situação do Ministro está terrível. Vou dar um empurrãozinho". Essa mensagem está registrada, e eu a tenho aqui também no meu celular.

Quando ela diz que vai dar um empurrãozinho, três ou quatro dias depois ela vai à Polícia Federal dizer que foi ameaçada de morte. Tanto que até hoje eu não sei, não fui notificado sobre isso, nem nada. Então, eu desconsidero completamente essa denúncia dela, porque ela é completamente vazia e inexistente. Eu nunca ameacei a Deputada de morte.

Soraya Manato admite, ali, na tribuna da Câmara, as candidaturas "laranjas" do PSL e de todos os partidos, ou de alguns partidos. Eu não tive, eu não li, na íntegra, a reportagem, mas eu quero dizer que a Deputada Soraya pode estar falando de qualquer Estado da Federação do nosso País. Em Minas Gerais, eu afirmo para ela e para o Brasil, não houve candidaturas "laranjas". Em Minas Gerais não houve. Se, no entendimento dela, ou na pesquisa que ela fez, ou se alguém fez uma pesquisa e entregou para ela, eu consigo provar para ela que em Minas Gerais não houve candidaturas "laranjas".

Mulheres não receberam votos. Está aqui. O senhor disse... Bom, as mulheres, cada uma delas recebeu R$60 mil para a campanha. Uma, como eu disse aqui, teve 800 votos, a outra teve trezentos e alguma coisa... A que teve menos teve 196 votos.

Bom, Senador, é impossível, antes da destinação do fundo eleitoral para qualquer campanha política, a gente prever com antecedência qual vai ser o desempenho político de cada pessoa. Eu conheço pessoas, inclusive homens... Na ocasião de uma campanha em Belo Horizonte, um grande empresário gastou R$1,5 milhão na campanha, registrado – está lá na prestação de contas –, e teve 2,8 mil votos. Então, qual é a lógica pela qual nós podemos associar o voto ao valor recebido? Então, é impossível a gente saber com antecedência.

Em relação ao Presidente, o senhor falou em dois pesos e duas medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, o senhor falou em dois pesos e duas medidas em relação ao Bebianno, ao Bivar e comigo.

Senador, eu que eu tenho a dizer é que, todas as vezes em que eu me encontro com o Presidente, a orientação que ele me dá é que eu possa focar e trabalhar pelo desenvolvimento do turismo no Brasil. Essa é sempre a fala dele comigo: "Marcelo, foque".

A questão do Bebianno eu acho que extrapolou as questões do PSL ou, no caso, das laranjas, como a *Folha de S.Paulo* colocou. Eu acho que houve outras variáveis aí – eu não vou entrar no detalhe – que acabaram culminando nesse rompimento e na saída do Bebianno do Governo.

Em relação a mim, o que eu tenho a dizer a isto: o Presidente sempre me orienta para que trabalhe para o desenvolvimento do setor do turismo do Brasil, Senador.

Senador Coronel, quero agradecer aqui as palavras do senhor. Eu concordo plenamente com o senhor. Eu acho que a questão da legislação precisa de ser revista, dá margem para muita confusão, para muito problema. O Senador Izalci explanou isso muito bem aqui também.

Eu quero dizer que eu tenho a minha vida pública completamente limpa até aqui – eu digo até aqui, porque fui agora indiciado e denunciado, na minha concepção, de forma injusta, eu me sinto injustiçado.

O Senador Contarato disse aqui da teoria do fato, do domínio da teoria do fato. Senador, eu concordo que a teoria do domínio do fato é uma teoria válida, desde que haja comprovação de que a pessoa tinha ciência dos fatos. Isso aí é uma premissa básica para a teoria do domínio dos fatos. Então, não existe, no âmbito do inquérito, qualquer ligação, ou qualquer...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – ... prova, ou materialidade, ou elemento que comprovem que eu participei de qualquer reunião, que eu mandei qualquer mensagem de WhasApp e que eu tinha ciência do procedimento em que o delegado julga que houve indícios de irregularidade. Não existe essa comprovação em momento nenhum. Por isso que eu disse aqui e gravei um vídeo, me sentindo injustiçado. E até disse que foi a melhor maneira de sustentar uma acusação contra uma pessoa contra a qual não há absolutamente prova nenhuma.

Respeito, sim, a teoria do domínio do fato, desde que a pessoa que está sendo acusada tenha comprovadamente ciência dos fatos e se omitiu. Aí, sim. Mas não existe absolutamente isso no inquérito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Weverton, também quero agradecer as palavras. O Senador disse bem aqui: não somos do mesmo campo político, o Senador tem a sua visão e o seu posicionamento ideológico diferente do meu, mas traz à luz aqui um debate muito importante, que são as estruturas partidárias. A legislação precisa realmente ter uma atenção especial e passar por uma profunda reforma, para evitar realmente que distorções e fatos como esses possam acontecer.

Senador Contarato, eu também... O Senador citou aqui a questão do depoimento do Sr. Haissander lá em Governador Valadares, em que ele cita, de uma forma, acho... Ele diz, em um depoimento à Polícia Federal, na cidade de Governador Valadares... É um depoimento, e aí não sou eu que estou dizendo, mas ele grava um vídeo depois dizendo que o depoimento não teve

depois dizendo que o depoimento não teve os seus direitos preservados e reservados, e parece que o depoimento dele sequer foi na presença do advogado. Parece que ele ficou de 8h da manhã às 5h da tarde, impedido de tomar remédios de uso contínuo, e às 5h da tarde, se eu não me engano, levam-no para o depoimento sem a presença dos advogados e dizendo a ele ainda que, se ele assinasse o depoimento, ele seria liberado. Então, foram essas as circunstâncias relatadas por ele próprio num vídeo que é de circulação na internet.

Ainda com todas essas variáveis no depoimento dele, quando ele fala o meu nome, ele diz o seguinte: "Na época, na ocasião, o Deputado Marcelo Álvaro Antônio rodava todo o Estado. Creio que ele não tinha conhecimento de nada".

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – E aí diz: "Mas o senhor acha que esse dinheiro pode ter sido usado na campanha dele?". "Eu acho que pode ter sido usado na campanha dele e do Presidente" – "eu acho".

A *Folha de S.Paulo* publica essa matéria onde, depois, o próprio *ombudsman* da *Folha de S.Paulo* reconhece o erro da *Folha de S.Paulo* de pegar um depoimento, nessas circunstâncias, de uma pessoa que diz "eu acho que pode ter sido usado". "Eu acho"?

Então, Senador Contarato, eu acho que essa foi uma forçação de barra, principalmente da *Folha de S.Paulo*, onde o próprio *ombudsman* da *Folha* reconheceu o erro da *Folha de S.Paulo*.

Aqui, depois o senhor perguntou sobre o Moro, juiz e Ministro. Bom, eu acho que o posicionamento de cada um precisa ser respeitado. O Ministro Moro tem todo o meu respeito, a minha admiração. Acredito que a grande maioria das pessoas do Brasil acreditam e confiam no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho do Ministro Moro. Eu acredito que ele, obviamente, precisa ter respeitado o seu posicionamento em relação ao caixa dois.

No Plano Nacional de Turismo são 12 milhões de turistas. O Plano Nacional de Turismo foi elaborado ainda no Governo passado, no Governo do então Presidente Temer. A gente assumiu esse Plano Nacional de Turismo, e assumiu com o objetivo de atingir essas metas. São metas ousadas. Catástrofes e crimes ambientais, como esse que aconteceu agora, acabam dificultando ainda mais atingir essas metas, mas a gente já tem feito algumas ações, elaborado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – ... alguns planejamentos que vão realmente ajudar.

Um deles é a isenção do visto para quatro países. Isso já tem aumentado em 43% os gastos dos turistas estrangeiros no Brasil – isso no mês seguinte. A isenção do visto passou a valer a partir do dia 16 de junho; já no mês de julho, aumentaram em 43% os gastos dos estrangeiros no Brasil. De US$417 milhões, passou a US$590 milhões por mês, já em pesquisa identificado.

E nós precisamos realmente focar nos principais emissores de turistas mundiais, como vir agora da China. Nós precisamos ter também aqui um foco nos países vizinhos, do Mercosul, América Latina, e utilizar das promoções de forma bem eficiente. A gente sabe que o gasto com

bem eficiente.

A gente sabe que o gasto com promoção está ligado diretamente ao número de turistas. Eu dou o exemplo do México, que gasta US$120 milhões todos os anos em promoção do país no exterior. Hoje 44 milhões de turistas/ano frequentam o México.

Então, nessa discussão com o setor da economia, com o Paulo Guedes, o que eu estou querendo realmente apresentar é que o turismo pode e deve estar no centro da agenda econômica do Brasil. É o maior potencial, a principal mola propulsora do ponto de vista de geração e renda. E é tudo muito rápido. O turismo é agora... Recente pesquisa da CNT mostra que, só no mês de agosto, o turismo criou 25 mil empregos no Brasil. Então, isso aí... O turismo é emprego na veia. Em tudo o que você faz pelo turismo, o hotel contrata, o restaurante contrata. Então, gira muito rápido essa cadeia produtiva em torno do turismo.

Ações como essa, principalmente do ponto de vista promocional no exterior... Nós isentamos o visto para quatro países – Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália – e ainda não fizemos promoções nesses países mostrando que o visto já não é mais exigido. Já tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um aumento significativo dos turistas canadenses e australianos, a uma média de 20% a 25% já de aumento só com essa ação, que foi orgânica, sem nenhum tipo de promoção.

Com uma série de outras ações, Senador, a gente tem o objetivo de, até o final de 2022, atingir esses 12 milhões de turistas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Eu vou pedir a compreensão, porque nós temos apenas dois Senadores que estão inscritos e que estão aqui. Chegaram, mais ou menos, ao mesmo tempo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só queria que ele me respondesse se a corrupção...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Posteriormente, retornamos para as réplicas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... é tão grave quanto o caixa dois ou não.

E outra coisa: é óbvio que toda responsabilidade tem como elemento subjetivo da conduta o dolo. O senhor só será responsabilizado se o senhor tiver ciência e se for comprovado isso. Isso não compete a nós fazer. Isso são os órgãos, as instituições que compõem o Estado.

Com relação à Lava Jato, eu sou um eterno defensor da Lava Jato, dos avanços que ela já teve no combate à corrupção. Só que ela é impessoal, ela não pertence a uma pessoa.

Eu só queria que o senhor deixasse claro para mim se o senhor acha que o caixa dois é tão grave quanto a corrupção.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador, eu também sou um defensor da Lava Jato. Eu acredito que todo brasileiro de bem é defensor da Lava Jato. Todos nós queremos ver o nosso País livre da corrupção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que é o caixa dois? É um gasto de campanha não contabilizado. A origem do dinheiro não necessariamente foi de algum desvio de verba pública. Muitas vezes, a origem do dinheiro é lícita, não contabilizada na campanha. Isso é o caixa dois. Então, essa discussão tem uma linha muito tênue. É tão grave quanto a corrupção? Então, o senhor está querendo dizer que o caixa dois não é corrupção?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Pois é. Então, o caixa dois é corrupção.

Agora, existem níveis de corrupção? Porque o que eu entendo do caixa dois é que é um gasto de campanha não contabilizado, que deve ser coibido veementemente com todas as ações possíveis para que não aconteça. Agora, se é corrupção ou não, eu acho que é uma discussão que a gente precisa debater bem, mas eu acredito que tem que ser coibida.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ou há corrupção ou não há. É igual gestação: ou está grávida ou não está. Não importa, caixa dois é crime, é corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Está feito o registro, Senador.

Eu vou agora passar a palavra para

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Está feito o registro, Senador.

Eu vou agora passar a palavra para o Senador Luis Carlos Heinze. Logo em seguida, estaremos com o Senador Reguffe, Eduardo Gomes, Humberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma rápida réplica. Pode ser após o bloco dos colegas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para facilitar, inclusive, a condução de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Posteriormente, será aberto para réplica.

Sendo assim, passaremos a ouvir o Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, é um prazer estarmos aqui.

Cumprimento o nosso Ministro, Deputado Marcelo Álvaro Antônio, e os colegas Senadores e Senadoras que estão aqui.

Concordo com as palavras dos Senadores Coronel, Izalci e Weverton quando falam, Marcelo, da questão partidária, das questões da legislação eleitoral que nós temos hoje, que, de uma certa forma, complicam esse nosso processo e precisam ser ajustadas, primeiro ponto.

Segundo, a minha solidariedade, Marcelo. Eu vim aqui só para isso, porque eu sofri com esse problema por nove meses. Eu fiquei 914 dias penando, porque citaram o meu nome – citaram. Nunca fui indiciado, nunca fui nada. Citaram e eu fiquei 914 dias até que o meu nome saísse do processo. Então, eu sei o que está sofrendo nesses noves meses. É extremamente importante... Portanto, a minha solidariedade.

Com relação ao trabalho, os colegas falaram sobre o turismo. Nós temos um projeto, vamos ver se vingamos o projeto do Aparados da Serra, do Itaimbezinho, uma beleza para o Brasil. Eu sei do trabalho que V. Exa. está realizando no meu Estado, na questão do turismo das Missões.

Então, tenho certeza de que, nisso aqui, parte do processo é uma questão política, começou inicialmente não contigo, mas com o Governo Bolsonaro. Esse é o primeiro passo. Depois envolveu, sim, questão interna dentro do partido. Aí é uma questão local. Eu sei como é essa disputa. "Ah, você entrou no meu território." Eu sei, porque eu faço campanha. Essas questões acontecem com a gente também.

Portanto, a minha solidariedade. Só vim para isso, Marcelo. Estamos juntos nesse processo. Tenho certeza de que até agora o Presidente o manteve no cargo porque sabe da sua inocência nesse processo. É muito mais uma questão política, apartidária no início e agora dentro do partido. Portanto, estamos juntos nesse processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito obrigado pelas palavras, Senador.

Feito o registro, passamos a palavra agora para o Senador Reguffe.

Bom dia, Senador.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, isso aqui não é um julgamento, não cabe aqui a nós julgar V. Exa. Aqui não é uma coisa de culpado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou inocente. Isso aqui não é um julgamento. Isso aqui é uma convocação de V. Exa. como ministro de Estado, que, aliás, deveria se tornar rotineira.

Aqui há uma celeuma enorme quando tem que se chamar um ministro para vir ao Parlamento. Eu acho que isto deveria ser algo absolutamente normal: qualquer ministro de Estado prestar explicações ao Parlamento e à sociedade brasileira. Então, isso deveria ser algo absolutamente normal e natural. Não deveria haver essa celeuma toda. Então, isso aqui não é julgamento, mas é um lugar onde V. Exa. precisa explicar alguns pontos para a sociedade brasileira.

Na minha visão, aliás, V. Exa. nem deveria ser ministro. E não é por causa de V. Exa. É porque eu considero que a Constituição brasileira confunde aspectos do regime parlamentarista, com aspectos do regime presidencialista, que é o que a gente vive. Inclusive, sou autor, nesta Casa, da PEC 5, de 2015, que proíbe que Parlamentares possam ocupar cargos no Executivo. Que proíbe que Parlamentares possam ocupar cargos no Executivo. Aliás, não estou propondo nada original. Quando o Presidente Barack Obama, na sua primeira eleição, em 2008, convidou a então Senadora pelo Estado de Nova York, Hillary Clinton, para ser Secretária de Estado no Governo norte-americano, o equivalente a Ministro das Relações Exteriores no Brasil, ela teve que renunciar ao mandato de Senadora pelo Estado de Nova York para poder ser Secretária de Estado. No Brasil, não; no Brasil, há essa confusão de um regime presidencialista com um regime parlamentarista, e pode um Deputado virar ministro. Mas, na minha visão, isso sequer deveria poder, tanto que apresentei essa PEC nº 5, de 2015.

A primeira pergunta é a seguinte, objetivamente: V. Exa. Foi denunciado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Como denunciado pelo Ministério Público de Minas Gerais – e aí não cabe nenhum prejulgamento, se V. Exa. é culpado ou não –, o correto não seria V. Exa. Se afastar do Governo até o fim das investigações, e depois, comprovada sua inocência regressar ao Governo? Isso não seria o correto? Aliás, isso já ocorreu no Brasil. Durante o Governo do então Presidente Itamar Franco, o então Ministro-Chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, alvejado por uma denúncia, se afastou do Governo, saiu do Governo e, quando foi comprovada a sua inocência, regressou ao Governo, seis meses depois. Então, a primeira pergunta é essa: o correto não seria, uma vez denunciado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, V. Exa. se afastar do Ministério e, caso comprovada a inocência, regressar ao Ministério? Esse é o primeiro questionamento.

O segundo questionamento: V. Exa. disse aqui que não existiram candidaturas laranjas no PSL de Minas Gerais, que não há provas materiais, nem nada, nos depoimentos. Agora, V. Exa. reconhece erros na campanha do PSL de Minas Gerais, ou foi tudo absolutamente normal, como deve ser? V. Exa. reconhece algum erro na campanha do PLS de Minas Gerais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Terceiro questionamento.

Sr. Presidente, eu vou tentar ser breve.

Terceiro questionamento: V. Exa. faz uma referência a uma pessoa simples que estaria morando em Portugal, sem ter recursos para tal. Quem estaria pagando a estadia dessa pessoa em Portugal? Qual é a sua suspeita? E por que estaria fazendo isso?

Quarto e último questionamento: V. Exa. fez referência a caixa dois, colocando que caixa dois seria um dinheiro não contabilizado em campanha – foi o termo que V. Exa. Usou. Houve dinheiro não contabilizado em alguma campanha do PSL de Minas Gerais? Esses são os quatro questionamentos objetivos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço o Senador Reguffe e já em seguida tenho o prazer de ouvir o Líder do Congresso Nacional, nosso Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito obrigado, Senador Rodrigo Cunha.

Quero cumprimentar nosso Ministro, Marcelo Álvaro Antônio, Senadores e Senadoras. Presidente, a V. Exa. E a todos os colegas, muito obrigado

Presidente, a V. Exa. e a todos os colegas, muito obrigado pelos votos de sorte que recebi no final de semana. Vai ser uma tarefa árdua, mas tenho certeza de que, com o respeito e admiração que tenho por todos os Senadores e Senadoras, vamos procurar fazer também um trabalho honesto, transparente e também contando com o apoio da Câmara dos Deputados, que me deu tantas oportunidades lá como 3º Secretário, 1º Secretário da Mesa e tantas outras designações que procurei cumprir com dignidade.

Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Ministro e dizer que essa audiência, essa convocação, esse convite, na Comissão adequada, com o requerimento do Senador Randolfe, obedece uma lógica importante – não digo nem diretamente a este caso, porque esse caso é contextual. Mas ele faz parte de um ambiente amplo que o Brasil vive, sobre a análise da nova lei eleitoral, do financiamento público de campanha e de uma série de outras coisas relativas a esse tema, que tem feito essa discussão ser dada no âmbito da discussão da reforma eleitoral, votada na Câmara, votada no Senado, com vetos, derrubada de veto. É um assunto absolutamente discutido nesta Casa e na Câmara em toda sua dimensão. Só difere a questão do Ministro por conta de uma questão maior, ainda da ressaca eleitoral. Eu não estou querendo diminuir a dificuldade que os partidos têm na evolução dessa discussão do novo modelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até acho positivo, Ministro, por tudo, mesmo por seu sofrimento pessoal, da sua família, o comprometimento das funções na agenda... O senhor está dedicando uma manhã num trabalho que é dedicado a viajar o País no momento em que o País passa por um problema muito sério numa área que está diretamente ligada a V. Exa., que é a questão do óleo nas praias. Portanto, fica a minha gratidão, admiração pelo homem público que V. Exa. é e pela sua disposição em todos os momentos em que foi convocado ou convidado a falar nesse assunto, mesmo quando a audiência não tinha nada a ver com o assunto que nós convivemos aqui neta Casa.

Apenas para colaborar, já que V. Exa., entregue ao ofício de ser Parlamentar, se dispôs a sofrer todo esse processo, eu queria ressaltar aqui nesta Comissão – respeitando o requerimento, respeitando a decisão da maioria da Comissão de convidá-lo –, queria fazer algumas observações que eu considero pertinentes e que podem fazer com que esse debate tenha um ponto positivo, o ponto de discutir contexto de forma justa, de forma leal.

Eu não pedi para a minha assessoria fazer esse levantamento, porque seria redundante, mas, das milhares, pontuais e idênticas ações em todos os TREs do Território brasileiro – todos, rigorosamente todos – e, sem nenhuma pretensão, em todos os partidos... Inclusive, o fato de o Partido Novo não receber fundo eleitoral é um processo. É um processo de fiscalização, é um processo de discussão e é um processo de consequência eleitoral. Então, rigorosamente, eu estou dizendo 100% dos partidos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Aqui no Senado, com exceção do que reclamou o Senador Izalci, que é contador, poucos Senadores se dispõem a ser Presidentes dos seus diretórios regionais.

poucos Senadores se dispõem a ser presidentes dos seus diretores regionais justamente por consequência disso. V. Exa. teve 230.008 votos, 36 mil votos a mais do que o segundo colocado; Minas Gerais tem na bancada do Deputado Federal eleito com 32 mil votos.

Então, V. Exa., com toda modéstia teve voto de sobra, qualquer consequência em cima do que V. Exa. está sendo acusado não teria nenhum tipo de efeito sobre a sua votação, sobre o mandato que V. Exa. Desempenhou, e mesmo assim V. Exa. está respondendo a algumas coisas que a realidade impõe, Presidente, que são interessantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apoiei no primeiro turno o Presidente Geraldo Alckmin. Nós tivemos duas candidaturas do Governador Geraldo Alckmin a Presidente da República; a Senadora Marina Silva teve duas candidaturas, uma com 22 milhões de votos e outra com um milhão de votos.

Se for colocar o valor por voto dá uma consequência de reversão de expectativa de votos semelhante a qualquer outro candidatos que nós comentamos aqui, e do próprio Presidente Alckmin também. Isso só para dizer que existe isenção nesse debate e que em uma hora isso vai chegar à razão.

Então, V. Exa. tem o meu respeito, eu tenho certeza de que tanto a Polícia Federal como os órgãos de controle, como o próprio TRE de Minas vão chegar a um momento da análise fria dos fatos e saber que na carreira de V. Exa. o mandato que V. Exa. desempenha como Deputado Federal, o trabalho que V. Exa. faz no Ministério do Turismo deixa muito claro que desse episódio V. Exa. não se serviu e que o fato de ter a análise sobre as contas de partido é rigorosamente vinculado a todos os partidos brasileiros.

E esse processo de financiamento público é um evolução. Então, na próxima eleição, o senhor pode ter certeza de que diminuirá, e muito, essa questão de prestação de conta, principalmente com relação á cota definida para gênero, porque a atenção vai ser maior.

Agora, é uma eleição atípica, é uma eleição onde as pessoas mudaram de 40 milhões de votos, como foi o caso do Governador Alckmin no segundo turno, nessa eleição agora chegamos a uma votação de menos de 5 milhões de votos; a Senadora Marina, que teve 22 milhões de votos, foi para um milhão de votos.

Então, foi uma eleição muito polarizada, e não deixa de ser, no fundo, a repercussão que foi dada ao seu caso um caso de ressaca eleitoral. Briga no PSL eu não vou falar, porque V. Exa. pode falar muito bem do momento por que passa o Partido .

Mas eu quero só ressaltar aqui que nós temos dados suficientes para discutir que esse contexto é um contexto que ocorre com todos os partidos, e é um processo de evolução não só no PSL, não só em Minas Gerais, mas no Tocantins, no Mato Grosso, em todos os Estados que tiveram que lidar com a primeira eleição de financiamento público.

É essa discussão que a gente está fazendo na Câmara e no Senado, só não se está discutindo o destino de uma pessoa. V. Exa., pelo contexto eleitoral, acabou ficando no centro disso.

Então, se pudermos dizer, já finalizando, que há um ponto positivo em todos esse sofrimento imposto a V. Exa., a seus colega, a sua família, é esse fato de a gente usar para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclarecer o contexto, é nesse sentido que eu queria falar a V. Exa. A carreira, a sua vida defendem a biografia de V. Exa. sem nenhum adicional aqui do Senado.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Feitos os apontamentos do Senador Líder do Congresso Eduardo Gomes, passamos a ouvir o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Ministro...

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Bom dia, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia.

Sras. e Srs. Senadores, senhor Ministro.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Bom dia, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom dia.

Primeiramente eu queria fazer um registro aqui de como, no Brasil, nós temos dois pesos e duas medidas, não é? O outrora paladino da liberdade, da democracia e do combate à corrupção, a figura do Ministro da Justiça Sergio Moro, quando se tratava de acusações de caixa dois que envolvessem integrantes do PT e de outros partidos no campo da esquerda, era implacável. Ele chegou a dizer que era um crime mais grave, o caixa dois, do que ter contas secretas, com dinheiro público roubado, fora do País. Não sei se vocês se lembram disso. Ele disse: "Pelo menos o dinheiro lá está parado." Quer dizer, isso é uma declaração que ele deu.

Depois, já Ministro da Justiça, diante das denúncias, até hoje não esclarecidas, aliás, confessadas pelo Ministro Onix Lorenzoni, de que teria praticado caixa dois, ele disse que era um crime de menor monta. E eu acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, ele pediu desculpa. Talvez se Vaccari e outros mais tivessem pedido desculpa, o Moro tivesse sido tão indulgente como foi com o Sr. Onix Lorenzoni.

Bom, por outro lado, no caso das candidaturas laranja, isso é mais grave do que o próprio caixa dois. O próprio caixa dois, V. Exa. disse, com propriedade, que muitas vezes é recurso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lícito, o doador talvez não tenha desejado ser identificado, às vezes ele trabalha para uma Prefeitura, quer doar para os dois lados e fica com medo de, se doar formalmente... Obviamente é crime.

Porém, a questão dos candidatos e das candidatas laranja é mais grave ainda, porque nós estamos usurpando uma legislação que foi construída para garantir uma questão importante de cidadania. E sem dúvida, isso já teve uma repercussão, quer dizer, a quantidade de mulheres eleitas nessa eleição, apesar de a definição sobre essa questão de um valor de pelo menos 30% dos recursos de cada partido serem obrigatoriamente endereçados para as mulheres foi quase na última hora, mas mesmo assim, houve um crescimento da participação das mulheres. Então, além de se caracterizar como um caixa dois, além de ser dinheiro público, o que é mais agravado do que o caixa dois feito com dinheiro privado, eu penso dessa maneira, ainda há esse aspecto, que é o de burlar uma coisa importante que foi feita, não pelo Congresso, mas feita pelo Tribunal Superior Eleitoral.

E aí, o que eu tenho visto e constatado é como integrantes do Governo, o próprio Presidente da República, encaram a atuação da Polícia Federal nesse caso. Eu não quero nem entrar no mérito neste momento. Mas quando se trata de a PF investigar essa questão do laranjal, o Presidente se manifesta, é contra, houve abuso, houve não sei o que e tal. Aliás, dependendo do lado do laranjal, não é? Porque nessa em que o Luciano Bivar foi

porque, nessa que o Luciano Bivar foi objeto de busca e apreensão, ele disse que foi tudo feito dentro da lei, da ordem, adequadamente, e, nos outros casos, não.

Eu queria fazer, primeiro, esse registro.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou correr.

O segundo registro que eu queria fazer é o fato de que esse caso ilustra uma coisa muito grave. Durante os anos dos Governos do PT, nós procuramos agir com absoluto republicanismo na relação com esses órgãos de fiscalização, de investigação e ai de qualquer um de nós se tivesse interferido na ação da Polícia Federal, por exemplo.

Nesse caso do PSL, o Presidente da República tomou conhecimento de uma investigação secreta feita sobre esse tema. Ele próprio disse, quer dizer, caracterizou-se aqui uma quebra do sigilo da investigação, o que é crime de improbidade administrativa e crime de responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, inclusive, já representamos junto ao Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas também e eu queria fazer esse registro.

Dando a V. Exa. o benefício da dúvida, eu acho que essa questão não está devidamente esclarecida do meu ponto de vista, mas eu me sinto contemplado com todas as perguntas que foram feitas aqui pelo Senador Contarato e pelo Senador Randolfe Rodrigues.

De modo que eu queria aproveitar aqui a minha pergunta para tratar de um tema de extrema gravidade que diz respeito à pasta de V. Exa.

Nós estamos assistindo, diante da absoluta, total e completa inércia do Governo Federal, ao desastre ecológico que está acontecendo no Nordeste brasileiro por conta do derramamento de petróleo até agora não identificado, inclusive a sua origem.

As repercussões, Sr. Ministro, para a população e para a nossa região são de uma gravidade extrema. Estão sendo comprometidos os estuários, as áreas onde acontecem a reprodução dos seres marinhos, áreas inclusive que são atrações turísticas. Temos o caso lá de Porto de Galinhas que tem, numa de suas praias, além da prática do surfe como atração, mas a visitação para assistir a reprodução, não a reprodução, mas o ambiente em que vivem os cavalos marinhos e é uma área de reprodução dos peixes também. Isso sofrendo agora com esse problema gravíssimo.

Além disso, a temporada de verão se aproximando e sofrendo os trabalhadores daquela área no turismo, desde os donos dos hotéis, passando pelos bugueiros, passando por vários outros trabalhadores, com a perspectiva de um desastre econômico nesse verão agora.

Inclusive, as informações que a gente já tem é de que as empresas de turismo estão desestimulando a ida das pessoas para o Nordeste, sugerindo que elas fossem para Florianópolis e outras áreas nesse verão.

Outro aspecto importante é do ponto de vista do meio ambiente mesmo, as próprias praias, enfim, a omissão do Governo

ambiente mesmo, as próprias praias, enfim, a omissão do Governo.

Eu pergunto: O que que V. Exa. como Ministro do Turismo tem procurado fazer para que essa situação seja o mais rapidamente debelada, reparada, e que nós possamos não ter os prejuízos que, segundo todos aqueles oceanógrafos, biólogos, estudiosos do meio ambiente, declaram como algo que levará décadas para ser desfeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, vamos passar agora para o Ministro responder este bloco de perguntas e logo em seguida nós teremos um momento de réplica.

Já quer inserir agora, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que poderia ser mais prático, não é Presidente? Se V. Exa. assim me permitir?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Tudo bem.

E depois de V. Exa. também tenho uma pergunta a fazer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Após V. Exa. também irei fazer a minha pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então acho que seria mais prático, porque V. Exa. então poderia encerrar as perguntas ao Ministro.

Ministro, V. Exa. respondeu em relação à Deputada Alê Silva. V. Exa. destacou a improcedência das acusações por parte da Deputada, inclusive as acusações de ameaça que ela teria sofrido.

V. Exa. é bem contundente aqui ao responder a essas acusações. Eu pergunto: V. Exa. tomou algum tipo de procedimento, visto as tão graves ameaças da Deputada?

Veja, as acusações dela é que ela teria recebido ameaça de morte procedente de V. Exa. As acusações dela é que V. Exa. "dirigia um esquema de fraude das candidaturas lá em Minas Gerais, através de um esquema de candidaturas laranjas." Acusações tão graves que, ao meu sentir, merecem uma resposta à altura das acusações visto que, na alegação de V. Exa., elas são infundadas.

Então eu pergunto: Da parte de V. Exa. houve uma representação ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, uma representação à Procuradoria Geral da República, contra a Deputada? Enfim, alguma acusação, alguma reação dessa natureza, visto ainda que V. Exa. é tão Deputado quanto ela, é membro daquela Casa quanto ela?E não se trata... E tão infundadas sendo, na alegação de V. Exa., essas acusações, parece-me que deveria ter uma reação de V.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exa., conforme o peso da acusação por parte da Deputada. Eu acho que esse esclarecimento era importante da parte de V. Exa.

Uma outra questão, Presidente. Eu vi alguns colegas aqui falarem sobre a participação feminina nas campanhas. Parece-me que o diagnóstico não é de todos os colegas, mas de vários colegas que colocaram, Senador Humberto, é que tem que "resolver o problema do carrapato matando gado".

A participação feminina, a quota da participação feminina, é uma compreensão deste Parlamento, é uma convicção deste Parlamento por decisões reiteradas aqui, do Tribunal Superior Eleitoral, da necessidade de criar condições para a participação das mulheres na política. É importante inclusive ouvir a opinião de V. Exa. em relação a isso.

Dá cabo

inclusive, ouvir a opinião de V. Exa. em relação a isso. E não é verdade que as condições da participação das mulheres são as mesmas, historicamente, da participação dos homens. Aliás, o princípio do art. 5º da Constituição dá conta do seguinte: tratar os desiguais desigualmente, na medida em que se igualam. Você tem uma política construída no Brasil que favorece a participação dos homens e que obstrui a participação feminina. Ora, as mulheres só tiveram – já foi dito aqui pelo Senador Fabiano Contarato – direito ao voto neste País em 1932. Os machos votavam desde o Brasil colônia. Os machos votavam e definiam, primeiro, pelo senso e pela participação patriarcal masculina e, depois, votavam e participavam, durante todo o século XIX, nas eleições do Império, até o Código Eleitoral de 1932, quando houve a possibilidade da participação feminina.

E o que dizer da participação de mulheres na política? Só dá conta da participação da primeira Senadora eleita na República nos anos de 1980. Então, é óbvio que as condições da política brasileira não favorecem a participação das mulheres. Ter estipulado uma cota para a participação feminina é obrigar – e o termo é esse, sim – as instituições a se abrirem para a participação das mulheres.

Então, alguns depoimentos aqui me parecem lamentáveis, parecem depoimentos de senhores patriarcais do século XVIII ou do século XIX, tradição machista da formação da política brasileira de que a participação das mulheres na política é o que atrapalha tudo, é o que dá vazão para circunstâncias desse tipo.

Eu não só repudio essa compreensão como me recuso a aceitar esse tipo de compreensão em pleno século XXI, onde o protagonismo feminino deve caminhar para a construção de uma sociedade e de um Estado brasileiro cada vez mais igualitário. Então, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não poderia aqui, depois de ter ouvido alguns depoimentos dessa natureza, deixar de destacar isso.

É importante, nesse aspecto, Ministro, ouvir sua opinião. Pelo depoimento que V. Exa. coloca aqui, V. Exa. dá contornos mais graves à gravíssima crise em que está envolvido o partido do Presidente da República. Isso não pode ser minimizado por nós. Ora, é o partido que governa a Nação. É o partido que tem a maior bancada na Câmara dos Deputados. E, pelo depoimento aqui colocado, V. Exa. foi pego de surpresa, de sobressalto com a informação de que a seccional do seu partido em Minas Gerais, dirigido por V. Exa., foi objeto de uma intervenção agora nesta manhã. E dá conta de um capítulo novo. Parece-me, pelo depoimento de V. Exa., pelo que posso depreender do depoimento de V. Exa., que existe uma depoente contra V. Exa., que está em Portugal, sustentada às custas de uma disputa interna que está ocorrendo no âmbito do PSL.

Por fim, Ministro – e me permita, Presidente, pois é uma pergunta que havia faltado no bloco inicial e não seria possível concluir o seu depoimento sem o esclarecimento em relação a esta pergunta –, em relação à tal planilha que foi apreendida pela Polícia Federal, na qual aparecem pagamentos contabilizados e outros não contabilizados, apresenta a descrição de um pagamento

e outros não contabilizados, apresenta a descrição de um pagamento feito pelo fornecimento de 2 mil unidades de material eleitoral para a campanha do então candidato Jair Bolsonaro.

Aí está escrito lá na planilha, segundo os documentos apreendidos e noticiados pela Polícia Federal: "Quatro mil e duzentos reais – entre aspas – *out*". Ou seja, seria fora.

Também há um registro de pagamento de material conjunto de campanha para o senhor e para o Presidente da República, com valor de R$ 4 mil, em que aparece ao lado também a expressão *out*. Não há registro, junto à Justiça Eleitoral, de gastos de sua campanha, combinados com a campanha do Presidente Jair Bolsonaro e com a empresa Viu Mídia.

O relatório da Polícia Federal é que aponta o cruzamento desses dados. O que o senhor tem a dizer sobre isso? Por que nessa planilha, que foi apreendida, que fala dos gastos de sua campanha, aparece junto este *out* e aparecem as despesas do Presidente Jair Bolsonaro, já que não há registro, na prestação de contas de V. Exa., junto ao Tribunal Superior Eleitoral, de despesas suas e de despesas da campanha do Presidente da República?

Ocorreram, de fato, essas despesas? V. Exa., através de sua campanha, também teve gastos da campanha do Presidente da República? Parece-me que desse questionamento é necessário o esclarecimento por parte de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem, Senador Randolfe, antes de fazer minha pergunta, eu gostaria também de passar a palavra para o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, obrigado.

Eu vou ser bem informal nessa situação.

Viu, Marcelo, não vou nem te chamar de Excelência, porque somos colegas na política, no Parlamento, etc, e acho que você não deve se sentir no banco dos réus, porque não foi essa a intenção quando nós te chamamos aqui. Aliás, nós fomos duros na última sessão, porque você estava se recusando, por causa das suas atividades, a vir aqui. Então, não foi a intenção te trazer aqui como réu, mas exatamente para poder esclarecer e ser bem transparente nessa situação.

Eu falo isso assim, bem com informalidade, porque eu sou um dos que, no período do PT, do Mensalão, eu fui um dos envolvidos. Fui julgado, fui investigado de ponta a cabeça, etc, e felizmente não encontraram o crime do qual eu fui acusado, que foi o tal do Mensalão. E todo mundo sabe que essa questão era dinheiro de campanha, era Caixa 2, eram essas coisas aí.

Mas, para vocês, por isso há a exigência, por isso há a cobrança e, por isso, trazemos você aqui com esta firmeza. Vocês foram eleitos com uma visão – e o Presidente da República foi assim – de que eram os novos. Aqui chegou uma enxurrada de Senadores com esse discurso do novo, da nova política, da nova...

com esse discurso do novo, nova política, nova... Enfim, entendeu? Mudaram até a correlação de força aqui, na eleição da Presidência da Casa. O novo iria passar o País a limpo, etc.

O que a gente está vendo agora, com esse episódio? Laranjal e não sei o que mais. Não há nada de novo, e, pelo contrário, vieram mais profissionais ainda no processo dessas questões: financiamento de campanha, dinheiro público, enfim.

A pergunta concreta é a seguinte: você já teve algum encontro desse assunto com o Ministro Moro? Já falou sobre isso? Já se envolveu com isso, etc.? Porque é fundamental ficar claro qual é o papel do Ministro da Justiça no nosso País. E é esse o novo que trouxeram ao País? Porque ele parece que faz parte, ele toma parte, de um lado daqui, de um lado de lá, nessas questões. Aquilo que o Senador Humberto falou: em alguns setores ele é duro com o processo de investigação, etc.; do outro, passa a mão – é só pedir desculpa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E neste caso é mais grave ainda, porque ele está usando uma estrutura de Estado para exatamente processar esse tipo de coisa no nosso País. Não é? Nós já tivemos, no nosso País, aqui, procurador que era engavetador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... antigo e etc. Agora, nós temos ministros que...

Aí passa por episódio da Coaf, passa por episódio da Receita Federal, passa por esse episódio das investigações da Polícia Federal. Isso não é bom para o nosso País, uma vez que a gente já viveu, neste País, papeis... E usa o Estado brasileiro como instrumento de perseguição política. Quando foi no período da ditadura militar, o SNI, a Polícia Federal, etc., que bisbilhotavam, entravam na vida das pessoas, dos políticos, das lideranças, do movimento social, etc. Agora, parece que se inaugura uma visão a partir da estrutura de Estado brasileiro de bisbilhotagem, de perseguição política, de atuação até combinada com Ministério Público, com parte da Justiça do País, etc.

Então, é com esse sentido que nós trouxemos esses debates aqui, para que a gente tenha clareza aqui, no Parlamento, dessa forma como está se estabelecendo isso.

Agora, eu queria também chamar a atenção, no bom sentido, de V. Exa. Enquanto acontece essa trapalhada que há hoje dentro do atual Governo – é um ministro brigando com o outro, é o Presidente brigando com Ministro, é o Presidente brigando com o seu partido, é o Presidente brigando com as suas Lideranças –, a vida segue. E o que nós estamos vendo no nosso País é

segue. E o que nós estamos vendo no nosso País é o País a Deus dará. É o caso lá, agora mais recente, da Amazônia; agora é o caso do litoral do Nordeste brasileiro. Isso é responsabilidade de Governo, seja de quem for – isso é responsabilidade de Governo. O pior pecado que um governo pode cometer, ou um ente público, ou uma representação política, é a omissão – é a omissão.

Vocês fizeram uma maioria no País para governar e ganharam para governar, e aí a gente está vendo o nosso País à deriva por causa desse estado de coisas no interior não só do partido do Presidente, mas no interior do seu próprio Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Bem, Ministro, com a fala do Senador Paulo Rocha, eu também me sinto contemplado com os demais Senadores que fizeram os questionamentos sobre o tema para que V. Exa. foi convocado. No entanto, não posso perder a oportunidade também, assim como foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrado pelo Senador Humberto Costa, de chamar a atenção para um drama que a população do meu Estado de Alagoas, assim como todo o Nordeste brasileiro, está passando, um assunto que não é o que trouxe V. Exa. aqui, mas é algo que está, sim, sob a alçada do seu Ministério.

Estou falando aqui do desastre que já aconteceu, um crime ambiental sem precedência no nosso Estado de Alagoas, onde foi atingida a segunda maior barreira de corais do mundo. Estou falando aqui principalmente da área de Japaratinga, que o Senador Randolfe tanto conhece, Maragogi, chegando à Barra de São Miguel.

Então, o que eu percebo – e é importante ressaltar isso – é que é nesses momentos que os brasileiros se unem. Então, é emocionante, Senador Paulo Rocha, verificar o que a população está fazendo por este País, indo, de maneira voluntária, limpar a sujeira das praias.

Mas nós sabemos que não é apenas isso que vai resolver o problema. Então, eu gostaria de que V. Exa., também como Ministro do Turismo, pudesse demonstrar se existe algum plano de ação que possa minimizar esses impactos, se a pasta de V. Exa. pode também atuar em dois aspectos específicos. O primeiro, passar a segurança nacional e verificar através das pesquisas que estão feitas, se as praias estão balneáveis ou não.

Apenas os órgãos estaduais se manifestarem sobre isso não é suficiente. Então, é necessário que haja um plano dentro do Ministério do Turismo sobre isso, se as praias podem ser utilizadas pelos banhistas ou não e também se a pesca estará liberada ou não, o quanto antes, porque nós estamos falando aqui do setor econômico que mais rende frutos para o meu Estado, para o Nordeste brasileiro, e, sem dúvida nenhuma, essas manchas estão manchando esse nosso maior patrimônio.

Então, se V. Exa. puder atuar ativamente nesse ponto, tenho certeza de que a preocupação existe, mas de maneira emergencial. Nós temos situações em que alguns Municípios estão conseguindo tratores para limpar a sujeira que está na praia. Em outros locais, não conseguem entrar com trator, porque vai matar os ovos de tartaruga. Então, não há, muitas vezes, esse diálogo entre os órgãos competentes para isso, e alguns estão tomando iniciativas próprias. Então, é necessário que se tenha, sem dúvida nenhuma, um foco importantíssimo como prioridade absoluta pelo Ministério do Turismo neste momento que nós estamos vivendo.

Então, não queria deixar passar esta oportunidade de estar ao seu lado num momento tão crítico para o Nordeste brasileiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar esta oportunidade de estar ao seu lado num momento tão crítico para o Nordeste brasileiro, quando estamos começando a alta estação, para pedir a V. Exa. que trate como prioridade e diga se, de fato, existe um plano de ação que possa minimizar esses impactos.

Eu sei que a cabeça de V. Exa. está focada naquilo que o trouxe aqui, mas, sem dúvida nenhuma, o País inteiro também acompanha esse drama, que não é apenas de uma localidade; é nacional e repercute no mundo inteiro.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Volto aqui, Senador Humberto, Senador Reguffe. Bom, Senador, primeiro o questionamento do senhor em relação à minha condição hoje de denunciado pelo Ministério Público e a permanência no Ministério do Turismo. O que eu tenho a dizer para o senhor é que todas as vezes que eu falo com o Presidente, o pedido dele é de que eu possa estar focado no desenvolvimento do setor do turismo no Brasil, desenvolvendo um trabalho que todos nós sabemos que talvez seja o maior potencial que nós temos para a criação de emprego e renda no nosso País, o setor do turismo.

Realmente, naquela época do Governo Itamar, me lembro bem de que o ministro foi afastado e retornou depois. Um detalhe, Senador, que eu volto a falar: eu fui investigado durante nove meses pela Polícia Federal, eu fui investigado pelo Ministério Público durante nove meses, por uma parte da grande mídia, por todos os meus adversários políticos no Estado de Minas Gerais. Chegaram ao absurdo de um veículo de comunicação mandar dois jornalistas da região em que fui nascido e criado, que é a região do Barreiro, em Belo Horizonte, Minas Gerais, irem até a padaria perguntar como foi a vida do Marcelo Álvaro Antônio como jovem, irem à mercearia, irem aos comércios para levantar se eu era uma pessoa violenta, se eu já tinha feito algo que viesse a desabonar a minha conduta. Então, chegaram a esse nível de investigação. Eles pegaram, dos meus quatro anos da última legislatura de Deputado Federal, todos os meus fornecedores – todos, sem exceção –, nota fiscal por nota fiscal: o carro que foi alugado, qual a locadora que alugou, depois que finalizou o contrato, quem vendeu o carro, quem comprou o carro.

Então, foi um escâner da minha vida sem precedentes. Foi uma investigação nesses nove meses, em que reviraram a minha vida do lado avesso. E eu pergunto aqui hoje para as senhoras e para os senhores o que há contra mim? O que encontraram contra mim? Nove meses, repito, investigado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, por parte da imprensa, por meus adversários políticos. Fizeram um escâner da minha vida. O que há contra mim? Aí me indiciaram pela teoria do domínio do fato, porque eu, na condição de Presidente do partido, em uma campanha eleitoral que eu tinha sob a minha responsabilidade a coordenação de uma campanha presidencial num Estado de 853 Municípios, em que eu não fiz nenhuma hora de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

voo, nem de helicóptero, nem de avião; eu fiz tudo de carro. Eu fui votado, Senador, em 848 Municípios do Estado de Minas Gerais, dos 853. Saí como Deputado Federal

do Estado de Minas Gerais. Dos 853, saí como Deputado Federal mais votado de Minas Gerais.

Quando me atribui a Teoria do Domínio do Fato de forma errônea, na minha opinião, porque para você atribuir a Teoria do Domínio do Fato a alguém é preciso comprovar que a pessoa tinha ciência dos fatos ocorridos, que na visão da autoridade policial houve indícios de irregularidades. Então, eu permaneço com minha consciência 100% tranquila. Eu olho nos olhos dos meus filhos que sofrem muito com isso e não quero aqui trazer nenhum tipo de vitimismo, mas eu consigo olhar nos olhos dos meus familiares, dos meus amigos, levantar a cabeça e dizer: "Podem ficar tranquilos porque não fiz nada que fosse contra a legislação eleitoral".

Então, o Presidente pede esse foco e é o que eu tenho procurado fazer, Senador. Eu tenho procurado trabalhar muito. Cheguei da China na sexta-feira agora, vou responder ao Senador Humberto e acho que vou contemplar aqui o Senador Paulo Rocha, o Senador Rodrigo e o Senador Randolfe também.

Cheguei da China já com essa situação acontecida em nosso litoral, do óleo, mas com um foco muito grande. O turismo tem gerado resultados importantes para o nosso Brasil: 14,7% do turismo de negócios cresceu no primeiro semestre em relação ao mesmo período do ano passado; nós já geramos 6% a mais de emprego; 25 mil novos postos de trabalho agora no mês de agosto. Então, a pasta está sendo bem conduzida.

A minha questão em relação à denúncia do Ministério Público está sendo tratada pelos meus advogados, então, eu separo bem as coisas e o que me dá muita força para levantar todos os dias para trabalhar é a minha própria consciência. Então, eu trabalho pelo turismo, os meus advogados cuidam da parte jurídica, tenho separado bem isso.

O turismo tem avançado, o resultado está aí para que o Brasil possa... Eu sei que há muito o que fazer, vamos avançar.

Se o senhor me permite, vou aproveitar aqui para responder à questão do óleo. A Marinha do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e a Polícia Federal estão num esforço muito grande não só na identificação da causa do problema, desse crime ambiental, não só para encontrar os responsáveis por isso, mas como também do ponto de vista de mitigar esses problemas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Então, existem, sim, ações concretas. O Governo Federal está fazendo tudo o que é possível para amenizar esse problema.

Repito, o Ministério do Meio Ambiente e a Marinha do Brasil, junto ao Ibama, estão fazendo ações ali. E com uma situação até muito bonita, as pessoas físicas estão se envolvendo no processo também com esse sentimento de mitigar mais rápido o problema.

Eu, amanhã, já tenho uma reunião. Fiz um convite a todos os Secretários estaduais de turismo do Nordeste para que a gente pudesse, no âmbito do Ministério do Turismo, que eles pudessem vir aqui. Amanhã já temos uma reunião, parece que vão vir alguns Secretários, juntamente com empresários do *trade* do turismo, obviamente deve haver pessoas da rede hoteleira que estão preocupadas com esse impacto, para a gente elaborar o mais rápido possível um diagnóstico do que está acontecendo, Presidente – contempla o senhor também –, para que gente possa, através do Ministério do Turismo, ter ações concretas nessa recuperação, nesse impacto negativo que certamente deve ter dado no turismo lá, mas, a princípio, todos os Secretários estaduais de

a princípio, todos os secretários estaduais de turismo do Nordeste, principalmente dos Estados afetados, para uma reunião, para entendermos pontualmente cada Estado, fazermos um diagnóstico disso e traçarmos uma linha de ação que vá realmente recuperar esse impacto, sobretudo negativo, no turismo do Nordeste. Então, já existe uma preocupação. Já cheguei da China acionando alguns amigos, alguns amigos que eu digo são os secretários estaduais. Alguns também já me ligaram. Então, a gente está promovendo... Amanhã, vamos ter uma primeira reunião aqui, no âmbito do Ministério, com os secretários e também com empresários do trade turístico.

O Senador perguntou se eu reconheço que houve erros. Senador, isso aí é objeto de uma investigação da Polícia Federal e que, segundo a autoridade policial, identifica indícios, indícios de erros. Eu tenho acesso obviamente a um relatório da Polícia Federal. Gostaria muito, seria minha melhor defesa aqui agora, mas eu não posso trazer isso à tona aqui, porque o inquérito corre em segredo de Justiça. Eu ia incorrer em crime em dizer isso aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor teve acesso ao inquérito?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Eu sou parte. Eu tenho acesso ao inquérito. Eu sou parte envolvida no inquérito e os meus advogados têm acesso ao inquérito obviamente. Só que eu não posso trazer aqui elementos que compõem o inquérito, porque eu estaria incorrendo em crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso afirmar para o senhor, Senador, que não houve candidaturas laranjas no Estado de Minas Gerais. Na ocasião... Se não me engano, são 179 candidatos e candidatas que compõem uma chapa de Deputado Federal e estadual. As duas chapas juntas totalizam 179 candidatos. Na ocasião das eleições de 2018, até pela onda, o Presidente Jair Bolsonaro criou no Brasil... Nós tivemos que retirar pelo menos umas 26, 28 pessoas que não puderam participar porque não cabiam dentro da chapa. Então, seria muita incoerência botar laranja sendo que havia candidatos suficientes, candidatas também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor considera que está havendo uma conspiração de membros do seu próprio partido contra o senhor?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Olha, isso está no ambiente do inquérito, Senador. Eu consegui comprovar pessoas, vamos dizer assim, simpatizantes do partido no Estado de Minas Gerais, eu disse aqui, que gostariam de ter candidato A ou B para Senador e para governador. Então, isso criou uma animosidade muito grande. Foram formatados grupos de WhatsApp, orquestrando e direcionando ataques a mim e nomeando cada um com as suas atribuições no grupo WhatsApp.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas, Ministro...

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Mas ninguém com mandato. Essa é uma questão de militância política.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas, Ministro, V. Exa. colocou que não houve candidaturas laranjas no PSL de Minas Gerais. Mas eu volto a perguntar a V. Exa: V. Exa. reconhece que houve erros na campanha do PLS de Minas Gerais?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Senador Randolfe, desculpa, Reguffe... Mata um homem, mas não muda o nome. (*Risos.*)

Desculpa, Senador Reguffe. Quem vai dizer isso é a Justiça.

Senador Reguffe, quem vai dizer isso é a Justiça. Então, existem pessoas indiciadas, como eu fui indiciado...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas eu estou perguntando a V. Exa. V. Exa. reconhece que houve erros na campanha do PSL de Minas Gerais?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – O que eu posso afirmar para o senhor é que não houve candidaturas laranjas, não houve caixa dois...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas houve...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Agora, existe uma investigação policial por parte da Polícia Federal, que foi entregue ao Ministério Público, que em tempo recorde fez a denúncia. Não deve ter demorado meio dia para fazer a denúncia num inquérito de 6.600 páginas. Mas a gente respeita muito a atuação do Ministério Público.

Agora, se houve irregularidades ou não, eu não tenho condição de falar antes de ser julgado pela Justiça. Eu acho que isso aí tem que ser...

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Mas eu estou perguntando não a visão da Justiça. A Justiça vai julgar e é lá que é feito o julgamento, aqui não é um julgamento. O meu questionamento objetivo é: V. Exa. viu algum erro ou reconhece algum erro na campanha do PSL de Minas Gerais?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Não, erros evidentes não. Não reconheço nenhum erro. A mim, pelo menos naquilo que eu me aprofundei no partido, eu não conheço erros. E, quando eu digo erros, é que vá ferir a legislação eleitoral ou a legislação vigente. Eu não vejo erros do PSL.

Agora, vamos aguardar essa fase agora. Também aqui a gente não pode afirmar. Não sabemos se essa denúncia vai ser recebida ou não pelo juiz. Então, vamos aguardar aí o desenrolar dos fatos. Mas o que eu quero dizer é que eu confio na Justiça e eu tenho de certeza de que, no âmbito da Justiça, vai ser o melhor foro possível para que eu possa comprovar a minha total idoneidade à frente o partido no ano de 2018.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esses grupos de WhatsApp que V. Exa. falou que foram organizados contra o senhor, foi no âmbito dessa disputa interna?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Exatamente. E atribuindo ali a cada uma...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já desde a época de eleição?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Não, após a eleição. Na verdade, foi após a primeira denúncia feita por aquela associação do Vale do Aço, em que a Deputada teve os seus objetivos pessoais feridos. E a partir daí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso só me lembra de uma passagem de Winston Churchill na 2ª Guerra Mundial, quando ele se referia...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... àqueles que dialogavam com o nazismo: há quem alimente os crocodilos com a esperança de ser comido por último.

Parece-me que os WhatsApp, que tanto foram usados durante a campanha, acabaram lamentavelmente vitimando V. Exa., pelo que V. Exa. aqui relata.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Está lá no ambiente do inquérito. Eu consegui inserir no ambiente do inquérito, mostrando que realmente houve ações orquestradas e dando atribuições a cada pessoa do grupo. Olha, quem pode fazer uma denúncia assim? Que pode gravar um vídeo assim contra o ministro? Vamos derrubar. Isso aí está lá no ambiente do inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Ministro, só fazer uma interrupção, até para ganhar celeridade. Senador Ciro Nogueira também quer se posicionar, dar uma palavra aqui.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Só faltou responder um questionamento.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Falta uma aqui do Senador Reguffe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem a pergunta também sobre o Presidente Jair Bolsonaro na prestação de contas da campanha do ministro.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Tá, mas aí do senhor eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, vamos terminar esse bloco aqui de perguntas, que foram feitas aqui, para nós ficar o pingue-pongue. Eu acho que foram feitas perguntas suficientes. Depois, o Senador Ciro, se tiver algum outro questionamento, fará novamente sem mais problemas.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Só falta responder o Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (PODEMOS - DF) – Presidente, eu não vou fazer perguntas novas. Eu só quero a resposta das que eu já fiz.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – O senhor falou da Cleuzenir em Portugal, quem paga. Sinceramente

em Portugal quem paga, sinceramente, Senador, eu também gostaria dessa resposta. Quem bancou ou como ela foi para Portugal? Dois dias após fazer uma denúncia no Ministério Público, ela se muda, com a família inteira, para Portugal. Denúncias que foram mudadas. Ela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fez um boletim de ocorrência de uma forma depois de fazer o... Ou seja, ela foi, nitidamente, orientada a acrescentar dados e elementos para me prejudicar, como, por exemplo, armas em cima da mesa e tudo. Não é possível que, no ambiente da delegacia em que ela estava fazendo o boletim de ocorrência, ela se esqueceu de que foi ameaçada com arma.

Então, eu acho que são elementos suficientes para a gente entender que, nesse prazo entre o boletim de ocorrência e a denúncia dela no Ministério Público, houve, sim, uma gestão, uma gerência no sentido de me prejudicar. Mas, sinceramente, não sei dizer para o senhor quem banca essa ida dela para Portugal.

E sobre caixa dois, sobre o que o senhor perguntou também, e o Senador Randolfe também foi enfático aqui na questão do caixa dois... Caixa dois é crime, e não houve essa prática por parte do PSL de Minas. Pelo menos, eu respondo aqui pela minha campanha. Foram 170 candidatos. A minha campanha, eu posso afirmar para o senhor, foi absolutamente dentro da legislação eleitoral. Não houve caixa dois na minha campanha.

Acho que é isso, não é, Senador?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Por fim, Senador Ciro Nogueira, que também já chegou há um tempo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Sobre a questão de vossa campanha, envolvendo a campanha do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Tá.

Mas o Senador faz a pergunta ou já respondo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Como V. Exa. quiser.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Tá.

Então, vamos ouvir o Senador Ciro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Por favor, Senador, com a palavra.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente, minha vinda a esta Comissão é para trazer, Ministro, a minha total solidariedade a tudo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor está passando. Acho que sua presença aqui, nesta Comissão – perdoe-me –, é mais fruto de o senhor ser Ministro hoje, não de querer se apurar essa questão de caixa dois, porque essa questão de caixa dois tem no País inteiro, esse tipo de acusação. Não se restringe mais ao senhor. O que aconteceu com o senhor foi justamente que o senhor deu a sorte ou o azar de virar Ministro.

Na época, eu me lembro bem de que, quando se iniciaram essas acusações, pela forma como foi colocado na mídia, o tipo de apuração, não havia nem dúvida de que o senhor seria indiciado. O senhor teria que ser, porque o senhor não tem a opção de ser inocente. Pela forma como o senhor foi acusado, pela forma como a mídia colocou, querendo um culpado, não havia nem possibilidade de o Ministério Público ou a Polícia Federal reconhecer o erro e inocentar o senhor, porque eu, que sou Presidente nacional de um partido, sei da dificuldade dessa questão das cotas com as mulheres. Eu sou contra essa questão da cota de 30% para as mulheres. Eu sou favorável a se gastar 30% dos recursos com as mulheres, mas a obrigatoriedade de haver um número de candidatas causa esse tipo de situação, porque nós colocamos as mulheres, Humberto... Mas, se, depois, elas não tiverem voto? E a grande maioria... Eu acompanho isso principalmente nos pequenos Municípios, nas candidaturas a Vereadores... É uma dificuldade muito grande que nós, às vezes, temos que tentar esconder isso da sociedade. Mas é uma dificuldade que os partidos têm para cumprir essa cota. Por isso que eu sempre lutei para que os partidos fossem obrigados a gastar 30% dos recursos com as mulheres. Eu tenho certeza de que, se isso viesse a ocorrer, nós teríamos muito mais mulheres no Parlamento, porque nós poderíamos concentrar nas mulheres que realmente têm capacidade de disputar as eleições. Então, nós vemos aí que você coloca, às vezes, as mulheres que têm 200 ou 300 votos, mas e aí? Os dirigentes partidários é que vão ser culpados por isso?

Então, a situação que você está vivendo. Você não teve a opção de

vão ser culpados disso?

Então, é a situação que você está vivendo. Você não teve opção de ser inocente, Ministro. A forma como foi colocada, em que tinha que se buscar um culpado no País de uma acusação, porque não tem um Estado brasileiro que não tenha acusação. O senhor está sentado hoje por ser Ministro, não é por conta da questão de ser acusado de caixa dois ou não.

No mais, é ressaltar que, se tem um dos setores desse Governo que está dando certo é o do Ministério do Turismo. Nós temos acompanhado, esta semana mesmo vou à tribuna para ressaltar os números a que nós tivemos acesso no Ministério. É um trabalho sério que está havendo. Graças a Deus, o Presidente Bolsonaro não sucumbiu à forma mais fácil, que era lhe tirar do Ministério, como muita gente cobrou e não aceita ele não ter feito isso. E fica aqui minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

total solidariedade ao seu trabalho. Não tenho, acho que eu vim lhe conhecer há seis meses, não tenho relação política, o senhor não é do meu partido, mas tenho acompanhado o seu trabalho, inclusive no meu Estado, a forma como você tem conduzido, de valorizar o turismo no Piauí. E fica aqui o meu incentivo para que o senhor não baixe sua cabeça, continue seu trabalho, porque o senhor está fazendo um excelente trabalho à frente desse Ministério.

Um dos raros ministérios que tem funcionado, me perdoem, é o Ministério do Turismo. Fica aqui minha total solidariedade e eu tenho certeza, porque isso está na mão da Justiça, vamos ver quem é culpado e quem é inocente nesse caso, mas fica aqui a minha solidariedade sobre seu trabalho e pelo o que o senhor está passando.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Ministro, então, V. Exa. tem a oportunidade de finalizar as perguntas que foram feitas.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Eu gostaria aqui de responder ao Senador Randolfe em relação à planilha das gráficas.

Senador, a planilha da gráfica Viu Mídia, como todas as outras, é uma planilha de organização da gráfica. Aquilo é de responsabilidade da gráfica. A questão do *out*, que foi ali mencionado no inquérito, vazado pela *Folha de S.Paulo*, porque o inquérito é em segredo de Justiça – acho que não tem segredo de Justiça só para a *Folha de S.Paulo* –, aquilo ali, me parece que no depoimento, me parece não, no depoimento, no âmbito do inquérito, do dono da gráfica foi esclarecido de forma satisfatória o porquê daquele *out*.

Mais uma vez, eu repito: eu não posso entrar nos detalhes aqui e dizer qual foi o depoimento do dono da gráfica, porque aí eu estou incorrendo em crime, mas que tanto na minha campanha, quanto na campanha do Presidente Jair Bolsonaro no Estado de Minas Gerais não houve, absolutamente, caixa dois nenhum. Agora, a planilha é controle da gráfica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não houve nenhum tipo de colaboração da vossa campanha para a campanha do Presidente da República? Eu não estou dizendo nem que isso é crime. Isso é normal, é dentro da lei, mas não houve nenhuma interface, nenhuma destinação de recursos seus à campanha do Presidente ou vice-versa, da campanha do Presidente para a vossa campanha?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Não. O que houve, Senador, é aquela confecção de material normal, declarado na minha campanha, com a imagem do Presidente da República,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu apoiava naquela oportunidade. Isso sim. Adesivos de veículos, santinhos, isso aí eu declarava na minha campanha e botava o Presidente no meu material de campanha, o que é permitido pela legislação eleitoral.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas este aspecto da gráfica Viu Mídia faz parte do inquérito envolvendo V. Exa., certo?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o mesmo inquérito?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – É o mesmo inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse trecho, vazado ou não,

É o mesmo inquérito?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Sim, é o mesmo inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse trecho, vazado ou não, é parte do inquérito e....

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – É parte do inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ....e consta, essa documentação apreendida...V. Exa. Está dizendo aqui que é documentação apreendida da gráfica?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Exatamente. É uma planilha da gráfica, de controle da gráfica. Para esclarecer isso para o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em decorrência disso...E V. Exa. não sabe atribuir o porquê?

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Como eu disse, parece-me que foi muita bem esclarecida essa situação do *out* no depoimento do dono da gráfica. Não posso trazer à luz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, mas o que quero dizer é que não houve irregularidades em relação à minha campanha e à campanha do Presidente Jair Bolsonaro. Isso não houve.

Senador Ciro, quero, primeiro, agradecer à manifestação do senhor. O senhor disse bem: nós nos conhecemos pouco, há muito muito tempo.

Respondendo aqui também ao Senador Randolfe. O senhor me fez...Querendo até a minha opinião em relação aos 30% da quota feminina. No meu entendimento, Senador Ciro – e tive a oportunidade de falar isso com o senhor uma vez - , acredito que a gente precisava estimular a entrada da mulher na política. Como? Que o Fundo Partidário tivesse uma obrigatoriedade, talvez, um percentual na promoção ou no incentivo das mulheres para participarem da política brasileira, para se inserirem mais na política. A mulher é sempre bem vinda e é uma parte importantíssima da nossa política. Mas estipular quota de 30%! Por que, então, essa dificuldade de achar mulheres para disputar a eleição? Estipula-se uma quota de 30% e não se acham mulheres, com raras exceções, como....

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se V. Exa. permite, falta a resposta a uma pergunta. Em relação à Deputada Alê Silva, teve alguma providência por parte de V. Exa.?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está a cargo dos meus advogados. Várias ações e representações contra a Deputada e providências já estão sendo tomadas, mas está a cargo dos meus advogados. Obviamente, denúncia caluniosa e uma série de outras atribuições as quais ela vai ter que responder na Justiça.

Mas então, acho que o Fundo Partidário teria que ser utilizado no fomento, no incentivo das mulheres. O partido tinha que ser obrigado a fazer eventos de mulheres incentivando as mulheres a entrarem. Mas, quando você estipula uma quota...E por que chega na época da campanha e não se acha mulher? Eu digo que são raras as exceções como eu tive lá, Senador Ciro. Lá eu tive, tanto na chapa de Deputado Estadual quanto na de Estadual, sobra de pessoas. Obviamente, pelo momento, pela onda que o Presidente Jair Bolsonaro criou no Brasil inteiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Ministro, vou pedir a paciência de V. Exa., mas em respeito ao Senador Telmário, que passou aqui pela manhã, fez inscrição e retornou...Ele quer fazer uma última observação, ao final desta reunião. Senador Telmário, V. Exa., rapidamente, para encerrar este momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, primeiro agradeço a oportunidade que V. Exa. está nos fornecendo, também a paciência do Ministro e dos demais Senadores. A gente estava em missão externa, nos ministérios.

Ministro, tenho acompanhado, ao longo do tempo, as declarações de V. Exa., as acusações. Não tenho nenhuma dúvida de que V. Exa. vem sangrando há muito tempo porque V. Exa. é Ministro, porque faz parte desse contexto do Governo. Queria só destacar

destacar o seguinte: por exemplo, no meu Estado há dois Deputados Estaduais que nem colocaram o contingente necessário das mulheres. Estão cassados. Não vi uma mídia divulgar isso. Quer dizer, V. Exa. é do PSL, é ligado ao Presidente, V. Exa., realmente, tem feito tudo isso.

Então, acredito que V. Exa. vai ter a oportunidade – como hoje teve – de ser bastante sabatinado pelos Senadores, dirimidas as dúvidas. V. Exa. vai ter a oportunidade de voltar ao seu trabalho, de desempenhar um bom trabalho e, mais do que isso, de provar, esperando os trâmites normais da Justiça, os processos, para que V. Exa. volte a ter tranquilidade como Ministro e também como homem público. Queria só desejar-lhe isso.

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Senador Telmário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sendo assim, quero reforçar o que foi dito aqui nesta manhã.

Nós não estamos num julgamento, estamos aqui em busca de informações. Então, o Senador, por essência, por função, tem que ser um fiscal dos recursos públicos, um fiscal dos serviços públicos. Com certeza, V. Exa., como está à frente de uma pasta tão importante, nesta Comissão, terá mais uma atribuição ainda que será a de, sempre que possível, demonstrar como está sendo a atuação no Ministério. Então, este é um momento inicial de muitos que teremos, tenho certeza absoluta, sempre com o objetivo de esclarecer as verdades e de contribuir para o desenvolvimento do País.

Agradeço a V. Exa. pela presença e a todos os Senadores que estiveram aqui participando.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO ÁLVARO ANTÔNIO – Muito obrigado também. Só para finalizar, quero agradecer ao Presidente, Rodrigo Cunha, ao Senador Randolfe, ao Senador Ciro, ao Senador Telmário, aos demais Senadores que estiveram aqui presentes, colocando-me à disposição para qualquer eventualidade.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Rodrigo Cunha e Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Izalci Lucas, Major Olimpio, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Otto Alencar, Wellington Fagundes, Jorginho Mello, Rose de Freitas, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro e Irajá. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco e Reguffe. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 35ª e 36ª reuniões da comissão, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberação das emendas da CTFC ao PLOA 2020**. **Finalidade:** Deliberação das emendas da CTFC ao PLN nº 22/2019, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020". Relator: Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA: Número 50350001. UO: 25201. Ação+Subtítulo: Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária – Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 111.363.741; Número 50350002. UO: 34101. Ação+Subtítulo: Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 3.000.000; Número 50350003. UO: 30101. Ação+Subtítulo: Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 200.000.000; Número 50350004. UO: 37101. Ação+Subtítulo: Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional. Localidade: Nacional. Acréscimo: 142.000.000. **2ª Parte - Deliberação das emendas da CTFC ao PPA 2020-2023**. **Finalidade:** Deliberação das emendas da CTFC ao PLN nº 21/2019-CN, que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023". Relator: Senador Rodrigo Cunha. **Resultado:** Aprovado o relatório, pela apresentação perante a Comissão Mista de Planos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) das seguintes emendas: EMENDA DE OBJETIVO: Número 50350001. Ementa: (cópia) CTFC – Alcançar o equilíbrio fiscal de forma a favorecer o crescimento econômico; EMENDA AO TEXTO DA LEI: Número 50350002. Referência: Corpo da Lei, Cap I, Art 3, Inciso XIII. Tipo: Aditiva; Número 50350003. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção I, Art 10, Inciso III. Tipo: Aditiva; Número: 50350004. Referência: Corpo da Lei, Cap IV, Seção II, Art 16. Tipo: Substitutiva; Número 50350005. Referência: Corpo da Lei, Cap III, Art 6, § 3. Tipo: Aditiva; Número 50350006. Referência: Corpo da Lei, Cap I, Art 3. Tipo: Aditiva. A Presidência submete a aprovação da presenta ata, a qual é aprovada, e, nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e um minutos.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 35ª e 36ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passaremos então à primeira parte da reunião para deliberação das emendas da CTFC ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Jorge Kajuru, a quem agradeço por sempre colaborar para o desenvolvimento deste País, sempre presente, atuante e rígido nos horários. O País acompanha cada passo que é dado por ele.

Então, Senador Kajuru, V. Exa. com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Como Relator.) – É minha obrigação e meu dever como empregado público. Sei e acompanho aqui diariamente, Senador Rodrigo Cunha, Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CFTC) o mesmo: o senhor é atuante e também presta um serviço à nossa Pátria amada com o maior respeito possível e com todo o preparo.

Eu já poderia ir diretamente ao relatório? Pode ser, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Sim, pode ser, com certeza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Como Relator.) – Obrigado.

Brasileiros e brasileiras, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, Projeto de Lei nº 22/2019-CN – Ploa 2020, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. De acordo com os ditames da Resolução nº 1, de 2006 – CN, a CMO fixou o prazo de 01/10/2019 a 24/10/2019 para apresentação de emendas ao Ploa, Presidente Rodrigo.

A Resolução nº 1, de 2006 – CN, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das comissões permanentes a serem apresentadas ao Ploa. As emendas de comissão, em número de até quatro de apropriação e até quatro de remanejamento, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação. Devem possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Cabe ressaltar que, em 09/10/2019, a CMO aprovou relatório de atividades de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, firmando diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições.

Cabe ressaltar que, em 09/10/2019, a CMO aprovou relatório de atividades de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, firmando diversas interpretações a respeito da admissibilidade das proposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As disposições do referido relatório devem ser observadas, sob risco de as emendas apresentadas não terem seu mérito analisado por vício de admissão, amigo Presidente. Em especial, cabe destaque ao item do relatório que associa o caráter institucional das emendas à compatibilidade da ação proposta com as competências regimentais da comissão permanente.

Nesse contexto, Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal, de forma competente presidida pelo Senador de Alagoas Rodrigo Cunha, delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Ploa 2020.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 28 indicações de emendas, todas de apropriação, elaboradas pelos Senadores Jorge Kajuru, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues, e Wellington Fagundes.

Essas indicações estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta CTFC, tipo de emenda, unidade orçamentária, descrição da programação, na forma da ação orçamentária, ou seja, Presidente Rodrigo, valor e autor.

É o relatório.

Análise deste relatório.

Foram apresentadas indicações de emendas de apropriação em número que extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente, Presidente, na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que a maioria das indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manter restrita e absolutamente estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, além de apresentarem interesse nacional. Porém, Presidente Rodrigo, a Emenda 1 – Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados – Nacional, a Emenda 2 – Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf, a Emenda 24 – Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União – Nacional, a Emenda 25 – Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte – Nacional, e a Emenda 26 – Promoção e Defesa de Direitos para Todos – Programa – Envelhecimento Ativo e Saudável – Nacional, apesar do relevante mérito, creio, Presidente, não se enquadram nas competências desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a Emenda 26 – Promoção e Defesa de Direitos para Todos – Programa – Envelhecimento Ativo e Saudável – Nacional, apesar do relevante mérito, creio, Presidente, não se enquadram nas competências desta Comissão.

Em relação às indicações que atendem aos requisitos regimentais, podemos afirmar que todas exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, os critérios de seleção consistiram em selecionar programações orçamentárias com maior número de indicações dos parlamentares e alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Cumpre-se, então, salientar ainda que o autógrafo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, enviado à sanção recentemente, prescreve que as emendas à despesa de comissão permanente devem exibir o identificador de resultado primário 8 (RP 8), consoante seu art. 6º, §4º, inciso II, alínea c, item 3. Essa disposição normativa facilitará o acompanhamento da execução orçamentária das dotações oriundas de aprovação de emendas desses colegiados.

Concluindo, o voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Ploa 2020, por esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), das seguintes emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Emenda nº 14, do Senador Márcio Bittar, para a "Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional" no valor de R$ 200 milhões, também com indicações dos Senadores Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Randolfe Rodrigues e Wellington Fagundes (Emendas 3, 13, 14, 16, 27 e 28);

b) No âmbito do Ministério Público Federal, a Emenda nº 3, de minha autoria, Senador Jorge Kajuru, para "Modernização das Instalações do Ministério Público Federal - Nacional", no valor de R$3 milhões;

c) Na Controladoria-Geral da União, optou-se pela Emenda nº 20, do Senador Randolfe Rodrigues, para "Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional", no valor de R$142 milhões;

d) No âmbito do Banco Central do Brasil, a Emenda nº 5, do Senador Randolfe Rodrigues, para "Fortalecimento das ações de Autoridade Monetária – Nacional", no valor de R$111.363.741,00.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas, Presidente Rodrigo Cunha, da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

receber o RP 8. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas, Presidente Rodrigo Cunha, da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas, e devem receber o RP 8. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2019.

Presidente: Rodrigo Cunha.

Relator: Jorge Kajuru.

Muito agradecido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Senador Jorge Kajuru, parabenizo V. Exa. pelo amplo, detalhado, minucioso relatório, que contemplou várias emendas e com certeza está contribuindo para o avanço deste País.

Sendo assim, coloco em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado este relatório, será encaminhado esse lote de emendas para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Agora, para dar sequência, eu tenho o prazer de convidar o Senador Jorge Kajuru para assumir a Presidência desta Comissão para que eu possa proferir o relatório do parecer que está sob meu comando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Para a apresentação do relatório, com a palavra o eminente Presidente desta Comissão e Senador por Alagoas Rodrigo Cunha.

À vontade, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente Jorge Kajuru, passarei a fazer a leitura neste momento de relatório importante também para esta Comissão.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2020 a 2023, Projeto de Lei nº 21/2019-CN – PLPPA 2020-2023, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 01/10/2019 a 24/10/2019 para apresentação de emendas ao PLPPA.

Dando sequência à tramitação do PLPPA, a CMO aprovou, em 1º de outubro, seu Parecer Preliminar, documento que consubstancia diversas regras aplicáveis à apresentação de emendas e à futura atuação da relatoria do Projeto.

Nos termos do item 2.3.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, cada comissão permanente poderá apresentar até três emendas à despesa ao Plano Plurianual. Cada emenda à despesa deve ser referir à criação ou ampliação de um único programa, à ampliação ou nova regionalização de uma única meta já existente ou à inclusão, alteração ou cancelamento de um único Investimento Plurianual.

Destaque-se que, nos anexos III e IV do PLPPA, estão listados os denominados Investimentos Plurianuais Prioritários, sendo que o anexo III refere-se a investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e o anexo IV comporta os investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes.

Nesse contexto, esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLPPA 2020-2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se sete indicações de emendas, elaboradas pelos Senadores Mara Gabrilli, Otto Alencar, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha.

As indicações estão listadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda por esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Esse, Sr. Presidente, é o relatório.

Passarei, então, à análise do parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram apresentadas indicações de cinco emendas de texto, uma emenda de objetivo e uma emenda à despesa. Assim, as indicações de emenda à despesa foram apresentadas em número que se enquadra no limite de três emendas dessa modalidade reservadas à CTFC.

Importa consignar que a maioria das indicações atendem aos requisitos regimentais, isso é, exibem caráter institucional, ao manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, além de apresentarem interesse nacional. Porém, a Emenda 5 (emenda à despesa) – Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf, apesar do relevante mérito, não se enquadra nas competências desta Comissão.

Como não há limite à apresentação de emendas de texto, e as indicações apresentadas pela Senadora Mara Gabrilli e pelo Senador Rodrigo Cunha são de notável mérito, todas podem ser apresentadas por esta Comissão.

Sr. Presidente, passarei, após a análise, a proferir o voto.

Diante do exposto, votamos nas seguintes emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento:

a) pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, de todas as indicações de emendas de texto, a saber: Emendas 1, 3 e 6, da Senadora Mara Gabrilli; Emendas 4 e 7, de minha autoria, Senador Rodrigo Cunha;

b) pela apresentação ao PLPPA 2020-2023, por esta Comissão, da indicação representada pela Emenda 2, do Senador Randolfe Rodrigues;

c) pelo não acolhimento da indicação de emenda representada pela Emenda 5, pelas razões que já foram expostas.

Lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2019.

Senador Jorge Kajuru, como Presidente; e Senador Rodrigo Cunha, como Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Inicialmente, Presidente, e agora como Senador e Relator do projeto, eu o cumprimento por ter sido extremamente exímio e cirúrgico no seu relatório, que, de imediato, coloco em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo discussão, eu o coloco em votação.

Aqueles que aprovam o relatório do Senador Rodrigo Cunha permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O lote de emendas será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aprovado.

O lote de emendas será encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Cumprindo o dever como seu empregado público, devolvo agora a Presidência desta Comissão (CTFC) ao Senador Rodrigo Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Agradeço ao Senador Jorge Kajuru por assumir a Presidência e, antes de encerrar, submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 51 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 73ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2019, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia nove de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na população indígena, na passagem do Dia Internacional dos Povos Indígenas e da Marcha das Mulheres Indígenas. Participantes: Sônia Boné Guajajara, Liderança Indígena - representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB região Norte; Celia Xacriabá, Liderança Indígena - representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB região Leste / Sudeste; Cristiane Gomes Julião, Liderança Indígena - representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB região Nordeste / Leste; e Ana Patté, Liderança Indígena - representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB região Sul. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 74ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e sete minutos do dia doze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na reforma aprovada na Câmara dos Deputados e o papel do Senado Federal. Participantes: Vilson Antonio Romero, Assessor de Estudos Socioeconômicos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil – ANFIP; Diego Cherulli, Secretário-Geral e Diretor de Assuntos Parlamentares do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; Max Leno de Almeida, Supervisor Técnico da DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico; Maíra Custódio Mota Guiotto, Vice- Presidente da comissão de Previdência da OAB -RS; Valeir Ertle, Secretário de Assuntos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores - CUT Nacional; José Pinto da Mota Filho, Presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social – SBPS; e Narlon Gutierre Nogueira, Secretário-Adjunto de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e oito minutos. Após aprovação, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 75ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e quatro minutos do dia doze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na população negra e minorias. Participantes: Sérgio Laurentino, Representante do Bando de teatro Olodum e da Nova Frente Negra Brasileira- NFNB; Eduardo Januário, Professor e pesquisador; Beatriz Silveira, Advogada e Enfermeira; Lígia Margarida Gomes de Jesus, Presidente da Sociedade Protetora dos Desvalidos-SPD e diretora da Associação Renascer Mulher; Anna Karla da Silva Pereira, Representante da Frente Favela Brasil; Deputada Estadual Maria Olívia Santana, Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Vereadora Divaneide Basílio, Câmara Municipal de Natal Rio Grande do Norte; Marivaldo Pereira, Representante do Núcleo de Articulação Política-DF na Nova Frente Negra Brasileira- NFNB; Ieda Leal, Representante do Conselho Nacional de Direitos Humanos; e Tadeu Augusto Matheus, Diretor Presidente da Nova Frente Negra Brasileira - NFNB. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim e Jorge Kajuru. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e seis minutos. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 76ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia treze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Angelo Coronel e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Juíza Selma, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 22/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Judicialização contra o INSS e a garantia da Ordem Social". Participantes: Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE; Ana Carolina de Almeida Couto Tormes, Representante da Associação dos Peritos Médicos Judiciais; Ludmylla Mariana Anselmo, Defensora Pública Federal, representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais - ANADEF; Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra, Auditor do Tribunal de Contas da União e Secretário de Controle Externo na SecexPrevi da Previdência e Assistência Social; Adler Anaximandro de Cruz e Alves, Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, representante do INSS; Adriane Bramante de Castro Ladenthin, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário - IBDP; e Diego Monteiro Cherulli, Advogado, Professor Especialista em Direito Previdenciário e Assessor Jurídico da Federação dos aposentados do DF e ES. O Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Federal Rodrigo Coelho. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 78ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e cinco minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Jarbas Vasconcelos, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Juíza Selma, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Leila Barros, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Eliziane Gama e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Flávio Arns e Marcos Rogério. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco na Defesa da Previdência Social. Participantes: Vilson Romero, Diretor da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP; Paulo Lino, Presidente do Sindicato Nacional dos funcionários do Banco Central - SINAL; Celso Malhani, Representante da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – FENAFISCO; e Edson Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos servidores públicos aposentados e pensionistas - MOSAP. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 79ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim, Jorge Kajuru e Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Romário, Leila Barros, Fabiano Contarato, Zenaide Maia e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da septuagésima primeira a septuagésima oitava Reuniões da CDH. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1535, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à atenção ao adotado." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar, em repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras, o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência." Autoria: Senador Telmário Mota (PTB/RR). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda (Substitutivo) que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2017 - Não Terminativo - que: "Revoga o art.507 -B, da Consolidação das Leis do Trabalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n° 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a faculdade de empregados e empregadores firmarem termo de quitação anual de obrigações trabalhistas." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Projeto de Lei do Senado n° 361, de 2017 – Não Terminativo – que: "Altera o art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, para determinar que a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Projeto de Lei do Senado n° 44, de 2016 – Terminativo – que: "Altera a Lei n° 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão." Autoria: Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas n°s 1 e 2-CCT. Resultado: Adiado. ITEM 6 – Projeto de Lei do Senado n° 124, de 2017 – Terminativo – que: "Altera a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, para garantir às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senadora Zenaide Maia. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 7 – Projeto de Lei n° 2709, de 2019 – Terminativo – que: "Altera a Lei n° 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ”, para estabelecer regra transitória de reconhecimento da condição de pessoa com deficiência." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ). Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 – Projeto de Lei do Senado n° 253, de 2017 – Não Terminativo – que: "Revoga o §3° do art. 443 e o art. 452-A, e altera o “caput” do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto – Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, com a redação dada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar o trabalho intermitente." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Paulo Rocha. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 268, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 58-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para limitar a duração do contrato de trabalho a tempo parcial a 25 (vinte e cinco) horas semanais." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 97, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar as demandas da Comunidade LGBTI+ para o Congresso Nacional. Data para a Audiência Pública: 4 de setembro proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Eliseu de Oliveira Neto - Diversidade 23; 2. Paulo Lotti - Grupo de Advogados pela diversidade sexual; 3. Cláudio Nascimento - Rede Gay Latino; 4. Luma Andrade - UNILAB; 5. Ananda Putcha - OAB; 6. Toni Reis - Aliança LGBT; 7. Representantes da Aliança Nacional LGBTI+." Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). Resultado: Adiado. ITEM 11 - Sugestão n° 27, de 2017 - Não Terminativo - que: "Proibição de símbolos religiosos em repartições públicas" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Eduardo Girão. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Sugestão n° 27, de 2019 - Não Terminativo - que: "Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612)" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 13 - Sugestão n° 7, de 2019 - Não Terminativo - que: "Médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Favorável à Sugestão, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 14 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011 que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 15 - Sugestão n° 38, de 2019 - Não Terminativo - que: "Desarma as polícias legislativas e seguranças da Câmara, Senado e STF." Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição da Sugestão. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 16 - Sugestão n° 4, de 2019 - Não Terminativo - que: "Extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc" Autoria: Programa e-Cidadania. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 88, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater “Mortes de tripulantes brasileiros e as condições de trabalho em navios de cruzeiros”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 89, de 2019 que: "Requer realização de Audiência Pública para debater “Zumbi dos Palmares e grandes líderes mundiais”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 90, de 2019 que: "Requer realização de ciclo de audiências públicas para debater a Reforma Tributária" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 91, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater o “Enfrentamento à violência contra as mulheres”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 92, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater a “Redução na disponibilidade de medicamentos de alto custo”" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Humanos e Legislação Participativa n° 93, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater "As consequências do rompimento de barragens e como prevenir"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 23 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 94, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para debater sobre a "Situação dos imigrantes no Brasil"" Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 24 - Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa n° 98, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a "Teoria Monetária Moderna e o Estado de bem-estar social"." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS). Resultado: Lido; adiadas a discussão e votação. ITEM 25 - Projeto de Lei n° 1225, de 2019 - Não Terminativo - que: "Dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para oferta de serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. ITEM 26 - Projeto de Lei n° 3260, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ”, para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada." Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Lido o relatório; adiadas a discussão e votação. Às nove horas e quarenta e quatro minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Jorge Kajuru. Às nove horas e cinquenta e dois minutos o Senador Jorge Kajuru devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Às dez horas e quatorze minutos o Senador Paulo Paim passa a presidência ao Senador Paulo Rocha. Às onze horas e treze minutos o Senador Paulo Rocha devolve a presidência ao Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores e Senadoras Paulo Paim, Romário, Jorge Kajuru, Paulo Rocha, Leila Barros e Zenaide Maia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/15

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Declaro aberta a 79ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 71ª à 78ª Reunião desta Comissão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Secretaria da CDH recebeu documento de um cidadão que alega ter sido vítima de acidente com arma de fogo no exercício da profissão de Polícia Militar e denuncia seu desligamento ilegal da corporação durante o tempo que estava de atestado médico, bem como o desaparecimento dos autos do processo que move contra a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa da Mesa Diretora do Senado Federal nº 12, de 2019, o documento citado fica disponível na Secretaria desta Comissão para manifestação dos membros da mesma pelo período de 15 dias.

Findado o prazo, o documento será arquivado.

Neste primeiro momento, nós vamos abrir espaço para leitura de relatórios dos Senadores presentes.

Se não há projetos, vamos à leitura dos requerimentos.

Eu passo a Presidência...

Senador Kajuru, que nunca presidiu, convido V. Exa. a presidir neste momento.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Não. Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É fato, é real. Eu tenho de lhe passar a Presidência para eu ler alguns requerimentos que serão apreciados num segundo momento.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Isso é um privilégio. É para marcar a carreira. Sai Paim, entra Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso é porque ele é repórter de campo.

Com muita satisfação, passo a Presidência da Comissão de Direitos Humanos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Zenaide Maia, que já presidiu inúmeras vezes, está no Plenário. Eu faço o apelo aos outros Senadores: estamos esperando aqui a presença.

Permita-me, Senador Kajuru. Convido para estar aqui conosco os Senadores Jader Barbalho, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Luis Carlos Heinze, Mailza Gomes.

O Senador Flávio Arns não está aqui, porque está em missão externa. Eu assinei inclusive um requerimento dele.

Continuando: Alessandro Vieira, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, que já esteve aqui e deu a presença. O Senador Jorge Kajuru está presente. Sei que a Senadora Leila Barros está vindo. O Romário sei que está chegando. Convido ainda os Senadores Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Lucas Barreto. Convidamos também Eduardo Girão, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim.

O Romário está chegando, e a Senadora Leila chega neste momento para fortalecer o quórum. Muito obrigado.

Convidamos também Lasier Martins, Rose de Freitas, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Telmário Mota, Paulo Rocha, Marcos Rogério e Chico Rodrigues.

O Senador Romário já está chegando e pediu que o relatório que ele tem de apresentar seja feito em seguida.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Presidente, o senhor relacionou vários nomes. Há muitos que são Senadores turistas. Quinta-feira eles viajam. Como o Kajuru é bocudo, ele fala mesmo.

Vanderlan Cardoso, na quinta-feira, nunca vai estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Presidente Kajuru só vai ler o primeiro item. Em seguida, eu passo para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Romário, que sei que está em outra reunião, inclusive me representando porque eu teria de estar lá também.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Há uma notícia triste, Paim, que a gente registra aqui. Eu sei a dor do nosso ser humano raro, lindo, amigo e meu irmão, Senador Romário. Faleceu hoje a mãe do tetracampeão mundial, um jogador e também ser humano especial, companheiro e amigo do Romário, Bebeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É um dia triste. Em nome da Comissão, quero deixar a nossa solidariedade ao Bebeto, campeão do mundo, junto com o Romário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA – GO) – O item 16 trata da Sugestão nº 4, de 2019, e é não terminativo.

Agradeço o tamanho da letra, por causa da minha visão. Muito obrigado. Você é muito gentil.

ITEM 16

SUGESTÃO Nº 4, DE 2019

– Não terminativo –

Extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, CREA, CAU, etc.

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: pelo arquivamento da Sugestão.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tramitação: CDH.

Concedo a palavra, então, ao Senador Paulo Paim para fazer a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Esse projeto, na verdade, propõe a extinção da obrigatoriedade de pagamento da anuidade de órgãos como OAB, Crea, CAU e outros tantos.

A Consultoria do Senado fez um estudo detalhado.

Vou já para o final.

Não compete a esta Casa esse tipo de projeto. Alguns projetos são improcedentes. E, aqui, o argumento que é usado prova exatamente que não compete a nós dizer quem pode ser sócio ou qual deve ser o pagamento dessa ou daquela entidade.

Então, pelas razões expostas, que estão no documento construído pela assessoria, na forma do art. 102-E, parágrafo único, II, do Regimento Interno da Casa, eu me posiciono pelo arquivamento simplesmente da SUG nº 4, de 2019.

A intenção pode ser das melhores, mas ele tem de se dirigir ao órgão competente, não pode fazê-lo por uma lei que vá proibir as pessoas de se associarem ou não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – Srs. Senadores e Sras. Senadoras, coloco em discussão a matéria.

Alguém deseja discutir? (*Pausa.*)

Então, não havendo quem queira discutir, coloco em votação... (*Pausa.*)

Não há quórum, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – Então, oportunamente, faremos a votação.

Em virtude dos Senadores turistas, não há quórum.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Pela ordem.) – Presidente, bom dia!

Eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – Pois não, Senador Romário!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – ... a V. Exa. a inversão de pauta dos itens 25 e 26, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – Fique à vontade, Senador!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me dizer que fizemos aqui um acordo para facilitar essa tramitação, Romário, porque V. Exa. tem de estar na outra Comissão. Eu sei disso. Eu deveria estar lá, mas não posso. Então, combinamos da seguinte forma: volta para mim a Presidência...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – Sim!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... eu vou passar a palavra para o Romário. Em seguida, a Presidência volta para V. Exa., e nós vamos votar os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – No caso do pedido do Senador Romário, a gente tem de colocar em votação a inversão de pauta?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A inversão de pauta...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA - GO) – Vamos colocar em votação, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA – GO) – Em votação a inversão de pauta solicitada pelo Senador Romário.

Quem concorda permaneça como se encontra.

Permaneça como está, Senadora Leila! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. PATRIOTA – GO) – Eu devolvo a Presidência prazerosamente ao Senador Paulo Paim. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Senador Romário, vamos apreciar o item 25.

ITEM 25

PROJETO DE LEI Nº 1.225, DE 2019

– Não terminativo –

Dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para oferta de serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária e aos seus cuidadores não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: favorável ao Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CCJ.

A relatoria é do Senador Romário, a quem eu passo a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Senador Romário, apenas quero registrar a presença do sempre atuante Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem lembrado!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Para proferir relatório.) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 1.225, de 2019, de autoria da Senadora Mara Gabrilli.

A proposição pretende alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, acrescendo-lhe o art. 23-A. Tal dispositivo permite a criação, por território, de cadastro de voluntários, com dois objetivos. O primeiro é ofertar serviços e apoios às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência para o exercício de atividades básicas ou instrumentais da vida diária; o segundo é suprir intervalos de repouso, descanso, alimentação e necessidade de ausência temporária de cuidadores pessoais não remunerados ou atendentes pessoais não remunerados.

São modalidades de serviços e apoios voluntários a assistência doméstica, cuidados pessoais, manutenção residencial, provisão e preparação de refeições, acompanhamento em atividades dentro e fora da residência e transporte para atividades fora da residência.

Depois de analisada por esta Comissão, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça, que opinará de modo terminativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nossa opinião, é louvável a preocupação da autora do projeto com a assistência às pessoas com perda de autonomia funcional ou em situação de dependência de outrem para atividades básicas do cotidiano.

Atualmente, esses indivíduos são atendidos pela Política Nacional de Assistência Social por meio dos serviços de Proteção Social Básica no domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias e de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

Tais serviços representam um importante avanço do atendimento individualizado a pessoas com deficiência e a idosos, notadamente pela harmonia que guarda com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, recebida em nosso ordenamento com o *status* de norma constitucional, e pela Convenção Interamericana de Direitos dos Idosos, assinada pelo Brasil e em processo de ratificação.

Nesse sentido, a proposição visa, entre outros aspectos, fazer um convite para que a sociedade contribua com os cuidados e a atenção a alguns de seus grupos mais vulneráveis.

Voto.

Em razão dos argumentos expostos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.225, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria sai de pauta e será votada no momento adequado.

Senador Romário, ainda, com o item 26.

ITEM 26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 3260, DE 2019

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que "institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)", para permitir que mais de uma pessoa com deficiência habitando com a mesma família possa receber o Benefício de Prestação Continuada.

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

Tramitação: CDH e terminativo na CAS.

Concedo a palavra ao Senador Romário para a leitura do relatório.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ. Para proferir relatório.) – Vou direto à análise, que é bem curta, Sr. Presidente.

É regimental a análise da proposição pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, conforme os termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal. Tampouco se vislumbram óbices de juridicidade ou de constitucionalidade.

Estamos de acordo quanto ao mérito da proposição. Conforme a autora demonstra, trata-se, de fato, de direito personalíssimo. Ademais, sendo assim, não resta qualquer razão para que pessoas idosas e pessoas com deficiência não sejam tratadas da mesma forma, visto que sua proteção constitucional e legal é a mesma – porque são os mesmos os propósitos da Constituição Federal para ambos os grupos sociais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A atividade legislativa que procura reduzir as desigualdades sociais não pode, sob qualquer pretexto, eximir-se de fazer valer, para as pessoas com deficiência, os mesmos direitos de outros segmentos sociais vulneráveis. É esse o mérito da proposição, que chega já tarde, mas chega, afinal.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.260, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, a matéria sai de pauta.

Será votada no momento adequado.

Senador Romário, agradeço a V. Exa. e solicito que, se puder, justifique minha ausência. Sei que foi uma iniciativa inclusive sua. Esse é um projeto fundamental para a Comissão de Direitos Humanos, para que direitos humanos estejam nos bancos escolares, sendo também motivo de matéria.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Tentarei te representar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E me representará muito bem.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – ... da melhor forma possível.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tenho certeza absoluta. Eu diria aqui para o Brasil que V. Exa. me representa não só neste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Muito obrigado. Igualmente posso dizer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Obrigado, Romário. Grande Romário!

Agora, nós temos o item 12, da Senadora Leila Barros...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Não, eu queria só comentar sobre o voluntariado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Claro!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Quero parabenizar Mara Gabrilli e Romário pela sensibilidade, porque a gente já sabe que esse é um serviço exitoso em instituições.

Na Liga Norte Riograndense contra o Câncer, elas fazem um trabalho – digo elas porque quase 100% são mulheres – de chamar a atenção. Elas fazem parte daquele trabalho humano da alimentação e dos cuidados. Estender isso às pessoas com deficiência sem serem instituições, isso é um ato humano – viu Romário? –, diante de tanta coisa que a gente vê aqui. Como vemos botar o benefício de prestação continuada para continuar com um quarto na Constituição... Então, quando a gente vê pessoas tão preocupadas com isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem lembrado.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu digo porque eu sou médica, no Onofre Lopes há o serviço voluntário. Alguém vai perguntar: "Por que precisa de um projeto de lei?". Senão, confirmar-se-ia um vínculo empregatício. Se você vai todo dia naquele horário, contrata e tudo... Então, se não houver a lei autorizando esse tipo de serviço, será um vínculo empregatício – se é que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda existe. Depois do desmonte da CLT, essa história de vínculo empregatício ficou longe da gente.

Então, parabenizo o Romário e parabenizo a Mara Gabrilli e todos que têm esse olhar diferenciado com as pessoas com deficiência. Esta sociedade tem uma dívida grande porque a maioria das deficiências deixaria de existir se o Estado como um todo... "Eu sou um cadeirante, mas, se aonde eu vou eu tenho acessibilidade, aquilo deixou de ser limite para mim". Se todos os meios de comunicação abrissem a janela de Libras e botassem a tradução, eles também não teriam mais esse tipo de problema.

Nós temos um projeto de lei – eu não sei se já chegou aqui, Kajuru – que obriga as instituições comerciais a botarem as informações dos produtos, preço e tudo, em Libras... Não, em braile...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Em braile.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – ... ou outras tecnologias assistivas que a gente tem hoje. Lá na Câmara, eu não consegui, mas aqui eu já resgatei e já quero pedir o apoio de todo mundo...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – E terá!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – ... porque, inclusive, o comércio – as pessoas reclamam para mim, é uma população que vai consumir – não mostra o mínimo interesse. Está aqui uma pessoa que é até funcionário nosso da gráfica, porque ele precisa levar alguém para ler, para dizer o preço. Então, depende de uma terceira pessoa. E a sociedade pode, sim, tirar essa barreira das pessoas.

Parabéns, Romário; parabéns, Mara Gabrilli, por essa sensibilidade!

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – A senhora se referiu ao gráfico do Senador Paulo Rocha, não é isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Ao gráfico do Senador Paulo Rocha.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu só quero aproveitar a oportunidade que foi... Primeiro, agradeço as palavras aqui da Senadora Zenaide, que realmente tem sido uma das grandes guerreiras na luta contra a discriminação, contra o preconceito e contra a falta de respeito aos menos favorecidos, principalmente as pessoas com deficiência. Senador Paim, ganhamos uma guerreira, feliz por isso, não é? (*Risos.*)

A gente que, no começo do mandato, com a vinda da Senadora Mara Gabrilli e do Senador Flávio Arns, nós quatro fazíamos parte diretamente dos quatro Senadores que a princípio iríamos encabeçar essa bandeira, mas aí chegou a Senadora Zenaide, o nosso grande Kajuru... Da Leila não preciso dizer diferentemente. E eu tenho certeza de que o nosso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Paulo Rocha e o Paim já estavam aqui.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – ... Paulo Rocha também coloca essa bandeira na mão e mostra que, se todos estiverem juntos, a gente pode fazer grandes coisas para o nosso País.

E uma das nossas obrigações aqui neste Senado, em relação a essa previdência que chegou aqui, uma das coisas importantes que a gente vai ter que mudar, e não só carimbar, é em relação ao BPC; isso é uma coisa importante. Peço a ajuda de todos vocês, aonde eu tenho ido eu tenho falado isso. É um absurdo o que estão querendo fazer em relação ao BPC. A gente está falando de valor...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Duzentos e quarenta e três reais.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Não são nem R$250.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Duzentos e quarenta e três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – Constitucionalizar isso realmente não podemos deixar. Aproveito esta oportunidade para pedir para lutarmos juntos para desfazermos isso.

Muito obrigado a todos.

E eu tenho que agora ir para uma outra comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Romário.

Eu tenho certeza absoluta de que o Senado não vai se omitir. Eu diria até que nós não estaríamos à altura do Senado da República se nós deixássemos uma questão como essa ser colocada na Constituição, que nunca foi colocada. Agora dizem: "Não, nós mexemos no BPC", mas, no fundo, pioraram, porque eles engessam. Agora, o Romário lembra muito bem, em duzentos e...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS – RJ) – E quarenta e três.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em R$243. É uma questão de honra de todos nós...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só um minuto, eu concluo e passo para a senhora. Sem problema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu hoje publiquei um artigo e a *Folha* divulgou "O Senado em xeque", que é aquilo que vocês disseram: ou o Senado vai carimbar o que a Câmara mandar para cá, ou vai dizer que ele existe. Só me permitam, rapidamente: MPs, como há agora a 881,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já estão dizendo que querem carimbar, estão dizendo que querem carimbar! É uma outra reforma trabalhista.

Dois: a Emenda 95 carimbaram só; a reforma trabalhista carimbaram só. E agora, a da previdência, nós só carimbaremos? É por isso que o Senado está em xeque...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – É melhor fechar o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eles têm lá, se eles têm na Câmara 380 votos – estou arredondando um ali –, eles têm 380 votos.

Esta Casa se cansou, Senador Romário, e nós todos somos prova – e quem está nos assistindo –, de aprovar emenda à Constituição em dois turnos numa noite! Numa noite! E não foi nem uma nem duas, acho que uma dezena! E eu estava aqui e participei, inclusive.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – E eu assistia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, se houver acordo, volta para a Câmara, a Câmara aprova, e se promulga. Agora, querer simplesmente carimbar...

Há outras questões gravíssimas: pega professor, pega o pessoal das aposentadorias especiais... Eles vão ficar 20 anos sem salário. Mineiro, 20 anos sem receber nada, porque não pode mais trabalhar 15 anos no chamado "subsolo" da mina, e não pode trabalhar. Metalúrgico também. Metalúrgico pega 15, 18 anos.

Então, o que for absurdo, só o que for absurdo, nós temos que olhar com carinho e cumprir o nosso papel.

Por isso, Senador Romário – meus parabéns por estar liderando –, essa é uma questão, para mim, que nós não podemos... Eu sempre repito isto: não dá para dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma de Pôncio Pilatos: "Não sei, não vi, crucifiquem Jesus". Agora, o crucificado é o povo. E, nesse caso, as pessoas com deficiência.

Meus cumprimentos mais uma vez.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - Estou junto aí. Sou aí o seu escudeiro nessa peleia.

A Senadora Zenaide pediu a palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) - Eu queria só lembrar, quando falou no benefício de prestação continuada, Kajuru, que o Senado Flávio Arns, na CAS, uns 60 dias atrás, a gente aprovou que essa renda *per capita* familiar passaria para três quintos, que hoje seria quinhentos e poucos reais. E eu gosto de lembrar dando um exemplo: conheci não só uma família, que era a mãe, que cuidava da pessoa com deficiência, mas tinha dois filhos a mais. E um completou 16 anos... Eles vinham para mim porque eu era Secretária de Saúde e médica. Completou 16 anos, um aluno aplicado, e conseguiu uma bolsa, um estágio, de R$400. E ele não podia receber, porque, se adicionassem os R$400, passaria dos duzentos e poucos reais por pessoa na casa.

Eu considero isso cruel, porque é uma mãe, e a maioria já desiste da vida profissional para cuidar do seu filho, e você ainda engessa, condena a família toda, porque, se ela aumentar um salário mínimo... Eu já acho que deveria ser um salário mínimo *per capita*, mas tudo bem: vamos para três quartos.

Aí, o filho não pode estagiar... Quer dizer: a chance de ele conseguir um emprego maior, que substitua tudo... Isso, até para quem defende só o capitalismo selvagem, é contraproducente, porque é uma família que poderia abrir mão, mais tarde, desse benefício de prestação continuada. Mas, se você impede os membros que não têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma deficiência de crescer, é quase impossível você sair dessa condição de miséria absoluta.

Então, coincidência ou não, na hora em que a gente apresentou na CAS, logo em seguida apareceu... Que, aliás, é assistência social; não é aposentadoria. Não sei por que está numa reforma de previdência. Mas eu acredito também que a gente, como ele, eu ouso dizer: vocês vão só carimbar?

E eu procurei ver o porquê dessa pergunta. Aí vi: terceirização plena; Emenda 95, que congelou os recursos para saúde, educação e segurança pública por 20 anos; o desmonte da CLT, e agora nós vamos deixar... Está aí a 881. Só tivemos três votos na Comissão, viu, Paim? Espero que as pessoas acordem, porque o repouso do domingo... Eu tenho a impressão... Porque a maioria dessas pessoas se diz defensora da família. Leila, eu fico meio descrente, porque isso aqui... Isso não é momento de a gente dizer esquerda, direita, centro.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Claro.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Isso aqui é o povo brasileiro, isso é uma lei que não era para se comemorar nem agradecer, "estou feliz porque estou neste momento...". Eu tenho certeza de que nós estaremos felizes porque não vamos permitir que se massacrem aqueles mais carentes e vulneráveis deste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Senadora.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO. Pela ordem.) – Presidente Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Em seguida a Senadora Leila.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Ah, desculpe, Senadora Leila. Eu sei que também a Senadora Leila vai querer participar, e o Senador Romário saiu por isto: nós temos agora, no horário das 10h da manhã, reunião sobre aquela situação trágica vivida pela equipe da Chapecoense...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Você também vai. E eu tenho que estar lá, até porque fui convocado pelo Silvio Luiz, narrador esportivo, pelo meu irmão José Luiz Datena...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB – DF. *Fora do microfone.*) – E está prescrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Está prescrevendo, então há uma reunião agora, na Comissão de Relações Exteriores. E a nossa reunião, o Senador Paulo Paim e eu estávamos aqui desde 9h da manhã, mas houve um atraso na nossa reunião, eu compreendo o atraso dos senhores e das senhoras, mas eu só queria fazer um pedido, Presidente, porque, Senadora Zenaide, V. Sa. foi muito compreensiva, como sempre, com aquela questão das doenças raras, que é um projeto de lei que eu apresentei para que se amplie o teste do pezinho, e assim acontecendo, Senador Paulo Rocha, a gente poderia evitar 58 doenças raras. Do jeito que está no Brasil hoje, você não atinge nem seis doenças raras, porque o teste do pezinho no Brasil, hoje, é desastroso.

E o requerimento foi feito, já foi aprovado. Nós poderíamos aqui agora, Presidente Paulo Paim, se possível, marcar o dia da audiência pública solicitada pela Senadora Zenaide, já com as pessoas convocadas. Entre as pessoas, está uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jornalista, mãe do Theo, que até gravou um vídeo que eu exibi na CAS, não sei se alguém aqui lembra do vídeo que eu apresentei. Ela é apresentadora do Bom Dia Minas, da Rede Globo, a Larissa. E a Rede Globo, muito gentilmente, liberou-a para estar aqui presente, e ela faz questão, porque ela, Presidente Paim, já perdeu o filho dela, que se chama Theo – eu o conheci pessoalmente –, porque o menino não fala e não anda, e perdeu os neurônios, em função do teste do pezinho.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA. *Fora do microfone*.) – Em função da ausência do teste.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Em função da ausência do teste, perfeitamente. E ela, Senador Paulo – eu fico arrepiado –, fala assim: "Eu, Kajuru, já perdi o meu Theo, agora, eu estou preocupada é com milhões de Theos no Brasil e com milhões de mães no Brasil que ainda podem recuperar os seus Theos".

E o Ministro Mandetta se mostrou muito sensível com esse projeto, mesmo alegando questões financeiras, que vai aumentar, mas ele quer abraçar essa causa. Então, eu não sei se é possível a gente aqui, hoje, marcar o dia dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos marcar agora.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Como ela é jornalista da Globo, ela precisa do dia certo para se liberar, porque ela é apresentadora de um programa estadual em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu tenho duas datas que vocês podem escolher: 10 de setembro é uma data que está vaga, é uma terça-feira, um dia bom; ou dia 23, uma segunda, pela manhã.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Dez de setembro é a audiência da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu sei, mas eu vou dizer o porquê de estar vago.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – ... geral lá da reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso. Eu estarei lá, mas eles presidem aqui se assim entenderem. Como lá é o dia inteiro... Lá é o dia inteiro, é da manhã à noite, e nós vamos alongar aquilo lá. Vai começar às 9 horas e não vai terminar antes das 10 da noite. Se depender de mim, não termina, eu quero debater o tema, e assim vai ser nas comissões também. Não adianta terem nos colocado um ou dois dias, eu vou todos os dias para lá. Nós vamos levar o tempo necessário, vamos discutir como se tem que discutir a previdência. E, como vai da manhã à noite e nós podemos nos revezar aqui na Comissão, se for o caso, vocês podem escolher o que for melhor para vocês: 10 de setembro, que é uma terça, ou 23 de setembro, que é uma segunda.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Vamos 23?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vinte e três.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Vinte e três é segunda?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É. É o ideal, porque é tevê ao vivo, não é?

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – Pode ser 23 então?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Fica já acertado – o requerimento está aprovado – dia 23, às 9 horas da manhã.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA – GO) – O.k., muitíssimo obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k.?

Vamos em frente então.

Senadora Leila.

ITEM 12

SUGESTÃO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Revogação da Lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei 12612)

Autoria: Programa e-Cidadania

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

Observações:

Tramitação: CDH.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, já me antecipei: eu gostaria de retirá-lo de pauta e já me comprometer a, na próxima reunião, ler o relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Retirado de pauta.

Senador Kajuru, V. Exa. tem que sair agora?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – É, preciso ir lá na da Chapecoense.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, em homenagem ao Kajuru, o Paulo Rocha assume a presidência agora para a leitura dos requerimentos.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu!

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu também estou indo lá para a audiência da Chapecoense.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está bem.

Passo a presidência neste momento ao Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Dando continuidade à nossa reunião de deliberação, vamos ao item 15.

ITEM 15

SUGESTÃO Nº 38, DE 2019

- Não terminativo -

Desarma as polícias legislativas e seguranças da Câmara, Senado e STF.

Autoria: Programa e-Cidadania.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela rejeição da Sugestão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Tramitação: CDH.

Trata-se de uma matéria da qual o Presidente Paulo Paim é o Relator.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim como Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Olha, eu avisei o pessoal lá da pauta que eu sou Relator de muitos projetos. São aqueles projetos que eu encaminho para muitos Senadores e voltam para mim! Dizem: "Esse projeto é problema!" Este é um deles.

Eu vou resumir aqui. É uma SUG, é uma boa iniciativa. Mas o que propõe essa SUG? Propõe que façamos uma lei proibindo os policiais aqui da Casa de andarem armados – não podem, em nenhuma hipótese, andar armados.

Não compete a mim fazer uma lei e debater isto, se eles podem ou não podem andar armados. Daqui a pouco vou ter que decidir também quem vai andar armado em cada estabelecimento, vai haver uma lei para cada setor. Então, devido a isso, e conforme a assessoria aqui do Congresso, embora seja boa a intenção do cidadão, baseado no art. 102-E, parágrafo único, II, do Regimento Interno, votamos pela rejeição da SUG 38, de 2019.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a gente deixa em pauta para ser votado quando houver o quórum necessário.

Item 14, que tem como Relator também o Senador Paulo Paim.

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2011

- Não terminativo -

Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Deputado Marçal Filho (MDB/).

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Relatório: Pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3-PLEN ao PLC 130 de 2011.

Com a palavra o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Esse é um daqueles projetos que a história traz para o nosso palco. Este projeto aqui, da Câmara, nº 130, de 2011, nº 6.393, de 2009...

Este aqui eu não vou ler porque sei de cor todo o argumento.

Vejam o absurdo que acontece neste País. Sabem o que diz este projeto? O projeto não é meu, é do Marçal Filho. Ele só diz que a mulher, na mesma função, com a mesma atividade – se quiser, como diz o outro, botamos até idade – tem direito a receber o mesmo salário.

Vamos dar um exemplo. Os dois trabalham lá numa empresa, na recepção. Os dois têm a mesma atividade, a mesma função, o mesmo tempo de empresa: têm que ter o mesmo salário. Não tem jeito de aprovar! E todo ano este Congresso, no dia 8 de março, se não me engano, faz homenagem às mulheres, mas não aprova uma lei como esta. Isto aqui está, inclusive, na Constituição, mas, como a Constituição não é cumprida, o que eu faço? Aliás, o Marçal fez, eu sou o Relator. Eu repito o que está na Constituição e digo: "Não cumprindo, há multa." Não tem jeito de aprovar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, as mulheres do Brasil todo, se puderem me ajudar, comecem a dizer: "Chega de fazer sessão de homenagem para as mulheres. A melhor forma de homenagear as mulheres é aprovar uma lei como esta." Não é minha, não é de minha iniciativa, não é nada, eu só dei o parecer favorável. Às vezes tem aquele viés político: "Vamos deixar o Paim aprovar que ele capitaliza com as mulheres." A minha vida, de 40 anos aqui, é com trabalho, por isso é que sempre volto. Vou para 40 anos de mandato!

Mas este aqui é o absurdo do absurdo. Aí, entram com requerimentos... Mandaram até para a Comissão de Infraestrutura. Outra hora mandaram para a Comissão de Reforma Agrária. Passou pelas comissões mais absurdas que se pode imaginar para não permitir que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Exercendo a mesma função...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só isso. E já está na Constituição.

O Marçal, de forma muito competente e inteligente, Deputado Federal, lá em 2008, repito, 2009... Então, eu simplesmente reafirmo... Porque já foi para o Plenário, voltou do Plenário, jogam para as comissões, fazem emendas, eu rejeito as emendas porque não têm nada a ver as emendas, e reafirmo o projeto original, que já veio da Câmara dos Deputados.

Vamos dar visibilidade, vamos fazer um esforço para ver se, no dia 8 de março, a gente não vá lá só homenagear as mulheres. Eu quase sempre pergunto: "Pessoal, dá para aprovar aquele projetinho?" Lamentavelmente...

Então, eu estou rejeitando e serão votadas no momento adequado as emendas que fizeram, que são só para não permitir que o projeto seja aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Como o Senador Paulo Paim diz, Paulo... São dois Paulos na mesa. É vergonhoso! Já diz a Constituição que é igual, mas essa resistência só faz provar que realmente existe uma discriminação. Por exemplo, as mulheres, mesmo em carreiras em que são aprovadas em concurso público... Nos cargos de poder, se olhar Supremo, os Tribunais Superiores, no que não depende de concurso, eles tiram o direito da gente, a gente é tratada como minoria, quando, na verdade, a gente é mais de 50% da população.

Então, nós vamos correr atrás disso, para não ser só mais um aniversário da Lei Maria da Penha, só mais um Dia Internacional da Mulher e só mais um Outubro Rosa, que, apesar de ser relacionado ao câncer de mama, é como se vestir rosa e tudo ficar resolvido. Nós vamos pegar isso e vamos... Eu vou pedir as Lideranças para a gente botar como presente do Dia Internacional da Mulher, na semana em que se comemorar, a aprovação de leis que nos dão direitos... Ninguém está inventando a roda. Em muitos países já há obrigação, como Suíça, Suécia e Islândia, não só no Congresso, não só nas magistraturas, mas também na iniciativa privada. Entendeu? E só assim...

Eu acredito que, se você tem mais de 50% de mulheres e uma representação de menos de 15%, é claro que a população não está representada; está sub-representada.

Eu vou ficar de olho neste projeto de lei. Passe para mim que eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Nós estamos falando para a TV Senado. Eu queria registrar, já que ela disse que os dois Paulos estão aqui, uma coisa: eu faço parte dessa geração, eu e o Paim somos dessa geração. Costumo dizer que nós somos de uma geração sacrificada, mas nós somos de uma geração vitoriosa. Mas, no momento que estamos vivendo no nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

País, pelo que nós ganhamos na história, é um momento... Já houve momentos nunca vistos, mas este momento...

E o que é pior, Paim, é que os caras ganharam... A elite brasileira sempre ganhou com golpes, usando armas, usando outros instrumentos, como por exemplo, a cor vermelha do PT. Não deixaram a gente ganhar em 1989, por causa da cor vermelha do PT; deram o golpe militar em 1964 por causa dos comunistas que estavam tomando conta do País. Sempre há algum argumento, mas ganharam agora tudo em nome de Deus. Então, essas maldades que estão fazendo são todas em nome de Deus. Brasil para todos, e Deus acima... Não sei. Mas temos de prestar atenção, porque os ataques vêm de todos os lados.

Olha, pessoal, no início dos anos 1900, os trabalhadores começaram a lutar, para ganhar a sua dignidade dentro da fábrica, pela jornada de trabalho. Trabalhávamos por 12 horas, por 14 horas, por 16 horas. E a grande luta, nas décadas seguintes, foi pela jornada de trabalho como bandeira principal. Avançamos, criamos instrumentos como as centrais sindicais na época, como a COB. Depois, veio o fortalecimento dos sindicatos etc. Varamos, como se diz – este é um termo do meu interior –, a década de 30, já com um poder sindical muito forte. E foi um ditador, em 1943, que consolidou as leis do trabalho, produto dessa luta. E está lá um compêndio – a CLT é um compêndio – de leis que o ditador foi obrigado a colocar numa legislação, porque nós já havíamos conquistado, na relação entre capital e trabalho, os chamados acordos. Então, tudo que está na CLT foi produto dessa luta, que apenas se consolidou.

Depois, avançamos muito com as bandeiras democráticas na Constituição de 1946. Avançamos muito já com governos democráticos, como o do próprio Getúlio e depois o do Juscelino, quando avançamos muito mais. Foi na década de 60 que a gente consolidou outra central sindical chamada CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), quando avançamos mais ainda. Avançamos, inclusive, na luta pela terra etc.

Aqui, já na nossa geração – eu estava ainda nos corredores do Congresso pressionando os nossos Constituintes, e o Paim, que veio do chão da fábrica, já era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituinte –, nós transferimos aquilo que estava na legislação ordinária para a Constituição brasileira, colocando um conjunto de ganhos e de avanços importantes na Constituição brasileira, no estatuto maior do arcabouço jurídico do nosso País. Houve avanços, por exemplo, nos direitos das mulheres trabalhadoras. Elas não tinham direito sequer à aposentadoria, ao salário maternidade etc. Foi ali, nessa luta, que isso ocorreu.

Com esse golpe, agora, o Governo que aí está quer acabar com tudo, está acabando com essa luta que veio desde 1900! A CLT está sendo vilipendiada e detonada item por item! E está dando um drible nos instrumentos legais, no que pode ser resolvido, como é o caso da Medida Provisória 881. Como eles não passaram na chamada reforma do Temer, eles estão vindo via medidas provisórias.

Pessoal, pasmem! Eu falei o nome de Deus, porque eles estão querendo acabar com o descanso de domingo, em que o próprio Deus descansou. Quando ele trabalhou a semana toda...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Descansou no sétimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ele descansou no sétimo dia. Estão acabando com isso, com o repouso aos domingos! Isso é grave!

Isso é grave! E o mais é que, como todos que vêm para cá se elegem em nome do povo, essa proposta lá está passando por 380 votos dos Deputados e Deputadas, que foram eleitos em nome do povo e que querem representar o povo ali, dentro dos 513!

Nós já fomos minoria aqui em outros tempos, principalmente nos grandes ataques também a direitos e à nossa soberania. No período de oito anos do Governo de Fernando Henrique Cardoso, nós éramos minoria, mas nós nos suplantamos. Com o quê? Com a movimentação das ruas. Não há outro jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O funcionalismo – estes, inclusive, que nos assessoram aqui – também está com os ganhos ameaçados. Mobilizem-se! Pressionem os seus chefes, porque os nossos direitos de conquistas de séculos estão sendo detonados, ameaçados.

Mas o nosso povo brasileiro é lutador, é gigante e está já reagindo: a nossa juventude, através da reação da educação, e agora as mulheres. Só para...

Quando nós éramos muito jovens, nós vínhamos às ruas... Eu dirigi lá do Pará tantos ônibus que vinham para cá, 10, 15, 20 ônibus, e comandava para trazer a nossa companheirada para cá para pressionar os nossos Constituintes. São 52 horas. Vieram duas mil mulheres nossas do Pará, que, com certeza, estão voltando dentro dos ônibus, com 52 horas pela frente para voltar para casa.

Mas o emocionante, o bonito disso tudo, Zenaide... Ontem eu me meti no meio da caminhada, como todos nós. E a mulherada é de emocionar. O nosso povo, a nossa gente... Jovens de 15, 16, 20 anos... Eu fiz questão de tirar uma foto porque vi aquela companheira ali se arrastando com uma bandeira grande na mão. Era uma senhora de 73 anos, Paim, acreditando que é esta a forma de mudar o nosso País, é esta a forma de conquistar aquele País com que sempre sonhamos: um Brasil para todos em que a gente possa viver com dignidade e com felicidade.

Então, eu queria homenagear essa nossa resistência aqui com essa senhora. Eu nem perguntei o nome dela de tanto que ficou aquele sentimento, mas tenho uma foto registrada no meu celular da senhorinha de 73 anos, forte, com bandeira na mão representando a Margarida, que foi uma companheira... Aliás, nós fomos colegas da Margarida. No início da construção da Central Única dos Trabalhadores, a Margarida era uma dessas lideranças que foi assassinada exatamente porque ela lutava pela dignidade das mulheres.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocá-la em pauta quando houver quórum para o processo decisório. (*Pausa.*)

Zenaide, você é uma dessas grandes mulheres que estão aqui ajudando os homens a resistirem também neste processo de luta.

Obrigado, companheira, pela sua presença na nossa bancada.

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 88, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater "Mortes de tripulantes brasileiros e as condições de trabalho em navios de cruzeiros"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Por incrível que pareça, a gente já fez no passado esse tipo de audiência e temos que fazer novamente. Havia parado, voltou o assassinato de homens e mulheres que trabalham como tripulantes em navio de cruzeiro.

Esse é objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em votação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não pode. Será votado com o número adequado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Será votado no momento adequado, quando houver quórum. Nós precisamos de quórum.

Ainda de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 18

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 89, DE 2019

– Não terminativo –

Requer realização de Audiência Pública para debater "Zumbi dos Palmares e grandes líderes mundiais"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Com a palavra o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. Para encaminhar.) – Essa é uma iniciativa dos movimentos sociais, que nos procuraram para que a gente lembre aqui, num momento de tanto ódio e de tanta agressão, figuras como Mandela, como Gandhi, como Zumbi, como Tiradentes e como tantos outros que amavam a liberdade, a justiça e a igualdade. Grande parte deles foi assassinada. Mandela não, mas ficou 27 anos no cárcere.

Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, então, vai para a votação quando houver quórum.

ITEM 19

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 90, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de ciclo de audiências públicas para debater a Reforma Tributária

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Concedo a palavra ao autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Rapidamente.

Primeiro, disseram que a reforma trabalhista resolveria tudo – não sei se vou rir ou chorar –, mas só aumentou o desemprego. Disseram depois que a reforma da previdência resolveria tudo, agora eles estão dizendo que não era bem assim, que a previdência não vai resolver nada – e não vai mesmo, todo mundo sabe. Mas, como eles acham que já está votada, veio a reforma tributária. Vai sair uma meia-sola – brasileiros e brasileiras, cobrem-me no amanhã! Todos os anos em que eu estou aqui dentro entra a discussão de uma reforma tributária. Saem remendos, meia-sola, porque aqui – como diz o outro – é uma briga de gigantes. Não é como agora, em que é uma covardia de quem tem maioria em cima do trabalhador, ele vai pagar toda a conta, foi na trabalhista e vai ser também na previdência.

Aqui, não, aqui entra o mercado, entra o interesse tanto dos empresários como também do setor financeiro, entra uma disputa de gigantes, Estado por Estado. Aqui eu pago para ver sair uma reforma decente; decente é progressiva, social, republicana

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e não uma reforma em que o povo mais uma vez... Aí não dá, não tem o que tirar do povo.

Eu passei ontem aqui um pequeno documentário – eu diria dessa forma –, foram nove minutos, dizendo que a miséria aumentou covardemente no nosso País, passei aqui na Comissão: 13 milhões de pessoas vivem com R$3 por dia. Paga-se o que com R$3? Um pão de queijo, dois pães de queijo, três pães de queijo? Pãozinho desse tamanho! E aí, a água, a luz e onde morar, comer e remédio, enfim? São 13 milhões! Depois há quem diga que no Brasil não se passa fome. Tente viver com R$3 por dia!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – E há mais o seguinte, Paim, nós fomos desapeados do poder, porque nós estávamos construindo o Estado social, e não um Estado socialista, como acreditamos que pode ser o melhor Estado; um Estado social. E uma reforma tributária que vá ao encontro desse Estado social tem que ser assim: quem tem muito paga muito; quem tem pouco paga pouco; quem não tem recebe.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E não como é hoje, em que são os bens de consumo imediatos da população que mais pagam.

Senadora Zenaide...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu quero comentar aqui sobre a reforma tributária, porque normalmente até há essa discriminação em relação à mulher: muitas vezes, quando chegamos ao Parlamento – não desmerecendo nenhuma comissão, porque todas são de importância fundamental –, nunca acham que nós mulheres podemos discutir tributos, orçamentos. Então, existe uma reforma tributária que não está aqui sendo apresentada, mas que vêm tentando o Fenafisco e o Sindifisco Nacional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A Anfip está nisso. Então, eu lá, como tinha dificuldade de apresentar, eu pedia audiências públicas como Deputada, na Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres. E eu fui questionada: "Isso era para ser em outra comissão". E eu disse: "E por que não pode ser na Comissão de Mulheres? Alguém entende mais de economia do que as donas de casa? Eu não conheço ninguém!".

Então, eu queria dizer o seguinte: essa tributação da gente é cruel. Eu disse, inclusive, ao ex-Deputado Hauly: "Eu quero ver se vocês vão fazer solidária". Quero dizer como é a tributação no País: é muito cruel. Eles botam 50% dos impostos hoje, dos tributos, no final, na cadeia de consumo, ou seja, o que a Zenaide Senadora paga de tributos numa lata de leite ninho é o mesmo de quem ganha o salário mínimo.

Quando os países veem as pessoas, e não só números, e não só bancos, botam no máximo 26%. Os próprios países que mostram aqui como exemplo, como Estados Unidos... Eu estou falando não só da Europa, que tem uma visão bem maior de gente... Então, o que acontece?

Segundo, o Brasil pouco sabe sobre uma lei de 1995 – do povo, eu estou falando –, da época, eu acho, de Fernando Henrique Cardoso. Lutou-se para não se tributarem lucros e dividendos. Ou seja, eu fiz um levantamento, juntamente com Flávio Arns, porque, como a gente está discutindo o Fundeb, porque para mim era para ser a pauta prioritária deste País constitucionalizar o Fundeb, porque, senão, no próximo ano, ninguém terá educação básica, gente.

Então, o que acontece? Hoje, no País, há 19 mil brasileiros, ou brasileiras, pessoas físicas, mas acionistas de grandes empresas, Paulo, que recebem mensalmente R$350 mil por mês, e pagam zero de Imposto de Renda, por causa dessa lei de 1995. Então, se se for falar em reforma tributária, eu quero saber se já vão tirar isso daí, que dá 120 bilhões/ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por exemplo, o comércio e a indústria tinham que estar apoiando a gente. Eles dizem que a carga tributária é alta, mas está no lugar errado. E é justamente para o consumidor que atrapalha a compra.

Então, só dizer às mulheres que, quando a gente fala em tributos, orçamento, é como se a gente fosse excluída disso, mas é que eu estou de olho nessa reforma e vou atrás de saber como isso vai funcionar.

Outra coisa: tabela progressiva. Como é que alguém que ganha dois mil e poucos reais vai pagar Imposto de Renda? Isso não é renda, gente! Isso é salário para sobreviver. Aí, o que ganha cinco mil e poucos reais paga 27,5%, e quem ganha cem paga os mesmos 27,5%, quando existem países como o Japão, milhares de países, inclusive os Estados Unidos... Aqui era para ser a partir de cinco salários mínimos. Quem ganhasse até cinco salários mínimos não pagaria imposto de renda.

Não é renda: é sobrevivência. E não tem lógica. Não estou falando nem de quem não paga nada – não é, Paulo Paim? –, esses 19 mil; estou falando de quem paga, ganhando 200 mil, 27,5%, o mesmo que um trabalhador que ganha menos de R$100 mil paga.

Então, se não mudar isso aí, pode inventar, maquiar com imposto A, imposto B, só um imposto que não vai mudar nada. Não vai mudar nada!

Então, eu quero dizer que eu estou aí, nessa audiência pública, viu? Porque eu quero mostrar... A gente vai discutir isso.

Por isso que se diz que a reforma tributária... Se fosse a solidária, Paulo Paim, não tenha dúvida de que é muito mais importante do que... A gente sabe que, por exemplo... Essa reforma da previdência, pelo contrário: ela vai acabar com a economia dos pequenos e médios Municípios, porque...

Hoje eu estava vendo o *Valor Econômico*: a indústria está abarrotada de material, porque não vende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu vi também.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Gente, pode desidratar, pode fazer o que quiser.

Em Medicina, quando você é desidratado, você ainda tem músculo. Mas há o caquético, que é aquele que perdeu toda a proteína, nem músculo tem. Quando eu era residente médica, não há tempos muito remotos, em 1991, recente, sabe quanto era a mortalidade infantil? A média, no Brasil: quase 50%. A cada mil crianças que nasciam, 50 morriam de morte evitável. Ou seja: desnutrição.

Eu acho interessante: as pessoas têm que... Por isso que eu quero que fale de Zumbi dos Palmares, que eu quero que fale de Tiradentes, porque a gente precisa dar visibilidade.

Em 1991, a mortalidade infantil... Eu era médica residente, e mais de 60% dos leitos de pediatria dos hospitais públicos eram ocupados por criança com desnutrição grave, marasmo e kwashiorkor. Marasmo é aquele magro todo, e o kwashiorkor é aquela criança que, aparentemente era gordinha, mas não comia proteína ou a mãe dava o mingau de farinha com água. Ou então botava uma colher de leite, e a proteína não era suficiente. Gente, isso em 1991!

Vamos dar visibilidade, porque eu costumo dizer: se não der visibilidade, se não fosse essencial mostrar à população, há refrigerante que não faria propaganda a cada cinco minutos, porque todo mundo já conhece.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não havendo quórum, a matéria passa para a reunião em que houver quórum para a aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 91, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater o "Enfrentamento à violência contra as mulheres"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Tem a palavra o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) - É um pedido de novo das mulheres brasileiras, pessoal. Vejam bem, a violência contra a mulher, covardemente, aumenta todos os dias. E quem bate, quem mata normalmente faz parte do seu círculo de convivência: ou companheiro, ex-companheiro, marido, ex-marido, enfim. É um absurdo! Se continuar assim, nós vamos ter que fazer audiência em defesa da vida das mulheres todos os dias, porque essa política de ódio que plantaram neste País que aumentou, aumentou. A palavra amor parece que é proibido falar, falar de respeito, carinho, direitos iguais, caminhar junto, falar em direitos humanos.

Eu vi um Governador de um Estado – e pior que eu vi, não é? Eu estava assistindo –, de um Estado grande, onde mataram seis crianças, seis crianças, atiraram de helicóptero de cima para baixo, seis morreram – não estou aqui acusando ninguém –, dizer que essa história de políticas humanitárias é coisa de militante que não tem o que fazer. A que ponto chegamos neste País!

Às pessoas que estão nos ouvindo aqui agora eu quero aproveitar para dizer, como Presidente desta Comissão, vejam ali: quantos nomes nós temos ali: 32. Está sendo na quinta-feira pela manhã pela vontade da maioria, a ampla maioria que está ali é que decidiu: "Vamos trabalhar para mostrar que a gente vota quinta de manhã".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quinta passada foi um parto – desculpa a expressão; eu falo parto porque é uma coisa carinhosa, não é –, foi uma peleia para assegurar a votação.

Houve uma votação equivocada em que a maioria no Plenário perdeu, eram dois projetos meus, mas foi erro de encaminhamento e eles perderam. Eu pedi inclusive para rever a votação, num gesto, entendo eu, porque eu vi que foi encaminhamento errado. Como eu não estava presidindo – eu não podia presidir, mas o culpado não foi o Presidente –, se equivocaram no encaminhamento e votaram errado. Eu tinha ganhado. O que eu disse? "Olha, eu percebi que não é essa a vontade da maioria lá no Plenário. Eu acho que houve um erro aí de encaminhamento". Os senhores que estão aqui sabem. Suspendi para que eles voltassem atrás e pedissem vista, pediram vista para votar hoje e hoje não estão aqui.

Eu acho que essa parceria que a gente mantém democraticamente, independente de direita, centro, esquerda, quem é Governo, quem não é Governo, tem que ser mantida. Não dá para ter ali 32 e a gente não consegue botar a metade mais um no Plenário.

Então, é o apelo que eu faço é para o bom senso. Ou a gente caminha... Olha, eu estou há tantos anos nesta Casa e algumas pessoas confundem e acham que um projeto votado aqui não vai para outras Comissões. Todo projeto votado aqui vai para outras Comissões. Não tem como! Não para aqui. De qualquer jeito irá, e o debate vai continuar lá na frente. Então, eu faço um apelo: vamos votar. E é democrático: perder ou ganhar faz parte da vida e digo isso para eles. Não importa que são meus. Claro que os meus – e você e a Zenaide são relatores de diversos – são muitos nas políticas humanitárias, todos têm um olhar humanitário, todos.

Então, não adianta falar para fora uma coisa, na hora fazer acordos e não cumprir. Diversas vezes eu tirei de pauta a matéria, mas o certo era pedir vista. "Dá para tirar de pauta?" Eu digo que não tem problema, mas não dá para ficar eternamente tirando de pauta. Estou falando numa boa, respeitosamente, e faço um apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também nós podemos ter opções: aqueles que não querem efetivamente ficar na Comissão a gente troca. A gente fala com o Presidente da Casa, abre-se a vaga e a gente indica outro.

Enfim, isso aqui não merece mais nem comentário. É uma vergonha neste País a forma como agem com as mulheres, a Zenaide falou muito bem. Não é minoria, é a maioria. Estamos brigando aqui para ter direitos iguais. E aqui é combater a violência em relação às mulheres.

Eu queria...O Paulo me passou aqui agora que o Samuel está aqui presente. Samuel foi assessor de um grande Senador desta Casa, o Senador Requião. Samuel foi um grande assessor em todos os sentidos. Sei que hoje você não pode falar porque não é audiência pública. Mas eu queria registrar a sua presença e aproveitar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, era isto o que eu ia falar: dia 31 vai haver um grande evento no Rio Grande do Sul. Depois, já que passarem essas ditas reformas, eu queria ver se a gente consegue convocar – convocar, diga para ele – o grande ex-Senador Requião, para ver se ele poderá estar lá. Vai ser uma reunião que a gente está promovendo em que queremos reunir todas as frentes. Temos a Frente da Soberania, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, a Frente Todos pelo Brasil, a Frente pela Petrobras. Então, nós estamos fazendo esse evento no Rio Grande e queria que vocês já, aqui de público estou passando, porque pela internet, de uma forma ou de outra, pela TV Senado, as pessoas ficam sabendo. Enfim, eu aproveitei o nome do Requião porque me lembrei de você, mas esse é o requerimento. Depois a gente combina lá na Comissão de que tenho orgulho de fazer parte, a das mulheres, que você preside, que a Zenaide preside.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria passa para a audiência, quando da aprovação, quando houver quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 21, também de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 92, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater a "Redução na disponibilidade de medicamentos de alto custo"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Esse acho que é melhor até a Dra. Zenaide falar.

A denúncia que a gente recebe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Com a palavra o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só a primeira parte.

... é a de que medicamentos de alto custo, cada vez mais, estão desaparecendo daquele espaço de medicamentos gratuitos. O cidadão não pode pagar e é obrigado a entrar com uma ação na Justiça para se manter vivo, porque aquele papel que o Estado fazia de garantir ao alcance do cidadão esses remédios de alto custo está desaparecendo.

Senadora Zenaide, algum comentário? Se não, faremos na audiência. Virá o Ministério da Saúde...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou falar. Não é só de alto custo. Nós estamos vivendo um grave problema neste País. Vem-se desinvestindo no Instituto Bio-Manguinhos, na Fiocruz, e nós estamos com deficiência de vacina antirrábica.

Estou procurando aqui. Houve um ato comunicando aos Estados que o Ministro da Saúde – por exemplo, o Rio Grande do Norte precisava de quase 1 milhão de vacinas para animais, vacina antirrábica –, ele já comunicou que vai haver menos 300 mil doses. Eu olhei aqui, é uma portaria que passa até despercebida, ninguém diz nada sobre isso. Deixe-me mostrar aqui: do dia 6 de junho, publicou já isso, porque diz que os laboratórios não estão em condições de fabricar soro antiofídico... Eu quero dizer que o mês de agosto é um mês da reprodução das cobras, como a gente diz, então, as escolas da maioria dos Estados não estão fazendo mais passeios com as crianças, porque não há soro antiofídico.

E a gente sabe que o Governo Federal, o Ministério da Saúde cancelou os contratos com quem... Por exemplo, a Fiocruz já foi um dos maiores produtores de vacina da América do Sul. Então, eles retiraram os recursos, e sai 30% mais barata essa produção, e fizeram um contrato emergencial, e esse povo não está entregando.

O País está sem segurança com o soro antiofídico – cuidado com as picadas de cobra, de escorpião! – e com a vacina antirrábica. A raiva é uma doença que a gente considera que não tem cura. Não tem cura, é quase 100%, existe uma história que alguém sobreviveu, mas eu não vi. Eu fiz pós-graduação em doenças infecciosas, e a gente lidava com isso aí.

Mas o Governo, há um ato do Ministério agora, de 6 de junho, mostrando, e ninguém, a mídia não mostrou isso para ninguém. Podem olhar no Ministério. Eu vou passar para vocês, porque passaram para mim. No Rio Grande do Norte, todo mundo está apavorado: você não vai vacinar os cães, os gatos. Vai tirar R$300 mil só do Estado do Rio Grande do Norte, e ele está justificando que é porque os laboratórios não têm condições de entregar. Claro, desinvestiram nos laboratórios públicos, e eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm condições. Eles fornecem esses insumos – vacinas, insulinas (NPH e regular) – 30% mais baratos do que os laboratórios privados. Esse contrato foi cancelado, e fizeram um contrato emergencial mais caro 30%, e esse povo não está dando conta, porque era a Fiocruz e o Bio-Manguinhos que faziam isso – fora um laboratório em Minas Gerais e outro no Ceará.

Então, é algo para que a gente tem que chamar a atenção da população: como é que você reduz? Nós estamos aí com a volta do sarampo, de tudo. Lembra a febre amarela, diziam que a dose podia ser fracionada? Não sei por quantos anos eu aprendi que é só uma dose, e que não precisa repetir em dez anos. É conversa, tem que ser a dose e com dez anos.

É claro que eu não dei visibilidade a isso até para não apavorar a população, mas a verdade é que o Brasil não tem soro antiofídico para quem precisar; a verdade é que o Brasil hoje não tem vacina antirrábica para vacinar todos os seus animais, evitando assim uma doença como a raiva, que é fatal.

Então, isso aí que você mostrou, imagine medicamento de alto custo, tem que judicializar. Ontem na CAS eu votei a favor, mas eu questionei. V. Exa. estava lá, Senador Paulo Paim?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Um projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estava na CCJ.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Um projeto de lei do Senador Styvenson, ele era o Relator, permitindo que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhador pudesse usar o fundo de garantia para pagar o ensino superior, fazer uma faculdade, e para custear algumas cirurgias, doenças que o SUS tivesse negado.

Eu disse o seguinte. É importante chamar atenção do Governo que quem é dono do fundo de garantia é o trabalhador. Agora, é mais uma coisa que se está fazendo. Você quer segurança pública, compre armas e se defenda. O Estado brasileiro, que era responsável pela segurança pública, não é mais. Você não quer morrer, trabalhador, tire seu fundo de garantia para fazer uma cirurgia que você precisa, porque é um direito de todos e um dever do Estado brasileiro a saúde. Você quer ter um nível superior, você cuide em tirar seu fundo de garantia para pagar uma faculdade.

Então, é nesse nível que a gente está vivendo. E queria deixar claro aqui que não é questão de esquerda, direita ou centro. Isso é uma questão de povo brasileiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sobrevivência.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não podemos ficar tão distantes da população. Aí eu falo da Marcha das Margaridas. Quando me perguntam: "De que você se orgulha?" Eu digo: "De ver uma nordestina com a mão calejada, ou seja, de qualquer região, trabalhadora rural, que, mesmo ganhando menos do que um salário mínimo, mesmo sendo discriminada, ela tem coragem de levantar a mão e ter lado, ter opinião. Muitos se omitem por coisas bem menores.

Então, eu queria chamar atenção para esse ato do Ministério da Saúde do dia 6 de junho, porque nós não temos o suficiente. E não é porque não tem animais para vacinar, porque é tudo baseado na vacinação do ano anterior e mais uma percentagem que se cria; é porque não tem, não investiram em que produzia as vacinas e hoje está faltando para a população brasileira. E o soro antiofídico também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem. Tudo isso vamos debater na audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Paulo Paim, eu queria agregar a essa questão do custo do remédio uma coisa que está a olhos vistos nas ruas brasileiras: a questão das farmácias.

Eu não sei de onde tem tanto doente para poder manter o mercado das farmácias que existem no Brasil. Lá na minha cidade, na capital, Belém, a cada quarteirão, tem no mínimo duas, três farmácias. Eu acho que nós devíamos tomar uma iniciativa de investigar. Não sei como, se é o Cade, mas sinceramente não vejo um mercado para isso aí. Tem algum interesse por trás disso que não é só a venda de remédio, mesmo no alto custo que está colocado aí.

E mais, essa questão do alto custo do remédio, eu queria dar uma sugestão aqui de nome, porque eu acho que há um processo com uma integração entre os grandes laboratórios e aqueles que traçam os remédios, etc. Porque tem remédio no Brasil, conforme condições... Nós temos matéria-prima na minha querida Amazônia, matéria-prima para tudo quanto é remédio que combate as piores doenças: câncer, glaucoma, para tudo. É a nossa biodiversidade da Amazônia.

O laboratório Merck, um laboratório alemão... Lá na Amazônia há uma planta, Zenaide, chamada Jaborandi. É uma erva, mais ou menos dessa altura, que dá muito naquela região do sul do Pará, em torno ali de Marabá. Pois bem, ali se montou um esquema, inclusive clandestino, que nós apelidamos lá... Os trabalhadores rurais começaram a deixar de trabalhar na roça para serem os folheiros, como eles chamavam, para catar folha de jaborandi para vender clandestinamente para alguém que era intermediário do Merck, porque essa folha do jaborandi era uma matéria-prima fundamental para o tratamento de glaucoma em um remédio produzido pelo laboratório Merck.

Na nossa Amazônia, no Brasil, nós temos condições de produzir todo e qualquer remédio para tratar das doenças do nosso povo e não teria esse alto custo de remédios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria saber se a gente não consegue que o Dr. Lair Ribeiro possa participar deste debate aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já tomamos nota.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Ele é um que mete o dedo na ferida nessa questão dos grandes laboratórios e desses remédios que são automaticamente receitados e não tem talvez nenhuma eficácia maior no combate àquela doença.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está assegurada a indicação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O jaborandi é usado muito da cosmetologia também, em xampus, condicionadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A Amazônia tem tudo, inclusive, para fazer as mulheres mais belas. A planta do dendê é muito usada para a produção de cosméticos.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só para dizer que eu já encontrei aqui.

A Nota Informativa nº 51, de 2019, do Ministério da Saúde: "Os principais laboratórios produtores de imunobiológicos no Brasil estão com capacidade produtiva reduzida para atender as demandas dos Estados brasileiros". Foi afetada a produção de soro antirrábico, de soro antiveneno e de vacina antirrábica também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, a matéria vai para a reunião de aprovação quando do quórum...

ITEM 22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 93, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater "As consequências do rompimento de barragens e como prevenir"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

Com a palavra o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Rapidamente, não é preciso nem lembrar Brumadinho e Mariana, mas é no Brasil todo. Há denúncias que chegam aqui de trabalhadores que vivem perto de barragens, o que é quase que uma área de terror, quando aquele alarme toca anunciando o que pode acontecer.

Então, eles pediram que a gente faça uma audiência pública de visão humanitária em relação ao rompimento das barragens.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria vai para a reunião de aprovação quando do quórum.

ITEM 23

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 94, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública para debater sobre a "Situação dos imigrantes no Brasil"

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o autor.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Calculem, como a gente mostrou ontem, que 13 milhões de brasileiros vivem em estado de miséria absoluta aqui no Brasil. Falei que vivem com R$3 por dia, o que dá R$90 por mês. Calculem a situação dos imigrantes, como estão vivendo aqui, no nosso País, na maioria dos Estados, numa situação de miséria absoluta, absoluta, vivendo em abandono... As igrejas é que os estão acolhendo de uma forma ou de outra. E foi uma sugestão, inclusive, de missionários que eu faça um debate aqui sobre a situação desesperadora dos imigrantes no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Você tem que ter cuidado com o Presidente, porque ele já decretou que o próximo Estado a ser invadido pelos imigrantes é o Rio Grande do Sul, do qual você é o grande representante, porque a chamada esquerdalha, como ele chama, pode ganhar lá na Argentina e vai expulsar todos os argentinos para o Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Serão bem-vindos, podem ter certeza. A parceria ali é grande e, como o Macri vai perder lá, eles não vão precisar vir. Vão ter, de novo, uma política decente lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria vai para a reunião de aprovação quando do quórum.

ITEM 24

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 98, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a "Teoria Monetária Moderna e o Estado de bem estar social".

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Paim, você inovou nisso.

Teoria moderna?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deve ser uma teoria de exploração, então, né?

Com a palavra o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para proferir relatório.) – Na verdade, Paulo Rocha, trata-se de uma série de economistas que têm uma visão que eles chamam de moderna para o Estado de bem-estar social do Brasil. Eles querem apresentar aqui, na Comissão de Direitos Humanos, um projeto de nação, já que nós não temos projeto de nação. Todos vocês sabem disso aqui. Quem está me ouvindo ou me vendo sabe disso. Nós não temos projeto de país, de nação, de um olhar para toda a nossa gente, para todo o nosso povo. E esses economistas mostrarão aqui, nesse projeto de teoria monetária moderna, como gerar emprego, como distribuir renda, como assegurar caminhos de saúde e bem-estar social para toda a nossa gente. Eles se dispuseram a apresentar aqui essa proposta e fizeram questão de que fosse na Comissão de Direitos Humanos, e aqui, então, nós faremos esse debate. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria vai para a reunião quando do quórum para aprovação das várias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

matérias que hoje tiveram seus relatórios lidos e, portanto, estão preparadas para a aprovação quando do quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso ler o relatório só, se você permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A última matéria da pauta é um requerimento do Senador Flávio Arns, que quer colocar uma matéria extrapauta em discussão. O Senador Paulo Paim também, por ausência do Senador Flávio, subscreveu a matéria, e é a quem eu passo a palavra para a relatoria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De forma simplificada, o Senador Flávio Arns quer uma audiência pública, no que eu assino embaixo, para debater o tema "Pessoa com Deficiência: Realidade, Desafios e Perspectivas", com atenção à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltiplas, que é festejada, comemorada e lembrada todos os anos entre os dias 21 a 28 de agosto, a chamada Semana da Pessoa com Deficiência. Ele propõe uma série de convidados para esse debate, o que eu daria aqui por lido, porque nós teremos uma reunião que vamos construir de acordo com os Senadores. Podemos até combinar.

Eu quero dizer que, quando eu falei aqui, quando me perguntaram, poderíamos até trocar o dia, porque, se alguns Senadores entendem assim, embora tenham decidido por maioria que o melhor seria na quinta, nós poderíamos trocar. Poderíamos achar um outro espaço mais fácil, porque alguns falam que têm que viajar na quinta.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria chamar a atenção para isso também, porque eu vou procurar ver... Nós temos três vagas ali, mais duas, a gente já aumentou muito, mas cinco vagas em uma Comissão de uma importância fundamental como esta?!

Eu queria chamar a atenção de todos os Senadores que aqui é uma das Comissões em que vai haver debates sobre a reforma da previdência, a PEC 06.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Por decisão tomada ontem na CCJ.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – A CCJ tomou essa decisão e vai haver. Então, é uma Comissão...

O Kajuru, fui eu quem disse a ele – ele tinha esse requerimento – que havia vaga. Não tem lógica ter, pois esta é uma Comissão que... Tipo um administrador de empresas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – Por exemplo, Presidente, eu e a Zenaide gostaríamos de ser efetivos, já que os efetivos não vêm. Nós somos dois suplentes, Zenaide, não sei se você sabe.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Eu sei, mas você sabe que eu nem presto atenção...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – São os suplentes mais titulares da história.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Suplente, subsuplente... O que eu quero saber é que tenho que falar, dizer e participar.

Desde o início, eu sempre digo: não tem lógica. Eu vou falar e ver de quem é este grupo parlamentar em que há três vagas, fora que há alguns Parlamentares que nunca vieram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – PA) – É isso daí.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Há alguns Parlamentares que não vieram aqui, provavelmente por causa do dia. Então, seria o caso de conversar sobre isso. Deem uma sugestão, mesmo que seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correndo de uma para a outra. Eu acho que talvez a terça-feira, que não é tão aperreado, como se diz, em que a gente corre menos, seria melhor do que a quinta, Paulo, porque estou vendo que a gente já está no mês de agosto, e, realmente, há dificuldades. Estou aqui com esse projeto de lei que garante às pessoas com deficiência a reserva de duas vagas gratuitas no transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo. Eu já fiz a leitura, não tenho dúvida de que é um dos projetos que a gente, passando por aqui, vai aprovar em Plenário, porque tirar direitos das pessoas com deficiência para todo o Brasil olhar é mais difícil do que se pensa – e é por isso que tenho a minha esperança sobre essa PEC, que muita gente diz que é o conto da morte anunciada e que o Senado só vai carimbar. Eu tenho esperança e trabalho com cada um dos colegas mostrando que o Brasil espera que a gente faça diferente dessa vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Antes de passar a Presidência para o titular da Comissão, eu quero só registrar aqui que as audiências públicas aqui relatadas, para quando da aprovação, estão abertas para os vários Parlamentares indicarem, conforme os seus interesses, os convidados das audiências públicas aqui propostas.

Com a palavra o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Paulo Rocha lembra muito bem. Todos os requerimentos que chegam por demanda da sociedade são lidos, mas a prioridade é para os Parlamentares, inclusive para indicar os painelistas, enfim, os convidados.

Eu tinha ajustado com uma série de juízes e também com o Ministério Público do Trabalho que eu fizesse aqui uma pequena leitura das preocupações deles em relação à Medida Provisória 881, que foi votada ontem lá na Câmara dos Deputados e vem para o Senado – ela está chegando hoje, hoje à tarde provavelmente ela vai estar no Plenário do Senado. Essa medida provisória está criando uma preocupação enorme, eu diria, tanto naqueles que atuam no campo do Direito como também nos trabalhadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e trabalhadoras. É um texto pequeno, de que eu vou fazer a leitura aqui: "Viemos nós sociedade organizada alertando a tempo que a MP 881 é uma crueldade para os trabalhadores com seus direitos sociais e trabalhistas. Chocou o próprio mundo jurídico tanta ousadia numa medida provisória."

Diga-se, de passagem, que ela chegou a ter aqui, no Congresso, mais de 50 artigos, aprovada numa Comissão Mista... Chegou aqui, se eu não engano, com...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Só teve três votos contrários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Exato.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Eu, Margarida Salomão e outro lá... O resto achou que era uma maravilha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Que era uma maravilha.

Ela volta para a Câmara. A própria Câmara acha que é um absurdo aquilo ali que estavam fazendo e retirou em torno de 30 artigos, mas ficaram 22.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Os 22 são cruéis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E os 22 ainda têm uma série de maldades.

Vejam o absurdo a que nós chegamos: uma Comissão Mista, composta de Deputados e Senadores, aprova uma medida que a própria Câmara depois reconhece que é um absurdo. É uma irresponsabilidade que eu nunca vi. E assim está passando muita coisa neste Congresso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente, quero tentar ser rápido aqui.

O texto que foi aprovado na Câmara de Deputados por acordo foi reduzido de 53 para 22 artigos. Olhem bem. A Comissão Mista aprova, quase que por unanimidade, com três votos contra, e depois retiram...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E já tinham retirado pelo menos 50 itens. A gente conseguiu retirar na Comissão Mista, porque eles iam...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, havia mais de cem!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eles iam extinguir Crea, OAB, Conselho Regional de Medicina, Anvisa. Isso é a liberdade econômica para eles.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sim, tudo isso. Vai aparecer tudo aqui. Cipa, tudo isso.

Enfim, reuniram lá na Câmara e chegaram ao entendimento de que aquilo que foi construído por Senadores e Deputados é tão absurdo, que eles tinham que retirar a maioria dos itens. Muita coisa ruim saiu, mas é preciso que o Senado agora faça a sua parte e reduza o estrago.

Eu não vou ler tudo, mas, entre os pontos retirados pelo Relator, estão: direito civil em contrato de trabalho e remuneração – e aí avança –; transporte (anistia e documento único); fim do adicional de periculosidade para *motoboys*... Veja o absurdo a que chegam, mexeram até nisto: mototaxista. O pessoal vive em alto risco todos os dias, e acabavam com a periculosidade deles. É muita coisa, mas o Relator manteve no texto ainda o seguinte: trabalho aos domingos, a MP libera trabalho aos domingos e feriados... Só estou lendo o título...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Contratos por tempo indeterminado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Tudo isso está aqui ainda.

Vejam bem. Como disse o Paulo Rocha, domingo é o único dia que o trabalhador tem para descansar. Agora libera-se. Eles resolveram, e agora vai ter que trabalhar e acabou.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É até questão de cristianismo. Tanto cristão...

Entre as propostas mantidas, ainda estão: dispensa de alvarás prévios de funcionamento para médias e pequenas empresas prestadoras de serviço – não tem que ter alvará, pode montar, fazer, tudo bem e tocar como bem entender –; carteira de trabalho digital; sistema que permite que os médicos do SUS emitam receita digital de remédio – não vejo grande problema –; trabalho aos domingos...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Receita digital?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É, está aqui, até isso está aqui. Eu acho que não era para medida provisória colocar que daqui para a frente pode-se fazer isso. Eu queria saber o que tem a ver com medida provisória receita digital.

Enfim, em resumo, eles pedem que a gente faça um apelo ao Plenário para que essa MP não seja votada e que se faça um novo debate, amplo, ouvindo-se a sociedade, ouvindo-se juristas, ouvindo-se juízes, para não terminar, de novo, uma MP como essa barrada no Supremo. O ideal seria que, como vai vencer o prazo no dia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

27, ela caísse, como a gente diz, que terminasse o prazo... É deixar cair, e vamos debater em cima de um projeto de lei.

Samuel, você que não está mais aqui, nós éramos felizes e não sabíamos! (*Risos.*)

Permitam-me dizer isso. Ninguém imaginou que iria acontecer o que está acontecendo hoje neste Congresso e neste País.

Vamos em frente.

Eu queria só fazer, para terminar, um apelo a todos os Senadores e Senadoras. A gente conseguiu dar o quórum. O apelo é para que a gente se reúna na semana que vem. Repito que, se quiserem mudar o dia, para mim, não tem dia; para mim, pode ser sexta, sábado e até domingo. (*Risos.*)

Não, domingo não pode. Foi só para fazer uma provocação.

Agora, pode ser sexta, pode ser quinta, pode ser quarta, pode ser terça, pode ser segunda. Eu estou aqui. Eu sou pago para trabalhar, e meu lugar é no Congresso. Então, fica este apelo que faço a todos: escolham o dia, e eu estarei aqui. E vamos votar! Ganhar ou perder faz parte. "Mas, Paim, há muito projeto seu que eu vou votar contrariamente". Vote contra, não há problema nenhum. Na outra Comissão, eu continuo fazendo o debate. O que não pode é ter receio de votar, mas cada um tem o direito de ter sua posição, favorável ou contrária. Então, fica o apelo aqui.

"Ah, mas há uma pauta aqui que tem 15 projetos que mexem na CLT, a maioria são seus". E daí? Vamos votar. Vota-se, cada um assume a sua responsabilidade. Eu assumo a minha. Apresentei o projeto, faço a defesa e me submeto ao voto.

Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A vida é cheia de escolhas. Você está sempre tendo que escolher...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Cada escolha uma renúncia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – Escolher e assumir a responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS – RN) – E tem que ter argumento para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso.

Agradeço a todos.

A semana que vem vai ser intensa em matéria de previdência. Vamos ter audiências públicas na CCJ todos os dias e aqui também, conforme agenda.

Está encerrada a reunião de hoje.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 81ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quatorze minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença do Senador Eduardo Girão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Paulo Paim, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 58/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "O corte no orçamento para realização do Censo 2020 e a simplificação do seu questionário". Participantes: Cimar Azeredo Pereira, Diretor Adjunto da Diretoria de Pesquisas; Maria Vilma Salles Garcia, Coordenadora Operacional dos Censos; Claudio Crespo, Técnico do IBGE e ex-diretor de Pesquisa; Luanda Chaves Botelho, Coordenadora do Núcleo Sindical da ASSIBGE/SN e da Campanha Todos Pelo Censo; e Wânia Sant´Anna, Vice-Presidente do Conselho Curador do IBASE. Fazem uso da palavra os Senadores Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 82ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia vinte de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Flávio Arns, Leila Barros, Paulo Paim, Telmário Mota, Maria do Carmo Alves, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e Trabalho", com foco nas aposentadorias especiais e pensão por morte. Participantes: Adriane Bramante de Castro Ladenthin, Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP; João Rodrigues Filho, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde – CNTS; Selene Barboza Michielin, Professora - Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; e Fabiano dos Santos, Coordenador Geral em Exercício da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União - FENAJUFE. Faz uso da palavra a Senadora Zenaide Maia. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Zenaide Maia

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 83ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia vinte de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Jarbas Vasconcelos, Flávio Arns, Leila Barros, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Telmário Mota, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Lasier Martins, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 53/2019 - CDH, de autoria Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP) e outros. Finalidade: Debater sobre: "A acessibilidade nos produtos de linhas branca e marrom". Participantes: Naziberto Lopes de Oliveira, Idealizador do Movimento pelo Livro e pela Universidade Acessíveis - MOLLA; Marco Antônio Nunes Bastos, Chefe de Divisão de Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e Bens de Consumo do Ministério da Economia; Denise Lucia Braga Melo, Presidente da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais - ABDV; José Jorge do Nascimento Junior, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos - ELETROS; Justino Bastos Pereira, Representante da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais – ABDV; e Rodrigo Abreu de Freitas Machado, Coordenador-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Faz uso da palavra o Senador Styvenson Valentim. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Styvenson Valentim

Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/20

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 84ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2019, SEXTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa [SEM PRESENÇAS DE MEMBROS]. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Marcelo Castro, Vanderlan Cardoso, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Juíza Selma, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Leila Barros, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Marcos Rogério e Chico Rodrigues. A reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CDH, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS). Finalidade: Debater sobre: "Previdência e trabalho", com foco na proposta da reforma da previdência. Participantes: Chico Vigilante, Deputado Distrital e Diretor de Assuntos Parlamentares do PT/DF; George Alex Lima de Souza, Diretor de Assuntos Parlamentares da SINDIFISCO; Luiz Gonçalves Bomtempo, Secretário Geral da UNAFISCO; Naiara Moraes, Advogada e Professora; Luiz Antonio Colussi, Vice Presidente da ANAMATRA; Clovis Scherer, Representante do Dieese; Luiz Roberto Pires Domingues Júnior, Mestre em Economia na Área de Previdência; Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT; Wilson Pereira, Presidente da CONTRATUH; Vladimir Nepomuceno, Assessor e consultor de entidades sindicais e Representante da Insight Assessoria Parlamentar; Clodoaldo Nery Júnior, Contador - Economista e especialista em Direito Previdenciário; João Cardoso, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal; Iridiani Seibert, Membro do Movimento de Mulheres Camponesas -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MMC; Gláucio Diniz de Souza, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil associado à ANFIP; Rodrigo Britto, Membro da Direção Nacional da CUT e Presidente da CUT Brasília; e Josiane Jacob Saboia, Profissional da área da Saúde. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. O presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1- Solicitar notas taquigráficas desta Audiência Pública. 2- Remeter ao relator da PEC 06/2019 e à presidente da CCJ as notas taquigráficas, link do vídeo e apresentações dos palestrantes. 3- Realização de audiência pública com a participação do TCU e da ABERT. Resultado: Audiência Pública realizada em caráter interativo, mediante a participação popular por meio do Portal e-Cidadania (http://www.senado.leg.br/ecidadania) e do Alô Senado (0800 61 22 11). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Declaro aberta a 84ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A audiência pública será realizada nos termos do Requerimento nº 1, de nossa autoria e de outros Senadores, para debater previdência, com foco na proposta da reforma que está em debate na Casa.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo pelo Portal e-Cidadania, *lin*k www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Primeiro, eu peço desculpas pelo atraso a todos os nossos convidados. Eu tinha de falar no Plenário. Além de fazer um pequeno balanço do que foi o ciclo de debates lá na CCJ, em que fiquei do início ao fim, e que não precisarei fazer aqui agora, eu tinha de falar do que está acontecendo em matéria do meio ambiente no Brasil. Não tinha como não falar, e falei durante 30 minutos. Por isso me atrasei. E justifiquei inclusive a minha saída porque, além de ter dentista hoje, eu tenho problema de voo. Mas fiquemos tranquilos que faremos o bom debate com todos os convidados sobre esse tema.

Por que nós fizemos esta audiência pública hoje? Porque terminou o debate lá, mas, ao mesmo tempo, a própria Simone Tebet, que percebo está muito tranquila... Claro que cada Senador tem seu ponto de vista, e eu respeito, mas, ao mesmo tempo, ela disse: "Paim, se aqui não der para concluir, para que todos possam falar, a Comissão de Direitos Humanos é uma extensão deste espaço".

E vocês não se preocupem, porque muitos Senadores que estavam lá não são diferentes dos que estão aqui agora. Ontem terminamos eu e o Presidente da Comissão; a última Mesa praticamente fomos nós dois. Claro que o Relator ficou quase todo o tempo lá. Não vou dizer que não, porque ele ficou. É muito importante este momento.

E o Relator anunciou pelo menos de ontem para hoje que ele pediu mais um tempo para seu relatório, pediu mais cinco dias para seu relatório. É um dado positivo, porque havia quem já tinha anunciado que ele apresentaria hoje o relatório; agora ele pediu mais alguns dias.

Eu espero que a gente continue... Todas as entidades que lá falaram – muitas estão aqui hoje, inclusive – pediram muito que desse tempo para o debate. Eu estou pedindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos duas sessões temáticas; uma está assegurada, que será no dia 10 de setembro. Mas eu digo que podem fazer na segunda, na terça, na quarta, se quiserem, mas é importante que todos os Senadores sejam convidados.

Disse no Plenário, repeti ontem na Comissão e repito aqui: não há um Senador que conheça, de fato, a reforma da previdência. Um, e eu me incluo, porque a cada dia – o Vladmir sabe disso, porque ele também é um estudioso da matéria – tem uma novidade. Os técnicos me trazem: "Paim, você viu isso? Viu aquilo?" Digo: "Não. Isso não tinha visto". Então, ninguém domina essa reforma.

E na Câmara, quando se votou, deve ter tido muito disso também. Mas a Câmara sempre fica na expectativa de que o Senado faça a revisão, que eu espero que aconteça e que a gente não só bata carimbo como aconteceu em muitos casos.

De imediato, porque vocês é que têm de falar, vamos para os nossos convidados.

Eu convido, de imediato, o Deputado Distrital e Diretor de Assuntos Parlamentares do PT-DF, Chico Vigilante. (*Palmas.*)

Se der problema no meu voo, quero tranquilizar todos; todos que estão inscritos vão falar pelo tempo permitido, porque outro Senador me substituirá na hora que eu tiver de pegar o voo. Mas eu acredito que vai dar tempo, tranquilamente.

Obrigado, Chico.

Luiz Gonçalves Bomtempo, Secretário-Geral da Unafisco, seja bem-vindo! (*Palmas.*)

Naiara Moraes, advogada e professora, por favor. (*Palmas.*)

Luiz Antonio Colussi, Vice-Presidente da Anamatra. (*Palmas.*)

Clóvis Scherer, representante do Dieese. (*Palmas.*)

Jorge Alex Lima de Souza, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco. (*Palmas.*)

O tempo, pessoal, conforme combinado, é de dez minutos com mais cinco. Eu entendo que dá para fazer. Ao chegar aos 10 minutos, a campainha toca, mas cada um terá mais cinco.

Comecemos então.

O Jorge Alex Lima de Souza me disse que está com problema de voo. Se ele precisar, a gente coloca ele logo após o Chico. Pode ser? Resolve?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Chico Vigilante, Deputado Distrital, que me apresentou um documento que eu li na tribuna e na Comissão sobre a situação dos vigilantes. Você me trouxe da outra vez, nós entregamos para o Presidente da Casa e li na CCJ e também no Plenário.

O SR. CHICO VIGILANTE (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todas e a todos! Em nome dos vigilantes do Brasil, eu quero agradecer ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade de voltar à Comissão de Direitos Humanos e poder expressar o nosso ponto de vista com relação à reforma da previdência.

Eu tenho afirmado, Senador Paulo Paim, para muita gente que a maioria dos trabalhadores brasileiros ainda não sabem a profundidade desta reforma porque, se soubessem... Eu uso aqui palavras do teólogo Leonardo Boff, que falou em outra situação que, se as pessoas soubessem o que está acontecendo, nas praças, ruas e avenidas no Brasil não caberia tanta gente. De cada categoria que se pega, de forma conjunta, da classe trabalhadora, eu não conheço uma que não esteja sendo prejudicada nessa reforma previdenciária. E a afirmação que eu tenho ouvido todo o tempo é que vão economizar R$1 trilhão – baixaram agora para R$900 bilhões. Mas vão economizar de onde? Tirando dos pobres, tirando da classe média, empobrecendo ainda mais o povo. Essa é a realidade, e, portanto, esse é o debate que tem de ser travado.

Eu também afirmo, Senador Paulo Paim – eu fiquei com V. Exa. durante oito anos naquela Câmara Federal, e naquele tempo a gente debatia para valer as questões –, que acredito que a maioria dos Deputados Federais que votaram nessa reforma previdenciária também não têm certeza do que estavam votando. Alguns votaram, claro, para prejudicar os trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pela importância do tema, pessoal – é bom que o Chico saiba –, eu saí do Plenário – darei o seu tempo de volta – e só tinha um Senador, o Senador Izalci. Eu pedi que ele fizesse um pronunciamento da própria Presidência, porque isso iria garantir que a TV Senado iria acompanhar. E a TV Senado, como tem feito sempre, cobre todas as Comissões. Como o Plenário não está em atividade e só vai ter atividade à tarde, às 15h, a TV está conosco aqui. Eu queria mais uma vez, porque aqui na TV Senado, pessoal...

Permitam-me elogiar a TV Senado. Vou dizer por quê: a mídia, quase que a mídia nacional, não permite que o outro lado fale, e na TV Senado não. Tudo que eu falei na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CCJ foi ao ar. Falei agora da tribuna e foi direto, ao vivo. E agora eles estão cobrindo os senhores aqui. Então, meus cumprimentos para o sistema de comunicação do Senado. Aqui é liberdade de imprensa. (*Palmas.*)

O SR. CHICO VIGILANTE – Muito obrigado, Senador.

Eu vou prosseguir.

Senador Paulo Paim, V. Exa. me conhece, e quase nunca eu falo algo por escrito, sempre falo de improviso. Mas, como esse tema é muito importante, eu resolvi escrever algumas coisas para falar aqui hoje, exatamente porque eu quero mexer com o sentimento das pessoas que estão acompanhando, especialmente dos vigilantes, que são os mais atingidos com o fim da periculosidade.

Reforma da previdência e aposentadoria especial: na prática é o fim; a reforma da previdência acaba com as aposentadorias especiais.

A reforma da previdência é uma forma de fazer um ajuste fiscal e orçamentário às custas dos trabalhadores mais pobres da classe média trabalhadora, aquela que luta para fazer seu mês caber dentro do salário. Podemos dizer que a reforma adia, reduz e impede os direitos previdenciários, reforçando a tendência de empobrecimento dos idosos no Brasil. A reforma atinge de forma duríssima os trabalhadores menos qualificados, exatamente aqueles que têm maior dificuldade de permanecer no mercado de trabalho depois de certa idade, que é o caso dos vigilantes.

Entre os mais prejudicados estão os trabalhadores e trabalhadoras que hoje têm direito à aposentadoria especial. Não é exagero algum dizer que aposentadoria especial acabará em poucos anos; será praticamente impossível alguém se aposentar com ela. Ao se exigir a idade mínima e impor um redutor no valor da aposentadoria especial, leva-se à virtual extinção desse direito que foi conquistado com muita luta e sacrifício.

A PEC cria requisitos absurdos que vão impedir, na prática, à maioria dos segurados e das seguradas alcançar uma aposentadoria especial. Senão vejamos, são essas as novas regras: no caso de aposentadorias especiais, idade mínima de 60 anos de idade para atividade de 25 anos de contribuição; idade mínima de 58 anos de idade para atividade de 20 anos de contribuição (amianto e trabalho em minas).

Sei de um debate que aconteceu aqui ontem, e V. Exa. foi testemunha da situação dos mineiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Foi tão importante o vídeo que me mandaram. Seria importante até que outras categorias me mandassem também, Chico, inclusive sobre o trabalho de vocês. Nós vamos passar o vídeo, o mesmo vídeo que foi passado na CCJ. Houve Senador que chorou lá, a maioria trancou o gogó na hora de falar. É desses que estamos falando.

O SR. CHICO VIGILANTE – Exatamente.

Idade mínima de 55 anos de idade para atividade com 15 anos de contribuição (trabalho em mina subterrânea). A idade mínima estabelece uma barreira que invalida, em muitos casos, a redução do tempo de contribuição. Quem já está em atividade especial pode usar a regra de transição. A regra é feita e, na prática, não será aplicada. São elas:

Atividade especial de 25 de contribuição mais 86 pontos. O requisito dos pontos aumenta em um ano; aumenta um ano todo ano. Em 13 anos, serão necessários 96 pontos. Portanto, para quem está prestes a se aposentar, mais 13 anos de trabalho.

– Atividade especial de 20 anos de contribuição mais 76 pontos. O requisito dos pontos aumenta um todo ano. Em 17 anos, vão ser necessários 91 pontos.

– Atividade especial de 15 anos de contribuição mais 66 pontos. O requisito dos pontos aumenta um todo ano. Em 13 anos, vão ser necessários 86 pontos.

Ponto é a soma da idade e do tempo da atividade especial. A cada ano que passa fica mais difícil de se aposentar.

Um simples exemplo: um vigilante chamado João começou a trabalhar como vigilante aos 23 anos de idade. Em 1996, antes da reforma, João tinha 23 anos de atividade especial, Senador Paulo Paim, e poderia se aposentar com mais dois anos de atividade especial, em 2021, com 48 anos de idade. Se ele quiser usar a regra de transição, terá de alcançar 86 anos – soma da idade mais tempo de contribuição; João terá 86 pontos em 2028, mas, como o requisito aumenta um ponto por ano, só aposentará em 2031. O João estava até satisfeito, pensando que se aposentaria em 2028, mas só irá em 2031, ou seja, dez anos a mais. Isso se ele tiver saúde e emprego para trabalhar na condição de exposição ao risco por todo esse tempo.

V. Exa. é testemunha, Senador Paulo Paim, e as pessoas que estão aqui, inclusive a nossa ilustre Naiara, que é advogada trabalhista no Estado do Piauí e vai falar daqui a pouco, de que esses trabalhadores são terceirizados, são de empresas que não dão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabilidade de emprego, porque quebram a qualquer momento e desaparecem do mercado, e esses trabalhadores não vão se aposentar nunca.

Além desse cruel adiamento, o valor da aposentadoria especial não será mais integral. A média não será apenas dos 80 melhores salários. Hoje se calcula com os 80 melhores salários; o cálculo é assim: média dos 80 maiores salários, após 1994, sem o fator previdenciário. Se aprovado pelo Senado o texto da Câmara, será média de 100% dos salários. Portanto, pega tudo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Toda a vida laboral.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CHICO VIGILANTE – Junta toda a vida laboral para poder fazer...

Sessenta por cento dessa média mais 2% de trabalho especial a partir dos 20 anos de atividade especial. Em vários casos, a perda de renda será superior a 30% do que receberia pelas regras atuais.

Além disso, a PEC pretende eliminar a possibilidade de eventual iniciativa parlamentar para rediscutir a aposentadoria por periculosidade, que deixa de ser reconhecida como atividade especial. E, se a reforma da previdência for aprovada, a PEC diz que serão vedadas as caracterizações por categoria profissional ou ocupação, enquadramento da periculosidade. Portanto, depois de aprovada, se o Senador Paulo Paim quiser apresentar um projeto aqui restituindo, não poderá; terá de ser uma nova emenda à Constituição. Ou seja, se aprovado, no futuro um Deputado ou Senador que desejar legislar sobre aposentadoria especial por periculosidade para qualquer categoria só poderá fazê-lo por proposta de emenda à Constituição.

O que nos preocupa é que o mesmo Congresso Nacional que quer reduzir, adiar e impedir direitos previdenciários duramente conquistados pelos assalariados do Brasil não demonstra nenhum desejo de tributar os dividendos de grandes acionistas nem as heranças dos bilionários que, se tivessem domicílio fiscal nos Estados Unidos e na Europa, pagariam pesadas alíquotas pelo princípio da justiça tributária que está previsto na Constituição Federal, mas que não é efetivado nas leis ordinárias do País.

O art. 145 da Constituição diz:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:
>
> I – impostos;
>
> II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos [...].

Portanto, Senador Paulo Paim, tem jeito. Tem jeito, mas não querem mexer com os ricos deste País, não querem mexer com os banqueiros, não querem mexer com os poderosos, porque é mais fácil tirar da classe média, é mais fácil tirar de um vigilante, de um mineiro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – De um professor.

O SR. CHICO VIGILANTE – De um professor. É mais fácil tirar de uma professora. Isso é grave, isso é muito grave. O Congresso Nacional, Senador Paulo Paim, precisa acordar para essa realidade.

Eu fico olhando os vigilantes que estão trabalhando hoje e fico imaginando, Dra. Naiara, como o vigilante vai estar na porta de um banco com 65 anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ou correndo atrás de um malandro.

O SR. CHICO VIGILANTE – Ou correndo atrás de um malandro com 65 anos de idade, com a bengala na mão para se segurar e o revólver na outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E tem aquele dado que você deu dos 86 que eu vi aqui.

O SR. CHICO VIGILANTE – Já pensou um vigilante com 86 anos? Eu estou com 64 e vou completar 65 e já não estou dando conta de muita coisa.

Portanto, quero chamar a atenção dos companheiros e das companheiras que assistem à gente neste momento. É grave este momento que estamos vivendo, mas o mais grave é que está sendo tocado por um Presidente mentiu cinicamente para a Nação brasileira. Ele atacou a reforma da previdência do Temer, que foi derrotada; tivemos força para impedir que ela fosse votada naquele momento. A reforma que este Presidente "capitão-capiroto" está propondo é pior do que a reforma do Temer, muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pior do que a reforma do Temer. Portanto, só resta à classe trabalhadora se levantar contra tudo isso.

Acho, Senador Paulo Paim, para concluir as minhas palavras, mais uma vez lhe agradecendo, que a reforma previdenciária no Brasil pode ser comparada, para os trabalhadores, com a destruição que está sendo feita da Amazônia. É a mesma coisa. Do jeito que estão transformando a Amazônia em cinzas, vão transformar os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras em cinzas se essa reforma passar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Deputado Chico Vigilante!

Eu faço questão de destacar a fala do Chico Vigilante, porque alguns têm a mania de dizer que, quando é Comissão de Direitos Humanos ou a Comissão do Trabalho na Câmara, as expressões usadas são muito pesadas. O Chico fez aqui uma defesa, técnica inclusive. Você está estudando Direito? Fez uma defesa técnico-jurídica e comparou no final a situação da Amazônia, que é verdadeira. Alguém tem dúvida? A comparação que você fez foi perfeita. Posso repetir?

O SR. CHICO VIGILANTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Palavras do Chico Vigilante – vou botar nas minhas memórias: estão transformando o meio ambiente, principalmente a nossa Amazônia, em cinzas. Essa reforma da previdência vai transformar também em cinzas o direito à aposentadoria dos trabalhadores – Dr. Chico Vigilante.

Vamos em frente.

Eu só peço a todos a mesma linha do Chico. Temos de mostrar que aqui não é a CCJ, que aqui é a Comissão de Direitos Humanos. O nível do debate vai ser igual, não precisa ser melhor. Vai ser igual ao de ontem lá na CCJ.

De imediato, passo a palavra ao George Alex Lima de Souza, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindifisco, que esteve lá ontem e fez um belo pronunciamento.

Você está pedindo o vídeo, é isso.

O Chico foi preciso nos 15 minutos, terminou nos 14 minutos ainda.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – Isso aumenta a minha responsabilidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Depois vou mandar esse vídeo, pessoal, para ajudar. Eu vou mandar esse vídeo tanto para o Relator, Senador Tasso Jereissati, como também para a Presidente da Comissão, Simone Tebet.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Em primeiro lugar, quero agradecer o convite. Para a gente é sempre uma honra o Sindifisco estar em parceria com o nosso líder, Paim.

Destaco que, de fato, ele foi o único Senador que iniciou os trabalhos às 15h e foi até as 19h. E foi um debate extremamente rico e profundo. O Prof. Paulo Rabello de Castro e o Mauro Hauschild, que foi Presidente do INSS, fizeram uma abordagem técnica e cirúrgica de vários pontos que, além desses...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permite que eu o atrapalhe?

Realmente o ex-Presidente do INSS Mauro Hauschild foi brilhante. Tinham dito para mim que ele estava em cima do muro. Em cima do muro coisa nenhuma!

Um abraço para você, Mauro. Você foi preciso. Como ex-Presidente daquela casa, do INSS, você foi preciso, e por isso merece os elogios.

Estou me somando à sua fala.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou dar-lhe de volta o minuto que eu lhe tirei.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – Não, de forma alguma, pode deixar; eu vou tentar seguir o prazo. Eu estou sem o passador, então, se o pessoal da mesa puder me ajudar... Obrigado.

No momento em que nós estamos... A gente acompanhou desde o primeiro dia a tramitação na Câmara dos Deputados. O que a gente viu lá foi um debate que acabou resultando em algumas modificações – tímidas, mas algumas modificações –, e a nossa esperança é de que o Senado funcione de fato como uma Casa revisora, não nos moldes do que acontece nas medidas provisórias, em que a gente vê, nos debates, a angústia dos Senadores pela falta de prazo – via de regra falta uma semana para a MP perder a vigência, e termina não havendo condição de discutir. O Senado não precisa ir pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo caminho, não precisa do açodamento, e tem a obrigação de revisar aquilo que veio da Câmara e corrigir eventuais excessos.

Muito se falou ontem, em outras audiências, do risco de judicialização, seja pela possibilidade do confisco, seja pela supressão muito radical de direitos. Eu me lembro de um líder lá na Câmara, quando ia acontecer algo nesse sentido, o Plenário ia aprovar algo que posteriormente seria remetido para o Presidente vetar, e ele disse: "Não, a gente não tem que fazer o errado aqui para o Presidente vetar lá na frente, a gente vai fazer o certo agora". Pensando que, ao final da PEC, não haverá sanção, é só promulgação das Casas, quem tem a obrigação de fazer o certo agora é o Senado da República.

Por favor.

No início, as projeções eram nesse sentido, eram favoráveis: era gerar 8 milhões de empregos, era o crescimento da economia, era destravar, e esse discurso deletério absolutamente subjetivo não está se confirmando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vou atrapalhá-lo de novo, porque nós estamos ao vivo, e eu quero fazer justiça: eu disse no Plenário, e você me ajudou agora, que quem disse ontem – e foi pela manhã, porque é tanta audiência – que essa reforma ia gerar 8 milhões de empregos – repetiu anteontem, botou no painel, 8 milhões – foi o Ministério da Economia, foi um representante do Ministério da Economia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso. Foi ele, não foi o Ipea. Porque no Plenário eu falei dessa história de 8 milhões e vinculei ao Ipea. O Ipea disse – e eu também critico a fala do Ipea, permitam-me – o seguinte lá na Comissão: "O sistema de previdência brasileira não distribui renda". É considerada o melhor sistema de distribuição de renda do mundo a seguridade social, onde está a previdência, a saúde e a assistência.

Eu tinha que fazer essa correção, porque eu usei o dado que o Ministério da Economia apresentou, e não o Ipea, de que ia gerar 8 milhões de empregos. Fiz a correção, para não dar problema. Você me ajudou aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – Isso. Então, ele reiterou ontem, só que esses dados são de fevereiro, quando a proposta foi apresentada à sociedade. Inclusive eu destaquei ali em vermelho o seguinte: a necessidade de demonstrar confiança aos agentes da economia. São duas palavras que estão me dando certo arrepio: a culpa é do sistema – que é uma coisa que não existe, sistema tem pessoas por trás – e o tal do mercado, os agentes da economia.

Então, a gente não sabe com quem a gente está dialogando, para quem a gente está fazendo esse aceno, e isso é muito perigoso. A gente sabe quem está se prejudicando com essa reforma. Não é muito claro quem está se beneficiando dela.

Por favor.

Aí, três, cinco, seis meses depois, este é o resultado: a previdência é um passo importante, mas não garante a retomada do crescimento. O Presidente Maia disse que só a reforma não garante crescimento. Quer dizer, aquela bala de prata, hoje, já deixou de ter tanta importância.

Por favor, próximo.

E aí a coisa mais importante ontem, para nós do Sindifisco, era ajudar a formar o convencimento dos Senadores, a gente se colocando, inclusive, no lugar deles. Eles não têm compromisso de aprovar o que veio da Câmara, e aí a gente precisa aclarar esse contexto. E ao final a gente vai propor alguns caminhos para a PEC.

Falando especificamente do RPPS – e aí a gente precisa fazer esse recorte por conta dos servidores públicos –, lá atrás, em 2003, quando foi feita uma reforma, que foi a Emenda 41, a reforma previdenciária, o déficit do servidor – aquela parte vermelho-escuro mais embaixo são servidores públicos civis – representava 1,2% de déficit do PIB. O servidor público militar representava 0,7% do PIB. Aquela reforma – pode voltar, por gentileza – feita em 2003 provocou um ajuste, e hoje, nos dias atuais – isso não foi produzido pelo Sindifisco, foi produzido pela Instituição Fiscal Independente, que é ligada ao Senado da República –, houve um equilíbrio entre a despesa com previdência do servidor público civil, de 0,7%, e o militar, de 0,6%, só que o tratamento está sendo dado de forma absolutamente díspar entre um grupo de servidores e outro.

Por gentileza.

É preciso dizer para os Senadores – e ano que vem há eleição municipal – que os Municípios vão ficar mais pobres e as pessoas nos Municípios também vão ficar mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pobres. Quando nós temos uma base, e dessa base você retira a contribuição social... Se você aumentar a contribuição social, você vai diminuir o Imposto de Renda, porque tem-se o rendimento menos a contribuição social, e você calcula o Imposto de Renda em cima do que sobra. Se eu aumento a contribuição social, eu vou ter um menor Imposto de Renda para ser distribuído, e o Imposto de Renda compõe o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados. O que vai deixar de entrar nos cofres públicos são R$7 bilhões de reais – a menos – do Imposto de Renda. Isso vai ter impacto no que os Municípios e Estados vão receber. Evidentemente que isso vai ter um impacto na economia local nos Municípios, que é onde a vida acontece.

Por favor.

Mais uma informação para dar um certo conforto aos Senadores no seu posicionamento. Veja: a gente está tendo um problema de controle de conta pública, de ajuste fiscal. Não precisamos resolver todos os problemas agora na PEC, debitando de servidores, de trabalhadores, do vigilante, aqui prestigiando o nosso Deputado que me antecedeu. Nós tivemos um processo de deterioração da nossa base fiscal gravíssimo. Nós desoneramos... E se as pessoas aqui não estiverem familiarizadas com o tema, por desonerar você pode simplesmente dizer o seguinte: você não precisa pagar, eu vou dar a você uma ajuda para você não pagar, eu vou tirar o PIS, eu vou tirar o Cofins, você não precisa pagar, eu vou reduzir o IPI para você. O Estado fez essa opção durante dez anos. Ele deixou de receber, das empresas ou do que seja, R$583 bilhões nesse período de dez anos: metade da reforma da previdência – por uma opção do Estado. Aí o dinheiro acabou, chegou a fatura, e quem vai pagar isso aí é quem está filiado a algum regime, seja o regime geral, seja o regime próprio.

Digo isso para dizer aos Senadores: Senadores, os senhores não precisam fazer essa maldade nesse nível por conta dessa crise que está aí, que não foi gerada agora.

Por favor.

Para tentar cumprir o prazo e permitir que as outras pessoas falem no tempo, vamos aos caminhos da PEC. Hoje já se sinaliza aí com uma PEC paralela, que vai resolver aquilo em que não houver consenso, etc. Só que também a gente ouviu do Presidente da Câmara: "Não, voltando a PEC paralela, vamos rediscutir também a capitalização". Então não seria um debate fácil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um momento hoje de tentar depurar alguns excessos, algumas maldades que estão na PEC 6. E o Sindifisco apresenta algumas delas, algumas que nem têm impacto fiscal na economia, por exemplo: a contribuição extraordinária. Ora, veja bem: o Governo detém o monopólio dos números, e a Câmara topou fazer esse debate sem conhecer os números. Quanto representa a economia fiscal daquele 1 trilhão se nós aumentarmos a alíquota de 11% para 14% dos filiados ao regime próprio e aumentar a idade para 65 anos? Veja, não é um aumento simplório. Eu estou falando de quase 30%, de 11% para 14%. Quanto representa isso? Ninguém tem esse número, Senador. E os Deputados ficaram absolutamente confortáveis. Quando nós buscávamos um reparo, eles diziam: "Mas isso aí que você está pedindo, o Governo diz que custa R$200 bilhões; olha, mas essa alteração na regra de pensão custa R$350 bilhões".

(*Soa a campainha.*)

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – Só que nós não temos como fazer o contraponto. Nós não temos o número e nós não temos a metodologia para chegarmos a um número divergente do que o Governo trouxe. A Câmara topou esse jogo, o Senado não precisa topar. E mesmo que nós enveredemos por esse caminho, nós temos o seguinte: alterações que não produzem qualquer impacto fiscal no que foi planejado pelo Governo, como contribuição extraordinária.

Veja bem: há um déficit atuarial. Vamos chamar os servidores públicos para contribuir com alíquota de 5%, de 8%, de 9% ou de 10%, além dos 22% que está sendo proposto. Isso significa dizer o seguinte: é o servidor público que vai pagar essa conta, e hoje isso não está precificado. Quanto custa se eu suprimir isso aqui, quanto se reduz lá do 1 trilhão do Ministro Paulo Guedes? Zero, porque não está precificado.

Extinção do RPPS, a exclusão de regras sobre parcelas variáveis, isso tudo, Senador, se o senhor me permite, nós vamos deixar com a Secretaria, caso o senhor queira fazer chegar aos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu encaminharei para Simone Tebet, Presidente da Comissão, esses dados.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – Excelente.

E a gente não vai entrar nesse ponto. É meu penúltimo eslaide, questões que têm um impacto mínimo na economia fiscal: a questão das alíquotas progressivas, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proibição de acumulação entre aposentadoria e pensão, quer dizer, você tem uma regra pela qual você contribuiu para a aposentadoria, alguém contribuiu para a aposentadoria, veio a falecer, tem a pensão e tem a aposentadoria, e você não pode conjugar esses dois direitos. Quer dizer, isso aí beira a crueldade.

Enfim, não vou me deter mais. Os textos vão ficar à disposição do Senador, da Comissão. O último eslaide é simplesmente para reforçar a importância que tem o Senado da República de fazer o certo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Leia.

O SR. GEORGE ALEX LIMA DE SOUZA – É uma frase supostamente dita por Theodore Roosevelt: "A justiça não consiste em ser neutro entre o certo e o errado, mas em descobrir o certo e sustentá-lo, onde quer que ele se encontre, contra o errado".

Muito obrigado, Senador, muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem!

Só reafirmo que todas as exposições eu vou remeter para o Relator, Senador Tasso Jereissati, como também para a Presidenta da Comissão.

De imediato, concedo a palavra a Luiz Gonçalves Bomtempo, Secretário-Geral da Unafisco.

A Unafisco é outra entidade que tem colaborado muito para subsidiar o nosso debate aqui em defesa do povo brasileiro.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO (Para exposição de convidado.) – Antes de tudo, eu gostaria de agradecer o convite do Senador Paim. Quero também saudar a Mesa, na pessoa do nosso querido Deputado Distrital Chico Vigilante, que tanto nos honra aqui em Brasília. Quero também agradecer a presença de todos os senhores, todos os companheiros que estão aqui e também a quem nos ouve pela TV Senado.

Bem, o que me traz hoje aqui é um assunto que é recorrente e que, nos últimos dias, tem sido comentado: a volta do sistema de capitalização, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso é importante porque é uma preocupação de todos. Se vier a capitalização, aí sim, acabou tudo! Aí vamos só chorar, porque não há mais nada! Cada um vai ter que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuir com 10% do seu salário e, um dia, se o fundo de pensão, que é privado, der errado, você não tem nada a receber. É o fim do mundo.

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Aí foram muito felizes as palavras...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LUIZ GONÇALVES BOMTEMPO – Ele disse que se quer transformar em cinzas o sistema da previdência. Parabéns, Deputado!

Como já foi noticiado inclusive pela Agência Brasil... Está escrito lá: "Capitalização da Previdência fica para o segundo semestre, diz Rodrigo Maia", que é o Presidente da Câmara dos Deputados. O próprio Relator da CCJ, o Senador Tasso Jereissati, admitiu que outro tema que poderia ser incluído na PEC paralela seria o sistema de capitalização da aposentadoria. Isso significa que esse tema estará sempre presente aqui. Nessa reforma da previdência, mesmo que lá na Câmara dos Deputados não tenha sido incluído no texto, esse tema pode voltar tanto como emenda aqui no Senado como na PEC paralela, da qual já se fala bastante.

Próximo.

E a experiência que a gente vê em outros países... Uma experiência de que já se falou bastante aqui foi a experiência do Chile. E também há algumas matérias na imprensa que mostram que a capitalização falhou em 60% dos países que mudaram a previdência – diz esse estudo.

O meu desejo aqui é apresentar um trabalho que foi realizado pela Unafisco Nacional, que vocês podem obter na página www.unafisconacional.org.br. Quem desejar pode pegar na íntegra esse trabalho realizado pela Unafisco.

Mas voltemos à questão.

Nesse trabalho nós fizemos uma simulação. Foram quatro simulações, mas, diante da exiguidade do tempo aqui, eu vou falar apenas de duas.

Há outras experiências, aqui no Brasil mesmo. Nós temos que a Funcef vai processar o banco e os gestores por perdas bilionárias. Vários fundos, desde a época da Capemi...

Pode ir mais adiante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, o nosso Ministro Paulo Guedes está envolvido em questões de irregularidade em fundos de pensão. Mesmo assim, ele apoia essa reforma que envolve, inclusive, a capitalização do sistema de previdência.

Então, eu quero apresentar neste ponto apenas duas simulações que nós fizemos.

Na primeira simulação, nós consideramos que os valores das contribuições dos empregados são baseados na tabela constante lá da PEC 06 de 2019, e o *spread*, de acordo com os valores correspondentes de 2018.

A taxa de administração que o sistema financeiro costuma cobrar é de 2% de taxa de carregamento – taxa de carregamento é 2% daquilo que é depositado mensalmente – e também de 2% anualmente, o que ocorre no mês de janeiro. Então, sobre aquele saldo correspondente a cada conta que o trabalhador teria no sistema de capitalização seria cobrado um percentual de 2% anualmente.

A gente considera que a expectativa de vida do trabalhador seria de 18 anos após a aposentadoria, isto é, ele se aposentaria aos 65 anos, começaria a trabalhar aos 25 anos, trabalharia num período de 40 anos. E se a gente for considerar, fazer uma conta simples de padaria: 2% vezes 40 daria 80%, mas a gente teria que dividir isso em dois, porque o trabalhador começa com um saldo de zero e chega na sua plenitude quando completar os 40 anos de serviço. Então, só isso aí seriam 40% que o sistema financeiro conseguiria galgar durante esses 40 anos, Senador. Agora, também é de se considerar essa taxa de 2% de carregamento, que é cobrada a cada depósito que é efetuado na conta do trabalhador. Considerando tudo isso aí, nós chegaríamos...

Pode passar para frente.

Nós chegaríamos a uma situação em que 65%, correspondentes ao valor que ficaria para o trabalhador, seriam sugados pelo sistema financeiro. Aí nós adotamos essa simulação, a primeira simulação, em que há participação... Adotando a taxa Selic de dezembro de 2018, com a contribuição de 11% do empregado e de 20% do empregador, sem a participação de instituições financeiras, o sistema de capitalização com capital remunerado pelo *spread* entre a Selic e o INPC projeta um pagamento de aposentadoria integral até os 86 anos de vida. Isso seria com a participação de 2 por 1, com 35 anos de contribuição e aposentadoria aos 60. Nesse cenário, o valor acumulado pelo trabalhador ao fim de 35 anos de contribuição seria de R$728 mil, que seriam suficientes para manter o padrão de vida do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo cenário – esse já é catastrófico – adota o nível de Selic de dezembro de 2018, com a contribuição do empregado de acordo com a tabela proposta pela PEC, o projeto original da PEC 6 de 2019, sem a contribuição do empregador e com a participação de instituições financeiras. O sistema de capitalização com capital remunerado pelo *spread* entre a Selic e o INPC projeta um pagamento de aposentadoria de 750, considerando que o salário do empregado é de 3 salários mínimos, ou seja, R$3 mil. Esse valor se reduziria a um quarto do que ele era remunerado na atividade. Com 40 anos de contribuição, a aposentadoria aos 60 anos... Esse cenário representaria o atual sistema chileno, em que foi eliminada a contribuição do empregador à previdência. Ou seja, seria o fim da previdência, seria a catástrofe, transformaria, se realmente esse cenário retornar, se essa proposta retornar, seja aqui no Senado, seja numa PEC paralela, seria realmente transformar a previdência em cinzas.

O próximo.

Nesse cenário, como foi dito, o valor acumulado pelo trabalhador aos 40 anos de contribuição seria R$275 mil. Com a contribuição do empregador, seria R$720 mil, reduziria para R$275 mil. Entretanto, a remuneração da administração dos fundos de pensão consome R$105 mil desses R$275 mil. Ficaria com apenas R$170 mil, o que corresponde a mais de 62%, Senador, do valor que fica com o trabalhador no 59º ano após ingressar no sistema de capitalização. Essa porcentagem ultrapassa 77%.

Portanto, como o próprio Deputado Vigilante disse, é o fim se realmente essa reforma chegar ao regime geral, à parte que ainda resta para o trabalhador brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Muito bem! Esse foi Luiz Gonçalves Bomtempo, Secretário-Geral da Unafisco.

Olha, só para tranquilizar a segunda Mesa... Eu vou fazer a leitura da Segunda Mesa – só vou citar os nomes. Vai falar o Luiz Roberto Pires Domingues Júnior, Mestre em Economia na área da Previdência; Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT; Wilson Pereira, Presidente da CONTRATUH; Vladimir Nepomuceno, Assessor e Consultor de entidades sindicais e Representante da Insight Assessoria Parlamentar; Clodoaldo Nery Júnior, Coordenador Nacional do MAS,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Movimento Acorda Sociedade, e Diretor da Anadipes; e João Cardoso, Presidente do Sindicato de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do DF.

De imediato, passo a palavra à advogada e professora Naiara Moraes.

A SRA. NAIARA MORAES (Para exposição de convidado.) – Bom-dia a todas e todos!

Quero inicialmente agradecer por poder estar com vocês hoje conversando sobre esse tema que me é muito caro, tratar da previdência, porque, além de professora e pesquisadora na área, sou advogada previdenciária com militância no Piauí. Sou piauiense, atuo nessa região, no nosso querido Estado do Piauí e também no Maranhão e tenho todo um carinho por essa consideração em relação à seguridade social brasileira.

Quero agradecer o Senador Paulo Paim pelo convite, pela receptividade, e também agradecer alguns amigos que foram entusiastas da minha participação para trazer um pouco sobre as minhas reflexões: Deputado Júlio Cesar, Deputado Georgiano e a minha querida amiga Alessandra Camarano, Presidente da Abrat – ontem nós estávamos em Boa Vista palestrando sobre direitos humanos, sobre reforma trabalhista e sobre reforma da previdência.

Primeiro é preciso dizer que não há como a gente estar aqui sem definir o local de fala da gente. Eu sou mulher, eu sou advogada, eu sou professora, eu estou prejudicada pela reforma na medida em que a gente tem uma proposta que viola direitos fundamentais. Sou pesquisadora, faço pós-doutorado em Direitos Humanos na Universidade de Salamanca, na Espanha. Voltei de lá há pouco, e nós estávamos discutindo a grande preocupação que os países da Europa têm, inclusive, com o refluxo, o retrocesso social que nós podemos ter dentro do nosso País.

Por que falar de seguridade social e vincular direitos humanos num momento em que ninguém quer discutir direitos humanos? Se você fala em direitos humanos, confundem você com um radical, não entendem que nós temos na essência uma condição de identidade, afinal de contas todos nós somos seres humanos. (*Palmas.*)

O Estado brasileiro, ao instituir, dentro da Constituição Federal do nosso Estado democrático, princípios como a solidariedade, princípios de igualdade, faz com que nós tenhamos obrigação de prezar, inclusive diante das tentativas de alterações constitucionais, no sentido de que nós podemos ter, sim, violações e que cláusulas pétreas não podem ser violadas, porque a nossa Constituição traz o protetivo. Então, a gente tem, como você falava, um grande risco de caminhar com a proposta da maneira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que está e permitir não só um processo de precarização das relações de trabalho, das questões previdenciárias, mas também essa situação de questionamento posterior sobre a constitucionalidade dessa proposta, dessa alteração, porque, afinal de contas, o Brasil é signatário de tratados internacionais.

O Brasil entende que a previdência é um direito humano, é um direito fundamental. Nós temos a Convenção Americana, nós temos o Protocolo de São Salvador, que define que a previdência é, sim, um direito humano, é inerente às observações de dignidade da pessoa humana. Nós não temos como vivenciar alterações que precarizem, que inviabilizem o acesso à previdência, sem nos indignarmos, sem mostrarmos que não há, inclusive, respaldo internacional nesse sentido, porque nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, doutora, um intervalo, mas fique com o raciocínio.

A SRA. NAIARA MORAES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para que alguns não pensem... Houve algumas mudanças aqui, mas teremos, sim, também a fala do Gláucio Diniz de Souza, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil associado à Anfip; Rodrigo Britto, membro da Direção Nacional da CUT e Presidente da CUT Brasília; Rayanne Illis Máximo, Diretora do Iape; e Iridiani Seibert, membro do Movimento das Mulheres Camponesas. Todos falarão aqui.

A SRA. NAIARA MORAES – Nós vivenciamos há pouco a Marcha das Margaridas, da qual muitas piauienses participaram, muitas mulheres. Então, é importante a gente deixar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Estou devolvendo o seu tempo.

A SRA. NAIARA MORAES – Muito obrigada, agradeço.

É importante a gente deixar claro que existe posicionamento, sim, de relação de inconstitucionalidade quanto ao texto que pode vir a ser aprovado. E ainda há tempo de reflexão! Nós estamos no Senado, nós ainda podemos fazer alterações. Na verdade, não existe esse determinismo em que se acredita, que se vá concluir tudo até outubro, na primeira ou na segunda semana. Não é assim que vai acontecer, porque, se a gente continuar esse trabalho de reflexão, de fortalecimento das garantias individuais, é possível que a gente acorde, é possível que a população vá às ruas, é possível que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente movimente mais situações de debate como esta, que façam com que, se a gente não venha efetivamente a alterar a proposta em condição substancial para efetivar os direitos humanos, pelo menos a gente marque posição social, porque é importante definirmos o nosso papel enquanto sociedade civil e enquanto seres humanos no sentido de que não vamos aceitar que se perpetuem retrocessos sociais dentro do nosso Estado.

Quando a gente fala de direitos humanos hoje, as pessoas olham para a gente e querem nos rotular. Os advogados previdenciários são rotulados, eles são criminalizados em seu exercício profissional. Os advogados trabalhistas... Discutir previdência e trabalho numa Comissão de Direitos Humanos é praticamente um feito de coragem, de demonstração de que nós não vamos aceitar passivamente essas transformações que pretendem inserir no nosso ordenamento.

Então, eu venho com o objetivo de deixar um lugar de fala, de demonstrar que as mulheres estão atentas a esse processo de reforma, porque, de início, quando se pensou a igualdade da idade de 65 anos para homens e mulheres... Eu vejo aí uma violação direta a uma necessidade de diferenciar essas idades em virtude das diferenças de mercado de trabalho, de condição de acesso a trabalho, de família, vida familiar. Então, temos todas essas questões que envolvem o nosso dia a dia.

Então, falar de direitos humanos não é ser radical, levar em consideração direitos humanos não é descrédito para a proposta. Ao contrário, é lembrar da nossa essência maior, que é esse fortalecimento da dignidade da gente enquanto cidadão, enquanto trabalhador.

E esse lugar de fala é muito interessante para que a gente possa, a partir daí, fazer reflexões, como a inconstitucionalidade em relação ao fim da aposentadoria especial. Será que vai haver condição, gente, de, em relação às questões de insalubridade, alguém atrelar exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde e idade? Isso vai inviabilizar totalmente...

Eu trabalho no Estado do Piauí com cobradores de ônibus. Imaginem só: você com 65 anos, você já bem próximo dessa situação, mas sem a possibilidade de ter o tempo de contribuição, porque, afinal de contas, há muita exclusão, há muito desemprego, você não consegue manter a prestação de serviço com carteira assinada, vertendo contribuições em caso de desemprego. É muito difícil! Então, como é que isso vai se concretizar, na medida em que a gente extingue a aposentadoria por tempo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contribuição, fixa uma idade e atrela esses requisitos, inclusive violando questões de saúde dos nossos trabalhadores?

Então, são pontos indispensáveis que eu acho que precisam ser trazidos à reflexão. Ainda há tempo, ainda é possível alterar, nós não vivenciamos o determinismo dessa proposta, a população ainda tem condição de manter contato com seus Deputados, com seus Senadores, mostrar que isso não pode acontecer, até porque a própria inviabilidade em relação às questões jurídicas da continuidade, da maneira como está, vai fazer com que a gente tenha uma situação mais adiante de insegurança jurídica, e a gente não quer vivenciar essa realidade, afinal de contas, um dos princípios basilares também do nosso ordenamento jurídico é a segurança, além das questões relativas a direitos humanos, que a gente não pode esquecer dentro desse contexto.

Então, agradeço a capacidade de fala, a possibilidade de marcar esta posição, de dizer que é, sim, um ato de coragem debater previdência, debater direitos humanos, porque estão atrelados, não há como desconectar todas essas questões fundamentais, não há como, por exemplo, não levarmos em consideração a necessidade do que já ocorreu, a efetiva exclusão dos benefícios assistenciais e dos trabalhadores rurais, porque ainda se discute: retira da previdência, coloca para a assistência social? E há uma grande quantidade de pessoas que não vão poder se aposentar e vão ter que se utilizar da assistência social. Será que a gente não consegue refletir sobre isso? É que, na verdade, não é só uma questão de contas. A reforma da previdência não é um ajuste fiscal. A seguridade social é um direito fundamental do cidadão; a previdência, a assistência, a saúde, todos fazem parte de uma base onde o trabalhador e o segurado precisam ser amparados na situação de infortúnio.

Como é que você está numa situação em que não tem mais condições de trabalho, porque ficou exposto a agentes prejudiciais à sua saúde, e, quando está na idade em que já não consegue mais realizar as atividades dentro das mesmas funções, você não vai ser protegido? Que infortúnio é esse que não vai merecer amparo dentro da nossa legislação? Então é importante que a gente venha sempre refletir sobre isso.

Os trabalhadores rurais têm um lugar indispensável dentro do nosso sistema previdenciário, porque a Constituição federal, quando fixa a igualdade desses trabalhadores, traz uma situação de dignidade, coloca todos na mesma balança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não podemos desconsiderar essas questões. É preciso que a gente tenha um olhar humano. Afinal de contas, é nosso, é de cada um de nós esse olhar. Eu espero que faça parte das reflexões, que a gente possa sensibilizar não só pelas questões jurídicas, mas pelas questões efetivamente inerentes ao nosso direito de viver em sociedade, de efetivar o Estado de bem-estar social com que todos nós sonhamos.

Essas são as minhas contribuições.

Quero agradecer imensamente a oportunidade e dizer que fico muito feliz em deixar marcada toda a minha deferência pelo trabalho da Comissão de Direitos Humanos, porque, se não fosse essa coragem do debate, nós não poderíamos deixar marcado todo esse nosso sentimento, não só de inconformismo com a proposta, mas de fixação da nossa cidadania.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sua palestra foi muito, muito interessante, porque entrou no campo técnico e trouxe a sua experiência internacional.

Eu tinha lhe dado ainda mais quatro minutos, mas haverá o direito a voltar ao debate num segundo momento.

A SRA. NAIARA MORAES – Sim, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Há uma série de perguntas que tenho sobre a mesa e, naturalmente, quando terminarem os painelistas, vamos começar o debate com base nas perguntas.

Só vou fazer a leitura rapidamente.

Do Raul Gomes, do Rio Grande do Sul: "Por que não houve mais debates sobre as diferentes expectativas de vida por região/cargo/funções exercidas?" Trata-se da realidade de cada categoria, que aqui vocês colocaram.

Diógenes Cruz, do DF, aqui da tua terra, Chico, e de todos nós, porque é a Capital Federal: "Segundo o especialista do TCU, as reformas anteriores já foram suficientes para resolver o déficit dos servidores públicos. Por quê mais uma?"

Esse foi um debate que tivemos ontem na Previdência. Criou-se uma polêmica entre o TCU e uma visão que o Mauro colocou, o Mauro da Unafisco. Daí eu fui provocado – eu estava presidindo – no seguinte sentido: se eu concordava com que viesse aqui o representante do TCU para mostrar que os dados do Mauro estavam errados. De pronto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu concordei e disse: "Pode chamar". E veio aqui o representante do TCU. O Mauro, que tinha uma viagem da Unafisco, não viajou, ficou aqui. E, no fim, ficou provado que o Mauro estava com a razão. Por isso, aqui, há mais essa afirmação. Foi muito bom! Se eu tivesse recuado, daria a impressão de que eu tinha ficado com medo. Não! Não há nada! Eu sou aberto ao debate sempre.

O meu sonho é o de que haja mais debate lá no Plenário, o de que, em cada debate no Plenário, com os 81 Senadores presentes, haja cinco favoráveis e cinco contrários. Seria assim: cinco falariam a favor, e cinco, contra. E vamos ver se a gente não prova que essa reforma, como está, é inviável! Ninguém é contra a que haja, de forma pontual, algumas alterações. Eu fiz um requerimento, de que vocês já tomaram conhecimento, à Consultoria do Senado, suprimindo as questões mais graves. Estou pegando por aí já. É dito que a matéria teria de voltar para a Câmara. Então, não há nem o argumento de voltar para a Câmara. O certo é ela voltar, para que esta Casa não seja uma Casa carimbadora. Mas, mesmo assim, é só suprimir um monte de coisas e adequar somente aquilo que for necessário. Se se suprimir, fica a lei anterior. Digo isso só para reflexão.

Cesar Augusto, da Bahia, pergunta: "Quais as propostas da reforma para quem possui doenças crônicas? Nenhuma! Já respondo.

Adriana Dantas, da Bahia, diz: "A reforma da previdência, na relação de trabalho, irá afetar centenas de pessoas, pessoas que vêm há anos trabalhando!". Eu só mudo a palavra "centenas" por milhões. São milhões de pessoas!

Bianca Moniz, do Rio de Janeiro, afirma: "Não podemos perder direitos trabalhistas que foram conquistados com muita luta pelos nossos antepassados". Está corretíssimo!

Marcelo Bezerra, do Rio Grande do Norte, pergunta: "Por que não pedimos a auditoria da dívida pública em vez de forçar os trabalhadores a pagarem a conta [mais uma vez], perdendo direitos?".

A Fattorelli fez uma bela exposição lá também. Eu estava lá.

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro, pergunta: "O que muda para quem trabalha de forma informal na hora de se aposentar por idade, não por tempo de serviço?

O trabalho informal está fadado... Os convidados aqui poderão falar sobre isso. Se é trabalho informal, não vai ter direito a nada, a não ser entrar no BPC lá no final, quando provar que não tem como se manter. Deveria haver proposta nessa reforma para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formalizar, porque, formalizando, o trabalhador vai ter direitos no futuro, e a previdência arrecadaria mais. Mas não há proposta.

Por isso, a minha posição é a de que devíamos mexer no texto principal. Eu tenho explicado o seguinte: volta para a Câmara... Eu estou, há quase 40 anos, no Congresso, dentro desta Casa. Atualmente, são 33 anos. Quando terminar o meu mandato, serão 40 anos, porque eu fui reeleito agora. Cansei de ver emenda constitucional ser votada em dois turnos numa noite, numa única noite. Mediante acordo, numa semana volta para a Câmara, e a Câmara vota, mantendo ou não o que foi aprovado aqui. Mas tem de haver o debate e tem de votar.

Lucinei Cavalcanti... Eu já li a mensagem da Beatriz? (*Pausa.*)

Não, eu pulei a mensagem da Beatriz. Por isso é que eu estava na dúvida.

Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro, pergunta: "O que muda [...]?". Essa eu já tinha lido. Fala sobre o trabalho informal.

Agora, pergunta Lucinei Cavalcanti, do Rio de Janeiro: "Quem tiver pensão por morte, ao se casar, perderá a pensão?". Está ferrado! Eu vou deixar isto aqui para depois, mas já vou dizer que está ferrado!

Carla Baldin, de São Paulo, afirma: "A reforma da previdência não é a solução dos problemas do Brasil, e diminuir direitos dos trabalhadores também não! O empresário [...]!". E o empresário? Qual é o compromisso que ele tem? Só estão aumentando as contribuições e retirando drasticamente direitos. Oitenta e cinco por cento da chamada economia de R$1 trilhão saem exatamente daqueles que ganham de um a três salários mínimos. Vejam essa realidade!

Vamos em frente!

Está aqui pacientemente, mas sempre presente, Luiz Antonio Colussi, Vice-Presidente da Anamatra, que esteve lá representada também. Ele fez uma bela fala da Anamatra na CCJ. Eu falo com conhecimento porque eu participei de tudo, do primeiro minuto ao último minuto.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Paim!

Bom dia, nossos colegas debatedores da Mesa!

Bom dia a todos vocês que nos assistem aqui presentes e também pela TV Senado!

Obrigado, Senador Paim, por mais este convite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Depois eles me cobram. Pela TV Senado e pela Rádio Senado, estamos aqui ao vivo para todo o Brasil.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Pela TV, pela Rádio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E pela Agência Senado.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ... e pela Agência Senado. Está feito o registro, não é, Senador?

À nossa Presidente, agradeço o elogio, a manifestação dela, como o senhor acaba de fazer. Ela, realmente, fez um trabalho técnico, ela fez um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Diga o nome dela.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Noemia Porto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso!

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Ela é a Presidente da Anamatra. Depois de 20 anos, a gente voltou a contar com uma mulher na Presidência da Anamatra. (*Palmas.*)

Isso enche de muito orgulho os juízes do trabalho do Brasil.

Também ouvimos aqui a fala brilhante da Dra. Naiara, trazendo a condição de mulher.

A Noemia também pontuou este aspecto, ontem, da dupla penalização das mulheres.

É muito confortável você participar de um debate depois de ouvir os especialistas que nos antecederam.

Notadamente, Senador Paim, fico muito satisfeito quando ouço a Unafisco, o Fisco, as entidades dos auditores fiscais, porque eles conhecem profundamente a realidade e conhecem os números. E os números não mentem, os números estão aí para demonstrar a desnecessidade, ou a dureza, dessa reforma da previdência.

O debate da PEC 6 está muito avançado, está aqui, no Senado, mas nunca é demais, Senador Paim, lembrar o trabalho feito no Senado, no ano passado, na CPI da Previdência, um trabalho maravilhoso, presidido por V. Exa., que demonstrou claramente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O relatório final, permita-me dizer, foi aprovado por unanimidade. O próprio Governo reconheceu que os números eram inquestionáveis.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Isso demonstra a ausência ou a inexistência de déficit na previdência.

Então, ficamos pensando, ficamos refletindo por que é que temos de avançar dessa forma. É verdade que a sociedade avança, que o cidadão brasileiro hoje vive mais e que ajustes devem ser feitos, podem ser feitos, não há a menor dúvida.

Eu estou na magistratura do trabalho há 25 anos. Ingressei lá em 1994 e já passei por três reformas da previdência. Vou passar pela quarta reforma da previdência. Então, isso acaba causando em todos nós... Permitam-me, peço licença... Trago o exemplo da magistratura do trabalho, mas trago o exemplo de todos os demais juízes brasileiros, dos representantes do Ministério Público, mas também de todo o serviço público. Nós não estamos sozinhos nessa luta, nesse trabalho. Há uma parceria muito forte nossa com o Fonacate. Estamos trabalhando juntos para tentar convencer, demonstrar, pedir, quiçá, Senador Paim, implorar aos demais Senadores.

Nossa voz, infelizmente, não foi ouvida na Câmara. Fizemos o mesmo trabalho, conversamos com praticamente todos os Parlamentares, conversamos com os Líderes, conversamos com o Presidente da Casa, fizemos todo um trabalho para demonstrar – e demonstramos – as injustiças, as iniquidades da PEC 6. Não fomos ouvidos.

Olha, Senador, confesso que até tenho dúvida se a nossa estratégia foi a melhor, porque, em momento algum, resolvemos trabalhar totalmente contra. Entendíamos que poderia e deveria ser feito um ajuste, mas nossas sugestões, nossas emendas não foram acolhidas lá. A nossa esperança veio para cá, para o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vamos reapresentá-las aqui, todas elas. As entidades que tenham propostas, e todas as têm, o próprio Chico já me falou das dele... Nós vamos reapresentá-las aqui.

Permita-me esse intervalo. Eu vou lhe dar depois um minuto.

Quero fazer um agradecimento que eu fiz em Plenário. Como na Bancada do meu Partido eu optei por presidir esta Comissão, eu não estava na CCJ. E aí eu conversei... Eu poderia dizer que conversei longamente, mas nem foi longamente; foi uma conversa de dez minutos. Recebeu-me com muita atenção o Presidente Collor de Mello. Eu sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

digo que a gratidão é uma palavra pela qual tenho enorme carinho e respeito. Então, podem crer que eu só estou na CCJ graças ao ex-Presidente da República Collor de Mello. Quando eu falei para ele sobre o motivo – eu não preciso explicar aqui, porque vocês sabem, porque essa causa é a causa do povo brasileiro –, ele pegou o telefone e disse: "Para quem eu tenho de ligar para me tirar de lá e botar você no meu lugar, para você defender o povo nosso lá, pela experiência que você tem?". Ele ligou na hora para o Presidente do Bloco e pediu: "Retirem meu nome. O meu lugar é do Senador Paim".

Presidente Collor, mais uma vez, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Parabéns!

Parabéns ao Presidente Collor, ao Senador Collor! Acho que foi um gesto grandioso. Colocando o senhor na CCJ, também é como se todos nós lá estivéssemos. Isso é muito importante.

Na questão da previdência, é direito do cidadão brasileiro, é direito de todos os cidadãos a aposentadoria. Esse é um direito social estabelecido na Constituição brasileira. Muitas vezes, a Constituição vai sendo deixada de lado, vai sendo esquecida, vai sendo rasgada, mas nós defensores do Estado democrático de direito, defensores da democracia, temos que manter a Constituição como o nosso norte, como o nosso guia. É ela que constitui o Estado brasileiro.

A luta, na reforma da previdência, na reforma trabalhista e em outras reformas, tem que ser permanente, tem que ser feita de forma altiva, forte, para levarmos o nosso grito.

Então, a previdência é pública. Não à capitalização, como bem apontado aqui!

Os erros estão aí. Nós precisamos, de fato, corrigi-los.

O que é esse direito à aposentadoria para o trabalhador privado e para o trabalhador público? É a segurança de que, na velhice, no fim da vida, depois de colocar toda a sua capacidade, toda a sua força de trabalho a serviço do empregador privado...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ... a serviço do empregador público, a serviço do Estado... No caso do serviço público, Senador, os servidores estão a serviço do povo brasileiro. Os servidores públicos estão aqui. A Constituição de 1988 foi muito feliz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando tirou a palavra "funcionário" para colocar em seu lugar a expressão "servidor", porque ele serve ao povo.

Então, nós temos que ter sempre essa segurança.

O que eu percebo em todas as categorias, no serviço público e no serviço privado, é essa insegurança, essa instabilidade, essa falta de previsibilidade que a reforma está trazendo.

Posso citar um exemplo aqui, para deixar bem claro: contribuição extraordinária. O que é? Quanto será?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Pega todo mundo.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – Pega todos!

Então, lá na frente, podem dizer: "Ah, deu déficit!". Desses números a que nós não conseguimos ter acesso – os números estão numa caixa-preta –, vem o tal do déficit atuarial, e aí poderão, por lei, por simples lei, acrescentar ou cobrar a contribuição extraordinária. Isso, de fato, é muito injusto.

O que preocupa todos nós – permitam-me voltar de novo o foco para a questão do serviço público – é essa demonização que se está fazendo com o serviço público. Isso é de uma injustiça muito grande para todos nós que trabalhamos pelo bem do País e do nosso Estado.

Além da contribuição extraordinária, Senador, nós temos, então, a alíquota progressiva. Isso é um confisco! Isso é um absurdo! O serviço público já paga 11%, e a alíquota já vai subir para 16% ou um pouquinho mais de 16%.

Então, gente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – E paga depois de aposentado.

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – E continua pagando depois de aposentado. Isso é muito ruim.

A questão das pensões, a redução delas... Como é que nós poderemos trabalhar tranquilamente quando temos a certeza, numa insegurança total, de que a pensão não poderá mais atender a finalidade de manter a nossa família, aqueles que dependem de nós?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há a questão da regra de transição, já falada aqui. O tempo está passando, mas eu preciso reforçar esse aspecto.

Nas reformas anteriores, a regra de transição era de 20%, era uma regra linear. Então, cada um trabalharia mais um pouco. Não há problema de talvez trabalharmos mais um pouco, mas vejam a injustiça! O Deputado Chico Vigilante, que já me recebeu na Assembleia Distrital – eu estive lá em um dos tantos eventos que V. Exa. organiza –, apontou bem a questão da idade. Nós temos colegas servidores que estão para se aposentar, que já estão enxergando a sua aposentadoria, mas que vão ter que trabalhar por mais dez anos ou por mais do que dez anos. Vejam que isso é muito injusto, é muito desigual!

Há também, Senador, outra regra, colocada no §3º do art. 25 – não é do Governo isso; foi colocado pelo Relator na CCJ –, que ameaça com a desaposentação, que ameaça anular aposentadorias daqueles que já estão aposentados, que se aposentaram com as regras da época, da sua própria época. É o caso, por exemplo, dos magistrados, dos servidores, enfim, que entraram no serviço público até a Emenda 20. Tínhamos direito a contar o tempo de advogado como tempo de serviço público até 15 anos. O regime não era contributivo. Essa era a regra. Hoje, está sujeito, se aprovada essa regra... A regra é absurda, ofende o ato jurídico perfeito, agride a técnica, a boa técnica legislativa. Isso é, realmente, extremamente injusto e prejudicial.

Prezados telespectadores, ouvintes, assistentes, nesta breve fala, pontuei esses aspectos, mas gostaria de encerrar falando do papel do Senado Federal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – O que é que o Senado pode fazer?

O primeiro ponto é que a PEC paralela não é uma boa solução, porque ela não vai se realizar, ela não vai se concretizar. Os que acompanharam a reforma trabalhista viram que o Senado fez a opção, no seu legítimo direito de legislador, de aprovar a reforma como veio da Câmara dos Deputados. E o que aconteceu aqui? O Senado o fez mediante a promessa de uma medida provisória para consertar alguns pontos, mas, até hoje, as medidas provisórias não vieram. O único ponto que eu vi até agora, Senador Paim, que o Supremo está consertando, é o trabalho da mulher grávida em atividades insalubres. Houve uma liminar, uma decisão do Ministro Alexandre de Moraes, para corrigir isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é, de fato, um absurdo não apenas para a saúde da mulher, mas principalmente para o bebê que está sendo gestado, que está para nascer. Então, vejam: a promessa não foi cumprida.

Esse caminho das emendas supressivas, que não voltam para lá... V. Exa. tem razão. Eu tenho ouvido também de outros Senadores de todos os campos que esse é um caminho, que esse é o caminho mais correto. Vamos corrigir pelo menos as principais iniquidades, as principais falhas dessa PEC 6, através das emendas supressivas. O que nós esperamos – é nisso que acreditamos – é que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTONIO COLUSSI – ... o Senado Federal, desta vez, vai cumprir o seu papel tão importante na defesa do Estado brasileiro.

Obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu é que lhe agradeço, Luiz Antonio Colussi, Vice-Presidente da Anamatra, que está cumprindo o seu papel, que foi brilhante como sempre.

Eu queria, com muita satisfação, chamar agora o economista Clovis Scherer, representante do Dieese, que tem cumprido um papel fundamental, com o brilhantismo de sempre, como vocês verão aqui, em todas as Comissões, inclusive na CCJ.

Temos a satisfação, Clovis, de ouvi-lo neste momento, pelo tempo que for necessário.

O SR. CLOVIS SCHERER (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador. Cumprimento V. Exa., todos os colegas da Mesa, todos os que nos assistem aqui ou pelos meios de comunicação do Senado.

Sempre é uma satisfação voltar a esta Casa para poder dar uma contribuição sobre esse tema, que é de tão grande importância para o Dieese, para o movimento sindical, para a sociedade como um todo.

Desta vez, a gente está trazendo novamente os pontos que nós abordamos na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, na audiência de anteontem. Nós, neste estágio do processo, achamos de extrema importância que o Senado dê atenção a alguns pontos, que são os cinco que aparecem aí na tela: a necessidade de discussão do valor das aposentadorias, o valor da pensão por morte e sua desvinculação do salário mínimo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as regras de transição, o tempo mínimo de contribuição e a questão dos benefícios não programados.

Talvez eu vá conseguir ficar nos primeiros três pontos, mas acho importante abordar com um pouco mais de calma esses itens iniciais, porque existe uma campanha do Governo e de todos os defensores da reforma dizendo que essa reforma combate privilégios, portanto, é uma reforma socialmente justa.

Usando como argumento a questão das contribuições progressivas, o fato de que algumas regras vão alterar para funcionários públicos ou mesmo no INSS para os potenciais beneficiários da aposentadoria por tempo de contribuição, o Governo insiste nessa tese, eu queria alertar todos que assistem a nós para esse discurso que nos faz tirar a atenção dos reais impactos sociais sobre a grande maioria da população que virão dessa reforma. Ou seja, eles querem que a gente olhe para esses pretensos combates a privilégios e deixe de olhar para os reais impactos sobre as pessoas que têm benefícios de valores muito baixos, que dependem do seu salário, que trabalham em condições bastante difíceis.

O Senador já colocou aqui este dado que é revelador do caráter socialmente danoso da reforma: o fato de que quase 80% da economia de custos estimada pelo Governo vai recair sobre o Regime Geral de Previdência Social, principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, que deixa de existir, e também do gasto com pensão por morte.

Então, eu queria trazer aqui alguns exemplos de como vai haver um arrocho no valor das aposentadorias sobre os trabalhadores que ganham baixos salários. Eu não vou explicar as regras das aposentadorias, eu quero ir diretamente para o exemplo. Basicamente até o Chico Vigilante já explicou um pouco dessas regras, mas eu quero me deter nesse exemplo que vocês têm na tela.

Nesse exemplo, nós estamos comparando uma situação hipotética de alguém que se aposenta em junho 2019, com 65 anos de idade e 35 de contribuição, como ele se aposentaria pelas regras atuais e como ele se aposentaria pelas regras da PEC, se estivesse cumprindo esses requisitos em junho de 2019. Tomamos um exemplo de um trabalhador que lá em 1994 estivesse recebendo três salários mínimos, ou seja, um valor bastante baixo. E desde então, sua trajetória salarial, que é muito importante para o cálculo da média, tenha tido reajuste igual à inflação todo ano, mais 1% de ganho real, coisa que quem convive com o movimento sindical sabe que é plausível, ou seja, não é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma evolução salarial muito extraordinária. Pois bem, esse indivíduo chega atualmente recebendo R$1.382,00, ou seja, 1,4 salários mínimos. Ele está abaixo da média da remuneração do mercado de trabalho. Provavelmente se enquadra em algum parâmetro de pobreza familiar, especialmente se ele for o único provedor e tiver três dependentes. Nas regras atuais, se ele se aposentasse nessas condições, receberia a aposentadoria de R$1.341,00, ou seja, abaixo do que ele recebe mensalmente como salário, mas, pela PEC, a aposentadoria dele cairia para R$1.181, ou seja, uma perda de 12%, o que representa menos R$2 mil por ano no orçamento de um indivíduo que, na velhice, terá de viver com 1,3 salários mínimos. Essa é a fonte da maior parte da economia estimada pelo Governo com a PEC. Não é combate a privilégio; é daí que vai sair o famoso ajuste fiscal.

Esse tipo de perda vai acontecer para várias pessoas. A gente fez outros exercícios. Não vou me deter, eu quero passar para um outro exemplo ainda mais grave, que é a aposentadoria por idade, que, normalmente, é obtida por trabalhadores que têm ainda mais precária inserção no mercado de trabalho, ou seja, estão sempre expostos a desemprego, emprego informal, a entra e sai. Nesse caso, eu estou comparando também a regra atual e a regra da PEC para alguém que se aposentasse hoje e que tivesse, na sua trajetória profissional, conseguido acumular 25 anos de contribuição, sendo que trabalhou durante cinco anos recebendo um salário mínimo, mais dez anos recebendo um salário mínimo e meio por mês e outros dez anos recebendo dois salários mínimos por mês. Como é que ficaria? Na situação atual, a aposentadoria dele seria de R$1.659. Pela PEC, vejam a queda que esse indivíduo teria: R$1.117 de aposentadoria, uma perda de R$540 por mês.

Agora, eu pergunto para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Repita esses números para as pessoas perceberem o prejuízo que vai haver diretamente, como é hoje e como ficará.

O SR. CLOVIS SCHERER – Como é hoje: ele receberia uma aposentadoria de R$1.659,18. Segundo as regras da PEC: R$1.117,76, ou seja, uma perda, em reais, de R$541,42, o que representa 32% a menos na aposentadoria, é um terço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Do que ele teria de direito pela lei atual?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLOVIS SCHERER – Pela lei atual, a perda de um terço do seu vencimento de aposentadoria. E nós estamos falando de aposentadoria por idade, que é aproximadamente dois terços das aposentadorias concedidas no Brasil. Então veja que não é nenhum privilegiado; é um trabalhador, provavelmente, de numa situação muito dura, penosa, que chega aos 65 anos de idade sem conseguir uma colocação no mercado de trabalho.

Então, eu não vou me deter neste eslaide, mas ele basicamente quer dizer o seguinte: isso representa o grosso da classe trabalhadora, a maior parte dos trabalhadores vai estar nessa situação, e a solução para isso é alterar o texto atual, permitir uma melhoria nas regras de cálculo e algumas mudanças pontuais no texto.

Eu quero passar à pensão por morte, que é outro problema. Eu estou usando o mesmo exemplo de um trabalhador que falece deixando uma aposentadoria, como eu calculei anteriormente, pelas regras atuais, de R$1.659. Na aposentadoria pela PEC, ele perde aqueles R$540 que eu acabei de explicar. Como é que ficaria o cônjuge, a sua viúva ou viúvo, nesse caso? É um dependente apenas. Vocês sabem que a proposta da PEC estipula uma pensão mediante cota familiar. Se é um dependente, ou seja, só o cônjuge, 60% da aposentadoria. E a PEC também faz outra coisa: ela desvincula a pensão do salário mínimo, a menos que o cônjuge, o beneficiário da pensão não tenha uma outra renda formal, por exemplo, uma aposentadoria. Nesse caso, a pensão pode ser até menor do que o salário mínimo; o salário mínimo só é garantido se o beneficiário da pensão não tem uma outra renda formal. Então, vejam, nesse caso, o beneficiário da pensão vai ter uma perda, se ele não estiver protegido pela vinculação ao salário mínimo, de R$738 no benefício em relação ao benefício que teria nas regras atuais. Nas regras atuais, o pensionista receberia R$1.659; nas regras da PEC, apenas R$920,71, ou R$998 se a pessoa não tiver nenhuma outra renda formal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Perde a metade do benefício praticamente, só para as pessoas...

O SR. CLOVIS SCHERER – Sessenta por cento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mais do que a metade.

O SR. CLOVIS SCHERER – É, 60% do benefício, certo? Em relação às regras atuais, a pessoa perde 56% ou até 60% da sua pensão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós estamos falando de uma situação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O senhor que está nos assistindo em casa e a senhora calculem essa realidade. Na falta de um dos dois, no caso do exemplo que você deu, teria direito a se aposentar – eu estou repetindo porque eu achei muito interessante – com R$1.659. Se um dos dois falecer, digamos que fosse o caso, vai se aposentar com a metade do benefício a que teria direito em relação ao que é hoje. Isso é assustador.

O SR. CLOVIS SCHERER – Então, o arroxo das pensões futuras é algo bastante drástico. Vinte e cinco por cento dos benefícios previdenciários são pensões no Brasil. Isso atinge principalmente mulheres, atinge uma grande massa de trabalhadoras rurais, que, se tiverem uma aposentadoria rural, terão a aplicação desse sistema de cotas também e sem a garantia de que a pensão vá ser igual ao salário mínimo. Portanto, nós temos aí um impacto social bastante significativo, bastante expressivo.

E a outra questão de que eu queria tratar... Então, nesse caso, eu acho que existe possibilidade de emenda supressiva para garantir a manutenção da vinculação ao mínimo como piso da pensão e existe também a possibilidade de emendas para alterar o sistema de cotas, melhorar esse sistema de cotas, no mínimo.

Eu queria abordar o terceiro ponto – eu agradeço o tempo que o Senador está me concedendo –, que é a questão da regra de transição. Nem vou entrar muito em detalhes, mas esses números não foram apresentados pelo Governo. Quem não tem acesso aos microdados da Previdência não tem como calcular, mas, considerando as regras de transição e o perfil etário de quem hoje está no Regime Geral de Previdência Social, no INSS, eu estou dando aqui um palpite, um chute, mas que eu acho que é um chute muito certeiro, e até desafio o Governo a apresentar os números efetivos.

Eu acredito que a regra de transição vai se aplicar a menos de 20% dos atuais segurados do regime geral e também, acredito, dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Clovis, permita que eu diga que, quando ele apresentou esse dado – por isto que eu digo que a gente não conhece –, eu não sabia. E olha que eu estou em cima dessa questão! Nenhum Senador sabia, ficamos sabendo ontem, por informação dele, que essa regra de transição – é gravíssimo isso – só vai pegar em torno de 20% da nossa gente.

O SR. CLOVIS SCHERER – E eu quero ilustrar com um exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar adiante. Mais um.

Veja bem esta situação: um trabalhador vinculado ao INSS que tenha 54 anos de idade e já tenha contribuído por 25 anos para o INSS, ou seja, ele está perto de se aposentar, já está olhando o momento de sua aposentadoria, porque dali a dez anos ele esperaria se aposentar, pelas regras atuais, em 2029, ele consegue se aposentar com valor integral, 100% da média. Pelas regras de transição, ele só conseguirá se aposentar em 2030 e, mesmo assim, recebendo 92% do seu benefício, ou seja, não há regra de transição. Por quê? Porque pela própria regra geral, que exige 65 anos de idade com mínimo de 25 anos de contribuição, que ele já completou – mas a idade neste caso é a barreira para a aposentadoria –, ele vai se aposentar em 2030, ou seja, na regra de transição, é o mesmo momento da regra geral. Veja, uma pessoa com 54 anos de idade e 25 anos de contribuição. Todos os trabalhadores que tiverem menos idade e menor tempo de contribuição não alcançarão regra de transição.

Então, esse é apenas um exemplo – dá para fazer vários outros, não vou me alongar aqui – para demonstrar que as regras de transição, embora haja várias, só beneficiam pessoas que estão praticamente às portas de se aposentarem. Por exemplo, um trabalhador com 45 anos de idade que tenha contribuído 20 anos, 22, 23, 24 anos para o INSS não se valerá de nenhuma das regras de transição, vai ter que cair na regra geral. Isso para mim é uma falta de reconhecimento da realidade de que o indivíduo contribuiu durante 20, 22, 23 anos nas atuais regras do jogo. A regra do jogo está sendo mudada aos 40 minutos do segundo tempo, sendo que o indivíduo, ao longo de todo esse tempo, contribuiu na boa-fé de que teria determinadas condições para se aposentar.

Então, eu acho que isso pode ser alterado. Por emenda supressiva, é possível aumentar a cobertura da regra de transição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLOVIS SCHERER – Acho que o Senado pode fazer isso, dando ao contribuinte um maior reconhecimento da sua colaboração para a sustentação do sistema previdenciário.

Eu queria ficar por aqui, encerrando a minha fala justamente ressaltando este aspecto, que é a necessidade de a gente ter um olhar para os impactos que cruzam a todos, inclusive trabalhadores em situações especiais, servidores públicos. E esses três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos acho que são transversais, vão rebater em todo mundo. Então, para esses pontos eu acho que é necessária uma atenção prioritária, sem desmerecer todos os outros pontos para os quais a gente tem alertado. Há problemas no BPC, há problemas no abono salarial, há problemas nas aposentadorias especiais, há várias situações de servidores públicos. Tudo isso está tratado no material do Dieese.

A gente tem colaborado amplamente com a análise da PEC, mas, neste momento, existem algumas questões que têm um alto impacto social, às quais precisa ser dada a devida consideração.

Quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade de falar aqui para vocês e desejar um bom debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Clovis Scherer, representante do Dieese.

Permita-me, Clovis, só um comentário de trinta segundos. Mesmo aquele para quem falte um dia para se aposentar terá prejuízo – não daquela forma, mas de outra forma. O cidadão ia se aposentar no dia 15 de novembro – vou pegar 15 de novembro, porque é simbólico – e a PEC foi promulgada no dia 14 de novembro. A régua pode ser... A régua pega todo mundo, porque o cálculo vai ser de toda a vida laboral.

Então, senhor que está em casa neste momento, vão perder todos. Todos perdem, inclusive os já aposentados, o que aqui vai aparecer ao longo do debate. Todos perdem.

Esta Mesa terminou. Eu peço aos senhores, se puderem, que voltem para a primeira fila. Todos poderão falar nas considerações finais. Eu sei que alguns têm compromisso, mas todos os que puderem ficar terão direito à palavra nas considerações finais.

Muito obrigado a todos.

Eu peço que, enquanto eu chamo a Mesa, passem o vídeo dos mineiros que passou ontem na CCJ. Foi impactante para todo o Brasil assisti-lo aqui pela TV Senado.

De imediato, segunda Mesa: Luiz Roberto Pires Domingues Júnior, Mestre em Economia na Área de Previdência. Ontem, no momento em que foi aberta a possibilidade de mais duas falas na CCJ, eu liguei para ele de imediato e ele disse: "Soltei tudo e estou indo para aí, porque previdência é prioridade". Eu queria dar uma salva de palmas para ele, porque foi aos quinze ou dez minutos de prorrogação que eu liguei para ele, que disse: "Estarei aí".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido também Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT. O Lourenço, há muito tempo, é sindicalista e está sempre presente quando é convocado. (*Palmas.*)

Wilson Pereira, Presidente da Contratuh. Wilson, é uma alegria enorme receber aqui a você, que tem feito palestras por essa causa, defendendo o interesse do nosso povo. Recentemente armamos uma reunião de emergência para debater o tema e lá estava o Wilson, como também o Moacyr. Você e o Moacyr estiveram presentes. Meus cumprimentos ao Wilson Pereira. (*Palmas.*)

Vladimir Nepomuceno, que é, na verdade, um militante dos direitos humanos, das causas populares e sociais, durante toda a sua vida. O Vladimir hoje é assessor e consultor de entidades sindicais e representante da Insight Assessoria Parlamentar. Seja bem-vindo, Vladimir. (*Palmas.*)

Clodoaldo Nery Júnior, Coordenador Nacional do MAS (Movimento Acorda Sociedade) e Diretor Executivo da Anadips, que também tem feito um trabalho permanente, ajudando na defesa das propostas dos trabalhadores aposentados. (*Palmas.*)

Convido João Cardoso, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal. (*Palmas.*)

Teremos uma terceira Mesa com Gláucio Diniz de Souza, Rodrigo Britto, Josiane Jacob Saboia, Rayanne Illis Máximo e Iridiani Seibert.

Vamos passar o vídeo. Esse vídeo, pessoal, pode-se passar agora, mas não é o que passou na CCJ. Pode passá-lo agora. Depois eles falam com... Isso aí é para mostrar como as pessoas em trabalho insalubre, penoso e perigoso estão vivendo. É rápido.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São 1.700ºC. Aqui ele não terá direito a se aposentar, porque eles acabam com as aposentadorias especiais.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Calcule qualquer um de vocês ali. Mas não era esse. Por isso, eles estão tentando ajustar. É o dos mineiros.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse é o dos mineiros.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se aumentar mais o volume, será bom. (*Pausa.*)

Melhorou.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Peço silêncio no plenário, porque o som está muito fraco. Se alguém falar, interfere no nosso som, e a gente não consegue ouvir, pessoal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É no mínimo a 100m de profundidade que eles estão aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu já estaria correndo nessa hora. Ele vai acender o pavio ali.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Calculem fazer isso todo dia!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Ele faz isso de 15 a 20 vezes todo dia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – "Eu nem acredito que vou sair daqui", diz ele.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – O.k.! (*Palmas.*)

Esse foi o vídeo enviado pelo Sindicato dos Mineiros de Criciúma, em Santa Catarina, mas pega diversos Estados, inclusive o Rio Grande do Sul.

São milhares de pessoas que estão nessa situação. Pela lei, hoje, eles se aposentam, nesse caso, com 15 anos de contribuição.

Os senhores e as senhoras que estão aqui e os que estão em casa, assistindo à reunião pela TV Senado, calculem o que é ficar por 15 anos nessa situação! Eles saem de lá com os pulmões, com certeza, com enormes problemas. E há mais: ele não pode mais trabalhar nessa função, que é o que ele fez durante toda a vida. Não pode fazê-lo, porque é proibido.

Mas a PEC que aqui chegou diz o seguinte: ele só pode se aposentar com 55 de idade. Calculem 15 anos nessa situação! Eu não ficaria um dia aí. Trabalhei como metalúrgico, aí nunca trabalhei, não vou mentir aqui. Mas fui já visitar. Vou contar para vocês: quando cheguei aos 50m de profundidade, eu pedi para voltar. E voltei mesmo, não consegui ir até lá. Nem cheguei aos 100m, que era o que estava previsto.

Esse cidadão começou a trabalhar, digamos, com 21 anos, e, somando-se 15 anos, são 36 anos. Ele só poderá se aposentar com 55 anos. Faltam aí 19 anos! O que ele faz nesses 19 anos? Quem vai empregar, num País que tem 13 milhões de desempregos, um cidadão que está com problema nos pulmões – não há como ele não ficar com esse problema – durante 19 anos? Neste caso aqui, ele não vai receber um centavo! Digamos que ele fique desempregado durante 19 anos. Ele não contribuiu mais com o sistema. Segundo alguns advogados, ele perdeu o direito de se aposentar porque ficou 19 anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem contribuir. Ali alguém já me disse que conhece um caso assim. E aí? Como é que se faz? Ele tem que trabalhar, de qualquer jeito, em algum lugar.

Deve haver milhões de pessoas nos assistindo neste momento, porque esse tema chama, de fato, a atenção.

Vocês sabem que há, repito, milhões e milhões de desempregados, inclusive no meu Rio Grande! Não sei como eles estão vivendo. Eu disse isso hoje na tribuna. Calculem!

Eu fui desempregado. Eu estive desempregado por muito tempo. Sei o que é andar de chinelo de dedo, no meu tempo, pelas ruas da cidade, de porta em porta, pedindo emprego. Quando eu voltava, a moçada, os filhos perguntavam: "E aí? Como é que foi?". Eu dizia: "Ah, não deu de novo". E como é que fica o pão? Como é que fica o leite? Como é que ficam o feijão e o arroz? Eu não me envergonho! Comprei muito fiado em um armazém no bairro Harmonia, em Canoas.

Mas aqui viemos para ouvir vocês. Agora é com vocês.

De imediato, passo a palavra a Luiz Roberto Pires Domingues Júnior, mestre em Economia na área da previdência.

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Agradeço, mais uma vez, o convite, Senador, para estar presente.

O Senador colocou que me convocou aos dez minutos da prorrogação. Só quero colocar, antes de iniciar minha apresentação, que escutei a fala de vários colegas. Eu trabalho com seguridade social, a minha função é a seguridade social. Quando o Senador me convocou, eu estava avaliando as condições dos trabalhadores do IML de Brasília, só para vocês terem uma ideia.

Tenho um contato com catadores. Eu faço um trabalho muito grande com catadores e com trabalhadores do serviço público. Então, eu consigo verificar várias atividades laborais e como a PEC, como essa proposta de reforma afeta a estrutura do País.

A minha lógica é diferente da dos outros que aqui falaram, da que eu acompanhei na CCJ, de tudo que foi colocado. A gente bate muito no que está escrito. A minha preocupação é o que não está escrito e está passando. Eu vou ser mais didático em relação àquela fala que eu coloquei ontem. O que está escondido?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB8145003271117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Constituição coloca de forma muito clara que, para fazer qualquer análise, nós, como Estado – eu estou falando de Estado, não estou falando de legislação, não estou falando de previdência, não estou falando de nada disso –, temos como premissa a dignidade da pessoa humana. Aquilo que fere a dignidade da pessoa humana está errado, não é certo, está errado, por premissa. A nossa Constituição valoriza o trabalho, ela prima pelo trabalho. E todo mundo diz que o Governo tem que aprender a respeitar os contratos. Lula só foi eleito daquela vez quando fez aquela carta à Nação dizendo que iria respeitar os contratos estabelecidos. Então, são premissas. A reforma do jeito que está não cumpre nenhuma das três. E eu vou dizer o que está por trás disso.

Pode passar para o próximo eslaide.

Qual é o olhar presente? Qual é a discussão? Foi falado muito claro aqui: nós temos um problema fiscal inerente. Nós temos um Orçamento de R$1,4 trilhão, em que só 0,6% é passível de se mexer. Espere aí! Como é que eu administro uma casa em que meu orçamento é todo fechado, controlado? Se deu problema na receita, eu tenho problema na despesa. Esse R$1,4 trilhão representa um impacto, uma carga tributária de 32% do PIB, e eu estou colocando R$600 bilhões de exoneração. Espere aí, se eu botar R$600 bilhões, para onde iria a carga? Quem está pagando imposto? E quem não está pagando imposto? Você tem essa bagunça. Em vez de discutir isso também, não da forma como está sendo feita... "Não, tem que pagar a conta porque o Estado precisa respirar. Eu vou focar mais o servidor público federal, porque nele é mais fácil de meter a mão, é mais fácil de fazer esse ajuste."

Então, nós temos excesso de gastos obrigatórios. "Mas, Luiz, há obrigações na saúde, na educação, tem que fazer..." Sim, mas o Estado brasileiro, a sociedade brasileira não pode ser bipolar: se eu tenho, tenho que pagar; se eu não quero pagar, então eu tenho que diminuir benefício, uma coisa ou outra. Não dá para ficar no discurso de agradar a Deus e ao diabo ao mesmo tempo! Essa discussão, pelo Estado brasileiro, tem que ser feita, e ela não é feita, a gente não faz essa discussão.

As maiores despesas do Orçamento são, na ordem, previdência; serviço da dívida, juros – não estou falando do refinanciamento da dívida, estou falando do serviço da dívida –; e pessoal. Onde é que o Governo está querendo tocar? Na previdência, com a reforma da previdência, e no pessoal, porque se trata de serviço da dívida, do pagamento de juros. Se o cara me empresta ou dá dinheiro, que é meu agiota, eu não posso ir mal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com ele. Então, não dá para mexer nisso por enquanto. Então, o alvo principal é previdência e pessoal.

A bola da vez, a bola colocada para a gente equacionar esse déficit é a reforma da previdência. Onde é que está a mágica escondida que você não vê? Apesar de eles não estarem presentes, os Governadores e os Prefeitos querem a reforma; eles a querem. Eles não querem é bancar isso nas suas assembleias, mas querem que seja incluída.

Por que ela é unânime para o gestor? Esta pergunta tem que ser feita: por que ela é unânime? Quem vai pagar a conta de todos os desmandos de não tratar previdência como previdência – e há o não atendimento dos normativos atuais, porque existem várias legislações que nunca foram aplicadas – será o próprio segurado. "Vire-se! Eu quero é me livrar dessa conta." Eu estou falando como ente: "Eu não quero mais arcar com isso".

Eu tenho de garantir os mecanismos de sustentabilidade fiscal da previdência, que, indiferentemente, é um direito. Mas eu preciso fazer conta. De um lado, há um pessoal que só olha os números, e, por outro lado, há os que só olham os direitos. Espere aí, o direito precisa de dinheiro! Eu tenho que equilibrar as duas contas. Se eu quero mais direito, eu preciso dar mais dinheiro – é fácil.

Então, de forma sub-reptícia, mas de forma muito clara, está dentro da proposta a desobrigação da cota-parte do ente federado; a manutenção da paridade; a alíquota extraordinária; a alteração das regras de proventos e a alteração de regras de elegibilidade. Esses cinco itens bagunçam o coreto, e quem vai pagar a conta é o servidor público. Meu foco aqui é o Regime Próprio.

Eu vou tentar ser mais didático na minha apresentação. Vou tentar ser didático e ágil, Senador.

O que não está sendo dito? Congelamento e perda da capacidade de compra dos aposentados de hoje, empobrecimento líquido e certo. Eu encontro muito aposentado dizendo assim: "A reforma não me afeta". Mentira! A reforma vai afetar é o aposentado, porque o cara que está na ativa se vira e ainda dá um jeito: "Eu vou atrasar, eu vou me virar". O cara que está com aposentadoria especial vai rebolar! E o cara que está aposentado? Qual é o poder de barganha e de pressão que ele tem? Zero! Ele está assinando o seu atestado de empobrecimento líquido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há a redução efetiva do poder de compra dos servidores ativos, como, na sequência, eu vou mostrar.

Pode passar para o próximo eslaide.

Trato aqui da desobrigação da cota-parte do ente federado. Se vocês olharem a PEC, verão que ela não tem uma linha, uma única mísera linha, dizendo qual é a responsabilidade do empregador. A alíquota progressiva do servidor público começa em 14% e vai aumentando. Existe a alíquota extraordinária. Mas eu tenho o empregador. No Regime Geral, o cara paga 20% da folha, que o Paulo Guedes quer desonerar. Beleza, tudo bem! Se vamos desonerar, beleza! Mas quem paga a conta? Como é que eu faço a conta ser sustentável? Ele está pensando em ressuscitar a famigerada CPMF, não é? Loucuras e loucuras!

Mas, para o ente federado, já está estabelecido: não existe uma linha... A União, os Estados e os Municípios estão desobrigados de contribuir com a previdência do servidor público. Hoje, a Lei 10.884 diz que é o dobro. A lei joga para a Lei 9.717, lei ordinária que diz que é um para um. Então, já não é mais um para dois. Hoje, para cada real do servidor, o ente federado deve alocar dois. Com a reforma, já cai para um para um. Se você seguir a intenção de desonerar, a intenção é que seja de um para zero. Colocando de um para zero, está sobrando dinheiro para o Governo. Não é preciso mais alocar na folha, eu posso investir em saúde, educação, rodovia, ferrovia. Posso fazer isso, porque eu não sou mais obrigado a botar na previdência dos servidores públicos.

Aí há um absurdo! Eu olho as entidades e eu não vejo ninguém falando isso. Ninguém falou isso. Eu tenho um discurso de déficit atuarial, que eu vou mostrar, déficit financeiro, e eu preciso criar a alíquota progressiva: vai sair de 11% para 14%. Mas espere aí, se é de um para um, eu saio de 33% para 28%. Onde eu estou aumentando, diminuindo a conta? Eu estou tirando 5%. Estou tirando 5% de quem? Da parte da União. A União está deixando de cumprir 14%.

Eu vou ser rápido, só tenho mais...

A próxima transparência, por favor!

Em um regime de repartição simples, só para fazer uma conta, eu preciso de três servidores na ativa para bancar um aposentado. Com 33% de cada, eu banco um. Se passar a PEC do jeito que vai, tirando a responsabilidade, eu vou precisar de dez servidores na ativa para pagar um aposentado. Gente, não há concurso! A relação está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 1,04 servidor ativo para um aposentado. O sistema vai ficar deficitário. Não há jeito, é matemática! Aí vêm os números. É número! Não brigue com os números! Mas como eu vou acertar essa conta? O déficit está lá presente. Como eu equaciono essa conta?

Vamos para o próximo eslaide.

Vou só deixar isso aí, porque a gente, em um sistema próprio, não vai...

Eu tenho a questão da manutenção da paridade, que, como coloquei ontem, é uma pedra de toque do sindicalismo brasileiro, uma pedra burra hoje pela reforma da previdência, porque a reforma o obriga a ficar com a paridade. Ela o obriga a ficar com a paridade por quê? Porque 97 mil servidores ativos hoje já estão no regime de previdência complementar. Em cinco anos, já são 15% da força de trabalho. Em pouco tempo, eles serão 100%. Esses 100%, esses servidores que já recebem o teto vão querer aumento de salário? Eles vão querer verbas indenizatórias. Verbas indenizatórias não há; é isenção previdenciária e tributária. Quando o cara pedir indenização, ele terá aumento de renda, mas o aposentado não, porque ele só recebe aquilo que aumenta o salário do servidor. E isso não é sacanagem? Porque a própria PEC está dizendo que fica vedada a complementação de qualquer aposentadoria e pensão que não seja verba previdenciária. Espere aí! A intenção está clara! Vai todo mundo para a verba indenizatória, e eu não aumento. Eu faço uma pressão em cima dos servidores. A gente não pode confundir aumento de salário com aumento de renda. Vai haver aumento de renda para os ativos. E os aposentados do serviço público? Esqueçam! Quem está com paridade pode esquecer.

Só para vocês terem uma ideia, eu fiz um levantamento de quem se aposentou com paridade e sem paridade. Quem se aposentou sem paridade recebe, em média, 80% do valor do salário integral. Em 2005, fazendo a projeção retrospectiva, o salário médio do serviço público era de R$2.971, e o do cara que se aposentou não paritário era de R$2.377. Para quem se aposentou por não paridade, a Constituição diz que tem que se garantir a manutenção do seu poder de compra. Em 2024, quem se aposentou com não paridade vai receber mais do que quem se aposentou de forma integral. Os números não mentem. Hoje recebem quase a mesma coisa. Então, esse é o futuro dos aposentados que se aposentarem com paridade. Disso ninguém fala. E os aposentados estão achando que estão nadando... "Não é comigo!"

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A alíquota extraordinária é o absurdo dos absurdos! Você tem um sistema, você tem um mecanismo que é direcionado para o regime de capitalização aplicado no regime de repartição simples. Aí se fala assim: "Mas é um ato jurídico perfeito, Luiz. Você não vai poder fazer nada." Sabe por quê? Eu fui olhar... Desde 2005, as Leis de Diretrizes Orçamentárias da União dizem que o sistema brasileiro deve ser tratado como regime de capitalização. Desde 2005, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é aprovada com esse texto. De 2005 para cá, são 12 anos, 13 anos. Há 13 anos, esse texto é aprovado. Então, tecnicamente, nós somos um regime de capitalização dentro de um regime de repartição simples.

Quanto à alíquota extraordinária, diz-se o seguinte: o sistema não pode entrar em déficit. Se houver déficit, este tem que ser arcado pelos seus segurados: patrocinador e beneficiário. Espere aí! Nós temos R$46 bilhões de déficit – são dados do Governo. Não estou questionando o número agora. São dados do Governo. "Não posso ficar com déficit. Eu rateio a despesa entre todo mundo." Mas já não tem que pagar a quantidade, não é? Eu já não tenho que pagar o dobro, eu vou jogar para baixo.

Eu tenho, na prática, um aumento de alíquota para o servidor público de 5,7%. "Mas, Luiz, para a alíquota extraordinária, a lei diz que tem que ser um para um. Então, o Governo vai bancar um para um, vai entrar com cinco. Lembra que diminuiu de 33% para 28%? Sobraram quanto? Sobraram 5% e alguma coisinha. É tão maquiavélico porque a diferença de 5,64% cai dentro do aumento de despesa permitido pela Emenda Constitucional 95. "Não há impacto financeiro, está na variação da inflação." E o servidor público vai ficar com a alíquota efetiva de 22,54%. E está todo mundo feliz, está tranquilo! Eu falei: gente, alguma coisa neste País está muito errada.

Então, na prática, libera de uma alíquota de 7,09% para 31%, se a União dispensar a regra da contrapartida. Isso não é alíquota! Isso é confisco previdenciário!

Mas eu tenho o ato jurídico perfeito. Se você pegar o pessoal do Postalis – minha mãe, infelizmente, é do Postalis –, eles estão pagando uma taxa extraordinária de um ano de rombo. Eu avisei: "Minha mãe, houve rombo de novo". "Como é que é?" "É." Junto, há a Petros e uma série de situações.

Pode passar...

Isto aqui eu aproveitei... Tive uma escola na CPI da Previdência. Então, houve aumento da força de trabalho, representado pela linha laranja, de 14% de 2005 para cá;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento real de salário no serviço público de 71%; aumento de déficit de 170%. Como? Porque eles criaram o Funpresp e já enfiaram a dívida atuarial, que deveria ser paga pelo Estado, na conta do servidor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JÚNIOR – Aumentando o rombo, não gerando!

Quando se aprovou o Funpresp... Vladimir, a gente estava discutindo isso. Lembra-se disso? Quando a gente discutia o Funpresp, dizia-se: "Não, isto aqui o Governo está assumindo como despesa!". Está assumindo? Olhe lá! "Pague, servidor!" Hoje ele está mandando a conta, porque ele não quer pagar essa conta. Lá em 2005, ele quis. Implementou isso, botou R$60 bilhões direto.

Aposentados com paridade, que já não terão manutenção do poder de compra, ainda ajudarão a sustentabilidade do Regime Próprio com uma alíquota de 8,54%. O cara está na paridade, não tem previsão de aumento real de compra porque está na paridade. "Quando o servidor ativo ganhar, eu ganho. E eu ainda posso chegar em cima dele acima do salário mínimo e botar mais 8,54%". Maravilha! Aí está o empobrecimento programado.

Pode passar.

Alterações. Isso aqui eu fiz junto com a Thais Riedel, mostrando como é que isso afeta a pensão. A gente fez as contas. Só para se ter uma ideia, hoje, uma pensão em que a pessoa receberia, em média... Por 15 anos, com ela contribuindo R$1 mil durante cinco anos, R$2 mil durante cinco e R$3 mil durante cinco, geraria uma aposentadoria de R$2.153. Se a PEC passa, passa para R$1,2 mil, uma diferença de 44%, uma perda de renda.

Pode passar para a próxima.

Essa pessoa gerou uma pensão. Na regra de hoje, a família recebe os R$2.153, mas, dependendo, como o Senador colocou, da data – se foi antes da PEC ou depois da PEC, se foi acidente de trabalho, se não foi acidente de trabalho –, ela pode receber complementação do salário mínimo. De uma renda de R$2.153, ela tem renda efetiva de R$960; quer dizer, vou ter que complementar até R$998. Que família é sustentada com R$998, tendo uma previsão de renda de... "Ah, Luiz, a previdência brasileira não garante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobrevivência, garante renda". Tudo bem. A gente discute e muda todo o complexo, mas aí discute com a sociedade uma lógica de mudança.

Pode passar.

Regras de elegibilidade, caminho da Justiça. Isso foi o bode na sala – o Senador sabe do que eu estou falando – que foi colocado para o pessoal discutir, e o pessoal caiu, o pessoal caiu, porque o que era importante passou. O pessoal está brigando por capitalização... Gente, capitalização passou, a capitalização está aí, está no regime próprio; só não passou para o regime geral porque é acima do... Mas no regime próprio está aí.

A atuação dos bancos para tratar do regime próprio dos servidores públicos passou. Espere aí! O que queriam que passasse passou. O que era importante passar em termos de questões fiscais... Eu não estou dizendo que elas não são importantes; eu só estou dizendo que o preço a ser pago tinha de chegar à sociedade de forma muito clara. O preço é esse. Vamos pagar ou não vamos pagar? Se eu não tenho condições de pagar, vamos tirar de onde para pagar essa conta? É só isso.

Então, vive-se mais, portanto, deve-se trabalhar mais. Não há que se discutir questões... "Ah! Eu tenho categoria tal...". Avalia-se. É condição de trabalho especial, de aposentadoria especial? Eu sou perito do Tribunal de Justiça do DF nessa área, do Tribunal do Trabalho, desde 2003. Eu acompanho vários casos e sempre achei um absurdo uma pessoa que está em regime especial e que deve ser tempo de exposição... Não tem idade, não tem nada. São 15 anos? São 15 anos! Aposenta. E você tem que estar proibido de trabalhar. Aí vem uma série de bancas de advogados... "Não, ele tem o direito de voltar a trabalhar". Gente, está-se indo contra eles! Se o Estado está dizendo que você literalmente doou a sua vida, diminuiu a sua expectativa de vida para a população, para a sociedade, você não pode trabalhar; eu tenho que tutelar você para o resto da vida. Isso joga...

Ambientes insalubres, outra coisa que é um absurdo. Ambientes insalubres? A tecnologia está aí, tem que ser automatizado. Eu tenho que tirar o ser humano de dentro da mina, eu tenho que tirar o ser humano de mexer com lixo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Enquanto não faz isso, pague! Alguém tem que pagar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JÚNIOR – E a gente tem um absurdo na nossa Constituição: que a automação deve ser evitada. Espera aí! Por isso que eu falo que a nossa Constituição é bipolar. Você tem uma situação que é dos melhores mundos.

Regime de trabalho estanque do serviço público; carreiras de regime especial – há uma situação que pesa. Por que Prefeitos e os Estados estão atrás? Porque 75% do peso da previdência são os professores.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JÚNIOR – Estou terminando.

E policial do Estado...

Por que ele é obrigado? Ele só pode ficar 25 anos em sala de aula porque não tem condições. Minha esposa trabalha nessa área, é uma atividade extremamente penosa, mas ela com 45 anos, 50 anos tem condições de fazer outra atividade. A gente de mudar a forma de encarar, mas essa é uma discussão para a sociedade; não pode ser imposta.

E, na defesa de interesses corporativos, a gente sacrifica o Brasil como Estado.

Eu caminho com muitos sindicatos, e há uma coisa que não me bate na cabeça: todos os sindicatos, sem exceção, bateram na reforma trabalhista. Todos, sem exceção. Todo sindicato decente bateu contra a reforma trabalhista. O que eles estão fazendo? Você pega a Rais – isso não é número mentiroso – e vê que todos eles demitiram. Os trabalhadores dos sindicatos estão sendo demitidos e estão sendo recontratados como PJ. Opa! Espera aí! Você é contra, mas em casa faz o que você nega? A filosofia do exemplo eu aprendi em casa: não adianta falar se você não fizer.

Só para terminar, a conta dessa reforma está sendo cobrada de quem não pode se defender, porque, jogando alíquota extraordinária e não dando aumento, libero para o orçamento não 90; eu vou liberar mais 60 para o ano que vem. Então, o Governo tem uma margem de manobra melhor. E isso não está sendo dito.

Desculpa o tom, desculpa a forma, mas isso me enerva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É verdade. Cada dia há uma novidade nessa reforma. Como a gente vai fazer?

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JÚNIOR – Acho que finalizou. Pode passar. Acho que é a última.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é basicamente isso. A reforma tem vários pontos positivos. Eu já coloquei isso para o Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ROBERTO PIRES DOMINGUES JÚNIOR – Os pontos positivos vão passar, então já arruma. Mas não dá, os trabalhadores do jeito que estão, pagando o preço para garantir a manutenção das porcarias dos gestores de todos os Governos – de todos, sem exceção. A gente tem que tratar o Estado como Estado; não dá para tratar como quintal do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse foi o Luiz Roberto Pires Domingues Júnior, mestre em Economia na área da previdência.

Vamos, de imediato, para o Secretário de Relações Internacionais da UGT, Lourenço Ferreira do Prado.

Lembro que todos os painelistas que puderem ficar farão as suas considerações finais num segundo momento. Não será mais o mesmo tempo, mas mais ou menos a metade do tempo que tiveram na apresentação.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO (Para exposição de convidado.) – Eminente Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e cidadania aqui do Senado da República, meus companheiros de responsabilidades nesta segunda Mesa de debates, os presentes, os que nos assistem, os que nos ouvem, primeiramente quero agradecer este convite. Quem na verdade deveria estar aqui seria o companheiro Ricardo Patah, que, por motivos imperiosos, não pôde fazê-lo, e vamos representá-lo aqui nesta assentada, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só um minutinho.

Iridiani... Aqui pelo celular: "Senador, não tem nenhuma mulher na Mesa; como na outra Mesa tem duas ou três mulheres, eu convido você para vir para esta Mesa".

Iridiani Seibert é membro do Movimento das Mulheres Camponesas. (*Palmas.*)

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Quanto à questão de gênero, nós estamos politicamente corretos aqui na Mesa, não é, Deputado Chico Vigilante?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui ouvimos várias ponderações, críticas, observações muito profundas, adequadas. Estamos com essa proposta de emenda à Constituição em marcha batida. Já está aqui no Senado Federal e, daqui para frente, é ser promulgada, se aqui não forem colocados freios, pesos e contrapesos adequados.

Achei interessante a proposta do representante do Dieese, no sentido de que a apresentação de emendas supressivas não retornaria obrigatoriamente essa PEC para a Câmara dos Deputados. Acho que é um caminho importante para se trilhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me um esclarecimento.

Como havia essa dúvida na Casa e na sociedade, eu fiz um requerimento à Consultoria do Senado. O documento, naturalmente, eu difundi, espalhei para os Senadores e para a imprensa. E a Consultoria é muito precisa: no caso de supressão, podem os Senadores suprimir tudo o que quiserem; promulga-se o que ficar na PEC principal, que é a PEC 6, e esse desaparece. Então, pode. E, inclusive, eles dão no documento, que até vou ler aqui num segundo momento, que isso já foi feito dezenas de vezes aqui no Congresso.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Bem, é um caminho que, não resta dúvida nenhuma, pode ser seguido e com a eficácia fundamental que é necessária neste momento.

Entendemos que, à sua maneira intempestiva e desarticulada com o Legislativo, o atual Governo parece ter aberto o caminho do protagonismo do Congresso Nacional nas reformas estruturais para viabilizar o Brasil. Essa é a visão que a gente tem neste momento disso aqui tudo.

Dentro da UGT, o que nós sempre defendemos – e trilhamos esse caminho – é que justamente na previdência a gente não abre mão de três princípios que entendemos fundamentais: o primeiro deles é igualdade e equidade no sistema de previdência; a transparência em processo de reformas e amplo debate com a sociedade; e a gestão do sistema previdenciário para garantir a sua perenidade, a sua sustentabilidade.

No que se refere à questão de reforma da proposta da PEC 02, de 2019, ainda não atende, entendemos, a esses quesitos, permitindo que o limite do teto da aposentadoria dos servidores públicos permaneça acima do teto do RGPS pelo menos até 2038. Os servidores que ingressaram no serviço público até dezembro de 2003 permanecerão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com aposentadorias integrais e reajustadas como se estivessem ativos – a chamada paridade e integralidade. Somente são sujeitos ao teto do RGPS os servidores que ingressaram a partir da instalação dos fundos de previdência complementar, instituídos a partir de 2013.

Entendemos que a transição entre os dois regimes atuais para se chegar à igualdade na aposentadoria dos brasileiros e brasileiras deve ser rápida. No RPPS, a transição proposta é de 25 anos. Na transição, a nova regra permite a redução de idade para 57 e 60 anos, do homem, com 30 anos e 35 anos de contribuição respectivamente, e cem por cento do pedágio do tempo que faltar. Nós entendemos que a equidade nas medidas é totalmente necessária.

Eu estou realmente passando rapidamente. Não estou lendo o texto todo porque sei que o Senador Paim tem um tempo. Ele não é dono de avião, pelo que me consta. Quem não é dono de avião tem que andar no horário, porque, senão, o avião...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas, pela causa, se eu tiver que trocar a passagem para mais tarde, eu troco. Pode ter certeza.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Já me deu um pouco mais de tranquilidade. Não tanta, mas um pouco mais de tranquilidade.

Então, a UGT entende que essas regras paramétricas de idade e tempo de contribuição, assim como o cálculo do valor de benefícios, devem ser aplicadas na mesma medida para o trabalhador tanto do setor público quanto do setor privado, desde a transição. A desigualdade foi mantida na proposta do Congresso, essa proposta em cima da qual nós estamos. É o que entendemos.

Entendemos que há necessidade de cuidados especiais. A UGT entende que os pilares e parâmetros básicos da previdência devem permanecer na Constituição da República para dar mais estabilidade, aliás, estabilidade total ao sistema previdenciário, o que, de fato, foi introduzido na proposta da previdência do Congresso.

A previdência permanece solidária, contributiva e obrigatória e abrangendo eventos de incapacidade temporária e aposentadorias, salário-maternidade e pensão por morte. As idades e tempo de contribuição foram, igualmente, reintroduzidos.

Geral: para o homem, 65 anos e, para a mulher, 62 anos; tempo de contribuição para o homem, 20 anos e, para a mulher, 15 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rural: para o homem, 60 anos, para as mulheres, 55 anos; tempo de contribuição de 20 anos e 15 anos respectivamente.

Regra de transição, valor de salário-família e auxílio-reclusão foram mantidos na Constituição da República.

Foram, assim, de certa forma, reconstitucionalizados os pilares e as regras básicas de acesso aos benefícios.

Capitalização é um tema esconjurado aqui na Mesa por todos os debatedores e por uma debatedora também, que, se não me engano, não está mais presente, mas não estou fazendo uma referência desairosa, mas estou... O Bomtempo está presente, o Deputado Chico Vigilante também está presente. Então, foi um tema esconjurado aqui a questão que envolve a capitalização.

Assim, praticamente, a título de exemplificação, o que nós notamos é que, na maioria dos países do mundo onde foi adotado, esse princípio da capitalização não deu certo. Se a gente analisar, por exemplo, a questão que envolve os continentes... Por exemplo, nós temos, nas Américas, Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela, Nicarágua, Chile, Peru, Colômbia, Uruguai, México, El Salvador, Costa Rica, República Dominicana e Panamá. Na Europa, nós temos Hungria, Cazaquistão, Croácia, Polônia, Letônia, Bulgária, Estônia, Rússia, Lituânia, Romênia, Eslováquia, Macedônia, República Tcheca e Armênia. E também temos, em outro continente, no continente africano, dois países onde foi realmente implantado esse princípio, esse método da capitalização, justamente Nigéria e Gana.

De maneira que nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só um comentário rápido.

Vamos pegar o caso da Argentina, um dos casos.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Sim, pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Argentina adotou esse sistema. Está no maior caos. O caos é tão grande... E os trabalhadores alertaram, lembra? Houve aqueles grandes movimentos na Argentina para que não fizessem a reforma da previdência. O Macri, teimoso, fez. Resultado: perdeu as eleições, e grande parte da sua base afundou junto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo acompanha essas questões e sabe quando é chamado para pagar a conta. Agora, aqui, quem está sendo chamado para pagar a conta são só os trabalhadores: do campo, da cidade, da área pública e da área privada. Eu questionei os debatedores na CCJ e perguntei: "Onde o mercado entra?" Porque não fomos nós que lesamos a previdência naquilo que ela foi lesada, foram os grandes devedores, os grandes sonegadores, apropriação indébita e companhia limitada.

Só para fazer o registro de que o povo acompanha.

O seu tempo está assegurado.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Muito obrigado, Senador. Eu sei que o tratamento aqui é feito de forma justa.

Quanto a essa experiência internacional, a gente traz aqui as conclusões adotadas pela Organização Internacional do Trabalho, a OIT, que completou 100 anos de existência. Nesses 100 anos de existência... Inclusive foi aprovada, neste ano de 2019, uma convenção muito importante, a Convenção 190, que cuida do combate à violência e ao assédio no local de trabalho.

A OIT tem um trabalho conclusivo a respeito desse sistema de capitalização para o mundo inteiro, e a conclusão a que a OIT chega é muito singela, é a seguinte. Diante do quadro de deterioração e da reversão das previdências privadas nos países em desenvolvimento, concluiu a OIT o seguinte: "Tendo em vista a reversão da privatização pela maioria dos países e a acumulação de evidências sobre os impactos sociais e econômicos negativos na privatização [capitalização no caso], pode-se afirmar que o experimento da privatização fracassou."

E fica a questão: por que é mesmo que o Brasil vai embarcar a toque de caixa... Segundo o nosso mestre em economia, o Brasil, para um tipo de regime, já tem a sua capitalização inserida, não é? Fica a questão: por que é mesmo que o Brasil vai embarcar a toque de caixa, com pouco debate e transparência, nesse regime individual privado de capitalização?

A gente sabe que... O Estado não produz nada, o Estado não é industrial, não é comercial; o Estado arrecada de todo mundo e gasta. Muitas vezes, nesse processo de gasto e distribuição, gasta mal, gasta sem muito método, etc. Mas, na verdade, é o seguinte: consequentemente, você tem que zelar muito pela questão da arrecadação, e a arrecadação deve ser cada vez mais justa – eu ia até usar uma palavra mais diplomática:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais "equitativa" em vez de "justa". Então, o que acontece? Nós tivemos um processo de desoneração muito grande em vários setores da economia. Simplesmente se falou: não se paga mais imposto – a Mesa anterior falou disso. E o que aconteceu com isso? Aconteceu aquilo que foi colocado pelo representante do Dieese: deixou-se de arrecadar praticamente 600 bilhões, e justamente esses 600 bilhões que se deixou de arrecadar nesse período de 10 anos talvez fosse a economia com essa reforma da previdência. Agora, com esse apetite tão grande de fazer um caixa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Deixaram de arrecadar e passaram a conta para o trabalhador.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Agora nós vamos ter que pagar essa conta? Então, são coisas que acontecem, a gente acha que não deveria acontecer, mas que realmente estão acontecendo.

De forma que eu deixaria aqui, Senador – de forma muito rápida, telegráfica –, um trabalho a respeito disso, mais dados, muitos dados estatísticos. Deixamos em poder desta Comissão, que é muito importante, que é fundamental, que realmente olha para esse tema com o olho que tem que ser olhado mesmo, que é o olho humano.

Era essa, modestamente, a contribuição da UGT para este debate aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Esse foi Lourenço Ferreira do Prado, que falou em nome da UGT.

De imediato, Wilson Pereira, Presidente da Contratuh. Em seguida, o Consultor Vladimir.

O SR. WILSON PEREIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia! Ou boa tarde já, para muitos!

Senador Paim, eu quero agradecer, em nome da Contratuh, o convite formulado à presidência da entidade, e dizer ao senhor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Peço que tu dês um abraço no Moacyr, meu parceiro de todas as horas.

O SR. WILSON PEREIRA – O Moacyr é o número um! É um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Você o substituiu com a mesma competência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON PEREIRA – E com muita responsabilidade, num momento difícil. Eu sempre coloco dois desafios: primeiro, enfrentando a questão da própria substituição do Moacyr, porque o Moacyr é um líder nato, sempre lutando muito no movimento sindical; então, a responsabilidade de substituí-lo é muito grande. Mas nós estamos bem assessorados e bem amparados, principalmente amparados por Parlamentares do calibre de V. Exa., que tem sido o esteio da defesa das melhorias daqueles que mais precisam em nosso País, que é a classe pobre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Minoria que já é maioria hoje.

O SR. WILSON PEREIRA – Que é a maioria, a maioria que pena, é verdade.

Quero parabenizar todos aqueles que me antecederam e foram muito felizes nas colocações, em seus argumentos, em suas demonstrações técnicas. Muitas vezes, aquela pessoa que trabalha, a dona de casa, a doméstica e o não alfabetizado não têm conhecimento, não têm alcance. Então, eu gostaria, neste momento, de destacar alguns pontos fundamentais, que foram colocados, inclusive, pelo Clovis: o valor das aposentadorias, o valor das pensões, as regras de transição, tempo de contribuição. Todos aqueles que aqui se manifestaram com muita propriedade colocaram pontos importantes que estão sendo reformados na nossa previdência, reforma que foi feita pela Câmara e agora está aqui no Senado – está aqui agora efetivamente para que se aprecie tudo aquilo que veio da Câmara. A responsabilidade, neste momento, cabe efetivamente ao Senado.

Por isso, quero chamar atenção para alguns pontos importantes. A previdência usa a média brasileira de expectativa de vida para orientar o aumento da contribuição de tempo para se aposentar, mas, na realidade, não são verdadeiras aquelas informações que traz. O mapa da desigualdade, Senador Paim, de 2017, mostrou que a expectativa de vida de uma pessoa que mora em um bairro rico da capital paulista é bem diferente da daquela que mora num bairro pobre, nas periferias – isso apenas mostrando a questão de São Paulo.

Então se diz aqui...

Anotações. Para quem nasce no Jardim Paulista, um bairro nobre de São Paulo, a expectativa de vida é de 80 anos; o índice para quem vive no Jardim Ângela, na periferia, é de 55 anos. E isso é um exemplo que ocorre não apenas nesses dois locais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Repita os números para nós todos e o Brasil ouvirmos, porque eles se baseiam na ideia de que todo mundo vai viver mais de 100 anos.

O SR. WILSON PEREIRA – Eles se baseiam, por exemplo, em 80 anos para quem mora em um bairro nobre da capital paulista. Todavia, aquele que mora na periferia, tem expectativa de vida de 55 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse é o mundo real.

O SR. WILSON PEREIRA – Esse é o mundo real em que nós estamos vivendo.

Então, a nossa preocupação, Sr. Presidente Senador Paim, é efetivamente com esse modelo que estão querendo implantar no Brasil, um Brasil que está vivendo momentos muito difíceis. Nós estamos vendo que o mundo está voltado para o Brasil – os grandes centros mundiais, os grandes políticos, defensores da nossa selva, da Amazônia, em um momento em que, como disse o Deputado Chico Vigilante, há a questão das cinzas, porque a Amazônia está virando cinzas, efetivamente, e o mundo está voltado para essa situação.

Será que o nosso Presidente não acorda para essa situação do País? O Brasil está sendo denegrido lá fora, em todos os aspectos! Aqui, no Brasil, os trabalhadores estão passando por sérias dificuldades, e agora querem acabar com a aposentadoria, com os direitos dos trabalhadores, com os direitos das donas de casa – a dona de casa é trabalhadora – enfim, de todos aqueles que labutam para obter, quando da sua velhice, o direito de se aposentar.

Sr. Senador, eu quero entrar não nos aspectos técnicos – colocamos aqui alguns números em relação à questão da idade, ao que se leva em consideração para a aposentadoria –, mas eu quero ir, então, à questão política.

V. Exa. falou da questão da Argentina, disse que a resposta veio. Então, eu quero chamar atenção, neste momento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É bom que todos os políticos fiquem atentos, olhem para a Argentina.

Permita-me, eu vou usar um minuto só para contribuir com o debate, é uma informação que me chegou agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a pesquisa que saiu hoje, o Governo atual, que estava com 33% de "ótimo" na última, agora baixou para 11%. Não vou fazer um debate político, mas saiu de 33% para 11%. Ele tinha 33% de "ótimo", e agora baixou para 11%. Eu tenho me preocupado aqui em não fazer um debate político-eleitoral ou coisa parecida, porque só vem a crítica daí. Só estou comunicando porque saiu em toda a mídia agora. Isso, para mim, é principalmente porque o povo está entendendo o que é essa reforma da previdência. É principalmente devido à reforma da previdência. É um alerta ao Governo.

O SR. WILSON PEREIRA – Exatamente.

É importante V. Exa. colocar essa situação, porque a sociedade brasileira, o povo brasileiro, tem que tomar conhecimento do que está acontecendo. Então, eu queria chamar a atenção lá da dona de casa, do trabalhador, da trabalhadora, dos empresários de modo geral, enfim, do povo brasileiro com relação às decisões que serão tomadas aqui no Senado. A pressão aqui, a conversa aqui, a gente faz, V. Exa. está defendendo, mas não é tudo.

Nós precisamos da atenção daqueles que estão lá na base, que conversem, que procurem seus Senadores. A pressão tem que ser lá – conversa, diálogo franco, aberto, com educação, com serenidade, como sempre foi característica do povo brasileiro. Se não se resolver, vão para a pressão. Vão para a pressão! A rua está livre. Só esperamos que os trabalhadores, aqueles que forem para rua para defenderem seus direitos, não vejam pela rua um carro-tanque apontando para si. Mas acho que isso não vai acontecer, porque o povo brasileiro é muito sereno, e todos aqueles que irão fazer suas manifestações, quando as fizerem, farão com muita dignidade, com muita serenidade, Lourenço.

Então, eu quero aqui agradecer, apenas fazer essas colocações, parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa, porque ele é o Presidente da CDH e sempre desenvolve um trabalho elogiável em todos os aspectos, principalmente com relação à classe trabalhadora de modo geral. Quero deixar meus agradecimentos em nome de 4 milhões de trabalhadores que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade representa e dizer aos dirigentes sindicais, dizer aos trabalhadores, dizer ao povo brasileiro que nós jamais vamos calar.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Wilson Pereira, Presidente da Contratuh, que fez comentários importantes.

Vamos de imediato ao Vladimir Nepomuceno.

Eu o conheci no tempo da criação da Central ainda, não é?

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Na Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Na Constituinte! Olha, ele foi mais generoso: desde a Constituinte. Eu fui Constituinte, ele já era assessor e trabalhava muito nessa área. O Vladimir Nepomuceno é assessor e consultor de entidades sindicais e representante da Insight Assessoria Parlamentar.

A palavra é sua pelo tempo que tiveram os outros.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO (Para exposição de convidado.) – Em primeiro lugar, boa tarde a todas e todos presentes, a quem está nos assistindo pelos canais do Senado.

Agradeço o Senador pelo convite, pela oportunidade de a gente estar aqui junto mais uma vez, até porque, quando eu não estou aqui, eu estou ali, para acompanhar em todos os debates, além dos que têm ocorrido em vários lugares.

A gente falava da Constituinte porque naquela época eu estava no movimento sindical e a gente vinha para cá para brigar pelo direito do trabalhador, tanto do regime geral quanto do serviço público, há quatro décadas. Mudamos as aparências, mudamos as datas, e a luta continua igualzinha – a gente vai ver isso aqui.

Eu sou servidor público aposentado. Trabalhei durante muito tempo no INSS. Fui assessor na Câmara, aqui no Congresso, e passei 13 anos no Governo Federal como Diretor de Relações de Trabalho. O Luiz Roberto Pires Domingues fez parte da nossa equipe, na área de saúde do trabalhador. Depois, com a chegada do Governo Temer, eu requeri o meu direito de sair, porque eu já tinha 41 anos de contribuição e pude pedir aposentadoria. Juntei o que aprendi no movimento sindical com o tempo de Governo e resolvi ajudar os companheiros, tanto Parlamentares quanto as entidades do movimento sindical. A gente tem corrido o Brasil, conversando com bastante gente, inclusive com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tarefa muito difícil de representar o Senador no Rio Grande do Sul em um encontro do fisco estadual.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E representou muito bem todas as vezes que teve que cumprir essa missão!

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Mas foi tranquilo, o pessoal lá é muito bom.

Eu queria começar aqui deixando bem claras algumas coisas. Primeiro, eu não vou trabalhar com números, dados e gráficos. Isso a gente já fez em várias exposições e, aqui, hoje mesmo, algumas pessoas já fizeram.

Eu queria trabalhar aqui com a questão política da reforma, deixando primeiro o destaque: ao contrário do que muita gente diz, inclusive companheiros nossos que defendem a luta contra a reforma, previdência social não é seguro social. Apesar de estar num órgão chamado Instituto Nacional do Seguro Social, criado no Governo Collor, é uma instituição que cuida de um direito social. Nós não temos seguro social. Tanto que os cálculos para definir valor de benefício não são os cálculos do sistema de seguro privado. Lá há cálculo de seguro, lá há cálculo atuarial. No sistema público não há; é um direito social, assim como a saúde, assim como a assistência social. Não por acaso, na Constituinte nós colocamos os três juntos, financiados, na parte de previdência, por três, mas, no restante, pelo conjunto da sociedade. Não só quem trabalha, mas todo mundo acaba sendo beneficiado por um sistema que é de segurança social, que é um dos direitos.

Em relação à PEC 6, eu vejo também alguns companheiros tranquilos: "Bom, emenda supressiva garante a promulgação e não retorna para a Câmara dos Deputados." Eu acho isso ruim! Eu quero mais é que volte para a Câmara para a gente poder detonar tanto lá, como a gente fez no primeiro momento, quanto a gente está tentando fazer aqui. Então, não sou favorável a que uma emenda garanta a promulgação e não devolva para a Câmara. Eu sou favorável a que a gente mexa o suficiente para devolver à Câmara dos Deputados. E isso é muito importante.

Outra coisa: a capitalização – a proposta está pronta – vem na PEC Paralela? Não, porque é inconstitucional, não pode; mas vem logo na virada do ano legislativo. No iniciozinho, em fevereiro do ano que vem, a PECzinha prontinha, bonitinha, será apresentada. É que a única coisa que poderia voltar ainda numa sessão legislativa, durante o mesmo ano, seria um projeto de lei, se um número expressivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares assinasse um documento querendo que aquele assunto voltasse. Não é o caso; ninguém está pedindo que volte a capitalização ao debate, uma vez que ela foi retirada do projeto lá na Câmara. Então, vem numa PEC especial.

A PEC Paralela: a gente tem que tomar muito cuidado com ela, porque tudo o que foi rejeitado na PEC 6 não pode constar da PEC Paralela. Como já foi dito, inclusive por assessores aqui do Senado e pelo próprio Relator, o que não entrar aqui entra na PEC Paralela; o que não for contemplado aqui vem na PEC Paralela, ou seja, é uma PEC 2 – reforma da previdência, a continuação. Então, a gente tem que ter isso bem claro.

Há algumas observações que eu acho importante a gente fazer. Primeiro, o que nós estamos fazendo? No sistema que atende à população de um modo geral, tirando os servidores públicos, nós estamos: aumentando o tempo de contribuição, aumentando a idade mínima e diminuindo o benefício para quem conseguir chegar – porque um dos objetivos está sendo alcançado: retira boa parte da sociedade do direito de atingir a aposentadoria, principalmente aqueles que dela mais precisam, como foi bem colocado aqui, como é o caso dos mineiros e de outros que trabalham com aposentadoria especial em ambientes insalubres, penosos e perigosos.

E eu até lembro que, lá na CCJ esta semana, o Rogério Marinho comparou o mineiro daqui com o mineiro da Alemanha. Só que ele não falou das condições de trabalho e de quanto é a remuneração, quanto tempo a pessoa fica exposta e quanto tempo ela é obrigada por lei a ficar afastada. É bem diferente! Não dá para botar secamente: idade contra idade; tempo de contribuição e tempo de contribuição. As condições de trabalho... Porque há uma coisa que a gente tem que ter bem clara sobre insalubridade, penosidade e periculosidade: infelizmente no Brasil, há décadas, a gente fez um acordo de vender a saúde do trabalhador pagando indenizações. A pessoa que trabalha num ambiente insalubre recebe no seu salário adicional de insalubridade. Quanto é investido para diminuir a insalubridade do ambiente? Nada! Vendeu-se a saúde do trabalhador por um abono. Idem na área de perigo, idem em outras áreas que geram problemas à saúde do trabalhador.

Então, o objetivo é retirar o máximo de pessoas do sistema, porque esse sistema vai acabar. E, quando alguém discute transição, nós estamos discutindo o seguinte: sair de um regime que não é bom para um que é pior e está com data marcada para extinção. Isso é a transição. "Ah, vamos melhorar a transição, 100%, 80%..." Na verdade, não tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que haver transição, porque não tinha que haver uma nova situação. Então, a gente tem que ter isso bem claro.

Outra coisa que eu acho importante destacar é o BPC. Fala-se tanto: "Tem que desconstitucionalizar isso, tem que desconstitucionalizar aquilo", no entanto se está fixando na Constituição um quarto do salário mínimo. Espere aí, se a previdência eu estou tirando da Constituição, por que eu estou colando na Constituição o limite de um quarto do salário mínimo para dar acesso ao Benefício de Prestação Continuada, que nem previdência é, é assistência social? Foi dito isso no debate da CCJ anteontem. É simples: trata-se de diminuir ações judiciais, dificultar o acesso e dificultar que os Parlamentares consigam aprovar leis que melhorem as condições de atingimento do BPC. Então, é muito claro o objetivo que eles querem.

O abono do PIS: simples, a gente sai de 2 salários mínimos para 1,37 salário mínimo. Isso significa botar milhões de pessoas – o que já foi dito em vários eventos –, que usam esse dinheirinho do abono para diminuir seus prejuízos, pagar contas atrasadas... Elas simplesmente não vão receber esse um salário mínimo!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só um número, só isso, na linha do que você disse: 13 milhões de pessoas serão prejudicadas!

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Exatamente. Mas qual é o objetivo? Economia? Mais ou menos. A gente vai ver isso daqui a pouco.

E a questão do BPC, para finalizar na questão do BPC: por que o Paulo Guedes propôs os 400 reais, contra os quais a gente brigou lá na Câmara e tal? Coincidentemente – isto também já foi falado em alguns eventos –, 400 reais aqui no Brasil equivalem ao valor que o Chile criou na área de atenção social depois que o sistema de capitalização quebrou e jogou boa parte da população na miséria.

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Então, não foi por acaso, os 400 reais não saíram de um cálculo muito bem elaborado, de estudos. Foi apenas o seguinte: vem cá, Michelle Bachelet, quando Presidente do Chile, criou um valor para tapar um rombo gigantesco, mas com um dinheiro pequenininho... É que boa parte da população estava cometendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

suicídio, estava morrendo à míngua na rua. E a gente que conhece o Chile sabe: inverno lá não é inverno qualquer, as pessoas morrem de frio na rua no Chile.

Outra coisa: "A gente discute muito na PEC a questão dos benefícios". Não, a gente discute aposentadoria, porque benefícios como acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio-reclusão... Alguém falou em auxílio-reclusão nessa PEC, que a família de um preso que foi contribuinte tem direito de receber? Ninguém falou nada. Salário-maternidade, salário-família, quem paga? Tudo isso a reforma está jogando para quem puder contratar uma seguradora. Você vai dizer o seguinte: "Quanto eu contribuo para ter direito a algum dinheiro se eu tiver que me afastar do trabalho por motivo de doença?". Pela PEC o sistema vai tratar de forma muito superficial esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Privatiza praticamente.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Sim, e aí privatiza criando condições para Bradesco, Itaú e outros venderem seus planos de seguro, como eles já estão preparando a capitalização.

Outra coisa, o sistema de repartição é deficitário? Tem gente que fala assim: "É a partir de tal data". Não, não é, nunca foi e, se mantivermos por acaso esse sistema funcionando, não será, porque não pode ser deficitário quando eu tenho três contribuindo e só conto dois. É o salário do servidor tirando uma parte, e a folha de pagamento, outra parte. Durante anos, esses dois sozinhos deram conta de pagar todas as despesas da previdência social – todas –, sobrando dinheiro que a gente sabe que foi para o caixa único do Tesouro para outras despesas. O terceiro participante, que é o Estado, não precisou botar R$0,01 durante anos. Quando ele chega, cumprindo obrigação constitucional, a botar R$1, ele fala que deu R$1 de déficit. Desde quando eu posso considerar prejuízo uma conta que tem que ser paga por três, mas que, durante anos, foi sustentada só por dois e o terceiro ficou quieto? No dia em que o terceiro tem que chamar, ele não fala que está pagando uma conta que é obrigado a pagar. Ele está falando o seguinte: "O sistema está dando prejuízo". Então, não existe isso.

E aí vem a história da capitalização. A capitalização eu acho que a gente pode pegar no seguinte: vai chegar junto com a implantação da tal carteira verde e amarela. A gente que é mais antigo... Na década de 70, eu lembro que fui para o meu primeiro emprego e falaram: "Assina aqui, assina aqui, assina aqui. Isso aqui é o termo de opção pelo fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de garantia". Estava acabando a estabilidade, estava começando o fundo de garantia. Eu falei: bom, se é opção é porque há mais de um. Qual é a outra opção? "Não, é esta aqui."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Se quiser trabalhar...

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Eu falei: mas, se é opção, eu posso, então, escolher isso ou não? "Pode. Agora, se você não optar por este, o emprego não é seu, é de um próximo candidato." Então, a carteira verde e amarela vai ser opcional da mesma forma e, obviamente, junto com ela, o sistema de capitalização para quem tiver algum grau de salário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Uma opção entre aspas.

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – É opção do fundo de garantia. Alguém que trabalha como CLT e que tem fundo de garantia assinou o termo de opção sem ter opção de não assinar. Quer dizer, tinha, era só não querer o emprego.

O sistema de capitalização que vem junto, como já foi mencionado aqui, o Lourenço falou disso, em 60% dos países onde foi implantado, deu errado. O sistema de capitalização vai trazer crescimento? Vai, de miséria, como a gente viu nos países, principalmente, do Leste Europeu e da América Latina.

A gente esteve no Chile. Em Santiago, eu ficava triste de ver um amigo meu bancário que mostrava dois prédios, um antigo e um novo, moderno, todo superequipado. Este aqui é do antigo sistema de previdência, esse novo é do que eles chamam lá de administradoras de fundo de pensão, que são as empresas que cuidam da capitalização.

Enfim, o que aumentou? As mulheres passaram a se aposentar muito mais tarde, a receber menos da metade de um salário mínimo, porque os bancos não tinham nenhuma obrigação de pagar a mais, porque diziam que o sistema não rendeu o que queriam. Os homens também, mas as mulheres sofriam muito mais, porque se aposentavam, quando conseguiam, muito mais velhas, ganhando muito menos. Aumentou o que mais? A quantidade de gente morando na rua. Então, não tem como... Não por acaso, boa parte deles já abandonou o sistema.

Por fim, Senador, eu acho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – O suicídio cresceu no Chile. Engraçado, eu conversava com o pessoal lá do Chile... A gente esteve lá e depois eles vieram aqui, a gente trouxe alguns companheiros do Chile para participar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – Sim, no Nereu Ramos, esteve e eu estive com ele em outros eventos aqui em Brasília, em Curitiba e em outros lugares também.

Enfim, a gente teve essa discussão, mas eu não vou deixar passar também a questão do servidor público. Primeiro, desde que chegou a Constituição, em 1988, nós servidores públicos federais passamos pelas Emendas Constitucionais 3, em 1993; 20, em 1998; 41, em 2003; 47, em 2005; e a parte da invalidez na Emenda Constitucional 70, em 2012 – e agora mais uma.

A alíquota, quando a gente instituiu a alíquota para o servidor público, era de 6%. Numa briga em que a gente fez muita greve, muito movimento, foi parar em 11%, porque eles queriam 14% no Governo Fernando Henrique – por coincidência, os mesmos 14% de agora.

E aí uma coisa que o Luiz Alberto, nosso companheiro aqui do Senado, explanou muito bem foi sobre a quantidade de ilegalidades, irregularidades e inconstitucionalidades na PEC, e essa é mais uma. Por exemplo, alíquota progressiva não tem como, vai parar no tribunal; alíquota de contribuição extraordinária para servidor público se o sistema estiver deficitário.

Aqui cabe uma pergunta: quando foi feito o cálculo atuarial para se definir o valor da contribuição de qualquer servidor público federal, estadual ou municipal? Nunca. Basta o Governador, o Prefeito ou o Presidente da República declarar que está deficitário e se institui uma taxa extra, quando nunca foi feito nem um cálculo atuarial para definir isso.

Então, eu acho que a gente pode, caminhando para o fim, lembrar o seguinte: a reforma da previdência está junto com a trabalhista, com o tal pacto federativo – e alguns Governadores estão entrando de gaiatos nessa história –, a reforma tributária, que veio para melhorar a vida dos ricos e não a do trabalhador. Uma coisa que está na PEC é a segregação de contas, que a gente conseguiu afastar um pouco do debate, mas Paulo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guedes disse que está vindo e que a conta da saúde, a conta da assistência social e a conta da previdência social passam a ser separadas. E uma coisa interessante...

Eu deixei ali uma tela para a gente projetar. Eles dizem que, se não aprovar a reforma, o País quebra. Foi citada pelo nosso amigo Eduardo Fanhani, aqui nesta sala, quando a gente lançou o livro dele aqui, uma fala do então Presidente José Sarney. Eu fui buscar cópia do jornal *Folha de S.Paulo,* que está guardado nos arquivos do Senado. Está lá, eu repeti, copiei e colei o que ele disse, que está na *Folha de S.Paulo* de 27 de julho de 1988, algumas observações do ex-Presidente Sarney. O que essa Constituição faria? Primeiro, "desencorajamento da produção, indução ao ócio e à produtividade, transformação do Brasil numa máquina emperrada, arrocho do contribuinte, desemprego, hiperinflação, descrédito no exterior, estrangulamento de investimentos internos e externos, recessão econômica e permanente instabilidade política e institucional". Essa era a leitura que os liberais tinham da Constituição que seria aprovada. Essa declaração do Presidente Sarney foi entre o primeiro e o segundo turno da votação da emenda à Constituição aqui.

Mais adiante, ele fala dos gastos públicos, principalmente sobre a questão da seguridade social: "o sistema tributário determinará uma perda de receita próxima de 20% já em 89 [não houve]; o direito de greve que permite greve política e a paralisação dos funcionários públicos". Quer dizer, o direito de greve, na cabeça dele, significava: dê o direito; no dia seguinte, todo mundo está em greve!

E o mais importante está no final: "o sistema de seguridade social que, calculou, levará a Previdência a um déficit de Cz$630 bilhões", cuja atualização eu fui buscar com o pessoal do Banco Central, que seria um déficit de R$17 bilhões em valores de hoje. Isso em 1988.

Detalhe mais interessante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – ... o Renato Archer, que na época era o Ministro responsável pela previdência, tinha já desmentido o Presidente, dizendo: "Não tem déficit nenhum, se a gente aprovar na Constituição um sistema de seguridade social".

Tirando a data – 27 de julho saiu na folha; 25 de julho foi o dia da entrevista do Presidente Sarney. Aliás, entrevista não; foi declaração em rede nacional de rádio e TV

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigida pelo Presidente da República para tacar fogo no circo –, tem alguma diferença do discurso do Paulo Guedes? Nenhuma. Porque quem mandou ele dizer isso são os mesmos que vêm, durante os Governos Collor, Fernando Henrique, Temer e hoje, mandando fazer a reforma que aí está. Ou seja, nós não estamos começando uma discussão. Essa discussão completou 40 anos no final do ano passado – em julho agora, 41 este ano. Nada de novo.

Então, nós não podemos acreditar que essas pessoas estão falando sério, que elas estão bem-intencionadas com a população brasileira. Este é o objetivo: desonerar tudo que puder do Estado para poder passar para o sistema financeiro. Esse é o objetivo central dessa reforma.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, muito bem, Vladimir Nepomuceno, consultor de entidades e representante da Insight Assessoria Parlamentar.

De imediato, Clodoaldo Nery Júnior, Coordenador Nacional do MAS (Movimento Acorda Sociedade) e Diretor-Executivo da Anadips.

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Quero saudar o Senador Paulo Paim, que preside esta Comissão e que é, para nós, uma grande referência que temos no Senado, com uma atuação de destaque. É um homem que tem a sua trajetória política associada à luta em defesa dos trabalhadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – ... das pessoas com deficiência e que está se prestando, mais uma vez, a fazer essa defesa. Então, a CDH está em boas mãos!

Quero saudar a todos os companheiros de Mesa, na pessoa do Vladimir, que me antecedeu, e a todos os presentes. Quero fazer uma deferência à Dra. Lígia, Procuradora Federal que integra o Movimento Acorda Sociedade e que caminha conosco há muito tempo.

Senhoras e senhores, ouvintes, é muito importante ter este espaço que foi colocado pela CDH para permitir que aposentados, que pensionistas, que pessoas com alguma deficiência...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E o MAS já esteve aqui inúmeras vezes. Toda vez que é convidado, faz-se presente!

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Sim!

O Movimento Acorda Sociedade participou de vários debates nesta Casa. Com as nossas entidades, participamos da CPI da Previdência, subsidiando aquele debate com informações acerca do déficit, devidamente qualificado pela Anfip; o Sinprofaz aqui sempre esteve também falando sobre os grandes devedores da Previdência Social.

A reforma da previdência precisa ser rechaçada etimologicamente, porque a palavra "reformar", de acordo com o dicionário, é tudo o que você faz para melhorar um ambiente, para tornar esse ambiente mais confortável, mais funcional. E não é o caso da PEC 006. Na verdade, isso não é uma reforma, isso é o desmonte da nossa previdência social.

Esse Governo tem uma tônica de retrocessos. Os retrocessos não são apenas na previdência; são retrocessos nos direitos trabalhistas. A Medida Provisória 873 foi um ataque violento do Governo em relação às entidades sindicais. Tivemos agora a reforma, a MP 881, que é a nova versão, a fase dois da reforma trabalhista. E ambas significam um casco: fizeram um casco no orçamento da previdência, na medida em que cai a arrecadação previdenciária. E sempre são os trabalhadores que estão pagando essa conta. Essa conta nunca atinge o andar de cima. São sempre os mesmos que estão acostumados a pagar desde sempre. Então, ela é injusta, ela é cruel e ela é desumana.

O exemplo que foi trazido aqui pelo Senador Paulo Paim do caso do trabalhador que atua em mina de subsolo é muito triste, porque ele retrata a situação de um trabalhador que, quando chegar na idade, vai ter problemas de saúde, o pulmão dele vai para o espaço. Se ele perder a qualidade de segurado, ele vai... O que significa perder a qualidade de segurado? Ele vai ficar 24 meses desempregado, perde a qualidade de segurado. Se ele morrer, a esposa dele não vai receber sequer uma pensão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É isso que eu tenho falado, e é bom que tu reafirmes. Só que, do lado de lá da rua, aqui, não é?, eles dizem que não, que pode ficar 20 anos desempregado que não perde nada!

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Eles têm que ler a Lei de Benefícios. Ela é bastante clara no que se refere à qualidade de segurado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente percebe que esse debate foi um debate muito desonesto. Naquele livro da reforma da previdência *Um Debate Desonesto,* o Eduardo realmente está de parabéns pela contribuição e o referencial que ele trouxe para a nossa literatura, porque isso vai ficar na história.

A reforma da previdência é ruim para todos, mas seguramente é pior para as mulheres. A maioria das pensionistas no Brasil são mulheres, e são elas que vão pagar essa conta; são as mulheres. As mulheres vão ter que trabalhar mais, vão ter que contribuir mais e vão sempre receber menos.

Então, eu vou deixar para a Iridiani fazer comentários em relação à questão das pensões das mulheres.

Eu gostaria de citar, Senador, a questão das emendas supressivas. É fundamental que a gente trabalhe essas emendas supressivas como uma estratégia política desta Casa, e a gente conta com a sua articulação no sentido de levantar emendas supressivas para minimizar os efeitos maléficos dessa reforma da previdência, que não é reforma, é um desmonte.

Nós sugerimos a emenda supressiva ao art. 40, §15, que nada mais é do que permitir que os bancos, no futuro, possam se apropriar do Funpresp. Eles sempre quiseram isso, porque lá tem dinheiro. Banco vive da intermediação financeira. A Câmara não permitiu aprovar a capitalização da forma como veio, no art. 40, §1º, mas os Deputados permitiram o art. 40, §15, que nada mais é do que pegar os fundos públicos e transferir para os bancos. Então, a capitalização está atendida em parte, o interesse do mercado financeiro. Fica aqui esse alerta em relação ao Funpresp.

Quero destacar ainda que a previdência complementar no Brasil é um investimento de risco. Não há nenhum tipo de segurança jurídica em relação à previdência complementar.

Nós estamos trazendo para a CDH, na próxima semana – já foi aprovado pelo Movimento Acorda Sociedade na sua última reunião –, uma sugestão legislativa para mudar o marco regulatório da previdência complementar. Nós temos muitas preocupações porque, quando se faz um investimento de risco, como é o caso da previdência complementar, e um fundo de pensão quebra, há prejuízo. E os participantes desse fundo é que são convocados para fazer o pagamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que nós queremos? Nós buscamos a criação de um fundo garantidor de crédito para a previdência complementar. E ainda a criação de um compulsório para os fundos de pensão, para evitar que os participantes do Funpresp, no futuro, sejam convocados a pagar uma dívida fruto de corrupção, fruto de má administração desse recurso. É uma necessidade importante.

Para referenciar, o próprio Fundo Monetário Internacional tem um relatório que aponta que isso é uma crise anunciada para o Brasil.

Então, eu gostaria de fazer referência a isso. É um investimento de risco. Querem nos obrigar a um investimento de risco. PEC paralela, se vier, vai ser um problema. Qualquer PEC que vier agora, em relação à reforma da previdência, será danosa para o trabalhador. Por isso nós temos que fazer as alterações agora. Nós não vamos cair no conto da sereia de que virá a PEC paralela para fazer ajustes. Não, o que tem vindo por aí, essa PEC paralela, não é uma luz no fim do túnel. Não! A PEC paralela na verdade é o trem que está vindo.

Com relação à alíquota extraordinária, nós solicitamos ainda que seja feita uma emenda supressiva em relação a isso. Os aposentados hoje são arrimo de família no Brasil, um País que tem 14 milhões de desempregados, com um Governo que não é capaz de fazer um plano de desenvolvimento nacional para colocar esses 14 milhões para trabalhar. Então, quem está segurando essas famílias? São os idosos, são os aposentados. Seus filhos não conseguem ingressar no mercado de trabalho porque nós estamos em recessão, o Brasil está em recessão econômica. Nós temos duas retrações consecutivas de PIB, e eu quero dizer para vocês – e não falo isso com alegria –: nós vamos ter uma retração no terceiro trimestre, e essa retração vai ter um impacto de uma crise fiscal gigantesca para o Brasil.

Eu lamento, porque essa agenda econômica que está sendo implementada no Brasil é a mesma que foi implementada na Argentina. Isso precisa ser dito, isso precisa ser falado. E eles querem colocar para pagar a conta apenas a classe trabalhadora.

Os empresários criaram um movimento recente, o Movimento Brasil 200, criaram um escritório de *lobby* aqui, em Brasília. Estão falando na volta da CPMF.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Mas por que eles estão falando em CPMF? Eles estão falando em CPMF porque querem criar um novo furo, criar mais um rombo no nosso orçamento da seguridade social para eles se livrarem dos encargos da folha. Então, eles criam a CPMF para se livrarem dos encargos da folha, ou seja, eles estão querendo, com isso, aumentar o déficit da previdência. E, obviamente, se aumentar esse déficit, quem vai pagar essa conta? Os mesmos de sempre: os trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Abre cada vez mais a janela (*Fora do microfone.*) ... para a capitalização.

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Exatamente isso.

E aí vem a alíquota extraordinária dos aposentados. Todos os servidores públicos que são aposentados precisam entender que eles estão numa rota programada de empobrecimento e perda de poder aquisitivo, porque a aposentadoria deles, a pensão deles vai ser reduzida por conta da alíquota extraordinária, que é efeito de confisco. Isso aí nós vamos discutir no Supremo Tribunal Federal. Para isso, o MAS tem duas confederações, que são a Conacate e a CSPB, e nós vamos bater na porta do STF.

Com relação à reforma, ela foi extremamente dura para os servidores públicos. Ela foi ruim para todos, Senador, mas, se a gente for analisar o que eles fizeram com os servidores públicos, realmente é muita injustiça.

A questão da transição. É importante fazer esse debate da transição.

Vladimir, qual é o estudo atuarial que nós temos que justifica o pedágio de 17% para os militares?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Não há estudo atuarial.

E como é que você dá um pedágio de 30% para os Parlamentares, 17% para os militares e manda uma proposta que, inicialmente, não tinha sequer o pedágio de 100%. E é um pedágio que, na verdade, é uma maldade.

Então, nós temos que rever isso. Nós solicitamos emendas supressivas em relação a essa questão do pedágio de 100%.

Se querem fazer conta, então vamos conversar sobre esse pedágio dos militares, porque eles são a maior parte do déficit do setor público. E se eles são a maior parte do déficit do setor público, como é que você coloca um pedágio de 17% e, para os civis, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedágio de 100%, que foi o texto base, aprovado na Câmara dos Deputados, que veio para cá? Isso é uma questão política. De onde foi que saíram esses 17%? Nós queremos saber, porque o Márcio foi buscar o Tribunal de Contas da União no passado, por conta da 287. Nós nos reunimos com o Raimundo Carreiro, que era o Presidente à época, e pedimos a ele uma auditoria nas contas da previdência, com o objetivo de qualificar esse debate, termos informações fidedignas para fazer o debate nesta Casa. E o Tribunal de Contas da União fez a sua parte: entregou para nós o relatório, nos deu a informação necessária. E lá, nesse relatório, já aponta o declínio, inclusive, do déficit em relação aos servidores civis. Agora, como é que esses servidores civis vão ter que ser chamados novamente para pagar uma conta que não é deles?

Então, aqui fica o nosso registro em relação à defesa dos servidores públicos civis.

Sr. Senador, nós também queremos chamar a atenção para os aposentados e pensionistas dos Estados. Existe um relatório do TCU, Relatório 1.331, de 2016, que, para nós, é um motivo de muita preocupação. Esse relatório aponta que a maioria dos institutos de previdência próprios, que foram criados para que não pagassem INSS – eles criaram um instituto próprio –, a maioria deles está com déficit. Isso, na verdade, nada mais é do que uma crise econômica sistêmica que vai atingir toda a economia brasileira.

Então, se tiver que fazer CPMF, nós podemos conversar sobre isso. Agora, essa CPMF não pode ser para atender os interesses do Brasil 200. Essa CPMF vai ter que ser para evitar uma crise sistêmica na economia. E, nessa crise sistêmica, entram os interesses dos aposentados e dos pensionistas.

Então, nós queremos solicitar à CDH uma audiência pública para que o TCU esteja aqui conosco debatendo essa questão desse Relatório 1.331, de 2016, que também foi objeto de debate na CTG (Comissão de Transparência e Governança). E solicitamos que, para essa audiência, venham...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – ... as entidades que integram o MAS, dentre as quais eu destaco a AudiTCU e também a Auditar.

Eu gostaria também de deixar claro...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Peço para a assessoria que o pedido que foi feito de uma audiência pública seja registrado, para a aprovação e marcação da data da audiência.

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Senador, ainda na questão dos pedidos e dos encaminhamentos, o senhor iniciou a sua fala fazendo referências à TV Senado. A esta TV Senado aqui eu quero prestar os nossos agradecimentos. É o único espaço democrático que nós temos para que a sociedade civil organizada e as entidades possam ter diálogo com a sociedade. Porque esse debate foi um debate extremamente desonesto, com uma guerra assimétrica de informações, porque a grande mídia, cooptada pelo poder econômico, não permitiu o contraponto.

Então, nós gostaríamos de discutir essa liberdade de imprensa no Brasil. Nós precisamos de uma audiência pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – ... com a Abert. Nós entendemos que a Abert tem que vir para cá discutir com a sociedade essa questão do contraponto...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Já tivemos, mas voltaremos a fazer.

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – ... que nós não tivemos.

Por fim, todos os que me antecederam foram brilhantes nas suas exposições. Eu gostaria de deixar destacado que um dos problemas que nós temos no Brasil, e são vários, na temática da previdência – e eu sou especialista da área, atuei muitos anos com a previdência –, é que nós não temos segurança jurídica nenhuma em matéria previdenciária. Não há segurança jurídica, não há princípio de proteção da confiança legítima em matéria previdenciária.

O Movimento Acorda Sociedade tem como uma de suas bandeiras a luta para aperfeiçoar a nossa Constituição, objetivando trazer segurança jurídica, o que nós não temos no Brasil em matéria previdenciária. Para isso, nós apresentamos à CDH a Sugestão 29, de 2019...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – Inclusive, o Senador Paulo Paim, muito honrosamente, é o autor de uma das nossas PECs aqui no Senado, que é a que veda a edição de medidas provisórias em matéria trabalhista e de direito previdenciário, um tema sensível. E o Governo legisla sobre isso, passa a patrola, publica no *Diário Oficial* e já tem eficácia. Então, nós precisamos fazer esse debate. Precisamos colher as assinaturas para garantir a segurança jurídica nessas questões.

Por fim, dentro da Sugestão 29, nós precisamos de uma audiência pública para sensibilizar esses Senadores em relação à necessidade da segurança jurídica. O Governo, o Estado muda as regras do jogo de forma unilateral. Isso não é certo. Isso não é justo. Isso não é correto. Se nós quisermos ver o Brasil, a relação do Estado com seu povo, temos que confiar na lei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – A lei tem que ser um refúgio da confiança. Ele não pode mudar as regras no fim do jogo, no segundo tempo.

Muito obrigado. Meus agradecimentos a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Clodoaldo Nery Júnior, que falou pelo MAS e pela Anadips.

De imediato, João Cardoso, presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do DF.

O SR. JOÃO CARDOSO (Para exposição de convidado.) – Bom, eu quero agradecer o Senador Paulo Paim por dar esta oportunidade, porque, no geral, quem tem oportunidade é sempre a entidade nacional. Agradeço muito, Senador, por ser regional e estar tendo a palavra.

Eu represento a categoria de enfermagem. Sou presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal. Nós tentamos criar uma federação, mas até o momento ainda não está viabilizada.

O que eu quero falar é o seguinte: houve uma CPI em que o Senador Paim era Presidente, não era, Senador? O senhor era o Presidente da CPI na época do Temer, né? E essa CPI provou, com todas as letras, que a previdência não é deficitária. Ainda bem que não logrou êxito naquela época. Mas agora vem esse outro Presidente e insiste em prejudicar os trabalhadores, principalmente os trabalhadores. Por quê? Ele insiste na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

mesma regra. Aliás, piorou a regra com relação às aposentadorias, mas isso também não é novidade para a gente, porque o que ele disse na campanha? Ele disse que iria acabar com os instrumentos de defesa dos trabalhadores, iria acabar com sindicatos. Sindicato, segundo a visão dele, só serve para atazanar a vida dos empresários. E ele começou realmente. Assinou uma medida provisória que dificultou toda a arrecadação do sindicato. Ou seja, começou com o Temer, e ele piorou. Ainda bem que a direção da Câmara deixou caducar a medida provisória, mas parece que há uma situação nova agora. Parece que o Ministro da Casa Civil está com uma nova proposta para tramitar no Senado. Ou seja, ele quer acabar com o nosso instrumento de defesa do trabalhador, que é o sindicato.

Se a empresa não pode arrecadar através da folha de pagamento, que é hoje o que a gente faz, o trabalhador, através de boleto, não vai pagar de jeito nenhum. Talvez 10% pague, e os outros 90% não paguem.

A enfermagem trabalha nas piores condições. Podemos comparar com o mineiro. Por quê? Nós estamos expostos a todos os riscos: químico, físico e biológico. A situação em que a gente trabalha é muito difícil, principalmente porque o investimento da saúde é muito pequeno. Cada ano diminui o orçamento.

Nós temos aqui na Secretaria de Saúde do Distrito Federal o orçamento do ano passado. O deste ano é de R$1 bilhão a menos na Secretaria de Saúde. A demanda cresce todo dia. Como vão atender à necessidade do trabalhador e principalmente da sociedade diminuindo o orçamento?

Nós aqui em Brasília estamos com pelo menos dez anos sem nenhum reajuste. Não tivemos nenhum reajuste! E por que isso aconteceu e está acontecendo? Principalmente porque, nas entidades sindicais, passamos a cobrar a incorporação de uma gratificação, porque não havia a garantia de aposentar e de levá-la, e aí ficou incorporando em várias etapas. Inclusive, a última não foi incorporada ainda. Essa gratificação começou na época do Governo Arruda, passou pelo Governo Agnelo, passou pelo Governo Rollemberg, e nós estamos já no outro Governo, que é o do Ibaneis, e ainda não terminou essa incorporação. Essa incorporação dá alguma vantagem, um pequeno percentual para alguns deles, para algumas pessoas que têm alguma gratificação baseada no percentual do salário. Há algum percentual, e o aumento, talvez, chegue, no máximo, a 7% para quem tem todas as gratificações. Para quem não tem gratificação nenhuma, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

aumenta nada! Essa razão fez com que, durante dez anos, nós não tivéssemos o menor reajuste.

Inclusive, trouxemos uma emenda e a entregamos para o Senador Paulo Paim, o único que recebeu a nossa emenda. Outros Senadores de Brasília nós procuramos, os outros dois, aliás, nós só procuramos mais dois, e não quiseram recebê-la. Há uma dificuldade, Senador, para receber uma emenda, uma sugestão de emenda para ser colocada. Um deles falou o seguinte, que não adianta receber porque não vai conseguir incluir: "O que adianta receber se não vai incluir? Não vão colocar nenhuma emenda porque tem que ser aprovada do jeito que veio da Câmara". Assim, já dá um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O que eles estão pensando nós vamos trabalhar para não permitir que aconteça. Que acatem as emendas!

O SR. JOÃO CARDOSO – Outro falou o seguinte: "Não, manda por *e-mail*. O *e-mail* é esse". Queremos conversar com a pessoa, mas nós não temos acesso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas, assim mesmo, permita que eu diga – como os Senadores não estão aqui, eu tenho todo esse cuidado – que, se você me permitir, eu, de posse da emenda, vou procurá-los. E acredito que eu os convença a assinar junto comigo.

O SR. JOÃO CARDOSO – Opa! Então, isso é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que este é o momento de unir, de somar. Eu vou tentar conversar com eles. Está bem? (*Palmas.*)

O SR. JOÃO CARDOSO – Beleza, então!

Na legislação, o Senador representa o Estado, e o Deputado representa o povo. Só que, no caso deste Senador aqui, o Paulo Paim, ele representa o Estado e o povo. É o Senador mais popular e mais responsável com relação às reivindicações dos trabalhadores. Eu não conheço nenhum outro que faça como S. Exa. Por quê? A vida dele foi destinada a defender os trabalhadores. Até onde eu sei... Eu o conheço há muitos anos, através da imprensa. Pessoalmente, eu o conheci agora, recentemente, nos últimos oito anos. Mas eu o conheço há mais de 30 anos. Conheço o trabalho dele desde quando ele era metalúrgico no Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso mesmo.

O SR. JOÃO CARDOSO – Então, é uma pessoa que dedica a vida à defesa dos trabalhadores. E é o único...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – E me faz muito bem. Se alguém me pergunta – eu estou com quase 70 anos – qual é o segredo para eu estar sempre com esse pique, correndo para lá e para cá... Às vezes, o pessoal da própria assessoria do Governo diz: "É difícil acompanhá-lo aqui dentro, Paim". Então, é o trabalho deles. Eu digo: faça o bem sem olhar a quem, que a energia só aumenta, aumenta, aumenta, aumenta. E isso faz bem para a gente e faz bem para o povo. Então, esse é o segredo.

O SR. JOÃO CARDOSO – Nós, da Enfermagem, Senador, precisamos da aposentadoria especial porque, primeiro, ela já existe na CLT para quem é do setor privado. Alguém do setor público só a consegue através de mandado de injunção. Nosso Sindicato tem um mandado, quase todos têm. Mas, quando vai aposentar, perde a paridade e a proporcionalidade. Mas ela está garantido para quem é celetista, hoje. Aí, nesse caso, agora, perde tudo.

A maioria, 85% da categoria são mulheres. Vocês, mulheres, trabalham mais do que nós homens, porque ao serviço de casa nós não estamos acostumados. A minha mãe e o meu pai não me ensinaram a cuidar do serviço de casa. Aí, vocês, quando chegam a casa, vão cuidar da casa, vão cuidar dos filhos, vão cuidar, enfim, de todo o trabalho doméstico. Aí vocês têm uma jornada maior do que a nossa. Consequentemente, a maioria das mulheres, quando passa de 20 anos de serviço na enfermagem, realmente está cheia de problemas nas pernas, na coluna.

Um Deputado que é o Vice-Presidente do Sindicato, o Jorge Vianna, tem três parafusos na coluna, que ele adquiriu na enfermagem, pegando peso, passando paciente de uma maca para outra. A maioria das mulheres tem problemas de coluna, de bursite, e problemas na circulação das pernas. Ninguém consegue trabalhar esse tempo todo de maneira normal. Imaginem uma senhora de 62 anos cuidando de um paciente de 120 quilos, passando-o de uma maca para outra, dando banho, virando o paciente! Assim, é uma questão de justiça termos aposentadoria especial. Vinte e cinco anos é o mínimo! Poderia ser de 20 anos, considerando o trabalho, que é insalubre; podemos dizer que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

penoso o trabalho da enfermagem. E, como a maioria é mulher, então o sofrimento é maior. As macas não têm automatização, são manuais ainda.

O Jorge Vianna esteve no Canadá e disse que lá é tudo automático. Há o guindaste para pegar o paciente, para movimentá-lo. Nas macas, basta tocar o botãozinho que se resolve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – João Cardoso, o seu depoimento, com essa simplicidade, é muito importante, porque eles estão comparando a realidade, as condições de trabalho e a assistência social de um país de primeiro mundo com o nosso aqui, onde nós temos 14 milhões de pessoas que vivem num estado de miséria absoluta. Então, é importante esse exemplo que você está dando do Canadá. As condições são outras lá. Agora, no Brasil, o mundo real nós mostramos em alguns vídeos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – ... e podemos mostrar em outros.

Parabéns pela sua fala! Pode continuar.

O SR. JOÃO CARDOSO – E estamos considerando, por exemplo, que nós não temos nem piso salarial nem carga horária definida como profissional. Nós estamos sujeitos à carga horária de 44 horas semanais, como qualquer trabalhador.

Há um projeto que saiu do Senado no ano de 2000, que foi aprovado no Senado e que depois foi para a Câmara Federal. Ele foi aprovado em todas as Comissões, faltando apenas o Plenário. E, desde 2009, há dez anos, Senador, ele não vai para o Plenário. Não o colocam no Plenário porque os empresários não deixam. A Associação Nacional de Hospitais, a Confederação das Santas Casas... De santa, como eu sempre digo, elas não têm nada, porque são contra o trabalho melhor, ou seja, contra o trabalhador. Esse projeto não vai para o Plenário. Por quê? Os empresários dizem que precisam fazer mais contratações. Na realidade, foram feitas estatísticas em que aumentaria em apenas 3% o quantitativo de pessoas. Então, não oneraria tanto como eles dizem.

A nossa carga horária é escorchante. O piso salarial... Só para vocês terem uma ideia, aqui em Brasília o salário do particular, do setor privado – nós fizemos a convenção e não conseguimos aumentar – é de R$1,2 mil para 44 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É um salário mínimo, praticamente.

O SR. JOÃO CARDOSO – É praticamente um salário mínimo. O salário mínimo hoje é de R$998.

Nós trabalhamos em situações difíceis. E, no setor público, é pior ainda. Quando o salário é um pouquinho melhor no setor público, as condições de trabalho são péssimas.

Então, por isso, a gente pede, Senador, que o senhor convença os demais Senadores a incluírem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Eu vou conversar com eles. Eu tenho uma relação boa com os três. Com os de todos os Estados, relação boa eu tenho. E conversar faz parte da vida parlamentar. Então, eu vou conversar com eles. Está bem?

O SR. JOÃO CARDOSO – Então, era isso que eu tinha a dizer.

Nós precisamos do apoio do Senado, de todos os Senadores, para que possamos realmente conseguir incluir nessa PEC a nossa aposentadoria especial. Isso é questão de justiça com os trabalhadores da enfermagem. A enfermagem é a que toca a saúde no Brasil. Quem fica com o paciente por 24 horas é a enfermagem. Principalmente nós auxiliares e técnicos de enfermagem ficamos lá na ponta. E temos um grande índice de doenças, principalmente doenças psicológicas, e grande índice de suicídio, porque enfrentamos más condições de trabalho, condições inadequadas, com um salário miserável. Nem todo mundo tem a mente normal no sentido de resistir tanto à situação. Aí o pessoal tem a facilidade de medicação, muita gente se afunda na medicação, começa usando psicotrópicos, o que leva ao suicídio.

Depois dos militares e dos policiais que trabalham com arma, o maior índice de suicídio é o da enfermagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É grave isso.

O SR. JOÃO CARDOSO – Esse é um índice alarmante. A gente gostaria que isso não acontecesse.

Então, é isso que a gente pede, é isso que a gente quer e necessita. A aposentadoria especial é o mínimo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO CARDOSO – ... de que a gente precisa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Muito bem, João Cardoso, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do DF, que, na linha das aposentadorias especiais – nós temos um projeto nesse sentido nesta Casa – entende... E é o que eu também entendo. Não me digam que, dentro de um hospital, o trabalho não é insalubre, não é penoso e perigosíssimo! Eu mesmo estou com um irmão numa UTI em Porto Alegre. Inclusive, quem veio aqui me dar um abraço é o filho dele. Os médicos mesmos dizem que temos que tirá-lo de lá o mais rápido possível, pelo perigo das bactérias dentro do hospital. E os enfermeiros estão lá dentro dia e noite, os médicos também. Estiveram aqui os médicos e os enfermeiros conversando sobre o tema.

Algo que nós entendemos ser fundamental é garantir o direito... Quando a gente fala em aposentadoria especial, sempre alguém diz: "Ah, é especial!". Não é especial, é diferenciada porque eles trabalham em área insalubre, penosa e periculosa.

Por isso – eu não comentei isso com você antes, Nery –, nós vamos apresentar emenda sim, porque a regra de transição tem de ser igual para todos, é claro, no nosso caso aqui, principalmente por essa diferença. Por que para Vereador, Prefeito, Governador, sei lá o quê, Senador, Deputado Federal, o pedágio é de 30% e, para os outros trabalhadores, é de 100%? Ou é tudo de 30%, ou é tudo de 100%! Vamos jogar também para 100%. Então, já chegou a emenda da sociedade, e eu vou assiná-la, de forma tal que o pedágio seja o mesmo. Eu acho isso importante. Não haverá mais aposentadorias daqui para frente. Mas quem está no sistema, para ficar no sistema, tem que ter o mesmo pedágio, se quiser ficar; senão, que saia, saia fora, pode sair, é livre a opção de sair, não é? Assim, também é ventilado para a sociedade.

Eu peço aos senhores que já falaram que voltem agora ao Plenário. Nós vamos para a última Mesa. Depois teremos as considerações finais.

Eu peço à Iridiani Seibert que fique à mesa.

(*Intervenções fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Valeu, amigo! Foi muito bom!

Parabéns a todos da Mesa aqui!

Eu vou chamando já... Lembro ao pessoal do vídeo que, no intervalo, nós passaremos o outro vídeo, que está pronto.

Eu convido já Gláucio Diniz de Souza, que vai falar em nome da Anfip, e Rodrigo Britto, que vai falar em nome da Central Única dos Trabalhadores.

Convidamos Josiane Jacob Saboia, que vai falar também sobre essa questão da saúde, que de fato é delicadíssima; e Rayanne Illis Máximo, Diretora do Iape.

Todos estão à mesa? (*Pausa.*)

Sejam todos bem-vindos!

Como foi feito na primeira e na segunda Mesas, nós vamos passar agora um vídeo no qual está posta a situação dos canavieiros, que você vai poder comentar.

Então, vamos lá! É claro que não vai repetir o dos mineiros; se repetir, eu estou mal na foto.

Esse é da área rural, não é? Vamos lá, então? Peço o maior silêncio possível, pessoal, porque senão a gente não ouve aqui. Se quiser, pode aumentar o volume aí!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Está maltratando-o de forma cruel.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É um povo sofrido mas com um sorriso no rosto, apesar de tudo. Olhem só!

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse é o mundo real.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Esse é o mundo real de que eles falam, em que quem ganha mais do que um salário mínimo já é privilegiado.

A palavra está contigo, Iridiani. Você é quem vai discorrer sobre o tema.

Com a palavra Iridiani Seibert, membro do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A SRA. IRIDIANI SEIBERT (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador.

Cumprimento todos aqui presentes e os que nos estão assistindo, como também a Mesa.

Primeiro, eu os saúdo por esta iniciativa, por este espaço, para colocarmos as nossas demandas e a realidade mesmo do povo trabalhador, aqui, no caso, especificamente do povo do campo.

Saúdo também o Senador, por toda essa luta que tem feito em defesa da previdência, uma luta incansável. Eu o parabenizo também por todo trabalho na CPI da Previdência. Se todos os Senadores, de fato, lessem e olhassem os dados e os resultados do relatório dessa CPI, essa proposta de reforma não passaria nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – Eu queria falar um pouco sobre a questão dos trabalhadores rurais e dos segurados especiais. Foi um tema muito tratado no Congresso, tanto que nós tivemos todo um processo de incidência e de diálogo com os Parlamentares e com os Deputados. Todos se diziam muito sensibilizados pela causa dos rurais, que os rurais estariam fora da reforma da previdência. Inclusive, após a aprovação do texto que está aqui no Senado, tem se dito que nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais, estamos fora da reforma da previdência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É o que é dito, não pela boca pequena, mas pela boca grande mesmo.

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – Exatamente!

E aí eu queria começar falando que isso não é verdade, que isso não é real. Nós, trabalhadores e trabalhadoras rurais, seremos extremamente impactados com essa reforma da previdência, com esse texto que está aqui no Senado na forma como ele está colocado. Então, o que tem sido dito é falso, é enganoso e busca principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmobilizar a classe trabalhadora do campo, desmobilizar uma das categorias que mais se mobilizou contra essa reforma da previdência.

Inicio dizendo que o primeiro tema da nossa reforma da previdência para o campo iniciou com a MP 871. Essa MP, que já foi aprovada e que já está em vigor, é como o processo de preparação dessa reforma da previdência para o campo. Uma das questões principais dessa MP, que já está em vigor, é que ela dificulta enormemente o acesso dos trabalhadores rurais aos benefícios, ela dificulta a comprovação da profissão. Hoje nós, segurados especiais, nos aposentamos pela comprovação da profissão de trabalhadores e trabalhadoras rurais por 15 anos. Essa MP dificulta enormemente essa comprovação. Isso já, por si, desconstrói ou desconstitui a condição de segurados especiais, além de atacar diretamente os sindicatos dos trabalhadores rurais, que são instrumentos de organização que garantem a possibilidade de a gente comprovar a profissão através da carta sindical.

Então, eliminou esse instrumento e coloca somente agora o cadastro nacional dos segurados especiais, o chamado CNIS. Todos os trabalhadores rurais terão que se inscrever nesse cadastro, e nós nem sequer sabemos quem vai fazer esse cadastro. Tem se que colocado que as prefeituras ou o INSS irão fazer esse cadastro dos trabalhadores rurais, mas a gente sabe que as prefeituras não têm estrutura para isso. Então, muitos trabalhadores rurais nem sequer conseguirão estar dentro desse cadastro que será a única forma de comprovação da profissão. Então, muitos trabalhadores já estão excluídos do sistema de seguridade social da Previdência com a MP. Esse é um elemento fundamental.

E outro elemento também importante é que o CNIS, esse cadastro, tem um caráter contributivo, não tem só um caráter de comprovação da profissão. Nele o trabalhador rural e a trabalhadora rural terão de comprovar a contribuição que eles realizam a partir da comercialização da sua produção. Mas o Estado brasileiro, a maioria dos Estados federativos do Brasil não tem sequer um instrumento de comprovação da contribuição sobre a nossa comercialização. Hoje, para o trabalhador e a trabalhadora rural, a forma da nossa contribuição é através da cobrança do imposto sobre a produção que é comercializada, no valor hoje de 2,1%. Mas a comprovação desses 2,1% se dá através da emissão de notas fiscais. Em alguns Estados onde existe o instrumento chamado bloco de notas do produtor rural, a gente realiza essa comprovação e faz a emissão das notas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Mas apenas sete Estados da Federação têm esse bloco, todos os outros Estados não o têm, e não há nenhuma previsão de que esses Estados enfrentem esse problema e façam essa construção...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Vinte Estados não o têm?

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – Não têm esse instrumento que garante a comprovação da profissão e que garante o acesso aos benefícios da seguridade social.

Então, somente esse processo da MP e do CNIS, esse processo que está já em andamento, já é altamente excludente dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

Ainda assim, é importante dizer da necessidade de se entender a seguridade social no campo, dos segurados especiais, como uma condição diferenciada. Por isso, nós vimos aqui no vídeo outras tantas formas de trabalho no campo que são extremamente diferenciadas das de outras categorias, pela condição de que o trabalhador e a trabalhadora rural não são empregados que vão receber um salário no final do mês ou que vão ter férias ou folga nos fins de semana. Não, o trabalho no campo é permanente e é consecutivo. Nós temos que investir na nossa propriedade, na nossa área de produção, para poder daí tentar tirar o nosso sustento, a nossa vida. E nem sempre aquilo que a gente produz a gente consegue colher; nem sempre daquilo que o trabalhador investe depois ele vai ter um retorno financeiro de renda para a sobrevivência, porque não temos a garantia disso. Como é que a gente vai garantir uma comprovação de renda de comercialização e de cobrança de imposto sobre essa comercialização?

Então, é preciso entender isso, mas é preciso entender também que, além de nós dizermos que o Estado deve garantir instrumentos que garantam a comprovação da nossa contribuição, não é só isso, porque o trabalhador e a trabalhadora rural cumprem um papel fundamental para a sociedade brasileira. Independentemente de haver a comprovação da contribuição, a seguridade social no campo não é uma questão de assistência, mas é uma questão de reconhecimento daqueles que produzem o alimento que chega à mesa dos brasileiros e das brasileiras.

A gente sabe que o trabalhador e a trabalhadora rural... A produção de alimentos que chegam aqui, que chegam às nossas mesas – nós almoçamos e tomamos café todos os dias –, vem do trabalhador e da trabalhadora rural, do camponês e da camponesa. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande produtor do campo brasileiro não produz alimentos, produz *commodities* para exportação e tem, por isso, a benesse de não ter que pagar nenhum imposto para a exportação de seus produtos, mas nós, sim, pagamos sobre aquilo que nós comercializamos. Então, por que não cobrar daqueles que podem exportar, que exportam bilhões por ano e que não precisam pagar imposto sobre a sua exportação? Por que não cobrar destes? E por que para aqueles não se garante uma divisão mais equitativa e mais redistributiva da renda? (*Palmas.*)

Por que não se asseguram recursos para a previdência e a seguridade social dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo?

Há outro elemento também, além dessa MP, que é como um processo preparatório da reforma dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais no campo, que é a PEC 06, que também abre brecha e que, não especificamente no item dos trabalhadores rurais, dos segurados especiais, tem, no meio de todo o seu texto, diversos itens que colocam também em risco a questão dos segurados especiais como um direito. Ela abre uma brecha, em outros itens, para que o tempo de contribuição, primeiro, não seja mais de 15 anos, como é hoje o tempo de comprovação, mas seja de 20 anos para os homens. Então, disseram que mantiveram os 15 anos, mas não, pois, para os homens, passa a ser de 20 anos o tempo de comprovação. Em alguns dos seus itens, em alguns de seus artigos, também diz que deve haver a comprovação da contribuição, e não a comprovação da profissão. Então, ela abre brechas. Se nós não conseguirmos comprovar a contribuição, mesmo comprovando a profissão, não teremos acesso aos benefícios, aos nossos direitos.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – Então, esses são temas muito importantes.

É preciso estar atento ao fato de que essa PEC é tão maldosa que, por mais que nos pareça que algumas coisas foram modificadas, em outros itens ela termina nos afetando diretamente sobre os nossos direitos.

Diz explicitamente que essa comprovação do tempo mínimo de contribuição será feita via cadastro do CNIS. Então, deixa clara essa relação da MP com a PEC no sentido de que nós teremos que comprovar a contribuição. E esse tempo de contribuição aumentará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, essa proposta que está aqui no Senado acaba, sim, com a condição de segurados especiais. Milhões e milhões de trabalhadores do campo serão excluídos do direito à aposentadoria e a demais benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Isso – permita que eu diga – é muito importante, porque eles vendem a imagem de que o trabalhador rural está no céu, maravilha! Isso acontece só se ele já morreu; para os que morreram, pode ser que sim.

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – É, pode ser que sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Então, é importante o destaque que você dá. Se pegar todo o sistema, a partir dessa MP – eu participei, inclusive, daquele debate, porque eu era membro daquela Comissão –, com a reforma da previdência – este foi o termo que você usou –, milhões de trabalhadores rurais serão também prejudicados.

A palavra volta para você. Está bem dentro do seu tempo ainda. Pode tocar.

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – O.k.

Um outro item também da PEC que nos preocupa – e aí especificamente como mulheres trabalhadoras – é o tema das pensões. Sabemos que no campo, pela própria condição de trabalho – a gente viu a quantidade de acidentes de trabalho e pessoas que morrem no trabalho, porque é um trabalho que oferece, às vezes, muitos riscos, é uma profissão de risco por mexer com instrumentos e com maquinário e acaba tendo um número alto também de acidentes e de mortes –, muitas mulheres terminam ficando viúvas no campo. E aí, essas mulheres não terão direito a um benefício de um salário mínimo de pensão, terão uma pensão de 50% mais um percentual para cada dependente até 80%. Como uma mulher vai viver numa propriedade rural, ter que trabalhar, cuidar dos filhos e não ter sequer uma segurança mínima através de uma pensão? E também, além disso, mesmo quando um homem ou uma mulher se aposentar, se houver um viúvo ou uma viúva, essa pensão também vai ser apenas de 60% do salário mínimo, o que também é uma grande injustiça. E 99% dos benefícios...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Hoje a Constituição proíbe que qualquer benefício seja menor do que um salário mínimo. Só estou dando destaque na sua fala, que achei importantíssima. E, pela PEC 6, vocês terão o benefício correspondente, muitas vezes, à metade do salário mínimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. IRIDIANI SEIBERT – Destaco que no campo, para os segurados especiais, 99% dos benefícios são de um salário mínimo. Não é privilégio, não são grandes valores, é um salário mínimo somando, quando há uma pensão e uma aposentadoria, dois salários mínimos. São questões, como diz a palavra em si, mínimas de sobrevivência e de dignidade humana.

Então, nesse sentido e trazendo essa reflexão e essas preocupações como trabalhadores e trabalhadoras rurais, a gente entende que essa reforma em seu conjunto é uma reforma extremamente elitista, que vai afetar enormemente os trabalhadores, os mais os pobres. É uma previdência que irá masculinizar o sistema previdenciário, porque as mulheres serão extremamente excluídas com o aumento do tempo de contribuição e com outros itens, não só no campo, mas também na cidade.

A gente sabe, por exemplo, um dado: para uma mulher, em um ano de vida, ela tem em média nove meses de contribuição. Então para uma mulher ter a mesma quantidade de tempo de contribuição de um homem, ela tem que trabalhar, em tempos de vida, dez anos a mais. Então, igualar isso, desconsiderar isso é uma injustiça, vai excluir muitas mulheres. E a maioria das mulheres se aposenta por idade, não por tempo de contribuição, porque, quando chegam na idade mínima, não têm ainda o tempo de contribuição suficiente.

A gente entende que essa reforma da previdência não acabará com privilégios, mas ela transformará o direito público em privilégios de poucos, muito poucos e muito poucas terão direitos. Esses poucos são aqueles que nem sequer estão incluídos nessa reforma da previdência, são categorias como os militares e outros que nem sequer estão incluídos, são e seguirão privilegiados. A grande maioria de nós será excluída do direito de ter um direito mínimo à seguridade social, à proteção social no final da vida.

É nesse sentido que nós instamos e temos dialogado aqui no Senado de que o Senado deve assumir o seu papel de discutir com profundidade, com conteúdo essa proposta. Não pode ser simplesmente o que veio aqui: "Ah! Temos pressa, precisamos passar, precisamos aprovar essa...". O Senado é uma instituição do Legislativo, que faz parte, tem esse papel e deve cumpri-lo, não se pode eximir desse papel de, de fato, estudar debater e, se precisar, modificar. Se precisar voltar para o Congresso, tem que ser feito, porque o que está sendo feito mexe na vida das pessoas... (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... e o Senado representa, está aqui em nome do povo brasileiro e não pode simplesmente carimbar e fingir que nada está acontecendo.

Então, é nesse sentido que nós, principalmente o Movimento de Mulheres Camponesas, temos atuado desde o Congresso Nacional, com a Brigada Loiva, na incidência permanente com todos os Parlamentares e agora também aqui no Senado, fazendo visitas, diálogos e audiências com todos os Senadores para dialogar sobre essa situação para sensibilizar e para colocar que o Senado deve discutir isso, não só aqui, em Brasília, no Senado, mas também nos Estados. Deve dialogar no sentido também de mostrar para a sociedade o que essa reforma vai afetar para cada um e para cada uma de nós e dialogar também com os Senadores no sentido de que nós precisamos tomar o tempo necessário para a discussão, para o diálogo e para fazer as mudanças necessárias nessa reforma que é tão danosa, tão cruel para as mulheres, para os trabalhadores do campo e para o povo trabalhador deste País, que fazem a riqueza deste País e não merecem passar por essa situação de não ter nem sequer o mínimo dos direitos garantidos.

Então, é isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Iridiani Seibert, que falou pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Mais uma vez, reafirmo a importância do seu depoimento. Eles vendem a imagem para os trabalhadores rurais de que eles estão no mundo das maravilhas, que não terão problema nenhum. E você detalhou aí, com muita competência, o grande prejuízo que terão. Meus parabéns!

Vamos em frente. Gláucio Diniz de Souza, representante da Anfip.

Achei interessante sua ideia, a gente pode provocar: por que o Senado não faz uma Comissão? Pode ser de meia dúzia de Senadores. Eu me disponho a fazer audiência nos Estados para ouvir efetivamente a situação. Eu faço parte da CCJ e achei interessante a ideia. Tomara que eles aceitem.

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Paim pela oportunidade de conversarmos aqui sobre um tema tão importante e agradecer a todos os presentes em nome do Senador Paulo Paim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como representante da Associação dos Auditores da Receita Federal do Brasil. Sou auditor ativo, estou trabalhando aqui, em Brasília, na fiscalização das pessoas jurídicas. Sou professor na área de Direito Previdenciário. Originalmente, eu era auditor da previdência social. Com a unificação, em 2007, fomos colocados com os auditores da Receita Federal, como um fisco único de tributação de tributos federais.

Como professor, eu queria só fazer um pequeno esclarecimento, como professor, a gente quer ajudar um pouco...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Você foi convidado exatamente para esclarecer tudo.

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Exato.

No começo das nossas conversas aqui, uma das pessoas que fizeram perguntas perguntou: "Ah! E as mulheres que têm pensões, se casarem, o que é que vai acontecer?". Não existe esse tratamento de mulher que casa perder pensão por morte. Isso era uma teoria que as pessoas tinham por causa dos militares. Até 2010, havia realmente isso para filhas de militares que fingiam que não casavam – se juntavam –, para não perderem suas pensões.

Para o RGPS, o regime geral e o regime dos servidores públicos não existe isso. Então, mulheres podem casar, tá? Não perdem nada.

Agora, está discutindo outra coisa, não é?

(*Interrupção do som.*)

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – ... aposentadoria com pensão, que é problemático; redução de valor da pensão por morte; o cálculo de 60% mais 2% ao ano a quem exceder 20 anos de tempo de contribuição. Se houver mais de uma pensão por morte, haver uma redução dos valores das outras pensões e a opção pelo maior valor. São outras coisas, não é?

Mas eu falo isso, porque, nas minhas aulas, é comum essa dúvida aí. As mulheres não querem casar, porque acham que vão perder no casamento. Não. A perversidade não está sendo no casamento; está sendo posteriormente, nos cálculos, na acumulação... Não quer dizer que você não vai perder valores, mas não por conta do ato de ter casado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Pelo contrário: se não casar, não tem direito à pensão.

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Exato. Se você não casar, você não tem direito à pensão por morte do segundo marido, vamos supor, porque ela estava dizendo que já tinha pensão por morte do primeiro marido.

Mas é só um esclarecimento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Só para ficar bem claro, pode haver um prejuízo que vá fazer com que você tenha uma pensão menor do que o salário mínimo, o que hoje a Constituição não permite. Essa é a gravidade dos fatos que o professor aqui mostrou.

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Exato. Exato.

Uma coisa que me causa muito espanto, aqui representando os auditores da Receita Federal, é que existe uma velocidade gigantescamente diferente quando as pessoas tratam de assuntos como assuntos previdenciários, em que os maiores impactados são os trabalhadores, e quando as pessoas tratam de, por exemplo, reforma tributária, que também é o nosso campo, que impacta os empresários, quando, aqui no Brasil, nós sabemos que... Não vou colocar, lógico, números exatos. Eu queria até destacar isso, porque, como está em moda agora unir servidores dizendo que acessaram qualquer tipo de dado... Todos os dados que eu tenho aqui foram acessados no Google. Eu joguei lá no Google e peguei dados públicos da Receita Federal, dados públicos de entidades. Então, eu fiz questão de não pegar nenhum dado da instituição em que eu trabalho, para, posteriormente, ninguém dizer que eu cometi algum problema funcional.

Então, quando se discute a parte de revisão tributária, passam-se décadas e não se faz nada efetivo em redução tributária, em simplificação... Será que é porque, como comumente as pessoas falam, 5% das empresas detêm 98% do capital? Porque são muito poucos a serem afetados para controlarem 98% do capital que circula no País. Então, eu não entendo por que é preciso haver uma agilidade tão grande, quando se discute direito do trabalhador... Nisso, não estou falando nem de Governo, porque todos os Governos... Vamos voltar um pouco, de Fernando Henrique para cá, Emenda 20, que o colega colocou aqui: todos os Governos, inclusive o Governo Lula, colocaram emendas constitucionais sobre pontos que afetariam o trabalhador. Então, não estou falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo, não estou tomando parte, mas eu estou falando da velocidade que se impõe para que a coisa corra.

Quando é o direito do trabalhador, se não se fizer a aprovação na Câmara dos Deputados em dois meses... Eles acham, inclusive, que o Senador só é para carimbar. Tanto é, que – não vou lembrar agora o nome. Eu acho que foi uma Senadora falando – que está blindada a emenda e que vai ser aprovada no Senado do que jeito que é sim. Se o Senado só tivesse que carimbar, então, não precisaria haver Senado: bastaria sair da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

Isso é muito triste, quando eu vejo, do outro lado, que essa parte tributária, que queria fazer com que o País se desenvolvesse, não sai do papel.

Então, uma coisa que me causa espanto dentro dessa parte previdenciária, por exemplo, é que, como vários colegas já falaram, simplificadamente, não importa a regra que esteja aplicando os 100% de pedágio absurdo, mas, nas regras, todas as regras estão tendendo a aumentar cinco anos de idade para o homem e sete anos de idade para as mulheres – regras gerais, não é? Aí a gente tem alguns ajustes na parte do rural, que, concordo, são pessoas que sofrem muito para que a gente tenha algo na nossa mesa, e na dos policiais, e, toda vez em que há uma discussão sobre uma modificação qualquer das regras, imediatamente a nossa mídia – televisão, rádio, jornal, etc. – começa a dizer que está havendo um afrouxamento das regras.

Pessoal, tem que haver discussão, e eu estou abismado com que as bancadas de mulheres da Câmara e do Senado não estejam discutindo isso ferrenhamente, porque, se você coloca um do lado do outro, reduziu-se a idade entre a mulher e o homem, de cinco, a diferença, para três anos, regras gerais, não é? Não vamos ficar falando em detalhes da regra. E a mulher policial igualou com o homem. Quer dizer que a mulher policial não é mulher, não? Passou para ser policial, perde todas as prerrogativas do sexo feminino? E eu não vejo ninguém discutir isso aqui.

Essa garantia que as policiais ganharam, em 2014, se não me falha a memória – e a minha esposa, que é policial civil, estava aqui durante essas discussões com os policiais federais, rodoviários federais e tal –, elas ganharam essa justificativa, falamos muitas vezes com Deputados e Senadores, por ser uma mera condição de justiça! Não há como todas as mulheres terem uma redução da idade e a mulher policial ser tratada como homem! Isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Permita-me, por uma questão de justiça... Olha bem que eu vou falar de um dos Líderes do Governo: o Major Olimpio levantou essa questão. Ele levantou. Vou ser justo. E você está reforçando aqui. Ele, inclusive, usou estes termos: "Qual é o problema? A mulher policial não é igual à mulher que não é policial?".

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Mas foi importante que o senhor mostrou isso.

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Um dos Deputados, à época – com quem conversamos, e eu participei de algumas audiências também... –, não vou me recordar do nome, mas ele falou assim: "Olha, eu até acho que, em algum futuro mais distante, é preciso haver uma igualdade; mas, por enquanto, enquanto não há, não faz sentido só a mulher policial ter essa igualdade".

Outro problema: o Governo fala que quer fazer essa reforma, porque tem que economizar – vamos falar grosseiramente aí – 90 bilhões por ano. Ora, ele tem que economizar 90 bilhões por ano, numa média de 1,4 trilhão, como foi no ano passado, de arrecadação federal – hoje eu fiz uma projeção, minha, de que vai ser entre 1,5 trilhão para cima –, e, só de receita previdenciária, que vem da folha de pagamento, nós temos 423 bilhões arrecadados, só da parte de folha de pagamento. Só que nós temos uma desoneração, isenções e imunidades que implicaram, no ano passado, 84 bilhões, dos quais o Governo abriu mão, em arrecadação tributária.

Se ele quer aumentar 90 bilhões de economia, porque disse que está deficitário – nem vou questionar isso, mas não concordo –, por que que ele está abrindo mão de 84 bilhões? (*Palmas.*)

Na parte de desoneração da folha, que ocorreu no Governo Dilma Rousseff, em 2011 – uma coisa totalmente mal pensada –, só essa parte já abre mão de 11 bilhões!

O Governo fala agora que ele quer desonerar de vez os 20% que as empresas pagam em cima da folha de pagamento, porque as empresas têm que ser desafogadas, para contratação... É um diálogo muito bonito. Todos os Governos têm esse diálogo. Só que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Eu não leio. Eu sou míope.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Ah! Tá. Tá bom.

É porque eu sou míope, tá? Não adianta mostrar nada não. Não estou vendo nem o rosto de vocês.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GLÁUCIO DINIZ DE SOUZA – Exato.

Então, assim... Como é que você desonera, num cálculo simples aqui, dos 423 bilhões de arrecadação previdenciária, em cima da folha de pagamento? A parte patronal, de 20%, sairia algo como 290 bilhões! Como é que você vai compensar 290 bilhões em CPMF, pessoal? Como é que você vai tirar uma tributação que é da empresa, que, quando tem lucro, não distribui com a sociedade, distribui só com os seus acionistas? Como é que você vai pegar o prejuízo ou o custo que ela tem e vai distribuir isso com toda a sociedade? Seria a mesma coisa de eu pegar a conta de luz ou água da minha casa e para todo mundo que está passando na rua eu dizer: "Olha, paga para mim". Não existe isso. E CPMF, para compensar 290 bilhões... Vai ser uma alíquota gigantesca!

Eu sou da Receita Federal, mas eu não concordo com alguns colegas da Receita Federal que falam que é bom reativar a CPMF, por causa de controle... Papo furado! A Receita Federal tem controle suficiente para fazer o que quiser, desde que não crie leis de mordaça e leis de controle. Então, a Receita Federal tem como fazer o controle de tudo. O que for necessário. Às vezes, não conseguimos chegar a todos, porque não há mão de obra. É diferente. Mas temos como fazer o controle.

Então, é um absurdo se discutirem as coisas individualmente. Eu acho que a discussão tinha que ser muito mais ampla. Você teria que discutir junto com a parte previdenciária – aumento de idade, tempo de contribuição... E até concordo que tem que ser discutido, mas não da mesma forma, porque um cara de cana-de-açúcar ou um chapista, que trabalha com 20 toneladas por dia, não vai querer trabalhar até 75 anos, como um Ministro dos tribunais superiores, que ficaram brigando para aumentar a compulsória para 75 anos.

Um cara que trabalha com 20 toneladas por dia não vai sobreviver até 75 anos. Então, essa discussão genérica, igual, para todo mundo não é boa, mas deveria haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma discussão mais extensa e com algumas pautas correlatas. Dever-se-ia discutir idade, tempo e contribuição junto com... E o que é que nós vamos fazer com as desonerações, isenções e imunidades? Vão permanecer? E o que é que nós vamos fazer com a reforma tributária? Vai virar IVA? Porque isso simplificaria muito para as pessoas.

O que eu vejo é que as empresas, em outros países que eles usam como parâmetros, países desenvolvidos, não reclamam de carga tributária. Elas reclamam é de não terem estabilidade jurídico-econômica. Porque, se você, a cada dois anos, a cada três anos, muda como é a regra jurídica, a empresa não sabe como se portar. Há cargas tributárias até maiores do que a nossa, mas o retorno para a sociedade é maior. Então, a sociedade não reclama. Agora, você tem que ter uma situação jurídica perene. Você não pode mudar, porque, a cada quatro anos, um Governo entende diferente e muda.

Nem gosto de citar exemplo, mas é parecido com o que houve lá nos Estados Unidos, quando o pessoal reclamou que na eleição deveriam mudar, porque não cabe mais um representante do Estado dar os votos todos. Mas os Estados Unidos disseram: "Não. Isso está há 150 anos. A gente não vai discutir isso agora, do dia para noite, de mudar".

Então, é preciso haver, não talvez na mesma medida, mas é preciso haver esta lógica: discute-se tudo junto ou se vão discutir prejuízos em pedaços, porque, quando não se discute, de um lado, aposentadoria, e, do outro lado, desoneração, e, do outro lado, reforma tributária, você faz aposentadoria, causa um prejuízo; faz a reforma tributária, melhora só para quem já é dos 5%; e você, depois, desonera ainda mais os 5% que estão já sendo beneficiados.

Então, espero ter ajudado um pouco.

Agradeço a todos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Meus cumprimentos, Gláucio Diniz de Souza, que falou pela Anfip. Fez esclarecimentos importantíssimos. Tenho certeza de que vai ajudar muito no debate.

Isso que você coloca é importante. Quer dizer, é aquilo que a gente fala muito: o andar de cima, lá – 1%, 10%, os 5% mais ricos –, nunca é chamado para pagar a conta. E eu acompanhei a desoneração dos Governos, todos, todos, eu lembro, todos. Não gerou um emprego. E o argumento era este: "Se desonerar a folha, vai gerar emprego". Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gerou emprego. E vai continuar igual: vão desonerar de novo – é a tendência do Governo –, e não vai gerar. Pelo contrário: vai aumentar a falta de estrutura para a seguridade social, saúde, assistência e a previdência.

Eu vou pedir, antes, que se passe aquele último vídeo... É dos professores, não é? Por favor. (*Pausa.*)

É um vídeo pequeno, que mostra a situação dos professores. É desses que eles querem tirar a aposentadoria.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Parabéns pela reportagem. É uma tristeza, mas é o mundo real da sala de aula.

Quando eu falo em perder a aposentadoria, é porque eles estão vinculando, agora, idade com tempo de contribuição. Eu faço sempre uma soma nesses casos: começou a dar aula com 20; contribuiu 25; para 55, faltam dez anos. Como é que ficam esses dez anos? Essa é a realidade.

Vamos em frente, Rodrigo Britto.

O SR. RODRIGO BRITTO (Para exposição de convidado.) – Eu gostaria de desejar uma excelente tarde ao nosso Senador Paulo Paim e, desde já, agradecer a realização desta audiência e também o compromisso, porque a gente sempre pode contar com o apoio do companheiro. A sua trajetória, a sua história, nos dá esse alento de saber que há alguém que nos representa, com dedicação, com força e com o respeito à altura do que merece a classe trabalhadora.

Da mesma forma, saúdo as companheiras aqui na Mesa, a todos que estão aqui no nosso Plenário, e também a todos que estão nos assistindo pela TV Senado, pela rádio, pela Agência Senado. Então, eu gostaria de desejar uma excelente tarde a todos e todas.

Começo, Senador, aproveitando aqui a sugestão da Iridiani, que o senhor até comentou, das questões das audiências das comissões nos Estados, que muito nos fizeram lembrar a nossa luta do PL 4.330, que precarizava os direitos trabalhistas. Então, eu entendo que a gente poderia ter... Eu entendo que a gente poderia ter... Na CUT, a gente assume o compromisso de pressionar, dialogar e conversar com os demais Senadores, porque o que a gente pedirá a eles não é nada demais; é abrir a possibilidade de a sociedade participar efetivamente do debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como falado pelos diversos colegas que nos antecederam, essa matéria, que é tão importante para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, está sendo encaminhada a toque de caixa. Não está havendo uma discussão à altura de que merece esse tema, uma discussão realmente da forma como deve ser feita, porque aqui a gente está mexendo com a vida das pessoas, com o sonho das pessoas de, na sua melhor idade, ter dignidade, ter respeito, ter um pouco de qualidade de vida.

Hoje nós vivemos em um país em que a cada dia aumenta a desigualdade social, mas, ao mesmo tempo, nós temos um país que tem privilégios para poucos, tanto que, como foi colocado, essa reforma da previdência é para atender os interesses dos banqueiros.

Eu me lembro muito bem de – não agora necessariamente, mas de quando veio a primeira versão no Governo Temer, a 287 – que uma vez eu fui ao aeroporto e havia, de um lado, uma campanha do Governo Federal defendendo essa reforma, e, do outro lado, havia uma campanha de um banco vendendo justamente previdência privada. Era nítido, e eu fiz uma gravação de vídeo mostrando aquilo. São esses interesses que estão colocados em jogo. E eu ainda falo da profissão que eu exerço – sou bancário. A gente sabe muito bem o que está sendo colocado e quais são esses interesses. Os interesses que estão colocados fazem parte de uma proposta que, junto com a Emenda Constitucional 95, junto com a reforma trabalhista, e agora com essa reforma da previdência, só vem aumentar a desigualdade social, aumentar a miséria em nosso País, fazer com que mais pessoas percam o emprego.

O Rogério Marinho falou que a reforma trabalhista geraria emprego. Mentira! O que ela fez foi fazer perderem... Havia situações em que trabalhadores tinham, por exemplo, uma jornada de trabalho, que tinham convenções coletivas que garantiam direitos... E eles puderam ser trocados por outros trabalhadores, reduzindo postos de trabalho e colocando pessoas só para...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Se me permite, por uma questão de justiça, anteontem, na CCJ, ele reconheceu que ela não vai gerar empregos e não vai distribuir renda. Aí eu tenho que reconhecer também que *O Estado de S.Paulo* pegou a fala dele e fez um editorial. Esses são os fatos reais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO BRITTO – É bom, porque, no debate que a gente teve na Câmara, ele mantinha esse discurso, que é uma falácia, porque a gente sabe que, na verdade, vai prejudicar a população. Além de prejudicar a população e aumentar a desigualdade, ela vai prejudicar não apenas o mundo laboral, mas acabará com muitas cidades.

Há duas situações que são importantes de se colocar: uma, quando a gente discute a idade mínima. Em 56% dos Municípios brasileiros, a expectativa de vida é inferior a 65 anos. Então, como aqui já foram externados alguns exemplos mais cedo, é importante a gente também colocar esse dado, porque não dá para você colocar como iguais diferentes. Então há essa situação.

E a outra: em vários Municípios, o que faz a economia girar são justamente as aposentadorias, são justamente os benefícios. A pessoa, com aquela renda, vai ao mercado e compra determinado produto. Fazendo a economia ali girar, gera-se emprego, acaba gerando-se também mais recolhimento de tributos, e faz-se com que aquela cidade viva. Então, você está acabando, está fazendo com que vários Municípios de nosso País – e está aqui a representação da Confetam, nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal – acabem tendo um prejuízo muito grande.

Então, essa questão de a gente fazer o debate, levar o debate aos Estados, conseguir com que os Senadores e as Senadoras tenham esse olhar e acatem essa sugestão será muito importante para que realmente a gente faça o debate com a população brasileira... (*Palmas.*)

... e será estratégica no momento em que a gente está conseguindo mostrar para o nosso povo, para cada cidadã e cidadão que as propostas do Governo Bolsonaro não estão aí para agregar valor, qualidade de vida e dignidade ao povo, mas para acabar com a esperança nossa, com o sonho de você ter um País melhor, de você ter realmente uma sociedade em que haja respeito e dignidade para cada uma e para cada um, porque, se hoje essa reforma da previdência vai afetar os aposentados, vai afetar quem está hoje exercendo a sua atividade laboral, imagine o que vai acontecer com as futuras gerações?

Havia uma situação, por exemplo, de contribuições antes da reforma trabalhista. Foi até colocado que, a cada ano, a média do trabalhador de recolhimento era de nove meses; pós-reforma trabalhista, já caiu para cinco meses a média. Como a pessoa vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir contribuir os 20 anos mínimos – não vou nem falar dos 40 – para conseguir se aposentar, mesmo tendo a idade mínima?

E também há uma situação que eu entendo que vale a pena ressaltar que é a questão da mudança do jogo, como foi colocado também aqui de manhã, aos 44 do segundo tempo – se não me engano, foi o Clovis, nosso companheiro do Dieese, que falou. Embora sejam casos mais atípicos, são aquelas pessoas que conseguem ter uma vida laboral e contribuíram por vários anos... Como vai ficar a situação delas? Hoje elas podem ter uma expectativa de, ao completarem 35 anos de contribuição, se aposentarem, mas não vão se aposentar de forma nenhuma! Quem, por exemplo... Não há segurança... Você começa a trabalhar cedo, faz a sua contribuição, muitas vezes, até orientado, e chega lá no final e não tem a garantia de fato da sua aposentadoria, do seu direito. Então, essa é a preocupação que nós temos. A reforma afeta todo o conjunto da classe trabalhadora, sejam os trabalhadores do campo, sejam os trabalhadores da cidade, do setor público, do setor privado...

A gente estava comentando aqui, por exemplo, de um caso de uma colega... Eu moro a 40km daqui do centro de Brasília, numa zona rural, e a gente vê a situação. Nem parece que você está ao lado da Capital. Essa colega estava comentando que, pela vida inteira, ela foi produtora rural, trabalhadora do campo – agora ela já é uma senhora. Ela conheceu um senhor que é aposentado, trabalhador urbano, e resolveram se unir e se casaram. Quando ela foi requerer aposentadoria agora, ela não teve condições de requerer, mesmo trabalhando pela vida inteira no campo, porque o esposo dela já tem uma renda, já tem uma aposentadoria. Ela até comentou: "Se eu soubesse, há dois anos, eu não teria me casado". Então, são coisas que a gente tem que avaliar e ver como corrigir essas distorções, mas não a toque de caixa, prejudicando o povo como todo.

Mais uma vez, Senador, eu gostaria de agradecer ao senhor por esta audiência, agradecer a todos e a todos que contribuíram, mas reforçar o nosso compromisso de lutar para que a gente consiga dar esse encaminhamento da realização das audiências nos Estados, conforme fizemos no PL 4.330, para conseguirmos dialogar com a população, desmascarar essa reforma, porque, como também foi colocado pelos colegas, na grande imprensa não sai, e muitas vezes é o único veículo de comunicação que o trabalhador e a trabalhadora têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço muito ao Senador por esta realização e por saber que a gente sempre pode contar com o senhor na defesa da classe trabalhadora do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! Rodrigo Britto, membro da direção da CUT e Presidente da CUT-Brasília que aqui falou.

Só para dizer que todos tiveram direito às considerações finais. Já suspendi o dentista. Se continuar assim, o dentista só vai me ver depois que terminar o debate da reforma. E o voo eu passei para a noite, mas eu iria, de fato, ao Rio Grande. Vou, mas vou à noite.

Vou passar de imediato...

Só vou fazer um exercício com você aqui, porque você tratou do tempo de contribuição.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Olha, esse exercício será feito em um minuto, menos que um minuto – prometo, Josiane.

A média de emprego do brasileiro, segundo a Profa. Denise, que é uma especialista nessa área, que todo mundo conhece, é 5,1, 5 meses em 12 – eu vou arredondar para 6. Então, se a média de emprego é 6 em 12, eu tenho que contribuir 40 anos. Isso significa que eu vou ter que trabalhar 80 anos para garantir 40 de contribuição. Comecei a trabalhar com 20, com mais 80, com 100 anos eu me aposento com salário integral, ainda calculado pela média. Só para dizer que você tem toda a razão. Entenderam, não é? Comecei a trabalhar com 20, para ter 40 anos de contribuição, se só consigo 6 em cada 12, são 80 anos trabalhando. Com 20, 100. Tomara que todos nós tenhamos mais de 100 anos de vida. Aí dá para gozar quem sabe mais 10, mais 12 do benefício.

Josiane, prometi em menos que um minuto, viu?

Josiane Jacob Saboia é profissional nessa área da saúde e foi convidada para fazer aqui o seu depoimento.

A SRA. JOSIANE JACOB SABOIA (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciar a minha fala propriamente dita, eu quero agradecer e enaltecer o trabalho do Senador Paulo Paim. Muito obrigada por estar exercendo uma parte importante que é alimentar o debate.

Nós não tivemos oportunidade de alimentar esse debate de reforma da previdência na Câmara, que é a Casa do povo. Fomos lá, Senador, batemos na porta, e nenhum Parlamentar... Para não dizer que nenhum, houve um Deputado Federal que apresentou a nossa emenda. Um, de 513. Os restantes fecharam as portas e fecharam os seus ouvidos.

Então, eu tenho que enaltecer, sim, o Senador, porque nós, rapidamente, quando enviamos o *e-mail* para o Senador – e eu quero parabenizar a assessoria do Senador, que estava ainda em recesso e entrou em contato conosco através da sua assessoria de comunicação.

Muito obrigado ao Senador e parabéns pelo trabalho que o senhor tem desenvolvido!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Não os elogie muito, porque, senão, eles vão pedir aumento, e eu não tenho como dar aumento, porque eu dependo da Casa... (*Risos.*)

A SRA. JOSIANE JACOB SABOIA – É um assunto importante, porque nós procuramos por várias vezes, tentamos contatos com Senadores aqui, nossos, do Distrito Federal... Colocamos neles a confiança no nosso voto e não tivemos até hoje uma resposta sequer, nenhum chamado sequer para conversar sobre os nossos sentimentos, sobre as condições a que nós somos expostos diariamente.

Então, hoje eu falo aqui em nome dos profissionais principalmente da saúde, mas da Enfermagem – eu sou enfermeira, sou técnica de Enfermagem. Hoje eu trabalho na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, eu sou do Samu (Serviço Móvel de Urgência), que é um serviço em que, se vocês observarem, principalmente aqui no DF, já existe integração do Samu com o Corpo de Bombeiros. Por quê? Porque o serviço é igual. A diferença é porque um é militar e o outro não o é. O Samu não é militar, o bombeiro é, mas as atividades são as mesmas praticamente; divergem em alguns pontos, porque o Samu faz atendimentos mais clínicos, mas ele também está na rua salvando vidas, está descendo ribanceiras, está no aero. Existe muito ainda a se discutir, e a gente fica triste, Senador, porque não houve um debate. Embora há 40 anos exista a ideia de reforma e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora ela vem à tona, mas, quando se apresenta o projeto de emenda, quando se apresenta o projeto de lei e não se chama a população para uma conversa, não se debate item por item, e se vai a toque de caixa, isso mexe, isso fere a Constituição. Onde fica a dignidade?

Eu estou falando aqui de uma profissão de que todos nós vamos depender um dia, a não ser que você morra antes de ficar internado em um hospital. Todos nós vamos passar por um hospital, todos nós precisamos do médico, todos nós precisamos do enfermeiro, todos nós precisamos dos técnicos. No momento mais difícil da nossa vida, o profissional está ali. E, se nós não tivermos a sensibilidade de falar dos profissionais da saúde, esse é um problema social.

A gente tem acompanhado, Senador, em toda essa trajetória de reforma, que se fala muito em trabalhador rural – e eu me solidarizo com as trabalhadoras rurais; eu sou mulher. Na nossa profissão de Enfermagem, nós somos 2 milhões de profissionais no Brasil aproximadamente, e eu falo aqui em nome de 84% desses profissionais, que são mulheres, ou seja, a nossa profissão é quase que totalmente feminina. Não é novidade para ninguém que as mulheres têm tripla jornada. Eu tenho que trabalhar em casa, eu tenho que trabalhar fora de casa, e muitas vezes nós precisamos de dois empregos, porque o piso salarial é uma vergonha nacional, uma vergonha!

Então, eu fico muito feliz de usar aqui esse espaço que o Senador deu para nós para enaltecer a nossa profissão e dizer que eu me solidarizo com as trabalhadoras rurais, já fui trabalhadora rural, já trabalhei, embora não pareça, mas eu era do Estado de Minas Gerais, e ali a gente tem o PAD-DF, que muitos podem conhecer... Na minha adolescência, eu tive que catar feijão e sei o que é isso. A minha avó é trabalhadora rural e hoje, graças a Deus, ela tem a sua aposentadoria, o que pode não acontecer daqui para frente. Ela sustenta a sua casa e a sua família. Há pessoas que estão desempregadas lá, porque não conseguiram emprego, e ela se sustenta com essa aposentadoria do trabalho, do serviço rural. Eu me solidarizo com todas as mulheres, com todos os trabalhadores, com todos os professores. Nós não tivemos a oportunidade de trazer o vídeo do trabalho da saúde, mas não é segredo para ninguém, e eu até convido...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Se quiser, já fica confirmado...

A SRA. JOSIANE JACOB SABOIA – A gente traz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB8145003271117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até porque há um seriado que passa na Rede Globo falando sobre a questão das condições de trabalho.

O que a gente tem que discutir em uma reforma de previdência são as condições de trabalho. Quais são as condições de trabalho que os trabalhadores da saúde hoje têm no seu local de trabalho? Se vocês forem aos hospitais públicos do Brasil, é uma calamidade! Nós temos que empurrar maca pesada, como disse o meu amigo. Nós temos que pegar peso. Nós somos, na maioria, mulheres. Eu sou nova, estou há sete anos na Enfermagem e já estou sentindo dores na minha coluna porque eu tenho que empurrar maca, eu tenho que pegar peso... E isso não é visto, isso não é sensível aos olhos daqueles que podem fazer algo por nós. Então, nós estamos esquecidos? Estamos, porque, em nenhum debate da reforma da previdência, a não ser este de hoje, se falou em profissionais da saúde. E isso entristece, porque eu estou falando de Enfermagem, mas nós temos os médicos, as médicas, nós temos os outros profissionais e os outros segmentos.

Então, hoje fica o meu agradecimento ao Senador Paulo Paim e fica o meu apelo aos outros Senadores desta Casa. A gente ainda tem uma esperança. A Câmara não nos ouviu. Fomos lá, o que seria o muro das lamentações, mas tamparam os seus ouvidos. Hoje nós estamos aqui lamentando, porque várias mulheres serão penalizadas, mulheres essas que terão a sua tripla jornada e ainda correrão risco de se aposentar muito mais tarde ou de talvez nem se aposentar.

Só para complementar, já existe a reforma especial para Enfermagem do setor privado. E aí você vê que não há bom senso na discussão. Se existe, Senador, uma reforma que foi debatida e amplamente discutida para se implementar, foi aprovada, hoje não há discussão e vão retirar. Como assim? Por que existe o projeto? Porque existe a lei que ampara os trabalhadores da saúde com a reforma especial? Existe, porque se trabalha em local penoso, danoso, há risco biológico, risco físico, risco ergonômico, passa-se por todas as situações de mazela, porque não há condições de trabalho, e, de repente, na reforma trabalhista, não se discute o porquê de tirar? Se se discutiu amplamente e se colocou, porque se viu que havia necessidade, não se pode retirar assim a toque de caixa; deve haver debate, deve haver sensibilidade com as trabalhadoras deste País, não só na Enfermagem. Eu falo por todas as mulheres, mas principalmente observar as condições de trabalho, porque, fora, em países de primeiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo em que há uma reforma dessa, as condições de trabalho são outras. Aqui não se discutem as condições de trabalho; discute-se déficit, discutem-se privilégios, mas privilégios de quem? De quem deveria ter os seus privilégios diminuídos ou cortados não se fala. E não se pode comparar uma mulher que trabalha na área rural ou dentro de hospital, sem condições nenhumas, com uma juíza, com uma ministra, ou com qualquer outra profissão em que você está ali amparado, está trabalhando no ar-condicionado, está trabalhando com papelzinho. Nós, não. Nós trabalhamos para salvar vida, descemos escada, subimos escada, descemos ladeira, entramos em locais perigosos e penosos. É diferente! (*Palmas.*)

Tem de haver uma sensibilidade, tem de haver uma sensibilidade. E nós esperamos isso. A nossa esperança é o Senado, porque a Casa do povo se fechou, não se fala mais.

Agradecemos e esperamos contar com o senhor. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem! Josiane de Saboia, profissional da área de saúde, que fez aqui uma bela exposição.

Só permita, Josiane... Eu sou muito preocupado com a questão de justiça. Nessa questão da Enfermagem, vieram enfermeiros e médicos, nós tivemos aqui no Senado duas... Essa é a terceira audiência que trata do tema. Por justiça, a Senadora Zenaide Maia presidiu uma delas. Nós aprovamos o requerimento, e depois ela a presidiu. A outra, eu presidi.

Agora, nós vamos para as considerações finais, pessoal. Temos ainda um bom tempo.

Eu queria assegurar que os senhores... Eu queria ver se os senhores podem, nas considerações finais, dentro do possível, porque essa é uma questão de protocolo interno, e eu tenho que cumprir... Eu tenho as perguntas do e-Cidadania, que lerei rapidamente. Se quiserem, podem pegar cópia e responder àquilo que entenderem melhor. Uma ou outra pergunta, se entenderem.

Silvana Gomes de Almeida, São Paulo: "Somos funcionários concursados, não temos privilégio nenhum. Quando nos aposentamos, recebemos somente aposentadoria e não temos FGTS".

Valdecir Gomes, Rio de Janeiro: "Pessoas que trabalham em serviços insalubres devem contribuir [segundo ele nem deveria ser por 15, 20, 25] somente por 10 anos".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Sugiro que a idade exigida para se aposentar [aí não é especial naturalmente] por idade tem que ser 57 e 60 e não 62 e 65, como está na proposta". Não concordo com a idade exigida para se aposentar, porque a expectativa no Brasil é muito baixa. Não dá para comparar com um país de primeiro mundo, como está fazendo, segundo eles, aqui o Governo.

Antônio Alves, de São Paulo. Aqui eu leio tudo, pessoal, por isso que eu destaco: "É preciso cortar os gastos exorbitantes dos Parlamentares. Assim, não se precisaria fazer a reforma da previdência, em que o povo é que vai pagar".

Rui de Assis Filho, São Paulo: "Como ficará a aposentadoria para quem trabalha na área da saúde?".

Maria Gabriela Tada Singer, do Paraná: "Senador Paulo Paim, sempre promovendo as melhores discussões". Está elogiando vocês que foram painelistas.

Cassia Regina, de São Paulo: "PEC paralela é meio obsceno de burlar o amplo debate. O Senado deve ser caneta; não carimbo". Precarização dos direitos sociais previdenciários do trabalho, desmonte do Estado brasileiro. Reforma política já! Isso, sim; isso pode salvar o Brasil.

César Augusto Vieira, da Bahia: "Parabéns à Comissão de Direitos Humanos! Excelente debate".

Thiana Thi, do Distrito Federal: "É covardia com os trabalhadores, retirando sua dignidade! Por favor, não mexam [Chico, está aqui elogiando] na aposentadoria especial dos vigilantes". Alto risco, penoso, insalubre, enfim...

Sebastião Jorge, de São Paulo: "Na época em que fui me aposentar por periculosidade, a empresa negou, dizendo que não poderia ser dispensado. É certo?". Sobre isso, pode ser colocado que eles estão agora, sim, proibindo, eles estão tirando qualquer possibilidade de aposentadoria por periculosidade. Então, se existia antes, é porque pode e como existe...

Juvenília de Paula, de Minas Gerais: "O Senado não tem obrigação de aprovar tudo o que chega da Câmara. Peço que vejam os erros da reforma e os corrijam". O Senado não tem que ficar aqui como carimbador.

João Victor Silva do Nascimento, do Distrito Federal: "PEC obrigando os trabalhadores a pagar a conta como sempre!". É uma crítica dura aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cesar Augusto, da Bahia: "Tenho muitas dúvidas sobre o assunto, muito interessante essa audiência". Ele está elogiando os debatedores.

Luciano Henrique Carlotti de Oliveira, de São Paulo: "Esse assunto é muito importante para o Brasil". Reforçando a audiência também.

Bianca Moniz de Castilho, do Rio de Janeiro: "Não podemos perder direitos trabalhistas que foram conquistados com muita luta pelos nossos antepassados". Trabalhistas e previdenciários.

Marcelo Bezerra da Costa, Rio Grande do Norte: "Por que não pedimos a 'auditoria da dívida pública' ao invés de forçar os trabalhadores a pagar a conta perdendo direitos?".

Sonia Beatriz Silva, do Rio de Janeiro: "O que muda para quem trabalha de forma informal na hora de se aposentar por idade, e não por tempo de serviço?".

Jessica Souza de Almeida Barreto, da Bahia: "Essa economia de trilhões disposta pelo sistema não implicará algum déficit futuramente para os trabalhadores?". Com certeza que sim, mas vocês podem responder.

Cris Oliveira, de São Paulo: "Por que a reforma da previdência mantém privilégios dos políticos e dos mais ricos, e tira direito adquirido dos mais pobres?". Questão de justiça, a reforma como está. Aí nós criticamos aqui o pedágio, mas, daqui para frente, ninguém mais poderá entrar, acabou, ou seja, daqui para frente, isso tem que claro. Muitas vezes, eu vejo... Pelo menos, isso é dito lá, daqui para frente, ninguém mais poderá entrar: quem estava estava; quem for eleito, digamos, em 2022 não existe mais. Todos terão que optar pelo regime geral, como é com todo servidor. Só que eu acho que o pedágio para quem quer ficar – essa é a minha posição, e vou apresentar emenda – tem que ser igual ao do servidor, se é sempre 100%, 50%.

Cris Oliveira... Foi a de que eu li agora.

E, por fim, termino agora. Lucinei Cavalcanti, do Rio de Janeiro: "Quem tiver pensão por morte, ao se casar, perderá a pensão?". Já foi explicado aqui pelo professor.

Então, vamos voltar para a mesma lista.

Chico Vigilante, suas considerações finais. Chico Vigilante é Deputado Federal, Diretor de Assuntos Parlamentares do PT, DF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem quiser responder ou dar algum encaminhamento... Eu sempre digo que o pessimista é um derrotado por antecipação. Eu prefiro o otimismo de que a gente vai mudar essa reforma.

Chico.

O SR. CHICO VIGILANTE (Para exposição de convidado.) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, eu quero parabenizar V. Exa., que está praticamente há oito horas sentado aí nessa cadeira, sem comer nada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Aprendi com o Ulysses Guimarães, que, na Constituinte, ficava 12 horas.

O SR. CHICO VIGILANTE – E eu estava me lembrando exatamente do Ulysses. Pensei: o Paim está ali igual ao Ulysses; já faz oito horas, não comeu nada e continua tocando o debate, esse debate importante.

Agora, Senador Paulo Paim e as pessoas que estão nos assistindo, o que me deixa mais triste é que a chamada nova reforma que de novo não tem nada, na verdade, é uma fachada que eles encontraram, porque a reforma da previdência encaminhada pelo Temer já nasceu derrotada, e aí inventaram a nova previdência. Mas o que me deixa triste, Senador Paulo Paim, é verificar, nos canais de televisão, pessoas que ganham milhares e milhares de reais, boa parte delas não pagam imposto, se dizem grandes comunicadores populares, recebendo dinheiro para dizer que a reforma é boa. É boa para quem? Essa é a grande pergunta que há que se fazer. É boa para quem?

Outra coisa também: tenta iludir as pessoas. E eu vou repetir parte do que eu disse aqui pela manhã. Quer dizer, é uma reforma para gerar emprego. Me aponte um emprego gerado pela reforma trabalhista. Quero só que me aponte um. O que houve foi precarização. Nós temos hoje milhares e milhares de pessoas, Senador Paulo Paim, que estão nas ruas, nas esquinas, nos semáforos, vendendo pano de prato, balinha, qualquer coisa, com uma renda máxima de R$300.

Eu sou do interior, Senador Paulo Paim, V. Exa. conhece o interior do Brasil. Quando eu nasci, até os meus 10, 15 anos, era comum a gente ver as pessoas pobres mendigando, pedindo nas casas. A gente até dizia, quando a pessoa saía montada num jumento: "O jumento é tão ensinado que ele vai às casas". E ia mesmo, porque ela não tinha amparo nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que irá acontecer, Senador Paulo Paim, quem está nos assistindo, com os trabalhadores rurais, porque é mentira essa história de que estão fora; não estão fora. Para eles se aposentarem vão ter que comprovar contribuição durante 15 anos. Eu quero saber como é que uma dona de casa... Minha mãe era quebradeira de coco, lá no interior do Maranhão, coco babaçu; o serviço mais duro que existe. Se fosse hoje, como é que minha mãe iria comprovar contribuição? Mal dá para comer, Senador.

Pegue a questão dos vigilantes, que a Thiana, que é uma companheira vigilante aqui de Brasília, aborda muito bem, tirem as mãos da aposentadoria dos vigilantes, porque eu tenho dito e isso vai acontecer: se a reforma passar aqui no Senado, do jeito que está, nenhum vigilante se aposentará neste País como vigilante, nenhum irá conseguir se aposentar! A mesma coisa vale para eletricitários, vale para os mineiros e vale para o pessoal da saúde.

Eu digo mais, Senador, se esse Capitão Capiroto, que agora também está sendo chamado de Capitão Motosserra, que está aí na Presidência da República, um embuste, se ele tivesse apresentado essa proposta do jeito que ela é, durante o debate eleitoral, eu estaria calado, porque as pessoas teriam votado, sabendo o que era; portanto, o senhor também iria ficar calado. Mas eles mentiram, ele não disse que era isso, até porque ele se negou a ir aos debates, e não é por que estava doente, não; é por que não ia mesmo. Ele mentiu, é só pegar os vídeos dele antes das eleições, arrasando com o Temer, e agora está fazendo pior do que o Temer. É um engodo, as pessoas foram iludidas.

Mas o mais triste, Senador Paulo Paim, é verificar que houve um bocado de Deputado que votou com a promessa de liberação de emendas. As emendas para obras, Senador, são obrigatórias, impositivas. Por que se vender por uma emenda? Eu vejo agora: "Não, porque estão cobrando R$3 bilhões das emendas". Isso é uma vergonha! Aí se vai fazer uma pontezinha, uma pinguela num Município, asfaltar 2km de uma rua, numa cidade pequena? O Prefeito vai chamar num dia, vai fazer uma festa? E o direito dos trabalhadores que foi trocado por isso?

Nós não podemos aceitar, nós não podemos permitir em hipótese nenhuma que a Previdência Social brasileira seja queimada e vire cinza, repito, como está acontecendo com a Amazônia. Isso depende de nós trabalhadores. V. Exa. está fazendo o que pode. Agora, se os trabalhadores não acordarem, não se levantarem, não protestarem, vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ver todos os direitos sendo solapados. E depois não adianta chorar pelo leite derramado. Ou luta agora, ou vai morrer para sempre.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Chico Vigilante, que foi preciso, entendendo o horário.

Só um minuto, pessoal, que eu vou ter que passar por um por um aqui. E eu vou pedir para todos que fiquem no tempo do Chico Vigilante por causa do nosso horário aqui. Nós temos um compromisso, vamos terminar, no máximo, no máximo, às 15h30. Então, o Chico Vigilante usou cinco com mais dois, sete. Eu vou dar cinco para cada um. Se puderem concluir nos cinco, é muito bom; se precisarem de um minuto a mais, claro que eu vou dar.

Então, agora, fala o Sr. Luiz Gonçalves Bomtempo, Secretário-Geral da Unafisco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ele já foi.

Naiara Moraes, Advogada e Professora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Também.

Luiz Antonio Colussi, Vice-Presidente da Anamatra.

Clovis Scherer, Representante do Dieese.

George Alex Lima de Souza, Diretor de Assuntos Parlamentares da Sindifisco.

Vamos agora para a segunda Mesa: Luiz Roberto Pires Domingues Júnior, Mestre em Economia na área de previdência. Só estou citando aqueles que participaram aqui. Lourenço Ferreira do Prado, Secretário de Relações Internacionais da UGT. Todos esses já falaram e ficam aqui os meus cumprimentos a todos os painelistas, todos foram muito bem. Wilson Pereira, Presidente da Contratuh.

Vladimir Nepomuceno, Assessor e Consultor de entidades sindicais e representante da Insight Assessoria Parlamentar, tem o seu tempo, conforme combinado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO (Para exposição de convidado.) – Bem objetivamente, Senador, eu acho que, pegando um pouco do que o Deputado Chico Vigilante falou, durante a campanha, o agora Presidente não falava nada, porque não havia o que falar, porque não foi eleito com alguma proposta sobre qualquer assunto da área social. Mas nós fazíamos, inclusive, ao final do primeiro turno, um levantamento do que a grande imprensa noticiava, principalmente *Estadão*, *Folha* e *O Globo,* e nós tínhamos quatro pessoas que ainda não eram Ministros, porque o Presidente não estava ainda empossado: eram os irmãos Weintraub, um deles hoje Ministro da Educação; e uma outra dupla, Paulo Tafner e Armínio Fraga, já montando a programação das reformas que o novo Governo deveria fazer. Não por coincidência, um dos irmãos Weintraub foi direto para o Palácio do Planalto e depois foi removido para o MEC, para azar do povo da educação; Paulo Tafner continua conselheiro; Armínio Fraga continua conselheiro; Paulo Guedes, que coordenou o grupo todo, virou Ministro, que centralizou.

Agora, isso mostra que não é novo, não foi esse Presidente que criou esse projeto. Esse projeto vem desde a década de 80. A Constituinte incomodava. Tentaram no Governo Collor, tentaram no Governo Fernando Henrique... Aliás, tentaram no Governo Sarney, Collor, Fernando Henrique e no Governo Temer.

Eu mencionava aqui que nós tínhamos uma disputa de servidores públicos na questão da contribuição previdenciária. E o nosso amigo consultor do Senado Luiz Alberto me mandou uma mensagem no WhatsApp, lembrando que nós ganhamos uma Adin contra Fernando Henrique, que queria colocar 25% de desconto para servidores públicos federais, estaduais e municipais; nós fomos ao Supremo e derrotamos, o Luiz Alberto muito bem me lembrou aqui.

E o mais interessante é que nessa proposta havia uma parte fixa e uma parte temporária. Nenhuma novidade ser semelhança com o que está se colocando agora. Propunham-se 11% para toda a remuneração do servidor; 9% entre R$1,2 mil e R$2,5 mil; e 14% sobre o que passasse de R$2,5 mil, em que o percentual, tirando os cálculos, daria 25% da remuneração toda do servidor no período, sendo que parte disso era temporário, de 1999 até 2002, quando terminava o mandato de Fernando Henrique. Ou seja, não há nada de novo nessa reforma.

A questão... Já pegando algumas coisas, por exemplo, a Cris fala de manter os privilégios. Estão mantidos. O setor financeiro não contribui com nada. Grandes fortunas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também não. Agronegócio estava no texto original, foi tirado na Câmara. O que eles tiraram do exportador do agronegócio é muito mais do que o que estariam economizando com pensão pós-morte e com a questão das mulheres, aqueles cinco anos das mulheres. O que foi economizado ali se economizaria muito mais se se tivesse cobrado do agronegócio exportador.

E, aí, lembrando a questão do trabalhador rural, certa vez eu estava em Alagoas a caminho do Rio de Janeiro e encontrei um grupo de trabalhadores rurais cortadores de cana, igual ao vídeo a que nós assistimos, que estavam saindo de Alagoas, porque tinham terminado o trabalho ali, a safra já estava adiantada. Eles iam para Campos, no norte do Estado do Rio, tentar uma vaga e, se conseguissem, quando terminassem, eles iriam para o interior de São Paulo, Ribeirão Preto, aquela região também de cana. Nada garantiria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VLADIMIR NEPOMUCENO – ... que eles iriam sair de um Estado para outro para conseguir emprego. Então, não há jeito, é para prejudicar de qualquer forma.

Por fim, a questão da realidade demográfica. Eles falam, como foi falado aqui, inclusive, pelo representante do Ministério na semana passada, que citou, por acaso, países do norte da Europa. Por coincidência, eu estive lá. Simplesmente a qualidade de vida do idoso é muito, muito diferente da que existe aqui. Então, não dá para equiparar idade para aposentadoria. Na Suécia, por exemplo, chega a haver bairro para idoso cuja família não tem como trabalhar e cuidar dele; ele vai para um bairro apropriado, tem saúde, tem assistência social, tem tudo mais. Não dá para usar comparativamente a questão demográfica de outros.

Por fim, fora um pouco disso, foi tocada aqui a questão das 30 horas para enfermagem. Eu era Diretor de Relações de Trabalho no Governo, a gente discutia isso com as entidades nacionais da Enfermagem. A maior resistência que nós tivemos, Câmara e Senado, foi de Parlamentares ligados a Prefeitos e Governadores que alegavam que não daria para fazer concurso público na área da Enfermagem. Não foi só o empresário da área da saúde, os Prefeitos foram uma dificuldade gigantesca para isso.

E, quanto à questão da mulher policial, nós na nossa época conseguimos baixar, num acordo com os Parlamentares, os cinco anos da mulher que agora desaparecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou seja, não há reforma para melhorar nada para ninguém; é para tirar dinheiro do trabalhador e dar para banqueiro, porque a isenção dos ricos vai muito bem, obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Vladimir Nepomuceno, que ficou no tempo combinado.

Clodoaldo Nery Júnior, cinco com mais dois, se necessário.

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – O.k.

Primeiramente, parabenizo a todos que participaram desse debate. Realmente aqui há um espaço democrático para se fazer o debate.

Eu gostaria de fazer alguns encaminhamentos que julgo muito importantes. Falei agora há pouco aqui com o Deputado Distrital Chico Vigilante; também falei com João Cardoso, do Sindicato de Enfermagem. E eu quero fazer um encaminhamento para o Rodrigo, dos bancários; e também para o Movimento das Camponesas. Nós precisamos, Senador, dentro da linha que foi colocada pela proposta da Iridiani, fazer audiências públicas nos Estados. E um dos Estados que eu gostaria que fosse contemplado com uma certa prioridade é o Estado do Amapá, que é o Estado do Presidente desta Casa.

O Amapá hoje é um dos Estados mais preservados do Brasil; houve assassinatos de lideranças indígenas, naquele Estado; há uma situação de questões ambientais importantes lá em que a gente precisa atuar. E o Presidente do Senado é o homem sobre o qual temos que fazer pressão. Macapá é uma cidade que não é como o Rio de Janeiro, ou seja, a pressão que nós vamos fazer sobre o Davi Alcolumbre quanto à que nós poderíamos fazer em relação ao Rodrigo Maia nem se compara, devido ao tamanho da cidade de Macapá.

Então, nós gostaríamos de convidar o Sindicato dos Bancários para que se articule com o Sindicato dos Bancários lá do Amapá. Nós vamos fazer uma audiência pública na OAB do Amapá. Hoje o nosso movimento está reunido com a Simone Tebet, lá no Mato Grosso do Sul, e nós precisamos levar esse debate para Macapá.

Convidei os vigilantes, também convidei aqui os Sindicatos de Enfermagem para uma campanha de esclarecimento e de mídia no Amapá. Nós precisamos reunir bancários, precisamos reunir vigilantes, precisamos reunir enfermagem, e o Movimento Acorda Sociedade está convocando todas as suas entidades integrantes para uma ação forte, maciça, efetiva em Macapá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esse encaminhamento que nós gostaríamos de fazer.

Sobre o que foi colocado pela Anfip em relação às renúncias fiscais. Como um Governo – o Governo Temer, tá? – consegue aprovar uma desoneração para as petroleiras estrangeiras? Existe um estudo da Câmara dos Deputados que estima em 1 trilhão – está nos dados dos estudos da Anfip o estudo da Consultoria da Câmara dos Deputados – de renúncias fiscais em relação às petroleiras em 40 anos. Numa conta de padeiro, em 10 anos, são 250 bilhões. Duzentos e cinquenta bilhões! Agora, você vai tirar do idoso? Você vai colocar no ombro do trabalhador rural, dos trabalhadores, do enfermeiro, do policial? Você vai retirar 250 bilhões dos trabalhadores? E por que você não retira das petroleiras? Vocês acham que empresas petroleiras precisam de renúncias fiscais? Então, este é um ponto que nós precisamos trabalhar: rever essas renúncias fiscais.

O MAS vai trabalhar pela reforma tributária, mas não vai ser essa reforma tributária do Brasil 200; nós vamos fazer a reforma tributária de que a sociedade precisa e de que o Brasil necessita. Então, nós fazemos esse chamamento. E quero aproveitar que o Vladimir está aqui e que o Presidente da Comissão é o Coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência. A CUT tem uma excelente ferramenta, que é o Na Pressão. Nós precisamos usar essa ferramenta. A nossa sugestão, já que nós temos também uma ferramenta, que é a nossa plataforma, é que nós divulguemos, enviemos *e-mails...*

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLODOALDO NERY JÚNIOR – ... para os Parlamentares e façamos pressão sobre eles, sobre os Senadores. É muito importante uma mobilização nas redes sociais. É muito importante não apenas mobilizar nas redes sociais, mas nós temos que comunicar com a sociedade brasileira; está havendo uma falha de comunicação com a sociedade, e essa falha de comunicação precisa ser analisada. Então, nós queremos divulgar essas plataformas, o Na Pressão e nãoaodesmontedaprevidencia.com.br.

Muito obrigado, Senador, mais uma vez! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Clodoaldo Nery Júnior, Coordenador Nacional do MAS.

Eu só quero – sempre na linha da Justiça e na minha ótica, de quem está aqui dentro – dizer que o Presidente Davi Alcolumbre, independentemente de posição partidária ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo ideológica, todas as vezes em que eu pedi alguma reunião com as entidades, me atendeu. Sempre! Eu deixo registrado porque é verdade, é verdade.

Segundo, vejam bem: as decisões são tomadas aqui no Colégio de Líderes, e o Plenário é soberano. Mesmo que o Colégio de Líderes tome uma posição, chega ao Plenário e é este quem decide. Ali são 81. E eu entendo que, se nós quisermos efetivamente fazer com que essa reforma seja alterada, que não seja aprovada como veio da Câmara, aí é pressão em todos os Senadores. São três por Estado. Eu não tenho problema nenhum de me pressionarem quando eu chegar ao aeroporto de Porto Alegre, por exemplo. Tem que pressionar! Porque são só 3; na Câmara, são 513. Aqui são só 3. Então, é o contato, é o diálogo que eu peço para quem está nos ouvindo, e democraticamente também! Que conversem com seus Senadores de todos os Estados no sentido de que – eu entendo que está crescendo a ideia aqui dentro –, como está, não pode passar. Até em defesa do Senado, em defesa do Senado, eu digo que o Senado não pode somente carimbar uma proposta como essa. Lembro aqui a Medida Provisória 881. Uma Comissão Mista alterou, botou 54 artigos numa MP que chegou aqui com 18. A maioria era jabuti, como a gente fala. A Câmara, no Plenário da Câmara, retirou 54 do número de artigos que tinham sido colocados. A Câmara retirou 54; sobraram 22 ainda. Com esses 22, veio para cá no Plenário do Senado, e nós conversamos – nós, quando eu digo, não sou eu, não. Somos nós, um grupo de Senadores aqui dentro, e não vou nem falar se desse ou daquele partido, porque é suprapartidariamente – com o Presidente, que disse: "Vocês têm que articular no Plenário". Assim o fizemos, e ele encaminhou para votação, sem esse artigo, mediante um amplo acordo que costuramos dentro do Plenário. Era um artigo que praticamente obrigava o trabalhador a trabalhar aos domingos. Ele teria direito a uma folga só por mês: a cada quatro semanas, ele teria direito a uma folga; depois, a outra o empresário que iria decidir que dia que ele poderia ou não descansar. E não iria pagar os 100%, como é hoje, não é?

Eu falo isso mais na linha de mostrar que é um trabalho coletivo. Temos que conversar com os 81, conversar com os 81, para que nós possamos avançar nessa questão.

Eu faço esse apelo aí de forma muito respeitoso e carinhosa.

João Cardoso – estamos no fim já –, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do DF. Mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOÃO CARDOSO (Para exposição de convidado.) – Eu acho que o Presidente da República e o Ministro da Economia, principalmente, estão vendendo essa reforma como sendo a salvação para o Brasil. E nós sabemos que não é. A salvação está muito longe de salvar os empregos, manter os empregos que há, porque a cada dia a gente vê mais gente desempregada.

No caso aqui, como foi dito, quem conseguiu mostrar que um emprego – falou o Deputado Chico Vigilante – causado pela reforma? Quantos empregos dão? Oito milhões? Duvido! Nós acreditamos que não vai haver nenhum emprego a mais por causa dessa reforma. Ou seja, nós precisamos... Cada um de nós tem a obrigação e principalmente o direito de conversar com o Senador que foi eleito no seu Estado. Você, cidadão, você, trabalhador, converse com o seu Senador, no qual você votou, que você elegeu, ou mesmo naquele em quem você não votou. Procure o seu Senador, mostre a situação que existe hoje no Brasil, como é que está a situação dessa PEC, dessa emenda que só vem para prejudicar. O Presidente da República falou... Tudo o que ele prometeu na campanha de coisa ruim ele está implementando. Prometeu tirar direito dos trabalhadores, e está tirando. Como é que um Presidente da República se coloca na situação de tirar o direito do trabalhador que, ao longo da nossa história, foi conquistado, com muita luta, com muito suor e às vezes até com sangue? E agora, numa emenda, numa tacada, numa canetada só, vem tirar o nosso direito? Você, trabalhador, tem a obrigação de não deixar isso passar.

Ora, nós somos obrigados a trabalhar para essa mudança não acontecer do jeito que está. A reforma não pode ser para tirar os nossos direitos, a reforma tem que ser para melhorar a nossa situação de trabalho e criar mais e mais empregos, não o contrário. Esse é meu apelo como sindicalista, como cidadão e como homem público que sou.

Hoje eu estou doente, por exemplo, estou com mal de Parkinson, de trabalhar na área da Enfermagem, mas eu estou aqui no trabalho, trabalhando para o coletivo dos trabalhadores e da sociedade. Essa é a minha missão, e eu continuo assim. Embora este braço esteja com problema e eu não consigo pegar nada com esta mão, a mente está normal, eu consigo falar, e é com a fala que eu estou trabalhando, com as ideias e com estratégia. É assim que vou fazer. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem! João Cardoso, Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do DF, que mostra que, embora com um probleminha de saúde – permita-me que eu diga probleminha –, está aqui firme, digamos, em plena atividade só com uma das mãos. É isso, não é?

O SR. JOÃO CARDOSO – É.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Resumindo, é isso. Mas está aqui firme.

Meus cumprimentos.

Iridiani Seibert, que fala aqui pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

A SRA. IRIDIANI SEIBERT (Para exposição de convidado.) – Bom, de maneira muito breve, quero dizer que acho que nós temos a necessidade de partir do – e é uma frase até bastante famosa e conhecida – pessimismo das ideias, sair do pessimismo das ideias e partir para o otimismo das ações. Eu acho que nós temos uma necessidade de construir, ainda que essa reforma seja tão cruel, que está aqui nesta Casa. E, apesar de todo o processo que nós tivemos de luta e resistência no Congresso, ela ainda vem para cá muito ruim. Nós tivemos algumas, como temos dito, reduções de danos, algumas questões importantes foram retiradas: para as mulheres rurais, manteve-se a idade de 55 anos, porque havia o objetivo de igualar a idade também – além das outras maldades –, de ampliar os cinco anos; a capitalização, que era o cerne da proposta do Guedes. Então, algumas coisas foram possíveis, não foi como o Governo desejava. Acho que é preciso reconhecer que isso só foi possível a partir da resistência dos Parlamentares aqui dentro, mas também da luta e da pressão lá fora, organizada do povo, lutando e se organizando. Então, eu acho que é importante reconhecer isso.

Mas ainda há muitas coisas que precisam ser modificadas, contra as quais se precisa lutar. Nós temos realizado, inclusive, os tribunais populares das mulheres contra a reforma da previdência, do que inclusive temos documentos, sentenças, porque temos chamado especialistas para discutir esse tema. E temos realizado isso em vários locais. Também as audiências nas Câmaras de Vereadores, porque a gente entende que com certeza os pequenos e médios Municípios deste País serão extremamente afetados com essa reforma da previdência. A gente entende a previdência como a maior política de distribuição de renda deste País. Então, acabar com ela vai ampliar extremamente a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desigualdade, que já é tão grande neste País. E que também é uma das únicas políticas, ou a única política que reconhece a diferença das mulheres no mundo do trabalho, não só na inserção do trabalho, os menores salários e reconhece também a dupla jornada de trabalho das mulheres. Essa diferenciação, essa desigualdade no mundo do trabalho das mulheres não acabou, e querem acabar com a única política que reconhece isso.

Então, nós seguimos, como nós dizemos no Movimento de Mulheres Camponeses: através da Brigada Loiva, nas nossas ações de resistência, nós seguimos em luta e resistência em defesa da nossa previdência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Essa foi Iridiani Seibert, que falou pelo Movimento de Mulheres Camponesas.

Eu confesso que só com uma frasezinha nisso que você falou eu concordo plenamente. Olha, Vladimir, eu lamentei muito ver um representante do Ipea dizer que previdência não distribui renda nenhuma. Eu vi o cara dizer lá com todas as palavras, com gráfico e dizer: "Olhe, essa história de que previdência distribui renda, ajuda os mais pobres não existe", de acordo com o que ele disse. "Que isso é falácia". Ele chegou a usar a palavra "mentira", se eu não me engano.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – É o que ele quer, porque ele quer empurrar para a capitalização. É exatamente isso que você falou. É lamentável! Ele é reconhecido no mundo todo... Porque o sistema de seguridade do Brasil é um dos melhores do mundo, inclusive na saúde, apesar de todos os problemas que há. Inclusive na saúde! E agora eles falam que querem privatizar tudo. Calculem se privatizarem a saúde? Quem pode pagar um plano de pensão privado? Calculem se privatizarem a segurança? Se privatizarem totalmente a educação?

Enfim, Rodrigo Britto, membro da Direção Nacional da CUT e Presidente da CUT de Brasília, para suas considerações finais, cinco minutos.

O SR. RODRIGO BRITTO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Quero aproveitar aqui para tentar contribuir um pouco.

Há a pergunta da Sônia Beatriz, do Rio de Janeiro, de forma sucinta, porque os companheiros já abordaram, mas ela está falando da questão da contribuição e o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muda. Quando você pegar a fórmula de cálculo pela regra que está colocada, de imediato você já vai ter uma média de diminuição de 20% do valor da aposentadoria. E, se a pessoa não tiver os 40 anos de contribuição, mais grave ainda, porque só vai receber 60% do valor do cálculo que já vai ser abaixo do que é o valor de cálculo de hoje. Ou seja, pode chegar até a ter uma perda de praticamente metade do valor que ela teria na aposentadoria. Então, você terá redução no valor da sua aposentadoria, no valor da sua renda, caso você consiga aposentar. Então, respondendo aqui à Sônia.

E, encerrando aqui a nossa participação, quero só reforçar a importância das audiências públicas no Estado e repetir o que a gente fez no 4.330, não é, Senador? Ver com o senhor como que a gente pode contribuir para que isso realmente se torne algo aqui do Senado, seja aprovado, e a gente consiga ter uma estratégia de fazer as audiências, de fazer os debates, mas principalmente de levar aos Senadores. A gente, por exemplo, aqui no Distrito Federal, com apoio do nosso Deputado Chico Vigilante, pressionar os três Senadores do Distrito Federal, Reguffe, Izalci e Leila, para participarem, lá na Câmara Legislativa, do debate, porque a gente vai encher a Casa, para que eles, na frente do cidadão, na frente da cidadã, de toda a classe trabalhadora do DF, digam qual vai ser sua posição, digam por que defendem. Então, a gente tem que fazer isso. E da mesma forma o compromisso da CUT para a gente contribuir para que isso ocorra em todos os Estados, fazendo pressão nos Senadores de todos os Estados.

Então, é essa a consideração. E mais uma vez quero parabenizar o senhor e agradecer-lhe todo o compromisso que tem com a luta da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Rodrigo Britto, falando em nome da CUT, é o Presidente a CUT de Brasília, que reafirmou a proposta apresentada pela Iridiani, no sentido de insistir muito na presença dos três Senadores, de todos os Estados. No meu Estado, por exemplo – estou falando aqui de forma construtiva –, são o Luis Carlos e Lasier Martins, e eu naturalmente. Vamos pedir que o movimento social do Estado convide os três para um bom debate da reforma da previdência. Assim o faremos.

Eu não tinha citado o nome do Gláucio Diniz de Souza, representante da Anfip, que já se retirou, porque é professor e tinha compromisso.

E, por fim, aqui encerramos, Josiane Jacob Saboia, profissional da área de saúde, para suas considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOSIANE JACOB SABOIA (Para exposição de convidado.) – Para encerrar, vou ser bem sucinta, agradecendo mais uma vez a oportunidade de participar deste debate. Deu para aprender um pouco, porque a maioria dos dados que nós temos é de mídia, não é?, é do Google, e muita coisa que foi falada aqui eu anotei.

Mas a minha fala é voltada para os nossos profissionais da Enfermagem. É necessário discutir, é necessário permitir que esses profissionais de Enfermagem e principalmente nossos técnicos de Enfermagem... Estou aqui com meu amigo João Cardoso do Sindate, também faço parte da militância, juntamente com ele, dentro dos Sindate, nós estamos aqui realmente para trazer a voz desses profissionais que muitas vezes são esquecidos e para levantar a bandeira dessa aposentadoria especial. Não temos condições de trabalho.

Faço um convite aos Senadores aqui desta Casa para que se sensibilizem, apresentem as nossas emendas de reforma, de aposentadoria especial, para que também seja assegurada essa lei, que já existe, de aposentadoria especial para o segmento dos celetistas de enfermagem que trabalham no setor privado.

Faço um convite aos Senadores, aos políticos, aos Parlamentares para conhecerem a realidade da saúde pública do Distrito Federal. Não é só a sociedade que sofre, os profissionais da área também não têm condições de trabalho, atendem pessimamente porque não têm condições dignas de trabalho para fazerem um atendimento melhor. Embora não tenham, ainda conseguem atender a população nos improvisos. A saúde é muito mais ampla do que isto aqui que eu estou falando. É importante os Parlamentares conhecerem de verdade a nossa realidade.

Então, para finalizar, eu agradeço, e fica o nosso apelo, o nosso pedido de socorro, o nosso pedido realmente para que os Senadores se sensibilizem com esses profissionais.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem, Josiane Jacob Saboia, profissional da área de saúde.

Eu queria só fazer alguns encaminhamentos. Eu acho que todos nós falamos o suficiente.

Quero lembrar a todos que, segunda-feira, às 15h – todos estão convidados, todos! –, nós teremos uma plenária aqui no Interlegis para debater a previdência. Todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades estão convidadas. Todas! Conversamos aqui com a direção da Casa, como é uma plenária mais ampla, aqui não haveria espaço, então vai ser no Interlegis, segunda-feira, às 15h.

Também queremos lembrar a todos que, no dia 3 próximo agora, onde se uniram as frentes – a Frente Parlamentar Mista é uma que está incentivando e trabalhando, inúmeras entidades, centrais, federações, confederações. E quando digo também Frente Parlamentar, porque aí unem Deputados e Senadores, a Frente Parlamentar Mista –, nós teremos uma audiência, mas terá que ser lá no Petrônio Portela, onde inúmeros Deputados e Senadores vão estar presentes. Deixo bem claro já a todos, porque, quando a gente anuncia alguma coisa, sempre há algum que distorce o objetivo. O objetivo é debater a previdência mesmo! O que nós não temos é medo do debate. Nós todos não temos, e ninguém tem que ter! E os Senadores também não têm. Então, vamos fazer no Petrônio Portela uma audiência pública para debater a previdência que nós queremos. Todos são bem-vindos. Vamos tentar conversar inclusive para ver se o Relator pode, enfim, para que todos estejam lá nessa audiência pública, que vai ser no dia 3, lá no Petrônio Portela, às 9h da manhã.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Dia 3, agora.

Todos são bem-vindos. Não interessa se é policial civil, se é militar, se é servidor da área público, se é trabalhador da área privada, trabalhador rural, homem, mulher, deficiente, negro, branco, índio... Todos são bem-vindos. É para debater a previdência que nós queremos.

Os convidados entrarão pela porta lateral, direto para o Plenário... Fizemos isso – o Vladimir participou de todas – lá no Nereu Ramos, da Câmara, e nunca deu nenhum problema. Eu estou alertando já para que não comecem a criar, como a gente fala, chifre em cabeça de cavalo, porque, lá na Câmara, fizemos, eu acho, umas dez, no mínimo, e não deu um problema. Isso é para tranquilizar aqueles que estão achando que tem alguma montagem. Não tem armação nenhuma, pessoal. O debate é democrático, e assim nós queremos fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vai haver um debate no Petrônio Portela no dia 3 próximo, agora, com início às 9h, promovido pela Comissão de Direitos Humanos, uma provocação positiva que nos fizeram todas as entidades e a própria Frente. Quando eu falo em Frente, eu falo de todos os Deputados e Senadores, independentemente de partido. Vão estar lá painelistas, cinco, se não me engano, que vão fazer a exposição, e, em seguida, os convidados usarão da palavra.

E lembro ainda que, no dia 10 de setembro – essa é muito importante –, vai haver, no Plenário do Senado... É bom que quem está nos vendo ligue a TV no dia 10 de setembro, o dia todo... Vai ser no Plenário do Senado. Três convidados, democraticamente, defenderão a reforma e três que têm posição contrária à reforma como está. Deixamos claro que nós assumimos o que foi dito aqui. Todos os governos fizeram reforma. Nós não somos simplesmente contra a reforma. Não é isso. Nós queremos alterar, modificar, ajustar, melhorar a proposta de reforma que chegou aqui, no Senado, até porque, como a gente tem dito, o Senado não é uma Casa que só carimba. O Senado tem que aprimorar.

Nessa reforma, pelo número de especialistas que nós já ouvimos aqui e na CCJ, há artigo que se contrapõe ao outro. É uma questão até de redação.

E quero, por fim, lembrar ainda que no dia 26 de agosto, a partir das 9h, haverá um debate sobre o Estado necessário para o desenvolvimento brasileiro do século XXI, que não é com essa reforma da previdência, naturalmente. Então, tem foco também na previdência, e estou assumindo aqui, publicamente, que o debate é para apresentar um projeto de nação, e não para ficarmos a reboque dessa reforma da previdência que está colocada aí.

No dia 27 de agosto, dia seguinte, às 9h da manhã, reforma da previdência – para quem está nos vendo em casa – com foco no cálculo dos benefícios e regras de transição.

Quem estiver vendo, se não estiver vendo pela TV Senado, depois, vai ser reproduzido à noite, e não é culpa da TV Senado, que tem outras comissões também, vai estar pelos canais alternativos aqui mesmo do Senado e pela internet. No dia 27 de agosto, se você quiser saber como vai fazer o cálculo, como é agora e como será depois, estarão aqui especialistas falando sobre esse tema: reforma da previdência com foco no cálculo dos benefícios e as chamadas regras de transição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 28 de agosto, dia seguinte, às 14h, teremos uma reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social. Em 29 de agosto, haveria uma reunião deliberativa de projetos e requerimentos. Eu, inclusive, por sugestão – e vou dizer o nome aqui, porque acho que foi positivo – do Senador Girão... Ele me ligou há pouco tempo aqui e disse: "Paim, eu sei que nós todos temos centrado, e com razão. Essa reforma da previdência vai nortear a vida, de uma forma ou de outra, de 200 milhões de brasileiros".

Então, eu vou acatar a sugestão do Senador e nós não teremos, na quinta-feira, sessão deliberativa, mas teremos reunião, aqui na Comissão de Direitos Humanos, sobre a previdência e os impactos do BPC, o impacto não só dos cálculos dos benefícios – principalmente nessa área, BPC, pessoas com deficiência e pensões e benefícios – era isso mesmo que eu queria –, essa redução drástica nas pensões. Isso vai ser na próxima quinta-feira. Enfim, claro, na outra semana continuaremos com o debate, apresentando novas propostas.

Eu vou encerrar neste momento, mas antes, claro... Eu sempre digo aqui que Parlamentar sempre fala nesta Comissão. Não precisa nem ser Parlamentar.

Deputado Chico Vigilante.

O SR. CHICO VIGILANTE – Antes de V. Exa. encerrar, eu quero assumir um compromisso com V. Exa. Nós vamos encaminhar, em nome da Confederação dos Vigilantes, o senhor que é o padrinho dos vigilantes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Amigo dos vigilantes.

O SR. CHICO VIGILANTE – É o vigilante honorário, que criou o Dia Nacional dos Vigilantes, que é comemorado no dia 20 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Com muito orgulho!

O SR. CHICO VIGILANTE – Nós vamos encaminhar para o senhor a emenda proposta pela Confederação dos Vigilantes para deixar os vigilantes fora dessa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RS) – Muito bem. Eu vou dizer o seguinte, aproveitando o gancho do Chico: encaminhem as emendas. Eu estou lá para isso também. Não é favor que eu vou fazer. Se eu estou lá como membro titular, o mínimo que eu posso fazer é apresentar as emendas. Se vão ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovadas ou não, é claro que dependerá da articulação e de muita negociação. Então, as entidades que tiverem emendas, encaminhem-nas.

Podem procurar o Clériston, por exemplo, aqui, com as emendas, que é mais fácil. Depois você me procura para que eu dê encaminhamento, para que no mais tardar até a quarta a gente tenha apresentado todas as emendas que as entidades estão propondo.

Pessoal, eu vou encerrar – ninguém almoçou aqui – para que nós todos possamos ir almoçar. Muito, muito obrigado a todos por terem ficado até este momento. Esgotamos tudo que era pretendido em matéria de fala dos nossos convidados.

Encerrada a audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Romário, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Juíza Selma, Paulo Paim, Zenaide Maia e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião da Comissão, realizada em 4 de julho, bem como da ata da reunião anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 34, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Romênia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 36, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGENIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Singapura." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 37, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARY NORTON DE MURAT QUINTELLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Malásia e, cumulativamente, junto ao Estado do Brunei Darussalam." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/08

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 41ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 34, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Romênia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 17/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 36, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora EUGENIA BARTHELMESS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Singapura.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 17/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 37, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ARY NORTON DE MURAT QUINTELLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Malásia e, cumulativamente, junto ao Estado do Brunei Darussalam.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - Em 17/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido, neste momento, para que tomem assento à mesa, a Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha, a Sra. Embaixadora Eugenia Barthelmess e o Sr. Embaixador Ary Norton de Murat Quintella, aos quais damos as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Dando sequência à nossa reunião, bendito é o fruto entre as mulheres aqui.

Informo aos sabatinados que, caso necessária exposição de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão, a qualquer momento, solicitar que a reunião seja transformada em secreta, de acordo com o nosso regimento.

Concedo, nesse momento, por 20 minutos, a palavra à Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil na Romênia, e informo a V. Sa. que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos, prorrogáveis, de acordo com o bom senso do encaminhamento.

Com a palavra a Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha.

Gostaria de agradecer a presença do Senador Antonio Anastasia, do Senador Marcos do Val e do Senador Esperidião Amin.

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Iniciarei minha apresentação com alguns dados sobre a Romênia, relativos à sua economia, política interna e política externa. Comentarei, em seguida, os principais aspectos das relações bilaterais, e a minha conclusão será feita com a indicação de áreas de trabalho, do trabalho que pretendo desenvolver no comando da Embaixada em Bucareste, caso venha a receber a aprovação de V. Exas e do Plenário do Senado Federal.

A Romênia é o sétimo país da União Europeia em número de habitantes – tem aproximadamente 20 milhões de habitantes – e o 12º em superfície. Possui fronteiras com a Ucrânia, a Moldávia, a Hungria, a Sérvia e a Bulgária e localiza-se na margem ocidental do Mar Negro. É membro da Otan desde 2004 e da União Europeia desde 2007. Aguarda a conclusão positiva do seu processo de adesão à OCDE.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem apresentado uma economia muito dinâmica. Nos últimos quatro anos, o seu PIB registrou um aumento da ordem de 21,4% e, em 2008, ficou estimado em aproximadamente 200 bilhões de euros.

Os principais setores da economia romena são os serviços, a indústria, o comércio, a construção, comunicações e tecnologia da informação e agropecuária.

A economia romena é relativamente aberta, e, em 2018, o comércio exterior, que remontou a 150 bilhões de euros, representou 74% do PIB.

Ocupa a 45ª posição entre 190 países na classificação do Banco Mundial, que reflete a facilidade de fazer negócios.

Os principais destinos das exportações romenas são Alemanha, Itália, França, Hungria e Reino Unido, e o Brasil ocupa a 46ª posição, importando 0,3% do total das exportações de produtos romenos.

As principais origens das importações romenas são Alemanha, Itália, Hungria, Polônia e China, e o Brasil ocupa o 30º lugar, exportando 0,5% do total de produtos importados pela Romênia.

A Romênia tem um sistema semipresidencialista: o Presidente da República, que é eleito para um mandato de cinco anos, com a possibilidade de renovação por uma vez, divide o Poder Executivo com o Primeiro-Ministro. No momento, o cargo de Primeiro-Ministro é exercido por uma mulher, que é a Primeira-Ministra Viorica Dancila, que também, recentemente, há um mês, assumiu a presidência do Partido Social-Democrata, que foi o partido vencedor das eleições parlamentares em 2016 e que, portanto, é um partido ao qual faz oposição o partido de apoio do Presidente da República. Então, a política interna tem uma dinâmica muito interessante, sobretudo este ano, em que haverá eleições para Presidente da República em novembro, dezembro, e os ânimos estão bem animados.

Ainda não foram formalizados os outros candidatos. O Presidente Iohannis já indicou que se apresentará para reeleição. O Partido Social-Democrata, que foi o partido vencedor das eleições parlamentares em 2016, mas que ficou em segundo lugar nas eleições para o Parlamento europeu realizadas agora, neste ano, também está em luta para ver se consegue apresentar um candidato a Presidente, e um partido novo, que está aparecendo com a ideia de refazer um pouco a política romena, obteve uma boa votação nas eleições parlamentares europeias e parece que apresentará também um candidato.

O Governo da Primeira-Ministra tem tido certa instabilidade, em função dessa duplicidade de atores. Iniciou-se em janeiro de 2018, mas, hoje, apenas 11 ministros, dos 27 que iniciaram o Governo, continuam no cargo. Então, há uma mudança importante, inclusive do ministro das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relações Exteriores, que é o que nos interessa para o diálogo, que há 15 dias saiu: o Ministro Teodor Melescanu foi substituído pela Ministra Ramona Nicole Manescu.

O Partido Social-Democrata, que é o partido da Primeira-Ministra, ainda não informou o nome do seu candidato, mas há interesse do Presidente do Senado, que pertence a um partido menor, mas que constitui a maioria com o Partido Social-Democrata. Ele pretenderia ser o indicado.

E aparece também um ex-Primeiro-Ministro e ex-Comissário europeu para Agricultura no segundo mandato do Comissário Barroso, o português Barroso, que também está na liderança desse partido novo e pretende, talvez, se lançar para o cargo de Presidente.

Em relação à política externa, a Romênia teve o seu papel importante, porque, pela primeira vez, em 2019, no primeiro semestre, exerceu a presidência rotativa do Conselho da União Europeia.

As diretrizes principais de sua política externa são as prioridades da parceria estratégica com os Estados Unidos, com a União Europeia, e as relações com a Otan. Ela mantém o seu interesse em aderir ao Espaço Schengen, de que ainda não faz parte, mas está caminhando para isso.

E ela anda em coordenações interessantes com os países da região, porque é importante. Quando a gente pensa nessa região, na Europa Central – temos a Europa Central, a Europa do Leste... –, para os nossos interesses, cada país conta, porque representa uma outra área ainda a ser explorada no contexto da velha Europa. Há algumas coisas interessantes que podemos realizar.

Então, eles têm esse Formato Bucareste (B9), que foi lançado em 2015 pelos Presidentes da Polônia e da Romênia, que tem o objetivo de articular posição conjunta no âmbito da Otan.

E há a outra iniciativa, dos três mares, o Mar Báltico, Adriático e Negro, que prevê a ampliação da cooperação de 12 países da Europa Central e Oriental, membros da União Europeia e da Otan, cujo objetivo é a interconexão das redes de transporte – rodovias, ferrovias e transporte fluvial –, das redes de energia – gás natural e energia elétrica – e das redes digitais.

A Romênia mantém atenção prioritária para a parceria estratégica para a integração europeia da República Moldova, que está ali, entre a Romênia e a Ucrânia. Foi parte da Romênia na história, era a antiga Bessarábia, e as lideranças romenas consideram fundamental a entrada da República Moldova para a União Europeia.

Em relação às nossas relações bilaterais, estabelecemos relações diplomáticas em 1928, foram interrompidas durante a Segunda Guerra, a partir de 1939, e reabertas em 1961.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Três Presidentes romanos já visitaram o Brasil: Nicolae Ceausescu, em 1975; Iliescu, em 1992; e Emil Constantinescu, em 2000. E estiveram também no Brasil dois Primeiros-Ministros: Petre Roman, em 1991, e Nicolae Vacaroiu, em 1994.

Com relação às visitas de autoridades brasileiras à Romênia, a autoridade mais elevada que visitou a Romênia foi o Vice-Presidente José Alencar, em 2004.

O Brasil manteve reuniões de consultas políticas com a Romênia em 2012, 2013, e aqui em Brasília, em 2017, quando foi criado também o Grupo Parlamentar – no Parlamento romeno – de Amizade com o Brasil para a Legislatura que termina em 2020.

E, do lado brasileiro, a atual Legislatura já criou o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Romênia, na Câmara dos Deputados. O Presidente atual é o Deputado David Soares.

Eu gostaria de ressaltar a importância, como os senhores sabem, V. Exas. conhecem melhor do que nós, do trabalho parlamentar para a tramitação do Acordo Mercosul-União Europeia. A Romênia elegeu 32 Deputados para o Parlamento Europeu, e dois deles ocupam posições interessantes na vice-presidência. Um, da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e o outro, na Comissão de Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar. Então, eu acho que temos que ficar atentos a essas pessoas e procurar – no caso, o Itamaraty – desenvolver um trabalho parlamentar, apoiar o trabalho parlamentar com mais ênfase.

O Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica entre Brasil e Romênia foi assinado em maio de 2010 e promulgado em fevereiro de 2016. Esse acordo identificou as seguintes áreas para a colaboração conjunta: indústria metalúrgica; mineração; extração e refino de petróleo; indústria automotiva, carros e autopeças; manufatura de vagões ferroviários; e manufatura de aeronaves e peças para aeronaves.

O acordo estabeleceu também a Comissão Mista Brasileiro-Romena para a Cooperação Econômica, que ainda não se reuniu. Então, uma das coisas importantes é a gente conseguir fazer essa reunião, possivelmente no ano que vem, porque já estão identificados pelo lado romeno um grupo, uma missão de empresários que têm interesses já indicados com o Brasil, e, certamente, nós aqui também teremos um grupo empresarial para compor a Comissão.

Em 2018, o comércio bilateral montou a US$548 milhões e registrou um crescimento de 7,5% em comparação com o de 2017, com um superávit para o Brasil de US$232 milhões. As exportações brasileiras para a Romênia cresceram, em 2018, 27,7% em relação a 2017, alcançando US$386 milhões. As importações registraram queda de 19%. O comércio bilateral está aquém das potencialidades oferecidas pelos dois países.

Devido à posição estratégica, a Romênia é utilizada por muitas multinacionais com base de atuação na Europa Central e Oriental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os produtos e serviços produzidos na Romênia são exportados para outros mercados da região: Bálcãs, Grécia, Europa Central e países da antiga União Soviética e Turquia. Aproveita-se também o Porto de Constança, no Mar Negro, que é um dos maiores na Europa.

Ao mesmo tempo, a Romênia oferece tratamento igualitário a todos os investidores. Os investidores estrangeiros europeus e não europeus têm as mesmas vantagens, o mesmo tratamento dos investidores romenos, o que constitui um regime fiscal considerado amigável e oferece facilidades bastante interessantes.

Além da ampliação do comércio de bens tradicionais, novas oportunidades de negócios podem ser buscadas nos campos de excelência dos dois países: exploração de petróleo e gás natural, tecnologia da informação, infraestrutura, vendas de vagões e construção de fábricas no Brasil.

A empresa Astra está interessada em instalar a fábrica de produção de vagões e peças de trens em Santa Catarina, com vistas a atender a demandas do mercado latino-americano.

Há possibilidade de aquisição de jatos comerciais pela empresa governamental Tarom, com vistas à substituição da sua frota, e a Embraer mantém contatos com a empresa aérea romena, procurando demonstrar a eficiência de seus produtos, sobretudo para mercados regionais.

A empresa brasileira Marcopolo realizou visita de prospecção do mercado romeno de carretas e avaliou a realização de investimento para a construção de fábrica de carretas a serem vendidas no mercado romeno, com potencial de exportação para os demais países da Europa, do Oriente Médio e do norte da África.

A próxima realização em Brasília da Comissão Mista do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica poderá, evidentemente, servir como fator motivador do empresariado dos dois países.

Na área cultural, podemos identificar a colaboração com a Biblioteca Municipal de Bucareste para a realização de evento cultural mensal intitulado *Noite do Filme Brasileiro*, em uma sala que é cedida pela biblioteca no centro da capital romena.

Há outra parceria que existe com a Universidade Politécnica de Timisoara – Timisoara será a Capital Europeia da Cultura em 2021 –, na promoção do evento *Dias do Filme Brasileiro*, organizado pela biblioteca daquela instituição.

E, no ano passado, foi assinado o Memorando de Entendimentos para Cooperação entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia Romena pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Lucchesi, que é também tradutor do romeno para o português.

A comunidade brasileira residente da Romênia é numericamente pequena, embora se observe tendência a aumento. De 2016 a 2018, houve crescimento de 50% do número de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros residentes, e, segundo os dados da chancelaria local, em novembro de 2018 havia 380 brasileiros residindo de forma regular.

Eu, então, fico à disposição para esclarecimentos adicionais e agradeço a atenção de V. Exas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A Embaixadora Maria Laura da Rocha foi muito precisa, cirúrgica na sua explanação, o que nos coloca a querer fazer algum questionamento pertinente à sua apresentação.

Algum Senador deseja usar da palavra ou gostariam de ouvir os outros, para depois a gente... O que que V. Exas. acham melhor?

Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só quero pedir que V. Exa. use uma linguagem mais moderada ao dizer que alguém foi cirúrgico. Isso é uma linguagem médica que significa profanação, vulnerar. Isso é uma coisa agressiva.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O senhor está a caminho de alguma cirurgia?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, V. Exa. é que está com algum pensamento perfurocontundente que nos preocupa muito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito bem. São ossos do ofício de quem é cirurgião.

Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Sugiro, se houver aquiescência dos nossos pares e a sua Presidência autorizar, a oitiva de todos os sabatinados, e depois faríamos as perguntas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Apenas para informá-los que aqueles que desejam participar podem enviar as perguntas e comentários, por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Nós já temos aqui uma, duas, três, quatro, cinco perguntas para a Embaixadora Maria Laura, quatro perguntas para a Embaixadora Eugenia e cinco perguntas para o Embaixador Ary Quintella. Quem quiser participar mais... É um prazer sempre a participação das pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atendendo à solicitação do Senador Antonio Anastasia, concedo a palavra à Embaixadora Eugenia Barthelmess, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Singapura.

Informo que o tempo destinado é de 20 minutos.

Com a palavra a Embaixadora Eugenia.

A SRA. EUGENIA BARTHELMESS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia, Srs. Senadores.

Presidente, muito obrigada. Eu lhe agradeço esta oportunidade de participar deste exercício de coordenação entre o Executivo e o Legislativo, um exercício consagrado na Constituição, que confere um grau importante de legitimidade ao chefe de missão cujo nome vier a ser aprovado por esta ilustre Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Sr. Presidente, a República de Singapura é um país do sudeste da Ásia que está localizado em uma ilha ao sul da Península da Malásia, em uma posição que é absolutamente estratégica para as grandes rotas de comércio, para as rotas marítimas de comércio internacional entre o Ocidente e o Oriente. É por ali justamente que passa uma proporção muito importante das exportações do Brasil em direção à China, exportações de grãos, exportações de produtos do nosso agronegócio.

O território da cidade-estado da República de Singapura é muito pequeno, é menor do que o do Distrito Federal. A população não chega a 6 milhões de habitantes, são 5,6 milhões de habitantes. No entanto, Singapura é um dos grandes atores financeiros e econômicos do mundo. A economia de Singapura é a 34ª do mundo, o que é considerável se nós recordarmos que, ao final da Segunda Guerra, terminada a invasão japonesa, Singapura ainda era uma colônia britânica onde não havia recursos naturais significativos e havia uma situação de pobreza que se transformou completamente ao longo de uma única geração. Há uma expressão que já é um lugar-comum que é dizer que Singapura foi do Terceiro Mundo ao Primeiro Mundo no espaço de 50 anos, no espaço de apenas uma geração.

Hoje a economia de Singapura é maior do que a da Colômbia, é maior do que a do Chile, é maior do que a economia do Peru, todos esses grandes parceiros comerciais do Brasil. Mais extraordinário ainda, Sr. Presidente, talvez seja o fato de que o comércio de bens e serviços do país é quatro vezes superior ao PIB do país, o que é uma situação vista raras vezes em termos de balança entre PIB e balança comercial de um país. Singapura é o 10º maior exportador e importador do mundo; é a 34ª economia, mas o 10º importador e exportador do mundo. É a terceira praça financeira do mundo, depois de Londres e Nova York, antes de Hong Kong e Tóquio. O Porto de Singapura é o maior porto do mundo em transbordo de contêineres, é um porto que faz conexão com 600 outros portos em 120 países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Singapura tem uma cultura de poupança nacional, poupança doméstica, muito importante, com ativos de mais de US$1 trilhão, que estão distribuídos em grandes fundos soberanos. Os dois maiores fundos soberanos de Singapura têm escritórios em São Paulo, e existe aí um potencial muito importante de crescimento, de ampliação do volume de investimentos de Singapura no País. Essa poupança doméstica tão importante permite que Singapura seja o maior investidor externo na China, o segundo maior investidor externo na Índia. É o segundo maior investidor asiático nos Estados Unidos e o quarto maior investidor asiático no Brasil. Em termos absolutos, Singapura é apenas ainda o 23º investidor estrangeiro no Brasil, o que indica, o que significa que há um espaço muito importante de ampliação do volume de investimentos de Singapura no nosso País.

No plano das relações bilaterais propriamente ditas, Srs. Senadores, Sr. Presidente, a importância do relacionamento bilateral Brasil-Singapura é de natureza sobretudo comercial. Singapura é o 11º destino das exportações brasileiras e com isso – é curioso –, mas, sendo o nosso 11º destino de exportações, Singapura está à frente de todos os nossos vizinhos da América do Sul, com exceção naturalmente da Argentina e do Chile, como destino de exportações brasileiras. Então, esse país no sul do mar da China está à frente dos nossos parceiros comerciais da nossa região, em termos de destino de exportações nossas.

O Brasil é o principal fornecedor de proteína animal para Singapura. Nós exportamos produtos do agronegócio, óleos combustíveis e um setor importante da nossa pauta de exportação são plataformas de petróleo. Aqui nós estamos falando de comércio intrafirmas, dado que essas plataformas são construídas no Brasil por empresas de Singapura.

Na balança comercial bilateral, há um superávit significativo em favor nosso, em favor do Brasil. Esse superávit no ano passado chegou a quase US$3 bilhões, foi o nosso quinto maior saldo comercial no ano passado, com espaço inegável para ampliação e aprofundamento desse comércio. Basta dizer, Sr. Presidente, que o que nós exportamos para Singapura ainda não chega a 2% do total das exportações brasileiras. No primeiro semestre deste ano, nós já tivemos 20% de aumento do comércio bilateral em relação ao mesmo período do ano passado, e a tendência de crescimento é clara e muito importante.

De novo, a participação, a presença de Singapura no Brasil como investidor externo é importante, mas pode crescer em um volume significativo e em um período muito rápido. Eles investem no nosso País em estaleiros, na produção de plataformas e petróleo. Uma empresa de Singapura administra o aeroporto do Galeão. Existem *tradings* de Singapura no Brasil que operam na área de exportação de grãos e, ao mesmo tempo, do lado das empresas brasileiras, o interesse das empresas brasileiras presentes em Singapura é de uma qualidade e de um peso extraordinários.

Tem representação em Singapura empresas brasileiras como a Embraer, a Petrobras, a Vale, o Banco do Brasil, a Braskem, a Brasil Foods, que é hoje em dia o resultado da fusão entre a Sadia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a Perdigão, a Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia (CBMM), que opera no mercado de terras-raras. São atores de peso, são atores com volume importantíssimo de negócios que operam a partir de Singapura.

Duas evoluções recentes muito positivas no relacionamento bilateral são as seguintes: em dezembro de 2017, como resultado de gestões do Itamaraty, a Receita Federal retirou, finalmente, Singapura da lista das chamadas jurisdições de tributações favorecidas, que são conhecidas vulgarmente como paraísos fiscais. Na realidade, Singapura obedece a padrões rigorosos da OCDE em termos de transparência fiscal e, por essa razão, foi retirada pela nossa Receita Federal dessa relação de países.

Com isso, abriu-se espaço para que se pudesse negociar um acordo de dupla tributação, aspiração antiga do setor privado dos dois países. Esse ADT, esse acordo para evitar a dupla tributação é um acordo de última geração, atual, abrangente, que já foi examinado na Câmara dos Deputados em três distintas Comissões e encontra-se pronto para envio ao Plenário da Câmara. De lá, virá a esta Casa, onde estará nas mãos do Relator Senador Roberto Rocha. O lado singapurense já nos indicou que, assim que estiver aprovado, assim que tiver atravessado os trâmites necessários para entrar em vigor do lado brasileiro, do lado de lá, o trâmite será uma questão de dias para que esse acordo para evitar dupla tributação entre em vigor plenamente para os dois países, o que deixa aberto o caminho para um incremento considerável do comércio bilateral e do investimento recíproco entre os dois países.

Sr. Presidente, se o senhor me autorizar, o projeto de plano de trabalho que eu apresentaria à Comissão e que seria implementado, caso o meu nome venha a ser avalizado por esta ilustre Comissão de Relações Exteriores, seria o seguinte: tem havido uma intensificação muito grande em encontros de alto nível no relacionamento bilateral, tem havido encontros de Chefes de Estado, de Ministros das Relações Exteriores. Muito recentemente o nosso Presidente da República encontrou-se com o Primeiro Ministro de Singapura, Lee, no mês passado, em Osaka, à margem da cúpula do G20. Conversaram, e o Primeiro Ministro de Singapura deixou claro, no contato com nosso Presidente, que, na busca de Singapura por uma diversificação cada vez maior de contatos comerciais e de destinos de investimento, o Brasil é um ator que aparece com um relevo particular.

Nesse quadro, que já é bastante auspicioso, o posto trabalharia da seguinte maneira, Sr. Presidente... Os desafios que aparecem para o trabalho do posto seriam os seguintes: um desafio particularmente positivo é acompanhar a negociação do acordo de livre comércio Mercosul-Singapura. Essa é uma notícia... O fato de que as negociações tenham sido lançadas em julho do ano passado, de que a primeira rodada de negociações, que ocorreu em Buenos Aires, em abril, tenha se desenrolado de maneira tão positiva, indicando que a dinâmica da negociação será muito rápida, são sinais muito positivos. Mas é preciso acompanhar, é preciso manter o interesse do lado de Singapura vivo, na rápida conclusão dessa negociação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o sentido para o Brasil, para o Mercosul, de concluir um acordo de livre comércio Mercosul-Singapura, considerando que a economia de Singapura já é uma das mais abertas do mundo, é uma economia exemplar em termos de abertura comercial? A importância de conclusão de um acordo Mercosul-Singapura seria pela representatividade. Não é uma questão, como se diz, dólar por dólar, dado que nós estamos tratando com uma economia extraordinariamente aberta. O que há é que, no momento em que o Brasil propôs aos países da Ásia, aos dez países da Associação do Sudeste Asiático, Singapura foi o primeiro país que mostrou interesse.

Há interesse recíproco em que as negociações sigam rapidamente. Em novembro, vamos ter uma segunda reunião presencial, precedida de reuniões a distância, por videoconferência. Não é totalmente impossível que já em novembro se conclua esse acordo. Uma vez concluído, esse acordo será absolutamente estratégico, pela sinalização que ele traz. Países com economia fechada, como o Japão, a China, a própria Turquia, países com uma imagem de protecionismo comercial e econômico, ao estabelecerem acordos de livre comércio com Singapura, deram essa sinalização de abertura, que, para o Mercosul, nesse momento, é particularmente importante. A sinalização vai ecoar junto aos demais países da Ásia, que conformam um mercado de mais de 600 milhões de habitantes, uma população jovem; economias que crescem a ritmos importantes.

O acordo Mercosul-Singapura seria um *gateway* – a expressão que se usa é esta –, um acordo *gateway*, que abriria, daria uma sinalização particularmente positiva para o mundo, para a Associação das Nações do Sudeste Asiático de abertura do Mercosul, de disposição do Mercosul de negociar, de estar aberto à negociação com o mundo, comércio aberto, disposição de comerciar e aprofundar laços políticos e de comércio.

Sr. Presidente, eu encerro aqui minha apresentação e lhe agradeço muito. Estou às ordens para perguntas desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Eugenia.

Conforme deliberação da Presidência desta Mesa, acatando a sugestão do Senador Antonio Anastasia, vamos ouvir o último sabatinado, Embaixador Ary Quintella, para, posteriormente, fazermos os questionamentos.

Já de pronto, também informo à Embaixadora Eugenia que constam cinco perguntas enviadas por *e-mail*, e nós vamos fazê-las tão logo termine a apresentação do Embaixador Ary Quintella.

Atendendo à praxe da condução dos trabalhos, diante da solicitação para abertura do processo de votação antes do final das arguições dos indicados, determino a nossa Secretaria, após ouvir o Plenário, que possa abrir o painel para já iniciar a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam com esse encaminhamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino a nossa assessoria que possa abrir o painel.

Aquele que já se sentir pronto, com juízo formado, poderá se dirigir à cabine e fazer sua votação secreta.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Ary Quintella.

O SR. ARY NORTON DE MURAT QUINTELLA – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos! Bom dia, Srs. Senadores! Bom dia aos meus colegas presentes, que eu gostaria de cumprimentar nas pessoas do Embaixador Reinaldo Salgado e da Embaixadora Márcia Donner.

Sr. Presidente, este é um caso em que ser o último a falar é uma coisa preocupante, já que, depois das apresentações objetivas das Embaixadoras Maria Laura da Rocha e Eugenia Barthelmess, tenho medo de perder um pouco na comparação. Mas vamos adiante.

Eu queria agradecer ao Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores pela indicação para ser Embaixador na Malásia e cumulativamente no Brunei, se aprovado pelo Senado Federal, e queria agradecer também ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores pela leitura da minha mensagem e pela organização desta reunião. Agradeço particularmente ao Senador Esperidião Amin, que foi o Relator da minha mensagem, e ao Senador Chico Rodrigues, que leu a mensagem nesta Comissão.

Eu queria começar falando um pouco da... Eu vou me deter, na minha apresentação, sobretudo na Malásia, porque eu serei residente, se aprovado aqui, na Malásia e serei Embaixador no Brunei cumulativamente. Agora, é importante lembrar que Malásia e Brunei foram colônias britânicas – a Malásia se tornou independente em 1957, e o Brunei, em 1984 – mas ambos são Estados com uma história e uma cultura muito ricas, e digamos que a existência dos dois países não começou com a sua independência no século XX.

A Malásia, nós temos ali no mapa... A Malásia é um país do tamanho do Maranhão, aproximadamente, que ocupa a ponta sul da Península Malaia e a parte norte da Ilha de Bornéu, que é aquela ilha enorme ali, à direita, e toda a parte norte pertence à Malásia, fora um pequeno enclave, que é justamente Brunei. O Brunei é um Estado que ocupa aproximadamente a mesma área do Distrito Federal, encravado ali, na parte norte da Ilha de Bornéu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Malásia é um país de 32 milhões de habitantes, e 80% da sua população estão concentrados na Península Malaia. A parte ocupada pela Malásia no norte de Bornéu representa apenas 20% da população do país.

É um país essencialmente, hoje em dia, urbano, o que não era o caso antigamente, mas rapidamente se tornou um país urbanizado, e 74% da sua população é urbana.

Um fato importante para a gente entender a Malásia, e é um fator que aproxima o país do Brasil, é que é um país multiétnico, multicultural, multirreligioso.

Sessenta por cento da população da Malásia são malaios, outros grupos étnicos autóctones; 23% são de origem chinesa; e 7%, de origem indiana. Os demais 2% vêm de diferentes origens europeias, árabes ou asiáticas.

Sessenta e um por cento professam o islamismo; 20%, o budismo; 9%, o cristianismo; e 6%, o hinduísmo.

Uma coisa importante para a gente ter presente com relação à Malásia é que é uma monarquia constitucional federativa. A Malásia é a união de 13 Estados, dos quais nove são monarquias governadas por sultões. O chefe de Governo é um primeiro-ministro, e o chefe de Estado é um rei.

Uma característica importante da Malásia, sendo uma monarquia constitucional, é que ela tem um rei eletivo. O rei não é hereditário. A cada cinco anos, há uma eleição por um conselho, do qual participam os nove sultões, e eles, a cada cinco anos, se reúnem e elegem um deles como o rei constitucional da Malásia. Não é um processo muito arbitrário, porque eles tendem – os nove sultões – a obedecer a uma rotatividade. Então, a gente pode prever quem será o próximo rei da Malásia, porque há uma ordem já estabelecida.

O sistema político malásio segue, em grande parte, o sistema britânico, sendo a Inglaterra o país de que a Malásia se tornou independente, em 1957. Há um primeiro-ministro, que obrigatoriamente tem que ser membro do Parlamento, e o primeiro-ministro deve, no máximo em cinco anos, organizar eleições gerais. Essas eleições podem acontecer antes de cinco anos, a critério do primeiro-ministro, mas não devem ultrapassar o prazo de cinco anos.

O atual Primeiro-Ministro foi eleito no ano passado. Ele é uma figura mítica na vida política da Malásia. Ele já tinha sido Primeiro-Ministro antes. Mahathir Mohamad, ao ser eleito no passado, tinha 92 anos. Ele goza de perfeita saúde e é um caso – talvez, seja o único que eu conheço no mundo – de um Primeiro-Ministro que, ao ser eleito novamente como Primeiro-Ministro... Ele já tinha sido Primeiro-Ministro de 1981 a 2003. Depois desse hiato de 15 anos, ao ser reeleito Primeiro-Ministro, ele foi eleito por um partido da oposição. Pela primeira vez na história da Malásia, o partido que ganhou as eleições no ano passado era o partido de oposição, que, portanto, pôs fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao predomínio da coalizão que governava a Malásia desde 1957. Então, é o caso de um Primeiro-Ministro que, ao ser Primeiro-Ministro em um novo período, depois de um hiato de 15 anos, é Primeiro-Ministro por um partido, por uma coalizão que fazia oposição à coalização pela qual ele já tinha sido Primeiro-Ministro antes. A coalizão que ganhou a eleição no ano passado chama-se Pakatan Harapan ou Aliança da Esperança.

Essa nova eleição de Mahathir Mohamad criou o conceito de uma nova Malásia. Existe o sentimento de que a eleição de Mahathir Mohamad abre uma plataforma de reformas, de mudanças no país que ele considera necessárias.

Comento, aliás, que o Primeiro-Ministro Mahathir Mohamad já esteve no Brasil por três vezes e sempre professou admirar muito o Brasil, gostar muito do Brasil. Ele esteve no Brasil em 1991 e em 1992, para a Rio 92, e em 2003.

Uma questão que se coloca para a Malásia, que é um país com um ritmo de crescimento econômico muito importante – nos últimos dez anos, o PIB do país vem crescendo a uma taxa entre 4% e 5% ao ano –, é: como formar um Estado dinâmico, moderno, que está em via de eliminar a pobreza? Como fazer com que esse Estado, que se quer moderno e dinâmico, lide com as suas tradições, com as suas culturas tradicionais, com os seus regionalismos, com a convivência dessas diferentes etnias?

Na década de 70, criou-se a Nova Política Econômica na Malásia, que foi oficialmente a política econômica instalada nos últimos quase 50 anos, desde o comecinho da década de 70 até a nova eleição de Mahathir Mohamad no ano passado. Essa Nova Política Econômica tinha o propósito declarado, transparente e objetivo de eliminar a pobreza a longo prazo, mas também de superar as discrepâncias entre as diferentes etnias.

Aqui, a gente entra numa particularidade da relação entre as etnias da Malásia, que é a seguinte: quando a Malásia se tornou independente do Reino Unido em 1957, a etnia em termos populacionais predominante, que é a etnia malaia, não era a etnia predominante economicamente. A etnia predominante economicamente sempre foi a chinesa. Então, dessa Nova Política Econômica (NEP) um de seus propósitos era...

Bom dia, Senadora! Obrigado por vir.

Um dos propósitos da NEP, dessa Nova Política Econômica, era não só reduzir a pobreza, mas também instaurar ações afirmativas que eliminassem a inferioridade econômica da etnia malaia e da etnia indiana com relação à etnia chinesa, sem, ao mesmo tempo, prejudicar a pujança econômica da etnia chinesa.

E uma questão que se coloca nessa nova Malásia agora, neste novo Governo do Mahathir Mohamad, é como gerenciar essa Nova Política Econômica. O Primeiro-Ministro está lançando a ideia de que é preciso fazer uma nova Nova Política Econômica na Malásia. Nesta semana mesmo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agora, na segunda-feira, no dia 5, um de seus conselheiros, que é um ex-Ministro das Finança, o Tun Daim Zainuddin, deu uma palestra numa universidade na Malásia em que ele declarou o seguinte: "Essa nova Nova Política Econômica da Malásia é necessária porque a NEP criou uma situação polarizadora [estou citando agora, entre aspas, o que ele declarou] associada com discriminação de um lado e a sensação de direitos adquiridos de outro." Há esta sensação entre a elite política malaia dentro da Malásia de que as políticas afirmativas vêm cumprindo seu propósito, a etnia malaia, que é predominante em termos populacionais, vem conseguindo superar as suas dificuldades econômicas, mas que agora é importante também ter consciência de que não se devem manter privilégios para os membros da etnia malaia que já superaram as suas limitações econômicas.

Então, é importante seguir ajudando os membros mais pobres da etnia malaia, mas também ajudar os membros menos favorecidos das outras etnias e não seguir implementando políticas que possam seguir favorecendo, dentro da etnia malaia, a elite da malaia, que já foi favorecida ao longo das décadas por essas políticas afirmativas.

Nós temos um país do tamanho do Maranhão com uma população de 32 milhões de habitantes que está no outro lado do mundo. Então, por que esse país é importante para o Brasil? Por que a Malásia, que está a muitas horas de voo do Brasil, é importante para o Brasil? Justamente por causa da sua situação geográfica, o que pode parecer um paradoxo. Mas é que a Malásia, pela sua situação geográfica, está inserida num continente que é justamente uma das áreas mais pujantes da economia mundial hoje em dia.

A Malásia é membro fundador da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). A Asean, como sabemos, é um dos centros econômicos mais importantes do mundo hoje em dia, é onde as coisas estão acontecendo, onde há um dinamismo econômico, onde há um entreposto comercial do mundo, é por onde passa o comércio do mundo. Por isso, a Malásia, como todos os países da Asean, inclusive Singapura, é um país importante para o Brasil. A Asean tem uma população de 642 milhões de pessoas e um PIB de US$2,8 trilhões. Se a Asean, por si, fosse um país, seria a 5ª maior economia do mundo.

Em 2018, o intercâmbio do Brasil com a Asean foi de US$19,4 bilhões, com superávit para o Brasil de US$3,8 bilhões. A Malásia, dentro da Asean, em 2018 foi o 4º maior parceiro comercial do Brasil e é o 2º maior mercado para as exportações brasileiras dentro da Asean.

Considerando a sua dimensão territorial, a Malásia é uma das maiores economias do mundo, ela está logo atrás de Singapura em termos de colocação no *ranking* das maiores economias do mundo. Ela é sempre a 34ª, a 35ª ou a 36ª maior economia do mundo. O seu PIB em 2018 foi de US$347 bilhões, e a Malásia é considerada o 15º país do mundo mais importante para a facilidade de fazer negócios. Para a gente ter uma ideia, o Brasil, no ano passado, foi considerado o 109º país do mundo na facilidade de fazer negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu falei, o PIB da Malásia cresce a uma taxa entre 4% e 5% ao ano. Em 2018, o comércio exterior da Malásia totalizou US$464 bilhões, mais do que o comércio internacional do Brasil – o comércio externo do Brasil no ano passado totalizou US$420 bilhões. Portanto, o comércio exterior da Malásia, apesar de sua dimensão territorial mais reduzida quando comparada com a do Brasil – como eu falei, é um país do tamanho do Maranhão –, foi mais importante do que o brasileiro. As exportações da Malásia totalizaram US$247 bilhões; as brasileiras, US$239 bilhões, em 2018. A balança comercial entre o Brasil e a Malásia é a seguinte: no ano passado, essa balança comercial bilateral foi de US$3,5 bilhões, com um superávit para o Brasil de uns US$500 milhões. Nós exportamos, no ano passado, US$2 bilhões para a Malásia.

Um dos problemas para o Brasil relativamente ao comércio com a Malásia é a forte concentração, na pauta de exportações brasileiras, em apenas quatro produtos, quatro *commodities*. Oitenta e quatro por cento do que a gente exporta para a Malásia são compostos apenas por quatro produtos: minério de ferro, açúcar, milho e algodão. Em compensação, nós importamos produtos industrializados da Malásia, eletroeletrônicos sobretudo. E uma ironia é que a gente importa também produtos oriundos da borracha. Quando estudamos, aprendemos que a Região Norte do Brasil no final do século XIX, começo do século XX, começou o seu declínio econômico porque a Inglaterra, que era então a metrópole da Malásia, levou as sementes da seringueira para a Malásia. Hoje a ironia é que nós importamos produtos oriundos da borracha da Malásia.

Como diversificar essa pauta econômica? Essa é a dificuldade, esse é o trabalho importante da Embaixada do Brasil em Kuala Lumpur.

Ao mesmo tempo, nós não podemos desprezar a importância da Malásia... Na tentativa de diversificar a nossa pauta exportadora para a Malásia, não podemos também minimizar a importância da Malásia como um destino das *commodities* brasileiras – Senador Chico Rodrigues, bom dia –, porque o solo malásio não é particularmente rico para a agricultura.

A agricultura representa para a Malásia, o setor agropecuário, apenas 9% do seu PIB. Então, é um destino importante para os nossos produtos agropecuários.

Muito bem, então, como trabalhar para essas relações bilaterais? São muitas linhas de ação. Primeiro, divulgar mais o Brasil na Malásia, a importância do Brasil como um parceiro comercial importante para a Malásia. Por causa da própria distância geográfica, o Brasil não é um país muito conhecido na Malásia e muitos empresários malásios não têm ideia de que o Brasil é um parceiro importante, é o principal parceiro comercial da Malásia na América Latina. Os próprios empresários malásios não têm consciência desse fato. Atrair mais investimentos malásios, que já não são poucos. Empresas malásias já têm US$3 bilhões investidos no Brasil.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ARY NORTON DE MURAT QUINTELLA – Vou terminando, Presidente.

Incentivar os trabalhos dos conselhos empresariais que foram criados este ano. O Senador Anastasia gostará de saber que, agora mesmo em agosto, a Federação das Indústrias de Minas Gerais, junto com a Embaixada da Malásia no Brasil, está organizando um seminário para divulgar o potencial entre Minas Gerais e a Malásia.

Eu vou terminando aqui, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Embaixador Ary Quintella.

Conforme já encaminhadas, no momento anterior, as apresentações – sugestão dada pelo Senador Antonio Anastasia –, abro a palavra para os questionamentos.

Pela ordem da inscrição, primeiro Senador inscrito, Senador Roberto Rocha, do PSDB.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Sras. e Sr. Embaixadores, Srs. Colegas Senadores, muito brevemente, apenas para poder cumprimentar todos os Embaixadores que aqui falaram, participam desta sabatina. Eu quero, ao cumprimentar, dizer que já, inclusive, votei, conheço um pouco do trabalho de cada um de vocês e também conheço não a Romênia, sei que Bucareste é linda; também não conheço ainda a Malásia, sei que Kuala Lumpur é linda; mas conheço Singapura, vim de lá recentemente.

Singapura, Presidente, é uma ilha extraordinária, metade do tamanho de São Luís; enquanto a Malásia é do tamanho do Maranhão, Singapura é metade do tamanho da ilha de São Luís, mas é metade, porque eles já aterraram 240 quilômetros quadrados. Originalmente ela é um terço do tamanho da ilha de São Luís, que tem mais ou menos 1.400 quilômetros quadrados; Singapura começou com 500.

E lá eu estive em maio, para discutir dois assuntos: a questão portuária, o Porto de Singapura, que o Senador Anastasia também conhece, já esteve lá a trabalho. E fui, porque temos em São Luís um porto também com condições excepcionais que é o Porto do Itaqui, que está na mesma linha do Equador de Singapura, na mesma faixa. De tal modo, eu fiquei impressionado com o que vi. E também fui por conta da questão dos cassinos, projeto nosso que tramita aqui no Senado. Registre-se: cassino em *resort*, exclusivamente cassino em *resort*, só.

Singapura, Senador Esperidião, tem dois *resorts* com cassino. Eles chamam *resorts* integrado. São dois. Um é aquele que o mundo todo conhece, parece que é a imagem mais publicada no Instagram no mundo é do Marina Bay. Ele custou US$6,5 bilhões e tem integrado um hotel, o cassino, um *shopping* – não são lojinhas, mas um *shopping* mesmo –, e um centro de eventos extraordinário, que parece ser o maior da Ásia. O hotel tem 2.800 apartamentos, e 99% de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

taxa de ocupação; passou de 6 milhões de turistas para 18 milhões, porque o Governo tomou a decisão de investir na política pública de turismo, coisa que o Brasil nunca fez. Então, não é liberar cassino pelo jogo; é liberar cassino pela política pública de turismo, de entretenimento.

Aquele conceito antigo de que leva à prostituição, à lavagem de dinheiro... Eu entrei lá. Primeiro, para eu entrar – e eu estava com o Embaixador, que foi sabatinado aqui recentemente, o Flávio, que agora foi para o Paraguai e que foi atencioso conosco o tempo todo –, nós demoramos, eu como Senador em viagem oficial, com o vice-presidente do grupo mostrando o complexo por conta do interesse deles com o Brasil e com o Embaixador, nós passamos mais ou menos de 15 minutos a 20 minutos para sermos identificados, para passarmos na segurança. Muito bom!

Enquanto eu estava lá, inclusive, um sujeito que estava com o iPad na mão disse que acabara de perder... Uma pessoa de um país pertinho dali, da Indonésia... Tudo lá é pequeno em comparação a nós aqui. A gente não precisa ir a Singapura para saber que tamanho não faz diferença; aqui no Brasil a gente também sabe disso, infelizmente por um lado transverso. Ele disse: "Olha, um sujeito aqui da Indonésia acabou de perder US$8 milhões". Eu disse: "Oito?" "É." Eu perguntei: "Quanto se perde aqui normalmente?" "Não, aqui é normal se perderem US$20 milhões, US$ 25 milhões". Eu fiquei muito impressionado, porque os turistas de lá gastam realmente muito dinheiro no país. Por isso Singapura já passou Las Vegas em volume de cassino. Já passou. Só perde hoje para Macau. Macau tem 35 bilhões; Singapura, 5 bilhões, e Las Vegas, 4,5 bilhões.

A área do cassino, Presidente, corresponde a 3% do complexo do empreendimento e responde por 75% do faturamento. A única coisa que não há lá dentro é prostituta. Eles não aceitam, até porque ela tira o sujeito da mesa e o leva para o quarto. Eles não aceitam. Esse conceito não existe mais. Dinheiro não existe; é tudo eletrônico, são fichas ou cartão. A taxação é 100%, a arrecadação é enorme.

Então, eu acho que o Brasil deve seguir os bons exemplos. O Japão também não tinha cassino, e agora legalizou. Como o Japão é maior, mais ou menos do tamanho do Maranhão, tem quatro licenças. Enquanto Singapura tem duas, o Japão tem quatro. Anastasia, eles dão exclusividade para quem bota seus bilhões de dólares lá.

Então, lá existe o Marina Bay... E na Ilha Sentosa tem o outro *resort*, com um conceito mais familiar, porque há ali a Universal Studios, aquários etc, etc, etc. O Japão vai ter quatro. Aí, como estão vencendo os dez anos, o governo exige que eles façam investimento. Então, o Marina Bay, que está numa área que foi aterrada... Foi aterrada, era mar. Lá não há nem terra, precisa ver de Macau a terra. Lá não há água, lá não há energia, lá não há os recursos naturais – nem em Hong Kong – que o Brasil tem. É inacreditável! Aí eles compraram, agora, o terreno do lado do Marina Bay, por US$1 bilhão, para fazer uma torre que vai custar US$2,5 bilhões, ou três, para ter renovado o seu contrato de exclusividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero encerrar dizendo da alegria de ter conhecido um país, lá no Sudeste Asiático, maravilhoso. De lá eu fui à Tailândia, que também está investindo muito no Brasil, em hotéis. Nós os convidamos para virem ao Brasil, e veio, no mês seguinte, um grupo, o Minor Group, que tem 750 hotéis no mundo. Compraram agora, em São Paulo, o Tivoli, na Bahia, e em vários lugares. E estão interessados em investir muito no Nordeste brasileiro.

Em todos os lugares a que eu fui, nos fundos soberanos, eles me faziam a mesma pergunta: quando vocês vão votar a reforma previdenciária? Eu fiquei num misto de alegre e triste por saber que lá do outro lado do mundo há pessoas mais conscientes disso do que muitos dos que estão aqui entre nós. Eu admito a oposição ao Governo, que é necessária, é importante, mas ao País não, porque nós somos brasileiros.

Eu quero dizer que nós estamos tratando – para encerrar – na Câmara... O Deputado, nosso companheiro de partido, está tratando da questão do acordo de Singapura e Brasil. Por incrível que pareça, os três fundos soberanos que eu visitei têm juntos US$1 trilhão para investir, lá em Singapura. E eles têm um olhar muito especial para o Brasil. Por quê? Porque, abaixo da linha do Equador, o maior mercado do mundo é o Brasil. Só por isso. Não há no mundo nenhum país com potencial turístico inexplorado tão grande quanto o nosso País. Há sol o ano inteiro, em todo lugar; não tem tufão, furacão, terremoto, maremoto, tsunami, não tem nada! E é cheio de belezas naturais! E seis milhões de turistas, sendo 2,5 vindos da Argentina para explorar as praias bonitas de Santa Catarina e não deixam dinheiro nenhum.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Deixam um dinheirinho.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Algum. Pouco, mas deixam, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – O meu terreno, onde eu tenho a minha casa, eu comprei de um argentino há 45 anos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MA) – Pois é.

Então, o Brasil não tem realmente política de turismo.

Aí eu quero informar à nossa Embaixadora Eugenia que a Câmara já aprovou, em todas as Comissões, o acordo Brasil-Singapura, porque, Presidente, existe uma trava comercial, o Brasil tem restrições comerciais com Singapura. Esses trilhões de dólares não podem vir para cá não, porque o Brasil um dia entendeu que Singapura é um paraíso fiscal e tem bitributação. Aí, então, foi feito um projeto de lei, está na Câmara, para estabelecer regras claras em relação à questão tributária. Quem mora... Brasileiro que mora em Singapura, singapurense que mora aqui, como é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é, como é que não é, etc, para permitir melhor relação em ambiente de negócios e permitir que parte desse dinheiro possa ser investido aqui no Brasil, como é desejo deles.

Então, eu quero informar que nós acabamos de falar aqui, eu e o Senador Anastasia, com o Deputado Carlos Sampaio, que é o Líder do PSDB na Câmara, e hoje mesmo ele vai falar com o Presidente Rodrigo Maia para colocar em votação o PDL 203/2019, que cria regras claras, tributárias, para o acordo comercial Brasil e Singapura.

Eu cito essa boa notícia para dizer que, chegando aqui no Senado, nós vamos cuidar para acelerar o máximo possível e o Brasil ter com Singapura uma melhor relação comercial.

Cumprimento vocês ao final, como assim iniciei. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Antonio Anastasia, de Minas Gerais.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eminentes Embaixadores, senhoras e senhores, primeiro quero cumprimentar a exposição dos três sabatinados, pelo brilho e proficiência aqui apresentados mais uma vez, o que não nos espanta, porque conhecemos bem o altíssimo nível do corpo do nosso Itamaraty, como eu tenho dito várias vezes.

Eu queria começar pela eminente Embaixadora Maria Laura, que foi a primeira a se pronunciar, que vai servir na Romênia e está hoje na Hungria, que é vizinha. Eu, como disse a ela em nossa visita ontem, por coincidência, estive em viagem particular à Romênia neste recesso último, esse mês agora, nos últimos 15 dias de julho, e pude observar a proximidade latina que temos e, de fato, a simpatia que existe com o Brasil, e é uma nação que ainda é muito desconhecida no nosso cotidiano e no nosso dia a dia, digamos assim. Mas me parece que V. Exa. terá lá grandes oportunidades não só de adensamento da questão econômica, mas também cultural e política, na medida em que a Romênia, pelo que eu pude apreender e perceber, é uma nação que tenta agora se desvincular dos Bálcãs e se diz vinculada aos Cárpatos, o que a aproxima mais ainda da Hungria, da própria antiga Bessarábia, Moldávia, e da Ucrânia e Rússia, ou seja, um eixo geopolítico um pouco distinto dos Bálcãs tradicionais. Esse próprio acordo que une o Báltico, o Negro e o Mediterrâneo é um exemplo desse esforço. Portanto, tenho absoluta convicção de que V. Exa., com a experiência que tem no exercício da nossa Embaixada em Bucareste, terá todas as condições de tentar uma aproximação maior sob esse ponto de vista.

E me parece, como V. Exa. bem disse na sabatina, que a existência de uma delegação expressiva da Romênia no Parlamento europeu, que agora, para nós, é fundamental e imprescindível em relação ao acordo econômico, será muito relevante. Então, essa proximidade, essa política da boa vizinhança, esse relacionamento mais consolidado será positivo. O Brasil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturalmente, goza, pelo que percebi na Romênia, de um alto conceito, então nós temos condições, até pelas nossas origens, dessa proximidade. O personagem histórico lá, a par do Conde Drácula, evidentemente mais rememorado, é o Imperador Trajano, imperador romano também das nossas mesmas origens.

Então, quero desejar, minha cara Embaixadora Maria Laura, muito boa sorte, e certamente essa questão da União Europeia, onde a Romênia tem um papel de destaque, é fundamental para o Brasil. A economia nossa não irá deslanchar e avançar se não tivermos esse acordo com a União Europeia consagrado, aprovado pelos respectivos Parlamentos, com o apoio do Parlamento europeu, e a Romênia tem votos importantes. V. Exa. certamente fará ali um papel de muito relevo e muito importante. E, como mencionou também, os trens que hoje servem a linha férrea entre Belo Horizonte e Vitória – aliás, a única via férrea de passageiros regular no Brasil – são trens romenos. Então, de fato essa notícia da vontade de abrir uma fábrica aqui – ainda que em Santa Catarina, eu preferia que fosse em Minas Gerais, mas sendo no Brasil está muito bem – é muito positiva pela qualidade romena, reconhecida na sua tecnologia de locomotivas e vagões, etc.

Passando agora à eminente Embaixadora Eugenia, quero igualmente cumprimentar V. Exa., que hoje exerce suas funções na Secretaria do Itamaraty e que exercerá a função na Embaixada junto a Singapura.

O nosso Senador Roberto Rocha, que preside o Grupo Parlamentar Singapura-Brasil, já fez aqui uma exposição muito clara. Singapura é, para todos nós, uma espécie de paraíso, um país que, após a Segunda Guerra Mundial, não valia... Não vou dizer "não valia nada", mas um país pobre, atrasado, sem nenhuma pretensão econômica, e se transforma, em poucas décadas, numa potência econômica cujos números que V. Exa. arrolou, durante a sua exposição inicial, dão a impressão de uma verdadeira bateria militar, demonstrando números que são grandiosos e demonstram como o planejamento bem feito, a vinculação a uma meta, a um norte específico de desenvolvimento, transformaram aquele pequeno país insular em uma potência econômica respeitadíssima. E os números que V. Exa. aponta demonstram, de modo cabal, as possibilidades imensas que temos para que Singapura invista mais no Brasil.

Quando eu estava, Presidente Nelsinho Trad, no Governo de Minas Gerais, tive a oportunidade de celebrar convênios econômicos, e foi o pessoal da Jurong, de Singapura, grande empresa meio pública, meio privada, que lá existe, que fez o *master plan* do aeroporto de Confins, para o desenvolvimento da região central de Minas Gerais. Posteriormente chegaram a cogitar a concessão do aeroporto, que acabou ficando com o grupo de Zurique, na Suíça, mas eles estão no Galeão, hoje, administrando o nosso segundo maior aeroporto internacional do Brasil.

E é evidente que essa miopia que temos no Brasil, como o Senador Roberto citou, de considerar Singapura como paraíso fiscal, o que é uma aberração, será superada por essa votação na Câmara, e é imprescindível, porque haverá ali, certamente, uma grande avenida de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

investimentos, porque Singapura é imprescindível, até porque – falando em relação à Embaixadora Maria Laura, que está hoje em Budapeste, uma das capitais mais importantes da história europeia, e vai para Bucareste – o eixo econômico mundial, Presidente Nelsinho, mudou-se para a Ásia. Isso é óbvio. Basta ver as companhias aéreas. Onde estão os melhores aeroportos, as melhores companhias, toda a estrutura portuária? Singapura, Hong Kong, Bangkok, Kuala Lumpur... Houve uma mudança completa do eixo econômico. Então, nós temos de nos preparar para isso, e Singapura tem uma posição estratégica imprescindível.

Aliás, nem todos sabem, o desenvolvimento de Dubai se deu, inicialmente, com recursos vindos exatamente de Singapura e um grande convênio portuário que foi feito com os investimentos da Jurong internacional e da Chong internacional também naquele país árabe.

Então, quero cumprimentar e desejar muito boa sorte, porque lá as atividades econômicas serão certamente uma agenda intensíssima, e V. Exa. terá uma imensa responsabilidade em trazer esses valores para o Brasil e transformar os indicadores que V. Exa. trouxe aqui, no início de sua exposição, onde estamos ainda num número, vamos dizer assim, não tão confortável, para números muito mais positivos de investimento de Singapura no nosso País.

E, por fim, ao eminente Embaixador Ary Quintella, caro amigo, também eu o cumprimento pela exposição muito clara... A Malásia também é um tigre asiático, conhecemos bem. A presença portuguesa em Malaca é tão tradicional, foi colônia portuguesa durante alguns séculos, e a Malásia tem essa posição geopolítica não só importante, como também é uma população muito grande, e todos esses são destinos de exportação das nossas proteínas, de todos os Estados brasileiros.

Eu acredito que V. Exa. terá a oportunidade de, lá, não só de fazer uma agenda bilateral, mas como a Malásia tem, como V. Exa. colocou, um papel muito importante de agenda multilateral, com a Asean, de estreitar essas relações geopolíticas e econômicas.

Aproveito para indagar a V. Exa. – é a única indagação que faria – como andaria, a essa altura, em razão das mudanças geopolíticas recentes, o grande tratado do Acordo do Pacífico, feito ao tempo do Presidente Obama, do qual a Malásia participava, também Singapura, Austrália e outros países, e de que nós, no Oceano Atlântico ficamos um pouco afastados. E, quem sabe, no futuro, numa retomada desse tema, o Brasil também possa avançar, porque a nossa inserção no mercado internacional é imprescindível, porque, como disse a Embaixadora Eugênia, no caso de Singapura, a participação do comércio é quatro vezes superior ao próprio PIB. E, no caso brasileiro, a participação no comércio internacional do Brasil é pífia, para não dizer irrisória ou até ridícula, um País com a potência econômica que temos e com o valor do nosso PIB.

Então, essa abertura é imprescindível. Certamente, a Malásia tem muito o que nos ensinar também. Com sua posição estratégica, será lá comandado...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Brunei, não podemos deixar de citar também só uma curiosidade. Quero indagar se V. Exa. tem notícias se o Sultão do Brunei ainda é considerado o homem mais rico do mundo.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – É uma curiosidade...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Estou impactado com a pergunta final do nobre Senador Anastasia. Sempre associei o Senador Anastasia a coisas do espírito, da literatura, das ideias... (*Risos.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – É uma curiosidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De repente, ele faz uma pergunta eminentemente argentária. Não é que ele não tenha o direito de fazer essa pergunta. Eu também compartilho da curiosidade. Mas ir direto assim ao ponto não é uma coisa muito mineira.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ele foi cirúrgico.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ele foi cirúrgico! (*Risos.*)

E reduziu o campo cirúrgico a uma objetividade...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Cirurgia não invasiva.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de busílis. Ele foi ao busílis da questão: afinal, quanto?

Eu gostaria também de fazer um brevíssimo comentário a respeito das colocações feitas pelo Senador Roberto, a respeito dessas perguntas sobre a reforma da previdência, aduzindo ao que o Senador Anastasia falou sobre a prosperidade de Dubai, sobre a fonte do dinheiro da prosperidade de Dubai e sobre as decisões equivocadas que o nosso País tem tomado. Como dizia Roberto Campos, que era da mesma escola de V. Exas., o fracasso não é uma obra do acaso, o fracasso é fruto de um meticuloso e detalhado planejamento de decisões equivocadas.

Fala-se dos fundos do Catar, dos Emirados, da Noruega que eles generosamente aspergem pelo mundo, como se fossem frades. Eles não são tão generosos assim quanto eles apregoam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos agora à véspera de uma decisão também. Eu já escutei nesta sala, ou melhor, na sala da Comissão de Justiça, onde estavam três Governadores, um deles dizer o seguinte: se o Senado tomar, a respeito da reforma da previdência, a decisão de encaminhar uma PEC paralela, facultando aos Estados e Municípios, que têm regime próprio, aderir à reforma da previdência que será aprovada pelo Senado, ele não exercerá a faculdade de encaminhar a sua assembleia. Ele vai utilizar, Senador Anastasia, os recursos da cessão onerosa para pagar o rombo no casco da previdência estadual durante o mandato dele, ou seja, o dinheiro da loteria... Esse é um dinheiro da loteria. Esse é o tipo de decisão...

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Errada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não só errada, mas desastrosa, se me permite dizer, demagógica, populista. Então, são decisões desse tipo que têm ocorrido no Brasil. Aproveitamos o *surf* da *commodity* para fazer o quê? Foi agora, neste milênio – neste milênio. Então, pego o dinheiro da cessão onerosa, pago o pessoal durante meu governo e o próximo que procure outra loteria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Luís XV. E ele acertou um pouco, se não na de Louis, na de Guillotin. (*Risos.*)

Era médico. Como os médicos são cirúrgicos! Esse era seu colega, o Monsieur Guillotin.

Mas eu fiz esse preâmbulo só para dizer que realmente as expectativas, as reformas, o que o Brasil significa para o mundo, esse conjunto de expectativas são expectativas e podem resultar em sucesso e podem resultar em novas decisões catastróficas.

Mas eu queria saudar especialmente as senhoras. Acho que o Senador Anastasia abreviou a necessidade de qualquer ponderação quando tratou dos assuntos relacionados à Romênia e a Singapura. A Singapura é tão autossuficiente e tão alvo de cobiça que foi invadida várias vezes já ao longo da história. E, por isso, eu me dispenso de fazer indagações e colocações, apenas augurando a ambas, à Embaixadora Maria Laura e à Embaixadora Eugenia, sucesso. São duas missões muito relevantes, que certamente premiam carreiras igualmente relevantes e respeitáveis.

Quanto ao Embaixador, do qual eu tive a honra de relatar a sua indicação, eu queria muito que estivesse aqui presente o Senador Flávio Bolsonaro para pedir para ele repetir o nome do país, porque ele não diria *salam*, ele diria *shalom*. Ele não consegue dizer *salam*! Eu sempre o saúdo: "*Salam aleikum*". E ele responde "*Shalom*". Deu para perceber, não é?

Mas, se Singapura é esse paraíso de dinheiro, de exuberância, de empreendedorismo, o Embaixador Quintella vai para o verdadeiro paraíso, porque Darussalam, em árabe – o Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelsinho Trad sabe disso e vai permitir que eu divulgue – quer dizer a casa da paz, a residência da paz. O sujeito ser Embaixador, Chico Rodrigues, na residência da paz é muito bom.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. *Fora do microfone.*) – É um paraíso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o verdadeiro.

Aliás isso aqui que eu uso, que é japonês, é o *tsuru*, que é origami da paz, esse cisnezinho que a gente faz com papel.

Então, acho que o Embaixador Quintella tem essa missão. É um país bem maior do ponto de vista populacional também, que tem até Singapura – como se vê no mapa – como seu apêndice ou como seu diamante.

Eu gostaria de desejar a todos muito êxito na missão que vão cumprir, as missões são respectivamente para cada um o fruto de uma carreira. Eu costumo dizer que analisar o currículo de alguém que tenha uma carreira – em função das senhoras, eu não vou dizer de quanto tempo, mas é de mais de cinco anos, para não espichar muito esse número – dedicada a essa função no Itamaraty, uma grande escola, é fácil. O difícil é analisar quando se trata de um indicado para uma agência: a gente, com pouco tempo para analisar, tem que dar o sinal verde. Nesse ponto, a Comissão de Relações Exteriores é privilegiada, enquanto na CAE, por exemplo, ou nas comissões temáticas das agências reguladoras, nós temos pouco tempo de peneira para avaliar.

Nos Estados Unidos, por exemplo, quando se trata de alguém que não é de carreira, existe uma comissão de investigação, e nunca uma aprovação acontece em menos de quatro meses. É como se fosse uma longa proclama, um longo lançamento de perguntas: "Se alguém tem alguma coisa contra, fale agora". Ou seja, são quatro meses para especular sobre a vida do indicado, decantar, peneirar informações.

De forma que, com muita serenidade, desejo êxito para o Brasil, e para as suas missões evidentemente, as coisas são indissociavelmente emparceiradas. Tenho muita serenidade... Não votei ainda, mas vou votar muito serenamente pela aprovação dos respectivos indicados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Flávio Arns.

Posteriormente a gente passa a palavra para cada Embaixador para que possam tecer comentários a respeito dos questionamentos.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero também cumprimentar a Embaixadora Maria Laura da Rocha, a Embaixadora Eugenia Barthelmess e também o Embaixador Ary Quintella, dizer da alegria de termos uma competência tão grande, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

conhecimento tão grande também, de todas as relações que o Brasil deve ter com o mundo também. Isso, através das Embaixadas, pode ser muito enfatizado, podem ser abertas novas possibilidades.

Quero me associar a tudo que o Senador Anastasia colocou quanto a perspectivas econômicas também, uma nova perspectiva de mundo, com a abertura entre o mercado europeu e o Mercosul, e também todas as possibilidades de desenvolvimento através da Malásia e de Singapura, que são, eu diria, infinitas, são grandes possibilidades. Agora, ao mesmo tempo, é preciso sempre nos lembrarmos também do que o Senador Anastasia colocou: devemos aprimorar os nossos contatos comerciais e de desenvolvimento, afinal são essenciais para a geração de empregos, para a geração de renda, mas ele mencionou também a parte política, cultural, principalmente a língua, ciência, tecnologia, porque eu acho que aí a gente pode ter a organização, o turismo. Então, são infindáveis oportunidades e nós confiamos muito no trabalho de vocês que estão sendo sabatinados e que representarão o Brasil nesses países.

Eu também quero dizer que eu sou muito amigo do Senador Esperidião Amin. Ele me considera, inclusive, o quarto Senador do Estado de Santa Catarina, com muita honra...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por direito altruísta de conquista, com relevantes familiares nascidos em Forquilhinha.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isto. (*Risos.*)

E eu gosto muito da frase de que o fracasso não é fruto do acaso, é construído, na verdade. E, quando nós falamos da previdência – e há o interesse de outros países, inclusive, que demonstram o andamento desse processo –, eu quero me associar à ideia de que é inadiável, importante, necessária, as contas têm que fechar; porém, sempre com muito diálogo, com entendimento, com escuta para não se cometerem injustiças.

Então, o Senado tem um papel muito relevante nesse processo de fazer isso. Afinal, é atribuição do Senado, como Casa Revisora, não ter a única função de ser chanceladora daquilo que a Câmara dos Deputados fez: "A Câmara aprovou, então, o Senado, para ser rápido e tal...". Não, nós temos que ser justos, saber o que é necessário, importante, inadiável, a discussão foi feita, mas vamos, como Casa Revisora analisar, porque isso é muito importante, não só a previdência; a reforma tributária, por exemplo, é essencial; a reorganização administrativa, política. Tudo isso é importante.

Então, eu quero destacar também tudo isso, dar as boas-vindas, mas gostaria – sabe, também Senador Marcio Bittar, Esperidião Amin, Marcos do Val, que está aqui do meu lado, com alegria, Chico Rodrigues? – de dizer o seguinte: eu sou professor da Universidade Federal do Paraná, licenciado ainda em função do mandato, e eu tive a alegria e a honra de ser professor da Eugenia Barthelmess, lá em Curitiba; ela fazia o curso de Letras, depois foi para a área diplomática.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, saúdo a minha ex-aluna, agora Embaixadora de Singapura, bem como o Ary, que também será o Embaixador da Malásia, e, sem dúvida alguma, também a Maria Laura; mas, de uma forma especial, a Eugenia. Os pais dela, professores. Eu quero fazer homenagem aqui a Artur Barthelmess e Heloísa Barthelmess, que foram meus colegas de Departamento na Universidade Federal do Paraná, e ele, inclusive, exerceu várias funções, entre as quais a chefia do departamento ao qual eu pertencia. E digo que eram duas pessoas altamente educadas, comprometidas com o ser humano, com a sociedade. E a Eugenia, sem dúvida, então, tem DNA para isso e deve também continuar aí nessa caminhada pela vida.

Então, com todo apoio nosso, queremos ajudar fazer, porque é muito importante para o Brasil todos os entendimentos e parcerias que possam acontecer. E é uma alegria estar participando, Dr. Ary, a quem, de forma indireta, a gente já conhece também há uns 30 anos mais ou menos, e você me conhece; eu, por outro lado, o conheço também. Que tenham amplo sucesso e que contem com a gente!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Antes de passar a palavra ao último Senador a fazer questionamento, como é de praxe, algumas informações a respeito da semana, atualidade internacional.

Disputa comercial entre os Estados Unidos e a China: o acirramento da disputa comercial entre os Estados Unidos e a China produziu um impacto generalizado nas bolsas internacionais e a valorização do dólar em relação às outras moedas, inclusive o real. Os analistas internacionais veem uma disputa que extrapola o comércio e que se refere a uma competição pela liderança econômica mundial, especialmente nas áreas de tecnologia e de integração das cadeias produtivas, o que poderia prolongar a situação atual. Do ponto de vista brasileiro, a disputa tem consequências negativas ao deprimir a economia mundial. Por outro lado, cria janelas de oportunidade comercial em setores específicos e desloca cadeias de produção com espaços potenciais que poderiam ser explorados pelo Brasil.

A questão do Paraguai: a imprensa tem noticiado sobre negociações relativas à compra de energia de Itaipu. Embora não caiba qualquer comentário sobre a política doméstica do país vizinho, o Paraguai, é necessário esclarecer que, pelas provisões do respectivo tratado, apenas a Eletrobras e a Ande podem comprar energia de Itaipu. Como as negociações entre a Eletrobras e a Ande sobre o aspecto técnico específico relativo à energia contratada pela Ande chegaram a um impasse, as chancelarias brasileira e paraguaia foram, também conforme prevê o tratado, chamadas a negociar diretamente.

Otan: os Estados Unidos oficializaram a designação do Brasil como aliado prioritário extra-Otan. Em nota conjunta com o Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores afirma que esse *status* cria maiores oportunidades de intercâmbio na área militar, inclusive compra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

material de defesa, e permite ao Brasil integrar-se de forma mais competitiva nas cadeias globais de valor de alta tecnologia. Adicionalmente, cria oportunidades de acesso ao mercado americano para produtos de defesa exportados pelo Brasil.

Eram esses os informes preparados pela nossa assessoria.

Com a palavra o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Bom dia, Sr. Presidente!

Quero cumprimentar a Sra. Maria Laura, que será a nossa Embaixadora na Romênia. Tive o privilégio de ser o Relator da Sra. Eugenia, que será a nossa Embaixadora em Singapura. E recebi ambas, junto com o Sr. Ary Norton, ontem no meu gabinete – foi um prazer –, que será o nosso Embaixador na Malásia. Digo que serão, porque já votamos concordando. Eu queria apenas cumprimentá-los e desejar muita sorte.

Em brevíssimas palavras, quero dizer que esse espírito de alguém que foi lembrado recentemente aqui pelo Esperidião Amin, Roberto Campos, entre outras, era um frasista. Uma das frases que eu, às vezes, repito e que ele dizia é que não importa muito o endereço do dono da fábrica; o que importa é o endereço da fábrica. De certa forma, essa frase mostra um pragmatismo que eu penso que o Brasil precisa aprimorar.

Nós conhecemos um pouco da história e do brilhantismo da diplomacia brasileira. Eu sou um paulista de nascimento, mas represento o Acre com muito orgulho, com muita honra. E o Barão do Rio Branco foi uma das figuras fundamentais na história da incorporação daquele pedaço de chão ao Brasil, coroando não apenas com esse fato, mas com uma carreira brilhante de um diplomata brasileiro.

O que, com muita humildade, eu observo no mundo são relações absolutamente pragmáticas daqueles que detêm o cenário mundial. Nosso Presidente Nelsinho acabava de dizer aqui sobre duas situações: a briga entre Estados Unidos e China e por que isso acontece. Não é um debate de valores humanos, não é um debate de valores cristãos, não, não é isso. Embora cada um dos dois países tenha uma determinada visão de mundo, basicamente o que determina que eles estejam em maior ou menor grau realizando atividades econômicas entre os países é o seu interesse nacional.

Alguns exemplos... Aí, na relação do Brasil com o Paraguai, eu que, além do que já disse, amo Mato Grosso do Sul, que tem uma história com o Paraguai muito forte, culturalmente inclusive, Mato Grosso do Sul tem muito a ver com o Paraguai. Mas nós somos tão amigos enquanto não entra em jogo a soberania nacional; e o perigo de o Brasil perder economicamente, na questão de Itaipu, já nos coloca em campos opostos; não de inimigos, mas de interesses opostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos Estados Unidos, por exemplo, em pleno Governo do Barack Obama, saudado pela esquerda mundial como o primeiro Presidente negro democrata mais à esquerda, mas ele não pensou duas vezes – e não houve uma ONG que o empatasse – ao mandar os Estados Unidos perfurarem petróleo no Alasca. Não foi criado nem inventado no Governo dele, mas no Governo dele exponenciou-se a extração de petróleo de xisto, que muitas ONGs diziam que – ligadas ao movimento ambientalista – poluiria o meio ambiente. E os Estados Unidos, inclusive no Governo de Barack Obama, durante oito anos, não deu atenção a isso. E foi assim que eles se tornaram autossuficientes em combustíveis fósseis, a ponto de agora, sim, fazerem uma campanha de boicote ao Irã, porque não dependem mais nada dos combustíveis fósseis do Irã. Relações comerciais!

A Europa, berço da civilização ocidental, professa valores cristãos, democracia, mas não deixa de negociar com a Rússia, que não tem nada a ver com valores democráticos, que não tem muita familiaridade com essa pauta dos direitos humanos. Aliás, é um país que passou a vida inteira em regimes autoritários: czares, ditadura comunista, União Soviética. E agora Putin governando esse tempo inteiro. E o berço da civilização ocidental não deixa de negociar com a Rússia, por nenhuma razão humanitária, porque depende do gás da Rússia, e é uma questão concreta.

A mesma coisa se aplica à relação com o Oriente Médio. Eu disse ontem, naquela visita muito agradável, que é uma região que trata oficialmente mulheres como algo de segunda – oficialmente. A Arábia Saudita recentemente é que deu a primeira licença para uma mulher poder dirigir, mas isso é uma coisa rara. Há casos e mais casos de estupro dentro de família, pelo próprio marido, em que a família vai dar sempre razão para o homem. E nada disso impede... O financiamento dos movimentos terroristas no mundo inteiro, que a gente sabe que sai dali. E nada disso impede a Europa de continuar mantendo relações comerciais com o Oriente Médio, até porque, além da Noruega, que produz petróleo, a Europa não vive sem o petróleo que vem do Oriente Médio. Então, eu entendo que são alguns exemplos.

E a China é outro exemplo. Alguém deixa de comercializar com a China, porque ela ainda vive a ditadura do proletariado? Alguém deixa de comercializar e de respeitar a China, que ainda vive a época do partido único? Não é isso? Ninguém deixa, por quê? Porque há 1,3 bilhão de pessoas, e a incorporação do regime capitalista, pelo menos na parte da economia, ou de uma parte dela, fez com que esse país mudasse a correlação mundial.

Eu cito essas coisas apenas para dizer que imagino que o Brasil precisa voltar... Porque eu entendo... E eu repito, é apenas um humilde pensamento meu, mas eu entendo que o Brasil, nos últimos anos, se desviou um pouco da trajetória brilhante do Itamaraty e acho, então, que ele precisa voltar para o leito: é procurar nesse cenário mundial – e vocês três estão indo para lugares muito importantes para o Brasil – ver em tudo isso... Porque eu acho normal, eu acho os países fazem... Tem muito, nessas relações internacionais, eu acho que há até um pouco de blefe, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu acho que faz parte do jogo. A Europa Ocidental blefa: "Ou vocês fazem com a Amazônia o que nós queremos ou nós vamos retaliar vocês". Não vão. Eles não retaliam ninguém que eu acabei de citar, mas é um jogo. Se você cair e ceder, pronto.

Então, quanto a esse cenário de interesses multifacetários, precisa-se que o Brasil e o Itamaraty esteja muito atento para perceber em cada situação dessa... Nós não temos que escolher os Estados Unidos e deixar a China de fora. Não. Nós temos que escolher, em todas essas situações mundiais, onde está o nosso verdadeiro interesse. E qual é o nosso verdadeiro interesse? Patrocinar o crescimento econômico do Brasil, e de preferência que ele traga, com o crescimento econômico, o ganho de ascensão de vida e tal.

Não vamos esquecer que o Brasil, entre outras mazelas, tem mais de 20 milhões de brasileiros pobres que moram na Amazônia brasileira. É um dos grandes desafios. Eu sempre repito isso, porque o Brasil já se acostumou a dizer que o Nordeste é pobre, e eu preciso dizer que a região mais pobre do Brasil não é o Nordeste. Infelizmente, a região mais pobre do Brasil é a que eu represento.

Então, eu desejo sorte aos três. Sei que nós, o Senado, estaremos à disposição, para que depois possamos visitar oficialmente, pela Comissão de Relações Exteriores, o Parlamento de onde vocês estarão, com certeza, muito bem representando o Brasil, e ajudar no que pudermos no intercâmbio, convidando também Parlamentares, o Parlamento desses países para que venham também nos visitar.

Mas, fundamentalmente, é isto que eu imagino, que o Brasil, com todos os seus atores – e o Itamaraty cumpre essa função muito bem, é a sua finalidade –, procure identificar, em toda essa relação mundial, cheia de interesses que mudam, de uma hora para outra, situações, conflitos... Hoje está um conflito, de repente fazem um acordo de paz. E, em tudo isso que muda, onde é que está o interesse do Brasil? Eu acho que é isso, fundamentalmente, que mais importa.

Parabéns, Nelsinho. Quero dizer mais uma vez que é um privilégio fazer parte de uma Comissão tão importante quanto esta, presidida por V. Exa. Acho que há uma coincidência entre a minha vida e Mato Grosso do Sul. Eu sou casado com uma sul-mato-grossense – só para fazer uma brincadeira... O Amin, que é muito espirituoso, dizia agora há pouco: "Cinco anos de carreira e tal...". Eu comentei aqui com o Anastasia, que é um professor. Eu disse: Olha, quando eu me casei, eu e a minha esposa tínhamos praticamente a mesma idade, diferença de meses. Eu acho que agora já são quase dez anos de diferença. Porque, de fato, é uma deselegância perguntar a idade de uma mulher. Então, nós tínhamos uma mesma idade e agora já há uma diferença razoável. Nem pergunto mais.

Mas muito boa sorte a vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nelsinho, é um privilégio estar aqui presidido por V. Exa., que é um legítimo representante do Mato Grosso do Sul, e estaremos não aqui apenas, hoje, votando, chancelando essa indicação, mas depois, ajudando no trabalho que vocês vão fazer, estando à disposição, prestando nosso apoio também lá, na execução do exercício do trabalho de vocês.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, antes de passar a palavra ao último Senador, Chico Rodrigues, eu também tenho alguns questionamentos. Apenas uma curiosidade, já que o assunto V. Exa. abordou, em relação à sua esposa. Informo aqui que a Embaixadora Eugenia é casada com o Embaixador Ary Norton. Não sei qual foi a intenção de mandar um para Singapura e outro para a Malásia, mas espero que isso possa unir cada vez mais esse casal.

Com a palavra... E espero que isso esteja em comum acordo, senão vai sobrar lá para o chanceler, viu? (*Risos.*)

Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Meu caro colega, Nelsinho Trad, que brilhantemente preside esta Comissão e que hoje recepciona os indicados e sabatinados Maria Laura para a Romênia, a Embaixadora Eugenia Barthelmess para a Singapura e o Ary, o Ary Quintella – hoje posso dizer meu amigo; criou uma relação de afinidade muito próxima –, para a Malásia.

Eu apenas gostaria de dizer que o Itamaraty foi muito feliz nessas escolhas. São diplomatas de um perfil extremamente admirável e que, com certeza, tanto na Romênia, pela importância dos acordos comerciais, a relevância que tem exatamente para esse novo acordo com a Comunidade Econômica Europeia, V. Exa. vai se haver com muita competência. Isso já é de praxe.

Quanto à Singapura, eu gostaria de dizer à Embaixadora que eu acabei de chegar, nesta madrugada, de Singapura e realmente fiquei impressionado. Eu fui a convite, para acompanhar, verificar um centro de alta tecnologia em equipamentos de segurança cibernética e um arquipélago, um pequeno arquipélago, de menos de praticamente 800 quilômetros quadrados, que importa do nosso País – vejam a relevância que dá para o Brasil – mais de 60% da carne que consome, com a necessidade, segundo informações, de expansão.

Também visitei a indústria de equipamentos militares ST Engenharia, que fabrica equipamentos de combate de altíssima tecnologia, que, na verdade, é uma empresa paraestatal e que nos encheu os olhos, para que, no processo de sucção natural de transferência de tecnologia – esse é o interesse deles também –, nós possamos nos alinhar.

Tive a oportunidade de ser recebido lá pelo Embaixador Flávio Damico, que realmente é de uma generosidade fantástica. Sei que vai ficar com saudade daquele posto ali, porque vai enfrentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma pedreira também agora, já que ele vai para o Paraguai. Mas, de qualquer forma, mostra realmente o nível dos diplomatas que nós temos. Aliás, é orgulho para todos os brasileiros o nosso Itamaraty.

O nosso querido Ary Quintella, tenho a certeza, na Malásia e no Brunei – ele vai assistir diplomaticamente a esses dois países –, vai se haver maravilhosamente e vai realmente abrir, assim como as duas Embaixadoras, os negócios, vai ampliar os negócios para o nosso País.

A gente percebe ali, Nelsinho Trad, como foi dito aqui por alguns que me antecederam, que a expectativa é enorme em relação às reformas no Brasil. Você escuta isto sistematicamente nas grandes rodadas: como é que estão as reformas no País?

Ali não falta capital para investimento. Eu fiquei impressionado, Embaixadora Eugenia. À noite, fomos convidados para um evento, e, naquela baía, havia centenas e centenas de navios. Aquela é uma passagem estratégica para o petróleo. A gente percebe exatamente que um Embaixador que tem um poder de negociação muito afinado é que deve estar talhado para postos dessa relevância.

Quero apenas parabenizar vocês e fazer só uma única pergunta: qual a expectativa de vocês em relação à ampliação dos negócios com o Brasil, dos três países com o Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos agora às nossas perguntas. Sempre permito que os colegas passem na nossa frente.

Quero fazer uma pergunta para cada um dos Embaixadores, primeiro para a Embaixadora Maria Laura.

Há um exponencial aumento do comércio bilateral de US$183 milhões em 2001 para US$541 milhões em 2018. Há espaço para uma continuação, tendo em vista o crescimento anual da Romênia de 7% em 2018. Embora o saldo seja positivo ao Brasil, de US$253 milhões em 2018, a pauta concentra-se em exportações de produtos básicos e em importação de produtos manufaturados, sobretudo vinculados à indústria automotiva. Adicionalmente, a Romênia tem um regime favorável a investimentos externos em razão de sua posição estratégica. Oferece também oportunidade às empresas brasileiras de acesso a outros mercados da região: Bálcãs, Europa Central, países da antiga União Soviética.

Como a Sra. Embaixadora pretende explorar esses aspectos potenciais e positivos para o aprofundamento da cooperação econômica bilateral? Essa é a pergunta.

Agora, para a Embaixadora Eugenia. O comércio Brasil-Singapura, da ordem de US$4,2 bilhões, em 2017, é expressivo e apresenta um perfil de maior valor agregado. Os investimentos de Singapura no Brasil, estreitamente vinculados ao comércio bilateral e que montam a quase US$5 bilhões, também são expressivos. Embora Singapura esteja presente na área de infraestrutura e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

logística no Brasil, não obstante aqueles números impressionantes, creio que falta ao Brasil um planejamento estratégico que estabeleça uma estrutura lógica que permita integrar o Brasil às cadeias globais de valor, alavancar as exportações e ampliar os negócios, em geral, entre o Brasil e o exterior. Imagino um planejamento que melhore substancialmente a infraestrutura e as condições logísticas no Brasil e integre em relação à Ásia, Singapura e também o Panamá, como um ponto de consolidação de cargas.

Naturalmente, trata-se aqui de esfera de trabalho de vários setores do Governo brasileiro, mas, dada a importância de Singapura nesse contexto, gostaria de ouvir de V. Exa. os comentários sobre como podemos trabalhar com aquele País.

E ao nosso querido amigo, Embaixador Ary Quintella, indicado para a Malásia. A Malásia intitula-se um país multiétnico. No entanto, adota diversas medidas de ação afirmativa em favor dos malaios, ao mesmo tempo em que os integrantes dessa etnia são considerados muçulmanos natos e a fé islâmica irreversível. Com esses componentes rígidos aliados a outros elementos, como a existência de cortes islâmicas paralelas às cortes civis, como esse quadro se compõe com a diversidade e a relação da Malásia com os demais países de fé não islâmica?

A pauta de exportações brasileiras está concentrada em *commodities.* De um lado, o Brasil tem um potencial de aumentar as importações de produtos agropecuários utilizando o sistema de Certificação Halal, específico para países muçulmanos; e, de outro, poderia aproveitar a política de diversificação de fornecedores de material militar adotado pelo país. Como V. Exa. pretende abordar essa questão em benefício das exportações brasileiras?

Vou já também ler as perguntas que vieram do e-Cidadania e passo a palavra a cada um para os comentários.

Carlos Diego, do Rio de Janeiro, para Embaixadora Maria Laura: "Com a larga experiência que a senhora possui, é possível dizer que o Brasil hoje é um país mais integrado com o resto do mundo?".

Giovanni Jose, de lá da Paraíba: "Em quais aspectos as relações diplomáticas entre Brasil e Romênia se constituem benéficas? Existem acordos bilaterais entre ambos?".

Lucas, lá de Pernambuco: "Como a senhora vê a relação do Brasil com o resto do mundo nos campos comercial e de proteção ambiental?".

Luan Carlos, de Santa Catarina: "Quais acordos bilaterais poderiam ser realizados com a Romênia, que seria vantajoso para o Brasil?".

E o Claudio, do Rio de Janeiro: "Que ideia tem para aumentar a integração entre Brasil e Romênia na qualidade de cultura e economia?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a V. Exa.

Agora, à Embaixadora Eugenia. O Giovanni, lá da Paraíba: "Singapura figura como uma nação promissora na indústria bélica. Quais seriam os acordos com o Brasil pertinentes ao setor?".

De Carlos Diego, do Rio de Janeiro: "Quais os benefícios da ampliação dos laços entre o Brasil e Singapura?".

Bruno Camboim, do Paraná: "Como é formada a equipe de trabalho que a senhora vai encontrar na embaixada brasileira em Singapura?". Esse também foi ao cerne da questão.

Luiz Claudio, do Rio de Janeiro: "O fomento do turismo está na sua pauta?".

Agora, para o Embaixador Ary Quintella. "Quais serão, ou se já existem, fatores benéficos consistentes resultantes dos laços diplomáticos entre o Brasil e os países do Sudeste Asiático?".

Luiz Claudio, do Rio de Janeiro: "O aumento da exposição turística do Brasil junto à Malásia está entre os seus planos?".

O mesmo Bruno, lá do Paraná, com a mesma pergunta: "Como é formada a equipe de trabalho na embaixada brasileira?". Esse aí está querendo alguma coisa. (*Risos.*)

Carlos Diego: "Qual a importância de estreitar os laços do Brasil com esses países?".

Com a palavra a Embaixadora Maria Laura – eu peço que possa ser sucinta, pelo adiantado da hora –, posteriormente, a Embaixadora Eugenia e o Embaixador Ary Norton.

A SRA. MARIA LAURA DA ROCHA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sim, será fácil ser sucinta, sobretudo em função da sua primeira pergunta, que já me ajudará a responder as demais, é claro.

O trabalho que nós pretendemos realizar poderá e terá que ser bem facilitado pela reunião da comissão mista prevista no Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica que foi assinado em 2010 e que foi promulgado em 2016. Ele previa a criação dessa Comissão, que ainda não se reuniu, com as áreas de cooperação já identificadas – como eu disse, indústria metalúrgica, mineração, extração e refino de petróleo, indústria automotiva, manufatura de vagões ferroviários e manufatura de aeronaves e peças para aeronaves. E também buscaremos, durante a preparação para essa reunião, identificar, tanto no Brasil como na Romênia, os setores empresariais que já estão interessados e que poderão vir a participar dessa reunião e buscar sinergias nas áreas em que há excelências nos dois países – exploração de petróleo e gás natural, tecnologia da informação, que é essencial nos nossos dias, infraestrutura e venda de vagões e construção de fábricas no Brasil, ou construção de algum empreendimento com investimentos brasileiros na Romênia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aos interessados aqui, muito jovens, e acho muito bom que se interessem pelas relações internacionais: o Brasil, já há muito tempo, é muito bem integrado no mundo. Nós participamos de quase tudo o que acontece. Eu tive a chance de ser embaixadora na Unesco, junto com a Embaixadora Márcia, e na FAO, que são duas áreas importantes do mundo multilateral, e nada se fazia e nada se discutia sem a presença do Brasil. Nós somos uma referência, não só pelo nosso tamanho, mas porque somos inseridos em tudo o que acontece na área internacional.

Outros aspectos das relações diplomáticas entre Brasil e Romênia. Sim, como disse, há esse acordo que nos dá os instrumentos necessários para que possamos identificar as áreas para as quais temos que nos direcionar. Também no campo comercial e de proteção ambiental certamente.

"Acordos bilaterais poderiam ser realizados com romenos, seriam mais vantajosos?". Esses já são, no primeiro momento, suficientes; temos de explorá-los.

"Há ideia para aumentar a integração entre Brasil e Romênia na qualidade de cultura e economia?". Sim, porque a Romênia tem os olhos voltados para o Brasil, eles se interessam em aprender o português. A Embaixada promove cursos de cultura brasileira, português do Brasil e tem praticamente cem alunos voluntários de todas as áreas, por módulo, que participam disso. As universidades também têm interesse e, como mencionei, há iniciativas com a academia de letras da Romênia e Academia Brasileira de Letras. Então, eu acho que a área cultural é uma área... Acho que a área de cinema é importante também – estou olhando para a Secretária responsável no Itamaraty por essa área. O audiovisual é importante, o cinema é importante. A gente tem um trabalho bom a fazer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito obrigado, Embaixadora Maria Laura.

Com a palavra a Embaixadora Eugenia.

A SRA. EUGENIA BARTHELMESS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Com a sua permissão, se eu puder, antes de reagir às indagações e aos comentários dos Srs. Senadores, agradeço as referências generosas, as palavras generosas em relação aos meus colegas e a mim. Muito obrigada.

Queria agradecer, com particular emoção, a referência generosa que o Senador Flávio Arns fez aos meus pais, de quem o Senador era então jovem e brilhante colega na Universidade Federal do Paraná. Tive o privilégio de ser sua aluna. Isso se explica, Presidente, pelo fato de que o Senador começou muito jovem a carreira acadêmica.

Meus pais eram admiradores da sua estatura intelectual, Senador, e tinham pelo senhor grande carinho pessoal. Eu lhe agradeço particularmente a generosa e comovente referência. Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a sua autorização, Presidente, comento a notícia particularmente auspiciosa que trouxe o Senador Roberto Rocha a esta Comissão, no sentido de que o acordo para evitar a dupla tributação entre o Brasil e Singapura deverá ser votado muito proximamente no Plenário na Câmara. Essa é uma questão chave, como o Senador Antonio Anastasia destacou. Uma vez equacionada essa questão da dupla tributação, que é um pleito antigo dos setores privados dos dois países, como se abrirá uma, na expressão do Senador Antonio Anastasia, uma avenida de investimentos recíprocos, porque, se o volume de investimentos de Singapura aqui pode ser infindável, como disse o Senador Arns, o interesse ofensivo, digamos assim, do setor privado brasileiro lá não é menor. Abre-se uma grande avenida para o aprofundamento do comércio e o aumento do volume recíproco de investimentos.

O Senador Roberto Rocha mencionou a questão dos cassinos em Singapura. Essa questão mostra, de novo, uma capacidade da República de Singapura de definição de políticas públicas que alcançam um florescimento a curto prazo. Os cassinos, em Singapura, foram autorizados há muito pouco tempo; apenas a partir de 2006, o governo local permitiu que esse setor de negócios passasse a existir, no País. Desde então, desde 2006, há muito pouco tempo, esses cassinos, como indicou o Senador Roberto Rocha, já ultrapassaram o volume de faturamento dos cassinos de Las Vegas e perdem apenas ainda para a indústria de cassinos de Macau.

Ali, novamente, o Senador Esperidião Amin comentou, sempre nesse mesmo contexto, que há políticas públicas em Singapura definidas com um grau muito sofisticado de planejamento, de visão de longo prazo. O Senador, lembrando o Embaixador Roberto Campos, comentou que assim como o sucesso é resultado de passos deliberados, o fracasso muitas vezes também é, infelizmente, o resultado final de uma sequência de decisões mal planejadas, talvez.

Em Singapura, o que nós vemos é uma combinação virtuosa de um sistema educacional muito eficiente, uma preocupação com políticas redistributivas, uma preocupação com equilíbrio entre as diferentes etnias do país. E tudo isso associado a políticas econômicas de natureza liberal produziram os resultados positivos que nós todos conhecemos.

O Senador Arns, ao mencionar essas perspectivas, no fundo infindáveis, de aprofundamento de relações comerciais e de investimento, destacou a questão de que é preciso trabalho de fato; trabalho do Itamaraty, trabalho da Embaixada do Brasil em Singapura, trabalho do Governo brasileiro de perseguir o aprofundamento dessas relações. Senador, o esforço que vem sendo empreendido pelos Embaixadores que se têm sucedido em Singapura continuará a ser perseguido pelo Itamaraty, na busca de um relacionamento econômico e político cada vez mais baseado em regras claras, em confiança e em perspectivas otimistas.

O Senador Marcio Bittar, que para privilégio meu foi o meu Relator nesta Comissão, mencionou o aspecto pragmático de que se revestem, no fundo, as relações políticas e as relações comerciais na esfera global. E é isso mesmo. O que deve ser perseguido é, como mencionou o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, o interesse real do País. Qual é o interesse verdadeiro do Brasil? É uma prosperidade cada vez maior para o nosso povo, para o povo brasileiro. É sempre com essa meta em vista que o Itamaraty deve trabalhar, em um cenário que efetivamente é pautado por pragmatismo e por interesses muito materiais e muito reais.

O Senador Chico Rodrigues, que está chegando, chegou há poucas horas de Singapura... O que mostra, Senador, inclusive, não só o seu interesse pelos temas bilaterais, mas também uma admirável resistência física. O senhor foi a Singapura no dia 5 e o senhor já está de volta, sem aparentar o cansaço dessa viagem, uma viagem ao outro lado do Planeta, uma viagem terrível de ida e volta.

Já recebemos, Senador, o relato da Embaixada e o reconhecimento da Embaixada pelo interesse que o senhor manifestou e pelo sacrifício que o senhor fez dessa viagem tão fisicamente cansativa. O senhor visitou lá, Senador... Aqui entramos num aspecto da economia de Singapura que é particularmente fascinante, que é a indústria de produtos de defesa e as perspectivas que a natureza dessa indústria em Singapura abre de novo para o Brasil. O senhor visitou uma empresa de equipamentos de segurança cibernética e uma empresa, como o senhor descreveu, de equipamentos militares de combate baseados em alta tecnologia.

Essa empresa, ST Engenharia, é uma empresa de Singapura que tem uma filial no Brasil e que aposta em automação eletrônica de equipamentos de combate. É uma vertente muito atual, muito moderna de produtos de defesa. O fato de que existe filial no Brasil é notícia altamente positiva. O intercâmbio de interesses comerciais e tecnológicos nessa área não podia ser mais positivo do ponto de vista dos interesses do Governo brasileiro.

O nosso Presidente pediu um comentário tendo em vista o volume do comércio, o volume de investimento, as perspectivas que se abrem. O Presidente Nelsinho Trad comentou a necessidade de se estabelecer um plano estratégico de aprofundamento dessas relações e perguntou por onde se poderia, qual seria o caminho mais recomendado para uma integração cada vez maior de cadeias de valor, por onde nós poderíamos caminhar em relação a Singapura.

Um caminho que parece que se destacaria... São todos de pesos equivalentes talvez, Senador, mas o caminho da cooperação em matéria portuária talvez seja o mais natural, sem descartar interesses de alta tecnologia, por exemplo, em produtos de defesa ou a nossa exportação em volumes valiosíssimos, milhões e milhões de dólares de produtos nossos do agronegócio. Mas pareceria que a cooperação em temas de tecnologia portuária... Por resumir um pouco a natureza da relação de países tão distantes, mas que comerciam, que negociam e que operam no plano político cotidianamente, a avenida portuária poderia ser a mais emblemática talvez.

Senador, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Ary Norton de Murat Quintella.

O SR. ARY NORTON DE MURAT QUINTELLA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Anastasia tinha feito duas perguntas. Uma delas já respondi a ele, enquanto ele estava se despedindo – ele precisou sair. Quanto ao Sultão do Brunei, não sei se ele ainda é o homem mais rico do mundo, mas eu li recentemente que ele já não tem US$40 bilhões, mas apenas US$10 bilhões.

Sobre o Acordo Transpacífico, que foi outra pergunta que me dirigiu o Senador Anastasia, a Malásia tinha assinado o acordo, mas, depois da saída dos Estados Unidos, quando o acordo foi rediscutido, e, daí, os países assinaram, a Malásia foi um dos que assinaram, mas há sinais de que o novo Governo malásio não tenciona ratificar o acordo.

A explicação oficial do Governo é que o Governo anterior malásio, ao negociar o Acordo Transpacífico, fez excessivas concessões no campo da propriedade intelectual. Possivelmente, na prática, a saída dos Estados Unidos do Acordo Transpacífico tornou o acordo menos importante para a Malásia. Por quê? Porque todas as outras grandes economias que estão no acordo... A Malásia já tem acordos de livre comércio com esses países, ou bilateralmente, ou através da Asean. Então, com a saída dos Estados Unidos do acordo, aparentemente, ele se tornou menos interessante para a Malásia.

O Senador Nelsinho Trad e o Senador Chico Rodrigues me fizeram perguntas que vão na mesma linha, que eu vou tentar, então, resumir na minha resposta.

Este ano, Senador Chico Rodrigues, foi criado um comitê conjunto de comércio, que tem a intenção de estudar formas de eliminar barreiras ao comércio, como dinamizar o comércio bilateral, como facilitar o diálogo entre empresários dos dois países... Nós temos agora de marcar uma data para a primeira reunião desse comitê, que foi criado este ano.

Esse comitê foi criado em maio, quando veio a Brasília o Ministro de Comércio Internacional da Malásia, que é um Ministério extremamente importante na Malásia, e ele seria um pouco equivalente ao nosso Ministro Paulo Guedes. Foi uma visita extremamente bem-sucedida.

O Ministro Darell Leiking, quando veio a Brasília em maio, esteve inclusive com o Presidente Jair Bolsonaro. Participei da conversa que ele teve com o Presidente Jair Bolsonaro, e houve concordância de que há um campo para fazer crescer o comércio bilateral e que os instrumentos estão sendo criados para isso. Inclusive, naquela ocasião eu lembrei que o País propôs à Malásia a assinatura de um acordo de investimentos, nesse formato que o Brasil adota, de ACFI, e a Malásia está para responder a essa nossa proposta desse acordo, e eu mencionei que esse acordo seria um acordo que aumentaria os investimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os investimentos já não são poucos. A Malásia tem 3 bilhões investidos no Brasil, o Brasil tem aproximadamente 1 bilhão investido na Malásia, mas há claramente espaço para aumentar isso.

O Senador Nelsinho Trad me fez uma pergunta específica sobre como a Malásia se dá com outros países muçulmanos. A Malásia tem a preocupação de manter certa neutralidade quando há divergências entre outros países muçulmanos. Inclusive, quando houve dois anos atrás uma grande divergência de posições entre o Governo do Catar e alguns outros países do Oriente Médio, a Malásia fez questão de manter uma total neutralidade, de não se manifestar sobre essa divergência. A própria maioria muçulmana no país leva o Governo da Malásia a procurar ser neutro quando há divergências entre países muçulmanos.

É importante saber que a Malásia não reconhece o Estado de Israel. Os passaportes da Malásia dizem: "Este passaporte é válido em todos os países, menos em Israel", por uma necessidade, que o Governo da Malásia acredita existir, de não ferir suscetibilidades muçulmanas na etnia malaia.

Se o senhor me permitisse, Presidente, eu queria comentar aqui... Eu agradeço muito as ponderações, as questões colocadas por todos os Senadores, que mostram a importância desse exercício. Se a minha designação for aprovada pelo Senado Federal, essas ponderações que foram feitas, obviamente, vão orientar bastante o meu trabalho lá.

Eu queria agradecer, se eu pudesse fazer isso, particularmente ao Senador Flávio Arns pelas palavras que ele proferiu com relação ao Prof. Artur Barthelmess e à Profa. Heloísa Barthelmess e que tocaram muito fundo.

Das perguntas que foram feitas pelos membros do público, Sr. Presidente, considerando o horário, eu acho que muitas eu já respondi na minha exposição. Mas eu queria mencionar uma pergunta. Como sou paranaense por adoção, embora seja metade carioca e metade mineiro, eu queria responder especificamente à pergunta feita pelo Bruno Camboim, do Paraná: "Como é formada a equipe de trabalho na Embaixada brasileira?". Todo Embaixador sempre dirá que a sua Embaixada nunca tem o número suficiente de funcionários. É uma equipe relativamente pequena, mas eu acredito que a Embaixada vem fazendo um bom trabalho ao longo dos anos. Eu tenho a sorte... Se a minha designação for aprovada pelo Senado Federal, eu terei a sorte de "herdar", entre aspas, uma Embaixada que tem contado com excelentes Embaixadores, meus antecessores, e que vem fazendo um trabalho muito bom, inclusive no campo comercial, para desenvolver as relações comerciais e também políticas. É uma equipe relativamente pequena, mas que vem trabalhando muito bem. Eu acho que essa pergunta do Bruno Camboim é uma pergunta muito relevante para o trabalho do Itamaraty.

As outras perguntas acredito que eu já respondi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sudeste Asiático é uma área de grande dinamismo na economia mundial. Só por isso, já é uma área de interesse primordial para a diplomacia brasileira.

Com isso, Sr. Presidente, eu acredito ter respondido a todas as indagações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que, neste instante, proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É bom vocês irem treinando, porque virão outras sabatinas mais suspensas.

Se demorar esse tempo todo numa que está para vir aí, imagina só o que será disto aqui... (*Risos.*)

Perfeitamente.

Comunico o resultado das votações das indicações nesta Comissão.

Sra. Embaixadora Maria Laura da Rocha, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil na Romênia, com 11 votos SIM, nenhum NÃO e nenhuma abstenção.

Sra. Embaixadora Eugenia Barthelmess, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Singapura: 11 votos SIM, nenhum NÃO e nenhuma abstenção.

Sr. Embaixador Ary Norton de Murat Quintella, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à Malásia e, cumulativamente, junto ao Estado do Brunei: 11 votos SIM, nenhum NÃO, nenhuma abstenção.

Gostaria de agradecer a presença dos indicados. Manifesto meus cumprimentos desejando-lhes êxito nas honrosas missões com uma salva de palmas de todos os presentes. (*Palmas.*)

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 34ª Reunião da Comissão, realizada em 4 de julho, bem como da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, convido todos os presentes Senadores e os Embaixadores aprovados a fazer a foto oficial.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às doze horas e trinta e seis minutos do dia oito de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Romário, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Juíza Selma e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2519, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 60, de 2012 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório pela rejeição da matéria. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Resolução do Senado n° 9, de 2019 - Não Terminativo - que: "Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado n° 44, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil – Israel." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Resolução do Senado n° 51, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 52, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, informar-se inteiramente sobre tentativa de favorecimento ilegal a uma empresa brasileira que atua na área de energia, a Leros, à qual fora prometida a venda de energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil a preços e condições imbatíveis, gerando grande sensibilidade política, no contexto das relações bilaterais Brasil/Paraguai. Ao mesmo tempo, fazer gestões junto ao Senado do Paraguai, no sentido de distender o clima de apreensão e desconfiança criado por negociações sigilosas e malconduzidas." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 42ª Reunião, 8 de agosto de 2019, quinta-feira.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Dos itens que estão em pauta, apenas o item 2, em função da presença do Relator, Senador Chico Rodrigues, será apreciado.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 60, DE 2012

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Relatoria: Senador Chico Rodrigues.

Relatório: Pela rejeição.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para ler apenas a síntese do relatório mencionado. (*Pausa.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Entretanto, durante o trâmite legislativo do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 60, de 2012, foi aprovada a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

Por óbvio, o tratado de cooperação em matéria de defesa em questão, quando foi negociado, não se ateve aos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI), em especial o já destacado art. 6º do Acordo. Desse modo, houve a aprovação nesta Comissão, com amparo no art. 335, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, do sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 60, de 2012, a fim de que o Presidente do Supremo Tribunal Federal oficiasse à Presidência da República sobre a necessidade de adequar o referido Acordo à LAI.

A LAI conflita com o mencionado acordo, entre outras questões, por ter suprimido o grau de sigilo confidencial dos documentos, enquanto o texto internacional o prevê expressamente no seu art. 6º, §2º, alínea "d". Desse modo, essa equivalência não existirá mais quanto ao grau confidencial, pois o Brasil não produzirá mais esse tipo de classificação de documento.

Ao mesmo tempo, os tratados devem relevar certas normas da LAI, como a disposição geral ínsita no seu art. 21 e parágrafo único, sobre tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. De acordo com esse dispositivo, igualmente não pode ser objeto de restrição de acesso as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas.

Além disso, as disposições existentes no tratado sobre informações sigilosas são consideradas como provisórias, gerando incertezas. Dispõe o art. 6º, §1º, que a "proteção da informação classificada que venha a ser intercambiada ou gerada no âmbito deste Acordo será regulada entre as Partes por meio de um acordo para a proteção da informação sigilosa". Portanto, o tratado não é autossuficiente e claro. Com esses termos podemos concluir que o Acordo em questão é um guarda-chuva para acordos futuros, gerando incertezas em relação à segurança da informação classificada.

Nesses termos, Sr. Presidente, diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 60, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o relatório do Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do nobre Senador Chico Rodrigues.

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil – Israel.

Autoria: Senador Roberto Rocha (PSDB/MA) e outros.

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1) Constou da pauta em 04/07/2019 e 11/07/2019

2) A matéria vai à Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, Relator *ad hoc,* para proferir a leitura do relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 44, de autoria dos Senadores Roberto Rocha e Chico Rodrigues, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Israel.

A proposição foi apresentada em 10 de maio de 2019 e foi designada para tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Mesa Diretora.

Nesta Comissão, foi distribuída à Senadora Mara Gabrilli, em substituição à qual orgulhosamente faço o relatório *ad hoc*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise, Sr. Presidente, é como a de todos os grupos parlamentares – eu me orgulho até de estar fazendo esta leitura, por ser judeu –, então prefiro ir direto ao voto, por economia processual.

Voto.

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 44, de 2019, para a criação do Grupo Brasil-Israel.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consta um requerimento extrapauta, de autoria do Senador Jaques Wagner, o Requerimento nº 52 de 2019.

Consulto os Senadores se podemos incluí-lo para apreciação como item extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está incluso.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 52, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, informar-se inteiramente sobre tentativa de favorecimento ilegal a uma empresa brasileira que atua na área de energia, a Leros, à qual fora prometida a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venda de energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil a preços e condições imbatíveis, gerando grande sensibilidade política, no contexto das relações bilaterais Brasil/Paraguai. Ao mesmo tempo, fazer gestões junto ao Senado do Paraguai, no sentido de distender o clima de apreensão e desconfiança criado por negociações sigilosas e malconduzidas.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para fazer a leitura e a justificação do seu requerimento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de três membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 60 dias, informar-se inteiramente sobre o acordo firmado, dito acordo secreto, entre o Brasil e o Paraguai sobre a questão do preço da tarifa da energia elétrica comprada.

Esse é um assunto antigo na relação Brasil/Paraguai. Veio à imprensa e criou um constrangimento. E a minha justificação é exatamente pelo fato de que esta Comissão não pode deixar de dedicar pelo menos os olhos de três Senadores ou Senadoras escolhidos pela Comissão, ou eventualmente por V. Exa., no sentido de acompanhar o esclarecimento sobre o tema, que acabou suscitando, e pode deixar mais ainda, rescaldos negativos. Então, acho que a Casa, este Senado Federal, tem por obrigação acompanhar mais de perto. Nesse sentido, é a propositura do requerimento de uma subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o requerimento.

Inscrito, pela ordem, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, eu gostaria aqui de me alinhar a essa preocupação do Senador Jaques Wagner pela importância estratégica que tem aquela gigantesca obra de interesse dos dois países. Obviamente, tendo ficado uma certa cortina de fumaça entre as decisões que foram tomadas e o que vem sendo discutido e noticiado pela imprensa, nós entendemos que a preocupação do Senador Jaques Wagner é absolutamente oportuna e é necessária.

Portanto, tenho certeza de que esta Comissão, sob a Presidência de V. Exa., com a capacidade de aglutinação e compreensão macro que tem da sua institucionalidade, vai fazer com que esta Comissão seja instalada e, ao mesmo tempo, possa render os frutos das informações de que o País precisa ter conhecimento. Então, essa questão de secreta... Enfim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica uma certa, como já disse, cortina de fumaça, e nós temos, na verdade, que apresentar à população brasileira todas as informações, como se fosse uma janela sem vidros: de forma clara, objetiva e, acima de tudo, de interesse não apenas do Brasil, mas também do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas um comentário.

Quero parabenizar o Senador Jaques Wagner pela iniciativa. Realmente é um assunto que precisa ser colocado na total transparência. Na próxima reunião nós já anunciaremos os integrantes da Comissão. Entendo que, pela proposição feita pelo nobre Senador, tem vaga cativa, e nós vamos procurar ver os outros Senadores que se interessam por esse assunto para compor a Comissão como titulares e suplentes.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento extrapauta.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 12 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e três minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Jaques Wagner, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Oriovisto Guimarães, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Humberto Costa, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. A presença do Senador Romário não foi computada devido a um erro do sistema. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 32, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia do Norte." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 35, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Hungria." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/14

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 43ª Reunião, dia 14 de agosto de 2019, quarta-feira às 9 horas.

Abertura.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 43ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Apenas um comunicado.

Prazo de indicação de membros para a composição da Subcomissão Temporária criada pela aprovação do Requerimento 52, de 2019, de autoria do Senador Jaques Wagner, requerimento esse para acompanhar a crise na Itaipu, que culminou com uma crise política lá no Paraguai.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que tiverem interesse em participar da referida Subcomissão deverão se manifestar junto à Secretaria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por *e-mail* ou ofício até as 18 horas do dia 20 de agosto do corrente ano, próxima terça-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 32, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia do Norte.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Mecias de Jesus.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 02/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 35, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Hungria.

Autoria: Presidência da República e outros.

Relatoria: Senador Marcio Bittar.

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - Em 17/07/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido neste instante para que tomem assento à mesa a Sra. Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis e o Sr. Embaixador José Luiz Machado e Costa, aos quais damos as nossas boas-vindas. (*Pausa.*)

Informo aos diletos sabatinados que, caso seja necessária a exposição de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão a qualquer momento, se assim desejarem, solicitar que a reunião seja transformada em secreta, de acordo com o nosso Regimento Interno.

Neste instante, concedo a palavra à Sra. Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia do Norte.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, meu muito bom-dia.

Eu gostaria de cumprimentar muito especialmente o nosso caro Senador Mecias de Jesus, que muito me honra ao atuar como Relator desta sabatina.

Cumprimento também muito atenciosamente o Senador Antonio Anastasia. Senador, estou informada de que o senhor é um grande conhecedor da região dos Balcãs, da história balcânica, e isso, esteja seguro, eleva em muito as minhas responsabilidades diante desta Comissão.

Cumprimento também meus colegas do Itamaraty aqui presentes e peço-lhes que me permitam uma palavra especial de agradecimento à Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, atual Embaixadora na Bulgária, uma brilhante Diplomata. Graças ao trabalho dela, de sua equipe e de seus antecessores, em grande medida, foi possível a minha preparação para esta sabatina.

De modo que é para mim motivo de imensa satisfação estar de volta a esta Casa, desta vez para tratar de um país que tem uma longa e rica história, país que começa a se formar no século sétimo, quando a tribo dos búlgaros se instala na região balcânica, no que era antes a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antiga Trácia. Lá se funde com as populações eslavas que também se expandiam naquele lugar e, já no século IX, a Bulgária tem consolidado naquela região o seu primeiro império, mantendo os seus atributos búlgaros, a sua origem búlgara.

Nesse mesmo século IX, a Bulgária se converte ao cristianismo e adota o alfabeto cirílico. Aliás, é importante notar que o alfabeto cirílico é uma criação de dois monges búlgaros, os irmãos Cirilo e Metódio, que criaram esse alfabeto para associar o grego a línguas eslavas, objetivando uma melhor e mais eficiente divulgação do cristianismo. A Bulgária tem muito orgulho desse alfabeto, que é utilizado por cerca de 300 milhões pessoas na Rússia, passando por toda a Asia Central até a Mongólia, enfim, nos países da região balcânica, e dedica a esse alfabeto um feriado nacional, o dia 24 de março, o dia do alfabeto cirílico.

Bom, entre o século IX e o século XIII, a Bulgária tem o seu território ora expandido, ora diminuído, dependendo do resultado de suas lutas contra o Império Bizantino. Isso se estende até o século XIV, quando se iniciam os cinco séculos de domínio otomano sobre a Bulgária.

Em 1878 apenas a Bulgária retoma uma certa autonomia como resultado da guerra entre a Turquia e a Rússia e se estabelece como um principado. Em 1908, em decorrência do contínuo enfraquecimento do Império Otomano, a Bulgária declara a sua independência, reafirma a sua monarquia, une-se à Liga Balcânica com a Sérvia e a Grécia.

Entre os anos de 1912 e 1913, a Bulgária sai perdedora das Guerras Balcânicas, tem o seu território reduzido, mantendo apenas um pequeno acesso ao Mar Egeu, acesso esse que ela vai perder ao sair perdedora também da Primeira Guerra. Na Segunda Guerra, é ocupada pela Alemanha, sai perdedora e, em 1946, entra na esfera de domínio soviético. Torna-se uma República Popular com a abolição da monarquia e a implantação de partido único. A Bulgária passa a integrar o Comecon – conselho econômico soviético – e faz parte do Pacto de Varsóvia, a aliança militar soviética.

Na década de 90, com a dissolução da União Soviética, a Bulgária passa a aproximar-se das estruturas euro-atlânticas. Adota uma nova Constituição em 1991, incorporando a economia de mercado. Filia-se à OMC em 1996, e adere à Otan em 2004, e à União Europeia, em 2007. O país passa a ser uma República parlamentar com o Parlamento unicameral e com pluralidade partidária.

O atual Presidente do país, Rumen Radev, foi eleito em 2017 pelo Partido Socialista, e o primeiro...

Bom dia, Senador. Satisfação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com a autorização da nossa ilustre Embaixadora, eu queria lhe pedir autorização para uma brevíssima interrupção por um motivo de absoluta força maior – e bela força maior.

Nós estamos recebendo a visita hoje do Prefeito de Blumenau, acompanhado da Rainha, que eu não sei se se chama Kátia; da 1ª Princesa, que eu acho que se chama Estela; e de mais uma mediadora.

A senhora concorda com uma pequena interrupção, só para fazer uma fotografia?

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS (*Fora do microfone.*) – Com muito prazer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Oktoberfest, que é a marca, o registro da resistência de Blumenau, depois das enchentes catastróficas de 1983, transformou a dor na celebração da identidade da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a gentileza que lhe é peculiar, a Embaixadora suspende, por alguns minutos, a sua explanação para que V. Exa. possa fazer a apresentação da nobre visita que estamos recebendo na nossa Comissão.

Deixo aqui o convite, já dito por V. Exa., para que todos nós possamos ir à Oktoberfest.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Tenho certeza de que o nosso Presidente... (*Pausa.*)

A SRA. CAMILA KREUZ – Bom-dia a todos.

Somos a realeza da 36ª Oktoberfest de Blumenau, Santa Catarina. Estamos muito felizes em estar aqui e, desde já, fazemos o convite para todos prestigiarem a nossa Oktoberfest, que acontece do dia 9 ao dia 27 de outubro.

Esperamos todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Mais uma vez agradeço à Embaixadora Maria Edileuza, que cedeu um espaço do seu tempo, a pedido do Senador Esperidião Amin, para que nós conhecêssemos a realeza da festa de outubro que acontece em Blumenau, a Oktoberfest.

Eu já tive oportunidade – quero dar aqui o testemunho – de ir a uma festa desta. Realmente é algo que vale a pena conhecer, mas sugiro que levem um motorista que possa conduzir o regresso, porque não há como você ir lá e não tomar chope. Então, fica aí o registro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Esperidião Amin.

Devolvo a palavra à nossa querida Embaixadora Maria Edileuza.

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de agradecer ao Senador Esperidião Amin. Graças a eles, o Embaixador José Luiz e eu podemos nos orgulhar de termos tido a mais bela sabatina nesta Comissão. Muitíssimo obrigada!

Dando continuidade, eu gostaria de dizer que a Bulgária tem um território relativamente pequeno, 111 mil quilômetros, pouco menor do que o Estado do Amapá, e uma população de 7 milhões de habitantes. Tem fronteiras ao sul com a Turquia e a Grécia, ao norte o Danúbio separa a Bulgária da Romênia, Sérvia e Macedônia estão a oeste, e o Mar Negro, ao leste.

O PIB do país é de cerca de US$64 bilhões. A economia búlgara foi severamente afetada pela crise econômica de 2008/2009: somente em 2009 o país teve um declínio em sua economia da ordem de 5,5%. Mas, desde então, a Bulgária vem apresentando uma recuperação econômica sustentável, sólida, com taxas de crescimento da ordem de 3%. Segundo o FMI, para este ano, o crescimento deve ser da ordem de 3,3% e, para o ano que vem, de 3,5%.

Os principais setores da sua economia são o setor industrial, que responde por 28% do PIB, o que inclui mineração, manufaturas, produção de energia, construção civil. O setor de serviços é responsável por 67% do PIB, inclui transportes, comunicações, tecnologia da informação, finanças e turismo.

Aqui é interessante nós notarmos que o setor de turismo na Bulgária é muito desenvolvido. Para se ter uma ideia da importância desse setor: o país tem uma população de 7 milhões de habitantes e, somente em 2018, recebeu 8 milhões de turistas. De modo que é um setor realmente bastante expressivo.

Os principais parceiros comerciais da Bulgária são, naturalmente, a União Europeia, com quem o país tem cerca de 70% da sua corrente comercial. Outros parceiros importantes são os Estados Unidos, que, por força da parceria no âmbito da Otan, têm quatro bases na Bulgária. A Bulgária acaba de comprar, dos Estados Unidos, oito caças F-16 para a modernização das suas forças.

A Rússia é um país extremamente importante, ainda, para a Bulgária, na medida, inclusive, em que a Bulgária importa da Rússia a totalidade do gás que consome. Outras fontes de energia do país são a energia nuclear e a energia hidrelétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Turquia é outro importantíssimo parceiro para a Bulgária, inclusive no contexto da construção do gasoduto Turkish Stream, que traz o gás da Rússia, pelo Mar Negro, até a Turquia. De lá se expande até a Bulgária e, da Bulgária, para outros países da União Europeia.

A China, naturalmente, aumenta, amplia a sua presença também na Bulgária. A Great Wall Motors está instalada no país, produz automóveis para a União Europeia e outros veículos e também tem investimentos na modernização do porto de Varna.

Assim, vemos que as principais prioridades da Bulgária são o aprofundamento da sua relação com a União Europeia. Nesse contexto é de seu interesse o ingresso no espaço Schengen e na Zona Euro. Outra prioridade importante é o seu ingresso na OCDE. O país já está bastante avançado nessa direção, sendo previsto o seu ingresso na OCDE dentro de cerca de um ano.

É muito natural que a vizinhança da Bulgária seja uma área de sua grande atenção. A Bulgária vem desenvolvendo uma posição, um grande protagonismo, como uma espécie de liderança regional. Quando o país exerceu, pela primeira vez em sua história, a presidência do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2018, uma das suas prioridades foi a organização de uma cúpula União Europeia - Balcãs Ocidentais, reunindo os países da região interessados em juntarem-se, em aderirem à União Europeia, que são Sérvia, Montenegro, Kosovo, Bósnia, Albânia e Macedônia do Norte.

No que diz respeito às relações bilaterais, nós reconhecemos a independência da Bulgária ainda em 1918, portanto ainda antes do final do Império Otomano. Estabelecemos relações diplomáticas em 1961, e Brasil e Bulgária têm missões diplomáticas, respectivamente, em Sófia e em Brasília.

Se no passado as relações foram mais retraídas, inclusive em função das circunstâncias da Guerra Fria, a nossa embaixada em Sófia sempre foi um importante posto de observação política da região, como foi o caso, por exemplo, durante a Guerra da Iugoslávia. Hoje nós temos um diálogo bastante fluido e, nesse contexto, eu destacaria o apoio recíproco em candidaturas para organismos internacionais. Eu mesma tive a satisfação, na minha qualidade atual de Vice-Presidente do Comitê do Patrimônio Mundial e de Presidente do Conselho Executivo da Unesco, de emprestar à Bulgária importante apoio em temas de seu interesse, tanto no que diz respeito aos seus parques, a seus sítios do patrimônio mundial, quanto a temas da agenda da Unesco.

A partir da década de 2000, as relações entre Brasil e Bulgária passaram a ganhar um pouco de intensidade. Em 2005, nós tivemos a primeira visita ao Brasil de um presidente búlgaro, o Presidente Parvanov. Em 2011, houve uma importante visita da Presidente do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à Bulgária, ocasião em que a visita incluiu uma importante delegação empresarial integrada por representantes da Embrapa, Embraer, CNI, e, naquela ocasião, assinamos um acordo de cooperação econômica, acordo esse que veio a entrar em vigor apenas em 2016.

Em 2016 também, visitou o Brasil o Presidente Plevneliev, e, por ocasião de sua visita, foi firmado um acordo de previdência social e um memorando de entendimentos entre o CNPq e o Ministério da Educação e Ciências da Bulgária, que prevê o intercâmbio de pesquisadores, cientistas e estudantes. Mais recentemente, no início deste ano, o nosso atual Chanceler encontrou-se com a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária em reunião em Varsóvia, à margem de reunião em Varsóvia sobre o Oriente Médio, e, naquela ocasião, novamente passaram em revista as relações bilaterais, em que discutiram o ingresso conjunto do Brasil e da Bulgária na OCDE, e prometeu uma visita à Bulgária em breve.

Temos alguns acordos em negociação com a Bulgária, entre eles um tratado de assistência jurídica, um memorando de cooperação educacional, um acordo relativo ao trabalho de dependentes de diplomatas, e há um grande interesse por parte da Bulgária de concluir com o Brasil um memorando de entendimento para o estabelecimento de um mecanismo regular de consultas políticas. À Bulgária interessa muito a interlocução e a discussão com o Brasil sobre temas não só bilaterais, mas também sobre a nossa região e sobre os principais temas da agenda internacional.

A Bulgária tem apenas quatro embaixadas, uma na nossa região, Brasília, Buenos Aires, México e Cuba, de modo que, para eles, a interlocução política regular e permanente com um país com a capilaridade internacional do Brasil é extremamente importante.

O nosso comércio bilateral é pequeno, eu diria, à luz do potencial que ainda temos. Em 2018, ele foi da ordem de US$406 milhões, mas é um comércio amplamente favorável ao Brasil.

Em 2018, tivemos um superávit de US$344 milhões. Mas os nossos produtos de exportação seguem mais ou menos o padrão das nossas exportações para os demais países da União Europeia, com uma forte concentração de produtos de base. Exportamos minério de cobre, café, fumo. A exceção a isso são alguns aviões da Embraer. A Bulgaria Air tem quatro aviões e tem um contrato de fornecimento de nove aviões, e é possível que outros venham a ser, em breve, entregues, o que acaba sendo responsável pela grande elevação que as cifras da corrente comercial com a Bulgária têm de tempos em temos.

Nós importamos da Bulgária muito pouco, importamos cerca de US$6 milhões, essencialmente adubos, fertilizantes, produtos para a alimentação animal, mas há amplo espaço para que nós ampliemos esse comércio. Nesse contexto, é muito importante para nós –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pretendo me concentrar nisso, caso venha a merecer a aprovação de V. Exas. – a instalação de uma Comissão Econômica Intergovernamental, que foi prevista no Acordo de Cooperação Econômica assinado com a Bulgária ainda em 2011.

Há também grande espaço a ser explorado nessa relação no que diz respeito a investimentos. Há investimentos da Bulgária no Brasil na área de produtos veterinários, no Rio Grande do Sul. Recentemente, soube do interesse também da Bulgária de fazer novos investimentos aqui no campo de energias renováveis. E acredito que empresas brasileiras, sobretudo as de pequeno e médio porte, têm condições amplamente favoráveis para se instalarem na Bulgária e, a partir de lá, produzirem e exportarem para toda a União Europeia.

O país é extremamente atraente para o investidor estrangeiro. Ele tem uma carga tributária bastante baixa, da ordem de 10%, que, dependendo do setor, pode ser até menor – setores onde há mais desemprego, setores que o Governo quer estimular podem ter carga tributária ainda mais reduzida –, além de ter uma moeda bastante estável, atrelada ao Euro, inflação sob controle, mão de obra barata, sobretudo em relação a outros países da União Europeia, e mão de obra muito bem qualificada.

Entre setores promissores para investimentos, eu identificaria as áreas de produção de equipamentos, bioquímica, engenharia elétrica, biomassa, agricultura e processamento de alimentos.

A nossa Embaixada em Sófia é muito ativa, especialmente sob o comando da Embaixadora Sampaio Fernandes, na promoção cultural do Brasil. Caso eu venha a merecer a aprovação de V. Exas., pretendo dar continuidade ao extraordinário trabalho que vem sendo conduzido por nossos colegas no que diz respeito à promoção de semanas do cinema brasileiro, à organização de exposições, à tradução de obras literárias para o idioma búlgaro, à organização de feiras no setor de turismo. Enfim, pretendo dar continuidade a essa agenda que também inclui... Eu chamaria a atenção para o fato de que a Bulgária tem uma forte tradição em música erudita, em balé clássico, que deve merecer a nossa atenção.

Também tenciono dar continuidade à intermediação da colaboração, que já vem sendo prestada pelo Brasil à Bulgária há alguns anos, no que diz respeito ao apoio às missões da Bulgária/Antártica. A Bulgária tem uma base na ilha de Livingston, e a Força Aérea brasileira apoia o transporte da Bulgária até essa sua base.

Eu chamaria a atenção para o fato de que nós temos um Grupo Parlamentar da Amizade, que foi instalado ainda em 2009, mas que está inativo. A reativação desse Grupo Parlamentar seria muito importante, especialmente neste momento em que nós teremos a aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislativa do Acordo Mercosul/União Europeia, lembrando, inclusive, que a Bulgária tem 17 eurodeputados no Parlamento Europeu.

Sobre a República da Macedônia do Norte, com a sua permissão, Sr. Presidente, eu gostaria de observar que este é um momento extremamente interessante, um momento em que o país está diante de um círculo virtuoso da sua história. O país, como se sabe, ficou independente em 1991 e, em 1993, já por ocasião do seu ingresso na ONU, passou a enfrentar severas restrições por parte da Grécia no que diz respeito ao nome. O país entrou na Organização das Nações Unidas com o nome de antiga República Iugoslava da Macedônia, que era o nome que tinha durante o tempo em que integrou a Iugoslávia. Essa oposição da Grécia à adoção desse nome, que evocava elementos da cultura e símbolos da cultura grega, foi objeto de forte oposição da Grécia ao ingresso da Macedônia do Norte na União Europeia e na Otan, mas, em 2018, foi celebrado um acordo entre os dois países pelo qual a Macedônia do Norte aceita chamar-se Macedônia do Norte, isso em grandes linhas, e a Grécia compromete-se a apoiar o ingresso da Macedônia do Norte na Otan e na União Europeia.

Desse modo, este é um momento bastante interessante para nós acompanharmos esses novos desdobramentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – ... na história do país, um país que muito se beneficiará do seu ingresso na União Europeia, já que hoje tem um elevado nível de desemprego, da ordem de 22%, e tem um PIB pequeno, da ordem de US$12 bilhões.

No contexto das nossas relações, eu acho que é muito importante destacarmos que a Macedônia do Norte abriu, em Brasília, a sua única missão diplomática em toda a região da América Latina. É um país pequeno, com dois milhões de habitantes, do tamanho do Estado de Sergipe, que dá ao Brasil... Faz esse esforço de aqui se instalar para, a partir daqui, acompanhar toda a região da América Latina e do Caribe.

A instalação dessa embaixada justificou a vinda ao Brasil do Presidente...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – ... da Macedônia do Norte justamente para a inauguração da embaixada.

Há um grande interesse deles também em atrair investimento brasileiro, especialmente para o desenvolvimento do seu setor de carnes, incluindo processamento e embalagens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores, Sr. Presidente, com essas observações, eu me coloco à disposição dos senhores para aprofundar qualquer aspecto da relação do Brasil com esses dois países que eu não tenha abordado com exaustão nesta exposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras da Embaixadora Maria Edileuza.

Reafirmo a quem nos está assistindo através da TV Senado que quem quiser participar poderá enviar sua pergunta pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Já temos cinco perguntas para a Embaixadora Maria Edileuza e seis perguntas para o Embaixador José Luiz.

A participação popular sempre é muito bem-vinda.

Pela ordem, o Senador Marcio Bittar, Relator do projeto referente ao Embaixador José Luiz Machado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria sugerir que o Presidente abrisse a votação. Hoje, quarta-feira, é um dia absolutamente conturbado para todos nós, cheio de compromissos.

Eu gostaria também de poder votar e ler o meu relatório, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu apenas lembro a V. Exa. que, de acordo com a praxe da reunião, caso algum Senador solicite a abertura do processo antes do final das arguições, essa deverá ser submetida ao Plenário.

Indago aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras se podemos abrir o processo de votação das Mensagens 32 e 35.

Aquele que já tiver o seu juízo formado poderá se dirigir à cabine e proceder à sua votação.

Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aberto o processo de votação para aquele que se sentir apto a assim fazê-lo.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Solicito ao Senador Messias de Jesus que possa ocupar a Presidência.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador José Luiz.

Eu vou atender a imprensa na sala ao lado.

Com a palavra o Embaixador José Luiz Machado e Costa, designado para o cargo na Hungria.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Eu queria, em primeiro lugar, agradecer a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por meio do seu Presidente, Senador Nelsinho Trad, a honra de poder expor aos Srs. Senadores o trabalho que eu pretendo desenvolver à frente da Embaixada do Brasil na Hungria, caso minha indicação mereça a aprovação desta Comissão e também do Plenário do Senado Federal.

Eu queria também agradecer ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado a minha indicação e ao meu Relator, Senador Marcio Bittar, assim como ao Srs. Senadores membros desta Comissão aqui presentes.

A Hungria é uma república parlamentar situada na Europa Central, com área equivalente ao Estado de Santa Catarina. A população é de cerca de dez milhões. É considerado pelas Nações Unidas como um país de alto grau de desenvolvimento humano e tem apresentado, nos últimos anos, índices muito altos de crescimento – no ano passado, o crescimento foi de 4,8% ao ano, o maior da União Europeia. Tem um PIB de US$140 milhões e um PIB *per capita* de US$16 mil anuais.

Por sua situação geográfica, que muitos autores consideram estar numa encruzilhada de civilizações entre o leste e o oeste, a Hungria experimentou, na sua história tumultuada, uma série de eventos que definem a sua atual circunstância. Ela foi ocupada por romanos, transformou-se num reino cristão no ano 1000, foi devastada pelos hunos em 1200, foi parte do Império Otomano por mais de 200 anos, passou ao controle da Casa de Habsburgos, vindo a conformar, três séculos depois, juntamente com a Áustria, uma monarquia dual, o Império

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Austro-Húngaro, que sofreu a derrota na Primeira Guerra Mundial, quando a Hungria, pelo Tratado de Trianon, de 1920, teve que ceder dois terços do seu território e a metade da sua população.

A Hungria aderiu aos países do Eixo na Segunda Guerra Mundial e, uma vez terminado o conflito, integrou o Bloco Soviético. Em 1956, ela se rebelou contra a dominação soviética, o que foi conhecido como o Levante Húngaro, que foi duramente reprimido. Após a queda do regime comunista, a Hungria passa de uma economia planificada para uma economia baseada no livre mercado. Ingressa na OCDE em 1996 e, na OTAN, em 1999. Em 2004, ingressa na União Europeia, assim como no Espaço Schengen, mantendo a sua moeda.

A Hungria superou o passado sombrio do período socialista, e hoje Budapeste é uma capital vibrante e um grande polo turístico na Europa.

Em conjunto com a Polônia, com a República Tcheca e com a Eslováquia, a Hungria participa do chamado Grupo de Visegrado ou V4, formado em 1991 para facilitar a integração desses países à comunidade da União Europeia. Antes fragmentado, o V4 passou a ser uma plataforma de tendências da política regional e funciona como uma caixa de ressonância da orientação conservadora da Hungria atual, que, nos últimos anos, fortaleceu muito as suas credenciais como um ator de grande visibilidade no cenário europeu.

No sistema político húngaro, o Presidente da República é eleito pela Assembleia Nacional com dois terços dos votos a cada cinco anos. O atual Presidente, János Áder, assumiu em maio de 2012 e foi reeleito em 2017. É o Comandante em Chefe das Forças Armadas, e a ele cabe a nomeação formal do Primeiro-Ministro, normalmente o Líder do partido no Parlamento com o maior número de cadeiras. O atual Ministro Viktor Orbán foi eleito com uma margem ampla, em 2018, para o seu quarto mandato, o terceiro consecutivo, e é o Líder do Partido Fidesz, que ele ajudou a construir e que hoje detém 133 de 199 assentos no Parlamento, o que lhe dá ampla maioria.

Valendo-se dessa vantagem no Parlamento, o Ministro Viktor Orbán promoveu, em 2012, modificações na Constituição, modificações profundas de ordem jurídica e institucional no país, movimento que foi alvo da atenção internacional e de moções na União Europeia. Em setembro de 2018, o Parlamento Europeu votou pela adoção de procedimento previsto no art. 7º do Tratado Comunitário, relativo ao Estado de direito, moção de censura que poderá levar a sanções contra o Governo húngaro.

No plano externo, à parte do aprofundamento das relações com a União Europeia, a Hungria tem na Rússia um parceiro importante, com quem mantém relações pragmáticas, a fim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de assegurar o fornecimento de gás e dar continuidade aos processos de geração de energia. A mesma situação se dá em relação com a Turquia.

O país tem procurado se aproximar da China, também em base de interesses econômicos comerciais, e, com os Estados Unidos, houve uma reaproximação recente, depois de um período de distanciamento no Governo Obama, havendo o Secretário de Estado Mike Pompeo visitado o seu homólogo, o Chanceler Szijjártó, em fevereiro deste ano. No mesmo sentido, houve com Israel um gesto de aproximação em 2017, quando Benjamin Netanyahu visitou Budapeste; foi a primeira visita de um Chanceler, de um Primeiro-Ministro israelense a Budapeste. Os dois países, desde então, têm mantido afinidades de posições nos fóruns internacionais.

Em relação ao plano bilateral, o Brasil e a Hungria estabeleceram relações diplomáticas em 1927, interrompidas na Segunda Guerra Mundial e restabelecidas em 1961. Em 1962, abrimos uma legação em Budapeste que, em 1974, foi elevada à categoria de embaixada. Hoje, os dois países, Brasil e Hungria, vivem um momento que eu considero altamente auspicioso do relacionamento bilateral, e o marco inicial desse novo contexto foi a visita do Primeiro-Ministro, Viktor Orbán, a Brasília para a posse presidencial, ocasião em que se encontrou com o Presidente Bolsonaro.

Em março último, em seguimento a esse encontro, o *Diário Oficial* húngaro publicou resolução assinada pelo Primeiro-Ministro que dispõe sobre o que denominou refundação das relações bilaterais do Brasil com a Hungria. Nesse documento, o Primeiro-Ministro instruiu diversos ministérios e áreas do seu Governo a desenvolverem iniciativas concretas com o Brasil, com ênfase no plano econômico e comercial, científico e tecnológico e de educação.

Outra decorrência imediata dessa maior aproximação foi a visita, em maio último, do Chanceler Ernesto Araújo a Budapeste, a primeira de um Chanceler brasileiro à Hungria nos 92 anos de relação bilateral. Durante a visita, foi acordada a elevação de nível da Comissão Econômica Mista Bilateral, cuja próxima reunião ocorrerá aqui em Brasília, em outubro próximo.

A Comissão Mista Bilateral, agora de nível ministerial, é o fórum, por excelência, para se promover o relançamento dessas relações Brasil-Hungria em áreas como Tecnologia da Informação; comunicações; cooperação aeroespacial; ciência, tecnologia e inovação; gestão em recursos hídricos; cooperação educacional; agricultura; economia da saúde; transporte; turismo; comércio e investimentos. Pretendo me dedicar muito ao avanço dessa agenda caso venha a merecer a aprovação de V. Exas.

O comércio bilateral está em torno de US$500 milhões anuais, com saldo desfavorável ao Brasil, em decorrência do aumento das nossas importações da Hungria, especialmente de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

automóveis. Nosso comércio é baseado em itens industrializados e semimanufaturados, representa menos de 1% do comércio do Brasil com a União Europeia, o que faz da Hungria o nosso 15º parceiro no Bloco. Exportamos a eles couros, peles, calçados, blocos de motor, autopeças, num total de US$116 milhões anuais, e eles nos exportam automóveis da marca Suzuki, motores de veículos Audi, produtos químicos e autopeças – no ano passado, foi de US$364 milhões.

Esses números podem ser melhorados. O crescimento econômico da Hungria, em conjunto com a prioridade que agora o Governo húngaro está conferindo às relações com o Brasil, favorece a alavancagem desse intercâmbio. E a Comissão Mista Bilateral, agora elevada de nível, poderá nos ajudar muito nesse processo.

Um dos temas que tem assumido prioridade na agenda econômica e comercial é a perspectiva de venda para a Força Aérea da Hungria dos aviões de transporte tático e logístico Embraer KC-390 no processo de modernização da Força Aérea húngara, que agora está em curso. A Embraer organizou, juntamente com a embaixada, um *workshop* chamado Embraer Day. Estão propondo uma nova modalidade de parceria em que a Embraer se oferece para transferir ou instalar na Hungria, em parceria com centros de pesquisa, com universidades e com empresas também dedicadas à inovação, o desenvolvimento de tecnologias voltadas à construção aeronáutica. Isso é de grande interesse para a Hungria e também auxiliaria a Hungria a trazer de volta muitos técnicos e cientistas que abandonaram o país em busca de melhores perspectivas em outros países e que poderiam voltar à Hungria para trabalhar nesses projetos. Esse é um sistema novo, que está em pleno andamento, e também, caso eu seja aprovado, pretendo me dedicar a que ele tenha êxito.

A Hungria é bem conhecida pela contribuição intelectual que ela presta ao mundo, havendo produzido hoje nada menos que 13 Prêmios Nobel, em áreas como Medicina, Química, Economia e Literatura. Tendo presente esse capital de conhecimento e potencial de cooperação com a Hungria no âmbito universitário, a cooperação na área da educação vem se tornando um dos vetores mais dinâmicos e promissores do relacionamento bilateral com o Brasil.

O Governo húngaro oferece anualmente 250 bolsas de estudo para estudantes brasileiros nos níveis de graduação, de pós-graduação e de doutorado no programa que eles denominam *Stipendium Hungaricicom*, em áreas como Engenharia, Matemática, Química, Arquitetura, Biologia e Meio Ambiente. O Brasil é hoje o país latino-americano que mais envia estudantes para a Hungria, e, neste ano, já se completou a cota de 250 estudantes brasileiros que vão estudar em universidades húngaras. Isso representa um importante fator de aproximação, que merece ser incentivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade científica brasileira tem uma tradição de trabalhar com a comunidade científica húngara. A Academia de Ciências da Hungria foi a responsável pela criação do Fórum Mundial da Ciência, que, desde 2004, se reúne a cada dois anos na Europa. A primeira vez que essa academia se reuniu fora de Budapeste foi no Brasil, o que denota o bom entrosamento entre as academias.

A Embaixada brasileira vem trabalhando assiduamente para incentivar a cooperação com essa agenda positiva, e eu pretendo continuar trabalhando nesse sentido, caso aprovado.

O Brasil mantém com a Hungria também desde 2010 um mecanismo de consultas políticas. E, tendo presente o adensamento que se verifica no momento do diálogo e da cooperação, esse mecanismo também merece e deve ser intensificado, com a realização de encontros periódicos de alto nível, de preferência em formato até de cúpula presidencial.

Outro campo promissor é o da diplomacia parlamentar. O estabelecimento recente, em novembro último agora, dos Grupos de Amizade nos Parlamentos dos países oferece uma base propícia para que sejam intensificados os contatos entre representantes do Poder Legislativo do Brasil e da Hungria.

A comunidade brasileira na Hungria é estimada em 1.050 moradores permanentes. No Brasil, há uma comunidade húngara de cerca de cem mil integrantes, residentes, principalmente, em São Paulo, no Paraná e em Santa Catarina. A Hungria mantém um Consulado Geral em São Paulo, em apoio à comunidade húngara, que também atua na promoção da facilitação de negócios.

A Hungria tem apoiado o Brasil em todas as candidaturas e pleitos que apresenta em organismos internacionais, decididamente apoia a candidatura do Brasil à uma cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, apoiou decididamente a finalização dos acordos entre o Mercosul e a União Europeia e reconhece a importância da entrada do Brasil na OCDE.

Durante a Presidência do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Hungria foi admitida como membro observador, o que dá mais uma oportunidade de podermos trabalhar em conjunto.

Sr. Presidente, para finalizar, eu queria assinalar que buscarei, caso meu nome venha a ser aprovado por esta Casa, dar seguimento, na minha melhor capacidade, ao dedicado trabalho de meus antecessores, e aqui eu queria fazer uma referência especial à Embaixadora Maria Laura da Rocha, cujo apoio foi fundamental na preparação desta sabatina, pois ela teve um trabalho incansável à frente da Embaixada em Budapeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Dando prosseguimento à reunião, consulto as Sras. e Srs. Senadores se a arguição dos sabatinados poderá ser feita em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos à arguição.

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Mecias de Jesus. Cumprimento V. Exa. e os nossos pares.

Quero saudar a presença da eminente Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, designada para a Bulgária e a Macedônia do Norte, bem como do Embaixador José Luiz Machado e Costa, que está designado para a Hungria, ambos países muito relevantes da Europa do Leste.

Como a eminente Embaixadora Maria Edileuza mencionou, eu, pessoalmente, de fato, tenho muito interesse na história daquelas nações e tive oportunidade de visitar, pela primeira vez, a Bulgária recentemente, agora no mês de julho.

Pude observar, de fato, eminente Embaixadora – eu a cumprimento pela exposição muito rica –, a amizade que eles têm com o Brasil. No momento em que se falava que éramos brasileiros, de fato havia um sentimento de muita amizade, de muita estima, de muita consideração. Então, esse é um ponto muito favorável, como V. Exa. abordou, porque há um conceito positivo do Brasil na Bulgária, o que, evidentemente, ajuda muito essa proximidade.

É verdade, como V. Exa. remarcou, que nós não temos relações econômicas muito densas com a Bulgária. Tanto a Bulgária quanto a Hungria, que participavam, no passado, da famigerada Cortina de Ferro, acabaram tendo uma relação econômica muito maior entre eles e com a União Soviética do que com o bloco ocidental e, agora, depois da redemocratização daquelas nações, com os países da Comunidade Europeia. Então, é evidente que a América Latina ficou um pouco a reboque, ainda mais o Brasil, que, lamentavelmente, tem uma participação ainda muito pequena no mercado comercial internacional. Então, a nossa participação acaba ficando quase simbólica, mas não há dúvida alguma de que ali há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande avenida que permitirá um adensamento das relações econômicas também, a par das questões de ordem política, porque, como V. Exa. bem abordou na sua exposição, a participação da Bulgária nos foros internacionais é muito destacada, não só a sua presença na Comunidade Europeia, mas também nos diversos organismos internacionais nos quais é muito importante a presença do Brasil e o apoio da Bulgária ao Brasil. Então, certamente, a posição política dessa amizade entre os dois países será um pilar do trabalho que V. Exa. terá à frente da Embaixada em Sófia.

Ademais, é sempre bom lembrar que a Bulgária também é terra natal da família da ex-Presidente Dilma Rousseff. Isso sempre foi tratado, pelo que eu percebi lá, com muito esmero e com muito gosto pelos búlgaros, que têm nisso uma grande honraria, porque não há dúvida de que nós tivemos, em razão dessa imigração europeia, muitas famílias vindas para cá, entre elas, os búlgaros, apesar de que o relacionamento não seja tão próximo e a língua nos afaste um pouco. Inclusive, o alfabeto cirílico, de fato, dificulta o nosso contato permanente.

Quero ainda mencionar a V. Exa. que pude perceber essa situação econômica de crise que havia recentemente. Eu aprendi lá, nessa minha viagem, que interessantemente a Bulgária era, no tempo do regime soviético, digamos assim, uma economia mais estável. Apesar de ser uma nação mais pobre na origem, foi muito industrializada e teve uma participação muito grande na questão armamentista e na indústria pesada ao tempo do bloco soviético. Isso, é claro, entrou em crise, mas agora se recupera, com os indicadores que V. Exa. muito bem apontou aqui durante a sua exposição.

Então, cumprimentando a Senadora Kátia Abreu, que acaba de manifestar o seu voto, saudando-a também – quero reverenciá-la –, digo, portanto, que a Bulgária me parece um certo celeiro de oportunidades para o Brasil. E a questão cultural sempre será, na linguagem popular, o gancho para que o Brasil conquiste ainda mais corações e mentes naquele país, cuja origem é muito distinta da nossa. Mas, certamente, as oportunidades V. Exa. saberá encontrar.

Na Macedônia do Norte, então, a situação é mais difícil porque é um país recente, com o qual temos pouca relação. Naturalmente, como V. Exa. coloca, eles enxergam no Brasil uma ponte adequada para a América Latina, mas ainda está no seu início. É uma nação muito jovem. Apesar de ser muito antiga na sua história, como entidade política internacional é muito recente. Então, certamente, terá também ali um campo a desbravar para identificar essas oportunidades tanto econômicas, políticas e culturais para que o *soft power* do Brasil consiga também se consolidar ali. E certamente V. Exa. o fará com o esmero e a dedicação que tem realizado ao longo da sua carreira frutífera no Itamaraty.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero aproveitar também, ao concluir, para cumprimentar V. Exa. pelo trabalho realizado na missão permanente junto à Unesco, que é relevantíssima. Quero também saudá-la pelos postos ocupados já em razão da mercê do seu empenho dentro da estrutura da Unesco. Sabemos que não é fácil fazê-lo, na medida em que a Unesco representa toda a vertente de cultura e de educação dentro do sistema das Nações Unidas. Então, certamente, essa experiência, essa *expertise* que V. Exa. bem angariou será muito útil em Sófia e também na Escópia, que é a capital da Macedônia do Norte. Por isso, faço aqui os meus augúrios de muito boa sorte e de êxito nessa missão diplomática nesses dois países balcânicos extremamente relevantes.

Portanto, cumprimentando V. Exa., saúdo também a eminente Senadora de Mato Grosso do Sul que acaba de votar.

Senadora Simone, meus cumprimentos ao revê-la!

Eu me dirijo agora ao Embaixador José Luiz Machado e Costa.

A eminente Senadora Soraya também já votou. Então, daqui a pouco, vamos fazê-lo. Embaixador José Luiz, eu quero, da mesma forma a que eu me dirigi à Embaixadora Maria Edileuza, cumprimentar V. Exa. pelo desempenho nos postos. Eu vi que V. Exa. serviu em postos complexos, entre eles o Haiti, num momento de dificuldade, e depois junto à Organização dos Estados Americanos. Mas, no Haiti, imagino que tenha sido uma experiência muito rica, porque é um país que enfrentou as maiores dificuldades.

Senador Mecias, V. Exa. também acompanhou isso, como é de um Estado geograficamente até mais próximo do Caribe do que o meu, que fica bem mais ao sul.

Então, certamente, a questão do Haiti é um tema que V. Exa., Embaixador José Luiz, abordou com muita proficiência. Mas agora lhe cabe um posto extremamente importante também sob o ponto de vista político.

A Hungria é uma das nações mais importantes da Europa, um bastião da cristandade, como dizem alguns, na guerra contra os turcos. E, depois, interessantemente a Hungria foi, como V. Exa. menciona na sua sabatina, durante o período entreguerras, uma nação que se aliou ao Eixo. Mas foi, Senador Mecias, um caso único, porque era monarquia sem rei: quando os habsburgos foram depostos e o último imperador, Imperador Carlos, foi afastado, a Hungria nomeou um regente, o Almirante Horthy, e esse almirante governou por 20 e tantos anos sem ter coroa, mas como se fosse rei. Infelizmente, aliou-se ao regime nazista e, portanto, também sucumbiu mais uma vez. Já tinha sido derrotado na Primeira Guerra, foi derrotado na Segunda, trazendo um sofrimento muito grande para o povo húngaro, cuja cultura e educação são singulares. No Brasil mesmo, nós tivemos grandes búlgaros que aqui vieram, sob o ponto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vista da literatura, das artes, da cultura, e que tiveram, dentro dessa comunidade que V. Exa. aponta que é de cem mil descendentes de húngaros, uma participação muito importante na nossa história.

Agora a Hungria tem uma participação política até um pouco polêmica no meio da Comunidade Europeia. A matéria, certamente, será objeto de atenção e acompanhamento de V. Exa. E a potencialidade de relação econômica é muito maior com a Hungria do que seria com a Bulgária, por razões óbvias; até pela questão industrial, há uma situação mais consolidada com a Hungria. Então, V. Exa., certamente, terá ali um misto de atividades de ordem econômica, de ordem cultural, que são relevantíssimas, e de ordem política, tendo em vista o regime específico que se aborda hoje na Hungria e também um pouco na Polônia e em outras nações e que tem merecido uma observação muito grande da Comunidade Europeia.

Budapeste, como V. Exa. já conhece muito bem, é uma cidade espetacular. É uma das maiores capitais europeias, onde a música clássica floresce com muita força, e seria muito conveniente que, a par dessa diplomacia parlamentar que V. Exa. bem lembra, como também a Embaixadora Maria Edileuza, houvesse também um foco na relação entre as cidades e os Estados, porque, como existem descendentes búlgaros – talvez, macedônios não – e húngaros pelo Brasil afora, o relacionamento dos Estados é muito positivo.

Quando fui Governador de Minas, nós tivemos a oportunidade de tecer parcerias muito felizes, especialmente com a Itália, obviamente pela presença industrial, com a França e com a própria Inglaterra, mas agora, com o mundo se globalizando e se unindo, os países do leste também formam uma comunidade muito expressiva. Eu pude perceber, nessa recente visita, esse sentimento no caso da Hungria com a Romênia, dos cárpatos, e no caso dos Bálcãs, entre Sérvia, Bulgária e Grécia. Cada vez mais, eles se coligam em mercados que são populosos e que têm uma capacidade econômica muito forte. Então, certamente, V. Exa., com seu tino, com seu preparo, com seu denodo, com seu empenho e experiência, conseguirá destrinchar obstáculos e identificar oportunidades muito adequadas em relação à Hungria, para que o Brasil avance positivamente.

Então, eu quero cumprimentar V. Exa. pela carreira realizada e também desejar muito boa sorte no posto que vai assumir agora na Hungria. Certamente, será aprovado na Comissão com louvor e da mesma forma no Plenário. Terá sempre o nosso apoio e o nosso aplauso. Portanto, muito boa sorte no posto que vai assumir, em breve, em Budapeste!

Concluo, eminente Presidente, agradecendo a oportunidade e mais uma vez fazendo aqui o meu registro, que faço em todas as reuniões, da qualidade, da excelência dos quadros que tem o nosso Ministério das Relações Exteriores, que é um orgulho para o Brasil. E nós observamos hoje aqui, nas duas sabatinas, nas exposições do Embaixador José Luiz Machado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Costa e da Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, de fato, o preparo, o conhecimento que o nosso corpo diplomático tem, que honra e orgulha os brasileiros nos diversos postos que temos.

O Brasil é um dos países do mundo que tem mais embaixadas pelo mundo afora, o que foi objeto no passado de certa polêmica, mas hoje se considera positivo, porque é uma presença geopolítica muito relevante e que muitas vezes necessita de apoiamentos recíprocos. Então, essa presença é relevante. Por isso, meus cumprimentos aos dois diplomatas que estão aqui sendo sabatinados!

Muito obrigado.

Parabéns a ambos!

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Nós é que lhe agradecemos, eminente e querido Senador Antonio Anastasia. V. Exa. sempre contribui, e muito, em todas as Comissões e em qualquer ato em que V. Exa. se manifesta, sempre com muita grandeza e eficiência, enaltecendo e elevando o nome do Senado da República.

Passo a palavra aos Srs. Embaixadores para se manifestarem após as palavras do eminente Senador Antonio Anastasia.

Vamos ouvir a Embaixadora Maria Edileuza.

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer muito sinceramente ao Senador Anastasia pela delicadeza de suas palavras em relação ao Ministério das Relações Exteriores, em relação aos diplomatas e àqueles que aqui comparecem.

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que este exercício de interação com a Comissão de Relações Exteriores do Senado, na forma desta sabatina, é para nós diplomatas extremamente enriquecedor. É muito importante para nós termos a percepção dos senhores sobre importantes temas da agenda internacional, o que realmente vem como sugestões à dinamização às vezes de setores que talvez não estivessem muito fortemente presentes nas nossas observações.

V. Exa. mencionou as relações entre cidades, e acho que essa é uma área muito interessante de se fortalecer entre a Bulgária e o Brasil. Nós temos, Senador, segundo dados do IBGE, entre 1,8 mil e 5 mil búlgaros no Brasil. Segundo esses mesmos dados, 62 mil brasileiros se declaram de origem búlgara. Desse modo, mesmo que nós tenhamos um número muito reduzido de brasileiros na Bulgária – é uma comunidade que não chega a 80 pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispersas pelo território do país –, esses dados nos permitem buscar estabelecer novas pontes entre os dois países, de forma a potencializar o conhecimento recíproco e a fortalecer a amizade.

Eu gostaria de reiterar que, para nós, estarmos aqui, como eu já disse, é muito enriquecedor, mas, sobretudo, nos legitima para defender no exterior os interesses da sociedade brasileira, aqui representada por V. Exas.

Espero muito ter a honra de receber a visita de V. Exa., seja na Bulgária, seja na Macedônia do Norte, muito em breve.

Muito obrigada, mais uma vez, pela delicadeza de suas palavras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu gostaria de, retomando aqui a Presidência, agradecer a presença, sempre muito assídua, do nobre Senador e nosso Professor Antonio Anastasia, de Minas Gerais; do Senador Esperidião Amin; do Senador Mecias de Jesus; e do nosso Vice-Presidente, Senador Marcos do Val.

Com a palavra o Senador Mecias para proferir a sua pergunta.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente, na realidade, eu tive a oportunidade de receber em nosso gabinete a Embaixadora Maria Edileuza e o Embaixador José Luiz. Conversamos e tivemos a oportunidade de saber um pouco, em relação à Bulgária, à Macedônia e à Hungria, sobre o crivo, o conhecimento que os Embaixadores têm dessas regiões, desses países importantes para essa relação com o Brasil.

Não tenho nenhuma pergunta a fazer, a não ser reafirmar aos nobres pares que, pela competência da Embaixadora Maria Edileuza, sem dúvida alguma, o Brasil estará muito bem servido, tendo-a como Embaixadora do Brasil na Bulgária e na Macedônia, bem como manifestar o nosso apoio também ao Embaixador José Luiz e pedir aos pares e a V. Exa. que, logo após a votação e a aprovação nesta Comissão, as matérias sejam encaminhadas ao Plenário do Senado da República para a votação no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Aqui, contamos agora com a presença do Senador Oriovisto, Professor Oriovisto, do Paraná, com muito prazer.

V. Exa. é muito bem-vindo à nossa Comissão.

Com certeza, Senador Mecias de Jesus, tão logo o processo se conclua na Comissão, é de praxe a nossa assessoria já enviar as matérias de pronto ao Senado, através do Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria aqui de fazer uma pergunta à Embaixadora Maria Edileuza.

Verifiquei haver dois setores relevantes de cooperação Brasil-Bulgária, cooperação científica e tecnológica amparada em acordo firmado com o CNPq, e um aumento importante do comércio bilateral. Eu muito apreciaria que V. Exa., de acordo com a assessoria que tenho do nobre Embaixador muito competente, o Embaixador Adalnio, na linguagem diplomática, falasse mais e dissertasse sobre os segmentos de colaboração científica e tecnológica. Adicionalmente, eu gostaria de ouvir os seus comentários sobre como ampliar o leque das exportações brasileiras, concentradas em minério de cobre.

Esse é o meu questionamento à querida Embaixadora Maria Edileuza.

Posteriormente, eu o farei também ao Embaixador José Luiz.

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu começaria pela última pergunta, que diz respeito à ampliação das nossas exportações, do nosso comércio, da nossa corrente. Eu acho que uma corrente comercial equilibrada é saudável para ambos os lados. Temos um superávit muito importante com a Bulgária, mas um comércio equilibrado é muito importante para os dois lados.

Não é uma tarefa muito fácil ampliarmos mais ainda as nossas exportações, mas eu entendo que, no contexto de um futuro acordo Mercosul-União Europeia, nós possamos trabalhar nisso.

Nas nossas exportações, sobretudo eu me refiro a produtos com maior valor agregado. Os produtos brasileiros de valor, produtos industrializados, competem com produtos de outros países da União Europeia, onde há uma liberdade de movimentação de bens, e, no que diz respeito a produtos de menor valor, há uma grande competição com o produto chinês, de maneira que o nosso desafio é, Sr. Presidente, buscar identificar mercados de nicho, onde os nossos produtos sejam diferenciados e possam, portanto, ser exportados por nós sem grandes dificuldades.

Como eu disse antes, um setor que eu vejo como muito promissor na relação com a Bulgária é o de investimentos. Eu acho que empresas brasileiras, médias empresas brasileiras que se instalarem na Bulgária, à luz de todos os atrativos que o país oferece ao investidor estrangeiro, poderão, a partir dali, exportar os seus produtos para toda a União Europeia.

A cooperação na área científica e tecnológica está num estágio ainda muito embrionário, na medida em que esse acordo de cooperação entre o CNPq e o Ministério da Educação e das Ciências da Bulgária foi firmado apenas em 2016, quando da visita ao Brasil do Presidente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Plevneliev. Como nós sabemos, os nossos últimos anos na nossa política nacional foram relativamente conturbados, dificultando uma certa continuidade ou a abertura de novas iniciativas, de maneira que eu acho que este é um momento muito importante, na medida em que nós temos um novo momento se iniciando no Brasil, para buscar esses órgãos, buscar o CNPq e verificar formas de nós estimularmos o intercâmbio de cientistas, de professores, de pesquisadores, a produção de material científico conjunto, a publicação conjunta também. O espaço é muito amplo. A Bulgária, justamente à luz do seu passado soviético, deu uma elevada importância à educação, especialmente ao estímulo do seu setor científico.

O Senador Anastasia sublinhou muito bem que, dentro do contexto do Comecon, havia uma especialização da produção, e, no caso, a Bulgária se beneficiou muito disso, podendo avançar na educação, nesse setor. Dessa maneira, é um momento muito bom para que nós possamos buscar estimular essa vertente da relação, tão importante sobretudo para nós.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradeço a resposta proferida pela Embaixadora Maria Edileuza.

Eu gostaria também de registrar a presença daquele que é sempre muito assíduo, contribuindo muito com os trabalhos da relação do Itamaraty com este Parlamento, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro Ernesto Araújo, nosso querido Ministro Marcos Arbizu.

Agora, vou fazer uma pergunta.

O Senador Marcos do Val quer fazer alguma pergunta ou não?

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vou fazer uma pergunta ao Embaixador José Luiz.

O Governo da Hungria, cujo Primeiro-Ministro esteve presente na posse do Presidente Bolsonaro, manifestou a intensão de intensificar ainda mais as relações bilaterais com a publicação, em março de 2019, de resolução sobre a refundação das relações Brasil-Hungria.

Há uma grande convergência de posições em várias áreas da agenda internacional entre o Governo brasileiro atual e o Governo do Primeiro-Ministro Orbán. Examinando, contudo, diversas áreas de relacionamento, à exceção do impressionante número de estudantes brasileiros que fizeram seus cursos na Hungria, no âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, verifica-se que há um enorme potencial a ser explorado, inclusive na área comercial, em que o Brasil apresenta déficit, com a redução de suas exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apreciaria que V. Exa. falasse mais sobre como aproximar a convergência de discursos à realização do potencial de atividades de cooperação bilateral.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Obrigado, Sr. Presidente.

De fato, este é um momento ímpar e auspicioso para que isso ocorra, o adensamento dessas relações econômico-comerciais, justamente pela disposição do Governo húngaro, a começar pelo próprio Primeiro-Ministro, em colocar o Brasil como um parceiro prioritário na América Latina e também, em certa medida, no mundo, nas relações com a Hungria, por essa afinidade de posições na agenda internacional.

A visita do Ministro Ernesto agora, em maio, estabeleceu as bases para a realização da reunião da Comissão Mista Econômica em outubro, quando uma larga agenda de itens relacionados com o comércio, com a economia e com a cooperação científica, tecnológica e educacional vai ser toda repassada e reforçada. Então, a partir de outubro, teremos uma agenda de trabalho que não ocorreu antes na história, porque, com a Hungria, como parte da Cortina de Ferro, havia um certo distanciamento, e, após o ingresso na União Europeia, em 2004, houve uma concentração de esforços para integrar o país na União Europeia. Agora é que surge essa oportunidade de novos canais de entendimento com o Brasil, com a América Latina, por meio dessa circunstância ímpar de aproximação entre os dois países no plano político.

A ideia seria buscar diversificar a pauta comercial, promover missões empresariais em ambas as direções, nos tópicos já identificados como de grande potencial, como a cooperação com a Embraer. Esse é um ponto que pode ter desdobramentos em função dos planos da robótica, da automação e da inovação, que já estão em curso, entre a Embraer e entre as academias especializadas na Hungria.

Eu acredito que a recuperação da nossa economia e também o momento de grande crescimento econômico da Hungria agora também facilitam essa nova investida na área econômico-comercial do Brasil com a Hungria.

Então, eu acredito que, a partir de outubro, já teremos uma agenda definida de como avançar nessas tratativas, cujo objetivo é aumentar o comércio, gerar empregos, com benefícios para ambas as sociedades.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Muito bem!

Agradecemos as palavras do Embaixador José Luiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procedo agora à leitura das perguntas da sociedade, que vieram pelo Portal e-Cidadania, a começar pelo Embaixador José Luiz.

Rodrigo da Silva, do Rio de Janeiro, pergunta o seguinte: "Qual é o impacto da Hungria na balança comercial brasileira e qual a proposta de incentivo ao comércio entre os países?".

Luan Carlos, de Santa Catarina, pergunta: "A Diplomacia sempre foi amplamente utilizada pelo Brasil. Como está a relação entre Brasil e Hungria?".

Carlos Diego, do Rio de Janeiro, pergunta: "O que deve ser feito para que o Brasil melhore a sua imagem no exterior?".

Luiz Santos, também do Rio de Janeiro, indaga: "Como se dará, no sentido econômico e cultural, a sua gestão na embaixada? Propostas de turismo estarão presentes na sua ideia inicial?".

Giovanni Jose, da Paraíba, questiona: "[...] tanto embaixadores como chanceleres deveriam ser escolhidos no próprio quadro da carreira de diplomata. Existe algum projeto que V. Exa. conheça que esteja tramitando no Senado?".

Milena Santana, da Bahia, pergunta: "Trará benefícios econômicos para o Brasil essa relação com a Embaixada da Hungria?".

Eu gostaria que o senhor pudesse sintetizar as respostas. Assim, já se resolve essa etapa.

O SR. JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA – Vou procurar sintetizar as perguntas mais ou menos que coincidem.

O papel da diplomacia é sempre o de facilitar, o de ser uma grande facilitadora à aproximação dos países nos planos regional e mundial, fazendo com que o Brasil tenha acesso com benefícios para ambas as sociedades.

As embaixadas, o corpo diplomático tem este papel fundamental, que é o de propiciar esse maior entrosamento, buscando, o mais possível, canais de entendimento que possam dar origem a resultados positivos e concretos, num amplo espectro da agenda de entendimento nos planos político, econômico-comercial, de cooperação técnica e científica, de cooperação educacional, de cooperação parlamentar.

Nesse sentido, quanto à pergunta feita sobre qual a gestão na Embaixada, quero dizer que eu, como Embaixador da Hungria, caso aprovado aqui, pretendo dar seguimento a essa agenda, com base principalmente nas deliberações, como já comentei anteriormente, que vão ser decorrentes da Comissão Econômica Mista Brasil-Hungria, que vai se realizar em outubro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que será repassada toda essa temática que eu acabei de mencionar. Esperamos que isso possa produzir resultados concretos positivos para ambos os países.

A participação da Hungria no produto interno brasileiro, no comércio, não é ainda significativa. Como eu apontei, representa apenas 1% do nosso comércio com a União Europeia a Hungria. E esse é um aspecto que merece ser reforçado e que precisa ser trabalhado, no sentido de aumentar esses números, e é o que se pretende fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto, leio as perguntas que vieram para a Embaixadora Maria Edileuza.

Luan Carlos, de Santa Catarina, pergunta: "A relação [...] Brasil e Bulgária nunca foi amplamente divulgada. Em sua opinião, qual o estágio dessa relação? Com a sua atuação, poderá melhorar?".

Giovanni José, da Paraíba, pergunta: "Quais são os acordos de cooperação existentes entre os dois países?".

Bruno, do Paraná, pergunta: "Como é formada a equipe da Embaixada brasileira [a que V. Exa. foi designado] na Bulgária?".

Carlos Diego, do Rio de Janeiro, pergunta: "Hoje, qual o nível de integração entre Brasil e Bulgária? Quais são os caminhos para que essa integração seja ampliada?".

Caio Cesar faz a seguinte pergunta, no mesmo sentido das outras: "Como aproximar os dois países? Hoje em dia, os países precisam conviver em uma sociedade internacional [com a colaboração de ambos]".

A SRA. MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria, inicialmente, de dizer da minha imensa satisfação por receber essas perguntas da nossa sociedade. Elas são muito bem-vindas, e me dá muita alegria ver o crescente interesse de diferentes setores da nossa sociedade pela política externa. Isso redobra a nossa responsabilidade e também muito nos envaidece. Acho que, no futuro, os sistemas de política externa terão peso crescente inclusive em processos eleitorais, como já ocorre em diversos países – no Brasil, até agora não era assim. E creio que é muito bem-vindo esse enorme interesse, até por países que não são, talvez, os mais conhecidos, países que não são os nossos vizinhos imediatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa maneira, eu recebo com imensa alegria essas perguntas, algumas das quais eu acho que já foram anteriormente respondidas, como, por exemplo, o estágio dessa relação. Eu disse, em minha exposição, que é uma relação que sofreu, no passado, condicionamentos, em decorrência das circunstâncias da Guerra Fria, dos alinhamentos ideológicos então impostos, mas que, a partir da década de 2000, por exemplo, começamos a ter um fluxo muito maior, muito mais intenso de visitas entre os dois países, de cooperação, de intercâmbio comercial. E há, como eu também disse na minha exposição, um amplo potencial para a expansão em diferentes áreas.

Aqui eu chamaria uma atenção muito grande, uma atenção especial, para o intercâmbio cultural. Essa atenção que eu chamo se relaciona, inclusive, a outras perguntas que foram feitas sobre como ampliar mais a parceria ou como dar maior visibilidade à relação entre o Brasil e a Bulgária.

A Bulgária é muito desenvolvida, por exemplo, no setor da música erudita, do balé clássico. Tem um setor de turismo extremamente avançado. Usa, com grande maestria, em benefício do turismo, os seus sítios do Patrimônio Mundial da Humanidade da Unesco. Então, há várias áreas em que nós podemos aprofundar a nossa relação, o nosso conhecimento recíproco.

Para nós ampliarmos a relação ainda mais, seria muito importante participarmos mais, empresários brasileiros participarem de feiras de turismo organizadas na Bulgária, feiras comerciais e, da mesma forma, que nós estimulemos o empresariado búlgaro a também participar dessas feiras.

Como mencionei – e essa pergunta, esse comentário se relaciona também à outra pergunta feita, no que diz respeito a acordos – em 2011, nós celebramos um acordo de cooperação econômica, e esse acordo prevê a instalação de uma comissão intergovernamental de cooperação. A instalação dessa comissão, tema ao qual pretendo me dedicar, caso venha a merecer a aprovação desta Comissão, será extremamente útil para identificar novas possibilidades de ampliação do comércio e dos investimentos nos dois sentidos.

Quanto aos acordos, à consulta, fiz menção, durante a minha exposição inicial, não só aos acordos já firmados, mas também aos acordos que estão, no momento, em fase de negociação. Pretendo dar atenção especial a esses acordos em fase de negociação, de modo a que eles possam vir a estar prontos para conclusão imediatamente, dando uma ênfase muito especial ao acordo que poderá estabelecer um mecanismo bilateral de consultas políticas que eu considero extremamente estimulante para dinamizar a relação.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos à Embaixadora Maria Edileuza.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino, neste instante, à Secretaria que proceda à apuração da votação secreta.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado das votações das indicações nesta Comissão.

A Sra. Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil na Bulgária e, cumulativamente, junto à República da Macedônia, obteve 11 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção.

O Sr. Embaixador José Luiz Machado e Costa, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na Hungria, obteve 11 votos SIM, nenhum NÃO e nenhuma abstenção.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto, neste instante, os meus sinceros cumprimentos, desejando-lhes êxitos nas honrosas missões.

Convoco a todos para saudá-los com uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Deliberação da ata da reunião anterior. Proponho ainda a dispensa da leitura e da aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convidando os futuros Embaixadores, já chancelados por esta Comissão, faltando apenas a etapa do Plenário do Senado, para a foto oficial defronte à Mesa diretiva.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia quinze de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Acir Gurgacz, Romário, Oriovisto Guimarães, Leila Barros, Paulo Paim, Zenaide Maia e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Fernando Collor, Jaques Wagner, Humberto Costa, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 26/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), REQ 33/2019 - CRE, de autoria Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), REQ 34/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros., e REQ 37/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Audiência Pública para debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense, que permanece com pendências judiciais, securitárias e indenizatórias, em atendimento aos Requerimentos nº 26 e nº 34 de 2019-CRE, de autoria dos Senhores Senadores Nelsinho Trad e Esperidião Amin; ao Requerimento nº 33 de 2019-CRE, de autoria dos Senhores Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val; e ao Requerimento nº 37 de 2019 - CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad. **Participantes:** Sr. Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República (PRM-Chapecó/SC); Sr. Hélio Hermito Zampier Neto, Atleta da Associação Chapecoense de Futebol; Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); Sra. Mara Regina D'Emilio Paiva, Vice-presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); Sr. Abel Dias, Consultor Especialista em Seguros e Aviação da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C); Sr. Alex Stovold, Representante da Clyde & Co; Sr. Marcos Rocha, Lamia Corporation S.R.L. - Lamia Bolívia; Sr. Ricardo Albacete, Representante da Lamia-Venezuela; Sr. Secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos do Santos, Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (representante de: Representante do Ministério das Relações Exteriores); Sr. Brigadeiro do Ar Ary Rodrigues Bertolino, Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (representante de: Representante do Comando da Aeronáutica); Sr. Luiz Felipe Guimarães Santoro, Diretor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (representante de: Representante da Confederação Brasileira de Futebol - CBF); Sr. Kleiton Lima, Secretaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor - SNFDT (representante de: Representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania); Sr. Josmeyr Oliveira, Advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr. Fernando Lottenberg, Advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr. Marcel Camilo, Advogado do jogador Hélio Hermito Zampier Neto. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/15

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 44ª Reunião, audiência pública do dia 15 de agosto de 2019, quinta-feira, às 10 horas.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 44ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Comunicado. Convite do Comando do Exército Brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico às senhoras e aos senhores, às Senadoras e aos Senadores que o Chefe do Gabinete do Comando do Exército, General de Divisão Fábio Benvenutti Castro, convida V. Exas. a participarem de uma visita institucional ao Comando de Operações Terrestres, a realizar-se no dia 22 de agosto, às 10 horas, no Quartel General do Exército.

A confirmação da presença ao evento deve ser realizada pelo e-mail RJSG2490@gmail.com, ou pelo telefone (6) 98144-9833 ou (61) 3303-3848.

Em função dessa agenda do Comando do Exército, a reunião ordinária da Comissão que seria nessa data nós vamos remarcar para outra data a ser avisada posteriormente.

Pauta.

A audiência pública desta manhã tem o objetivo de debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense, que permanecem com pendências judiciais, securitárias e indenizatórias, em atendimento aos Requerimentos 26 e 34, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Nelsinho Trad; ao Requerimento 33, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, de autoria dos Senadores Esperidião Amin e Marcos do Val; e ao Requerimento 37, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, de nossa autoria.

e o Requerimento 37, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores, da nossa autoria.

Tenho a honra de anunciar a presença dos Srs. Senadores Esperidião Amin, Leila do Vôlei e o nosso querido Kajuru.

Gostaria de convidar aqueles que estão aguardando para fazer parte das bancadas e que, posteriormente, integrarão esta Mesa de trabalho: Sr. Hélio Hermito Zampier Neto, atleta sobrevivente da Associação Chapecoense de Futebol; Sra. Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sra. Mara Regina D'Emilio Paiva, Vice-Presidente da Associação de Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr. Brigadeiro-do-Ar Ary Rodrigues Bertolino, Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamentos de Controles do Espaço Aéreo; Sr. Faleg Valdez Cópas, Primeiro-Secretário da Embaixada da Bolívia, que segundo a assessoria, está na Casa, a caminho do nosso recinto; Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República, Chapecó, Santa Catarina; Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos, Secretário da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores, que está a caminho, segundo a assessoria; Sr. Kleiton Lima, da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; Sr. Ricardo Albacete, proprietário da aeronave utilizada pela LaMia, que está em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

videoconferência; Sr. Abel Dias, Consultor Especialista em Seguros e Aviação da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr. Josmeyer Oliveira, advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense; Sr. Fernando Lottenberg, advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense.

Esclarecemos que esses foram os convidados que atenderam o nosso convite e aqui estão presentes.

Aqueles que não responderam: Direção Geral da Aeronáutica Civil da Bolívia; Bisa Seguros Y Reaseguros da Bolívia; Autoridade de Fiscalização e Controle de Pensão e Seguros da Bolívia; e a Honeywell International Inc.

A Conmebol me telefonou, dizendo que iria mandar um representante. Não veio o representante da Conmebol?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, só para fazer uma revisão: eu assinei o documento de requerimento, requerendo essas presenças

Eu assinei o documento de requerimento solicitando essas presenças. O Ministério das Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Eles estão a caminho. Mais tarde virão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a forma...

Permite-me, Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu estava esclarecendo aqui à nossa Senadora Leila, que viveu circunstâncias, várias vezes, semelhantes, Senador Kajuru. Nós estamos rondando, chegando perto do centro de decisão do País, Brasil, e tentando de forma possível chegar ao centro de decisão dos países corresponsáveis, digamos: Bolívia, Colômbia, principalmente. Mas o ponto de chegada, o ponto de decisão aqui... Estão alinhados os pontos. E para chegarmos a esse desiderato internacional o caminho é o Ministério das Relações Exteriores.

Então, era só para equalizar as nossas posições.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. Pela ordem.) – Obrigado, querido amigo, Senador Nelsinho Trad, Presidente.

A Senadora Leila lembrou agora algo que eu considerei importante. Que o Presidente Bolsonaro tenha consciência disso. Eu tenho o telefone dele, o direito, inclusive. Eu falo direto com ele. Aliás, eu falo com ele à meia-noite, à uma hora da manhã. Ontem o senhor leu, não é? O Senador Amim leu ontem o motivo da proibição.

Mas é sério, porque ontem eu estive, Senador Nelsinho, Senadora Leila, Senador Amin – estava também comigo o Senador Lasier – com duas senhoras, embora jovens, senhoras que estavam lá no cafezinho do Senado. E o Sílvio Luiz, narrador esportivo histórico deste País, telefonou para mim, preocupado. E as duas que estão aqui, inclusive, foram chamadas pelo senhor e estão ali atrás. Mas elas falaram algo muito importante para este Senado aqui. Elas entendem que a única solução é o Senado, que somente nós podemos resolver essa situação. Se for o caso, temos que ir até o Presidente da República, porque há uma prescrição... Parece-me que é em novembro, não é isso? Novembro é a prescrição. Então, esse caso é um caso de chorar. Eu não caminho com a Leila. Quando eu fiquei sabendo que o Neto, ex-jogador, estava aqui eu já fiquei arrepiado. Então, esse caso é um caso muito sério. E este Senado precisa saber da responsabilidade dele e o Presidente da República também, porque o mínimo que a gente espera dele é que ele seja... como manda o Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador, vamos com calma. O Senado está cumprindo o seu papel.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agora, como chegar lá, eu acho que é convocando o Ministério das Relações Exteriores, que é o ...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. *Fora do microfone.*) – Isso!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem é que o Presidente vai chamar para conversar?

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vai ser o Ministério das Relações Exteriores, a interpretação jurídica. Aí vem vem Ministério da Justiça...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Claro!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que também faz parte da planilha.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Correto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, nós estamos procurando uma planilha de trabalho lógica. Se V. Exa. quiser acrescentar alguma coisa... Eu acho que o Presidente é onde nós vamos chegar depois de juntar essas linhas. Mas a sua presença e o inconformismo, que e comum a todos nós, tem que ter um caminho racional.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O inconformismo para gritar na esquina não resolve. Brasília nem tem esquina Não dá nem para fazer isso.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Perfeito, mestre.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Perfeito, mestre.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente. Eu pediria ao Senador Kajuru que informasse o Senhor Presidente Jair Bolsonaro das duas audiências, desta e da outra, e que ele pudesse somar esforços conosco no sentido de que, correndo contra o tempo como estamos – em novembro prescrevem algumas ações –, possamos chegar a um denominador comum nessa história.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Informarei pessoalmente. Estarei com ele hoje às 16h30.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Está aqui presente também o Sr. Luiz Felipe Guimarães Santoro, Diretor Jurídico da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o Sr. Rodrigo Pociano Guedes Bastos dos Santos, representando a assistência consular do Ministério das Relações Exteriores, como bem lembrou o Senado Esperidião Amin, provocado pela Senadora Leila do vôlei.

Responderam ao convite informando que não poderiam comparecer: Jakson Ragnar Follmann, vítima sobrevivente do desastre, por motivos de saúde ou pessoal; Advocacia-Geral da União, pela não existência de qualquer demanda judicial envolvendo a União no âmbito interno ou internacional; Ministério da Economia – órgão responsável pela área é a Susep, que já participou da reunião anterior; Embaixador da Colômbia, Sr. Darío Montoya, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromissos inadiáveis assumidos anteriormente, mas se coloca à disposição; Aeronáutica Civil da República da Colômbia, por compromissos agendados anteriormente pelo Diretor-Geral; empresa Martel está impossibilitada de comparecer; AON, por alegado dever de confidencialidade; Off Side Logística Esportiva Ltda., que não enviaria representante; Inter-American Comission on Human Rights, por indisponibilidade da Presidente na data da audiência.

Registro a presença da advogada da Associação Chapecoense de Futebol, Sra. Suzana Soares Melo; viúva do jogador José Gildeixon Clemente de Paiva, Sra. Valdécia Paiva; viúva do jogador Bruno Rangel, Sra. Girlene Domingues.

Como temos dois debatedores que participarão da audiência por videoconferência e dez debatedores presentes, nós vamos dividir os convidados em grupos. Sendo assim, tenho a honra de convidar para compor a primeira mesa: Sr. Hélio Hermito Zampier Neto, atleta da Associação Chapecoense de Futebol, acompanhado do Dr. Marcel. (*Pausa.*)

Sr. Ricardo Albacete, proprietário da aeronave utilizada pela LaMia, que está em videoconferência. É esse senhor do lado esquerdo da tela.

Sr. Marcos Rocha é o senhor do lado direito, da LaMia Corporation S.R.L., por videoconferência.

Corporation (SRL), por videoconferência; Sr. Alex Stovold, representante da Clyde&Co., veio de Londres participar da audiência; Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República, que tem um avião, tem voo para poder se deslocar até Santa Catarina, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Chapecó.

Então nós vamos começar com V.Sa.

Passo a palavra, por quinze minutos, ao Sr. Carlos Humberto Prola Júnior, Procurador da República, de Chapecó, Santa Catarina.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Sr. Presidente, demais Senadores, Parlamentares aqui presentes, demais pessoas que compareceram a esta audiência, especialmente as vítimas e familiares das vítimas desse trágico acidente, o Ministério Público Federal agradece o convite para comparecer a esta audiência. Na verdade, minha presença se deve a ter acompanhado esse caso na época lá em Chapecó, onde atuo até esta data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E logo após o acidente, ali no final de novembro, o PGR na época, Rodrigo Janot, deu total apoio para que houvesse uma atuação do Ministério Público Federal junto às *fiscalías* boliviana e colombiana, especialmente na tentativa de colaborar com essas instituições para a apuração desse caso, tanto na esfera criminal, quanto na esfera cível. Nós nos deslocamos, em dezembro daquele mesmo ano, até Santa Cruz de La Sierra, tivemos reunião com as *fiscalías* boliviana e colombiana. E naquele primeiro momento, houve uma sinalização muito forte, pelo menos um discurso muito claro de apurar esse caso.

Havia uma pressão muito grande na Bolívia na época, não é? A imprensa boliviana cobrava muito a apuração desse caso, a responsabilização de quem tivesse envolvimento com essa tragédia.

Durante o curso do nosso procedimento instaurado em Chapecó, essa colaboração por parte das autoridades bolivianas não se concretizou. A gente fez uma solicitação de documentação na época, do que havia, e alguns documentos, a gente já tinha a sinalização da existência desses documentos lá na Bolívia na época. E nos foi encaminhado, com certa demora inclusive, uma folha de papel só, relativa a tudo que havia sido questionado.

Da Colômbia, não. Da Colômbia, a gente recebeu a íntegra do procedimento da *fiscalía* colombiana, que tratava basicamente do acidente em si. E houve uma colaboração bem maior.

Por parte do Ministério Público Federal, o que foi objetivado com os inquéritos instaurados: primeiro, apurar eventual envolvimento de algum brasileiro que tivesse dado causa, de maneira culposa, àquele acidente. Havia muitos boatos envolvendo entidades de futebol, envolvendo a própria atuação da Chapecoense nessa contratação, não é? A gente tentou buscar, na medida do possível. Isso envolvia outros países, envolvia questões internacionais, isso foi uma dificuldade. Mas a gente tentou. Inclusive o Neto foi ouvido, não é, Neto? Até

inclusive, o Neto foi ouvido, não é, Neto? Até foi próximo do acidente, estava se recuperando ainda e foi bastante difícil.

A gente tentou colher informações o mais amplas possível, depois, recebeu, inclusive, informações dos familiares das vítimas, especialmente dos dirigentes da Chapecoense, que tinham uma preocupação muito grande com relação aos boatos que circulavam sobre possíveis irregularidades, havia informação, boato circulando de recebimento de propina. Após essa apuração toda que foi feita, o que se verificou com relação à questão criminal pelo menos, no âmbito Brasileiro, é que não se identificou nenhum elemento que pudesse denotar alguma atuação culposa, dolosa muito menos, mas nem menos culposa de qualquer pessoa que teve relação no Brasil com essa situação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente verificou é que a contratação da Lamia foi uma escolha que acho que qualquer pessoa leiga provavelmente faria, como ocorreu por parte dos dirigentes da Associação Chapecoense. Houve cotação com outras empresas, tentativa de cotação com outras empresas aéreas para aquele voo. O valor cotado, o único valor cotado foi com a empresa Gol, que é a única se dispôs a fazer aquele voo. O valor era bem superior, uma aeronave maior também, e a Argentina havia feito voos recentemente com aquela companhia. Houve voos da Argentina em período próximo ali, inclusive, para jogos no Brasil e esse é um ponto sobre que houve encaminhamento a partir dessa apuração, porque, em uma situação similar, um voo da Argentina para o Brasil para as eliminatórias da Copa do Mundo foi autorizado pela Anac, uma situação no todo similar ao voo que a Chapecoense pretendia fazer com a Lamia desde o Brasil até a Colômbia.

O voo da Chapecoense não foi autorizado e o voo da seleção argentina acabou sendo autorizado a partir de uma decisão de uma instância superior da Anac, contrariando o parecer técnico originário. Foi instaurado, inclusive, um inquérito policial para apurar eventual crime que tenha ocorrido no âmbito da Anac na autorização desse voo da equipe da seleção argentina, e, inclusive, esse voo aconteceu também próximo do limite de autonomia daquela aeronave.

Então, talvez, se houvesse alguma situação de fechamento eventual do aeroporto, necessidade de uma rota alternativa, poderia ter acontecido algum problema também com a seleção argentina em território brasileiro. A gente teve também um apoio muito grande da Aeronáutica, do Cenipa, que indicou o Major para nos assessorar nessa análise, que envolve questões técnicas específicas, e a conclusão dele também é que não vislumbrou nenhuma responsabilidade culposa de nenhum brasileiro nesse acidente. O que parece ter ocorrido foi uma série de equívocos, uma série de irregularidades no âmbito das agências bolivianas de aviação e que resultaram nesse acidente.

Atualmente, há uma ação civil tramitando na Justiça Federal de Chapecó. A Associação dos Familiares vítimas, a própria Chapecoense se não me engano é autora dessa ação também, que visa uma indenização, frente ao Estado boliviano, às entidades de aviação bolivianas, às seguradoras, são vários réus arrolados. O Ministério Público acompanha esse caso como custos legis. Na época, eu ainda tinha atribuição em relação a essa matéria e manifestei-me pela competência da Justiça Federal, que é uma questão que também está sendo

em relação a essa matéria, manifestei-me pela competência da Justiça Federal, que é uma questão que também está sendo discutida, ou seja, a competência da jurisdição brasileira para processar essa ação cível de indenização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não acompanhei mais esse caso, mas consultei recentemente e verifiquei que houve uma suspensão em virtude de um pedido das partes por um possível acordo que venha a ocorrer nesse caso.

Um dos objetivos da nossa investigação, na época, também foi buscar subsídios para colaborar com a investigação dos outros países, da Bolívia e da Colômbia, e também auxiliar os próprios familiares com relação à obtenção de documentos e informações sobre o que efetivamente aconteceu.

A gente compartilhou, ao final, a íntegra desse procedimento com aquelas pessoas que manifestaram interesse, pedindo que houvesse sigilo em relação a esses documentos, porque envolvem fotos das vítimas, enfim, um material bastante sensível. Assim, a gente solicitou que fosse dado sigilo, mas forneceu a todos os interessados cópia integral desse procedimento. Inclusive, trouxe aqui, para deixar com a Comissão, dois CDs com a cópia integral desse procedimento, que vou entregar a V. Exa.

A partir do que foi apurado e não tendo sido identificada qualquer responsabilidade culposa de nenhum brasileiro, foi arquivado aquele procedimento no âmbito do Ministério Público Federal, foi encaminhada essa representação à Procuradoria da República do Distrito Federal, que requisitou a extração do inquérito policial, e também foi oficiado à Anac e o órgão da Aeronáutica, para adoção das medidas cabíveis em relação a essa situação envolvendo uma autorização, a princípio, irregular, desse voo fretado para a equipe da seleção argentina.

O que nos pareceu e ficou um pouco evidenciada é uma certa fragilidade no controle da Anac em relação a esses voos fretados. Eu acho que essa é uma situação que deveria ser apurada também pela agência.

Com relação à situação das vítimas, com o arquivamento desse procedimento, o Ministério Público Federal não tem mais acompanhado esse caso, com exceção dessa ação de indenização que tramita na Justiça Federal. Eu confesso que não sei, atualmente, qual a situação das apurações criminais no âmbito da Colômbia e da Bolívia, mas creio que seja possível, pela via extrajudicial, uma atuação, talvez, da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal ou da própria Procuradoria-Geral da República, a fim de fazer o acompanhamento dessas ações, buscar alguma informação com relação à situação desses casos lá nos países vizinhos.

Eu me comprometo, inclusive, depois desta audiência, a encaminhar ofício à Procuradora-Geral e ao Secretário de Cooperação Internacional relatando aqui o que foi discutido e sugerindo que haja, se possível e se assim entender cabível, uma atuação dos órgãos em relação à apuração do que está ocorrendo nos países vizinhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, Excelência, eu acho que eram essas as informações que eu tinha a dar e estou aberto para qualquer questionamento.

Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Sr, Presidente, pontualmente, como frisei no início, o aparato das informações dos advogados das famílias – nem vou falar da situação emocional – vai nos levar ao seguinte: como é que nós vamos chegar a uma solução?

A Procuradoria deu aqui o seu relatório, o Ministério da Justiça, o Ministério das relações Exteriores... Nós vamos chegar ao Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Eu penso que os subsídios que nós vamos extrair

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Eu penso que os subsídios que nós vamos extrair, o conteúdo de toda essa situação, até porque tem particularidades de cada um que nós vamos filtrar e formar o nosso juízo, mas concordo com V. Exa. Nós já temos aqui a palavra do Senador Kajuru, que sempre cumpre com a sua palavra, de levar até o Presidente Bolsonaro toda essa situação.

Com a palavra o Sr. Alex Stovold, representante da Clyde & Co.

Esse senhor é o representante da Clyde & Co. Ele veio de Londres especialmente para poder se fazer presente na nossa audiência.

Posteriormente, o Sr. Albacete e o Sr. Rocha, que irão se pronunciar por videoconferência, porque os dois estão fora do País.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só para particularizar, hoje está se deslocando para Londres o Embaixador Farani, que representará o País junto às seis organizações com sede em Londres, uma delas é a de seguros.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Sa. tem dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vai haver tradução. Para quem não compreender inglês, vai haver tradução simultânea no canal 3.

Em português no canal 1.

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Bom dia.

Meu nome é Alex Stovold. Eu sou parceiro da Clyde & Co, uma firma legal inglesa.

Eu gostaria de agradecer ao Senador e ao Senado pelo convite para estar aqui hoje, para oferecer a oportunidade de responder a qualquer pergunta e para falar pelo meu cliente, para garantir essa comunicação.

Eu gostaria de começar expressando meus sentimentos às famílias pelas vítimas e a minha simpatia por todos aqueles que se envolveram com toda essa situação. Eu tive várias vindas ao Brasil e à América Latina nos últimos 2,5 anos e sempre tento manter abertura e transparência, expresso qualquer mensagem que as pessoas tenham ou pedidos para chegar até mim e até meu cliente.

Eu preparei uma fala que gostaria de ler sobre a posição da empresa de seguros. É uma leitura formal que eu gostaria de ler.

Como administradores do Fundo Humanitário de Assistência estabelecido pelos seguros, a Clyde & Co colocou oito afirmações públicas para as pessoas afetadas pela tragédia em 2016. Esta fala está sendo realizada no contexto da Clyde & Co, meu cliente, aqui representado em Brasília hoje.

da Clyde & Co, meu cliente, estando aqui representados em Brasília hoje.

Depois do acidente, nós concluímos que toda uma consideração cuidadosa de todos os fatos relevantes deveria ser feita e que não havia cobertura para o acidente. Mas a *reinsurance* tomou a decisão, de maneira totalmente voluntária e humanitária, de estabelecer e administrar um fundo humanitário para o benefício de todos os passageiros e todas as famílias afetadas que têm direito à compensação, mas que não poderiam obtê-la de maneira legal, da Lamia. Eles não tinham a obrigação legal de participar desse fundo. E nós trabalhamos próximos com os clientes e com os advogados até 2017 e 2018, incluindo a participação em várias regiões do Brasil para poder prover pagamentos feitos para as famílias por esse fundo. E nós trabalhamos colaborativamente com as famílias e os representantes tomando notas de todos os comentários feitos, tentando finalizar a documentação provida pelos nossos clientes, como um pré-requisito para fazer esses pagamentos. Não há obrigação, do ponto de vista da *reinsurance* ou das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

famílias de entrar nesse acordo. E algumas famílias, diretamente ou através de seus advogados, indicaram que eles não gostariam de participar disso.

A quantidade total disponível para pagar para cada passageiro foi fixada em US$225 mil americanos. A assinatura desses documentos foi feita em agosto de 2018, isso foi tudo concluído no Brasil no mês passado. Até hoje nós chegamos a um acordo com 23 famílias, eles todos receberam o pagamento do fundo e, 13 dessas 23 famílias já receberam todos esses pagamentos, assinando toda a documentação necessária. Várias formalidades ainda estão acontecendo na Bolívia, que devem ser completadas para que o pagamento seja feito. E as outras dez famílias vão receber esses pagamentos também.

Foi sempre a intenção da *reinsurance* – e eu deixo isso claro – que o fundo fosse fechado para participantes próximos do segundo aniversário do incidente. No entanto, quando nós fomos fazer isso era claro que a aplicação para o fundo tinha que ser confirmada antes dessa data, e aí o limite para a assinatura deveria ser estendido até 28 de março de 2019.

Enquanto nós nos engajamos com as famílias, representadas pelos advogados, em circunstâncias que nos permitiram a proteção dessas famílias, nós tínhamos até hoje a instrução dos clientes de continuar representando com esses advogados para finalizar a assinatura dessa documentação o mais rápido possível, apesar da data limite, porque eles têm direito a esses fundos. Até hoje nós estamos em diálogo com os advogados que indicam que querem receber esse pagamento do fundo, isso é mais da metade dos passageiros. Nós esperamos que esse acordo seja também fechado com todas as famílias que aceitaram e que sejam utilizados por, pelo menos, 60 dos 68 passageiros.

Enquanto não há obrigação da *reinsurance* de pagamento para nenhum indivíduo ou família, não seria ruim fazer isso. E eles têm obrigação de litigar com o cliente fazendo esse pagamento. Isso deveria, desde o início, com a consideração da receita de pagamento desse fundo, com toda a documentação liberada, ser garantido aos sobreviventes, às famílias com o seguro. Isso seria

famílias com o seguro. Isso seria efetivamente que nós não usaríamos ou não nos limitaríamos a nenhuma jurisdição. Mas tem que ser bem claro que isso não era... Não era intenção restringir qualquer indivíduo de alegar alguma coisa de responsabilidade de outra parte envolvida, seja lá quem for.

Nessa condição, a seguradora tem a certeza de que as famílias que receberam pagamento têm o pré-requisito de reassinar todos os documentos requisitados. No entanto, quanto ao que já foi assinado, a Clyde & Co quer reiterar que ainda existem US$25 mil para cada passageiro, para cada sobrevivente do acidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda existe uma necessidade de certeza para todos os interessados de que esse fundo não seja fechado. A intenção é de que nós retornemos ao Brasil em setembro para fazer mais disso, e nós vamos continuar trabalhando urgentemente com todos os advogados envolvidos com as famílias para concluir esses acordos e facilitar nas assinaturas. Nós pedimos aos advogados que falem para seus clientes fazerem tudo possível antes do fim de setembro, para que as famílias possam então receber os pagamentos o mais rápido possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o Sr. Alex Stovold, representante da Clyde & Co, junto aqui com a sua tradutora, a Dra. Márcia.

Agora vou passar a palavra para o Sr. Ricardo Albacete, proprietário da aeronave utilizada pela Lamia, por videoconferência. Ele está fora do Brasil, e espero que esteja nos ouvindo bem.

Dê um sinal aí, Sr. Albacete. (*Pausa.*)

Está ouvindo bem a gente aqui?

O SR. RICARDO ALBACETE (Para exposição de convidado. *Tradução livre.*) – Bom dia a todos. Estou muito bem vendo vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Então, os Senadores estão ouvindo? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Qual é o canal? (*Pausa.*)

O SR. RICARDO ALBACETE (*Tradução livre.*) – Estão me escutando?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Canal 10.

O SR. RICARDO ALBACETE (Para exposição de convidado. *Tradução simultânea.*) – Meu nome é Ricardo Albacete. Sou proprietário da aeronave que se sinistrou no acidente da Chapecoense.

Porto aqui para esta Comissão mais de 53 diferentes anexos em que se estabelece claramente que não é um só culpável, mas que existem muitos culpados, várias pessoas que também se envolveram nesse acidente.

Assim mesmo, fui denunciado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO ALBACETE – ... a várias instituições, que estão querendo esconder a verdade, ocultar e falsear a informação que foi dada à administração a respeito desse assunto.

a respeito desse assunto. Estão querendo encobrir isso.

Eu entreguei toda a documentação que eu tinha no meu poder para que possam analisar essa... Com tudo que está... Não existe documentação contrária ou escondida. Todo documento que eu tenho foi entregue. O resumo foi entregue, todas as minhas considerações sobre essa intervenção do Senado.

O certo é que o Senado da República do Brasil tome o poder nesse assunto, porque é minha opinião pessoal que tanto a Aeronáutica da Colômbia, que hoje, lamentavelmente, falha ao dar apoio a essa direção geral, igualmente a direção civil da Bolívia, assim como a Anac, do Brasil, que deram a permissão ou que negaram a permissão naquele momento às linhas aéreas Lamia, permitiram de bandeira boliviana... Parece que a lei tem nome e apelido lá. Então, o que a Gol pode fazer a Lamia não pode fazer – o mesmo voo que foi negado foi feito e autorizado, para que fizeram LOA –, que também é uma linha aérea de bandeira boliviana. Isso é inexplicável. E muito mais quando deram uma permissão pouco antes para que a seleção argentina voasse, com o Messi dentro, de Buenos Aires – Ezeiza ao Brasil sem tocar nem sequer o solo boliviano. Eles estão violentando a regulamentação internacional, a sétima liberdade. Sem falar na quarta liberdade, porque em Bolívia, Brasil e Colômbia, que é de uso comum e normal, foi negado. E aí começou toda essa tragédia.

Lamentavelmente, começamos mal. Começou com o voo atrasado, começou com uma quantidade de permissões feitas rapidamente e foi uma quantidade de elementos nos quais interviram autoridades bolivianas e colombianas e, ao final, logicamente, interveio lamentavelmente uma situação da controladora aérea de Rio Negro. A controladora aérea, nesse caso, do radar de Rio Negro, que, num ato totalmente demonstrativo da sua incompetência, na sua falta de critério para esses assuntos, levou a aeronave de uma maneira errada, confusa e levou a tripulação a cometer ações erradas, porque ela tinha informações que não foram passadas. E isso acabou levando, de maneira temerária, um voo que nunca tinha sido feito e se fez. Não deveria ser feito e foi feito. E terminou em tragédia, porque foi muito mal manejado pela controladora aérea.

Evidentemente, como proprietário da aeronave, eu entendo que existem muitos elementos nos quais muitas pessoas têm a ver com isso, como em todos os acidentes aéreos no mundo. Esse resultado é de uma série de eventos que levam a essa tragédia, mas se deu a tarefa somente a jogar por terra esse acidente, de se burlar da memória dos inocentes, de burlar das pobres famílias que tiveram que sofrer a perda dos entes queridos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí está o Sr. Alex Stovold. Esse senhor representa as máfias de Londres, as máfias dos seguros, as máfias de resseguros, que têm legislações feitas à medida para eles, cujas guaritas estão em Londres, para negar as famílias os direitos que eles têm, porque têm direito a serem indenizados. São inocentes, não têm nenhuma responsabilidade, de nenhum tipo, em qualquer

direito à centralização. São inocentes, não têm nenhuma responsabilidade, de nenhum tipo, em qualquer erro do ponto administrativo ou operativo que possa ter ocorrido.

Nesta oportunidade, estou aqui para defender o direito que têm as famílias chapecoenses, as famílias que são vítimas, porque seus familiares morreram nesse acidente, para serem indenizados e reivindicadas as honras a seus nomes.

Por isso, eu, em meu escrito, coloco as onze entidades que são responsáveis por tudo isso e peço a esta Comissão que, por favor, faça cópia do que eu enviei e facilite ao Procurador-Geral da República do Brasil para que ele, atuando em nome da República do Brasil, exija tanto da Colômbia como da Bolívia e de todas as pessoas que, no Brasil, também cometeram erros importantíssimos nesse assunto, para que sejam processados e que se coloquem de verdade.

Que as autoridades, a empresa AON, que também não se apresentou aí, e Alex Stovold, que representa as seguradoras,digam que não creiam que, com a miséria que estão dando, vão poder calar a memória dessa gente, porque não tem preço, essa gente não tem preço. Estão colocando preço, US$225 mil, mas, Alex Stovold, ninguém de sua família está disposto a entregar um familiar por US$225 mil. Mas estão dando isso aos advogados para que eles convençam as famílias também no Brasil de assinar essa cessão de direitos. Logicamente isso permite evitar as responsabilidades que eles têm, os seguros por terem feito um trabalho tão ruim, por terem colocado uma provisão, uma excussão à Colômbia que não existia em nenhum contrato, que não existia em nenhuma negociação que pudera ser feita anteriormente, no meu caso, como proprietário da aeronave.

Então, exijo, peço a todos os que participam deste evento que se reabra a investigação que se produziu na Colômbia, que está completamente fechada. Estão escondendo os assuntos e deixam de cobrir muitas coisas que devem ser reveladas neste evento. Por isso, a minha participação aqui é... Acabo de sair de uma operação e, por isso, não estou presente. Senão, eu estaria presente pessoalmente. Peço desculpas por não estar.

Eu peço que se reabra essa investigação que foi muito malfeita, que não se dê por fechada, encerrada, que o Brasil, numa das atribuições legais que tem, de acordo com a investigação de acidentes, peça a reabertura dessa investigação e analise a fundo as boas evidências que foram aportadas – evidentemente, eu coloquei aí – a qualquer tribunal, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer local, a qualquer país e a qualquer entidade a dar a cara e apresentar as provas que eu tenho na minha posse e que agora vocês têm na mão também.

É muito importante, que vocês, como Senadores e Procurador, que representam os interesses do Brasil, não permitam que isso fique impune. Isso não pode ficar impune, porque realmente perdemos pessoas, serem humanos, que iam no avião de forma inocente.

E agora eles colocam uma série de normas e leis. A lei diz tal coisa, tal coisa, tal parte diz tal coisa. Por isso, a gente não paga os familiares das vítimas, porque eles têm a culpa de ir numa aeronave que caiu. É insólita a forma como se apresentou legalmente esse assunto. Quer dizer, os familiares das vítimas têm sofrido o atropelo, o abuso e a burla ao ter que escutar um senhor que disse que dera US$225 mil. Eu gostaria de perguntar a qualquer um dos familiares das seguradoras se eles estão dispostos que morra um só

se eles estão dispostos a que morra um só familiar a esse preço; o que não é justo, é absolutamente injusto. E as seguradoras que devem milhões e milhões ao Brasil, apólices de seguro de aeroaves, de aeroportos, de barcos, de autovias, de qualquer outro tipo de avais que eles utilizam no Brasil para lucrar, não pagam nem 10% nas apólices de indenizações. Eles lucram e ficam ricos com o dinheiro dos brasileiros, tanto público como privado. E agora vêm dizer: "Olha, a gente veio aqui pagar essa esmola para que vocês se conformem com isso". Ninguém pode ficar conformado com isso. A gente quer saber a verdade de tudo isso, e não podem esconder, não podem colocar a culpa em quem está morto. É muito fácil dizer: "A tripulação fez coisas mais". Claro – claro. Eu estou de acordo que eles tiveram algum erro nisso, mas eles não podem se defender.

Então, claro, é muito fácil para todas as pessoas que têm a ver com isso: "Olha, eu não vou a essa reunião porque a confidencialidade não me permite; não vou porque não tenho avião; eu não vou porque eu não tenho outra coisa", mas eu estou aqui, mesmo estando doente. Eles deveriam dar a cara. A família necessita não só do dinheiro; necessita de que digam a verdade. Isso é necessário. É urgente que vocês tomem as mãos nisso.

E contem comigo para o que vocês consideram conveniente. Eu não tenho nada que esconder. Tenho absolutamente a minha consciência tranquila, e me dói muito o que aconteceu. Sinto como se algo tivera partido; eu sinto como se tivesse acontecido comigo. Eu lamento muito sobre isso. Eu peço desculpa pelos erros que eu possa ter cometido na administração da minha aeronave, ao alugar a minha aeronave. E eu quero dizer com toda segurança aqui que se fechou um caso de uma forma muito canalha, e se está tratando as pessoas de uma maneira muito canalha. E isso não pode ser permitido, esses erros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu termino dessa forma para responder às perguntas que vocês consideram convenientes, de maneira que vocês considerem necessário.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Sr. Ricardo Albacete, por vídeoconferência, proprietário da aeronave utilizada pela Lamia, o seu esforço por estar aqui presente, mesmo por vídeoconferência, estando num pós-operatório.

E, de pronto, por dez minutos, também por vídeoconferência, passo a palavra ao Sr. Marcos Rocha.

Informo a todos que, posteriormente à fala do Sr. Marcos Rocha, teremos a fala do Sr. Hélio Neto, atleta sobrevivente do acidente.

E abre-se para as perguntas e os questionamentos dos Srs. Senadores.

Com a palavra o Sr. Rocha.

O SR. MARCOS ROCHA (*Tradução simultânea.*) – Muito bom dia. Primeiramente quero agradecer ao Presidente, aos Senadores, a todos os convidados, aos familiares da Chapecoense. Meu nome é Marcos Rocha e eu sou o sócio-proprietário da Lamia Corporation CLD Bolívia. Lamentavelmente, foi o protagonista de uma tragédia em que 71 pessoas perderam a vida. Bom, para mim é algo muito duro e acho que vou ter que viver com isso toda a minha vida

Com isso, toda minha vida carregar essa tragédia tão grande.

Em primeiro lugar, estou aqui diante de vocês para tratar de absolutamente qualquer tipo de pergunta, qualquer tipo de questão que tenha relação com o acidente e estou aberto para qualquer coisa da gerência do meu país que considerem, a própria justiça. Eu não me considero perseguido por essa justiça boliviana comprada e o Governo e tudo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Para que o Sr. Hélio Hermito Zampier Neto possa fazer a sua explanação. Posteriormente, para completar, o Dr. Marcel, que o acompanha e é o advogado envolvido nessa causa.

Com a palavra o jogador Neto.

O SR. HÉLIO HERMITO ZAMPIER NETO – Primeiramente, quero agradecer ao Senado por ter aberto as portas para a nossa causa, aqui representado pelo Senador Nelsinho Trad.

Quero agradecer também às famílias que lutaram e continuam lutando por essa causa, na presença da Mara e da Fábia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse dia de hoje não é comum para mim, porque esperei muito por esse dia. Só Deus sabe o que passei naquele acidente e quantas noites orei para que Deus colocasse pessoas capacitadas que realmente solucionassem o problema. Durante muito tempo, a gente teve uma exposição muito grande, principalmente os sobreviventes, televisão e tudo mais, e nada funcionava. A gente falou bastante, tudo foi dito, todo mundo sabe das situações que aconteceram e ninguém pôde nos ajudar. E eu sempre pedi a Deus que colocasse pessoas capacitadas para resolver essa questão. E eu acho que as pessoas capacitadas são vocês aqui do Senado. Se a gente não conseguir solucionar esse problema aqui, acho que lugar nenhum mais conseguirá solucionar.

Eu, como atleta de futebol, não do nível que o Romário foi, mas as coisas são semelhantes, as viagens, a convivência; a Leila, que foi atleta, também sabe do que estou falando; eu vivi um momento ímpar na minha carreira. Sou um carioca do subúrbio que começou muito tarde no futebol, comecei como amador no Pavonês, estava jogando um final de sul-americano por um clube do interior, um clube muito organizado quando cheguei. Dentre tantas viagens, a gente viajando com a LaMia, uma alegria tremenda, a gente sonhando com aquilo que gostaria de conquistar, que era esse título, que depois veio de uma forma muito ruim, com a tragédia, mas a gente queria conquistar em campo.

E eu gostaria que vocês se colocassem na minha situação porque o que eu vivi ali naquela aeronave eu não desejo para ninguém. As lembranças que eu tenho e a destruição que causou não só a mim mas a minha família: só Deus sabe o que a minha filha passou depois, quando foi andar de avião, só Deus sabe as tremedeiras que ela teve em casa, as noites de choro, eu tendo que consolar como pai e tendo que ser forte. Só Deus sabe tudo que passei.

Então, eu queria contar um pouco da minha experiência e agradecer ao Dr. Marcel, que está aqui a meu lado, que é uma pessoa que conheço muito antes da tragédia, era empresários de jogadores que estavam lá, era advogado de jogadores e meu amigo particular.

Mas se coloquem no meu lugar e tentem imaginar vocês indo para uma decisão tão importante para o clube, para a sua vida, para a sua família, porque só quem é atleta sabe o quanto a família torce para você chegar num momento como esse. E, de uma hora para outra, você entender e observar que o avião não tem mais motor, que o avião se desligou por completo, que acendeu uma luz de emergência no chão, o que nunca acontece, só em filmes, mas não na vida real, e você começar a entender que a vida vai acabar dessa forma, numa final. Mas como? A gente lutou para chegar aqui e vai acabar assim? E você, a partir de um momento, perceber que não existe mais barulho de motor, que existe o barulho do vento batendo na lataria, que o avião já não tem mais estabilidade e que vai ser o final de tudo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso falar claramente, porque a Gislaine, que está ali, esposa do Bruno Rangel, sofre com isso até hoje. Eu estava ao lado do marido dela e lembro do olhar dele para mim. Não falou uma palavra, só olhou, balançou a cabeça como: "Neto, acho que é o fim da linha".

E eu vim falar aqui é que eu gostaria de saber a verdade disso tudo. O meu incômodo não é só o acidente. Eu não aguento mais ver tanta impunidade no nosso País. Vocês não passaram por isso, mas eu passei. A verdade tem que ser exposta. A gente tem uma série de hipóteses, mas com a verdade como realmente é acho que está na mão do Senado nos ajudar. O sofrimento é grande, a minha vida mudou, como de todos aqui. As esposas perderam seus maridos, eu perdi grandes amigos, amigos mesmo, gente que me fez crescer, porque amigo é isso, amigo te faz crescer. Ele te bate, mas para te fazer crescer. É igual ao pai, quando corrige é porque quer fazer o filho crescer.

Eu tive amigos ali que eu ouvi falar pelo meu pai. O marido da Mara, quando meu pai soube que ele iria viajar, meu pai, como amante do futebol, disse: "Você está indo ao lado de um cara que jogou muita bola". E não tem mais ninguém aqui.

E eu, entendendo que Deus fez com que eu ficasse vivo, para que eu pudesse, de certa forma, expor a verdade que eu vivi, para que eu pudesse tocar o coração de cada um para que ajudassem as famílias dos que se foram, porque o filho não tem mais o pai em casa; as famílias dos que ficaram

as famílias dos que ficaram...

Eu espero que vocês possam nos dar uma solução, um norte para tanto sofrimento, porque se engana quem acha que a tragédia é a única causa do sofrimento; a impunidade dói mais do que qualquer tragédia, as mentiras doem mais do que qualquer tragédia. E eu só queria a verdade, eu só quero que a verdade seja esclarecida, eu só quero que as famílias tenham um pouco mais de conforto e consolo, porque eu tenho certeza de que, se a verdade aparecer e se as pessoas que realmente participaram de tudo isso de forma negativa vierem a ser conhecidas e tiverem algum tipo de punição, isso já será um alívio para os nossos corações.

A vida nunca mais será a mesma para quem teve dentro dessa tragédia. Eu tenho certeza de que para mim não vai ser a mesma coisa e muito menos para meus filhos, porque de todos os atletas que se foram fui o único que ficou e que é pai. Então, meus filhos, com 12 anos, sabem dos pais dos amigos deles que se foram, porque a gente convivia junto.

Eu só queria pedir que vocês fizessem de tudo – se pudessem levar ao Presidente, que pudessem levar... Eu o conheci em 2017 num testemunho que eu dei no Rio de Janeiro, mas não tenho contato. Eu espero que tudo isso venha a ser pincelado aqui não para que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volte somente ao assunto, mas para que a gente possa solucionar este caso e dar um pouco mais de conforto e alegria para tantas famílias que estão despedaçados aí internamente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o depoimento comovente do jogador Neto, sobrevivente da tragédia da Chapecoense.

De pronto, passo a palavra ao Dr Marcelo...

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. Pela ordem.) – Presidente Nelsinho Trad, eu precisava de sua compreensão por rigorosamente sete minutos, que é o tempo. Eu sou o último escrito lá no Plenário agora na sessão sobre a Associação Nacional de Jornais e, como eu sou jornalista, eu fui escalado pelo Senador Lasier Martins para concluir os trabalhos lá. Eu vou e volto, mas eu queria pedir a sua permissão só para quebrar um pouco do protocolo em função de um questionamento que eu não consigo deixar de fazer, especialmente depois das palavras do jogador Neto de emocionar e de causar tanta indignação ao nosso País, até porque ele falou que este é o País da impunidade. E realmente é em todos os sentidos, ainda mais neste caso.

Eu queria pedir a sua permissão para deixar aqui, se ele não quiser responder agora, Presidente, uma pergunta dura, em que eu gostaria que houvesse sinceridade por parte do Sr. Alex, que representa aqui a seguradora. A pergunta é curta e grossa. Considerando que a seguradora AON enviou *e-mail* em 1º de dezembro de 2016 em nome

de 2016 em nome das seguradoras afirmando que pagaria as indenizações, eu gostaria de saber em que momento se mudou de ideia e a seguradora considerou que não tem responsabilidade. Por quê? É a pergunta que eu gostaria de deixar, e eu volto em oito minutos pontualmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O senhor pode responder...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. Pela ordem.) – Eu gostaria só de perguntar como é que está sendo conduzida aqui esta audiência pública. Eles vão falar, e depois nós Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está faltando só um nesta Mesa para acabar. Depois, vocês fazem a pergunta que quiserem.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Como o Kajuru fez uma pergunta agora, há como você esperar a resposta dele, Senador Kajuru? Daí V. Exa. estará liberado por sete minutos, voltando depois, porque sua presença aqui é muito importante.

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Eu agradeço pela pergunta. Eu vou tentar responder da melhor maneira possível.

Para ser claro, eu represento as reasseguradoras, é diferente os resseguros. E efetivamente eles garantiram as políticas e eles resseguraram isso, mas o que quer que tenha sido dito em correspondências eu não posso comentar isso especificamente. O que eu posso dizer é que uma decisão foi tomada de que não haveria cobertura por essas políticas da Bisa. E isso era algo que foi comunicado para LaMia. E o meu entendimento é que isso foi comunicado com transparência para as autoridades bolivianas. E havia muitas razões para que essa cobertura fosse negada. Eu entendo o desafio dessas autoridades bolivianas, existem razões justificáveis do porquê um contrato desse tipo, de alguma forma, não foi cumprido e foi violado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEX STOVOLD – O fato levaria às circunstâncias do que aconteceu... E o fato significava que deveria haver uma decisão, uma posição da Bisa de que não haveria cobertura. E, se você é uma companhia de resseguro, você não pode cobrir onde não há cobertura, porque não há nada que esteja por baixo disso. Em última análise, o que é ordinariamente coberto pelas políticas de sinistro é que isso começa com a LaMia, e o sinistro legal que eles podem ter... Infelizmente, por muitas razões, esse seguro não cobria o acidente, por causa da natureza do seguro e da natureza do acidente.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu posso fazer uma pergunta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Sr. Alex, a pergunta é simples.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Muito menos a mim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem é que tem que pagar na sua concepção? Quem é que tem que pagar, na sua concepção? Quem é que tem que pagar o que é devido às famílias das pessoas que morreram nesse acidente?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para completar, Romário, ele foi contratado como seguradora, no caso – ou resseguradora, não sei. Só completando, no caso a atribuição seria pagar as indenizações. Alguém decidiu que não vamos pagar. Como foi feito esse contrato? Quem decidiu? Como foi feito um contrato que não cobre? Nós estamos falando de uma empresa, de um avião que voa. Ele, na sua atribuição como seguradora, deveria cobrir onde o avião voa, então o espaço que esse avião teoricamente está cobrindo. Então, não estou entendendo muito bem ele, na atribuição dele como seguradora, não cobrir, não indenizar.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Ele pode responder? Eu tenho mais uma pergunta. Faço agora ou depois? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Sr. Alex, vamos imaginar que o senhor tivesse perdido uma pessoa nesse acidente. Quem o senhor iria cobrar?

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Eu entendo aquela pergunta. Eu reconheço a importância dessa pergunta e é isso que eu imagino para as pessoas desta sala. Elas gostariam dessa resposta. Seria eu a pessoa correta para responder? Eu não acho que eu seja. Eu represento a companhia de seguros, mas como administradora de um fundo para tentar pagar dinheiro que eles queriam passar para as famílias, para as vítimas, em circunstâncias onde não há cobertura. Houve uma decisão sendo tomada, e essa decisão foi tentar pagar algum dinheiro. Eu não posso comentar sobre quem deveria ser responsável. Eu estou lidando, nunca lidei e nunca aconselhei ninguém a fazer uma cobertura. Não é esse o meu papel. Eu não tomo decisões a respeito de cobertura. Em alguma medida eu sou um facilitador, eu estou tentando chegar ao pagamento efetuado. Eu gastei os últimos dois anos, e mais, tentando fazer isso, para explicar para as pessoas. Eu encontrei as famílias, eu encontrei os advogados. Eu sempre disse para eles, em todas as reuniões: Se você tem uma pergunta que você quer que eu passe para os responsáveis, eu vou passar para eles, sem falhas. Eu sempre fiz isso, e as afirmações que nós produzimos responderam a essas perguntas da melhor maneira possível.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – O senhor então não tem autonomia para falar sobre a empresa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Pela empresa de seguros? Eu os represento. Eu diria que eu tenho que ser cuidadoso com o que eu digo. Eu sou advogado e eu tenho o papel específico de tentar resolver os problemas. Então, eu tenho as instruções deles e eu os represento, e eu guio também, mas eu não posso fazer afirmações aqui por eles especificamente. Eu reconheço, sim, o desejo de olhar para quem é o responsável. É aquela única coisa que eu não posso fazer. Eu não posso fazer isso. Não está no meu acordo. Existem outras organizações, outros organismos

Existem outras organizações, outros organismos de profissionais em outros países que estão engajados nisso, e não necessariamente esse é o propósito de hoje, mas há outras maneiras de tentar determinar quem é responsável. A minha visão não é relevante, e isso só complicaria as coisas. Eu não tenho o poder de passar isso.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu não consigo entender que o senhor, como representante da seguradora, que a princípio teria que ser a responsável pelo pagamento, acabar de dizer que não pode dizer isso, que não pode dizer aquilo, que não pode se responsabilizar pelo que aconteceu. Vou repetir a última pergunta que fiz para o senhor: o senhor, como um familiar, um cidadão que perdeu um ente nesse acidente, aonde o senhor iria? Quem o senhor cobraria pelo que aconteceu?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E a quem recorreria?

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – É impossível, é uma pergunta impossível de responder. Eu tenho muita simpatia pelas famílias e pelo que eles passaram, mas isso é em um nível pessoal. Eu acho que eles têm que olhar para cada maneira possível de encontrar respostas. Tudo que eu posso dizer é: eu provavelmente faria o mesmo. Eu entendo o desejo de ter informações e tentar fechar isso, e uma resolução para isso tudo. Eu acho que as associações que foram organizadas, a maneira como tudo foi conduzido, eu acho tudo muito admirável. O que eu faria? Eu não posso responder isso, porque eu tive muita sorte disso não acontecer comigo. Eu posso apenas simpatizar imensamente com todos que passaram por tudo isso.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Então, eu vou fazer a última pergunta para o senhor: alguém tem que pagar? No seu entendimento, alguém tem que pagar essa conta? "Quem" eu já perguntei, e ele não respondeu. Quero pelo menos saber se alguém tem que pagar. É justo?

O SR. ALEX STOVOLD – Eu acho que todo mundo gostaria de ver a justiça sendo feita, e eu concordo com isso. Como e onde isso acontece, eu não sei. Eu posso apenas comentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

realmente sobre a posição... Quando eu olho para isso profissionalmente como um advogado engajado, representando a seguradora, que está tentando pagar dinheiro sobre contrato, essa situação é diferente. Não é um requisito pagar. Eles tentaram assistir as famílias da melhor maneira possível. É isso que eu estou fazendo. É um papel limitado o meu aqui. Eu gostaria de estar aqui para assistir e dar suporte. Eu sei que, como a única pessoa presente como uma companhia de seguros, eu sabia que eu receberia esse tipo de pergunta, mas elas são difíceis de responder e não são necessariamente as perguntas para mim, para eu responder.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vou completar aqui, Romário. Então

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Deixe-me completar aqui, Romário. Vamos lá.

Quando a gente contrata um seguro, na verdade eu tenho uma casa e contrato o seguro... Então, eu sou a dona da casa. Vou perguntar para os sócios da Lamia, Sr. Ricardo Albacete e o Rocha: vocês contrataram essa empresa seguradora e, pelo que parece, ela acabou de falar que não cobria certos trajetos feitos pela aeronave. No caso, vocês sabiam onde a Lamia transitava, no caso, voava.

Eu pergunto: vocês não se preocuparam com essa questão, porque parece que há uma cláusula dentro do contrato que fala essas questões que eles podem vedar, no caso, não cobrir? Vocês não se preocuparam com essa questão dos trajetos que a Lamia fazia, as coberturas, com relação a essas cláusulas do contrato junto à seguradora? Porque para mim está claro o seguinte: a seguradora disse que não cobria. No caso, alguém contratou. Isso seria dos donos da aeronave ou da companhia. Então, eu pergunto a vocês essa questão cobertura. Se ele não consegue responder, eu pergunto aos senhores se os senhores se preocuparam com essa questão da cobertura.

O SR. RICARDO ALBACETE (*Tradução simultânea.*) – Não estamos escutando. A tradução não escuta o áudio, a tradução não escuta o áudio. A tradução não está escutando o áudio. (*Pausa.*)

Que ele possa começar de novo pelo que ele deve responder.

Documentos, correio, onde foi informado a esses senhores os voos para Colômbia e passava por cima do Peru. E eles nunca negaram nem tomaram nenhuma medida sobre esse ponto particular. Definitivamente, durante os oito anos em que esteve assegurada essa aeronave, eles utilizaram seguradora de diferentes tipos. Sempre tiveram assegurada essa aeronave, com responsabilidade civil sobre US$300 milhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso, eu acabo de demonstrar e tenho documentos que dizem que a responsabilidade... Aqui está. O limite da responsabilidade aqui diz. Não sei se vocês podem ver. São US$150 milhões. Aqui diz. Está no contrato. Vocês podem ler? Este é o contrato vigente.

Por outro lado, eles alegam todos os documentos, todos os correios que comprometem, como aqui no caso muito acertadamente o Senador Romário exibiu falando quem foi que contratou em nome da Lamia Corporation... Envia uma correspondência no dia 1º de dezembro dizendo que falou com a resseguradora e eles disseram tratar esse assunto de maneira normal, tirando qualquer reparo sobre esse assunto, e vão pagar. E o que acontece? Quando eles percebem que existem não somente US$25 milhões, mas US$150 milhões no limite de responsabilidade, eles decidem

Quando eles percebem que existem não somente US$25 milhões, mas US$150 milhões no limite de responsabilidade, eles decidem, então, "bom, podemos rever isso", porque o Acordo de Montreal de 1999, firmado e assinado pela Colômbia, Brasil e Bolívia, também estabelece que qualquer pagamento que se faça se faz pelo que o tribunal decide, quer dizer, esse dinheiro que eles decidiram, esse esmola que eles estão oferecendo e utilizam o Senado para dizer... Porque isso sim, eu volto a dizer, as famílias se aplicam, e voltam, e recebem as esmolas dos seus patrões de Londres. Ele o que faz é enrolar as pessoas.

Bom, esse contrato de seguro, durante toda a existência... Eu estive em alguns compromissos com a Lamia. Lamentavelmente não tive participação. Sempre foi de US$300 milhões e cobria absolutamente todo mundo, sem nenhum tipo de restrição. O que acontece é que a Aon, que não está representada aí, fez de forma negligente e criminosa essas mudanças no contrato, porque, cada vez que passava um voo, eles avisavam, porque eles estavam conscientes de que estavam voando com a equipe de futebol, mas eles não fizeram nada. E, na última hora, eles negam o que acabam de dizer. Dizem de forma contrária o que eles tinham sustentado, o que muito acertadamente exige, Senador Romário, o que foi facilitado por mim aos advogados brasileiros.

Eles negam, mas eu quero dizer uma coisa. Com essas pessoas você está perdendo tempo. Eles têm uma posição que é utilizar o dinheiro que eles decidiram pagar, que decidiram que era menor do que tinha sido decidido, US$300 milhões. Eles perceberam que não eram US$25 milhões, mas US$150 milhões, e agora eles pretendem burlar os direitos legítimos que têm as famílias.

Como dizia o jogador que me antecedeu, o mais importante é a verdade. Aqui não pode mais haver impunidade, e há culpados na Bolívia, na Colômbia e no Brasil. E não somente os falecidos, não somente a tripulação são responsáveis por isso. Por isso a verdade tem que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saber. Estou totalmente de acordo com o que disse o jogador e as famílias, mas estão perdendo tempo com esse senhor. Eu já me reuni com ele duas vezes: uma vez em Bogotá e outra vez em Madri. Ele veio me ver aqui. Tratou de convencer a mim para eu assinar com eles e submeter informações às famílias. Eu disse: ou você paga a família, ou você não vai ter tranquilidade comigo até o fim dos seus dias. Ele não sabe. Eu posso mostrar os documentos, porque, se ele mostra os dele, eu mostro o que eu mostrei a ele. Ele sabe perfeitamente que eu não aceitei que me pagassem para enganar as famílias. Ele sabe que eu tenho os documentos, que estou exibindo nos tribunais e é por isso que ele está apurado, para que se saiba a verdade. Depois que se sabe a verdade, não há mais o que fazer. Estou atuando contra o seguro. Os seguros têm pagar, porque para isso estão aí. Eles não estão aí, eles recebem dinheiro de todos os passageiros brasileiros, do mundo inteiro também, para que, quando há um acidente, eles possam pagar, mas eles querem ficar só com os ganhos. Eles querem ficar até com as indenizações das famílias. Essa é a verdade. E termino com isso. Estou aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Leila e depois Senador Romário.

depois Senador Romário.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Se existe, apresentado agora (*Fora do microfone.*)

um contrato com uma apólice de 150 milhões, por que a seguradora, então, não libera esse capital? Só limita a um fundo de US$220 mil para cada família. Se existe um contrato, existe uma apólice de US$150 milhões. Então, por que não libera?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Em cima do que a Senadora Leila Barros colocou, eu queria fazer uma pergunta. A seguradora recebeu o dinheiro? Essa é a primeira pergunta.

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – A seguradora não recebeu o dinheiro?

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Não.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Por quê?

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – O prêmio não foi pago.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem teria que pagar?

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – A Lamia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – Sim. Ou a companhia, ou a empresa. Eu não posso falar mais. Esse é o papel do grupo da companhia.

Eu gostaria de voltar aqui. Eu estou aqui. O meu papel, o motivo pelo qual eu ainda estou engajado aqui, pelo resseguro é porque há um fundo para pagar. Se o fundo estivesse fechado, eu não estaria aqui, porque eles diriam: "Feche o arquivo". Eu tenho um papel específico. Eu tenho esse papel, é um resultado da posição que foi adotada pelo Benson na cobertura que o *reinsurence*, o resseguro adotou. Essa posição foi convencionada e foi passada para a Lamia. Porque eu não me engajei em olhar nos assentos de cobertura, eu não tenho detalhes de se houve documentações antigas, como mudou e por que mudou.

Na data do acidente, o meu entendimento claro é de que a política que estava vigente era de US$25 milhões. Essa política contém uma exclusão que diria que o avião não podia operar para a Colômbia. A cobertura foi negada, em parte, por causa disso. A linha aérea sabia que a Colômbia estava excluída da política, da apólice, porque, em outras ocasiões, tinham pedido permissão para operar para a Colômbia, para voos únicos. Eles sabiam e não fizeram a apólice, o custo não foi pago.

A Lamia tinha perdido o prazo do pagamento em 2 de outubro de 2016. Sob a lei boliviana, numa carta mandada antes sobre a apólice não paga, o seguro foi negado, não podia haver pagamento de seguro sob a luz boliviana, sob a lei boliviana, porque não tinha havido pagamento. Houve um requerimento sobre a apólice, para que a Lamia adotasse todas as medidas necessárias para prever e evitar um acidente, evitar esse acidente. O que foi adotado pela Bisa, olhando para as circunstâncias do acidente, foi quebra desses mandamentos, e eles não fizeram isso. Havia uma exclusão de ilegalidades na política, e, sob a lei boliviana, isso foi considerado acontecido. Então, assuntos de ilegalidade não podiam ser cobertos. Isso foi outra causa, e, a final

ser cobertos. Isso foi outra causa, e, a final, que foi também acertada com a Bisa e a Lamia era de que eles precisavam confirmar e notificar previamente se um time de futebol fosse levado no avião. Eles fizeram isso antes e fizeram isso nessa ocasião também.

Então, esses foram os fatores que ligaram a exclusão da cobertura ao não pagamento. Eu reconheço que é muito fácil e compreensível olhar para onde está algum nível de responsabilidade ou algo que pode ser feito melhor. Olha o seguro, o resseguro.

Com todas essas circunstâncias, se você pensar em todo voo no mundo, todo avião no ar agora, todo contrato de seguros, é muito importante para a indústria de aviação, de seguros e o público que o seguro seja respeitado, que os contratos sejam mantidos. Se houver um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

problema com esse contrato e não houver cobertura, que essa posição seja aplicada de acordo com a LOA aplicável à apólice e a lei boliviana, nesse caso.

São palavras fortes, por ser algo recente, mas ele se sentiu muito afetado por isso, mas não é um caso de haver pagamento evitado ou nada disso. É uma situação fática e contratual que foi adotada e aceita. E depois, separadamente a isso, com base de que não havia cobertura, o resseguro olhou, se deparou com isso e olhou a responsabilidade corporativa sob a ótica da responsabilidade corporativa e disse: "O que pode ser feito?" E por isso eu estou aqui, para tentar prover assistência às famílias.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – De que maneira o senhor tem tentado dar assistência a essa família? Essa é uma pergunta.

E Dr. Marcel, eu queria fazer uma pergunta ao senhor: já foi identificado aqui, no Brasil, o verdadeiro culpado pelo acidente.

O SR. MARCEL CAMILO – Não, Senador. Na verdade, existem "n" culpados. Eu só queria entrar um pouco na demanda aqui, porque eu acho que há coisas a serem esclarecidas.

O Dr. Alex, na verdade, muito simpático, muito agradável, um lorde inglês na verdade, foi contratado, na verdade, para dar todas as desculpas efetivas que ele está dando a todo momento, o.k.?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCEL CAMILO – Exatamente. Ele foi contratado para vir aqui dizer para nós que eles são muito bonzinhos, que eles são pessoas extremamente caridosas e que eles não podem fazer nada porque existem as exclusões da apólice.

Agora, perguntemos ao Sr. Alex quais são as excludentes que eles querem nesse recibo que a gente assina, de US$225 mil, se não são exatamente tirar a responsabilidade de Tokio Marine, Bisa, Aon, não é? Pior do que isso, essas empresas todas continuam ganhando dinheiro de brasileiros. A Tokio Marine continua ganhando dinheiro de brasileiros, e 67 cidadãos brasileiros morreram, e eles dizem que não têm nada a ver com isso. A todo momento, são essas desculpas que a gente ouve do fundo.

Entendo a situação do Sr. Alex, que foi contratado para isso. Então, ele veio aqui e disse...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Posso interromper o senhor?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Só um minuto, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o tipo de ajuda que ele está dando para as famílias, que eu quero entender?

O SR. MARCEL CAMILO – Nada. Zero. Na verdade, ele...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Esse cara é um cara de pau.

O SR. MARCEL CAMILO – Na verdade, ele tem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Dissimulado.

O SR. MARCEL CAMILO – Vinte e sete famílias, 23 famílias assinaram o acordo, Romário – assinaram. São 23 famílias que não têm condição nenhuma de permanecer, e, se não assinassem, não teriam nada – nada, zero.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Sr. Alex

Não teriam nada, nada. Zero.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Sr. Alex, com todo o respeito ao senhor, isso aqui não é brincadeira e muito menos circo. O senhor está dizendo aqui, acabou de dizer, que o senhor está dando um suporte e uma ajuda à família. Segundo o advogado que representa as famílias – é isso, não é?

O SR. MARCEL CAMILO – Sim!

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – ... o senhor nunca ajudou – desculpe a expressão – , em (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno*.) nenhuma. O que é que o senhor está fazendo aqui?

O SR. ALEX STOVOLD – Por favor, o senhor poderia repetir a pergunta?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Segundo o senhor está dizendo, está dando uma ajuda e um suporte à família. Eu perguntei aqui ao advogado da família e ele me disse que, até o momento, nenhum tipo de ajuda foi dado pela sua empresa. O que é que o senhor está fazendo aqui, realmente? Qual é o objetivo do senhor nessa reunião aqui, nessa audiência pública? Porque aqui, a princípio, a gente está querendo entender quem, ou quais são os culpados, e quais são as pessoas ou as empresas que vão indenizar as famílias, que isso é um dever. E até agora, pelo que estou vendo, o senhor está falando muito bonito, está se defendendo da melhor forma possível, mas, segundo o advogado, isso não tem nenhuma relação com o que a gente está fazendo aqui, porque o senhor está dizendo que está ajudando, está dando suporte, e nada disso está acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO. *Fora do microfone.*) – Ele está mentindo.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – É, o senhor está mentindo, no caso.

O SR. ALEX STOVOLD – Eu posso mostrar para vocês que eu não estou mentindo. Profissionalmente, eu trabalho nesse papel onde eu estou agora por mais de 20 anos. Eu tenho muito orgulho de falar sempre a verdade, e eu estou aqui hoje com o suporte do meu cliente, mas eu estou aqui voluntariamente, tentando dar assistência. Eu fui convidado, e por que é que eu estou aqui?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – A única coisa que o senhor está fazendo aqui é defendendo a sua empresa. Não tem nenhum tipo de assistência... eu, particularmente, não estou vendo nenhum tipo de assistência de sua parte.

O SR. ALEX STOVOLD – A assistência é na forma do fundo que foi organizado. Então, a minha firma, quando o resseguro criou esse fundo, eles transferiram o dinheiro para a nossa conta em Londres e eles nos deram poder para pagar isso para as famílias, e aí eu passei dois anos e meio viajando pelo Brasil, tentando encontrar as pessoas, conversar com as pessoas e discutir com elas.

Eu tive encontros, já, com advogados – eles são confidenciais esses encontros, mas isso não é nada, nenhuma razão negativa; é simplesmente que, se eu entrar numa reunião e eu digo que é confidencial e a pessoa diz que é confidencial, eu vou aceitar isso, eu vou manter isso, porque essa é a maneira como nós discutimos esse tipo de assunto. E, como foi dito, 23 das famílias, ou os passageiros, já aceitaram essa soma. Ninguém os forçou a aceitar. Eles tinham aconselhamento legal e eles aceitaram fazer isso. E há outros advogados que continuam agindo, que continuam discutindo conosco, que representam mais da metade das famílias que

discutindo conosco, que representam mais da metade das famílias que levariam isso a possivelmente 58...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Vinte e três famílias aceitaram o acordo com a sua empresa, é isso? Independente do valor, é isso?

O SR. ALEX STOVOLD (*Tradução simultânea.*) – sim.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Então, a sua empresa tem que pagar. Então, a sua empresa é que deve.

E as outras famílias que não aceitaram? Elas tem que continuar cobrando a sua empresa? porque a sua empresa... Na minha opinião, na minha concepção, a partir do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que eu faço um acordo com 23 famílias, independente do valor, eu estou ali me colocando como culpada e sendo a empresa que tem pagar essa indenização.

O senhor é advogado. Não é isso? Ou seja, "eu sou culpado, eu vou pagar". Só que 23 famílias aceitaram o meu acordo e as outras, não. O senhor tem que continuar conversando om as outras para ver qual é o valor que as outras famílias entendem que é um valor justo para a sua perda... (*Pausa.*)

Doutor...

O SR. MARCEL CAMILO – Eu só queria que vocês entendessem o seguinte: ele disse que conversou com várias famílias...

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Estou dizendo em cima...

O SR. MARCEL CAMILO – ... Ele disse que conversou com várias famílias, inclusive comigo algumas vezes – como eu disse sempre muito cortês. Eu só queria entender o seguinte: qual é essa conversa se não simplesmente tentar convencer as pessoas de que elas tem que receber 225 mil?

Eu gostaria que ele explicasse, que ele dissesse: "Não, olha, nós começamos em 10, chegamos a 225 e estamos chegar a 500". Em nhum momento isso é feito, a todo momento ele reitera... O que o Sr. Alex disse aqui hoje é o que ele fala todas as vezes em que a gente se reúne: "Olha, eu vou levar, olha eu vou pegar, eu vou trazer".

Outra coisa, se não existe culpa, se só existe essa bondade toda, esse clamor todo por ajudar as pessoas, por que o termo de quitação? Por que exigir o termo de quitação amplo e irrestrito? Essa é a pergunta. Se eu não devo e sou bondoso, eu faço a caridade. Eu dou com a esquerda e a direita não precisa ficar sabendo. E não é isso o que acontece, a todo momento esse teatro todo que é feito em cima das vítimas é uma coisa fora de propósito.

Essa é a pergunta. Por que, se eu estou dando, eu preciso assinar um documento? Por que, se eu tenho as apólices... O Sr. Albacete, o Sr. Marcos já entregaram uma série de documentações para nós, inclusive, relativa a isso. Nós já sabemos das trocas de e-mail, nós já sabemos de tudo isso, e volto a repetir, vou reiterar: o que mais me incomoda é que essas empresas ficam milionárias no Brasil, como a Tokyo Marine e a Aon e a gente não consegue trazer essas pessoas aqui. A Tokyo Marine e Aon não vem para essa mesa dizer "eu tenho responsabilidade".

Como se explica uma apólice de 30 milhões virar 25 milhões quando você está transportando jogador de futebol?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – São 300,25.

O SR. MARCEL CAMILO – Trezentos milhões. Como eu não estou pagando essa apólice?

A Aon é simplesmente a patrocinadora do Manchester United, o maior clube financeiro do mundo. A Aon não sabe o que é futebol? A Aon não sabe o que é Sul-americana, o que é Libertadores da América, o que são eliminatórias da Copa do Mundo, ou a Colômbia não participa? Ou a Colômbia não faz nada disso? Que exclusão é essa em uma apólice de futebol?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – O que a nossa Justiça diz?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Esse é o ponto que eu acho que nós devemos provocar.

Estamos qui com o nosso Procurador da República, que, penso eu, diante dessas novas revelações, deverá emitir um juízo do que a gente ainda pode fazer para poder encaminhar essa situação da forma mais

para poder encaminhar essa situação da forma mais satisfatória possível para as vítimas.

Eu gostaria que V. Exa. se pronunciasse.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Só um minuto, por favor. Antes do pronunciamento do senhor, a Lei Pelé, nº 9.615, de 1998, diz em seu art. 4º, § 2º, o seguinte:

A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social.

Com a palavra o senhor, por favor.

O SR. CARLOS HUMBERTO PROLA JÚNIOR – Obrigado.

Acho que o Senador Romário não estava no início quando eu fiz uma fala inicial. Houve uma apuração ampla, Senador, com relação à eventual ressocialização de algum brasileiro nesse trágico acidente.

A gente não identificou nenhuma evidência de que algum brasileiro, gente da Chapecoense, alguém envolvido com alguma entidade de futebol, tenha colaborado para esse evento de forma culposa, certo?

O que parece ter ocorrido mesmo foi uma sucessão de equívocos que envolve essa situação da empresa LaMia e uma operação irregular no âmbito das agências bolivianas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em virtude disso, a gente arquivou a investigação com um viés criminal aqui no Brasil com relação a isso, por falta de uma jurisdição em relação a esse caso. Os responsáveis estão nos outros países, os eventos ocorreram lá e, em princípio, a gente não teria atribuição para atuar criminalmente com relação a isso.

Paralelamente, a gente teve uma apuração para tentar angariar elementos, inclusive para subsidiar apurações lá pelas fiscalías boliviana e colombiana. Inicialmente a Fiscalía Boliviana sinalizou que havia uma forte intenção de apurar, de forma ampla, esse caso. Isso acabou não se concretizando exatamente como se anunciou no início. E hoje há uma ação que os familiares, a Chapecoense move na Justiça Federal lá de Chapecó, inclusive o Ministério Público Federal atua como custos legis. Eu não tenho atribuição especificamente para este caso, atualmente, mas já me manifestei no início com relação à competência da Justiça brasileira, e eu acho que todas as seguradoras são rés nessa ação. Elas aparecem lá como rés e, no âmbito do Judiciário, eu acho que foi feito que o que era possível por parte dos familiares.

O que me chamou atenção na fala do representante das seguradoras aqui é que, se esse entendimento for adotado, por exemplo, para seguro de veículos, ninguém vai receber nada, porque, se houver alguma falha do condutor, se houver alguma situação, essa ou aquela, está todo mundo circulando com seguro e ninguém... A gente vai chegar num cruzamento, se houve algum acidente é porque provavelmente alguém falhou... E aí se houver a exclusão da responsabilidade do segurador poque alguém falhou, isso me parece muito complicado, para a nossa sociedade continuar caminhando.

Com relação ao que o Sr. Albacete colocou, que foi autorizado o voo da BoA, que a equipe da Chapecoense foi até a Bolívia com a BoA, a situação da BoA é completamente diferente da situação da LaMia. A BoA opera voo regular no Brasil e pode fazer esse transporte tranquilamente. A LaMia não opera voos regulares no Brasil. Em princípio há uma restrição aí das liberdades do ar, acho que os advogados conhecem melhor do que eu essa matéria, e não é possível autorizar, por isso que a Anac não autorizou, mas por outro lado, na mesma situação, autorizou o voo da seleção Argentina, com a empresa LaMia, da Argentina para o Brasil. Uma situação similar em tudo similar

com a empresa LaMia, da Argentina para o Brasil. Em uma situação em tudo similar houve autorização, por parte da Anac, para a seleção argentina fazer o voo, mas não houve para a Chapecoense fazer o voo numa situação idêntica.

O Ministério Público Federal continua acompanhando esse caso, essa ação que foi ajuizada pelos familiares, na Justiça Federal, de Chapecó. Foi suspenso por 60 – e acho que por mais 30 agora - , por solicitação dos familiares, diante da sinalização de um possível acordo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que a gente espera que realmente aconteça. O caminho mais rápido para ter-se uma solução para esse caso é um acordo naquela ação judicial, no meu entendimento.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eu queria só continuar aqui, dentro disso que eu li. A Chapecoense é uma organização desportiva. Estava em missão de representação do futebol brasileiro, com o aval da Confederação Brasileira de Futebol. No campo do jogo seria entoado o Hino Nacional Brasileiro e seria hasteada a Bandeira Nacional, pois era uma decisão de título continental.

Em caso de vitória, o Brasil esportivo festejaria a conquista e, como de hábito, as autoridades da República, a partir do Governo Federal, recepcionariam a delegação campeã. Normalmente acontece isso. Portanto, não há como ignorar que, diante da tragédia ocorrida, essa representação do nosso esporte se torne uma questão do Estado brasileiro.

Quero aqui, Presidente, sugerir a V. Exa., Presidente desta Comissão, que interceda junto ao Governo Federal para que o Ministério das Relações Interiores e os órgãos afins assumam, a partir de agora, as negociações, para resolver essas questões pendentes definitivamente em prol dessas famílias que estão sofrendo, desde o dia desse acidente.

Na verdade, Sr. Presidente, isso é um absurdo, isso só ocorre em nosso País, mas não pode acontecer. O representante de uma empresa, da seguradora, disse aqui que das 87 famílias, fez acordo com 23. Quantas famílias?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – São 67 famílias. Ele fez um acordo com 23 famílias, um acordo desses que as famílias não teriam como não aceitar porque viviam o pior momento de suas vidas, acredito eu. Isso é mais do que uma prova de que essa seguradora tem, definitivamente, que resolver o problema dessas outras famílias. Na verdade, ela tem que resolver o problema, por direito, das primeiras 23, resolver de uma forma leal e justa. E continuar resolvendo o problema das demais.

Na verdade, acredito que o nosso Governo tem que, definitivamente, entrar nesse assunto. A gente vai fazer aqui mais dez audiências públicas dessas, a gente vai trazer aqui mais dez senhores como ele, que vão fazer esse papel que ele está fazendo! Aqui, infelizmente, até o momento, acredito que vai ser muito difícil a gente sair daqui com uma solução. É triste, é muito triste!

Joguei futebol, ganhei vários títulos na minha vida, tive várias coisas positivas, como também negativas. Mas passar pelo que o Neto passou e uma coisa assim...Não tenho nem o que falar, não tenho palavras, nem imagino.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar, não tenho palavras. Nem imagino...

E essas senhoras aqui presentes, esposas de jogadores – a Mara Paiva, que está atrás de mim, e a Fabiana –, que estiveram comigo lá atrás, no meu gabinete, não podem estar sofrendo o que estão sofrendo até hoje. Isso não é digno, não é justo. Essas pessoas têm que receber o que têm que receber, independente de quem seja o culpado ou de quem tenha que pagar.

Então, Presidente, eu peço a V. Exa., ao Senador Kajuru, à Senadora Leila, que nós juntos temos que interceder ao nosso Governo, pois uma solução tem que ser dada. Não pode mais ficar trazendo – desculpe-me a expressão, a minha forma de falar – esse 171 da vida para ficar contando história para a gente. Carnaval é legal, mas tem porrada às vezes. Então, para de história! Poxa, não adianta, isso não vai andar.

Essas são minhas palavras.

Vou continuar aqui para continuar ouvindo um monte de conversa fiada que vai continuar saindo daqui para frente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha, eu já tive todo tipo de emoção aqui nessas horas, acho que em duas horas de audiência. Fiquei emocionada com a história do Neto, mas agora estou assim revoltada, porque o que nós estamos presenciando aqui é um ato de covardia com essas mulheres que estão com os seus filhos. O que aconteceu com o Neto foi um milagre! Realmente, um milagre! Mas assim é um absurdo como vidas, como pais de família estão sendo tratadas aqui, realmente, com esse 171 de que o Romário falou.

E aí eu gostaria de fazer uma última pergunta para o Doutor Alex.

Nós podemos considerar como uma prática da corretora oferecer uma apólice de seguro que contempla uma cláusula de exclusão. Não podemos considerar isso uma má conduta? E me preocupa, como o senhor falou, Marcelo, a questão das outras seguradoras que estão carregando um monte de gente aqui no País. Se existe uma cláusula dessa, realmente, eu estou apavorada em entrar em um avião.

E aí eu queria perguntar.

É uma apólice que está abaixo da praticada no mercado. E o papel da corretora, na verdade, é fazer avaliação de risco. Nós estamos falando de um avião que carrega uma equipe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de futebol! O risco talvez seja até maior. E aí ofereceu uma apólice, da forma como foi apresentada, de 25 milhões?!

Então, assim, realmente, nós estamos aqui... É o fim do mundo! Nós estamos realmente precisando rever os nossos conceitos e, acima de tudo, nós não podemos ficar calados, Nelsinho. Desculpe-me a informalidade aqui, Srs. Senadores, mas o que está acontecendo aqui é um abuso! Da preocupação com relação à segurança nem vou falar, porque isso é um absurdo! Uma seguradora, uma corretora, colocar isso em uma cláusula de contrato nem se contesta. Mas a forma como essas famílias estão sendo tratadas é desumana! E nós não podemos nos calar.

Então, eu me junto ao Romário e me junto ao senhor e ao Kajuru, porque nós não podemos deixar essa situação passar sem darmos uma resposta não é nem para a sociedade. É como o Neto falou: nós somos o País da impunidade. Isso me angustia demais! A gente vê esse comportamento das pessoas, das autoridades, e isso aqui realmente é um caso diplomático! Isso teve que chegar no Senado sem ninguém resolver e com essas famílias sofrendo.

Senado e ninguém resolver isso e essas famílias sofrendo. Obviamente que as famílias vão aceitar U$220 mil, têm que sustentar os filhos, pagar as escolas, se alimentar, sobreviver. Pelo amor de Deus! A gente vai ter que fazer alguma coisa.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Presidente, e é por isso, em função do que o Romário falou, do que a Leila falou, os Senadores, porém são meus amigos, que eu queria pedir ao senhor que eu não quero ficar sozinho nisso.

Eu tenho audiência com o Presidente, eu me comprometi aqui a levar esse caso ao Presidente. Eu vou fazer um resumo para ele, mas eu gostaria que vocês três, que os senhores fossem comigo. Vamos nós quatro lá no Presidente da República. Isso é coisa, para mim, para ir para a Polícia Federal. Isso é crime. Nós estamos diante de um crime aqui.

É uma pena que ele não sabe, esse cara de pau aí não sabe o que é 171. Em inglês, não deve saber o que é 171. Deve achar que é data de aniversário, 17/1.

Desculpa, mas eu perdi a paciência mesmo. Então, por favor, Presidente, vamos juntos lá no Presidente da República porque isso aqui é um crime, isso aqui é um crime que está acontecendo. E ele dessa forma zaina... porque ele também não sabe o que é zaina, mas eu vou explicar para ele. Dessa forma dissimulada dele, ele nos fez aqui esse tempo todo de palhaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O último a falar nessa mesa é o Marcel. Você poderia ser sucinto porque tem mais três pessoas para...

O SR. MARCEL CAMILO – Vou tentar ser sucinto.

Bom, eu acho que realmente a questão diplomática, existem seguros na Colômbia e na Bolívia em relação às agências aéreas, que também não foram recebidos até agora. Então, isso são questões diplomáticas e eu acho que a gente tem que acelerar isso muito rapidamente, mas eu vou insistir num outro caso, gente.

Nós estamos falando de empresas extremamente poderosas. Tokio Marine e AON são empresas milionárias. E, na verdade, como disse a Leila, isso é uma maldade. Eu entendo todas as questões negociais, mas aqui já se suplantaram todas as questões negociais. Então, eu acho efetivamente que outra coisa é pressionar essas empresas dentro do País. O País é muito grande. O País tem um mercado segurador muito grande. Pressionar essas empresas civilmente, fazer com que essas empresas sintam o peso da mão do Estado dentro dessa relação. Ou seja, ou vocês realmente sentem isso ou vocês vão ter sanções administrativas aqui, como ocorre em outros lugares do mundo.

Exatamente.

Olha a questão que nós vivenciamos aqui. Chama-se a AON, chama-se a Tokio Marine, eles dizem: não, mas não foi feito aqui, foi feito em Londres. Óbvio, o mercado de Londres de seguros é o nicho deles, é onde eles estão. Pergunte ao mundo quem quer demandar contra as agências de seguro em Londres? Ninguém porque o *lobby* é gigantesco.

Aqui nós estamos falando de poder, nós estamos falando de muito dinheiro, nós estamos falando de pessoas que sabem como é que faz o jogo. E é por isso que só vocês podem nos ajudar, não só nas questões diplomáticas, mas pressionando essas empresas a entenderem que ou elas vêm ou então elas vão sofrer sanções. O mercado deles aqui dentro é muito grande. Nós estamos falando do mercado aéreo, do mercado automobilístico, nós estamos falando do mercado de barcos. Não é possível!

O Alex é muito elegante, eu sei que vocês ficaram muito irritados, mas o Alex é um cidadão muito cortês e está aqui na função de advogado, mas assim eles precisam entender que não dá. Não dá, não dá! Nós estamos falando de gente, nós estamos falando de vida, nós estamos falando de pai, de mãe, de filho.

Então, nós temos que parar com essa hipocrisia de vir aqui e dizer: não, nós somos bonzinho, então por que eu tenho que assinar? Faça o seguinte, libere os R$14 milhões e ninguém tem que assinar nada. E deixa cada um buscar na justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

libere os R$14 milhões, e ninguém tem que assinar nada, e deixe cada um buscar na Justiça o que quer a mais. Pergunto se faz. Não faz. Vem bonitinho: "Não, são 225. Olha, nós estamos fazendo de tudo, mas, ô, me assina aqui esse termo que tem oito páginas dizendo que você não vai acionar mais fulano, ciclano, beltrano". Na verdade, existem a segunda geração do Albacete e a terceira geração do Marcos, que vamos deixar bem claro, heim: estão colaborando com tudo o que é necessário. Eles não se eximem da culpa, mas estão ajudando. Estou errado? Eles estão entregando coisas que podem nos ajudar, até mesmo porque, gente, eu acho que é muito claro: tirar deles o quê? O que nós vamos tirar deles? Vamos ganhar e não vamos levar? Quem pode pagar são os fortes que estão fazendo essa história, são eles e não eles, sem eximir culpa, sem julgamento de culpa.

Não estou julgando culpa, o que eu estou dizendo é o seguinte: nós temos uma situação aqui muito fática. Existe uma empresa, a qual teve um acidente aéreo, perdeu as aeronaves e não tem como reparar o dano. Se não tem como reparar o dano, nós vamos ganhar moralmente. Acho que tem que ser feito porque ele quer moralmente descobrir qual é a verdade, elas também. Agora, espere um pouquinho só: nós temos que falar de dinheiro, nós temos que falar da minha necessidade e a necessidade não são eles, as necessidades são eles. Quem pode nos pagar são só eles, o resto tudo é conversa e balela e, diplomática e obviamente, os seguros, que nem esses foram pagos, de responsabilidade das agências aéreas internacionais, Bolívia e Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom, alguns encaminhamentos já foram extraídos aqui desta manhã.

O primeiro, que eu penso que é o mais prático e objetivo, é com a sugestão do Senador Kajuru. Eu não sei se os outros dois colegas poderão acompanhar em função das agendas, mas eu irei acompanhá-lo para poder levar ao Sr. Presidente alguns encaminhamentos que a gente tirou.

A nossa assessoria já tinha preparado, em função da audiência anterior, três projetos de lei que suprem alguns vazios em função dessa particularidade que, de uma forma inusitada, aconteceu no nosso País.

O primeiro deles é em respeito ao seguro que é pago pelas empresas brasileiras a um eventual acidente, que a gente também está terminando de estudar.

O segundo projeto teve origem na constatação da demora do pagamento das indenizações securitárias às vítimas beneficiárias do acidente aéreo. Sabemos que o sinistro deverá ser regulado, investigado e interpretado e o contrato ao caso concreto para verificar se estaria eventualmente coberto ou não pelo contrato de seguro. Todavia, as consequências de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um acidente aéreo são muitos graves. Os passageiros acidentados que, porventura, resistam ao risco e sobrevivam necessitarão muito de recursos financeiros para os primeiros socorros físicos e psíquicos. Quando falamos dos beneficiários familiares de passageiros falecidos no acidente, os custos vão além. Além do custo de toda a ordem, de traslado, velório e enterro, muitas vezes, precisarão contratar advogados para ajuizamento de ações, buscando direito ao pagamento da indenização securitária.

O passageiro não tem condições de checar itens que podem ser motivo de litígio judicial entre a companhia aérea, a seguradora e a segurada, tais como: estado de manutenção da aeronave, se o piloto fez ingestão de algum ilícito, se houve o pagamento do prêmio de seguro. No caso do acidente da Chapecoense, a companhia aérea teria agido de forma culposa, sem preencher adequadamente a aeronave com querosene

teria agido de forma culposa, sem preencher adequadamente a aeronave com querosene, etc.

Demos, então, entrada no projeto, ainda ontem, que impõe à seguradora o pagamento da indenização securitária no prazo de 30 dias da comunicação do sinistro, com pena de juros moratórios, cabendo eventual ação de regresso contra quem de direito.

Um terceiro projeto, numa linha de estudo que está sendo feita, é para dar ao consumidor, passageiro brasileiro e seus beneficiários, a segurança do ajuizamento das ações contra as companhias seguradoras e resseguradoras estrangeiras em Território nacional, independentemente de o acidente ter acontecido no Brasil ou de o contrato ter sido firmado em outro país, ou seja, dando guarida exatamente a essa situação. É um bálsamo que a gente pode colocar.

Eu não quero quebrar aqui a fervura do debate. Então, eu vou ouvir a Fabienne agora dali mesmo. Pode puxar o microfone. Agora é sua vez de falar.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Presidente, só para esclarecer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Da palavra dada você vira escravo. O Senador Romário viaja agora à tarde para o Tocantins, é a mesma viagem da Senadora Leila. Eu não vou. Eu não vou. Eu não vou. Eu não vou. Eu vou para Paris, eu vou para Londres. Vou fazer o que no Tocantins? Ajudem-me aí.

Falando sério, eu vou marcar com o Presidente agora. Eu vou ligar para o Major Cid e para o Major Célio. Eu vou marcar – porque o Senador Romário só volta na terça – para terça-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feira à tarde a audiência com o Presidente da República. Pode ser? Fica assim confirmado? Porque, na terça de manhã, nós temos reforma da previdência aqui, nós temos audiência pública na CCJ. Então, fica assim estabelecido. Nós quatro, o senhor pode ir também?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Posso.

O SR. JORGE KAJURU (PATRIOTA - GO) – Então, está fechado o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Fabienne.

A SRA. FABIENNE BELLE – Eu queria passar a palavra para o advogado da associação, Dr. Josmeyr, e para o nosso perito, Dr. Abel.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Eu já queria adiantar também a minha participação. Eu estou passando também para o Dr. Fernando Lottenberg, que é o advogado também da associação, e para o Abel.

O SR. ABEL DIAS – Presidente, algumas pontas aqui precisam ser juntadas no que a gente estava falando. Apesar de discordar plenamente do que disse o Alex, vou aproveitar do discurso dele para fazer minha colocação.

Tudo o que ele falou das excludentes do seguro realmente está em contratos, só que todos sabiam o que estava acontecendo. Então, quando a gente fala de uma exclusão territorial, o corretor sabia o que estava acontecendo.

Essa exclusão territorial, é importante se dizer, veio na última apólice. E aí eu chamo a atenção para a responsabilidade do corretor, da corretora AON que não está aqui. Essa apólice, desde 2012, é uma apólice de 300 milhões, sem exclusão territorial, com uma cobertura ampla e irrestrita. Ela vem até 2015 e, em 2016, é renovada cheia de exclusão, com o limite de 25 milhões. Então, eu chamo a atenção para um ente que não está na mesa que é a AON.

Sobre a questão do combustível, que é outro ponto que se fala muito, existem agências que deveriam estar regulando isso e não estão. Sobre a excludente de território, existem agências que deveriam estar regulando isso e, de novo, não estão. Então, na parte das empresas, de todo mundo que já está na Mesa, eu queria chamar a atenção para quem não está, para quem não veio

na Mesa, eu queria chamar a atenção para quem não está, para quem não veio dar as caras, para quem não veio conversar mais uma vez com a gente.

Então, a AON, a corretora responsável pela colocação desse seguro... Hoje o motivo de não pagamento, na minha visão, é um erro do corretor. O corretor errou nessa colocação. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exime que se deva pagar. Então, tem que chamar a AON para a Mesa, tem que chamar os países para a Mesa, tem que chamar a Aerocivil para a Mesa. A Aerocivil autorizou receber um voo. A Aerocivil é colombiana e autorizou receber um voo que nunca deveria ter ido para lá. A Bolívia autorizou um voo para a Colômbia que nunca deveria ter decolado. Eu insisto no que a gente vinha tratando na primeira audiência: existem responsáveis que não estão comparecendo a essas discussões e que têm completo envolvimento com o caso.

Então, na parte das excludentes de seguro, existem coisas precedentes ao voo que foram autorizadas por entidades que deveriam controlar isso e que não foram feitas. E a parte do seguro é responsabilidade de um corretor que age em nome do seus clientes e que permite a contratação de um seguro equivocado, que não cobre, que não dá respaldo à operação do seu cliente. E é isso que o Sr. Albacete vem falando.

Esse seguro, desde 2011, quando se compram as aeronaves, é 300 milhões. Em dado momento, ele vira um seguro de 25 milhões, cheio de exclusões, com o corretor sabendo que se voa para a Colômbia, com o corretor sabendo que estavam voando times de futebol, porque isso foi explicado para o corretor como uma estratégia de negócio, para se operar essa companhia, para essa companhia começar a ter dinheiro em caixa e ir em frente.

Então, eu volto a insistir na questão dos países. E acho que já foi dito aqui que a gente vai acionar a área de relações exteriores para a gente avançar. E, na questão da AON, Presidente, é inevitável, como disse o Marcel, que a gente coloque essas pessoas na mesa.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Uma pergunta, Presidente. Essa empresa AON, não foi convidada?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Foi.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Eles têm representante aqui no País? Na verdade, foi feito o convite?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Foi feito o convite.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Na próxima vez, a gente faz uma intimação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vou achar aqui a justificativa deles.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – A gente vai fazer uma intimação na próxima vez.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Isso.

Josmeyr, sucintamente, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – Bom dia. Primeiro, mais uma vez, obrigado.

Nós estamos nessa luta e eu queria retomar só uma palavra aqui para a Fabienne e a Mara, que assumiram essa luta. A Chapecoense também acabou assinando um termo de compromisso com a Afav-C. E nós saímos, fomos à Colômbia, fomos à Bolívia duas vezes. Então, aqui há muito detalhe. O Abel, quando veio para o grupo, veio como um atuário, o nome que nós usamos para quem faz cálculo de risco de seguros.

Nós sentamos com a Aerocivil e soubemos que eles têm um seguro lá, Procurador. A Aerocivil disse o seguinte: "Podemos ter errado. Nós temos um seguro. Vamos analisar, vamos dar a apólice a vocês" – a mesma coisa na Bolívia. Sentamos duas vezes com a DGAC. Na primeira vez, nós provocamos o encontro. Na segunda vez, nós fomos chamados. Quando eu falo nós, estavam as viúvas, os advogados, o perito, a Chapecoense acompanhando. Nisso nós fomos passando as informações. Na segunda vez, nós fomos chamados por um general, que convocou uma comitiva, na Bolívia, com imprensa – e a Bolívia sempre muito ávida por informações. Descobrimos que eles têm um seguro também e descobrimos que eles disseram que a Clyde estava resolvendo isso, porque tinham descoberto que os 25 milhões

A Clyde estava resolvendo isso, porque tinham descoberto que os 25 milhões... Como se fosse o seguro Reta aqui no Brasil. Hoje o seguro Reta, Senador, que estão discutindo agora, numa outra vertente, no Brasil, o seguro Reta é mais ou menos R$70 mil; como se esses 25 milhões tivessem a forma de resolver. Mas por que então não os 25? Por que vocês não obrigam a seguradora a pagar os 25 e temos que ficar ouvindo propostas de US$225 mil, ou seja, US$14 milhões? Por que não liberam esse dinheiro e vamos discutir as responsabilidades.

Por que a Bolívia não leu a cláusula do contrato que dizia: "Não pode voar para a Colômbia" e liberou o voo? Por que a Colômbia recebeu o voo sabendo que tinha uma cláusula? Por que o Brasil também, eu falo até com cuidado, porque esse documento passou pela Anac? Procurador, passou pela Anac. Quem leu aquela documentação viu que tivemos aprovação, aprovação, aprovação. A quarta do ar ou a sétima, eu estiva com o Albacete, ele tentou me dar uma aula. Não dá para entender isso, eu sou leigo, sou só advogado. Então, existe uma história de que, se o voo sai da Bolívia para o Brasil e volta para a Bolívia, que era a primeira perna do voo, era outra do ar. Depois vai para a Colômbia? Tudo bem, mas, na realidade, o que aconteceu? A Anac, naquele sábado, não permitiu o voo. Imagino que a Chapecoense teve que sair correndo para arrumar o voo para São Paulo, porque tinha um jogo aqui em São Paulo. A Chapecoense tinha que jogar aqui no domingo com o Palmeiras...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Doutor, desculpe quebrar o seu raciocínio. O que o senhor acabou de afirmar aqui é mais um motivo para a gente envolver o Governo. Se passou pela Anac, o Governo Federal também é responsável por isso.

O SR. JOSMEYR OLIVEIRA – Sim. Aqui o desenho nosso é bem claro. O plano de voo sai da mão da Martel para a Anac na sexta-feira. A Anac diz sim, sim, sim, não. No sábado é feito um pedido de reconsideração, mas, no sábado, tem que voar, o time tem que chegar a São Paulo. Vem de voo comercial, é isso, Neto? Já muda o plano. Então, aquele plano que era saindo de Bolívia para Chapecó, assim que era o voo: Bolívia, Foz do Iguaçu, Chapecó, São Paulo. De São Paulo voltava para Viru Viru, havia uma escala e chegava à Colômbia. Então, o primeiro plano de voo não tinha problema nenhum com combustível. E hoje todos os relatórios que nós lemos: é o piloto, é o piloto, é o combustível. Mas o que tinha que ter sido feito antes para evitar que esse voo acontecesse, que são as contingências...

Eu entro num voo e imagino que várias coisas foram feitas para que o voo tenha segurança. E o que nós estamos vendo? O ponto que envolve a Bolívia, quando eu falo Anac eu falo com certo cuidado. O Abel usou um termo da outra vez, ele falou que a Anac agiu corretamente, mas poderia ter sido melhor, porque ela poderia ter dito: "Não vai voar, não por causa da quarta, quinta ou sétima liberdade; não vai voar porque não pode, está aqui. Não pode ir para a Colômbia, só isso. Isso acabava com esse voo. Talvez tivesse sido voo comercial. Pronto. E saía-se do Brasil direto para a Colômbia. Isso acontece a todo momento. As empresas que cuidam dessas movimentações toda hora têm problema, mas ninguém imaginou que toda essa contingência chegaria...

Porque se hoje, eu repito, nós lembramos as tragédias no Brasil, nós sabemos que tivemos o caso da Fox, aí pararam os aviões Fox; depois tivemos o caso do Airbus, que foi o caso daquele reverso; depois tivemos o caso da Airfrance. E, nos casos que aconteceram, nós não tivemos problema do luto financeiro porque todas as seguradoras assumiram. Eram só os advogados discutindo com as seguradoras. E se nós tivéssemos o seguro correto aqui, se os 300 milhões ou talvez até os US$150 milhões fossem o valor correto, com certeza, esse assunto hoje seria apenas as responsabilidades, porque as agências

esse assunto hoje seria apenas as responsabilidade, porque as agências de Brasil, Bolívia e Colômbia só têm que descobrir onde houve erro para evitar novos erros. Eu duvido que alguém, em algum relatório, porque o relatório da Colômbia, que foi usado pela... E estivemos lá com os generais. O que eles disseram? "Nós adotamos o relatório final da Colômbia". No Brasil, provavelmente a mesma coisa: adotaram o relatório final. O que a Colômbia queria? Descobrir uma maneira de tirar a responsabilidade da controladora de voo, porque ela fez de tudo para o avião pousar. Diz o Albacete, dos relatórios que ele tem, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pousou errado – a pista era aqui, pousou para cá. Essa foi uma explicação, mas também não conseguimos ir até o fim nisso.

O ponto é: se o seguro fosse correto, se a AON tivesse agido corretamente no mês de março de 2016 e não tivesse feito um arranjo, um "seguro-arranjo"... Eu me lembro dos e-mail nessa linha do tempo – o Albacete que nos forneceu isso. Diga-se bem a verdade. Um dia, o Albacete ligou e falou: "Eu quero conversar". E ele veio com um monte de papel e falou: "Olhem aqui, minha vida é esta". Ele entregou o computador dele, com informações que nós tivemos que descobrir.

O fato é que nós temos e precisamos... A mão ficou pequena. Nós fizemos muitos movimentos. Estivemos com o Cônsul da Bolívia, que falou: "Envolvam o governo, mas eu estou indo embora. Envolvam o governo". Nós estivemos com ministros da Bolívia. "Envolvam o governo". Dez dias antes do voo, o Presidente Evo Morales voou nesse avião... Há um vídeo que rodou. Foram dez dias antes. Ele pôs a comitiva dele toda nesse mesmo avião. E ele, numa cidade, com o Governador dessa província, falou: "Essa empresa vai receber o título de empresa comercial. Agora, nós temos uma empresa comercial". Eram dez dias antes voando com um seguro de R$25 milhões. De Buenos Aires, o time do Messi voou com um seguro de R$25 milhões. Ninguém cuidando disso.

Esta é a nossa fala, nós precisamos dessa ajuda. Ficar discutindo... Essa ajuda humanitária que confundiu a cabeça de todos os familiares... Confundiu, porque simplesmente confundiu: "Eu só tenho direito a isto: US$225 mil para pegar". Pai, mãe, filho, esposa... Isso daí quando você vai para o meio de uma situação real é nada, é pífio! Então, eu volto a dizer: há como nós descobrimos uma maneira de pôr na mesa... É o que sempre foi dito. Eu falava com a Chapecoense: ponha todo mundo na cadeira dos responsáveis, as pessoas que fizeram parte desse mau teatro, infelizmente.

É a minha fala.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos ouvir o Dr. Fernando. E eu tenho uma sugestão depois, que é muito prática – é da minha natureza, sou cirurgião. E, já que não aceitaram o convite, qual o instrumento que nós temos para convocar? É fazer uma CPI? Então, vamos fazer uma CPI. A gente faz uma CPI da Chapecoense e chama esse povo para vir aqui – e chama não, convoca esse povo para vir aqui.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Na verdade, eu sou a favor da sua ideia, mas, a princípio, a gente não precisa nem ser tão radical. A gente pode montar aqui outra audiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desta na condição de convocar ou intimar essa empresa ou essas empresas. Se essas empresas definitivamente não comparecerem, eu vou ser o primeiro a assinar a CPI. Eu assinaria de qualquer jeito, mas acho que é uma forma até mais rápida para a gente tentar resolver.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu fiz esse questionamento para a assessoria técnica, e eles me disseram que o único instrumento para obrigar o cara a vir é uma CPI.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está aqui o *e-mail* que a gente mandou para eles...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Segundo a assessoria aqui, mesmo sendo CPI, eles não são obrigados a vir, no caso, mesmo sendo CPI.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Uma convocação de CPI tem ordem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, é apenas para colaborar.

Existem instrumentos paralelos também. Na Câmara, nós tínhamos instrumentos da proposta de fiscalização e controle, mas talvez uma comunicação paralela ao órgão regulador, já que existem empresas do mesmo setor trabalhando em outros segmentos no País, como a Susep, como os órgãos de controle das empresas de seguro, eu acho que pode. E a proposta de fiscalização e controle.

Ou, então, Sr. Presidente, o Senador Romário sabe disso e a Senadora Leila também, que é uma das principais, aqui no Senado, a defender a CPI dos Esportes. Um simples requerimento na CPI dos Esportes, que vai ser instalada agora, já obriga convocação com força de CPI. Então, pode ser um requerimento da CPI dos Esportes, para convocação.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu vou só ler aqui a manifestação do convite formulado, só para V. Exa. terem ciência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, a Aon UK Limited vem, respeitosamente, por meio do seu representante abaixo subscrito, informar que, devido ao dever de confidencialidade que possui, em relação a todos os seus clientes e operações, aos corretores, é vedado manifestar-se sobre quaisquer assuntos que, de qualquer forma, relacionem-se a clientes e operações, nem mesmo confirmar se, de fato, uma empresa e uma pessoa é seu cliente. Além disso, não tem qualquer operação ou cliente no Brasil.

Pelas razões acima, a despeito da importância do tema que será tratado, a empresa não poderá comparecer à audiência em questão. Na oportunidade, renova protesto de estima e consideração.

Respeitosamente, Londres, Reino Unido, 18 de junho de 2019.

Assina o Representante Neil Darvill.

O SR. MARCEL CAMILO – Nessa carte, eles dizem que não podem...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Por dever de confiabilidade.

O SR. MARCEL CAMILO – Isso.

Nós podíamos fazer o seguinte. Nós estamos com o Marco Venegas ao vivo e com o Albacete, que é o dono da aeronave, contratante do seguro, e com o Venegas, que era sócio. Perguntamos se eles se incomodariam em liberar o segredo... Porque eles são partes, eles são os clientes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Albacete e Rocha. Vocês copiaram a pergunta aqui? Vocês se incomodariam, pelo dever de confiabilidade que a empresa colocou, para não poder estar aqui, de eles poderem vir aqui e falar tudo?

O SR. RICARDO ALBACETE – Não, em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Albacete? O Albacete está mais longe.

O SR. RICARDO ALBACETE (*Tradução simultânea.*) – ... ocorreu. Eu quero somar a isso, se vocês me permitem, que o Sr. Alex Stovold mente quando ele disse que não se pagou o seguro e que não está vigente o seguro. Isso não é verdade. As leis bolivianas, no caso das linhas aéreas, para que uma aeronave possa voar, tem que ter o seguro, porque, se não tiver o seguro, não voa. E a responsabilidade é de a seguradora avisar, oficializar que não está pago o seguro ou que acaba de gerar... Está sem cobertura. Isso nunca aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, do ponto de vista legal da Bolívia, essa aeronave tinha um seguro, e estava pago, estava amparada por esse seguro

da Bolívia, essa aeronave tinha um seguro que estava pago. Estavam amparados por esse seguro. E quando ocorreu o acidente, o seguro estava vigente. Eu quero pedir, por favor, à outra instituição pública que não veio a esta audiência, à superintendência de seguro, como se chama, no Brasil, que leva todos os seguros, que vocês peçam ao Sr. Alex, representando as seguradoras, que mostre o documento que acredita, como representante da seguradora, que mostre quais são as seguradoras que ele representa, porque é importante que peça às comunidades da Bolívia quantos negócios têm com o Brasil, públicos e privados, e quanto se lucram nessas companhias, por quanto dinheiro e quais são as indenizações que aconteceram.

Comparar o dinheiro que pegaram do Brasil versus as indenizações que pagaram, para que vocês vejam que o que aconteceu na Bolívia não representa nem 10% do que foi pago. Eles lucram de maneira indecente e mandam um senhor, que a única coisa que vai fazer é burlar dos Senadores, porque ele não responde nenhuma pergunta e, quando tem que falar alguma coisa, ele mente.

Isso é importante que vocês façam.

Você tem que estar presente com uma documentação. Quem é Ayon? Quem são as seguradoras? Quanto dinheiro eles levam do Brasil e quanto deveriam pagar? Porque já está bom, já chega disto: que eles se coloquem como irmãos da caridade. Eles não são irmãos de caridade! E o que estão oferecendo é uma esmola. Eles captaram de todos os brasileiros essa imagem.

Eu peço: exerçam a sua força! Exerçam o direito que vocês têm para levar isso à frente! Não se deixem coagir!

A atitude desse senhor de utilizar o Senado para seguir extorquindo o resto das famílias que não receberam me parece incompreensível. Ele não responde nenhuma pergunta e aproveita a tribuna para continuar extorquindo e pressionando as famílias para que elas recebam isso ou nada. Isso é injusto.

Eu vou dizer outra coisa. Estou disposto a, onde seja, onde a vocês pareça conveniente, a hora em que vocês quiserem, sempre que eu esteja melhor dessa minha doença, contem comigo para o que seja necessário!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Está registrada a fala dos dois. Eu determino à assessoria técnica que as deixem em destaque, em função dos desdobramentos que isso possa ter.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o último a falar nesta mesa, o Dr. Fernando.

Bom, seja sucinto, por favor, pelo adiantado da hora.

O SR. FERNANDO LOTTENBERG – Vou ser bastante sucinto.

Agradeço a todos. Vou procurar não ser repetitivo, porque acho que já quase tudo foi dito aqui. Então, primeiro agradeço ao Senado, à Comissão, ao Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, e a seus integrantes por nos permitir, nessa reunião, a abertura de tantos dados e depoimentos relevantes.

O fato é que, passados mais de dois anos e meio, quase três anos, nós pouco avançamos. Os processos que apontam culpados ainda não são conclusivos, o que impede que os herdeiros daqueles que se foram e aqueles que aqui permaneceram caminhem para o êxito na busca de indenizações.

O cenário atual só reforça a importância desse nosso encontro, já que a participação dos senhores, como representantes dos Estados, da sociedade e do Poder Público será determinante para que a justiça seja finalmente feita e as indenizações pagas, de maneira a honrar a memória

seja finalmente feita e as indenizações pagas de maneira a honrar a memória dos que não estão mais entre nós.

Das nossas experiências anteriores, como já foi dito, com companhias estabelecidas como TAM, GOL, Airfrance e outros casos em que atuamos, o caso da LaMia é um caso completamente diferente. É uma companhia sem estrutura, é uma companhia sem patrimônio, é uma companhia que sempre se comportou no limite na maneira de conduzir atletas ao longo dos seus voos. A gente viu o que aconteceu com a AFA, a Associação Argentina de Futebol: essa questão de andar no limite do combustível já se via anteriormente, numa demonstração de completa irresponsabilidade de quem leva vidas humanas. E ninguém é melhor do que ninguém, mas os nossos atletas, pessoas pelas quais a gente tem um carinho especial, pessoas que estavam, grande parte delas, no auge da vida esportiva, é absolutamente lamentável que a gente permita que isso continue – porque continua a ocorrer aqui no Brasil –, que não se tenha, antes do embarque de atletas, jornalistas, treinadores, preparadores físicos e dirigentes que estavam lá, a certeza de que essas pessoas chegarão incólumes ao seu destino, num voo seguro e coberto por uma apólice que de fato represente a importância assegurada, as vidas que estão lá de fato sejam cobertas em caso de acidente. O seguro serve para isto: o seguro serve para imprevistos, para quando a seguradora assume a obrigação de indenizar porque o segurado não tem patrimônio. E, pelo que a gente viu aqui, não foi isso que aconteceu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a Bisa não reconhece a validade da apólice, seja por cláusula de exclusão, seja por agravante do risco. Foi oferecido um montante de US$225 mil, algumas famílias aceitaram, mas tiveram que abrir mão do direito de regresso. É importante que esse direito de regresso, se for o caso de acionar a AON Seja estendido para todas as famílias, todas tenham tratamento igualitário, mesmo aquelas que já assinaram o termo de acordo.

Por fim, a questão do Itamaraty, para acessar o seguro Reta e os nossos vizinhos, como foi dito pelo Josmeyr, DGAC e Assana, enfim, olhando para o futuro que se desenha, não estamos vendo um bom cenário no curto prazo.

Os novos projetos de lei que V. Exa. anunciou podem cobrir esse vazio, como foi dito, de maneira a impedir que essa conduta ocorra, mas peço que não se esqueçam das vítimas, peço que não se esqueçam das famílias que sofreram e continuam a sofrer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas para registrar a presença do Brigadeiro do Ar Ary Rodrigues Bertolino, Chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo. V. Sa. quer falar alguma coisa ou não precisa? (*Pausa.*)

Não precisa.

Secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos, do Ministério das Relações Exteriores. V. Sa. quer se manifestar em algum sentido ou se dá por satisfeito? (*Pausa.*)

De forma sucinta, por favor.

O SR. SECRETÁRIO RODRIGO PONCIANO GUEDES BASTOS DO SANTOS – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu represento a Divisão de Assistência Consular do Itamaraty e gostaria de reforçar, assim como foi desde o início desse trágico episódio, que o Itamaraty esteve presente com seus funcionários tanto na Bolívia quanto na Colômbia, e gostaríamos de reforçar que estaremos sempre à disposição dos senhores E gostaríamos de reforçar que estaremos sempre à disposição dos senhores, para contarem conosco no que for possível dentro da assistência consular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Temos aqui também no rol dos convidados o Sr. Kleiton Lima e o Sr. Luiz Felipe Santoro. O Kleiton Lima é da Secretaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor e o Felipe Santoro, Diretor Jurídico da CBF.

O SR. KLEITON LIMA (Para exposição de convidado.) – Bom dia! Bom dia a todos, autoridades, Senadores, famílias. Estou aqui representando o Ministério da Cidadania, Secretaria Especial de Futebol, Secretaria Especial do Esporte, para dizer que estamos de mãos dadas com a Comissão de Relações Exteriores para que possamos não deixar que as famílias, depois de tanta comoção após a tragédia, sejam esquecidas. O Ministério da Cidadania vai sempre defender as famílias, sempre defender o cidadão brasileiro e defender essas pessoas que foram parte de tanta comoção que envolveu todo o cenário não só esportivo, mas do povo brasileiro.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu vou fazer um encaminhamento. Gostaria da atenção dos Srs. Senadores. V. Exas., que ouviram do início ao fim a reunião, nós poderíamos determinar às nossas assessorias que possam se reunir no sentido de verificar o melhor caminho para concretizarmos a convocação da Anac, da Clyde & Co, da Aerocivil da Colômbia, que é a Anac deles, da DGAC/Aasana da Bolívia, que é a Anac deles, e do Ministério das Relações Exteriores. Eu penso que isso afunilou de um tanto que, se a gente conseguir botar esse povo aqui dentro, a gente consegue extrair daqui alguma resposta, não vai ficar nesse vazio. E, se convidados como foram, não vieram, vamos usar o nosso instrumento, porque nós temos, nós somos uma instituição que tem que ser respeitada. Se a gente for fazer, na minha avaliação – e eu queria que as assessorias nos ajudassem nisso – uma CPI, eles vão ter que vir na marra aqui. E aí a gente consegue chegar a um ponto até que essa história possa prescrever. Nós estamos contra o tempo, e esse desgaste está sendo pior do que a tragédia que esse povo está sofrendo. Então, esse é o meu encaminhamento. Algum Senador quer fazer algum comentário?

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Na verdade, Presidente, eu só gostaria de dizer aqui que é muito triste, lamentável, essa injustiça que vem acontecendo em relação aos familiares, esposas, dos jogadores de futebol, dos jornalistas, da comissão técnica, dos dirigentes. Se até agora, infelizmente, nada de positivo aconteceu em defesa dessas pessoas, não há outra forma da gente não ter que envolver o nosso Governo. O Senador Kajuru já se colocou. Terça-feira à tarde nós iremos juntos – a princípio eu, Senadora Leila, V. Exa. e o Senador Kajuru. Estamos convidando as duas esposas para representar as famílias, para que a gente possa diretamente conversar com o Presidente da República, o Bolsonaro, e pessoalmente a gente pedir uma ajuda. Eu tenho certeza de que o Presidente vai entender

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente pedir uma ajuda. Eu tenho certeza de que o Presidente vai entender. E sou também totalmente a favor de que, se essas pessoas não vierem por bem, a gente tem que arrumar um jeito para que eles venham de qualquer jeito. E, se por acaso uma CPI for o caminho, eu participarei diretamente.

Agradecer as famílias aqui pela presença. Infelizmente, é sempre ruim, né? Vocês, que passaram pelo que passaram, que passam pelo que passam, estão aí há quase... mais de dois anos, né? Dois anos e meio nessa briga. Já devem ter participado de vários eventos como este ou parecidos e, ao final, infelizmente não se chega a uma decisão que seria o que vocês esperavam.

Mas eu espero que vocês continuem nessa luta, continuem tendo esperança. No que se referir aqui ao Senado, principalmente ao meu gabinete, vocês vão ter, como vocês tiveram desde lá do começo. As duas esposas aqui... Eu sempre esqueço o nome.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA (*Fora do microfone.*) – Mari e Fabiane.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – A Mari e a Fabiane. Eu fui talvez o primeiro Senador a fazer parte aí desse movimento.

E dizer que não é nada decente, direito nem justo o que vem acontecendo com vocês, mas a gente vai continuar nessa luta e podem contar comigo como um guerreiro nessa causa aí porque resultados positivos vocês terão. Eu não sei se vai ser amanhã, mas pode ser depois de amanhã porque não pode continuar do jeito que está. Alguma coisa tem que acontecer positivamente e vamos ter fé de que isso vai acontecer.

Neto, cara, valeu.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só dizer, primeiro dar os parabéns a você, Senador, pela iniciativa. Talvez aqui nós abrimos uma caixa preta nessas duas últimas audiências, gente. Para nós, foi muito esclarecedor. E, poxa, mais de 2 anos essas famílias sofrendo. É lamentável.

Nós fomos atletas, fomos um dia atletas e não dá para imaginar o sofrimento. Não é só dos atletas, dos jornalistas, das esposas que perderam jornalistas, dos dirigentes da Chapecoense. Gente, é tanta gente envolvida nisso e é tanta dor que realmente, assim, dar os parabéns a você e dizer que não percam a esperança. No que depender da gente aqui nesse sentido de conversar com o Presidente, de tentar caminhos para que a gente pelo menos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles não vão voltar e dinheiro nenhum no mundo vai pagar a vida daquelas pessoas que todos vocês perderam, os pais dos filhos de vocês, enfim. Então, assim, pelo menos justiça. Como o Neto falou: o nosso País é o País da impunidade. É uma coisa que me angustia muito. Que a gente consiga fazer aqui apenas isso porque nada vai apaziguar a dor dessas pessoas, mas a gente tem que fazer justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É bom lembrar que nós estamos aqui com o apoio de dois ex-campeões do mundo, que têm uma representatividade para o nosso País no cenário esportivo mundial e que com certeza absoluta vão dar um suporte muito significativo nos encaminhamentos dessa situação.

Queria agradecer a presença do Senador Eduardo Gomes. Por derradeiro, a Sra. Mara Paiva para última consideração.

A SRA. MARA REGINA D'EMILIO PAIVA – Eu não posso deixar de agradecer a todos. Já é uma retórica meio cansativa, mas

a todos. Já é uma retórica meio cansativa, mas nós temos que agradecer porque, realmente, nós estamos aos 44 do segundo tempo, não tem prorrogação, não vamos ter pênalti, enfim. Então, chegou novembro e acabou-se. Gostaria de agradecer.

Também gostaria de falar um pouco do representante da CBF, Luiz Felipe Santoro. É a primeira vez que nós temos um representante aqui. Nós contamos muito com você. Na verdade, em você, na sua pessoa, mas representando a CBF. Porque foram atletas, foram jornalistas, foram, enfim...Representavam o País numa competição. Então, gostaríamos muito...Precisamos muito do apoio de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Só para completar... Tem que se fazer valer a força que tem, aqui dentro desta Casa, a CBF, de *lobby*, de interesse. Desculpe-me falar isso. Mas tem que ser fazer valer agora ao defender os atletas, aqueles que representam o futebol brasileiro e o País. A CBF tem que fazer valer agora a sua representatividade nessa defesa. Só queria mandar esse meu recado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (PODEMOS - RJ) – Nem vou falar da CBF. Deixe para lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Queria agradecer aos dois participantes que estão na teleconferência, o Sr. Rocha e o Sr. Albacete, agradecer ao Dr. Alex, a Dra. Márcia, e dizer-lhes que, aqui nesta Casa, no clamor dos debates, muitas vezes, as pessoas que não estão acostumadas podem levar para algum outro lado, mas a indignação aqui é contagiante em função dessa tragédia que marcou muito todos nós brasileiros. Peço a compreensão de vocês. Relevem alguma situação que poderia vir a causar algum senão dentro do espírito de cada um. Saiam daqui com o seguinte propósito: nós vamos achar uma solução para essa história. Podem ter certeza disso! Ainda mais com o apoio de todos esses Senadores que abrilhantam esta manhã de trabalho.

Queria agradecer ao Marcel e, com um repeito muito grande, dizer a você, Neto, que você é um iluminado. Não é à toa que você está aqui para poder testemunhar tudo isso. É um vencedor nos campos e, como escrevi no livro que lhe dei de presente, é um vencedor na vida também. Alguma coisa existe, no campo espiritual, para que tudo isso possa estar acontecendo. Creio nisso. Podem ter certeza, todos os familiares, que nós iremos até os 50, 60 minutos, para buscar justiça.

Declaro encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Flávio Bolsonaro, Flávio Arns, Fernando Collor, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Maria do Carmo Alves, Marcos do Val, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Humberto Costa, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 39ª e 43ª reuniões da Comissão, realizadas em 11 de julho e 14 de agosto, respectivamente, bem como a ata da reunião anterior, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 42, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor RONALDO COSTA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 43, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 44, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 592, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Administração Pública Federal." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 215, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com a emenda nº 1 - CRE. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2519, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)." **Autoria:** Senador Jayme Campos (DEM/MT). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com a emenda nº 1 - CRE. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Resolução do Senado n° 9, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação com 01 (uma) emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório com a emenda nº 1 - CRE. Aprovado também Requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 11 - Projeto de Resolução do Senado n° 51, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria "ad hoc":** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Resolução do Senado n° 55, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 54, de 2019** que: "Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado nº 09, de 2019, que "Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar", para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa." **Autoria:** Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/29

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 45ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Com muita satisfação, gostaria de registrar a presença aqui do Senador Collor, ex-Presidente desta Comissão, que abrilhanta muito esta manhã com sua participação; da mesma forma, do assíduo Senador Antonio Anastasia, sempre presente, colaborando, com sua rica cultura, com esta Comissão; e do nosso Vice-Presidente Marcos do Val, que provavelmente deverá ser reconduzido à Vice-Presidência.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor RONALDO COSTA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo neste instante a palavra ao nobre Senador Fernando Collor para proferir o relatório.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para proferir relatório.) – Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente Nelsinho Trad. Começo a leitura do meu relatório cumprimentando S. Exas. as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores membros desta Comissão.

Esta Casa do Congresso Nacional, Sr. Presidente Nelsinho Trad, é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Ronaldo Costa Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, de acordo com o art. 52, inciso IV, aqui já mencionado.

A Mensagem Presidencial nº 117, de 10 de abril de 2019 encaminha o currículo do diplomata indicado, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores. Ele é filho de Ronaldo Costa e Margarida Maria Corrêa Costa, e nasceu em 15 de janeiro de 1960, em Washington-DC, Estados Unidos (sendo brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946).

Ronaldo Costa Filho ingressou na carreira diplomática em 1987, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco exatamente no ano anterior. Ainda no Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1996 e o Curso de Altos Estudos em 2007, quando defendeu a tese "O Artigo XXIV do GATT: uma regulamentação imperfeita da relação entre os acordos preferenciais e o Sistema Multilateral de Comércio".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ascendeu a Primeiro-Secretário, em 1999; a Conselheiro, em 2004; a Ministro de Segunda Classe, em 2007; e a Ministro de Primeira Classe, em 2014. Vale ressaltar, todas as promoções por merecimento.

Entre os cargos e funções que exerceu na carreira, podemos aqui destacar os de Chefe da Divisão da União Europeia e Negociações Extrarregionais, de 2003 a 2005; Chefe da Divisão de Serviços, Investimentos e Assuntos Financeiros, de 2005 a 2008; Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, de 2012 a 2018; e Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, em 2018.

No exterior, o ilustre diplomata serviu em alguns dos postos multilaterais de maior destaque, tais como: a Missão junto às Nações Unidas, em Nova York, de 1991 a 1995; a Missão junto à Organização Mundial do Comércio e Demais Organizações Econômicas em Genebra, de 2001 a 2003; e a Missão junto à União Europeia, em Bruxelas, de 2008 a 2011.

Ao longo de sua carreira exemplar, participou de algumas das negociações comerciais mais relevantes para o Brasil, experiência que o habilitou para exercer, com a excelência característica dos melhores quadros da Casa de Rio Branco, o cargo de negociador-chefe, pelo Brasil, do Acordo Mercosul-União Europeia, de 2012 a 2018. Tão distinta matéria qualifica o Embaixador Ronaldo Costa Filho como um dos negociadores mais preparados e experientes a serviço na diplomacia brasileira atualmente.

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Organização das Nações Unidas e o relacionamento entre esta e o Brasil, do qual extraímos um resumo e ao qual adicionamos reflexões pontuais, para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

A Organização das Nações Unidas foi criada em 1945, com a assinatura da Carta de São Francisco por 51 membros fundadores, incluído o Brasil. Frente aos efeitos devastadores da Segunda Guerra Mundial, a nova organização estabeleceu, em sua carta fundamental, os objetivos centrais de preservação da paz e da segurança internacionais e a promoção da cooperação entre os países no enfrentamento de problemas globais de naturezas econômica, social, cultural e humanitária.

As Nações Unidas contam atualmente com 193 Estados-Membros, e sua estrutura possui seis órgãos principais: a Assembleia Geral (AGNU), o Conselho de Segurança (CSNU), o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) e o Secretariado. O Sistema ONU inclui, além dos seis órgãos principais e seus órgãos subsidiários, os fundos e programas por eles criados, assim como as agências especializadas e outros organismos associados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão de seu caráter internacional único e dos poderes previstos em sua Carta, a ONU é hoje o principal espaço de concertação política entre os países, na busca de atuação internacional coordenada em torno a uma lista crescente de temas. Os debates no âmbito do Sistema ONU incluem hoje assuntos tão diversos quanto desenvolvimento econômico, social e sustentável; meio ambiente; direitos humanos; movimentos migratórios e proteção aos refugiados; combate ao terrorismo; desarmamento e não proliferação; tecnologias da informação; promoção da democracia; direitos humanos; igualdade de gênero; governança; saúde; alimentação, entre outros. Ao mesmo tempo, questões como a manutenção da paz e da segurança internacionais adquiriram novos contornos, seja pela natureza interna de alguns conflitos, seja pelo envolvimento de atores não estatais.

Recentemente, complexos processos de transição política têm evidenciado limitações do Conselho de Segurança para lidar com ameaças e desafios relacionados à paz e à segurança internacional. Além do agravamento da crise na Síria, o desfecho da intervenção na Líbia e suas consequências, as incertezas em relação à questão iraniana, a persistência de problemas políticos, de segurança e humanitários na África (especificamente na Costa do Marfim, Mali, Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, Sudão/Sudão do Sul, Somália), na Ásia (Afeganistão) e no Oriente Médio (Iêmen) constituem desafios para a comunidade internacional.

Note-se que, não obstante o adensamento da agenda de questões globais e a complexidade inédita do cenário mundial, tem se observado, em um número crescente de países, o esmaecimento de esforços de construção de consensos multilaterais, em favor de soluções nacionais. O momento é favorável ao aprofundamento da reflexão sobre reestruturação e ressignificação das Nações Unidas, em busca de respostas inovadoras que mantenham seu protagonismo no enfrentamento dos problemas globais.

No que se refere ao relacionamento do Brasil com a Organização, o País foi sempre um membro dos mais atuantes, tanto nos órgãos quanto nas agências do Sistema. Decisões históricas adotadas no âmbito da ONU contaram com o protagonismo de representantes brasileiros. É consagrada a referência à presidência, exercida por Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembleia Geral das Nações Unidas e da I Sessão Especial, ambas em 1947, quando se decidiu a partilha da Palestina e a criação do Estado de Israel.

A autodeterminação dos povos, a não intervenção e a solução pacífica de controvérsias, diretrizes estruturantes da atuação das Nações Unidas, são princípios inscritos na Constituição brasileira, assim como o compromisso com a paz e com a promoção do desenvolvimento, a defesa dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente.

O Brasil tem assumido responsabilidades crescentes na organização, como demonstra a atuação à frente da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti, da Missão das Nações Unidas para Apoio à Justiça no Haiti, além das oito operações de paz nas quais o País participa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atualmente: Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo; Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul; Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental; Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para Estabilização da República Centro-Africana; Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur; Força de Paz das Nações Unidas no Chipre; Força Interna de Segurança das Nações Unidas para Abyei; e Força Interna das Nações Unidas no Líbano.

A participação do Brasil em operações de manutenção da paz é condicionada à observância dos princípios que regem tais missões: o consentimento das partes em conflito, imparcialidade e não uso da força, exceto em autodefesa ou defesa do mandato.

Portanto, coerência e prudência têm balizado a definição das missões nas quais o Brasil se engaja.

Em debates promovidos pelo Conselho de Segurança e outros órgãos sobre o assunto, o Brasil tem buscado afastar abordagens que impliquem subordinação dos pilares de desenvolvimento e de direitos humanos ao pilar de paz e segurança, com o intuito de resguardar as competências e identidades inerentes a cada uma dessas áreas, inclusive os mandatos de agências especializadas.

O Brasil entende que o conceito de sustentação da paz deve ser abrangente e que sua operacionalização precisa observar as competências de cada órgão das Nações Unidas. Além disso, sublinha a necessidade de ampla coordenação entre a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social, bem como de uma maior valorização da Comissão de Consolidação da Paz.

Destaca a importância da concretização, de maneira universal e integrada, da Agenda 2030 e dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Na sua atuação no âmbito das Nações Unidas, o País se consolidou como interlocutor fiável e negociador habilidoso, sendo reconhecido como um vetor de paz, com relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas.

Sem armas de destruição em massa, sem inimigos, é igualmente considerado o nosso País forte defensor e praticante da paz, da promoção de meios pacíficos de solução de controvérsias, dos direitos humanos, da tolerância e da solidariedade.

Como uma das diplomacias mais respeitadas do mundo, o Brasil está, assim, habilitado a ter um papel central nas discussões sobre o futuro da organização, emprestando-lhe sua capacidade reconhecida de aproximar posições, tecer convergências e articular sempre soluções consensuadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o meu relatório, Sr. Presidente Nelsinho Trad, que, nos termos regimentais, se destina, essencialmente, a instruir a sabatina por S. Exas, as Sras. e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Lido o relatório, agradecendo o conteúdo muito bem proferido pelo Senador, ex-Presidente desta Comissão, Fernando Collor, procederemos, conforme o disposto no art. 383, inciso II, alínea "b", do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos para o item 10.

ITEM 10

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação com 01 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

1) Em 09/05/2019, foi lido o relatório.

2) Constou da pauta em 04/07/2019, 11/07/2019 e 08/08/2019.

3) A matéria vai à Comissão Diretora.

O relatório foi lido na reunião do dia 9 de maio, e foi iniciada a discussão.

Consulto o Relator, nobre Senador Marcos do Val, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Como Relator.) – Presidente, não preciso fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação do relatório.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução 9, de 2019, com a Emenda 1 da Comissão de Relações Exteriores.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, há possibilidade de pedir urgência para o Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Determino à nossa assessoria que assim proceda.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Obrigado.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 54, DE 2019

- Não terminativo -

Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência na tramitação do Projeto de Resolução do Senado nº 09, de 2019, que "Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar", para que se proceda à deliberação da matéria pelo Plenário desta Casa.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Submeto aos Srs. Senadores se concordam com o requerimento de urgência do Senador Marcos do Val.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 tem a relatoria do Senador Chico Rodrigues. Ele não se encontra.

Passaremos para o item 3, relatoria do Senador Humberto Costa. Também não se encontra.

Item 4, Senador Angelo Coronel. Teve de ir ao evento da Codevasf, também não se encontra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informa a assessoria do Senador Esperidião Amin que ele está a caminho e pediu para passar para um outro item, porque ele quer discutir a questão do item 5. Assim procederemos.

Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 51, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Panamá e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Marcos do Val (Relator *Ad Hoc*)

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) Constou da pauta em 04/07/2019, 11/07/2019 e 08/08/2019.

2) A matéria vai à Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Se me permite, irei direto à análise.

Anteriormente fundada essencialmente na liberdade de organização política do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às organizações típicas congressuais, que são os partidos políticos, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina a partir da Resolução nº 14, de 2015.

O Grupo ou Frente, além de ter seu substrato na liberdade de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico, agora tem também uma regra geral para orientar a instalação e trabalho dessas agremiações – a Resolução nº 14, de 2015.

Com base nesses princípios e respeitando esses dispositivos, o Senador Antonio Anastasia propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Panamá com a finalidade de incentivar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos do Brasil e do Panamá (art. 1º).

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o grupo será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem, e, ainda no art. 4º, onde se define que o Grupo Parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Do ponto de vista do mérito, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual.

A pertinência, portanto, de tal Grupo Parlamentar reside na importância que as relações bilaterais atingiram. Nesse sentido, acrescentar mais um mecanismo parlamentar só trará benefícios a este cenário.

Voto.

Ante o exposto, levando em conta ainda a adequação jurídica e técnica da proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 51, de 2019.

Finalizo a minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Relator *ad hoc*, Senador Marcos do Val.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento o eminente Presidente Collor; o eminente Vice-Presidente desta Comissão, Senador Marcos do Val, que foi o Relator *ad hoc*; o Senador Carlos Viana; e, claro, V. Exa. Senador Nelsinho.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Senador Mecias, que foi o autor deste relatório, lido aqui *ad hoc*. Por isso, agradeço também ao Senador Marcos do Val pela criação do Grupo Parlamentar com o Panamá.

Sr. Presidente, a minha iniciativa decorreu exatamente do fato de que o Panamá é sede do Parlatino. E estive lá recentemente, várias vezes, como Presidente do grupo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Embaixadora no Panamá, a Embaixadora Glivânia, tem sido uma embaixadora muito atuante, dando continuidade ao trabalho dos embaixadores muito dedicados que serviram ao Brasil naquela nação amiga.

O Panamá tem uma situação econômica hoje privilegiada, como um dos grandes polos econômicos da América Latina. O seu aeroporto é reconhecido como *hub* das Américas, e a balança comercial a favor do Brasil em relação ao Panamá é gigantesca. E muitas oportunidades se identificam ali, já que o Panamá hoje é uma plataforma de exportação para todo o mundo, especialmente para a região do Pacífico. Desse modo, motivou a criação de um grupo que ainda não existia no Congresso brasileiro, exatamente com essa nação amiga, que tem hoje um papel geopolítico tão importante.

Por isso, agradeço muito e peço o apoio dos eminentes pares para a aprovação desse Grupo Parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Panamá. (*Pausa.*)

Apenas um registro, Senador Antonio Anastasia, na primeira quinzena do mês de setembro, nós iremos em viagem oficial ao Panamá, representando esta Casa, numa das comissões pertinentes e afeitas ao trabalho que a gente desenvolve aqui no Senado. Eu gostaria de fazer parte desse grupo até para a gente poder estreitar os laços diplomáticos com aquele país, para que a nossa atuação possa ser a mais produtiva possível.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Pela ordem.) – V. Exa., se me permite, é sempre o Presidente de honra de todos os grupos, na qualidade de Presidente da CRE, e sua participação efetiva será muito bem-vinda.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Panamá.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Gostaria de agradecer a presteza da assessoria do Senador Esperidião Amin, que de pronto convocou a sua presença nos nossos trabalhos, e agradecer ao Senador pela sua contribuição sempre muito salutar nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 5.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 215, DE 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior.

Autoria: Senador Jader Barbalho (MDB/PA)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação com 01 (uma) emenda que apresenta.

Observações:

1) Constou da pauta em 30/05, 04/07 e 11/07/2019.

2) Em 04/07/2019 foi concedida vista ao Senador Angelo Coronel.

2) A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Consulto o nobre Relator, Senador Esperidião Amin, se deseja fazer uso da palavra para completar algum esclarecimento a respeito da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir desculpas pela minha chegada com relativo atraso. E faço questão de registrar a presença, entre nós, do meu querido amigo, Padre Paulo Renato, que é o Assessor Político Institucional da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), com quem tratei de um assunto de grande relevância. E, ao fazer o registro da sua presença, também enalteço a busca da melhor relação com as igrejas em geral e, no caso particular, com a CNBB, que é uma instituição que presta relevantes, muito relevantes serviços ao Brasil, hoje presidida por um ilustre coestaduano dos Senadores Carlos Viana e Antonio Anastasia, mas mineiríssimo na sua alma e Arcebispo de Belo Horizonte.

Quanto ao projeto, eu acho que foram esclarecidos os aspectos relacionados à nossa Comissão e, em função do pedido de vista do Senador Angelo Coronel e de outros, afinal o pedido de vista foi deferido coletivamente, eu creio que os assuntos na nossa esfera estejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equacionados. Como o próximo passo é a Comissão de Assuntos Econômicos, essas questões relacionadas a Fisco, que são sempre muito delicadas, poderão ser esclarecidas – e desde já eu faço o pedido – a partir de manifestação da Liderança do Governo, que é quem pode nos trazer isto que nós reconhecemos ser a ponta de um novelo de difícil localização: esclarecer se há algo a recriminar no texto do projeto, que, de minha parte, está correto.

Portanto, eu continuo recomendando a aprovação, por cumprir os preceitos constitucionais e conformes à nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Senador Esperidião Amin.

Fica registrada a presença do Pe. Paulo Renato, que muito nos honra com sua visita à nossa Comissão. Determino à nossa assessoria que possa arrumar um assento de destaque para o nobre visitante.

Coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 215, de 2018, com a Emenda nº 1, da Comissão de Relações Exteriores.

A matéria vai para a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 2519, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) no Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação com 1 (uma) emenda que apresenta

Observações:

1) Constou da pauta em 08/08/2019.

2) Em 27/08/2019 foi apresentado novo relatório pelo Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3) A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Antes de analisar o relatório em si, eu gostaria de inserir esta proposta, este projeto de lei no contexto de uma proposição de V. Exa. acolhida pela Comissão, ou seja, um projeto desta Comissão, que é da análise da política pública brasileira relativa à situação de segurança das nossas fronteiras.

Então, este projeto do nobre Senador Jayme Campos tem a ver exatamente com isto, com o que nós nos propomos a avaliar. Por quê? Porque sabemos que é uma vulnerabilidade do nosso País a extensão das nossas fronteiras terrestres, assim como a nossa fronteira marítima exige e viabiliza os nossos esforços em prol da navegação e, particularmente, da Marinha de Guerra do Brasil.

Então, é nesse contexto que eu passo diretamente para o terceiro tópico do relatório.

O projeto tem dois artigos. O primeiro acrescenta um inciso XII ao art. 5º da Lei 13.756 para incluir, no rol dos destinatários do Fundo Nacional de Segurança Pública, os investimentos em serviços e obras para defesa e segurança da faixa de fronteira.

O segundo agrega um inciso III... Fugiu aqui. (*Pausa.*)

Agrega um inciso III ao *caput* do art. 7º da mesma lei, para disciplinar de que parte do Fundo Nacional de Segurança Pública virão os recursos para a faixa de fronteira.

O senhor está vendo que está de má vontade aqui... (*Pausa.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, enquanto o nosso califa Esperidião Amin, que é uma das luzes deste Senado, com o qual nós temos o privilégio de nos juntarmos aqui nessa experiência... Ele, o Senador Anastasia, grandes nomes da política brasileira, com quem temos muito a aprender. Quero aproveitar aqui, em primeiro lugar, para dar bom-dia a V. Exa., bom-dia aos colegas Senadores e a todos os presentes, e saudar aqui com muita satisfação o fato de que ontem nós, na Comissão Mista de Orçamento, aprovamos uma medida provisória, que já está, na prática, sendo executada, mas que mostra mais uma vez o espírito brasileiro em receber bem os estrangeiros, os imigrantes. Trata-se da questão do nosso Estado de Rondônia, que passa por um momento muito delicado com a chegada diária de centenas de venezuelanos em busca de ajuda...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Por dia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por dia. E ontem nós aprovamos, na Comissão Mista de Orçamento, ex-Presidente Collor, uma ajuda emergencial para o Estado de Roraima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o atendimento a essas famílias e, naturalmente, o deslocamento deles para outros Estados brasileiros. Em Belo Horizonte, que é a capital, onde eu e o Senador Anastasia residimos, já há todo um programa da Prefeitura, juntamente com organizações não governamentais, para o recebimento de pelo menos 50 famílias nos próximos dias, que serão aos poucos colocadas para a convivência.

Então, quero saudar aqui o trabalho que foi feito ontem naquela Comissão e dizer mais uma vez do Brasil sempre como um país de portas e braços abertos para aqueles que vêm para cá se juntar a nós em busca de dias melhores. Sabemos que os nossos dias hoje também não estão tão melhores como gostaríamos, mas com um pouquinho de água no feijão – uma expressão bem mineira – nós receberemos a todos com muita alegria e muita satisfação.

Era um ponto importante que aqui desejava citar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Gostaria de registrar essa manifestação de V. Exa., parabenizá-lo. Esta Comissão foi palco também de uma audiência pública em que esse assunto foi abordado, e, junto com o Senador Girão, do Ceará, nós ficamos de organizar uma ida até esse Estado para poder verificar *in loco* essa situação pela qual estão passando não só os brasileiros que recebem os venezuelanos como também os venezuelanos. Nós já fizemos um expediente ao Presidente da Casa, aguardando a autorização para podermos deslocar-nos até lá.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Gostaria muito se me fosse permitido participar, Sr. Presidente. Coloco-me à disposição para acompanhar a Comissão nessa visita a Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assim procederemos.

Com a palavra...

Está tudo certo aí, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Brilhante Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Voltamos ao papel.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como dizia, o segundo agrega o inciso III ao *caput* da mesma lei, para disciplinar de que parte do fundo virão os recursos para a faixa de fronteira. No caso dessa proposta, 5% dos fundos previstos na alínea "a" do inciso II do *caput* do art. 3º da lei, que são justamente receitas decorrentes de loterias nos termos da legislação atual.

No dia 24 de abril de 2019, o projeto de lei foi lido em Plenário e despachado para a Comissão de Relações Exteriores e, em 7 de maio, houve a designação para esta relatoria.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes a questões de fronteiras, conforme o inciso V do art. 103 do nosso Regimento.

No tocante ao projeto de lei em apreço, inexistem imperfeições no que diga respeito a sua juridicidade e técnica legislativa, nem padece de vícios de constitucionalidade.

O pilar da proposta reside no fato de considerar que o objeto do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, é, forçosamente, uma questão de segurança nacional e, portanto, deve estar incluído na lista dos beneficiários do Fundo Nacional de Segurança Pública. Portanto, é uma questão conceitual que nós estamos aqui reconhecendo, meramente reconhecendo.

Convenhamos que não há o menor retoque a se fazer a este argumento. Além de, historicamente, o tema da "fronteira" ser intrinsecamente uma questão de segurança, a criação deste programa deveu-se precipuamente à situação da segurança nas fronteiras, que, repito, é objeto de um plano de avaliação desta Comissão para este ano.

O documento do Gabinete de Segurança Institucional que apresenta o programa estabelece como diretriz dele "a atuação integrada e coordenada dos órgãos de segurança pública, dos órgãos de inteligência, da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda [agora, Economia] e do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, nos termos da legislação vigente" e como objetivos:

> I – integrar e articular ações de segurança pública da União, de inteligência, de controle aduaneiro e das Forças Armadas com as ações dos Estados e Municípios situados na faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e na costa marítima [portanto, esta é a extensão da emenda que nós apresentamos, até para respeitar o texto no qual se baseia o programa];
> II – integrar e articular com países vizinhos as ações previstas no inciso I;
> III – aprimorar a gestão dos recursos humanos e da estrutura destinada à prevenção, ao controle, à fiscalização e à repressão a delitos transfronteiriços; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

IV – buscar a articulação com as ações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira.

Do lado do programa, portanto, constata-se a sua exata pertinência e vinculação com o aspecto da segurança pública.

Examinando-se o fundo, ou seja, de onde se pretende obter os recursos, reforça-se a justificação para atrelá-lo, também, à problemática das fronteiras, por meio deste programa. Seu objetivo está descrito no art. 2º da Lei nº 13.756, de 2018, que é o de "garantir recursos para apoiar projetos, atividades e ações nas áreas de segurança pública e de prevenção à violência, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social".

Considero, portanto, que, em verdade, houve um lapso na concepção do fundo, ao esquecer o programa, que passa a ser sanado com esta alteração legislativa proposta pelo eminente Senador Jayme Campos. Eu considero isso muito oportuno, muito apropriado e adequado.

Por outro lado, para além do discurso e da norma, cabe reforçar a aplicação do fundo. Ele foi criado em 2001 com o valor de R$406,4 milhões, dos quais R$396 milhões foram executados. Em 2007, ele alcançou R$973 milhões, com R$836 milhões empenhados. Teve muita variação de valor com o decorrer do tempo, mas com índice baixo de execução.

Ainda ontem, Senador Marcos do Val, nós participamos de uma conversa informal com o Ministro da Justiça em que isso ficou caracterizado quase de maneira irreversível. A verdade é que esse fundo tem sido destinado principalmente a presídios, e a implementação, a construção, a localização, em primeiro lugar... É aquela história do livro: "*Not in my backyard!*". No meu jardim, na minha vizinhança, não! Isso se multiplica sob várias formas de contrariedade. E a execução tem sido insuficiente.

Portanto, nos três últimos anos, seu valor foi de R$469,9 milhões com R$313,8 milhões empenhados (2016); R$1,01 bilhão com apenas R$683,2 milhões empenhados (2017); e, no ano passado, R$636,4 milhões e R$491,9 milhões empenhados. Não estou falando de execução financeira.

Nesse sentido, incumbe não apenas, nos termos do projeto de lei em apreciação, incluir o tema da segurança nas fronteiras na cobertura do fundo, como também agir para que as políticas públicas previstas nesses dois programas sejam efetivamente realizadas, para que haja concretude na sua realização.

Cabe, no entanto, um pequeno ajuste na redação que o Projeto propõe para o inciso XII do art. 5º da Lei no 13.756, de 2018, a fim de conferir clareza ao sentido e ao alcance da norma, evitando problemas interpretativos, haja vista que a abrangência do programa extrapola

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a área da faixa de fronteira terrestre, conforme o inciso I do art. 3º – eu o li; ele fala de águas internas e da costa náutica – e o inciso I do art. 4º do Decreto no 8.903, de 2016.

Portanto, a emenda diz:

> EMENDA Nº - CRE
> Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei no 2519, de 2019:
> "Art. 1º O *caput* do art. 5º da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XII:
> 'Art. 5º
> .....
> .
> XII – investimentos em serviços e obras para defesa e segurança da faixa de fronteira, incluídas suas águas interiores, e da costa marítima, áreas abrangidas pelo Programa de Proteção Integradas de Fronteiras (PPIF), instituído pelo Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016.
> .....' (NR)".

Esse é o relatório, Presidente, concluindo dizendo o seguinte: acho esse tema da maior importância. Ele guarda, Presidente Nelsinho Trad, estrita consonância e conexão com o que V. Exa. apresentou aqui e foi transformado em plano de avaliação. E devemos incluir, no plano de avaliação, essa diferença entre o valor orçado, o empenhado e o executado desses recursos de um fundo, acho que em boa hora criado, em 2006, mas cujos resultados têm que ser otimizados, e acredito que cabe a esta Comissão estimular essa eficácia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o relatório do nobre Senador Espiridião Amin.

Coloco em discussão a referida matéria com o relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Senador Espiridião Amin, quero saudar V. Exa. pelo relatório, dentro de um assunto que o Brasil precisa discutir com muito mais profundidade e muito mais abrangência nos próximos meses, para os próximos anos, pela questão de que, quanto à segurança pública, quando nós começamos a analisar, não estamos falando de um assunto monolítico, de um assunto homogêneo; quando nós falamos em violência, nós estamos falando em diversos aspectos de uma violência que incomoda muito o Brasil e que, nas últimas eleições, Presidente, foi um dos temas de maior preocupação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

população brasileira. Os brasileiros estão fartos da violência. Hoje, nós queremos uma solução, e que não é única. É uma solução que vem em várias áreas, em várias dimensões e em várias questões que precisam ser analisadas, em várias instâncias, inclusive, do nosso País. Uma delas diz respeito às fronteiras, com relação às facções criminosas, que hoje se aproveitam do bom relacionamento que nós temos com os vizinhos da América do Sul, para cometerem crimes do outro lado da fronteira e também se organizarem dentro do nosso lado, visto – vou colocar aqui corretamente – o que nós tivemos lá, os eventos envolvendo traficantes, Polícia Federal, com mortes, entre o Brasil e o Paraguai.

E nós tratamos as questões das fronteiras ainda como uma questão apenas militar, no sentido de Forças Armadas, e não é mais isso. Hoje nós não temos nenhum risco de invasão ou risco de... Não temos nenhuma disputa com os nossos vizinhos sobre as nossas fronteiras. Está tudo muito bem estabelecido nos acordos que temos nos últimos 200 anos pelo menos.

Mas agora nós estamos vivendo um outro desafio, que é o controle dessa fronteira para as questões dos crimes de descaminho, contrabando e, principalmente, de tráfico de drogas. E de armas, que é outra questão que nós precisamos começar a discutir também, nesses tempos em que desejamos ou estamos trabalhando a hipótese de que o brasileiro possa também se armar mais. Vamos começar a discutir os vários aspectos dessas questões que o País está nos colocando aqui no Senado.

E nós esbarramos aqui, Senadores – Senador Marcos do Val, Senador Anastasia –, com uma outra questão que vem nesse bojo que é a nossa legislação sobre os fundos que nós temos no Brasil, fundos criados em um determinado momento e que tinham um determinado objetivo para aquela época, mas que hoje se tornaram, de certa forma, um peso para o orçamento, sem a execução da maneira como V. Exa. citou. Vou ser mais claro aqui. Nós vamos pegar, por exemplo, o Funpen, que é o Fundo Penitenciário. Ele tem em torno de 1,5 bilhão lá no caixa, mas o Ministro da Justiça, por exemplo, não pode utilizar parte desses recursos para as ações da Força Nacional. Por quê? Porque o dinheiro é especificamente para a construção de presídios e nós sabemos que os Estados e os entes federados têm dificuldades em executar e isso fica parado. Então, nós precisamos começar a rever a utilização desses fundos. Na educação, por exemplo. Nós temos fundos na educação que acabam não sendo utilizados e outras áreas prioritárias do aprendizado e do ensino básico acabam ficando desguarnecidas porque nós não podemos utilizar. Então, a discussão nós precisamos fazer hoje numa nova legislação, numa nova visão sobre os fundos brasileiros e a aplicabilidade deles nos problemas da Nação.

Penso que o relatório de V. Sa. aponta com muita clareza essa mudança de posicionamento. Nós não vamos tratar fronteiras apenas como uma questão de ação militar, mas tratar fronteiras como uma questão de segurança pública brasileira, não mais como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

segurança nacional, mas para o dia a dia dos brasileiros. Vejo com muito bons olhos e acredito que esta Comissão irá aprovar esse novo posicionamento de V. Exa. sobre esse assunto.

Trago aos Senadores já o nosso posicionamento sobre repensarmos os fundos. Nós temos uma discussão muitas vezes: "Ah, mas o dinheiro é carimbado, tem que ir... Vai tirar dinheiro da educação e vai colocar em outra área". Ora, até bem pouco tempo o que se fazia no Brasil era endividar o País. Não se tinha dinheiro, não se podia mexer nos fundos, o que se fazia? Emitia-se título de dívida. E fomos emitindo títulos de dívida. Resultado, hoje nós temos uma dívida que chega a 83% na relação com o PIB, é impagável.

Se nós não começamos a organizar e a rever os orçamentos, trabalhar o que nós temos de arrecadação com o ataque às questões principais que preocupam o País, sobra-nos o abismo fiscal. Nós vamos ter o gasto cada vez maior em áreas que nós precisamos, como essa da segurança pública; temos um recurso que estará parado, porque nós não podemos legalmente utilizá-lo, por uma questão mesmo de respeito à fundação dele, à criação dos fundos... Mas hoje nós precisamos dar respostas. Então, essa rediscussão sobre a aplicação desses fundos em nosso País pode ser muito interessante.

O Senador Marcos do Val, por exemplo, milita muito mais na área de segurança pública. Nós precisamos rediscutir a questão dos presídios brasileiros, rediscutir o que nós vamos fazer com os presídios. A lei preconiza que os presídios são para recuperação dos presos, então, não faz uma coisa nem outra. O Funpen está lá, por que nós não podemos utilizar esse dinheiro como garantia, por exemplo, para os Estados que criarem grandes programas de parceria público-privada, como criou o Senador Anastasia em Minas Gerais, um modelo para o Brasil hoje de uma PPP na área dos presídios? Santa Catarina tem um também que é modelo para o Brasil. Esse fundo poderia dar garantias de que esses investimentos poderiam ser feitos, resolveríamos parte da questão da superlotação.

A questão dos equipamentos para as polícias que hoje são distribuídos de uma forma muito isolada. Cada polícia recebe uma quantidade de viaturas, outra polícia recebe armas, uma polícia recebe...

Nós estamos precisando falar de um cadastro nacional, por exemplo, de criminosos. Nós precisamos fazer um cadastro nacional de DNA de criminosos condenados exatamente para a gente entender o que que está acontecendo no Brasil. Uma pessoa comete um crime lá em Rondônia, muda-se para São Paulo, muda para o Espírito Santo, começa uma vida nova. Um delegado de polícia muitas vezes não tem como saber se essa pessoa é procurada em outro lugar do Brasil. Por quê? Porque os entes federados não conversam, porque a legislação não preconiza. E é função nossa, rediscutirmos a aplicação dos recursos que temos da melhor maneira, para que, na vida dos brasileiros, haja mais paz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre essa questão da fronteira, saúdo, com muita efusão, aqui, o Senador Esperidião Amin, por rediscutimos esse posicionamento do Brasil. Fronteira não é apenas uma questão de segurança nacional; fronteira é também uma questão de segurança pública.

Meu posicionamento favorável.

Meus parabéns, Excelência!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, coloco em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei 2.519, de 2019, com a Emenda 1, da Comissão de Relações Exteriores.

A matéria vai à Comissão pertinente de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, só para agradecer as palavras do Senador Carlos Viana e dizer que realmente essa... Eu escutei, eu não tenho uma contabilidade dos fundos, mas acredito que é um número superior a...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, o número de fundos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quase 200... Parece que são 206.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, eu estou falando dos fundos infra...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu escutei o número, que ultrapassa duas centenas, os criados por lei. Então, eu não sei, vou deixar registrada aqui não a minha afirmação, mas a minha dúvida. Mas eu acho que realmente, para uma modernização do nosso orçamento, a primeira coisa a descarimbar são esses fundos não constitucionais, porque se constituem em gavetinhas e, no final, contribuem apenas para produzir um falso superávit para pagar juros, juros da dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra, Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG) – Obrigado, Presidente.

É para dar ciência aos eminentes pares de eu apresentei um projeto de lei que está tramitando na CAE, tendo como Relator o Senador Tasso Jereissati, no sentido de que os fundos podem servir, exatamente como sugeriu o Senador Viana, como garantia para PPPs nas áreas de saúde, educação e segurança pública, entre outros, porque, pelo menos, se não querem gastar o dinheiro, que sirva de lastro para operações de PPPs.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) –

ITEM 12

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 55, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Coréia do Sul e dá outras providências.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) A matéria vai à Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para proferir o seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Pois não, peço permissão para já começarmos da análise...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Permissão concedida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... uma vez que a matéria está muito bem embasada. E, no relacionamento diplomático que o Brasil tem, sempre construtivo, com a Coreia do Sul, entendo que já possamos aqui caminhar em direção a uma análise do que foi proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os chamados grupos parlamentares constituem expressivo instrumento de diplomacia parlamentar e propiciam intercâmbio de experiências entre os legislativos nacionais. Eles trazem, por igual, importantes contribuições para as relações bilaterais.

Cuida-se de prática entendida como própria do mandato e da atividade de Senador. Ela, contudo, não encontra amparo, tampouco vedação regimental. Assim, tendo em vista que é livre a organização política no âmbito do Poder Legislativo, sua prática foi endossada pelos usos e costumes da Casa. Convém, entretanto, registrar que, a partir da Resolução nº 14, de 2015, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina de maneira a evidenciar sua regimentalidade.

Referida resolução dispõe, de forma específica, sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos. No entanto, ela adicionou dispositivo que deverá ser aplicado aos grupos parlamentares em geral, como este que se pretende criar por meio do PRS nº 55, de 2019. Confira-se:

> Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.
> §1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.
> §2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.
> §3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no *Diário do Senado Federal.*
> §4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer Parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.
> §5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos Parlamentares que os integram.

Essas as circunstâncias, a proposição merece ser aprovada. Ela, de um lado, não destoa da nossa prática; de outro, fortalece os vínculos com país de sólidos laços de amizade com o nosso Brasil.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 55, de 2019, de autoria do ilustre Senador Antonio Anastasia.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos, Senador Carlos Viana.

Continua em discussão o relatório.

Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Carlos Viana a gentileza do relatório sobre esse grupo que está sendo recomposto; ele já existia e está sendo recomposto neste momento no Senado, numa nação tão amiga quanto a Coreia do Sul. Então, queria fazer o registro de agradecimento ao eminente Relator por apresentá-lo a esta Comissão, solicitando o apoio dos nossos pares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Para discutir.) –Cumprimentando S. Exa. o Senador Antonio Anastasia pela iniciativa da proposta e S. Exa. o Senador Carlos Viana pelo seu relatório, eu gostaria de informar a esta Comissão que ontem foi instalado oficialmente também o Grupo Parlamentar Brasil-República Popular Democrática da Coreia, sob a Presidência do Senador Humberto Costa.

É importante notar que o Brasil é o único País, das três Américas, que tem representação diplomática nas duas Coreias; portanto, na Coreia do Norte e na Coreia do Sul. Isso é muito importante, porque, diante dessas manifestações que nós estamos vendo de lado a lado na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão Coreia do Norte, sobretudo, e Estados Unidos da América, o Brasil, como sempre, pode servir como um garante em qualquer negociação que eventualmente passe a haver sem a presença exclusiva dos dois contendores, mas também com a audiência de outros países.

Por isso, eu gostaria de saudar a criação também desse Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul. Visto que S. Exa. o Senador Antonio Anastasia também faz parte dos dois grupos parlamentares, ou grupos de amizade parlamentar, entre as duas Coreias, pode muito trabalhar, junto com todos os outros integrantes dessas duas comissões, para a aproximação dessas duas partes da Península Coreana, no sentido da busca da paz e de um consenso da estabilidade na região.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu queria – além de cumprimentar pelo relatório, e o autor, pela apresentação da proposta – solicitar à assessoria da Comissão que nos informasse quantos grupos parlamentares organizados na forma da Resolução 14 nós temos aprovados.

É que, quando eu fui o Relator do texto... Eu fui Relator do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos – isso foi neste ano – e eu não tive esse cuidado. Nós temos um número desconhecido de grupos parlamentares, penso eu, a não ser que já exista essa estatística. Se não houver, acho que a assessoria pode produzi-la. Seria importante que a gente tivesse essa lista e também soubesse sobre a natureza do grupo: se eles são todos bicamerais, ou seja, se são decorrentes de proposições de origem mista, Câmara e Senado, ou de uma Casa só. Eu penso que, para o reconhecimento, se não estou enganado, essa norma específica da resolução menciona que deva ser de ambas as Casas.

É um pedido de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Amin, apenas para esclarecer V. Exa.: nossa assessoria informou que está buscando, junto ao Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento (Saop), a informação solicitada por V. Exa. Tão logo chegue, nós a encaminharemos a todos os Senadores.

Mais alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Coloco em votação o relatório.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Encaminho à nossa assessoria técnica para as providências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de registrar a presença da Dra. Ana Paula Riveira Holsback, lá da minha cidade, do meu Estado, especialista em Direito Internacional, que muito nos honra com sua presença.

Nós temos o hábito de fazer uma leitura durante a nossa reunião de alguns acontecimentos no que tange às relações exteriores que aconteceram na semana.

Nós precisamos tecer algumas considerações acerca do que tem sido pautado nos debates e na mídia no mundo afora: a Amazônia, os incêndios, o desmatamento, os conflitos agrários, as manifestações de líderes mundiais sobre preservação e desenvolvimento sustentável nas terras brasileiras.

Entendemos a preocupação de todos ao redor do mundo e aqui principalmente sobre a preservação da Amazônia. Efetivamente, em um mundo em que muitos países destruíram suas reservas naturais, suas florestas e amargam altos níveis de poluição, é natural que todos estejam preocupados com a nossa floresta.

Nunca é demais lembrar que o Brasil é soberano no seu Território, é soberano nas suas decisões e nos rumos das suas políticas públicas. Temos a legislação ambiental mais moderna do mundo e somos pioneiros na consolidação dessa legislação. É fundamental reafirmar que a responsabilidade da gestão da Amazônia brasileira é exclusivamente do Brasil. Não é possível conceber que potências mundiais se reúnam para tratar do Brasil sem a presença do Brasil. Qualquer reunião internacional para tratar do tema deve incluir os países amazônicos. Reuniões que isolam os países amazônicos são inadequadas e fogem aos parâmetros internacionais de diplomacia e respeito à soberania de cada um.

Naturalmente, o Brasil deve estar aberto à cooperação internacional, com o propósito de preservação da grande floresta, mas que seja uma cooperação despojada e dentro dos parâmetros estabelecidos pelo nosso País para a gestão dos recursos. Qualquer condicionalidade, especialmente no âmbito comercial, é inaceitável, e aqui vou usar uma máxima usada entre alguns setores organizados da sociedade civil no âmbito de debates e decisões: nada sobre nós sem nós.

Eram essas as considerações que a gente gostaria, no campo das relações exteriores, de colocar, relativamente a essa semana.

Informo aos nobres Senadores que, em função da mudança partidária do Senador Marcos do Val, que anteriormente pertencia ao Cidadania e agora pertence ao Podemos – ele saiu do bloco do Cidadania, que o tinha indicado como Vice-Presidente desta Comissão –, automaticamente o sistema baixa essa indicação. Comunico aos Senadores que, com a vacância do cargo da Vice-Presidência, será necessária a realização da nova eleição. Aqueles que gostariam de se candidatar encaminhem o expediente à nossa assessoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A eleição ocorrerá, conforme nos informou a assessoria desta Comissão, na próxima reunião. Aqueles que se interessarem podem dirigir-se à nossa assessoria para que possa promover esse encaminhamento.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Presidente, eu posso já fazer verbalmente, colocando-me à disposição para voltar à Vice-Presidência desta Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu pediria a V. Exa. que formalizasse, porque pode haver algum questionamento, e a gente não pode dar chance para o azar.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Gostaria também de informar aos nobres Senadores que realizaremos, na próxima semana, dia 5 de setembro – uma data muito especial para mim porque é meu aniversário – audiência pública nesta Comissão para discutir sobre avaliação de políticas públicas de programa de defesa cibernética, solicitada pelo nobre Senador Esperidião Amin, conforme aprovado no Requerimento nº 24, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores.

Dentre os temas previstos nesta audiência, está o planejamento estratégico do setor cibernético; a avaliação desse planejamento e a execução orçamentária também relacionadas a esse setor; as necessidades e os cenários orçamentários ao setor cibernético; também o debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; apontamentos das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.

Foram convidados para audiência as seguintes autoridades: representantes do Ministro da Defesa, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, dos Comandos do Exército, da Marinha e da Força Aérea. Confirmaram presença até o momento: Cel. Arthur Pereira Sabbat, representante do GSI; Comandante de Defesa Cibernética, Gen. de Divisão Guido Amin Naves, seu primo; e representante do Exército Brasileiro.

Vamos reiterar o convite às outras autoridades, porque é um assunto que demanda extrema importância. Nós já estivemos fazendo uma visita à central de inteligência, e quero aqui ressaltar a importância da próxima reunião.

Nós tínhamos duas políticas públicas para tratar: uma é essa; a outra é a integração física e logística da América do Sul. É um instrumento essencial para a intensificação da parceria econômica entre os países sul-americanos, mas também o estabelecimento de corredores de comércio mais fluidos, mais rápidos e de menor custo com a Ásia.

Informo aos Senadores que estamos preparando, com a nossa assessoria, uma palestra da mesma forma que nós tivemos na central de inteligência, visualizando a importância do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema. Esta palestra vai ser muito esclarecedora aos Srs. Senadores e a todos que puderem acompanhar da importância dessa matéria para o nosso País.

Senador Esperidião Amin com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu queria endossar, reforçar e sublinhar a importância desta audiência que inaugura o nosso programa de avaliação da questão da política brasileira de defesa cibernética.

Nós temos todos os sinais de que a guerra cibernética é uma guerra permanente. Ela não envolve apenas questões policialescas que podem se transformar em uma novela, mas elas e aquele exercício de ataque cibernético a que nós assistimos no Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro aqui no Planalto exibiram... Foram dois dias de simulação de ataque cibernético, envolvendo infraestrutura, sistema de energia elétrica, sistema financeiro. E eu tinha tido a experiência de Relator da CPI dos Crimes Cibernéticos na Câmara, que também abordava esses quatro contextos, além daquele da intimidação sistemáticas contra jovens com distribuição de drogas através de meios e aplicativos eletrônicos. Então, eu percebo que há uma... A gente lê o jornal, esquece e vai adiante. Acho que esse programa de avaliação dessa política pública tem de ser mais do que aquele frenesi causado pelo *The Intercept*. Aquilo é apenas um vestígio do que está acontecendo, é um vestígio.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Interrompendo-o, não nos podemos esquecer do 5G, que virá para outra plataforma. Vários países estão preocupados exatamente por conta disso, do controle das informações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o senhor já imaginou o que vai acontecer quando nós privatizarmos, se privatizarmos, os 14 mil quilômetros de rede de fibra ótica da Eletrobras, que praticamente circundam o Território brasileiro?

Então, não precisa ficar preocupado com a Huawei, que é a preocupação comercial e talvez de segurança também do Presidente Trump e da Inglaterra. Há outros que acham que a caixa do 5G faz mal à saúde. Então, tudo isso faz parte do cenário de uma grande guerra comercial.

Até homenageando o ex-Presidente Collor, eu li... É um pouquinho diferente a situação, mas mostra essas vulnerabilidades a que estamos sujeitos. Um pouco antes da sua posse, em outubro de 1989, o Senador Jarbas Passarinho foi o autor do primeiro relatório da CPI da Amazônia. Vou pegar só uma linha. Naquela época, o Presidente francês – não era o Macron, era o Mitterrand – defendia o princípio de que o Brasil precisava aceitar que sua soberania sobre a Amazônia deveria ser relativa. É um filme antigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, voltando ao nosso assunto, imaginar que um País com a expressão do Brasil esteja imune a essa guerra permanente que está acontecendo no mundo nem é ingenuidade, é leviandade. Eu acho que a nossa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional presta um serviço ao País ao fazer essa avaliação, para, a partir daí, ter ou não outra noção de prioridade orçamentária para as ferramentas e para a atualização dessas ferramentas de defesa cibernética do País, não das Forças Armadas, mas do País como ente soberano.

Era isso que eu queria dizer, enaltecendo o seu esforço de fazer essa convocação e esses convites.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Com a palavra o Senador Fernando Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Pela ordem.) – Em relação ao comentário feito por S. Exa. o Senador Esperidião Amin, eu gostaria de confirmar isso que ele afirmou, lendo o que estava escrito no relatório sobre a Amazônia de autoria do saudoso ex-Senador e ex-Ministro Jarbas Passarinho.

Logo no início do nosso Governo, esse assunto veio à tona, com o Presidente François Mitterrand dizendo que era necessário relativizar a soberania do Brasil sobre a Amazônia. E, na oportunidade, ele teve uma resposta. Para um bom entendedor, como ele era, não precisava de aspereza nas frases pronunciadas, mas simplesmente um chamamento ao bom senso. E ele, de fato, parou de falar sobre essa ideia esdrúxula de relativização da soberania da Amazônia e compareceu à conferência conhecida como ECO 92 ou Rio 92, quando aqui reunimos 188 Chefes de Estado e Chefes de Governo. Ele aqui chegou e não tratou mais desse assunto.

Então, eu acredito que esse é um tema ao qual nós não devemos dar tanta importância, porque isso é algo impossível de acontecer – impossível de acontecer. O que hoje ocorre é que o mundo globalizado, do jeito que está, coloca, no patamar do debate, todos para falar sobre tudo e sobre qualquer país do nosso Planeta. Mais do que os seus dignitários, fala a própria população dos países.

Quando se diz que os chamados "desenvolvidos" vão fazer, vão tomar alguma atitude de guerra comercial em relação aos produtos exportados pelo Brasil para esses mesmos países, esses países não precisam tomar nenhuma medida oficial, porque, se alguma insatisfação houver em relação ao Brasil, essa insatisfação será manifestada pelo próprio consumidor europeu e americano. A nossa preocupação deve ser, então, globalizado o mundo como está, com os consumidores mundiais, porque nós já tivemos notícias, em várias oportunidades, de que os consumidores rejeitam produto tal e qual por ser proveniente do país "x" ou "y", em função de aquele produto estar chegando às prateleiras desses países oriundo de pastagens devastadas, em função mau cuidado em relação ao meio ambiente que esse ou aquele país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

esteja, na avaliação deles, adotando... Enfim, acredito que nós devemos sempre, com muita ponderação, como deve ser a arma da nossa diplomacia... A nossa diplomacia tem uma tradição muito longa, e nós temos que preservar esse legado da nossa diplomacia, feita sempre com muito cuidado, buscando o consenso, buscando aproximação entre as partes, buscando o equilíbrio e a paz mundial.

Então, isso é algo que nós não podemos perder de vista. Mais do que preservar essa política externa, nós temos que perseverar nas grandes linhas mestras que conduzem a diplomacia brasileira, a ponto de, hoje, ser uma das mais respeitadas do mundo e ponto de referência para os grandes debates que são travados nas Nações Unidas.

Eu acho que, se nós deixarmos essas questões a cargo do nosso corpo diplomático, extremamente experimentado, extremamente capacitado, nós estaremos colaborando para minimizar essa discussão extremamente acesa, extremamente inflamada, que hoje se trava em torno das queimadas que estão ocorrendo na Amazônia.

Eu me estendi um pouco. Peço perdão a S. Exas. os Srs. Senadores e ao Sr. Presidente, mas esse comentário vem adicionado apenas para corroborar aquilo que foi dito por S. Exa. o Senador Esperidião Amin a respeito da relativização da nossa soberania, que é algo absolutamente fora do contexto. Deixem que o Macron fique falando essas bobagens. Nós devemos apenas marcar a nossa posição dizendo simplesmente que isso é um tema fora da ordem do dia, e ele estará isolado nessa questão como qualquer outro que, com relação a qualquer outro país, trave dessa essa discussão nos mesmos termos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, permita-me?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Primeiro, dou os parabéns ao Senador Collor nesse posicionamento sobre a questão da nossa Amazônia.

Senador, nós precisamos informar bem as pessoas porque a raiz da ignorância é a desinformação. Quando nós falamos em Amazônia, de qual Amazônia nós estamos falando? Da Amazônia Legal, 40% praticamente do Território brasileiro? Nós estamos falando da Floresta Amazônica? Porque boa parte da Amazônia inclusive não é floresta, o Senador Nelsinho Trad sabe muito bem, não é Floresta Amazônica, são áreas de campo, como Roraima, a metade. Então, do que nós estamos falando?

Segundo ponto muito importante. Qualquer ameaça militar à fronteira brasileira, primeiro, não encontra respaldo internacional, apoio de ninguém; segundo, é praticamente impossível você invadir uma área brasileira pela extensão dela e principalmente porque é nossa casa. Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

há essa possibilidade. Quem conhece um pouquinho de estratégia militar, um pouco da vida militar sabe que, para você manter um batalhão de soldados, você gasta um boi todos os dias. Então, imagine o que seria mobilizar uma tropa internacional para invadir o Brasil e tomar a Amazônia, 40% do Território... Isso é impossível, não há mais possibilidade de tratarmos disso aqui. A questão é que nós muitas vezes, diante dessas informações, lidamos com o medo das pessoas, com aquilo que se tem em relação ao futuro.

Muitas vezes eu ouço que o ex-Deputado Enéas falou nos anos 90, 80... Gente, o mundo era outro completamente diferente. O mundo hoje passa pela escolha do consumidor. Disse muito bem o Senador Collor: ninguém vai apoiar um país, um presidente como o Macron, que deve se olhar no espelho e se achar a reencarnação do Napoleão; ninguém vai apoiar essa pessoa numa ação militar – ninguém! O mundo não aceita isso mais. Mas nós, brasileiros, temos que ter também a humildade de nos perguntar o seguinte: nós estamos cuidando da nossa responsabilidade, estamos exercendo o nosso direito da forma correta? Nós, brasileiros, nos posicionarmos contra a ajuda internacional num momento como este é um posicionamento correto por parte inclusive da Presidência da República? Na minha humilde opinião, não. Nós temos que ter a sabedoria de dizer ao mundo que nós temos o nosso território, que a experiência internacional, se vier respeitando as nossas regras, é bem-vinda, e nós precisamos fazer uma avaliação de como nós estamos tratando um recurso natural que é fundamental para nós, não só para a humanidade, para nós, principalmente para todos nós.

Então, saúdo V. Exa. sobre isso.

O consumidor, aquele que tem o poder de decisão, aquele que de fato nos faz no mercado internacional ter alguma proeminência, esse quer ouvir de nós o que nós estamos fazendo para que a floresta continue preservada – isso que ele quer ouvir. É uma questão de bom senso, de diplomacia e de comunicação institucional do Governo brasileiro mostrar ao exterior o que nós temos feito, e não apenas já imediatamente levantar guerra, querer mandar carro de combate. Essa não é a forma correta de se tratar esse assunto. A floresta é nossa, a soberania é nossa, mas a nossa responsabilidade é muito maior, porque nós é que temos de cuidar.

E, se nós analisarmos bem, a nossa política de preservação precisa melhorar, nós precisamos melhorar. Temos que ter essa humildade, essa sabedoria de entender que nós, sozinhos, vamos tomar conta, mas nós precisamos naturalmente de outras experiências, e não levantarmos questões do mundo dos anos 70, 80, da Guerra Fria, em que se invadiam os países com tropas. Isso não existe mais, isso acabou.

Hoje, nós precisamos informar bem. Eu reitero aqui o que disse: a raiz da ignorância é a desinformação. Desinformadas, as pessoas são levadas muitas vezes a entendimentos e posicionamentos incorretos. Assim é que grandes regimes ditatoriais conseguiram se manter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao longo de décadas e sujaram imagens de países que sempre foram grandes pesquisadores, grandes incentivadores da educação e que foram à guerra desinformados. Cito aqui a Alemanha, que é um dos países que mais aprecio, onde aprendi muito, morando, trabalhando e convivendo, que é um país de doutores que foram à guerra cometer crimes de guerra – doutores, mestres! Por quê? Desinformação!

E hoje, no Brasil, o que nós vivemos nessa guerra, especialmente de redes sociais, o que nos trouxe, o que eu percebo são brasileiros e brasileiras de bom coração, que têm um amor pelo País, que querem uma nova política, que querem o novo, mas estão desinformados, de forma dolosa ou não, e precisam de uma informação correta sobre o que está acontecendo aqui.

Parabéns, Senador Collor.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação das Atas 39 e 43, das reuniões da Comissão realizadas em 11 de julho e 14 de agosto, respectivamente, bem como a ata da reunião anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Apenas, antes de encerrar reunião, digo da nossa alegria e satisfação de ter a sua presença aqui, Presidente Collor. V. Exa. engrandece a nossa Comissão, engrandece o nosso Parlamento. Seja sempre muito bem-vindo às nossas reuniões! Não é fácil substituir V. Exa. na posição em que estou. Só eu sei o esforço que estou fazendo para poder chegar perto de V. Exa.

Agradecemos a presença dos nobres Senadores Amin, Anastasia, Marcos do Val, Collor e Carlos Viana.

Declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta minutos do dia cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Flávio Arns, Humberto Costa, Marcos do Val, Paulo Paim, Paulo Rocha e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 24/2019 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros. **Finalidade:** 1ª Audiência Pública com o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme os temas do Item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas: I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético. **Participantes:** General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante de Defesa Cibernética (representante de: Comando do Exército); Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni (representante de: Comando da Marinha do Brasil); General de Brigada Ivan de Sousa Corrêa Filho (representante de: Ministério da Defesa); Coronel Arthur Pereira Sabbat (representante de: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI.). Coronel Aviador Éric Cézzane Cólen (representante de: Comando da Aeronáutica). **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 43, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 44, de 2019 - Não Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **3ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado:** O Senador Marcos do Val é eleito Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o biênio 2019/2020. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/05

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 46ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

A presente audiência pública tem o objetivo de debater o Programa de Defesa Cibernética, tema muito bem proposto pelo nobre Senador Esperidião Amin, em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019-CRE, conforme o item 5 do cronograma do Plano de Trabalho da Avaliação de Políticas Públicas: I – Planejamento Estratégico do Setor Cibernético; II – Avaliação do planejamento e da execução orçamentária relacionados ao Setor Cibernético; III – Necessidades e cenários orçamentários relacionados ao Setor Cibernético; IV – Debate sobre a implementação das medidas definidas em 2014 e as frentes de atuação que se delineiam a partir dos resultados já verificados; V – Apontamento das ameaças e as atualizações do cenário do ambiente cibernético.

Tenho a honra de anunciar e convidar para esta Mesa de trabalho as seguintes autoridades: General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante de Defesa Cibernética e representante de Comando do Exército; Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, representante do Comando da Marinha do Brasil; General de Brigada Ivan de Sousa Corrêa Filho, representante do Ministério da Defesa; Coronel Aviador Éric Cézzane Cólen, Chefe da Seção de Comando e Controle do Emaer, representando o Comando da Aeronáutica; Cel. Arthur Pereira Sabbat, representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sejam todos muito bem-vindos! Obrigado pela presença.

Interatividade da reunião. Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania.

A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Registro a presença em Plenário das seguintes autoridades: Gen. de Divisão João Roberto Oliveira; Contra-Almirante Marcio Tadeu Francisco das Neves; Contra-Almirante Carlos André Coronha Macedo; Cel. Edson Ribeiro dos Santos Júnior; Cel. Antônio Bispo de Oliveira Filho; Cel. Alexander Eduardo Vicente Ferreira; Cel. Luís Sérgio da Costa Souto; Cel. André Luís Nogueira Terra; Cel. Marco Antônio Rocca de Andrade; Capitão de Fragata Fabio Kenge Arakaki; Capitão de Fragata Rodrigo Abrunhosa Collazo; Tenente-Coronel Sylvio André Diogo Silva; Major Vitor Augusto Kopp Jantsch; 1ª Tenente Fabiana de Oliveira Ozaka.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, concedo, com muita honra, a palavra ao Senador Esperidião Amin, como Relator do Requerimento 24, de 2019, desta Comissão, que deu origem a esta audiência pública para debater o Programa de Defesa Cibernética, para fazer suas considerações iniciais.

Antes, porém, gostaria de registar a presença do Senador Marcos do Val, sempre assíduo nesta Comissão.

Com a palavra Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente, prezado Senador Marcos do Val, autoridades já referidas, eu fico feliz por participar deste momento, Presidente Nelsinho Trad, porque ele dá a partida a uma grande tarefa e a uma das duas grandes prioridades eleitas nesta Comissão para que, em termos de acompanhamento, nós possamos contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, no caso relacionadas à questão da influência dos meios cibernéticos na economia, na vida, enfim, na sociedade.

Hoje, contando com a presença especialmente dos representantes de Governo e, particularmente, das Forças Armadas, creio que damos a partida mais bem lançada. Tivemos oportunidade de já participar de outros eventos, e não posso deixar de registar a nossa satisfação e a de outros Senadores, que, inclusive, se comprometeram a aqui comparecer quando dos exercícios de ataque cibernético no Comando de Defesa Cibernética do Exército em junho passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, creio que caberá à nossa capacidade de sermos objetivos e de tratarmos dessa questão, que é multidisciplinar – não é interdisciplinar, é multidisciplinar –, dessa questão complexa e desafiadora. Caberá à nossa competência, à nossa capacidade de dispor racionalmente as várias inserções do assunto na nossa sociedade para sermos eficazes na que deverá ser a quinta grande reunião, que será o laudo da avaliação de como está essa política pública no Brasil.

De minha parte, quero lhe agradecer pessoalmente pelo apoio pessoal e político que sempre deu para que esse tema prosperasse e, inclusive, vencesse disputas que ocorreram quanto à nossa preferência e, de maneira muito evidente, inovando em matéria de avaliação de política pública no Brasil.

Eu gostaria ainda de, por uma questão de relação pessoal, agradecer a presença aqui do meu ex-aluno, Egon Schaden Júnior, que é o Presidente Executivo da Associação Nacional de Certificação Digital, aqui entre nós.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Fala dos palestrantes. Esclareço aos senhores palestrantes que irei conceder a palavra por 20 minutos para cada um, com a possibilidade de prorrogação para a conclusão de suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. e Srs. Senadores presentes e inscritos.

Para dar início à audiência pública, concedo, neste instante, a palavra ao General de Divisão Guido Amin Naves, Comandante de Defesa Cibernética, que tão bem nos recebeu dois meses atrás numa visita que fizemos ao seu comando.

Com a palavra General de Divisão Guido Amin Naves.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos, Presidente Senador Nelsinho Trad, Senador Esperidião Amin, Senador Marcos do Val, demais autoridades e convidados, senhoras e senhores.

Em primeiro lugar, cabe-me aqui nada mais que agradecer esta possibilidade de elevar a discussão em torno da defesa cibernética nacional a este nível do nosso Senado Federal. Isso é muito importante para nós, essa inserção político-estratégica desta capacidade tão importante e transversal a tudo que se faz neste País. É muito importante para nós, Sr. Presidente. Então, muito obrigado pela oportunidade de discutir em tão alto nível esses assuntos que são tão caros a nós, ao nosso trabalho e ao nosso dia a dia no Comando de Defesa Cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trouxe uma apresentação para levantar algumas ideias e alguns dados para alimentar o debate que se seguirá.

Em primeiro lugar, eu queria trazer alguns marcos do setor de defesa cibernética no Brasil.

Isso começou em 2008, quando a Estratégia Nacional de Defesa estabeleceu os três setores estratégicos para a defesa nacional, nuclear, espacial e cibernético. Essa diretriz de 2014 atribuiu à Marinha o setor nuclear, à Força Aérea, o setor espacial e, ao Exército, o setor cibernético.

A partir daí, o Exército estabeleceu o Projeto Estratégico de Defesa Cibernética com certos projetos e, em decorrência disso, estabeleceu em 2010 o núcleo do Centro de Defesa Cibernética. Esse núcleo, em 2012, foi ativado, e hoje é o braço operacional do Comando de Defesa Cibernética.

Em 2012 também, foi criada a Ação Orçamentária 147F, que é a ação orçamentária destinada a prover os fundos necessários ao desenvolvimento dessa capacidade. Essa ação, inicialmente, era apenas com recursos discricionários do Exército; não tinha sido possível ainda nesse momento a Defesa aportar recursos como ela já vinha fazendo para os demais setores estratégicos.

Em 2013, o caso Snowden foi um caso emblemático no mundo todo, afetou o nosso País, o nosso Governo. Houve uma CPI aqui no Senado Federal, houve um grupo de trabalho interministerial capitaneado pela Defesa, e tudo isso levou a uma série de orientações, de medidas a serem tomadas para potencializar a Defesa Nacional no País.

Por conta disso, nasceu o Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional. O projeto estratégico do Exército, em 2017, transformou-o em programa, nós avançamos a metodologia do Exército em gestão de projetos e programas estratégicos. Esse projeto, na verdade, sempre foi um programa, passamos a denominá-lo corretamente, normatizamos o portfólio estratégico, de forma que hoje nós temos dois programas estratégicos que cuidam da cibernética: um programa singular do Exército, com recursos discricionários do Exército; e um programa da Defesa, com recursos da Defesa.

Em decorrência desse Programa de Defesa Cibernética na Defesa Nacional, em 2015 foram ativados os núcleos da Escola Nacional de Defesa Cibernética e do Comando de Defesa Cibernética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2016, o Comando foi ativado, e o seu primeiro comandante assumiu. Eu, na verdade, sou o terceiro comandante do Comando de Defesa Cibernética, o CDCiber, enquadrado pelo Comando como seu braço operacional.

Até 2017 nós estávamos provisoriamente no Quartel General do Exército, no SMU, em Brasília. Aí passamos a ocupar instalações no Forte Marechal Rondon, próximo à Torre Digital de Brasília, onde estamos até agora. Vamos permanecer neste Forte, ainda que em novas instalações que estão planejadas, visto que as instalações que ocupamos hoje, que muitos dos Srs. Senadores conheceram por ocasião do exercício que fizemos no começo de julho, são instalações que não foram construídas para abrigar um Comando Cibernético. São instalações também provisórias, em que pese as definitivas ficarem no mesmo local nesse Forte Marechal Rondon.

Em 2019, agora em fevereiro, a nossa Escola Nacional de Defesa Cibernética foi ativada e seu primeiro comandante assumiu a sua posição. Lembro que, nesse período todo, tivemos todos esses grandes eventos no Brasil e foi preciso, nesse processo, obter e aplicar rapidamente capacidades cibernéticas para oferecer proteção adequada aos sistemas empregados nesses grandes eventos.

Como exemplo: na Copa do Mundo de 2014, tivemos 756 eventos de segurança tratados pela defesa cibernética e conseguimos que nenhum deles atravessasse a nossa borda e oferecesse algum risco, o que acabaria comprometendo até a imagem do Brasil perante o mundo, já que estávamos aqui sediando a Copa do Mundo. Talvez, se tivéssemos deixado alguns deles passarem antes dos 7 a 1, isso não tivesse ocorrido conosco, mas, enfim, é melhor que o Brasil passe bem por essa situação. Acho que o placar de 7 a 1 foi menos doloroso do que seria uma catástrofe cibernética inviabilizando a Copa do Mundo no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Há controvérsias.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para exposição de convidado.) – Há controvérsias, concordo com o senhor, mas, enfim, vamos lá. Isso já é história.

Nessa linha do tempo, senhores e senhoras, nós tivemos – eu resumi bastante – estas duas fases: criação e implantação, cuja prioridade era a obtenção e a aplicação de capacidades cibernéticas, haja vista os grandes eventos que acabei de citar.

Após isso, após o último grande evento, fizemos uma reavaliação. Em cibernética as coisas evoluem muito rápido, a maturidade aumenta muito rápido, as circunstâncias evoluem muito rápido, de forma que a cada cinco anos mais ou menos a gente muda de era na cinética. Então, fizemos uma reavaliação baseada no que ocorreu em 2017, o caso do WannaCry, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ransomware que abalou o mundo todo – há um pequeno filme aqui que pode mostrar alguma coisa –, e um diagnóstico da nossa situação em cibernética naquele momento, em 2017, 2018.

Pode colocar o filme.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Vamos voltar ao eslaide?

Bom, com esse diagnóstico que fizemos, nós concluímos que era preciso iniciar já uma nova fase, mesmo antes de terminar a criação e a implantação. É uma fase de consolidação e de mudar um pouco a prioridade.

Viram que as questões de âmbito nacional nos levam a buscar uma nova prioridade, que é a inserção política e estratégica do setor. A obtenção e a aplicação de capacidades não terminam nunca, estão sempre evoluindo, mas é preciso buscar essa inserção política, porque a defesa cibernética é assunto da Nação como um todo, não é assunto de nenhum estamento de *per se* ou de qualquer grupo isolado. A Nação inteira tem que se envolver na sua proteção cibernética, para ter um maior nível de sucesso, visto que essa ameaça é muito capaz e não tem como ser eliminada.

No Brasil, temos essa estrutura hoje, nos níveis político, estratégico, operacional e tático. Há os atores, com destaque no nível político, o próprio GSI, a Secretaria de Assuntos Estratégicos. No nível político se fala de segurança cibernética, fala-se de segurança de infraestruturas críticas, tão importantes para nós, para o País como um todo, e se fala de proteção cibernética. Nos níveis mais abaixo, estratégico, operacional e tático, fala-se de defesa cibernética. A defesa cibernética engloba três áreas: proteção, exploração e ataque. E ali está posicionado o nosso Comando de Defesa Cibernética.

Há uma questão interessante. Esse é o espectro dos conflitos. Há um autor que eu, aliás, li por indicação de um colega diplomata, um livro muito interessante que eu li, em que ele cria um novo passo entre a paz e a crise, que é a não paz, é o tempo de não paz. Você não está em crise, mas também não está em paz, então é não paz. Enfim, é um conflito bastante... É um espectro bastante fácil de entender, mas o importante é aqui: a defesa cibernética não atua só em crise, ela atua 24 por 7, 365, 366, em cada quatro anos; ela não pode parar um minuto, precisamos estar atentos, temos que ser um comando operacional conjunto ativado permanentemente, tal qual a nossa defesa aérea. É a mesma coisa. Nós não podemos estar... Nós temos que ter, inclusive, o amparo normativo e legal para estarmos operativos todo o tempo. Não é possível que a gente esteja aguardando um decreto de GLO ou algum tipo de estado de exceção, alguma coisa assim, ou até, num caso extremo, uma declaração de guerra, por assim dizer, para que possamos atuar. É importante que a defesa cibernética atue todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tempo, sob pena de, quando for necessário, não haver a consciência situacional, não haver a inteligência necessária para tomar alguma atitude em defesa do Estado brasileiro, da sociedade brasileira.

Os dois programas que nós temos foram desenhados, o primeiro, em 2010, singular do Exército; o outro, em 2014. Estamos em 2019 e já estamos fazendo um trabalho de readequação, reavaliação, reorientação de escopos e assim por diante, estruturando melhor a demanda que precisamos daqui para frente.

A questão orçamentária. Nós temos, então, a Ação Orçamentária 147F. Como eu já disse, ela tem dois POs, o 1 e o 2. O PO1 é, vamos dizer assim, contemplado pelas verbas discricionárias do Exército, e o PO2, pelas verbas da Defesa. Na verdade, quanto a esses dois, nós estamos agora nesse trabalho de readequação, buscando coordenar ainda mais os esforços, visto que o Exército é responsável por todo o setor cibernético, e essas coisas estão assim, porque a evolução histórica assim permitiu que chegássemos.

Os números. O PO1, desde 2012: estão aí as PLOAs, LOAs, LMEs, as emendas que foram contempladas e o que foi executado. E "executado" significa empenhado, o que foi liquidado, o que foi pago. Aí entram "restos a pagar" e começam a distorcer um pouco os números. Então, aqui é mais fácil de entender. Veja que nós temos um excelente nível de execução, como costuma acontecer com as Forças Armadas em geral.

Vejam, isso foram verbas que o Exército tirou da sua discricionária para colocar na cibernética. O que a Defesa contemplou nesse período? Bem menos. E aqui não vai absolutamente crítica a isso; isso é o que foi possível fazer e também em função do nível de estruturação que havia na demanda. Nós estamos tratando disso neste exato momento, estruturando melhor a demanda para que possamos pleitear – e certamente há uma confiança muito grande de que conseguiremos – um aporte mais significativo para podermos proceder às entregas de que o Estado e a sociedade precisam. Estão aí os valores.

Aqui dá para ver um pouquinho mais o que foram – em amarelinho – as LOAS; em vermelho, a LME; quando não há amarelo, é porque a LME foi igual à LOA, e o que está em verde é o executado. Então, como sempre, a gente tem um bom nível de execução daquilo que foi destinado a esta área.

Entregas, já foram feitas muitas: o próprio Comando, o próprio ComDCiber, a escola, já estamos funcionando, operando laboratórios de segurança cibernética já em Itaipu, que é uma das principais estruturas críticas do nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já temos desenvolvimentos pagos pelo nosso programa a cargo da Força Aérea, um projeto de integração do Centro de Tratamento de Incidentes de Rede das Forças e, a cargo da nossa Marinha, Comando de Operações Navais, o Sistema de Proteção de Unidades Operativas, proteção de sistemas embarcados, que é uma preocupação muito grande nossa na Defesa.

Com relação à capacitação nessas áreas todas mencionadas: são mais de mil cursos já pagos no Brasil e no exterior para capacitar militares. Este ano, a ideia dessa escola, que é a Escola Nacional de Defesa Cibernética, não é capacitar só militares, este ano a Secretaria de Governo e o MCTIC já estão interessados e estão em acertos conosco para aproveitar os nossos processos, esses cursos, para poderem matricular seu pessoal, servidores civis do Governo, servidores de Estado, que também precisam ter as capacitações necessárias para atuar na proteção dos sistemas corporativos.

Nós temos também uma interação muito grande com outros setores fora da Defesa: projetos de certificação e homologação, levantamento de requisitos, já temos um sistema de parceria com o Inmetro, outro com o Senac, com a Federal de Pernambuco e outros trabalhos.

Coisas que já fizemos aqui. Na área internacional, esse Fórum Ibero-Americano leva dez países tratando de assuntos interessantes para todos nós. Já participamos do maior exercício de proteção cibernética do mundo, realizado no âmbito da Otan, participamos efetivamente do exercício. E já realizamos a segunda edição este ano – alguns dos Srs. Senadores nos deram o prazer de sua presença lá para acompanhar o exercício – de um exercício de proteção cibernética feito para a proteção de nossas infraestruturas críticas – setor financeiro, telecomunicações, elétrico, nuclear; águas e transportes entraram como observadores para, eventualmente, no ano que vem estarem presentes no exercício.

Com isso, Senador, eu encerro a minha fala. Teria um pequeno filme que mostra o resumo desse exercício, mas, dado o tempo, eu não vou passá-lo.

Fico à disposição para as perguntas de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Conforme a nossa dinâmica nas outras audiências, passo de pronto a palavra à Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, representante do Comando da Marinha do Brasil.

A SRA. LUCIANA MASCARENHAS DA COSTA MARRONI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o General Amin já falou, o responsável pelo setor estratégico de defesa cibernética é o Exército; então, a Marinha tem uma participação de cooperação e colaboração com o Comando de Defesa Cibernética.

Nós temos a nossa rede de proteção da rede da Marinha, onde nós trabalhamos toda a nossa segurança. Até hoje não tivemos nenhum incidente importante, o que significa que nós estamos realizando um bom trabalho.

Em 2016 foi criado o CTir da Marinha. O General mostrou ali que houve a integração dos CTir das Forças. Até então a Marinha não tinha o CTir, que foi criado em 2016 e integrado ao ComDCiber.

Nossa colaboração ao ComDCiber é com pessoal, e o nosso CTir também troca informações: além de fazer o tratamento dos nossos incidentes, troca informações com o ComDCiber. Além disso, nós nos beneficiamos dos cursos que o Exército disponibiliza na ENaDCiber, recém-criada, e nós já estamos capacitando diversos militares para trabalhar nessa área.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a Contra-Almirante Luciana Mascarenhas da Costa Marroni.

De pronto, o General de Brigada Ivan de Sousa Corrêa Filho, representando aqui o Ministério da Defesa.

O SR. IVAN DE SOUSA CORRÊA FILHO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, senhores oficiais, demais autoridades, minha função atual: sou o Chefe do Centro de Defesa Cibernética, que é o braço operacional do Comando de Defesa Cibernética comandado pelo General Amin.

O General já apresentou bem amplamente a situação do setor. Eu gostaria apenas de destacar uma preocupação. Ali no Centro a gente verifica que 90% dos ataques cibernéticos exploram o elo mais fraco, que é a pessoa, o ser humano. Então, qualquer política pública para garantir melhor condição de segurança cibernética no País, a gente nota isso lá, tem que explorar a educação e a conscientização das pessoas. No caso de celular "hackeado": o dono do celular pode tomar uma série de medidas para dificultar, pelo menos, aquele ataque, não digo impedir. Quando a pessoa é um alvo, muito dificilmente ela escapará do ataque, mas ela pode dificultar. E isso também se aplica às empresas. A empresa normalmente é atacada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usando o pessoal dela, a fragilidade do pessoal. Queria só destacar mais esse ponto, além do que o General Amin falou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IVAN DE SOUSA CORRÊA FILHO – Ah, sim.

Quero só destacar esse aspecto, porque é um aspecto importante, essa necessidade do desenvolvimento da mentalidade de segurança na população como um todo para que o País tenha mais segurança cibernética.

Eu vou aproveitar também, em função de termos ainda um pouco de tempo, para passar o filmete que o General Amin deixou de passar sobre o Exercício Guardião Cibernético. Esse filmete representa bastante bem esse trabalho que a Defesa vem realizando, de cooperação com as infraestruturas estratégicas, para que a gente consiga melhorar a condição de segurança cibernética dessas infraestruturas críticas.

Por favor.

(*Procede-se à apresentação de vídeo.*)

O SR. IVAN DE SOUSA CORRÊA FILHO – Esse aspecto que eu levantei aqui também destaca essa necessidade de atuação colaborativa, que é o grande mote para conseguir proteção cibernética efetiva.

Eu vou pedir também para projetar um eslaide – esse aí, obrigado – que indica o nosso planejamento.

Então, são os valores que estão no nosso plano plurianual. Este ano, agora, nós estamos estruturando a demanda, nos preparando para conseguirmos executar de uma forma realmente eficiente esses valores que estão previstos para os próximos anos no orçamento da Defesa para o programa, no PPA...

O SR. GUIDO AMIN NAVES (*Fora do microfone.*) – PPA.

O SR. IVAN DE SOUSA CORRÊA FILHO – Isso, no PPA, da Defesa, para a atividade de defesa cibernética.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – De pronto, passo a palavra ao Cel. Aviador Éric Cézzane Cólen, Chefe de Seção do Comando e Controle do Emaer e representante do Comando da Aeronáutica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL AVIADOR ÉRIC CÉZZANE CÓLEN (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Nelsinho Trad, Sr. Senador Esperidião Amin, Sr. Senador Marcos Durval!

É um prazer estarmos aqui com a oportunidade de mostrar alguma coisa dos trabalhos que nós estamos fazendo na Força Aérea.

Cumprimento também as demais autoridades presentes, os oficiais generais.

O General Amin já falou bastante sobre como o ComDCiber conduz esse trabalho de segurança cibernética. O ComDCiber, como elemento central deste sistema em nossa parte de defesa cibernética, nos orienta, nos conduz neste trabalho. Como diz a Contra-Almirante, nós trabalhamos de forma colaborativa e cooperativa o tempo inteiro.

Aqui nós tivemos a oportunidade de verificar a questão da cibernética nacional como um todo, em termos de quanto é relevante o tema cibernética para a Nação, o quanto é importante, como disse o Gen. Corrêa Filho, não só a defesa de sistemas, mas da população também.

Nós pretendemos aqui hoje apresentar uma perspectiva nova com que nós, Força Aérea, estamos trabalhando atualmente. Então, a intenção é que os senhores hoje possam conhecer de forma bem singela e rápida como está o sistema de defesa cibernética na Força Aérea Brasileira hoje e conhecer a perspectiva da FAB para cibernética.

Aqui são algumas tiras de reportagens que nós elencamos. A mais recente é relativa ao ataque cibernético dos Estados Unidos que desativou computadores militares do Irã. Nesse ataque cibernético foram desativados, então, os sistemas de mísseis dos iranianos. Satélites americanos ficaram sujeitos a ataques cibernéticos também. Então, uma sensibilidade que eles... A cibernética tornou-se primordial para todas as Forças Armadas, e esse tema tem se destacado cada vez mais.

O F-16, uma aeronave bastante utilizada no mundo inteiro: já foi identificado o quanto ela pode ser vulnerável a ataques cibernéticos. Então, muitas vezes nós discutimos, mas a cibernética não deixa de ser importante. Como já foi dito, há infraestruturas críticas da nossa vida diária que estão sujeitas ao tema da defesa cibernética.

Só que nós, Força Aérea, hoje, estamos pensando além disso. Particularmente, a Força Aérea emprega muita tecnologia. Então, hoje, a gente fala assim... Um Gripen, aqui é só um pictorial do painel do Gripen. Nós entendemos que não podemos falar que o Gripen é um computador voador; não, são vários computadores ali embarcados trabalhando em rede para fazer funcionar a aeronave.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mesmo se pode dizer quanto ao KC-390. Nós tivemos a oportunidade de receber a primeira aeronave ontem. Ela também tem bastantes sistemas embarcados. Podemos citar, por exemplo, que o sistema de planejamento das aeronaves é carregado no solo, no sistema de planejamento no solo, e, depois, carregado na aeronave. Então, nós estamos sujeitos, vamos colocar assim, à questão do ataque cibernético com os sistemas embarcados em nossas aeronaves.

E há o satélite. Nós operamos o nosso lá, o SGDC, um satélite da Defesa operado pelo Cope, Centro de Operações Espaciais. Nós também temos grande preocupação com as vulnerabilidades, haja vista que uma potência, como é o caso dos Estados Unidos, já sofreu ataques cibernéticos no seu satélite. Nós temos grande preocupação com as vulnerabilidades que, eventualmente, o nosso satélite possa ter.

Nesse sentido, então, vamos passar um roteiro bem curto para os senhores: a situação da defesa cibernética na FAB e as perspectivas da FAB para a cibernética.

Como já disse, a cibernética está bem estruturada. Hoje, a FAB tem o CTIR FAB, nós trabalhamos com quatro ETIRs e pretendemos incrementar essa capacidade, em função da importância que o tema tem, em função da criticidade que determinadas unidades estão adquirindo.

Então, nós estamos trabalhando e planejando para, num futuro não muito distante, esperamos – dependemos, lógico, da disponibilidade dos recursos –, incrementar essa nossa capacidade cibernética tal qual já foi apresentado aqui hoje pelos Generais e comentado pelo Almirante, incrementar a nossa defesa cibernética relacionada principalmente à rede de computadores que nós empregamos em nosso sistema de comando e controle.

Essa é a nova preocupação que nós temos na Força Aérea, como já destaquei, a perspectiva para a FAB e para a cibernética no futuro, porque isso aqui é o que nós imaginamos de um cenário operacional, no qual nós temos vários sistemas embarcados, diversos dispositivos conectados em rede, temos satélites, temos aeronaves, temos *drones*, temos sistemas de mísseis, tudo isso conectado em rede, ou seja, são sistemas digitais sujeitos a ataques cibernéticos.

Na própria reportagem, aquela que nós mostramos do ataque cibernético que o Estados Unidos sofreu no seu satélite, a preocupação é o quão profundo foi esse ataque, porque, eventualmente, os próprios sistemas de comando e controle da Otan e dos Estados Unidos podem ter sido afetados via ataque pelo satélite.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa preocupação está no emprego e nessa questão, não expandindo a nossa necessidade. Nós temos uma necessidade tal qual já apresentado aqui, com as nossas infraestruturas como um todo, todavia entendemos que há um nicho, uma capacidade muito grande que nós temos que adquirir, que é relacionada aos sistemas embarcados.

Nós temos já uma diretriz de planejamento do nosso Comandante, ele já nos orientou para a criação de um centro de defesa cibernético a partir da criação e adequação de uma organização militar da Força Aérea. Nós estamos cunhando um termo que não existe ainda muito claramente, a defesa cibernética operacional. Nós vamos trabalhar com o ComDCiber, estamos na fase embrionária dessa discussão. Há um grupo de trabalho que está trabalhando nessa linha; o Comando da Aeronáutica está discutindo internamente ainda e com a participação do ComDCiber, que tem nos acompanhado e nos orientado em relação a esse tema. Nesse nosso centro de defesa cibernética, uma das propostas – não está solidificada ainda – seria migrar... Hoje a nossa parte de defesa cibernética está bem relacionada à questão de TI, à nossa Diretoria de Tecnologia de Informação, e nós estamos entendendo que o cenário mundial, as perspectivas que nós entendemos para o futuro, as plataformas que nós possuímos hoje, que são cada vez mais digitais, tudo isso nos leva à expectativa de fazer migrar o Centro de Defesa Cibernética para o Comando Operacional.

Então, está bastante claro para nós o entendimento de que a cibernética virou uma arma, tal o exemplo que o General comentou, o ComDCiber, tal qual o trabalho da defesa aérea. Esse é o entendimento que nós estamos tendo, de que a nossa proteção cibernética tem que ser igual à defesa aérea que nós temos hoje, com a capacidade que nós temos hoje de pronta resposta para proteger os ativos que nós temos. Então, essa é a perspectiva com a qual nós estamos trabalhando ainda internamente na Força Aérea com o apoio...

Tivemos a oportunidade... A Marinha já apresentou um trabalho ao Comandante, do que está sendo feito por eles. Interagimos constantemente com o ComDCiber em relação a este tema, mas nós já despertamos para esta necessidade: precisamos incrementar muito esse tema, especialmente em relação ao conhecimento, que é bastante restrito, de acesso.

A gente fala de proteção de infraestruturas críticas. Nós temos no mercado muita coisa já disponível, os bancos e as empresas trabalham com isso. Agora, quando nós falamos de proteção de sistemas embarcados, esse é um nicho muito mais limitado de conhecimento. Então, nós já identificamos grandes dificuldades na busca desse conhecimento, como nos capacitar, como preparar a Força para efetivamente proteger os seus sistemas embarcados e evoluir na questão da cibernética para efetivamente termos um emprego operacional. Mais uma vez, nós entendemos que a cibernética é uma arma que nós temos que... E o futuro... São dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nichos que nós, na Força, entendemos como fundamentais para o futuro: a cibernética e o espaço. O mundo operacional, os conflitos futuros caminham para isso.

A cibernética tem um nicho dissuasório que... Com pouco investimento, comparado à aquisição de uma aeronave, pode-se fazer um estrago muito grande. Então, nós estamos trabalhando bastante agora nesse tema, de forma que a gente possa aperfeiçoar e fazer evoluir essa nossa capacidade.

O nosso roteiro é curto, só para mostrar aos senhores como está a defesa cibernética hoje na Força Aérea. Nós estamos muito focados na proteção de nossas redes de computadores principalmente, e a nossa perspectiva para o futuro é a cibernética, efetivamente, como uma arma de guerra, tanto para proteger como para outras atividades.

Então, nós estamos trabalhando para isso. O Centro de Defesa Cibernética que hoje nós estamos trabalhando, modelando, vai nascer com essa perspectiva já. A nossa ideia é tirar da TI, da nossa Diretoria, do Sistema de Tecnologia da Informação da Força Aérea, e migrar para um comando operacional em que a gente tenha essa prontidão, uma pronta resposta para o que a gente precisa no emprego de cibernética.

Espero que tenhamos atendido o objetivo e que vocês tenham podido entender um pouco o sistema de defesa cibernética da Força Aérea, bem como as perspectivas que nós temos para o futuro em relação à cibernética.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Cel. Aviador Éric Cézzane Cólen.

De pronto, passo a palavra ao último que apresentará as suas considerações, o Cel. Arthur Pereira Sabbat, representante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

O SR. ARTHUR PEREIRA SABBAT (Para exposição de convidado.) – Cumprimento o Exmo. Sr. Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão, a quem felicito ainda uma vez mais pela passagem de sua data natalícia – Deus o abençoe e a toda a sua família –, o Exmo. Sr. Senador Esperidião Amin, Relator de nosso requerimento, o Exmo. Sr. Senador Marcos do Val. Cumprimento as autoridades presentes nesta audiência, tanto as que aqui se encontram como aquelas que nos assistem pela internet.

A minha abordagem, senhoras e senhores, residirá em três tópicos essencialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a descrição de um cenário global e nacional; segundo, algo sobre a atividade de segurança cibernética desenvolvida pelo Governo Federal com o apoio de toda a sociedade, porque esta não é uma atividade, como bem foi frisado pelo Gen. Amin e pelo Gen. Corrêa Filho, que se faça sozinho, de forma isolada; e o papel do Gabinete de Segurança Institucional com relação ao tema.

Bem, em termos globais, temos alguns dados.

Em 2018, mais da metade da população mundial utilizou a internet. Isso significa 4,1 bilhões de usuários, representando 54% da população, sendo que 93% desses acessos se deram por dispositivos móveis. Estima-se ainda que, até 2020, teremos 30 bilhões de equipamentos classificados como pertencentes à Internet das Coisas. Em termos de ataques cibernéticos, estimam-se perdas anuais da ordem de US$600 bilhões. Em consequência disso também há uma previsão de que o mercado mundial de segurança cibernética até 2020 seja avaliado em US$151 bilhões. Isso demonstra a preocupação que o mundo possui em relação a esse tema.

No Brasil, 100% dos órgãos federais e estaduais utilizam a internet. Cerca de 80% dos nossos domicílios, mais ou menos 116 milhões de pessoas, têm acesso à internet. Noventa e oito por cento de nossas empresas utilizam também a rede mundial de computadores. Mas a segurança, de fato, não está no nível que nós queremos.

Segundo relatório da União Internacional de Telecomunicações, o Brasil ocupa o 70º lugar no índice de segurança global. Disso, em 2018, resultou que cerca de 70 milhões de brasileiros foram vítimas de ilícitos cibernéticos.

De 2017 para 2018, tivemos uma perda, em termos financeiros, de empresas nacionais, computando cidadãos inclusive, da ordem de US$20 bilhões – isso no Brasil. E isso resulta no seguinte quadro: o Brasil hoje é o segundo país com maior prejuízo com ataques cibernéticos.

Permitam-me então, senhoras e senhores, entrar na parte de segurança cibernética.

O Gabinete de Segurança Institucional – é importante situar isso também – é responsável pela coordenação das atividades de segurança da informação.

Essa atividade de segurança da informação, conforme a Lei 13.844, que organizou os Ministérios, e também conforme o Decreto 9.637, de 26 de dezembro de 2018, abrange quatro grandes áreas: a segurança cibernética, que é o carro-chefe; a defesa cibernética, que obviamente está a cargo do Ministério da Defesa; a segurança física da informação; e a proteção de dados em termos conceituais, sejam eles pessoais ou sejam eles organizacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segurança cibernética possui algumas características que a diferem da defesa, mas, sem entrar muito no mérito, ela é baseada na prevenção, essencialmente em ações preventivas. Ela é ilimitada no tempo e no espaço, com características de perenidade, e visa elevar o nível de resiliência de sistemas, instituições e da sociedade em geral. Ela é calcada na proteção, por isso é que tem esse maior viés preventivo, em parte uma exploração, mas não realiza o ataque cibernético. O contra-ataque ao ataque cibernético está a cargo da defesa cibernética.

E o que o Governo, então, vem fazendo acerca disso? Entendendo que é uma atividade estratégica, porque os países entendem assim, e aqui não poderia ser diferente, foi criado, em 2006, na estrutura do Gabinete de Segurança Institucional, o Departamento de Segurança da Informação. Desde 2018, esse departamento viabilizou a publicação de 13 instruções gerais, 22 normas complementares sobre diferentes assuntos de segurança cibernética e da informação, uma estratégia de segurança da informação, e a recente Política Nacional de Segurança da Informação, pelo decreto já citado. Realizou centenas de oficinas, *workshops* e eventos de sensibilização. E é claro que não paramos por aí. Esses normativos formam um arcabouço interessante e importante, mas eles não são suficientes.

O GSI ainda possui, em termos de segurança cibernética bem especificamente, na estrutura do Departamento de Segurança da Informação, o Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo, o CTIR GOV.

Esse é um dos centros de responsabilidade nacional, ele é governamental, e ele possui contato com mais de 300 equipes de tratamento de incidentes no Brasil pertencentes aos órgãos dos Três Poderes, a Estados, Municípios, Distrito Federal, e também integra uma rede global composta por 72 centros de outros países. Isso resulta num monitoramento contínuo dos ataques e dos incidentes cibernéticos contra redes governamentais.

Um número interessante: em 2018 nós tivemos cerca de 9.600 incidentes contra redes governamentais, sendo que, em primeiro lugar, estão as fraudes, *phishings*, tentativas de invasão. Já em 2019, até o momento, foram cerca de 8 mil incidentes cibernéticos envolvendo redes governamentais, sendo que, em primeiro lugar – houve uma inversão – agora estão os vazamentos. E isso chama muita atenção por conta da preocupação dos órgãos públicos que têm chegado a nós, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, porque um dos pilares é, exatamente, claro, a proteção dos dados pessoais, especialmente contra ilícitos cibernéticos, com atenção especial para o vazamento. Esse número aqui, realmente, nos desperta uma grande preocupação, por isso é que estamos atuando, realizando ações de sensibilização, para que essa Lei Geral de Proteção de Dados, que representa uma quebra de paradigma no modo como nós tratamos dados pessoais, realmente possa ser incorporada e possa ser utilizada em sua plenitude pelos órgãos públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós também temos emitido alertas, recomendações e estatísticas sobre incidentes cibernéticos. Também temos algumas iniciativas e projetos em andamento.

Em 2018, já foi narrado aqui, houve a publicação do decreto que institui a Política Nacional de Segurança da Informação. Muito embora, como decreto que é, seja voltado para a Administração Pública Federal, visualiza esse *gap*, essa vacância normativa que existe e que foi muito bem citada pelo General Amin, no campo cibernético. Assim, tem servido também, exatamente por sua ênfase na governança, como fonte de inspiração para outras organizações públicas e privadas também.

Em 2019, foi reativado o Comitê Gestor de Segurança da Informação, que é um órgão que tem a finalidade de deliberar sobre esses assuntos de segurança da informação, inclusive cibernética, e, em poucos dias, deverá ser colocada em consulta pública a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética. Essa estratégia foi construída com a participação de mais de 40 representantes de órgãos do setor público, do setor privado, inclusive de representante das nossas infraestruturas críticas nacionais, com representantes do meio acadêmico e de outras personagens icônicas da sociedade de notório saber.

Essa estratégia sinaliza claramente a posição do Estado brasileiro, do Governo, sobre qual seria o melhor caminho a ser adotado pelo País para que possa elevar a resiliência de modo assertivo. Essa estratégia é bastante pragmática, ela foge de subjetividades, e ela é calcada, essencialmente, em sete eixos: proteção e segurança; universo conectado seguro; proteções estratégicas; dimensões normativas; pesquisa, desenvolvimento e inovação; dimensões internacionais e parcerias estratégicas; e também aborda, com bastante profundidade, o ramo educacional. Como mencionado pelo Gen. Amin, há essa baixa maturidade, que é consequência de uma baixa cultura em segurança cibernética de toda nossa sociedade; e esse eixo vem exatamente tentar solucionar esse *gap* de maturidade, esse *gap* de cultura, que nós atravessamos.

E é intenção também do GSI, já para o final do ano, elaborar – está em estágio bem avançado – um projeto de lei geral de segurança cibernética. A ideia é que esse projeto de lei realmente traga um alinhamento macropolítico e estratégico para todas as ações de segurança cibernética no País. E, como lei, é claro, terá uma amplitude tal que poderá trazer todos os órgãos e toda a sociedade a um trabalho conjunto na área de segurança cibernética e tratar o tema estratégico como ele deve ser tratado.

Inclusive, para a concepção desse projeto, foram estudados modelos de vários países, como Estados Unidos, Reino Unido, Portugal, França, Coreia do Sul, Japão, Rússia e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na verdade, isso está sendo bastante embasado e nós acreditamos que será um instrumento determinante para atender as necessidades do nosso País nesse quesito.

Com isso, concluo a minha exposição já agradecendo pelo brilhantismo da iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Coronel Arthur Pereira Sabbat.

Encerrada a exposição dos palestrantes, vou conceder a palavra aos Srs. Senadores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para fazer a sua consideração e eventual pergunta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar (*Fora do microfone.*) os nossos ilustres palestrantes, convidados especiais, que trazem realmente dados e informações que habilitam, ainda mais, a iniciativa desta Comissão, Sr. Presidente. Eu vou destacar cinco pontos, fazendo referência sempre a quem primeiro falou sobre o assunto, mas que de alguma forma foi respaldado por outros palestrantes.

Então, da exposição do General Amin, que, por ter sido a primeira, inaugurou algumas das preocupações que eu quero aqui salientar, eu destaco, primeiro, a falta de um alinhamento normativo, corroborada essa informação por todos os que o seguiram e com ilustrações muito detalhadas do último palestrante, o Coronel Sabbat, que realmente detalhou essa ausência de normas abrangentes, quando focalizou a questão do que ia ser um projeto de lei geral de segurança de informática, de segurança cibernética e de informação, que resultou num decreto cuja amplitude é restrita ao próprio Governo.

Eu conheço, porque recebi uma explicação pormenorizada desse processo numa visita que recebi, e acho que, realmente, o fato de ter sido editado o decreto num final de Governo justifica que se retomem os fundamentos desse decreto e se pense num projeto de lei abrangente. Pode ser até mais do que um projeto de lei, mas que codifique segurança cibernética e segurança de dados, uma vez que a informação que o senhor prestou, agora me dirijo ao Coronel Sabbat, de que estamos classificados como o 70º País, ou seja, somos número 70 em matéria de segurança cibernética, nos expondo a todos, portanto, a sociedade, a essa vulnerabilidade, corrobora tudo que foi dito inclusive dos esforços que estão em curso.

Portanto, alinhamento normativo, isso tem a ver com o quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na hora que eu falei do que é necessário, preste atenção aos sinais, Senador Nelsinho Trad, chegou o Mecias, então temos esperanças. Falei da necessidade e o Mecias chegou. Não poderia haver maior oportunidade. (*Risos.*)

Então eu acho que isso é uma responsabilidade legislativa, no mínimo, para provar, e se pudermos estabelecer uma parceria, Presidente, eu acho que nós poderíamos ajudar que esse processo legislativo, que foi retardado pelo incidente já revelado no final do Governo passado, foi retardado por isso, é verdade... Por que não se fez um projeto de lei? Porque era fim de Governo. Fez-se um decreto, lógico, que é uma coisa sensata, mas cuja amplitude é apenas, vamos dizer, chapa branca, não é para a sociedade brasileira, como seria uma lei, mesmo que ela tenha que ser considerada imperfeita, tenha que aperfeiçoar. Isso não vai parar de aperfeiçoar nunca.

Eu queria relatar mais uma vez para os companheiros e para os senhores, que eu fui Relator, eu fui analista de sistemas e programador no tempo do Burroughs, isso no final dos anos 60 e começo dos 70, e consegui concluir o doutorado em engenharia e gestão do conhecimento já com 62 anos de idade. Então eu tenho uma carreirazinha nessa história, nesse brinquedo. Ajudamos a constituir em Santa Catarina um polo de informática que foi, com esse nome, o segundo do mundo, depois de Bari na Itália, e a economia catarinense sofreu grandes benefícios. Eu comentava que quase 7% do PIB de Santa Catarina deriva da tecnologia da informação. Muita gente não sabe que o Guardião é produzido lá, rivalizando, em matéria de tecnologia sensível, com países de ponta no mundo.

Então eu acho que essa parte legislativa é crucial e nós podemos contribuir. O desenvolvimento é outra questão.

O segundo ponto, e aí eu queria me dirigir especialmente ao representante do Ministério da Defesa e a todos os demais, porque é a consequência: a nossa assessoria preparou uma informação que eu gostaria que os senhores filtrassem. No PPA, no Programa Plurianual de 2016/2019, a defesa cibernética está sobre o Programa de Defesa Nacional 2058, inserido no Objetivo 1119: "Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas de cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação". Portanto é civil, militar, eclesiástica, terrestre, marítima e aérea, tendo as iniciativas de: "0500 - Implantação do Comando de Defesa Cibernética" do Exército Brasileiro, e isso aqui foi tudo referido na exposição do General Amin; "05OP - implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética" – todos enalteceram a necessidade de nos educarmos para isso; "05OQ - Implantação do sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética" – eu até incluiria de documentos também, porque afinal afeta toda a sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, no projeto do PPA, que chegou aqui dia 31 de agosto, aliás, dia 30 de agosto, houve um grande processo de simplificação no Orçamento e não há menção à Defesa Cibernética. Vou repetir: na proposta orçamentária, até onde a nossa assessoria leu, e aí, como ensinam os gaúchos: quando um erro cometeres, o que bem se pode dar, não deves ignorar como se sai da enrascada; a culpa é da peonada, o patrão não pode errar; se a informação estiver errada, a culpa é dele. Mas é o que eu recolho.

Essas três iniciativas do PPA 2016/2019 não foram totalmente concretizadas. Elas já existem, mas são muito mais um processo do que um produto. E, para o período 2020/2023, o que nós podemos esperar do PPA? E aí, Senador Nelsinho Trad, mais uma vez convalida a iniciativa que foi tomada, inclusive que pode habilitar a nossa Comissão a apresentar propostas estruturantes para o orçamento da União e para o PPA porque essa prioridade já foi definida ainda no primeiro semestre nesta Comissão. Então, o que esperar e o que seria não o ideal, mas o razoável no orçamento, agora falando do orçamento anual?

Também uma chegada ilustre que eu quero registrar é a do Senador Antonio Anastasia, num momento crucial, porque eu estou falando de orçamento. E todos sabem que os mineiros têm grande capacidade de influenciar os orçamentos públicos do Brasil, especialmente alguém com as credenciais do querido Senador Anastasia.

Então, vou dar três números que eu mencionei ontem: orçamento, R$3,8 trilhões; orçamento da Seguridade Social, R$914 bi; investimentos previstos no orçamento de 2020, R$19 bilhões, ou seja, 0,5% do orçamento. Então, num quadro desse, eu não posso falar em ideal, mas o que seria minimamente necessário para que os passos iniciais, que foram relatados aqui, de 2008 para frente, de 2006 para frente, não sejam interrompidos ou prejudicados estruturalmente no orçamento de 2020 e no PPA.

Terceiro ponto. Eu só queria que um dos senhores enunciasse quais são os seis exercícios que são previstos para o terceiro exercício de ataque cibernético. Foram descritas aqui as quatro áreas, né? Pelo que eu sei, em 2020, nós teremos seis áreas em vez de quatro. Eu já tinha passado aqui, mas que fique constando nos registros que teremos acrescentados, então, o sistema hídrico, vamos chamar assim, e transportes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Não preciso dizer o quanto transporte significa, além dos outros quatro que já foram mencionados. Mas a gente sempre lembra da greve dos caminhoneiros e sabe o que aquilo significou até hoje para a nossa economia. Nós não nos recobramos daquele baque. É a logística, é a circulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, me referindo aí especialmente às palavras do Coronel Éric Cézzane Cólen, o que o senhor quis dizer com essa quarta arma – é uma quarta arma, né? Pelo que eu sei, em alguns países, ela já é a quarta arma mesmo, ou seja, Aeronáutica, Marinha, força terrestre e cibernética. E quais são os prós e os contras dessa definição estrutural – aí uma questão característica das nossas Forças Armadas –, mas qual seria a cogitação, no caso, que o Ministério da Defesa faz a respeito do viés dessa reorganização, que em outros países já resultou na criação de uma quarta Força Armada, que tanto pode ser transversal quanto pode ser uma a mais?

Sobre os dois últimos pontos, eu só quero reforçar, porque já falei dessa nossa fragilidade que é sintetizada nessa classificação como 70º posto. Então, bastaria nós falarmos sobre a população brasileira – hoje nós somos o sexto mais populoso – para mostrar que nós não somos desimportantes para ficarmos tão folgados assim em matéria de cuidados. Nós somos muito importantes. E isso fica mais evidenciado ainda quando a gente faz a seguinte colocação, e eu me dirijo também ao Coronel Éric: eu participei, como Senador, da opção do Sivam. Nós tínhamos o sistema Thomson no Cindacta, não é isso? E migramos, por pressão diplomática do governo americano, nós dissecamos, não houve mensagens cifradas, houve contato pessoal do Presidente Clinton com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para influenciar, com facilidades orçamentárias, até construção civil os americanos se dispuseram a financiar, e nós migramos, no caso, do Sisvam para o grande fornecedor Ratio. E eu lembro que, naquele pacote, havia aqueles aviões Avakin, de sistema de controle. Aquilo existe ainda? E aquilo não serve para fiscalizar queimada?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas se botar um outro componente ali dentro?

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES (Para exposição de convidado.) – A área de cobertura de uma aeronave para esse tipo de emprego é muito limitada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito limitada. Melhor seria o satélite, né?

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES – O ideal são os satélites.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, quando o satélite aponta, não daria para ele colher o detalhe?

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES – Hoje a nossa aeronave não tem essa capacidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas dá para capacitar porque é apenas um *software* a mais.

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES – São os sensores diferentes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Um sensor e uma programação diferente a partir do constatado pelo satélite. O satélite dá o alarme. Essa aeronave está voando, não está?

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES – Sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Permanentemente?

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES – Não, não permanentemente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No programa inicial, era permanentemente?

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES – Hoje é sob demanda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, já houve uma modificação. Mas no pacote original era permanente.

Então, eu acho que esse uso múltiplo do pouco que nós temos... O uso múltiplo eu acho que é uma questão que ficou latente.

Finalmente, volto para o ponto inicial. Eu acho que o principal dever nosso é agir no que é da competência do Congresso. Primeiro, orçamento. Nós não podemos ficar omissos diante dessa aparente fragilização orçamentária noticiada pela nossa assessoria técnica. E, segundo, eu acho que nós somos parceiros obrigatórios na formulação dessa política geral de defesa cibernética.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – General Amin, V. Exa. podia responder ao Senador Amin? Vocês ficam em casa.

Marcos do Val, Senador, General.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – General Marcos do Val. Hoje ele está usando uma gravata das Forças Militares.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É de treinamento essa aí.

Quer fazer alguma pergunta, Senador Mecias?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não.

Então, com a palavra V. Exa. para fazer as considerações, e eu tenho as perguntas do e-Cidadania para encerrar a nossa reunião.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador, muito obrigado pelas suas considerações. Já vínhamos conversando antes a respeito desses assuntos e eu tenho algumas coisas para agregar aos comentários que o senhor brilhantemente nos expôs.

Com relação a orçamentos primeiro. Na verdade, nós passamos na questão cibernética um período bastante longo envolvidos com questões tipicamente operacionais, com todo o período dos grandes eventos de 2012 a 2016. E era um período em que tínhamos que rapidamente obter capacidades técnicas de proteção de sistemas principalmente, aplicar essas capacidades, para que pudéssemos passar pelos grandes eventos numa situação tranquila.

Nos gráficos que mostramos aqui do Cert.Br, 2014 foi um pico de incidentes no Brasil, e foi justamente o ano da Copa do Mundo. Após esse período, na época, o Comandante Gen. Villas Bôas me chamou no seu posto de comando e me deu a notícia de que eu iria então comandar a defesa cibernética e me passou algumas orientações, orientações essas que permanecem válidas, o General Leal Pujol endossou essas coisas todas, porque nós precisávamos estruturar melhor a demanda, estruturar melhor o nosso planejamento estratégico. Agora que estávamos numa situação que nos permitia parar para pensar um pouco, comparar, fazer estudos comparativos com as soluções de outros países, para podermos definir um delineamento estratégico para a defesa cibernética no Brasil. Isso, sem dúvida, resulta numa estruturação de demanda, uma demanda mais estruturada, mais clara, mais objetiva, e nos permite então partir para as questões de orçamento para poder financiar esse avanço estratégico.

Nós conseguimos uma modificação bastante significativa no PPA, que era o primeiro passo para isso, o PPA 2020/2023. Lá no comando eu proíbo o pessoal de pronunciar a expressão "série histórica" porque nós vínhamos de uma série história de orçamentos realmente bastante acanhada, mas por culpa também de uma demanda não muito bem estruturada.

Agora, com a demanda estruturada, nós partimos, naquele último eslaide que foi mostrado pelo Gen. Corrêa Filho, nós temos aí R$60 milhões para o ano que vem e R$150 nos três restantes. Isso significa, primeiro, uma estimativa, porque nós não completamos ainda a estruturação dessa demanda, mas eu calculo que vai ficar por aí. Primeira conclusão, cibernética é uma coisa que não é muito cara em relação a outras necessidades nossas. E são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valores que nós consideramos que seremos capazes de executar com eficiência e com efetividade, principalmente esses valores propostos de R$60 para o ano que vem e R$150 nos três restantes. Então, em termos de orçamento, isso é o que nós esperamos. Vamos agora ver, quando se efetivar a nossa LOA, se realmente esses valores que nós conseguimos colocar no PPA da Defesa serão contemplados.

Com relação ao que o senhor comentou, um exemplo claro do que o senhor comentou é a Alemanha. A Alemanha criou uma quarta força armada, que, na verdade, é um comando informacional, e não só de cibernética; é um comando informacional, que engloba também a cibernética. No nosso caso, eu veria, Senador... A cibernética é bastante transversal a tudo que se faz. Em tudo que há um sistema de TI envolvido, o senhor tem aí uma preocupação cibernética também envolvida. Essa transversalidade gera um sem-número de atores interessados nessa questão, cada um deles com a sua própria linha de comando e subordinação, o que dificulta enormemente a governança disso tudo. Então, a cibernética tem essa característica. Nós temos que ser, como eu costumo dizer, mais do que conjuntos, ou seja, englobando as três Forças – Marinha, Força Aérea e Exército –, nós temos que ser interagências porque também as infraestruturas críticas têm um papel importante em tudo isso.

Como exemplo, isso não é uma preocupação minha, a primeira prioridade de defesa do US Cyber Command escrita em estratégias publicadas por eles é o setor elétrico americano, é o *grid* de energia americano, que é todo privatizado, inclusive. Então, o senhor veja que até a relação público-privada nessa hora tem que ser revista. As questões de gestão, nós temos que rever as questões de gestão porque o *clock* cibernético anda no mínimo quatro vezes mais rápido que o relógio normal. Então, não há tempo para burocracia, não há tempo para grandes... Nós temos que modernizar essa questão de gestão.

Mas essa necessidade de sermos conjuntos, de sermos interagências, nós não podemos ficar fixados numa questão puramente de defesa. Nós temos que, mesmo sendo um órgão central de um sistema militar de defesa cibernética, que estender a nossa preocupação também às infraestruturas críticas. Haja vista o nosso exercício, que é feito lá e montado inclusive juntamente com o nosso GSI.

Essas questões todas e a transversalidade, na minha opinião, contraindicam que nós passemos para uma solução semelhante à que a Alemanha fez porque é preciso agregar dentro da nossa cibernética esse, digamos, cadinho de culturas organizacionais, essas diferenças de posicionamento que há em todos esses atores nas Forças Armadas e no âmbito civil também. Isso tudo está representado num comando operacional conjunto, ativado permanentemente. Isso tudo vai somar e nos vai permitir uma governança melhor hoje do que estabelecermos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma verticalização dessa questão, que é muito transversal. Então, é melhor nós termos todos embarcados nesse desafio, que as soluções certamente serão melhores.

Com relação aos pontos que o senhor falou, eu creio que...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUIDO AMIN NAVES – ... abrangi, de certa forma, aquilo que o senhor nos provocou aqui.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao General de Divisão Amin.

Vou aqui reportar as perguntas do e-Cidadania, agradecendo a participação de todos e incentivando, pois aqui, na nossa Comissão, serão sempre bem-vindas as perguntas da população.

Adelson Rodrigo, de Santa Catarina: "O sistema de comunicações das Forças Armadas usa satélites nacionais? Ou passa por satélites estrangeiros?"

Quem pode responder a essa pergunta já se manifeste ao final das outras.

"Quais os avanços na área da defesa cibernética?" Leonardo Toledo, de São Paulo.

Giovanni José, lá da Paraíba: "Quais as principais normas jurídico-legais que regulamentam a defesa cibernética?".

Sônia Beatriz, também do Rio de Janeiro: "Haverá alguma categorização para diferenciar os tipos de crimes cibernéticos?"

Que tipo de punição poderá ser utilizada nesse caso?

Jaqueline Burque, de São Paulo, parabeniza a Comissão: "Ótimo tema". E faz a seguinte pergunta: "Nossa tecnologia é compatível com o programa de defesa cibernética?".

Coronel Aviador Éric para responder à questão dos satélites.

O SR. ÉRIC CÉZZANE CÓLEN GUEDES (Para exposição de convidado.) – Obrigado pela pergunta. Em relação ao satélite, hoje o comando da Aeronáutica opera um satélite de forma conjunta. Hoje nós temos o nosso comando aeroespacial, onde nós temos o SGDC, que é o Sistema Geoestacionário de Defesa, o nosso satélite de comunicação, em que esse satélite presta serviço para as três Forças. Ele faz parte então do nosso programa estratégico de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistemas espaciais. E a parte militar das comunicações de suporte ao Governo, grande parte dela já é utilizada por esse satélite.

Nós temos outras comunicações, principalmente as relacionadas ao sistema de controle de tráfego aéreo, que, sim, nós terceirizamos o emprego da comunicação via satélite. Mas as empregadas em operações militares hoje são utilizadas com satélite sob controle desse comando conjunto, que é um satélite de apoio à defesa.

A SRA. LUCIANA MASCARENHAS DA COSTA MARRONI (Para exposição de convidado.) – Eu gostaria de complementar a resposta. A Marinha, quando apoia a operação de paz da ONU, que é a Unifil, a operação no Líbano, realmente utiliza um satélite, uma constelação Syracuse, que é disponibilizada pela Otan, mas na banda X, que é militar. Então, nesse caso, a gente usa realmente um satélite que é estrangeiro, mas nessa operação específica.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O General Amin se habilita para responder às demais, em função de a área ser compatível com a sua explanação das perguntas.

O SR. GUIDO AMIN NAVES (Para exposição de convidado.) – Eu vou abranger aqui os temas do Leonardo, Giovanni, Sônia e Jaqueline, mais ou menos, conjuntamente, pois eles têm alguma coisa a ver. Depois, se alguém quiser complementar – o Sabbat, enfim, o restante – acho que poderíamos providenciar isso.

Bom, com relação à tecnologia e avanços na área de defesa cibernética, nós temos, no Brasil, pesquisa acadêmica; nós temos parque industrial, não só em Santa Catarina, como disse o nosso Senador, mas nós temos o porto digital no Recife e em outras áreas dedicadas à pesquisa; nós temos empresas de sucesso nessa área. Então, eu posso dizer que, na cibernética, a tríplice égide funciona muito bem: o Governo, com a necessidade, com a demanda, com o fomento; a academia, com as pesquisas; e as empresas, enfim, fornecendo aquilo de que nós temos necessidade.

Então, há avanços importantes em todas as áreas da cibernética. Nas áreas de proteção, nas áreas de exploração, de inteligência, *softwares*, nós temos programas, temos ferramentas nacionais. Recentemente, no comando, nós trocamos uma ferramenta importante de inteligência cibernética. Era uma ferramenta, um *software* estrangeiro e recentemente estamos trocando por um nacional, desenvolvido por uma empresa, inclusive aqui de Brasília.

Com relação às normas jurídico-legais, discutimos bastante a respeito disso. Nós temos já aí a nossa Política Nacional de Defesa Cibernética, a Política Nacional de Segurança da Informação, que já foi definida, explicada. Nós temos também, no âmbito militar, a doutrina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

militar, a defesa cibernética, a estratégia de defesa cibernética. Nós temos alguma regulamentação. Já discutimos que é preciso completar esse marco legal. Ele não está completo. Nós precisamos atualizar, precisamos complementar, mas estamos tratando disso.

Com relação aos crimes cibernéticos, há uma observação interessante. É muito difícil... Não é tão fácil quanto parece você diferenciar uma ação entre crime cibernético e uma ação que demande uma ofensa à defesa cibernética do País. Não é tão fácil quanto pareça isso. Há um espectro de ações muito grande. Nas pontas do espectro é mais clara essa diferença. Mas, por exemplo, vou citar aqui aleatoriamente. Uma pessoa, alguém comete um crime, uma fraude contra um banco, num valor de x milhões. Talvez possa ser mais claro que seja um crime, mas essa mesma pessoa faz uma negação de serviço ou tira do ar a câmera de compensação do nosso sistema financeiro. Ela começa a afetar não só o País como um todo, a economia do País como um todo. Isso ainda é um crime ou passa para o campo de uma ação que demanda um agir da Defesa Nacional? Ela começa a ameaçar o Estado como um todo. Então, não é muito fácil caracterizar isso.

De qualquer maneira, existem tipificações legais. A investigação disso normalmente é a cargo da Polícia Federal. Não é, vamos dizer assim, competência nossa investigar, produzir provas e assim por diante. Nós temos a Polícia Federal, que geralmente é encarregada disso. Mas essa categorização existe, como também as punições já estão todas elas definidas, e os crimes tipificados. Mas, como bem disse o Senador Esperidião Amin, essas normas são vivas. Nós nunca estaremos abrindo mão de modernizar, de complementar, enfim, de mudar esse marco legal.

E no final aqui, como eu já disse, a nossa tecnologia é sim bastante compatível com as necessidades da defesa cibernética. Agora, a transversalidade desse assunto não é só internamente no País. Para a defesa cibernética, as fronteiras geográficas não significam muita coisa. Eu quero dizer com isso que é importante interagirmos tanto internamente, no nosso País, quanto externamente, com as nações irmãs e amigas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o General Amin.

Apenas para informá-los, antes de encerrar, uma lista de convidados para a segunda audiência pública sobre defesa cibernética já foi elaborada pela assessoria técnica, em conjunto com a assessoria do Senador Esperidião Amin, autor desse requerimento. Então, vai haver um representante do Governo; da ICP; Fernando Moura, Secretário Executivo Adjunto da Casa Civil e Coordenador do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira. Vai estar aqui também Cristine Hoepers, Gerente-Geral do Cert.br; Márcio da Silva Nunes, Vice-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente do Conselho Administrativo da Associação Nacional de Certificação Digital; Dr. Ricardo Felipe Custódio, professor e supervisor do Laboratório de Segurança em Computação da Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esse é o responsável pela sala-cofre dos documentos certificados, com certificação digital, cuja primeira via, digamos assim, está aqui na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito.

Dr. Ricardo Felipe Custódio professor e supervisor do Laboratório de Segurança em Computação da universidade, conforme bem acabou de relatar o Senador Esperidião Amin.

O Sr. Fabio Reis Cortes, Operador Nacional do Sistema do setor elétrico e Coordenador de Gerência de Arquitetura e Segurança de TI; além de Marcos Lopes, do Serviço Federal de Processamento de Dados; Ilmo Doccine, de empresa do setor de telecomunicações e Professor da Unicamp; e Paulo Felipe Barbosa de Morais, Febraban.

A princípio, essa audiência está marcada para o dia 26 deste mês.

Encerro essa parte, com a participação daqueles que aqui estão na Mesa.

Agradeço, mais uma vez, a participação de todos. Em especial, ao General de Divisão Guido Amin Naves, à Contra-Almirante Luciana Mascarenhas, ao General de Brigada Ivan de Sousa Corrêa Filho, ao Coronel Aviador Éric Cólen e ao Coronel Arthur Pereira Sabbat.

Encerro essa parte da audiência pública.

Posteriormente, entraremos na nossa pauta, pois temos alguns assuntos a serem debatidos.

Apenas para informar, recebemos aqui o convite do General de Divisão Fábio Benvenutti Castro, que convida a nós, ao Senador que se interessar, para participarmos de uma visita ao Comando Militar do Norte, Fronteira Norte, no período de 12 a 13 de setembro – ou seja, daqui a sete dias – de 2019. A visita terá como objetivo permitir o conhecimento da realidade regional, propiciando a verificação da importância estratégica do Exército Brasileiro na Amazônia e conhecer as peculiaridades das atividades desenvolvidas pela Força Terrestre na faixa de Fronteira. Como o assunto está em moda, eu penso que poderá ser de grande proveito a todos que dela puderem participar.

Senador Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de encerrar, além de reiterar o agradecimento que V. Exa. presta, eu creio que, para a reunião do dia 26, os nossos convidados de hoje são fundadores desse esforço. De forma que, pessoalmente ou através de representante, a presença deles é indispensável para que não se perca a continuidade da coisa.

E nós pretendemos, nessa segunda reunião, agregar as observações, sugestões, propostas, indicação de eficiência ou de deficiência por parte desse segmento, digamos, mais civil do que governamental, ainda que muitos exerçam funções públicas, como é o caso do ICP. O ICP é uma interface, em que um agente de governo opera com documentação privada e também governamental, mas subsidiariamente. É um esforço para fazer a conexão do público com o privado e do militar com o civil na nossa sociedade.

Então, considerem-se convidados. Se um dos senhores não puder vir, designe alguém informado da reunião de hoje para que haja essa continuidade, sob pena de... Como nós temos projetado as cinco grandes reuniões, é importante que se dê continuidade para, no final, conseguirmos produzir um documento lógico, substancial, útil sobre a avaliação da política.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa., tabelando, como sempre faz, e completando as intenções que esta Presidência sempre encaminha, captou a minha mensagem. Foi exatamente por isso que eu quis ler os convidados da próxima audiência pública, justamente para fazê-los convidados também, como V. Exa. completou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Além de reiterar os cumprimentos, eu quero dizer o seguinte: depois que eu vi a reação do Senador Cid Gomes, eu fiquei mais ligado ainda.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É, eu vou esclarecer esse assunto, porque eu sou médico cirurgião-geral, urologista, e tive 17 anos de pronto-socorro. Quando eu fui fazer o primeiro atendimento ao Senador Cid Gomes, no Plenário, realmente isso aconteceu, mas foi bom, porque, de um lado, estava um ortopedista fazendo as manobras para que ele pudesse se restabelecer; e, defronte a ele, um urologista. Quando ele soube das especialidades, na hora, ele se levantou e falou que já estava bom. (*Risos.*)

Declaro encerrada essa parte da reunião, convidando as autoridades para uma foto oficial aqui na frente, com os Senadores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Srs. Senadores, estamos entrando na segunda parte, deliberativa.

Item 1.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mensagem 43, de 2019.

A pedido do Relator, Senador Chico Rodrigues, a escolha da Sra. Maria Clara Duclos Clarisio, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana, vamos adiar essa matéria, porque ele faz questão de proferir o relatório pessoalmente.

Em função de compromisso que ele assumiu hoje, ele não pôde estar presente. Então, assim será feito.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 44, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Humberto Costa

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Lineu Pupo de Paula, Ministro de Primeira Classe Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata, bem como informações sobre o país no qual deverá servir.

O indicado é filho de Reynaldo de Paula Júnior e Eufélia Camargo Pupo de Paula e nasceu em 11 de maio de 1954, em São Paulo, capital. É bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, formado em 1979. Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1982, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 2001, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2013.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: coordenador da Coordenação de Patrimônio (2000); e subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2005).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de primeiro-secretário na Embaixada em Buenos Aires (1997); encarregado de negócios na Embaixada em São Salvador (2003); Ministro-Conselheiro na Missão Junto à Organização dos Estados Americanos [OEA (2007)]; encarregado de negócios na Embaixada do Brasil e Tegucigalpa (2010); cônsul-geral no Consulado-Geral do Brasil em Caracas; e, desde 2014, embaixador em Georgetown.

No tocante à Bósnia e Herzegovina, extraímos das informações prestadas pelo Itamaraty resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

O país é uma república parlamentarista localizada na península balcânica situada no Sudeste da Europa e conta com 3,871 milhões de habitantes.

Essa população formada por bósnios muçulmanos (50,1%), bósnio sérvios (30,8%), bósnios croatas (15,4%) e outros judeus, ciganos etc. (3,7%) – encontra-se nas duas entidades que compõem o Estado: a República Sérvia e a Federação da Bósnia. Os grupos étnicos referidos falam diferentes línguas e professam distintas religiões. Esse contexto, torna a unidade da nação um permanente desafio.

A Bósnia-Herzegóvina, uma das repúblicas integrantes da antiga Iugoslávia, tornou-se independente em 1992. No mesmo ano, teve início a Guerra da Bósnia (1992/1995). O conflito opôs sérvios e uma aliança mulçumana-croata. Os sérvios praticaram a limpeza étnica como estratégia de guerra. Em 1993, a Croácia entra no conflito e reivindica parte do território bósnio. Depois, volta-se contra a Sérvia. O agravamento da luta armada leva a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) a intervir. A conflagração termina em novembro de 1995.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam a 1992, momento em que o Brasil reconheceu o novo Estado quando do seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1995, ambos os países estabeleceram formalmente relações diplomáticas. Na sequência desses fatos, o Brasil abre embaixada residente em Sarajevo no ano de 2010. Trata-se da única embaixada residente de país latino-americano na capital Bósnia.

As relações ainda são bastante incipientes tanto no plano econômico quanto no cultural. Há, no entanto, possibilidade de expansão nesses domínios, à vista, sobretudo, da forte empatia entre bósnios e brasileiros. Nesse sentido, o entusiasmo comum pelo futebol tem resultado em divulgação positiva do Brasil. Esse quadro reflete nas trocas comerciais com a ampliação, por exemplo, nas vendas diretas de café brasileiro. O comércio bilateral, contudo, segue sendo bastante tímido. Em 2018, exportamos US$2,5 milhões – minérios, metais, máquinas – e importamos US$722 mil – máquinas, ferramentas, papel, couro, têxteis.

Em relação aos assuntos consulares, estima-se em cerca de 30 pessoas a comunidade brasileira no país, que conta com o serviço consular da embaixada.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, o qual se destina, essencialmente, a instruir a sabatina por S. Exas., as Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Humberto Costa, também assíduo nesta Comissão, pelo relatório ora lido.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não, Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... eu quero me congratular com o relatório do Senador Humberto Costa. Eu acho que é uma missão diplomática muito importante do ponto de vista daquilo que se chama história sensível. A capital da Bósnia é Sarajevo, cujo nome evoca o início da guerra de 1914.

Eu queria aproveitar a oportunidade para registrar – acho que é muito interessante para a Comissão de Relações Exteriores – que hoje à tarde nós teremos um debate sobre reforma tributária e queria ressaltar até a origem de dois dos grandes debatedores de hoje: o nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querido ex-Deputado Luiz Carlos Hauly, que é o protagonista da reforma tributária que tramita no Congresso, e o criador da tecnologia de informação que, se aplicada à reforma tributária, como nós pretendemos, afinal o nosso Relator Roberto Rocha está cuidando disso, significará, só a simplificação tecnológica – nós há pouco falamos sobre cibernética, sobre defesa cibernética –, pode representar entre 0,5% e 1% do PIB de ganho, que é o Dr. Miguel Abuhab. O que eu destaco é que é uma extraordinariamente bem-vinda conjugação de talentos dos dois lados do Rio Jordão, ou seja, a origem do Hauly é libanesa e a origem muito destacada e ilustre do Miguel Abuhab é dos melhores rabinos de Haifa e, de um modo geral, da nação israelense. Então, acho que é um bom sinal essa coligação. Eu acho que quando os primos de lá se entenderem, como eles estão bem entendidos, vai sobrar pouca coisa para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Fica, com muito prazer, registrada a presença das ilustres personalidades na nossa reunião da Comissão de Relações Exteriores.

Srs. Senadores, eleição do vice-presidente.

Conforme comunicado às senhoras e aos Srs. Senadores na reunião anterior, como manda o Regimento, com a saída do Senador Marcos do Val do Cidadania, houve a vacância do cargo de vice-presidente da Comissão, e será necessária a realização da nova eleição. Foi registrada apenas a candidatura do Senador Marcos do Val para a Vice-Presidência, agora no Podemos.

Consulto as Sras. e o Srs. Senadores se podemos eleger o referido colega, por aclamação, tendo em vista que há apenas um candidato.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Na condição de cabo eleitoral do Senador Marcos do Val, peço que nem mesmo o Senador Humberto Costa conteste essa unanimidade. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Humberto Costa é da paz. Quem não enxergou isso é míope.

Então, havendo o acordo de todos, declaro eleito, por aclamação, para a Vice-Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o nobre Senador Marcos do Val.

Uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Deliberação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata anterior.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Antes de encerrar a reunião, comunico aos Srs. Senadores que foi criada a subcomissão temporária, conforme aprovado pelo Requerimento nº 52, de 2019, de autoria do Senador Jaques Wagner, para, no prazo de 60 dias, informar-se inteiramente sobre a tentativa de favorecimento ilegal a uma empresa brasileira que atua na área de energia, a Léros, à qual fora prometida a venda de energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil a preços e condições imbatíveis, gerando grande sensibilidade política no contexto das relações bilaterais Brasil-Paraguai.

A Subcomissão é composta pelos seguintes membros: titulares: Senador Jaques Wagner, Senador Telmário Mota e Senador Nelsinho Trad; suplentes: Senador Antonio Anastasia, Senadora Soraya e Senador Chico Rodrigues. Esses foram os interessados que se manifestaram para fazer parte dessa Comissão.

Faremos a eleição, numa próxima oportunidade, do Presidente e do relator dessa Subcomissão.

Agradecemos a todos pela presença.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo as manifestações de carinho de todos em função do nosso aniversário. Não poderia ser destino melhor neste meu dia do que estar cheio de estrelas aqui ao meu lado durante a reunião.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Esperidião Amin, Fernando Bezerra Coelho, Soraya Thronicke, Kátia Abreu, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Telmário Mota, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Dário Berger, Fabiano Contarato e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Humberto Costa e Zequinha Marinho. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 44, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 43, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **3ª Parte - Instalação e Eleição**, atendendo ao requerimento REQ 52/2019 - CRE, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Instalação e eleição do Presidente da Subcomissão Temporária sobre o favorecimento à Leros, conforme aprovado pelo Requerimento nº 52/2019 - CRE. **Resultado:** Instalada a Subcomissão Temporária. O Senador Nelsinho Trad é eleito Presidente e o Senador Jaques Wagner é designado Relator. Nada mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/10

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 47ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Expediente.

Indicação de autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 44, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LINEU PUPO DE PAULA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

1 - Em 05/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tome posse junto à Mesa, no assento reservado, o Sr. Embaixador Lineu Pupo de Paula. (*Pausa.*)

Em nome de todos os Senadores, damos as boas-vindas ao sabatinado.

Informo ao sabatinado que, caso seja necessária a exposição de dados ou informações sigilosas para esclarecimento de algum assunto, poderá, a qualquer momento, solicitar que a reunião possa ser transformada em secreta.

Também informo que o sabatinado terá 20 minutos, prorrogáveis por mais 10, para poder fazer a sua exposição.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Lineu Pupo de Paula, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na Bósnia e Herzegovina. O seu tempo de exposição é de 20 minutos.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Questão de ordem, com o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para questão de ordem.) – Faço parte desta Comissão e vim ficar aqui, mas lamento que aqui, na vaga dos Senadores, esteja um lobista, ex-Senador, um cara envolvido em corrupção. Desse jeito, é impossível ficar aqui. Eu me retiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Telmário, peço a V. Exa. que pondere. O ex-Senador Jucá é amigo do sabatinado e veio...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Que ele fique lá no lugar dos visitantes.

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Você é um palhaço!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Palhaço é você, ladrão! Você é ladrão!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Ladrão é você! Você foi preso!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos... Está suspensa a reunião!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Você bate em mulher!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Você é ladrão!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Você é uma vergonha!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Você é ladrão! Você é ladrão!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Bate em mulher!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Você é ladrão! Seu ladrão!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Bate em mulher! Cabra safado!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Ladrão! Ladrão! Nela, não! Nela, não bato! Em cabra, eu bato! E você é ladrão!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Bateu na mulher.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Você é ladrão!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Sua mulher foi presa!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Você é ladrão!

O SR. ROMERO JUCÁ (*Fora do microfone.*) – Você é que é ladrão!

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Não, você é ladrão, vagabundo! (*Ininteligível.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. *Fora do microfone.*) – Você é ladrão, seu vagabundo! Vagabundo! Ladrão!

Tem que tirar esse vagabundo daqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ladrão! Ladrão do Brasil e de Roraima!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando prosseguimento à reunião, lamento o ocorrido. Peço ao Senador Esperidião Amin que possa tomar o seu assento.

Reabro a reunião, pedindo escusas ao Embaixador Lineu Pupo de Paula, a quem, com muito prazer, passo a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não custa nada fazer um breve comentário aqui.

O nosso Embaixador está cumprindo, neste momento – acaba de cumprir –, mais uma etapa da preparação para poder nos representar no controvertido país Bósnia e Herzegovina, onde a dificuldade de convivência ou de coexistência é muito grande também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nada é por acaso nesta vida, Senador. Já tinham me prevenido que ele está indo para um lugar realmente com muitos conflitos. Então, que aqui seja uma preliminar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com muita intolerância.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu vou falar hoje sobre a Bósnia e Herzegovina.

Primeiramente, queria dizer que é um prazer para mim estar na Comissão, hoje. Eu também queria agradecer ao Presidente da República e ao meu colega Chanceler Ernesto Araújo por terem submetido o meu nome à apreciação do Senado Federal para a função de Embaixador. Depois de 38 anos de carreira, os últimos cinco anos na Guiana, Sarajevo é um novo desafio para mim, e eu gostaria muito de contar com a aprovação dos senhores para a minha missão.

Eu acredito que ser Embaixador em um país que até há poucos anos estava em guerra e guarda cicatrizes malfechadas, é uma responsabilidade adicional para o trabalho diplomático. Eu gostaria de explicar um pouco como a Bósnia funciona e como é que ela está hoje em dia.

A Bósnia é composta por três etnias: os bósnios bósnios, os bósnios croatas e os bósnios sérvios. A etnia é a característica fundamental do país. Os bósnios bósnios são 50% da população aproximadamente; os bósnios sérvios são 30%; e os bósnios croatas, 15%. Os bósnios sérvios têm ligação com a Sérvia.

Perfeito, isso ajuda bastante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os senhores olharem na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Os bósnios bósnios são muçulmanos majoritariamente, os bósnios sérvios são católicos ortodoxos, e os bósnios croatas são católicos apostólicos romanos. Essas três etnias...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Sim.

Dentro de Bósnia e Herzegovina, existem três etnias: os bósnios bósnios são os muçulmanos, que são os donos do país, os originários; depois, há os bósnios croatas, que ficam na região perto da Croácia; e há os bósnios sérvios, que ficam na região mais perto da Sérvia. Então, tanto a Croácia quanto a Sérvia têm interesses na Bósnia, e foi isso que originou a guerra.

Essa divisão é marcada durante toda a vida política do País. Isso quer dizer que o país tem três Presidentes: um bósnio bósnio, um bósnio croata e um bósnio sérvio.

E a história da região sempre foi muito conturbada, porque, desde o ano 1.000, aproximadamente, foi uma região que foi invadida por turcos, por romanos... A Bósnia, como é conhecida hoje em dia, foi criada em 1992, é um país recente, apesar de ter uma história antiga. A Bósnia fazia parte da antiga Iugoslávia e, com a queda do muro de Berlim em 1989, foi criada em 1992. O país é recente. Assim que o regime comunista na Europa Oriental começou a cair, a Iugoslávia também começou a se separar. O primeiro que se separou foi a Eslovênia; depois vieram a Croácia, que também virou um país independente, e a Sérvia, que também virou um país independente. A capital da Sérvia era Belgrado, que era a capital da antiga Iugoslávia. Com isso, os sérvios ficaram com a maior parte das Forças Armadas, com a maior parte do pessoal das Forças Armadas. Isso incentivou os sérvios a tentarem retomar as áreas dentro da Bósnia que eram habitadas por sérvios. Isso começou uma guerra sangrenta. Eu acho que muitos de nós ainda nos lembramos disso, a guerra estava em todos os jornais. Isso foi até que, em 1995, houve um ataque em Srebrenica e Zepa, onde houve realmente um genocídio, em que mais de 8 mil homens e crianças – meninos – foram assassinados, todos muçulmanos. O ataque foi dirigido contra os muçulmanos pelos bósnios sérvios. A partir daí, a Otan iniciou bombardeios aéreos, o que levou a uma negociação política entre os bósnios, os sérvios, os croatas, mais Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha. Isso resultou em um acordo de paz chamado Acordo de Dayton, que foi assinado no final de 1995.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu creio que, para mim e para muitas pessoas, os nomes Sarajevo e Bósnia sempre nos trazem essa lembrança da guerra há menos de 30 anos na Europa. É uma loucura a gente imaginar que a Europa, depois da Segunda Guerra Mundial, ainda teve um genocídio.

Eu costumo dizer que entendo a Bósnia como um país em construção. Como as próprias autoridades do país afirmam, a Bósnia tem grandes problemas, tem uma economia fraca, tem um alto grau de corrupção. E, se somarmos esses problemas de economia fraca, alto grau de corrupção e esse problema étnico, a gente entende, vê um país que está buscando a sua identidade ainda. Eu acho que o Brasil, estando lá em Sarajevo, pode ajudar a gente a resolver esse problema, tentar influenciar positivamente.

Uma característica interessante do país é que, dentro da Bósnia, existe a figura do Alto Representante das Nações Unidas, que é uma figura que para nós é difícil entender, porque esse Alto Representante é uma intervenção da comunidade internacional na vida política e judiciária da Bósnia. O Alto Representante está lá para controlar a implementação do Acordo de Dayton. Ele pode, inclusive, legislar por conta própria, caso as autoridades não se entendam, e ele pode afastar autoridades, caso essas três etnias que estão no Governo não consigam fazer o país andar para frente. Então, para mim – como dizer? –, a soberania do país não existe 100%, porque você tem um representante estrangeiro que, no caso, é um diplomata austríaco, está lá já faz nove anos e tem capacidade para interferir na política do país.

Bem, a capital da Bósnia é Sarajevo. O país é pequeno, tem 3,8 milhões de habitantes. Tem uma área de 52 mil quilômetros quadrados, um pouco maior que o Rio Grande do Norte. E a economia da Bósnia passa por um alto grau de estagnação. O desemprego é altíssimo, e as perspectivas para os mais jovens não são boas. Isso tem provocado, então, uma migração dos mais jovens para os outros países da Europa.

Bem, do que o país precisa agora? Do que a Bósnia e Herzegovina precisa agora para se modernizar? A primeira coisa é entrar na União Europeia. Eles já estão tentando há vários anos, mas, como existe esse problema das etnias, os bósnios sérvios não são muito favoráveis à entrada, porque eles estão muito ligados a Moscou.

Muitas reformas devem ser feitas para que a Comunidade Europeia aceite a Bósnia como um país membro, mas, em maio último agora, há poucos meses, a Bósnia recebeu um parecer favorável da Comunidade Europeia para a sua candidatura. Então, essa é uma esperança que a Bósnia tem de, entrando na Comunidade Europeia, melhorar a situação econômica do país.

Outro detalhe importante para a Bósnia é a sua entrada na OMC. Até hoje a Bósnia não faz parte da OMC. Ela deve entrar até o final do ano, a gente prevê isso. Inclusive, o Brasil já assinou um convênio com a Bósnia concordando com a presença dela na OMC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um terceiro fator importante é a entrada da Bósnia e Herzegovina na Otan, a Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O país tem esse problema de intervenção estrangeira. Nós temos nossa soberania 100%. Eles não. Eles têm o Alto Representante e têm a embaixada dos Estados Unidos e da União Europeia sempre muito influentes, muito palpiteiras na política interna do país.

Como eu tinha mencionado também, os bósnios bósnios são muçulmanos; são europeus, mas são muçulmanos. Os países árabes estão tendo cada vez mais influência na região. Arábia, Catar e Irã estão muito presentes e também se deve mencionar a Turquia, que está um pouco mais ao sul e tem uma atuação grande no país, inclusive uma atuação religiosa para manter a área muçulmana. A China e a Rússia também mantêm um perfil elevado. Croácia e a Sérvia também são vizinhos e principais parceiros comerciais.

O produto interno bruto da Bósnia é muito pequeno, US$19 bilhões, e tem crescido 3% ao ano, o que não é ruim, mas também não tira o país do subdesenvolvimento.

Como eu falei, a taxa de desemprego é alta, chega a 20% da população e, no grupo entre 15 e 24 anos, ela chega quase a 40%.

O comércio exterior não é grande: foram US$7 bilhões de exportações e US$11 bilhões de importações. Então, eles têm uma balança comercial negativa.

Os principais parceiros são sempre a Bósnia, a Croácia, a Itália e a Alemanha, que também tem bastante comércio com a Bósnia. Eles não produzem muita coisa: madeira, papel, móveis, máquinas, ferramentas, armas, couro. Também não importam muita coisa.

Mas eu queria falar mais sobre a relação entre o Brasil e a Bósnia. Como nós podemos ajudar a Bósnia? O primeiro fato é que nós inauguramos nossa embaixada em 2011. Eu, se for aprovado aqui na Comissão, serei o terceiro Embaixador em Sarajevo. Acho que a minha principal missão lá será mostrar que existem possibilidades de cooperação entre os dois países, possibilidades de comércio e possibilidades de investimento. Tem havido visitas de autoridades brasileiras e bósnias nos últimos anos.

Eu acho que uma das funções do Embaixador lá é tornar o Brasil mais conhecido. O Brasil é o único país da América Latina que tem Embaixada na Bósnia. Eu acho que isso pode ser uma vantagem para nós. Nós podemos aumentar o comércio; nós podemos atrair a cooperação entre o Brasil e a Bósnia, entre o Mercosul e a Bósnia. Então, eu acho que as perspectivas são boas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em julho do ano de 2017, o Senador Hélio José esteve em Sarajevo e reuniu-se com autoridades locais. Em outubro de 2017, também o Chanceler bósnio esteve em Brasília, reuniu-se com o Ministro Aloysio Nunes.

Eu queria mencionar que há algumas semanas um colega meu esteve aqui para falar sobre a Sérvia. Eu acho que existem possibilidade de cooperação, porque há um acordo de livre comércio da Europa Central. Essa associação de livre comércio na Europa Central poderia ter bons contatos, boas relações com o Mercosul e incentivar o comércio. O comércio realmente ainda é muito pequeno.

Nós temos acordos de isenção de visto. Existe um santuário católico na Bósnia que muitos brasileiros visitam. Então, foi assinado há pouco tempo um acordo de isenção de vistos para turistas. Isso tem facilitado muito a presença de peregrinos brasileiros que vão a essa cidade na Bósnia fazer turismo religioso.

Nós começamos a vender café faz pouco tempo, antes vendíamos café via Holanda; agora estamos vendendo diretamente. Nós também temos uma presença na área cultural da Bósnia. A Embaixada do Brasil lá organiza um festival de cinema de filmes brasileiros. Sarajevo tem um importante festival de cinema e o Brasil tem participado. Isso é um dos assuntos que tenho a intenção de incentivar para mostrar, apresentar o Brasil ao país.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas um minuto ao sabatinado.

Eu determino à assessoria técnica que abra o processo de votação, se for em comum acordo com os Srs. Senadores, em função dos compromissos – sendo esta uma reunião extraordinária – que os outros Senadores têm em outras Comissões.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino que se abra já o processo de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Embaixador Lineu.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Obrigado, já estou na minha fase final aqui.

O comércio dos dois países é muito incipiente. Nós exportamos minérios, calçados, armas leves, ferramentas e compramos vestuário e máquinas em pequenas quantidades. Não há registro de investimentos locais e investimentos brasileiros lá, nem de investimentos bósnios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui, mas eu acredito que há um grande potencial para exportação de grãos que eu pretendo incentivar durante minha chefia em Sarajevo, caso aprovado.

Para concluir, eu queria listar alguns dos meus objetivos como Embaixador. Primeiro, como mencionei, fazer o Brasil mais conhecido; segundo, incentivar o aumento do comércio; terceiro, prestar apoio aos turistas brasileiros, que cada vez mais vão à Bósnia e à Croácia também; e manter o Governo brasileiro informado sobre os Bálcãs, que é uma região bastante instável até hoje. Não é um assunto que saia nos jornais. Mas, lendo os jornais locais, lendo os jornais da Bósnia, da Sérvia e da Croácia, a gente sente que há um ressentimento até hoje, e eles não se entendem. Então, é uma área que poderá voltar a ser instável um dia. A principal ideia é manter o Governo informado e tentar ampliar as relações bilaterais.

Eram essas as observações que eu tinha hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Dando prosseguimento à arguição, conforme a solicitação dos Senadores, abro a palavra para os questionamentos.

Vou fazer o primeiro.

Sr. Embaixador, entendo que o maior desafio de V. Exa. será navegar com equilíbrio entre os representantes governamentais e comunidades das diversas etnias, na Bósnia e Herzegovina, dado o quadro de conflito muito recente na história do país. Naturalmente, os diplomatas são treinados para essa tarefa, mas, no caso específico, entendo que a missão é ainda mais complexa, uma vez que o Estado tem três Presidentes e o representante da comunidade sérvia perfilha o tradicional nacionalismo do antigo país. Gostaria de ouvir os seus comentários a respeito dessa questão.

Antes, porém, com muito prazer, é digno registrar a presença da Embaixadora Maria Clara Duclos Carisio, indicada para a República Cooperativa da Guiana, e do Embaixador Ronaldo Costa Filho, indicado para o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas. Ambos serão sabatinados na próxima reunião ordinária, quinta-feira, às 10h, no dia 12/9/2019. Sejam bem-vindos aos nossos trabalhos!

Com a palavra o Embaixador Lineu.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA (Para exposição de convidado.) – O país realmente é complicado. A gente não consegue imaginar, porque nós somos um País de migração, e de mistura, e sem conflitos sociais, raciais e étnicos, principalmente. Então, a função do Embaixador do Brasil na Bósnia, em Sarajevo, primeiro é entender o país e explicar para as autoridades brasileiras, para o Itamaraty, para o Governo como isso funciona.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, as relações entre Brasil e Bósnia praticamente ainda não existem. Nós temos coisas em comum, nós gostamos de futebol, nós gostamos de arte, mas o comércio é pequeno e pode crescer. Eu acho que o Mercosul tem um papel nesse assunto, nesse contato com a Bósnia.

A Bósnia entrando na OMC, a Bósnia entrando na Comunidade Europeia, também vai facilitar muito. Mas eu entendo que a minha função principal lá é de observador e de informação sobre o que acontece na região, porque é o que eu digo: a região agora está tranquila, mas dentro da Bósnia você sente diariamente, lendo jornais, lendo informações, que sempre se remete ao genocídio de 1995, quer dizer, a guerra não foi bem solucionada.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Senador Chico Rodrigues, V. Exa. quer fazer algum questionamento? (*Pausa.*)

V. Exa. tem a palavra.

Agradeço a presença do Senador Esperidião Amin e do Senador Humberto Costa, Relator do Embaixador Lineu Pupo de Paula, e do Senador Chico Rodrigues, sempre assíduos na Comissão.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, quero inicialmente agradecer a V. Exa. pela oportunidade de apresentarmos o relatório hoje da Embaixadora Maria Clara Duclos Carisio. V. Exa. foi generoso ao transferir a data para hoje. Posteriormente, faremos a leitura.

Quero cumprimentar o Embaixador Lineu Pupo de Paula pelo novo posto que com certeza ocupará brevemente na Bósnia e Herzegovina, que é um país extremamente complicado, como todos sabem, mas sabemos que sua capacidade de negociação, sua visão estratégica e a sua experiência como Diplomata serão realmente fundamentais para fazer o Brasil compreender mais essas idiossincrasias naturais que existem na Bósnia e Herzegovina, divulgadas no mundo inteiro. É um país que vive em conflito, é um conflito cultural, é um conflito político, ideológico, etc.

Eu vejo como muito positiva na sua missão a divulgação da cultura brasileira, com as diversidades a serem apresentadas na Bósnia. Creio que, por intermédio da cultura brasileira, há muita possibilidade de fazer ver àquela sociedade que a fundamentação de uma tolerância consentida nos dois sentidos, onde há uma reciprocidade entre o povo e a sua história – complexa, é bem verdade... Mas a necessidade de, num processo de sucção natural de informações, de cultura... A gênese, inclusive, de um país, que é o de V. Exa., o nosso país, é facilitar, inclusive nesta missão, mostrando a importância das diferenças. Então, entendo que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um trabalho extremamente intensivo nessa área poderá com certeza servir de ponte e aproximação também junto à Bósnia e Herzegovina.

E gostaria de saber de V. Exa. com relação às exportações. V. Exa. falou muito na questão mineral. Como se comportam e quais as informações mais minudentes que V. Exa. dispõe para que nós já nos antecipamos com conhecimentos sobre aquele país?

O SR. LINEU PUPO DE PAULA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador. Antes de mais nada, queria dizer que é um prazer revê-lo. Encontramo-nos em Georgetown há alguns anos, se não me engano, o Senador Romero Jucá também estava presente naquela reunião. Vamos nos encontrar de novo em Georgetown antes.

Sobre a Bósnia, particularmente, eu acho que uma das minhas funções, como já disse, vai ser fazer o Brasil mais conhecido. Nós temos uma... Nós somos um exemplo de democracia multiétnica, nós temos povos de todo o mundo que vivem bem aqui, e esse é o exemplo que nós podemos dar, porque ali realmente a situação é bastante complicada.

Durante a guerra, há vizinhos matando vizinhos... Os livros que eu tenho lido, as histórias que eu tenho lido são trágicas. Pessoas que tinham celebrado o aniversário ou o Natal uma semana antes e, uma semana depois, foram assassinadas pelos próprios vizinhos. É uma coisa, para nós, inimaginável.

Com relação a minérios e comércio, o País tem uma empresa de alumínio que está em péssima situação. Eles têm bauxita, eles têm minério de ferro, mas realmente nada funciona bem no país. Infelizmente, a situação não está boa, e eu acho que o Brasil tem possibilidade de aumentar a venda de minérios e, inclusive, talvez, investir no país, porque eles têm minas, eles têm reservas, mas não há como explorá-las.

Seria isso que eu poderia afirmar agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Espiridião Amin, V. Exa. vai querer fazer uso da palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ainda com um pouquinho de atraso, quero apenas me congratular com o nosso Embaixador Lineu de Paula, desejar muita sorte – sorte construída com talento, com benevolência, com capacidade de coexistência, para que o Brasil seja um agente a favor da compreensão.

O senhor vai para um país que, no meu entender, não está em paz, está apenas com a guerra interrompida, ou seja, nem sempre a ausência de luta significa paz. Essa figura, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realidade, pode ser espelhada na Bósnia e Herzegovina. Eu desejo sucesso! Mande-nos notícias.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA (Para exposição de convidado.) – Eu queria responder rapidamente. Eu acho que o senhor definiu perfeitamente o país. O país está em espera. O país tem três Presidentes. O país tem nove Ministérios divididos entre as três etnias. O país tem um representante da comunidade internacional que pode intervir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – É um protetorado. Eu acho que essa é a definição. Então, nós somos um exemplo para eles. Eu acho que esse é um dos meus objetivos quando chegar lá, se for aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De alguma forma, só para concluir, esse fatiamento, digamos, ou essa emergência das diversas nacionalidades que tinham sido absorvidas na antiga Iguslávia é uma reanimação do pré-Segunda Guerra Mundial, porque era um mapa que a Alemanha tinha concebido. Este é o mapa que a Alemanha tinha concebido. Quando lançou mão do Protetorado da Boêmia e Morávia, reivindicou os Sudetos e defendeu a criação da Croácia, da Eslovênia. Da Bósnia e Herzegovina, não.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – A Senadora Kátia Abreu gostaria de fazer alguma pergunta?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para exposição de convidado.) – Obrigada, Presidente.

Seja bem-vindo, Embaixador! Eu lhe desejo boa sorte e uma boa estada. E, para que o senhor possa desenvolver bem o seu trabalho, eu já votei a favor do senhor.

Eu queria apenas que o senhor fizesse um comentário sobre o Tratado do Atlântico Norte. Eu soube que os sérvios são contrários, e os croatas e os bósnios são a favor. Eu queria que o senhor fizesse algum comentário sobre isso, como serão tomadas as decisões diante desse quadro.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Como eu já mencionei durante a minha apresentação, até hoje – e o Senador Espiridião Amin colocou com muita correção –, os próprios sérvios e croatas dentro da Bósnia continuam a querer a Grande Sérvia, a Grande Bósnia e a Grande Croácia. Isso, para os bósnios é muito complicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, quanto à entrada na Otan, vai ser muito difícil. Eu não vejo isso acontecer a médio prazo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles são a presa.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Eles são a presa.

A própria Presidente da Croácia, poucas semanas atrás, começou de novo a falar na Grande Croácia, que seria capturar toda a Bósnia e deixar os muçulmanos num cantinho do país.

Eu não vejo a Bósnia entrando na Otan tão cedo, porque Moscou não vai deixar, e Moscou e a Sérvia, Belgrado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Exatamente: não há nenhum interesse de se ter mais um representante da Otan perto da fronteira livre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os ortodoxos continuam ortodoxos.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Com certeza. (*Risos.*)

Os sérvios são ortodoxos, e são muito ligados a Moscou, e não têm nenhum interesse em que a Bósnia seja parte da Otan.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Eu não sei se o senhor já comentou – e me desculpe se o senhor já tiver comentado – a respeito da entrada da Bósnia na União Europeia. O senhor já falou sobre isso?

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Eu falei, mas...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ah! Desculpe-me.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – A União Europeia é o sonho de todos... Tirando a Grã-Bretanha, é o sonho de todos os outros países entrar na... (*Risos.*)

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É o sonho de alguns lá. Está dividido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Sim, é... É, realmente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas sonho pelos exemplos dados pelos que deram certo, não é?

O SR. LINEU PUPO DE PAULA – Pelos que deram certo. Exatamente.

Eu acho que a entrada na Comunidade Europeia é essencial. Eu acho que esse é um assunto sobre o qual as três etnias podem entrar em acordo, mas o problema não é divergência nesse caso. O problema é a falta de desenvolvimento do país, a falta de legislação, a falta de controle, o alto grau de corrupção. Então, eu acredito que um dia eles entrarão, mas ainda há um longo caminho para isso. Pelo menos, eu calculo de cinco a dez anos, até que eles possam ser membros da Comunidade Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Marcos do Val, Vice-Presidente da Comissão, quer fazer algum questionamento? (*Pausa.*)

Nós temos aqui – é até bom os outros dois Embaixadores já estarem cientes – a participação popular através do e-Cidadania, portal que abre, através de um espaço democrático, à participação de vários cidadãos pelo Brasil afora. Quem quiser participar que o faça pelo www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Algumas perguntas chegaram. Eu vou lê-las e peço ao Embaixador Lineu que possa anotar e responder de uma vez só.

Luiz Claudio, do Rio de Janeiro: "No mundo globalizado, como tende a estreitar laços culturais entre os dois países?", aquele ao qual V. Exa. vai e o nosso País, o Brasil.

Karla Regina, de São Paulo: "Como vai ser a relação do Brasil com a Bósnia?".

Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Qual a importância estratégica para o Brasil em manter uma Embaixada na Bósnia? Qual a contribuição para o espectro geopolítico?".

Matheus Jasper, do Distrito Federal: "Como o Brasil pode melhorar suas relações diplomáticas com a Bósnia hoje, fomentando principalmente parcerias [no campo da educação] no ensino superior?".

Com a palavra o Embaixador Lineu.

O SR. LINEU PUPO DE PAULA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador.

Com relação a laços culturais, eu queria mencionar que o que a Embaixada tem feito e que eu pretendo continuar a fazer é principalmente na área de cinema. Por incrível que pareça,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apesar de todo esse ambiente, Sarajevo tem um dos principais festivais de cinema da Europa – terminou recentemente, faz duas semanas –, e a Embaixada do Brasil já organiza um festival de cinema brasileiro anualmente lá. Então eu acho que isso é algo que eu pretendo continuar a fazer, e isso é um primeiro caminho para o estreitamento dos laços culturais. Essa seria a primeira pergunta.

A segunda é: "Como vai ser a relação Brasil e Bósnia?". As relações são... A nossa Embaixada está lá há oito anos. Nós estamos começando. Eu serei o terceiro Embaixador, caso aprovado. E, como eu disse, agora nós estamos mais acompanhando a situação. A situação, como disse o Senador Esperidião Amin, está parada, porque não foi resolvido o conflito. Então, nós temos a missão de mostrar que o Brasil é um País que funciona, do nosso tamanho, com toda a variedade de pessoas do mundo inteiro que nós temos aqui, e que é possível viver em paz. Eu acho que a gente pode dar uma lição e mostrar como se pode viver em harmonia com diferentes etnias.

A terceira é a importância estratégica... Bem, eu não diria importância estratégica atualmente, porque as relações são iniciais, o país ainda nem se entende direito como país. O Senador chamou de um protetorado; eu diria que é um país em formação.

E, com relação à quarta pergunta: como nós podemos melhorar a relação no ensino superior? Essa é uma pergunta mais difícil de responder. Nós não temos relações na área educacional; nós temos um problema de língua. O sérvio, o bósnio... São três línguas que se falam no país, aparentemente diferentes, mas são muito, muito parecidas: é o bósnio-bósnio; o bósnio-sérvio; e o bósnio-croata; três línguas praticamente iguais. E o bósnio-sérvio se escreve em cirílico ainda. E essa é uma pergunta para que ainda não há resposta: nós estamos tentando no Itamaraty assinar um convênio com o governo bósnio para trazer estudantes de diplomacia para serem formados no Instituto Rio Branco, mas ainda não conseguimos.

Essas são as respostas que eu teria.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Lineu.

Estamos aguardando a chegada de mais alguns Senadores para completar o quórum da votação. Porém, nada impede de darmos sequência à segunda parte da reunião, a fim de ouvirmos o relatório do nobre Senador Chico Rodrigues, na escolha da Sra. Maria Clara Duclos Carisio, que aqui se encontra presente, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à da República Cooperativa da Guiana.

Venho perguntar aos nobres Senadores se concordam com esse encaminhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 43, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1) Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2) A matéria constou da pauta em 29/08/2019 e 05/09/2019.

3) A sabatina do indicado será realizada na reunião de quinta-feira, dia 12/09/2019.

Pediria ao Embaixador Lineu que possa continuar sentado ao meu lado, o que é um grande prazer, e que possa acompanhar a segunda parte da reunião deliberativa.

Com a palavra o nobre Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Caro Presidente, Nelsinho Trad, eu gostaria de ratificar, mais uma vez, a sua generosa aquiescência ao nosso pedido na semana passada, para fazermos a leitura hoje e até, ato contínuo, na próxima reunião, como foi aqui falado por V. Exa., será feita a votação. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gostaria de ler rapidamente aqui e apresentar o relatório final da indicação da Sra. Maria Clara Duclos Carisio.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República, nas suas prerrogativas, faz ao indicar a Sra. Maria Clara Duclos Carisio, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

A indicada é filha de René Anje Carisio e de Judith Duclos Carisio e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 3 de março de 1956. Ela é graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977) e pós-graduada em Política Comercial do GATT/PNUD, em Genebra, Suíça (1979). No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática (1981) e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1991).

Iniciou sua carreira como Terceira Secretária no ano de 1982.

Tornou-se Segunda Secretária em 1987. Por merecimento, chegou a Primeira Secretária em 1995; Conselheira em 2000; Ministra de Segunda Classe em 2006 e Ministra de Primeira Classe em 2013. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas internamente, destacam-se as de Assessora da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, de 1999 a 2002; de Chefe de Divisão de Ásia e Oceania I, entre 2006 e 2011; e Diretora do Departamento de Ásia Central, Meridional e Oceania, de 2011 a 2015.

No exterior, desempenhou a função de Chefe de delegação e Coordenadora Nacional do Grupo Negociador sobre Antidumping, Subsídios e Medidas Compensatórias da Alca, em Washington e Miami, entre 1996 e 1999; exerceu os cargos de Conselheira na Missão junto às Comunidades Econômicas Europeias, de 2002 a 2006; e Cônsul-Geral no Consulado Geral do Brasil em Frankfurt, de 2015 até o presente.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores sobre a República Cooperativa da Guiana, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, bem como economia.

Situada ao norte da América do Sul, a Guiana é banhada pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com o Brasil ao sul e sudoeste, com a Venezuela a oeste e com o Suriname a leste. A população guianesa é de aproximadamente 790 mil habitantes, segundo estimativa do Fundo Monetário Internacional para o ano de 2019. Com 214.969 quilômetros quadrados de território, é o terceiro menor país da América do Sul, à frente apenas de Uruguai e Suriname. O país conquistou sua independência em relação ao Reino Unido em 1966 e iniciou relações bilaterais com o Brasil dois anos depois.

A relação entre Brasil e Guiana foi aprofundada a partir da década de 1990, com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Em 2001, foi assinado Acordo de Alcance Parcial, que entrou em vigor em 2004, estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. A ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países – no meu Estado, em Roraima –, foi inaugurada em 2009 e representou passo concreto e decisivo na integração entre Brasil e Guiana.

Em 2012, a Guiana ingressou no Mercado Comum do Sul (Mercosul) na condição de Estado Associado. Além de Estado Associado do Mercosul, a Guiana é país membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) e associou-se, em 23 de janeiro de 2018, ao Grupo de Lima. A Guiana também foi signatária da Declaração de Santiago, que, em 22 de março de 2019, criou o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul). Brasil e Guiana compartilham o mesmo assento no FMI.

A agenda bilateral com a Guiana também contempla o aprofundamento das relações econômico-comerciais, a cooperação em matéria de segurança e defesa, a promoção do desenvolvimento fronteiriço e a ampliação da cooperação técnica, que vem apresentando resultados tangíveis e substantivos. Brasil e Guiana estão trabalhando na implementação do Acordo Bilateral sobre Transporte de Passageiros e Cargas, que será objeto de diversas reuniões técnicas em 2019 entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e sua contraparte guianense.

Na área econômico-comercial, busca-se criar condições para ampliar o fluxo comercial e de investimentos entre os dois países. O intercâmbio bilateral totalizou US$41,5 milhões em 2018, com superávit de US$38,7 milhões em favor do Brasil. Em 2018, 92,5% das exportações brasileiras foram compostas de produtos manufaturados, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estão máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, etc. (13%); pisos e revestimentos cerâmicos (7,4%); tratores (5,6%); óleo de soja refinado (5,1%); demais produtos manufaturados (5%); e veículos de carga (4,7%). Entre os principais produtos importados da Guiana, estão minérios de alumínio e seus concentrados (84%); e arroz em grãos, inclusive arroz quebrado (16%). Em 2018, a Guiana foi o 116º destino das exportações brasileiras e a 125ª origem das importações do Brasil.

O programa bilateral de cooperação técnica foi renovado em 2017, com a negociação de três novos projetos: capacitação para apoio ao controle e à erradicação da Mosca da Carambola na Guiana; capacitação em estruturas institucionais e políticas para a gestão de recursos hídricos na Guiana; e apoio à certificação de sementes, análise de risco de pragas e melhoria dos serviços de sanidade vegetal na Guiana.

Em 2018, destacou-se a conclusão da perfuração pelo Exército brasileiro de oito poços artesianos na região do Rupununi. A perfuração foi acompanhada de treinamento e capacitação de oficiais guianeses na perfuração, manutenção e operação de poços naquela região. Estima-se que o projeto beneficiará cerca de 10 mil pessoas, basicamente de comunidades indígenas próximas à fronteira com o Brasil.

No contexto da descoberta de amplas jazidas de petróleo pela Guiana, cuja produção deverá ter início já em 2020, com potencial de gerar grande crescimento econômico e desenvolvimento social para o país vizinho, Brasil e Guiana vêm explorando possibilidades de cooperação no setor de energia.

Sendo o que se considera suficiente para o debate e a deliberação dessa sabatina, nada mais temos a acrescentar.

Portanto, Sr. Presidente Nelsinho Trad, eu gostaria de dizer a V. Exa. que esse relatório está concluído. Entendo que o currículo da Embaixadora Maria Clara Duclos Carisio é rico. Tenho certeza de que, substituindo o Embaixador Lineu, ela haverá de dar seguimento às ações e às relações econômicas entre o Brasil e a Guiana, que agora, com absoluta certeza vão se intensificar, com a descoberta de petróleo e o início da exploração na costa guianense.

Então, acredito que as relações comerciais entre o Brasil e a Guiana agora praticamente vão explodir, primeiro porque apesar de serem vizinhos também, a Guiana ser vizinha da Venezuela, as relações entre os dois países são praticamente impossíveis, em função da discussão da área de reclamação do Esequibo. E segundo, porque o vizinho que tem condições de manter essa economia florescente é o Brasil, através do nosso Estado de Roraima, com certeza. E acredito que, além de o nosso Estado vir a ser beneficiado de uma forma grandiosa, a Guiana também terá muito a ganhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acredito – é um sonho da população de Roraima, é um sonho principalmente da população da Região Norte – que, quanto àquela pavimentação da estrada entre Georgetown e a nossa fronteira... Temos inclusive informações, eu estive com o Embaixador já duas vezes, aqui em Brasília, o Embaixador da Guiana. Eles iniciarão já agora, nesse período de verão, o asfaltamento de mais 100km a 120km, na direção da nossa fronteira.

Inquestionavelmente, o interesse do Brasil é vigoroso. Tenho certeza de que, do trabalho que o Embaixador Lineu tem feito, o Itamaraty conhece com precisão cirúrgica essas informações e essa importância geopolítica para o Brasil. E a Embaixadora Maria Clara com certeza já vai encontrar o terreno começando a ser pavimentado, para que ela desenvolva um grande trabalho ali, à frente da Embaixada brasileira.

Então, esse era o relatório. Esses eram os comentários, meu Presidente Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o Senador Chico Rodrigues.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença do Senador Angelo Coronel, também assíduo desta Comissão; cumprimentar a Sra. Maria Clara Duclos Carisio pelo seu currículo. Lá no meu Estado falam que a senhora é letrada. (*Risos.*)

Parabéns pelo currículo vasto de V. Exa. E, na próxima quinta-feira, ocorrerá a sabatina juntamente com o Embaixador Ronaldo.

Em discussão o relatório do Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal.

No processo de votação do Embaixador Lineu Pupo de Paula já foi atingido o quórum necessário.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores presentes se continuaremos em reunião aberta para fazermos a apuração da votação do Embaixador.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Resultado. Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão do Embaixador Lineu Pupo de Paula.

O Sr. Embaixador Lineu Pupo de Paula, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina, obteve 12 votos favoráveis, SIM.

Nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção.

Agradecendo a presença do nobre indicado, manifesto, em nome da Casa, os cumprimentos, desejando-lhe êxito na honrosa missão.

Uma salva de palmas ao Embaixador. (*Palmas.*)

Antes de encerrar a reunião, consta sobre a mesa... A assessoria já vai me subsidiar quanto à matéria a ser apreciada, mas trata-se da instalação da Subcomissão Temporária sobre Itaipu, proposta do Senador Jaques Wagner.

A Subcomissão já está com os membros indicados. Só estou esperando a assessoria trazer o comunicado para informar a todos e proceder à sua instalação, para início dos trabalhos. (*Pausa.*)

Antes, porém, aproveito a oportunidade para desejar muita sorte ao Embaixador Lineu. Realmente, é uma missão que vai necessitar de muito equilíbrio. Aqui dentro do Parlamento, terá nosso apoio naquilo de que precisar, bem como do Itamaraty, sempre presente nas nossas reuniões por intermédio do Assessor Ministro Marcos Arbizu. Que Deus possa acompanhá-lo nessa nova missão da sua vida.

Instalação da Subcomissão Temporária, conforme aprovado pelo Requerimento nº 52/2019, de autoria do Senador Jaques Wagner, para, no prazo de 60 dias, prorrogáveis, informar-se inteiramente sobre tentativa de favorecimento ilegal a uma empresa brasileira que atua na área de energia, a Leros, à qual fora prometida a venda de energia excedente do Paraguai no mercado livre de energia do Brasil a preços e condições imbatíveis, gerando grande sensibilidade política, no contexto das relações bilaterais Brasil/Paraguai.

A Subcomissão é composta pelos seguintes membros: Senador Nelsinho Trad, Senador Jaques Wagner e Senador Telmário. Suplentes: Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues.

Foi registrada até o momento apenas uma composição, que é a indicação do Senador Nelsinho Trad, que vos fala, para Presidente da Subcomissão Temporária, e do Senador proponente Jaques Wagner, como Relator.

Consulto os Senadores se concordam e se podemos eleger os indicados por aclamação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eleita por aclamação a chapa ora proferida.

Então, havendo acordo de todos, mais uma vez, proclamo eleito por aclamação Presidente da subcomissão temporária o Senador Nelsinho Trad, e o Senador Jaques Wagner para Relator.

Já temos uma proposta de trabalho que determinaremos à nossa assessoria que passe aos componentes da subcomissão para nós iniciarmos os trabalhos.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Mais uma vez, agradecendo a presença dos nobres embaixadores, do ex-Senador Romero Jucá, e cumprimentando o Embaixador Lineu Pupo de Paul, declaro encerrada a presente reunião, convidando para a foto oficial, junto com o Senador Chico Rodrigues.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia doze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcos do Val, Fernando Collor e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Esperidião Amin, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Humberto Costa, Arolde de Oliveira, Romário, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Jayme Campos, Lucas Barreto, Juíza Selma e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 42, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor RONALDO COSTA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Fernando Collor. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 43, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 47, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Designado Relator "ad

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoc" o Senhor Senador Chico Rodrigues, é lido o relatório e fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 48, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei no 11.440, de 2006, a indicação do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senhor Senador Chico Rodrigues, é lido o relatório e fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 56, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2019, que irá debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras, seja incluído como convidados para as audiências os seguintes representantes: João Carlos Parkinson de Castro - Coordenador do Corredor Rodoviário Brasil; Fernando Alvarez de Celis - Coordenador do Corredor Rodoviário Argentina; Embaixador Roberto Ruiz Piraces -Coordenador do Corredor Rodoviário Chile; Embaixadora Gloria Amarilla - Coordenadora do Corredor Rodoviário Paraguai; Cícero Rodrigues de Melo Filho - Empresa de Planejamento e Logística S.A- EPL; Marcello da Costa Vieira - Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transporte Terrestre (SNTT) /Ministério da Infraestrutura; Onassis Simões da Luz - Superintendente-Adjunto da 1ª Região Fiscal, Auditor-Fiscal da Receita Federal; Ricardo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mello Scaliante - Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/MS." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR). **Resultado:** O Requerimento é lido e aprovado, sendo subscrito pelos Senhores Senadores Marcos do Val e Chico Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/12

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Bom dia a todos.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 48ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, com sua concordância e tolerância, peço para invertermos a pauta, irmos para a segunda parte da nossa reunião. Se V. Exa. me permitir, lerei o relatório da nossa indicação para Embaixador na Indonésia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – O.k.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a inversão da pauta, atendendo a pedido do Senador Marcio Bittar, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

2ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Marcio Bittar para proferir seu relatório.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Marcos do Val.

Passo a ler do relatório.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. José Amir da Costa Dornelles, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata, bem como informações sobre o país no qual deverá servir.

O indicado é filho de Amir Dauzacker Dornelles e Manoela da Costa Dornelles e nasceu em 24 de agosto de 1953, em Porto Alegre/RS – dez anos antes do meu nascimento –; gaúcho. O Ministro José Amir da Costa Dornelles ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, em 1976, tornando-se, no ano subsequente, Terceiro-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretário. Em 1983, ingressou no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2001, defendeu junto ao Curso de Altos Estudos a tese intitulada: "A Venezuela sob Chávez e suas Relações com o Brasil".

Dentre as funções exercidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se: assistente da Divisão de Política Comercial (1989/1991) – fiquei curioso para ler a tese intitulada "A Venezuela sob Chávez e suas Relações com o Brasil" –; assistente da Secretaria de Relações como Congresso (1992/1993); chefe da Divisão de América Central e Setentrional (2001/2003); chefe da Divisão de Estados Unidos e Canadá (2003/2004); assessor e subchefe do Cerimonial (2008/2011); e chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral Política-1 (2011/2013).

No Exterior, foi conselheiro na Embaixada em Caracas (1997/2001); conselheiro na Missão em Bruxelas junto à Comunidade Econômica Europeia [CEE (1993/1997)]; ministro-conselheiro na Embaixada em Montevidéu (2006/08); embaixador Dili (2013/2016); e, desde 2016, cônsul-geral em Assunção, Paraguai.

Sobre a Indonésia, extraímos das informações prestadas pelo Itamaraty resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao indicado. Trata-se de república presidencialista, com parlamento bicameral. Situado no sudeste asiático, o país é o mais extenso arquipélago do Planeta. A nação é a quarta mais populosa do mundo – logo depois do Brasil –, contando com mais de 240 milhões de pessoas.

Mas o Brasil não é a quarta população do Planeta? Não são China, índia, Estados Unidos e Brasil?

A nação é a quarta mais populosa do mundo, contando com mais de 240 milhões de pessoas, divididas em centenas de grupos étnicos que falam mais de 500 línguas e dialetos, sendo 88% por cento de adeptos do islamismo.

Independente desde 1945, a Indonésia viveu, por mais de cinco décadas, sob governos militares, até 1998, quando iniciou a transição para o regime democrático. As primeiras eleições diretas para presidente ocorreram em 2004. Apesar da importância do fator religioso na política indonésia, existe distinção clara entre Estado e religião.

A contenção de movimentos separatistas e o combate – bom dia, Senadora! – ao terrorismo e à corrupção estão entre os grandes desafios para o governo da Indonésia.

Em relação à sua política externa, é importante relembrar o papel de liderança exercido pela Indonésia entre os países do Terceiro Mundo a partir da histórica Conferência de Bandung, de 1955. No campo econômico, desde meados da década de 1980, o país vem buscando se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destacar, tendo, inclusive, tomado a frente do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico e sido um dos fundadores da Associação de Nações do Sudeste Asiático, em 1967.

Após ter sofrido desgaste em sua imagem internacional em razão do processo de independência do Timor-Leste, a Indonésia vem alcançando nova projeção, com destaque para mediação em disputas regionais. Além disso, a condição de ser, de um lado, o maior país muçulmano e, de outro lado, se mostrar comprometido com o regime democrático e pluralista, coloca a Indonésia como ponte entre as nações islâmicas e ocidentais.

Quanto ao aspecto bilateral, as relações entre Brasil e Indonésia iniciaram-se em 1953, data da criação da Embaixada brasileira em Jacarta.

Nos últimos anos, houve trocas de visitas presidenciais e outras de alto nível.

Em relação ao comércio entre os dois países, a pauta de exportação brasileira é, em grande parte, composta por produtos básicos, com destaque para farelo de soja, algodão, tabaco, açúcares e confeitaria, mas também automóveis. Esse rol foi recentemente ampliado com a inclusão de aviões da Embraer e de lançadores de foguetes do Sistema Astros, da Avibras. Nas importações, destacam-se borracha natural, gorduras e óleos, borracha, fibras sintéticas ou artificiais, automóveis, máquinas elétricas e mecânicas, bem como calçados.

Em outubro de 2009, ambos os países adotaram o Plano de Ação da Parceria Estratégica, o qual prevê tópicos como comércio e investimentos; energias renováveis; defesa; mineração; políticas de inclusão social; cooperação acadêmica e educacional; cooperação científica e tecnológica; e temas no plano multilateral.

Desde então as relações bilaterais alcançaram trajetória ascendente. O relacionamento, no entanto, sofreu abalo em 2015 por conta da execução de dois brasileiros condenados pelo Judiciário indonésio por tráfico de drogas. A coisa lá é dura, não é? Inobstante tais acontecimentos, ambos os países redinamizaram suas relações nos anos seguintes.

Nesse sentido, é de se ressaltar a importância da relação entre Brasil e Indonésia, trata-se de duas democracias em consolidação, que compartilham de semelhanças no que diz respeito a extensão de território, diversidade humana, social e de meio ambiente, o que certamente faz com que detenham interesses comuns a serem defendidos no âmbito regional e multilateral.

Para além disso, são dois países emergentes, que devem cooperar para obtenção de maior participação e inserção nas principais discussões nos fóruns regionais e multilaterais e de governança global. Dessa forma, considerando a posição de destaque que Brasil tem no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Indonésia na Asean, não há dúvidas de que ambos os países reúnem condições para aperfeiçoar o adensamento das relações entre os dois blocos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos assuntos consulares, a comunidade brasileira matriculada na Embaixada em Jacarta é de 440 pessoas. O apoio consular é prestado pela Embaixada e pelo consulado honorário em Bali.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sr. Presidente, é esse o relatório.

Só fiquei curioso na leitura porque até onde eu sabia o Brasil era a quarta população mundial. Vou já tirar essa dúvida.

Mas o relatório é favorável.

Peço ao Presidente, além do que já me atendeu, que, em seguida, abra o painel de votação para que possamos votar ao mesmo tempo em que recebemos os nossos diplomatas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – O.k.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. (*Pausa.*)

Indago às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores se podemos abrir o processo de votação das Mensagens nºs 42 e 43, de 2019. (*Pausa.*)

Não havendo objeção do Plenário, declaro aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica na cabine à esquerda de S. Exas.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 42, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor RONALDO COSTA FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 29/08/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Eu aproveito aqui e registro a presença em Plenário da esposa do Embaixador Ronaldo Costa, a Sra. Ana Teresa Perez Costa.

A Sra. Senadora Eliziane Gama solicitou que antecipássemos o item 2, para que ela pudesse fazer a relatoria dela, e assim foi concedido.

2ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 48, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, a indicação do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Sra. Senadora Eliziane Gama para proferir o seu relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vamos ao relatório.

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República deseja fazer do Sr. Eduardo Augusto Ibiapina Seixas, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Eduardo Schimmelpfeng de Seixas e Nadir Borges Ibiapina de Seixas, tendo nascido em 21 de junho de 1954, em São Roque, São Paulo. Formou-se em Ciências Econômicas pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), em 1978. Na carreira diplomática, foi nomeado Terceiro-Secretário em 1976; ascendeu a Segundo-Secretário em 1979 e a Primeiro-Secretário em 1982. Foi promovido a Conselheiro (1987), a Ministro de Segunda Classe (1994) e a Ministro de Primeira Classe em 2000, todos por merecimento.

Dentre as funções desempenhadas na Secretaria de Estado e em outros órgãos públicos, cabe citar a chefia da Divisão de Comunicações do Ministério das Relações Exteriores (1993), a Coordenadoria-Adjunta de Apoio e Cerimonial da Presidência da República (1995) e a Diretoria da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência do Senado Federal (2011). No exterior, entre outros cargos que ocupou, destacam-se o de Cônsul-Geral em Paris (1995) e em Toronto (2000); Embaixador em Beirute (2006) e Cônsul-Geral em Madri (2009). Chefiou a delegação brasileira a várias reuniões internacionais, como a V Sessão do Comitê sobre Resíduos de Medicamentos em Alimentos da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, em Washington, em 1990; VII Sessão do Comitê sobre Cereais, Legumes e Leguminosas da Comissão do Codex Alimentarius da FAO, também em Washington, em 1990; Reunião do Comitê Permanente do Conselho Consultivo Internacional do Algodão, em Washington, em 1991, e Reunião de Consulta Brasil-Estados Unidos no âmbito do Acordo sobre Comércio Siderúrgico, em Washington, em 1992. Desde 2015 é Embaixador do Brasil em Bucareste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre o Chipre. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas ao intercâmbio comercial entre os dois países.

A República de Chipre, cuja capital é Nicósia, ocupa uma ilha no Mar Mediterrâneo, ao sul da Turquia, com área de 9.251 km², dentre os quais 3.355 km² da não reconhecida "República Turca do Norte de Chipre" e 254 km² de bases militares britânicas. Sua população é de 1,2 milhão, de idiomas oficiais grego e turco. Seu Produto Interno Bruto (PIB), calculado em termos de poder de compra, em 2017, foi de 33,8 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 39,302 dólares.

Chipre é uma República presidencialista regida, ainda hoje, pela Constituição de 1960, que previa 30% de participação dos turco-cipriotas nos cargos públicos. O descumprimento das cláusulas de coparticipação turco-cipriota tem sido justificado, por Nicósia, com base na teoria do estado de necessidade. Nos termos da Constituição, o Presidente da República exerce as funções tanto de Chefe de Estado como de Chefe de Governo. O Presidente é eleito por sufrágio popular direto a cada cinco anos.

Desde 1963, o posto de Vice-Presidente — constitucionalmente reservado a um turcocipriota — permanece vago. O Conselho de Ministros (atualmente com 11 integrantes) é designado pelo Presidente.

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966, quando trocaram Embaixadas cumulativas: a do Brasil, em Tel Aviv; a de Chipre, em Lisboa. Com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações econômico-comerciais, os dois países decidiram pela troca de Embaixadas residentes: a criação oficial da Embaixada da República de Chipre em Brasília ocorreu em 4 de agosto de 2009; a Embaixada do Brasil em Nicósia foi criada em janeiro de 2010.

No que tange ao conflito intercomunitário na ilha e ao impasse entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre, o Brasil adota uma política de equilíbrio. Na visão brasileira, a questão cipriota deve ser tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como à busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades. O Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre.

Com base nos dados estatísticos fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, em razão da crise financeira mundial, o comércio bilateral sofreu um decréscimo significativo. Dos US$274 milhões da corrente comercial de 2008,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passou para o patamar de US$58,8 milhões em 2017, com saldo favorável ao Brasil de US$44,7 milhões.

Ao longo da série histórica, a situação superavitária no comércio do Brasil com o Chipre encontrou amparo, sobretudo, nas maciças exportações de óleo combustível, sucedido pela exportação de tubos metálicos e café. A Petrobras iniciou o provimento de óleo combustível de baixo teor de enxofre a duas usinas termoelétricas em Limassol e Larnaca em 2004. Já as importações brasileiras originárias do Chipre decresceram muito, sendo os primeiros itens relacionados a extintores de incêndio e óleos de petróleo.

Presidente, portanto, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço à Senadora Eliziane Gama.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Embaixador Ronaldo Costa Filho, a Sra. Embaixadora Maria Clara Duclos Carisio, aos quais damos as nossas boas-vindas!

Aproveito novamente para registrar a presença em plenário da esposa do Embaixador Ronaldo Costa Filho, a Sra. Ana Teresa Perez Costa. (*Pausa.*)

Informo aos sabatinados que, caso seja necessária a exposição de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de alguns assuntos, poderão a qualquer momento solicitar que a reunião seja transformada em secreta.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Ronaldo Costa Filho, indicado para o cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

Obrigado.

Boa sorte!

O SR. RONALDO COSTA FILHO – Muito obrigado, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Marcos do Val. Exmas. Sras. Senadoras e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Sra. Embaixadora, querida amiga Maria Clara Carisio, senhoras e senhores, minhas primeiras palavras são de agradecimento ao Senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo pela honra de haverem submetido meu nome a esta Casa para consideração como representante permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.

Gostaria também de agradecer ao Presidente Fernando Collor pelo minucioso relatório que apresentou à Comissão para subsidiar a avaliação do meu nome para o cargo. A riqueza do relatório facilita minha tarefa aqui hoje ao já incluir detalhada informação sobre o trabalho das Nações Unidas. O relatório deixa clara a abrangência dos temas tratados naquela organização, o que tornaria ilusória qualquer pretensão minha de fazer uma análise detalhada ou mais aprofundada de toda a agenda das Nações Unidas.

Dessa forma, eu gostaria de focar hoje no quadro internacional, dentro do qual se insere a atuação das Nações Unidas e abordar alguns elementos que terão influência sobre a nossa relação com as Nações Unidas e o trabalho da missão do Brasil junto àquela organização.

Gostaria de começar citando um ditado, um conhecido ditado, normalmente descrito como uma praga chinesa, que diz – abro aspas: "Que você viva em tempos interessantes" – fecho aspas. Apesar de não existir qualquer evidência de que esse ditado seja originário da China, pareceu-me pertinente por significar que tempos de paz e estabilidade são enfadonhos ou desinteressantes. E, de fato, eu creio que nós vivemos em tempos interessantes, não necessariamente como uma ruptura, mas certamente uma inflexão importante no quadro internacional.

O ordenamento internacional que nós tomamos como um dado fixo da realidade e que tem no multilateralismo um dos seus componentes centrais nos tem proporcionado tempos de relativa paz e estabilidade ao longo das últimas décadas – e eu enfatizo o "relativa" –, nos tem proporcionado tempos relativamente desinteressantes.

Esse ordenamento é, contudo, recente, é uma construção do pós-Segunda Guerra. E por que o multilateralismo alcançou essa posição de princípio ordenador do sistema internacional naquele momento? Atribui-se normalmente a dois fatores: primeiro, o fracasso da tradicional negociação de paz no pós-Primeira Guerra, com pesadas reparações econômicas e tomadas de territórios dos vencidos pelos vencedores; em segundo lugar, um esforço de legitimação do modelo democrático, em nome do qual os aliados haviam combatido e vencido a guerra pela sua aplicação à esfera internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não descarto o peso dessas explicações, mas penso que havia algo de mais pragmático.

Em uma conjuntura de clara hegemonia e no pós-Segunda Guerra, não pode haver dúvidas das hegemonias econômica e militar norte-americana, e os custos de administração do sistema internacional são menores em uma estrutura na qual todos os Estados são participantes ativos, com voz e oportunidade de verem os seus interesses considerados.

É importante ressaltar, entretanto, que, nas estruturas multilaterais criadas naquele momento, a democracia não é perfeita. A desigualdade entre os Estados é, de forma pragmática, reconhecida.

Na administração do comércio internacional, no sistema Gatt e OMC, a prática de decisão por consenso atribui, na prática, um veto a todos. Mas, na realidade, apenas quem tem peso para fazer valer o seu veto consegue fazê-lo. Vemos hoje isso em aplicação no bloqueio na nomeação de árbitros para o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

Na administração econômica e financeira, as instituições de Bretton Woods – FMI e Banco Mundial – têm os seus votos distribuídos em função das cotas de cada Estado. Com a maior economia mundial, que detém individualmente mais de 15% das cotas, efetivo poder de veto.

E, na administração da paz e segurança internacional, os cinco membros permanente do Conselho de Segurança têm capacidade estatutária de veto quando entenderem que uma decisão possa afetar os seus interesses nacionais essenciais.

Hoje vemos crescentes desafios à manutenção desse ordenamento e, por isso, vejo um momento de inflexão.

Na esfera comercial, vemos a imposição de barreiras tarifárias inconsistentes com os compromissos assumidos pelos membros na OMC. Na esfera política, temos presenciado ações militares e sanções econômicas aplicadas sem o respaldo do Conselho de Segurança. Parece-me claro que são sintomas de uma insatisfação com a ausência da capacidade do sistema de preservar o *status quo* do poder mundial, com ascensão acelerada, de um lado, de desafiantes nos campos econômico e militar e a resistência, de outro lado, de Estados em ver reconhecido o seu poder encolhido em comparação àquele de 1945.

A pergunta que se coloca a todos nós é se a erosão de regras internacionais de convivência construídas ao longo dos últimos 70 anos favorecerá a preservação desse *status quo* e, mais importante, qual o impacto que essa erosão terá na preservação da paz e segurança no desenvolvimento econômico e social dos povos e no pleno gozo dos direitos humanos pelos cidadãos do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante dessa conjuntura, eu gostaria de refletir sobre alguns aspectos relevantes para as Nações Unidas e para o Brasil, nas Nações Unidas, nos próximos anos.

Primeiramente, qual é o papel das Nações Unidas no ordenamento do sistema internacional?

As Nações Unidas têm, por força da sua Carta Constitutiva, três áreas principais de atuação: a manutenção da paz e da segurança internacional; o fomento do desenvolvimento econômico e social dos povos; e a garantia dos direitos humanos de todos. Mas há uma distinção interessante: no campo da paz e da segurança, a Carta confere à comunidade internacional, atuando por intermédio do Conselho de Segurança, poderes para adotar medidas capazes de coibir ou reverter atos ou ameaças à paz e à segurança, inclusive por meios coercitivos.

Já nas áreas de desenvolvimento econômico e social e de proteção dos direitos humanos, não existe mecanismo de imposição de cumprimento de normas pelos Estados-membros. A atuação das Nações Unidas é essencialmente recomendatória e de uma pressão moral da comunidade internacional.

Em ambos os formatos, a atuação das Nações Unidas se revela útil.

Na área de paz e segurança, tomemos um caso emblemático: a crise dos mísseis em Cuba em 1962. Ainda que, no contexto da Guerra Fria, quando a atuação do Conselho de Segurança se via fortemente limitada pelo uso recorrente, pelas duas superpotências, do veto, as Nações Unidas foram instrumentais na solução da crise, ao propiciar, ao mesmo tempo, um foro para a negociação da questão, com formato e regras de procedimento aceitos pelas partes de antemão, ao lado de uma pressão decorrente da atenção de toda a comunidade internacional.

Se olharmos para o lado recomendatório na área de desenvolvimento econômico e social, podemos tomar como exemplo a iniciativa HIPC, ou Países Pobres Altamente Endividados. Na esteira da crise da dívida externa da década de 80, numerosos países em desenvolvimento viram-se sob o peso de um endividamento externo insustentável. Na sequência de um período de debates intensos nas Nações Unidas, acabou forjando-se um consenso pela mencionada iniciativa, com a participação de agências multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, e de credores bilaterais, para o perdão parcial e a reestruturação de dívidas.

Vê-se, assim, que o trabalho e os debates nas Nações Unidas podem vir a ter impacto concreto na busca de soluções para os problemas internacionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, após uma curta euforia no pós-Guerra Fria, que previa a superação da paralisia do Conselho, vemos que voltou a prevalecer um certo clima de rivalidade estratégica naquele foro, que tem dificultado a busca por soluções para diversos pontos de tensão.

Na área de desenvolvimento econômico e social e de direitos humanos, após uma série de conferências temáticas globais na década de 90, iniciada com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a conhecida Rio 92, tem se focado na elaboração de planos de metas globais de melhoria de indicadores econômicos e sociais por todos os países. As metas, que são de natureza aspiracional, que não são obrigatórias, incluem temas como redução da pobreza, eliminação da fome, redução de mortalidade materno-infantil, empoderamento das mulheres, crescimento econômico sustentável e inclusivo, entre outros.

O primeiro exercício dessa natureza se consubstanciou nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio entre 2000 e 2015. Hoje, estamos em meio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como Agenda 2030. Acredito que esse é um mecanismo que tende a propiciar um esforço mais colaborativo e mais cooperativo nas Nações Unidas, deixando-se de lado um enfoque mais confrontacional, que marcou os debates na organização, o conhecido Debate Norte-Sul, nas décadas de 70 e 80.

Em segundo lugar, qual é a importância das Nações Unidas na defesa e projeção dos interesses do Brasil? O exercício das relações internacionais não é algo que se desenrola como um fim em si mesmo. Engajamo-nos com outros Estados na busca do atendimento de necessidades e prioridades definidas internamente por meio dos nossos próprios processos políticos, sejam esses nos campos da segurança, da economia, do social, do cultural, do comercial, enfim, em todas as áreas da vida humana.

Aliás, talvez o comércio seja uma boa metáfora para isso, porque no comércio nós buscamos comprar de outros aquilo de que não dispomos internamente ou que os outros produzem de maneira mais eficiente e, ao mesmo tempo, nós vendemos aquilo que nós produzimos além do que nós necessitamos ou o que produzimos de maneira mais eficiente. Esse é para mim o fulcro que explica a necessidade das relações internacionais.

O Brasil é país que tradicionalmente preza a negociação como instrumento por excelência para condução das relações exteriores, não apenas por serem princípios inscritos na nossa Constituição – e há que se reconhecer que a Constituição ainda é relativamente jovem –, mas por ser, acredito eu, um espelho da alma nacional. Assim é que nos incomoda quando um país mais poderoso tenta nos impor o seu ponto de vista. Da mesma maneira, creio que o Brasil se abstém de impor seus pontos de vista sobre aqueles que são menos poderosos do que nós.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como entram as Nações Unidas na condução de nossas relações externas? O exercício da diplomacia multilateral pode atenuar a nossa condição de um país, nas palavras do ex-Chanceler Saraiva Guerreiro – abro aspas –, "desprovido de excedente de poder" – fecho aspas. Assim, as Nações Unidas constituem foro insubstituível para que possamos, pela força do bom argumento, pela capacidade negociadora, alcançar os nossos objetivos como sociedade pela construção de consensos na esfera internacional.

Acredito que as Nações Unidas nos oferecem ganhos concretos no exercício de nossas relações externas como meio de consecução de nossos objetivos nacionais, em um primeiro nível, ao propiciar foro de diálogo mundial e de construção de coalizões e consensos em favor de temas de nosso interesse; em segundo lugar, ao fomentar um esforço cooperativo e colaborativo para o tratamento de temas de foco mais propriamente nacionais, como aqueles constantes dos objetivos do desenvolvimento sustentável, a que já aludi, mas também aqueles de natureza mais transnacional, como é, por exemplo, o tráfico internacional de drogas.

Em terceiro lugar, como se relacionam hoje os conceitos de multilateralismo e globalismo? É, acredito, um tema da maior atualidade – e agradeço ao Presidente Collor por ter me provocado a refletir sobre o assunto, ao suscitar no seu relatório o fenômeno do ressurgimento das tendências nacionalistas. De forma sintética, eu creio importante perceber que não estamos diante de opções excludentes. Não me parece que estejamos diante de uma bifurcação no caminho da história que nos obrigue a escolher entre uma inevitável cessão de soberania a entidades multilaterais ou a rejeição a qualquer espírito de cooperação na frente internacional. Quando estudamos a história, frequentemente temos a impressão de que é um processo de progressão linear, talvez porque, em retrospecto, vemos apenas grandes tendências que prevaleceram.

A realidade, no curto prazo, nos oferece uma visão bem menos límpida dos eventos. E aqui podemos talvez tomar a União Europeia como um exemplo dessa tensão.

Gestada inicialmente entre seis países europeus, na conformação das comunidades europeias, como antídoto a nacionalismos exacerbados que haviam levado à eclosão de duas guerras mundiais em menos de 30 anos, o processo de integração europeu nasceu com uma visão talvez utópica de que gradualmente se substituiria o sentimento de ser nacional de um Estado por ser cidadão europeu, algo que se revela, nos documentos fundacionais da União Europeia, como um objetivo de uma – e eu abro aspas de novo – "união cada vez mais próxima" – fecham aspas.

O debate sobre o Brexit, que acompanhamos já há vários anos, a que se seguiu também o fortalecimento de sentimentos nacionalistas em outros países europeus, revela-nos a dificuldade – se não a impossibilidade – da relativização do sentimento de pertencimento a um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

grupo nacional, por mais que se possam apresentar estudos acadêmicos sobre a lógica de segurança ou a racionalidade da integração econômica profunda.

Essa mesma tensão sempre esteve presente nas Nações Unidas, ainda que agora se faça mais visível. A comparação é algo forçada na medida em que no processo de integração da União Europeia há uma efetiva transferência de soberania do Estado nacional para uma instância supranacional, mas a tensão latente é a mesma, e o processo de diálogo e negociação multilateral permitem a identificação de temas que estariam melhor servidos com a colaboração e a cooperação dos Estados, embora nas Nações Unidas – devemos ter presente – isso seja sempre de forma voluntária e respeitosa das instâncias decisórias nacionais competentes, em cada Estado-membro.

De que maneira essa tensão nas relações dos Estados com multilateralismo se tem feito sentir nas Nações Unidas?

Conforme eu comentei anteriormente, essa tensão decorre de uma incapacidade de o sistema multilateral – e aqui não falo apenas das Nações Unidas, mas também FMI, Banco Mundial e OMC – ajustar as suas estruturas de governança à realidade da mudança de poder relativo dos Estados.

Nas Nações Unidas, isso aparece com duas faces. Primeiramente, a tentativa de absorção, pelo Conselho de Segurança, de temas mais propriamente da agenda econômica e social. Em segundo lugar, o bloqueio à reforma do Conselho de Segurança, de que tratarei a seguir.

Primeiramente, sobre o primeiro aspecto, a relação entre os pilares de paz e segurança, de um lado, e desenvolvimento econômico e social, de outro, é repleta de incertezas e indefinições. Eu mesmo, como cidadão, vejo aqui no Brasil um debate semelhante: o problema da segurança pública se combate com repressão ou pela geração de condições econômicas e sociais que contribuam para evitar a entrada do indivíduo no mundo da criminalidade?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO COSTA FILHO – O Brasil tem nas Nações Unidas consistentemente defendido uma postura de que há uma estreita inter-relação entre as duas esferas. Tanto é assim que o País foi participante ativo do processo de constituição da Comissão para a Construção da Paz, entidade que busca assegurar o apoio da comunidade internacional com medidas de desenvolvimento econômico e social para países em processo de reconstrução pós-conflito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa participação nossa se seguiu pela presidência brasileira, desde 2007, da configuração Guiné-Bissau da comissão, que busca coordenar as medidas de apoio àquele país.

A partir de 2016 iniciou-se processo de revisão do pilar de paz e segurança, no qual busca-se também integrar o Conselho de Promoção do Desenvolvimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RONALDO COSTA FILHO – ... como prevenção à eclosão de conflitos, ou seja, sob o conceito de sustentação da paz hoje, buscam habilitarem-se as Nações Unidas a atuar antes, durante e após um conflito, com a integração de diferentes órgãos e entidades do sistema.

Nesse quadro, contudo, nós temos que estar muito atentos para a tendência à ampliação temática da agenda do Conselho de Segurança, com a tentativa de absorção de matérias de competência da Assembleia Geral, tanto sob o conceito de sustentação da paz quanto por tênues vinculações à questão da paz e da segurança global. Podem-se citar, por exemplo, as questões da mudança climática, da segurança alimentar e do combate à Aids, todos temas que já foram em algum momento suscitados no Conselho de Segurança.

Entende o Brasil que esse tipo de tema requer a legitimidade de um debate democrático entre todos os Estados-membros com enfoque cooperativo, colaborativo e respeitoso da soberania nacional que a Assembleia Geral pode proporcionar, e não um tratamento em foro com composição extremamente limitada, com capacidade de ação coercitiva.

E nessa conjuntura, finalmente, qual é o interesse do Brasil em ter um assento no Conselho de Segurança?

O Conselho de Segurança é o órgão encarregado de zelar pela preservação da paz e da segurança no mundo. É composto de 15 membros, 5 dos quais permanentes com direito a veto e 10 não permanentes. O Brasil é candidato, em 2021, a um assento não permanente para o biênio 2022-2023. Paralelamente, defende há 30 anos a necessidade de uma reforma na composição do Conselho de Segurança, tanto em seus assentos permanentes como nos não permanentes. Desde 2004 integra coalizão com a Alemanha, Índia e Japão, agrupamento conhecido como G4, Estados-membros que se sentem, tanto por seu peso específico em termos regionais e globais quanto por sua contribuição à manutenção da paz e da segurança internacional, habilitados para exercer a responsabilidade de membros permanentes do conselho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não raro atribui-se essa postulação brasileira como mera busca de prestígio internacional. Estamos, contudo, falando de estruturas de governança global. Recordemos que, durante as negociações da lamentavelmente inconclusa Rodada Doha da OMC, o Brasil veio a integrar também um G4 naquele foro, com Estados Unidos, União Europeia e Índia. Participávamos daquele grupo que explorava soluções que pudessem eventualmente servir de plataforma para uma solução consensual para todos os membros, e participávamos pela nossa representatividade entre os países em desenvolvimento e também entre os grandes agroexportadores globais, e assim éramos reconhecidos por todos os membros da OMC.

Da mesma forma que na OMC reconheceu-se que um pequeno grupo decisório de rodadas passadas – Estados Unidos, União Europeia, Japão e Canadá – não mais representava adequadamente o conjunto dos membros nas Nações Unidas, o grupo de países aliados que assumiram os assentos permanentes em 1945, por representarem estruturas de poder naquele momento, não mais espelham a realidade de poder hoje. Assim é que defendemos um Conselho de Segurança ampliado, que espelhe a multiplicação de membros, de 51 países em 1945 a 193 hoje, revitalizado por uma legitimidade e representatividade que apenas a maior participação de países em desenvolvimento podem lhe conferir.

Gostaria de concluir sublinhando que a visão que o Brasil tem sobre a necessidade de reforma do Conselho de Segurança é inteiramente convergente com sua visão para as Nações Unidas como um todo. Como organização internacional, é uma construção e um instrumento de seus Estados-membros, e a sua relevância é condicionada à sua credibilidade, à sua legitimidade e à sua equidade nas decisões que toma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço a palavra do Embaixador Ronaldo Costa Filho.

Agora, concedo a palavra à Sra. Embaixadora Maria Clara Duclos Carisio, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

Informo à Sra. Embaixadora que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

Pode dar início. Obrigado.

A SRA. MARIA CLARA DUCLOS CARISIO – Muito obrigada.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Marcos do Val; Senador Chico Rodrigues, Relator de minha indicação, cuja atenção e gentileza muito agradeço; Exmos. Srs. Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão; colegas do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Itamaraty aqui presentes; senhoras e senhores, com muito prazer venho hoje a esta Comissão de Relações Exteriores para falar sobre a República Cooperativa da Guiana.

Recebi com muita honra o convite para chefiar a Embaixada do Brasil em Georgetown e agradeço a confiança em mim depositada pelo Senhor Presidente da República e pelo Chanceler Ernesto Araújo ao submeterem meu nome à apreciação deste Senado Federal para exercer tão elevada função. Caso possa contar com a aprovação dos Srs. Senadores, terei pela frente um novo desafio em minha carreira, pois pela primeira vez viria a representar o Brasil em um país fronteiriço. A proximidade e a importância política e econômica do Brasil nas relações com seus vizinhos tornam a tarefa de Embaixador uma experiência rica e desafiadora.

A Guiana, originalmente uma colônia holandesa e posteriormente inglesa, é um país jovem, tornou-se independente somente em 1966, mas tem conseguido consolidar-se com alguma estabilidade, apesar da necessidade de equacionar a situação criada pela política migratória do então governo inglês, que privilegiou a vinda de colonos da Índia em substituição à entrada de escravos africanos, o que dividiu a população do país entre essas etnias: 45% de ascendência indiana contra 30% de ascendência africana. Isso tem provocado até hoje conflitos entre as duas partes e é fator preponderante na organização política do país. As forças políticas refletem essa situação: o PPP (People's Progressive Party), apoiado pela comunidade indiana, passou a ser oposição em 2015, depois de 23 anos no poder; o PNC (People's National Congress), apoiado pela comunidade africana, pôde eleger o atual Presidente, David Granger, graças à aliança com o AFC (Alliance for Change), que é um partido que se apresenta como não étnico. O Presidente, porém, enfrenta hoje divergências legais a respeito de uma moção de desconfiança, obtida pela oposição em 2018, e até agora ainda não está muito claro quando serão realizadas as eleições.

As dificuldades de coordenação e diálogo entre os dois partidos têm sido um obstáculo ao desenvolvimento, inclusive se levarmos em conta que o país tem um território menor que o do Estado de São Paulo, 215 mil quilômetros quadrados; uma população semelhante à de Sergipe, 790 mil habitantes; e um PIB de US$3,63 bilhões, que é bem inferior ao PIB de Roraima, com o qual a Guiana faz divisa.

Espera-se que o início da produção de petróleo, estimada para 2020, possa constituir fator de maior estabilidade política, o que deverá se refletir no desempenho da economia guianense, que tem mantido bom ritmo de crescimento nos últimos anos – 3% a 4% – e vive um momento de transição importante, com a descoberta de reservas importantes de petróleo, que poderiam alcançar mais de 5,5 bilhões de barris. A taxa de crescimento estimada pelo Banco Mundial passaria a 30% em 2020 e a 24% em 2021. A Guiana já é o 22º país do mundo em reservas de recursos minerais e deverá subir posições à medida que descobertas de novas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jazidas forem anunciadas. Estima-se que serão produzidos 100 mil barris de óleo por dia a partir de 2020, quando a ExxonMobil planeja iniciar a produção do campo Liza. Acredita-se que a Guiana poderá chegar a produzir até 500 mil barris por dia quando todas as fases estiverem operando. Existem mesmo agora estimativas de que chegaria a 750 mil barris. Por enquanto, seis *commodities* – ouro, arroz, bauxita, açúcar, madeira e camarão – representam cerca de 60% do PIB nacional, situação que deve perdurar até o início da produção de petróleo.

Brasil e Guiana compartilham 1.605 quilômetros de fronteira e mantêm relação antiga de amizade, estabelecida dois anos após a independência do país vizinho, e partilham a visão de que é importante a plena incorporação diplomática da Guiana à América do Sul, sem qualquer prejuízo de seus profundos laços com o Caribe. A relação entre Brasil e Guiana foi aprofundada a partir da década de 1990 com o aumento do número de brasileiros que passaram a residir no país vizinho. Estima-se que haja 15 mil brasileiros trabalhando, sobretudo na área de exploração de ouro. Em 2001, foi assinado acordo de alcance parcial que entrou em vigor em 2004 estabelecendo desgravação tarifária para diversos itens. A ponte sobre o Rio Tacutu, primeira ligação terrestre entre os dois países, foi inaugurada em 2009 e representou passo concreto e decisivo na integração física entre Brasil e Guiana.

Em 2012, a Guiana ingressou no Mercosul na condição de Estado associado. Além disso, a Guiana é um país-membro da OTCA e da OEA e associou-se, em 23 de janeiro de 2018, ao Grupo de Lima. A Guiana também foi signatária da Declaração de Santiago, que, em 22 de março de 2019, criou o Foro para o Progresso da América do Sul (Prosul). Brasil e Guiana compartilham ainda o mesmo assento no Fundo Monetário Internacional.

O relacionamento entre Brasil e Guiana observou considerável adensamento nos últimos anos com a realização de inúmeras reuniões de alto nível. A agenda bilateral com a Guiana também contempla o aprofundamento das relações econômica e comerciais, a cooperação em matéria de segurança e defesa, a promoção do desenvolvimento fronteiriço e a ampliação da cooperação técnica, que vem apresentando resultados tangíveis e substantivos. Brasil e Guiana estão trabalhando na implementação do acordo bilateral sobre transporte de passageiros e carga para a inauguração, inclusive, de linha de ônibus de passageiro, que será estabelecida por empresa brasileira.

Esse dinamismo e a multiplicação de iniciativas de aproximação e cooperação bilateral devem-se em grande parte a ações levadas a cabo pelo Governo Federal, pelo governo estadual e por Parlamentares de Roraima, como os Senadores Mecias de Jesus, Chico Rodrigues e Telmário Mota, membros desta Comissão; e por entidades também, como a Câmara de Comércio Brasil-Guiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São inúmeros os contatos mantidos recentemente para discussão de projetos de cooperação em áreas prioritárias: consular, fronteira, integração física, transporte, limites, agricultura, ajuda humanitária, comércio e investimentos.

Na área consular, mencionaria os trabalhos do Grupo de Cooperação Consular, para tratar de tráfico de pessoas e conscientização da comunidade brasileira a respeito de saúde e legislação trabalhista na Guiana.

A cidade de Bonfim, no ano passado, sediou, igualmente, reunião do Comitê de Fronteira Brasil-Guiana. Entre os assuntos tratados, assinalaria a agricultura, pragas quarentenárias, meio ambiente, agrotóxicos, segurança, cursos de intérpretes para policiais guianenses, compartilhamento de dados entre as polícias dos dois países, roubo de veículo, migração venezuelana e transferência de presos.

No tocante à integração física, foi tratada a proposta de pavimentação de 320km, projeto a cargo do Brasil, da estrada na Guiana entre Lethem, na fronteira com o Brasil e Malbura Rios. A rodovia seria uma futura conexão estratégica para o escoamento da produção do Norte do Brasil, através de ponto de entrada Bonfim-Roraima, Lethem-Guiana.

Na questão da demarcação de limites fronteiriços, já tiveram lugar dez reuniões da Comissão mista brasileiro-guianense. O Brasil tem oferecido curso de treinamento em cartografia para funcionários da Guiana.

Em matéria de transporte, tivemos a 2ª Reunião Bilateral do Acordo de Transporte Rodoviário. Foi acordada a visita de técnicos guianenses. No âmbito de acordo de transportes, a Embaixada repassou ao Governo local consulta a respeito da criação de serviço de transportes semiurbano entre Bonfim e Lethem, que já conta com interesse do empresário brasileiro.

Em agricultura, a Guiana assinou, em 2019, juntamente com o MAPA e órgão congênere do Suriname, memorando de entendimento sobre cooperação trilateral para o controle e erradicação da mosca da carambola, uma praga que tem seriamente afetado os três países.

Em matéria de ajuda humanitária, no âmbito do projeto Tecnologia para combate aos efeitos da seca, em atendimento a pedido do Governo guianense, contingente do Exército Brasileiro, em 2018, perfurou oito poços artesianos. O evento teve considerável repercussão na mídia local, em ano em que foi celebrado o cinquentenário das relações diplomáticas entre o Brasil e a Guiana. Depois da ponte do Rio Tacutu, inaugurada em 2010, esse projeto é a segunda obra mais importante feita na Guiana pelo Brasil nas últimas décadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Recursos hídricos: a ABC, no âmbito do projeto Capacitação em Estruturas Institucionais e Políticas, tem oferecido a técnicos guianenses cursos, entre outros, nas áreas de coleta e preservação de amostra de água e sedimentos e monitoramento e diagnóstico na qualidade da água.

Comércio: o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica foi assinado entre Brasil e Guiana em 2001, posteriormente vindo a incluir São Cristóvão e Névis. As negociações para ampliação estão avançando. De acordo com Bureau of Statistcs of Guyana, o Brasil manteve os 2% de volume de importações da Guiana no período de 2017 a 2018.

Quanto às exportações, o Brasil sequer figura na lista na lista dos principais destinos. Os maiores parceiros da Guiana continuam a ser Estados Unidos, China e Europa. O Caribe, embora seja parceiro preferencial, em especial Jamaica e Trinidade e Tobago, constitui economia competitiva.

A Embaixada, atendendo a um pedido do Presidente Granger, coordenou a visita de delegação da Petrobras em maio de 2019. A ExxonMobil, uma das principais empresas que atua no setor petrolífero da Guiana, já confirmou reserva de 5,5, bilhões de barris de óleo de primeira qualidade no bloco Stabroek, o que, além de transformar a economia de um país de apenas 700 mil habitantes, deverá torná-lo um *major player* no ramo do contexto mundial.

O Presidente Granger considera a presença da Petrobras um meio de diversificar o setor guianense de petróleo, ora dominado por empresas norte-americanas, bem como imperativo geopolítico à luz das infundamentadas reivindicações venezuelanas sobre o território guianense.

Investimentos.

O Minfor confirmou assinatura de acordo de cooperação e facilitação de investimentos entre Brasil e Guiana em 2018, o que deverá contribuir para o aumento dos investimentos brasileiros na Guiana. A entrada em vigor do acordo coincidiu com o ano da celebração do cinquentenário das relações bilaterais.

Eu poderia seguir aqui listando as iniciativas já tomadas pelo atual Embaixador Lineu de Paula e pelos Parlamentares e autoridades governamentais, especialmente de Roraima, mas tomaria muito tempo de V. Exas. Limito-me a dizer que, caso possa contar com a aprovação deste Senado Federal, procurarei manter o mesmo fôlego por ele demonstrado na busca pelo estreitamento das relações com a Guiana.

A bonança econômica que se espera decorrerá do início da extração de petróleo. Já está no radar do Governo e dos agentes econômicos, sobretudo no Estado de Roraima, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

excelentes oportunidades de comércio e de investimento em perspectiva, tanto no setor de petróleo como na área de serviços e estrutura, que muito poderão se beneficiar com a renda do petróleo.

A Embaixada do Brasil em Georgetown empenhará seus melhores esforços para assegurar a concretização de projetos de grande importância, especialmente para o Estado de Roraima e do Amazonas, como a pavimentação da estrada Lethem-Lindem, que completaria o asfaltamento entre Georgetown e Boa Vista pela BR 401 e Manaus, pela BR-174. A estrada constituiria a ligação asfaltada mais curta entre as duas capitais estaduais e o Oceano Atlântico, 1,345km Manaus-Georgetown e, Boa Vista-Georgetown, 682 quilômetros. Por meio desse projeto rodoviário, os Estados de Roraima e do Amazonas teriam facilitado o acesso ao Caribe e ao mercado guianense.

Há igualmente projetos guianenses de estudo de interligação de duas bacias hidrológicas e posterior construção de duas hidrelétricas e a implementação de uma linha de transmissão até Boa Vista, interligando o sistema da guiana ao sistema brasileiro. O projeto previa ainda a construção de um porto de águas profundas na capital Georgetown. Considera-se, com razão, que a interligação entre Boa Vista e Georgetown e a construção do porto seria de importância para o Brasil para ampliar suas exportações para os países do Caribe, ao mesmo tempo em que esses países poderiam ampliar suas exportações para o Brasil.

A vertente de defesa é particularmente importante para o Brasil. O asfaltamento da estrada ligando Boa Vista ao Oceano Atlântico em Georgetown tem também uma importância estratégica militar inegável para nós, pois é um acesso ao Caribe. Muito importante igualmente será o adensamento do diálogo para tratamento de questões amazônicas, que têm adquirido cada vez maior relevância no cenário internacional e requerem ações cada vez mais concertadas entre os países amazônicos.

Creio que, com o início da era do petróleo naquele país, estaremos inaugurando um novo ciclo das relações entre os dois países.

Teremos que estar preparados para aproveitar as oportunidades que se abrirão e para as possibilidades de expansão dos negócios, do comércio, dos investimentos, da cooperação e da interação das comunidades de Roraima e da Guiana numa dimensão nova com uma rica Guiana que poderá advir do bom aproveitamento dos recursos de petróleo em prol do desenvolvimento daquele país, com excelentes repercussões sobre a economia de Roraima.

Precisaremos estar atentos à abertura de novos nichos em que o Brasil possa se apresentar como parceiro privilegiado. Para isso, a Embaixada do Brasil em Georgetown estará sempre disponível para contribuir para a identificação dessas oportunidades, para facilitar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diálogo e a comunicação com o Governo da Guiana como uma representação dos interesses gerais do Brasil, com especial olhar para os interesses e os objetivos dos Estados de Roraima e do Amazonas.

Essas eram as anotações e comentários que eu teria a fazer na manhã de hoje sobre a Guiana e seu relacionamento com o Brasil.

Coloco-me à disposição de V. Exas. para perguntas, mas confesso que terei maior interesse sobretudo em receber de V. Exas. comentários e sugestões preciosos para o futuro trabalho na Embaixada brasileira em Georgetown.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço à Sra. Embaixadora Maria Clara.

Dando prosseguimento à reunião, consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se a arguição do sabatinado será feita em reunião aberta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Atendendo à deliberação do Plenário, passamos à arguição.

Encerradas as exposições, concedo a palavra ao Sr. Senador Fernando Collor, Relator da Mensagem do Sr. Embaixador Ronaldo Costa Filho, indicado ao cargo de representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL. Como Relator.) – Exmo. Sr. Presidente Marcos do Val, Exmos. Srs. Senadores, Sr. Embaixador Ronaldo Costa Filho, Exma. Sra. Embaixadora Maria Clara Carisio, Exmas. Sras. Senadoras, Exmos. Srs. Senadores.

Embaixador Ronaldo Costa Filho, tive a satisfação de relatar a sua indicação como chefe da missão diplomática brasileira junto às Nações Unidas. A carreira de V. Exa. fala por si só. V. Exa. é um dos orgulhos que o corpo diplomático brasileiro tem, juntamente com outros de igual quilate. Acredito que a sua indicação haverá de se transformar num marco na história diplomática do nosso País, sobretudo pelas circunstâncias e pelo momento em que V. Exa. irá assumir essa sua nova função.

Ouvi a sua explanação com atenção devida e V. Exa. trata de alguns temas extremamente atuais, o que nos faz refletir sobre como o Brasil, por seu intermédio, haverá de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se portar diante de tantos desafios nos debates que se sucederão nesse seu período à frente da missão junto às Nações Unidas.

Nós temos observado ao longo do tempo a perda de espaço do multilateralismo e da Organização das Nações Unidas.

A nossa política externa tem-se baseado historicamente no apoio e no compromisso com o multilateralismo. Perguntaria como V. Exa. poderá contribuir para que as Nações Unidas recuperem a sua relevância e a sua importância no espaço que lhe cabe de negociações e da busca de consenso para o enfrentamento de problemas globais.

Nós sabemos que a globalização aí está. Hoje já se fala, inclusive, em "desglobalização" em função dessa intrincada manobra por parte dos Estados Unidos da América e da China no campo comercial. Mas a globalização, fato é, aí está e veio para ficar. E a globalização exige uma atenção toda especial a uma política multilateral que, como disse e como nós sabemos, sempre foi uma pedra basilar da política externa brasileira.

Essa seria uma primeira indagação.

A segunda, Exmo. Sr. Embaixador Ronaldo Costa Filho, seria em relação à posição do Brasil, melhor dizendo, em que estágio se encontram as negociações para o Brasil fazer parte do Conselho das Nações Unidas? Se as negociações e os entendimentos com o chamado G4... E esse G4 não é o que foi referido aqui há pouco por V. Exa. ; é o G4 que V. Exa. conhece bem: Brasil, Alemanha, Japão e Índia. Como andam as tratativas com vistas à possibilidade de o Brasil trabalhar para o fortalecimento das Nações Unidas, com seu nome incluído no conselho daquela organização?

E perguntaria a V. Exa. como, de alguma forma, nós iremos nos conduzir nos debates que se iniciarão a partir do próximo mês no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas, em face das críticas que fatalmente iremos receber em função desse mal-entendido ocorrido na questão das queimadas da Amazônia. A posição do Brasil, naturalmente, eu entendo que será dada por Sua Excelência o Senhor Presidente da República por ocasião do seu discurso na abertura da reunião da Assembleia Geral, mas gostaria, se fosse possível, que o senhor nos adiantasse alguma posição do Brasil em relação a essas críticas que, sem dúvida nenhuma, se farão ouvir no âmbito daquela Assembleia Geral.

No mais, desejo a V. Exa. êxito nesta sua nova missão e que V. Exa. continue honrando e abrilhantando a Casa de Rio Branco.

Muito obrigado a V. Exa., muito obrigado Sr. Presidente, Senador Marcos do Val.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Eu que agradeço, Senador Fernando Collor.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Chico Rodrigues, que fará também pergunta ao Embaixador Ronaldo.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar convidado.) – Eu quero me dirigir ao Embaixador Ronaldo Costa Filho para fazer algumas indagações que considero relevantes. Antes, porém, acompanhando a avaliação feita pelo Senador Fernando Collor de Mello, quero também desejar êxito a V. Exa. à frente dessa representação brasileira junto à ONU e dizer que, por tudo aquilo que levantamos e sabemos, V. Exa. é um diplomata de primeiro nível, que, obviamente, estará em um posto importantíssimo para o Brasil.

Nós temos visto aqui as ações... E eu gostaria, até para conhecimento público, inclusive, para o conhecimento da população brasileira também, que, obviamente, nós sabemos que tem dificuldades, apesar de saber da dimensão e da importância da ONU, mas talvez não tenha essas informações... E este é um momento único aqui na Comissão de Relações Exteriores, quando V. Exa. vem à sabatina e, com o conhecimento que tem, com a experiência que tem, acima de tudo, enfrentando esse grande desafio, poderá, na verdade, esclarecer muitos pontos para a sociedade brasileira.

Gostaria de me reportar, rapidamente, a 11 fatos que nós relatamos e que são relevantes ao conhecimento global: a ONU fornece comida e assistência para 91,4 milhões de pessoas em 83 países; fornece vacinas para 45% das crianças do mundo, ajudando a salvar 3 milhões de vidas anualmente; auxilia e protege 71,4 milhões de pessoas que fogem da guerra, da perseguição e da fome; trabalha com 196 países para manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2ºC, correspondentes a 3,6ºF; mantém a paz com 102.482 soldados da paz em 14 operações em todo o mundo; combate a pobreza extrema, ajudando a melhorar a vida de mais de 1 bilhão de pessoas – ações da ONU –; enfrenta a crise mundial da água, que afeta mais de 2,1 bilhões de pessoas em todo o mundo; protege e promove os direitos humanos globalmente e através de 80 tratados e declarações; coordena apelo de US$21,9 bilhões para as necessidades humanitárias de 131,7 milhões de pessoas; usa a diplomacia para evitar conflitos e auxilia cerca de 50 países por ano em suas eleições; ajuda mais de 2 milhões de mulheres, por mês, a superar complicações na gravidez e no parto.

Portanto, entre dezenas, talvez centenas de ações desenvolvidas pela ONU, essas são apenas algumas que gostaríamos de deixar pontuadas para mostrar a importância dessa instituição e o desafio que V. Exa. vai enfrentar representando o nosso País. Mas, tenho certeza

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que, pelo seu preparo e por sua experiência, na verdade vai ser haver muito bem representando o nosso País.

Eu gostaria de fazer apenas algumas perguntas que serviriam para esclarecer dúvidas, não apenas minhas, mas, quem sabe, de milhares de pessoas.

Em sua visão, qual estratégia a ONU pode adotar para melhorar e atuar na segurança internacional e cumprir o seu propósito em defesa da paz mundial?

Segunda pergunta. Outro importante desafio atual da organização é a questão do desarmamento nuclear. Passados quase 50 anos da entrada em vigor – ou seja, em 1970 – do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), não se avançou significativamente no cumprimento do seu art. VI, que obriga os Estados nuclearmente armados (MWS) a se desarmarem. Para o Brasil, esses arsenais, além de ameaçarem toda a humanidade, agravam tensões e prejudicam esforços de paz.

Recentemente, o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse que o Irã estava desenvolvendo armas nucleares em um local secreto, perto da cidade de Abadeh, mas que o Governo iraniano destruiu as instalações depois de saber que havia sido exposto. Nesse sentido, questiono: quais são as ações e estratégias adotadas pela ONU, uma vez que todos os dias aparecem notícias sobre testes nucleares?

Terceira pergunta. Atualmente existem 193 Estados-membros da ONU. Cada um dos Estados-membros das Nações Unidas tem um assento na Assembleia Geral. Sobre a atuação dos países, como é determinada a contribuição de um país para o orçamento da ONU e com quanto o Brasil contribui? Ainda: está o Brasil com esses recursos comprometidos aplicados em dia?

E a última pergunta. Sabendo da crise interna da Venezuela e acompanhando no cotidiano todas as implicações na América Latina, mas principalmente no nosso País, na fronteira do meu Estado, com o meu Estado de Roraima, e vendo que na verdade quase 300 mil venezuelanos já entraram no nosso Território e numa capital com apenas 380 mil habitantes nós já temos mais de 50 mil venezuelanos ali morando, inclusive, provocando conflitos seriíssimos com a população local... Recentemente foram publicados, acredito que antes de ontem, dados do Ministério da Justiça mostrando que hoje nós temos a maior taxa de violência – seis vezes superior à taxa de violência permitida pela ONU – nos levantamentos da ONU.

E exatamente deve-se ao fato de os milicianos venezuelanos – que foram tangidos, é bem verdade, pela sorte e pela crise política interna no País – se dirigirem ao Brasil e especificamente ocuparem um Estado frágil como o nosso, o que tem realmente causado situações muito difíceis, cujas consequências que podem ocorrer nós não imaginamos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa presença cada vez maior da população venezuelana de refugiados no nosso País e especificamente no nosso Estado.

Então, como a ONU está administrando essa questão da crise interna da Venezuela?

Eram essas as perguntas, Embaixador.

Agradeço a V. Exa. Sei que é um posto muito difícil, mas, de qualquer forma, tenho certeza, como já disse inicialmente, de que V. Exa. vai se haver muito bem pela experiência, pela serenidade e, acima de tudo, pelo compromisso que tem com a diplomacia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Ronaldo Costa Filho para a resposta.

O SR. RONALDO COSTA FILHO – Muito obrigado.

Antes de mais nada, agradeço as palavras excessivamente generosas do meu Relator, Presidente Collor, quanto a minha pessoa.

As perguntas são de extrema relevância.

Agradeço ao Senador Chico Rodrigues, porque quase respondeu à primeira pergunta do Presidente Collor, ao relatar ou ao sublinhar áreas de atuação, de importância e de impacto real que a ONU tem na vida das pessoas.

A partir desse ponto, eu venho à pergunta sobre a perda de espaço do multilateralismo. Aqui é um pouco o que eu comentava na apresentação sobre o ressurgimento do nacionalismo, certa descrença no multilateral como um instrumento válido e útil para a solução dos problemas. Isso tem diferentes explicações, e uma é, como eu relatava, essa dificuldade que o sistema tem de se adaptar a mudanças de poder relativo dos Estados.

O Presidente Collor mencionou a questão da desglobalização, que ocorre em função, inclusive, dessa disputa entre Estados Unidos e China. E essa disputa entre Estados Unidos e China, que toma diferentes formas, seja no comércio, seja na competição geopolítica, é um sintoma desse desconforto com a mudança da estrutura do poder. A China é um país que cresceu a uma velocidade estupenda num curto período de tempo e é um desafiante, tanto economicamente quanto militarmente, às estruturas de poder vigentes.

Agora, quando se fala de perda de espaço do multilateralismo, infelizmente, é uma consequência da natureza humana. Eu vou voltar à metáfora ou à comparação com a União Europeia. Há certa descrença de que o multilateral pode proporcionar novos ganhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomemos a União Europeia. Acho que a União Europeia foi uma construção espetacular!

O que ela conseguiu fazer para apaziguar e criar um clima de cooperação conjunta entre, hoje, 28 Estados na Europa, um continente historicamente tomado por conflitos e rivalidades, eu acho que não há palavra.

Eu, se me permitir, vou até um pouco atrás: eu sou filho de diplomata também, e cresci, passei muitos anos da minha infância na Inglaterra. E a Inglaterra, quando eu vivi lá criança, era um país de classe média baixa. O que a entrada da Inglaterra, do Reino Unido, na União Europeia propiciou de ganhos, de crescimento, de dinamismo na economia britânica, eu acho que é sem paralelo. E me choca ver que a população que foi a que vivenciou essa transformação no Reino Unido, a população mais velha, foi a que votou para sair da União Europeia. Os jovens queriam ficar. E os mais velhos, que viram essa mudança, querem sair. E isso, eu acho, é uma síntese desse problema em que as pessoas incorporam os ganhos e tomam como dado: "Isso aqui, eu já não tenho mais risco. Isso é meu. Eu embolso. Eu sair, eu não vou perder nada". E é um ledo engano, porque, ao sair, eu tenho convicção de que, sim, a população do Reino Unido vai perder.

Eu estava lendo na imprensa hoje que foi divulgado lá um relatório do governo sobre quais são as consequências de uma saída sem acordo com a União Europeia, e são assustadoras: de falta de remédio, de falta de comida... Então, é um pouco, para mim, uma indagação sem resposta do porquê de as pessoas e os países não verem, na cooperação internacional, na integração, no multilateralismo, benefícios.

Como eu disse antes: faz 70 que temos um ordenamento internacional fundado, em alguma medida, no multilateralismo, que trouxe inúmeros benefícios ao mundo, e, hoje, isso está sendo colocado em xeque. Em parte, por essa disputa – e o Presidente Collor mencionou – entre Estados Unidos e China e ao que eu me referi, talvez de uma forma mais suave na apresentação, que é essa dificuldade de adaptação à mudança de poder relativo entre os Estados.

O que que a ONU pode fazer? A ONU tem que continuar trabalhando nos temas – e o Senador Chico Rodrigues aventou aí –, que são inúmeros: paz, saúde, apoio a refugiados, enfim. O que a ONU faz é, creio eu, de grande valia para a comunidade internacional. Nós temos é que saber valorizar e não tomar isso como um dado imutável, porque há a possibilidade de que se percam os benefícios desse ordenamento multilateral.

A segunda pergunta é sobre a questão das negociações para o Conselho de Segurança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa não é uma negociação jovem. Há 30 anos já que o tema está na mesa e há 30 anos que o progresso é de uma lentidão extraordinária.

Não me parece que haja, em si, um questionamento ao mérito dos quatro países que se incorporam no G4. A dificuldade é que há um grupo de países que está determinado a travar ou a retardar a negociação. Há um grupo de países que se intitula Unidos para o Consenso, Uniting for Consensus. Por razões regionais ou por disputas regionais, esses quatro países que são candidatos têm trabalhado para obstruir qualquer progresso. O processo chegou à criação de uma instância chamada Grupo Intergovernamental de Trabalho. O Grupo Intergovernamental de Trabalho tem, há vários anos, repetido debates incessantemente com os países, repetindo posições, sem que haja a possibilidade de avanço de negociação. E é um processo extremamente frustrante. Os países que tentam bloquear esse avanço têm uma posição extraordinariamente curiosa: dizem que o início da negociação efetiva só pode acontecer quando houver consenso entre todos os 193 Estados-membros. Eu nunca vi uma negociação que começa pelo consenso. A ideia é chegar ao final com um consenso. Mas esse é um estratagema para retardar.

Eu, pessoalmente, entendo que é um esforço que tem que se continuar fazendo. Não tenho a ilusão de que é o que vai acontecer em curto ou médio prazo. Se olharmos um paralelo, que seria a Governança Econômica Global, o G7 só admitiu compartilhar poder quando se deu conta de que estava enfrentando uma crise da qual eles, sozinhos, não dariam conta – isso se deu em 2008. E o G7 foi transformado no G20, ou melhor, ele não foi transformado, mas foi criado, em paralelo, o G20, que incorporou um grupo maior de países, que puderam trabalhar em conjunto para solucionar problemas internacionais na esfera econômica global.

Eu espero que a gente não tenha que esperar uma crise de paz e segurança de dimensão equivalente à crise de 2008 para que haja uma percepção de que, sim, também a estrutura de governança, de paz e segurança precisa ser atualizada.

A terceira pergunta trata da questão de como nos portar agora nas Nações Unidas em face das críticas vindas sobre a questão das queimadas. Eu tenho procurado entender um pouco a dimensão do problema, e nada que eu leia me indica que é algo fora do padrão do que acontece todo ano de queimadas. Os números, ano a ano, sobem ou caem. No longo prazo, há uma queda importante do desmatamento, mas as queimadas estão acontecendo neste ano talvez de forma um pouco mais intensa, mas não só no Brasil, não só na Amazônia. Temos queimadas de grande magnitude na África e até na Sibéria russa.

E aí temos a pergunta do ovo ou da galinha: a queimada é causa do aquecimento global ou é consequência? Ou é o aquecimento global provocado por outros fatores, como usinas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carvão, transporte com muito peso em combustíveis fósseis, que têm provocado o aquecimento global, que são também uma causa da aceleração das queimadas? Eu confesso que eu não tenho capacidade técnica de dar uma resposta definitiva. O que eu posso é trazer à mesa um pouco da minha experiência de negociador comercial.

Nos últimos sete anos, de 2011 a 2018, eu fui Negociador-Chefe do Brasil para as negociações comerciais do Mercosul, e sobressai-se aí a negociação Mercosul-União Europeia. Ao longo desses anos todos, não foi uma vez, não foram duas, mas foram inúmeras vezes em que, a qualquer sinal de progresso da negociação, de que a coisa parecia que ia avançar, surgia uma crise, uma denúncia de desmatamento da Amazônia, de que a soja, de que o gado está derrubando a Floresta Amazônica, por agricultores inescrupulosos no Brasil. Isso é uma reação natural, quer dizer, ninguém gosta de concorrência. Ninguém gosta de concorrência, e a agricultura europeia teme com grande vigor o potencial da agricultura brasileira. Esse é um dado. Este é um dado: o temor é grande. Então, a qualquer momento essa denúncia surgia. Foram "n" vezes. Nós sempre reagimos ignorando. Dessa vez a coisa foi um pouco mais intensa porque surgiu em nível de Chefe de Estado, e aí não é algo que se possa varrer para debaixo do tapete, mas eu acho que a importância agora da diplomacia é contribuir para serenar os ânimos.

Não entendo que seja uma crise intransponível na relação do Brasil com outros países. Temos – e as Nações Unidas são o foro para isso – que levar informação, levar os documentos, comprovação de que é um fato, estimular a cooperação para ajudar, como está sendo feito agora, está-se recebendo contribuição de vários países para o combate às queimadas, e trabalhar.

Houve uma grande discussão sobre contribuições financeiras para ajudar a coibir as queimadas. Esses instrumentos financeiros já existem, existem fundos dentro das Nações Unidas já criados para canalizar contribuições; então, o mecanismo já existe, não há necessidade de grandes novidades. Pode ser politicamente útil criar-se algo novo, dá mais manchete do que contribuir para um fundo já existente. Mas a realidade é que a importância é trabalhar para acalmar os ânimos e ter serenidade para que possamos trabalhar em conjunto com os demais membros das Nações Unidas.

Passando ao Senador Chico Rodrigues: qual é a estratégia da ONU para promover a segurança internacional? Bom, esse é o grande desafio que existe na ONU desde a sua fundação. E como eu dizia, na apresentação, o Conselho de Segurança, que é o órgão incumbido de tomar as medidas nessa área, foi durante largo tempo virtualmente inoperante, por causa da rivalidade estratégica naquele momento entre Estados Unidos e União Soviética.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu salto até um pouco para a pergunta sobre a questão da Venezuela. O que a ONU está fazendo? Muito pouco, porque se voltou a esse clima de confrontação. Hoje é até mais amplo, porque eu tenho, de um lado, os Estados Unidos e, de outro, China e Rússia, que têm impedido, no tocante especificamente à Venezuela, qualquer debate mais sério sobre a situação na Venezuela. Então, a ONU não me parece que tem se revelado hoje um foro produtivo no tocante à Venezuela, e acho que é o trabalho que se tem feito. Eu não tenho conhecimento aprofundado, mas tenho impressão de que o trabalho que se tem feito na OEA tem sido mais significativo, por circunscrever a discussão do tema ao ambiente regional.

Voltando à pergunta sobre a segurança internacional, é algo que está relacionado à pergunta do Presidente Collor sobre a ampliação do Conselho de Segurança. Quer dizer, o Conselho de Segurança, na visão do Brasil hoje, tem dois entraves fundamentais. O primeiro é a questão da composição, em que os membros permanentes não são mais representativos da comunidade internacional. Estados Unidos, Rússia, China, França, Reino Unido não representam, em seu conjunto, a comunidade internacional. Ao não representarem, carecem em alguma medida de legitimidade para impor as soluções.

Então, para nós, esse é um problema sério que precisa ser atacado para que o Conselho de Segurança possa efetivamente desempenhar o seu papel de garantir a paz e a segurança internacional. Isso, enfim, é um reflexo do ressurgimento dessa rivalidade estratégica, que está muito patente na segunda pergunta que V. Exa. me faz sobre a questão da implementação do art. 6º do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Como o senhor sabe, são três objetivos do tratado: desarmamento, não-proliferação e o uso pacífico da energia nuclear.

Os detentores de armas nucleares se concentram só na não-proliferação, ou seja, não disseminar; e conquistas que tivemos no passado, como o acordo entre Estados Unidos e União Soviética de redução de arsenais nucleares, estão sendo desfeitos agora. Os dois se retiraram de um tratado bilateral que previa redução das armas. Então, o momento é de ir na contramão. E nós teremos, ano que vem, uma revisão periódica do tratado, em que não se anteveem... O quadro hoje não é favorável a grandes progressos.

Então, o clima, o ambiente é muito, muito delicado nessa questão.

E, vendo a questão do orçamento, são 193 Estados-membros e são três orçamentos distintos. Há um orçamento regular, há um orçamento de operações de paz e há um orçamento para os tribunais internacionais, cada um com sua metodologia de cálculo, segundo critérios específicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tomemos o orçamento regular como base, quer dizer, há um teto de 22%, que são os Estados Unidos que pagam, e um cálculo, segundo PIB, população e descontos para países pequenos, que redunda numa escala renegociada a cada três anos; a cada três anos, sentam e veem onde que cada país tem que entrar na escala. O Brasil hoje... Eu não tenho decimal de cabeça, mas dois vírgula nove e alguma coisa por cento é o orçamento do Brasil. Estamos em dia? Não, longe disso. Longe disso! A dívida do Brasil hoje, aos três orçamentos da ONU, ascende a US$433 milhões. Não é pouca coisa: isso se aproxima a R$2 bilhões de dívida.

O risco imediato é perda de voto. E o pagamento mínimo que o Brasil teria que fazer, ainda este ano, para não perder o direito de voto em 1º de janeiro 2020, está em cerca de US$150 milhões. Esse é um pagamento mínimo para não perder o direito de voto. Três países hoje estão nessa condição, voto perdido: Comores, São Tomé e Príncipe e Somália. Ou seja, se nós não pagarmos pelo menos US$150 milhões até o fim do ano, nós nos juntaremos a esse grupo seleto.

Prejudica a atuação do Brasil? Claro que prejudica! É um pouco como ir... Se eu puder fazer um aparte aqui. A ONU trabalha em comissões temáticas, estabelecem-se prioridades, programas, projetos. Tudo isso vai para a parte administrativa. E é na parte administrativa que se vai dividir o bolo do orçamento e dizer: "Olha, eu tenho tanto para esse projeto; tanto para aquele". O poder real está aqui. Não basta a comissão temática dizer: "Eu vou fazer um projeto maravilhoso nessa área", e, ao chegar à área administrativa na outra semana, dizerem que não há dinheiro. O poder real está aqui. Isso aqui, no fundo, se eu puder fazer um paralelo, é como uma reunião de condomínio. O condômino devedor chegar à reunião do condomínio e querer estabelecer prioridades é um pouco incômodo; ele perde um pouco de credibilidade, por não aportar o seu e querer decidir como o dinheiro é gasto. Então, esse é um risco que a gente corre.

E, estando aqui no Legislativo, aproveito para pedir socorro para que o Legislativo também atente para essa questão, porque o Legislativo foi copartícipe em aprovar a adesão do Brasil à ONU. É o Legislativo que aprova o orçamento ano a ano.

Então, se eu puder respeitosamente pedir a colaboração do Legislativo para atentar para a necessidade de que o orçamento inclua fundo suficiente para que o Brasil cumpra suas obrigações internacionais, eu ficaria enormemente agradecido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Obrigado.

Agradeço a resposta do Embaixador Ronaldo Costa Filho e concedo a réplica, caso o Senador Fernando Collor ou o Senador Chico Rodrigues a queiram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sr. Presidente, Marcos do Val, eu pediria a palavra por favor.

É somente para relembrar um ponto que me faltou nas perguntas do preâmbulo e, depois, nas perguntas formuladas a S. Exa. o Embaixador Ronaldo Costa Filho, que é a extrema importância que o Embaixador teve como negociador do Acordo Mercosul-União Europeia. Esse é um acordo que estava, quando S. Exa. assumiu a negociação, havia 13 ou 14 anos sendo discutido com idas e vindas, e os motivos os mais variados para que nós não prosperássemos nesses entendimentos eram fornecidos exatamente por países da Comunidade Europeia incomodados com o avanço da nossa produtividade no agronegócio.

Então, gostaria de usar da palavra apenas para sublinhar esse ponto importantíssimo na carreira de qualquer diplomata, de ser o negociador do Acordo Mercosul-União Europeia e levar esse acordo, o que coube a S. Exa., ao êxito. Foi durante a sua missão, como negociador, que foi finalmente assinado o Acordo Mercosul-União Europeia.

Como membro fundador, como Presidente que assinou o tratado que tornou o Brasil membro fundador do Mercosul, eu me sinto gratificado com esse grande avanço que nós conquistamos mercê da sua capacidade e competência.

Muito obrigado.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Tenho certeza de que o Embaixador haverá de defender, até com a voracidade que lhe é peculiar, a pressão que o Brasil sofreu nos últimos dias com relação às queimadas na Amazônia. E, aí, folga-me muito ouvi-lo quando percebo que o senhor, na verdade, tem o mesmo sentimento e a mesma visão que nós outros.

É que as queimadas já acontecem há mais de 50 anos, esse é um fator cíclico em função dos períodos de estiagem, longos períodos de estiagem. É claro que existem as autorizações, as normas do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do ICMBio etc., tudo aquilo que pode ser feito em termos de queimadas, de desmatamentos permitidos – no caso da Amazônia, até 20% das áreas.

Infelizmente, neste momento em que o Presidente da França se encontra em desgraça, não controla nem os coletes amarelos dele lá, é que vai querer interferir? E mandando recado, inclusive, para a pessoa errada.

Na verdade, às vezes é a imprensa que tem tratado com absoluta má vontade o Presidente Bolsonaro, mas quem provocou o Brasil, especialmente o Presidente, foi o Presidente Macron quando, como Chefe de Estado, chamou o Presidente de mentiroso. Só que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

errou o tiro, porque o Presidente não leva desaforo para casa, e aí se criou essa polêmica enorme. O próprio Presidente Macron não teve a adesão dos seus pares naquele encontro realizado em Paris.

Eu diria que há um incômodo, um certo incômodo de países como a França, por exemplo, e outros países em relação ao desempenho do Brasil hoje. Nós somos o maior produtor de proteína do Planeta; isso incomoda. Nós já ultrapassamos os Estados Unidos na produção de soja; isso incomoda. Nós temos o maior rebanho do mundo hoje, o maior rebanho bovino. Nós temos a população bovina no Brasil superior à população humana: a população brasileira é de 210 milhões de brasileiros, segundo o IBGE, e a população do nosso rebanho é superior a 215 milhões. Isso aí é proteína para alimentar o mundo; isso aí incomoda.

Nós temos outro fatorial agora que é importantíssimo. De um lado, não é bom para a China, por conta da sua cadeia alimentar, que também é complementada em função da soja que se transforma em proteína, que é exportada pelo Brasil, mas a gente percebe hoje a crise que a China está vivendo, com um rebanho superior a 400 milhões de suínos, que é uma proteína básica da alimentação asiática, e no mínimo 50% do rebanho vai ter que ser sacrificado por conta da peste suína. E aí, quem é que vai alimentá-los? Não serão os Estados Unidos; a França, muito pior. Então, hoje, a nossa posição no cenário das grandes nações é muito importante porque, com apenas 8,7% do nosso Território, nós nos transformamos no maior produtor de soja, no segundo maior de milho, no segundo maior de algodão do mundo. Então, realmente, isso aí é geopolítica. Nós estamos falando em geopolítica.

Tenho certeza de que V. Exa. nesse posto importantíssimo, de visibilidade global, haverá de com unhas e dentes defender os interesses nacionais, mostrando exatamente que o Brasil, como eu já disse, explora menos de 8% do seu Território na produção de alimentos. Nos Estados Unidos, são quase 19%; na Europa, a área é superior a 50% dos seus territórios.

Então, desejo que V. Exa. seja um grande baluarte na defesa dos interesses nacionais junto àquele organismo importantíssimo, porque eu tenho certeza de que essa questão geopolítica é muito superior às questões mesquinhas que foram tratadas recentemente, inclusive pelo Presidente da França.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço as palavras do Senador Fernando Collor, como também do Senador Chico Rodrigues.

Para as considerações finais, eu passo então a palavra para o Embaixador Ronaldo Costa Filho, de forma sucinta, para que possamos passar para a segunda fase.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RONALDO COSTA FILHO – Muito obrigado.

Muito rapidamente, agradeço a menção do Presidente Collor sobre a negociação. Confesso que 15 anos da minha vida, de uma forma ou de outra, foram dedicados a essa negociação, e eu perdi o finalzinho. Eu, em dezembro de 2018, saí da função, na mudança de Governo; então, perdi a última fase, mas tenho orgulho de ter trabalhado nela durante tanto tempo.

Ao Senador Chico Rodrigues, um comentário final na linha do que ele aventou: tudo é motivado pelo ganho econômico. A preocupação é essa. Um dado extremamente relevante: se a preocupação ambiental fosse tão premente, por que há 40 anos esses países bloqueiam o etanol como fonte de combustível? Por quê? Porque o ganho não está lá, o ganho fica aqui. Então, a preocupação climática é sempre temperada pela necessidade de ver quem é que está ganhando na operação comercial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Agradeço mais uma vez ao Embaixador Ronaldo Costa Filho.

Agora concedo a palavra ao Sr. Senador Chico Rodrigues, Relator da mensagem da Sra. Embaixadora Maria Clara Carisio, indicada ao cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Cooperativa da Guiana.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Marcos do Val, cumprimentar mais uma vez o Embaixador Ronaldo Costa Filho e especialmente agora, eu que fui o Relator da indicação da Ministra Maria Clara Carisio, dizer que nós estamos muito alegres com essa indicação, porque entendemos que a Guiana é um parceiro nosso, é um parceiro estratégico hoje pela sua localização geográfica.

Nós somos vizinhos em quase mil quilômetros de fronteira. São mil quilômetros de fronteira do Estado de Roraima com a Guiana. Temos uma relação tranquila, pacífica. É um país que obviamente tem ainda pouca relação comercial com o Brasil, mas tenho certeza de que agora, com o *boom* da exploração de petróleo... A estimativa deles de reserva, na primeira aproximação, porque eles estão fazendo uma pesquisa em outra área da costa guianense também, só na primeira aproximação, são 5,5 bilhões de barris de petróleo; ou seja, será a nova Dubai desta década, com absoluta certeza, com uma população de menos de 800 mil habitantes e com uma reserva de petróleo de mais de 5 bilhões de barris.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente que o parceiro estratégico para a Guiana será naturalmente o Brasil, e o nosso Estado vai ser beneficiado sobejamente, porque há uma dificuldade enorme... Eu estava vendo ali no mapa, inclusive no traçado da fronteira da Guiana com a Venezuela, que há a questão da *zona en reclamación*, como eles chamam, entre a Venezuela e a Guiana. Portanto, o comércio entre eles e as benesses da exploração do petróleo lá, que fatalmente vai acontecer, não será com a Venezuela; será especificamente com o Brasil, via nosso Estado.

Tenho certeza de que muitas questões importantes serão desenvolvidas, a elas será dado continuidade, porque o Embaixador já o fazia, mas, de qualquer forma, temos tido algumas conversas com a Embaixadora Maria Clara, e a gente percebe exatamente essa vontade indomável que ela está tendo de fazer com que essa participação da Guiana com o Brasil seja mais ampliada.

Há a questão da estrada em que você economiza quase 3 mil quilômetros com a ligação terrestre asfaltada, porque a ligação já é feita, inclusive, 700 quilômetros, aproximadamente, de Boa Vista a Georgetown, mais próximo do que os 3 mil quilômetros que nós temos que dar a volta no Rio Amazonas, subir o Atlântico e nos encontrarmos novamente com a costa atlântica lá em Georgetown.

Então, tenho certeza, Embaixadora, de que, apesar da dificuldade interna que ainda está vivendo por conta da eleição do Presidente – já se alterou duas vezes, eu acho, a data da realização do pleito –, de qualquer forma, a relação é muito, muito positiva. Já estivemos com o Embaixador da Guiana no Brasil por duas vezes. Ele nos convidou, inclusive, para, no mês de novembro, início de dezembro, quando ficar definido o início da primeira exploração de petróleo, estarmos lá como Presidente da Comissão Brasil-Guiana.

Quero desejar à Embaixadora que realmente tenha muito êxito. Essa ponte entre o Brasil e a Guiana tem que se aproximar mais ainda.

Fiz uma pergunta para o Embaixador, porque a tenho feito aqui para deixar bem claro para as autoridades econômicas do Brasil, em relação a qual é a atualização do Brasil em relação aos recursos destinados às Embaixadas e aos organismos multilaterais, porque é interessante que seja atualizada. Eu me assustei quando o Embaixador falou que nós devemos aproximadamente 2 bilhões em contribuições com a ONU. Na Guiana, acredito que deve estar um pouco complicado também o repasse dos recursos para a manutenção da nossa Embaixada e despesas correntes.

Então, como conheço um pouco a situação da região, eu gostaria apenas de desejar êxito na missão, nesse novo posto que a senhora vai ocupar. Hoje tem tido um belo desempenho no posto que ocupa em Genebra, perdão, em Frankfurt, como Cônsul do Brasil em Frankfurt. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obviamente, nesse primeiro posto de Embaixadora, acredito que fará realmente um belo trabalho para o Brasil, mas também com algumas inferências positivas em relação ao nosso Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Eu concedo a palavra ao Senador Fernando Collor caso queira fazer suas indagações.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado, Sr. Presidente Marcos do Val.

Eu gostaria tão somente de cumprimentar V. Exa., Embaixadora Maria Clara Carisio, pela sua indicação. Eu tenho certeza de que, como uma mulher valorosa, devotada ao seu mister, haverá de se sair muito bem nessa nova missão que lhe é confiada.

Eu espero que a nossa Guiana volte um pouco mais as suas vistas para as relações com o Brasil, ela que é muito atraída pelos países do mar do Caribe, pela sua posição geográfica, além naturalmente dos outros países como Estados Unidos e China, mas até porque, por ser um membro associado do Mercosul, nós temos aí uma vinculação que poderá trazer frutos, aumentando nosso comércio bilateral e estreitando ainda mais as nossas relações para construirmos a nossa América.

Ela unida será, sem dúvida, mais forte.

A Guiana já faz parte também do Grupo de Lima, o que é um bom sinal. Ela vem demonstrando que tem interesse em estar mais integrada com o nosso lado, mas é necessário que – não somente com atos e com ações, que são muito bem-vindas – isso na prática se torne efetivo. Talvez com a descoberta dessa mina que hoje a Guiana possui, segundo as estatísticas, de mais de cinco milhões de barris de reservas estimadas e com a previsão de 2020 começar, como V. Exa. colocou muito bem na sua explanação, a produção que vai chegar diariamente a 500 mil barris, isso é um número muito importante... E com a participação da Petrobras – como também foi referido por V. Exa. – nós poderíamos estabelecer uma boa parceria e com isso melhorar ainda mais as nossas relações.

De modo que eu lhe desejo muito sucesso, como disse anteriormente, e êxito.

Obrigado a V. Exa. pela sua explanação.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. PODEMOS - ES) – Concedo a palavra à Sra. Embaixadora Maria Clara Carisio para explicações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA CLARA DUCLOS CARISIO – Sobretudo apenas para agradecer as palavras tão amáveis do Senador Chico Rodrigues e do Presidente Fernando Collor.

Efetivamente, vai ser uma ótima experiência inteiramente nova para mim, eu estava com experiência consular. Agora creio que o meu desafio será mesmo esse de buscar como nós vamos tirar para o Brasil os benefícios dessa notícia – para a Guiana, uma boa notícia –, de a Guiana se transformar futuramente na Dubai da América do Sul e usarmos a bonança da Guiana para trazer também benefícios para o Brasil, especialmente para a Região Norte do Brasil.

Creio que oportunidades haverá, resta saber a nossa capacidade também de identificar rapidamente para, como o senhor disse, Presidente, transformar essa atração normal que a Guiana tem com o Caribe em uma atração normal que ela terá com o Brasil, que, com certeza, terá muito mais possibilidade de incrementar comércio, investimentos e aproveitar não só a questão de incremento do comércio de bens e serviços em decorrência inclusive da expansão que certamente haverá na infraestrutura e nas melhorias da condição de vida da própria cidade de Georgetown em função do afluxo que certamente terá de pessoas que virão trabalhar pelo início da exploração do petróleo.

Então, acho que essa aí é uma oportunidade que nós não devemos perder. Reconheço, como disse o Senador Chico Rodrigues, que por vezes nós temos um problema também de dificuldades orçamentárias que nos levam a, eventualmente, não poder atender aos pleitos do Governo da Guiana de que seja o Brasil a contribuir para o desenvolvimento da nova infraestrutura de que eles terão necessidade no país.

Mas acho que isso é uma coisa também para a qual nós contamos com o apoio, especialmente, dos Parlamentares de Roraima e da Amazônia, para tentar convencer que há essa necessidade, há esse benefício muito bom para os Estados da região.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu quero aqui parabenizar a Embaixadora, dizer que, apesar de o resultado ser divulgado daqui a poucos minutos ainda, eu tenho certeza de que tanto a senhora quanto o Embaixador Ronaldo Filho haverão de ser aprovados com louvor e, obviamente, ocuparão esses postos com extrema altivez.

Eu quero convidar o Senador Fernando Collor de Mello para ocupar aqui a Presidência, para que eu possa, na verdade, ler uns pareceres que estão em pauta. (*Pausa.*)

Realizar a apuração, em reunião aberta, que foi acordada com os Srs. Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, consulto os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras se continuaremos em reunião aberta, para fazer a apuração e votação dos Embaixadores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Parabéns.

A Embaixadora Maria Clara vai para a Guiana, aprovada praticamente por unanimidade dos Senadores presentes, com um total de dez votos, e o Senador Ronaldo Filho vai para a ONU, também aprovado pelos Srs. Senadores, com um total de dez votos.

Agradecendo a presença dos indicados, manifesto meus cumprimentos, desejando êxito nas honrosas missões que passarão a ocupar à frente desses importantes postos.

Convido o nobre Senador Fernando Collor de Mello para presidir a reunião, enquanto farei a leitura de outros pareceres, com a indicação de outros Srs. Embaixadores. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Passamos à segunda parte da reunião de hoje: reunião deliberativa.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 47, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Autoria: Presidência da República e outros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

A relatoria é do Senador Angelo Coronel.

Indico S. Exa. o Senador Chico Rodrigues para, como Relator *ad hoc*, anunciar o seu relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, Srs. Senadores, na qualidade de Relator *ad hoc*, representando aqui o Senador Angelo Coronel, que fez um parecer com absoluta precisão, quero dizer que o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente. Para tanto e em observância a dispositivos regimentais, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado é filho de Sebastião Balduino de Souza e de Carmelita Carneiro Balduino. Nasceu em 28 de dezembro de 1961.

Em 1987, concluiu a graduação em Economia na Universidade de Brasília (UnB). No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Altos Estudos (2006), tendo defendido tese com o seguinte título: "O Sistema Global de Preferências Comerciais: resultados e perspectivas".

O Sr. Balduino Carneiro tornou-se Terceiro-Secretário em 1986, Segundo-Secretário em 1991, Primeiro-Secretário em 1997, Conselheiro em 2003, Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Pode-se afirmar, com base nas informações prestadas, que o diplomata desempenhou em sua carreira, entre outras, as seguintes funções: Primeiro Secretário na Embaixada em Washington (1998-2001); Chefe da Divisão de Acesso a Mercados (2003/04); Conselheiro na Embaixada em Nova Delhi (2004/07). Desde 2016, é Embaixador no Brasil em Bratislava.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acompanha a mensagem presidencial, sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Colômbia, o qual informa sobre as relações bilaterais com o Brasil, com lista de tratados celebrados, dados básicos do país, de sua política interna e externa, bem como da economia.

A República da Colômbia é o quarto país da América do Sul em extensão territorial e o segundo mais populoso, com cerca de 49,29 milhões de habitantes, estando atrás apenas do Brasil em termos de população.

As relações diplomáticas com o Brasil se estabeleceram na década de 1820, quando o país era ainda Grã-Colômbia e seu território compreendia não apenas a atual Colômbia, mas também Equador, Venezuela e Panamá. A comunidade brasileira residente na Colômbia é estimada em quase 18 mil pessoas.

Cumpre registrar, no que concerne às exportações colombianas, a dependência econômica do país da produção de petróleo e carvão, bem como de produtos agrícolas.

O Acordo de Complementação Econômica nº 59, firmado entre os países do Mercosul e Colômbia, Equador e Venezuela, é marco para o relacionamento comercial entre Brasil e Colômbia.

O comércio bilateral dobrou de 2009 a 2019 e encontra-se no patamar de quase US$5 bilhões. Hoje é aplicada tarifa zero para 97% dos produtos do universo tarifário nas relações com a Colômbia, sendo que o Acordo de Complementação Econômica Colômbia-Mercosul (ACE 72), assinado em 2017, incorporou o entendimento automotivo. Significativo o fato de o comércio bilateral ter atingido US$4,53 bilhões em 2018, implicando aumento de 15% em relação a 2017.

Hoje mais de cem empresas brasileiras atuam na Colômbia, sendo o segundo destino, após os Estados Unidos, de internacionalização de empresas brasileiras de pequeno e médio porte. O relacionamento bilateral carece, contudo, até hoje, de tratado sobre dupla tributação, o que é um ponto focal nessas reformas brasileiras hoje e nesse relacionamento bilateral na área de comércio com a Colômbia.

Espera-se que o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento, firmado em 2015, estimule ainda mais os investimentos entre Brasil e Colômbia, quando entrar em vigor. Além disso, a perspectiva de fim do conflito armado é momento favorável ao investimento externo naquele país, que é a terceira maior economia da América do Sul.

O Brasil tem apoiado o processo de paz ativamente com programas de cooperação na área de desminagem. As minas antipessoais espalhadas no país é tema de grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repercussão. Registram-se 11,6 mil casos de acidentes com esses artefatos desde 1990. Igualmente, temos apoiado programas de agricultura, essenciais para a inserção das pessoas no pós-conflito.

No campo da política externa, o Presidente Iván Duque Márquez, eleito em 2018 para mandato de quatro anos, tem se aproximado do Brasil, inclusive já tendo realizado audiência com o Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Tem o Presidente Duque pautado seu governo em direção à agenda da segurança e da defesa. Não à toa, pois ainda ecoam resquícios do conflito armado. Apesar do acordo de paz, estima-se que dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) superariam 3 mil integrantes, enquanto o Exército de Libertação Nacional (ELN) contaria com 4 mil membros. Além disso, o combate ao narcotráfico segue um grande desafio, a registrar que as áreas cultivadas de folha de coca triplicaram nos últimos cinco anos (hoje correspondem a quase 180 mil hectares).

Os Estados Unidos da América seguem sendo parceiros privilegiados da Colômbia no tema de defesa e segurança.

Contudo, essa agenda bilateral tem acrescido um outro tema: a Venezuela, que é um fato recorrente agora.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações senão deixar aqui exposto esse relatório, para apreciação dos Srs. Senadores.

Esse é o relatório, Sr. Presidente Fernando Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, que acaba de apresentar o seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Portanto, não há votação em relação a essa matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, de acordo com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 50, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor MAURO LUIZ IECKER VIEIRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Designo S. Exa. o Senador Chico Rodrigues para, como Relator *ad hoc*, apresentar o relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, na condição de Relator ad hoc, aqui representando o Relator, Senador Marcos do Val, quero dizer que esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República, Senhor Jair Messias Bolsonaro, faz do Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata, bem como informações sobre o país no qual deverá servir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira é filho de Mauro Vieira e Noêmia Iecker Vieira e nasceu em Niterói, no Rio de Janeiro, em 15 de fevereiro de 1951. É Bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense desde 1973, mesmo ano em que concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. No ano seguinte, ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário.

Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e a Ministro de Primeira Classe, em 1999. Todas as promoções por merecimento. Desde 2014 faz parte do Quadro Especial da Carreira de Diplomata.

Entre as funções desempenhadas em sua carreira e na Administração Federal destacam-se as de Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia (1985/86); Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia (1986/87); Secretário Nacional de Administração do Instituto Nacional de Previdência Social [INPS (1987/89)]; Subchefe do Departamento Cultural (1989/90); Conselheiro na Embaixada no México (1990/92);

Conselheiro na Embaixada no México (1990/1992); Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral de Política Exterior (1992/1993); Introdutor Diplomático do Gabinete do Ministro de Estado (1993/1995); Ministro Conselheiro na Embaixada em Paris (1995/1999); Chefe de Gabinete da Secretaria-Geral (1999/2003); Chefe de Gabinete do Ministro de Estado (2003/2004); Embaixador em Buenos Aires (2004/2010); Embaixador em Washington (2010/2014); e Ministro das Relações Exteriores (2015/2016). Desde 2016, é o representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York.

No tocante à Croácia, cuida-se de uma das repúblicas mais prósperas da ex-Iugoslávia. Tendo Zagreb como capital, o país conta com população de 4,14 milhões de pessoas de maioria católica. No contexto do processo de dissolução da Iugoslávia, o país declarou independência em 1991 e, à vista da reação de milícias sérvias, com apoio do exército iugoslavo, tem início a guerra pela independência. No ano seguinte, forças de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) põem fim às hostilidades.

Em 1992, a independência do país é reconhecida pela Comunidade Europeia. Desde então, a Croácia ingressou nas Nações Unidas, no Conselho da Europa, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na União Europeia. Sua economia está baseada nos setores de serviços e industriais e pela agricultura. Outra expressiva fonte de receita é o turismo cada vez mais amplo.

No plano bilateral, o Brasil também reconheceu a Croácia como país independente em 1992. Desde então, o relacionamento bilateral é pautado pela cordialidade e pela cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O comércio entre os dois países alcançou a cifra de US$116,3 milhões em 2018. Nossas exportações estão concentradas nos seguintes itens: açúcar de cana, minérios de ferro, café cru em grão e fumo em folhas. Importamos o equivalente a US$13,4 milhões em 2018. Essa cifra relaciona-se a produtos diversos, tais como máquinas e aparelhos para moldar borracha, partes de motores e turbinas de avião, medicamentos para medicina veterinária e humana.

Em relação aos assuntos consulares, há 238 brasileiros registrados junto à Embaixada em Belgrado.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório de apresentação do Sr. Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe para ocupar o posto de Embaixador do Brasil junto à República da Croácia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Grato a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, pela apresentação do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno desta Casa.

Antes de passarmos ao próximo item, eu gostaria de pedir a permissão de V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, para, na eventualidade do exercício desta Presidência, fazer uma observação de ser uma pessoa hoje muito feliz, nesta reunião, por ter relatado a indicação de S. Exa. o Senador Ronaldo Costa Filho para as Nações Unidas e, ao mesmo tempo, estar ouvindo o relatório da indicação do Embaixador Mauro Vieira para a República da Croácia.

O Embaixador Mauro Vieira, que é o atual Embaixador do Brasil junto às Nações Unidas, é um grande Embaixador, é um grande quadro do Itamaraty. Então, eu fico feliz por estar hoje presenciando a remoção de um grande Embaixador, que é o Embaixador Mauro Vieira, que está saindo das Nações Unidas, e a chegada às Nações Unidas do Embaixador Ronaldo Costa Filho.

Passamos ao item 5.

2ª PARTE

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 56, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 18/2019, que irá debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras, seja incluído como convidados para as audiências os seguintes representantes: João Carlos Parkinson de Castro - Coordenador do Corredor Rodoviário Brasil; Fernando Alvarez de Celis - Coordenador do Corredor Rodoviário Argentina; Embaixador Roberto Ruiz Piraces - Coordenador do Corredor Rodoviário Chile; Embaixadora Gloria Amarilla - Coordenadora do Corredor Rodoviário Paraguai; Cícero Rodrigues de Melo Filho - Empresa de Planejamento e Logística S.A- EPL; Marcello da Costa Vieira - Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transporte Terrestre (SNTT) /Ministério da Infraestrutura; Onassis Simões da Luz - Superintendente-Adjunto da 1ª Região Fiscal, Auditor-Fiscal da Receita Federal; Ricardo de Mello Scaliante - Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/MS.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros.

Concedo a palavra a S. Exa., o Senador Chico Rodrigues, para fazer a leitura do requerimento.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Requerimento nº 56, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do RQS 18/2019, que irá debater sobre os objetivos comuns que o Brasil, Argentina, Paraguai e Chile têm a respeito da rota bioceânica, bem como os desafios que ainda persistem para a conclusão das obras, sejam incluídos como convidados para as audiências os seguintes representantes: João Carlos Parkinson de Castro, Coordenador do Corredor Rodoviário Brasil; Fernando Alvarez de Celis, Coordenador do Corredor Rodoviário Argentina; Embaixador Roberto Ruiz Piraces, Coordenador do Corredor Rodoviário Chile; Embaixadora Gloria Amarilla, Coordenadora do Corredor Rodoviário Paraguai; Cícero Rodrigues de Melo Filho, Empresa de Planejamento e Logística S.A- EPL, do Governo Federal; Marcello da Costa Vieira, Diretor do Departamento de Gestão e Projetos Especiais da Secretaria Nacional de Transporte Terrestre (SNTT)/Ministério da Infraestrutura; Onassis Simões da Luz, Superintendente-Adjunto da 1ª

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Região Fiscal, Auditor-Fiscal da Receita Federal; Ricardo de Mello Scaliante, Chefe do Serviço de Planejamento e Projetos. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT/MS.

Justificação.

Os Presidentes de Brasil, Argentina, Chile e Paraguai, em reunião realizada à margem do Conselho do Mercosul, em 21 de dezembro de 2015, firmaram a Declaração de Assunção, por meio da qual foi criado Grupo de Trabalho, coordenado pelas chancelarias dos quatro países e integrado pelos Ministérios de Transportes e outras instituições vinculadas, com o propósito de realizar estudos técnicos e definir ações que viabilizem a implantação do Corredor Rodoviário Bioceânico Campo Grande-Porto Murtinho (Brasil)-Carmelo Peralta-Mariscal Estigarribia-Pozo Hondo, Misión La Paz-Tartagal-Jujuy-Salta (Argentina)-Passo de Sico-Passo de Jama-Antofagasta/Mejillones/Iquique (Chile).

Dentre as ações sugeridas pelos Presidentes, estavam a elaboração de plano piloto para a aceleração dos procedimentos aduaneiros, a informatização integrada dos sistemas de controle e a harmonização de formulários.

O projeto da rota bioceânica vai estimular o comércio dos países da América do Sul e reduzir os custos dos setores agroexportadores. Sairá do Brasil pelo Estado do Mato Grosso do Sul, um dos maiores produtores rurais do país com foco na exportação.

Atualmente, praticamente toda a produção do Centro-Oeste é escoada para os portos de Santos e Paranaguá. Buscando o mercado de consumo oriental, as cargas acabam seguindo por três possíveis caminhos de navegação: Canal do Panamá, Patagônia ou sul da África. Com a conclusão das obras do Corredor Bioceânico, teremos a economia de 8 mil quilômetros de navegação no transporte das cargas e poderemos chegar à China, por exemplo, até seis dias mais cedo.

Na fronteira do Brasil com Paraguai, na cidade de Porto Murtinho, uma futura ponte é considerada a principal obra do corredor. Hoje a travessia é feita por pequenas balsas que não têm capacidade para o transporte de caminhões. Já existe um acordo entre o Brasil e Paraguai na divisão dos custos.

A conclusão da Rota Bioceânica reduzirá o tempo de trânsito e o custo do serviço de transporte, armazenagem e inventário. Além disto, estimulará o uso de um novo modal para o escoamento da produção, estimulará a formação de novas parcerias, bem como promoverá o desenvolvimento de projetos de integração produtiva e a agregação de valor nos países de origem e de destino, assim como nos países de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Visando inserir o Senado Federal no debate deste importante projeto, integrando a sociedade, que poderá enviar suas preocupações, dúvidas e sugestões através do Portal e-Cidadania, propõe as referidas audiências públicas.

Portanto, Sr. Presidente, esse requerimento é fundamental. Ele foi pensado, idealizado pelo Senador Nelsinho, e nós o subscrevemos, eu e o Senador Marcos do Val, porque entendemos que na verdade mercado é economia, e a economia de transporte é fantástica nesse projeto da Rota Bioceânica. Nós vamos verificar que praticamente com a Ásia, que será o grande *player* do Brasil em produtos agrícolas e industriais também, nos dois sentidos, haverá realmente uma economia enorme, em termos de preço, beneficiando, portanto, a população brasileira.

Era esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a V. Exa., Senador Chico Rodrigues, pela apresentação e leitura do requerimento de V. Exa. juntamente com os Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam e que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Proponho agora a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, não sem antes deixar aqui o meu agradecimento à Secretaria desta Comissão pelo apoio que me foi oferecido. Muito obrigado a todos.

Bom dia.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e seis minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Ciro Nogueira, Simone Tebet, Vanderlan Cardoso, Major Olimpio, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Marcos do Val, Paulo Paim, Paulo Rocha e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Humberto Costa, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 47, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 49, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 60, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo que Institui a Fundação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacional UE-ALC, assinado em São Domingos, República Dominicana, em 25 de outubro de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 127, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/19

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 49ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República, no dia 19 de setembro de 2019, quinta-feira, às 10h06.

Expediente.

Primeira parte: indicação de autoridades.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 47, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Angelo Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 12/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Marcio Bittar

Relatório: pronto para deliberação.

Observações:

1 - Em 12/09/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Convido para que tomem assento à mesa o Sr. Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro e o Sr. Embaixador José Amir da Costa Dornelles, aos quais damos as nossas boas-vindas.

Aproveito para registrar a presença do Senador Marcos do Val, Vice-Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dando sequência à reunião, eu gostaria de registrar a presença em plenário da Sra. Agnes Daldegan Balduino, esposa do Embaixador Luís Antonio Balduino, que nos agracia com a sua presença na nossa reunião.

Por questões de quórum, antes de iniciarmos a sabatina, indago aos Srs. Senadores e Senadoras se podemos abrir o processo de votação, tendo em vista que os relatórios das mensagens já foram publicitados, assim como os Srs. Embaixadores fizeram visita aos gabinetes da maioria dos Senadores.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Sendo assim, declarado aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica na cabine que V. Exas. já conhecem.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Informo aos sabatinados que, caso seja necessária a exposição de dados ou informações sigilosas para o esclarecimento de algum assunto, poderão a qualquer momento solicitar que a reunião seja transformada em secreta. Caso contrário, poderão fazer a exposição sem nenhum problema.

Concedo, então, a palavra por 20 minutos ao Sr. Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia. Nós o homenageamos com essas fotos, que foram uma iniciativa da nossa assessoria, a qual quero parabenizar pela forma diferente que estamos apresentando.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador José Amir da Costa Dornelles. Não, desculpa! A palavra é concedida ao Sr. Luís Antonio Balduino Carneiro. Posteriormente, será a vez do Embaixador José Amir da Costa Dornelles, que vai para a Indonésia.

O SR. LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Nelsinho Trad, e Exmos. Senadores e Senadoras membros desta Comissão, permitam-me...

Está desligado?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Está ligado. Pode seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUíS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – Permitam-me, inicialmente, expressar meu agradecimento ao Senhor Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado de Relações Exteriores pela indicação de meu nome ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Agradeço igualmente ao Senador Angelo Coronel pela elaboração do relatório, assim como ao Senador Chico Rodrigues por haver apresentado o relatório em reunião anterior.

É para mim uma honra participar desta sabatina, importante passo constitucional de avaliação e decisão de V. Exas.

Em termos das relações entre o Brasil e a Colômbia, o principal aspecto que eu gostaria de ressaltar nesta apresentação inicial é o da transformação, o da mudança. As relações entre o Brasil e a Colômbia passam por um processo de significativo adensamento e por uma transformação qualitativa bastante importante.

Se nós fazemos uma análise esquemática, pensamos que, quando uma relação entre dois países é bastante incipiente, os negócios são basicamente levados a cabo pelas Chancelarias; num segundo estágio, quando as relações se tornam mais densas, outras agências do Governo e outros Ministérios também participam muito diretamente; e, num terceiro estágio, as próprias sociedades dos países passam a ter contatos cada vez mais intensos. No caso do Brasil e da Colômbia, é esse terceiro estágio que nós estamos vendo hoje em dia. Parece haver um certo descobrimento mútuo das duas sociedades e um interesse crescente. E a Colômbia, além de ser vizinho, que é sempre um parceiro importante, se tornará um parceiro cada vez mais importante para o Brasil numa relação multifacetada.

Esse processo não começou agora. Ele vem ocorrendo, mas, recentemente, houve certa aceleração. E essa relação se dá no plano de integração econômica, na multiplicidade de mecanismos de cooperação bilateral e na convergência de valores.

Então, eu queria, nos minutos que eu tenho, apresentar alguns dados que procuram confirmar essa transformação, comentar um pouco os principais mecanismos de cooperação bilateral e apresentar no final as minhas prioridades, caso eu seja aprovado pelo Senado.

O primeiro item a se levar em conta é que existem hoje 110 empresas de variados setores industriais e de serviços com operações na Colômbia. Em 2016, esse número era de 40 empresas. Então, o aumento foi bastante expressivo e recente. São, por exemplo, 17 empresas do setor de tecnologia, 10 empresas de infraestrutura, 8 empresas de alimentos, 5 empresas do setor financeiro, 5 empresas de veículos, e há empresas de vários outros setores, químicos, serviços educacionais, inteligência de mercado etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo a Apex, após os Estados Unidos, a Colômbia é o principal destino de preferência entre as empresas brasileiras que desejam se internacionalizar. Existem já, em termos de estoque, US$8 bilhões de investimentos brasileiros na Colômbia e US$1,5 bilhão de investimentos da Colômbia no Brasil. Além do número, essa diversidade de setores, com a presença de alta tecnologia e de alto valor agregado, representa um elemento qualitativo muito importante e poderá permitir a configuração de cadeias de valor no futuro.

Nós sabemos que a internacionalização das empresas brasileiras é crucial para o amadurecimento da competitividade do nosso sistema produtivo. E o fato de que as nossas empresas estão encontrando na Colômbia uma plataforma de crescimento torna aquele país bastante relevante. E cabe ressaltar que esses investimentos estão ocorrendo a despeito da ausência de um acordo bilateral para evitar a dupla tributação. Um dado relevante é que o escritório regional da Apex na América do Sul se situa em Bogotá.

O comércio bilateral vem crescendo aceleradamente também. Em 2018, chegou a US$4,5 bilhões, valor 15% maior que o de 2017. Noventa por cento das nossas exportações para a Colômbia são de produtos manufaturados. Os principais setores são automóveis, máquinas, plásticos, ferro e aço, máquinas elétricas, enfim, são basicamente setores de alto valor agregado.

Depois da entrada em vigor do acordo entre o Mercosul e a Colômbia, em 2017, vários desses setores vêm crescendo de forma muito acelerada, no caso das nossas exportações: o automotivo, por exemplo, cresceu 40%; o siderúrgico, 68%; o de têxteis, 36%.

Segundo me relatou meu colega que está em Bogotá atualmente, Julio Bitelli, nos últimos dois anos a Embaixada recebeu 200 missões empresariais em cada um dos anos de 2017 e de 2018. Isso dá uma média de praticamente uma missão empresarial por dia útil, o que representa um enorme interesse das empresas brasileiras pela Colômbia.

Há outros dados, como o intercâmbio estudantil. A Colômbia foi o maior emissor de estudantes de pós-graduação para o Brasil no período de 2000 a 2019, são 724 estudantes. O turismo entre os dois países cresce de forma muito rápida, e o Brasil já é o segundo emissor de turistas para a Colômbia.

Se perguntarmos a que se deve essa transformação recente, a meu ver pode haver vários fatores, mas um muito importante é a evolução bastante favorável da situação interna da Colômbia. No plano econômico, a economia colombiana é muito bem arrumada. Segundo relatório recente do FMI, o país possui fundamentos macroeconômicos muito fortes e políticas muito bem executadas. O PIB crescerá neste ano em torno de 3,6%; a inflação é de 3,2%; a dívida pública está em torno de 50% do PIB e é declinante, deverá chegar em 2024 a 40% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIB; e o déficit do setor público consolidado nominal atualmente é de 2% e deverá cair a zero. Então, é praticamente uma economia de livro-texto. Isso cria um ambiente de negócios muito favorável.

Eles têm também 16 acordos de livre comércio, é uma economia aberta. A Colômbia é classificada como grau de investimento pelas três principais agências de risco, a Moody's, a S&P e a Fitch, e ocupa o 65º lugar no *ranking* do Doing Business do Banco Mundial. Com esse perfil, a expectativa do FMI, por exemplo, é a de que a Colômbia continuará crescendo a taxas de 3,5% pelos próximos anos, e alguns dizem que inclusive poderá em algum momento ultrapassar até a Argentina como segunda economia da América do Sul.

Há alguns riscos. Um deles é a questão dos migrantes venezuelanos, que já somam 1,5 milhão e poderão chegar a 2,5 milhões até o final de 2020. Isso poderá representar um custo de 0,5% do PIB da Colômbia. Outro aspecto é que a Colômbia depende muito dos setores de matérias-primas, minérios e produtos agrícolas, e a forte oscilação em mercados internacionais pode causar algum problema.

Outro aspecto da evolução favorável foi o acordo de paz depois de 50 anos na guerrilha com as Farc, um acordo assinado em 2016. É um acordo particular, que eles chamam de última geração, porque ele não só diz respeito aos aspectos militares de desarmamento e de desmobilização, mas também inclui uma tentativa de tratar das causas originais da guerrilha nos anos 60, inclui aspectos de desenvolvimento rural, mudanças legislativas, participação política. É um acordo de implementação ao longo de 15 anos.

Foi definido um monitoramento internacional desse acordo pelo Instituto Kroc, que é vinculado à Universidade de Notre Dame, que, recentemente, avaliou que 66% dos 578 compromissos do acordo de paz tiveram algum avanço e que 22% foram cumpridos na sua totalidade. O Governo colombiano convidou também as Nações Unidas a monitorar a implementação do acordo. Inclusive, o Conselho de Segurança já fez duas visitas à Colômbia e avalia que, apesar das dificuldades, o processo de paz é irreversível. Esse tema é importante porque nós vimos na imprensa, recentemente, que algumas das ex-lideranças dos ex-guerrilheiros decidiram retomar a luta armada. Mas a avaliação tanto do Governo quanto do partido político que foi criado a partir das Farc considera que foi um erro desses guerrilheiros e considera que o processo é irreversível, apesar dos riscos e apesar da dificuldade na relação com a Venezuela, de que a gente pode tratar mais adiante.

Vou tratar rapidamente dos principais mecanismos de cooperação.

Tem havido encontros frequentes entre os dois Chanceleres. Os dois Presidentes também já se encontraram duas vezes, e há uma boa química entre ambos. A tragédia do avião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Chapecoense e a subsequente cerimônia no estádio em Medellín também contribuíram, apesar da tragédia, para que houvesse uma simpatia entre os dois países, de maneira que as relações estão muito bem azeitadas, digamos assim.

No caso econômico, houve uma reunião recente da Comissão de Comércio e da Comissão de Monitoramento, ao amparo do acordo que o Mercosul possui com a Colômbia. Há uma tentativa de ampliar e aprofundar esse acordo. Ele já cobre 97% do comércio, das exportações brasileiras, mas, mesmo assim, há aspectos que podem ser aprofundados, e o Brasil tem muito interesse nesse ponto.

Há uma ampla cooperação também na área de segurança e de defesa, com vários mecanismos em curso. Nesta semana, ontem, aqui em Brasília, terminou a reunião da Comissão Binacional Fronteiriça (Combifron), em que são analisados diversos aspectos tanto de defesa quanto de ilícitos internacionais.

A cooperação policial com a Colômbia também é muito intensa. A Polícia Federal mantém com a Polícia Nacional colombiana a Operação Cobra (Colômbia-Brasil), que inclui o compartilhamento de informações, atuações conjuntas. Inclusive, a Polícia Federal treina, na academia de selva que mantém em Manaus, policiais colombianos de maneira recorrente.

Além disso, o Brasil vem liderando o processo de formalização da Ameripol, com sede em Bogotá, que é uma associação de polícias das Américas, espelhada um pouco na Interpol e na Europol. O Brasil, atualmente, ocupa a Secretaria Executiva dessa organização.

Outro aspecto crucial da cooperação bilateral diz respeito ao apoio brasileiro ao processo de paz na Colômbia, e aqui há duas atividades principalmente. Uma é a desminagem humanitária. A guerrilha colocou muitas minas no território colombiano, e o Brasil já vem ajudando a desarmá-las, inclusive já fez doações de algo em torno de US$17 milhões, com a participação de 70 oficiais. Atualmente, são 20 trabalhando na Colômbia para ajudar na retirada dessas minas.

Outro aspecto crucial do apoio ao processo de paz tem a ver com o desenvolvimento rural. Como eu comentei, esse componente do desenvolvimento é uma parte importante para endereçar as causas originais da guerrilha, e o Brasil vem atuando na capacitação de quadro normativo para compras públicas, desenvolvimento da agricultura familiar, desenvolvimento da cultura do algodão e uma série de outros elementos. Há um acordo pendente de ser assinado entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Agricultura colombiano para incluir uma nova etapa de projetos no âmbito dessa cooperação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil também vinha atuando como país garante das negociações entre o Governo colombiano e o Exército de Libertação Nacional, que é outra guerrilha, que não participou do acordo com as Farc, mas, no início deste ano, essa guerrilha fez um atentado em Bogotá que provocou a morte de 20 cadetes, e as negociações foram suspensas.

Há ainda vários outros aspectos de cooperação na área antártica, na cooperação energética, cultural, educacional. Enfim, a pauta é bastante ampla; podemos retomá-la depois se houver interesse em algo específico.

Para tentar concluir, eu queria apresentar algumas prioridades da minha gestão, caso eu mereça a aprovação do Senado. Eu queria listar sete prioridades mais pontuais e imediatas e, depois, algumas ações de caráter mais permanente.

A primeira é a conclusão da assinatura do acordo sobre dupla tributação. A negociação está avançada, segundo eu entendo. A embaixada não participa da negociação propriamente, mas pode atuar como catalisadora desse processo.

Há ainda a ratificação de acordo assinado de cooperação e facilitação em matéria de investimentos. Esse acordo, assinado algum tempo atrás, já foi ratificado pelo Brasil, mas não pela Colômbia. Eu pretendo trabalhar para fazer com entenda o lado colombiano a importância desse acordo, inclusive para ampliar os investimentos bilaterais.

Há a assinatura do acordo de cooperação agrícola, que eu mencionei.

O quarto ponto diz respeito à conectividade aérea. Infelizmente, nem tudo caminha para frente na relação com a Colômbia. O debacle da Avianca Brasil dificultou um pouco a conectividade. Havia voos diretos de Bogotá para Rio, Recife, Fortaleza, que foram descontinuados, com as dificuldades da empresa. E eu pretendo conversar com outras empresas para ver se não é possível ocupar esse espaço, porque a falta de conectividade pode prejudicar muito o relacionamento bilateral.

Eu pretendo atuar em favor do aprofundamento do ACE-72, que é de interesse do Brasil sobretudo nas áreas de comércio automotivo e também de produtos agrícolas. E há uma atividade já em curso na embaixada que achei muito interessante, que é a articulação de uma rede de ex-alunos colombianos que estudaram no Brasil. Essa rede pode ser muito útil. Alguns desses alunos de pós-graduação ocupam postos interessantes, certamente, na sociedade colombiana, e pode ser uma rede de contatos muito útil.

Em termos de ações permanentes, há essa cooperação na área de segurança e defesa que nós temos que acompanhar permanentemente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à promoção comercial, o setor comercial de Bogotá tem sido um dos mais ativos na rede de promoção comercial do Governo brasileiro. Continua a tentativa de contribuir para a consolidação do acordo de paz e de trabalhar em conjunto para a superação pacífica da crise venezuelana, porque os dois países recebem muitos migrantes e sofrem muito com isso.

Vou parar por aqui, Senador, e aguardar as perguntas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro.

De pronto, passo a palavra ao Embaixador José Amir da Costa Dornelles, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia.

Posteriormente, abriremos para os questionamentos da sabatina aos Srs. Senadores e àqueles que queiram participar, através do Portal e-Cidadania, aqui do Senado, que poderão também assim fazê-lo.

Concedo 20 minutos ao Embaixador José Amir da Costa Dornelles.

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer esta oportunidade de comparecer perante a Comissão e de manifestar a minha grande honra em poder expor a V. Exas. um pouco das características principais da Indonésia, um grande País com o qual o Brasil poderá ter relações sobretudo comerciais e econômicas mais dinâmicas e mais importantes.

Nesta minha exposição, eu pretendo, essencialmente, Sr. Presidente, apresentar certas características principais da Indonésia, as suas dimensões geográficas e populacionais e o seu contexto geopolítico na Asean, essa região tão dinâmica e importante do mundo, e também relacionar o que me parecem pontos essenciais do relacionamento bilateral entre Brasil e Indonésia que podem ser trabalhados, se eu assumir a embaixada com a aprovação de V. Exas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de mencionar algo que já está no relatório, mas que é sempre importante ser dito. As dimensões da Indonésia são tão importantes, que vale a pena reiterar: é um território de quase dois milhões de quilômetros quadrados, e a população excede 260 milhões de habitantes. O Senador Marcio Bittar, meu Relator, lembrou-me ontem que é o quarto país do mundo em população, com mais de 260 milhões de habitantes. Tem um Produto Interno Bruto nominal superior a US$1 trilhão, calculado, porém, na base da paridade do poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de compra, que, na verdade, reflete com mais fidelidade a verdadeira riqueza de um país ou o poder aquisitivo de seu povo. A Indonésia está ranqueada em sétimo lugar no mundo, de acordo com o FMI, com o Banco Mundial e com a própria CIA. Dessa maneira, esse *ranking* da Indonésia é igual ou mesmo ligeiramente superior ao do Brasil, calculado pelo mesmo critério de paridade de poder de compra.

No contexto regional geopolítico e econômico, a Indonésia é membro fundador e a própria sede da Asean. A Asean, como os senhores sabem, compõe-se por dez países do sudeste asiático, é uma região de grande dinamismo econômico e comercial e, em seu conjunto, é grande parceiro comercial do Brasil. Com o conjunto dos dez países, nós temos um comércio bilateral da ordem de quase US$20 bilhões. Se considerado o seu conjunto, seria o quarto parceiro comercial do Brasil a Asean.

É interessante notar que esses países, muitos deles devastados por guerras e conflitos internos, como o próprio Vietnã e outros, hoje fazem parte de uma região particularmente dinâmica e em grande fase de desenvolvimento. Têm exibido grande ambição e a determinação de atingir o desenvolvimento econômico.

Eu fui observador, de certa maneira, dessa região da Ásia porque fui Embaixador no Timor-Leste. Pude verificar pessoalmente, em viagens inclusive à Indonésia, à Singapura e a outros países, como eles, de fato, são ambiciosos e como estão focados no desenvolvimento econômico, no crescimento do comércio e nos investimentos. O Brasil tem que, de alguma maneira, se inserir nessa corrente de forma mais vigorosa e mais vantajosa. Vamos estudar a melhor forma. Isso não está parado, é um processo, mas vamos procurar acelerar, dentro das limitações, dentro das competências no caso – no meu caso, trata-se da Embaixada em Jacarta.

Eu gostaria de mencionar também aos senhores certas especificidades políticas, geográficas, culturais e mesmo religiosas da Indonésia, eu gostaria de reiterar aos senhores a complexidade do país e novamente as dimensões desse país.

Como os senhores veem, são mais de 17 mil ilhas, embora nem todas sejam habitadas. Isso já não é fácil em um país de quase dois milhões de quilômetros quadrados com mais de 17 mil ilhas, com uma imensa diversidade étnica, religiosa e cultural. Embora as ilhas maiores sejam muito conhecidas, como Sumatra, Java e a própria Bali, há muitas outras, inclusive a Aceh, por exemplo, que é habitada por uma maioria muçulmana, com tendências mais radicais, inclusive onde vige a Sharia, essa lei islâmica menos, vamos dizer assim, tolerante.

Historicamente, a Indonésia apresenta uma preocupação com a secessão, com o separatismo. Então, algumas atitudes do Governo indonésio, seja no âmbito de política externa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja no âmbito de política interna, que podem ser consideradas ao observador externo como autoritárias ou descabidas devem ser entendidas, não necessariamente justificadas, mas estudadas sob esse prisma de um temor permanente de separatismo, por motivos de natureza religiosa, étnica ou política.

O país tem apenas 74 anos de independência. Nos primeiros 53 anos, teve apenas dois presidentes. Então, a democracia representativa ou as instituições democráticas tais como nós as conhecemos e tal como nós exercemos a democracia, na Indonésia, ainda é algo relativamente novo ou talvez em processo de moldagem às características do país, às necessidades ou características do país. As comparações devem levar em conta essas especificidades.

Eu também observei, por ter servido como Embaixador no Timor-Leste, que esses países, sobretudo a própria Indonésia, sofreram grande influência da Guerra Fria. Durante anos, os dois primeiros presidentes da Indonésia, nos primeiros 53 anos, sempre tiveram que se posicionar de alguma forma, seja como o Sukarno, fundador dos não alinhados, numa posição pretensamente equidistante, embora, no fim, ele tenha pendido um pouco para a antiga União Soviética; seja como o Suharto, que governou o país por mais de 30 anos, visceralmente anticomunista, com tudo que isso acarretou à época em uma Guerra Fria muito presente, medidas muito violentas, inclusive como a própria ocupação militar do Timor-Leste, um país de cultura portuguesa, de língua portuguesa, católico, que, à exceção da própria proximidade geográfica, não tem muita coisa a ver com a Indonésia, mas eles o consideraram como se fosse uma província e o ocuparam militarmente durante 24 anos. Mas isso se deu no contexto da Guerra Fria, e eu não digo que houve propriamente apoio dos países ocidentais, mas houve uma omissão deliberada que permitiu que houvesse essa medida violenta. Hoje é indesculpável, mas, se for entendida no contexto daquela época, é mais fácil de entender.

Eu queria também, com a permissão dos senhores, fazer alguma menção às dimensões econômicas e comerciais da Indonésia e, evidentemente, aos interesses primordiais do Brasil.

A Indonésia é a maior economia da Asean, abriga a sua sede e é um dos seus líderes políticos, econômicos e comerciais.

Tem um comércio exterior nominal de US$400 bilhões, que é equivalente ao do Brasil.

Com o Brasil, o comércio bilateral chegou, recentemente, em 2014 e em 2015, a US$4 bilhões, que é um volume, um valor considerável. Ultimamente, em função de vários fatores, inclusive da retração de demanda de certas *commodities* e de dificuldades do próprio Brasil, o comércio diminuiu para US$2,8 bilhões, mas eles têm indicado... Aliás, há também outro dado importante: a economia indonésia tem crescido, em média, aproximadamente 5% ao ano, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

últimos 15 anos, quer dizer, é um país bastante dinâmico, do ponto de vista econômico. O crescimento foi de quase 5%! Quisera o Brasil que pudesse crescer a essa taxa de 5% ao ano em 15 anos. Às vezes, foram 4%, às vezes foram 6%, mas, em média, foram 5%.

As nossas exportações ainda estão muitíssimo concentradas em produtos primários, sobretudo em dois produtos especificamente: farelo de soja e algodão. Há uma concentração grandíssima, que varia de 80% a 50%, dependendo do ano, nos últimos anos, em dois produtos apenas.

Nós temos procurado abrir o mercado indonésio para a exportação de carnes, sobretudo frango e carne bovina. No caso específico do frango, o Brasil foi levado a tomar iniciativa. Não havia outra saída, a não ser recorrer aos órgãos de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio, porque as medidas protecionistas indonésias, que impediam ou vêm impedindo a exportação de frango brasileiro, são dificilmente defensáveis do ponto de vista das normas internacionais de comércio. O Brasil, em julho do ano passado, obteve um parecer favorável, definitivo, dos órgãos de solução de controvérsias da OMC – portanto, há mais de um ano –, e, desde então, a Indonésia ainda segue protelando a abertura do mercado para o nosso frango.

Eu, novamente, se o senhor me permite, cito a minha experiência de três anos no Timor-Leste. No Timor-Leste, nessa lonjura toda, 100% do frango era brasileiro. Ele vinha para Timor-Leste via Singapura. Se deixar, o nosso produto é absolutamente imbatível em preço e em qualidade em qualquer lugar do mundo. Inclusive, os indonésios chegaram a dizer para o meu colega que está em Jacarta, com toda a candura, que eles pensam muito nos produtores locais.

Mas nós temos que continuar negociando o cumprimento das decisões da OMC, e, como toda negociação, em qualquer setor, em qualquer tema – à exceção, evidentemente, se os senhores quiserem, de temas relativos a fronteiras e soberania nacional –, tem que haver, pode haver, para fins práticos, para fins, evidentemente, de alcançar objetivos, algum tipo de compensação. Eu acho que os dois mercados, brasileiro e indonésio, são tão grandes, e há demanda para tanta coisa, que, talvez, no decorrer da negociação, se possa identificar algum produto ou algum setor que possa compensar os indonésios pela abertura do mercado para o nosso frango. A mesma coisa se aplica à carne bovina, embora, com relação à carne bovina, eles tenham mais boa vontade e mais necessidade também. Já prometeram, até o fim do ano, abrir uma cota de 50 mil toneladas de carne bovina congelada para abastecer o país ou complementar o abastecimento do país para o fim deste ano, para as festas do fim do ano.

Eu gostaria de mencionar também, já que me referi no início da minha exposição às dimensões e às características principais da Indonésia, o fato de eles terem a terceira maior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobertura, no mundo, de floresta tropical, depois do Brasil e do Congo. Isso também pode ser um fator de cooperação e de aproximação entre os países, porque os problemas que nós temos aqui eles também têm lá, da mesma natureza, guardadas as proporções. Só não são alvo do mesmo interesse que o problema no Brasil desperta no mundo, mas é um problema deles também. Inclusive, uma vez, fui a Singapura e o avião não pôde pousar pelo excesso de fumaça que vinha de queimadas na Indonésia. Não pôde pousar em Singapura, há centenas de quilômetros do foco do incêndio. Isso quer dizer que, por terem essa cobertura de floresta tropical, eles têm uma grande diversidade, uma grande biodiversidade e pode haver cooperação nessa área.

Para não me alongar mais, Presidente, apenas gostaria de dizer que, se eu merecer a aprovação de V. Exas., dentro das minhas possibilidades, mas com muito empenho, vou procurar dinamizar o comércio entre o Brasil e a Indonésia e cooperar em todos os campos.

Eu me esqueci de mencionar – e gostaria de mencionar, por último – que a cooperação e o comércio na área de defesa está em muito boas perspectivas. Temos, inclusive, desde 2014, três adidos militares brasileiros em Jacarta. Está dando bastante interesse essa área de defesa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Sr. Embaixador José Amir da Costa Dornelles.

Vou fazer um questionamento ao Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, que está sendo avaliado – veremos se será aprovado – para ir para a República da Colômbia.

Não obstante o potencial de aprofundamento da cooperação nas áreas econômica, comercial, turística, energética e tecnológica, vários fatores indicam a prioridade dos setores de defesa e segurança nas relações bilaterais: uma extensa fronteira amazônica de baixa densidade demográfica; a crise política, econômica e migratória na Venezuela, com reflexo sobre os dois países; a suspensão do diálogo com o Exército de Libertação Nacional, do qual o Brasil é país garante; ajustes a serem aplicados aos acordos de paz, todos eles elementos com possibilidade de influenciar a política externa colombiana. O tema requer muita atenção e uma coordenação fina, mas também apresenta oportunidades no setor de cooperação militar e do comércio de produtos de defesa.

Apreciaria ouvir os comentários de V. Exa. sobre o assunto.

Algum Senador quer fazer algum questionamento ao Embaixador Luís Antonio, que vai para a Colômbia? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Vanderlan, de Goiás.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Na verdade, Embaixador, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo. Eu estava olhando aqui o seu currículo, o seu conhecimento, tanto do senhor como do Embaixador José Amir.

Eu conheço bem a Colômbia, um país que há poucos anos, Embaixador, vinha ao Brasil buscar experiências na área de segurança, principalmente no Estado de São Paulo; experiências que estavam dando certo no País na área de segurança, do transporte coletivo e em tantas ou outras áreas, como a de geração de emprego e renda. Nós éramos referência para a Colômbia. E hoje o Brasil, Presidente Nelsinho, está indo à Colômbia ver o que os colombianos fizeram de 20 anos para cá.

Tornou-se referência na questão do transporte coletivo. Se nós formos, por exemplo, à cidade de Medellín, com um único bilhete você tem a bicicleta, você tem o ônibus, você tem o metrô e você tem o teleférico para ir para os morros – com um único bilhete, repito –, e tudo com qualidade.

Quanto à segurança, era um dos países mais violentos do mundo, e hoje é referência em segurança e educação. É um país que recebe todos ali. Não somente os turistas, mas todos que visitam a Colômbia são muito bem recebidos.

Eu tenho certeza de que o senhor, tendo seu nome aprovado – e será, pelo currículo, pela experiência que o senhor tem –, vai levar um pouco da experiência nossa para lá e, também, procurar intensificar as vendas, nessa parceria que tem a Colômbia com o Brasil, de produtos de valor agregado para aquele país. A Colômbia tem, nos últimos anos, intensificado seu comércio, principalmente com Estados Unidos e Europa, e está servindo de exemplo para nós. Eu tenho certeza de que o senhor vai contribuir com isso e vai levar para ali produtos com valor agregado.

Eu queria aqui, Senador Nelsinho... Às vezes os senhores podem dizer que os Senadores não estão presentes, mas nas Comissões aqui a gente fica – eu, como Presidente de Comissão também – numa concorrência muito grande para todos estarem participando nas Comissões, e todas elas com assuntos muito importantes, como esta aqui.

Eu queria dizer ao Sr. Embaixador Amir, Presidente Nelsinho, e pedir, deixando a minha palavra também para ele – não tenho perguntas a fazer –, só algumas considerações.

Nos últimos anos o nosso País tem procurado muito exportar só *commodities*, produtos que têm pouco valor agregado, e nós estamos retrocedendo um pouco com relação a isso, ao passo que outros países estão procurando agregar valores. A China está nos comprando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente soja em grão. A taxação é pequena, então nós estamos vendendo muito em grão. Nós temos que procurar vender produtos, para esses países, de valor agregado: se é o frango congelado, vamos vender os embutidos também; se é a carne, vamos vender os embutidos. Há tanta coisa para vender com valor agregado, tanta coisa boa que o País tem para a gente exportar. Eu vi aqui que na Indonésia 88% do país é de muçulmanos. Então, nós temos aí uma oportunidade muito grande para exportar para esses países.

Eram só essas as observações.

Pelo que eu ouvi aqui – não pude ouvir o Luís –, ouvindo o Embaixador, Nelsinho, com certeza seu nome será aprovado no Plenário.

Desejo boa sorte a vocês dois!

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Vamos fazer os questionamentos que vieram do e-Cidadania, portal de participação popular. Primeiro, para o primeiro para o Embaixador Luís Antonio.

Marcelo Cendon, lá do Mato Grosso do Sul, nosso Estado de origem: "Qual a posição do senhor com relação à atual movimentação das Farc do campo paramilitar para o campo político, e vice-versa?".

Daniel Tibes Felipus, do Paraná: "Qual a sua posição sobre o Mercosul?".

Luiz Fernando, também do Paraná: "O senhor não acha que o Brasil precisa de mais diplomacia com a Colômbia?".

Cal, lá de São Paulo: "Há espaço para maior cooperação nas áreas de segurança e, principalmente, inteligência [...] nas relações com a Colômbia?".

Esses são os questionamentos ao Embaixador Luís Antonio. Gostaria de passar a palavra para as suas respostas.

O SR. LUíS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Presidente.

Uma das perguntas, inclusive, se sobrepõe à sua pergunta original.

Em matéria de cooperação em defesa, há espaço para se fazer mais? Certamente há, e eu entendo que essa é uma das prioridades do Governo brasileiro. No encontro entre os dois Presidentes, esse aspecto foi ressaltado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Embaixada em Bogotá já atuam os adidos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, de Inteligência, da Polícia Federal, além de um adido agrícola. Enfim, a cooperação já é bastante intensa. Há diferentes mecanismos, principalmente o da Comissão Fronteiriça, a Combifron, que troca experiências – inclusive, reuniu-se esta semana – e faz operações conjuntas. Eu comentei sobre as operações da Polícia Federal, inclusive o treinamento da Polícia Federal, a criação da Ameripol. Enfim, há uma intensa gama de possibilidades.

A Colômbia já comprou vários produtos de defesa brasileiros, os tucanos; comprou blindados nos anos 80; munição. E existe a possibilidade... Esses blindados já estão com certa idade, provavelmente vão precisar de modernização, e existe talvez uma oportunidade de cooperação nessa área e de venda, eventualmente, de outros produtos, de maneira que é uma área de interesse mútuo e permanente. Há muito respeito pela qualidade da polícia e das Forças Armadas colombianas por parte das nossas Forças Armadas, da nossa Polícia Federal, de maneira que a cooperação é de alto nível e bastante profícua para os dois lados.

Em relação à outra pergunta, sobre o fato de que a Colômbia vinha buscar experiências e hoje o Brasil vai buscar experiências na Colômbia, eu acho que isso é verdade, e é o que torna a Colômbia um parceiro até mais importante, na medida em que os dois países têm coisas a ensinar e a oferecer um ao outro. Essa cooperação é crescente.

O Senador perguntou sobre a questão de venda de produtos de valor agregado. Acho que ele perdeu o início, talvez, da minha apresentação, mas é isto justamente: no caso da Colômbia, 90% da nossa pauta é de produtos de valor agregado, o que também torna a Colômbia um país até mais importante para nós, dada a dificuldade recente que a indústria brasileira tem enfrentado na venda de produtos manufaturados. Se nós olharmos a série histórica de 2010 a 2018, nós temos mantido um superávit com a Colômbia em torno de US$1 bilhão por ano, às vezes um pouco menos, às vezes um pouco mais, o que é substancial.

O comércio bilateral atualmente está na faixa de US$4,5 bilhões a US$5 bilhões, mas ele tem um potencial enorme para crescer. O ACE 72 entrou em vigor há apenas dois anos, há um processo de desgravação, e há margem para que o Brasil possa inclusive ocupar certos espaços que hoje são ocupados por outros exportadores. Se a gente pensar, por exemplo, na Argentina, com uma economia de US$520 bilhões, nós temos um comércio nas duas mãos em torno de 25 bilhões, e a Colômbia é uma economia de 330 bilhões, e temos um comércio em torno de 5 bilhões, então há ainda um espaço para crescer o comércio com a Colômbia.

Olhando aqui as perguntas feitas pela internet, quanto a minha posição sobre a movimentação das Farc, do plano militar para o político e vice-versa, a movimentação do plano militar para o político era parte do acordo de paz, e houve a desmobilização de cerca de 90%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do contingente das Farc. Alguns permaneceram como dissidentes e, como parte também desse processo, criou-se um partido político. Eles decidiram manter a mesma sigla, mas eram Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e passaram a ser Força Alternativa Revolucionária da Colômbia, e por força do acordo também ganharam cinco cadeiras no Senado e cinco cadeiras na Câmara de Representantes. Infelizmente, recentemente algumas das lideranças mais lendárias das Farc decidiram, inclusive um dos negociadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUíS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO – ... voltar à luta armada. Isso foi objeto de uma enorme crítica, não só do Governo, da imprensa colombiana, mas também do partido Farc, da liderança do partido Farc, e esses dissidentes foram expulsos recentemente do partido.

Qual a posição sobre o Mercosul? O Mercosul é o instrumento que nos permite aproximarmo-nos tanto da Colômbia bilateralmente quanto da Aliança do Pacífico. O acordo firmado com os colombianos é feito através do Mercosul, de maneira que é um instrumento necessário na nossa atuação com a Colômbia.

Perguntaram se o Brasil precisa de mais diplomacia com a Colômbia. Certamente, na medida em que a relação bilateral se intensifica e na medida em que há cada vez mais empresários, turistas, acadêmicos e estudantes indo de lado a lado, o trabalho das embaixadas aumenta, o trabalho das chancelarias aumenta. Então, o fato de haver mais necessidade de diplomacia é um bom sinal de uma relação vibrante.

Eu acho que respondi basicamente a todas as perguntas. Se tiver faltado alguma coisa, posso voltar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Luís Antonio.

Senadora Simone, obrigado pela presença.

Passaremos agora aos questionamentos ao Embaixador José Amir.

A Indonésia exerce liderança natural na Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), relevante parceiro do Brasil na área econômica, tanto em termos de comércio, quanto em termos de investimentos. No entanto, mesmo com um mercado de 264 milhões de pessoas, maior, portanto, do que o do próprio Brasil, a Indonésia mantém um intercâmbio comercial com o Brasil muito aquém do potencial e abaixo do comércio com outros países menores do grupo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O bloqueio das exportações brasileiras de frango, como já disse V. Exa. na sua explanação, e de carne bovina e a concentração do comércio em *commodities* explicam parte da questão. Por outro lado, as exportações brasileiras de artigos de defesa constituem elemento positivo nesse intercâmbio. Como V. Exa. pretende atuar para ampliar o comércio bilateral e, nessa linha, exercer uma influência no conjunto das relações econômicas, já muito positivas, entre o Brasil e a Asean?

Vou fazer, já aproveitando o ensejo, os questionamentos do e-Cidadania. Aí V. Exa. os anota e responde todos no momento oportuno.

Pergunta ao Embaixador José Amir da Costa feita por João Paulo Batista, do Ceará: "Qual será a sua postura caso algum brasileiro seja novamente condenado à morte na Indonésia?".

Fredjoger Mendes, do Rio de Janeiro: "Quais as principais ações estratégicas que o Brasil precisa executar para aumentar a sua relevância geopolítica nas relações com a Indonésia?".

Juliane de Jesus Rocha, de São Paulo: "Qual a política brasileira de incentivo às exportações para a Indonésia?".

Vânia Lima, de Alagoas: "Qual sua perspectiva em frente da relevância do cargo almejado?".

Luiz Fernando de Jesus, do Paraná: "Quais são os setores em que o Brasil tem forte relação com a Indonésia?".

Enquanto V. Exa. se organiza nas respostas, eu gostaria de incentivar cada vez mais a população para a participação, a fim de proporcionar uma interatividade bastante saudável nas nossas reuniões. E quero agradecer a participação de todos. Isso tem ocorrido com frequência através do portal www12.senado.leg.br/ecidadania ou mesmo através do telefone 0800-612211.

A participação da sociedade é sempre muito bem-vinda e mostra aos Embaixadores como as pessoas hoje estão ligadas à questão da diplomacia. Não há um Embaixador que tenha passado aqui que não tenha recebido questionamentos de fora – imagino o que vai chegar para alguns que virão!

Com a palavra o Embaixador José Amir.

O SR. JOSÉ AMIR DA COSTA DORNELLES (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à pergunta sobre o mercado indonésio e suas grandes proporções, com um comércio ainda muito tímido entre o Brasil e a Indonésia, aquém das possibilidades, e como eu pretenderia atuar para estimular esse comércio, digo que seria a atuação clássica de um embaixador, de uma embaixada. Nós tínhamos, inclusive, um adido agrícola em Jacarta para essa área específica. É a atuação clássica da embaixada, quer dizer, identificar interesses, demandas específicas e facilitar o contato entre potenciais exportadores brasileiros e importadores indonésios. A embaixada, evidentemente, não participa dos negócios, mas, de alguma forma, procura identificar demandas, parcerias possíveis e facilitar os contatos entre as partes. Basicamente é isso.

Com relação àquele episódio conhecido, da condenação à morte de dois cidadãos brasileiros, bem, eu acho que a gente tem que fazer algumas considerações de natureza muito objetiva e muito prática. Em primeiro lugar: é a lei, e nós, evidentemente, não pretendemos mudar a lei indonésia. Então, é a lei. Em segundo lugar, já que nós estamos numa perspectiva internacional aqui, diplomática, portanto mais abrangente: não é o único país do mundo que pune o tráfico de drogas com a morte. Se os senhores tiverem oportunidade de ir a Singapura, observarão que é dado ao turista um cartãozinho de identificação em que se colocam os dados básicos da pessoa e, no verso, consta, em letras vermelhas e em inglês, um aviso: "A pena para o tráfico de drogas é a morte". Isso em Singapura. Graças a Deus nenhum brasileiro foi executado em Singapura. Se tivesse sido executado em Singapura, a preocupação do cidadão aqui poderia se dirigir também à nossa embaixada em Singapura, talvez.

Então, eu acho que, como embaixada, o que se deve fazer, e nós temos obrigação de fazer, é dar a maior publicidade possível a esse risco. Trata-se de dizer "não faça isso porque a pena é gravíssima". Se, por desgraça, um brasileiro for de fato condenado à morte por tráfico de drogas, nós vamos pedir clemência, vamos fazer o que qualquer outro país faria; pedir clemência ou algum tipo de compensação – não sei se seria o caso –, mas o que eu gostaria de enfatizar é que é a lei, e eu, particularmente, não tenho esperança de mudar a lei indonésia. Então, o melhor é não descumprir a lei. Seria o ideal.

Com relação às ações estratégicas para estimular o comércio e as relações, é um pouco nessa linha de atuação que eu já mencionei: identificar setores onde há demanda por produtos brasileiros.

Eu digo que com qualquer País, bilateralmente, o comércio vai se apresentar com determinadas características. Aqui com a Argentina, por exemplo, há uma característica bastante específica, diferente do que ocorre com o resto do mundo: para a Argentina, o Brasil exporta muitíssimos produtos manufaturados, e essa não é a nossa pauta de exportação normal com o resto do mundo. No caso das relações do Brasil com a Indonésia, temos que lembrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duas coisas: primeiro, são características estruturais de competitividade da indústria brasileira, da própria economia brasileira. Nós exportamos ou procuramos exportar o que nós produzimos de qualidade, de preço competitivo e de qualidade. É verdade que a gente se orgulha muito. "Ah, o Brasil só exporta complexo soja"; mas o Brasil exporta aviões sofisticadíssimos! E exporta para os Estados Unidos, exporta para a Indonésia também o Super Tucano. E o KC-390 também será exportado para vários países. Então, nós somos capazes de ser competitivos também em setores de alta tecnologia, mas, infelizmente, a característica estrutural do nosso comércio ainda é muito de exportar produtos pouco elaborados. Vamos procurar novamente encontrar, na Indonésia, demanda para produtos brasileiros de maior valor agregado. Toda embaixada tem uma função clássica nesse particular.

Também me foi perguntado sobre o incentivo às exportações. Acho que isso já foi em grande parte respondido.

Setores fortes da relação entre o Brasil e a Indonésia. Bem, antes de tudo, eu deveria ter enfatizado isso desde o início da minha apresentação. Fora esse episódio muito negativo e muito traumático, em 2015, nós não temos problema com a Indonésia. Não temos nenhum problema com a Indonésia, absolutamente nenhum. Eu insisto que a Indonésia é um país situado numa área de grande dinamismo econômico e tem liderança política, comercial e econômica na Asean. Então, nós temos todo o interesse em cultivar relações estreitas com a Indonésia, porque ali há grande expectativa, grande perspectiva de bons negócios e de presença brasileira comercial. Aliás, a Vale tem uma atividade lá. E a Indonésia tem alguns investimentos no Brasil, na área de papel e celulose e outros.

Eu espero ter respondido, Sr. Presidente, às questões que me foram colocadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador José Amir da Costa Dornelles.

Vamos, como é de praxe, fazer a leitura de alguns destaques internacionais da semana, produzidos pela nossa assessoria.

Petróleo. No último domingo, o mundo assistiu estarrecido ao bombardeio contra as instalações petrolíferas da Arábia Saudita, num ataque aéreo por *drones* e reivindicado pelo grupo rebelde Houthis do Iêmen. Apesar dos prejuízos econômicos que se refletiram ao redor do mundo, os sauditas afirmam que a produção petrolífera pode ser regularizada até o fim deste mês.

Terrorismo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> No Afeganistão, caminhão-bomba explodiu próximo a um hospital na cidade de Qalat, no sul do Afeganistão, deixando ao menos vinte mortos e mais de noventa feridos nesta quinta-feira. [...] A explosão massiva devastou parte do hospital e de uma mesquita próxima, e quebrou vidros de janelas a até dois quilômetros do local [...] O [...] [grupo] vem realizando ataques quase diariamente desde que os Estados Unidos abandonaram as negociações de paz [...].

Saúde global em risco.

> O Conselho de Monitoramento para a Preparação Global (GPMB), montado em conjunto pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), alertou que doenças propensas a epidemias como o ebola, a gripe e a [...] [síndrome respiratória aguda viral] são cada vez mais difíceis de gerenciar em um mundo dominado por longos conflitos [...].

A conclusão assustadora é a de que:

> O mundo está enfrentando uma ameaça crescente de doenças pandêmicas que poderiam matar milhões e devastar a economia global, alertou um painel internacional de especialistas, e os governos deveriam trabalhar para se preparar e mitigar o risco.

Aqui destaco, como médico que sou, que a vacinação preventiva ainda é a melhor arma na preservação da saúde, especialmente contra as doenças tropicais.

Apenas outro parêntese para destacar que infelizmente no nosso País têm diminuído os índices de cobertura de vacinas na população por falta de consciência dos adultos em não levar a sua prole para fazer a vacinação no momento correto. E temos visto doenças que já estavam extintas voltarem, como sarampo, como caxumba. Aquelas doenças que quando a gente era criança ouvia falar, e que depois passaram, agora a gente ouve falar de novo.

ONU. Na próxima semana, acompanho o Presidente Bolsonaro, que, mesmo se recuperando de uma cirurgia delicada, discursará na ONU, em Nova York. Esperamos que essa nossa ida possa ser muito proveitosa para que a gente possa esclarecer pontos polêmicos e controversos, principalmente em relação à política ambiental, a fim de que o restante do mundo possa se conscientizar da importância que nós damos e temos para com a Amazônia brasileira.

Eu estive visitando o Comando Militar do Norte na última semana. Quero aqui mandar um grande abraço ao General de Exército Paulo Sérgio, que é o Comandante Militar do Norte – que nos acompanhou numa visita a Belém, capital do Pará; a Macapá, capital do Amapá; e também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Oiapoque, onde começa o Brasil. Pude testemunhar o excelente trabalho desenvolvido pelo Exército Brasileiro na região da nossa fronteira. Como é de praxe na linguagem militar, a saudação que deixo no final aos militares que estão na Amazônia é: "Selva!".

Determino à assessoria jurídica que possa apontar no painel de votação se nós atingimos o quórum e, consequentemente, a aprovação dos senhores embaixadores. (*Pausa.*)

Comunico que o quórum foi atingido.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Sr. Embaixador José Amir da Costa Dornelles, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Indonésia, obteve 11 votos SIM; nenhuma abstenção e nenhum voto contrário.

Da mesma forma, o Sr. Embaixador Luís Antonio Balduino Carneiro, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia, também obteve 11 votos SIM; nenhum contrário.

Dessa forma, com a aquiescência de sua esposa, Sra. Agnes Daldegan Balduino... Ela é muito importante na aprovação do Embaixador que vai para lá, porque, se ela resolver não ir, acabou. Não há Itamaraty que o faça, não é? Então, muito obrigado pela sua presença.

Declaro aprovados na Comissão de Relações Exteriores os dois Embaixadores: Luís Antonio Balduino Carneiro e José Amir da Costa Dornelles, a quem peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Declaro encerrada esta parte da reunião, para as despedidas formais, para posteriormente a retomarmos.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, novamente declaro encerrada a reunião, para as despedidas formais e a foto oficial.

(*Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 50ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Major Olimpio, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Maria do Carmo Alves, Marcos do Val, Izalci Lucas, Dário Berger, Paulo Paim, Zenaide Maia, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha e Marcelo Castro. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Fernando Collor, Jaques Wagner, Humberto Costa, Nelsinho Trad, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 50/2019 - CRE, de autoria Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG). **Finalidade:** Audiência Pública com o objetivo de debater a Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 45 da Constituição Federal para estabelecer que os brasileiros residentes no exterior elejam representantes para a Câmara dos Deputados. **Participantes:** Sra. Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva, Diretora do Departamento Consular (representante de: Ministério das Relações Exteriores); Sr. Cristovam Buarque, Ex-Senador da República e ex-Governador do Distrito Federal; Sra. Ester Sanches-Naek, Líder Comunitária e ex-Representante dos Brasileiros no Exterior junto ao Itamaraty; Sr. Jorge Costa, Líder da Comunidade Brasileira em Massachusetts (EUA) (representante de: Júlio Moraes); e Sra. Marilene Sguarizi, Conselheira do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Antonio Anastasia

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo, Dário Berger, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Carlos Viana, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Paulo Paim, Zenaide Maia e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Esperidião Amin, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Lucas Barreto e Irajá. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 61, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 153, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado (sem emendas apresentadas). **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 56, de 2019** que: "Requer a realização de diligência externa no estado de Rondônia, com o objetivo de verificar os procedimentos adotados pela empresa Energisa e averiguar eventuais irregularidades na troca de relógios medidores do consumo de energia elétrica no estado de Rondônia, em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Jayme Campos (DEM/MT) e Senador Elmano Férrer (PODEMOS/PI). **Resultado:** Subscrito pelos Senadores Jayme Campos e Elmano Férrer, e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 57, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as consequências econômicas e ações de mitigação a serem tomadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras S.A. por conta dos ataques às instalações petrolíferas da Arábia Saudita, o que imediatamente impactou o preço do petróleo no mundo." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 58, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, informações sobre o montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e o montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa com a aprovação do PL 3.975/2019 (PL nº 10.985/19 na Câmara dos Deputados), levando em conta os efeitos retroativos e o contido no PL a respeito de elegibilidade do deslocamento por razão elétrica; efeitos da antecipação de Garantia Física das Usinas Estruturantes; e atrasos de transmissão – restrição ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação. Ainda, é necessário identificar o eventual impacto a ser suportado pelo consumidor cativo com a resolução da questão pela via legislativa, com a aprovação da Lei, uma vez que a discussão do risco hidrológico atualmente diz respeito aos consumidores pertencentes ao Mercado Livre. Por fim, em caso de êxito dos geradores na demanda judicial, qual o efeito para os consumidores para o futuro? E, em caso de insucesso judicial, qual o efeito futuro para o consumidor? Em relação ao PL, qual o efeito para o futuro e qual o tratamento para o passado, em relação aos consumidores?." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento de informações. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 59,**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019 que: "Requer a realização de uma diligência na forma de audiência pública, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a Câmara Municipal de São Felix do Araguaia (MT) e a Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM), para discutir e debater o desenvolvimento regional e a infraestrutura no Estado de Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 60, de 2019** que: "Requer que na audiência pública objeto do REQ 26/2019-CI, seja incluído o seguinte convidado: Leonardo Coelho Ribeiro, Professor de Direito Regulatório da FGV e de Direito de infraestrutura do Ibmec." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Álvaro Dias, Carlos Viana, Jayme Campos, Elmano Férrer e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia todos.

Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu tenho um relatório das atividades da Comissão das semanas anteriores. Eu vou fazer esse relatório na parte final e vou direto aos itens da pauta para a gente aproveitar o quórum.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 61, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para criar a categoria de Unidade de Conservação denominada Estrada-Parque e institui a Estrada-Parque Caminho do Colono no Parque Nacional do Iguaçu.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Assis do Couto (PDT/)
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1.Após exame na CI, a matéria vai à CMA e à CDR, em decisão terminativa
2. Em reunião realizada em 27/08/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva
3. Votação simbólica

Em 17/09/2019, o Senador Fabiano Contarato apresentou voto em separado pela rejeição da matéria.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O Senador Fabiano Contarato não está presente.

Considerando que o Senador Fabiano Contarato não se encontra presente, eu queria ponderar com o Plenário se a gente consideraria como lido o relatório dele, porque ele apresentou formalmente para que constasse nos *Anais* da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Há acordo. Assim será procedido.

Em discussão o relatório do Senador Elmano Férrer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Elmano Férrer, favorável ao projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Alvaro Dias, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu quero, Presidente Marcos Rogério, agradecer a eficiência de V. Exa., já que muitas vezes nós somos acusados de lentidão nos procedimentos que adotamos e de que as tramitações dos projetos não atendem à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

celeridade necessária e às aspirações da sociedade. Por isso, os nossos cumprimentos a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Quero agradecer ao Senador Elmano Férrer, que proferiu um parecer competente, esclarecedor, com qualificação técnica indiscutível, demonstrando conhecimento da necessidade do aprimoramento dos procedimentos referentes à preservação ambiental.

É bom dizer que esta Estrada Parque, nos moldes das estradas de países mais avançados do mundo, de nações do primeiro mundo, é uma estrada preservacionista, que contribuirá para a preservação do Parque Nacional do Iguaçu.

Hoje, nós temos a caça ilegal, predadora, e certamente a população se tornará fiscal. O projeto é moderno, vai estabelecer passagens subterrâneas para os animais, grades protetoras, guaritas de fiscalização. Teremos o impedimento para que carros pesados trafeguem, não haverá o asfaltamento. Enfim, as normas que se constituem exigência para a preservação ambiental estão contempladas. Ele tem o apoio do Governo Estadual, do Governador, do Secretário do Meio Ambiente, tem o apoio do Presidente da República e do Ministro do Meio Ambiente.

Há, sem dúvida nenhuma, a consciência de que, com essa Estrada Parque moderna, nós teremos a mais adequada preservação ambiental daquele patrimônio da Humanidade.

Por isso, os nossos agradecimentos por essa aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador, e o cumprimento pela articulação também em torno desse projeto, que é importante para o Estado que V. Exa. representa neste Senado Federal. Este foi o esforço da Comissão de dar uma resposta que fosse célere em razão justamente da relevância do tema, da importância do tema para o Estado de V. Exa.

Cumprimento também o nobre Senador Elmano Férrer pelo brilhante voto que apresentou à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Acir, pela ordem, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Para cumprimentar o Senador Alvaro Dias e o Senador Elmano Férrer por essa matéria tão importante. Também podemos fazer um *link* com o nosso Estado de Rondônia. Nós temos lá uma região em que nós dependemos de ter um avanço com relação a estradas que passam dentro do parque ou na área de afetamento do parque, que é o caso de Nova Mamoré chegando até Buritis. É uma área com que faço uma correlação com essa Estrada Parque. Ela tem um impacto muito menor.

Portanto, essa, sendo aprovada, eu tenho certeza de que ficará mais fácil para a gente também chegar até Nova Mamoré com o asfalto que é tão importante para o desenvolvimento do nosso Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço, nobre Senador Acir Gurgacz. V. Exa. faz alusão à Estrada Parque fundamental para o Estado de Rondônia.

Aliás, tempos atrás, os Municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré ficaram isolados em razão da enchente que tomou conta da BR-364, e essa Estrada Parque, na época, para se permitir usá-la de forma precária, foi necessária intervenção judicial. Então, V. Exa. realmente traz um assunto que é estratégico e absolutamente importante para Rondônia.

Segundo item da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 153, DE 2015
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Hugo Leal (PSD/RJ)
Relatoria: Senador Carlos Viana
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. Após parecer da CI, matéria vai à CTFC
2. Nos dias 20 e 27/08/2019 o projeto foi retirado de pauta em razão da ausência do relator
3. Votação simbólica

Senador Carlos Viana, V. Exa. tem a palavra para apresentação do seu voto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Bom dia. Bom dia, mais uma vez, Presidente, e bom dia aos nossos companheiros Senadores da Infraestrutura.

Só um comentário rápido aqui antes. Muitas vezes, a gente lê os relatórios muito rapidamente, e a frieza dos relatórios não traz a profundidade às vezes necessária do que nós estamos discutindo.

É impressionante que nós tenhamos que votar uma lei – como está proposta aqui – para que o cidadão que paga à vista a compra de uma passagem tenha o direito de emitir uma segunda via. É um absurdo! Isso nos ocupa um tempo... Uma lei para fazer isso?!

Outra colocação, por exemplo: a questão de créditos para os telefones pré-pagos no Brasil. O prazo para que a pessoa que pagou à vista, os créditos valem 90 dias muitas vezes. A pessoa comprou à vista e pagou, os créditos só podem ser usados num prazo de 90 dias! São absurdos que são criados neste País para prejudicar cada vez mais o contribuinte.

Mas vamos lá, é a nossa atribuição. Leio aqui o relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 2015, do Deputado Hugo Leal, altera a Lei nº 11.975, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros, para possibilitar a emissão de segunda via do bilhete de passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional.

A proposta é composta por três artigos. O primeiro deles define o objeto da lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo artigo insere o §2º ao art. 1º da referida lei para determinar que as empresas responsáveis pelo transporte rodoviário interestadual e internacional emitam os bilhetes com a identificação do passageiro e arquivem os seus dados pessoais em meio eletrônico ou mecânico durante o prazo de validade do bilhete ou até a sua efetiva utilização, de maneira a permitir a emissão de segunda via, por solicitação do passageiro ou adquirente.

O terceiro artigo traz a cláusula de vigência, que se dará após decorridos 60 dias de sua publicação.

Na justificação, o Deputado Hugo Leal aponta a inexistência de obrigação legal para a emissão nominativa do bilhete de passagem rodoviária, no transporte interestadual e internacional de passageiros.

O projeto foi distribuído às Comissões de Serviços de Infraestrutura; e de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Não há emendas a analisar.

Segundo o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a "transportes de terra, mar e ar."

A proposição atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade. Em conformidade com o disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, tema da proposição. Ademais, a proposição não trata de tema de iniciativa privativa do Presidente da República contidos no art. 61, §1º, da Constituição Federal.

No que concerne à juridicidade, o projeto altera lei já existente e observa também os requisitos de novidade, generalidade e abstração. Não se tratando de matéria cuja disciplina exija a aprovação de lei complementar, a lei ordinária é instrumento adequado à sua inserção no ordenamento jurídico nacional.

Não há impedimento quanto à regimentalidade, ou seja, o PLS é aderente às normas regimentais desta Casa, bem como quanto à técnica legislativa, uma vez que o projeto respeita a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito da proposta, embora a Resolução nº 4.282, de 17 de fevereiro de 2014, da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que dispõe sobre as condições gerais relativas à venda de bilhetes de passagem nos serviços regulares de transporte terrestre interestadual e internacional de passageiros regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres e dá outras providências já abarque a determinação contida no PLC, considero que, para garantir a segurança de que tal direito do passageiro não venha a ser abolido por edição futura de resolução, a sua instituição mediante lei se faz necessário.

Portanto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do PLC nº 153, de 2015.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Carlos Viana, pelo parecer.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor para seguimento de sua tramitação.

Item 5.

Esse aqui é terminativo, mas é turno suplementar. Nós não temos necessidade de votação pelo sistema eletrônico. Então, faremos a deliberação dessa matéria de relatoria do Senador Eduardo Braga.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 253, DE 2016
- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.

Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR)

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1. Em 10/09/2019 foi aprovado o substitutivo oferecido ao projeto (emenda nº 2/CI)

2. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral (artigo 282 do RISF)

3. Não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação (artigo 284 do RISF)

Portanto, não houve oferecimento de emendas ao substitutivo. Dessa forma, podemos apreciar.

Em discussão, em turno suplementar, o substitutivo, Emenda 2-CI, ao Projeto de Lei do Senado 253, de 2016.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Eu quero aproveitar o momento da discussão sobre esse tema trazido pelo Senador Telmário Mota e que é parte do nosso trabalho na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É a questão de nós discutirmos as energias renováveis em nosso País, especialmente a produção de energia solar. Pela condução que tivemos da política pública estatizante nos últimos 15 anos, as energias que nós podemos dizer limpas – que são conhecidas dessa forma – ficaram relegadas a segundo plano: tanto a eólica quanto a fotovoltaica sempre receberam uma má vontade muito grande das empresas estatais, especialmente quando nós tínhamos o modelo ainda da possibilidade da geração, distribuição e venda da energia elétrica como parte, inclusive, de todo o modelo do sistema elétrico nacional. Hoje nós já temos uma nova organização, o sistema elétrico está distribuído em três áreas –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem gera, quem distribui e quem comercializa –, que tem gerado, inclusive, alguns limbos, especialmente nas empresas como a Cemig, do meu Estado.

Mas o que eu quero dizer é que agora que nós estamos, Senador Elmano, discutindo a ampliação dessas energias no Nordeste, no meu Estado, que é hoje um dos grandes palcos de crescimento da energia fotovoltaica, nós temos uma determinação da Aneel, Senador Jayme Campos, que quer taxar a distribuição dessa energia no sistema atual. Até não é injusto, porque o sistema está pronto; a distribuição, os postes, tudo custou muito às empresas, e é necessária uma contribuição efetiva. Mas nós estamos começando a falar em 63%, nós estamos começando a falar em 50% do valor. O que significa isso? Nós estamos querendo, mais uma vez, postergar a geração de energia limpa, e fazemos em detrimento disso, para favorecer as empresas que estão hoje aí estabelecidas e que querem manter um monopólio que já não interessa ao Brasil. São discussões que nós temos que fazer.

Observem: a proposta de lei que está aqui nos traz uma visão muito moderna sobre a geração de energia. Os novos investimentos com o dinheiro público teriam obrigatoriamente que trazer já prevista a geração de energia renovável – é um avanço o que está aqui. Há pontos que nós poderíamos discutir, e eu sugiro que nós analisemos com mais cuidado, e aqui seria interessante pedir vista, se possível... A obrigatoriedade de energia renovável em prédios alugados pelo setor público: trata-se aqui de um exagero, porque nós geraríamos uma despesa adicional, que posteriormente não retornaria à União, dinheiro gasto do contribuinte, permaneceria dentro de um imóvel particular. Amanhã ou depois, V. Exa., voltando a ser Governador, eu sendo Governador, o Marcos Rogério, por exemplo, nós estaríamos obrigados, em hipótese, aprovado esse ponto, a que todo imóvel alugado pelo Estado obrigatoriamente tivesse energia renovável. Custa, é um valor que ainda hoje é razoável. Uma residência para, por exemplo, quatro pessoas, o investimento médio fica em torno de R$25 mil. O senhor imagine se nós formos colocar energia renovável para um prédio de uma Secretaria de Educação, em que todos os Estados são sempre os mais lotados? São pontos que nós precisamos rever. E o investimento sendo feito, Senador Marcos, posteriormente, quando o imóvel for liberado, esse dinheiro não retornaria ao contribuinte.

A minha opinião é a de que, havendo a construção – e aqui solicito vista para que a gente possa propor mudanças –, se possível, um prédio novo sendo construído pelo Estado, aí, sim, haveria a obrigatoriedade da energia renovável. Por quê? Porque é dinheiro do contribuinte aplicado na economia pelo contribuinte. São pontos que nós precisamos rever e que eu entendo que esta Comissão poderia trazer para uma discussão muito mais ampla sobre essa questão.

Posteriormente, vou entrar com um requerimento para que nós convidemos aqui a Aneel para nos trazer informações sobre essa taxação que está sendo proposta na distribuição de energias renováveis em nosso País. Entendo que se trata de um assunto que esta Comissão deverá discutir, caso contrário, nós vamos desincentivar, mais uma vez, grandes investimentos internacionais que vêm para nos colocar num patamar hoje mais civilizado de produção de energia por meio do sol e também eólica.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Carlos Viana, agradeço a V. Exa. As preocupações de V. Exa. são preocupações absolutamente pertinentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Farei aqui apenas um adendo, infelizmente não cabe vista nessa fase da tramitação em razão de estar no turno suplementar, mas a indagação de V. Exa., a preocupação de V. Exa. é justamente a diretriz do projeto que nós estamos aprovando. Ele visa a implantação desse novo modelo justamente naqueles empreendimentos novos, e não nos prédios antigos.

A própria ementa da...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, mas, Excelência, aqui está colocado que obriga inclusive nos prédios alugados pelo setor público.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A ementa do projeto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse investimento do projeto está aqui, está colocado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele coloca como diretriz, mas não é, a obrigatoriedade é para os prédios novos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

Então, se há essa definição de redação...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já esclareço V. Exa.

Senador Jayme Campos, V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Primeiro, quero louvar a iniciativa de V. Exa., Senador Carlos, na medida em que o Brasil está avançando...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... nesse tipo de energia, uma energia limpa, renovável e, sobretudo, nós temos que incentivar tendo em vista de que há uma dificuldade muito grande em relação a essa matéria. Evidentemente, nós temos que dar incentivos para que essa energia não seja mais cara. Quando V. Exa. diz aqui 60%, 50% de tributação, isso inviabiliza qualquer projeto no Brasil.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Lamentavelmente, no Brasil paga-se uma das energias mais caras do Planeta. Vou dar um exemplo para o senhor. Em Mato Grosso, particularmente, nós pagamos, entre ICMS, PIS, Cofins...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... dá 42%, isso inviabiliza qualquer empresário construir uma indústria ou aumentar a sua indústria pelo fato de que a energia é muito cara.

Quando você vem com uma matriz nova, como é a fotovoltaica, a eólica, a biomassa, que produz também uma energia limpa, lamentavelmente o Governo atrapalha, tanto é que dá a sensação e a impressão de que, lamentavelmente, há algum jogo de interesse econômico neste País muito grande por detrás que quer inviabilizar. O Brasil precisa partir para novas alternativas, pois essa prática que existia de energias no Brasil, lamentavelmente, está sendo superada, na medida em que é uma energia cara, uma energia em que, com certeza, temos dificuldades. É o caso das barragens que se constroem, muitas vezes, pelo fato da seca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As barragens, 90% delas no Brasil todo reduziram em quase 60% da sua capacidade de produção, não é isso? A capacidade de produção. Isso passa a ser mais oneroso. Quando se chega lá na ponta, aí vem a tarja verde, amarela e vermelha. O Governo está cobrando mais aquela taxa em cima de energia consumida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. E isso, Excelência, permitindo um adendo aqui, sem contarmos o custo social. Atingidos por barragens, as comunidades... Hoje, nós temos uma discussão no País muito correta sobre essas comunidades que estão ali a jusante das barragens. E, se nós temos, por exemplo, a possibilidade de usar os próprios lagos das concessionárias das usinas geradoras como forma de gerar energia elétrica fotovoltaica, não há sentido...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A não ser que se queira criar uma reserva de mercado para essas empresas que hoje...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Essa é a impressão que passa ...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa é a impressão que nos passa. Daí a estranheza, concordo com V. Exa. Temos que chamar aqui para entendermos claramente qual é a proposta para não se inviabilizar o setor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É apenas essa a minha contribuição. Quero louvar a fala do ilustre e eminente Senador Carlos Viana, no momento oportuno, sobretudo, quando discutirmos aqui novas matrizes energéticas do Brasil. É isso que queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jayme Campos, e também ao Senador Carlos Viana pelas ponderações absolutamente acertadas e preocupações extremamente atuais.

Eu diria a V. Exa., na mesma linha que o Senador Jayme Campos aborda, que o que fizeram com o Brasil, com todo o respeito, com toda a vênia, foi um crime de lesa-pátria, um crime contra o interesse nacional com a modelagem do setor elétrico, a modelagem das nossas usinas adotadas nos últimos anos, porque nós temos um problema de intermitência e, com a modelagem adotada, continuamos com o problema e intermitência, porque você tem empreendimentos... Há empreendimentos hoje que, se se fosse fazer um novo relatório de impacto econômico, de viabilidade econômica, não seriam executados. Vou citar apenas um exemplo aqui – não quero entrar nesse debate; eu acho que nós vamos ter que fazer esse debate logo mais adiante –, que é o caso de Belo Monte. Começou com 19 bilhões de previsão de investimento; já estamos chegando à casa dos 30 e pode chegar a 40.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E tivemos de fazer uma outra usina para manter o lago.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato. Então, veja: se hoje fosse preciso fazer um novo estudo de viabilidade econômica, talvez a opção fosse não construir. Você tem um problema de baixa geração, alto custo, tem impacto e, no modelo que foi adotado, você vai continuar tendo o problema da intermitência, obrigando o acionamento das térmicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o problema de você fazer estudo com base em aspectos, conceitos ideológicos, e não técnicos, e não científicos, é isso. Porque você não quantifica pelo grau de impacto real a dimensão do impacto que é localizado no caso de um de lago, no caso de uma barragem de uma grande usina, de um grande empreendimento. Agora, quando você faz o acionamento das térmicas, aí, não. Aí, você espalha a poluição para o Brasil inteiro. Por que onde é que estão as térmicas?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Excelência, dois pontos para complementar essa discussão para quem nos acompanha. Quanto à questão da geração da energia eólica no Nordeste, a informação que nós temos oficial é de que 30% dessa energia são desperdiçados. O Governo Federal paga por ela e vem pagando por ela há quase oito anos, e ela não se integra ao Operador Nacional do Sistema. Agora é que estão sendo construídos os linhões de distribuição de Jirau e de Santo Antônio que irão se juntar ao sistema nacional e que vão aproveitar a energia gerada eólica, que nós estamos pagando há muito tempo sem usar.

Outra decisão dentro do que V. Exa. colocou, Senador Marcos, é a questão, por exemplo, do Linhão de Roraima, que foi decidido agora como emergência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há quanto tempo!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Roraima poderia ser o primeiro Estado brasileiro autossuficiente em energia alternativa fotovoltaica e eólica – poderia ser! Com o mesmo gasto que nós teremos em fazer um linhão que vai cortar toda a Amazônia até Roraima, nós poderíamos fazer dali um caso de sucesso de energia fotovoltaica e de energia eólica no Estado de Roraima. Enfim, é aquela história...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Enfim, é uma discussão para a gente fazer aqui ao longo do tempo. E, na Comissão de Infraestrutura, o objetivo que nós estabelecemos, no início dos trabalhos aqui, foi justamente discutir os temas da infraestrutura nacional. E esse do setor elétrico é um tema fundamental de se discutir.

Nesse ponto que V. Exa. suscita das fontes alternativas de energia – inclusive, está presente no 232, que nós estamos discutindo, de que sou Relator –, eu acho que nós temos que ampliar esse debate, porque eu sou entusiasta do modelo de energia limpa, mas nós precisamos discutir a inserção desse produto, que hoje, especialmente no caso da fotovoltaica, atinge uma camada privilegiada da sociedade, é quem pode mais. E a gente tem que ter o cuidado de não colocar os incentivos que são dados para esse segmento na conta de quem está no mercado cativo. Esse é um tema que a gente tem que discutir, observando justamente quem pode mais e quem pode menos e, no caso de quem pode mais, o porquê do incentivo que está sendo dado. Ah, é um empreendimento, é uma empresa que vai gerar empregos e tal... Então, cada situação tem que ser analisada, estudada, dentro do seu escopo, mas sem deixar de levar em consideração que, no mercado cativo, está a base daqueles que mantêm todo o sistema. Por exemplo, na minha propriedade, eu estou colocando o sistema fotovoltaico e eu vou utilizar parte do que estou colocando lá em outra unidade que fica a 400km de distância. É justo ou é injusto eu pagar pela transmissão? Essa discussão de quem conhece os dois lados da ponta é fundamental.

Nós podemos fazer este debate aqui num novo momento, chamando aqui os atores do processo. Eu acho que quem pode nos ajudar muito nisso, inclusive na questão de acionamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por disponibilidade, é o Operador Nacional do Sistema, porque eu acho que o modelo hoje é um modelo, pelo que nós fizemos nas audiências públicas aqui, que tem problemas, problemas sérios. Você paga por um produto que não entregam, e, quando acionado, não há disponibilidade. Então, é um tema em que a gente pode avançar muito aqui.

Eu queria tranquilizar V. Exa. em relação ao projeto que nós estamos discutindo, porque, na versão original do projeto, o alerta de V. Exa. está adequado, havia uma obrigatoriedade; no substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Braga, ele coloca como diretriz. Então, o art. 82-E diz o seguinte: o PMCMV deverá ter como diretriz a utilização de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos que objetivem a redução de impactos ambientais, a economia de recursos naturais e a conservação e o uso racional de energia. Portanto, a preocupação de V. Exa. está atendida no substitutivo do Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para discutir.) – Presidente, abstraindo um pouco do tema do projeto, já que tomou uma amplitude maior a discussão com relação às energias alternativas, às energias limpas. Um aspecto importante, nós estamos analisando o Piauí: o Piauí é um grande produtor de energia fotovoltaica, além da energia eólica, e, numa discussão aqui, a tributação é feita no consumo, ou seja, os parques eólicos e fotovoltaicos que nós temos no Estado do Piauí não geram nenhum tributo para o Estado produtor, que é exatamente o Estado do Piauí. Nós temos lá agora, foi inaugurado no ano passado, o maior parque fotovoltaico da América do Sul, 292MW, quando nós temos hidrelétrica, em que cada turbina gera 60MW, ou seja, a nossa matriz hoje no Estado está sendo as energias limpas, as energias alternativas.

Agora, uma questão fundamental: a pessoa comum tem discutido, nesses Municípios onde estão instalados esses parques eólicos e fotovoltaicos, o que é que fica no Estado. Então, eu creio que seria interessante fazermos uma audiência aqui com a Aneel...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI) – ... com o Operador Nacional do Sistema Elétrico e outras instituições envolvidas nessa questão energética no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e até em razão de o Estado de V. Exa., a região, o Nordeste brasileiro ser um grande produtor de energia limpa, especialmente a energia eólica... E essa questão é das chamadas fontes incentivadas, e aí se criam esses ambientes de discussão no âmbito dos Estados.

O que foi discutido aqui, no curso das audiências públicas relacionadas ao 232, foi a chamada valoração do atributo da fonte – eles colocam isso como um ponto importante nessa nova modelagem –, mas nós podemos, independentemente do avanço do 232, tratar esse tema ao debate. Eu acho que esse é um tema que não se esgota no 232. Nós temos um campo de discussão, de ação muito grande dentro dessa pauta. Se V. Exa. quiser tomar a iniciativa de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propor a audiência pública, nós encaminharemos como Comissão para fazê-la o quanto antes. Acho absolutamente oportuno o tema.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado sem votação, em conformidade com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Presidência do Senado Federal, nos termos do art. 91 do Regimento.

Item 6 é terminativo. Projeto de lei do Senado...

Esse aqui, como é terminativo, não há quórum, vamos deixar para a próxima sessão.

Item extrapauta.

São alguns requerimentos que eu pediria aos nobres colegas a possibilidade de a gente apreciar.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 56, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa no estado de Rondônia, com o objetivo de verificar os procedimentos adotados pela empresa Energisa e averiguar eventuais irregularidades na troca de relógios medidores do consumo de energia elétrica no estado de Rondônia, em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO) e outros

Eu apenas comunico ao Plenário que, com essa transição da empresa, muitas denúncias têm sido feitas, muitas acusações de consumidores estão acontecendo. Não cabe, neste momento, nenhum prejulgamento com relação à ação da empresa, mas, para verificar *in loco* o que está acontecendo e o impacto disso para o consumidor e para o empreendimento é que eu estou propondo essa diligência com o acompanhamento, com a presença também da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Indago se algum Senador quer se manifestar.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Eu quero contribuir com V. Exa. A Energisa é a mesma concessionária do Mato Grosso e de Rondônia. É pertinente o requerimento de V. Exa., até porque fui vítima de praticamente um assalto. Só para dar um exemplo aqui da minha residência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu pagava 2.240 a 2.300/mês. Chegou por três meses consecutivamente algo parecido com 6.500, 6.600 e 6.800. Eu precisei entrar com mandado de segurança, ajuizei uma ação no fórum da comarca da minha cidade, para quê? Baseado em que uma energia que você vem pagando há quase dois ou três anos pagando essa média, como é que se sobe da noite para o dia de 2.200 ou 2.300 para 6.300 ou 6.500? Não é pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comenta-se à boca pequena que é para dar uma suavizada no caixa da própria empresa. Para algumas pessoas pode passar despercebido, para outras imagino que não tenham até a capacidade jurídica para entrar no fórum, para entrar com um mandado de segurança e vão pagando R$100 ou R$200 a mais. Dependendo do tamanho do consumidor, eles estavam aplicando R$100 a mais na conta do Carlos, R$50 na conta... Enfim, aí faziam a feira.

Então, V. Exa. tem toda razão. É pertinente esse requerimento do senhor. Quero ser signatário com V. Exa., se V. Exa. me permite. Vou trazer os dados de comprovante.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É a mesma concessionária. É mera coincidência, pois a concessionária de Mato Grosso é a mesma concessionária do Estado de Rondônia. Há uma prática lá, uma reclamação gigantesca. E eu fui vítima. Então, com capacidade. Já sendo vítima, tenho a informação precisa que certamente traremos nesta Comissão aqui. E vou trazer documento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu trago documento para provar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e acolho a manifestação de V. Exa. no sentido subscrever o requerimento para essa diligência.

Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (PODEMOS - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, situação idêntica é no Piauí. O cidadão comum... Lá há hoje uma nova concessionária privada, a Equatorial e as reclamações são tamanhas, o cidadão comum não tem a quem recorrer.

Então, creio que esse é um problema que se está espraiando Brasil afora, em razão das novas concessões de energia, especialmente no Norte e no Nordeste, onde seis Estados fizeram leilão ultimamente. Esse é um problema seriíssimo, que está acontecendo com o cidadão comum. Inclusive, tenho conhecimento de um caso nosso, uma propriedade rural, em que triplicou. Isso agora, semana passada. E a gente tem que tomar alguma decisão relacionada a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Elmano Férrer.

Há previsão regimental para as diligências. E eu queria colocar à disposição do Senadores. Alguns Senadores aprovaram requerimento de diligência da Comissão de Infraestrutura.

Nós não temos que perder de vista que o papel do Parlamento Federal e desta Comissão também é o papel de controle, não é só no sentido de sermos aqui só legisladores. O papel constitucional do Parlamento também é o papel de controle, é um papel de que nós não temos o direito de abrir mão. Então, sempre que há denúncias com fundadas razões, se o Parlamento é provocado, é seu dever, é sua obrigação exercer esse poder de controle. Há outro órgão que tem função de controle. O Parlamento tem poder de controle à luz da Constituição Federal, e é exatamente isso que nós vamos fazer no âmbito dessas diligências, com acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

técnico. Quando for necessário o acompanhamento técnico da Aneel, nós faremos a comunicação para que acompanhe; quando for necessário o acompanhamento técnico do Tribunal de Contas da União, faremos a comunicação para que o Tribunal de Contas da União também acompanhe essas diligências. Eu queria deixar aberto aqui para todos os Senadores: havendo razões para se determinar a diligência, que a gente o faça, com acompanhamento técnico, inclusive.

Agradeço as ponderações de V. Exas.

Passo à votação do requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 57, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as consequências econômicas e ações de mitigação a serem tomadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras S.A. por conta dos ataques às instalações petrolíferas da Arábia Saudita, o que imediatamente impactou o preço do petróleo no mundo.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO).

Inclusive, isso impactou o preço do petróleo no Brasil, que é um comprador da região.

Propõe-se para a audiência pública a presença dos seguintes convidados: representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e representante da Petrobras S.A.

O requerimento também é de minha autoria.

Peço aos nobres pares que possamos apreciá-lo.

Em votação.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O último item da pauta é o Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 58, de 2019, que requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 58, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, informações sobre o montante financeiro envolvido na resolução da questão do risco hidrológico pela via judicial e o montante financeiro resultante da solução do risco hidrológico pela via legislativa com a aprovação do PL 3.975/2019 (PL nº 10.985/19 na Câmara dos Deputados), levando em conta os efeitos retroativos e o contido no PL

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a respeito de elegibilidade do deslocamento por razão elétrica; efeitos da antecipação de Garantia Física das Usinas Estruturantes; e atrasos de transmissão – restrição ao escoamento da energia em função de atraso na entrada em operação. Ainda, é necessário identificar o eventual impacto a ser suportado pelo consumidor cativo com a resolução da questão pela via legislativa, com a aprovação da Lei, uma vez que a discussão do risco hidrológico atualmente diz respeito aos consumidores pertencentes ao Mercado Livre. Por fim, em caso de êxito dos geradores na demanda judicial, qual o efeito para os consumidores para o futuro? E, em caso de insucesso judicial, qual o efeito futuro para o consumidor? Em relação ao PL, qual o efeito para o futuro e qual o tratamento para o passado, em relação aos consumidores?

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO).

Indago ao Plenário se podemos votar. (*Pausa.*)

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a apresentação do requerimento de informações, que segue à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O Senador Wellington Fagundes apresenta dois requerimentos extrapauta, que eu submeto à Comissão, Requerimentos 59 e 60, nos seguintes termos:

> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma diligência na forma de audiência pública, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a Câmara Municipal de São Félix do Araguaia/MT e a Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM) a ser realizada no dia 11 de outubro de 2019, para discutir e debater o desenvolvimento regional e a infraestrutura no Estado de Mato Grosso.
>
> [Convidados:]
>
> 1. Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Glademir Aroldi;
> 2. Presidente da Associação Mato-Grossense de Municípios, Neurilan Fraga;
> 3. Ministério da Infraestrutura;
> 4. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco);
> 5. Banco do Brasil.

É o requerimento do nobre Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 59, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de uma diligência na forma de audiência pública, em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a Câmara Municipal de São Felix do Araguaia (MT) e a Associação Mato-Grossense de Municípios (AMM), para discutir e debater o desenvolvimento regional e a infraestrutura no Estado de Mato Grosso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. *Fora do microfone*.) – Se quiser votar os dois em bloco...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Senador Wellington propõe a votação em conjunto.

Requerimento nº 60.

> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CI, seja incluído o seguinte convidado:
> 1. Leonardo Coelho Ribeiro, Professor de Direito Regulatório da FGV e de Direito de infraestrutura do Ibmec.

São os dois requerimentos do nobre Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 60, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que na audiência pública objeto do REQ 26/2019-CI, seja incluído o seguinte convidado: Leonardo Coelho Ribeiro, Professor de Direito Regulatório da FGV e de Direito de infraestrutura do Ibmec.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT).

Indago se há quem queira discutir ou encaminhar. (*Pausa.*)

Não havendo, em votação os requerimentos.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Esgotada a pauta possível de deliberação no dia de hoje.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial dos Senadores e das Senadoras junto a esta Comissão de Infraestrutura.

Por fim, convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 24 de setembro, terça-feira, às 11h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Leila Barros, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Eduardo Girão e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 54/2019 - CI, de autoria do Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Finalidade:** Conhecer a atuação da Advocacia-Geral da União na defesa judicial e viabilização de políticas públicas de infraestrutura. **Participante:** André Luiz de Almeida Mendonça, Advogado-Geral da União. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Fabiano Contarato, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rodrigo Cunha e Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Irajá e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Rodrigo Pacheco, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Telmário Mota, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Lasier Martins, Rogério Carvalho, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Zenaide Maia e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 55/2019 - CI, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Finalidade:** Debater a realização da primeira edição do *World Toilet Summit* na América Latina. **Participantes:** Jack Sim, Fundador do *World Toilet Organization*; Édison Carlos, Presidente Executivo do Instituto Trata Brasil. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Irajá

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e onze minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Marcos Rogério, Styvenson Valentim e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 31/2019 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC), e REQ 34/2019 - CI, de autoria Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Finalidade:** Discutir a reestruturação societária entre as subsidiárias Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, a fim de que sejam feitas as exposições da fundamentação técnica, jurídica, econômica, trabalhista e tributária que motiva a decisão da Eletrobras e os riscos fiscais para a operação de incorporação às avessas da Eletrosul pela CGTEE, sob a luz da Lei 4.502/64. **Participantes:** Wilson Ferreira Júnior, Presidente da Eletrobras; General Antonio Carlos Nascimento Krieger, Presidente da Eletrosul; Walter de Agra Júnior, Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Adriana Gomes Rêgo, Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF; Anselmo Machado, Diretor Jurídico da Intersul - Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil; Phelippe Toledo Pires de Oliveira, Procurador-Geral Adjunto de Consultoria Tributária e Previdenciária do Ministério da Economia - ME; Claudia Aparecida de Souza Trindade, Procuradora da Fazenda Nacional da Coordenação-Geral de Assuntos Societários da União do Ministério da Economia - ME. José Antônio Latrônico Filho, Presidente da Associação Brasileira de Engenheiros Eletricistas; Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica do Crea-SC. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Fazem uso da palavra os SenadoresWellington Fagundes, Jean Paul Prates e Espiridião Amin. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.163354/2019-54

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dário Berger

Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/26

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e cinquenta e oito minutos do dia hum de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Wellington Fagundes, Lasier Martins, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Roberto Rocha, Eliziane Gama, Styvenson Valentim e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 61, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a possibilidade de geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 62, de 2019** que: "Requer a realização de diligência externa nas regiões com gargalo de infraestrutura de abastecimento energético, em suas diversas fontes, bem como com empreendimentos energéticos que possibilitarão a segurança energética no curto e médio prazo, com o objetivo de realizar diligências em empreendimentos do setor energético em construção ou recém-concluídos, para verificar, respectivamente, o cumprimento dos cronogramas de obras e a conexão à infraestrutura existente, tendo em vista o atingimento dos objetivos de segurança energética do País." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 63, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia e das Relações Exteriores, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior e Ernesto Henrique Fraga Araújo, informações sobre as negociações envolvendo o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu (Tratado de Itaipu, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23, de 26 de abril de 1973), especialmente no tocante à revisão do anexo C, a ocorrer até 2023:." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovada a apresentação do requerimento de informações. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 64, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões ligadas às dificuldades encontradas pelo IBAMA para emitir o licenciamento ambiental para obra de derrocagem do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins/Pará." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. O Senador Lucas Barreto faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/01

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta 37ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Documentos recebidos pela Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 601-TCU-Plenário, que encaminha cópia de acórdão proferido pela Corte nos autos do processo que trata de pedido de reexame contra deliberação em acompanhamento sobre a revisão da metodologia e da data-base do reajuste tarifário do Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12/2019, o aviso, já disponível para consulta na página da Comissão, aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Ainda em conformidade com a supracitada instrução normativa, a Presidência comunica o encerramento do prazo para manifestação e o consequente arquivamento dos Avisos do Tribunal de Contas da União nºs 531, 543 e 557 e dos Ofícios "S" nºs 13 e 17, de 2019.

Gostaria de trazer ao conhecimento desta Comissão de Infraestrutura uma atualização a respeito do Requerimento nº 58, de 2019, que apresentei nesta Comissão, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre a solução do risco hidrológico pela via legislativa, especialmente em relação ao montante financeiro envolvido nessa temática.

É público e notório que o valor da judicialização impacta o mercado de curto prazo em cerca de R$7,5 bilhões em valores brutos e em cerca de R$4,4 bilhões em valores líquidos, após compensações de débito e crédito. Contudo, até o momento em que formulei o requerimento, não eram conhecidas as informações a respeito do valor envolvido com a aprovação do PL 3.975, de 2019 (PL 10.985/18 na Câmara dos Deputados).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Basicamente, solicitei informações a respeito de três itens ao Ministério de Minas e Energia: (i) elegibilidade do deslocamento por razão elétrica; (ii) efeitos da antecipação de garantia física das usinas estruturantes; e (iii) atrasos de transmissão, restrição ao escoamento de energia em função de atraso na entrada em operação.

O Ministério de Minas e Energia, de modo muito diligente, muito célere, disponibilizou as informações. Em síntese, o Ministério de Minas e Energia indicou que não haverá impacto para o consumidor cativo e que o montante financeiro envolvido para fins de extensão da outorga, alongamento de contrato, atualizado pelo IPCA alcança R$11 bilhões – atualizado para julho de 2019. Isso é quase duas vezes superior ao valor líquido que hoje espera o mercado de curto prazo.

Frente a essas informações, encaminhei ofício ao Ministério de Minas e Energia solicitando esclarecimentos. De modo sintético, eu informo à Comissão quais foram os pontos abordados nesse pedido de esclarecimento.

1. O valor informado pelo Ministério de Minas e Energia levou em conta unicamente a atualização pelo IPCA, mas o PL 10.985, de 2018, prevê também a atualização pelo Wacc para cálculo do valor a ser pago por meio da extensão da outorga. Assim, qual o valor total a ser compensado aos geradores e o tempo médio de ampliação dos prazos de concessão das usinas, utilizando-se tanto o IPCA quanto o custo de capital na forma como previsto no PL 10.985, de 2018?

2. No âmbito do ACR, para a repactuação do risco hidrológico dos geradores, é necessário o pagamento de prêmio pelo gerador. Nos termos do PL 10.985, o que o gerador, no ACL, pagará para repactuar o risco hidrológico? A repactuação ocorrerá sem o correspondente pagamento do prêmio?

3. O PL 10.985, de 2018, propõe alterar a redação do art. 2º da Lei 13.203, de 2015, e ampliar o alcance de conceitos que são utilizados pela Aneel para definir encargos a serem cobrados dos consumidores a partir da sanção da lei. Logo, como pode ser assumido que esse custo será transformado em extensão de outorga se o pagamento atualmente é feito por meio de cobrança de encargos? Ainda: o deslocamento hidráulico, por razões elétricas e energéticas ocorridas após a sanção da lei, será pago por encargo ou por extensão de outorga? Logo, considerando que atualmente só há previsão para o pagamento do deslocamento hidráulico por razões energéticas, qual é o montante estimado de encargos para o pagamento do deslocamento hidráulico por razões elétricas a partir desse projeto?

4. Levando em conta a discussão do PLS 232, de 2016, do qual sou Relator, considerando que o substitutivo do PL 232, de 2016, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, traz a previsão de que parte da chamada renda hidráulica de novos contratos de concessão sejam direcionados à CDE, a conversão do benefício aos geradores em extensão de outorga não significa retirada de recursos da CDE, impactando na tarifa dos consumidores, tanto livres quanto cativos?

Bem, dessa forma, dentro do papel de controle e fiscalização que cabe ao Poder Legislativo e por conta da temática a esta Comissão de Infraestrutura vinculada, apresentei ofício ao Ministério de Minas e Energia com o pedido de esclarecimentos para que, respondendo aos itens acima, seja informado o total efetivo de valores envolvidos na extensão da outorga e disponibilizada informação a respeito de eventual impacto nos consumidores. Destaco que nossa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preocupação é garantir segurança e previsibilidade, tanto para o setor elétrico como para os consumidores. Há duas vias importantes a serem consideradas aqui.

Era esse o registro que gostaria de fazer na abertura da reunião de hoje, por ser um assunto importante e por dizer respeito a pauta cujo desdobramento o setor aguarda com certa intranquilidade. Então, fiz esses pedidos e, assim que chegarem as informações, delas darei conhecimento também à Comissão de Infraestrutura.

Vamos aos itens da pauta de hoje.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 261, DE 2018
- Não terminativo -

Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)
Relatoria: Senador Jean Paul Prates
Relatório: Não apresentado
Observações:
1. O projeto tem parecer favorável da CAE, com as emendas 1 a 7/CAE
2. Após análise na CI, a matéria vai à CCJ, em decisão terminativa
3. Nos dias 25/04, 06/06 e 27/06/2019 foram realizadas audiências públicas de instrução da matéria
4. Votação simbólica

Eu coloquei na pauta esse projeto, mas, a pedido do Relator, nós vamos postergar a leitura do relatório em razão de alguns apelos que ele recebeu para ajustes na matéria. É uma matéria estratégica para o Brasil, estratégica para o setor ferroviário e que teve um trabalho extremamente zeloso por parte do Relator, com audiências públicas, com diligências. Realmente fez um trabalho digno de reconhecimento e elogios o Senador Jean Paul Prates, que me fez o apelo para que tirássemos de pauta o projeto na data de hoje. Eu não o estou tirando da pauta da Comissão, ele vai continuar na pauta da Comissão; apenas não estamos submetendo a leitura do parecer e do voto em razão desse apelo.

E aqui mais um ponto de elogio ao Relator, porque o apelo que ele recebeu foi do próprio Ministério de Infraestrutura, e há, da parte do Senador Jean Paul, esse esforço de construir um projeto que dialogue justamente com todos os atores envolvidos, com todos aqueles que têm interesse nessa matéria.

Faço este registro por ser medida de justiça com o Relator que se dedicou à matéria. (*Pausa.*)

Os itens 2, 3 e 4 são terminativos. Em razão da agenda de hoje, bastante direcionada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu deixo de submeter a votação com o chamamento dos Senadores aqui, como fizemos nas sessões anteriores, para o fazer na próxima semana, certamente com ambiente menos concorrido – previdência na pauta da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 61, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a possibilidade de geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Propõe a presença dos seguintes convidados: Ministério de Minas e Energia; Agência Nacional de Energia Elétrica; Operador Nacional do Sistema Elétrico; Rodrigo Lopes Sauaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar); Walter Abreu, Diretor Regional da Associação Brasileira de Geração Distribuída em Minas Gerais.

A autoria é do Senador Carlos Viana.

Submeto a votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 62, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de diligência externa nas regiões com gargalo de infraestrutura de abastecimento energético, em suas diversas fontes, bem como com empreendimentos energéticos que possibilitarão a segurança energética no curto e médio prazo, com o objetivo de realizar diligências em empreendimentos do setor energético em construção ou recém-concluídos, para verificar, respectivamente, o cumprimento dos cronogramas de obras e a conexão à infraestrutura existente, tendo em vista o atingimento dos objetivos de segurança energética do País.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Submeto este requerimento de minha autoria à apreciação das Sras. e Srs. Senadores.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Registro a presença do meu Líder, Senador Rodrigo Pacheco, Líder do Democratas do Senado Federal, membro desta Comissão que nos enche de orgulho por sua atuação auspiciosa representando o Estado de Minas Gerais com grandeza neste Parlamento Federal.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia e das Relações Exteriores, Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Júnior e Ernesto Henrique Fraga Araújo, informações sobre as negociações envolvendo o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu (Tratado de Itaipu, aprovado pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto Legislativo nº 23, de 26 de abril de 1973), especialmente no tocante à revisão do anexo C, a ocorrer até 2023:.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Nesses termos, requisita-se:

1. Encaminhamento dos atos, documentos que lhes embasaram, notas técnicas e pareceres sobre o Tratado de Itaipu;
2. Encaminhamento da documentação referente à revisão do anexo C do referido tratado;
3. Remessa das atas das reuniões entre as partes (Brasil e Paraguai), bem como das reuniões prévias realizadas pelos Ministérios de Minas e Energia e das Relações Exteriores para tratar da revisão do Tratado de Itaipu;
4. Notas técnicas e pareceres sobre as propostas para a destinação da energia de Itaipu, tanto aquela referente ao Brasil quanto o excedente não consumido pelo Paraguai.

Requerimento de minha autoria que também submeto à apreciação deste douto Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Faço o registro também da presença do nobre Senador Lucas Barreto, Senador atuante que representa com muita competência o Estado do Amapá neste Senado Federal, nossa referência gastronômica no Senado Federal, sempre.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se houver pauta esta semana, já anuncie.

O Senador Lucas Barreto, além de um grande Senador, é um... Culinarista ou cozinheiro? Qual é a definição correta, meu caro... *Chef*! Aliás, eu vou dizer assim: *coach* gastronômico.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – *Chef* é quando está em restaurante; em casa, é cozinheiro mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É cozinheiro mesmo? Olha, eu não sei se é *chef* ou cozinheiro, mas o que ele faz é bom, não tem concorrência.

EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 64, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões ligadas às dificuldades encontradas pelo IBAMA para emitir o licenciamento ambiental para obra de derrocagem do Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins/Pará.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater questões ligadas às dificuldades encontradas pelo IBAMA para emitir o licenciamento ambiental para obra de derrocagem do Pedral do Lourenço no Rio Tocantins/Pará.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro de Estado da Infraestrutura ou seu representante;
2. Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis ou seu representante;
3. Presidente do Consórcio de Municípios Alagados pelo Rio Tocantins (Compart) ou seu representante.

É o requerimento do nobre Senador Zequinha Marinho que submeto à apreciação do Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais itens a deliberar na data de hoje e considerando que nós temos na CCJ uma longa jornada nesta terça-feira em razão da apreciação da reforma da previdência, ou do desdobramento da proposta principal, que ficou convencionada como PEC paralela, nós vamos fazer uma reunião mais curta hoje.

Mais uma vez, agradeço a presença do Senador e Líder Rodrigo Pacheco, do Senador Lucas Barreto e das senhoras e dos senhores a esta reunião.

Antes de encerrarmos, agradeço mais uma vez a presença de todos, em especial dos Senadores e das Senadoras, e por fim convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 8 de outubro, terça-feira, às 9h, neste Plenário, com a audiência pública com o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). E, na próxima terça, teremos também sessão deliberativa com a pauta remanescente e outros itens que estiverem prontos para deliberar.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e onze minutos do dia oito de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Chico Rodrigues, Rodrigo Cunha e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá, Wellington Fagundes e Styvenson Valentim. Justifica ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 60, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para ampliar o horário em que pode ser estabelecido o período de concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica ao irrigante e ao aquicultor, e para vedar a aplicação de diferentes percentuais de descontos na Classe Rural." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Irajá. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta em razão da ausência do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 261, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Jean Paul Prates. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2129, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3178, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partilha da produção." **Autoria:** Senador José Serra (PSDB/SP). **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 702, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das rodovias federais em relação às vias locais urbanas." **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, na forma da emenda nº 1/CI (substitutivo), bem como pela aprovação da emenda nº 2/S, na forma da subemenda que apresenta, e pela rejeição das emendas nº 3/S e 4/S, apresentadas em turno suplementar. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 712, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para estabelecer meta de participação de fontes renováveis na matriz energética brasileira para o ano de 2040." **Autoria:** Senador Cristovam Buarque (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 310, de 2018 - Terminativo -** que: "Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3981, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV; altera a Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997; revoga as Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, 6.346, de 6 de julho de 1976, 6.504, de 13 de dezembro de 1977, 6.555, de 22 de agosto de 1978, 6.574, de 30 de setembro de 1978, 6.630, de 16 de abril de 1979, 6.648, de 16 de maio de 1979, 6.671, de 4 de julho de 1979, 6.776, de 30 de abril de 1980, 6.933, de 13 de julho de 1980, 6.976, de 14 de dezembro de 1980, 7.003, de 24 de junho de 1982, 7.436, de 20 de dezembro de 1985, 7.581, de 24 de dezembro de 1986, 9.060, de 14 de junho de 1995, 9.078, de 11 de julho de 1995, 9.830, de 2 de setembro de 1999, 9.852, de 27 de outubro de 1999, 10.030, de 20 de outubro de 2000, 10.031, de 20 de outubro de 2000, 10.540, de 1º de outubro de 2002, 10.606, de 19 de dezembro de 2002, 10.680, de 23 de maio de 2003, 10.739, de 24 de setembro de 2003, 10.789, de 28 de novembro de 2003, 10.960, de 7 de outubro de 2004, 11.003, de 16 de dezembro de 2004, 11.122, de 31 de maio de 2005, 11.475, de 29 de maio de 2007, 11.550, de 19 de novembro de 2007, 11.701, de 18 de junho de 2008, 11.729, de 24 de junho de 2008, e 11.731, de 24 de junho de 2008; revoga dispositivos das Leis nºs 6.261, de 14 de novembro de 1975, 6.406, de 21 de março de 1977, 11.297, de 9 de maio de 2006, 11.314, de 3 de julho de 2006, 11.482, de 31 de maio de 2007, 11.518, de 5 de setembro de 2007, e 11.772, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências, para proibir a construção de pontes de madeira construídas com recursos do Governo Federal." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda de redação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 67, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a suspensão do uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis em vias públicas, conforme despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovada a apresentação de requerimento de informações. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 68, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, informações sobre a suspensão do uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis em vias públicas, conforme despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (DEM/RO). **Resultado:** Aprovada a apresentação de requerimento de informações. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 69, de 2019** que: "Incluir a ABRADEE na audiência pública para debater a geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 12 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 70, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o PL nº 3178, de 2019, que modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Fabiano Contarato, Jayme Campos, Telmário Mota, Rodrigo Pacheco e Jean Paul Prates. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/08

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 38ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e Srs. Senadores aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Um comunicado à Comissão.

A Presidência lembra às Sras. e Srs. Senadores membros da Comissão que está aberto o prazo para a apresentação de sugestões de emendas da Comissão à Lei Orçamentária Anual para 2020 e ao Plano Plurianual para 2020-2023 (PPA). O prazo para apresentação das sugestões, que foi aberto na última quarta-feira, dia 2 de outubro, será encerrado na próxima quinta-feira, dia 10 de outubro, às 17h.

O número de sugestões de emenda que cada Senador membro poderá apresentar foi limitado ao número total de emendas que a própria Comissão poderá apresentar: à LOA, cada membro poderá apresentar até quatro sugestões de emenda de remanejamento e até quatro de apropriação; ao PPA, cada membro poderá apresentar até três sugestões de emenda de remanejamento e até três de apropriação.

As sugestões de emenda, obedecidos os limites numéricos acima descritos, deverão ser encaminhadas pelo novo sistema de leis orçamentárias, o chamado LexOr, com uma cópia impressa assinada pelo Senador membro entregue na Secretaria da Comissão de Infraestrutura.

Por fim, lembro a todos que o Relator na CI é o Senador Rodrigo Pacheco e que a reunião para deliberação das emendas que serão encaminhadas à CMO está prevista para o dia 15 de outubro, terça-feira, às 11h, neste Plenário.

Nós temos alguns itens na pauta de hoje. E, em razão da ausência dos Relatores, como nós temos no item 6 um voto em separado do Senador Contarato, eu indago se S. Exa. quer apresentar seu voto em separado. Não há possibilidade de nós deliberarmos essa matéria hoje, porque se trata de matéria com tramitação terminativa, ou seja, nós teríamos que ter quórum suficiente para se votar essa matéria.

Se V. Exa. quiser apresentar, manifestar o voto de V. Exa., a matéria será submetida à discussão e votação no momento em que a gente tiver o quórum para deliberar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, por uma questão ética até mesmo, eu gostaria de proceder à leitura desse voto com a presença do Relator, até mesmo para explicar, porque eu quero elogiar o voto dele. E o intuito do voto em separado foi apenas complementar. Então, eu queria que ele estivesse presente, simplesmente para explicar para ele, olhando nos olhos, falar: "Olha, eu quero louvar, eu quero parabenizá-lo pelo voto, mas eu só estou querendo contribuir para melhorar". E eu acho que com a presença dele, eticamente, eu ficaria mais em paz com a minha consciência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Na próxima reunião deliberativa que nós tivermos, nós vamos submeter à votação, havendo quórum para deliberar, e V. Exa. faz, então, a leitura e as ponderações.

O item 2 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado 261, de 2018, é não terminativo, mas, a pedido do Relator, eu estou retirando da pauta de hoje. Ele continua na pauta da Comissão para as próximas reuniões, mas retiro da pauta de hoje em razão de ajustes que estão sendo feitos na matéria pelo Relator.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 261, DE 2018

- Não terminativo -

Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Não apresentado

Observações:

1. O projeto tem parecer favorável da CAE, com as emendas 1 a 7/CAE

2. Após análise na CI, a matéria vai à CCJ, em decisão terminativa

3. Nos dias 25/04, 06/06 e 27/06/2019 foram realizadas audiências públicas de instrução da matéria

4. Votação simbólica)

O item 1, projeto não terminativo, já esteve na pauta da reunião passada?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não.

Para os itens que não estiveram na pauta anterior, eu não vou fazer a designação *ad hoc*, seguindo aquela sistemática que nós anunciamos anteriormente na Comissão.

Então, item 1 está fora; o item 3, fora – primeira vez que está na Ordem do Dia, não faremos a designação.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2018
- Não terminativo -

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para ampliar o horário em que pode ser estabelecido o período de concessão de desconto nas tarifas de energia elétrica ao irrigante e ao aquicultor, e para vedar a aplicação de diferentes percentuais de descontos na Classe Rural.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Dr. Jorge Silva (PDT/)
Relatoria: Senador Irajá
Relatório: Pela aprovação
Observações:
1. O projeto tem parecer favorável da CRA
2. Votação simbólica)
(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 2129, DE 2019
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Edio Lopes (PL/)
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela aprovação
Observação: *Votação simbólica*)

Este aqui é do Senador Rodrigo Pacheco. Ele está na CAE, concluindo uma votação, e me pediu que segurasse para fazer a relatoria.

O item 9 dá para ser votado.

ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 67, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, informações sobre a suspensão do uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis em vias públicas, conforme despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Nesses termos, requisita-se:
1. O número de multa aplicadas por medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
2. O número de motoristas autuados cometendo uma infração média, grave e gravíssima nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3. O número de acidentes de trânsito nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;
4. O valor total arrecado de multas aplicadas por medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis nas rodovias e estradas federais, nos últimos 3 (três) anos;

É um requerimento de minha autoria, que apresentei até em razão de uma ponderação que foi feita pelo Senador Contarato – faço menção disso aqui. E, naquele momento, eu tive a intenção – e comuniquei à Comissão – de que faríamos esse pedido formal para que o ministério apresentasse esses números e esses dados para que a Comissão pudesse, a partir desses dados, fazer também o seu dever de casa no debate desse tema. O Senador Contarato fez uma série de ponderações absolutamente pertinentes, demonstrando sua preocupação com relação a essas decisões e é por essa razão que estou solicitando informações oficiais com base nos últimos três anos, para permitir a gente fazer um comparativo em relação ao acerto ou desacerto da medida.

Indago se V. Exa. quer discutir, Senador Contarato.

Tem a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, nobre Senador Jayme Campos, a quem eu tenho admiração e respeito, eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa desse requerimento e falar que eu fico muito feliz.

E quero deixar claro também para V. Exa., assim como para todos os Senadores, que sempre nos meus posicionamentos – o senhor vai entender isso com o tempo – eu sempre preservo o princípio da impessoalidade. Eu acho, com todo respeito a quem pensa de forma diferente, mas oposição por oposição... Isso não faz parte do meu feitio. Você vai ver que todas as medidas oriundas do Executivo que forem positivas vão ter em mim um aliado e um apoio.

Então, quando eu fiz essas observações referentes ao sistema de fiscalização foi porque, como delegado de polícia, titular da delegacia de delitos de trânsito, eu passei dez anos liberando vítimas fatais dentro do DML. Depois eu fui Diretor-Geral do Detran e vi também uma inaplicabilidade do que determina o Código de Trânsito quando ele fala que toda receita arrecadada com multas será aplicada, exclusivamente, em engenharia de tráfico e de campo, policiamento, fiscalização, educação e sinalização para o trânsito.

Então, será que efetivamente isso está sendo... Porque eu também sou radicalmente contra a indústria de multas, mas não pode, de um dia para o outro, arrancar, tirar esse sistema de fiscalização, tanto que é que eu entrei com uma ação popular e o aspecto da manutenção dos radares fixos foi mantido por decisão e por acordo judicial na Justiça Federal. Agora, aos radares móveis nós temos que estar atentos, sim, porque nós temos que estar aqui preservando o principal bem jurídico, que é a vida humana e o respeito à integridade física.

Então, se o Poder Público falha na fiscalização, se o Poder Público falha na educação para o trânsito, porque o art. 76 diz que a educação para o trânsito será promovida nas escolas de ensino fundamental, médio e superior e até hoje a letra da lei está morta, e se o Poder Público falha numa legislação em que nós temos que, num homicídio praticado na direção de veículo automotor, o motorista, mesmo estando embriagado, pode pegar oito anos de reclusão, mas não vai ficar nenhum dia preso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse tripé de ausência de fiscalização, seja por qualquer mecanismo, ausência de educação para o trânsito e uma legislação falha, que garante não a sensação, mas a certeza da impunidade, faz com que o Brasil ostente a terceira ou a quarta colocação em nível mundial em mortes no trânsito. Nós estamos ultrapassando 50 mil pessoas morrendo todos os anos e mais de 400 mil mutilados.

Estou fazendo essa introdução só para justificar que eu estou aqui é para contribuir, para preservar aquele principal bem jurídico, enaltecer a iniciativa de V. Exa. e parabenizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. nobre Senador Contarato.

Desta Presidência não resta dúvida quanto ao acerto dos posicionamentos de V. Exa. Mesmo em circunstâncias excepcionais, em que haja divergência de cunho ideológico ou político, tanto a intenção de V. Exa. em trazer ao debate temas que são relevantes para a sociedade quanto as preocupações de V. Exa. são absolutamente coerentes com a história, com a trajetória de V. Exa., não tendo esta Presidência nenhum reparo às ponderações de V. Exa., que o faz legitimamente com a investidura que tem de Senador da República.

Nesse tema, nessa seara, especificamente, até em razão da experiência profissional de V. Exa. com esse tema, isso em muito contribui com a compreensão dos colegas Senadores em relação à matéria, porque, em políticas públicas muitas das vezes apresentadas e propostas sem o devido planejamento e com execução precária, você vai ter, ao fim e ao cabo, um resultado nem sempre satisfatório. A ausência de bom planejamento e de boa execução é quase a certeza de um resultado deficiente, um resultado que pode até, em alguns casos, agravar a situação anteriormente identificada.

E, nessa matéria de trânsito, eu acho que todos nós temos a mesma preocupação, que é a questão da funcionalidade. Não pode ser uma fábrica de multas, mas não pode também apenas afastar, em razão de uma percepção imaginária, empírica, achando que isso seja a solução... É preciso estar calçado em dados, em evidências, e é isso que a gente está buscando agora.

Eu acho que a provocação de V. Exa. foi absolutamente pertinente e nos deu a oportunidade de fazermos essa provocação e, a par desses dados, podermos abrir um debate aqui, porque esse tema é um tema que cabe ao Parlamento discutir. A proposta está tramitando, mas, enquanto ela tramita, a gente avança na discussão.

Parabenizo V. Exa. e reconheço o acerto do bom debate.

Aliás, V. Exa. não faz oposição por oposição. Nos temas em que considera importante se posicionar contra, o faz e, naquilo que acha que é coerente votar a favor, vota. Eu acho que isso é coerência, isso é independência. Mais do que fazer uma oposição sistêmica, é ter uma posição de independência para fazer escolhas que sejam, a seu juízo, as mais adequadas ao interesse nacional.

Parabéns a V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Eu quero fazer um adendo às palavras do nosso ilustre Senador Fabiano e de V. Exa. É oportuno o assunto.

Ele citou aqui três exemplos e eu vou citar mais um. Nos hospitais do Brasil, de uma maneira geral, 45% da ocupação das nossas UTIs são fruto de acidentes de trânsito. São dados estatísticos, comprovadamente, do próprio Ministério da Saúde.

E V. Exa. vem num momento muito bom falar em relação a esse assunto, pelo fato de que o Brasil investe muito pouco em campanhas educativas, quase nada. Existia o Ministério das Cidades, que era responsável, que tinha recursos, mas você não via esses recursos sendo aplicados.

Lamentavelmente, nesses últimos tempos, houve um decreto ou uma coisa parecida da retirada dos, vamos dizer...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Radares.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... radares eletrônicos no Brasil. Isso está aumentando sobremaneira os índices de acidente no Brasil. Lá no seu Estado, como o senhor disse aqui, um senhor entrou na Justiça, ou alguém entrou lá, e a Justiça Federal não permitiu. Eu acho que é um absurdo o que estão cometendo aqui.

É evidente que o brasileiro, de uma maneira geral, não gosta de pagar imposto, não gosta de ser multado e não gosta, muitas vezes, de respeitar a lei. E a lei tem que ser para todos. Particularmente, eu tenho a sensação de que algumas medidas têm que ser tomadas urgentemente para reduzirmos esse número de acidentes violentos no Brasil. E lamentavelmente a maioria absoluta... Como o senhor disse, o cidadão foi condenado a oito anos e não cumpre um dia de prisão. Isso me dá a sensação de que o cidadão fica na impunidade de uma maneira geral, de que ele comete um, dois, três acidentes e lamentavelmente não tem nada de encontro com a lei e com a verdade, ou seja, de ser punido de forma severa e exemplar.

Então, eu quero colaborar com o senhor. O senhor tem toda a razão e tem o meu apoio. E o que mais me chamou a atenção foi quando o senhor falou aqui: nós não podemos ser subservientes aqui seja qual for o Governo. Nós temos que apoiar os bons projetos, tudo aquilo que vem ao encontro dos anseios, aspirações da sociedade brasileira. Infeliz o político que vira capacho de quem quer que esteja de plantão no Governo. Eu, particularmente, ao longo da minha trajetória política, numa me propus... Nós temos que respeitar o voto que o cidadão nos confiou, dando-nos uma procuração para representá-lo. Se o político não respeitar o voto, a confiança do cidadão, com certeza ele está fadado ao insucesso nas próximas eleições.

Portanto, eu sou da mesma tese de que nós temos que defender aqui os bons projetos e, acima de tudo, aqueles que possam, com certeza, melhorar não só as condições de vida da população, mas, sobretudo, dar segurança no trânsito, nas ruas, evitando os assaltos, os roubos, os homicídios, os latrocínios, porque lamentavelmente estamos nos acostumando a ver, neste imenso País, acontecer algumas tragédias em que lamentavelmente o cidadão não é punido.

Cumprimento V. Exa. por esse bom debate que nós vamos travar aqui nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., nobre Senador Jayme Campos. Veja que é um debate realmente importante e que tem a atenção de todos os Senadores da República.

E, nessa posição de ser base do Governo ou não ser, ter posições independentes, eu acho que todo Senador da República e todo Parlamentar têm que ter isso em mente. Eu sempre que atuei, na época, como Deputado Federal, mesmo estando num partido, num dado momento, da base do Governo, sempre tive a tranquilidade de votar com a minha consciência, com a minha coerência. Você tem *animus* para ajudar, tem boa vontade para ajudar, mas na análise da matéria é preciso levar em consideração aquilo que realmente é do interesse nacional, aquilo que a sua consciência o deixa em paz para fazer.

Semana passada nós votamos aqui o primeiro turno da reforma da previdência. Eu votei a favor da reforma da previdência, mas houve pontos da reforma da previdência que, por eu ter uma posição diferente, não votei. O Governo tinha um apelo, e eu não votei o abono salarial, por exemplo. Eu acho que é uma medida coerente. Há muita gente achando que "Ah, foi um...". Não, é uma questão de interesse do trabalhador mais humilde.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, com todo respeito, a gente tem que fazer, o avanço é necessário, o País precisa, mas você não tem que fazer tudo de uma única vez, e sacrificando a parte mais vulnerável. Se nós queríamos acabar com privilégios, não era no andar de baixo que estavam os privilégios. Então, nessa matéria, por exemplo, eu acho que o Senado acabou agindo com justiça a esses trabalhadores mais humildes.

Eu submeto à apreciação o item 10 e colocaria também, já, imediatamente, para fazermos uma votação em globo, os itens 9 e 10, que têm o mesmo objetivo, só que o item 9 se endereça ao Ministro Tarcísio, da Infraestrutura, e o item 10, ao Ministro da Justiça, Ministro Sergio Moro. Então, estou requerendo tanto ao Ministro Tarcísio quanto ao Ministro Sergio Moro essas mesmas informações.

Então, eu apregoo a votação dos itens 9 e 10 e submeto os requerimentos à votação.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 68, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, informações sobre a suspensão do uso de equipamentos medidores de velocidade estáticos, móveis e portáteis em vias públicas, conforme despacho do Presidente da República publicado no Diário Oficial da União (DOU), no dia 15 de agosto de 2019, na seção nº 157.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Agradeço a compreensão e colaboração dos colegas Senadores.

Item 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 69, DE 2019
- Não terminativo -

Incluir a ABRADEE na audiência pública para debater a geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Requer "que na Audiência Pública objeto do RQS 61/2019, com o objetivo de debater a possibilidade de geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia, seja incluída a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE".

Indago se alguém quer discutir. (*Pausa.*)

Não havendo, as Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Como o Senador Telmário voltou à Comissão, está presente, e eu tinha retirado de pauta os itens cujos Relatores não estavam presentes, eu apregoo novamente o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 2129, DE 2019
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Edio Lopes (PL/)

Relatoria: Senador Telmário Mota

Relatório: Pela aprovação

Observações: *Em 08/10/2019, o Senador Telmário Mota apresentou novo relatório com correções em relação à versão anterior.*

Votação simbólica

Com a palavra o ilustre Senador Telmário Mota para proferir o seu relatório.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para proferir relatório.) – Presidente, Senador Marcos Rogério, muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, vamos ao relatório. O Projeto de Lei nº 2.129, de 2019, de autoria do Deputado Edio Lopes, visa a incluir trecho rodoviário na RR-319, com extensão de 128,8km, que liga a BR-174 à BR-433, no Estado de Roraima, na "Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal" integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.

A proposição é constituída de quatro artigos. O primeiro descreve o objetivo da proposição, a saber: alterar a relação descritiva das rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação (PNV).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo altera a referida relação para acrescentar o trecho rodoviário descrito. O terceiro artigo define que a designação a o traçado definitivo da rodovia de que trata a lei serão determinados pelo órgão competente e o quarto artigo traz a cláusula de vigência como imediata.

No Senado, o projeto foi distribuído apenas à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Não foram apresentadas emendas.

Análise, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CI pronunciar-se sobre transportes terrestres e, por força da tramitação exclusiva nesta Comissão, compete-nos também a análise dos aspectos formais da proposição, como a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, consideramos que esses estão atendidos, pois, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal (CF) compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transportes. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da CF, não havendo reserva temática a respeito – art. 61, §1º, da CF.

No que concerne à juridicidade, o projeto corretamente altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Quanto à técnica legislativa, a proposição respeita a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O trecho rodoviário em questão, além de ser rota de escoamento da produção agropecuária da região, dá acesso a quase totalidade das comunidades indígenas do Município de Normandia, Roraima, permitindo a chegada de equipamentos e suprimentos para essas comunidades.

Dessa forma, a federalização desta rodovia é fundamental para a população roraimense, especialmente da região atendida pela rodovia, pois, com os investimentos do Governo Federal, promoverá o desenvolvimento econômico regional, ampliando o potencial agropecuário e garantindo atendimentos das comunidades indígenas.

O voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.129, de 2019.

Só para complementar, queria falar aqui para os dois Senadores, principalmente para o Presidente...

Nós temos uma BR que vai para a Venezuela; daqui sai um braço, que é essa 319, que se encontra com outra BR, a 433, ou seja, totalmente em áreas indígenas.

Para o Governo investir, o Governo estadual, não há recursos para isso, e é uma área federal, porque é uma área de reserva. Portanto, é mais do que justo transformá-la em rodovias federais.

Dessa forma, atente a dois pontos: primeiro, a necessidade de uma BR pavimentada, com asfalto; segundo, é uma área federal.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Telmário Mota, pelo relatório.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 3178, DE 2019

- Não terminativo -

Modifica a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, para permitir a licitação com concessão nos blocos em que esse regime for mais vantajoso para o Brasil e instituir a disputa em igualdade de condições nas licitações de partilha da produção.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

1. Após análise da CI, matéria vai à CAE e à CCJ, em decisão terminativa

2. Votação simbólica

Com a palavra o ilustre Relator, Líder do meu partido, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, questão de ordem, rapidamente, com a vênia do Senador Rodrigo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para questão de ordem.) – Acabamos ali de adiar um dos projetos importantes na Comissão de Assuntos Econômicos, e aqui eu também queria pedir, com a vênia de todos, a realização de uma audiência pública sobre esse projeto.

Esse projeto, como está dito, trata da eliminação do direito de preferência da Petrobras nos leilões do pré-sal, mais especificamente os leilões da partilha. Trata também da escolha pelo Governo, a meu ver um critério um pouco genérico, porque se refere a quando for mais vantajoso que o regime de partilha, usar o regime de concessão. Isso abre uma janela bastante ampla para a discussão desse processo, uma vez que o Brasil é um dos poucos países que usam dois regimes paralelamente, o de concessão e o de partilha, justamente porque, em algum momento da história, principalmente em decorrência da descoberta do pré-sal, entendeu-se que o regime de partilha daria mais segurança para o lado do Governo, do Estado, do *government take*, que é o que se chama, a participação do Governo nessa reservas, nas receitas dela, que tanto bem nos faz hoje quando nós falamos de fundo social e de uma série de receitas, do próprio bônus da partilha, que vai agora ser objeto de discussão também.

A questão da preferência foi justamente colocada como contraponto à intenção de abrir o operador único. No início dos regimes do pré-sal, da partilha, foi proposto pelo então Governo que a Petrobras fosse o único operador, lembra-se?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Do pré-sal. Isso foi uma grande celeuma, e, para retirar isso, foi acordado nestas Casas, nas nossas duas Casas Legislativas, que teríamos, em contraponto, a manutenção da preferência da Petrobras, ou seja, a Petrobras, uma vez apresentados os blocos pelo CNPE, teria o direito, em 30 dias – e não mais –, de dizer: "Olha, eu tenho interesse em participar do consórcio desse bloco como estatal brasileira".

Eu acredito que isso é um meio termo a que nós chegamos naquela época, entre o lado extremo, que seria a Petrobras ser a única operadora dessas novas reservas, e a abertura completa, sem dar preferência a ela, que tem o mérito de ter descoberto uma reserva embaixo de outras bacias, o pré-sal, que está embaixo das bacias de Campos e Santos, que foi descoberto por mérito dela e parece ser uma zona extensa de risco bem menor. Eu não vou chegar a dizer que é um risco zero, mas, obviamente, é um mérito que a empresa tem. Além disso, ela é a estatal do petróleo até que se mude isso – e eu acredito que a maioria aqui não aprovaria a venda da nossa estatal –, e, sendo estatal, abre caminhos também. É uma empresa precursora, que, nas novas fases do setor de petróleo do Brasil, terá o seu papel como estatal, mesmo capitando dinheiro também no mercado financeiro e tendo parceiros privados.

Então, diante disso, eu, particularmente, acho que essa prerrogativa deve ficar, não deve ser retirada, mas acredito que os Senadores devam ser alertados de que esse é um assunto muito mais sério do que está parecendo aqui. Então, aprovar isso rapidamente sem sequer a gente ter uma audiência pública, acho temerário. Acho que a gente deve trazer a indústria do petróleo, acho que a gente deve trazer o Presidente da Petrobras, mesmo neste Governo, para ele afirmar claramente que ele é a favor ou contra a retirada desse direito de preferência, porque isso é muito grave, o próprio gestor da empresa atuando contra ela – porque quem é que não quer ter uma empresa petroleira que tem o direito de preferência no leilão de grandes reservas? Então, se ele disser aqui, na nossa frente, que ele é a favor disso, porque gosta do mercado, vai soar um pouco estranho; e, se ele disser que é contra, nós temos que pensar em recuar. Olha, se o próprio presidente da empresa está dizendo que é contra, então, nós temos que pensar duas vezes.

Então, eu acho que mereceria um pouco mais de detalhamento. Essa proposta é muito mais aprofundada, como eu disse, do que pode parecer. É por isso que eu estou entrando com um requerimento hoje. Tive que fazer isso agora, porque não estava sabendo que o trâmite seria hoje. Pedi, é só procurar nos registros, já está aí o nosso registro de solicitação de audiência pública. Foi por isso que pedi a questão de ordem.

Desculpe e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. A questão de ordem de V. Exa. foi recebida. Agora, eu solicitei da Comissão se o requerimento já havia chegado. Ele não chegou ainda; deve estar sendo protocolado. Se até o final da reunião nós o tivermos aqui...

Mas eu vou ouvir o Relator, o Senador Rodrigo Pacheco. Eu acho que é possível construir uma solução intermediária, que atenda as duas partes.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro, claro. Inclusive, pedir vista, eventualmente, para ganhar esse tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Presidente, só para complementar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouço. Deixa só eu ouvir o Relator. Na sequência, o Senador Telmário também pediu a palavra, ouço V. Exa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, senhores colegas Senadores, antes de adentrar o mérito em relação a este projeto de lei aqui, em trâmite na Comissão de Infraestrutura, informo a V. Exa. que fiz um requerimento agora há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, para adiamento da deliberação do projeto de lei referente ao risco hidrológico, especialmente a emenda que foi editada e aprovada na Câmara dos Deputados, sobre a qual nós vamos ter que deliberar aqui, no Senado, na Comissão de Assuntos Econômicos.

E o fiz, na qualidade de Líder do Democratas, em nome de V. Exa., explicando que V. Exa. não pôde estar na Comissão de Assuntos Econômicos por estar presidindo a Comissão de Infraestrutura, e V. Exa....

(*Interrupção do som.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... ainda não tem o dom da ubiquidade, de estar em dois lugares ao mesmo tempo, embora seja muito competente e pareça que tem esse dom.

Então, apenas esse registro. Informa a V. Exa. que está adiada para a próxima semana a deliberação, e V. Exa., então, poderá participar da discussão referente àquele tema.

Quanto a este tema, do Projeto de Lei 3.178, o requerimento do Senador Jean Paul, é absolutamente legítimo que S. Exa. o faça à Comissão e que haja deliberação do Plenário. Eu, particularmente, nem me oponho à questão de audiência pública, que eu acho que audiência pública sobre um tema desse vem bem a calhar mesmo, não obstante esse projeto ainda vá passar por outras Comissões. Mas que seja feita audiência pública, eventualmente, na Comissão de Infraestrutura, se for esse o entendimento do Plenário.

O que eu pediria a V. Exa. é apenas, tendo me franqueado a palavra para leitura do parecer, que eu possa fazê-lo, que eu possa ler o parecer nesta assentada de hoje. Haverá o pedido de vista, e aí, no decorrer do interstício do pedido de vista, que se delibere a respeito do requerimento de audiência pública do Senador Jean Paul. Então, se V. Exa. me permitir, eu gostaria de fazer a leitura do parecer. Se, naturalmente, o Senador Fabiano Contarato quiser uma ponderação desde logo, também estou absolutamente apto a ouvi-lo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Rodrigo Pacheco.

E, antes de assegurar a palavra ao Senador Telmário, ao Senador Contarato, ao Senador Jayme Campos, quero apenas fazer um registro de agradecimento a V. Exa. pelo pleito feito na Comissão de Assuntos Econômicos. Realmente, não tenho a possibilidade de estar em dois lugares ao mesmo tempo, mas, felizmente, tenho um Líder absolutamente eficiente, competente e solidário também e fez constar a nossa intenção de discutir essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito. E o Líder precisa ir para a Comissão de Constituição e Justiça, tenho um projeto lá também.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, daqui a pouco, tem que ir para lá...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, se V. Exa. puder deliberar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vamos encurtar aqui a...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, uma questão de ordem...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Para tirar uma dúvida, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Questão de ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para questão de ordem.) – Na medida em que os ilustres Senadores Rodrigo e Jean Paul estão propondo requerimento, o que eu indago? Se o nosso ilustre Líder, companheiro, amigo, Rodrigo já for ler o seu relatório e pelo fato de que teremos aqui um novo requerimento propondo uma audiência pública, eu confesso a V. Exa. – fui Presidente de Comissões aqui – que eu nunca vi... Então, tem que consultar o nosso Regimento. Se vai ler, com essa audiência pública dele... É óbvio, evidente que haverá dados, informações para enriquecer o próprio relatório do nosso Líder Rodrigo Pacheco. Eu acho que nós temos que dirimir essa dúvida, pelo fato de se, depois de lido o relatório dele, salvo melhor juízo, ele poderá fazer um novo relatório, para que naturalmente essa audiência pública tenha, de fato, o devido valor que ela merece. Essa é a indagação. Consulto naturalmente V. Exa...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Só me permita, Senador Marcos Rogério.

Evidentemente, são pertinentes as duas formas. Eu posso ler o meu parecer, estou convicto em relação ao tema, a audiência pública pode ser realizada, e, eventualmente, eu posso mudar a opinião do meu parecer. Às vezes, a audiência pública vai ser até mais útil tendo um parâmetro que é a minha posição em relação ao projeto de lei. E nada impede, regimentalmente, que, após a leitura do parecer, no interstício da vista, se possa realizar uma audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro. Agradeço a V. Exa. E é exatamente isso, Senador Jayme Campos. Não há...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, é apenas para corroborar a sugestão do Senador Jayme, com a preocupação também de que a gente possa, de fato, influenciar o relatório, seja uma segunda versão, seja antes da sua leitura. Aí a decisão é da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há nenhum prejuízo. O Senador Rodrigo Pacheco está com o relatório pronto, quer apresentar o seu relatório. E, quanto à questão formal, Senador Jayme Campos, não há prejuízo. Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precedentes são exatamente na esteira, tanto aqui, no Senado, quanto na Câmara, de que é possível fazer a leitura e, posteriormente, fazer audiência pública, sem prejuízo de alterações no relatório. O Senador Rodrigo Pacheco, a par das informações trazidas nas audiências públicas, poderá confirmar o seu relatório ou modificá-lo para aderir às percepções, às preocupações, às ponderações trazidas no âmbito da audiência pública. Então, fica a critério do Relator. Se, eventualmente, ele quiser se retirar, ele poderia, mas, estando pronto para relatar, estando na pauta, não há prejuízo em relação a isso.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Pela ordem.) – Presidente, o Senador Jean Paul levantou uma tese com muita propriedade.

Quando, no ano passado, nós votamos, tiramos a Petrobras dessa exclusividade do pré-sal, o que mais – inclusive, o Senador Serra, principalmente o pessoal desse segmento –, o que mais eles defenderam foi exatamente isso: "Não, a Petrobras não vai ser prejudicada, ela vai ter a preferência...".

Era primeiro passo, era o primeiro passo, era o primeiro passo. Eu vejo agora esse relatório vejo com muita preocupação nesse sentido. Foi o primeiro passo para realmente desmontar a maior empresa que nós temos. Pode acreditar nisso, Sr. Presidente.

Então, esse relatório tem uma complexidade imensa, essa audiência pública é fundamental para ajuizar o sentimento aqui dos Senadores, porque quando foi tirada a exclusividade, mas foi deixada a preferência, foi o argumento fundamental para aprovar esse projeto naquela ocasião.

E agora eu vejo a retirada total. Ou seja, houve todo um contexto nesse sentido.

Então, eu acho que uma audiência pública ela... Com toda certeza, o Senador Rodrigo é um cara extremamente preparado, é um Senador preparado, está convicto, como ele falou, do seu relatório. Mas olhe, Sr. Presidente, para poder ter uma audiência pública vai se pedir um visto coletivo. E qual é o prazo desse visto coletivo? Será que vai haver tempo de a gente proporcionar uma audiência, pela dimensão que o assunto exige? Então, eu acho que... Dizem que caldo de galinha e paciência são coisas que não se deve jogar fora.

Nós estamos tratando aqui da sobrevida da maior empresa de petróleo do País, que está crescendo, que está se erguendo, que foi sucateada por coisas erradas. Então, eu faria um apelo ao Relator, eu queria fazer um apelo ao Relator: que esperássemos uma audiência pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – ... para a gente realmente botar o boi na frente do carro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Nós teremos sessão na CCJ daqui a pouco, e eu estou tentando apurar para o Relator ter a possibilidade de fazer a leitura do seu relatório. É faculdade dele querer adiar ou não.

Quanto à questão da audiência pública, isso pode ser pactuado com o Relator e a deliberação ser feita após a audiência pública. É claro que envidando esforços para que a audiência pública aconteça dentro da maior brevidade possível.

Com a palavra o Senador Contarato para uma ponderação e, na sequência, o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Perfeito, eu não vou tomar muito tempo.

Eu só queria, primeiro, parabenizar o Senador Jean Paul pela preocupação, que também é nossa. E, com a devida vênia, Sr. Presidente, eu acho que por uma questão de economicidade e até mesmo... É uma questão preliminar, vamos dizer assim. A audiência pública serve para dar sustentação.

Então, se o relatório do Relator já está apresentado, pelo princípio da publicidade, eu não vejo motivo pelo qual – e eu faço um apelo ao nobre Senador Relator –, por que não ler isso depois da audiência pública? Que prejuízo trará?

Eu acho que é uma forma um tanto quanto precipitada. Nós podemos, sim, fazer essa audiência pública, debater e, aí sim, ele, com mais convicção, vai apresentar o relatório dele, porque qual o objetivo de fazer uma leitura agora se há uma questão levantada, que é uma solicitação de audiência pública, que, para mim, precede a leitura do relatório.

Eu posso ter um atendimento contrário, mas eu também presido a Comissão de Meio Ambiente e eu sei que isso, para mim, é uma questão que antecede o mérito, que é a leitura do relatório.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senador Rodrigo Pacheco, tendo em vista que não há tanta pressa com isso, porque se nós deliberássemos... Vamos fazer essa audiência o mais rápido possível, e assim, proceder a essa leitura.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. e assegura a palavra ao Relator da matéria.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, desculpe incomodar, mas é uma questão de ordem de novo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para questão de ordem.) – Eu percebo aqui que há uma maioria entre nós que não quer a leitura do relatório, porque acha que esse procedimento é fora do comum.

Eu quero insistir. O relatório... O requerimento está aí, eu acho que nós podemos fazer audiência e fazer a leitura depois. Vai ficar realmente estranho um relatório ser lido e depois ser deliberado sem haver audiência pública como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Senador Jean Paul, eu tenho toda atenção e compreendo obviamente a pretensão, a pretensão também é minha, mas veja: V. Exa. me deu a palavra para a leitura do parecer, eu estava com a palavra e permitimos o aparte do Senador Jean Paul para que ele avisasse que faria o requerimento de audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, se houvesse um requerimento de audiência pública na pauta da Comissão de Infraestrutura seria uma outra realidade. Eu poderia me abster de ler o parecer e que fosse deliberado o requerimento de audiência pública.

Eu estou me comprometendo com o Senador Fabiano Contarato, com o Senador Telmário, com o Senador Jean Paul, autor de requerimento, em apoiar o requerimento de audiência pública e de fazer a audiência pública antes da deliberação da Comissão de Infraestrutura.

O que eu peço apenas é que me garanta, no momento em que me foi dada a palavra para leitura de um parecer que já está pronto, publicado, e sem que houvesse um requerimento de audiência pública, que eu possa ler o parecer, e sem a intransigência de dizer que o parecer é definitivo, que o aparecer seja, inclusive, um parâmetro a nortear a audiência pública, inclusive, com perguntas dos Senadores. E eu o modificarei, no momento oportuno, caso entenda que audiência pública renda esse fruto do convencimento em relação à modificação.

Então, é apenas esse pormenor, essa particularidade – não queria chegar a tanto porque nós estamos liberando aqui um acordo –, estou de acordo com a audiência pública, vamos fazê-la, ela vai ser útil, acho importante para a matéria. Mas vamos ler o parecer, afinal de contas, quando me foi dada a palavra para a leitura do parecer, ainda não havia o requerimento de audiência pública.

Ele foi *a posteriori*. E eu invoco essa particularidade regimental para permitir que eu faça a leitura, e, repito, não haverá intransigência, muito ao contrário, há o apoio meu à iniciativa da audiência pública, que seguramente vai contribuir muito para a discussão aqui da matéria.

E eu me comprometi com o Senador José Serra, que é autor do projeto, que faria essa leitura hoje também e gostaria de fazer prevalecer o meu compromisso inicial com o autor do projeto Senador José Serra, para que fizesse a leitura.

Mas sem consultá-lo, concordo desde logo com a audiência pública, e se quiserem já de liberar esse requerimento logo após a leitura do parecer, eu fico aqui, inclusive, para deliberá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Rodrigo Pacheco, agradeço a V. Exa., a compreensão de V. Exa., o espírito de moderação de V. Exa., que é característico da atuação do nobre Parlamentar neste Senado Federal.

E eu diria, apenas para deixar claro para a Comissão de Infraestrutura, e eu sou extremamente aberto à construção de entendimentos, mas nós temos também uma regra regimental, e nós temos precedentes. Mesmo que houvesse requerimento de audiência pública constando na pauta da reunião de hoje, ainda assim não haveria impedimento à leitura do relatório.

São proposições absolutamente distintas, e eu estou falando do ponto vista regimental e do ponto de vista da tradição legislativa, da legística. Não há impedimento, são procedimentos distintos.

Agora, em um ambiente de construção de entendimento, como foi feito aqui, é possível fazer a leitura e sobrestar a deliberação da matéria até que haja a audiência pública.

Então, é nesses termos que a gente deve proceder, agradecendo a compreensão do Relator e dos demais Senadores.

Com a palavra o nome Relator, Senador Rodrigo Pacheco, para proferir o seu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, eu peço licença a V. Exa. para ir direto à análise do meu aparecer dispensando a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – De acordo com o inciso I do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Infraestrutura opinar sobre o mérito de matérias relacionadas a minas e recursos geológicos, dentre as quais se inclui o objeto do PL em análise.

As participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural tornaram-se uma fonte importante de recursos para os entes federados. A Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2019 previu uma arrecadação decorrente da exploração e produção de petróleo e gás natural de R$67,5 bilhões, sendo R$38,9 bilhões destinados aos entes subnacionais.

As expectativas de arrecadação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... para as próximas décadas são ainda mais animadoras. A revogação, pela Lei nº 13.365, de 2016, da obrigatoriedade de a Petrobras ser a operadora única no regime de partilha de produção contribuiu para destravar os leilões no pré-sal. Desde então, foram realizadas quatro rodadas de licitação bem-sucedidas, que, estima-se, gerarão R$1,2 trilhão em participações governamentais nos próximos 30 anos. Em que pesem os ótimos resultados já alcançados, esses leilões permitiram vislumbrar que a Lei da Partilha demanda dois aperfeiçoamentos.

O primeiro é a autorização para a realização de leilões no regime de concessão no polígono do pré-sal. Na legislação vigente, todos os leilões do pré-sal devem ser no regime de partilha de produção. Contudo, os blocos exploratórios de grande potencial geológico no pré-sal, nos quais o regime de partilha de produção é o mais adequado, já foram quase todos leiloados. Para os campos menores, podem faltar ofertas, o que impedirá que esses campos venham a ser aproveitados. Na quarta rodada de licitações do pré-sal, por exemplo, não houve ofertas para o bloco de Itaimbezinho, mesmo tendo o menor bônus de assinatura e o menor excedente mínimo em óleo da União entre todos os blocos já ofertados no pré-sal.

Considerando que há muitos outros blocos no polígono do pré-sal com potencial produtivo igual ou menor que o de Itaimbezinho, não faz sentido permitir apenas o leilão sob o regime de partilha de produção diante do risco de o pregão ser deserto. Se for possível leiloar esses blocos no regime de concessão, ganham todos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, trabalhadores, empresas de petróleo, indústria e prestadores de serviço.

O segundo aperfeiçoamento proposto pelo PL nº 3.178, de 2019, de autoria do competente Senador José Serra, acaba com a preferência da Petrobras no regime de partilha de produção. Pela legislação vigente, se a Petrobras obtiver a preferência e seu lance no leilão for superado, a estatal pode aderir ao consórcio vencedor na condição de operador e com participação de 30%. Nesse contexto, a Petrobras é estimulada a oferecer lances menores do que ofereceria em um leilão em igualdade de condições, porque, caso seja superado o seu lance, ainda poderá participar do consórcio vencedor. Por exemplo, no leilão do bloco de Três Marias, a Petrobras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ofertou um lance de apenas 18% de excedente em óleo para a União. Entretanto, ao ser superada, a estatal aderiu ao consórcio vencedor, que havia ofertado 49,95%.

Menor excedente em óleo para a União implica menos recursos para o Fundo Social e para a educação, como demonstra com propriedade a Justificação do PL nº 3.178, de 2019. Assim, a legislação vigente beneficia a Petrobras em detrimento de políticas públicas de âmbito social, como a educação. E, em futuro próximo, se a preferência da Petrobras não for revogada, também poderá haver perdas para todos os Estados e Municípios brasileiros. Afinal, a aprovação do Projeto de Lei do Senado 209, de 2015, que destina 30% dos recursos do Fundo Social para o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios, depende somente da apreciação pelo Senado de uma emenda apresentada pela Câmara dos Deputados.

Em que pese todo o mérito do PL nº 3.178, de 2019, consideramos necessário introduzir uma emenda, uma singela emenda, em prol da segurança jurídica. A Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa e a 6ª Rodada de Licitações, ambas sob o regime de partilha de produção, estão programadas para acontecer no segundo semestre de 2019. Nessas duas licitações, os procedimentos estão bem adiantados, e a Petrobras já exerceu o direito de preferência em certos blocos, de acordo com a legislação vigente, e obteve o aceite do Conselho Nacional de Política Energética. A aprovação do PL em questão, antes da realização das licitações citadas, pode trazer insegurança jurídica ao processo licitatório com relação à manutenção ou não das preferências já exercidas pela Petrobras. Para evitar a possível judicialização dessa questão, apresentamos uma emenda que garante a preferência da Petrobras nos casos em que esse direito tenha sido exercido antes da transformação do presente PL em lei.

Em suma, julgamos o PL nº 3.178, de 2019, meritório e oportuno e estamos convictos de que os aperfeiçoamentos, introduzidos pelo PL na legislação, resultarão no melhor e mais justo aproveitamento da riqueza do pré-sal.

Ante os motivos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.178, de 2019, com uma seguinte emenda que redijo, Sr. Presidente Marcos Rogério, no seguinte sentido:

> EMENDA Nº – CI
> Insira-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei nº 3178, de 2019, e renumerem-se os atuais arts. 2º e 3º:
> "Art. 2º Fica mantido o direito de preferência da Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), exercido durante a vigência do art. 4º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para atuar como operador nos consórcios formados para exploração e produção de blocos a serem contratados sob o regime de partilha de produção."

Esse é o voto, Sr. Presidente, e me permito também, muito rapidamente, pontuar questões que me foram apresentadas pelo autor, Senador José Serra, para convicção dos Srs. Parlamentares.

> O PL 3.178, inova em dois aspectos: permite a realização de leilões no regime de concessão no polígono do pré-sal e, dois, retira preferência da Petrobras nos leilões dos regimes no regime de partilha de produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As duas inovações aumentarão a parcela da renda petrolífica que irá para União, Estados e Municípios, bem como os recursos para aplicação nas áreas de saúde educação.
No polígono do pré-sal, há campos de petróleo com grandes reservas e campos de petróleo com reservas medianas. A partilha de produção é apropriada para os campos de petróleo com grandes reservas, mas não é economicamente viável para os campos de petróleo medianos.
O polígono do pré-sal é extenso, mas não é infinito. Cerca de 96% da área do polígono do pré-sal já foram ofertados nos diversos leilões realizados desde o fim do monopólio da Petrobras em 1997, ou já programados. Ou seja, apenas 4% da área do pré-sal nunca foi ofertada ou ainda não está programada para ser ofertada.
Com a continuidade dos leilões de partilha de produção, brevemente acabará a disponibilidade dos campos com grandes intense potenciais.

Continua o Senador José Serra:

Cerca de 60% da área do polígono do pré-sal foi ofertada e não foi arrematada, ou foi arrematada e posteriormente devolvida. Muitas dessas áreas contêm petróleo acima da camada de pré-sal e podem ser leiloadas novamente; porém, não são economicamente viáveis no regime de partilha de produção.
Para leiloar esses campos medianos no polígono do pré-sal, que possuem petróleo acima da camada de sal, será necessário permitir o regime de concessão.
Estima-se que será possível aumentar a produção do pós-sal, que já foi de 1,9 milhão e hoje é de apenas 900 mil barris/dia, em cerca de 500 mil barris/dia. Esse aumento de produção gerará cerca de 4 bilhões por ano em *royalties* para a União, Estados e Municípios. A educação receberá R$3 bilhões por ano, a saúde receberá R$1 bilhão por ano, além de tributos a serem recolhidos pelos entes federados e os investimentos da ordem de 200 bilhões, que gerarão emprego e renda e estimularão a indústria e o setor de serviços.
A preferência permite à Petrobras ofertar lances mais baixos no leilão de partilha de produção. Se perder, a Petrobras adere ao consórcio vencedor. Exemplo: 4ª Rodada de Partilha da Produção na disputa pelo bloco de Três Marias. A Petrobras ofertou 18% de excedente em óleo da União. Perdeu e aderiu ao consórcio vencedor, que ofertara 49,95%.
O excedente em óleo é o lucro do campo, mas calculado em petróleo. O excedente em óleo que cabe à União é comercializado, e os recursos são destinados ao Fundo Social. Dos recursos do Fundo Social, 50% são destinados à educação. A diferença entre as duas ofertas da Petrobras em Três Marias, estima-se, representaria 23 bilhões a mais ou a menos para a União, ou seja, 11,5 bilhões a mais ou a menos para a educação.
O excedente em óleo é dividido entre o consórcio que explora o campo e a União. Se aumentar a parte do consórcio, diminui a da União. É simples assim. [Diz o Senador autor José Serra.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A Petrobras poderá participar dos leilões de partilha de produção em igualdade de condições com as outras empresas, como já ocorre no regime de concessão.
> São passados mais de vinte anos do fim do monopólio da Petrobras, no Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1997. Em 1997 o Brasil e a Petrobras produziram 307 mil barris de petróleo por dia. Em agosto de 2019, o Brasil produziu cerca de 3 milhões de barris de petróleo por dia, aumento de 874% em relação a 1997. Em agosto de 2019, a Petrobras produziu, como operadora de consórcio, cerca de 2,8 milhões de barris por dia, aumento de 806% em relação 1997, sendo que 2,2 milhões de barris por dia cabem à Petrobras, aumento de 625% em relação a 1997.

Continuo, e já finalizando, os apontamentos do Senador José Serra:

> A concorrência no setor de petróleo fez bem para o Brasil e para a Petrobras.
> O Fundo Social poderá receber, arrecadar mais 500 bilhões nos próximos quinze anos com a aprovação deste PL 3.178, de 2019. No âmbito do pacto federativo, o Governo se comprometeu a dividir o Fundo Social com Estados e Municípios. Portanto, o fim da preferência da Petrobras resultará em mais recursos ao Fundo Social, e consequentemente, para a educação, para os Estados e para os Municípios.
> Enfim – finaliza o Senador José Serra –, todos ganham com o PL 3.178, de 2019.

Esse é meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Rodrigo Pacheco, pelo seu relatório, trazendo também ao conhecimento da Comissão ponderações feitas pelo próprio autor da matéria, o Senador José Serra.

Está em discussão a matéria.

Indago se haverá pedido de vista.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, então eu vou pedir vista, e vamos colocar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista coletiva concedida, a pedido do Senador Jean Paul e outros Senadores, mesmo ausentes, mas tinham se manifestado anteriormente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas lembrando, Presidente, que uma das coisas que nós teremos que discutir na audiência pública é justamente esse argumento aí, Senador Rodrigo, de que haveria perda para a educação. Não é verdade pelo seguinte: o regime de concessão não tem excedente em óleo. Simplesmente isso. Não dá para comparar uma coisa com a outra. Não tem excedente em óleo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É oportuno fazer a audiência pública e trazer esse tema ao debate.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então vamos debater direito, porque esse argumento é um falso argumento.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, eu peço que se incluam os seguintes nomes na audiência pública, a ser deliberado por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então deixe-me apregoar os nomes que o Senador Jean Paul está apresentando.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Posso só fazer o requerimento? Décio Oddone, Presidente da ANP, e Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura e Energia. Peço apenas que seja deliberada, com o requerimento do Senador Jean Paul, também a presença desses dois nomes, para que seja aprovada pelo Plenário.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Aceito aqui inclusive já de antemão. Inclusive coloquei o Presidente do IBP também, que poderia ser substituído pelo Presidente da ANP, embora sejam entidades bem diferentes.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Perfeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas procurei fazer uma lista, Presidente, bastante equânime, trazendo o Ministro de Minas e Energia, que é quem demanda, é quem, na verdade, em última instância, organiza a política setorial, e isso é uma matéria de política setorial, não apenas empresarial; a própria empresa atingida, que é o Presidente da Petrobras; o instituto de análise, que faria então uma dupla com o Adriano, seria bem-vindo que ele viesse, é uma boa lembrança, e é uma pessoa que eu também conheço, temos boas relações. Vão defender pontos de vista diferentes, o Ineep e o CBIE. Depois, os trabalhadores, representados pela FUP.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – E a Aepet.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A categoria dos engenheiros da Petrobras, que é a categoria dos técnicos da Petrobras, através da Aepet. E obviamente, eu até me esqueci, nesse caso até vou retificar no meu próprio requerimento também, o Diretor-Geral da ANP, Décio Oddone. É muito bem-vindo também. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O requerimento do Senador Jean Paul é o Requerimento nº 70, da CI, com essas autoridades, com essas representações mencionadas por ele, não vou repetir, e acrescidos os nomes apresentados pelo eminente Senador Rodrigo Pacheco ao requerimento.

O requerimento do Senador Jean Paul foi subscrito também pelo Senador Fabiano Contarato.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam em aprovar o requerimento do Senador Jean Paul permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Comissão que já prepare a documentação para encaminhamento a essas autoridades. E vamos tentar programar essa audiência o mais rapidamente possível.

Quanto aos demais itens da pauta, os Relatores não estão presentes, ficarão para a próxima reunião deliberativa.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores, e por fim convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 16 de outubro, quarta-feira, às 11h da manhã, neste plenário, para deliberação acerca das emendas da Comissão à LOA e ao PPA.

Está encerrada a reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e sete minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Plínio Valério, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Juíza Selma, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Rose de Freitas, Zenaide Maia e Jorginho Mello. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Fernando Bezerra Coelho, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Lucas Barreto e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Emendas da CI ao PPA**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Infraestrutura ao PL nº 21/2019-CN (PPA 2020-2023), que "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023". Relator das emendas na CI: Senador Rodrigo Pacheco. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas: **1. Construção da Barragem de Jequitaí/MG** - 50.000.000,00. **2. Melhoramento no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins** - 547.527.398,00. **3. Manutenção de Trechos Rodoviários da Região Nordeste** - 80.000.000,00. **2ª Parte - Emendas da CI à LOA**. **Finalidade:** Discussão e deliberação acerca das emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao PL nº 22/2019-CN (LOA 2020), que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020". Relator das emendas na CI: Senador Rodrigo Pacheco. **Resultado:** Aprovada a apresentação, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), das seguintes emendas: Emendas de apropriação de despesa: **1. Ação Atípica - Adequação de Trecho Rodoviário - Vilhena - BR 364 - Porto Velho - BR 364 - na BR-BR 364/RO - No Município de Vilhena - RO**; UO-39252; acréscimo de 630.000.000,00. **2. Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Centro-Oeste**; UO-39252; acréscimo de 230.000.000,00. **3. Construção de Barragens - No Município de Jequitaí - MG**; UO-53201; acréscimo de 50.000.000,00. **4. Ação Atípica - Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR- 319/AM - No Estado do Amazonas**; UO-39252; acréscimo de 100.000.000,00. Emendas de remanejamento de despesa: **5. Ação Atípica - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR- 267 - No Estado de Mato Grosso**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sul; UO-39252; acréscimo de 100.000.000,00. **6. Ação Atípica - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR 262 (Aquidauana) - na BR- 419 - No Estado de Mato Grosso do Sul**; UO-39252; acréscimo de 70.000.000,00. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Fazem uso da palavra os Senadores Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que, aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Gostaria de iniciar a reunião de hoje fazendo um registro a respeito de uma relevante decisão do STJ na semana passada. Penso ser, caro Senador Rodrigo Pacheco, uma decisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para o setor elétrico, especialmente para os consumidores de energia. Trato da decisão do Presidente do STJ, Ministro João Otávio de Noronha, na CLS nº 2.572-DF.

O Presidente do STJ, na semana passada, suspendeu decisão do TRF1 que impedia a Aneel de aplicar qualquer tipo de penalidade à Usina Termelétrica Pernambuco III mesmo em caso de desatendimento aos despachos do Operador Nacional do Sistema para geração de energia elétrica, isto é, a Aneel estava impedida de realizar seu poder sancionador mesmo no caso de a usina se negar a gerar energia para o Sistema Interligado Nacional quando necessário para a segurança do abastecimento.

Apenas para dar uma dimensão da situação, essa usina, com potência de 200 megawatts, sozinha, tem condições de fornecer energia para 1,6 milhão de habitantes, algo como a cidade de Recife, capital do Estado de Pernambuco. Antes dessa decisão, a Usina Pernambuco III recebia cerca de R$11,5 milhões por mês, ou seja, R$138 milhões por ano, e não podia ser penalizada pela Aneel por descumprimento contratual como no caso de não estar disponível para acionamento pelo Operador Nacional do Sistema quando necessário. Sem a atuação judicial da Aneel e da Advocacia-Geral da União, o consumidor brasileiro ficaria sem a garantia do suprimento de energia quando necessário e iria pagar R$1,39 bilhão para a Usina Pernambuco III até o final do contrato caso a liminar não fosse suspensa.

Destaco que essa judicialização nos contratos de disponibilidade de térmicas é algo sobre o que eu já havia manifestado preocupação quando das audiências públicas na discussão do PLS 232, de 2016. Naquela oportunidade, indaguei a um dos convidados sobre esse tema, abordando expressamente a Usina Termelétrica Pernambuco III. Naquele primeiro momento, se fizeram de desentendidos, desconhecendo a situação e a sua gravidade.

Dessa forma, diante de tão expressivo resultado judicial, parabenizo publicamente o Diretor-Geral da Aneel, Dr. André Pepitone; o Procurador-Geral da Aneel, Dr. Luiz Eduardo Araújo; e o Advogado-Geral da União, Ministro André Mendonça.

Eram essas as palavras que eu gostaria de dizer frente a uma decisão judicial que vai no sentido de aliviar o bolso do consumidor e indica a reprovação do Poder Judiciário a demandas aventureiras que atentam contra a segurança, previsibilidade e estabilidade do setor elétrico.

Por fim, ainda a respeito do setor elétrico, não poderia deixar de registrar a acertada decisão tomada pela Aneel ontem ao indeferir o pedido de Revisão Tarifária Extraordinária (RTA) apresentado pela Energisa Rondônia. A empresa tem a concessão de distribuição no meu Estado. A agência, com base nas melhores normas regulatórias existentes e julgando estritamente à luz de critérios técnicos, rejeitou por unanimidade do colegiado a revisão tarifária pretendida pela Energisa.

Eram as ponderações que queria fazer na manhã de hoje.

Esse assunto dos contratos de disponibilidade, nós vamos retornar a ele. Vamos tratar desse assunto mais vezes. O Brasil, desde o apagão, adotou como solução um mecanismo de contratação por disponibilidade que tem se mostrado ineficiente, caro e intermitente quanto à disponibilidade. Você tem um contrato de disponibilidade para o caso de necessidade de acionamento e, quando há o acionamento, não há oferta do produto. Agora, o consumidor está pagando por isso, o cidadão está pagando por isso. Então, esse é um tema que nós queremos revisitar brevemente para poder aclarar ainda mais esse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – É apenas para um registro, Sr. Presidente Senador Marcos Rogério, em relação ao que V. Exa. acabou de expor.

Eu tenho para mim que decisões judiciais, sejam de um juiz de primeira instância, sejam de um Ministro do Supremo Tribunal Federal, não devem ser comemoradas. Eu tenho para mim que, infelizmente, a Justiça brasileira, em alguns setores, tem se rendido a esta necessidade de se aproximar do apelo popular. E, por vezes, o juiz, o magistrado, seja, repito, de primeira instância, seja de um tribunal superior, acaba por pretender uma aproximação com o apelo popular. E a decisão, quando se rende a um apelo popular, deixa de se render ao fato, à prova e à circunstância dos autos.

Eu sempre considerei que os melhores juízes são aqueles silenciosos, quando, nas suas próprias circunstâncias, eles e os autos do processo julgam de acordo com a sua consciência, com o seu sentimento, fundados na lei, na Constituição e com base naquilo que está contido nos autos do processo. Então, tenho para mim, seja na minha carreira como advogado, seja como mandatário – Deputado Federal e, hoje, Senador –, que o juiz sempre cumpre a sua obrigação, não cumpre mais do que sua obrigação ao julgar de acordo com as circunstâncias do processo.

Mas V. Exa. faz uma nota aqui, que merece a minha profunda e sincera adesão, a uma decisão do Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do STJ, e não poderia deixar de render a S. Exa. o Ministro João Otávio as minhas homenagens, não por ele ser meu conterrâneo de Minas Gerais, mas por ser um magistrado com esse perfil, um magistrado que toma as decisões independentemente das consequências de opinião pública, independentemente das críticas que virão em relação às decisões que profere. Certa vez, eu o ouvi numa palestra dizendo tudo que um político não poderia dizer, porque seria vaiado no aeroporto ou coisa que o valha, porque eram manifestações impopulares, mas de acordo com a lei brasileira. Quer-se fazer diferente? Mude a lei, mas, enquanto a lei vigorar em determinados segmentos, em determinados setores, ela deve ser cumprida, ainda que parte da sociedade entenda que isso seja uma injustiça. Mas esse é o papel de magistrado. E o Ministro João Otávio de Noronha sempre se revelou um magistrado absolutamente vocacionado, talhado para sua função, hoje chefe do STJ.

Como V. Exa. comentou a respeito dessa decisão proferida por S. Exa., eu gostaria aqui de fazer minha adesão, conhecendo o perfil do Ministro João Otávio de Noronha, que é absolutamente republicano. E não tenho dúvida, sem conhecer o médico dessa causa, de que S. Exa., seguramente, agiu de acordo com o que as circunstâncias dos autos impunham a ele agir. Então, apenas esse registro importante, na linha do que V. Exa. aqui enalteceu.

E V. Exa. foi muito feliz ao final, quando cumprimentou o Diretor-Geral da Aneel, os outros funcionários da Aneel, o Advogado-Geral da União, mas o Ministro não. O Ministro é um juiz e tem que cumprir o seu papel. Quando se cumpre bem, nós ficamos felizes.

O segundo registro é em relação à Presidência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. É uma oportunidade aqui de reconhecer o trabalho de V. Exa., a sua preocupação com aquilo que é o escopo da Comissão. Recentemente, pedi que V. Exa. fizesse uma reunião

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comigo, e V. Exa. disse: "Não. Estou em Rondônia em uma diligência externa a examinar questões de energia". E este é o papel da Comissão: estar próximo, buscar soluções, sem intransigência. É este o perfil de V. Exa.: do diálogo, da abertura, mas com muita firmeza. Eu o conheço desde a época da Câmara dos Deputados. Sei o quanto V. Exa. é firme nas suas posições, o quanto defende o seu Estado de Rondônia e o quanto está defendendo as pautas inerentes à Comissão de Infraestrutura em nível nacional, extrapolando os limites da sua Rondônia para defender os interesses nacionais que são inerentes à pauta da Comissão de Infraestrutura, sobretudo essa de energia, que V. Exa. está tão dedicado a cumprir.

Recentemente, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu fiz um pedido em nome de V. Exa., que estava a presidir a Comissão de Infraestrutura no mesmo horário, em relação àquele projeto do risco hidrológico. Pedi que houvesse o adiamento, houve o adiamento, não foi pautado esta semana, segundo me informou o Senador Omar Aziz, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. E é também uma pauta de que V. Exa. tem que participar, porque hoje, no Senado Federal, um dos maiores conhecedores do setor de energia e das matérias de infraestrutura do País, seguramente, é V. Exa., Senador Marcos Rogério.

Então, é apenas este registro elogioso e que orgulha o nosso Partido, o Democratas, V. Exa. que é um dos nossos quadros, dos mais preparados da República.

É apenas este registro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Minhas homenagens ao Senador Rodrigo Pacheco, Líder do Democratas no Senado Federal. Com muito orgulho, sou liderado por V. Exa., e a consideração e o respeito são recíprocos. Eu fico muito honrado de poder dividir a bancada do Partido com V. Exa., que é, por todos nós, por todos os Senadores do Democratas, respeitado por sua trajetória, por seu preparo, pela maneira como V. Exa. conduz o seu mandato e conduz a Liderança do Partido também, neste espaço de diálogo plural extremamente interessante.

E dentro dessa perspectiva, o primeiro registro que faz, do Ministro Noronha, eu tenho que subscrever, todas as afirmações, todas as considerações que V. Exa. faz em relação a ele. Eu também não sou de fazer culto a magistrado que cumpre o seu papel constitucional quando decide olhando para os autos, e não para a plateia. Eu tenho essa mesma formação, essa mesma perspectiva em relação ao papel da judicatura.

Em relação à questão do trabalho da Comissão, quando nós assumimos esse trabalho aqui, e V. Exa. tem ajudado a construir essa agenda, essa pauta, nós sinalizamos claramente para os membros da Comissão e para a sociedade que representamos que o papel da Comissão não seria ser destaque por sabatinas e escolhas desses ou daqueles representantes de agências reguladoras, mas seria o debate da infraestrutura nacional.

Esta é uma Comissão de Infraestrutura, e não há infraestrutura mais necessária e cujo custo tenha maior impacto no custo País, no custo Brasil, do que a energia. É um insumo fundamental. Não há riqueza sem energia. Não há crescimento econômico sem energia. Para o País crescer 2% hoje, ele precisa crescer em geração de energia, sobretudo com fontes limpas.

Agora, no patamar de custo de geração, de transmissão, de distribuição e de tributação em que nós temos a energia brasileira, o País se mostra cada vez menos competitivo. Esse é um desafio que todos nós temos que enfrentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu diria, apenas pegando carona na fala de V. Exa., que o papel da Comissão não é olhar apenas para o aspecto endógeno. Eu acho que nós temos que olhar para o aspecto externo, para aquilo que está acontecendo lá fora, no mundo real, sem perder de vista sempre que o papel do Parlamentar, o papel do Parlamento, é exercer a legiferação, mas também o controle. E às vezes a gente se esquece de que esse papel de controle, especialmente esse controle externo, que vai *in loco*, conhecer as realidades, checar os processos, checar os resultados, é fundamental.

Então, a Comissão hoje não se limita à atuação nos quadrantes físicos aqui do Congresso Nacional. Ela está saindo para ir aos Estados. Fizemos isso em Rondônia; o Senador Wellington Fagundes, que está aqui, já aprovou vários requerimentos aqui de diligência externa lá no Estado do Mato Grosso; vamos fazer no Piauí, vamos fazer em Roraima. No Tocantins, nós temos uma pauta esta semana com a Senadora Kátia Abreu, vai estar sob a liderança da Senadora Kátia Abreu. Esse é o papel de controle externo do Poder Legislativo, e a Comissão de Infraestrutura cumpre essa missão.

Então, queria dizer a V. Exa. que me honra muito tê-lo como meu Líder e, se estou fazendo tudo isso, é porque V. Exa. nos tem dado o suporte necessário, o apoio necessário para fazê-lo. Não fosse a caneta de V. Exa., nem na Comissão eu estaria, porque V. Exa. é meu Líder.

Vamos à pauta da Comissão de hoje.

Primeiro item da pauta: o PPA, deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.

Relatoria do Líder Senador Rodrigo Pacheco, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, com base no art. 97 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PLN 21/2019-CN). No prazo avençado, foram apresentadas 21 (vinte e uma) emendas, todas relativas a contemplar investimentos para financiar políticas públicas de caráter plurianual, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão, e nenhuma de texto.

As emendas foram propostas de sorte a incluir no Anexo III - Investimentos Plurianuais Prioritários, programação plurianual, e estão listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Voto do Relator.

Aspectos normativos.

O art. 97, da Resolução nº 1, de 2006, prevê que as Comissões Permanentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do inciso I, do art. 97, faculta-se a cada Comissão a apresentação de até cinco emendas à despesa.

Já o Parecer Preliminar sobre o PLN nº 21, de 2019, que – aspas – "institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023" – fecha aspas –, aprovado no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

limitou o número de emendas por Comissão Permanente do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados em três proposições por colegiado.

O mesmo Parecer Preliminar asseverou que cada emenda à despesa deve se referir à criação ou ampliação de um único Programa, à ampliação ou nova regionalização de uma única Meta já existente ou à inclusão de um único Investimento Plurianual. De igual sorte, a inclusão de Investimento Plurianual deverá ser acompanhada da informação referente ao custo total do empreendimento, custo no período de execução do Plano Plurianual, data de início e data de término.

Nos termos do art. 100 da Resolução nº 1, de 2006, aplicam-se, no que couber, às emendas ao PLPPA, relativas à inclusão ou ampliação de Investimentos Plurianuais ou Programas e à ampliação de Metas ou proposição de nova regionalização, as disposições relativas às emendas à despesa do projeto de lei orçamentária anual.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão, especialmente em benefício de órgãos públicos gestores de políticas públicas no âmbito das competências regimentais do colegiado. As emendas têm de ter caráter institucional e representar interesse nacional.

Critério de escolha – distribuição entre áreas de governo.

Para a seleção dentre as emendas – todas meritórias, diga-se de passagem –, utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão por área temática, buscando prestigiar todas as áreas de atuação governamental propostas.

A tabela a seguir apresenta a distribuição das emendas segundo o programa proposto. Há aqui uma tabela, então, que diz: mobilidade urbana, 1; recursos hídricos, 1; transporte aquaviário, 4; transporte terrestre e trânsito, 15. Total: 21 emendas.

Em observância ao princípio que determina às Comissões formularem propostas de interesse nacional, propomos, dentro das áreas de governo apresentadas, a seleção de emendas que tenham caráter amplo em sua aplicação, de forma a favorecer ações que impactem o conjunto da infraestrutura nacional.

Por derradeiro, lançamos o critério de privilegiar, pela intervenção da Comissão, aquelas áreas de governo que são sua competência exclusiva, uma vez que as aplicações em outras áreas, embora admissíveis pela Resolução nº 1, de 2006, terão oportunidade de ser acolhidas naqueles colegiados que apresentam competências substantivamente mais próximas das respectivas atividades.

Nesse sentido, em que pese o inegável mérito da Emenda nº 1, que contemplou o Programa "2219 – Mobilidade Urbana", visando à implantação do Metrô de Salvador, entendemos que o investimento estaria melhor enquadrado dentro das competências da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que terá oportunidade de contemplá-lo em suas escolhas.

Sendo assim, nos restam três programas a serem aquinhoados – Recursos Hídricos, Transporte Aquaviário e Transporte Terrestre e Trânsito –, o que nos leva invariavelmente à conclusão de que, como se tratam de três emendas, o bom senso nos guia para a escolha de um investimento em cada programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Programa de Recursos Hídricos, temos uma única emenda apresentada, a de nº 7, de autoria deste Relator, que busca priorizar a Construção da Barragem de Jequitaí, em Minas Gerais.

Já com relação ao Programa de Transporte Aquaviário, das quatro proposições apresentadas, três referem-se ao mesmo investimento, qual seja: "Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins", com mesmo valor financeiro. No presente caso, sugere-se a aprovação da Emenda nº 14, do Senador Irajá.

Por fim, o Programa de Transporte Terrestre e Trânsito foi o escolhido pelos autores em 15 proposições. Neste específico, optamos pela emenda que nos parece ter o maior alcance, que é a de nº 21, do Senador Fernando Bezerra Coelho, referente a Manutenção de Trechos Rodoviários da Região Nordeste.

Sendo assim, selecionamos as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas da Comissão de Serviços de Infraestrutura ao Plano Plurianual da União 2020-2023:

1. Sugestão de Emenda nº 7, para Construção de Barragem no Município de Jequitaí, deste Relator, no valor de R$50 milhões;

2. Sugestão de Emenda nº 14, para Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins, do Senador Irajá, no valor de R$547.527.398,00;

3. Sugestão de Emenda nº 21, para Manutenção de Trechos Rodoviários da Região Nordeste, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, no valor de R$ 80 milhões.

Quanto às demais sugestões de emendas apresentadas a esta Comissão, não obstante o inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de três emendas por colegiado.

Não foi proposta emenda de texto.

Conclusão, Sr. Presidente.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva à intervenção da Comissão ao máximo possível de funções de Governo, tendo-se em sua conta as competências regimentais de atuação.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de números 07, 14 e 21; e

II) pelo não acolhimento, no mérito, com a devida vênia, pelas razões já expostas da limitação quantitativa, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Segunda parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberação sobre as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020".

A Relatoria também é do Líder Senador Rodrigo Pacheco, a quem concedo a palavra para proferir o seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, com base nos arts. 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 (PLN 22/2019-CN).

No prazo avençado, foram apresentadas 65 (sessenta e cinco) emendas, todas relativas a contemplar programações orçamentárias para financiar políticas públicas, majoritariamente ao abrigo da concentração material das competências desta Comissão, e nenhuma de texto.

Do total das emendas apresentadas, 62 (sessenta e duas) foram de apropriação, e 3 (três) de remanejamento. Dentre as emendas de apropriação, 15 (quinze) são para acréscimo de dotações a programações já constantes do projeto e 47 (quarenta e sete) para inclusão de novas programações, com os recursos e metas correspondentes, ao abrigo do art. 39 do mesmo diploma normativo.

As emendas estão listadas em quadro anexo, sendo referenciadas neste voto pelo seu número de ordem no mencionado quadro.

Aspectos Normativos.

O art. 43 da Resolução n° 1/2006-CN prevê que as comissões permanentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e as comissões mistas permanentes do Congresso Nacional, no âmbito de suas competências regimentais, possam apresentar emendas ao projeto. Nos termos do § 1° do art. 44, faculta-se a cada comissão a apresentação de até 8 (oito) emendas à despesa, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

São elegíveis para apresentação de emendas iniciativas alinhadas com as competências regimentais da Comissão, especialmente em benefício de órgãos públicos gestores de políticas públicas no âmbito das competências regimentais do colegiado (art. 43). As emendas têm de ter "caráter institucional" e "representar interesse nacional", vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto (art. 44, II). Ademais, a justificação da proposta de emenda deve conter elementos de custo, cronograma e financiamento (arts. 44, II, e 47, V).

Por fim, caso a emenda seja sobre ação que contemple obra, ela deve prever a execução de um único empreendimento, exceto quando contemplar subtítulo constante do projeto de lei. Trata-se de inteligência dos arts. 41, III, e 47, II, da R1/2006-CN, segundo interpretação recorrente do Comitê de Admissibilidade de Emendas da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CAE/CMO).

Critérios de caráter geral na apreciação das emendas.

Inicialmente, é preciso evidenciar a existência de normas de conteúdo aberto na regência *interna corporis*, cuja delimitação axiológica importa para a tipificação dos pleitos passíveis de encampação pelas comissões permanentes.

Nesse sentido, destaque-se que "caráter institucional" e "interesse nacional", previstos no art. 44, II, da Resolução 01/2006-CN, não encontram regramento regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ausência, pois, de definição literal no texto da Resolução que lhe confira força cogente, adotamos as "Diretrizes e orientações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, (PLN n.º 22/2019-CN), e para análise de sua admissibilidade, em razão do art. 25 da Resolução n.º 1/2006-CN", exaradas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAE.

No tocante à baliza que esteou sua apreciação, ressalte-se a interpretação restritiva ao termo "obras públicas" disposto entre as matérias sob competência do colegiado, nos termos do art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal. A considerar qualquer sorte de intervenções para as quais seria cabível o emprego do elemento de despesas 51-Obras e Instalações, seguramente perder-se-ia a finalidade da norma regimental, que não recomenda o trato da Comissão sobre, por exemplo, intervenções de menor monta nos próprios órgãos federais (como reformas em ministérios ou em gabinetes) ou o amparo a outras unidades federadas no provimento de infraestrutura sob titularidade destas, em face do interesse local.

Nesse sentir, acolhemos como crivo inadmitir, por não obedecer ao caráter institucional, as intervenções para gestão e administração de unidades ou programas, embora possam contemplar despesas com natureza de investimentos. Suplementarmente, também não as ações que constituam apenas apoio aos entes subnacionais com a transferência voluntária, quando não esteja aclarada a destinação para obras públicas e em áreas mais bem suportadas por outros colegiados permanentes.

Relativamente ao "interesse nacional", convém destacar a dificuldade oriunda da ausência, nesta Comissão, de critérios objetivos para sua avaliação.

Algumas tentativas já ocorreram, gerando avaliações em alguma medida dissonantes entre si – e aqui reporto a um precedente de 24 de outubro de 2007. Portanto, este Relator assume a contingência de fazer a avaliação caso a caso, à vista das circunstâncias do objeto da emenda e suas justificativas, levando em conta ações cujos beneficiários se localizem em mais de uma unidade da Federação.

De todo modo, a avaliação do interesse nacional tem por critério básico o alcance dos benefícios decorrentes da ação proposta, devidamente demonstrado na justificação, conforme interpretado pelo já mencionado Parecer do CAE/CMO.

2.3 Critérios Específicos – Distribuição entre Áreas de Governo.

Para a seleção dentre as muitas emendas – todas meritórias – utilizamo-nos dos critérios da preferência manifestada pelo conjunto da Comissão por área temática, buscando prestigiar aquelas com maior número de repetições. Além disso, em observância ao princípio que determina às Comissões formularem propostas de interesse nacional, propomos, dentro das áreas de governo apresentadas, a seleção de emendas que tenham caráter amplo em sua aplicação, de forma a favorecer ações que impactem o conjunto da infraestrutura nacional.

Por derradeiro, lançamos o critério de privilegiar, pela intervenção da Comissão, aquelas áreas de governo que são sua competência exclusiva, uma vez que as aplicações em outras áreas, embora admissíveis pela Resolução nº 1/2006-CN, terão oportunidade de ser acolhidas naqueles colegiados que apresentam competências substantivamente mais próximas das respectivas atividades.

Assente-se a esse propósito que as matérias discutidas no âmbito da Comissão têm-nos oferecido subsídios para o conhecimento exaustivo das necessidades do País em infraestrutura econômica, o que já não ocorre com outras áreas de governo cujas necessidades são tratadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em outras instâncias da Casa que mais bem podem aquilatar melhor o mérito específico das respectivas políticas setoriais. Desnecessário dizer, a esse respeito, que as áreas finalísticas da Comissão têm impacto direto e imediato na competitividade da economia brasileira, superando gargalos de logística que hoje estrangulam a capacidade das empresas nacionais de produzirem e exportarem.

Para aplicação dos critérios, dispomos a distribuição das emendas segundo suas características temáticas: defesa nacional - Marinha, duas emendas; integração nacional, três emendas; desenvolvimento regional, uma; infraestrutura hídrica, duas; desenvolvimento urbano, uma; e transportes, 59 – sendo: rodovias, 38, ferrovias, duas; aviação civil, três; navegação interior, 11; estudos/projetos de infraestrutura de transportes, 5 –, num total de 65.

Não foi proposta emenda de texto.

Emendas de Remanejamento à Programação Orçamentária – é o item 2.5.

Foram propostas três emendas de remanejamento, as de nºs 21, 22 e 23. As Emendas de nºs 21 e 22 referem-se a ações dentro do Programa Transporte Terrestre e Trânsito. Já a de número 23 pretende realizar melhoramentos diversos no canal de navegação da Hidrovia Taquari.

Todas as emendas de remanejamento atenderam ao disposto no art. 45 da Resolução nº 1/2006-CN, transcrito a seguir – aspas: “As emendas de remanejamento somente poderão propor acréscimos e cancelamentos em dotações de caráter institucional e de interesse nacional, no âmbito da mesma subárea temática e mesmo grupo de natureza de despesa, observada a compatibilidade das fontes de recursos”– fecha aspas.

Porém, a Emenda de nº 23, em princípio, fere o disposto no art. 44 do citado normativo, que veda a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas. No presente caso, observando-se a própria justificativa do autor da emenda, vislumbrou-se que a emenda tem por objetivo realizar uma série de intervenções que se caracterizam como obras distintas, principalmente pelo fato de o Rio Taquari contar com mais de 530km de extensão. Nesse sentido, recomendamos sua inadmissibilidade.

Sendo assim, sugerimos a seleção, por esta Comissão, das emendas de remanejamento relacionadas abaixo:

1. Sugestão de Emenda nº 21, para adequação do Trecho Rodoviário Bataguassu–Porto Murtinho, na BR-267, no Estado de Mato Grosso do Sul, de autoria do Senador Nelsinho Trad, no valor de R$100 milhões com ajuste no produto e unidade de medida de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto; e

2. Sugestão de Emenda nº 22, para construção de trecho rodoviário Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) – Entroncamento BR 262 (Aquidauana), na BR-419, no Estado de Mato Grosso do Sul, também do Senador Nelsinho Trad, no valor de R$70 milhões, com ajuste no produto e unidade de medida, de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto.

2.6 Emendas de apropriação à programação orçamentária.

Preliminarmente, ressaltamos que a aplicação dos critérios dispostos nos itens 2.1 e 2.2 levou à inadmissão de sugestões de emendas apresentadas por variados autores. Isso decorre da subsunção aos critérios normativos expressos na Resolução nº 1/2006-CN e da adoção pela relatoria de critérios técnicos e objetivos para apreciação das propostas, aos quais não nos furtaríamos de submeter as pretensões que manifestamos nas sugestões encaminhadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, manifestamo-nos pela inadequação das sugestões de Emendas de nºs 9, 14, 25 e 64, por ausência de caráter institucional, nos termos das Diretrizes e orientações ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020, (PLN n.º 22/2019-CN), e para análise de sua admissibilidade, em razão do art. 25 da Resolução n.º 1/2006-CN, exaradas pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas. São iniciativas que, *data venia*, fogem à seara competencial deste Colegiado ou que têm reduzida afinidade com as matérias com que regimentalmente o Colegiado lida.

De outra sorte, instruímos a inadmissão das propostas de números 13, 19, 28, 34, 41, 43 e 65, em razão de as ações propostas não identificarem com clareza o objeto de execução, quer por não delimitar o trecho a sofrer a intervenção, quer por importar na possibilidade de multiplicidade de obras. Trata-se de inteligência do CAE/CMO ao interpretar o art. 44, II, da Resolução nº 1/2006-CN e instruir a exclusão dos critérios de vedação apenas os casos em que a programação já constar do projeto do Poder Executivo.

Sobre as demais propostas, aplicamos os critérios de valoração contemplados no item 2.3 deste relatório. Nesse caso, entre as programações sob exclusivo tratamento desta Comissão, por pertinência temática, ressaltam-se as áreas de atuação governamental vinculadas à macrologística. Destaques para o modal rodoviário, em razão da concentração da nossa matriz de transportes, a realização de Estudos e Projetos de Infraestrutura de Transportes, bem como construção de barragem.

Pormenorizando a análise, selecionamos as sugestões que apresentaram objetos coincidentes ou similares, de sorte a contemplar os interesses catalisados por um número maior de Parlamentares, em benefício das unidades federadas que representam e da população a ser assistida. Nesses termos, diversificando as propostas, foram selecionadas as seguintes prioridades a serem convertidas em emendas de autoria da Comissão:

1. Sugestão de Emenda nº 2, para Adequação de Trecho Rodoviário Vilhena–Porto Velho, na BR-364, no Estado de Rondônia, de autoria do ilustre Presidente, Senador Marcos Rogério, no valor de R$ 630 milhões, com ajuste no produto e unidade de medida de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto;

2. Sugestão de Emenda nº 5, para Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Centro-Oeste, do Senador Jayme Campos, no valor de R$ 230 milhões, com ajuste no produto e unidade de medida de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto;

3. Sugestão de Emenda nº 12, para Construção de Barragem no Município de Jequitaí, no Estado de Minas Gerais, deste Relator, com valor de R$ 50 milhões;

4. Sugestão de Emenda nº 42, para Construção de Trecho Rodoviário Manaus– Divisa AM/RO, na BR-319, no Estado do Amazonas, do Senador Eduardo Braga, no valor cem milhões de reais, com ajuste no produto e unidade de medida de forma a adequar a meta da emenda ao seu objeto.

Quanto às demais sugestões para esta Comissão, não obstante o seu inegável mérito, devemos propor o não acolhimento, tendo em vista o limite quantitativo de quatro emendas de apropriação por comissão permanente, regulado no art. 44, § 1º, da Resolução nº 1/2006-CN.

Conclusão.

Consideramos, assim, que a distribuição das emendas aprovadas leva a intervenção da Comissão ao máximo possível de regiões nas funções de governo da sua área regimental de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação, segundo o interesse dos Parlamentares do colegiado, evidenciado pelo número de emendas apresentadas a cada finalidade. Por essa razão, votamos pela aprovação do parecer nos termos aqui apresentados.

Em razão de todo o exposto, instruímos:

I) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, da sugestão de Emenda de Remanejamento nº 23;

II) pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 9, 13, 14, 19, 25, 28, 34, 41, 43, 64 e 65;

III) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Remanejamento nºs 21 e 22, ambas de autoria do Senador Nelsinho Trad;

IV) pelo acolhimento, no mérito, das sugestões de Emendas de Apropriação nºs 02, 05, 12 e 42; e, por último,

V) pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas, das demais sugestões de emendas apresentadas.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Rodrigo Pacheco.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

Indago aos Senadores se querem acrescentar alguma complementação. (*Pausa.*)

Não havendo mais nada a tratar, encerraremos a presente reunião.

A nossa próxima reunião será na terça-feira, às 11h da manhã, com pauta deliberativa.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – V. Exa. até me deu a palavra, e eu, inadvertidamente, não a assumi no momento em que V. Exa. me deu.

Peço a palavra, ao final desta reunião, para manifestar uma preocupação, já externada a V. Exa. em determinada ocasião, em relação à edição de uma resolução, no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), sob a condução do nosso colega de partido, o Deputado Onyx Lorenzoni, hoje Ministro, quanto à desregulamentação do setor de transporte rodoviário interestadual e internacional. É a Resolução nº 71, de 2019, que objetiva desregulamentar todo o setor para estabelecer que o próprio mercado se regule nesse segmento, o que, na minha opinião e pela percepção que tive ao ler a resolução, é um grave e grande equívoco do Governo Federal – caso se prossiga com a ideia ali contemplada de uma resolução que, por ora, é opinativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Explico a V. Exa. e ao Senador Wellington Fagundes, também aqui presente na Comissão, os motivos disso.

O sistema de transporte rodoviário, seja em nível de interligação entre Estados, seja entre países – e isso se reflete também nos Estados, é regulado pelos próprios Estados, entre os Municípios –, é um sistema que hoje existe e que pressupõe pontualidade, investimentos, regularidade. Um veículo, um ônibus, ainda que não tenha nenhum passageiro, no seu horário marcado de 18h, tem que prosseguir viagem, independentemente de ter passageiros ou não. O sistema de gratuidades para deficientes físicos e para idosos...

Há, então, um sistema regulado e tutelado pelo Estado através de concessões públicas ou de autorizações, como é hoje no ambiente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que funciona; que garante que as pessoas, nos mais diversos rincões, de lugares às vezes inóspitos e inacessíveis, tenham a possibilidade de ter a segurança de um veículo que os transporte até uma determinada localidade. Do interior à capital, por exemplo, ou de uma capital a outra capital, num fluxo para o Estado de São Paulo, para o Município de São Paulo.

Então, há essa segurança hoje, tanto que esse é um sistema aprovado por boa parte da população brasileira, que funciona e que garante essa interligação, garante que as pessoas possam ser transportadas com dignidade, com segurança pelas vias e pelas rodovias do Brasil.

Há um rigor muito considerável, multas aplicadas se há ali uma pedra que bate num para-brisa, que é trincado e não é consertado, há uma multa. A ANTT está lá para poder fiscalizar, e nos Estados também há essas fiscalizações. Se não se cumpre a garantia da gratuidade, também há multa em relação a essas concessionárias que investem nos seus veículos, há investimentos até muito altos, que geram empregos regulares, que garantem que haja uma jornada de trabalho numa linha como de Ji-Paraná até Brasília, em que vários motoristas terão que substituir ao longo do trajeto. Então, as concessionárias permitem que esse sistema seja regido e gerido com a segurança necessária para garantir o transporte dessas pessoas.

Quando se pretende desregulamentar, Senador Wellington, o que se acaba fazendo? Permitindo que duas pessoas se reúnam, resolvam comprar um ônibus financiado e possam então fazer esse transporte com algum tipo de regularidade. Alguém aqui é contra aplicativo? Absolutamente, só que nós não podemos transmudar a realidade de Uber e táxi para um transporte regular de passageiro, que é um transporte coletivo entre Municípios.

Então, se é possível entrar o sistema tecnológico de aplicativos nesse modelo, que se faça através de fretamento, que se possa unir as pontas de pessoas que desejam fretar um ônibus para ir a qualquer localidade e o aplicativo possa, então, fazer a união dessas pontas com um método tecnológico que facilita muito a vida das pessoas, isso é inquestionável.

Mas o transporte público coletivo de pessoas é uma garantia essencial do cidadão, é mais ou menos, como se pretender que a segurança privada só possa substituir a segurança pública, uma empresa de segurança privada substitui a Polícia Militar numa determinada localidade ou que os hospitais particulares façam as vezes dos hospitais públicos.

Então, dessa ideia de liberalismo, de desregulamentação eu sou defensor. Votei favoravelmente à MP da Liberdade Econômica, tenho votado nessas pautas de quanto menos presença do Estado melhor, mas há determinados setores que, se forem mexidos nessa linha, poderão representar um verdadeiro caos à sociedade brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu tenho manifestado e tenho tido muita preocupação com essas ideias, especialmente essa materializada na Resolução nº 71, dessa desregulamentação geral de permitir o controle de itinerário, de preço de passagem e de horários por conta daqueles que vão prestar o serviço sem a participação de uma agência que possa regular, a partir de critérios de direito regulatório, essas relações.

V. Exa., Senador Marcos Rogério, certamente, ao percorrer as estradas de Rondônia, já identificou pessoas que estavam ali, num lugar que não tem ponto de ônibus, que é uma estrada de terra vicinal, com uma malinha, sabendo que às 10h40 passará um ônibus para ela poder subir e ir ao seu trajeto.

Essa desregulamentação, da forma como ela está sendo pensada, é algo que vai gerar uma grande insegurança e vai afetar muito a vida das pessoas de um modo geral.

Então, quero apenas externar a V. Exa., como Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que possa ter um olhar em relação a esse tema – e eu promoverei os requerimentos adequados nesse sentido –, para que possamos fazer uma reflexão se é o caso de haver uma regulamentação séria de responsabilidade da ANTT.

A ANTT tem que começar a ter um pouco mais de responsabilidade em relação a isso. Afinal de contas, será que o modelo é de autorizações? Não deveria ser de concessão ou concessão onerosa, que faça com que essas empresas que prestam esses serviços regulares possam pagar à União para poder ter a possibilidade de ter essa concessão pública? Isso é de interesse do Estado – o Estado *lato sensu* da União –, que acaba por ter uma fonte de recursos adequada para poder manter esse sistema e ao mesmo tempo é interesse do usuário, porque estabelece ali uma segurança de que há uma concessionária fiscalizada, com existência física: você sabe aonde vai se houver um acidente, que o ônibus tem seguro, que há o seguro de passageiros, que o motorista está cumprindo sua jornada regular.

Então, nós precisamos enfrentar esse tema e pode ser que isso tenha que partir do Senado da República, que tenha que partir da Câmara dos Deputados porque até agora a ANTT se omitiu ao longo do tempo em relação a esse tema. É preciso, então, enfrentá-lo.

A hipótese é de uma regulamentação, a partir de um direito regulatório sério, que possa estabelecer qual o regime que nós queremos no Brasil. Na minha opinião, pelo menos num primeiro momento, identifico, muito melhor do que um caminho de desregulamentação pura e simples para bagunçar um mercado que está funcionando, um sistema que de um certo modo está funcionando para o usuário brasileiro, que se faça a concorrência pública, a licitação. Não se encontrou ainda melhor forma de Direito Administrativo de garantir lisura, de garantir obediência aos princípios constitucionais do que a concorrência, estabelecer a concorrência entre empresas regularmente constituídas que possam ser concessionárias de serviço público. Assim como estão fazendo com aeroportos, com portos, com rodovias, que se faça com o sistema de transporte para que o usuário – no final das contas, o pobre – que precisa do ônibus porque não tem dinheiro para pagar avião possa ter um serviço de qualidade, possa ter garantida sua gratuidade, sobretudo seguro. Que ele tenha a tranquilidade de entrar numa empresa que está regularmente constituída e vai prestar um serviço adequado porque está sendo fiscalizada pelo Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A omissão do Estado de fiscalizar e desregulamentar é um caminho muito equivocado. E peço a reflexão de V. Exa., do Senador Wellington Fagundes e dos demais colegas da Comissão de Serviços de Infraestrutura para esse tema, que é um tema muito caro para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Rodrigo Pacheco.

O Senador Wellington Fagundes sinaliza que quer se manifestar também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Com relação às emendas, já votamos, eu não fiz nenhum óbice.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tenho alguns posicionamentos, mas o importante é que precisava aprovar e estão aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Eu quero aqui me colocar também. Lá na Comissão de Orçamento a gente está definindo conjuntamente a visão da Comissão.

Em relação ao assunto aqui das concessões rodoviárias ou autorizações rodoviárias, esse assunto já vem sendo discutido há muito tempo.

O Ministério Público, tanto Federal como dos Estados... Muitos Estados já optaram por fazer a licitação, mas eu acho que é extremamente importante aquilo que está funcionando... Não diria precariamente, está funcionando no Brasil.

Eu também tenho uma certa preocupação de mudança, porque já há muitos Municípios em que as empresas não querem mais fazer transporte coletivo, porque os transportes alternativos e outros tantos fazem com que as empresas não tenham capacidade de andar de acordo com a legislação, ou seja, é preferível então deixar a coisa totalmente solta. E isso tem causado muitos problemas, acidentes. As pessoas, depois, não têm a quem recorrer.

É a mesma coisa que tirar, de uma hora para a outra, a obrigatoriedade das cadeirinhas ou dos radares eletrônicos que a gente tem. E a gente sabe que, em alguns lugares, aumentou muito o número de acidentes.

Então, eu diria isso do ponto de vista da vida também, porque é claro que um transporte totalmente sem regulamentação, sem fiscalização, apesar da deficiência da ANTT, existe. Isso precisa ser melhorado. Agora, eu penso que mudar completamente aquilo que está pelo menos funcionando realmente é uma preocupação de muitos. E isso já está sendo muito comentado realmente, porque, a partir daí, me parece inclusive que essa ação já está sendo tirada ou já se tirou da ANTT e foi levada para a Casa Civil. Então, se a ANTT é uma agência com muito mais condições, imaginem isso, esse sistema sendo cuidado pela Casa Civil!

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Se me permite, Senador Wellington Fagundes, a ANTT é a agência que tem a atribuição para esta regulação e, bem ou mal, precariamente ou não, é quem compreende do sistema, quem conhece o sistema. Há um conjunto de linhas interestaduais e internacionais no Brasil que é de conhecimento pleno da ANTT. Ao tirar da ANTT para ser tratado no ambiente da Casa Civil, qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a *expertise* que se tem para tratar de um tema desse em relação transporte rodoviário de passageiros?

Pretender fazer com o transporte rodoviário de passageiros terrestre o que se faz com o transporte aéreo é uma ilusão. O investimento no transporte aéreo é para meia dúzia. Agora, um vizinho, junto com outro vizinho, comprar um ônibus para fazerem a linha de Ji-Paraná a Porto Velho é completamente possível.

Então, é esse cuidado que nós temos que ter, é esse problema que nós estamos enfrentando. Não é o problema de Uber e táxi, não é a lógica de Uber e táxi e não é a lógica do sistema aéreo, que se autorregula ali – e uma autorregulagem que faz sofrer o consumidor, porque a passagem está R$1,5 mil, R$2 mil por conta disso. Nesse sistema, não! Há um valor de referência por parte da ANTT na passagem, as empresas podem até cobrar menos, pela concorrência delas, mas não podem também inflar o preço, porque há uma fiscalização.

Então, nós temos que enfrentar esse assunto e que fazer uma proposta, Senador Marcos Rogério. Não vejo outro caminho. O caminho lícito, moralmente adequado, o que o Direito brasileiro permite que se faça num sistema desse é a concorrência, colocar em concorrência aqueles que pretendam ser concessionários, que tenham condições para sê-lo, que possam disputar com regras de técnica, de preço, de melhor preço de tarifa para ter essa segurança jurídica.

O que o Senador Wellington Fagundes disse é muito sério: as empresas estão deixando de fazer e deixando desprovidas as localidades por conta do clandestino. Aí, na alta temporada, há lá um monte de *vans*, ônibus e carros de passeio para transportar. Quando não se está na alta temporada, some todo mundo. Aí, não há o transporte regular, porque, repito, o transporte regular tem que sair da rodoviária com um ou com zero passageiro para poder cumprir a linha, e tomando prejuízo, porque várias linhas são deficitárias. Então é um sistema que se regula, mas em que não pode deixar de haver a participação do Estado, porque é um serviço essencial e direito do cidadão de ter acesso a outras localidades.

Essa reflexão é muito importante que façamos de maneira muito séria e que inauguremos aqui nesta Comissão e que tem sido protagonista de tantas coisas. V. Exa. tem capitaneado essa rediscussão do modelo elétrico brasileiro. Que se possa fazer também no tocante à ANTT, ao transporte rodoviário coletivo de passageiros. Será um grande serviço prestado pela Comissão ao País.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – E o que fazer, não é? Eu acho que o Senador Rodrigo Pacheco não está propondo aqui uma audiência pública, mas ele está propondo à Comissão e ao Presidente que a gente encontre talvez uma forma melhor de discutir o assunto, não sei se seria uma audiência.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu proporia, Senador Wellington, eventualmente – não sei se deveria ser por escrito, fica a critério do Presidente –, um encaminhamento por parte da Comissão, devidamente aprovado pelo Plenário da Comissão, ao Ministro Onyx Lorenzoni para que reavalie a Resolução nº 71, de 2019, e que possa ouvir e deixar que a Comissão faça estudos, em conjunto com o Governo Federal, para se chegar a um denominador comum que seja adequado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que esse seria um encaminhamento interessante, apropriado, pertinente, para que possamos evitar que essa resolução, que é opinativa, transforme-se num decreto do Presidente da República que desregulamente, numa canetada, todo o sistema de transporte, bagunçando a vida de inúmeros brasileiros que precisam desse transporte para sobreviver.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu faria uma... Não sei se vou inovar, se há precedentes ou não. Eu designaria V. Exa... Como há uma orientação, uma resolução orientativa por parte da Casa Civil à PPI em relação a esse tema e a Casa não foi consultada, a mensagem não chegou ao Parlamento, mas como é um assunto público e de interesse público, não sei se faria ou pediria à Consultoria que fizesse uma manifestação em relação a isso e encaminharíamos para o ministério, ou se daria para designarmos um Relator para isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, pela notícia que eu tenho, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Inicialmente, vamos pedir à Consultoria para tecnicamente se manifestar em relação a isso. Vou pedir uma manifestação técnica da Consultoria. E o encaminhamento, faria pela Comissão, como manifestação da Comissão, inicialmente manifestando preocupações em relação a isso, as percepções que a gente tem aqui. Posteriormente, acho que podemos, no ambiente da política, se for o caso, trazer o debate à Comissão, na forma de um seminário ou de audiências públicas, ouvindo setores e sobretudo a ANTT, que reconheço é quem tem *expertise* e autoridade em relação a essa matéria.

Acho que há um risco. O Senador Pacheco, Senador Wellington, já vinha abordando esse assunto com alguns Senadores e comigo algumas vezes, tivemos a oportunidade de reunir inclusive alguns dirigentes do setor, que se manifestaram preocupados com relação a esse tema.

V. Exa. traz com muita propriedade, com muita assertividade o tema à Comissão no dia de hoje. Acho que é uma questão de segurança. O debate aqui se cinge a um aspecto de segurança tripartida: segurança jurídica, segurança regulatória, segurança econômica, e vai impactar lá na ponta quem está dependente desse sistema. Oferta, qualidade, preço, eficiência, tudo isso está embutido, e uma desregulamentação pode ter reflexos extremamente nocivos, negativos para o setor. Assiste razão à V. Exa., que é quem entende do assunto. Eu sou aqui apenas alguém que está ouvindo as demandas. E, a par das manifestações que já ao longo desses últimos dias, fiquei realmente tocado e instado a também tomar a iniciativa de provocar o Ministro Onyx, que é do nosso partido, Democratas. Não sei em que pé está, não é uma decisão do ministério, mas é uma sinalização...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. O aspecto é que a ANTT já deixou de analisar os processos, então estão sobrestadas na ANTT as novas autorizações, digamos. Por isso eu acho que o Senador Rodrigo Pacheco está trazendo aqui essa manifestação para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A questão é que, por exemplo, uma situação dessa, que é uma recomendação, não é norma vinculativa; não se trata de um instrumento normativo, mas ele tem caráter indicativo, opinativo e, *data venia* pela antecipação, talvez até com certo aspecto de usurpação de competência, porque essa matéria é da competência do órgão regulador, que tem assento normativo próprio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então acho que é absolutamente pertinente a provocação de V. Exa. e tempestivo que se manifeste ao Governo e à Casa Civil em relação a essa matéria. Obviamente que o Ministro Onyx Lorenzoni é extremamente aberto ao diálogo e a essas preocupações e não terá dificuldade nenhuma em ouvir as preocupações do Senado Federal. Faremos isso.

Eu queria apenas dar informação à Comissão. Eu fiz alguns requerimentos e ofícios em relação à questão do risco hidrológico e eu queria colocar a par a Comissão sobre algumas informações que nós já temos, até em razão de uma publicação que saiu hoje no *Valor Econômico* tratando desse tema, que está ligado ao PL 3.975, de 2019, no Senado (PL 10.985/2019 na Câmara). Apesar de não ser possível discutir o mérito no atual momento – e eu não tive oportunidade de discutir mérito, porque quando a matéria tramitou no Senado eu era Deputado e quando tramitou na Câmara eu estava Senador, nós estamos aqui discutindo apenas as emendas que foram apresentadas na Câmara dos Deputados e que estão sendo submetidas a debate e à votação aqui no Senado lá na Comissão de Assuntos Econômicos –, eu queria dar aqui apenas algumas explicações em relação a esse tema, que acho extremamente relevante para o País e com impactos para o consumidor, para o setor e para o consumidor.

No mercado de curto prazo, a judicialização em relação ao risco hidrológico alcança cerca de 7,4 bilhões em valores brutos e cerca de 4,6 bilhões em valores líquidos. O requerimento de informações ao Ministério de Minas e Energia que encaminhei foi público, aprovado aqui na Comissão de Infraestrutura, deixando claro a todos do setor elétrico e à sociedade quais eram as minhas dúvidas em relação a essa matéria. Vejo muita gente falando muita coisa, mas estava claro para quem queria ler e entender quais eram as preocupações: deslocamento hidráulico, antecipação de garantia física e atrasos de transmissão.

O Ministério de Minas e Energia informou inicialmente que o montante envolvido... Numa primeira manifestação não falou em valores. Posteriormente, instado novamente a se manifestar, informou que o montante envolvido para a resolução da questão pela via legislativa, com extensão da outorga, alcançaria o montante de R$11 bilhões, um pouquinho mais de 11 bilhões, mas não fez, na manifestação que encaminhou, referência ao Wacc.

Diante disso e em razão das informações que obtive, solicitei à Aneel que informasse qual o montante envolvido para resolução da questão na via legislativa com extensão da outorga. E a Aneel manda as informações – estão à disposição da Comissão –, apontando o montante de 16,35 bilhões como impacto desse projeto. Então, não é correto afirmar que não impacta o consumidor, uma vez que posterga o prazo de vencimento da outorga. Assim, o consumidor tem expectativa legítima com prazo definido para o leilão e com possibilidade de redução na tarifa, ou seja, a modicidade tarifária a partir do leilão com menor preço, e isso é postergado em razão do alongamento de contrato.

Pela regra atual, para algumas usinas, em havendo renovação, seria postergada a captura da renda hidráulica pelo consumidor na forma do regime de cotas. E, no caso da aprovação do PLS 232, nesse caso sou Relator na CI, também seria adiada a destinação de parte da renda hidráulica para o consumidor na forma de aporte na CDE, dois terços do valor da concessão. É disso que nós estamos falando.

Estou fazendo referência a essa questão na Comissão hoje em razão da publicação que saiu hoje, apontando os números, o impacto desse projeto para o setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um tema sensível, é um tema que precisa ser debatido à exaustão. Muitos Senadores conhecessem o tema, sabem do impacto dele, direto e indireto; tanto do impacto para o consumidor em relação ao alongamento de contrato da outorga quanto do impacto na CDE, por encargos. Com essa solução de maior outorga, de alongamento de outorga, penso – e isso está explícito nos encaminhamentos que recebi – que vai haver impacto também na CDE. Ou seja, se o impacto será na CDE, o impacto será também para o consumir. Então, é um tema sensível, e eu compartilhar com a Comissão essas preocupações.

Quando o tema voltar ao debate na Comissão de Assuntos Econômicos, eu apresentarei o detalhamento em relação a essa matéria. Até lá, estamos tentando encontrar um ponto de convergência, um ponto médio para gente tentar avançar nessa matéria.

O risco hidrológico existe, há prejuízos, mas a solução não pode ser para agravar o problema. Você tem que resolver o problema sem aumentar o impacto para o consumidor. Quem paga a conta sempre é o consumidor e, nesse caso, o consumidor mais pobre, especialmente aquele que está refém de um sistema e que não pode se livrar dele, não tem opção. E a conta vai sempre para ele. É preciso que a gente tenha cautela, que a gente tenha cuidado para poder garantir segurança contratual, segurança econômica para o setor, previsibilidade. Enfim, não desconheço aqui a necessidade de a gente enfrentar essa matéria, mas em um debate que deixe claro qual é o impacto e onde ele vai mexer, com quem vai mexer.

São só essas brevíssimas ponderações que estou fazendo aqui em razão da publicação que saiu hoje de que, fato, a Comissão já recebeu a informação do Ministério das Minas e Energia, trazendo seus números... E aí há uma divergência bastante significativa, porque o Ministério fala em 11 bilhões, e a Aneel, que é quem faz o cálculo, joga essa fatura para 16 bilhões. Não estamos falando de algo pequeno, mas de algo grande que impacta tanto o setor elétrico quanto o consumidor.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença de todos, especialmente do Senador Rodrigo Pacheco, Relator para as matérias da Ordem do Dia de hoje, está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 12 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Wellington Fagundes, Dário Berger e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Jean Paul Prates, Lucas Barreto, Irajá, Nelsinho Trad, Jayme Campos, Jorginho Mello, Rose de Freitas, Chico Rodrigues e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Esperidião Amin, Plínio Valério, Roberto Rocha, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Carlos Viana, Marcos Rogério, Styvenson Valentim e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Lançamento da "Pesquisa CNT de Rodovias 2019". Participantes: Bruno Batista de B. Martins, Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Jefferson Cristiano, Coordenador de Estatística e Pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Valter Luís de Souza, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional do Transporte (CNT); General Antônio Leite dos Santos Filho, Diretor-Geral do Departamento de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Valter Casimiro Silveira, Secretário de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal. **Resultado:** Reunião de trabalho realizada. Fazem uso da palavra os Senadores Ângelo Coronel, Eduardo Gomes, Jayme Campos, Dário Berger, Marcelo Castro e Lucas Barreto, além dos senhores Marcelo Alcides dos Santos, Superintendente de Exploração de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Marcello da Costa Vieira, Secretário Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Wellington Fagundes

Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Izalci Lucas, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Marcos do Val, Sérgio Petecão, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Confúcio Moura e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Omar Aziz, Zequinha Marinho e Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, quais sejam da 30ª, 31ª e 32ª, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 49, de 2019** que: "Adita o REQ 44/2019-CDR, acrescentando convidados à Audiência Pública sobre Regularização Fundiária." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 44/2019 - CDR e REQ 49/2019 - CDR, ambos de autoria Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Finalidade:** Debater o programa de governo que trate de regularização fundiária. **Participantes:** Gustavo Zarif Frayha, Subchefe Adjunto de Infraestrutura da Subchefia de Articulação e Monitoramento (representante da: Casa Civil); Mauro Benedito de Santana Filho, Secretário Adjunto de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (representante do: Ministério da Economia - ME); Mirna Quinderé, Coordenadora–Geral de Regularização Fundiária Urbana (representante da: Secretaria Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR); Lidiane Delesderrier Gonçalves, Superintendente da Área de Estruturação de Empresas e Desinvestimento (representante de: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES); Fabiana Cristina Tavares Torquato, Especialista em Regularização Fundiária. Usaram da palavra os Senadores Lucas Barreto e Zenaide Maia; e Wagner Oliveira, Superintendente do Patrimônio da União SPU/DF. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

Comunico que dia 27 deste mês se comemora o Dia Mundial do Turismo e também é a data nacional dedicada aos turismólogos, profissionais que atuam no planejamento e execução de ações estratégicas para que as viagens sejam feitas de forma legal, sustentável e segura.

O turismo movimenta a economia do Brasil. Atualmente, a indústria do turismo representa 8,1% do PIB, com a contribuição de 520 bilhões para a economia do País. E, em relação ao volume de postos de trabalho, esse segmento é responsável por 7 milhões de empregos gerados.

Agradeço o convite feito pela Prefeitura Municipal de Bonito, Mato Grosso do Sul, para as festividades em comemoração aos 71 anos de emancipação político-administrativa da cidade, que contará com eventos entre o dia 20 de setembro e 7 de outubro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço também o convite feito pelo Ministério do Turismo para o 1º Seminário de Segurança Turística, encontro que tem como objetivo tratar e debater o Sistema Nacional de Segurança Turística, que acontecerá nos dias 1º e 2 de outubro.

Comunico, conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, que encerra-se hoje o prazo para manifestação a respeito do documento da ONG Convergências, "Um espaço de ação e informação pelo Brasil". O documento encontra-se na Secretaria e no *site* da Comissão.

Informo que o prazo para recebimento de emendas ao Plano Plurianual (PPA) por esta Comissão deverá ser aberto, caso o cronograma da CMO seja cumprido, na sexta-feira, dia 27/9, e se encerrará no dia 1º de outubro, terça-feira. Este prazo exíguo objetiva permitir ao coordenador das emendas elaborar um relatório a ser deliberado na reunião da próxima semana.

No mesmo sentido, o prazo para recebimento de emendas à Lei Orçamentária Anual, a LOA, por esta Comissão será aberto no dia 1º de outubro, próxima terça-feira, e se estenderá até sexta-feira, dia 11 de outubro, de forma a serem deliberadas no dia 16 de outubro.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião está dividida em duas partes. A primeira parte deliberativa, com item único, acrescentando convidados à audiência que realizaremos no dia de hoje. Essa deliberação será após a nossa audiência. A segunda parte é audiência pública para tratar do programa de Governo que trate de regularização fundiária.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 49, DE 2019

- Não terminativo -

Adita o REQ 44/2019-CDR, acrescentando convidados à Audiência Pública sobre Regularização Fundiária.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

É de minha autoria. Nós vamos votar após a segunda parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta audiência tem a finalidade de debater programa de Governo que trate de regularização fundiária, atendendo aos Requerimentos 44, de 2019 - CDR, e 49, de 2019 - CDR, ambos de minha autoria.

Esclareço que adotaremos o seguinte procedimento: cada expositor terá 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos, dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurando igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditada pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica.

A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando os oradores de cada partido.

Antes de conceder a palavra aos convidados, eu informo que a participação dos cidadãos em nossa audiência será recebida nos seguintes canais: portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão e pelo Alô Senado: 0800-612211.

Convido, então, já para compor a Mesa, Mauro Benedito de Santana Filho, nosso Secretário Adjunto de Coordenação e Governança da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), representando aqui o Ministério da Economia.

Muito bem, Sr. Mauro.

Pode bater palmas quem quiser, só para animar o ambiente. (*Pausa.*)

Não é não, Senadora Zenaide?

Gustavo Zarif Frayha, Subchefe Adjunto de Infraestrutura da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil.

Podem bater palmas também, senão fica desproporcional. (*Palmas.*)

Mirna Quinderé, Coordenadora–Geral de Regularização Fundiária Urbana, da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).

Muito bem, Mirna. (*Palmas.*)

Lidiane Delesderrier Gonçalves – só há nome complicado hoje aqui, hein? –, Superintendente da Área de Estruturação de Empresas e Desinvestimento, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (*Palmas.*)

É quem vai financiar tudo aqui.

E a Fabiana Cristina Tavares Torquato, especialista em regularização fundiária. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu informo ainda que tive o privilégio de presidir esta Comissão de Regularização Fundiária, e todos sabem que a metade da população do Brasil, inclusive de Brasília, vive em áreas irregulares, por falta de escritura. Nós temos uma área rural imensa – intensa e imensa –, e pessoas aguardam há 50 anos, 40 anos, para terem o seu título, para que possam fazer investimento, porque nenhuma instituição bancária, nem do Governo, oferece qualquer tipo de financiamento sem garantia, e a garantia é a escritura.

Então, o objetivo dessa medida provisória, que foi transformada em lei, na Lei 13.465, foi esse, de dar a escritura para as pessoas, para os proprietários e ocupantes da terra, só que nós cometemos alguns equívocos. Primeiro, a gente não deu estrutura nem para o Incra, nem para o SPU, para que pudessem regularizar. Então, a gente está tendo essa dificuldade de infraestrutura. Não temos oferecido a tecnologia que há hoje no mercado, disponível, para desenvolver ferramentas que podem ajudar muito. E eu estou vendo agora os Prefeitos, todos eles doidos para regularizar seus Municípios, e cada um tomando uma posição independente. Muitas vezes vai acontecer muita picaretagem nessa história, então, a gente precisa cuidar disso, para que a coisa aconteça de forma legal, correta, que é o nosso objetivo.

Então, o objetivo principal desta audiência pública é apresentar algumas alternativas para facilitar o processo de regularização. Inclusive, nós apresentamos uma emenda, que foi aprovada, chamada PMA, que é a Proposta de Manifestação de Aquisição, para que os ocupantes não fiquem na mão dos burocratas. Eu acredito que o Incra, por exemplo, já poderia ter regularizado grande parte das terras do Brasil. Não o fez porque não quis, porque ficou na mão do burocrata, não havia interesse. Então, hoje não: com essa emenda que nós apresentamos e foi aprovada, que é a Proposta de Manifestação de Aquisição, qualquer ocupante pode, inicialmente, manifestar o interesse de aquisição, e já se inicia o processo de regularização.

Então, a gente precisa incorporar a essa regularização fundiária as tecnologias, os mecanismos para facilitar a regularização. Por isso é que eu vou, em primeiro lugar, chamar a Fabiana Cristina Tavares Torquato, que acompanhou passo a passo a aprovação dessa medida provisória e que colaborou muito com as emendas inclusive, principalmente na área rural, para que ela faça a sua exposição, e, em cima dessa exposição, a gente faz então o debate com relação a isso.

Então, Fabiana, fique à vontade.

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador e as demais autoridades aqui na mesa e agradecer a oportunidade de a gente estar debatendo esse tema que é tão importante para o desenvolvimento do País.

O Senador tem sido um guerreiro há alguns anos já, colaborando muito, no Poder Legislativo, para a construção de soluções que sejam viáveis à regularização fundiária. Muito já foi feito, e agora eu acho que é hora de todos os órgãos que estão aqui, em parceria, desenvolverem-se mais.

Como tenho só 15 minutos e eu falo bastante de memória, vou tentar acelerar um pouquinho, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO – Está bom.

O Senador propôs a audiência pública. Eu entendo que este é o primeiro momento em que a gente está tendo a oportunidade de reunir esses órgãos todos e tratar da regularização fundiária como uma política econômica. Então, esta audiência pública é o caminho ideal e viável para a gente iniciar essa discussão, essa conversa, de forma mais coerente.

Bom, a regularização fundiária é um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente. Essa é a definição clássica da regularização fundiária em todos os livros, inclusive na legislação, mas a regularização fundiária que nós gostaríamos de tratar é a regularização que tem um potencial extraordinário econômico para o desenvolvimento do País, e é dessa que a gente vai falar agora.

Essa frase que está aqui é uma frase que eu copiei de um pensador que gosto sempre de citar. Quando eu comecei a ler Hernando de Soto, a minha visão sobre regularização mudou. Então, ele fala o seguinte, que os problemas valem 10 trilhões. Desses amontoados de áreas irregulares ele fez um estudo, nos cinco países mais pobres, e descobriu que, juntos, esses países tinham, em área de favela, algo de aproximadamente 1 trilhão de dólares. Então, é um ativo fundiário morto, é um dinheiro que não entra na economia. E ele começa a desenvolver seu estudo sobre o capital justamente em cima da regularização fundiária, defendendo-a como uma política capitalista, já que a gente está defendendo a propriedade. E ele faz comparações muito interessantes. Ele diz o seguinte: nos Estados Unidos e na Europa, por exemplo, as pessoas utilizam o capital delas, que é a propriedade, para alavancar recursos, para conseguir empréstimos, financiamentos, até os próprios negócios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós entendemos a possibilidade de que os Municípios, hoje, que detêm a competência para a regularização – isso, definido lá na Constituição, arts. 182 e 183 –, de fato poderiam ter suas economias locais impactadas pela regularização, já que a gente teria esses recursos fundiários inseridos na economia.

Já foram feitos estudos. Na época em que foi feita a Lei 11.952, na justificativa da lei, foi feito um estudo, na época, em que se esperava que, nos Municípios da Amazônia Legal – porque essa Lei 11.952 trata da Amazônia Legal –, com a regularização, os Municípios teriam suas economias impactadas em 30%. Então, a regularização fundiária para os Municípios também é uma grande alternativa para melhorar a economia.

Bom, aqui no Brasil, a gente... Eu vou colocar aqui, mais para frente, alguns outros dados, com os quais vocês vão ficar alarmados. A gente não tem pesquisas recentes sobre IBGE e nada assim, mas eu acho que, apesar do tema ser negligenciado, é uma necessidade urgente.

Bom, a regularização fundiária insere mais capital na economia nacional, através do recolhimento de tributos e da possibilidade de realização de negócios jurídicos resguardados pela lei e garantidos pelo ordenamento jurídico. E, além dos benefícios econômicos, traz também a melhora nas condições sociais e o respeito aos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, iniciando pelo direito à moradia.

Eu gosto de usar o exemplo que um amigo meu falou uma vez, que cai muito bem no tema da regularização fundiária. Quando você tem áreas irregulares... E ele compara as áreas irregulares com um carro que não tem regularização. Então, daquele carro, que não pode ser regularizado, a pessoa começa a vender as peças. O mesmo acontece com a regularização fundiária: quando você não tem uma matrícula, você não tem um título, e você tem que defender a sua posse, o que que acontece? O cidadão vai lá, divide metade do lote para construir a casa, porque ele não consegue ir ao banco e dar o terreno em garantia para construir a casa. Aí começam os parcelamentos irregulares. E é um ciclo vicioso, porque aí a água é irregular, a luz é irregular, a internet é irregular; a questão da segurança fica terceirizada, dependendo da região, até por milícias, e acaba virando um imbróglio social.

Bom, esses são os dados do IBGE. A última pesquisa dos Municípios foi essa aí, de 2000 – infelizmente, a gente ainda não tem dado mais atualizado –, e essa pesquisa mostrava o seguinte: que, em todas as cidades com mais de 500 mil habitantes, havia problemas de ocupações irregulares.

Ocupações irregulares, só para deixar claro, seriam aquelas que não têm um parcelamento registrado. Às vezes até há um loteamento, mas não foi possível completar todas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as etapas do parcelamento. Então, pode ser invasão clandestina, pode ser esbulho e pode ser um loteamento também. Às vezes até pode ser irregular por responsabilidade da prefeitura também, não é?

Bom, recentemente, o Ipea fez um estudo – e esse é novo; é de 2018. Esse estudo foi feito numa comunidade do Rio de Janeiro, e eles tentaram avaliar o impacto da regularização na renda *per capita* das famílias. E o resultado foi que em torno de 20% a 32% foi o aumento da renda *per capita* das famílias com a regularização fundiária.

Eu peguei aqui de empréstimo, Mirna, um dado do Ministério das Cidades. A Mirna vai poder falar, talvez, até com mais propriedade sobre isso.

O Ministério das Cidades, em 2007, fez um cruzamento desses dados censitários que indicavam que existiam 12 milhões de domicílios habitados por família com renda mensal até cinco salários mínimos. Aqui a gente está falando da regularização de interesse social. Então, essa regularização de interesse social, até 2015 mais ou menos, avançou muito, com o Minha Casa, Minha Vida, e os outros parcelamentos das pessoas que estão acima de cinco salários mínimos ficaram num limbo, que só foi corrigido com a Lei 13.465, que foi publicada em 2017, que dividiu em regularização de interesse social e regularização de interesse específico.

Claro, obviamente, isso aqui não é o marco temporal de toda a regularização. Seria preciso mais umas 25 leis, mais ou menos, para a gente poder dizer o que trata da regularização só em âmbito federal, obviamente, mas a gente teve, na Constituição de 1988, essa definição sobre a competência dos Municípios para fazer a regularização fundiária urbana.

O Estatuto da Cidade trouxe diretrizes, e a maior parte dos Municípios, nas suas Constituições municipais, não ampliou, mas praticamente absorveu todo o Estatuto da Cidade. Então, muitos instrumentos do Estatuto da Cidade estão previstos nos planos diretores, mas os Municípios não conseguem aplicar.

Provavelmente... Eu gosto de citar o exemplo da Operação Urbana Consorciada, que é uma ferramenta incrível, mas há três ou quatro Municípios no Brasil que conseguiram fazê-la até hoje; a Lei do SNHIS, que financiou o Sistema de Habitação; a Lei 11.481, que alterou significativamente a Lei 9.636, que dispõe sobre a regularização em áreas da União; a Lei 11.977, que abraçou a regularização de interesse social; e, em 2007, a Lei 13.465, cuja Comissão o Senador Izalci presidiu, e essa, sim, trouxe um marco divisório de o que era antes dela e de o que vai ser depois dela.

Bom, a gente tem visto que o tema da regularização... Eu trabalho com regularização fundiária há 15 anos, mais ou menos, e o tema da regularização tem virado *pop*. Então, é bem interessante esse fenômeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

São muitos estudos, muitas publicações, muitas pessoas que se propõem a trabalhar com a regularização fundiária, mas a regularização fundiária tem uma complexidade, de que a gente estava até falando aqui, mais cedo, no sentido de que é muito difícil você capacitar um gestor municipal, por exemplo, e eu vou falar bem por alto quais são os principais desafios.

Então, eu tinha acabado de falar que a regularização era voltada principalmente para assentamentos de interesse social. Hoje a gente tem que voltar os olhos para toda a comunidade, para todas as classes sociais que estão no Município, para aquelas pessoas que estão em área de APM, para aquelas pessoas que têm mais de cinco salários mínimos, para aquelas pessoas que são passíveis de regularização de alguma forma, para que não existam, nesse processo, marginais – digamos assim –, aquelas pessoas que não podem ser alcançadas pela legislação. E, aí, o que que acontece? As prefeituras estão capacitadas para promover todos esses tipos de regularização? Porque é um cruzamento de dados difícil de fazer. A gente começa, primeiro, pela questão dominial: a gente está falando de regularização de terras privadas ou de terras públicas? Se são terras públicas, são terras do Município, do Estado ou da União? Porque, para cada um, vai haver um tipo de instrumento, vai haver uma possibilidade. Se a gente está falando de regularização de área urbana ou rural; se a gente está falando de regularização de área de uso controlado, de área de manancial... Então, para cada tipo de regularização, há um encaminhamento diferente. E, aí, as prefeituras estão capacitadas para isso? A legislação municipal é capaz de aplicar os instrumentos que a lei federal prevê? Então, a gente entende que ainda falta chão para se chegar lá.

E, por muito tempo, nós tentamos – até este ano o Senador Izalci, também aqui, pela Comissão de Desenvolvimento Regional – criar uma metodologia... Tentamos não: nós fizemos, criamos uma metodologia de regularização, e imaginávamos que poderíamos, através do Instituto Legislativo, promover capacitação de Municípios, assim como o Ministério das Cidades fazia, como o MDR deve estar fazendo agora também, mas a gente sempre cai e esbarra no mesmo problema: a gente precisa de agentes capacitados. E essa capacitação não se faz com um curso de um mês. A gente precisa que essa pessoa esteja ali, trabalhando e estudando por um longo período.

Aí, se a gente fizer uma pergunta diferente: o cidadão que está em área irregular sabe como regularizar a sua área? Também não. Ele não tem o domínio nem da legislação, nem das peculiaridades. Ninguém aprende sobre regularização fundiária na faculdade. Infelizmente.

Qual seria o ganho para o agente público? A gente já falou aqui: principalmente o ganho econômico; para o cidadão, principalmente, o ganho social. E o ganho para o agente financeiro? Aqui, no DF, houve um processo de regularização privada, em que uma empresa se propôs a regularizar uma área que tinha sido invadida de forma privada, e, numa leva, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresa levou para a Caixa Econômica 80 mil para serem vendidos. Então, o agente financeiro, notadamente, tem uma perspectiva de ganho muito grande. Em áreas da União, por exemplo, se a SPU conseguisse colocar à venda os seus imóveis... Aí, agora, eu vou até pedir licença aqui ao Coronel Mauro, mas a gente sabe que a SPU tem hoje, em cadastro, setecentos e tantos imóveis, mas para alienar, de fato, talvez seja 1% desse número de imóveis...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO – São 3 mil imóveis, de 740 mil cadastrados.

É verdade que boa parte desses imóveis também são de uso especial e não são passíveis de alienação, mas mesmo os que são passíveis de alienação estão, de fato, regularizados? Eles podem ser alienados? Porque, se eles não podem ser alienados, a gente também tem que falar sobre a regularização com a SPU. Por isso, a SPU também foi convidada aqui. O tema envolve diversos órgãos.

Bom, como o Senador falou aqui no início da fala, diante dessas tentativas todas... A PMA foi uma dessas tentativas, em que a União facultou aos interessados a regularização fundiária, permitindo que as associações, as pessoas, de forma reunida, pudessem fazer os projetos de parcelamento, promovessem todas as peças técnicas ali... Por exemplo, na regularização rural: os produtores poderiam se reunir, fazer o licenciamento ambiental, e apresentar para a SPU a planta e o memorial descritivo, para a SPU levar a registro e fazer a alienação das glebas individualizadas. Essa é a PMA, que é a Proposta de Manifestação de Aquisição.

Mas, aí, o que que a gente percebe? Que, embora a legislação tenha facultado aos particulares promover a regularização, existe uma deficiência no mercado de profissionais qualificados para trabalhar com a regularização. Então, nós iniciamos a construção de um sistema gerencial de informações que seja capaz de fundamentar o processo de regularização fundiária, com o uso de bancos de dados de fácil acesso, ágil, atualizado, e que garanta o cumprimento de todo o ordenamento jurídico baseado em metodologia específica, gerando uma norma de procedimento.

Então, qual é a proposta inicial que a gente coloca aqui em debate para esta audiência? Como a gente já tem essa visão de que é muito difícil capacitar o Município com essa mão de obra especializada, tornar o servidor municipal um técnico de regularização fundiária, a gente propõe fazer isso de forma mecânica. O Senador vai poder até falar melhor sobre isso. A gente está aproveitando uma estrutura em que ele já havia investido anteriormente, para a gente construir uma plataforma que possa cruzar todos os dados, em que ali a gente possa colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as informações geoespaciais, a gente possa colocar as informações legislativas – tanto do ordenamento federal, municipal e estadual –, a gente possa cruzar os cadastros socioeconômicos, para identificar qual vai ser o tipo de regularização, a gente possa cruzar as informações urbanísticas, as informações ambientais, as informações jurídicas e as informações dominiais – as dos registros de cartório.

E essa ferramenta terá que ser capaz de entregar um resultado da seguinte forma: "Olha, essa área é uma área de uso controlado, a taxa de impermeabilidade do solo é de tantos por cento, a habitação tem que ser restringida a um pavimento ou dois..." É para o sistema fazer essa análise, porque é muito difícil fazer isso de forma humana e técnica. Mas para um sistema, se a gente conseguir alimentá-lo, a gente faz esse trabalho uma vez só.

E o sistema também teria que ser capaz de dar ao gestor municipal a ferramenta que ele precisa incorporar ao ordenamento municipal para que ele alcance o resultado pretendido.

Então, seria da seguinte forma: se, naquela determinada localidade, o sistema identificar que você tem uma área sensível ambientalmente e que ali teria que ser aplicada uma legislação de recuperação ou de melhoria ambiental, o sistema informaria para o gestor municipal que ali ele vai ter que recepcionar um artigo da lei federal e daria para ele inclusive a proposta do texto legislativo, para ele levar para aprovação.

Isso é o que temos já em construção, tentando construir com a ajuda de técnicos, especialistas na área e registradores. E eu acredito que todos os que estão aqui nesta Mesa, juntos, poderiam compor essa força de trabalho, para a gente ter um resultado transparente, precioso e conciso no resultado.

A ideia desta audiência, inicialmente, realmente é a gente debater um plano nacional de Governo para regularização fundiária, com capacidade de financiar tanto os Municípios para regularização fundiária... E aí eu não estou falando de obra de infraestrutura; eu estou falando da possibilidade de o Município conhecer sua realidade, porque hoje ele tem uma competência, que é a de emitir a CRF, que é a Certidão de Regularização Fundiária, que o cidadão pode levar diretamente ao cartório de registro de imóveis. Só que como o gestor municipal vai poder emitir uma certidão, se ele não conhece todas essas variáveis, se ele não tem oportunidade de conhecer todas as variáveis? Então, esse sistema vai se propor a fazer isso também, e a gente tem pautado a construção dessa ferramenta no desenvolvimento econômico e local dos Municípios.

Bom, essa é a minha opinião, que a gente tem, na regularização fundiária, tanto para o BNDES quanto para outras instituições financeiras uma oportunidade de investimento fixo, com garantia real, porque, se o recurso que vai ser aplicado na regularização fundiária puder ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

averbado na matrícula, com uma garantia real de retorno desse recurso, a gente diminui o risco inclusive da operação financeira, porque, se, a partir desse recurso, o imóvel vai ser levado a registro, esse imóvel já pode ser levado a registro com uma hipoteca, garantido o valor da regularização fundiária. Então, eu imagino que o risco do banco pode ser diminuído, inclusive por conta disso.

O controle do sistema registral e fundiário... Porque o que que está acontecendo? A regularização está aí, acessível para todos, e a gente tem visto que tem aparecido muita gente se propondo a fazer a regularização fundiária, mas não tem a capacidade, a competência de fazer a análise de todas essas variáveis que compõem a regularização fundiária. Isso pode gerar um risco maior ainda na nossa estrutura fundiária.

Então, ao emitir uma CRF que pode ser levada a registro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO – ... inclusive sobre uma área que já tem matrícula, a gente coloca em risco um sistema todo. Então, é importante também que o Governo Federal, o Poder Executivo, se preocupe com isso, de modo que dê as ferramentas necessárias, para que as pessoas saibam, de fato, como conduzir a regularização fundiária – inclusive os registradores, não é? E segurança ao gestor público, obviamente, o que a gente acabou de falar.

Bom, eu nem usei meus 15 minutos.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço, Fabiana.

Quero registrar aqui as presenças da Gelza Andrade de Oliveira, que é Coordenadora da SPU/DF; do Leandro Guedes, assessor da SPU/DF; do Lauren Cavalheiro, Secretário de Coordenação de Governança do Patrimônio do ME; da Raquel Tsukada, Secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do ME; do Pedro Ivo, do Ministério da Economia; do Wagner Oliveira Gonçalves, Superintendente do Patrimônio da União; e, evidentemente, da eminente Senadora Zenaide, nossa Vice-Presidente, aqui da Comissão, e do nosso grande Senador Lucas.

Bem, é um tema importante. A gente trouxe essa apresentação para provocar, realmente, os órgãos do Governo, porque a gente não pode deixar, isoladamente... Os Municípios são carentes de tecnologia, de conhecimento, de técnicos, de mão de obra especializada. Então, a gente precisa facilitar esse processo, porque é muito complexo – não tenham dúvida de que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito complexo –, e não adianta a SPU buscar uma solução para ela, o Incra para ele e etc. A gente tem que buscar uma solução para o País como um todo, não é?

Então, como a gente tem ferramentas, hoje, suficientes para facilitar todo esse processo, a gente queria discutir. Inclusive, convidamos o Ministério da Economia, porque a linha dessa regularização está muito no foco da economia, do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento das cidades, conforme foi apresentado pela Fabiana, e alguém que financie, que é o BNDES.

Eu mesmo, Zenaide, só para você ter uma ideia... É difícil você ter instrumentos tecnológicos de gestão pública; cada um tem o seu. Eu me lembro de que, quando eu fiz o levantamento aqui no GDF, uns usavam Excel, outros usavam planilha, outros, um sistema desenvolvido pela própria Secretaria, outros não sei onde, mas nenhum se comunica entre si, não há integração nenhuma. Então, lá atrás nós propusemos um barramento, como eles chamam, um sistema, e o Ministério da Ciência e Tecnologia acreditou nisso. Nós desenvolvemos uma plataforma que faz a leitura de qualquer linguagem e te dá uma linguagem única para gerenciamento.

Então, eu acho que, na regulação fundiária, nós temos que acoplar tudo isso: o georreferenciamento, para as pessoas saberem... Porque cada Município não tem condições de contratar. Então, o objetivo desta reunião é este: a gente propor um instrumento que possa facilitar a regularização de todas as áreas.

Eu sei que a SPU está fazendo já uma plataforma também, provavelmente o Incra também está trabalhando nisso, mas a gente precisa ter uma linguagem única em nível governamental.

Antes de passar aqui para a Lidiane, vou passar para o Mauro primeiro, que é da SPU.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas, antes, eu vou passar para o Lucas, nosso grande Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – É porque eu tenho que ir à CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, eu sei.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – ... mas fiz questão de vir prestigiar esta reunião, porque é muito importante não só para os Municípios, mas para o Brasil. Eu falo isso porque, anteontem, o Secretário Nabhan esteve no Amapá. Ele recebeu uma determinação do Presidente para começar a regularização fundiária pelo Amapá, porque é o menor Estado, é o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que não tem conflitos... E a gente vê que as prefeituras precisam, como a Dra. Fabiana falou, dessa consultoria, porque elas não conseguem dar um título urbano; quer dizer: se ela desse o título, poderia até cobrar IPTU, porque ela não pode cobrar IPTU se não houver título, se a área não for titulada – a que pertence ao Município –, se não for urbanizada. Só que, se tem o título, a pessoa pode acessar financiamento, porque tem fé pública, e você gera riqueza, gera emprego... Acessa, não é?

Quanto à regularização fundiária, eu penso que agora nós vamos ter, enfim, uma solução, porque o cadastro vai ser através de declaração voluntária, como é o Imposto de Renda. Se você declara o seu Imposto de Renda e coloca alguma mentira, é crime. Então, tem que ser a partir disso – a partir disso.

As terras do Amapá, na regularização fundiária, duas vezes foram transferidas, uma pelo Presidente Lula e outra pela Presidente Dilma, e nós estamos lutando agora, porque, no Amapá, 73% são áreas de reserva; 11% são áreas urbanas; 4%, áreas inundáveis; há uma empresa que tem 2%... Quer dizer... Sobraram ali 8%, 9% para regularizar, e nós não conseguimos regularizar nada. Por quê? Porque o decreto diz que as áreas transferidas da União, as glebas, para o Estado serão para reservas. Aí ninguém aguenta mais: 73% de reserva, mais o que há para transferir, nós paramos, seguramos lá, para poder rever essa situação.

E, aí, o que comoveu o Presidente foi que eu mandei a ele um *outdoor* que colocaram na estrada: "Presidente, nós somos agricultores. Salve o Amapá! Regularize as terras!". Ele viu aquilo no domingo de manhã; na segunda, o Secretário Nabhan já estava lá. Então, eu gostei de ver a rapidez e a determinação dele em mandar...

E nós fizemos uma audiência pública, estivemos com o Incra... E, no momento, um agricultor, na audiência pública, disse: "E por que que o senhor não me dá o meu título? Eu estou lá há 30 anos, na terra!" Ele disse: "Não, a sua área é de expansão de assentamentos". Aí eu disse: "Mas, Doutor, o senhor é o Diretor do Incra. O Incra assentou no Amapá 16 mil parceleiros, e 14 mil estão jogados na cidade, sem emprego. Por quê? Porque abandonaram. Não têm estrada vicinal, não têm incentivo... Não têm nada! Não têm nada! Abandonaram à própria sorte. Só há 2 mil famílias ainda sobrevivendo. E há 14 mil lotes vagos lá. E o Incra ainda está com espaço, querendo aumentar os assentamentos, quando não consegue nem manter o que tem. Então, os problemas têm que ser resolvidos.

E, lá no Amapá, eu penso que a gente avançou muito nessa área, porque há determinação também do Secretário Nabhan. E lá no Amapá não se cobra IPTU também. Não há nada titulado; muito pouco, regularizado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu falo que também é inépcia do Prefeito, porque, se ele desse o título...

Lá, houve uma época... Nós temos lá 1,1 mil pontes em áreas de ressaca, que foram invadidas pela população. Era para ter sofrido um processo de conurbação entre o maior Município, que é Macapá, e Santana, que, junto com Mazagão, compõem a área urbana do Estado, que são 83% da população – só perde para Brasília –, e houve uma época lá em que havia um Prefeito que cobrava IPTU de quem morava na ressaca, na casa em cima do lago.

E, aí, eu fui eleito Vereador e disse: "Prefeito, como é que o senhor vai cobrar o IPTU das pessoas que moram no lago? Se perguntarem: 'Qual é o tamanho do seu terreno? Ele vai dizer: 10 mil litros de água!'". Era assim, e é assim que vem.

Então, parabéns, Presidente, por esta audiência pública. Eu penso que a gente vai ter oportunidade de avaliar e de contribuir muito para a regularização não só fundiária e urbana, mas com a fundiária, realmente, de que o Brasil tanto precisa.

Parabéns, obrigado, e eu vou ter que ir lá, à CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Lucas.

Bem, a Lidiane que vai financiar esse projeto, e ela tem um compromisso. Eu vou passar para ela, mas o objetivo de trazer aqui o BNDES é para ajudar, realmente, a gente a buscar uma solução, porque, além de não haver capacitação nos Municípios para fazer tudo isso, eles também não têm dinheiro para investir em nada. Então, nós temos que ter um instrumento para investir, para a gente poder proporcionar a todos os Municípios condições de regularização e começar, inclusive, a cobrar IPTU, planejar a cidade, que também é outro fator... Não existe planejamento nenhum porque as áreas não são regularizadas. Então... É de "casa da mãe Joana" que chamam, não é?

Com a palavra quem vai dar a solução para esse problema aí, que é a Lidiane.

A SRA. LIDIANE DELESDERRIER GONÇALVES (Para exposição de convidado.) – As soluções nunca vêm sozinhas; elas vêm acompanhadas de um grupo muito capacitado...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana.

A SRA. LIDIANE DELESDERRIER GONÇALVES – Primeiro, bom dia.

Obrigada, Senador Izalci, pela oportunidade de estar aqui discutindo esse tema.

Meu nome é Lidiane e eu sou a Superintendente da área de Estruturação de Empresas e Desinvestimento do BNDES. Só para contextualizar, a área que eu cuido estrutura projeto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desestatização, e a gente está começando agora a entrar nesse assunto de desinvestimento. E desinvestimento, no caso, é uma parceria que a gente tem a intenção de fazer com a SPU para tratar desse tema de terrenos, que tem total sinergia com o objeto desta audiência.

Bom, eu vou passar bem rápido no contexto, só para dizer que o banco já atua em desestatização desde a década de 80. Então, a gente já fez centenas de projetos desde então.

A gente já fez, da década de 80 até agora, 112 desestatizações, com uma arrecadação de US$99 milhões nos mais diversos setores da economia, e o setor imobiliário não é um setor tradicional do BNDES. A gente está começando a entrar nesse setor, nesse debate, agora, e principalmente por demanda do próprio Governo, de todas as esferas de Governo, no sentido de que existe um universo enorme de bens não tratados e que precisam ser tratados, porque alguns terrenos ou alguns imóveis geram uma área, no entorno, de depreciação. Então, você pode fazer um tratamento que tem, como objetivo, a melhoria do entorno, um desenvolvimento regional, um desenvolvimento socioambiental. E há outros terrenos ou outros imóveis que também têm o objeto de serem vendidos e monetizar recursos para esses entes e melhorar a situação fiscal que a gente vive hoje, porque a gente está vendo que não está nada fácil para ninguém.

Então, hoje a gente tem aqui um rol de possibilidades, de portfólio de atuação junto a todos os entes, para atuação não só em venda de empresas, mas também em venda de ativos.

E, na questão de venda de ativos, a gente pode trabalhar, por exemplo, na venda do ativo *per se* ou na estruturação de fundos imobiliários, para colocar determinados ativos que tenham características semelhantes ali dentro e que possam gerar uma receita contínua para o ente.

A gente pode trabalhar também identificando terrenos de grande porte e que possam gerar negócios que sejam importantes para a região, ou para a prefeitura, ou para o Estado, e que gerem uma valorização econômica desses ativos. Então, é necessário pensar num projeto de desenvolvimento acoplado àquela região, não só no terreno propriamente dito; é pensar um pouco mais em termos regionais de desenvolvimento econômico.

Bom, falando especificamente do setor imobiliário, como eu disse, a gente está começando agora esse debate. Então, a gente está engatinhando nesse tema. Depois dessa aula aqui da Fabiana, eu tenho certeza de que vou sair daqui com um pouquinho mais de conhecimento do assunto.

Obrigada, foi bem interessante ouvir seu relato, seus estudos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente acha que, atuando nesse setor imobiliário, a gente tem algumas propostas de atuação que podem ser bastante interessantes para o Governo Federal, para os entes subnacionais.

No âmbito federal, a gente pegou uma informação, aqui do relatório da transição de Governo, de que há 630 mil bens dominiais alocados na SPU e 46 mil bens de uso especial em estoque. E, aí, o Cel. Mauro pode até qualificar um pouco mais, porque parte desses imóveis não necessariamente estão disponíveis. Ele certamente vai saber explicar um pouco mais, no detalhe, esse universo, mas há indícios, há cálculos de que esses bens todos têm um valor estimado de praticamente R$1 trilhão. Então, realmente é muito dinheiro represado, que, se bem colocado na economia, geraria um retorno financeiro para a União e poderia ser aplicado em outros projetos econômicos e sociais.

Nos entes subnacionais, a gente também identificou, em algumas conversas, que existe o mesmo cenário. Então, há uma série de bens que precisam ser tratados e que geram regiões também degradadas, justamente porque não há um tratamento adequado. E muito mais importante nesses entes subnacionais é a questão de ser mais uma ferramenta para o ajuste fiscal.

Bom, então, considerando que a gente está entrando agora nesse setor, a gente entende que a questão que a Fabiana colocou, de informação, realmente é uma coisa muito importante, que a SPU já está tratando, e, sem isso, a gente realmente não consegue dar um passo. Então, a gente precisa ter uma base de dados confiável, precisa ter todas as informações disponíveis e de qualidade, não só para poder entender o que é esse universo, conseguir tratar e, também, na hora de tratar, ter alguém interessado em entrar nesse negócio. Então, é preciso ter um banco de dados, ter uma informação confiável, também para poder ajudar o gestor público nas três esferas de Governo e poder, do seu lado, também fazer com que o projeto ande.

Então, a gente entende que vai atuar neste setor de uma forma escalonada. O que é essa forma escalonada? Primeiro, nessa parceria com a SPU, a gente lida num universo controlado, um universo pequeno de bens, em relação ao qual a gente vai definir, em conjunto, qual o foco que se dará nesse primeiro momento. Então, a gente tem esse aprendizado, formatação de metodologias para poder dar escala no processo, avaliar quais são os modelos de monetização disso para o ente público, e depois a gente vai aumentando a aplicação desse modelo, para conseguir atuar em escala com o Governo e conseguir, digamos assim, reduzir bastante o universo de imóveis que estão sem nenhum tratamento adequado e que geram todas essas externalidades negativas para a população.

Bom, quanto aos desafios, então, a gente entende que, no curto prazo, essa formação no portfólio é entender todo esse universo e tentar categorizar os bens, de acordo com suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

características semelhantes, pensar em como é que a gente vai dar liquidez para imóveis, no momento em que você tem uma crise de liquidez no mercado, e sobre a formulação de estratégias que sejam adequadas.

No longo prazo, a gente tem que tratar a questão de informação, de tecnologia, a estrutura legal, avaliar se há alguma alteração legal necessária, para que a gente possa ter sucesso nesse processo, e atualização e consolidação da base de dados.

Então, neste momento, as propostas apresentadas.

A gente está começando agora a ter esse contato com a SPU, para fazer esse processo piloto. A gente está construindo um termo de referência, para a gente poder, então, dar o próximo passo e poder mostrar algum resultado para a sociedade em breve.

Era isso o que eu tinha para falar.

Muito obrigada.

E eu me coloco à inteira disposição para discutir toda a interface desse tema de regularização, o quanto isso pode potencializar o processo que está sendo feito aqui, em conjunto com a SPU.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana.

Antes de passar para o Gustavo... Viu, Lidiane? Eu sei que a SPU já falou do termo de referência, mas a gente tem que pensar numa política global, porque existe a área rural, do Incra, há a questão dos Municípios... Para a gente pensar num projeto maior, evidentemente, por etapa, mas de uma forma que a gente possa contemplar toda a regularização, não é?

Vou passar a palavra então para o Gustavo, também para fazer a sua exposição.

O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e a todas as pessoas presentes aqui a esta audiência pública.

Eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar os componentes da Mesa, na pessoa do seu Presidente, Senador Izalci Lucas; cumprimentar em especial, se o senhor me permitir, Senador, a minha prezada colega Mirna Quinderé Chaves... A gente teve um trabalho conjunto grande, durante anos, lá no antigo Ministério das Cidades. A Mirna é uma mestra: aprendi muito com ela lá. E para mim é um prazer estar integrando esta Mesa aqui, juntamente com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da regularização fundiária, o tema que foi proposto aqui para esta audiência, muito bem escolhido, foi o debate sobre o programa de Governo que trate da regularização fundiária.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Gustavo, sem querer interromper e já interrompendo, a nossa representante do BNDES tem que sair, porque tem programada uma viagem.

V. Exa. gostaria de falar antes de ela sair?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque, se for o caso...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Num instante eu falo. É porque a gente hoje está em todos os lugares.

Você não é da Comissão de Constituição e Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim, eu sei que está havendo lá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Você também vai ter que ir lá.

Não, só quero dizer o seguinte, que quero parabenizar o Senador Izalci, porque, realmente, a regularização fundiária é um grande problema do Governo Federal, dos Municípios... A maioria dos Municípios não tem nem um plano diretor, porque, se se regularizar e não houver um plano diretor, eles vão continuar as invasões, vão continuar com a mesma coisa.

E vocês têm ideia de quantos Municípios têm pelo menos uma secretaria, ou subsecretaria, ou uma coordenação de regularização fundiária? Seria bom fazer isso. Não é fácil, porque é como vocês dizem: a maioria dos Municípios. Por isso que eu quero parabenizar por essa junção.

Agora, há uma coisa, Lidiane, que me chamou atenção: Banco Nacional de Desenvolvimento Social. O que é... Você é de desinvestimento? Como é isso? Eu não entendi muito bem esse seu papel, porque, se é um Banco Nacional de Desenvolvimento Social, como é que há uma direção de desinvestimento? Eu queria que você me explicasse. Eu achei muito estranho isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LIDIANE DELESDERRIER GONÇALVES (Para exposição de convidado.) – Bom... Veja bem: a estrutura do banco, hoje, é dividida em várias áreas de atuação. Então, há uma equipe que analisa os financiamentos – então, são os investimentos –, e é uma área bem grande, porque, inclusive, é o *core business* do banco, mas a gente também tem uma área que faz os desinvestimentos, que são as privatizações, as concessões e as parcerias público-privadas. Essa área, hoje, inclusive foi dividida em duas áreas. Era uma área só até o meio do ano, e ela foi dividida em duas áreas. Então, existe uma área que faz somente concessões e parcerias público-privadas e outra área, que está sob a minha responsabilidade, que faz as privatizações e os desinvestimentos. Então, essa é uma das atuações do banco, mas não que seja a atuação principal do banco, que é desenvolver o País e fornecer crédito para todas as linhas de atuação.

Na temática desinvestimento, esse nome foi colocado justamente para poder atender aos desinvestimentos de ações que a União tem, ações líquidas que ela tem no seu balanço, que não precisam estar lá e que podem ser monetizadas, dado que o mercado está com um momento de precificação adequado, e os bens também, que não precisam estar no balanço dos entes federal e subnacionais, simplesmente porque eles geram as externalidades negativas que eu comentei mais cedo.

Então, o nosso objetivo é auxiliar os governos a monetizarem esses bens, para melhorar a sua situação fiscal e, ao melhorar a situação fiscal, poderem investir em outros setores que são prioritários.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não me explicou muito, porque eu já iria dizer que o Izalci convidou a pessoa errada, porque era para vir aqui para... Quem está responsável por esse Programa Nacional de Regularização Fundiária?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, só para eu poder entender, porque, se trouxemos aqui quem vai... Está provado que é necessário ajudar os Municípios que não têm estrutura, e me chamou atenção: "Pô, trouxeram quem é para desinvestir". Então, me chamou atenção, Izalci, porque a gente estava contando com esse investimento.

E eu não tenho nada contra parcerias público-privadas, eu acho que devem ser feitas. Muitas vezes me chamam atenção setores... O que me chama atenção, Izalci, é que normalmente, nessas parcerias, o Brasil, quando entra nelas, geralmente perde o controle administrativo-financeiro. Nunca se privatiza menos de 51%. Então, a gente perde o controle administrativo-financeiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, só para finalizar, mais uma vez parabenizando... Porque eu acho que se tem que juntar dados dela, de todos vocês que têm, porque senão se fica sobrepondo o mesmo trabalho: um está trabalhando, e o outro está trabalhando na mesma coisa, e não unindo.

Mas quero dizer o seguinte: amigos, isso é importante, mas existe algo que a gente ainda está esperando aqui, um plano para alavancar a economia. Se não houver isso aí, eu lhe digo: nós vamos corrigir... Nada contra todos os erros e imóveis que não servem para nada. Isso existe em nível estadual, em nível municipal... Em cidades históricas mais antigas, a gente vê isso. Agora, amiga, estamos esperando por esses bancos, os próprios bancos que foram criados para alavancar a economia, e não estão investindo em setores, Izalci, e a gente sabe que há um retorno imediato, empregando o povo na construção civil, agricultura familiar... Só digo isso.

Quero parabenizar por essa ideia, porque realmente esse assunto de regularização fundiária é de uma importância fundamental.

Eu já fui primeira-dama de um Município. Eu era secretária de Saúde, e o Município, apesar de ser de pequeno porte, tinha um plano diretor... Porque iria ter um aeroporto, que inclusive é um aeroporto privado, uma pactuação, em São Gonçalo do Amarante. Aí, tivemos que fazer um plano diretor e criamos uma secretaria de legalização fundiária. E não é simples, porque é justamente com você diz: o Município não tem técnicos. Então, cabe a essa estrutura aqui, seria importante...

Agora eu estou entendendo porque, Izalci, há todos os setores, e têm que haver, mas não esqueço, de desenvolvimento social, porque vai chegar uma hora em que a gente não vai ter mais o que privatizar e vender e, se a gente não alavancou a economia, não gerou emprego e renda, o Governo não arrecada. E minha preocupação é esta: se não há quem compre no comércio, o Governo não arrecada; se não há quem compre na indústria, o Governo não arrecada.

Então, Governo como um todo, parabéns por se preocupar com esses assuntos. Nada contra as parcerias público-privadas. Tem que haver. Eu só discordo quando vêm para as nossas hidrelétricas, porque eu olhei: nenhum país no mundo faz pactuação privada, Izalci, onde há hidrelétricas. Se você olhar os Estados Unidos, são as Forças Armadas que tomam conta, porque não é só vender nossa energia; ele pode mudar o percurso, o curso dos rios: água! Água, que é o sonho de todo mundo.

Então, eu só queria lhe dizer, porque eu vi: "Pô, o Izalci convidou alguém que vai investir, já que os Municípios não têm pernas próprias, para usar, e trouxe uma pessoa que é de desinvestimento. Então, como nós vamos resolver isso?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir licença para sair, porque eu vou para outra Comissão, mas quero ouvi-lo, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

Não, é só... Primeiro, é o seguinte: a SPU, como foi dito aqui, tem 630 mil imóveis, dos quais 3 mil estão regularizados. Então, há muito imóvel que tem que ser vendido, e, para isso, tem que se regularizar. Então, quanto ao objetivo do BNDES, nesse aspecto, é, primeiro: ele já tem um programa com a SPU, e acho que também deve trabalhar os outros órgãos, para exatamente organizar esse sistema de poder criar, inclusive, uma plataforma, para as pessoas que têm interesse em comprar entrarem na plataforma e tal.

Eu, particularmente, quando convidei o BNDES, o objetivo principal nosso era que essa plataforma fosse financiada, porque nós não temos recurso. A SPU tem patrimônio. Economicamente está bem, financeiramente está mal. Nós temos que ter um financiador, e o financiador para esses programas sociais é o BNDES. Então, apesar de ela ser de desinvestimento, que vai fazer uma parceria com a SPU, a gente precisa ter com o BNDES essa parceria, para nos ajudar no financiamento da plataforma, para atender a todos os órgãos do Governo, não só à SPU, mas também ao Incra, aos Municípios, aos Estados, que também precisam se regularizar, não é?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Justamente: vocês estão tentando, todos juntos, dar um diagnóstico e oferecer um tratamento...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Esta é a primeira audiência nesse aspecto, não é? Nós vamos...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – ... e é muito importante isso aí, o fato de haver um sinal vermelho alertando: tantos imóveis antigos de patrimônio histórico e tudo e sem condições de manutenção. Se vai haver alguém que vai manter esse móvel e ele vai ser produtivo, transformado em alguma coisa útil, da parceria público-privada, eu acho excelente a ideia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – E aí a gente tem que antecipar, viu, Zenaide?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Desculpem-me aí, porque, quando eu vi desinvestimento no Banco Nacional de Desenvolvimento Social, eu disse: "Espere aí: eu acho que convidaram a pessoa errada, do setor errado". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas é...

Viu, Zenaide? Eu estou preocupado com o seguinte: há alguns Municípios.... Inclusive, eu estive como o Prefeito da minha cidade de Minas, uma cidadezinha com 10 mil habitantes, que já iniciou o processo de regularização do Município. Então, vai haver muita gente oferecendo esse tipo de serviço, e a gente sabe que nem sempre o pessoal tem estrutura e conhecimento técnico para isso. Então, para, nesses Municípios, esses Prefeitos não serem enganados, eu acho que o Governo tem a obrigação de oferecer um instrumento para facilitar, pelo menos para orientar a regularização. Então, esse é o objetivo.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero só dar os parabéns, vocês alertaram, estão se unindo todos para dar um diagnóstico e ver esse tratamento. Realmente, disso não se pode fugir. Não há uma cidade, principalmente as cidades mais antigas, que não tenham imóveis abandonados, criando essa situação ao redor, ocupação por pessoas.... Entendeu? Esse é um assunto que não pode deixar de ser visto.

Agora, lembrem-se de alavancar a economia, viu, meus amigos? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Senão, nós vamos vender tudo e depois não vai haver dinheiro. Isso não é nada diante do que se precisa para saúde, educação e segurança pública neste País.

Obrigada, Izalci.

E na próxima eu quero estar também, para ver se eles já fizeram o georreferenciamento, porque isso os Municípios, a grande maioria, não têm como fazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – De nada.

A SRA. LIDIANE DELESDERRIER GONÇALVES – Eu só queria, então, agradecer a oportunidade. Infelizmente, eu vou ter que me ausentar.

E a gente, realmente, Senadora, vai trabalhar numa solução integrada, porque, se todas as pontas não estiverem fechadas, a gente não consegue avançar. Não se preocupe. Está bom?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bacana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lidiane, obrigado pela presença.

Eu vou passar para o Gustavo, então, para continuar a sua apresentação. (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA (Para exposição de convidado.) – Bom, diz a boa técnica de oratória que nós devemos falar de pé, para sermos vistos; alto, para sermos ouvidos; e, pouco, para sermos escutados. Eu estou fazendo um pouco ao contrário aqui, porque eu estou falando sentado; não preciso falar alto, porque há o microfone; e eu vou tentar pelo menos falar pouco – viu, Senador? –, para não atrasar demais aqui a nossa audiência.

Bom, em linhas gerais, a regularização fundiária urbana é um tema complexo, como já foi dito aqui, e, também como já foi dito aqui, envolve uma série de atores, dentre os quais o Governo Federal; o Congresso Nacional – que está promovendo, em muito boa hora, esta audiência pública. É um momento de enriquecimento para todos os que estão participado deste momento aqui –; os governos estaduais e do Distrito Federal; as assembleias legislativas respectivas; as prefeituras; as câmaras municipais; os cartórios; os ministérios públicos; os órgãos do Judiciário; as defensorias públicas.... É um tema tão amplo, que eu não sei até se não deixei de incluir algum – por isso que eu botei ali a palavra "etc.".

Como se vê, a própria dinâmica dos acontecimentos está envolvendo também a área bancária. Como já foi dito aqui pela Fabiana, há a possibilidade, inclusive, de hipotecas, concomitantemente com os registros, e assim por diante.

Então, sendo uma questão complexa, todos esses atores que foram citados aqui são muito importantes para que se possam implementar as medidas necessárias.

No que concerne ao Governo Federal, estão presentes aqui nesta Mesa também, além do BNDES – que teve que sair um pouco antes e faz parte do Ministério da Economia –, o Ministério de Desenvolvimento Regional, que tem, no seu bojo, a Secretaria Nacional de Habitação, que está aqui representada pela nossa colega Mirna, e o Ministério da Economia, que está aqui na Mesa com a SPU, e já esteve aqui também o BNDES.

A Casa Civil é o órgão do Governo que cuida da articulação de governos nos temas relevantes e prioritários. E, no caso, a nossa subchefia é uma subchefia de articulação e monitoramento. A gente atua em apoio às ações das áreas setoriais. Quer dizer: existem os ministérios específicos que cuidam dos temas que estão nas suas competências, e, quando é necessário, quando envolve mais de um ministério ou não há possibilidade de entrosamento entre esses ministérios espontaneamente, o assunto é levado à Casa Civil. A Casa Civil é provocada, provocamos reuniões e ajudamos a harmonizar posições, buscando sempre, quando possível, um consenso ou, se não um consenso, um alinhamento da maioria em torno de soluções que possam ser dadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre esse aspecto, eu posso dizer, Senador Izalci, que o Governo Federal tem dedicado um grande esforço, pelos seus órgãos competentes, para a regularização fundiária. Esse tema é um tema antigo, vasto, complexo, como já foi dito, e, no caso, as reuniões que estão acontecendo lá, no âmbito da Casa Civil, estão envolvendo tanto as áreas urbanas quanto as áreas rurais. O senhor já falou disso logo na sua.... Eu nem combinei com o Senador Izalci, mas a verdade é esta: são problemas que estão interligados, e eu vou explicar um pouco mais em detalhes, nos slides seguintes, o porquê.

Isso aqui é a curva populacional urbana e rural do Brasil, pegando o período que vai de 1950 até 2010, que foi a data do último censo. Aquela linha vermelha é a população urbana; a linha verde é a população rural. Vocês vejam que, em 1950, a população rural era maior que a população urbana. A população urbana começou a crescer... E a linha azul é a soma das duas, a população total. A população urbana teve um crescimento enorme – vocês vão ver na tabela seguinte –, e a população rural não somente não teve crescimento, como teve o desinvestimento, vamos dizer assim, o decrescimento, para fazer uma brincadeira com as intervenções anteriores aqui. Hoje, nós temos menos gente morando no campo do que tínhamos na década de 1950.

Então, é por isso que eu estou batendo nessa tecla da necessidade, também, de que seja tratado o tema da regularização fundiária rural, para que nós possamos criar um incentivo mínimo para tentar segurar, no campo, aquelas pessoas que ainda estão lá, resistindo. Vocês vejam que a tendência, de repente, é diminuir mais ainda. Por quê? Porque, se a pessoa não tem a titulação da terra dela, vira uma situação muito frágil e acaba a pessoa migrando para a cidade, agravando mais ainda os problemas urbanos.

Essa explosão de população urbana aconteceu aqui no Brasil de uma maneira muito intensa, não foi só um problema do Brasil, é uma tendência também mundial, por razões que, em um outro momento, a gente pode debater com maior profundidade, mas a necessidade da regularização fundiária caminhar junto, nos dois aspectos, urbano e rural, é evidente, e a gente, dentro do Governo, tem procurado harmonizar essas duas situações, embora no debate de hoje eu vá me focar mais aqui na questão da regularização fundiária urbana. Quanto à rural, em algum outro momento, com a presença do Incra e demais órgãos envolvidos com a matéria, a gente pode promover, se os senhores entenderem que seria adequado, uma nova audiência.

Esse aqui é um gráfico de *pizza*, mostrando... A população rural, em 1950, era de 64%, contra 36% na área urbana, e hoje inverteu: 84% na área urbana e 16% na área rural.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA – As ações de regularização fundiária urbana, dessa maneira, precisam estar em consonância com as ações de planejamento urbano, que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

definidas na legislação e, especialmente, no Estatuto das Cidades, e a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades preveem a necessidade da elaboração de planos diretores dos Municípios, e isso tudo constitui um pacote que tem que estar integrado, para que possa ser eficaz.

Aí surgem dois problemas além daqueles que já foram levantados aqui pela Fabiana. Primeiro problema: como é que a gente pode pensar uma cidade de uma maneira integrada e não de uma maneira fragmentada? Os problemas são todos interligados: habitação é uma questão que depende do saneamento, o saneamento depende das localizações das habitações, a mobilidade tem a ver com a localização dos núcleos urbanos também, dos vazios urbanos, há a questão do lazer, do trabalho, da saúde, da educação, da regularização fundiária.... Como é que você junta esse pacote com o meio ambiente, cultura, segurança e esporte? Esse é um primeiro problema.

O segundo problema: como é que você faz a integração das principais políticas urbanas – habitação, saneamento ambiental e mobilidade – com as físico-territoriais, com as ambientais, com as econômicas e com as sociais? Isso tudo ainda está levantado dentro um aspecto a que eu vou me referir, que foi citado aqui pela Senadora Zenaide e também pelo Senador Izalci, que é o da questão da capacidade de planejamento dos Municípios. Eu vou comentar isso na sequência da apresentação desses slides seguintes.

Esquecendo um pouco, fazendo de conta que todos os Municípios têm a capacidade de planejamento: por que que a gente insiste tanto nesse tema do planejamento? Por que planejar?

Essa senhora aqui é a Dona Panaceia, irmã da Deusa Hígia, lá da Grécia. Planejamento não é uma panaceia. A Panaceia, essa Deusa, cuidava da cura de todos os males. Por isso que daí vem esse termo. O planejamento não é uma panaceia. Não é pelo fato de você ter um planejamento que os problemas se resolvem. Mas, se você não tem um planejamento, você não sabe para onde que você deve ir. E, se você não sabe para onde que deve ir, qualquer caminho o leva para lugar nenhum. Infelizmente, esse é um problema que aflige o Brasil há décadas, com algumas ilhas, felizmente, com algumas exceções de alguns lugares que cultuam a importância do planejamento, mas, infelizmente, diante das sucessivas crises que a gente vive, o planejamento, hoje, está ficando num segundo plano em relação às questões mais importantes.

Planejar, em síntese, é o inverso de improvisar. Toda vez em que eu tenho uma ação planejada, eu deixei de ter uma ação improvisada, e, sempre que eu tenho uma ação improvisada, é em função de eu ter deixado de ter uma ação planejada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da capacitação dos Municípios é uma questão que envolve um debate amplo. A Mirna talvez possa falar um pouco também sobre isso na exposição dela, já que meu tempo está chegando ao final.

Na realidade, a gente precisa ter um choque de gestão generalizado dentro da Administração Pública, inclusive em nível estadual, inclusive em nível municipal. É fato que muitos Estados estão com a capacidade econômica muito restrita, e grande parte dos Municípios, hoje, com o agravamento, inclusive, dado pela crise econômica, estão com a capacidade de se estruturar adequadamente muito pequena, mas a legislação, a partir da Constituição Federal, define muito bem quais são as responsabilidades de cada uma das áreas.

É um problema conjunto, que tem que ser atacado pelos três níveis de Governo. O Governo Federal absolutamente não vai se eximir dessa discussão, mas é necessário também um esforço muito grande por parte dos Municípios, que podem se juntar em associações, em consórcios, a legislação inclusive prevê isso. Em Minas Gerais, por exemplo, existem muitas associações e que funcionam muito bem. Podem servir inclusive de exemplo, e dos governos estaduais, que também precisam entrar nessa questão e ajudar os Municípios, principalmente os Municípios de menor porte.

Essas ações de regularização fundiária precisam obedecer, como já foi dito aqui, primeiro a essa questão do planejamento e, segundo, também garantir o princípio constitucional da função social da propriedade. O que que é a função social? É uma propriedade que tenha alguma finalidade. Pode ser, inclusive, uma finalidade ambiental. Se uma determinada propriedade for importante para que se tenha um entorno, um *environment* mais adequado, ela pode e deve ser preservada, para cumprir também... A função social não é apenas você ter uma atividade industrial ou uma atividade comercial.

A nossa Subchefia está articulando, naquilo que é da nossa competência, dentro dos órgãos federais, esses assuntos. Nós estamos mantendo um diálogo constante com as entidades civis, com a sociedade, estamos acompanhando com interesse as boas ideias que surgem, em grande parte derivadas das propostas legislativas. Os Deputados em nível federal, os Deputados Estaduais e os Vereadores têm uma sensibilidade, porque lidam diretamente com a população e têm mandato popular para tratar desses assuntos. Inclusive, a gente está vendo com muito interesse esta presente audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e estamos parabenizando os seus membros, na pessoa do Senador Izalci Lucas, para que a gente possa realmente ter um trabalho profícuo e que seja bem aproveitado por todos.

Era o que eu tinha a dizer neste momento, muito obrigado pela atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Gustavo.

Passo imediatamente a palavra ao Mauro Benedito de Santana Filho, da SPU.

O SR. MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO (Para exposição de convidado.) – Primeiramente, quero agradecer ao Senador Izalci a oportunidade de a Secretaria de Patrimônio...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO – ... para essa política de Estado.

Como já foi passado na fala dos anteriores, esse tema aí é tão importante para a nossa Secretaria, que hoje nós temos aqui, culminando na assistência, vários representantes da Secretaria, da Superintendência do DF, e cada vez mais ele é um eixo estruturante dentro da Secretaria: a regularização fundiária.

Então, dentro desse escopo e trazendo já um aspecto que já foi levantado pela Senadora em relação ao desinvestimento, o desinvestimento é um ato normal de perda de capital, e, com certeza, ao fazer a regularização fundiária, a União passará, por meio de doação, aos Estados e Municípios. Logo, haverá, efetivamente, um desinvestimento da União. Então, essa palavra culmina com a palavra da representante do BNDES, no escopo da doação e da regularização fundiária, dentro do procedimento da doação que faremos, para essa regularização efetivamente ocorrer.

Esse tema é tão interessante – o tema de regularização fundiária –, que nós puxamos lá do início da história dos nossos ancestrais. Existe um estudo antropológico da Universidade de Jerusalém que fala que uma das peculiaridades da evolução humana é o nosso sistema de moradia, uma necessidade pela moradia. Então, os nossos antepassados buscavam justamente as cavernas, para a manutenção da prole. Então, é uma necessidade humana ter a estabilização e uma necessidade humana ter a sua moradia adequada às suas condições, até para que possa manter e fazer com que essa prole coexista por milhares de anos.

Então, nós temos isso aí no escopo e levantamos alguns pontos aqui que são interessantes, das falas que já foram efetivadas anteriormente. E aqui do nosso lado está o Senador Izalci, uma grande liderança nessa questão da regularização fundiária, e eu trato aqui, inicio com o marco legal da Lei 13.465. E, dentro dessa lei, nós já executamos alguns estudos, estamos estabelecendo um marco regulatório, para que essa lei seja cada vez mais ampla.

A SPU (Secretaria de Patrimônio da União) – não estou falando só da Secretaria, mas de todo o seu escopo – tem uma pretensão efetiva, como política de Estado, de estabelecer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização fundiária. Para a Secretaria, o entendimento de regularização fundiária não é só para família de baixa renda, para a família que ultrapassa essa situação de baixa renda.

Nós temos uma situação, hoje... Como já foi colocado, nós temos em torno de 700 mil imóveis. Desses 700 mil imóveis, cerca de 500 mil estão em terrenos de marinha. Então, existe uma necessidade de se fazer uma remissão de foro: dar a posse total deste imóvel a quem é o proprietário efetivo. Ou seja, uma transferência efetiva da posse da União para a posse desse proprietário. Isso é regularizar. A par disso, trabalhamos paralelamente nas partes da regularização fundiária, no sistema de reurbanização tanto social como especial, justamente dentro dessa característica que está sendo levantada e é foco desse tema. Então, isso é importante para a SPU como uma pauta prioritária.

Trabalhamos nessa questão também como possibilidade de monetização, mas o aspecto principal já foi bem colocado aqui, dentro da fala da Casa Civil: tem um aspecto social muito profundo. E o Brasil precisa, cada vez mais, se alavancar nessa parte social, porque a parte social anda em paralelo com a parte econômica. Então, quanto a isso, nós temos um aspecto muito interessante dentro do Ministério da Economia, e assim está assentada a nossa Secretaria, em trabalharmos esses dois processos de forma simultânea.

Quanto ao desinvestimento que foi falado aqui pelo BNDES, nós temos dados efetivos de que, no caso de uma área de um imóvel da União que se encontra abandonada ou com efetiva regularização não executada, o seu entorno é depreciado de 30% a 70%. Nós verificamos algumas favelas do Rio de Janeiro, onde os imóveis do seu entorno, que, nas décadas de 50, 60 e 70 tinham uma valorização efetiva, têm um decréscimo de quase 70% na venda direta desse imóvel. Isso é uma questão social – e também uma questão econômica.

Então, temos trabalhado bastante nisso – temos a Lauren ali, que é a nossa Coordenadora de Regularização Fundiária –, fizemos e já lançamos esse marco regulatório, para a apreciação da nossa Conjur, com base na 13.465, e, a partir daí, esperamos regulamentar todos os atos próprios da regularização fundiária nos Estados e Municípios.

Temos um aspecto próprio também, que são os acordos de cooperação. Dentro do que foi falado aqui, na fala da Casa Civil – a própria Fabiana já nos trouxe alguns aspectos... Existe um estudo bastante interessante. A Fabiana é uma profunda conhecedora dessa parte de regularização fundiária, levou-nos alguns projetos, e esses projetos, com certeza, têm grande capacidade de implementação, tanto no escopo da área social como na associação de vários fatores que culminam com a regularização efetiva da área. Então, é importante que a SPU esteja nesse contexto, trabalhando de forma efetiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro dos acordos de cooperação, nós temos um exemplo já em Cruzeiro do Sul, como um projeto piloto, lá no Acre, numa área do Aeroporto Velho, uma área que necessita de regularização fundiária. Existe um percentual, da parte de Reurb especial e na parte de Reurb social, que estamos trabalhando efetivamente para que seja um projeto piloto. Existe todo um empenho já de um acordo de cooperação em andamento com a Prefeitura de Cruzeiro do Sul, onde passamos um procedimento operacional, e o próximo passo, como já foi bem colocado, é fazermos com que haja a capacitação daquela prefeitura, para que ela possa, de forma ordenada, executar a regularização fundiária. Então, isso é importante.

Como bem colocou aqui o Senador Izalci, o nosso gargalo é a parte financeira. É um gargalo. Nós temos que dispor de uma capacidade econômica, para justamente gerenciarmos todas as ações referentes à regularização fundiária.

Mas este fórum aqui é importante. Trouxe aí o BNDES. Há a captação de recurso – nesse exemplo que eu dei, de Cruzeiro do Sul – da Caixa Econômica Federal, para dar uma alavancada em relação tanto à parte cartorial como à parte de execução efetiva dessa regularização fundiária no Município de Cruzeiro do Sul. Já é um ponto inicial base no marco legal da Lei 13.465, e o Senador Izalci foi uma grande liderança para que essa lei fosse efetiva. Então, é um marco que transforma, efetivamente, a regularização fundiária no Brasil.

Dentro dessa modelagem, o que está acontecendo? Como exemplo: em Cruzeiro do Sul, estamos tentando expandir. Ontem nós estivemos com o representante da Prefeitura de Marabá. Estamos pensando também, efetivamente, em estarmos lá em Marabá, para lançarmos um segundo plano de regularização fundiária. É uma regularização fundiária que foi trazida pelo próprio Município, que nós consideramos como uma regularização fundiária inclusiva, não só no aspecto de só regularizar, mas no de dar toda a plataforma de infraestrutura, para que aquelas famílias que ali habitem, dentro do espectro da regularização fundiária, possam ter a sua vida modificada. Então, é uma regularização fundiária de forma inclusiva.

Citamos alguns exemplos, quando se fazia basicamente regularização fundiária, o aspecto "regularização fundiária" ficava, por si só, na regularização fundiária. Existe todo um aspecto posterior que leva a um ordenamento urbano, facilita a mobilidade. Então, é nisso que estamos trabalhando, dentro da própria Coordenação-Geral de Regularização Fundiária, em ter esse reordenamento urbano por meio de uma regularização fundiária. Existe todo um trato até chegar a esse reordenamento urbano. Então, trazer o Estado, efetivamente, para dentro daquela comunidade que foi regularizada.

Então, isso é importante. Isso é um trabalho que culmina, efetivamente, no que está sendo proposto aqui pelo Senador Izalci. Então, nós estamos tratando como, efetivamente, uma regularização fundiária inclusiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não só apenas regularizar e deixar aquela associação, aquele grupo de pessoas, após... "Ah, não, está regularizado, está o.k. Agora o Estado não tem nenhuma participação mais". Esse objetivo não é nosso. Então, a Secretaria está trabalhando de forma mais ampla, e isso faz parte justamente do passo que foi dado com esse marco regulatório que estamos tratando, junto com a nossa assessoria jurídica, para estabelecer um aspecto amplo, dentro da normatização e da regulamentação da Lei 13.465, nos nossos procedimentos internos.

No aspecto das caracterizações diárias, como foi falado aqui pelo nosso Senador, em relação ao Amapá, o princípio básico é conhecermos o que nós temos para regularizar. Esse é o princípio.

Nós falamos aqui de cerca de 700 mil imóveis. Quanto a esses 700 mil imóveis, nós temos uma característica específica: às vezes, uma ocupação de 100 mil famílias está dentro de um imóvel. A partir do momento em que se tem um desmembramento de toda essa ocupação, para a regularização fundiária, esse imóvel ultrapassa os limites, Senador, dos 750 mil: nós vamos chegar a quase 1 milhão de imóveis, a partir do momento em que regularizar.

Nós damos aqui o exemplo de Vicente Pires, que está assentado em um imóvel da União, onde nós temos, ali, cerca de 20 mil famílias, 20 mil imóveis, que, após a efetiva regularização, se transformará, de um registro único, em 20 mil registros. Então, é importante que tenhamos conhecimento disso. E, a partir do momento em que se faz isso, através do procedimento de alienação ou desinvestimento, nós fazemos por doação, permuta ou venda dos imóveis, a depender da classe que esteja envolvida nessa regularização fundiária. Então, isso é extremamente importante.

Essas medidas, com certeza, vão ao encontro do estabelecimento de um programa que está sendo trabalhado dentro da nossa Secretaria, que, justamente em conjunto com os outros entes... Porque o assunto da regularização fundiária é transversal, não cabe só à Secretaria do Patrimônio. Nós temos uma estreita ligação também com a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, na qual temos o Secretário Nabhan, com quem temos conversado efetivamente, para tratarmos assuntos não só na área urbana, como na área rural. É lógico que temos pontos de conflito: algumas áreas já foram urbanizadas, e elas se encontram, em seus registros, como áreas rurais, e nós temos que trabalhar nisso de forma contínua e simultânea, para que a Secretaria do Patrimônio possa trabalhar efetivamente na regularização fundiária.

Como já foi falado aqui, a parte dos imóveis disponibilizados. Existe toda uma política econômica voltada à questão do desinvestimento, que é justamente diminuir o tamanho do Estado, em termos de receita. Todo desinvestimento leva a um posterior investimento. Então, dentro desse foco, quando se fala que a Secretaria está efetivamente colocando à venda os imóveis – como já foi falado aqui pela Fabiana –, trata-se de um número muito pequeno de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imóveis. Então, nós estamos falando em termos de 3,8 mil imóveis que serão colocados à venda, num plano de 2,5 anos, três anos, para gerar cerca de 36 bilhões em receita, para diminuir a nossa dívida pública. Esse é o plano.

Lógico, nós temos todo um escopo paralelo de outros imóveis que servirão à regularização fundiária, onde já há uma ocupação ou estão em processo de invasão, para justamente fazer a reversão dessa invasão para uma ocupação legal. Então, esse é o procedimento que estamos adotando. Lógico, precisamos de todo um trabalho de mapeamento. Estamos trabalhando no Estado do Amapá e no Estado de Roraima, justamente executando o mapeamento, para a caracterização dessas áreas.

A partir do momento em que se caracterizam essas áreas, nós temos, efetivamente, um trabalho conjunto com as prefeituras e os Estados, um mapeamento efetivo de para qual necessidade temos que medir as nossas forças, unir as nossas forças, além de termos o planejamento, como já foi bem colocado aqui, pela Casa Civil, o planejamento efetivo de um plano de negócio, para que possamos consolidar uma regularização fundiária.

A regularização fundiária, lembrando, está dentro de um estrato de um plano de negócio, porque ela vai tirar investimento e vai monetizar investimento. Então, nós precisamos estar dentro de um estrato de um plano de negócio. A partir do momento em que a União faz a doação de determinada área para a regularização fundiária, ela desinveste mais e o Estado começa a investir, o Município começa a investir. Então, isso é um trato comum de um procedimento, até mesmo dentro de um aspecto federativo mais forte entre a União, Estados e Municípios.

Para terminar a minha fala, eu só gostaria de agradecer a oportunidade dada pelo Senador Izalci. Com certeza, a Secretaria está efetiva, totalmente envolvida nesse processo da regularização fundiária. É interesse nosso e é uma política de Estado que necessita, cada vez mais, ser alavancada.

Como eu já citei em alguns exemplos aqui, quando se tem uma política de desinvestimento e uma verificação com um olhar mais crítico para que efetivamente seja feita essa regulação fundiária, com certeza a economia tende a aquecer.

Então, nós temos aqui que a Fabiana colocou 10 trilhões...

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO (*Fora do microfone.*) – Dez trilhões.

O SR. MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO – Dez trilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um estudo de dentro da Universidade Hebraica que fala que no mundo nós temos aí por base cerca de 50 trilhões de necessidade de investimento. Ou seja, o capital está voando no mundo com necessidade de investimento.

Nós temos o escopo da regulação fundiária, nós não temos ainda um planejamento efetivo de quanto temos que dispor para regularizar essas famílias. Nós não temos, é um planejamento que já foi bem colocado aí pelo representante da Casa Civil. É necessário esse planejamento, é necessário o escopo de um plano de negócios para que possamos efetivamente regularizar essas famílias e dar condições de dignidade para que elas possam cada vez mais investir no seu patrimônio.

E, dentro desse escopo, agradeço a todos, a presença de todos.

Agradeço mais uma vez ao Senador Izalci e a todos aqueles que estão nos abrilhantando com a fala.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Antes de passar para a Mirna, acho que nós precisamos providenciar talvez uma outra audiência incluindo aqui o Incra, a área rural, chamar aqui a associação dos Municípios, talvez o Presidente da associação dos Municípios e a Caixa Econômica, que pode ter um papel também de regularização, porque ela tem já *expertise* nisso aí. Então, a gente providencia com mais sugestões de outros órgãos para a gente poder integrar todo o sistema.

Então, Mirna, passo a palavra para você fazer a sua exposição também.

A SRA. MIRNA QUINDERÉ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Primeiro eu gostaria, Senador Izalci, de trazer os agradecimentos do Ministro Gustavo Canuto pelo convite. Parabenizar a iniciativa da Comissão e agradecer aqui as palavras gentis do Gustavo, foi um aprendizado mútuo, não é? Uma época bem movimentada ali, dentro do Ministério das Cidades.

Primeiro, quero dizer para vocês, não sei se todos sabem, que o Ministério do Desenvolvimento Regional foi formado a partir da junção do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional. O tema da regularização fundiária em si era tratado dentro de uma Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades. Com a junção dos dois Ministérios, essa Secretaria foi extinta e o tema da regularização fundiária passou a compor as atribuições da Secretaria Nacional de Habitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tema da regularização fundiária sempre foi tratado dentro da política habitacional, mas como um componente da política habitacional, não como um tema em si. Então, com a vinda da regularização fundiária para a Secretaria de Habitação, a gente passa a tratar a regularização fundiária como um tema não necessariamente atrelado à questão habitacional ou à urbanização dos assentamentos, que era como a gente tratava anteriormente.

Esse eslaide aí mostra o mosaico de problemas habitacionais que o País tem que enfrentar, não só pelas ações do Governo Federal, mas também pelas ações de Estados e Municípios. Então, nesse primeiro quadrante a gente está falando de déficit habitacional, em que se somarem-se todos os componentes, o número é de 6,4 milhões de domicílios. Isso é um olhar de retrovisor, ele não espelha a formação de novas famílias que vem ocorrendo ano a ano. E o quadrante da direita, que mostra os números de inadequação habitacional, dentre eles, o número de inadequação fundiária apurado pela Fundação João Pinheiro com base na pesquisa do Censo atualizado pelas PNADs anuais.

Esse número 1,8 milhão de domicílios com inadequação fundiária é muito subestimado, a gente sabe disso pela experiência. Fazendo até um contraponto à fala que o Senador Lucas fez sobre a autodeclaração, a pesquisa que o IBGE faz sobre inadequação fundiária, ela é autodeclarada. Então, a família diz para o recenseador se aquele imóvel que ela ocupa é regular ou não. E, muitas vezes, não por má-fé, ela não sabe dizer se o imóvel dela é regular ou não. Então, às vezes ela tem um contrato de compra e venda com um loteador irregular e ela acha que aquilo traz uma regularidade para o imóvel dela e não traz. E, às vezes, por questões mesmo de insegurança, de dizer que o imóvel irregular, ela prefere dizer que é regular. Ou, às vezes, diz que é regular, porque vê uma perspectiva de investimento naquele domicílio a partir daquela pergunta.

Então, realmente o número é muito frágil, a metodologia de apuração não traz essa segurança para o número. Os números já foram divulgados, a Fabiana trouxe um número de 12 milhões que o Ministério já usou. Mais recentemente, nos dois últimos anos, o diretor da época que tratava da regularização fundiária no Ministério das Cidades divulgava o número de 30% dos domicílios no Brasil serem irregulares. Então, o Sr. Figueiredo, por experiência profissional dele e de outros atores, eles estimavam em 30 milhões de domicílios irregulares. Então, na verdade a gente não tem nem a tipificação, nem a quantificação, nem a distribuição desse fenômeno da irregularidade fundiária no País.

O Ministério vem trabalhando ao longo dos anos e o Ministério do Desenvolvimento Regional absorveu também um programa específico para tratar a questão da irregularidade fundiária, um programa que é mais conhecido pela maioria como Papel Passado, mas ele se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

materializa nessa ação orçamentária de apoio à regularização fundiária em áreas urbanas, a funcional programática está ali.

Essa ação tem um manual de instruções que foi atualizado já na nova gestão. Em agosto, nós publicamos o manual que atualiza o programa em relação à nova lei, a Lei de 13.465, de 2017. E o objetivo do programa é apoiar Estados e Municípios a implementarem as medidas necessárias para regularização fundiária, sejam medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais para que a gente chegue com a regularização em favor das famílias, refletindo um compromisso de constituição de direito real para essas famílias, usando os instrumentos que estão disponíveis na lei. A decisão da estratégia é municipal, é do proponente da ação e ele que vai decidir sobre o instrumento mais adequado para a situação que ele encontrar naquele núcleo urbano que ele definir como núcleo a ser apoiado pelos recursos do programa.

O programa paga uma série de coisas, paga assessoria e consultorias técnicas, tanto na área social, jurídica, urbanística e ambiental; paga levantamentos de dados, estudos, perícias, projetos e cadastros; paga serviços cartográficos; paga treinamento e aperfeiçoamento de pessoal para lidar com a questão da regularização; paga a produção e distribuição de material de comunicação e divulgação para as famílias se sentirem seguras e informadas em relação ao que está acontecendo na área; paga aquisição de materiais de consumo, se utilizados especificamente para as atividades contratadas; aquisição de equipamentos necessários ao levantamento topográfico, vai de *drone* à estação total, GPS, *softwares*; locação de veículos e equipamentos, veículos para locomoção da prefeitura até o núcleo que vai regularizado e imóvel para criar o plantão lá na área para informar as famílias do que está acontecendo; custas e emolumentos de registro, quando não prevista a gratuidade da lei; e ações de trabalho social para sensibilização, mobilização, informação e capacitação dos moradores.

Lembrando que o foco do programa é a Reurb-S, são assentamentos informais ocupados por famílias de baixa renda. A gente não tem essa trava no programa, mas a gente estima a composição desses itens financiáveis de até R$1,5 mil por domicílio. Então, a gente divulga esse número como parâmetro, mas ele não é uma trava do programa. É importante colocar, porque como o programa pode recepcionar emendas parlamentares, na proposição já tem que pensar valor *versus* quantidade de lotes a serem regularizados.

O nosso orçamento de 2019 é de R$20 milhões, parte dele é de emendas parlamentares, são R$6 milhões, que estão em fase de aprovação e contratação. Muito disso já passou pela aprovação no Siconv e está em fase de contratação pela Caixa...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MIRNA QUINDERÉ – E a dotação do Executivo é de R$14 milhões, sendo que, descontingenciados, a gente tem R$6,9 milhões para execução neste ano.

O que a gente vai fazer com esse recurso, já que, se vocês dividirem esse valor que a gente tem disponível, pela média que a gente estima por lote, o valor é muito pequeno? Com R$6 milhões a gente faria 5 mil lotes? Então, a nossa estratégia foi fazer ações mais na linha da capacitação, da instrumentalização e atualizar nossos normativos, para que a gente possa mais para frente conseguir mais recursos para esse tipo de ação.

Então, a gente está utilizando o recurso disponível justamente para resolver uma questão que foi tratada por todos nós que é a questão do dimensionamento do problema. Qual é a dimensão desse problema? Quais são as características? A irregularidade está em área privada, está em área pública, está em área de risco, está em área de proteção? Do que estamos falando quando falamos de regularização fundiária e onde ela está? Ela está concentrada nos grandes centros? Ela está nos Municípios pequenos? Como é que ela se distribui pelo País?

Então, estamos trabalhando com o Ipea nesse Termo de Execução Descentralizada, o nosso Secretário Nacional assinou nesta semana o termo e já vimos conversando com eles desde o começo do ano. Nós vamos começar o trabalho neste ano ainda, já para constituir essa metodologia para que a gente possa ter uma metodologia de apuração do número e a gente possa ter a história e o acompanhamento desse número aí para frente. Um dos pontos iniciais desse acordo com o Ipea é fazer uma avaliação de tudo que já foi feito, de todas as iniciativas que o Governo Federal tem tido ao longo do tempo para a gente até corrigir rumos e tentar aperfeiçoar a nossa ação.

Assinamos também um termo de execução com a Universidade Federal Rural do Semiárido. Essa universidade já vinha trabalhando com o Ministério das Cidades há um tempo. E aí, no Ministério do Desenvolvimento Regional, a gente entendeu por bem aproveitar a *expertise* que eles já têm, eles fazem regularização fundiária, eles têm um núcleo lá de alunos, estagiários e bolsistas. Então, a gente trabalhou com eles a estruturação de um curso de ensino a distância para Municípios, para cartórios, para caixa, e a gente está pensando em abrir também para associações de Municípios para que a gente possa capacitar e superar essa questão que impede muitas vezes a execução dos recursos que são disponibilizados, que já são poucos e muitas vezes eles se perdem na execução por falta de capacidade de execução.

O ensino a distância instrucional atingiria mil alunos no País e a gente deixaria um curso autoinstrucional disponibilizado permanentemente na plataforma da Enap, a plataforma de cursos para acesso da população, dos entes públicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse termo já está assinado e a gente já está iniciando. Hoje, inclusive, a gente tem reunião com o pessoal da Ufersa para botar no trilho mesmo o caminho, o início das nossas ações.

Está também em andamento, já praticamente finalizado um termo de execução com a Universidade Federal do Pará. E aí, tem muito a ver com o tratamento do que o Senador Lucas colocou aqui, das terras doadas pelo Terra Legal para os Municípios da Amazônia Legal, que são Municípios que receberam terras da União com o compromisso de regularizar e infelizmente não conseguem, têm dificuldade. Então, a ideia é de que a Universidade Federal do Pará trabalhe em rede com outros institutos federais e outras universidades da região da Amazônia Legal para que a gente possa formar uma rede que faça assistência técnica aos Municípios para regularizarem as sedes que foram doadas e, ao mesmo tempo, estruturar a capacitação desses Municípios para que eles deem continuidade a essas ações.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MIRNA QUINDERÉ – Não tem mais muita coisa, não.

Nosso orçamento de 2020 é de R$12 milhões. Ele também ainda é insuficiente para que a gente faça ação de regularizações fundiárias por processo de seleção pública. Então, a gente provavelmente deve continuar na linha das ações estratégicas, da instrumentalização dos Municípios para atuar na regularização.

Está em estudo o Programa Pró-Moradia, que é um programa de financiamento ao setor público com recursos do FGTS, esse programa tem uma dotação entre R$500 milhões a R$1 bilhão por ano. Então, ele tem recursos muito mais expressivos, é um programa que tem, nas modalidades em que ele pode atuar, a urbanização de assentamentos precários, a produção de conjuntos habitacionais e o desenvolvimento institucional. Então, a gente está criando dentro da modalidade urbanização de assentamentos precários tipologias de intervenção, entre as quais poderia haver uma tipologia só de regularização fundiária do assentamento.

Esse programa vem já rodando há muito tempo, é um programa criado em 1996, no âmbito do FGTS, e ele vem se aperfeiçoando. Teve uma aplicação de recursos mais expressivos na fase de 2007 até 2013 e agora a gente está reestruturando para criar essa linha, uma tipologia de intervenção específica para fazer só a regularização fundiária.

Na habilitação, a gente tem uma tendência a trabalhar muito com as ações integradas. Então, entrou num território, fazer só a regularização fundiária sempre foi um tabu para a área de habitação. A gente sempre entrou para fazer todas as ações necessárias para transformar aquele assentamento em um assentamento consolidado, com infraestrutura, com arruamento. Mas a lei traz essa possibilidade de a infraestrutura essencial ser executada posteriormente à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularização e, de qualquer forma, a gente chega enxerga a regularização como um primeiro passo. Então, às vezes exigir tudo ao mesmo tempo acaba não acontecendo.

Hoje a gente tem um conjunto de operações que foram firmadas, não só no Pró-Moradia, mas no Programa de Urbanização de Assentamentos Precários com recursos do Orçamento Geral da União em que a ação de regularização fundiária era obrigatória e ela não está sendo executada. Então, as obras acabam se concluindo, as obras de infraestrutura, de melhoria habitacional, os equipamentos, e acaba que a parte de regularização fundiária em si não se conclui e não avança. Temos criado mecanismos para facilitar, para diminuir o nível de exigência.

A gente acha que talvez, se for tratado realmente separado, em camadas, talvez o foco no assunto seja maior. A dificuldade é que o Programa Pró-Moradia é um programa de financiamento, então, ele está sujeito aos limites de endividamento do setor público, à capacidade de obtenção do empréstimo dos entes municipais, que a gente sabe que também tem dificuldades. A gente soma os juros de 8% ao ano, não é um juro absurdo, mas são 5% de juros mais 2% de remuneração do agente financeiro, mais 1% de taxa de risco, então acabam sendo 8%. Há uma carência para devolução dos recursos de 48 meses e o Município amortizaria em 20 anos esse empréstimo. A contrapartida obrigatória é de 5% para todos os Municípios.

É isso que eu tinha para trazer. As ações que o Governo Federal, na instituição Ministério Desenvolvimento Regional, vem fazendo são essas aí.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a todos pela exposição.

Há algumas participações dos nossos internautas. Vou fazer as perguntas e ler as considerações. Depois vou passar para cada um fazer as considerações.

Eu acho que a audiência foi muito importante, primeiro, para conhecer o que o Governo está fazendo. Essa questão do Ministério do Desenvolvimento Regional é muito importante para a gente integrar as outras instituições, talvez pegar carona com algumas *expertises* que já existem no Ministério para a gente poder estender não só a questão da regularização social, mas também as demais regularizações.

Cesar Augusto, da Bahia: "Como isso pode ajudar as famílias mais humildes?".

Amanda Fagundes, de Mato Grosso do Sul: "Como vai ser organizado esse programa?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Luan Carlos, de Santa Catarina: "Esse programa será muito bem recebido pela população brasileira".

Luiz Fernando, do Paraná: "Já passou da hora de o Governo fazer a regularização fundiária".

Rosiane Sousa, de Goiás: "É necessário criar uma equipe especial só para fiscalizar e selecionar quem realmente precisa, quem faz jus à regularização fundiária".

Eu acho que nós cumprimos aqui o nosso objetivo. Sabendo da complexidade do tema, podemos realmente unir esforços do Governo de uma forma geral para a gente poder tentar alavancar e resolver essa questão, que é um problema da metade da população brasileira.

Então, a gente precisava priorizar essa matéria eu acho que nós faremos uma outra audiência na sequência desta e vamos buscar mecanismos de poder utilizar um instrumento como uma política de Estado. Acho que tem que ser encarado dessa forma e principalmente auxiliar muito os Municípios. Acho que os Municípios estão muito carentes.

Mas eu fiquei muito feliz aqui de ver do Ministério do Desenvolvimento Regional essa questão da educação a distância, de capacitação. Acho que a gente pode estender isso aos demais entes do Governo.

Eu vou passar aqui para as considerações finais e aí, quem puder responder algumas... Não temos muitas perguntas, temos mais considerações. Na ordem, então, Fabiana, vou passar para você fazer as considerações finais e se tiver que responder alguma coisa.

A SRA. FABIANA CRISTINA TAVARES TORQUATO (Para exposição de convidado.) – Vou começar então pela fala da Mirna. Ela trouxe um dado superimportante que me lembrou de um outro fato.

Em 2010, estava previsto no Orçamento da União um investimento de 278 bilhões para habitação e regularização fundiária. E, como você falou, habitação e regularização fundiária andavam juntas. Então, esses 278 bilhões deveriam ser investidos tanto em novas moradias quanto em infraestrutura.

O que a Lei 13.465 trouxe de novo? A possibilidade de a gente fazer a titulação sem a necessidade de observar a Lei 6.766, que é a lei de parcelamentos públicos. Então, com a possibilidade da titulação, sem que o Município tenha que fazer o investimento na obra de infraestrutura. Isso tirou um pouco o peso do Município em relação à regularização fundiária e a acessar esses recursos, e existia, realmente, esse problema do endividamento dos Municípios para poder promover essas ações. Mas, de outra forma, ele facilitou, porque hoje a regularização não fica restrita apenas às ações do Município, embora seja competência dele o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ordenamento territorial e a possibilidade de as pessoas se regularizarem quando estão em áreas públicas e levarem ao Município uma proposta de regularização com as peças técnicas necessárias, de acordo com o que está dentro do ordenamento vigente. Isso veio para facilitar a regularização fundiária.

Agora, é fato que, de 278 bilhões para 6 milhões de reais para a regularização fundiária... A gente, em vez de avançar no tema, regrediu muito, e é um tema que tem de ser enfrentado como política de Governo, política de Estado. É importante a Casa Civil ter essa predisposição de abraçar esse tema e, como realmente ele é "multifinalitário" e tem o envolvimento de vários órgãos e vai precisar da análise e do comprometimento de vários entes, é muito certo que isso seja um programa conduzido – não sei se pela Casa Civil – como um programa nacional de regularização fundiária.

A perspectiva de melhoria na economia e de melhoria na gestão municipal é gigantesca. Os 10 trilhões, não fui eu que mencionei não. Esses 10 trilhões vêm de um estudo feito por um pensador tido hoje como um dos cinco maiores pensadores da nossa atualidade. Ele vê na regularização fundiária uma política muito capitalista, embora, do ponto de vista social, seja muito democrática, porque você permite que o cidadão que teoricamente está na linha de pobreza, porque não tem uma renda muito alta, tenha um capital, que é a própria propriedade. Com isso, a gente se equipara a países desenvolvidos, como os Estados Unidos, e a alguns países da Europa também. Essa é uma possibilidade muito grande.

Em relação à fala da Senadora Zenaide, eu não poderia deixar de comentar que o desinvestimento nesse caso é a própria regularização. Então, a regularização plena é a melhor forma, e é a forma mais democrática de a gente tratar a regularização fundiária. Tanto é que a SPU – dê licença de novo, Coronel – levou muitos anos para entender que não precisa ter esse patrimônio: a política de alienação de imóveis tem menos de duas décadas no Patrimônio da União, que é uma Secretaria de 160 anos. Muito se tem avançado. A venda direta para os atuais ocupantes surgiu em 2015. Então, isso é bem recente. É uma mudança de paradigma, e a Lei 13.465 mudou radicalmente o rumo da regularização. Então, a gente tem hoje todas as pessoas incluídas na regularização, com a possibilidade de a iniciativa privada promover os atos de regularização sem a necessidade de investimento em infraestrutura agora, neste exato momento, para a titulação. E eu não vejo forma mais eficiente e rápida para alavancar a economia do que a regularização.

Eu vou só, para contribuir aqui com as perguntas, o Cesar Augusto, da Bahia, pergunta como isso pode ajudar as famílias mais humildes. Eu vou só reiterar o que a gente tem falado aqui: é a possibilidade de as pessoas que moram em áreas irregulares terem um capital efetivo. É que, a partir do momento em que você regulariza uma área que antes não tinha um valor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comerciável, que você não podia transacionar pelos meios legais, quando você traz isso para a legalidade, você permite ao cidadão que ele pegue um empréstimo, por exemplo, e dê em garantia a sua área, permite que ele possa construir uma casa dando em garantia o próprio imóvel. Você está levando capital, você está levando dignidade e cidadania, você está dando um endereço, você está dando estrutura. É uma política transversal que certamente tem muito a agregar, principalmente para as famílias mais pobres. E lembro que, na Reurb-S, que é a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social, a regularização é gratuita em relação aos emolumentos e a alguns serviços que estão relacionados à regularização. Então, os benefícios para a população de baixa renda são muito grandes.

Só mais uma. Em relação à segunda pergunta, da Amanda Fagundes, do Mato Grosso do Sul, que pergunta como vai ser organizado esse programa: eu entendo que esta audiência é o primeiro passo para a gente ter a oportunidade de construir esse Programa Nacional de Regularização Fundiária. Daqui para frente não sei como o Senador vai conduzir – imagino que seja um grupo de trabalho ou coisa assim – para que essa discussão possa ser levada adiante.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Passo também, para as considerações finais, ao Dr. Mauro.

O SR. MAURO BENEDITO DE SANTANA FILHO (Para exposição de convidado.) – Primeiramente eu gostaria, como consideração final, de agradecer mais uma vez o Senador Izalci e todas as falas que foram desenvolvidas aqui, tanto do BNDES quanto da Fabiana, do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Casa Civil, mostrando a sinergia de atuação do Governo em relação a essa política de Estado, como bem colocou aqui o Senador Izalci, que deverá ser estabelecida.

Dentro das perguntas que foram feitas, eu vejo um ponto bastante emblemático: as populações mais humildes. E, sob esse aspecto, há, primeiro, o efeito da cidadania chegando a essas pessoas, que, havia muito pouco tempo, estavam na irregularidade. O aspecto da cidadania, sob esse ponto de vista mais amplo, realmente faz com que essa pessoa entre no escopo da vida social efetiva, não sendo mais tratada como alguém que vive à margem da sociedade, em ilegalidade efetiva.

A partir do momento em que é efetivada uma regularização fundiária, existe todo um escopo de legalidade que gira em torno desse cidadão; efetivamente, ele faz parte de uma sociedade construída de forma sustentável. Então, esse é um aspecto muito positivo – a pergunta foi muito bem elaborada –, e eu vejo isso como um aspecto da cidadania chegando à ponta da linha e trazendo, efetivamente, na sua esteira, a dignidade pessoal, num aspecto social mais profundo. Então, trata-se de a pessoa ter dignidade, o que é importantíssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro da Secretaria nós temos um programa efetivo de racionalização e modernização do patrimônio da União, que vai ao encontro do que a Fabiana já colocou em sua fala: modernizar, racionalizar e, dentro da racionalização, nós temos o levantamento das áreas próprias à regularização fundiária.

Como último ato da minha fala, quero dizer que vejo todo o escopo da regularização fundiária como um planejamento em fases, efetivamente, dentro do que já foi evidenciado, o plano efetivo de negócio – não negócio no sentido de capitalizar, mas no sentido de desinvestir e investir. Então, os passos que estão sendo dados... Esta audiência já é um primeiro passo, e um passo efetivo, para que se tome consciência da necessidade de se regularizar, de se trabalhar dentro do escopo da Lei 13.465. Então, isso é importante.

Agradeço mais uma vez a oportunidade, e nos colocamos à disposição na Secretaria do Patrimônio da União.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Dr. Mauro.

Também para as considerações finais, tem a palavra a Mirna.

A SRA. MIRNA QUINDERÉ (Para exposição de convidado.) – Como consideração final, só um relato da minha experiência no Governo Federal, onde trabalho há mais de 30 anos. Venho acompanhando fases de poucos recursos e de muitos recursos. Então, assim, a gente está numa fase de poucos recursos, e acho, de verdade, que um investimento de vulto vai demorar um pouco a aparecer.

Eu acho que o Governo Federal vai ter que se concentrar em ações de capacitação, de instrumentalização e até de conscientização do valor da regularização fundiária, que, por incrível que pareça, não é um valor bem percebido nem pela família nem pelo Município. Então, acho que, se a gente conseguir levar um pouco mais essa campanha da necessidade de trazer imóveis para a regularidade...

Você vê que o investimento individual não é alto. Então, os Municípios podem, de alguma maneira, se estruturar para fazer. Não é o repasse desses recursos que vai fazer toda essa diferença no meu entendimento. É diferente de você falar de produção de unidades habitacionais: você está falando de valores de 90 mil por família. Aqui a gente está falando de... Se houver parceria com universidades, esse valor baixa muito. A gente tem experiências de R$400 por lote, de R$1 mil por lote. Então, são ações baratas que podem ocorrer, mas esse valor da regularidade tem que ser percebido pela população como um todo. É que, às vezes, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um valor que só aparece num momento em que a vida se vê ameaçada por algum motivo, porque tem de ser reassentada em função de alguma outra obra. Então, eu acho que a gente vai ter que investir muito na campanha, na sensibilização, na capacitação e na instrumentalização dos Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bem, Mirna, obrigado!

Eu quero até aproveitar para pedir a você algo. Se vocês, do Ministério, encaminharem para cá uma cartilha sobre emendas individuais e de bancada, com certeza muitos Senadores e muitos Deputados têm interesse em regularizar seus Municípios. Eu acho que é importante fazer esse trabalho agora, porque nós temos o prazo do dia 1º até o dia 20, o prazo de emendas. Acho que, se vocês colocarem dessa forma como está aqui, inclusive com parcerias com universidades, com certeza vai haver muitos Deputados querendo fazer a regularização.

Agradeço e passo imediatamente também para o Gustavo fazer as suas considerações.

O SR. GUSTAVO ZARIF FRAYHA (Para exposição de convidado.) – Bom, eu queria, mais uma vez, parabenizar o Senado Federal e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado pela promoção desta audiência pública, que, sem dúvida, foi bastante importante para trazer uma visão conjunta de como fazer os encaminhamentos e de como progredir nesse assunto.

Existe uma fala – não é bem um ditado, mas uma consideração – de que todo problema complexo, via de regra, tem uma solução fácil, rápida, barata e, geralmente, errada. Então, o caso aqui da regularização fundiária não escapa disso. É uma questão complexa, e não existem soluções mágicas nem soluções fáceis. É uma estrada, é uma escada, é um caminho e, como uma escada, você tem que subir degrau por degrau.

Eu penso que nós avançamos bastante nesses últimos anos, com a ajuda do Congresso. A elaboração da Lei 13.465 foi um marco importantíssimo para a gente poder dar um *upgrade* significativo nessa questão. Agora, é uma lei ainda relativamente recente, é uma lei em que, a exemplo do que acontece com outras leis urbanísticas, o tempo vai consolidando depois a sua aplicação, e a sua aplicação é importante para o País.

As colocações que foram feitas aqui pelo Cesar Augusto, da Bahia; pela Amanda Fagundes, do Mato Grosso do Sul; pelo Luan Carlos, de Santa Catarina; pelo Luiz Fernando, do Paraná; e pela Rosiane Sousa, de Goiás vão todas também nessa direção, mostrando que a importância desse tema é muito grande, ele não se esgota em apenas uma audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos nos colocar, Senador Izalci, à sua disposição para participarmos aqui, no Senado, de todos os debates que forem feitos sobre essa matéria, porque entendemos que é um tema de grande relevância, especialmente para a população mais pobre e mais humilde do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço também as considerações de todos.

Eu quero aqui, antes de fazer o encerramento, propor a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 30ª, 31ª e 32ª Reuniões da Comissão.

As Srs. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas, as atas serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Ficou pendente também a votação do item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 49, DE 2019

- Não terminativo -

Adita o REQ 44/2019-CDR, acrescentando convidados à Audiência Pública sobre Regularização Fundiária.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Em votação o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Quero dizer da importância desta audiência. Acho que ela foi de suma importância para alavancar o processo de regularização, de facilitação da regularização na prática. Nós faremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outra. Farei um requerimento rapidamente para mais uma audiência para incluir outros órgãos importantes no processo.

Parabenizo todos pelo trabalho e reforço, Mirna, essa popularização das ações de regularização do Ministério. Eu tenho acompanhado os Deputados e Senadores nos seus discursos colocarem a importância da regularização, a vontade, a necessidade da regularização fundiária. Então, tenho certeza de que, se a gente fizer uma cartilhazinha, muitos vão aderir, e isso vai facilitar realmente, principalmente para os Municípios mais carentes, que não têm infraestrutura, que não têm conhecimento quanto à regularização.

Então, quero agradecer todos os convidados aqui por esta audiência.

Declaro, então, encerrada a nossa audiência pública.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. WAGNER OLIVEIRA GONÇALVES – Eu queria só sugerir que, nas próximas reuniões, dentro das possibilidades.... Nós temos órgãos públicos aqui nesta audiência. Eu sugiro o convite para entidades da sociedade, entidades civis organizadas, associações que podem trazer algum tipo de contribuição, principalmente quanto às suas necessidades. A solução é nossa, é do serviço público, mas algumas organizações poderiam.... Não sei se seria o caso de uma audiência só para isso, que seria interessante, mas a ideia é criar um debate de necessidades.

Eu estou aqui com o Guilherme, que é da ABPRU, ou ABPru, como a gente chama, que é a Associação Brasileira de Produtores Rurais em Áreas da União. Isso me trouxe esse aspecto. É claro que não é o momento, o senhor está colocando que é ainda uma inicial, uma audiência inicial, mas, no futuro, dentro dessa ideia do senhor, talvez fosse o caso de trazer aqui algumas organizações, não só do Distrito Federal, mas de outros Estados se possível. O senhor citou a dos Municípios, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, a associação dos Municípios.

O SR. WAGNER OLIVEIRA GONÇALVES – É, nos Municípios já é outra situação também. Essas associações trariam, então, as suas necessidades, o.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não tinha percebido a presença de V. Sa. aqui, nem a do Guilherme. O Guilherme tem uma experiência já, da associação aqui, já em funcionamento, que está, inclusive, antecipando os procedimentos para entregar à SPU-DF os estudos.

O SR. WAGNER OLIVEIRA GONÇALVES – O senhor citou o meu nome, Wagner Oliveira Gonçalves. Eu não escrevi General Gonçalves. Então, o senhor não lembrou por causa disso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está certo!

O SR. WAGNER OLIVEIRA GONÇALVES – Não há problema! Não há problema!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas agradeço a contribuição.

Vamos fazer assim: vamos convidar algumas instituições, algumas associações também, porque o interesse é comum, é geral. Antecipo, inclusive, com relação à SPU, que nós estamos trabalhando na questão da modificação do procedimento, exatamente porque nós temos muitas áreas, inclusive da SPU, que são bastante extensas, ocupadas por muita gente e, se a gente não puder desmembrar as matrículas, vai ser difícil regularizar, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, do TJ.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Provimento 02, está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – General.

O SR. WAGNER OLIVEIRA GONÇALVES – É só para deixar registrado na gravação: é o Provimento 02 do TJDF, que a Fabiana está trabalhando junto conosco lá, junto ao Corregedor-Geral.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Isso vai ser muito importante.

Agradeço a todos a participação, a presença.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Declaro encerrada, então, esta audiência.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e cinquenta do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Jaques Wagner, Otto Alencar, Zequinha Marinho, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 46, de 2019** que: "Requer realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de fiscalizar "in loco" o empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento foi aprovado na Subcomissão Temporária Usina Belo Monte - CDRUBM. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 47, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O requerimento foi aprovado na Subcomissão Temporária Usina Belo Monte - CDRUBM. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 48, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública sobre turismo cívico." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 50, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater “Estratégias para desenvolver a Economia Solidária”, em formato de ciclo de debates, em diversos estados do Nordeste." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Senador Flávio Arns subscreve o requerimento e sugere a inclusão de representante da OCEPAR - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 51, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 365, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari." **Autoria:** Senador Pedro Chaves (PRB/MS). **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2406, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Retirado de pauta. **Observação:** Retirado de pauta a pedido do Relator. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2329, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 667, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDR). **Observação:** O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 284, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **Observação:** Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do disposto no art. 284, do RISF. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 442, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela apresentação de indicação ao Poder Executivo, nos termos do Art. 227-A do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/02

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo que o Requerimento nº 45/2019-CDR, de minha autoria, está prejudicado, tendo em vista que a reunião ocorreu na última semana e o mesmo não é mais oportuno.

Comunico as novas datas e aberturas de prazos para apresentação de emendas ao PLN nº 21, de 2019, Projeto do Plano Plurianual, PPA/2020, Relatora Senadora Zenaide Maia; ao PLN nº 22, de 2019, Projeto de Lei Orçamentária Anual, Relator Senador Izalci, no âmbito da CDR; a abertura dia 2 de outubro de 2019, quarta-feira, encerramento dia 18 de outubro de 2019, sexta-feira, às 12h.

Comunico aos Srs. Senadores que recebemos ofício do Sr. Leonel Ribeiro, do Progetto Forum Amerigo Vespucci, Membro de Honra no Brasil do Comitato Amerigo Vespucci, Florença, Itália.

Solicita a realização de audiência pública: Amerigo Vespucci Novus Orbis no Senado Federal. Trata-se de iniciativa do reconhecimento internacional, junto à Unesco, de Amerigo Vespucci (1454-1512), de quem, dentre outros feitos, é destacado o descobrimento do Rio São Francisco em 1501.

A Unesco aguarda a resposta oficial do Brasil. Por isso, o Sr. Leonel pede que um Senador membro encaminhe requerimento de solicitação de audiência pública para debater o assunto com os seguintes convidados: Ministério do Turismo, Embratur, Ministério das Relações Exteriores, entre outros ministérios e instituições a definir, a Unesco e os Governadores dos Estados e Prefeitos das cidades históricas correlacionadas citadas na vasta documentação enviada em italiano.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação do documento se estabelece um prazo de 15 dias para manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, serão tomadas as devidas providências.

Expediente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme pauta anteriormente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias.

Vou fazer aqui a inversão. O Senador Flávio é Relator do item 8.

Do item 7, Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, houve um pedido de retirada pelo Relator, Senador Chico Rodrigues.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 2406, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

- A matéria segue para apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

Então, estou retirando o tem 7.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 2329, DE 2019
- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

- A matéria segue para apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

Concedo já, então, imediatamente a palavra ao Relator, Sr. Senador Flávio Arns, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para proferir relatório.) – Agradeço, Senador Izalci Lucas.

Como já foi mencionado, o Projeto de Lei é nº 2.329, de 2019, de autoria do Senador do meu Estado, grande Líder Alvaro Dias, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

O PL nº 2.329, de 2019, em seu art. 1º, cria a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. O parágrafo único do dispositivo estabelece que a criação e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 2º do projeto de lei contém a cláusula de vigência.

O autor argumenta que as ZPEs vêm sendo utilizadas, em diversos países, como importante instrumento para dar maior dinamismo econômico a áreas de seus territórios. Também argumenta que o Município de Foz do Iguaçu ainda carece de maiores incentivos para o aproveitamento de todo o seu potencial econômico e que a instalação de uma ZPE em seu território contribuiria para fomentar seu desenvolvimento, já que poderia ser agregado valor à produção local, que seria posteriormente dirigida ao mercado externo.

O PL nº 2.329, de 2019, foi distribuído a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, onde será analisado em caráter terminativo.

As exigências legais para apresentação do PL foram obedecidas.

O autor, Senador Alvaro Dias, lembra que as ZPEs têm sido usadas como instrumento de incentivo à produção e às exportações. Exemplos de sucesso, conforme ele relata, ocorrem em vários países, entre eles China, Índia, Coreia do Sul, Cingapura e Estados Unidos.

Condições mais equilibradas para concorrer no mercado internacional são garantidas pelos incentivos oferecidos às empresas ali instaladas. As ZPEs (Zonas de Processamento de Exportação) tornam possível aumentar o valor agregado das exportações e contribuem para a geração de emprego e renda, que é o desafio no Brasil hoje. Dessa forma, a melhoria dos indicadores sociais e econômicos das áreas estimuladas contribui para a redução de desequilíbrios de desenvolvimento entre regiões.

Aliás, quero aqui, além de destacar a presença da Senadora Zenaide Maia, grande amiga, Líder – sempre enalteço seu trabalho e sua figura para o Estado do Rio Grande do Norte –, destacar a presença, como eu já disse no início, do autor, o Senador Alvaro Dias, amigo, grande Senador e grande liderança no Brasil, além do Paraná.

Continuando: o projeto de autoria do Senador Alvaro Dias de criação para Foz do Iguaçu da Zona de Processamento de Exportação estimularia o desenvolvimento dos setores industrial e de serviços, criando empregos e dinamizando a economia local, aspectos essenciais para garantir o desenvolvimento econômico e social.

A localização geográfica do Município favorece a instalação de uma ZPE, pois Foz do Iguaçu encontra-se a oeste do Estado do Paraná, na tríplice fronteira entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai. Em relação à Argentina, é vizinha à cidade de Puerto Iguazú, com a qual compartilha as Cataratas do Iguaçu, grande polo de atração turística. Já em relação ao Paraguai, faz fronteira com Ciudad del Este, segundo maior Município paraguaio e terceira maior zona franca do mundo. Esse aspecto geográfico atende a um dos principais requisitos estabelecidos pela Lei nº 11.508, de 2007, para instalação de uma ZPE.

Além do aspecto da localização, o Município de Foz do Iguaçu conta com uma infraestrutura logística favorável ao funcionamento de uma ZPE, pois conta com um aeroporto internacional e é bem servido por rodovias estaduais e federais. Inclusive, está em construção já a segunda ponte entre o Brasil e o Paraguai, e todo o processo de modernização do aeroporto de Foz do Iguaçu está em curso, o que enfatiza mais ainda a questão da infraestrutura.

A Zona de Processamento de Exportação (ZPE) – a gente vem usando a sigla para não ficar falando o tempo todo "zona de processamento" – não somente beneficiará o setor produtivo de Foz do Iguaçu, mas também poderá estimular as atividades econômicas em outros importantes Municípios da região oeste do Paraná, como Cascavel e Toledo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, o oeste do Paraná, quero destacar, é uma região extremamente próspera para o turismo e para o comércio, há a tríplice fronteira, o agronegócio, Cascavel e Toledo, e os Municípios, de maneira geral, são muito prósperos, se bem que até isso vai favorecer, porque há um corredor da pobreza ao mesmo tempo, há Municípios bastante vulneráveis, pobres, ao lado de Municípios ricos. Então, há necessidade ainda de estímulo a novas iniciativas.

Assim, entendemos que a proposição é meritória por contribuir para equacionar importantes problemas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico da área beneficiada.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.329, de 2019.

Quero parabenizar o Senador Álvaro Dias pela apresentação do projeto, destacar a importância do projeto para o Paraná, para Foz do Iguaçu, para o oeste do nosso Estado, e dizer que isso realmente vai ser um importante fator para aprimorar e melhorar ainda mais a região.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria.

Com a palavra o autor do projeto, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para discutir.) – Meu caro Presidente Senador Izalci, veja que esse projeto estava esperando Flávio Arns, porque é uma luta já de anos que estamos travando aqui, Flávio, e, quando imaginávamos que ele pudesse ser aprovado, um Senador o guardou na gaveta até que você chegasse e o substituísse nesta Casa.

Por isso, hoje, está coincidência de me reencontrar com Flávio Arns no Senado nos traz grande satisfação. Nós nos conhecemos há décadas. Conheci Flávio Arns quando era Governador e ele chefiava o Departamento de Ensino Especial da Secretaria de Educação do Paraná, apresentando uma gestão exemplar, que certamente se constitui em modelo para outros Estados até nos dias atuais. A sua competência, a sua integridade e a sua dignidade certamente engrandecem o nosso Estado e o Brasil, aqui no Senado Federal. Por isso, eu não poderia esperar outro parecer que não fosse tão competente como o que oferece Flávio Arns, o que até me dispensa de fazer comentários sobre o conteúdo do projeto que estamos propondo ao Senado Federal e que vem na linha de políticas compensatórias muito bem conhecidas pelo nosso Senador Plínio Valério, que é do Amazonas e que tem na Zona Franca de Manaus um exemplo de política compensatória significativa e importante para o País, porque é a razão direta de se preservar a Floresta Amazônica; é uma contribuição, uma compensação pelo esforço de preservação.

E nessa linha de raciocínio é que chegamos a Foz do Iguaçu, que é outro Patrimônio da Humanidade. Muitos se incomodam quando se usa esta expressão "Patrimônio da Humanidade". A Amazônia é um Patrimônio da Humanidade. Muitos se incomodam. Eu não me incomodo, porque é a realidade. A Amazônia, evidentemente, é circunstancialmente um patrimônio brasileiro. É. Se tivéssemos que passar escritura, estaria em nome do Brasil. No entanto, é um Patrimônio da Humanidade pela sua importância para o mundo. Por isso, tem que ser responsabilidade mundial, como é Foz do Iguaçu, um Patrimônio da Humanidade, com o Parque Nacional do Iguaçu.

E a consequência natural da preservação ambiental é a redução da atividade econômica. Há a Usina de Itaipu, que alagou vasta área agrícola, uma região extraordinariamente produtiva na agricultura. Portanto, os prejuízos econômicos são visíveis. E aí o desemprego prolifera, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

violência aumenta, a concorrência com o país vizinho, que tem liberalidade na comercialização dos produtos, e isto evidentemente enfraquece o comércio do lado brasileiro. A Zona de Processamento de Exportação é, portanto, um instrumento valioso para a retomada da geração de emprego, de salário, de renda, na região oeste do Paraná, ali na Tríplice Fronteira.

Eu quero agradecer, portanto, ao Senador Flávio Arns, pelo parecer favorável; aos demais Senadores desta Comissão. E eu tenho convicção absoluta de que será um instrumento a atrair riqueza para o oeste do Paraná. A situação geográfica favorece. Há, portanto, uma vocação para a exportação, para o comércio, na região é uma vocação natural. E nós temos certeza de que, além do turismo, que será também incrementado, além do estímulo à preservação ambiental, que é fundamental, tem que ser uma lição permanente de amor à vida à preservação ambiental, mas nós sabemos que é preciso oferecer outros estímulos para a sobrevivência humana. E este é o caminho que nós estamos buscando, repito, na linha das políticas de compensação. E certamente o Senado Federal não perderá essa oportunidade de aprovar esse projeto e posteriormente a Câmara dos Deputados.

Mais uma vez, muito obrigado, Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, V. Exa. quer falar, Plínio?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero, antes de votar, primeiro, parabenizar V. Exa. pela iniciativa, colocar à disposição a Comissão para que a gente possa trabalhar junto ao Executivo na implementação dessas zonas. Quando iniciei aqui no Senado, eu tive o cuidado de apresentar uma mudança na resolução, que foi aprovada recentemente, e foi adotado, inclusive, um projeto já de 2015 do Senador Davi Alcolumbre, que era a mudança do Regimento, porque os projetos autorizativos do Senado, quando chegavam à Câmara, eram imediatamente ou rejeitados ou transformados em indicação. Então, nós criamos agora e já está no Regimento a figura da indicação, já que essa lei que V. Exa. coloca, a 11.508, já inicia que é competência do Executivo. Então, eu acho que a gente precisa...

É evidente que os projetos que estão tramitando, como esse projeto que está sendo aprovado na CAE, pelo Regimento provavelmente será transformado em indicação, mas eu acho que a Comissão pode trabalhar no sentido de sensibilizar a União, o Governo, o Executivo, na implementação dessa política. Eu acho fundamental. Aqui em Brasília, mesmo, nós temos também o Porto Seco, que são coisas interessantes para alguns segmentos e para a gente poder melhorar a economia do Estado.

Mas parabéns a V. Exa. e, de forma especial, ao Relator, Senador Flávio Arns, que tão bem relatou essa matéria.

Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quanto à implantação de ZPEs, Brasil afora, são poucas as aprovadas e colocadas em prática. Eu torço para que realmente a gente coloque essa de Foz do Iguaçu, porque é para o setor produtivo, é exportação, é emprego, é, como se fala, a compensação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós da Zona Franca conhecemos muito bem isso, conhecemos as dificuldades para implantar algo assim, semelhante. Vamos torcer para que o Executivo realmente não prejudique esse tipo de coisa, já que o Ministro da Economia abomina incentivos fiscais.

Vou me permitir só discordar um pouquinho do meu companheiro Alvaro quando ele fala da Amazônia. É internacional, sim. Só que a responsabilidade é totalmente nossa de cuidar dela. O meu problema com o discurso da Amazônia é que essa turma toda quer nos tutelar, quer nos passar um atestado de incompetência. Então, a gente só diverge nisto, no cuidado da Amazônia. Nós da Amazônia somos competentes o suficiente para cuidar da Amazônia, e o mundo se beneficia dela.

Conte com a gente, Alvaro, para as instalações das ZPEs, temos que torcer para que saiam do papel e comecem realmente a funcionar.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Não há divergência, não. Eu digo que nós cuidamos, mas eles colaboram. Sem tutela, apenas colaboração espontânea.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Quero parabenizar o Senador Alvaro Dias, o Relator, nosso colega Flávio Arns, porque no momento em que a gente fala só em reforma, em contingenciar, eu digo que é uma brisa no meio de tantas coisas uma proposta para gerar emprego e renda.

Mas eu concordo com o Alvaro: é um patrimônio mundial. A Amazônia é nossa, mas por que o mundo a olha? Porque muitas vezes dizem: "Não, o país tal já destruiu as suas florestas todas, ficou tanto por cento". Eu ouço esses argumentos. Felizes de nós, brasileiros, porque antes de a gente desmatar a Floresta Amazônica, o mundo já reconheceu a importância disso aí! Porque antes se desmatava e não se sabia, a ciência ainda não tinha mostrado os efeitos danosos para a população. Então, já que é o pulmão do mundo, como se diz, o mundo também tem que ajudar a manter, entenderam?

Parabéns pela Zona Franca. Eu acho que a gente tem que lutar por isso mesmo. Isso é desenvolvimento sustentável.

E eu quero saber qual é o corredor que o senhor disse que é da pobreza, porque vejo ali como uma área muito rica.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Como Relator.) – Já que a Senadora Zenaide, nossa amiga também, principalmente... Eu só quero destacar que cada vez a respeito mais ainda em função dos posicionamentos.

Sabe o que é interessante? Todo mundo pensa no oeste do Paraná como uma região homogênea, próspera, rica, desenvolvida, e é – Cascavel, Toledo, Foz, Palotina, vários Municípios. Porém, uma coisa que a gente tem de olhar em todos os Estados é que, ao lado de Municípios prósperos, às vezes, há Municípios que precisam de muito apoio. Inclusive, aquela região é conhecida como apresentando o corredor da pobreza. Se você vai a muitos Municípios que nem vou citar porque acho que a gente tem que aumentar a autoestima, o IDH é extremamente baixo, há dificuldades, e tudo. Então, eu também... E lá nós temos o Parque Nacional do Iguaçu, que é uma área ampla. A gente precisa de apoio também, inclusive. É nosso, do Paraná, mas, se vier o apoio mundial, seria maravilhoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, ao mesmo tempo, temos as sete quedas. Elas estão submersas hoje em dia. A gente já fez muita bobagem aqui também, não foi só a Europa que fez isso. Mas as sete quedas eram das coisas mais lindas que nós tínhamos e estão embaixo d'água, e Guaíra, que é o Município, tem violência, crime, dificuldades. Por quê? Porque acabou com aquilo que era o chamariz para o pessoal ir ao Município de Guaíra. Então, nós temos que pensar nessas compensações.

Inclusive, outro dia, nós aprovamos a lei aqui, sabe, Senador Izalci, aumentando o percentual de *royalties* para Guaíra, em função das perdas que o Município teve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu passo a Presidência para a Senadora Zenaide. Tendo em vista que ainda não há quórum para deliberar, entraremos no item 3, de minha autoria. Então, passo a Presidência à Senadora Zenaide.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) –

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 48, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública sobre turismo cívico.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para encaminhamento do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Bem, trata-se do requerimento de uma audiência pública para discutir o fomento do turismo cívico no Brasil, onde nós queremos debater e apresentar algumas sugestões inclusive na carga horária, para talvez colocar não sei se como disciplina ou conteúdo transversal, no sentido de que todo estudante tenha conhecimento especial da sua capital.

Nos países desenvolvidos, não tem um aluno ou cidadão que não conheça a sua capital, a história do país.

Então, peço o apoio dos Parlamentares. Nós faremos esse debate e a proposta é de que façamos já na quarta-feira uma audiência pública sobre essa matéria. Esse é o objetivo: turismo cívico.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Há alguém que queira discutir essa proposta?

Eu quero dizer ao Senador Izalci que é importante você ter conhecimento do que você tem. Às vezes você pega... Eu cito o exemplo do Estado do Rio Grande do Norte. A gente tem o Forte dos Reis Magos e muitas vezes as pessoas que moram lá não o veem. E na hora em que fizer parte da educação, não tenha dúvida de que a criança e o adolescente são altamente curiosos e eles que vão querer conhecer. E facilitará até as aulas práticas, mostrando o nosso passado, para saber onde estamos e onde queremos chegar.

Parabéns ao Senador por esse requerimento. Será um ouvir e talvez um debate bem meritório.

Passo a Presidência agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Pela ordem.) – Agora eu só gostaria, Senadora, de dizer que eu concordo inteiramente com o requerimento e o considero, Senador Izalci, muito importante. Agora, depois da audiência pública, deveríamos estender para que essa visitação, esse turismo cívico aconteça aqui, nos Estados e nos Municípios.

Eu fui Vice-Governador do Paraná. Eu dizia que deveriam abrir o Palácio Iguaçu – no caso de lá – para o pessoal entrar, ver o que é, conhecer a história... A Assembleia que está ali na frente, a Assembleia Legislativa, a prefeitura, o Tribunal de Justiça, fazer um *tour* articulado e integrado.

Numa ocasião eu estava visitando a Polônia, Varsóvia, e fiquei impressionado com o número de alunos na rua, com os professores mostrando prédio, mostrando a cultura, a política e tal. Eu disse: "Olha que coisa mais linda ter aula na rua, na frente dos prédios, visitando, entrando". Eu acho que para isso tem que haver um programa nesse sentido, como o requerimento coloca, cívico-turístico, porque é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, obrigado.

Temos ainda o item 1 e o item 2.

O item 1 é o Requerimento n° 46/2019-CDR.

> Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com o objetivo de fiscalizar "in loco" os condicionantes do empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte, bem assim verificar o cumprimento das determinações do licenciamento e realizar audiência com a população atingida.

O requerimento é do Senador Lucas Barreto e da Subcomissão Usina de Belo Monte.

E também o item 2, o Requerimento nº 2/2019-CDRUBM:

> Requerimento nº 47/2019-CDR
>
> Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.
>
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
>
> 1. Paulo Roberto Ribeiro Pinto – Diretor-presidente da Norte Energia S/A;
> 2. Emílio Frederico Moran – Professor da Universidade Estadual de Michigan, nos Estados Unidos e pesquisador visitante do Núcleo de Estudos Ambientais (NEPAM) da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP;
> 3. João Mendes da Rocha Neto – Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, que integra a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR;
> 4. Berg Campos – Presidente da Associação de Municípios do Consórcio de Belo Monte e Prefeito do Município de Porto de Moz-PA;
> 5. Edizangela Alves Barros - Coordenadora do MAB-XINGU - Movimento dos Atingidos por Barragens.

Também requerimentos do Senador Lucas Barreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 46, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de fiscalizar "in loco" o empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Observações:

Requerimento aprovado na Subcomissão Temporária Usina Belo Monte - CDRUBM.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 47, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Observações:

Requerimento aprovado na Subcomissão Temporária Usina Belo Monte - CDRUBM.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu solicito ao Senador Flávio Arns que possa fazer a leitura do item 4, defender o requerimento, que é da autoria do Senador Jaques Wagner. É o Requerimento nº 50/2019-CDR.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater " Estratégias para desenvolver a Economia Solidária", em formato de ciclo de debates, em diversos estados do Nordeste.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Fórum Brasileiro de Economia Solidária;
2. Cáritas do Brasil;
3. União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias - Unicopas;
4. Prof. Ladislau Dowbor- Economista e Prof. Titular de Pós-Graduação da PUC.
5. Prof. Tânia Bacelar, Professora aposentada da Universidade Federal de PE
6. Representantes da sociedade civil.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 50, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública, com o objetivo de debater "Estratégias para desenvolver a Economia Solidária", em formato de ciclo de debates, em diversos estados do Nordeste.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para fazer a defesa do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – Sim.

O requerimento, como já foi dito, é do Senador Jaques Wagner. O tema é essencial, muito importante: estratégias para desenvolver a economia solidária, em um ciclo de debates. Naturalmente essa é uma forma de se melhorar a renda, o trabalho, de valorizar a produção, e a economia solidária deve ser estimulada onde for possível.

Inclusive eu sempre penso, lá no Paraná inclusive, que a própria organização das cooperativas deve ter um setor, se já não tiver, talvez até tenha – são profissionais altamente competentes, habilitados e solidários, com conhecimento de causa –, para colocar a economia solidária dentro dos debates das cooperativas. Acho muito importante.

Aqui eu pediria a permissão para nós incluirmos alguém. Nacionalmente, acho, seria a União das Cooperativas Brasileiras. Não sei qual é a sigla, mas no Paraná é Ocepar, Organização das Cooperativas do Paraná. Eu colocaria alguém do Paraná também. Vamos prestigiar o Paraná, que eu conheço bem. Posso falar com eles para que eles participem deste debate. Até os Presidentes, quando fazem campanhas presidenciais, modéstia à parte, vão fazer os filmes e tudo nas cooperativas do Paraná, para mostrar que eles são realmente muito competentes e muito bons nisso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão o requerimento, inclusive com as ponderações do Senador Flávio Arns.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Eu achei interessante botar as cooperativas.

Eu já tive uma experiência de fazer parte de uma cooperativa habitacional. E o que chamava a atenção? O que é a cooperativa? Alguém só jamais construiria um apartamento porque não teria condições. Aí, reúne-se um grupo e se torna possível fazer o prédio todo para se morar. Cooperativa é importante.

Mas eu chamo atenção aqui para a importância desse requerimento do Senador Jaques Wagner, porque a gente tem... Por exemplo, ele quer andar vários Estados do País dando visibilidade, porque muitas vezes você... No Rio Grande do Norte, a economia solidária já é bem vista, a universidade se envolveu, os institutos federais. Quando se envolve a educação, como se diz, a coisa anda. E o que a gente vai fazer aqui? Mostrar. Inclusive é importante que tenha a União das Cooperativas, porque tem tudo a ver. Isso faz o quê? Dá visibilidade e uma experiência maior. Cada um desses palestrantes irá mostrar as experiências exitosas, e a gente não vai precisar, Izalci, passar pelo que deu certo e pelo que não deu.

Eu costumo dizer que informação é poder, gente. Então, quanto mais a gente der informação, mais esse povo se empodera, porque eles vão ter argumento, vão convencer os outros.

Então, eu quero parabenizar o Senador Jaques Wagner e o Senador Flávio Arns, na defesa desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não querendo abusar do Senador Flávio...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Izalci, só fazendo uma homenagem... Eu até perguntava sobre o Paul Singer, que foi o economista idealizador e a maior liderança em economia solidária. No meu outro mandato de Senador, ele veio inúmeras vezes ao Senado, convidado para discutir esse assunto. Inclusive se pensa na criação do Prêmio Paul Singer.

Então, seria uma homenagem mais do que justa a uma pessoa que dedicou a sua vida ao desenvolvimento da economia solidária.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Item 5:

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 51, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: Luiz Roberto Barcelos, Presidente da Agrícola Famosa; representante do Governo Chinês no Brasil; representante dos produtores do Vale do São Francisco; representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

É um requerimento de autoria do Senador Styvenson Valentim.

Solicito também, encarecidamente, que o Senador Flávio Arns possa fazer a defesa do requerimento.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – É um requerimento do Senador Styvenson Valentim, que trata de uma área muito importante também, exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional, com a participação das pessoas já mencionadas.

A fruticultura, no Brasil... Como ele coloca, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial, com um volume que supera 40 milhões de toneladas ao longo de todo... Gera emprego, gera renda... A diversidade de climas faz com que o Brasil possa produzir diversas variedades de frutas, inclusive com desenvolvimento...

Uma vez eu vi um filme sobre coqueirais ou coqueiro, e o pessoal na televisão perguntava: "De onde você acha que vem esse coco tão bonito que está sendo apresentado?" E todo mundo falou: "Da Bahia". E, no final, era do noroeste do meu Estado, do Paraná, onde há o arenito caiuá, uma terra extremamente propícia para a plantação do coco.

Então, o objetivo realmente é desenvolver essa área, ter iniciativas, ideias. Parabenizo, inclusive, o Senador também pela iniciativa de apresentar o requerimento para a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, eu vou suspender a reunião por 15 minutos para que a gente possa retomar e tentar obter o quórum para a votação.

(*Suspensa às 10 horas e 28 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 46 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Reaberta a 34ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 33ª Reunião da Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal.*

Votação em bloco do item 1, item 2, item 3, item 4, item 5.

Encerrada a discussão.

Em votação os requerimentos dos itens de 1 a 5.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Senador Jaques Wagner, V. Exa. quer falar alguma coisa sobre os requerimentos que foram aprovados?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, Presidente. Eu queria apenas agradecer tanto à Senadora Zenaide quanto ao Senador Flávio Arns. A minha ausência se deu porque eu estava na posse do novo Procurador-Geral da República, visto que ele é baiano. Então, queria agradecer a defesa que fizeram e incorporar a demanda feita pelo Senador Flávio Arns de que um dos seminários sobre economia solidária fosse feito também no Paraná, que efetivamente tem também uma larga experiência com cooperativas.

E quero dizer que isso é só um estímulo neste momento em que a gente tem tanto desemprego, havendo mais de 2 mil unidades que funcionam na forma de economia solidária. A ideia é que a gente possa promover, orientar e até dar assessoria para que novos empreendimentos possam se estabelecer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns a V. Exa. pela iniciativa.

Item 8: Projeto de Lei nº 2.329, de 2019.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação do projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

(É a seguinte a matéria aprovada:

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 2329, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Flávio Arns

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria segue para apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos entrar no item 9 e no item 10, ambos de relatoria do Senador Zequinha Marinho.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 667, DE 2015

- Terminativo -

Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 14ª (15/05/2019) e 17ª (29/05/2019) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Em 26/09/2019 é apresentado novo relatório pelo Senador Zequinha Marinho;

- Votação nominal;

- Caso seja aprovado substitutivo integral, será ele submetido a turno suplementar (Art. 282, RISF).

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço permissão para ler apenas as partes mais importantes, porque o relatório é um tanto longo.

Vem à análise desta Comissão, em decisão terminativa, projeto de lei do Senado que altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para definir "o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências".

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por se tratar de matéria terminativa, cabe a esta Comissão não apenas a análise do mérito, mas também dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O presente projeto busca aperfeiçoar a articulação entre o plano diretor e as políticas setoriais, que parece ser o objetivo maior da proposição, razão pela qual concluímos pela apresentação de um substitutivo.

As políticas setoriais têm uma forte interface urbanística, pois precisam de infraestruturas e equipamentos cuja localização deve ser planejada de modo a facilitar o acesso da população. O uso do solo no entorno dos equipamentos existentes, por sua vez, deve ser determinado de modo a compatibilizar a capacidade instalada com a densidade populacional, evitando-se tanto a ociosidade quanto a saturação da infraestrutura urbana.

É preciso, portanto, que os planos urbanísticos incorporem e compatibilizem essas demandas setoriais. Para tanto, os órgãos setoriais devem ser consultados.

Esse planejamento deve orientar, por sua vez, a aquisição dos terrenos onde os equipamentos serão instalados, seja por compra e venda, seja por desapropriação, seja por ônus imposto aos loteadores em contraprestação à constituição de lotes edificáveis. Nesse sentido, introduzimos dispositivo destinado a vincular a alocação de recursos orçamentários ao ordenamento territorial definido nos planos urbanísticos.

Por fim, gostaríamos de registrar nossos elogios ao autor do projeto, Senador Reguffe, que apresenta nesta proposição melhorias para a coordenação das políticas públicas com o intuito de satisfazer as necessidades e promover a realização de estágios mais avançados de desenvolvimento humano em cada Município brasileiro.

Voto, Sr. Presidente.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2015, na forma da seguinte Emenda:

EMENDA Nº - CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2015

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para incluir, no conteúdo obrigatório do plano diretor, a localização dos equipamentos urbanos e comunitários necessários à execução das políticas setoriais, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º.....

.....

.....

.....

XX – tipicidade dos planos urbanísticos.”

"Art. 40.....

§1º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual observarão o ordenamento territorial constante dos planos urbanísticos, vedada a alocação de recursos para projetos e atividades incompatíveis com as suas disposições.

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§4º.....

IV – consulta aos órgãos e entidades responsáveis pela execução de políticas setoriais que demandem equipamentos urbanos e comunitários ou a instituição de normas de uso do solo específicas, independentemente do ente da Federação a que pertençam."

"Art. 42.....

.....

IV – localização dos equipamentos urbanos e comunitários existentes e dimensionamento territorial daqueles a serem implantados para atendimento às necessidades das respectivas políticas setoriais.

Parágrafo único. Regulamento tipificará e estabelecerá normas técnicas relativas ao objeto e ao conteúdo material e documental do plano diretor e dos demais planos urbanísticos."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, encerro a discussão.

Antes de abrir a votação, eu vou passar para o item 10, já que não precisa de votação e, em seguida, voltamos para o item 9 e abrimos a votação.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 284, DE 2018
- Terminativo -

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção de edificações sustentáveis, para a geração de energia elétrica.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- A matéria constou na pauta da 32ª (18/09/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Na 30ª Reunião, em 04/09/2019, foi aprovada a matéria nos termos da Emenda Substitutiva nº 1-CI/CDR;

- A matéria será submetida a turno suplementar em virtude da aprovação de substitutivo integral, nos termos do art. 282.

Em turno suplementar, é aberta a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

O substitutivo é dado como aprovado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A Presidência do Senado será comunicada.

Retomamos, então, o item 9.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao item 9, indago aos Senadores presentes se podemos, nos termos regimentais, dar preferência à votação do substitutivo oferecido. (*Pausa.*)

Todos de acordo então, havendo quórum qualificado, eu abro o painel para votação, visto o caráter terminativo do projeto desta Comissão.

Em votação o substitutivo.

Quem vota "sim" vota "sim" ao substitutivo.

Abra o painel.

(Procede-se à votação.) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Bem, o substitutivo foi aprovado com 8 votos favoráveis.

A Presidência do Senado Federal será informada da decisão do Colegiado.

Oportunamente a matéria será submetida ao turno suplementar, na CDR, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

Vamos adiar o item 6 e o item 11.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 365, DE 2018
- Não terminativo -

Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Taquari.

Autoria: Senador Pedro Chaves (PRB/MS)

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Matéria constante da Pauta da 7ª (03/04/2019) e da 32ª (18/09/2019) Reuniões da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, realizada em 29/03/2019;

- A matéria segue para apreciação da CMA - Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 442, DE 2018 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela apresentação de indicação ao Poder Executivo, nos termos do Art. 227-A do Regimento Interno do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nada mais havendo a tratar, vou declarar encerrada a presente reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 9 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Zequinha Marinho, Elmano Férrer, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Carlos Viana e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Randolfe Rodrigues, Lucas Barreto, Omar Aziz e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 52, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina - PE 2. Representante do Ministério da Economia" **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 53, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Igor Brandão - Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos); 2. Lígia Dutra - Superintendente da Área Internacional da CNA." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com sugestão proposta pelo Senador Zequinha Marinho. Subscrito pela Senadora Zenaide Maia. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 54, de 2019** que: "Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Presidente da Petrobras, ROBERTO CASTELLO BRANCO, a comparecer à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de prestar informações sobre os fundamentos da Sistemática de Desinvestimento da Petrobras, bem como eventuais projetos de mitigação do dano potencialmente causado pela cessação de atividades da empresa no Nordeste." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pelos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Zenaide Maia, Zequinha Marinho e Styvenson Valentim. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 442, de 2018 (Complementar) - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela apresentação de indicação ao Poder Executivo, nos termos do Art. 227-A do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório. **Observação:** Senadora Zenaide Maia designada como relatora Ad Hoc. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 398, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inclui no calendário turístico oficial do País o Cerejeiras Festival, evento realizado no Município de Garça, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 2406, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 5022, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 189, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o Município de Uruana de Minas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 667, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Substitutivo definitivamente adotado. **Observação:** Substitutivo definitivamente adotado nos termos do art. 284 - RISF. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicados.

Recebemos a cópia do Acórdão nº 2.272, de 2019, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria destinada a avaliar o planejamento dos instrumentos federais em infraestrutura hídrica visando mitigar as deficiências na distribuição temporal e espacial dos recursos hídricos no Território brasileiro utilizando critérios técnicos objetivos e atualizados aderentes às políticas públicas setoriais e, ainda, realizando uma avaliação sistêmica e conjunta de carência e projetos disponíveis.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12, de 2019, após a divulgação do documento se estabelece um prazo de 15 dias para a manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação.

Também nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, comunico aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que o ofício do Progetto/Fórum Amerigo Vespucci solicitando a realização de audiência pública será encaminhado ao arquivo, tendo em vista que, após a divulgação do documento e decorrido o prazo de 15 dias, não recebemos manifestação por parte dos membros da Comissão.

Por fim, reitero que o prazo para a apresentação de emendas ao PLN nº 21, de 2019, do Congresso Nacional (projeto do Plano Plurianual, PPA 2020, que tem como Relatora a Senadora Zenaide Maia), e ao PLN nº 22, de 2019, do Congresso Nacional (Projeto de Lei Orçamentária Anual, PLOA, de 2020, cujo Relator é o Senador Izalci Lucas), será encerrado no dia 18 de outubro de 2019, sexta-feira, às 12 horas.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e à votação de matérias.

Vamos imediatamente ao item 4.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 442, DE 2018 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Juíza Selma.

Relatório: Pela apresentação de indicação ao Poder Executivo, nos termos do Art. 227-A do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações:

- Matéria constante da Pauta da 34ª (02/10/2019) Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

A Juíza Selma, não podendo comparecer, pediu-me que nomeasse um Relator *ad hoc*. Então, solicito à Senadora Zenaide Maia que possa fazer a defesa do relatório.

Com a palavra a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – Eu vou direto ao relatório, Sr. Presidente.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado, o PLS de nº 442, 2018, – Complementar, da Senadora Rose de Freitas, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória.

A proposição é formada por sete artigos e replica, em linhas gerais, as leis complementares que instituíram as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Ride) do Distrito Federal e Entorno, da Grande Teresina e do Polo de Petrolina e Juazeiro. Seus três primeiros artigos autorizam o Poder Executivo: i) a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória; ii) a criar um conselho administrativo para coordenar suas atividades; e iii) a instituir um programa de desenvolvimento para a região.

O art. 4º discrimina eventuais fontes de financiamento e o art. 5º indica que a União, o Estado do Espírito Santo e os Municípios que compõem a região proposta poderão firmar convênios e contratos entre si com o propósito de atender ao disposto na proposição.

O art. 6º estabelece que o Poder Executivo estimará a despesa decorrente da aprovação da lei e a incluirá no projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der depois de sessenta dias de sua publicação.

Finalmente, o art. 7º contém a cláusula de vigência.

Na justificação da proposição, a Senadora Rose de Freitas argumenta que a criação de regiões integradas de desenvolvimento é uma das formas de colocar em prática diversos comandos da Constituição Federal relacionados com o desenvolvimento regional. No âmbito dessas regiões integradas, pode-se articular a ação administrativa da União e das unidades da Federação visando à promoção de seu desenvolvimento econômico e social. Por fim, a Senadora Rose de Freitas destaca o potencial econômico da Grande Vitória e afirma que a criação da região integrada contribuirá para o desenvolvimento econômico e social dos Municípios que a compõem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O PLS nº 442, de 2018 – Complementar, foi distribuído à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Análise.

O art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal (Risf) estabelece que compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios. Além disso, nos termos do inciso II do art. 104-A do Risf, compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a planos regionais de desenvolvimento econômico e social.

O PLS nº 442, de 2018 – Complementar, ao autorizar o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória, é, sem dúvida, objeto de análise nesta Comissão.

A articulação da ação administrativa da União e das unidades da Federação, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social de regiões determinadas, é seguramente desejável. Com isso, pode-se evitar a duplicidade de esforços e o desperdício de recursos. Além disso, amplia-se a escala das intervenções, o que tende a reduzir seus custos.

Contudo, a forma escolhida para criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória nos parece inadequada. Apesar dos precedentes que mencionamos há pouco, a alínea "e" do inciso II do §1º do Art. 61 da Constituição Federal estabelece expressamente que são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública.

A proposição não somente autoriza a criação da região de desenvolvimento, como também autoriza a criação de um conselho administrativo para coordenar suas atividades e a instituição de um programa de desenvolvimento para a região. Trata-se, em nosso entender, da criação de órgãos da Administração Pública, que a Constituição Federal reservou privativamente ao Presidente da República.

Poder-se-ia argumentar que, no caso em tela, se trata apenas de autorizar o Poder Executivo a adotar as ações indicadas. Porém, há um amplo número de posicionamentos que indicam que, mesmo nesse caso, persiste o vício de iniciativa. Os posicionamentos a respeito amparam-se no argumento de que a lei deve necessariamente inovar o ordenamento jurídico. Uma norma legal que apenas autorize o Poder Executivo a tomar determinada providência não cria nova regra de Direito e pode ser considerada inócua e, consequentemente, injurídica. Nessa direção, já houve manifestações do Supremo Tribunal Federal, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Foi por essas razões que, não obstante o mérito da iniciativa, nós chegamos a cogitar a rejeição da matéria. Contudo, a Resolução do Senado Federal nº 14, de 2019, alterou o Risf para estabelecer novo procedimento para a proposição denominada “indicação”. Trata-se de proposição por meio da qual o Senador ou a Comissão: i) sugere a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva; ou ii) sugere que o assunto focalizado seja objeto de providência ou estudo pelo órgão ou pela Comissão competente da Casa, com a finalidade de seu esclarecimento ou de formulação de proposição legislativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após a promulgação da RSF nº 14, de 2019, o art. 133, do Risf, passou a admitir que a conclusão do parecer pode ser pela apresentação de indicação nos termos de seu art. 227-A. Esse último dispositivo estabelece que a proposição na qual for verificado vício insanável de iniciativa poderá ser convertida em indicação por requerimento de seu autor ou por conclusão do parecer da Comissão incumbida de analisar sua constitucionalidade.

No caso em análise, trata-se, dessa forma, de sugerir ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória. Para isso, nós nos baseamos nos argumentos apresentados pela Senadora Rose de Freitas na justificação do PLS de nº 442, de 2018.

Diante do exposto, o voto é pela apresentação de indicação ao Poder Executivo nos termos a seguir.

INDICAÇÃO Nº – CDR

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O inciso IX, do art. 21, da Constituição Federal, estabelece que compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social. O art. 43, por sua vez, estabelece que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

A criação de Regiões Integradas de Desenvolvimento é uma das formas de colocar em prática esses comandos da Constituição Federal. No âmbito dessas regiões, pode-se articular a ação administrativa da União e das unidades da Federação visando à promoção de seu desenvolvimento econômico e social. É isso que vem ocorrendo na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, na Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia.

Com base nas experiências precedentes, sugerimos, então, criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória. Trata-se de uma região com enorme potencial econômico tendo em vista, especialmente, a vocação exportadora do Estado do Espírito Santo, mas que carece ainda de instrumentos para promover seu desenvolvimento.

Formada pelos Municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, a área da Ride corresponderia à área da Região Metropolitana da Grande Vitória, que abriga 49% da população do Estado e representa 53% de seu Produto Interno Bruto.

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória seguramente contribuirá para o desenvolvimento econômico e social dos Municípios que a compõem. Por essa razão, reiteramos a presente indicação e rogamos o apoio do Excelentíssimo Senhor Presidente da República a essa iniciativa.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, bom dia, Senadora – parabéns pela leitura do relatório –, Presidente Izalci, Senador Veneziano, sempre numa elegância ímpar. Meus parabéns sempre.

Vejo com muito bons olhos o projeto da Senadora Rose de Freitas, que é uma grande companheira e, antes de tudo, até uma grande professora. Nós militamos juntos na CPI que investigou o desastre da barragem de Brumadinho e outras barragens, descortinamos um quadro muito perigoso e preocupante em nosso País. A Senadora tem uma visão de brasileira, de amor pelo País, que é algo contagiante, que mostra o quanto nós podemos avançar na política, na boa política.

Esse projeto dela, da Ride de Vitória, tem chamado a atenção – e aqui para um outro recorte – com relação a essas iniciativas, que nós precisamos hoje fortalecer no Brasil, de desenvolvimentos regionais. Quando nós deixamos o regionalismo de lado, que, em Minas Gerais, inclusive, é muito forte... Às vezes, cidades vizinhas têm uma disputa regional muito grande, mas a gente observa que, por questões naturais, sejam geográficas, sejam econômicas, sejam até para o desenvolvimento, muitas vezes, de capital humano, determinados polos – não só capitais, mas determinadas cidades – se transformam em referência de desenvolvimento. E isso é bom.

Recentemente, fazendo aqui uma análise mais profunda para os Senadores, nós estávamos analisando a questão da saúde pública em Minas, e o Ministro da Saúde se queixou dizendo o seguinte: "Senador, o seu Estado precisa apresentar um planejamento estadual de reorganização da saúde pública. Vocês têm muitas iniciativas, nas quais nós colocamos pequenos remendos de recursos, mas que, muitas vezes, não resolvem o problema". Assim é o desenvolvimento regional. Não adianta absolutamente nada nós trabalharmos sempre com as iniciativas individuais de pequenas regiões, às vezes redundantes e, como digo, até conflitantes, em serviços de gestão plena de saúde, no serviço de mobilidade, sendo que nós poderíamos trabalhar de uma forma macro e criar sub-regiões de desenvolvimento por meio dessas RIDEs.

Vejo com muito bons olhos a proposta neste aspecto de que nós estamos ajudando a fortalecer um processo natural e que depende apenas da burocracia. É interessante como, em nosso País, tudo tem que passar pela mão do Estado, tudo, inclusive pelo Presidente da República, pelo Executivo. O Presidente tem muito mais coisas com que se preocupar hoje do que com questões menores, como essa. Nós precisamos fazer com que as decisões sejam mais ágeis, especialmente quando elas vêm de um cunho próprio, autógeno, em que a população por si só se organizou.

Então, está aqui o meu posicionamento favorável. Meus parabéns à Senadora, mais uma vez, pelo relatório. E o meu posicionamento favorável para que Vitória possa ter essa Ride e, naturalmente, ajudar os Municípios que estão no entorno e que já têm a capital como referência em boa parte da sua gestão e do seu planejamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu quero aproveitar também e fazer duas considerações.

Primeiro, uma questão que não é mérito, mas é a questão da indicação. Eu estava comentando agora com a nossa Senadora Zenaide – o Senador Veneziano também foi Deputado, o Zequinha também foi Deputado com a gente – que, na Câmara Federal, nós temos, no Regimento, o instrumento da indicação. Então, aqueles projetos autorizativos que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inconstitucionais, na Câmara existia esse instrumento, você transformava em indicação. Então, você teve uma boa ideia, mas a competência é do Executivo. Nós não tínhamos isso no Senado. Por isso há vários projetos aqui que estavam parados, porque era comum você aprovar aqui, no Senado, os projetos autorizativos, e, quando chegavam à Câmara, eram arquivados ou transformados em indicação.

Nós fizemos, eu fiz uma proposta, mas já havia uma proposta também do Presidente Davi, que já foi aprovada. E nós já temos uma mudança no Regimento criando, então, esse instrumento da indicação. Então, esse voto lido pela Senadora Zenaide, que é de autoria da Senadora Selma, já inaugura aqui esse novo procedimento da indicação. Assim o Presidente da República poderá, em função dessa indicação, encaminhar ao Congresso uma proposta criando a região, que eu acho muito interessante, apesar de nós termos aqui, foi aprovada, a Ride da região do Entorno, que envolve 22 Municípios, que agora foi ampliada para 32 e há na pauta mais um, mas, na prática, está parado ainda, porque sempre falta orçamento. Mas existem várias experiências no Brasil hoje, inclusive de secretários de educação por região. Em vez de ter por Município, nós já temos secretários de regiões – muito interessante –, como a gente já tem vários na área de saúde. Determinadas especialidades não existem no Município. Então, é feito um consórcio.

É muito interessante esse tipo de indicação agora, esse novo projeto, que pode gerar realmente um projeto do Executivo. Eu quero parabenizar a Juíza Selma e também a nossa querida Senadora Zenaide.

Então, encerrada a discussão, vou passar para o Item 1, porque já está aqui o autor do requerimento.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 52, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Sindicato dos Produtores Rurais de Petrolina - PE

2. Representante do Ministério da Economia

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Observações:

- Adita o Requerimento 51/2019-CDR, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, para fazer o encaminhamento do requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A fruticultura, como todos já sabem, é uma atividade em que o Brasil se destaca, sendo o terceiro maior produtor. São 40 milhões de toneladas, apresentando resultados expressivos na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de emprego ao longo da sua cadeia produtiva, além de gerar e propiciar às economias locais...

Nesse sentido, a diversidade dos climas aqui do nosso País, Senadores, se destaca para a produção de climas tropicais, subtropicais, além de contar com a significativa produção de clima temperado. A Região Nordeste, a minha região específica, apesar do desafio da escassez hídrica, responde por mais de 25% da produção total nacional, o que demonstra que a fruticultura tem um potencial de contribuir decisivamente para a redução das desigualdades regionais.

Então, foi com essa intenção, Senador, que eu quis acrescentar mais esses dois entes. Se mais algum Senador quiser acrescentar... Veneziano? A senhora quer também?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Há também um requerimento, o item 2, podemos aproveitar...

Eu só quero dizer o seguinte: já está pré-agendada essa audiência para o dia 31 deste mês.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Agora, há também o item 2, que trata do mesmo assunto, então, vou passar para V. Exa. já fazer a leitura. No caso, é do Jean Paul.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 53, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CDR, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Igor Brandão - Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos);

2. Lígia Dutra - Superintendente da Área Internacional da CNA.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Observações:

- Adita o Requerimento 51/2019-CDR, que requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional.

Eu indago, Senadora Zenaide, se V. Exa. quer incluir alguém aqui.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não. São esses dois de Jean Paul. Queria só subscrevê-lo. Requerimento para audiência pública quanto mais subscrição melhor.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, se me permitir também, eu quero subscrever. E queria conferir com o senhor se há alguém da Defesa Sanitária Vegetal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Styvenson, que é o autor, há uma pergunta do Senador Zequinha Marinho se...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Deixe-me dar uma olhada aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Só gostaria de fazer um comentário rápido...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Dr. Roberto Castello, Presidente...

Não, não tem.

Representando o governo chinês, representando os produtores do Vale do São Francisco...

Não tem.

Representando o Ministério da Agricultura e Pecuária...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Tem aí?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Então, eu gostaria que incluísse, porque o grande entrave, não só para a economia, mas para a exportação de fruticultura, é a questão ligada à sanidade. E nós estamos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que é no MAPA também.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – É no MAPA, lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, esse representante do MAPA, V. Exa. colocou o nome de alguém ou deixou aberto?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Deixou aberto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Provavelmente, será alguém da vigilância, mas seria bom reforçar...

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – É um representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Falta só dizer: Defesa Sanitária Vegetal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. quer, além desse, alguém do Ministério que não seja esse?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Pode ser.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Não, acho que a mola-chave é esta aí: Defesa Sanitária Vegetal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo.

No convite, atente-se para convidar o responsável.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu só queria dar um dado: o Pará hoje vive ameaçado pela mosca da carambola. Ela veio da Guiana Francesa, daquela parte. Ela entra no Brasil por Roraima e pelo Amapá. São Estados que produzem pouco. E, às vezes, as agências de defesa agropecuária desses Estados não têm uma atuação muito grande. É um pouco tranquilo. Eu fui falar com a Ministra recentemente para que ela botasse um coordenador do Ministério lá para fazer isso acontecer, porque nós estamos correndo um grande risco.

Belém é conhecida, Presidente, como a cidade das mangueiras. No tempo da manga, aquilo é uma coisa de louco. Se essa mosca atravessa o Marajó, a Bahia e chega a Belém e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra naquilo ali, nunca mais a gente controla. Vamos ter um prejuízo violento. O Pará vai sofrer, o Brasil vai fechar as fronteiras para exportação.

E a fruticultura brasileira hoje representa nada mais, nada menos que 5 milhões de empregos. São 2,5 milhões de hectares de todas as espécies plantadas no Brasil. Isso gera dois empregos, em média, por hectare. São 5 milhões de empregos. A ameaça duma praga dessa ou de outras que rondam aí esse setor é fatal para uma economia que já não anda lá muito bem das pernas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bastante oportuna, então, esta audiência. Enriqueceu muito o debate.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 54, DE 2019
- Não terminativo -

Requer que seja convidado o Exmo. Sr. Presidente da Petrobras, ROBERTO CASTELLO BRANCO, a comparecer à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a fim de prestar informações sobre os fundamentos da Sistemática de Desinvestimento da Petrobras, bem como eventuais projetos de mitigação do dano potencialmente causado pela cessação de atividades da empresa no Nordeste.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Eu concedo a palavra, então, ao Senador Veneziano para fazer a defesa deste requerimento.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos, bom dia a V. Exa. Meus cumprimentos e o mesmo bom dia à nossa Senadora Zenaide Maia, ao nosso companheiro Styvenson, ao companheiro Governador Carlos Viana, ao Zequinha.

Eu até tomo a liberdade, por força da presença dos Senadores que guardam a conterraneidade com o Senador Jean Paul, no caso, a Senadora Zenaide e o Senador Styvenson... Chegou-me o pleito para que nós subscrevêssemos o requerimento, o que fizemos com muita alegria, até por força daquilo que diz respeito a todos nós nordestinos, da preocupação do Senador Jean Paul, como também a do Governo Jaques Wagner, que, por força de audiência pública fora do Senado, pediu-nos para que nós subscrevêssemos. E eu já ouvi aqui a disposição da Senadora Zenaide, do Senador Carlos Viana, do Senador Styvenson e do Senador Zequinha igualmente de fazê-lo.

A justificação do Senador Jean Paul é a seguinte, meus queridos e diletos companheiros.

Justificação.

É importante que haja transparência acerca da sistemática de desinvestimento da Petrobras, de modo a informar à sociedade seus custos sociais. Consta em recente revisão do posicionamento estratégico da empresa (de 26/09/2019) a visão de que a Petrobras ambiciona ser – abro aspas – "a melhor empresa de energia na geração de valor para o acionista, com foco em óleo e gás e com segurança, respeito às pessoas e ao meio ambiente" – fecho aspas. É importante ressaltar que a maior participação acionária é de propriedade dos cidadãos brasileiros, principais interessados na atuação da Petrobras. É nosso entendimento – diz o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jean Paul – que a Petrobras que gera valor para o acionista é aquela que cumpre seu papel de gerar valor para o Brasil. Esse valor vai muito além da repartição de dividendos, alcançando ainda os benefícios indiretos que a atuação da Petrobras proporciona às mais diversas cadeias produtivas e economias regionais.

No último parágrafo, o Senador norte-rio-grandense diz: processos de desinvestimento precisam ser acompanhados com atenção, visando à correta proteção não só do patrimônio nacional, mas do equilíbrio econômico especialmente fragilizado em tempos de crise. É a realidade que se impõe – e ameaça – não só o Rio Grande do Norte, mas também Estados como Bahia e Amazonas, entre outros. Por esse motivo, é imprescindível que se apresentem dados listando os Municípios específicos afetados, bem como seu respectivo impacto econômico antevisto no planejamento econômico da Petrobras.

Senador Jean Paul Prates.

Tenho a honra de subscrever o requerimento apresentado por S. Exa., Presidente Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A Senadora Zenaide também vai subscrever.

Com a palavra V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Eu também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Styvenson.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para encaminhar.) – A gente sabe que do que mais a gente precisa atualmente é investimento, com geração de emprego e renda.

O Rio Grande do Norte, que já foi o maior produtor de petróleo em terra, desde o ano passado, vem desinvestindo – a cidade de Mossoró é a maior produtora – e os outros Estados do Nordeste também. Isso é muito desemprego. E lá a gente ainda se preocupa porque eles estão transferindo os profissionais, tirando até a estrutura administrativa, Izalci. O número de desempregados e a queda de arrecadação do Estado são imensos. É importante que o Presidente venha aqui explicar como é isso.

E essa palavra desinvestimento... A gente viu que, em qualquer audiência pública que a gente faz aqui, há uma coordenação de desinvestimento. Lembra quando a gente foi... Naquela última vez em que a gente teve que ver o Banco do Nordeste, o BNDES, que a gente pensava que ia investir na legalização fundiária, mandaram o representante do desinvestimento. Aí eu olhei para o Izalci, que era o autor, e disse: "E aí, Izalci, como a gente vai pedir investimento, se o banco mandou o setor de desinvestimento?".

Então, quero dizer que vou subscrever, como também o Styvenson, nós três Senadores.

Obrigada ao Veneziano, nosso vizinho maravilhoso e preparado.

Vamos entender por que, numa crise dessas, quem pode investir está desinvestindo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Styvenson, vai fazer a defesa também do requerimento, já que V. Exa. está subscrevendo?

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Para encaminhar.) – Em relação ao meu Estado, tenho que defender, sim. É muito boa a proposição de audiência pública do Senador Jean Paul – claro que é a especialidade dele, energia. Mas quero mostrar para Jean nossa preocupação justamente com essa retirada, quanto vai haver de impacto dessa retirada e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

motivo também. Se ouve muito falar na imprensa norte-rio-grandense sobre isso. E essa audiência vai trazer essa solução, essa explicação. Então, é muito boa.

Eu subscrevo; o Zequinha subscreveu também, Zenaide. Está todo mundo interessado em saber, porque pode acontecer com outros Estados – começou pela gente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Peço à Senadora Zenaide Maia, nossa Vice-Presidente, para assumir a presidência para que eu possa fazer o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Item 5:

ITEM 5
PROJETO DE LEI N° 398, DE 2019
- Não terminativo -

Inclui no calendário turístico oficial do País o Cerejeiras Festival, evento realizado no Município de Garça, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Deputado Herculano Passos (PSD/)
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A matéria foi aprovada na CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Eu vou pedir para ir direto à análise.

O art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo e a políticas relativas ao turismo.

Desse modo, o PL nº 398, de 2019, que inclui no calendário turístico oficial do País o Cerejeiras Festival, é, seguramente, objeto de análise desta Comissão.

Nós já tivemos a oportunidade de analisar essa matéria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Na ocasião, nós destacamos que o Cerejeiras Festival reúne todos os méritos para ser incluído no calendário turístico oficial do País. De fato, trata-se de um evento realizado há mais de trinta anos e que cumpre um importante papel na divulgação da cultura oriental no País.

Não foram identificados obstáculos de natureza constitucional à aprovação do PL nº 398, de 2019. De igual modo, não parece haver observações a fazer quanto a sua juridicidade ou quanto à técnica legislativa empregada em sua elaboração. Por fim, não vislumbramos quaisquer impactos financeiros ou orçamentários da inclusão do Cerejeiras Festival no calendário turístico oficial do País.

Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 398, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para apreciação no Plenário.

Devolvo a Presidência para o Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas eu a repasso a V. Exa., porque tem mais um item, o item 8. Eu já aproveito que V. Exa. está presidindo... O item 8 da pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 189, DE 2019

- Não terminativo -

Dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir o Município de Uruana de Minas na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE.

Autoria: Senador Carlos Viana (PSD/MG)

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Aproveito antes a oportunidade para parabenizar o nosso querido colega, meu querido Senador Carlos Viana, conterrâneo da nossa querida Minas Gerais.

Peço a V. Exa. para ir direto à análise e voto.

De acordo com o disposto no art. 104-A, incisos I e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios; bem assim a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

O PLP nº 189, de 2019, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial com o parágrafo único do art. 23, cujo teor estabelece que leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. Além disso, o art. 43 da Constituição Federal dispõe que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

A proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com o regulamento interno do Senado Federal e sua técnica legislativa apresenta-se adequada.

Conforme exposto na justificação do projeto, a Ride-DF foi recentemente expandida pela Lei Complementar nº 163, de 14 de junho de 2018. Originalmente era formada pelo Distrito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal e por 21 Municípios de Goiás e de Minas Gerais. Com a ampliação de sua área, a Ride-DF passou a abranger o Distrito Federal e 33 Municípios que mantêm fortes vínculos econômicos e sociais entre si. Desse total, há quatro Municípios de Minas Gerais: Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

Outro argumento relevante apresentado na justificação se refere à origem do Município de Uruana de Minas. Esse Município foi criado pela Lei Estadual nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995, a partir de sua separação de Unaí, que faz parte da Ride-DF. Portanto, sua criação precedeu a promulgação da Lei Complementar nº 94, de 1998, que criou a Ride-DF. Por esse espaço temporal de pouco menos de três anos, o disposto no §2º do art. 1º da Lei Complementar 94, de 1998, que prevê que os Municípios que vierem a ser constituídos a partir do desmembramento do território de Municípios que compõem a Ride-DF passarão automaticamente a compô-la, acabou por não beneficiar Uruana de Minas.

É importante notar que, considerando as ligações rodoviárias principais, a menor distância de Uruana de Minas a Brasília é de 242km, enquanto a menor distância entre aquela cidade e Belo Horizonte é de 642km. A grande diferença de distância de Uruana de Minas a esses dois centros metropolitanos deixa evidente com qual deles há maior dependência e interação econômica e social.

Tendo em vista a recente ampliação da área da Ride-DF, o que deixa claro que não existem óbices legais ao pleito, e as ligações econômicas e sociais de Uruana de Minas com o Distrito Federal e seu entorno, parece ser oportuna a inclusão desse município na Ride-DF.

Então, o voto: diante do exposto, nós opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 189, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em discussão a matéria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente Senadora Zenaide, Senador Izalci, primeiro muito obrigado pela gentileza do relatório pela proposta de aprovação. Quero dizer aqui aos nossos pares, Sras. e Srs. Senadores, que nós estamos aqui apenas dando sequência a um processo, como disse o nobre Relator, que já vem ao longo dessas últimas décadas sendo efetivado.

O Município de Uruana de Minas era parte integrante do território do Município de Unaí, que é um dos mais antigos hoje – e mais prósperos – e referência regional em nosso Estado, aqui na região noroeste das Minas Gerais. E Uruana, um pequeno Município que depende diretamente dos recursos do fundo de participação, hoje precisa desse apoio que já acontece.

O nosso Distrito Federal é o suporte em várias decisões, especialmente na questão da saúde. Daí a nossa proposta em pedir que o Município seja integrado à Ride, e peço aos Srs. Senadores a aprovação, pois, inclusive, não há nenhum aumento de despesa ou qualquer outro compromisso que já não esteja sendo executado efetivamente no dia a dia, por conta da proximidade com a Capital Federal.

Agradeço, mais uma vez, em nome dos mineiros das Gerais aqui do nosso noroeste do Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria segue para apreciação do Plenário no Senado Federal.

Devolvo agora a Presidência para o Senador Izalci Lucas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Em votação os requerimentos dos itens 1, 2 e 3.

As Sras. e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Será cumprida a decisão da Comissão.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 442, DE 2018 (COMPLEMENTAR)
- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Vitória.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela apresentação de indicação ao Poder Executivo, nos termos do Art. 227-A do Regimento Interno do Senado Federal.

Observações:

- Matéria constante da Pauta da 34ª (02/10/2019) Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo;

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Em votação o relatório, que conclui pela aprovação de indicação ao Poder Executivo.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário do Senado Federal para providências, nos termos do art. 227-A do Regimento Interno.

Item 6.

O Senador Chico Rodrigues está aí? Não? (*Pausa.*)

Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI N° 5022, DE 2019
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017, para estabelecer prioridade no atendimento às famílias vítimas de desastres naturais.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Deputado Danilo Cabral (PSB/)
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação
Observações:
- A matéria segue para apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.
Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim, para fazer a leitura do seu relatório.
O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. Como Relator.) – Obrigado, Senador.
O Deputado Danilo Cabral, autor da proposição, defende a necessidade de repassar recursos diretamente às famílias vítimas de desastres naturais e não apenas aos entes subnacionais, como prevê a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre a recuperação em áreas atingidas por desastres.
Na Casa de origem, o projeto recebeu pareceres favoráveis da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra), da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
No Senado, a proposição foi distribuída às Comissões CDR e CAE.
Análise.
A recuperação de áreas atingidas por desastres é uma dimensão fundamental da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, ao lado das ações de prevenção, mitigação, preparação e resposta.
A recuperação depende de uma avaliação das condições originais do assentamento, de modo a compatibilizar-se com a prevenção de futuros desastres. Em muitos casos, o fator fundamental para o desastre é, precisamente, a ocupação de uma área de risco, ou seja, naturalmente vulnerável a intempéries. Em outros, o risco pode ser eliminado por obras de engenharia, como muros de arrimo e dutos de drenagem, entre outros. Situações mais extremas podem exigir, inclusive, o reparcelamento do solo, com ampla reconfiguração dos espaços públicos e dos lotes privados.
A transferência de recursos diretamente às famílias vítimas do desastre, para reconstrução ou reforma da edificação danificada, como propõe o PL nº 5.022, de 2019, é uma medida adequada para os casos em que não haja necessidade de desocupação da área ou de reparcelamento do solo.
Como bem aponta a justificação do projeto, nesses casos não há por que repassar os recursos apenas aos Estados e Municípios, em lugar de beneficiar diretamente os cidadãos que deles necessitam. O Programa Cartão Reforma foi criado, precisamente, para desburocratizar o acesso a recursos destinados à aquisição de materiais de construção, reforma, ampliação ou conclusão de unidades habitacionais. Nesse sentido, a inclusão das famílias atingidas por desastres naturais entre as prioridades de atendimento desse programa mostra-se uma medida de absoluta justiça.
Voto.
Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 5.022, de 2019.
O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.
Em votação o relatório, que conclui pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O item 9, em turno suplementar. Houve substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado 667, de 2015, terminativo.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 667, DE 2015
- Terminativo -

Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

- Matéria constante da pauta da 34ª Reunião, realizada em 02/10/2019, tendo sido aprovado a Emenda Substitutiva nº 1-CDR;

- A matéria será submetida a turno suplementar em virtude da aprovação de substitutivo integral, nos termos do art. 282.

Turno suplementar.

Abro a discussão da matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

O substitutivo é dado como aprovado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A Presidência do Senado será comunicada.

Ficou o item da relatoria do Senador Chico Rodrigues, mas como é a segunda reunião, nós combinamos que a partir da terceira nós colocaríamos o relatório *ad hoc,* com relação à aprovação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O.k. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, não havendo mais discussão nem aprovação, eu declaro encerrada esta reunião.

Obrigado pela presença.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 31 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Eduardo Braga, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Irajá, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Marcos do Val, Acir Gurgacz e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Deliberação de emendas à LOA-2020**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, do Senado Federal, ao Projeto da Lei Orçamentária Anual para 2020 (PLN nº 22, de 2019-CN), que será apresentada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Relator: Senador Izalci Lucas. Não foram apresentadas à CDR propostas para emendas de remanejamento. No caso das emendas de apropriação, foram apresentadas 109 sugestões. **Resultado:** Aprovadas as sugestões de nºs 02, 05, 38 e 105, nos termos do relatório apresentado. São renumeradas e assim discriminadas como nº **60110001**, UO 53201, AÇÃO + SUBTÍTULO Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf – Nacional, LOCALIDADE Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00) 100.000.000; nº **60110002**, UO 54101, AÇÃO + SUBTÍTULO Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional, LOCALIDADE Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00) 500.000.000; nº **60110003**, UO 53101, AÇÃO + SUBTÍTULO Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto – Nacional, LOCALIDADE Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00) 100.000.000; e nº **60110004**, UO 53101, AÇÃO + SUBTÍTULO Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional, LOCALIDADE Nacional, ACRÉSCIMO (R$ 1,00) 440.000.000, ajustada de forma a prever a destinação dos recursos por meio da modalidade de aplicação 90 (Aplicações Diretas). **2ª Parte - Deliberação de emendas ao PPA-2020/2023**. **Finalidade:** Discussão e votação das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR, do Senado Federal, ao Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023 – PPA 2020/2023 (PL nº 21, de 2019-CN), que será apresentado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO. Relatora: Senadora Zenaide Maia. Foram apresentadas, no total, 15 sugestões. **Resultado:** Aprovadas as sugestões de nº 01 e 04, relativa aos investimentos prioritários, e de nº 08, relativa a objetivos, nos termos do relatório apresentado. São renumeradas como nº **60110001**, 1 (cópia) CDR-Revitalização de Bacias do Rio São Francisco;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 60110002, 4 (cópia) Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística; e nº 60110003, 8 (cópia) CDR - Ampliar a Segurança Hídrica. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2406, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. (Substituído por Ad Hoc) **Relatoria Ad hoc:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Vista coletiva concedida. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 5141, de 2019 - Terminativo -** que: "Institui o Estado do Tocantins como Rota Nacional do Turismo de Aventura, Ecológico, Rural, de Sol e Praia Doce, de Vivência, Cultural, Religioso e Gastronômico" **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação com as emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 724, de 2019 - Terminativo -** que: "Torna obrigatória a utilização de patamares mínimos de água de reuso por plantas industriais e prédios comerciais que se instalarem em regiões de baixa precipitação pluviométrica." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo aprovado na CMA (Emenda nº1/CMA). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Recebemos a cópia do Acórdão nº 2.272/2019, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas, que trata da auditoria destinada a avaliar o planejamento dos instrumentos federais em infraestrutura hídrica, visando a mitigar as deficiências na distribuição temporal e espacial dos recursos hídricos no Território brasileiro, utilizando critérios técnicos, objetivos e atualizados aderentes às políticas públicas setoriais e ainda realizando uma avaliação sistêmica e conjunta de carências e projetos disponíveis.

Conforme prevê a Instrução Normativa nº 12/2019, após a divulgação do documento, estabelece-se o prazo de 15 dias, até 30/10/2019, para manifestação dos membros da Comissão. Em caso de manifestação, o documento será encaminhado ao Plenário para autuação.

Expediente.

Conforme pauta previamente distribuída, esta reunião se divide em três partes. A primeira parte se destina à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao PLN 22/2019-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências. A segunda parte se destina à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, PPA 2020/2023 (PL nº 21, de 2019-CN). E, na terceira parte, será realizada a reunião deliberativa.

Primeira parte: deliberação de emendas à LOA 2020.

A Comissão recebeu 107 emendas. Esta Presidência avocou a relatoria para as emendas a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento. Como sou Relator das emendas, solicito ao Senador Elmano Férrer que assuma a Presidência dos trabalhos, para que eu possa apresentar o relatório. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Concedo a palavra ao nobre Senador Izalci para fazer a leitura do seu relatório e as suas considerações.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Como Relator.) – Relatório.

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo reuniu-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão em até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária 2020 (PLOA 2020), Projeto de Lei nº 22,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2019-CN. Tais propostas, relacionadas em quadro anexo a este parecer, contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CDR.

Análise.

Não foram apresentadas à CDR propostas para emendas de remanejamento. No caso das emendas de apropriação, foram apresentadas sugestões em número que extrapola o limite máximo de 4 (quatro) emendas desse tipo reservadas a esta Comissão. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos colhidos na legislação de Direito Financeiro, sobretudo na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional, abrangendo ao menos mais de uma unidade da Federação.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, elegemos como fundamento de escolha uma combinação de dois critérios: maior frequência da programação segundo as indicações dos Senadores; e maior relação com as áreas de competência da Comissão. Com isso, pretendemos viabilizar a apresentação de 4 (quatro) emendas de apropriação ao PLOA 2020 destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

- ação “Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística” (10V0), Nacional, do Ministério do Turismo, no valor de R$500.000.000 (quinhentos milhões de reais), atendendo, ao menos em parte, às propostas 5, 65, 77, 81, 86, 88, 92, 96, 99 e 107 – essas emendas, de autoria dos Senadores Marcelo Castro, Randolfe, Elmano Férrer, Jean Paul, Veneziano, Eduardo Gomes, Styvenson, Chico Rodrigues, Flávio Arns e Soraya, são acatadas, referentes aos R$500 milhões de Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística;

- ação “Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado” (7K66), Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R$440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), atendendo, ao menos em parte, às propostas 6, 16, 67, 75, 95, 101, 105 e 106 – emendas apresentadas pelos Senadores Marcelo Castro, Randolfe, Dário Berger, Elmano Férrer, Chico Rodrigues, Eduardo Braga, Izalci e Fernando Bezerra;

- ação “Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf” (15E7), Nacional, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no valor de R$100.000.000 (cem milhões de reais), atendendo, ao menos em parte, às propostas 1 e 2, ação que, em particular, se reveste de grande apelo dada a histórica importância do Rio São Francisco para a integração nacional e para o turismo – essas duas emendas são do Senador Otto e do Senador Jaques Wagner;

- ação “Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto” (1851), Nacional, do Ministério do Desenvolvimento Regional, no valor de R$100.000.000 (cem milhões de reais), atendendo, ao menos em parte, às propostas 38, 74 e 93, que são dos Senadores Randolfe, Elmano Férrer e Styvenson.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação das Propostas nºs 2, 5, 38 e 105, as quais viabilizarão o atendimento, ao menos parcial, das propostas anteriormente mencionadas.

A elaboração das emendas a partir das propostas aprovadas deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLOA 2020. No caso, em particular, da Proposta 105, a emenda deve ser ajustada de forma a prever a destinação dos recursos por meio da modalidade de aplicação 90 (Aplicações Diretas). Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão.

Ainda vamos depender de mais uma... A Senadora Zenaide está chegando.

Com a palavra o Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, enquanto a Senadora Zenaide se dirige ao plenário da Comissão para que tenhamos condições de deliberação – com a chegada do Senador Jean Paul, já o faremos –, eu queria registrar os meus cumprimentos a V. Exa. na condição de Relator também. Multiplicam-se as atribuições sobre os seus ombros, mas, com a sua competência, com a sua diligência e com a sua presença marcante nesta Casa, não há dúvida entre nós sobre a sua condição de fazê-lo com qualidade.

Cumprimento o meu querido amigo e conterrâneo Senador Elmano Férrer.

Então, eu queria saudá-lo e dizer que V. Exa. trabalha com base – e, de fato, temos que fazê-lo realisticamente – na realidade do orçamento vindouro, elegendo e estabelecendo as razões pelas quais elegeu e acatou as sugestões que modestamente foram apresentadas pelos seus companheiros, entre os quais eu próprio, o Senador Elmano e o Senador Jean Paul, no item 1. V. Exa. alude à necessidade corrente e premente de projetos de infraestrutura turística.

Então, eu quero saudá-lo e dizer que nos cabe agora fazer, junto ao Deputado Domingos Neto, um trabalho de conscientização e de apelo àquilo que ele tão bem sabe: a necessidade de nós reforçarmos aquilo que tem sido dito como uma das suas prioridades – e eu tenho duvidado –, no caso o Governo, que é o apelo turístico.

Eu até participei, na semana passada, na sexta-feira precisamente, da abertura do nono encontro JPA, realizado na capital do meu Estado da Paraíba, João Pessoa, com todos ou com grande parte dos agentes e promotores de turismo, ou seja, as autoridades relacionadas que versam sobre o turismo pátrio. O discurso é o mesmo, a fala e as preocupações são as mesmas, ou seja, nós identificamos o quão possível é explorarmos o País e as suas inúmeras potencialidades já cantadas em verso em prosa, mas também identificamos a lastimável incompetência que, ao longo dessas décadas, viu-se para não bem explorar aquilo que tão bem poderia ser explorado no bom sentido que a palavra sugere. Todos eles faziam menções e alusões à necessidade de nós tratarmos sobre a Lei Geral do Turismo, que V. Exa., de forma muito carinhosa, de forma muito atenciosa, reservou-me a condição de poder relatar, depois que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venha a ser relatada e provavelmente aprovada na CCJ, sob a relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, e sobre outras ações.

O que é lastimável... Eu queria pedir permissão a V. Exa. para dizer algo que nos toca. Ontem, em Plenário, foi motivo de diversas observações a gravidade de um fato que assola a nossa vasta, quilométrica costa marítima, esse episódio que já atinge mais de uma centena de Municípios costeiros e mais de duas centenas de praias, entre as quais as próprias praias paraibanas. É a própria lerdeza que nos preocupa, ou seja, a falta de ação, a omissão, a negligência do Governo, que, simplesmente, só a partir de passados mais de 40 dias, apresentou-se e mostrou-se preocupado com essa situação que nos atinge sobejamente, que está aos nossos olhos, chamando-nos a atenção nacionalmente – chama a atenção não apenas daqueles que são nordestinos, mas dos demais integrantes de bancadas neste Senado. É algo que vai nos afligir, já que nós estamos na antevéspera do maior período, marcantemente o verão, no Nordeste do nosso País, quando o turismo vai ser afetado drasticamente.

Então, as minhas palavras, mais uma vez, reportam-se a isso, lastimando. Aqui nós não estamos a imputar ao Governo a responsabilidade pela origem do fato, não é isso que estamos a dizer, mas estamos imputando ao Governo a sua omissão, a sua inação, que não deixa de ser criminosa no momento em que as medidas cabíveis, necessárias e emergenciais deveriam ter sido adotadas a tempo.

Então, parabéns, Senador Izalci pelo seu relatório!

Agradecido por também ter colaborado com uma das sugestões.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Posso...

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Com a palavra o nobre Senador Marcelo Castro.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – É um papo entre colegas aqui do Piauí.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Quero cumprimentar o nosso Presidente Izalci, nosso Presidente Elmano Férrer, nossos colegas Jean Paul e Veneziano e agradecer à Comissão pela aprovação dessas duas emendas que eu sugeri. Uma delas é a famosa 7K66, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que é uma emenda muito importante, porque ela tem um amplo espectro de atuação. É a famosa emenda guarda-chuva, porque é uma emenda de apoio ao desenvolvimento de caráter sustentável. Então, cabe tudo: estrada, eletrificação, infraestrutura. É uma emenda muito importante.

A gente espera que a Comissão leve para frente as quatro emendas e que essa seja uma delas, para a gente poder trabalhar na CMO e lutar por esses recursos que vão chegar à base lá que tem capilaridade, que vão chegar ao Município distante. Evidentemente, a burocracia de Brasília não tem capacidade de enxergar essas carências que só nós que fazemos o dia a dia da política sabemos.

A outra emenda é uma emenda do turismo, também no mesmo molde dessa de que eu falei, que é a 10VO, ou melhor, a 10V0, também uma emenda nesse estilo, que serve para a infraestrutura turística e que é de amplo espectro de atuação. Então, é uma emenda que se amolda às necessidades que a gente tem no Brasil inteiro: do Rio Grande do Sul a Roraima, pode se fazer uma obra de turismo com esta rubrica aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, peço a compreensão dos colegas. Eu sei que são muitas as emendas, mas essas de caráter nacional e que têm um amplo espectro de execução são as que mais atendem as necessidades do País, porque podem resolver todos os problemas em todos os Municípios, em todas as regiões do País. Então, eu acho que nós deveríamos dar preferência a essas emendas. E, evidentemente, na Comissão Mista de Orçamento, nós todos que fazemos parte da Comissão vamos lutar para que consigamos alocar recursos para elas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Em discussão.

Tem a palavra o Senador Jean Paul, Senador pelo Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Senador Elmano Férrer, Presidente Izalci Lucas, apenas quero agradecer pela atenção a essa questão do turismo, lembrando aqui que esse foi um tema, nesta Comissão, que mereceu a atenção. Às vezes, a gente se refere à CDR e se esquece do T, não é? Esta é a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. E o turismo mereceu aqui a atenção do Senador Veneziano, do Senador Eduardo Gomes, do Senador Styvenson, do Senador Chico Rodrigues, do Senador Flávio Arns, da Senadora Soraya Thronicke, do Senador Elmano, do Senador Randolfe e do Senador Marcelo Castro e também a minha atenção, com emendas iguais.

Então, de fato, faz-se justiça a essa atenção que os Senadores dedicaram a esse tema em Estados com bastante potencial turístico já decantado e em outros em que nem tanto. Mas quem é que não tem potencial turístico neste País? Em qualquer lugar do País, é possível desenvolver o turismo. Onde é possível fazer isso e como? Com infraestrutura, com acesso, com sinalização, com bom trato a quem está nos visitando. Nós tratamos os visitantes sempre muito bem. O Brasil tem essa característica hospitaleira, dedicada a quem nos visita. Então, o turismo precisa de infraestrutura, e esta Comissão faz jus a isso.

Quero também retribuir a atenção que a Secretaria da Comissão e a Presidência têm dedicado ao nosso pessoal do gabinete. Nós temos trabalhado juntos muito bem. Agradeço toda a atenção que vocês têm dedicado a nós. Fazemos também nossa parte, dedicando o nosso tempo à Comissão de Desenvolvimento Regional, que é muito importante e que foi presidida aqui pela Senadora Fátima Bezerra no passado, fazendo jus a essa tradição também de ajudar os Estados do Nordeste. Neste momento crucial, faria muita falta se não houvesse uma emenda para essa área. Esperamos que ela prevaleça mais na frente em função até dessas questões que estão ocorrendo lá relacionadas com o óleo. Alguns Estados têm sido menos afetados, outros têm conseguido evitar que o óleo chegue às suas praias, mas outros não conseguiram fazer isso a tempo dada certa inação, que nós temos denunciado aqui.

Foram de 30 a 40 dias para que começassem a tomar providências de monitoramento da mancha, ou seja, houve inação ao não se levar a mancha a sério. Agora, quando ela se agravou terrivelmente, nós temos que remediar, mas não só remediar, como também evitar outras ondas, outro *tsunami* de óleo, como o que estamos recebendo nas praias, para evitar que afete a alta estação que se aproxima, com a grande horda de turistas que nós recebemos todos os fins de ano, todo verão. Pessoas mudam de suas casas para alugar, às vezes, um lugar para ficar por 30 dias com a família. Com certeza, nós evitaremos que um desastre maior ainda aconteça, que seria perder essa alta estação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por enquanto, os impactos são pequenos em relação às reservas, aos cancelamentos. Espero que a gente consiga, Senador Veneziano, esclarecer para as pessoas que todas as medidas estão sendo tomadas, malgrado as dificuldades e a falta de apoio relacionadas com o Governo Federal principalmente, que é quem tem a jurisdição, digamos assim, sobre derramamentos de óleo no mar. Os Governos dos Estados, as entidades, as ONGs – que diziam que não existiam no Nordeste –, os voluntários, as pessoas, os donos de pousada, os pescadores, as comunidades estão tratando de manter as praias a salvo, os mangues a salvo. Esse tipo de emenda certamente contribuirá para isso.

Obrigado a todos os membros da Comissão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. PODEMOS - PI) – Em discussão ainda o relatório do Senador Izalci. (*Pausa.*)

Vamos pôr em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Devolvo a Presidência ao nobre Senador Izalci. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vamos entrar, então, na segunda parte da reunião: deliberação de emendas ao PPA 2020.

A Comissão recebeu 15 emendas.

Esta Presidência indicou como Relatora das emendas a serem encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento a nossa grande Vice-Presidente, Senadora Zenaide Maia.

Concedo a palavra à Relatora para fazer a leitura do seu relatório e suas considerações.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Como Relatora.) – O Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o quadriênio de 2020 a 2023, Projeto de Lei nº 21, de 2019, do Congresso Nacional (PLPPA 2020-2023), em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 1º/10/2019 a 24/10/2019 para apresentação de emendas ao PLPPA.

Dando sequência à tramitação do PLPPA, a CMO aprovou, em 1º de outubro, seu parecer preliminar, documento que abrange diversas regras aplicáveis à apresentação de emendas e à futura atuação da relatoria do projeto. Nos termos do item 2.3.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, cada Comissão Permanente poderá apresentar até três emendas à despesa ao Plano Plurianual.

Nesse contexto, esta Comissão delibera sobre as propostas que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao PLPPA 2020-2023. As propostas mostradas no anexo contemplam basicamente a inclusão de novos investimentos plurianuais prioritários e a alteração dos valores associados às metas de alguns objetivos programáticos.

Análise.

Foram apresentadas propostas de emendas à despesa em número que extrapola o limite máximo de três emendas desse tipo reservadas à CDR. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As propostas foram analisadas a partir de fundamentos técnicos, colhidos na legislação pertinente. Em especial, dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional.

Podemos afirmar que as propostas de emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade, contudo, de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações que, no nosso entendimento, sejam, nesta oportunidade, mais adequadas.

Voto.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela aprovação da Proposta de nº 8, relativa aos objetivos, e das Propostas de nºs 1 e 4, relativas aos investimentos prioritários. Nesse caso, será viabilizada a apresentação de três emendas de despesa ao PLPPA 2020-2023, destinadas aos seguintes investimentos prioritários ou objetivos:

• no objetivo "Ampliar a Segurança Hídrica" (1174), do programa "Recursos Hídricos" (2221), alterar a meta "Reduzir o número de municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo, passando de 717 para 574" para "Reduzir o número de Municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo, passando de 717 para 500", atendendo, ao menos em parte, à Proposta de nº 6, também relativa aos objetivos;

• nos investimentos prioritários, inserir no anexo pertinente a "Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf";

• também nos investimentos prioritários, inserir no anexo pertinente o "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", ajustando os valores sugeridos para R$500 milhões (custo total e valor PPA 2020-2023), atendendo, ao menos em parte, à Proposta de nº 5 relativa aos investimentos.

A elaboração das emendas, a partir das propostas aprovadas, deve observar os ajustes técnicos necessários ao atendimento das normas aplicáveis ao PLPPA 2020-2023. Ademais, as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Finalmente, sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Aliás, Izalci, eu quero parabenizar aqui os técnicos que nos orientaram, que são altamente competentes.

Quero mostrar que, como são só três, ele nos mostrou, e a gente juntou o máximo. Coincidentemente, a grande maioria das propostas dizia respeito justamente a estas duas coisas: plano de segurança hídrica e turismo.

Então, esse é o relatório.

Sr. Presidente, se quiser, pode passar para cada um dos Parlamentares os individuais, como eles foram feitos, para eles terem acesso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Em discussão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, de igual modo, da mesma forma como todos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecemos em V. Exa. brilho e competência na relatoria das emendas acatadas e definidas como prioritárias por V. Exa. e entendidas assim pelo Colegiado, eu quero igualmente falar a respeito do relatório da nossa tão querida e participativa Senadora Zenaide Maia.

Faço apenas um adendo. É necessário, Sr. Presidente, quero crer, até por força de estarmos recebendo informações que são muito importantes, a partir do Tribunal de Contas da União, perceber o quanto é díspar aquilo que se produz como sugestões nas metas, nos objetivos a serem alcançados, daquilo que efetivamente se vê reproduzido, ou seja, se nós fizermos... A título de sugestão, seria até interessante que esta Comissão focasse o anterior Plano Plurianual, para vermos o que foi proposto e aprovado e o que, de fato, o Governo Federal destinou, executou, chegando até o fim.

V. Exa. bem o sabe, como sabe a nossa querida Senadora Zenaide Maia, que há, no País, algo em torno de 15 mil obras paralisadas, e muitas dessas dizem respeito a ações estratégicas de grande alcance, de grande importância. Não se trata apenas do vulto sob o ponto de vista financeiro, mas também das repercussões não apenas sobre Estados, mas sobre regiões.

Quando nos detemos nisso, quando mergulhamos nisso para fazer essa convergência, observamos o quanto há de disparidade entre o que é produzido, com o seu afinco, com o afinco da Senadora Zenaide e de todos nós... Há uma disparidade entre aquilo que é produzido, como sugestão, na identificação sensível das áreas que remanescem, na ausência do Poder Público, e aquilo que, de fato, o Poder Público faz.

A título de sugestão, nós podemos fazer esse trabalho sobre o Plano Plurianual anterior já e exatamente para que tenhamos como cobrar esse novo, que estará sendo discutido proximamente.

É apenas essa observação que faço, mas sem antes dizer que o mais importante, perdoem-me, na fala é cumprimentar a Senadora Zenaide Maia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu a cumprimento também da mesma forma.

Eu também tive esse cuidado, na definição da LOA, de contemplar o maior número de emendas dos Parlamentares, e a grande maioria diz respeito exatamente àquilo que nós propusemos, por estar muito ligada à nossa atuação na Comissão, aos assuntos da Comissão.

Parabenizo V. Exa. também.

Vamos preparar algo, um requerimento ou um trabalho da Comissão, para acompanhar essas ações da Comissão no PPA.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com as emendas sugeridas pela nobre Relatora permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Peço às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que permaneçam para a última parte da reunião, que será destinada à discussão e votação de matérias.

Começou a Ordem do Dia? (*Pausa.*)

Vou ver quem está aqui.

O Relator do primeiro item é Chico Rodrigues. A Kátia Abreu...

Vou pular direto para o item 3, que é de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo. O Senador Plínio não está aí. Ele é o autor, não o relator. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conforme acordado na Comissão, na terceira reunião sem a presença do Relator, nós colocaríamos um Relator *ad hoc*. O item 1 é da relatoria do Senador Chico Rodrigues, e já estamos na terceira reunião. Então, em função do que decidimos, já que a Senadora Zenaide acabou de relatar, eu passaria a palavra para o Senador Veneziano, para que ele, como Relator *ad hoc*, fizesse a leitura do relatório referente ao item 1.

3ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 2.406, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que criou o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, para atribuir nova fonte de recursos ao Fundo Geral de Turismo - Fungetur.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)
Relatoria: Senador Chico Rodrigues
Relatório: pela rejeição.
Observações:
- matéria constante das pautas da 34ª e 35ª Reuniões, realizadas em 02/10/2019 e 16/10/2019;
- a Matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

Vou pedir a V. Exa. apenas que faça a leitura, já que o voto é do Senador Chico Rodrigues. Isso vai ficar registrado.

Então, a matéria constava na pauta das 34ª e 35ª Reuniões, realizadas em 02/10/2019 e 16/10/2019, e foi retirada de pauta a pedido do Relator.

A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

Então, concedo a palavra ao Senador Veneziano para fazer a leitura do relatório, do parecer do Senador Chico Rodrigues.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu estava querendo pedir vista desse projeto, para a gente verificar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, vamos fazer a leitura. Após a leitura, a gente concede vista.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sr. Presidente...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Exa. pode ler a conclusão, já que vai haver pedido de vista.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Como Relator.) – Vou à análise, Sr. Presidente, porque são poucos os parágrafos, e haverei de tentar dar uma dinâmica à leitura. Apenas o faço na condição de Relator *ad hoc;* o voto foi proposto pelo Senador Chico Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar, entre outros, sobre proposições e políticas relacionadas ao turismo.

O turismo é uma das indústrias que mais crescem no mundo e tem papel econômico de destaque em inúmeros países, com diferentes graus de desenvolvimento. Infelizmente, os próprios números levantados pelo autor da matéria, que é o Senador Jorge Kajuru, indicam com clareza que o Brasil não tem sido capaz de participar com o devido protagonismo no fluxo do turismo internacional.

As razões para o mau desempenho parecem ser várias, indo desde sua infraestrutura muitas vezes precária até a falta de mão de obra qualificada, passando por nossos crônicos problemas de segurança e saneamento. Infelizmente, porém, o PL nº 2.406, de 2019, não se afigura como alternativa adequada no sentido de superar tais entraves.

A proposição cria nova fonte de recurso para o Fungetur, a partir da repartição da receita arrecadada com o adicional sobre a tarifa de embarque internacional de que trata o art. 1º da Lei nº 9.825, de 1999, hoje totalmente apropriado pelo FNAC, passando a distribuí-lo na proporção de 10% para o primeiro e 90% para o segundo fundo. Como mostra o autor da matéria, a rubrica em questão tem representado em torno de 13% das receitas do fundo.

Entendemos que tal alteração, embora relativamente modesta no conjunto das verbas do FNAC, representaria um desvirtuamento de sua finalidade precípua. De fato, as receitas destinadas a esse fundo decorrem de recursos oriundos do próprio setor de aviação civil, e cumpre que sejam aplicadas em políticas públicas de desenvolvimento, fomento e interiorização do transporte aéreo no Brasil.

Isso não significa que as políticas públicas na área de turismo não sejam importantes e relevantes para o Brasil, ao contrário. Entretanto, a fim de aumentar o financiamento do setor, particularmente por meio do Fungetur, o mais recomendável é alocar mais recursos do Orçamento Geral da União e não subtraí-los do FNAC.

Voto.

Ante o exposto – assim diz o Senador Relator Chico Rodrigues –, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.406, de 2019, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Com o pedido de vista da Senadora Zenaide, eu também vou dar vista coletiva, e na próxima reunião a gente trata dessa matéria.

Os demais Relatores não estão presentes.

Então, eu agradeço a disposição dos senhores. Nós temos uma audiência ainda.

Não havendo mais itens a serem votados, eu declaro encerrada esta sessão.

(*Iniciada às 9 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 02ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte com a presença dos Senadores Lucas Barreto, Paulo Paim, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Acir Gurgacz, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger e Nelsinho Trad. Deixa de comparecer o Senador Elmano Férrer. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação e discussão do Plano de Trabalho oferecido pelo relator, Senador Lucas Barreto. **Resultado:** Aprovado Plano de Trabalho. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte n° 1, de 2019** que: "Requer realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de fiscalizar "in loco" o empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Será encaminhado para apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte n° 2, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte." **Autoria:** Senador Lucas Barreto (PSD/AP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Será encaminhado para apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho

Presidente da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/17

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Boa tarde!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária Usina de Belo Monte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião da Subcomissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é dividida em duas partes. Na primeira parte, reunião de trabalho destinada à apresentação do Plano de Trabalho da Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Usina Belo Monte, de relatoria do Senador Lucas Barreto. Na segunda parte, será deliberativa, destinada à apreciação de requerimentos.

Comunicamos o recebimento da Proposta do Plano de Trabalho referente à presente Subcomissão.

Concedo a palavra ao Senador Lucas Barreto, para fazer a leitura do Plano de Trabalho.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Como Relator.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, vou fazer a contextualização do Plano de Trabalho.

Foi apresentado para apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) o Requerimento nº 12, de 2019, em 25 de fevereiro de 2019, para criação de Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará.

Em 3 de abril, a nobre Comissão Permanente aprovou a proposição em epígrafe, para que os seus membros, três titulares e três suplentes, pudessem desenvolver trabalhos para o desempenho da função fiscalizatória do Senado Federal, especialmente no tocante aos temas de desenvolvimento regional vinculados à CDR.

Em sua justificação, aponta-se que, com a previsão de conclusão das obras de implantação dessa grande obra encrustada no Estado do Pará, faz-se necessário examinar detalhadamente questões de cunho social, técnico, econômico e ambiental ainda pendentes e diretamente associadas àquela infraestrutura essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senado Federal, portanto, é corresponsável pela fiscalização dos condicionantes aprovados no Plano Básico Ambiental de Belo Monte e que venham, por vez, a não ser devidamente executados. Assim sendo, o não cumprimento poderia acarretar suspensão das licenças ambientais expedidas pelo órgão fiscalizador responsável.

Em relação à Usina Hidrelétrica de Belo Monte, trata-se de usina oriunda dos estudos do potencial hidráulico da Bacia do Rio Xingu, objeto de pesquisa da Eletronorte, iniciados na década de 1970, que foram sendo desenvolvidos até o ano de 2005, quando foram revisados pela Eletrobrás.

Após três décadas, o Governo Federal realizou o leilão daquele potencial hidráulico.

Em abril de 2010, o consórcio Norte Energia saiu vitorioso no certame, para implantação e operação da UHE por 35 anos.

No ano corrente, a usina começou a operar, sendo prevista a entrada paulatina das unidades geradoras. Portanto, é necessário monitorar cuidadosamente se há ilícitos que venham a lesar o povo brasileiro, bem como o meio ambiente adjacente àquela obra.

Atividades propostas.

A Subcomissão se propõe a realizar as seguintes atividades:

– avaliar o cumprimento do Plano Básico Ambiental da UHE de Belo Monte;

– analisar o programa de realocação e reassentamento dos atingidos pelas obras da usina, o programa de infraestrutura nas aldeias, bem como os condicionantes sociais previstos no licenciamento;

– fiscalizar, *in loco*, as condições das populações adjacentes ao empreendimento.

Ao fim de 2019, sugere-se a apresentação de medidas que porventura possam ser adotadas para o melhor cumprimento da atividade fiscalizatória por parte do Senado Federal.

Cronograma.

A proposta abaixo abarca as principais atividades de audiência pública, reuniões ordinárias e externas da Subcomissão, além da coleta de informações com agentes envolvidos. Todavia, outras contribuições poderão ser avaliadas no âmbito da Subcomissão, com a devida readequação do plano de trabalho.

Plano de Trabalho para 2019.

Setembro. Reunião com Senadores componentes da Comissão, deliberação sobre plano de trabalho. Requerimento de informação, solicitação de informação a ministros de Estado responsáveis pelo empreendimento.

Outubro. Audiência pública com órgãos de licenciamento ambiental envolvidos e acompanhamento do cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Novembro. Reunião externa, Senadores componentes da Subcomissão, fiscalização *in loco* do empreendimento licenciado e audiência com a população atingida. Reunião com Senadores componentes da Subcomissão e apresentação de relatório para discussão e posterior deliberação.

Assim, submete-se o presente Plano de Trabalho a esta Subcomissão com o fim de se alcançarem os objetivos propostos no Requerimento nº 12/2019, da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Lido, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Meu caro Relator, primeiro quero parabenizá-lo pela escala de trabalho e lembrar a V. Exa. que nós precisamos, além dessa visita às obras – tenho certeza de que o Ibama fez um bom trabalho – ouvir também as comunidades que foram atingidas. Nós temos, lá na cidade de Altamira, pelo menos cinco ou seis Reassentamentos Urbanos Coletivos, que chamam de RUCs.

Os trabalhos realizados não foram feitos diretamente pelo consórcio, ela terminou terceirizando para outras empresas realizarem esse trabalho. Todas as vezes em que eu estou em Altamira, recebo sempre uma comissão tratando de pendências: que determinados serviços não estão funcionando, que outros não foram completados ainda. E não é pouca gente, não é pouca coisa. Talvez V. Exa., quando tivermos oportunidade, fique um tanto preocupado com a quantidade de demandas que serão apresentadas a esta Subcomissão, buscando saídas, buscando entendimentos, buscando o equilíbrio.

Eu quero, neste momento, se V. Exa. não desejar mais comentar...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, eu tenho dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Está bem, a gente faz numa segunda parte.

Eu quero, então, colocar em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado aqui o Plano de Trabalho desta Subcomissão.

Nós vamos passar agora à segunda parte desta reunião, que trata exatamente da questão deliberativa.

Comunico que há dois requerimentos sobre a mesa.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE N° 1, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de fiscalizar "in loco" o empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Concedo a palavra a V. Exa. para fazer a defesa do seu requerimento.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para encaminhar.) – Vou fazer a leitura, Sr. Presidente, do Requerimento nº 1, de 2019.

Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência externa no Município de Altamira, no Estado do Pará, com o objetivo de fiscalizar *in loco* os condicionantes do empreendimento Usina Hidrelétrica de Belo Monte, bem assim verificar o cumprimento das determinações do licenciamento e realizar audiência com a população atingida.

Esse requerimento, Sr. Presidente, para a realização de diligência externa é apresentado, em conformidade com o plano de trabalho da Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte, com o objetivo de fiscalizar *in loco* o empreendimento, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim verificar os respectivos condicionantes de licenciamento e realizar audiência com a população atingida.

A diligência é de fundamental importância para permitir a verificação dos impactos ambientais, sociais e econômicos, além de permitir reuniões com autoridades locais e comunidades atingidas, necessárias para se atingir os objetivos da Subcomissão.

Por essas razões, solicito a aprovação desta diligência.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Ainda sobre a mesa o Requerimento nº 2, de 2019.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE N° 2, DE 2019
- Não terminativo -

Requer realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP)

Com a palavra o autor, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. Para encaminhar.) – Requeiro, Sr. Presidente, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Paulo Roberto Ribeiro Pinto, Diretor Presidente da Norte Energia S.A.; Emilio Federico Moran, Professor da Universidade Estadual de Michigan, nos Estados Unidos, e pesquisador visitante do Núcleo de Estudos Ambientais (Nepam) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); João Mendes da Rocha Neto, Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, que integra a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); Berg Campos, Presidente da Associação de Municípios do Consórcio de Belo Monte e Prefeito do Município de Porto de Moz, no Pará; Edizangela Alves Barros, Coordenadora do MAB-Xingu (Movimento dos Atingidos por Barragens).

Justificativa.

Sr. Presidente, conforme proposta de plano de trabalho da Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras de Belo Monte, apresenta-se o presente requerimento para realização de audiência pública com a finalidade de debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com a presença dos convidados listados acima.

Objetiva-se analisar e debater detalhadamente as questões de cunho social, técnico, econômico e ambiental ainda pendentes, e diretamente associadas à implantação da referida usina.

Pelas razões expostas, solicita-se o apoio de V. Exa. para a realização desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem. Quero fazer um comentário aqui sobre os convidados, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Emilio Federico Moran, em uma de suas matérias, disse que o complexo de Belo Monte em nada contribuiu com aquela região e que as coisas estão do mesmo jeito.

Com todas as dificuldades e os problemas que o empreendimento enfrenta, o consórcio está neste momento fechando uma cifra significativa. Se foi bem empregado, tudo bem; se não o foi... Mas foi empregado. Da ordem de R$6 bilhões em Municípios. Então, isso, com certeza, contribuiu de alguma forma.

Por isso eu quero parabenizá-lo por convidar esse professor de Michigan para poder colocar seus pontos de vista aqui no lugar onde a democracia é plena.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – É isso, Presidente.

A seu convite, eu me propus a ajudar nesta Comissão a investigar as questões ainda não resolvidas no plano de trabalho que vai garantir a compensação social e ambiental, visto que um projeto do porte de Belo Monte precisa ser olhado com muito carinho pelo Brasil.

O Pará e o Amapá são os dois maiores produtores de energia da Amazônia Legal. E no Amapá também não é diferente. Quero só puxar aqui um pouquinho o tambaqui para a nossa brasa. Lá tivemos notícia de que a Eletronorte quer fazer mais uma hidroelétrica ao lado da hidroelétrica de Paredão, que foi a primeira hidroelétrica construída na Amazônia, foi a hidroelétrica que originou a Eletronorte. No Rio Araguari, que é um rio legitimamente amapaense, nos impuseram mais duas usinas hidroelétricas. A última inundou 70km de rio, destruiu a fauna, a flora, as árvores, tudo. E não se ouviu nenhum comentário em defesa da floresta, dos animais, de nada. E agora querem fazer mais um outro investimento lá, mais uma hidroelétrica. Só que, com essas hidroelétricas, levaram o linhão e nos impuseram a maior tarifa de energia elétrica do Brasil. Quer dizer, nós, os amapaenses, assim como os paraenses, que produzimos, que tivemos as áreas degradadas, que tivemos o impacto social e ambiental, pagamos o transporte dessa energia para o Sul, Sudeste, Centro-Oeste – nós pagamos. Eu acho isso um absurdo.

Estou aqui, porque isso vai gerar uma discussão, para que a gente possa contribuir, quem sabe tributar com ICMS no Estado essa energia ou tirar esse transporte, porque nós pagamos para cá, para todo o Brasil, praticamente, o que for interligado ao sistema nacional.

Parabéns pela sua iniciativa.

Conte comigo para que nós possamos buscar soluções para essas questões sociais e ambientais tão graves lá em Belo Monte.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

Quero colocar em votação os dois requerimentos.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Os requerimentos serão submetidos ao Plenário da CDR logo, acho que a partir de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Quero agradecer a presença de todos os senhores, Senador Lucas Barreto, e dizer que a gente tem muito que fazer nesse tema em relação à questão energia. Além de produzir, ser impactado ambiental e socialmente, ainda paga o transporte para levar para um outro Estado e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o ICMS fica também todo lá, no destino. Pensem numa legislação que precisa ser refeita, reorganizada, repensada!

Muito obrigado a todos.

Boa tarde!

(*Iniciada às 15 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência dos Senadores Soraya Thronicke e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Marcelo Castro, Juíza Selma, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Telmário Mota, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Kajuru, Weverton, Paulo Paim, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a Medalha Inovação no Campo." Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT). Relatoria: Senadora Soraya Thronicke. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o relatório com a Emenda que apresenta. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 790, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural." Autoria: Senador Donizeti Nogueira (PT/TO). Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. ITEM 3 - Projeto de Lei nº 4107, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018, que “institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade”." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. ITEM

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão De Agricultura e Reforma Agrária n° 26, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de instruir o PLS 624/2015. Proponho para a Audiência a presença dos seguintes convidados: 1 Dr. Paulo Dias de Moura Ribeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); 2. Dr. Renato Buranello, Advogado Especialista em Direito do Agronegócio; 3. Dr. João Martins, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e 4. Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria". Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT). Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 27, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de conhecer e debater as dificuldades das comunidades nativas para produzir e se sustentar. Propomos para a Audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Sr. José Maria Pimentel Maia, Extrativista da Reserva Chico Mendes; 2. Sr. Jonas Marcolino, Tuxaua da Comunidade do Contão; 3. Sr. Arnaldo Zunizakae, Agricultor Indígena do Povo Paresi; 4. Sr. Ronaldo Zokezomaiake, Agricultor Indígena do Povo Paresi; e 5. Sr. João Carlos Vieira, Indígena Terena". Autoria: Senadores (a) Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e onze minutos. Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Luis Carlos Heinze, Dário Berger, Jayme Campos e Acir Gurgacz. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/04

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos na manhã de hoje.

Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata da reunião.

A presente reunião está destinada à deliberação de um item não terminativo e dois itens terminativos, conforme a pauta previamente divulgada com tempo.

Quero agradecer a presença do Senador Jayme Campos, do Senador Acir Gurgacz, a quem está nos assistindo, aos assessores, a todos os servidores e os convidados.

Nós temos ouvido e assistido aos debates que tomaram conta da sociedade por meio de jornais, TV's, rodas de amigos, grupos de mensagens, no trabalho, em família, e que tomou conta até das mesas de bares e de restaurantes. Literalmente, a bola da vez é a preservação da Amazônia brasileira. Verificamos muitos discursos inflamados, catastróficos, emocionados, ideológicos e muita, muita desinformação e especulação.

Um jogo de interesses sombrio e articuloso, como o desenho de uma bela e frondosa árvore no centro da bandeira, recebendo apoiadores leigos e especialistas, estudiosos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analfabetos, em torno da defesa dos menos favorecidos, dos povos esquecidos e massacrados e da fauna e flora brasileiras, que ardem no fogo das queimadas criminosas. Esse é o enredo de quem manipula a mídia e tem somente um objetivo: desacreditar o Governo brasileiro.

Cabe a nós, representantes do povo brasileiro, buscar o debate das ideias e propor medidas de curto, médio e longo prazo, por meio de leis e esforços conjuntos que possibilitem colaborar com a sociedade na defesa da Amazônia brasileira. Além deste papel institucional do debate do Parlamento, cabe ao representante do povo, independentemente do Estado que representa, esclarecer os interesses em jogo, os fatos históricos e traduzir à população brasileira o que, de fato, está sendo definido por meio dessas bandeiras ideológicas, vistas aparentemente como politicamente corretas e de grande apelo popular.

Há muito mais em jogo do que o meio ambiente, do que as queimadas e do que as reservas indígenas. Não podemos mais ser enganados pelas mentiras e versões escolhidas por alguns profissionais articulados e influentes que ajustam os fatos aos seus próprios interesses.

O Brasil acordou e essa renovação que hoje há no Parlamento é prova disso. É evidente a manipulação das informações, como tentáculos internacionais sendo utilizados para ressuscitar pessoas e partidos que até alguns dias atrás só respondiam a processos criminais por corrupção e hoje se autointitulam defensores do meio ambiente e dos índios, que, diga-se de passagem, continuam da mesma forma após muitos anos de trabalho. Muitos, meus caros colegas Senadores, inclusive sem saber nem sequer onde fica a Amazônia Legal e quais seus verdadeiros gargalos e problemas.

Apenas para alinhar e ajudar a população brasileira, que assiste a nós na TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, eu gostaria de pedir licença aos colegas Senadores destes Estados a seguir para lembrar que hoje a tão aclamada Amazônia Legal é composta por oito Estados, além de pequena parte do Maranhão. A Amazônia Legal é composta pelo Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

O conceito da Amazônia Legal foi criado por Lei Federal, em 1953, por Getúlio Vargas, quando fora constituída a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, posteriormente intitulada como Sudam e Ada, recentemente utilizada como zona de atuação de ONG's internacionais, correspondendo a aproximadamente 61% do Território Brasileiro, com um único intuito: planejar medidas de desenvolvimento, infraestrutura, valorização econômica da região, buscando diminuir as desigualdades para com os demais Estados brasileiros.

Alguns anos atrás, a utilização deste modelo de desenvolvimento, pensado para ser sustentável e de progresso econômico, passou a ser realizado de forma a priorizar a preservação, o engessamento da economia e a não utilização das riquezas naturais ali existentes. Essa mudança de rumo, realizada pelas gestões anteriores do Brasil, estava alinhada ao discurso politicamente correto do desenvolvimento sustentável para o combate às mudanças climáticas mundiais, como se essa região fosse capaz, sozinha, de prover e ser responsável pela compensação ambiental de todas as agressões ao meio ambiente dos países e atividades exploratórias de recursos naturais de todo o Planeta Terra, sem nenhum estudo ou intervenção do Estado brasileiro sobre impacto socioeconômico na região dessas ações irresponsáveis do governo brasileiro em gestões passadas.

Por meio dessa bandeira puramente ideológica, inúmeras áreas indígenas, parques nacionais e reservas extrativistas foram ampliadas por decreto, mesmo sem demanda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade ou até mesmo população indígena para ocupar as novas áreas. Sem nenhum planejamento de impacto dessas ações, pasmem os senhores, nem mesmo a demarcação das áreas descritas nos decretos foi realizada até hoje na sua maioria.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – O importante era promulgar ao mundo que o Brasil ampliava a sua área preservada – ou melhor, engessada – por decisão unilateral do Governo Federal. E aí eu pergunto aos senhores: a que interesses estavam atendendo? A quem estavam preocupados em agradar?

Aliado a esse fenômeno preservacionista, alterou-se por medida provisória, no calar da noite, sem debate com a sociedade, no fim de um Governo pífio e por uma pressão internacional contra as queimadas – exatamente igual à realizada pela França nos últimos dias – a legislação de ocupação do solo de toda a Região Amazônica, passando de 50%, que já era bastante restritiva, para 80% de preservação obrigatória, por meio da reserva legal particular.

Utilizou-se do conceito de reserva legal, criado em 1965, de que parte da propriedade privada deve ser mantida intocada e por meio também da função social da propriedade privada da terra, prevista na Constituição, passaram a exigir do proprietário rural, por meio da MP 1.511, de 1996, e reeditada no ano de 2000, a preservação de 80% de sua propriedade e que, inclusive, o mesmo realizasse a reparação, recuperação ambiental dessa área de reserva simplesmente expropriada pelo Estado brasileiro.

Sem qualquer indenização, apoio técnico ou financeiro para essa missão, o governo transferiu aos produtores a responsabilidade civil e criminal de realizar a preservação ambiental de toda a região. Uma medida provisória deixou no limbo cerca de 30 milhões de brasileiros que lá residem e buscam sobreviver. Quem fora chamado de desbravador, de bandeirante, de herói, recentemente está sendo chamado de devastador, de criminoso e de assassino da floresta.

E mais: o Imposto Territorial Rural (ITR), criado em 1891, que tinha como finalidade estimular a produção agropecuária do País, já que nesse período o Brasil estava começando a desbravar suas áreas, fora utilizado como forma de criminalizar boa parte das grandes propriedades rurais brasileiras, sendo aplicadas multas absurdas acima de 200% do valor venal da Receita Federal, exigindo a averbação das reservas legais nas matrículas das propriedades, exigindo o ADA, que é o Ato Declaratório Ambiental, enfim, uma verdadeira caça aos produtores rurais brasileiros, tratados como criminosos da Amazônia.

In memoriam, Senador Jayme Campos, eu cito o considerado último bandeirante do Brasil, o Sr. Ariosto da Riva, colonizador do extremo Norte do Estado do Mato Grosso, o vosso Estado, criador das cidades de Alta Floresta, Paranaíta e Apiacás. Ele passou de herói da Pátria a inimigo da natureza e da Amazônia, junto com inúmeros outros heróis brasileiros como Ênio Pipino, colonizador de Sinop, Mato Grosso também, que tão bem representam seu Estado, exemplos de empreendedorismo.

O Brasil desrespeita a sua história. Desrespeita não só os colonizadores e as famílias oriundas de vários Estados, que migraram para a Amazônia para ocupar as fronteiras brasileiras, desrespeita a sua essência e a sua raiz. Famílias inteiras de paranaenses, de gaúchos, como é o caso da minha, de paulistas, entre outros, na sua maioria pequenos produtores de café e cacau, buscaram se aventurar Brasil adentro nessa época, atrás de melhoria social e econômica,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

buscando desbravar o interior do Brasil. E isso fizeram porque foram chamados pelo próprio Governo Federal naquela época, na famosa ação "integrar para não entregar", pois o Brasil estava prestes a perder territórios porque não os utilizava e nem mesmo os conhecia.

Recentemente, essa ampliação da reserva legal foi novamente e equivocadamente reforçada e reafirmada por meio do Código Florestal Brasileiro, aliado a restrições ainda maiores para a produção agropecuária dessa região. Tudo isso em nome do meio ambiente, dizem esses pseudoespecialistas.

O Brasil estava no caminho certo com essa perseguição ao homem do campo amazônico? Não, claro que não. Tudo isso pode parecer uma política de preservação ambiental, de apoio aos indígenas e de desenvolvimento sustentável da região, não é? Bom, isso não tem nada a ver com o meio ambiente, ou com os índios, ou com o clima do mundo.

Vou agora falar algumas verdades que desconstroem essa narrativa politicamente correta que permeia interesses internacionais e político-partidários que, nem de longe, pensam na população brasileira que vive nessa região. Toda essa estratégia adotada pelos governos anteriores visava somente a uma coisa: dinheiro e poder, e isso é um fato. Infelizmente, esse objetivo não era para as regiões afetadas, e, sim, para pequenos grupos de privilegiados que até bem pouco tempo comandavam as instituições públicas brasileiras. Basta ver o IDH e a sua evolução nesses anos nessas regiões, comparado com o restante do Brasil, principalmente onde as áreas estão preservadas. A pobreza é a triste realidade desse rincão do País.

Uma das bandeiras da campanha presidencial do nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro fora atacar as máfias instaladas e impregnadas no Poder Público e acabar com a utilização ideológica de estruturas do poder para enriquecimento ilícito de poucos, em detrimento do sofrimento de toda a população. Essa máfia ambiental é evidentemente uma das mais fortes, poderosas e impregnadas em todos os níveis hierárquicos e em todos os Poderes constituídos desta República.

Pude constatar pessoalmente como o Brasil é vendido como destruidor da Amazônia pelos próprios representantes brasileiros no exterior no início deste ano, quando relatei a ideologia partidária nos próprios consulados ao Presidente Jair Bolsonaro. Isso é uma vergonha. Os interesses pessoais e político-partidários são tratados acima do interesse do seu próprio País.

Eu estou sinceramente estarrecida em ver cartas e depoimentos de ditos representantes brasileiros, inclusive desta Casa, apoiando uma suposta invasão ou apropriação da Amazônia Legal por outros países, com esse discurso falso e hipócrita de preservar a Amazônia. É inaceitável esse tipo de comportamento de quem se diz brasileiro. Expresso aqui o meu total repúdio a esse tipo de declaração ou movimento.

Tenho a certeza de que toda a equipe de trabalho atual do Governo Federal, orientada e gerida pelo excelente Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, realizará as ações necessárias para mitigar as queimadas, responsabilizar os que criminalmente estão colocando fogo proposital em lotes urbanos e rurais. E ainda, juntamente com os demais órgãos do Governo Federal, dos Governos Estaduais e da sociedade brasileira, busquem insistentemente o resgate ao apoio ao desenvolvimento da Região Amazônica, desvirtuada nos últimos anos por interesses não republicanos, de verdadeiros mafiosos, utilizando-se da bandeira verde como pano de fundo para o protecionismo dos agricultores nos países europeus, sabidamente com medo da concorrência do Brasil no agronegócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não canso de repetir: o Governo atual confia na agricultura brasileira e reconhece, como não poderia deixar de ser, a força do setor e a sua grande importância para a economia brasileira. Além disso, a sua responsabilidade para com o meio ambiente.

Não podemos e nem devemos abdicar de desenvolver o agro na Amazônia. Obviamente merece um cuidado maior, no aspecto ambiental, pelos impactos gerados. Precisamos garantir não só a sustentabilidade econômica da região, mas também respeitar os povos indígenas, o meio ambiente e os habitantes locais, que ajudaram...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – ... e continuam lutando para construir a história deste País. Todos, absolutamente todos devem ser respeitados.

O agro brasileiro é competitivo, mesmo diante de tamanhas agressões fiscais e punitivas que recebeu nos últimos anos, mesmo sem infraestrutura, sem logística e com enorme insegurança jurídica no campo, muito graças à alta produtividade e aos avanços das pesquisas e tecnologias de produção nacional, principalmente na fronteira agropecuária da Amazônia Legal.

Democraticamente, respeitando os trâmites legais e constitucionais, estamos realizando todo o possível para reparar esses absurdos realizados contra quem sustenta o PIB Nacional há algumas décadas. Estaremos atentos aqui nesta Comissão a quaisquer retaliações comerciais internacionais em nome deste falso compromisso com a Amazônia ou com os seus povos.

Sras. e Srs. Senadores, quero finalizar agradecendo, mais uma vez, a Deus a oportunidade de falar aqui tão importante tema aqui dentro do Senado Federal.

Reitero o respeito e a admiração aos demais colegas Senadores dos Estados que compõem a Amazônia Legal e ressalto que me coloco à disposição para ajudar a população brasileira a resgatar os verdadeiros heróis brasileiros e possibilitar uma retratação histórica a essas pessoas que tanto contribuíram para o desenvolvimento do Brasil, menos para o seu próprio desenvolvimento, no caso dos pequenos produtores da Amazônia Legal que nunca conseguiram prosperar.

O Brasil está cansado dessa ideologia política que atrapalha o seu desenvolvimento. Agora estamos no caminho certo e vamos mostrar isso nos próximos anos para toda a população e para o mundo inteiro. Mesmo contra todas as máfias, vamos resgatar o orgulho de sermos brasileiros e vamos em frente, pois enquanto uns vão para o exterior falar mal da sua Nação, nós, aqui, estamos debatendo democraticamente e colaborando com a reconstrução do nosso País.

Termino profundamente chateada com o que, para mim, é um jabuti: o Funrural e a questão da exportação na PEC paralela. Quero dizer para todos os produtores rurais do Brasil que isso foi uma promessa de campanha do Governo Jair Bolsonaro, e foi minha também, então, independentemente do que até mesmo possam achar ou reconhecer no Ministério – e eu sou Governo – eu sou absolutamente contra. Temos que acabar com o passivo do Funrural.

Senador Jayme Campos, Senador Acir Gurgacz, Senador Plínio, nós temos que fazer alguma coisa. Eu não sei como nem quando, mas tem que ser rápido. Então, eu até peço para os senhores que a gente consiga resolver esse problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.
Vamos começar.
O Senador Acir pediu para a gente ler o item 3.

ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 4107, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.710, de 24 de agosto de 2018, que "institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade".

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações: *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Antes de ler o relatório, quero cumprimentar V. Exa. pelo posicionamento com relação à Amazônia.

Eu tenho colocado em quase em todas as reuniões que uma das questões mais importantes para nós sairmos dessa questão de desmatamento ilegal e queimadas ilegais é a regularização fundiária. De uma terra que não tem CPF, de uma terra que não tem dono ninguém vai cuidar. As pessoas vão ali, tiram a madeira, derrubam, queimam. Se aparecer alguém, eles fogem porque não tem dono a terra; se não aparecer ninguém, eles ficam ali e vão usufruir do trabalho que fizeram.

A partir do momento em que nós tivermos a regularização fundiária efetivamente acontecendo na Amazônia principalmente, as pessoas vão cuidar muito mais das suas áreas, porque as suas áreas terão o seu CPF ali, e terão que cuidar, como todos os demais cuidam, aqueles que são os produtores verdadeiros. Os produtores rurais não fazem queimadas ilegais, não fazem desmatamento ilegal.

Nesse sentido eu coloco isso a V. Exa. e agradeço mais uma vez o apoio que V. Exa. tem dado na nossa Subcomissão de Reforma Agrária. Tivemos uma audiência, na semana passada, muito proveitosa. Coloquei na audiência que V. Exa. tem uma preocupação extra com relação à regularização fundiária.

Então eu entendo que é esse o caminho para nós realmente ajudarmos o País, mas principalmente a nossa Amazônia.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, obrigada.

O Executivo já deu uma resposta sobre o mutirão, alguma coisa assim? E nós vamos precisar dos cartórios, não vamos?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Vamos precisar dos cartórios, das Prefeituras...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu estou bem em contato com os cartórios porque tinha que fazer uma força-tarefa. Ontem saiu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dado, que não precisa checar, mas parece que é verdade: que de mais de 50% do Território brasileiro não se sabe quem é o dono. Está dentro aí.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – É a falta de regularização fundiária.

V. Exa. colocou muito bem que os brasileiros foram convocados para estar na Amazônia para cuidar da Amazônia. Na hora de dar o documento, não deram o documento para essas pessoas. Nós temos famílias com 30, 40 anos na terra, plantando, produzindo, e hoje uma parte da sua área está com terra degradada porque não têm condições financeiras para fazer o melhoramento do seu solo. Sem o documento, não têm acesso a financiamento, não têm acesso, às vezes, até a programas de Governo.

Então a regularização fundiária também vai fazer com que os nossos agricultores tenham acesso a créditos bancários para melhorar o seu solo, o solo da sua terra, dessa forma, aumentando a produção, a produtividade. Isso é tudo de que nós precisamos.

De repente, por todo esse problema que se criou com relação à Amazônia, é hora de nós não erguemos, porque essa bandeira já é antiga, de vários Parlamentares, não só aqui no Senado, mas na Câmara também, a bandeira da regularização fundiária e de fazemos um esforço concentrado mesmo para que a gente possa regularizar o máximo de área possível para aquelas pessoas, é evidente, que merecem o seu documento.

Então é nesse sentido que eu agradeço a V. Exa. pelo seu pronunciamento.

Vou aqui ao nosso relatório.

Vem ao exame da CRA o Projeto de Lei 4.107, de 2019, do Senador Angelo Coronel, que altera a Lei 13.710, de 24 agosto de 2018, que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.

O art. 1º da proposição modifica vários dispositivos da Lei 13.710 a fim de aperfeiçoá-la de modo a possibilitar a consolidação da recuperação da cacauicultura brasileira, uma das atividades de grande importância para a geração de trabalho e renda em nosso território. Para tanto, acrescenta novos instrumentos e diretrizes à Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade, os quais visam a contribuir para estimular a produção, a industrialização e a comercialização do produto em categoria superior, bem como promover a ampliação do mercado de cacau e o fomento da produtividade e da produção sustentável do cacaueiro no Brasil.

O referido art. 1º também modifica a Lei 13.710, de 2018, para auferir mais protagonismo à Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (Ceplac) no âmbito da Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade. Nesse contexto, prevê que essa Comissão deve estar responsável por propor, discutir e implementar medidas coordenadas e planejadas para a expansão da produção de cacau no País. Ademais, estabelece que a oferta de crédito e de financiamento para a produção e a industrialização diferenciada do cacau de qualidade deve ser complementada pela disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) de qualidade para os produtores rurais, inclusive agricultores familiares, através da Ceplac ou organizações credenciadas por esta.

Conforme o art. 2º, a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O PL foi distribuído apenas à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A análise já é conhecida de todos, Sra. Presidente.

Eu coloco aqui: quanto à espécie normativa a ser utilizada, verifica-se que a opção por um projeto de lei ordinária se revela correta, pois a matéria não está reservada pela Constituição Federal à lei complementar.

Voto.

Pelo exposto, somos favoráveis à aprovação do PL n° 4.107, de 2019, cumprimentando o seu autor, Senador Angelo Coronel.

É esse o relatório.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigado, Senador.

Por falta de quórum, lido o relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria.

O Senador...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, V. Exa. me permite? (*Pausa.*)

Eu sou Relator do item 2, que consta na pauta. Esse projeto de lei, de 2015, é de autoria do Senador Donizeti Nogueira. O meu parecer foi pela aprovação. Esse projeto já passou pela Comissão de Assuntos Econômicos, onde recebeu parecer favorável. Ele veio para esta Comissão com decisão terminativa. Ele já circula aqui pelo Senado desde 2015, e eu fui abordado agora pela assessoria do Governo, que me colocou a preocupação do Banco do Brasil, que emitiu uma nota técnica sugerindo algum ajuste ao projeto.

Eu quero fazer preliminarmente uma crítica, porque o projeto já está circulando aqui há mais de dois anos, três anos, e agora vem o Banco do Brasil, no momento em que o relatório está pronto para ser votado e para ser discutido, solicitar que se faça uma reanálise e uma possível alteração no projeto com uma emenda que certamente será apresentada.

Como sou um homem da conciliação e do entendimento, eu vou pedir a V. Exa. o sobrestamento desse relatório para que eu possa fazer uma reanálise dessa matéria e, posteriormente, certamente na próxima reunião, a gente poderia deliberar sobre ela.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, entendo o seu desapontamento. Quem é da Liderança do Governo aqui?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Você já tem uma possível proposta? Isso veio quando? Veio hoje?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu vou pedir para vocês solicitarem ao pessoal que veja tudo o que nós temos aqui circulando para que não aconteça isso. A gente precisa produzir. Esse projeto de lei aqui é interessante. Vai modificar muita coisa? Vocês passam para o Senador?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, retirado de pauta para reexame da matéria.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu já determino à minha assessoria, Presidente, que entre em contato com a assessoria do Governo para buscar um termo de adequação para que depois eu possa, evidentemente, analisar o seu contexto, analisar, inclusive, com o autor da proposta, para ver se, efetivamente, não desfigura completamente o teor e a essência do projeto.

Assim, na próxima reunião, a senhora colocaria em pauta e nós discutiríamos o projeto, que também entendo que é um projeto extremamente importante, muito relevante, interessante e acho que oportuno. Se necessário fazer algum ajuste, vamos fazer algum ajuste, porque a nossa intenção aqui nunca foi a de fazer um projeto de lei, de relatar um projeto de lei que não tenha aplicação prática no dia a dia dos nossos agricultores brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador. Tenha certeza que nós agradecemos a compreensão, mas também entendo o seu desapontamento.

Senador Jayme Campos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, temos um item que é um projeto meu, inclusive, tem um de que V. Exa. também é Relatora. Eu vou ver a possibilidade não só de analisar esse projeto, mas, sobretudo, também há um requerimento nosso aqui, propondo uma audiência pública para nos instrumentalizar em relação a esse projeto de lei, que é do Senador Ronaldo Caiado, que é um projeto muito importante, sobretudo para o homem do campo brasileiro. Eu consulto V. Exa. se há essa possibilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Luiz Carlos Heinze, nosso Vice, o senhor pode tomar assento aqui um pouquinho? Porque vou relatar um projeto de lei do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Com palavra a Relatora, a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Item 1.

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 67, DE 2019
- Não terminativo -

Institui, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a Medalha Inovação no Campo.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

- Votação simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Soraya, para proferir a leitura do seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Presidente.

Vem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2019, de autoria do Senador Jayme Campos, o qual propõe seja instituído, no âmbito da CRA, a Medalha Inovação no Campo.

A proposição consta de seis artigos. O art. 1º institui a honraria, e o 2º dispõe sobre a concessão da Medalha e a quantidade de agraciados. Já o art. 3º trata da indicação dos candidatos, enquanto o art. 4º estatui sobre a criação, composição e competência do Conselho da Medalha Inovação no Campo. O art. 5º, por sua vez, trata da divulgação dos nomes dos agraciados, enquanto, no art. 6º, consta a cláusula de vigência, a qual estabelece que a resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria entende ser justo o reconhecimento de iniciativas que tornem o ramo do agronegócio mais produtivo, possibilitando-o participar do avanço tecnológico experimentado por diversos outros setores da economia.

Após a análise desta Comissão, a matéria, caso aprovada, segue para a decisão da Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 104-B, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes a agricultura, pecuária e abastecimento.

Além disso, o art. 52, inciso XIII, da Constituição Federal prevê que compete privativamente ao Senado Federal dispor, por meio de resolução, sobre sua organização e funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

As inovações tecnológicas na agricultura desempenham um papel importante na sociedade. Com o emprego de novas tecnologias no plantio, na colheita e na distribuição dos produtos foi possível aumentar a produção e, ao mesmo tempo, atender as novas demandas que surgiram por parte dos agricultores.

Segundo uma pesquisa da Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, em 2017, 67% das propriedades agrícolas do Brasil usavam algum tipo de inovação tecnológica em seus processos produtivos, um valor que cresce a cada ano.

Como bem ressalta o autor da matéria:

> Empresas nascentes de alto potencial inovador, geralmente de base tecnológica, estão invadindo o campo, trazendo soluções novas, digitais. Jovens empreendedores, detentores de boas ideias, usam tecnologia, *big data*, internet das Coisas e até o conceito de economia compartilhada para revolucionar a maneira como o produtor cuida da lavoura e do seu negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para os especialistas, a inovação deve ser estimulada e utilizada como recurso estratégico, de modo que a cultura inovadora deve ser implementada de forma permanente.

Dessa forma, é, sem dúvida, pertinente, oportuna e meritória a iniciativa ora proposta no sentido de premiar projetos tecnológicos que tenham se destacado por oferecerem soluções inovadoras aos problemas do setor rural.

Cabe alertar, todavia, que, para adequar o texto do PRS nº 67, de 2019, às normas da boa técnica legislativa, faz-se necessário substituir a sigla "CRA", citada no art. 2º, no *caput* do art. 4º e no art. 5º, da referida proposição, pela denominação por extenso daquela Comissão.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2019, na forma da seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRA

Substitua-se a sigla CRA, citada no art. 2º, no *caput* do art. 4º e no art. 5º, do Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2019, pela denominação "Comissão de Agricultura e Reforma Agrária".

É este o relatório, é este o parecer, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Lido o relatório, a matéria está em discussão.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que quiserem discutir...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Só quero parabenizar o Senador Jayme Campos e agradecê-lo pela relatoria, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – V. Exa. vai colocar em votação o primeiro requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim. O projeto.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – O projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está em discussão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vou aguardar V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só queria fazer uma homenagem, então, ao Senador Jayme Campos e à Relatora, Senadora Soraya, dos dois Estados maiores produtores. Nós já perdemos, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, que foram grandes produtores, são grandes produtores de alimentos... Mas, pela qualidade dos nossos produtores rurais, das nossas tecnologias do Centro-Oeste do Brasil hoje, o Brasil, Senador Jayme Campos, que era importador de alimento na década de 70, hoje é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Para quem teve área crescendo 50%,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

60% nesses anos todos, nos últimos 30 anos, a produção crescendo em torno de 500%, e a produtividade, mais de 300%, isso é obra da tecnologia. Então, meus cumprimentos a V. Exa.

Nós vamos homenagear essas pessoas que fizeram essa revolução, e continuarão fazendo, em nosso País. Portanto, devido à agricultura, à pecuária, à produção, seja da pequena propriedade de Santa Catarina, ou da média, ou da grande propriedade do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, nós queremos homenageá-los. Este é o objetivo de V. Exa.: homenagear justamente essas cabeças que fizeram essa revolução.

Quando falam hoje que, na Alemanha dos nossos ancestrais, Senador, ainda vir a terra, arar a terra... E nós temos a maravilha do plantio direto. Foram agricultores que criaram essa tecnologia. Hoje é uma revolução. Essas revoluções são produtores rurais, são técnicos da nossa área que estão fazendo.

Portanto, parabéns a V. Exa., que está homenageando essas pessoas, sejam agricultores, sejam os profissionais da agricultura, da pecuária, das diversas áreas.

Muito obrigado e parabéns.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Se V. Exa. me permite, antes de mais nada, cumprimento a Senadora Soraya, Presidente da nossa Comissão, pela fala que fez no início aqui, na abertura dos trabalhos, em relação à questão das queimadas, à questão dos pseudodefensores da Amazônia brasileira e, sobretudo – como ela bem disse e me marcou profundamente a sua fala, Sra. Presidente –, daqueles que foram tratados como pioneiros, como bandeirantes, como aqueles brasileiros nacionalistas que foram ocupar a Floresta Amazônica por indução do próprio Governo Federal na década de 1970. De lá para cá, agora, essas mesmas pessoas, que eram consideradas heróis, passaram a ser os grandes vilões, bandidos, inimigos da Amazônia. Quando V. Exa. fez essa ressalva aqui, eu achei muito importante para a história contemporânea do nosso País.

Lamentavelmente, talvez a nova geração, talvez aqueles menos esclarecidos não saibam como tivemos a dureza e a dificuldade para, de fato, manter o nosso patrimônio nacional. A conquista da Amazônia brasileira foi uma luta de milhões de brasileiros. Muitos, com certeza, perderam entes queridos, abrindo aqui essa Floresta Amazônica, que talvez muitos não conhecem. Estão aqui na Avenida Paulista, estão aqui na Vieira Souto, estão em Nova York, estão na França, na Noruega e na Alemanha, e não sabem da dificuldade. Milhões de brasileiros perderam vidas na ocupação da Amazônia. Não sabem que lá permanentemente havia epidemia de malária, cólera, etc.

Lamentavelmente, de lá para cá se criou quase um dogma de prejudicar essa Amazônia que é do povo brasileiro. Defendem a tese alguns que querem ocupar as nossas riquezas, sobretudo a nossa biodiversidade, o nosso subsolo, enfim, a riqueza que é patrocinada e é promovida nessa vasta região do Brasil, criam factoides todos os dias, *fake news* e, lamentavelmente, isso está prejudicando a imagem do Brasil lá no exterior.

Senador, V. Exa. falou muito aqui, o Senador Acir Gurgacz fez aqui uma bela fala em relação à questão da regularização fundiária no Brasil. Senador Dário, são quase 30 milhões de brasileiros que moram nessa vasta região do Brasil e, por incrível que pareça, muitos vivendo abaixo da linha da miséria. Como disse o Acir Gurgacz aqui, há pessoas que moram há 20, 30,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

35 ou 40 anos lá que foram por sugestão do próprio Governo Federal e não tiveram acesso ainda até hoje ao documento da terra.

Hoje o Governo Bolsonaro, o Governo Federal lançou o Programa Terra Limpa, que está buscando regularização fundiária. Um programa fantástico, gigantesco, que fica muito barato diante do que ele vai promover a esse cidadão. Quando você dá o título da terra, você dá cidadania àquele cidadão. Essa é a verdadeira inclusão social, caso contrário, você não vai ter acesso ao crédito agrícola, você é um homem praticamente sem CPF.

Por isso, eu acho que é fundamental, nós termos nesta Comissão o papel fundamental aqui, Senadora Soraya, de fazer com que o Incra seja o Incra do passado. Quando eu era Governador de Mato Grosso, o Incra era ativo, as coordenações do Incra e a superintendência... Eles lá faziam a titulação da terra. O superintendente tinha o quê? Tinha autonomia para fazer a regulação fundiária e entregar ao cidadão.

Hoje, lamentavelmente, para o senhor ter uma noção, o Incra no Mato Grosso fez um papel gigantesco e hoje está quase sendo extinto. Lamentavelmente, agora me procurou um grupo de pessoas do Incra que estavam nas unidades em algumas cidades distantes, a mais de 700km ou 800km da capital, a unidade foi extinta. Ficaram lá sobrevivendo, às vezes, por falta até de remanejar de uma unidade para a outra, cinco ou seis funcionários vigiando o prédio, não estavam cumprindo a sua missão. Não é o que eles querem, eles querem trabalhar. Cuiabá, por exemplo, tem 90 funcionários do Incra, agora está aposentando 50 funcionários. Como é que você vai fazer a regularização fundiária com meia dúzia de gente e, sobretudo, sem meios e sem recursos? Isso é complicado num Estado de dimensão continental com quase 900 mil quilômetros quadrados. Não é fácil, não; é muito difícil.

Portanto, eu acho que esta Comissão tem um papel preponderante. Eu faço um apelo a V. Exas. – Soraya Thronicke, Luis Carlos e Dário – de formarmos uma comissão de três ou quatro pessoas e procurarmos o nosso Presidente do Incra, Gen. Jesus, para ele dar instrumento e ferramenta para, de fato, promovermos a cidadania, promovermos a regularização fundiária nos Estados mais problemáticos.

Quando falam que há nesta vasta região do Brasil a questão das queimadas, alguns estão queimando o terreno, sua casa e sua pequena bacia até para sobrevivência. Nenhum produtor rural, o senhor sabe muito bem, nenhum cidadão de bem quer queimar sua propriedade. Se ele tem um pasto lá, ele não pode queimar a sua propriedade, porque vai ficar sem a boia para o gado dele comer lá.

Então, acho que nós temos de reagir aqui.

Eu disse para o Presidente Bolsonaro, na quinta-feira, numa audiência com o Governador Mauro Mendes – estivemos lá, discutindo alguns assuntos inerentes ao nosso Estado, sobretudo a questão de algumas reservas indígenas –, que, lamentavelmente, o MPF determinou, e o juiz acatou, a desocupação de Jarudore, onde, há 100 anos, estão mais de 600 famílias. É um crime de lesa-pátria que estão cometendo. E, por incrível que pareça, há uma reserva indígena ao lado. Agora, a Justiça Federal disse que essa comunidade de Jarudore também é da reserva indígena. Os próprios índios acham que isso é um crime. É um absurdo. Choraram. Eu vi um índio, nesses dias, tenho uma imagem gravada dele, dizendo: "Não, não é isso que nós queremos. Pode até ser do índio. Então, façam uma outra compensação para nós aqui, sei lá, nos dão um dinheirinho para reserva aqui". Mas expulsar 600 famílias, com Polícia Federal, Força Nacional, tropa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exército, tropa da Polícia Militar! Isso é um crime. Há pessoas com 90 anos, morrendo lá. Lá há igreja, há de tudo, escola. Fica em Mato Grosso, perto de Poxoréu, ali na região Sul do Estado. Isso não pode acontecer. O MPF, com todo respeito, é de uma irresponsabilidade! E, lamentavelmente, há juiz fraco, que não sabe a situação.

Então, não é este o Brasil que nós queremos. Nós queremos um país de oportunidades, com justiça social. Há terra para índio, há terra para todo o mundo e o seu Raimundo. Agora, fazer como estão fazendo se chama tripudiar em cima do cidadão mais humilde deste País, sobretudo do homem do campo lá.

Portanto, Sra. Presidente, para concluir, agradeço aqui a relatoria de V. Exa.

Esta resolução que nós propomos não é nada mais que para homenagear, para condecorar essas pessoas que têm contribuído. O Brasil tem 300 empresas hoje que trabalham nessa área, *startups* e agritechs, que investem todos os anos algo parecido com R$100 milhões. Jovens, particularmente, são a maioria absoluta. Acho que é uma forma de nós homenagearmos pela contribuição aos avanços que temos tido no campo brasileiro, sobretudo com tecnologia avançada, permitindo que racionalizemos os custos e, acima de tudo, combatendo naturalmente as doenças. Isso se dá através naturalmente desses avanços tecnológicos que o Governo vai lançar.

Portanto, agradeço a V. Exa. a generosidade e bondade de relatar este projeto de resolução nosso. Certamente, daqui um tempo, uns dias, poderemos homenagear aqui, de forma muito democrática, essas pessoas que merecerão, com certeza, essa honra por parte da nossa Comissão de Agricultura.

Muito obrigado, Senadora Soraya.

Obrigado, Sr. Presidente Luiz Carlos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer também três registros.

O primeiro é para cumprimentar o Senador Jayme Campos pela feliz e oportuna iniciativa de instituir a Medalha Inovação no Campo. Realmente, é uma iniciativa louvável, importante para premiar os bons projetos, as boas causas, premiar a inovação, num momento em que nós estamos enfrentando mais uma revolução tecnológica. Através da modernização de métodos, de técnicas, nós vamos, sem dúvida nenhuma, aumentar muito a nossa produtividade, aumentar a nossa renda, e premiar aqueles que estão fazendo o seu dever de casa, se adaptando aos novos tempos, para que efetivamente possam trazer cada vez mais orgulho ao campo.

Diga-se de passagem, o agronegócio é a locomotiva, vetor econômico do Brasil. Se não fosse o agronegócio, nós estaríamos em uma situação muito mais difícil do que nós estamos hoje, haja vista que, se não me engano, se me recordo de cabeça, 40% das nossas exportações, aproximadamente, vêm do agronegócio; 25% do PIB vem do agronegócio; 30% da força de trabalho vem do agronegócio. Então, evidentemente não é por acaso que o agronegócio conquistou esse espaço na economia brasileira, e por isso mesmo merece todo o nosso apoio e a nossa consideração, inclusive com questão como o Funrural, que é uma polêmica que eu acompanho já há muito tempo e que é recorrente. Ela vai e volta, e retorna. Nós estamos agora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com mais uma batata quente para tirar do nosso colo, que foi o relatório do Senador Tasso Jereissati, que acabou incluindo.

A outra questão... Queria rapidamente fazer uma pequena abordagem sobre a questão da Amazônia, que virou moda. Só se fala em Amazônia. Estava aqui agora um grupo de Senadores apoiando a proteção da Amazônia e etc. e tal, muita gente oportunista. Há 30 anos que faço política, e parece que nós desaprendemos a fazer política. Parece-me que a situação ampliou as opiniões divergentes, o conflito; ampliaram-se os oportunistas de plantão, que utilizam-se dos meios mais modernos de comunicação para fazer proselitismo em cima de questões que são essenciais para o Brasil e que têm que ser tratadas de forma séria, de forma objetiva. Isso traz, de certa forma, uma desilusão muito grande para nós, que queremos que o Brasil possa sair do atoleiro em que se encontra e prosperar, crescer, gerar os empregos necessários para que o orgulho possa voltar a bater no coração do brasileiro, mas não é o que a gente percebe.

Portanto, a questão das queimadas me preocupa, principalmente as consequências delas no cenário internacional. Dá a impressão de que nós não estamos cuidando do nosso patrimônio, nós não estamos cuidando do meio ambiente, nós não estamos cuidando da Amazônia propriamente dita. Todos nós sabemos que as queimadas existem. Há inclusive as queimadas que são necessárias para a correção do solo para os pequenos agricultores.

No entanto, eu quero concordar aqui com V. Exa. e com o Senador Acir com relação à questão da regularização fundiária. E a regularização fundiária não é só no campo; a regularização fundiária é também nas cidades, nos grandes centros, porque uma favela só se instala porque não tem titular, e geralmente as favelas se instalam muito próximas dos centros urbanos, das cidades, e elas permanecem exatamente por falta de titularidade. Se tivessem titularidade, elas conseguiriam comercializar, vender, melhorar a sua atividade, melhorar o seu padrão de vida, melhorar as suas casas, porque, se não têm titularidade, não podem pedir autorização para melhorar a sua casa, para melhorar o seu barraco. Enfim, a regularização fundiária é questão fundamental para o Brasil.

Eu não tenho esse dado, mas eu imagino que cerca de metade das nossas propriedades tem algum tipo de irregularidade: ou não tem Habite-se, ou não tem alvará de construção, ou são posseiros que estão lá há 30, 40, 50, 100, 200 anos e que infelizmente não regularizaram a sua situação.

Eu gostaria muito de fazer parte de uma Comissão para ir até o Presidente do Incra saber quais são as dificuldades, porque, se for alguma dificuldade de legislação, de simplificação, nós poderíamos aqui, no âmbito da Comissão, propor um processo simplificado, urgente, necessário, para que nós pudéssemos regularizar essa questão que eu acho importante, fundamental para o Brasil.

Então, eram essas as considerações que eu queria fazer, parabenizando, mais uma vez, o Senador Jayme Campos, que é um grande Senador, um ilustre Senador, um dos mais proeminentes desta Casa. Já foi Senador, voltou a ser Senador. Agora, com muito orgulho, ele faz parte, junto conosco, dessa nova caminhada aqui no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Senador Dário.

Duas questões: o Senador Jayme deve ser nativo de Mato Grosso. É isso, Senador Jayme?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Criou-se em Mato Grosso, de origem portuguesa.

A Senadora Soraya tem sangue alemão, Dário, e também tem sangue português. Os familiares dela vieram de São Borja, de São Luiz Gonzaga e foram bater em Mato Grosso do Sul, na região de Dourados. A nossa turma, a nossa raça, os alemães também...

Mas aqui há a menção, primeiro, aos governos militares, que rasgaram essa Transbrasiliana e fizeram este Brasil ser o que foi. Tiveram a visão, lá nos anos 60, de enxergar esse outro Brasil. Brasília não existia. Quando o próprio Juscelino resolveu criar Brasília, um outro Brasil foi descoberto, que hoje nós temos a responsabilidade de defender. Esse é um ponto importante, mais uma vez, para cumprimentá-los.

O Senador Dário colocou – o Senador Jayme já tinha colocado –, Senadora Soraya, a seguinte proposta: que, na semana que vem, nós pegássemos o Nabhan, que é o Secretário Especial, o próprio Gen. Jesus... Eu vou dar um dado a vocês, e isto me preocupa – vou fazer esta colocação porque nós temos... No ano passado, com o Presidente Michel, nós trabalhamos muito esse tema na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. E, pelos dados que nós pegamos do ano passado, no Governo Michel Temer, depois que começaram a acertar a titulação, 10.465 famílias receberam título no ano passado. Há quase 900 mil, Senador Dário, que estão na situação de que o Senador Jayme fez a colocação: pessoas que não têm CPF, não têm nome. Eu não tenho propriedade para chegar a um banco e abrir o financiamento. Enfim, eu tenho 20, 30, 50 hectares de terra, a área é da minha propriedade. E este ano só saíram 770, Senadora Simone. Então, nós temos que acertar esse ponto, que está muito pouco perto do que já saiu no ano passado. Seguramente, hoje, alguém está travando esse processo. E não são os produtores rurais.

Então, acho que esta Comissão tinha que chamar ou nós irmos lá, ou o Gen. Jesus, com a equipe dele e com o próprio Nabhan, para discutirmos essa questão aqui. Alguma coisa está errada. Se, no ano passado, foram 10 mil títulos, este ano, tinha que ser 50 mil ou mais títulos. Tem que facilitar o processo para que essas famílias, no Brasil inteiro, possam fazer.

A competente assessora da Senadora Soraya já está fazendo um apontamento ali, viu, Soraya? Parabéns pela sua equipe ali, que já está... Vamos fazer essa discussão, porque nós temos que agilizar esse processo, pois essas famílias clamam e esperam a titulação da sua terra. Então, vamos acertar esse ponto também.

Não havendo quem mais queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 67, de 2019, com a Emenda nº 1 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Devolvo a Presidência dos trabalhos à Senadora Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Luis Carlos Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ler agora o requerimento de V. Exa.

Tanto se falou em inclusão, não é? Esqueceram a inclusão social, esqueceram a econômica social, porque jogaram o pessoal da reforma agrária, jogaram os índios nas terras e nunca mais voltaram... É outro interesse que há por trás.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 26, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 624/2015.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Dr. Paulo Dias de Moura Ribeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ);

2. Dr. Renato Buranello, Advogado especialista em Direito do Agronegócio;

3. Dr. João Martins, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; e

4. Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Autoria: Senador Jayme Campos (DEM/MT)

Senador, pode encaminhar o requerimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, como Relator desta matéria, o Projeto 624, de 2015, que é da autoria do Senador Ronaldo Caiado, é um projeto meritório, para que nós possamos instruir melhor este projeto, evidentemente, estamos convidando essas autoridades para que estejam conosco aqui, sob a liderança de V. Exa., para patrocinarmos essa audiência pública a fim de fazermos, com certeza, um projeto que obedeça, naturalmente, sobretudo, às decisões do Código Civil Brasileiro. É um projeto que entendo de suma importância pelo fato de que a pessoa física no campo, o cidadão, não tem direito à recuperação judicial; só as empresas constituídas, ou seja, pessoa jurídica.

Nesse caso, particularmente, o que nós pretendemos? Aprimorar e, sobretudo, discutir com autoridades que tenham conhecimento para fazermos um projeto, ou seja, relatarmos um projeto que certamente vai atender uma demanda que está hoje no limbo, vou chamar assim, porque, na prática, isso aí é limbo, tanto do pequeno, como do grande produtor rural no campo brasileiro. São atividades econômicas que certamente também precisam ser atendidas, pelo fato de que hoje tenho conhecimento, até como advogado, de que não são atendidas essas pessoas que estão também produzindo.

De maneira que fiz esse requerimento para convidar essas autoridades para virem aqui, naturalmente com o somatório das ideias e das propostas que serão feitas por essas autoridades, para que possamos instruir um projeto de lei decente e para que possamos atender, com certeza, a maioria absoluta dos nossos produtores rurais, sejam grandes ou pequenos, na regra da falência e recuperação judicial do produtor rural.

É essa a mensagem.

Agradeço a oportunidade, por V. Exa. já ler esse nosso pedido dessa audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 5º do Ato 1, de 2019, em virtude da urgência do tema, esta Presidência propõe a aprovação, nesta reunião, desse requerimento do Senador Jayme Campos.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

A tramitação do projeto fica suspensa, nos termos do art. 118, §4º, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

EXTRAPAUTA
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 27, DE 2019
- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de conhecer e debater as dificuldades das comunidades nativas para produzir e se sustentar.

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sr. José Maria Pimentel Maia, extrativista da Reserva Chico Mendes;

2. Sr. Jonas Marcolino, Tuxaua da comunidade do Contão;

3. Sr. Arnaldo Zunizakae, agricultor indígena do Povo Paresi;

4. Sr. Ronaldo Zokezomaiake, agricultor indígena do Povo Paresi; e

5. Sr. João Carlos Vieira, indígena Terena.

Autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC) e outros

Autoria: Senador Marcio Bittar, Senadora Soraya Thronicke, Senador Jayme Campos e Senador Chico Rodrigues.

Nos termos do art. 5º do Ato nº 1, de 2019, esta Presidência propõe a aprovação desse requerimento na reunião de hoje.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos, aos que nos acompanharam pela internet, pela televisão, pela Rádio Senado, aos Senadores que aqui compareceram e debateram – como sempre, foi muito produtivo –, e aos servidores da Casa e aos visitantes. Muito obrigada.

(*Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatorze minutos do dia onze de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Nelsinho Trad, Oriovisto Guimarães e Paulo Paim. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência registra as presenças do Prefeito de Camapuã, Estado do Mato Grosso do Sul, Senhor Delano Huber, a Vice- Prefeita de Camapuã, Estado do Mato Grosso do Sul, Senhora Luzia Maidana da Rocha Silva e o Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, Senhor Vitor Hugo Feitosa Gonçalves. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 17/2019 - CRA, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Finalidade: Analisar a imagem do Brasil diante do resto do mundo em relação ao agronegócio, meio ambiente e reserva legal. Participantes: Glen Valente, Secretário de Publicidade e Promoção da Presidência da República; João Adrien, Chefe da Assessoria de Assuntos Socioambientais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Promoção do Agronegócio do Ministério das Relações Exteriores - MRE; Roberto Castelo Branco, Secretário de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente - MMA. Rodrigo Justus de Brito, Consultor da Área de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Resultado: Reunião realizada. A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Luis Carlos Heinze e Angelo Coronel fazem uso da palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e quatorze minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Arolde de Oliveira, Fernando Bezerra Coelho e Nelsinho Trad. Justificam as ausências os Senadores Chico Rodrigues e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 24/2019 - CRA, de autoria Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), e PL 1918/2019, de autoria Senador Lasier Martins (PODE/RS). Finalidade: Instruir o PL 1918/2019, de autoria do Senador Lasier Martins, que "altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; nº 7.802, de 11 de julho de 1989; nº 12.651, de 25 de maio de 2012; e nº 13.123, de 20 de maio de 2015; para estabelecer medidas de estímulo à pesquisa e à proteção das populações de polinizadores". Participantes: Carlos Ramos Venâncio, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; Décio Gazzoni, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Tom Prado, Coordenador de Projetos do Grupo Técnico de Fitossanidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Daniel Espanholeto, Representante do Movimento Colmeia Viva® e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal - Sindiveg. Gabriel Colle, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola -Sindag. Resultado: Reunião realizada. A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Luis Carlos Heinze e Lasier Martins fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/18

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos nesta manhã.

Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Há alguns dias, solicitei ao Presidente da Embrapa, Sr. Celso Luiz Moretti, colaboração da entidade que ele preside, a Embrapa, para nos disponibilizar um estudo tecnológico que viabilizasse a recomposição das florestas na Europa, especialmente para a Alemanha, a França e a Noruega, pois tais países possuem grandes áreas desmatadas, que resultam em uma cobertura florestal insuficiente para compensar a grande carga de gases emitidas por eles, pelos seus habitantes e suas atividades comerciais.

Conforme a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em documento sobre o estado das florestas mundiais – FAO de 2018 –, as florestas e as árvores contribuem de maneira vital para as pessoas e o Planeta, pois sustentam os meios de subsistência, fornecem ar limpo, conservam a biodiversidade e auxiliam na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Além disso, servem como fonte de alimento, remédios, combustíveis e ofertam serviços ecossistêmicos, contribuindo para o atingimento de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O mesmo documento ressalta que alimentar a população mundial, projetada em 10 bilhões de pessoas em 2050, sem reduzir a área florestal mundial, configura-se como um dos maiores desafios contemporâneos da humanidade, desafio esse que o Brasil vem cumprindo primorosamente já há décadas, firmando e reafirmando o seu compromisso com as suas florestas nativas e as reconstituídas tecnicamente para assim continuar alimentando o mundo com o agro brasileiro, fato este muito diferente de tudo o que até então fora divulgado pela mídia internacional e por países interessados em nossas riquezas.

É de conhecimento de todos, amplamente conhecido, que os países da Europa Central, principalmente Alemanha, França, Polônia, República Tcheca, Áustria, norte da Itália e, em menor escala, os países escandinavos fizeram uso intensivo e domesticaram suas florestas pelo menos durante os últimos 5 mil anos, com redução da sua cobertura florestal a menos da metade original até o final do século XVII. Assim, a Europa substituiu a floresta nativa, composta predominantemente por composição mista de espécies folhosas, por plantios predominantemente de coníferas de pinos e ábies, devido ao mais rápido crescimento dessas, para a tentativa de um reflorestamento em larga escala e de rápido efeito. No entanto, não chegam aos pés da nossa função de preservação e reabilitação da flora nativa essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por esses e alguns outros argumentos, solicitei o estudo em questão para a Embrapa, para que possamos ajudar os países europeus com um pouco de nossa tecnologia florestal.

Minha equipe técnica realizará uma análise desse documento, que eu recebi hoje da Embrapa.

Muito obrigada, Celso. Eu o recebi das mãos da Daniele, assessora parlamentar da Embrapa.

Prossigo: minha equipe técnica vai fazer uma análise desse documento fornecido para que possamos fazer as melhores relações institucionais junto com o Executivo, incentivando esses países cada vez mais a reflorestarem, o que já há séculos destroem. É verdade. É fato.

Estamos aqui para trazer a transparência nas informações e buscar o respeito ao nosso meio ambiente integrado com o campo. Não carregaremos a culpa. Nós brasileiros não carregaremos a culpa, que jamais existiu, de devastadores de florestas. Esse título não é nosso. Esse título não é dos brasileiros. Esse título não é dos nossos produtores rurais, não é do nosso povo. Sabemos – e somos conscientes – que não somos capazes de prover e ser responsáveis pela compensação ambiental de todas as agressões ao meio ambiente dos países e atividades exploratórias de recursos naturais do Planeta Terra. Chega de bandeiras puramente ideológicas! Vamos também contribuir para a restauração da biodiversidade europeia. Estamos solícitos à reestruturação das florestas mundiais, pois já somos modelo de preservação. Nós, sim, podemos dar aula disso. Nós precisamos desenvolver políticas públicas para ajudar o resto do Planeta a diminuir a emissão de CO_2. Enfim, nós é que temos essa bandeira. Então, ela é nossa. Se não assumirmos essa bandeira e este lugar, nunca seremos respeitados.

É importante que esses países compreendam... E nós vamos promover daqui para frente reuniões, chamar embaixadores desses países, para que entendam e possam nos ajudar a desenvolver políticas públicas e de alguma forma fornecer, não sei como... Não sei como ainda, porque nós ainda estamos numa *brainstorm*, mas toda ideia que vier nós iremos analisar. Então eu peço a vocês que estão nos vendo pela TV Senado, que estão nos assistindo pelas redes sociais que nos ajudem com ideias; vocês agrônomos que entendem de vegetações desses países e como isso se deu, como isso pode ser reconstruído, que nos ajudem. E produtores de grãos, de sementes podem também nos ajudar, por que não? Podemos enviar um contêiner para a Europa, por que não? E os brasileiros que estão extremamente preocupados com as queimadas, com o desmate podem se juntar. Com certeza, se metade, quase metade dos cidadãos, daqueles que votam, der R$1 por mês, eles conseguem fazer no mínimo R$47 milhões para ajudar esses países.

E essas ONGs internacionais, o que estão fazendo? Aqui na nossa Floresta Amazônica não há tanto serviço. Poderiam se dedicar ao Nordeste, por exemplo, que precisa de muitas políticas públicas, poderiam se dedicar à Europa, poderiam se dedicar a outros lugares, porque aqui nós estamos dando aula, então não faz sentido tantas ONGs dentro da Amazônia. Estamos abrindo uma CPI sobre essa questão das ONGs, queremos entender o que elas fazem lá. É importante demais a colaboração de todos vocês. Nós queremos entender o que essas ONGs fazem, como elas utilizam esse dinheiro que acaba caindo na conta do Governo brasileiro, e o Governo não tem ingerência nenhuma sobre isso. Precisamos tirar os véus dessas questões. De uma forma ou de outra, precisamos fazer com que entendam que têm que nos respeitar. Nós merecemos respeito.

Quero agradecer a paciência de vocês nesta introdução, e vamos dar início a nossa audiência pública.

Esta audiência pública destina-se a instruir o PL 1.918, de 2019, de autoria do Senador Lasier Martins, que "altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; nº 7.802, de 11 de julho de 1989; a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; e a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; para estabelecer medidas de estímulo à pesquisa e à proteção das populações de polinizadores", em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2019, da CRA, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e do Alô Senado, 0800-612211.

Convido para compor a Mesa nossos ilustres oradores: Carlos Ramos Venâncio, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Decio Gazzoni,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Tom Prado, Coordenador de Projetos do Grupo Técnico de Fitossanidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Daniel Espanholeto, representante do Movimento Colmeia Viva e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg); Gabriel Colle, Diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag).

A ausência do representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) foi justificada.

Vou conceder a palavra, neste momento, ao requerente desta audiência pública, nosso Vice-Presidente aqui, que tanto colabora, tanto ajuda, para mim é um grande mestre, o Senador Luis Carlos Heinze, para fazer as considerações iniciais.

Dou-lhe o tempo que precisar, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bom dia, Senadora Soraya.

Primeiro vou cumprimentar nosso mestre aqui, Deputado Roberto Balestra. Esse é mais antigo que o chão aqui, no Estado de Goiás. Ele veio fazer uma visita para nossa Comissão. Nós éramos parceiros na Comissão de Agricultura da Câmara, agora ele veio me visitar aqui na Comissão de Agricultura do Senado.

Vamos fazer força para que você venha para cá na próxima eleição, Balestra.

Senadora, é um assunto importante o projeto do Senador Lasier Martins, e é importante a gente ouvir, seja o Ministério da Agricultura, sejam os produtores rurais, seja a aviação agrícola, a Embrapa, as empresas, porque nós temos que desmistificar esse processo. Eu até entendo e sei, sou agrônomo, sou técnico agrícola, sou produtor rural, da importância da polinização, da importância das abelhas, ninguém desconhece essa questão. Agora, nós temos que ter um cuidado nesse processo, e por isso é importante a presença dessas pessoas que estão aqui, que vão nos dar um norte, Senadora Soraya, orientar-nos nesse relatório que a gente quer produzir, o mais isento possível, para que a gente possa preservar, sim, nosso meio ambiente, preservar as nossas abelhas, mas também preservar o agricultor, o produtor e a produção que nós temos hoje, que, afinal, hoje é o carro-chefe da nossa economia no País – e já são tantos problemas que nós enfrentamos hoje em vários segmentos da agricultura, o agricultor não está nadando de braçada. Então, a gente tem que desmistificar, e por isso a importância das pessoas que vieram aqui. São técnicos, são profissionais que vão nos dar um norte e certamente nos ajudar a preservar o meio ambiente, a preservar as abelhas e também fazer com que a nossa agricultura sustentável possa dar esse andamento.

Obrigado. E vamos direto aos nossos painelistas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

Nós vamos conceder dez minutos para cada um. Caso achem necessário, existe uma possibilidade de flexibilizar isso.

Antes eu só quero agradecer aos Senadores que assinaram a emenda que nós fizemos à PEC paralela da previdência. Aproveito que os produtores rurais estão nos assistindo para dizer que nós fizemos uma emenda supressiva em relação ao Funrural e à taxação da exportação do agro. É inadmissível que, em um mercado liberal, com um novo governo, isso seja aceito. O agro vem carregando o País nas costas, o agro salvou o Brasil da recessão, foi o agro que segurou, é a força motriz do nosso País. Somos o celeiro do mundo, mas precisamos melhorar, avançar, e não ser apenas exportadores de *commodities* primárias. Precisamos avançar nisso. Não podemos deixar o agro para trás e penalizá-lo mais uma vez. Na verdade, ninguém pode ser penalizado, nenhum empresário; aqueles que produzem não podem ser penalizados. Então, eu peço a compreensão dos Senadores: quando pensarem nisso, discutam... Graças a Deus, a adesão a essas emendas foi enorme, e eu consegui, em menos de 24 horas, adesão de sobra. Então, parabéns aos Senadores que têm consciência de que o Brasil precisa caminhar.

Vou passar a palavra agora para Carlos Ramos Venâncio, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Carlos.

O SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO (Para exposição de convidado.) – Primeiro quero agradecer à Senadora Soraya Thronicke pelo convite ao Ministério da Agricultura para a gente falar um pouquinho sobre o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Agricultura na avaliação dos defensivos, dos pesticidas.

Cumprimento também o Senador Heinze, companheiro de caminhada na regulação desses produtos. Em sua pessoa cumprimento os demais integrantes da Mesa.

Primeiro, a gente sempre gosta de frisar a missão institucional do Ministério da Agricultura, que é promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira. Então, é com esse norte que todo o Ministério da Agricultura trabalha em todas as suas atividades.

Entro propriamente na questão dos pesticidas.

A gente precisa entender que anualmente a gente tem 80 mil substâncias sendo sintetizadas no Brasil e no mundo, e todas essas substâncias são avaliadas a partir da toxicologia clássica. Dessas 80 mil, cerca de 500 no mundo e cerca de 312 no Brasil são classificadas como pesticidas de uso agrícola. Então, a grande maioria das substâncias têm outras finalidades, e toda segurança no uso desses produtos é realizada de acordo com a toxicologia, de acordo com um critério de risco. Você avalia o perigo da substância e a forma de utilização dela, desde a exposição humana até a exposição de organismos não alvo, como, nesse caso, os insetos polinizadores.

O primeiro desafio que a legislação nos impõe é a própria definição dos pesticidas, dos agrotóxicos, na lei. Ela define que qualquer processo físico, químico ou biológico de controle de praga se enquadra como pesticida. Então, a gente tem produtos com perfis de risco totalmente diferentes entre si que são regulados dentro do mesmo marco legal. Isso, sem dúvida, dificulta a vida principalmente de produtos biológicos e produtos alternativos, porque você tem uma série de exigências e obrigações que se justificam quando a gente trata de produtos químicos, pelo risco inerente desses produtos, mas não se justificam para produtos com perfil toxicológico mais favorável. A regulamentação dos órgãos de registro – no caso, MAPA, Ibama e Anvisa –, como vou detalhar mais para frente, tem um limite, e o limite é a lei.

Próximo.

A nossa legislação básica.

A gente começou a registrar esse tipo de produto em 1934, com um decreto-lei do Getúlio Vargas. Em 1976, o Ministério da Saúde se junta a esse processo. Em 1989, com a lei atual, o Ministério do Meio Ambiente se junta a essa atividade.

A competência do Meio Ambiente efetivamente é executada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), e, a partir de 1999, com a criação da Anvisa, a Anvisa assume as ações que antes eram coordenadas pelo Ministério da Saúde. É a Anvisa que hoje concentra toda a avaliação desses produtos.

Na nossa legislação básica, eu gosto de destacar sempre a Lei 9.974, que é a Lei de Recolhimento de Embalagens. O Brasil hoje é uma referência mundial no recolhimento de embalagens vazias de produtos. Inclusive, o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para expandir essa experiência do recolhimento de embalagens vazias de pesticidas para outros produtos com risco similar, para que também tenham o mesmo tratamento que é dado aos agrotóxicos.

O que gosto de destacar é que a lei concedeu igual competência e igual nível hierárquico, digamos assim, entre o Ministério do Meio Ambiente, o da Agricultura e a Anvisa. Os três órgãos têm diferentes competências para avaliar pesticidas, mas nenhum órgão se sobrepõe ao outro. Então, qualquer restrição estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente – nesse caso, o Ibama – ou pela área de saúde – nesse caso, a Anvisa – ou mesmo pelo Ministério da Agricultura é obrigatória em qualquer produto, e, mesmo após ser registrado em nível federal, ainda existe a possibilidade de os Estados estabelecerem restrições estaduais também, serem mais restritivos do que a União nesse caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Agrotóxicos trabalha de forma um pouco diferente da de outras leis construídas no Congresso. Ela é uma lei de 1989, foi produzida muito proximamente à Constituição Cidadã, e, por isso, já traz em seu corpo diferentes competências na fiscalização e no registro desses produtos. Então, o MAPA controla e fiscaliza a produção, a importação e a exportação; o Estado fiscaliza o uso, o consumo, o comércio, o armazenamento e o transporte. Sem dúvida, é no uso que estão os maiores desafios para promover uma melhoria contínua no uso correto das substâncias a campo. E a lei também prevê competência municipal, aí supletivamente. Alguns Municípios, inclusive, executam essa competência estabelecendo uma série de restrições.

O MAPA tem a competência de avaliar eficiência e praticabilidade agronômica e resíduos; o Ibama avalia a periculosidade ambiental, inclusive a questão de insetos polinizadores. Então, é bom frisar que esta competência é exclusiva do Ministério do Meio Ambiente: executar, através do Ibama. E a Anvisa faz a avaliação toxicológica e o estudo de resíduos. Então, o objetivo...

Esses três órgãos contam com carreiras de Estado para fazer essas avaliações. No Ministério da Agricultura, são os Auditores Fiscais Federais Agropecuários que avaliam os pesticidas; no Ibama, são os Analistas Ambientais; e, na Anvisa, são os Especialistas em Regulação. Então, a atividade de registro dos agrotóxicos é uma atividade de Estado, e por isso a importância da estabilidade das equipes técnicas de cada órgão. Houve todo um investimento ao longo dos anos, tanto no MAPA como no Ibama e na Anvisa, para capacitação, para a gente ter níveis de excelência na avaliação desses produtos em relação ao que a gente vê em outros países. Então, o nível regulatório a que a gente chegou hoje no Brasil é equiparado ao que a gente vê hoje, por exemplo, nas Américas, apenas nos Estados Unidos e no Canadá, que têm um nível técnico de avaliação semelhante ao que a gente faz no Brasil hoje em termos de requisitos de estudos e de avaliação técnica realizada.

A gente tem uma série de tipos de registro, de diferentes produtos com diferentes perfis toxicológicos, e a lei nos impõe toda uma exigência de transparência. Então, quando a gente recebe um pedido de registro, a gente publica um extrato desse pedido, que é a publicação à esquerda, e, uma vez aprovado, também a gente publica um extrato do deferimento, que foi essa publicação que saiu na última terça-feira. Isso é feito justamente para dar publicidade a todos os trabalhos desenvolvidos pelos três órgãos.

Uma série de questionamentos vem sendo feita sobre o aumento nos registros, mas isso se deveu a uma série de melhorias regulatórias que foram aplicadas nos últimos cinco anos pelo menos, desde a implantação do projeto MAPA sem Papel. Parece pouco, mas, quando eu entrei no Ministério da Agricultura, o primeiro processo que eu recebi para analisar na área de pesticidas era maior do que eu, fisicamente maior do que eu, e hoje essa avaliação é toda feita dentro de um sistema eletrônico. Então, os técnicos hoje têm qualidade de vida, porque eles não lidam com papéis velhos. Enfim, havia uma série de doenças ocupacionais que a gente tinha na coordenação por causa desses documentos antigos. Hoje a gente trabalha com assinatura eletrônica, com envio e resposta de exigências por *e-mails* institucionais.

Inclusive, este ano, numa iniciativa nova do Ministério, a gente recebeu sete novos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, que estão trabalhando com a ferramenta do teletrabalho. Como a gente agora trabalha com o sistema eletrônico, não há necessidade de a pessoa estar fisicamente lotada, estar presente fisicamente na Coordenação de Agrotóxicos. O Ministério, numa experiência-piloto, adotou o teletrabalho, o trabalho à distância. Essa é uma experiência que já existe em diversos outros órgãos, como a Procuradoria-Geral da República, o Ministério do Meio Ambiente e a própria Anvisa. Com esses auditores novos, a gente possibilitou ao MAPA, especificamente à Coordenação de Agrotóxicos, praticamente triplicar a sua capacidade operacional de gerar pareceres.

A gente tem estudos que são particularmente avaliados pelo Ministério da Agricultura, de eficiência e praticabilidade agronômica. O MAPA credencia entidades para a execução desses estudos nos Estados, e a gente tem uma normativa que estabelece os requisitos. Então, a cada recomendação de uso de um produto a campo, a eficiência é garantida, no caso de uma inovação, por três estudos de eficiência e praticabilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronômica realizados em locais representativos do cultivo, no mesmo local em anos diferentes ou em vários locais no mesmo ano. Quando já existe aquela recomendação, o requisito técnico é apenas um estudo.

A gente também tem a previsão legal do registro por comparação, que são os genéricos. Esse é um decreto, o Decreto 5.981, que foi publicado em 2006, que representa hoje cerca de 90% a 95% dos números de registro. Então, acho que é importante frisar que os números de registro são fruto da aplicação de um regulamento estabelecido há quase 15 anos, 13 anos.

A gente também tem uma previsão legal, na Lei de Proteção de Dados, uma lei que beneficia as empresas que desenvolvem tecnologia, de que um produto novo tem 10 anos de proteção de dados – a gente não pode registrar nenhum produto terceiro com base nesses estudos –; um produto que já está no mercado, 5 anos; e, no caso de estudos solicitados pelo Governo, um ano. Então, é nesse sentido de promover e valorizar a inovação. A gente sabe que a política de genéricos é fundamental para baratear o preço. Então, os dados que a gente tem... Por exemplo, um mercado de um produto que antes estava restrito a uma empresa: na hora em que chegam pelo menos três genéricos, esse mercado cai a cerca de 60% do que era originalmente, e aí a gente tem uma efetiva concorrência naquele mercado.

A gente também tem estudos de resíduos. Como falei, nas Américas, apenas Canadá, Estados Unidos e Argentina requisitam estudos de resíduos com essa garantia do BPL. Então, hoje os estudos produzidos no Brasil têm validade internacional. O requisito brasileiro é de quatro estudos representativos para a Anvisa chegar a determinar o LMR.

E agora chego propriamente à avaliação dos polinizadores.

Como falei antes, a gente está falando de uma competência exclusiva do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama). Nesse sentido, ele já vem há algum tempo fazendo a reavaliação dos produtos neonicotinoides e do fipronil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO – Eu gostaria de destacar aqui a Instrução Normativa nº 2, do Ibama, de 2017, que estabelece os requisitos para registro de produtos que têm impacto nas abelhas – não só nas abelhas nativas, mas em outros polinizadores de forma geral.

Então ela exige hoje estudos laboratoriais de toxicidade aguda e crônica em abelhas adultas e larvas; estudos de resíduos em néctar e pólen em diversas culturas, nas culturas para as quais esteja sendo pleiteado um determinado registro; e um estudo específico com o objetivo de identificar a ação sobre as colônias de abelhas. Há todos esses estudos. E as boas práticas laboratoriais são um requisito da Organização Econômica de Cooperação e Desenvolvimento para também ter validade internacional.

Também quero destacar as publicações do Ibama, como a Seleção de Espécies de Abelhas Nativas para Avaliação de Risco de Agrotóxicos. É importante frisar que o Ibama foi precursor mundial na avaliação de pesticidas para abelhas nativas. O que a gente via na Europa e nos Estados Unidos eram avaliações de risco para abelhas *Apis*, que são abelhas muito vigorosas e que, devido a esse vigor, têm uma tolerância maior não só a esses produtos como a qualquer outra intempérie a que são submetidas. E o Ibama, tendo em vista a diversidade biológica nacional, considerou relevante expandir essa experiência internacional também para abelhas nativas brasileiras e, aí, selecionou abelhas em que esse impacto é mais sensível para serem indicadores dessa avaliação de risco. Também cito o Manual de Avaliação de Risco Ambiental de Agrotóxicos para Abelhas. Então, dentro do marco legal, no entendimento do Ministério da Agricultura, já existe amparo pleno para que o Ibama exerça sua competência e avalie a segurança desses produtos, não sendo necessárias alterações legislativas nesse sentido. Essa é a visão do Ministério da Agricultura.

Aí estão os números de registro, tão polêmicos. No entendimento do Ministério da Agricultura, é importante frisar que, quanto mais rápido for o registro, mais rápido os produtores terão acesso a moléculas de menor toxicidade e mais rápido a gente poderá tirar produtos antigos do mercado. Nas referências regulatórias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente tem no Brasil, como a Europa, Estados Unidos, Canadá, Austrália, os registros de um produto novo demoram cerca de três anos para chegar ao mercado, e os de um produto genérico, entre um ano e um ano e meio.

A gente costuma falar que, muitas vezes, diversos produtos que já tinham a patente expirada poderiam ter genéricos, mas não tinham efetivamente genéricos no mercado porque o Governo não dava conta, pela fila homérica de registros que a gente tem e devido a uma série de medidas – com destaque para Anvisa, que é o órgão onde historicamente anda mais devagar essa avaliação, até por uma questão da característica de avaliação deles. Eles adotaram uma série de sistemas, inclusive continuam adotando sistemas. Hoje está sendo desenvolvido, por exemplo, um sistema com inteligência artificial no âmbito da Anvisa que vai reduzir a avaliação de cinco dias por processo para um dia, conforme a própria notícia divulgada no *site* deles. Então, há uma série de medidas que vão agilizar a avaliação sem perder a qualidade técnica desse trabalho.

Também é importante destacar uma tendência clara de uso de registro de produtos de baixa toxicidade. Este ano provavelmente a gente deverá publicar especificação de referência para agricultura orgânica para pragas como o bicudo, o percevejo marrom, pragas de alta relevância para a agricultura brasileira. Talvez, três ou quatro anos atrás, fosse impossível visualizar que a gente pudesse ter opções também biológicas para o controle dessas pragas.

É importante frisar que hoje, ao contrário... Por exemplo, na crise com a helicoverpa, em que a gente teve uma praga nova entrando no Brasil, uma lagarta muito agressiva, o Ministério fez uma política de registro de produtos biológicos e microbiológicos que quebrou uma resistência histórica, até pela necessidade dos produtores de controlar essas pragas; quebrou a resistência a produtos biológicos e microbiológicos. E hoje a gente vê Estados como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com um uso muito intenso dessa tecnologia. Realmente houve um avanço muito grande no uso desses produtos.

Este ano a gente fez uma matéria no *site* do Ministério da Agricultura mostrando que, de 2016 para 2017, a produção de produtos biológicos e microbiológicos cresceu 77% mesmo com o País em crise. Se vocês conhecerem alguma coisa que cresceu 77% mesmo com o País em dificuldade... É realmente uma tecnologia que está avançando de forma espetacular.

Há uma série de desafios. Sem dúvida, um dos maiores é aumentar o controle governamental sobre o uso dos agrotóxicos. Por isso uma fala da própria Sra. Ministra sobre a necessidade de estabelecer o cadastro dos aplicadores de agrotóxicos para que sejam desenvolvidas políticas públicas de saúde e acompanhamento da saúde...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO – ... que é realmente quem está mais submetido ao risco no uso desses produtos.

Também há o desenvolvimento do SIA, um sistema informatizado para avaliação conjunta entre MAPA, Ibama e Anvisa.

Basicamente, era o que eu queria falar.

E há o nosso sistema Agrofit, que é aquele em que todos – agricultores, Ministério Público, todo mundo que tiver interesse – podem consultar os produtos aprovados, a rotulagem dos produtos aprovados.

Rapidamente, era isso que eu tinha para falar para os senhores.

Fico à disposição aqui para qualquer dúvida ou questionamento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Carlos, obrigada pelas explicações. Isso vai ficar na página da Comissão para que as pessoas tenham acesso. Infelizmente, aquelas pessoas que mais criticam não estão aqui para ouvir e entender o que são essas moléculas, se causam mesmo perigo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou o autor do projeto, Senador Lasier Martins. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Desculpe. Eu estava na CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – A gente sabe como é. Está desculpado.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Vamos para o segundo orador, Decio Gazzoni, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O SR. DECIO LUIZ GAZZONI (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadora; bom dia, Senadores; bom dia a todos.

Em primeiro lugar, em nome do nosso Presidente Celso, faço o agradecimento pela honra do convite para estar aqui participando, contribuindo nessa discussão.

Nós gostaríamos de iniciar dizendo que vamos nos ater a duas palavras-chave aí: a questão de proteção e a questão de pesquisa de população dos polinizadores.

Quando nós falamos em polinizadores, a primeira coisa que vem à mente são abelhas. E faço questão de começar com o eslaide do morcego, porque mamíferos e outros animais também são polinizadores. Aves como colibris, beija-flores e mesmo outras aves, mariposas, borboletas, outros insetos são polinizadores, mas realmente abelhas são o grande grupo de polinizadores, representam a maior parte do serviço ecossistêmico de polinização conhecido no mundo.

O que vem a ser a polinização? De uma forma muito simples, muito estereotipada, a polinização consiste de um processo que se inicia nos estames, parte masculina das flores, das plantas, que contêm os microsporângios – desculpem pela linguagem científica –, que produzem os gametas haploides, contidos nos grãos de pólen, que não contêm só o gameta, contém outras coisas, que se localizam na antera da planta.

O que os polinizadores fazem? Os polinizadores apanham os grãos de pólen – e aí está uma abelha recoberta de grãos de pólen, todos aqueles grãozinhos amarelos são grãos de pólen – e transportam da parte masculina da flor para a parte feminina, para o estigma. Com isso, os grãos de pólen são depositados sobre o estigma, para aquele estilete, que a gente percebe bem à direita. Então, no interior dele, forma-se um tubo polínico, dentro disso cresce o grão de pólen, que se dirige ao ovário, promove a fecundação, daí a formação de sementes, frutos. É assim que se propaga a vida.

Então, polinização, mantidas as devidas proporções, é o paralelo do ato sexual nos animais. É assim que ocorre a fecundação, é assim que se perpetua a vida. Daí vem a enorme importância que tem a polinização para a vida na face da Terra.

Nós vamos colocar aqui alguns números a respeito de agricultura e polinização porque existe uma interface muito grande, embora a polinização não se restrinja à agricultura; polinização é importante também para espécies nativas, espécies silvestres, florestais, matas, etc. e tal. Esses números são números internacionais do Painel Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos e mostram que: 60% das espécies cultivadas no mundo não dependem de polinização, mas podem ser beneficiadas – ou seja, na ausência de polinização, existe produção, porém uma produção mais baixa; essa produção cresce com polinização –; 35% dependem totalmente ou em parte, ou seja, existem espécies que, sem polinização, simplesmente não formam frutos, não formam sementes; e 5% ainda necessitam de estudos.

Esse mesmo órgão, um órgão da ONU, mostra a perda de produção na ausência de polinização, que cai 90% para 12 das principais culturas do mundo; cai de 48% a 90% para 28% dessas culturas; e cai de 1% a 40% para 45% das culturas do mundo. Isso é um apanhado de todos os países. Como eu falei, é um painel intergovernamental, um órgão da ONU. Nós temos estudos específicos do Brasil, mas números do IPBES mostram que, em produção e produtividade, a produtividade aumenta para 87 culturas e cerca de 35%, um terço da produção agrícola mundial, depende diretamente da polinização, Senador Heinze.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prosseguindo, quando a gente trata de políticas públicas e prioridades, é sempre importante colocar alguns números. O número de que se dispõe, o número aceito, que circula, trafega sem controvérsia no meio científico é esse de 215 bilhões, mas veja bem que foi um estudo estabelecido em 2005. Nesses últimos quase 15 anos a produção agrícola mundial quase dobrou, e obviamente houve uma depreciação do valor do dólar norte-americano – eles também têm inflação, não só nós. Então, hoje esse valor tranquilamente situa-se entre US$400 bilhões e US$500 bilhões anuais; é o valor estimado da polinização. Isso representa cerca de 9,5% – podemos arredondar para 10%, para guardar com maior facilidade – da produção global de alimentos.

De acordo com a FAO, entre 1961 e 2008, houve um aumento de 200% na área de culturas, aquelas culturas dependentes de polinização, e mais recentemente, de 2005 a 2018, mais 38% nos cultivos dependentes. É interessante explicar isso, porque está associado, em parte, ao crescimento da população – a população vem crescendo –, mas principalmente, Senador, ao crescimento da renda *per capita*. Conforme aumenta a renda *per capita* do cidadão, há mais dinheiro à disposição das famílias, e o consumo alimentar se torna mais exigente. E normalmente esse consumo mais exigente de frutas, hortaliças e etc. se dirige a esses cultivos que são mais dependentes de polinização. E esse paradigma deve se perpetuar no futuro, deve continuar no futuro, porque, realmente, todos os indicadores apontam para isto: que a renda *per capita* cresce no mundo nos próximos anos.

No Brasil, uma colega nossa, a Professora da USP, Giannini, fez um estudo com 141 cultivos brasileiros, mostrando que 85 deles dependem de polinizadores, sendo 25 com alta dependência. E, no caso brasileiro, a contribuição dos polinizadores é de 12 bilhões anuais. É um primeiro estudo, obviamente sujeito a todo problema de um estudo pioneiro. E uma das nossas propostas, que eu coloco depois, é que a gente aprofunde e detalhe esse estudo, porque realmente esse processo é muito importante para a sustentabilidade do agronegócio nacional.

Muito bem, há três anos, quando foi realizado o XXV Congresso Internacional de Entomologia, nós fizemos um painel, que foi organizado conjuntamente pela ABELHA, uma ONG cuja diretora, Ana Lucia, se encontra aqui na plateia, e pela Embrapa, que levantou as dez principais causas de desaparecimento de abelhas no mundo. Então, nós convidamos especialistas do mundo inteiro que mostraram que o desaparecimento das abelhas estava associado a: redução do hábitat, simplificação da paisagem/monocultivos, pragas e doenças que afetam abelhas, estresses nutricionais, estresses de movimentação.

Detalharei só um pouquinho de cada um.

Redução de hábitat significa o seguinte: se nós voltarmos 1 milhão de anos, havia um hábitat para abelhas no mundo. Só que se construíram cidades, foram construídas vilas, a agricultura cresceu, mais tarde vieram estradas, vieram indústrias, vieram vilas, vieram áreas de lazer, e isso reduziu o hábitat das abelhas. Então, aí eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que não é apenas a agricultura, Senador Heinze, que reduz o hábitat. Construir um apartamento, um bloco residencial reduz hábitat. Qualquer coisa que a civilização demande de expansão de área reduz hábitat.

A simplificação da paisagem também está associada a isso, embora nós tenhamos, no caso de agricultura, monocultivos extensivos. E a abelha, como qualquer animal, precisa de diversidade alimentar, não pode se alimentar de uma única espécie. Caso contrário, ela entra, no item "d", que são os estresses nutricionais.

Pragas e doenças. Como qualquer ser vivo, abelhas são afetadas por fungos, vírus, bactérias, insetos, ácaros etc.

O estresse de movimentação, por enquanto, ainda é muito restrito a países do hemisfério norte, Europa, principalmente Estados Unidos. Nos Estados Unidos, é comum transportarem-se caixas de abelhas, Tom Prado, do Nordeste para a Califórnia, por cinco mil quilômetros, presas dentro de contêineres durante uma semana. Você imagina o choque que essa colônia de abelhas leva quando é colocada numa plantação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

amêndoas na Califórnia e, depois de 60 dias, volta para a Flórida etc. Então, isso leva, realmente, a estresses diversos.

Mudanças climáticas estão definitivamente em curso e afetam tanto as plantas que fornecem recursos quanto as próprias abelhas.

O estreitamento da base genética refere-se especificamente a abelhas de criação.

Manejo inadequado de colônias. Grande parte das nossas perdas se deve a isso. Elas não são manejadas adequadamente.

Há um aspecto para o qual eu gostaria de chamar a atenção – volto a ele depois na questão legislativa – , que trata da competição entre polinizadores criados e selvagens, abelhas nativas.

E, finalmente, porém não menos importante, como foi bem apresentado aqui pelo colega Carlos Venâncio, há o uso inadequado de agrotóxicos e a deriva causada por aplicação mal efetuada.

Então, essas são as dez causas.

Veja bem que isso, como eu falei, foi dito por especialistas de todo o mundo. Portanto, algumas são mais importantes em um país; outras não são importantes sequer em outros países. Foi feito um apanhado mundial nesse painel que foi realizado pela Embrapa e pela ABELHA nos Estados Unidos.

Muito bem. Passamos a algumas propostas que estão, de algum maneira, amarradas com o que apresentei aqui, que são as causas do desaparecimento.

Em primeiro lugar, propomos a manutenção e a recomposição do hábitat. Este aqui é um aspecto muito, muito importante: a nossa legislação florestal, os corredores ecológicos – essa foto ilustra exatamente como a gente faz as conexões, que são muito importantes para a preservação da biodiversidade – e a recomposição com o PRA.

Nós temos um grande patrimônio. A nossa legislação florestal é um patrimônio, é uma coisa que depõe muito a nosso favor, a favor do Brasil. Existem políticas públicas nos Estados Unidos, nós vimos ainda agora... Na semana passada, nós estávamos no maior congresso mundial de abelhas, Apimondia, no Canadá, e vimos muito isto: como o pessoal busca políticas públicas, seja no Canadá, seja nos Estados Unidos ou na Europa, para tentar recompor a população de polinizadores, para manter essa população, porque eles não têm uma legislação florestal como a nossa, que é dura, que é severa e que impõe justamente essas questões de preservação, de área de preservação permanente, de reserva. Isso é um patrimônio enorme. Como eles não têm isso, eles são obrigados a criar isso e a pagar produtores para não plantar e, sim, manter uma área diversificada para a proteção de polinizadores. Isso não vai aparecer sequer nas minhas propostas, porque eu acho que nós não precisamos disso, já temos uma legislação adequada, e porque isso, realmente, custa muito dinheiro. Isso sai dos cofres públicos, são políticas públicas caríssimas para tentar manter essa questão.

Isso vale não apenas na área rural, mas também vale na área urbana. Nós podemos usar isso em parques, em jardins. Há uma questão na qual venho batendo há muito tempo, Senador: acostamento de estradas. Sempre que nós fizermos uma concessão pública de uma estrada, poderemos prever no contrato – podemos fazer estudos específicos, a academia pode estudar isso – que, de tantos em tantos quilômetros, deve haver áreas de preservação nos acostamentos por conta do concessionário, o que é muito mais fácil, Tom, do que colocar isso dentro da lavoura, porque você mexe demais com o sistema de produção. Então, é uma questão que eu gostaria que fosse analisada. Além disso, pode-se usar isso na urbanização de ruas, em escolas. A educação ambiental é fundamental. Nós precisamos preparar a próxima geração, para que seja melhor do que nós, para que tenha realmente uma percepção ambiental melhor do que essa.

Esse é o único eslaide que eu trouxe agora desse congresso dos Estados Unidos, e havia diversos outros que interessavam, mas eu quero chamar a atenção para o seguinte, gente: status de polinizadores nos Estados Unidos – quanto mais azul, mais alto – o Senador Heinze, que é que gaúcho como eu, e o Senador Lasier, que é gaúcho como eu, sabem que tudo que é azul é melhor, não é?

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Não sei. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DECIO LUIZ GAZZONI – Não?

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Há restrições.

O SR. DECIO LUIZ GAZZONI – Desculpe a provocação. Eu já sabia quem eu estava provocando. Justamente por conhecer os dois, eu sabia quem eu estava provocando, mas desculpe a brincadeira.

Se é amarelo, o *status* é baixo. Quem conhece e acompanha os Estados Unidos sabe que, justamente onde está essa grande faixa amarela, está o Corn Belt, uma grande área de produção de soja e de milho nos Estados Unidos. Está lá o Rio Mississipi, o corredor. Está aqui a produção de amêndoas ou de hortifrutigranjeiros na Califórnia, a produção da Flórida. Onde é que nós temos mais polinizadores? Nas áreas das Montanhas Rochosas, nos parques nacionais e no deserto, o que, num primeiro instante, me chamou a atenção. No deserto, aquelas poucas plantinhas do deserto, intocadas, servem para manter a biodiversidade e a população.

E por que isso acontece lá? Justamente porque eles não têm uma legislação florestal igual à nossa. Não existe a obrigatoriedade de o produtor manter APP e manter reserva legal. Então, acontece isso. Nós temos esse patrimônio no Brasil e precisamos realmente usar e mostrar para o mundo o quanto isso importa. O.k.? Então, eu fiz questão de trazer isso para mostrar como, às vezes, nós não valorizamos adequadamente as políticas públicas que temos no Brasil.

Dentro dessa proposta de conservação, Senadora, nós estamos finalizando agora na Embrapa um livro. Não vai ser o único; ele não é sequer original – existem outros tão bons quanto ele ou, eventualmente, até melhores –, mas ele se destina justamente a essa questão. É um livro que contém informações sobre a conservação de polinizadores. Ele foi inspirado justamente na legislação florestal. Ele contém a relação de plantas preferidas por polinizadores, com suas características biológicas e ecológicas; a identificação dos recursos oferecidos por essas plantas; identifica os locais de ocorrência e as épocas de florescimento. Então, a inspiração inicial foi justamente a CRA, o PRA, mas também serve para a questão de parques, de jardins e de urbanização.

Eu gostaria, neste momento, Senadora, de lhe passar um livro publicado pela Embrapa que trata especificamente da relação entre soja e abelhas. De alguma maneira, tanto ele quanto este remetem ao seu discurso inicial da sustentabilidade da agricultura brasileira. É uma publicação que nós acabamos também de fazer.

Senadora, há quatro meses, houve uma acusação muito forte ao agronegócio brasileiro, dizendo-se que, por conta da guerra tarifária entre China e Estados Unidos, o Brasil ocuparia a posição, exportaria mais soja para os Estados Unidos à custa da derrubada da Floresta Amazônica, o que é uma *fake news* característica. A Embrapa se organizou de comum acordo com a Ministra, com o gabinete da Ministra, e demos uma resposta à altura, baseada em argumentos de mercado, em argumentos científicos e técnicos, para confrontar uma acusação dessas que não faz absolutamente qualquer sentido. Então, eu faço questão de passar isto às suas mãos, porque remete ao seu discurso inicial, quando a senhora abriu os trabalhos aqui.

Elencamos algumas propostas aqui.

Precisamos ter cuidado com a introdução de material genético exótico. Já existe normatização a respeito disso, mas eu faço questão de realmente chamar a atenção. Isso precisa ser severo, precisa ser considerado. Sempre que a gente traz um material genético exótico, inclusive de espécies já introduzidas, isso deve ser feito mediante critérios rígidos, com análise de risco. Mais ou menos na linha do que o Carlos Venâncio colocou para a análise de pesticidas, isso também vale para material biológico.

Inclusive, neste momento, como a gente sabe, porque é conversa corrente, apicultores estão tentando trazer rainhas da espécie *Apis mellifera,* abelha europeia. E nós vimos, nesse mesmo congresso lá, Dra. Ana, que a Europa e os Estados Unidos estão buscando novamente material genético nas matas para tentar chegar aonde nós estamos na nossa abelha africanizada. Tom, eles já estão com problemas seriíssimos de sanidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

das abelhas, e nós temos rusticidade. Nós corremos o risco de trazer o material genético deles e de degradar o nosso material genético aqui.

Precisamos de zona de *buffer* em áreas de conservação. Isso, de alguma maneira, já consta da nossa legislação, mas, dentro do projeto, da proposta do Senador Lasier, permite-se justamente colocar isso. Nós precisamos tomar o cuidado de interferir o mínimo possível no que ocorre na natureza. A busca e captura de enxames silvestres tem que, de alguma maneira, acontecer sim – o próprio Conama está trabalhando na sua nova legislação, prevendo essas questões –, mas isso pode estar num patamar superior na lei, para que haja um equilíbrio entre o que retiramos da natureza e o que temos que conservar dentro da natureza, para evitar o esgotamento desse nosso material genético. Isso significa regulamentar e fiscalizar a captura de enxames de abelhas nativas e selvagens.

Quanto à movimentação de material genético dentro do Brasil, nós não podemos esquecer que o Brasil é um País continental. Os biomas nossos, o clima nosso é muito diferente do Norte para o Sul, do Oeste para o Leste. Então, nós temos que ter muito cuidado com essa movimentação de material genético. Introduzi-lo em outros locais representa risco, principalmente risco sanitário, de a gente estar introduzindo pragas, doenças de uma região em outra, de uma região onde já houve uma coevolução... De repente, leva-se esse material da Amazônia para o Rio Grande do Sul, prejudicando abelhas no Rio Grande do Sul, ou vice-versa. Então, isto precisa ser feito: regulamentar e fiscalizar a movimentação de abelhas vivas entre regiões, especialmente entre os nossos biomas.

Quanto à minimização do impacto de pesticidas, acho que o Carlos Venâncio cobriu muito bem essa questão, quando a colocou aí, mas eu queria chamar atenção, gente, para o fato de que, na própria justificativa do projeto do Senador Lasier, consta o número de 500 milhões de abelhas que morreram. Veja, Senador, que 500 milhões de abelhas... Se nós consideramos... Eu vou arredondar o número, não quero polemizar, quero só fazer rapidamente uma conta: 100 mil abelhas por caixa representam mais de 200 bilhões de abelhas. Então, 500 milhões... Não quero minimizar, mas por outras causas, por outras razões, morrem muito mais abelhas. Então, nós corremos o risco de uma discussão muito emocional, muito enviesada, buscando uma única causa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DECIO LUIZ GAZZONI – ... que, às vezes, nem é a principal.

Novamente, eu quero me reportar a esse congresso em que a gente esteve no Canadá. Pesquisadores americanos falam que, para eles, é absolutamente normal todo ano perder de 35% a 40% das caixas por causas naturais, quer dizer, nós estamos falando aqui desses 500 milhões de abelhas – eu fiz as contas –, e isso dá menos de 0,5%.

Então, nós precisamos ter equilíbrio. Não quero absolutamente minimizar o impacto de pesticidas. Não é isso. Nós precisamos olhar holisticamente e tratar holisticamente todas as causas, senão arriscamos gastar todos os nossos recursos e as nossas fichas em uma única causa, que não é a verdadeira.

Uma proposta bem clara... Acho novamente que o Carlos colocou muito bem que esse assunto é abordado na legislação atual, mas existe uma nova legislação sendo discutida no Congresso Nacional. E essa nova legislação deve justamente abordar essa questão de proteção de polinizadores, de maneira a minimizar o risco de acidentes, principalmente em consonância com o conhecimento científico atual, atentando especialmente para a ferramenta que o Carlos ressaltou, que é a análise de risco.

Quanto às propostas de conservação, nós temos aí boas práticas agrícolas, boas práticas apícolas e comunicação entre agricultores e apicultores. Isso é parte de projetos da Embrapa que buscam justamente dizer o seguinte: "Olha, gente, é perfeitamente possível essa convivência, desde que a gente faça bem feito aquilo que a gente sabe que tem que ser feito". Então, nós estamos em um grande processo de socialização desse conhecimento, buscando demonstrar que é perfeitamente possível a convivência harmônica entre essas duas atividades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalizando, eu botei aí propostas de PDE: o P é de Pesquisa, o D é de Desenvolvimento, e o E é de Educação. Precisamos, realmente, de muita educação, de preparar as próximas gerações.

Aqui eu vou me ater a grandes títulos, a grandes linhas de pesquisa, e uma delas é levantamento, taxonomia, biologia e ecologia de polinizadores. Nós precisamos entender e conhecer esse mundo. Precisamos entender a sanidade das abelhas, quais são os problemas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DECIO LUIZ GAZZONI – ... que existem com vírus, bactérias, insetos etc.

Quanto à relação entre polinizadores, cultivos agrícolas e espécies silvícolas, é preciso entender quais polinizadores preferem quais plantas, como eles atendem a quais plantas e como nós podemos melhorar isso.

É preciso valorar o serviço ecossistêmico de polinização. Aquele trabalho pioneiro da Giannini precisa ser expandido.

Ressalto ainda o estudo das causas de redução da diversidade e população de polinizadores e das formas de mitigação. A polinização pode ser feita por uma única espécie de abelha? Pode, mas, se diversas espécies interagem, todos os estudos mostram que nós temos maior produção e melhor qualidade na produção.

É preciso integrar a proteção aos polinizadores nos programas de Manejo Integrado de Pragas.

Nós precisamos de disciplinas específicas de polinização nas universidades. Para isso o Ministério da Educação precisa atentar. E, principalmente, elas devem ser obrigatórias para profissionais das ciências agrárias, engenheiros agrônomos, médicos veterinários, zootecnistas, e devem ser optativas para outras áreas conexas, como Biologia, Zoologia etc.

E é preciso educação ambiental, utilizando abelhas como modelos, começando no primeiro grau. Nós precisamos preparar a nova geração para realmente entender a importância das abelhas dentro das cadeias alimentares e da vida no nosso Planeta.

Senadora, novamente, muito obrigado pelo convite.

Era isso que nós tínhamos para apresentar.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Decio, quero parabenizá-lo pelo excelente trabalho, pelos livros, por este material aqui, que é fantástico e que vai me dar subsídio para continuar nessa... Estou informando o máximo que eu posso, aqui e no exterior, para que a gente não tenha mais que suportar esse tipo de coisa.

Muito obrigada.

Agora eu passo a palavra para Tom Prado, Coordenador de Projetos do Grupo Técnico de Fitossanidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

O SR. TOM PRADO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Eu queria agradecer o convite ao Senador Luis Carlos Heinze, em nome da CNA, em nome do Dr. João Martins, que manda um abraço.

Quero cumprimentar a Senadora Soraya, o Senador Lasier Martins.

Nós vamos falar de um caso particular de convivência entre agricultura e apicultura, que é o modelo da Fazenda Itaueira Agropecuária, que produz melão. É uma fazenda que iniciou suas atividades em 1999, que trabalha em modelo de parceria.

Os dois senhores que estão aí à esquerda, Sílvio Dantas e João José Brasil, desde 1999 são parceiros na produção. É uma empresa familiar, que já está preparando a terceira geração, que é aquela que está ali naquele tratorzinho, do lado direito.

Essa é uma foto aérea da Filial Canto do Buriti, da produção de melão.

Aí, a embalagem do melão.

Aí, são alguns produtos da empresa: melão, melancia, pimentão, uva, camarão e mel.

Ela tem atividades em quatro Estados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa iniciou a pesquisa de produção de mel e de melão e constatou aquilo que foi apresentado pelo Decio, da Embrapa. O melão é uma cultura dependente de polinização, 100% dependente. Se não houver polinização, não há produção de melão. O meloeiro não produz frutos autopolinização nem por partenocarpia, necessitando, obrigatoriamente, da transferência de pólen realizada por vetores bióticos. E, para a formação de frutos com características comerciais, são necessárias de 10 a 15 visitas de abelhas.

A flor hermafrodita do melão – já está preparado ali um ovariozinho dela para receber os polens... O meloeiro emite em média 80 flores por planta, com uma razão sexual média de uma flor masculina para 18 flores hermafroditas. Temos emissão de flores hermafroditas por 16 a 20 dias, então há uma janela, um período em que deve haver a polinização para poder haver a produção do melão.

As flores hermafroditas recebem mais visitas das abelhas do que as flores masculinas, provavelmente por terem maior volume de néctar.

As flores hermafroditas femininas do meloeiro se fecham à noite. Isso é uma informação muito importante dentro do manejo da produção de melão. Elas são viáveis apenas por um dia: cada flor se abre um dia, depois se fecha e não se abre novamente. Elas se abrem ao amanhecer, finalizam seu ciclo ao final do dia e não se abrem mais no dia seguinte. Essa informação de que ela se fecha à noite para nós foi muito importante na identificação do manejo da convivência harmônica entre a apicultura e a agricultura da produção dos melões.

O horário de abertura das flores masculinas e hermafroditas é registrado por volta das 5h da manhã. Esses resultados concordam com os registros feitos por Abreu *et al*.

"Com um maior número de colmeias no plantio de melão se obteve uma maior produtividade" – essa é a tese do Prof. Breno Magalhães Freitas, da Universidade Federal do Ceará, que foi a primeira tese que a gente acessou, em 2004. Ele é PhD em Abelhas e Polinização e esteve também participando desse evento no Canadá, junto com o Decio, agora este ano.

Um dos maiores problemas da apicultura no Nordeste é a perda de enxames devido ao longo período de seca. Então, qual era o nosso desafio? Como conviver com a seca? Nós estamos passando atualmente pelo sétimo ano de seca, e com a seca as colmeias não ficam na fazenda. Mesmo os apicultores tradicionais sofrem com isso. Ocorre uma diminuição da população natural das colmeias em toda a Região Nordeste por conta da seca. Sete anos de seca! Nós temos que cuidar da sanidade e segurança das abelhas – isso foi dito aqui que pelo Decio já, a respeito das doenças e tal. E nós precisamos manter os enxames fortes o ano inteiro de forma sustentável, porque a cultura da produção do melão funciona 12 meses do ano: todos os dias há plantio; todos os dias há colheita. Se faltar abelha, não há produção. Então, ela é 100% dependente.

Então, houve uma evolução da apicultura dentro da fazenda Itaueira, que passou por fases: no início, havia o aluguel de colmeias; depois, houve a introdução gradativa de colmeias próprias; e hoje há uma apicultura racional, desde 2015. O gráfico mostra o número de colmeias crescendo ano a ano. Há os enxames, os ninhos vazios e o total. Há o total de colmeias, separando as que estão produzindo mel e as que estão fazendo polinização. As melgueiras, os sobreninhos. E aí há uma análise da visualização média das abelhas polinizando a cultura do meloeiro, ano a ano, mostrando a evolução ano a ano.

Vocês observem que em azul está o Estado do Ceará, mas ele só vai até 2016 porque, de 2016 em diante, faltou água, e nós não conseguimos plantar melão no Estado do Ceará. Por isso não houve polinização lá acompanhada por essa metodologia. Nos outros Estados, na Bahia e no Piauí, a gente observa na contagem do transecto que ela continua subindo a cada ano, porque as colmeias continuam crescendo na sua sanidade, na sua fortaleza e executando melhor polinização. E, por aquele trabalho do Prof. Breno, quanto maior a polinização, maior a produtividade. Então existe uma correlação direta de dependência e de querer aumentar a visita das abelhas para poder ter uma maior produtividade.

Aí estão citados alguns fatores críticos de sucesso, como a questão da pulverização noturna. E aqui eu me remeto àquela pesquisa que havia sido feita que citava que a flor só se abria de dia. As pulverizações na fazenda nunca são feitas de dia; elas sempre são noturnas, quando as flores estão fechadas. Por isso que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente nunca constatou na fazenda nenhuma mortandade de abelhas. Isso não foi uma metodologia que a gente mudou depois de conhecer. Isso na realidade já acontecia. Por que acontecia? Você faz a pulverização noturna porque é quando os ventos são mais fracos, é quando a umidade relativa do ar está mais alta. E esta é a melhor recomendação para fazer uma aplicação fitossanitária de qualidade: ventos baixos para poder ter menos deriva; e umidade relativa mais alta para você poder ter menos evaporação daquilo que está sendo aplicado.

A apicultura racional, então, foi implantada: revisões periódicas, escrituração zootécnica e boas práticas de manejo.

Essas boas práticas envolvem a questão de não deixar faltar água; providenciar um sombreamento; ter uma alimentação artificial para o período seco, porque senão as abelhas vão fugir; área de recuperação dos enxames, porque elas trabalham durante um período e, depois, no outro período da polinização, elas vão para uma área de recuperação; e a troca de rainhas, porque de tempos em tempos você tem que fazer esse manejo de troca de rainhas.

Aí está o acompanhamento da equipe técnica noturna. Esse equipamento é um pulverizador eletrostático. É uma tecnologia em que você usa menos produto; ele adere mais à folha e tem menos deriva.

Aí está um bebedouro automático.

Os enxames em recuperação. Essa é uma mata de reserva, como foi dito pelo Decio. Realmente é importantíssimo ter as reservas nas áreas. A gente deve agradecer já haver esse tipo de legislação.

Aí há a identificação de todas as colmeias distribuídas nas áreas, em volta das áreas; tudo isso mapeado com GPS, com a identificação.

Esse é um projeto futuro, de um *pallet* polinizador, em que um conjunto de quatro colmeias, em um *pallet* especial, pode ser empilhado e transportado facilmente entre as áreas, para poder haver menos impacto, menos movimentação, que foi outra coisa que o Decio ressaltou também.

E aí há a produção do mel, que foi um subproduto dessa iniciativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOM PRADO – A gente começou a fazer esse trabalho focado na produção de melão, para aumentar essa produção, a cuidar da cultura, e de repente começou a produzir mel. E a gente teve que descobrir o que fazer com isso. Acabou virando um projeto, e agora nós já estamos partindo para 5 mil comeias, com 10 mil sobreninhos. Estamos fazendo a multiplicação de rainhas em um sítio que fica numa serra onde há vegetação o ano inteiro, então é adequada para poder fazer esse tipo de multiplicação de rainhas.

Há pulverização noturna, adoção de apicultura racional, boas práticas, áreas de recuperação, mais pesquisas de nutrição e alimentação de abelhas – que a gente sugere porque, dependendo da alimentação, você tem um rendimento maior ainda.

E esse é o produto final.

Obrigado. Estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Tom. Parabéns também pela sua apresentação.

Neste momento vou passar a palavra para o Daniel Spanholeto, representante do Movimento Colmeia Viva e do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg).

O SR. DANIEL ESPANHOLETO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Meus cumprimentos, Senadora, Senador Heinze.

Fiquei muito feliz de a minha fala ser feita depois da do Decio e da do Tom Prado porque, dentro do Colmeia Viva, nós temos um objetivo muito claro de incentivar o diálogo entre os agricultores e os criadores de abelhas e também de disseminar as boas práticas agrícolas. Com isso a gente entende, como a gente já viu aqui com o Decio e com o Tom, que é muito possível haver essa interação entre agricultura, apicultura e defensivos agrícolas. E mantendo essas relações a gente pode continuar valorizando a proteção dos cultivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a proteção racional, o serviço de polinização, a proteção do meio ambiente e o respeito à apicultura. Manter o equilíbrio desse diálogo, integrando essas partes, é a chave para garantir o sucesso sustentável.

É importante – o Decio já citou muito, mas a gente vai ressaltar – é importante a gente entender um pouco do cenário atual, quando a gente fala na questão de desaparecimento e de mortalidade das abelhas. Dez anos atrás começou esse assunto do desaparecimento, falando-se em síndrome de desaparecimento das colmeias, que é uma sucessão de fatores que levam ao desaparecimento das abelhas das suas colmeias. Isso é diferente do que ocorre no Brasil, do que nos tem sido relatado, que é a mortalidade das abelhas. Quanto à síndrome de colapso das colmeias, não há estudos relatando isso no Brasil ainda. Então, o que a gente trabalha dentro do Colmeia Viva é essa relação de trabalhar nas iniciativas para melhorar essa questão da relação com os defensivos e entender realmente a importância que esses polinizadores têm na manutenção da biodiversidade das culturas agrícolas.

Lembro que, diante dos fatos que a gente tem relatados no Brasil – e isso está até disposto no projeto de lei –, quando a gente fala em polinizadores ou mortalidade, a gente está falando hoje, conforme os fatos relatados, na mortalidade relativa às abelhas comerciais, ou seja, às abelhas que estão totalmente direcionadas à produção comercial de mel, de própolis, de cera. Então a gente não tem como exemplo principal, como no exemplo que o Tom citou, do melão, relatos de mortalidade em situações que você tem a utilização de abelhas exclusivamente para a polinização das culturas. Então é importante a gente ter essa diferenciação.

Economizando, já que o Decio já falou aqui, há essa questão de que 35% do volume da produção de alimentos estão relacionados à polinização, incluindo as abelhas aí também, porque não são só as abelhas, e de 5% a 8%...

Lembro que o conceito de polinização que a gente usa muito dentro do Movimento Colmeia Viva, para poder direcionar as boas práticas, é o que eleva o potencial produtivo de uma cultura tanto na sua qualidade quanto na sua quantidade. Por isso, dentro do Colmeia Viva – e isso está dentro do nosso manual de boas práticas; a gente diferencia e trabalha em cima dessas diferenciações –, hoje a gente está trabalhando para divulgar as boas práticas e sempre utilizando um desses... Um não, não é? Estamos trabalhando em algumas culturas nesses três casos: a gente está trabalhando para divulgar boas práticas em culturas não dependentes, em culturas beneficiadas e em culturas dependentes, para divulgar isso, porque a gente entende que é possível, sim, conviverem agricultura, apicultura e defensivos agrícolas.

Como eu falei, a gente precisa entender a diferença do que a gente tem em relato das abelhas na parte comercial. E, para direcionar essas boas práticas que a gente utiliza dentro do movimento, a gente utiliza uma diferenciação... Não uma diferenciação, mas uma classificação.

Aqui a gente tem as abelhas exóticas, que são as abelhas que não são características da nossa fauna, como a *Apis*, que é uma abelha de alta produtividade de mel. Então, quando a gente tem os fatos, a gente está falando bastante das *Apis*, principalmente no Estado em referência, o Rio Grande do Sul, onde eu tenho acompanhado todos os casos. Ela é de alta produtividade, mas não é uma espécie com uma polinização específica. A efetividade e a caracterização dela para a polinização é mais generalista. Ela é utilizada, sim, na cultura do melão e da maçã, mais especificamente; ela tem a sua exploração regulamentada; e é a abelha que tem mais estudos científicos também.

Depois nós temos as abelhas silvestres criadas, que são as abelhas, essas sim, mais direcionadas aos serviços de polinização. Então, quando você tem algumas culturas, você tem algumas espécies que são direcionadas a esses tipos de cultura. Ao contrário da *Apis*, ela tem uma produtividade de mel menor, mas, sim, uma efetividade diante da polinização muito maior. Nesses casos aqui, a gente não tem um relato, pelo menos dentro dos relatos do Movimento Colmeia Viva, de acidentes relacionados a esses casos, porque geralmente, quando você tem serviço de polinização envolvendo essa parte específica, você tem as boas práticas, uma técnica muito mais utilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso aqui, nós também trabalhamos com uma diferenciação, classificação. As silvestres são as abelhas nativas, aí sim, da nossa diversidade, das nossas florestas. São abelhas que não formam colmeias, elas têm ninhos, sítios de nidificação. A gente não tem relatos com isso, mas, diante até do que o Carlos falou, a gente já tem uma legislação que ajuda a preservação e classifica os cuidados para as áreas onde elas estão, em casos de aplicação, seja aérea, seja terrestre. Então, a gente cuida muito disso.

A gente já tem uma legislação específica para isso.

Aqui parece uma cópia do eslaide do Décio, mas o que tem acontecido com as abelhas? Diferentemente um pouco da nossa bancada, sou veterinário. E a gente entende, eu faço muito essa relação, como um plantel mesmo, um plantel animal que passa por todo esse tipo de doença e precisa desse cuidado com o seu manejo e a fonte de alimentação. Como todo plantel, se você tem uma deficiência no cuidado do seu manejo, com a sua fonte de alimentação, você deixa isso mais suscetível também a doenças e a qualquer tipo de outra situação. E, aí sim, você tem, claro, como bem comentado pelo Carlos, o uso incorreto dos defensivos nas práticas agrícolas, que a gente tem estudado bastante e entendido.

O que a Colmeia Viva tem feito? A gente tem um compromisso público assumido em 2017 com objetivos e metas a serem cumpridos até 2020 e essas iniciativas nos ajudam a cumprir essas metas e objetivos. Claramente não vai ser possível falar de todas, mas aqui é muito importante dizer que, como a gente tem um grupo que apoia o movimento Colmeia Viva, a iniciativa Multiplica tem a principal característica de trabalhar com multiplicadores, ou seja, esses apoiadores, as empresas que fazem parte do Colmeia Viva têm como obrigação treinar seus colaboradores e esses colaboradores, sim, treinar seus clientes no sentido de fazer a conscientização dessa melhor relação entre agricultura, apicultura e defensivos agrícolas.

Depois nós temos aqui o Plano Nacional. Vou dar ênfase principalmente ao aplicativo. O aplicativo é uma plataforma digital lançada para que possam o agricultor, o prestador de serviço e o apicultor se cadastrar. Então, exemplificando: quando um agricultor vai fazer uma aplicação numa determinada área, ele lança isso no seu aplicativo, que pode ser usado também numa plataforma *web*, esse aplicativo vai buscar ao redor de 6km se existe algum apicultor cadastrado também, isso causa uma comunicação para esses envolvidos e eles podem então começar um *chat* para que possa cada um trabalhar da melhor forma na proteção, principalmente na questão de os apicultores saberem exatamente o que vai acontecer.

Esse aplicativo sempre passa por atualizações. A gente atualizou recentemente uma questão do prestador de serviço por uma demanda do setor de aplicação aérea e hoje os pilotos também podem fazer a pesquisa para saber se há apiários ao redor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DANIEL ESPANHOLETO – Depois nós temos uma assistência técnica que recebe ligações para entender algum problema que tenha havido e, de acordo com algum tipo de ponderação – algum tipo, não, com uma ponderação –, a gente vai determinar a visita de um técnico, no caso, grande parte sou eu que faço mesmo, para entender todo aquele problema no local.

Isso é uma plataforma que funciona todos os dias para todos os agricultores, apicultores, para quem for necessário receber. Então, a gente gostaria de que houvesse um apoio de todos para divulgar esse número.

Bom, diante do exposto até o momento e levantado até agora – o Carlos falou muito bem que o Ibama avalia, garante a segurança ambiental e observa a proteção dos polinizadores –, mais uma vez, sem prejuízo ao projeto, às medidas que colocamos, a gente acha importante levar em consideração algumas situações, principalmente na questão da comunicação entre os agricultores e os apicultores. Quando geralmente eu faço uma visita para atender uma situação técnica dessa, uma das primeiras perguntas que eu faço para ele é, primeiro, se ele é um apicultor formalizado, ou seja, se ele é cadastrado numa assistência, dentro do setor da defesa animal, e se o agricultor ao lado conhece a presença dele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na maioria das vezes, a gente observa que isso não existe, que não existe esse contato com o agricultor. E é meu papel, dentro da assistência técnica, sentar à mesa e fazer essa mediação entre o agricultor e o apicultor. Aí se percebe, então, a facilidade que existe nessa comunicação. E se sai dali geralmente com esse apoio, no sentido de que, numa próxima aplicação, isso será avisado. Isso é papel do aplicativo. E, quando a gente faz essa divisão, costumo dizer que a gente divide responsabilidades, Senadora. A gente está dizendo para o agricultor que ele avisa e entende a importância da polinização da cultura dele. E, ao mesmo tempo, quando esse agricultor lança isso para o apicultor, ele está dizendo para o apicultor: "Olha, cuide das suas abelhas, porque eu preciso cuidar da minha cultura". Existem técnicas – e a gente divulga essas técnicas – para que o apicultor trabalhe.

Para finalizar, há a questão da formalização do pasto apícola. Diferentemente da formalização do apicultor, pode-se avisar... Como é uma criação animal, ela precisa buscar o alimento através dessas culturas. Ele precisa formalizar, dizendo para esse agricultor: "As minhas abelhas virão aqui buscar alimento ou virão aqui para polinizar a sua área". Então, isso precisa ser formalizado. A gente tem trabalhado isso dentro de um grupo técnico em Brasília, mas é muito pertinente que a gente considere isso também.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (PODEMOS - RS) – Presidente, eu vou ter que me retirar. Estão me chamando. Temos mais uma reunião agora.

Eu queria aproveitar, antes de sair, para me congratular com esse grupo magnífico de palestrantes que nos estão fornecendo uma grande aula sobre polinizadores.

Eu fico satisfeito de ter proposto esse projeto, que visa mais à pesquisa e à proteção aos polinizadores. Eu tenho a certeza de que o Senador Heinze vai fazer um belo relatório. Fiquei aqui muito bem impressionado.

A mortandade de abelhas no Brasil e, particularmente, no Rio Grande do Sul foi o que nos motivou a apresentar esse projeto de lei. Acho que esse projeto vai permitir o aperfeiçoamento. Ao final do meu projeto, o que eu estou propondo é que sejam previstos, então, dispositivos a serem inseridos na Política Nacional do Meio Ambiente, na Lei de Agrotóxicos, no novo Código Florestal, na Lei de Biodiversidade, dispositivos do Poder Público que protejam os polinizadores, que têm uma relevância transcendental, pelo que nós vimos até agora.

Então, perdoem-me, porque não posso ficar aqui até o final. Eu tenho a certeza de que os senhores estão trazendo uma contribuição enorme para este projeto e para um despertar dos brasileiros sobre a importância dos polinizadores, particularmente sobre as abelhas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador. Parabéns pela iniciativa! Obrigada pela sua presença. Bom trabalho!

Daniel, obrigada pela sua explanação.

Antes de passar a palavra para o Gabriel, que é o nosso último orador, eu quero destacar aqui a participação das pessoas pelo e-Cidadania. Muitas perguntas aqui já foram até respondidas. Uma delas, acredito, não foi respondida. Mas, depois que o Gabriel falar, algum de vocês, de repente, saiba... Eu acredito que vai ser o Carlos Venâncio, mas nós não temos aqui nenhuma participação de membros do Ministério da Economia. Tudo cai no Paulo Guedes, não é? Mas vamos lá!

Adelson Rodrigo, de Santa Catarina, perguntou: "Temos evidências no Brasil de grandes populações de abelhas que morreram por envenenamento?".

Karla Regina, de São Paulo, pergunta: "O que podemos fazer para colaborar no sentido de preservar as polinizadoras?".

Marcelo Cendon, do meu Mato Grosso do Sul, perguntou: "Existe alguma proposta de subsídio aos criadores desses animais voltado à sua proteção?".

Depois, eu vou deixar vocês responderem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se isso existe ainda, ouviu, Marcelo? A gente vai saber daqui a pouco. Para a piscicultura isso não existia, mas o nosso Plano Safra, agora, graças a Deus, abarcou os piscicultores.

Daniel Pereira, do Pará, perguntou: "Quais as ações que incentivarão a atividade de criação de abelhas nativas?".

Rogério de Oliveira, de São Paulo, afirma: "Temos que combater as pulverizações com agrotóxicos que estão matando as abelhas".

Francisco Jorge, de Sergipe, diz: "Precisamos pesquisar e criar abelhas resistentes aos defensivos agrícolas que mais matam os enxames".

Essas pessoas já estavam ligadas aqui antes de começar a reunião. Então, eu creio que muitas celeumas tenham sido dirimidas aqui após as explanações.

Antes de passar a palavra para o Gabriel, quero dizer que eu estou tendo um momento de saudosismo. Meu marido é piloto e, por um tempo, logo que eu casei, teve uma empresa de aviação agrícola. Nós ficamos por muito tempo na Bahia. Então, eu sei bem o que é isso. Eu sinto o cheiro do veneno até hoje, quando eu me lembro disso. O veneno, às vezes... (*Risos.*)

Digo dos defensivos. Mas, na época, isso era bastante interessante. E eles ajudam, não é? Os defensivos ajudam. Não é verdade? Eles são remédios, na verdade.

Então, eu quero mandar um abraço para o Carneiro e para a Joana. O Carneiro foi nosso piloto. Hoje, ele está morando em... Ele morava em Barreiras, mas agora... Como é o nome da cidade? Luís Eduardo Magalhães! A cidade é Luís Eduardo Magalhães. Lembro-me do Carneiro e da Joana. O Aler, que é filho dele, virou aviador agrícola, trabalha nisso.

O Paulo, na época, era o nosso Professor Pardal, consertava avião e fazia milagres.

Para o Aparecido e o Alípio, que nos ajudaram muito naquela época, eu quero mandar um abraço, bem como para os nossos sócios, o Wilson Simões... Mando um abraço também para a Regina.

Regina, um abraço!

Obrigada, Wilson.

Marcos Ferreira, muito obrigada.

Quero mandar um abraço para os nossos amigos que criam abelhas em Mato Grosso do Sul. Mando um abraço para o Doriedson e para o Gustavo Bijos, da Fazenda das Abelhas, em Mato Grosso do Sul. Eles criam essas abelhas e são verdadeiros guerreiros dessa área.

Então, agora, quero conceder a palavra para o Gabriel Colle, que é Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag).

O SR. GABRIEL COLLE (Para exposição de convidado.) – Presidente, Senadora Soraya, obrigado pelo convite para estarmos aqui hoje. Quero agradecer a oportunidade de podermos esclarecer um pouco sobre o nosso setor.

Quero agradecer ao Senador Heinze, por ter provocado este momento desta audiência pública, e ao Senador Lasier. Pena ele não poder nos acompanhar aqui neste momento! A gente entende a agenda sempre muito complicada dos Senadores aqui, com uma demanda muito grande.

A gente tem um grande objetivo de estar aqui hoje. Temos feito um trabalho muito grande. Fico muito contente de estar nesta Mesa seleta de pessoas que admiro muito. Inclusive, eu não conhecia o Prof. Decio pessoalmente ainda, mas já leio sobre ele há muito tempo. Eu o acompanho. Sou seguidor das pesquisas dele.

O nosso trabalho é o de trazer informações, o de desmistificar alguns mitos. A gente tem um grande desafio no nosso setor.

Represento aqui hoje o Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola.

Por uma série de motivos, muitas vezes, as informações são até mal interpretadas. A gente tem um grande desafio na comunicação, a gente tem investido muito tempo nisso. Não investimos dinheiro, porque não temos dinheiro, mas investimos muito tempo para fazer a articulação e levar a informação de maneira adequada. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fato de estarmos aqui hoje tem este objetivo: trazer informação correta desse setor que é altamente regulado, fiscalizado, que tem uma série de coisas...

Fico muito feliz com a notícia da Senadora aqui, que já viveu isso com a família, que já teve uma empresa de aviação.

Vou poder mostrar, nesses minutos que tenho aqui, também a evolução desse setor e como ele vem trabalhando para, inclusive, colaborar com essa questão da preservação dos polinizadores, porque, sim, nós nos preocupamos muito com isso e entendemos a relevância que eles têm.

De imediato, já coloco aqui que tiramos, da parte final do projeto do Senador, qual é o grande objetivo desse projeto. Concordamos 100% com esse objetivo, que é o de promover ações voltadas para o estudo e a proteção de polinizadores em nossos territórios. Estamos completamente de acordo com isso, apoiamos isso, queremos que o Brasil seja cada vez mais referência na produção, cada vez mais referência na proteção ambiental. É isso que nos interessa. A gente quer esse equilíbrio cada vez mais. Sabemos que já evoluímos em vários aspectos, mas também temos plena consciência de que há muito para ser evoluído ainda em muitos pontos.

Temos casos de sucesso, como o que o Tom trouxe aqui, o da fazenda que produz melão e mel. Isso acabou evoluindo. Isso está evoluindo muito. Há muitas coisas boas acontecendo. O projeto Colmeia Viva é outro exemplo, do qual a gente é um grande parceiro. Temos excelentes iniciativas em conjunto pelo Brasil que têm dado muito resultado. Em quase 100% dos casos, a informação tem nos levado a ter muitos esclarecimentos sobre as coisas.

O seu Estado, inclusive, Mato Grosso do Sul, tem nos dado uma grande oportunidade. Através do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, fomos convidados para fazer parte da comissão estadual de combate ao uso dos agrotóxicos, ao uso incorreto dos agrotóxicos. O MP entendeu que a aviação agrícola é referência nisso. Afinal de contas, há uma legislação extremamente rigorosa. O MP do MS nos convidou para compartilhar isso. Hoje a gente tem uma cadeira na comissão. Desde o ano passado, nós nos reunimos lá a cada 30 dias, para levar um pouco dessa experiência que o setor tem tido.

Falamos muito brevemente do que é o Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola), que hoje tem sua sede em Porto Alegre. É a única entidade que representa o setor das empresas de aviação agrícola no Brasil. Foi fundado em 1991 e tem a função, obviamente, de representar o setor. São 170 empresas associadas. Para que todos entendam um pouco o tamanho desse mercado no Brasil, são 222 empresas que, neste momento, estão em operação no Brasil; mais 30 têm o registro, mas não estão em operação. Então, no mercado, hoje, são 222 empresas de aviação. Destas 222 empresas, 170 são nossas empresas associadas. O Sindag também vem fazendo um trabalho de conscientização, para cada vez haver mais empresas associadas, para levar as questões das boas práticas. E essas empresas estão espalhadas em 18 Estados do Brasil. Temos um nicho que está crescendo cada vez mais, que são os produtores rurais que estão comprando suas aeronaves. Esse mercado já representa 24% do mercado da aviação agrícola brasileira. São aeronaves que estão nas fazendas.

A aviação agrícola, como um todo, quando a gente fala em aplicação de defensivos neste País, representa não mais que 12%. Sempre faço questão de deixar isso muito claro. Muitas vezes, a aviação acaba ganhando um espaço que não lhe é de direito, porque não somos a principal ferramenta de aplicação de defensivos neste País. Somos uma das ferramentas, somos um dos meios de aplicação e temos, inclusive, outras funções reguladas pela lei, como povoamento de rios e combate a incêndios, que, inclusive, neste momento, estamos fazendo muito na Amazônia e em Mato Grosso. Estive em Cuiabá, na semana passada, visitando a Chapada dos Guimarães, onde algumas aeronaves estão colaborando no combate a incêndios. E, muitas vezes, isso acaba não aparecendo. Acabam aparecendo algumas outras funções apenas, mas a gente sempre faz questão de mostrar que a aviação também colabora neste sentido de combate aos incêndios neste País, sendo também uma referência. Já estamos colaborando, inclusive, nos incêndios no Paraguai desde a semana passada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, só como curiosidade, o Sindag tem procurado, nos últimos anos, ocupar mais os espaços de representação. O Sindag não tinha tantas cadeiras em câmaras, em conselhos, mas, nos últimos anos, por uma questão de estratégia, para mostrar como funcionam as atividades, temos ocupado algumas funções seja na Anac, seja no MAPA, seja nos órgãos que cuidam das questões ambientais, para que o Sindag possa também fazer parte das discussões neste País. Temos feito parte com o Ministério da Agricultura, agora, da regulamentação dos *drones*, que é uma inovação também que está batendo à nossa porta, ou melhor, que já é uma realidade no nosso País.

Como a gente tem feito isso, para evoluir, para aproximar o nosso setor cada vez mais da sociedade? Sendo muito breve aqui, quero mostrar que entendemos que o Sindag, sozinho, não consegue fazer as coisas. Cada vez mais, temos buscado parcerias e a aproximação principalmente com as entidades que representam os produtores rurais, porque é quem, de fato, usa a ferramenta da aviação agrícola. Entendemos, percebemos, através de nossas pesquisas, que o produtor, muitas vezes, não tinha a consciência da complexidade que é ter uma empresa de aviação agrícola, a complexidade que é manter uma empresa aberta funcionando dentro da regulamentação que existe. Depois, vou mostrar brevemente como ela funciona.

Mais recentemente, temos investido muito nos convênios com universidades, para fomentarmos pesquisas, para que haja cada vez mais pesquisa. Renovamos agora o convênio com a Embrapa, no projeto Redagro, que é um projeto para mais quatro anos de pesquisa. Desde 2008, isso é pesquisado. Entendemos que é uma demanda da sociedade a pesquisa. No projeto, prevemos dez temas de pesquisa, mas priorizamos a pesquisa sobre deriva, porque entendemos, de comum acordo com os pesquisadores da Embrapa, que esse é o tema principal. Até para desmistificar esse tema, ele, então, deve ser cada vez mais pesquisado. A gente tem trabalhado muito com as universidades, mas muito focados na Embrapa também agora.

De alguns dados do setor falei antes. Algumas pessoas não têm noção disso. A nossa frota hoje é a segunda maior do mundo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Peço-lhe um minuto.

Senadora, eu tenho um almoço às 12h30 e estou aqui ainda. Já há seis Ministros onde eu vou estar no almoço.

Quero só agradecer a presença de todos. Tudo foi muito útil para mim, vai me servir. Eu vou procurá-los para ajustarmos esse relatório.

Obrigado. Deem-me licença, porque eu tenho que ir. Enquanto isso, o Gabriel fica falando.

Obrigado pelo mel, Tom.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigado, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É o Rei Mel. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Tudo isso vai ficar disponível na nossa página.

Há muitos internautas nos acompanhando, há muita gente nos assistindo.

O SR. GABRIEL COLLE – Obrigado, Senador. Obrigado pelo apoio. Boa sorte hoje à noite!

O time dele decide a Copa do Brasil hoje. Então, a gente espera que... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Gazzoni, vamos fazer o seguinte: os gremistas hoje torcem para o Inter, nós vamos torcer para o Inter ser campeão do Brasil e vamos torcer para o Grêmio ser campeão da América. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GABRIEL COLLE – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brevemente, aqui, eu vinha falando que a nossa é a segunda maior frota do mundo; a primeira é a americana. A nossa frota vem crescendo ano após ano. Os últimos dez anos foram muito bons. Somos a segunda maior frota do mundo; só perdemos para os americanos. Obviamente, isso tem muita relação com a nossa produção na agricultura. Quando falamos em agricultura de precisão, não há como não falar em aviação agrícola, não temos como dissociar uma coisa da outra. Os últimos dez anos foram responsáveis por um crescimento muito significativo. O ano de 2018 foi um ano positivo; o de 2019 está sendo positivo, principalmente porque a aviação agrícola atua na emergência. Muitas vezes, a janela de aplicação é muito pequena, o tempo para entrar na lavoura é muito pequeno, e a aviação acaba cumprindo esse papel, mas é uma ferramenta tão eficiente quanto outra, como o trator, o autopropelido ou o costal ou o que quer que seja, ou o *drone*, que está vindo por aí. Por isso, toda empresa tem um engenheiro agrônomo, porque é ele que vai determinar como é que vai ser feito esse trato da lavoura.

A aviação agrícola está espalhada por todo o Brasil e, obviamente, está crescendo muito mais no Centro-Oeste e no Norte, onde a agricultura está crescendo mais. Então, obviamente, a aviação agrícola está crescendo mais aí, até porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL COLLE – ... ela trabalha principalmente com as grandes culturas. Estamos falando aqui de soja, estamos falando de algodão, de cana-de-açúcar, de arroz, que são as culturas que têm a maior área neste País e que estão aqui.

Indo para a reta final, quero deixar registrado onde a gente colabora com essa questão dos polinizadores. É um assunto que nos preocupa muito. Inclusive, a gente tem feito algumas iniciativas neste sentido de aproximação, de orientação, para levar essa informação. Mas, primeiro, quero mostrar como funciona o nosso setor, a regulamentação. A aviação agrícola é o único meio de pulverização que tem uma regulamentação própria neste País. O que isso significa? A gente tem 2.190 aviões no País. Todos eles estão registrados na Anac, que nos regula, e no Ministério da Agricultura. Então, a gente sabe exatamente onde estão esses aviões, a gente sabe exatamente quem é o piloto que o está operando e o que ele está fazendo, porque a lei o obriga a, mensalmente, enviar todos os mapas de aplicação para o Ministério da Agricultura, que assim faz os seus procedimentos.

Por que a gente faz questão de mostrar isso? Para mostrar que a atividade é muito segura. Quando acontece qualquer problema, fica muito fácil de a gente buscar e descobrir o que houve e onde é que ocorreu, se é que algum avião está envolvido nessa história, como a gente costuma dizer.

O avião é carregado de um estigma, porque ele é muito associado a agrotóxicos. Então, geralmente, quando a gente vê uma matéria na imprensa que trata sobre defensivos, a foto é de um avião. Ele é associado a isso, por mais que ele seja responsável por apenas 12% do que é aplicado. A foto é mais bonita – a gente escuta isso dos jornalistas; alguns estão aqui –, fica mais bacana mostrar o avião, tanto é que, na própria apresentação do Dr. Decio, a primeira foto mostrada foi a de um avião. É uma foto muito bonita, inclusive, e é uma aplicação feita com muita eficiência. Mas isso, ao longo dos anos, leva as pessoas a interpretarem mal a atividade; elas acabam enxergando o avião como um grande vilão. E o avião é apenas um meio de aplicação. Ele vai aplicar o que for recomendado e o que estiver disponível. É pouco noticiado que a aviação já é responsável por muito produto biológico aplicado. Estamos incentivando que isso, inclusive, aumente, que isso tenha um incremento, porque, sim, somos defensores desse equilíbrio cada vez maior no meio ambiente.

Não vou entrar, obviamente, em cada item desses, porque nosso tempo aqui é curto. Já estou indo para a reta final.

Só como curiosidade, esta aqui é apenas a legislação relativa ao Ministério da Agricultura que cada empresa de aviação agrícola deve cumprir. Aqui, faço referência à Instrução Normativa 02, de 2008, que prevê exatamente, detalhe por detalhe, como deve funcionar uma empresa de aviação agrícola, quais são as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distâncias que devem ser respeitadas em uma aplicação quando você tem um riacho, quando você tem o vizinho, quando você tem casas, uma cidade. É essa a legislação que está em vigor hoje.

Faço referência a ela aqui porque isso nos dá segurança.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GABRIEL COLLE – O que não nos falta é regulamentação. Talvez a gente precise melhorar alguma coisa de fiscalização, que também temos tido muito.

E por que a aviação agrícola é muito fiscalizada? Porque todo mundo é credenciado, é cadastrado; fica muito fácil. Inclusive, na semana passada tivemos uma fiscalização no Estado do Paraná na qual todas as empresas foram fiscalizadas pela terceira vez este ano. Duvido que haja um setor neste País que seja tão fiscalizado – falando da agricultura. Então, todas as empresas foram fiscalizadas porque fica muito mais fácil fiscalizar quem tem endereço próprio, quem a gente sabe onde está.

Essa é a legislação relativa à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), que regula a aeronavegabilidade. Também é extremamente complexa, extremamente pesada. Por ela, anualmente todas as empresas precisam fazer sua atualização; a maioria dos seus documentos aqui vale por apenas 12 meses. Isso também incrementa um custo gigantesco para a atividade, é pesadíssimo manter isso em dia, mas é a legislação que está vigente hoje, e o nosso trabalho é garantir que as empresas do setor tenham essa regulamentação em dia.

Essa aqui é a legislação relativa à Secretaria de Aviação Civil, em que em algum momento a aviação agrícola tem alguma relação. Eu não vou entrar em cada um desses aqui.

Além desses que eu citei aqui, do Ministério da Agricultura, em que nós estamos regulamentados e somos fiscalizados, e na Anac, temos: o Ibama; os Estados, como foi dito aqui antes também pelo Dr. Carlos Venâncio, que também têm suas regulamentações, então também regulam e fiscalizam; em alguns casos, os Municípios também, que regulam e fiscalizam na nossa atividade; o Confea, em função do receituário agronômico.

Toda empresa precisa ter o seu agrônomo, e não é qualquer agrônomo. Esse agrônomo tem que fazer um curso de especialização de coordenador em aviação agrícola. E, se uma empresa, por exemplo, tiver cinco aeronaves, ela precisa ter cinco técnicos agrícolas com curso específico de técnico executor. Esse curso é oferecido pelo Ministério da Agricultura. Ele credencia a empresa para fazer isso, que é obrigatório por lei – está lá na IN 02. Então, isso torna a atividade extremamente segura e vigiada, onde a gente tem todos os profissionais com uma alta capacitação. Isso sem falar no piloto, que primeiro faz o curso para ser um piloto privado, para trabalhar nas linhas comerciais – na Latam, na Gol, na Azul, por exemplo –, aí depois vai fazer o curso para a aviação agrícola. A aviação agrícola é uma especialização, então isso o torna ainda mais competente e mais qualificado para estar aqui.

E, por último, temos tido muito a fiscalização e pedidos de informações do Ministério Público do Trabalho. Agora o Ministério Público, de uma forma geral, tem buscado informações sobre a nossa atividade, e temos feito esse trabalho de dar informações, de visitar procuradores, de fazer eventos, dias de campo com procuradores para que entendam a nossa atividade, para que entendam como funciona a aviação agrícola.

Indo para a parte final aqui, falando sobre sustentabilidade, temos, sim, a preocupação de manter esse equilíbrio do econômico, do ambiental e do social, tanto é que criamos em 2017 um projeto chamado Segurança Alimentar Proteção da Lavoura, que nada mais é que um incentivo a um conjunto de boas práticas. Ele nos trouxe alguns dados muito interessantes, como o que mostra que a aviação agrícola consome oito vezes menos água que qualquer outro tipo de aplicação neste País. Pela questão do meio ambiente, quando a gente fala em água, esse é um tema muito presente, até pela seca que estamos passando no País.

Desde 2016 somos membros do Pacto Global, da ONU, em que assumimos o compromisso de ajudar em 6 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que vão até 2030. Em 6 deles o Sindag está colaborando, tanto é que este é o terceiro ano em que renovamos a nossa participação e somos aprovados – porque, a cada 12 meses, temos de mandar o relatório que comprova, ou não, que estamos colaborando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fecho aqui falando que desde 2014 existe um programa voluntário de certificação do setor, chamado CAS (Certificação Aeroagrícola Sustentável). Ele é realizado pela Fepaf, que é o conjunto de três universidades: a Unesp, a Ufla e a UFU. Essa fundação certifica as empresas de aviação agrícola em um conjunto de boas práticas sustentáveis. Obviamente o Sindag, o Sindiveg e a Andef são apoiadores, mas não temos gerência sobre isso; apoiamos que o programa evolua cada vez mais porque o programa está medindo as boas práticas, está certificando as empresas. E até o momento – os dados são de 2017, porque o programa divulga os números a cada dois anos, então vai divulgar agora em novembro os dados atualizados –, até o final 2017, tínhamos 153 empresas já com a certificação.

Fecho aqui dizendo a todos que o setor é referência, principalmente quando a gente fala em tecnologia. A aviação agrícola existe há 72 anos no Brasil. Em 1995 houve a grande virada da viação, com o advento do DGPS, que é o GPS do avião agrícola, que torna possível, obviamente, com a evolução que a gente tem ano após ano... A gente teve, no nosso Congresso da Aviação, em Sertãozinho, há 30 dias, a amostra de uma tecnologia que nos impressiona cada vez mais: o piloto em solo faz todo o planejamento do que vai ser aplicado, coloca o mapa da lavoura onde vai ser feita a aplicação; no avião, ao sobrevoar a área, o equipamento se abre automaticamente; e, quando sai da área, ele se fecha. Isso garante uma segurança de 100% na atividade. Esse mapa, depois, é enviado ao Ministério da Agricultura, a cada 30 dias, e fica à disposição sempre das autoridades que queiram ver algo sobre a nossa atividade. Então, isso mostra a evolução que o setor tem. E o *drone* está vindo aí para colaborar.

A tecnologia que está embarcada em uma aeronave hoje custa mais do que a própria aeronave; a tecnologia que existe aqui dentro. E as empresas estão evoluindo, porque isso tem a ver com eficiência. Os custos aumentaram muito, então você tem que ser mais eficiente na aplicação. Ninguém, nenhum produtor que contrata, nenhuma usina que contrata a aviação quer desperdiçar produto, quer despertar qualquer coisa. Querem fazer algo cada vez mais eficiente, ou seja, com um preço mais interessante, usando cada vez, se possível, menos quantidade de calda – que é o caso da aviação agrícola, que usa menos água – e em um tempo menor, mas que tenha eficiência, que tenha resultado, porque é isso que interessa.

Mais uma vez, obrigado pela oportunidade. A gente fica à disposição e fica muito feliz de poder fazer parte, de poder trazer a informação. Este tem sido o nosso trabalho: levar informação, assumindo a nossa responsabilidade e sabendo que há muito para ser feito ainda. Estamos à completa disposição para colaborar aqui nesse projeto do Senado Federal.

Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Gabriel. Parabéns pelo trabalho de vocês!

Eu gostaria de saber se algum de vocês deseja fazer uma consideração final e se alguém consegue me responder – não sei se o Carlos vai conseguir – se existe uma proposta de subsídio aos criadores desses animais, voltado à sua proteção, mas também voltado à própria atividade, a fomentá-la.

O SR. CARLOS RAMOS VENÂNCIO – Difícil. É uma outra área, na verdade, o Dipoa, que cuida mais da produção de mel no Ministério da Agricultura, mas eu me comprometo a encaminhar a resposta diretamente para o interessado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Assim como as abelhas disseminam, transportam o pólen, eu quero pedir aos jornalistas que estão aqui, aos profissionais de comunicação que nos assistiram que disseminem essas informações. Nós tivemos uma audiência pública riquíssima. É importante que não só o Brasil – porque nós não sabemos, os brasileiros não sabem –, mas que o mundo saiba da forma como o Brasil trabalha, da nossa responsabilidade.

E daqui a pouco, Gabriel, teremos a maior frota de aviação agrícola do mundo, bem acima da dos Estados Unidos, porque vamos, sim, ser o maior exportador de alimentos do mundo, tenho certeza disso. Ninguém vai nos frear.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos vocês que nos assistiram e mandar, mais uma vez, um abraço para o Gustavo Bijos, do Mato Grosso do Sul, para o Dori Edson, para o Carneiro e a Joana, para o Aler, para o Paulo, para a Aparecida e o Alípio, para o Wilson Simões e a Regina e para o Marcos Ferreira. Obrigada.

Obrigada a todos os servidores. Obrigada pela presença de vocês, que se disponibilizaram a vir conosco.

Realizada esta audiência pública, declaro-a encerrada.

Desejo um bom dia de trabalho para todos vocês.

E um abraço para os Ministros, para a Ministra Tereza Cristina, para o João da CNA, para todos vocês aqui. Obrigada!

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Soraya Thronicke e Luis Carlos Heinze, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Acir Gurgacz, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Ângelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 8/2019 - CRA, de autoria Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Finalidade: Segunda Audiência Pública de instrução da avaliação da Política Pública "Comércio internacional Agropecuário", em atendimento ao Plano de Trabalho aprovado pela Comissão. Em 2 mesas: -1ª Mesa: Tema: Atuação do setor privado no processo de exportação - Iniciativas e recepção de demandas do setor privado em relação ao papel do Estado e sua atuação. Convidados: CNA, Abiec, Abrafrutas, Abia, Anec e OCB. -2ª Mesa: Tema: Contribuição da academia e dos institutos de pesquisa ao dilema da exportação - Estudos acadêmicos sobre a pesquisa agropecuária e seus impactos no setor agropecuário exportador e nas cadeias do agronegócio. Convidados: Centro de Estudos do Agronegócio/FGV, Escola Superior de Agricultura/USP, UFV e Ipea. Participantes: Camila Nogueira Sande, Coordenadora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Jorge Luis Raymundo de Souza, Diretor de Projetos da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados - Abrafrutas; Beatriz Milliet, Diretora de Relações Institucionais e Inteligência Competitiva da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos - Abia; Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais - Anec;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rogério Croscato, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; Sérgio de Zen, Professor Doutor e Diretor-Presidente da Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz – Esalq/USP e Orlando Monteiro, Professor Doutor Titular da Universidade Federal de Viçosa, na área de Economia Internacional. Resultado: Reunião realizada. A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos nesta manhã.

Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização da segunda audiência pública para instruir a avaliação da política pública comércio internacional agropecuário, em atendimento ao plano de trabalho aprovado pela Comissão, de iniciativa do Senador Luis Carlos Heinze.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários e perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e do Alô Senado 0800-612211.

Serão duas Mesas.

Convido para compor a primeira Mesa sobre as iniciativas e as demandas do setor privado em relação ao papel do Estado e sua atuação a Sra. Camila Nogueira Sande, Coordenadora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Jorge Luis Raymundo de Souza, Diretor de Projetos da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas); Sra. Beatriz Milliet, Diretora de Relações Institucionais e Inteligência Competitiva da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia); Sr. Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec); e Sr. Rogério Croscato, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Quero inicialmente pedir perdão a todos vocês pelo atraso hoje. Às terças e quartas, tem sido cada vez mais complicado, o volume de trabalho está muito grande, muito extenso.

Por isso, nós vamos conceder cinco minutos para cada um. À 1h30 da tarde nós temos aqui outra audiência pública de uma medida provisória, a do Revalida, e vai estar lotada também. Está bem complicada a questão do horário, mas nós somos flexíveis, não tem problema, se precisar aumentar o tempo a gente aumenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou conceder a palavra primeiramente para Camila Nogueira Sande, Coordenadora de Relações Internacionais da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Antes eu só quero ponderar que o tema é de extrema relevância neste momento. O Brasil caminha para ser o maior exportador de *commodities* do mundo. Nós estamos vivendo um momento em que parece haver aquela briga internacional, nós não sabemos, na verdade, nós vivemos uma guerra de informação, uma guerra tecnológica, uma guerra com a qual nós estamos aprendendo ainda a lidar, mas o que precisamos é proteger o nosso mercado, valorizar o Brasil e levar segurança jurídica, dar segurança para quem quer importar e realmente levar o Brasil aonde merece. Eu tenho certeza de que aqui nós teremos uma manhã bem rica nesse assunto.

Obrigada.

Camila com a palavra.

A SRA. CAMILA NOGUEIRA SANDE (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada pelo convite em nome da CNA. Temos a satisfação de estar aqui hoje para falar um pouquinho.

Eu trouxe uma apresentação, mas como o tempo encurtou, eu vou falar um pouquinho, porque aí gera uma discussão e a gente abre para perguntas.

Hoje na CNA, dentro das prioridades da confederação, a área internacional está no topo, digamos assim. A gente está com um projeto grande dentro da Superintendência de Relações Internacionais, que é onde eu trabalho, de internacionalização do agro, e aí certamente a gente tem o nosso papel, que é o tema que nos foi apresentado hoje aqui na audiência, mas precisamos de todo o arcabouço legislativo, todo o impulso do Executivo, para que a gente possa concretizar essas ações que a confederação tem planejadas e está colocando em prática no âmbito internacional.

Eu vou falar um pouquinho de duas ações, nesses cinco minutos, mais para a gente focar nesse programa de internacionalização do agro. Hoje a gente entende que a demanda por alimentos está na Ásia, cresce na Ásia. É claro que a União Europeia é o nosso segundo maior mercado, os Estados Unidos são o nosso terceiro maior mercado, mas a China é o nosso primeiro maior mercado e a demanda cresce ali no sudeste asiático, em países como Tailândia, Indonésia, Vietnã, a própria Índia, onde as pessoas estão saindo da pobreza, da extrema pobreza em alguns lugares, e estão consumindo alimentos de melhor qualidade. Eu falo melhor porque você tem um nível nutricional dos alimentos, principalmente as proteínas animais, de origem animal, que passam a ser mais consumidas por esse mercado.

Então, a CNA, com essa visão em mente, montou um projeto em que a gente vai ter a parte doméstica e a parte internacional. A parte doméstica é criar essa oferta qualificada para o comércio internacional, pegar aqueles produtores dentro de cadeias específicas, e nós elencamos cinco cadeias específicas para esse projeto que são a cadeia de lácteos, a cadeia de mel, a cadeia de pescados e aquicultura, a cadeia de cafés especiais e a cadeia de hortifruti. O Jorge vai poder falar um pouquinho sobre o potencial das frutas.

A ideia é inserir os pequenos e médios produtores, que são os principais agentes dessas cadeias, no comércio internacional. A nossa parte vai ser organizar a oferta aqui, porque muitos desses setores não têm a escala necessária para exportação, a adaptação de produtos, integração desses produtores, para que a gente forme, feche uma oferta qualificada, e, na outra ponta, internacional, a construção de uma rede de agentes de negócios, primeiramente na China

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e depois em outros mercados asiáticos, estamos fazendo estudos para Singapura, Vietnã, Tailândia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. CAMILA NOGUEIRA SANDE – ... para que a gente possa fazer esse contato mais estreito entre esses produtores e consumidores internacionais, para que a renda fique mais na mão do produtor, no bolso do produtor, diminuindo um pouco o número de intermediários. Esse é o objetivo principal. Só para finalizar, a gente precisa muito da parte de políticas públicas, porque a gente enfrenta barreiras nesses mercados, tanto barreiras que a gente enfrenta lá quanto a própria questão interna de burocracias, de equipes nos Ministérios, para que isso seja alavancado, porque não adianta a gente ter a oferta aqui montada, o contato feito, se o mercado lá é fechado, se a gente não tem um certificado sanitário ou fitossanitário negociado. Então, a gente precisa de todo esse arcabouço de políticas públicas para impulsionar essas ações da confederação e colocar mais renda na mão do produtor rural, que hoje é o grande agente de dinamismo da economia brasileira.

Acho que fico aqui. Já passou meu tempo. Estou à disposição para complementar em outros temas.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Camila. Realmente, o tempo é escasso. Eu gostaria de ter visto todo o material que você trouxe, mas esse material vai ficar disponível na página da Comissão. E aí eu acho que vêm perguntas, e você vai ter a palavra de novo. Tenho certeza de que seria muito rico. Eu vou estudar isso.

Passo a palavra agora a Jorge Luis Raymundo de Souza, Diretor de Projetos da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas).

O SR. JORGE LUIS RAYMUNDO DE SOUZA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos! Saudações da fruticultura brasileira de exportação.

Na verdade, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas. Ele fica atrás apenas de China e Índia, respectivamente. No entanto, somos apenas o 24º exportador.

Há cinco anos, foi criada a Abrafrutas, para organizar o setor privado, porque diferentemente de outras cadeias produtivas também exportadoras, como grãos, carnes, açúcar e café, o setor tinha muitas oportunidades de melhoria nessa organização interna. Fizemos isso. Exportamos hoje alguma coisa ao redor de US$800 milhões. Não atingimos ainda o primeiro bilhão. E temos um potencial fantástico para o mundo todo, porque o mundo é demandante de frutas tropicais, e o Brasil poderá se tornar também protagonista. Aliás, o nosso objetivo é, em um horizonte de dez anos, estarmos entre os cinco maiores exportadores mundiais.

Eu diria que as exportações têm um nível de complexidade alto, porque frutas frescas... Temos as questões fitossanitárias, então além das barreiras normais, tarifárias e não tarifárias, nós temos também essas barreiras técnicas que exigem, aí sim, principalmente do setor público, uma atuação muito efetiva nos processos de abertura de novos mercados. Igualmente, a Camila comentou, para vocês terem uma ideia, a gente praticamente hoje não vende quase nada para a Ásia, e a Ásia representa mais de 60% do volume global dessa cadeia de valor, então precisamos acelerar esse processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Evidentemente, também questões óbvias, questões tributárias, da nossa infraestrutura logística, já de conhecimento de todos, nos afetam de forma direta, e há necessidade de redesenhar alguns processos internos no controle das exportações. Embora seja nítido o progresso, tanto em relação ao Ministério da Economia quanto ao Ministério da Agricultura, da evolução desses mecanismos para você exportar, muitas vezes ainda nós temos dificuldade de colocar o nosso produto lá fora porque as exigências internas superam até as exigências dos nossos clientes. Então, acho que aí o setor público pode contribuir muito, redesenhando esses processos. Fico à disposição dos senhores para perguntas.

Nós temos aí mais de 15 espécies de frutas que nós exportamos que, multiplicadas pelo número de variedades, dá 40 a 50 produtos diferentes. Mas o setor tem consciência de que, primeiro, e ele é gerador de renda para o País, ele é modificador da realidade objetiva daquelas populações onde existe fruticultura. Se vocês observarem o Índice de Desenvolvimento Humano de regiões como Juazeiro, Petrolina, norte de Minas Gerais, região do Jaíba antes e depois da fruticultura, houve uma evolução impressionante nessa geração e distribuição de renda também. Então, é uma atividade hoje que tem todas as características para ser politicamente correta, e o Brasil tem que aproveitar, porque outros Países também estão no mesmo esforço.

Então, nós temos que ocupar rapidamente nosso espaço nesse mercado internacional, mostrando realmente que seremos também protagonistas, a exemplo das carnes, dos grãos e de outros produtos da nossa pauta de exportações.

A sede da Abrafrutas é aqui em Brasília, então fica fácil o contato.

Acho que é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Jorge, muito obrigada. Depois você poderia discorrer sobre... Eu fiquei impressionada de sermos o terceiro produtor, porém o 24º exportador. O que mais a gente precisa fazer para atingir isso? Todos eles estão no Plano Safra, mas ainda falta muito fomento, não é?

O SR. JORGE LUIS RAYMUNDO DE SOUZA – Eu diria que é um esforço conjunto do setor público e do setor privado. Felizmente, a boa notícia é que não nos tem faltado apoio, dentro das limitações naturais que o nosso País está vivendo. Como somos otimistas e as coisas devem melhorar no futuro, o que a gente precisa depois é talvez acelerar alguns processos, mas não nos tem faltado apoio e com certeza nós vamos melhorar essa nossa posição no *ranking*.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Na produção de maçã, problema sobre *fracking*, tivemos no Sul, no Paraná. O pessoal está tentando coibir a extração do gás xisto. Alguns países, a Argentina, por exemplo, tiveram problemas. Não se compra mais a maçã argentina, é isso?

O SR. JORGE LUIS RAYMUNDO DE SOUZA – Na verdade, essas questões fitossanitárias são extremamente complexas. Hoje eu diria para você, Senadora, que nós temos um tripé da questão da sanidade – quando eu digo "sanidade", é a questão de pragas, doenças da planta, introdução de novas doenças em países, há uma preocupação muito grande no mundo com isso –; em segundo lugar, é a segurança dos alimentos do ponto de vista de contaminantes, sejam eles biológicos ou químicos; e as questões da sustentabilidade, em que somos muito visados também.

Mas esses problemas, apesar de serem graves pontualmente, fazem parte do nosso negócio. Nós consideramos que eles ocorrem e deverão ocorrer, porque a natureza, o processo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

biológico, é dinâmico. Os insetos, as pragas, as doenças, também sofrem modificações genéticas, surgem novas pragas. Isso não é o que mais nos restringe no tocante a um crescimento do setor. O que nós temos é que desenvolver mesmo maturidade exportadora no setor privado e continuar com o apoio do setor público nessas questões que são inerentes aos diferentes ministérios, e às vezes até ao próprio Executivo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Eu tenho certeza de que sempre vai ter. Com esse Governo, sim, vai ter.

Obrigada, Jorge.

Passo a palavra, neste momento, a Beatriz Milliet, Diretora de Relações Institucionais e Inteligência Competitiva da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

A SRA. BEATRIZ MILLIET (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada pelo convite. É um prazer estar aqui.

Eu vou fazer uma apresentação rapidinha. Espero não ultrapassar o tempo.

Quero falar um pouquinho sobre o setor brasileiro da indústria de alimentos.

Só para ter alguma ideia, algumas das nossas associadas... Quando a gente fala em indústria de alimentos, às vezes, é um pouco difícil a gente localizar de quem a gente está falando. A gente está falando basicamente de um faturamento aqui no Brasil de R$656 bilhões, o que equivale a 9,6% do PIB.

Nós processamos 58% de toda a produção agropecuária do Brasil, então, de tudo que é produzido nos campos, 58% passam pela indústria brasileira de alimentos. O que não passa pela indústria brasileira de alimentos ou é o alimento *in natura*, que segue muito para exportação, ou é a produção agropecuária voltada para alimentação ou medicação animal.

Vou passar rapidamente, vocês vão ter acesso a essa apresentação.

A gente tem uma ligação com o agro muito grande. Conforme o agro brasileiro evolui, a indústria de alimentos também evolui.

Nós representamos, em alimentos industrializados, 18% das exportações brasileiras e 50% das exportações do agronegócio de alimentos.

Quando a gente fala em indústria de alimentos, a gente fala do setor que é o maior empregador direto da indústria. É 1,6 milhão de empregos diretos, representando 26,8% dos empregos da indústria de transformação.

São 35,7 mil indústrias no Brasil. Quando a gente fala da associação brasileira, a gente tem cerca de 120 associados e representa 70% desse setor.

Aqui há um pouquinho de como funciona o *ranking* dos principais exportadores, mas eu acho que isto daqui que é mais bacana para a gente falar aqui: o Brasil é o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo. Às vezes, a gente não tem muito essa ideia, a gente ouve muito falar que o Brasil é o celeiro do mundo – e é o celeiro do mundo mesmo, e tem que ter muito orgulho de ser o celeiro do mundo –, mas a gente também gosta muito de falar que o Brasil é e tem a capacidade de ser cada vez mais o supermercado do mundo. Eu acho que é muito importante a gente trabalhar para manter o valor agregado dentro do nosso País. Quando a gente for passar aqui na frente por alguns dados de exportação, a gente vai ver que recentemente houve uma inversão: a gente exportava mais alimentos industrializados do que alimentos *in natura*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar aqui um pouquinho quem são os principais compradores dos nossos alimentos industrializados. Então, a gente tem aqui China; em segundo lugar, Holanda, porque, na verdade, é um *hub* de entrada na União Europeia; Hong Kong, que também é *hub*; Estados Unidos; Emirados Árabes, que, na verdade, distribui alimentos industrializados por todos aqueles países árabes; Japão; Mercosul; e por aí vai. A Ásia está com 35,9% de toda a nossa participação de exportação de alimentos industrializados; a União Europeia vem atrás com quase 20%; Oriente Médio, 14%.

Aqui estão os principais alimentos por país ou região de exportação, o que mais se compra.

Aqui que eu estava comentando. Recentemente a gente teve essa inversão, a gente vinha exportando mais alimentos industrializados do que alimentos *in natura*. Houve essa inversão muito porque alguns países, a exemplo da própria China, têm comprado alimentos *in natura* para fazer o processamento lá e vender por lá. Aí é uma perda potencial de valor agregado para o Brasil. A gente fica muito feliz que os alimentos *in natura* brasileiros sejam tão requisitados – a gente espera que continue sendo assim –, mas a gente também gostaria de que os alimentos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BEATRIZ MILLIET – ... industrializados seguissem a mesma rota.

Vou falar um pouquinho de três acordos voluntários de iniciativas da indústria. São acordos que a indústria fez junto com o Ministério da Saúde e alguns outros órgãos. Então, a gente tem, desde 2007, acordo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde para construir um Plano Nacional de Vida Saudável. É uma preocupação da indústria, é um motivo de atenção da indústria. A gente já retirou 310 mil toneladas de gordura trans de alimentos industrializados.

Quando a gente fala de redução de sódio – a gente também tem um acordo voluntário de redução de sódio –, normalmente a gente imagina que o alimento industrializado – a gente ouve muito isso – é muito carregado em sódio, é muito carregado em açúcar, tudo isso. Na verdade, apenas 23,8% do sódio consumido pelo brasileiro vêm do alimento industrializado. Todo o resto é feito pela adição no preparo final do alimento. Então, acho que isso também demanda uma grande campanha de conscientização do consumidor.

Quando a gente fala em açúcar, no ano passado, a gente lançou em novembro, junto com o Ministério da Saúde, também um acordo voluntário de redução de açúcar em que apenas 19,2% do açúcar consumido pelo brasileiro é o açúcar adicionado pela indústria, 56,3% é o açúcar que o próprio brasileiro adiciona no preparo final do seu alimento. A diferença entre um número e o outro é o açúcar intrínseco do alimento, seja o açúcar da fruta e tudo isso.

Então, quando a gente chega aqui nos principais temas do setor, a gente fala de rotulagem nutricional, em que a gente tem várias discussões acontecendo, por exemplo, rotulagem nutricional frontal. Foi aberta uma consulta pública no âmbito da Anvisa, na última segunda-feira, em que a gente defende que o modelo... É uma consulta que tem sido trabalhada há muitos anos. A indústria tem participado, toda a sociedade civil tem participado. A gente entende, assim como o ministro da Saúde do Chile relatou recentemente, que a rotulagem nutricional de alerta nos alimentos não é a medida mais eficaz para informar o consumidor sobre o que ele está consumindo.

A gente fala muito da necessidade de harmonização regulatória. Harmonização do Brasil com o Mercosul, harmonização do Brasil com os países com que têm principalmente essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação de exportação, para que a gente possa seguir exportando para os países. É um tema bastante importante.

Embalagens em resíduos sólidos.

Modernização da legislação trabalhista, inclusive porque é um grande empregador.

O desconhecimento e banalização dos alimentos industrializados que a gente tem visto ultimamente. É uma questão a que também a gente tem se atentado muito, tem procurado conversar com o consumidor, expor e fornecer maiores informações, mas também a gente se coloca à disposição daqui da Casa, caso precisem de mais informações.

Reforma tributária. Na verdade, quando a gente fala das classes mais baixas de renda, o alimento é considerado 30% da renda das famílias, e o Brasil tem a tributação mais alta entre os países em questão de alimentos. Então, eu acho que é um ponto muito importante para a gente se atentar.

E, logicamente, a necessidade de análise de impacto regulatório, sempre que possível, para todas as medidas que forem tomadas, para que a gente garanta, ali, que a indústria brasileira de alimentos continue crescendo e possa, cada vez mais, alimentar o País e o mundo, crescendo aqui nas questões de exportação.

Muito obrigada

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Beatriz.

Ainda teríamos muita coisa para ouvir de você. E, realmente, a nossa exportação tem que ter valor agregado. *Commodity* primária só não dá. É importante que nós tenhamos esse desenvolvimento e, principalmente, o fomento. Nós temos o Plano Safra para produzir, mas e para a indústria? O que que nós temos? É importante que o Governo se volte também para o fomento da indústria, não é?

Eu vou passar agora para o Sérgio Castanho Teixeira Mendes, Diretor-Geral da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec).

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES (Para exposição de convidado.) – É um prazer estar aqui com os senhores.

Eu vou procurar ficar dentro dos cinco minutos, mas eu vou passar alguns quadros interessantes, porque mostram bem a situação brasileira.

Todo mundo sabe que nossa desvantagem principal é de infraestrutura, não é? Ali estão, em amarelo e verde, os custos brasileiros, bem superiores aos dos americanos – em vermelho – e argentinos – em azul. Se a gente fizer uma média aí, nós perdemos coisa de US$30 por tonelada! São US$30 por tonelada, multiplicados por 120 milhões de toneladas, que é o que a gente exporta. Nós mandamos pelo ralo, todos os anos, US$3,6 bilhões. Dava para construir uma hidrovia, que é um canal muito mais interessante, por ano.

Agora, desmistificar um pouco: a gente costuma dizer que, dentro da porteira, a eficiência é o máximo. Realmente, a eficiência do nosso produtor é nota mil, mas ele tem que preparar a terra e, na preparação – os senhores vão ver os gráficos em verde e em amarelo, que é o argentino –, eles levam grande vantagem em relação à gente. Nós perdemos aí também.

Aqui é exportação, para os senhores entenderem a gravidade – depois eu vou falar um pouquinho de Lei Kandir – que é mexer na lucratividade de grãos. Nós estamos falando em movimentar 120 milhões de toneladas. São 3,4 milhões de viagens de caminhão por ano; são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

570 mil operações de *hedge* – para voltar um pouquinho, essas 3,4 milhões de viagens são todas as carretas disponíveis. Todas. Contrata tudo, o ano inteiro –; 2 mil navios panamax... É toda a frota do mundo! São 2 mil navios panamax, navios preparados para entrar no nosso porto. São todos: é a frota inteirinha do mundo. Tudo isso para ganhar 0,5% ou 1% de lucro líquido. Quer dizer: é uma operação que está completamente apoiada nas quantidades. Então, falar em derrubar Lei Kandir é dar uma assinatura de que acaba essa... Eu vou mostrar mais para frente para os senhores o que vai acontecer.

Aqui também pergunta: "Puxa, mas não se fez nada? O pessoal de exportação não fez nada em termos de melhorar a infraestrutura?" Fez sim. Vocês podem ver ali, ó: as exportações, pelo Arco Norte, têm aumentado bastante – não o suficiente, mas têm aumentado. Tá? E, toda vez que a gente exporta pelo Arco Norte, nós estamos ganhando R$70 por tonelada – R$70 por tonelada. Se a gente multiplicar isso por 60 milhões de toneladas, que é o que a gente poderia exportar pelos portos do Norte, nós vamos ter aí cerca de US$1 bilhão; US$1 bilhão, você mataria...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – ... daqueles 3.600, você mata um.

Já estou terminando.

Essa também é outra forma de você encarar a melhoria dos portos do Norte. Se vocês olharem ali, em azul, estão todos os portos do Arco Norte somados e vocês veem que é muito parecido com Santos. Quer dizer, todos os portos do Norte, somados, dão uma coisa muito parecida com Santos, que é o maior porto exportador da América Latina.

Agora, esse aí é o grande medo: se alguém falar em Lei Kandir, pelo amor de Deus, a única coisa que tem que fazer é olhar esse gráfico. Vejam como era a exportação e o plantio antes da Lei Kandir: era uma monotonia sem fim, um negócio completamente parado. A partir da Lei Kandir, vocês veem aí uma inclinação de quase 45 graus – para cima. Então, pelo amor de Deus, vamos esquecer esse negócio de Lei Kandir em cima de grãos. Não há condição de grãos, pelo preço que têm, não há condição de pagar isso.

As prioridades logísticas que eu coloco a seguir são todas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – ... movimentação para o Norte. Tá? Então, é conclusão da 163; conclusão da Norte-Sul; tirar do papel a Ferrovia Ferrogrão; navegação de cabotagem, sobre a qual o CNA, através do Faemg, tem desenvolvido estudos interessantes a respeito; e manutenção na navegabilidade pelas hidrovias, gente: Rio Madeira, Rio Tietê-Paraná, Rio Paraguai, Porto Murtinho – por onde você consegue exportar até Rosário, na Argentina –, Nova Palmira, no Uruguai, e Rio Tapajós.

Pronto. É isso aí o recado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sérgio, muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, sobre a Lei Kandir, então, a gente vai ter que marcar um dia para que você possa vir aqui, porque a tendência está sendo acabar com a Lei Kandir. Então, é importante que você nos alerte e nos dê muita informação.

Aqui hoje está havendo sabatina, hoje está complicado aqui, mas a Senadora Kátia Abreu, todo mundo, nós precisamos ouvi-lo, porque existe essa tendência, tá? Vamos marcar.

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – Quem falar em aplicar a Lei Kandir para grãos, realmente, eu posso garantir para a senhora: não sabe o que está falando – não sabe do que está falando!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Heinze, nós temos que chamar o Sérgio de volta, para falar de Lei Kandir, porque isso aí é algo que está na pauta aí.

E, sobre a hidrovia, nós estamos também abrindo o Porto de Ladário, no Mato Grosso do Sul – Ladário –, porque estava trancado lá. E Ladário vai ser um grande polo também de exportação, e pela hidrovia sai muito mais barato.

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – Quanto mais hidrovia... A relação é a seguinte: 1 – rodovia (é o mais caro); 3 – ferrovia; 5 – hidrovia. Só que, se não houver hidrovia...

A ferrovia se baseia pela rodovia. Então, essa cotação, que é internacional, no Brasil não funciona. Temos que pautar em hidrovia.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Há um estudo que diz que, se os carros que compramos da Argentina subirem pela hidrovia, vai sair mais barato 73% na logística. É impressionante a diferença.

Lá, em Mato Grosso do Sul, nós estamos nos organizando e nos preparando...

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – Toda vez que sobe, a senhora está ganhando R$70 por tonelada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Maravilha.

Muito obrigada, Sérgio.

Vou passar para o último orador desta Mesa, Rogério Croscato, representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

O SR. ROGÉRIO CROSCATO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senadora Soraya. Agradeço o convite, em nome do Presidente Márcio, da OCB. Agradeço também ao Senador Luis Carlos Heinze, Relator deste requerimento da Senadora.

Eu acredito que vou fazer aqui um coro, não é? Na verdade, reiterar algumas coisas que já foram ditas pelos colegas aqui na Mesa e até fazer um coro com o colega Sérgio, que colocou muito bem essa questão da Lei Kandir. Apesar de que não era o foco – a gente sabe que não era o foco desta audiência aqui tratar de questão tributária, como já foi colocado –, é inevitável a gente colocar essa questão.

Há alguns números aqui que eu vou colocar rapidamente, só o número das cooperativas.

Hoje, no mundo, nós somos 250 milhões de empregos envolvendo indiretamente no mundo. Em cem países do mundo, também um bilhão de pessoas. E isso tudo mostra a força do cooperativismo. Inclusive se confunde um pouco também: na indústria de alimentos, nós vimos ali Coamo, grandes, Coamo, Cocamar, dentro das indústrias de alimentos também. Então, no Brasil, hoje, o ramo agropecuário envolve 1,5 milhão cooperativas – 1,5 mil, aliás, cooperativas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e 180 mil empregos gerados diretamente, fora os indiretos. Então, estão presentes em 180 países as exportações das cooperativas.

Passando mais adiante aqui, em termos da relevância e importância do agronegócio no saldo da balança comercial, como já foi dito aqui.

Nós temos... Em termos de agronegócio, nós estamos falando de produto agrícola, *commodities*, e também produtos semielaborados e industrializados, que envolvem o agronegócio. Então, se nós tirarmos o saldo do agro de dentro da balança comercial, nós temos que teríamos um saldo negativo aí, na balança comercial. Então, isso também reflete em outras questões, assim, de alguns problemas que a gente levantou aqui na Mesa, que foram falados também.

O Jorge colocou a questão de barreiras, barreiras sanitárias, outras barreiras tarifárias e não tarifárias – não é, Jorge? Então, é muito importante a gente colocar isso aqui neste debate, e é o momento de esta Comissão alavancar um mercado internacional.

A participação do agronegócio brasileiro no comércio mundial.

Então, a gente tem ali, como foi colocado aqui também: 67% do açúcar do mundo está na participação do Brasil. Aí vem soja em grãos, depois frango *in natura* – aliás, o frango processado, em grande parte, aqui nas cooperativas –, o café, o milho e a carne suína também.

Nossos principais destinos são, como vem sendo colocado aí, China – 35% –, União Europeia e Estados Unidos.

Então, aqui também há um mapa, mostrando esses destinos dos produtos brasileiros nas exportações. Em bilhões, hoje, a gente vê ali a China como principal potencial comprador, porque a população mundial está condensada ali, no território asiático.

Nós temos aqui também o aumento – os créditos aí são da apresentação do Prof. Roberto Rodrigues, ex-Ministro Roberto Rodrigues, na FGV – da projeção de produção de alimentos até 2026, onde estaria a produção. Então, a gente vê ali que, realmente, o Brasil se consolida nesse cenário como principal produtor de alimentos *in natura*, industrializados, de todas as formas.

E também, nessa apresentação, ele coloca ali uma projeção para 2026 e 2027. Isso foi em 2017, essa apresentação. Um cenário para dez anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CROSCATO – Teríamos ali um aumento na exportação, na exportação líquida, ali, de... Um aumento na produção, que seria de 234 milhões de toneladas para 290 milhões de toneladas de grãos, e também nas exportações líquidas, de 87 para 141 milhões de exportações líquidas. Ou seja, até como a Dra. Beatriz também colocou aqui: conforme o agro evolui, a indústria também evolui, e a gente tem visto isso realmente nos últimos anos, tanto se você falar em grão, soja e milho, como também no cenário de carnes.

Senadora, ali a gente vê que, hoje, a gente tem uma participação muito pequena no cenário de carnes. A produção é grande, a produção é muito grande, só que, exportação mesmo... Nós estamos falando de produtos processados aqui no Brasil. Se eu colocar como exemplo, aqui, o Estado do Paraná, nós temos uma briga imediata agora lá, que é o *status* livre de febre aftosa sem vacinação. Isso vai abrir um mercado muito grande de carnes para o Brasil. E é sensacional essa questão do mercado de carnes, tanto para mercado bovino, frango e suíno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mercado de carne suína, por exemplo, hoje, é um mercado potencial para a China, para os demais países da Ásia também, Tailândia... E ali, se você vir o potencial que a gente tem para melhorar esse mercado... Isso automaticamente vai tirar a exportação de grãos para o mercado interno, para fazer o processamento desses produtos aqui no mercado interno.

Não é aumentar a tributação pela Lei Kandir, viu, Sérgio? Não é aumentar a tributação, acabar com a Lei Kandir, que vai parar de exportar o grão. Justamente aí vai parar de exportar, porque não há preço competitivo para exportar mais grão. E, aí, vai colocar no mercado interno esse produto. O que que vai fazer esse produto no mercado interno? Vai derrubar o preço, o produtor não vai ter preço para competir e para ter a renda e vai parar de produzir.

E aquela curva, aquele gráfico que o Sérgio colocou, também está aqui. Eu coloquei de outra forma, reforçando essa questão da Lei Kandir aqui, porque, inevitavelmente, a gente não pode deixar de falar dela.

Em 1996, quando foi instituída a Lei Kandir, quando foi promulgada a Lei Kandir, começou uma ascensão no agronegócio que é inevitável.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CROSCATO – E, se você acabar com a Lei Kandir hoje, você vai acabar com essa ascensão no mercado internacional, porque o mercado é preço, e, se você está tributando imposto, você não vai exportar mais. E, como foi falado aqui, não é porque você exporta grão que tem que industrializar aqui. O.k., a gente vai industrializar aqui, mas quem vai comprar o produto industrializado? O mercado quer o produto industrializado hoje? Na verdade, ele pode até querer, mas as negociações tarifárias, hoje... A gente primeiro tem que fazer essa lição de casa... Como foi colocado também: a harmonização regulatória. Nós precisamos fazer primeiro essa lição de casa, para depois falar em tirar o tapete dos grãos, puxar o tapete dos grãos.

Então, não podemos tirar essa vantagem, esse mercado que a gente conquistou ao longo dos anos, desde 1996, com a Lei Kandir até hoje, para forçar uma industrialização. Como foi falado, a gente não tem um apoio para industrialização ainda. A gente tem o plano agrícola. E o plano da industrialização? Nós temos um plano para industrializar tudo aqui? Nós temos um mercado aberto para isso?

Então, essas reflexões que eu deixo aí.

Eu até tinha colocado também a questão do peso da regulamentação aqui e o peso da qualidade rodoviária nossa, mas já foi muito bem explorado pelo Sérgio. Acho que isso já está muito evidente para todos nós.

E rentabilidade hoje.

Se a gente falar em porcentagem de renda de produtores que vem de programas governamentais, o Brasil, hoje, é o país que está lá embaixo. Nessa proporção aí, no Brasil, a cada cem, somente dois vêm de apoio do Governo; ao contrário dos Estados Unidos, onde, de cada US$100 de rentabilidade do produtor, 9,9 vêm do Governo. No Brasil, são só dois que vêm do Governo.

Então, acho que as coisas não estão muito claras ainda para se definir hoje e falar "morreu a Lei Kandir". Não é muito bem por aí. Nós temos que avaliar muito bem, com cuidado, isso aí, definir as estratégias de investimento na indústria aqui... Estão sendo feitos alguns investimentos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas se carece muito ainda disso e de uma parceria privada com os Governos Federal, estadual e municipal, para que, com as questões regulatórias do Ministério da Agricultura – que também tem dado muito apoio nisso –, a gente consiga avançar nessa questão da exportação.

Então, isso aqui eu até já coloquei, mas só para reforçar: 43% das exportações brasileiras são do agro. Isso demonstra a força do agro ainda nessa questão das exportações, seja de produtos primários, semielaborados ou industrializados. Isso é uma cadeia que gera valor desde o início, e levando renda para o produtor. O produtor rural que depende dessa exportação, desse volume, para gerar renda direto no campo para as famílias.

Então é isso, Senadora.

Eu agradeço o convite e fico à disposição também.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Rogério.

Quero agradecer a todos vocês que se disponibilizaram a vir até aqui, que tiraram uma parte do tempo de vocês para contribuir com a sociedade.

Nós vamos passar para vocês, depois... Fiquem à vontade. Nós vamos fazer a composição da segunda Mesa.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Luis Carlos Heinze, que é o meu Vice aqui nesta Comissão e também é o Relator dessa política pública.

Eu tenho certeza de que ele vai questionar muito os senhores.

Obrigada.

Senador.

Então, eu vou desfazer esta Mesa e o Senador vai fazer a segunda Mesa.

Muito obrigada a todos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bem, bom dia a todas e a todos.

Quero agradecer aqui à Camila, em nome da CMA, que já participou; ao Jorge Luis Raymundo de Souza, Diretor de Projetos também da Abrafrutas – obrigado –; à Beatriz, em nome da Bia; e ao Dr. Edmundo Klotz.

Como é que está o Dr. Edmundo?

A SRA. BEATRIZ MILLIET (*Fora do microfone.*) – O Dr. Edmundo agora é membro honorário do nosso conselho consultivo.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Um abraço para ele.

Sérgio Castanho Teixeira Mendes, também da Anec – obrigado, Sérgio –, e ao Rogério, pelas nossas cooperativas da OCB.

Vou chamar à segunda Mesa aqui o Dr. Sérgio de Zen, Professor Doutor e Diretor-Presidente da Fundação de Estudos Agrários da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), e também o Dr. Orlando Monteiro, Professor Doutor titular da Universidade Federal de Viçosa, na área de Economia Internacional.

Faltou ali da minha escola de Santa Maria, tchê, da Universidade Federal de Santa Maria. Só trouxeram Viçosa e a USP.

Bom, quero dizer da satisfação, primeiro, aos que já se apresentaram anteriormente aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Comissão de Agricultura está fazendo um desenho e juntando essas informações todas, para que a gente, com a Ministra Tereza Cristina e também com o próprio Ministério das Relações Exteriores, possa fazer um ajuste em cima dessas negociações que o Brasil já está fazendo. O Presidente Bolsonaro abriu, praticamente, as negociações com o mundo inteiro.

Então, isso para nós é importante, seja para as frutas, seja para os grãos, para as carnes, para os lácteos, para os alimentos em geral, e a Bia, vamos dizer, hoje está com todos os segmentos. Para nós são extremamente importantes as informações, as orientações...

Neste instante, começa-se a discutir o Mercosul e a União Europeia. Nós temos uma preocupação especificamente nessa questão, e é importante que o Dr. Zen Monteiro também possa nos ajudar, pela academia, além das entidades que representam o setor produtivo.

Eu tenho uma preocupação com relação a essa questão, pois nós sofremos hoje com relação ao Mercosul. Ele foi desenhado há quase 30 anos, e até hoje há prejuízos para os produtores rurais, principalmente os do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. Nessas regiões, em que se produz praticamente o arroz... O grosso desse arroz está nesses três Estados; o do trigo está nesses três Estados; o da uva e do vinho – praticamente do Brasil inteiro – estão nesses três Estados; o da maçã está nesses três Estados; o grosso do leite não está nesses três Estados, mas ali são produzidos 40%, 50% do leite do Brasil.

Então, esses são produtos que sofrem com o Mercosul, em cima de se abrir o mercado, mas o dever de casa dos Governos não foi feito. É só a esse ponto que quero me referir. Por exemplo, eu não consigo conceber que um produtor, por exemplo, do Paraguai tenha uma energia mais barata – e a Itaipu é binacional: é Brasil e Paraguai –, e a energia deles é mais barata que a nossa; que o *diesel* que a Petrobras exporta para qualquer um dos três países seja mais barato no Uruguai, na Argentina e no Paraguai do que é pago no Rio Grande do Sul, que concorre, nos produtos, com eles. Então, são essas questões.

E pior são os defensivos agrícolas hoje. Nós temos produtos de indústrias brasileiras vendidos para os produtores do Uruguai, da Argentina e do Paraguai que, no Brasil, não posso comprar. Eles usam defensivos. Então, nessa legislação nós estamos trabalhando agora, com a equipe da Ministra Tereza Cristina e do Paulo Guedes, em como a gente pode ajustar as situações.

Então, estou falando do que já aconteceu com o Mercosul e para que não aconteça nesse acordo Brasil–União Europeia. Que a gente possa ter essa liberdade. Se eu posso trazer o arroz de lá, o trigo de lá, o leite de lá, por que que eu não posso comprar um trator que é fabricado no Rio Grande do Sul e é vendido mais barato para um produtor concorrente meu, do Paraguai, do Uruguai e da Argentina? Vejam essas distorções. E a culpa não é da Argentina e do Paraguai. Não, a culpa é do Governo brasileiro. Aí, quem me tranca? A Receita Federal e o Ministério da Agricultura, com as regras que têm.

Quando eu pego os defensivos, por exemplo... Aí eu peguei uma lista de um colega meu, o Antônio Borges, que fez um cruzamento de todos os glifosatos registrados no Brasil, no Uruguai, no Paraguai e na Argentina. Todos 4D, enfim, todos produtos que nós usamos.

Agora eu apresentei para o Ministério da Agricultura a nossa legislação. Sim, aqui, a legislação da Anvisa, do Ibama ou do Ministério Agricultura não condiz com a legislação do Uruguai, da Argentina e do Paraguai. Mas como é que você pode comprar um produto que é utilizado lá, e eu não posso usar esse produto aqui? Você compra o arroz de lá, o trigo de lá, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leite de lá, a uva de lá... Agora, como é que eu não consigo usar aqui? Estou falando coisas que já estão acontecendo neste momento, porque esse Mercosul é de muitos anos, para que isso não venha a acontecer, Dr. Zen e Dr. Monteiro, com os próximos acordos, que nós vamos fazer com a União Europeia.

A Bia tem um trabalho que é utilizado com relação aos tributos sobre os alimentos – Viu, Beatriz? Então, eu tenho utilizado dados de vocês que mostram a carga tributária sobre os alimentos no Brasil, de trinta e tantos por cento, enquanto que, se for à Europa, à Alemanha, à França, é de 7%, de 10%, na Espanha, Estados Unidos... Bom, e agora estou tratando desse mercado. Como é que eu posso concorrer com esse mercado, quando os tributos deles são 7% e os meus são 33%? Como é que eu posso concorrer – é importante todos debaterem conosco – com os subsídios? A OCDE mostrou que os subsídios aos agricultores europeus, no ano passado, foram de US$106 bilhões.

Eu sou produtor de arroz. Hoje, eu pago para produzir. Eu e quem planta arroz no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que são os dois maiores produtores do Brasil hoje, estamos pagando, e nós não temos subsídio. O subsídio no Brasil, explícito, é de US$7 bilhões; lá é de US$106 bilhões.

Então, a orientação, Dr. Zen e Dr. Monteiro, sobre os tributos e sobre os subsídios é um ponto fundamental para nós nessa negociação. E orientar a quem? Não a nós, Parlamentares, mas sim os produtores rurais, que amanhã vão pagar essa conta.

Então, é importante que as nossas entidades, seja a CNA, seja a OCB, enfim, em nome dos produtores brasileiros, que a gente possa ter essas orientações e firmar pé em cima da negociação, porque ela é bem-vinda; agora, nós não podemos...

Amanhã o leite, por exemplo, de que Viçosa – em Minas Gerais, o seu Estado – hoje é o maior produtor do Brasil, vai ralar com o nosso produto direto aqui, entrando, abrindo o leite que está... O pouco leite que entra hoje, do Uruguai e da Argentina – e dizem até que vem triangulado. Não tenho informações, mas dizem –, que vem desses países: como é que fica? Eles arrebentam conosco. Então, que proteção a gente pode dar? E esse também é um dos temas da discussão.

E, para arrematar, Sérgio, a questão da Lei Kandir.

Nós estamos fazendo um trabalho... Falamos agora de manhã, lá na OCB, com todas as organizações e cooperativas do Brasil, sobre a pressão que o setor tem feito sobre as Sras. e os Srs. Senadores. O projeto do Senador Anastasia inclui os alimentos, e, para nós, é um problema dar um cheque em branco, uma carta branca para, vamos dizer assim, os Governadores cobrarem. Hoje, Santa Catarina já está cobrando o tributo sobre os alimentos, sobre defensivos; o Mato Grosso já começou uma política também de cobrar tributos. Agora, se eu autorizar essa questão da Lei Kandir, vai acabar a Lei Kandir, o.k., mas, acabando a Lei Kandir... O que eu não posso... É a nossa agenda, com a Senadora Soraya, que está junto conosco, e outros Senadores: nós temos que fazer uma pressão no Senador Anastasia.

Já era para terem votado essa matéria nesta semana. Estava na pauta de amanhã... De hoje a pauta; de ontem não. Essa pauta de hoje. Já era o segundo item da pauta de hoje a votação do projeto do Senador Anastasia, e grande parte dos Senadores... Eu conversei, numa reunião com os Líderes partidários, ontem, de todos os partidos, e a grande maioria já tinha uma tendência de votar contra, a favor desse projeto do Anastasia. Então, nós temos que reverter esse fato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já conseguimos que essa matéria seja votada na semana que vem, e a gente está trazendo as entidades para conversar com o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e também com o próprio autor do projeto, que é o Senador Anastasia, como é que a gente pode conversar sobre esse tema importante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k. É importante. Nós vamos chamar vocês.

Ontem, como era rápido, eu só tinha chamado a OCB, a CNA, a Aprosoja e a Abrapa, que estavam em Brasília. Não chamei os outros segmentos porque eu pensei segunda de noite para ontem. Era, assim, rápido, e esse pessoal estava em Brasília.

Mas o.k. Está para semana que vem. Só para fazer essa comunicação.

Bom, com a palavra, então, o Dr. Sérgio de Zen, por favor.

O SR. SÉRGIO DE ZEN (Para exposição de convidado.) – Senador, em primeiro lugar, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

Eu preparei uma apresentação em que peguei os principais pontos que a Universidade de São Paulo, especificamente a Esalq, tem como pesquisa, como linhas de pesquisa nessa questão. Então, eu vou partir da parte econômica e chegar a projetos estratégicos.

O que que a universidade deve ter? Deve ter aquilo que afeta hoje e antevê problemas futuros que afetem as exportações nacionais. Esse é o nosso ponto de vista.

O que que eu sinto e deixo um recado, Senador? Eu sinto que nosso sistema de pesquisa carece de linhas mais organizadas e uma visão mais estratégica de caminhos a serem seguidos, que reúnam as universidades e instituições de pesquisas todas numa linha coerente e única, em benefício da sociedade e dos interesses das organizações e do Estado brasileiro.

Então, a primeira parte é o que que eu tenho: união de esforços entre... Eu venho da universidade. A universidade não se fiou apenas no serviço público; ela foi atrás de atender a demandas. Então, hoje, a Esalq depende... Um terço do seu orçamento vem de organizações privadas, e o nosso prazer é que essas organizações privadas geralmente procuram a universidade quando o problema é realmente sério, e não vão encontrar soluções em consultorias que apenas replicam uma solução desenvolvida dentro da universidade.

Então, aqui eu passo rapidamente...

Primeira parte: a gente tem, dentro da Esalq, um centro de informações. Todas as informações de preços de produtos agrícolas brasileiros que estão na Reuters, na Blumberg, na Agência Estado e, por consequência, na Down Jones, vêm desse centro. Então, nós temos lá preços de todas as carnes, de todos os lactos, de todo setor de grãos, de todo o setor de hortifrutícolas. Estão lá. Ninguém faz negócio sem preço; então, nós viabilizamos os negócios deles.

Bom, além disso, temos algumas outras, vamos dizer, informações e estudos que dão base a isso. Uma coisa muito importante é a taxa efetiva de câmbio. Nós temos uma relação com o dólar e achamos que o dólar é o fator que explica tudo, mas não: temos uma taxa efetiva. O Professor Geraldo conduz um grupo que estuda a relação de câmbio exata entre o país importador e o preço que está sendo pago. Então, essa é a taxa efetiva de câmbio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra, é o PIB do agronegócio, que é o quê? É aí que a gente estuda os investimentos, onde estão indo, como estão indo, quais os efeitos do comércio exterior.

E, por último, a gente pode oferecer, Senador, os dados de emprego do agro, que são fundamentais para qualquer decisão pública.

Como que a gente vê isso? Temos setores de insumo, nós temos um setor dentro da porteira, e temos o setor agroindustrial, e temos o varejo, que inclui a distribuição. E nós estudamos os vários segmentos da cadeia. E, aí, interessa para a gente, por exemplo: a evolução da elasticidade de renda, evolução do frango, carne, carne bovina... São pontos que a gente tem.

Aqui eu vou passar rapidamente...

Por exemplo: esse aqui é o câmbio efetivo. Quer dizer, as exportações brasileiras ganharam competitividade, porque outras moedas se movimentaram na mesma intensidade do real.

Aqui eu tenho o preço das carnes no cenário internacional. A gente vê que o Brasil... Uma coisa que eu acho muito importante: é muito interessante quando transformamos a energia do milho e a proteína da soja em carnes, em proteínas, e mandamos para fora.

Uma vez, eu fiz uma apresentação dos candidatos a Presidente, a pedido da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, e os candidatos ficaram assustados quando viram que 1 tonelada de carne bovina custa US$5 mil e deixa empregos e impostos proporcionais a isso, em relação a outras cadeias que fazem parte. Então, quando transformamos em ovo, em leite e carnes, agregamos muito valor, só que o mercado se torna muito mais complexo, em termos de competitividade internacional – falar isso perto de Orlando, que é um especialista –, e a gente tem visto que as grandes batalhas são feitas nesse segmento. Vi que as vitórias da Tereza em abertura de novos frigoríficos para exportação, novas indústrias, têm sido vitórias enormes, sem precedentes. Por quê? Porque a gente otimiza. A Senadora Kátia iniciou... Eu lembro, na CNA, com ela, muitas ocasiões de a gente trabalhar, e vou passar um projeto que é mantido pela CNA desde o tempo dela, que são esses, o segundo e o terceiro, Senador.

O senhor encontra lá a comparação dos custos de produção do Brasil todo e dos países. Isso é da gestão do Dr. Antônio e da Senadora Kátia, dentro da CNA, porque são mantidos pela Confederação Nacional da Agricultura. É a maior base de dados de produção agrícola do Brasil e uma das maiores do mundo.

Nós alimentamos com dados as fazendas típicas brasileiras, que são os custos e sistemas de produção, e comparamos com 27 países, no caso de proteína animal, e 36, no caso de grãos.

Temos um estudo com o Banco Mundial que responde muito bem a essa questão do desmatamento: é um estudo conduzido pela Esalq, Ipea e Universidade Federal do Pará, daria muito subsídio para qualquer discussão em termos de comércio internacional. Essa questão da suspensão de febre aftosa: fizemos um trabalho muito bom sobre avaliação de risco sobre isso, temos que estar cientes dos investimentos necessários e também temos um trabalho interessante em termos de efeitos das mudanças ambientais em relação à carne bovina, desmistificando algumas poucas verdades.

Um trabalho muito interessante é o trabalho que nós desenvolvemos junto com a Embrapa no sentido de criação do ABC. Esse ABC responde, e nós atingimos todas as metas de redução de emissão. O mundo precisa saber disso, que isso é uma coisa extremamente importante que nós temos a mostrar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois: outros departamentos que têm feito trabalhos extremamente necessários e cujo valor não pode ser sentido hoje mas será sentido daqui a cinco, dez ou vinte anos. É um trabalho, por exemplo... Este é um exemplo: nós temos pesquisadores que foram à Amazônia e tiraram da raiz do guaraná elementos que, quando inoculados na soja e no milho, aumentam a retenção de fertilizantes, ou seja, reduzimos drasticamente a nossa demanda por fertilizantes de origem petroquímica. Isso é extremamente interessante, é um trabalho muito bom.

Aqui, num outro setor muito falado, se critica a questão do agrotóxico. Primeiro fica registrada uma crítica: não podemos comparar a agricultura tropical com a agricultura temperada. O que é bom para eles não é bom para nós, e vice-versa. Não são comparáveis, os elementos têm que ser separados.

A Esalq tem um trabalho muito sério do Prof. José Postali Parra e do Prof. Nelson Massola – Nelson Massola em doença de plantas; Postali Parra em controle de pragas –, e a gente tem 4 mil elementos isolados e tem um centro biológico que está sendo aumentado com uma ação dessa parceria público-privada com a Koppert, coordenada junto com a Fapesp. Temos também a Embrapii, que está entrando na segunda geração, também de estudos nessa linha. Isso mostra que nós estamos avançados, talvez seja o mais avançado dos países em termos de controle biológico de doenças e pragas. Isso tem que ser usado, falado – isso está ocorrendo dentro da Universidade de São Paulo, em parceria com outras unidades, outras universidades, e com a Embrapa em alguns casos.

Aqui, um pesquisador da Unesp de Araraquara desenvolveu para controle humano, mas é extremamente necessário, principalmente porque ele consegue, através de marcadores, dizer se a contaminação por salmonela, por exemplo, ocorreu no Brasil, no trânsito ou no país de destino. Isso é extremamente importante, principalmente para carnes, lactos, ovos – viu, Senador? Eu acho que é fundamental a gente investir muito nisso, porque isso nos dá segurança. Quando falamos em segurança alimentar, temos que encarar a segurança alimentar pela qualidade e a segurança alimentar pelo fornecimento e capacidade de manutenção desse fornecimento no longo prazo.

Aqui, nós temos um outro núcleo importante dentro desses estudos, que é o núcleo de bem-estar animal, tanto de avicultura quanto de suinocultura. Também é um trabalho bastante interessante, porque nós trazemos as demandas que já são realidade e as possíveis demandas futuras, e analisamos como incluir isso no processo produtivo brasileiro. E também é fruto de parcerias público-privadas entre Esalq, Embrapa e demandantes que vêm fazendo investimentos sobre o segmento.

Depois, como último grande grupo de pesquisa com apoio que tem muita coisa a ser mostrada, é o Cena. O Cena é o Centro de Energia Nuclear na Agricultura e ele tem feito, ao longo dos últimos anos, uma série de pesquisas tanto no melhoramento de plantas, controle genético de pragas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO DE ZEN – ... e conservação de alimentos. Então, essas linhas de pesquisa são a base da sustentabilidade do que temos hoje e do futuro. Volto a falar: acho que seria muito bom se conseguíssemos organizar e dar um sentido mais estratégico a tudo isso, unindo as agências de pesquisa, as universidades e direcionando isso, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a nossa apresentação. Estou aberto a perguntas. Trouxe o material, Senador, com um pouco mais de cada uma dessas pesquisas. Há várias cópias aí, ficam disponíveis a quem interessar.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Dr. Sérgio, prazer.

A Senadora Kátia vai falar agora ou depois?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quero falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, o.k. Cinquenta e cinco minutos me pediu a Senadora Kátia.

Dr. Orlando Monteiro, por favor.

O SR. ORLANDO MONTEIRO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer o convite, eu estou representando o Reitor da Universidade aqui, fui indicado por ele. Fui pego de surpresa, então fiz uma apresentação não tão bonita quanto as de quem me precedeu aqui, mas para dar uma noção de como que a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, tem contribuído para o desenvolvimento da produção agrícola e das exportações agrícolas brasileiras.

A Universidade Federal de Viçosa tem uma história na agricultura. Ela nasceu em 1926 como Escola Superior de Agricultura e Veterinária. Em 1948, ela se tornou Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e em 1969 ela foi federalizada.

Ela tem hoje três *campi*: tem um em Viçosa, que foi o pioneiro; tem um em Florestal, perto de Belo Horizonte, tem um em Rio Paranaíba, no Triângulo Mineiro. Hoje a Universidade tem 67 cursos de graduação, a maioria deles ligada à área agrícola, já foram mais de 70 mil graduados. Nós temos 80 cursos de pós-graduação, mais de 12 mil dissertações de mestrado já defendidas na universidade e mais de 4 mil teses de doutorado, a grande maioria, ou quase totalidade, voltada à área agrícola.

A pós-graduação em sistema de crédito, em padrão de crédito, surgiu em Viçosa: nós tivemos os dois primeiros cursos de pós-graduação no Brasil na área de fitotecnia e na área de economia rural nos anos 60 nesse sistema de crédito. E, atualmente, a universidade tem o maior número de cursos de doutorado com nota sete, que é o padrão internacional. Então, os nossos cursos – cinco cursos de doutorado – tem padrão internacional, todos eles na área agrícola.

Muita gente falou aqui, as pessoas que me precederam, sobre o problema da defesa sanitária: nós temos um curso de mestrado profissional, o primeiro curso de mestrado profissional em defesa sanitária vegetal em Viçosa, e as dissertações têm sido muito interessantes e ajudado bastante o País nessa área.

Na área de ensino, na área de pesquisa, a gente podia dizer o seguinte: o Instituto de Biotecnologia (Bioagro) tem desenvolvido uma série de produtos através da análise de DNA, buscando as características mais importantes dos produtos agrícolas e procurando adaptar esses produtos às condições brasileiras.

Nós temos o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, que se preocupa com o lado social da agricultura, geração e distribuição de emprego e renda.

Nós temos o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Animal, que tem feito os trabalhos mais avançados na área de nutrição animal e na área de adaptação às mudanças climáticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Planta-Praga e há pesquisadores simulando o que vai acontecer com as populações de insetos, por exemplo, em função da mudança climática e suas infestações em diferentes áreas.

Nós temos o Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem, que treina pessoal em termos de armazenagem e aeração.

Nós temos o Centro Tecnológico de Desenvolvimento Regional (Centev), onde nós temos a Incubadora de Empresas, o Parque Tecnológico e a Central de Empresas Juniores.

E, na área de extensão, quer dizer, o tripé ensino, pesquisa e extensão, nós temos a Semana do Fazendeiro, que é realizada há 90 anos ininterruptos em Viçosa. Então, há 90 anos, milhares e milhares de produtores rurais já passaram por Viçosa aprendendo alguma tecnologia para aplicar nas suas propriedades rurais.

Bom, aqui tenho exemplos de algumas pesquisas que a UFV desenvolveu e desenvolve hoje.

Eu gostaria de dizer que eu sou ex-aluno de Viçosa – eu estudei lá nos anos 70 – e me lembro muito bem de uma aula sobre soja. Não se plantava soja no Brasil acima do Espírito Santo. Acima do Espírito Santo, o fotoperiodismo fazia a planta vegetar muito e não produzir grão. Então, foi o melhoramento genético de soja a partir daquela época que deu todo esse impulso na produção de soja brasileira. Hoje a gente produz soja no Amapá e em qualquer região do Brasil em função do desenvolvimento genético e do melhoramento genético da soja e Viçosa tem muito a contribuir com isso, não só desenvolvendo novas variedades, mas treinando os técnicos que hoje estão na Embrapa e nas diversas empresas estaduais.

A utilização do Cerrado para a agricultura Viçosa tem uma importância muito grande para o desenvolvimento da calagem, da adubação e de variedades adaptadas ao Cerrado, variedades de soja desenvolvidas para serem produzidas no Cerrado. Tudo isso foi desenvolvido a partir daquele início da pesquisa de soja em Viçosa.

Atualmente há pesquisadores lá fazendo o desenvolvimento germoplasma de soja de alto conteúdo de proteínas, adaptada ao Brasil central. Por exemplo: a média brasileira é 37% de proteína. As duas primeiras variedades desenvolvidas em Viçosa já produzem 44% a 46% de proteína. Parece que os asiáticos demandam uma soja com mais proteína. Falou-se aqui muito no transporte, no custo do transporte, então, nós estamos agregando valor a um produto que para a gente tem uma importância fundamental.

Tem gente trabalhando para diminuir os ácidos graxos poli-insaturados para a produção de óleos com maior estabilidade, beneficiando os alimentos e o biodiesel.

Nós temos um programa de assistência técnica, o SojaPlus, em parceria com a Abiove, com a Faemg e com a Gargill, que acompanha 2 mil propriedades produtoras de soja no Brasil, dando um suporte nessa área de meio ambiente e resíduos, de saúde e de segurança do trabalhador rural. É um programa muito grande, muito importante e sempre na parceria público-privada.

Cana-de-açúcar. Eu peguei alguns produtos para dar como exemplos. No caso da cana-de-açúcar, Viçosa participa da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro. Quando o Planalsucar foi extinto, em 1988, a universidade encampou uma usina da Planalsucar, uma estação da Planalsucar em Ponte Nova e criou essa Rede Interuniversitária de Desenvolvimento do Setor Sucroalcooleiro. Dessa rede, a variedade RB, que hoje ocupa 66%

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da área com cana-de-açúcar no Brasil, foi desenvolvida através dessa rede interuniversitária, que tem sete instituições federais de ensino associadas. Desses 66%, 25% das variedades foram criadas em Viçosa. Então, estou puxando bem a sardinha para o nosso lado.

Café. Viçosa foi pioneira no estudo de biologia e controle da ferrugem do cafeeiro. Em parceria com a Epamig, foram lançadas inúmeras variedades adaptadas e resistentes à ferrugem do cafeeiro. Foi desenvolvida lá também calda viçosa, que faz o controle químico da ferrugem do cafeeiro com uma mistura de nutrientes que é eficiente, econômica e não poluente. O café na nossa região é café de pequena produção e esse produto, a calda viçosa, que é um tipo de calda bordalesa, é barato, simples de ser feito e é eficiente para combater a ferrugem. E nós temos um programa de produção integrada de café, que faz o programa de certificação e rastreabilidade junto com o Ministério da Agricultura.

Na área animal, nós temos o BR-Corte, que é um programa de nutrição grátis, está disponível na internet. É um programa de formular dietas de custo mínimo para bovinos. Esse programa é acessado pelo mundo inteiro, porque ele permite não só você saber o custo da sua ração, mas o uso de materiais regionais existentes para a formulação de ração com nível adequado de nutrição que os animais precisam.

Nós temos esse Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Ciência Animal, que tem feito os estudos mais avançados na área de nutrição animal, na área de adaptação animal nas mudanças climáticas, na área de efeitos musculares e na carne dos animais em função dos diferentes alimentos que eles consomem e uma série de outros estudos de ponta nessa área de nutrição e produção animal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORLANDO MONTEIRO – Esse instituto está na rede também, é livremente acessível e vocês vão ficar assustados com a beleza do trabalho que é feito nessa área por esse instituto que engloba, além de Viçosa, outras instituições de pesquisa no Brasil.

Mudanças climáticas. Já falei sobre simulação dos efeitos do aquecimento na produção agrícola e da variedade de eucaliptos tolerantes à seca, avaliando o potencial de crescimento, qualidade da madeira e resistência a pragas e doenças. Temos lá desenvolvidas vacinas para suínos que já têm patente nos Estados Unidos; agricultura de precisão, com o desenvolvimento de máquinas e equipamentos adaptados às nossas condições.

Aqui há alguns dados sobre produtividade agropecuária – são dados do MAPA – que mostram que, de 1975 a 2017, houve um crescimento de 3,8% na produtividade agrícola brasileira. A produção aumentou mais de quatro vezes entre 1975 e 2017. E 80% desse aumento de produção são devidos ao aumento de produtividade: mais produto por área ou mais carne pelo mesmo animal, ou seja, a universidade, treinando gente, capacitando técnicos, fazendo pesquisa em parceria com a iniciativa privada e divulgando isso para o Brasil, tem uma contribuição muito grande nessas estatísticas. À medida que a produtividade aumenta – a produtividade é o inverso do custo –, o custo diminui e nos tornamos mais competitivos para enfrentar e para manter a nossa liderança agropecuária no mercado internacional.

Eu paro por aqui.

Agradeço e estou à disposição para alguma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Prof. Orlando. É um prazer. A gente que é do campo...

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES (*Fora do microfone.*) – Tenho uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

Kátia, tu tens um tempo? Eu posso?

Sérgio, nós vamos ficar aqui. Vamos liberar a Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu preciso sair.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, aqui a nossa Senadora, Deputada, Presidente da CNA, mas sua principal atividade é produtora rural, Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Presidente. Eu quero agradecer a todos os nossos convidados. Hoje não é um dia bom. A audiência pública está vazia, porque nós estamos com a audiência, a entrevista com o próximo Procurador-Geral da República e está muito alto o quórum lá. Mas isso não diminui em absolutamente nada a contribuição que vocês estão dando aqui em falar sobre a agricultura brasileira e do que nós somos capazes. Eu gosto sempre de dizer que essas palestras deveriam ser feitas nas outras Comissões, porque a maioria dos que estão aqui conhecem e dão muito valor a tudo o que vocês, pesquisadores, fazem e fizeram pelo Brasil.

O meu marido, Moisés Gomes, é originário de Viçosa, é ex-aluno de Viçosa e, depois, fez especialização em recursos hídricos nos Estados Unidos. Para ele, Viçosa é a segunda casa. Apesar de ser baiano e não ser mineiro, ele tem um amor e um carinho especial pela universidade, que, realmente, tem contribuído muito. A Embrapa e todas as universidades têm sido fundamentais. E eu tenho feito questão de dizer sobre isso, que nós devemos muito à Esalq, Viçosa, Lavras, Embrapa. E algumas universidades também do Rio Grande do Sul têm feito muito bonito pela agricultura, fazer onde nós chegamos, fazer o resultado onde nós estamos. Na verdade, com relação à exposição de vocês, eu só quero ler para aprender cada vez mais sobre as nossas evoluções.

Eu gostaria de fazer alguns poucos comentários sobre o momento da agricultura por que nós estamos passando. Eu estou bastante preocupada. Não sou de fazer muita tragédia com as coisas, mas, de fato, eu estou preocupadíssima com algumas atitudes do Governo Federal a respeito do agro. E, por incrível que pareça, eu que fui Ministra da Presidente Dilma e tenho todos os feitos dela e de todos os Presidentes, desde o Governo militar, eu fiz um levantamento de todos os avanços que a agricultura brasileira teve ao longo desses anos e, de fato, com relação a recursos, a investimentos econômicos, financeiros, eu não encontrei ninguém que chegasse ao patamar que ela chegou, mas tivemos o Presidente Collor, que, primeiro, com a Embrapa, no Governo militar, o que, para mim, foi o primeiro marco da agricultura, do avanço da agricultura. O segundo marco foi a lei no Governo do Presidente Collor sobre a PGPM, que era uma política de preços mínimos, isso fez com que a agricultura desse um salto gigantesco. Depois fizemos, ainda Deputados, eu e o Heinze, a lei do seguro de clima e de pragas, a lei do seguro rural, ainda não de renda, até então. E, agora, pretendo lançar um projeto, não meu, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil, neste Governo, do Bolsonaro, que ele seja aprovado, no qual vamos reformular todo o seguro agrícola brasileiro, essa é a minha proposta, uma modernização na gestão de risco do seguro agrícola.

Já discuti com Tereza Cristina, a Ministra, com o Ministério da Economia, com os secretários. Essa semana, eu discuti com o próprio Paulo Guedes, Ministro da Economia, e estamos colocando em andamento as discussões, com a própria frente parlamentar, se seria possível avançar nesta gestão melhor dos recursos do seguro agrícola.

Hoje, nós financiamos o seguro de 9 milhões de hectares, mas com esse formato, se ele for aprovado pelo Congresso, nós chegaremos a 30 milhões de hectares, que seria cobrir 30 milhões de hectares, justamente a área de risco que o Brasil ainda tem, do provável risco de sinistro, tanto de clima como também de renda, o que a gente sempre quis e sempre invejou nos americanos nesse sentido, a cobertura que dão aos seus agricultores.

Quando eu cheguei ao Ministério, em 2015, nós tínhamos praticamente todos os mercados do mundo fechados para a carne bovina, muitos para carne suína e muitos para carne de aves. O meu desafio maior foi exatamente esse, pegar um avião, voo de carreira, e rodar o mundo para abrir esses mercados. Nós conseguimos, em 2015 ainda, nos primeiros seis meses à frente do Ministério, praticamente abrir todos os mercados, não com carne com osso para o Japão, mas, inclusive, a possibilidade de vender também a carne com osso para os Estados Unidos pela primeira vez na vida. Estivemos com o Obama, assinamos todo o protocolo com a Presidente Dilma e de lá para cá as coisas foram evoluindo. Conseguimos abrir tudo, 100%. A mim restou apenas uma hérnia de disco de tanto pular de avião por avião nesse mundo afora, passar dois, três dias, insistentemente mostrando as vantagens da carne brasileira.

Já no começo desse Governo Bolsonaro, no qual não votei, me considero uma Senadora independente de oposição, eu tinha muita esperança porque os produtores rurais votaram no Bolsonaro, fizeram campanha explícita para o Bolsonaro, foram apoiadores ao extremo de Bolsonaro, e eu respeito o desejo democrático de cada um para votar em quem quiser. Fiquei tranquila, eu falei que não era o meu candidato, mas, como o setor agropecuário está apoiando por unanimidade quase, no País inteiro, eu vou me conter, aplaudir e esperar que mais coisas boas acontecem.

Veio o acordo Mercosul-União Europeia. Eu fui a primeira a manifestar-me nas redes sociais a respeito das vantagens, do benefício, de o quanto era importante. Depois, iniciando um acordo com os americanos, mais amplo, eu aplaudo. Prejuízos é claro que teremos, mas todos os países têm prejuízos quando fazem abertura. No meio do caminho, cabe aos governos irem amparando esses setores que foram um pouco mais prejudicados, mas deixar de abrir? Jamais, nunca! Acho que essa é a direção do mundo.

Hoje, na nossa corrente de comércio, nós estamos talvez em 76º lugar no mundo em termos de abertura comercial. Nós estamos em torno de 19%. No somatório de exportação com importação, em relação ao PIB, nós estamos com 19%. E um percentual minimamente decente e aceitável para um país civilizado, democrático e que acredita no mercado seria 40%, Heinze. Nós estamos muito longe.

Então, todo mundo quer que abra, mas na hora em que se diz "vou abrir", dizem: "Ah, mas espera aí porque tem um probleminha aqui, tem um probleminha ali, tem um probleminha acolá". Todos têm os seus probleminhas e acabam dificultando essa abertura. E nós não teremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

progresso e desenvolvimento sustentável perpétuo se não tomarmos coragem para abrir as portas do Brasil – ou as porteiras, como preferir.

No acordo do Mercosul com a União Europeia, que levou quase duas décadas de luta, nós fizemos a última oferta, Armando Monteiro e eu, nos dois Ministérios, a oferta mais arrojada que o Brasil já tinha feito, alcançando 99% de desgravação tarifária dos nossos produtos. E essa oferta foi fundamental para que, depois, Aloysio Nunes Ferreira, no Governo de Michel Temer, desse prosseguimento às discussões. Depois, agora, o secretário do Ministério da Economia – foi ele – continuou dando as tratativas, e não o Itamaraty, não o chanceler, mas à frente o secretário... Eu agora esqueci o nome dele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Marco Troyjo, exato. Nós agradecemos. Eu não o conheço, mas sei do trabalho que ele fez e continua fazendo. Então, há uma sucessão de esforços para chegar-se a bom termo.

E agora estou vendo três preocupações graves de um Governo mega apoiado pelo setor agropecuário. Primeiro, a questão do ICMS e da Lei Kandir. Não me incomoda como vai chamar essa lei. Não me incomoda qual será a forma. Eu só acho que há uma regra mundial, um conceito, um princípio, de norte a sul, do Polo Norte ao Polo Sul, de "a" a "z", de que não se tributa exportação e não se tributa tecnologia e investimentos tecnológicos. Isso é uma regra básica, não é uma regra inventada. Então, Lei Kandir ou lei Zé ou João ou Pedro ou Manoel, não importa; a esses dois princípios nós temos que obedecer. Nós só tínhamos o princípio das exportações, porque tecnologia no Brasil é altamente tributada. Se uma empresa desenvolve uma tecnologia que vai usar para ela própria, ela tem que pagar imposto. Ela só não pagará imposto se usar a tecnologia e vender para outros. "Não, não quero vender, meu negócio é esse, eu quero usar aqui", paga imposto.

Então, o fim da Lei Kandir... Eu entendo o desespero dos Governadores por recursos, pela quebradeira geral em que se encontram, muitos, muitos por irresponsabilidade administrativa, não desses atuais, mas por uma sequência de irresponsabilidades. E o agro e os exportadores do Brasil agora vão ter que pagar. Certo? Então, isso me preocupa.

Não quero aqui chorar taxa, alíquota, não. Eu estou aqui lutando por princípio. Um país que tributa as suas exportações é um país que precisa de uma reflexão profunda sobre o que quer para o futuro.

Então, quando acaba a Lei Kandir, é como se o Presidente da República, fortemente apoiado pelo setor agropecuário, todos precisam se lembrar disso em todos os minutos, abre, lava as mãos e deixa os Governadores cobrarem o imposto, o ICMS que quiserem.

Olhando por outro lado, se fosse eu Governadora, eu me sentiria tentada. Talvez não o fizesse pela posição, pelo que eu represento, pelo que eu conheço desse setor e dessa visão internacional. Mas é tentador. O senhor pode ter certeza, Presidente Heinze, que a tributação vai pesar, pela dificuldade inclusive do seu Estado. Então, isso vai ser uma perda incalculável para o nosso setor, porque ninguém pauta preço de produto no mercado internacional lembrando dos coitadinhos dos produtores do Brasil que pagam ICMS, certo? A lei é seca para todo mundo.

Nós representamos 2% do mercado internacional, de tudo. Se a gente puxar só o agro, o Brasil representa 7%. O meu objetivo, a minha ideia e a minha torcida hoje é para que chegue a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo menos 10% e, depois, a 12% com tranquilidade. Diante desse aspecto aqui, dessa tributação das exportações, eu vou refazer os meus objetivos e as minhas metas pessoais.

A segunda coisa é sobre a PEC paralela. O Senador Tasso Jereissati, que é ligado ao varejo, que não é ligado ao setor agropecuário, sob hipótese alguma, ou não teria permitido uma eventual incidência de mais um imposto sobre as exportações através da contribuição previdenciária... Não é que não se quer pagar. Todo mundo tem de pagar imposto. Mas, no caso das exportações e da tecnologia, nós não podemos permitir que isso aconteça.

Por último, nós estamos vendo um risco altíssimo de uma interrupção definitiva ou de uma postergação de, no mínimo, cinco a dez anos de o acordo União Europeia-Mercosul se efetivar, por conta do comportamento do Governo do Presidente Bolsonaro, do Ministro do Meio Ambiente, que é um rapaz preparado, inclusive – quero fazer esta ressalva: é um rapaz preparado, mas ainda com um discurso bastante radical com relação à onda mundial.

Então, quem pensa que nós estamos aqui tratando de ambientalismo, de ONG ou de bicho-grilo, como alguns dizem por aí, está redondamente enganado e fazendo um crime de lesa-pátria ao apoiar esses arroubos – eu não quero ser indelicada com o Presidente, porque, enfim, é o Presidente da República –, esses arroubos eleitoreiros de estimular o coração dos produtores, que sempre tiveram problemas e uma birra com a questão ambiental. Isso vai nos dar prejuízo na veia.

Se chove no Rio Grande do Sul, Presidente Heinze, nós devemos à Floresta Amazônica. Se chove no centro-sul do País, nós devemos àquele povo da Amazônia que não está desmatando, que tem reserva legal de 80%.

Então, eu não estou preocupada com a Amazônia pelo que o Macron vai dizer, pelo que a Alemanha vai dizer. Eu estou preocupada com a Floresta Amazônica por conta do Brasil, dos brasileiros, da produção agropecuária. Quem me disse isso foi algum bicho-grilo, algum ambientalista? Não, quem me disse isto foram a ciência e os pesquisadores: a importância da Floresta Amazônica para o ciclo de chuvas do centro-sul do País. Agora, se nós quisermos abrir mão disso, correr o risco de abrir e procurar outra opção, eu não conheço ainda, para fazer chover... E não é também terrorismo, não; isso é um fato concreto e constatado pela ciência.

Então 99% da produção brasileira está longe dessas questões da Amazônia. E são esses 99% que serão extremamente prejudicados com as retaliações internacionais, inclusive com o acordo Mercosul–União Europeia. Nós temos aí 1% de produtores lá no Mato Grosso e no Pará que se aproveitam desses arroubos presidenciais e acham que podem prejudicar o Brasil inteiro, desmatar ilegalmente e queimar ilegalmente. Nós deveríamos ter uma reação brutal com relação a isso, fortíssima. E não estou vendo isso por parte da bancada ruralista. Além do mais, o Presidente disse que eu mudo de camisa. Não, as pessoas inteligentes aproveitam as oportunidades, e não o oportunismo, para poder mudar de ideia, principalmente ouvindo a ciência. Todas as vezes que a ciência me convencer, a minha camisa será trocada imediatamente, porque não sou ignorante, não vivo na escuridão. Eu gosto da luz, eu gosto da claridade.

Então, acho que é uma reação um tanto negativa por parte da Frente Parlamentar, da própria CNA, que fez uma nota, agora há pouco, soube pela imprensa, apoiando o discurso do Presidente. Depois eu quero ver se a CNA ou o Presidente da Frente Parlamentar vão conseguir cobrir os prejuízos que a agropecuária brasileira terá na balança comercial, no emprego e nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exportações. E não adianta fazer cara feia. Essa questão é séria. Meio ambiente é questão, é bandeira da humanidade. Quem produz e tem produto na prateleira tem que tirar o chapéu para a maior excelência da vida de quem vende, que é o consumidor. E o consumidor quer saber, sim, de meio ambiente, quer saber, sim, das condições dos trabalhadores. Eu não tenho tempo de mudar essas ideias. Não, eu tenho tempo para produzir. Produzir do jeito que o meu consumidor quer, agregar preço nisso e vender.

Então eu não vou voltar ao meu discurso de quinze anos atrás, que é esse discurso que está sendo feito agora. Eu nem acredito que nós estamos discutindo isso de novo. Essa questão ambiental estava ultrapassada. Nós já estávamos em outro patamar. Abertura de mercado, infraestrutura, logística. Agora, nós não temos infraestrutura, nós teremos imposto previdenciário nas exportações, nós teremos ICMS nas exportações e estamos com um risco altíssimo de encerrar o acordo Mercosul-União Europeia.

E sobre esse crescimento das exportações, todos nós temos que ajoelhar no milho e agradecer os problemas da China com os Estados Unidos. Mas todo mundo sabe que isso vai ter um fim, certo? Nós tivemos uma oportunidade de ampliar mercado por conta da briga de duas potências.

Então eu quero deixar aqui registrada a minha preocupação com a tributação das exportações do agro e com o discurso antiambientalista – não é nem antiambientalista, mas antimeio ambiente, antissustentabilidade. É um discurso antimercado.

Se você pegar todas as empresas com maior valorização na Bolsa de Valores, elas têm um componente de sustentabilidade no seu *board*. Tudo está implícito. Nós vamos correr contra a maré, contra o mercado, contra a Bolsa, contra a valorização dessas empresas que demoraram para chegar onde chegaram, gastaram fortunas incalculáveis para se adaptarem à questão ambiental?

Então, eu encerro as minhas palavras, registrando apenas a minha preocupação e a minha indignação em relação a alguns setores representantes do agro em não tentarem pelo menos o convencimento pessoal com o Presidente. Não estou aqui propondo briga de ninguém com ninguém, porque eu poderia fazer um discurso aqui muito diferente do que o que eu estou fazendo, tenho argumentos demais para isso, mas acho uma inflexão. Acho que precisam, esses que foram os grandes eleitores de Bolsonaro, agora, bater à porta do Palácio do Planalto e conversar seriamente com ele.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Dr. Sérgio, eu vou passar a palavra. Eu tenho que encerrar esta reunião às 13 horas, em função da instalação de uma comissão para analisar uma medida provisória aqui, a 890. Até já chegou o Deputado Ricardo Barros. Depois, a gente vai encaminhar para os encerramentos, o.k.? Com a palavra.

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – Só para fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pegue o microfone e ligue ali, faça o favor. Depois eu abro ainda para alguém que quiser fazer uma colocação importante, para nós fazermos o encerramento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – Chamou-me a atenção a observação do Monteiro de que eles estão progredindo muito na parte de produtividade. A gente sabe que, no caso da soja, pelo menos é o que se tem colocado, e eu não sou especialista, eu sou mais da área comercial, mas eu sinto que está havendo uma preocupação muito grande dos chineses com o aumento da produtividade ligada à perda de proteína. Está acontecendo mesmo isso, doutor? E tem jeito de a gente melhorar isso?

O SR. ORLANDO MONTEIRO – Olha, o que me foi dito pelos pesquisadores que estão trabalhando nessa área é que eles demandam a soja com um nível maior de proteína. A média brasileira que vai para eles é com 37% de proteína. Já existem variedades... As duas primeiras variedades que surgiram desse estudo em Viçosa já apontam 44% e 46% de proteína. Parece que os países nórdicos também demandam uma soja com mais proteína. Então, nós estamos entrando, começando a apresentar ao mercado uma soja de acordo com a demanda que eles têm.

O SR. SÉRGIO CASTANHO TEIXEIRA MENDES – Muito bem. Isso é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Camila, Jorge, Beatriz, Sérgio – o Sérgio já falou –, Rogério, têm alguma comunicação?

O SR. ROGÉRIO CROSCATO – Sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim, Rogério.

O SR. ROGÉRIO CROSCATO – Muito obrigado.

Eu quero agradecer novamente a oportunidade aqui, Senador Heinze, e pelas colocações que foram feitas. A gente até tinha conversado sobre essa questão. Na audiência pública aqui, hoje, não era o foco a Lei Kandir, mas acabamos tomando esse tempo aí, necessário, e é uma pena que não tivemos presença maior dos Senadores aqui na audiência hoje, porque está havendo ainda a sabatina da PGR ali no Senado. Nós temos que colocar essa questão da Lei Kandir mais fortemente, Senador. Realmente, pela fala da Senadora Kátia agora, realmente é preocupante o encaminhamento que se está dando à situação.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu não assinei, eu não assinei o projeto. Outros assinaram o projeto para ele prosperasse. Eu não assinei, o.k.? Diferentemente de outros.

O SR. ROGÉRIO CROSCATO – Pois não, a gente conhece, a gente sabe que a...

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas fique tranquilo, porque nós vamos resolver esse assunto. Estamos trabalhando nessa direção.

O SR. ROGÉRIO CROSCATO – A gente conta com o trabalho que vem sendo feito pelo Senador Heinze e pelos demais Senadores que apoiam essa questão da Lei Kandir. É algo muito importante. Eu acredito que temos que trabalhar em conjunto com os demais Senadores para essa situação ser revertida para não haver um cenário negativo para o agro brasileiro, setor que está dando certo, que está levantando o PIB nacional hoje.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mais alguém? (*Pausa.*)

O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer ao Dr. Sérgio e também ao Orlando e dizer que fico enciumado quando eu pego a Esalq aqui e a Viçosa e vejo que foi a minha escola. Santa Maria, nos anos 70, nos anos 80, de onde muita gente saiu. Nas grandes cooperativas, há gente que se formou comigo na escola lá e hoje está dominando as cooperativas todas. Estão no Brasil inteiro. Saíram de Santa Maria. Em qualquer parte do Brasil, há gente daquela turma que saiu de lá.

Só para fazer uma colocação – eu quero agradecer, Sérgio –: a gente está fazendo um trabalho aqui sobre *startups*, e vou precisar do apoio de vocês, Viçosa e Esalq. Como tu mostraste na tua lâmina ali, Sérgio, tu falaste em *startups*, então, o que a gente está fazendo hoje... O pequeno número de *startups* do agro é a minha preocupação, como agrônomo e produtor que sou. Eu sei que São Paulo tem, Minas tem, Paraná tem, Rio Grande do Sul tem, mas imagina que o Estado do Mato Grosso, quer dizer, o maior produtor, quase não tem *startups*, mas tem universidades e também órgãos de pesquisas e empresas fortes. E assim é em Mato Grosso do Sul. Enfim, o que a gente quer é, como o Prof. Camargo, lá da UFRGS, que está me ajudando nesse processo, estabelecer e estimular as *startups* dos jovens estudantes de agronomia, de veterinária, de zootecnia, de florestal, enfim, dos ramos do agro, tanto da graduação quanto da pós-graduação, para se aliarem. Então, isso é uma coisa em que vocês podem me ajudar.

Nós estamos desenhando um projeto com o Ministério de Ciência e Tecnologia e também com o Ministério da Agricultura, da Ministra Tereza Cristina, para ajudar nessa questão das *startups* do agro, estimular jovens que possam trabalhar já, começar a montar projeto, ter uma direção.

Eu vou pedir o telefone de vocês. O Prof. Camargo, lá de Porto Alegre, está me ajudando nessa coordenação desses processos para a gente ver como vocês, as empresas de alimentos e as próprias indústrias podem entrar no circuito e criar as demandas de que o Brasil precisa hoje. Então, nós vamos precisar de vocês – essa parte é importante – para que possamos trabalhar.

Também quero ressaltar aqui – tu falaste... Eu vou precisar da ajuda de vocês. A gente vai trabalhar a questão da pesquisa. Para nós é extremamente importante ver o que vocês estão produzindo. O Zen fala que um terço da arrecadação da Esalq vem das parcerias público-privadas. Não sei quanto lá da Viçosa, mas esse é um ponto que a gente está querendo que a Embrapa faça, que a gente coordene um grande programa de pesquisa, como as universidades, que estão em qualquer canto do Brasil, nos principais Estados... Vá a Roraima. Lá há uma faculdade de agronomia, quer dizer, nós temos que usar essas universidades e desenhar um projeto.

O Deputado Zé Silva, de Minas Gerais, Orlando, é ligado também a essa questão. A gente tem conversado com ele e com o próprio Alceu, da frente parlamentar, para ver como fazer para estimular pesquisa com as universidades, com os órgãos de pesquisa e fazer a arregimentação da própria Embrapa, que deixou muito a desejar nos últimos anos, a Embrapa que já foi o que foi. A gente está precisando que essa parte também... Então, eu não sei quem da Viçosa ou quem da Esalq pode nos ajudar. Nós vamos chamar vocês para fazer um desenho sobre um plano de pesquisa para o Brasil, enfim, dentro das realidades.

Muitas vezes a crítica às universidades é porque elas pesquisam o sexo dos anjos. Não interessa. O que eu vou pesquisar? Vou pesquisar aquilo de que se está necessitando naquele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em cada segmento: das carnes, dos grãos, dos lagos, das florestas, sei lá. Há tanta coisa para nós fazermos! É um recado que eu deixo a vocês.

Eu vou ficar com o seu telefone também, Orlando, para ele poder saber qual é o contato em Viçosa, qual o contato na Esalq, e vamos organizar. *Startups* são uma coisa e pesquisa é outra situação, que eu quero deixar com vocês aqui. E é preciso usar, sim, a parceria público-privada, não tem jeito, pelas carências que tem o Brasil hoje.

E um recado final: com o Paulinelli, que é um líder nosso aqui hoje, mineiro também, eu conheci o Norma Borlaug. Tive o orgulho de conhecer um colega, agrônomo, que profetizou, nos anos 70, e depois veio aqui, uns quatro ou cinco anos antes de falecer – o Paulinelli o trouxe aqui –, acho que em 2013, 2014, sei lá em que ano... Vejam o que ele disse quando chegou e viu o Cerrado brasileiro: "Isso não produz nada". Era um cara que conhecia. Foi ganhador do Prêmio Nobel da Paz. Disse: "Isso não produz nada. Terras pobres. Aqui não tem condições de produzir". Mas ele esteve aqui posteriormente, e aí, num jantar com ele, ele disse: "Olha, hoje eu tenho que me penitenciar com os produtores brasileiros, com a pesquisa brasileira. Vocês fizeram o que nem eu, que conheço, acreditava que pudessem fazer", a maravilha que é um Mato Grosso, um Mato Grosso do Sul, um Goiás, um Tocantins, um Matopiba. Isso é fruto, como você mostrou aí, da pesquisa da soja nos anos 60 em Viçosa. Vários pesquisadores, a Esalq, sei lá, o Rio Grande do Sul, fizeram esse trabalho, e a gente tem essa maravilha que é o Brasil hoje, produtivo.

Depois, só para arrematar essa questão climática, eu tenho uma versão um pouquinho diferente da versão da Senadora Kátia. Eu não quero desmatar a Amazônia. Eu tenho uma preocupação... Eu perguntei sobre as florestas e o trabalho que vocês têm lá. A minha tese é a seguinte: aquilo tem valor, aquilo tem preço. O Brasil usa aquilo? O.k. Então, nós, brasileiros, utilizamos porque é nosso, é do Brasil. Agora, eu não posso admitir que quem tem 400 milhões de hectares, mais ou menos, 419 milhões entre Floresta Amazônica e Cerrado, aquilo não tenha valor nenhum, praticamente. E eu ouvi um colega falar outro dia: "Ah, mas os fundos internacionais representam US$850 trilhões para fazer o quê? Não pagam nada, absolutamente nada". Alguma coisa tem que valer. Não quero devastar a Amazônia, não é esse o meu objetivo. Agora, aquilo tem que ter um valor, um preço. Eu não aceito que uma Alemanha... Eu sou de origem alemã, e não sei qual é a tua origem...

O SR. SÉRGIO DE ZEN (*Fora do microfone*.) – Italiana.

O SR. PRESIDENTE (Luis Carlos Heinze. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

Mas veja o seguinte: a França ou a Noruega às vezes vem e dá US$2 milhões e tem o poder de ser dono da Amazônia. Não, aquilo tem muito valor. E eu fiz uma conta campeira, de gaúcho, um cara que é produtor. Se eu arrendasse – não quero devastar, entendam bem – para a soja 300 milhões de hectares, aquilo renderia US$70 bilhões por ano, só no arrendamento, com dez sacos de soja, por baixo. Bom, aquilo tem um preço. Essa floresta em pé tem um valor.

O Deputado Arnaldo Jardim tem um projeto, Zen, sobre pagamento de serviços ambientais. É isso que eu quero discutir. Aquilo é do Brasil, aquilo é um passivo que nós temos, é um ativo que nós temos, e, de certa forma, tem que render para o Brasil. Não toca em nada, não faz nada. Eles têm interesse em quê? Na biodiversidade. E pergunto para as duas universidades: quanto vale a biodiversidade? Milhões de genes, milhares de espécies que nós temos lá, intocáveis?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, pela manhã, o pessoal de um laboratório de Minas Gerais me procurou, e eu perguntava para essa senhora: eu quero saber os genes que... Alguém falou, um dia, quando nós discutíamos o Código Florestal, dos genes, enfim. Aí falaram que os laboratórios suíços, alemães e sei lá o quê usam produtos nossos, mas não nos pagam *royalties* de nada, de absolutamente nada, nos tomam as coisas e não pagam nada, usam. Aí eu tenho genes, eu tenho água doce, eu tenho florestas, eu tenho terra para plantar e eu tenho minérios. Isso tem um preço. Aquilo é do Brasil. Nós temos que explorar isso à luz do mundo, porque os Estados Unidos exploram hoje 74% da sua extensão territorial. Eu só uso 31% com agricultura, com pecuária, com florestas, com produção – só 31%. Eu não quero explorar 74% e devastar tudo, não. Aquilo tem um valor.

Zen, o questionamento é este: se vocês da Esalq, vocês da Viçosa, vocês que são da academia, Monteiro, puderem nos subsidiar, eu preciso desses pontos, que são importantes para nós.

Eu estou trazendo alguém da USP, são físicos, são meteorologistas, que vão falar de questões diferentes das mudanças climáticas, que não atribuem só ao clima e não é só Floresta Amazônica; há outros pontos que são físicos. Eu trouxe aqui, em 2000, um físico, ex-Reitor da UnB, José Carlos Rocha Almeida – uma coisa assim era o nome dele –, hoje falecido. E ele nos apresentou uma visão totalmente diferente dessa que o mundo está apresentando hoje. É ciência, é academia. Então, eu acho que esse é um ponto importante para o debate.

Mas fundamentalmente o que eu pediria para a USP e também para Viçosa é: quem pode nos subsidiar com pagamentos por serviços ambientais. Aquilo tem um valor, tem ativo que é brasileiro, para nós. Agora, eu não admito que fundos internacionais que têm trilhões de dólares não botem R$1. O Ministro do Meio Ambiente disse assim: "Disseram que iam aplicar 100 bilhões por ano para quem fizesse preservação" – 100 bilhões o mundo ia aplicar. Agora, eu não vi dinheiro nenhum desses para o Brasil. Então, como brasileiro que sou, eu acho que aquilo tem um valor e gostaria que vocês pudessem nos ajudar.

Eu quero, então, encerrar esta reunião, agradecendo a presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, dos nossos oradores e participantes presentes, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e oito minutos do dia nove de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Rodrigo Pacheco, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Arolde de Oliveira e Irajá. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento do seguinte expediente: Moção de Apelo, encaminhada pelo Ofício nº 173/2019, da Câmara Municipal de Vereadores de Descanso, Estado de Santa Catarina, no sentido de que seja dada atenção ao produtor de leite, criando medidas de proteção contra as medidas predatórias das empresas em relação ao preço do leite, a exemplo de fixar uma tabela mínima de preço. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet pelo período de quinze dias. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 111, de 2015 - Não Terminativo - que: "Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa entre a União, os Estados e os Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de Municípios integrantes do semiárido brasileiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01-CDR. Resultado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 637, de 2015 - Não Terminativo - que: "Altera os artigos 1°, 2°, 5° e 9° da Lei n° 8.918, de 14 de julho de 1994, e o inciso II do § 1° do artigo 8° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para introduzir modificações nos processos de registro e inspeção de bebidas e harmonizar competências entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária sobre o tema." Autoria: Senador Alvaro Dias (PSDB/PR). Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2966, de 2019 - Não Terminativo - que: "Isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de caminhonetes por produtores rurais pessoas físicas." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3882, de 2019 - Não Terminativo - que: "Autoriza a reabertura do prazo de que trata o art. 4° da Lei n° 13.340, de 28 de setembro de 2016, por doze meses, a partir do início da vigência dos efeitos desta Lei, para a liquidação de dívidas originárias de operações de crédito rural inscritas em dívida ativa da União." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS). Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas) Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4485, de 2019 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Incentivo à Cultura de Flores e de Plantas Ornamentais de Qualidade." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4810, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 3°-A à Lei n° 10.169, de 29 de dezembro de 2000, para estabelecer isenção de emolumentos para atos de registro decorrentes de programas de regularização fundiária." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 658, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta-se o artigo 5°A a Lei n° 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4107, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 13.710, de 24 de agosto de 2018, que “institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade”." Autoria: Senador Angelo Coronel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSD/BA). Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1 que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 9 – Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 28, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater avanços da pesquisa no âmbito da CEPLAC (Comissão Executiva do plano da Lavoura Cacaueira), bem como a importância do trabalho de extensão rural, executado pelo órgão, no aumento da produção e produtividade do cacau brasileiro, visando principalmente os pequenos e médios produtores rurais do país, com a presença dos seguintes convidados: – Representante da Secretaria de Inovação – MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento); – Representante do CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); – Representante da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); – Representante da AMURC (Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia)." Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 – Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 29, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar as novas diretrizes relacionadas ao desenvolvimento da pesca e do turismo que estão sendo alavancadas pela Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento junto com a Embratur, para o aprimoramento e o crescimento econômico pesqueiro e turístico do nosso Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Jorge Seif Júnior, Secretário da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa; 2. Gilson Machado Guimarães Neto, Presidente Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur. "Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 11 – Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 30, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 – CRA, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Silvia Waiãpi, Secretária Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; 2. Ysani Kalapalo, aldeia Tehuhungu." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

12 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 31, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos." Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos. Usam da palavra a Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Acir Gurgacz, Rodrigo Pacheco e Irajá. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos nesta manhã.

Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as atas.

A presente reunião está destinada à deliberação de seis itens não terminativos e dois itens terminativos conforme a pauta previamente divulgada.

Vou passar, agora, à votação dos requerimentos.

EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 28, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater avanços da pesquisa no âmbito da CEPLAC (Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira), bem como a importância do trabalho de extensão rural, executado pelo órgão, no aumento da produção e produtividade do cacau brasileiro, visando principalmente os pequenos e médios produtores rurais do país, com a presença dos seguintes convidados:

- Representante da Secretaria de Inovação – MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento);

- Representante do CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira);

- Representante da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária);

- Representante da AMURC (Associação dos Municípios do Sul, Extremo Sul e Sudoeste da Bahia).

Autoria: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)

Senador, se o senhor quiser tecer algum comentário, eu pediria ao senhor para acrescentarmos mais dois requerimentos e votarmos em bloco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para encaminhar.) – Está bem.

Só para a gente debater a questão da ciência e tecnologia com relação ao âmbito da Ceplac e, também, da extensão rural.

Entendo que é um tema importante para o País, mas, principalmente, para o nosso Estado de Rondônia.

É claro que para a Bahia é importante, para o Espírito Santo é importante, para o Pará também, mas Rondônia está em ascendência na plantação e produção do cacau, por isso eu entendo que é importante nós debatermos esse tema, até porque há um projeto, do qual sou Relator, e vai nos ajudar, depois dessa audiência pública, a fazer o relatório e decidir sobre essa questão do relatório desse projeto.

É um projeto que já está na pauta de hoje, mas como nós temos já uma votação no Congresso Nacional, que é importante, para aprovarmos o PLN nº 18, ontem discutimos até tarde, não conseguimos aprovar, chegamos lá nos 37 Senadores e ficou para hoje.

Então, eu agradeço a V. Exa. se puder colocar em votação para que a gente possa fazer a discussão, a audiência pública na terça e, na quarta-feira, aí, sim, avançarmos no projeto para que a gente possa decidir e votá-lo.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador, eu vou ler os dois requerimentos e votamos em bloco.

EXTRAPAUTA
ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 30, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2019 - CRA, sejam incluídos os seguintes convidados:

1. Silvia Waiãpi, Secretária Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde;

2. Ysani Kalapalo, aldeia Tehuhungu.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

EXTRAPAUTA
ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 29, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de analisar as novas diretrizes relacionadas ao desenvolvimento da pesca e do turismo que estão sendo alavancadas pela Secretaria da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e abastecimento junto com a Embratur, para o aprimoramento e o crescimento econômico pesqueiro e turístico do nosso Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Jorge Seif, Secretário da Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

2. Gilson Machado Neto, Presidente da Embratur.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

EXTRAPAUTA
ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA N° 31, DE 2019
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art.113 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei nº 2963 de 2019, que Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art.1º da Lei nº. 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências, seja apreciado em Reunião Conjunta das Comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos.

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

Passo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco para o encaminhamento.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Senadora Soraya Thronicke, meus cumprimentos, demais Senadores, Senador Irajá e Senador Acir Gurgacz, este requerimento foi feito nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado em referência ao Projeto de Lei 2.963, de 2019, que regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de dezembro de 1972, e o art. 6º da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências, de autoria do Senador Irajá Abreu e de grande significado para a economia e a sociedade brasileiras, haja vista que se pretende discutir em conjunto nesta Comissão de Agricultura e também na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual eu faço parte, esse projeto de regulamentação e de flexibilização de venda de terras a estrangeiros.

Esse tema precisa ser debatido, precisa ser discutido, precisa ser aprovado, e por isto nós fazemos este requerimento, Sra. Presidente, para que V. Exa. possa autorizar, obviamente com o beneplácito do Plenário, que seja feita uma sessão conjunta das duas Comissões, agilizando, portanto, o projeto e permitindo que as duas Comissões possam interagir na apreciação e na aprovação desse projeto muito meritório do Senador Irajá, que, diga-se de passagem, vem se destacando como um grande autor de projetos aprovados no Senado Federal. E eu tenho a honra de ser Relator desse seu projeto, como fui de outros também desde a época em que fomos colegas na Câmara dos Deputados.

Então, encaminho favoravelmente a esse requerimento, contando com o apoio dos demais pares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – O Senador quer tecer algumas considerações sobre o projeto? (*Pausa.*)

Eu proponho a votação em globo desses quatro requerimentos lidos na data de hoje. Pode ser? (*Pausa.*)

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, em votação os requerimentos.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Eu queria apenas agradecer à nossa Presidente, Senadora Soraya, pela sensibilidade em acatar sugestão do Senador Rodrigo Pacheco para que permitisse que a votação acontecesse de forma conjunta entre a Comissão da Agricultura, que V. Exa. preside, e também a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo Senador Omar Aziz.

Portanto, vai ser uma oportunidade para que nós possamos nos debruçar em torno desse projeto, que cria um marco legal novo e, portanto, também um novo ambiente de negócios em todo País na cadeia do agro brasileiro.

Esse projeto pretende ter os estrangeiros, os investidores de fora do País como bons parceiros para gerar mais empregos e também gerar mais alimentos. Esse é o objetivo desse projeto que está sendo debatido aqui no Senado Federal. Claro que isso respeitando a nossa soberania, garantindo a proteção do meio ambiente, que é muito importante, e, logicamente, os interesses dos brasileiros.

É claro que nós vamos compatibilizar isso, mas, criando um ambiente com regras claras, com segurança jurídica a esses investidores que venham de fora para o País, mas definindo limites, o que pode e o que não pode. E por isso nós construímos um projeto consistente, equilibrado, bastante conservador. Tivemos todo um cuidado com a proteção das faixas de fronteira, tanto que existe a restrição na compra e arrendamento de áreas nessa área, que são 150km entre o Brasil e os países com que nós tenhamos divisas, e por toda a extensão – são 16 mil quilômetros de extensão de divisa na América do Sul – nós tivemos esse cuidado.

Também criamos uma restrição no bioma amazônico para proteger as nossas florestas, e isso, claro, atende a uma demanda e a um pleito do setor, dos ambientalistas, enfim. E também criamos, Presidente Soraya, um limite de 25% de compras ou arrendamento de áreas rurais em todo País por Município. Isso, claro, garante uma concorrência mais equilibrada e justa com os produtores brasileiros e pulveriza também os investimentos em outras áreas, para não haver a concentração em determinadas regiões ou polos produtivos. Então, novas cidades, novas fronteiras e outros Estados também vão ser contemplados com esses novos investimentos.

Eu estou muito confiante na sua provação, nós estamos estimulando a criação de empresas nacionais. Esses investimentos vão estar, claro, todos respondendo pelas leis brasileiras, seja a ambiental, seja a trabalhista, seja a fundiária, seja o Código Civil e, portanto, não há tratamento A, B ou C diferente entre brasileiros e estrangeiros. Não, todos vão estar dentro do mesmo guarda-chuva da nossa legislação e da nossa Constituição.

E eu imagino que os investimentos, os novos investimentos que acontecerão vão gerar milhões de novas oportunidades de emprego. Com relação à agroindústria, que é tão importante na agregação de valor da matéria-prima, não faz sentido nós produzirmos soja, minério de ferro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e tudo isso in natura para outros países que industrializam o processo, essa matéria-prima. Os empregos e os impostos gerados ficarem lá e depois esses produtos voltam beneficiados aqui para o Brasil. Nós temos que aproveitar e processar e agregar valor a essa matéria-prima aqui dentro. E esse projeto tem esse grande apelo de estimular a agroindústria nacional para que a gente possa gerar novas oportunidades de trabalho.

Por isso eu quero agradecer a V. Exa., Presidente, pela sensibilidade e ao Senador Rodrigo Pacheco, que é um grande parceiro que eu tenho aqui no Senado Federal. Desde a época da Câmara, a gente vem trabalhando junto e ele vem me emprestando o prestígio dele com as boas relatorias, o que tem dado muito certo. A gente já aprovou bons projetos. Já foram sancionados. E, mais uma vez, ele assumiu essa responsabilidade, e eu quero, de público, agradecer a V. Exa., Rodrigo, pelo empenho, pela dedicação. Esse é um projeto muito sério e que exige toda a sua atenção e a sua dedicação. E eu fiquei muito feliz com o seu parecer, que está em construção, para poder ser apresentado, acredito que na semana que vem, na reunião conjunta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Dupla dinâmica, hein? Eu não sabia que era ela que fazia a parceria, não.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – É.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Uma pergunta: ela vai ocorrer lá na CAE? Vocês me avisam porque eu acho importante. Às vezes acontecem simultaneamente e eu não consigo participar. É um assunto de extremo interesse.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Faço questão da presença.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada.

Há expediente sobre a mesa, que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa:

Moção de apelo encaminhada pelo Ofício nº 173, de 2019, da Câmara Municipal de Vereadores de Descanso, Estado de Santa Catarina, no sentido de que seja dada atenção ao produtor de leite, criando medidas de proteção contra as medidas predatórias das empresas em relação ao preço do leite, a exemplo de fixar uma tabela mínima de preço.

Conforme instrução normativa da Secretaria-Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet pelo período de 15 dias.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

E vamos para o Congresso.

Rodrigo, você hoje você vai votar, não é? (*Risos.*)

Quero pedir aos Senadores que participem, porque quem leva a bronca somos nós.

(*Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e treze minutos do dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência Eventual do Senador Acir Gurgacz, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência registra a presença do Deputado Federal Valmir Carlos da Assunção (PDT/BA); Senhor João Batista Nogueira, Coordenador da CEPLAC Rondônia e o Senhor Erlon Botelho, Diretor do Instituto do Chocolate. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 28/2019 - CRA, de autoria Senador Acir Gurgacz (PDT/RO). Finalidade: Debater os avanços da pesquisa no âmbito da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e a importância do trabalho de extensão rural, executado pelo órgão, no aumento da produção e produtividade do cacau brasileiro, visando principalmente os pequenos e médios produtores rurais do país. Participantes: Pedro Alves Corrêa Neto, Secretário Adjunto da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; Kepler Euclides Filho, Pesquisador e Assessor do Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Aurelino Moreno da Cunha Neto, Presidente da Associação dos Municípios do Sul, Extremo sul e Sudoeste da Bahia – Amurc; Leandro Luiz Ramos, Presidente do Consórcio Ciapra; Guilherme Galvão de Oliveira Pinto, Diretor-Geral da CEPLAC; Antônio Zugaib, Pesquisador CEPLAC; Uilson Lopes, Pesquisador Geneticista da CEPLAC; Ivan Costa e Sousa, Extensionista da CEPLAC; Raul René Valle, Pesquisador da CEPLAC; Cacildo Viana da Silva, CEPLAC Rondônia e Ewerton Almeida, Diretor Institucional do Instituto Pensar Cacau. Resultado: Reunião realizada. O Senador Acir Gurgacz, Presidente Eventual da Comissão faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

SENADORA SORAYA THRONICKE

PRESIDENTE DA CRA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e vinte minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Soraya Thronicke e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Rose de Freitas, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os demais senadores membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Senhora Presidente, Senadora Soraya Thronicke, comunica o recebimento do seguinte expediente: Aviso nº 681/2019 do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia do Acórdão nº 2302/2019 para conhecimento dos autos de relatório da auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar os processos de trabalho e identificar possibilidades de melhoria nas atividades de fiscalização e inspeção agropecuária federal exercidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária seu suporte de tecnologia da informação e o processo administrativo sancionatório. Conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa, os referidos documentos ficarão à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na Internet pelo período de quinze dias. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, em atendimento ao requerimento REQ 26/2019 - CRA, de autoria Senador Jayme Campos (DEM/MT). Com a Finalidade: Instruir o PLS 624/2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO), que altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei. Participantes: Paulo Dias de Moura Ribeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ; Rodrigo de Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Kaufmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Renato Buranello, advogado especialista em Direito do Agronegócio; André Nassar, Presidente-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – Abiove. A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e os Senadores Jayme Campos, Rodrigo Pacheco e o Deputado Federal Neri Geller no Estado do Mato Grosso (MT-PP), fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos nesta manhã.

Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PLS 624, de 2015, de autoria do Senador Ronaldo Caiado, que altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, a fim de estabelecer que os produtores rurais inadimplentes possam vir a se beneficiar da referida lei, em atendimento ao Requerimento nº 26, de 2019, da CRA, de iniciativa do Senador Jayme Campos.

Há expediente sobre a mesa que passo a ler.

Esta Presidência comunica o recebimento da seguinte manifestação externa.

Aviso nº 681, de 2019, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.302, de 2019, para conhecimento dos autos de relatório da auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar os processos de trabalho e identificar possibilidades de melhoria nas atividades de fiscalização e inspeção agropecuária federal exercidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento por intermédio da Secretaria de Defesa Agropecuária, seu suporte de tecnologia da informação e o processo administrativo sancionatório.

Conforme instrução normativa da Secretaria Geral da Mesa, o referido documento ficará à disposição na Secretaria desta Comissão e na página da Comissão na internet pelo período de 15 dias.

Esta Presidência gostaria de relembrar que, em conformidade com o cronograma oficial divulgado pela CMO, o prazo para a apresentação de emendas nesta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2020), PLN nº 22, de 2019, e ao Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA 2020-2023) se encerra nesta sexta-feira, 18/10, às 18 horas – o Senador Jayme Campos é o nosso Relator, não é, Senador?

A deliberação ocorrerá na próxima semana, dia 23 de outubro, quarta-feira, às 11 horas.

Reforço que as emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas Lexor e via impressa impreterivelmente assinada pelo Senador membro da CRA entregue perante a Secretaria desta Comissão. Para segurança do próprio Parlamentar, ratifico que a Secretaria da Comissão não está autorizada a receber emendas sem a assinatura do seu respectivo autor.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e do Alô Senado, 0800 612211.

Antes de dar início à audiência e chamar os nossos convidados, eu gostaria de chamar a atenção do Senador Jayme Campos para uma professora que desenvolveu uma pesquisa no nosso meio para o agronegócio. É a Profa. Maria Zíbia. Eu vou enviar também para o senhor a pesquisa dela. A apresentação vai ser em Cuiabá, na 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com o tema "Diversidade para o Desenvolvimento Sustentável". O que fiquei sabendo é que essa professora tem um projeto genial e nós precisamos ajudá-la. Quero pedir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apoio da Embrapa para a Profa. Maria Zíbia. É uma história muito bonita de vida, de luta e de superação. E, aí, na semana que vem, eu quero tratar do projeto dela aqui, contar como foi. Mas já vou me antecipar para fazer esta homenagem à Profa. Maria Zíbia e desejar sorte para ela nessa 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

Convidamos para compor a mesa nossos ilustres oradores: Paulo Dias de Moura Ribeiro, Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ); Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Renato Buranello, advogado especialista em Direito do Agronegócio; e André Nassar, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). (*Pausa.*)

De acordo com as regras, que são bastante flexíveis, o orador tem em torno de dez minutos, mas a gente pode estendê-los, ainda mais porque o Senador Jayme convidou poucos palestrantes – assim, a gente vai poder absorver a sabedoria dos senhores.

Eu vou iniciar e, depois, vou passar a presidência para o Senador Jayme Campos, que é o autor do requerimento desta audiência pública.

Passo a palavra neste momento ao Exmo. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Paulo Dias de Moura Ribeiro.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO (Para expor.) – Bom dia a todos os presentes.

É uma satisfação muito grande poder estar debatendo esse tema tão sensível no Superior Tribunal de Justiça aqui nesta elevada Casa Legislativa.

Antes de mais nada, eu tenho a satisfação de saudar a Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senadora Soraya Thronicke, do Mato Grosso do Sul, que está aqui – muito obrigado pelo convite – e, assim também, cumprimentar o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, que é autor do requerimento para esta audiência pública.

Saúdo os demais componentes da Mesa, Dr. Rodrigo de Oliveira Kaufmann, Dr. Renato Buranello e Dr. André Nassar.

Como dizia aos senhores, esse tema é um tema muito sensível que vem preocupando bastante o Superior Tribunal de Justiça. Há pouco tempo, nós tivemos uma decisão lá da 3ª Turma, turma que componho e presido. Já é um voto antigo do Ministro Sidnei Beneti. A relatora original do tema era a Ministra Nancy Andrighi, que ficou vencida com o voto do Ministro Sidnei Beneti, que hoje já não está mais integrando o Superior Tribunal de Justiça.

A questão sensível que se debatia era a regra do art. 971 do Código Civil, e esse artigo é bastante claro com referência ao 170 da nossa Constituição, a regra constitucional maior, que diz da possibilidade de o produtor rural, pessoa física ou jurídica, poder – portanto facultativamente – requerer registro na junta comercial para que tenha sua atividade regularizada. Mas o 970, o anterior do Código Civil assim não estabelece. Ele está dizendo para nós que nós teríamos, então, os empresários *lato sensu*, os empresários que seriam considerados regulares e os empresários irregulares. De qualquer forma, o voto que ficou assentado na 3ª Turma, contrariamente à posição da Ministra Nancy Andrighi, que dispensava o registro do empresário rural, bastando a comprovação do prazo de dois anos de exercício regular de sua profissão, nos termos do art. 971 do Código Civil... Ficou vencedora a tese de que há necessidade de comprovação do registro na junta comercial e comprovação dos dois anos de atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito recentemente... E isso pacificamente... Com o empresário regular, é matéria absolutamente pacífica no seio do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que empresário – não estou falando do rural, mas vou voltar ao rural – que quer as benesses da recuperação judicial há, sem dúvida alguma, de comprovar o registro e pelo menos os dois anos de atividade nos termos da lei de recuperação.

Curiosamente, nesse meio de caminho, tivemos uma afetação do Ministro Luís Felipe Salomão a respeito do tema, ou seja, precisa ou não precisa dos dois anos, precisa ou não precisa do registro. Isso foi levado à seção – com "ç" – e lá deliberou-se que o tema não era absolutamente pacífico. Nós não tínhamos um número representativo de recursos especiais, um número suficiente para que pudéssemos deliberar a respeito desse tema. Esse tema, então, que foi afetado foi desafetado, esperando-se uma melhor oportunidade.

E, muito recentemente, esse tema bastante sensível lá no Superior Tribunal de Justiça voltou a ser tratado pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. O relator é o Ministro Marco Buzzi, que já proferiu o seu voto no sentido da necessidade do registro do produtor rural, seja ele pessoa física ou pessoa jurídica. Entretanto, o Ministro Raul Araújo fez uma divergência muito bem elaborada – para os senhores verem como estamos tratando desse tema no Superior Tribunal de Justiça. O voto dele, divergente, foi muito bem elaborado, no sentido de que empresário rural, ainda que não registrado, é sempre regular. Por quê? A situação é de fato, ou seja, ele está trabalhando na terra por mais de dois anos, e isso é o quanto basta para os fins do art. 971 do novo Código Civil para que ele possa se beneficiar da recuperação judicial. Seguiu-se a essa votação um pedido de vista do Ministro Luís Felipe Salomão. Então, a 4ª Turma está parada a esse respeito.

A doutrina é mais ou menos pacífica no sentido de que nós precisamos, sim, do registro do empresário rural, seja ele pessoa física ou jurídica, para que possa, então, ter os benefícios da recuperação judicial, sob pena de, não havendo registro, só poder postular a sua insolvência civil com todas as dificuldades da insolvência civil que temos.

Em suma, nós estamos diante de um problema muito sensível e muito importante para os destinos do País. Não há aqui nesta sala quem não saiba da importância da produção rural e da força do agronegócio no País, da quantidade de empregos que gera neste País. E todo o problema na recuperação judicial – não é só no Brasil, mas em qualquer lugar do mundo – é preservar a empresa e a sua possibilidade de soerguimento justamente porque, em última análise, de forma bem simples, nós estamos falando em empregos, ou seja, nós estamos falando na manutenção de famílias neste País.

Nós, então, temos uma posição da 3ª Turma dizendo da necessidade do registro e, na outra ponta, ainda sem decisão, nós temos dois votos da 4ª Turma, um absolutamente diferente do outro.

Todo problema que nós enfrentamos é a ideia do oportunismo, ou seja, nós temos empresários rurais, todos nós também sabemos, que não são aqueles pequenininhos que nós conhecemos, não são aqueles que a nossa imaginação, do tempo em que eu era menino, via a pessoa na lavoura trabalhando com sua família. Não é isso. Nós temos empresários rurais de altíssimo porte no País, muito bem equipados tecnologicamente, e ganhando muito dinheiro, o que é muito bom para o País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema é que, se assim for, se nós não tivermos essa ideia do registro... Eu estou aqui meio que pensando com a boca muito aberta, conversa muito alta, a respeito do tema. O problema é que a gente tem, e a doutrina assim fala... É que, se não houver registro, esse empresário rural não registrado pura e simplesmente pode se registrar, cumprir algum período de tempo com esse registro, pedir a recuperação judicial da sua empresa e, com isso, o seu patrimônio particular fica totalmente isento de toda e qualquer possibilidade de se investir contra aquele dinheiro que poderia ser pago aos credores. Então, nós temos um problema sobre o qual talvez nós tenhamos que pensar, se é o caso de se ir mais avante – também pensando com a boca muito aberta –, se é o caso de se pensar numa desconsideração da personalidade jurídica invertida para que esse tipo de coisa não possa vir a acontecer, porque oportunidade com legislação aberta nós sempre temos, não há como...

E eu tenho muito receio – Senadora, vou acabar – de o Superior Tribunal de Justiça... E digo por que tenho receio. Nós estamos enfrentando agora essa questão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Como?

Nós temos essa questão do repetitivo, nós estamos já com muita luta tentando resolver a questão dos repetitivos. Confesso aos senhores que tenho para mim que, para levar um repetitivo a julgamento, nós estamos demorando quase um ano ou mais de um ano, e, quando se decide o repetitivo, sobrevêm embargos de declaração. As partes ainda querem que se escreva a norma do repetitivo do jeito que elas querem.

Senador, nós não somos legisladores. A legislatura não é nossa, nós não sabemos fazer lei, nós sabemos é assim: "Me conta o caso aqui, o outro contesta, e nós decidimos". Essa é a nossa vida há muitos anos – a minha, há 37 anos. Nós não sabemos fazer lei. Quem tem a sensibilidade para essa tarefa são os senhores. E, se nós dissermos que caminho virá a tomar a posição da 4ª Turma, isso não será definitivo porque nós temos... Sei lá, pode ser que haja um consenso, mas pode ser que não haja. De qualquer forma, e se não houver, nós vamos a uma afetação, que vai demorar para ser resolvida, e nós não vamos dar segurança jurídica a quem está precisando dessa segurança jurídica. Eu tenho muito receio disso.

Nós não somos legisladores. Adoramos poder participar e agradecemos a participação, trazendo aquilo que nos aflige, que é a aflição também que se vê nos senhores, mas quem tem o traquejo da legislação? São os senhores, nós não o temos. E o que nós viermos a fazer não será bom, sempre terá questionamento. Os senhores fazem a lei, e, da lei que os senhores fazem, não sobrevêm embargos de declaração.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Do que nós dissermos, sobrevêm embargos de declaração.

Eu agradeço sobremodo, cumprimento esta elevada Casa por esta iniciativa extremamente salutar e deixo esses meus rabiscos sobre o que penso. Que algum caminho nós temos que seguir, nós temos, e eu gostaria muito – eu, falando em nome do Superior Tribunal de Justiça – de poder dar a mão aos senhores para caminharmos fraternalmente juntos nesse tema tão sensível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Ministro, muito obrigada. Realmente foi muito elucidativa a sua explanação.

Realmente, nós temos que caminhar juntos...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

Eu vou lhe passar a Presidência agora.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – A senhora vai só me aguardar um instante.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu queria fazer apenas uma indagação ao ilustre Ministro que nos honra com a sua presença nesta Comissão.

Aliás, antes de mais nada, agradeço a todas as autoridades convidadas.

A indagação se refere à questão do registro, a quando V. Exa. fala em relação aos registros. É uma questão de interpretação e de entendimento.

O produtor rural, aquele que não é pessoa jurídica, o produtor que é pessoa física... A sensação que eu tenho é que seria suficiente apenas a inscrição estadual dele, porque, quando o cidadão é uma pessoa física, ele requer a inscrição estadual como produtor rural, e, quando é pessoa jurídica, tem o CNPJ. Nesse caso, usa a inscrição estadual e o CPF dele, já que não tem CNPJ pelo fato de não ser pessoa jurídica. Isso não seria suficiente para deixar comprovado que esse cidadão de fato é produtor rural, é empresário? Todavia, ele não é empresário como pessoa jurídica, mas como pessoa física. É que está ocorrendo – V. Exa. tem mais conhecimento do que nós...

Vou citar um exemplo de Mato Grosso. Um cidadão produtor rural grande... Parte das terras dele faziam parte de uma empresa e, para outra parte da fazenda e outras propriedades, ele era pessoa física. Numa recuperação judicial que ele pediu, o juiz da primeira instância da comarca não aceitou. Disse que a legislação não permite, permite pessoa física e aquele que de fato tem CNPJ etc. Criou-se um imbróglio tão grande que essa matéria já veio, inclusive, ao nível de recurso aqui – acho que está parada aqui, está esperando julgamento no STJ, do qual V. Exa. faz parte.

Eu fico muito preocupado porque isso mexe com a vida de muitas pessoas, sem dúvida alguma. Claro, nós temos que fazer um relatório, se possível aprovar esse projeto de lei, mas colocando alguma coisa, naturalmente, no projeto e retirando algumas também, coisas que seriam perniciosas.

Por exemplo, o caso da CPE ou IDPR. Há uma preocupação por parte dos próprios produtores... Na medida em que se aprovar um projeto de lei como esse e em que esteja isso aqui... Vai haver o quê? Uma diminuição gigantesca das próprias... O quê? Faz o pacote que proporciona, naturalmente, ao produtor rural plantar, ou seja, ele fornece a semente, fornece o adubo, o óleo diesel, em algumas situações até um trocado, vamos chamar assim, para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cidadão mantenha nessa entressafra o plantio – ele vai ter que plantar e colher. Poderá haver uma diminuição do crédito. Há uma preocupação nesse sentido.

Eu indago a V. Exa. aqui: nesse caso, essa inscrição estadual – finalizando – não seria suficiente... É que quando você pega uma inscrição estadual, vê que ela classifica a sua atividade – se você é do comércio, se você é da atividade rural etc. etc. Não seria o suficiente para enquadrar e, óbvio, evidente, no momento oportuno fazer a regulamentação dessa própria lei?

Surgiu uma dúvida na minha cabeça quando o senhor falou que é preciso ter um registro na junta comercial – seria o correto quando é pessoa jurídica; quando é física, você não proporciona essa oportunidade de ter seu registro na junta comercial.

Não sei se o senhor entendeu a minha indagação...

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Entendi, sim, Senador, entendi perfeitamente. Até, pelas minhas pesquisas, sei que há uma proposta legislativa do então Senador Ronaldo Caiado nesses termos que agora é abraçada por V. Exa. nesse sentido. Parece-me que a proposta de V. Exa. reduz o prazo para um ano, se não estou enganado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Então, não estou.

Eu acho muito louvável isso, mas, se eu pudesse...

Esse tema é um pouco delicado para enfrentar aqui agora, mas diria a V. Exa. que, se esta Casa tiver vontade de resolver, como nós esperamos... É que nós não vamos resolver, esse é o problema. Eu acho que nós precisaríamos de um estatuto do empresário rural. Aí, sim, acho que nós teríamos um microssistema absolutamente adequado, seja pequeno, seja grande, com tratamento do que é pequeno, do que é grande, com definição dessas coisas, para que o Judiciário, então, possa decidir das situações de fato, determinando a segurança jurídica que todos nós queremos e aplaudimos.

Eu agradeço muito a pergunta de V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, mais uma vez, Sr. Ministro. Obrigada a todos os nossos convidados.

Neste momento vou passar a Presidência desta audiência pública para o Senador Jayme Campos.

Muito obrigada e peço que me perdoem por não poder ficar o tempo inteiro, mas é que realmente não está... A agenda de todo mundo está difícil. Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a confiança da ilustre Senadora Soraya.

Vamos prosseguir com a nossa audiência pública, que nos vai permitir instruir esse projeto de lei de extrema importância para os nossos produtores, particularmente para as pessoas que produzem e constroem a grandeza deste País.

Quero passar a palavra ao ilustre convidado Dr. Rodrigo de Oliveira, Consultor Jurídico da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

V. Exa. tem dez minutos para contribuir com a instrução desse projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN (Para expor.) – Bom dia, Senador. Eu gostaria de agradecer o convite, a abertura desse espaço para essa discussão tão fundamental, tão importante.

A CNA tem participado, com certa frequência, de outros âmbitos, de outras esferas, de outros espaços em que temos tentado construir uma solução para esse problema. Acho que o Ministro foi muito feliz ao indicar que é um problema complexo e que não pode encontrar uma solução simples. É um problema que realmente precisa ser analisado sob várias nuanças.

Nós estamos aqui, no Senado Federal, diante de um projeto que inicia essa discussão, que coloca inicialmente a possibilidade da recuperação judicial para o produtor rural. Há várias questões que podem ser desenvolvidas a partir daí. Eu vou me ater, na minha apresentação, na minha fala, até porque o tempo é curto, a um problema, vamos dizer, mais de natureza conceitual, deixando bastante claro que a CNA é aberta. Ela tem participado de outras esferas de discussão em que coloca uma boa flexibilidade para nós encontrarmos uma solução, desde que uma premissa específica seja respeitada, que é essa que vou tentar defender nesta apresentação e que, parece-me, não é um problema essencial para a finalidade do problema, para a solução do problema que se tem.

Inicialmente, há dois eslaides aqui, colocando informações referentes à importância do setor da agricultura no Brasil. Todos nós sabemos, mas tentando identificar com mais claridade.

O PIB nacional de 2018 foi de R$6,8 trilhões; só o PIB do agronegócio foi R$1,44 trilhões, com 21,1% divididos entre os ramos da pecuária e o ramo agrícola. Quer dizer, uma atividade econômica fundamental e pujante no atual cenário brasileiro.

Nós temos informações referentes também à capacidade de empregar, tanto do grande produtor quanto do pequeno e médio produtor, totalizando 23,6% do total. Mais uma vez se reforça aqui a posição absolutamente essencial da agricultura do País.

Se nós formos falar, por exemplo, de uma linha dessa cadeia, que também está representada nesta Mesa pelos financiadores e *tradings* e falarmos, por exemplo, das exportações, vamos chegar ao número de 42%, que é o número da participação do produto agrícola nas exportações brasileiras. Ou seja, nós estamos falando de uma atividade econômica que merece, de fato, um olhar especial e uma consideração específica em relação ao seu contexto e às circunstâncias em que ela é desenvolvida hoje no Brasil.

Tem sido um desafio, inclusive da CNA, na sua função de representação institucional, tentar levantar as bandeiras da agricultura no Brasil, separando-as, quando isso for necessário – como nos parece que é aqui o caso –, quais são as situações especiais que o agricultor vive no País, qual é a situação em que ele se encontra e quais são as suas diferenças em termos de desenvolvimento da sua atividade econômica em relação, por exemplo, ao empresário urbano. Nós falamos de um contexto absolutamente diverso e, por isso, nós temos defendido, neste caso, a premissa de que o produtor rural precisa ser reconhecido – o que achamos que já está na legislação, mas que merece um aprofundamento e um nível de densificação e complexidade maior para que se dê um tratamento adequado, Mas a premissa de que o produtor rural tem o direito ao pedido de recuperação judicial – parece-nos que isso inclusive já está, de alguma maneira, incorporado ao nosso sistema, merecendo, obviamente, um tratamento mais consentâneo com a complexidade do problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós falamos de uma atividade econômica que, inclusive, tem um prestígio constitucional especial, diferente, talvez, até de outras atividades. Estou citando aqui o art. 187, mas nós poderíamos falar de outros artigos da Constituição que preveem um tratamento especial, inclusive utilizando a terminologia e fazendo referência aos personagens específicos da atuação do agricultor no Brasil, portanto mostrando que também fez parte da atividade constitucional do Brasil durante os trabalhos legislativos em 1987 e 1988 esse olhar especial ao agricultor brasileiro.

Sobre o problema específico, nós temos nos baseado nas nossas discussões para defender essa premissa nos artigos do Código Civil, que também, por si só, de alguma maneira já reforçam a ideia de que o produtor rural precisa ser avaliado sob um ângulo diferente. Ele é um empresário, claramente é um empresário diferente, obviamente, do empresário urbano. E o art. 966, parece-nos, explica bem essa questão, porque identifica claramente as características da atividade empresária do agricultor: "Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços".

Nós temos, em seguida, no Código Civil – eu não coloquei aqui – os requisitos para o exercício da atividade empresarial pelo empresário urbano, que só se dá após o registro. E parece-nos que essa não é a situação do produtor rural. Para nós, basta lembrar que financiadores, os bancos ou mesmo as *tradings,* quando assinam seus contratos de insumos ou de Barter com os agricultores, fazem isso obviamente incentivando a sua atividade, mesmo que eles não tenham registro. Não é um empréstimo pessoal; é um empréstimo para o desenvolvimento da sua atividade profissional, empresarial.

Os arts. 970 e 971 são exemplos desse tratamento específico que a própria norma hoje dá ao produtor rural. O art. 970 nos parece que é muito claro: "A lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural...". O art. 971 também é um artigo bastante fundamental para a defesa dessa posição, dessa premissa que nos parece importante, identificando que o registro, que é, vamos dizer, constitutivo para a característica de empresário do profissional urbano não o é no caso do produtor rural. Ele já tem uma história, ele desenvolve inclusive a sua história de empresário, vamos dizer, de maneira modesta, simplificada e vai ganhando escala, vai ganhando profissionalismo e vai crescendo. Mas, desde o início, sua atividade profissional é claramente uma atividade empresária.

A Lei de Recuperação Judicial que temos no Brasil, a Lei 11.101, no art. 47, identifica os objetivos do instituto da recuperação judicial. É importante que se diga que, embora seja um instituto que vem também densificar certa dimensão da atividade comercial, da liberdade de exploração da atividade econômica prevista no art. 170, só se realiza porque apresenta uma das facetas como dimensão subjetiva no exercício de um direito por um particular, por um indivíduo. Ou seja, ela não existe senão por meio do exercício dela, a partir de um empresário urbano e agora rural, obviamente.

Se nós entendermos que essa é uma instituição que protege a atividade econômica sem proteger o empresário, ela não tem consistência, não tem substância, ela não tem, portanto, capacidade de densificar aquilo que está na própria Constituição. É por isso que a CNA vem tratando esse assunto explorando a ideia de que a recuperação judicial é um direito do agricultor, ela não é uma concessão, ela não é uma possibilidade, vamos dizer assim, que se ancora em uma avaliação de riscos econômicos ou circunstanciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO DE OLIVEIRA KAUFMANN – Ela se ancora num direito constitucionalmente previsto e densificado por meio da lei de recuperação judicial.

Sr. Presidente, eu já devo terminar, só mais dois eslaides. Vou seguir mais rápido aqui.

O produtor rural exerce uma atividade empresarial em virtude da sua habitualidade, ou seja, nós temos legislações no Brasil, inclusive com jurisprudência do STJ, que preveem a habitualidade como característica da atividade empresarial do agricultor. E, mais uma vez, os elementos que de alguma maneira são os objetivos da recuperação judicial estão presentes na atividade também do agricultor pessoa física.

Por outro lado, nós temos defendido também que, para assegurar essa premissa de que o produtor rural também tem direito à recuperação judicial, embora nós estejamos absolutamente abertos a discutir de que forma, quais são os requisitos, quais são os formatos para o exercício desse direito, os princípios de preservação da atividade empresarial e da função social que estão na Constituição também precisam ser ampliados ao agricultor. Essa é uma questão, inclusive, tal como está na justificativa do então Senador Caiado, de cumprimento do princípio da própria isonomia.

O produtor rural desenvolve sua atividade longe dos centros urbanos. Isso é fundamental para se entender quais são as circunstâncias específicas da exploração da atividade econômica empresarial pelo produtor rural. Ele está longe da burocracia cartorária e inicia sua atividade de fato de forma modesta, informal, comedida. Tanto é assim que ele tem um amparo específico tanto da legislação do ponto de vista fundiário, como do ponto de vista societário e do ponto de vista tributário. Nós temos uma legislação tributária que também prevê um formato especial de cobrança do agricultor pessoa física.

Portanto, nós entendemos que aqui nós estamos falando de um direito, embora a gente possa discutir – e a CNA sempre foi muito flexível e muito sensível a essas questões de que é possível discutir isso – o que entra numa recuperação judicial, como é que se faz para provar o seu exercício empresarial e profissional, o que é bem essencial, o que seriam os bens impenhoráveis da sua atividade econômica. Ninguém é mais interessado do que o próprio agricultor em se criar um ambiente saudável e salutar de oferecimento de crédito. É interesse dos agricultores apresentar todas as informações possíveis, sob a premissa de que o produtor rural pessoa física pode pedir recuperação judicial, mas apresenta todas as informações de sua atividade para que as entidades que emprestam o capital e os insumos possam fazer a melhor análise de risco, com a maior qualidade possível.

E aqui apenas uma informação que nós tiramos também do Censo Agropecuário brasileiro. Nós temos um pouco mais de 5 milhões de agricultores no Brasil, informação que pode ser confirmada inclusive pelas informações que estão disponibilizadas no CRA. Nosso cálculo é mais ou menos de que por volta de 51 mil produtores apenas – menos de 1% – são pessoas jurídicas. Veja que, se nós tratarmos esse instituto como um direito, nós estaremos simplesmente afastando a quase totalidade dos produtores do exercício desse direito, isso para termos ideia do impacto dessa discussão para o âmbito da agricultura.

Se esse é o melhor caminho, ninguém melhor do que o produtor rural para definir – é claro que ele precisa de orientação –, no seu momento de desespero do pagamento das suas dívidas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se esse é o melhor caminho, quais são as consequências para o futuro. Mas que esta é uma atribuição que o estatuto legal precisa garantir, porque é um consectário da Constituição, isso é verdade.

E finalmente eu gostaria de destacar que, embora nós tenhamos as circunstâncias talvez mais famosas hoje em dia do grande produtor pedindo a recuperação judicial, em relação a isso, o STJ tem todas as condições de dar um tratamento específico para cada uma das situações. Nós temos inclusive previsões na própria Lei 11.101, se de fato o instrumento não tiver sido bem utilizado – lembro, por exemplo, o art. 168, que fala das fraudes aos credores –, de dar o tratamento adequado, mas a questão é responder a essa pergunta que nos parece fundamental: o produtor rural pode pedir recuperação judicial? Nós entendemos na CNA que isso é um direito, então ele pode. Quanto à maneira como ele vai pedir, em que circunstância, em que contexto, nós somos absolutamente abertos para discutir e construir, na linha do que o Ministro propôs aqui, um modelo que seja adequado do ponto de vista do oferecimento do crédito no Brasil.

A última questão que eu gostaria de destacar é que, então, essa discussão seja analisada sob a perspectiva do que nós queremos construir de estatuto para o futuro, sem olhar para o passado. O passado é um problema que pode ser resolvido pelos tribunais de fato. Mas aqui, no âmbito do Legislativo, a gente está construindo um cenário para o futuro. E que nunca percamos de vista que nós temos milhares, milhões de agricultores familiares que podem e eventualmente poderiam se utilizar desse instrumento no futuro.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez a oportunidade e dizer que a CNA está absolutamente aberta, construindo também tentativas de solução internamente, que vão ser ofertadas oportunamente a esta Comissão.

Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Rodrigo, Consultor Jurídico da Confederação da Agricultura.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, quero registrar aqui a presença honrosa do ilustre Deputado Federal Neri Geller, coordenador da bancada do Estado de Mato Grosso, homem do campo, conhecedor profundo da matéria. Foi inclusive Ministro da Agricultura, Secretário-Geral do Ministério. A presença de V. Exa. nos deixa muito feliz, ilustre companheiro e amigo Deputado Neri Geller.

Pela ordem de inscrição, queremos passar a palavra ao ilustre Dr. Renato Buranello, advogado especialista em Direito do Agronegócio.

V. Exa. tem dez minutos, mais prorrogação de cinco minutos. Muito obrigado.

O SR. RENATO BURANELLO (Para expor.) – Senador, muito obrigado. É um prazer estar aqui podendo colaborar.

Ministro, é uma honra estar aqui ao seu lado; cumprimento o Rodrigo e o André.

Eu tracei um roteiro mínimo aqui. Eu sei que o tempo é escasso, então eu quero mesmo usá-lo como um roteiro, uma pequena trilha, voltando, dando um passinho um pouquinho anterior. Acho que a discussão jurídica está muito bem colocada, o Ministro resumiu de forma primorosa, o Rodrigo também, atentando aos dispositivos, então não quero ser repetitivo.

A gente tem há algum tempo já elaborado e tentado entender o regime jurídico do agronegócio, promovendo um pouco, através de uma doutrina mais específica, um resultado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

talvez mais prático de um setor tão importante e com uma doutrina jurídica muito escassa. Esse é o nosso sentido aqui.

Eu não vou, como eu disse, ser repetitivo. A gente sabe que hoje o agronegócio é um dos principais setores, um dos mais tecnológicos, aquele que coloca o Brasil sob o olhar do mundo inteiro. Seremos responsáveis por 40% do crescimento de alimentos no mundo até 2050, conforme dados da ONU, e é claro que o mundo olha o Brasil. Todos estão vendo isso. Sabemos o quanto a gente participa e o quanto a gente é importante *player* global no agronegócio.

O desenvolvimento da agricultura passou de fato por momentos diferentes. A gente tinha baixa produtividade, grandes áreas, e hoje é o contrário: nós temos tecnologia de ponta; a tecnologia agrícola tropical hoje no Brasil não é igualável a nenhum outro lugar no mundo. As condições de recursos naturais e tecnologia – palavras-chave –, a biotecnologia e os avanços que dela advêm colocaram a gente nessa posição de destaque, como eu falei.

Por outro lado, a questão de tecnicidade e a questão de demandas dos consumidores frente a um mercado global vão colocar necessidade ainda maior e uma maior pressão de investimento e financiamento da atividade. Esse é o passo a que eu gostaria de voltar um pouquinho. Nós avançamos muito nisso. O que é o agronegócio na verdade? Talvez esse eslaide responda a muitas das questões colocadas no âmbito judiciário e no âmbito legislativo. Na verdade, o agronegócio é um conjunto de atividades econômicas integradas em rede contratual, Ministro. O comportamento de um afeta o outro. E, na verdade, a produção – e é o centro que irradia para todos os demais – é 35% da economia agrícola; 65% está no antes e no pós-porteira. Esses agentes se integram através de políticas públicas específicas. Esse é o ponto central. O crédito aqui é uma variável que liga todos os setores, que liga as atividades, e ele ainda vai ser mais essencial daqui para a frente. As *commodities* custam mais caro, a exigência tecnológica é ainda maior, e o produtor vai ter que cumprir com esse novo ciclo.

Nosso ambiente de crédito hoje: misto, híbrido. Nós temos uma função direcionada de crédito, com subsídios, e nós temos uma parcela de crédito privado buscando crescer e alcançar novos raios. É nesse contexto que se traz aqui uma preocupação maior. Avançamos nos últimos anos na criação de modelos modernos de financiamento ao produtor rural, que agora, no momento macroeconômico único, com a queda da Selic, têm uma oportunidade de dar mais recursos e mais baratos ao produtor rural. É um momento que na história não houve, nunca foi tão baixa a taxa possível ao produtor. Mas, ao mesmo tempo, vêm algumas nuvens que podem, sim, alterar esse quadro.

A regulação mostra isso. Foi nesta Casa que foram criados instrumentos que até aqui trouxeram esse novo ambiente de negócio, e um ambiente muito mais positivo. Se lá em 1965 foi criado um Sistema Nacional de Crédito Rural fundamental à produção e produtividade, esse modelo se esgotou. Nós estamos aqui passando por um ajuste fiscal fortíssimo e vamos ter que realmente transpor esse modelo antigo para um modelo em que realmente a participação estatal vai ser reduzida e o mercado privado vai ter que cumprir com a sua função, vai exercer o seu papel essencial de financiamento dessa atividade. Com isso, até agora, recentemente, com a medida provisória de 1º de outubro, a gente ainda mais moderniza os instrumentos de financiamento buscando atrelar nova plataforma para essa base privada de financiamento. Portanto nós estamos exatamente nesse momento. É tão oportuna essa audiência porque coloca nesse ambiente de discussão fato tão relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aqui, é fato também: as instituições privadas começam a tomar seu lugar e começam a exercer maior participação no crédito privado à produção rural. É fundamental que esse caminho continue. Nós estamos num processo de *fintechs* ou de agro *fintechs*. Nós estamos fazendo instrumentos através do *smartphone*. O produtor acessa. Ele emite uma CPR. Quando isso era possível anos atrás? E a taxas baixas. Parece-me que, nesse contexto, só há uma via: segui-la e não reduzir a velocidade até aqui.

Olhem a importância disto: quando a gente fala de crédito privado, o que nós estamos trazendo aqui é que, do produtor, com recursos próprios, nós estamos falando de 19% no custeio soja, importante cadeia, vocês sabem disso, grãos, fundamental para a gente exercitar isso aqui. O que eu quero dizer é que para 80% outros do financiamento vêm de fora, vêm de terceiros. As instituições privadas ganham relevo, como eu falei, as revendas multinacionais e as *tradings companies* têm papel fundamental nesse financiamento. É o modelo brasileiro mesmo, foi criado aqui e tem dado certo.

Quando você pega um pacote tecnológico ao produtor – defensivos, insumos, sementes – onde há ali, concentrada, alta tecnologia, e dá em troca sacas de soja quando da colheita lá à frente, você dá crédito, você assume risco. Você quer previsibilidade, você quer o seu investimento de volta. Esse é o contexto. Esse modelo é uma jabuticaba brasileira. É copiado em outros lugares do mundo. O Barter, a tal operação de troca tão simples, foi no Brasil que mais se desenvolveu. E aqui se fomentam – 30%, 35%, com essa base operacional de troca – a produção e o custeio de grãos no Brasil. Isso é fundamental.

Essa tabela mostra muito disso. Está aí. Não há desacordo. MAPA e Economia se falam na transição de modelo como nunca se falaram, Deputado. É impressionante, nesse contexto – criados lá atrás os documentos, o senhor participou disso –, olhar que neste momento está se fechando um ciclo criado lá atrás, em que os novos instrumentos de fato vieram para ficar, vieram para atrelar novos recursos e novas fontes não existentes até aqui, pressionando a taxa para baixo. É isto: menor custo ao produtor, mais alternativas e fontes de financiamento. A medida provisória está ali. Está posta. E está sendo discutida aqui nesta Casa também.

Estes são os paradigmas: a capacidade de expandir o montante de crédito rural oficial acabou; é depósito à vista e poupança rural. Nós não temos mais como esticar essa corda. A gente precisa de outras fontes. O BNDES, todos sabem, tem os seus programas sendo revisitados. A alocação de orçamento é outra, não sabemos qual é. As fontes de financiamento público também estão sendo constantemente ligadas a decisões complexas internas e de políticas que geram alta complexidade. O setor privado financeiro tem capacidade para gerenciar esse risco e tentar atrelar essas novas formas de financiamento, mas há algumas essências aqui. A questão de gestão de risco e a segurança do crédito é fundamental. Ninguém vai entrar num ambiente hostil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BURANELLO – ... num ambiente de incerteza. Esse é um ponto fundamental.

O cenário. Eu não posso ser repetitivo, já tive aqui o meu alarme, eu tenho mais cinco minutos. O mais importante aqui talvez seja reforçar que o volume de pedidos tem aumentado. A tese ao produtor de que aqui há um remédio ao problema de crise econômica com a RJ tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

se mostrado eficiente, porque a tese tem sido vendida e a gente tem um aumento exponencial de pedidos de RJ. O problema é que talvez não contem toda essa história.

Este é um dado importante: talvez, no momento do pedido ou da procuração concedida pelo produtor, a gente não ilustre um pouquinho do que está aí, que 60% das empresas em RJ viram zumbis, dados do Núcleo de Estudos de Insolvência da PUC de São Paulo. O próprio Juiz Sacramone, o Marcelo, esteve aqui em uma das reuniões da FPA, citando algo, mas não exatamente nesse contexto, que nos surpreendeu, porque o remédio é amargo, o remédio que está posto aqui é amargo a todo mundo, e não é diferente ao produtor rural.

Essa é a tese que já foi colocada. Quero passar um pouco mais corrido... Tanto o Ministro como o Rodrigo fizeram muito bem, e eu não faria melhor. Está toda a tese colocada. A divergência em relação às duas grandes posições, aos enunciados estão aí.

E este é o contexto que eu gostaria de destacar: qual é o impacto econômico da discussão que está posta aqui hoje? Será que, de fato, a gente tem estudado isso aqui sob esse prisma? Será que, de fato, com a medida provisória agora convertida em lei... A Lei de Liberdade Econômica traz o necessário estudo de impacto regulatório das normas que sobrevêm. Essa regulação agora e o projeto justificam o ajuste nessa falha de mercado? Qual, na verdade, é o critério que está sendo adotado? Quanto isso, de fato, vai melhorar esse ambiente e vai trazer maior segurança ou previsibilidade? Este é um instrumento prático: o que vamos fazer e por que fazer.

Então, o projeto tem por objeto isto aqui. Nós precisamos pensar, dentro desse contesto do porquê e o para quê, se esse é o remédio, essa é a direção, e também olhar para a proteção e a integração dessa cadeia. Como coloquei no primeiro eslaide, nós estamos falando de um conjunto de atividades econômicas integradas em que esses contratos e redes trazem uma finalidade fundamental: alimentos, bioenergia e fibras, segurança alimentar para o mundo inteiro. O Brasil é um dos principais países exportadores de alimentos.

O que a gente ainda encontra nesse contexto, dentro de uma análise de impacto? Aumento do custo das linhas. É claro, vai custar mais caro. Tem segurança? Não tem previsibilidade? Se eu não sei o que eu estou analisando, porque muda no meio do caminho, eu vou ter custo para isso. É simples: vai-se colocar no custo. Isso se chama custo de transação. Aumenta o custo. O mau pagador vai ser precificado e todos vão pagar, o conjunto de tomadores vai pagar esse preço maior.

O desestímulo à inovação financeira. O fundamental é que está acontecendo um ótimo movimento. Os papéis, os instrumentos financeiros estão sendo distribuídos às pessoas físicas. Hoje investidores, poupadores que não são do setor colocam dinheiro no setor, aplicam nos papeis do agronegócio. Será que esse é o ponto a que a gente quer chegar?

A insegurança jurídica, então, nesse ponto, é fulcral. Ou de fato restabelecemos condições mínimas e previsibilidade, ou há o necessário reajuste nessas condições e nesse direcionamento dos modelos de financiamento até aqui trabalhados.

Ponto fundamental, Ministro: hoje o sistema de garantias no Brasil está sendo relativizado. Nós temos colocado hoje garantias de natureza fiduciária em questionamento. Vale ou não vale? O bem é essencial ou não? Na verdade, pelas decisões que hoje temos recebido, tudo é essencial: ativo circulante, safra, ativo permanente, está tudo igual, tudo virou essencial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BURANELLO – Quando ele monetizou a safra lá atrás, antecipando recursos, a *trading* espera receber o produto. Ela vendeu o produto, ela quer exportar o produto, ela vai descumprir o contrato, ela vai a mercado comprar mais caro. Isso aqui está sendo precificado nessa discussão, está sendo analisado no contexto de impacto econômico ou não? Esse é o contexto. Olhem a complexidade em que a gente se coloca.

Hoje realmente a mistura de patrimônio físico e jurídico é cabal. Está sendo aproveitado algum grande grupo – o Ministro falou muito bem aqui – que destoa até daquele bom produtor/devedor que poderia usar melhor do remédio. Paga-se caro por aquele que usou mal.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENATO BURANELLO – Esse é um contexto fundamental.

É evidente que, com tudo isso, para não me alongar mais, a desaceleração na ampliação dessa base, nessa plataforma de financiamento e crédito ao produtor hoje se coloca em risco. Daí a importância de uma pauta como essa.

Eu não combinei nada, eu não falei em nenhum momento antes com o Ministro, mas isonomia é tratar as diferenças de forma diferente. Se a insolvência civil não resolve, e não resolve, no diploma atual, a atividade econômica organizada de produção do produtor rural, pessoa física, e se o remédio da RJ, a lei geral, empresário, previsibilidade é um remédio amargo e não deveria haver setorialmente distinções na lei geral, por que não tratar de forma especial, como merece, o produtor rural num estatuto específico que regule uma atividade tão particular e tão importante, nacionalmente falando, com um diploma e um regime específico de recuperação, onde se olhasse menor judicialização, onde se buscasse um grande acordo coletivo, onde se buscassem parceiros estratégicos como as *tradings* para refinanciar isso, dando natureza, quando aquele parceiro o fizer, privilegiada do crédito?

Por que então não estabelecer em poucos artigos, um estatuto e um regime especial para o produtor rural que, de fato, recupere, que, de fato, proteja a atividade de produção agrícola? Esse é o nosso contexto, essa é a nossa orientação em relação ao projeto posto nesta Mesa.

Obrigado, mais uma vez.

É uma honra estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Dr. Renato.

De imediato, eu passo ao Dr. André, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais. V. Sa. tem dez minutos para sua explanação, até para abrimos aqui a possibilidade de fazer algumas indagações a algum companheiro nosso.

O SR. ANDRÉ NASSAR (Para expor.) – Boa tarde, Senador.

É um prazer estar aqui. Muito obrigado por trazer essa discussão tão importante.

Quero cumprimentar o Deputado Neri também – é um prazer que o senhor esteja aqui com a gente, Deputado – e cumprimentar o Ministro Moura Ribeiro, o Dr. Rodrigo e o Dr. Renato.

Bem, eu vou trazer a perspectiva de o que a gente está chamando de fomentadores, que são aqueles que, junto com o produtor, fizeram a agricultura brasileira crescer tanto. O produtor, com toda a inovação dele, a capacidade de adoção de tecnologia, todo o apetite para tomar risco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– porque não é qualquer um que toma risco do jeito que o produtor toma –, e empresas como as nossas, não só as *tradings*, mas também as demais empresas que estão fomentando a produção, que vêm junto com a infraestrutura, vêm junto com o capital e vêm junto com a estratégia para reduzir os riscos de mercado do produtor, porque o produtor já corre muito risco climático. Então, é muito importante que as empresas de tecnologia ajudem a mitigar os riscos do lado dos insumos, e nós *tradings* ajudemos o produtor a mitigar os riscos do lado do mercado.

Aqui, só para os senhores conhecerem quais são os associados da Abiove.

Quero só fazer um comentário. Eu tive a oportunidade também de ser Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, de modo que esse assunto do crédito é um assunto que eu vou me autorizar, vamos dizer assim, a dizer que conheço muito bem também. Então, eu estou emprestando um pouco não só todo conhecimento da Abiove, de como as empresas são fomentadoras, mas também a experiência que eu tive formulando as políticas, assim como o Deputado Neri também, que foi Ministro. A gente conhece muito esse assunto.

Eu pus uma frase ali, Ministro Moura Ribeiro, e me arrependi, porque eu acho... Eu achei a sua fala muito feliz. Vou falar a frase e depois vou dizer por que eu me arrependi. A frase inicial é que o Judiciário está tomando decisões de forma fria, sem se preocupar em entender do negócio. A sua fala não foi nessa direção. V. Exa. falou que é um assunto altamente complexo; que é um assunto que requer, se eu entendi bem a sua fala, apreciação pelo Congresso Nacional, quer dizer, não é o Judiciário que deve dizer, que deve legislar sobre esse assunto. Sua fala foi nessa direção, e eu acho que ela foi muito feliz, foi correta. E a sua cautela em colocar a complexidade demonstra que, na verdade, V. Exa. está preocupado, sim, com o que vai acontecer no negócio. Então, quero cumprimentá-lo por isso. Acho que foi muito feliz a fala do estatuto específico. Entendo do Dr. Rodrigo que ele também deixou essa porta aberta, ao dizer que a CNA está disposta a discutir formatos – é essa a leitura que eu estou fazendo. E o Dr. Renato também falou isso, então eu não preciso falar. Três já falaram, está ganho por maioria. Eu só aplaudo a fala dos três. Nesse sentido, eu acho que é muito relevante.

Nós temos uma questão de isonomia, como financiadores... Vejam que a isonomia nós podemos ver de dois lados. Por quê? Porque, quando você começa a financiar ou a apoiar financeiramente, comprando antecipado de um produtor que é pessoa física, esse produtor pessoa física tem, evidentemente, um tratamento específico na parte tributária, na parte previdenciária. O próprio Rodrigo falou isso. Assim, a despeito do fato de a gente discutir ou não se o produtor pode acessar a Lei 11.101, o fato é que na pessoa física ele tem um tratamento diferenciado; e, se ele fosse jurídica, esse tratamento seria outro. Então, acho que é importante entender isonomia do lado de quem financia também.

A segunda coisa que eu quero afirmar aqui é que a gente vai comprovar que o acesso dos produtores rurais pessoas físicas à Lei 11.101 vai colapsar o sistema de fomento e financiamento da produção. Então, eu tentei organizar o melhor conjunto de dados que comprovam isso. Isso eu acho que é muito importante aqui. Depois eu vou detalhar.

A última coisa que eu gostaria de falar...

E nós tivemos uma sorte muito grande – não basta ser competente, tem que ter sorte. Tivemos um café da manhã hoje em que a Ministra Tereza Cristina estava presente, o Senador Jaime estava, o Deputado Neri também estava, em que ela disse que era preciso tomar muito cuidado com esse assunto, porque ele pode ter impactos muito grandes no mercado de crédito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e também nas novas políticas que o Governo está implementando, de que o Renato falou muito bem, mas que eu quero reforçar, porque acho isso muito importante. Então eu acho que a fala da Ministra foi muito feliz. Ela fez um alerta de que é preciso tomar muito cuidado quanto à direção em que isso vai.

Bem, o Renato já falou, e o Rodrigo falou também que é 1% dos produtores – eu pus 2% ali, Rodrigo, mas tanto faz, acho que é muito grande de um lado e muito pequeno do outro lado; tanto faz, não é? A gente vive esse problema de que o patrimônio da atividade e o patrimônio pessoal não são bem separados quando o produtor é pessoa física. Eu não estou criticando. Pelo contrário: o financiamento todo desse produtor sempre funcionou muito bem desse jeito. E cada financiador vai, entende-se com o produtor e conhece o problema específico dele, porque é basicamente caso a caso. Você tem que conhecer cada caso do produtor; você tem que estruturar as informações que ele tem, as informações contábeis; você precisa pedir a declaração de imposto de renda dele. É feita toda uma estruturação para dizer: "Produtor, está ótimo! Vamos em frente".

Agora, evidentemente, esse produtor tem uma estrutura administrativa diferente. Ele não está pronto para operar na pessoa jurídica. Se ele assim estivesse, ele provavelmente teria se registrado. Ele não está pronto. Então essa mesma estrutura administrativa dele para não operar na jurídica impede-o também de utilizar a Lei 11.101. Então o fato é o seguinte: o produtor rural pessoa física não se encaixa na Lei 11.101. Nós podemos até ter a discussão – aí volto ao adjetivo que usei anteriormente –, uma discussão fria sobre se é constitutivo ou declaratório, mas o fato é que ele não está preparado, ele não se encaixa. A lei... Ele não se encaixa na lei.

Além disso, a lei também não ajuda o produtor rural pessoa jurídica, porque ele tem especificidades do mercado, que o Rodrigo explicou aqui muito bem. Então a Lei 11.101 não serve para o produtor pessoa jurídica. Daí a ideia de ter que se desenvolver um estatuto específico, porque a lei que está posta aí não funciona nem mesmo para aquele produtor que é pessoa jurídica, pelas especificidades dele.

E, claro, nós temos o problema de mudança de regra no meio do jogo. O produtor toma na física e renegocia na jurídica, quando faz o registro e pede para iniciar recuperação judicial, hoje, na 11.101. E muitas vezes isso ocorre no meio da safra, quer dizer, foi financiada a safra, ele plantou, e aí entra com pedido de recuperação judicial, faz o registro. Então, assim... O Ministro Moura Ribeiro usou a palavra oportunismo. Existe um pouco desse oportunismo. Nós precisamos pensar o que significa esse oportunismo, porque o oportunismo de poucos, naquele número que o Renato mostrou de casos, pode transformar-se em um problema enorme para muita gente.

Eu vou correr para não atrasar.

Queria chamar atenção para cinco alertas – aí eu vou apresentando os dados em cada um deles, rapidamente. Não vou falar agora porque vou falar na sequência.

Primeiro: o aumento no custo do crédito gera aumento no custo de produção e reduz a competitividade do produtor rural pessoa física.

Como é que a gente está vendo? A tabela o Renato já mostrou, não preciso repetir, é a melhor tabela que há.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ NASSAR – Não, que é isso, Renato! Ainda bem que você já mostrou. Então eu vou me ater ao gráfico de lá.

O que aquele gráfico mostra? Que hoje 41% do crédito – aí é o crédito rural...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NASSAR – ... aquele crédito que sai nos programas – já são com juros livres; e 59% são com juros controlados. Isso era menor no passado. Assim, naturalmente nós já estamos indo para um sistema de mercado, sistema esse de mercado que vai reprecificar o seu custo se aumentar o risco. Então essa é a primeira fala.

A segunda é que a gente tem que entender essa cadeia – o Renato já falou, mas eu acho importante eu falar como representante do setor que executa essa cadeia. É uma operação em que a *trading* ou mesmo uma empresa de agroquímico, uma revenda, um distribuidor ou mesmo uma empresa de fertilizantes antecipa recursos e compra o produto antecipadamente, faz a proteção de preços nas duas pontas: faz a proteção de preço para o produtor, se ele quiser vender antecipado, então trava o preço para o produtor com entrega futura num preço fixado; e quem comprou esse produto tem que travar o preço imediatamente, ou seja, tem que vender também, porque eu, como processador desse produto ou exportador, não posso ficar descoberto. Se eu ficar descoberto, quebra-se a *trading*, quebra-se toda a cadeia para trás. Imagine se esse produto não vem para mim: eu o comprei, eu o vendi, e ele não vem para mim? Aí como eu vou fazer? Como eu vou resolver esse problema?

Então eu acho muito importante entender que essa é uma operação perfeitamente casada. O produtor tem uma planilha Excel. Ele liga lá agora – não é, Deputado Neri? Mato Grosso está plantando, os demais Estados estão plantando. Ele liga e fala: "eu quero vender". Vamos lá. Ele vai produzir 55 sacos de soja e pensa assim: "Eu vou vender 20 sacos antecipadamente; meu custo operacional, meu custeio é de 30, 35, 40 sacos; quero vender metade disso". Por quê? Porque com isso eu já travo o meu preço lá na frente. Acho que o dólar vai cair, tal, então vou entrar vendendo. Vem para as nossas empresas. Ele liga; eu vou lá e compro esse produto dele. Então, na minha programação, quando eu vou fazer o contrato com a ferrovia, quando eu vou fazer o contrato com a transportadora, já estou contando com aquele produto que o produtor está vendendo antecipadamente e vai entregar para mim. E eu já entro na Bolsa, já vendo logo esse produto e travo essa operação. Recebo e entrego o produto.

Isso ocorre, aquelas duas etapas A e B, antes ou no início do período de plantio. A venda é a qualquer momento; depende da oportunidade. O produtor tenta oportunizar – na hora em que ele vê que o preço está bom, ele vende – e nós queremos comprar. Quanto mais ele vender para nós, melhor. E a gente não ganha enquanto compra do produtor. Eu ganho naquilo que o mercado está pagando para o produtor e naquilo que eu estou vendendo na mesma hora e travando. O meu ganho não é comprar barato e vender caro; o meu ganho é ao travar essa operação e ter uma margem garantida. E depois, ali, há a colheita do produtor.

Então esse sistema, essa relação de parceria... Eu queria insistir nesta palavra: é uma parceria, são fomentadores. O produtor expande área, aí vai lá uma *trading* e monta um armazém, vai lá uma distribuidora e monta um armazém, quer dizer, ela está trazendo os serviços de logística para esse produtor. Tudo isso corre o risco de ser desmontado.

Deixem-me andar mais rápido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outra coisa: os planos do Governo Federal de gerar mais competição. Quero insistir nesta tese: o que o Governo Federal está fazendo é buscar gerar mais competição no mercado de crédito, é gerar mais crédito, com mais gente ofertando para o produtor, para fazer a taxa cair. Esse é o grande objetivo do Governo Federal. Certo? Agora, para isso funcionar, essa cadeia tem que estar montada.

Querem ver um número bom de ser mostrado? É este aqui! Ah, ele não pega lá. Esqueci que é TV.

Mas está escrito na tabelinha: recursos livres, LCA e outros. No Plano Safra deste ano, R$70 bilhões vêm dali. É a maior fonte de financiamento. É a primeira vez que recursos livres captados no mercado representam a maior fonte de financiamento no Plano Safra. Quem conhece esse assunto sabe que isso é absolutamente inovador e altamente relevante. Se a CPR for objeto de recuperação judicial, isso desmonta a LCA. Por quê? Porque, para um banco emitir uma LCA, ela tem que estar lastreada numa CPR. Aí entra em recuperação judicial. E o que o banco vai dizer? "Nunca mais vou emitir LCA. Eu paro de emitir LCA". "Por quê?". "Porque eu sei que aquele lastro lá vira pó". O lastro vira pó. Por que vira pó? Porque entrou na recuperação judicial, essa CPR vai ser rolada para outra coisa, e o produto vai ser vendido para outro. Então, vejam a cadeia que a gente está quebrando com isso!

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NASSAR – Outra coisa: os CRAs. Isso é muito importante. Até CRA em dólar nós estamos desenvolvendo! Então, nós estamos imaginando... O Governo, muito inteligentemente, está dizendo assim: "Investidor estrangeiro, venha aqui e compre os CRAs!". Aí o investidor fala assim: "Ah, mas esse CRA é de onde?". "Ele está lastreado em CPR. Ele está lastreado em produto". "Ah não, mas há a recuperação judicial! Não, de jeito nenhum! Eu não vou pôr meu dinheiro nesse CRA, porque, se vai para a recuperação judicial, vende-se para outro, e quem emitiu o CRA não vai conseguir receber essa CPR. Como é que a gente faz?".

Então, vejam a cadeia que foi montada para beneficiar o produtor! E a RJ de produtor vai desmontar essa própria cadeia. Vejam que nós estamos numa situação, num paradoxo sério, a meu ver.

Deixem-me terminar com mais duas coisas só.

Este aqui é um estudo econométrico muito bem feito pela MB Associados. Eles fizeram o seguinte. Nós pedimos para eles avaliarem o que explica a produção de grãos no Brasil. Eles olharam câmbio, olharam o mercado internacional e o crédito como insumo. Então, eles fizeram um teste em que eles avaliam o seguinte: qual é a relevância do crédito na decisão do produtor em produzir? Essa relevância sai num índice econômico chamado Elasticidade, que é aquele número ali: 1,03. O que quer dizer esse número? Quer dizer o seguinte: se o crédito for reduzido em 10%, a produção será reduzida em 10,03%. Então, o efeito... Na economia, a gente chama isso de altamente elástico, porque mexe no crédito, e há uma reação mais do que proporcional naquele que consome o crédito. Então, quando o crédito aumenta 10%, a produção cresce mais do que 10%; se houver uma retração no crédito, a produção vai cair mais do que 10%. Então, o crédito é um insumo fundamental. O Renato falou isso. Agora a gente está quantificando isso aqui. Então, qualquer efeito no mercado de crédito por causa de RJ vai ter um impacto imediato na produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como mostrou a tabelinha lá, a minha e a do Renato... Só vou voltar aqui. A tabela não é nossa, é do Imea (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária). Só faz coisa boa o Imea. Em tudo isto aqui, multinacionais, revendas, sistema financeiro, se você for olhar ali, verá que 80% do capital de giro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NASSAR – ... do produtor ele financia; 20% são recursos próprios. Imagine o que não vai acontecer numa retração!

Só para terminar, então, faço o último alerta. Esta aqui já é uma visão mais de banco, mas achei importante trazer, lembrando que nós somos fomentadores, nós somos *tradings*. Eu vou dizer assim: nós, *tradings*, empresas de agroquímicos e de fertilizantes, distribuidoras, operamos com o produtor de uma forma, eu diria, mais complexa do que o banco. O banco empresta dinheiro, e a gente não empresta só dinheiro, a gente fomenta a produção.

Acho importante lembrar o seguinte: o sistema de classificação de risco dos tomadores requer provisão dos bancos. Então, se você rebaixa a classificação de risco de quem tomou o seu dinheiro, você tem que fazer uma maior provisão no banco e, ao fazer uma maior provisão no banco, tem que cobrar mais caro o juro. Isso é que gera o efeito em cadeia, no caso específico do financiamento bancário, porque entram as RJs, e o banco fala: "Opa, esse perfil de produtor que eu classificava como A, como B e como C vai cair um degrau ou vai cair dois degraus aqui". E, ao fazer isso, ele é obrigado a fazer provisão, uma provisão maior, que pode chegar a 100%, se ele estiver no pior nível possível. E, ao fazer essa provisão, ele é obrigado a fazer o quê? É obrigado a cobrar mais no juro, porque provisão é custo no balanço dele. Isso é que gera o efeito no aumento das taxas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ NASSAR – A última coisa, de que não vou falar, seria essa proposta de criar uma lei para a reorganização creditícia do produtor rural. Enfim, isso já foi muito bem falado por todo mundo aqui.

Senador, muito obrigado mais uma vez pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Sa., Dr. André.

Antes de tudo, quero registrar aqui a presença do nosso Líder do Democratas no Senado, o caro, preclaro e estimado amigo Senador Rodrigo Pacheco, que já foi Deputado, que nos honra com a sua presença.

Esta Comissão realiza esta audiência pública para que possamos instruir o PLC do ilustre Senador Ronaldo Caiado que tem a finalidade de tratar das falências e da recuperação judicial do produtor rural.

De qualquer forma, indago a V. Exa., ilustre Deputado Neri, se quer fazer alguma indagação aos convidados. (*Pausa.*)

Com a palavra o ilustre Deputado Neri.

O SR. NERI GELLER (Bloco/PP - MT) – Bom dia a todos!

Eu gostaria, primeiro, de cumprimentar e de agradecer ao nosso Senador Jayme Campos, ex-Governador do meu Estado, colega nosso de bancada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos da Mesa, em especial o André Nassar e o Renato, que conhecem esse tema como poucos.

Infelizmente, cheguei aqui atrasado, Sr. Ministro. Eu queria muito ter ouvido a sua fala, porque esse é um tema do qual eu tenho domínio, que eu conheço.

Eu participei como elaborador de políticas públicas que dizem respeito ao crédito agrícola desde 2013, quando fui Secretário de Política Agrícola; depois, em 2014, como Ministro; e, depois, de novo, como Secretário de Política Agrícola na gestão do Ministro Blairo Maggi. Conheço isso bem a fundo. Além disso, sou produtor e migrei do Sul do País para o Estado de Mato Grosso em 1984. Fui para um assentamento de reforma agrária, onde nós construímos, junto com o Senador Jayme Campos, realmente, um dos melhores lugares do mundo para se produzir. Então, eu conheço muito esse tema.

Eu conversava com o Senador Jayme Campos, hoje de manhã, na reunião em nós tratamos de outros assuntos: esse é um tema que chegou a mim hoje, esse projeto que está sendo relatado pelo Senador Jayme, mas nós estamos com isso no radar.

É importante entrar em três questões. Hoje a agricultura brasileira está sendo financiada 30% com recurso equalizado pelo Tesouro no Plano Safra.

É importante, Renato, a gente ficar atento a esses programas, porque eles não podem ser excluídos da pauta do Governo e da nossa pauta no Congresso Nacional, porque programas específicos financiam principalmente médios e pequenos produtores, que custeiam, que compram adubo, que compram fertilizantes, defensivos, sementes, óleo diesel, o que é financiado com recurso de taxa fixa, o que é importante, até porque, na queda da Selic, automaticamente, a equalização do Tesouro Nacional cai também. São parâmetros importantes, porque pequenos e médios produtores não conseguem se virar para buscar da iniciativa privada se nós não tivermos programas específicos do Governo, financiados pelo Banco do Brasil, pela Caixa Econômica, pelo Sicredi e também agora pelos agentes privados, sejam eles da Febraban ou qualquer outro agente.

Então, nós conseguimos, Senador Jayme, estimular muito a concorrência. E esse crédito equalizado pelo Tesouro Nacional é um dos grandes responsáveis pelo avanço da produção de mais de 100% nos últimos 12 anos, com a produção de grãos passando agora de 100 milhões de toneladas para 240 milhões de toneladas no Centro-Oeste brasileiro. Se não houvesse os programas que foram criados em 2013, financiando armazém para essas regiões de fronteira agrícola, como é o caso do norte do Estado de Mato Grosso, como é a região do Matopiba, como é a região de Roraima, com certeza os produtores não estariam tão bem estruturados como estão hoje. E a economia do Brasil ganhou muito com a venda de caminhões, com a indústria de equipamentos agrícolas e de fertilizantes. E nós nos tornamos um grande *player* no mercado internacional.

Isso passa por outros programas, Senador, como o acesso à inovação tecnológica, que leva agricultura de precisão para as propriedades, principalmente para as médias e pequenas propriedades, porque há um limite de gastos. Isso não é para os grandes produtores. O Governo só equaliza essas taxas de juro para o médio e o pequeno produtor, para ele financiar trator e colheitadeira, para fazer a correção de solo com calcário e a abertura de áreas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso existe dentro do Plano Safra e não pode, André, sair do radar. Nós precisamos manter esses programas, porque eles são importantes para que possamos ser competitivos e estimular a concorrência do ponto de vista do crédito.

Trinta por cento são obtidos hoje com recurso próprio. O produtor, em muitas regiões, estão capitalizados e trabalham para financiar a sua atividade com recurso próprio, e de 35% a 40% do recurso vêm exatamente dessas fontes. Uma delas são as LCAs que nós instituímos também em 2014. Esses R$70 bilhões hoje não têm equalização do Tesouro; foram programas que foram implantados.

Sobre esse quesito, Senador Jayme, nós conversávamos na parte da manhã. Nós temos a Medida Provisória 897. Eu já fiz uma emenda exatamente para organizar a questão da recuperação judicial. Aí eu não defendo as *tradings*; eu defendo realmente o crédito barato, para ele ir para o nosso produtor, para que ele possa fazer a sua safra, seja do ponto de vista de investimento, seja do ponto de vista de custeio.

No nosso setor, do qual eu faço parte, 95% das pessoas são pessoas do bem, mas, infelizmente, há 5% que são oportunistas. A verdade tem que ser dita; não há outro linguajar. Há muitas pessoas que se beneficiaram dessa ferramenta para fazer a recuperação, comprar mais área e aumentar o seu capital. A grande verdade é essa no Estado de Mato Grosso. Eu não tenho medo de falar, porque é essa a verdade. Conhecemos produtores de grande porte que se beneficiaram e que acabaram atrapalhando de forma violenta o crédito, principalmente para nós lá no Centro-Oeste.

Nós precisamos ter esse cuidado. A recuperação judicial é uma ferramenta importante para alguns produtores que enfrentam problemas, sim, de intempérie, que enfrentam problemas de mercado internacional e de câmbio. Essa ferramenta pode ser usada para fazer o alongamento, para ele honrar seus compromissos sem haver agiotagem, sem haver 20% de multa, sem ele ter seus bens tomados por esses credores.

Mas há 5% de que nós precisamos cuidar. E aí, quando se fala principalmente de CPR, nós não podemos deixar entrar isso na recuperação judicial. Eu, na Medida Provisória 897, entrei com uma emenda exatamente para regulamentar isso. Acho que isso pode ser, talvez, melhorado nesse texto do qual o nosso Senador é o Relator, para a gente trabalhar isso na Câmara depois ou então manter isso. Eu vou mantê-la lá, mas eu vou ficar muito alinhado com o Senador Jayme Campos porque eu o conheço, sei do compromisso que ele tem com o Estado de Mato Grosso, que é o Estado que mais precisa de crédito, porque nós estamos avançando.

O teor da emenda é o seguinte: "Os créditos e bens vinculados à CPR não se sujeitarão aos efeitos da recuperação judicial e da falência, substituindo ao titular da cédula o direito à restituição de tais bens que se encontrarem em poder do emitente ou de qualquer terceiro".

Senador Jayme, o cidadão que vende a sua produção e que pega o dinheiro antecipado já fez o cálculo para travar os custos. Esse produto precisa ficar de garantia para quem deu o crédito realmente. Nós não podemos abrir mão disso. E, da forma que está a recuperação judicial hoje, Senador Jayme, o produtor pega o crédito, entra e depois joga isso na recuperação judicial. O que está acontecendo? As *tradings* não estão mais emprestando dinheiro. As revendas financiam muitos produtores em todo o País, mas principalmente nas regiões de fronteira agrícola, onde não há regularização fundiária, onde o cidadão não tem documento e não consegue ir ao banco. Aí aquela média ou pequena empresa pega um aval e financia para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtor. Se esse produtor de médio porte ou até de pequeno porte entrar nessa ciranda da recuperação judicial, as revendas não vão mais financiar. Portanto, o crédito vai ficar muito mais alto.

Para encerrar, Senador, é essa a nossa preocupação. É importante o Judiciário estar aqui presente, para a gente construir uma legislação que possa, sim, ser benéfica para o produtor do ponto de vista de quem precisa da recuperação judicial. E aí, por questões de clima ou de mercado, realmente, eles não conseguem, mas a gente não pode deixar margem para caloteiros entrarem, beneficiarem-se e acabarem prejudicando todo o crédito agrícola no País.

Essa é minha participação.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado, Deputado Neri Geller.

Indago o querido amigo Senador Rodrigo se quer fazer uma ponderação.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, muito brevemente, eu não me arriscarei a debater sobre um projeto que eu não conhecia, na verdade, do qual tomei pé agora diante do requerimento de V. Exa. para que se fizesse esta audiência pública.

Eu gostaria de saudar todos os convidados que aqui fizeram suas posições na pessoa do ilustre Ministro Moura Ribeiro, do STJ, e também os advogados que aqui estão presentes para debater esse tema.

Eu, como Líder do Democratas, terei a prudência de ouvir o autor do projeto, que me antecedeu na Liderança do Senado e que é o atual Governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado.

E, nas mãos de V. Exa., também colega de partido, está um projeto que tem uma aparente singeleza no texto – há uma modificação muito pequena feita na Lei 11.101 –, quando fala da disposição daquilo que se encontra na lei aos produtores rurais. É uma alteração, salvo melhor juízo, no art. 1º, no *caput*, e no parágrafo único, quando se fala de a disposição nessa lei aplicar-se aos produtores rurais.

Mas aqui já se revelam preocupações. Está aqui um especialista, o Deputado Neri Geller, que foi Ministro da Agricultura e que já demonstra preocupações quanto ao alargamento do instituto da recuperação judicial para os produtores rurais. Então, algo que pode ser positivo para os produtores rurais... Costumo dizer, Senador Jayme Campos, que tudo que for bom para os produtores rurais do Brasil nós temos que fazer, porque, se há algo que o Brasil aprendeu a fazer bem e que gera inveja mundo afora, é o nosso agronegócio, a nossa produção rural. Então, tudo quanto pudermos fazer para melhorar a vida e as condições dos produtores rurais, obviamente dentro de um limite ético, de um limite possível de assistência do Poder Público aos produtores rurais, nós devemos fazer.

Então, é um projeto aparentemente muito meritório, que visa a estabelecer mais uma oportunidade aos produtores rurais, mas que tem que ser visto, a despeito da sua singeleza de texto, com alguma preocupação em relação às consequências. Por vezes, a intenção é boa de se fazer um instituto, e ele acaba se revelando, ao longo do tempo, algo prejudicial à própria atividade, até pela presença de oportunistas, daqueles que vão se valer dessa condição nova legal para poder prejudicar todo o segmento. O próprio Ministro Neri já disse que é possível

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

admitir a ideia, mas também com ressalvas em relação às CPRs no caso de produtores rurais. Aí, então, haverá, obviamente, uma contrainvestida dos empresários que não são produtores rurais em relação também a alguns créditos que eles possuem: "Por que haver algum privilégio para o produtor rural, e não para outros segmentos?".

Então, é uma discussão que tem que ser feita com muita cautela, com muito diálogo. E aí parabenizo V. Exa. pela iniciativa de fazer uma audiência pública com pessoas que entendem, muito mais do que eu, diga-se de passagem, dessa matéria, para poder chegar a um consenso de texto, para se entender se isso é efetivamente bom para os produtores rurais. Sendo bom para os produtores rurais, seguramente será bom para o Brasil.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa., Senador Rodrigo.

Eu tinha várias indagações. Todavia, na medida em que as pessoas falaram, praticamente eu as resolvi, ou seja, encerrei minha participação pelo fato de que já estou bem inteirado do assunto. As perguntas mais ou menos coincidiram com a fala de V. Sas., os convidados, e sobretudo do Sr. Ministro.

Eu queria abrir o espaço, se algum dos senhores quisesse fazer alguma consideração.

Sr. Ministro, o senhor quer fazer uma consideração final? (*Pausa.*)

V. Exa. está com a palavra.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO (Para expor.) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, demais colegas da Mesa, eu só queria, mais uma vez, cumprimentar V. Exa. pela iniciativa, Senador, ao abrir esses trabalhos para a discussão desse tema, que é extremamente sensível. Agora, os embargos de declaração foram acolhidos. (*Risos.*)

É um tema extremamente sensível dentro do Superior Tribunal de Justiça.

Eu contei os fatos que estão se desenrolando, os processos por que estamos passando. Temos muito medo – falo com a boca muito aberta – de dar uma solução, porque nós não somos legisladores. Os senhores sabem muito mais dos problemas que nós.

Então, eu cumprimento mais uma vez V. Exa. E, mais uma vez, quero dar as mãos e comparecer sempre que possível para poder ajudar.

Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço ao Sr. Ministro.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Ministro, os embargos de declaração foram acolhidos sem efeito infringente.

O SR. PAULO DIAS DE MOURA RIBEIRO – Eu queria declarar que, realmente, está tudo certinho, sem problema algum. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu quero, para concluir os trabalhos, agradecer a honrosa...

Pois não, André.

O SR. ANDRÉ NASSAR (*Fora do microfone.*) – Se o senhor me permitisse, eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É claro!

O SR. ANDRÉ NASSAR (Para expor.) – O Deputado Neri lembrou da emenda que ele fez na MP 897. Eu considero uma emenda muito relevante. Eu acho que faz muito sentido para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto da MP. Eu queria agradecer ao Deputado Neri pela emenda. Acho que realmente a gente pode aprimorar a emenda, o texto. Acho que tem que coordenar com a iniciativa do Senador Jayme aqui, mas aquela emenda traz bastante segurança jurídica e fortalece a CPR, que é o que a gente espera.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu é que agradeço a V. Sa.

Só concluindo, antes de tudo, agradeço a presença das autoridades, dos convidados, dos ilustres Senadores e Deputados.

Eu só não cheguei à conclusão, Rodrigo, sobre como incluir nesse projeto de lei o produtor na questão da falência ou da recuperação judicial. Até agora, não consegui fechar isso ainda, para que, certamente, como o senhor bem disse, Ministro, houvesse a possibilidade de criar um código ou um estatuto do produtor rural. Acho que é a única formatação. Depois, através da regulamentação da lei, vamos achar qual é essa possibilidade.

Concordo plenamente com os senhores na medida em que não podemos também criar um instrumento para facilitar para aqueles que, por natureza, muitas vezes, são velhacos – é um termo que usamos em Mato Grosso –, que compram e não gostam de pagar a conta. Há muitos desses aí que gostam de comprar, de usufruir, mas depois não querem pagar a conta. Isso é muito ruim, é muito pernicioso, sobretudo para aqueles que estão, neste exato momento, financiando a nossa agricultura, o nosso agronegócio.

De qualquer forma, encerro aqui, agradecendo a presença dos senhores.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência, registrando a presença honrosa do ilustre companheiro e amigo, Senador da República pelo Estado de Rondônia, o companheiro Marcos, que nos honra com sua presença.

Muito obrigado a todos os senhores que aqui compareceram.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Izalci Lucas, Rose de Freitas, Acir Gurgacz, Veneziano Vital do Rêgo, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Irajá, Fernando Bezerra Coelho, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Eduardo Braga e Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das Reuniões anteriores, que são aprovadas. Esta Reunião destina-se à deliberação das Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Orçamento da União, dividida em duas partes: 1ª parte – Emendas ao PLOA 2020 e 2ª parte – Emendas ao PPA 2020-2023. Passa-se à Pauta. 1ª parte: Emendas ao PLOA 2020 – Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PLN 22/2019). Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatoria: Senador Jayme Campos. A Senhora Presidente comunica terem sido apresentadas 71 (setenta e uma) Propostas de Emenda, todas de Apropriação. A Senhora Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jayme Campos, para leitura do Relatório que conclui pela apresentação de 4 (quatro) Emendas de Apropriação. Lido o Relatório e encerrada a discussão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das seguintes 4 Emendas de Apropriação-Acréscimo ao PLOA 2020 (Projeto de Lei Orçamentária para 2020 – PLN 22/2019): 1) 60120001 – 22101 – Fomento ao Setor Agropecuário – Nacional – 700.000.000 – Iniciativa: Senadores Marcelo Castro, Jayme Campos, Dário Berger, Zequinha Marinho, Márcio Bittar, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Lasier Martins, Rose de Freitas, Kátia Abreu,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues e José Maranhão; 2) 60120002 – 22202 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Nacional – 200.000.000 – Iniciativa: Senadores Acir Gurgacz, Dário Berger, Márcio Bittar, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Lasier Martins, Rose de Freitas, Kátia Abreu, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze e Chico Rodrigues; 3) 60120003 – 22101 – Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA – Nacional – 100.000.000 – Iniciativa: Senadores Márcio Bittar, Acir Gurgacz, Izalci Lucas, Lasier Martins, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze e Chico Rodrigues; 4) 60120004 – 22201 – Consolidação de Assentamentos Rurais – Nacional 100.000.000 – Iniciativa: Senadores Márcio Bittar, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Lasier Martins, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke, Luis Carlos Heinze e Chico Rodrigues. 2ª parte: Emenda ao PPA 2020-2023 – Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2020-2023 (PLN 21/2019). Autoria do Projeto: Presidência da República. Relatoria: Senador Jayme Campos. A Senhora Presidente comunica ter sido apresentada 1 (uma) Proposta de Emenda de Investimento, de iniciativa da Senadora Eliziane Gama. A Senhora Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Jayme Campos, para leitura do Relatório que conclui pela única Emenda de Investimento apresentada. Lido o Relatório e encerrada a discussão, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova a apresentação, perante a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da seguinte Emenda ao PPA 2020-2023 (Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2020-2023 – PLN 21/2019): 60120001 – Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa. A Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão e o Senador Jayme Campos fazem o uso da palavra. A Senhora Presidente submete aos membros da Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta trigésima Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e seis minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora SORAYA THRONICKE

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/23

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos nesta manhã.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ploa 2020 – Projeto de Lei Orçamentária para 2020 (PLN 22/2019) – e ao PPA 2020-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2023 – Projeto de Lei do Plano Plurianual para 2020-2023 (PLN 21/2019) –, a serem apresentadas perante a Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emendas da CRA ao Ploa 2020.

Foram recebidas 71 propostas de emenda de apropriação, acréscimo de despesas.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir à leitura do seu relatório.

Senador Jayme Campos, bom dia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Bom dia.

Sra. Presidente, Senadora Soraya, indicado por V. Exa. nesta Comissão para relatar as emendas... (*Falha na gravação.*)

... esta relatoria procedeu a análise minudente, com fundamentos colhidos na legislação de direito financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Importa consignar que as indicações atendem aos requisitos regimentais, isto é, exibem caráter institucional, ao manterem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Outro requisito é de que as indicações apresentem interesse nacional.

Podemos afirmar que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a já citada a restrição quantitativa, levamos em consideração neste parecer as programações orçamentárias com maior número de indicações dos Parlamentares. Assim, prestigiamos as intervenções de políticas públicas apresentadas com frequência pelos membros da CRA, todas verdadeiramente alinhadas às competências desta Comissão.

Voto.

Sra. Presidente, face ao exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação indicadas na Tabela 2, devendo a Secretaria da Comissão proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à CMO.

Este é o meu voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*) (*Pausa.*) (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ploa 2020.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Ploa 2020.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Resultado. Aprovado o relatório que passa a constituir parecer desta comissão de agricultura e reforma agrária, com as emendas ao projeto de lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019.

Quero parabenizar e agradecer o seu trabalho, o seu esforço e a sua experiência, Senador Jayme Campos, que me deixou muito tranquila, e avisar à Ministra Tereza Cristina, que está lá na China neste momento que foram acolhidas as emendas requeridas, sugeridas pelo Mapa. E eu tenho certeza que o mapa sabe bem onde é necessário colocar as emendas.

Parabéns! Muito obrigada.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emenda da CRA ao PPA 2020/2023.

Foi recebida uma proposta de emenda de iniciativa da Senadora Eliziane Gama.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019.

Quero parabenizar e agradecer o seu trabalho, o seu esforço e a sua experiência, Senador Jayme Campos, que me deixaram muito tranquila, e avisar à Ministra Tereza Cristina, que está lá na China neste momento, que foram acolhidas as emendas requeridas, sugeridas pelo MAPA. E eu tenho certeza de que o MAPA sabe bem onde é necessário colocar as emendas.

Parabéns! Muito obrigada.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Emendas da CRA ao PPA 2020-2023.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Foi recebida uma proposta de emenda de iniciativa da Senadora Eliziane Gama.

A votação será simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir à leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Como Relator.) – Sra. Presidente, Senadora Soraya, eu vou diretamente ao meu relatório.

O Presidente da República, em atendimento ao disposto no art. 161, §1º, da Constituição Federal, encaminhou ao Congresso Nacional, em 30/08/2019, o Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2020 a 2023 (Projeto de Lei nº 21/2019 – CN).

Registre-se que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou, em 1/10 do corrente ano, parecer preliminar, que, dentre outros conteúdos, dispõe sobre as condições, limites e critérios para a apresentação/atendimento de emendas ao Projeto de Lei do PPA 2020-2023.

Assim, nos temos do Item 2.3.3, "b" da Parte Especial do mencionado parecer preliminar, cada comissão permanente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal poderá apresentar até três emendas à despesa ao Plano Plurianual.

Importante ressaltar que cada emenda à despesa deve se referir à criação ou ampliação de um único programa, à ampliação ou nova regionalização de uma única meta já existente ou à inclusão, alteração ou cancelamento de um único investimento plurianual.

Destaque-se que, nos anexos III e IV do PLPPA, estão listados os denominados Investimentos Plurianuais Prioritários, sendo que o anexo III refere-se a investimentos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e o anexo IV comporta os investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes.

Pois bem. Foi encaminhado a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) uma proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 21, de 2019, conforme Espelho de Emenda de Investimento anexo.

Trata-se, em síntese, de proposta da Senadora Eliziane Gama, no âmbito do anexo III (investimentos prioritários) do PLPPA, para ampliar, revitalizar e modernizar a infraestrutura física das unidades da Embrapa, no programa Pesquisa e Inovação Agropecuária (2203).

Esse foi o relatório.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Examinando os elementos da aludida proposta de emenda da Senadora Eliziane Gama, que pretende, no período 2020-2023, ampliar recursos para os investimentos da Embrapa e, com isso, aperfeiçoar a infraestrutura física dessa valorosa empresa, entendemos:

I) tratar-se de tema regimentalmente amparado pela CRA;

ii) referir-se a meritória alocação de recursos, que fortalecerá a pesquisa agropecuária no Brasil, melhorando a eficiência das políticas no setor.

Voto.

Diante do exposto, votamos em favor da apresentação, pela CRA, da Emenda nº 01, da Senadora Eliziane Gama, ao anexo III, PLPPA 2020-2023.

Concluindo, Sra. Presidente, por oportuno, lembramos que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, devendo a Secretaria da Comissão adotar as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2019.

Senadora Soraya, como Presidente, vai assinar e, como Relator, Senador Jayme Campos.

Este é o nosso parecer, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MS) – Mais uma vez, muito obrigada, Senador, pelo brilhante relatório.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório pela aprovação da emenda da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao PPA 2020-2023.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019.

As emendas aprovadas irão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata desta reunião, a 30ª.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta e seis minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Plínio Valério, Major Olimpio, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Oriovisto Guimarães, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Zenaide Maia, Luis Carlos Heinze, Fernando Bezerra Coelho e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Weverton, Jean Paul Prates e Wellington Fagundes. O Senador Chico Rodrigues justifica ausência. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 583, de 2017, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 2.142, de 2019, prolatado nos autos do Processo TC-024.646/2014-8, que trata de pedido de reexame interposto contra decisão que expediu determinações à Agência Nacional de Telecomunicações em auditoria realizada para avaliar a atuação da entidade no período de 1998 a 2014, relatada pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues na sessão ordinária de 11/09/2019; Ofício nº 291/2019/PS-GSE, subscrito pela Deputada Soraya Santos, Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando, para conhecimento do Senado Federal, a Mensagem nº 303/2019, do Poder Executivo, que informa a anulação da Portaria nº 542, de 6 de dezembro de 2011, que outorga permissão de exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à Fundação João XXIII, no Município de Penha, Estado de Santa Catarina, conforme ação judicial nº 5015660-74.2013.4.04.7200, nos termos do art. 223, § 4º, da Constituição Federal. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3832, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para eliminar as restrições à concentração da propriedade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO). Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 6, nos termos da subemenda que apresenta; pela prejudicialidade das Emendas nº 1, 3 e 4 e pela rejeição das Emendas nº 2, 7 e 8. Observação: 1. O Senador Rodrigo Cunha apresenta o Requerimento 56/2019-CCT (destaque de bancada) para votação em separado da Emenda nº 9, de sua autoria, apresentada nesta data, pendente de parecer do relator. 2. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Paulo Rocha RETIRA o Requerimento 57/2019-CCT (destaque de bancada) para votação em separado da Emenda nº 6. Resultado: Retirado de pauta a pedido do relator, Senador Arolde de Oliveira, com a concordância dos demais senadores. Observação: Os Senadores Izalci Lucas, Paulo Rocha, Major Olimpio, Arolde de Oliveira, Rodrigo Cunha, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso fazem uso da palavra. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 79, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. Observação: 1. O Senador Carlos Viana faz uso da palavra. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 198, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 360, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA DE CERQUILHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Plínio Valério. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 113, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de São Martinho da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela rejeição do projeto. Resultado: Rejeitado o projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 6 - Emendas da Câmara dos Deputados n° 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008 - Não Terminativo - que: “Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala”. Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Juíza Selma (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1 e pela aprovação da Emenda nº 2, com ajuste de redação, constantes da ECD 6/2015 ao PLS 238/08. Resultado: Aprovado o relatório favorável à Emenda nº 1 e favorável à Emenda nº 2, com ajuste de redação, constantes da ECD 6/2015 ao PLS 238/08. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 246, de 2018 - Não Terminativo - que: "Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet." Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido da Relatora, Senadora Mara Gabrilli. O Senador Vanderlan Cardoso passa a presidência ao Senador Paulo Rocha para deliberação do próximo item da pauta. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 3983, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital." Autoria: Senador Irajá (PSD/TO). Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao projeto. Observação: A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senador Paulo Rocha devolve a presidência ao Senador Vanderlan Cardoso para prosseguimento da deliberação dos itens da pauta. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2905, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer o compartilhamento gratuito da infraestrutura utilizada em concessões, permissões e autorizações de energia elétrica e de telecomunicações com órgãos da administração pública direta ou indireta." Autoria: Senador Alvaro Dias (PODE/PR). Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Confúcio Moura. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 123, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Modelo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações ao Plenário do Senado. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo n° 103, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação Ambiental de Rondônia - ARCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações ao Plenário do Senado. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo n° 409, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Confúcio Moura. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o parecer pela apresentação de requerimento de informações ao Plenário do Senado. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 194, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO URSA MAIOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bilac, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Cunha. Relatório: Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Projeto de Decreto Legislativo n° 489, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Nossa FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Ofício "S" n° 40, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações ao Plenário do Senado. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 16 - Ofício "S" n° 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações ao Plenário do Senado. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 52, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays - PADIS, com foco na produção de células fotovoltaicas." Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Resultado: Adiado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 55, de 2019 que: "Requer realização de audiência pública para instruir o PLS nº 437, de 2018." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes externos:

- Aviso nº 583, de 2017, do Tribunal de Contas da União, encaminhando para conhecimento cópia do Acórdão nº 2.142, de 2019, prolatado nos autos do Processo TC-024.646/2014-8, que trata de pedido de reexame interposto contra decisão que expediu determinações à Agência Nacional de Telecomunicações em auditoria realizada para avaliar a atuação da entidade no período de 1998 a 2014, relatada pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues na sessão ordinária de 11/09/2019; e

- Ofício nº 291, de 2019, da Câmara dos Deputados, encaminhando, nos termos do art. 223, IV, da Constituição Federal, o comunicado de anulação de permissão de exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada à Fundação João XXIII, no Município de Penha, Estado de Santa Catarina.

Os referidos expedientes serão publicados na página da CCT pelo prazo de 15 dias para manifestação de interesse dos seus membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

A presente reunião se destina à apreciação de matérias.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, quando puder, eu gostaria de fazer uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 1.

ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 3832, DE 2019
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, para eliminar as restrições à concentração da propriedade entre prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens e produtoras e programadoras do Serviço de Acesso Condicionado.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO)

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 6, nos termos da subemenda que apresenta; pela prejudicialidade das Emendas nº 1, 3 e 4 e pela rejeição das Emendas nº 2, 7 e 8.

Observações:

1. Em 30/08/2019, o Senador Angelo Coronel apresenta a Emenda nº 5 (retirada pelo autor, mediante REQ 50/2019-CCT, em 03/09/2019).

2. Em 03/09/2019, o Senador Rodrigo Cunha apresenta Voto em Separado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

3. Na 29ª Reunião (Extraordinária) realizada em 04/09/2019, foi concedida vista nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal.

4. Em 18/09/2019, o Senador Rodrigo Cunha apresenta a Emenda nº 9 (pendente de parecer do Relator).

5. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Arolde de Oliveira, para proferir parecer sobre a Emenda nº 9.

Senador Arolde, o Senador Izalci pediu a palavra assim que começasse. O senhor concorda?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Eu só peço a palavra – e agradeço ao Relator e ao Presidente pela deferência –, porque eu tenho um compromisso agora muito importante e eu não poderia deixar de me manifestar com relação a essa matéria.

Eu estou relatando, como V. Exa. sabe, o PL 57 – inclusive já aprovei o requerimento de audiência pública –, que trata dessas questões todas: da internet, da tributação, de uma série de coisas.

Eu acho que a gente está caminhando muito bem aqui. O Senador Arolde é especialista. Esta Comissão tem funcionado muito bem por acordo; é matéria que interessa a todos – há, inclusive, pessoas que estão apresentando hoje emendas, quando nem caberiam mais emendas. Eu sei que, como V. Exa. tem conduzido muito bem esta Comissão, a gente precisa sentar e fechar um acordo do texto. Aquilo que não for possível aprovar aqui vamos jogar para o 57, que está bem relacionado com o tema.

Então, eu sugeriria hoje que, tendo em vista a emenda do Major Olimpio e mais duas emendas que estão sendo apresentadas hoje, a gente conversasse sobre esse procedimento, senão, daqui a pouco, todo dia vai se apresentar uma emenda, e todo dia virá um relatório.

Eu sugiro que definamos uma data para esta semana ou para a semana que vem a fim de que fechemos um acordo entre nós e busquemos um entendimento para essa matéria. Eu acho que não há acordo hoje em função...

Então, eu pediria, antes de sair, a compreensão de V. Exa., que é Presidente, do Arolde, que é o Relator, para que a gente pudesse realmente, entre os Senadores da Comissão, sentar e buscar o entendimento, como a gente fez com o 79: era uma matéria importante para o Brasil, e a própria oposição aprovou junto com a gente. A gente precisa disso.

Se V. Exa. me permitir, eu queria fazer essa proposta – viu, Senador? –, porque eu acho que essa matéria é superimportante, mas não dá para aprová-la da forma como está aqui hoje.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Arolde, o Senador Paulo quer usar a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Vai na linha da intervenção do Senador Izalci.

Essa matéria a gente já vem discutindo há algum tempo. Dada a sua complexidade e os interesses que envolvem, naturalmente que tem que haver essa conversa, esse debate demorado. Nada melhor do que a gente conversar bastante para poder chegar a um acordo e atender os interesses de todos. Os interesses que estão colocados são legítimos e, portanto, têm que ser ouvidos pelas várias posições políticas aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós vínhamos num processo, combinado Relator e autor, de que aprovaríamos o projeto inicial e, para todos esses outros debates que viessem através de emenda, nós faríamos um outro projeto ou iriam para o Projeto 57.

A intervenção do Senador Izalci, se for do acordo de todo mundo, a gente encaminha neste rumo: o Relator, por questão regimental, tem autoridade de pedir adiamento porque entraram mais duas emendas e, portanto, ele precisa analisar, como já analisou as outras, e até para publicitar a sua posição para que os outros membros da Comissão se posicionem. Nesse caso, o melhor é isto: conversarmos entre nós, o Relator acata ou não as emendas, e aquelas emendas que não forem consenso entre nós, remetemos para o 57, que envolve toda essa questão.

Vejam que a cada emenda, há um interesse. A Emenda 6, que já foi aceita, põe a internet no processo, mas sem nenhuma exigência de conteúdos, por exemplo, conteúdo nacional. Tenho divergências sérias quanto a isso.

Depois, a Emenda 7, que é uma boa emenda, acaba atendendo, dando guarida, ou proteção, ou guarda-chuva às pequenas e médias empresas. É uma boa emenda.

A 9 já trata de tributação, de preços etc., etc., do Senador Rodrigo.

Então está correto o Senador Izalci: essas emendas podem criar uma condição de a gente entrar no acordo de aprovar o projeto inicial, e todas essas outras emendas podem ser discutidas no Projeto 57, que já está em andamento na Casa. Ele próprio é o Relator, e o autor, me parece que é o Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para corroborar a iniciativa do Izalci e a manifestação do Paulo, eu acho que nós devemos avançar mais um pouco. É interesse de milhões de brasileiros isso aí. Não há interesse individual.

Quando nós observamos o lado de pequenas produtoras que têm conteúdos no Brasil, quando nós vamos analisar o ingresso ou não da internet, a questão das televisões, eu vejo que nós podemos avançar, já estamos avançando. Realmente é complexo, é um parto de girafa: quando vem o pescoço, ficam as pernas, quando vêm as pernas, fica o pescoço. Mas eu tenho certeza aqui de que nós vamos chegar a bom termo nisso e a total concordância para que possamos avançar com a discussão sem definir, sem fazer a votação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Relator, Senador Arolde. Em seguida, a gente passa para a discussão da matéria.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Como Relator.) – Obrigado, Presidente, colegas Senadores e Senadoras.

Eu ouço com atenção as propostas que estão sendo feitas. Realmente a minha grande preocupação, desde o início aqui, e eu acho que isto é uma coisa importante que ocorre na nossa Comissão, é que dentro da diversidade de pensamento dos Senadores, nós sempre encontramos um denominador comum para podermos prosseguir e avançar. Costumo dizer que, em política, 51% pode ser uma vitória estrondosa. A gente tem que buscar o entendimento.

E a outra questão também que me preocupa é que a área de ciência e tecnologia vai ser a que mais vai ser demandada daqui para a frente, porque, com essa transição que nós estamos vivendo, as demandas serão permanentes e a manutenção do bom entendimento interno na Comissão, com certeza, vai permitir que a gente supere as necessidades de promulgar boas leis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para ajustar esse mundo tecnológico, de inovação, de criatividade, de parcerias no qual estamos mergulhados.

Então a minha preocupação, antes de tudo, é porque esse projeto é um dos projetos, mas nós teremos muitos projetos pela frente, e temos que ter a mesma capacidade de diálogo, de conversar, de reduzir as tensões e de fazer com que, da negociação, nós tenhamos o melhor para a sociedade, porque esse é o nosso grande objetivo sempre. Então, essa é a primeira consideração que eu queria fazer.

Sobre o projeto, ele está lido. O que está incluído no projeto, evidentemente, pode ser mexido, por destaque e votação em separado. Temos notícia de conversa, evidentemente, de que haverá proposta de destaque para votação em separado, o que é muito bom, é democrático, é assim que tem que ser. E há também várias emendas que não estão ainda apresentadas formalmente, mas que estão para serem apresentadas.

E, para não prejudicar essa negociação, eu acho que é legítimo que a gente espere até a semana que vem, sim. É produtivo, e nós faremos, então, na semana que vem. Agora, estou pedindo – é um apelo que eu faço aos Srs. Senadores que falarão aqui – que todos, de hoje para amanhã, acionem as assessorias para que a gente possa apresentar realmente as emendas para chegarem à minha mão, para eu poder fazer aquela análise, preparar um voto complementar. E aí, então, definirmos juntos também a estratégia de votação, tanto de destaque de votação em separado quanto de destaque para votação de emendas aditivas. Essa é a minha proposta neste momento.

Eu solicito, então, a V. Exa., Presidente, que coloque para o Plenário essas sugestões. E, se for assim, a gente já encerra a discussão hoje. Suspendemos para a próxima quarta-feira.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, há três semanas V. Exa. mencionou aqui que esta Comissão é uma das Comissões mais eficientes. Também fiz ressalva, me colocando no lugar de V. Exa., como Presidente de uma Comissão que sou, na preocupação daquela alteração em que permitimos mais um pedido de vista, que na minha visão não caberia, de que de fato acontecesse o que estamos vivendo, uma discussão eterna sobre um assunto que temos que finalizar.

Concordo com o Relator Arolde, quando ele menciona que há uma emenda, que é a Emenda nº 9, que eu apresentei, que seria um fato novo, por isso teria de fazer um novo relatório, se debruçar sobre ele. Por esse fato, eu retiro a emenda, sem problema nenhum. Então, volta-se à mesma situação de três semanas atrás, duas semanas, e esta semana a discussão permanece a mesma. Todos aqui sabem do que se trata.

Há um outro projeto, sim, que é o Projeto 57, de relatoria do Senador Izalci, que vai complementar os outros fatos que aqui não forem dirimidos. E já que temos todos os atributos para discutir e entrar no mérito da questão. Acho que poderíamos, sim, sem prejuízo nenhum, passar para essa fase, e continuaríamos aqui numa Comissão que é extremamente eficiente. Pode ter certeza, Presidente, de que semana que vem teremos outros assuntos tão relevantes quanto, viraremos essa página nesta Comissão e daríamos sequência àquilo que está afligindo muitas pessoas, que é justamente o que vai ser tratado no 57, que é a regulamentação da internet, digamos assim, nesse assunto específico de telecomunicação, de internet, de serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de TV a cabo, de canais. Então, tudo isso vai ser discutido, a parte tributária também, no projeto próprio para isso.

Então, não vejo prejuízo nenhum. Esse fato novo está sendo retirado agora, sem problema nenhum. Faria uma defesa, porque teria argumentos, mas, diante dessa situação, sem problema nenhum, a gente passa para a discussão daquilo que era idêntico ao que havia na semana passada, retrasada e há três semanas.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Meu bom dia, Srs. Senadores, Senadora Juíza Selma.

Senador Rodrigo, bom dia.

Primeiro, quero destacar aqui, dar os parabéns ao Senador Arolde, pelo espírito democrático e pelo espírito de experiência. O Senador Arolde, com a cabeça bem branca, sabe muito bem o que é viver num Brasil – Rodrigo, você é muito jovem conosco, aqui –, viver num Brasil sem segurança jurídica, num Brasil em que você hoje tem regras, amanhã você tem outras regras.

Nós temos aqui, nesse projeto, grupos que estão, há cinco, seis, dez anos com investimentos no Brasil, planejaram esses investimentos e não podemos ter uma regra mudando, de uma hora para outra, sem que eles possam ter pelo menos um prazo para poder entender isso. A imagem do País fica muito comprometida.

Por isso, uma semana a mais, é meu posicionamento aqui, para discussão pode ser útil para que a gente possa terminar os pontos em relação aos quais ainda temos arestas. Porque boa parte, inclusive – nas conversas esta semana com o Senador Arolde, com o Senador Vanderlan, com o Senador Izalci –, já foi dirimida, boa parte das questões já está sendo resolvida.

Temos alguns pontos de emendas e, como V. Exa., estou disposto a apresentar um destaque para votação em separado, mas, se o Relator concordar com o prazo de uma semana, eu retiro esse destaque, para que semana que vem a gente possa ter um relatório coeso, um relatório em que a gente tenha pelo menos convergido para a questão de um acordo que foi feito, como o Senador Paulo, colocou, porque havia um acordo e, à medida que a discussão foi sendo elaborada, foram mudando os acordos.

Então, agora a gente precisa sentar novamente, a Comissão está muito madura para isso, para que a gente possa chegar, de fato, a um relatório, Sr. Presidente, que atenda não a todos, porque é difícil atender a todos, mas que, pelo menos, dê segurança jurídica aos investidores no nosso País e a todos os setores que estão aqui e que mudam muito rapidamente em relação a isso.

A questão, que é a minha preocupação e a preocupação daqueles que estão nos acompanhando, do conteúdo nacional, por exemplo, pode ser muito bem resolvida no projeto do Senador Izalci. O projeto do Senador mantém o fundo, que é hoje o financiamento das pequenas e médias; ele determina, inclusive, o recolhimento, da forma como será feito pela internet. A gente não deixa no limbo o que será o futuro da televisão e do digital, que é a internet. Nós podemos trabalhar, levando, de fato, para o projeto dele as preocupações e criando essas definições claras de como é que nós vamos manter, porque, senão, é como eu coloquei semana passada: a gente acaba com o fundo, porque ele passa a não ter mais provimento e nós deixamos essa questão do Brasil e da própria cultura e geração desguarnecida. E não é uma proteção de mercado; é um incentivo ao produtor brasileiro. É muito mais barato para quem está vindo de fora trazer para cá as produções a US$1, um dólar e pouco, do que nós incentivamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o produtor nacional. Então, nós não podemos deixar de lado essa questão. Esse é o ponto que nós estamos colocando aqui.

Mas eu quero dizer que nós avançamos. O Relator Arolde já se colocou à disposição. Faltam muito poucos pontos para que a gente possa definir, mas, ele concordando e a Comissão concordando com o adiamento por mais uma semana, eu retiro o meu destaque em separado e nós, então, podemos discutir com mais tranquilidade e naturalmente entregar ao País uma lei mais completa e que não vá ser depois ponto, mais uma vez, de discussão jurídica no Supremo Tribunal Federal.

Esse é o meu posicionamento aqui, Sr. Presidente.

Parabéns, Senador Arolde, pelo espírito democrático de V. Exa. e de responsabilidade com o País nessa questão!

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria será retirada de pauta a pedido do Relator e com a concordância da maioria aqui.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. consultasse o Plenário para saber se a maioria, de fato, também concorda com essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Pelo que eu penso... É regimental, mas eu consulto os Senadores e as Senadoras presentes se concordam com a retirada de pauta.

Há interesse? Concorda, Senadora Mailza? (*Pausa.*)

Senadora Juíza Selma? (*Pausa.*)

Senador Confúcio, concorda? (*Pausa.*)

Senador Plínio? (*Pausa.*)

Senador Paulo? (*Pausa.*)

Será retirado de pauta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu retiro o meu requerimento de votação em separado também, o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O.k.

Sras. e Srs. Senadores, os itens 2 a 5 são terminativos, exigindo votação nominal, que será realizada em conjunto, após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Eu gostaria aqui só de fazer uma observação com relação a esse projeto: todas as pessoas, todos os interessados – silêncio por favor! – que nos procuraram para conversar, dialogar sobre esse projeto, eu recebi a todos. O que nós não vamos aceitar, e já estou vendo isso aí por parte de algumas pessoas, é colocar em jornais que o autor do projeto, ou o Relator, ou esta Comissão está a serviço dessa ou daquela empresa; com isso nós não podemos concordar. O intuito desse projeto, que é de minha autoria, é gerar emprego e renda neste País. E nós temos procurado aqui, de uma forma democrática – tanto é, Senador, que nós já suspendemos, porque não houve acordo, a discussão se ampliou... O Relator, o Senador Arolde, que é um conhecedor da área, tem recebido, dialogado, conversado, eu tenho acompanhado isso, então não há nada mais justo, já que não houve acordo. São algumas emendas, e não houve. Nós achávamos que, não só nesta reunião agora, mas na anterior, teríamos esse acordo. Então, como não houve, eu não quero, em hipótese alguma, como Presidente desta Comissão, que cheguemos aqui e não acatemos o que a maioria está pedindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir aos Senadores e a seus assessores que dessem uma certa importância, mais do que já estão dando, para que a reunião seja feita, que os pontos em divergência sejam, Sr. Relator Arolde, acertados.

Concordo com V. Exa., Senador Rodrigo, que não temos mais condições de ficar adiando e adiando, senão vão terminar os nossos mandatos com a gente tendo essas discussões. E não quero que fique também, nesta Comissão, discussão de muitos anos prejudicando o nosso País, como foi com o PLC 79.

Então, espero que essas reuniões aconteçam, que não sejam feitas na última hora ou que essas emendas sejam colocadas praticamente na hora da audiência. Esse é um apelo que eu gostaria de fazer a V. Exas., aos assessores, que a gente chegue realmente a um acordo e, de uma forma democrática, Juíza Selma, que a gente vote e seja o melhor para o nosso País, não querendo beneficiar nem esse nem aquele. Até mesmo porque, se nós formos ouvir o ponto de cada um, parece que esse projeto vai prejudicar a todos. Eu estou sem entender: um projeto que veio para beneficiar!

Mas a discussão é importante.

Parabenizo o senhor, Relator Arolde, Senador Arolde, pela compreensão, por ter feito esse pedido ouvindo os colegas.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só mais um relato.

V. Exa. mencionou, e de fato é importante deixar claro, porque em reuniões anteriores nós chegamos a marcar uma quarta-feira como sendo o tempo final para se discutir esse projeto. O Senador Arolde, de fato, é extremamente democrático, recepcionando não só os Senadores, mas as assessorias e os interessados, sem dúvida nenhuma. Mas neste projeto não se vai chegar a um consenso unânime aqui. O que temos são visões diferentes. O PT pensa de um jeito, alguns outros Senadores pensam de outro, eu penso de uma outra forma e a forma de resolver isso é na votação. Iriam destacar alguns pontos e, nesses pontos, dirimir essa situação. Por isso eu acho que estender essa corda, esticar essa corda, não vai mudar os fatos, o fato novo que surgiu, que era uma emenda que foi retirada. Na próxima semana, não há um fato novo que vá acontecer, senão o convencimento pessoal de cada um. Aí dá margem, infelizmente, tanto a V. Exa. ser taxado de alguma forma, como o Relator, como eu também, porque nós temos convicções e o tempo faz com que as pessoas às vezes gerem interpretações que não são verdadeiras. Nós vivemos num processo democrático e aqui as ideias serão debatidas com o objetivo, cada um defendendo o seu ponto de vista, de fazer com que evolua e se chegue finalmente a esse projeto.

Então só reitero aqui que espero que, de fato, a próxima semana seja o prazo cabal para que não tenhamos eternas discussões sobre um assunto que já deveria ter sido ultrapassado.

Só deixo esse registro diante da paciência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – O Senador acho que já chegou a esta conclusão aqui de que da próxima semana não pode passar. Então nós temos que reunir os Senadores todos, todos os assessores, chegar a um consenso. Se não chegarmos, vamos para a votação.

Sras. e Srs. Senadores, os Itens 2 a 5 são terminativos, exigindo votação nominal que será realizada em conjunto após a leitura dos relatórios e a discussão das matérias.

Item 4.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para dar a produtividade a que nós sempre temos nos dedicado aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eu sugiro que destaque aí, eu chequei aqui na Executiva, que há seis projetos não terminativos. Quem sabe começando pelos não terminativos a gente aprova logo esses seis e depois entra nos terminativos que...

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador Paulo, como temos quatro que são votação nominal, aproveitando o quórum qualificado aqui, já vamos fazer a votação deles. Em seguida, vai ser rápido, a gente já faz do restante.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se temos quórum, então vamos aprovar todos os terminativos.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM) – Eu leio o 4 rapidinho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 360, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARTÍSTICA DE CERQUILHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Plínio Valério
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra o Relator, Senador Plínio Valério, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AM. Para proferir relatório.) – Obrigado Presidente.

Vou ler o nosso relatório e, em seguida, o voto.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2015 (nº 806, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Artística de Cerquilho para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cerquilho, Estado de São Paulo.

Chegou à Comissão, é nossa prerrogativa analisar, a exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, e informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Esse projeto, agora, do qual faço o relatório, foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal – nós temos prerrogativa para isso, é competência desta Comissão –, o serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica nas leis aqui regidas por nós.

No processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo também temos autoridade para isso.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos do ponto de vista técnico.

Com relação à legalidade – e é aqui que eu entro, Presidente –, entretanto, alguns aspectos da proposição devem ser destacados – e eu os destaco.

De acordo com a documentação que instrui a matéria, a partir de 2007, José Antonio Machado passou a compor a Diretoria Executiva da entidade.

Conforme informações do Tribunal Superior Eleitoral, José Antonio Machado exerceu a Presidência da Comissão Provisória do Partido da República (PR) no Município de Cerquilho, Estado de São Paulo, de 7 de agosto de 2007 a 18 de julho de 2016, quando passou a exercer a Vice-Presidência, na qual ainda se mantém.

Dessa forma, a entidade apresenta vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Eis o voto: é pela rejeição do PDS, exatamente por essa condição, considerada por nós ilegal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 79, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Cravinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Juíza Selma
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra o Relator, Senador Izalci.

Ele saiu, mas autorizou a Senadora Selma para fazer a leitura do relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, senhores pares.

Eu peço vênia para ir diretamente à análise do relatório, que diz o seguinte:

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, e o projeto de decreto legislativo, o instrumento adequado, conforme o art. 213, II, do nosso Regimento.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional.

Contudo, verifica-se que a autorização originalmente outorgada encerrou-se em 30 de maio de 2013, enquanto a solicitação de renovação somente foi postada em 30 de setembro de 2013, quatro meses depois, quando a outorga se encontrava extinta de pleno direito. Dessa maneira, além de descumprir o prazo estabelecido pelo art. 36 do Decreto 2.615, que aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, o pedido de renovação se tornou inviável, uma vez que não existia autorização a ser renovada.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição do PDS 79, de 2018.

Destaca-se que, por tratar de não renovação de autorização, não se aplica o quórum especial previsto no §2º do art. 223 da Constituição Federal. Dessa forma, a competência terminativa da CCT pode ser mantida.

Sr. Presidente, é o relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quero dar os parabéns à Senadora Selma nessa questão do relatório. Vejam, é o segundo relatório pela rejeição, Senadora. Até chamar a atenção das associações que têm as rádios comunitárias... É um tema a que tenho dedicado atenção.

O grande problema nosso e que se tornou um problema do País é a questão da ligação partidária daqueles que estão por trás das rádios comunitárias. Esse é um problema no País, e a regra é muito clara, Sr. Presidente, Senador Rodrigo: uma rádio comunitária não pode ter ligações com partidos políticos. Nenhum dos membros da associação tem ligações...

Constantemente, nos deparamos com essa questão, e a negativa é a única saída. Nós sabemos que prejudica, porque o sinal de uma rádio comunitária pode ser o único numa região, por exemplo, do Nordeste, ou no próprio Estado de Minas Gerais. São as rádios comunitárias que cumprem esse papel. Mas, sem o cumprimento dessa regra fundamental que é a não ligação política ou o cumprimento do prazo, não há outra saída. V. Exa. está de parabéns!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 198, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO PALMEIRA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Juíza Selma
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Com a palavra o Relator, Senador Izalci Lucas.
Como ele não se encontra, a Senadora Juíza Selma vai fazer a leitura do relatório.
Por favor.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Peço, de novo, vênia para me reportar diretamente ao que consta na análise do voto.

A Nota Informativa nº 2.145/2016, recebida em resposta ao Requerimento nº 222, de 2016, confirma que, nos assentamentos do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a Sociedade Rádio Palmeira Ltda. permanece com os quadros societário e diretivo compostos por Alarico Leite do Amaral, David Figueiredo Martins e José Benony Lima do Amaral.

Ainda segundo o documento, David Figueiredo Martins continuaria sendo o diretor da entidade. Informa ainda que não haveria divergência entre os dados acostados no assentamento cadastral da Sociedade Rádio Palmeira Ltda. e os constantes no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Dessa maneira, as informações recebidas deixam claro que a alteração contratual ocorrida em 8 de agosto de 1984, de fato, não atendeu às exigências legais para sua validade, especificamente àquelas constantes do art. 38 do CBT, pois foi realizada à revelia do poder outorgante. Deve, pois, ser considera como inválida.

Por consequência, os supostos representantes da entidade, Lourenço Ardenghi Filho, Lucy Martins Ardenghi e Jefferson Martins Ardenghi, não têm legitimidade para representá-la e, consequentemente, não podem pleitear outorga para prestar serviço de radiodifusão em nome da Sociedade Rádio Palmeira Ltda.

Adicionalmente, Lourenço Ardenghi Filho, que, de acordo com declaração presente à fl. 18 da documentação, é o dirigente da entidade, foi eleito Prefeito da cidade de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, em 2008. Destarte, no momento da expedição da outorga pelo Poder Executivo, Lourenço exercia cargo com foro especial. Há, portanto, infração da vedação presente no parágrafo único do art. 38 do CBT.

Por fim, as informações prestadas pelo ministério evidenciam que, de fato, existe divergência entre a documentação que instrui o PDS 198 e os registros da base de dados do Siacco. Essa situação exige providências para a apuração de seus motivos e, principalmente, para a garantia da correção da base de dados, tendo em vista que eventuais inconsistências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

podem ocasionar avaliações equivocadas quanto ao cumprimento das normas constitucionais e legais relativas à prestação dos serviços de radiodifusão, podendo inclusive induzir a erros no processo de aprovação de outorgas.

Como eu me limitei à leitura apenas da análise, por lealdade aos demais Senadores, eu vou fazer uma leitura rápida do relatório para poder fazer com que fique mais claro o motivo dessa análise e de sua conclusão.

Retorna a esta Comissão o projeto de decreto legislativo que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Palmeira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.

Em 11 de junho de 2015, o PDS foi distribuído à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para apreciação terminativa.

Em 23 de março de 2016, a proposição foi inicialmente examinada pelo Colegiado, que aprovou o Parecer 290, de 2016, indicando possível ocorrência de violação ao parágrafo único do art. 38 da Lei 4.117 (Código Brasileiro de Telecomunicações), além de aparente ocorrência de transferência indireta da outorga sem autorização do Executivo. Por essas razões, a Comissão aprovou o Requerimento 222, solicitando informações ao então Ministro das Comunicações.

Em 15 de março de 2017, foi recebida a resposta ao citado requerimento, que encaminhou a nota informativa. Em 14 de junho de 2017, foi apresentado relatório pela rejeição da matéria pelo então Relator, Senador Valdir Raupp.

Em 7 de dezembro de 2017, após reexame da proposição, foi novamente apresentado relatório pela rejeição da matéria pelo então Senador Valdir Raupp, não tendo sido apreciado pela Comissão.

E, em 15 de maio de 2019, essa matéria foi enviada ao gabinete.

Acho que agora faz mais sentido a leitura da análise.

E o voto é pela rejeição do PDS 198, de 2015, fazendo ainda a sinalização de que, por se tratar de negativa de outorga inicial, a competência terminativa da CCT é mantida, Sr. Presidente.

É o voto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 113, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social de São Martinho da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Rodrigo Cunha
Relatório: Pela rejeição do projeto.
Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, Senador Rodrigo Cunha, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, peço licença para ir diretamente à análise e passo à sua leitura.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, também de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução n° 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49 e 223 da Constituição Federal. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação à legalidade, contudo, algumas informações devem ser destacadas.

De acordo com informações do Tribunal Superior Eleitoral, João Verci da Rosa Canabarro, Vice-Presidente da entidade, foi eleito suplente de Vereador no Município de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, em 2008, 2012 e em 2016.

Segundo a Câmara Municipal de Vereadores de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, João Verci da Rosa Canabarro efetivamente exerceu o mandato de Vereador, ao menos durante o ano de 2017.

Também de acordo com o TSE, João Verci da Rosa Canabarro exerceu cargo em órgão de direção de partido político no Município de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, de 2017 a 2019.

Ainda conforme o TSE, Pedro Eliseu Beck, Secretário da entidade, foi eleito suplente de Vereador no Município de São Martinho da Serra, Estado do Rio Grande do Sul, em 2008 e também em 2016, e exerceu cargo de direção de partido político nesse mesmo Município de 2015 a 2017.

Dessa forma, a entidade apresenta vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998. Nos termos da regulamentação da matéria, a vinculação é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Já finalizando, Sr. Presidente.

Dessa forma, a entidade apresenta vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998. Nos termos da regulamentação da matéria, a vinculação é vício insanável.

Dessa forma, apresento o voto conclusivo.

Pelo exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2018.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Nós já temos quórum.

Em votação os projetos constantes dos itens 2 a 5, nos termos dos relatórios apresentados.

Solicito à Secretaria que abra o painel, por favor.

Após a abertura do painel, quem vota com os Relatores vota "não". Não esqueçam.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT. *Fora do microfone.*) – "Não"?

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – "Não" porque é pela rejeição, não é isso?

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT. *Fora do microfone.*) – "Sim" para o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – "Sim".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Segundo a informação aqui, está votando o projeto. E o projeto é pela rejeição. Então, vota "não".

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Desculpe-me, então eu não sei. Entendo que nós estamos votando com o Relator, o parecer. Estamos votando o parecer do Relator, então, o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Segundo a informação da assessoria, em projeto terminativo vota o projeto, não o relatório.

Quem vota com os Relatores vota "não".

Confesso para vocês que...

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Só para deixar claro, todos os relatórios foram contrários.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Exato.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - AL) – Então, foram todos pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Segurança total, eu confio aqui.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Senador, se for para acompanhar o relatório, também é "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Obrigado pela confiança. (*Pausa.*)

Abrimos a votação. Quem vota na matéria vota "não". Nós já consultamos aqui, não é "sim", porque foi pela rejeição. Houve aqui uma dúvida, inclusive, do Presidente também da Comissão, mas foi esclarecida aqui pelos membros da CCT.

(*Procede-se à votação.*)

A votação está encerrada. Votação encerrada.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Nove.

Aprovado.

A Comissão rejeita, por nove votos, os projetos constantes dos itens 2 a 5.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Vamos fazer a apreciação agora, Senador Arolde, Senador Confúcio, das matérias simbólicas.

ITEM 6
EMENDA (S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 6, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008
- Não terminativo -

"Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala."

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Senador Flávio Arns (PT/PR)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela aprovação da Emenda nº 1 e pela aprovação da Emenda nº 2, com ajuste de redação, constantes da ECD 6/2015 ao PLS 238/08.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela CDH e pela CTFC, com Parecer favorável ao projeto.

2. A matéria constou da pauta da 32ª Reunião.

3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra a Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

(*Pausa.*)

S. Exa. não se encontra presente.

Senadora Juíza Selma, nós gostamos muito de ver a senhora fazendo a leitura. Eu gostaria de pedir à senhora para relatar o item 6.

A Senadora Mara Gabrilli, que era a Relatora, pediu para que a senhora também fizesse a leitura.

A SRA. JUÍZA SELMA (PODEMOS - MT. Para proferir relatório.) – Muito obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra para mim fazer a leitura do relatório de uma Senadora da envergadura da Senadora Mara Gabrilli.

Peço vênia para me eximir da leitura inicial, passando diretamente à análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação, informática e assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado.

O PLS nº 238, de 2008, na forma originalmente aprovada pelo Senado Federal, estabelece aos usuários dos serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou da fala o direito a plano com valores reduzidos para serviços de mensagem de texto. Entretanto, não havia no texto previsão explícita da origem dos recursos que custeariam esse benefício, o que poderia se reverter em aumento dos valores cobrados dos usuários em geral.

Nesse sentido, as duas emendas da ECD nº 6, de 2015, são meritórias, pois explicitam a possibilidade de utilização de recursos do Fust para a redução dos custos dos planos de serviços alternativos ofertados a usuários de serviços de telecomunicações com deficiência auditiva ou de fala. Com isso, aperfeiçoa-se a intenção original do projeto.

Ressalta-se, entretanto, que a Emenda nº 2 aponta para a possibilidade do uso do Fust na redução "das tarifas". Essa redação poderia tornar inócua a lei, uma vez que as "tarifas" somente existem nos serviços de telecomunicações prestados em regime público, ou seja, no Serviço Telefônico Fixo Comutado – a telefonia fixa.

As mensagens de texto de que trata o PLS nº 238, de 2008, são transmitidas por meio de serviços de telecomunicações prestados em regime privado, particularmente do Serviço Móvel Pessoal, que disponibiliza o serviço de mensagens curtas, SMS, e que, por meio de conexão à internet, permite o uso de diferentes aplicações de mensagens de texto. Nos termos do art. 129 da LGT, esses serviços são remunerados por preços.

Assim, a fim de aprimorar a expressão empregada na Emenda nº 2 à terminologia adotada na LGT, é necessário ajustar sua redação, de forma a indicar que os recursos do Fust serão aplicados na redução "dos preços" dos serviços de telecomunicações.

Como se verifica, trata-se de mero ajuste redacional destinado a corrigir impropriedade de expressão que em nada altera a intenção original exposta nas manifestações da Câmara dos Deputados.

Destaca-se, por fim, que semelhante ajuste redacional é necessário também ao art. 1º do PLS 238, de 2008, o qual deve ser realizado no momento da elaboração da redação final da proposição pela Comissão Diretora, nos termos do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação da Emenda nº 1 em sua forma original e pela aprovação da Emenda nº 2 com ajuste de redação para substituir por "dos preços" a expressão "das tarifas".

Destaca-se para a necessidade de se realizar semelhante ajuste redacional ao art. 1º do PLS nº 238 no momento da elaboração da redação final pela Comissão Diretora.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da Senadora Mara Gabrilli, que passa a constituir parecer da CCT, pela aprovação da Emenda nº 1 e pela aprovação da Emenda nº 2 com ajuste de redação, constantes da ECD 6/2015 ao PLS 238/08.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Os itens a seguir são de relatoria do Senador Confúcio Moura.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 123, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Modelo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 31ª Reunião.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 103, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Reflorestamento, Conservação e Sustentação Ambiental de Rondônia - ARCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 31ª Reunião.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 409, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Rádio e Difusão Comunitária Educativa Interativa Jaruense para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Confúcio Moura
Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
Observações:
1. A matéria constou da pauta da 31ª Reunião.
2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Confúcio Moura, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, os itens 10, 11 e 12 tratam da mesma coisa: concessão de rádios comunitárias. O item 10 trata de concessão no Município de Modelo, em Santa Catarina; o item 11 trata de concessão em Campo Novo de Rondônia, em Rondônia; e o item 13 trata de concessão em Jaru, no Estado de Rondônia. Todos teriam que ser indeferidos, mas, devido ao tempo de tramitação muito longo, eu solicitei... Todos os membros das diretorias eram Vice-Prefeitos, Presidente de partido político, ocupando cargos incompatíveis com a concessão de rádios comunitárias. Eu remeti os três requerimentos ao Ministério de Ciência e Tecnologia para atualizar esses nomes, no momento, para não indeferir agora, para dar uma oportunidade de esta Comissão apreciar, pois o tempo é de mais de dez anos, oito anos, que já se passaram.

Então, eu estou remetendo os três requerimentos, em globo, para a apreciação da Comissão, estou remetendo os requerimentos para informações pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.

É esse o meu voto. Todos são iguais, no mesmo sentido.

A minha proposta é que votemos os três em globo.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Votemos os três, com pedido...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É o mesmo pedido de requerimento ao Ministério, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As matérias estão em discussão, as constantes dos itens 10, 11 e 12. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os relatórios.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os relatórios do Senador Confúcio Moura, que passam a constituir pareceres preliminares da CCT pela apresentação de requerimentos de informação dirigidos ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Senador Confúcio Moura, o senhor confirma a retirada do item 9 da pauta?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Confirmo, Sr. Presidente. Ele precisa de aperfeiçoamento.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) –

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 9
PROJETO DE LEI N° 2.905, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para estabelecer o compartilhamento gratuito da infraestrutura utilizada em concessões, permissões e autorizações de energia elétrica e de telecomunicações com órgãos da administração pública direta ou indireta.

Autoria: Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 32ª Reunião.

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Serviços de Infraestrutura e posteriormente à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.)

O próximo é o item 15 da pauta.

ITEM 15
OFÍCIO "S" N° 40, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, §5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou das pautas da 15ª e 31ª Reuniões.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator, Senador Angelo Coronel, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vou ler o nosso parecer, mas vou direto ao voto, porque o parecer é um pouco extenso. Como solicitamos informações, vamos economizar esse tempo.

Trata-se do parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 22, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 40, de 2014, que comunica a transferência do controle societário da Televisão Norte Baiano Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Vamos ao voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 40, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Nos termos do art. 50... (*Pausa.*)

Então, esse é o nosso parecer, Sr. Presidente, para encaminhar para o Ministério.

Eu vou fazer a leitura do próximo, que V. Exa. parece que anunciou também.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – É o item 16.

ITEM 16
OFÍCIO "S" N° 43, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

1. A matéria constou das pautas da 15ª e 31ª Reuniões.

2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Está demorando um pouquinho porque o dedo está grosso aqui para poder acessar o *touch screen*.

O item 16 trata de parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 25, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício "S" nº 43, de 2014, que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da Televisão Santa Cruz Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Itabuna, Estado da Bahia.

Vamos ao voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício "S" nº 43, de 2014, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf).

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – As matérias dos itens 15 e 16 estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os relatórios dos itens 15 e 16.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam os relatórios permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os relatórios do Senador Angelo Coronel, que passam a constituir pareceres preliminares da CCT pela apresentação de requerimentos de informações dirigido ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa. (*Pausa.*)

A Senadora Mara Gabrilli pede para retirar de pauta o item 7.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 246, DE 2018
- Não terminativo -

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre medidas de combate à divulgação de conteúdos falsos (fake news) ou ofensivos em aplicações de internet.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: pela aprovação do projeto, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

1. A matéria constou da pauta da 32ª Reunião.

2. A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.)

Passo a Presidência ao Senador Paulo Rocha, para que eu possa relatar o projeto do Senador Irajá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O item 8 tem votação simbólica também.

ITEM 8
PROJETO DE LEI N° 3.983, DE 2019
- Não terminativo -

Acrescenta o §3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: pela aprovação do projeto.

Observações: *a matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania após a deliberação da CCT.*

Com a palavra o Relator.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para proferir relatório.) – Relatório.

Vem ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei (PL) nº 3.983, de 2019, de autoria do Senador Irajá. A proposição tem por objetivo estabelecer que sistemas de certificação digital que utilizem a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) tenham capacidade de reconhecer atributos de representação.

O projeto é composto por apenas dois artigos. O art. 1º acrescenta §3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, estabelecendo que sistemas que utilizem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

certificação digital devem reconhecer os atributos de representação de órgãos públicos, pessoas jurídicas e incapazes.

O art. 2º estabelece que a lei decorrente entrará em vigor decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Não foram apresentadas emendas.

Após tramitar nesta Comissão, a matéria seguirá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para deliberação em caráter terminativo.

Análise.

Conforme os incisos II e IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como sobre assuntos correlatos. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame deste Colegiado. A instituição da ICP-Brasil representou verdadeiro marco na modernização do Brasil. A criação dessa infraestrutura possibilitou a realização segura de transações dos mais diversos tipos, sem a necessidade da presença física dos envolvidos e sem o uso de documentos em papel, por meio de certificados digitais que garantem a autenticidade e a integridade das informações trocadas. Com isso, pavimentou-se o caminho para uma infinidade de aplicações que permitiram expressivos ganhos de eficiência para a economia nacional.

Entretanto, como aponta a justificação do projeto sob análise, o sistema atual carece de aperfeiçoamento para possibilitar que esses certificados atestem também poderes de representação de órgãos públicos, de pessoas jurídicas e de incapazes. Dessa maneira, será possível ampliar ainda mais a utilização dos certificados digitais para substituir os documentos em papel, promovendo maior agilidade nas transações e diminuição dos custos associados à burocracia.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.983, de 2019.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório do Relator, que passa a constituir parecer da Comissão, com a aprovação do projeto.

A matéria será encaminhada para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, por ser uma matéria terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

Repasso a Presidência ao titular da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Vanderlan Cardoso. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que, no dia 25 de setembro, às 10h, será realizada audiência pública com a finalidade de apresentar o Projeto Nordeste Conectado e o Projeto Amazônia Integrada e Sustentável, que objetivam implantar infraestrutura de telecomunicações nas Regiões Norte e Nordeste, em cumprimento ao Requerimento nº 28, de 2019-CCT, de autoria do Senador Chico Rodrigues, subscrito pelo Senador Carlos Viana.

Agradecemos a toda a Comissão, agradecemos ao Senador Paulo, a todos os Senadores que passaram aqui, por mais uma reunião tão abençoada.

Agradecemos a Deus também por esta oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 34ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência dos Senadores Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Eliziane Gama, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Telmário Mota, Paulo Paim, Marcos do Val, Zenaide Maia e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Alessandro Vieira, Weverton, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença de Major Brigadeiro do Ar José Hugo Volkmer – Diretor-Geral do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia; Jovino Francisco Filho – Diretor do Instituto Brasil de Teconologia (IBrTec); Henrique Ávila – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Ex-Deputado Euler Morais; Ex-Deputado Jorge Bittar; Anibal Diniz – Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A Presidência dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 28, de 2019-CCT, de autoria Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), subscrito pelo Senador Carlos Viana (PSD/MG), com a finalidade de apresentar Projeto Nordeste Conectado e Projeto Amazônia Integrada e Sustentável (PAIS), que objetivam implantar infraestrutura de telecomunicações nas regiões Norte e Nordeste, com a participação de Júlio Francisco Semeghini Neto - Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Luiz Antônio Mendes Garcia - Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Nelson Simões - Diretor-Geral da Rede Nacional de Pesquisa (RNP); Vitor Elisio Góes de Oliveira Menezes - Secretário de Telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC); Carlos Hetzel - Assessor Parlamentar. Os Senadores Paulo Rocha, Jean Paul Prates e Chico Rodrigues fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e nove minutos do dia primeiro de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Plínio Valério, Eliziane Gama, Flávio Arns, Acir Gurgacz, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Lucas Barreto, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro e Marcos Rogério. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Weverton e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença de Luiz Felipe – Assessor Parlamentar do Ministério de Minas e Energia (MME); Pedro Roberto – Superintendente de Comunicação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); Aracilba Alves da Rocha – Diretora do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel); Antônio Fernandes Junior – Presidente da Maternidade Dr. Adalbero Pereira da Silva (Anápolis/GO); Luis Marcello Chipp – Assessor do Diretor-Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). A Presidência dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 32, de 2019-CCT, de autoria Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), com a finalidade de debater os impactos de eventual capitalização da Eletrobras, especialmente no tocante ao Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), com a participação de Anderson Márcio de Oliveira - Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia (MME); Márcio Szechtman - Diretor de Transmissão das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), representante de Wilson Ferreira Júnior - Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); Amilcar Gonçalves Guerreiro - Diretor-Geral do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel). O Senador Vanderlan Cardoso faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/01

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 36ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia dois de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Vanderlan Cardoso, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Plínio Valério, Major Olimpio, Flávio Arns, Paulo Rocha, Rogério Carvalho, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Weverton, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença de Coronel Corbal – Assessoria Parlamentar do Comandante do Exército; Coronel Salonski - Assessoria Parlamentar do Comandante do Exército; Coronel Boelhouwer - Assessoria Parlamentar do Gabinete de Segurança Institucional; Coronel Faccin - Escritório de Projetos do Exército; Tenente Rogério - Escritório de Projetos do Exército; Coronel Fernandes – Força Aérea Brasileira; Ex-Deputado – Jorge Bittar. A Presidência dá início à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 48, de 2019-CCT, de autoria Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), subscrito pelo Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), com a finalidade de apresentar e debater o Sistema de Defesa Antiaéreo brasileiro, com a participação de Ivan Ferreira Neiva Filho - General de Divisão, Chefe do Escritório de Projetos do Exército. Os Senadores Vanderlan Cardoso e Luiz do Carmo fazem uso da palavra. A Presidência comunica o prazo para apresentação de emendas ao Plano Plurianual da União, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 21, de 2019, para o período de 2020 a 2023, e à Lei Orçamentária Anual de 2020, Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 22, de 2019, que terá início dia 2 de outubro, hoje, com encerramento às 19 horas do dia 17 de outubro, quinta-feira, impreterivelmente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e três minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Dário Berger, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Leila Barros, Marcos do Val, Paulo Rocha, Rodrigo Cunha, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Major Olimpio, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixa de comparecer o Senador Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2019 - CSF, de autoria Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Finalidade:** Debater, no que se refere à produção e oferta de energia elétrica no país, o desequilíbrio entre alto custo, baixa qualidade e ineficiência enfrentado pelos brasileiros. **Participantes:** Sr. Rutelly Marques da Silva, Consultor Legislativo do Senado Federal; Sr. Carlindo Lins Pereira Filho, Consultor do Conselho Nacional de Energia; Sr. Thiago Roberto Magalhães Veloso, Assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Sr. Cássio Bitar Vasconcelos, Defensor Público do Estado do Pará. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Zequinha Marinho

Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 35ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Leila Barros, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Telmário Mota, Lucas Barreto, Otto Alencar, Jayme Campos e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 13/2019 - CMA, de autoria Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros., REQ 39/2019 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), e REQ 44/2019 - CMA, de autoria Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Finalidade:** Levantar "informações sobre estimativas e compromissos no âmbito da Política Nacional de Mudança do Clima" para instruir a avaliação da implementação da PNMC. **Participantes:** Sr. Mauro Meirelles Oliveira Santos, Professor e pesquisador na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Sra. Karen Cope, Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede Clima; Sr. Paulo Moutinho, Pesquisador no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. Sr. Gustavo Luedemann, Pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/08/29

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos!

Agradeço a Deus por esta oportunidade de realizar mais uma reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Audiência pública.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir a avaliação da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, incluindo seus planos setoriais, entre eles o Plano Agricultura de Baixo Carbono, nos termos dos Requerimentos de nºs 13 e 8, de 2019-CMA.

Em 10 de julho de 2019, esta Comissão de Meio Ambiente aprovou o Plano de Trabalho proposto e ainda um conjunto de requerimentos, entre os quais o de nº 39, de 2019-CMA, para a realização desta audiência pública, que é a primeira de cinco encontros previstos. Por iniciativa da Senadora Eliziane Gama, por meio do Requerimento nº 44, de 2019-CMA, o Plano de Trabalho foi enriquecido com a apresentação de novos nomes para os debates e mais perguntas ao Tribunal de Contas da União.

Como se pôde perceber dos últimos fatos envolvendo o tema do interesse da preservação da Amazônia, quando as preocupações são de ordem global na área ambiental, os efeitos de discuti-las extrapolam os limites de um único país. No caso da mudança do clima, ela é, por origem, um problema global, pois a emissão em determinado país tem impacto além de suas fronteiras, podendo provocar ameaças e danos extensíveis no tempo e no espaço.

Cabe ao Brasil, soberanamente, realizar a sua parte no que diz respeito aos compromissos assumidos internacionalmente no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. A Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudanças no Clima (PNMC) e estabeleceu uma série de princípios, diretrizes e instrumentos, como os planos setoriais, entre eles Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado e Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse processo de avaliação da PNMC, a audiência de hoje visa levantar as premissas da análise a ser feita, checar o que o Brasil tem, por dever ou obrigação, que entregar, nacionalmente e perante a comunidade internacional, às presentes e às futuras gerações deste País e deste Planeta, dentro do qual a vida humana só será viável se os níveis de concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera e as consequências sobre a temperatura na Terra o permitirem.

Abro aspas: "Ouçam a ciência, ouçam os cientistas, convidem eles para conversar", fecham-se aspas. Mais uma vez, aceitamos o conselho da jovem sueca Greta Thunberg, ativista pelo clima, que concluiu ontem a sua viagem da Europa para os Estados Unidos sem emissões de carbono.

Para conversar, convidamos renomados cientistas a participar de cinco audiências públicas na Comissão. Cada uma dela será sucedida no período da tarde por reunião técnica com esses e outros especialistas, entre eles técnicos do Senado Federal, de modo a construir colaborativamente uma avaliação abrangente, científica, factualmente fundamentada e, em especial, propositiva.

Nosso empenho vai além de qualquer dissidência, de qualquer conflito. Trabalhamos pela otimização da política sobre mudança do clima. E, desde já, agradecemos aos colaboradores das audiências e integrantes do grupo de trabalho por sua disposição em compartilhar seus conhecimentos.

Em particular, esperamos contar com os órgãos implementadores dessa política sobre mudança do clima na prestação de informações de forma tempestiva e transparente.

Para os debates, seguiremos o seguinte cronograma: 12/09) instrumentos financeiros; 26/09) avaliação dos planos setoriais; 10/10) avaliação do Plano ABC; 31/10) aspectos jurídicos da política sobre clima.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate. E o relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9/201-SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a avaliação da política pública objeto desta audiência de instrução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada orador usará da palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar as suas considerações finais em 5 minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazer suas perguntas ou comentários em 5 minutos, após as exposições iniciais.

Convido agora para compor a Mesa o Sr. Gustavo Luedemann, mestre em Ecologia, pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) para a área sobre mudança do clima; a Sra. Karen Cope, mestre em Ciência Política, especialista em políticas públicas, integrantes da Rede Clima; o Sr. Mauro Meirelles de Oliveira Santos, mestre em engenharia urbana e ambiental, especialista em mecanismo de desenvolvimento limpo e revisor líder dos inventários de emissões de gases de efeito estufa dos países do Anexo I da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima; o Sr. Paulo Moutinho, doutor em Ecologia, pesquisador do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Também foi convidado, mas infelizmente em razão de outro compromisso não pôde comparecer, o Sr. Tasso Azevedo, do Observatório do Clima e do MapBiomas, a quem agradecemos por compor o grupo de trabalho e prestar indispensável colaboração na análise que empreendemos.

Desde já, eu agradeço mais uma vez a todos os participantes a colaboração, a disponibilidade estar aqui e volto a frisar que esta Comissão do Meio Ambiente sempre estará à disposição de vocês e da comunidade científica, das ONGs, das universidades, dos movimentos sociais. É para isso que existe a Comissão de Meio Ambiente. Eu agradeço.

Neste momento, podem utilizar seus assentos.

Passo a palavra ao Sr. Mauro Meirelles para sua explanação, em até 15 minutos.

O SR. MAURO MEIRELLES OLIVEIRA SANTOS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Obrigado, Exmo. Senador.

Eu aqui estou como especialista, eu não estou como representante do Ministério da Ciência e Tecnologia e apresento as minhas considerações com base nas publicações que vão ser indicadas.

A Convenção do Clima, que é conhecida também pelas letras da abreviatura em inglês UNFCCC, estabeleceu que todos os países devem fazer a sua comunicação nacional, inclusive os países em desenvolvimento, e o Brasil já apresentou, já submeteu três comunicações nacionais. Nessas comunicações nacionais há várias informações sobre o País e inclui o inventário nacional de gases de efeito estufa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira foi em 2004 e a terceira, em 2016. A quarta comunicação nacional está em curso. A previsão dela é dezembro de 2020. Nós estamos terminando os relatórios intermediários agora.

Só para indicar também que a Convenção do Clima auxilia financeiramente o Brasil a fazer sua comunicação nacional. Eu mesmo sou contratado do Pnud para auxiliar essa comunicação, com o inventário.

O inventário nacional segue uma metodologia internacional oferecida pelo Painel Intergovernamental de Mudanças do Clima (IPCC) e tem aprovação também da Convenção do Clima. São duas coisas diferentes: o IPCC levanta a ciência, faz as metodologias; e a Convenção do Clima, em assembleia, aprova o uso dessas metodologias. Às vezes, há edições novas; nem sempre todas elas são automaticamente incorporadas.

Há uma diferenciação entre os países industrializados e os países em desenvolvimento na questão de ser obrigado a seguir alguma metodologia mais moderna.

O inventário é um exercício bastante complicado. Ele envolve dados do País inteiro e alguns fatores e parâmetros que são utilizados para se chegar ao resultado final. O inventário nacional, que está dentro da comunicação, em princípio, deve conter todos os dados necessários para se replicarem os cálculos. Então, prima pela transparência das informações.

E, como já disse um famoso cientista brasileiro, gás é uma coisa invisível. A gente ter que estimar essa coisa invisível, a gente tem que ir através de métodos, e os métodos normalmente são: pega uma atividade e multiplica por um valor que está ligado àquela atividade, e assim se têm as diferentes emissões dos gases. E esse exercício é tanto mais complexo quanto mais se quer precisão dele. Então, há que haver um compromisso entre custo e o que é possível.

O inventário estima as emissões totais do País, incluindo, mas não necessariamente individualizando, as reduções conseguidas por ações nacionais, sejam motivadas por lei, pela população ou pelo mercado. E por que não necessariamente individualizando? Se uma população passa a trocar o carro pela bicicleta para ir seu trabalho, essa redução não aparece necessariamente como uma ação, e sim o balanço energético nacional, que dá o consumo de combustível, vai apresentar uma queda no consumo de gasolina, no consumo de diesel. Então isso vai estar captado, mas a ação em si pode até ser estimada separadamente, mas não aparece no inventário assim.

Há alguns exemplos outros ali, que eu coloquei, como energia eólica, energia que reduz emissões de termelétricas, porque deixam de ser necessárias. Essa redução vai aparecer no balanço energético. Alguns outros casos: por exemplo, os aterros sanitários, que são dentro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MDL, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, têm relatórios de monitoramento que dizem exatamente quanto de metano que foi diminuído. Então a gente consegue mostrar isso. Esses são alguns exemplos em que a gente mostra as reduções, mas não consegue individualizar.

A Lei 12.137, de 2009, instituiu a Política Nacional de Mudança do Clima e estabeleceu já uma redução em função de um quadro que se tinha na época, um quadro para 2020. Há um percentual que foi definido, um percentual máximo e mínimo de reduções. Isso aí foi naquela época da Convenção do Clima de Copenhague e foi um grande momento da Convenção do Clima. Então, os países se comprometeram com a tal das Namas, que são ações de mitigação nacionalmente apropriadas, e essas Namas foram ações, como foi colocado, com que o Brasil poderia se comprometer, foram submetidas um mês depois.

O Decreto 7.390, de 2010, vai atender essa Lei 12.187 e detalhar essas Namas que foram colocadas em Copenhague. Esse Decreto 7.390 foi substituído por um outro aí 9.578, mas, em termos de ações e números, é exatamente a mesma coisa. Nesse Decreto 7.390 foi necessário que o Brasil tivesse estimativas anuais não apenas de quatro em quatro anos, como estava mais ou menos acontecendo, mas uma coisa mais próxima para que se pudesse acompanhar a evolução das emissões. Então, nós já publicamos quatro edições, e há uma quinta quase pronta, finalizando a parte de verificação final.

E o que são essas estimativas? Essas estimativas pegam o último inventário, que tem uma precisão melhor, e se atualiza com os dados que foram possíveis, dados do IBGE e dados de outras fontes, normalmente públicas, e mantidos os mesmos fatores de emissão, os parâmetros que foram usados no inventário.

Quanto aos compromissos do Brasil, a lei inicial estabeleceu metas voluntárias de redução de 36,1% a 38,9%. São os números quebrados que surgiram de um cálculo lá na época e foram mantidos. Esse compromisso é repetido nas Namas, como já citei, e, já na época do acordo de Paris, nos preparativos do acordo de Paris, o Brasil informou outras ações para um período de tempo maior.

Chama-se NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada), que foi submetida em setembro de 2016. É o compromisso do Brasil de reduzir as emissões em 37% abaixo dos níveis de 2005 em 2025, ou seja, teremos que estar 37% abaixo dos níveis de 2005. E cita também uma meta posterior de redução de 43% em 2030.

Esse documento, a NDC brasileira, consta de duas partes: a primeira parte contém o compromisso propriamente dito; e a segunda parte são exercícios numéricos, porque, quando se fala de níveis de 2005, 2005 é um ano anterior e já existia um número para lá. E foi feito um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercício: quanto 37% significavam e quais ações poderiam ser feitas para o Brasil atingir aquelas metas?

Essas ações tinham números, alguns números, também individualmente, não em termos de emissões, mas em termos do que fazer. O exercício dizia que em 2025, seria 2,1 gigatoneladas de CO_2 equivalente e 1,3, em 2030.

Como se fez um compromisso baseado no inventário, é preciso lembrar que, cada vez que o inventário é feito, ele tem um recálculo, ele pode ter um recálculo se tivermos melhores dados para a série histórica. Isso é uma coisa normal que se faz. Descobre-se uma nova fonte, descobre-se um novo parâmetro, corrigem-se erros. Então, esse ponto de 2005 não é um ponto fixo. É um ponto que pode ser variável. Inclusive, o terceiro inventário, que foi publicado depois da NDC, já aumentou o valor de 2005. Então, isso confunde um pouco quando se pensa apenas em fixar 2,1 gigatoneladas, quando, na verdade, você tem uma coisa que pode variar. Esse exercício da segunda parte não são ações que são cobráveis internacionalmente. É o entendimento que foi dado.

E há algumas ações para as quais não há mecanismo de controle, como, por exemplo, controle de desmatamento ilegal. Quanto do desmatamento do Brasil é ilegal? Ainda não existe um número para isso. Acredita-se que seja a maior parte, mas ele precisa ser criado. Aumento de eficiência energética também é baseado num balanço de energia, e o último foi feito em 2004 e não há a previsão ainda de sair. Então, são dificuldades.

Sobre o Acordo de Paris, o que foi colocado na mesa pelos países, no total, dá uma temperatura abaixo de 3 graus. E o Acordo de Paris falava de 2 graus, tendendo a 1,5. Então, vai haver um momento em que vai se colocar na mesa isso e pedir um compromisso maior de todos os países.

Eu quero citar aqui uma dificuldade que as pessoas têm na hora de somar gases e botar um número do quanto o Brasil emite. O metano, no caso do Brasil, é uma das principais fontes, senão a principal, por causa da fermentação entérica do gado bovino, que é o arroto do boi. O metano precisa ser multiplicado por um fator, que é o fator de aquecimento global, que hoje, pelo último dado, é de 28. Então, você multiplica uma tonelada de metano por 28, vai-se ter 28 toneladas de CO_2 equivalente porque os gases são comportamentos diferentes na atmosfera e têm tempos de vida na atmosfera diferentes. Agora, existe um outro índice, que é o índice de temperatura global, que visa não à quantidade de energia, de equivalência energética, mas à equivalência de temperatura final – e aí é a complicação – que é...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAURO MEIRELLES OLIVEIRA SANTOS – ... de 4, em vez de 28. Então, isso faz a diferença, e o Brasil precisa nas negociações ser talvez mais incisivo. Essas são as diferenças entre as emissões nas métricas diferentes. Ele sobe ou desce conforme a métrica, a métrica embaixo é o índice de temperatura.

Essas são as emissões de 2015, conforme as estimativas da 4ª edição do Ministério da Ciência e Tecnologia e nas três diferentes métricas. O valor total pode ser de 1.368, 1.465 ou 1.016 teragramas de CO_2 equivalentes. Isso são milhares de toneladas – milhões de toneladas. E variam também os setores. O setor de agricultura fica menor – é aquela parte amarela – quando você coloca o GTP. Então, sempre que se fala em CO_2 equivalente, tem-se que saber exatamente que métrica está sendo usada, e os países desenvolvidos não usam nenhuma dessas três atualmente, usam uma anterior, é o quarto relatório do IPCC, nós falamos ali do quinto relatório do IPCC. Então, são confusões que a gente precisa ter em mente.

Esse é o perfil de emissões do Brasil. Ele diminuiu bastante, principalmente por causa da redução de desmatamento da Amazônia e dos outros biomas também. Foi isso que garantiu esse compromisso do Brasil, mas nós temos que limitar o nosso crescimento de emissões se a gente quiser alcançar o Acordo de Paris.

Esses são alguns gráficos que mostram a diferença de 2005 para 2015. A parte verde é a parte de desmatamento e uso da terra, e essas são estimativas daquelas nossas metas nacionais para 2020. Nós estamos dentro dessa... Esse é o valor total e esse é o valor por setor: energia, agropecuária, mudanças da Terra, processos industriais e resíduos. A esse compromisso inicial de 2010 está bem tranquilo para chegarmos. E esse aqui é o Acordo de Paris, que está com os dados da estimativa da 4ª edição, e nós temos ali que ficar, até 2025, na parte cinza-claro, e em 2030, na parte cinza-escuro. Então, depende do nosso comportamento das emissões se a gente vai chegar lá

Obrigado, e eu estou aberto a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Mauro Meirelles, pela sua explanação.

Neste momento eu passo a palavra à Sra. Karen Cope para a sua fala.

A SRA. KAREN COPE (Para exposição de convidado.) – Bom dia. Bom dia a todos. Eu queria primeiramente agradecer, na figura do Senador Presidente da Comissão, Fabiano Contarato, o convite e parabenizar a Comissão e todos os Senadores presentes pela iniciativa da avaliação da política de clima. Estamos chegando ao final da vigência de uma década da implementação de uma política pública que foi um marco no conjunto das políticas ambientais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do País, e o Brasil foi um país pioneiro na implementação – na formulação e implementação – da política em diversos dos seus instrumentos. Então, é realmente relevante e necessário o esforço da avaliação, e eu espero que ele gere insumos para as pendências que a gente tem em relação à política de clima e às metas futuras, que já são compromissos nacionais inclusive: a citada pelo Mauro, a NDC, que nos coloca uma meta de redução para 2030, e o compromisso que o Brasil tem também de construir uma visão de longo prazo para 2050, assim como outros países, que compõem o grupo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Então, temos muitas pendências e, ao mesmo tempo, temos que inovar e continuar com a implementação da política, então também são muitos desafios.

Antes de começar, deixe-me só me apresentar e dizer por que estou aqui: eu estou hoje no papel da pesquisadora da Rede Clima, que é uma rede nacional de pesquisadores ligados aos temas de mudança do clima. Eu acompanho, com o Gustavo Luedemann, a coordenação da sub-rede de políticas públicas, mas também sou servidora do Executivo Federal, da carreira de Especialista de Políticas Públicas e Gestão Governamental – é um cargo do ciclo de gestão do Estado –, e tive o privilégio e a felicidade de, de 2010 a 2019, estar no Ministério do Meio Ambiente, em cargos de liderança dos processos de formulação e implementação dos instrumentos da política de clima. Então, a minha participação hoje é muito a partir da experiência observada que eu tive, como especialista na área de políticas públicas, desses processos. Pude coordenar o processo de formulação dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, que começaram em 2010 e tiveram lançamentos sucessivos e finalização até mais ou menos o período de 2014, coordenação e implementação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e formulação e implementação do Plano Nacional de Adaptação. Isso me permitiu conhecer no detalhe vários dos instrumentos.

Na discussão e na percepção de uma avaliação de uma política pública, a gente aborda algumas variáveis para chegar à conclusão de se aquela política ser eficaz, eficiente e efetiva. E a minha narrativa com vocês hoje – eu não tenho apresentação, é uma narrativa mais fluida – é sobre uma argumentação de por que, especialmente até o período que o Mauro apresentou – vocês puderam ver nos gráficos: 2015, 2016 –, a Política Nacional sobre Mudança do Clima pode ser considerada uma política eficaz. Então, é, no nível da eficácia, uma política de sucesso do Governo brasileiro.

Ela alcançou as suas metas e objetivos principais de redução de emissão de gás de efeito estufa e alcançou a implementação dos instrumentos de gestão que estão previstos na Lei 12.187. Há uma discussão que a gente tem que fazer de pano de fundo de quais foram os instrumentos e os fundamentos para o sucesso dessa política, para a sua eficácia, mas também as críticas e os desafios que limitaram a sua efetividade e a sua eficiência. Eu acho que essa é uma narrativa um tanto objetiva e uma sugestão de uma forma de se abordar um processo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avaliação de políticas públicas. São inúmeras teorias e escolas e paradigmas sobre políticas públicas, que é a minha área de especialidade.

Independentemente do que a gente abordar nessa discussão, a gente vai olhar alguns fatores ou fundamentos de sucesso que constituem uma política pública. A política de clima apresentou dentro desses fatores alguns desempenhos melhores ou piores em alguns deles, para citar esses cinco grandes fatores que eu acho que são estruturantes da política de clima e que eu vou abordar um a um. Primeiro, uma clara definição de competências, distribuição e delegação de atribuições e responsabilidades, não só no âmbito do Executivo, como órgão fundamental de implementação, mas também no papel ativo e proativo do Legislativo, acompanhando, formulando e monitorando. A gente teve isso. E eu já vou voltar a esse ponto.

A gente teve a estruturação dos instrumentos de gestão dessa política de modo muito claro. Então, os instrumentos de gestão e governança foram colocados e pensados na época da formulação da política de uma forma que tivessem retroalimentação e contato entre os vários instrumentos de governança. E ela tem uma governança bastante complexa. Agora ela está suspensa, enquanto se redesenha a nova governança de uma forma geral para o Executivo Federal. Mas ela atendeu, sim, as necessidades de gestão e implementação que os gestores do Executivo Federal tinham para a implementação da política. Então, essa é uma questão dos instrumentos de gestão e de governança.

Um terceiro fator de sucesso que tem que ser analisado ou, digamos, um pilar fundante que ter que ser analisado sobre o seu sucesso ou não é o estabelecimento dos Mecanismos de Reporte, Relato e Verificação – uma sigla que a gente simplifica em MRV. O Mauro apresentou aqui para vocês alguns dos instrumentos de relato, como a comunicação nacional, que é a cada quatro anos. A gente tem o Biennial Update Report, que é a cada dois anos também. São relatos internacionais. E a gente tem mecanismos de relato no âmbito setorial em cada uma das políticas e planos setoriais que foram estabelecidos: PPCDAm, PPCerrado, o Plano ABC e outros que aconteceram. Esses mecanismos de reporte e verificação também são fundamentais. A estruturação de bases de dados e sistemas acurados, no caso de uma política de mudança do clima, é fundamental. Então, até a discussão sobre as métricas, como o Mauro ilustrou, a apuração desses dados, o envolvimento de órgãos especialíssimos e únicos na América Latina e com capacidade científica alta, como, por exemplo, o Inpe, são fundamentais para o sucesso de uma política dessas e são a base de um mecanismo de MRV do País, não é?

A gente teve também, além dos mecanismos de reporte e verificação, o estabelecimento de projetos estruturantes. O que são esses projetos para uma política pública? São grandes iniciativas ou grandes empreendimentos de geração de conhecimento aplicado para áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

específicas da política. Então, a gente teve grandes projetos que estruturaram a execução da política de clima.

E o último – não o mais importante, podem acreditar – é a questão do financiamento. Rubrica: o investimento. O que financiou uma política de clima? Foi recurso nacional? Foi recurso internacional? Foi recurso privado? Foi recurso nacional de que fonte?

Então, essa é uma pesquisa que também tenho feito e que eu acho que tem que ser parte do grupo que eu entendi que vai ser feito de instrumentos de financiamento, uma informação muito relevante.

Para levantar alguns pontos sobre esses cinco fundamentos para avaliação da política de clima, o que eu queria compartilhar com vocês? Quando a gente olha o histórico da PNMC até hoje, até o ano... Vamos colocar até dezembro de 2018. A gente teve uma distribuição muito clara de papéis no Executivo Federal. Então, eu acho que isso é um fator de sucesso e uma recomendação para quando se fizer um plano de ação da NDC ou um plano de visão de longo prazo do País para estabelecer com clareza as competências e atribuições do papel de cada ministério e de cada grupo representado na governança do clima.

Então, o MMA tinha um papel muito claro de gestão; o MCTIC sempre teve um papel claro na provisão do dado e gestão da informação e do conhecimento; o Ministério da Economia, na época Ministério da Fazenda, tinha um papel claro na liderança da discussão dos instrumentos de precificação e de financiamento da política, papel que também desempenhava, à época, o Ministério do Planejamento, hoje um Ministério só, o Ministério da Economia; o MAPA e o MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário, liderando o processo de constituição, formulação e implementação do Plano ABC; o MME na discussão de energia; o Ministério de Transportes para a área de transportes; e o Ministério da Saúde na área de saúde. Esses setores foram definidos pela legislação, o art. 12 da Lei 12.187.

Além da clara definição de competências, a gente teve, também, um envolvimento de alto escalão. A agenda da Política Nacional sobre Mudança do Clima foi prioridade com o envolvimento do alto escalão da Presidência e de todos os ministérios envolvidos. Isso fez com que todo o processo de geração de informação, formulação de instrumentos e implementação rapidamente chegassem às instâncias decisórias, gerassem processos de tomada de decisão e fossem implementados. Então, a participação do alto escalão na tomada de decisão e uma prioridade de agenda política é fundamental, tanto no Executivo quanto, eu diria, no Legislativo.

A gente teve uma experiência relevante na implementação da política de articulação federativa. O Executivo estabeleceu, por meio da coordenação da Casa Civil, na Secretaria de Assuntos Governamentais (SAG), um núcleo de articulação federativa e, por meio desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

núcleo, a gente pôde se engajar num debate técnico com os Estados e alguns Municípios na formulação de instrumentos, no entendimento das demandas e desafios da governança de clima no nível estadual e municipal e atendê-los em diversos... Atendê-los não, mas estabelecer processos confluentes de implementação como, por exemplo, a elaboração do inventário, que o Mauro apresentou, mas que possa ser desagregado num nível estadual, subnacional, o que liberou os Estados de terem, cada um por si, um grande esforço de mensuração, enfim. Esse tipo de iniciativa aconteceu. Então, o núcleo de articulação federativa também quero aqui destacar como uma experiência, um fator de sucesso, e acho que deveria ser reativado para discussões futuras, seja de NDC ou da construção da visão de longo prazo.

A gente teve um fator de envolvimento muito positivo que foi o relacionamento com a comunidade acadêmica, com os cientistas. Eles foram autores ativos no processo e puderam construir, consolidar e garantir que o Brasil tivesse uma atuação pioneira no mundo, mas também uma imagem de muita solidez e robustez na implementação da política de clima. Diversos países solicitavam ao Brasil compartilhamento de informações, demonstração da implementação da política de clima, e eu acho que a gente teve uma confluência de pesquisadores de nome e que permitiu essa consolidação.

A gente cita, além da Rede Clima, também o Painel Brasileiro de Mudanças do Clima, que, em espelhamento ao IPCC, que é o painel ligado às Nações Unidas, trouxe para o Brasil um órgão de assessoramento ao Executivo Federal, com o objetivo de oferecer a melhor evidência científica disponível para instrução da política de clima.

Então, essa convergência entre tomadores de decisão e evidência científica disponível e produzida também foi fundamental. E a participação social. Antes mesmo de haver política de clima, existiu o fórum brasileiro sobre mudança do clima. Ele é de 2000, a lei que instituiu o fórum é de 2000, exatamente. Ou seja, é um fórum que trouxe a participação da sociedade, enfim, há desafios e críticas para a melhoria e ampliação da participação, mas ele era um canal que era presidido pelo Presidente da República em diálogo direto com a sociedade. Então, permitia-se ali um espaço de alimentação e retroalimentação.

Com essa perspectiva, a gente pode olhar que os mecanismos de gestão e governança da política também foram um tanto eficientes e eficazes no sentido de permitirem esse relacionamento de atores de redes diferentes, especialidades diferentes, mas convergindo para esses grandes processos de implementação.

Partindo, agora, para ilustrar, para trazer para vocês a experiência observada em relação aos projetos estruturantes e os mecanismos de MRV, o Governo estruturou, o Mauro já apresentou no detalhe os mecanismos de MRV, como a comunicação e o Biennial Update Report, mas o Governo estruturou, por meio do SIRENE, um sistema robusto, com métricas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

metodologias internacionais de aferição de resultados, que é o inventário de emissão de gases de efeito estufa.

Em paralelo, houve a construção de um sistema de observação dos impactos da mudança do clima, porque, vejam, o Brasil foi pioneiro na atuação da política de clima, mas muito focado, nos primeiros anos, na estruturação dos mecanismos de redução da emissão de gases de efeito estufa, e a agenda de adaptação à mudança do clima – isso foi um processo não só no Brasil, mas no mundo – ficou para um segundo momento.

Então, de fato a adaptação à mudança do clima no Brasil se materializou em termos de política pública com a elaboração do Plano Nacional, e isso foi um processo iniciado em 2015. Então, vamos dizer aí que, nos primeiros cinco anos, o Brasil realmente teve um foco maior na construção e consolidação dos seus elementos de mitigação, que são as reduções de emissão de gases de efeito estufa.

E, quando começou a discussão de adaptação em 2015, então, o Ministério da Ciência e Tecnologia também começou a elaboração de um grande sistema de observação de impacto da mudança do clima, que tinha a sigla de Sismoi, e ainda não está em andamento, mas é um processo e um planejamento do MCTIC que vai ser fundamental também para estruturar e fundamentar a implementação de um plano nacional de adaptação.

Projetos estruturantes, que foram muito relevantes, e eu recomendo que a Comissão, no âmbito da avaliação, tenha acesso a esses documentos e use os resultados: o projeto de opções de mitigação, um projeto que reuniu a melhor ciência do País no desenvolvimento de cenários futuros, impactos econômicos desses diferentes cenários de emissão de gases de efeito estufa e projeções de vários indicadores econômicos acoplados. Em paralelo, o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima também conduziu um projeto interessante, que era o IES. É IES, eu não me lembro o significado da sigla, mas eu também recomendo que se acesse o resultado desse projeto.

E, pelo Ministério da Fazenda, o Brasil entrou num grupo de estudos, conduzido e liderado pelo Banco Mundial, de países que estudam a preparação para instrumentos de mercado, que é a PMR. São projetos de análise e simulação de efeitos econômicos da adoção de diversos instrumentos de financiamento ou precificação de carbono, seja imposto, seja mercado, sejam outras formas. Também é um projeto que se conclui esse ano, que traz elementos importantes para a gente discutir a eficácia, a efetividade e a eficiência da política de clima nesses nove anos que passam.

E de governança, enfim, meu último ponto que eu vou trazer aqui. Eu já trouxe muito essa perspectiva dos atores, o quanto eles foram fundamentais. Mas os elementos de gestão que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente teve com o Plano Clima em 2008, os planos setoriais – tiveram datas diferentes, mas de 2010 a 2014 –, o Plano Nacional de Adaptação e o Fundo Clima, a gente conseguiu abarcar grande parte do que era necessário para ter uma política pública do sucesso que atingiu hoje, se a gente olhar as métricas de redução de gases de efeito estufa e seus impactos.

Então, quando a gente discute a eficiência e a efetividade, que eu acho que têm que ser o foco da discussão, principalmente para melhorarem os mecanismos para a NDC, a gente tem que olhar justamente a questão do financiamento.

Como foi financiada a política de clima? Essa é minha parte final da apresentação.

Essa é a parte da pesquisa que eu faço de levantamento. Hoje não há uma discussão sistemática no Brasil sobre modelos integrados de financiamento para políticas públicas. E há que se pensar, sim, que, no caso de políticas ambientais, especificamente políticas de clima, a gente tem instrumentos de financiamento que seriam mais eficientes do que outros. E do que eu estou dizendo instrumentos de financiamento? A gente tem o clássico que todo mundo primeiramente pensa, que é o investimento direto, por meio do Orçamento Geral da União. Então, é você destacar um programa, uma iniciativa, uma ação orçamentária para determinada finalidade. Esse é o orçamento direto.

A gente tem subsídios financeiros, e vocês vão pensar e entender melhor quando eu falar de subsídios financeiros, por exemplo, crédito rural. É um grupo de subsídios financeiros.

Subsídios creditícios: são aqueles em que a gente oferece crédito subsidiado e são um pouco diferentes do financeiro tecnicamente.

E gastos tributários. O TCU, inclusive, tem um trabalho recente e solicitado junto ao Executivo Federal, um aprimoramento no reporte e análise de eficácia na concessão desses subsídios, financeiros, creditícios e gastos tributários. Mas isso ainda está feito numa perspectiva geral, e eu acho que é importante que a gente pense isso no caso aplicado de mudança do clima, olhando já as métricas de resultado que a gente tem para a PNMC.

E, além desse recurso nacional, a gente tem fluxos de investimento privado e fluxos internacionais que foram aplicados no Brasil. Na vigência da PNMC, o que a gente teve de destaque de financiamento para o Brasil? E aí é um levantamento que eu fiz analisando o PPA, de 2002 a 2015. A gente teve por volta de R$45 bilhões em dotação para investimentos direcionados à mitigação ou à adaptação à mudança do clima, dos quais, de fato, se tornaram recursos pagos, liquidados, apenas R$19 bilhões. Então, essa é a mais ou menos a grandeza.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KAREN COPE – A gente teve um fluxo de recursos internacionais também relevante – o BUR, que é coordenado pelo Ministério de Relações Exteriores, informa, por exemplo, que, nos anos de 2014 e 2015, a gente tem um fluxo de captação de US$850 milhões em projetos para mitigação ou adaptação à mudança do clima – e um fluxo de recursos privados. Aí, alguns mecanismos diferentes, como, por exemplo, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que foi um instrumento que vigorou nesse período e que produziu um fluxo e uma mobilização de capital. Inclusive, o Gustavo Luedemann tem um material recente publicado sobre a questão do MDL.

Enfim, esse é o panorama geral.

Hoje, olhando os dados, a gente sabe que a política de clima recaiu essencialmente sobre o Orçamento Geral da União, esse foi um dos principais instrumentos que financiou a política de clima. É o mais eficiente? É o mais efetivo para o alcance dos objetivos da métrica de redução? Essa é a discussão interessante que se faz em termos de avaliação e, na minha opinião, a resposta é "não".

Então, para concluir a minha fala, quais são os desafios?

Na ótica do financiamento, a gente precisa fazer uma avaliação sistemática e integrada de como se financiou e estudar quais são os instrumentos que vão de fato levantar o capital necessário para a implementação da política do clima, haja vista a meta que a gente tem para 2030 e 2050. Hoje o valor mobilizado é muito aquém do necessário, as estimativas são de uma necessidade de 1% do PIB. Globalmente, esse valor passa de US$1 trilhão para 2030, em termos de investimentos – dado da UNFCCC. E a gente sabe que, no Brasil, a mobilização de capital público ou privado é muito aquém da necessária.

A gente precisa de uma revisão e uma melhoria dos instrumentos de governança, mas eles são necessários. Então, é importante que eles se restabeleçam rapidamente e que o plano de ação das INDCs seja rapidamente recolocado sob uma ótica de melhoramento contínuo de gestão.

Alguns instrumentos se mostraram um tanto ineficazes, como o próprio Fundo Nacional de Mudança do Clima. Muitas das limitações do sistema do financiamento público e fundos públicos limitaram o alcance e o potencial que Fundo Nacional sobre Mudança do Clima poderia ter tido. Acho que, numa nova gestão, num novo aspecto de ministérios, a gente precisa rediscutir a distribuição de competências e governança.

Mas acho que as principais lacunas que a PNMC deixou – para concluir essa avaliação – foi a não implementação de um programa nacional de relato. Vejam: o Mauro apresentou aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os dados do nosso sistema de Monitoramento Reporte e Verificação, que são métricas *top-down* – de cima para baixo – de mensuração das emissões de um país, em que a gente mensura no nível agregado a emissão por setor e consolida.

Um programa nacional de relato, que demais países têm, mas que a gente não implementou, faz um processo *bottom-up,* ou seja, por exemplo, ele vai, no setor privado, às corporações e captura o dado por planta ou por CNPJ – enfim, a se definir –, e faz uma contabilidade de baixo para cima sobre o quanto o País emitiu. Curiosamente, os dados dos sistemas de mensuração *top-down* e *bottom-up* são sempre um pouco diferentes, mas é a estruturação de um programa nacional de relato que permite a discussão dos instrumentos econômicos de precificação, de tributação e de estabelecimento de diferentes métodos para o sistema produtivo. Então, o Brasil não fez, apesar de estar dito na lei, inclusive, que deveria fazer e estruturar a discussão do mercado.

Então, essa é uma lacuna que foi relevante. Se a gente for olhar a eficácia da PNMC, não pela ótica da métrica de redução de gases de efeito estufa, mas pela implementação dos mecanismos de gestão e de governança, essa é uma lacuna.

E os próprios mecanismos de mobilização de capital, por exemplo, como *hedge*, avançaram, mas também não tiveram uma consolidação em tempo suficiente para que a gente pudesse fazer uma avaliação mais positiva ou negativa sobre o potencial de mobilização e captação de recursos.

Fico à disposição para o debate e para esclarecimentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Karen, pela excelente didática e exposição.

Eu quero registrar aqui a presença do nobre Senador Confúcio Moura, uma pessoa que eu admiro e que tem muito abrilhantado esta Comissão de Meio Ambiente. Eu fico muito feliz com a presença do senhor, Senador Confúcio.

Em seguida, passo a palavra para o Sr. Paulo Moutinho para a sua exposição.

O SR. PAULO MOUTINHO (Para exposição de convidado.) – Senador Contarato, muito obrigado por este convite.

Eu participei, junto com Karen e outros, de uma história que foi a determinação de se tornar o Plano Nacional sobre Mudança do Clima uma lei, e esta Casa teve, naquela época, um papel extremamente importante. E eu diria tão importante, Senador, quanto agora está tendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta retomada da Comissão de avaliar o que nós fizemos e o que nós podemos fazer é fundamental para o País se nós quisermos avançar não só ambientalmente, mas economicamente principalmente.

Eu coloquei esse título exatamente no sentido de alguns grandes conceitos, vamos dizer assim, para a Comissão trabalhar.

Primeiro: nós já sabemos o caminho, Senador, para a tal da baixa emissão de carbono. A Karen colocou muito bem o que o País fez. Essa redução foi significativa, talvez tenhamos sido o País que mais contribuiu, em um determinado período, como país, para a redução de emissões – contribuiu mais do que a Europa, por exemplo – a gente vai ver alguns números sobre isso. E, portanto, Senador, eu acho que este é o espírito do início deste trabalho: sabemos fazer como sociedade a contribuição para o Planeta em redução de emissões. Tanto os governos quanto a sociedade em conjunto já demonstraram ao mundo, já provaram ao mundo que podem fazer reduções substanciais das suas emissões.

Deixe-me ver aqui se eu me entendo com isso.

Rapidamente: o Ipam é uma instituição de pesquisa científica independente, portanto uma ONG, que trabalha na base da cooperação, inclusive com vários entes do Governo. O que nós temos é uma rede de parceiros que é fomentada, Senador, porque para o problema não se tem uma solução isolada em uma instituição ou em um único governo. É preciso uma mobilização de todos para que a gente dê conta. Então, esse é o recado desse eslaide.

Eu não vou entrar em detalhes, mas recentemente, em agosto de 2019, o IPCC soltou um novo relatório que é voltado para a mudança do clima e para a área terrestre do Planeta, mostrando inclusive que o aquecimento nas áreas de terra, nos ecossistemas terrestres, está aumentando mais do que a média global. Então, há alguma coisa bastante estranha acontecendo nesse sentido e nós precisamos ter várias das recomendações atendidas se nós quisermos reverter, ou pelo menos estabilizar, esse processo de aumento de temperatura especialmente.

Eu queria dizer, Senador, que voltando a como nós sabemos fazer, e já provamos, este aqui talvez seja... Eu vou me deter mais à Amazônia, por um viés institucional, mas aplica-se aos outros biomas, com certeza. Nós avançamos muito naquilo que é uma redução futura de emissões, tomando a decisão de preservar a maior floresta tropical do mundo, que é o grande irrigador de diversas atividades, especialmente do agronegócio do Brasil, e o grande ar condicionado do Planeta. Não é o pulmão do mundo, mas é o ar condicionado do Planeta, com certeza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 2000, Senador Contarato, nós tínhamos aquele volume de terras indígenas e unidades de conservação – e a gente vai falar aqui de áreas protegidas como um todo. Entre 2000 e 2015, nós aumentamos substancialmente. Esta decisão da sociedade brasileira em um mundo em aquecimento, Senador, foi extremamente importante para manter não só uma redução na velocidade com que o Planeta aquece, mas também para a manutenção de toda essa pujança que é o agronegócio brasileiro, que é tão importante para o País no sentido da balança comercial, no sentido da produção de riqueza. Portanto, esse foi o primeiro investimento do Brasil na redução futura das emissões e no problema da mudança do clima global.

Como eu disse, fizemos. A Karen colocou muito bem: fizemos, e a política foi um sucesso. Tivemos essa redução considerável entre 2004 e 2005, quando havia picos enormes não só de desmatamento, mas também de incêndios, para 2012 – a curva não foi até lá, mas houve um sucesso de redução de 80% das emissões. Isso é muita coisa para um País só. Eu acho isso tem que ser a linha de introdução dessa avaliação da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Várias coisas nós aprendemos, por isso é que eu digo que nós já sabemos o caminho das pedras: campanhas de fiscalização, restrição de créditos a desmatadores, estabelecimento de novas áreas protegidas, um processo planejado de combate ao desmatamento e ao incêndio florestal.

E o que acontece depois, talvez mais depois de 2012, é que ficamos atolados numa taxa que oscila entre 5 mil, 6 mil quilômetros quadrados e, mais recentemente, a gente tem tendências de aumento, o que faz com que todo esse ganho da Política Nacional de Mudanças Climáticas esteja ameaçado. E essa é uma mensagem extremamente importante. Vocês lembram, o Mauro colocou muito bem na sua apresentação, que, no Inventário de 2015, nós tínhamos um pouquinho mais de 60% entre usos da terra, desmatamento principalmente e agricultura gerando uma boa parte das nossas emissões. Portanto, é preciso tomar cuidado para que a gente não comece a perder os ganhos como País e as contribuições para o Planeta nesse processo.

O mais interessante é que, durante esse processo de redução de desmatamento, no caso da Amazônia, Senador Contarato, aumentou a produção de grãos, aumentou a produção de carne. Essa história de que precisamos continuar o desmatamento para expandir a nossa área de produção especialmente não faz sentido, Senador Contarato, porque nós temos quase 20 milhões de hectares abandonados ou subutilizados já desmatados. Na minha perspectiva, é quase imoralidade você continuar o desmatamento. É preciso, então, que a Comissão, Senador, se dedique à tarefa de desatar esse nó da recuperação das áreas já desmatadas, em grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte sendo usadas de modo ineficiente. Portanto, isso é um ponto muito relevante e não dá mais para dizer, neste País, que nós precisamos de mais áreas de floresta para aumentar a produção, mesmo porque a agricultura brasileira é extremamente moderna, ela avança por produtividade e, portanto, ela não pode abrir mão desse *premium* que ela tem que é manter a questão florestal, especialmente na Amazônia e também no Cerrado, como algo a mais e que talvez nós estejamos perdendo nesses últimos dias.

Em termos de fundos, é uma comparação que talvez alguns digam que seja forte, mas vamos lá. No período de 1996 a 2005, o Brasil reduziu o equivalente a quase todo o esquema de trocas de emissões, que não envolvia, na Europa, floresta, que os países europeus reduziram de emissões. Num único país, Senador, como o nosso, conseguimos fazer quase a mesma coisa que todos os países europeus em emissão. O que gerou lá? A comercialização de US$400 bilhões no mercado.

Há uma série de questões dessa história envolvendo créditos de carbono. Tem que se ter bastante cuidado. Acho que o Gustavo talvez até fale um pouco disso.

Aqui a gente tem um bilhão do Fundo Amazônia. Quer dizer, qual é a saída financeira pra isso, Senador? Talvez *hedge*, como a Karen falou, talvez outro mecanismo, talvez desoneração – que é outro ponto da comissão, Senador. Como a gente diminui a pegada do sistema tributário brasileiro? Como a gente faz concessões ou gastos tributários para quem está fazendo certo e para quem está buscando uma produção mais sustentável, com menos desmatamento? É essa a reforma tributária que a gente está buscando.

E há espaço. Se nós estamos entendendo... E isto é uma mudança de visão de Governo e de sociedade – a sociedade brasileira precisa escolher o que ela quer da Amazônia, o que ela quer do Cerrado. Nós temos a chance ainda de aumentar a nossa capacidade de irrigação do agronegócio, de produção agrícola, aumentar o nosso PIB agrícola, se nós investirmos em mais conservação. E, quando eu falo em conservação, não é colocar cerca em volta e ninguém entrar nunca mais. É usar a floresta de maneira adequada, para que mantenha a sua função de cobertura florestal, fazendo esse papel de irrigação ou papel de ar-condicionado, que eu tinha falado antes.

E existem 64 milhões de hectares – é praticamente a área que já foi desmatada na Amazônia – de florestas públicas – florestas públicas, logo patrimônio dos brasileiros – que estão sendo depauperados por grilagem e que precisam de uma destinação, Senador, pelo Governo a algum tipo de categoria fundiária que vise à sua manutenção como floresta. Pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, essas florestas públicas, sejam elas federais, sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estaduais, precisam continuar florestas. E podem ser florestas de produção, podem ser áreas de proteção, terras indígenas, extrativistas e assim por diante.

Tudo o que está em laranja ali é a área de florestas públicas não destinadas, que o serviço florestal brasileiro tem no seu inventário. E, Senador, há mais área, que é o limbo cinza, que são os vários milhões de hectares que a gente não tem direito a ideia do que há lá dentro, se é público, se é particular. Portanto, outra linha de atuação da política nacional: a gente precisa entender melhor todo esse processo fundiário não só da Amazônia, mas do Brasil como um todo.

Ainda na Amazônia – eu avisei que haveria um viés para a Amazônia, mas isso vale para os outros biomas –, há uma enorme quantidade de desmatamento ilegal fora das áreas privadas, porque há muito desmatamento ilegal, que já dá uma estimativa do quanto é ilegal. Por exemplo, se você pegar só o topo ali daquelas colunas, que demonstram a proporção em cada categoria fundiária do que foi desmatado ano a ano...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MOUTINHO – Você tem, por exemplo... Tudo o que está em cima de florestas destinadas é desmatamento ilegal por definição.

E, veja bem, nas florestas não destinadas houve o aumento, ou o crescimento, de desmatamento mais expressivo, e é grilagem pura. O que estão fazendo é o roubo do patrimônio público brasileiro. Onde existe corrupção é neste setor. Se queremos combater corrupção neste Brasil, uma boa porta de entrada é combater a grilagem em florestas públicas. A minha instituição tem feito muitos trabalhos com parceiros em relação a isso. Enfim, estamos à disposição da Comissão para aprofundarmos nesse sentido.

E o que que significa esse desmatamento? Vamos estabelecer o seguinte aqui: ninguém acredita em mudança climática, Senadores, nesta mesa e na plateia, está bem? Mas a gente acredita que a floresta exerce um papel fundamental de manter regime de chuva local e regional, independentemente da mudança do clima, que traz muita seca – a mudança do clima global traz muita seca para a Amazônia dependendo do ano. Mas vamos supor que isso não exista. O que está acontecendo é uma remoção da capacidade da floresta, por desmatamento, de abastecer localmente algumas regiões – isso já está acontecendo – na Amazônia. E, aí, a área do Xingu é muito expressiva. As publicações científicas estão abaixo, a maioria do trabalho do Ipam é publicada em artigos científicos com revisão dos pares, com o tal do *peer review*.

E isso demonstra o seguinte: na Bacia do Xingu, o desmatamento está encurtando o período de chuvas, o que traz um problema enorme para produção de grãos lá. Senador, há fazendeiros tendo que plantar e replantar várias vezes esperando a chuva, porque a chuva não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vem mais como vinha antes. Vocês podem imaginar o custo e o gasto para um agricultor nesse sentido. Se você compara a temperatura dentro da área indígena com o que está fora, vê que em alguns lugares a diferença chega a 8 graus! Isso, para a produção de carne, é terrível, porque há um desconforto para o gado. Então, o Xingu, que é preservado pelos indígenas do Xingu, contribui com quase 40% da umidade. Sem essa área, a produção agrícola nessa bacia literalmente vai para o brejo. Então, é importante que a gente veja isso do ponto vista local e regional também.

E o que acontece com o fogo que está na mídia? Vamos colocar um pouco mais de fogo no fogo. Este é um grande experimento que nós temos. Como eu falei, o Ipam é essencialmente uma instituição de pesquisa científica. É um projeto que a gente faz com o apoio do CNPq, com o envolvimento da USP, com uma série de outras universidades locais, como a Unemat e assim por diante. Nós estamos, com autorização obviamente do Ibama, em parceria com os bombeiros locais do Estado do Mato Grosso, queimando experimentalmente uma floresta para ver o que acontece, Senador. Se pegar fogo todo ano – é o que está acontecendo agora –, o que acontece? E o que nós vimos foi o seguinte. Este foi o primeiro grande experimento no mundo sobre fogo controlado. Nós colocamos o fogo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MOUTINHO – E o fogo na Amazônia não é o fogo lá da área do hemisfério norte, que chega até o topo. É esse foguinho aí. Só que esse foguinho, quando vai pegando todo ano, aumenta de intensidade, e, depois de quatro anos, você tem aquela mesma área nesta situação. Então, há uma invasão de capim, e, aí, adeus, porque capim queima e seca muito rápido, como os senhores sabem. Então, nós estamos frente a um processo que já ocorre.

Eu não podia deixar de tocar, Senador – eu já estou terminando – num ponto extremamente importante para os trabalhos da Comissão em relação à política nacional que é entender melhor o que está acontecendo com os incêndios florestais. O número de focos de incêndio varia em dois fatores: desmatamento e intensidade da seca. Existem anos em que pega fogo, muito fogo, mas é porque é muito seco e não necessariamente porque há mais desmatamento. E o que nós vimos neste ano de 2019, por conta do aumento de 15% no desmatamento mostrado pelo Inpe, é que os incêndios estão quase todos correlacionados à limpeza depois do desmate. Nós vamos lançar uma segunda nota, isto fez parte de uma nota científica que lançamos, e estamos lançando uma outra mostrando isto: há uma correlação altíssima entre onde está o foco de incêndio com onde foi desmatado, e impressionantemente desmatado dois ou três meses atrás, então, dentro deste ano ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu sei que nós temos que agora apagar o fogo. O Governo fez acertadamente uma moratória e lançou o Exército a buscar uma solução do problema, mas é preciso retomar o plano nacional de combate ao desmatamento, que faz parte da política nacional de mudanças climáticas. Caso contrário, nós vamos continuar, todo ano, apagando fogo. O que vai acontecer se não... Por isto eu digo que é uma medida acertada a moratória: porque a estação seca na Região Amazônica está só começando, e há muito desmatamento a ser queimado, porque estão lá derrubadas as árvores. Então, foi acertado por 60 dias termos essa moratória.

Temos uma série de mecanismos de pensar nessa política nacional para financiar isso. O Brasil também tem sucesso nisso. Eu não vou entrar em detalhes, mas existem vários. O último deles é o que nós estamos propondo como instituição, que é o Conserve, que é o pagamento a proprietários de terra, a fazendeiros e a pecuaristas que tenham um excedente de reserva legal para que eles possam adicionar à sua renda aquele esforço de manter floresta adicional à reserva legal. Então, é possível se pensar em várias coisas. Isenção tributária é outro caminho bastante importante.

Eu queria finalizar, Senador, com as medidas de mitigação e adaptação. Acho que a Karen colocou muito bem, fez um resumo ótimo do que foi feito ao longo desses nove anos, mas é preciso consolidar aquelas áreas públicas não destinadas, Senador. Aquilo é o nosso tesouro para enfrentar um planeta em aquecimento. É preciso buscar mecanismos inovadores, é preciso avançar em algumas políticas, como a Pngati, que é a política nacional para a gestão de territórios indígenas, e assim por diante. Eu acho que há uma política florestal agrária extrativista que está parada e que precisa retornar aos corredores do Incra.

Sobre finanças verdes, há várias coisas. Eu queria aqui trazer uma especial atenção, Senador, ao Programa ABC. Nós não temos como continuar tentando buscar culpados. Este País e todos os setores estão sendo vítimas, Senadores. E os agricultores não podem ser vilanizados pelo que está acontecendo, a sua grande maioria, porque há muita gente engajada em fazer a coisa certa. O que acontece é que a grilagem, a impunidade de criminosos muitas vezes financiados por alguém, externo ou interno, têm que ser punidas, porque, se não, quem vai perder é o agronegócio, quem vai perder é o fazendeiro sério, o pecuarista sério. Portanto, este programa precisa ter muito mais recursos. Talvez até inverter, Senador: em vez de o dinheiro ir para o Plano Safra, transformar o Plano Safra num Programa ABC – por que não? –, com 180 bilhões de custeio e subsídios para a produção agropecuária no País. Enfim, há uma série de outras coisas.

Sobre o gasto tributário, eu quero reforçar isso, Senador, no trabalho da Comissão, uma identificação – este é o último eslaide, eu prometo –, uma série de avaliações do que está posto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tanto no Senado, quanto na Câmara, que são PLs que podem agravar o problema que nós estamos vivendo agora, especialmente no uso da terra, de avanço de desmatamento e fogo.

É isso.

Muito obrigado pelo convite, novamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Paulo Moutinho, foi muito esclarecedor. Contra fatos eu costumo falar que não há argumento.

Eu confesso para vocês que fico feliz, como cidadão, quando vejo convidados com responsabilidade, com conteúdo, com cientificidade, fazendo uma exposição de um tema tão delicado, e o mundo está observando o Brasil.

Obrigado, mais uma vez ao Mauro, à Karen, ao Paulo.

Agora eu passo a palavra ao Gustavo Luedemann. Estou chamando pelo primeiro nome porque já me sinto íntimo de vocês e eu quero que vocês tenham essa relação com a Comissão de Meio Ambiente, pois é para isso que nós estamos aqui.

Com a palavra o Sr. Gustavo Luedemann.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador Fabiano Contarato, em nome de quem agradeço a toda a Comissão de Meio Ambiente pelo convite. Mais uma vez agradecemos, mostrando a solicitude do Ipea. Inclusive, quando chegou o convite ao Ipea, o meu chefe imediatamente falou que esta é uma obrigação que nós temos sempre: atender as solicitações do Legislativo para participar de audiências públicas. Então, é com muito respeito que agradeço a oportunidade de poder participar com a informação de que a gente dispõe para essa avaliação.

Na verdade, eu deveria ter falado antes do Paulo, porque o título da minha apresentação é uma pergunta que ele responde no título dele. Sobrou pouca coisa para falar. Então, vou rapidamente dar uma pincelada em algumas coisas que os expositores que me antecederam falaram.

Aqui, mais uma vez, um gráfico que já foi mostrado pelo Mauro. Só vou chamar um pouquinho a atenção para algumas coisas. Aqui há um apontador também? (*Pausa.*)

É melhor não apontar, mas eu direi as cores.

Nesse gráfico, que o Mauro já havia mostrado antes, a gente tem as emissões do nosso País do ano de 1990 até o ano de 2015, cada barra representa um ano, e, nas diversas cores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente tem os diversos setores que geraram essas emissões. Então, a gente vê ali, em amarelo, a agropecuária; em azul, o setor de energia. Processos industriais – isso tudo seguindo a metodologia do IPCC, que o Mauro já falou, em que, vamos dizer assim, toda a parte de energia, inclusive da indústria, é junta. Então, toda a mobilidade urbana, o transporte de mercadorias, o gasto energético na indústria, todo ele entra ali nesse setor de energia, em azul, e os processos industriais mesmo são praticamente só a transformação em si, por isso que é um valor normalmente baixo. E em verde, que é o que mais chama a atenção obviamente neste gráfico, a gente tem a mudança de uso da terra e floresta; traduzindo, foi o assunto que o Paulo trouxe, do desmatamento, este que gera as emissões, essas barras verdes. A gente vê como elas oscilam, diferentemente dos demais setores, em que você vê pequenos incrementos, normalmente ano a ano, de vez em quando você tem alguma redução, mas você vê ali que continua similar; mesmo olhando de 1990 a 2015 você não tem oscilações tão grandes quanto você vê nas emissões de desmatamento, olhando de um ano para o outro, às vezes, como a gente vê ali de 2004 para 2005, e, se pularmos alguns anos aí, então, as emissões às vezes se comparam à somatória de todos os outros setores.

Estou chamando a atenção para isso para dizer que o Paulo focou a apresentação dele aqui, justamente na questão do desmatamento. E isso aqui justifica o por quê. Se a gente quer atingir as metas que nós estabelecemos em relação às reduções de emissão, seja por medidas aprovadas aqui no Legislativo, seja por medidas anunciadas pelo Executivo, seja por acordos que firmamos internacionalmente, é muito claro que o que mais diferencia as nossas emissões é o cuidado que nós temos com o desmatamento.

A Karen mencionou aqui a nossa política de mudança de clima. A eficácia dela é visível, é comprovada. O Paulo mostrou aqui, até em comparação com a Europa, a redução que foi trazida. Se a gente comparar justamente o primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto, o Brasil reduziu mais ou menos o equivalente aos compromissos dos países europeus. E isso se deve realmente a uma coordenação muito boa.

Eu arriscaria dizer até, Karen, que a eficácia vem da eficácia do PPCDAm, justamente o que o Paulo estava defendendo. O nosso programa de redução de desmatamento foi extremamente eficiente, e a Karen também relatou isso, o motivo disso, de ser colocado muito alto na agenda governamental um trabalho conjunto de diversos Ministérios, uma coordenação das atividades que, ou diretamente visavam à redução de desmatamento, ou de alguma forma influenciavam os resultados de desmatamento. Essa coordenação foi muito eficaz em reduzir nossas emissões de 2004 a 2013. Quando a gente vê a de 2012, vê a redução mais marcante no conjunto das emissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria frisar muito bem, já que os demais falaram isso. A gente vê aí que a agropecuária tem pequenos incrementos, mas esses pequenos incrementos na agropecuária vão aquém do incremento na produção. Então, a gente está – o Paulo já citou isso um pouco – aumentando a nossa produção sem aumentar o correspondente em emissões. Então, nesse caminho que nós estamos traçando – acho que foi mencionado também pela Karen e pelo Paulo – da agricultura ABC, da agricultura de baixo carbono, esse plano realmente precisa receber ainda mais incentivos para que continue existindo e para que a gente possa continuar aumentando essa produtividade, eventualmente até com redução de emissões.

Nos processos industriais, a gente sabe o que nos espera, o que nós estamos vendo das projeções do PIB. Acho que não é a indústria que está ameaçando de alguma forma nossas emissões. A nossa matriz energética é historicamente bastante limpa. Como a gente produz eletricidade principalmente à base de geração hidrelétrica e agora com a entrada massiva de fontes renováveis que vem acontecendo e também talvez com alguma substituição de gás natural por outros fósseis mais intensivos em emissões, também não vejo que o setor de energia possa dar grandes saltos no futuro em termos de emissão. Então, o que eu acho que a gente precisa ver nesse gráfico, do que a gente precisa tomar conta é realmente a questão das florestas. Só para dar esse *highlight* para isso ficar bem claro.

Aqui a gente vê a meta que nós mesmos estabelecemos para a redução de emissões, um compromisso voluntário que foi estabelecido para 2020 no âmbito internacional e que se tornou mandatório por força de decreto. A gente vê que, na verdade, vamos dizer assim, parece até que foi cumprido de uma maneira muito fácil. Novamente isso são as reduções no desmatamento que facilitaram o atingimento dessa meta. Imagino que o aumento no desmatamento aqui... Tivemos alguns sinais de que ocorreram, acho que o Paulo colocou isso muito bem. É um sinal de alerta muito importante, mas não quer dizer que estejamos voltando aos níveis de 2004. Não é isso o que está acontecendo.

O que está acontecendo é que os mecanismos de alerta, como o Deter, que tem uma precisão menor do que a nossa contabilidade anual de desmatamento, estão indicando que houve um desmatamento maior do que nós temos visto nos últimos anos e um aumento de focos de incêndio. Tudo isso são sinais de que nós precisamos cuidar realmente do que está acontecendo na Floresta Amazônica para que não tenhamos um repique das emissões de novo e para que não aumentem muito as nossas emissões e isso impossibilite que atinjamos metas que nos foram estabelecidas ou que nós mesmos nos estabelecemos.

Além dessa meta de 2020, que já foi colocada há mais tempo, a partir de 2020, a gente entra no que a gente chama de governança do Acordo de Paris. No Acordo de Paris, nós submetemos, como todos os demais países signatários, a nossa contribuição nacionalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

determinada. O que diz essa contribuição? Ela diz que nós vamos reduzir em 37% as nossas emissões até 2025, e indicamos que pretendemos reduzir em 43% as nossas emissões até 2030, mas tomando como base as emissões que nós tivemos em 2005. Então, não sei se vocês se lembram do gráfico, eu o plotei novamente: essa redução de 37% até 2025 vai ser feita em relação a esse ano base de 2005, o que quer dizer que não é tão impossível a gente atingir essa meta que nos foi estabelecida. Não é como alguns dizem por aí que estão querendo que a gente volte a andar de carroça. Não é isso. Isso foi estudado, isso não foi tirado do além, isso foi acordado com diversos setores e, a partir daí, construiu-se a nossa chamada NDC.

Como a gente chega lá? Na verdade, o que se fez foi uma consulta. Na época, foram consultados pesquisadores que trabalharam no projeto Opções de Mitigação, que foi citado pela Karen aqui. Vou falar mais dele daqui a pouco. Foram feitas várias consultas e se estabeleceu que era possível – e politicamente vamos estabelecer essa meta. Não é que seja fácil atingi-la, mas é factível. Politicamente houve, na época do desenho da NDC, o peso político necessário no tema para que fosse estabelecida essa meta. Agora, como exatamente nós vamos chegar a essa meta são outros quinhentos. É bastante importante e urgente que isso seja tratado logo.

O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima já entregou, no ano passado, uma proposta inicial de implementação da contribuição nacionalmente determinada do Brasil. Então, também isso aí é um processo. O Fórum Brasileiro é presidido pelo Presidente da República, mas conta com a participação da sociedade civil. A função da Secretaria Executiva do fórum é justamente fazer amplas consultas. Então, o que a gente vê nesse documento não é necessariamente alguma coisa que agrade a todos. Já houve algumas manifestações contrárias à proposta, principalmente no setor de indústria, pelo que eu escutei, mas é um documento que mostra vários caminhos. Eles consultaram pessoas que participaram desse projeto IES, que foi citado também. Não achei o que quer dizer a sigla, mas esse projeto IES é citado pela Karen, que foi um projeto que visava saber como reduzir ao máximo, com o menor impacto econômico, não afetando a empregabilidade da economia, não afetando e não restringindo o crescimento econômico.

O IES Brasil tinha essa diferença do projeto Opções de Mitigação, também citado pela Karen, que era um projeto que funcionava à base de consultas. Então, as consultas aos representantes dos diversos setores influenciavam no resultado do projeto. Elementos dali foram utilizados, elementos do Opções de Mitigação foram utilizados, discussões próprias que ocorreram em câmaras técnicas dentro do fórum foram utilizadas, e foi construído esse documento, que acho que dá uma pista de boas ideias de como atingirmos as metas estabelecidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este documento aqui do MCTIC, este, sim, foi baseado praticamente na modelagem desse Projeto Opções de Mitigação.

Vou me aprofundar só um pouquinho além do que a Karen já falou. Esse Projeto Opções de Mitigação contou com recursos do Global Environment Facility e parceria com a ONU Meio Ambiente. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – ... hoje coordenou os trabalhos, mas vários ministérios participaram inclusive das decisões que foram tomadas durante o andamento do projeto. Ele utilizou em massa o peso da ciência brasileira – várias universidades, várias instituições de pesquisa participaram dele – e consistia em um modelo de equilíbrio geral computado gerando as informações macroeconômicas, mas, nos *inputs* e *outputs* dessas rodadas de modelagem, eles também utilizavam modelos setoriais de maneira que os setores acabavam se influenciando.

Também existiam entradas e saídas de informação de modelos de um setor para o outro. Então, por exemplo, em Mudanças de Uso da Terra, ou agricultura, eles tinham os limites físicos que estabeleciam o quanto a agricultura poderia aumentar; ou, por exemplo, se o setor de energia aumentasse, a bioenergia, isso iria impactar a área que seria utilizada no setor agropecuário? E isso também iria impactar os limites do lado econômico, pois, vamos dizer assim, se os produtos estão lá competindo no mercado, você consegue algo bastante realista, diferentemente de outros trabalhos que olham setor por setor. Então, esse projeto é muito interessante pois consistentemente trabalhou todos os setores em conjunto.

E, desse projeto, o MCTIC se aventurou também a traçar um caminho para atingirmos as nossas metas da NDC, que geraram essa publicação.

Mas quero lembrar que nós precisamos também gerar um documento oficial. Estamos fazendo alguns ensaios, tendo algumas ideias de onde tirarmos as nossas reduções de emissão com menor custo, com menor impacto negativo na economia – eventualmente com impactos positivos –, mas precisamos submeter também ao Acordo de Paris, do qual somos signatários, um documento oficial dizendo qual é o nosso caminho a ser seguido. E eu estou tendo dificuldade de saber, hoje, no Governo, quem está à frente disso; não temos tido muita notícia sobre isso. Entendo que essa transição de Governo é muito recente, que este Governo começou agora e ainda não está organizado para trazer as respostas – salvo informação contrária –, mas, como técnico, eu digo que isto aqui é algo urgente, até porque, se houver necessidade de passarem projetos no Legislativo, se houver necessidade de se fazerem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulações cujos setores precisam ser consultados para que sigamos uma trajetória tecnicamente viável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – ... a fim de que tomemos as medidas necessárias para se atingirem os objetivos, estamos já nos 15 minutos finais do segundo tempo para estabelecermos essas regras.

Então, temos um arcabouço para trabalhar nisso.

Eu trouxe essa imagem aqui para mostrar que o Governo Federal, ao longo de vários anos, vem trabalhando nisso e está terminando agora o Projeto PMR Brasil (Partnership for Market Readiness) do Banco Mundial, um projeto em que se discutem formas de precificação de carbonos internamente nos países. Então, vários países já fazem isso, a União Europeia já faz isso há bastante tempo. Os países tendem a fazer isso para baixar as suas emissões. Na teoria econômica específica de mudança do clima, o caminho que se toma para reduzir as emissões é o de botar um custo nas emissões. Enquanto elas não custam nada, os agentes não se preocupam com essas emissões. A partir do momento em que há um custo, isso entra nas planilhas das empresas, e, dessa maneira, você consegue fazer com que todo mundo se preocupe um pouquinho em reduzir suas emissões.

O Projeto PMR Brasil é outro projeto que envolve, vamos dizer assim, nosso custo afundado em ciência e em tecnologia para estudar esse tema. Ele não age só, ele se alimenta do Projeto Opções de Mitigação, do qual acabei de falar. Então, ele sabe quais são as opções mais baratas, quanto custa adotar determinadas tecnologias ou caminhos para determinados setores seguirem essas tecnologias. Ele se alimenta também do PoMuC, que é o Output 6. O projeto PoMuC tem a colaboração da Alemanha. Ele trata de algo que a Karen falou que ainda falta: saber quanto emite cada agente. Se eu quero botar um preço nas emissões, há várias formas de fazê-lo: a gente pode botar um máximo de emissões e vender as permissões ou entregar as permissões que cada empresa pode emitir, e dessa forma elas poderiam vender também, se elas tiverem um excedente de permissões, seu excedente a outras empresas que não conseguiram reduzir suas emissões e, com isso, fazer o mercado de carbono, de que o Paulo falou que eventualmente trata.

Não vou me aprofundar nisso, mas, para você poder fazer esse tipo de precificação, você precisa saber quanto cada agente emite. E o projeto PoMuC, Output 6, que foi coordenado pelo Ministério da Economia, tem os caminhos para você chegar a algum registro das emissões em nível dos agentes das empresas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, esses projetos todos trabalham em conjunto. Digo isso tudo para lembrar que dispomos das ferramentas para pensarmos na política pública necessária para a implementação da nossa NDC.

Então, era isso que eu queria dizer. Desculpem-me, porque acho que eu passei um pouco do tempo, pelo sinal. Mas era isso que eu tinha a trazer. E fico à disposição para a gente debater o assunto também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Gustavo Luedemann.

Neste momento, eu passo para a rodada de perguntas e convido o Senador Confúcio a se manifestar, se assim o desejar.

Com a palavra o Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, senhorita palestrante, é muito importante ouvir todos os senhores e a senhora. É esclarecedor, é didático.

Esta audiência pública é mais uma aula magistral. Somos leigos. Não sou da área de pesquisa científica, dessa área específica do conhecimento. É muito ilustrativa, principalmente neste momento brasileiro em que estamos tão atormentados com o oposto do que os senhores pregam aqui. A gente deseja que se retome essa linha de proposição que é defendida por vocês.

Dias atrás, a esta Comissão vieram alguns profissionais. Eu não consegui guardar os nomes, mas eles falaram justamente o contrário. Falaram justamente o contrário: "Isso tudo é balela. Vocês da área de pesquisa não sustentam o debate. A Amazônia não tem nenhuma influência em nada no mundo. O mundo sempre sofreu grandes mudanças, grandes alterações através de todos os períodos históricos da idade da Terra, e a natureza vai se regenerando, e tudo vai ficando igual". Eu estranhei muito aquilo porque realmente eu nunca tinha visto uma pessoa que, segundo a apresentação, era da área das universidades... Eu falei: "Poxa, isso me choca muito!". Eu nunca tinha visto pessoas, entre aspas, "qualificadas" desdizerem tudo o que V. Sas. apresentaram aqui.

Eu fui, naquele momento, especialmente indelicado com um deles. Retirei-me da audiência pública, contestando tudo aquilo. Falei que aquilo era um debate entre dois amigos que batiam bola, um elogiando o outro. Eu não tenho o costume de bater boca e de ofender ninguém, mas, nesse dia, eu fui um pouco... Perdi o controle e me retirei. Eu quero até me encontrar com eles nos corredores para pedir desculpas, porque, quando um convidado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especial vem a uma audiência pública e um Senador o ofende, isso é profundamente desagradável. Então, acho que eu não me comportei bem naquele momento.

Mas eu concordo com todos vocês. Eu sei que todas as boas intenções apresentadas... Eu só peguei da parte da Dra. Karen para cá. A apresentação do Dr. Mauro eu estou folheando aqui. Depois eu vou retirar isso para eu ler com mais atenção, até para fundamentar alguns discursos.

Eu sou do Estado de Rondônia. Tudo o que vocês falaram, particularmente o que Sr. Dr. Paulo falou quanto a essa questão de que não há necessidade de desmatamento nenhum... Eu fui Governador do Estado, criei 11 reservas, apanhei demais. A Assembleia derrubou os meus decretos, e eu, para recuperar as 11 reservas, tive que ir para o Judiciário. Ganhamos, as reservas estão quase todas ocupadas agora – há um estímulo a essas coisas. E nós temos lá, hoje, como falaram o Dr. Mauro e outros, um dever de casa muito importante, que é criar a alternativa da convivência com o homem das áreas de unidades de conservação que já estão ocupadas radicalmente. Então, nós teríamos que entrar com outros agregados produtivos, como o cacau e as florestas que podem ser abatidas comercialmente nessas áreas.

Mas todo o mundo, admirável e duvidoso, se concentra em cima de quais são as compensações, os fundos verdes, como é que se chega a eles, como a gente busca esses recursos de maneira prática. E a Dra. Karen falou muito bem.

Eu sou favorável a que os recursos orçamentários, mesmo dos Municípios que não os têm... Se eles tiverem R$100, que ofereçam isso como um estímulo à compensação minimamente! Nós precisamos criar modelos a partir da base. Que se fossem construindo esses modelos participativos, com a transformação de multas ambientais em compensações e serviços ambientais compensadores.

Então, tudo isso, além da questão... Por exemplo, há um discurso muito forte de que os Municípios que mais preservam são os mais pobres. O Município que mais preserva, o Município de Guajará-Mirim, em Rondônia, deve ter 93%, 95% de floresta em pé e rios integrais e é um Município de uma pobreza, de uma falta de oportunidades imensa. O que ele ganha em preservar tanto? Há muitas reservas indígenas, muitas áreas extrativistas. Então, é preciso criarmos, a partir de nós... Os senhores da ciência precisam nos subsidiar com instrumentos legislativos propositivos para que possamos realmente compensar esses Municípios que preservam tanto.

Há aqueles Municípios que fizeram o dever de casa. Até há pouco tempo – eu cito isto sempre aqui nas audiências públicas –, no Município de Paragominas havia uma devassa geral ambiental, mas o Município conseguiu se estabelecer com programas muito interessantes. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sei hoje como está, mas esse era um exemplo para a Amazônia. Nesses últimos dois anos, eu não tenho acompanhado isso, mas essa, realmente, era uma referência de desastre ambiental para uma área de harmonia.

Então, eu concordo com as palavras de V. Exa. Não tenho uma pergunta específica para nenhum de vocês sobre algo duvidoso.

Eu só questiono como é que nós vamos nos comportar com essa inversão do discurso hoje: "Não vamos fazer fiscalização!". É a destruição do Ibama, a destruição de tudo, a destruição do Instituto Chico Mendes, a ocupação dessas áreas! Ninguém pode destruir um trator que está dentro de uma reserva, cometendo um crime? Tem que ficar lá intacto, protegendo-se a operação ilegal dentro de unidades? Então, como é que nós vamos conviver, neste tempo, neste espaço temporal, com um Governo cujo discurso é completamente adverso, é completamente cruel? E aqui ficam os núcleos de resistência.

Eu nunca esperei na minha vida que no Brasil houvesse fascistas radicais. Eu não contabilizava isso, eu não acreditava em que aqui houvesse isso, mas há demais! Há isso demais! Se você defende o meio ambiente em um discurso, no outro dia você recebe pau nos seus *e-mails*, aqui, em todo lugar! É uma coisa horrorosa!

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Depende do lado que você defende, Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Exatamente!

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Se você é favor da previdência, leva pau de alguém; se é contra, leva pau do outro. Se é contra APA, leva pau de alguém! (*Risos*.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu defendo aqui o seguinte: eu tenho as minhas chamadas joias da Coroa de que eu não abro mão. Quanto à preservação da floresta, tudo o que vier para devastar, se for lei, eu voto contra. Mexer com índio, sou contra! E há mais outro item de que não abro mão. Não abro mão da preservação ambiental, do índio... Falta um, de que eu me esqueci agora. São itens de que eu não abro mão. Eu posso apanhar aqui todo dia, mas, nesses itens, eu vou votar contra. Ah, sou contra as armas à revelia na rua! Esses três itens eu sou contra. No restante, a gente vai ajeitando, vai acomodando de acordo com as circunstâncias. O resto a gente vai observando, vai seguindo a maioria, ouvindo os discursos. Eu serei convencido na hora do debate. Agora, esses três são inegociáveis. Esse é o meu ponto de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou do lado de vocês. Então, eu sou um discípulo dos seus discursos. Vocês agora só me provoquem... Eu e o Contarato, que é outro que apanha para caramba... Há dias em que ele fica nervoso aqui, na Comissão, fica bravo, fica vermelho de ira, no que ele defende, no que ele fala, pois parece que não há ressonância. Ele ficou bem nervoso esses dias atrás, e eu falei: "Calma, calma, vamos devagar!".

Está bem, gente. Era só isso mesmo, era só um comentário de adesão, para dizer que vocês não estão sozinhos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Confúcio. É muito bom ouvir o senhor, com a experiência, com a sobriedade.

Realmente, às vezes, ficamos afoitos em querer que as coisas se resolvam e sejam solucionadas e decepcionados com a postura de quem deveria dar o exemplo à sociedade. Enfim, são falas difundindo ódio, quando as pessoas tinham que falar mais de amor, tinham que exercer mais o amor em sua plenitude – eu acho que é isso que falta –, tendo mais responsabilidade e sobriedade.

Eu acho que nós vivemos hoje no Brasil um momento muito delicado em todas as áreas, mas, em particular, no meio ambiente. Eu estou muito preocupado, mas não me canso de falar o que está no nosso Hino: "Verás que um filho teu não foge à luta". Coragem nós temos. Nós estaremos aqui. Se houver necessidade de judicializar, como eu estou fazendo... Só na área ambiental, nós já entramos com nove ações por violações ao meio ambiente, entre elas arguição de descumprimento de preceito fundamental, mandado de segurança, ação popular. Vamos continuar aqui lutando, tentando convencer os Senadores, os Deputados Federais, para que nós possamos preservar esse direito constitucional, esse direito humano essencial, que é a preservação do meio ambiente.

Todos os que desejarem participar deste evento podem enviar perguntas e comentários por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Eu quero agradecer também e registrar a presença do Senador Styvenson, uma pessoa de que gosto, que admiro muito e que, sempre que possível, está aqui participando.

Muito obrigado, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – Eu é que agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Aqui nós temos algumas contribuições. Sintam-se à vontade se quiserem comentar. Apenas vamos registrá-las. Se for o caso, qualquer palestrante pode se manifestar.

Tais Henrique, de Rondônia, pergunta: "Qual a importância de se ter cuidado com o ambiente? Por que é importante para nós?".

Ida Maria, de Goiás, pergunta: "Tendo como base o acordo climático, conseguiremos reverter o equilíbrio ecológico que acarreta graves consequências para a humanidade?".

Matheus Souza, do Rio Grande do Norte, pergunta: "Como a população pode ter acesso à efetividade desses compromissos?".

Gilson Nascimento, do Paraná, pergunta: "Os compromissos serão realistas, cumpridos, e haverá fiscalização permanente e constante do efetivo cumprimento?".

Fernanda Ferreira, do Paraná, afirma: "O Brasil deve ser exemplo na defesa da política ambiental, uma vez que possui recursos hídricos e possui uma imensidão de matas".

Kelly dos Santos, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quais são os instrumentos para sua execução?".

Ariely Stopassoli, de São Paulo, pergunta: "Existe uma forma eficaz de diminuir a emissão de gases de efeito estufa?".

Eu passo a palavra aos palestrantes, se tiverem vontade de se manifestar sobre as perguntas estão aqui.

O SR. PAULO MOUTINHO – Vou pegar – eu não poderia deixar passar – a primeira, que é a mais importante, porque ela é a mais simples, portanto é a mais difícil de responder. E vou fazer uma analogia.

A Tais perguntou qual a importância de se ter cuidado com o ambiente e por que ele é importante para nós. Vamos reduzir escala da pergunta e vamos perguntar o seguinte: "Qual é a importância de cuidarmos da nossa residência?". É basicamente isso. Se nós quisermos conforto dentro de casa, não podemos sujá-la. Se nós quisermos algo que não traga doenças ou algo que não prejudique o bem-estar ou a atividade produtiva, devemos ter cuidado com o que nós fazemos na nossa casa. É a mesma coisa.

É simples assim, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Moutinho.

Com a palavra Gustavo Luedemann.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Só complemento que o Paulo falou, trazendo alguns exemplos mais específicos. Acho que isso é bastante importante. As pessoas perguntam: "Por que preservar a biodiversidade?". Vou dar alguns outros exemplos.

O Paulo falou na apresentação dele, por exemplo, sobre a regulação da água, que é uma coisa um pouco complexa, talvez, de a gente entender. Vêm nuvens, que entram no continente. Chove. As árvores evaporam a água que chegou por via da chuva e infiltrou o solo. Elas captam isso nas raízes, mas, com o calor do sol, as folhas voltam a transpirar essa umidade. Essa umidade volta para o ar e vai sendo carregada cada vez mais fundo dentro do continente. Então, isso é um motivo extremamente importante para você preservar as florestas.

Se a gente pensar... Se o regulador, se os órgãos públicos que são responsáveis por olhar para a coletividade não olharem, por exemplo, para a questão de como se usam determinados venenos, como os agrotóxicos, você vai ter problemas. Por exemplo, toda a nossa fruticultura depende de polinizadores. Ela depende de abelhas, por exemplo, que vão de uma flor a outra, que carregam o pólen, e, com isso, essas flores se tornam frutos. Se a gente não regular adequadamente o uso de agrotóxicos, a gente vai ter problemas na produção agropecuária.

Então, são muitos exemplos, na verdade. Não é porque a natureza é bonita apenas que a gente quer cuidar dela. A gente depende, a nossa sobrevivência depende de a gente tomar cuidado com a nossa casa, como o Paulo disse.

Não sei se outros querem falar sobre a mesma pergunta ou se a gente continua.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu tenho três questionamentos que vocês podem também aproveitar para responder, só para a gente ganhar mais tempo, por gentileza. Sintam-se à vontade também para responder.

No que a Lei 12.187, que se refere ao PNMC, seria diferente se pudesse ser redigida hoje? Eu gosto de coisas práticas. Às vezes, temos uma lei, que está aí, mas que tem suas imperfeições ou pode ser aprimorada. Se fosse redigida hoje, o que poderia haver de diferente nela?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há outro questionamento: em que medida uma política pública formal sobre mudança do clima, digo instituída como lei, precisa rumar a uma economia de baixa intensidade de emissão de carbono e visar à emissão zero em curto, médio e longo prazo?

E esta é a última pergunta: qual é a importância dos planos Agricultura de Baixo Carbono, Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal e Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado para o Brasil atender ao compromisso de estabilização dos níveis de concentração de gases de efeito estufa na atmosfera estipulado na Convenção do Clima, no Acordo de Paris?

Se qualquer palestrante sentir vontade de se manifestar, as perguntas estão aqui. Eu posso passá-las.

A SRA. KAREN COPE – De uma forma geral, quanto às perguntas que foram colocadas pela internet, acho que vale reforçar que o cidadão pode acompanhar o cumprimento da Política Nacional de Mudança de Clima e monitorar as práticas do Executivo federal para efeitos da política por meio de dois documentos, principalmente a Comunicação Nacional, que fica no *site* do Ministério de Ciência e Tecnologia. Acho que o Gustavo até tinha no eslaide a imagem. Mas, no *site* mctic.gov.br, há o documento da Comunicação Nacional. A cada dois anos, há o relato internacional, o BUR, que é o Biennial Update Report. Esses são os documentos que o Brasil é obrigado a oferecer em nível de monitoramento internacional. Ali, consta tudo o que se faz acerca das políticas e iniciativas para o combate ao aquecimento global, além do Sirene, sistema que oferece os dados do inventário de emissão de gases de efeito estufa. Então, acho que esses são os dois principais relatos que permitem o monitoramento e o acompanhamento dessa política.

Vou me permitir discutir, pois achei interessante a seguinte pergunta: "No que seria hoje diferente a Lei 12.187 se a gente fosse reescrevê-la?". Eu acredito que, com base no sucesso do cumprimento da PNMC, ela foi uma peça, um instrumento de política pública bem escrito, um tanto completo. Eu acho que temos de fortalecer os mecanismos de implementação e governança, mas isso vem mais de uma necessidade, de uma determinação infralegal, que daria mais suporte, mandato e fundamento para a atuação do Executivo, como o fortalecimento dos sistemas de monitoramento dos níveis dos planos setoriais, embora a NDC já não atue no regime setorial como atua a PNMC.

Então, eu acho que ela tem um bom desenho e tem bons aspectos. Eu não consigo imaginar o que teríamos de diferente neste momento em relação à Lei 12.187.

O que precisamos para uma economia de baixo carbono? Fazer o que não fizemos até hoje. Todo o lado de consolidação econômica ou de financiamento da política de clima não teve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma discussão ou uma análise à altura. Então, acho que essa é uma lacuna de conhecimento e debate e acho fundamental que este grupo aqui, que vai olhar para os instrumentos de financiamento, possa fazer essa discussão da avaliação. Realmente, essa é uma lacuna que pode potencializar o nosso alcance no futuro. Para a PNMC acho que já não há mais o que fazer, a gente já está na reta final.

E a importância do ABC, Senador... Eu acho que a área de uso da terra é a grande solução para um debate conjunto e convergente entre florestas e agricultura, entre riquezas, exploração e pacificação desses discursos que parecem contraditórios.

O Brasil teve uma mudança muito grande no perfil de emissões. Entre 2010 e 2015, a gente tinha o desmatamento como um grande potencial de emissão, mas de 2015 para frente passa a ser setor de agricultura, como o maior risco e pico de emissão, junto com a energia. Então, a gente tem um outro perfil de país, talvez menos semelhante ao das grandes potências florestais do mundo, mas mais ao das grandes potências agroexportadoras. Então, como a gente vai lidar com isso... E é o Plano ABC que vai dar a solução para essa ação futura em clima.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra Paulo Moutinho.

O SR. PAULO MOUTINHO – Senador, eu tenho várias coisas que poderiam ser reescritas.

Eu acho que uma das mais fundamentais que a gente precisa pensar e que talvez seja uma mudança radical que está relacionada com a audácia da nova política nacional frente ao que está posto em termos de mudança do clima e mudança para o clima brasileiro, que depende muito das florestas e da agricultura, é a revisão do ano de referência, 2005, porque, se nós, como sociedade, quisermos vamos fazer mais, nós talvez tenhamos que adiantar esse ano de referência. Eu não sei se isso – depois o Gustavo pode me dizer aqui ou o Mauro – é viável no âmbito do acordo de Paris, mas, como sociedade, como cidadão, Senador, eu acho que nós precisamos pensar, pelo menos pensar em ensejar uma revisão desse ano de referência, porque, se ele for para 2010 ou 2011, nós estaremos aumentando as emissões e não cumprindo metas. Então, metas precisam trabalhar com um ano de referência, e seria muito importante pelo menos pensar o ano de referência. Então, acho que isso está ligado à audácia.

Digo isso mais porque há uma conta no inventário nacional – acho que o Mauro pode talvez comentar depois – que é a entrada de emissões por degradação florestal. A floresta está tendo problemas, e eu não estou dizendo por fogo florestal; mortes cada vez mais expressivas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de grandes árvores. Se nós não entendermos o que está acontecendo... Segundo algumas estimativas recentes dos nossos parceiros e nossas também, a emissão por degradação florestal, especialmente na Amazônia, que é o que a gente vem olhando, é maior do que a do desmatamento. Então, é muito importante que, de novo, se faça alguma avaliação no âmbito da política nacional sobre degradação florestal.

Eu acho que os incentivos precisam estar mais claros – acho que a Karen colocou bem –, o alvo é esse programa ABC, o alvo é o ABC ser reforçado nessa política nacional. Eu acho que isso não está tão explícito assim. Acho que a Karen entende mais do que eu sobre as linhas da política, mas é fundamental que a gente busque esse processo cada vez mais claro e objetivo.

É fundamental que a política nacional dialogue com esses mecanismos financeiros. Eu não estou falando necessariamente de crédito de carbono, mas de mecanismos financeiros que possam abastecer uma outra lógica econômica em que a floresta esteja inserida. Por exemplo, se eu não me engano – eu acho que o André Lima pode me dizer isso –, tivemos ou vamos ter uma votação do PSA (Pagamentos por Serviços Ambientais) na semana que vem. É fundamental que haja um diálogo da política nacional com esse instrumento, que deve ser finalmente regulamentado pelo Congresso, mas isso é preciso com outros que estão já disponíveis, por exemplo, o fundo constitucional para o apoio aos Estados, que vem lá dos nossos pagamentos de Imposto de Renda e tudo mais; colocar critérios nesses fundos, na distribuição desse recurso para aqueles Estados que exercem mais ações de conservação de floresta ou de redução de emissões. Existem vários mecanismos sobre os quais eu acho que a política nacional tem que se debruçar na parte financeira.

Finalmente, Senador, há uma coisa que eu acho que não está – a Karen pode depois me corrigir – na política nacional que é educação. Nós precisamos urgentemente criar uma condição de educação que leve ao que chamamos lá no instituto de cidadania climática. Nós temos jovens que vão estar no seu lugar, Senador, daqui a um tempo, fazendo decisões importantes num mundo muito mais aquecido e muito mais problemático do ponto de vista ambiental do que agora. Se nós não criarmos mecanismos dentro da política nacional que atendam aos jovens, que, por nossa culpa de cientista, catastrófica, estão desiludidos, Senador, nós não vamos ter a esperança renovada. Então, há esperança. O Brasil demonstrou que há esperança. No caso da Amazônia, são 80% de floresta em pé ainda, com uma área abandonada e em aberto importante, em nós podemos expandir a nossa agricultura. Portanto, nós podemos mostrar ao mundo que uma cidadania climática, uma educação climática pode preparar os brasileiros da próxima geração para fazerem boas decisões, que serão muito mais duras do que as que nós estamos tomando agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, era isso que eu queria dizer em termos de o que seria para reescrever essa política, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só complementando, Sr. Paulo Moutinho, você tocou num ponto que me chamou muito atenção, quando se trata da educação.

Eu tenho observado que infelizmente, no Brasil, essa talvez seja uma das áreas mais sensíveis e que também está tendo um desmonte pela atual gestão. Basta saber que... Eu não entro nem em tantos detalhes, mas, se você analisar que se acabou com o plano de combate ao desmatamento, com a Secretaria de Mudanças do Clima, com o Departamento de Educação Ambiental...

Vou dar um exemplo da área em que eu trabalhei por muito tempo, que foi com mortes de trânsito. Eu fui delegado de polícia numa delegacia de trânsito, e o Brasil ostenta a segunda ou a terceira colocação em âmbito mundial em mortes de trânsito, o que tem um impacto direto na economia do País, porque mais de 80% dos leitos dos hospitais públicos, no setor de ortopedia e traumatologia, são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito. Por ano, o custo desses acidentes ultrapassa R$50 bilhões. O rombo da previdência é em virtude dos acidentes de trânsito; sem falar no valor da vida humana, de uma deformidade permanente etc. Nós temos um Código de Trânsito brasileiro que é de 1997, Lei 9.503/97, que, no art. 76, textualmente diz o seguinte, aspas: "a educação para o trânsito será promovida nas escolas de ensino fundamental, médio e superior". A letra da lei está até hoje deitada eternamente em berço esplêndido. Então, como eu vou mudar um comportamento de um motorista, para preservar o principal bem jurídico, se o próprio Poder Público já tem uma lei determinando e fica num comportamento omissivo?

E por que eu fiz esse paralelo? Porque aqui também tem... A partir do momento em que você acaba com o Departamento de Educação Ambiental... E olha que nós estamos fazendo uma análise aqui governamental. Isso tudo tem um efeito muito danoso.

Eu queria passar a palavra para o Sr. Mauro Meirelles para as suas considerações.

O SR. MAURO MEIRELLES OLIVEIRA SANTOS – Respondendo ao Paulo, o Quarto Inventário, que está em curso, tem se esmerado em buscar, da ciência, dos cientistas, dos artigos publicados, aqueles fatores de composição florestal mais adequados, inclusive quando há corte seletivo, que é onde há uma degradação florestal, eles estão sendo incorporados ao inventário. Então, nós teremos o Quarto Inventário com uma precisão maior nesse aspecto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer também que, originalmente, os países em desenvolvimento não tinham metas de redução pela Convenção do Clima, porque se entende que um país, para atingir um nível melhor de vida para seus habitantes, precisaria ainda emitir – foi o caminho que sempre aconteceu. No Acordo de Paris, então, os países são todos chamados a darem a sua contribuição por menor que seja um país, insular, até da África, pequenininho, eles têm que também dar a sua contribuição. O Brasil deu uma contribuição importante em termos de redução de desmatamento – uma grande contribuição. Agora, como nós precisamos crescer e atender às necessidades da população, que se atenda da melhor forma possível, com um caminho com menos emissões, usando estudos já existentes em várias áreas, que pode ser feito de melhor maneira, e atingindo primeiro aqueles que, além de reduzir emissões, que sejam também economicamente favoráveis. Então, ver o que a ciência já produziu. O Ministério da Ciência e Tecnologia já produziu aquele Opções de Mitigação, que é um estudo extenso que tem várias tecnologias que devem ser incentivadas.

Então, com isso aí, esse é o caminho que a gente tem para um desenvolvimento com baixas emissões.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sr. Mauro.

Agora eu pediria aos quatro palestrantes para, de uma forma bem didática e breve, em no máximo dois minutos, procederem às suas considerações finais.

Vamos iniciar pelo Sr. Gustavo Luedemann...

Ah, com a palavra o Senador Styvenson, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (PODEMOS - RN) – Obrigado pela palavra, Exmo. Senador Fabiano. Quero exaltar aqui a sua preocupação, pois, como o Senador Confúcio disse, o senhor muda até de cor, não é? (*Risos.*)

Tem que mudar mesmo. Não pode ficar calado. As pessoas que votaram na gente não votaram para a gente ficar aqui apáticos, não; transparentes, não. A transparência tem que ser dada em outros lugares, no que a gente está fazendo, mas não em suportar certas situações que cada um defende aqui dentro. Cada um tem suas joias da coroa, parafraseando aqui o Senador Confúcio, e o senhor tocou numa que é uma das minhas: a educação.

Eu preciso dizer, Senador Contarato e todos os senhores, que desde criança o que eu aprendi de meio ambiente parece que está sendo transformado. Porque eu estudava nos livros desde uma planta fasciculada, de uma grama na beira de um rio, de uma árvore que evitava assoreamento, de uma sombra, da fotossíntese, da captação; tudo isso parece que não está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB8145003271117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo mais levado em consideração. O senhor tocou na palavra educação, e a sensação que dá hoje é que as pessoas não conseguem enxergar o quanto uma árvore faz uma diferença na vida de um ser humano. Pegue uma casa sem árvore nenhuma e pegue uma com duas ou três árvores, e você vê a diferença do clima, do pequeno ecoclima que é mudado ali. Eu digo isso por quê, Fabiano? Porque desde criança papai me ensinou o cuidado que eu tenho que ter com árvore, porque ela dá o fruto, aproveita-se para o alimento. Brasília, se não me engano, eu acho que é o local em que mais as pessoas podem se alimentar com os frutos que dão pela rua, e a gente não vê isso em outro lugar – pelo menos no meu Estado, não; é muito asfalto, é muita ilha de calor, é a mudança de temperatura dentro daquela região. Um simples prédio que construam na orla marítima ou próximo à orla marítima lá na capital muda totalmente o vento, muda o clima naquela região. Então, não é difícil, Senador Fabiano, perceber que, se uma só construção modifica um clima pequeno ali, imagine num país ou no mundo todo.

Acabei de sair da Comissão de Educação, estava presidindo sobre o Dia Nacional de Segurança de Barragens –, mudou até o nome: é Dia Nacional da Segurança da Vida nas Áreas de Barragens, ali próximas. E a gente estava falando justamente de como esse desafio, de uma barragem, da mata... Uma barragem no Rio Grande do Sul, se não me engano, alagou 5 mil metros quadrados, se não me falha a memória, de área de vegetação atlântica, de preservação.

Eu achei curioso, quando o senhor falou na educação no trânsito. Eu queria corrigir, e, claro, o senhor sabe bem mais do que eu... Corrigir, não; só pontuar que, lendo aqui uma estatística, só nesses seis meses cerca de 200 pessoas saem do mercado de trabalho por acidentes de trânsito. Isso vai influenciar na previdência, isso vai influenciar na economia, isso vai influenciar em quem vai deixar de trabalhar e vai passar a ser mantido. Por quem? Por quem está trabalhando, porque alguém vai ter que manter aquela pessoa, que de forma irresponsável ou por má conservação da pista ou por algum fator sofreu aquele acidente. Em 2016, só nas rodovias federais, Contarato, foram 170 mil ocorrências, que geraram um custo – em 2016 – de R$13 bilhões, só nas federais! Não estou falando lá daquela estradinha no meio do Sertão, no interior, de terra batida, em que o cabra vai sem capacete, com o documento atrasado, sem habilitação, dando por cima de uma estaca daquelas e se quebrando todinho, deixando de ser produtor, perdendo a família, perdendo-se ele em cima de uma cama depressivo.

Como o senhor tocou nesse tema, eu precisava falar, porque a gente tem que evoluir e não retroceder. Se a gente está falando de aquecimento global, eu aprendi, desde criança, que algum ponteiro está subindo devido ao efeito estufa, devido à queima de combustível fóssil. E a gente tem uma resistência grande ainda de aceitar, Senador Fabiano, os carros elétricos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos impostos altíssimos, e as pessoas não conseguem ter acesso a ele, não existe uma política de transporte coletivo de baixo custo.

Então, tudo isso está influenciando nesse... Porque ficar só... Ótimo, o momento agora é a queima, são as queimadas. Eu sou do Acre, eu sou de Rio Branco, saí de lá com 14 anos. Existia um momento em Rio Branco, em todo o Acre, que a gente não podia sair com camisa branca porque voltava todo cinza; a gente tinha que andar com um pano no rosto por respirar muita fumaça. O céu ficava escuro de dia. Eu, com 14 anos, já via isso. Então, essa devastação não está vindo de hoje, não. O custo para a sociedade parece que é imperceptível no momento em que ela não é afetada.

Eu dei só um exemplo de uma ilha de calor dentro das grandes cidades, de calor que a gente sente, quando a gente vai para uma área mais verde, mais arborizada.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Styvenson. Muito boa a sua colocação.

Passo a palavra, agora, para as suas considerações finais, ao Sr. Gustavo Luedemann.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Só queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade e dizer que o Ipea está à disposição para a gente continuar conversando.

Acho que há muito espaço, houve até uma pergunta e peço desculpas porque a gente não pode responder a todos, mas há espaço para discutirmos os novos caminhos. Acho que há muito espaço, pois houve uma renovação muito grande no Parlamento, uma mudança de Governo Federal também, e eu acho que há espaço para todo mundo conseguir deixar a sua marca e a gente trabalhar nisso positivamente.

Acreditando ou não em mudança do clima, as questões que a gente tratou aqui são uma realidade também no mundo dos negócios, e a gente vai ficar para trás se não tratar seriamente desse assunto.

Eu parabenizo, na pessoa do Senador Fabiano, toda a Comissão, pela iniciativa de fazer uma avaliação da política.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Eu acho que dela sairão certamente bons resultados que possam ser aproveitados por todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Passo a palavra ao Paulo Moutinho.

O SR. PAULO MOUTINHO – Senador, muito obrigado.

Acho que essa retomada de uma avaliação da política nacional é extremamente oportuna e agradeço muito a sua iniciativa e liderança nesse sentido.

Vou pontuar, ainda pensando na política nacional, o que podemos fazer a mais. A sua pergunta é super instigante.

Só queria fazer um ponto aqui. Talvez pareça arrogância, Senador, mas os Senadores ou qualquer pessoa que seja, o agricultor, quando vier alguém falar que não existe mudança do clima, peça o *paper* que foi publicado num jornal científico com a revisão por pares. Pode ser eu, pode ser qualquer pessoa. Criem esse hábito, porque ciência se faz não com bate-boca ou debate, mas se faz com publicações em revistas sérias. Então, peçam – é muito interessante: aonde está o *paper* que fala isso? Vai ser interessante o experimento.

A segunda coisa é um olhar atento ao próximo inventário. O Mauro disse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MOUTINHO – ... que há várias coisas seguindo, então, é importante olhar as emissões.

A terceira coisa em que não se deve entrar, Senador – desculpe-me estender um pouquinho mais –, é a história da ilegalidade, de acabar com o desmatamento ilegal. Eu faço um paralelo ao não uso do cinto de segurança atrás, que é uma lei e ninguém usa. E nós não podemos dizer assim: "Olha, nós vamos acabar com essa ilegalidade lá em 2030, até lá vai morrer um monte de gente, mas... ". É tolerância zero à ilegalidade. Esse é que tem que ser o mote da revisão da política.

Por fim, Senador, essa política nacional tem que renovar a esperança, Senador Valentim – a esperança –, porque o que nós estamos passando para os jovens é que não existe alternativa, e este País é o único país, talvez, que possa dar mais alternativa ao que está posto em termos de mudança do clima. Então, educação é realmente importante, mas é imprescindível que a gente pare de escutar dos nossos filhos – pelo menos do meu filho eu estou escutando isso – que não querem ter filhos porque não sabem qual é o Planeta que vão deixar para eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é grave em termos do que vamos fazer com educação, porque isso está muito frequente.

É isso, Senador, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Com a palavra a Sra. Karen Cope.

A SRA. KAREN COPE – Queria agradecer a oportunidade, parabenizar a Comissão pelo trabalho e colocar-me à disposição para o processo de avaliação da política.

Espero que esse processo e os resultados da avaliação desta Comissão sirvam para mostrar ao Brasil e ao mundo o pioneirismo que o Brasil teve na atuação em mudança do clima e o trabalho que não pode ser perdido. Eu acho que essa é a narrativa relevante que a gente tem que reafirmar.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Mauro Meirelles para as suas considerações.

O SR. MAURO MEIRELLES OLIVEIRA SANTOS – Eu gostaria de colocar também aqui que o Brasil já deu esse exemplo de bastantes reduções. Existe um potencial só na Amazônia imenso, se aquilo for queimado... Sim, nós estamos tratando disso, agora o principal ator que vai sofrer as consequências é o próprio Brasil, porque a gente vai ter falta de chuva no Sudeste, vai acabar com agricultura, uma porção de coisas assim.

Agora, na perspectiva mundial, os combustíveis fósseis representam 80% do problema. Então, a gente também tem que manter... A negociação internacional é importante, colocada na devida perspectiva, e eles também têm responsabilidade conosco, com os países em desenvolvimento. E esse financiamento é necessário e importante para nós.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURO MEIRELLES OLIVEIRA SANTOS – Eu acho que o Brasil está fazendo a sua parte em termos de energias renováveis e desenvolvimento, mas também precisa colocar essa perspectiva.

Obrigado. E obrigado pela oportunidade de ter vindo aqui para falar para os Senadores e a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado. Agradeço.

Está chegando aqui o Senador Eduardo Girão, que sempre, na medida do possível, está aqui para contribuir.

Mais uma vez eu agradeço aos cientistas, aos especialistas, aos técnicos que se reuniram hoje aqui à tarde para dar prosseguimento aos trabalhos. Eles vão se reunir hoje aqui à tarde, na verdade, para dar prosseguimento aos trabalhos, iniciando a consolidação do que ouvimos e aprendemos aqui hoje.

Alguns desses convidados participarão por videoconferência. Essa modalidade está à disposição das Comissões. Além de economizar recursos públicos e tempo desses colaboradores, não geram emissões de gases de efeito estufa e contribuem para o alcance dos compromissos assumidos pelo País.

Antes de encerrar, por falar mais uma vez em compromisso e redução de emissões, lembro que apresentei o Projeto de Resolução do Senado nº 69, de 2019, para instituir o Programa Senado Baixo Carbono, com atividades estratégias para o Senado Federal reduzir e compensar emissões de gases de efeito estufa. Peço ao Presidente, Senador Davi Alcolumbre, que designe um Relator para a proposição na Comissão Diretora de modo a aprimorar a proposta e fazer do Senado Federal um exemplo na Administração Pública também nesse aspecto.

Ainda ontem também apresentei um projeto de resolução instituindo o Prêmio Chico Mendes, que vai premiar as melhores matérias jornalísticas voltadas para o meio ambiente.

Lembro uma frase que eu sempre gosto de falar: todos somos responsáveis porque todos somos partes da mesma sociedade humana.

Eu agradeço mais uma vez a presença de vocês e coloco-me à disposição. Essa Comissão do Meio Ambiente é do povo, é de vocês, é da comunidade científica, é das ONGs, é da sociedade civil, é de todos nós. Nós estamos aqui sempre à disposição e de forma corajosa, destemida, mas, acima de tudo, com responsabilidade para lutar, para preservar aquela garantia constitucional que está expressa no art. 225, desde o dia 5 de outubro de 1988, quando diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Esse é um direito humano essencial!

Volto a falar, defender o meio ambiente é defender as vidas humanas que ainda estão por vir.

Muito obrigado a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 40ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e um minutos do dia dezoito de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Major Olimpio, Leila Barros, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, Zenaide Maia, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Telmário Mota, Lucas Barreto e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2787, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 1405, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2014 - Terminativo - que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 643, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/18

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos. Agradeço a Deus pela oportunidade de mais uma reunião na CMA.

Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 39ª Reunião, realizada em 17/09/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Antes de passar para os itens da pauta, eu gostaria de proferir algumas palavras que eu acho importante. Ontem, terça-feira, dia 17 de setembro, veio a público um documento de extrema importância. A Human Rights Watch, uma organização internacional especializada em direitos humanos, divulgou um conjunto de mídias entre reportagens, relatórios e vídeos sobre as máfias de madeireiras e grileiros que tomam conta da Amazônia. O Brasil é o país mais perigoso para ativistas de causas relacionadas ao meio ambiente.

Conforme apontam os documentos, os desmatamentos, seguidos das queimadas, que estão devastando a Amazônia há algumas semanas, estão ligados a uma rede de criminosos que pagam por mão de obra, grandes maquinários e por proteção de milícia armada contra quem tenta denunciar os crimes. Um dos relatórios da organização denuncia a chamada, aspas, "máfia do ipê", que leva o nome devido à exploração do ipê, uma das espécies com madeira de maior valor comercial.

A destruição da floresta é consequência da grilagem, crime que ocorre quando as terras são tomadas por indivíduos que se apropriam delas, conforme aponta o relatório. Os criminosos desmatam, queimam e colocam gado sobre o pasto que sobra para depois revender com documentos falsos, entre aspas, "legalizando a área invadida".

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade ligada à igreja católica que trabalha com o monitoramento e consequências da violência no campo, aponta que foram ao menos 300 crimes nos últimos dez anos, e apenas 14 julgados.

Ainda ontem, no mesmo dia da divulgação do relatório sobre a violência no campo, o Presidente Jair Bolsonaro sanciona projeto, agora lei, que amplia a posse de arma dentro de propriedades rurais. É sentença de morte para quem defende a floresta.

Amanhã teremos aqui na Comissão de Meio Ambiente audiência pública para debater o papel de áreas protegidas para territórios comunitários, geração de renda e conservação da biodiversidade. Povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas são os responsáveis por proteger nossa biodiversidade desses criminosos. Essas pessoas convivem há gerações com a natureza e possuem conhecimento riquíssimo sobre o uso sustentável da biodiversidade.

Duas audiências públicas complementarão o estudo sobre o tema. Para a primeira, em 1º de outubro, convidaremos o Presidente do Ibama, o Presidente do ICMBio, o Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Coordenadora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Força–Tarefa Amazônia do Ministério Público Federal para prestar esclarecimentos sobre grilagem, regularização fundiária, desmatamento, queimadas e mecanismos de fiscalização da Amazônia.

No dia 3 de outubro debateremos com especialistas estratégias e boas práticas de gestão e governança em unidades de conservação federais. Existem meios, técnicas e, sobretudo, pessoas com propostas para a melhor gestão nas áreas protegidas do País. Seguiremos na busca por soluções e propostas para garantir o desenvolvimento do Brasil, desenvolvimento este que deve ser economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo. Não podemos permitir que esse genocídio no campo se perpetue.

Como o item 1, o Projeto de Lei nº 2.787, de 2019, necessita da presença do Relator, Senador Alessandro Vieira, e o Senador não está presente, infelizmente não teremos como dar prosseguimento a ele.

No item 2 da pauta, Projeto de Lei da Câmara nº 16, o Relator é o Senador Carlos Viana, que também não se faz presente.

Todos os demais itens da pauta são terminativos, razão pela qual não temos como dar prosseguimento.

Como não há mais nenhum item na pauta nem requerimentos a serem deliberados, consultor se o Senador Heinze quer se manifestar. Do contrário, eu vou encerrar a reunião.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só estou esperando porque eu tenho uma emenda no projeto do Senador Alessandro, no relatório dele, e gostaria de falar com ele. Mas eu vou procurá-lo aqui depois no Plenário e a gente conversa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu só quero informar que a emenda já foi cadastrada e o relatório sobre a emenda também, ok, Senador? A emenda já foi cadastrada e o relatório sobre a emenda também já foi apresentado.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 27 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 41ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e sete minutos do dia dezenove de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Luis Carlos Heinze, Ciro Nogueira, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Telmário Mota, Paulo Rocha, Jayme Campos, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val, Acir Gurgacz e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 56/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), e REQ 59/2019 - CMA, de autoria Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Debater o papel de áreas protegidas no Brasil para territórios comunitários, geração de renda e conservação da biodiversidade. **Participantes:** Sra. Lúcia Agostinho, Geraizeira da RDS Nascentes Geraizeiras. (representante de: Movimento Geraizeiro); Sr. Pedro Bruzzi, Gestor Projeto FIP Coordenação (representante de: FUNATURA); Sr. Joaquim Correa de Souza Belo, Presidente (representante de: Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS); Sra. Edilena Erroure Tourino, Representante da Coordenação (representante de: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB.). Sra. Katia dos Santos Penha, Coordenadora (representante de: Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Leila Barros, Fabiano Contarato, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Dário Berger, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val e Rodrigo Cunha. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama, Telmário Mota, Lucas Barreto e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões 40 e 41, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 52/2019 - CMA, de autoria do Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Finalidade:** Debater a importância dos dados providos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre desmatamento da Amazônia para ações de fiscalização do Ministério do Meio Ambiente, bem como dos riscos e consequências de perda de autonomia e liberdade científica na produção de estudos de sensoriamento remoto perante a comunidade internacional. **Participante:** Sr. Ricardo Magnus Osório Galvão, Professor-Titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jaques Wagner

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Fabiano Contarato, Wellington Fagundes e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Leila Barros, Telmário Mota, Paulo Rocha, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 34/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), REQ 13/2019 - CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros, e REQ 44/2019 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Finalidade:** Receber "Contribuições para avaliação dos planos setoriais da PNMC", para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Participantes:** Sr. Ricardo Esparta, Diretor Técnico (representante de: Ecopart Assessoria Ltda.); Sr. Giampaolo Queiroz Pellegrino, Pesquisador (Embrapa Informática Agropecuária - Campinas - SP) (representante de: Sr. Eduardo Assad - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - Embrapa). Sr. Fábio Marques, Diretor (representante de: Plantar Carbon Ltda). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/26

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir a avaliação da implementação da Política Nacional de Mudança do Clima, incluindo, entre os seus planos setoriais, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono, nos termos dos Requerimentos 13 e 8, de 2019.

Quero já convidar os nossos palestrantes.

Inicialmente convido o Ricardo Esparta, da Ecopart Assessoria Ltda. O senhor está convidado e pode escolher se à direita ou à esquerda. Hoje a direita, aqui no Brasil, está mais em moda.

Quero convidar o Sr. Giampaolo Queiroz Pellegrino, Pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, Campinas, São Paulo.

O Sr. Fábio Marques, da Plantar Carbon Ltda.

Também foram convidados o Sr. Alfredo Sirkis, ex-Coordenador do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, e o Sr. Carlos Rittl, Coordenador do Observatório do Clima.

Eu convido todos para se sentarem.

Como já foi lido aqui, quero repetir que esta presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir a avaliação da implementação da Política Nacional de Mudança do Clima, incluindo, entre os seus planos setoriais, o Plano de Agricultura de Baixo Carbono.

Em 10/7/2019, esta Comissão de Meio Ambiente aprovou o plano de trabalho proposto e ainda um conjunto de requerimentos, entre os quais o Requerimento nº 34, de 2019, CMA, para a realização desta audiência pública, que é o terceiro de cinco encontros previstos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por iniciativa da Senadora Eliziane Gama, por meio do Requerimento nº 44, de 2019, CMA, o plano de trabalho foi enriquecido com mais nomes para os debates e mais perguntas ao Tribunal de Contas da União.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação os interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211, e a Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate, e o relatório completo com todas as manifestações, que já está disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Hoje, pela primeira vez, a audiência integrará o conteúdo de um curso de pós-graduação da Engenharia Florestal da Universidade Federal de Brasília. O Prof. Eraldo Matricardi, na disciplina Seminário de Ciências Florestais, utilizará o debate de hoje como atividade extraclasse e pontuação na menção final dos seus ex-alunos, a quem agradecemos a participação e as perguntas aos nossos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a avaliação da política pública objeto desta audiência de instrução.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos.

A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários, em cinco minutos, após as exposições iniciais.

Já que estamos aqui também numa audiência inédita em relação à participação da universidade, como aqui eu coloquei, quero até aproveitar e registrar para o Brasil inteiro a minha felicidade e satisfação pela vitória de uma luta nossa, que vimos travando há algum tempo, da implantação de novas universidades, das novíssimas universidades do Brasil. No ano passado, foram criadas cinco novas universidades, por uma iniciativa, à época, da Presidente Dilma. Nós fizemos projeto de indicação, no caso específico do Estado de Mato Grosso. E foram àquela época criadas as Universidades Federais de Catalão, Jataí e Goiás; o Delta do Parnaíba, Piauí; em Pernambuco, o Agreste de Pernambuco; e também a Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade natal, no Mato Grosso. Agora no Governo Bolsonaro, mais uma universidade foi criada, que é a Universidade Federal de Tocantins, em Araguaína. E quero inclusive enaltecer o trabalho do Senador Eduardo Gomes, que lutou muito também pela implantação dessa universidade lá no Estado de Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ontem nós tivemos uma audiência com o Ministro Abraham Weintraub – um nome complicado para se pronunciar –, pois essa luta dependia da nomeação dos reitores *pro tempore*. E precisavam ser criados cargos para essa nomeação. No ano passado, nós trabalhamos muito, na Comissão de Educação, para alocarmos recursos para essas novas universidades. No orçamento deste ano, essas cinco novas universidades já têm orçamento. Mas, enquanto não se nomear o reitor *pro tempore*, não há como criar o CNPJ, portanto, não há como implantar definitivamente essas universidades.

Com essa decisão do Ministro... Eu quero aqui agradecer muito a prestimosa atenção do Ministro. Pela dificuldade desse momento para criar cargos, ele fez remanejamentos. E eu quero aqui de público agradecer o Ministro Abraham e toda a sua equipe, toda a sua assessoria que se envolveu. Foram muitas audiências. Também quero aqui agradecer o Senador Dário Berger, Presidente da Comissão de Educação, que também se envolveu muito nessa questão.

Ontem, o Ministro anunciou publicamente que os cargos estão criados. Então, temos agora a possibilidade da nomeação dos reitores *pro tempore* nessas seis novíssimas universidades. Isso é bom também, porque estamos agora discutindo o orçamento do ano que vem e já com a implantação nós estaremos discutindo também, no orçamento do ano que vem, a alocação dos recursos para que essas universidades, através de sua independência, da sua autonomia administrativa, pedagógica e principalmente econômica, possam ter condições de tocar essa nova vida. Todas elas são universidades criadas a partir das universidades já existentes nos Estados. Portanto, foram desmembradas. Mas a maioria são *campus* tradicionais. No caso de Rondonópolis, é um *campus* que já tem mais de 40 anos, com cursos de Medicina, cursos de todas as áreas.

Com certeza, nós estamos trabalhando também para que essas novíssimas universidades venham com a visão do momento em que o Brasil precisa fazer com que a universidade cumpra, sim, o seu papel de ensino, de pesquisa, de extensão, que é extremamente importante, ou seja, participar do desenvolvimento de uma região é fundamental.

Então, hoje eu inclusive assisti a uma matéria, na imprensa nacional, mostrando que o Brasil tem 250 mil postos de empregos disponíveis na área de tecnologia e nós não temos a mão de obra preparada. É um País onde nós temos milhões de desempregados e postos de emprego em condições de absorver esses desempregados, mas infelizmente sem a capacitação, sem a condição, de repente, estaremos importando, como já fazemos hoje, em que muitos serviços de tecnologia são prestados por trabalhadores de outros países, a distância, o que é muito ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, quero aqui também trazer os nossos parabéns e o agradecimento por essa oportunidade que a Comissão também abre de integração com a universidade, o que é fundamental.

Eu quero aqui passar inicialmente... Há um pronunciamento já feito e deixado aqui pelo Presidente. Eu estou aqui abrindo esta reunião e espero que ele chegue logo. Eu não vou aqui me atrever a ler o pronunciamento dele, mas, se for o caso, assim poderei fazer.

Já temos aqui algumas perguntas. Normalmente colocamos essas perguntas após a fala de cada depoente, mas eu já vou fazê-las antecipadamente, para que haja melhor integração de todos os internautas.

A Yanara Ferreira, do Distrito Federal, coloca e pergunta: "O Brasil não deveria embutir os gastos ambientais, como uso do solo e da água, no valor final dos produtos do agronegócio nas exportações?".

De acordo com o que vocês forem falar, já podem também fazer a exposição e ir respondendo.

Natália Oliveira, do Distrito Federal: "Como os resultados de pesquisas acerca da estocagem de carbono pelas florestas têm sido considerados na implementação dos planos?".

Guido Briceno, do Distrito Federal: "Como o Brasil está avaliando a diminuição de emissões de gases do efeito estufa provenientes da gadaria?". Aí, quando fala gadaria, eu entendo que é da criação de animais. Eu sou médico veterinário, então, ele está se referindo à criação de gado, mas eu acho que são todos os ruminantes.

Jorge Reategui, do Distrito Federal: "Como o Brasil está preparado para uma emergência climática global?".

Eraldo Matricardi, do Distrito Federal: "As afirmações de que as mudanças climáticas ocorrem com efeitos planetários, sem interferência humana, foram discutidas no âmbito da PNMC?".

Ainda, novamente, a Yanara Ferreira, do Distrito Federal: "Por que não inserir nos planos setoriais, planos estaduais e municipais de redução e alternativas ao desmatamento e às queimadas?".

Novamente o Jorge, do Distrito Federal: "A aplicabilidade dos planos está tendo sucesso quanto à diminuição das taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia Legal e no Cerrado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pricila do Prado, do Distrito Federal: "Quais meios de comunicação estão sendo utilizados para dar visibilidade para as medidas estabelecidas pela PNMC?".

Daniel Tibes, do Paraná: "O Brasil vai continuar sendo signatário dos acordos de emissão de carbono?".

Natália Oliveira, do Distrito Federal: "Por que ações diretas de recuperação e restauração da vegetação estão fora dos objetivos do PPCDAM e do PPCerrado?".

Carlos Moreira, de Minas Gerais: "Com o crescente aumento dos centros urbanos, quais são as propostas para mitigar os efeitos das ilhas de calor urbano?". (*Pausa.*)

Como foi definido antes, com a palavra o Sr. Ricardo Esparta.

O SR. RICARDO ESPARTA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Através do Senador Wellington Fagundes, eu queria agradecer ao Senado e à Comissão de Meio Ambiente a oportunidade para falar de um assunto com o qual eu trabalho já há algum tempo. Como disse, o meu nome é Ricardo Esparta, sou engenheiro químico, mestre em modelagem de processos químicos e doutor em energia. Tive uma atuação essencialmente acadêmica desde a minha formação em 1988 até 1999. A partir de então, entrei para a iniciativa privada e trabalho com o tema mudança do clima e implementação de projetos. Em projetos reais – não são documentos, são projetos reais –, eu trabalho na iniciativa privada, realizando projetos vários no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto. Sou coautor de um livro publicado pelo Ipea agora falando dessa experiência. É um livro bem interessante para saber quais foram os movimentos nesse sentido.

Para começar a minha apresentação, eu trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu queria...

O SR. RICARDO ESPARTA – Pois não. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de convidar o Senador Jean Paul para assumir a Presidência.

Eu tenho algumas indagações que vou deixar, por escrito, com o Senador Jean Paul, para ele fazê-las depois. Eu agradeço.

Gostaria imensamente de ficar nesta audiência até o seu final, até pelo aspecto da participação da universidade. Espero que, com esta audiência, isso possa ser também uma boa iniciativa para que a gente faça isso em outras audiências públicas. Eu penso que a participação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das universidades é fundamental no processo de desenvolvimento do País, mas também no processo legislativo. Essa integração do Parlamento com as universidades é fundamental.

Eu quero aqui parabenizar por essa iniciativa e espero que esse trabalho e esta experiência que estamos fazendo aqui possam ser excelentes para a integração do nosso processo legislativo com as nossas universidades. Provavelmente muitos estão nos assistindo neste momento, e universidades do Brasil inteiro podem também tomar essa iniciativa não só nesta Comissão como também em outras Comissões aqui no Senado da República.

Eu deixo as indagações com o Senador para que ele possa fazer a leitura em meu nome.

Há também um pronunciamento do Presidente, mas o Presidente também deve estar se deslocando. Aqui realmente são muitos compromissos ao mesmo tempo. Daqui a pouco vamos ter, inclusive, uma sessão para definir a promulgação da cessão onerosa, que é o leilão do pré-sal. Enfim, são muitas outras atividades.

O Senador Jean Paul Prates estava ali agora, e eu pedi que ele assuma a Presidência. Aqui estou, mas já vou para outra Comissão.

Agradeço imensamente e desejo para vocês um bom trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bom dia a todos! Aqui é o revezamento quatro por cem. (*Risos.*)

Mas, logo, logo, teremos aqui o Presidente da Comissão, Senador Fabiano Contarato, nosso amigo e colega.

Saudando a todos que estão nos assistindo, saudando também aos estudantes da UnB que estão participando mais efetivamente, especificamente desta audiência e a todos vocês, Ricardo, Giampaolo, Fábio – obrigado pela presença –, vou dar seguimento, sem mais delongas, à apresentação do Ricardo Esparta. O tempo ajustado foi de mais ou menos 15 minutos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O.k.

Eu sempre faço um alerta, porque, como já fui várias vezes, antes de ser Senador, convidado para falar aqui, sempre me assustava com a campainha. O alerta é porque a campainha toca faltando um minuto para terminar. Então, ela avisa apenas que ainda há um minuto. Vou colocar 15 minutos e vamos seguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ricardo, obrigado.

O SR. RICARDO ESPARTA (Para exposição de convidado.) – Retornando, sou engenheiro químico e trabalho com o tema mudança do clima há 20 anos. Então, a minha visão é bastante da iniciativa privada.

Para começar a apresentação, eu queria fazer uma introdução sobre o tema mudança do clima. A gente ouve, às vezes, algumas pessoas falando que, porque está fazendo frio em algum lugar... Por exemplo, neste ano, porque houve uma onda de frio na primavera na Europa, isso provaria de, alguma maneira, que a mudança do clima não acontece. Isso não está correto, porque a gente está falando de tempo, e não, de clima. Só para dar um exemplo, seria o equivalente a dizer que, na semana passada, tivemos o dia mais quente de setembro, desde 1943, desde que se mede, na cidade de São Paulo, com 35,5 graus. Isso prova que a teoria da mudança do clima está certa? Também não. Não prova nem que está certa nem que está errada.

Quando a gente fala de clima e tempo, a gente precisa saber diferenciar, e eu vou fazer uma analogia com o investimento no mercado de capitais. Alguém que investe em ações para que essas ações, no momento em que elas derem rendimento, retirar, ele é um especulador; ele está interessado – não estou fazendo juízo disso – no lucro de curto prazo. Alguém que acredita que uma empresa vai ser sustentável no longo prazo e investe nessa empresa, tolera altas e baixas no preço das ações. É exatamente essa a diferença que existe entre clima e tempo: o tempo varia, o tempo é a especulação; o clima é o investimento de longo prazo.

Mostrando os gráficos, essas são as listras do clima preparadas pelo Cientista Ed Hawkins, de Berkeley, Estados Unidos. Elas mostram a variação de temperatura no mundo, de 1850 a 2018 – vejam que não vou me concentrar em um ano só; vou tentar pegar períodos longos – e, no Brasil, de 1900 a 1918. As listras azuis mostram temperaturas mais baixas, e as listras vermelhas, mais quentes, isso andando de... Parece que fica bem claro que, nesse período de mais ou menos 170 anos de mensuração do mundo e de 120 anos no Brasil, a temperatura está aumentando. As pessoas podem olhar o início e achar que não mudou muito no início do século, que parece que ficou meio estável.

E eu coloco abaixo o acumulado de emissões de dióxido de carbono, mostrando que, na realidade, esse acumulado está crescendo bastante nos últimos anos. Então, é razoável. O que a gente está enxergando agora é o acirramento do aquecimento global.

Eu queria deixar meio de lado discutir se está ou não havendo um aquecimento. Está havendo um aquecimento. A pergunta tem que ser sempre a seguinte: então, devemos fazer algo? Isso é ruim? Isso é bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou para a próxima transparência.

É uma notícia da *The Economist*, da semana passada, dizendo que uma bactéria que já existia na Itália pelo menos desde 2010 levou à quebra de 65% da última safra de outono das oliveiras de mais de cem anos na Puglia, no sul da Itália. E já uma estimativa de um milhão de oliveiras de mais de cem anos, oliveiras muito antigas, mortas nos últimos dois anos. Essa bactéria, como eu disse, foi introduzida provavelmente em 2010, mas não havia maiores efeitos porque o clima frio segurava o crescimento dessas bactérias. Acontece que o clima começou a esquentar, e elas não foram tão dizimadas pelo frio. De 2017 até aqui, nós tivemos três anos com secas muito severas e invernos bem mais amenos, o que levou, então, a tornar a bactéria epidêmica.

Será que essa mudança de mais ou menos um grau que a gente observou, se eu disser isso para os produtores de azeite do sul da Itália, eles vão achar que isso não é importante? Eles vão achar que isso é muito importante. Então, a gente precisa tomar cuidado com essa história de pensar "será que um grau vai prejudicar a minha vida? Será que vou ter problemas com um grau a mais?". A gente tem de pensar nisso como em um ecossistema. O que acontece com o corpo humano, que tem temperatura média de 37 graus, se a gente passar a ter 38 graus? A gente morre? Não, a gente não morre, mas isso vai ter consequência na nossa saúde: algumas infecções oportunistas podem tomar conta, uma doença pode acontecer. É mais ou menos isso que vai acontecer com o Planeta com o aumento da temperatura. Isso pode ser grave. Existe esse risco. A gente está disposto a assumir esse risco? A gente vai fazer alguma coisa em relação a isso?

Eu fecho a introdução, contando uma conversa que eu tive com uma amiga esses dias. O neto dela de quatro anos falou para ela que ele fez um trabalho sobre a Amazônia, e ela perguntou sobre o que ele havia falado: "Você falou das árvores, dos bichos da Amazônia?" E ele disse: "Você tem de ir lá ver o que eu preparei e depois a gente conversa". Eu venho com essa brincadeira, mas é hora de a gente mudar a nossa abordagem na hora em que a gente percebe que as crianças estão começando a se portar como adultos e os adultos estão começando a se portar como crianças. Ela foi ver o que o neto dela havia apresentado, e o que ele fez foi alguma coisa assim: estou com medo porque estão queimando as árvores e, se queimarem as árvores, os bichos não vão ter onde se dependurar. Ele já fez toda a associação. Ele não está preocupado com o aquecimento global, mas ele tem uma preocupação, e, no mínimo, essa preocupação a gente entende. Para alguns animais, isso pode ser grave. Pode não ser, mas a gente está disposto a assumir esse risco?

Entrando no tema principal da conversa, a gente vai falar sobre o que aconteceu na Política Nacional de Mudança do Clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ela foi definida em 2009. Ali embaixo há todos os planos setoriais. A gente vai ver nesse gráfico o que ela previa. Como ela foi feita em 2009, os dados até 2009 são dados existentes no momento da criação da política. A gente vê que a política fez uma premissa de crescimento da economia de 5% ao ano e para aonde iriam as emissões se tudo continuasse como foi entre 1994 até 2005, que é essa linha pontilhada preta. Ela subiria, as nossas emissões aumentariam.

E a política diz o seguinte: o que aconteceria se o País crescesse 5% ao ano e nada mudasse? Eu vou impedir que essas emissões cheguem a esse valor, vou baixar alguma coisa entre 36% e 39%, e para isso eu tenho vários planos setoriais ali, há o plano setorial para controle e desmatamento da Amazônia, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas do Cerrado... Vocês notam que o plano da Amazônia não tem queimadas, porque queimada na Amazônia não é algo natural, ela só pega fogo se as árvores forem cortadas e deixadas para secar. Não existe queimada natural na Amazônia.

De todos esses planos setoriais que a gente vê aí eu vou tentar pegar uma avaliação um pouco mais centrada no Plano Decenal de Expansão de Energia, que é o que foi colocado como plano setorial para o setor de energia.

Mas aqui a gente tem, então, o que aconteceu desde que a política foi colocada – isso é uma transparência que foi colocada pelo Mauro Meirelles duas sessões atrás –, e a gente pode ver, em azul-escuro, o que foram as emissões totais do Brasil e ali, pontilhado em verde-claro, a nossa meta: então, cumprida com muita facilidade, aliás, com tanta facilidade, que a política foi determinada em 2009 e ela já estava cumprida em 2009. Ela entrou em vigor em 2010, mas ela já estava cumprida, não foi nada difícil fazer essa política. Será que isso foi uma boa ideia?

Vou pegar agora o plano de energia. No plano de energia o que acontece é que já não é mais tão simples assim. Olhem só: o anterior era o total, todas as emissões, e o seguinte é só o de energia. A gente percebe que não é tão simples assim, a energia sobe um pouquinho, desce um pouquinho, mas a gente está mais ou menos dentro do que estava previsto.

E aqui é de um trabalho que eu fiz dois anos atrás. Assumindo o Plano Decenal de Expansão de Energia como o plano setorial para a Política Nacional sobre Mudança do Clima para o setor de energia, eu fui fazer uma avaliação do que aconteceu com as previsões do Plano Decenal de Expansão. Será que a gente está prevendo bem? Será que a gente está conseguindo atingir? E aqui mostro um pouco as emissões. Então, nesse trabalho eu comecei falando das emissões: a gente tem as emissões totais no Brasil, em vermelho as emissões brutas, em azul as emissões líquidas – bruta e líquida porque, por exemplo, se eu desmato 100m² e queimo essa floresta, mas eu recupero 50, o líquido é a perda de 50, então essas duas contam. Lógico que o que vale para o compromisso é a líquida, então de novo a gente vê que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

líquida está bem abaixo das metas. As metas da política nacional são aquelas em verde. A mais alta de todas é aonde nós iríamos se não fizéssemos nada e as duas mais abaixo são as metas a que o Brasil se comprometeu, mais ou menos 36% a 39% de redução, e a gente vê que está bem fácil de cumprir isso. E ali, um pouquinho para a frente, a gente tem as metas do Acordo de Paris, de que a gente vai falar um pouquinho mais para a frente.

E aí eu coloco aqui só as emissões relativas ao desmatamento, e a gente vê que tem uma cara muito parecida com a total, porque justamente ela é que está determinando o que está acontecendo com as emissões do Brasil. E todos os outros setores? Todos os outros setores, já que eu tenho agricultura, resíduos, energia e industrial, todos os outros estão aumentando as suas emissões. Então, se a gente consegue cumprir com facilidade o que a Política Nacional sobre Mudança do Clima colocou como objetivo, isso se deve essencialmente – essencialmente não, exclusivamente – ao desmatamento. Lógico que houve aumentos não tão grandes, isso foi conseguido também com os outros planos, mas o principal é o desmatamento. Então existe um risco aí: se eu começar a não cumprir o do desmatamento eu posso ter problemas.

E aí falando em todo o trabalho que eu fiz, aqui eu tenho um gráfico mostrando o que previam os planos decenais de expansão de 2007 até 2015. Esse plano é mais ou menos anual e diz de onde vamos tirar recursos, quais serão as energias utilizadas, etc. Ou seja, faz uma previsão para os próximos dez anos de consumo de energia.

Aqui a gente vê uma coisa que é uma característica importante de uma política pública que pretende se adaptar ao que está acontecendo com a realidade: a gente vê que a gente começa com uma previsão... Os pontilhados são as previsões dos planos decenais, e a linha vermelha contínua é o que realmente aconteceu. A gente vê que os planos decenais sempre previam um consumo de energia um pouco maior, e eles vão se adaptando: à medida que o tempo vai passando e a gente não atinge aquilo, eles vão se adaptando, vão se reajustando. Eu previa alguma coisa bem mais alta, e na realidade – a gente teve muitos problemas econômicos, etc. – a gente vê que ela é mais baixa. Ou seja, o plano se ajusta com o tempo. Isso é importante, eu vou querer pegar essa ponte para falar o que eu acho que faltou na Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Embaixo eu coloquei só um quadrinho para adicionar uma informação. Também aquela história de "será que reduzir emissões vai causar problemas para minha economia? Se eu limitar o uso, limitar as emissões, eu posso ter problemas econômicos". E aí embaixo eu tenho a variação ano a ano do PIB do Brasil e das emissões. A gente vê que, de 2007 até 2015 – a última coluna –, nós conseguimos diminuir as emissões líquidas mais ou menos em 40%, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brutas mais ou menos em 60%, e a economia cresceu 25%, ou seja, foi possível crescer e reduzir as emissões. Então isso é uma possibilidade, está provado pela própria política nacional.

Mostrado isso, eu quero então falar um pouco onde eu acho que estão as lacunas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e começo pelo seguinte: nós fizemos uma política que teve uma previsão, teve uma premissa de 5% de crescimento ao ano, que colocou um crescimento esperado, se nada mudasse, lá em cima, um valor bem alto, e paramos por aí. Só que essa política já estava cumprida no momento da promulgação. Então a pergunta que eu faria é a seguinte: o que se pretendia com essa Política Nacional sobre Mudança do Clima? Simplesmente cumprir uma meta futura independentemente do caminho ou possibilitar a transição para uma economia de baixo carbono menos dependente de combustíveis fósseis e de atividades que são muito intensivas em combustíveis fósseis, ou seja, carbonointensivas? Em outras palavras, a gente está atrás só de cumprir um número ou a gente quer buscar sustentabilidade como ela realmente deve ser encarada, que é ambientalmente, socialmente e principalmente economicamente?

Hoje, se um fundo de investimento – a gente estava conversando aqui antes – decide que não vai mais investir em empresas que têm uso intenso de combustível fóssil, ele não está fazendo isso porque ele é bonzinho; ele está fazendo isso porque existe o risco muito grande de esse investimento ter problemas no futuro se emitir muito carbono.

Então, foi muito fácil a gente cumprir essa política. E por que foi fácil? Porque a gente não previu alguma coisa intermediária, porque a gente não previu... E aí eu vou pegar, também de uma audiência anterior a est3a, aqui nesta mesma Casa, uma fala da Karen Cope sobre qual seria uma lacuna que ela considera importante. Ela disse: "Não implementação de um programa nacional de relato". Eu vou complementar isso que ela falou e dizer o seguinte: não implementação de um programa nacional de monitoramento. Eu tenho que monitorar, eu tenho que reportar, eu tenho que verificar e, em pontos intermediários, eu tenho que reajustar esse plano. Se foi muito fácil cumprir, se a gente começa uma Política Nacional sobre Mudança do Clima com ela já cumprida, eu não deveria aumentar minha ambição? Se eu não aumento minha ambição, por que eu não faço isso? Talvez eu tenha problemas, mas essa avaliação tem que ser feita durante a política, e não simplesmente quando ela vai terminar. Ou seja, o que eu estou dizendo é que as políticas públicas têm que ser constantemente monitoradas e avaliadas e, se necessário, reajustadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO ESPARTA – E aí eu tenho que, ao colocar isso, incluir jurisdição, escolha adequada do ano base, alvo das metas, compromissos plurianuais – e isso é um trabalho do WRI, que é uma publicação que fala como fazer essas políticas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, na próxima segunda-feira eu vou participar de uma banca de mestrado em que o estudante está fazendo um trabalho sobre como envolver entes subnacionais, e aqui a gente tem toda a atribuição de jurisdição. Por exemplo, na área de energia, essencialmente é a união que determina de onde vem petróleo, eletricidade. Como eu faço para trazer o Município para essa política? Para trazer o Município eu posso, por exemplo, fazer com que o Município determine como vai ser a parte de resíduos, que é muito mais determinada pelo Município. E o Estado? A parte de transportes. Então, eu preciso trazer esses outros entes para participar dessa discussão.

Uma das perguntas que está aqui do e-Cidadania é se o Brasil vai continuar fazendo parte. O Brasil é signatário do Acordo de Paris, ele aprovou isso. Mesmo que o Brasil diga "eu quero sair", esse processo leva muito tempo, então nós teremos que cumprir o que está prometido no mínimo por alguns anos – e a gente está com promessas bem pesadas que estão aqui colocadas, e já não são mais sobre metas projetadas, agora são valores absolutos. Como a gente vai cumprir isso? E esta é que eu acho que é a grande contribuição dessa discussão que a gente está tendo: avaliar o que a gente fez agora, de 2010 até 2020, e descobrir como a gente vai fazer um Plano Nacional sobre Mudança Climática mais eficaz e mais transformador a partir de 2021.

E aí, para fechar, eu falo do pacote... Na semana passada foi aprovado pelo Governo alemão um pacote de proteção ao clima. Esse pacote tem um impacto estimado na economia alemã de 50 bilhões de euros, tem uma meda de redução de 55% das emissões até 2030 – o ano base é 1990. Ele já está colocando preço: a partir de 2021, vai custar, para emitir para transporte e calefação, 10 euros por tonelada de dióxido de carbono emitido. Um ano depois, 20 euros; a partir de 2025, 35 euros – isso vai custar para o contribuinte alemão. Empresas vão ter que comprar certificados a partir de 2016: 35 euros a tonelada de CO_2. E vai haver aumento de impostos para passagens aéreas e veículos convencionais e redução para passagens ferroviárias e automóveis elétricos.

Agora, como a gente encara uma coisa dessa? Olha só, vai ter um custo alto. Como a sociedade alemã vai reagir se disser: "Olha, o Brasil não vai ter nenhum plano ou o Brasil vai ter um plano muito frouxo"? Obviamente eles vão falar: "Espera aí, nós estamos tendo uma desvantagem em relação aos produtos do Brasil, que não taxam o seu carbono". É lógico que eles vão de alguma maneira utilizar esse fato para criar dificuldades para nós. Mas aí é que entra a grande oportunidade que a gente tem, que é a seguinte: o Brasil tem vantagens comparativas, ele já tem menos emissões de CO_2 por tonelada de vários produtos, e se a gente trabalhar com inteligência e criar uma política pública que consagre esse fato... Nós já temos menos emissões, vamos usar isso, não ignorando e discutindo ou bloqueando as políticas, mas utilizar essa informação de que nós naturalmente emitimos menos CO_2. Os nossos produtos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão ficar mais baratos não é simplesmente porque os fazemos mais barato, é porque a gente vai precisar pagar menos porque a gente emite menos para produzir vários produtos. Isso tem que ser aproveitado, e eu acho que esse é um dos pontos de partida.

Então, fechando, a política tem que prever monitoramento plurianual o tempo todo, e a gente tem que aproveitar as nossas vantagens comparativas e tentar torná-las vantagens competitivas. É isso.

Muito obrigado. Um bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Ricardo. Quero desde já pedir desculpas a todos os palestrantes e a todos que estão nos acompanhando porque eu estava num projeto também de extrema relevância que estava sendo votado na Comissão de Direitos Humanos, da qual eu faço parte, e por isso eu tive que pedir a dois Senadores para me substituírem aqui.

Agradeço imensamente aos palestrantes e quero mais uma vez deixar claro para vocês que esta Comissão de Meio Ambiente está aberta à comunidade científica, às ONGs, à população, à sociedade civil, principalmente num momento tão delicado, de tantos ataques, de criminalização de ONGs, de ofensas em várias áreas inerentes ao meio ambiente, proliferação e autorização de agrotóxicos. Aqui é a casa de vocês, não tenham dúvida.

Também estou muito feliz, digo antes de dar a palavra ao colega, porque sempre lutei... Este é o meu primeiro mandato, eu nunca fui político, mas eu sempre entendi que ser cidadão não é apenas viver em sociedade, mas transformá-la, e eu estou muito feliz com o projeto que está sendo desenvolvido em parceria com as universidades.

Hoje esta audiência pública está integrando o conteúdo do curso de pós-graduação de Engenharia Florestal da Universidade de Brasília. Então, quero parabenizar o Prof. Eraldo Matricardi, da disciplina Seminário em Ciências Florestais. Ele vai utilizar este debate de hoje como a atividade extraclasse com pontuação na menção final de seus alunos, a quem desde já agradeço. E falo para os alunos que podem participar desta Comissão. Eu sou extremamente acessível, vocês podem mandar sugestões se tiverem ideias para a alteração ou a elaboração de projetos de lei, projetos de emenda constitucional e audiências públicas.

Esta Comissão tem que funcionar sempre e de forma proativa. Eu sempre defendi que o Parlamentar tem que derrubar os muros do Senado e interagir diretamente com a população, nos diversos problemas, com a população indígena, com a comunidade quilombola, com as universidades. E o fato de trazer a universidade aqui para dentro e fazer uma relação de troca de conhecimentos e de experiências, para mim – eu sou professor na área do Direito –, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente positivo e eu louvo muito essa iniciativa do Prof. Eraldo. Espero que todas as universidades e faculdades que tenham interesse participem efetivamente.

Então, meus parabéns. Todo material que nós pudermos disponibilizar aqui será ofertado para os alunos, para o corpo docente, discente, enfim, para toda a comunidade científica.

Muito obrigado a todos e, mais uma vez, perdão pela minha ausência no início desta audiência pública.

Neste momento eu passo a palavra ao Sr. Giampaolo Queiroz Pellegrino.

O SR. GIAMPAOLO QUEIROZ PELLEGRINO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador, pela acolhida e também pelo convite.

Eu estou aqui representando meu colega Eduardo Assad, que foi convidado para participar desta audiência, mas tinha outro compromisso anteriormente assumido e não pôde vir, não conseguiu desmarcar. Então vou tentar substituí-lo a contento, espero, e fico à disposição de vocês.

Eu sou engenheiro florestal também, sou pesquisador lá na Embrapa – fico na Embrapa Informática em Campinas. Eu estou coordenando o que a Embrapa chama de Portfólio de Mudanças Climáticas.

Esse portfólio tem o objetivo de promover a adaptação e a sustentabilidade da agricultura brasileira frente aos desafios impostos pela mudança do clima contribuindo para a segurança alimentar nacional e global e para o controle das emissões nacionais de gases de efeito estufa.

A ideia desse portfólio é tentar integrar todas as ações que a Embrapa e seus parceiros fazem – eu já vou deixar claro aqui que sempre que eu falar na Embrapa, na verdade, como temos uma parceria muito ampla, estarei falando de todos os parceiros, aos quais já peço perdão por não citar. A intenção é fazer a integração de todas ações.

Por que estou falando desse portfólio? Porque esse portfólio tenta trabalhar as diversas vertentes. Acho que o Ricardo Esparta trouxe um exemplo importante aqui, da oliveira, que vai nessa vertente de trabalho com as simulações que a gente faz em pragas, doenças e plantas daninhas. A gente tem simulações de crescimento de plantas e temos também um grupo de projetos bastante focado na questão do balanço de carbono. Se vocês repararem, ali a gente tem sempre essa preocupação de dar esse suporte técnico-científico para a formulação de políticas públicas, e isso tem acontecido com relativo sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só para destacar um pouco esses projetos de balanço de carbono, que procuram mapear todo o estoque e emissões nas florestas, na pecuária e nos grãos. Isso dá subsídio para os fatores de emissão e para as contabilizações que são feitas das ações no Plano ABC.

A nossa lógica sempre foi – vocês percebem no nosso enunciado – promover a adaptação da agricultura com o cobenefício de mitigação. Inclusive essa é a linguagem que tem sido adotada nas COPs, as Conferências das Partes.

E aqui vai muito de algo que o Ricardo já salientou: a questão do foco na sustentabilidade do setor. Eu costumo falar que não adianta você querer convencer o agricultor a reduzir carbono dizendo "faça isso porque você vai reduzir carbono". A lógica que convence o agricultor é muito a lógica de "faça isso porque é uma boa prática para a sua atividade, vai lhe trazer renda, vai trazer sustentabilidade para o seu negócio e, junto com isso, você vai reduzir suas emissões de carbono". Então, isso acaba convencendo muito mais, e acabou sendo a lógica dessas propostas e ações que foram incluídas no Plano ABC, dentro da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Então, os nossos focos são os seguintes: como é que a gente reduz o déficit hídrico? Como é que a gente melhora a eficiência técnica e a produtividade? Como é que a gente melhora a eficiência econômica e a diversificação da produção? Uso insumos alternativos? Mas, permeando tudo isso, está a lógica da agricultura de baixo carbono. Nessa lógica, há um termo com o qual o Fábio também está acostumado, quem participa das COPs conhece um termo que o pessoal usa muito "agricultura climaticamente inteligente". Por quê? Eu estou focado na sustentabilidade da agricultura, mas preocupado com a questão climática e que ela seja respeitada e essas nossas ações sejam boas práticas também no sentido da redução das emissões. E aí, então, a gente tem essas duas políticas. O Plano ABC, obviamente, está dentro da política nacional.

E eu trouxe o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) aqui também como uma outra política de sucesso, porque ela permeia muito toda essa lógica, e a minha intenção é mostrar e tentar trazer aqui para a discussão essa lógica de a mudança climática e essa agricultura de baixo carbono permearem todas as políticas agrícolas, inclusive o Zoneamento de Risco Climático, os programas de seguro rural e o Garantia-Safra serem vetores de indução de ações que reduzam emissões e, ao mesmo tempo, tragam adaptação da agricultura. Acho que é assim que a gente vai ter sucesso na nossa política nacional.

Foco um pouco no Plano ABC. Como eu disse para vocês, ele, desde sempre, focou não só na redução das emissões, mas também na renda, na resiliência, na sustentabilidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor, através de um conjunto de tecnologias ou ações que trazem sustentabilidade para o sistema ao mesmo tempo em que reduzem as emissões.

Aqui o Ricardo também... Eu dei sorte de ele me anteceder, porque ele já fez um preparativo muito bom, falou da política nacional e dos planos setoriais, e eu posso focar só nas ações ligadas ao Plano Setorial da Agricultura.

Vocês percebem lá que há quatro que estão pintadas de verde? É que foram as primeiras que foram levadas para a COP15, lá em Copenhague. Depois, na discussão da Política Nacional e do Plano ABC, as florestas plantadas e os tratamentos de dejetos animais foram incluídos. Vocês percebem ali que, desde o seu mais tenro início, já existia uma vertente, que é grande, da adaptação também, não é? Então, essas ações são as ações ou tecnologias que estão dentro do plano e que são financiadas dentro do Programa ABC.

Voltando àquelas nossas preocupações de adaptação da agricultura às mudanças climáticas, ali – a recuperação de pastagens, iLPF, etc. Como elas colaboram nessa diversidade de preocupações que a gente tinha apresentado? Embora o Plano ABC tenha lá suas metas vinculadas a carbono, que eu vou mostrar aqui, essa lógica da adaptação permeia inclusive a questão como instrumento de gestão. Então, a gente tem o instrumento de gestão da funcionalidade do ganho de escala do plano, uma preocupação grande de como melhorar o plano. O Ricardo falou muito bem sobre a questão de reajustar o plano, não só monitorar, relatar e verificar, mas fazer ajustes ao longo do tempo é essencial. E a plataforma ABC é um instrumento de gestão que fisicamente está lotado lá na Embrapa Meio Ambiente em Jaguariúna e que procura fazer essa quantificação das reduções de emissões brasileiras dentro dessas tecnologias incluídas no Plano ABC.

Aqui é uma coisa meio monstruosa, meio complexa – a ideia não é detalhar isso –, mas é para mostrar a questão do planejamento das diversas vertentes desde a capacitação, da ação com os bancos, à questão do caráter subnacional, de levar isso para Estados e Municípios. O Plano ABC conta com essa estrutura estadual, do MAPA também, nessa disseminação das técnicas e tal.

Quanto à parte toda de monitoramento, de indicadores, com a qual a Flavia e o pessoal aqui da Comissão certamente têm preocupação grande quando se fala de avaliação do plano, essa análise prevê indicadores e formas de coletá-los e, inclusive, nesse canto esquerdo aqui, a parte de construção de uma base de dados, não só de fatores de emissão, mas de outros conjuntos de dados relativos à sustentabilidade da agricultura, como suporte à tomada de decisão e à ampliação dessas ações, dessas boas práticas. E aquele rosinha lá, que está ali

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como laboratório multi-institucional de mudanças climáticas, é a plataforma ABC. Mas o importante daquela figura, na verdade, é essa lógica do monitoramento e do reajuste.

A nossa intuição, a nossa primeira intenção, é focar na quantificação do carbono, mas, dentro dessa lógica que eu estou apresentando para vocês, há os outros dois elementos de monitoramento, que é o monitoramento da adoção do programa – quem é que está adotando, onde, quais são as tecnologias que estão sendo adotadas – e, de alguma forma, monitorar a melhoria da eficiência econômica, de quem adota essas práticas. A nosso ver e dentro de toda a explanação que está vinculada àquela figura anterior, esse monitoramento é essencial para que o programa ganhe escala.

O Ricardo já falou também que, quando a gente lançou a meta, em 2009, a gente estava relativamente bem, e ela estava quase cumprida. Isso não deixa de ser verdade para a agricultura, mas nós temos o Acordo de Paris, as nossas NDCs, que acabaram dobrando nossas metas em relação ao ABC. O ABC está vinculado inicialmente às NAMAs, lá de 2010, 2009, e as NDCs, que são as contribuições nacionais, acabaram praticamente dobrando o nosso compromisso para 2030. Então, a gente tem aí um desafio grande a cumprir.

Aqui são só dados do próprio Ministério, dentro daquelas linhas de recuperação de pastagens, iLPF, plantio direto, florestas plantadas, tratamento de dejetos e outros, como é que têm sido os contratos. O MAPA tem indicadores de monitoramento, tem dados de tudo isso de forma estadual e até municipal? E quais são as vertentes que estão sendo usadas? Isso, nessa avaliação, precisa ser mais bem explorado para a gente conseguir... Na verdade não é só "ah, conseguimos cumprir a meta", mas "como é que a gente segue daqui para frente, como é que a gente melhora, como é que a gente faz reajustes?" Então, trabalhar esses dados do lado da adoção do plano, de quem está contratando, é essencial – quem é e por quê, não é?

Aqui, um lado de capacitação, que está dentro do programa. O que se mostra aqui são os números de capacitados, mas ali há uma porcentagem, para ter noção como uma outra ação de disseminação. E ele está estruturado nos escritórios estaduais do MAPA. Então, ele, já por concepção, tem um pouco desse ente subnacional sendo envolvido e representado, mas, obviamente, isso precisa melhorar bastante.

Aqui é uma tabela... Já friso de antemão para vocês que são dados ainda preliminares, vocês vão ver que há faixas e valores aqui até discordantes e tal, mas o importante é mostrar um pouco o cumprimento das metas do Plano ABC, que é o que está destacado aí, mais avermelhadinho.

Se a gente pegar o balanço global... Em cima estão as metas, naquela primeira linha, em termos de milhões de hectares e também de toneladas de carbono. A primeira faixa vermelha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diz o quanto se estima já ter sido cumprido daquelas metas. Então, se a gente pegar o balanço total, na última fileira lá, a gente está relativamente com a meta cumprida, embora a gente perceba ali que há vertentes que estão bem aquém do proposto e outras que estão bem além do proposto. Então, no cômputo global, o atingimento da meta acontece, mas, como o Ricardo falou ficam as perguntas: e o nosso caminhar? E a nossa sustentabilidade? E o daqui para frente? E esse compromisso novo no Acordo de Paris, como é que a gente cumpre?

Aqui está também o exemplo de uma tese que foi orientada pelo Eduardo Assad, lá na Fundação Getúlio Vargas, que trata de instrumentos tecnológicos mesmo, de aplicativos e outros... Há o sistema SATVeg, que é um sistema que a nossa unidade desenvolveu de monitoramento da vegetação. Como é que esses instrumentos ajudam a levantar métricas para melhorar o monitoramento do cumprimento das metas? E não só isso: há essa preocupação com a sustentabilidade da agricultura.

Eu destaquei uma frase aqui embaixo: "a sustentabilidade é lucrativa". Não existe ainda esse monitoramento da melhoria da eficiência econômica vinculada ao Plano ABC, o quanto de fato melhorou a sustentabilidade incluindo o fator econômico, mas, por concepção, as tecnologias previstas propunham esse aumento da eficiência técnica e econômica, como a gente tinha visto. E essa tese – tudo bem, é um estudo de caso, algumas fazendas selecionadas – foi um primeiro passo na demonstração de que isso acontece e de que vale a pena esse monitoramento da melhoria econômica, porque isso traz um grande convencimento e ampliação, ganho de escala na adoção.

Eu queria frisar só a questão do Zoneamento de Risco Climático para trazer essa lógica de uma indução tecnológica através desses programas e dessas políticas, ou seja, a gente tem que, dentro da Política Nacional sobre Mudança do Clima, fazer com que ela permeie a política do setor. Até o Sirkis, que não está presente, em algumas reuniões do fórum, quando a gente discutia, usava o termo "ABCeização dos outros programas", ou seja, como a gente faz o Plano ABC e essas tecnologias permearem essas outras políticas, como o Programa de Seguro Rural, o Proagro, o Garantia-Safra, o Pronaf, que eu havia esquecido de citar, e outras políticas. Como é que a gente faz essa integração horizontal? Claro que a gente tem integração em outros setores – eu combinei com o Fábio que eu não iria falar disso porque ele já ia falar –, mas, mesmo dentro dos setores, como é que a gente faz... A gente tem muito a caminhar nessa questão de fazer essa lógica da agricultura de baixo carbono permear todas as políticas. Não pode ser, "ah, eu estou no mesmo ministério, estou trabalhando com mudanças climáticas, e você toma uma decisão totalmente contrária a isso".

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GIAMPAOLO QUEIROZ PELLEGRINO – Ou seja, nós estamos brigando em vez de trabalhar em conjunto e seguir na mesma direção. E o Zarc, como instrumento de indução tecnológica e de adaptação da agricultura, sempre conseguiu fazer isso e permear essas políticas – o Zarc, acho que eu já citei, é o Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

Eu trouxe outros exemplos aqui, de demandas, de novos fatores de risco, de ampliação do território, de estruturação de um sistema mais integrado de avaliação de risco climático na agricultura.

Aqui é um exemplo que a gente fez com a TNC: de trabalhar essa questão da gestão do risco do lado da sustentabilidade incluindo os parâmetros socioambientais juntamente com a oportunidade econômica para a agricultura e como é que a gente mapeia e avança nisso. Quem está financiando isso são empresas produtoras de soja preocupadas com essa questão ambiental de como avançar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GIAMPAOLO QUEIROZ PELLEGRINO – E uma política que a gente tem esquecido... Como eu falei, a gente sempre fala muito do balanço de carbono, mas o Plano Nacional de Adaptação foi concebido. Ele não chegou a ser um plano com ações muito detalhadas e definidas, mas ele precisa também ser incorporado e ser mais integrado a essa discussão da política nacional.

Eu tenho muito essa preocupação e eu quis dar esse viés da adaptação mais forte porque a gente acaba sempre seguindo, e historicamente se evoluiu assim, na quantificação de carbono, mas a garantia da sustentabilidade é que vai permitir que a gente ganhe escala – pelo menos na agricultura, mas eu acredito que isso aconteça nos outros setores também – na disseminação dessas boas práticas climaticamente inteligentes e integradas.

Então, é mais essa lógica do ABC. Aqui são várias contribuições. Aqui só para citar, meu tempo já esgotou. É só para citar duas ações que estão no Plano Nacional de Adaptação para a agricultura, que seriam priorizadas, e que faz toda essa integração com as políticas climáticas dos outros setores, com o zoneamento de risco climático, com a gestão da informação, com o sistema de monitoramento de risco e vulnerabilidade – aí no caso para a agricultura – dentro do que está ali como CICLAg, que é um centro de inteligência climática na agricultura. Ou seja, a gestão da informação, a gente ter uma capacidade de estruturação dos diversos setores de diversos sistemas de monitoramento para que a gente consiga tomar a melhor decisão é essencial.

Porque, ao longo desse tempo todo, a gente tem tido várias lições. Eu não vou ler aqui, eu trouxe mais para a gente relatar. Mas essa questão, como o Senador já falou, de a política estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embasada no conhecimento técnico-científico, incorporar esse elemento e conseguir tomar a melhor decisão possível com aquela informação que a gente tem é essencial. Mas também melhorar a informação que a gente tem, e de uma forma mais organizada e estruturada, também é essencial para a gente evoluir e acertar cada vez mais na nossa política.

Então, eu acho que essa é uma preocupação que a gente tentou incorporar lá no Plano Nacional de Adaptação e que parece bem esquecida dentro da política nacional como um todo. Eu queria resgatar isso.

Eu não sou especialista. A Flavia pediu para a gente falar um pouco do PPCerrado, principalmente do PPCerrado e PPCDAm. O que eu tenho acompanhado são projetos que a gente tem feito, dentro desse FIP, que é um fundo de pesquisas para ações florestais. Aqui eu tirei da internet mesmo, foi uma consulta mesmo. Foi uma consulta, não foi um trabalho que a gente tenha feito. O que eu conheço bem é essa questão do TerraClass, que é um dos resultados das duas primeiras fases do PPCDAm. E aqui o que eu consultei foi o plano para a terceira fase e que está disponível naquele *link* na internet. Depois a gente pode consultar e analisar melhor. Mas o TerraClass ajuda nessa questão do monitoramento do desmatamento e das queimadas fazendo os mapeamentos... Isso já está dentro do projeto lá do FIP Paisagens Rurais, já está contratado, já está sendo executado em conjunto com essas instituições que estão elencadas ali ao lado, para 2016, para 2018 e para 2020.

Então, do lado do PPCDAm, o monitoramento do uso da terra é importante também dentro do programa de monitoramento dos biomas. O DETER, seja Amazônia, seja Cerrado, é a ferramenta do monitoramento contínuo. Isso aí eu consultei ontem, puxei a figura lá de quantificação de desmatamento.

Então, eu quis trazer só para a gente manter esses elementos aqui como também elementos essenciais para a gente aprimorar. A gente teve recentemente aquela discussão sobre os dados do Prodes, DETER e outras questões, mas, como o Ricardo falou também, o grosso das nossas metas até agora foi no desmatamento, e a gente precisa continuar esse monitoramento para que a gente garanta a eficiência e não deixe isso regredir.

Eu peço desculpa. Eu avancei um pouco no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sr. Giampaolo.

Imediatamente eu passo a palavra para o Sr. Fábio Marques para a sua fala.

O SR. FÁBIO MARQUES (Para exposição de convidado.) – Passamos de meio-dia, muito boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato, muito obrigado pelo convite. Agradeço, na pessoa do senhor, ao Senado e a toda a equipe, Flavia e demais colaboradores. É um prazer muito grande poder tentar contribuir com este debate no Brasil.

O Giam já fez uma prévia do que a gente vai tentar explorar. Minha vida ficou um pouco mais fácil, pois fui precedido tanto pela apresentação dele como pela do Ricardo, mas eu talvez tenha uma abordagem um pouco diferente: em vez de entrar especificamente nos planos, a minha ideia é falar um pouco sobre as interfaces, a importância que talvez uma gestão um pouco mais integrada pode ter para o futuro da política e dos planos setoriais de mitigação.

Basicamente, eu sou diretor de uma empresa que se chama Plantar Carbon. É uma empresa brasileira. Basicamente nós começamos há quase 20 anos nessa área de mudança do clima e economia de baixo carbono, desenvolvendo o primeiro projeto no Brasil de crédito de carbono no âmbito do MDL. Fizemos o primeiro projeto no mundo de emissão de crédito de carbono florestal pela ONU, também por esse mecanismo. E, a partir disso, evoluímos, trabalhamos também com outros setores, e isso nos deu algum tipo de aprendizado ao longo dessas duas décadas.

A ideia, como eu mencionei, da apresentação seria basicamente tratar de três temas, e vou tentar aqui ficar dentro do tempo. O primeiro é a integração das sinergias entre setores e planos, principalmente no plano indústria, energia e na parte de agricultura, do agro. Num segundo momento, a integração das sinergias nos planos – aí especificamente eu vou falar um pouco, de uma maneira complementar ao que o Giam mencionou, sobre a parte de uso da terra e florestas. E, por fim, vou tratar um pouco também de meios de implementação, com foco em mecanismos de mercado de carbono como instrumento estratégico para que se possa implementar essas diversas medidas e, ao mesmo tempo, ganhar competitividade. Talvez seja um dos desafios estruturais: como conseguimos promover uma conciliação entre a redução de emissões e o ganho de competitividade, fortalecendo a inserção do Brasil na economia global de baixo carbono. Esse, então, é o objetivo.

Começando com a primeira parte, e aí a gente tem, eu acho, uma questão bastante estrutural: as emissões, do ponto de vista contábil, têm que ser apuradas de uma forma separada do uso da terra, por uma série de questões metodológicas – e isso já é preconizado pelo IPCC, pela própria convenção da ONU, inclusive créditos no âmbito do MDL, etc. –, mas apurar separadamente não significa que esse balanço não possa ser feito e pensado de uma forma integrada, não só por uma questão de eficiência, mas principalmente por uma questão de eficácia da política pública. Vou dar aqui alguns exemplos. No setor de energia, você pode ter o uso de biomassa florestal como fonte de mitigação no sistema interligado nacional e, ao mesmo tempo, pode haver as remoções ou o sequestro de carbono gerado pelo suprimento daquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

biomassa, inclusive restauração de áreas de conservação. Isso pode ser trabalhado de uma forma integrada, fazendo o balanço no nível macro. O Giam inclusive mencionou esse balanço em um nível micro, digamos assim – não é, Giam? –, num nível de projetos. Existe inclusive uma oportunidade de melhorar esse potencial por melhores condições nos leilões de energia para biomassa florestal, que é uma fonte perene também de geração de energia.

Falando na mesma lógica mas em relação ao Plano Indústria, nós temos também emissões de diversos setores que são tratadas nesse Plano Indústria. Peguei aqui alguns exemplos: as emissões fabris do segmento de papel e celulose, da siderurgia a carvão vegetal e renovável, outros segmentos, como chapas, painéis, madeira tratada para construção, bio-óleos, etc. Essas emissões são tratadas no Plano Indústria.

Nós temos, por outro lado, na parte agro, do uso da terra e floresta, as remoções, ou seja, o sequestro de carbono que essas atividades também geram, e elas não entram de uma forma integrada no plano indústria, inicialmente por uma questão contábil, mas o que eu estou tentando dizer é que isso pode ser gerido de uma maneira integrada, porque isso encetaria o potencial de mitigação de uma atividade ou de um setor como um todo, até para poder otimizar aquela política pública. Muitas vezes, por exemplo, o potencial de sequestro de carbono pode ser maior, até substantivamente maior, do que as emissões ao longo de um bom período de tempo. Então, isso seria uma primeira vertente, um potencial de melhoria, de pensar a interface tanto da parte de energia quanto da parte de indústria com as possíveis remoções que podem ser geradas no uso da terra associado àqueles setores.

Eu já vou para a segunda parte da apresentação. Essa mesma lógica de integração, mas em um recorte do agro, e aí talvez a coisa fique até um pouco mais óbvia.

A gente tem também um desafio da parte de comunicação. Quando olhamos o perfil de emissões do Brasil hoje em dia – esse eslaide resume um pouco isso –, percebam que no uso da terra nós só estamos enxergando ali o nosso – entre aspas – "passivo". Ali só estão sendo relatadas as emissões, principalmente provenientes do desmatamento. Então, como é que a gente consegue equilibrar, inclusive do ponto de vista de comunicação, o que pode ser um aspecto mais sensível, especialmente do desmatamento ilegal, mas sem perder de vista os ativos brasileiros nessa área, que também são muitos? Existe um potencial bom de remoções de carbono, tanto por floresta plantada quanto por áreas de conservação, reserva legal e APP, inclusive em sistemas agrícolas também – por que não? –, mas isso não aparece nessa conta, porque muitas vezes as emissões são maiores, especialmente por causa do desmatamento ilegal, que acaba ofuscando esses ativos brasileiros. Então, nós temos aí um desafio que não é só de conteúdo, mas também de comunicação, e percebam que isso perpassa não só a parte de uso da terra e floresta, mas lembrem que eu mencionei a parte da energia, no eslaide

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

anterior; a própria parte industrial tem uma conexão com isso também. Então, se essa comunicação não ficar muito clara, esses potenciais ativos brasileiros, inclusive potencialmente ativos econômicos diretamente vinculados à nossa economia, acabam ficando mais ocultos do que deveriam.

Esse eslaide talvez demonstre com maior clareza. Aqui nós temos somente as emissões relacionadas ao uso da terra e florestas. Percebam, então, como mencionado inclusive nas apresentações anteriores, que as barras azuis são as emissões – o grosso aqui é emissão de desmatamento – e as barras verdinhas são as remoções, que é exatamente o que eu estou comentando de ter uma abordagem um pouco mais integrada.

Percebam, no final, a partir de 2009 principalmente, quando houve uma queda grande no desmatamento no Brasil, e vejam como as remoções estão aí caminhando quase que numa equivalência, mas isso muitas vezes não é visto porque o que aparece são só as emissões do desmatamento, que têm uma escala muito maior – na verdade, tinham, hoje diminuiu, apesar de estarmos enfrentando um desafio que é constante e estrutural. Mas percebam que, quando se coloca numa perspectiva relativa, essa integração e a importância disso ficam muito claras. Vejam como as remoções, no final de 2015, de novo, quase que se aproximam das emissões, e muitas vezes isso passa despercebido.

A mesma coisa para o setor agropecuário. Aparecem aqui as emissões relacionadas a diversas atividades, por exemplo: fermentação entérica de gado de leite e de corte, manejo de suínos e de aves; enfim, uma série de questões relacionadas somente às emissões do agro, as questões que eu mencionei antes. E todo o potencial de remoções, inclusive em APPs e em reservas legais, poderia de alguma forma ser conectado nesse relato e na gestão também porque, na verdade, o balanço do agro não é só isso, existe também ali o sequestro de carbono que está contabilizado em outra parte. Então, de novo: apesar da contabilização ter que ser apurada separadamente, nada impede que tenhamos uma gestão integrada para mostrar, de fato, o que acontece e inclusive o que são os ativos brasileiros que podem ser valorizados, e não simplesmente ofuscados por outros processos mais desafiadores, sem falar nas sinergias e incentivos para a própria implementação do Código Florestal.

Nós temos aí as três siglas: o CAR, o PRA e as CRAs (Cotas de Reserva Ambiental), que podem ter uma sinergia importante nessa abordagem mais integrada, e um ótimo exemplo está na própria Embrapa. Acho que você mencionou, Giam, de uma forma mais... Não estou lembrado agora, mas, enfim, um bom exemplo dessa abordagem integrada é o programa Carne Carbono Neutro, que a Embrapa tem desenvolvido e visa exatamente mostrar a propriedade de uma maneira integrada e não só as emissões da pecuária, mas o que aquilo remove de carbono, inclusive pelo ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta). Ou seja,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existem já algumas iniciativas que precisam ser ampliadas e também tratadas do ponto de vista intersetorial.

E, por fim, eu queria falar um pouco de um elemento que, na minha visão, pode ser estratégico para a implementação disso, inclusive para a conexão com a competitividade, que é o vínculo com mercados de carbono. Para que a gente tenha uma ordem de grandeza, hoje em dia no mundo existe aí uma série de iniciativas já de precificação de carbono, que só no ano passado movimentou quase US$82 bilhões. Metade disso estava associado a receitas para governo, cobrindo aí de um quinto a um quarto já de todas as emissões mundiais.

O Brasil está em amarelo, porque, na verdade, há uma iniciativa em discussão – eu tenho certeza de que isso já deve ter sido mencionado aqui, em algumas reuniões anteriores –, a PNR, em parceria com o Banco Mundial, para estudar uma possível precificação de carbono no Brasil. Estamos aguardando a divulgação de alguns estudos pelo Ministério da Economia para que isso possa ser avaliado.

Fazendo, então, um *link* desse potencial de mercado de carbono com as interfaces que eu mencionei nos *slides* anteriores, nós podemos aproveitar essa lógica também para essa interface, sobretudo, para valorização das remoções, volto a dizer, não só na parte florestal, mas em sinergia com outros segmentos. Já temos um precedente positivo, regulatório, no Protocolo de Quioto, no MDL, que permite a geração de créditos de carbono florestais para atividades de reflorestamento e restauração. E existem diferentes formas de se abordar isso também no mercado nacional, além do multilateral. Está sendo negociada agora uma transição do atual mecanismo para o Artigo 6º, em que se discutem os novos mecanismos de mercado no Acordo de Paris.

Em nível nacional, podemos ter uma abordagem baseada no balanço entre emissões e remoções de diversos setores que podem estar envolvidos com isso, o que é fundamental para que se tenha uma visão adequada do impacto econômico da variável carbono, não só da parte de emissões. Pode haver uma abordagem de créditos florestais por reflorestamento e restauração para atividades fora desse sistema regulado.

Por fim, podem se aproveitar sinergias com as próprias cotas de reserva ambiental já em regulamentação pelo próprio Código Florestal Brasileiro.

Então, já existe um precedente internacional multilateral positivo do ponto de vista regulatório, que pode ser aproveitado em nível doméstico.

Uma outra questão importante é que já existem soluções também regulatórias para a questão da não permanência, assim dizemos, que é um risco natural quando se trata de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carbono florestal. Aquele carbono tem o risco de retornar para a atmosfera. Então, como é que a gente gere isso para que isso possa ser contabilizado da forma mais adequada em que o benefício climático não seja desperdiçado? Já existe também uma solução para isso em nível multilateral. Os créditos podem ser considerados como temporários, sendo renovados ao longo do tempo. O próprio MDL já permite isso.

No nível voluntário, existem também experiências interessantes com *buffers* ou reservas, como se fosse separar uma parte desses créditos que podem servir de reserva em caso de reversão de parte dos créditos em alguma atividade ou algum sistema. Ou seja, quanto a isso que antigamente já foi um grande tabu regulatório, já existe solução para que essa abordagem integrada seja feita também.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FÁBIO MARQUES – Existem aí uma série de desafios, apesar de terem havido avanços importantes.

Um primeiro, na minha visão, é exatamente como conseguimos integrar esses mecanismos de mercado com políticas públicas, inclusive para fortalecê-las – usá-los como meios de implementação.

Um segundo ponto importante é a própria demanda do mercado. Existem restrições no uso desse tipo de crédito em mercados importantes, inclusive no sistema de comércio de emissões europeu. Algumas pessoas falam, inclusive, de protecionismo climático por deixar alguns tipos de crédito de fora.

E o Brasil pode ser líder nessa história pelo potencial que temos de gerar ativos nessas áreas e não ficarmos aí simplesmente com dificuldades em relação a alguns passivos.

Por isso a gente precisa incrementar não só soluções técnicas, mas também soluções políticas, para viabilizar as diversas ambições do Brasil ao longo do tempo.

E temos aí uma meta, como o Ricardo mencionou, na nossa MDC, bastante ambiciosa. Ela é considerada uma das mais ambiciosas do mundo, certamente a mais ambiciosa entre os países em desenvolvimento. Obviamente, não é fácil fazer. Mas ela foi pensada dessa forma.

Por fim, existe também a possibilidade de integrar esses mercados de carbono com outros instrumentos financeiros. E aqui eu vou dar um exemplo próprio do que nós fizemos há algum tempo, há mais de décadas, que foi a securitização de recebíveis lastreada em carbono. O banco que nos comprou esses créditos aceitou que fizéssemos um empréstimo e considerássemos o crédito como um colateral, uma garantia. Com isso, o *spread* bancário se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reduziu, porque esse colateral seria pago pelo Banco Mundial. É diferente você ter um *spread* bancário para uma empresa específica e ter um *spread* bancário cujo risco é o risco do Banco Mundial. É um risco menor, e, por conseguinte, você consegue um financiamento mais atrativo. Isso acabou viabilizando uma operação substantiva. Além do valor do crédito, conseguiu-se também pensar num mecanismo de financiamento inovador que permitisse a antecipação do recurso.

Já terminando, algumas mensagens finais. Acho que essa abordagem integrada é chave por diversos aspectos. Destaco aqui três. O primeiro, os potenciais de mitigação podem ficar mais óbvios e também haver mais justiça na avaliação de atividades produtivas, olhando não só a parte de emissões, mas também os potenciais no uso da terra. Dar-nos a chance de equilibrar ênfases que às vezes podem ser exageradas em relação aos passivos que temos e aos desafios que temos estruturalmente como País. Quer dizer, claro que deve haver sempre o combate ao desmatamento e deve ser sempre uma prioridade, esse é um assunto crucial não só devido à questão climática, mas também de sustentabilidade da produção no Brasil. Mas nós temos também ativos muito substantivos que precisam ser olhados, destacados numa abordagem equilibrada, inclusive, para que se tenha aí um portfólio sustentável. Esses ativos podem gerar diferenciais reais para a economia brasileira. Eles podem de fato ser conectados com diversas atividades produtivas. E, como eu disse, isso não se aplica só para o setor ou para setores de base florestal, mas também para uma série de segmentos na indústria e no agro que também podem ter um papel relevante nessa parte de mitigação.

Por fim, é fundamental internalizar a variável carbono num nível econômico, principalmente por meios de instrumentos de mercados de carbono e que a gente possa aproveitar a sinergia desses instrumentos com as atuais políticas e regulamentações, inclusive, o Código Florestal brasileiro.

Então, basicamente essa era a mensagem que eu buscaria agregar. O eslaide mais importante é sempre o último, não é, Senador? (*Risos.*)

Muito obrigado pelo convite para a ciência, e estamos à disposição para evoluir no debate.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu é que agradeço a colaboração e a presença dos três expositores.

Quero lembrar que hoje, na reunião técnica, à tarde, os convidados da manhã e outros especialistas tratarão dos demais planos setoriais, como transporte, indústria, incluindo o subsetor de siderurgia, entre outros, além de aprofundar o que já foi tratado aqui nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os que desejarem participar desse evento podem também enviar perguntas e comentários por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Eu pediria a colaboração e a paciência dos expositores para, dentro do possível, tentarem responder ao máximo, porque são alunos, são pessoas que estão acompanhando e que estão tendo uma participação... Eu acho que a gente tem que prestigiar, e é para isso que esta Casa existe, efetivamente.

Então, vou ler todas, mas depois eu passo à mão de vocês e vocês sintam-se à vontade para responder a qualquer uma delas. O.k.?

Yanara Ferreira, do Distrito Federal: "O Brasil não deveria embutir os gastos ambientais, como uso do solo e da água, no valor final dos produtos do agronegócio nas exportações?".

Natália Oliveira, do Distrito Federal: "Como os resultados de pesquisas acerca da estocagem de carbono pelas florestas têm sido considerados na implementação dos planos?".

Também do Distrito Federal, Guido Briceno. "Como o Brasil está avaliando a diminuição de emissões de gases de efeito estufa provenientes da gadaria?".

Jorge Reategui, do Distrito Federal. "Como o Brasil está preparado para uma emergência climática global?".

Eraldo Matricardi, também do Distrito Federal: "As afirmações de que as mudanças climáticas ocorrem com efeito planetário, sem interferência humana, foram discutidas no âmbito do PNMC?".

Existem outras aqui. Também da Yanara Ferreira: "Por que não inserir nos planos setoriais planos estaduais e municipais de redução e alternativas ao desmatamento e às queimadas?".

Jorge Reategui: "A aplicabilidade dos planos está tendo sucesso quanto à diminuição das taxas de desmatamento e queimadas na Amazônia Legal e no Cerrado?"

Priscila do Prado, do Distrito Federal: "Quais meios de comunicação estão sendo utilizados para dar visibilidade para as medidas estabelecidas pelo PNMC?".

Daniel Tibes, do Paraná: "O Brasil vai continuar sendo signatário dos acordos de emissão de carbono?".

Natália Oliveira, do Distrito Federal: "Por que ações diretas de recuperação e restauração da vegetação estão fora dos objetivos da PPCDAm e do PPCerrado?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Carlos Moreira, de Minas Gerais: "Com o crescente aumento dos centros urbanos, quais são as propostas para mitigar os efeitos das ilhas de calor urbanas?".

Só para não dizer que também não fiz, o Senador que iniciou esta audiência pública, deixou aqui dois questionamentos dos quais vou também proceder à leitura.

> Os planos setoriais da política nacional sobre mudança do clima abarcam diversas dimensões da economia, como energia, transporte, indústria de transformação, mineração, apenas para dar alguns exemplos. Se fôssemos nos basear apenas no que está proposto, já teríamos reduzido sensivelmente nossas emissões de carbono e nós aproximado ou mesmo alcançado as metas previstas em nosso compromisso voluntário.
> É evidente que há uma distância entre o que foi previsto e o que de fato foi implementado. No entanto, para além da pergunta óbvia sobre as causas desse ato, supomos que haja alguma resistência, de natureza cultural, no sentido de que, para determinados setores, as orientações trazidas no plano setorial se constituam exigências que contrariam práticas há muito sedimentadas.
> Se essa premissa é correta, pergunto: na opinião dos senhores, quais as áreas com menor aderência aos planos setoriais? O que justifica essa menor aderência?
> [O segundo questionamento do Senador:]
> Planos setoriais têm a prerrogativa de apontar, para determinada área, as medidas necessárias, assim como as estratégias específicas do setor para o enfrentamento das mudanças climáticas, mas podem trazer a limitação de não conversarem entre si. O risco é o de termos planos fragmentados que não se influenciam reciprocamente, sem, portanto, uma visão transversal de conjunto. Como os senhores percebem a transversalidade entre os diversos planos e políticas para a redução das emissões de carbono? Caminhamos de maneira sistêmica ou ainda segmentada? Como efetivar a perspectiva transversal para o enfrentamento das mudanças climáticas?

Eu sei que foram muitos os questionamentos, mas eu os passo às mãos dos senhores palestrantes e, aí, vocês podem optar por responder, está bem?

Passo a palavra ao Sr. Fábio Marques.

O SR. FÁBIO MARQUES (Para exposição de convidado.) – Bom, muito obrigado, mais uma vez, Senador.

Como o senhor mencionou, são, de fato, muitas perguntas. Eu escolhi aqui três para tentar responder, ou contribuir para esclarecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou começar pela primeira pergunta. Não vou lembrar aqui o nome da pessoa, me desculpe, mas... Aliás, está aqui na minha frente, vou citá-lo: é da Yanara Ferreira, do Distrito Federal. É sobre a questão de embutir os gastos ambientais no valor final dos produtos.

Na verdade, Yanara, foi um pouco do que eu comentei: de se usar mercados de carbono para que essa variável econômica possa ser considerada no valor dos produtos. Essa é uma maneira de se fazer isso, e pode ser feito tanto em nível internacional, como tem-se tentado fazer aí pelo art. 6º, do Acordo Paris, está em negociação, como se tentou e se fez, com relativo êxito, eu diria até bastante substantivo, no MDL, do Protocolo de Kyoto, e pode ser feito também em nível nacional, eventualmente até com ligações com outros sistemas, como o Brasil está estudando.

Eu mencionei aquela iniciativa numa parceria do Ministério da Fazenda com o Banco Mundial, chama-se PMR – Partnership for Market Readiness, é a sigla do programa –, que está exatamente estudando possibilidades de se precificar o carbono no Brasil. Aqui você mencionou outras variáveis além do carbono, mas a lógica é relativamente parecida. O que facilita um pouco esse processo com o carbono é porque é uma variável global. Não importa onde se emita o carbono, o efeito para o clima é o mesmo. É um pouco diferente de alguns outros temas, como água e biodiversidade, que podem ter um impacto um pouco mais local.

Então, essa é a resposta à primeira pergunta.

Sobre a outra pergunta, sobre pesquisas relacionadas à estocagem de carbono: acho que existe aí uma oportunidade muito interessante, a Embrapa já fez vários trabalhos, fizemos até já alguns em parceria com a Embrapa. A parte florestal tem diversos reservatórios de carbono, como costumamos dizer, na árvore, nas raízes, no solo, na serrapilheira. E há uma parte específica, Senador, em que eu acho que o Brasil tem uma oportunidade boa, que é a contabilidade do que a gente chama dos produtos madeireiros colhidos.

Por exemplo, o carbono está que aqui nesta mesa. Isso, numa escala grande, pode também representar um aspecto substantivo. Já se permite hoje em dia, pela regulamentação multilateral, contabilizar isso. O Brasil ainda não o faz, e eu acho que seria uma oportunidade bastante interessante para se incrementar as pesquisas em relação à estocagem de carbono.

Por fim, os planos estaduais, que também foi objeto de uma pergunta feita. Eu acho que, aí, talvez, um dos grandes desafios que a gente tenha seja exatamente a coordenação entre essas políticas. Quer dizer, nós temos uma política nacional, que é complexa até pela natureza do tema e, que eu me lembre, já são mais de 22 políticas estaduais de mudança do clima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quer dizer, como a gente coordena esse conjunto de iniciativas para que não haja sobreposições e, principalmente, para que haja sinergias? O Ricardo mencionou aqui um tema muito interessante no começo: avaliar o que é de responsabilidade da União, o que é do Estado, o que é dos Municípios. E essa pode ser uma maneira de se otimizarem esses esforços. O que a gente deve evitar, até por uma questão de escassez de recursos, é a duplicação. Então, em relação às políticas estaduais, eu diria que um dos principais desafios é a coordenação. Eu sei que o Governo Federal tem um núcleo de articulação federativa que busca tentar fazer isso ao longo do tempo, mas é sempre um desafio.

Vou parar por aqui e deixar meus colegas responderem as outras.

Seriam as minhas contribuições. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Sr. Ricardo para a sua manifestação.

O SR. RICARDO ESPARTA (Para exposição de convidado.) – Obrigado.

Eu vou pegar quatro contribuições e tentar fazer comentários rápidos.

O Daniel Tibes, do Paraná, pergunta: "O Brasil vai continuar sendo signatário dos acordos de emissão de carbono?"

O Brasil já tem isso como lei e tem compromisso nesse sentido assumido perante a Convenção do Clima. Se, em algum momento, houver uma manifestação do País querendo sair desse acordo, isso não é feito do dia para a noite. Isso é feito de propósito em acordos multilaterais para que essas mudanças não sejam feitas de maneira errática. Então, assim, o Brasil vai continuar signatário, no mínimo,por quatro anos, que é o quanto levaria o processo se o Brasil decidisse sair disso, ou seja, mesmo decidindo sair, teríamos que cumprir uma parte. E eu dou a minha opinião pessoal: não acho razoável a gente sair, porque, como a gente conversou aqui anteriormente, o Brasil tem muitas vantagens em permanecer nessa discussão.

O Eraldo Matricardi, do Distrito Federal, pergunta: "As afirmações de que as mudanças climáticas ocorrem com efeito planetário, sem interferência humana, foram discutidas no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima?"

A gente precisa diferenciar algumas coisas. A Política Nacional sobre Mudança do Clima é uma política que vai reagir a uma mudança do clima que está determinada pela ciência. Quem decide se isso é bom ou se isso é ruim para o Brasil é a ciência. A ciência decidiu isso, e o Brasil, em algum momento, decidiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação a que mudanças climáticas ocorrem com efeito planetário: já está bem determinado que existe uma influência, mas a grande influência do que nós estamos observando, nos últimos 150 anos, é a influência do ser humano. E a política nacional vai reagir à melhor ciência disponível neste momento.

Eu queria pegar um pouco aqui os dois comentários, os dois pedidos de informação do Senador Wellington Fagundes. No primeiro deles, ele termina dizendo assim: "Na opinião dos senhores, quais as áreas com menor aderência aos planos setoriais e o que justifica essa menor aderência?"

Existe uma dificuldade em responder isso – eu falei um pouco na minha apresentação. A gente tem um monitoramento muito frágil das políticas, e isso é alguma coisa que a gente precisaria melhorar para uma próxima política, que espero que seja realizada, considerando um pouco disso que a gente comentou aqui. A gente precisa ter um monitoramento. A gente precisa ter uma avaliação. A gente precisa ter um reporte. A gente precisa ter um reajuste, se necessário. E essa verificação de aderência só vai ser possível se a gente tiver esses números coletados. Eu não consigo dizer onde há uma maior ou uma menor aderência. Uma coisa é clara: o desmatamento diminuiu muito fortemente, mais ou menos no período de 2005 até 2012 – isso foi resultado de políticas públicas – e está, mais ou menos, estacionado desde 2012. E, com esse valor, toda a aderência do plano foi feita essencialmente com redução de emissão. Todos os outros setores seguiram mais ou menos o que estava previsto, com algumas melhorias econômicas.

Um exemplo que acho que merece ser citado é a energia eólica, que era muito cara no início dos anos 2000 e hoje é uma das mais baratas. A energia solar fotovoltaica era absurdamente cara nos anos 2000 e hoje é uma das mais baratas. Então, são desenvolvimentos que a gente precisa aproveitar e utilizar porque hoje é economicamente atraente fazer isso.

E a segunda pergunta dele é: "Como os senhores percebem a transversalidade entre os diversos planos e políticos?"

O Fábio fez toda uma apresentação falando como é que eu integro, como é que eu coloco toda essa informação de que eu tenho emissões, sim, no desmatamento, mas eu tenho também a oportunidade de, no reflorestamento, melhorar isso. Com a produção de energia através de biomassa eu vou ter também um ganho. Então, para responder isso, dê uma olhada no que o Fábio falou. No início da apresentação dele, ele está respondendo justamente esse ponto.

Eu fico por aqui para dar oportunidade para os outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o Senhor Giampaolo.

O SR. GIAMPAOLO QUEIROZ PELLEGRINO (Para exposição de convidado.) – Já pegando o gancho aqui das perguntas do Senador Wellington, só complementando.

Nessa primeira pergunta, ele fala um pouco da quebra...

(*Soa a campainha*.)

O SR. GIAMPAOLO QUEIROZ PELLEGRINO – ... de barreiras para a adoção das práticas e tal.

Eu acho que eu acabei falando bastante nesse sentido de usar não só os planos, mas também as demais políticas como um fator de integração. Eu acho que ele citou também a dicotomia ou divergências de políticas, de a gente – eu também falei sobre isto – tentar ter um plano mais integrado e convergente, e também falei dessa quebra de barreiras por meio da atuação desses planos como indutores tecnológicos estimulando essas boas práticas. Então, eu acho que as colocações deles estão bem pertinentes e, óbvio, essa questão da integração: eu falei dentro do setor e o Fábio falou entre setores. Eu acho que está bem respondida.

Pegando aqui algumas que faltaram e para as quais eu talvez consiga contribuir.

Em relação a essa questão da Natália, sobre a questão do estoque de carbono: o Fábio apresentou a questão da quantificação dos estoques, eu mostrei alguns projetos, aqueles que a gente trata lá de balanço de carbono. Balanço quer dizer que eu estou considerando os estoques e as emissões e tentando fazer esse cômputo, um balanço do nosso saldo lá, do quanto a gente está emitindo mais ou estocando mais. Então, isso tem sido, sim, considerado. Em todas aquelas políticas do Plano ABC, pelo menos, de que eu tenho maior conhecimento, as quantificações que nós fizemos e as proposições foram baseadas nessa capacidade de essas ações estocarem carbono, não só de reduzirem emissões, mas também de estocarem carbono. Então, isso está, desde o início, permeando os planos.

O Guido pergunta da diminuição das emissões provenientes da, como ele fala, "gadaria" – em espanhol se fala *ganaderia* –, que a gente chama de pecuária. De novo, essas ações do Plano ABC, se a gente reparar lá, têm recuperação de pastagens degradadas, a gente tem a integração de lavoura, pecuária e floresta basicamente, e são duas grandes ações muito vinculadas à pecuária. E elas estão, desde o cerne, com essa preocupação de como diminuir as emissões e como melhorar esse balanço.

E, do lado da pesquisa, porque ele não está restringindo ao plano, a gente tem feito diversas pesquisas – o Fábio citou algumas – de como a gente trabalha essa redução também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das emissões propriamente, não só da melhoria do estoque, mas da redução das emissões. O Fábio citou aquele Carne Carbono Neutro, que é um programa em que a gente tenta fazer esse balanço justamente tentando estimular, através de um selo, o estoque de carbono nas florestas, dentro do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta, para reduzir essas emissões e melhorar os estoques. Então, isso acho que está bem tratado lá também.

Acho que tinha só mais uma aqui, que era...

Eu não sou especialista também no PPCerrado e no PPCDAm, mas há duas ou três questões aqui relacionadas à inclusão dos Municípios, ou estaduais e municipais... Isso, até onde conheço, na nova fase do plano, na terceira fase do plano, já está incluído. Essa é a principal preocupação do PPCerrado, pelo menos da abordagem subnacional.

E, aqui: por que a restauração florestal não está incorporada no PPCDAm e no PPCerrado? A justificativa nesses programas é que ele foca, de fato, o monitoramento do desmatamento – e, no caso do Cerrado, o controle das queimadas –, mas ele tem forte interação com as outras políticas que trabalham essa questão da restauração. Mas eu concordo que isso precisa ser ampliado e precisa permear mais, talvez, essa lógica... Os planos setoriais de mudanças climáticas devem permear também outras políticas.

Não sei se respondemos todas, mas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu agradeço a todos.

Antes de finalizar, quero mais uma vez agradecer ao Prof. Eraldo Matricardi, do curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da Universidade de Brasília, agradecer a todos aqueles que deram a sua contribuição pelo portal e-Cidadania, aos alunos. E, mais uma vez, eu agradeço aos cientistas, especialistas e técnicos, que se reunirão hoje a tarde para dar prosseguimento aos trabalhos com a consolidação do que ouvimos e aprendemos aqui hoje.

A exemplo das reuniões técnicas anteriores, alguns desses convidados participarão por videoconferência. Essa modalidade à disposição das Comissões, além de economizar recursos públicos e tempo desses colaboradores, não gera emissões de gases de efeito estufa e contribui para o alcance dos compromissos assumidos pelo País.

Alguém...

O SR. FÁBIO MARQUES (Para exposição de convidado.) – Já que o senhor mencionou, Senador, que nós estamos tendo o privilégio de ser acompanhados aqui por uma turma de Engenharia Florestal, eu queria aproveitar e fazer a indicação de um livro que acabou de sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu não sou organizador – até uma das organizadoras está aqui, a Flávia –, eu posso fazer propaganda: acabou de sair um livro do Ipea sobre o legado do mecanismo de mercado aqui no Brasil, do MDL, e há um capítulo lá só sobre a parte florestal, de energia, enfim... O Ricardo também participou. Talvez seja uma referência fresquinha que o Ipea acabou de produzir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É uma boa indicação! Fica a dica aí.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 42ª Reunião, realizada em 24/09/2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(*Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 44ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e dezenove minutos do dia três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Leila Barros, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Jayme Campos, Rodrigo Cunha, Mara Gabrilli e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Telmário Mota, Lucas Barreto, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 60/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Finalidade:** Audiência pública, com o objetivo de debater estratégias e boas práticas de gestão e governança em Unidades de Conservação Federais. **Participantes:** Sr. Adriano Martins Juras, Auditor Federal de Controle Externo - TCU (representante de: Sr. Hugo Chudyson Araujo Freire - Secretário de Controle Externo do TCU). Sra. Luciene Pohl, Instituto Internacional de Educação do Brasil (representante de: Observatório do Manejo Florestal Comunitário e Familiar - OMFCF). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 2019, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia sete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença do Senador Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Leila Barros, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Telmário Mota, Lucas Barreto, Otto Alencar, Jayme Campos e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2019 - CMA, de autoria do Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Instruir o PLS 454/2017, que pretende a vedação a comercialização e a circulação de automóveis movidos a combustíveis fósseis a partir de 2060. **Participantes:** Sr. Paulo Alvim, Secretário de Empreendedorismo e Inovação (representante de: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações); Sr. José Mauro Ferreira Coelho, Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (representante de: Empresa de Pesquisa Energética); Sr. Ricardo Guggisberg, Presidente da Associação Brasileira de Veículos Elétricos - ABVE; Sr. Maurício Siqueira Francisco, Presidente da Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Ciclomotores e Similares – ABRAFICS. Sr. Henry Joseph Jr., Diretor Técnico da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA. **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/07

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e vinte minutos do dia dez de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Soraya Thronicke, Major Olimpio, Leila Barros, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Eliziane Gama, Telmário Mota, Lucas Barreto, Otto Alencar e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões 43, 44 e 45, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 40/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), REQ 13/2019 - CMA, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros, e REQ 44/2019 - CMA, de autoria da Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Finalidade:** Receber "Contribuições para avaliação do Plano Agricultura de Baixo Carbono" para instruir a avaliação da Política Nacional de Mudança do Clima, selecionada pelo Requerimento nº 13/2019-CMA, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal. **Participantes:** Sr. Marcelo de Medeiros, Coordenador de Políticas Públicas do Imaflora (representante de: Sr. Luiz Fernando Guedes Pinto – Imaflora); Sra. Leila Harfuch, Sócia-gerente da Agroícone (representante de: Sr. Rodrigo Lima, Sócio-diretor da Agroícone); Sr. Raoni Rajão, Pesquisador (representante de: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG); Sr. Pedro Machado, Pesquisador (representante de: Gustavo Mozzer, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa). Sr. Eduardo Brito Bastos, Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG (representante de: Sr. Luiz Cornacchioni - Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 752, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2016** que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2787, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem; e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta e pelo acolhimento parcial da Emenda de nº 1 – CMA, na forma de subemenda. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 3480, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 66, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 31/2019 - CMA, destinada a instruir o PLC 65/2016." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 67, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública para debater as manchas de óleo que apareceram no litoral brasileiro." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 68, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre as manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 69, de 2019** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre as manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 70, de 2019** que: "Requer realização do Seminário Big Push (Grande Impulso Ambiental)" **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/10

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos!

Agradeço a Deus a oportunidade por mais esta reunião na Comissão de Meio Ambiente.

Antes de dar início à reunião, gostaria de pedir permissão para proferir algumas palavras.

No início do ano, o desastre de Brumadinho, com o rompimento da Barragem Córrego do Feijão, fez-nos travar embates ligados aos riscos das barragens no Brasil. Depois, a Amazônia: desmatamento e queimadas. Agora, contaminação decorrente das manchas de óleo no litoral do País. Confesso que ontem eu fiquei ainda mais triste quando li que, no Rio São Francisco, que já não tem mais força para entrar no mar, o mar está entrando no rio e levando todo aquele óleo.

Estamos em uma fase indigna quanto ao estado do meio ambiente no Brasil. A postura do Executivo é reativa. Não enxerguei até agora a operacionalização de qualquer planejamento no sentido de executar uma estratégia para evitar danos ambientais. É preciso dar um fim a essa fase de reatividade para entrar no campo da proatividade. Necessitamos de uma postura enérgica que enfrente as ameaças de impactos ambientais negativos. Esses já são indícios de futuro dano ambiental.

Em nota à imprensa, datada de 8 de outubro de 2019, a Marinha do Brasil informou suas ações desde o início do aparecimento das manchas, em 2 de setembro de 2019. Não estamos seguros de todos os potencialmente prejudicados com esse tipo de contaminação ambiental, poluição marítima. Não estavam preparados para enfrentar a crise que se instaura quando ocorrem eventos de derramamento assim, tampouco coordenados os órgãos competentes para o gerenciamento da crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Derramamento de óleo no mar causa impactos prejudiciais nas águas marinhas, nas espécies da biodiversidade que nela vivem, bem como nas pessoas que nele habitam, frequentam-no ou realizam atividades dependentes da integridade daquele ecossistema.

Fico muito triste porque são praias belíssimas no Nordeste, com potencial turístico internacional e que, neste momento também, serão afetadas, sem falar na população que vive ali, ou seja, há um impacto social e econômico muito grande.

Esse tipo de poluição ambiental e marítima, além de ofender a legislação, também vai de encontro ao objetivo do Desenvolvimento Sustentável nº 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O caso das manchas de óleo na costa brasileira afeta mais de um Estado da Federação, em especial Bahia e Fortaleza, que dependem intensamente do turismo, da pesca, da conservação daquela natureza. As imagens das tartarugas da região cobertas de óleo são impressionantes e por si mostram o impacto causado. Cabe saber quais medidas são necessárias e se vêm sendo tomadas para resolver esse caso de poluição ambiental e marítima nessas áreas afetadas ou em risco, incluindo providências de curto, médio e longo prazos que visem a evitar novos episódios similares de contaminação das águas e do meio ambiente em geral.

Os Requerimentos nºs 66, 67 e 69, da CMA, possibilitarão recebermos informações adicionais diretamente dos Ministérios e seus mandatários em exercício. Eu já fiz aqui três requerimentos de audiência pública e pedido de informação tanto ao Ministro de Meio Ambiente quanto ao Ministro de Minas e Energia.

O nosso objetivo nesta Comissão de Meio Ambiente é levar o Senado Federal para a sociedade. É preciso derrubar os muros do Congresso. É preciso que o Parlamentar interaja diretamente com os problemas da sociedade, que olhe nos olhos da população; da população indígena, da comunidade quilombola, da população ribeirinha, dos ativistas defensores do meio ambiente, das ONGs que estão sendo criminalizadas injustamente.

Estimamos que as informações no caso das pastas ambientais e de energia sejam como correntes marítimas, as correntes por meio das quais fluam dados sobre o quanto já fizeram com base em planos, como o necessário plano de contingenciamento, e o que pretendem fazer estrategicamente, para o bem da população, das atividades econômicas dependentes dos recursos hídricos do litoral do Nordeste e do patrimônio ambiental brasileiro.

Esperamos que, em clima de cooperação e com senso de responsabilidade, o Executivo aproveite os aprendizados desses tristes episódios para efetivamente cuidar do meio ambiente, auxiliar o País adotando uma postura de reforço das capacidades de cumprimento do que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

óbvio, dos seus deveres de Poder Público de preservar e defender o meio ambiente, como cada brasileiro, cada ecossistema, cada espécie, cada gota do oceano merece na íntegra.

Hoje eu recebi uma boa notícia diante de tantas tragédias na área ambiental. Eu entrei com uma ação popular, não como Senador, mas como cidadão, e o juiz daqui declinou a competência para o juiz da Bahia, da Bahia para cá. Ontem eu consegui suscitar isso no Tribunal Regional Federal, porque havia medida cautelar para ser apreciada, e hoje saiu uma decisão para cuja leitura eu peço permissão. "Das medidas acautelatórias de natureza..." É com relação a Abrolhos, os blocos de exploração naquele santuário, porque até isso o Brasil está querendo fazer.

Entre aspas isto:

> Em outras palavras, por mais que a lei não vede a ação desencadeada pelo governo federal e por mais que se respeite o primado da separação dos Poderes, é certo que o Judiciário não pode ignorar os graves riscos potenciais que eventuais falhas na condução desse processo de licenciamento, implantação e exploração de petróleo e gás natural pela indústria petrolífera poderão gerar na área de influência daquele santuário ecológico.
> Por isso e até mesmo como forma de tranquilizar não apenas os autores populares, mas toda comunidade nacional e internacional acerca da certeza de que não será admitida a exploração predatória e irresponsável de recursos minerais no local, entendo como pertinente estabelecer, sob pena de imediata revogação da liberação ora concedida, as seguintes medidas acautelatórias:
> 1. Obrigação dos demandados em comunicar a este juízo acerca do andamento de todas as demais etapas do certame licitatório, bem como da implementação de eventual celebração contratual relativa aos blocos questionados nestes autos, como forma de permitir eventual controle prévio de legalidade por parte dos autores e também pelo Ministério Público Federal.
> 2. Manter depositados, em conta judicial remunerada e vinculada a este processo, os valores financeiros a serem obtidos por meio do certame licitatório, o que será reavaliado tão logo a evolução da instrução do feito permita confirmar a pertinência do juízo de legalidade das ações administrativas ora questionadas.
> 3. Caso ainda não existente, deverão as autoridades competentes (representantes dos Entes que ocupam o polo passivo desta ação) providenciar, sob o fundamento do Princípio da Supremacia do Interesse Público, regra contratual na qual os vencedores do certame licitatório declarem expressamente a ciência de que eventual negativa de licenciamento ambiental (pautada pelo crivo da legalidade) não ensejará qualquer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> direito a indenização e/ou devolução de valores por parte da Administração Pública (direta ou indireta).
> 4. Impor ao IBAMA o dever de exigir, no momento de proceder ao eventual licenciamento ambiental das atividades exploratórias aqui impugnadas, medidas condicionantes adicionais (de viés preventivo e repressivo), que sejam compatíveis com a natureza especial da região do Parque Nacional de Abrolhos
> 5. Não conceder a Licença de Operação (LO) na região dos blocos impugnados sem prévia conclusão favorável do estudo técnico [ou seja, já havia um estudo técnico falando que não era; então, ele condiciona isso, dizendo que tem que ter; se não tem, não haverá a possibilidade] e prévio recomendado pela equipe técnica de servidores do Ibama, invocada como causa de pedir pelos autores populares.
> [...]

Graças a Deus, nós temos essas medidas. Esses blocos já estão *sub judice* e com essas medidas acautelatórias para preservar aquela área. Nós temos uma boa notícia: não houve oferta de lances para Abrolhos. Isso, graças a Deus, já nos tranquiliza um pouco mais!

E aqui vai um desabafo: só eu, como Senador, só na área ambiental, já entrei com dez ações – dez ações! – entre arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação popular e mandado de segurança por violação ao direito humano essencial, um direito constitucional, que é o direito ao meio ambiente ecologicamente sustentável, previsto no art. 225 da Constituição Federal.

Eram essas as informações que eu tinha para passar.

Comunico a abertura de prazo para apresentação de propostas de emendas pelos membros desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023, ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020, PL 22, de 2019. As emendas devem ser enviadas eletronicamente pelo sistema LexOr e via física assinada pelo Parlamentar deve ser entregue na Secretaria da Comissão até às 16h do dia 18 de outubro de 2019. A deliberação dos relatórios para escolha das emendas que serão apresentadas à CMO ocorrerá no dia 23 de outubro de 2019, às 14h. Os Senadores Confúcio Moura e Styvenson Valentim foram designados Relatores das propostas de emendas ao PLOA e ao PLPPA, respectivamente.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir a avaliação de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), incluindo seus planos setoriais, entre eles, o Plano Agricultura de Baixo Carbono (Plano ABC), nos termos dos Requerimentos nºs 13 e 8, de 2019-CMA.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 10 de julho de 2019, esta Comissão de Meio Ambiente aprovou o plano de trabalho proposto e, ainda, conjunto de requerimentos, dentre os quais o nº 40/2019, para a realização desta audiência pública, que é o quarto de cinco encontros previstos.

Por iniciativa da Senadora Eliziane Gama, por meio do Requerimento nº 44, o plano de trabalho foi enriquecido com mais nomes para os debates e mais perguntas ao Tribunal de Contas da União.

No primeiro encontro, em 29/8, fizemos levantamento de informações sobre estimativas e compromissos no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima. No segundo, em 12/9, tratamos dos instrumentos financeiros previstos no PNMC. No terceiro, 26/9, discutimos os planos setoriais em geral. Hoje nos debruçaremos, de forma especial, sobre o Plano Setorial de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação da Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), aplicável tanto na agricultura quanto na pecuária.

Antes de dar início às palestras, quero tecer comentários sobre o relevante papel desse setor em nosso País.

A aptidão brasileira no desenvolvimento de atividades no campo é evidente. São diversos fatores que favorecem um bom desempenho da atividade: a experiência dos produtores rurais brasileiros; o fato de sermos um país de clima tropical; o tamanho do nosso território; a nossa disponibilidade de águas; os nossos modos de cultivo; as raças de gados e outros animais que se dão bem em nossos biomas. Tudo isso possibilita um produto de alta qualidade e, melhor ainda, com o potencial de sustentabilidade se forem observados os requisitos de segurança ambiental, onde se inclui a climática.

Por isso, entendemos que avaliar a política pública sobre mudança do clima com a lupa voltada para o Plano ABC é uma forma sagaz de estudar se a Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, foi capaz de estabelecer um marco legal em formato suficiente para trazer condições de implementação eficazes.

Cabe-nos apreciar o quanto a agropecuária se fez melhor por ter encontrado entre seus instrumentos operacionais o Plano ABC. Se o saldo foi positivo, então o Plano ABC poderá ser destacado como exemplo, na medida em que se tenha mostrado capaz de agregar linha de crédito e tecnologias de baixo carbono a uma das principais atividades da economia do Brasil.

Já em nosso próximo e último encontro sobre a política de clima, datado para 31 de outubro, trataremos os aspectos jurídicos da política sobre mudança do clima, quando, então, pretendemos trazer, a título de conclusão, o olhar do Direito para avaliação que se faz e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

finalmente, arrematar as discussões dos encontros anteriores em uma métrica própria a medir o sucesso do cumprimento do PNMC e seus instrumentos.

Esta reunião será interativa transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados pelo Portal e-Cidadania na internet em: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate, e o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Nos termos da Instrução Normativa 9/2017-SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a avaliação da política pública objeto desta audiência de instrução.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 15 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em 5 minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em 5 minutos após as exposições.

Neste momento convido para compor a Mesa o Sr. Marcelo de Medeiros, Coordenador de Políticas Públicas do Imaflora; a Sra. Leila Harfuch, sócia-gerente da Agroicone; o Sr. Raoni Rajão, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); o Sr. Pedro Machado, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e o Sr. Eduardo Brito Bastos, Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Também foi convidado o Sr. Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Quero agradecer a disponibilidade dos presentes e mais uma vez colocar a Comissão do Meio Ambiente à disposição de vocês. Esta Casa é do povo, a Casa para que nós possamos aqui sempre fazer um debate junto com a academia, com as ONGs e com os movimentos sociais. É para isso que nós estamos aqui.

Muito obrigado a todos vocês.

Eu inicio concedendo a palavra ao Sr. Marcelo de Medeiros para a sua fala.

O SR. MARCELO DE MEDEIROS (Para expor.) – Bom dia! Bom dia a todas e a todos!

Primeiramente, queria agradecer o convite ao Imaflora, ao Senador e à Comissão.

Falarei um pouco do Imaflora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós somos uma ONG ambientalista com sede em Piracicaba, interior de São Paulo. A gente tem dois escritórios também no Pará. A gente tem uma área da organização que trabalha especificamente com mudanças climáticas e cadeias agropecuárias. A gente trabalha muito com o setor produtivo, somos parceiros da Agroicone e da Abag, o Prof. Raoni sempre está nos eventos com a gente, com a Embrapa também temos uma superparceria.

Vou apresentar um pouco aqui daquilo em que temos trabalhado nos últimos anos, ressaltando que essa é uma agenda superpositiva para o agronegócio brasileiro.

Primeiramente vou falar um pouco do histórico.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, criada em 2009, estabelece algumas metas nacionais de redução de gases de efeito estufa, principalmente no âmbito do que seria o Acordo de Copenhague, de clima. Em 2010, o decreto que regulamenta essa lei estabeleceu metas específicas para os setores produtivos aqui no Brasil e também estabeleceu que cada setor deve fazer um plano de ação setorial específico sobre como aquele setor vai trabalhar para mitigar e adaptar as mudanças climáticas.

Então, em relação ao setor agropecuário, foi criado o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC), implementado e divulgado em 2012. Para que ele fosse implementado de fato, foi criado o Programa ABC, que é o crédito rural, cujos principais repassadores de recursos são o BNDES e o Banco do Brasil.

Recentemente o Acordo de Paris aumentou o Plano ABC até 2030, colocando duas metas: aumento de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas de recuperação e mais 5 milhões de integração lavoura-pecuária-florestas. Então, o plano vai de 2010 a 2020 oficialmente, mas já existe uma tendência de que ele deverá ser prorrogado para a próxima década.

Aqui é o plano original. Existem sete programas. O tempo não vai me deixar falar um pouco mais, mas existem metas de redução até 2020 para o setor agropecuário em cada um desses programas.

Eu gostaria de aqui falar um pouco sobre dois casos em que o Imaflora atuou no campo, para mostrar o quanto essas boas práticas agropecuárias são positivas, tanto para quem trabalha em larga escala como para quem trabalha com agricultura familiar.

Esse primeiro caso foi o Programa Novo Campo. A gente trabalhou com cinco empresas no Município de Alta Floresta, no Mato Grosso. É historicamente uma região que tem uma produção de carne muito forte. Foram utilizadas boas práticas, como melhoria sanitária,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

melhoria reprodutiva, roteamento das pastagens e até mesmo um componente de que pouca gente fala, a própria gestão financeira do negócio dessas fazendas. Entre 2012 e 2014 – um horizonte de dois anos acompanhando essas fazendas –, a gente viu que a produção de carne dessas cinco fazendas dobrou – é o terceiro gráfico ali – e, enquanto isso, a emissão de gases de efeito estufa, devido às técnicas, foi reduzida em 25% por hectare e em 60% por quilo de carcaça produzida. Então, isso é um caso muito claro de que é possível, sim, fazer uma agricultura tecnologicamente adequada e, ao mesmo tempo, viável do ponto de vista socioambiental.

Outro ponto diz respeito a uma parceria que a gente fez com a Fundação Solidaridad no Município de Novo Progresso, na Região Transamazônica do Pará. A gente fez um estudo com famílias de assentamento rural nesse Município, um Município que historicamente tem uma produção pecuária, mas recentemente começou uma produção de cacau muito forte.

A gente fez um diagnóstico e viu que 54% da área dessas unidades familiares eram para pastagem, 20% para cacau e 24%, mais ou menos, era para floresta. E a gente também adotou boas práticas agropecuárias, como utilização de calagem de uma maneira correta, poda das árvores de cacau, utilização de maior área de sombreamento. Enfim, foi todo um conjunto de técnicas que permitiram que a gente criasse um indicador específico, porque, muitas vezes, a gente mede uma área só por uma cultura agrícola. Então, a gente teve que adaptar essa ferramenta, porque muitas vezes eles plantavam mandioca, por exemplo, para subsistência e, então, em uma área eles tinham diversas culturas, além da pecuária.

Então, a gente viu que, se eles adotassem determinadas práticas... Em alguns casos, a gente viu que a produção da pecuária dobrou, a produção de amêndoas do cacau aumentou em 83%, e, no total, o balanço de gases de efeito estufa era supernegativo, de 94,7 toneladas de carbono, captando esse carbono no solo.

Em 2016, quando a gente fez o diagnóstico, esse era um fator positivo. Esse sistema total – de pecuária, cacau – emitia cerca de 1,97 tonelada. Então, a gente conseguiu, praticamente, diminuir 50 vezes mais essa captura de carbono utilizando essas técnicas.

Então, eu trouxe esses dois casos em que a gente trabalhou, tanto para o produtor rural de larga escala quanto para o da agricultura familiar, para mostrar que essa agenda do Plano ABC é superpositiva, tem um potencial enorme, eu acho, na agropecuária brasileira. A gente tem uma política pública, eu acho, muito bem desenhada, a gente tem um crédito específico, que é o Programa ABC, para implementar programas que a gente já está vendo que têm resultados práticos, tanto econômicos quanto socioambientais, mas acho que o objetivo aqui é falar um pouco da avaliação, principalmente aprender com esses quase dez anos de vigência do Plano ABC, indicar o que dá para melhorar para a próxima década.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, gostaria de trazer aqui um pouco das limitações que a gente vê no Plano ABC para discutir um pouco como melhorar.

Primeiro, em relação ao total de recursos destinados.

Aqui está a tabela de cada safra, o valor do Plano Safra e o quanto foi destinado para o ABC. Só para se ter uma ideia: na última safra, de 2017/2018, o total do Plano Safra foi de R$200 bilhões, e o crédito disponibilizado para o Plano ABC, especificamente, foi de 2,1 bilhões. Então, foi praticamente 1% apenas. Houve uma redução de 30% da safra 2016/2017 para 2017/2018.

Então, isso, de certa forma, é preocupante: somente 1% está sendo destinado exclusivamente para essas práticas, enquanto que, dos outros 99%, a gente ainda não sabe o quanto está sendo utilizado de fato. Acho que esse é um primeiro ponto.

O segundo é em relação ao monitoramento. Acho que a Embrapa teve um grande avanço com a plataforma agropecuária...

Esse é um gráfico de um estudo do Observatório do Plano ABC, que é de iniciativa da Fundação Getúlio Vargas. Eles mostram que, até agora, quase 14 bilhões foram utilizados, mas somente 4,9 bilhões do crédito contratado a gente sabe, de fato, que foram utilizados para os programas do Plano ABC. Quanto ao destino de cerca de R$9 bilhões: os bancos não informaram ao Banco Central para que, de fato, o produtor rural estava pegando crédito. Então, a gente não sabe, desse montante aí, de 9 bilhões, com certeza, para que o dinheiro foi utilizado, se foi para plantar floresta, se foi para fazer integração lavoura-pecuária-floresta.

Então, acho que o monitoramento ainda precisa avançar um pouco, e a gente acredita que o monitoramento precisa avançar num nível mais individualizado. O produtor rural que pega R$100 mil de crédito para fazer a integração lavoura-pecuária-floresta: ele está captando quantas toneladas de carbono? Acho que hoje a gente ainda não sabe. E o agricultor que pega esse volume para fazer isso no Rio Grande do Sul está tendo a mesma efetividade de quem está fazendo isso no Nordeste? Então, se a gente conseguir descer esse monitoramento para um nível individualizado, a gente consegue medir, de fato, a efetividade da política, porque eu acho que o objetivo final é, de fato, reduzir gases de efeito estufa. Então, acho que esse é um ponto de melhoria.

O terceiro ponto que a gente gostaria de trazer aqui é em relação à lacuna no planejamento de gestão.

A CGU (Controladoria-Geral da União) fez uma auditoria na Embrapa em 2017, entre janeiro e outubro, e viu que a Embrapa estava, de fato, cumprindo as suas responsabilidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em relação ao Plano ABC e as suas atividades, mas a Embrapa não estava olhando o Plano ABC para montar a sua estratégia, o seu plano de ação, durante o ano. Identificou algumas falhas de comunicação intra e interorganizacional e também identificou que, apesar de a Embrapa ter uma grande responsabilidade, de 26% das ações diretas e 39% dividindo algumas responsabilidades com o MAPA e MMA, ela não obtinha recursos diretamente do orçamento do PPA, especificamente, para fazer o Plano ABC. Então, isso, de fato, dificulta a própria gestão do órgão.

Então, o que a gente gostaria de levantar é se, de fato, o Plano ABC está sendo utilizado como instrumento de planejamento de órgãos como o Mapa, o MMA e a Embrapa, se, de fato, ele está sendo internalizado nessas organizações e em todas as outras que têm compromissos.

Quando a gente vai a campo, a gente fala muito com os produtores e eles reclamam basicamente de duas coisas. A primeira é o excesso de burocracia no processo, mas isso é natural, porque eles precisam fazer um projeto, dizendo "eu vou pegar x reais, vou fazer tal prática, que talvez vá reduzir x toneladas de carbono". Além disso, eles precisam contratar um técnico habilitado para fazer isso. Então, existe uma burocracia natural do processo, que, somada às taxas de juros, que são pouco atrativas, fazem com que o produtor rural queira outra linha de crédito – uma que tenha taxa parecida e não seja tão burocrática –, e ele não escolhe o Programa ABC.

Então, esses são alguns pontos.

Para ser breve, já que o tempo é curto, acho que, de recomendação, do ponto de vista geral, temos o seguinte.

A gente tem acompanhado as audiências públicas aqui da Comissão, e alguns pesquisadores falam muito que o Plano ABC não deveria ser uma pequena porcentagem do Plano Safra, que talvez se devesse estender esse Plano ABC para todo o Plano Safra. Então, se o Plano Safra e também o Pronaf (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) adotassem critérios de baixa emissão e alto sequestro de carbono, isso seria uma grande vitória, porque, de fato, como a gente está medindo no campo, a gente está vendo que essas práticas estão dando retorno econômico e socioambiental. Então, acho que a palavra para a próxima década talvez seja "escala". Acho que a gente precisa de escala para o Plano ABC.

O segundo ponto – e aí eu gostaria de ouvir os outros expositores a respeito – é que a gente acredita que o próximo desenho do Plano ABC deveria ter um foco maior na recuperação de áreas de pastagens degradadas.

Existem vários métodos – acho que o Prof. Raoni é o que tem mais propriedade para falar... A gente considera que haja 50 milhões de hectares de pastagens degradadas. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número varia de 40 a 60, mas é uma área enorme. A gente sabe que o Mapa e a Fiesp têm projeções de aumento da produção e da produtividade da pecuária, enfim, o Brasil é um super... A agropecuária brasileira é uma superexportadora de produtos – e deve continuar assim –, mas, se essa expansão não vier planejada, talvez a fronteira agrícola vá para a Amazônia, acarretando, talvez, mais desmatamento.

Então, a ideia nossa é usar essa quantidade de pastagens degradadas que já estão abertas, investir nelas, recuperar sua aptidão agrícola, e essa expansão ocorrer dentro dessas áreas. Acho que o Prof. Raoni vai falar um pouco disso.

Então, acho que esse é um foco importante, que a gente gostaria de colocar em debate.

Outro ponto importante acerca das limitações, sobre o qual eu não falei, é que não existe uma extensão rural, não existe uma assistência técnica muito consolidada e estratégica do plano. Fazer uma boa prática agropecuária no campo exige muito conhecimento técnico e, muitas vezes, o produtor rural, seja grande ou de assentamento familiar, não sabe, de fato, como fazer um projeto. Então, é preciso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO DE MEDEIROS – ... de fato, uma melhor assistência técnica.

Em relação à taxa de juros: a gente considera que ela deveria ser mais atrativa em relação às outras taxas. Acho que a gente poderia definir depois, ouvindo vários *stakeholders* e ouvindo o Banco Central, qual seria essa taxa, qual taxa seria mais viável, mas a gente considera que isso é um fator limitante para a expansão do Plano ABC aqui no País.

E o último ponto é em relação ao aprimoramento desse sistema de monitoramento do Plano ABC. É como eu falei: acho que o sistema é o coração, é a inteligência do plano. A gente precisa, de fato, investir mais nessas tecnologias, nessa metodologia. A gente tem a Embrapa, universidades e ONGs especializadas, e a gente poderia trabalhar junto para que, de fato, esse monitoramento seja o mais acurado possível, para saber se a gente está sendo efetivo ou não nessa política.

Então, eu só gostaria de terminar dizendo que essa agenda é superpositiva para a agropecuária brasileira. A gente acredita que ela tem um potencial enorme, principalmente vinculada ao aumento da expansão agropecuária. Ao mesmo tempo em que a gente reduz o desmatamento, o que melhora a visibilidade do País, melhora a visibilidade das empresas e atinge as metas de acordos internacionais, a gente alia produção e conservação da natureza.

Gostaria de encerrar por aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Sr. Marcelo.

Eu quero aqui, com muita satisfação, registrar a presença do Deputado Federal Rodrigo Agostinho, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

Neste momento, eu quero fazer um depoimento de admiração ao Deputado pelo seu empenho em defesa do meio ambiente. Eu tenho sido testemunha da forma aguerrida com que V. Exa. tem utilizado a Comissão neste momento tão delicado em que, infelizmente, muitos Parlamentares não abraçam a causa, não participam das Comissões, não vêm. Assim como no Senado, isso ocorre.

Estou muito feliz de o senhor estar aqui. Com toda humildade, conte sempre comigo aqui e com toda equipe da Comissão de Meio Ambiente. Esta Casa é sua, esta Casa é do povo, esta Casa é nossa.

Muito obrigado mesmo. Parabéns pelo brilhante trabalho!

Eu agora concedo a palavra à Sra. Leila Harfuch.

A SRA. LEILA HARFUCH (Para expor.) – Bom dia a todos!

Agradeço o convite da Comissão de Meio Ambiente. É um prazer, Srs. Senadores, estar presente aqui para mostrar um pouco do nosso trabalho.

A gente vem trabalhando na agenda de implementação do Código Florestal junto com a agropecuária de baixo carbono há mais de dez na Agroicone. É um prazer a gente mostrar um pouco dos trabalhos e colaborar com essa discussão.

Eu também gostaria de dizer que estamos terminando a revisão do Plano ABC. É um estudo que a gente vai entregar ao Ministério da Agricultura e que fizemos em parceria com o Ministério da Agricultura, revisando do Plano ABC com algumas sugestões. Vou apresentar, por cima, um pouco do que a gente ouviu de diversos atores que a gente consultou. Em paralelo, a gente trabalha junto à Secretaria de Política Agrícola, do Mapa, ao Ministério da Economia, ao Banco Central e a diversos atores do setor privado para melhorar o crédito rural, com muito foco no Programa ABC. Então, é um grande prazer estar presente aqui.

Acho que, primeiro, é mostrar que a gente tem, no Plano ABC, muita sinergia... Na NDC a gente tem muita sinergia com o Plano ABC, inclusive nas metas colocadas. Grande parte da redução de emissões na NDC, no Acordo de Paris, que o Brasil apresentou vem do setor agropecuário, vem do uso da terra. A gente termina essa fase da agropecuária de baixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carbono, a primeira fase de 2010 a 2020, com algumas metas, com algumas tecnologias sugeridas de implementação, com foco em redução de emissões e adaptação do setor agropecuário.

O primeiro objetivo da NDC é aprimorar o Plano ABC. Então, a gente tem essa meta, esse objetivo de aprimorar o Plano ABC – e faz-se bastante necessário. O Marcelo comentou aqui alguns caminhos a serem seguidos.

Outra coisa importante é que o ABC veio antes do Código Florestal, da lei de proteção de vegetação nativa, e a gente tem objetivos... O art. 41 do Código Florestal trata muito do que é o Plano ABC. Então, há essa sinergia, e essas duas políticas estão desconectadas hoje. Então, a sugestão de revisão é incorporar também a implementação do Código Florestal. Na verdade, é revisar o Plano ABC com foco na implementação da NDC. Esse é um dos objetivos e, obviamente, ir além, porque a gente tem diversas tecnologias na agropecuária que contribuem para a redução das emissões e para a adaptação e não estão listadas como sugestões à NDC.

Os pilares da agropecuária de baixo carbono vieram da FAO, isso é muito conhecido, mas obviamente não é restrito a isso. Em primeiro lugar, é uma agenda positiva, como o Marcelo comentou. Então, a gente está falando de ganhos de produtividade, da adoção de tecnologia, da melhoria de manejo e da melhoria de renda para o produtor rural. Então, é uma agenda positiva porque traz tanto impacto ambiental positivo quanto impacto econômico positivo – e social também, com algumas tecnologias voltadas à agricultura familiar e à pequena produção.

Também a gente tem de tocar em ações que favoreçam a adaptação dos sistemas produtivos, que melhorem a resiliência aos impactos da mudança climática; a gente tem integração da lavoura-pecuária-floresta, que faz muito esse papel de gestão de risco da produção. Então, é muito importante para o produtor também como um instrumento de gestão de risco dentro da propriedade.

E, por fim, leva à redução de emissões. A gente sempre gosta de falar dos componentes que trazem impacto positivo para o produtor, sob a ótica do produtor, e, como consequência, a redução de emissões bastante relevante.

O art. 41 do Código Florestal, como eu comentei, diz explicitamente sobre a necessidade de criação de um programa de incentivo e apoio à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal com redução dos impactos ambientais. É exatamente o objetivo do Plano ABC. Então, essas duas políticas precisam dialogar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E vai além o art. 41 do Código Florestal, que cita alguns instrumentos para fazer isso. Por exemplo, obtenção de crédito agrícola em todas as suas modalidades com taxas de juros menores, bem como limites e prazos maiores que os praticados no mercado. Ou seja, é preciso criar um instrumento para implementar boas práticas, para conceder crédito para restauração e recuperação da vegetação nativa e também para tecnologias que dialogam com a redução de emissões e adaptação. E fala também do seguro agrícola, de dar melhores condições do seguro agrícola do que as praticadas no mercado para quem incorpora boas práticas, para quem cumpre o Código Florestal, e de dedução no ITR, Imposto sobre a Propriedade Rural, dos produtores que tenham área de APP e reserva legal nas suas propriedades.

Então, são indicações do art. 41 que não estão totalmente dialogando com o Plano ABC – quer dizer, que dialogam com o Plano ABC, mas o Plano ABC não trata explicitamente dessas questões – e também com o Programa ABC, que é o instrumento de implementação do plano, como incentivo, que está dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural.

Rapidamente, pelas estimativas – a gente compilou isso de um relatório da Embrapa, do Ministério da Agricultura –, o Brasil atingiu 60% das indicações das metas do Plano ABC até 2018. A dificuldade aqui é compilar todas essas informações, a metodologia que é tratada para estimar a redução de emissões. Vou deixar meus colegas detalharem um pouco mais, mas a ideia é que a Plataforma ABC seja o principal instrumento de monitoramento e fiscalização do plano, e a gente precisa impulsioná-la.

Nesse estudo que a gente está terminando junto com o Ministério da Agricultura, a gente ajudou o Ministério da Agricultura a fazer uma reunião com os gestores estaduais do plano. Estavam presentes todos os Estados nessa reunião, e consultamos diversos atores para entender, para ouvir as críticas em relação ao Plano ABC, as recomendações de mudança e tudo mais. Então, dialoga muito com o que o Marcelo comentou.

A primeira coisa que a gente ouve é a narrativa do Plano ABC. Está muito ligada... Em toda a comunicação do Plano ABC, aparece mitigação e redução de emissões de gases de efeito estufa e, quando a gente fala com o produtor rural, o produtor rural não entende isso como benéfico para ele mesmo. Então, acho que a narrativa do Plano ABC precisa ser aprimorada. Tem-se de trazer os pilares de toda agropecuária de baixo carbono, que são: resiliência, que é adaptação, melhoria de resiliência dentro da propriedade; inovação; ganhos de produtividade; e ganhos de renda. Então, o produtor rural tem de entender que, se ele implementar práticas dentro do Plano ABC, vai ter todas essas vantagens.

Sobre a inclusão na agricultura familiar de tecnologias adaptadas: a gente ouviu muito que faltam no Plano ABC algumas tecnologias adaptadas aos pequenos produtores, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como outras tecnologias hoje não listadas no plano, como fruticultura, lavouras perenes – ao longo do tempo, no Programa ABC, foram incorporados o açaí e o cacau, mas a gente ainda tem espaço para colocar outras tecnologias no ABC.

A governança do ABC, consolidar a gestão estadual do plano: alguns Estados estão muito avançados na implementação do Plano ABC, colocam recursos do Estado para incentivar as tecnologias. Então, a gente tem que espalhar isso para todo o Brasil.

Ações de capacitação, extensão rural e assistência técnica são o grande gargalo. A gente sempre ouve sobre a importância, porque não é simples implementar essas tecnologias.

Aprimorar o monitoramento e criar indicadores de práticas e tecnologias para que o monitoramento seja simplificado ou que a gente consiga estimar o impacto das tecnologias implementadas: hoje a gente está muito focado em quanto de crédito público, oficial, vai para o Programa ABC e é tomado pelos produtores e, a partir disso, faz as estimativas. A gente tem muito dinheiro do próprio produtor rural colocado em práticas sustentáveis, a gente tem, dentro do próprio Sistema Nacional de Crédito Rural, outros programas que financiam as mesmas tecnologias do ABC. Então, tudo isso é perdido no monitoramento, na estimativa de quanto foi implementado dessas tecnologias.

Por fim, revisar os incentivos para implementar as tecnologias do ABC. De novo, revisar o Programa ABC.

Vou trazer um pouco dos dados do Programa ABC. Meu tempo está acabando, mas é só para vocês terem uma ideia de como o Programa ABC vem evoluindo. Na verdade, a gente vem reduzindo a disponibilidade de recursos, mas, em grande parte isso é justificado pela Secretária de Política Agrícola do Mapa porque não é tomado todo o recurso do ABC. Então, a gente tem de trabalhar nas duas óticas: a ótica da oferta de crédito junto com os bancos e a ótica da demanda de crédito junto aos produtores. Essas duas coisas têm de caminhar juntas para impulsionar a demanda e o próprio banco querer ofertar ABC, e a gente vê algumas limitações em relação a isso.

Agora, se a gente olhar o último ano, é muito interessante, porque a gente teve uma mudança. Até a gente propôs isto para o Ministério da Agricultura e foi incorporado no Plano Agrícola e Pecuário 2018-2019: aumentar o limite da linha do ABC para R$5 milhões por tomador. Por quê? Porque para uma recuperação de pastagem numa propriedade de mil hectares, que é considerada uma média propriedade em Mato Grosso, o recurso anterior, que era de R$2 milhões, não era suficiente para implementar toda a tecnologia. O aumento de limite foi bastante relevante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E sempre é preciso diferenciar a taxa de juros em relação aos outros programas. Existe uma grande competição entre linhas de crédito e fontes de recursos no Sistema Nacional de Crédito Rural que a gente precisa equacionar para que a gente realmente incentive as práticas e as tecnologias do ABC de uma forma correta e direcione mais recursos para quem traz o tripé da sustentabilidade dentro do agronegócio.

De novo: o Programa ABC é o único programa de investimento dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural voltado à adoção de tecnologia e olhando a propriedade como um todo, olhando o sistema produtivo. Junto com Código Florestal, que traz externalidade positiva, ao aliar a produção com conservação ambiental, a gente tem o subprograma ABC Ambiental, que é voltado para restauração. Isso não está no plano, mas existe o programa. Também é muito importante incentivar quem adota, quem implementa o Código Florestal.

Rapidamente, sobre aprimorar a política agrícola: a gente precisa aprimorar, isso é importante até para a imagem do agro brasileiro, a gente precisa muito melhorar a nossa comunicação, e a gente perde a oportunidade de mostrar que, além do ABC, de quanto se tomou de crédito no ABC, a gente tem, numa conta de julho a dezembro de 2018 – nem é o Plano Safra como um todo –, cerca de R$16 bilhões que foram alocados em todos os itens que o ABC financia, como, por exemplo, correção de solo, pastagem – isso nos outros programas que não o ABC. A gente precisa harmonizar a política agrícola para que a gente traga os incentivos da forma correta.

Uma das propostas que a gente trabalhou para 2019 e 2020, para o Plano Agrícola e Pecuário, por exemplo, é aumentar a participação de créditos subsidiados para investimentos. A participação de investimentos no Plano Safra é de 23%; quase todo o resto vai para custeio e comercialização. Se a gente quer transformar a agropecuária, a gente precisa incentivar da forma correta, e o único jeito é com programas de investimento. O mercado de crédito do Brasil não vai cobrir a necessidade de demanda de crédito de investimento para adotar essas tecnologias, então a gente precisa de política pública para isso.

A gente precisa harmonizar os programas dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural; não fazer competirem as linhas, mas, em vez disso, harmonizá-las. A gente precisa trabalhar com a oferta de crédito ABC.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA HARFUCH – Hoje não é tão interessante o banco ofertar ABC. Por quê? Porque ele tem um custo de análise de projeto muito maior do que o de qualquer outro programa dentro do sistema de crédito, porque são projetos de mais longo prazo comparados com outros, e o que eles pagam de retorno, mesmo com subsídio, faz com que não sejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atrativos para o banco. O que se paga para operar um Moderfrota é exatamente o que se paga para o Programa ABC, e isso não faz nenhum sentido porque ele traz muito mais custos para os bancos. Então a gente tem que olhar essas duas óticas. Eu acho isso bastante importante.

Gestão de risco. É muito importante a gente direcionar recursos para quem faz adaptação e adota sistemas resilientes dentro da propriedade.

E alinhar o Código Florestal à adequação ambiental.

Bem, para fechar aqui – meu tempo acabou –, eu gostaria só de fazer algumas reflexões com vocês, com todos esses estudos que a gente vem fazendo, em parceria com diversos atores.

A primeira fase do Plano ABC foi muito importante para a gente conseguir institucionalizar o financiamento, criar o Programa ABC, mostrar as tecnologias de baixo carbono, monitorar essas práticas, que fomentam tanto mitigação quanto adaptação. Eu acho que essa palavra – adaptação, resiliência – está faltando um pouco na narrativa do Plano ABC.

O monitoramento das práticas precisa de aprimoramento. A Plataforma ABC, como foi comentado pelo Marcelo, também. A gente precisa criar alguns indicadores ou como a gente capta informações de implementação dessas práticas fora do Programa ABC. Isso é bem importante. Não é só o dinheiro que sai do crédito rural que é a implementação total das práticas agrícolas. Então a gente tem que ter outras formas de mensurar a implementação dessas tecnologias e práticas.

O Plano ABC precisa ser revisado para trazer as NDCs e, além disso, trazer outras tecnologias que não estão listadas na NDC para abarcar todas ou tentar abarcar muito mais práticas no campo, que já estão sendo realizadas, que corroboram para mitigação e adaptação.

Nossa sugestão é que a segunda fase do ABC (2020-2030) tenha que abranger práticas sustentáveis que sejam passíveis de monitoramento, mas que sejam ligadas à redução como adaptação. Esse é um ponto muito relevante. Resiliência, melhoria de renda... Há que se dialogar com o produtor. Quem vai implementar é o produtor rural, então tem que dialogar essa política com o que é importante para o produtor.

O pilar de financiamento. O Programa ABC precisa ser repensado estrategicamente como uma forma de impulsionar a agropecuária resiliente de baixo carbono. De novo, a gente precisa de uma harmonização, precisa de uma revisão de toda a política agrícola para conversar com as metas que a gente tem.

A gente pode usar o Plano ABC para captar recursos no exterior, coisa que a gente não faz hoje. Isso é uma vontade da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Economia, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente precisa monitorar, reportar adequadamente para poder atrair esses fundos. Acho que, se a gente está num momento de restrição orçamentária do Governo, a gente precisa captar recursos, recursos com baixo custo, para fomentar essas tecnologias, e a gente precisa trabalhar nessas frentes de revisão do plano, monitoramento e captação de recursos.

Por fim, eu acho que a gente perde a oportunidade de mostrar o Plano ABC como uma grande agregadora à imagem do agro brasileiro. O ABC tem que ser a principal agenda de desenvolvimento do setor agropecuário. E, com tudo isso, vem a adoção de tecnologias, aumento de renda, produtividade e resiliência da produção agropecuária.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu que agradeço, Sra. Leila, pela sua exposição.

Em seguida, eu passo a palavra ao Prof. Raoni Rajão.

O SR. RAONI RAJÃO (Para expor.) – Bom dia a todos.

Obrigado pelo convite.

Só esclarecendo a questão do nome, a origem é o cacique, mas a versão mineira do cacique virou "Raôni", e eu atendo pelos dois.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone*.) – Eu que batizei. (*Risos*.)

O SR. RAONI RAJÃO (Para expor.) – Então, é "Raôni" para os íntimos.

A gente vai falar aqui hoje de uma perspectiva ABC entendida de maneira mais ampla, porque a gente entende que ABC, antes de tudo, é um pacote tecnológico voltado para a redução das emissões e que pode ser alcançado de várias formas, não só através dos financiamentos exclusivamente ABC. Então a gente vai falar de crédito agrícola entendido de maneira mais ampla; intensificação entendida de maneira mais ampla, principalmente vendo o resultado disso na idade de abate, o que a gente vai ver que é um fator muito importante; e as emissões de gases de efeito estufa. E com foco no Estado de Mato Grosso.

Eu gostaria só de reconhecer a importância desse trabalho que está sendo realizado, liderado por mim, também com a participação essencial do Prof. Britaldo Soares Filho e do Felipe Nunes, também da equipe do Climate Policy Initiative e da PUC do Rio, com o Juliano Assunção, o Arthur Bragança e também com a equipe internacional, da Holly Gibs e da Lisa Raush. Então é uma equipe realmente de muito peso, sendo que dentro da UFMG nós temos também mais de 20 pessoas que estão atuando exclusivamente para poder pensar o uso do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

solo, a agricultura, o desmatamento, não só no Brasil de hoje, mas no Brasil também de longo prazo, até 2050.

Antes de tudo, uma das formas de entender a intensificação da pecuária é através da unidade de animais por hectare. É uma das medidas clássicas. A gente tem olhado a dinâmica nesse sentido. E uma outra forma, que inclusive tem uma importância tão grande quanto, é a idade de abate, porque a principal fonte de emissão da pecuária, já que o gado é animal ruminante, são as emissões que vêm, basicamente, do arroto do animal, que são de metano, que é um gás muito potente com relação ao aquecimento global e que, com isso, olhando os sistemas produtivos, descartando o desmatamento que vem ali, normalmente, em um período temporal mais curto, é a principal contribuição. E quanto mais rápido, quanto mais ganho de massa de carne você tem no animal num período mais curto, mais otimizado é o sistema. E, se compararmos o Brasil, por exemplo, com os Estados Unidos, estes produzem muito mais carne com menos da metade do rebanho. Isso mostra que nós temos um escopo muito grande para poder produzir mais com menos área e também com uma velocidade maior e com menos emissões nesse período.

Isso se dá principalmente através da adoção de tecnologias, em que você sai do gado, digamos, de puro pasto – normalmente é o que o pessoal no campo chama de gado sanfona, porque ele engorda nas chuvas, emagrece nas secas, e assim por diante, e às vezes fica anos, 4 ou 5 anos, até ser abatido – para um sistema mais tecnificado, com a introdução de pasto com suplemento proteico e mineral, principalmente proteico, especialmente na época da seca, até um sistema que já inclui também um confinamento ou semiconfinamento.

A gente sabe que quanto mais novo é o abatimento... Inclusive porque um gado, para poder ter as especificações para ser abatido por um grande abatedouro, como JBS e Minerva, precisa de uma altura mínima, e o Brasil não tem a tradição de abater mais novos, novilhos. Então a gente sabe que, quando o gado é abatido com 24 meses, provavelmente se trata de um gado mais jovem e que está, de fato, ganhando peso de maneira muito mais rápida.

Para poder entender esse processo, nós analisamos um dado que é riquíssimo. Inclusive, até a Imaflora tem um papel importante, assim como outros, junto à CGU para poder recomendar a transparência mais completa desse dado. Atualmente ele é disponibilizado na internet, não é necessário você baixar um por um. Seria importante ter uma abertura maior, porque ele me informa a movimentação do gado, que é o Guia de Transporte Animal, para fins fitossanitários, mas todas as vezes que o produtor vende o gado para abate, ele tem que informar a idade, em faixas. No caso, ali, de 13 a 24, de 25 a 36 e maior de 36, e também com a finalidade. Então, a gente sabe não só a idade de abate, mas também a estrutura do setor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderia passar a próxima por gentileza?

Obrigado.

Bem, é só mostrando o documento, que hoje se localiza de maneira semipública: você vai aos *sites* e, através do código colocado em sequência, código 1, código 2 e código 3, você baixa sequencialmente. Depois há todo um trabalho de compilação, o que significa que só grandes laboratórios acabam conseguindo processar isso.

Próximo por favor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAONI RAJÃO – Perfeito.

Isso nos permite, então, ter uma ideia, focando no Mato Grosso, da revolução que está acontecendo no sistema produtivo no Estado nos últimos anos.

Esse é um artigo que foi publicado recentemente pelo grupo da Gibbs que mostra como em 1992 você tinha – nas áreas em vermelho, no alto – um número muito pequeno de confinamentos e semiconfinamentos e, em 2017, verifica-se um aumento exponencial, sendo que hoje 20% do gado abatido em Mato Grosso sai de áreas de confinamento. Então, trata-se de um sistema que está se tornando cada vez mais moderno e cada vez mais intensificado.

Já dentro disso, dos dados que nós estamos analisando agora, entre 2013 e 2017, ao olhar a idade de abate e, com isso, calcular o índice de intensificação, é possível ver muito claramente como a gente tem ali uma decolada na intensificação em 2015, principalmente puxada pelo preço do gado, do boi gordo, e que depois se reduz, em 2016 e em 2017, porque também o preço do milho subiu e o preço do gado baixou, mas, de qualquer forma, ainda em patamares muito superiores aos de 2013. Então, é claríssima essa tendência.

Outro dado muito importante é quando você olha a movimentação total: tem diminuído ano a ano o número de transportes de animais para finalização, para o abate. Eram 30% em 2013 e hoje já são 24%, numa data mais recente, sendo que a maior parte das movimentações está nas fases anteriores, ou seja, você está tendo aí a chamada "especialização da cadeia produtiva", onde você tem produtores que estão se especializando na cria e recria – envia para engorda, o animal ganha peso e, aí sim, ele é abatido.

Isso, inclusive, mostrando as áreas pelo índice de intensificação. É muito interessante notar como, na parte central do Estado, em torno da BR-163, que é um grande produtor de grãos também, você já tem sinais da presença de ILPF, de integração lavoura e pecuária. Muitas vezes o mesmo sistema que produz soja e milho também tem um confinamento ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semiconfinamento. Mostra-se que a gente tem uma ascensão disso até 2014 e 2015, sendo que em 2016 e em 2017 houve uma diminuição como resposta econômica, mas, mesmo assim, em patamares superiores.

E aí você tem a possibilidade, por essa base de dados e esse tipo de análise, de entender o comportamento do produtor individual. Um dos problemas, uma das limitações nas análises que foram feitas até então sobre a função da relação entre ter crédito e produtividade e desmatamento – a gente vai ver mais à frente – é que você tem um resultado médio no Município. E, aí, você perde um processo em que poucos produtores estão investindo, estão pegando crédito e estão realmente investindo em suas propriedades e, às vezes, o vizinho está desmatando. Aí, o efeito médio pode ser até negativo. Por isso é que é muito importante separar o joio do trigo, entender esses processos.

Então, a gente tem aqui todos os cadastros de Mato Grosso compilados no Atlas da Agropecuária pelos colegas do Imaflora, colaboração de muito sucesso nos últimos anos com a gente. E há os cadastros, onde é possível encontrar uma correspondência com o GTA, ou seja, a gente consegue identificar quem está transacionando e para qual finalidade.

Isso nos permite fazer isto: analisar qual é o tipo de transação mais comum e, com isso, caracterizar o imóvel rural individualmente. No caso dos abates, são os imóveis que vendem para abate. Então, eles estão realizando engorda, principalmente – utilizando a moda, ou seja, o tipo de GTA mais constante –, enquanto a maior parte deles está em cria e recria e engorda principalmente. Ou seja, a gente está começando a ver a construção de uma espécie de sistema em que você tem pontos centrais e, no entorno deles, orbita um grande número de imóveis rurais menos tecnificados, especializados na cria e recria dos animais, que vendem para a engorda e, aí sim, acaba-se de finalizar o animal e ele é vendido para abate.

Mas a gente precisa se perguntar, a partir desse tipo de análise e caracterização do setor, que claramente está se intensificando, o seguinte: existe relação entre crédito agrícola ABC e outros e a intensificação da agropecuária? É que isso pode estar acontecendo simplesmente como resposta à economia, o crédito agrícola pode estar indo para outras pessoas, que estão utilizando aquilo para poder ajudar a reduzir o custo de algo que já era tecnificado em vez de gerar o impacto que é esperado da política pública. Inclusive, como a gente sabe, houve aí um embate interno entre o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura exatamente sobre essa questão do custo-benefício do subsídio agrícola, porque é um custo que é financiado por todos nós, a equalização de juros. Então a gente já tem algumas evidências interessantes aqui.

Fazendo um panorama do crédito agrícola – a colega Leila já fez muito bem, então posso saltar aqui –, de certa forma houve alguns resultados preliminares interessantes. Analisando os 12 mil imóveis individualizados que são especializados em engorda, ou seja, que estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vendendo para abate, é possível notar, primeiro, um crescimento na intensificação, ou seja, uma redução na idade de abate para que eles no mesmo ano em que é contratado um empréstimo para custeio. Pelo que nós conhecemos da produção agropecuária, trata-se principalmente da compra de grãos, de *creep feeding*, ou seja, de suplementos à alimentação que permitem que haja ali, no ciclo de um ano, um ganho de produtividade muito grande.

Além disso, quando você faz a análise temporal, verifica que um ano antes de notar um aumento de produtividade, dois anos antes de notar um aumento de produtividade, é possível observar uma tomada de crédito de investimento. Então, claramente, aqui a gente está vendo o crédito agrícola sendo tomado, utilizado para a construção de confinamentos, semiconfinamentos, maquinário, melhoria genética, ILPF, integração lavoura-pecuária, e isso se revertendo numa redução da idade de abate, o que também se reverte numa redução de emissão de gases de efeito estufa.

Agora, uma das próximas etapas que nós vamos tentar no estudo, inclusive, é quantificar isso, quantas toneladas foram reduzidas, e comparar com o custo do crédito agrícola. Acho que a gente vai ter uma medida do custo marginal de abatimento e dessa tecnologia também.

Mas, aí, vem uma questão. É que a gente está falando aqui muito, inclusive nas apresentações anteriores, sobre a gestão agrícola local, sobre a possibilidade de a gente conseguir abater o gado mais jovem, mas a gente não pode esquecer que o grande problema das emissões no setor agropecuário está ligado a desmatamento. Só para o público de casa, que talvez não conheça, ter uma ideia: quando você faz um voo intercontinental – a Greta viajou de barco para evitar as emissões –, você está emitindo mais ou menos uma tonelada de dióxido de carbono. Um hectare desmatado na Amazônia equivale a 500 toneladas, a 500 voos. Então, nós estamos falando aqui realmente de emissões em proporções muito maiores. Inclusive, há outros ganhos que poderão ser obtidos com relação, por exemplo, à remoção pelos solos e também da silvicultura. Então, de certa forma, a gente não pode esquecer do elefante na sala. Por isso é que é importante entender...

A intensificação reduz esse desmatamento? Ou seja, é possível encontrar uma vinculação entre aqueles imóveis que estão intensificando e a dinâmica de desmatamento no nível do imóvel? O que a gente observou foi que sim, em algumas classes de tamanho de imóvel.

Quando a gente considera todos os tamanhos em termos de módulos fiscais – sempre em Mato Grosso –, a gente vê uma resposta assim: quanto maior a intensificação, menor a razão de chance de haver desmatamento naquele imóvel. Porém, quando se separa em até quatro módulos fiscais, essa relação não está mais presente – também para os de 5 a 14 módulos fiscais. Ou seja, é necessário ver um sinal negativo, mas ele não é estatisticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativo. E, de novo, para os grandes: aí, sim, você tem uma resposta muito clara que mostra que o setor está se profissionalizando, principalmente os grandes, e que, a partir do momento em que ele se intensifica, aumenta o risco do negócio dele com relação ao desmatamento – a área pode ser embargada, pode sofrer uma série de consequências – e, com isso, ele muda de comportamento e diminui a probabilidade de desmatamento.

Agora, o desmatamento é um problema na agropecuária. Apesar de você ter uma relação entre intensificação e redução do desmatamento, ele é um problema. Para, de certa forma, mostrar isso, examinar isso, nós fizemos uma análise. Pegamos todos os transportes, todas as vendas realizadas pelos fazendeiros, pelos pecuaristas, para uma empresa específica, uma das maiores do setor agropecuário, dos abatedouros em Mato Grosso, mas também em todo o Brasil, e analisamos ali cadastro a cadastro: quem está desmatando e quem não está e se esse desmatamento poderia ser feito dentro das regras do Código Florestal ou se é claramente ilegal porque quebra as regras e você tem um desmatamento com passivo.

Dos 12 mil, que foram das análises anteriores, que fornecem diretamente, a gente vê que 2,3 mil estão desmatando e estão vendendo, mesmo com a existência de um ajuste de conduta feito entre o Ministério Público e essas empresas. Então, a gente vê aqui um rompimento claro disso também, o que, inclusive, nos preocupa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAONI RAJÃO – Desses, a maioria, 1,7 mil imóveis, desmata ilegalmente, ou seja, a questão do desmatamento legal e ilegal é possível determinar sim. Nós fazemos isso já há mais de 10 anos. Temos um artigo publicado na *Science* que, inclusive, mostra esses resultados, e agora estamos fazendo isso ao nível de imóveis nos cadastros rurais de todo o Brasil. Então, é possível, e ele permite exatamente separar o joio do trigo.

Inclusive, por exemplo, mostro aqueles mesmos imóveis no Estado. Você vê que os imóveis em cinza são aqueles que não desmataram após 2008 – a gente está olhando só o desmatamento após 2008 –; aqueles que desmataram claramente ilegalmente, que são aqueles em vermelho; e aqueles em verde, que desmataram em ativo área de excedente florestal, o que pode ter sido precedido de uma autorização. É claro que ele só é legal se ele é autorizado, mas pelo menos a gente tem uma noção se ele está dentro dos limites do Código Florestal ou não.

Não podemos esquecer que nós estamos olhando aqui para o desmatamento direto, dos fornecedores diretos, mas há os indiretos, que são todos aqueles que fazem cria e recria e que vendem para quem faz engorda e depois passa para frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe uma evidência muito clara, outros estudos já mostraram e nós estamos vendo isso também em nossos estudos de maneira preliminar, de que, muitas vezes, até mesmo o produtor moderniza um imóvel onde ele faz a engorda, muitas vezes com crédito agrícola, mas compra outras áreas, desmata e continua com o *business as usual* com relação à fase de cria e recria. Então, é importante também conseguir mapear e entender como essas redes são formadas de modo a entender a legalidade não só dos diretos, mas também dos indiretos.

Olhando para toda a Amazônia, trazendo aqui uma referência que eu acho que, inclusive, é um dado importante não só de Mato Grosso, não só da pecuária, mas de todos os imóveis registrados no CAR, 86% dos imóveis registrados não desmataram pós-2008, 5% desmataram em ativo e 9% claramente de maneira ilegal. Então, acho que uma mensagem muito importante para a gente levar é que é uma minoria que está causando um problema para todos. E é muito importante, porque hoje nós temos instrumentos de monitoramento, nós temos instrumentos de modelagem para poder identificar isso. O que falta, de certa forma, é utilizar esses instrumentos para poder limpar nossa cadeia produtiva de desmatamento e, dessa forma, privilegiar e dar mais mercado para aqueles que merecem, que estão trabalhando de maneira dura e fazendo os investimentos e tirar do mercado algo que vai ser menos de 9% dos imóveis e que certamente tem uma contribuição muito menor em termos de produção agropecuária.

Inclusive, pensando, olhando, por exemplo, a relação entre imóveis, entre produção dos diferentes abatedouros em Mato Grosso e as exportações, nós estamos aqui falando de quase 100 mil toneladas só exportadas nesse período que são enviadas para a Espanha, para a Itália, para a Alemanha, para a Bélgica, para a Holanda, que são países que têm uma sensibilidade ambiental muito grande, que claramente estão repensando as importações da carne brasileira e que vão passar a comprar carne norte-americana, com toda certeza, prejudicando o nosso crescimento econômico e o crescimento do próprio setor.

Então, conclusões: nós estamos, de fato, vivenciando uma revolução em termos da forma como se produz carne em Mato Grosso e isso se reflete também em outras regiões. A gente sabe que em Mato Grosso do Sul também, em Goiás, em algumas regiões de São Paulo, no Pará também, localmente, a gente está observando fenômeno similar, com a intensificação, com o confinamento, semiconfinamento e especialização produtiva.

O crédito está contribuindo para isso, a gente tem evidências. Então, esse é um dado muito positivo, algo que inclusive foi a grande pergunta na gestão anterior, do Governo Dilma, que forneceu meio trilhão de reais através do BNDES para a indústria, principalmente. E a gente não sabe até hoje o retorno disso. Pelo menos para a agropecuária a gente viu que teve um impacto positivo, então, a importância de racionalizar a política pública, porque a gente tem que saber o impacto do nosso gasto público para poder saber se isso, de fato, está se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revertendo em crescimento econômico. No caso aqui da intensificação, é possível ver esse sinal, apesar de ser importante avaliar posteriormente o custo benefício disso, mas a gente acredita que está na direção certa.

Essa intensificação reduz o desmatamento e as emissões de CO2 no nível do imóvel, porque está ligada a uma diminuição da chance de desmatamento dos grandes imóveis, sendo que 81% dos fornecedores diretos da Amazônia, dessa empresa X, não desmataram. Então, trata-se realmente de um problema localizado, porém é um problema localizado que está gerando problemas e sacrificando todo o agronegócio brasileiro, gerando uma crise internacional. De certa forma, a gente fica querendo manter os dedos, decepando a mão. Que se vão os anéis e fiquem os dedos.

Então, é muito importante também que o próprio setor reconheça que é necessário ter, digamos, aceitação, tolerância zero contra as ilegalidades. E a gente não vai estar perdendo, não vai estar inviabilizando o nosso agronegócio ao fazer isso.

E o crédito agrícola, que é um ponto que vale a pena mencionar, deveria ser direcionado e se especializar nessa posição, porque hoje, apesar, por exemplo, de o Plano ABC exigir todo um planejamento do uso agropecuário, o fato de um produtor ter desmatado, não ter reserva legal, não ter as exigências do Código Florestal não é levado em conta. E isso é um problema que eu acho que deveria ser repensado não só para o crédito ABC especificamente, mas para todas as linhas de crédito agrícola. Para que a gente vai dar empréstimo a um produtor, inclusive com equalização de juros que vem do nosso bolso como pagadores de impostos, sendo que esse produtor não está respeitando a lei, enquanto outros que são mais merecedores até de uma taxa de crédito mais vantajosa não estão tendo essa vantagem?

Então, é muito importante, urgente que haja também critérios ambientais claros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Prof. Raoni.

Em seguida, passo a palavra ao Sr. Pedro Machado.

O SR. PEDRO LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA MACHADO (Para expor.) – Obrigado, Senador, por esta oportunidade de estar aqui nesta Comissão de Meio Ambiente e tratar do tema Plano ABC, da questão de avaliação e sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Embrapa tem uma participação ativa nesse plano. Nós acreditamos que ele é um plano que, juntamente com o Código Florestal, dará à nossa agropecuária uma qualificação singular, muito relevante e com repercussão econômica e social muito importante para todos nós.

Na minha apresentação, eu me sinto feliz pelo fato de que os outros palestrantes fizeram colocações que estarão em convergência com o que eu vou colocar e isso vai enriquecer, acredito, o debate.

O Plano ABC, inicialmente, lá em 2009, e eu tive a felicidade de estar presente, cooperar quando ele foi apresentado, foi voluntário e foi um primeiro passo. E é um primeiro passo em que se viu que foi buscado da pesquisa quais são as tecnologias fundamentadas em ciência que podem ser aplicadas no modo de políticas públicas para o setor produtivo, que deu uma resposta no sentido da mitigação e falo um pouco de adaptação na mudança do clima. Mas, sem dúvida, a adaptação, nessa primeira fase, ficou um pouco encoberta.

No Plano ABC, nós temos a questão das práticas, que inclui a capacitação, que é desafiadora, especialmente num País que tem uma extensão rural e uma assistência técnica muito fragilizada, e isso é essencial, e a questão do financiamento da pesquisa justamente para que nós pudéssemos qualificar as tecnologias no sentido de que, no Brasil, com as práticas que nós adotamos, especialmente no que tange à adubação mineral nitrogenada, quais são os fatores de emissão aqui na nossa agricultura pelas quantidades normalmente aplicadas. No Brasil, nós já avançamos nisso, porque se não o fizermos, nós seremos entregues... do IPCC que será posto no nosso inventário ou na nossa agricultura quais são os fatores de emissão obtidos alhures.

O Programa ABC refere-se a linha de crédito. Eu coloco ali que são basicamente mais de R$17 bilhões repassados em 34 mil contratos distribuídos por 2.885 Municípios para o período 2010 e 2019.

Foi colocado sim que a porcentagem muito pequena de todo o crédito é oferecida para o setor, mas, como eu digo, é um primeiro passo, ele teve uma importância e deve ser continuado.

Para a construção do Plano ABC, que, nós falamos, teve a Embrapa e o Ministério da Agricultura, o próprio Ministério destaca que três instituições que participaram da construção. Isso envolveu uma equipe e instituições no esforço para se chegar ao formato em que ele está atualmente e que, esperamos, continue.

Então, aqui a ilustração. Ali estão elencadas as seis tecnologias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira: recuperação de pasto degradado, identificando ali, do lado direito, o pasto degradado e a transformação, a riqueza de biomassa, gerando uma situação de maior eficiência na produção de carne e leite.

No segundo, nós temos a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, que, se observarmos bem, é um *upgrade* do sistema plantio direto. O sistema plantio direto surgiu numa situação em que no País, nos anos 70 e 80, nós estávamos sendo arrasados por uma erosão hídrica, era a erosão um grande problema na agropecuária brasileira e, no sul do Brasil, com voçorocas condenando cidades, Municípios por causa das ravinas. Isso então gerou um desafio para superar: como combater a erosão? E para combatê-la, naquela época, muitas instituições, especialmente o Instituto Agronômico do Paraná, Embrapa Trigo, as instituições estaduais, Epagri, junto com cooperativas, estabeleceram parcerias para tentar identificar, além do terraceamento, o esquema de que: "Olha, não dá para a gente revolver o solo". A aração e a gradagem, especialmente morro abaixo, estão facilitando formação de erosão.

Então nós chegamos a uma situação em que o plantio direto foi desenvolvido e hoje nós temos 30 milhões de hectares sob plantio direto. E o grande lance para o direto é a palhada, isso que é muito importante. A palhada é o fornecimento em grande escala de carbono para acúmulo no solo. Além disso, oferece proteção contra a erosão e permite que a matéria orgânica, o carbono, o nitrogênio fiquem persistentes ali por longo prazo. Essa é uma estratégia simples, mas com uma ampla repercussão em termos de mitigação da mudança do clima e produtividade das culturas, porque nossos solos precisam de matéria orgânica. Sem matéria orgânica, nós teremos 80% menos de fertilidade.

Muito bem. Avançando paralelamente, como pioneiro da biotecnologia no Brasil, a fixação biológica de nitrogênio. É fenomenal o que aconteceu, porque foi identificado o melhoramento da soja na época, acompanhado com a identificação de bactérias, como no caso do rizóbio, que ficaram intimamente associadas junto às raízes da soja, oferecendo nitrogênio atmosférico e recebendo então os produtos da fotossíntese, uma simbiose extremamente feliz. E hoje nós temos praticamente toda a soja produzida no Brasil em cerca de 30, 20 milhões de hectares praticamente sem nenhum adubo mineral nitrogenado. Isso tem uma repercussão ambiental e econômica para o País e para o produtor. Então, já começaram as atividades antes de 1997.

O Brasil pode fazer mais e tem condições. Isso não é difícil, especialmente pelo fato de que os produtores que adotam as tecnologias são empreendedores e os produtores adotam especialmente tecnologias que, como foi colocado pela Leila, diminuem o risco. Nem tanto é a questão de ganhar dinheiro, mas é a questão de que, se diminuem o risco, eles as adotam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós tivemos as tecnologias estabelecidas. E um grande aspecto nós conseguimos: nós conseguimos estabelecer uma governança do Plano ABC, o que foi essencial para o sucesso do sistema. Em nível federal, com os comitês, houve o grupo executor. E isso foi até o nível estadual, envolvendo 27 superintendências do MAPA, intimamente conversando com as Secretarias da Agricultura.

Eu participei do Comitê Gestor do Estado de Goiás, representando a Embrapa. Ali nós nos reunimos com os atores da agropecuária goiana e estabelecemos as nossas metas para 2020 na questão de recuperação de pasto degradado, de adoção do sistema de plantio direto, de fixação biológica de nitrogênio. Foi um sucesso isso e deve ser preservado e aperfeiçoado.

Isto aqui nós temos que aperfeiçoar, para avançar, junto com a criação da Plataforma ABC, que tem por objetivo monitorar os avanços da adoção das práticas, no sentido de dar satisfação para a sociedade no que tange ao cumprimento das metas estabelecidas e dos créditos oferecidos.

Dos resultados obtidos já foi falado. Mas, *grosso modo*, então, tivemos metas de expansão das tecnologias em termos de área com a mitigação estipulada. Essa mitigação foi calculada a partir dos trabalhos científicos publicados anteriormente para cada tecnologia. Por exemplo, para pasto degradado, recuperando o pasto, parte-se do pressuposto de que, anualmente – isto é conservador –, 500kg de carbono são acumulados por hectare. Então, você vê que, com cada produtor adotando o crédito para recuperar 50ha, ao se fazer o cálculo, vai se contabilizando isso. O detalhe é que, embora nós tenhamos colocado que se cumpriram as metas, com 77% das metas atingidas ou com 94% das metas de mitigação atingidas, ocorre que, como Leila colocou, nós temos que, realmente, aperfeiçoar isso, porque, atualmente, nós estamos partindo do pressuposto de que, se se obteve o crédito, mitigou, mas, às vezes, não acontece isso.

Então, nós temos que... Hoje nós temos tecnologia, e vou apresentar isso aqui rapidamente. Hoje dá para avançar. E, para a extensão, para a abrangência neste País subcontinental que é o Brasil, em diferentes biomas e características climáticas, para que isso avançasse numa situação de fragilidade na extensão rural, foi essencial a Parceria Público-Privada, exemplificada com a Rede ILPF, em que empresas participaram cotando, oferecendo contribuição financeira, para que fosse possível instalar Unidades de Referência Tecnológica demonstrativas em diferentes regiões do País, nos diferentes biomas, capacitando técnicos com palestras, com seminários – eu participei de muitos no Estado de Goiás. Geramos 178 URTs, mas acho que há mais. E houve ações de pesquisa e desenvolvimento também.

Então, veja que as empresas veem essas tecnologias como também importantes para a sustentabilidade dos negócios delas. Isso é que é importante! Então, há uma harmonia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesses no sentido de irmos para a sustentabilidade, porque todos querem durabilidade no seu negócio, o produtor e também as empresas do setor do agronegócio.

O monitoramento precisa ser aperfeiçoado. Eu tenho que parar um pouco aqui. Hoje, para monitorar a adoção de tecnologias, isso se dá à base do crédito. Se um senhor fez um empréstimo, 50ha são anotados, 50ha... Então, está difícil a checagem disso. Agora, hoje temos o sensoriamento remoto, que é uma tremenda ferramenta! Nós temos os satélites, e eles percebem as mudanças na vegetação. Saindo de um pasto degradado, é possível visualizar um pasto recuperado; isso é perfeitamente possível. O solo nu fica evidente numa imagem de satélite. Você também constata a presença de árvores quando se está no sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, principalmente porque você vê... É tudo tão bem estruturado, que você vê na imagem. Você pode então... Aí o que é possível? Nós podemos, então, num próximo passo – isto já está relativamente avançado –, treinar a questão de capturar as imagens e de identificar onde estão as áreas para os diferentes sistemas de produção que estão instalados no campo.

Para começar, é importantíssimo que nós possamos avançar a urgente liberação dos bancos quanto às coordenadas geográficas. Não precisa mostrar quem é o proprietário. Mas com isso se pode fazer a verificação do uso do dinheiro público emprestado ao produtor. Aí, então, com a coordenada geográfica, a equipe especializada em sensoriamento remoto, que está na Plataforma ABC e que também está em outras redes que eu vou apresentar aqui e que são importantes nessas tarefas... Com isso, nós podemos, então, aperfeiçoar o treinamento da captura das imagens e a identificação especialmente daqueles produtores que tomam a iniciativa própria de fazer a implementação dessas práticas, mas que não captaram nenhum crédito. É um número impressionante! O Ministério da Agricultura tem um número que é impressionante: se US$1 é oferecido para a assistência técnica do dinheiro público, há situações em que o produtor ofereceu US$7 a mais. Ele viu o benefício; então, ele mesmo tomou a iniciativa de dar do próprio bolso US$7 a mais para a implementação de tecnologia. Esses não aparecem. Então, nós precisamos avançar naquilo ali, mas, para isso, temos que treinar essas técnicas de sensoriamento, a captura de imagens e de processamento. Com isso, a gente pode avançar muito com as coordenadas geográficas que já existem nos créditos dos projetos que estão aí.

Vamos lá!

A atuação em rede fortalece a superação desses desafios. A Embrapa participa disso. Temos a Rede Clima e temos a Plataforma ABC, em que a Embrapa tem uma coordenação importante. Temos o Observatório ABC, temos o projeto TerraClass e o MapBiomas. Todos eles envolvem várias instituições, não apenas a Embrapa. Nós, então, podemos certamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superar desafios de monitoramento e criar geotecnologias para monitorar e planejar ações futuras.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA MACHADO – Isso facilita muito o planejamento.

Então, como já foi falado, há uma sinergia com outras políticas públicas, com o Código Florestal e com o Cadastro Ambiental Rural. Não vou me estender sobre isso, mas aqui a gente vê nas imagens essa paisagem, a transformação. Nós temos segurança alimentar, renda e prosperidade – isto é muito importante –, produtor de água, biodiversidade, o embelezamento de paisagem e a conservação solo/água.

Aí nós temos que melhorar aquilo ali, a comunicação, a nossa apresentação especialmente no exterior. Vejam estes dois exemplos pequenos aqui: França e Holanda. Esse da França é boi, carne de montanha e carne de porco de montanha. O boi ali está pastejando. Eles valorizam muito o boi a pasto, é impressionante. Eles estão querendo se descolar um pouco do confinamento. É interessante isso. O confinamento tem marcado a pegada de carbono. Então, eles têm se desacoplado disso. Especialmente as pastagens naturais, como a *Festuca pratensis*, são uma maravilha! E aí gera uma carne. Há estudos demonstrando que, dependendo da composição florística da pastagem, altera-se o sabor da carne. Veja aonde nós vamos!

Então, isso é comunicação, isso sensibiliza as pessoas. Agora, é importante não ficar rastaquera, é importante demonstrar isso, fazer a propaganda e a comunicação com embasamento científico, porque a mentira tem perna curta, e não adianta ficar fazendo coisas de patriotada ou coisas de forçação de barra para poder empurrar produto.

Muito bem, outra coisa é a questão da Holanda. Esse é o estande da Holanda na Feira da Agricultura em Berlim. Veja: a Holanda é o segundo maior exportador agropecuário do planeta. Eles exportam hortifrutigranjeiros, ovos, com altíssima intensificação. Se você vai ao estande deles, você vê flores. A pessoa da cidade chega lá e vê isso aí. E ali há queijo sim, mas há uma apresentação sutil da sua agropecuária e da sua potência.

Eu vou falar aqui rapidamente de uma declaração. Vejam esse discurso! Este discurso é o seguinte, eu vou citar:

> Os números da nossa exportação em 2018 demonstram, mais uma vez, que o setor agropecuário é um grande *player* no que se refere a produzir alimentos para uma população global crescente. Estamos engajados em colocar nossa ciência e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> capacidade de inovação para o bom uso na agropecuária. Isso irá potencializar a inovação agrícola em nosso país, que continua a impulsionar nossa posição no mercado global. Isso é urgente em vista dos desafios globais, em frente da crescente demanda por alimentos, de um lado, e, de outro, da nossa responsabilidade pela mudança do clima e pela biodiversidade.

Foi o que disse a Ministra da Agricultura da Holanda, Sra. Carola Schouten. Ela fez um pronunciamento na celebração do anúncio das exportações agrícolas da Holanda em 90 bilhões de euros em 2018. Veja que interessante! Essa é a moeda do século XXI. É isto que nós temos que incorporar: produção com qualificação ambiental. É isso que vai nos inserir no mercado global. Não há escapatória.

Fechando, há as sugestões. Aí nós temos a Agroicone com o Ministério da Agricultura. A Embrapa participou respondendo às questões, às sugestões. Existem várias sugestões para a questão de tecnologias que podem entrar numa agricultura de baixa emissão com sustentabilidade e renda. Ali a gente cita algumas, não só a fixação biológica de nitrogênio. Nós podemos avançar agora. Já há o Azospirillum para a inoculação em braquiárias, gerando qualidade de braquiária com mais proteína. Há a questão da adubação, para aperfeiçoar... A Leila falou dessa questão. A calagem está em outro programa. Gente, a calagem e a gessagem são importantíssimas para a adaptação numa situação de seca, de veranico, porque a gente tem que promover enraizamento em profundidade para, quando houver período de seca, propiciar a sobrevivência da planta nessa escassez. Isso é adaptação.

Então nós temos condições de avançar. E será um prazer nós da Embrapa contribuirmos e atendermos o desafio junto ao Senado Federal ou até ao Poder Legislativo.

Fechamos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado ao pesquisador da Embrapa, Sr. Pedro Machado, pela sua forma didática de exposição.

Passo a palavra, imediatamente, para o Sr. Eduardo Brito Bastos.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Bom dia – ainda é bom dia.

Obrigado, Senador. É uma alegria enorme poder estar aqui. Parabéns pela condução do tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero pedir licença para agradecer também ao Deputado Agostinho. Quando a Frente Parlamentar Ambientalista se juntou com a Frente Parlamentar Agropecuária para ajudar a tocar temas extremamente relevantes para o Brasil, isso foi uma demonstração clara de maturidade do Congresso Nacional para ajudar o País a ser o que merece ser. E a gente não vai ser o que merece sem incluir os dois pontos em que lá fora a gente é reconhecido e, aqui dentro, muitas vezes, esquecido: nós somos uma potência ambiental e somos uma potência agrícola. E isso traz uma obrigação enorme para nós de, cada vez mais, trabalhar esses dois temas de maneira harmônica. É isso que a gente precisa fazer.

Eu sou Presidente da Associação da Indústria do Cacau, mas estou aqui como Diretor da Abag. Eu sou Presidente do Comitê de Sustentabilidade lá na Abag, há oito anos, e também participo no Conselho da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, em que a gente está bastante junto aí nos desafios.

Quanto à coalizão, para quem não conhece, hoje nós somos mais de 200 membros. E cada vez mais a gente... Sem falsa modéstia, não sou criador, mas cada vez mais a gente tem conseguido apoiar essa discussão entre diferentes atores nessa esfera, tanto a ambiental quanto a agrícola, tão necessária nos dias de hoje, tanto no Brasil quanto no mundo. A gente esteve, duas semanas atrás, em Nova York, naquela Climate Week, e isso ficou muito claro. Várias das falas aqui já reforçaram essa mensagem de que o mundo hoje busca isso. Hoje a sustentabilidade não é mais alguma coisa bacana que eu posso agregar ao produto, mas em muitos países – muitos dos quais estão na nossa lista de principais compradores – hoje passa a ser uma base prioritária.

Aqui estão algumas das logomarcas. Acho que fica clara a importância de fortalecer esse diálogo. E todos que estão aqui na Mesa de alguma maneira participam, então agradeço.

Quando a gente olha o agronegócio – hoje isso foi bastante falado, mas acho importante a gente, de novo, dar a referência da importância do assunto –, o agronegócio, no ano passado, numa estimativa conservadora, representou 23% do Produto Interno Bruto do País, 1,6 trilhão, dos 6,8. O Prof. Tejon sempre critica. Ele fala: "Pelo menos nós estamos em 30". Se a gente considerar uma parte do varejo que não está nessa conta e que é relevante, há mais quase 1 trilhão aqui de varejo.

Quarenta e dois por cento das exportações brasileiras, dos 239 bilhões que a gente exportou, 100 bilhões estão no agronegócio. Então o agronegócio brasileiro é o quarto maior exportador do mundo. Dá um pouco de vergonha, quando a gente ouve, e é verdade, o número da Holanda. A Holanda é um pouco maior que o Distrito Federal e exporta um pouquinho mais que a gente, 102 em dólar, mas a gente chega lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dez por cento dos empregos, 9 milhões de brasileiros estão diretamente envolvidos.

E há um ponto importante, às vezes esquecido: o impacto da produção de alimentos tem um impacto direto em renda do brasileiro, porque o alimento tem 3,5% ao ano de redução de preço.

É possível a gente produzir e preservar? Acho que essa é uma mensagem importantíssima que precisa ficar aqui. Quer dizer, dependendo da estatística – a gente, como o País é muito grande, acaba tolerando as estatísticas: "Ah, entre 70 e 80" –, pelo amor de Deus, entre 70 e 80, aqui a gente se permite. Com certeza, mais de 60% do País é preservado, mais do que 25% dessa preservação está em imóveis rurais, então, isso é um diferencial do Brasil para qualquer outro país do mundo. Sim, há coisa errada, não adianta ficar achando que está tudo lindo, mas achar também que a gente é pária, de maneira alguma. Nenhum país do mundo tem uma área preservada tão grande dentro de propriedade rural. Isso é importante.

E naqueles 30% que a gente já converteu – o Raoni eu o chamei minha vida inteira de "Raoní", mas é Raôni –, a gente tem mais ou menos 22% de pastagens – o senhor já comentou dos 50 milhões; que bom, o mesmo número –, mas são pastagens em algum estágio de degradação que podem ser convertidas em diferentes sistemas produtivos de alimento. Então, a gente pode, sim, ajudar a alimentar o mundo mais do que a gente faz hoje. O número estimado hoje pelo Banco Mundial é que o Brasil alimenta 1,2 bilhão; os nossos 200 milhões mais 1 bilhão de pessoas no mundo, dos 7,7 bilhões. Então, é uma responsabilidade enorme a gente fazer isso. E a gente consegue alimentar mais sem precisar derrubar uma árvore. Esse também é um recado que precisa ser dito.

O Prof. Marcos Jank está agora no Insper e este é um dado recente que ele apresentou. Se a gente pensar em exportação brasileira, está lá, o nosso principal mercado hoje é China, a parte vermelho-escuro ali do mapa, dá para ver claramente, mas a segunda região é a Europa. Então, o argumento de que "não, mas o chinês não está preocupado", sim, o chinês está preocupado. Quem esteve no congresso da Abag agora em agosto, ouviu do Johnny, que é o CEO da Cofco, uma das maiores *traders* do mundo: "Olha, metade dos jovens chineses pensam em sustentabilidade antes de comprar um alimento". É a maior classe média do mundo, é o maior país, o mais populoso do mundo. Esses jovens vão ser a classe dominante do mundo daqui a dez anos, e hoje eles já pensam com essa cabeça. Então, a gente já deveria pensar nisso, porque um dos nossos principais mercados é a Europa, mas pensando mesmo em China num futuro muito próximo – já é o nosso maior, mas vai consumir cada vez mais.

E um ponto bem relevante também – eu adoro aquela foto, eu peguei uma vez na *Foreign Policy*, em Washington –: o mundo é exatamente aquele desenho do hambúrguer de arroz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

virando um hambúrguer de carne. Quanto mais renda, quanto mais gente na cidade, menos carboidrato, mais proteína. Para fazer proteína vegetal, com exceção de pouquíssimos países, o Brasil é abençoado nisso, a gente consegue converter braquiária, que não tem nenhum valor alimentar para o ser humano, em carne. Isso é uma coisa fantástica! Na maioria dos países do mundo, a gente precisa de grão para converter em carne; no Brasil, a gente consegue fazer isso de uma maneira bem melhor. Mas de qualquer jeito, quer dizer, quanto mais rico o mundo, maior o consumo de proteína animal. Para produzir proteína animal é preciso proteína vegetal, e isso traz uma pressão muito grande.

Recomendo a todos o estudo recente, foi lançado agora, duas semanas atrás, em Nova York, do UBS: "The Food Revolution". É público. E ali mostra muito claro – acho que a imagem fala bastante – que, a uma população hoje de 7,7 bilhões, até 2050, a gente vai adicionar 2 bilhões nessa população – dois bilhões de pessoas –, dois bilhões de bocas que precisam se alimentar, se vestir, precisam de energia, água, enfim.

E as cinco megatendências que esse estudo trouxe são: quais são as políticas dos governos, todos os governos estão olhando isso com muita preocupação, *versus* esse olhar muito óbvio de escassez de recursos naturais; um novo consumidor que cada vez mais está digitalizado, cada vez mais quer entender de onde está vindo o que ele está comendo; uma agenda de saúde e bem-estar muito forte, hoje a gente tem quase o dobro de obesos do que de famintos no mundo, a obesidade passou a ser uma pauta mais importante, em que pese obviamente a falta de comida, algo inaceitável, mas a gente tem que brigar hoje nas duas frentes; toda a discussão de agricultura 4.0 por exemplo; e a parte de sustentabilidade como norma e não mais como alguma coisa bonitinha que você agrega ao produto.

E aí esses números também são conhecidos: até 2050 a demanda global de água vai crescer 55%, então, a gente vai precisar de 55% mais de água, 80% mais de energia e 60% mais de comida. Uau! Quem vai conseguir fazer isso de uma maneira mais sustentável possível? Pouquíssimos países. Na escala que a gente faz, nenhum país é igual ao nosso.

Então, esse é um papel incrível que a gente tem, uma oportunidade incrível que a gente tem. E o ABC mostra que dá para fazer, que a gente consegue. O agro, que muita gente questiona se é problema ou solução, é óbvio que é solução, mas a gente tem que usar a tecnologia, tem que abraçar mais tecnologias. E a gente faz isso muito bem, mas isto já foi dito, eu vou só reforçar porque é importante: a gente tem que falar a língua do produtor – a Leila falou muito isso.

Este é um desafio enorme para a política ABC: por que o produtor faz fixação biológica de nitrogênio? Ele adora saber que está capturando o carbono? Não, porque é muito mais barato usar fixação biológica de nitrogênio do que comprar ureia, isso tem um valor. Agora, para quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é produtor de cana, pensa se a gente tiver um produto que possa fazer isso! A Embrapa está ajudando a desenvolver. E na hora que a gente puder usar fertilizante nitrogenado em cana, por exemplo, que hoje é um dos maiores consumidores de fertilizante nitrogenado, olha o impacto que isso tem! Então, esses são alguns dos desafios que a gente tem. E há até ganhos indiretos.

A gente falou aqui dos recursos de ABC que oscilam, dependendo do humor do Governo, entre 2 e 4 bilhões. Na safra 2015 e 2016, a gente perdeu R$16 bilhões por seca. Uma boa parte disso poderia ser evitado se a gente tivesse sistemas integrados de produção. Na época, o recurso estava na faixa de R$2 bilhões, a gente brigava por R$4 bilhões. E lembro que eu falei: "Por causa de R$2 bilhões, a gente perdeu R$16 bilhões". Então, essa conta a gente tem que fazer e tem que fazer junto, como sociedade, setor privado, terceiro setor, Governo, para entender o impacto. Para não gastar R$2 bilhões, a gente perdeu R$16 bilhões. Não me parece uma conta muito inteligente.

Essa foto é real, é do Alexandre Scaff, que foi um grande parceiro quando eu era lá do grupo da pecuária sustentável, eu tirei ontem do Facebook dele. É lá do Mato Grosso do Sul. Está aqui: caso real de gente que conseguiu, que está fazendo, que está dando certo, fazer a integração lavoura-pecuária-floresta.

Mas o ABC precisa conversar melhor com outras ações transversais para que realmente ele possa ser uma política robusta para o País todo, como, por exemplo, regularização ambiental, regularização fundiária, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Isso já foi falado também e é muito importante.

O que também foi comentado – eu quero reforçar – é que é importantíssimo olhar para os pequenos agricultores. A gente sabe que o Governo tem feito um esforço para haver menos Governo, menos Brasília, mais Brasil. Enfim, isso é importante, eu concordo, mas a gente não pode esquecer que há uma parcela dos produtores, uma grande parcela em número, que precisa de política pública. Não dá para achar que o privado vai fazer tudo. Então, para o agricultor pronafiano (participante do PRONAF), é importantíssimo haver uma taxa diferenciada, para que ele realmente possa fazer o que precisa ser feito. E juros menores promovem mudanças. Então, foi dito também: "Poxa, eu tenho o mesmo recurso Moderfrota para o ABC". Ninguém vai pegar dinheiro no ABC. Então, é importante a gente entender que, se a gente quer fazer uma mudança, uma das melhores maneiras de promover mudança é com uma taxa mais atrativa.

Se a gente olha o tamanho do potencial... De novo, eu estou viciado nesse estudo, eu vim lendo ontem de novo, porque é muito interessante. Mas esse é um número deles, é uma estimativa deles, da UBS. Mas hoje essas tecnologias chamadas disruptivas valem em torno de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

US$135 bilhões e valerão US$700 bilhões em 12 anos. E o ano de 2030 está aí! Quanto desse recurso vai ficar para os brasileiros, para nós? Então, há dietas baseadas em plantas, que hoje já é uma fatia interessante do mercado. No mercado americano, que é o principal, hoje essas dietas, como hambúrguer vegetal, valem US$13 bilhões, e eles estimam que vai crescer pelo menos US$15 bilhões por ano. Então, isso tem um impacto enorme no jeito que a gente vai ter que produzir. A gente vai ter que produzir feijão mungo, e a maioria das pessoas não sabe o que é isso. Agora, todo ovo que não é da galinha é feito com feijão mungo, ou boa parte dele. Quem está plantando feijão mungo? Quem sabe como produzir feijão mungo? Isso é ABC, mas não está la no ABC. Mas sugiro fortemente que esteja.

E, dentro do ABC – isto foi mostrado aqui num *slide*, mas não sei se todo mundo reparou –, fala-se de sistemas agroflorestais, mas é uma parte meio esquecida dentro do ABC. Eu sou do cacau, e 100% da expansão do cacau hoje se dão em sistemas agroflorestais. Eu consigo plantar uma árvore de cacau com açaí, com seringueira, com diferentes modelos, inclusive em Novo Repartimento – você mostrou o projeto lá. Então, a gente recomenda fortemente que o Governo possa ter um olhar mais carinhoso para sistemas agroflorestais e para aquilo que é ABC fora do ABC.

A gente deveria pensar no futuro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS – ... em desperdício de alimentos. Por exemplo – este é um número da ONU, da FAO –, um terço dos alimentos são desperdiçados. Se a gente pusesse cadeia de frio dentro das fazendas... Cadeia de frio é ABC? Pelo conceito de hoje, não é. Mas, obviamente, é ABC, porque tem um impacto direto no carbono, no carbono que você gastou para produzir aquele alimento, e um terço você vai perder em muitos países do mundo. E o Brasil não é diferente de muitas regiões nisso.

Há outra coisa: agricultura 4.0. Gente, quer alguma coisa mais ABC do que isto, do que eu saber fazer irrigação de precisão ou fazer agricultura de precisão, do que eu saber exatamente quanto eu vou usar de insumo? Eu reduzo o consumo de insumo, eu melhoro a intensidade de carbono. Isso é ABC. Genética é ABC. E a gente tem que abraçar essas tecnologias. Muitas vezes, é dito: "Ah não, eu quero...". CRISPR é ABC; hoje, no conceito básico, não é, mas deveria ou poderia ser.

Então, finalizando, o que a gente enxerga de contribuições? É preciso reforçar o monitoramento, como já foi dito, e ter uma aproximação mais forte com o setor financeiro, o que também já foi dito aqui. O escopo do ABC precisa ir além das emissões, como também foi dito, para olhar muito mais a adaptação, olhar a resiliência – isso é muito importante. E deve haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um alinhamento com o Plano Safra. Também foram mostrados aqui os números: de R$239 bilhões, nós estamos falando de pouco mais de R$2 bilhões, quer dizer, 1% do Plano Safra é realmente ABC. Isso é uma vergonha. Num país como o nosso, a gente deveria ter boa parte do Plano Safra como ABC para realmente embutir isso, contar lá fora e mostrar o potencial disso.

Há mais informações aqui.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agradeço ao Sr. Eduardo pelas suas considerações. (*Fora do microfone.*)

Tendo em vista o adiantado da hora, eu vou começar aqui pela participação pelo portal e-Cidadania, mas, antes disso, concedo a palavra ao Deputado Federal Rodrigo Agostinho, caso queira se manifestar ou fazer qualquer colocação.

O SR. RODRIGO AGOSTINHO (PSB - SP) – Senador, eu queria cumprimentar a Comissão de Meio Ambiente do Senado pela qualidade da apresentação.

Nós estamos debatendo, na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, inúmeras ações no que diz respeito ao combate ao desmatamento tanto legal quanto ilegal – obviamente, a gente prioriza o ilegal. E a gente vem buscando uma articulação do ponto de vista de fazer convergir ações em conjunto do setor ambiental com o setor agro. Obviamente, há muita gente defendendo o agro, e há uma parcela significativa da sociedade preocupada com as iniciativas e com o que sai de política pública, o que é construído tanto aqui no Legislativo quanto no Executivo.

O mundo inteiro está de olho no Brasil – isso é sempre falado –, mas a nossa responsabilidade é muito grande do ponto de vista de conservar a maior floresta tropical do mundo. Obviamente, a Amazônia não é o pulmão do mundo, mas é um excelente ar-condicionado, é quem garante a água para que a nossa agricultura se sustente. Sem as chuvas provocadas pelas nossas florestas tropicais, a gente também não seria esse grande celeiro do mundo, alimentando mais de um bilhão de pessoas.

Então, nós estamos diante de um grande desafio. Quais as ações que nós aqui, como Legislativo, podemos encaminhar do ponto de vista de política pública no combate ao desmatamento? Então, nós estamos, toda hora, com uma agenda diferente. Nós aprovamos, na Câmara, o programa Pagamento por Serviços Ambientais, que agora está aqui no Senado. Fizemos um esforço muito grande para que a medida provisória do Código Florestal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relacionada ao prazo do CAR fosse algo que efetivamente mexesse num ponto relevante e não que fosse uma oportunidade para se fragilizar ainda mais o Código Florestal – e nós tivemos a aprovação dela ontem.

Quero cumprimentar o Senado pela forma como lidou com o tema, porque é um tema espinhoso, é um tema em que cada um tem uma... Todo mundo tem vontade de pôr a mão no Código Florestal. Na minha Comissão, deve haver 20 projetos querendo mudar o Código Florestal, cada um para resolver um problema específico de alguém. Então, é uma situação bem complicada.

O que mais a gente pode fazer? Notadamente, a gente olha os dados e vê que parte significativa do desmatamento está em terra pública. Há uma ausência enorme do Estado. Que destino dar a essas áreas públicas em um Governo que já avisou que não vai criar área protegida, não vai criar terra indígena? Que destino dar a essas áreas públicas? Como combater a grilagem?

Um dos maiores problemas no Brasil é o problema fundiário. Muita gente, inclusive, que produz direito – a gente vê no mapa do CAR que está produzindo direito – não tem título de propriedade. Então, a gente tem um problema muito grave. O CAR vem evidenciando esta questão fundiária: muita terra foi grilada no passado; pode até ser usada de forma racional, mas foi grilada. Então, a gente tem esse problema fundiário de maneira muito grave no País e precisa combatê-lo.

Como resolver o problema de impunidade? Não acontece nada com quem desmata no Brasil, não acontece nada! Se o cara não é pego em fraude em guia de transporte de madeira, se o cara não é pego com arma ilegal, não acontece nada. Pelo desmatamento, esquece! Se ele é autuado, ele só vai se preocupar em pagar a multa se ele tiver contrato com o Poder Público, porque senão ele não paga a multa e fica lá com o nome dele no cadastro, mas pouco importa. Agora, se ele tem contrato com o Poder Público, ele dá um jeito.

O Ministério Público tenta agir, com muita dificuldade. Dentro da Amazônia, a gente sabe que cabe a Europa ocidental inteira. Então, há uma dificuldade enorme. Quando consegue entrar com uma ação, normalmente ela acaba prescrevendo. Se for crime de menor potencial ofensivo, no máximo se paga uma cesta básica.

Então, temos um desafio enorme. Nós estamos tentando aumentar as penas para o crime de desmatamento ilegal, mas vemos, dentro da Câmara, uma resistência enorme, inclusive do agro, que pensa diferente. A gente precisa mostrar e tentar caminhar um pouco mais. E, para separar o agro que tem visão de futuro, que tem olhar na sustentabilidade, que está com um olhar antenado naquilo que lá fora esperam de nós, nós precisamos que o agro aqui se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

movimente para podermos fazer de forma diferente. De maneira muito clara, Senador, para que a gente possa avançar, para que a gente possa, ao mesmo tempo em que a gente tem lá fora um discurso de sustentabilidade, fazer a lição de casa aqui, a gente precisa de um esforço conjunto. As pessoas precisam abrir mão de coisas que foram feitas de um jeito diferente a vida inteira.

Obviamente, as reservas legais são importantes, mas as reservas legais isoladas – há um monte de pequenos fragmentos com uma biodiversidade superbaixa – também é algo desafiador. Às vezes, a gente usa alguns números, alguns dados, mas está cheio de floresta vazia neste País também. Então, floresta por floresta, é ótimo, é estoque de carbono, mas eu acho que há muitas coisas que a gente precisava debater. Eu acho que, em momentos como este, mesmo numa quinta-feira, num dia em que normalmente a Casa não tem todo o quórum que a gente gostaria para uma discussão, um debate como este é extremamente prioritário, é agenda de país. Eu acho que nós já estamos assistindo a uma série de mudanças no discurso, mas nós precisamos efetivamente fazer a lição.

Extensão rural no Brasil, praticamente acabaram com ela. Nos últimos anos, a maior parte das agências estaduais de extensão rural simplesmente acabou.

A gente está vendo um esforço grande agora dos sindicatos para fazer assistência rural. Os sindicatos, para se manterem, para sobreviverem a todas as mudanças que aconteceram... A gente está vendo o Senar, por exemplo, fazendo assistência técnica. E isso é prioridade, para que a gente possa ter aquela agricultura de precisão 4.0, agricultura de baixo carbono, integração lavoura-pecuária-floresta. Isso só vai funcionar se houver extensão, e esse é um trabalho que a gente vê que, infelizmente, está diminuindo muito.

E a Embrapa? Sou fã da Embrapa. Eu acho que, se há alguém que faz pesquisa no Brasil, é a Embrapa, mas eu também vejo – eu tenho apontado isso várias vezes – que, às vezes, a Embrapa não consegue olhar para o lado de fora. Uma parcela da Embrapa fica tão concentrada no laboratório, no trabalho de pesquisa, que, às vezes, quem é vizinho da Embrapa não se beneficia do conhecimento que é gerado lá dentro.

Então, é uma preocupação enorme. A gente vê que a Embrapa está no modo de sobrevivência também, com todos os cortes de orçamento que foram feitos, com todo o contingenciamento, mas nós precisamos de que haja uma relação com a sociedade. Não só a Embrapa, mas todos os institutos de pesquisa precisam se relacionar com a sociedade de uma maneira um pouco diferente. A Embrapa tem conhecimento que poderia fazer muito a diferença, e esse conhecimento não é passado, de certa forma, porque a Embrapa confia nos órgãos de assistência técnica, que hoje estão sendo simplesmente desmontados. Em São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paulo, que é de onde eu venho, a Cati foi desmontada, agora a Codasp foi desmontada. Então, todo mundo que faz assistência está sendo desmontado.

Então, nós temos inúmeros desafios. Eu acho que esta audiência, Senador Fabiano – eu quero aqui parabenizá-lo pela condução dos trabalhos –, mostra isso, mostra que a gente pode ter um agronegócio diferente, mostra que a gente pode ter a conservação da floresta. Nós temos 50 milhões de hectares de pastagens degradadas, em que há menos de um boi por hectare. Tudo bem, vamos alimentar o mundo, acho que esse é um objetivo mais do que significativo, mas vamos fazer do jeito certo, vamos agir.

Estamos no momento agora de discutir o PPA e a Lei Orçamentária Anual, e eu acho que é uma oportunidade para que possamos debater isso e tentar incluir cada um desses pontos que foram colocados aqui dentro do nosso orçamento.

Obrigado.

Parabéns a todos pela apresentação!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Agostinho.

Quero registrar e agradecer a participação e a presença da Senadora Zenaide Maia, que eu admiro, e do meu amigo e irmão Senador Jaques Wagner.

Agora, aqui, temos a participação da sociedade civil, através do portal e-Cidadania, cujas perguntas já chegaram às mãos dos palestrantes, e eu estou aqui até mesmo para prestigiar. Vocês se sintam à vontade para escolher e responder uma delas ou algumas delas.

Daniel Tibes, do Paraná, pergunta: "Os recebimentos de créditos internacionais de carbono foram reduzidos devido à crise na Amazônia?".

Karla Regina, de São Paulo, pergunta: "Realmente podemos diminuir ainda mais as emissões de carbono na atmosfera?".

Ana Santos, do Mato Grosso do Sul, afirma: "A sociedade precisa ter conhecimento sobre o plano para que se conscientize sobre a redução do carbono".

Nathalia Karim, de Goiás, afirma: "Mudanças devem ser feitas, mas a consciência de cada indivíduo [também] é necessária".

Elsa Raquel, de Goiás, pergunta: "O Brasil tem elaborado mais medidas para reduzir o carbono?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Volmir Jose, do Rio Grande do Sul, pergunta: "Qual a base científica de que o carbono prejudica o clima?".

Leonardo Toledo, de São Paulo, diz: "A evolução constante de tecnologias e técnicas na agricultura já diminuiu muito a emissão de carbono e aumentou a produtividade".

Dunnya Kamal, do Rio Grande do Sul, diz: "É importantíssimo avaliar medidas e planos que possam minimizar os impactos ambientais, tanto de caráter preventivo, como de reparação".

E eu aqui tomo a liberdade de fazer três apontamentos. Qual é a base orçamentária necessária para a política de baixo carbono alcançar escala no setor agropecuário por meio de um Plano ABC que seja revisado para a implementação do Acordo de Paris? A outra pergunta é: por acaso a experiência da implementação do Plano ABC pode servir de modelo para um mercado de pagamento por serviços ambientais? Os produtores rurais são avessos às novas tecnologias? Se sim, responda se e por que e como o Plano ABC transforma a imagem da agropecuária brasileira em sustentável.

Vocês fiquem, por gentileza, à vontade para responder qualquer delas.

Com a palavra o Prof. Raoni Rajão.

O SR. RAONI RAJÃO (Para expor.) – Obrigado.

Só respondendo à primeira pergunta rapidamente, o Brasil, inclusive até pelas regras internacionais colocadas, como posição nacional, não vende crédito de carbono internacional. O que existe hoje é um pagamento por resultado, em que o Brasil já reduz as emissões e por isso recebe um prêmio da comunidade internacional em forma de uma doação. Agora, para que isso aconteça, tem que haver um desmatamento abaixo de certa média. Infelizmente, no ano passado, a gente já teve... Desde 2012, houve uma diminuição cada vez maior desse direito de receber esses recursos, desse pagamento por resultado, porque o desmatamento foi subindo com relação à média, e tudo indica que, neste ano, o Brasil não vai conseguir receber esses recursos.

Além desses recursos, que têm um valor... Por exemplo, o Fundo Amazônia é de US$1 bilhão; em valores atuais, são R$4 bilhões. Não deixa de ser interessante, mas não é aquilo que faz a grande diferença. Nós estamos falando aqui principalmente em termos de diplomacia ambiental, a forma com que o Brasil se posiciona internacionalmente, que, de certa forma, mostra algo que é uma fragilidade do nosso agronegócio. Ele tem muitos pontos de fortaleza, mas nós só vamos conseguir, de certa forma, avançar se a gente também trabalha com os pontos que são os nossos pontos fracos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do desmatamento, o Brasil é, de um lado, um dos países que mais têm florestas, mas, de outro lado, é também o País que mais desmata no planeta. Então, não tem como você esconder um fato sem enfatizar o outro; os dois têm que ser trabalhados de maneira conjunta.

É isso. Obrigado.

O SR. EDUARDO BRITO BASTOS (Para expor.) – Quero só agregar à pergunta do produtor: com certeza, o produtor brasileiro tem muito interesse em tecnologia. Parte das tecnologias não é usada muito mais por uma falha de percepção da própria sociedade – a biotecnologia, talvez, seja uma das mais importantes – do que do próprio produtor.

Quando foi comentado aqui sobre a rede de fomento ILPF – eu estava na época participando disso –, a gente estimava e dizia: "Olha, quem sabe um dia a gente consiga chegar à meta de 5 milhões ou de 5,5 milhões de hectares! Nossa, está louco de bom!". E hoje a gente está falando em pelo menos 12 milhões de hectares; alguns números falam em 14 milhões de hectares. Então, a gente tinha uma meta de 5,5 milhões de hectares e chegou a 14 milhões de hectares! A gente não teria chegado a isso só com a extensão, que, realmente, Deputado, é falha, infelizmente. Hoje há muito pouco de recurso público investido em extensão, mas essa rede, a rede de fomento ILPF, prova claramente que privado e público podem trabalhar juntos, que, trabalhando juntos, eles conseguem entregar tecnologia e que existe apetite do produtor para fazer isso.

Um produtor hoje faz ILPF (Integração Lavoura-Pecuária-Floresta) com todas as dificuldades. Eu sou engenheiro agrônomo de formação. A gente falava: "Nossa, mas quem que vai entender?". Você tem que entender de zootecnia, por causa do boi; você tem que entender de floresta, e, geralmente, o engenheiro florestal é que faz isso; você tem que entender de agronomia para plantar soja, para saber se vai pôr milho – dependendo do lugar do Brasil, há diferentes modelagens.

A rede... E reforço as suas palavras: o motivo de o setor privado ter entrado é justamente porque existe uma lógica econômica também nisso. Então, isso se fortaleceu, e, sem sombra de dúvida, o produtor brasileiro tem esse interesse. Agora, existem produtores e produtores. Reforço a minha fala, pois os pequenos produtores precisam de um apoio mais forte. Esse pequeno produtor, em geral, não está coberto pelos esforços, por exemplo, da rede de fomento. E aí esse, sim, precisa de um trabalho e de uma parceria mais forte dos Estados, inclusive.

Foi comentado aqui também, mas reforço a importância desse acordo do Governo Federal com os Governos estaduais e essa parceria com os próprios sindicatos, no caso do Senac, que tem interesse em fazer isso. Mas quem treina essas pessoas em geral é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embrapa. Então, a Embrapa não faz extensão, mas ela tem um papel vital de capacitar os multiplicadores. É o que no Banco Mundial a gente chama de *training the trainers*. Alguém tem que fazer isso. Hoje, boa parte desse alguém é a Embrapa.

A gente precisa pensar com muito carinho em termos orçamentários para manter uma estrutura robusta que possa fazer frente a esses desafios enormes de ajudar cada vez mais o produtor a ter acesso às tecnologias existentes, algumas básicas, como calagem e gessagem, por corrigirem o pH do solo e jogarem a raiz mais ao fundo. Mas há tecnologias novas disruptivas e algumas até muito mais de conceito, como os sistemas agroflorestais, numa cabruca – não é isso, Senador? – lá na Bahia. Trata-se muito mais de aprender a lidar com o cacau no meio da floresta. Mas isso é possível. Há gente fazendo isso, produzindo bastante. Estão lá tentando recuperar as margens do Rio Doce com sistemas agroflorestais, mostrando que dá para fazer isso. Mas é preciso a floresta em pé, valorizar a floresta em pé. Quando a floresta em pé tiver mais valor do que a floresta derrubada, a gente muda completamente o jogo para nós, brasileiros, primeiro – a gente tem essa obrigação, com orgulho até por ser brasileiro –, para contar melhor essa história lá fora, para poder acessar cada vez mais mercados e não ficar com receio de exportar menos que US$100 bilhões, mas buscar exportar mais que US$150 bilhões, para passar os Estados Unidos como o maior exportador do mundo, o que a gente pode, merece e precisa ser.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Consulto se alguém mais quer se manifestar. (*Pausa.*)

Então, eu vou para os informes finais.

Mais uma vez, agradeço aos cientistas, aos especialistas, aos técnicos que se reunirão hoje à tarde para dar prosseguimento aos trabalhos da avaliação da PNMC como consolidação do que ouvimos e aprendemos aqui hoje. A exemplo das reuniões técnicas anteriores, alguns desses convidados participarão por videoconferência. Essa modalidade está à disposição das Comissões e, além de economizar recursos públicos e tempo desses colaboradores, não gera emissões de gases de efeito estufa e contribui para o alcance dos compromissos assumidos pelo País.

Antes de encerrar a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 43ª Reunião, realizada em 26/09/2019; 44ª Reunião, realizada em 03/10/1019; e da 45ª Reunião, realizada em 07 de outubro de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Em seguida, passo para a parte deliberativa da sessão.

Como os Relatores do item 1 ao item 4 não estão presentes, eu já passo imediatamente para o item 5.

2ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 2.787, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pela aprovação com a emenda que apresenta e pelo acolhimento parcial da Emenda de nº 1 – CMA, na forma de subemenda.

Observações:

1. Em 18/9/2019, foi apresentada a Emenda nº 1-CMA, do senador Luis Carlos Heinze.

2. A matéria vai à CCJ.

A Relatoria é do Senador Alessandro Vieira, que autorizou esta Presidência a designar como Relator *ad-hoc* o Senador Jaques Wagner, a quem eu concedo a palavra daqui a pouco para proceder à leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para fazer a leitura do relatório.

Desde já, eu agradeço, mais uma vez, a presença dos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiserem permanecer aqui, fiquem à vontade. Senão, podem ficar à vontade para retornarem aos seus afazeres. E mais uma vez, coloco esta Comissão à disposição de V. Exas. Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Como Relator.) – Sr. Presidente, passo à leitura do relatório do Senador Alessandro Vieira.

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei 2.787, de 2019, que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem, e dá outras providências.

O projeto de lei ora em análise é de autoria do Deputado Federal Zé Silva e outros, fruto da Comissão Externa destinada a fazer o acompanhamento e fiscalizar as barragens existentes no Brasil, em especial, as investigações relacionadas ao rompimento em Brumadinho, Minas Gerais.

O art. 1º da proposição explicita que seu objetivo é tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem.

O art. 2º acrescenta os arts. 54-A, com dois parágrafos, e 60-A à Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O art. 54-A fixa como crime o ato de causar desastre ambiental com destruição significativa da flora ou mortandade de animais, do qual decorra contaminação atmosférica, hídrica ou do solo reconhecida em laudo pericial, com pena de reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos e multa. O §1º desse artigo determina que, se o crime é culposo, a pena de detenção será de 1 (um) a 3 (três) anos e multa. O §2º decreta que a pena é aplicada independentemente daquela prevista para o crime de homicídio, caso o crime resulte em morte de pessoas.

O art. 60-A estabelece que é crime dar causa a rompimento de barragem pela inobservância de legislação, de norma técnica, de licença e suas condicionantes ou de determinação da autoridade ambiental e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem, com pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa. Caso o crime seja culposo, a pena será detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

O art. 3º do projeto modifica a redação do *caput* do art. 69-A da Lei de Crimes Ambientais, para adicionar a apresentação de relatório de segurança de barragem total ou parcialmente falso ou enganoso à lista de condutas criminosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 4º da proposição altera a redação do art. 75 da Lei de Crimes Ambientais para majorar o valor da multa derivada de infração administrativa para, no mínimo, R$2 mil e, no máximo, R$1 bilhão.

Na justificação do projeto, é explicado que sua redação decorre das tragédias de Mariana e Brumadinho, que expuseram a fragilidade da legislação penal nesse tema. Desse modo, a proposição cria um tipo penal específico para aquele que der causa a rompimento de barragem pela inobservância das normas técnicas aplicáveis ou das determinações da autoridade licenciadora e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem, com modalidades dolosa e culposa.

A proposição foi encaminhada para análise da CCJ e desta Comissão de Meio Ambiente.

Foi encaminhada na Câmara dos Deputados.

Na Comissão de Meio Ambiente, o Senador Luis Carlos Heinze apresentou a Emenda nº 1-CMA.

Análise.

Compete à CMA, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno, opinar sobre assuntos pertinentes à defesa e à proteção do meio ambiente e ao controle da poluição.

Dessa maneira, em razão dos graves incidentes ocorridos, repetidamente, em que inumeráveis vidas humanas foram perdidas, além de considerável dano causado ao meio ambiente, enfatizamos que se torna urgente e necessário o endurecimento da legislação penal a que se submetem essas infrações, incluindo-se o aumento dos valores das multas cobradas. Portanto, o PL nº 2.787, de 2019, é bem-vindo e chega em boa hora.

No entanto, existem reparos a serem feitos na proposição.

Em primeiro lugar, consideramos que a ementa do projeto deve ser ajustada para atender às normas vigentes relacionadas à redação de leis.

Em segundo lugar, a conduta tipificada pelo art. 54-A da Lei de Crimes Ambientais é muito similar ao já existente crime de poluição descrito pelo art. 54 da referida lei. Propomos, portanto, a sua substituição acolhendo parcialmente a Emenda nº 1-CMA, do Senador Luis Carlos Heinze, com o objetivo de diferenciar o crime de ecocídio.

Portanto, propomos a aprovação da proposição com a apresentação de uma emenda que corrige o texto da ementa e da subemenda à Emenda nº 1-CMA, que aprimora o art. 54-A.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.787, com a seguinte emenda, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 1-CMA, na forma da subemenda:

EMENDA Nº – CMA
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 2.787, de 2019, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), para tipificar o crime de ecocídio e a conduta delitiva do responsável por desastre relativo a rompimento de barragem."

SUBEMENDA Nº – CMA
[...]
Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 2.787, de 2019, a seguinte redação:
"Art. 2º A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 54-A e 60-A:
'Ecocídio
Art. 54-A. Dar causa a desastre ambiental de grande proporção ou que produza estado de calamidade pública, com destruição significativa da flora ou mortandade de animais, em decorrência de contaminação ou poluição atmosférica, hídrica ou do solo.
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e multa.
§1º Se o crime é culposo:
Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
§2º Se do crime resulta morte de pessoa, a pena é aplicada independentemente da pena prevista para o crime de homicídio.'"

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei 2.787, de 2019, com a Emenda nº 1-CMA, na forma de Subemenda nº1, com Emenda nº 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passo imediatamente a palavra ao Senador Jaques Wagner, para a leitura de seu requerimento, no item 11.

2ª PARTE

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 70, DE 2019

- Não terminativo -

Requer realização do Seminário Big Push (Grande Impulso Ambiental)

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA).

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, esse requerimento tem o sentido de que nós façamos, no âmbito desta Comissão – eu proponho a data de 5 de novembro, a ser eventualmente ajustada com V. Exa. –, o Seminário do Grande Impulso Ambiental para a Sustentabilidade – conhecido, em inglês, como *Big Push*.

O evento tem como objetivo a apresentação e discussão da abordagem do *Big Push* para a Sustentabilidade, desde o conceito, exemplos concretos que demonstram sua viabilidade até a mobilização empresarial para sustentabilidade.

O evento discutirá "O mundo no século XXI: a Agenda 2030 e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável" e "Reformas estruturais para o crescimento verde" e ainda apresentará estudos de casos.

Proponho para o seminário a presença dos seguintes convidados:

1. representantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal);

2. Niky Fabiancic, Coordenador Residente da ONU no Brasil;

3. Simon Upton, Diretor de Meio Ambiente da OCDE;

4. Roberto Kreimerman, ex-Ministro de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai;

5. Paulo Polman, ex-CEO da Unilever;

6. Pedro Passos, Presidente da Natura; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7. representantes da sociedade civil.

Justificação.

O evento tem como objetivo a apresentação conceitual do Grande Impulso Ambiental para a Sustentabilidade.

Só quero esclarecer, Sr. Presidente, que essa tradução foi minha, porque eu acho que nós temos o hábito de só citar palavras em outras línguas. Então, eu preferi traduzir. Eu ia botar "O Grande Salto Ambiental", mas aí alguém veio comentar comigo: "Cuidado, porque, como nós estamos em tempos muito ideológicos, já vão achar que você está falando do grande salto chinês". Então, mudei para "Grande Impulso", para evitar qualquer preconceito prévio.

Então, o evento é o Grande Impulso Ambiental para a Sustentabilidade, assim definido pela Cepal como: articulação e coordenação de políticas (públicas e privadas, nacionais e subnacionais, setoriais, tributárias, regulatórias, fiscais, de financiamento e de planejamento) que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Ainda terá a pretensão de responder as seguintes perguntas: o que é o *Big Push* para a Sustentabilidade (BPS)? Qual é o papel dos seus investimentos? Qual é o papel das políticas públicas? Como o BPS, como é conhecido, pode ser uma abordagem norteadora para proposição de políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social no Brasil e na América Latina?

Presidente, até coincide com a audiência que nós acabamos de encerrar, porque eu acho que a resistência deve se transformar em proposição. Então, a ideia do seminário – já conversei pessoalmente com V. Exa. – é exatamente a de trazer novos ares, para ver se a gente consegue quebrar a falsa dicotomia que se tenta estabelecer, principalmente pelas formulações do Governo Federal, através do Presidente e do próprio Sr. Ministro do Meio Ambiente, de que o mundo caminha com esse olhar. Então, não é possível que a gente ande na contramão de tudo o que acontece no mundo. Ninguém está colocando contrariedade ou objeção ao crescimento da economia. O problema é que o mundo já se deu conta de que nós temos que fazê-lo na forma do tripé de sustentabilidade: ambiental, social e econômico.

O último orador que falou aqui na audiência, que citou, inclusive, a cabruca, porque conhece o trabalho que nós fazemos de preservação desde o meu Governo no Estado da Bahia, foi taxativo, quer dizer, as pessoas precisam descobrir que preservar é mais rentável do que destruir. Essa é a questão. Então, é uma questão de inteligência. E eu insisto: o mundo anda assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa propositura que faço não é de minha autoria. O *Big Push* está no mundo inteiro. A China, que ainda tem problemas ambientais sérios, está mudando completamente o seu vetor. A utilização, por exemplo, de carros que não são híbridos, mas completamente elétricos, se expande através da tecnologia de novas baterias. Nós temos uma possibilidade, porque temos minerais aqui que podem ser utilizados nessa direção. Então, é uma questão só de decisão política.

Eu soube que não há nenhum dos que eles poderiam chamar de "fanáticos ambientalistas". Estou trazendo aqui gente que produz, gera emprego, ganha dinheiro e preserva, porque é uma grife preservar hoje em dia. Então, eu espero que a gente possa, com esse seminário...

Eu tomei conhecimento, inclusive, de que, nos dias 5, 6 e 7, vai haver um seminário sobre a questão da mudança climática em Recife, onde V. Exa. vai, talvez, fazer a abertura de uma das mesas. O seminário é organizado pelo Instituto Ethos. E eu vou me propor a acompanhá-lo para assistir ou participar, eventualmente, porque acho que o Instituto Ethos vem se caracterizando exatamente por ser um instituto privado de empresários, mas que busca esse ponto de equilíbrio, que é bem possível, a depender da decisão política.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner. Eu quero parabenizá-lo pela iniciativa e dizer que essa fala o mundo está reverberando e que o Brasil tem que acordar mesmo. A China esteve aqui e usou a palavra "sustentabilidade", no mínimo, sete vezes e, ao final, falou "nós acreditamos em economia verde". Então, o caminho é esse. A propositura de V. Exa. tem em mim um aliado, e quero deixar claro que, sob a presidência do Senador Otto Alencar, a Subcomissão se reunirá para a instalação no dia 23 de outubro e eleição de seu Presidente e de seu Vice-Presidente.

Agora, em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a palavra à Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Eu também quero parabenizar o Senador Jaques Wagner pela sensibilidade.

Eu ouço alguém, no discurso, dizer "eles destruíram as florestas deles e agora querem mandar na gente". Eu acho que nós, brasileiros, somos privilegiados porque, antes de destruir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o meio ambiente, alguém já disse que não valia a pena, descobriu isso antes de nós. Entendeu? A gente tem essa oportunidade. E o mundo todo – é preciso trazer as experiências – prova que preservar é melhor que destruir. Então, eles acordaram. Fizeram o estudo científico todo, e a gente está usando isso aí. E a gente, na contramão, diz... Eu ouvi muitas vezes o Ministro dizer "eles já destruíram a floresta todinha, só há 3%", mas isso se deu porque antes não tinham o conhecimento científico de que era prejudicial à humanidade a destruição da natureza. Então, eles descobriram isso. E nós temos o privilégio de alguém no mundo ter descoberto isso e passado isso para nós, para termos tempo hábil de defender.

Agora, eu queria pedir licença aqui ao Presidente Contarato, que é meu amigo e um cara que eu admiro demais, para lembrar que hoje é o Dia Nacional de Combate à Violência Contra a Mulher. E eu digo o seguinte: a gente não tem muito o que comemorar. Violência contra a mulher não é só agredi-la física ou mentalmente.

Hoje, Contarato, o IBGE nos informou que 30,5 milhões de lares brasileiros em 2018 quem comanda é a mulher, quem chefia é a mulher. E, dessas mulheres, 70% ganham até dois salários mínimos. A maior violência, nesse mês de maio, contra esses 30 milhões de mulheres que cuidam dos seus filhos, que lavam, que cozinham de madrugada, que trabalham 44 horas semanais... Literalmente, essas mulheres têm três expedientes, e o que este Senado, o Congresso Nacional está lhes dando de presente é o aumento em sete anos na idade mínima para essas mulheres se aposentarem. Eu estou falando de mulheres que trabalham por 44 horas, que cuidam dos seus filhos, que cozinham à noite, que lavam a roupa, que levam os filhos para o colégio. Elas trabalham de três a quatro expedientes. E são essas mulheres que nós estamos condenando a isso. Quanto mais a gente lê a reforma da previdência, mais a gente descobre a crueldade. Esses 30 milhões de mulheres alimentam seus filhos, deles cuidam e os educam, dão expediente de 44 horas sem ninguém ajudar, porque quem ganha até dois salários mínimos não tem cozinheira, não tem lavadeira.

Então, é preciso ter esse olhar diferenciado para esses 30 milhões de mulheres, 1/4 da população brasileira, que são donas de casa, como se diz, que trabalham fora por 44 horas semanais! E o presente que se vai dar – está é uma violência grande, maior do que todas que a gente está presenciando aqui – é aumentar a idade mínima em mais sete anos para elas poderem se aposentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Obrigado, Senadora Zenaide. V. Exa. é uma Senadora que dignifica muito este Senado e as mulheres com sua sensibilidade. Faço minhas as suas palavras. Também sou crítico dessa perversa reforma da previdência.

Passo ao item 8: Requerimento 67, de minha autoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 67, DE 2019

- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater as manchas de óleo que apareceram no litoral brasileiro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES).

Procedo à leitura.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir as causas e efeitos relativos às manchas de óleo que contaminam as águas marítimas e as praias da área litorânea do Nordeste do Brasil, com vistas ao gerenciamento de crise e à responsabilização associada.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Sra. Sandra Akemi Shimada Kishi, Procuradora da República, Ministério Público Federal;

2. Sr. Victor José de Andrade Patiri – Fundação Pró-Tamar;

3. Sra. Béatrice Padovani Ferreira – Coordenadora do Programa Ecológico de Longa Duração da Universidade Federal de Pernambuco;

4. Sra. Solange Telles da Silva – Diretora da Rede de Mulheres pelos Oceanos, Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie;

5. Sra. Janete Barbosa – Associação dos Pescadores e Quilombolas, Bahia;

6. Daniel Bandt Galvão – Doutorando em Oceanografia na UFPE, Coordenador do Movimento Salve Maracaípe;

7. representante das Capitanias dos Portos do Grupo Nordeste;

8. representante do Ministério do Meio Ambiente;

9. representante do Ministério de Minas e Energia;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

10. representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado de Sergipe.

Eu dispenso a leitura da justificativa.

Os fatos, por si sós, falam mais que as palavras. Nós estamos presenciando isso. Hoje, graças a Deus, aprovamos o projeto que criminaliza o ecocídio, com uma pena de reclusão, privativa de liberdade. E, agora, mais esse crime ambiental que está aí no momento vai atingir não só o aspecto social, mas também econômico, porque abrange as praias do Nordeste. Atinge, salvo engano, nove Estados da Federação, num momento de exploração do turismo no Nordeste. Nós temos essa ineficiência do Poder Público porque, se houvesse fiscalização, nós não teríamos isso. Infelizmente, o Poder Público falha no trabalho de prevenção e de conscientização.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item 9 trata também de requerimento de minha autoria.

2ª PARTE

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 68, DE 2019

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre as manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES).

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, Ricardo Salles, informações sobre as manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro.

Na justificativa, há também o rol de perguntas a serem feitas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O item 10 também é um requerimento de minha autoria.

2ª PARTE

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 69, DE 2019

- Não terminativo -

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre as manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES).

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre as manchas de óleo que apareceram contaminando o litoral do Nordeste brasileiro.

A justificativa e os questionamentos estão no requerimento.

Em votação o requerimento apresentado.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo... (*Pausa.*)

V. Exa. quer se manifestar?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Pela ordem.) – Quero manifestar-me porque o que chama a atenção nisso... Sou do Rio Grande do Norte, que é a segunda maior orla, fora a Bahia. Apesar de o Estado ser pequeno, possui um litoral bem extenso. O que chama a atenção – e quero parabenizar o Senador Contarato por esse sensibilidade... As autoridades têm que dar uma explicação. Um mês depois, ficam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

supondo que o óleo veio da Venezuela ou seja de onde for. É um desmerecimento, uma falta de respeito com a natureza, com os Estados brasileiros onde o turismo de praia prepondera. Os prejuízos são imensos. Além dos prejuízos, quando olho as tartaruguinhas aparecendo mortas, todas cheias daquilo, fico sensibilizada demais.

Como o Estado brasileiro espera 30 dias para tomar alguma providência? Deixaram chegar até a Foz do Rio São Francisco. Já chegou lá! O meu Estado foi um dos primeiros aonde a mancha chegou, mas está no Rio Grande do Norte, no Ceará, em todos.

Então, quero parabenizá-lo porque a gente tem que exigir uma explicação para isso. Como um Estado como o Brasil, 30 dias depois, não sabe quem contaminou todo o litoral do Nordeste?

Parabéns, Contarato!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É lamentável, Senadora, que no Brasil haja desmontes na área ambiental em todos os aspectos!

Ontem, fiquei extremamente sensibilizado com o depoimento do Senador Otto, quando ele falou que o Rio São Francisco não tem mais força para entrar no mar, que o mar está entrando e o atingindo, levando todo esse óleo, matando tudo.

Nós temos, aqui no Brasil, a ineficiência! Já passou da hora de termos efetividade na responsabilidade penal da pessoa jurídica, na responsabilidade penal, administrativa e civil. Que isso seja eficiente! Antes do fator punitivo, o Poder Público está falhando na fiscalização, está falhando no processo educacional. Não posso achar razoável que, por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente tenha acabado com o Departamento de Educação Ambiental. O Poder Público falha na fiscalização, falha na educação, e nós temos uma legislação que garante a certeza da impunidade. O mundo está preocupado com esse caos, com esse retrocesso que nós estamos presenciando.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente sessão.

Obrigado.

Que Deus nos abençoe!

(*Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 47ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e seis minutos do dia quinze de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Plínio Valério, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Leila Barros, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Paulo Paim, Acir Gurgacz, Esperidião Amin, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Nelsinho Trad e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Eliziane Gama, Telmário Mota, Lucas Barreto e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 62/2019 - CMA, REQ 63/2019 – CMA, REQ 64/2019 – CMA e REQ 65/2019 - CMA, todos de autoria do Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Finalidade:** Esclarecimentos dos convidados sobre grilagem, regularização fundiária, desmatamento, queimada e mecanismo de fiscalização na Amazônia. **Participantes:** Sra. Ana Carolina Haliuc Bragança, Procuradora da República no Estado do Amazonas - Coordenadora do Grupo de Trabalho "Intervenção Rápida contra Superdesmatamentos" do Ministério Público Federal - MPF [participará por videoconferência]; Sr. Joaquim Álvaro Pereira Leite, Diretor do Departamento de Florestas - MMA (representante de: Eduardo Fortunato Bim, Presidente do IBAMA). Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura (MAPA). **Resultado:** Audiência Pública Interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e onze minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Leila Barros, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Jorginho Mello, Izalci Lucas, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Esperidião Amin, Arolde de Oliveira, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Telmário Mota, Lucas Barreto e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 752, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatório:** Pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta e pela rejeição da Emenda 1-T. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 16, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 10.257, de 10 de julho de 2001, e 11.445, de 5 de janeiro de 2007, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 2016** que: "Dispõe sobre a prestação dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresas especializadas, e dá outras providências." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela rejeição da Emenda nº 3-PLEN. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CTFC. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3480, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para que a proteção ao patrimônio turístico e paisagístico seja verificada na outorga de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos hídricos para aproveitamento dos potenciais hidrelétricos." **Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 232, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com a emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 90, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir no conteúdo mínimo do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a destinação de materiais recicláveis descartados a cooperativas de catadores ou organizações da sociedade civil que tenham por finalidade o aproveitamento econômico desses materiais." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (MDB/ES). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1405, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre penalidade a quem lança nas águas lixo plástico de embarcações." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 248, de 2014 - Terminativo -** que: "Estabelece regras para preservar a calha principal e o curso natural do rio Araguaia." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO). **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 643, de 2019 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre o atendimento a condições de preservação ambiental e de saúde e segurança dos trabalhadores, para a realização das atividades de lavra mineral no país." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 5174, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para exigir a realização prévia de estudos técnicos e consulta pública para a desafetação, redução dos limites e recategorização de unidade de conservação." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 66, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da Audiência Pública, proposta pelo REQ 31/2019 - CMA, destinada a instruir o PLC 65/2016." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/16

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos. Agradeço a Deus pela oportunidade de mais uma reunião na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 47ª Reunião, realizada em 15/10/2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Reforçamos que se encontra aberto o prazo para apresentação de proposta de emendas pelos membros desta Comissão de Meio Ambiente ao Projeto de Lei Plurianual de 2020 a 2023 - PL nº 21/ 2019 –, e ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2020 – PL nº 22/2019. As emendas devem ser enviadas eletronicamente pelo sistema Lexor, e a via física, assinada pelo Parlamentar, deve ser entregue na Secretaria da Comissão, até as 16h do dia 18 de outubro de 2019.

Antes de entrar na pauta desta reunião, eu quero proferir algumas palavras.

Faz 47 dias que tivemos a primeira detecção de óleo, e já são 2.200km atingidos em nove Estados do Nordeste. O Ibama informa já ter removido 200 toneladas de petróleo das praias até o momento. Balanço atualizado até esta terça-feira: 166 áreas atingidas em 72 Municípios do Nordeste. Os governos da Bahia e do Sergipe já decretaram estado de emergência para facilitar a liberação de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma devastação imensa que afeta a vida marinha e afeta as populações que vivem de pesca. Quem sobrevive disso está desesperado.

Em meio a tudo isso, o que sabemos? Nada. O Governo Federal tem demorado no socorro às vítimas, nas ações de proteção ao meio ambiente, e continuamos imersos em mistérios.

Há mais perguntas do que respostas. Por isso a Comissão de Meio Ambiente tomou duas medidas importantíssimas na semana passada: aprovou dois requerimentos de informações para que os Ministérios de Meio Ambiente e Minas e Energia prestem informações. Queremos clareza, clareza para os fatos, e que expliquem suas ações concretamente. Já enviei um ofício aos Ministérios, inclusive comunicando a nossa ação.

Também aprovamos a realização de audiência pública, que já vai acontecer amanhã, às 10h, para a qual convidamos Senadores e Senadoras da Comissão e todos os que quiserem participar, afinal são nove Estados Nordestinos afetados. Do jeito que vai, é possível que o meu Estado do Espírito Santo seja afetado.

Não vou ficar de braços cruzados esperando isso acontecer. Embora já tenha me adiantado a enviar ofício aos Ministros, peço celeridade à Mesa Diretora para que também o faça e providencie o encaminhamento dos nossos requerimentos de informações aos Ministérios de Meio Ambiente e Minas e Energia para, no prazo constitucional e sob pena de prática de crime de responsabilidade, prestarem as informações de que necessitamos.

O desmonte que o Governo Federal promoveu, e promove, nos órgãos de gestão, de controle e de fiscalização é amplamente conhecido. Agora lidamos com as desastrosas consequências, e é preciso que saibamos o tamanho real do problema e as soluções.

Como pode um desastre desse tamanho acontecer sem que o Ministério do Meio Ambiente, a Marinha e a Agência Nacional de Petróleo nos deem alguma resposta? Depois, muito se fala em soberania, mas qual é a autoridade que este Governo sinaliza que tem? Se algo está sendo feito, é por pressão, é por provocação do Ministério Público e decisão da Justiça.

Em Sergipe, a Justiça Federal se baseou em um pedido do Ministério Público Federal, porque o Governo do Estado esperava a Petrobras para conter a mancha, mas as barreiras de proteção não chegaram. Um absurdo!

Numa ação desesperada, o Governo sergipano iniciou, em um dos rios, a instalação de barreiras, alugadas pelo valor de quase R$7 mil por dia. Mas, vejam, a Justiça entende que a União deva ser responsabilizada pela instalação das barreiras nos Rios São Francisco,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Japaratuba, Sergipe, Vaza-Barris e Real. A Justiça dispensou o Governo Federal de fazer licitação para comprar os equipamentos.

Eu fico pensando que estamos vivendo um pesadelo continuado e que terá perversas consequências daqui a pouco. Vai afetar a nossa economia na questão. Vejam: o Brasil inteiro recebe menos turistas internacionais do que a cidade de Miami, nos Estados Unidos, que é destino de mais de 7 milhões de turistas por ano. Ou seja, nosso potencial já é subaproveitado. O Brasil recebe menos estrangeiros do que a quantidade de visitação no Louvre, na França. Não sei como o Governo quer tirar da cartola mágica o aumento de turistas, fazendo quase dobrar, de 6,6 milhões para 12 milhões por ano, o número de visitantes estrangeiros no Brasil. É o que consta no Plano Nacional de Turismo 2018-2022.

Volto a frisar: são nove Estados no Nordeste; o Nordeste tem potencial turístico, e nós estamos afetando toda a população ribeirinha ali.

Certamente, isso que o Ministério do Turismo pretende não vai acontecer. Haverá impactos na economia local, em especial no setor de serviços. Principalmente aqueles negócios que dependem ou têm relação direta com o ambiente marítimo estarão contabilizando prejuízos ano que vem. E qual é a ação do Governo Federal?

Enquanto isso, nosso Chefe do Executivo está se importando com disputas partidárias, açulando a população com seu conservadorismo, que discrimina, que destila preconceito e ódio. Como pode? O Presidente não se dignou a ir nem sequer a uma praia para ver o que está acontecendo. Estamos sem capitão no navio!

Isso está me lembrando aquele caso da tragédia com o navio de cruzeiro Costa Concordia na Itália, em 2012, o triste episódio que matou 32 pessoas. Também nós vamos ter que gritar "*vada a bordo*, capitão, *vada a bordo*, capitão"? Ocupe-se disso, Presidente, o senhor é o Presidente da República Federativa do Brasil.

O Governo tem que se ocupar de verdade da nossa costa, do nosso País. Soberania não é palavra solta, é uma responsabilidade. Aqui espero contar com o apoio dos Parlamentares. Vamos exigir apuração, ação, mesmo que tardia, mas que resolva, porque, como bem diz o nosso Hino Nacional, enquanto eu estiver aqui nesta Comissão de Meio Ambiente, "verás que um filho teu não foge à luta".

Quero aproveitar e anunciar a presença do Diretor do Ifes de Ibatiba, no meu Estado, o Prof. Eglon Rhuan Salazar Guimarães, e do Diretor do Ifes de Piúma, também no meu Estado, Marcelo Fanttini Polese. Podem ter certeza de que vocês dignificam muito a educação, neste momento em que também a educação sofre tantos golpes por parte do Governo Federal. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos aqui, com coragem, e vamos sempre valorizar a educação, porque é através da educação que nós vamos transformar nosso Brasil e nosso mundo, não tenho dúvida disso. Contem sempre comigo aqui, neste Senado Federal e no Estado do Espírito Santo, porque eu tenho muito orgulho de dizer que eu sou professor. Eu estou Senador, mas eu amo dizer sempre que eu sou professor há 20 anos, e professor de sala de aula, porque é ali que você vê nos alunos o brilho do olhar, é quando você é um instrumento nesse processo de ensino-aprendizagem; quando você está entre o quadro e a carteira é você quem joga luz nos locais sombrios e é você quem estimula a que os sonhos desses jovens, desses alunos, se transforme em realidade. De todas as profissões, de todos os chamados, de todas as missões, eu acho a mais importante a de ser professor. Para mim é uma missão, é um dom de vida. E aí eu quero render homenagens e parabenizar mais uma vez, como fiz ontem, todos os professores.

Como vocês sabem, eu costumo citar Platão, que fala que a sabedoria está na repetição. E é bom que a população brasileira saiba disso, é bom, porque nós estamos num momento de desmonte na área ambiental – não é isso? –, de crimes de todas as espécies. Esta Comissão de Meio Ambiente tem 17 Senadores titulares e 17 suplentes, que deveriam estar aqui, 34 Senadores, mas infelizmente hoje não há nenhum Senador, a não ser eu, que aqui estou presidindo. Então, eu faço um apelo a todos os Senadores, louvando aqueles que vêm aqui com regularidade e a eles agradecendo: eu queria uma participação muito mais efetiva dos meus colegas Senadores nesta Comissão de Meio Ambiente, principalmente neste momento tão delicado pelo qual passa o Brasil na área ambiental.

É muito fácil falar que o art. 225 determina que todos temos direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas ele está sendo violado em todos os aspectos.

Com essa minha fala, com esse desabafo e tendo em vista que, para deliberar a pauta desta reunião, eu preciso de Senadores, não só para aprová-la mas para proceder à sua leitura, e como não há quórum, eu agradeço a paciência e colaboração de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 49ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dez horas e três minutos do dia dezessete de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Styvenson Valentim, Leila Barros, Eliziane Gama, Telmário Mota, Lucas Barreto, Otto Alencar e Jayme Campos. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Discutir as causas e efeitos relativos às manchas de óleo que contaminam as águas marítimas e as praias da área litorânea do Nordeste do Brasil, com vistas ao gerenciamento de crise e à responsabilização associada. **Participantes:** Sr. Victor Manoel Mariz, Procurador da República no Estado do Rio Grande do Norte - Ministério Público Federal (representante de: Sandra Akemi Shimada Kishi); Sra. Marisa Maia Barros, Diretora de Combustíveis Derivados de Petróleo - Ministério de Minas e Energia; Sr. Eduardo Fortunato Bim, Presidente do IBAMA (representante de: Ministério do Meio Ambiente); Almirante Alexandre Rabello de Faria, Chefe do Estado-Maior do Comando de Operações Navais (representante de: Marinha do Brasil); Sr. Gilvan Dias dos Santos, Diretor Presidente da ADEMA - Administração Estadual do Meio Ambiente (representante de: Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente do Estado de Sergipe); Sra. Béatrice Padovani Ferreira, Coordenadora do Programa Ecológico de Longa Duração da Universidade Federal de Pernambuco; Sra. Carina Costa de Oliveira, Professora da Universidade de Brasília (representante de: Solange Telles da Silva - Diretora da Rede de Mulheres pelos Oceanos); Sr. Bartolomeu Gonçalves Dias, Associação dos Pescadores e Quilombolas da Bahia (representante de: Sra. Janete Barbosa). Sr. Daniel Brandt Galvão, Coordenador do Movimento Salve Maracaípe e Doutorando em Oceonografia na UFPE. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/10/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DCDB814500327117.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.